ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL • IMPRENSA NACIONAL

Ano CLX Nº 165 Brasília - DF, terça-feira, 30 de agosto de 2022 SEÇÃO 1

Sumário

Presidência da República 1
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 2
Ministério da Cidadania 12
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 14
Ministério das Comunicações 16
Ministério da Defesa 27
Ministério do Desenvolvimento Regional 68
Ministério da Economia 73
Ministério da Educação 99
Ministério da Infraestrutura 190
Ministério da Justiça e Segurança Pública 205
Ministério do Meio Ambiente 220
Ministério de Minas e Energia 220
Ministério das Relações Exteriores 236
Ministério da Saúde 238
Ministério do Trabalho e Previdência 282
Ministério do Turismo 286
Conselho Nacional do Ministério Público 292
Ministério Público da União 292
Tribunal de Contas da União 293
Defensoria Pública da União 402
Poder Judiciário 403
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais 407

Esta edição é composta de 408 páginas

Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 490, de 29 de agosto de 2022 Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 1.000-DF.

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 491, de 29 de agosto de 2022. Proposta ao Senado Federal para que seja autorizada a contratação de operação de crédito externo, com a garantia da República Federativa do Brasil, entre o Município de Blumenau, no Estado de Santa Catarina, e o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata - FONPLATA, destinada a financiar parcialmente o "Programa de Infraestrutura Urbana e Saneamento para o Município de Blumenau/SC - BLUMENAU MELHOR".

CASA CIVIL

INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS

DEFIRO o credenciamento da AR CONTMAXX BRASIL SP. Processo n° 00100.000918/2022-44.

DEFIRO o credenciamento da AR INTECH SOLUÇÃO DIGITAL. Processo n° 00100.001184/2022-11.

DEFIRO o credenciamento da AR V7 CERTIFICADORA. Processo n° 00100.001412/2022-52.

DEFIRO o credenciamento da AR HUBER CERTIFICAÇÃO DIGITAL. Processo n° 00100.001313/2022-71.

DEFIRO o credenciamento da AR SICOOB DIVICRED. Processo n° 00100.001354/2022-67.

DEFIRO o credenciamento da AR COOPERATIVA TRITICOLA REGIONAL SAOLUIZENSE. Processo n° 00100.001361/2022-69.

CARLOS ROBERTO FORTNER
Diretor-Presidente

CONSELHO DE GOVERNO

CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS

SECRETARIA EXECUTIVA

DECISÕES DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DA CÂMARA DE REGULAÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (CMED), com fulcro no inciso XIV do artigo 6º da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003, e no exercício da competência que lhe confere o inciso VIII do artigo 12 da Resolução CMED nº 03, de 29 de julho de 2003 (Regimento Interno), decidiu sobre os processos administrativos para apuração de infração, conforme anexo.

ROMILSON DE ALMEIDA VOLOTÃO

ANEXO

Processo Administrativo nº 25351.901227/2022-39
Interessado: INSTITUTO HERMES PARDINI S/A. (CNPJ n° 19.378.769/0001-76)

Extrato da Decisão nº 178 de 18 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 1.587,93 (um mil, quinhentos e oitenta e sete reais e noventa e três centavos), em decorrência da venda de medicamento por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Art. 5º, inciso II, alínea "b" da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.930320/2020-99
Interessado: NEWFAR COMERCIAL HOSPITALAR LTDA EPP. (CNPJ n° 26.833.867/0001-11)

Extrato da Decisão nº 179, de 18 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 3.464,56 (três mil, quatrocentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e seis centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para negociações destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Orientações Interpretativas n° 1/2006 e n° 2/2006; e Resolução CMED n° 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.929834/2021-82
Interessado: TRÊS PHARMA DISTRIBUIDORA E SERVIÇOS LTDA. - ME. (CNPJ n° 26.401.571/0001-21)

Extrato da Decisão nº 180, de 19 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 1.016,66 (um mil, dezesseis reais e sessenta e seis centavos), em decorrência da venda de medicamento por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Art. 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.934812/2021-34
Interessado: ONCOTECH HOSPITALAR COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. (CNPJ n° 10.542.511/0001-99)

Extrato da Decisão nº 181, de 19 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 21.292,36 (vinte e um mil, duzentos e noventa e dois reais e trinta e seis centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Art. 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.929824/2021-47
Interessado: CONCEITO DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS CIRÚRGICOS LTDA. (CNPJ n° 32.384.285/0001-06).

Extrato da Decisão nº 182, de 19 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 5.812,88 (cinco mil, oitocentos e doze reais e oitenta e oito centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Art. 5º, inciso II, alínea "b" da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018, e Orientação Interpretativa nº 1, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.907727/2022-84
Interessado: WERBRAN DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (CNPJ n° 04.372.020/0001-44)

Extrato da Decisão nº 183, de 19 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 44.403,12 (quarenta e quatro mil, quatrocentos e três reais e doze centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Orientação Interpretativa CMED n° 1, de 13 de novembro de 2006; e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.083075/2018-04
Interessado: JC MÉDICA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICO HOSPITALARES EIRELI. (CNPJ n° 17.499.185/0001-23)

Extrato da Decisão nº 184, de 22 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 83.979,75 (oitenta e três mil, novecentos e setenta e nove reais e setenta e cinco centavos), em decorrência da oferta de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Resolução CMED nº 3, de 2 de março de 2011; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; e Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.921643/2021-72
Interessado: SULMEDIC COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA. (CNPJ n° 09.944.371/0001-04)

Extrato da Decisão nº 185 de 22 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 793,96 (setecentos e noventa e três reais e noventa e seis centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto no Art. 5º, inciso II, alínea "b" da Resolução CMED nº 02, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.907737/2022-10
Interessado: ALFA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS MATER HOSPITALARES EIRELI. (CNPJ n° 31.175.808/0001-33)

Extrato da Decisão nº 186, de 22 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 145.607,46 (cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e sete reais e quarenta e seis centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Orientação Interpretativa CMED n° 1, de 13 de novembro de 2006; e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.907367/2022-11
Interessado: ANDRÉ INÁCIO DOS SANTOS EIRELI. (STARMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS). (CNPJ n° 26.659.793/0001-49)

AVISO

Foram publicadas em 29/8/2022 as edições extras nºs 164-A e 164-B do *DOU*.
Para acessar o conteúdo, clique nos nºs das edições.

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

Extrato da Decisão nº 187, de 23 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 51.911,44 (cinquenta e um mil, novecentos e onze reais e quarenta e quatro centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Orientação Interpretativa CMED n° 1, de 13 de novembro de 2006; e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.907748/2022-08
Interessado: CIRÚRGICA SÃO LUIS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI. (CNPJ n° 31.940.937/0001-70)

Extrato da Decisão nº 188, de 24 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 1.289,65 (um mil, duzentos e oitenta e nove reais e sessenta e cinco centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Orientação Interpretativa CMED n° 1, de 13 de novembro de 2006; e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.907087/2022-11
Interessado: CIRÚRGICA SÃO LUIS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI. (CNPJ n° 31.940.937/0001-70)

Extrato da Decisão nº 189, de 24 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 1.280,30 (um mil, duzentos e oitenta reais e trinta centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Orientação Interpretativa CMED n° 1, de 13 de novembro de 2006; e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.907095/2022-59
Interessado: CIRÚRGICA SÃO LUIS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI. (CNPJ n° 31.940.937/0001-70)

Extrato da Decisão nº 190, de 24 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 71.141,14 (setenta e um mil, cento e quarenta e um reais e quatorze centavos), em decorrência da venda de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; c/c Orientação Interpretativa CMED n° 1, de 13 de novembro de 2006; e Resolução CMED n° 2, de 16 de abril de 2018.

Processo Administrativo nº 25351.912336/2022-81
Interessado: PERFIL HOSPITALAR LTDA - ME. (CNPJ n° 19.430.036/0001-33)

Extrato da Decisão nº 191 de 25 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 141.143,78 (cento e quarenta e um mil, cento e quarenta e três reais e setenta e oito centavos), em decorrência da oferta de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006.

Processo Administrativo nº 25351.914154/2022-45
Interessado: PRÓ-SAÚDE DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. (CNPJ n° 21.297.758/0001-03)

Extrato da Decisão nº 192 de 25 de agosto de 2022: O Secretário-Executivo da Câmara de Regulação de Medicamentos (CMED) decidiu pela aplicação de sanção pecuniária no valor de R$ 61.142,35 (sessenta e um mil, cento e quarenta e dois reais e trinta e cinco centavos), em decorrência da oferta de medicamentos por preço superior ao permitido para vendas destinadas à Administração Pública, em descumprimento ao previsto nos Artigos 2º e 8º, *caput*, da Lei nº 10.742, de 6 de outubro de 2003; Resolução CMED nº 2, de 16 de abril de 2018; Orientação Interpretativa CMED nº 2, de 13 de novembro de 2006.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS

PORTARIA Nº 489, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

Cancelamento de habilitação para emissão de GTA

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 561, de 11.04.2018, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no D.O.U. de 13.04.2018 e com base na Instrução Normativa nº 22, de 20.06.2013, publicada no D.O.U. em 21.06.2013, resolve:

Cancelar, a partir de 22/08/2022, a habilitação concedida para emissão da Guia de Trânsito Animal - GTA, a (o) Médica (o) Veterinária (o) LEONARDO TADEU SILVA VINHAIS, CRMV- MG N.º 15.782, através da Portaria n.º 0827 em 08.01.2020. Motivo: Enquadramento no Motivo: Artigo 9º, incisos III e V da Instrução Normativa 22 de 20 de junho de 2013.

MARCILIO DE SOUSA MAGALHAES

PORTARIA Nº 22, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DE MINAS GERAIS, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 44, do regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428 de 9 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa nº 53, de 23 de outubro de 2013, na Lei nº 6.894 de 16 de dezembro de 1980, no Decreto 4.954/04 de 14 de janeiro de 2004, alterado pelo Decreto nº 8.059 de 26 de julho de 2013, e o que consta do Processo nº 21028.006619/2022-11, resolve:

Art. 1º Credenciar a empresa MICROBIOTA BRASIL LTDA., Empresa sediada a Avenida Oraida Mendes de Castro, 6.000, sala 16., CEP: 36.576-400, Viçosa/MG, para realizar ensaios de eficiência e viabilidade agronômica, visando o registro de produtos novos como Fertilizantes, Corretivos, Inoculantes e Biofertilizantes.

Art. 2º O Credenciamento de que trata esta portaria terá validade de cinco anos, em conformidade com o disposto no Artigo 30 da Instrução Normativa nº 53 de 23/07/2013.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCILIO DE SOUSA MAGALHÃES

PORTARIA Nº 489, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

Cancelamento de habilitação para emissão de GTA

Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 561, de 11.04.2018, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no D.O.U. de 13.04.2018 e com base na Instrução Normativa nº 22, de 20.06.2013, publicada no D.O.U. em 21.06.2013, resolve:

Cancelar, a partir de 22/08/2022, a habilitação concedida para emissão da Guia de Trânsito Animal - GTA, a (o) Médica (o) Veterinária (o) LEONARDO TADEU SILVA VINHAIS, CRMV- MG N.º 15.782, através da Portaria n.º 0827 em 08.01.2020. Motivo: Enquadramento no Motivo: Artigo 9º, incisos III e V da Instrução Normativa 22 de 20 de junho de 2013.

MARCILIO DE SOUSA MAGALHAES

PORTARIA Nº 915, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

Habilitação para emissão de GTA

O Superintendente Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 2.175 de 18.06.2019 do Secretário Executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicada no D.O.U. de 21.06.2019, e Decreto nº 8.701, de 31/03/2016, publicado no D.O.U. de 01/04/2016, e com base na Instrução Normativa nº 22, de 20.06.2013, publicada no D.O.U. de 21.06.2013,resolve:

Habilitar o(a) Médico(a) Veterinário(a) ALAN GERALDO QUINTÃO E SILVA, inscrito(a) no CRMV-MG sob nº 19.457, para emitir Guia de Trânsito Animal - GTA para fins de trânsito de animais vivos, no estado de Minas Gerais, para as espécies e municípios autorizados pelo SISA/DDA/SFA-MG, observando as normas e dispositivos legais em vigor.

MARCILIO DE SOUSA MAGALHAES

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE PERNAMBUCO

PORTARIA Nº 163, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O Superintendente Federal da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Pernambuco, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria nº 1.676, de 11 de julho de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de julho de 2016 e art. 262, da Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2018, e o que consta no Processo SEI nº 21036.001344/2022-12, resolve:

Art. 1 - HABILITAR o Médico Veterinário HUGO SILVESTRE MOTA, CRMV-PE Nº 4861-VP para a emissão de Guia de Trânsito Animal - GTA no trânsito intraestadual e interestadual de aves e ovos férteis com finalidade de produção de carne, ovos e material genético para os municípios de Lagoa do Carro, Riacho das Almas e Igarassu do Estado de Pernambuco, observando normas e dispositivos em vigor.

Art. 2º Tornar sem efeito a Portaria nº 112, de 21 de junho de 2022, publicada no DOU em 23/06/2022.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor a partir data de sua publicação.

CARLOS ANTÔNIO RIBEIRO RAMALHO JUNIOR

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA Nº 287, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, nomeada pela Portaria nº 337, de 27/02/2020, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial as dispostas nos artigos 262 e 292 , do Regimento Interno da Secretaria Executiva, Portaria nº 561/18, de 11/04/2018, publicado no DOU de 13/04/2018, combinado com a Portaria 1.393/18, de 21/08/2018, publicado no DOU de 23/08/2018, e considerando o disposto no art. 2 da Instrução Normativa n 22 , de 20 de junho de 2013 e o constante no processo 21042.010259/2022-66, resolve:

HABILITAR, o(a) Médico(a) Veterinário(a) MAICON VINICIUS PEREIRA, CRMV-RS 11860, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA) no Estado do Rio Grande do Sul.

Esta habilitação restringe-se à emissão de GTA através do sistema informatizado utilizado no Estado do Rio Grande do Sul, e está limitada às espécies, aos municípios e aos estabelecimentos constantes no processo supracitado, desde que haja parecer favorável da Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural do Estado do Rio Grande do Sul (SEAPDR).

A emissão de GTA deve ocorrer em conformidade com os manuais próprios do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e com atendimento aos demais dispositivos legais que regem a matéria.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

HELENA PAN RUGERI

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA • SECRETARIA-GERAL • IMPRENSA NACIONAL

JAIR MESSIAS BOLSONARO
Presidente da República

LUIZ EDUARDO RAMOS BAPTISTA PEREIRA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral

HELDO FERNANDO DE SOUZA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

VALDECI MEDEIROS
Coordenador-Geral de Publicação, Produção e Preservação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Publicação do Diário Oficial da União

SEÇÃO 1 • Publicação de atos normativos
SEÇÃO 2 • Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal
SEÇÃO 3 • Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00 Fone: (61) 3441-9450

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL DE AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO DE SANTA CATARINA

PORTARIAS DE 18 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA EM SANTA CATARINA, designado pela Portaria n° 2.194, de 21/06/2019, de acordo com a Portaria n° 428, artigo 44, inciso XXII, de 09/06/2010, combinada com a Portaria nº 561, de 11/04/2018 e com o Memorando-Circular n° 25/2018/SE-MAPA, de 25/04/2018 e em conformidade com a Instrução Normativa nº 22, de 20 de junho de 2013, que define as normas para habilitação de médico(a) veterinário(a) para a emissão de Guia de Trânsito Animal (GTA), resolve:

Nº 182 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Aliane Atanásio Rodrigues, inscrito(a) no CRMV/SC nº 11269, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.081574/2022-64, no estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 183 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Camila Martins Conti, inscrito(a) no CRMV/SC nº 11647, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.081575/2022-17, no estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 184 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Daraiana Palombit, inscrito(a) no CRMV/SC nº 10373, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.081576/2022-53, no estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 185 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Maricéia Coelho Bronner, inscrito(a) no CRMV/SC nº 7486, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21000.081577/2022-06, no estado de Santa Catarina.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 186 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Wagner Travessini, inscrito(a) no CRMV/SC nº 4640, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21050.003343/2019-29, no estado de Santa Catarina.
Revoga-se a Portaria de Habilitação nº 121, de 17/04/2019.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 187 - Habilitar o(a) médico(a) veterinário(a), Roberto Tischler Filho, inscrito(a) no CRMV/SC nº 5034, para emitir Guia de Trânsito Animal (GTA), conforme Processo SEI nº 21050.000787/2017-41, no estado de Santa Catarina.
Revoga-se a Portaria de Habilitação nº 22, de 06/02/2017.
Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TULIO TAVARES SANTOS

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DE INSUMOS E SANIDADE VEGETAL

PORTARIA Nº 112, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O Chefe do Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal da Divisão de Defesa Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento no Estado de Santa Catarina, designado pela Portaria Ministerial nº 216 de 16/08/2017, publicada no DOU de 18/08/2017, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XVI do artigo 267, concomitante com o artigo 274 e seu Parágrafo único e artigo 276 do Regimento Interno da Secretaria Executiva (SE/MAPA), aprovado pela Portaria Ministerial nº 561, de 11 de abril de 2018, publicada no DOU de 13 de abril de 2018, tendo em vista o disposto na Portaria SDA n° 385, de 25 de agosto de 2021, na Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 04 de janeiro de 2002 e o que consta no Processo Administrativo nº 21050.003055/2003-15, resolve:

Art. 1° Credenciar, sob o número BR-SC0058, a empresa Rodrigo G. Serviços em Comércio Exterior Ltda, CNPJ 02.512.239/0001-76, localizada na R. Anita Garibaldi, 442, Centro, no município de Itajaí/SC, na qualidade de empresa que realiza tratamento fitossanitário com fins quarentenários em atendimento aos programas e controles oficiais de competência legal do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nas modalidades fumigação com brometo de metila em câmara em lona, fumigação com brometo de metila em contêiner, fumigação com fosfina em câmara em lona, fumigação com fosfina em contêiner, fumigação com fosfina em porão de embarcação, fumigação com fosfina em silo hermético e tratamento térmico por ar quente forçado.

Art. 2º O credenciamento terá validade por cinco anos, podendo ser renovado mediante requerimento encaminhado ao Serviço de Fiscalização de Insumos e Sanidade Vegetal - SISV/DDA/SFA/SC.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

JORGE JACINTO CALIXTO

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA MAPA/SAP Nº 1.227, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Cancelar, o Certificado de Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira da embarcação de pesca BELEM PESCA V, inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº PA-0010147-7 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação

A SECRETÁRIA DE AQUICULTURA E PESCA SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 29, do Anexo I, do Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020 e com base no Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, Portaria nº 20, de 14 de janeiro de 2020 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na Instrução Normativa da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República nº 03, de 12 de maio de 2004, e o que consta no Processo nº 21000.025812/2020-90, resolve:

Art. 1º Cancelar com base no art. 10 do Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, no inciso III do art.34 da Instrução Normativa da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República nº 03, de 12 de maio de 2004, o Certificado de Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira da embarcação de pesca BELEM PESCA V, inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº PA-0010147-7 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob nº 021-022670-6, na modalidade de permissionamento de espinhel/covos, para captura de espécie-alvo: pargo (Lutjanus purpureus), que corresponde ao item 1.8, do Anexo I, da Instrução Normativa Interministerial do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente - MPA/MMA nº 10, de 10 de junho de 2011, com o código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira 1.04.001.

Art. 2º A parte interessada tem o prazo de 10 (dez) dias úteis para interposição de recurso administrativo, conforme dispõe o art. 59 da Lei nº 9.784 , de 29 de janeiro de 1999, após a entrada em vigor desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a contar da data de sua publicação.

ANDREIA LINS RIBAS

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.228, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Cancelar, o Certificado de Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira da embarcação de pesca WILLIAM JAMILLY, inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº PE-0027962-1 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 221-004052-33.

A SECRETÁRIA DE AQUICULTURA E PESCA SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 29, do Anexo I, ao Decreto nº 10.253, de 20 de fevereiro de 2020 e com base no Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, Portaria nº 20, de 14 de janeiro de 2020 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na Instrução Normativa nº 03, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República , e o que consta no Processo nº 21000.087896/2021-36, resolve:

Art. 1º Cancelar, com base no art. 10 do Decreto nº 8.425, de 31 de março de 2015, no inciso III do art.34 da Instrução Normativa nº 03, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República, o Certificado de Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira da embarcação de pesca WILLIAM JAMILLY, inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº PE-0027962-1e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob o nº 221-004052-33, Emalhe Costeiro diversificada, para captura das espécies-alvo Anchova (Pomatomus saltatrix); Corvina (Micropogonias furnieri); Pescada (Cynoscion guatucupa); Castanha (Umbrina canosai) e Abrótea (Urophycis brasiliensis), com área de operação no litoral do estado do Rio Grande do Sul, que corresponde ao item 2.13, do anexo II, da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º A parte interessada tem o prazo de 10 (dez) dias úteis para interposição de recurso administrativo, conforme dispõe o art. 59 da Lei nº 9.784 , de 29 de janeiro de 1999, após a entrada em vigor desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor a contar da data de sua publicação.

ANDREIA LINS RIBAS

PORTARIA SAP/MAPA Nº 1.229, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Cancelar, o Certificado de Registro e Autorização de Embarcação Pesqueira da embarcação de pesca BELÉM PESCA XVII, inscrita no Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira sob nº PA-0010150-1 e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação sob nº 021-024057-1, na modalidade de permissionamento de espinhel/covos, para captura da espécie-alvo: Pargo (Lutjanus purpureus), com área de operação no Mar Territorial Norte e Nordeste (Amapá a Alagoas) e na Zona Econômica Exclusiva Norte e Nordeste (Amapá a Alagoas), que corresponde ao item 1.8, do Anexo I da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente, com o código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira 1.04.001.

A SECRETÁRIA DE AQUICULTURA E PESCA SUBSTITUTA DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 32 ao Anexo I ao Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, e com base na Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, Portaria nº 20, de 14 de janeiro de 2020 do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, na Instrução Normativa nº 9, de 4 de agosto de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura e na Portaria Interministerial nº 42, de 27 de julho de 2018 da Secretaria Geral da Presidência da República e Ministério do Meio Ambiente, e o que consta do Processo nº 21030.004993/2021-44, resolve:

Art. 1º Cancelar, com base no art. 34, inciso III da Instrução Normativa nº 03, de 12 de maio de 2004 da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca da Presidência da República e no art. 3º da Instrução Normativa nº 9, de 4 de agosto de 2011 do Ministério da Pesca e Aquicultura, o Certificado de Registro e Autorização da embarcação de pesca BELÉM PESCA XVII, de propriedade da empresa Pescados Amazonas Importação e Exportação LTDA, inscrita no Registro Geral da Atividade Pesqueira sob o nº PA-0010150-1, e na Autoridade Marítima pelo Título de Inscrição de Embarcação nº 021-024057-1, autorizada a operar na modalidade de permissionamento de espinhel/covos, para captura da espécie-alvo: Pargo (Lutjanus purpureus), com área de operação no Mar Territorial Norte e Nordeste (Amapá a Alagoas) e na Zona Econômica Exclusiva Norte e Nordeste (Amapá a Alagoas), código do Sistema Informatizado do Registro Geral da Atividade Pesqueira 1.04.001, que corresponde ao item 1.8, do Anexo I da Instrução Normativa Interministerial nº 10, de 10 de junho de 2011, do Ministério da Pesca e Aquicultura e do Ministério do Meio Ambiente.

Art. 2º A parte interessada tem o prazo de 10 (dez) dias úteis para interposição de recurso administrativo, conforme dispõe o art. 59 da Lei nº 9.784 , de 29 de janeiro de 1999, após a entrada em vigor desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor 7 (sete) dias após a data de sua publicação.

ANDREIA LINS RIBAS

SECRETARIA DE DEFESA AGROPECUÁRIA

PORTARIA SDA Nº 641, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Altera dispositivos da Portaria SDA nº 492, de 23 de dezembro de 2021, que cria o Banco de Auditores do SUASA.

O **SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA,** DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 24 e 68, do Anexo I, do Decreto nº 10.827, de 30 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto nos arts. 27-A, 28-A e 29-A da Lei nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, no Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006, e o que consta dos Processos SEI nº 21000.028291/2020-22, 21000.039735/2020-55 e 21000.007728/2022-56 resolve:

Art. 1º A Portaria SDA nº 492, de 23 de dezembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 1º Fica criado o Banco de Auditores da Defesa Agropecuária, com o objetivo de contribuir com as atividades de auditoria e monitoramento do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária SUASA" (NR)

"Art. 2º .....

.....

V - declarar disponibilidade para participação em auditorias de, no mínimo, 40 (quarenta) horas anuais; e

.....

§ 2º Os agentes públicos que atuam na área de defesa agropecuária dos Estados e do Distrito Federal, que venham a integrar o Banco de Auditores, participarão exclusivamente das auditorias do Sistema Brasileiro de Inspeção de Produtos e Insumos Agropecuários de que trata o § 2º do art. 153 do Decreto nº 5.741, de 30 de março de 2006.

....." (NR)

"Art. 4º .....

.....

III - autorização da chefia imediata; e

....."(NR)

"Art. 13 .....

§ 1º Os Departamentos da Secretaria de Defesa Agropecuária poderão nomear peritos, se necessário, para apoio operacional das auditorias gerais e específicas.

§ 2º Os peritos de que trata o §1º deverão ser cadastrados por meio de formulário específico do Banco de Auditores." (NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de outubro de 2022.

JOSÉ GUILHERME TOLLSTADIUS LEAL

DEPARTAMENTO DE SANIDADE VEGETAL E INSUMOS AGRÍCOLAS
COORDENAÇÃO-GERAL DE AGROTÓXICOS E AFINS

ATO Nº 38, DE 12 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins no uso das suas atribuições legais resolve dar publicidade ao resumo dos registros de agrotóxicos e afins concedidos, conforme previsto no Artigo 14 do Decreto nº 4074, de 04 de janeiro de 2002.

1-a. Titular do registro: Iharabras S.A. Indústrias Químicas- Sorocaba/SP.

b. Marca comercial: **SUGOY.**

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 17822, conforme processo nº 21000.062088/2020-85, protocolado em 29/09/2020.

d. Fabricante do produto técnico(Metomino Técnico): Nome: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - CNPJ: 61.142.550/0001-30 - Endereço: Avenida Liberdade, 1701 - Cajuru do Sul, Sorocaba/SP - CEP: 18.087-170; Nome: PI Industries Ltd. - Endereço: Plot nº 237, G.I.D.C. Panoli, Dist. Bharuch, 394116, Ankleshwar, Gujarat - Índia; Nome: Jiangsu Agrochem Laboratory Co. Ltd. - Endereço: Nº 1218 North Changjiang Rd., Hi-Tech Development Zone, Changzhou, Jiangsu, 213034 - China; Nome: Huaian Glory Chemical Co., Ltd. - Endereço: Nº 2, Guoqiao Road, Huaian Salt Chemical Industry Park, Hongze, 223100 Huaian, Jiangsu - China; Nome: Junsei Chemical Co., Ltd. - Endereço: 644-47 Aza Houtubo Hitana Nakagou-Machi, 319-1556 Ibaraki - Japão; Nome: Jiangsu BVCO Chemical Co. Ltd. - Endereço: Weier Road, Aoyang Industrial Park, Funing County, Jiangsu Province, 224400 - China; Nome: Osaka Organic Chemical Industry Ltd. - Endereço: 1600-1, Matsumoto-Machi, 924-0057 Hakusan, Ishikawa, Japão. Produto Técnico(Inpyrfluxan Técnico): Nome: Sumitomo Chemical Co. Ltd. - Endereço: Oita works 2200 - Tsurusaki Oita-shi, 870-0106, Oita - Japão; Nome: Bayer AG - Endereço: ChemPark 41538 Dormagen - Alemanha; Nome: Bayer AG - Endereço: Industriestraße, Chemiepark Knapsack, 50354, Hürth - Alemanha. Produto Técnico(Clorotalonil Técnico CN): Nome: Jiangsu Agrochem Laboratory - Endereço: Nº 1218 North Changjiang Rd, Hi-Tech Development Zone, Changzhou, Jiangsu, 213034 - China; Nome: Jiangsu Xinhe Agrochemical Co., Ltd. - Endereço: Planta Jingjiu - No. 55 Jingjiu Road, Economic Development Zone 221400 Xinyi, Jiangsu - China; Nome: Jiangsu Weunite Fine Chemical Co., Ltd. - Endereço: Jinger Road, Industry Chemical Park, Xinyi, Jiangsu - China; Nome: Jiangsu Xinhe Agrochemical Co., Ltd. - Endereço: Nº 19 Xingang Road, Economic Development Zone, 221400 Xinyi, Jiangsu, China. Produto Técnico(Daconil Técnico 960 USA): Nome: GB Biosciences Corporation - Endereço: 2239 Hadeen Road, Houston, Texas 77015 - Estados Unidos. Produto Técnico(Clorotalonil Técnico): Nome: GB Biosciences Corporation - Endereço: 2239 Haden road, Houston TX77015 - Estados Unidos; Nome: Jiangyin Suli Chemical Co. Ltd. - Endereço: N° 7, Runhua Road, Ligang Town, Jiangyin City, Jiangsu Province, 214444 - China; Nome: Jiangsu Xinhe Agrochemical Co., Ltd. - Endereço: Nº 55, Jingjiu Road, Economic Development Zone, Xinyi City, Jiangsu Province - China; Nome: Jiangsu Xinhe Agrochemical Co. Ltd. - Endereço: Shanghai Road, Xinyi, Jiangsu - China.

e. Formulador: Nome: Iharabras S.A. Indústrias Químicas - CNPJ: 61.142.550/0001-30 - Endereço: Avenida Liberdade, 1701 - Cajuru do Sul, Sorocaba/SP - CEP: 18.087-170.

f. Nome químico: (E)-2-methoxyimino-N-methyl-2-(2-phenoxyphenyl)acetamide; 3-(difluoromethyl)-N-[(R)-2,3-dihydro-1,1,3-trimethyl-1H-inden-4-yl]-1-methylpyrazole-4-carboxamide; tetrachloroisophthalonitrile.

g. Nome comum: Metominostrobina; Impirfluxam; Clorotalonil.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para a cultura da Soja.

j. Classificação toxicológica: Categoria 3 - Produto Moderadamente Tóxico.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

2-a. Titular do registro: Nortox S.A.- Arapongas/PR.

b. Marca comercial: PROPICONAZOLE MAX NORTOX.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 17922, conforme processo nº 21000.008619/2015-27, protocolado em 21/12/2015.

d. Fabricante do produto técnico(Propiconazole Técnico Nortox): Nome: Nortox S.A. - CNPJ: 75.263.400/0001-99 - Endereço: BR 369, Km 197, Distrito de Aricanduva, Arapongas/PR - CEP: 86.700-970. Produto TécnicoPropiconazole Técnico Nortox BR): Nome: Shandong Weifang Shuangxing Pesticide Co. Ltd. - Endereço: North of Industrial Street, Binhai Development Zone, Weifang City Shandong - China.

e. Formulador: Nome: Nortox S.A. - CNPJ: 75.263.400/0001-99 - Endereço: BR 369, Km 197, Distrito de Aricanduva, Arapongas/PR - CEP: 86.700-970; Nome: Jiangsu Corechem Co., Ltd. - Endereço: 18, Shilian Avenue, Huaian City, Jiangsu, 223000 - China; Nome: Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co., Ltd. - Endereço: North Area of Dongsha Chem - Zone, Zhangjiagang, Jiangsu, 215600 - China; Nome: Jiangsu Yangnong Chemical Group Co., Ltd. - Endereço: Nº 39 Wenfeng Road, Yangzhou, Jiangsu, 225009 - China; Nome: Shandong Weifang Shuangxing Pesticide Co., Ltd. - Endereço: North of Industrial Street, Binhai Development Zone, Weifang City, Shandong - China; Nome: Wasion Crop Science and Technology Co., Ltd. - Endereço: 1 Hedong Road, Xinshi Town, Deqing, Zhejiang - China.

f. Nome químico: (RS)-1-[2-(2,4-dichlorophenyl)-4-propyl-1,3-dioxolan-2-ylmethyl]-1H-1,2,4-triazole.

g. Nome comum: Propiconazol.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Arroz irrigado, Banana, Cevada, Milho e Trigo.

j. Classificação toxicológica: Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

3-a. Titular do registro: Syncrom Assessoria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: **GEMPOX.**

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 18022, conforme processo nº 21000.049090/2020-69, protocolado em 30/07/2020.

d. Fabricante do produto técnico(Glufosinate-ammonium Técnico GT): Nome: Yongnong Biosciences Co., LTD. - Endereço: No. 3, Weiqi Rd (East), Hangzhou Gulf Fine Chemical Zone, Shangyu, Zhejiang, 312369 - China. Produto Técnico(Glufosinate-ammonium Técnico Lier): Nome: Lier Chemical Co., Ltd. - Endereço: Economic and Technical Development Zone, 621000, Mianyang, Sichuan - China.

e. Formulador: Nome: Globachem NV - Endereço: Montenakenweg 535, Sint-Truiden - 3800 - Bélgica; Nome: Hailir Pesticides and Chemicals Group Co., Ltd. - Endereço: East Industry Zone, Chengyang District, Qingdao, Shandong - China; Nome: Zhejiang Zhongshan Chemical Industry Group Co., Ltd - Endereço: Zhongshan, Xiaopu, Changxing, Zhejiang Province, 313116 - China.

f. Manipulador: Nome: Tagma Brasil Industria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ: 03.855.423/0001-81 - Endereço: Avenida Roberto Simonsen, 1459, Recanto dos Pássaros, Paulínia/SP - CEP: 13.148-030.

g. Nome químico: 4-[hydroxy(methyl)phosphinoyl]-DL-homoalanine ou DL-homoalanin-4- yl(methyl)phosphinic acid.

h. Nome comum: Glufosinato - Sal de Amônio.

i. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

j. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Milho e Soja.

k. Classificação toxicológica: Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico.

l. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

4-a. Titular do registro: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.- Porto Alegre/RS.

b. Marca comercial: TRICLOMAX.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 18122, conforme processo nº 21000.005031/2017-83, protocolado em 02/02/2017.

d. Fabricante do produto técnico(TRICLOPIR-BUTOTÍLICO TÉCNICO RAINBOW): Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Unidade Fabril 02 - Endereço: Binhai Economic Development Area, Weifang City, Shandong Province, 262737 - China.

e. Formulador: Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Area, Weifang, Shandong, 262737 - China.

f. Nome químico: butoxyethyl 3,5,6-trichloro-2-pyridyloxyacetate.

g. Nome comum: Triclopir-butotílico.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Arroz irrigado, Eucalipto e Pastagens.

j. Classificação toxicológica: Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

5-a. Titular do registro: Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A.- Maracanaú/CE.

b. Marca comercial: CYPTRIN.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 18222, conforme processo nº 21000.007764/2015-91, protocolado em 16/11/2015.

d. Fabricante do produto técnico(Cipermethrin Técnico Gharda): Nome: Gharda Chemical Limited - Lote Plant - Endereço: D-1/2 MID, Lote Parshuram, Taluka Khed, District Ratnagiri, 415722, Maharashtra - Índia. Produto Técnico(Cipermetrina Tagros Técnico): Nome: Tagros Chemicals India Private Limited - Endereço: A-4/1 & A/2 SIPCOT Industria Complex, Pacha yankuppam Village, Cuddalore - 607 005, Tamil Nadu - Índia.

e. Formulador: Nome: Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A. - CNPJ: 07.467.822/0001-26 - Endereço: Avenida Parque Sul, 2138, 1º Distrito Industrial, Maracanaú/CE - CEP: 61.939-000; Nome: Ouro Fino Química S.A. - CNPJ: 09.100.671/0001-07 - Endereço: Av. Filomena Cartafina, 22335, quadra 14, lote 5 - Distrito Industrial III, Uberaba/MG - CEP: 38.044-750; Nome: Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ 03.855.423/0001-81 - Endereço: Avenida Roberto Simonsen, 1459, Recanto dos Pássaros, Paulínia/SP - CEP: 13.148-030; Nome: Adama Brasil S.A. - CNPJ 02.290.510/0001-76 - Endereço: Rua Pedro Antônio de Souza, 400, Parque Rui Barbosa, Londrina/PR - CEP: 86.031-610.

f. Nome químico: (RS)-α-cyano-3-phenoxybenzyl(1RS,3RS;1RS,3SR)-3-(2,2-dichlorovinyl)-2,2-dimethylcyclopropane carboxylate.

g. Nome comum: Cipermetrina.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Algodão, Arroz, Arroz irrigado, Batata, Café, Cebola, Citros, Feijão, Fumo, Mandioca, Milho, Soja e Tomate.

j. Classificação toxicológica: Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

6-a. Titular do registro: AllierBrasil Agro Ltda.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: GOOD-HARVEST GLIFOSATO 480 SL.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 18322, conforme processo nº 21000.004972/2015-38, protocolado em 11/08/2015.

d. Fabricante do produto técnico(Glifosato Técnico GHA): Nome: Jiangsu Good Harvest - Weien Agrochemical Co. Ltd. - Endereço: Loagang, Qidong City, Jiangsu Province - China.

e. Formulador: Nome: Jiangsu Good Harvest - Weíen Agrochemical Co., Ltd. - Endereço: Laogang, Qidong City, Jiangsu, 226221 - China.

f. Manipulador: Nome: Adama Brasil S.A. - CNPJ: 02.290.510/0001-76 - Endereço: Rua Pedro Antônio de Souza, 400. Parque Rui Barbosa. Londrina/PR - CEP: 86.031-610; Nome: Adama Brasil S.A. - CNPJ: 02.290.510/0004-19 - Endereço: Av. Júlio de Castilhos, 2085. Bairro Coqueiros, Taquari/RS - CEP: 95.860-000; Nome: Iharabras SA Indústrias Químicas. - CNPJ: 61.142.550/0001-30 - Endereço: Av. Liberdade, 1701, Sorocaba/SP - CEP: 18.001-970; Nome: Nortox SA. - CNPJ:75.263.400/0011-60 - Endereço: Rod. BR 360, Km 197, Arapongas/PR - CEP: 86.700-970; Nome: Nortox SA. - CNPJ: 75.263.400.0001/99 - Endereço: Rod. 163, Km 116, Rondonópolis/MT - CEP: 78.740-275; Nome: Tagma Brasil Ltda. - CNPJ: 03.855.423/0001-81 - Endereço: Av. Roberto Simonsen, 1459, Paulínia/SP - CEP: 13.140-000; Nome: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A. - CNPJ: 02.974.733/0003-14 - Endereço: Av. Maeda, s/n°, Distrito Industrial, Ituverava/SP - CEP: 13.092-104.

g. Nome químico: Isopropylammonium N-(phosphonomethyl)glycinate.

h. Nome comum: Glifosato - Sal de Isopropilamina.

i. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

j. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Algodão, Ameixa, Arroz, Arroz irrigado, Banana, Cacau, Café, Cana-de-açúcar, Citros, Eucalipto, Feijão, Maçã, Milho, Nectarina, Pastagem, Pera, Pêssego, Pinus, Seringueira, Soja, Trigo e Uva

k. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

l. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

7-a. Titular do registro: Basf S.A.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: ORVEGO ME.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 18422, conforme processo nº 21000.009712/2011-25, protocolado em 22/08/2011.

d. Fabricante do produto técnico(Ametoctradin Técnico): Nome: Hikal Limited - Endereço: T-21, MIDC Ind. Area, Taloja, 410 208, District Raigad, Maharashtra - Índia. Produto Técnico(Metiram Técnico): Nome: Basf SE - Endereço: Carl-Bosch Strasse, 38 - 67056 - Ludwigshafen - Baden-Württemberg - Alemanha.

e. Formulador: Nome: Basf SE - Endereço: Carl-Bosch Strasse, 38 - 67056 - Ludwigshafen - Baden-Württemberg - Alemanha.

f. Nome químico: 5-ethyl-6-octyl[1,2,4]triazolo[1,5-a]pirimidin-7-amine; zinc ammoniate ethylenebis(dithiocarbamate)-poly(ethylenethiuram disulfide).

g. Nome comum: Ametoctradina; Metiram.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Batata, Cebola, Melancia, Melão, Pepino, Rosa e Tomate.

j. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

8-a. Titular do registro: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: PICATINA FLORA.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 18522, conforme processo nº 21000.026515/2017-66, protocolado em 13/06/2017.

d. Fabricante do produto técnico(Pydiflumetofen Técnico): Nome: Syngenta Crop Protection Münchwilen AG - Endereço: Breitenloh 5, CH 4333, Münchwilen - Suíça; Nome: Syngenta Crop Protection Monthey S.A. - Endereço: Route de I'lle-au-Bois, 1870 - Caixa Postal 273 - Usine de Monthey - Monthey - Suíça; Nome: Syngenta Nantong Crop Protection Limited - Endereço: Nº1 Zhong Xing Road - Nantong Economie & Technological Development Zone - China. Produto Técnico(Maxim Técnico): Nome: Fine Organics Ltd. - Endereço: Clevand- TS2 1 UB - Reino Unido; Nome: Syngenta Crop Protection Monthey S.A. - Endereço: Route de I'lle-au-Bois, 1870 - Caixa Postal 273 - Usine de Monthey - Monthey - Suíça; Nome: Syngenta Crop Protection AG - Endereço: Werk Schweizerhalle, Rheinfelderstrasse, Rothausweg CH 4133, Pratteln - Suíça.

e. Formulador: Nome: Syngenta Crop Protection Münchwilen AG - Endereço: Breitenloh 5, 4333, Münchwilen - Suiça; Nome: Syngenta Crop Protection, LLC - Endereço: 4111, Gibson Road, 68107- Omaha, Nebraska - Estados Unidos da América; Nome: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. - CNPJ: 60.744.463/0010-80 - Endereço: Rodovia Professor Zeferino Vaz - SP 332, s/ne, km 127,5, Bairro Santa Terezinha, Paulínia/SP - CEP: 13.148-915.

f. Nome químico: 3-(difluorometil)-*N*-metoxi-1-metil-*N*-((*RS*)-1-metil-2-(2,4,6-triclorofenil)etil)pirazol-4-carboxamida; 4-(2,2-difluoro-1,3-benzodioxol-4-yl)pyrrole-3-carbonitrile.

g. Nome comum: Pidiflumetofem; Fludioxonil.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Begônia e Rosa.

j. Classificação toxicológica: Não Classificado - Produto Não Classificado.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

9-a. Titular do registro: Monsanto do Brasil Ltda.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: WALLOP.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 18622, conforme processo nº 21000.005263/2015-70, protocolado em 31/07/2015.

d. Fabricante do produto técnico(Acetochlor Técnico Monsanto): Nome: Bayer CropScience LP - Muscatine Plant - Endereço: 2.500 Wiggins Road, Musacatine, Iowa, 52.761 - Estados Unidos da América.

e. Formulador: Nome: Bayer CropScience LP - Muscatine Plant - Endereço: 2.500 Wiggins Road, Musacatine, Iowa, 52.761 - Estados Unidos da América.

f. Nome químico: 2-chloro-N-ethoxymethyl-6'-ethylaceto-o-toluidide.

g. Nome comum: Acetocloro.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Algodão, Milho e Soja.

j. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

10-a. Titular do registro: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. - São Paulo/SP.

b. Marca comercial: CREAVIS.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 18722, conforme processo nº 21000.007995/2015-02, protocolado em 27/11/2015.

d. Fabricante do produto técnico(Pydiflumetofen Técnico): Nome: Syngenta Crop Protection Münchwilen AG - Endereço: Breitenloh 5, CH 4333, Münchwilen - Suíça; Nome: Syngenta Crop Protection Monthey S.A. - Endereço: Route de I'lle-au-Bois, 1870 - Caixa Postal 273 - Usine de Monthey - Monthey - Suíça; Nome: Syngenta Nantong Crop Protection Co., Ltd. - Endereço: No. 1 Zhongyang Road Nantong Economic And Technological Development Area Nantong, Jiangsu - China.

e. Formulador: Nome: Syngenta Crop Protection, LLC - Endereço: Omaha Site - 4111, Gibson Road, Omaha-NE, 68107 - Estados Unidos da América; Nome: Syngenta Crop Protection Münchwilen AG - Endereço: Breitenloh 5, Münchwilen, CH-4333 - Suíça; Nome: Syngenta Limited - Endereço: Jealott's Hill International Research Centre - Bracknell, Berkshire, RG42 6EY - Reino Unido; Nome: Syngenta Limited - Endereço: Grangemouth Manufacturin Centre - Earls Road, Grangemouth, Stirlingshire, FK3 8XG, Escócia - Reino Unido; Nome: Syngenta Production France S.A.S - Endereço: Usine Aigues-Vives, Route de la Gare - BP1, Aigues-Vives, F-30670 - França; Nome: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. - CNPJ: 60.744.463/0010-80 - Endereço: Rodovia Professor Zeferino Vaz, SP 332, s/nº, km 127,5, Santa Terezinha, Paulínia/SP - CEP: 13.148-915.

f. Nome químico: 3-(difluorometil)-N-metoxi-1-metil-N-((RS)-1-metil-2-(2,4,6-triclorofenil)etil)pirazol-4-carboxamida.

g. Nome comum: Pidiflumetofem.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para a cultura da Soja.

j. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

11-a. Titular do registro: Koppert do Brasil Holding Ltda.- Piracicaba/SP.

b. Marca comercial: LARVANEM.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 18822, conforme processo nº 21016.009732/2021-07, protocolado em 01/12/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Koppert do Brasil Holding Ltda. - CNPJ: 11.074.190/0001-08 - Endereço: Rodovia Margarida da Graça Martins km 17,5 s/n (SP 135 - Estrada Tupi), Bairro Água Seca, Piracicaba/SP - CEP: 13.420-280; Nome: CP2 Ltda. - CNPJ: 03.779.255/0001-92 - Endereço: Rua Via Vicente Verdi, nº 528 - Distrito Industrial III - Charqueada/SP - CEP: 13.515-000; Nome: Koppert B.V. - Endereço: Veilingweg 14 2651 BE, Berkel en Rodenrijs - Holanda; Nome: Koppert Biological Systems, Inc., - Endereço: MI 48843 1502 Old US -23, Howell, Michigan - Estados Unidos; Nome: Koppert (Beijing) Agriculture Co., Ltd. - Endereço: Room 1104, Unit 1, Building 10 No.20 Guogongzhuang Middle Street - Fengtai District, Beijing - China; Nome: Koppert México S.A. de C.V., - Endereço: Circuito El Marques Norte No. 82, Parque Industrial El Marques - El Marqués, Querétaro - México; Nome: Koppert Africa do Sul - Endereço: Nº. 12, Lanseria Corporate Estate, Malibongwe drive Lanseria ext 26 1739 P.O. Box 625, Lanseria - South Africa; Nome: Nitrasoil - Endereço: Argentina Av. Centenario 3359 - Quilmes Buenos Aires - Argentina.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: *Heterorhabditis bacteriophora.*

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos Sphenophorus levis, Spodoptera frugiperda e Scaptocoris castanea.

i. Classificação toxicológica: Não Classificado - Produto Não Classificado.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

12-a. Titular do registro: Koppert do Brasil Holding Ltda.- Piracicaba/SP.

b. Marca comercial: CAPSANEM.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 18922, conforme processo nº 21016.009730/2021-18, protocolado em 01/12/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Koppert do Brasil Holding LTDA. - CNPJ: 11.074.190/0001-08 - Endereço: Rodovia Margarida da Graça Martins km 17,5 s/n (SP 135 - Estrada Tupi), Bairro Água Seca, Piracicaba/SP - CEP: 13.420-280; Nome: CP2 Ltda. - CNPJ: 03.779.255/0001-92 - Endereço: Rua Via Vicente Verdi, nº 528 - Distrito Industrial III - Charqueada/SP - CEP: 13.515-000; Nome: Koppert B.V. - Endereço: Veilingweg 14 2651 BE, Berkel en Rodenrijs - Holanda; Nome: Koppert Biological Systems, Inc., - Endereço: MI 48843 1502 Old US -23, Howell, Michigan - Estados Unidos; Nome: Koppert (Beijing) Agriculture Co., Ltd. - Endereço: Room 1104, Unit 1, Building 10 No.20 Guogongzhuang Middle Street - Fengtai District, Beijing - China; Nome: Koppert México S.A. de C.V., - Endereço: Circuito El Marques Norte No. 82, Parque Industrial El Marques - El Marqués, Querétaro - México; Nome: Koppert Africa do Sul - Endereço: Nº. 12, Lanseria Corporate Estate, Malibongwe drive Lanseria ext 26 1739 P.O. Box 625, Lanseria - South Africa; Nome: Nitrasoil - Endereço: Argentina Av. Centenario 3359 - Quilmes Buenos Aires - Argentina.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Steinernema carpocapsae.

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos Sphenophorus levis, Spodoptera frugiperda e Bradysia matogrossensi.

i. Classificação toxicológica: Não Classificado - Produto Não Classificado.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

13-a. Titular do registro: Albaugh Agro Brasil Ltda.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: LANFOR PRO.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 19022, conforme processo nº 21000.049705/2020-57, protocolado em 03/08/2020.

d. Fabricante do produto técnico(Azoxistrobina Técnica Agristar): Nome: Shangyu Nutrichem Co., Ltd. - Endereço: Nº 9, Weijiu Rd., Hangzhou Bay Shangyu Economic and Technological Development Area, Zhejiang, 312369 - China. Produto Técnico(Azoxistrobina Técnica Albaugh): Nome: CAC Nantong Chemical Co. Ltd. - Endereço: (Fourth Huanghai Road) Yangkou Chemical Industrial Park, Rudong County 226407 Nantong, Jiangsu - China. Produto Técnico(Ciproconazol Técnico Agristar): Nome: Shangyu Nutrichem Co., Ltd. - Endereço: Nº 9, Weijiu Rd., Hangzhou Bay Shangyu Economic and Technological Development Area, Zhejiang, 312369 - China. Produto Técnico(Ciproconazol Técnico Albaugh JSC): Nome: Jiangsu Sevencontinent Green Chemical Co., Ltd - Unit I - Endereço: Chengbei Road, 28, North Are of Dongsha Chem-Zone, 215600 Zhangjiagang, Jiangsu - China.

e. Formulador: Nome: Albaugh Agro Brasil Ltda. - CNPJ: 01.789.121/0004-70 - Endereço: Avenida Basiléia, 590 - Resende/RJ - CEP: 27.521-210; Nome: Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ: 03.855.423/0001-81 - Endereço: Avenida Roberto Simonsen, 1459 - Paulínia/SP - CEP: 13.148-030.

f. Nome químico: methyl(E)-2-{2-[6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate; (2RS,3RS;2RS,3SR)-2-(4-chlorophenyl)-3-cyclopropyl-1-(1H-1,2,4-triazol-1-yl)butan-2-ol.

g. Nome comum: Azoxistrobina; Ciproconazol.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Algodão, Arroz irrigado, Aveia, Café, Cana-de-açúcar, Cevada, Eucalipto, Girassol, Milheto, Milho, Soja e Trigo.

j. Classificação toxicológica: Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

14-a. Titular do registro: CAC Química do Brasil Ltda.- Campinas/SP.

b. Marca comercial: BRAULTRA 720 SC.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 19122, conforme processo nº 21000.017158/2020-41, protocolado em 09/03/2020.

d. Fabricante do produto técnico(Clorotalonil Técnico Agrisor): Nome: Jiangsu Xinhe Agrochemical Co, Ltd. - Endereço: Nº 55 Xingang Road, Economic Development Zone, Xinyi City, 221400, Jiangsu Province - China.

e. Formulador: Nome: Jiangsu Xinhe Agrochemical Co., Ltd. - Endereço: Nº 19 Xingang Road, Economic Development Zone, Xinyi, Jiangsu, 221400 - China; Nome: Jiangsu Xinhe Agrochemical Co., Ltd. - Endereço: N° 55, Jingjiu Road, Economic Development Zone, Xinyi, Jiangsu, 221400 - China.

f. Nome químico: tetrachloroisophthalonitrile.

g. Nome comum: Clorotalonil.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Amendoim, Banana, Batata, Berinjela, Cebola, Cenoura, Feijão, Mamão, Melancia, Melão, Pepino, Rosa, Soja, Tomate e Uva.

j. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

15-a. Titular do registro: Bioma Indústria Comércio e Distribuição - Eireli-Fazenda Rio Grande/PR.

b. Marca comercial: **BIAGRO CANA.**

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 19222, conforme processo nº 21016.009914/2021-70, protocolado em 07/12/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Bioma Indústria Comércio e Distribuição - Eireli - CNPJ: 14.833.690/0001-74 - Endereço: Estrada Rural Adão Roik, 1636, Área Rural, Fazenda Rio Grande/PR - CEP: 83.835-899.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Metarhizium anisopliae, cepa IBCB 425.

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos Mahanarva fimbriolata, Zulia entreriana e Deois flavopicta.

i. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

k. Produto Fitossanitário com Uso Aprovado para a Agricultura Orgânica.

16-a. Titular do registro: Bayer S.A.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: REVIEST.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 19322, conforme processo nº 21000.003377/2018-28, protocolado em 30/01/2018.

d. Fabricante do produto técnico(Proline Técnico): Nome: Bayer Cropscience LP - Endereço: 8400 Hawthorn Road - PO Box 4913 - Kansas City - Missouri - Estados Unidos da América; Nome: Saltigo GmbH - Endereço: Operations ChemPark Leverkusen, 51369, Leverkusen - Alemanha; Nome: Bayer AG - Endereço: Alte Heerstrasse, D-41538 - Chempark Dormagen, Dormagen - Alemanha. Produto Técnico(Inpyrfluxam Técnico): Nome: Sumitomo Chemical CO. Ltd. - Endereço: Ohita Works 2200 - Tsurusaki Ohita-Shi - Ohita, 870-0106 - Japão; Nome: Bayer AG - Endereço: Chemiepark Knapsack, PSM-1-Plant, Building 2620, Industriestrasse - Werkteil Hürth, 50354 , Hürth - Alemanha; Nome: Bayer AG - Endereço: Alte Heerstrasse, D-41538 - Chempark Dormagen, Dormagen - Alemanha.

e. Formulador: Nome: Bayer S.A. - CNPJ: 18.459.628/0033-00 - Endereço: Estrada da Boa Esperança, 650, Bairro Bom Pastor, Belford Roxo/RJ - CEP: 26.110-120; Nome: Bayer S.A. - Endereço: Carrera 50, Calle 8ª Soledad Atlantico, Barranquilla - Colômbia; Nome: Bayer S.A.S. - Endereço:1 avenue Edouard Herriot, 69400, Villefranche, Limas - França.

f. Nome químico: (RS)-2-[2-(1-chlorocyclopropyl)-3-(2-chlorophenyl)-2-hydroxypropyl]-2,4-dihydro-1,2,4-triazole-3-thione; 3-(difluoromethyl)-N-[(R)-2,3-dihydro-1,1,3-trimethyl-1H-inden-4-yl]-1-methylpyrazole-4-carboxamide.

g. Nome comum: Protioconazol; Impirfluxam.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para a cultura da Soja.

j. Classificação toxicológica: Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

17-a. Titular do registro: Bioma Indústria Comércio e Distribuição - Eirelli-Fazenda Rio Grande/PR.

b. Marca comercial: LAPHY PROTECTION.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 19422, conforme processo nº 21016.009499/2021-54, protocolado em 18/11/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Bioma Indústria Comércio e Distribuição - Eirelli - CNPJ:14.833.690/0001-74 - Endereço: Estrada Rural Adão Roik, 1636, Área Rural, Fazenda Rio Grande/PR - CEP: 83835- 899; Nome: Simbiose Indústria e Comércio

de Fertilizantes e Insumos Microbiológicos Ltda. - CNPJ: 08.879.643/0001-69 - Endereço: BR 158, km 206, Distrito Industrial - Cruz Alta/RS - CEP: 08.045-075.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: *Spodoptera frugiperda* multiple nucleopolyhedrovirus (SfMNPV).

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência do alvo biológico Spodoptera frugiperda.

i. Classificação toxicológica: Não Classificado - Produto Não Classificado.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

k. Produto Fitossanitário com Uso Aprovado para a Agricultura Orgânica.

18-a. Titular do registro: Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícola Ltda.- Salto/SP.

b. Marca comercial: TWIXX-D.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 19522, conforme processo nº 21016.010202/2021-01, protocolado em 21/12/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícola Ltda. - CNPJ: 05.470.581-0001-49 - Endereço: Avenida Tranquilo Gianini, 1090, Distrito Industrial, Salto/SP - CEP: 13.329-600.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: *Bacillus amyloliquefaciens,* cepa CPQBA 040-11DRM 01; *Bacillus amyloliquefaciens,* cepa CPQBA 040-11DRM 04.

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos Colletotrichum lindemuthianum, Colletotrichum truncatum, Corynespora cassiicola, Phaeosphaeria maydis e Ramularia areola.

i. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

19-a. Titular do registro: CCAB Agro S.A.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: AZOXISTROBIN 200 + CIPROCONAZOL 80 SC CCAB.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 19622, conforme processo nº 21000.055125/2018-84, protocolado em 19/12/2018.

d. Fabricante do produto técnico(Azoxystrobin Técnico Proventis): Nome: Shangyu Nutrichem Co., Ltd. - Endereço: Nº 9 Weijiu Road., Hangzhou Bay Shangyu Industrial Area, Zhejiang, 312369 - China. Produto Técnico(Ciproconazol Técnico Proventis): Nome: Shangyu Nutrichem Co., Ltd. - Endereço: Nº 9 Weijiu Road., Hangzhou Bay Shangyu Industrial Area, Zhejiang, 312369 - China; Nome: Jiangsu Sword Agrochemicals Co., Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Zone Coastal Industrial Park, Binhai County, Jiangsu 224500 - China.

e. Formulador: Nome: Tecnomyl S.A - Endereço: Parque industrial Avay Villeta - Paraguai; Nome: Tecnomyl S.A. - Endereço: Tierra del Fuego - Argentina; Nome: Ningbo Sunjoy Agroscience Co., Ltd. - Endereço: BeiHai Road, nº 1165, Ningbo Chemical Industry zone, Xiepu Town, Zhenhai, District, Ningbo, Zhejiang Province, 315040 - China; Nome: Phyteurop S.A. - Endereço: Rue Pierre My - Z.I. Grande Champagne, 49260, Montreuil-Bellay - França.

f. Manipulador: Nome: Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ: 03.855.423/0001-81 - Endereço: Av. Roberto Simonsen, 1459, Recanto dos Pássaros, Paulínia/SP - CEP: 13.140-000; Nome: Oxiquímica Agrociência Ltda. - CNPJ: 65.011.967/0001-14 - Endereço: Rua Minervino de Campos Pedroso, 13 Jaboticabal/SP - CEP: 14.871-360; Nome: Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ: 50.025.469/0004-04 - Endereço: Rua Bonifácio Rosso Ros, 260, Bairro Cruz Alta, Indaiatuba/SP - CEP: 13.348-790.

g. Nome químico: methyl(E)-2-{2-[6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate; (2RS,3RS;2RS,3SR)-2-(4-chlorophenyl)-3-cyclopropyl-1-(1H-1,2,4-triazol-1-yl)butan-2-ol.

h. Nome comum: Azoxistrobina; Ciproconazol.

i. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

j. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Algodão, Arroz irrigado, Aveia, Café, Cana-de-açúcar, Cevada, Eucalipto, Girassol, Milho, Soja e Trigo.

k. Classificação toxicológica: Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico.

l. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

20-a. Titular do registro: Bom Futuro Agrícola Ltda.- Campo Verde/MT.

b. Marca comercial: BEAUVERIA BOM FUTURO.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 19722, conforme processo nº 21016.000935/2022-19, protocolado em 15/02/2022.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Bom Futuro Agrícola Ltda. - CNPJ: 10.425.282/0073-05 - Endereço: Rodovia MT 251, Km 200 - S/N, Zona Rural, Campo Verde/MT - CEP: 78.840-000.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: *Beauveria bassiana,* isolado IBCB 66.

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos Bemisia tabaci raça B, Cosmopolites sordidus, Tetranychus urticae, Dalbulus maidis e Sphenophorus levis.

i. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

k. Produto Fitossanitário com Uso Aprovado para a Agricultura Orgânica.

21-a. Titular do registro: Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A.- Curitiba/PR.

b. Marca comercial: BTP 010-19.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 19822, conforme processo nº 21016.009582/2021-23, protocolado em 23/11/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Tacto Biotecnologia e Agropecuária Ltda. - CNPJ: 60.066.958/0002-98 - Endereço: Avenida Adília Barbosa Neves, nº 3350 - Bairro Portão Alto, Arujá/SP - CEP: 07.432-575; Nome: Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A. - CNPJ: 07.483.401/0001-99 - Endereço: Rua Emilio Romani, nº 1190, Bairro CIC, Curitiba/PR - CEP: 81.460-020.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: *Bacillus subtilis*, isolado CNPSo2720; *Bacillus velezensis*, isolado CNPSo 3602; *Bacillus pumilus*, isolado CNPSo3203.

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência do alvo biológico Septoria glycines.

i. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

22-a. Titular do registro: Total Biotecnologia Industria e Comercio S.A.- Curitiba/PR.

b. Marca comercial: **ACC MAX.**

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 19922, conforme processo nº 21016.009717/2021-51, protocolado em 30/11/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Total Biotecnologia Indústria e Comércio S.A. - CNPJ: 07.483.401/0001-99 - Endereço: Rua Emilio Romani, nº 1190 - Bairro CIC, Curitiba/PR - CEP: 81.460-020; Nome: Tacto Biotecnologia e Agropecuária Ltda. - CNPJ: 60.066.958/0002-98 - Endereço: Av. Adília Barbosa Neves, n° 3350 - Bairro Portão, Arujá/SP - CEP: 07432-575.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: *Bacillus amyloliquefaciens*, isolado CNPSo3202; *Bacillus velezensis*, isolado CNPSo3602; *Bacillus thuringiensis*, isolado CNPSo3915.

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos Rhizoctonia solani e Pratylenchus brachyurus.

i. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

23-a. Titular do registro: Monsanto do Brasil Ltda.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: HARNESS PLUS.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 20022, conforme processo nº 21000.004638/2015-84, protocolado em 31/07/2015.

d. Fabricante do produto técnico(Acetochlor Técnico Monsanto): Nome: Bayer CropScience LP - Muscatine Plant - Endereço: 2.500 Wiggins Road, Musacatine, Iowa, 52.761 - Estados Unidos da América.

e. Formulador: Nome: Bayer CropScience LP - Muscatine Plant - Endereço: 2.500 Wiggins Road, Musacatine, Iowa, 52.761 - Estados Unidos da América.

f. Nome químico: 2-chloro-N-ethoxymethyl-6'-ethylaceto-o-toluidide.

g. Nome comum: Acetocloro.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Algodão, Milho e Soja.

j. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

24-a. Titular do registro: Massen Produtos Biológicos S.A.- Indaiatuba/SP.

b. Marca comercial: PROFIX-F.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 20122, conforme processo nº 21016.010175/2021-69, protocolado em 20/12/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. - CNPJ: 05.470.581/0001-49 - Endereço: Av. Tranquillo Giannini, 1090, Distrito Industrial, Salto/SP - CEP: 13.320-900.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: *Bacillus subtilis,* cepa ATCC 6051; *Bacillus licheniformis,* cepa ATCC 12713; *Paecilomyces lilacinus,* cepa CPQBA 040-11 DRM 10

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos Meloidogyne incognata e Pratylenchus brachyurus.

i. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

25-a. Titular do registro: Massen Produtos Biológicos S.A.- Indaiatuba/SP.

b. Marca comercial: PROFIX-E.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 20222, conforme processo nº 21016.010174/2021-14, protocolado em 20/12/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. - CNPJ: 05.470.581/0001-49 - Endereço: Av. Tranquillo Giannini, 1090, Distrito Industrial, Salto/SP - CEP: 13.320-900.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Nome Comum: *Bacillus subtilis,* cepa ATCC 6051; *Bacillus licheniformis,* cepa ATCC 12713; *Paecilomyces lilacinus,* cepa CPQBA 040-11 DRM 10.

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos Meloidogyne incognata e Pratylenchus brachyurus.

i. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

26-a. Titular do registro: Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.- Salto/SP.

b. Marca comercial: PROFIX-D.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 20322, conforme processo nº 21016.010125/2021-81, protocolado em 16/12/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. - CNPJ: 05.470.581/0001-49 - Endereço: Av. Tranquillo Giannini, 1090, Distrito Industrial, Salto/SP - CEP: 13.320-900.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: *Bacillus subtilis,* cepa ATCC 6051; *Bacillus licheniformis,* cepa ATCC 12713; *Paecilomyces lilacinus,* cepa CPQBA 040-11 DRM 10.

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos Meloidogyne incognata e Pratylenchus brachyurus.

i. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

27-a. Titular do registro: Massen Produtos Biológicos S.A.- Indaiatuba/SP.

b. Marca comercial: PROFIX-G.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 20422, conforme processo nº 21016.010171/2021-81, protocolado em 20/12/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. - CNPJ: 05.470.581/0001-49 - Endereço: Av. Tranquillo Giannini, 1090, Distrito Industrial, Salto/SP - CEP: 13.320-900.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: *Bacillus subtilis,* cepa ATCC 6051; *Bacillus licheniformis,* cepa ATCC 12713; *Paecilomyces lilacinus,* cepa CPQBA 040-11 DRM 10.

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos Meloidogyne incognata e Pratylenchus brachyurus.

i. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

28-a. Titular do registro: Morsoletto & Vicente Cano Ltda.- Sertãozinho/SP.

b. Marca comercial: BIOPRECIOSO.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 20522, conforme processo nº 21016.001743/2022-11, protocolado em 28/03/2022.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Morsoletto & Vicente Cano Ltda. - CNPJ: 00.270.502/0001-32 - Endereço: Rua das Orquídeas, 29 - Chácaras Recreio Planalto, Sertãozinho/SP - CEP: 14176-416.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: *Trichogramma pretiosum.*

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos Tuta absoluta, Helicoverpa zea, Spodoptera frugiperda, Anticarsia gemmatalis, Chrysodeixis includens, Lasiothyris luminosa e Cryptoblabes gnidiella.

i. Classificação toxicológica: Não Classificado - Produto Não Classificado.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

k. Produto Fitossanitário com Uso Aprovado para a Agricultura Orgânica.

29-a. Titular do registro: AllierBrasil Agro Ltda.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: FLUAZINAM CROP 500 SC.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 20622, conforme processo nº 21000.047340/2017-21, protocolado em 03/11/2017.

d. Fabricante do produto técnico(Fluazinam Técnico SH): Nome: Zhejian Hetian Chemical Co., Ltd. - Endereço: Area M-18-5-4, Xiasha Economical Zone Hangzou - 310023, Zhejiang - China.

e. Formulador: Nome: Lianyungang Hetian Chemical Co., Ltd. - Endereço: 1, Jingshi Road, Guannan Industry Dev. Zone Lianyungang, Jiangsu, 222000 - China; Nome: Zhejiang Hetian Chemical Co., Ltd. - Endereço: Area M-18-5-4, Xiasha Economical Zone Hangzhou, Zhejiang, 310023 - China; Nome: Shenyang Research Institute of Chemical Industry (Nantong) Chemical Technology Co., Ltd. - Endereço: 55, Jiangnong Rd., Economic & Technological Development Area, Nantong, Jiangsu, 226010 - China.

f. Nome químico: 3-chloro-N-(3-chloro-5-trifluoromethyl-2-pyridyl)-α,α,α-trifluoro-2,6-dinitro-p-toluidine.

g. Nome comum: Fluazinam.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Batata, Cana-de-açúcar, Feijão, Girassol, Maçã, Morango, Pêssego, Soja e Tomate.

j. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

30-a. Titular do registro: Morsoletto & Vicente Cano Ltda.- Sertãozinho/SP.

b. Marca comercial: BIOHOWARDI.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 20722, conforme processo nº 21016.001509/2022-94, protocolado em 17/03/2022.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Morsoletto & Vicente Cano Ltda. - CNPJ: 00.270.502/0001-32 - Endereço: Rua das Orquídeas, 29 - Chácaras Recreio Planalto, Sertãozinho/SP - CEP: 14176-416.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Tetrastichus howardi.

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos Thyrinteina arnobia e Diatraea saccharalis.

i. Classificação toxicológica: Não Classificado - Produto Não Classificado.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

k. Produto Fitossanitário com Uso Aprovado para a Agricultura Orgânica.

31-a. Titular do registro: Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícola Ltda.- Salto/SP.

b. Marca comercial: TWIXX-C.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 20822, conforme processo nº 21016.010201/2021-59, protocolado em 21/12/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícola Ltda. - CNPJ: 05.470.581-0001-49 - Endereço: Avenida Tranquilo Gianini, 1090, Distrito Industrial, Salto/SP - CEP: 13.329-600.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Bacillus amyloliquefaciens, cepa CPQBA 040-11DRM 01; *Bacillus amyloliquefaciens,* cepa CPQBA 040-11DRM 04.

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos Corynespora cassiicola, Phaeosphaeria maydis, Colletotrichum truncatum, Ramularia aréola e Colletotrichum lindemuthianum.

i. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

32-a. Titular do registro: Perterra Insumos Agropecuários S.A.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: CLETHODIM R 240 EC PERTERRA.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 20922, conforme processo nº 21016.001517/2021-50, protocolado em 09/03/2021.

d. Fabricante do produto técnico(Cletodim Técnico Rainbow): Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Area, Weifang, Shandong, 262737 - China.

e. Formulador: Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Area, Weifang, Shandong, 262737 - China.

f. Manipulador: Nome: Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ: 03.855.423/0001-81 - Endereço: Avenida Roberto Simonsen, 1459 - Recanto dos Pássaros, Paulínia/SP - CEP: 13.148-030; Nome: Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ: 50.025.469/0004-04 - Endereço: Rua Bonifácio Rosso Ros, nº 260, Bairro Cruz Alta, Indaiatuba/SP - CEP: 13.348-790; Nome: Ultrafine Technologies Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ: 50.025.469/0001-53 - Endereço: Rua Alberto Guizo, 859, Distrito Industrial João Narezzi, Indaiatuba/SP - CEP:13347-402.

g. Nome químico: Oxima ciclohexanodion.

h. Nome comum: Cletodim.

i. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

j. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Algodão, Alho, Amendoim, Aveia, Batata, Batata-doce, Batata Yacon, Beterraba, Café, Cana-de-açúcar, Cará, Cebola, Cenoura, Centeio, Cevada, Ervilha, Feijão, Feijão-caupi, Fumo, Gengibre, Inhame, Grão-de-bico, Lentilha, Mandioca, Mandioquinha-salsa, Melancia, Milho, Nabo, Rabanete, Soja, Trigo e Triticale.

k. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

l. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

33-a. Titular do registro: VSF Agricultura Sustentável e Comércio Eireli-Petrolina/PE.

b. Marca comercial: CONCRIZ.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21022, conforme processo nº 21016.006269/2021-33, protocolado em 09/08/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: VSF Agricultura Sustentável e Comércio Eireli - CNPJ: 28.676.860/0001-69 - Endereço: Faz Lote 644/645, Núcleo II, S/N, Sala 01, Projeto Senador Nilo Coelho, Zona Rural, Petrolina/PE - CEP: 56.332-175.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: *Beauveria bassiana*, isolado IBCB 66.

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos Bemisia tabaci raça B, Cosmopolites sordidus, Tetranychus urticae, Dalbulus maidis e Sphenophorus levis.

i. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

k. Produto Fitossanitário com Uso Aprovado para a Agricultura Orgânica.

34-a. Titular do registro: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.- Ituverava/SP.

b. Marca comercial: SULFENTRAZONE UPL BR 500 SC.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21122, conforme processo nº 21000.008044/2015-42, protocolado em 30/11/2015.

d. Fabricante do produto técnico(Sulfentrazone Técnico UPL): Nome: Oriental (Luzhou) Agrochemicals Co., Ltd. - Endereço: Xinle Town, Naxi District, Luzhou, Sichuan Province - China; Nome: UPL Limited - Endereço: Plot nº 750, GIDC, Industrial Estate, P.B.Nº 9, Jhagadia, 393.110, Dist Bharuch, Gujarat - Índia.

e. Formulador: Nome: UPL do Brasil Industria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A. - CNPJ: 02.974.733/0003-14 - Endereço: Av. Maeda, s/nº, Distrito Industrial, Ituverava/SP - CEP: 14.500-000; Nome: Shijiazhuang Richem Co., Ltd. - Endereço: Nº 1 Xingwang Road, Biological Industrial Park, Zhaoxian, 051530 Shijiazhuang, Hebei - China; Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. - Endereço: Binhai Economic Development Area, Weifang, Shandong, 262737 - China; Nome: Yongnong Biosciences Co., Ltd. - Endereço: Nº 3, Weiqi Rd (East), Hangzhou Gulf Economy and Technology Development Zone, Shangyu, Zhejiang, 312369 - China; Nome: Adama Ltd. - Endereço: 93, East Beijing Road, Jingzhou, Hubei, 434001 - China.

f. Nome químico: 2',4'-dichloro-5'-(4-difluoromethyl-4,5-dihydro-3-methyl5-oxo-1H-1,2,4-triazol-1-yl) methanesulfonanilide.

g. Nome comum: Sulfentrazona.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Abacaxi, Café, Cana-de-açúcar, Citros, Eucalipto, Fumo e Soja.

j. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável De Causar Dano Agudo.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

35-a. Titular do registro: Bionat Soluções Biológicas Ltda.- Olímpia/SP.

b. Marca comercial: BIO CENTULES.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21222, conforme processo nº 21016.009481/2021-52, protocolado em 17/11/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Bionat Soluções Biológicas Ltda. - CNPJ: 29.513.685/0001-51 - Endereço: Rod. Assis Chateaubriand Km 144 + 500 m, Prédio S/N - Conj. 02 - Zona Rural, Olímpia/SP - CEP: 15.409-899.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: *Beauveria bassiana*, isolado IBCB 66.

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos Bemisia tabaci raça B, Cosmopolites sordidus, Tetranychus urticae, Dalbulus maidis e Sphenophorus levis.

i. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

k. Produto Fitossanitário com Uso Aprovado para a Agricultura Orgânica.

36-a. Titular do registro: Avgust Crop Protection Importação e Exportação Ltda.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: TANREK 500 SC.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21322, conforme processo nº 21000.008648/2011-65, protocolado em 28/07/2011.

d. Fabricante do produto técnico(Imidacloprid Técnico Avgust): Nome: Changzhou August Agrochem Co., Ltd. - Endereço: 301, Changjiang Road, Binjiang Chemical Industry Zone - Hi-Tech Development Area, Changzhou City - Jiangsu Province, 213000 - China.

e. Formulador: Nome: JSC August INC - Endereço: 1, Zavodskaya Street, Vurnary Settlement - Chuvash Republic, 429220 - Rússia.

f. Nome químico: 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine.

g. Nome comum: Imidacloprido.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Alface, Alho, Cebola, Crisântemo, Fumo e Melão.

j. Classificação toxicológica: Classe III - Produto Medianamente Tóxico.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

37-a. Titular do registro: Sul-Mip Indústria e Comércio de Agentes Biológicos Ltda.- Santa Cruz do Sul/RS.

b. Marca comercial: PODISUL.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21422, conforme processo nº 21000.006547/2021-21, protocolado em 27/01/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Sul-MIP Indústria e Comércio de Agentes Biológicos Ltda. - CNPJ: 31.267.694/0001-51 - Endereço: Av. Independência, 2293, Bloco 16, sala 1601, Bairro Universitário, Santa Cruz do Sul/RS - CEP: 96.815-900.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: *Telenomus podisi.*

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência do alvo biológico Euschistus heros.

i. Classificação toxicológica: Categoria Não Classificado - Produto Não Classificado.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

k. Produto Fitossanitário com Uso Aprovado para a Agricultura Orgânica.

38-a. Titular do registro: Basf S.A.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: **ENGENIA.**

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21522, conforme processo nº 21000.026178/2017-15, protocolado em 12/06/2017.

d. Fabricante do produto técnico(Dicamba Técnico): Nome: Basf Corporation - Endereço: 14385 West Port Artur Road, TX 77705, Beaumont, Texas - Estados Unidos.

e. Formulador: Nome: BASF Corporation - Endereço: 14385 West Port Arthur Road, TX 77705, Beumont, Texas - Estados Unidos; Nome: BASF S.A. - CNPJ: 48.539.407/0002-07 - Endereço: Avenida Brasil, 791, Bairro Engenheiro Neiva, Guaratinguetá/SP - CEP: 12.521-140.

f. Nome químico: 3,6-dichloro-o-anisic acid; CAS: 3,6-dichloro-2-methoxybenzoic acid.

g. Nome comum: Dicamba.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para a cultura da Soja OGM (resistente aos herbicidas Dicamba e Glifosato).

j. Classificação toxicológica: Categoria 3 - Medianamente Tóxico.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

39-a. Titular do registro: Lallemand Soluções Agrobiológicas Ltda.- Patos de Minas/MG.

b. Marca comercial: LALGUARD JAVA WP.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21622, conforme processo nº 21016.010108/2021-44, protocolado em 15/12/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Lallemand Soluções Agrobiológicas Ltda. - CNPJ: 07.983.734/0001-87 - Endereço: Avenida Julia Fernandes Caixeta, nº 555 - Cidade Nova, Patos de Minas/MG - CEP: 38.706-420; Nome: Lallemand Soluções Biológicas Ltda. - CNPJ: 27.268.763/0001-74 - Endereço: Estrada Professor Messias José Baptista, nº 2007, Itaperu, Piracicaba/SP - CEP: 13.432-700; Nome: Lallemand Soluções Biológicas Ltda. - CNPJ: 27.268.763/0002-55 - Endereço: Avenida Júlia Fernandes Caixeta, nº 555 - Cidade Nova, Patos de Minas/MG. CEP: 38.706-420; Nome: Lallemand Soluções Biológicas Ltda. - CNPJ: 27.268.763/0003-36 - Endereço: Rua Negrinho de Freitas, nº 166 - Cidade Nova, Patos de Minas/MG - CEP: 38.706-418.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: Cordyceps javanica, isolado BRM 27666.

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência do alvo biológico Bemisia tabaci raça B.

i. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

40-a. Titular do registro: Rotam do Brasil Agroquímica Produtos Agrícolas Ltda.- Campinas/SP.

b. Marca comercial: EQUINOX.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21722, conforme processo nº 21000.061846/2020-48, protocolado em 28/09/2020.

d. Fabricante do produto técnico(S-Metolacloro Técnico Rotam): Nome: Shangyu Nutrichem Co., Ltd. - Endereço: Nº 9, Weijiu Rd., Hangzhou Bay Shangyu Economic and Technological Development Area, Zhejiang, 312369 - China; Nome: Hangzhou Nutrichem Company Limited - Endereço: Nº 9777, Hong-Shiwu Road, Linjiang Industrial Park, Xiaoshan District, Hangzhou City, província de Zhejiang, 311228 - China. Produto Técnico(Sulfentrazone Técnico Rotam): Nome: Jiangsu Repont Pesticide Factory Co., Ltd. - Endereço: Nº 18, Haibin 2 Road, Coastal Economic Development Zone, Rudong - China.

e. Formulador: Nome: Jiangsu Rotam Chemistry Co, Ltd. - Endereço: nº 88 Rotam Road ETDZ Kunshan, Jiangsu Province - China; Nome: Lanlix Cropscience Co. Ltd. - Endereço: nº 79, Hsiang-Yang, Chang-Chih, Ping-Tung, Taiwan - China; Nome: Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ: 03.855.423/0001-81 - Endereço: Av. Roberto Simonsen, 1459 Recanto dos Pássaros, Paulínia/SP - CEP: 13.148-030.

f. Nome químico: mixture of 80-100% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1S)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-otoluidide and 20-0% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1R)-2-methoxy-1-methylethyl]acet-o-toluidide; 2',4'-dichloro-5'-(4-difluoromethyl-4,5-dihydro-3-methyl5-oxo-1H-1,2,4-triazol-1-yl)methanesulfonanilide.

g. Nome comum: S-Metolacloro; Sulfentrazona.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Cana-de-açúcar e Soja.

j. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

41-a. Titular do registro: Gharda do Brasil Soluções Agrícolas Ltda.- Campinas/SP.

b. Marca comercial: FIPRONIL 200 SC GHARDA.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21822, conforme processo nº 21000.005919/2015-54, protocolado em 09/09/2015.

d. Fabricante do produto técnico(Fipronil Técnico Gharda): Nome: Gharda Chemical Limited - Endereço: B-27, MIDC, Dombivli (E), 421203, Dist. Thane, Maharashtra State - Índia.

e. Formulador: Nome: Gharda Chemicals Limited - Endereço: D-1/2, M.I.D.C. Lote Parshuram, Taluka Khed 415 722 Dist. Ratnagiri, Maharashtra - Índia.

f. Nome químico: (RS)-5-amino-1-(2,6-dichloro-~~,~~trifluoro-p-tolyl)-4-trifluoro methylsulfinylpyrazole-3-carbonitrile.

g. Nome comum: Fipronil.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Algodão, Batata, Cana-de-açúcar, Milho e Soja.

j. Classificação toxicológica: Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

42-a. Titular do registro: Koppert do Brasil Holding Ltda.- Piracicaba/SP.

b. Marca comercial: TRICHODERMIL EVO OD.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 21922, conforme processo nº 21016.009574/2021-87, protocolado em 23/11/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Koppert do Brasil Holding Ltda. - CNPJ: 11.074.190/0001-08 - Endereço: Rodovia Margarida da Graça Martins km 17,5 s/n (SP 135 - Estrada Tupi), Bairro Água Seca, Piracicaba/SP - CEP: 13.420-280; Nome: CP2 Ltda. - CNPJ: 03.779.255/0001-92 - Endereço: Rua Via Vicente Verdi, nº 528 - Distrito Industrial III - Charqueada/SP - CEP: 13.515-000; Nome: Koppert (Beijing) Agriculture Co., Ltd. - Endereço: Room 1104, Unit 1, Building 10 No.20 Guogongzhuang Middle Street - Fengtai District, Beijing - China; Nome: Koppert B.V. - Endereço: Veilingweg 14 2651 BE, Berkel en Rodenrijs - Holanda; Nome: Koppert Biological Systems, Inc., - Endereço: MI 48843 1502 Old US -23, Howell, Michigan - Estados Unidos; Nome: Koppert México S.A. de C.V., - Endereço: Circuito El Marques Norte No. 82, Parque Industrial El Marques - El Marqués, Querétaro - México; Nome: Koppert Africa do Sul - Endereço: Nº. 12, Lanseria Corporate Estate, Malibongwe drive Lanseria ext 26 1739 P.O. Box 625, Lanseria - South Africa; Nome: Nitrasoil - Endereço: Argentina Av. Centenario 3359 - Quilmes Buenos Aires - Argentina.

f. Nome químico: Não se aplica.

g. Nome comum: Não se aplica.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: *Trichoderma harzianum,* cepa 1306.

i. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos Rhizoctonia solani, Sclerotinia sclerotiorum, Fusarium solani, Macrophomina phaseolina, Pratylenchus brachyurus, Meloidogyne incógnita e Heterodera glycines.

j. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

43-a. Titular do registro: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A.- Ituverava/SP.

b. Marca comercial: AZOXISTROBINA + CIPROCONAZOL COONAGRO 280 SC.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 22022, conforme processo nº 21000.003005/2015-59, protocolado em 27/05/2015.

d. Fabricante do produto técnico(Azoxistrobina Técnica ME2): Nome: Shangyu Nutrichem Co. Ltd. - Endereço: N°9, Weijiu Rd, Hangzhou Bay Shangyu Economic and Technological Development Area, Zhejiang, 312369 - China. Produto Técnico(Ciproconazol Técnico ME2): Nome: Shangyu Nutrichem Co. Ltd. - Endereço: N°9, Weijiu Rd, Hangzhou Bay Shangyu Economic and Technological Development Area, Zhejiang, 312369 - China.

e. Formulador: Nome: Shangyu Nutrichem Co. Ltd. - Endereço: N° 9, Weijiu Rd, Hangzhou Bay Shangyu Economic and Technological Development Area, Zhejiang, 312369 - China.

f. Nome químico: methyl(E)-2-{2-[6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4-yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate; (2RS,3RS;2RS,3SR)-2-(4-chlorophenyl)-3-cyclopropyl-1-(1H-1,2,4-triazol-1-yl)butan-2-ol.

g. Nome comum: Azoxistrobina; Ciproconazol.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Algodão, Arroz irrigado, Aveia, Café, Cana-de-açúcar, Cevada, Eucalipto, Girassol, Milho, Soja e Trigo.

j. Classificação toxicológica: Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

44-a. Titular do registro: Massen Produtos Biológicos S.A.- Indaiatuba/SP.

b. Marca comercial: TWIXX-F.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 22122, conforme processo nº 21016.010206/2021-81, protocolado em 21/12/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. - CNPJ: 05.470.581-0001-49 - Endereço: Avenida Tranquilo Giannini, 1090 - Salto/SP - CEP: 13.329-600.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: *Bacillus amyloliquefaciens,* cepa CPQBA 040-11DRM 01; *Bacillus amyloliquefaciens,* cepa CPQBA 040- 11DRM 04.

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos Colletotrichum lindemuthianum, Colletotrichum truncatum, Corynespora cassiicola, Phaeosphaeria maydis e Ramularia aréola.

i. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

45-a. Titular do registro: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: ELESTAL 300 SC.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 22222, conforme processo nº 21000.029579/2018-08, protocolado em 08/08/2018.

d. Fabricante do produto técnico(Spiropidion Técnico): Nome: Syngenta Crop Protection Monthey S.A. - Endereço: Rue de l'Ile-au-Bois, CH-1870, Monthey - Suíça.

e. Formulador: Nome: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. - CNPJ: 60.744.463/0010-80 - Endereço: Rodovia Professor Zeferino Vaz - SP 332, s/nº, km 127,5, Bairro Santa Terezinha, Paulínia/SP - CEP: 13.148-915; Nome: Syngenta Crop Protection Münchwilen AG - Endereço: Breitenloh 5, 4333, Münchwilen - Suiça; Nome: Syngenta Production France S.A.S - Endereço: Aigues-Vives Usine - Route de la Gare - BP1, F-30670, Aigues-Vives - França; Nome: Chemark ZRT - Endereço: 06/75 hrsz., H-8182 Berhida, Peremarton Gyártelep - Hungria; Nome: Syngenta Limited - Grangemouth Manufacturing Centre - Endereço: Earls Road, Stirlingshire FK3 8XG - Grangemouth - Escócia - Reino Unido.

f. Nome químico: 3-(4-chloro-2,6-dimethylphenyl)-8-methoxy-1-methyl-2-oxo-1,8 diazaspiro[4.5] dec-3-en-4-yl ethyl carbonate.

g. Nome comum: Espiropidion.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Algodão, Feijão, Soja e Tomate.

j. Classificação toxicológica: Categoria 4 - Produto Pouco Tóxico.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe III - Produto Perigoso ao Meio Ambiente.

46-a. Titular do registro: Massen Produtos Biológicos S.A.- Indaiatuba/SP.

b. Marca comercial: TWIXX-G.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 22322, conforme processo nº 21016.010207/2021-26, protocolado em 21/12/2021.

d. Fabricante/Formulador: Nome: Agrivalle Brasil Indústria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda. - CNPJ: 05.470.581-0001-49 - Endereço: Avenida Tranquilo Giannini, 1090 - Salto/SP - CEP: 13.329-600.

e. Nome químico: Não se aplica.

f. Nome comum: Não se aplica.

g. Nome científico, no caso de agente biológico: *Bacillus amyloliquefaciens,* cepa CPQBA 040-11DRM 01; *Bacillus amyloliquefaciens,* cepa CPQBA 040-11DRM 04.

h. Indicação de uso: Indicado para qualquer cultura com ocorrência dos alvos biológicos Colletotrichum lindemuthianum, Colletotrichum truncatum, Corynespora cassiicola, Phaeosphaeria maydis e Ramularia aréola.

i. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

j. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe IV - Produto Pouco Perigoso ao Meio Ambiente.

47-a. Titular do registro: Avgust Crop Protection Importação e Exportação Ltda.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: AUG 134.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 22422, conforme processo nº 21000.009754/2011-66, protocolado em 23/08/2011.

d. Fabricante do produto técnico(Imidacloprid Técnico Avgust): Nome: Changzhou August Agrochem Co., Ltd. - Endereço: 301, Changjiang Road, Binjiang Chemical Industry Zone - Hi-Tech Development Area, Changzhou City - Jiangsu Province, 213000 - China.

e. Formulador: Nome: JSC August Inc. - Endereço: 1, Zavodskaya Street, Vurnary Settlement - Chuvash Republic, 429220 - Rússia.

f. Nome químico: 1-(6-chloro-3-pyridylmethyl)-N-nitroimidazolidin-2-ylideneamine.

g. Nome comum: Imidacloprido.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Crisântemo, Fumo e Melão.

j. Classificação toxicológica: Classe III - Produto Medianamente Tóxico.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

48-a. Titular do registro: Sumitomo Chemical do Brasil Representações Ltda.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: EXCALIA EVO.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 22522, conforme processo nº 21000.003764/2020-89, protocolado em 17/01/2020.

d. Fabricante do produto técnico(Impyrfluxam Técnico): Nome: Sumitomo Chemical Co. Ltd. - Endereço: Oita Works 2200 - Tsurusaki Oita-Shi, 870- 0106, Oita - Japão; Nome: Bayer AG - Endereço: Industriestraße, Chemiepark Knapsack, 50354, Hürth - Alemanha; Nome: Bayer AG - Endereço: ChemPark 41538 Dormagen - Alemanha. Produto Técnico(Difenoconazole Técnico Avgust): Nome: Changzhou August Agrochem Company Limited - Endereço: 301 Changjiang Road, Binjiang Chemical Industry Zone, Hi-Tech Development Area, Changzhou 213000, Jiangsu - China. Produto Técnico(Difenoconazole Técnico Cropchem II): Nome: Tagros Chemicals India Limited - Endereço: A-4/1 & A-4/2, Sipcot Industrial Complex, Pachayankuppam - Cuddalore - Tamilnadu - 607005 - Índia. Produto Técnico(Picoxistrobina Técnica): Nome: Du Pont Asturias S.L. - Endereço: Valle de Tamón - Nubledo, 33469 Tamón - Carreño, Asturias - Espanha; Nome: Du Pont de Nemours (France) S.A.S. - Endereço: Usine de Cernay - 82 Rue de Wittelsheim, B.P.9 F-68701, Cernay Cedex - França. Produto Técnico(Picoxistrobina Técnico Milenia): Nome: Adama Brasil S.A. - CNPJ: 02.290.510/0004-19 - Endereço: Avenida Júlio de Castilhos, 2085, Taquari/RS - CEP: 95.860-000. Produto Técnico(Picoxistrobina Técnico Adama): Adama Brasil S.A. - CNPJ: 02.290.510/0001-76 - Endereço: Rua Pedro Antônio De Souza, 400 - Parque Rui Barbosa, Londrina/PR - CEP: 86.031-610.

e. Formulador: Nome: Sumitomo Chemical Brasil Indústria Química S.A - CNPJ: 07.467.822/0001-~~2~~6 - Endereço: Avenida Parque Sul, 2138, 1º Distrito Industrial, Maracanaú/CE - CEP: 61.939-000; Nome: Ouro Fino Química S.A. - CNPJ: 09.100.671/0001-07 - Endereço: Av. Filomena Cartafina, nº 22335, Quadra 14, Lote 5 - Distrito Industrial III - Uberaba/MG - CEP: 38.040-450; Nome: Tagma Brasil Indústria e Comércio de Produtos Químicos Ltda. - CNPJ: 03.855.423/0001-81 - Endereço: Av. Roberto Simonsen, 1459 - Recanto dos Pássaros - Paulínia/SP - CEP: 13.140-000.

f. Nome químico: 3-(difluoromethyl)-N-[(R)-2,3-dihydro-1,1,3-trimethyl-1H-inden-4-yl]-1-methylpyrazole-4-carboxamide; cis-trans-3-chloro-4-[4-methyl-2-(1H-1,2,4-triazol-1-ylmethyl)-1,3-dioxolan-2-yl]phenyl 4-chlorophenyl ether; methyl(E)-3-methoxy-2-{2-[6-(trifluoromethyl)-2-pyridyloxymethyl]phenyl}acrylate.

g. Nome comum: Impirfluxam; Difenoconazol, Picoxistrobina.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Algodão, Milho e Soja.

j. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

49-a. Titular do registro: Ouro Fino Química S.A.- Uberaba/MG.

b. Marca comercial: SENSUS.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 22622, conforme processo nº 21000.022473/2021-71, protocolado em 26/03/2021.

d. Fabricante do produto técnico(Clomazone Técnico Ouro Fino): Nome: Shandong Cynda Chemicals Co., Ltd. Endereço: Economic Development Area - Boxing County - 256500 - Shandong - China; Nome: Weifang Cynda Chemical Co., Ltd. Endereço: Nº 2 of East Partial Lingang Chemical Zone, Binhai Economic Development Area, Weifang - China. Produto Técnico(Clomazone Técnico CT): Nome: Jiangsu Changqing Biotechnology Co. Ltd. Endereço: N° 1 Jiangling Road, Putou Town, Jiangdu District, Yangzhou City-China. Produto Técnico(Sulfentrazona Técnico Ouro Fino): Nome: Oriental (Luzhou) Agrochemicals Co., Ltd. Endereço: Xinle Town, Naxi District, 646300 Luzhou City, Shichuan Province - China. Produto Técnico(Sulfentrazona Técnico OF): Nome: Jiangxi Zhonghe Chemical Industry Co., Ltd. Endereço: Nº 11, Rongqi Road, Yunshan Economic and Technological area in Xinghuo Industrial Park, Yongxiu County, Jiangxi Province-China; Nome: Tagros Chemicals India Private Limited. Endereço: A-4/1 & 2 Sipcot Industrial Complex, Pachayankuppam, 607005, Cuddalore, Tamil Nadu - Índia. Produto Técnico(Sulfentrazona Técnico Proventis): Nome: Jiangxi Heyi Chemical Co., Ltd. Endereço: Longcheng Town Pengze Country, 332700, Jiujiang, Jiangxi - China. Produto Técnico(Sulfentrazone Técnico Rainbow): Nome: Shandong Weifang Rainbow Chemical Co., Ltd. Endereço: Binhai Economic Development Area, Weifang, Shandong - China.

e. Formulador: Nome: Ouro Fino Química S.A. - CNPJ: 09.100.671/0001-07 - Endereço: Av. Filomena Cartafina, 22335 - Quadra 14 - lote 5 - Dist. Industrial III - Uberaba/MG - CEP: 38.044-750.

f. Nome químico: 2-(2-chlorobenzyl)-4,4-dimethyl-1,2-oxazolidin-3-one; 2',4'-dichloro-5'-(4-difluoromethyl-4,5-dihydro-3-methyl5-oxo-1H-1,2,4-triazol-1-yl) methanesulfonanilide.

g. Nome comum: Clomazona; Sulfentrazona.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para a cultura da Soja.

j. Classificação toxicológica: Categoria 5 - Produto Improvável de Causar Dano Agudo.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

50-a. Titular do registro: Plurie Soluções Regulatórias Ltda.- São Paulo/SP.

b. Marca comercial: UTILON 500 SC.

c. Resultado do pedido: Deferido. Concedido Certificado com registro nº 22722, conforme processo nº 21000.003276/2012-61, protocolado em 03/04/2012.

d. Fabricante do produto técnico(Atrazina Técnica Ciba-Geigy): Nome: Syngenta Crop Protection Inc. - Endereço: 3905 Highway 75 River Road, LA 70776 - St. Gabriel - Estados Unidos da América; Nome: AnHui ZhongShan Chemical Industry Co. Ltd. - Endereço: Xiangyu Town Chemical Industry Park, Dongzhi County, Anhui Province 247260 - P.R. China. Produto Técnico(Atrazin Técnico): Nome: Syngenta Crop Protection Inc. - Endereço: 3905 Highway 75 River Road, LA 70776 - St. Gabriel - Estados Unidos da América.

e. Formulador: Nome: Syngenta Proteção de Cultivos Ltda. - CNPJ: 60.744.463/0010-80 - Endereço: Rodovia Professor Zeferino Vaz, SP 332, s/nº, km 127,5, Santa Terezinha, Paulínia/SP - CEP: 13.148-915; Nome: Syngenta Crop Protection Inc. - Endereço: 3905 Highway 75 River Road, LA 70776 - St. Gabriel - Estados Unidos da América.

f. Nome químico: 6-chloro-N^2-ethyl-N^4-isopropyl-1,3,5-triazine-2,4-diamine.

g. Nome comum: Atrazina.

h. Nome científico, no caso de agente biológico: Não se aplica.

i. Indicação de uso: Indicado para as culturas de Cana-de-açúcar, Milho e Sorgo.

j. Classificação toxicológica: Classe III - Medianamente Tóxico.

k. Classificação quanto ao potencial de periculosidade ambiental: Classe II - Produto Muito Perigoso ao Meio Ambiente.

OBS: os caracteres symbol 9 são para aparecerem a letra grega alfa

ANDRE FELIPE CARRAPATOSO PERALTA DA SILVA

ATO Nº 42, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Resumo dos pedidos de registro, atendendo os dispositivos legais do artigo 14 do Decreto n. 4074, de 04 de janeiro de 2002, que regulamenta a Lei nº 7.802, de 11 de julho de 1989.

01.Motivo da solicitação: Registro (05/07/2022)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: TEBUCONAZOLE TÉCNICO CROPCHEM IV
Nome comum: Tebuconazol
Nome químico: (RS)-1-p-clorofenil-4,4-dimetil-3-(1H-1,2,4-triazol-1-il metil)pentan-3-ol
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.064611/2022-70
02.Motivo da solicitação: Registro (06/07/2022)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: PIROXASULFONA TÉCNICO CROPCHEM II
Nome comum: Piroxasulfona
Nome químico: 3-(5-(difluorometoxi)-1-metil-3-(trifluorometil)pirazol-4-ilmetilsulfonil]-4,5-di-hidro-5,5-dimetil-1,2-oxazol
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.065124/2022-24
03.Motivo da solicitação: Registro (06/07/2022)
Requerente: Oxon Brasil Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: CLORANTRANILIPROLE TÉCNICO OXON
Nome comum: Clorantraniliprole
Nome químico: 3-bromo-4'-cloro-1-(3-cloro-2-piridil)-2'-metil-6'-(metilcarbamoil)pirazol-5-carboxanilida
Classe de uso: Inseticida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.065165/2022-11
04.Motivo da solicitação: Registro (08/07/2022)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: CLORANTRANILIPROLE TÉCNICO CROPCHEM IX
Nome comum: Clorantraniliprole
Nome químico: 3-bromo-4'-chloro-1-(3-chloro-2-pyridyl)-2'-methyl-6'-(methylcarbamoyl)pyrazole-5-carboxanilide
Classe de uso: Inseticida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.066122/2022-52
05.Motivo da solicitação: Registro (11/07/2022)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: NICOSULFURON TÉCNICO CROPCHEM II
Nome comum: Nicossulfurom
Nome químico: 2-(4,6-dimetoxipirimidina-2-il-carbamoilsulfamoil)-N,N-dimetil nicotinamida
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.066652/2022-09
06.Motivo da solicitação: Registro (12/07/2022)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: FENPROPATRINA TÉCNICO CROPCHEM
Nome comum: Fenpropatrina
Nome químico: (RS)-α-cyano-3-phenoxybenzyl 2,2,3,3-tetramethylcyclopropanecarboxylate
Classe de uso: Inseticida e acaricida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.066986/2022-74
07.Motivo da solicitação: Registro (13/07/2022)
Requerente: UPL do Brasil Indústria e Comércio de Insumos Agropecuários S.A
Marca comercial: CAPTAN TÉCNICO UPL
Nome comum: Captana
Nome químico: N-(trichloromethylthio)cyclohex-4-ene-1,2-dicarboximide
Classe de uso: Fungicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.067694/2022-59
08.Motivo da solicitação: Registro (13/07/2022)
Requerente: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda
Marca comercial: V FENPROPATHRIN TÉCNICO
Nome comum: Fenpropatrina
Nome químico: (RS)-α-cyano-3-phenoxybenzyl 2,2,3,3-tetramethylcyclopropanecarboxylate
Classe de uso: Inseticida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.067752/2022-44
09.Motivo da solicitação: Registro (14/07/2022)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: GLUFOSINATO DE AMÔNIO TÉCNICO CROPCHEM III
Nome comum: Glufosinato de amônio
Nome químico: Ammonium 4-[hydroxy(methyl)phosphinoyl]-DLhomoalaninate ou ammonium DL-homoalanin-4- yl(methyl) phosphinate
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.067881/2022-32
10.Motivo da solicitação: Registro (15/07/2022)
Requerente: Zhongshan Química do Brasil Ltda.
Marca comercial: DIQUAT TÉCNICO ZS
Nome comum: Dibrometo de diquate
Nome químico: dibrometo de 1,1'-etileno-2,2'-bipiridildiilium(1) ou dibrometo de 9,10-dihidro-8a,10a-diazoniafenantreno(2
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.068720/2022-66
11.Motivo da solicitação: Registro (15/07/2022)
Requerente: Albaugh Agro Brasil Ltda.
Marca comercial: DIQUAT TÉCNICO ALBAUGH
Nome comum: Dibrometo de diquate
Nome químico: 1,1'-ethylene-2,2'-bipyridyldiylium dibromide
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.068537/2022-61
12.Motivo da solicitação: Registro (15/07/2022)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: FLUMETSULAM TÉCNICO RAINBOW
Nome comum: Flumetsulam
Nome químico: 2',6'-difluoro-5-methyl[1,2,4]triazolo[1,5-a] pyrimidine-2-sulfonanilide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.068456/2022-61
13.Motivo da solicitação: Registro (15/07/2022)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: FLUMETSULAM TÉCNICO RAINBOW
Nome comum: Flumetsulam
Nome químico: 2',6'-difluoro-5-methyl[1,2,4]triazolo[1,5-a] pyrimidine-2-sulfonanilide
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.068456/2022-61
14.Motivo da solicitação: Registro (18/07/2022)
Requerente: Lemma Agronegócios Importação e Exportação Ltda.
Marca comercial: CHLORANTRANILIPROLE TÉCNICO ESHUNG
Nome comum: Clorantraniliprole
Nome químico: 3-bromo-4'-chloro-1-(3-chloro-2-pyridyl)-2'-methyl-6'-(methylcarbamoyl) pyrazole-5-carboxanilide
Classe de uso: Inseticida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.068976/2022-73
15.Motivo da solicitação: Registro (18/07/2022)
Requerente: Tecnomyl Brasil Distribuidora de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: ISOXAFLUTOLE TÉCNICO TECNOMYL II
Nome comum: Isoxaflutol
Nome químico: 5-cyclopropyl-1,2-oxazol-4-yl ? ? ? -trifluoro-2-mesyl-p-tolyl ketone
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.069270/2022-29
16.Motivo da solicitação: Registro (19/07/2022)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: ESPINOSADE TÉCNICO NORTOX III
Nome comum: Espinosade
Nome químico: (2R,3aR,5aR,5bS,9S,13S,14R,16aS,16bR)-2-(6-deoxy-2,3,4-tri-O-methyl-α-L-mannopyranosyloxy)-13-(4-dimethylamino-2,3,4,6-tetradeoxy-ß-D-erythropyranosyloxy)-9- ethyl-2,3,3a,5a,5b,6,7,9,10,11,12,13,14,15,16a,16b-hexadecahydro-14-methyl-1H-8- oxacyclododeca[b]as-indacene-7,15-dione and (2S,3aR,5aS,5bS,9S,13S,14R,16aS,16bR)-2-(6-deoxy-2,3,4-tri-O-methyl-α-L-mannopyranosyloxy)-13-(4-dimethylamino-2,3,4,6-tetradeoxy-ß-D-erythropyranosyloxy)-9- ethyl-2,3,3a,5a,5b,6,7,9,10,11,12,13,14,15,16a,16b-hexadecahydro-4,14-dimethyl-1H-8-oxacyclo dodeca[b]as-indacene-7,15-dione na proporção de 50-95% to 50-5%
Classe de uso: Inseticida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.069729/2022-94
17.Motivo da solicitação: Registro (20/07/2022)
Requerente: Ouro Fino Química S.A
Marca comercial: DIUROM TÉCNICO OF I
Nome comum: Diurom
Nome químico: 3-(3,4-dichlorophenyl)-1,1-dimethylurea
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.069907/2022-87
18.Motivo da solicitação: Registro (20/07/2022)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: CARFENTRAZONE TÉCNICO CROPCHEM II
Nome comum: carfentrazone-ethy
Nome químico: ethyl(RS)-2-chloro-3-[2-chloro-5-[4-(difluoromethyl)-4,5-dihydro-3-methyl-5-oxo-1H-1,2,4-triazol-1-yl]- 4-fluorophenyl]propionate
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.069973/2022-57
19.Motivo da solicitação: Registro (22/07/22)
Requerente: Zhongshan Química do Brasil Ltda.
Marca comercial: IMAZETAPIR TÉCNICO ZS
Nome comum: Imazetapir

Nome químico: Ácido (RS)-5-etil-2-(4-isopropil-4-metil-5-oxo-2-imidazolin-2-il)nicotínico (1)
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.071224/2022-90
20.Motivo da solicitação: Registro (27/07/2022)
Requerente: Ouro Fino Química S.A.
Marca comercial: FLUROXIPIR TÉCNICO OF
Nome comum: Fluroxipir meptílico
Nome químico: 1-methylheptylester (4-amino-3,5-dichloro-6-fluoro-2-pyridyloxy)acetate
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.072574/2022-73
21.Motivo da solicitação: Registro (27/07/2022)
Requerente: Yonon Biociências e Defensivos Agrícolas Ltda
Marca comercial: FLONICAMID TÉCNICO FT
Nome comum: Flonicamida
Nome químico: N-cyanomethyl-4-(trifluoromethyl)nicotinamide
Classe de uso: Inseticida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.072602/2022-52
22.Motivo da solicitação: Registro (28/07/2022)
Requerente: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: IMAZALIL TÉCNICO TRUSTCHEM
Nome comum: Imazalil
Nome químico: (RS)-1-(ß-allyloxy-2,4-dichlorophenylethyl)imidazole
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.072865/2022-61
23.Motivo da solicitação: Registro (29/07/2022)
Requerente: Ferbru Participações S.A.
Marca comercial: S-METOLACHLOR TÉCNICO FB
Nome comum: S-Metolacloro
Nome químico: mixture of 80-100% 2-chloro-6'-ethyl-N-[(1S)-2-methoxy1-methylethyl]acet-o-toluidide and 20-0% 2-chloro-6'- ethyl-N-[(1R)-2- methoxy-1-methylethyl]acet-o-toluidide
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.073399/2022-31
24.Motivo da solicitação: Registro (29/07/2022)
Requerente: BIORISK - Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: LAMBDA TÉCNICO GSP
Nome comum: Lambda-cialotrina
Nome químico: Reaction product comprising equal quantities of (R)–cyano-3-phenoxybenzyl (1S,3S)-3-[(Z)- 2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate and (S)–cyano-3- phenoxybenzyl (1R,3R)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2- dimethylcyclopropanecarboxylate
Classe de uso: Inseticida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.073462/2022-30
25.Motivo da solicitação: Registro (02/08/2022)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: CLORETO DE CLORMEQUATE TÉCNICO RAINBOW
Nome comum: Cloreto de clormequate
Nome químico: 2-chloroethyltrimethylammonium chloride
Classe de uso: Regulador de Crescimento
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.074474/2022-81
26.Motivo da solicitação: Registro (03/08/2022)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: CARFENTRAZONE ETIL TÉCNICO NORTOX II
Nome comum: Carfentrazona-etílica
Nome químico: Etil (RS)-2-cloro-3-[2-cloro-5-(4-difluormetil-4,5-diidro-3-metil-5oxo-1H 1,2,4-triazol-1-il)-4- fluorfenil]propionato
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.075127/2022-76
27.Motivo da solicitação: Registro (03/08/2022)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: IMAZAPIC TÉCNICO NORTOX III
Nome comum: Imazapique
Nome químico: Ácido (RS)-2-(4-isopropil-4-metil-5-oxo-2-imidazolin-2-il)-5-metilnicotinico
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.075218/2022-10
28.Motivo da solicitação: Registro (03/08/2022)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: TEBUTIURON TÉCNICO NORTOX III
Nome comum: Tebutiurom
Nome químico: 1-(5-tert-butil-1,3,4-tiadiazol-2-il)-1,3-dimetiluréia
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.075250/2022-97
29.Motivo da solicitação: Registro (03/08/2022)
Requerente: Agrobeats Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: LUFENURON TÉCNICO ABT
Nome comum: Lufenurom
Nome químico: (RS)-1-[2,5-dichloro-4-(1,1,2,3,3,3-hexafluoropropoxy)phenyl]-3-(2,6- difluorobenzoyl)urea
Classe de uso: Inseticida, acaricida / fisiológico
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.075230/2022-16
30.Motivo da solicitação: Registro (05/08/2022)
Requerente: Rainbow Defensivos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: CIAZOFAMIDA TÉCNICO RAINBOW
Nome comum: Ciazofamida
Nome químico: 4-chloro-2-cyano-N,N-dimethyl-5-p-tolylimidazole-1-sulfonamide
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.076355/2022-63
31.Motivo da solicitação: Registro (05/08/2022)
Requerente: Zhongshan Química do Brasil Ltda
Marca comercial: METHOXYFENOZIDE TÉCNICO ZS
Nome comum: Metoxifenozida
Nome químico: N-tert-butil-N-(3-metoxi-o-toluoil)-3,5-xilohidrazida (1)
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.076385/2022-70
32.Motivo da solicitação: Registro (05/08/2022)
Requerente: Agrobeats Defensivos Agrícolas Ltda
Marca comercial: DIQUAT DIBROMIDE TÉCNICO ABT
Nome comum: Dibrometo de Diquate
Nome químico: dibrometo de 1,1'-etileno-2,2'-bipiridildiilium(1) ou dibrometo de 9,10-dihidro-8a,10a-diazoniafenantreno(2)
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.076388/2022-11
33.Motivo da solicitação: Registro (09/08/2022)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: PROPICONAZOL TÉCNICO CROPCHEM II
Nome comum: Propiconazole
Nome químico: (RS)-1-[2-(2,4-dichlorophenyl)-4-propyl-1,3-dioxolan-2-ylmethyl]-1H-1,2,4-triazole
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.077911/2022-19
34.Motivo da solicitação: Registro (10/08/2022)
Requerente: Iharabras S.A. Indústrias Químicas
Marca comercial: BIFENTRINA TÉCNICO IHARA II
Nome comum: Bifentrina
Nome químico: 2-methylbiphenyl-3-ylmethyl (Z)-(1RS,3RS)-3-(2-chloro-3,3,3-trifluoroprop-1- enyl)-2,2- dimethylcyclopropanecarboxylat
Classe de uso: Inseticida e acaricida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.078344/2022-18
35.Motivo da solicitação: Registro (11/08/2022)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: TRIFLOXISTROBINA TÉCNICO CROPCHEM IV
Nome comum: Trifloxistrobina
Nome químico: methyl(E)-methoxyimino-{(E)–[1-(,–trifluoro-m-tolyl)ethylideneaminooxy]-o-tolyl}acetate
Classe de uso: Fungicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.079039/2022-43
36.Motivo da solicitação: Registro (11/08/2022)
Requerente: Albaugh Agro Brasil Ltda.
Marca comercial: 2,4D TÉCNICO ALBAUGH 02 HF
Nome comum: 2,4-D
Nome químico: Ácido 2,4-diclorofenóxi acético
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.078957/2022-55
37.Motivo da solicitação: Registro (11/08/2022)
Requerente: Perterra Insumos Agropecuários S.A.
Marca comercial: FLUXAPIROXADE TÉCNICO PERTERRA
Nome comum: Fluxapiroxade
Nome químico: 3-(difluoromethyl)-1-methyl-N-(3',4',5'-trifluorobiphenyl-2-yl)pyrazole-4-carboxamide
Classe de uso: Fungicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.078884/2022-00
38.Motivo da solicitação: Registro (12/08/2022)
Requerente: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: AZOXYSTROBIN TÉCNICO SCH
Nome comum: Azoxistrobina (azoxystrobin
Nome químico: methyl (E)-2-{2-[6-(2-cyanophenoxy)pyrimidin-4- yloxy]phenyl}-3-methoxyacrylate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.079494/2022-49
39.Motivo da solicitação: Registro (12/08/2022)
Requerente: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: TRIFLOXYSTROBIN TÉCNICO SAU
Nome comum: Trifloxistrobina.
Nome químico: methyl(E)-methoxyimino-{(E)–[1-(,–trifluorom-tolyl)ethylideneaminooxy]-o-tolyl}acetate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.079182/2022-35
40.Motivo da solicitação: Registro (12/08/2022)
Requerente: Biorisk Assessoria e Comércio de Produtos Agrícolas Ltda.
Marca comercial: LAMBDA-CYHALOTHRIN TÉCNICO YANGNONG
Nome comum: lambda-cialotrina (lambda-cyhalothrin)
Nome químico: (R)–cyano-3-phenoxybenzyl (1S,3S)-3-[(Z)-2-chloro-3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2- dimethylcyclopropanecarboxylate and (S)–cyano-3-phenoxybenzyl (1R,3R)-3-[(Z)-2-chloro3,3,3-trifluoropropenyl]-2,2-dimethylcyclopropanecarboxylate
Classe de uso: Inseticida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.079499/2022-71
41.Motivo da solicitação: Registro (16/08/2022)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: CLOROTALONIL TÉCNICO CROPCHEM II
Nome comum: Clorotalonil
Nome químico: tetrachloroisophthalonitrile
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.080275/2022-11
42.Motivo da solicitação: Registro (16/08/2022)
Requerente: Syncrom Assessoria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.
Marca comercial: CAPTAN TÉCNICO NGC
Nome comum: Captana
Nome químico: N-(trichloromethylthio)cyclohex-4-ene-1,2-dicarboximide
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.080333/2022-06
43.Motivo da solicitação: Registro (17/08/2022)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: PIMETROZINE TÉCNICO NORTOX II
Nome comum: Pimetrozina
Nome químico: (E)-4,5-dihydro-6-methyl-4-(3-pyridylmethyleneamino)-1,2,4-triazin-3(2H)-one
Classe de uso: Inseticida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.080934/2022-19
44.Motivo da solicitação: Registro (18/08/2022)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: SAFLUFENACIL TÉCNICO CROPCHEM IV
Nome comum: Saflufenacil
Nome químico: N'-{2-chloro-4-fluoro-5-[1,2,3,6-tetrahydro-3-methyl-2,6-dioxo-4-(trifluoromethyl)pyrimidin-1- yl]benzoyl}-N-isopropyl-N-methylsulfamide
Classe de uso: Fungicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.081520/2022-07
45.Motivo da solicitação: Registro (18/08/2022)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: CLORANTRANILIPROLE TÉCNICO CROPCHEM V
Nome comum: Clorantraniliprole
Nome químico: 3-bromo-4'-chloro-1-(3-chloro-2-pyridyl)-2'-methyl-6'-(methylcarbamoyl)pyrazole-5-carboxanilide
Classe de uso: Inseticida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.081348/2022-83
46.Motivo da solicitação: Registro (19/08/2022)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: DINOTEFURAN TÉCNICO CROPCHEM
Nome comum: dinotefurano (dinotefuran)
Nome químico: (EZ)-(RS)-1-methyl-2-nitro-3-[(tetrahydro-3-furyl)methyl]guanidine
Classe de uso: Inseticida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.081986/2022-02

47.Motivo da solicitação: Registro (19/08/2022)
Requerente: Syncrom Assessoria e Comércio de Produtos Agropecuários Ltda.
Marca comercial: FOSETYL-AL TÉCNICO NGC
Nome comum: Fosetil-aluminio
Nome químico: Aluminium tris-O-ethylphosphonate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.081884/2022-89
48.Motivo da solicitação: (22/08/2022)
Requerente: Proregistros Registros de Produtos Ltda
Marca comercial: CLETHODIM TÉCNICO QC
Nome comum: Cletodim
Nome químico: (RS)-2-[(E)-1-[(E)-3-cloroaliloxiimino]propil]-5-[2-(etiltio)propil]-3-hidroxiciclohex-2-enona
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.082588/2022-03
49.Motivo da solicitação: (22/08/2022)
Requerente: Zhongshan Química do Brasil Ltda
Marca comercial: CLETHODIM TÉCNICO ZS
Nome comum: Cletodim
Nome químico: (RS)-2-[(E)-1-[(E)-3-cloroaliloxiimino]propil]-5-[2-(etiltio)propil]-3-hidroxiciclohex-2-enona
Classe de uso: Herbicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.082590/2022-74
50.Motivo da solicitação: (22/08/2022)
Requerente: Proregistros Registros de Produtos Ltda.
Marca comercial: FORWARD AZOXYSTROBIN TÉCNICO II
Nome comum: Azoxistrobina
Nome químico: (1) (E)-2-{2-[6-(2-cianofenoxi) pirimidin-4-iloxi]fenil}-3-metoxiacrilato de metila
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.082589/2022-40
51.Motivo da solicitação: Registro (23/08/2022)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda.
Marca comercial: PIRACLOSTROBINA TÉCNICO SH
Nome comum: Piraclostrobina
Nome químico: methyl N-{2-[1-(4-chlorophenyl)-1H-pyrazol-3-yloxymethyl]phenyl}(Nmethoxy)carbamate
Classe de uso: Fungicida.
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.082743/2022-83
52.Motivo da solicitação: Registro (23/08/2022)
Requerente: AllierBrasil Agro Ltda.
Marca comercial: PIRACLOSTROBINA TÉCNICO SOLUS
Nome comum: Piraclostrobina.
Nome químico: methyl N-{2-[1-(4-chlorophenyl)-1H-pyrazol-3-yloxymethyl]phenyl}(Nmethoxy)carbamate
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.082739/2022-15
53.Motivo da solicitação: (23/08/2022)
Requerente: CropChem Ltda.
Marca comercial: PIROXASULFONA TÉCNICO CROPCHEM III
Nome comum: Piroxasulfona
Nome químico: 3-(5-(difluorometoxi)-1-metil-3-(trifluorometil)pirazol-4-ilmetilsulfonil]-4,5-di-hidro-5,5-dimetil-1,2-oxazol
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.082881/2022-62
54.Motivo da solicitação: Registro (24/08/2022)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: CAPTANA TÉCNICO NORTOX
Nome comum: Captana
Nome químico: N-(trichloromethylthio)cyclohex-4-ene-1,2-dicarboximide
Classe de uso: Fungicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.083420/2022-15
55.Motivo da solicitação: Registro (24/08/2022)
Requerente: Nortox S/A
Marca comercial: CLOMAZONE TÉCNICO NORTOX IV
Nome comum: Clomazona
Nome químico: 2-(2-chlorobenzyl)-4,4-dimethyl-1,2-oxazolidin-3-one
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.083386/2022-71
56.Motivo da solicitação: (24/08/2022)
Requerente: PROREGISTROS Registros de Produtos Ltda
Marca comercial: SAFLUFENACIL TÉCNICO WYNCA
Nome comum: Saflufenacil
Nome químico: (1) N'-{2-cloro-4-fluor-5-[1,2,3,6-tetrahidro-3-metil-2,6-dioxo-4-(trifluormetil)pirimidin-1-il] benzoil}-N-isopropil-N-metilsulfamida
Classe de uso: Herbicida
Indicação de uso pretendido: Registro de produto técnico equivalente
Processo nº: 21000.083068/2022-18
Obs: os caracteres symbol 9 são para aparecerem a letra grega alfa

ANDRE FELIPE CARRAPATOSO PERALTA DA SILVA
Coordenador-Geral de Agrotóxicos e Afins

SECRETARIA DE POLÍTICA AGRÍCOLA

RETIFICAÇÃO

No anexo da Portaria SPA/MAPA de nº 580, de 14 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 16 de dezembro de 2021, seção 1, que aprovou o Zoneamento Agrícola de Risco Climático - ZARC para a cultura a cultura do café arábica no estado de Minas Gerais. No item 5. RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS APTOS E PERÍODOS INDICADOS PARA O CICLO DE PRODUÇÃO E IMPLANTAÇÃO DO CAFÉ ARÁBICA, incluir municípios, conforme abaixo especificado:
5.1. Café Arábica Produção - Cultivo de Sequeiro

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE INÍCIO E NÍVEIS DE RISCO DO CICLO DE PRODUÇÃO								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Córrego Novo			29 a 30		29 a 30	28	30	29	28
Pingo D'Água			29 a 30		29 a 30	28	30	29	28

5.2. Café Arábica Implantação - Cultivo de Sequeiro

MUNICÍPIOS	PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DA CULTURA								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Córrego Novo		29	30 a 31		29 a 31	28 + 32 a 33	30 a 31	29 + 32 a 33	28 + 34
Pingo D'Água		29	30 a 31		29 a 31	28 + 32 a 33	30 a 31	29 + 32 a 33	28 + 34

5.3. Café Arábica Produção - Cultivo Irrigado

MUNICÍPIOS	PERÍODOS DE INÍCIO E NÍVEIS DE RISCO DO CICLO DE PRODUÇÃO								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Córrego Novo	24 a 27			24 a 27			24 a 27		
Pingo D'Água	24 a 27			24 a 27			24 a 27		

5.4. Café Arábica Implantação - Cultivo Irrigado

MUNICÍPIOS	PERÍODOS INDICADOS PARA IMPLANTAÇÃO DA CULTURA								
	SOLO 1			SOLO 2			SOLO 3		
	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%	RISCO DE 20%	RISCO DE 30%	RISCO DE 40%
Córrego Novo	24 a 36			24 a 36			24 a 36		
Pingo D'Água	24 a 36			24 a 36			24 a 36		

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NA BAHIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria INCRA/SR-05/Nº 08, de 12/04/2000, publicada no Diário Oficial da União nº 88, em 09/05/2000, Seção I, página 10, que criou o Projeto de Assentamento Frei Vantuy, código SIPRA BA0242000, localizado no município de Ilhéus, onde se lê: "com área de 476,4368 ha (quatrocentos e setenta e seis hectares, quarenta e três ares e sessenta e oito centiares)", leia-se: "com área de 484,6239 ha (quatrocentos e oitenta e quatro hectares, sessenta e dois ares e trinta e nove centiares)".

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DA 5ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 2 DE AGOSTO DE 2022

Aos dois dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois, com início às 8:30h, na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), realizou-se, por meio virtual e utilizando-se a ferramenta Google Meet, a 5ª (quinta) Reunião Extraordinária do Conselho de Administração (Consad), da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), Empresa Pública Federal, constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto A, lote 69, nesta cidade de Brasília, Distrito Federal, NIRE/NIRC n.º 5350000093-3, CNPJ n.º 26.461.699/0001-80. Estiveram presentes os Conselheiros Maximiliano Ferreira Tamer e Humberto César Mota Maciel, representantes do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA); Eudes de Gouveia Varela, Conselheiro Independente; José Angelo Mazzillo Junior, representante do Ministério da Economia; e Newton Araújo Silva Júnior, representante dos empregados da Conab. O Presidente cumprimentou os presentes e justificou a ausência, por problemas de saúde, do Conselheiro Independente, o Sr. Alberto Luiz Cecílio. A documentação para a reunião foi disponibilizada aos Conselheiros pelo ConabCloud. Aberta a reunião, o Sr. Maximiliano Tamer, Presidente do Conselho de Administração, cumprimentou os presentes e iniciou a reunião. 1. DELIBERAÇÃO. 1.1. Consad/Coest - DEL nº 39/2022 - Renúncia de membro da Diretoria Executiva. O Presidente Maximiliano comunicou aos demais pares o recebimento da Carta de Renúncia ao cargo de Diretor-Executivo da Conab do Diretor-Executivo da Diretoria de Operações e Abastecimento (Dirab). Em conformidade ao disposto no art. 151, da Lei nº 6.404/1976, o Consad DÁ CIÊNCIA da renúncia, vigente a partir de 3/8/2022, do Sr. José Jesus Trabulo de Sousa Júnior, brasileiro, casado, Gestor em Marketing Empresarial, natural de Teresina/PI, portador da Carteira de Identidade nº 668.676-SSP/PI e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 240.578.943-49, residente à Rua Desembargador Marechal Castelo Branco, 1605, Apto. 1.200, Jockey Club, Teresina/PI, CEP 64.049-270. Diante do exposto, o Consad delibera, por unanimidade, por destituí-lo a pedido, a partir de 03/08/2022. O Consad registra os seus agradecimentos ao Sr. José Jesus Trabulo de Sousa Júnior pelos serviços prestados no seu período de gestão para a Companhia. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Maximiliano Ferreira Tamer, Presidente do Conselho de Administração da Conab, agradeceu a presença dos demais conselheiros, dando por encerrada a reunião, da qual eu, Edinete Xavier de Miranda, Secretária, lavrei a presente ata, que, após lida e aprovada, será assinada pelos Conselheiros e por mim.

MAXIMILIANO FERREIRA TAMER
Presidente do Conselho

EUDES DE GOUVEIA VARELA
Conselheiro

JOSÉ ANGELO MAZZILLO JUNIOR
Conselheiro

HUMBERTO CÉSAR MOTA MACIEL
Conselheiro

NEWTON ARAÚJO SILVA JÚNIOR
Conselheiro

EDINETE XAVIER DE MIRANDA
Secretária

Junta Comercial, Industrial e Serviços de Distrito Federal - Certifico registro sob o nº 1887911 em 25/08/2022 da Empresa Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, CNPJ:26.461.699/0001-80 e Protocolo DFN2285396871 - 25/08/2022.

Ministério da Cidadania

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 1.549, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados na reunião ordinária realizada em 10/08/2022.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DA CIDADANIA (Secretaria Especial do Esporte - Decreto 9.674 de 02 de janeiro de 2019) de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 357, de 20 de fevereiro de 2019, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados na reunião ordinária realizada em 10/08/2022.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MAURICIO JUNQUEIRA PELEGRINETI LOURENÇO
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 71000.057633/2022-51
Proponente: Associação Atlético Tucumã Esporte Clube
Título: Futebol que salva vidas
Registro: 2200956
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 28.360.252/0001-40
Cidade: Tucumã UF: PA
Valor autorizado para captação: R$ 89.830,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 4549 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 23124-X
Período de Captação até: 10/08/2024
2 - Processo: 71000.065520/2022-20
Proponente: Associacao Renascer
Título: Associação Renascer: Rendimento para o Deficiente
Registro: 2201223
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 71.744.007/0001-66
Cidade: São José do Rio Preto UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 299.541,76
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0057 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 80725-7
Período de Captação até: 10/08/2024
3 - Processo: 71000.065741/2022-06
Proponente: Associação Latina de Desenvolvimento Esportivo, Cultural e Ambiental
Título: Sem Barreiras - Ano IV
Registro: 2201238
Manifestação Desportiva: Desporto Educacional
CNPJ: 07.517.922/0001-10
Cidade: Rio de Janeiro UF: RJ
Valor autorizado para captação: R$ 1.403.451,62
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1251 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 44077-9
Período de Captação até: 10/08/2024
4 - Processo: 71000.064130/2022-32
Proponente: CEPE - Centro Esportivo para Pessoas Especiais
Título: CEPE - Basquetebol em Cadeira de Rodas Ano II
Registro: 2201146
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 05.468.868/0001-34
Cidade: Joinville UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 298.985,06
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0038 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 139311-1
Período de Captação até: 10/08/2024
5 - Processo: 71000.064390/2022-16
Proponente: CEPE - Centro Esportivo para Pessoas Especiais
Título: CEPE - Basquetebol em Cadeira de Rodas Ano II
Registro: 2201159
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 05.468.868/0001-34
Cidade: Joinville UF: SC
Valor autorizado para captação: R$ 294.209,58
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 0038 DV: 8 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 139312-X
Período de Captação até: 10/08/2024
6 - Processo: 71000.056831/2022-06
Proponente: Instituto Geração 4
Título: Gerando Sonhos IV
Registro: 2200940
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 14.390.824/0001-20
Cidade: Recife UF: PE
Valor autorizado para captação: R$ 399.873,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1245 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 86435-8
Período de Captação até: 10/08/2024
7 - Processo: 71000.057133/2022-10
Proponente: Instituto Mano Down
Título: Caminhada Mano Down - Todos pela Inclusão
Registro: 2200945
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 23.684.121/0001-03
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 164.515,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1585 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 31734-9
Período de Captação até: 10/08/2024
8 - Processo: 71000.060335/2022-49
Proponente: Instituto Mano Down
Título: Academia Inclusiva Mano Down
Registro: 2201007
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 23.684.121/0001-03
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 293.645,00
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1585 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 31733-0
Período de Captação até: 10/08/2024
9 - Processo: 71000.063835/2022-32
Proponente: Instituto Mano Down
Título: II Circuito Esportivo Mano Down - Rede de Inclusão
Registro: 2201129
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 23.684.121/0001-03
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor autorizado para captação: R$ 661.873,64
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1585 DV: 7 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 31749-7
Período de Captação até: 10/08/2024
10 - Processo: 71000.061976/2022-11
Proponente: Instituto Meninas do ES
Título: Meninas do Futuro
Registro: 2201048
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 12.139.974/0001-30
Cidade: Serra UF: ES
Valor autorizado para captação: R$ 3.986.043,60
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3167 DV: 4 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 43678-X
Período de Captação até: 10/08/2024
11 - Processo: 71000.062138/2022-64
Proponente: Instituto Valore
Título: Festival de Iniciação Esportiva - 8ª Edição
Registro: 2201056
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 11.407.279/0001-49
Cidade: Campinas UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 619.440,98
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6851 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 15573-X
Período de Captação até: 10/08/2024
12 - Processo: 71000.063531/2022-75
Proponente: Instituto Valore
Título: Festival de Iniciação Esportiva - 9ª Edição
Registro: 2201109
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 11.407.279/0001-49
Cidade: Campinas UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 619.440,98
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6851 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 15595-0
Período de Captação até: 10/08/2024
13 - Processo: 71000.063562/2022-26
Proponente: Instituto Valore
Título: Festival de Iniciação Esportiva - 10ª Edição
Registro: 2201110
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 11.407.279/0001-49
Cidade: Campinas UF: SP
Valor autorizado para captação: R$ 619.440,98
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 6851 DV: 9 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 15596-9
Período de Captação até: 10/08/2024

RETIFICAÇÕES

Processo Nº 71000.064412/2021-59

No Diário Oficial da União nº 200, de 22 de outubro de 2021, na Seção 1, página 12 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.480/2021, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1203 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 35361-2, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5853 DV: X Conta Corrente (Bloqueada) vinculada nº 2525-9.

Processo Nº 71000.059853/2021-39

No Diário Oficial da União nº 175, de 15 de setembro de 2021, na Seção 1, página 150 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.469/2021, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1203 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 35209-8, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5853 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 2522-4

Processo Nº 71000.058981/2022-46

No Diário Oficial da União nº 158, de 19 de agosto de 2022, na Seção 1, página 14 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.547/2022, ANEXO I, onde se lê: Proponente: Associação Esportiva Raposas da Leste, leia-se: Proponente: Associação Esportiva Vencer pela Estratégia.

Processo Nº 71000.026630/2022-76

No Diário Oficial da União nº 95, de 20 de maio de 2022, na Seção 1, página 15 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.524/2022, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1303 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 36241-7, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5853 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 2523-2.

Processo Nº 71000.017699/2021-28

No Diário Oficial da União nº 138, de 23 de julho de 2021, na Seção 1, página 15 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.441/2021, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1203 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 34691-8, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5853 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 2524-0.

Processo Nº 71000.017697/2021-39

No Diário Oficial da União nº 73, de 20 de abril de 2021, na Seção 1, página 15 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.441/2021, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1203 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 34690-X, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5853 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 2521-6.

Processo Nº 71000.050310/2020-75

No Diário Oficial da União nº 199, de 16 de outubro de 2020, na Seção 1, página 16 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.397/2020, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1203 DV: 3 Conta Corrente (Captação) vinculada nº 34022-7, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 5853 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 2520-8.

Processo Nº 71000.062774/2022-96

No Diário Oficial da União nº 156, de 17 de agosto de 2022, na Seção 1, página 23 que publicou a DELIBERAÇÃO Nº 1.545/2022, ANEXO I, onde se lê: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3591 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 27136-5, leia-se: Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3519 DV: X Conta Corrente (Captação) vinculada nº 27136-5.

SECRETARIA ESPECIAL DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL
SECRETARIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 95, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Torna pública lista anexa das programações financeiras referentes às emendas parlamentares de relatoria do exercício de 2022, executadas pela Unidade Gestora 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL do Ministério da Cidadania, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Decreto nº 11.023, de 31 de março de 2022, e

Considerando a Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021, que dispõe sobre as diretrizes para elaboração e a execução da Lei Orçamento de 2022;

Considerando a Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2022; e

Considerando a Portaria Ministerial nº 580, de 31 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as transferências de recursos pelo Ministério da Cidadania, na modalidade fundo a fundo, oriundos de emendas parlamentares, de programação orçamentária própria e outros que vierem a ser indicados no âmbito do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, resolve:

Art. 1º Tornar pública lista anexa das programações financeiras referentes às emendas parlamentares de relatoria do exercício de 2022, executadas pela Unidade Gestora 330013 - Fundo Nacional de Assistência Social, por meio do Sistema de Gestão de Transferências Voluntárias - SIGTV.

Art. 2º As programações descritas no anexo desta Portaria visam a Estruturação da Rede de Serviços do Sistema Único de Assistência Social - SUAS (219G), tendo como destinação:

I - a aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes, para fins de investimento (GND 4); e

II - o incremento de maneira temporária as transferências regulares e automáticas financeiras para fins de custeio (GND 3).

Art. 3º O Fundo Nacional de Assistência Social adotará as providências necessárias para as transferências de recursos aos respectivos Fundos de Assistência Social estabelecidos nesta Portaria, em conformidade com os procedimentos da modalidade de transferência fundo a fundo, e somente após cumpridos os requisitos pelos entes federados das condições previstas na Portaria Ministerial nº 580, de 31 de dezembro de 2020.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELÔNIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

ANEXO

UF	ENTE FEDERADO	ANO	AÇÃO ORÇAMENTÁRIA	EMENDA	PROGRAMAÇÃO	VALOR	GND	NOTA DE EMPENHO	PROCESSO
MG	TUPACIGUARA	2022	219G	202281000306	316960420220005	100.000,00	3	2022NE405041	71000064556202296
MG	UBERLÂNDIA	2022	219G	202281000306	317020620220002	150.000,00	3	2022NE405042	71000055866202210
MG	UBERLÂNDIA	2022	219G	202281000306	317020620220003	250.359,00	3	2022NE405043	71000064106202201
MG	UBERLÂNDIA	2022	219G	202281000306	317020620220004	100.359,00	3	2022NE405044	71000064107202248
RJ	RIO DE JANEIRO	2022	219G	202281000306	330455720220031	100.000,00	3	2022NE405045	71000064400202213
RJ	RIO DE JANEIRO	2022	219G	202281000306	330455720220032	200.000,00	3	2022NE405046	71000064399202219
RN	PASSAGEM	2022	219G	202281000306	240920920220001	200.000,00	3	2022NE405047	71000056060202249
RR	BOA VISTA	2022	219G	202281000306	140010020220001	500.000,00	3	2022NE405049	71000063320202232
PR	GUARACI	2022	219G	202281000306	410920320220001	30.000,00	3	2022NE405051	71000065197202294
RN	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	2022	219G	202281000306	241200520220002	200.000,00	3	2022NE405052	71000064990202276
SP	DOURADO	2022	219G	202281000306	351430420220003	100.000,00	3	2022NE405053	71000063323202276
GO	GOIÂNIA	2022	219G	202281000306	520870720220026	150.000,00	3	2022NE405054	71000064395202231
SP	IPAUSSU	2022	219G	202281000306	352090520220003	70.000,00	3	2022NE405055	71000063319202216
AM	GUAJARÁ	2022	219G	202281000306	130165420220002	200.000,00	3	2022NE405056	71000063788202227
GO	LUZIÂNIA	2022	219G	202281000306	521250120220001	100.000,00	3	2022NE405057	71000064396202285
GO	ITAGUARU	2022	219G	202281000306	521060420220001	50.000,00	3	2022NE405058	71000055805202252
MG	TAPARUBA	2022	219G	202281000306	316805120220001	200.000,00	3	2022NE405059	71000063792202295
GO	VALPARAÍSO DE GOIÁS	2022	219G	202281000306	522185820220001	250.000,00	3	2022NE405060	71000063496202294
PA	PLACAS	2022	219G	202281000306	150565020220001	560.000,00	3	2022NE405061	71000063793202230
PE	PALMEIRINA	2022	219G	202281000306	261010320220001	500.000,00	3	2022NE405062	71000056058202270
PR	CONGONHINHAS	2022	219G	202281000306	410600120220001	50.000,00	3	2022NE405063	71000063503202258
PA	ALMEIRIM	2022	219G	202281000306	150050320220005	1.500.000,00	3	2022NE403770	71000052457202261
SP	SERRA AZUL	2022	219G	202281000306	355140520220002	100.000,00	3	2022NE405064	71000055826202278
PR	SARANDI	2022	219G	202281000306	412625620220001	100.000,00	3	2022NE405065	71000063502202211
PR	SARANDI	2022	219G	202281000306	412625620220002	100.000,00	3	2022NE405066	71000063501202269
SP	MACATUBA	2022	219G	202281000306	352800720220006	120.000,00	3	2022NE405067	71000059769202204
RS	BAGÉ	2022	219G	202281000306	430160220220005	50.000,00	3	2022NE405068	71000056072202273
ES	MONTANHA	2022	219G	202281000306	320350220220001	100.000,00	3	2022NE405069	71000065482202213
PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	2022	219G	202281000306	410645620220003	50.000,00	3	2022NE405070	71000065484202202
ES	VILA PAVÃO	2022	219G	202281000306	320515020220002	100.000,00	3	2022NE405071	71000063495202240
CE	SALITRE	2022	219G	202281000306	231195920220001	400.000,00	3	2022NE405072	71000065481202261
RJ	PETRÓPOLIS	2022	219G	202281000306	330390620220016	500.000,00	3	2022NE405073	71000065485202249
ES	VARGEM ALTA	2022	219G	202281000306	320503620220004	300.000,00	3	2022NE405074	71000055839202247
AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	2022	219G	202281000306	160015420220001	400.000,00	3	2022NE405075	71000064102202215
BA	MULUNGU DO MORRO	2022	219G	202281000306	292205220220001	250.000,00	3	2022NE405076	71000064103202260
CE	PARAMOTI	2022	219G	202281000306	231040720220001	300.000,00	3	2022NE405077	71000064105202259
ES	PINHEIROS	2022	219G	202281000306	320410420220003	100.000,00	3	2022NE405078	71000063790202204
ES	VILA VELHA	2022	219G	202281000306	320520020220003	400.000,00	3	2022NE405079	71000063791202241
PR	PRUDENTÓPOLIS	2022	219G	202281000306	412060620220002	100.000,00	3	2022NE405080	71000064108202292
ES	BAIXO GUANDU	2022	219G	202281000306	320080520220004	100.000,00	3	2022NE405081	71000063297202286
ES	FUNDÃO	2022	219G	202281000306	320220720220001	100.000,00	3	2022NE405082	71000056102202241
PA	ALMEIRIM	2022	219G	202281000306	150050320220001	1.500.000,00	3	2022NE403928	71000052459202251
ES	JOÃO NEIVA	2022	219G	202281000306	320313020220002	150.000,00	3	2022NE405083	71000056003202260
ES	JOÃO NEIVA	2022	219G	202281000306	320313020220004	100.000,00	3	2022NE405084	71000056132202258
GO	SENADOR CANEDO	2022	219G	202281000306	522045420220004	100.000,00	3	2022NE405085	71000063298202221
MG	CARVALHOS	2022	219G	202281000306	311480820220001	100.000,00	3	2022NE405086	71000063304202240
MG	CATUJI	2022	219G	202281000306	311545820220001	100.000,00	3	2022NE405087	71000060536202246
MG	POUSO ALEGRE	2022	219G	202281000306	315250120220001	80.000,00	3	2022NE405088	71000063302202251
MG	POUSO ALEGRE	2022	219G	202281000306	315250120220002	55.000,00	3	2022NE405089	71000063299202275
MG	POUSO ALEGRE	2022	219G	202281000306	315250120220003	55.000,00	3	2022NE405090	71000063301202214
PI	PAJEÚ DO PIAUÍ	2022	219G	202281000306	220735520220001	300.000,00	3	2022NE405091	71000056028202263
PR	RONDON	2022	219G	202281000306	412260220220002	50.000,00	3	2022NE405092	71000063316202274
SE	ITABAIANA	2022	219G	202281000306	280290820220003	300.000,00	3	2022NE405093	71000063507202236
AL	SÃO JOSÉ DA LAJE	2022	219G	202281000306	270830320220001	826.600,00	3	2022NE405094	71000063494202203
PR	TOLEDO	2022	219G	202281000306	412770020220001	100.000,00	3	2022NE405095	71000063308202228
SE	ITABAIANA	2022	219G	202281000306	280290820220004	500.000,00	3	2022NE405096	71000063506202291
PI	CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ	2022	219G	202281000306	220300820220003	500.000,00	3	2022NE405097	71000063305202294
SE	ITABAIANA	2022	219G	202281000306	280290820220002	250.000,00	3	2022NE405098	71000063505202247
PB	AROEIRAS	2022	219G	202281000306	250130220220002	500.000,00	3	2022NE405099	71000056133202201
PR	MARIALVA	2022	219G	202281000306	411480720220001	50.000,00	3	2022NE405100	71000063306202239
PR	CARAMBEÍ	2022	219G	202281000306	410465920220005	50.000,00	3	2022NE405101	71000063311202241
PB	AROEIRAS	2022	219G	202281000306	250130220220001	100.000,00	3	2022NE405102	71000056001202271
PA	FARO	2022	219G	202281000306	150300220220001	700.000,00	3	2022NE405103	71000063108202275
MG	SÃO GONÇALO DO SAPUCAÍ	2022	219G	202281000306	316200520220001	100.000,00	3	2022NE405104	71000063303202203
PA	ALMEIRIM	2022	219G	202281000306	150050320220002	1.500.000,00	3	2022NE403878	71000052496202269
RS	SANTA ROSA	2022	219G	202281000306	431720220220003	50.000,00	3	2022NE405105	71000063504202201
SP	IBIRAREMA	2022	219G	202281000306	351950120220001	50.000,00	3	2022NE405106	71000044330202279
RJ	ITAOCARA	2022	219G	202281000306	330210620220002	100.000,00	3	2022NE405107	71000044624202209
GO	APARECIDA DE GOIÂNIA	2022	219G	202281000306	520140520220009	150.000,00	3	2022NE405108	71000062092202283
CE	ESTADO DO CEARÁ	2022	219G	202281000306	230000020220001	2.000.000,00	3	2022NE405109	71000063789202271
MG	DORESÓPOLIS	2022	219G	202281000306	312340320220001	100.000,00	3	2022NE405110	71000063497202239
SP	PINHALZINHO	2022	219G	202281000306	353820420220002	50.000,00	3	2022NE405111	71000056080202210
GO	CRIXÁS	2022	219G	202281000306	520640420220002	200.000,00	3	2022NE405112	71000044603202285
MG	JOANÉSIA	2022	219G	202281000306	313610820220001	150.000,00	3	2022NE405113	71000066178202285
SC	PORTO BELO	2022	219G	202281000306	421350020220001	200.000,00	3	2022NE405114	71000056035202265
PR	SÃO JORGE D'OESTE	2022	219G	202281000306	412520920220002	100.000,00	3	2022NE405115	71000067290202233

MG	JOSÉ GONÇALVES DE MINAS	2022	219G	202281000306	313652020220001	150.000,00	3	2022NE405116	71000063498202283
AL	MURICI	2022	219G	202281000306	270550720220001	200.000,00	3	2022NE405117	71000065813202215
MG	SÃO LOURENÇO	2022	219G	202281000306	316370620220003	80.000,00	3	2022NE405118	71000066177202231
ES	BOA ESPERANÇA	2022	219G	202281000306	320100120220001	100.000,00	3	2022NE405119	71000055776202229
MG	SÃO LOURENÇO	2022	219G	202281000306	316370620220004	70.000,00	3	2022NE405120	71000066181202207
RS	ROSÁRIO DO SUL	2022	219G	202281000306	431640220220001	100.005,00	3	2022NE405121	71000056024202285
CE	SOLONÓPOLE	2022	219G	202281000306	231300520220001	100.000,00	3	2022NE405122	71000062976202238
BA	ARACI	2022	219G	202281000306	290210420220001	334.000,00	3	2022NE405123	71000062979202271
MA	AMARANTE DO MARANHÃO	2022	219G	202281000306	210060020220001	500.000,00	3	2022NE405124	71000062978202227
SP	COTIA	2022	219G	202281000306	351300920220008	1.500.000,00	3	2022NE405125	71000062974202249
PI	CAMPO MAIOR	2022	219G	202281000306	220220820220005	700.000,00	3	2022NE405126	71000061564202281
MA	CONCEIÇÃO DO LAGO-AÇU	2022	219G	202281000306	210355420220001	500.000,00	3	2022NE405127	71000061225202202
RS	TAVARES	2022	219G	202281000306	432135220220002	100.000,00	3	2022NE405128	71000062094202272
PI	NOVA SANTA RITA	2022	219G	202281000306	220795920220001	100.000,00	3	2022NE405129	71000056005202259
MG	IBIAÍ	2022	219G	202281000306	312960820220001	100.000,00	3	2022NE405130	71000062091202239
PR	COLOMBO	2022	219G	202281000306	410580520220005	100.000,00	3	2022NE405131	71000062090202294
MS	CAMPO GRANDE	2022	219G	202281000306	500270420220008	130.000,00	3	2022NE405132	71000061576202213
PA	INHANGAPI	2022	219G	202281000306	150340820220001	560.000,00	3	2022NE405133	71000062093202228
PA	NOVO PROGRESSO	2022	219G	202281000306	150503120220001	748.130,00	3	2022NE405134	71000056134202247
GO	ANÁPOLIS	2022	219G	202281000306	520110820220008	100.000,00	3	2022NE405135	71000044287202241
MG	CARBONITA	2022	219G	202281000306	311350320220001	25.000,00	3	2022NE405136	71000044017202231
PA	ALMEIRIM	2022	219G	202281000306	150050320220003	1.000.000,00	3	2022NE403769	71000052456202217
SP	SÃO PAULO	2022	219G	202281000306	355030820220013	100.000,00	3	2022NE405137	71000055816202232
SP	SÃO PAULO	2022	219G	202281000306	355030820220015	300.000,00	3	2022NE405138	71000067761202211
PA	BOM JESUS DO TOCANTINS	2022	219G	202281000306	150157620220001	200.000,00	3	2022NE405139	71000056069202250
SP	MOGI MIRIM	2022	219G	202281000306	353080520220003	100.000,00	3	2022NE405140	71000067762202258
GO	CRISTALINA	2022	219G	202281000306	520620620220002	500.000,00	3	2022NE405141	71000067754202210
AC	ACRELÂNDIA	2022	219G	202281000306	120001320220002	100.000,00	3	2022NE405142	71000067750202223
MA	CHAPADINHA	2022	219G	202281000306	210320820220002	300.000,00	3	2022NE405143	71000069145202297
MA	ITINGA DO MARANHÃO	2022	219G	202281000306	210542720220001	300.000,00	3	2022NE405144	71000069139202230
MA	SÃO BENEDITO DO RIO PRETO	2022	219G	202281000306	211040120220003	300.000,00	3	2022NE405145	71000069138202295
MA	CACHOEIRA GRANDE	2022	219G	202281000306	210237420220001	300.000,00	3	2022NE405146	71000068338202221
MA	CENTRO NOVO DO MARANHÃO	2022	219G	202281000306	210317420220001	1.000.000,00	3	2022NE405147	71000068697202288
RS	ROCA SALES	2022	219G	202281000306	431580020220001	100.000,00	3	2022NE405148	71000068339202275
RS	CANGUÇU	2022	219G	202281000306	430450720220001	50.000,00	3	2022NE405149	71000049601202282
PI	PIAUÍ	2022	219G	202281000306	220000020220001	250.000,00	3	2022NE405150	71000069146202231
PI	PIAUÍ	2022	219G	202281000306	220000020220002	200.000,00	3	2022NE405153	71000069147202286
PR	DOIS VIZINHOS	2022	219G	202281000306	410720720220001	100.000,00	3	2022NE405151	71000046643202261
GO	CAMPOS VERDES	2022	219G	202281000306	520495320220004	200.000,00	3	2022NE405152	71000068695202299
PA	ALMEIRIM	2022	219G	202281000306	150050320220004	1.000.000,00	3	2022NE403955	71000052455202272

DEPARTAMENTO DA REDE SOCIOASSISTENCIAL PRIVADA DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PORTARIA Nº 93, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, e no cumprimento de decisão proferida nos autos da Ação nº 5005747-25.2022.4.03.6119, acompanhada do respectivo PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA n. 00584/2022/CORESPNE/PRU3R/PGU/AGU, ajuizada pela entidade ALLAN KARDEC ALICE PEREIRA, resolve:

Art. 1º Retificar a Portaria nº 60, art. 1º, item 03 de 03 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União em 07 de junho de 2022 oriunda do Ministério da Cidadania, referente ao processo administrativo nº 23000.022821/2018-30, da entidade ALLAN KARDEC ALICE PEREIRA, CNPJ 44.277.424/0001-73, para que desta forma a validade da certificação CEBAS seja a partir de 01/06/2018 a 31/05/2021.

Art. 2º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELONIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

PORTARIA Nº 94, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A SECRETÁRIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA, no uso de suas atribuições e com fundamento na Portaria MDS nº 710, de 30 de setembro de 2010, e no cumprimento de decisão proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 1015955-73.2020.4.01.3400, acompanhada do Parecer de Força Executória nº 06290/2022/CONJUR-MC/CGU/AGU, ajuizada pelo INSTITUTO GUGA KUERTEN, CNPJ 04.003.206/0001-26, referente ao processo administrativo nº 71000.015217/2019-81, resolve:

Art. 1º Retificar à Portaria CEBAS nº 284, de 13 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União em 15 de dezembro de 2019 da Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, a fim de conferir efeito ex tunc, de modo que a renovação do benefício passe a constar a partir de 27/06/2018, sem interrupção.

Art. 2º Retificar à Portaria CEBAS nº 49, item 3847 de 09 de maio de 2022, publicada no DOU de 25 de maio de 2022. Onde se lê: "Data início da certificação 16/12/2019". Leia-se: "Data início da certificação 27/06/2018.

Art. 3º Cientifique-se a Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARIA YVELONIA DOS SANTOS ARAÚJO BARBOSA

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCTI Nº 6.235, DE, 24 DE AGOSTO DE 2022

Realoca Função Gratificada dentro do quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição Federal, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 10.463, de 14 de agosto de 2020, e no art. 17 do Decreto nº 9.739, de 28 de março 2019, resolve:

Art. 1º Realocar Funções Gratificadas - FG dentro do quadro demonstrativo de cargos em comissão e de funções de confiança do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações.

Art. 2º Ficam realocadas as seguintes Funções Gratificadas - FG's do Centro de Tecnologia da Informação Renato Archer:

I - uma FG-2 da Divisão de Projetos Institucionais para a Divisão de Infraestrutura Predial e Manutenção, ambas da Coordenação de Ambientes e Projetos Institucionais da Coordenação-Geral de Competências Institucionais;

II - uma FG-2 da Coordenação de Planejamento e Melhoria de Processos da Diretoria para a Divisão de Finanças da Coordenação-Geral de Administração;

III - uma FG-2 da Divisão de Logística e Apoio Administrativo da Coordenação-Geral de Administração para a Divisão de Relações Institucionais da Coordenação de Ambientes e Projetos Institucionais da Coordenação-Geral de Competências Institucionais;

IV - uma FG-2 da Coordenação de Parque Tecnológico e Laboratório Aberto da Diretoria para a Divisão de Gestão de Pessoas da Coordenação-Geral de Administração;

V - uma FG-3 da Divisão de Nano, Microssistemas e Materiais, da Coordenação-Geral de Projetos e Serviços para a Divisão de Infraestrutura Computacional e Sistemas de Informação, da Coordenação de Ambientes e Projetos Institucionais da Coordenação-Geral de Competências Institucionais;

VI - uma FG-3 da Diretoria para a Coordenação de Planejamento e Melhoria de Processos, vinculada à Diretoria;

VII - uma FG-3 da Diretoria para a Coordenação de Parque Tecnológico e Laboratório Aberto, vinculada à Diretoria.

Art. 3º O Anexo IX da Portaria nº 3.410, de 10 de setembro de 2020, passa a vigorar com as alterações do Anexo a esta Portaria.

Art. 4º A realocação decorrente desta Portaria será refletida nas futuras propostas de alteração do decreto de aprovação de estrutura regimental do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, que venham a ser encaminhadas à Presidência da República.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

"ANEXO IX

QUADRO DEMONSTRATIVO DOS CARGOS EM COMISSÃO E DAS FUNÇÕES DE CONFIANÇA DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES

.....

(...)			
CENTRO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO RENATO ARCHER	1	Diretor	DAS 101.5
	1	Assessor Técnico	DAS 102.3
Coordenação	2	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
	9		FG-1
	6		FG-2
	11		FG-3
Coordenação-Geral de Competências Institucionais	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Coordenação	1	Coordenador	FCPE 101.3
Divisão	8	Chefe	FCPE 101.2
	2		FG-2

	1		FG-3
Coordenação-Geral de Projetos e Serviços	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	3	Chefe	FCPE 101.2
Coordenação-Geral de Administração	1	Coordenador-Geral	DAS 101.4
Divisão	5	Chefe	FCPE 101.2
	2		FG-2

.....(NR)"

DESPACHO

CERTIDÃO DE APOSTILAMENTO

O Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovações, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Parágrafo Único do Art. 55 da Lei nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e, ainda, o §1º, inciso I do Art. 43 do Decreto 8.726, de 27 de Abril de 2016, considerando os termos e fundamentos consubstanciados na Nota Técnica nº 619/2022/SEI-MCTI, Parecer Técnico nº 2637/2022/SEI-MCTI, no Memorando 11518 (10190864) do Departamento de Administração, no Memorando 11976 (10240240) da Assessoria Especial de Controle Interno, e no Memorando 12173 (10254756) do Secretário-Executivo AUTORIZO o APOSTILAMENTO para fins de Prorrogação "De Ofício" do Termo de Fomento nº 905143/2020, passando o prazo de vigência do Termo para 26 de Junho de 2023, período equivalente ao lapso de 178 dias no repasse da parcela única dos recursos financeiros do Instrumento.

PAULO CESAR REZENDE DE CARVALHO ALVIM

SECRETARIA DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.217, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.013473/2021-08, de 4 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Safesoft Indústria e Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 05.728.496/0002-19, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 05.728.496/0002-19, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Sensor de temperatura para rastreador automotivo, baseado em técnica digital.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.013473/2021-08, de 4 de agosto de 2021.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR DE OLIVEIRA PINTO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.218, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.020837/2021-06, de 9 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica ORO TECNOLOGIA LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 40.614.007/0001-18, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 40.614.007/0001-18, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Unidade de processamento digital de pequena capacidade, baseada em microprocessador.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.020837/2021-06, de 9 de dezembro de 2021.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR DE OLIVEIRA PINTO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.219, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.001930/2022-94, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivo modelo abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa Furukawa Industrial Optoeletrônica Ltda, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 07.620.567/0001-00, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Aparelho transmissor (emissor) de telefonia, com receptor incorporado, digital, de frequência inferior a 15 GHz e taxa de transmissão inferior a 34 Mbps, modelo: FW-250-LTE-C06319A ESTAC TERMINAL DE ACESSO STANDARD 250MHZ UE CAT4 SISO.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR DE OLIVEIRA PINTO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.220, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

Reconhece investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, de acordo com o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e a Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021, e reconhece a condição de bens e produtos desenvolvidos no País, de acordo com a Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO, no uso da competência delegada pela Portaria MCTI nº 4.584, de 24 de março de 2021, considerando as atribuições previstas na Portaria MCTI nº 4.514, de 02 de março de 2021, e na Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, tendo em vista o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, e o Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e conforme consta no Processo MCTI nº 01245.003104/2022-80, resolve:

Art. 1º Reconhecer que o produto e respectivo modelo abaixo descritos, desenvolvidos pela empresa Intelbras S/A - Indústria de Telecomunicação Eletrônica Brasileira, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob o nº 82.901.000/0014-41, atendem às condições de bens de informática ou automação desenvolvidos no País, nos termos da Portaria MCT nº 950, de 12 de dezembro de 2006, e resultam de investimentos em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) decorrentes de tecnologias desenvolvidas no País, nos termos da Portaria MCTI nº 4.514, de 2 de março de 2021:

I - Central automática de comutação privada, de capacidade superior a 200 ramais, modelo: Central Telefônica UnniTI 1000.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR DE OLIVEIRA PINTO

PORTARIA SEMPI/MCTI Nº 6.224, DE 19 DE AGOSTO DE 2022

Habilitação à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019.

O SECRETÁRIO DE EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, SUBSTITUTO, no uso da atribuição conferida pelo parágrafo único do art. 6º do Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020, tendo em vista o disposto nos arts. 4º e 9º deste Decreto, e considerando o que consta no Processo MCTI nº 01245.007238/2022-70, de 11 de maio de 2022, resolve:

Art. 1º Habilitar a pessoa jurídica Setex Indústria, Comércio e Serviços em Materiais Plásticos Ltda. EPP, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia - CNPJ/ME sob o nº 05.933.621/0001-41, à fruição do crédito financeiro de que tratam o art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, os arts. 2º, 3º e 4º da Lei nº 13.969, de 26 de dezembro de 2019, e o Decreto nº 10.356, de 20 de maio de 2020.

§ 1º Cadastrar o estabelecimento fabril da pessoa jurídica identificada no caput, CNPJ/ME nº 05.933.621/0001-41, responsável pela fabricação do(s) seguinte(s) bem(ns) de tecnologias da informação e comunicação:

- Cabo de fibra óptica com revestimento externo de material dielétrico.

§ 2º O bem e os respectivos modelos devem cumprir o processo produtivo básico.

§ 3º Os modelos devem ser cadastrados pela pessoa jurídica e constar no processo MCTI nº 01245.007238/2022-70, de 11 de maio de 2022.

Art. 2º A pessoa jurídica habilitada fará jus ao crédito financeiro de que trata a Seção I do Capítulo V do Decreto nº 10.356, de 2020, que vigorará até 31 de dezembro de 2029.

Parágrafo único. A pessoa jurídica habilitada, além de cumprir o processo produtivo básico, deverá investir, anualmente, no País, em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no setor de tecnologias da informação e comunicação, o percentual mínimo de 4% sobre a base de cálculo formada pelo faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização do(s) bem(ns) relacionado(s) no art. 1º.

Art. 3º O crédito financeiro decorrente dos benefícios referidos no art. 4º da Lei nº 8.248, de 1991, constitui, para todos os efeitos, compensação integral em substituição aos incentivos extintos pela revogação dos §§ 1º-A, 1º-D, 1º-E, 1º-F, 5º e 7º do art. 4º da referida Lei.

Art. 4º Esta habilitação poderá ser suspensa ou cancelada, a qualquer tempo, sem prejuízo do ressarcimento previsto no art. 9º da Lei nº 8.248, de 1991, no art. 9º da Lei nº 13.969, de 2019, e no Capítulo VI do Decreto nº 10.356, de 2020, caso a empresa beneficiária deixe de atender ou de cumprir qualquer das condições estabelecidas no referido Decreto.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS CESAR DE OLIVEIRA PINTO

CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO

PORTARIA CNPQ Nº 1.018, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, no uso da competência delegada pelo art. 1º, I e II, da Portaria nº 3.853, de 7 de outubro de 2020, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, e considerando os termos do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, e da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, resolve:

Art. 1º Autorizar as atividades de coleta e de remessa de material biológico, com a participação de pesquisadores estrangeiros, no âmbito do projeto "Next Generation Ecosystem Experiments - Tropics (NGEE-Tropics) ", coordenado pelo Dr. Niro Higuchi, da instituição Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA), conforme Processo CNPq nº 01300.002395/2016-39.

Art. 2º As atividades de coleta e de remessa de material biológico estão autorizadas para a equipe estrangeira:

NOME	INSTITUIÇÃO	NACIONALIDADE
Jeffrey Quintin Chambers	Estados Unidos da América	Lawrence Berkeley National Laboratory
Kolby Jeremiah Jardine	Estados Unidos da América	Lawrence Berkeley National Laboratory
Alistair Rogers	Estados Unidos da América	Brookhaven National Laboratory
Keith Frederic Lewin	Estados Unidos da América	Brookhaven National Laboratory
Shawn Paul Serbin	Estados Unidos da América	Brookhaven National Laboratory
Brent David Newman	Estados Unidos da América	Los Alamos National Laboratory
Charles Dunbar Koven	Estados Unidos da América	Lawrence Berkeley National Laboratory
Lara Kueppers	Estados Unidos da América	Lawrence Berkeley National Laboratory
Margaret Susan Torn	Estados Unidos da América	Lawrence Berkeley National Laboratory
Robinson Isaac Negron Juarez	Estados Unidos da América	Lawrence Berkeley National Laboratory
Sebastien Christophe Biraud	França	Lawrence Berkeley National Laboratory
Thomas Lorin Powell	Estados Unidos da América	Lawrence Berkeley National Laboratory
Jennifer Pett-Ridge	Estados Unidos da América	Lawrence Berkeley National Laboratory
Adam Donald Collins	Estados Unidos da América	Los Alamos National Laboratory
Chonggang Xu	China	Los Alamos National Laboratory
Charlotte Caroline Grossiord	Lausanne França	Swiss Federal Institute of Technology Lausanne
Alfonso Javier Zambrano Olimpo	Venezuela	Smithsonian Tropical Research Institute
Rosemary Alice Fisher	Grã Bretanha (Britânica)	National Center for Atmospheric Research
Paul Moorcroft	Estados Unidos da América	Harvard University
Jeffrey Mead Warren	Estados Unidos da América	Oak Ridge National Laboratory
Melanie Anna Mayes	Estados Unidos da América	Oak Ridge National Laboratory
Richard James Norby	Estados Unidos da América	Oak Ridge National Laboratory
Kristine Grace Manno Cabugao	Estados Unidos da América	Lawrence Berkeley National Laboratory
Stuart James Davies	Australia	Smithsonian Tropical Research Institute
Sanna Annika Sevanto	Tanzania	Los Alamos National Laboratory
Lee Thoresen Dickman	Estados Unidos da América	Los Alamos National Laboratory
Bradley O´Donnell Christoffersen	Estados Unidos da América	Los Alamos National Laboratory
Jacquelyn Shuman	Estados Unidos da América	National Center for Atmospheric Research
Lai-yung Leung	China	Pacific Northwest National Laboratory
Maria Uriarte	Estados Unidos da América	Columbia University
Jessica Needham	Grã Bretanha (Britânica)	Lawrence Berkeley National Laboratory
Sassan Saatchi	Estados Unidos da América	Nasa
Adam Hanbury-Brown	Estados Unidos da América	Lawrence Berkeley National Laboratory
Douglas Morton	Estados Unidos da América	Nasa
Gregory Lemieux	Estados Unidos da América	Lawrence Berkeley National Laboratory
Daniel Zuleta	Colombia	Smithsonian Tropical Research Institute
Michael Maier Keller	Estados Unidos da América	United States Departament of Agriculture and Forest Service
Eoin Leonard Brodie	Irlanda	Lawrence Berkeley National Laboratory
Nicholas Bouskill	Estados Unidos da América	Lawrence Berkeley National Laboratory
Jennifer Allison Holm	Estados Unidos da América	Lawrence Berkeley National Laboratory
Kurt Solander	Estados Unidos da América	Los Alamos National Laboratory
Rutuja Chitra-Tarak	India	Los Alamos National Laboratory
Lianhong Gu	Estados Unidos da América	Oak Ridge National Laboratory
Jeffery Steven Riggs	Estados Unidos da América	Oak Ridge National Laboratory
Matthew Edward Craig	Estados Unidos da América	Oak Ridge National Laboratory
Anthony Walker	Grã Bretanha (Reino Unido)	Oak Ridge National Laboratory
Cynthia Louise Wright	Estados Unidos da América	Oak Ridge National Laboratory
Geoffrey William Schwaner	Estados Unidos da América	Oak Ridge National Laboratory
Joanne Burke Childs	Estados Unidos da América	Oak Ridge National Laboratory
Kenneth Davidson	Estados Unidos da América	Brookhaven National Laboratory
Julien Lamour	França	Brookhaven National Laboratory
Jeremiah Anderson	Estados Unidos da América	Brookhaven National Laboratory
Andrew McMahon	Estados Unidos da América	Brookhaven National Laboratory
Kim Susan Ely	Australia	Brookhaven National Laboratory
Mizanur Rahman	Bangladesh	Pacific Northwest National Laboratory
Lucas Webber	Estados Unidos da América	Pacific Northwest National Laboratory
Daniel Dores	Estados Unidos da América	Lawrence Berkeley National Laboratory
Stephen Wai-Yin Chan	Estados Unidos da América	Lawrence Berkeley National Laboratory
Anna Weber	Estados Unidos da América	Lawrence Berkeley National Laboratory
Nathan Gabriel McDowell	Estados Unidos da América	Pacific Northwest National Laboratory

Art. 3º As atividades de coleta com finalidade científica são autorizadas para a área da Estação Experimental de Silvicultura Tropical do INPA (ZF-2), na região de Manaus e Amazonas.

Art. 4º A remessa de material científico e seu destino ficam vinculados à estrita observância das normas do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990, da Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990, e, quando for o caso, da Lei nº 13.123, de 20 de maio de 2015, e do Decreto nº 8.772, de 11 de maio de 2016, que a regulamenta.

Art. 5º Esta autorização terá validade a partir de 1º de janeiro de 2016 até 1º de janeiro de 2026.

Parágrafo único. O prazo previsto no caput poderá ser prorrogado mediante pedido justificado do representante da contraparte brasileiro, acompanhado de relatório técnico das atividades realizadas e demais documentos estabelecidos na legislação de regência, a ser apresentado no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias anteriores ao término da sua vigência.

Art. 6º Ficam revogadas as seguintes normas:

I - Portaria CNPq nº 376, de 28 de dezembro de 2020; e

II - Portaria CNPq nº 985, de 10 de agosto de 2022.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EVALDO FERREIRA VILELA

DIRETORIA DE GESTÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHOS DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 8.010/1990, torna público a 501ª RELAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - Portal GOV.BR

ENTIDADE	**CREDENCIAMENTO/CNPJ**	VIGÊNCIA
Centro Internacional de Energias Renováveis - Biogás	18.366.966/0001-02	24/08/2027
Fundação de Apoio e Fomento à Inovação Tecnológica à Pesquisa e ao Ensino	900.1320/2022	24/08/2027

O Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 8.010/1990, torna público a 802ª RELAÇÃO DE REVALIDAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - Portal GOV.BR

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO/CNPJ	VIGÊNCIA
Fundação Universidade Federal do Tocantins	900.0927/2004	24/08/2027
Associação Instituto Tecnológico Vale	900.1255/2016	24/08/2027
Hospital das Clinicas da Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP	900.0051/1990	24/08/2027
Museu Paraense Emílio Goeldi	900.0818/2001	24/08/2027
CETESB - Companhia Ambiental do Estado de São Paulo	900.1264/2017	24/08/2027
Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre	900.0337/1992	24/08/2027

O Diretor de Gestão e Tecnologia da Informação, no uso de suas atribuições legais, de acordo com a Lei nº 8.032/1990 e Resolução Normativa CNPq nº 041/2018, torna pública a 18ª RELAÇÃO DE CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS para importação para pesquisa.

ENTIDADE	CREDENCIAMENTO/CNPJ	VIGÊNCIA
Leonardo A. De Araujo Desenvolvimento de Software	45.491.282/0001-05	24/08/2027

THALES MARÇAL VIEIRA NETTO

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA MCOM Nº 5.658, DE 18 DE MAIO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no artigo 18 da Portaria n° 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/07/2020, bem como o que consta do Processo n° 53115.011021/2021-62, resolve:

Art. 1° Outorgar autorização à TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.862.216/0001-54, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 41 (quarenta e um), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de SÃO GABRIEL DO OESTE, estado de MATO GROSSO DO SUL.

Art. 2° A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 03.862.216/0001-54, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 85.063, de 25 de agosto de 1980, publicado no Diário Oficial da União de 27 de agosto de 1980, para execução do serviço no município de DOURADOS, estado de MATO GROSSO DO SUL.

Art. 3° A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4° Para fins de execução do referido serviço deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 24 do Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto n° 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.125, DE 6 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53115.000933/2020-28, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7234/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00500/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 3 de julho de 2020, a concessão outorgada à RÁDIO AURIVERDE DE PITANGA LTDA (CNPJ nº 77.128.163/0001-89), nos termos do Decreto nº 84.778, de 9 de junho de 1980, publicado em 10 de junho de 1980, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Pitanga, Estado do Paraná.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.145, DE 11 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no artigo 18 da Portaria n° 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/07/2020, bem como o que consta do Processo n° 53115.011906/2021-61, resolve:

Art. 1° Outorgar autorização à TV CATARATAS LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 80.830.334/0001-21, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 35 (trinta e cinco), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de DOIS VIZINHOS, estado do PARANÁ.

Art. 2° A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da TV CATARATAS LTDA, pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 80.830.334/0001-21, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 96724, de 19 de setembro de 1988, publicado no Diário Oficial da União de 20 de setembro de 1988, para execução do serviço no município de FOZ DO IGUAÇU, estado do PARANÁ.

Art. 3° A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4° Para fins de execução do referido serviço deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 24 do Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto n° 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.147, DE 11 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, considerando o disposto no art. 6º, parágrafo único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.053133/2019-18, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4202/2022/SEI-MCOM, com a aplicação do Parecer Referencial nº 001/2022/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 08 dezembro 2019, a autorização outorgada à Associação de Radiodifusão Comunitária de Itabaiana, inscrita no CNPJ nº 03.443.826/0001-13, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária no município de município de Itabaiana, estado da Paraíba.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.148, DE 11 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022S, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.044731/2018-15, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL CRISTO REI, inscrita no CNPJ sob nº 21.896.548/0001-31, cuja sede se situa na RODOVIA BR 482, S/Nº - Zona Rural, na localidade de Guaçuí, Estado do Espírito Santo, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.150, DE 11 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.034682/2018-11, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização ao INSTITUTO PARCERIA CIDADÃ, inscrita no CNPJ sob nº 06.853.714/0001-29, cuja sede se situa na Avenida Joaquim Rosa, n° 155 - Parque Aeroporto, na localidade de Macaé, Estado do Rio de Janeiro, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.154, DE 11 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.054517/2019-58, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA E CULTURAL AMIGOS DE MARCELINO RAMOS - ACCAMAR, inscrita no CNPJ sob nº 22.656.930/0001-30, cuja sede se situa na Rua Independência, nº 05 - Centro, na localidade de Marcelino Ramos, Estado do Rio Grande do Sul, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.183, DE 15 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no artigo 18 da Portaria n° 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/07/2020, bem como o que consta do Processo n° 53115.015055/2021-26, resolve:

Art. 1° Outorgar autorização à TV MINAS SUL LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 25.649.179/0001-33, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 47 (quarenta e sete), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de LAVRAS, estado de MINAS GERAIS.

Art. 2° A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da TV MINAS SUL LTDA., pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 25.649.179/0001-33, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 99.155, de 12 de março de 1990, publicado no Diário Oficial da União de 13 de março de 1990, e ratificado por meio do Decreto Legislativo nº 65, de 12 de março de 1991, publicado no Diário Oficial de 13 de março de 1991, para execução do serviço no município de VARGINHA, estado de MINAS GERAIS.

Art. 3° A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4° Para fins de execução do referido serviço deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 24 do Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto n° 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.187, DE 15 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022S, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no artigo 18 da Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União em 24/07/2020, bem como o que consta do Processo nº 53115.025473/2021-21, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISÃO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 03.224.045/0001-38, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 38 (trinta e oito), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de NAVIRAÍ, estado de MATO GROSSO DO SUL.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da REDE CENTRO OESTE DE RADIO E TELEVISÃO LTDA., pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 03.224.045/0001-38, cuja outorga foi deferida por meio do Decreto nº 78190, de 03 de agosto de 1976, publicado no Diário Oficial da União de 04 de agosto de 1976, para execução do serviço no município de CAMPO GRANDE, estado de MATO GROSSO DO SUL.

Art. 3º A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 4º Para fins de execução do referido serviço deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 24 do Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.221, DE 19 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, bem como o que consta no Processo nº 53115.017701/2021-90, especialmente os fundamentos consubstanciados na Nota Técnica nº 8325/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00546/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCOM, resolve:

Art. 1º Transferir as autorizações outorgadas por meio das Portarias nº 1499, de 1º de agosto de 2012, e nº 379, de 02 de abril de 2012, ambas publicadas no Diário Oficial da União, respectivamente, no dia 29 de agosto de 2012 e 24 de abril de 2012, à TECCOM - Tecnologia em Comunicações Ltda, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 05.108.236/0001-60, para a Fundação João Paulo II, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 50.016.039/0001-75, que fica autorizada a executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, mediante utilização dos canais 14 (quatorze) e 22 (vinte e dois), ambos em caráter primário, respectivamente, nos municípios de Araçatuba e Marília, no estado de São Paulo, mediante tecnologia digital.

Art. 2º As autorizações ora transferidas têm caráter precário e objetiva retransmitir os sinais provenientes da Fundação João Paulo II, pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 50.016.039/0001-75, cuja concessão foi outorgada por meio Decreto s/n°, de 06 de abril de 1999, publicado no Diário Oficial da União, de 07 de abril de 1999, para execução do serviço no município de Aracaju, estado de Sergipe.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.229, DE 20 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e observado o disposto no Decreto nº 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, bem como o que consta no Processo nº 53115.026769/2021-60, especialmente os fundamentos consubstanciados na Nota Técnica nº 6776/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00547/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica atuante no MCOM, resolve:

Art. 1º Transferir a autorização consignada por meio da Portaria nº 722, de 09 de maio de 2002, publicada no Diário Oficial da União, de 13 de maio de 2002, à Televisão Sul Bahia de Teixeira de Freitas Ltda, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 13.985.114/0001-80, para a Televisão Cidade Modelo Ltda, pessoa jurídica inscrita no CNPJ nº 03.862.216/0001-54, que fica autorizada a executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, com utilização do canal 40 (quarenta), em caráter primário e com tecnologia digital, no município de Santo André, estado de São Paulo.

Art. 2º A autorização ora transferida tem caráter precário e objetiva retransmitir os sinais provenientes da Televisão Sul Bahia de Teixeira de Freitas Ltda, pessoa jurídica concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, inscrita no CNPJ sob o nº 13.985.114/0001-80, cuja concessão foi outorgada por meio do Decreto Presidencial nº 92.612, de 02 de maio de 1986, publicado em 05 de maio de 1986, renovada por meio do Decreto Presidencial s/n, de 24 de abril de 2002, publicado no Diário Oficial da União do dia 25 de abril de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 962, de 2004, publicado no Diário Oficial da União do dia 16 de novembro de 2004, para execução do serviço no município de Teixeira de Freitas, estado da Bahia.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.232, DE 20 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 53000.032009/2012-98, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Comunitária Beneficente, Cultural e Social Ibitinguense, inscrita no CNPJ sob nº 10.194.328/0001-40, cuja sede se situa na Avenida Jornalista Roque de Rosa, 147 - Centro, na localidade de Ibitinga, Estado de São Paulo, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.233, DE 20 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.070988/2018-22, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA LARANJEIRAS FM, inscrita no CNPJ sob nº 25.346.804/0001-78, cuja sede se situa na Praça Possidônio Bragança, n° 22 - Centro, na localidade de Laranjeiras, Estado de Sergipe, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.234, DE 20 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.037505/2018-88, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS JOVENS DA ILHA FM, inscrita no CNPJ sob nº 27.836.008/0001-49, cuja sede se situa no Loteamento Boa Esperança, Quadra "A", n° 04 - Bairro Boa Esperança, na localidade de Paulo Afonso/BA, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.242, DE 21 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.054915/2019-74, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RADIODIFUSÃO DE SÃO JOSÉ DO NORTE, inscrita no CNPJ sob nº 33.624.010/0001-57, cuja sede se situa na Rua Saturnino de Souza Velho, 541 - Cidade Alta, na localidade de São José do Norte, Estado do Rio Grande do Sul, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 252, cuja frequência é de 98,3 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.243, DE 21 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.031323/2012-53, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8671/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00559/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 26 de maio de 2013, a permissão outorgada à ROBI - RÁDIO E COMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ nº 01.892.253/0001-80), nos termos da Portaria nº 426, de 7 de agosto de 2001, publicada em 15 de agosto de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 412 de 2012, publicado em 13 de dezembro de 2002, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Machadinho D'Oeste, Estado de Rondônia.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.245, DE 21 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 01250.032121/2018-79, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7362/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00528/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 12 de agosto de 2018, a permissão outorgada à RÁDIO JARANÁ LTDA (CNPJ nº 14.732.010/0001-26), nos termos da Portaria nº 215, datada em 11 de agosto de 1988, publicada em 12 de agosto de 1988, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Paragominas, Estado do Pará.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.252, DE 22 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.032643/2018-71, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIACAO DOS MORADORES E AMIGOS DE BAIRROS MARIA HELENA, inscrita no CNPJ sob nº 07.176.579/0001-97, cuja sede se situa na Rua Adelson José da Silva, S/N - Centro, na localidade de Monte Alegre de Sergipe, Estado de Sergipe, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.254, DE 22 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.058840/2018-10, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ITAOBIM - ACI, inscrita no CNPJ sob nº 20.008.696/0001-00, cuja sede se situa na Rua Senador Lúcio Guttencourt, 768 - Barra da Praia, na localidade de Itaobim, Estado de Minas Gerais, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.255, DE 22 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no artigo 38, alínea "c", da Lei n.º 4.117, de 27 de agosto de 1962, o disposto no artigo 90, inciso I, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto n.º 52.795, de 31 de outubro de 1963, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº

01250.026431/2018-54, invocando as razões presentes na Nota Técnica n.º 3188/2022/SEI-MCOM e na Nota Técnica nº 10196/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00211/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU:

Art. 1º Transferir a concessão outorgada à Frequência Brasileira de Comunicações Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 03.829.194/0001-20, por meio do Decreto s/nº, de 04 de junho de 2002, publicado no dia 05 de junho de 2002, aprovado pelo Decreto Legislativo nº 432, de 2004, publicado no dia 16 de agosto de 2004, para a Rádio Tangará Ltda, inscrita no C.N.P.J. nº 29.622.021/0001-20, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora, em onda média, vinculado ao Fistel nº 50401450554, no município de Tangará, estado de Santa Catarina.

Art. 2º O quadro diretivo da cessionária, após a operação realizada, ficará assim constituído:

NOME	COTAS	VALOR - R$
Flávia Brandalise Kucinski	30.000	30.000,00
Mathias Vilhena de Andrade Neto	30.000	30.000,00
TOTAL	60.000	60.000,00

NOME	CARGO
Mathias Vilhena de Andrade Neto	Administrador

Art. 3º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga é transferida por esta Portaria, reger-se-á de acordo com o Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.273, DE 26 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.011624/2013-41, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 8047/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00567/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 28 de julho de 2013, a permissão outorgada à RÁDIO DIFUSORA RHEMA LTDA (CNPJ nº 01.716.746/0001-69), nos termos da Portaria nº 153, datada em 27 de março de 2001, publicada em 29 de março de 2001, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 127, de 2003, publicado em 17 de abril de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Barão de Antonina, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.297, DE 29 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do processo seletivo decorrente do chamamento público nº 105, publicado no Diário Oficial da União de 02 de Setembro de 2020, na forma do Anexo I, e outorgar autorização à RÁDIO BARÉ LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.561.767/0001-40, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de rádio na Amazônia Legal, ancilar ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com utilização do canal 291 (duzentos e noventa e um), frequência 106,1 MHz, classe B2, em caráter primário, no município de RIO PRETO DA EVA, estado do AMAZONAS.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da RÁDIO BARÉ LTDA, pessoa jurídica permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, inscrita no CNPJ sob o nº 04.561.767/0001-40, cuja permissão foi outorgada por meio do Decreto nº 46899, de 24 de setembro de 1959, publicado no Diário Oficial da União de 10 de outubro de 1959, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, e adaptado para a execução do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, por meio de Termo Aditivo, publicado no Diário Oficial da União de 20 de maio de 2016, para execução do serviço no município de MANAUS estado do AMAZONAS.

Art. 3º O contrato relativo à autorização outorgada por meio desta Portaria foi assinado em 02 de Agosto de 2022, pelo Sr. RODOLFO MACHADO MOURA e/ou pelo Sr. LUCAS CARDOSO DE OLIVEIRA, que, no ato, representou a RÁDIO BARÉ LTDA, e pelo Sr. Ministro de Estado das Comunicações, no âmbito do processo administrativo nº 53115.013305/2020-11.

Art. 4° Para fins de execução do referido serviço deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 18 do Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, alterado pelo Decreto n° 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

ANEXO I - Homologação do Resultado

Classificação	Nome da Pessoa Jurídica	Situação
1º Lugar	SOCIEDADE DE TELEVISÃO MANAUARA LTDA.	HABILITADA
2º Lugar	RÁDIO BARÉ LTDA	HABILITADA
3º Lugar	RÁDIO RIO MAR LTDA	HABILITADA
4º Lugar	FUNDAÇÃO BOAS NOVAS	HABILITADA

PORTARIA MCOM Nº 6.305, DE 29 DE JULHO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do processo seletivo decorrente do chamamento público nº 105, publicado no Diário Oficial da União de 03 de Setembro de 2020, na forma do Anexo I, e outorgar autorização à REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 01.709.972/0001-12, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de rádio na Amazônia Legal, ancilar ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com utilização do canal 251 (duzentos e cinquenta e um), frequência 98,1 MHz, classe A3, em caráter primário, no município de ITACOATIARA, estado do AMAZONAS.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA., pessoa jurídica permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, inscrita no CNPJ sob o nº 01.709.972/0001-12, cuja permissão foi outorgada por meio da Portaria nº 539, de 15 de outubro de 2003, publicada no Diário Oficial da União de 20 de outubro de 2003, para execução do serviço no município de MANAUS, estado de AMAZONAS.

Art. 3º O contrato relativo à autorização outorgada por meio desta Portaria foi assinado em 29 de Julho de 2022, pelo Sr. RONALDO LÁZARO TIRADENTES, que, no ato, representou a REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA, e pelo Sr. Ministro de Estado das Comunicações, no âmbito do processo administrativo nº 53115.007312/2020-75.

Art. 4° Para fins de execução do referido serviço deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 18 do Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, alterado pelo Decreto n° 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

ANEXO I - Homologação do Resultado

Classificação	Nome da Pessoa Jurídica	Situação
1º LUGAR (EMPATE)	REDE DE RÁDIO E TELEVISÃO TIRADENTES LTDA.	HABILITADA
1º LUGAR (EMPATE)	SOCIEDADE DE TELEVISÃO MANAUARA LTDA.	HABILITADA
1º LUGAR (EMPATE)	RÁDIO RIO MAR LIMITADA	HABILITADA
1º LUGAR (EMPATE)	RÁDIO BARÉ LTDA.	HABILITADA
5º LUGAR	FUNDAÇÃO BOAS NOVAS	HABILITADA

PORTARIA MCOM Nº 6.313, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.056331/2019-33, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA EM DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS E COMUNICAÇÃO SOCIAL, inscrita no CNPJ sob nº 05.365.488/0001-74, cuja sede se situa na Rua José Silva, C/ Av. 03 de dezembro, S/N - Distrito de União Bandeirante, na localidade de Porto Velho, Estado de Rondônia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 290, cuja frequência é de 105,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.315, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do processo seletivo decorrente do chamamento público nº 105, publicado no Diário Oficial da União de 02 de Setembro de 2020, na forma do Anexo I, e outorgar autorização à SOCIEDADE DE CULTURA RÁDIO PARECIS LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 05.924.170/0001-86, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de rádio na Amazônia Legal, ancilar ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com utilização do canal 258 (duzentos e cinquenta e oito), frequência 99,5 MHz, classe A4, em caráter primário, no município de ARIQUEMES, estado de RONDÔNIA.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da SOCIEDADE DE CULTURA RÁDIO PARECIS LTDA., pessoa jurídica permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, inscrita no CNPJ sob o nº 05.924.170/0001-86, cuja permissão foi outorgada por meio da Portaria nº 1323, de 01 de dezembro de 1976, publicada no Diário Oficial da União de 07 de Dezembro de 1976, para execução do serviço no município de PORTO VELHO, estado de RONDÔNIA.

Art. 3º O contrato relativo à autorização outorgada por meio desta Portaria foi assinado em 1º de Agosto de 2022, pelo Sr. ELTON LEONI, que, no ato, representou a SOCIEDADE DE CULTURA RÁDIO PARECIS LTDA., e pelo Sr. Ministro de Estado das Comunicações, no âmbito do processo administrativo nº 53115.013030/2020-15.

Art. 4° Para fins de execução do referido serviço deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 18 do Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, alterado pelo Decreto n° 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

ANEXO I - Homologação do Resultado

Classificação	Nome da Pessoa Jurídica	Situação
1º LUGAR	RÁDIO FRONTEIRA LTDA.	HABILITADA
2º LUGAR	REDE SANMORI DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA.	HABILITADA
3º LUGAR (EMPATE)	SOCIEDADE DE CULTURA RÁDIO CAIARI LTDA.	HABILITADA
3º LUGAR (EMPATE)	SOCIEDADE DE CULTURA RÁDIO PARECIS LTDA.	HABILITADA
5º LUGAR	REDE DE COMUNICAÇÃO SCHWANTES LTDA.	HABILITADA

PORTARIA MCOM Nº 6.316, DE 16 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do processo seletivo decorrente do chamamento público nº 105, publicado no Diário Oficial da União de 3 de setembro de 2020, na forma do Anexo I, e outorgar autorização à FUNDAÇÃO BOAS NOVAS, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 84.541.689/0001-51, para executar, por prazo indeterminado, o serviço de retransmissão de rádio na Amazônia Legal, ancilar ao serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com utilização do canal 203 (duzentos e três), frequência 88,5 MHz, classe C, em caráter primário, no município de Japurá, estado do Amazonas.

Art. 2º A autorização ora outorgada tem caráter precário e objetiva-se a retransmitir os sinais provenientes da FUNDAÇÃO CULTURAL DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA COSTA DOURADA, pessoa jurídica permissionária do serviço de radiodifusão sonora em

frequência modulada, inscrita no CNPJ sob o nº 39.133.202/0001-47, cuja permissão foi outorgada por meio da Portaria nº 2.782, de 5 de dezembro de 2002, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 2002, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 780, de 3 de novembro de 2004, publicado no Diário Oficial de 4 de novembro de 2004, para execução do serviço no município de Manaus, estado do Amazonas.

Art. 3º O contrato relativo à autorização outorgada por meio desta Portaria foi assinado em 3 de agosto de 2022, pelo Sr. JÔNATAS CÂMARA, que, no ato, representou a FUNDAÇÃO BOAS NOVAS, e pelo Sr. Ministro de Estado das Comunicações, no âmbito do processo administrativo nº 53115.007482/2020-50.

Art. 4º Para fins de execução do referido serviço deverão ser observados os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 18 do Decreto nº 9.942, de 25 de julho de 2019, alterado pelo Decreto nº 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO FARIA

ANEXO I - Homologação do Resultado

Classificação	Nome da Pessoa Jurídica	Situação
1º LUGAR	SOCIEDADE DE TELEVISÃO MANAUARA LTDA.	HABILITADA
2º LUGAR	FUNDAÇÃO BOAS NOVAS	HABILITADA

PORTARIA MCOM Nº 6.328, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.004880/2019-22, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE PAIS DE ALUNOS E MORADORES DOS BAIRROS DA CIDADE DE SÃO DOMINGOS DO ARAGUAIA PA, inscrita no CNPJ sob nº 24.082.173/0001-64, cuja sede se situa na Rua Acrisio Santos, n° 197 - Centro, na localidade de São Domingos do Araguaia, Estado do Pará, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.329, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.056593/2019-06, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária do Bairro São José - ASCURCA, inscrita no CNPJ sob nº 18.816.928/0001-04, cuja sede se situa na Rua Estrada do Trigo, 561 - São José, na localidade de Passo Fundo, Estado do Rio Grande do Sul, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.333, DE 3 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.057742/2013-04, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 7863/2022/SEI-MCOM, chancelada pelo Parecer Jurídico nº 00591/2022/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei no 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 9 de março de 2014, a concessão outorgada à RÁDIO DIFUSORA TORRE FORTE LTDA (CNPJ nº 02.347.183/0001-41), nos termos do Decreto s/n, datado em 3 de abril de 2002, publicado em 4 de abril de 2002, chancelado pelo Decreto Legislativo nº 726, de 2003, publicado em 17 de outubro de 2003, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em onda média, posteriormente adaptado para o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Buritama, Estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja concessão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.346, DE 5 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.053596/2018-07, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E EDUCACIONAL DE SÃO MATEUS DO MARANHÃO-MA, inscrita no CNPJ sob nº 24.646.214/0001-06, cuja sede se situa na Rua São Benedito, nº 03 - São Benedito, na localidade de São Mateus do Maranhão, Estado do Maranhão, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.347, DE 5 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 2022, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.045609/2018-66, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO BAIANA DE ENSINO E CULTURA, inscrita no CNPJ sob nº 08.719.075/0001-39, cuja sede se situa na Rua Thomaz Gonzaga, nº 308, 1º Andar - Sala 101, Pernambues, na localidade de Salvador, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 200, cuja frequência é de 87,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.348, DE 5 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES SUBSTITUTO EVENTUAL, designado por Decreto de 21 de julho de 2022, publicado no DOU de 22 de julho de 202, no uso de suas atribuições, considerando o disposto no art. 6º da Lei 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, c/c com o art. 9º, inciso II, e o art. 19 do Anexo do Decreto nº 2.615, de 3 de junho de 1998, e tendo em vista o que consta do processo nº 01250.072549/2018-54, resolve:

Art. 1º Outorgar autorização à ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO DE BARROLÂNDIA, inscrita no CNPJ sob nº 24.032.921/0001-02, cuja sede se situa na Rua Primeiro de Maio, 101 - Barrolândia, na localidade de Belmonte, Estado da Bahia, para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, utilizando o canal 285, cuja frequência é de 104,9 MHz.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Parágrafo único. A autorizada deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo no prazo de seis meses, contado da data de publicação do ato de deliberação a que se refere o caput.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.483, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Divulga o resultado final da Consolidação dos atos que permaneceram vigentes até 1º de agosto de 2022, realizada pelo Grupo de Trabalho de Revisão, Consolidação e Padronização de Atos Normativos no âmbito do Ministério das Comunicações, Portaria nº 1.510/SEI-MCOM, de 26 de novembro de 2021.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no Decreto nº 9.191, de 1º de novembro de 2017, e o Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, bem como o que consta dos autos NUP 53115.013029/2020-82, resolve:

Art. 1º Ficam mantidos os seguintes atos de Gestão:

I - a Portaria MCOM nº 6.157, de 11 de julho de 2022;
II - a Portaria MCOM nº 6.137, de 8 de julho de 2022;
III - a Portaria MCOM nº 144, de 7 de julho de 2022;
IV - a Portaria MCOM nº 6.080, de 29 de junho de 2022;
V - a Portaria MCOM nº 124, de 21 de junho de 2022;
VI - a Portaria MCOM nº 5.986, de 20 de junho de 2022;
VII - a Portaria MCOM nº 5.985, de 20 de junho de 2022;
VIII - a Portaria MCOM nº 5.983, de 20 de junho de 2022;
IX - a Portaria MCOM nº 5.790, de 27 de maio de 2022;
X - a Portaria MCOM nº 5.803, de 30 de maio de 2022;
XI - a Portaria MCOM nº 5.730, de 23 de maio de 2022;
XII - a Portaria MCOM nº 5.533, de 5 de maio de 2022;
XIII - a Portaria MCOM nº 5.437, de 28 de abril de 2022;
XIV - a Portaria MCOM nº 5.434, de 28 de abril de 2022;
XV - a Portaria MCOM nº 5.361, de 20 de abril de 2022;
XVI - a Resolução CTIR nº 3, de 2 de abril de 2022;
XVII - a Portaria MCOM nº 4.547/2021 de 28 de janeiro de 2021;
XVIII - a Portaria MCOM nº 4.549/2021 de 28 de janeiro de 2021;
XIX - a Portaria MCOM nº 4.470, de 11 de janeiro de 2022;
XX - a Portaria MCOM nº 4.401, de 28 de dezembro de 2021;
XXI - a Portaria MCOM nº 4.311, de 14 de dezembro de 2021;
XXII - a Portaria MCOM nº 4.234, de 3 de dezembro de 2021;
XXIII - a Resolução CTIR nº 1, de 3 de dezembro de 2021;
XXIV - a Portaria nº 4.093, de 17 de novembro de 2021;
XXV - a Portaria MCOM nº 4.090, de 16 de novembro de 2021;
XXVI - a Portaria nº 4.097, de 17 de novembro de 2021;
XXVII - a Portaria nº 4.042/SEI-MCOM, de 9 de novembro de 2021;
XXVIII - a Portaria MCOM nº 4.006, de 4 de novembro de 2021;
XXIX - a Portaria MCOM nº 3.948, de 26 de outubro de 2021;
XXX - a Portaria MCOM nº 3.892 de 22 de outubro de 2021;
XXXI - a Portaria MCOM nº 3.937, de 25 de outubro de 2021;
XXXII - a Portaria MCOM nº 3.893, de 20 de outubro de 2021;
XXXIII - a Portaria MCOM nº 3.857, de 14 de outubro de 2021;
XXXIV - a Portaria MCOM nº 3.858, de 14 de outubro de 2021;
XXXV - a Portaria MCOM nº 3.850, de 13 de outubro de 2021;
XXXVI - a Portaria MCOM nº 3.830, de 7 de outubro de 2021;
XXXVII - a Portaria MCOM nº 3.818, de 6 de outubro de 2021;
XXXVIII - a Portaria MCOM nº 3.724, de 24 de setembro de 2021;
XXXIX - a Portaria Interministerial MCTI/MC nº 5.188, de 16 de setembro de 2021;
XL - a Portaria nº 3.529, de 22 de setembro de 2021;
XLI - a Portaria MCOM nº 3.571, de 9 de setembro de 2021;
XLII - a Portaria MCOM nº 3.525, de 3 de setembro de 2021;
XLIII - a Portaria MCOM nº 422, de 3 de setembro de 2021;

XLIV - a Portaria MCOM nº 3.481, de 30 de agosto de 2021;
XLV - a Portaria MCOM nº 3.466, de 26 de agosto de 2021;
XLVI - a Portaria MCOM nº 3.297, de 09 de agosto de 2021;
XLVII - a Portaria MCOM nº 3.242, de 3 de agosto de 2021;
XLVIII - a Portaria nº 3.199 de 29 de julho de 2021;
XLIX - a Portaria MCOM nº 2.879, de 21 de junho de 2021;
L - a Portaria MCOM nº 2.855, de 16 de junho de 2021;
LI - a Portaria MCOM nº 2.814, de 11 de junho de 2021;
LII - a Portaria nº 2.805 de 11 de junho de 2021;
LIII - a Portaria nº 2.650 de 18 de maio de 2021;
LIV - a Portaria MCOM nº 185, de 01 de junho de 2021;
LV - a Portaria MCOM nº 2.685, de 24 de maio de 2021;
LVI - a Portaria Interministerial MCOM/ME nº 2.728, de 28 de maio de 2021;
LVII - a Portaria MCOM nº 2.729, de 28 de maio de 2021;
LVIII - a Portaria MCOM nº 2.697, de 25 de maio de 2021;
LIX - a Portaria MCOM nº 2.583, de 10 de maio de 2021;
LX - a Portaria MCOM nº 2.454, de 22 de abril de 2021;
LXI - a Portaria MCOM nº 2.462, de 23 de abril de 2021;
LXII - a Portaria nº 2.405, de 13 de abril de 2021;
LXIII - a Portaria nº 2.321, de 31 de março de 2021;
LXIV - a Portaria MCOM nº 2.388, de 12 de abril de 2021;
LXV - a Portaria MCOM nº 2.258, de 24 de março de 2021;
LXVI - a Portaria nº 67/SEI-MCOM, de 4 de março de 2021;
LXVII - a Portaria nº 2.120/SEI-MCOM, de 4 de março de 2021;
LXVIII - a Portaria nº 2.126, de 04 de março de 2021;
LXIX - a Portaria nº 2.220, de 18 de março de 2021;
LXX - a Portaria nº 2.049/sei-MCOM, de 19 de fevereiro de 2021;
LXXI - a Portaria nº 2.103/sei-MCOM, de 17 de fevereiro de 2021;
LXXII - a Portaria nº 2.014/sei-MCOM, de 17 de fevereiro de 2021;
LXXIII - a Portaria nº 1.900/sei-MCOM, de 29 de janeiro de 2021;
LXXIV - a Portaria nº 1.926/sei-MCOM, de 29 de janeiro de 2021;
LXXV - a Portaria Interministerial MCTI/MCOM nº 4.373/2021/SEI-MCTI, de 14 de janeiro de 2021;
LXXVI - a Portaria SEI-MCOM nº 1.721, de 31 de dezembro de 2020;
LXXVII - a Portaria SEI-MCOM nº 1.710, de 29 de dezembro de 2020;
LXXVIII - a Portaria nº 1.669/SEI-MCOM, de 24 de dezembro de 2020;
LXXIX - a Portaria nº 1.663/SEI-MCOM, de 23 de dezembro de 2020;
LXXX - a Portaria nº 1.603/SEI-MCOM, de 14 de dezembro de 2020;
LXXXI - a Portaria nº 1.532/SEI-MCOM, de 1º de dezembro de 2020;
LXXXII - a Portaria nº 1.510/SEI-MCOM, de 26 de novembro de 2020;
LXXXIII - a Portaria SEI-MCOM nº 1.454, de 23 de novembro de 2020;
LXXXIV - a Portaria nº 1.453/SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020;
LXXXV - a Portaria SEI-MCOM nº 1.443, de 20 de novembro de 2020;
LXXXVI - a Portaria nº 1.028, de 8 de outubro de 2020;
LXXXVII - a Portaria Interministerial nº 3.473, de 10 de setembro de 2020;
LXXXVIII - a Portaria nº 697, de 10 de setembro de 2020;
LXXXIX - a Portaria nº 1.917/MCTIC, de 29 de abril de 2020;
XC - a Portaria nº 374, de 29 de janeiro de 2020;
XCI - a Portaria Interministerial nº 6.095, de 4 de novembro de 2019;
XCII - a Instrução Normativa nº 9/2019, de 25 de abril de 2019;
XCIII - a Portaria nº 5.679, de 6 de novembro de 2018;
XCIV - a Portaria nº 3.063, de 12 de junho de 2018;
XCV - a Portaria nº 1.203, de 7 de março de 2018;
XCVI - a Portaria nº 940, de 22 de fevereiro de 2018;
XCVII - a Portaria nº 6.463, de 6 de novembro de 2017;
XCVIII - a Portaria nº 2.391, de 04 de maio de 2017;
XCIX - a Resolução nº 8, de 24 de novembro de 2014;
C - a Portaria nº 133, de 28 de março de 2014;
CI - a Portaria nº 349, de 12 de dezembro de 2013;
CII - a Portaria nº 277, de 17 de setembro de 2013;
CIII - a Portaria nº 276, de 17 de setembro de 2013;
CIV - a Portaria nº 462, de 12 de dezembro de 2012;
CV - a Portaria nº 210, de 13 de abril de 2012;
CVI - a Portaria nº 1.326, de 14 de dezembro de 2010;
CVII - a Portaria nº 694, de 13 de dezembro de 2007;
CVIII - a Portaria nº 296, de 15 de junho de 2007;
CIX - a Portaria nº 251, de 06 de março de 2002;
CX - a Instrução Normativa nº 1, de 14 de dezembro de 2000;
CXI - a Portaria nº 710, de 20 de novembro de 2000;
CXII - a Portaria nº 159, de 4 de maio de 2000;
CXIII - a Portaria nº 150, de 09 de setembro de 1999;
CXIV - a Instrução Normativa nº 2, de 28 de abril de 1999;
CXV - a Portaria nº 141, de 28 de abril de 1998;
CXVI - a Portaria nº 1.961, de 06 de dezembro de 1996;
CXVII - a Instrução nº 1, de 23 de abril de 1987; e
CXVIII - a Portaria nº 117, de 28 de novembro de 1985.

Art. 2º Ficam mantidos os seguintes atos da Secretaria de Radiodifusão - SERAD:

I - a Portaria MCOM nº 5.198, de 6 de abril de 2022;
II - o Aviso de Consulta Pública nº 5/2022;
III - a Portaria MCOM nº 5.256, de 12 de abril de 2022;
IV - a Portaria MCOM nº 5.254, de 11 de abril de 2022;
V - o Edital nº 30/2022;
VI - a Portaria MCOM nº 4.827, de 25 de fevereiro de 2022;
VII - a Portaria nº 4.732, de 17 de fevereiro de 2022;
VIII - o Aviso de Consulta Pública nº 1/2022;
IX - o Edital nº 4/2022/ SEI-MCOM;
X - a Portaria MCOM nº 4.561, de 1º de fevereiro de 2022;
XI - o Aviso de Chamamento Público nº 1/2022/ SEI-MCOM;
XII - a Portaria MCOM nº 4.373, de 23 de dezembro de 2021;
XIII - o Aviso de Consulta Pública nº 1/2021;
XIV - a Portaria MCOM nº 4.310, de 14 de dezembro de 2021;
XV - a Portaria MCOM nº 4.211, de 2 de dezembro de 2021;
XVI - a Portaria MCOM nº 4.149, de 24 de novembro de 2021;
XVII - o Aviso de Consulta Pública nº 4/2021;
XVIII - a Portaria MCOM nº 4.039, de 16 de novembro de 2021;
XIX - a Portaria MCOM nº 3.927, de 22 de outubro de 2021;
XX - a Portaria MCOM nº 3.865, de 15 de outubro de 2021;
XXI - a Portaria MCOM nº 3.801, de 5 de outubro de 2021;
XXII - a Portaria MCOM nº 3.567, de 13 de setembro de 2021;
XXIII - a Portaria nº 2.935, de 16 de setembro de 2021;
XXIV - a Portaria MCOM nº 3.560, de 9 de setembro de 2021;
XXV - a Portaria MCOM nº 3.561, de 9 de setembro de 2021;
XXVI - a Portaria MCOM nº 3.562, de 9 de setembro de 2021;
XXVII - a Portaria MCOM nº 3.297, de 22 de outubro de 2021;
XXVIII - a Portaria MCOM nº 3.616, de 16 de setembro de 2021;
XXIX - a Portaria MCOM nº 3.542, de 8 de setembro de 2021;
XXX - a Portaria MCOM nº 3.543, de 8 de setembro de 2021;
XXXI - a Portaria MCOM nº 3.549, de 8 de setembro de 2021;
XXXII - a Portaria MCOM nº 3.550, de 8 de setembro de 2021;
XXXIII - a Portaria MCOM nº 3.551, de 8 de setembro de 2021;
XXXIV - a Portaria MCOM nº 3.498, de 1º de setembro de 2021;
XXXV - a Portaria MCOM nº 3.384, de 17 de agosto de 2021;
XXXVI - a Portaria MCOM nº 3.420, de 20 de agosto de 2021;
XXXVII - a Portaria MCOM nº 3.324, de 12 de agosto de 2021;
XXXVIII - a Portaria MCOM nº 3.290, de 6 de agosto de 2021;
XXXIX - a Portaria MCOM nº 3.291, de 6 de agosto de 2021;
XL - a Portaria MCOM nº 3.051, de 21 de julho de 2021;
XLI - a Portaria MCOM nº 3.115, de 19 de julho de 2021;
XLII - a Portaria Interministerial nº 4, de 30 de abril de 2021;
XLIII - a Portaria MCOM nº 2.524, de 4 de maio de 2021;
XLIV - a Portaria nº 2.387, de 27 de abril de 2021;
XLV - a Portaria MCOM nº 2.347, de 6 de abril de 2021;
XLVI - a Portaria MCOM nº 2.344, de 6 de abril de 2021;
XLVII - a Portaria nº 1.921, de 25 de março de 2021;
XLVIII - a Portaria MCOM nº 2.350, de 6 de abril de 2021;
XLIX - a Portaria MCOM nº 2.263, de 24 de março de 2021;
L - a Portaria nº 1.898/SEI-MCOM, de 26 de janeiro de 2021;
LI - a Portaria nº 1.863, de 21 de janeiro de 2021;
LII - a Portaria nº 1.786/ SEI-MCOM, de 13 de janeiro de 2021;
LIII - a Portaria nº 1.459/ SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020;
LIV - a Portaria nº 1.460/ SEI-MCOM, de 23 de novembro de 2020;
LV - a Portaria nº 1.394/ SEI-MCOM, de 16 de novembro de 2020;
LVI - a Portaria nº 1.250/ SEI-MCOM, de 5 de novembro de 2020;
LVII - a Portaria nº 1.024/ SEI-MCOM, de 8 de outubro de 2020;
LVIII - a Portaria nº 861/ SEI-MCOM, de 21 de setembro de 2020;
LIX - a Portaria nº 829/ SEI-MCOM, de 15 de setembro de 2020;
LX - a Portaria nº 275/SEI-MCOM, de 13 de agosto de 2020;
LXI - a Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020;
LXII - a Portaria MCTIC nº2.230, de 15 de maio de 2020;
LXIII - a Portaria MCTIC nº 1.915, de 28 de abril de 2020;
LXIV - a Portaria MCTIC nº 486, de 05 de fevereiro de 2020;
LXV - a Portaria nº 6.843/sei, de 10 de dezembro de 2019;
LXVI - a Portaria nº 6.370, de 19 de novembro de 2019;
LXVII - a Portaria nº 5.589, de 17 de outubro de 2019;
LXVIII - a Portaria MCTIC nº 5.153, de 27 de setembro de 2019;
LXIX - a Portaria nº 3.306, de 19 de julho de 2019;
LXX - a Portaria MCTIC nº 5.938, de 14 de novembro de 2021;
LXXI - a Portaria nº 6.707, de 28 de dezembro de 2018;
LXXII - a Portaria nº 6.360, de 5 de dezembro de 2018;
LXXIII - a Portaria MCTIC nº 6.484, de 12 de dezembro de 2018;
LXXIV - a Portaria nº 6.227, de 28 de novembro de 2018;
LXXV - a Portaria nº 5.938, de 14 de novembro de 2018;
LXXVI - a Portaria nº 4.412, de 28 de agosto de 2018;
LXXVII - a Portaria nº 4.159, de 14 de agosto de 2018;
LXXVIII - a Portaria nº 3.291, de 25 de junho de 2018;
LXXIX - a Portaria nº 3.238, de 20 de junho de 2018;
LXXX - a Portaria nº 2.877, de 30 de maio de 2018;
LXXXI - a Portaria nº 2.105, de 16 de abril de 2018;
LXXXII - a Portaria nº 1.976, de 12 de abril de 2018;
LXXXIII - a Portaria nº 1.909, de 6 de abril de 2018;
LXXXIV - a Portaria nº 1.724, de 28 de março de 2018;
LXXXV - a Portaria nº 6, de 28 de fevereiro de 2018;
LXXXVI - a Portaria nº 1.019, de 26 de fevereiro de 2018;
LXXXVII - a Portaria nº 560, de 31 de janeiro de 2018;
LXXXVIII - a Portaria nº 7.432, de 20 de dezembro de 2017;
LXXXIX - a Portaria nº 7.008, de 29 de novembro de 2017;
XC - a Portaria nº 6.540, de 8 de novembro de 2017;
XCI - a Portaria nº 6.287, de 25 de outubro de 2017;
XCII - a Portaria nº 5.771, de 27 de setembro de 2017;
XCIII - a Portaria nº 5.487, de 14 de setembro de 2017;
XCIV - a Portaria nº 4.224, de 10 de agosto de 2017;
XCV - a Portaria nº 4.146, de 25 de julho de 2017;
XCVI - a Portaria nº 3.107, de 31 de maio de 2017;
XCVII - a Portaria nº 3.071, de 31 de maio de 2017;
XCVIII - a Portaria nº 3.018, de 29 de maio de 2017;
XCIX - a Portaria nº 2.771, de 23 de maio de 2017;
C - a Portaria nº 2.992, de 26 de maio de 2017;
CI - a Portaria nº 2.996, de 26 de maio de 2017;
CII - a Portaria nº 2.253, de 27 de abril de 2017;
CIII - a Portaria nº 1.592, de 29 de março de 2017;
CIV - a Portaria nº 1.289, de 16 de março de 2017;
CV - a Portaria nº 5.774, de 16 de dezembro de 2016;
CVI - a Portaria nº 5.269, de 17 de novembro de 2016;
CVII - a Portaria nº 3.142, de 1º de agosto de 2016;
CVIII - a Portaria MCTIC nº 1.329, de 31 de março de 2016;
CIX - a Portaria nº 1.273, de 31 de março de 2016;
CX - a Portaria MC nº 1.453, de 08 de abril de 2016;
CXI - a Portaria MC nº 263, de 14 de janeiro de 2016;
CXII - a Portaria MC nº 6.580, de 02 de dezembro de 2015;
CXIII - a Portaria MC nº 6.413, de 20 de novembro de 2015;
CXIV - a Portaria nº 6.467, de 24 de novembro de 2015;
CXV - a Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015;
CXVI - a Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015;
CXVII - a Portaria nº 1.581, de 9 de abril de 2015;
CXVIII - a Portaria nº 1.355, de 9 de dezembro de 2014;
CXIX - a Portaria nº 540, de 1º de agosto de 2014;
CXX - a Portaria nº 505, de 31 de julho de 2014;
CXXI - a Portaria nº 127, de 12 de março de 2014;
CXXII - a Portaria nº 4, de 17 de janeiro de 2014;
CXXIII - a Portaria nº 252, de 8 de agosto de 2013;
CXXIV - a Portaria nº 251, de 7 de agosto de 2013;
CXXV - a Portaria nº 231, de 5 de agosto de 2013;
CXXVI - a Portaria nº 112, de 22 de abril de 2013;
CXXVII - a Portaria nº 14, de 06 de fevereiro de 2013;
CXXVIII - a Portaria nº 489, de 18 de dezembro de 2012;
CXXIX - a Portaria nº 471, de 22 de novembro de 2012;
CXXX - a Portaria nº 354, de 11 de julho de 2012;
CXXXI - o Acordo de Cooperação Técnica nº 02, de 29 de junho de 2012;
CXXXII - a Portaria nº 312, de 26 de junho de 2012;
CXXXIII - a Portaria nº 229, de 25 de abril de 2012;
CXXXIV - a Portaria nº 106, de 02 de março de 2012;
CXXXV - a Portaria nº 491, de 23 de novembro de 2011;
CXXXVI - a Portaria nº 189, de 24 de março de 2010;
CXXXVII - a Portaria nº 188, de 24 de março de 2010;
CXXXVIII - a Portaria nº 24, de 11 de fevereiro de 2009;
CXXXIX - a Portaria nº 465, de 22 de agosto de 2007;
CXL - a Portaria MC nº 669, de 26 de novembro de 2007;
CXLI - a Portaria nº 652, de 10 de outubro de 2006;
CXLII - a Portaria nº 310, de 27 de junho de 2006;
CXLIII - a Portaria Interministerial nº 652, de 15 de abril de 1999;
CXLIV - a Portaria Interministerial nº 651, de 15 de abril de 1999;
CXLV - a Portaria nº 32, de 25 de março de 1999;
CXLVI - a Portaria nº 26, de 15 de fevereiro de 1996;
CXLVII - a Portaria MC nº 160, de 24 de junho de 1987; e
CXLVIII - a Portaria nº 25, de 24 de fevereiro de 1983.

Art. 3º Ficam mantidos os seguintes atos da Secretaria de Telecomunicações - SETEL:

I - a Portaria MCOM nº 6.197, de 18 de julho de 2022;
II - a Portaria MCOM nº 6.140, de 8 de julho de 2022;
III - a Portaria MCOM nº 6.135, de 8 de julho de 2022;

IV - a Portaria MCOM nº 6.098, de 1º de julho de 2022;
V - a Portaria MCOM nº 5.447, de 29 de abril de 2022;
VI - a Portaria MCOM nº 5.445, de 28 de abril de 2022;
VII - a Portaria Interministerial MCOM/MEC nº 5.193, de 6 de abril de 2022;
VIII - a Portaria SETEL/MCOM nº 5.018, de 21 de março de 2022;
IX - a Portaria SETEL/MCOM nº 4.349, de 21 de dezembro de 2021;
X - a Portaria nº 4.018, de 5 de novembro de 2021;
XI - a Portaria nº 1.924/2020/SEI-MCOM, de 29 de janeiro de 2021;
XII - a Portaria MCTI nº 45 de 12 de janeiro de 2021;
XIII - a Portaria nº 1.277, de 9 de novembro de 2020;
XIV - a Portaria n 1.264/2020/ SEI-MCOM, de 9 de novembro de 2020;
XV - a Portaria nº 187/2020/ SEI-MCOM, de 28 de julho de 2020;
XVI - a Resolução Anatel nº 723, de 10 de março de 2020;
XVII - a Portaria nº 6.370, de 19 de novembro de 2019;
XVIII - a Portaria nº 5.429, de 11 de outubro de 2019;
XIX - a Portaria nº 222, de 5 de fevereiro de 2019;
XX - a Portaria nº 1.556, de 21 de março de 2018;
XXI - a Consulta Pública nº 1, de 18 de outubro de 2017;
XXII - a Consulta Pública nº 1, de 1 de agosto de 2017;
XXIII - a Consulta Pública nº 2/2017, de 8 de agosto de 2017;
XXIV - a Portaria nº 2.801, de 4 de julho de 2017;
XXV - a Portaria nº 6.203, de 28 de dezembro de 2016;
XXVI - a Portaria nº 2.115, de 11 de maio de 2016;
XXVII - a Portaria nº 2.111, de 11 de maio de 2016;
XXVIII - a Portaria nº 1.455, de 8 de abril de 2016;
XXIX - a Portaria nº 4.699, de 14 de outubro de 2015;
XXX - a Portaria Interministerial nº 586, de 22 de julho de 2015;
XXXI - a Portaria nº 376, de 19 de agosto de 2011;
XXXII - a Portaria nº 560, de 03 de novembro de 1997;
XXXIII - a Portaria nº 492, de 2 de outubro de 1997;
XXXIV - a Portaria nº 455, de 18 de setembro de 1997;
XXXV - a Portaria nº 411, de 28 de agosto de 1997;
XXXVI - a Portaria nº 263, de 7 de maio de 1997;
XXXVII - a Portaria nº 334, de 2 de junho de 1997;
XXXVIII - a Instrução nº 01/SFO, de 14 de abril de 1997;
XXXIX - a Instrução nº 01/SFO, de 19 de outubro de 1996;
XL - a Portaria nº 1.536, de 4 de- novembro de 1996;
XLI - a Portaria nº 1.533, de 4 de novembro de 1996;
XLII - a Portaria nº 1.306, de 29 de outubro de 1996;
XLIII - a Portaria nº 1.288, de 21 de outubro de 1996;
XLIV - a Portaria nº 1.207, de 25 de setembro de 1996;
XLV - a Portaria nº 481, de 16 de maio de 1996;
XLVI - a Portaria nº 53, de 8 de março de 1996;
XLVII - a Portaria nº 140, de 17 de maio de 1995;
XLVIII - a Portaria nº 1.154, de 22 de dezembro de 1994;
XLIX - a Portaria nº 1.120, de 14 de dezembro de 1994;
L - a Portaria nº 1.119, de 14 de dezembro de 1994;
LI - a Portaria nº 1.720, de 14 de dezembro de 1994;
LII - a Portaria nº 892, de 22 de novembro de 1994;
LIII - a Portaria nº 607, de 17 de agosto de 1994;
LIV - a Portaria nº 605, de 17 de agosto de 1994;
LV - a Portaria nº 209, de 13 de abril de 1994;
LVI - a Portaria nº 334, de 1º de junho de 1994;
LVII - a Portaria nº 208, de 12 de abril de 1994;
LVIII - a Portaria nº 194, de 30 de março de 1994;
LIX - a Portaria nº 1.780, de 7 de dezembro de 1993;
LX - a Portaria nº 83, de 30 de dezembro de 1992;
LXI - a Portaria nº 175, de 10 de junho de 1992;
LXII - a Portaria nº 247, de 21 de outubro de 1991;
LXIII - a Portaria nº 229, de 24 de setembro de 1991;
LXIV - a Portaria nº 52, de 04 de junho de 1991;
LXV - a Portaria nº 228, de 22 de novembro de 1989;
LXVI - a Instrução DENTEL nº 10/89, de 8 de novembro de 1989;
LXVII - a Instrução Dentel nº 09/89, de 20 de setembro de 1989;
LXVIII - a Instrução nº 4, de 8 de maio de 1989;
LXIX - a Instrução DENTEL nº 05/88, de 21 de setembro de 1988;
LXX - a Portaria nº 138, de 15 de junho de 1988;
LXXI - a Portaria nº 215, de 31 de agosto de 1987;
LXXII - a Instrução nº 03/85, de 13 de março de 1985;
LXXIII - a Portaria nº 71, de 26 de fevereiro de 1985;
LXXIV - a Portaria nº 44, de 3 de março de 1982;
LXXV - a Instrução nº 11/81-DENTEL, de 11 de agosto de 1981;
LXXVI - a Portaria nº 280, de 12 de março de 1979; e
LXXVII - a Portaria nº 623, de 21 de agosto de 1973.

Art. 4º Ficam mantidos os seguintes atos da Secretaria Especial de Comunicação Social - SECOM:
I - a Portaria MCOM nº 5.974, de 29 de junho de 2022;
II - a Portaria MCOM nº 5.972, de 20 de junho de 2022;
III - a Portaria MCOM nº 5.973, de 28 de junho de 2022;
IV - a Portaria nº 5.621, de 25 de maio de 2022;
V - a Portaria SECOM nº 4.874, de 04 de março de 2022;
VI - a Portaria MCOM nº 5.318, de 14 de abril de 2022;
VII - a Portaria MCOM nº 5.239, de 8 de abril de 2022;
VIII - a Portaria MCOM nº 5.218, de 7 de abril de 2022;
IX - a Portaria MCOM nº 3.948, de 26 de outubro de 2021;
X - a Portaria MCOM nº 3.938, de 25 de outubro de 2021;
XI - a Portaria MCOM nº 2.735, de 28 de maio de 2021;
XII - a Portaria MCOM nº 1.1914, de 28 de janeiro de 2021;
XIII - a Portaria nº 1.915/SEI-MCOM, de 28 de janeiro de 2021;
XIV - a Portaria nº 482, de 28 de agosto de 2020;
XV - a Portaria nº 485, de 28 de agosto de 2020;
XVI - a Portaria nº 483, de 28 de agosto de 2020;
XVII - a Portaria nº 484, de 28 de agosto de 2020;
XVIII - a Portaria nº 540, de 8 de setembro de 2020;
XIX - a Instrução Normativa nº 2, de 23 de dezembro de 2019;
XX - a Portaria nº 2, de 22 de fevereiro de 2019;
XXI - a Portaria nº 2, de 22 de fevereiro de 2019;
XXII - a Portaria nº 2, de 22 de fevereiro de 2019;
XXIII - a Instrução Normativa nº 7, de 24 de outubro de 2018;
XXIV - a Instrução Normativa nº 2, de 20 de abril de 2018;
XXV - a Instrução Normativa nº 3, de 20 de abril de 2018;
XXVI - a Instrução Normativa nº 4, de 20 de abril de 2018;
XXVII - a Instrução Normativa nº 01, de 11 de abril de 2018;
XXVIII - a Portaria nº 135, de 20 de setembro de 2017;
XXIX - a Portaria nº 126, de 01 de agosto de 2017;
XXX - a Instrução Normativa nº 1, de 27 de julho de 2017;
XXXI - a Portaria nº 98, de 21 de julho de 2016;
XXXII - a Portaria nº 76, de 6 de maio de 2016;
XXXIII - a Portaria nº 74, de 4 de maio de 2016;
XXXIV - a Portaria nº 142, de 27 de outubro de 2014;
XXXV - a Portaria nº 100, de 13 de agosto de 2012;
XXXVI - a Portaria nº 70, de 20 de julho de 2009; e
XXXVII - a Portaria nº 13, de 29 de agosto de 2002.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor no dia 1º de setembro de 2022.

FÁBIO FARIA

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.071, DE 1º DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso das suas atribuições, observado o disposto no Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, e alterações, e o disposto no artigo 25, inciso XXI, do Anexo VII da Portaria n° 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União em 08/09/2021, bem como o que consta do Processo n° 01250.014949/2019-26, resolve:

Art. 1° Autorizar a adaptação da outorga para execução do serviço de retransmissão de televisão, ancilar ao serviço de radiodifusão de sons e imagens, em caráter secundário para o caráter primário, na localidade de TERESINA, estado do PIAUÍ, com utilização do canal digital 36 (trinta e seis), decorrente da autorização outorgada à ID TV S.A., CNPJ n° 16.936.928/0001-12, por meio da Portaria n° 1508, de 05 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2017, para executar o serviço de retransmissão de televisão, em caráter secundário, em tecnologia digital.

Art. 2° A presente autorização reger-se-á pelas disposições do citado Decreto e demais normas específicas.

Art. 3° Para fins de execução do referido serviço, deverão ser observado os prazos para a obtenção da autorização de uso de radiofrequência junto à Anatel e solicitação do licenciamento da estação, estabelecidos no artigo 24 do Decreto n° 5.371, de 17 de fevereiro de 2005, alterado pelo Decreto n° 10.405, de 25 de junho de 2020.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

PORTARIA MCOM Nº 6.354, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE RADIODIFUSÃO, no uso de suas atribuições, e observado o disposto no Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, na Portaria nº 4.287, de 21 de setembro de 2015, e na Portaria nº 2.524, de 04 de maio de 2021, e considerando o que consta do Processo nº 53115.013530/2022-19, resolve:

Art. 1º Retificar o Anexo I da Portaria MCom nº 5.958, de 27 de julho de 2022, publicada no DOU em 02/08/2022, Edição 145, Seção 1, página 75.

Onde se lê:

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	MUNICÍPIO	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
BA	ARACATU	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R13946
BA	ARACI	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R13943
BA	EUCLIDES DA CUNHA	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R13913
BA	IRAMAIA	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R13902
BA	NOVA VIÇOSA	40 (quarenta)	Primário	SEQ-R09845
BA	SANTA CRUZ CABRÁLIA	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R14026
BA	SÁTIRO DIAS	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R14036
BA	TAPIRAMUTÁ	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R14049
BA	TUCANO	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R14060
BA	UIBAÍ	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R14066

Leia-se:

ANEXO I - RELAÇÃO DOS CANAIS CONSIGNADOS À ENTIDADE PARA EXECUTAR O SERVIÇO DE RETRANSMISSÃO DE TELEVISÃO DIGITAL

UF	MUNICÍPIO	Canal Digital	Caráter	Manifestação de Interesse
BA	ARACATU	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R13946
BA	ARACI	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R13943
BA	EUCLIDES DA CUNHA	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R13913
BA	IRAMAIA	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R13902
BA	SANTA CRUZ CABRÁLIA	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R14026
BA	SÁTIRO DIAS	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R14036
BA	TAPIRAMUTÁ	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R14049
BA	TUCANO	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R14060
BA	UIBAÍ	25 (vinte e cinco)	Primário	SEQ-R14066

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

DEPARTAMENTO DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA

DESPACHO Nº 312, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE OUTORGA E PÓS-OUTORGA, no uso de suas atribuições, considerando o disposto na Portaria nº 141, de 22 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 24 de julho de 2020, bem como o que consta do Processo nº 53115.024307/2022-99, que trata do Aviso de Chamamento Público nº 01/2022/SEI-MCOM, publicado no Diário Oficial da União de 31 de janeiro de 2022, com o intuito de selecionar pessoas jurídicas para executar o Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, na localidade de LINHARES/ES, para utilização do canal 31 (trinta e um), resolve:

Art. 1º Tornar pública, nos termos do item 4 do Aviso de Chamamento Público, a classificação do procedimento de seleção em questão, na forma do Anexo, e conceder aos interessados o prazo improrrogável de 10 (dez) dias, contado da data da publicação deste Edital, para a apresentação de recurso a este Ministério, fazendo referência, obrigatoriamente, ao seu respectivo número do processo e a este Despacho.

Art. 2º Após a fase recursal, e caso mantida a classificação, será realizada a análise da documentação apresentada pela(s) entidade(s) no Chamamento Público, conforme a ordem definida no Anexo, para então serem iniciados os trâmites com vistas à formalização da autorização à concorrente selecionada.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

ANEXO

Processo	Entidade	I - Entidade Concorrente com canal designado como canal de rede na UF em questão	I - Classificação Parcial	II - Entidade possui estação com canal primário na mesma UF e no mesmo canal	II - Classificação Parcial	III - A entidade Manifestou interesse nos termos da Portaria nº 6.197/2018 ou da Portaria nº 141/2020	Processo Indicado nos termos da Portaria nº 6.197/2018 ou da Portaria nº 141/2020	Data e hora da manifestação de interesse nos termos da Portaria nº 6.197/2018 ou da Portaria nº 141/2020	III - Classificação Parcial	IV - Data e hora da manifestação de interesse nos termos deste Aviso	Classificação Final
53115.003158/2022-24	TELEVISÃO CAPIXABA LTDA	NÃO	1	NÃO	1	SIM	01250.010299/2019-40	01/03/2019 13:32	1	07/02/2022 20:06	1
53115.002363/2022-72	SM COMUNICAÇÕES LTDA EPP	NÃO	1	NÃO	1	SIM	01250.028476/2019-44	06/06/2019 15:23	2	31/01/2022 10:53	2
53115.002310/2022-51	REDE METROPOLITANA DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA	NÃO	1	NÃO	1	NÃO	-	-	3	31/01/2022 06:31	3
53115.002322/2022-86	FUNDAÇÃO EDUCACIONAL E CULTURAL DE IPANEMA	NÃO	1	NÃO	1	NÃO	-	-	3	31/01/2022 08:11	4
53115.002368/2022-03	SISTEMA DE COMUNICAÇÕES PANTANAL SC LTDA	NÃO	1	NÃO	1	NÃO	-	-	3	31/01/2022 10:58	5
53115.002370/2022-74	FUNDAÇÃO CULTURAL SANTA BARBARA	NÃO	1	NÃO	1	NÃO	-	-	3	31/01/2022 11:01	6
53115.002448/2022-51	TVCI TV COMUNICAÇÕES INTERATIVAS LTDA	NÃO	1	NÃO	1	NÃO	-	-	3	31/01/2022 16:18	7
53115.002457/2022-41	MMA COMUNICAÇÕES LTDA	NÃO	1	NÃO	1	NÃO	-	-	3	31/01/2022 16:43	8
53115.002481/2022-81	FUNDAÇÃO JOSÉ DE PAIVA NETTO	NÃO	1	NÃO	1	NÃO	-	-	3	31/01/2022 18:26	9
53115.002537/2022-05	TV SERRA AZUL LTDA	NÃO	1	NÃO	1	NÃO	-	-	3	01/02/2022 10:51	10
53115.002725/2022-25	TELEVISÃO DIAMANTE LTDA	NÃO	1	NÃO	1	NÃO	-	-	3	02/02/2022 14:24	11
53115.002750/2022-17	SISTEMA TIMON DE RADIODIFUSÃO LTDA	NÃO	1	NÃO	1	NÃO	-	-	3	02/02/2022 16:04	12
53115.002920/2022-55	TELEVISÃO CIDADE VERDE LTDA	NÃO	1	NÃO	1	NÃO	-	-	3	03/02/2022 18:25	13
53115.003203/2022-41	TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS LTDA	NÃO	1	NÃO	1	NÃO	-	-	3	08/02/2022 11:00	14
53115.003238/2022-80	FUNDAÇÃO EDUCATIVA E CULTURAL RIO PRETO	NÃO	1	NÃO	1	NÃO	-	-	3	08/02/2022 14:43	15
53115.003249/2022-60	SINAL BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO S/C LTDA.	NÃO	1	NÃO	1	NÃO	-	-	3	08/02/2022 15:14	16
53115.003336/2022-17	NASSAU EDITORA RADIO E TV LTDA	NÃO	1	NÃO	1	NÃO	-	-	3	09/02/2022 15:20	17
53115.003364/2022-34	FUNDAÇÃO SARA NOSSA TERRA	NÃO	1	NÃO	1	NÃO	-	-	3	09/02/2022 18:29	18

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

PORTARIA MCOM Nº 6.193, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, art. 118, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015, e suas alterações, c/c as disposições do art. 10, inciso IX, do Anexo VII, da Portaria MCOM nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08/09/2021, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 53115.019191/2022-76, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Associação Comunitária de Radiodifusão e Serviços Sociais José Fernandes da Silva - MG executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por intermédio da Portaria de Autorização nº 212/2004, publicada no Diário Oficial da União em 10/05/2004, e aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 184/2013, publicado no Diário Oficial da União em 20/03/2013, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53710.000790/1998, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Dr. Passos Maia, nº 28, Centro, para a Rua Dona Leopoldina Maia, nº 229, Centro, na localidade de Guapé/MG.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 20° 45' 39"S e longitude 45° 55' 00"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

PORTARIA MCOM Nº 6.219, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, art. 118, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015, e suas alterações, c/c as disposições do art. 10, inciso IX, do Anexo VII, da Portaria MCOM nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08/09/2021, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 53115.019418/2022-83, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES DE SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por intermédio da Portaria de Autorização nº 1097/2009, publicada no Diário Oficial da União em07/01/2009, e aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 8/2016, publicado no Diário Oficial da União em 10/03/2019, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53000.029690/2005, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Érico Josué Meireles, nº 495, Centro, para a Av. Graciano José da Silva, nº 1154, Setor São Braz, na localidade de São Miguel do Passa Quatro/GO.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 17° 03' 03"S e longitude 48° 39' 53"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

PORTARIA MCOM Nº 6.284, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, art. 118, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015, e suas alterações, c/c as disposições do art. 10, inciso IX, do Anexo VII, da Portaria MCOM nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08/09/2021, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 53115.019876/2022-12, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE SANTO ANDRE executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por intermédio da Portaria de Autorização nº 1732/2002, publicada no Diário Oficial da União em 10/09/2022, e aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 861/2005, publicado no Diário Oficial da União em 10/08/2005, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53730.000428/1999, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua Aprígio Ribeiro de Brito, nº 96, Centro, para a Rua Catarina Alves Guimarães, nº 59, Centro, na localidade de Santo André/PB.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 07°13'21"S e longitude 36°37'55"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

PORTARIA MCOM Nº 6.413, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, art. 118, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015, e suas alterações, c/c as disposições do art. 10, inciso IX, do Anexo VII, da Portaria MCOM nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08/09/2021, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 53115.019698/2022-20, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Associação Beneficente dos Moradores de Correguinho, executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por intermédio da Portaria de Autorização nº 517/2002, publicada no Diário Oficial da União em 09/04/2002, e aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 628/2004, publicado no Diário Oficial da União em 23/08/2004, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53650.002571/1998, a transferir o local de instalação do sistema irradiante da Rua José Xerez de Souza, s/nº, Correguinhos, para a Rua Domingos Aguiar, nº 800, Chapadinha, na localidade de Bela Cruz/CE.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 03° 03' 28"S e longitude 40° 10' 15"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

PORTARIA MCOM Nº 6.442, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º, art. 118, da Portaria nº 4.334, de 17 de setembro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 21/09/2015, e suas alterações, c/c as disposições do art. 10, inciso IX, do Anexo VII, da Portaria MCOM nº 3.525, de 03 de setembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 08/09/2021, que aprovou os Regimentos Internos dos órgãos do Ministério das Comunicações, considerando o Processo Administrativo nº 01250.018172/2020-11, resolve:

Art. 1º Autorizar a entidade Associação Comunitária e Escola de Rádio São José do Vale do Rio Preto executante do Serviço de Radiodifusão Comunitária, cuja outorga foi deferida por intermédio da Portaria de Autorização nº 561/2000, publicada no Diário Oficial da União em 22/09/2000, e aprovada pelo Congresso Nacional, conforme Decreto Legislativo nº 307/2002, publicado no Diário Oficial da União em 22/11/2002, conforme consta nos autos do Processo de Autorização nº 53770.001262/1999, a retificar as coordenadas geográficas do sistema irradiante da Rua Pedro da Silva Machado, nº 10, Centro, na localidade de São José do Vale do Rio Preto/RJ.

Parágrafo único. O sistema irradiante da estação transmissora da entidade, em razão do disposto no caput, localizar-se-á nas coordenadas geográficas com latitude em 22° 09' 11"S e longitude 42° 55' 38"W.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO

ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA

ATO Nº 12.018, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

Extinguir, por renúncia, a outorga do Serviço de Interesse Restrito de forma a extinguir a autorização para exploração do serviço Rádio do Cidadão, titulada pela entidade ELIONEY CLAYTON DANTAS SCHULTZ, CPF nº ***.741.458-**, tendo em vista a manifestação de desinteresse pela continuidade na prestação do serviço.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

ATO Nº 12.057, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Outorgar autorização de uso da(s) radiofrequência(s), a LUIZ ALFREDO LEITE FILHO, CPF nº ***.170.375-**, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES

PORTARIA ANATEL Nº 2.444, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Delega ao Gerente de Tratamento de Solicitações de Consumidores a competência para acompanhar, controlar e analisar o cumprimento das obrigações referentes aos direitos dos consumidores.

O SUPERINTENDENTE DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 242, II do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e

CONSIDERANDO que compete à Superintendência de Controle de Obrigações, acompanhar e controlar as obrigações das detentoras de concessão, permissão e autorização para exploração de serviços de telecomunicações, de autorização de uso de radiofrequência, de autorização de uso de numeração e de direito de exploração de satélite definidas nos instrumentos regulatórios pertinentes e nos respectivos contratos, termos e atos, inclusive as relativas a direito do consumidor nos termos do ar go 158, I, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO as competências da Gerência de Controle de Obrigações de Direitos dos Consumidores (CODI), especialmente as descritas no artigo 206, I do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO que Gerência de Controle de Obrigações de Direitos dos Consumidores (CODI) constitui órgão da Superintendência de Controle de Obrigações (SCO), nos termos do artigo 200, III, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO as competências da Superintendência de Relações com Consumidores (SRC), especialmente as atribuídas à Gerência de Tratamento de Solicitações de Consumidores (RCTS), nos artigos 221 e 222 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013;

CONSIDERANDO a possibilidade de delegação de competências entre órgãos, ainda que não haja subordinação hierárquica entre eles, nos termos do disposto nos ar gos 12, 13, e 14, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal;

CONSIDERANDO a necessidade de eliminação de sobreposição de competências entre as diversas áreas da Agência Nacional de Telecomunicações e a busca pela melhoria no tratamento e acompanhamento de questões afetas aos direitos dos consumidores;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 53500.055992/2018-75; resolve:

Art. 1º Delegar as competências descritas no inciso I do artigo 206 do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, da Gerência de Controle de Obrigações de Direitos dos Consumidores (CODI) para a Gerência de Tratamento de Solicitações de Consumidores (RCTS), da Superintendência de Relações com Consumidores (SRC).

§ 1º A presente delegação não envolve a perda, pelo delegante, dos correspondentes poderes, sendo-lhe facultado, quando entender conveniente e a qualquer tempo, exercê-los mediante avocação do caso, sem prejuízo da validade da delegação.

§ 2º A presente delegação não se aplica ao tema "ressarcimento aos consumidores", que permanecerá sob a responsabilidade da Gerência de Controle de Obrigações de Direitos dos Consumidores (CODI).

Art. 2º O prazo da delegação, conferida nos termos do ar go anterior, é indeterminado.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO SANTANA BORGES

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 12.067, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53520.001722/2022-92. Expede autorização à Jessica Maire Koepp Leal, CPF nº ***.984.709-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto(a)

ATO Nº 12.138, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53504.008610/2022-61. Expede autorização à Jose Marcelo Soliani, CPF nº ***.458.038-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto(a)

ATO Nº 12.139, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53504.008624/2022-84. Expede autorização à Wladimir Paschoal de Castro Lima, CNPJ nº ***.762.158-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto(a)

ATO Nº 12.141, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53504.008632/2022-21. Expede autorização à Associação de Radioamadores Rancho da Amizade - Arra, CNPJ nº 46.969.792/0001-08, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto(a)

ATO Nº 12.144, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53520.001549/2022-22. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) IBITIUVA BIOENERGETICA S.A., CNPJ nº 09.541.336/0001-36, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto(a)

ATO Nº 12.145, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53504.009402/2022-89. Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) Cdt Network Ltda., CNPJ nº 07.861.033/0001-75, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto(a)

ATO Nº 12.169, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53504.009181/2022-49. Expede autorização à Sr22 Aviation Ltda, CNPJ nº 46.565.587/0001-87, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto(a)

ATO Nº 12.170, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53504.010081/2022-65. Expede autorização à Jair Antonio Michelutti Vieira da Silva, CNPJ nº 37330416827, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto(a)

ATOS DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 12.184 - Processo nº 53516.010386/2022-38: CLAUDIO APARECIDO BORGES RODRIGUES, CPF nº ***.755.399-**.

Nº 12.185 - Processo nº 53516.010413/2022-72: MICHEL OSVALDO RASMUSSEN, CPF nº ***.192.669-**.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto

ATO Nº 12.195, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53520.001727/2022-15. Expede autorização à Radio Progresso de Descanso Limitada, CNPJ nº 75.369.488/0001-28, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto(a)

ATO Nº 12.196, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53520.001728/2022-60. Expede autorização à Rosecon Jr Empreendimentos Imobiliários Ltda, CNPJ nº 02.363.157/0001-07, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto(a)

ATO Nº 12.197, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53520.001730/2022-39. Expede autorização à Rumo Brasil Comercio e Administração de Bens Ltda, CNPJ nº 02.301.803/0001-01, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto(a)

ATOS DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Expede às entidades abaixo relacionadas autorização para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional:

Nº 12.261 - Processo nº 53516.010326/2022-15: PARQUE CIENTIFICO E TECNOLOGICO DE BIOCIENCIAS LTDA, CNPJ nº 21.526.709/0001-03.

Nº 12.262 - Processo nº 53516.010412/2022-28: JULIANO SUARES DA CUNHA, CPF nº ***.960.549-**.

Nº 12.263 - Processo nº 53516.010424/2022-52: JEANETE LACERDA DE SOUZA, CPF nº ***.191.319-**.

MARCIO ANTONIO PROTZEK
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATOS DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Nº 12.079 - Processo nº 53504.008710/2022-97. Expede autorização ao JADER GOMES CHAVES, CPF nº ***.238.778-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.077 - Processo nº 53504.008697/2022-76. Expede autorização ao SERGIO LUIS QUAGLIA SILVA, CPF nº ***.135.968-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATOS DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Nº 12.137 - Processo nº 53504.008723/2022-66. Expede autorização ao RILDO VIEIRA REINALDO, CPF nº ***.937.594-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.142 - Processo nº 53504.008724/2022-19. Expede autorização à Global7 Empreendimentos Imobiliários e Participações Ltda, CNPJ nº 32.631.328/0001-00, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.106 - Processo nº 53504.008697/2022-76. Extinguir, por cassação, a autorização do Serviço Radioamador, de interesse restrito, expedida à entidade MARCOS DANIEL HIPOLITO - CPF: ***.656.558-**, FISTEL 50412806819, e a autorização de uso da radiofrequência respectiva.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

ATO Nº 12.183, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53504.007587/2022-97. Outorgar autorização de uso das radiofrequências, a seguir relacionadas, à CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

MARCELO AUGUSTO SCACABAROZI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ATO Nº 11.821, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53528.002646/2022-62. Expede autorização a Crisdu Moda Íntima Ltda, CNPJ nº 07.318.638/0001-14, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCIO DA ROSA SILVEIRA
Gerente

ATOS DE 22 DE AGOSTO DE 2022

Expede autorização para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional a:

Nº 11.988 - Processo nº 53528.002681/2022-81, Roberto Pastorini Trombini, CPF nº ***.533.040-**.

Nº 11.990 - Processo nº 53528.002689/2022-48, Elisandra Lemos de Oliveira, CPF nº ***.493.560-**.

MARCIO DA ROSA SILVEIRA
Gerente

ATO Nº 12.174, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53528.002752/2022-46. Expede autorização a Igor Oliveira Bezerra Vieira, CPF nº ***.033.190-**, para explorar o Serviço de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

MARCIO DA ROSA SILVEIRA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 12.107, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Expedir autorização à Marcio Goncalves da Silva, CPF/CNPJ nº ***.658.623-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto(a)

ATO Nº 12.108, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Expedir autorização à FUNDACAO ANTONIO GOMES DOS SANTOS, CPF/CNPJ nº 04.328.832/0001-92, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto(a)

ATO Nº 12.159, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Extingue, por cassação, a partir da data de validade da RF indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço Rádio do Cidadão e/ou as autorizações outorgadas, por intermédio do Ato nº 4337, de 13 de agosto de 2020, publicado no Diário Oficial da União de 24/12/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional, expedidas às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no §7º, do artigo 16, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016 e no parágrafo único do art. 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

A relação de entidade(s) com exclusão do Serviço Rádio do Cidadão está na seguinte ordem: nome da entidade, CPF/CNPJ, número do FISTEL e validade da autorização de radiofrequência.

FRANCISCO RENATO DA SILVA NOGUEIRA, ***177843**, 80108521982, 18/02/2021; FRANCISCO SERGIO DA COSTA FERREIRA, ***893523**, 80108876845, 05/04/2021; FRANCISCO VIEIRA DA SILVA, ***392722**, 80108876845, 24/10/2021; GEODONI FERNANDES CORTEZ, ***944233**, 80108671526, 20/06/2021; HELDER ARAGAO ALBUQUERQUE,***850113**, 80107991225, 16/06/2020; FRANCISCO PEDRO DE OLIVEIRA, ***874903**, 80108415015, 07/12/2020; FRANCISCO WILLAMY QUEIROZ DA COSTA, ***908283**, 80108086011, 29/06/2020, GEORGE HENRIQUE DE MOURA CUNHA, ***206963**, 80106911279, 30/10/2018; GERALDO BRUNO DE SOUSA, ***772883**, 80108384705, 25/10/2020; GERALDO MARCAL, ***570898**, 80108477711, 28/01/2021.

A relação de entidade(s) com exclusão do Serviço de Interesse Restrito está na seguinte ordem: nome da entidade, CPF/CNPJ, número do FISTEL e validade da autorização de radiofrequência.

FRANCISCO RENATO DA SILVA NOGUEIRA, ***177843**, 80108521982, 18/02/2021; FRANCISCO SERGIO DA COSTA FERREIRA, ***893523**, 80108876845, 05/04/2021; FRANCISCO VIEIRA DA SILVA, ***392722**, 80108876845, 24/10/2021; GEODONI FERNANDES CORTEZ, ***944233**, 80108671526, 20/06/2021; HELDER ARAGAO ALBUQUERQUE,***850113**, 80107991225, 16/06/2020; FRANCISCO PEDRO DE OLIVEIRA, ***874903**, 80108415015, 07/12/2020; FRANCISCO WILLAMY QUEIROZ DA COSTA, ***908283**, 80108086011, 29/06/2020, GEORGE HENRIQUE DE MOURA CUNHA, ***206963**, 80106911279, 30/10/2018; GERALDO MARCAL, ***570898**, 80108477711, 28/01/2021.

WANDERSON MOREIRA BRITO
Gerente
Substituto(a)

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE GOIÁS, MATO GROSSO, MATO GROSSO DO SUL E TOCANTINS

ATOS DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Nº 12.089. Processo nº 53542.010002/2022-60. Expede autorização a NIVIA CHAVES RIBEIRO, CPF nº ***.912.501-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.090. Processo nº 53542.010009/2022-81. Expede autorização a NORTESUL COMERCIAL AGRICOLA LTDA, CNPJ nº 15.626.673/0001-29, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Nº 12.110. Processo nº 53542.010001/2022-15. Expede autorização a BOM FUTURO AGRICOLA LTDA, CNPJ nº 10.425.282/0036-52, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.111. Processo nº 53542.009948/2022-83. Expede autorização a FERTIGRAN FERTILIZANTES VALE DO RIO GRANDE LTDA, CNPJ nº 53.400.818/0013-00, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.114. Processo nº 53542.009654/2022-51. Expede autorização a GABRIEL MIOTTI, CPF nº ***.416.421-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituta

ATO Nº 12.121, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53542.010048/2022-89. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a ANDRE CRISTIANO SEIBERT, CPF nº ***.927.369-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. Declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATOS DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Nº 12.125. Processo nº 53542.010038/2022-43. Expede autorização a EDUARDO VIEIRA, CPF nº ***.923.191-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.126. Processo nº 53542.010055/2022-81. Expede autorização a RODOLFO CESAR TELLES CASCÃO, CPF nº ***.739.891-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

Nº 12.127. Processo nº 53542.010047/2022-34. Expede autorização a JACUNDA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS EIRELI, CNPJ nº 61.318.358/0001-51, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

ANA PAULA MENDONÇA ABRÃO
Gerente
Substituta

ATO Nº 12.130, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53542.010054/2022-36. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a DAMIÃO PEREIRA, CPF ***.608.831-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. Declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

ATO Nº 12.176, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 53545.000701/2022-71. Declarar extinta, por renúncia, a autorização outorgada a DONIZETE MARTINS DE SOUZA, CPF nº ***.759.019-**, para explorar o Serviço de Telecomunicações de Interesse Restrito. Declarar também notificado o desinteresse para exploração do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, bem como o direito de uso de radiofrequências associadas.

PAULO AURELIO PEREIRA DA SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DE PERNAMBUCO, PARAÍBA E ALAGOAS

ATO Nº 12.128, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Expedir autorização a ROMARIO ROMUALDO DA SILVA JUNIOR, CPF ***.702.644-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em todo o território nacional.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

ATO Nº 12.124, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Expedir autorização a DAVID AYRES NETO, CPF ***.711.424-**, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em todo o território nacional.

THIAGO CARDOSO HENRIQUES BOTELHO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 12.225, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 419, de 24 de maio de 2013, e

CONSIDERANDO a competência dada pelos Incisos XIII e XIV do Art. 19 da Lei nº 9.472/97 - Lei Geral de Telecomunicações;

CONSIDERANDO que os Requisitos Técnicos estabelecem os parâmetros e critérios técnicos verificados na Avaliação da Conformidade de um ou mais tipos de produto para telecomunicações, nos termos do art. 22 do Regulamento para Avaliação da Conformidade e Homologação de Produtos para Telecomunicações, aprovado pela Resolução nº 715, de 23 de outubro de 2019;

CONSIDERANDO que os requisitos técnicos vigentes para avaliação da conformidade de Telefone Móvel Celular, estão aprovados pelo anexo ao Ato nº 3152, de 12 de junho de 2020;

CONSIDERANDO que os requisitos técnicos vigentes para avaliação da conformidade de Carregador Utilizado em Telefone Móvel Celular, estão aprovados pelo Ato nº 3481, de 31 de maio de 2019 e que serão alterados com a entrada em vigor do Ato nº 5159, de 08 de abril de 2022; e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 53500.052648/2022-19;, resolve:

Art. 1º Prorrogar a Consulta Pública nº 45, de 27 de junho de 2022, pelo prazo adicional de 30 (trinta) dias.

Art. 2º Este Ato entra em vigor na data de publicação de seu extrato no Diário Oficial da União.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

ATO Nº 11.409, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

Processo n° 53504.006097/2022-73. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à ELEKTRO REDES S.A., CNPJ nº 02.328.280/0001-97, associada à autorização para execução do Serviço Limitado Privado.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

DESPACHO DECISÓRIO Nº 4/2022/ORER/SOR

Processo nº 53500.027382/2021-87
Interessado: Superintendente de Outorga e Recursos à Prestação (SOR)

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no art. 156, e incisos, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e

CONSIDERANDO os Requisitos técnicos e operacionais para uso da faixa de 3.700 MHz a 3.800 MHz por estações de serviços terrestres de baixa potência, aprovado pelo Ato nº 8.991, de 27 de junho de 2022; e

CONSIDERANDO o que consta do Processo nº 53500.027382/2021-87, em especial a análise consubstanciada no Informe nº 1498/2022/ORER/SOR, decide:

1. conhecer do recurso administrativo interposto por TIM S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.421.421/0001-11, por meio da Petição SEI nº 8792700; e

2. encaminhar o processo para análise e deliberação do Conselho Diretor da Anatel, nos termos do art. 115, b, do Regimento Interno da Agência.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

DESPACHO DECISÓRIO Nº 5/2022/ORER/SOR

Processo nº 53500.047628/2021-37
Interessado: Superintendência de Outorga e Recursos a Prestação

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, em especial a disposta no art. 156, e incisos, do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, e

CONSIDERANDO os Requisitos técnicos e operacionais de condições de uso da subfaixa 27,5 GHz a 27,9 GHz por estações no Serviço Limitado Privado - SLP, no Serviço de Comunicação Multimídia - SCM, no Serviço Móvel Pessoal - SMP e no Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, aprovado pelo Ato nº 8.995, de 27 de junho de 2022; e

CONSIDERANDO o que consta do Processo nº 53500.047628/2021-37, em especial a análise consubstanciada no Informe nº 1563/2022/ORER/SOR, decide:

1. conhecer do recurso administrativo interposto por TIM S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.421.421/0001-11, por meio da Petição SEI nº 8805768; e

2. encaminhar o processo para análise e deliberação do Conselho Diretor da Anatel, nos termos do art. 115, b, do Regimento Interno da Agência.

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES

GERÊNCIA DE ESPECTRO, ÓRBITA E RADIODIFUSÃO

COORDENAÇÃO DE PROCESSO DE ADMINISTRAÇÃO DE PLANOS BÁSICOS DE RADIODIFUSÃO

ATO Nº 11.966, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

Altera os Planos Básicos de Distribuição de Canais de Radiodifusão. Proc. 53500.300380/2022-29. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no DOU, sua íntegra estará disponível no portal: https://www.gov.br/anatel/pt-br/

VINICIUS OLIVEIRA CARAM GUIMARÃES
Superintendente

GERÊNCIA DE OUTORGA E LICENCIAMENTO DE ESTAÇÕES

ATOS DE 19 DE AGOSTO DE 2022

Nº 11.858 Processo nº 53500.305801/2022-16. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à REDE JHJ DE RADIODIFUSAO LTDA, CNPJ 07.482.730/0001-15, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Parnaíba/PI.

Nº 11.859 Processo nº 53500.305407/2022-70. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à RADIO FM MEDIANEIRA S/C LTDA, CNPJ 04.387.509/0001-90, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Navegantes/SC.

Nº 11.860 Processo nº 53500.305509/2022-95. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à MODELO RÁDIO FM LTDA, CNPJ 04.139.846/0001-68, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Castanhal/PA.

Nº 11.861 Processo nº 53500.304182/2022-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à ORGANIZACAO DE COMUNICACAO FREDY DIETZ LTDA, CNPJ 03.890.353/0001-00, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Santa Terezinha de Goiás/GO.

Nº 11.862 Processo nº 53500.294460/2022-38. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO QUILOMBO, CNPJ 03.825.166/0001-35, executante do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na localidade de Rio Largo/AL.

Nº 11.863 Processo nº 53500.294471/2022-18. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à FUNDACAO QUILOMBO, CNPJ 03.825.166/0001-35, executante do Serviço de Geradora de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Maceió/AL.

Nº 11.864 Processo nº 53500.294679/2022-37. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à SISTEMA DE COMUNICACAO PANTANAL S/C LTDA, CNPJ 02.412.892/0001-63, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Macapá/AP.

Nº 11.865 Processo nº 53500.295922/2022-34. Outorga Autorização de Uso de Radiofrequência à TELEVISAO MORENA LTDA, CNPJ 03.229.937/0001-21, executante do Serviço de Retransmissão de Radiodifusão de Sons e Imagens - Digital, na localidade de Coxim/MS.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Nº 12.052 Processo nº 53500.300448/2022-70. Expede autorização à E F SILVEIRA COMUNICACAO MULTIMIDIA EIRELI, CNPJ/MF nº 24.722.273/0001-08, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 12.054 Processo nº 53500.300730/2022-57. Expede autorização à MULTI SERVICOS TELECOMUNICACOES E INFORMATICA LTDA, CNPJ/MF nº 46.975.379/0001-56, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 12.082 Processo nº 53500.301521/2022-21. declara extinta, por renúncia, a partir de 03/08/2022, a autorização outorgada à VALMIR CORREA FELISBINO, CNPJ nº 41.318.781/0001-44, por intermédio do Ato nº 2818, de 23/04/2021, publicado no DOU de 28/04/2021 (SEI nº 6808087), para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 12.093 Processo nº 53500.306411/2022-55. Expede autorização à ALEXSANDRO ALVES SILVA DAMIAO, CNPJ/MF nº 35.440.018/0001-99, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 12.094 Processo nº 53500.305920/2022-61. Expede autorização à S2 MAIS COMERCIO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 45.195.470/0001-96, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 12.095 Processo nº 53500.306261/2022-80. Expede autorização à ULTRA TECH SERVICOS DE TELECOMUNICACOES LTDA, CNPJ/MF nº 37.529.886/0001-75, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 12.096 Processo nº 53500.301158/2022-43. Expede autorização à FLAVELI MURAROLLI FERRI & CIA LTDA, CNPJ/MF nº 43.110.512/0001-13, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 12.097 Processo nº 53500.306617/2022-85. Expede autorização à GISELY BACCAS ROSA CONSULTORIA EM TECNOLOGIA DA INFORMACAO SLU LTDA, CNPJ/MF nº 42.452.997/0001-60, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Nº 12.118 Processo nº 53500.307413/2022-61. declara extinta, por renúncia, a partir de 23/08/2022, a autorização outorgada à ABC TELECOM - COMUNICACAO EIRELI, CNPJ/MF nº 04.913.154/0001-25, por intermédio do Ato nº 4334, de 13/08/2020, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 12.123 Autoriza TIM S A, CNPJ nº 02.421.421/0001-11, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Belo Horizonte/MG, no período de 01/09/2022 a 30/10/2022.

Nº 12.134 Processo nº 53500.302129/2022-07. Expede autorização à F A NOGUEIRA EIRELI, CNPJ/MF nº 10.590.731/0001-98, para explorar Serviços de Telecomunicações de Interesse Coletivo e de Interesse Restrito, por prazo indeterminado, em todo o território nacional.

Nº 12.136 Processo nº 53115.017544/2022-01. Outorga autorização de uso de radiofrequência(s) à RADIO SAO PAULO LTDA, CNPJ 64.875.438/0001-04, associada à autorização para execução de Serviço Especial Para Fins Científicos ou Experimentais.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATOS DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Nº 12.208 Autoriza Akron Technical Service Ltda, CNPJ nº 28.712.891/0001-28, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Rio de Janeiro/RJ, no período de 25/08/2022 a 23/10/2022.

Nº 12.209 Autoriza FUNDACAO CANAL 20, CNPJ nº 04.083.151/0001-01, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Mogi Guaçu/SP, no período de 03/09/2022 a 04/09/2022.

Nº 12.210 Autoriza FUNDACAO CANAL 20, CNPJ nº 04.083.151/0001-01, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Mogi Guaçu/SP, no período de 03/09/2022 a 04/09/2022.

Nº 12.211 Autoriza CLARO S.A., CNPJ nº 40.432.544/0001-47, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Sorocaba/SP, no período de 26/08/2022 a 24/09/2022.

Nº 12.218 Autoriza FUNDACAO CANAL 20, CNPJ nº 04.083.151/0001-01, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de São Paulo/SP, no período de 28/08/2022 a 28/08/2022.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

ATO Nº 12.244, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza EXTREME NETWORKS DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 69.314.862/0001-95, a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na cidade de Novo Hamburgo/RS, no período de 01/10/2022 a 29/11/2022.

RENATO SALES BIZERRA AGUIAR
Gerente

Ministério da Defesa

COMANDO DA AERONÁUTICA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA GABAER Nº 363/GC4, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Declara o caráter militar das atividades e dos empreendimentos desenvolvidos pelas Organizações Militares situadas no Prédio do Comando da Aeronáutica.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe conferem os incisos I e XIV do art. 23, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, nos termos da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, da alínea "f" do inciso XIV do art. 7º da Lei Complementar nº 140, de 8 de dezembro de 2011, na Portaria Normativa nº 15/MD, de 23 de fevereiro de 2016, e considerando o que consta do Processo nº 67120.013020/2020-15, resolve:

Art. 1º Declarar o caráter militar das atividades e dos empreendimentos desenvolvidos pelas Organizações Militares situadas no Prédio do Comando da Aeronáutica, na Esplanada dos Ministérios, em Brasília, Distrito Federal, destinados ao preparo e emprego da Força Aérea Brasileira, nas extensões dos Tombos DF.001-000 medindo 5.780,76m², DF.076-000 medindo 11.132,62m², DF.008-000 medindo 4.945,00m² e DF.088-000 medindo 4.945,00m², administrados pelo Comando da Aeronáutica (COMAER).

Parágrafo único. As Organizações Militares, situadas no Prédio do Comando da Aeronáutica têm como missão institucional gerir os planos e programas emanados do COMAER, a fim de apoiar, coordenar e controlar as atividades técnicas operacionais necessárias e do interesse deste Comando, proporcionando apoio logístico a essas organizações.

Art. 2º Os empreendimentos e atividades, presentes e futuros, não destinados ao preparo e emprego da Força, dentro dos Tombos declarados no art. 1º, deverão observar as legislações específicas em vigor, conforme cada caso.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor em 1º de setembro de 2022.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR

PORTARIA GABAER Nº 365/GC4, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza a reversão do tombo AM.050-000, administrado pelo Comando da Aeronáutica, localizado no Município de Eirunepé-AM, à Secretaria do Patrimônio da União, e dá outras providências.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, de conformidade com o previsto no § 4º do art. 79 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 23, da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009, de acordo com o art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e considerando o que consta do Processo nº 67120.006157/2020-13, resolve:

Art. 1º Autorizar a reversão de imóvel da União, administrado pelo Comando da Aeronáutica (COMAER) e sob a responsabilidade patrimonial do Destacamento de Infraestrutura da Aeronáutica de Manaus (DTINFRA-MN), localizado na Avenida Prefeito João Cavalcante, 1592, Fátima, no Município de Eirunepé-AM, com área de 16.683,62m², referente ao Tombo AM.050-000 e RIP IMÓVEL nº 0229.00048.500-5 para a Secretaria do Patrimônio da União.

Art. 2º Delegar competência ao Chefe do DTINFRA-MN para representar o COMAER na assinatura do Termo de Reversão de Imóvel e dar provimento às ações administrativas pertinentes, junto à SPU/AM.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor em 1º de outubro de 2022.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR

PORTARIA GABAER Nº 364/GC4, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Delega a competência.

O COMANDANTE DA AERONÁUTICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, tendo em vista o disposto no § 1º do art. 23 da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 6.834, de 30 de abril de 2009; de acordo com o item 2.4.7.3 do Manual Eletrônico de Celebração de Instrumentos de Parceria no Comando da Aeronáutica, constante do RCA 12-1 "Regulamento de Administração da Aeronáutica, na forma eletrônica (RADA-e)", aprovado pela Portaria nº 25/GC3, de 21 de janeiro de 2021; e, considerando o que consta do Processo nº 67700.008258/2022-51, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor do Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), para assinatura de Termos de Execução Descentralizada (TED) de receita, no âmbito do IAE junto à Agência Espacial Brasileira (AEB), na seara do Programa 2207 (Programa Espacial Brasileiro), conforme detalhamento a seguir, obedecida a legislação específica em vigor e vedada a subdelegação:

I - Ação Orçamentária 21AI / Plano Orçamentário 004 - Manutenção do funcionamento e a atualização da infraestrutura de apoio aos Veículos Espaciais do IAE, visando suporte a projetos e atividades de espaço;

II - Ação Orçamentária 21AI / Plano Orçamentário 003 - Promover apoio as Campanhas de Lançamento, bem como as atividades fins no âmbito de projetos relacionados a veículos suborbitais; e

III - Ação Orçamentária 21AG / Plano Orçamentário 001 - O VLM-1 tem como objetivo colocar um microssatélite com massa igual ou superior a 30kg em uma órbita terrestre baixa (LEO), igual ou superior a 300km, e de baixa inclinação.

Art. 2º Esta Portaria entrará em vigor em 1º de outubro de 2022.

Ten Brig Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR

COMANDO DA MARINHA
COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS
3º DISTRITO NAVAL
HOSPITAL NAVAL DE RECIFE

PORTARIA Nº 122/HNRE, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DO HOSPITAL NAVAL DE RECIFE, no uso de suas atribuições e com fundamento contido na Orientação Normativa AGU no 33/2011, resolve:

Art. 1º Que seja dada publicidade, por meio do Diário Oficial da União, ao Termo de Adesão ao Edital de Credenciamento nº 2/2019, referente ao Processo Administrativo n° 63066.003213/2019-67 e ao Contrato de Credenciamento nº 83702/2022-20/00, deste Hospital, assinado pela Organização de Saúde Extra-Marinha abaixo especificada:

I - DENISE ALCANTARA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA:

a) CNPJ nº 03.281.997/0001-93; e

b) Valor estimativo anual: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 2º Fundamentação: Inexigibilidade de Licitação, com fundamento no art. 25, caput, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na presente data, com seus efeitos administrativos a contar a partir de 16 de agosto de 2022.

CMG (Md) JOSÉ ROBERTO GOMES CORRÊA MACEDO
Ordenador de Despesas

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 220/DPC, DE 19 DE AGOSTO DE 2022

Estabelece período de transição para reconhecimento de certificados emitidos por Autoridades Marítimas Estrangeiras signatárias da Convenção STCW-1978, como emendada.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022, do Comandante da Marinha, de acordo com o contido no art. 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - LESTA), resolve:

Art. 1º Estabelecer o prazo de 1º de julho de 2023 como limite para aceitação de requerimentos de reconhecimento de certificados emitidos por Autoridades Marítimas Estrangeiras signatárias da Convenção STCW-1978, como emendada, estabelecido no item 0119 da NORMAM-13/DPC (1ª Revisão), sem a necessidade de celebração de acordo de reconhecimento entre as partes envolvidas.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 32/DPC, de 28 de janeiro de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2022, tendo seus efeitos administrativos retroagidos a 1º de setembro de 2021.

SERGIO RENATO BERNA SALGUEIRINHO
Vice-Almirante

PORTARIA DPC/DGN/MB Nº 60, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Altera as Normas da Autoridade Marítima para a Carreira de Aquaviários - NORMAM-13/DPC.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, em cumprimento ao Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, que dispõe sobre a revisão e a consolidação dos atos normativos inferiores a Decreto, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria MB/MD nº 37, de 21 de fevereiro de 2022 e de acordo com o contido no art. 4º, da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - LESTA), resolve:

Art. 1º Alterar as Normas da Autoridade Marítima para a Carreira de Aquaviários NORMAM-13/DPC (1ª Revisão/Mod. 1), aprovadas pela Portaria DPC/DGN/MB nº 29, de 4 de novembro de 2021. Esta modificação é denominada 1ª Revisão/Mod. 2.

Art. 2º Esta modificação faz-se necessária pela importância da divulgação imediata da presente Norma, especialmente em relação aos novos procedimentos de comprovação de tempo de embarque para os aquaviários; à inclusão de cobrança por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU) de serviços oferecidos aos aquaviários; e aos novos procedimentos do Estágio de Capacitação Fluvial para Comandantes.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

Vice-Almirante SERGIO RENATO BERNA SALGUEIRINHO

ANEXO

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

NORMAS DA AUTORIDADE MARÍTIMA PARA A CARREIRA DE AQUAVIÁRIOS

NORMAM-13/DPC

1ª REVISÃO

- 2022 -

FOLHA DE REGISTRO DE MODIFICAÇÕES

NÚMERO DA MODIFICAÇÃO	EXPEDIENTE QUE A DETERMINOU E RESPECTIVA DATA	PÁGINAS AFETADAS	DATA DA ALTERAÇÃO	RUBRICA
Aprovação	Portaria nº 111/DPC, de 16 de dezembro de 2003			
Mod 1	Portaria nº 60/DPC, de 04 de agosto de 2004	Capítulo 2	04/08/2004	
Mod 2	Portaria nº 21/DPC, de 18 de fevereiro de 2005	Capítulos 1, 2, 3, 4 e 7	18/02/2005	
Mod 3	Portaria nº 90/DPC, de 31 de outubro de 2005	Capítulos 1, 2, 3, 7 e Anexo 2-A.		
Mod 4	Portaria nº 07/DPC, de 13 de janeiro de 2006	Capítulo 1		
XXX	Portaria nº 16/DPC, de 14 de fevereiro de 2006	Art. 3º da Port. nº 07/DPC 13JAN2006		
Mod 5	Portaria nº 22/DPC, de 06 de março de 2006	Capítulo 1 e Anexo 2-A		
Mod 6	Portaria nº 32/DPC, de 24 de março de 2006	Capítulo 1		
Mod 7	Portaria nº 90/DPC, de 11 de setembro de 2006	Capítulo 1 e Anexo 2-A		
Mod 8	Portaria nº 45/DPC, de 28 de março de 2007	Capítulo 1 e Anexo 2-A	02ABR2007	
Mod 9	Portaria nº 78/DPC, de 06 de agosto de 2007	Capítulo 1	10AGO2007	
Mod 10	Portaria nº 105/DPC, de 23 de outubro de 2007	Anexo 2-A	26OUT2007	
Mod 11	Portaria nº 121/DPC, de 21 de dezembro de 2007	Capítulos 1, 2, 3, 5, 6, 7 Anexos 1-D, 2-A, 2-B, 2-C, Propósito e Índice	08JAN2008	
Mod 12	Portaria nº 16/DPC, de 29 de fevereiro de 2008	Capítulo 1 Anexos 2-A-8, 2-A-14 e 2-B2 e 2-B-3	08MAR2008	
Mod 13	Portaria nº109/DPC, de 13 de outubro de 2008	Propósito, Índice, Capítulos 1, 2 , 5 e 6 Anexo 2-A	16OUT2008	
Mod 14	Portaria nº 68/DPC, de 02 de julho de 2009	Capítulos 1, 2 e 6; Anexos 1-I-1, 1-I-2 e Anexo 2-A	14JUL2009	
Mod 15	Portaria nº 73/DPC, de 09 de julho de 2009	Anexo 2-A	14JUL2009	
Mod 16	Portaria nº 116/DPC, de 16 de setembro de 2009	Item 0203 e Anexo 2-D-3	29SET2009	
Mod 17	Portaria nº 278/DPC, de 22 de dezembro de 2010	Anexo 2-A-11	10JAN2011	

NÚMERO DA MODIFICAÇÃO	EXPEDIENTE QUE A DETERMINOU E RESPECTIVA	PÁGINAS AFETADAS	DATA DA ALTERAÇÃO	RUBRICA
Mod 18	Portaria nº 69/DPC, de 13 de abril de 2011	Itens 0203, 0604 e0610 e Anexo 6-B		
Mod 19	Portaria nº 112/DPC, de 13 de junho de 2011	Anexo 2-A-10	27JUN2011	
Mod 20	Portaria nº 185/DPC, de 26 de agosto de 2011	Itens 0125 e 0126 eAnexo 2-A-10		
Mod 21	Portaria nº264/DPC, de 30 de dezembro de 2011	Itens 0117 e 0118, e incluído item 0123		
Mod 22	Portaria nº 38/DPC, de 16 de março de 2012	Item 0303	04ABR2012	
Mod 23	Portaria nº 65/DPC, de 24 de abril de 2012	Item 0123		
Mod 24	Portaria nº 242/DPC, de 10 de dezembro de 2012	Item 0302	12DEZ2012	
Mod 25	Portaria nº 257/DPC, de 20 de dezembro de 2012	Item 0306	10JAN2013	
Mod 26	Portaria nº 114/DPC, de 11 de maio de 2015	Itens 0105, 0106, 0107, 0110, 0111, 0112, 0116, 0121, 0127, 0129, 0130, 0203, 0204, 0604, Anexo 1-K-1	11MAI2015	
Mod 27	Portaria nº 248 /DPC, de 13 de agosto de 2015	Itens 0107, 0123, 0604, 0608, do 0609 ao 0620, Anexo 1-K, Anexo1-L, Anexo 6-D	13AGO2015	
Mod 28	Portaria nº236/DPC, de 29 de julho de 2016	Itens 0206, 0207	29JUL2016	
Mod 29	Portaria nº400/DPC, de 19 de dezembro de 2017	Anexo 1-L	19DEZ2017	
Mod 30	Portaria nº421/DPC, de 20 de dezembro de 2017	Itens 0208, Anexo 2-E7	20DEZ2017	
Mod 31	Portaria nº134/DPC, de 16 de abril de 2018	Itens 0101, 0103, 0104, 0105, 0127, Capítulo 3 e Anexos 1-J, 1-M, 1-N, 2-A, 2-B e 2-C	16ABR2018	
Mod 32	Portaria nº299/DPC, de 24 de setembro de 2018	Anexos 2-E	24ABR2018	
Mod 33	Portaria nº342/DPC, de 16 de outubro de 2018	Itens 0123 e Anexos 1-O	16OUT2018	
Mod 34	Portaria nº373/DPC, de 18 de outubro de 2019	Itens 0123 e Anexos 1-P e 1-Q	18OUT2019	
Rev. 1	Portaria nº 28/DPC, de 25 de agosto de 2021	Revisão de todos os capítulos	1SET2021	

Rev.1/Mod.1	Portaria nº 29/DPC, de 04 de novembro de 2021	Introdução; Itens 0106, 0107, 0108, 0111, 0112, 0113, 0117, 0121, 0122, 0127, 0128, 0129, 0130, 0203, 0204, 0301 e 0615; Anexos 1-T, 2-A	12NOV2021	
Rev.1/Mod.2	Portaria nº 60/DPC, de 26 de agosto de 2022	Introdução; Itens 0108, 0111, 0113, 0119, 0122, 0126, 0127, 0206 e Cap. 7; Anexos 1-S, 2-A e 2-F		

INTRODUÇÃO

1. PROPÓSITO

O propósito desta Norma é estabelecer procedimentos relativos ao ingresso, cadastro, inscrição, certificação e à carreira dos Aquaviários pertencentes aos 1o, 2o, 3o, 4o, 5º e 6o Grupos; à concessão e emissão de Certidões de Serviços de Guerra de Aquaviários e de tempo de serviço de ex-Alunos das Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante - EFOMM; e à concessão da Medalha do Mérito Marítimo.

2. DESCRIÇÃO

Esta NORMAM está pautada na Convenção Internacional sobre Padrões de Instrução, Certificação e Serviço de Quarto para Marítimos, 1978, como emendada (Convenção STCW-1978), instrumento esse o qual o Brasil é signatário. Considerando as especificidades da atividade da Marinha Mercante nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) , bem como, nas prerrogativas da Autoridade Marítima Brasileira de decidir, quando assim for julgado necessário, sobre os casos omissos.

Importante mencionar que as AJB compreendem as águas interiores e os espaços marítimos , nos quais o Brasil exerce jurisdição, em algum grau, sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais vivos e não vivos, encontrados na massa líquida, no leito ou no subsolo marinho, para os fins de controle e fiscalização, dentro dos limites da legislação internacional e nacional. Esses espaços marítimos compreendem a faixa de 200 milhas marítimas contadas a partir das linhas de base, acrescida das águas sobrejacentes à extensão da Plataforma Continental (PC) além das 200 milhas marítimas, onde ela ocorrer.

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) definiu os direitos e deveres dos estados costeiros e navios nas diferentes áreas marítimas, quais sejam: as águas interiores, o mar territorial, a zona contígua, a Zona Econômica Exclusiva (ZEE), a PC, as águas arquipelágicas, os estreitos utilizados para a navegação internacional e o alto-mar.

Os espaços marítimos brasileiros atingem aproximadamente 3,6 milhões de Km². O Brasil está pleiteando, junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Organização das Nações Unidas (ONU), a extensão dos limites de sua PC, além das 200 milhas marítimas, o que acrescentará uma área de cerca de 900 mil Km². Após serem aceitas as recomendações da CLPC pelo Brasil, os espaços marítimos brasileiros poderão atingir uma área de 4,5 milhões de Km², pouco menor que a Amazônia Verde (5,2 milhões de Km²). Assim, o País tem sob sua tutela outra "Amazônia", em pleno mar, a Amazônia Azul®, chamada não por sua localização geográfica, mas pelos seus incomensuráveis recursos naturais e grandes dimensões.

A Amazônia Azul® é a região que compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da PC brasileira.

3. PRINCIPAIS MODIFICAÇÕES

Esta publicação é a 2ª modificação da 1ª revisão da NORMAM-13/DPC - Normas da Autoridade Marítima para Carreira de Aquaviários aprovadas pela Portaria nº 60/DPC/DGN/MB de 26 agosto de 2022. Dentre as alterações implementadas, destacam-se:

I - No Capítulo 1 - INGRESSO, INSCRIÇÃO E CÔMPUTO DE TEMPO DE EMBARQUE DE AQUAVIÁRIOS:

a) ao longo de todo o capítulo, foram substituídos os termos "Carteira de identidade de estrangeiro" e "Visto de Permanência expedido pela Polícia Federal dentro da validade por, respectivamente, "Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM" e "Documento Provisório de Registro Nacional Migratório - DPRNM dentro da validade";

b) ao longo de toda a Norma os termos "ou acompanhado de declaração em nome de quem constar a fatura" foi alterado para "ou declaração de residência assinada pelo aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente)".

c) no item 0108 - Documentação e pré-requisitos necessários para emissão de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) para brasileiros, no caso de revalidação, foi incluída a alínea "g) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia)";

d) no item 0108 - Documentação e pré-requisitos necessários para emissão de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) para estrangeiros, no caso de revalidação, foi incluída a alínea "g) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia)";

e) no item 0111 - Revalidação da CIR, foi incluído o subitem "7) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia)";

f) no item 0113 - Ascensão de Categoria, foi incluído o subitem "12) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia)";

g) no item 0119 - Reconhecimento de Certificados, no 1º parágrafo, onde se lê: "Um certificado emitido por Autoridade Marítima estrangeira de Governo signatário da Convenção STCW-78, como emendada, poderá ser endossado pela DPC para atestar o seu reconhecimento, mediante acordo de reconhecimento celebrado entre as partes envolvidas (Estados membros da Convenção STCW-1978), em conformidade com as orientações contidas na Circular 1.450 da MSC/IMO, combinadas com a Regra I/10 da referida Convenção"; leia-se: "Um certificado emitido por Autoridade Marítima estrangeira de Governo signatário da Convenção STCW-78, como emendada, poderá ser endossado pela DPC para atestar o seu reconhecimento, desde que a parte emissora do certificado possua acordo de reconhecimento celebrado com a AMB, em conformidade com as orientações contidas na Circular 1.450 da MSC/IMO, combinadas com a Regra I/10 da referida Convenção";

h) no item 0119 - Reconhecimento de Certificados, foi substituído, no 2º parágrafo, a palavra "requisitar" por "solicitar";

i) no item 0119 - Reconhecimento de Certificados, no 4º parágrafo, onde se lê: "O modelo exigido para este tipo de certificação é o DPC-1033"; leia-se: "O modelo exigido para este tipo de certificação, quando se tratar de certificado de competência, é o DPC-1033";

j) no item 0119 - Reconhecimento de Certificados, no 6º parágrafo, onde se lê: "O modelo de certificado DPC-1034 poderá, também, ser utilizado pela DPC para emitir endosso que ateste reconhecimento de um certificado emitido por Autoridade Marítima estrangeira, em caso de pessoal subalterno. Para efetuar tal reconhecimento, o interessado deverá requerer à CP/DL/AG, juntando esse certificado, devendo ser observadas a sua validade e o enquadramento na legislação vigente"; leia-se: "O modelo de certificado DPC-1034, além de certificar a proficiência de um aquaviário que tenha realizado um curso no SEPM, poderá, também, ser utilizado pela DPC para emitir endosso que ateste reconhecimento de um certificado de proficiência emitido por Autoridade Marítima estrangeira. Para efetuar tal reconhecimento, o interessado deverá requerer à DPC, via CP/DL/AG, o reconhecimento de seu certificado";

k) no item 0122 - Revalidação de certificados, no subitem 3 da alínea c, onde se lê: "3) Certificado DPC-1031 a ser revalidado"; leia-se: "3) Certificado DPC-1031 a ser revalidado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original para autenticação na CP/DL/AG). O certificado original não deverá ser retido na OM, salvo fundamentação legal";

l) no item 0122 - Revalidação de certificados, foi inserido, após o subitem 3 da alínea c, o seguinte texto: "4) Documento que comprove tempo de embarque, conforme previsto no item 0126 da NORMAM-13/DPC, (quando aplicável)";

m) no item 0122 - Revalidação de certificados, no subitem 6 da alínea d, onde se lê: "Certificado(s) de Competência e outros que comprovem habilitações específicas a serem registradas no novo certificado (original e cópia simples)"; leia-se: "Certificado(s) de Competência e outros que comprovem habilitações específicas a serem registradas no novo certificado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original para autenticação na CP/DL/AG). Os certificados originais não deverão ser retidos na OM, salvo fundamentação legal)";

n) no item 0126 - Procedimentos, foram retirados os 1º, 2º, 3º e 4º parágrafos e incluído o seguinte texto: "O cômputo do tempo de embarque de aquaviários que desejarem requerer ascensão de categoria, inscrições em cursos do PREPOM ou revalidação de certificados de competência ou proficiência quando couber, será realizado da seguinte forma":

1 - O aquaviário deve dirigir-se à empresa que possui ou possuiu vínculo empregatício e solicitar à mesma o preenchimento e assinatura do anexo 1-S pelo Presidente/Diretor, proprietário, armador ou seu preposto com firma reconhecida (por semelhança) em cartório, referente ao período em que realizou atividades de embarque na referida empresa. Caso o aquaviário tenha trabalhado em mais de uma empresa, o referido anexo deverá ser solicitado a todas as empresas em que o aquaviário trabalhou após aquela data.

2 - A empresa de navegação recebe a solicitação do aquaviário e, com base, exclusivamente, em seus registros de tempo de embarque constantes no sistema de controle interno e no rol das embarcações, preenche e assina o anexo 1-S.

3 - As cópias das folhas de registro de embarque da CIR e o anexo 1-S preenchido pela(s) empresa(s) serão apresentados, pelo aquaviário, aos representantes da Autoridade Marítima, por ocasião de solicitações de inscrições em cursos, ascensão de categoria ou revalidação de certificados de competência e proficiência.

4 - Os representantes da Autoridade Marítima, ao receberem os documentos acima mencionados, procederão o somatório do tempo de embarque constante das Folhas de Alterações de CIR e compararão o referido tempo com os períodos e categorias constantes do anexo 1-S.

5 - Durante a verificação, os períodos/categorias não coincidentes não serão considerados para efeito do cômputo do tempo de embarque. - XIV - NORMAM-13/DPC

Observação: As declarações das empresas emitidas em data anterior à última atualização da NORMAM-13/DPC serão aceitas para efeito de ascensão de categoria, inscrições em cursos do PREPOM ou revalidação de certificados de competência ou proficiência quando couber. A partir da publicação da presente alteração da NORMAM-13/DPC, as empresas deverão utilizar o modelo do anexo 1-S;

o) no item 0126 - Procedimentos, foi incluído no tópico "Instruções Especiais", após Diretoria de Portos e Costas, o seguinte texto: "[...] aos Centros de Instrução";

p) no item 0126 - Procedimentos, foi incluído, após o tópico "Instruções Especiais", o seguinte texto: "Nos casos específicos em que os Aquaviários comprovadamente estejam impossibilitados de realizar a comprovação documental relacionada ao cômputo do tempo de embarque, como estipulado neste item 0126, pelo encerramento das atividades de empresas de navegação no Brasil, estes deverão apresentar, em caráter extraordinário, uma declaração por eles redigida, na qual constem os períodos de embarques não declarados pelas empresas e que se encontram relacionados nas folhas de registro de embarques da CIR";

A declaração acima deverá conter o seguinte texto: "as informações apresentadas são verídicas nos termos do art. 1º e no Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 9.094/2017, pelo qual devem ser observadas a presunção de boa-fé e que qualquer informação inverídica na presente declaração poderá implicar em sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, que diz: constitui crime - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante."

Em anexo a essa declaração deverão estar os documentos que corroboram as informações nela inseridas, tais como:

- períodos de embarques realizados constantes do rol de equipagem/rol portuário;

- comprovante de vínculo empregatício (contrato de trabalho ou carteira de trabalho);

- comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da Empresa de Navegação;

- comprovante de consulta à ANTAQ que evidencia o fechamento da respectiva empresa de navegação; e

- cópia das folhas de registro de embarques da CIR, acompanhadas pela correspondente etiqueta de dados pessoais.

q) no item 0127 - Contagem do Tempo de Embarque, foi retirado o 4º parágrafo: "O cômputo do tempo de embarque será realizado conforme previsto no item 0126, sendo computado em dias e o somatório transcrito no final do documento de comprovação do tempo de embarque, considerando as condições contidas neste item 0127";

II -No Capítulo 2 -CARREIRA, GRUPOS, CATEGORIAS E NÍVEIS DE EQUIVALÊNCIA DE AQUAVIÁRIOS, ROL DE EQUIPAGEM, ROL PORTUÁRIO E MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO:

a) no título do Capítulo 2, onde se lê: "Carreira, Grupos, Categorias e Níveis de Equivalência de Aquaviários, Rol de Equipagem, Rol Portuário e Medalha Mérito Marítimo"; leia-se: "Carreira, Grupos, Categorias e Níveis de Equivalência de Aquaviários, Estágio de Capacitação Fluvial para Comandante, Rol de Equipagem, Rol Portuário e Medalha Mérito Marítimo".

b) na Seção I, do Capítulo 2, onde se lê: "Carreira, Grupos, Categorias e Níveis de Equivalência"; leia-se: "Carreira, Grupos, Categorias, Níveis de Equivalência e Estágio de Capacitação Fluvial para Comandante".

c) após o item 0205, foi inserido novo item 0206, renumerando os demais itens (0206, 0207 e 0208), conforme o texto a seguir:

"0206 -ESTÁGIO DE CAPACITAÇÃO FLUVIAL PARA COMANDANTE -ECFC

O Estágio de Capacitação Fluvial para Comandante (ECFC), pelas peculiaridades do ambiente fluvial, é obrigatório para o Oficial de Náutica (1ON/2ON) exercer a capacidade de Comandante na navegação interior. Deverá ser oferecido pelas empresas que possuem interesse na contratação de Oficiais de Náutica (1º Grupo de Marítimos - seção de Convés) e que atuam na navegação fluvial.

O estágio deverá ser realizado a bordo de navios operando na navegação fluvial, por um período mínimo (podendo ser estendido a critério da empresa) de três (3) meses, efetivamente navegando pelos rios, canais e estreitos e acompanhando todas as manobras de amarração de comboios ou rebocadores, atracação e fundeio e demais tipos de manobras da embarcação, no desempenho de funções compatíveis com o certificado possuído (observar o Anexo 2-A), na qualidade de tripulante extralotação, devendo acompanhar o Comandante da embarcação em todas as manobras realizadas durante o período de estágio. O ECFC deverá ser previamente comunicado ao Capitão dos Portos onde a empresa de navegação atua, mediante envio de um Ofício da empresa de navegação, assinado por preposto (representante devidamente autorizado para tratar de aspectos envolvendo o embarque de Aquaviários), contendo, ainda, cópia da procuração, com reconhecimento por semelhança, que a ele confere competência legal para agir em nome da empresa, junto à Marinha do Brasil. Nesse Ofício da Empresa de Navegação deverá ser informado o nome do aquaviário, o seu nº de inscrição, a data de início do ECFC, o nome e o nº de inscrição da embarcação.

Ao final do período do ECFC, a empresa deverá enviar ao Capitão dos Portos, o qual foi comunicado inicialmente, um segundo Ofício contendo uma avaliação do desempenho do Oficial estagiário, conforme o modelo de "Atestado de Conclusão de Estágio Supervisionado" constante do Anexo 2-F, anexando ao atestado um relatório do estagiário com todas as tarefas executadas, contendo a avaliação do Comandante da embarcação e sua rubrica para cada tarefa realizada pelo oficial estagiário. Esse Atestado e seu anexo será endossado pelo Capitão dos Portos (O endosso será feito com aposição de carimbo no Atestado de Conclusão do Estágio e o registro nas folhas de "Notas" da CIR, devidamente assinados pelo Capitão dos Portos ou Oficial/Servidor Civil designado), onde o processo tramitou, e restituído ao aquaviário, que deverá, obrigatoriamente, portá-lo a bordo. Caberá à Capitania, além do registro efetuado na CIR, registrar todo o processo no campo de observações do aquaviário no SISAQUA.

Observações:

1. O anexo 2-F trata do modelo do "ATESTADO DE CONCLUSÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO" e, no seu verso, apresenta as "ORIENTAÇÕES PARA O ESTÁGIO DE CAPACITAÇÃO FLUVIAL PARA COMANDANTE". Nestas orientações, estão inseridas as atividades, em caráter geral, a serem desenvolvidas pelo oficial estagiário.

2. Ao término do estágio, o Oficial deverá estar apto a exercer funções a bordo de embarcações fluviais, na capacidade de Comandante.

III -No Capítulo 7:

a) Foi incluído, a alínea e referente a assinatura digital -"e) Os documentos exigidos ao longo desta norma, que contenham assinatura, seja do aquaviário ou das empresas, poderão ser entregues junto à Autoridade Marítima Brasileira, contendo assinatura eletrônica (na modalidade certificação digital) utilizando a infraestrutura de

Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). Os arquivos que contém tais documentos deverão ser entregues em mídias de CD ou DVD".

IV - Nos Anexos:

a) no Anexo 1-S, foi alterado o texto, de forma a manter coerência com a alteração proposta para o item 0126, para preenchimento do aludido Anexo.

b) no Quadro Geral de Inscrição, Ascensão de Categoria e Certificação -1º Grupo Marítimos -Seção de Convés (Anexo 2-A), foi substituído o texto anterior da coluna Limitações em Embarcações Nacionais, referente à categoria de MCB, na capacidade de CMT/IMT ou SupQN, pelo

seguinte texto: "Comandante/Imediato de embarcações até 3.000AB (Regra II/5), desde de que: a) no interior da área classificadas como de navegação interior (conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos -NPCP/NPCF); e b) exceto na navegação fluvial".

c) no Quadro Geral de Inscrição, Ascensão de Categoria e Certificação -1º Grupo Marítimos -Seção de Convés e Seção de Máquinas (Anexo 2-A), foi inserido na coluna requisitos para ascensão referente à categoria de CTR ou CDM, respectivamente, os seguintes textos: "nos níveis 3 ou 4", após "MNC com mais de 2 (dois) anos de embarque"; e após "MNM com mais de 2 (dois) anos de embarque".

d) no Quadro Geral de Inscrição, Ascensão de Categoria e Certificação -1º Grupo Marítimos -Seção de Convés (Anexo 2-A), foi substituído o texto anterior da coluna Limitações em Embarcações Nacionais, referente à categoria de MNC, na capacidade de CMT/IMT, pelo seguinte texto: "Comandante ou Imediato de embarcações até 300 AB, na Navegação Interior, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), bem como nos limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF). Comandante/Imediato de embarcações até 100 AB, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), inclusive as que transportam passageiros, somente após 1 (um) ano de embarque no nível 4, desde que no interior das áreas classificadas como de Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF) e na navegação costeira e de Apoio Marítimo, dentro dos limites de 20 milhas náuticas da costa";

e) no Quadro Geral de Inscrição, Ascensão de Categoria e Certificação - 1º Grupo Marítimos - Seção de Convés (Anexo 2-A), foi substituído o texto anterior da coluna Limitações em Embarcações Nacionais, referente à categoria de MOC, na capacidade de CMT/IMT, pelo seguinte texto: "Comandante ou Imediato de embarcações até 50 AB, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), desde que:

- no interior das áreas classificadas como de Navegação Interior (conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF) e na navegação costeira e de Apoio Marítimo, dentro dos limites de 20 milhas náuticas da costa; e
- não transportem passageiros".

Comandante/Imediato de embarcações até 50 AB, inclusive as que transportam passageiros, somente após seis (6) meses de embarque no nível 3, desde que no interior das áreas classificadas como de Navegação Interior (conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos -NPCP/NPCF) e Apoio Marítimo, dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas).

f) no Quadro Geral de Inscrição, Ascensão de Categoria e Certificação - 1º Grupo Marítimos - Seção de Convés (Anexo 2-A), foi substituído o texto anterior da coluna Observações (Observação nº 2), referente à categoria de MAC - Nível 2, pelo seguinte texto: "2 - Os MAC Nível 2, que não possuem o curso ESEP, que foram inscritos anteriormente a 15 de abril de 2018 poderão continuar a comandar embarcações de até 10 AB que transportam passageiros, na navegação interior, até 31 de dezembro de 2026. (Portaria nº 220/DPC, de 18 de junho de 2021)";

g) nas Observações Gerais (p. 2-A-10 e 2-A-22), foi inserido na alínea a do item 2, após "respeitadas as condições elencadas na Regra", o seguinte texto: "Regras I/10 e I/11";

h) no Quadro Geral de Inscrição, Ascensão de Categoria e Certificação -1º Grupo Marítimos -Seção de Convés (Anexo 2-A), foi alterado, na coluna Observações, referente às categorias do 1ON/2ON, o prazo para o Oficial de Náutica realizar o Estágio de Capacitação Fluvial para Comandante, passou de JUL/2022 para JUL/2023.

i) inserido novo anexo 2-F, que trata do modelo do "ATESTADO DE CONCLUSÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO" e, no seu verso, apresenta as "ORIENTAÇÕES PARA O ESTÁGIO DE CAPACITAÇÃO FLUVIAL PARA COMANDANTE". Nestas orientações , estão inseridas as atividades, em caráter geral, a serem desenvolvidas para capacitar o Oficial de Náutica no ambiente fluvial, a fim de exercer a capacidade de Comandante na navegação interior, de acordo com o contido no Anexo 2-A.

4. CLASSIFICAÇÃO

Esta publicação é classificada como: Publicações da Marinha do Brasil (PMB) não controlada, ostensiva, normativa e norma.

5. SUBSTITUIÇÃO

Esta publicação substitui a 1ª Modificação da NORMAM-13/DPC -Normas da Autoridade Marítima para a Carreira de Aquaviários.

CAPÍTULO 1

INGRESSO, INSCRIÇÃO E CÔMPUTO DE TEMPO DE EMBARQUE DE AQUAVIÁRIOS

SEÇÃO I

INGRESSO

0101 - DE AQUAVIÁRIOS NAS CATEGORIA DE OFICIAIS DO 1º GRUPO - MARÍTIMOS

a) As categorias de Oficiais existentes no 1º Grupo - Marítimos são:

1. Seção de Convés:

I. Capitão de Longo Curso - CLC;

II. Capitão de Cabotagem - CCB;

III. Primeiro Oficial de Náutica - 1ON; e

IV. Segundo Oficial de Náutica - 2ON.

2. Seção de Máquinas:

I. Oficial Superior de Máquinas - OSM;

II. Primeiro Oficial de Máquinas - 1OM; e

III. Segundo Oficial de Máquinas - 2OM.

b) Ingresso pelas Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante

Anualmente, a Diretoria de Portos e Costas (DPC) aprova as instruções para o concurso de admissão às Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM) situadas no Rio de Janeiro-RJ (Centro de Instrução Almirante Graça Aranha - CIAGA) e em Belém-PA (Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar - CIABA).

O ingresso do candidato como Oficial de Náutica ou de Máquinas no 1º Grupo - Marítimos se dará após a conclusão, com aproveitamento, do Curso de Formação de Oficiais da Marinha Mercante e do Programa de Estágio (PREST), com aproveitamento.

c) Ingresso pelos Cursos de Adaptação para 2º Oficial de Náutica (ASON) e de Máquinas ASOM)

Os candidatos com nível superior, que possuírem graduação plena em áreas de interesse para o desempenho da atividade de Marinha Mercante, as quais serão fixadas anualmente em Edital específico, poderão ingressar na Marinha Mercante como 2º Oficial de Náutica ou 2º Oficial de Máquinas, após aprovação, respectivamente, nos Cursos de Adaptação para 2º Oficial de Náutica (ASON) e de Adaptação para 2º Oficial de Máquinas (ASOM), realizados nos Centros de Instrução (CIAGA e CIABA).

d) Ingresso pelos Cursos de Acesso a 2º Oficial de Náutica (ACON) e de Máquinas (ACOM)

O ingresso pelo Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Náutica Básico (ACON-B) ou pelo Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas Básico (ACOM-B) poderá ser feito pelos Mestres de Cabotagem (MCB), Contramestres (CTR), Condutores de Máquinas (CDM) e Eletricistas (ELT) de acordo com as condições de inscrição contidas nas Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários - NORMAM-30/DPC, além do previsto no Anexo 2-A desta NORMAM.

e) Ingresso, nas diversas categorias, de militares veteranos da Marinha do Brasil

A forma de ingresso na Marinha Mercante de militares veteranos procedentes da Marinha do Brasil consta do Capítulo 3 desta NORMAM.

0102 - DE AQUAVIÁRIOS NAS CATEGORIAS DE OFICIAIS DO 2º GRUPO - FLUVIÁRIOS

a) As categorias de Oficiais existentes no 2º Grupo - Fluviários são:

1) Seção de Convés:

- Capitão Fluvial (CFL).

2) Seção de Máquinas:

- Supervisor Maquinista Motorista Fluvial (SUF).

b) Ingresso pelos Cursos Especial de Acesso à Capitão Fluvial (EACF) e de Acesso à Supervisor Maquinista Motorista Fluvial (ASMF).

O Piloto Fluvial (PLF) e o Condutor Maquinista Motorista Fluvial (CTF), após cumprir o requisito do tempo de embarque exigido, de acordo com o contido no Anexo 2-A, poderão ingressar nas categorias de CFL e de SUF, por aprovação nos Cursos Especial de Acesso à Capitão Fluvial (EACF) e de Acesso à Supervisor Maquinista Motorista Fluvial (ASMF), respectivamente.

0103 - DE AQUAVIÁRIOS NAS CATEGORIAS DE PRÁTICOS DO 5º GRUPO E AGENTES DE MANOBRA E DOCAGEM DO 6º GRUPO

a) Práticos

O ingresso como Aquaviário no Grupo de Práticos será como Praticante de Prático (PRP). Após o cumprimento de Estágio de Qualificação, e aprovado por uma Banca Examinadora, ascende à categoria de Prático (PRT), ocasião em que passa a obedecer aos requisitos estabelecidos pela Autoridade Marítima.

A inscrição como Prático será concedida, especificamente, para uma zona de praticagem. As instruções detalhadas para o exame de habilitação e para o serviço de praticagem encontram-se na NORMAM-12/DPC.

b) Agentes de Manobra e Docagem (AMD)

Os Agentes de Manobra e Docagem constituem um grupo de Aquaviários não tripulantes, que executam manobras de navios nas fainas em dique, estaleiros e carreiras. Para o desempenho desta atividade, receberão Certificado de Habilitação modelo DPC-2310, restrito e específico para o local e tipo de embarcação (comprimento e calado) que estiverem qualificados, delimitado no verso do certificado. A bordo, no exercício de suas atividades, terão as prerrogativas inerentes a categoria de 2º Oficial de Náutica (2ON) ou Capitão Fluvial (CFL), conforme for a situação.

O ingresso nesse grupo será facultado aos Oficiais de Náutica da Marinha Mercante, Bacharéis em Ciências Náuticas ou Ciências Navais (aprovados no ATNO), com seus Certificados de Competência modelo DPC-1031 e CIR válidos, no momento da solicitação, ou ainda, aos fluviários com nível de categoria 7 (CFL), com seus Certificados de Proficiência modelo DPC-1034 e CIR válidos, quando o estaleiro encontrar-se adjacente a rios, lagos e lagoas.

O Oficial de Náutica ou o CFL que desejar ingressar no 6º Grupo deverá elaborar um requerimento à DPC, via CP/DL/AG da jurisdição onde pretende exercer esta atividade, uma declaração do estabelecimento empregador/contratante que comprove a qualificação do Aquaviário para exercer a função pretendida, acordo modelo disponível no Anexo 1-M, desta Norma.

A comprovação deverá ser realizada por meio de apresentação dos seguintes documentos:

- Certificado de Competência válido, folha de rosto e de registro de embarques da CIR;
- Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil; e
- Histórico de Manobras, de acordo com o Programa de Qualificação para Agente de Manobra e as correspondentes papeletas de avaliação do Agente de Manobras e Docagem, conforme o modelo contido no Anexo 1-N, desta Norma.

O Programa de Qualificação para Agente de Manobra deverá ser elaborado pelo estaleiro, com prévia anuência da CP/DL/AG da sua jurisdição, a fim de permitir o acompanhamento das manobras pelo representante da Autoridade Marítima. Nesse programa de qualificação deverão constar ainda, os seguintes documentos a serem apresentados pelo estabelecimento empregador:

- tipos de embarcações a serem manobradas, com as suas respectivas características, as quais devem ser compatíveis com a capacidade contida no Certificado de Competência do requerente;
- declaração de responsabilidade do empregador, onde esteja registrado que o mesmo assume a responsabilidade por todas as manobras a serem realizadas pelo requerente;
- carta náutica com as coordenadas geográficas da área de manobra do estaleiro; e
- Planta de Situação onde conste a(s) bacia(s) de evolução do estaleiro.

O Certificado de Habilitação do Agente de Manobra e Docagem terá sua validade estipulada em 5 anos, conforme modelo constante do Anexo 1-O.

As condições para revalidação do Certificado de Habilitação do Agente de Manobra e Docagem são a seguintes:

- fazer um requerimento à DPC, via CP/DL/AG da jurisdição onde exerce esta atividade, contendo, em anexo, uma declaração do estabelecimento empregador/contratante que comprove a manutenção do Aquaviário para exercer a função pretendida, discriminando as manobras realizadas, os tipos de embarcações e suas características;
- apresentar o Certificado de Habilitação, modelo DPC-2310 válido;
- apresentar uma declaração de responsabilidade do empregador onde esteja registrado que o mesmo assume a responsabilidade por todas as manobras a serem realizadas pelo requerente; e
- Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil.

Observação: Para a manutenção da qualificação profissional do AMD será exigida a comprovação da realização de todas as manobras especificadas na "Tabela de Manobras" do Anexo 1-N, sem a necessidade de acompanhamento.

Poderão ainda ter acesso a este Grupo, especificamente para Instalações da Marinha do Brasil, como as Bases e Estações Navais, Arsenal da Marinha, e outras instalações militares, os Oficiais da MB do Quadro de Oficiais da Armada, oriundos da Escola Naval, da Reserva de 1ª Classe, que realizaram o curso da Escola Naval e comprovem experiência em manobras naquela Instalação, cumprindo o programa de qualificação contido no Anexo 1-N. Nestes casos, a Organização Militar deverá cumprir as mesmas especificações atribuídas ao "estaleiro", conforme descrito anteriormente.

0104 - DE AQUAVIÁRIOS, COMO SUBALTERNOS, NOS 1º GRUPO - MARÍTIMOS, 2º GRUPO - FLUVIÁRIOS, 3º GRUPO - PESCADORES E SEÇÕES DE SAÚDE E CÂMARA

O ingresso de Aquaviários subalternos nos Grupos de Marítimos, Fluviários ou Pescadores, na Seção de Convés e/ou na de Máquinas, ou ainda nas Seções de Saúde e Câmara, ocorre mediante aprovação no Curso de Formação de Aquaviários, ou nos Cursos de Adaptação de Aquaviários exclusivos para cada Grupo/Seção.

As informações para a condução e execução de cada curso de formação/adaptação/ atualização/aperfeiçoamento de aquaviários, assim como seus propósitos, locais de realização, condições para inscrição, exames de seleção, matrículas, disciplinas, cargas horárias e tipos de certificação, estão especificadas nas Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários (NORMAM-30/DPC), informadas anualmente no Programa de Ensino Profissional para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários) e disponibilizadas no sítio da DPC.

As atividades técnicas relativas à pesca são de competência do Órgão Federal controlador da atividade, cabendo à Marinha do Brasil, tão somente, a formação dos tripulantes de barcos de pesca, nas diversas categorias.

A forma de ingresso na Marinha Mercante de militares veteranos procedentes da Marinha do Brasil (MB) como subalterno dos 1º, 2º e 3º Grupos está descrita no Capítulo 3 desta NORMAM.

0105 - DE AQUAVIÁRIOS, COMO SUBALTERNOS, NO 4º GRUPO - MERGULHADORES

O ingresso como aquaviário subalterno no Grupo Mergulhadores será facultado a maiores de 18 (dezoito) anos, nos seguintes casos:

1) na categoria de "Mergulhador que opera com Ar Comprimido" (MGE), após aprovação no:

- Curso Básico de Mergulho Raso Profissional, realizado em escola de mergulho profissional credenciada pela DPC; ou

- Curso Expedito de Mergulho a Ar com Equipamento Dependente (C-Exp-MarDep), ministrado pelo Centro de Instrução e Adestramento Almirante Áttila Monteiro Aché (CIAMA), da Marinha do Brasil (MB); ou

- Curso Especial de Escafandria para Oficiais (C-ESP-EK-OF), ministrado pelo CIAMA-MB;

ou

- Curso de Especialização de Mergulho para Praças (C-ESPC-MG-PR), ministrado pelo CIAMA-MB.

2) na categoria de "Mergulhador que opera com Mistura Respiratória Artificial" (MGP):

- possuir experiência mínima de dois anos, com pelo menos 150 horas de mergulho, na categoria MGE; e

- possuir o certificado de conclusão do:

- Curso Básico de Mergulho Profundo Profissional, realizado em escola de mergulho profissional credenciada pela DPC; ou

- Curso Especial de Mergulho Saturado (C-ESP-MGSAT).

3) nas categorias MGE ou MGP, para os profissionais que não possuem certificado de conclusão de Curso de Mergulho Profissional realizado na Marinha do Brasil ou em Escolas Credenciadas pela DPC: Nesse caso, deverão comprovar que exerceram atividades de mergulho profissional, em data anterior a 11 de fevereiro de 2000, no mínimo 150 horas de mergulho saturado/profundo profissional para inscrição como Mergulhador que opera com mistura respiratória artificial (MGP), e 20 horas de mergulho raso profissional para inscrição como Mergulhador que opera com Ar Comprimido (MGE), mediante requerimento encaminhado à DPC, via CP/DL/AG, anexando cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), cópia do Livro de Registro do Mergulhador (LRM) e cópia do Atestado de Avaliação Técnico-Profissional (AATP). Outros documentos poderão ser solicitados pela DPC para fins de comprovação dos dados lançados na CTPS apresentada, como também para atestar a habilitação técnico-profissional do requerente.

O Atestado de Avaliação Técnico-Profissional (AATP) será emitido por Escola de Mergulho Profissional credenciada pela DPC, comprovando que o seu portador possui qualificação técnico-profissional para o exercício da profissão de mergulhador. Terá validade máxima de 1 (um) ano, deverá conter a identificação do requerente (fotografia no tamanho 3x4), nome completo, identidade, CPF, endereço, filiação, etc, os testes a que foi submetido, a categoria na qual se enquadra (MGE ou MGP) e possíveis restrições verificadas por ocasião da avaliação.

A Escola responsável pela emissão do AATP deverá ser credenciada pela DPC para ministrar o curso de formação para a categoria pretendida pelo requerente.

Caso a Escola constate que o requerente não possui as condições mínimas exigidas para executar trabalhos subaquáticos como mergulhador, deverá lançar essa restrição no AATP. Nesse caso, o requerente também poderá ingressar no 4º Grupo, porém estará restrito a exercer as funções de instrutoria em escolas credenciadas ou de responsável técnico em empresas cadastradas, sendo obrigatório o lançamento dessa restrição na CIR a ser emitida.

Observações:

1) A relação das escolas de mergulho credenciadas pela DPC está divulgada no sítio desta Diretoria (www.dpc.mar.mil.br).

2) Instruções detalhadas a respeito das atividades subaquáticas encontram-se descritas na NORMAM-15/DPC.

3) A validade do Atestado de Saúde para mergulhadores é de 6 meses.

II

INSCRIÇÃO

0106 - PROCEDIMENTOS

A inscrição de aquaviário será, sempre, respaldada por Ordem de Serviço e deverá ser feita em uma CP/DL/AG ou Centro de Instrução (CIAGA ou CIABA), responsável por ministrar o curso de formação/adaptação que possibilite o ingresso do aquaviário na Marinha Mercante.

A inscrição é obrigatória para o exercício de atividade em embarcação nacional e será comprovada pela apresentação da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR). A CP/DL/AG onde for efetuada a inscrição será denominada OM de Jurisdição do aquaviário.

O aquaviário que passar a residir e/ou exercer sua atividade em localidade que não esteja sob a responsabilidade da sua OM de jurisdição inicial, poderá solicitar a "Transferência de Jurisdição" para a OM com responsabilidade sobre a área em que estiver atuando. A OM de Jurisdição é responsável pelos principais lançamentos dos registros de carreira na CIR e no Sistema Informatizado de Cadastramento de Aquaviários, conforme estabelecido nesta Norma.

a) A inscrição inicial como aquaviário ocorrerá após aprovação em curso do Ensino Profissional Marítimo (EPM) ou com a apresentação de título ou certificado de habilitação conferido por entidade ou governo, endossado ou reconhecido pela Autoridade Marítima. Essa inscrição implicará na expedição, pela CP/DL/AG, da Caderneta de Inscrição e Registro (CIR), modelo DPC-2301, com validade de 5 (cinco) anos.

b) A inscrição só ocorrerá após cumpridas as seguintes exigências pelo candidato:

1) apresentar certificado de habilitação profissional ou certificado de conclusão de curso, reconhecido pela DPC;

2) ter mais de 18 anos (exceto Aprendiz de Pesca e Aprendiz de Motorista);

3) apresentar carteira de identidade;

4) apresentar Atestado de Saúde e Certificado Médico em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM) com validade de até 1 (um) ano, a contar da data de sua emissão que comprove o bom estado de saúde física e mental, inclusive as boas condições auditivas e visuais; nesse atestado deverão constar a altura e a cor dos olhos do interessado;

5) ter mais de 16 (dezesseis) anos de idade e apresentar autorização do pai, tutor ou juiz competente, em se tratando de Aprendiz de Pesca ou Aprendiz de Motorista;

6) apresentar Cadastro de Pessoa Física (CPF), para os maiores de 16 (dezesseis) anos de idade; e

7) apresentar um comprovante de residência atualizado ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente).

0107 - INSCRIÇÃO DE ESTRANGEIROS

Por ocasião da inscrição de aquaviários estrangeiros, caberá à DPC estabelecer, à vista da certificação apresentada pelo candidato, a categoria em que o mesmo poderá ser inscrito, desde que comprovada sua qualificação profissional e cumpridas as exigências da legislação pertinente, conforme o item 0117.

0108 - EMISSÃO DA CADERNETA DE INSCRIÇÃO E REGISTRO (CIR)

Para o exercício da atividade profissional em embarcações nacionais o aquaviário deverá estar portando a Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) com a etiqueta de Dados Pessoais atualizada.

a) A emissão da 1ª via da CIR será gratuita;

b) com exceção do caso acima, a emissão de outras vias da CIR estará sujeita ao pagamento de emolumento estabelecido pela DPC;

c) após aceita a documentação, enquanto estiver em andamento o processo de emissão da CIR ou de atualização de habilitação, a CP/DL/AG poderá conceder ao aquaviário uma licença provisória para o exercício da profissão;

d) na CIR serão feitos, obrigatoriamente, os seguintes registros:

1) dados de identificação do aquaviário;

2) averbação de cursos, títulos e outras certificações;

3) categoria profissional;

4) registro de certificados e averbação de títulos de habilitação;

5) datas e locais de embarques e desembarques e função a bordo;

6) dados da embarcação; e

7) histórico (anotações de carreira, elogios e ato de bravura, informações de saúde e outros dados julgados necessários);

e) as anotações correspondentes aos itens 1, 2, 3 e 4 serão lançadas pela CP/DL/AG ou pelos Centros de Instrução (CIAGA e CIABA);

f) as anotações correspondentes aos itens 5, 6 e 7 serão lançadas pela Empresa, proprietário, armador ou seu preposto (representante legal), ou ainda, pelo Comandante da embarcação;

g) as anotações na caderneta do Comandante, referidas nos itens 5, 6 e 7, serão lançadas pelo proprietário, armador ou seu preposto (representante legal);

h) a identificação do aquaviário na CIR será conforme estabelece a Convenção 108, da Organização Internacional de Trabalho (OIT);

i) a concessão de CIR não substitui a identificação pessoal do aquaviário, prevista na legislação em vigor;

j) a CIR (Modelo DPC-2301) na cor azul é destinada ao aquaviário de nível 7 ou superior e a de cor verde é destinada ao aquaviário de nível 6 ou inferior; e

k) no caso de integrante do 4º Grupo - Mergulhadores, após a emissão da CIR, o aquaviário deverá requerer o Livro de Registro do Mergulhador (LRM), modelo DPC- 2212, assunto esse detalhado no item 0112.

Documentação e pré-requisitos necessários para emissão de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) para brasileiros, no caso de Inscrição Inicial:

a) Requerimento do interessado - somente para o 4º grupo (mergulhadores) e o 5º grupo (práticos);

b) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

c) Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de 01 ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico, explicitamente as condições visuais e auditivas. Nesse atestado deverão constar a altura e a cor dos olhos;

d) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

e) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente);

f) Uma foto de frente com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada nos locais de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências); e

g) Certificado de habilitação no curso de mergulho profissional raso, emitido por escola de mergulho profissional credenciada pela DPC (somente para 4º grupo - mergulhadores) (original e cópia simples).

Documentação e pré-requisitos necessários para emissão de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) para brasileiros, no caso de 2ª Via - Extravio, Dano, Roubo ou Furto:

a) Requerimento do interessado;

b) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais, no caso de dano). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

c) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

d) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

e) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente);

f) Registro de Ocorrência (RO) ou declaração firmada pelo requerente, conforme Anexo 1-K da NORMAM-13/DPC, onde conste o fato gerador do pedido, no caso de extravio, roubo ou furto;

g) Uma (1) foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada nos locais de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências); e

h) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

No caso de a CIR ter sido emitida há mais de 2 anos, deverá ser apresentado o Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de 1 ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas.

Documentação e pré-requisitos necessários para emissão de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) para brasileiros, no caso de revalidação:

a) Requerimento do interessado;

b) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

c) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

d) Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de 1 ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

e) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

f) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente).

g) GRU com devido comprovante de pagamento (original e cópia).

OBSERVAÇÃO:

1 - As CP/DL/AG poderão exigir, ainda, documentos que comprovem a habilitação do aquaviário, sempre que houver divergências entre os dados constantes da CIR e os registros existentes no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviários (SISAQUA). As cópias dos documentos apresentados serão devolvidas ao interessado após a conclusão do processo de revalidação; e

2 - No caso de revalidação por término de espaço para anotações tirar uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada no local de atendimentos nas Capitanias, Delegacias ou Agências).

Documentação e pré-requisitos necessários para emissão de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) para estrangeiros, no caso de Inscrição Inicial:

A CIR será emitida automaticamente pela CP/DL/AG após o reconhecimento (pela DPC) da certificação apresentada pelo aquaviário, observando-se a apresentação da documentação exigida, conforme o contido no item 0117, alíneas c e/ou e (II).

Documentação e pré-requisitos necessários para emissão de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) para estrangeiros, no caso de 2ª Via - Extravio, Dano, Roubo ou Furto:

a) Requerimento do interessado;

b) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais no caso de dano). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

c) Carteira de Registro Nacional Migratório -CRNM e Documento Provisório de Registro Nacional Migratório -DPRNM dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

d) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

e) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário,

conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente);

f) Registro de Ocorrência (RO) ou declaração firmada pelo requerente, onde conste o fato gerador do pedido, no caso de extravio, roubo ou furto;

g) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada nos locais de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências); e

h) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

OBSERVAÇÃO:

No caso de a CIR ter sido emitida há mais de 2 anos, deverá ser apresentado o Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano, que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas.

Documentação e pré-requisitos necessários para emissão de Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) para estrangeiros, no caso de revalidação:

a) Requerimento do interessado;

b) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

c) Carteira de Registro Nacional Migratório -CRNM e Documento Provisório de Registro Nacional Migratório -DPRNM dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

d) "Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil", emitido há menos de um (1) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

e) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

f) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente); e

g) GRU com devido comprovante de pagamento (original e cópia).

OBSERVAÇÃO:

1 - As CP/DL/AG poderão exigir, ainda, documentos que comprovem a habilitação do aquaviário, sempre que houver divergências entre os dados constantes da CIR e os registros existentes no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviários (SISAQUA). As cópias dos documentos apresentados serão devolvidas ao interessado após a conclusão do processo de revalidação; e

2 - No caso de revalidação por término de espaço para anotações tirar uma (1) foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada nos locais de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências).

0109 - SUSPENSÃO E CANCELAMENTO DA INSCRIÇÃO

Constitui infração às regras do tráfego aquaviário a inobservância de qualquer preceito das normas emitidas pela Autoridade Marítima (NORMAM) ou de resolução internacional ratificada pelo Brasil, ficando o infrator sujeito a aplicação de penalidade.

As Infrações serão passíveis das seguintes penalidades:

I - multa;

II - suspensão da Inscrição (CIR); e

III - cancelamento da Inscrição (CIR).

As penalidades serão aplicadas mediante Procedimento Administrativo, que se inicia com o auto de infração, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos moldes do disposto no item 0306, da Seção 1, do Capitulo 3, da NORMAM-07.

a) A inscrição será suspensa nos seguintes casos:

1. determinação de lei vigente, decisão do Tribunal Marítimo ou em cumprimento à decisão judicial;

2. como penalidade imposta pela Autoridade Marítima ou seu representante;

3. quando o inscrito deixar de exercer sua profissão de aquaviário por mais de dez (10) anos consecutivos[1];

4. quando o aquaviário estiver inscrito em mais de uma CP/DL/AG;

5. quando o aquaviário fizer uso de documento adulterado ou falsificado, ou prestar informação não verdadeira para fim de anotações na CIR, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na legislação vigente; e

6. por solicitação do interessado.

b) A inscrição será cancelada nos seguintes casos:

1. falecimento do aquaviário;

2. quando for verificado, em Procedimento Administrativo, que inscrição foi fundamentada na apresentação de qualquer documento falso ou inverídico, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na legislação vigente;

3. quando o tripulante for responsabilizado, em sentença passada em julgado, por praticar roubo ou furto de qualquer coisa pertencente à embarcação, à carga, ao Comandante, aos passageiros e aos tripulantes, sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na legislação vigente;

4. quando for verificada a existência de inscrição anterior para o mesmo aquaviário (duplicidade de inscrição); e

5. quando o aquaviário for aposentado por invalidez impeditiva de exercer a profissão.

1 Caso o inscrito desejar retornar às atividades profissionais como Aquaviário deverá requerer o cancelamento da situação de "suspensão" e a emissão da nova CIR à CP/DL/AG onde foi inscrito, anexando a sua CIR anterior.

A suspensão e o cancelamento da inscrição do aquaviário nos casos previstos na alínea a, subalínea 5 e na alínea b da subalínea 2, serão precedidos de Sindicância e assegurados o direito ao contraditório e à ampla defesa, por meio do competente Procedimento Administrativo previsto no item 0306 da NORMAM-07/DPC.

A CP/DL/AG que efetuar cancelamento ou suspensão de inscrição previstos neste item deverá comunicar tal fato à OM de inscrição do Aquaviário, para lançamento no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviário (SISAQUA).

0110 - PROCEDIMENTOS EM CASO DE SUSPEITA DE FALSIDADE DOCUMENTAL

a) Falsificação de CIR

A atuação da MB diante da falsificação da CIR se desdobra em duas linhas de ação, as quais são:

Regra: Quando a falsificação ou uso de CIR falsa chegar ao conhecimento formal da MB, deverá ser instaurado competente IPM para averiguação quanto à participação ou não do militar no caso em tela, nos termos do artigo 9°, inciso II do Código Penal Militar (CPM).

Exceção: Quando a CIR, supostamente falsa, for apresentada por um civil, mesmo que se tratando de marítimo ou servidor civil, à guarnição da MB que esteja realizando atividade de patrulha ou inspeção naval, ou ainda for usada em qualquer OM da MB. Nestes casos, o civil deverá receber voz de prisão e ser conduzido por militares da MB à Polícia Federal, para a lavratura do competente Auto de Prisão em Flagrante (APF), que servirá de base para a instauração de IPM, no objetivo de investigar a participação ou não de militar da MB na falsificação. É recomendável, portanto, que os militares da MB obtenham cópias do APF e/ou de outros documentos pertinentes, produzidos pela Polícia Federal, a fim de subsidiar o IPM.

É importante destacar que a decisão quanto à competência jurisdicional para apuração desses ilícitos é atribuição exclusiva do Poder Judiciário e não da Administração Naval, integrante do Poder Executivo Federal.

b) Falsificação de outros documentos

A utilização de quaisquer outros documentos, público ou particular, falsificados ou com indícios de falsificação, que sejam utilizados para obter alguma vantagem em uma CP/DL/AG ou outro órgão da MB configurará indícios de crime militar. Neste caso, deverá ser instaurado IPM, para instruir futura Ação Penal.

Caso surjam dúvidas sobre o tema, quando da ocorrência de casos concretos envolvendo matéria criminal, as OM deverão providenciar consulta técnica à DPMM, Diretoria Especializada em Justiça e Disciplina na MB.

Observações:

a) No caso em que o IPM confirme a adulteração ou falsidade de documento, a sua solução deverá consignar expressamente que será instaurado o Procedimento Administrativo para aplicação das penalidades e/ou medidas administrativas previstas;

b) Encerrado o IPM e o competente Procedimento Administrativo e cumprida a sanção de suspensão da inscrição na Marinha Mercante, se for o caso, o aquaviário poderá requerer sua regularização para o exercício profissional das atividades para as quais esteja comprovadamente habilitado/qualificado; e

c) Os eventuais questionamentos sobre os motivos de apreensão de documentos deverão ser realizados por meio de requerimento do interessado e serão respondidos justificadamente pelo Agente da Autoridade Marítima que realizar a apreensão, mencionando que o documento está sendo objeto de investigação, por haver suspeita de falsidade, nos termos do art. 12, alínea b, do Código de Processo Penal Militar.

0111 - REVALIDAÇÃO DA CIR

Para revalidação da CIR será necessário o comparecimento do aquaviário à Organização Militar (OM) de sua jurisdição, para emissão de "Etiqueta de Dados Pessoais", devendo ser apresentados os seguintes documentos:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

3) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original para brasileiros). Para estrangeiros, Carteira de Registro Nacional Migratório -CRNM e Documento Provisório de Registro Nacional Migratório -DPRNM (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

4) Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

5) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

6) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente); e

7) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

As CP/DL/AG poderão exigir, ainda, documentos que comprovem a habilitação do aquaviário, sempre que houver divergências entre os dados constantes da CIR e os registros existentes no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviários. As cópias dos documentos apresentados serão devolvidas ao interessado após a conclusão do processo de revalidação.

No caso de revalidação por término de espaço para anotações, tirar uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada nos locais de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências).

Se a inscrição tiver sido suspensa pelo motivo descrito na alínea 3. subitem a) do item 0109, e o interessado pretender retornar à atividade de aquaviário, deverá requerer à CP/DL/AG onde foi inscrito, anexando a sua CIR.

Decorridos 2 (dois) anos da imposição da pena de cancelamento ou de suspensão de inscrição do aquaviário, o infrator poderá requerer a sua reabilitação à DPC, via CP/DL/AG na qual a pena foi imposta, submetendo-se a todos os requisitos que forem estabelecidos para a certificação de sua habilitação.

0112 - LIVRO DE REGISTRO DO MERGULHADOR (LRM)

O LRM deverá ser adquirido na Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) após a inscrição do mergulhador no SISAQUA, como aquaviário integrante do 4º Grupo - Mergulhadores.

De posse da CIR, o mergulhador solicitará a homologação do LRM (modelo DPC-2212) à CP/DL/AG da sua jurisdição. A escrituração do LRM deverá ser feita pelo próprio aquaviário ou pelo seu empregador, com exceção do registro da sua habilitação como mergulhador e a aposição do número da CIR, que deverão ser efetuados pela CP/DL/AG.

As CP/DL/AG ao homologarem o LRM para registro de habilitação deverão apor, além do número da CIR do mergulhador no local destinado, o respectivo sinete na folha de "Registro de Habilitação", a qual será assinada por Oficial responsável ou funcionário civil credenciado. A numeração desses LRM obedecerá o modelo de formação "xxx LRM yyy", onde xxx será o código da OM da Segurança do Tráfego Aquaviário (STA) e yyy será o número sequencial do livro, naquela Organização Militar. A responsabilidade das CP/DL/AG, no que se refere aos registros constantes do LRM, será restrita aos dados constantes da folha "Registro de Habilitação" e à "Numeração da CIR".

É obrigatória a realização dos exames médicos periódicos, previstos em Norma específica do órgão federal controlador da atividade, sendo responsabilidade do mergulhador a verificação do correto registro desses exames médicos em seu LRM.

Caso o mergulhador tenha sido cadastrado como "Mergulhador que Opera com Ar Comprimido" (MGE) e, posteriormente, se habilite para operar com "Mistura Gasosa Artificial" (MGP), deverá comparecer à CP/DL/AG e requerer a alteração do cadastro e inclusão da qualificação "MGP" no LRM".

Documentação e pré-requisitos necessários para a homologação do LRM:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

3) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

4) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

5) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente); e

6) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada nos locais de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências).

0113 - ASCENSÃO DE CATEGORIA

A ascensão de categoria dar-se-á por conclusão de estágio, curso e/ou tempo de embarque. Exigirá registro na CIR e emissão de outra certificação, se for o caso, além de atualização no Sistema de Controle de Aquaviário (SISAQUA).

A ascensão de categoria deverá ser respaldada por Ordem de Serviço. Os requisitos a serem cumpridos para acesso às diversas categorias do pessoal da Marinha Mercante, limitações e observações pertinentes encontram-se no QUADRO GERAL DE CERTIFICAÇÕES (Anexo 2-A) destas Normas. Cabe ao aquaviário a iniciativa de requerer, à sua OM de jurisdição, a ascensão de categoria para a qual possua os requisitos.

Os registros da CIR, para o cômputo do tempo de embarque exigido para ascensão às diversas categorias, serão analisados qualitativamente, observando-se a compatibilidade dos registros de embarques lançados na CIR com o CTS das embarcações, visando comprovar se o embarque ocorreu na categoria e função necessária para a ascensão pretendida, a fim de evitar que seja computado o tempo de embarque do aquaviário exercendo cargo ou função inferior à sua categoria ou qualificação.

Para aquaviários do 4º Grupo - Mergulhadores: Comprovação do tempo de exercício na categoria de MGE por um período mínimo de 2 (dois) anos, com pelo menos 150 horas de mergulho na categoria mediante análise do LRM (Livro de Registro de Mergulho), complementada pelos lançamentos efetuados na Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) do profissional e ter sido aprovado no Curso Expedito de Mergulho Saturado (C-Exp-MGSAT) realizado pelo CIAMA ou em Curso de Mergulho Profissional equivalente, realizado em entidade credenciada pela DPC.

Documentação e pré-requisitos necessários:

1) Requerimento do interessado;

2) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

3) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

4) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais e das folhas de registros de embarque da CIR). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

5) Documento que comprove tempo de embarque em navios de bandeira estrangeira (Anexo 1-G da NORMAM-13) (quando aplicável);

6) Documento que comprove o tempo de exercício na categoria de Mergulhador que opera com Ar Comprimido - MGE por um período mínimo de 2 (dois) anos (somente para aquaviários do 4º Grupo - Mergulhadores);

7) Certificado de conclusão do Curso Expedito de Mergulho Saturado (C-Exp-MGSAT) realizado no CIAMA ou de curso de mergulho profissional equivalente, realizado em entidade credenciada pela DPC; (somente para aquaviários do 4º grupo - Mergulhadores);

8) Documentos que comprovem o cumprimento de requisito para a ascensão (conclusão de curso e/ou cômputo do tempo de embarque, conforme previsto no item 0126 e no Quadro Geral de Certificações - Anexo 2-A da NORMAM-13/DPC);

9) Certificado de Competência, quando houver alteração de Regras ou retirada de limitações;

10) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente); e

11) Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de seis meses para Mergulhadores ou um (1) ano para os demais Aquaviários, por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico, explicitamente as condições visuais e auditivas.

12) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

SEÇÃO III

CERTIFICAÇÃO

0114 - DEFINIÇÕES

a) Certificação - é o conjunto de procedimentos regulamentados e padronizados que resultam na expedição de Certificado em conformidade com as Normas da Autoridade Marítima e as disposições (Regras) da Convenção STCW-78, emendada, que autoriza o seu portador legal a desempenhar, a bordo, as funções associadas no nível de responsabilidade nele especificado.

b) Regras da Convenção STCW - são as disposições constantes no anexo da Convenção STCW-78, emendada, e que estabelecem os requisitos mínimos obrigatórios para a emissão dos certificados. As principais Regras da Convenção STCW-78, emendada, empregadas na certificação constam no Anexo 1-J.

c) Certificado - é o documento válido, qualquer que seja o nome com que possa ser conhecido pela ou sob a autoridade da Administração, ou pela mesma reconhecido, habilitando o portador a exercer as funções indicadas no referido documento ou conforme autorizado pela legislação nacional.

São adotados os seguintes modelos de Certificados:

1) Certificado DPC-1031 (Certificado de Competência) - emitido, principalmente, para Oficiais, pela DPC e pelos Centros de Instrução, para atender à Convenção STCW-78, emendada, qualificando o aquaviário para desempenhar, a bordo, as funções especificadas dentro dos níveis de responsabilidade, constando, também, as limitações pertinentes. Poderá ser emitido para subalternos nacionais em casos excepcionais ou quando esses necessitarem comprovar suas habilitações no exterior, se exigido, formalmente, por Autoridade Marítima estrangeira. Modelo deste Certificado consta do Anexo 1-A;

2) Certificado DPC-1032 (Endosso que Atesta a Emissão de Certificado de Competência) - emitido para aquaviários, pela DPC e pelos Centros de Instrução, endossando um Certificado expedido por uma entidade nacional, extra Marinha, contendo as mesmas especificações do modelo DPC-1031. Modelo deste Certificado consta do Anexo 1-B;

3) Certificado DPC-1033 (Endosso que Atesta o Reconhecimento de Certificado de Competência) emitido pela DPC, para atestar o endosso de reconhecimento de um Certificado expedido por Autoridade Marítima estrangeira de um Governo signatário da Convenção STCW-78, emendada. Modelo deste Certificado consta do Anexo 1-C; e

4) Certificado DPC-1034 (Certificado de Proficiência) - emitido pela DPC e pelos Órgãos de Execução (OE) do Ensino Profissional Marítimo (EPM) e destinado a certificar os aquaviários que concluíram os Cursos, Exames e Estágios previstos no Sistema do EPM, inclusive aqueles em conformidade com a Convenção STCW-78, emendada, qualificando os aprovados para o desempenho de atividades profissionais. Modelo deste Certificado consta do Anexo 1-D.

0115 - ENDOSSOS

a) Os certificados para Comandantes e Oficiais emitidos conforme especificado no item anterior deverão ser endossados pela Autoridade Marítima (chancela ou assinatura) ou por quem for delegada competência para tal; e

b) O certificado DPC-1034 poderá, também, ser utilizado para endossar certificações expedidas por entidades nacionais extra Marinha.

0116 - EXPEDIÇÃO

Os certificados serão expedidos atendendo a requerimento do interessado, conforme modelo próprio, constante do Anexo 1-E, e retirados pelo requerente ou representante legal no GAP das CP/DL/AG onde foi iniciado o processo.

0117 - EMISSÃO E MANUTENÇÃO DE CERTIFICAÇÃO

Os certificados para comandantes, oficiais e pessoal subalterno serão emitidos automaticamente, mediante aprovação em curso ou exame previsto na NORMAM-30/DPC- Vol I e/ou por substituição dos modelos antigos, mediante requerimento e apresentação da documentação e pré-requisitos necessários abaixo relacionados, conforme o caso.

a) Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção do Certificado modelo DPC-1031:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

3) Atestado de Saúde e Certificado Médico em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

4) Certificados de competência que comprovem habilitações específicas a serem registradas (original e cópia simples);

5) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

6) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente); e

8) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada nos locais de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências).

Nos casos de aprovação em cursos ministrados nos Centros de Instrução, a emissão do certificado pelo respectivo Centro será automática;

b) Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção de 2ª Via do Certificado modelo DPC-1031, no Caso de Dano, Extravio, Roubo ou Furto:

1) Requerimento do interessado;

2) Certificado DPC-1031 (original), no caso de dano;

3) Registro de Ocorrência (RO) ou Declaração firmada pelo requerente, conforme Anexo 1-K, onde conste o fato gerador do pedido, no caso de extravio, roubo ou furto;

4) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

5) Atestado de Saúde e Certificado Médico em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

6) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

8) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente);

9) Certificados de competência que comprovem habilitações específicas a serem registradas (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

10) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada nos locais de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências); e

11) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

c) Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção do Certificado modelo DPC-1033:

1) Requerimento do interessado solicitando o reconhecimento e a inscrição inicial;

2) Certificado de Competência do país de origem (original e cópia simples);

3) Caderneta de Inscrição e Registro (Seamans Record Book) do país de origem (original e cópia simples);

4) Carteira de Registro Nacional Migratório -CRNM e Documento Provisório de Registro Nacional Migratório -DPRNM dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

5) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (original e cópia simples da folha de rosto);

6) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Atestado de Saúde e Certificado Médico em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

8) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada nos locais de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências);

9) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente);

10) Comprovante de escolaridade (original e cópia simples);

11) Histórico escolar (relação das disciplinas cursadas e respectiva carga horária) do curso referente à habilitação declarada (original e cópia simples);

12) Comprovante de realização do correspondente Estágio Embarcado (original e cópia simples) previsto na Convenção STCW-78, como emendada, para as Regras II/1, II/4, III/1, III/4, III/6 e III/7; e

13) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

Observação:

A AMB não realiza a revalidação do certificado DPC-1033. Neste caso, caberá ao Aquaviário obter a revalidação do seu Certificado de Competência no país que o emitiu, o qual possibilitará realizar um novo processo de reconhecimento junto à AMB.

d) Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção de 2ª Via do Certificado modelo DPC-1033, no Caso de Dano, Extravio, Roubo ou Furto:

1) Requerimento do interessado;

2) Certificado DPC-1033 (original), no caso de dano;

3) Registro de Ocorrência (RO) ou Declaração firmada pelo requerente, conforme Anexo 1-K, onde conste o fato gerador do pedido, no caso de extravio, roubo ou furto;

4) Certificado de Competência do país de origem (original e cópia simples);

5) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

6) Carteira de Registro Nacional Migratório -CRNM e Documento Provisório de Registro Nacional Migratório -DPRNM dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

8) Atestado de Saúde e Certificado Médico em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um 1 ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

9) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente);

10) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada nos locais de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências); e

11) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

e) Certificado modelo DPC-1034:

Para cursos realizados no Sistema do Ensino Profissional Marítimo (SEPM), o Certificado será emitido automaticamente pelos Órgãos de Execução (OE), após aprovação no curso correspondente. Para os demais casos, observar os seguintes procedimentos:

1) Emissão de um único certificado relativo aos extintos cursos EBPS, ECIN, ESPE e ESRS, de acordo com a Portaria nº 347/2013/DPC;

2) Emissão de um certificado relativo à familiarização em navio-tanque, de acordo com a Portaria nº 347/2013/DPC;

3) Emissão de um certificado de equivalência de cursos previstos na NORMAM-24/DPC aos do SEPM, conforme a correspondência constante em Portaria específica emitida pela DPC; e

4) Emissão de um certificado referente ao ingresso no grupo marítimo, em consequência de uma transferência de grupo (recebimento de Regra).

I. Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção do Certificado modelo DPC-1034:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

3) Nos casos de familiarização em navio-tanque e de transferência de grupos - apresentar a CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais e das folhas de registros de embarque da CIR). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal);

4) Documento, emitido pelo comandante do navio, atestando a conclusão de estágio supervisionado de familiarização de navio-tanque (quando for o caso);

5) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

6) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

8) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente);

9) Documentos que comprovem a conclusão dos cursos específicos e/ou habilitações necessárias para o recebimento do certificado desejado (original e cópia simples); e

10) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada nos locais de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências).

II. Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção de Certificado modelo DPC-1034, emitido por reconhecimento de certificados de Governos estrangeiros, decorrente de inscrição inicial:

1) Requerimento do interessado, solicitando reconhecimento e inscrição inicial;

2) Certificado de Proficiência do país de origem (original e cópia simples);

3) Caderneta de Inscrição e Registro (Seamans Record Book) do país de origem (original e cópia simples);

4) Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

5) Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), somente para estrangeiro;

6) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada nos locais de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências);

8) Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano, por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

9) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente);

10) Comprovante de escolaridade (original e cópia simples);

11) Histórico escolar (relação das disciplinas cursadas e respectiva carga horária) do curso referente à habilitação declarada (original e cópia simples); e

12) Comprovante de realização do correspondente Estágio Embarcado (original e cópia simples) previsto na Convenção STCW-78, como emendada, para as Regras II/1, II/4, III/1, III/4, III/6 e III/7.

f) Documentação e pré-requisitos necessários para obtenção de 2ª Via do Certificado modelo DPC-1034, no Caso de Dano, Extravio, Roubo ou Furto:

1) Requerimento do interessado;

2) Certificado DPC-1034 (original), no caso de dano;

3) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

4) Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há de 1 ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

5) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original) ou, no caso de estrangeiro, Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

6) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente);

8) Registro de Ocorrência (RO) ou declaração firmada pelo requerente, conforme Anexo 1-K, onde conste o fato gerador do pedido, no caso de extravio, roubo ou furto;

9) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia); e

10) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada nos locais de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências).

No caso de empresa de navegação comunicar incompetência de aquaviário no desempenho das suas funções, deverá ser instaurado, um procedimento administrativo, assegurando o contraditório e a ampla defesa, para verificar a pertinência de se manter ou não a certificação do aquaviário.

0118 - COMPETÊNCIA PARA EMISSÃO DOS CERTIFICADOS

Os certificados Modelo DPC-1033 serão emitidos apenas pela DPC, para atender às solicitações de reconhecimento de certificados emitidos por Governos estrangeiros, possibilitando a inscrição do aquaviário na Marinha Mercante Brasileira, conforme previsto nesta NORMAM.

Fica delegada competência aos titulares dos Centros de Instrução (CIAGA e CIABA) para assinatura dos Certificados DPC-1031, DPC-1032 e DPC-1034 referentes aos exames, estágios e cursos ministrados sob suas responsabilidades. A cada curso assim aplicado, deverá corresponder uma Ordem de Serviço, expedida com cópia a todas as OM de inscrição/jurisdição dos aprovados, para atualização do SISAQUA..

Os certificados DPC-1034 deverão ser assinados pelos titulares dos OE que ministraram os cursos, exames ou estágios. Essa delegação de competência se aplica, também, à emissão da 2ª Via ou à substituição de certificados. Esses certificados poderão ser assinados pelo OE que emitiu a 1ª Via ou pelo OE onde deu entrada à solicitação, desde que confirmada a veracidade da emissão da 1ª Via. A OM de inscrição/jurisdição do aquaviário deverá ser informada para que o SISAQUA seja atualizado, registrando qualquer certificado emitido ou alterado.

Para assinatura dos certificados assim emitidos, os titulares poderão subdelegar competência a outros Oficiais ou funcionários civis assemelhados que, a seu critério, possam exercê-la.

0119 - RECONHECIMENTO DE CERTIFICADOS

Um certificado emitido por Autoridade Marítima estrangeira de Governo signatário da Convenção STCW-78, como emendada, poderá ser endossado pela DPC para atestar o seu reconhecimento, desde que a parte emissora do certificado possua acordo de reconhecimento celebrado com a AMB, em conformidade com as orientações contidas na Circular 1.450 da MSC/IMO, combinadas com a Regra I/10 da referida Convenção. O aquaviário que possua certificação anteriormente reconhecida pela DPC e já esteja inscrito no SISAQUA, poderá requerer novos reconhecimentos de sua certificação, mesmo que a parte a qual realizou o curso, não tenha atualmente acordo firmado com a AMB.

A AMB considera válidos os cursos realizados no exterior que possuam correlação em carga horária, conteúdo e forma aos cursos praticados no SEPM. Para tanto, reserva-se ao direito de solicitar dos requerentes todos e quaisquer documentos que sejam necessários para realizar a comparação curricular dos cursos feitos no exterior com os do SEPM, incluindo o período de realização, detalhamento de atividades desempenhadas a bordo, por ocasião de estágio, a ser praticado em navio da mesma bandeira responsável pela condução do curso.

A AMB solicitará informações à Autoridade Marítima Estrangeira acerca da autenticidade e validade dos certificados emitidos em nome do país de origem, em cumprimento à exigência contida no parágrafo 7, da Regra I/2 da Convenção STCW-1978, como emendada, bem como as demais exigências.

O modelo exigido para este tipo de certificação, quando se tratar de certificado de competência, é o DPC-1033 acompanhará a validade do certificado original (emitido por Autoridade Marítima Estrangeira). Ao término da validade do certificado DPC-1033, este poderá ser novamente emitido mediante novo procedimento de reconhecimento, ou seja, mediante a apresentação de novo certificado daquela Autoridade Marítima Estrangeira que emitiu o certificado inicial.

Não será aceito para reconhecimento Certificado de Endosso de Autoridade Marítima reconhecendo certificado de outra Autoridade Marítima. Ao emitir Certificado de Reconhecimento, a Autoridade Marítima Brasileira fornecerá ao estrangeiro uma relação da legislação marítima brasileira que deverá conhecer para desempenhar as funções autorizadas a exercer.

O modelo de certificado DPC-1034, além de certificar a proficiência de um aquaviário que tenha realizado um curso no SEPM, poderá, também, ser utilizado pela DPC para emitir endosso que ateste reconhecimento de um certificado de proficiência emitido por Autoridade Marítima estrangeira. Para efetuar tal reconhecimento, o interessado deverá requerer à DPC, via CP/DL/AG, o reconhecimento de seu certificado.

Os Certificados de aquaviários que concluíram cursos previstos na NORMAM-24 considerados equivalentes a outros cursos ministrados no Sistema do Ensino Profissional Marítimo (SEPM) poderão ser reconhecidos no SISAQUA.

Para reconhecimento por equivalência aos cursos previstos na NORMAM-24/DPC, o aquaviário deverá requerer, à OM de sua jurisdição, o certificado DPC-1034 correspondente, apresentando para tal o certificado emitido pela Empresa credenciada.

0120 - SUSPENSÃO DE CERTIFICADOS

Constitui infração às regras do tráfego aquaviário a inobservância de qualquer preceito da LESTA e RLESTA, de normas complementares emitidas pela Autoridade Marítima (NORMAM) ou de resolução internacional ratificada pelo Brasil, ficando o infrator sujeito a aplicação de penalidade.

As Infrações serão passíveis das seguintes penalidades:

I - multa;

II - suspensão do certificado de habilitação; e

III - cancelamento do certificado de habilitação.

As penalidades serão aplicadas mediante Procedimento Administrativo, que se inicia com o auto de infração, assegurando o contraditório e a ampla defesa, nos moldes do disposto no item 0306 da Seção 1 do Capítulo 3 da NORMAM-07.

Os Certificados de Habilitação serão suspensos, mediante Procedimento Administrativo, por período não superior a cento e vinte dias, nos seguintes casos:

1) durante o cumprimento de pena de suspensão da inscrição;

2) por incorrer nas infrações previstas no Decreto nº 2.596, de 18 de maio de 1998 (RLESTA).

Eliminada a causa que motivou a suspensão do certificado e se o interessado pretender retornar à atividade de aquaviário, esse deverá requerer sua revalidação à CP/DL/AG onde foi inscrito, anexando a sua CIR.

A CP/DL/AG que efetuar a suspensão do Certificado prevista neste item deverá comunicar à OM de inscrição/jurisdição do aquaviário, para lançamento no SISAQUA.

0121 - CANCELAMENTO DE CERTIFICADOS

a) qualquer Certificado de Habilitação será cancelado, mediante Procedimento Administrativo, nos seguintes casos:

1) falecimento;

2) quando for emitido com fundamento em documentação falsa apresentada;

3) quando for verificada a alteração ou adulteração dos dados registrado sem documento verdadeiro, sem prejuízo das penalidades estabelecidas na legislação vigente;

4) quando for confirmada a incompetência profissional;

5) quando o aquaviário fizer uso do certificado ou exercer a habilitação nele conferida durante o cumprimento de pena de sua suspensão;

6) reincidência por conduzir embarcação em estado de embriaguez ou após uso de substância entorpecente ou tóxica, quando não constituir crime previsto em lei; e

7) quando o tripulante for responsabilizado, em sentença transitada em julgado, por praticar roubo ou furto de qualquer objeto pertencente à embarcação, à carga, ao Comandante, aos passageiros ou ao tripulantes. Esse cancelamento ocorrerá sem prejuízo das demais penalidades estabelecidas na legislação vigente.

b) A CP/DL/AG que efetuar o cancelamento do Certificado de Habilitação deverá comunicar à OM de inscrição do aquaviário para lançamento no SISAQUA.

c) Decorridos dois anos da imposição da pena de cancelamento do Certificado de Habilitação, o infrator poderá requerer a sua reabilitação à DPC, via CP/DL/AG na qual a pena foi imposta, submetendo-se a todas as exigências estabelecidas para o restabelecimento da certificação de sua habilitação.

d) Observar o contido no item 0110 - Procedimentos em caso de suspeita de falsidade documental.

0122 - REVALIDAÇÃO DE CERTIFICADOS

Todos os Comandantes, Oficiais e Operadores de Radiocomunicação, portadores de certificados apropriados Modelos DPC-1031, DPC-1032 e Modelo DPC-1034 que tenham data de validade, emitidos em conformidade com a legislação vigente deverão, periodicamente, revalidar suas certificações, observando as respectivas datas limites. O período de validade registrado em qualquer certificado, quando aplicável, não deverá ser superior a 5 (cinco) anos.

A revalidação dos certificados DPC-1031 é competência da DPC, exceto quando a revalidação se der em decorrência de aprovação em Curso de Atualização ou outro qualquer curso/exame destinado a revalidar/atualizar certificados. Nesses casos específicos, a competência para emitir ficará a cargo do Centro de Instrução que ministrar os cursos/exames. A revalidação dos certificados DPC-1034 é feita pelo OE que emitiu a 1º via, ou pelo OE onde se deu a entrada na solicitação, desde que seja comprovada a manutenção da competência profissional do requerente, por embarque, de acordo com a Seção A-I/11, da Conveção STCW-78, conforme detalhamento constante nesse item.

Quando a competência for da DPC, a documentação necessária à revalidação deverá ser encaminhada à DPC 3 (três) meses antes do término da validade dos certificados.

Para revalidar as certificações, o aquaviário embarcado ou aquele que tenciona retornar ao serviço ativo, deverá:

a) atender aos padrões de saúde física e mental, especialmente os de visão e audição (Atestado de Saúde e Certificado Médico em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil com validade de até 1(um) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), a contar da data de sua emissão, passado por profissional credenciado por órgão competente); e

b) manter uma competência profissional conforme estabelecido na Seção A-I/11 da Convenção STCW-78, descrita a seguir:

1) Comprovação de que serviu em navio operando na navegação em mar aberto, no desempenho de funções compatíveis com o certificado possuído e por um período total de no mínimo 1 (um) ano, nos 5 (cinco) anos, anteriores ao término da validade do certificado; ou

2) Comprovação de que serviu em navio operando na navegação em mar aberto, no desempenho de funções compatíveis com o certificado possuído e por um período total de no mínimo 3 (três) meses, nos 6(seis) meses, anteriores ao término da validade do certificado; ou

3) Aprovação em Curso de Atualização realizado nos últimos 5 (cinco) anos; ou

4) Aprovação em exame elaborado e aplicado pelos Centros de Instrução (CIAGA e CIABA) constante do Programa de Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários - PREPOM - Aquaviário. As instruções e condições para realização dos exames constam no Anexo 1-T; ou

5) Comprovação, mediante atestado (Anexo 1-I), expedido pelo Comandante do navio à época, de que completou, satisfatoriamente, um Estágio Supervisionado por período mínimo de três (3) meses em navio operando na navegação em mar aberto, no desempenho de funções compatíveis com o certificado possuído, na qualidade de tripulante extralotação ou em funções de oficial de capacidade imediatamente abaixo daquela que consta do certificado possuído, pouco antes do acesso à nova capacidade nele expedida. O Estágio Supervisionado

deverá ser previamente autorizado pela DPC, que emitirá uma certificação provisória para a sua realização, mediante envio de solicitação formal de empresa de navegação, assinada por preposto (representante devidamente autorizado para tratar de aspectos envolvendo registros de embarques, desembarques e certificação de Aquaviários), contendo, ainda, cópia da procuração, com reconhecimento por semelhança, que a ele confere competência legal para agir em nome da empresa, junto à Marinha do Brasil. O preposto também deverá ratificar todas as informações constantes no Atestado de Conclusão de Estágio Supervisionado, corroborando que o Oficial Estagiário cumpriu, adequadamente, todas as exigências contidas na Convenção STCW/1978, como emendada, para a revalidação do certificado.

Observações:

A revalidação das certificações referentes aos treinamentos e qualificações especiais em navios-tanque, direcionados para o Comandante, Imediato, Chefe de Máquinas, Subchefe de Máquinas e Oficiais de Quarto, ocorrerá mediante prévia verificação da manutenção de competência profissional para navios-tanque, de acordo com o parágrafo 3, da seção A-1/11, do Código STCW/1978, como emendado, descrita a seguir:

- Comprovação de que serviu em navio operando na navegação em mar aberto marítima, desempenhando atribuições apropriadas ao certificado para navio-tanque que possui, por um período total de pelo menos 3 (três) meses, durante os 5 (cinco) anos anteriores; ou

- Aprovação em curso pertinente.

c) Documentação e pré-requisitos necessários para revalidação do Certificado modelo DPC-1031:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais e das folhas de registros de embarque da CIR). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

3) Certificado DPC-1031 a ser revalidado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original para autenticação na CP/DL/AG). O certificado original não deverá ser retido na OM, salvo fundamentação legal;

4) Documento que comprove tempo de embarque, conforme previsto no item 0126 da NORMAM-13/DPC, (quando aplicável);

5) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

6) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente);

8) Atestado de Saúde e Certificado Médico em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de

Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas;

9) Documento que comprove tempo de embarque (conforme previsto no item 0126 da NORMAM-13/DPC);

10) Documento que comprove tempo de embarque em navios de bandeira estrangeira (Anexo 1-G da NORMAM-13/DPC) (quando aplicável);

11) Certificado de competência e outros que comprovem habilitações específicas a serem registradas no novo certificado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

12) Uma foto de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada nos locais de atendimento nas Capitanias, Delegacias ou Agências);

13) Documento, emitido pela empresa/navio, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos específicos em instalações apropriadas a bordo, compreendendo técnicas de sobrevivência pessoal, além de prevenção e combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC);

14) Documento, emitido pela empresa ou instituição de ensino acreditada/credenciada pela DPC, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos práticos, compreendendo técnicas de sobrevivência pessoal, além de prevenção e combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC);

15) Documento, emitido pela empresa/navio, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos específicos em instalações apropriadas a bordo, exigidos para manutenção da proficiência, respectivamente, em embarcação de sobrevivência ou de salvamento e embarcação rápida de salvamento e o padrão de competência exigido para controle de operações de combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC);

16) Documento, emitido pela empresa ou instituição de ensino acreditada/credenciada pela DPC, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos práticos, exigidos para manutenção da proficiência, respectivamente, em embarcação de sobrevivência ou de salvamento e embarcação rápida de salvamento e o padrão de competência exigido para controle de operações de combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC); e

17) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

d) Documentação e pré-requisitos necessários para revalidação do Certificado modelo DPC-1034:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais e das folhas de registros de embarque da CIR). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

3) Comprovação de embarque em navios de bandeira estrangeira (Anexo 1-G da NORMAM-13 (quando aplicável);

4) Documento que comprove tempo de embarque, conforme previsto no item 0126 da NORMAM-13/DPC, (quando aplicável);

5) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original) ou, no caso de estrangeiro, Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

6) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

7) Certificado(s) de Competência e outros que comprovem habilitações específicas a serem registradas no novo certificado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original para autenticação na CP/DL/AG). Os certificados originais não deverão ser retidos na OM, salvo fundamentação legal);

8) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente);

9) Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico e, explicitamente, as condições visuais e auditivas; e

10) GRU com o devido comprovante de pagamento (original e cópia).

Adicionalmente, todos os marítimos que estiverem trabalhando em qualquer capacidade a bordo de navios, como parte da tripulação, com atribuições relativas à segurança ou à prevenção da poluição na operação do navio, deverão apresentar os seguintes documentos:

1) Documento, emitido pela empresa/navio, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos específicos em instalações apropriadas a bordo, compreendendo técnicas de sobrevivência pessoal, além de prevenção e combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC);

2) Documento, emitido pela empresa ou instituição de ensino acreditada/credenciada pela DPC, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos práticos, compreendendo técnicas de sobrevivência pessoal, além de prevenção e combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC);

3) Documento, emitido pela empresa/navio, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos específicos em instalações apropriadas a bordo, exigidos para manutenção da proficiência, respectivamente, em embarcação de sobrevivência ou de salvamento e embarcação rápida de salvamento e o padrão de competência exigido para controle de operações de combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC); e

4) Documento, emitido pela empresa ou instituição de ensino acreditada/credenciada pela DPC, atestando que o marítimo tenha sido submetido a treinamentos práticos, exigidos para manutenção da proficiência, respectivamente, em embarcação de sobrevivência ou de salvamento e embarcação rápida de salvamento e o padrão de competência exigido para controle de operações de combate a incêndio (Portaria nº 347/2013/DPC).

0123 - SEGURANÇA NA EMISSÃO OU REVALIDAÇÃO DE CERTIFICADOS

Existe risco de fraude na documentação apresentada nos requerimentos. Com vistas a coibir as falsificações, os documentos necessários à instrução dos processos de emissão ou revalidação de certificados, quando encaminhados sob a forma de cópias, deverão estar autenticados em Cartório ou por pessoa devidamente credenciada da CP/DL/AG onde essa documentação der entrada.

Quando autenticadas na CP/DL/AG, deverá constar um carimbo identificando a OM, com assinatura e nome legível do responsável credenciado para a autenticação. Entretanto, nada impede que a OM exija os documentos originais e outros que considere necessários, para dar prosseguimento aos processos.

0124 - QUALIFICAÇÃO E CERTIFICAÇÃO DE OPERADORES DE SISTEMAS DE POSICIONAMENTO DINÂMICO (DPO)

a) Orientações Gerais:

A Organização Marítima Internacional (IMO) adota, como referência para suas diretrizes sobre treinamento dos Operadores de Sistema de Posicionamento Dinâmico (DPO), documento elaborado pela International Marine Contractors Association (IMCA), chamado de "Diretrizes para Treinamento e Prática do Pessoal Chave ao DP" (Guidelines for Training and Experience of Key DP Personnel) - IMCA M 117, que reflete um padrão reconhecido pela indústria marítima no que diz respeito a treinamentos, competências e boas práticas do grupo de marítimos diretamente envolvidos com o sistema DP.

A Autoridade Marítima Brasileira adota a publicação supracitada como referência para certificação e treinamento de DPO e para reconhecimento de Instituições que serão responsáveis por certificar os cursos de treinamento de Posicionamento Dinâmico (DP).

Entende-se por Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico um aquaviário pertencente ao 1º Grupo - Marítimos com formação na Seção de Convés, nível de categoria maior ou igual a 7, com especialização adquirida através de um curso de Posicionamento Dinâmico que é, atualmente, fornecido por empresas certificadas pelas Instituições Certificadoras reconhecidas pela Autoridade Marítima Brasileira por meio de portaria da Diretoria de Portos e Costas (disponíveis em https://www.marinha.mil.br/dpc/portarias).

Excepcionalmente, em embarcações com AB maior do que 300 e menor que 500, o operador de Posicionamento Dinâmico poderá ser um Aquaviário pertencente ao 1º Grupo - Marítimos com formação na Seção de Convés, nível de categoria maior ou igual 6, para aqueles que possuem regra II/3. Em embarcações com AB menor que 300, o operador de Posicionamento Dinâmico poderá ser um Aquaviário pertencente ao 1º Grupo - Marítimos com formação na Seção de Convés, nível de categoria maior ou igual 5.

Os esquemas de treinamento oferecidos pelas empresas certificadas para o curso de DPO disponíveis no mercado são estruturados e reconhecidos pela comunidade marítima internacional. Esses esquemas de treinamento podem usar diferentes critérios para atingir o padrão de qualidade de certificação exigida internacionalmente, entretanto, a metodologia do referido esquema deve seguir estritamente os princípios apontados na publicação IMCA M 117.

Os esquemas de treinamento para o curso de DPO requerem que o aluno comece pelo curso básico, realizando, posteriormente, o curso avançado. A estruturação da carreira do DPO consta no Anexo 1-O, enquanto que o detalhamento da formação completa do DPO será encontrado no anexo da portaria de reconhecimento das Instituições Certificadoras de DPO.

A validade do certificado de DPO deverá ser de no máximo de 5 anos, cabendo a cada Instituição Certificadora estabelecer seus critérios para revalidação do referido certificado. Relevante destacar que, para o embarque em navio DP, além do Oficial de Náutica possuir o certificado DPO dentro da validade, deverá também portar um Certificado de Competência, modelo DPC-1031, válido.

b) Pessoal envolvido com a operação do Sistema de Posicionamento Dinâmico:

Além dos Operadores de Sistema de Posicionamento Dinâmico, as funções de Comandante de navio ou Gerente de Instalação Offshore, Chefe de Máquinas, Subchefe de Máquinas, Oficial de Quarto de Máquinas e Eletricista, dependendo do tamanho, da complexidade da embarcação, da criticidade de operações e quando constantes no CTS do navio (conforme definido na NORMAM-01/DPC), são consideradas necessárias para operar um navio DP com segurança e eficiência, sem prejuízo das demais atribuições previstas nesta Norma. Em caso de ausência de eletricista no CTS das embarcações, as tarefas pertinentes ao eletricista poderão ser desempenhadas por Oficiais da seção de máquinas, devidamente qualificados com os equipamentos do sistema DP de bordo.

c) Orientações para as empresas de navegação e para as instalações offshore:

Todo pessoal envolvido com operação do sistema de posicionamento dinâmico deverá estar familiarizado com as suas atribuições específicas e com todo o arranjo, instalações, equipamentos, procedimentos e características da embarcação e das rotinas e situações de emergência, conforme contido na publicação IMCA M 117 e no item 1.5 da regra I/14 da Convenção STCW/1978, como emendada.

Entende-se como familiarização os treinamentos realizados a bordo, sob a supervisão de um instrutor qualificado os quais devem abranger a parte operacional e de funcionamento do sistema DP específico do navio, incluindo a rotina da embarcação.

Define-se como instrutor qualificado um experiente operador com curso no equipamento da embarcação e designado pelo armador para treinar o pessoal envolvido com a operação do sistema de posicionamento dinâmico. Este instrutor deverá ser específico para a seção de convés e outro instrutor específico para a seção máquinas.

Na Seção de convés, o instrutor qualificado deverá ser um DPO sênior, devidamente certificado no sistema DP do navio com experiência mínima de 2 anos registrados em DP logbook e na Seção de máquinas, o instrutor qualificado deverá ter nível de categoria maior ou igual 8, com experiência mínima de 1 ano em embarcação de posicionamento dinâmico e que possua curso do sistema de controle do DP/gerenciamento de energia no fabricante do sistema de DP específico do navio, antes de prover o treinamento ao pessoal envolvido com a operação do sistema de DP da seção de máquinas.

Os assuntos que necessitam ser abordados no programa de familiarização podem ser encontrados no Anexo 1-Q (Apêndice 5 do IMCA M 117 Rev.2) como conteúdo mínimo a ser cumprido. Ademais, o documento que comprova o treinamento de familiarização deverá conter a identificação e assinatura do instrutor qualificado designado pelo Armador, data de início e conclusão do treinamento, nome do navio em que ocorreu a familiarização e assinatura do Comandante.

O Comandante ou Gerente de Plataforma é responsável por garantir que o procedimento de familiarização seja cumprido corretamente. Contudo, é responsabilidade do Armador verificar se o referido procedimento é seguido em suas embarcações. O Armador pode nomear formalmente uma pessoa da empresa que será responsável pela implementação e pelo desenvolvimento de treinamentos e da competência do pessoal envolvido com o sistema DP (Company DP Authority).

Além de atenderem o programa de familiarização citado, o pessoal técnico envolvido com a operação de sistema de DP, ou seja, oficiais de máquinas e os eletricistas deverão atender a um curso estruturado do sistema de DP (DP técnico) que poderá ser realizado a bordo por um instrutor qualificado, em terra no fabricante do sistema de DP específico do navio, ou ainda, em instituições autorizadas por este fabricante.

Em caso de não existir curso específico do fabricante do sistema DP usado na embarcação, considera-se a opção de realizar o treinamento em fabricante que possua sistema de DP similar. O conteúdo mínimo do treinamento pode ser encontrado no Anexo 1-Q (Apêndice 3 do IMCA M 117 Rev.2).

Define-se sistema DP como sendo o conjunto de sistemas e subsistemas que afetam diretamente ou indiretamente o posicionamento dinâmico de uma embarcação, o qual abrange - mas não se limita - ao sistema de controle DP (DP control system), ao sistema de geração e gerenciamento de energia (power system) e ao sistema de propulsão (thruster system).

d) Orientações para o reconhecimento das Instituições Certificadoras de DPO pela Autoridade Marítima Brasileira:

A estrutura de formação do DPO requer diferentes níveis de experiências a serem adquiridas em terra e no mar (a bordo de embarcações DP). Em se tratando de treinamento/cursos, é importante mencionar que todos devem estar de acordo com a seção V/f da parte B do código STCW. O Armador torna-se responsável pela escolha do centro de treinamento (CT) que deverá estar devidamente credenciado pela Instituição certificadora de DPO. O CT fornecerá o curso de DP para o pessoal indicado pelo Armador. Contudo, nada impede que o interessado complemente a sua formação, escolhendo o CT que lhe for mais conveniente.

Ficará a cargo da Autoridade Marítima Brasileira (AMB) reconhecer as Instituições Certificadoras de DPO (Certification Body). Caberá a essas instituições, por sua vez, certificar os centros de treinamentos e centro de testes, verificando, ainda, se estão seguindo todos os padrões previstos pela IMCA M 117 e pela própria IMO (MSC.Circ 738 e Código STCW).

As Instituições Certificadoras reconhecidas deverão se responsabilizar pela emissão de certificados, por auditar os centros de treinamento e centros de testes, bem como disponibilizar à AMB o livre acesso às informações para conferência da autenticidade e validade dos certificados emitidos.

Para o processo de reconhecimento, as Instituições Certificadoras de DPO deverão encaminhar ofício à DPC contendo, obrigatoriamente, as seguintes informações:

- esquema de certificação contendo todas as fases do curso e respectivas durações e conteúdos programáticos;
- processo de revalidação de certificados;
- modelos dos certificados, log book e notações de qualificação (se aplicável);
- endereços dos centros de treinamento e centros de teste certificados;
- razão social e CNPJ; e
- documento emitido pela IMCA atestando o reconhecimento da Instituição certificadora de DPO.

Após a verificação da documentação apresentada à DPC, será confeccionada uma Portaria de Reconhecimento da Instituição Certificadora de DPO (Certification Body).

Obs: Qualquer alteração nas informações prestadas deverão ser informadas previamente à DPC, a fim de se realizar novo reconhecimento, ficando, portanto, cancelado o reconhecimento em vigor.

0125 - REGISTRO DE CERTIFICADOS

Deverão ser mantidos cadastrados no SISAQUA os certificados que forem emitidos, os que tenham expirado ou que tenham sido revalidados, os que forem suspensos, cancelados ou considerados extraviados, bem como as licenças de exercício de categoria superior expedidas.

A cada 5 (cinco) anos os aquaviários deverão atualizar seus dados cadastrais junto à CP/DL/AG. Essas informações de cadastro serão colocadas à disposição das empresas e de Autoridades Marítimas estrangeiras de outros Governos para verificação da autenticidade, validade e reconhecimento dos certificados desses aquaviários.

SEÇÃO IV

CÔMPUTO DE TEMPO DE EMBARQUE

0126- PROCEDIMENTOS

O cômputo do tempo de embarque de aquaviários que desejarem requerer ascensão de categoria, inscrições em cursos do PREPOM ou revalidação de certificados de competência ou proficiência quando couber, será realizado da seguinte forma:

1 - O aquaviário deve dirigir-se à empresa que possui ou possuiu vínculo empregatício e solicitar à mesma o preenchimento e assinatura do anexo 1-S pelo Presidente/Diretor, proprietário, armador ou seu preposto com firma reconhecida (por semelhança) em cartório, referente ao período em que realizou atividades de embarque na referida empresa. Caso o aquaviário tenha trabalhado em mais de uma empresa, o referido anexo deverá ser solicitado a todas as empresas em que o aquaviário trabalhou após aquela data.

2 - A empresa de navegação recebe a solicitação do aquaviário e, com base, exclusivamente, em seus registros de tempo de embarque constantes no sistema de controle interno e no rol das embarcações, preenche e assina o anexo 1-S.

3 - As cópias das folhas de registro de embarque da CIR e o anexo 1-S preenchido pela(s) empresa(s) serão apresentados, pelo aquaviário, aos representantes da Autoridade Marítima, por ocasião de solicitações de inscrições em cursos, ascensão de categoria ou revalidação de certificados de competência e proficiência.

4 - Os representantes da Autoridade Marítima, ao receberem os documentos acima mencionados, procederão o somatório do tempo de embarque constante das Folhas de Alterações de CIR e compararão o referido tempo com os períodos e categorias constantes do anexo 1-S.

5 - Durante a verificação, os períodos/categorias não coincidentes não serão considerados para efeito do cômputo do tempo de embarque.

Observação: As declarações das empresas emitidas em data anterior à última atualização da NORMAM-13/DPC serão aceitas para efeito de ascensão de categoria, inscrições em cursos do PREPOM ou revalidação de certificados de competência ou proficiência quando couber. A partir da publicação da presente alteração da NORMAM-13/DPC, as empresas deverão utilizar o modelo do anexo 1-S;

Instruções especiais:

- As Empresas de Navegação deverão enviar à Diretoria de Portos e Costas, aos Centros de Instrução, às Capitanias, Delegacias e Agências onde atuam, um Ofício informando o nome e cargo/função de quem possui a atribuição formal dentro da mesma (proprietário, armador, presidente/diretor ou preposto) em assinar o mapa de cômputo de embarque (modelo do Anexo 1-S), anexando os documentos comprobatórios dessa atribuição, como por exemplo a ata de constituição da empresa, mantendo essas informações sempre atualizadas.

Nos casos específicos em que os Aquaviários comprovadamente estejam impossibilitados de realizar a comprovação documental relacionada ao cômputo do tempo de embarque, como estipulado neste item 0126, pelo encerramento das atividades de empresas de navegação no Brasil, estes deverão apresentar, em caráter extraordinário, uma declaração por eles redigida, na qual constem os períodos de embarques não declarados pelas empresas e que se encontram relacionados nas folhas de registro de embarques da CIR;

A declaração acima deverá conter o seguinte texto: "as informações apresentadas são verídicas nos termos do art. 1º e no Parágrafo Único do art. 3º do Decreto nº 9.094/2017, pelo qual devem ser observadas a presunção de boa-fé e que qualquer informação inverídica na presente declaração poderá implicar em sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, que diz: constitui crime - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante."

Em anexo a essa declaração deverão estar os documentos que corroboram as informações nela inseridas, tais como:

- períodos de embarques realizados constantes do rol de equipagem/rol portuário;
- comprovante de vínculo empregatício (contrato de trabalho ou carteira de trabalho);
- comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral da Empresa de Navegação;
- comprovante de consulta à ANTAQ que evidencia o fechamento da respectiva empresa de navegação; e
- cópia das folhas de registro de embarques da CIR, acompanhadas pela correspondente etiqueta de dados pessoais.

0127 - CONTAGEM DO TEMPO DE EMBARQUE

O tripulante conta o tempo de embarque em qualquer embarcação que esteja normalmente em serviço, desde que nela exerça o cargo ou função para a qual está habilitado, incluindo os serviços a bordo de plataformas (exceto as fixas) FPSO, FSU e navios-sonda, quando o oficial exercer as funções de Gerente de Instalação Offshore, Supervisor de Embarcação, Operador de Controle de Lastro, Supervisor de Manutenção e Operador de Posicionamento Dinâmico.

Poderá contar ainda, o tempo de embarque em provas de mar nas embarcações em fase de construção, após a emissão do Documento Provisório de Propriedade (DPP).

O embarque na navegação interior também será considerado na contagem de tempo. Contudo, por ocasião da revalidação de Certificados de Competência, constará a limitação de somente operar em navegação interior.

São também consideradas para o cômputo do tempo de embarque as manobras de aproximação, atracação/amarração, fundear/ancoragem, suspender/desancoragem e acompanhamento de operações de carga e descarga de navios petroleiros em terminais, quando realizadas em mar aberto.

Para Oficiais de Náutica que realizam essas manobras, a contagem de tempo de embarque será de 1 (um) dia de embarque quando o Oficial realizar uma ou mais manobras, no mesmo dia devidamente registradas no modelo "Comprovante de Manobra". Serão também contados como tempo de embarque os dias em que ficar embarcado, à disposição da unidade marítima (navio ou plataforma), desde que comprovado por registro e a devida comprovação utilizado o modelo do Anexo1-F.

No caso de Oficiais de Náutica ou de Máquinas brasileiros prestando serviço como inspetores navais, instrutores de simuladores de navegação ou instrutores de simuladores de praça de máquinas, para efeito de manutenção do Certificado de Competência que esteja, ainda, dentro da validade, poderá ser observado o tempo de exercício nas atividades de Inspeção Naval ou de Instrutoria em Simuladores de Navegação ou de Praça de Máquinas. Será computado na razão de 2 (dois) por 1 (um), ou seja, cada 2 (dois) dias de atividades laborais será considerado como 1 (um) dia de embarque, com uma atividade mínima de quatro horas.

Observação: a comprovação do tempo de efetivo serviço nas atividades acima descritas deverá ser apresentada por meio de declaração emitida pelo órgão empregador do aquaviário, contendo o detalhamento da atividade exercida, o tempo de efetiva dedicação e o vínculo empregatício com a empresa. Adicionalmente, os Marítimos que desempenham suas atividades profissionais em simuladores deverão apresentar a sua qualificação como instrutores. Entende-se como "efetiva dedicação" os dias em que o aquaviário esteja realizando efetivamente as atividades de Inspeção Naval a bordo dos navios ou quando o Instrutor esteja realizando aulas no simulador, não contabilizando as demais tarefas realizadas.

0128 - TEMPO DE EMBARQUE PARA ASCENSÃO DE CATEGORIA E REALIZAÇÃO DE CURSOS

Para efeito de ascensão de categoria ou requisito para cursos, deverá ser considerado 1 (um) ano igual a 365 dias. Não será computado o tempo de embarque do aquaviário realizado exercendo cargo ou função inferior à sua categoria ou qualificação.

Conforme previsto no item 0113, os registros da CIR, para o cômputo do tempo de embarque exigido para ascensão às diversas categorias serão analisados quantitativamente e qualitativamente, observando-se a compatibilidade dos registros de embarques lançados na CIR com o CTS das embarcações, visando comprovar se o embarque ocorreu na categoria e função necessária para a ascensão pretentida.

O tempo de embarque exercendo função sob Licença de Categoria Superior (LCS), prevista no Capítulo 2 desta Norma, não será computado como tempo de embarque na categoria exercida sob licença, mas sim na categoria real do aquaviário. Não será computado o tempo de embarque do aquaviário realizado exercendo cargo ou função de categoria de grupo diferente ao que pertença.

Os aquaviários pertencentes aos Grupos Marítimos, Fluviários, Pescadores e das Seções de Saúde e Câmara oriundos da Marinha do Brasil, poderão contabilizar os seus dias de mar realizados a bordo dos navios daquela Instituição, como comprovação do tempo de embarque para o fim específico de realização de cursos do Ensino Profissional Marítimo - EPM. A comprovação desses dias de mar deverá ser feita por meio da apresentação do correspondente atestado emitido pela Diretoria do Pessoal Militar da Marinha.

0129 - HOMOLOGAÇÃO DE EMBARQUE DE AQUAVIÁRIOS BRASILEIROS EM NAVIOS DE OUTRAS BANDEIRAS

Para a validação da contagem de tempo de embarque, manutenção de validade da CIR, interstício na carreira e matrícula em cursos profissionais será computado o período em que o aquaviário brasileiro encontrar-se, efetivamente, embarcado em navios de outras bandeiras cujos países sejam, em princípio, signatários da Convenção STCW-78, como emendada.

Documentação e pré-requisitos necessários:

1) Requerimento do interessado;

2) Caderneta de Inscrição e Registro estrangeira (Seamans Record Book), devidamente escriturada que comprove os períodos de embarque a serem homologados (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG). O documento não deverá ser retido na OM, salvo fundamentação legal;

3) Documento, devidamente atualizado e expedido pela empresa estrangeira proprietária da embarcação, que comprove a participação do aquaviário em cada período considerado e o exercício da função especificada, conforme o modelo constante do Anexo 1-H da NORMAM-13/DPC;

4) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

5) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

6) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original para ser autenticada na CP/DL/AG), ou declaração de residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por autenticidade, caso o declarante não esteja presente).

Caso a empresa estrangeira, proprietária da embarcação, disponha de reconhecida representação no Brasil, ou seja, controlada por firma brasileira ou vinculada a esta, o registro de datas de embarque/desembarque, referenciado no item 3, poderá ser emitido pelo representante legal da empresa.

Observação: Não há necessidade de homologação de embarques realizados por marítimo brasileiro, em navios de bandeira estrangeira autorizados a operar em AJB, desde que esses embarques já tenham sido devidamente registrados na CIR nacional, modelo DPC-2301. Desta forma, torna-se dispensável, nesta situação, que as CP/DL/AG continuem a emitir a certidão de tempo de embarque, conforme preconizado no Anexo 1-G, desta Norma. Entretanto os registros de embarques, desembarques lançados na Caderneta de Inscrição e Registro - CIR deverão ser acompanhados de uma declaração da empresa ratificando esses registros (modelo constante do Anexo 1-H), por representante legal da empresa, devidamente autorizado para tratar de aspectos envolvendo registros de embarques, desembarques e certificação de Aquaviários.

Instruções especiais:

- As Empresas de Navegação deverão enviar à Diretoria de Portos e Costas, às Capitanias, Delegacias e Agências onde atuam, um Ofício informando o nome e cargo/função de quem possui a atribuição formal dentro da mesma (proprietário, armador, presidente/diretor ou preposto) em assinar o mapa de cômputo de embarque (modelo dos Anexos 1-G, 1-H e 1-S, conforme o caso), anexando os documentos comprobatórios dessa atribuição, como por exemplo a ata de constituição da empresa, mantendo essas informações sempre atualizadas.

0130 - TRANSFERÊNCIA DE JURISDIÇÃO DE AQUAVIÁRIO

O aquaviário que desejar mudar sua jurisdição, poderá requisitá-la na CP de sua escolha.

Documentação e pré-requisitos necessários:

1) Requerimento do interessado;

2) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

3) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

4) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e

5) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente).

CAPÍTULO 2

CARREIRA, GRUPOS, CATEGORIAS E NÍVEIS DE EQUIVALÊNCIA DE AQUAVIÁRIOS, ESTAGIO DE CAPACITAÇÃO FLUVIAL PARA COMANDANTE, ROL DE EQUIPAGEM, ROL PORTUÁRIO E MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

SEÇÃO I

CARREIRA, GRUPOS, CATEGORIAS, NÍVEIS DE EQUIVALÊNCIA E ESTÁGIO DE CAPACITAÇÃO FLUVIAL PARA COMANDANTE

0201 - DA CARREIRA

Será considerada como carreira o conjunto de promoções (ascensão de categoria) que o aquaviário poderá se habilitar ao longo de sua vida profissional, desde o seu ingresso em determinada Seção de um grupo até atingir a categoria de mais alto nível dentro da mesma Seção desse grupo.

A ascensão de categoria será caracterizada pela transferência do aquaviário, dentro de uma mesma Seção de determinado Grupo, para uma categoria de nível superior ao que ele se enquadrava anteriormente. Ocorrerá quando o aquaviário apresentar requisitos profissionais específicos, normalmente mensurados pelo tempo de embarque e/ou pela aprovação em cursos profissionais que lhe propiciam a certificação (habilitação) e/ou registro em Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) necessários para o exercício dos cargos e funções a bordo de embarcações.

A ascensão de categoria será processada mediante requerimento do aquaviário à OM de sua Jurisdição. A OM de jurisdição do aquaviário, após confirmar que o requerente preenche os requisitos estabelecidos na presente norma, efetivará a ascensão de categoria com o registro em Ordem de Serviço e a substituição, na CIR, da etiqueta de dados pessoais anterior pela nova etiqueta emitida pelo Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviário (SISAQUA).

Além dos cursos previstos no PREPOM, estabelecidos pela DPC, os Capitães de Longo Curso (CLC) poderão realizar, mediante indicação do Diretor de Portos e Costas, Curso de Altos Estudos Militares na Escola de Guerra Naval (EGN) da Marinha do Brasil.

As tabelas que compõem o Anexo 2-A estabelecem, por categoria profissional dos aquaviários, as condições para ingresso no grupo, a inscrição na categoria, os níveis de equivalência, os certificados nacionais e aqueles de reconhecimento internacional a que seus integrantes fazem jus, bem como as funções básicas (capacidades) que podem exercer a bordo das embarcações.

Os Anexos 2-B e 2-C apresentam, de forma sucinta, o fluxo de carreira para os aquaviários dos Grupos Marítimos (1º Grupo), Fluviários (2º Grupo) e Pescadores (3º Grupo), até o nível 7.

0202 - GRUPOS, CATEGORIAS E NÍVEIS DE EQUIVALÊNCIA

Os aquaviários são distribuídos como Oficiais e Subalternos, em Grupos, Seções e Categorias. A comparação dos aquaviários por Níveis de Equivalência é válida, somente, para efeito de hierarquização entre categorias num mesmo grupo e para correspondência entre aquaviários de grupos distintos, a bordo. O nível de equivalência não deverá ser considerado como fator determinante nas eventuais transferências de categoria entre grupos de aquaviários, cujas instruções constam de item específico neste capítulo.

As Categorias dos Grupos de Marítimos, Fluviários, Pescadores, Mergulhadores, Práticos e Agentes de Manobra e Docagem, distribuídas pelas Seções de Convés, Máquinas, Câmara e Saúde e os correspondentes níveis de equivalência, constam dos quadros que se seguem:

a) Categorias – 1º Grupo - Marítimos, 2º Grupo - Fluviários e 3º Grupo - Pescadores

GRUPO	SEÇÃO	CATEGORIA	SIGLA
1º GRUPO MARÍTIMOS	CONVÉS	CAPITÃO DE LONGO CURSO (**)	CLC
		CAPITÃO DE CABOTAGEM (**)	CCB
		PRIMEIRO OFICIAL DE NÁUTICA (**)	1ON
		SEGUNDO OFICIAL DE NÁUTICA (**)	2ON
		MESTRE DE CABOTAGEM (***)	MCB
		CONTRAMESTRE (***)	CTR
		MARINHEIRO DE CONVÉS (***)	MNC
		MOÇO DE CONVÉS (***)	MOC
		MARINHEIRO AUXILIAR DE CONVÉS (***)	MAC
	MÁQUINAS		
		OFICIAL SUPERIOR DE MÁQUINAS (**)	OSM
		PRIMEIRO OFICIAL DE MÁQUINAS (**)	1OM
		SEGUNDO OFICIAL DE MÁQUINAS (**)	2OM
		CONDUTOR DE MÁQUINAS (***)	CDM
		ELETRICISTA (***)	ELT
		MARINHEIRO DE MÁQUINAS (***)	MNM
		MOÇO DE MÁQUINAS (***)	MOM
		MARINHEIRO AUXILIAR DE MÁQUINAS (***)	MAM
2º GRUPO FLUVIÁRIOS	CONVÉS	CAPITÃO FLUVIAL (**)	CFL
		PILOTO FLUVIAL (***)	PLF
		MESTRE FLUVIAL (***)	MFL
		CONTRAMESTRE FLUVIAL (***)	CMF
		MARINHEIRO FLUVIAL DE CONVÉS (***)	MFC
		MARINHEIRO FLUVIAL AUXILIAR DE CONVÉS (***)	MAF
	MÁQUINAS		
		SUPERVISOR MAQUINISTA MOTORISTA FLUVIAL (**)	SUF
		CONDUTOR MAQUINISTA MOTORISTA FLUVIAL (***)	CTF
		MARINHEIRO FLUVIAL DE MÁQUINAS (***)	MFM
		MARINHEIRO FLUVIAL AUXILIAR DE MÁQUINAS (***)	MMA
3º GRUPO PESCADORES	CONVÉS	PATRÃO DE PESCA DE ALTO MAR (***)	PAP
		PATRÃO DE PESCA NA NAVEGAÇÃO INTERIOR (***)	PPI
		CONTRAMESTRE DE PESCA NA NAVEGAÇÃO INTERIOR (***)	CPI
		PESCADOR PROFISSIONAL ESPECIALIZADO (***)	PEP
		PESCADOR PROFISSIONAL	POP
		APRENDIZ DE PESCA (***)	APP
	MÁQUINAS		
		CONDUTOR MOTORISTA DE PESCA (***)	CMP
		MOTORISTA DE PESCA (***)	MOP
		APRENDIZ DE MOTORISTA (***)	APM
	SAÚDE	ENFERMEIRO (***)	ENF
		AUXILIAR DE SAÚDE (***)	ASA
	CÂMARA	TAIFEIRO (***)	TAA
		COZINHEIRO (***)	CZA

(*) Os aquaviários da Seção de Saúde e Câmara são comuns ao 1º Grupo - Marítimos, 2º Grupo - Fluviários e 3º Grupo - Pescadores, quando necessários.
(**) Categorias de Oficiais
(***) Categorias de Subalternos

b) Níveis de Equivalência

1) Seção de Convés

Nível de Equivalência	1º Grupo Marítimos	2º Grupo Fluviários	3º Grupo Pescadores
10	CLC	-	-
9	CCB	-	-
8	1ON	-	-
7	2ON	CFL	-
6	MCB	PLF	PAP
5	CTR	MFL	PPI
4	MNC	CMF	CPI
3	MOC	MFC	PEP
2	MAC	MAF	POP
1	-	-	APP

2) Seção de Máquinas

Nível de Equivalência	1º Grupo Marítimos	2º Grupo Fluviários	3º Grupo Pescadores
9	OSM	-	-
8	1OM	-	-
7	2OM	SUF	-
5	CDM/ELT	CTF	-
4	MNM	-	-
3	MOM	MFM	CMP
2	MAM	MMA	MOP
1	-	-	APM

OBSERVAÇÕES:

- Os Oficiais de Radiocomunicações (2OR e 1OR), pertencentes às categorias em extinção, para os efeitos da elaboração do Cartão de Tripulação de Segurança (CTS) estão enquadrados respectivamente nos níveis 7 e 8 da Seção de Convés;

- Os Praticantes de Náutica (PON) e de Máquinas (POM) são considerados como categorias especiais e situam-se, hierarquicamente, quando embarcados para estágio de adestramento e instrução, entre os Oficiais e os subalternos; e

- O Eletricista (ELT) da seção de máquinas, equivale, hierarquicamente, ao nível 5

3) Seção de Câmara

NÍVEL DE EQUIVALÊNCIA	1º, 2º E 3º GRUPOS	
2	CZA	TAA

4) Seção de Saúde

Nível de Equivalência	1º, 2º e 3º Grupos
5	ENF
3	ASA

c) 4º Grupo - Mergulhadores

CATEGORIA	SIGLA	NÍVEL DE EQUIVALÊNCIA
Mergulhador que opera com Mistura Gasosa Artificial	MGP	4
Mergulhador que opera com Ar Comprimido	MGE	3

d) 5º Grupo - Práticos

Restrita ao desempenho de suas atividades profissionais a bordo, os integrantes do Grupo de Práticos receberão Certificados e CIR nas seguintes categorias:

CATEGORIA	SIGLA	NÍVEL DE EQUIVALÊNCIA
Prático	PRT	8
Praticante de Prático	PRP	7

e) 6º Grupo - Agentes de Manobra e Docagem (AMD)

Restrita ao desempenho de suas atividades profissionais a bordo, os Agentes de Manobra e Docagem receberão Certificado de Habilitação (modelo DPC-2310) e CIR.

CATEGORIA	SIGLA	NÍVEL DE EQUIVALÊNCIA
Agente de Manobra e Docagem	AMD	7

0203 - CONCESSÃO DE LICENÇA DE CATEGORIA/CAPACIDADE SUPERIOR

A Licença de Categoria/Capacidade Superior é autorização para o aquaviário exercer funções pertinentes a uma Categoria, Capacidade e Regra da Convenção STCW emendada, superior à de seu enquadramento, em uma embarcação específica, por um período determinado, que não poderá exceder seis meses. O modelo do Anexo 2-D é o documento a ser preenchido para a concessão da Licença de Categoria/Capacidade Superior, do qual constam arqueação bruta e nome da embarcação.

A Licença de Categoria/Capacidade Superior só deverá ser concedida pelo Capitão dos Portos ou Delegado em circunstâncias excepcionais e depois de esgotados todos os recursos para substituição o tripulante.

A Licença de Categoria/Capacidade Superior deverá ser solicitada pela empresa de navegação, por intermédio de seu representante legal, devidamente autorizado para tratar de aspectos envolvendo registros de embarques, desembarques e certificação de Aquaviários, acompanhada de cópia da procuração, registrada em cartório, por semelhança, que a ele confere competência legal para agir em nome da empresa, junto à Marinha do Brasil, por meio de correspondência oficial dirigida à Capitania dos Portos ou Delegacia da Capitania dos Portos, apresentando declaração de aquiescência do aquaviário para servir na categoria/capacidade superior.

A Empresa, ainda, deverá apresentar:

1) A necessidade da licença, na qual venha a constar a excepcionalidade do caso;

2) Cópia do CTS;

3) Justificativa da indicação do aquaviário proposto assegurando, ainda, que o pretendente possui a qualificação adequada para exercer a função pretendida;

4) Declaração de aquiescência do aquaviário para servir na categoria/capacidade superior;

5) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais e das folhas de registros de embarque da CIR). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

6) Documento que comprove tempo de embarque em navios de bandeira estrangeira (Anexo 1-G da NORMAM-13) (quando aplicável);

7) Certificados que comprovem a sua habilitação (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

8) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

9) Cadastro de Pessoa Física - CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original para ser autenticada na CP/DL/AG). Não será necessária a cobrança do CPF caso o número deste documento esteja inserido no documento de identificação apresentado pelo Aquaviário;

10) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original para ser autenticada na CP/DL/AG), ou declaração de residência assinada pelo pelo Aquaviário, conforme constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por autenticidade, caso o declarante não esteja presente); e

11) Atestado de Saúde em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil, emitido há menos de um (1) ano por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM), que comprove bom estado mental e físico, explicitamente as condições visuais e auditivas.

Para a concessão da Licença de categoria/Capacidade Superior o Capitão dos Portos ou Delegado devem considerar:

I. Quanto à carreira do Aquaviário: se há possibilidade dele vir a ascender à categoria para qual está sendo solicitada a licença, dentro do enquadramento do fluxo normal de carreira específico de Subalternos e de Oficiais, respeitando-se, desta forma, a distinção entre Oficiais e Subalternos;

II. Quanto ao tempo de embarque do aquaviário: se possui pelo menos a metade do tempo de embarque previsto para a ascensão à categoria para qual está sendo solicitada a licença;

III. Quanto à qualificação do Aquaviário: se possui curso para exercer a função superior pretendida e as competências constantes da regra correspondente e/ou específica. Para as funções de Comandante e Chefe de Máquinas, observar a condição de conceder LCS para os seus eventuais substitutos (Imediato e Subchefe de Máquinas, respectivamente), somente por motivo de força maior e pelo menor período de tempo possível;

IV. Não deverá ser concedida uma LCS de uma capacidade de subalterno para ocupar uma função na capacidade de Oficial; e

V. Quanto a licença anteriores: se já exerceu funções sob licença e quantas no período de doze meses.

Por período de doze meses só deverão ser concedidas para um aquaviário em uma mesma categoria, até duas licenças. Esgotado esse número de licenças, deverá ser respeitado período de carência de seis meses para concessão de nova licença na mesma categoria.

Não há restrições de número de licenças para o aquaviário ao longo das categorias de sua carreira.

Para um mesmo navio só deverá ser concedida, simultaneamente, por CTS, uma Licença de Categoria/Capacidade Superior para cada seção: convés e máquinas. Os substitutos do Comandante e do Chefe de Máquinas, por motivo de força maior, serão, respectivamente, o Imediato e o Subchefe de Máquinas, devendo a sua substituição ser limitada ao menor período de tempo possível.

Em conformidade com a Convenção STCW 1978 emendada, a partir de 1º de janeiro de cada ano a DPC deve enviar à Organização Marítima Internacional (IMO) relatório sobre Licenças de Categoria/Capacidade Superior concedidas para embarque em navios que operam na navegação em mar aberto, informando a arqueação bruta da embarcação.

0204 - TRANSFERÊNCIAS DE CATEGORIAS ENTRE SEÇÕES E/OU GRUPOS DIFERENTES

A transferência de categorias de aquaviários de Grupos e/ou Seções exige criteriosa avaliação de competência.

A transferência poderá ser concedida, em caráter excepcional, pelo Capitão dos Portos, mediante requerimento do interessado, observando a seguinte documentação e pré-requisitos necessários:

1) Carteira de identidade dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

2) CPF (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);

3) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente);

4) CIR (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação da original para autenticação na CP/DL/AG da folha de rosto com etiqueta de dados pessoais e das folhas de registros de embarque da CIR). A CIR não deverá ser retida na OM, salvo fundamentação legal;

5) Certificados de conclusão de cursos realizados pelo requerente no âmbito do Ensino Profissional Marítimo (EPM) correspondentes à categoria em que está enquadrado;

6) Certificado de conclusão de cursos que são pré-requisitos para a categoria pretendida; e

7) Comprovante de escolaridade emitido por instituição de ensino reconhecida pelo Ministério da Educação compatível com a categoria pleiteada.

Deve ser analisado o conteúdo programático dos cursos realizados pelo interessado, à época, na formação anterior e, se for o caso, complementar essa formação com os conhecimentos necessários por intermédio de aulas, treinamentos, embarques e/ou provas escritas ou práticas, de forma a nivelar essa formação profissional anterior com os requisitos mínimos estabelecidos para o acesso à nova categoria pretendida, mediante comparação com o conteúdo contido no currículo previsto do curso atual de formação/adaptação/aperfeiçoamento, referente à categoria em questão.

O nível de equivalência atribuído às determinadas categorias não pode ser considerado para estabelecer comparação de competência entre Aquaviários de grupos diferentes, pois, para certas categorias, as diferenças de qualificação/habilitação para um mesmo nível podem ser significativas quando comparando-se Aquaviários de grupos diferentes. Outro fator que pode aumentar, significativamente, essas diferenças é a experiência profissional do Aquaviário em questão.

0205 - TRANSFERÊNCIAS DEVIDAS À EXTINÇÃO DE GRUPO E DE CATEGORIAS

a) Extinção do Grupo Regional

A extinção do Grupo Regional resultou na distribuição de seus integrantes pelo 1º Grupo-Marítimos e 5º Grupo-Práticos, com a seguinte equivalência de categorias:

CATEGORIAS ANTERIORES	CATEGORIAS NOVAS	NÍVEL DE EQUIVALÊNCIA
ARR – Arrais	MNC - Marinheiro de Convés CMF - Contramestre Fluvial	4
MTR – Mestre Regional	MOC - Moço de Convés MFC - Marinheiro Fluvial deConvés	3
MRC – Marinheiro Regional de Convés	MAC - Marinheiro Auxiliar de Convés MAF - Marinheiro Fluvial Auxiliar de Convés	2
MRM – Marinheiro Regional de Máquinas	MAM - Marinheiro Auxiliar de Máquinas MMA - Marinheiro FluvialAuxiliar de Máquinas	2
PRT – Prático	Integram o 5º Grupo	8
PRP – Praticante de Prático	-	7

b) no 1º Grupo - Marítimos

1) O Primeiro e Segundo Condutor de Máquinas (1CD e 2CD) passam a ser Condutor de Máquinas (CDM), nível de equivalência 5;

2) O Primeiro e Segundo Eletricista (1EL e 2EL), seção de máquinas, passam a ser Eletricista (ELT), nível de equivalência 5;

3) O Primeiro e Segundo Cozinheiro (1CZ e 2 CZ), seção de câmara, passam a ser Cozinheiro (CZA), nível de equivalência 2;

4) O Primeiro e Segundo Taifeiro (1TA e 2TA), seção de câmara, passam a ser Taifeiro (TAA), nível de equivalência 2; e

5) O Auxiliar de Saúde, seção de saúde, passa a ser Auxiliar de Saúde (ASA), nível de equivalência 3.

c) no 2º Grupo - Fluviários

1) O Condutor-Motorista Fluvial (CTF) e o Condutor-Maquinista Fluvial (CQF), seção de máquinas, passam a ser Condutor Maquinista Motorista Fluvial (CTF), nível de equivalência 5;

2) O Cozinheiro Fluvial (CZF), seção de câmara, passa a ser Cozinheiro (CZA), nível de equivalência 2;

3) O Primeiro e Segundo Taifeiro Fluvial (1TA e 2TA), seção de câmara, passam a ser Taifeiro (TAA), nível de equivalência 2; e

4) O Auxiliar de Saúde (ASF), seção de saúde, passa a ser Auxiliar de Saúde (ASA), nível de equivalência 3.

d) no 3º Grupo - Pescadores

1) O Patrão de Pesca Costeira (PCP), seção de convés, passa a ser Patrão de Pesca na Navegação Interior (PPI), nível de equivalência 5; e

2) O Patrão de Pesca Regional (PRP), seção de convés, passa a ser Contramestre de Pesca na Navegação Interior (CPI), nível de equivalência 4.

0206 -ESTÁGIO DE CAPACITAÇÃO FLUVIAL PARA COMANDANTE -ECFC

O Estágio de Capacitação Fluvial para Comandante (ECFC), pelas peculiaridades do ambiente fluvial, é obrigatório para o Oficial de Náutica (1ON/2ON) exercer a capacidade de Comandante na navegação interior. Deverá ser oferecido pelas empresas que possuem interesse na contratação de Oficiais de Náutica (1º Grupo de Marítimos - seção de Convés) e que atuam na navegação fluvial.

O estágio deverá ser realizado a bordo de navios operando na navegação fluvial, por um período mínimo (podendo ser estendido a critério da empresa) de três (3) meses, efetivamente navegando pelos rios, canais e estreitos e acompanhando todas as manobras de amarração de comboios ou rebocadores, atracação e fundeio e demais tipos de manobras da embarcação, no desempenho de funções compatíveis com o certificado possuído (observar o Anexo 2-A), na qualidade de tripulante extralotação, devendo acompanhar o Comandante da embarcação em todas as manobras realizadas durante o período de estágio. O ECFC deverá ser previamente comunicado ao Capitão dos Portos onde a empresa de navegação atua, mediante envio de um Ofício da empresa de navegação, assinado por preposto (representante devidamente autorizado para tratar de aspectos envolvendo o embarque de Aquaviários), contendo, ainda, cópia da procuração, com reconhecimento por semelhança, que a ele confere competência legal para agir em nome da empresa, junto à Marinha do Brasil. Nesse Ofício da Empresa de Navegação deverá ser informado o nome do aquaviário, o seu nº de inscrição, a data de início do ECFC, o nome e o nº de inscrição da embarcação.

Ao final do período do ECFC, a empresa deverá enviar ao Capitão dos Portos, o qual foi comunicado inicialmente, um segundo Ofício contendo uma avaliação do desempenho do Oficial estagiário, conforme o modelo de "Atestado de Conclusão de Estágio Supervisionado" constante do Anexo 2-F, anexando ao atestado um relatório do estagiário com todas as tarefas executadas, contendo a avaliação do Comandante da embarcação e sua rubrica para cada tarefa realizada pelo oficial estagiário. Esse Atestado e seu anexo será endossado pelo Capitão dos Portos (O endosso será feito com aposição de carimbo no Atestado de Conclusão do Estágio e o registro nas folhas de "Notas" da CIR, devidamente assinados pelo Capitão dos Portos ou Oficial/Servidor Civil designado), onde o processo tramitou, e restituído ao aquaviário, que deverá, obrigatoriamente, portá-lo a bordo. Caberá à Capitania, além do registro efetuado na CIR, registrar todo o processo no campo de observações do aquaviário no SISAQUA

Observações:

1. O anexo 2-F trata do modelo do "ATESTADO DE CONCLUSÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO" e, no seu verso, apresenta as "ORIENTAÇÕES PARA O ESTÁGIO DE CAPACITAÇÃO FLUVIAL PARA COMANDANTE". Nestas orientações, estão inseridas as atividades, em caráter geral, a serem desenvolvidas pelo oficial estagiário.

2. Ao término do estágio, o Oficial deverá estar apto a exercer funções a bordo de embarcações fluviais, na capacidade de Comandante..

SEÇÃO II

ROL DE EQUIPAGEM E ROL PORTUÁRIO

0207 - ROL DE EQUIPAGEM

a) Conceituação

O Rol de Equipagem (modelo DPC-2303) é o documento hábil, obrigatório, para embarcações empregadas na navegação em mar aberto e interior. Serve para garantir os direitos decorrentes dos embarques e desembarques de tripulantes verificados em uma única embarcação.

Deve conter as seguintes anotações:

1) dados da embarcação, do(s) proprietário(s) e do armador;

2) assinatura e nome legível do Comandante do navio, proprietário, armador ou seu preposto (representante legal);

3) dados dos tripulantes; e

4) dados dos embarques e desembarques dos tripulantes.

b) Emissão

O Rol de Equipagem deverá ser adquirido na Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) e será homologado pela CP/DL/AG em duas vias, mediante requerimento do Comandante, Proprietário, Empresa, Armador ou seu preposto ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente. A 1ª via deverá permanecer a bordo da embarcação e a 2ª via na empresa. Seus campos deverão ser preenchidos de forma clara e em letra de forma.

É de responsabilidade do Comandante o correto preenchimento do Rol de Equipagem. Por ocasião da escrituração do Rol de Equipagem, o nome do Comandante constará somente na folha de abertura e todos os embarques e desembarques deverão ter a sua rubrica e carimbo.

Qualquer CP/DL/AG poderá homologar o Rol de Equipagem, desde que tal fato seja comunicado à OM de inscrição da embarcação. Constitui infração sujeita a penalidade, a não permanência a bordo da embarcação de seu respectivo Rol de Equipagem ou Portuário.

Documentação necessária para homologação do Rol de Equipagem:

- Requerimento do Comandante, proprietário, empresa, armador ou seu preposto ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente; e.

- Guia de Recolhimento da União (GRU), com o devido comprovante de pagamento (original e cópia simples), exceto para órgãos públicos.

c) Renovação

O Rol de Equipagem será renovado:

1) quando esgotado, inutilizado, viciado ou extraviado; e

2) quando da mudança do proprietário da Empresa ou Armador.

Nos casos de Rol de Equipagem esgotado, inutilizado ou viciado, é necessário requerimento ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente solicitando emissão de um novo Rol. Quando extraviado, deverá o Comandante, Proprietário, Empresa, Armador ou seu preposto representante legal anexar ao requerimento uma declaração circunstancial do ocorrido.

Quando o Comandante da embarcação for substituído, será dispensada a renovação do Rol de Equipagem, desde que o novo Comandante declare que o aceita nos termos já existentes. Caso tal declaração não seja feita, um novo Rol de Equipagem deverá ser requerido ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente.

Sempre que ocorrer renovação de Rol de Equipagem, toda a tripulação, inclusive o Comandante, deverá ser desembarcada e embarcada no novo Rol.

Documentação necessária para renovação do Rol de Equipagem:

- Requerimento do Comandante, proprietário, empresa, armador ou seu preposto ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente; e

- Guia de Recolhimento da União (GRU), com o devido comprovante de pagamento (original e cópia simples), exceto para órgãos públicos.

d) Arquivamento

O Rol de Equipagem encerrado ou substituído deverá ter sua cópia arquivada na embarcação e o original arquivado na empresa proprietária da embarcação ou na colônia de pesca.

0208 - ROL PORTUÁRIO

O Rol Portuário (modelo DPC-2304) se aplica em caráter opcional às empresas, armadores, proprietários e colônias de pesca que possuem diversas embarcações operando na navegação interior. Deverá ser expedido com um número de cópias igual ao número de embarcações.

a) Conceituação

O Rol Portuário substitui o Rol de Equipagem, com idênticos efeitos legais, contendo os embarques e desembarques dos tripulantes de embarcações de uma mesma Empresa, empregadas na navegação Interior.

Esta modalidade do Rol visa flexibilizar e desburocratizar o embarque e o desembarque do aquaviário, possibilitando à empresa, proprietário, armador ou seu preposto representante legal ou ao Presidente da Colônia de Pesca movimentarem os tripulantes nas suas embarcações de acordo com a conveniência do serviço.

Impõe-se, contudo, que se mantenha no Rol exclusivamente os tripulantes exercendo funções a bordo das embarcações da empresa ou armador, proprietário ou colônia de pesca, excluindo sistematicamente todo aquele que seja desviado para o exercício de funções em terra.

Para assegurar o efetivo controle sobre as embarcações que adotarem o Rol Portuário com abrangência adicional e, considerando que sua adoção se dá em caráter facultativo, aplicam-se a esta modalidade as seguintes condicionantes:

1) Os embarques e desembarques dos tripulantes serão registrados pelo Proprietário, Empresa, Armador ou seu preposto representante legal ou pelo Presidente da Colônia de Pesca mediante lançamento igual e simultâneo na CIR do tripulante e nas duas vias do Rol Portuário;

2) O Rol Portuário na modalidade opcional por Empresa, uma vez adotado, deve abranger todas as embarcações de uma mesma Empresa, armador, proprietário ou colônia de pesca e as embarcações, por sua vez, somente poderão ter a bordo os tripulantes ali relacionados;

3) Comandante da embarcação deverá registrar no Diário de Navegação ou no Livro da embarcação, os nomes dos tripulantes efetivamente a bordo por ocasião da partida para cada viagem, ou simplesmente registrar que não houve alterações em relação à tripulação embarcada na viagem anterior;

4) O Rol Portuário deverá conter a transcrição dos Cartões de Tripulação de Segurança (CTS) de todas as embarcações da Empresa, armador, proprietário ou colônia de pesca de maneira a demonstrar claramente que são atendidas as necessidades mínimas de tripulantes definidas naqueles documentos; e

5) O Rol Portuário deverá conter as seguintes anotações:

a) dado(s) da(s) embarcação(ões), do(s) proprietário(s), do Armador ou da Colônia de Pesca;

b) lotação da(s) embarcação(ões), contendo o número de tripulantes e o número de passageiros;

c) local para assinatura e dados dos tripulantes;

d) dados dos embarques e desembarques dos tripulantes; e

e) rubrica e nome do Comandante, diretor da Empresa, Armador ou seu preposto, representante legal ou proprietário ou do Presidente da Colônia de Pesca.

b) Emissão

O Rol Portuário deverá ser adquirido na Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON) e será homologado pela CP, DL ou AG, permanecendo o original na empresa, e as cópias a bordo das embarcações. Seus campos deverão ser preenchidos de forma clara e em letra de forma.

O Rol Portuário poderá ser homologado por qualquer CP, DL ou AG desde que tal fato seja comunicado à OM de Inscrição da embarcação.

Documentação necessária para homologação do Rol Portuário:

- Requerimento do proprietário, empresa, armador ou seu preposto ou Presidente da Colônia de Pesca ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente; e

- Guia de Recolhimento da União (GRU), com o devido comprovante de pagamento (original e cópia simples), exceto para órgãos públicos.

c) Renovação

O Rol Portuário será renovado:

1) quando esgotado, inutilizado, viciado ou extraviado; e

2) quando da mudança do proprietário da Empresa ou Armador ou Presidente da Colônia de Pesca.

Nos casos de Rol Portuário esgotado, inutilizado ou viciado, é necessário requerimento ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente solicitando a emissão de um novo Rol. Quando, extraviado, deverá a empresa, armador ou seu preposto representante legal, proprietário ou o Presidente da Colônia de Pesca anexar ao requerimento uma declaração circunstancial do ocorrido.

Sempre que ocorrer renovação de Rol Portuário, toda a tripulação, inclusive o Comandante, deverá ser desembarcada e embarcada no novo Rol.

Documentação necessária para renovação do Rol Portuário:

- Requerimento do proprietário, empresa, armador ou seu preposto ou Presidente da Colônia de Pesca ao Capitão dos Portos, Delegado ou Agente; e

- Guia de Recolhimento da União (GRU), com o devido comprovante de pagamento (original e cópia simples), exceto para órgãos públicos.

d) Arquivamento

O Rol Portuário encerrado ou substituído deverá ter uma cópia arquivada na embarcação e a 1ª via na empresa ou na Colônia de Pesca.

SEÇÃO III

MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

0209 - MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

Criada pelo Decreto nº 9.090, de 07JUL2017 a Medalha Mérito Marítimo é destinada a agraciar, de forma meritória, os aquaviários da Marinha Mercante Brasileira, Oficiais e Subalternos, que se distinguirem pela exemplar dedicação à profissão e invulgar interesse no aprimoramento de seus misteres a bordo, de acordo com critérios e normas definidos pela Marinha do Brasil/ Autoridade Marítima Brasileira. A condecoração consiste de uma medalha, barreta, roseta e o respectivo diploma. Sua descrição e uso estão previstos nas Normas da Autoridade Marítima para o uso de Uniformes da Marinha Mercante Nacional - NORMAM-21/DPC.

Caberá ao Diretor-Geral de Navegação a concessão da Medalha Mérito Marítimo, mediante proposta do Diretor de Portos e Costas.

Os procedimentos para a concessão da Medalha Mérito Marítimo constam do Anexo 2-E.

CAPÍTULO 3

INSCRIÇÃO DE MILITAR VETERANO DA MARINHA DO BRASIL

0301 - DA INSCRIÇÃO

A inscrição de militar veterano da MB nos Grupos de Marítimos, Fluviários ou Pescadores, na Seção de Convés e/ou de Máquinas, ou ainda nas Seções de Saúde e Câmara ocorre mediante aprovação no Curso de Formação, Curso de Aperfeiçoamento ou nos Cursos de Adaptação de Aquaviários exclusivos para cada Grupo/Seção. A inscrição também será facultada ao militar veterano da MB no Grupo de Mergulhadores, conforme descrito no item 0105, Capítulo 1 desta Norma.

As informações para a condução e execução de cada curso de formação/ adaptação/aperfeiçoamento de Aquaviários, assim como seus propósitos, locais de realização, condições para inscrição, exames de seleção, matrículas, disciplinas, cargas horárias e tipos de certificação estão especificadas nas Normas da Autoridade Marítima para o Ensino Profissional Marítimo de Aquaviários (NORMAM-30/DPC), informadas anualmente no Programa de Ensino Profissional para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários) e disponibilizadas no sítio da DPC.

O militar Veterano da MB, conforme seu posto/graduação e corpo/especialidade poderá ser inscritos em um dos Grupos e Seções descritos a seguir, conforme contido no Anexo 2-A, mediante aprovação nos Cursos anteriormente citados:

1º Grupo / Seção de Convés

a) à Capitão de Longo Curso (CLC):

Oficial Superior Veterano da MB do Quadro de Oficiais da Armada da Marinha do Brasil, com aperfeiçoamento de Superfície, de Hidrografia e Oceanografia, de Submarinos ou de Aviação, na MB e que tenha concluído, com aproveitamento, o Curso de Atualização e Adaptação de Náutica para Oficiais (ATNO).

Observação: Consideram-se válidos, também, para o fim de inscrição no ATNO, os antigos cursos de aperfeiçoamento em Armamento, Comunicações, Eletrônica e Máquinas.

b) à Contramestre (CTR):

Veterano da MB - Suboficiais e Sargentos do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Contramestre - (APAQ-CTR).

1º Grupo / Seção de Máquinas

a) à Oficial Superior de Máquinas (OSM):

Oficial Superior Veterano da MB do Quadro de Oficiais da Armada, oriundo da Escola Naval, aperfeiçoado em Máquinas, desde que tenha concluído, com aproveitamento, o Curso de Atualização de Oficiais de Máquinas (ATOM), além dos Cursos Especiais Avançado de Combate a Incêndio (ECIA) e de Oficial de Proteção do Navio (EOPN), Curso Especial de Embarcação de Sobrevivência e Salvamento (EESS) e o Curso Especial de Cuidados Médicos (ECSM).

Oficial Superior do Quadro Complementar do Corpo da Armada ou do Quadro Técnico (QC- CA/RM1-T) Veterano da MB, aperfeiçoado em Máquinas, desde que comprove, pelo menos, 3 (três) anos de embarque em função de máquinas, e tenha concluído, com aproveitamento, o Curso de Atualização de Oficiais de Máquinas (ATOM), além dos Cursos Especiais Avançado de Combate a Incêndio (ECIA) e de Oficial de Proteção do Navio (EOPN), Curso Especial de Embarcação de Sobrevivência e Salvamento (EESS) e o Curso Especial de Cuidados Médicos (ECSM).

b) à Condutor (CDM):

Veterano da Marinha do Brasil (Suboficiais e Sargentos), do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do curso disponível no PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Máquinas (CAAQ-I MM) ou no Curso de Aperfeiçoamento de Aquaviários - Máquinas (APAQ-CDM).

c) à Eletricista (ELT):

Veterano da Marinha do Brasil (Suboficiais e Sargentos), do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do curso disponível no PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Máquinas, com concentração em Eletricidade (CAAQ-I ME).

2º Grupo / Seção de Convés

a) à Mestre Fluvial (MFL):

Veterano da MB (SO, SG ou CB), do Quadro de Praças da Armada com um (1) ano de embarque na MB, das especialidades previstas nas condições de inscrição do curso, disponível no PREPOM em vigor e aprovados no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários - Módulo Específico para Fluviários - Seção de Convés (APAQ-MFL).

2º Grupo / Seção de Máquinas

a) à Condutor Maquinista Motorista Fluvial (CTF):

Veterano da MB (SO, SG ou CB), do Quadro de Praças da Armada, das especialidades de Máquinas, Caldeiras e Motores, e do Corpo Auxiliar de Praças, com mais de 1 (um) um ano de embarque na Marinha do Brasil(MB), aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários - Máquinas (APAQ-CTF).

3º Grupo / Seção de Convés

a) à Patrão de Pesca na Navegação Interior (PPI):

Veterano da MB (SO ou SG) do Quadro de Praças da Armada e do Corpo Auxiliar de Praças, com 1 (um) ano de embarque na Marinha do Brasil (MB), das especialidades previstas nas condições de inscrição do curso disponíveis no PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários - Módulo Específico para Pescadores (APAQ-PPI).

Seções de Saúde ou Câmara (Enfermeiro, Auxiliar de Saúde, Cozinheiro e Taifeiro)

Ser Veterano da MB, das seguintes especialidades: Cozinheiro (CO), Arrumador (AR) ou Enfermeiro (EF).

O documento comprobatório do tempo de embarque para estes militares será a Caderneta Registro (CR), que deverá ser apresentada no ato da inscrição no curso.

0302 - SITUAÇÕES ESPECIAIS

Em função da situação e da análise dos assentamentos de carreira do veterano da MB, o Diretor de Portos e Costas poderá dispensar o interessado de cumprir alguns módulos de curso previstos neste capítulo.

CAPÍTULO 4

ATRIBUIÇÕES DO COMANDANTE E TRIPULANTES A BORDO DE EMBARCAÇÕES MERCANTES NACIONAIS E PENALIDADES

SEÇÃO I

NAVEGAÇÃO MARÍTIMA EM MAR ABERTO (LONGO CURSO, CABOTAGEM E APOIO MARÍTIMO)

0401 - DAS ATRIBUIÇÕES DO COMANDANTE

Ao Comandante, compete:

1) cumprir e fazer cumprir, por todos os subordinados, as leis e regulamentos em vigor, mantendo a disciplina na sua embarcação, zelando pela execução dos deveres dos tripulantes, de todas as categorias e funções, sob as suas ordens;

2) inspecionar ou fazer inspecionar a embarcação, diariamente, para verificar as condições de asseio, higiene e segurança;

3) cumprir as disposições previstas nas instruções sobre os meios de salvamento a bordo; assegurar a ordem e serventia das embarcações auxiliares de salvamento; tomar todas as precauções para completa segurança da embarcação, quer em viagem, quer no porto;

4) implantar e manter um programa continuado e periódico de treinamento para familiarização de novos tripulantes e para manutenção do nível operacional da tripulação;

5) fazer com que todos conheçam seu lugar e deveres em caso de incêndio, de abalroamento ou de abandono, executando, pelo menos, quinzenalmente, os exercícios para uso necessários, sempre que 1/3 da tripulação tiver sido substituída;

6) assumir pessoalmente a direção da embarcação sempre que necessário como: por ocasião de travessias perigosas, entrada e saída de portos, atracação e desatracação, fundear ou suspender, entrada e saída de diques, em temporais, cerração ou outra qualquer manobra da embarcação em casos de emergência;

7) supervisionar o carregamento, a descarga, o lastro e deslastro da embarcação, de forma eficiente, de acordo com as normas de segurança;

8) dar ciência às autoridades competentes, inclusive ao Armador, sempre que, justificadamente, tiver que alterar os portos de escala da embarcação;

9) convocar, quando necessário, os oficiais da tripulação para, em Conselho decidir quanto as situações de extrema gravidade para a embarcação e para a carga;

10) ter voto de qualidade em tudo quanto interessar a embarcação e à carga, e mesmo proceder, sob sua responsabilidade, contrariamente ao que for deliberado;

11) exercer fiscalização e repressão ao contrabando, transporte de armas, munições e cargas não manifestadas;

12) responder por quaisquer penalidades impostas à embarcação, por infração da Legislação em vigor, resultantes de sua imperícia, omissão ou culpa, ou de pessoas que lhe sejam subordinadas apontando, neste caso, o responsável;

13) superintender nas embarcações, cujo único oficial de navegação seja o Comandante, os serviços que lhe estão afetos, acrescidos das incumbências inerentes aos demais oficiais podendo, entretanto, designar outros membros da tripulação para sua execução, exceto em relação àqueles serviços que, pela sua natureza, lhe caiba executar pessoalmente;

14) cumprir e fazer cumprir o regulamento para evitar abalroamento no mar;

15) socorrer outra embarcação, em todos os casos de sinistro, prestando o máximo auxílio, sem risco sério para sua embarcação, equipagem e passageiros;

16) em caso de violência intentada contra a embarcação, seus pertences e carga, se for obrigado a fazer entrega de tudo ou de parte, munir-se com os competentes protestos no porto onde ocorrer o fato, ou no primeiro onde chegar;

17) empregar a maior diligência para salvar os passageiros e tripulantes, os efeitos da embarcação e carga, papéis e livros de bordo, dinheiro etc, devendo ser o último a deixá-lo, quando julgar indispensável o seu abandono em virtude de naufrágio;

18) lavrar, quando em viagem, termos de nascimento e de óbito ocorridos: arrecadar e inventariar os bens de pessoa que falecer, fazendo entrega de tudo à autoridade competente;

19) efetuar casamentos, escrever e aprovar testamentos in extremis, reconhecer firmas em documentos, nos casos de força maior;

20) ratificar, dentro de 24 horas úteis, depois da entrada da embarcação no porto, perante as autoridades competentes, e tendo presente o "Diário de Navegação", todos os processos testemunháveis e protestos formados a bordo, tendentes a provar sinistros, avarias, perdas ou arribadas;

21) dar conhecimento à Capitania do primeiro porto que demande e a outras embarcações, pelo rádio, ou qualquer outro meio, de todas as ocorrências concernentes à navegação, como sejam: cascos soçobrados ou em abandono, baixios, recifes, funcionamento dos faróis e bóias, balizas, derelitos etc;

22) impor penas disciplinares aos que perturbarem a ordem da embarcação, cometerem faltas disciplinares ou deixarem de fazer o serviço que lhes compete, comunicando às autoridades competentes, na forma da legislação em vigor;

23) fazer alijar carga por motivo de força maior, e no interesse geral, ou quando se tratar de volume contendo materiais explosivos e perigosos, embarcados em contravenção à lei e que esteja pondo em risco a embarcação, tripulantes, etc;

24) determinar o uniforme do dia, cumprindo e fazendo cumprir o que determina o Regulamento para uso de uniformes a bordo de embarcações nacionais quando houver;

25) autorizar serviços extraordinários que se fizerem necessários a bordo, de acordo com as leis que regem a matéria;

26) ter sempre prontos os documentos para despacho da embarcação nas repartições competentes;

27) ter sob sua guarda valores de passageiros, dos tripulantes ou da embarcação, como medicamentos entorpecentes para uso em casos de emergências, assinando e exigindo os competentes recibos;

28) instaurar inquérito e demais atos de direito, para o que ocorrer a bordo;

29) superintender os serviços de abastecimento e reparos, manutenção, docagem e reclassificação da embarcação. Visar as respectivas faturas, relatórios de serviço e pedidos, assim como todos e quaisquer outros documentos;

30) certificar-se se estão a bordo todos os tripulantes, prontos a seguir viagem, na hora marcada para a saída da embarcação;

31) delegar poderes aos Subordinados para distribuição de serviços, visando ao bom andamento dos trabalhos de bordo;

32) fazer-se acompanhar dos oficiais da embarcação, todas as vezes que inspetores, peritos e vistoriadores comparecerem a bordo, prestando todas as informações que forem solicitadas;

33) proceder inspeção geral da embarcação, por ocasião da passagem de comando, em companhia do seu substituto, informando-o de tudo minuciosamente, apresentando-lhe os Oficiais e tripulação e mandando lavrar em seguida, o respectivo termo, no "Diário de Navegação";

34) exigir dos tripulantes, por ocasião de seu embarque, toda a documentação necessária, bem como a apresentação de sua andaina de uniformes;

35) responder pelo fiel cumprimento das leis, convenções, acordos nacionais e internacionais, e de todas as demais normas que regem o Transporte Marítimo, devendo zelar pelo bom nome da Empresa, resguardando os interesses da mesma e a boa apresentação da Marinha Mercante do Brasil, nos portos nacionais e estrangeiros;

36) determinar, sempre que necessário, o trabalho conjunto dos tripulantes da embarcação, de modo a agilizar a superação de um problema técnico, ou a prontificação de uma faina marinheira;

37) organizar os serviços de quarto, de forma a manter o serviço de vigilância e segurança da navegação adequadamente, considerando, inclusive, a necessidade dos oficiais encarregados dos serviços de quarto de navegação estarem o tempo todo fisicamente presentes no passadiço ou locais diretamente ligados ao passadiço;

38) designar, entre os Tripulantes, o Gestor;

39) implantar e fazer cumprir a bordo um plano de prevenção e combate a poluição; e

40) implantar e fazer cumprir uma política contra o uso de álcool e drogas a bordo. Devendo normatizar os procedimentos a serem adotados e divulgá-los a todos os tripulantes.

0402 - AO COMANDANTE É VEDADO:

1) alterar os portos e escala da embarcação, sem causa justificada; e

2) abandonar a embarcação, por maior perigo que se ofereça, a não ser em virtude de naufrágio e após certificar-se de que é o último a fazê-lo.

SEÇÃO DE CONVÉS

0403 - DAS ATRIBUIÇÕES DO IMEDIATO

Ao Imediato compete:

1) substituir, legalmente, o Comandante em todas as suas faltas e impedimentos. É a segunda autoridade de bordo, podendo, nessa qualidade, intervir em qualquer parte da embarcação no sentido de manter a ordem, disciplina, limpeza e conservação, sem que esta intervenção importe na diminuição da autoridade e responsabilidade de quaisquer outros integrantes da tripulação;

2) ser o encarregado das Seções de Convés e Câmara. É figura importante na Administração da embarcação, sua presença se faz sentir quer no porto, quer em viagem, com respeito à manutenção da carga (carga e descarga);

3) manter limpa e conservada a embarcação, com eficiência os aparelhos de manobra, salvatagem, incêndio, poleames e massames;

4) controlar os serviços extraordinários realizados e autorizados pelo Comandante, nas seções sob sua responsabilidade, observando rigorosamente o que determina a respeito as leis e regulamentos em vigor;

5) confeccionar as folhas extraordinárias das seções sob sua responsabilidade e submetê-las à apreciação do Comandante, para o devido visto;

6) conduzir e coordenar um programa continuado e periódico de treinamento para familiarização de novos tripulantes e para manutenção do nível operacional da tripulação;

7) dirigir as fainas de convés, por ocasião de acidentes e exercícios, e auxiliar o Comandante em todas e quaisquer manobras que se fizerem necessárias;

8) verificar pessoal e diariamente, sempre que as condições o permitirem, o estado geral dos porões, ralos e pocetos, principalmente no inicio de carregamento;

9) inspecionar, diariamente, os locais designados para o estivamento das cargas inflamáveis, explosivas ou corrosivas, controlando as temperaturas dos contentores estivados no convés e verificando, constantemente, as pressões e a manutenção adequada e inertização dos compartimentos de carga;

10) preparar o convés, para o recebimento de carga, de maneira que sua estivagem não prejudique o aparelhamento da embarcação nele situado;

11) controlar, com a cooperação do Chefe de Máquinas, o serviço de abastecimento e distribuição de combustíveis e água, visando à segurança da embarcação;

12) fiscalizar a escrituração dos livros e documentos da Seção de Convés, executando a parte que lhe competir;

13) dirigir o serviço geral de distribuição das cargas dos porões, conveses, frigoríficas e tanques, levando em consideração o calado da embarcação, sua estabilidade, esforços máximos permissíveis e a estiva e desestiva da carga, fornecendo ao Comandante, com a antecedência necessária, todos os planos de carregamento, de movimentação de carga, de descarga, de lastro e de deslastro;

14) manter, devidamente inventariado, todo o material da seção de convés, podendo descarregar parte de sua responsabilidade pelos seus auxiliares, mediante o endosso da respectiva cautela;

15) dar andamento às sindicâncias que se fizerem necessárias a bordo para esclarecimento de quaisquer ocorrências;

16) inspecionar ou mandar inspecionar, por ocasião de embarque ou desembarque dos tripulantes, suas bagagens, recusando todo aquele que tentar introduzir a bordo armas proibidas, bebidas alcoólicas, substâncias tóxicas (drogas) ou qualquer outro material que possa prejudicar a disciplina da embarcação;

17) inspecionar, diariamente, as Seções de Convés e Câmara;

18) emitir os competentes pedidos de suprimento, reparo e revisões da Seção de Convés;

19) receber de seu antecessor o material sob sua responsabilidade, mediante conferência e inventário;

20) verificar e aprovar todas as alterações, revisões, reparos e quaisquer outros serviços feitos na Seção de Convés;

21) prestar a devida cooperação em tudo quanto se relacionar com o serviço de bordo;

22) em viagem, arejar corretamente os porões e manter a carga líquida ou seca nas condições específicas para seu transporte, usando os recursos existentes a bordo;

23) fiscalizar, auxiliado pelo oficial de divisão de convés, as operações de carga e descarga, lastro e deslastro da embarcação;

24) determinar o preparo dos documentos necessários e exigidos pelas autoridades dos portos de escala;

25) receber ou fazer receber, por oficial, as autoridades portuárias que vierem proceder a visita ou a inspeção da embarcação, dando os esclarecimentos necessários, e facilitar e abreviar as formalidades;

26) fazer, quando necessário, em face da composição da lotação, os quartos das 04:00 às 08:00 e das 16:00 às 20:00 horas, salvo determinação contrária do Comandante;

27) ter a seu cargo todos os serviços de carregamento, descarga, lastro e deslastro, bem como a distribuição das cargas líquidas pelos tanques, evitando a contaminação dos produtos carregados e mantendo sempre a embarcação dentro das condições adequadas de esforços, estabilidade e compasso;

28) programar, dirigir e fiscalizar a limpeza, a conservação e a desgaseificação dos tanques, redes e válvulas dos sistemas de carga da embarcação, tomando todas as providências que evitem a poluição do meio ambiente;

29) manter o navio dentro dos padrões corretos de inertização durante os carregamentos, travessias, estadias, descargas e nas fainas de limpeza dos tanques e movimentação de lastros;

30) apresentar, previamente, ao Comandante o plano de carregamento e, concluída a carga, entregar o plano final da distribuição por tanques dos produtos e quantidades embarcadas;

31) proceder a leitura dos calados no costado, na chegada e saída das embarcações, mesmo naquelas de equipamentos de leitura à distância;

32) determinar, antes da saída dos portos, inspeção da embarcação a fim de localizar clandestinos porventura existentes ou o transporte ilegal de mercadorias;

33) não permitir a permanência, na embarcação, de pessoas estranhas ao serviço de bordo;

34) comunicar ao Comandante, antes da saída da embarcação, das ausências porventura existentes de tripulantes das seções a si subordinados; e

35) conduzir a política contra o uso de álcool e drogas adotada a bordo.

0404 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS OFICIAIS DE NÁUTICA, EM GERAL

a) Genericamente:

1) integrar o Quarto de Navegação de bordo;

2) substituir o Oficial de Náutica do Quarto de Navegação e o Imediato (se for o mais antigo que a ele se segue) em todos os seus impedimentos legais;

3) auxiliar em todas as manobras da embarcação, no local determinado pelo Comandante;

4) ter sob sua responsabilidade os instrumentos náuticos em geral, de meteorologia, publicações, sistemas de comunicações, o regimento de sinais e bandeiras, devidamente inventariado, artefatos pirotécnicos, lâmpadas, lanternas e outros sinais de emergência;

5) ter sob sua responsabilidade as embarcações auxiliares e de salvamento e suas palamentas, bem como seus aparelhos de lançamento;

6) receber e fazer entrega de malas postais, fiscalizar a sua estivagem em lugar seguro e providenciar os documentos necessários ao recebimento e entrega;

7) ter sob sua responsabilidade todo o material de controle de avarias e de controle a incêndio, em qualquer parte da embarcação;

8) assessorar o comandante de unidade marítima (navio ou plataforma) nas manobras de aproximação, amarração, ancoragem e desancoragem, acompanhamento de operações de carga e descarga de navios petroleiros em terminais oceânicos; e

9) ter sob sua responsabilidade a documentação individual dos tripulantes e registros de embarque/desembarque.

b) Quando Oficial Encarregado de Quarto de Navegação, em viagem:

1) preparar o Passadiço e a casa de Navegação para a viagem;

2) executar a navegação, de acordo com as ordens do Comandante, avisando-o, imediatamente, de qualquer ocorrência que afete a segurança da navegação, assim como qualquer anormalidade que, a qualquer tempo, se verifique;

3) fazer os cálculos de posição da embarcação e azimute; dar corda nos cronômetros; manter atualizada a hora a bordo, registrando os estados absolutos e as marchas dos cronômetros, bem como preparar os boletins meteorológicos;

4) fornecer, ao Comandante, diariamente, a posição da embarcação às 12:00 horas, enviando cópia às seções da embarcação;

5) verificar, constantemente, a posição da embarcação, principalmente com terra à vista;

6) determinar, periodicamente, a posição da embarcação, plotando-a em carta náutica e utilizando os equipamentos disponíveis para esse fim;

7) binóculos e todo o equipamento de navegação;

8) fiscalizar, frequentemente, o rumo e o governo da embarcação, tomar conhecimento das ordens do Comandante quando entrar de quarto e comunicar ao substituto as instruções recebidas;

9) observar os registros de todos os instrumentos auxiliares da navegação;

10) auxiliar no passadiço, na proa ou na popa, nas manobras de fundear, suspender, atracar, desatracar, entrada e saída de dique, e outras fainas;

11) escriturar o Diário de Navegação, livros de azimute, diário de cronômetros e outros livros, de acordo com as normas em vigor; efetuar correções oficiais nas publicações usadas na navegação, mantendo atualizadas as cartas náuticas a serem utilizadas;

12) verificar, constantemente, à noite, se as luzes de navegação estão acesas, sobretudo quando houver embarcações à vista;

13) providenciar as sondagens da área, quando determinado;

14) providenciar escada de quebra peito para prático e manobras de bandeira, observando o Cerimonial Marítimo;

15) auxiliar nas distribuições de cargas, verificações de avarias na carga, protestos, declarações, mapas, pedidos e outros documentos legais;

16) tomar as necessárias providências com relação à segurança da carga de convés, material e equipamentos da embarcação, em caso de mau tempo iminente;

17) preparar os documentos necessários ao despacho da embarcação nas repartições competentes, responsabilizando-se pelo Rol de Equipagem, Cadernetas de Inscrição e Registro (CIR) e demais documentos exigidos, verificando, à saída dos portos, se os documentos foram entregues em ordem pelas Agências; e

18) adestrar os praticantes e estagiários de náutica quando embarcados.

c) Quando nos portos:

1) manter vigilância adequada e eficaz, para fins de segurança, todo o tempo em que o navio permanecer fundeado ou em bóia de amarração. Se o navio estiver transportando carga perigosa, o serviço de vigilância deverá levar em conta a natureza, quantidade, embalagem e estivagem dessa carga e de quaisquer condições especiais predominantes a bordo;

2) agir, criteriosamente, com a urgência que se tornar necessária, em relação a todas as providências a serem tomadas, em caso de ocorrências anormais;

3) manter a ordem e a disciplina a bordo, fiscalizando e tornando efetiva a vigilância geral da embarcação;

4) cumprir o Cerimonial Marítimo;

5) informar o Comandante ou o Imediato, logo que cheguem a bordo, de tudo quanto tiver ocorrido de anormal na sua ausência;

6) não deixar a embarcação, quando em regime de quarto, sem ter transmitido o serviço e ordens ao seu substituto ou àquele que o Comandante determinar; e

7) executar os serviços de quarto ou divisão e manobras de acordo com a determinação do Comandante.

Observação:

Consideram-se, ainda inseridos no item 0404, os subalternos responsáveis pelo quarto de navegação (denominados Sup-QN) para efeito das atribuições especificadas nas alíneas a), b) e c) do presente item.

0405 - ATRIBUIÇÕES DO OFICIAL DE NÁUTICA PARA O SERVIÇO DE RADIOCOMUNICAÇÕES

a) Genericamente

1) cumprir e fazer cumprir rigorosamente as normas constantes das Convenções Internacionais e dos regulamentos e instruções baixadas por autoridades brasileiras, sobre o Serviço de Radiocomunicações;

2) fornecer diariamente, ao Comandante, as previsões de tempo, Aviso aos Navegantes, comunicações de outras embarcações referentes a acidentes de navegação, sinais horários ou qualquer outra comunicação que possa interessar ao Comando da embarcação;

3) fazer a devida comunicação ao Imediato, de qualquer defeito que impossibilite o funcionamento dos equipamentos da Estação Radiotelegráfica da embarcação;

4) submeter, previamente, ao Comandante todo serviço de expedição e recepção da rádio, exceto o de natureza particular;

5) fazer entrega, sob recibo, ao Comandante das receitas arrecadadas com o serviço de expedição de rádios;

6) conservar em ordem e asseio o camarim da Estação Radiotelegráfica, zelando pela conservação e eficiência dos seus equipamentos sobressalentes, ferramentas, aparelhos de medição, publicações, manuais, formulários e material burocrático utilizados na execução dos serviços:

7) manter devidamente inventariado todo o material fixo e de consumo da Estação Radiotelegráfica por cuja guarda é responsável, inclusive livros de registros;

8) impedir a entrada de pessoas não autorizadas na cabine dos aparelhos de radiocomunicações;

9) assistir às inspeções e vistorias que forem feitas nos aparelhos da Estação Radiotelegráfica, prestando as informações que lhe forem solicitadas;

10) manter o Diário de Serviço Radioelétrico devidamente escriturado e assinado no inicio e encerramento dos quartos de serviços, sem borrões, rasuras ou emendas, com o registro de todas as ocorrências verificadas no decurso de cada quarto, submetendo-o diariamente, ao visto do Comandante;

11) organizar os mapas demonstrativos referentes ao tráfego de radiocomunicações de cada viagem, com os respectivos comprovantes;

12) fazer pedidos de suprimento do material necessário ao serviço da estação de bordo entregando-o ao Imediato, para os devidos fins;

13) manter arquivadas em pastas especiais, as mensagens, radiotelegramas, comprovantes das conferências radiotelefônicas, Boletins Meteorológicos, Aviso aos 'Navegantes, Boletins de Observação Meteorológica (OSB), Boletins de Posição da embarcação e outras informações de interesse da embarcação;

14)testar diária e semanalmente os aparelhos de reserva e salvatagem, bem como o estado da carga e conservação das baterias, organizando as respectivas tabelas de carga e descarga para as mesmas;

15)escoar o tráfego radiotelefônico e radiotelegráfico, oficial e particular, dando seguimento às conferências radiotelefônicas, originárias ou destinadas a embarcações, transmitindo e recebendo radiotelegramas e operando o Telex;

16)receber os Boletins Meteorológicos (NX), em viagem e nos portos, especialmente nos dias que antecedem a saída da embarcação;

17)transmitir os Boletins de Observações Meteorológicas (OBS) de bordo, aos vários centros de coleta da região onde navegar;

18)transmitir mensagens ou recebê-las, conforme o caso, de organizações nacionais ou internacionais de proteção à navegação;

19)fazer a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de radiocomunicações e radionavegação e seus acessórios, tais como antenas, baterias, conversores Tc., na escala exigida pela Carta de Habilitação de que seja possuidor;

20)orientar e fiscalizar a execução dos reparos dos aparelhos mencionados no item anterior, quando executados por oficinas terrestres, nos casos especiais;

21)fazer marcações radiogoniométricas nos casos de socorro e/ou quando o Comandante julgar necessário;

22)adestrar os Oficiais de Náutica de bordo no uso e manutenção do transceptor de baleeira ou assemelhado, transmissor de reserva e manipulador automático, para eventual utilização em emergências;

23)manter atualizadas as publicações de radiocomunicações, fazendo as respectivas correções, conforme os suplementos expedidos para esse fim;

24)manter o completo sigilo das radiocomunicações como preceituam os regulamentos;

25)efetuar, a operação, manutenção e pequenos reparos da aparelhagem da Estação Radiotelegráfica da embarcação, tais como: conversores, baterias, receptores e transmissores radiotelegráficos e radiotelefônicos, bem como dos radiogoniômetros, consoante os níveis de conhecimentos técnicos exigidos pelas Convenções Internacionais de Telecomunicações e demais dispositivos jurídicos internacionais, ratificados pelo Brasil; e

26)manter um serviço de radiocomunicações contínuo nas frequências apropriadas, durante seus períodos de serviço.

b) Nos Navios com GMDSS

Nos navios equipados com equipamentos do Sistema Marítimo Global de Socorro e Segurança (GMDSS), os Oficiais de Náutica com certificado de Radioperador Geral (EROG), previstos no Cartão de Tripulação de Segurança (CTS) cumprirão, conforme determinação do Comandante, as tarefas do serviço de Radiocomunicações.

0406 - DAS ATRIBUIÇÕES DO CONTRAMESTRE

O Contramestre é o encarregado da guarnição de convés da embarcação e como tal, responsável perante o Imediato pela disciplina, limpeza e eficiência no serviço de seus subordinados;

Ao Contramestre, compete:

1)as manobras da embarcação à proa, sob a ordem do oficial que as dirigir, e pela utilização do molinete nas operações que se fizerem necessárias, nas entradas e saídas dos portos, além da limpeza e conservação do mesmo;

2)cumprir serviço de quarto no passadiço, quando em viagem, e de divisões nas estadias, nos casos de imperiosa necessidade de substituição e por determinação do Comandante;

3)prumar, sempre que necessário, de acordo com as ordens do Comandante ou de Oficial que o substitua;

4)efetuar a distribuição da guarnição de convés, providenciando substituições, quando necessário, para os serviços de conservação, limpeza, pintura e demais trabalhos inerentes às respectivas funções, de acordo com as determinações do Imediato;

5)fazer cumprir todos os detalhes de serviço, sobretudo os que se relacionem com limpeza, arrumação e higiene dos alojamentos e paióis de convés, sanitários e banheiros dos marinheiros e moços;

6)controlar o licenciamento dos tripulantes da seção de convés, de acordo com as instruções do Imediato ou do Oficial que o substitua e comunicar ao Imediato ou ao Oficial de serviço, qualquer ocorrência verificada;

7)comunicar ao Imediato os reparos, substituições e suprimentos que se fizerem necessários, nos setores da embarcação de sua responsabilidade;

8)manter sob sua guarda e responsabilidade todo o material que lhe for entregue;

9)entregar ao Imediato a relação de saída de todo o material de convés de consumo diário, esclarecendo qual a sua aplicação, e fiscalizar a sua distribuição e arrecadação;

10)preparar todos os aparelhos de carga, com a devida antecedência, a fim de iniciar as operações ao atracar; na saída, preparar os mesmos aparelhos para a viagem;

11)auxiliar o Imediato nas verificações de estado das dalas, ralos e pocetos, bem como na abertura e fechamento dos porões;

12)auxiliar o Oficial de Náutica na conservação e manutenção do equipamento de salvatagem e combate a incêndio, existente na embarcação;

13)auxiliar o Imediato na faina de arrumação da carga no convés e na peação, proteção e reparo dos volumes de carga avariada, quando necessário, exceto aqueles que pela sua natureza, competirem à estiva: recolher aos locais determinados todo o material de peação por ocasião de descarga;

14)fechar as vigias que fiquem próximas à linha d'água e os rebordos de carga; zelar pelo vedamento de portas estanques, procedendo ao escoramento, tamponamento, percintagem e preparo de caixões de concretos; rebater as cunhas nas escotilhas e apertar as guardas dos porões;

15)encarregar-se da conservação das marcas de seguros e calados, abrir letras nos quadros ou em todos os lugares necessários, solicitando auxílio ao Imediato, sempre que preciso;

16)verificar o calado, terminadas as operações de estiva e antes da saída de cada porto, registrando seus valores nos quadros competentes e notificando ao Imediato;

17)manter a limpeza, arrumação e condições de higiene dos conveses, paióis, corredores, camarotes, alojamentos, banheiros e sanitários da seção de convés;

18)dirigir as tarefas de limpeza, lavagem e remoções de resíduos dos porões e tanques, bem como as tarefas de baldeação de conveses, anteparas, superestruturas gigantes, mastros etc.;

19)auxiliar o Imediato nas fainas de convés por ocasião de acidentes;

20)observar o tratamento dos guinchos, cabrestantes, amarras, âncoras, paus de carga, rodetes, tamancas, aparelhos de laborar, embornais, portas estanques, portas de madeira, corrimãos, escadas, vigias, dobradiças, balaústres, fechaduras, atracadores e maçanetas, zelando para que estejam, sempre, em bom estado de conservação para pronto uso;

21)dirigir os serviços de recebimento a bordo do material de rancho, de materiais diversos e demais peças da embarcação; e

22)entregar ao Imediato, no fim de cada viagem, a relação do material a ser recolhido ao local indicado pelo Armador.

0407 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS INTEGRANTES DO SERVIÇO GERAL DE CONVÉS

a) Aos integrantes do Serviço Geral de Convés, compete:

1)atender às manobras da embarcação, ocupando os postos para os quais tenha sido escalado;

2)ajudar na execução das manobras de fundeio, suspender, atracar, desatracar, entrada e saída de diques e quaisquer outras fainas.

3)receber, no convés da embarcação, e transportar para os paióis respectivos o material de custeio pertencente à seção de convés;

4)operar os aparelhos de manobra e peso, nas fainas da embarcação (acionar guinchos, suspender e arriar paus de carga, guindastes, preparar cábreas, acunhar e desacunhar escotilhas, colocar dalas, rateiras, defensas e balões no costado, luz de bulbo, cabo de segurança de proa e popa) ou onde se fizer necessário;

5)executar os serviços necessários a conservação, tratamento, limpeza e pintura da embarcação, dos paióis (paiol da amarra, conveses, costado, escotilhas, amuradas, escadas, varandas, passarelas, superestruturas, mastros, guindastes, cábreas, gigantes, turcos, tetos, anteparas, balsas, berços, baleeiras, extratores de ar, ventiladores de gola) e dos demais compartimentos de sua responsabilidade;

6)executar todas as tarefas determinadas pelo Contramestre da embarcação, tais como limpeza, tratamento, pintura, lubrificação e quaisquer outras rotinas de manutenção do material de convés.

7)baldear e adoçar a embarcação;

8)executar os serviços necessários a conservação e pintura das embarcações auxiliares, mangueiras de incêndio, bombas, bóias, salva-vidas, balsas, bancos e todo material volante;

9)executar os serviços necessários a conservação dos estais, brandais, ovéns e amantes, pelos consertos em estropos e fundas, costura em lona e demais cabos de bordo;

10)auxiliar o Contramestre em todas as fainas do convés, inclusive nas sondagens;

11)executar os serviços necessários a conservação dos próprios camarotes;

12)auxiliar o Contramestre em todas as fainas do convés, efetuando pessoalmente a distribuição e o recolhimento do material necessário a faina diária, quando nas funções de Faroleiro; e

13)colocar na proa e popa, junto às tomadas de carga e combustível, e nos locais de embarque de cargas perigosas, o material móvel de combate a incêndio, quando determinado pelo Oficial responsável.

0408 - DAS ATRIBUIÇÕES DO TIMONEIRO, VIGIA E VIGIA DE PORTALÓ

a) Ao Subalterno integrante do Quarto de Navegação - Timoneiro e Vigia, compete:

1)fazer o serviço de leme procurando manter a embarcação no rumo indicado, fazendo, normalmente, quarto de quatro (4) horas, com revezamento de hora em hora no serviço de vigia, notificando imediatamente ao Oficial de quarto, qualquer ocorrência que se verifique na agulha ou no governo da embarcação;

2)colocar ou retirar a escada para embarque ou desembarque do prático, içar e arriar as bandeiras e sinais designados pelo Oficial de quarto, lançar e colher o odômetro e informar a sua leitura;

3)atender, em caso de mau tempo iminente, às manobras dos ventiladores do convés e efetuar o fechamento das portas e vigias;

4)estar atento às ordens de manobras recebidas do Comandante ou do Prático da embarcação e avisar, com antecedência necessária, aos Oficiais e Tripulantes que vão entrar em serviço;

5)reparar, içar e arriar as bandeiras e sinais regulamentares, em todas as ocasiões que se fizerem necessárias e acionar buzinas ou tocar sino, em caso de cerração;

6)fazer o serviço de vigia no passadiço, em quarto de quatro (4) horas, com revezamento de hora em hora com o Timoneiro;

7)observar, com atenção, ao movimento da embarcação, bem como pontos de terra, derelitos ou qualquer outra incidência, comunicando ao Oficial de quarto;

8)executar a limpeza diária do convés do passadiço, casa do leme, camarim de cartas, vidro das vigias fixas e rotativas e outros compartimentos nesse convés.

b) Ao subalterno integrante do Serviço Geral de Convés - Vigia de Portaló, compete:

1)permanecer em seu posto e só se afastar em cumprimento de obrigação inerente ao seu cargo, solicitando, sempre que possível, substituto;

2)apresentar-se sempre uniformizado; manter-se em atitude respeitosa, tratando a todos que lhe pedirem informações com a máxima urbanidade e respeito;

3)impedir a entrada de pessoas estranhas a bordo, conforme as ordens que receber, dando ciência ao Oficial de serviço de qualquer anormalidade nesse sentido;

4)zelar pelas escadas de portaló e pranchas de desembarque, arriar, içar as escadas e pranchas de portaló, preparando as balaustradas e armando as redes de proteção;

5)comunicar aos seus superiores qualquer ocorrência que observar ou que tiver conhecimento, relativa à segurança da embarcação;

6)despertar a guarnição de convés e transmitir-lhe as instruções recebidas;

7)ter sob sua responsabilidade a guarda das chaves dos paióis de convés que lhe forem entregues;

8)inspecionar, periodicamente, quando a embarcação estiver atracada ou fundeada, a situação das amarras, cabos de amarração, rateiras, embarcações que porventura estejam a contrabordo, defensas, sinais e luzes regulamentares;

9)içar e arriar, no horário regulamentar, a Bandeira Nacional e os sinais de praxe;

10)observar e corrigir a posição dos ventiladores dos porões em ocasiões de chuvas e aguaceiros;

11)acender e apagar as luzes da embarcação;

12)fiscalizar as entradas e as saídas de volumes; e

13)manter o quadro de saída da embarcação do porto devidamente escrito, assinalando data e hora da partida. O serviço de Vigia de Portaló será executado por Quarto ou Divisão, observando a legislação em vigor.

0409 - DAS ATRIBUIÇÕES DO FIEL DE PORÃO

Ao Subalterno integrante do Serviço Geral de Convés - Fiel do Porão, compete:

1)fiscalizar a correta preparação dos pisos, anteparas, pés de carneiro, terminais de ventilação, tubos de detetor de fumaça, sistema de combate a incêndio, ralos dos pocetos, cobrindo-os com serrapilheiras, e dos porões e cobertas, antes do embarque das cargas;

2)preparar, no início ou término das operações de carga e descarga e, quando necessário, a cobertura e fechamento dos porões e cobertas;

3)fiscalizar para que as praças previamente designadas pelo Imediato ou seu substituto sejam ocupadas corretamente;

4)fiscalizar para que não se fume nos porões ou cobertas; quando tiver necessidade de ausentar-se, temporariamente, pedir substituto;

5)providenciar para que os volumes de cargas avariados sejam reparados, assim como no caso de existirem volumes com indício de violação comunicar tal fato a seus superiores, para as devidas providências;

6)opor-se a que sejam violados, danificados ou desviados os volumes de carga e, sempre que observar tal ocorrência ou da mesma for avisado, comunicar imediatamente aos seus superiores;

7)acompanhar o horário de refeições da estiva;

8)responder pela varredura dos porões, tendo em vista que a carga é da responsabilidade do armador;

9)providenciar a iluminação dos porões, quando for necessário;

10)auxiliar na limpeza e inspeção dos porões, de acordo com as instruções do Mestre, tendo especial atenção aos pocetos e ralos, bocas de ventilação e sistema CO2; e

11)providenciar, antes do início dos carregamentos, o material que se fizer necessário à operação; e

12)Os fiéis cumprirão horário de serviço de acordo com as operações de carga e descarga, observando-se a legislação em vigor.

SEÇÃO DE MÁQUINAS

0410 - DAS ATRIBUIÇÕES DO CHEFE DE MÁQUINAS

a)Ao Chefe de Máquinas, compete:

1)responder pela direção técnica, econômica, disciplinar e administrativa do setor a seu cargo, na qualidade de encarregado da Seção de Máquinas;

2)ser responsável pela conservação, manutenção e limpeza de todos os aparelhos, acessórios e equipamentos da seção de máquinas, mantendo atualizado o sistema de gerenciamento e planejamento da manutenção;

3)receber e cumprir as ordens do Comandante, bem como observar as orientações do órgão técnico do armador, relativas ao serviço de sua seção;

4)controlar o serviço de extraordinários realizados e autorizados pelo Comandante; nos casos de imperiosa e inadiável execução de serviços extraordinários, sem autorização, informar, logo que possível, essa decisão ao Comandante;

5)organizar os detalhes de serviço e as incumbências individuais de todo o pessoal de sua seção, visando ao máximo aproveitamento do pessoal, quer no serviço de quarto, quer no de divisão;

6)gerenciar, pessoalmente, na praça de máquinas toda e qualquer manobra da embarcação;

7)formular e apresentar ao Comandante, para o competente "Visto", todos os pedidos de reparo e de suprimento necessários ao serviço da seção a seu cargo;

8)coordenar o recebimento, controlar o consumo e zelar pela economia de combustíveis, lubrificantes e de todo o material requisitado para sua seção, por cuja aplicação é responsável;

9)ter sob sua responsabilidade o serviço de aguada, cuja distribuição será feita em conjunto com o Imediato;

10)planejar e controlar os reparos da seção de máquinas que puderem ser executados pelo pessoal de bordo e supervisionar os que forem feitos por oficinas de terra, mesmo que os aparelhos ou máquinas estejam nas demais seções da embarcação;

11)comunicar, imediatamente, por escrito, ao Comandante, quando julgar necessário, todas as ocorrências e anormalidades que se derem nos serviços da seção a seu cargo;

12)manter devidamente inventariado todo o material volante ou fixo e sobressalentes da Seção de Máquinas, podendo cautelar itens aos seus utilizadores diretos;

13)verificar e informar a cubagem dos tanques de lastro, de combustível, de aguada e de lubrificantes, assim como o estado das máquinas, caldeiras e demais aparelhos auxiliares, e tudo mais que interessar ao bom andamento dos serviços da embarcação, inclusive todo material inventariado, quando passar o cargo ao seu substituto;

14)elaborar e apresentar ao Comandante, quando necessário, toda documentação exigida pelo armador;

15)fornecer diariamente ao Comandante, ao meio-dia, em viagem, o "Boletim de Máquinas";

16)fiscalizar a escrituração do "Diário de Máquinas", para que nele sejam registradas todas as ocorrências verificadas no decorrer dos quartos ou divisões, bem como qualquer trabalho executado na respectiva seção;

17)proibir a entrada de pessoas estranhas à embarcação na praça de máquinas e de caldeiras, bem como que se guardem naqueles compartimentos, objetos alheios ao serviço da seção, comunicando, obrigatoriamente, ao Comandante, tais ocorrências;

18)proibir que o pessoal da sua seção execute trabalho que não se relacione com o serviço da embarcação;

19)providenciar para que os guinchos, molinetes, guindastes e redes de encanamentos não sofram congelamentos nas zonas frias;

20)atentar para que o consumo e a distribuição de água e combustível não prejudiquem as condições normais de navegabilidade da embarcação;

21)confeccionar as listas de sobressalentes da Seção de Máquinas, de acordo com as exigências regulamentares da Alfândega dos portos de escala;

22)permanecer a bordo nos portos, durante o expediente, ou além dele, quando o trabalho assim o exigir, afastando-se somente com autorização do Comandante, passando o serviço ao seu substituto legal;

23)comunicar ao Comandante, antes da saída da embarcação, as ausências porventura existentes de tripulantes da seção de máquinas;

24)nas embarcações que possuírem porões e/ou porta contentores frigoríficos, os Chefes de Máquinas ficarão ainda com as seguintes atribuições:

24.a coordenar com o Imediato a abertura e fechamento das escotilhas e escotilhões ou tampões, onde houver movimento de carga;

24.b certificar-se da quantidade e da qualidade da carga a embarcar, bem como do seu destino, assim como fiscalizar, em colaboração com o Imediato, a arrumação das cargas, a fim de que sua conservação não sofra alteração;

24.c providenciar para que as temperaturas sejam convenientemente mantidas no interior dos contentores, de acordo com as determinações específicas, efetuando a manutenção de todo o equipamento referente a esse setor; manter contato com o Imediato, quando necessário;

25)implementar as ações e procedimentos para atender ao plano de prevenção e combate à poluição adotado a bordo; e

26)contribuir na execução de um programa continuado e periódico de treinamento para familiarização de novos tripulantes e para manutenção do nível operacional da tripulação.

b) Ao Subchefe de Máquinas, compete:

1)substituir o Chefe de Máquinas na sua falta ou impedimento;

2)fazer a distribuição dos serviços da Seção de Máquinas, de acordo com os detalhes organizados pelo Chefe de Máquinas, fiscalizando-os convenientemente, e executando os que lhe competir;

3)distribuir e fiscalizar as quantidades do material retirado dos paióis para o serviço diário, bem como o seu recolhimento;

4)responsabilizar-se pelo material que ficar sob sua guarda, assinando a respectiva cautela, e responder pelas faltas do mesmo, quando assim ocorrer;

5)comunicar ao Chefe de Máquinas qualquer ocorrência e anormalidade que se verificar na Seção de Máquinas, não só quanto ao pessoal, como quanto aos equipamentos em geral e materiais, fazendo o registro no "Diário de Máquinas";

6)registrar todos os serviços de manutenção, prevenção, correção e classificação contínua, ocorridas durante o seu serviço;

7)fiscalizar, diariamente, as sondagens dos tanques de água, óleo e lastro;

8)fazer o serviço de quarto ou divisão quando a lotação da embarcação assim o exigir;

9)fiscalizar o recebimento de aguada, óleo combustível, óleo lubrificante, material permanente e de consumo, sempre que o Chefe de Máquinas assim determinar;

10)adestrar os praticantes e estagiários, quando embarcados, conforme o programa de treinamento e familiarização de bordo;

11)encarregar-se do adestramento dos tripulantes de máquinas, pondo-os a par das Normas e Instruções Técnicas da embarcação e da Empresa; e

12)Observar as orientações do órgão técnico do armador relativas ao serviço de sua seção.

c)Ao Oficial de Máquinas, compete:

1)substituir o Subchefe (se for o mais antigo que se segue) na sua falta ou impedimento;

2)fazer os quartos (encarregado do serviço de quarto de máquinas) e divisões para os quais foi designado, dando imediato conhecimento ao Chefe ou Subchefe das ocorrências verificadas, fazendo o devido registro no "Diário de Máquinas";

3)dar cumprimento às ordens de serviço recebidas para a boa condução, conservação e limpeza de todos os motores e equipamentos, zelando pelo seu bom funcionamento;

4)executar os serviços para os quais for designado pelo Chefe de Máquinas, tais como de encarregado dos motores, caldeiras, sistema elétrico, frigoríficas, bombas, aparelhos de governo, aparelhos de suspender e de movimentação de carga, sistema de óleo combustível e água de alimentação;

5)incumbir-se dos serviços de reparo que possam ser feitos com recursos de bordo, além da conservação e ajustagem dos diversos equipamentos; e

6)responder pela guarda e conservação das ferramentas que lhe forem entregues, assinando a respectiva cautela e responsabilizando-se pelas faltas que ocorrerem.

0411- DAS ATRIBUIÇÕES DOS AQUAVIÁRIOS SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE MÁQUINAS

a) Ao Condutor de Máquinas, compete:

1)executar todos os serviços afetos a sua especialidade, de acordo com as determinações do Chefe de Máquinas, de modo a manter, sob a supervisão do Oficial de Máquinas de Serviço, todos os aparelhos, instalações mecânicas, hidráulicas e pneumáticas funcionando corretamente;

2)estar presente na Praça de Máquinas, ou em outro local previamente determinado, durante as manobras da embarcação ou em situações de emergências;

3)inspecionar, com antecedência, sob a orientação do Oficial de Máquinas de Serviço, os sistemas necessários à manobra da embarcação, mantendo-os sempre em boas condições de funcionamento;

4)ter sob sua guarda o material que lhe for entregue, responsabilizando-se pelas faltas que ocorrerem e assinando as devidas cautelas; e

5)fazer os quartos e divisões de serviço para os quais for designado, dando imediato conhecimento ao Oficial de Máquinas de Serviço de todas as ocorrências verificadas.

b)Ao Condutor de Máquinas, na função de Mecânico compete:

1)executar, com a máxima presteza e economia, os serviços de sua profissão, quer na recuperação, quer na confecção de peças destinadas aos reparos das máquinas de bordo, dentro do regime normal de trabalho, ou fora dele, a critério do Chefe de Máquinas; e

2)zelar pela boa conservação e bom funcionamento das máquinas, aparelhos e ferramentas da Oficina de bordo, mantendo-as sempre limpas e arrumadas; assinar cautela responsabilizando-se pelas faltas de material que venham a ocorrer.

c)Ao Condutor de Máquinas, na função de Bombeador compete

1)conservar, manter e operar as bombas de carga e suas instalações;

2)zelar pela limpeza, conservação e manutenção do material, ferramentas e utensílios da Casa de Bombas e paióis a seu cargo, pelo equipamento de gás inerte, assinando as cautelas e responsabilizando-se pelas faltas que ocorrerem;

3)zelar pela conservação das redes de carga e de descarga e suas válvulas, redes de vapor no convés, serpentinas de aquecimento dos tanques de carga e redes de expansão dos gases, executando os reparos que se fizerem necessários, dentro de suas atribuições;

4)manter limpas e em condições de operação as redes e tanques de carga;

5)interromper, antes de qualquer providência ou ordem, o recebimento ou descarga, quando verificar qualquer defeito ou anormalidade que possa trazer riscos, perigos, avarias ou poluição do meio ambiente;

6)trabalhar sob as ordens do Imediato, nas operações de carga, descarga, lastro e deslastro, baldeação e preparação de porões e tanques; e

7)conectar e desconectar os mangotes de carga e de descarga, por ocasião das operações de carga e descarga, colocando e retirando reduções quando for necessário.

d) Ao Eletricista, compete:

1)executar todos os serviços de sua especialidade de acordo com as determinações do Chefe de Máquinas, de modo a manter todos os aparelhos, instalações elétricas e de iluminação funcionando corretamente;

2)estar presente na praça de máquinas durante as manobras da embarcação e em qualquer situação de emergência;

3)inspecionar, com a antecedência necessária, o sistema de comunicações interiores, luzes de navegação, luzes interiores, guindastes, molinetes, grupos conservadores, máquinas do leme, bem como todos os motores e equipamentos elétricos e eletrônicos de automação e controle de bordo, mantendo-os sempre em boas condições de funcionamento; e

4) ter sob sua guarda e responsabilidade todo o material, ferramentas e aparelhos afetos à sua especialidade, zelando pela respectiva conservação e assinando as devidas cautelas.

e) Aos integrantes do Serviço Geral de Máquinas

1) Ao Marinheiro de Máquinas compete:

a) executar, no serviço de quarto (integrante do quarto de serviço de máquinas) ou de divisão, os trabalhos de lubrificação geral dos motores principais e auxiliares; as manobras de vapor, óleo, água e sondagem; manter esgotados os porões e alimentação das caldeiras; executar a manutenção e limpeza de maçaricos e filtros; e participar nas fainas de tratamento, conservação e pintura, nas embarcações com praça de máquinas desguarnecida (fechada);

b) comunicar ao Oficial de Máquinas do Quarto de serviço qualquer anormalidade que ocorra na praça de máquinas e na frente de caldeiras, não sendo permitido o seu afastamento para atender a qualquer outro setor, a não ser por necessidade imperiosa, que deverá ser comunicado previamente ao Oficial de Serviço;

c) dar imediato conhecimento ao Oficial de Máquinas de serviço de qualquer variação na leitura dos instrumentos de medidas de pressão e temperatura, bem como das indicações dos aparelhos de alarme que possam influir no bom funcionamento das máquinas e aparelhos a seu cargo; e

d) verificar as condições de operação, pelo menos uma vez por quarto ou divisão, dos sistemas fora da praça de máquinas (ar condicionado, frigoríficas, engaxetamento de bucha, máquina do leme etc.) quando o Oficial de Serviço assim determinar.

2) Ao Moço de Máquinas e ao Marinheiro Auxiliar de Máquinas compete:

a) auxiliar, quando em serviço de quarto ou divisão, os Marinheiro de Máquinas;

b) limpar, pintar e conservar as praças de máquinas, motores, caldeiras e chaminé; efetuar o transporte de materiais de sua seção; e

c) efetuar a limpeza dos próprios camarotes.

Observação:

- o Cartão de Tripulação de Segurança (CTS) e a TABELA MESTRA deverão designar os tripulantes para o exercício das diversas funções a bordo; e

- o Anexo 2-A contém as certificações e as principais funções (e restrições/limitações) a serem exercidas na embarcação.

0412 - DAS ATRIBUIÇÕES DO COZINHEIRO E TAIFEIRO

a) Ao Cozinheiro compete:

1) cumprir e fazer cumprir todas as ordens ou determinações que receber dos seus superiores, relativas aos serviços de sua especialidade;

2) responder pelo rancho despachado para o serviço diário da cozinha, esmerando-se para que o seu preparo seja feito o mais higiênico e escrupulosamente possível;

3) executar os serviços de confeiteiro nas embarcações que não tiverem tripulantes dessa especialidade;

4) fiscalizar os gêneros entregues na cozinha, providenciando transporte, guarda e conservação dos mesmos;

5) dirigir pessoalmente a distribuição dos alimentos durante as refeições;

6) zelar pela conservação, limpeza e asseio de todas as dependências da cozinha, bem como dos utensílios;

7) usar e exigir que os demais usem, igualmente, a indumentária apropriada aos serviços culinários, mantendo-a sempre limpa e asseada;

8) comunicar ao Gestor toda e qualquer suspeita acerca do estado de saúde de seus auxiliares, como também toda e qualquer falta disciplinar acorrida;

9) assinar cautelas de responsabilidade do material entregue para os serviços de suas atribuições, responsabilizando-se pelas faltas ocorridas;

10) executar as fainas gerais de limpeza da cozinha e dos demais utensílios;

11) executar o transporte de gêneros do paiol e câmaras frigoríficas para a cozinha;

12) apresentar-se ao Gestor após o término diário dos serviços, a fim de receber ordens para o dia seguinte; e

13) comunicar ao Gestor, ou a quem suas vezes fizer, toda e qualquer anormalidade verificada nos serviços que lhe estão afetos.

b) Ao Cozinheiro é vedado:

1) distribuir comida a pessoas não autorizadas pelo Gestor;

2) fumar ou permitir que fumem nas dependências da cozinha; e

3) permitir a presença na cozinha de pessoas estranhas ao serviço.

c) Ao Taifeiro compete:

1) atender, com a maior solicitude e presteza, tratando com respeito e cortesia aos passageiros, oficiais e subalternos;

2) apresentar-se uniformizado;

3) servir, nas salas de refeições de acordo com as determinações do Imediato;

4) efetuar todos os serviços inerentes à conservação, limpeza dos materiais e das dependências habitáveis (camarotes, escadas internas, corredores, aparelhos sanitários, banheiros, salões), inclusive de seu próprio alojamento ou camarote;

5) permanecer no posto para o qual foi destacado, durante o embarque de passageiros, a fim de atender aos serviços determinados pelos seus superiores;

6) prestar todas as informações pedidas pelos passageiros, com a máxima urbanidade e respeito;

7) servir as refeições nos camarotes, aos passageiros, somente quando autorizado pelos seus superiores;

8) fazer plantões e vigias de acordo com a tabela de serviço;

9) levar ao conhecimento dos superiores qualquer irregularidade notada;

10) efetuar a limpeza diária dos camarotes de passageiros, oficiais e subalternos, para os quais for destacado, bem como das copas, salões, farmácia, enfermarias e demais dependências afetas à Seção de Câmara;

11) ter sob sua guarda e responsabilidade, assinando a respectiva cautela, os materiais que lhe forem entregues respondendo pelas faltas ou extravios dos mesmos;

12) efetuar o transporte da bagagem dos passageiros e Oficiais;

13) receber e transportar, para os respectivos paióis, o rancho, o material de custeio geral, assim como a roupa de cama e mesa;

14) manter as copas rigorosamente limpas e asseadas, evitando reuniões, palestras ou algazarras, bem como fumar;

15) manter sob sua guarda as chaves das gavetas, armários e portas dos salões, bem como os copos, cristais, vidros, talheres e louças, respondendo pelas faltas ou extravio dos mesmos; e

16) atender, dentro das instruções superiores, aos oficiais de quarto que necessitem dos seus serviços.

d) Ao Taifeiro, como Paioleiro e sem prejuízo de suas atribuições gerais, compete:

1) manter devidamente conservados, limpos e em ótimas condições, de higiene os paióis de mantimentos, câmaras frigoríficas e suas dependências e geladeiras;

2) receber, controlar e guardar todos os gêneros destinados ao abastecimento da embarcação, fazendo a sua arrumação nos paióis e câmaras frigoríficas ou geladeiras, de modo a evitar qualquer deterioração dos mesmos;

3) fazer a entrega, diariamente, de acordo com o cardápio, dos gêneros secos e frescos, destinados ao preparo da alimentação, verificando o estado de conservação dos mesmos, pesando-os e conferindo-os;

4) não permitir, terminantemente, que se fume nos paióis, câmaras ou antecâmaras frigoríficas;

5) providenciar para que a carne arrumada nas câmaras frigoríficas ou geladeiras não fique em contato com peixes, nem estivada englobadamente, devendo ficar separada uma parte da outra, de modo a permitir a livre circulação entre elas;

6) receber e entregar ao Gestor, após conferidas as notas de entrega de gêneros para os paióis e frigoríficas, assim como as de saída para o consumo, discriminando qualidade, número, peso e espécie;

7) proceder ao balanço dos paióis e câmaras frigoríficas, sempre que lhe for determinado;

8) auxiliar os demais Taifeiros, sem prejuízo de suas funções no paiol;

9) apresentar-se, diariamente, ao Gestor, após o término dos serviços, a fim de receber ordens para o dia seguinte;

SEÇÃO DE SAÚDE

0413 - DAS ATRIBUIÇÕES DO ENFERMEIRO E/OU AUXILIAR DE SAÚDE

a) Ao Enfermeiro e/ou Auxiliar de Saúde, compete:

1) manter a farmácia, enfermaria e isolamento em perfeito estado de conservação, ordem, limpeza e higiene;

2) comunicar, por escrito, ao Comandante, via Imediato, sempre que internar qualquer pessoa na enfermaria de bordo, bem como a existência de qualquer pessoa atacada de moléstia infecto-contagiosa ou sujeita à notificação compulsória, providenciando, nesses casos, as medidas necessárias para evitar o contágio da moléstia;

3) cumprir, rigorosamente, as instruções do Departamento Nacional de Saúde ou de outro órgão governamental competente;

4) examinar, diariamente, os gêneros que saírem dos paióis e câmaras frigoríficas de bordo, para a preparação dos alimentos;

5) assistir, obrigatoriamente, a entrada do material de rancho a bordo, a fim de examinar a sua qualidade, comunicando ao Comandante, via Imediato, qualquer irregularidade, inclusive sobre o estado dos locais onde são guardados os mantimentos;

6) fiscalizar o embarque de passageiros por ocasião de sua entrada a bordo, recusando todos aqueles que forem portadores de moléstia infecto-contagiosa ou de outras, que por sua natureza não possam ser tratadas durante a viagem;

7) acompanhar o Comandante por ocasião das inspeções às diferentes dependências de bordo;

8) manter-se a par do estado de saúde dos tripulantes e dos que não estiverem em condições de permanecer a bordo, informando ao Imediato;

9) atender, independente de horário, a qualquer acidente pessoal ocorrido a bordo, prestando à vitima os socorros de urgência

necessários e, como técnico, classificando as lesões;

10) atender à visita das autoridades sanitárias nos portos nacionais e estrangeiros;

11) prestar informações ao Comandante, via Imediato, sobre o estado sanitário de bordo;

12) acompanhar a bordo os serviços de desratização, dedetização, desbaratização, fumigação, descontaminação e desinfecção;

13) permanecer no posto médico de bordo durante o horário previamente determinado pelo Comandante;

14) manter, devidamente inventariado, todo o material de saúde (material cirúrgico, medicamentos e utensílios de farmácia) e material de primeiros socorros, zelando pela sua conservação e respondendo por qualquer falta a encontrada;

15) formular os pedidos de medicamentos e materiais necessários, encaminhando-os ao Comandante, via Imediato; e

16) apresentar relação do material de saúde existente a bordo que tiver que ser entregue às autoridades de cada porto.

SEÇÃO II

NAVEGAÇÃO INTERIOR, HIDROVIAS INTERIORES, ÁREAS MARÍTIMAS ABRIGADAS E APOIO PORTUÁRIO

0414 - DAS ATRIBUIÇÕES DO COMANDANTE

Ao Comandante (Patrão), compete:

1) exercer as atribuições conferidas ao Comandante, previstas na Seção I - Navegação Marítima em Mar Aberto de Longo Curso, Cabotagem e Apoio Marítimo - no que lhes for aplicável, observadas as seguintes particularidades;

2) cumprir e fazer cumprir por todos de bordo as leis e regulamentos em vigor, mantendo a disciplina de sua embarcação, zelando pela execução dos deveres dos tripulantes de todas as categorias e funções sob as suas ordens;

3) inspecionar a embarcação, diariamente, para verificar as condições de segurança, asseio e higiene, notificando a Administração sobre as necessidades da embarcação;

4) cumprir as disposições previstas nas instruções sobre os meios de salvamento e tomar as providências necessárias à segurança da embarcação, em tráfego ou parada;

5) instruir todos os tripulantes no sentido de que conheçam seus deveres;

6) examinar e providenciar a substituição do material de poleame, massame e sinalização, quando necessário;

7) fiscalizar o carregamento da embarcação para evitar carga e passageiros além da capacidade autorizada pela Capitania dos Portos;

8) cumprir e fazer cumprir o regulamento para evitar abalroamento;

9) socorrer outras embarcações em todos os casos de sinistro, prestando o máximo auxílio, sem risco para a sua embarcação e passageiros;

10) resistir, por todos os meios e modos, às violências que forem intentadas contra a embarcação e sua carga, garantindo-se, documentadamente, por protestos;

11) dar conhecimento à Administração da Empresa e à Capitania dos Portos de todas as irregularidades havidas a bordo;

12) impor penas disciplinares aos seus subordinados que deixarem de cumprir o dever ou perturbarem a ordem da embarcação;

13) fazer alijar a carga, quando necessário, e por motivo de força maior, que ponha em perigo a embarcação, a tripulação ou passageiros, registrando, de forma detalhada, a ocorrência no "Diário de Navegação";

14) fazer com que os passageiros cumpram as determinações em vigor a bordo da embarcação de forma que não acarretem risco para a embarcação, tripulantes e demais passageiros; entregar às autoridades competentes aqueles que se negarem a cumprir tais exigências e registrar a ocorrência no "Diário de Navegação";

15) fazer cumprir o uniforme do dia, conforme determina o Regulamento de Uniformes para a Marinha Mercante do Brasil;

16) autorizar os serviços extraordinários a bordo que se fizerem necessários, de acordo com as leis que regem a matéria;

17) ter sempre prontos os documentos exigidos pela Capitania dos Portos;

18) fiscalizar o serviço e o abastecimento de combustível e aguada, para assegurar a normalidade da viagem;

19) certificar-se de que os tripulantes estão a bordo, antes da saída da embarcação; e

20) proceder, por ocasião da passagem de Comando de sua embarcação, à inspeção geral da mesma em companhia de seu substituto.

O Patrão jamais poderá abandonar a embarcação, por maior perigo que se ofereça, a não ser em virtude de naufrágio, oportunidade em que deve orientar o abandono, por parte de passageiros e tripulantes, procurando proteger consigo o "Diário de Navegação".

SEÇÃO DE CONVÉS

0415 - DAS ATRIBUIÇÕES DO IMEDIATO

Ao Imediato compete:

a) exercer as atribuições conferidas ao Imediato, previstas na Seção I - Navegação Marítima em Mar Aberto de Longo Curso, Cabotagem e Apoio Marítimo - no que lhe for aplicável; e

b) nos portos onde não houver conferentes, assistir e conferir as cargas não lhe cabendo, entretanto, nenhuma responsabilidade por volumes de fato não embarcados, embora constando dos manifestos de carga.

0416 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS OFICIAIS FLUVIÁRIOS DE CONVÉS (Capitão Fluvial):

Ao Capitão Fluvial, compete:

Exercer as atribuições conferidas aos Oficiais previstas na Seção I - Navegação Marítima em Mar Aberto de Longo Curso, Cabotagem e Apoio Marítimo - no que lhe for aplicável.

0417 - DAS ATRIBUIÇÕES DOS FLUVIÁRIOS INTEGRANTES DO SERVIÇO GERAL DE CONVÉS (SGC) OU DO SERVIÇO DE QUARTO DE NAVEGAÇÃO (SQN)

Aos integrantes do Serviço Geral de Convés, compete:

1) quando exercendo funções nas embarcações do Apoio Portuário, rebocadores e embarcações que conduzam passageiros:

a) fazer o serviço de leme, quando for determinado pelo Comandante;

b) executar serviços de marinharia, como sejam, atracação e desatracação, dar cabo de reboque, substituir o material de massame e poleame fazendo ainda costura nos cabos, de acordo com as ordens recebidas do Comandante da embarcação;

c) picar ferrugem e proceder à pintura nas partes do convés tais como: bordas falsas, anteparas, varandas, mastros, turcos e ventiladores, baleeiras, quando houver; e

d) fazer a baldeação nas partes de convés da embarcação, lavar branco, fazer a limpeza do metal do convés e varrer as partes que conduzem os passageiros;

2) quando exercendo funções de Vigia de Chata:

a) responsabilizar-se pelos materiais pertencentes à Chata e exercer a vigilância das embarcações sob sua guarda, impedindo por todos os meios compatíveis que pessoas estranhas penetrem na embarcação; caso se sinta impotente para o fazer, pedir o auxílio que for possível;

b) zelar pela limpeza e conservação da embarcação, fiscalizando a estanqueidade, movimentando a bomba manual quando se fizer necessário;

c) atender às manobras de atracação, desatracação e reboque;

d) cumprir as ordens emanadas do Mestre da lancha ou rebocador, quando a Chata estiver sendo rebocada; e

e) solicitar à Administração todo material para embarcação e providências relativas ao serviço aos Moços de Convés, exercendo funções de Vigia de Chata, é vedado fumar ou fazer fogo quando a Chata estiver operando com inflamáveis ou explosivos.

3) quando integrando o SQN, receber rações ou o capim a bordo da embarcação e aplicá-lo na alimentação do gado.

SEÇÃO DE MÁQUINAS

0418 - DAS ATRIBUIÇÕES DO CHEFE DE MÁQUINAS, DO SUBCHEFE DE MÁQUINAS DOS OFICIAIS DE MÁQUINAS E DOS SUBALTERNOS INTEGRANTES DOS SERVIÇOS DE QUARTOS DE MÁQUINAS E DO SERVIÇO GERAL DE MÁQUINAS:

a) exercer as atribuições conferidas aos aquaviários da Seção de Máquinas do 1º Grupo

Marítimos previstas na Seção I Navegação Marítima em Mar Aberto de Longo Curso, Cabotagem e Apoio Marítimo no que lhes for aplicável; e

b) adotar medidas que garantam o cumprimento das seguintes atribuições:

1) lubrificação das máquinas ou dos motores principais e auxiliares, manobra de vapor, óleo e água quando houver tanque na praça de máquinas, esgoto de porões e alimentação de caldeiras e fornecer água para baldeação; e

2) manter na praça de caldeiras a pressão necessária ao bom funcionamento de todas as máquinas principais e auxiliares e ter toda atenção nas bombas e auxiliares na frente da caldeira.

SEÇÃO III

ATRIBUIÇÕES COMUNS A TODOS OS TRIPULANTES

0419 - PRECEITOS PARA OS TRIPULANTES NA NAVEGAÇÃO EM MAR ABERTO E INTERIOR

A todos os tripulantes, compete:

1) executar com zelo e eficiência os serviços que lhe são afetos;
2) cumprir as leis em vigor e as presentes Normas;
3) obedecer ao Comandante e demais autoridades de bordo;
4) cumprir a organização de bordo e as instruções expedidas pelo Armador, ou por seu preposto, representante legal ou Proprietário;
5) abster-se de rixas e desordens a bordo;
6) manter decência no tratamento com os demais tripulantes;
7) não se ausentar de bordo sem prévio consentimento do Comandante;
8) apresentar-se a bordo pronto para seguir viagem no tempo contratado;
9) não se recusar a seguir viagem;
10) auxiliar o Comandante em caso de ataque à embarcação ou sobrevindo qualquer sinistro à embarcação ou à carga;
11) auxiliar nas manobras de fundeio, atracação e desatracação da embarcação;
12) prestar os depoimentos necessários nos processos testemunháveis e nos casos de protestos;
13) não retirar de bordo sua bagagem, sem que tenha sido revistada pelo Imediato;
14) utilizar os equipamentos de proteção individual (EPI) e de salvatagem, sempre que necessário;
15) participar dos adestramentos e treinamentos periódicos, sempre que for convocado;
16) manter a sua documentação atualizada e válida para o período de embarque; e
17) zelar pela sua segurança pessoal e dos demais membros da tripulação e contribuir para a elevação do padrão geral de segurança, prevenção de danos ao meio ambiente e à saúde.

SEÇÃO IV

DAS PENALIDADES

0420 - PENALIDADES DA COMPETÊNCIA DO COMANDANTE

a) Tipos de penalidades:
1) Repreensão verbal;
2) Repreensão por escrito;
3) Suspensão do exercício das funções; e
4) Desembarque.
b) Procedimentos para aplicação de penalidades:
1) nenhuma penalidade pode ser aplicada sem ser ouvido o acusado;
2) não pode ser aplicada mais de uma penalidade pela mesma falta;
3) essas penalidades são extensivas aos profissionais não-tripulantes que estejam embarcados ou trabalhando a bordo, visto ficarem sujeitos à autoridade do Comandante;
4) o Comandante deve mencionar no Diário de Navegação as penalidades que tiver imposto e especificar os motivos, exceto a constante da alínea a) 1;
5) as penalidades, exceto as das alíneas a) 1 e a) 2 devem ser comunicadas, por ofício à CP/DL/AG, do primeiro porto de escala e à do porto de inscrição do tripulante;
6) a penalidade de desembarque só será aplicada mediante inquérito procedido a bordo;
7) o comandante pode aplicar aos passageiros as seguintes penalidades: admoestação, exclusão da mesa de refeição e reclusão em camarote ou alojamento;
8) a penalidade de reclusão de passageiro em camarote ou alojamento só será aplicada quando imprescindível para a segurança da embarcação, da tripulação e dos passageiros; e
9) das penalidades aplicadas pelo Comandante cabe recurso, em última instância, ao Representante Regional da Autoridade Marítima do primeiro porto de escala.

0421 - FALTAS DISCIPLINARES DE TRIPULANTES PASSÍVEIS DE PENALIDADES

1) Desrespeitar seus superiores hierárquicos, não cumprindo suas ordens, altercando com eles ou respondendo-lhes em termos impróprios;
2) Recusar fazer o serviço determinado por seus superiores;
3) Apresentar-se embriagado para o serviço ou embriagar-se a bordo;
4) Faltar ao serviço nas horas determinadas;
5) Abandonar o posto quando em serviço de quarto, faina, vigilância ou trabalho para o qual tenha sido designado;
6) Sair de bordo sem licença, ou exceder à mesma;
7) Ser negligente na execução do serviço que lhe compete;
8) Altercar, brigar ou entrar em conflitos;
9) Atentar contra as regras de moralidade, honestidade, disciplina e limpeza a bordo ou do local em que trabalha; e
10) Deixar de cumprir as disposições da Lei e das Normas em vigor.

SEÇÃO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) Os tripulantes pertencentes à Seção de Máquinas das embarcações mercantes nacionais são responsáveis pelos reparos de emergência que tenham que ser feitos fora dos portos, com os recursos de bordo, de modo a propiciar à embarcação chegar ao primeiro porto de recurso.

b) O Armador poderá expedir instruções, sob a forma de Regulamento Interno, estipulando normas e diretrizes para as atividades a bordo das embarcações de sua frota, desde que as mesmas não colidam com as determinadas nas presentes normas.

c) Nos portos onde não houver estiva disponível, ou nas situações em que ela é legalmente dispensada, a movimentação da carga será da responsabilidade da tripulação.

d) Nenhum superior deve maltratar o subalterno ou a quem tenha de punir; o ofendido pode recorrer ao Capitão dos Portos.

e) Os crimes, contravenções ou delitos cometidos a bordo serão submetidos à autoridade policial, no porto onde ocorreram ou no primeiro porto de escala.

f) Ao Comandante, Patrão e Mestre das Embarcações, as penalidades são aplicadas pelo Capitão dos Portos.

g) O Capitão dos Portos, Delegado ou Agente poderá instaurar inquérito na Capitania dos Portos ou órgão subordinado ou determinar ao Comandante sua abertura a bordo, para apuração de faltas ou fatos ocorridos a bordo.

h) O registro em cadastro de uma falta será cancelado pelo Diretor de Portos e Costas, Capitão dos Portos, Delegado ou Agente após um ano de boa conduta e mediante requerimento do interessado. No caso de nova falta sujeita a registro no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviário (SISAQUA), não será concedido novo cancelamento.

i) A penalidade do Aquaviário será lançada pela CP/DL/AG no Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviário (SISAQUA).

CAPÍTULO 5

CADASTRO DE AQUAVIÁRIOS

SEÇÃO I

SISTEMA INFORMATIZADO DE CADASTRO DE AQUAVIÁRIO (SISAQUA)

0501 - INSTRUÇÕES GERAIS

O Sistema Informatizado de Cadastro de Aquaviários (SISAQUA) foi concebido para cadastrar o aquaviário e apoiar o Ensino Profissional Marítimo (EPM) na previsão de vagas para seus cursos, agilizar a emissão de documentos, controlar e fiscalizar a inscrição e habilitação do aquaviário.

O sistema serve, também, para o acompanhamento da carreira do aquaviário em atividade e registro histórico do pessoal inativo, servindo como uma ferramenta útil para o planejamento de uma política para o pessoal aquaviário e sua eventual mobilização.

0502 - COMPETÊNCIA PARA CADASTRAMENTO

a) Caberá às Capitanias, Delegacias e Agências gerenciar o cadastramento no SISAQUA, mediante o recebimento e atualização dos dados que dizem respeito à vida profissional do aquaviário, ou seja:
1) dados pessoais;
2) informação de carreira;
3) licença de categoria superior;
4) emissão de certificados;
5) transferência de jurisdição;
6) transferência de categoria;
7) aplicação de penalidades;
8) histórico de categorias;
9) histórico de cursos; e
10) histórico de certificados.

b) Caberá à DPC supervisionar, através de um banco de dados central, o cadastramento efetuado pelas Capitanias, Delegacias e Agências.

0503 - INCLUSÃO DE AQUAVIÁRIO NO SISAQUA

a) Deverá ser incluído no cadastro do SISAQUA todo aquaviário habilitado;

b) O cadastramento de menores de 16 (dezesseis) anos não será aceito pelo sistema, bem como serão transferidos para o arquivo secundário os profissionais inativos que atingirem 80 (oitenta) anos de idade; e

c) O aquaviário inscrito em outra jurisdição poderá ter sua situação regularizada através de qualquer CP/DL/AG ou na sua OM de inscrição.

0504 - EXCLUSÃO DE AQUAVIÁRIO DO SISAQUA

A exclusão de um aquaviário do SISAQUA só poderá ser feita pela OM de jurisdição do Aquaviário.

0505 - SITUAÇÕES DO AQUAVIÁRIO CADASTRADO

O sistema prevê as seguintes condições quanto à situação do aquaviário:

a) Ativo (embarcado ou desembarcado) - todos com CIR valida por até 5 (cinco) anos;

b) Inativo primário - todos com validade da CIR vencida ou suspensa, permanecendo nessa situação por até 05 (cinco) anos, contados a partir do término da validade da última etiqueta de dados pessoais emitida;

c) Inativo secundário - todos que estão com a validade da CIR vencida por mais de 5 (cinco) anos, com a CIR cancelada e os que estiverem com mais de 80 anos de idade.

A reativação dos aquaviários que se encontrem na situação de inativos por motivo de cancelamento de CIR somente poderá ser feita pela OM que efetuou o cancelamento. As demais reativações poderão ser feitas por qualquer OM, desde que seja realizada juntamente com a transferência de jurisdição para a OM onde o aquaviário deu entrada no requerimento.

0506 - EMISSÃO DE ETIQUETA DE DADOS PESSOAIS, DE ETIQUETA DE CURSO PARA CADERNETA DE INSCRIÇÃO E REGISTRO (CIR) E DE CERTIFICADOS

A OM de jurisdição emitirá a Etiqueta de Dados Pessoais, a Etiqueta de Cursos e os Certificados de cursos que forem realizados sob sua responsabilidade, respaldado por Ordem de Serviço (OS), contendo relação dos aprovados.

Os Certificados de cursos que forem realizados em outro OE, que não seja a OM de Jurisdição do aquaviário, deverão ser emitidos pelo respectivo OE que realizou o referido curso, devendo a OM de jurisdição do aquaviário ser informada para que o SISAQUA seja atualizado. As 2ª Vias dos Certificados poderão ser emitidas por qualquer CP/DL/AG, desde que seja confirmada a veracidade da emissão da 1ª Via.

A CP/DL/AG onde é requerida a ascensão de categoria deverá emitir a OS, com cópia para OM de inscrição/jurisdição dos aquaviários aprovados, para atualização no SISAQUA.

Após conclusão de curso ou estágio, ou ainda, por transferência de categoria por tempo de embarque, os aquaviários deverão ter suas etiquetas de Dados Pessoais e de Cursos anexadas na CIR, para comprovar suas qualificações.

As OM deverão manter controle do estoque das Cadernetas de Inscrição e Registro (DPC-2301), a fim de ser evitado mau uso ou extravio. As CIR, etiquetas e Certificados inutilizados são da responsabilidade da OM, a qual deverá emitir o respectivo Termo de Destruição e Incineração. Para impressão dos Certificados DPC- 1034, o material deverá ser adquirido no comércio, observando-se a configuração estabelecida nas "Instruções para Preenchimento do Certificado DPC-1034", constante do Anexo 1-D desta Norma.

Nos modelos de Etiqueta de Dados Pessoais, Etiqueta de Cursos e Certificados existe um código de barra que é emitido pelo sistema.

0507 - PROCEDIMENTOS PARA UTILIZAÇÃO DO SISAQUA

Os procedimentos para a configuração e a correta operação do SISAQUA constam no item "ajuda" do menu existente na tela inicial do próprio sistema.

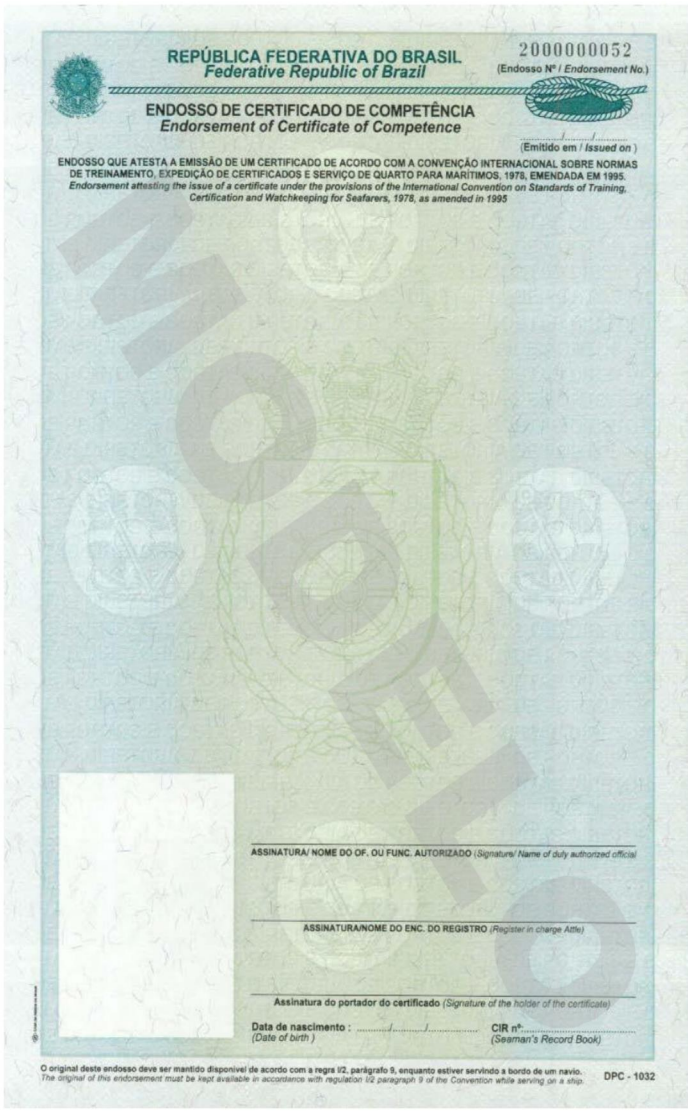
CAPÍTULO 6
CERTIDÃO DE SERVIÇOS DE GUERRA E CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PARA EX-ALUNOS
SEÇÃO I
CERTIDÃO DE SERVIÇOS DE GUERRA
0601 - COMPETÊNCIA
Compete à DPC expedir Certidões de Serviços de Guerra em conformidade com as Leis nº 5.315, de 12 de setembro de 1967 modelo DPC-1020 e 5.698 de 31 de agosto de 1971 modelo DPC-1021.
0602 - DEFINIÇÃO DE EX-COMBATENTE
a) Define-se como ex-combatente, todo aquele que tenha participado efetivamente de operações bélicas na Segunda Guerra Mundial, como tripulante de embarcação da Marinha Mercante Nacional, de acordo com a Lei n°5.315/1967, ou como aquele que, entre 22 de março de 1941 e 8 de maio de 1945, tenha participado de pelo menos duas viagens em zona de ataques submarinos, conforme contido na Lei n°5.698/1971.
b) A Portaria Ministerial nº 0052, de 28 de janeiro de 1993, considera como ex-combatente, nas mesmas condições dos enquadrados pelo art. 1º da Lei nº 5.315/67, os aquaviários da Marinha Mercante possuidores do Diploma da Medalha de Serviços de Guerra com estrelas, acompanhado da citação assinada pelo Secretário do Conselho do Mérito de Guerra ou Certificado de Concessão de Medalha de Serviços de Guerra, contendo a descrição dos motivos da concessão da aludida medalha, determinada pelo art. 7º, parágrafo único, do Decreto nº 16.368, de 16 de agosto de 1944.
c) A apresentação do Diploma da Medalha de Serviço de Guerra, sem a citação do Secretário do Conselho do Mérito de Guerra ou do correspondente Certificado de Concessão de Medalha de Serviços de Guerra, não estende ao ex-combatente o enquadramento previsto no art. 1º da Portaria Ministerial nº 0052/93.
0603 - REQUERIMENTO DE CERTIDÃO
O requerimento pleiteando Certidão de Serviços de Guerra (Anexo 6-A), do qual conste que o aquaviário é ex-combatente, poderá ser solicitado pelo próprio, por seu dependente, quando ele for falecido, ou por procurador, devidamente habilitado. Deverá ser dirigido ao DPC, por meio da CP/DL/AG, que encaminhará cada processo por Ofício individual.
Não terá direito à Certidão de Serviços de Guerra o aquaviário integrante de equipagem de embarcação que tenha navegado exclusivamente em águas interiores ou restritas (baías, enseadas, rios, lagos e lagoas), arrolado em Rol Portuário, excetuada a tripulação de embarcação de pesca costeira.
Documentos a serem anexados:
Ao requerimento deverão ser anexados os documentos que facilitem a análise do processo e comprovem a participação do marítimo na Segunda Guerra Mundial, conforme estabelecido no item 0604 desta Norma.
A insuficiência dos documentos exigidos no item 0604, desta Norma, bem como a falta de informações no preenchimento dos campos do requerimento, não impedirão a tramitação do mesmo, porém, poderão
a) Esclarecimentos complementares
1) Práticos
Os Práticos que durante o período estabelecido no item 0602 prestaram serviços de praticagem fora de barra e que foram beneficiados pela extinta Lei nº 1.756/52 terão direito à Certidão de Serviços de Guerra, a que se refere a Lei nº 5.698/71, independente da comprovação prevista no Anexo 6-B, desde que juntem ao requerimento (Anexo 6-A) a Certidão de Serviços de Guerra concedida pela DPC ou pelo EMA, com amparo nos termos da Lei nº 1.756/52.
2) Segunda Via do Diploma da Medalha de Serviços de Guerra
Quando for solicitada a segunda via do Diploma de Medalha de Serviços de Guerra e da Citação do Conselho de Mérito de Guerra, de acordo com estabelecido no Memorando nº 29, de 18 de junho de 2003, do Comandante da Marinha, será emitido um único documento, denominado Certificado de Concessão de Medalha de Serviços de Guerra.
A obtenção desse Certificado de Concessão de Medalha de Serviços de Guerra poderá ser feita por meio de requerimento encaminhado ao Gabinete do Comandante da Marinha (GCM).
3) Expiração de prazo
Requerimentos solicitando o Diploma da Medalha de Serviços de Guerra não deverão ser encaminhados à DPC ou ao Gabinete do Comandante da Marinha (GCM) em face de já haver expirado, em caráter improrrogável, o prazo de recurso estabelecido pelo Decreto nº 53.467/64.
4) Requerimento da Certidão de Serviço de Guerra sem o requerente possuir o Diploma e Medalha de Serviço de Guerra
O Ex-combatente (Marítimo) ou o seu dependente que, comprovadamente, estiver enquadrado no art. 5 da Lei nº 8.059, de 4 de julho de 1990, que não possua Diploma da Medalha de Serviço de Guerra, com a citação do Secretário do Conselho do Mérito de Guerra ou do correspondente Certificado de Concessão de Medalha de Serviços de Guerra, poderá requerer a 2ª via do diploma supramencionado, ao Chefe do Gabinete do Comandante da Marinha, conforme previsto no Memorando nº 29 de 18 de julho de 2003, do Comandante da Marinha.
0604 - PROCESSAMENTO
O processo será iniciado com a entrada do requerimento, da parte interessada (Anexo 6-A), acompanhado dos seguintes documentos:
a) Emissão ou 2ª Via no caso do próprio aquaviário:
1) Requerimento do interessado, conforme o modelo constante do Anexo 6-A da NORMAM-13/DPC;
2) Caderneta Matrícula ou Caderneta de Inscrição Pessoal (CIP) referente ao período da 2ª Guerra Mundial;
3) Diploma da Medalha de Serviços de Guerra com a Citação do Conselho de Mérito de Guerra ou Certificado de Concessão de Medalha de serviços de Guerra, para quem o possuir;
4) Certidão de Tempo de Embarque expedida pelo DPHDM ou CP/DL/AG, para quem a possuir;
5) Certidão expedida pelo Ministério dos Transportes, caso não possua os documentos mencionados nos itens 2 e 4; Certidão de Casamento ou Nascimento do requerente; e
6) Carteira de identidade do requerente dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).
b) Emissão ou 2ª Via no caso de viúva ou companheira:
1) Requerimento do interessado, conforme o modelo constante do Anexo 6-A da NORMAM-13/DPC;
2) Caderneta Matrícula ou Caderneta de Inscrição Pessoal (CIP) referente ao período da 2º Guerra Mundial;
3) Diploma da Medalha de Serviços de Guerra com a Citação do Conselho de Mérito de Guerra ou Certificado de Concessão de Medalha de serviços de Guerra, para quem o possuir;
4) Certidão de Tempo de Embarque expedida pelo DPHDM ou CP/DL/AG, para quem a possuir;
5) Certidão expedida pelo Ministério dos Transportes, caso não possua os documentos mencionados nos itens 2 e 4;
6) Atestado de óbito do ex-aquaviário ou Certidão expedida pelo TM, quando tenha sido dado como morto ou desaparecido;
7) Certidão de Casamento (no caso de viúva) ou Justificação Judicial (no caso de companheira), comprovando que viveu maritalmente com o "de cujus", de acordo com a legislação pertinente em vigor; e
8) Carteira de identidade do requerente dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).
c) Emissão ou 2ª Via no caso de pai, mãe, irmã (o) ou descendentes:
1) Requerimento do interessado, conforme o modelo constante do Anexo 6-A da NORMAM-13/DPC;
2) Caderneta Matrícula ou Caderneta de Inscrição Pessoal (CIP) referente ao período da 2ª Guerra Mundial;
3) Diploma da Medalha de Serviços de Guerra com a Citação do Conselho de Mérito de Guerra ou Certificado de Concessão de Medalha de serviços de Guerra, para quem o possuir;
4) Certidão de Tempo de Embarque expedida pelo DPHDM ou CP/DL/AG, para quem a possuir;
5) Certidão expedida pelo Ministério dos Transportes, caso não possua os documentos mencionados nos itens 2 e 4;
6) Certidão de Nascimento ou Casamento do ex-aquaviário;
7) Atestado de óbito do ex-aquaviário ou Certidão expedida pelo TM, quando tenha sido dado como morto ou desaparecido;
8) Certidões de Nascimento e/ou Casamento que comprovem a relação do requerente com o aquaviário; e
9) Carteira de identidade do requerente dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).
d) Emissão ou 2ª Via no caso de procurador:
1) Requerimento do interessado, conforme o modelo constante do Anexo 6-A da NORMAM-13/DPC;
2) Os documentos relativos a cada caso (dos subitens de a ao c);
3) Procuração passada pelo interessado, autenticada em Cartório, credenciando o respectivo Procurador junto à Marinha do Brasil, sendo obrigatório o reconhecimento da firma do mandante; e
OBS: Todas as cópias de documentos anexadas deverão estar devidamente autenticadas.
4) Carteira de identidade do procurador dentro da validade (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original).
0605 - ASSINATURA A ROGO
Se o interessado for analfabeto, o requerimento poderá ser assinado a rogo, com duas testemunhas idôneas, cujas firmas devem ser devidamente reconhecidas, ou seja, colocando-se a impressão digital do analfabeto no documento e uma outra pessoa assina, colocando o nome, o número da identidade e o CPF. Duas pessoas maiores, capazes e idôneas que presenciaram o fato, assinam o documento como testemunhas (fornecendo o nome, o número da identidade e o CPF).
0606 - COMPROVAÇÃO DE EMBARQUE
No caso do requerente não possuir nenhum dos documentos citados no artigo 0605, tendo, porém, declarado em seu requerimento o(s) nome(s) do(s) navio(s) em que esteve embarcado durante a guerra e o(s) respectivo(s) período(s) deverá a OM dar tramitação normal ao expediente.
0607 - DISCREPÂNCIA DE NOMES E GRAFIAS DE DOCUMENTOS
Nenhum processo deverá ser encaminhado quando houver discrepâncias de nomes ou de grafias entre os documentos apresentados..
0608- TRAMITAÇÃO DO PROCESSO
a) A OM de inscrição encaminhará o processo de Certidão de Ex-Combatente à DPC, via DPHDM, por Ofício. A DPHDM fornecerá as informações necessárias para a análise, tendo por base as perguntas contidas no Anexo 6-G;
b) Instruído o processo com as informações solicitadas pela CP/DL/AG, a DPHDM deverá encaminhá-lo à DPC, por despacho, para a decisão final; e
c) Após a análise pela DPC, o processo será restituído à CP/DL/AG de origem para que seja emitido o parecer final, que a poderá resultar em exigência à parte interessada, com prazo de 90 (noventa) dias para atendimento, findo o qual, se não cumprida a exigência, o processo será arquivado (modelo da Notificação constante do Anexo 6-C).
0609 - EXPEDIÇÃO DA CERTIDÃO PELA DPC
a) Recebido o processo, havendo amparo legal, a DPC expedirá a Certidão de Serviços de Guerra, calcada nos termos da Lei em que o requerente se enquadrar;
b) Caso as informações sejam insuficientes para a expedição da certidão, a DPC devolverá o processo à DPHDM ou à CP/DL/AG, para diligências;
c) Cumpridas as diligências determinadas, o processo será restituído à DPC, para decisão final;
d) Havendo amparo legal, a DPC expedirá a Certidão de Serviços de Guerra, declarando ser o aquaviário ex-combatente, e a devida fundamentação; e
e) Deferido ou indeferido o requerimento, o processo será arquivado na DPC.
0610 - REMESSA DA CERTIDÃO PELA DPC
a) Expedida a Certidão de Serviços de Guerra, esta será encaminhada, por ofício, à OM de origem para entrega ao interessado; e
b) No caso de indeferimento, este fato será comunicado, por meio de ofício, à OM de origem, restituindo, em anexo, toda a documentação referente ao processo.
0611- ENTREGA DA CERTIDÃO AO INTERESSADO
A CP/DL/AG deverá entregar a Certidão de Serviços de Guerra ao interessado, mediante recibo no verso do ofício de encaminhamento, bem como, todos os documentos originais que pertençam ao requerente.
SEÇÃO II
CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PARA EX-ALUNOS
0612 - COMPETÊNCIA
Compete ao Centro de Instrução Almirante Graça Aranha (CIAGA) e ao Centro de Instrução Almirante Braz de Aguiar (CIABA) expedir Certidão de Tempo de Serviço (modelo DPC-1019) para ex-alunos das ex-Escolas de Marinha Mercante e das Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM).
Essa Certidão será emitida com base nos dados registrados nos respectivos Centros de Instrução ou fornecidos pelos Distritos Navais (DN) em cuja jurisdição estiverem ou estiveram as mesmas sediadas, bem como pela Diretoria do Pessoal Militar da Marinha (DPMM), nos processos anteriores a 1969.
0613 - TEMPO DE SERVIÇO PARA EX-ALUNOS DE ÓRGÃO DE FORMAÇÃO DA RESERVA E EX-ESCOLAS DE MARINHA MERCANTE
A Lei do Serviço Militar, regulamentada pelo Decreto 57.654/66, estabelece que os brasileiros contarão, de acordo com a Legislação Militar, para efeito de aposentadoria, o tempo de serviço ativo prestado nas Forças Armadas, quando a elas incorporados em Organização Militar da Ativa ou de órgão de Formação da Reserva.
Será computado ainda, para efeito de aposentadoria, o serviço prestado pelos que estiverem ou vierem a ser matriculados em órgão de Formação da Reserva, na base de um dia para cada período de oito horas de instrução, desde que concluam com aproveitamento a sua formação, de acordo com o que preceitua o parágrafo único do art. 198 do Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM).
É estendido aos ex-alunos das ex-Escolas de Marinha Mercante os benefícios estabelecidos pelo Aviso do Ministro da Marinha nº 1.315/66, que define e uniformiza a contagem de tempo de serviço prestado nos órgãos de Formação para a Reserva da Marinha e determina que esse tempo seja computado, para todos os efeitos, entre a data de matrícula e a do desligamento da seguinte maneira:
a) integralmente (dia a dia) para os que concluíram sua formação para a Reserva antes da vigência da Lei nº 4.375/64; e
b) na forma da Lei nº 4.375/64, para os que vieram a matricular-se em órgão de Formação da Reserva a partir da data de vigência da supracitada Lei.
0614 - CONTAGEM DO TEMPO DE SERVIÇO PARA APOSENTADORIA
a) Considerando que a Lei nº 4.375/64 passou a vigorar em 20/01/66, data em que foi regulamentada pelo Decreto nº 57.654/66, o Tempo de Serviço de ex-alunos da ex-Escolas de Marinha Mercante e das Escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM) será computado, para fins de aposentadoria, entre a data da matricula e a do desligamento, da seguinte maneira:
1) integralmente (dia a dia), para os desligados antes de 20/01/66, data de vigência do Decreto nº 57.654/66;
2) na base de um dia para cada período de oito horas de instrução, para os que vieram a se matricular a partir de 20/01/66; e

3) para os matriculados anteriormente à data de vigência do Decreto nº 57654/66 e desligados posteriormente a essa data, a contagem será feita na forma da subalínea 1 do presente Artigo, para o período anterior àquela data e na forma da subalínea 2 acima citada, para o período posterior à mesma.
b) Ainda serão computados como tempo de efetivo serviço as férias.
c) Não serão computados:
1) o tempo que o aluno cursou com idade inferior a 17 anos;
2) o tempo relativo ao ano letivo posterior à data em que o aluno foi expulso ou desligado a bem da disciplina;
3) o período decorrido sem aproveitamento; e
4) o período inferior a um ano de curso.
0615 - REQUERIMENTO DE CERTIDÃO DE TEMPO DE SERVIÇO
O processo de solicitação de Certidão de Tempo de Serviço deverá ser composto pelos seguintes documentos:
a) Requerimento do interessado ao CIAGA ou CIABA (Anexo 6-D da NORMAM-13);
b) Documento que comprove que está em dia com suas obrigações militares - Certificados de Alistamento Militar, de Reservista, de Dispensa de Incorporação ou de Isenção (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);
c) Certidão de nascimento ou certidão de casamento (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);
d) Carta Patente do Oficial - somente para os formandos oriundos do CIAGA e CIABA após 1980 (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e
e) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente).
OBSERVAÇÃO:
O requerimento poderá ser remetido pelo correio para um dos Centros de Instrução (CI), de acordo com o local onde o curso foi realizado. Neste caso, as cópias enviadas dos documentos necessários deverão estar autenticadas.
Para emissão da 2ª via da Certidão de Tempo de Serviço deverá ser apresentada a seguinte documentação:
a) Requerimento do interessado ao CIAGA ou CIABA (Anexo 6-D da NORMAM-13);
b) Documento que comprove que está em dia com suas obrigações militares - Certificados de Alistamento Militar, de Reservista, de Dispensa de Incorporação ou de Isenção (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);
c) Certidão de nascimento ou certidão de casamento (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);
d) Carta Patente do Oficial - somente para os formandos oriundos do CIAGA e CIABA após 1980 (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);
e) Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original), ou Declaração de Residência assinada pelo Aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente); e
f) Declaração do requerente, expondo o(s) motivo(s) da solicitação da 2ª via.
OBSERVAÇÃO:
O requerimento poderá ser remetido pelo correio para um dos Centros de Instrução (CI), de acordo com o local onde o curso foi realizado. Neste caso, as cópias enviadas dos documentos necessários deverão estar autenticadas.
0616 - INFORMAÇÕES DAS ESCOLAS DE FORMAÇÃO DE OFICIAIS DA MARINHA MERCANTE (EFOMM)
A EFOMM levantará as informações que incluam, sempre que possível:
a) nome do aluno;
b) filiação;
c) naturalidade e data de nascimento;
d) curso frequentado e data de matrícula;
e) ato da concessão da matrícula (Ordem do Dia, Ordem de Serviço ou documento similar);
f) número do Livro e das folhas onde foi registrada a matrícula;
g) data e motivo do desligamento;
h) remuneração mensal recebida pelo ex-aluno durante o curso;
i) ato do desligamento (Ordem do Dia, Ordem de Serviço ou documento similar);
j) número do Livro e da folha onde foi registrado o desligamento; e
k) tempo total de serviço em dias.
0617 - DESLIGAMENTO DO ALUNO
No ato do desligamento do aluno, (Ordem do Dia, Ordem de Serviço ou documento similar) deverá constar, ao lado do nome do ex-aluno, o tempo total de serviço, desde a data de sua matrícula inicial até a data de seu desligamento da Escola.
0618- DÚVIDA OU OMISSÃO
Em caso de dúvida ou omissão, deverá ser consultado o Distrito Naval (DN) em cuja jurisdição estava sediada a ex-Escola de Marinha Mercante, uma vez que esse DN, através da Seção de Serviço Militar (SSM), tem cadastrados todos os Reservistas Navais de sua área..
0619 - EXPEDIÇÃO DA CERTIDÃO PELOS CENTROS DE INSTRUÇÃO (CIAGA/CIABA)
a) Cumpridas as formalidades de enquadramento na legislação vigente, o Centro de Instrução expedirá a competente Certidão de Tempo de Serviço, de acordo com o modelo DPC-2309, e a entregará ao interessado.
b) Deferido ou Indeferido o requerimento, o processo será arquivado no Centro de Instrução.
c) Em caso de indeferimento, tal fato será comunicado ao Interessado.
CAPÍTULO 7
DISPOSIÇÕES FINAIS
a) Em determinadas circunstâncias poderá haver necessidade, por força das peculiaridades do serviço de bordo, de habilitações operacionais específicas.
b) Os servidores oriundos de órgãos públicos Municipais, Estaduais e Federais, podem exercer atividades funcionais tripulando embarcações de seus respectivos órgãos. Para tanto, devem participar de cursos específicos, estabelecidos pela DPC, cujas sinopses discriminarão as habilitações respectivas a serem conferidas àqueles que os realizarem com aproveitamento. Tais servidores somente poderão exercer atividades profissionais como aquaviários quando não mais pertencerem aos quadros ativos do Serviço Público. Para tanto, deverão requerer a inscrição na categoria pretendida ao Agente da Autoridade Marítima adequado, o qual avaliaria o pedido e poderá conceder a inscrição considerando a equivalência do curso realizado.
c) Esta edição da NORMAM-13 foi atualizada com base na nova "Sistemática de Carreira para o pessoal subalterno da Marinha Mercante" já em vigor. O sistema anteriormente em vigor foi aplicado, até a data limite de 31 de dezembro de 2004, aos aquaviários que ingressaram na Marinha Mercante até 31 de dezembro de 2002. A partir de 31 dezembro de 2004, passou a ser exigido de todos os aquaviários em atividade, o total cumprimento das regras estabelecidas na nova Sistemática.
d) Caso o interessado não disponha do comprovante de residência, poderá apresentar, em substituição, uma declaração assinada, conforme previsto na legislação em vigor (Anexo 1-L).
e) Os documentos exigidos ao longo desta norma, que contenham assinatura, seja do aquaviário ou das empresas, poderão ser entregues junto à Autoridade Marítima Brasileira, contendo assinatura eletrônica (na modalidade certificação digital) utilizando a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP-Brasil). Os arquivos que contém tais documentos deverão ser entregues em mídias de CD ou DVD.
f) Os casos omissos nestas Normas serão resolvidos pelo Diretor de Portos e Costas.

ANEXO 1-A


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Federative Republic of Brazil
103115488
(Certificado Nº / Certificate Nº.)
CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA
Certificate Of Competency
(Emitido em / Issued on)
CERTIFICADO EMITIDO DE ACORDO COM A CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE PADRÕES DE INSTRUÇÃO, CERTIFICAÇÃO E SERVIÇO DE QUARTO PARA MARÍTIMOS,1978, COMO EMENDADA.
Certificate issued under the provisions of the International Convention on Standards of Training, Certification and Watchkeeping for Seafarers, 1978, as amended.
O Governo da República Federativa do Brasil certifica que
The Government of Federative Republic of Brazil certifies that (.....)
foi considerado devidamente qualificado de acordo com as disposições da(s) regra(s)
Has been found duly qualified in accordance with the provisions of regulation or regulations
da Convenção acima, emendada, e foi considerado competente para desempenhar as seguites funções nos níveis
of the above Convention, as amended, and has been found competent to perform the following functions, at the levels
specified, subject to any limitations indicated until (dd/mm/yyyy)
ou até que expire qualquer extensão do prazo de validade deste certificado, conforme pode estar indicado no verso:
or until the date of expiry of any extension of the validity of this certificate as may be shown overleaf:
FUNÇÃO (Function) | NÍVEL (Level) | LIMITAÇÕES APLICÁVEIS (SE ALGUMA) (Limitations applying (if any))
O portador legal deste certificado pode servir na(s) capacidade (s) abaixo, conforme os requisitos estabelecidos
The lawful holder of this certificate may serve in the following capacity or capacities specified in the applicable
pela Diretoria de Portos e Costas para o cartão de tripulação de segurança:
safe manning requirements of the Administration:
CAPACIDADE (Capacity) | LIMITAÇÕES APLICÁVEIS (SE ALGUMA) (Limitations applying (if any))
ASSINATURA / NOME DO OF. OU FUNC. AUTORIZADO (Signature/Name of duly authorized official)
ASSINATURA / NOME DO ENC. DO REGISTRO (Signature/Name of the official in charge of register)
Assinatura do portador do certificado (Signature of the holder of the certificate)
Data de nascimento: (Date of birth) Nº. INSCR. (Registration Nº.)
O original deste certificado deve ser mantido disponível de acordo com a regra I/2, enquanto estiver servindo a bordo de um navio.
The original of this certificate must be kept available in accordance with regulation I/2, of the Convention while serving on a ship.
DPC - 1031

ANEXO 1-B


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Federative Republic of Brazil
2000000052
(Endosso Nº / Endorsement No.)
ENDOSSO DE CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA
Endorsement of Certificate of Competence
(Emitido em / Issued on)
ENDOSSO QUE ATESTA A EMISSÃO DE UM CERTIFICADO DE ACORDO COM A CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE NORMAS DE TREINAMENTO, EXPEDIÇÃO DE CERTIFICADOS E SERVIÇO DE QUARTO PARA MARÍTIMOS, 1978, EMENDADA EM 1995.
Endorsement attesting the issue of a certificate under the provisions of the International Convention on Standards of Training, Certification and Watchkeeping for Seafarers, 1978, as amended in 1995
ASSINATURA/ NOME DO OF. OU FUNC. AUTORIZADO (Signature/ Name of duly authorized official)
ASSINATURA/NOME DO ENC. DO REGISTRO (Register in charge Attle)
Assinatura do portador do certificado (Signature of the holder of the certificate)
Data de nascimento : (Date of birth) CIR nº (Seaman's Record Book)
O original deste endosso deve ser mantido disponível de acordo com a regra I/2, parágrafo 9, enquanto estiver servindo a bordo de um navio.
The original of this endorsement must be kept available in accordance with regulation I/2 paragraph 9 of the Convention while serving on a ship.
DPC - 1032

ANEXO 1-C

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Federative Republic of Brazil

(Endosso Nº / *Endorsement Nº.*)

RECONHECIMENTO DE CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA
Recognition of Certificate of Competency

(Emitido em / *Issued on*)

ENDOSSO QUE ATESTA O RECONHECIMENTO DE CERTIFICADO DE ACORDO COM A CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE PADRÕES DE INSTRUÇÃO, CERTIFICAÇÃO E SERVIÇO DE QUARTO PARA MARÍTIMOS, 1978, COMO EMENDADA.
Endorsement attesting the recognition of a certificate under the provisions of the International Convention on Standards of Training, Certification and Watchkeeping for Seafarers, 1978, as amended.

O Governo da República Federativa do Brasil certifica que o certificado Nº (.....)
The Government of Federative Republic of Brazil certifies that

conforme as disposições da(s) regra(s) (.....) **foi emitido para** (.....)
in accordance with the provisions of regulation (.....) has been issued to (.....)

por ou em nome do Governo de (.....) **de acordo com**
by or behalf of the Government of (.....) is duly recognized in accordance

as disposições da regra I/10 da Convenção acima, emendada, e foi considerado competente para desempenhar
with the provisions of regulation I/10 of the above Convention, as amended, and has been found competent to perform

as seguintes funções nos níveis especificados, sujeito a quaisquer das limitações indicadas até (dd/mm/yyyy)
the following functions, at the levels specified, subject to any limitations indicated until

FUNÇÃO (Function)	NÍVEL (Level)	LIMITAÇÕES APLICÁVEIS (SE ALGUMA) (Limitations applying (if any))

O portador legal deste certificado pode servir na(s) capacidade (s) abaixo, conforme os requisitos estabelecidos
The lawful holder of this certificate may serve in the following capacity or capacities specified in the applicable

pela Diretoria de Portos e Costas para o cartão de tripulação de segurança:
safe manning requirements of the Administration:

CAPACIDADE (Capacity)	LIMITAÇÕES APLICÁVEIS (SE ALGUMA) (Limitations applying (if any))

ASSINATURA / NOME DO OF. OU FUNC. AUTORIZADO (*Signature/Name of duly authorized official*)

ASSINATURA / NOME DO ENC. DO REGISTRO (*Signature/Name of the official in charge of register*)

Assinatura do portador do certificado (*Signature of the holder of the certificate*)

Data de nascimento : __/__/__ (*Date of birth*) Nº. INSCR. (*Registration Nº.*)

O original deste certificado deve ser mantido disponível de acordo com a regra I/2, enquanto estiver servindo a bordo de um navio.
The original of this certificate must be kept available in accordance with regulation I/2, of the Convention while serving on a ship.

DPC - 1033

ANEXO 1-D

INSTRUÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO CERTIFICADO DPC-1034

Os Certificados modelo DPC-1034 deverão ser impressos em papel especial multiuso padrão GRANITTO, cor GREEN (Verde) e gramatura 180 G/M², de acordo com as seguintes instruções:

1) Certificado nº: atribuir um número sequencial composto do OE, seguido do ano corrente e em seguida um número acrescido na casa de dezena de milhar, Ex.: 381-99-00001 (significa o primeiro Certificado emitido na CPRJ em 1999).

2) Nome: preencher com o nome completo do aquaviário (sem abreviatura).

3) CIR: preencher com o nº da CIR, conforme SISAQUA.

4) Legislação: preencher com a legislação pertinente, de acordo com o enquadramento do curso ou exame.
Exemplos.:
a) REGRA II/4 – STCW – 78;
b) RESOLUÇÃO A-482 da IMO;
c) Portaria nº 025/21 da DPC;
d) NORMAM 13, item X ; ou
e) Ordem de Serviço nº 001/21.

5) Curso: lançar o nome do curso ou exame.

6) Realizado no: lançar o nome do OE onde foi realizado o curso ou exame.

7) Data do Curso: preencher com a data do início e término do curso, exame ou estágio.

8) Órgão de Emissão: preencher com o nome do OE emissor.

9) Local/data: lançar o local e a data da emissão do Certificado.

10) Assinatura/Nome do oficial/funcionário autorizado: campo designado para assinatura.

11) Assinatura do portador do certificado: se possível deverá ser assinado no ato da entrega.

ANEXO 1-D

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL

CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA
CERTIFICATE OF PROFICIENCY

Nº DO CERTIFICADO: _____
(Certificate No):

CERTIFICADO EMITIDO NOS TERMOS DAS DISPOSIÇÕES DA CONVENÇÃO INTERNACIONAL SOBRE PADRÕES DE INSTRUÇÃO, CERTIFICAÇÃO E SERVIÇO DE QUARTO PARA MARÍTIMOS,1978, COMO EMENDADA.
CERTIFICATE ISSUED UNDER THE PROVISIONS OF THE INTERNATIONAL CONVENTION ON STANDARDS OF TRAINING, CERTIFICATION AND WATCHKEEPING FOR SEAFARERS, 1978, AS AMENDED.

A Autoridade Marítima certifica/reconhece que .....
Está qualificado(a) em conformidade com a(s) regra(s) .....
.....
da Convenção acima, como emendada e, considerado(a) competente para desempenhar as funções especificas até à data de validade, deste certificado.
The Maritime Authority Brazilian certifies/recognizes that ..... is qualified, in accordance with the regulations.....
of the Convertion above, as amended, and considered competent to perform the specific function until the expiration data of this certificate.

Curso / IMO Modelo Curso *(Course / IMO Model Course)*	
Órgão de Execução *(Executive Office)*	
Período de Realização *(Period of Completion)*	
Ordem de Serviço de Conclusão *(Document of Completion)*	
Órgão de Emissão *(Emission Office)*	
Para Reconhecimento *(For Recognition)* **País de Origem / Nº Certificado** *(Certificate Issuing Country / Certificate Number)*	
Limitações *(Limitations)*	

Assinatura/Nome do OF. ou funcionário autorizado (*Signature /name of authorized oficial*)

Assinatura do titular do certificado (*Signature of the holder of the certificate*)

Foto

Nº Inscrição: _____ *Registration Nº*
Data de Nascimento: _____ *(Birth Date)*

Local e data de Emissão: _____ *(Place and Date)*

Validade: _____ *(Validity)*

O original deste certificao deve ser mantido disponível de acordo com a Regra I/2, parágrafo 11 da Convenção, enquanto o seu portador estiver servindo em um navio.
The original of this certificate must be kept availble in accordance with regulation I/2, paragraph 11 the Convention while serving on a ship.

DPC - 1034

ANEXO 1-E

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

(despacho)

REQUERIMENTO DE CERTIFICAÇÃO

Parte I. Dados Pessoais (Digite ou escreva com letra de forma)

1. NOME			
2. DATA DE NASCIMENTO __/__/__ DIA MÊS ANO	3. NACIONALIDADE	4.NATURALIDADE	5.SEXO MASC ☐ FEM ☐
			8. TELEFONE, FAX, E-MAIL
6. CIR nº	7 CATEGORIA		
9. ENDEREÇO PERMANENTE (Avenida, Rua, Número, Complemento, Bairro, Estado e CEP)			
10. OBSERVAÇÕES:			

Parte II Motivo da Solicitação (Assinale com um X no espaço reservado)

Emissão/Substituição/Reconhecimento	☐	Revalidação	☐	2ª via	☐

Documento(s) Solicitado(s):

Certificado DPC-1031	☐	Certificado DPC-1032	☐	Certificado DPC-1033	☐	Certificado DPC-1034	☐

Parte III Documentos Anexos (Assinale com um X no espaço reservado aos documentos anexados)

A	Certificado (cópia autenticada)	☐
B	Atestado de Saúde/ Certificado Médico em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil EMITIDO nos últimos 12 meses por médico devidamente inscrito no Conselho Regional de Medicina (CRM).	☐
C	Comprovação de Estágio de Serviço no Mar (cópia autenticada)	☐
D	Certificação estrangeira (cópia autenticada de folhas da CIR que comprovem 1 (um) ano de embarque nos últimos 5 (cinco) anos)	☐
E	Folha de Rosto da CIR (cópia autenticada)	☐
F	Uma (1) fotografia com data atual, de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada no local de atendimentos nas Capitanias, Delegacias ou Agências).	☐
G	Outros documentos (especificar):	☐

Local e Data do Requerimento	Assinatura do Requerente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152022083000047

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 1-E

INSTRUÇÕES GERAIS

1 LEIA AS INSTRUÇÕES COM CUIDADO

Preencha todas as informações requeridas, usando máquina de escrever ou letra de forma. O preenchimento incorreto deste requerimento ou a não apresentação dos documentos e provas exigidas, poderá obstar a sua tramitação.

2 ONDE REQUERER

Os requerimentos deverão ser encaminhados diretamente às Capitanias dos Portos, Delegacias e Agências da jurisdição do requerente.

3 DOCUMENTOS A SEREM ANEXADOS AO REQUERIMENTO

Dependendo do documento solicitado, deverão estar anexados ao requerimento:

a) Para Certificados modelos DPC-1031/1032/1033 e DPC-1034 - Uma (1) fotografia com data atual, de frente, com fundo branco e sem chapéu (a ser capturada no local de atendimentos nas Capitanias, Delegacias ou Agências).

b) Atestado de Saúde - todo requerente deverá apresentar o Atestado de Saúde/ Certificado Médico em conformidade com os padrões básicos nos exames médicos contidos na Norma Regulamentadora da Autoridade do Trabalho no Brasil. Os requisitos físicos estão determinados na Regra I/9 da Convenção STCW 78, como emendada. Não serão aceitos resultados de exames.

c) Comprovação de Serviço no Mar - o requerente de certificação ou revalidação de Certificado de Oficial deve comprovar no mínimo 1 (um) ano de serviços no mar, nos últimos 5 (cinco) anos ou 3 (três) meses nos últimos 6 (seis) meses.

d) Reconhecimento de Certificado Estrangeiro - os certificados emitidos por países signatários da Convenção STCW 78, como emendada, poderão ser reconhecidos desde que em conformidade com a citada Convenção (mediante acordo de reconhecimento de certificação entre as Partes).

e) Folha de Rosto da CIR - visa dirimir dúvidas quanto aos dados pessoais.

f) Outros Documentos: especificar quais documentos foram anexados (exemplo: comprovantes de conclusão de cursos de Atualização, Especiais).

4 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

- As cópias dos documentos anexadas ao requerimento deverão estar autenticadas, como prova de que conferem com o original. Este procedimento deverá ser executado pelas CP, DL, AG ou em Cartórios.
- Os certificados serão expedidos, conforme a solicitação do requerente, de acordo com o enquadramento nas Regras da Convenção STCW 78, como emendada.

ANEXO 1-F

AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA
(BRAZILIAN MARITIME AUTHORITY)

OM_____
(Emission Office)

COMPROVANTE DE MANOBRA
(CONFIRMATION OF PILOTING MANOEUVER)

Declaro, para fins de comprovação junto à Autoridade Marítima Brasileira que o navio_____
(I declare, to be used as a proff to the Brasilian Maritime Authority that the ship)

_____IRIN_____foi atendido pelo Oficial de Náutica
(IRIN) *(was attended by the Deck Officer)*

_____ que se identificou, nas manobras de
(which identified himself, in manoeuvers of)

(ATRACAÇÃO, DESATRACAÇÃO, SINGRADURA (discriminar trecho), no (PORTO OU TERMINAL),
(BERTHING, LEAVING THE WHARE, GETTING UNDERWAY ORLEAVING THE HARBOUR), int he (HARBOURPIER)
em_____/_____/_____, no período de (DATA/HORA) a _____
(in) *(In the period of Date/time to)*

Participaram como assistentes:
(Participanting in the manoeuvers as assistants)

Ocorrências e Observações:
(Comments and additional remarks):

A declaração acima é expressão da verdade. _____
(I affirm the above are all true) (Local e Data)
(Place and Date)

(Comandante)
(Master)

ANEXO 1-G

MARINHA DO BRASIL

OM

CERTIDÃO DE HOMOLOGAÇÃO DE TEMPO DE EMBARQUE DE AQUAVIÁRIO BRASILEIRO EM EMBARCAÇÕES ESTRANGEIRAS

Em cumprimento ao despacho exarado pelo Sr._____ _____no requerimento datado de ____/____/____protocolado nesta OM, sob o nº
DIA MÊS ANO
_____em que_____ _____, inscrito na_____, na categoria de _____, solicita que seja passado por certidão o seu tempo de embarque efetuado a bordo de embarcação de bandeira estrangeira com vista ao acesso na carreira e a cursos profissionais, certifico os embarques/desembarques abaixo mencionados:

EMBARCAÇÃO	EMBARQUE/DESEMBARQUE	FUNÇÃO	ANO(S)	MÊS(ES)	DIA(S)
	DIA MÊS ANO a DIA MÊS ANO				
	DIA MÊS ANO a DIA MÊS ANO				
	DIA MÊS ANO a DIA MÊS ANO				
	DIA MÊS ANO a DIA MÊS ANO				
	DIA MÊS ANO a DIA MÊS ANO				
	DIA MÊS ANO a DIA MÊS ANO				
PERFAZENDO O TEMPO DE EMBARQUE:					

Nada mais constando relativamente ao solicitado pelo requerente, eu_____ _____, datilografei a presente que vai datada e assinada pelo____

DIA MÊS ANO
LOCAL DATA

_____
Assinatura/nome do Oficial devidamente autorizado

ANEXO 1-H

REGISTRO DE DATAS DE EMBARQUE/DESEMBARQUE
(Record of Embarkment and Disembarkment Dates)

VISTONOME/FUNÇÃO
(VISA / Name and function)

LOCAL:_____DATA:____/____/____.
(City/Country)(Date) *dd mm yyyy*
EMPRESA/NAVIO: _____
(Ship Company/Vessel Name)
NOME DO AQUAVIÁRIO:_____
(Seafarer's Name)

EMBARCAÇÃO *(Vessel)*	DATA EMBARQUE PORTO *(Embarkment Date/Port)*	DATA DESEMBARQUE PORTO *(Disembarkment Date/Port)*	FUNÇÃO *(Function)*	PERÍODO DE EMBARQUE ANO(S) *(Year(s)*	MÊS(ES) *month(ties)*	DIA(S) *day(s))*

ASSINATURA
NOME DO REPRESENTANTE DA EMPRESA OU COMANDANTE DO NAVIO
(Signature)
(Shipping Company Representative or Ship Master Full Name)

ANEXO 1-I

Papel Timbrado

ATESTADO DE CONCLUSÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Atesto que o Sr. _____,
(NOME do AQUAVIÁRIO)

_____portador do Certificado de Competência
(CATEGORIA)

Nº _____, com enquadramento na(s) Regra(s)

_____, da Convenção STCW/1978, como emendada,

cumpriu satisfatoriamente um estágio supervisionado de _____
(FUNÇÃO)

a bordo do navio _____,
(Nº de INSCRIÇÃO) *(NOME)*

no período compreendido entre _____/_____/_____e _____/_____/_____.

(LOCAL e DATA)

Nº de Inscrição - Chefe de Máquinas (*) ou de Inscrição - Imediato (**)

Nº de Inscrição - Comandante

OBS: Para orientação do Estágio Supervisionado, observar a orientação constante da página 1-I-2.
(*) No caso de estágio supervisionado para Oficial de Máquinas
(**) No caso de estágio supervisionado para Oficial de Náutica

ANEXO 1-I

ORIENTAÇÃO PARA O ESTÁGIO SUPERVISIONADO

1) Princípios Fundamentais

a) Deverá ser realizado no desempenho de funções compatíveis com o certificado possuído, na qualidade de extralotação, ou em função imediatamente inferior àquela especificada no certificado;

b) A comprovação da realização do estágio deverá ser mediante atestado expedido pelo Comandante do navio responsável pela avaliação, de que oficial completou, satisfatoriamente, o estágio. Especificamente para máquinas, o atestado de comprovação expedido deverá ser submetido à avaliação do Chefe de Máquinas e à ratificação do Comandante;

c) Duração: período mínimo de 3 (três) meses; e

d) A Embarcação onde for realizado o estágio deverá estar em regime de navegação em sua operação regular.

2) Atividades a serem observadas

a) Na área de Náutica:

- aplicar as técnicas de prevenção da poluição do meio Aquaviários;
- aplicar dispositivos de leis, decretos, normas e convenções internacionais inerentes à legislação marítima;
- expressar-se no idioma inglês, usando o vocabulário padrão de navegação marítima;
- determinar a posição do navio com emprego de modernos equipamentos de navegação eletrônica; e
- supervisionar as operações de manuseio, estivagem e transporte de carga, com operação dos aparelhos indicadores de distribuição de carga, inclusive as cargas perigosas, conforme o Código IMDG.

b) Na área de Máquinas:

- cumprir as técnicas de prevenção da poluição do meio marinho;
- aplicar dispositivos de leis, decretos, normas e convenções internacionais inerentes à legislação marítima;
- aplicar conhecimentos de computação na operação dos equipamentos de bordo;
- interpretar termos e expressões da língua inglesa relativos às instalações de máquinas;
- aplicar princípios de automação a bordo dos navios modernos;
- identificar os princípios de circuitos eletrônicos empregados em um gerador de eixo;
- interpretar diagramas do motor, analisando as falhas calculando a potência desenvolvida e o consumo de óleo combustível e óleo lubrificante;
- operar sistemas de hélices de passo variável; e
- usar máquinas operatrizes.

3) Conclusão do Estágio

Ao término do estágio, o Oficial deverá estar apto a exercer funções a bordo de embarcações mercantes, de acordo com o certificado possuído.

ANEXO 1-J

PRINCIPAIS REGRAS DA CONVENÇÃO STCW-78, EMENDADA, EMPREGADAS NA CERTIFICAÇÃO.

CONVÉS

REGRA II/1 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a emissão de certificado de oficial encarregado de quarto de navegação, em navio com arqueação bruta igual ou superior a 500.

REGRA II/2 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a expedição de certificados de comandante e imediato, em navios com arqueação bruta igual ou superior a 500.

REGRA II/3 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a expedição de certificados de oficiais encarregados de quarto de navegação e comandantes de navios com arqueação bruta abaixo de 500.

REGRA II/4 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a expedição de certificados de marítimos subalternos, membros do quarto de serviço de navegação.

REGRA II/5 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a expedição de certificados de marítimos subalternos aptos de convés que estiver servindo em um navio que opere na navegação em mar aberto com arqueação bruta igual ou superior a 500 deverá estar devidamente habilitado.

GMDSS

REGRA IV/2 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a certificação de Radioperadores de GMDSS.

MÁQUINAS

REGRA III/1 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para expedição de certificados de oficiais encarregados de quarto de máquinas em praça de máquinas guarnecida ou oficial de serviço de máquinas escalado em praça de máquinas desguarnecida.

REGRA III/2 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para expedição de certificados de oficiais chefes de máquinas e de subchefes de máquinas em navios cujas máquinas de propulsão principal tenham uma potência igual ou superior a 3.000 kW.

REGRA III/3 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a expedição de certificados de oficiais chefes de máquinas e subchefes de máquinas em navios cujas máquinas de propulsão principal tenham uma potência entre 750 kW e 3.000 kW.

REGRA III/4 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a expedição de certificados de marítimos subalternos ou graduados membros do quarto de serviço de máquinas em uma praça de máquinas guarnecida ou maquinista escalado para serviço em praça de máquinas periodicamente desguarnecida.

ANEXO 1-J

REGRA III/5 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a certificação de subalternos como marítimos aptos de máquinas numa praça de máquinas guarnecida, ou designados para desempenhar atribuições numa praça de máquinas periodicamente desguarnecida.

REGRA III/7 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a certificação de subalternos eletrotécnicos.

NAVIOS ESPECIAIS

REGRA V/1

1. **Navios tanque (nível básico)**

Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a instrução e as qualificações básicas de comandantes, oficiais e subalternos para operações em petroleiros e em navios-tanque para produtos químicos.

V/1-1 § 1 (Petroleiros e navios-tanque para produtos químicos); e
V/1-2 § 1 (Navios-tanque para gás liquefeito)

2. **Navios tanque (nível avançado - gerencial)**

Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a instrução e as qualificações avançadas para comandantes, chefes de máquinas, imediatos, subchefes de máquinas e qualquer pessoa com responsabilidade direta pelo carregamento, descarga, cuidados em trânsito, manuseio da carga, limpeza de tanques ou outras operações relacionadas com a carga em navios-tanque.

V/1-1 § 3 (Operações de carga em petroleiros);
V/1-1 § 5 (Operações de carga em navios-tanque para produtos químicos); e
V/1-2 § 3 (Operações de carga em navios-tanque para gás liquefeito)

REGRA V/2 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a instrução e as qualificações de comandantes, oficiais, subalternos e outras pessoas em navios de passageiros.

FUNÇÕES DE EMERGÊNCIA, SEGURANÇA DO TRABALHO, PROTEÇÃO, ASSISTÊNCIA MÉDICA E SOBREVIVÊNCIA

REGRA VI/1 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para familiarização, treinamento e instrução básica em segurança para todos os marítimos:

VI/1-1 Técnicas de sobrevivência pessoal;
VI/1-2 Prevenção de incêndios e combate a incêndio;
VI/1-3 Primeiros socorros elementares; e
VI/1-4 Segurança pessoal e responsabilidades sociais.

CURSOS ESPECIAIS

REGRA VI/2 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a emissão de certificado de proficiência em embarcação de sobrevivência, embarcações de salvamento e embarcações rápidas de resgate.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152022083000049

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 1-J

VI/2 § 1 – Proficiência em embarcações de sobrevivência e salvamento, exceto embarcações rápidas de resgate; e

VI/2 § 2 – Proficiência em embarcações rápidas de resgate.

REGRA VI/3 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para instrução em combate a incêndio avançado.

REGRA VI/4 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios relativos a primeiros socorros e cuidados médicos.

VI/4 § 1 – Proficiência em primeiros socorros; e

VI/4 § 2 – Proficiência em cuidados médicos.

REGRA VI/5 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para a emissão de certificados de proficiência para oficiais de proteção do navio.

REGRA VI/6 - Estabelece requisitos mínimos obrigatórios para o treinamento e a instrução relativa à proteção para todos os marítimos.

ANEXO 1-K

DECLARAÇÃO EXTRAVIO, ROUBO OU FURTO

Eu,_____, portador da Carteira de
(nome completo)
Identidade nº_____ , _____, expedida em ____/____/____, **CPF nº** ____
(Órgão Expedidor)
_____, residente à _____, _____
(rua/avenida) (nº/complemento)
_____, _____, _____, telefones (__)_____. Declaro que:
(bairro) (CEP) (cidade/UF)

1 - O meu certificado modelo
( ) DPC-1031 de nº_____
( ) DPC-1033 de nº_____
( ) DPC-1034 de nº_____
( ) CIR de nº_____

Emitido (a) em ____/____/____, (descrever breve relato do fato):_____

2 - Estou ciente de que, caso comprovada a falsidade da declaração apresentada, estarei sujeito às penas da lei em vigor.

Assino esta Declaração, perante essa _____, em ___ de_____de_____ .
(CP/DL/AG)

Assinatura do Declarante Nome do Militar/Servidor Civil que recebeu a Declaração

Obs.: 1) Anexar: - cópia da identidade; e
- cópia do comprovante de residência.

2) Dispensado o reconhecimento de firma em cartório, se a assinatura for aposta na presença do representante da CP, DL ou AG que atestar esse fato.

3) Se a firma for reconhecida em cartório, o representante da CP, DL ou AG não assina a presente declaração.

4) A presente Declaração não exime o portador dos documentos extraviados em realizar os devidos registros juntos aos órgãos policiais competentes.

ANEXO 1-L

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Sr. Capitão dos Portos/ Delegado / Agente .....

Eu,_____
CPF_____nacionalidade_____naturalidade_____
Telefone(DDD e nº)_____celular_____
e-mail _____
Na falta de documentos para a comprovação de residência, em conformidade com o disposto na Lei nº 7.115, de 29 de agosto de 1983, **DECLARO** para fins, sob as penas da Lei, ser residente e domiciliado no endereço _____

Declaro ainda, estar ciente de que a falsidade da presente declaração pode implicar na sanção penal prevista no Art.299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art.299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir Declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante.
Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

(Cidade),_____/_____/_____
Assinatura do Requerente

Documentos necessários:
- Original e cópia do documento de identidade do requerente.

ANEXO 1-M

Logo da Empresa

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaramos para os devidos fins, que o(a) _____ (categoria, nome do aquaviário ou fluviário) concluiu o programa de qualificação para Agente de Manobra e Docagem satisfatoriamente, após executar_____(quantidade de manobras) manobras e ser avaliado pelo Representante da Autoridade Marítima, o (a) _____ (Posto, Nome, cargo, função).

Atestamos que o(a) Oficial / o(a) Fluviário(a) citado(a) acima reúne todos os requisitos necessários para exercer a função de Agente de Manobra e Docagem de embarcações com _____ (comprimento máximo, boca, calado) e por fim, assumimos a responsabilidade por todas as manobras a serem realizadas por ele(ela), quando a serviço do(a) (nome da empresa), junto a esta Diretoria de Portos e Costas.

Cordialmente,

Superintendente da Empresa (*Declarante*)
(nome completo, CPF)

(anexar a esta Declaração a cópia autenticada do "Documento legal" registrado em cartório que comprove a legitimidade outorgada ao Declarante)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152022083000050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 1-N

PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PARA AGENTE DE MANOBRAS E DOCAGEM

(a ser preenchido pela empresa/estaleiro)

NOME DO CANDIDATO À AGENTE DE MANOBRAS E DOCAGEM:

CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA: nº_____, validade até_____/____/____

PERÍODO DA QUALIFICAÇÃO:____/___/___a_____/___/___

TABELA DE MANOBRAS

REQUISITOS		DATA DE CONCLUSÃO, RUBRICA E CARIMBO DE QUE ATESTA A EXECUÇÃO
a)	- Acompanhar 2 (duas) manobras completas de entrada e saída do dique.	Data:____/___/___ Nome: Rubrica: (do Comandante da Embarcação/ Representante do Estaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Acompanhar 2 (duas) manobras completas de atracação e desatracação no terminal/cais	Data:____/___/___ Nome: Rubrica: (do Comandante da Embarcação/ Representante do Estaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Acompanhar 2 (duas) manobras completas a bordo de rebocadores, sendo uma manobra quando trabalhando pela proa e a outra manobra pela popa.	Data:____/___/___ Nome: Rubrica: (do Comandante da Embarcação/ Representante do Estaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Acompanhar 2 (duas) manobras completas de fundeio/suspender na bacia de manobra do estaleiro.	Data:____/___/___ Nome: Rubrica: (do Comandante da Embarcação/ Representante do Estaleiro - Gerente de Operações Marítimas)

ANEXO 1-N

PAPELETA DE AVALIAÇÃO DO AGENTE DE MANOBRAS E DOCAGEM

NAVIO:_____ BANDEIRA:_____

Realizado em:_____(local) Data:_____/_____/ _____

ITENS A SEREM AVALIADOS	AVALIAÇÃO
- Manobra do navio e serviços correlatos às fainas de fundear, suspender, atracar e desatracar.	
- Manobra e emprego de rebocadores.	
- Conhecimento de ordens de manobra.	
- Serviço de amarração e desamarração.	
- Análise preliminar de riscos.	
- Uso dos rebocadores (suas especificações e limitações).	
- Avaliação da cena de ação.	
- Análise das condições climáticas .	
- Elaboração dos planos de atracação e amarração, junto ao setor de operações marítimas do estaleiro.	

_____

REPRESENTANTE DA AUTORIDADE MARÍTIMA

Avaliação: SATISFATÓRIO (S) ou INSATISFATÓRIO (I) (se necessário, efetuar comentários neste quadro)

ANEXO 1-N

	- Durante as manobras deverá conhecer a operação, as limitações e as precauções de segurança durante as manobras e sistemas usualmente utilizados para comunicações em VHF, sonoro e visual.	
b)	- Realizar com acompanhamento 1 (uma) manobra completa de entrada e saída do dique.	Rubrica: (do Comandante da Embarcação/ Representante do Estaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Realizar com acompanhamento 1 (uma) manobra completa de atracação e desatracação no terminal/cais	Data:____/___/___ Nome: Rubrica: (do Comandante da Embarcação/ Representante do Estaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Realizar com acompanhamento 1 (uma) manobra completa a bordo de rebocadores, sendo uma manobra quando trabalhando pela proa e a outra manobra pela popa.	Data:____/___/___ Nome: Rubrica: (do Comandante da Embarcação/ Representante do Estaleiro - Gerente de Operações Marítimas)
	- Realizar com acompanhamento 1 (uma) manobra completa de fundeio/suspender na bacia de manobra do estaleiro.	Data:____/___/___ Nome: Rubrica: (do Comandante da Embarcação/ Representante do Estaleiro - Gerente de Operações Marítimas)

Observações:

1 O programa não necessita ser observado obrigatoriamente na forma sequencial que é apresentado e pode ser realizado simultaneamente, quando for o caso.

2 Nas manobras realizadas deverão ser considerados os seguintes aspectos: análise preliminar de riscos; uso dos rebocadores (suas especificações e limitações); avaliação da cena de ação; análise das condições climáticas e elaboração dos planos de atracação e amarração, junto ao setor de operações marítimas do estaleiro.

3 Todas as manobras deverão ser registradas nas "Papeletas de Avaliação do Agente de Manobra"

4 No caso de Instalações Militares, o responsável em atestar a execução das manobras será o Comandante do Navio e/ou o Agente de Manobra daquela Instalação. No presente modelo fica dispensável ao Oficial da MB o preenchimento do Certificado de Competência e sua validade.

ANEXO 1-O

MODELO DO CERTIFICADO DE HABILITAÇÃO DO AGENTE DE MANOBRA E DOCAGEM



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Autoridade Marítima Brasileira
Diretoria de Portos e Costas

CERTIFICADO DE HABILITAÇÃO DE AGENTE DE MANOBRA E DOCAGEM

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das suas atribuições, resolve conceder o presente Certificado ao _____(nome)_____, nº de inscrição _____, por ter sido considerado devidamente habilitado, de acordo com o item 0103 da NORMAM-13/DPC, para o desempenho de atividades relativas à manobra de navios, nas fainas em diques, estaleiros e carreiras, restritas e específicas para a área marítima de acostagem e de evolução do _____ _____, válido até ___/___/____ .

Rio de Janeiro , RJ, em ___ de _____ de ____.

Assinatura do Habilitado

Vice-Almirante
Diretor

*** Área de manobra delimitada no verso.**

MARINHA DO BRASIL

ANEXO 1-P

ESTRUTURA DE CARREIRA DE UM OPERADOR DE SISTEMA DE POSICIONAMENTO DINÂMICO

Os esquemas de treinamento atuais requerem que o aluno comece pelo DP Induction Course. Esse curso é responsável por fazer a introdução das funções do sistema DP e seu uso propriamente dito. Após sua conclusão, o aluno, que então já pode ser chamado de DPO Júnior, passa por um período de treinamento a bordo, em que se adquire mais experiência no uso do sistema DP e cumpre uma série de tarefas sob supervisão de um Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico Certificado. O Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico certificado atesta a conclusão satisfatória das tarefas executadas pelo DPO Júnior. O Comandante da embarcação endossa a execução dessas tarefas, assinando-as, a fim de que o aluno possa comprovar a veracidade das informações sobre seu treinamento a bordo. Trata-se de um item essencial para que o aluno possa prosseguir para o curso Avançado de DP.

O curso Avançado de DP abrange o uso de outros Sistemas de Controle de DP incluindo simulações de operações de emergência. Nesta fase de treinamento, o DPO Júnior tem a chance de aprender os detalhes e funções específicas do sistema para cada tipo de operação. Após o curso Avançado de DP, o DPO Júnior completará o seu último estágio de formação a bordo de uma embarcação DP para obter a certificação final de DPO.

A certificação será definida pelo esquema de formação escolhida inicialmente, dependendo da Classe ou tipo de embarcações nas quais o DPO Júnior embarcou durante o período de treinamento. Uma vez que o todos os critérios do esquema de treinamento (avaliações teóricas, práticas e provas) são concluídos com aproveitamento, o DPO Júnior é qualificado e certificado como DPO. O esquema de treinamento específico de cada Instituição Certificadora de DPO e os interstícios entres os cursos podem ser encontrados no anexo da portaria de reconhecimento.

A publicação IMCA M 117 define que o Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico seja classificado de acordo com a certificação e experiência adquiridas ao longo de sua formação bem como ao longo de sua carreira, a saber:

a) DPO Júnior (JDPO) – Trata-se de um aquaviário pertencente ao 1º Grupo - Marítimos com formação na Seção de Convés, nível de categoria maior ou igual a 7, que está inserido num esquema de treinamento de um curso de posicionamento dinâmico certificado por uma Instituição Certificadora de DPO (certification body) credenciado pela Autoridade Marítima e que **não** possui

ANEXO 1-P

ainda certificado de Operador de DP válido. Após a conclusão do curso de indução de DP, o aluno passa a ser chamado DPO Júnior e será supervisionado por um Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico certificado durante o quarto de serviço. É importante ressaltar que o termo DPO Júnior deve ser usado até que o Operador finalize seu treinamento no curso avançado e receba sua certificação de DPO.

b) DPO – Trata-se de um Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico que completou satisfatoriamente o esquema de treinamento reconhecido pela Autoridade Marítima. Isto inclui a conclusão do curso avançado com suas avaliações teóricas e práticas (incluindo tempo de embarque), obedecendo ao esquema de treinamento escolhido. Neste ponto, embora tenha competência para fazer parte de um quarto de serviço de DP, o DPO ainda não pode assumir o comando do quarto de serviço sozinho.

c) DPO Sênior (**SDPO**) – É um Operador de Sistema de Posicionamento Dinâmico que está capacitado a assumir o comando do quarto de serviço de DP. O SDPO deve ser capaz de supervisionar os outros DPO em qualquer operação que a embarcação possa estar engajada. Além disso, deverá satisfazer os requisitos estabelecidos pelo empregador para assumir tal posição.

Observação: o Comandante da embarcação deverá avaliar se os Operadores de Sistema de Posicionamento Dinâmico (DPO e SDPO) têm a experiência, conhecimento e capacidade para fazê-lo e emitir um documento próprio atestando essas informações.

ANEXO 1-Q

MODELO DE LISTA DE VERIFICAÇÃO DE FAMILIARIZAÇÃO DE POSICIONAMENTO DINÂMICO
(Example DP vessel Familiarisation Checklists)

Na chegada a bordo da embarcação, uma rotina de visita guiada e familiarização geral deve ser realizada por todo o pessoal. Orientações podem ser encontradas na IMCA S & L 003.
(Upon arrival onboard the vessel, a guided tour and general familiarisation routine should be completed by all personnel. Guidance can be found in IMCA S&L 003).

Referência (*Reference)*	Instrutor (Instructedby)	Assinatura do Instrutor (Instructor's Signature)
Todo o pessoal (*All Personnel*)		
Descrição do trabalho (*Job descriptions*)		
Práticas Restritas (*Restricted practices*)		
Instruções sobre documentos controlados (*Instruction on controlled documents*)		
Modelos de Relatórios (*Reporting forms*)		
Sistema de gestão de pessoas (*Personnel management system*)		
Familiarização com os procedimentos do cliente (*Familiarization of client procedures*)		
Entender a importância de comunicações boas, claras e antecipadas com o passadiço/sala de controle, em caso de alterações no modo normal das capacidades operacionais da embarcação (*Being aware of the importance of good, clear and early communications with bridge/control room in the event of any changes to normal mode of vessel's operating capabilities*)		
Operadores de DP (DP Operators)		
Controle dos movimentos da embarcação em relação a um ponto específico utilizando controles manuais (*Control of vessel's movements about a set point using manual controls*)		
Controle dos movimentos da embarcação em relação a um ponto específico usando controle do DP e controle manual independente (*Control of vessel's movements about a set point using DP and independent joystick controls*)		
Alternar e trocar os sistemas (*Switching and changing between systems*)		
Compreensão geral do sistema de DP instalado na embarcação (*General understanding of the DP system installed on the vessel*)		
Colocar a embarcação em DP, compreender os procedimentos (*Setting up the vessel on DP, understanding reasons for procedures*)		
Capacidade de usar o painel do DP quando estiver em modo DP (Ability to use DP panel whilst on DP)		
Uso das funções do console do DP (*Use of desk facilities*)		
Uso dos sistemas de referência e limitações específicas da embarcação (*Use of reference input systems and the vessel specific limitations*)		
Fontes de alimentação para computadores DP e unidades de controle de propulsão (*Power supplies for DP computers and thruster control units*)		
Fontes de alimentação de emergência (*Emergency power supplies*)		

ANEXO 1-Q

Sequência de alarmes e sinais (por exemplo, controles do BOP, luzes de status do DP, etc. (*Alarm sequence and signals (e.g. BOP controls, DP status lights etc.*)		
Carregamento/processamento de informações e uso geral dos computadores de controle do DP. (*Loading and general use of DP control computers*)		
Saber as configurações do sistema de propulsão / motor principal / sensores em condições normais e em condições de emergência, e saber, ainda, se todas as trocas de condição normal para emergência são manuais ou automáticas. (*System configurations thruster/main engine/ sensors expected in normal and emergency situations, and if all changeovers are manual or automatic)*		
Uso, compreensão e localização dos sensores de referência de posição. (*Use, understanding and location of position reference sensors*)		
Uso, compreensão e localização de: - giroscópicas - VRU / MRUs - anemômetros - outros sistemas de entrada de dados (*Use, understanding and location of:* *- gyros* *- VRU/ MRUs* *- anemometers* *- other data input systems)*		
Geração de energia, distribuição e propulsão do navio em conjunto com as seções à prova de fogo e estanques. (*Vessel's power generation, distribution and propulsion together with fire and watertight subdivision*)		
Compreender os objetivos das operações, FMEAs e limitações da embarcação, incluindo os diagramas de capacidade da embarcação. (*Understanding of functions operation, FMEAs and limitations of the vessel, including vessel's capability plots*)		
Utilizar e compreender a análise de conseqüências, tanto para a operação atual quanto para planejamento de operação. (*Use and understanding of the consequence analysis, both for present operation and for planning purposes*)		
Características do sistema de controle de DP exclusivo da embarcação. (*Features of DP control system unique to the vessel*)		
Limites operacionais para todos os equipamentos de DP (condições climáticas, energia, rotação, etc.). (*Operational limits for all DP equipment (weather, power, rotation, etc.)*).		
Efeitos das forças externas ambientais e do tipo de operação nos limites de operação considerando a configuração de máquinas. (*Effects of environment and operations on operating limits in conjunction with machinery set-up*)		
Pessoal Técnico (Technical Personnel)		
Estar familiarizado com todas as instruções permanentes da praça de máquinas do navio tanto para as operações normais quanto para as operações de emergência. (*Being conversant with all vessel's engine room standing instructions concerning normal and emergency operations*)		

ANEXO 1-Q

Configuração correta do equipamento no modo normal de operação. (*Correct configuration of equipment in the normal mode of operations*)		
Saber a localização e maneiras de operar com oléo combustível, com óleo lubrificante, com sistema de água de resfriamento, comsistema de ar comprimido e outros serviços essenciais. Saber isolar e alternar válvulas e proceder com as ações necessárias em caso de perda de serviços essenciais. (*Location and means of operating fuel, lubricant, cooling water compressed air and other essential services isolation and changeover valves and actions required on loss of essential services.*)		
Entender a configuração correta dos equipamentos, a fim de saber alternar a operação para unidades auxiliares, em caso de qualquer falha. (*Correct configuration of equipment to allow operation to auxiliary units on any single failure*)		
Entender a configuração do quadro elétrico, incluindo o funcionamento do quadro de dijuntores e relés dos barramentos. Saber como reconfigurar os dispositivos de fornecimento elétrico em caso de falhas nos equipamentos. (*Switchboard configuration, including operation of bus section switches and bus ties and reconfiguring electrical supply arrangements it the event of equipment failures*)		
Entender as possíveis consequências de falhas elétricas, como curto-circuito e corrente de fuga. (*Understand the potential consequences of electrical faults such as short circuits and earth leakage*)		
Compreender os alarmes dos equipamentos e as consequências cada alarme. (*Alarm equipment and the consequences of such alarms*)		
Administrar uma situação de queda de energia e de parada de emergência. (*Handling of black-out situation e Handling of ESD*)		
Identificar o FMEA da embarcação e sua importância para as operações. (*Recognize the vessel's FMEA and its importance to operations*)		

Nome do tripulante (*Name of person instructed*):_____
Função do tripulante (*Position of person instructed*):_____
Assinatura do instrutor (*Instructor's signature*):_____
Assinatura do Comandante (*Master's signature*):_____
Data: (*Date*):_____/_____/_____ Embarcação:(*Vessel*):_____

ANEXO 1-R

DIRETRIZES PARA CURSO DE FAMILIARIZAÇÃO DE POSICIONAMENTO DINÂMICO PARA O PESSOAL TÉCNICO ENVOLVIDO COM O SISTEMA DP
DP FAMILIARISATION COURSE GUIDELINES FOR KEY TECHNICAL DP PERSONNEL

Um curso genérico de familiarização de DP é primordial para o pessoal que requer um entendimento e conscientização sobre operações DP, mas que, por outro lado, não opera o sistema de controle do DP.
A Generic DP Familiarisation course is primarily for personnel requiring understanding and awareness of DP operations but who otherwise would not be expected to operate the DP control system.

O curso deve fornecer ao aluno:
The training course should provide the trainee with:

Compreender como o sistema de controle do DP, sensores do navio e sensores de referência de posição operam;
(an understanding of how the DP control system, vessel sensors and position references operate)

Compreender o que é redundância e a importância dos componentes do sistema de DP;
(an understanding of redundancy and the importance of the DP system´s component parts)

Compreender como o sistema de DP é testado e como é comparado ao FMEA.
(an understanding of how the DP system is tested and verified against the FMEA)

Saber sobre os tipos de eventos relacionados a capacidade de manter posição da embarcação, quando em DP, que já ocorreram;
(a knowledge of the types of DP station keeping events that have occured)

Compreender redundância aplicada ao sistema DP;
(an understanding of redundancy as applied to the DP system)

Conhecer as regras, normas e diretrizes relevantes ao sistema DP e onde eles podem ser obtidos.
(a knowledge of the rules, regulations and guidelines relevant to DP and where these can be obtained)

O Curso deve detalhar o seguinte:
The training course should detail the following:

Definição de DP, os seis graus de liberdade e a função do controle do DP;
(A definition of DP, the six degrees of freedom and the DP control function)

Elementos de um sistema DP; geração de energia, distribuição de energia, gerenciamento de energia, propulsores, sistema de controle do DP, sensores, comunicações e os operadores;
(Elementos of a DP system; power generation, power distribution, power management, thrusters, DP control system, sensors, communications and the operators)

Detalhes dos elementos do sistema de controle do DP inclundo processadores, consoles de controle, posição, aproamento do navio e sensores de forças externas ambientais;
(Details of elements of the DP control system including processors, control consoles, and position, heading vessel and enviromental sensors)

Uso dos sensores de referência de posição;
(Use of position reference sensors)

ANEXO 1-R

O conceito de limites de energia e de propulsão segundo o sistema de controle de DP, sistema de gerenciamento de energia e propulsores;

(The concept of power and thrust limiting by the DP control system, the PMS and the thrusters)

Tipo de sistema de propulsão e de manobra;
(Type of thrusters and manoeuvring systems)

A exigência e provisão de redundância nos sistemas das embarcações e definição da classe dos equipamentos DP ;
(The requirement and provision of redundancy in vessel´s systems and defining DP equipment classes)

Confecção de análise de risco e colocar limites de segurança para o trabalho nas várias operações;
(Applying risk analysis and safe working limits to various operations)

Avaliação da capacidade da embarcação no que diz respeito às condições ambientais, águas rasas e profundas etc.Uso da análise de consequência *ao planejar a operação e durante a mesma.*
(Assessment of vessel capabilities with respect to enviromental conditions, shallow and deep water etc. Use of the consequence analysis, when planning and during operations).

FMEA, prova de mar, testes anuais e teste de mobilização;
(FMEA, proving trials, annual trials and mobilisation trials)

Histórico de casos baseados em incidentes com DP que ocorreram incluindo drift off, drive off, e outras perdas de posição causadas por fatores humanos, processuais, de procedimento, falha de equipamento ou design ruim.
(Case histories, based on DP incidents that have occured including; drift off, drive off, other losses of position caused by human factors, process, procedural, equipment failure or poor design)

Novidades no sistema DP incluindo sensores de referência e sistemas de controle.
(New developments in DP systems including position reference sensors and control systems)

ANEXO 1-S

NOME DA EMPRESA

ATESTADO DE EMBARQUE DE AQUAVIÁRIOS

Atesto para fins de registro do tempo de embarque junto à Autoridade Marítima Brasileira, representada pelos seus Agentes (Capitanias, Delegacias e Agências) que o Aquaviário _____ (Nome Completo), _____ (Categoria), _____ (CPF) e número inscrição no SISAQUA _____, realizou os embarques descriminados abaixo, em funções compatíveis com o certificado possuído, e estão compatíveis, exclusivamente, com os registros de tempo de embarque constantes no sistema de controle interno desta empresa e no rol das embarcações nas quais o aquaviário embarcou, assim discriminados:

Nome da Embarcação	Nº de Inscrição	AB	Potência	Local e data de embarque	Local e data de desembarque	Categoria/ Função	Tipo de Navegação

Declaro ainda, estar ciente de que informações inverídicas no presente Atestado podem implicar em sanção penal prevista no Art.299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art.299 – Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir Declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

_____
Nome Completo e Assinatura do Presidente da Empresa,
Proprietário, Armador ou seu Preposto*

**** As Empresas de Navegação deverão enviar à Diretoria de Portos e Costas, um Ofício assinado pelo Presidente da Empresa (ou cargo equivalente) informando o nome e cargo/função de quem possui a atribuição formal dentro da Empresa (proprietário, armador, presidente/diretor ou preposto) em assinar o presente, mantendo essas informações sempre atualizadas junto à DPC.***

Obs.: O cômputo de tempo de embarque é necessário para matrícula em curso, ascensão de categoria e de revalidação de certificação (quando aplicável)
Somente deverá ser contabilizado o tempo de embarque a bordo de embarcações em operação (Não deverá ser contabilizados embarques em Navios "fora de operação").

ANEXO 1-T

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

EXAME PARA REVALIDAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS REFERENTES AS REGRAS II/1, II/2, III/1 E III/2 DA CONVENÇÃO STCW-78, COMO EMENDADA

CONDIÇÕES GERAL DO EXAME

1 - PROPÓSITO GERAL DO EXAME

Revalidar o certificado de competência (CoC) modelo DPC-1031 do Oficial de Náutica e de Máquinas, com base em exames teórico (prova escrita) e prático (avaliação em simulador), desenvolvidos a partir das seguintes funções:

Oficiais de Náutica - Navegação; Manuseio e estivagem da carga; Controle das operações do navio e cuidados com as pessoas a bordo; e Radiocomunicações, em seus níveis de responsabilidades gerenciais (Regra II/2) e operacionais (Regra II/1) definidas, respectivamente, nas seções A-II/2 e A-II/1 do código STCW-78, como emendado.

Oficiais de Máquinas – Máquinas Marítimas; Sistemas elétricos, eletrônicos e de controle; Manutenção e reparos; e Controle das operações do navio e cuidados com as pessoas a bordo, em seus níveis de responsabilidades gerenciais (Regra III/2) e operacionais (Regra III/1) definidas, respectivamente, nas seções A-III/2 e A-III/1 do código STCW-78, como emendado.

2 – DIRETRIZES GERAIS DO EXAME

A) QUANTO À ESTRUTURAÇÃO DOS EXAMES (TEÓRICO E PRÁTICO)

a) O exame será composto por uma avaliação em simulador (exame prático) e uma prova escrita (exame teórico), onde serão abordados os conhecimentos, entendimentos e proficiências constantes das seções A-II/1, A-II/2, A-III/1 e A-III/2 do código STCW-78, como emendado;

b) O exame teórico será aplicado pelos Centros de Instrução (CIAGA/CIABA) e o exame prático será aplicado por Instituições de Ensino credenciadas pela DPC.

c) O exame teórico terá uma duração de 4 horas sendo vedada qualquer tipo de consulta, exceto ao material fornecido para prova, como tábua de marés, publicações da DHN, etc.

d) O exame prático terá como base o curso de gerenciamento de recursos do passadiço e o curso de gerenciamento dos recursos de praça de máquinas. O exame prático seguirá os padrões que regem a utilização de simuladores constantes na Seção A-I/12 do Código STCW-78, como emendado. O exame prático deverá ser gravado para fins de avaliação e registro, assim como o exame teórico também deverá ser arquivado;

e) Após aprovação nos exames, os Centros de Instrução e Instituições de Ensino credenciadas encaminharão um documento à DPC, com cópia ao interessado, atestando que o portador foi aprovado nos exames teórico e prático. Estes documentos deverão ser apresentados na Capitania/ Delegacia ou Agência de jurisdição do Marítimo acompanhado dos demais documentos contidos na alínea c do item 0122 da NORMAM-13/DPC. Será ainda exigido para a revalidação do CoC a apresentação dos Certificados dos cursos referentes as Regras VI/1, VI/2 e VI/3 STCW-1978, como emendada, dentro da validade, ou ainda dos cursos equivalentes ao Curso Básico de Segurança de Navio (CBSN), CESS, CACI.

ANEXO 1-T

B) QUANTO À AFERIÇÃO DO APROVEITAMENTO E À HABILITAÇÃO NO EXAME

O marítimo será considerado apto nos exames, se atingir a nota 80 (de um total de 100 pontos) no exame teórico e o conceito "satisfatório" no exame prático.

Observações:

1. O PREPOM-Aquaviários publicará a data, locais e condições de inscrição do exame teórico e, também a relação das Instituições credenciadas autorizadas a aplicarem o exame prático.

2. O exame prático para os Oficiais de Máquinas poderá sofrer ajustes em função da disponibilidade de Instituições Credenciadas que ofereçam o curso de gerenciamento de recursos de praça de máquinas. Caso não haja disponibilidade, o exame para revalidação dos oficiais da seção de máquinas será composto somente da parte teórica.

3. O conteúdo dos exames mencionados na alínea b constam da parte A do código STCW-78, como emendado – coluna 2 das tabelas A-II/1, A-II/2, A-III/1 e A-III/2 do referido código, disponível em <https://www.ccaimo.mar.mil.br/ccaimo/sites/default/files/codigos/codigostcwpa_2017.pdf>

4. A emissão do certificado DPC-1031, terá por base a data do exame teórico ou prático (o que for realizado primeiro). Desta forma, se o Oficial da Marinha Mercante brasileira, por exemplo, optar por revalidar seu CoC por meio dos exames, realizando o exame prático em agosto de 2022 e o exame teórico em novembro de 2022, o seu certificado de competência terá a validade de 5 anos a partir de agosto de 2022.

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CLC	10	CCB com mais de 2 anos de embarque em função de nível 9, aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Oficiais de Náutica - APNT. Oficial Superior Veterano do Quadro de Oficiais da Armada da Marinha do Brasil, com aperfeiçoamento de Superfície; de Hidrografia e Oceanografia; de Submarinos; de Aviação Naval e que tenham concluído com aproveitamento o Curso de Atualização e Adaptação de Náutica para Oficiais (ATNO).	II/2 IV/2	CMT IMT OQN	Sem limitação.	
CCB	9	1ON com mais de 2 (dois) anos de embarque em função de nível 8, aprovado em Curso de Aperfeiçoamento para Oficial de Náutica.	II/2 IV/2	CMT	Comandante de embarcações de qualquer AB na Navegação de Cabotagem e de Longo Curso limitada aos portos da costa atlântica da América do Sul, das Antilhas e da costa leste da América Central, excluídos os portos de Porto Rico e Ilhas Virgens (Regra II/2).	
				IMT	Sem limitação.	
				OQN	Sem limitação.	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
1ON	8	2ON oriundo do Curso de Formação de Oficiais de Náutica (FONT) ou do Curso de Adaptação para 2º Oficial de Náutica (ASON), com mais de 2 (dois) anos de embarque nos últimos 5 (cinco) anos ou com mais de 3 anos de embarque, ao longo de toda a carreira, ambos exercendo função de nível 7, em navios operando na navegação em mar aberto. 2ON que concluíram o Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Náutica Complementar (ACON-C), oriundos dos cursos ACON ou ACON-B, com mais de 2 (dois) anos de embarque, nos últimos 5 (cinco) anos, ou com mais de 3 anos de embarque, ao longo de toda a carreira, ambos exercendo função de nível 7, em navios operando na navegação em mar aberto.	II/1 II/2 II/3 IV/2	CMT	Comandante de embarcações de qualquer AB na navegação interior, incluindo a fluvial (*). Comandante de embarcações com AB inferior a 500, em área de navegação costeira e de apoio marítimo (Regra II/3). Comandante de embarcações com AB inferior a 3.000, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) (Regra II/2) (**).	(*) Para exercer a capacidade de Comandante na navegação interior, o Oficial de Náutica, a partir de JUL/2023, deverá possuir o Estágio de Capacitação Fluvial para Comandante – ECFC. (**) Mantido para os 1ON que realizaram o curso de ACON (anterior a 2012) e, posteriormente, o curso de ACON-C (Regra II/2).
				IMT	Imediato de embarcações com AB superior a 3.000, na navegação de cabotagem e de apoio marítimo, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), se exerceu serviço no mar como OQN em navios com AB superior a 3.000, por período mínimo de 1 (um) ano, nos últimos 5 (cinco) anos, desde que possuam os cursos de EGPO e ESCM (Regra II/2) Imediato de embarcações com AB inferior a 3.000, na navegação de cabotagem e de apoio marítimo, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), se exerceu serviço no mar como OQN em navios com AB inferior a 3.000, desde que possuam os cursos de EGPO e ESCM (Regra II/2). Imediato de embarcações de qualquer AB na navegação interior, incluindo a fluvial.	
				OQN	Sem limitação (Regra II/1).	
2ON	7	PON oriundo de Curso de Formação de Oficial de Náutica (FONT-EFOMM), após concluir, com aproveitamento, o Programa de Estágio Embarcado (PREST) como Praticante de Oficial de Náutica PON oriundo de curso de Adaptação para Oficial de Náutica (ASON), após concluir com aproveitamento o Programa de Estágio Embarcado (PREST) como Praticante de Oficial de Náutica.	II/1 II/3 IV/2	CMT ou IMT	Comandante ou Imediato de embarcações com AB inferior a 500, com a Regra II/3 (*), em área de navegação costeira, de apoio marítimo e interior (**).	(*) Os 2ON recebem a Regra II/3, após comprovação de 1 ano de embarque no nível 7. (**) Para exercer a capacidade de Comandante na navegação interior, o Oficial de Náutica, a partir de JUL/2023, deverá possuir o Estágio de Capacitação Fluvial para Comandante – ECFC.
				OQN	Sem limitação (Regra II/1).	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
2ON	7	MCB com mais de 2 (dois) anos de embarque em função de nível 6, aprovado em Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Náutica Básico (ACON-B), após concluir com aproveitamento o Programa de Estágio Embarcado (PREST) como Praticante de Oficial de Náutica. CTR com mais de 5 (cinco) anos de embarque em função de nível 5, aprovado em Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Náutica-Básico (ACON-B), após concluir com aproveitamento o estágio embarcado como Praticante de Oficial de Náutica.	II/1 IV/2 II/3	CMT/IMT	Comandante/Imediato de embarcações com AB inferior a 500, com a Regra II/3*, em área de navegação costeira, de apoio marítimo e interior (**).	* A certificação na Regra II/3 poderá ser mantida no Certificado de Competência para os marítimos (MCB/CTR) que já a possuíam anteriormente, caso comprovem a manutenção da referida Competência nessa Regra. Adicionalmente, também deve ser registrado no verso desse Certificado de Competência as limitações tipificadas para as Capacidades de Comandante e Imediato. O Curso ACON-C é exigido para que o Oficial retire as limitações como OQN em AJB e possa ter condições de ascender de Categoria. (**) Para exercer a capacidade de Comandante na navegação interior, o Oficial de Náutica, a partir de DEZ/2022, deverá possuir o Estágio de Capacitação Fluvial para Comandante – ECFC.
				OQN	Oficial Encarregado de Quarto de Navegação na navegação de cabotagem, na navegação de apoio marítimo, na navegação interior e na navegação de apoio portuário, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) (Regra II/1).	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MCB	6	CTR com mais de 2 (dois) anos de embarque em função de nível 5.	II/3 ou II/5	CMT IMT ou SupQN	Comandante, Imediato ou Supervisor do Quarto de Navegação (**) de embarcações com AB até 500 na Navegação Costeira e Apoio Marítimo, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (Regra II/3) (*). Comandante/Imediato de embarcações até 3.000 AB (Regra II/5), desde que: a) no interior das áreas classificadas como de Navegação Interior (conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos - NPCP/NPCF) e Apoio Marítimo, dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas); e b) exceto na navegação fluvial.	* (*) MCB que possua Regra II/5 deverá ser aprovado nos cursos especiais: EHET, EROG, EARP, ECIA, EPSM, EOPN, EPOE e EGPO, a fim de receber a Regra II/3. (**) SupQN é equivalente a Capacidade de OQN, nas embarcações e no tipo de navegação aqui descritas.
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF) (Regra II/5).	
				SGC	Encarregado do Serviço Geral de Convés em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF) (Regra II/5).	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CTR	5	CTR aprovado em Curso de Aperfeiçoamento para Contramestre (APAQ-CTR contínuo ou modular) ou Cursos de Aperfeiçoamentos equivalentes realizados anteriormente, com mais de 1 (um) ano de embarque em função de nível 5, possuidor dos cursos especiais ENET, EROG (CROG), EARP, ECIA (CACI), EPSM (CPSO), EOPN (CPMM), EPOE e EGPO.	II/3 e II/5	CMT ou IMT ou SupQN	Comandante, Imediato ou Supervisor do Quarto de Navegação (*),de embarcações até 300 AB na Navegação costeira e Apoio Marítimo, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) (Regra II/3).	(*) SupQN é equivalente a Capacidade de OQN, nas embarcações e no tipo de navegação aqui descritas.
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF) (Regra II/5).	
				SGC	Encarregado do Serviço Geral de Convés em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF) (Regra II/5).	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CTR	5	MNC com mais de 2 (dois) anos de embarque,nos níveis 3 ou 4 aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários - Contramestre - (APAQ-CTR contínuo ou modular) ou Cursos de Aperfeiçoamentos equivalentes, realizados anteriormente. Veterano da Marinha do Brasil (Suboficiais e Sargentos) do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Contramestre - Básico (APAQ-CTR contínuo ou modular). Aluno aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Módulo Específico para Marítimos - Seção de Convés (CAAQ-CTR).	II/5	CMT ou IMT ou SupQN	Comandante, Imediato ou Supervisor do Quarto de Navegação (*) de embarcações com AB até 750, empregadas na Navegação Interior, exceto navegação fluvial nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), bem como nos limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP) (Regra II/5).	(*) SupQN é equivalente a Capacidade de OQN, nas embarcações e no tipo de navegação aqui descritas.
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF) (Regra II/5).	
				SGC	Encarregado do Serviço Geral de Convés em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das ,Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF) (Regra II/5).	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MNC	4	MOC com mais de 1 (um) ano de embarque no nível 3.	II/4	CMT ou IMT	Comandante ou Imediato de embarcações até 300 AB, na Navegação Interior nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), bem como nos limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF). Comandante/Imediato de embarcações até 100 AB, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), inclusive as que transportam passageiros, somente após 1 (um) ano de embarque no nível 4, desde que no interior das áreas classificadas como de Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF) e na navegação costeira e de Apoio Marítimo, dentro dos limites de 20 milhas náuticas da costa	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF).	
				SGC	Serviço Geral de Convés em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF).	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MOC	3	Aluno aprovado em Curso de Formação de Aquaviários - Moço de Convés (CFAQ-MOC), após a conclusão do Período de Instrução no Mar (PIM).	II/4	CMT ou IMT	Comandante ou Imediato de embarcações até 50 AB, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), desde que: - no interior das áreas classificadas como de Navegação Interior (conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF) e na navegação costeira e de Apoio Marítimo, dentro dos limites de 20 milhas náuticas da costa; e - não transportem passageiros". Comandante/Imediato de embarcações até 50 AB, inclusive as que transportam passageiros, somente após seis (6) meses de embarque no nível 3, desde que no interior das áreas classificadas como de Navegação Interior (conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos - NPCP/NPCF) e Apoio Marítimo, dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas).	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações de qualquer AB, após 3 meses de efetivo embarque, num período contínuo de 1 ano, nesse tipo de embarcação na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF).	
				SGC	Serviço Geral de Convés em embarcações de qualquer AB na navegação de Mar Aberto e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF).	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO			CERTIFICAÇÃO – CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MAC	2	MAC-1 após ter cumprido 1 (um) ano de efetivo embarque e aprovado no Curso Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP).	*Sem Regras*	CMT	Comandante/Imediato de embarcações até 50 AB e potência propulsora menor do que 250 Kw, inclusive as que transportam passageiros, inclusive, e como profissional, em embarcações de esporte e recreio, desde que no interior das áreas classificadas como de Navegação Interior (conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos das Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF) e de Apoio Portuário.	1 - Não cabe ao MAC ascensão à MOC. O acesso à MOC deverá ser feito por meio de Curso de Formação em conformidade com o edital do curso. 2 - Os MAC Nível 2, que não possuem o curso ESEP, que foram inscritos anteriormente a 15 de abril de 2018 poderão continuar a comandar embarcações de até 10 AB que transportam passageiros, na navegação interior, até 31 de dezembro de 2026. (Portaria nº 220/DPC, de 18 de junho de 2021).
				SQN	Nas embarcações de qualquer AB na Navegação Interior e de apoio portuário, conforme estabelecido nas Normas e Procedimentos para as Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF), dentro das AJB.	
				SGC	Nas embarcações de qualquer AB na Navegação Interior e de apoio portuário, conforme estabelecido nas Normas e Procedimentos para as Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF), dentro das AJB, inclusive, como profissional, em embarcações de esporte e recreio.	
MAC	1	Aluno aprovado em Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro Auxiliar de Convés e de Máquinas (CFAQ- MAC/MAM)	*Sem Regras*	CMT	Somente após 1 ano de embarque, Comandante de embarcações de até 10 AB e potência propulsora menor do que 250 kW, exceto naquelas que transportam passageiros, quando empregadas nas áreas de navegação interior e de apoio portuário estabelecidas nas NPCP/NPCF.	
				SQN	Serviços Gerais de Convés e Subalterno de Quarto de Navegação em embarcações com até 300 AB e potência propulsora menor do que 250 kW empregadas na navegação interior e de apoio portuário, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias dos Portos (NPCP/NPCF), inclusive, como profissional, em embarcações de esporte e recreio.	
				SGC		

ANEXO 2-A

OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTES AOS AQUAVIÁRIOS DO 1º GRUPO (MARÍTIMOS)- SEÇÃO DE CONVÉS:

1. As limitações referentes às capacidades das categorias de MAC, MOC, MNC, CTR e MCB serão impressas no verso do Certificado de Proficiência (Modelo DPC-1034).

2. Quanto às Regras:

a) As Regras da Convenção STCW/1978, como emendada, registradas nos Certificados de Proficiência (modelo DPC-1034) poderão ser inseridas no Certificado de Competência (modelo DPC-1031), desde que o Marítimo anexe tais certificados em requerimento protocolado na Organização Militar de sua jurisdição. A partir do momento em que essas Regras constem, efetivamente, nos Certificados de Competência, serão revalidadas juntamente com o próprio Certificado de Competência (modelo DPC-1031), respeitadas as condições elencadas na Regra I/10 e I/11 daquela Convenção. Assim, estas Regras ficam consolidadas em um único documento.

b) As Regras VI/2 §1º, VI/3, VI/4 §1º são obrigatórias para os Aquaviários que possuam o nível operacional, ou seja, Regras II/1 e II/3. A Regra II/2 incorpora, amplia e aprofunda o conhecimento, entendimento e a proficiência exigidos na Regra II/1 de maneira a capacitar o Oficial de Náutica para executar tarefas, atribuições e responsabilidades no nível gerencial.

c) A Regra VI/2 §1º, referente ao curso EESS, é obrigatória para os Aquaviários que possuam a Regra II/5.

d) As Regras V/1-1 e V/1-2 deverão ser adquiridas obrigatoriamente, quando houver intenção do Aquaviário realizar embarques em navios-tanque (petroleiros, químicos e gaseiros), devendo, para tanto, ser observado o tipo de navio-tanque e o devido nível (apoio, operacional ou gerencial) em que irá exercer a atividade pretendida. O Registro desta regra no Certificado de Competência (modelo DPC-1031) dar-se-á no campo "limitações aplicáveis" ou no seu verso.

A retirada das limitações acima, no Certificado de Competência (modelo DPC-1031), ocorrerá das seguintes formas:

- do nível gerencial (para as capacidades de Comandante/Imediato), mediante a apresentação da certificação avançada em operações de navios-tanque, no Sistema de Ensino Profissional Marítimo, para a respectiva classe de navio-tanque (cursos ESOP, ESOQ e ESOG).
- do nível operacional (para as capacidades de Oficial/Supervisor de Quarto de Navegação), mediante a apresentação da certificação básica em operações de navios-tanque, no Sistema de Ensino Profissional Marítimo, para a respectiva classe de navio-tanque (cursos EBPQ, EBGL, ou a eles considerados equivalentes, no passado).
- do nível de apoio (para as capacidades de Subalterno de Quarto de Navegação/Subalterno Apto de Convés Navegação), mediante a apresentação da certificação básica em operações de navios-tanque, no Sistema de Ensino Profissional Marítimo, para a respectiva classe de navio-tanque (cursos EBPQ, EBGL, ou a eles considerados equivalentes, no passado).

e) As Regras VI/I e VI/6 são obrigatórias para todos os Marítimos com nível de habilitação igual ou acima de 3. Os Oficiais que possuem a Regra VI/5 ficarão dispensados da possuírem a Regra VI/6.

f) Na coluna "REGRAS", estão especificadas somente as principais Regras correspondentes para cada categoria. No entanto, podem permanecer válidas as regras que foram atribuídas ao Aquaviário, ao longo de sua carreira. Desta forma, por exemplo, um CLC que na coluna "REGRAS" possui somente as Regras II/2 e IV/2, na realidade, também terá as Regras II/1 e II/3, além de outras que obteve ao longo de sua carreira, pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC.

3. O curso de Acesso ao Oficialato (ACON) foi extinto em 2012 e substituído pelo curso de Acesso à 2º Oficial de Náutica - Básico (ACON-B) e pelo curso de Acesso à 2º Oficial de Náutica - Complementar (ACON-C). Os certificados emitidos para os marítimos que concluíram o curso ACON serão revalidados com as mesmas regras contidas no certificado anterior.

4. A Navegação Costeira é definida de acordo com o item 0103 da NORMAM-28/DHN.

SIGLAS

CMT	Comandante	IMT	Imediato
OQN	Oficial de Quarto de Navegação	SupQN	Supervisor do Quarto de Navegação
SQN	Subalterno de Quarto de Navegação	S/L	Sem Limitações
SGC	Serviços Gerais de Convés		

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
2º GRUPO - FLUVIÁRIOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE	LIMITAÇÕES NAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CFL	7	PLF com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 6, aprovado no Curso Especial de Acesso a Capitão Fluvial (EACF).	Sem regras	CMT IMT OQN	Comandante, Imediato ou Oficial de Quarto de Navegação de embarcações de qualquer AB na Navegação Interior.	
PLF	6	MFL com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 5. CMF com mais de 4 (quatro) anos de embarque no nível 4 e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários Módulo específico para Fluviários - Seção de Convés (APAQ-MFL) ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente.	Sem regras	CMT IMT SupQN	Comandante de embarcações até 3.000 AB, na Navegação Interior. Imediato de embarcações de qualquer AB, na Navegação Interior. Supervisor de Quarto de Navegação (*) de qualquer AB na Navegação Interior.	(*) SupQN é equivalente a Capacidade de OQN, nas embarcações e no tipo de navegação aqui descritas.
MFL	5	CMF com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 4 e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários Módulo Específico para Fluviários - Seção de Convés (APAQ-MFL) ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente. Veterano da Marinha do Brasil (SO, SG ou CB) do Quadro de Praças da Armada com um ano de embarque na MB, das especialidades previstas nas condições de inscrição do curso disponíveis no PREPOM em vigor e aprovados no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários Módulo Específico para Fluviários - Seção de Convés. (APAQ-MFL) ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente. Aluno aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Módulo Específico para Fluviários - Seção de Convés (CAAQ-MFL) ou curso de acesso equivalente, realizado anteriormente.	Sem regras	CMT IMT SupQN	Comandante de embarcações até 750 AB, na Navegação Interior. Imediato de embarcações de até 3.000AB, na Navegação Interior. Supervisor de Quarto de Navegação (*) de qualquer AB, na Navegação Interior.	(*) SupQN é equivalente a Capacidade de OQN, nas embarcações e no tipo de navegação aqui descritas.

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
2º GRUPO - FLUVIÁRIOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADES	LIMITAÇÕES NAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CMF	4	MFC com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 3.	Sem regras	CMT	Comandante de embarcações até 300 AB na Navegação Interior.	(*) SupQN é equivalente a Capacidade de OQN, nas embarcações e no tipo de navegação aqui descritas.
				IMT SupQN	Imediato ou Supervisor de Quarto de Navegação (*) de embarcações até 750 AB na Navegação Interior.	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de qualquer AB na Navegação Interior	
MFC	3	Alunos aprovados no Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro Fluvial de Convés - Nível 3 CFAQ-MFC ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente.	Sem regras	CMT	Comandante de embarcações até 50 AB, na Navegação Interior, exceto aquelas que transportam passageiros. Comandante de embarcações até 50 AB, na Navegação Interior que transportam passageiros, somente após 1 (um) ano de embarque no nível 3 e com ESEP.	
				IMT	Imediato de embarcações até 300 AB, na Navegação Interior.	
				SGC	Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de qualquer AB na Navegação Interior. Serviço Geral de Convés nas embarcações de qualquer AB, na Navegação Interior.	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
2º GRUPO - FLUVIÁRIOS - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE	LIMITAÇÕES NAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MAF	2	Após 1 (um) ano de efetivo embarque e uma vez aprovado no Curso Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP).	Sem regras	CMT	Comandante de embarcações até 10 AB, que transportam passageiros.	1 - A Ascensão ao nível 2 se destina a qualificar o MAF ao transporte de passageiros até10AB. 2 - Não cabe ao MAF ascensão à MFC. O acesso à MFC deverá ser feito por meio de Curso de Formação, em conformidade com o edital do curso. 3 - Os MAF inscritos anteriormente a 15/04/2018, poderão comandar embarcações de até 10 AB, que transportam passageiros na navegação interior, até 31 de dezembro de 2026, data limite para esses Aquaviários realizarem o ESEP (Portaria 220/DPC, de 18 de junho de 2021).
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de qualquer AB na Navegação Interior.	
				SGC	Serviços Gerais de Convés nas embarcações até 100 AB na Navegação Interior.	
MAF	1	Aluno aprovado no Curso de Formação de Aquaviários Marinheiro Fluvial Auxiliar de Convés - Nível 1 CFAQ-MAF/MMA ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente.	Sem regras	CMT	Comandante de embarcações até 10 AB, na Navegação Interior, exceto aquelas que transportam passageiros.	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de qualquer AB na Navegação Interior.	
				SGC	Serviços Gerais de Convés nas embarcações até 100 AB na Navegação Interior.	

OBSERVAÇÕES
2. As limitações contidas nas categorias acima serão impressas no verso dos certificados emitidos.
SIGLAS
CMT Comandante IMT Imediato OQN Oficial de Quarto de Navegação
SAC Subalterno Apto de Convés SQN Subalterno de Quarto de Navegação SGC Serviços Gerais de Convés SupQN Supervisor do Quarto de Navegação
S/L Sem Limitações

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
3º GRUPO - PESCADORES - SEÇÃO DE CONVÉS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES NAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
PAP	6	PPI com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível 5. CPI com mais de 4 (quatro) anos de embarque, aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Aquaviários – APAQ-PPI ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente.	VI/1 VI/6	CMT	Comandante de embarcações de pesca de até 3.000 AB na(s) área(s) classificadas como de navegação interior. Comandante de embarcações até 500 AB na(s) área(s) classificadas como de navegação de mar aberto, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).	O curso ESEP deverá ser realizado pelo pescador que tripula embarcação com dupla classificação (Pesca/ transporte de passageiros).
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação de embarcações de pesca de qualquer AB.	
PPI	5	CPI com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível de equivalência 4, aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Aquaviários – APAQ-PPI ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente. Veterano da Marinha do Brasil (SO ou SG) do Quadro de Praças da Armada e do Corpo Auxiliar de Praças, com 1 (um) ano de embarque na Marinha do Brasil (MB), das especialidades previstas nas condições de inscrição dos cursos disponíveis no PREPOM e tenham concluído o APAQ-PPI ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente. Técnico com especialidade que preencha requisitos estabelecidos pelo Programa do Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM-Aquaviários) vigente e aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - módulo específico para Pescadores - CAAQ-PPI ou curso de acesso equivalente, realizado anteriormente.	VI/1 VI/6	CMT	Comandante de embarcações de pesca de até 750 AB, na(s) área(s) classificadas como de navegação interior. Comandante de embarcações de pesca de até 300 AB na(s) área(s) classificadas como de navegação de mar aberto, dentro dos limites da visibilidade da costa brasileira (20 milhas).	O curso ESEP deverá ser realizado pelo pescador que tripula embarcação com dupla classificação (Pesca/ transporte de passageiros).
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação de embarcações de pesca de qualquer AB.	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
3º GRUPO - PESCADORES - SEÇÃO DE CONVÉS

ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES GERAIS
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES NAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CPI	4	PEP com mais de 2 (dois) anos de embarque no nível	VI/1 VI/6	CMT	Comandante de embarcações de pesca de até 300 AB na(s) área(s) classificadas como de navegação Interior. Comandante de embarcações de pesca de até 100 AB, na(s) área(s) classificadas como de navegação de mar aberto, dentro dos limites da visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas).	O curso ESEP deverá ser realizado pelo pescador que tripula embarcação com dupla classificação (Pesca/ transporte de passageiros).
				IMT	Imediato de embarcações de pesca de até 750 AB, na(s) área(s) classificadas como de navegação Interior.	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de pesca de qualquer AB.	
PEP	3	POP ou candidato aprovado no. Curso de Formação de Aquaviários - Pescador Especializado - CFAQ-PEP ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente.	VI/1 VI/6	CMT	Comandante de embarcações de pesca de até 50 AB, empregadas na(s) área(s) classificadas como de navegação interior e costeira, dentro dos limites da visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas), em conformidade com as Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF) de sua jurisdição.	O curso ESEP deverá ser realizado pelo pescador que tripula embarcação com dupla classificação (Pesca/ transporte de passageiros).
				IMT	Imediato de embarcações de pesca de até 300 AB, na(s) área(s) classificadas como de navegação interior.	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de pesca de qualquer AB.	
				SGC	Serviço Geral de Convés nas embarcações de qualquer AB.	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO

ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES GERAIS
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES	
POP	2	APP com idade igual ou superior a 18 anos ou candidato com mais de 18 anos de idade, aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - Pescador Profissional - Nível 2 CFAQ-POP2 ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente.	VI/1	CMT	Comandante de embarcações de pesca menores que 12m (aproximadamente 20 AB), empregadas na(s) área(s) classificadas como de navegação interior, em conformidade com as Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF de sua jurisdição.	O curso ESEP deverá ser realizado pelo pescador que tripula embarcação com dupla classificação (Pesca/ transporte de passageiros).
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de pesca de qualquer AB, na Navegação Interior.	
				SGC	Serviços Gerais de Convés nas embarcações de pesca até 100 AB, em qualquer tipo de navegação.	
POP	1	APP com idade igual ou superior a 18 anos ou candidato com mais de 18 anos de idade, aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - Pescador Profissional - Nível 1 CFAQ-POP1 ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente	VI/1-1 VI/1-2 VI/1-3	CMT	Comandante de embarcações de pesca com AB menor ou igual a 10, empregadas na(s) área(s) classificadas como de navegação interior, em conformidade com as Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF) de sua jurisdição.	
				SQN	Subalterno de Quarto de Navegação nas embarcações de pesca de qualquer AB, na Navegação Interior, em conformidade com as Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
				SGC	Serviços Gerais de Convés nas embarcações de pesca até 100 AB, na navegação interior em conformidade com as Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
APP	1	Concedido pelas Capitanias, suas Delegacias ou Agências, a título provisório, ao candidato com mais de 16 e menos de 18 anos de idade, desde que autorizado pelo pai, tutor ou juiz competente, após ser aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - CFAQ-POP1 ou CFAQ-POP2.				

ANEXO 2-A

		O APP deverá acompanhar o trabalho de bordo, não podendo assumir função como tripulante (Não faz parte do CTS da embarcação).

3º GRUPO - PESCADORES - SEÇÃO DE CONVÉS

OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTES AOS PESCADORES DO 3º GRUPO - SEÇÃO DE CONVÉS:
1 - As limitações contidas nas categorias acima serão impressas no verso dos certificados emitidos.
2 - O curso ESEP deverá ser realizado pelo pescador que tripula embarcação com dupla classificação (Pesca/ transporte de passageiros).
3 - A Navegação Costeira é definida de acordo com o item 0103 da NORMAM-28/DHN.

SIGLAS
CMT- Comandante IMT - Imediato SQN - Subalterno de Quarto de Navegação SGC - Serviços Gerais de Convés S/L - Sem Limitações

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
OSM	9	1OM com mais de 3 (três) anos de embarque no nível 8, aprovado no curso de Aperfeiçoamento para Oficial de Máquinas (APMA). Oficial Superior Veterano da Marinha do Brasil do Quadro de Oficiais da Armada, oriundo da Escola Naval, aperfeiçoado em Máquinas, desde que tenha concluído, com aproveitamento, o Curso de Atualização de Oficiais de Máquinas (ATOM), além dos Cursos Especiais Avançado de Combate a Incêndio (ECIA) e de Oficial de Proteção do Navio. (EOPN), Curso Especial de Embarcação de Sobrevivência e Salvamento (EESS) e o Curso Especial de Cuidados Médicos (ECSM). Oficial Superior do Quadro Complementar do Corpo da Armada ou do Quadro Técnico (QC CA/RM1-T) Veteranos da Marinha do Brasil, aperfeiçoado em Máquinas, desde que comprovem, pelo menos, 3 (três) anos de embarque em função de máquinas, que tenha concluído, com aproveitamento, o Curso de Atualização de Oficiais de Máquinas (ATOM), além dos Cursos Especiais Avançado de Combate a Incêndio (ECIA) e da Oficial de Proteção do Navio. (EOPN), Curso Especial de Embarcação de Sobrevivência e Salvamento (EESS) e o Curso Especial de Cuidados Médicos (ECSM).	III/2	CHM SCM OQM	Sem Limitação	
1OM	8	2OM oriundo da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM) ou do Curso de Adaptação para 2º Oficial de Máquinas (ASOM) ou do Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas (ACOM até 2001) ou do Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas - Complementar ACOM C, com mais de 3 (três) anos de embarque no nível 7 - e aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Oficial de Máquinas (APMA).	III/2	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações até 6.000 kW, na Navegação de Longo Curso. Chefe de Máquinas de embarcações de qualquer kW, na Navegação de Cabotagem, Apoio Marítimo e Interior.	
				SCM	Subchefe de Máquinas de embarcações de qualquer kW.	
				OQM	Sem Limitação	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO – CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
2OM	7	POM que concluir, com aproveitamento, o Estágio de Praticante do Curso de Formação de Oficial de Máquinas da Marinha Mercante (PREST). Candidato com nível superior, formado em especialidades selecionadas pela DPC e aprovado no curso de Adaptação para Oficial de Máquinas (ASOM), após concluir com aproveitamento o estágio embarcado como praticante de Oficial de Máquinas. CDM e ELT com mais de 3 (três) anos de embarque na categoria, aprovados em Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas (ACOM) até 2001, após concluir com aproveitamento o estágio embarcado como praticante de Oficial de Máquinas.	III/1 III/3(*)	CHM/ SCM	Chefe de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior (Regra III/1). Chefe e Subchefe de Máquinas nas embarcações de até 3.000 kW, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) (Regra III/3) (*).	(*) Receberá a Regra III/3, na Capacidade de Subchefe de Máquinas, nas embarcações até 3.000 kW, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) , após 1 ano de embarque no nível 7, como Oficial de Quarto de Máquinas e a conclusão da fase a distância do APMA. Para exercer a capacidade de Chefe de Máquinas nessa Regra III/3, nas embarcações de até 3.000 kW, deverá posteriormente comprovar um ano de embarque como Subchefe de Máquinas, em tais embarcações. A certificação na Regra III/3 poderá ser mantida no Certificado de Competência para os Oficiais de Máquinas que já a possuíam anteriormente, caso comprovem a manutenção da referida Competência nessa Regra.
				OQM	Sem Limitação	
2OM	7	CDM e ELT com mais de 2 (dois) anos de embarque na categoria, aprovados em Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas (ACOM) de 2002 à 2012 (*).	III/1 III/2 III/3	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior (Regra III/1). Chefe de Máquinas até 3.000 kW, dentro dos limites de AJB (Regra III/3).	(*) O Curso ACOM-C será pré-requisito para que o Oficial realize o APMA e possa ascender de Categoria.
				SCM	Subchefe de Máquinas nas embarcações de qualquer kW, nos limites das Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB) (Regra III/2).	
				OQM	Sem Limitação	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO – CERTIFICADO DE COMPETÊNCIA MODELO DPC-1031			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
2OM	7	CDM e ELT com mais de 2 (dois) anos de embarque na categoria, aprovados em Curso Especial de Acesso a 2º Oficial de Máquinas - Básico (ACOM-B) a partir de 2013.	III/1	OQM	Oficial de Quarto dentro dos limites de AJB.	Após a conclusão do curso, ACOM-C os 2OM oriundos do curso ACOM-B a partir de 2013 não mais terão limitação em AJB como OQM e ainda receberão a Regra III/3 para exercer as capacidades de Chefe e Subchefe em embarcações até 3.000 kW, dentro dos limites de AJB. O Curso ACOM-C será pré-requisito para que o Oficial realize o APMA e possa ascender de Categoria.
CDM	5	MNM com mais de 2 (dois) anos de embarque nos níveis 3 ou 4, aprovado no Curso de Aperfeiçoamento de Aquaviários - Máquinas APAQ-CDM ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente Candidato Técnico aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Máquinas CAAQ-CDM ou curso de acesso equivalente realizado anteriormente. Veterano da Marinha do Brasil (Suboficiais e Sargentos), do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do PREPOM em vigor e aprovado no no Curso de Aperfeiçoamento de Aquaviários - Máquinas APAQ-CDM ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente. .	III/5	CHM SCM	Navegação de Cabotagem: Chefe e Subchefe em embarcações de qualquer AB até 1.000kW Apoio Marítimo: Chefe e Subchefe: - até 1000kW, em embarcações de qualquer AB - até 3.000kW, em embarcações menores que 500 AB. Navegação Interior: Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações até 6.000 kW.	
				SQM	Sem Limitação (Regra III/5 – Regra III/4)	
ELT	5	Candidato Técnico aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários, com concentração em Eletricidade CAAQ-ELT ou curso de acesso equivalente, realizado anteriormente. Veterano da Marinha do Brasil (Suboficiais e Sargentos), do Quadro de Praças da Armada, nas especialidades previstas nas condições de inscrição do PREPOM em vigor e aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários - Máquinas, com concentração em Eletricidade CAAQ-ELT	III/7	x x x	Sem Limitação	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152022083000056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MNM	4	MOM com mais de 1 (um) ano de embarque.	III/4	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações até 500 kW na Navegação de Cabotagem e Apoio Marítimo, ambas dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas). Chefe de Máquinas de embarcações até 750 kW na Navegação Interior.	
				SCM	Subchefe de Máquinas de embarcações até 1.500 kW na Navegação Interior.	
				SQM	Sem Limitação	
				SGM	Sem Limitação	
MOM	3	Aluno aprovado no Curso de Formação de Aquaviários para Moço de Máquinas - CFAQ-MOM ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente, após a conclusão do Período de Instrução no Mar (PIM).	III/4	CHM SCM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações até 250 kW na Navegação de Cabotagem e Apoio Marítimo, ambas dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas). Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações com até 500 kW na Navegação Interior.	
				SQM-S/L	Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações de qualquer kW.	
				SGM-S/L	Serviço Geral de Máquinas de embarcações de qualquer kW.	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
1º GRUPO MARÍTIMOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO/ CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MAM	2	MAM nível 1 após um ano de efetivo embarque e uma vez aprovado no Curso Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP).	Sem Regras	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações até 150 kW na navegação interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF) Chefe de Máquinas de embarcações de turismo de 10 a 50 AB, com até 250 kW, desde que: a) no interior das áreas classificadas como de Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF); e c) possuam ESEP	Obs.: Não cabe ao MAM ascensão a MOM. O acesso a MOM deverá ser feito por meio de Curso de Formação em conformidade com o edital do curso.
				SQM	Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações até 500 kW na navegação interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF)	
				SGM	Serviço Geral de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior.	
MAM	1	Aluno aprovado em Curso de Formação de Aquaviários - Marinheiro auxiliar de Convés e Marinheiro auxiliar de Máquinas CFAQ-MAC/MAM ou curso de formação equivalente realizado anteriormente.	Sem Regras		Serviço de apoio em embarcações com AB menor do que 300 e potência propulsora menor do que 250 kW empregadas na navegação interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF), inclusive, como profissional, em embarcações de esporte e recreio.	

OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTES AOS MARÍTIMOS DO 1º GRUPO - SEÇÃO DE MÁQUINAS:
1 - As limitações referentes às capacidades das categorias de MAM, MOM, MNM e CDM serão impressas no verso do Certificado de Proficiência (modelo DPC-1034).

2 - Quanto às Regras:
a) As Regras da Convenção STCW/1978, como emendada, registradas nos Certificados de Proficiência (modelo DPC-1034) poderão ser inseridas no Certificado de Competência (modelo DPC-1031), desde que o Marítimo anexe tais certificados em requerimento protocolado na Organização Militar de sua jurisdição. A partir do momento em que essas Regras constem, efetivamente, nos Certificados de Competência, serão revalidadas juntamente com o próprio Certificado de Competência (DPC-1031), respeitadas as condições elencadas na Regra I/10 e I/11 daquela Convenção. Assim, estas Regras ficam consolidadas em um único documento.
b) As Regras VI/2 §1º, VI/3, VI/4 §1º são obrigatórias para os Aquaviários que possuem o nível operacional, ou seja, Regra II/1. A Regra III/2 incorpora, amplia e aprofunda o conhecimento, o entendimento e a proficiência exigidos na Regra III/1 de maneira a capacitar o Oficial de Máquinas para executar tarefas, atribuições e responsabilidades no nível gerencial.
c) As Regras V/1-1 e V/1-2 deverão ser adquiridas obrigatoriamente se há intenção de o Aquaviário realizar embarques em navios-tanque (petroleiros, químicos e gaseiros), devendo observar o nível (apoio, operacional ou gerencial) que irá exercer a atividade pretendida e o tipo de navio que há a intenção de embarcar. A Regra será inserida

ANEXO 2-A

junto com suas limitações no verso do Certificado de Proficiência (modelo DPC-1034) ou no campo "limitações aplicáveis" do Certificado de Competência (modelo DPC-1031).

A retirada das limitações acima, no Certificado de Competência (modelo DPC-1031), ocorrerá das seguintes formas:

- do nível gerencial (para as capacidades de Comandante/Imediato), mediante a apresentação da certificação avançada em operações de navios-tanque, no Sistema de Ensino Profissional Marítimo, para a respectiva classe de navio-tanque (cursos ESOP, ESOQ e ESOG).
- do nível operacional (para as capacidades de Oficial/Supervisor de Quarto de Navegação), mediante a apresentação da certificação básica em operações de navios-tanque, no Sistema de Ensino Profissional Marítimo, para a respectiva classe de navio-tanque (cursos EBPQ, EBGL, ou a eles considerados equivalentes, no passado).
- do nível de apoio (para as capacidades de Subalterno de Quarto de Navegação/Subalterno Apto de Convés Navegação), mediante a apresentação da certificação básica em operações de navios-tanque, no Sistema de Ensino Profissional Marítimo, para a respectiva classe de navio-tanque (cursos EBPQ, EBGL, ou a eles considerados equivalentes, no passado).

d) As Regras VI/I e VI/6 são obrigatórias para todos os Marítimos com nível de habilitação igual ou acima de 3. Os Oficiais que possuem a Regra VI/5 ficarão dispensados da possuírem a Regra VI/6.
e) Na coluna "REGRAS", estão especificadas somente as principais Regras correspondentes para cada categoria. No entanto, podem permanecer válidas as regras que foram atribuídas ao Aquaviário, ao longo de sua carreira. Desta forma, por exemplo, um OSM que na coluna "REGRAS" possui somente a Regra III/2, na realidade, também terá as Regras III/1 e III/3, além de outras que obteve ao longo de sua carreira, pela realização de cursos previstos na NORMAM-30/DPC.

3 - O curso de Acesso ao Oficialato (ACOM) foi extinto em 2012 e substituído pelos curso de Acesso à 2º Oficial de Máquinas - Básico (ACOM-B) e curso de Acesso à 2º Oficial de Máquinas - Complementar (ACOM-C).
4. A Navegação Costeira é definida de acordo com o item 0103 da NORMAM-28/DHN.

SIGLAS:
CHM Chefe de Máquinas
SCM Subchefe de Máquinas
OQM Oficial Encarregado de Quarto de Máquinas
SQM Subalterno de Quarto de Máquinas
S/L Sem Limitações

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
2º GRUPO - FLUVIÁRIOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA - MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
SUF	7	CTF com mais de 3 (três) anos de embarque no nível 5, aprovado no Curso de Acesso a Supervisor Maquinista Motorista Fluvial (ASMF).	Sem regras	CHM SCM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
CTF	5	MFM com mais de 4 (quatro) anos de embarque no nível 3, aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários - Máquinas APAQ-CTF ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente. Técnico com especialidade que preencha requisitos estabelecidos pelo Programa do Ensino Profissional Marítimo para Aquaviários (PREPOM) vigente e aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários CAAQ-CTF ou curso de acesso equivalente, realizado anteriormente. Veterano da Marinha do Brasil (SO, SG ou CB) do Quadro de Praças da Armada das especialidades de Máquinas, Caldeiras e Motores, com mais de 1 (um) um ano de embarque na Marinha do Brasil (MB), aprovado no Curso de Aperfeiçoamento para Aquaviários - Máquinas APAQ-CTF ou curso de aperfeiçoamento equivalente, realizado anteriormente.	Sem regras	CHM SCM SQM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações até 3.000 kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF). Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações de qualquer kW, na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
2º GRUPO - FLUVIÁRIOS - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA - MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
MFM	3	Candidato aprovado no Curso de Formação de Aquaviários CFAQ-II M N3 CFAQ-MFM ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente.	Sem regras	CHM SCM SQM SGM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações com até 500 kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF). Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF). Serviços Gerais de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
MMA	2	MMA com 1 (um) ano de efetivo embarque e uma vez aprovado no Curso Especial de Segurança de Embarcações de Passageiros (ESEP) Obs.: Não cabe ao MMA ascensão a MFM. O acesso a MFM deverá ser feito por meio de Curso de Formação em conformidade com o edital do curso.	Sem regras	CHM SCM SQM SGM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações até 170 kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF). Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações até 500 kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF). Serviços Gerais de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	A Ascensão ao nível 2 se destina a qualificar o MMA ao transporte de passageiros até 10AB
MMA	1	Candidato aprovado no Curso de Formação de Aquaviários CFAQ-MAF/MMA ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente.	Sem regras	CHM SCM SQM SGM	Chefe e Subchefe de Máquinas de embarcações até 170 kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF), após 1 (um) ano de embarque, exceto as embarcações de passageiros. Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações até 500 kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF). Serviços Gerais de Máquinas de embarcações de qualquer kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e	

ANEXO 2-A

					Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	

OBSERVAÇÕES
As limitações contidas nas categorias acima serão impressas no verso dos certificados emitidos.
SIGLAS:
CHM Chefe de Máquinas SCM Subchefe de Máquinas
SQM Subalterno de Quarto de Máquinas SGM Serviço Geral de Máquinas

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
3º GRUPO PESCADORES - SEÇÃO DE MÁQUINAS

INSCRIÇÃO E/OU ASCENSÃO DE CATEGORIA			CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA - MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES NAS EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CMP	3	MOP ou candidato aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - Motorista de Pesca - Nível 3 CFAQ-CMP ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente.	VI/1	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações de pesca até 250 kW, na Navegação de Mar Aberto. Chefe de Máquinas de embarcações de pesca até 750 kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF). Chefe de Máquinas de embarcações de pesca até 500 kW, na Navegação de Mar Aberto, após 2 (dois) anos de embarque no exercício da função. Chefe de Máquinas de embarcações de pesca até 1.000 kW, na navegação de Mar Aberto, após 3 (três) anos de embarque no exercício da função.	
				SQM	Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações de pesca de qualquer kW.	
				SGM	Serviços Gerais de Máquinas de embarcações de pesca de qualquer kW.	
MOP	2	APM com idade igual ou superior a 18 anos ou candidato com mais de 18 anos de idade ou candidato aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - Motorista de Pesca - Nível 2 CFAQ-POP2/MOP2 ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente.	VI/1	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações de pesca de potência propulsora de até 300 kW, empregadas na Navegação em Mar Aberto, dentro dos limites de visibilidade da costa brasileira (20 milhas náuticas) e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
				SQM	Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações de pesca até 500 kW na Navegação na costa brasileira e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
				SGM	Serviços Gerais de Máquinas de embarcações de pesca de qualquer kW na Navegação Interior conforme limites estabelecidos nas Normas e	

ANEXO 2-A

					Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
MOP	1	APM com idade igual ou superior a 18 anos ou candidato com mais de 18 anos de idade ou candidato aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - Motorista de Pesca - Nível 1 CFAQ-POP1/MOP1 ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente.	VI/1	CHM	Chefe de Máquinas de embarcações de pesca de potência propulsora até 170 kW, empregadas na Navegação Costeira e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
				SQM	Subalterno de Quarto de Máquinas de embarcações de pesca até 500 kW na Navegação na costa brasileira e na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
				SGM	Serviços Gerais de Máquinas de embarcações de pesca de qualquer kW na Navegação Interior, conforme limites estabelecidos nas Normas e Procedimentos para as Capitanias (NPCP/NPCF).	
APM	1	Concedido pelas Capitanias, suas Delegacias ou Agências, a título provisório, ao candidato com mais de 16 anos e menos de 18 anos de idade, desde que autorizado pelo pai, tutor ou juiz competente, após ser aprovado no Curso de Formação de Aquaviários - CFAQ-POP1/MOP1 ou CFAQ-POP2/MOP2 ou curso de formação equivalente, realizado anteriormente. O APM deverá acompanhar o trabalho de bordo, não podendo assumir função como tripulante (não faz parte do CTS da embarcação).				

OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTES AOS PESCADORES DO 3º GRUPO - SEÇÃO DE MÁQUINAS:
1. As limitações contidas nas categorias acima serão impressas no verso dos certificados emitidos.
2. O curso ESEP deverá ser realizado pelo pescador que tripula embarcação com dupla classificação (Pesca/ transporte de passageiros).

SIGLAS:
CHM Chefe de Máquinas
SCM Subchefe de Máquinas
OQM Oficial Encarregado de Quarto de Máquinas
SQM Subalterno de Quarto de Máquinas
S/L Sem Limitações

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
SEÇÃO DE SAÚDE

INSCRIÇÃO NA CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
ENF	5	Profissional de saúde (Enfermeiro ou Técnico em Enfermagem) com diploma ou certificado expedido de acordo com a legislação vigente e registrado pelo órgão competente, aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S). Veterano da Marinha do Brasil, na especialidade militar de Enfermagem, aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S).	VI/1 VI/6	x x x	Sem Limitações	
ASA	3	Auxiliar de Enfermagem, com certificado conferido por instituição de ensino, nos termos da legislação vigente e registrado pelo órgão competente, para a categoria Auxiliar de Saúde; e aprovação no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S).	VI/1 VI/6	x x x	Sem Limitações	

OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTES AOS AQUAVIÁRIOS DA SEÇÃO DE SAÚDE

1. Serão dispensados de realizar o curso CAAQ-CT/S todos os Aquaviários que ingressaram na Marinha Mercante por meio de Cursos de Formação/Adaptação, a partir do nível de equivalência 3, desde que possuam curso de graduação do nível superior em enfermagem ou curso técnico de nível médio em enfermagem, com diploma/certificado reconhecido pelo MEC e pelo Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), para ingresso na categoria Enfermeiro (ENF) ou possuam o Ensino Médio completo e certificado de Auxiliar de Enfermagem, reconhecido pelo COFEN, para ingresso na categoria Auxiliar de Saúde (ASA);

2. As Regras VI/1 e VI/6 são obrigatórias para todos Aquaviários que pertençam a este grupo, quando forem desempenhar atividades profissionais em mar aberto.

ANEXO 2-A

QUADRO GERAL DE INSCRIÇÃO, ASCENSÃO DE CATEGORIA E CERTIFICAÇÃO
SEÇÃO DE CÂMARA

INSCRIÇÃO NA CATEGORIA			CERTIFICAÇÃO - CERTIFICADO DE PROFICIÊNCIA MODELO DPC-1034			OBSERVAÇÕES
CATEGORIA	NÍVEL	REQUISITOS	REGRAS	CAPACIDADE(S)	LIMITAÇÕES EM EMBARCAÇÕES NACIONAIS	
CZA	2	Cozinheiro com curso de capacitação de cozinheiro, com carga horária mínima de 160 horas, aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S). Veterano da Marinha do Brasil , na especialidade de Cozinheiro (CO), Aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S).	VI/1 VI/6	x x x	Sem Limitações	
TAA	2	Taifeiro com curso de capacitação de taifeiro/garçom, com carga horária mínima de 160 horas, aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S). Veterano da Marinha do Brasil ., na especialidade de Taifeiro (AR), Aprovado no Curso de Adaptação para Aquaviários (CAAQ-CT/S).	VI/1 VI/6	x x x	Sem Limitações	

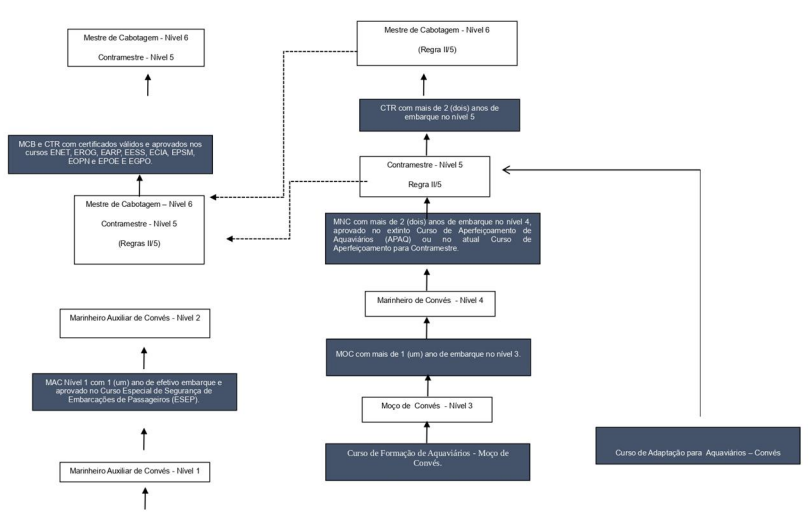
OBSERVAÇÕES GERAIS REFERENTES AOS AQUAVIÁRIOS DA SEÇÃO DE CÂMARA

1. Serão dispensados de realizar o curso CAAQ-CT/S todos os Aquaviários que ingressaram na Marinha Mercante por meio de Cursos de Formação/Adaptação, a partir do nível de equivalência 3, desde que possuam o ensino fundamental completo e o curso técnico correspondente com carga horária mínima de 160 horas.

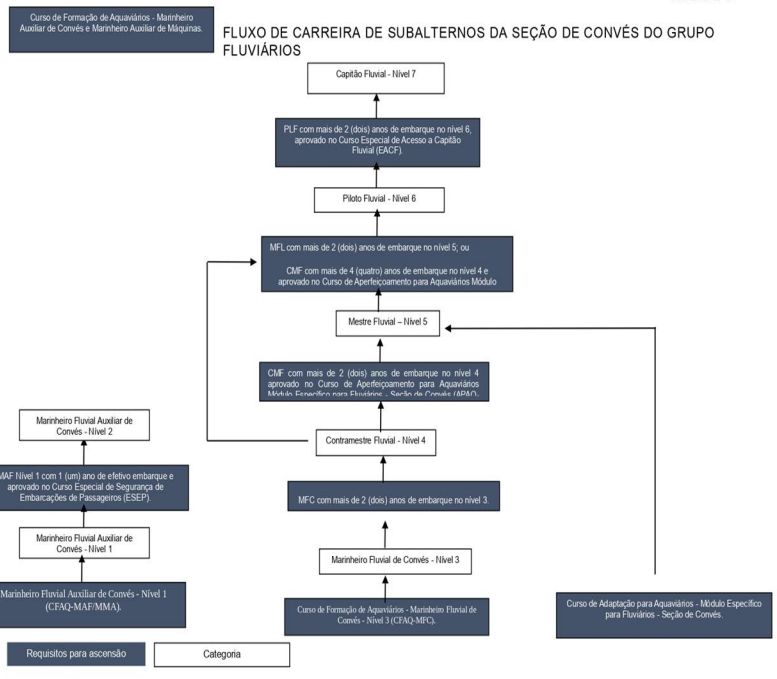
2. As Regras VI/1 e VI/6 são obrigatórias para todos Aquaviários que pertençam a este grupo, quando forem desempenhar atividades profissionais em mar aberto

ANEXO 2-B

LUXO DE CARREIRA DE SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE CONVÉS DO GRUPO MARÍTIMOS

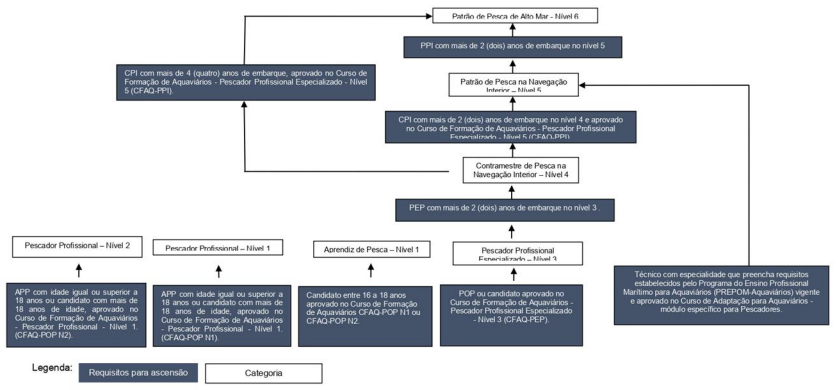


ANEXO 2-B



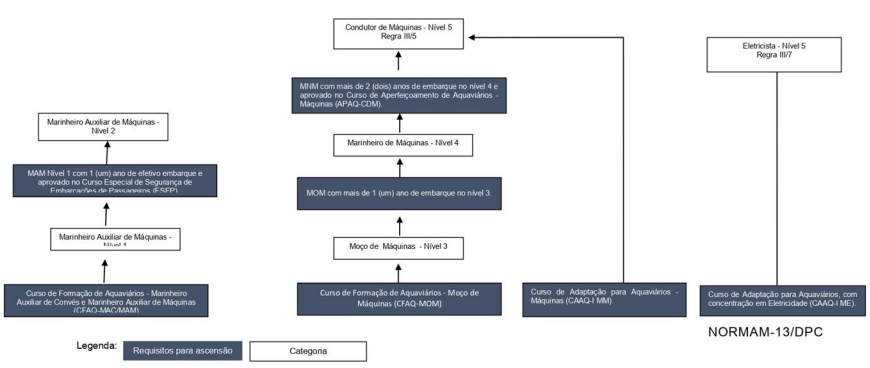
ANEXO 2-B

FLUXO DE CARREIRA DE SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE CONVÉS DO GRUPO PESCADORES



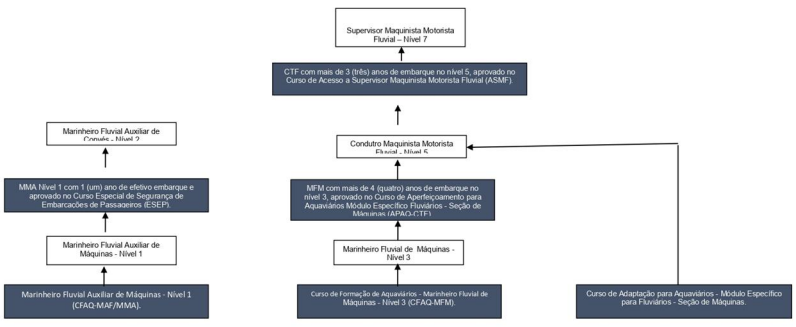
ANEXO 2-C

FLUXO DE CARREIRA DE SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE MÁQUINAS DO GRUPO MARÍTIMOS



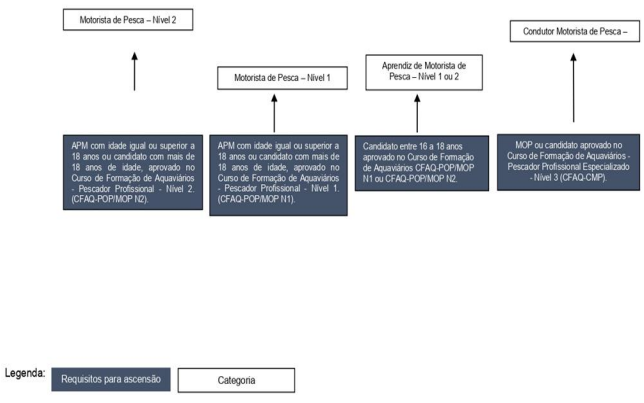
ANEXO 2-C

FLUXO DE CARREIRA DE SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE MÁQUINAS DO GRUPO FLUVIÁRIOS



ANEXO 2-C

FLUXO DE CARREIRA DE SUBALTERNOS DA SEÇÃO DE MÁQUINAS DO GRUPO PESCADORES



ANEXO 2-D

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
(Federative Repuplic of Brazil)
AUTORIDADE MARÍTIMA BRASILEIRA
(Brazilian Maritime Authority)
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS
(Directore of Ports and Coasts)

A Autoridade Marítima Brasileira concede ao Marítimo abaixo descrito, Licença para exercer as funções inerentes à Categoria e/ou Capacidade Superior, em conformidade com o Artigo VIII da Convenção STCW 78, emendada.
(The Brazilian Maritime Authority according to Article VIII of the Convention STCW 78, as amended, grants to the below mentioned seafarer, the license to exercise functions inherent in Superior Category and/or Capacity.)

Nº INSCRIÇÃO: *(Registration Nº)*
NOME: *(Name)*

CATEGORIA ATUAL: *(Rank)*

CAPACIDADE ATUAL: *(Capacity)*

REGRA ATUAL *(Regulation)*

LICENÇA SUPERIOR ***(Dispensation)***

CATEGORIA: *(Rank)*

CAPACIDADE: *(Capacity)*

REGRA: *(Regulation)*

DATA DE EMISSÃO: *(Issued on) (dd/mm/yyyy)*
DATA DE VALIDADE: *(Validity) (dd/mm/yyyy)*

EMBARCAÇÃO: *(Ship Name)*
ARQUEAÇÃO BRUTA: *(Gross Tonnge)*

ÓRGÃO EMISSÃO: *(Emission Office)*

(Place and Date)

CAPITÃO DOS PORTOS/DELEGADO
(Signature Ofg duly authorized official)

ANEXO 2-D

LISTA DE CAPACIDADE
(LIST OF CAPACITY)

CÓDIGO	CAPACIDADE	CAPACITY
SEÇÃO DE CONVÉS		
CMT	Comandante	Master
IMT	Imediato	Chief Mate
OQN	Oficial de Quarto de Navegação	Officer in charge of a navigational watch
GMR	Operador – Radiocomunicações GMDSSS	Radio Operator – GMDSS
SQN	Subalterno de Quarto de Navegação	Rating forming part of a navigational watch
SEÇÃO DE MÁQUINAS		
CHM	Chefe de Máquinas	Chief engineer officer
SCM	Subchefe de Máquinas	Second Engineer Officer
OQM	Oficial de Quarto de Máquinas	Officer in Charge of na engineering watch
SQM	Subalterno de Quarto de Máquinas	Rating forming part of a watch in a manned engine-room

ANEXO 2-E

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PROCEDIMENTO PARA A CONCESSÃO DA MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

1 GENERALIDADES
1.1 - A Medalha Mérito Marítimo, criada pelo Decreto nº 9.090, de 07JUL2017, destina-se a reconhecer o mérito dos aquaviários da Marinha Mercante brasileira, que tenham se distinguido pela exemplar dedicação à sua profissão, conduta ilibada, invulgar interesse no aprimoramento de seus misteres a bordo e quantidade de dias de embarque.
1.2 - A Medalha Mérito Marítimo, será com uma, duas, três ou quatro âncoras, com passador e barreta em bronze; com quatro âncoras com passador e barreta de prata; e com quatro âncoras com passador e barreta de ouro, distinguindo, desta forma, respectivamente, faixas crescentes de tempo de embarque completados pelo agraciado.
1.3 - Cabe à DPC promover a confecção das medalhas e diplomas, assim como a sua guarda e distribuição.
1.4 - Os modelos de medalha/passador/roseta e diploma constam dos Apêndice I e Apêndice II, respectivamente.
1.5 - Um fluxograma contendo as etapas para concessão da Medalha Mérito Marítimo consta do Apêndice IV.

2 DO DIREITO À MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO
2.1 - Tem direito à Medalha Mérito Marítimo os aquaviários da Marinha Mercante brasileira que satisfizerem os seguintes requisitos:
2.1.1 - ter se distinguido pela exemplar dedicação à profissão e invulgar interesse no aprimoramento de seus misteres a bordo, quando operando no mar aberto ou em águas interiores;
2.1.2 - ter sido indicado pelo titular de uma empresa de navegação brasileira ou armador brasileiro à DPC, ou ter sido indicado pelo titular de uma OM à DPC (se o aquaviário for militar da MB);
2.1.3 - ter sido considerado pelo Diretor-Geral de Navegação merecedor da Medalha Mérito Marítimo, por proposta do DPC;
2.1.4 - não ter sido condenado em processo criminal transitado em julgado, ainda que beneficiado por indulto ou"sursis";
2.1.5 - não ter sido responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo em processo administrativo disciplinar, do qual não caiba mais recurso;
2.1.6 - não ter sido condenado em processo no Tribunal Marítimo, nos últimos 5 anos; e
2.1.7 - possuir o seguinte tempo mínimo de embarque efetivo como aquaviário:
a Para medalha com passador e barreta de uma âncora em bronze: 1.500 dias de embarque;
b Para medalha com passador e barreta de duas âncoras em bronze: 2.500 dias de embarque;
c Para medalha com passador e barreta de três âncoras em bronze: 3.500 dias de embarque;
d Para medalha com passador e barreta de quatro âncoras em bronze: 5.000 dias de embarque;
e Para medalha com passador e barreta de quatro âncoras em prata: 7.000 dias de embarque;
f Para medalha com passador e barreta de quatro âncoras em ouro: 8.000 dias de embarque.

Observações:
1 As verificações definidas nos subitens 2.1.4 e 2.1.5 serão realizadas pelas empresas de navegação ou Armador responsáveis pela indicação; e

ANEXO 2-E

2 Os Aquaviários inativos ou não vinculados a empresas de navegação poderão, desde que observando as regrasanteriormente citadas, ser propostos por Associações de classe, tais como: Centro de Capitães e Sindicatos.
2.2 - Para o cômputo do tempo de embarque efetivo do aquaviário:
2.2.1 - O tripulante conta o tempo de embarque em qualquer embarcação que esteja normalmente em serviço, desde que nela exerça o cargo ou função para a qual está habilitado. Também contam tempo de embarque os marítimos que exercem as funções de Gerente de Instalação *Offshore*, Supervisor de Embarcação, Operador de Controle de Lastro, Supervisor de Manutenção e Operador de Posicionamento Dinâmico;
2.2.2 - Não deverão ser contabilizados os embarques em navios em LAY UP e em navios docados com período superior a 60 dias; e
2.2.3 - Para a contagem de tempo de embarque também será computado o período em que o aquaviário brasileiro encontrar-se, efetivamente, embarcado em navios de outras bandeiras cujos países sejam, em princípio, signatários da Convenção STCW-78, como emendada, sendo a sua homologação de acordo com a NORMAM-13/DPC;
2.3 - As empresas de navegação, proprietários, armadores ou seus prepostos deverão expedir um documento contendo o cálculo do somatório dos dias transcorridos entre as diversas datas de embarque e desembarque registradas em sua Caderneta de Inscrição e Registro (CIR) e/ou RoI da Embarcação, preenchendo o modelo do Apêndice III à este anexo, especificando os tipos de navegação em que a embarcação foi empregada. Deverão ser incluídas no processo cópias das folhas de registro de embarque e as respectivas folhas de dados pessoais da CIR, devidamente autenticadas pela empresa de navegação ou pelo armador brasileiro solicitante, que comprovem todos os dias de embarque citado no documento supramencionado.
2.4 - O tempo de embarque será computado em dias e o somatório transcrito no final do documento de comprovação do tempo de embarque e, para todos os efeitos, deverá ser considerado 1 (um) ano igual a 365 dias.
2.5 - Os aquaviários oriundos da Marinha do Brasil não poderão ter seus dias de mar na carreira computados como dias de embarque para efeito de indicação a esta medalha. Entretanto poderão fazer uso de sua Medalha Mérito Marinheiro quando utilizando o uniforme da Marinha Mercante.
2.6 - O tempo de embarque como praticante e em estágio de curso poderá ser computado como tempo para concessão da Medalha.

3 ORGANIZAÇÃO DO PROCESSO DA MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO
3.1 - A organização do processo da Medalha Mérito Marítimo será realizada pela DPC, com base nas indicações recebidas das empresas de navegação ou de armadores.
3.2 - Caberá às empresas de navegação ou aos armadores a iniciativa para a indicação de aquaviário que preencha os requisitos para o recebimento da medalha, por intermédio de proposta à DPC, anualmente, até o dia **30ABR**, enviando o documento constante do Apêndice III preenchido para cada proponente e os respectivos documentos comprobatórios. Todas as propostas de uma mesma empresa de navegação ou armadores deverão ser consolidadas em um ofício ao Diretor de Portos e Costas, devendo constar a relação, por ordem de prioridade, das propostas dos agraciados, bem como os todos os documentos supracitados.
3.3 - O aquaviário que preencher os requisitos de uma determinada gradação de medalha não concorrerá à medalha inferior.

4 DA CONCESSÃO DA MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO
4.1 - A Medalha Mérito Marítimo e o passador respectivo serão concedidos por Portaria do Diretor-Geral de Navegação, mediante proposta do DPC, devendo conter o número de dias de embarque alcançados pelo aquaviário.

4.1.1 - Após a publicação da Portaria de concessão, o DGN providenciará a lavratura do diploma respectivo, que por ele será assinado e encaminhado à DPC.
4.1.2 - Serão encaminhados pela DPC a Medalha Mérito Marítimo, o diploma e os respectivos pertences às empresas de navegação ou aos armadores responsáveis pelos aquaviários agraciados.
4.2 - A entrega do diploma, da Medalha Mérito Marítimo e pertences deverá ser feita em solenidade presidida pelos Comandantes de Navios e/ou Presidentes/Diretores de empresas de navegação, em datas de significação especial, como o Dia Marítimo Mundial e o Dia da Marinha Mercante.
4.2.1 - No caso de o agraciado ser o próprio Comandante de Navio, a entrega deverá ser feita, pelo Presidente/Diretor da empresa de navegação.
4.3 - Em caso de falecimento do agraciado, a entrega do diploma, da Medalha Mérito Marítimo e os respectivos pertences, a que tiver feito jus, será feita à viúva, ou, na sua falta, aos herdeiros consanguíneos, respeitada a linha de sucessão. Os aquaviários agraciados com as medalhas de quatro âncoras em prata e ouro serão convidados a recebê-las na solenidade comemorativa ao **Dia Marítimo Mundial**.
4.4 - Anualmente, em função do orçamento disponibilizado para aquisição das medalhas e seus pertences, será estipulada uma quota deste material a ser concedida e, em função do quantitativo de pedidos de medalhas, será estabelecido pela DPC um percentual para atendimento das empresas de navegação/armadores.
4.5 - Cabe à DPC comunicar as quotas específicas para cada Empresa ou Armador. Nesta situação as Empresas ou Armador proponentes, poderão a seu cargo, acrescer a essa quota, a quantidade desejável das medalhas e seus pertences, desde que façam a aquisição das mesmas.
4.6 - Os casos omissos ao presente procedimento serão resolvidos pelo Diretor de Portos e Costas.

Apêndice I ao Anexo 2-E

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

MODELO DE MEDALHA MÉRITO MARITÍMO E SEUS PERTENCES



MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

MODELO DO DIPLOMA DA MEDALHA MÉRITO MARITÍMO


Diploma
da
Medalba "Mérito Marítimo"

O Diretor-Geral de Navegação, pela Portaria nº ___, de ___ de _____ de 201___, resolve conceder a Medalha "Mérito Marítimo" com _____ Âncora (s) ao _____ por haver se distinguido pela exemplar dedicação à profissão em atividades no mar.

Rio de Janeiro ___ de _____ de 201___.

Almirante de Esquadra
Diretor-Geral de Navegação

MODELO DE SOLICITAÇÃO DA MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO A SER PREENCHIDO PELA EMPRESA EM PAPEL TIMBRADO

APOSIÇÃO DO CARIMBO DA EMPRESA

_____
(NOME DA EMPRESA)

PROPOSTA DE CONCESSÃO DA MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO

Eu [Nome], [Nacionalidade], natural de [Cidade/Estado], [Estado Civil], [CPF], na qualidade de [Função] da Empresa [Razão Social], estabelecida na [Rua], [Nº] [complemento], [CEP], [Cidade/UF], inscrita no CNPJ sob o nº ....., proponho a concessão da Medalha Mérito Marítimo ao [Categoria] [Nome], brasileiro, nº de inscrição....., por ter se distinguido pela exemplar dedicação à profissão e invulgar interesse no aprimoramento de seus misteres a bordo, quando operando no mar aberto ou em águas interiores. Atesto ainda que o referido aquaviário não foi condenado em processo criminal transitado em julgado, ainda que beneficiado por indulto ou "sursis" e, também, não foi responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo em processo administrativo disciplinar, do qual não caiba mais recurso, de acordo com as Normas da Autoridade Marítima para Aquaviário – NORMAM-13/DPC. Apresento, na tabela abaixo, o seguinte tempo de embarque do referido aquaviário:

Tipo e Nome do Navio	Arqueação Bruta/Potência	Função	Tipo de Navegação	Data de embarque	Data de desembarque	Tempo total
					Total de dias de embarque até a data indicada =	

Por ser verdade, firmo o presente para que surte seus efeitos legais.
[Cidade], [dia] de [mês] de [ano].

_____
(assinatura)
Nome completo/ Função e CPF
(Presidente/ Diretor da Empresa de Navegação, Armador ou Associação de Classe)

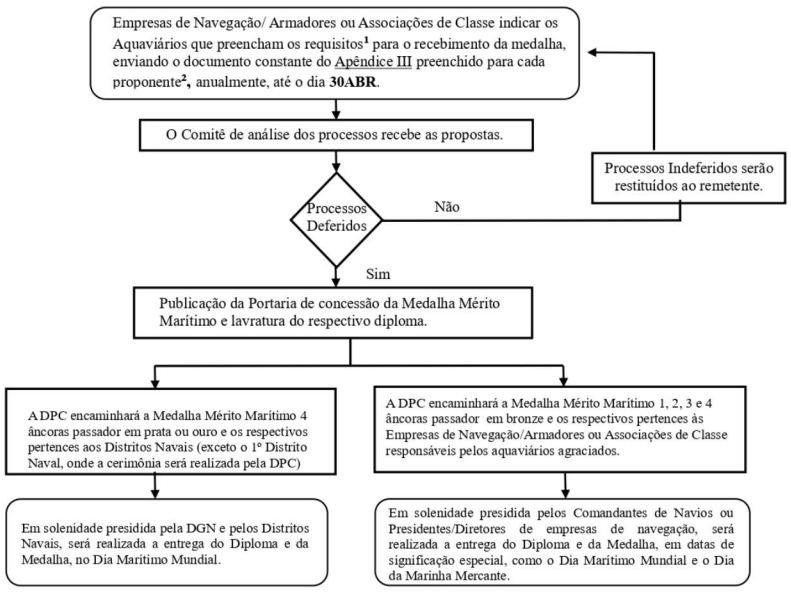
Observações:
1 *Preencher os dados [destacados] acima.*
2 *Anexar os documentos comprobatórios: certidões de "nada consta" da Justiça, antecedentes criminais da Polícia Federal e Polícia Civil e cópia da folha que contém a etiqueta de dados cadastrais e das folhas de registro de embarque da CIR.*
3 *Sugere-se aumentar as linhas da tabela que contém o tempo de embarque para a quantidade necessária aos lançamentos constantes das Cadernetas de Inscrição e Registro*

Apêndice III ao Anexo 2-E

MARINHA DO BRASIL

DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PROCESSO PARA A CONCESSÃO DA MEDALHA MÉRITO MARÍTIMO



1. Tem direito à Medalha Mérito Marítimo os aquaviários da Marinha Mercante brasileira que satisfizerem os seguintes requisitos:
- ter se distinguido pela exemplar dedicação à profissão e invulgar interesse no aprimoramento de seus misteres a bordo, quando operando no mar aberto ou em águas interiores;
- ter sido indicado pelo titular de uma empresa de navegação brasileira ou armador brasileiro à DPC, ou ter sido indicado pelo titular de uma OM à DPC (se o aquaviário for militar da MB);
- ter sido considerado pelo Diretor-Geral de Navegação merecedor da Medalha Mérito Marítimo, por proposta do DPC;
- não ter sido condenado em processo criminal transitado em julgado, ainda que beneficiado por indulto ou "sursis"(A ser realizada pelas empresas de navegação/Armador/Associações de Classe responsáveis pela indicação);
- não ter sido responsabilizado por ato lesivo ao patrimônio público de qualquer esfera de governo em processo administrativo disciplinar, do qual não caiba mais recurso (a ser realizada pelas empresas de navegação/Armador/Associações de Classe responsáveis pela indicação);
- não ter sido condenado em processo no Tribunal Marítimo, nos últimos 10 anos; e
- possuir o seguinte tempo mínimo de embarque efetivo como aquaviário:
a) Para medalha com passador e barreta de uma âncora em bronze: 1.500 dias de embarque;
b) Para medalha com passador e barreta de duas âncoras em bronze: 2.500 dias de embarque;
c) Para medalha com passador e barreta de três âncoras em bronze: 3.500 dias de embarque;
d) Para medalha com passador e barreta de quatro âncoras em bronze: 5.000 dias de embarque;
e) Para medalha com passador e barreta de quatro âncoras em prata: 7.000 dias de embarque;
f) Para medalha com passador e barreta de quatro âncoras em ouro: 8.000 dias de embarque.
2. As propostas de uma mesma empresa de navegação ou armadores deverão ser consolidadas em um **ofício ao Diretor de Portos e Costas**, devendo constar a relação, por ordem de prioridade, das propostas dos agraciados, bem como os todos os documentos supracitados.

Anexo 2-F

MODELO NOVO ANEXO 2-F (FRENTE)

Papel Timbrado

ATESTADO DE CONCLUSÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Atesto que o Senhor _____ (Nome do Aquaviário) presentemente na categoria de _____ (categoria) portador do Certificado de Competência nº_____, com enquadramento na(s) Regra(s) _____ , da Convenção STCW/1978, como emendada, cumpriu satisfatoriamente Estágio de Capacitação Fluvial para Comandante a bordo do navio _____ (nº de Inscrição - Nome) no período compreendido entre ____/ ____/ ____ e ____/ _____/ _____.

Declaro ainda, estar ciente de que informações inverídicas no presente Atestado podem implicar em sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal, conforme transcrição abaixo:

"Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que nele deveria constar, ou nele inserir ou fazer inserir Declaração falsa ou diversa da que deveria ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre o fato juridicamente relevante. Pena: reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos e multa, se o documento é público e reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos, se o documento é particular".

_____	_____
Nome Completo e Assinatura do Comandante do navio responsável pela avaliação	Nome Completo e Assinatura do Presidente da Empresa, Proprietário, Armador ou seu Preposto*

* As Empresas de Navegação deverão enviar à Diretoria de Portos e Costas, aos Centros de Instrução, às Capitanias, Delegacias e Agências onde atuam, um Ofício assinado pelo Presidente da Empresa (ou cargo equivalente) informando o nome e cargo/função de quem possui a atribuição formal dentro da Empresa (proprietário, armador, presidente/diretor ou preposto) em assinar o presente, mantendo essas informações sempre atualizadas junto à DPC.

Página 1 - 2

Anexo 2-F

MODELO NOVO ANEXO 2-F (VERSO)

ORIENTAÇÕES PARA O ESTÁGIO DE CAPACITAÇÃO FLUVIAL PARA COMANDANTE

1) Princípios Fundamentais
a) Deverá ser realizado mediante o acompanhamento do Comandante, na qualidade de extralotação;
b) A comprovação da realização do estágio deverá ser feita mediante atestado expedido pelo Comandante do navio responsável pela avaliação, de que oficial completou, satisfatoriamente, o estágio.
c) Duração: período mínimo de 3 (três) meses, dos quais pelo menos 60 dias efetivamente navegando;
d) A Embarcação onde for realizado o estágio deverá estar em regime de navegação em sua operação regular;
e) Conhecer as características da embarcação, seus equipamentos de convés e de máquinas, embarcações miúdas/ salvatagem, sensores e sistemas de comunicação; e
f) Conhecer as capacidades e limitações operacionais da embarcação.

2) Atividades a serem observadas
a) aplicar as técnicas de prevenção da poluição do meio Aquaviários;
b) aplicar dispositivos de leis, decretos, normas e convenções internacionais inerentes à legislação marítima;
c) determinar a posição do navio com emprego de modernos equipamentos de navegação eletrônica;
d) supervisionar as operações de manuseio, estivagem e transporte de carga, com operação dos aparelhos indicadores de distribuição de carga, inclusive as cargas perigosas, conforme o Código IMDG, além das precauções com poluição hídrica, conforme definida na MARPOL e na legislação em vigor;
e) conhecer e demonstrar habilidade nos aspectos específicos da Navegação Fluvial, no uso das cartas náuticas e dos croquis de navegação; e
f) Acompanhar ao menos uma das seguintes manobras (sempre com a presença do Comandante da embarcação):
- manobras de atracação e desatracação;
- manobras de acoplamento e desacoplamento do comboio no empurrador (se aplicável);
- manobras de fundeio ou quadro de boias do comboio ou rebocador;
- manobras de Giro com comboio ou rebocador;
- manobras de encapelar e desencapelar do rebocador, para navios durante as manobras de atracação ou desatracação em apoio portuário (se aplicável);
- manobras de empurrar e/ou puxar navios executando manobras com navios em apoio portuário (se aplicável); e
- outras manobras realizadas pela embarcação e aqui não especificadas.

3) Conclusão do Estágio
Ao término do estágio, o Oficial deverá estar apto a exercer funções a bordo de embarcações fluviais, na capacidade de Comandante.
O presente Atestado e seu anexo será endossado pelo Capitão dos Portos, onde o processo tramitou, e restituído ao aquaviário, que deverá obrigatoriamente portá-lo a bordo.

Página 2 - 2

ANEXO 6-A

Exmº Sr. Diretor de Portos e Costas

Procurador	Nome:			
	Endereço:			
	Bairro:		Cidade:	
	UF	CEP	DDD	Tel:
Dependente	Nome:			
	Endereço:			
	Bairro:		Cidade:	
	UF	CEP	DDD	Tel
	Grau de parentesco:			
Ex-aquaviário	Nome:			
	Endereço:			
	Bairro:		Cidade:	
	UF	CEP	DDD	Tel
	Órgão de Inscrição			
	Nº de Inscrição		Categoria	
	Filiação: Pai:			
	Mãe:			
	Data Nascimento: / /		Naturalidade:	

Requer ☐ Certidão de Serviços de Guerra na Lei nº ☐
☐ 2ª Via da Certidão de Serviços de Guerra nº/

Navios/Períodos como tripulante (ex-combatente):	
Navio (s)	Período (s) (embarque/desembarque)

Obs.:1) as informações de nomes, endereços e navios não deverão ser abreviados
2) anexar uma relação de embarques e desembarques (Anexo 6-B)

Anexos (documentos de comprovação):

Observação(ões):

Nestes termos, pede deferimento.

_____, _____, de_____de_____.
(local) (data)

_____
Assinatura do requerente (procurador, dependente ou próprio)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 05152022083000061

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO 6-B

MARINHA DO BRASIL

OM

CERTIFICADO DE EMBARQUE E DE MOVIMENTAÇÃO DE EMBARCAÇÕES MERCANTES

Em atenção ao requerimento de ____/____/____________do Sr.________________________ ____ Port. Nº_______________________, CERTIFICO para efeito do estabelecido na(o)_________________________________do Exmº Sr. Comandante da Marinha (Boletim__________________) para fim de gozo dos benefícios da Lei que se enquadrar, que o Sr.____ ________________, inscrito na____, sob o nº____, na categoria de , foi tripulante da(s) embarcação(ões) de Marinha Mercante Brasileira abaixo citada(s) no(s) período(s) ao lado mencionado(s) com a respectiva movimentação:

EMBARCAÇÃO	CLASSE	PERÍODO (EMBARQUE / DESEMBARQUE)	MOVIMENTAÇÃO DA EMBARCAÇÃO			OBSERVAÇÕES
			DATA DESPACHO	PORTO DE SAÍDA	PORTO DE DESTINO	
		___/___/___a___/___/___ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO	___/___/___ DIA MÊS ANO			
		___/___/___a___/___/___ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO	___/___/___ DIA MÊS ANO			
		___/___/___a___/___/___ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO	___/___/___ DIA MÊS ANO			
		___/___/___a___/___/___ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO	___/___/___ DIA MÊS ANO			
		___/___/___a___/___/___ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO	___/___/___ DIA MÊS ANO			
		___/___/___a___/___/___ DIA MÊS ANO DIA MÊS ANO	___/___/___ DIA MÊS ANO			

CERTIFICO ainda que os presentes dados foram extraídos dos lançamentos feitosnos seguintes documentos:

( ) LIVRO DE ENTRADA E SAÍDA DE NAVIOS (antigo CP-12)

( ) LISTA DE TRIPULANTES (antigo CP-25); e

( ) ROL DE EQUIPAGEM (antigo CP-26).

da(s) embarcação(ões) acima mencionada(s).

______________________________, em_____de___________________de________.
(local) (data)

Assinatura e carimbo do responsável pela expedição do Certificado

- 6 - B - 1 - NORMAM-13/DPC REV.1

ANEXO 6-C

MARINHA DO BRASIL

OM

NOTIFICAÇÃO N.º__________de_____/____/________.

Ilmº Sr. ____
Endereço: ____

(bairro) (cidade) (estado) (CEP)

Comunico que no Processo F.____________________/________de seu interesse foi aberta exigência pela qual deverá V. Sª apresentar a documentação ou dar o esclarecimento que se faz necessário, conforme assinalado na relação abaixo:

1 - Apresentar novo requerimento dirigido ao Exmº Sr. Diretor de Portos e Costas;
2 - Citar a finalidade da certidão requerida;
3 - Declarar navios em que esteve embarcado e períodos;
4 - Declarar no requerimento a filiação;
5 - Apresentar Certidão de Casamento;
6 - Apresentar Certidão de Nascimento;
7 - Apresentar Certidão de Óbito;
- Apresentar Justificação Judicial;
- Apresentar documento que deu origem a aposentadoria;
10 - Apresentar documentação passada pelo interessado;
11 - Apresentar Caderneta Matrícula CIP ou CIR do ex aquaviário;
12 - Apresentar Caderneta Matrícula anterior a CIP ou CIR;
13 - Apresentar Diploma de Medalha de Serviços de Guerra e o Certificado do Conselho de Mérito de Guerra ou Certificado de Concessão de Medalha de Serviços de Guerra;
14 - Pagar taxa de expediente;
15 - Assinar requerimento;
16 - Assinar requerimento a rogo com duas testemunhas idôneas;
17 - Assinar por procuração;
18 - Confirmar número de inscrição;
19 - Confirmar categoria e Capitania de Inscrição;
20 - Dirimir discrepâncias de grafia;
21 - Esclarecer divergência de nome;
22 - Esclarecer divergência de categoria;
23 - Esclarecer divergência em número de inscrição;
24 - Esclarecer divergência de Capitania de inscrição;
25 - Comparecer para receber documentação requerida;
26 - Tomar conhecimento da informação/decisão do SDGM/DPC;
27 - Prestar esclarecimentos;
28 - ____

Informo a V. Sª que a(s) exigência(s) supracitada(s) deverá(ão) ser atendida(s) no prazo improrrogável de noventa (90) dias, a contar da expedição desta Notificação, sob pena de ser arquivado o processo, o qual só poderá ser desarquivado mediante nova petição da parte interessada.

______________________________, em_____de___________________de________.
(local) (data)

CP, Del. Ou Ag.

Obs. Horário de atendimento: das__________às________h e das_________às________h.

- 6 - C - 1 - NORMAM-13/DPC REV.1

ANEXO 6-D

Exmo./Ilmo. Sr. Comandante do Centro de Instrução
Almirante Graça Aranha (CIAGA)
Almirante Braz de Aguiar (CIABA)

(carimbo da Cp/Dl/Ag)

____, filho de
(nome completo)
____e de ___________________
(pai)
____, nascido a______/_____/_____, natural
(mãe) (dia mês ano)
do Estado____, residente a _______________
(Estado)
____,
(rua, nº, complemento, bairro, município, estado, CEP)
para fins de prova junto a (ao) ____
(órgão onde deseja comprovar o Tempo de Serviço Militar)
vem respeitosamente solicitar a V. Sª, de acordo com o Aviso nº N-1315, de 12/07/1966 do Ministro da Marinha, se digne mandar passar por Certidão o seu Tempo de Serviço Militar correspondente ao período de____/_____/____ a_____/____/____ em que foi aluno da ex- Escola de Marinha Mercante ou Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante do_________________________________.
(nome completo do Centro de Instrução)

Nestes termos, pede deferimento.

(local e data)

(assinatura do requerente)

ANEXOS:

Documento que comprove que está em dia com suas obrigações militares - Certificados de Alistamento Militar, de Reservista, de Dispensa de Incorporação ou de Isenção (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);
Certidão de nascimento ou Certidão de casamento (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);
Carta Patente do Oficial - somente para os formandos oriundos do CIAGA e CIABA após 1980 (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original);
Comprovante de residência com CEP, expedido no prazo máximo de noventa (90) dias corridos, em nome do interessado ou declaração de residência assinada pelo aquaviário, conforme modelo constante do Anexo 1-L (com reconhecimento por semelhança, caso o declarante não esteja presente) (cópia autenticada ou cópia simples com apresentação do original); e
Declaração do requerente, expondo o(s) motivo(s) da solicitação, no caso de 2ª via.

ENDEREÇOS:

- CIAGA - Avenida Brasil, nº 9020, Penha, Rio de Janeiro, RJ - CEP. 21031-831.
- CIABA - Rodovia Arthur Bernardes, nº 245, Pratinha, Belém, PA - CEP. 66816-900.

- 6 - D - 1 - NORMAM-13/DPC REV.1 MOD.2

Anexo 6-E
DPC-1020

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

CERTIDÃO nº ..../..........

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento datado de.....................(1)..............................do(a)Senhor(a)..(2).. ....,...............(3)..do Senhor ....(4)..., protocolado nesta Diretoria sob o nº.......................(5)............................., inscrito na ....(6) ...., sob o nº ....(7) ...., na categoria de ....(8)..................., nascido em ....(9)..............., filho de ....(10)......................... e de ....(11)........................., CERTIFICO que é ex-combatente para os efeitos da Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967, ... (12) ou (13).. .

....(14) ou (15)... .

...............................(16)... .

......................(17)........................ ....(17)........................

NOME NOME

Posto Posto

Cargo Cargo

Instruções:
(1) Data do requerimento protocolado na CDA [dia/mês/ano]
(2) Nome do requerente ou procurador (a)
(3) Vinculo familiar [viúva, irmãos, ascendentes ou descendentes, etc.]
(4) Nome do aquaviário
(5) Nº do Protocolo de entrada na Diretoria (DPC)
(6) Nome da CDA
(7) Nº de inscrição do aquaviário
(8) Categoria do aquaviário
(9) Data de nascimento do aquaviário [dia/mês/ano]
(10) Nome do Pai do aquaviário
(11) Nome da mãe do aquaviário
(12) Por ter sido agraciado com o mérito de Guerra, "pelos serviços prestados durante a Segunda Guerra Mundial ao lado das Nações Unidas, contra os países do Eixo, a bordo de navios mercantes nacionais ou estrangeiros, empregados em assegurar o abastecimento e o transporte de materiais necessários à obtenção da Vitória, tornando-se merecedor da Medalha Naval de Serviços de Guerra, com [1, 2 ou 3 estrelas]
(13) Por ter sido tripulante da embarcação brasileira, [nome da embarcação] no [período de embarque], quando participou dos Comboios de Transporte de Tropas ou abastecimento, [prefixos] durante a Segunda Guerra Mundial.
(14) [texto a ser incluído somente na emissão da 2ª via] Certifico mais, que o senhor [nome do ex-combatente] consta no livro de registro dos ex-combatentes agraciados com o Diploma da Medalha de Serviços de Guerra, 2º Despacho expedido pela DPHDM, [pesquisa nos arquivos, embarque e desembarque em Rol de equipagem ou Portuários do ex-combatente] Certidão de embarque e desembarque pela CP/DL/AG, Certidão do Ministério dos Transportes, Registro na CIP ou CIR de embarque e desembarque no período da Segunda Guerra Mundial.
(15) [texto a ser incluído somente na emissão da 2ª via] Certifico mais, que o senhor [nome do ex-combatente] foi citado no 2º Despacho expedido pela DPHDM, [pesquisa nos arquivos, embarque e desembarque em Rol de equipagem ou Portuários do ex-combatente] Certidão de embarque e desembarque pela CP/DL/AG, Certidão do Ministério dos Transportes, Registro na CIP ou CIR de embarque e desembarque no período da Segunda Guerra Mundial.
(16) Localidade e data [dia/ mês/ ano, todos por extensos]
(17) Assinatura das autoridades [Nome completo do Chefe do Departamento], [Nome completo do Encarregado de Divisão]

- 6 - E - 1 - NORMAM-13/DPC REV.1

ANEXO 6-F
DPC-1021

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

CERTIDÃO nº...../.....

Em cumprimento ao despacho exarado no requerimento datado de.....(1).....do(a) Senhor(a).....(2).....,.....(3).....do Senhor.....(4).....protocolado nesta Diretoria sob o nº.....(5)....., inscrito na .....(6)....., sob o nº .....(7)....., na categoria de .....(8).....; nascido em.....(9)....., filho de .....(10).....e de .....(11)....., CERTIFICO que é ex-combatente conforme definido pelo art. nº 2 da Lei nº 5.698 de 31 de agosto de 1971, e apenas para os efeitos exclusivos desta Lei, por haver embarcado como tripulante da embarcação brasileira .....(12)....., no(s) período(s) de .....(13)....., quando fez duas ou mais viagens em zonas de ataques submarinos, no período considerado pela referida Lei. Certifico mais, que a presente certidão foi baseada no (a) ..... (14).....e em acordo ao despacho nº.....(15)....., emitido pela Diretoria de Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM)

.....(16).....

.....(17).....
NOME
Posto
Cargo

.....(17).....
NOME
Posto
Cargo

I. Instruções
1 - Data do requerimento realizado na CDA [dia/mês/ano]
2 - Nome do requerente ou procurador (a)
3 - Vinculo familiar [viúva, irmãos ascendentes ou descendentes etc.]
4 - Nome do aquaviário
5 - Nº do Protocolo de entrada na Diretoria (DPC)
6 - Nome da Capitania
7 - Nº de inscrição do aquaviário
8 - Categoria do aquaviário
9 - Data de nascimento do aquaviário [dia/mês/ano]
10 - Nome do pai do aquaviário
11 - Nome da mãe do aquaviário
12 - Nome da(s) embarcação(ões)
13 - Dia/ mês/ ano
14 - Certidão de tempo de embarque expedida pela CP/DL/AG, para quem a possuir, ou Certidão expedida pelo Ministério dos Transportes, ou Caderneta de Matricula de Inscrição Pessoal (CIP), referente ao período da Segunda Guerra Mundial
15 - Nº do despacho emitido pela DPHDM
16 - Localidade e data [dia/ mês/ ano, todos por extensos]
17 - Assinatura das autoridades [Nome completo do Chefe do Departamento], [Nome completo do Encarregado de Divisão]

Anexo 6-G
DPC-1020

MARINHA DO BRASIL
OM

NOME DO EX-AQUAVIÁRIO:

INFORMAÇÕES SOBRE O EX-AQUAVIÁRIO (PREENCHIDO PELA DPHDM)

1) Navios em que esteve embarcado;

2) Se o navio trafegou em zona de conflito;

3) Locais e períodos de embarques/Desembarques;

Local_____ período _____/_____/_____ a _____/_____/_____
Dia/ Mês/ Ano Dia/ Mês/ Ano

local_____ período _____/_____/_____ a _____/_____/_____ ;
Dia/ Mês/ Ano Dia/ Mês/ Ano

4) Se participou como integrante de tropa transportada em navios escoltados por navios de guerra;

5) Quantas viagens realizou;

6) Se navio de guerra ou mercante, foram atacados por inimigos ou destruídos por acidente;

7) Se o navio participou de comboio de transporte de tropas, informando os seus prefixos;

8) Se o navio participou de missões de patrulha;

09) Se o navio participou de missões de vigilância e segurança como integrante da guarnição de ilhas oceânicas;

10) Outras informações julgadas relevantes; e

11) Esclarecer as informações não atendidas para que as CP/DL/AG possam notificar o requerente.

_____, em_____de_____de_____
(Local) (data)

_____
Assinatura e carimbo do Responsável

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

INSTRUÇÃO NORMATIVA EMCFA-MD Nº 5, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

Disciplina os procedimentos e as responsabilidades para o funcionamento das Reuniões de Monitoramento e Controle das atividades de governança, de gestão estratégica e de gestão orçamentária no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas.

O CHEFE DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 65, inciso I, do Anexo I do Decreto nº 10.998, de 15 de março de 2022, e tendo em vista o disposto na Portaria GM-MD nº 3.127, de 28 de julho de 2021, e de acordo com o que consta do Processo Administrativo nº 60080.000139/2022-56, resolve:

Art. 1º Esta Instrução Normativa disciplina os procedimentos e as responsabilidades para o funcionamento das Reuniões de Monitoramento e Controle - RMC das atividades de governança, de gestão estratégica e de gestão orçamentária no âmbito do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - EMCFA.

CAPÍTULO I

FINALIDADE E ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Art. 2º O disposto nesta Instrução Normativa tem a finalidade de proporcionar o monitoramento e o controle das metas estabelecidas no Planejamento Estratégico Organizacional do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - PEO-EMCFA, a compreender as seguintes unidades:

I - Chefia de Operações Conjuntas - CHOC;

II - Chefia de Assuntos Estratégicos - CAE;

III - Chefia de Logística e Mobilização - CHELOG;

IV - Chefia de Educação e Cultura - CHEC; e

V - Assessoria de Inteligência de Defesa - AIDef.

Art. 3º As unidades de que trata o art. 2º, incisos I a V, deverão atuar no sentido de observar as manifestações e orientações do Tribunal de Contas da União - TCU, da Controladoria-Geral da União - CGU, da Secretaria de Controle Interno do Ministério da Defesa - CISET-MD, da Assessoria Especial de Integridade do Ministério da Defesa - AESPI-MD e da Secretaria de Orçamento e Organização Institucional - SEORI, por meio do acompanhamento concomitante à aplicação dos créditos orçamentários consignados na Lei Orçamentária Anual - LOA e à execução das metas estabelecidas no PEO-EMCFA e no Plano de Trabalho - PTrab de cada Chefia, Subchefia ou Assessoria.

Parágrafo único. O disposto no caput, quanto à SEORI, aplica-se às atividades do Departamento de Planejamento, Orçamento e Finanças - DEORF, órgão setorial na estrutura do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, do Sistema de Administração Financeira Federal, do Sistema de Contabilidade Federal e do Sistema de Custos do Governo Federal.

CAPÍTULO II

PARTICIPANTES DAS REUNIÕES

Art. 4º Participarão das RMC realizadas no âmbito de cada uma das unidades descritas no art. 2º, incisos I a V, os seguintes representantes:

I - Chefe;

II - Vice-Chefe ou ocupante de cargo ou função equivalente;

III - Subchefes ou ocupantes de cargos ou funções equivalentes;

IV - Assessor de Supervisão e Acompanhamento de Ações Orçamentárias - ASAO;

V - Assessores de Planejamento, Orçamento e Gestão de Ações - APOGA; e

VI - Assessor de Gestão Organizacional - AGO.

Parágrafo único. Participarão das reuniões mediante designação do Chefe:

I - um Oficial para secretariar os trabalhos; e

II - militares ou servidores com qualificação técnica em temas específicos, na função de consultores técnicos, para prestar assessoramento às autoridades presentes nas RMC.

CAPÍTULO III

ATIVIDADES

Art. 5º As unidades descritas no art. 2º, incisos I a V, realizarão suas respectivas RMC até o dia 15 do mês subsequente ao término de cada bimestre para examinar as ações implementadas e o emprego dos recursos orçamentários até mês anterior, considerando as metas planejadas no PEO-EMCFA, e, caso necessário, para efetuar os ajustes necessários ao alcance dos resultados esperados.

§ 1º As RMC de que tratam o caput serão presididas pelos Chefes das unidades e, nas suas ausências ou nos seus impedimentos, pelo Oficial-General ou Oficial Superior da ativa de maior precedência hierárquica em exercício na unidade, presente na reunião.

§ 2º A critério dos dirigentes da CHOC, da CAE, da CHELOG, da CHEC e da AIDef, poderão ser realizadas reuniões adicionais em período diverso do cronograma previsto no art. 5º, incisos I a V, para tratar de aspectos gerenciais específicos que requeiram ação tempestiva.

§ 3º As RMC serão realizadas, preferencialmente, na modalidade presencial e, quando os representantes previstos no Art. 4º, inciso I a VI, não estiverem presentes nas instalações da administração central do Ministério da Defesa, a participação ocorrerá por meio de videoconferência.

CAPÍTULO IV

ATRIBUIÇÕES

Art. 6º Para efeito desta Instrução Normativa, são definidas as seguintes atribuições no âmbito das unidades de que trata o art. 2º, incisos I a V:

I - Cabe ao Chefe:

a) dirigir as atividades de que trata esta Instrução Normativa;

b) zelar pela execução das normas aplicáveis e de suas deliberações;

c) convocar as RMC;

d) avaliar as propostas apresentadas no sentido de deliberar sobre as mesmas;

e) aprovar o planejamento e a descentralização de recursos orçamentários das Subchefias, das Assessorias e dos demais setores sob sua subordinação; e

f) deliberar sobre a aprovação ou sobre as alterações no PEO-EMCFA, Plano de Gestão do EMCFA (PG-EMCFA), Plano de Ação, Plano de Gerenciamento de Riscos (PGR) e PTrab, além de outras matérias que forem tratadas nas RMC.

II - Cabe ao Vice-Chefe ou ao ocupante de cargo ou função equivalente:

a) assistir o Chefe, substituindo-o em seus impedimentos e afastamentos eventuais;

b) assessorar o Chefe nos assuntos que lhe competem, inclusive no monitoramento das metas estabelecidas no PEO-EMCFA;

c) coordenar as atividades preparatórias para a realização das RMC; e

d) apresentar nas RMC, assessorado pelo AGO e ASAO, possíveis fatores que possam influenciar no desempenho das metas estabelecidas no PTrab e no PEO-EMCFA em virtude do ritmo de execução das Ações Orçamentárias - AO.

III - Cabe aos Subchefes ou aos ocupantes de cargos ou funções equivalentes:

a) propor, para apreciação e aprovação na RMC, alterações no PEO-EMCFA, PG-EMCFA, Plano de Ação e PTrab, inclusive por ocasião da revisão anual desses documentos;

b) planejar e controlar, em coordenação com o ASAO e assessorado pelo APOGA, a gestão orçamentária sob sua responsabilidade;

c) submeter ao Chefe, após a apreciação do Vice-Chefe ou do ocupante de cargo ou função equivalente, a aprovação do planejamento e da descentralização de recursos orçamentários;

d) apresentar, assessorado pelo AGO, a evolução dos indicadores de desempenho dos Objetivos Estratégicos do EMCFA - OEE sob sua responsabilidade e propor, se for o caso, novas linhas de ação para corrigir eventuais desvios de execução entre as metas planejadas e as metas realizadas;

e) dar conhecimento sobre o alcance dos resultados planejados no PEO-EMCFA, indicando os valores aplicados por meio de provisão e de destaque de crédito; e

f) apresentar a situação dos projetos e AO do tipo projeto, bem como a evolução físico-orçamentária de Termos de Execução Descentralizada - TED ou de outros instrumentos jurídicos, acompanhados ou sob sua responsabilidade.

IV - Cabe ao ASAO:

a) assessorar o Vice-Chefe ou o ocupante de cargo ou função equivalente nas atividades de preparação para a realização das RMC nos assuntos referentes à gestão orçamentária;

b) apresentar, no início de cada RMC, a evolução da execução das despesas custeadas com recursos do orçamento corrente, bem como o acompanhamento da execução dos Restos a Pagar não Processados - RPNP a Liquidar;

c) dar conhecimento aos participantes das RMC das implicações decorrentes de suplementações de créditos orçamentários, de contingenciamentos e/ou de cortes orçamentários para o cumprimento das metas estabelecidas;

d) coordenar as atividades dos APOGA quanto à aplicação dos recursos orçamentários das AO que são apresentados nas RMC; e

e) divulgar as orientações repassadas pela Assessoria de Planejamento, Orçamento e Gestão - APOG, referentes à gestão orçamentária no âmbito do EMCFA.

V - Cabe aos APOGA:

a) assessorar os seus respectivos Subchefes ou os ocupantes de cargos ou funções equivalentes na elaboração e nas alterações do PTrab que serão apresentadas nas RMC para aprovação; e

b) consolidar e apreciar as informações orçamentárias da Subchefia ou setor equivalente que serão apresentadas na RMC.

VI - Cabe ao AGO:

a) assessorar o Vice-Chefe ou o ocupante de cargo ou função equivalente nas atividades de preparação para a realização das RMC nos assuntos referentes à governança e à gestão estratégica;

b) apresentar, no início de cada RMC, um quadro resumido da evolução dos indicadores dos OEE da Chefia ou da AIDef, discorrendo sobre a análise dos resultados alcançados;

c) assessorar o Chefe no monitoramento dos indicadores de desempenho dos Objetivos Estratégicos do PEO-EMCFA;

d) propor medidas voltadas para a melhoria contínua das atividades operativas ou administrativas desenvolvidas; e

e) divulgar as orientações repassadas pela Assessoria de Gestão Estratégica do EMCFA (AGE-EMCFA) relacionadas à governança e à gestão estratégica.

Parágrafo único. A CHEC e a AIDef, em virtude das particularidades de suas respectivas estruturas organizacionais, distribuirão, entre os seus agentes, as atribuições de que trata este artigo.

CAPÍTULO V

DESENVOLVIMENTO DAS REUNIÕES

Art. 7º As RMC deverão ocorrer em data e local previamente definidos e divulgados pelo Chefe das unidades previstas no Art. 2º, incisos de I a V, e conforme o estabelecido no Art. 5º.

§ 1º O disposto no caput deverá seguir uma sequência lógica que permita a compreensão de todos e o dinamismo na apresentação dos temas, seguindo-se os modelos dos anexos I e II, sem prejuízo das adaptações que se fizerem necessárias.

§ 2º Assuntos que, por força de legislação específica ou por sua generalidade e relevância, devem ser trabalhados continuamente, independentemente da pauta das RMC.

§ 3º As Chefias e a AIDef devem incluir, no desenvolvimento das atividades da RMC, os assuntos específicos de suas unidades, observadas as particularidades e as pertinências temáticas para a continuidade do aprimoramento da gestão organizacional.

CAPÍTULO VI

ASSUNTOS E DELIBERAÇÕES NO ÂMBITO DAS REUNIÕES

Art. 8º Os representantes descritos no art. 4º, incisos I a VI, deverão tratar e deliberar nas RMC, no mínimo, sobre os seguintes assuntos:

I - providências adotadas em relação às deliberações das RMC anteriores;

II - execução orçamentária, por Ação Orçamentária - AO e Plano Orçamentário - PO, em termos de dotação atualizada, créditos disponíveis, créditos indisponíveis e despesas empenhadas a liquidar;

III - montantes e valores percentuais das despesas orçamentárias em relação às metas de execução orçamentária estabelecidas para o EMCFA, conforme o Anexo III;

IV - implicações decorrentes de suplementações de créditos orçamentários, de contingenciamentos e/ou de cortes orçamentários para as metas estabelecidas no PEO-EMCFA, no PG-EMCFA e no PTrab da Chefia/AIDef, quando for o caso;

V - existência de RPNP a Liquidar, suas correspondentes implicações e indicação de medidas a serem adotadas;

VI - evolução dos indicadores das metas dos OEE da Chefia ou AIDef, apresentando a análise sobre os resultados alcançados;

VII - evolução dos indicadores das metas dos OEE de cada Subchefia ou setor equivalente, indicando os desvios de execução, as ações corretivas ou os fatos positivos observados;

VIII - entregas realizadas em relação às metas estabelecidas no PEO-EMCFA e os correspondentes valores executados por meio de provisão e de destaque de crédito;

IX - situação dos projetos ou AO do tipo "projeto" acompanhados no âmbito dos respectivos setores e/ou sob sua responsabilidade;

X - acompanhamento da execução físico-orçamentária de TED e de outros instrumentos jurídicos sob a responsabilidade do setor; e

XI - previsão de recebimento ou necessidade de solicitação de créditos adicionais ou de outras alterações orçamentárias.

§ 1º O Anexo II apresenta o modelo de estrutura básica para a apresentação da RMC.

§ 2º As Chefias e a AIDef deverão realizar gestões para cumprir as metas de execução orçamentária estabelecidas para as despesas empenhadas e para as despesas liquidadas no âmbito do EMCFA, observado pelos representantes das unidades, na RMC, o disposto no Anexo III.

Art. 9º Os assuntos e deliberações tratados na RMC deverão ser registrados em ata, de acordo com o Anexo IV, numerada em ordem crescente por exercício financeiro.

Parágrafo único. A ata de que trata o caput deverá ser assinada por todos os participantes da RMC e encaminhada, até o final do mês de realização da RMC, para a APOG e para a AGE-EMCFA, observando o descrito no Art. 5º. Após a análise dessas Assessorias, a ata será submetida à apreciação do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas - CEMCFA de acordo com o modelo apresentado no Anexo V.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A sugestões para aprimoramento das atividades previstas nesta Instrução Normativa devem ser encaminhadas para a AGE-EMCFA.

Art. 11. Os casos excepcionais não previstos neste documento deverão ser apresentados pelo Chefe das unidades indicadas no art. 2º, inciso I a V, ao CEMCFA, que decidirá a respeito.

Art. 12. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

GEN EX LAERTE DE SOUZA SANTOS

ANEXO I

MODELO DE PAUTA PARA APRESENTAÇÃO DA REUNIÃO DE MONITORAMENTO E CONTROLE

MINISTÉRIO DA DEFESA
ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS
CHEFIA DE ... /ASSESSORIA DE INTELIGÊNCIA DE DEFESA
PAUTA DA Xª REUNIÃO DE MONITORAMENTO E CONTROLE
(XX de XXXXX de 20XX - Xª feira - XXhXX)
I - ABERTURA DA REUNIÃO
II - SITUAÇÃO ATUAL EM RELAÇÃO ÀS DELIBERAÇÕES DAS REUNIÕES ANTERIORES
III - APRESENTAÇÕES
1) ASAO
2) AGO
3) Subchefe ou ocupante de cargo ou função equivalente
IV - PALAVRA ABERTA
V - DELIBERAÇÕES
VI - TEMAS DE INTERESSE DO CHEFE
VII - ENCERRAMENTO

ANEXO II

MODELO DE ESTRUTURA BÁSICA DE APRESENTAÇÃO DA REUNIÃO DE MONITORAMENTO E CONTROLE

Na Reunião de Monitoramento e Controle (RMC), as Chefias e a Assessoria de Inteligência de Defesa (AIDef) deverão efetuar uma apresentação utilizando a ferramenta "PowerPoint" ou outra similar, conforme a seguinte estrutura básica, respeitadas as devidas necessidades de adaptação de cada um dos setores:

Slide Nº 1 - Chefe - abertura da RMC.
Chefia de ..... /Assessoria de Inteligência de Defesa
Xª Reunião de Monitoramento e Controle
Exercício Financeiro de 20XX

Slide Nº 2 - Vice-Chefe ou ocupante de cargo ou função equivalente - providências adotadas em relação às RMC anteriores.

DELIBERAÇÕES DAS RMC ANTERIORES		
Nº	Deliberação	Providência adotada
1		
2		
3		

Slide Nº 3 - ASAO - quadro da evolução da execução orçamentária da(s) AO/PO sob a responsabilidade da Chefia/AIDef.

ASAO da Chefia/AIDef.....

Quadro da evolução da execução orçamentária

AO XXXX / PO YYYY				
GND	Dotação Atualizada	Crédito Disponível	Crédito Indisponível	Despesas Empenhadas a Liquidar
3				
4				
Total				

Obs: poderá ser elaborado um único quadro para indicar a evolução de todas as AO/PO ou utilizada a ferramenta "Power BI" para realizar a apresentação das contas das despesas orçamentárias das AO/PO.

Slide Nº 4 - ASAO - quadro das metas de execução orçamentária do EMCFA, conforme o Anexo III.

Slide Nº 5 - ASAO - implicações decorrentes de suplementações de créditos orçamentários, de contingenciamentos e/ou de cortes orçamentários para as metas estabelecidas no PEO EMCFA, no PG-EMCFA e no PTrab, quando for o caso.

Slide Nº 6 - ASAO - quadro com situação da execução orçamentária dos Restos a Pagar Não Processados (RPNP) a Liquidar.

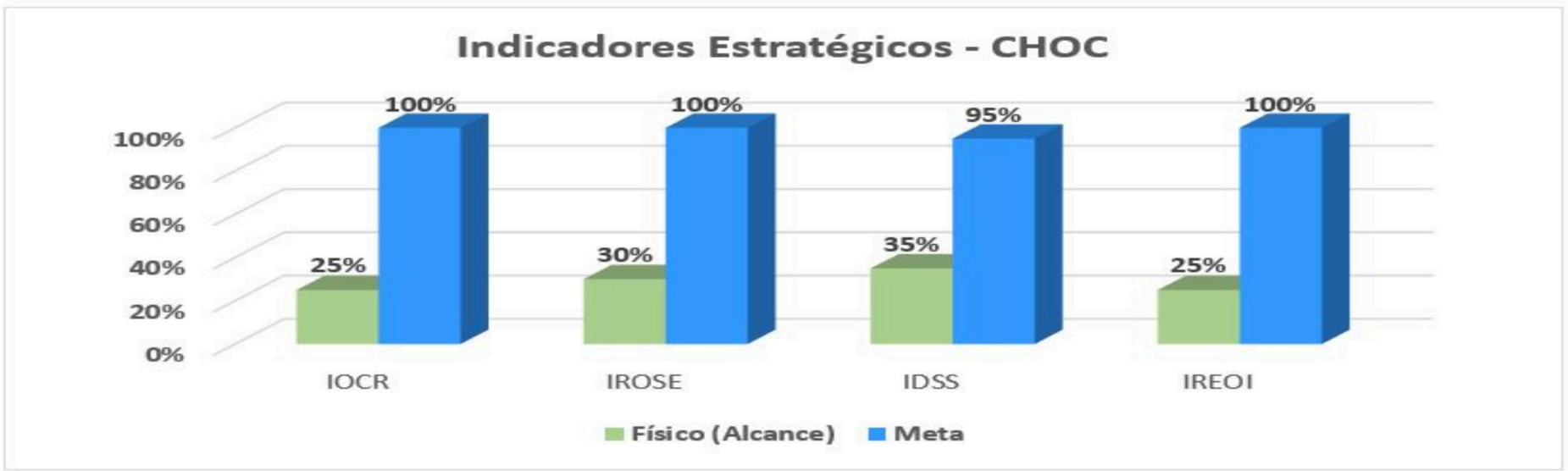
ASAO da Chefia/AIDef.....

Quadro da evolução da situação da execução orçamentária dos RPNP a Liquidar

RPNP a Liquidar		
AO/PO	GND	Valores em R$
XXXX/XXXX	3	
	4	
Total		

Slide Nº 7- Assessor de Gestão Organizacional (AGO) - quadro da evolução dos Indicadores dos OEE da Chefia/AIDef.

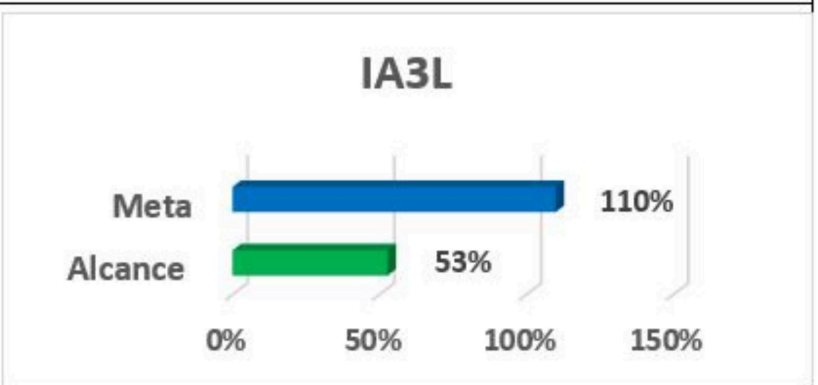
Exemplo: Quadro da evolução dos indicadores estratégicos dos OEE (Alcance e Meta)



Análise sobre os resultados alcançados
Discorrer sobre fatores que contribuíram ou não para o alcance dos resultados e/ou outros fatos julgados relevantes.

Slide Nº 8 - Subchefe ou ocupante de cargo ou função equivalente - evolução do(s) Indicador(es) Objetivo(s) Estratégico(s), discriminando os desvios de execução, ações corretivas ou fatos positivos, conforme o caso.

Exemplo: Quadro da evolução dos indicadores estratégicos dos OEE

Fórmula do indicador	Meta	Resultado alcançado até o mês / ano
IA3L = (Número de ações para o aperfeiçoamento do apoio logístico realizadas nos semestres do ano corrente/ Número de ações para o aperfeiçoamento do apoio logístico realizadas nos semestres correspondentes do ano anterior) x 100.	Elevar, anualmente, em 10% o número de ações realizadas que visam o aperfeiçoamento do apoio logístico.	

Desvios de execução, ações corretivas ou fatos positivos observados
Indicar os fatores que contribuíram para a diferença entre as metas planejadas e as metas executadas, ações corretivas e/ou fatos positivos, se for o caso.

Slide Nº 9 - Subchefe ou ocupante de cargo ou função equivalente - entregas realizadas, por AO, com os recursos descentralizados por meio de "Provisão" no âmbito da Administração Central do Ministério da Defesa (ACMD), conforme o quadro abaixo.

Subchefia de ...../Setor equivalente

AO XXXX - Descrição da AO

Provisões realizadas na ACMD		
Nº	Entregas realizadas em relação às metas estabelecidas no PEO-EMCFA	Valor executado (Liquidado)
1		
2		
3		
4		

Slide Nº 10 - Subchefe ou ocupante de cargo ou função equivalente - entregas realizadas, por AO, com os recursos descentralizados por meio de "Destaques" para as Forças Singulares (FS), conforme o quadro abaixo a ser elaborado por FS executora dos recursos.

Subchefia de ...../Setor equivalente

FS executora: MB/EB/FAB

AO XXXX - Descrição da AO

Destaques realizados para as FS		
Nº	Entregas realizadas em relação às metas estabelecidas no PEO-EMCFA	Valor executado (Liquidado)
1		
2		
3		
4		

Slide Nº 11 - Subchefe ou ocupante de cargo ou função equivalente - situação do(s) projeto(s) ou AO tipo "Projeto" acompanhado(s) e/ou de responsabilidade do setor.

Projeto: inserir o título do Projeto, inclusive os acompanhados no Plano de Gestão do MD.	Objetivo(s) Estratégico(s) do EMCFA impactados: Iniciativas Estratégicas do EMCFA impactadas:	AO: inserir o Código e o título da AO.
Data de Início:	Data Término Prevista:	Responsável:
Valor total do projeto (R$)	Valor total aplicado (R$)	% de execução orçamentária (Liquidado/LME):
Entregas Planejadas:	Entregas realizadas:	
Pontos de atenção: discriminar possíveis fatores que podem impactar, de forma positiva ou negativa, a execução do projeto.		
Próximos Passos: discriminar linhas de ações adotadas para corrigir possíveis desvios de execução ou aproveitar oportunidades de melhoria.		

Slide Nº 12 - Subchefe ou ocupante de cargo ou função equivalente - acompanhamento da execução físico-orçamentária de Termo de Execução Descentralizada (TED) e de outros instrumentos jurídicos.

TED Nº XX ou Instrumento Jurídico Nº XX: título do TED ou do Instrumento jurídico celebrado		
Data de Início:	Data Término Prevista:	Responsável:
Valor total do projeto (R$)	Valor total aplicado (R$)	% de execução orçamentária (Liquidado/LME):
Entregas Planejadas:	Entregas realizadas:	
Obs: detalhar principais aspectos relevantes (se for o caso)		

Slide Nº 13 - Palavra Aberta.

Slide Nº 14 - Deliberações.

Slide Nº 15 - Temas de interesse do Chefe.

Slide Nº 16 - Encerramento.

ANEXO III

METAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO ÂMBITO DO EMCFA

AO XXXX - Descrição da AO

PO YYYY - Descrição do PO

Valores em R$

Meses	Empenhado		Liquidado	
	% Empenhado/Dotação Atualizada	Meta EMCFA	% Liquidado/Dotação Atualizada	Meta EMCFA
Jan		-		-
Fev		-		-
Mar		-		-
Abr		-		-
Maio		-		-
Jun		-		-
Jul		50%		30%
Ago		60%		40%
Set		70%		50%
Out		80%		65%
Nov		90%		85%
Dez		97%		90%

Óbices para o alcance das metas ou oportunidades de melhoria identificadas

ANEXO IV

MODELO DE ATA DE REUNIÃO DE MONITORAMENTO E CONTROLE

ATA DE REUNIÃO DE MONITORAMENTO E CONTROLE

1) Nº _____ Ano: _____

2) CHEFIA/AIDef: _____

UGR: _____

3) PARTICIPANTES

Chefe:

_____

Vice-Chefe ou ocupante de cargo ou função equivalente: _____

Subchefes ou ocupantes de cargos ou funções equivalentes: _____

Consultor(es) Técnico(s): _____

Secretário:

4) ASSUNTOS TRATADOS NA REUNIÃO

4.1) Providências adotadas em relação às deliberações das RMC anteriores

DELIBERAÇÕES DAS RMC ANTERIORES		
Nº	Deliberação	Providência adotada
1		
2		
3		

4.2) Execução orçamentária das AO/PO da Chefia/AIDef

4.2.1) Quadro da execução orçamentária

Valores em R$

AO/PO	Dotação Atualizada	Crédito Disponível	Crédito Indisponível	Despesas Empenhadas a Liquidar

4.2.2) Metas para a execução orçamentária:

Valores em R$

Meses	Empenhado		Liquidado	
	% Empenhado/Dotação Atualizada	Meta EMCFA	% Liquidado/Dotação Atualizada	Meta EMCFA
Jan		-		-
Fev		-		-
Mar		-		-
Abr		-		-
Maio		-		-
Jun		-		-
Jul		50%		30%
Ago		60%		40%
Set		70%		50%
Out		80%		65%
Nov		90%		85%
Dez		97%		90%

Óbices para o alcance das metas ou oportunidades de melhoria identificadas

4.2.3) Impacto de suplementações de créditos orçamentários, de contingenciamentos e/ou de cortes orçamentários, quando for o caso.

Obs: Discriminar, quando for o caso, as implicações decorrentes de suplementações, de contingenciamentos e/ou de cortes orçamentários para as metas estabelecidas no Planejamento Estratégico Organizacional do EMCFA, Plano de Gestão do EMCFA e no Programa de Trabalho da Chefia ou da AIDef.

4.2.4) Situação dos Restos a Pagar a Liquidar

Obs: Apresentar, quando existir, um quadro com a execução orçamentária dos Restos a Pagar a Liquidar

Quadro da evolução da situação da execução orçamentária dos RPNP a Liquidar

RPNP a Liquidar		
AO/PO	GND	Valores em R$
XXXX/XXXX	3	
	4	
Total		

4.3) Evolução do(s) indicador(es) de desempenho da(s) meta(s) do(s) Objetivo(s) Estratégico(s) do EMCFA (OEE)

Exemplo:

Objetivo Estratégico do EMCFA 9 (OEE9)

Indicador do OEE9: Indicador de Ações para o Aperfeiçoamento do Apoio Logístico (IA3L)

Quadro da evolução do IA3L

Fórmula do indicador	**Meta**	**Resultado alcançado até o mês / ano**
IA3L = (Número de ações para o aperfeiçoamento do apoio logístico realizadas nos semestres do ano corrente/ Número de ações para o aperfeiçoamento do apoio logístico realizadas nos semestres correspondentes do ano anterior) x 100.	Elevar, anualmente, em 10% o número de ações realizadas que visam o aperfeiçoamento do apoio logístico.	

Entregas realizadas no período e valor aplicado por AO/PO para a meta do IA3L

Entrega(s) realizada(s)	Valor executado (liquidado)
- 100 Militares capacitados no Sistema Apolo;	AO/PO - R$ _____

4.4) Situação do(s) projeto(s) ou AO tipo "Projeto" acompanhado(s) e/ou de responsabilidade do setor

Projeto: inserir o título do Projeto, inclusive os acompanhados no Plano de Gestão do MD.	Objetivo(s) Estratégico(s) do EMCFA impactados: Iniciativas Estratégicas do EMCFA impactadas:	AO: inserir o Código e o título da AO.
Data de Início:	Data Término Prevista:	Responsável:
Valor total do projeto (R$)	Valor total aplicado (R$)	% de execução orçamentária (Liquidado/LME):
Entregas Planejadas:	Entregas realizadas:	
Pontos de atenção: discriminar possíveis fatores que podem impactar, de forma positiva ou negativa, a execução do projeto.		
Próximos Passos: discriminar linhas de ações adotadas para corrigir possíveis desvios de execução ou aproveitar oportunidades de melhoria.		

4.5) Acompanhamento da execução físico-orçamentária de Termo de Execução Descentralizada (TED) e de outros instrumentos jurídicos.

TED Nº XX ou Instrumento Jurídico Nº XX: título do TED ou do Instrumento jurídico celebrado		
Data de Início:	Data Término Prevista:	Responsável:
Valor total do projeto (R$)	Valor total aplicado (R$)	% de execução orçamentária (Liquidado/LME):
Entregas Planejadas:	Entregas realizadas:	
Obs: detalhar principais aspectos relevantes (se for o caso)		

5) DELIBERAÇÕES

6) ASSINATURA DOS PARTICIPANTES

_____, em ____/_____/____.

(Local) (data)

_____ _____

_____ _____

_____ _____

ANEXO V

MODELO DE FICHA PARA ANÁLISE DA ATA DE REUNIÃO DE MONITORAMENTO E CONTROLE

MINISTÉRIO DA DEFESA

ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS

ANÁLISE DA ATA DE REUNIÃO DE MONITORAMENTO E CONTROLE

Análise da Ata Nº_____ da Chefia de _____ ou da Assessoria de Inteligência de Defesa

Considerações da APOG:
Considerações da AGE-EMCFA:
Apreciação do CEMCFA:

_____

Posto e Nome (APOG)

_____

Posto e Nome (AGE-EMCFA)

_____

Posto e Nome (CEMCFA)

Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas

CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO
SUBCHEFIA DE LOGÍSTICA OPERACIONAL

PORTARIA SEGMA/SUBLOP/CHELOG/EMCFA-MD Nº 4.560, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SUBCHEFE DE LOGÍSTICA OPERACIONAL DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 1.579/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000297/2022-55, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa RS ENGENHARIA S/S, com sede social na Rua Chile, 90, Sala 701 - Centro, Salvador/BA, CEP 40.020-000, inscrita no CNPJ sob o nº 24.996.479/0001-26, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "A".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 26 de agosto de 2025.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

General de Brigada ANDRÉ LARANJA SÁ CORRÊA

PORTARIA SEGMA/SUBLOP/CHELOG/EMCFA-MD Nº 4.561, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SUBCHEFE DE LOGÍSTICA OPERACIONAL DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 1.579/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000319/2022-87, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa TEIXEIRA & CARVALHO LTDA., com sede social na Rua José Geraldo da Silva Araújo, 115 - Rafael José de Lima, Caratinga/MG, CEP 35.302-640, inscrita no CNPJ sob o nº 08.266.170/0001-24, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "A".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 26 de agosto de 2025.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

General de Brigada ANDRÉ LARANJA SÁ CORRÊA

PORTARIA SEGMA/SUBLOP/CHELOG/EMCFA-MD Nº 4.563, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SUBCHEFE DE LOGÍSTICA OPERACIONAL DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 1.579/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000321/2022-56, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa CÉLTICA CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA., com sede social na Avenida Afonso Pena, 3.924, Salas 1.303/1.304 - Cruzeiro, Belo Horizonte/MG, CEP 30.130-009, inscrita no CNPJ sob o nº 07.819.984/0001-86, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "A".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 26 de agosto de 2025.

Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

General de Brigada ANDRÉ LARANJA SÁ CORRÊA

PORTARIA SEGMA/SUBLOP/CHELOG/EMCFA-MD Nº 4.566, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SUBCHEFE DE LOGÍSTICA OPERACIONAL DA CHEFIA DE LOGÍSTICA E MOBILIZAÇÃO DO ESTADO-MAIOR CONJUNTO DAS FORÇAS ARMADAS DO MINISTÉRIO DA DEFESA no uso da competência que lhe foi delegada pelo inciso I do art. 1º da Portaria nº 1.579/SEGMA/SUBILOG/CHELOG/EMCFA-MD, de 5 de abril de 2021, e o que consta no Processo NUP 60310.000323/2022-45, resolve:

Art. 1º Conceder inscrição, junto ao Ministério da Defesa (MD), à empresa GEOTROPICAL - GEOTECNOLOGIA E MEIO AMBIENTE LTDA., com sede social na Rua Coronel Silva Neto, 1.300 - Centro, Balsas/MA, CEP 65.800-000, inscrita no CNPJ sob o nº 17.242.457/0001-05, como entidade privada executante de aerolevantamento, Categoria "A".

Art. 2º Considerar a inscrição válida a partir da data de sua publicação em Diário Oficial da União, até a data de 26 de agosto de 2025.

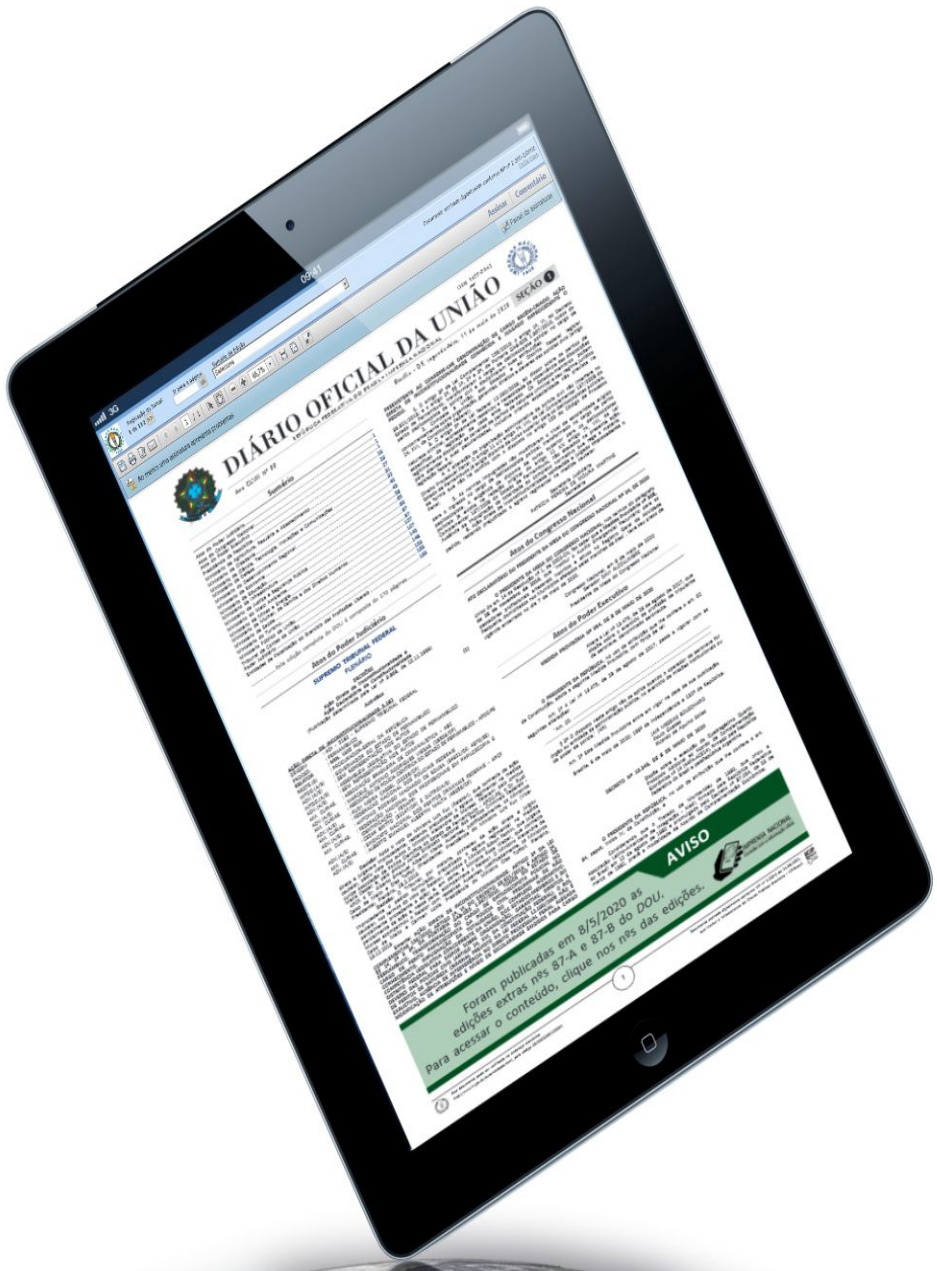
Art. 3º Durante o período de vigência da inscrição a empresa deverá comunicar ao MD qualquer alteração referente a sua capacitação técnica e/ou jurídica.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

General de Brigada ANDRÉ LARANJA SÁ CORRÊA

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Conecte-se à informação oficial



www.in.gov.br

IMPRENSA NACIONAL
Conexão com a informação oficial

Ministério do Desenvolvimento Regional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL MDR/MMFDH Nº 9, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre os procedimentos para o aporte da assistência financeira destinada a auxiliar o custeio da gratuidade das pessoas idosas no transporte público coletivo urbano instituído pela Emenda Constitucional n. 123, de 14 de julho de 2022.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E A MINISTRA DE ESTADO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no artigo 29 e 43 da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, no art. 1° do Anexo I dos Decretos n. 11.065, de 6 de maio de 2022, e n. 10.883, de 6 de dezembro de 2021, e no § 7° do art. 5° da Emenda Constitucional n. 123, de 14 de julho de 2022, resolvem:

Art. 1° Esta Portaria Interministerial regula o aporte à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, da assistência financeira para auxílio ao custeio da gratuidade das pessoas idosas no transporte público coletivo urbano - Auxílio Emergencial à Gratuidade das Pessoas Idosas no Transporte Público Coletivo Urbano, instituído pela Emenda Constitucional n. 123, de 14 de julho de 2022, em razão do estado de emergência decorrente da elevação extraordinária e imprevisível dos preços do petróleo, combustíveis e seus derivados e dos impactos sociais dela decorrentes.

Art. 2° O Auxílio Emergencial à Gratuidade das Pessoas Idosas no Transporte Público Coletivo Urbano, no valor de R$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais), será aportado onde ocorra serviços regulares em operação de transporte público coletivo urbano, semiurbano ou metropolitano.

Parágrafo único. Para fins desta Portaria Interministerial, e do disposto no inciso VIII, § 4° do art 5° da Emenda Constitucional n. 123, de 2022, considera-se:

I - serviço regular em operação: serviço público de transporte de passageiros adequado aos usuários, acessível a toda a população mediante pagamento individualizado, com itinerários e preços fixados pelo poder público, prestado de forma direta, indireta ou por gestão associada, na forma estabelecida na Lei n. 12.587, de 3 de janeiro de 2012;

II - transporte público coletivo urbano: serviço de transporte público coletivo de passageiros no espaço urbano intramunicipal;

III - transporte público coletivo metropolitano: serviço de transporte público coletivo de passageiros intermunicipal ou interestadual, com características operacionais típicas de transporte urbano, em municípios pertencentes à regiões metropolitanas, aglomerações urbanas ou regiões integradas de desenvolvimento - RIDEs, na forma estabelecida na Lei n. 13.089, de 12 de janeiro de 2015;

IV - transporte público coletivo semiurbano: serviço de transporte público coletivo de passageiros interestadual, com características operacionais típicas de transporte urbano, prestado pela União em áreas que transpõem os limites de um único Estado, na forma estabelecida na Lei n. 10.233, de 5 de junho de 2001; e

V - região metropolitana administrada: conjunto dos Municípios atendidos pelo sistema de transporte público coletivo metropolitano.

Art. 3° Os recursos financeiros transferidos nos termos do disposto no art. 2° desta Portaria Interministerial deverão ser aplicados exclusivamente para auxiliar no custeio ao direito previsto no § 2° do art. 230 da Constituição Federal, regulamentado no art. 39 da Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), e terão função de complementariedade aos subsídios tarifários, subsídios orçamentários e aportes de recursos de todos os gêneros concedidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, bem como às gratuidades e aos demais custeios do sistema de transporte público coletivo suportados por esses entes.

Art. 4° Os recursos do Auxílio Emergencial à Gratuidade das Pessoas Idosas no Transporte Público Coletivo Urbano, nos termos do disposto no art. 2° desta Portaria Interministerial, serão executados de forma descentralizada, mediante transferências da União aos seus órgãos vinculados, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, devendo os valores ser repassados da seguinte forma:

I - proporcional à população maior de 65 (sessenta e cinco) anos residente no Distrito Federal e nos Municípios que dispõem de serviços de transporte público coletivo urbano intramunicipal regular em operação;

II - serão retidos 30% (trinta por cento) pela União e repassados aos respectivos entes estaduais ou a órgão da União responsáveis pela gestão do serviço, nos casos de Municípios atendidos por redes de transporte público coletivo intermunicipal ou interestadual de caráter urbano ou semiurbano; e

III - será integralmente entregue ao Município responsável pela gestão, nos casos de sistema de transporte público integrado metropolitano, considerado o somatório da população maior de 65 (sessenta e cinco) anos residente nos Municípios que compõem a região metropolitana administrada.

§ 1° Para fins de determinação da população maior de 65 (sessenta e cinco) anos residente no Distrito Federal e nos Municípios será utilizada a estimativa populacional mais atualizada publicada pelo Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde (DataSUS) a partir de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

§ 2° Caso o transporte público coletivo metropolitano encontre-se sob responsabilidade municipal, os recursos serão entregues ao Município que declarar a responsabilidade pela gestão dos serviços.

§ 3° Os aportes relativos à União serão efetuados para os seus órgãos vinculados responsáveis pela gestão dos serviços de transporte público coletivo semiurbano ou metropolitano de passageiros.

§ 4° Aplicam-se ao Distrito Federal, no que couber, as disposições previstas para os Estados e os Municípios.

Art. 5° O poder delegante dos entes federados que receberem o Auxílio Emergencial à Gratuidade das Pessoas Idosas no Transporte Público Coletivo Urbano, na forma do art. 3° desta Portaria Interministerial, serão responsáveis pelo uso e pela distribuição dos mesmos aos seus prestadores, de forma a observar a premissa de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão do transporte público coletivo e as diretrizes da modicidade tarifária na forma do inciso II do § 4° do art. 5° da Emenda Constitucional n. 123, de 2022, e, em observância ao disposto na Lei n. 12.587, de 2012.

Art. 6° Os recursos serão aportados de forma descentralizada, no exercício de 2022, por meio da Plataforma +Brasil, instituída pelo Decreto n. 10.035, de 1° de outubro de 2019, e de acordo com cronograma publicado em sítio eletrônico oficial do Ministério do Desenvolvimento Regional e na Plataforma +Brasil.

Art. 7° Os Municípios, Estados e o Distrito Federal elegíveis na forma do art. 2° desta Portaria Interministerial deverão solicitar o recebimento do Auxílio Emergencial à Gratuidade das Pessoas Idosas no Transporte Público Coletivo Urbano através de programa específico a ser disponibilizado na Plataforma +Brasil pelo Ministério do Desenvolvimento Regional.

§ 1° Para solicitar o auxílio financeiro os Municípios, Estados e o Distrito Federal deverão:

I - realizar o preenchimento dos campos obrigatórios para cadastramento na Plataforma +Brasil; e

II - incluir na Plataforma +Brasil autodeclaração, na forma do modelo disponibilizado em sítio eletrônico oficial do Ministério do Desenvolvimento Regional, na qual confirme possuir serviço regular em operação na forma do inciso I, do parágrafo único do art. 2° desta Portaria Interministerial.

§ 2° A autodeclaração relativa aos serviços de transporte público coletivo metropolitano ou semiurbano deve incluir a lista dos municípios atendidos pelo serviço sob gestão do solicitante.

Art. 8° O Ministério do Desenvolvimento Regional analisará as solicitações enviadas e realizará o enquadramento final dos Municípios, Estados e o Distrito Federal para recebimento do Auxílio Emergencial à Gratuidade das Pessoas Idosas no Transporte Público Coletivo Urbano.

§ 1° Os valores destinados a cada ente federado enquadrado serão calculados conforme metodologia de distribuição definida no Anexo I desta Portaria Interministerial aplicada aos entes cadastrados na Plataforma +Brasil.

§ 2° O repasse será autorizado pelo Ministério do Desenvolvimento Regional mediante assinatura, pelos Municípios, Estados e Distrito Federal, de Termo de Adesão, que fixará o valor do repasse e estabelecerá os seguintes compromissos:

I - aplicar o auxílio financeiro recebido exclusivamente para custeio ao direito previsto no § 2° do art. 230 da Constituição Federal, regulamentado no art. 39 da Lei n. 10.741, de 2003 (Estatuto da Pessoa Idosa), em complementariedade aos subsídios tarifários, subsídios orçamentários e aportes de recursos de todos os gêneros concedidos, bem como às gratuidades e aos demais custeios do sistema de transporte público coletivo suportados pelo ente;

II - distribuir os recursos aos seus prestadores, de forma a observar a premissa de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão do transporte público coletivo e as diretrizes da modicidade tarifária na forma do inciso II do § 4° do art. 5° da Emenda Constitucional n. 123, de 2022, e, em observância ao disposto na Lei n. 12.587, de 2012;

III - apresentar Relatório de Gestão Final e prestação de contas na forma estabelecida nos arts. 13 e 14 desta Portaria Interministerial; e

IV - autorização para a União solicitar à instituição financeira albergante da conta corrente específica da transferência, a devolução imediata, para a Conta Única do Tesouro Nacional, dos saldos remanescentes da conta corrente específica do instrumento, consoante o art. 11 da presente Portaria Interministerial.

§ 3° O Termo de Adesão de que trata o § 2° será disponibilizado e assinado eletronicamente através da Plataforma +Brasil.

§ 4° Os entes federados darão publicidade ao inteiro teor do Termo de Adesão assinado, por meio do Diário Oficial ou em outro meio de comunicação oficial.

Art. 9° A transferência dos recursos do Auxílio Emergencial à Gratuidade das Pessoas Idosas no Transporte Público Coletivo Urbano para os Estados, Distrito Federal e Municípios será efetuada através de conta específica cadastrada na Plataforma +Brasil.

Parágrafo único. As movimentações de saída de recursos das contas bancárias poderão ser classificadas e identificadas e as informações a elas referentes serão disponibilizadas para fins de acompanhamento, prestação de contas e fiscalização.

Art. 10. A União aportará os recursos do Auxílio Emergencial à Gratuidade das Pessoas Idosas no Transporte Público Coletivo Urbano até 31 de dezembro de 2022.

Art. 11. Os saldos financeiros de recursos de repasse remanescentes das contas específicas que foram criadas para receber as transferências e gerir os recursos, inclusive os provenientes das receitas obtidas nas aplicações financeiras realizadas, não utilizadas no objeto pactuado, serão devolvidos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios à Conta Única do Tesouro Nacional por meio da emissão e do pagamento de Guia de Recolhimento da União eletrônica.

Art. 12. Os recursos que forem aplicados em desconformidade com o disposto no art. 3° desta Portaria Interministerial serão restituídos à Conta Única do Tesouro Nacional, por meio da emissão e do pagamento de Guia de Recolhimento da União, devidamente atualizados, conforme exigido para a quitação de débitos para com a Fazenda Nacional, com base na variação da Taxa Referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao da devolução dos recursos, acrescido esse montante de 1% (um por cento) no mês de efetivação da devolução dos recursos à conta única do Tesouro.

Parágrafo único. O Ministério do Desenvolvimento Regional emitirá Guia de Recolhimento da União de que trata o caput.

Art. 13. Os Municípios, Estados e o Distrito Federal deverão prestar contas da aplicação dos recursos recebidos da União até 31 de julho de 2023.

§ 1° A prestação de contas será efetuada na Plataforma +Brasil, mediante apresentação de:

I - relatório de gestão final;

II - extrato das movimentações de saída de recursos das contas bancárias específicas; e

III - comprovante de recolhimento de saldo de recursos, quando houver.

§ 2° Nos casos de descumprimento do prazo previsto no caput, o Ministério do Desenvolvimento Regional deverá solicitar a instituição financeira albergante da conta corrente específica da transferência, a devolução imediata, para a Conta Única do Tesouro Nacional, dos saldos remanescentes da conta corrente específica do instrumento.

§ 3° Os entes federados de que trata o caput assegurarão ampla publicidade e transparência à prestação de contas de que trata este artigo.

Art. 14. O Relatório de Gestão Final deverá conter informações sobre:

I - percentuais de execução do recurso e descritivo das ações realizadas considerando os critérios adotados para repartição dos recursos;

II - a publicidade do inteiro teor do Termo de Adesão, para fins de transparência e verificação;

III - a comprovação do cumprimento dos compromissos pactuados no Termo de Adesão, conforme modelo disponível em sítio eletrônico oficial do Ministério do Desenvolvimento Regional; e

IV - a justificativa do não cumprimento integral dos compromissos pactuados no Termo de Adesão e as providências adotadas para recomposição do dano, quando for o caso.

§ 1° A comprovação de que trata o inciso III do caput deverá ser fundamentada em declaração de cumprimento dos compromissos pactuados e indicação da publicidade local da prestação de contas relativas à transferência, assinado pelo respectivo chefe do poder concedente dos serviços de transporte público coletivo urbano e metropolitano.

§ 2° Os Municípios, os Estados e o Distrito Federal promoverão a análise das prestações de contas dos prestadores de serviço em relação à conformidade da aplicação dos recursos às disposições constantes nesta Portaria Interministerial.

§ 3° O agente público responsável pelas informações apresentadas no Relatório de Gestão Final poderá ser responsabilizado nas esferas civil, administrativa e penal, na forma prevista em lei.

§ 4° A apresentação do Relatório de Gestão Final não implicará a regularidade das contas.

§ 5° O Ministério do Desenvolvimento Regional poderá solicitar informações adicionais que permitam verificar a aplicação regular dos recursos repassados, caso entenda necessário, sem prejuízo de instauração de tomada de contas especial.

Art. 15. Na hipótese de reprovação das prestações de contas a que se refere o art. 13, os Municípios, os Estados e o Distrito Federal adotarão as medidas necessárias à recomposição de eventual dano ao erário, sem prejuízo da responsabilização dos operadores.

Art. 16. A inobservância ao disposto nos arts. 13 e 14 importará a reprovação da prestação de contas do ente federativo junto à União.
Art. 17. A lista de entes federados que receberem o auxílio financeiro e os respectivos valores de repasse será publicada em canal oficial do Governo Federal.
Art. 18. Aplicam-se aos consórcios públicos, instituídos na forma da Lei n. 11.107, de 6 de abril de 2005, as disposições relativas aos Estados e Distrito Federal, no que couber.
Art. 19. Esta Portaria Interministerial entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA
Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional

CRISTIANE RODRIGUES BRITTO
Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

ANEXO I

Metodologia de cálculo para distribuição recursos
1. Será calculada a distribuição dos recursos do Auxílio Emergencial à Gratuidade das Pessoas Idosas no Transporte Público Coletivo Urbano a partir do Valor por Pessoa Idosa (VI), obtido pela divisão do Valor Total do Auxílio (VTA) pela População Idosa Total Enquadrada (PIetotal), sendo:
Valor por Pessoa Idosa (VI) = Valor Total do Auxílio (VTA) / População Idosa Total Enquadrada (PIetotal)
onde,
Valor Total do Auxílio (VTA) = R$ 2.500.000.000,00
População Idosa Total Enquadrada (PIetotal) = o somatório da População Idosa (PI) dos municípios enquadrados com ocorrência de serviço de transporte público coletivo.
sendo,
População Idosa (PI) = a quantidade de pessoas idosas com mais de 65 anos residente no município (base DATASUS)
2. Será atribuída tipologia da ocorrência do serviço de transporte público com classificação por grupos G1, G2, G3, G4, G5 e G6 ao município onde residem pessoas idosas com mais de 65 anos.
G1: com ocorrência exclusiva do intramunicipal (sob gestão municipal)
G2: com ocorrência do intramunicipal (sob gestão municipal) + metropolitano (sob gestão municipal)
G3: com ocorrência exclusiva do metropolitano (sob gestão de outro município)
G4: com ocorrência exclusiva do metropolitano e/ou semiurbano (sob gestão do Estado e/ou União)
G5: com ocorrência do intramunicipal (sob gestão municipal) + metropolitano ou semiurbano (sob gestão do Estado ou União)
G6: com ocorrência do intramunicipal (sob gestão municipal) + metropolitano (sob gestão do Estado) + metropolitano/semiurbano (sob gestão da União)
3. O Valor Transferido (VTf) relacionará o Valor por Pessoa Idosa (VI), com a somatória da População Idosa (PI) com ocorrência do serviço de transporte por grupo, e a proporção definida no art. 4° da Portaria Interministerial, conforme tabela abaixo:

Grupos	VTf Município (R$)	VTf Estado (R$)	VTf União (R$)
G1	VTf = VI*PI	VTf = 0	VTf = 0
G2	VTf = VI*(ΣPI)	VTf = 0	VTf = 0
G3	VTf = 0	VTf = 0	VTf = 0
G4	VTf = 0	VTf = VI*(ΣPI) ou VTf = 50%VI*(ΣPI)	VTf = VI*(ΣPI) ou VTf = 50%VI*(ΣPI)
G5	VTf = 70% (VI*PI)	VTf = 30%VI*(ΣPI) OU	VTf = 30%VI*(ΣPI)
G6	VTf = 70% (VI*PI)	VTf = 15%VI*(ΣPI)	VTf = 15%VI*(ΣPI)

PORTARIA Nº 2.646, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Altera o Anexo da Portaria n. 3.261, de 20 de dezembro de 2021, que estabelece calendário de recepção, seleção e contratação de propostas do Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional, integrante do Programa Casa Verde e Amarela.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, o art. 8º da Lei n. 8.677, de 13 de julho de 1993, o art. 29 da Lei n. 13.844/19, o art. 8º do Decreto n. 10.333, de 29 de abril de 2020, a Instrução Normativa n. 2, de 21 de janeiro de 2021, e considerando o disposto na Resolução CCFDS n. 225, de 17 de dezembro de 2020, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social (CCFDS), resolve:
Art. 1º O Anexo da Portaria n. 3.261, de 20 de dezembro de 2021, passa a vigorar com a seguinte redação:

"ANEXO

CALENDÁRIO DE SELEÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PROPOSTAS

ETAPA	DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEL	PRAZO
1	Adesão ao Programa de Regularização Fundiária e Melhoria Habitacional	Poder público municipal ou Distrital	Contínua
2	Cadastramento de usuário de acesso e das propostas mediante preenchimento de formulário eletrônico	Agentes Promotores	30/01/2022
3	Anuência da proposta cadastrada	Poder público municipal ou Distrital	09/02/2022
4	Análise de enquadramento e divulgação do resultado da seleção	MDR (Órgão Gestor)	25/03/2022
5	Apresentação de documentos técnicos, institucionais e jurídicos ao Agente Financeiro credenciado	Agentes Promotores	14/10/2022
6	Análise dos documentos técnicos, institucionais e jurídicos e contratação do financiamento entre Agente Financeiro, Agentes Promotores e famílias atendidas com regularização fundiária	Agente Financeiro e Agentes Promotores	30/11/2022

....."
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

PORTARIA Nº 2.656, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Aprova a revisão do Manual para Apresentação das Propostas da Ação Orçamentária 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, do Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei n. 13.971, de 27 de dezembro de 2019, na Lei n. 14.194, de 20 de agosto de 2021, na Lei n. 14.303, de 21 de janeiro de 2022, no Decreto n. 11.065, de 6 de maio de 2022, e no art. 6º da Portaria Interministerial n. 424, de 30 de dezembro de 2016, resolve:
Art. 1º Aprovar a revisão do Manual para Apresentação das Propostas da Ação Orçamentária 00SX - Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado, do Programa 2217 - Desenvolvimento Regional, Territorial e Urbano.
Parágrafo único. O Manual identificado no caput será disponibilizado no sítio eletrônico do Ministério de Desenvolvimento Regional (www.mdr.gov.br).
Art. 2º Fica revogada a Portaria n. 766, de 15 de março de 2022.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor uma semana após a data de sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

PORTARIA Nº 2.668, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Altera a Portaria n. 114, de 9 de fevereiro de 2018, do Ministério das Cidades, que estabelece as condições gerais para aquisição de imóveis com recursos advindos da integralização de cotas no Fundo de Arrendamento Residencial (FAR), no âmbito do Programa Nacional de Habitação Urbana (PNHU).

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos I e II, da Constituição Federal, o art. 29 da Lei n. 13.844, de 18 de junho de 2019, o art. 1º do Anexo I do Decreto n. 11.065, de 6 de maio de 2022, e tendo em vista o disposto na Lei n. 10.188, de 12 de fevereiro de 2001, na Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009, e no Decreto n. 7.499, de 16 de junho de 2011, resolve:
Art.1º O Anexo I da Portaria nº 114, de 9 de fevereiro de 2018, do Ministério das Cidades, passa a vigorar com as seguintes alterações:
"6.....
6.5.....
6.5.3.3. Nos casos de aporte adicional ou suplementação, a verificação de enquadramento dos valores máximos de aquisição por unidade habitacional não incluirá o custo de itens de obra involuídos de que trata o item 6.5.4 deste anexo.
6.5.4. São considerados itens de obra involuídos aqueles degradados, subtraídos por terceiros, defeituosos, erodidos ou perdidos, em decorrência de fatores antecedentes às solicitações de aporte adicional ou de suplementação, cuja substituição ou refazimento seja considerado imprescindível à continuidade ou à retomada, conclusão e legalização dos empreendimentos.
6.5.4.1. Os custos de itens de obra involuídos compreendem os serviços e despesas necessárias para reconstituir o empreendimento à condição em que se encontrava no momento da paralisação ou da ocorrência do fato superveniente.
6.6.....
6.7. Admitir-se-á a desimobilização de empreendimento habitacional, em caráter excepcional, cuja viabilidade de finalização ou reparação esteja comprometida por aspectos técnicos, econômicos e sociais, desde que autorizada pela Secretaria Nacional de Habitação.
6.7.1. A desimobilização de que trata o item 6.7 deste anexo consiste no desfazimento, conforme regulamentação complementar do Gestor Operacional, de empreendimentos habitacionais do Programa pertencentes ao patrimônio do FAR.
6.7.2. O Gestor Operacional deverá submeter à Secretaria Nacional de Habitação manifestação favorável à desimobilização do empreendimento, acompanhada de parecer técnico da Instituição Financeira, no qual conste a motivação e critérios utilizados para indicação do empreendimento à medida.
6.7.3. O Gestor Operacional regulamentará os critérios a serem considerados pela Instituição Financeira para atestar a indicação de empreendimentos à desimobilização, bem como a operacionalização da medida.
6.7.4. O valor auferido pela desimobilização do empreendimento deverá ser restituído ao FAR, descontando-se a cobertura de eventuais despesas com a realização do procedimento pela Instituição Financeira.
6.7.5. Nos casos em que a desimobilização não se efetivar por ausência de interessados, a Instituição Financeira deverá verificar o interesse de União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em receber o bem objeto da desimobilização doado para destinação em programas de interesse social, cabendo ao FAR a cobertura de eventuais despesas, incluindo-se aquelas decorrentes da execução do procedimento previsto no item 6.7.4." (NR)
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA

CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

RESOLUÇÃO Nº 230, DE 22 DE MARÇO DE 2022

Estabelece diretrizes para fiscalização da segurança de barragens de acumulação de água para usos múltiplos.

O CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS (CNRH), no uso das competências que lhe são conferidas pela Lei n. 9.433, de 8 de janeiro de 1997, especialmente o disposto no art. 35, pela Lei n. 9.984, de 17 de julho de 2000, pela Lei n. 12.334, de 20 de setembro de 2010, pelo Decreto n. 10.000, de 3 de setembro de 2019, e conforme instrução do Processo Sei MDR n. 59000.018678/2020-43, resolve:

Art. 1º Esta Resolução estabelece diretrizes para fiscalização da segurança de barragens de acumulação de água para usos múltiplos, que se enquadram na Política Nacional de Segurança de Barragens, conforme Parágrafo único, do art. 1º da Lei n. 12.334, de 20 de setembro de 2010.

§1º Esta Resolução não se aplica à fiscalização da segurança de barragens de acumulação de água, quando se tratar de uso preponderante para fins de geração hidrelétrica.

§2 º Para os efeitos desta Resolução, são consideradas as seguintes definições:

I - barragem: qualquer estrutura construída dentro ou fora de um curso permanente ou temporário de água, em talvegue ou em cava exaurida com dique, para fins de contenção ou acumulação de substâncias líquidas ou de misturas de líquidos e sólidos, compreendendo o barramento e as estruturas associadas;

II - segurança de barragem: condição que vise a manter a sua integridade estrutural e operacional e a preservação da vida, da saúde, da propriedade e do meio ambiente;

III - empreendedor: pessoa física ou jurídica que detenha outorga, licença, registro, concessão, autorização ou outro ato que lhe confira direito de operação da barragem e do respectivo reservatório, ou, subsidiariamente, aquele com direito real sobre as terras onde a barragem se localize, se não houver quem os explore oficialmente;

IV - órgão fiscalizador: autoridade do poder público federal ou estadual, responsável pelas ações de fiscalização da segurança da barragem de sua competência.

CAPÍTULO I

DAS DIRETRIZES DE ATUAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

Art. 2º O órgão fiscalizador deve orientar sua atuação pelos seguintes princípios, a serem gradualmente incorporados às suas atividades:

I - fiscalização baseada em evidências, na avaliação continua da efetividade das ações fiscalizatórias e no planejamento prévio;

II - seletividade, proporcionalidade e foco nas barragens prioritárias, levando em consideração o previsto no art. 3º;

III - fiscalização responsiva, baseada no perfil e comportamento observado do empreendedor;

IV - visão de longo prazo;

V - coordenação e articulação de ações de fiscalização para otimizar esforços e uniformizar a orientação aos empreendedores;

VI - transparência e independência e decisões;

VII - gestão orientada a resultados;

VIII - clareza e coerência de regras e procedimentos;

IX - indução da conformidade legal com a orientação a empreendedores quanto às suas atribuições, por meio de manuais e guias, reuniões, eventos, material de comunicação e divulgação da PNSB;

X - profissionalismo e continua capacitação da equipe de fiscalização.

Art. 3º O órgão fiscalizador deve elaborar anualmente seu Plano de Fiscalização, considerando as condições de segurança das barragens e contendo, no mínimo:

I - critérios de priorização;

II - relação das barragens priorizadas que deverão ser fiscalizadas;

III - descrição da situação das barragens a serem fiscalizadas, incluindo informações sobre a classificação e a regularidade em relação a legislação vigente de segurança de barragens;

IV - ações a serem executadas pelo fiscalizador;

V - recursos necessários para execução das ações.

Art. 4º O órgão fiscalizador deve elaborar, anualmente, relatório sobre os resultados das ações de fiscalização realizadas, contendo, no mínimo, a avaliação da situação das barragens, incluindo informações sobre enquadramento e classificação, regularidade no cumprimento das exigências legais, vistorias, recomendações, infrações autuadas e sanções aplicadas.

Art. 5º O órgão fiscalizador deve, preferencialmente, ter regime jurídico que lhe confira autonomia administrativa, decisória e financeira, caracterizada pela existência de fonte de recursos estável para custeio das ações de fiscalização.

Parágrafo único. As unidades da federação devem, de preferência, instituir taxa de fiscalização destinada ao custeio da atividade fiscalizatória, nos termos do inciso II do art. 145 da Constituição Federal.

Art. 6º O órgão fiscalizador deve contar com equipe do quadro técnico permanente qualificado e em número compatível com a quantidade de barragens fiscalizadas.

Parágrafo único. O órgão fiscalizador pode contar com apoio de técnicos de outros órgãos públicos ou contratar consultoria ou serviços técnicos especializados para apoio às atividades de fiscalização.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES PARA AS ATIVIDADES DE FISCALIZAÇÃO

Art. 7º As atividades de fiscalização devem seguir as seguintes diretrizes:

I - primazia pela conscientização e orientação dos usuários ou empreendedores, a fim de buscar o cumprimento das normas de segurança de barragens;

II - articulação com os órgãos e entidades relevantes para o melhor desenvolvimento das atividades de fiscalização de segurança de barragens;

III - transparência nos procedimentos adotados;

IV - planejamento prévio de ações fiscalizatórias;

V - prioridade de atuação nas barragens mais críticas em termos da classificação da categoria de risco e do dano potencial associado, da regularidade no cumprimento das exigências legais, das condições de segurança verificadas em campo ou das indicações de nível de perigo, quando couber.

Art. 8º As atividades de fiscalização envolvem, minimamente, o acompanhamento das condições de segurança de barragens, a avaliação de conformidade quanto aos requisitos estabelecidos nos normativos vigentes e às informações prestadas pelos empreendedores, a verificação de irregularidades e da execução de medidas corretivas pelo empreendedor, a apuração de infrações e a aplicação de penalidades.

§1º As atividades de fiscalização têm como objetivo garantir o atendimento aos padrões de segurança, visando reduzir a probabilidade de ocorrência de incidentes, acidentes ou desastres e a minimizar as suas consequências.

§2° Os órgãos fiscalizadores devem fomentar a atuação preventiva dos empreendedores, reforçando a conscientização e a disseminação da cultura de segurança da barragem.

Art. 9º O órgão fiscalizador deve exigir que, ao menos para as barragens classificadas com categoria de risco alto e dano potencial associado médio ou alto, o empreendedor realize a avaliação da gravidade das anomalias identificadas.

Art. 10. O acompanhamento das condições de segurança, a avaliação de conformidade com os normativos vigentes e as ações de fiscalização poderão ser realizadas a partir de:

I - vistorias em campo;

II - estudos e avaliações técnicas;

III - estudos, informações e documentos encaminhados pelo empreendedor;

IV - informações oriundas de denúncias;

V - dados de Sistemas de Cadastros e Informação.

Art. 11. As vistorias em campo, de responsabilidade do órgão fiscalizador, devem ser realizadas:

I - no caso de ausência de informações ou deficiência de informações constantes em inspeção realizada pelo empreendedor;

II - caso seja necessário verificar as condições de segurança da barragem e o atendimento às recomendações das inspeções regulares e especiais, notadamente em situações de alerta ou emergência;

III - nos demais casos que julgar pertinente.

Parágrafo único. Para o atendimento do disposto no caput, devem ser priorizadas as barragens consideradas mais críticas, conforme inciso V do art. 7º.

Art. 12. O órgão fiscalizador deve verificar o conteúdo e a conformidade das informações dos relatórios de inspeção às normas vigentes, preferencialmente em até noventa dias do recebimento, e exigir do empreendedor que:

I - realize as adequações indicadas no relatório de inspeção, se necessárias, no prazo máximo de trinta dias;

II - execute as recomendações pertinentes à segurança da barragem, nos prazos indicados no cronograma apresentado no relatório de inspeção.

§1º Os prazos previstos no cronograma do relatório de inspeção, para a execução das recomendações, podem ser reduzidos a critério do fiscalizador.

§2º O prazo para atendimento às recomendações poderá ser prorrogado, a critério do fiscalizador, desde que devidamente solicitado e justificado pelo empreendedor.

Art. 13. O órgão fiscalizador deve determinar ao empreendedor prazo para elaboração do Plano de Segurança de Barragens (PSB) e Plano de Ação de Emergência (PAE), quando exigido.

§1º O prazo previsto no caput será, preferencialmente, de dezoito meses para barragens em operação até a data de publicação desta Resolução, contado a partir da notificação ao empreendedor, podendo ser ajustado, a critério do fiscalizador, conforme a classe das barragens ou a quantidade de barragens por empreendedor.

§2º No caso de barragens que não estejam em operação até a data de publicação desta Resolução, será observado o § 2º do art. 12 da Lei n. 12.334, de 2010.

§3º O órgão fiscalizador deverá informar e orientar os empreendedores quanto às exigências referentes à extensão dos estudos de manchas de inundação, cenários de rompimento, e responsabilidades de notificações e alertas que devem constar do PAE, e quanto à articulação com os órgãos de Proteção e Defesa Civil competentes.

§4º Até a conclusão da elaboração do PSB, o órgão fiscalizador poderá exigir a elaboração e utilização de documento contendo os seguintes elementos mínimos:

I - identificação do empreendedor;

II - dados técnicos da barragem;

III - equipe existente de segurança da barragem;

IV - Indicação da área do entorno das instalações e seus respectivos acessos, a serem resguardados de quaisquer usos ou ocupações permanentes, exceto aqueles indispensáveis à manutenção e à operação da barragem;

V - elementos, estruturas e anomalias a serem inspecionados regularmente;

VI - instrumentação em operação e frequência de monitoramento.

§5º Até a conclusão da elaboração do PAE, o órgão fiscalizador poderá exigir a elaboração e utilização de protocolo de ações de emergência contendo os seguintes elementos mínimos:

I - informações gerais da barragem;

II - localização de comunidades, infraestruturas e unidades de proteção e conservação ambiental potencialmente afetadas;

III - relação dos contatos de referência nas entidades a serem avisadas no caso de emergência.

Art. 14. O órgão fiscalizador deverá verificar o conteúdo, quanto à completude e à coerência, do PSB, do PAE, dos relatórios de inspeção e das revisões periódicas, determinando ao empreendedor as adequações que julgar necessárias, podendo usar como referência os manuais técnicos publicados pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA A CLASSIFICAÇÃO DA GRAVIDADE DO FATO PARA FINS DE GRADAÇÃO DE SANÇÕES

Art. 15. A gravidade do fato, que trata o inciso I, do § 1º do art. 17-C da Lei n. 12.334, de 2010, para fins de gradação de sanções, será classificada em leve, média, grave e gravíssima.

Art. 16. Consideram-se fatos de gravidade leve, para fins de gradação de sanções, o descumprimento de obrigações do empreendedor previstas na Lei n. 12.334, de 2010, que não comprometem de imediato a segurança da barragem, tais como:

I - descumprir prazos estabelecidos pelo fiscalizador;

II - não apresentar, encaminhar ou disponibilizar dados, informações e documentos;

III - apresentar documentos em desconformidade com as normas fixadas pelo fiscalizador, quando estabelecidas;

IV - não cadastrar ou não atualizar informações cadastrais relativas à barragem junto ao fiscalizador e ao SNISB;

V - descumprimento de outras obrigações previstas na Lei n. 12334, de 2010, que não comprometem de imediato a segurança da barragem.

Art. 17. Entende-se como fatos de gravidade média, para fins de gradação de sanções, o descumprimento de obrigações do empreendedor previstas na Lei n. 12.334, de 2010, relacionados a:

I - descumprir meta parcial estipulada em instrumento de compromisso de ajustamento da conduta do empreendedor, conforme previsão do art. 34;

II - não atender às recomendações apresentadas em relatório de inspeção, relacionadas a ações que não comprometem de imediato a segurança da barragem;

III - não informar ao fiscalizador a ocorrência de qualquer alteração que possa acarretar redução da capacidade de descarga da barragem ou que possa comprometer a sua segurança;

IV - não implementar ou não atender às recomendações ou procedimentos apresentados no Plano de Segurança, incluindo os Planos e Procedimentos, Revisão Periódica de Segurança e Plano de Ação de Emergência relacionados a ações que não comprometem de imediato a segurança da barragem;

V - descumprimento de outras obrigações previstas na Lei n. 12334, de 2010, que podem vir a comprometer a segurança da barragem e não são considerados fatos graves ou gravíssimos.

Art. 18. Entende-se como fatos graves, para fins de gradação de sanções, o descumprimento de obrigações do empreendedor previstas na Lei n. 12.334, de 2010, relacionados a:

I - obstar ou dificultar a ação do órgão fiscalizador no exercício de suas funções;

II - deixar de cumprir o objetivo final de instrumento de compromisso de ajustamento da conduta do empreendedor, conforme previsão do art. 34, esgotado o prazo de vigência;

III - não atender às recomendações apresentadas em relatório de inspeção, relacionadas a ações que comprometem de imediato a segurança da barragem;

IV - não informar ao fiscalizador a ocorrência de qualquer alteração que possa acarretar redução da capacidade de descarga da barragem ou que possa comprometer a sua segurança, em caso de barragens de Dano Potencial Associado alto;

V - não implementar ou não atender às recomendações ou procedimentos apresentados no Plano de Segurança, incluindo os Planos e Procedimentos, Revisão Periódica de Segurança e Plano de Ação de Emergência relacionados a ações que comprometem de imediato a segurança da barragem;

VI - não permitir o acesso irrestrito de servidores ou agentes contratados ou credenciados pelo órgão fiscalizador, ou dos órgãos de proteção e defesa civil, ao empreendimento ou ao local da barragem e à sua documentação de segurança;

VII - descumprir outras obrigações previstas na Lei n. 12.334, de 2010, que podem comprometer de imediato a segurança da barragem;

Art. 19. Entende-se como fatos gravíssimos, para fins de gradação de sanções, o descumprimento de obrigações do empreendedor previstas na Lei n. 12.334, de 2010, relacionados a:

I - fraudar ou prestar informações falsas ao órgão fiscalizador;

II - às condutas tipificadas nos arts. 16 a 18 desta Resolução, quando delas resultar prejuízo a serviço público de abastecimento de água, à saúde ou à vida, perecimento de bens ou animais, inundações em áreas urbanas ou de infraestruturas viárias, ou prejuízos comprovados a terceiros;

III - não tomar providências tempestivas para recuperação, implementação de restrições operacionais ou desativação de barragens estabelecidas pelo órgão fiscalizador;

IV - não tomar providências para evitar o colapso da barragem durante situações de emergência;

V - impedir a realização de intervenções pelo Poder Público em situações de emergência.

Art. 20. A classificação das infrações especificadas nos arts. 16 a 19 pode ser complementada a critério do órgão fiscalizador.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A APLICAÇÃO DE SANÇÕES

Art. 21. O órgão fiscalizador deve, sempre que possível, orientar, notificar e advertir o empreendedor sobre as exigências, os procedimentos e os prazos da PNSB e das normas vigentes, dando oportunidade para regularização antes da aplicação de penalidades.

Art. 22. O órgão fiscalizador deve definir e tornar pública a classificação da gravidade das infrações e a dosimetria das penalidades considerando, no mínimo, a classificação quanto à categoria de risco e dano potencial associado e o comportamento histórico do empreendedor, podendo também estabelecer, a seu critério, os atenuantes e agravantes.

Art. 23. As notificações e as advertências devem ser utilizadas para solicitar o envio de informações ou documentos, ou determinar a execução de ações pelo empreendedor e, devem conter, no mínimo:

I - identificação da barragem e do empreendedor;

II - descrição detalhada das pendências identificadas;

III - providências a serem tomadas pelo empreendedor;

IV - prazos para execução.

Art. 24. Os autos de infração devem ser aplicados quando o empreendedor infringir as normas e regulamentações vigentes e devem conter, no mínimo:

I - identificação da barragem e do empreendedor;

II - descrição detalhada da infração cometida;

III - pena aplicável;

IV - providências a serem tomadas pelo empreendedor;

V - prazo para execução;

VI - procedimentos e prazos para recurso administrativo.

Parágrafo único. Na aplicação das penalidades, o órgão fiscalizador deve observar, além do disposto nos §§ 2º, 3º, 4º, 6º e 7º do art. 17-C da Lei n. 12.334, de 2010, a gradação adequada que induza o empreendedor à correção da infração.

Art. 25. As infrações relativas a fatos entendidos como leves, que não comprometem de imediato a segurança da barragem, podem ser sancionadas apenas com advertências, a critério do fiscalizador.

Art. 26. A aplicação de multa será, preferencialmente, precedida de advertência.

Parágrafo único. Será aplicada diretamente a multa nos casos em que:

I - o empreendedor impedir ou obstar o acesso do fiscalizador à estrutura física da barragem;

II - o empreendedor prestar informação falsa;

III - a conduta do empreendedor comprometer a segurança da barragem;

IV - exista previsão no regulamento do órgão fiscalizador;

V - houver proposição justificada do agente fiscal.

Art. 27. A aplicação da multa diária será precedida da multa simples.

Parágrafo único. A multa diária será aplicada no caso de persistência da infração no tempo, pelo prazo indicado para execução das medidas corretivas ou até a correção da irregularidade, o que ocorrer primeiro.

Art. 28. No caso de reincidência na infração, será aplicado o valor da multa em dobro.

Parágrafo único. Constitui reincidência a prática de infrações de mesma natureza, cometidas no intervalo de até três anos, relativas ao mesmo empreendimento.

Art. 29. Caso o empreendedor corrija a infração no prazo determinado, o valor da multa poderá ser reduzido, a critério do fiscalizador, desde que não seja caracterizada como reincidência.

Art. 30. A multa simples pode ser convertida em serviços socioambientais, nos termos do § 5º do art. 17-C da Lei n. 12.334, de 2010, a critério da autoridade competente, na bacia hidrográfica onde o empreendimento se localiza, sem prejuízo da responsabilidade do infrator de, independentemente da existência de culpa, reparar os danos causados.

Parágrafo único. Alternativamente ao pagamento de multa simples e a critério do órgão fiscalizador, a sanção poderá ser convertida em serviços de conservação, recuperação ou redução do risco ou dano da barragem objeto da infração.

Art. 31. O embargo provisório e a suspensão parcial ou total de atividades, se couber, deve ocorrer, a critério do órgão fiscalizador, quando exauridas as situações de aplicação de multa de segurança de barragens.

§1º O embargo provisório e a suspensão parcial ou total de atividades pode ser aplicada diretamente:

I - em caso de reincidência;

II - quando for caracterizada omissão ou inação do empreendedor durante situação de emergência;

III - em função do nível de perigo, quando couber;

IV - quando não houver a devida outorga de direito de uso de recursos hídricos;

V - em caso de abandono pelo empreendedor;

VI - mediante proposição justificada do agente fiscal.

§2º Para sua efetivação, o embargo provisório e a suspensão parcial ou total de atividades deve conter as medidas específicas a serem tomadas pelo empreendedor, como restrições operacionais, rebaixamento de nível de água e, quando couber, desmobilização de partes da estrutura.

§3º No caso de barragens com mais de um usuário de recursos hídricos, o empreendedor deverá comunicar aos usuários sobre o embargo provisório e a suspensão parcial ou total de atividades, conforme orientação do fiscalizador.

§4º A suspensão total de atividades implica na suspensão da outorga de direito de uso de recursos hídricos.

§5º A barragem sancionada com suspensão total de atividades poderá ser objeto de alteração do titular da outorga de direito de uso de recursos hídricos, desde que o novo empreendedor cumpra, previamente e no mínimo, as ações emergenciais determinadas pelo fiscalizador ao antigo empreendedor.

Art. 32. A aplicação do embargo definitivo será precedida da suspensão total de atividades.

§1º O embargo definitivo implica na revogação da outorga de direito de uso de recursos hídricos e na remoção da barragem, precedida de projeto específico e estudos técnicos adequados, conforme regulamento, para repor incontinenti os recursos hídricos, leitos e margens.

§2º A barragem sancionada com embargo definitivo poderá ser objeto de nova outorga de direito de uso de recursos hídricos, desde que o empreendedor reúna as condições técnicas necessárias e cumpra, previamente, todas as exigências legais e determinações do órgão fiscalizador.

Art. 33. O órgão fiscalizador deve assegurar o direito à ampla defesa e ao contraditório, definindo e informando o empreendedor sobre os procedimentos para recurso contra a aplicação de penalidades, observados os prazos do art. 17-B da Lei n. 12.334, de 2010.

Art. 34. No caso de irregularidades que exijam tempo superior a um ano para serem sanadas, o fiscalizador poderá celebrar instrumento de compromisso de ajustamento da conduta do empreendedor às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial.

§1º O instrumento de que trata o caput conterá medidas corretivas, metas e prazos para execução, sujeitas a fiscalização e novas penalidades.

§2º O órgão fiscalizador deve publicar extrato do instrumento de que trata o caput no diário oficial da esfera federativa à qual está vinculado.

Art. 35. O órgão fiscalizador deve estabelecer, mediante norma jurídica, a dosimetria da multa, considerando em seu cálculo, além a gravidade do fato que motivou a infração e suas consequências para a sociedade e para o meio ambiente, a situação econômica do infrator e seus antecedentes quanto ao cumprimento da legislação de segurança de barragens, de forma a evitar:

I - valores irrisórios, que não induzam o infrator à realização da obrigação principal; e

II - valores exagerados, que inviabilizem a execução da obrigação principal.

§1º Recomenda-se, para o estabelecimento do valor das multas de que trata este Capítulo, além das previsões indicadas no caput, a observância dos seguintes limites de referência pelo órgão fiscalizador:

I - para as infrações leves, valor mínimo de R$ 2.000,00 (dois mil reais) e valor máximo de R$ 125.000,00 (cento e vinte cinco mil reais);

II - para as infrações médias, valor mínimo de R$ 3.000,00 (três mil reais) e valor máximo de R$ 1.250.000,00 (um milhão, duzentos e cinquenta mil reais);

III - para as infrações graves, valor mínimo de R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais) e valor máximo de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais);

IV - para as infrações gravíssimas, valor mínimo de R$ 6.750,00 (seis mil, setecentos e cinquenta reais) e valor máximo de R$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de reais).

§2º A norma jurídica que trata o caput deste artigo deve indicar a forma e a periodicidade de atualização dos valores das multas.

CAPÍTULO V

DAS DIRETRIZES PARA A ATUAÇÃO EM SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA

Art. 36. O órgão fiscalizador deve definir protocolo interno para orientar sua atuação no caso de situações de emergência envolvendo barragens sob sua fiscalização, definindo, no mínimo, os procedimentos para notificação do empreendedor e informação aos órgãos de proteção e defesa civil.

Art. 37. Na eventualidade de omissão ou inação do empreendedor que possam resultar em situações que comprometam a segurança da barragem, o órgão fiscalizador observará o § 2º do art. 18 da Lei n. 12.334, de 2010, e informará ao órgão de proteção e defesa civil da respectiva esfera de governo para obtenção de apoio financeiro para a realização das medidas cabíveis.

Art. 38. Caso julgue necessário, em situações de emergência, o órgão fiscalizador poderá, em apoio ao órgão de proteção e defesa civil, articular a atuação do empreendedor com os demais órgãos envolvidos para fins de definição e acompanhamento de ações para redução de riscos e potenciais impactos.

Art. 39. Em situações de emergência, o órgão fiscalizador atuará de forma integrada às demais instituições do respectivo Sistema de Proteção e Defesa Civil Federal, Estadual ou Municipal, coordenado pelo órgão de proteção e defesa civil, em especial gerenciando as tratativas técnicas requeridas às ações necessárias à segurança de barragens, e articulando a atuação do empreendedor e demais instâncias envolvidas nos requisitos de segurança de barragens, para fins de definição e acompanhamento de ações para redução de riscos e potenciais impactos.

CAPÍTULO VI

DA VIGÊNCIA

Art. 40. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL DE OLIVEIRA DUARTE FERREIRA
Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional
Presidente do CNRH

SÉRGIO LUIZ SOARES DE SOUZA COSTA
Secretário-Executivo do CNRH

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 2.635, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU, de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta previsto no art. 3° da Portaria n. 520, de 23 de fevereiro de 2022, constante no processo administrativo n. 59052.008675/2022-58, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Andaraí - BA, para ações de Defesa Civil até 22/10/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.665, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer a situação de emergência na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
BA	Coribe	Estiagem - 1.4.1.1.0	119	09/08/2022	59051.017259/2022-51
BA	Marcionílio Souza	Estiagem - 1.4.1.1.0	059	05/08/2022	59051.017263/2022-19
BA	Paratinga	Estiagem - 1.4.1.1.0	105	22/07/2022	59051.017262/2022-74
CE	Independência	Estiagem - 1.4.1.1.0	028	01/08/2022	59051.017237/2022-91
PR	Guaratuba	Vendaval - 1.3.2.1.5	24.254	19/08/2022	59051.017247/2022-26

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.666, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.048, de 28 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União, Seção 1, de 01 de junho de 2021, resolve:

Art. 1º Reconhecer o Estado de Calamidade Pública na área descrita no Formulário de Informações do Desastre - FIDE, conforme informações relacionadas abaixo.

UF	Município	Desastre	Decreto	Data	Processo
RR	Pacaraima	Chuvas Intensas - 1.3.2.1.4	57	27/05/2022	59051.017251/2022-94

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.667, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de recuperação, previsto no art. 5° da Portaria n. 2.331, de 16 de setembro de 2021, constante no processo administrativo nº 59053.004035/2020-05, que autorizou a transferência de recursos ao Município de Santa Terezinha - SC, para ações de Defesa Civil até 15/11/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.670, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Prorrogar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 726, de 11 de março de 2022, constante no processo administrativo nº 59052.009138/2022-05, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Quevedos - RS, para ações de Defesa Civil até 29/11/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.671, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Renovar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 180, de 20 de janeiro de 2022, constante no processo administrativo nº 59052.008528/2021-05, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Buerarema - BA, para ações de Defesa Civil até 17/10/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

PORTARIA Nº 2.672, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pela Portaria n. 830, de 25 de janeiro de 2019, publicada no DOU, de 25 de janeiro de 2019, Seção II, Edição Extra A, consoante delegação de competência conferida pela Portaria n. 2.708, de 28 de outubro de 2021, publicada no DOU de 29 de outubro de 2021, Seção 1, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Renovar o prazo de execução das ações de resposta, previsto no art. 3° da Portaria n. 338, de 09 de fevereiro de 2022, constante no processo administrativo nº 59052.008528/2021-05, que autorizou o empenho e a transferência de recursos ao Município de Erechim - RS, para ações de Defesa Civil até 07/11/2022.

Art. 2° Ficam ratificados os demais dispositivos da Portaria acima citada, não alterados por esta.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

ATOS DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, torna público que, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, nos termos do art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com 'fundamento nas Resoluções ANA nº 1.938 e 1.939, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 1.555 - MARIA CRISTINA HENSCHEL NEUMANN, UHE Capivara, Município de Maracaí/SP, irrigação.

Nº 1.556 - MARIA DAS GRACAS DE QUEIROZ, UHE Luiz Gonzaga, Município de Petrolândia/PE, irrigação.

Nº 1.557 - JOSE SEBASTIAO COSTA DE SOUSA, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 1.558 - GUSTAVO FRONZA MARFURTE, rio das Almas, Município de Rialma/GO, irrigação.

Nº 1.559 - EDINILSON COELHO DE ARAUJO, UHE Luiz Gonzaga, Município de Petrolândia/PE, irrigação.

Nº 1.560 - GENTIL COELHO TEIXEIRA, UHE Três Marias, Município de Felixlândia/MG, irrigação.

Nº 1.561 - ANTONIO GOMES VILAR, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 1.562 - CARLOS HENRIQUE TORRES LINS, UHE Paulo Afonso IV/UHE Apolônio Sales, Município de Delmiro Gouveia/AL, irrigação.

Nº 1.563 - PEDRO LOURENCO DE OLIVEIRA, UHE Três Marias, Município de Paineiras/MG, irrigação.

Nº 1.564 - PEDRO LOURENCO DE OLIVEIRA, UHE Três Marias, Município de Paineiras/MG, irrigação.

Nº 1.565 - PEDRO LOURENCO DE OLIVEIRA, UHE Três Marias, Município de Paineiras/MG, irrigação.

Nº 1.566 - JOSE RAFAEL DOS SANTOS, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 1.567 - ROMERO SOARES DA SILVA, rio São Francisco, Município de Lagoa Grande/PE, irrigação.

Nº 1.568 - LUCIMAR MARIA DE SOUZA ABADE, rio São Francisco, Município de Lagoa Grande/PE, irrigação.

Nº 1.569 - MARIA CARMELITA DE POSSIDIO ESTRELA, rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 1.570 - GILVAN CARVALHO DA SILVA, UHE Luiz Gonzaga, Município de Itacuruba/PE, irrigação.

Nº 1.571 - JOSE BARBOSA DOS SANTOS FILHO, rio São Francisco, Município de Belém do São Francisco/PE, irrigação.

Nº 1.572 - RUBEM JOSE DA FONTE FRANCA, rio São Francisco, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site https://www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATOS DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, torna público que o DIRETOR VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir as outorgas de direito de uso de recursos hídricos a:

Nº 1573 - VANDEIR MARCIANO DE OLIVEIRA, rio Paranã, Município de Paranã/TO, irrigação.

Nº 1.574 - VANDEIR MARCIANO DE OLIVEIRA, rio Paranã, Município de Paranã/TO, irrigação.

Nº 1.575 - GERALDO SEVERINO PINHEIRO, rio Urucuia, Município de Urucuia/MG, irrigação.

Nº 1.576 - WILLIAM ALEXANDRE ELTINK, UHE Jurumirim, Município de Paranapanema/SP, irrigação.

Nº 1.577 - GERAL AGRONEGOCIOS LTDA, rio São Francisco, Município de Manga/MG, irrigação.

Nº 1.578 - HEBERT LEVER JOSE DO COUTO, rio Urucuia, Município de São Romão/MG, irrigação.

Nº 1.580 - RODRIGO FELGAR APRA, rio Paranã, Município de Formosa/GO, irrigação.

Nº 1.581 - OUROPAV CONSTRUTORA E LOTEADORA LTDA, rio Sapucaí-mirim, Município de Pouso Alegre/MG, outras.

Nº 1.582 - GRACIELA GIACOMOLLI OLIVEIRA, rio Palma, Município de Taipas do Tocantins/TO, irrigação.

Nº 1.583 - FLAVIO BIS VIANA, rio Cotaxé ou Braço Norte do Rio São Mateus, Município de Boa Esperança/ES, irrigação.

Nº 1.584 - SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO, rio Doce, Município de Governador Valadares/MG, esgotamento sanitário.

Nº 1.585 - SERVICO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO, rio Paraíba do Sul, Município de Cruzeiro/SP, abastecimento sanitário.

O inteiro teor das Outorgas, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site https://www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

ATO Nº 1.579, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DE USOS DE RECURSOS HÍDRICOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO - ANA, no exercício da competência delegada pelo art. 3º, inciso I, da Resolução ANA nº 26, de 08/05/2020, torna público que o DIRETOR VITOR EDUARDO DE ALMEIDA SABACK, nos termos do art. 12, inciso V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, com fundamento na Resolução ANA nº 1.938, de 30/10/2017, resolveu emitir a outorga preventiva de uso de recursos hídricos a:

ALEXANDRE CENCI, ALAN CENCI E JUVENIL ANTONIO CENCI, rio Urucuia, Município de Arinos/MG, irrigação.

O inteiro teor da Outorga Preventiva, bem como as demais informações pertinentes está disponível no site https://www.gov.br/ana.

ANDRÉ PANTE

Ministério da Economia

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 12105.100788/2022-88.
Interessado: Banco Nacional S/A - em Liquidação Extrajudicial, com a interveniência do Banco Bradesco S/A.
Assunto: Contrato da Décima Nona Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e o Banco Nacional S/A - em Liquidação Extrajudicial, no valor de R$ 917.469.545,57 (novecentos e dezessete milhões, quatrocentos e sessenta e nove mil, quinhentos e quarenta e cinco reais e cinquenta e sete centavos), posição em 1º de janeiro de 2022, apurados no conjunto de 2.620 (dois mil, seiscentos e vinte) contratos com saldo, os quais serão, ao final do procedimento, convertidos em títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal que serão registrados em conta própria do Banco Central do Brasil - BACEN, destinados à Instituição Credora.

Considerando que compete à Caixa Econômica Federal manifestar-se quanto à titularidade, ao montante, à liquidez e à certeza da dívida junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, e tendo em vista a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional (Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia), atestando, dentre outros atributos, a vantajosidade da novação, bem como a manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, reconheço a oportunidade e conveniência da novação e AUTORIZO a contratação, nos termos e nos limites do disposto no § 2º do art. 3º-A da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, observadas as demais normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

PAULO GUEDES
Ministro

DESPACHO DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 17944.100063/2021-41
Interessado: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.
Assunto: Liquidação antecipada da dívida relativa à parcela do saldo devedor do Contrato de Renegociação de Dívidas nº 034/2018/PGFN/CAF, celebrado entre a União e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 11 de outubro de 2018.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional, e também os Acórdãos nº 2975/2016 e nº 56/2021-TCU-Plenário, do Tribunal de Contas da União, publicados no Diário Oficial da União, de 21 de dezembro de 2016 e 20 de janeiro de 2021, respectivamente, expresso a concordância da União com a liquidação antecipada dos referidos Contratos, observadas as formalidades legais.

PAULO GUEDES
Ministro

DESPACHO DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 12105.100807/2022-76.
Interessado: Banco Nacional S/A - em Liquidação Extrajudicial, com a interveniência do Banco Bradesco S/A.
Assunto: Contrato da Vigésima Novação de Dívidas do Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, a ser celebrado entre a União e o Banco Nacional S/A - em Liquidação Extrajudicial, no valor de R$ 628.407.391,40 (seiscentos e vinte e oito milhões, quatrocentos e sete mil, trezentos e noventa e um reais e quarenta centavos), posicionado em 1º de março de 2022, apurados no conjunto de 1.511 (um mil, quinhentos e onze) contratos com saldo, os quais serão, ao final do procedimento, convertidos em títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal que serão registrados em conta própria do Banco Central do Brasil - BACEN, destinados à Instituição Credora.

Considerando que compete à Caixa Econômica Federal manifestar-se quanto à titularidade, ao montante, à liquidez e à certeza da dívida junto ao Fundo de Compensação de Variações Salariais - FCVS, e tendo em vista a manifestação da Secretaria do Tesouro Nacional (Secretaria Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia), atestando, dentre outros atributos, a vantajosidade da novação, bem como a manifestação da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional quanto ao cumprimento dos requisitos legais aplicáveis, reconheço a oportunidade e conveniência da novação e AUTORIZO a contratação, nos termos e nos limites do disposto no § 2º do art. 3º-A da Lei nº 10.150, de 21 de dezembro de 2000, observadas as demais normas e formalidades legais e regulamentares pertinentes.

PAULO GUEDES
Ministro

ASSESSORIA ESPECIAL DE ESTUDOS ECONÔMICOS
SECRETARIA DE POLÍTICA ECONÔMICA

PORTARIA A3E/ME Nº 7.683, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Subdelega competências para autorizar a concessão de diárias e passagens nacionais, para autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos às atividades de custeio e para celebrar contratos, convênios, ajustes, contratos de repasse, acordos, termos de execução descentralizada e outros instrumentos congêneres, no âmbito da Assessoria Especial de Estudos Econômicos do Ministério da Economia.

O CHEFE DA ASSESSORIA ESPECIAL DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 3º, § 2º, e no art. 7º do Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, bem como nos arts. 1º, 5º e 7º da Portaria nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, do Ministério da Economia, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada ao Secretário de Política Econômica a competência para autorizar a concessão de diárias e passagens nacionais no âmbito da Secretaria de Política Econômica da Assessoria Especial de Estudos Econômicos do Ministério da Economia.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não afasta as vedações previstas no art. 2º da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022.

Art. 2º Fica subdelegada ao Secretário de Política Econômica a competência para autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou a prorrogação dos contratos em vigor relativos às atividades de custeio com valores inferiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais) no âmbito de atuação da Secretaria de Política Econômica da Assessoria Especial de Estudos Econômicos do Ministério da Economia.

Art. 3º Fica subdelegada ao Secretário de Política Econômica a competência para, no âmbito de atuação da Secretaria de Política Econômica da Assessoria Especial de Estudos Econômicos do Ministério da Economia, celebrar contratos, convênios, ajustes, contratos de repasse, acordos, termos de execução descentralizada e outros instrumentos congêneres, inclusive internacionais, quando cabível, observadas as limitações previstas no art. 7º, § 1º, da Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, bem como no art. 32 do Decreto nº 8.726, de 27 de abril de 2016.

Art. 4º Fica revogada a Portaria ASSESPEE/GME nº 6.177, de 11 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2022.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO BOUERI MIRANDA

PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PORTARIA PGFN/ME Nº 7.733, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre a Política de Gestão de Riscos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

O PROCURADOR-GERAL DA FAZENDA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, o art. 179 do Anexo I ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, o inciso XIII do art. 82 do Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, aprovado pela Portaria nº 36, de 24 de janeiro de 2014, do Ministério da Fazenda, e considerando o disposto nos arts. 1º e 13 da Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 10 de maio de 2016, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria-Geral da União, e nos arts. 2º e 9º da Resolução CRTCI nº 2, de 27 de junho de 2019, do Comitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade do Ministério da Economia, resolve:

Art. 1º Fica aprovada a Política de Gestão de Riscos da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que tem por finalidade estabelecer os princípios, as diretrizes, as responsabilidades e as atribuições aplicáveis à gestão de riscos no âmbito da PGFN.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º A Gestão de Riscos da PGFN deverá observar:

I - o disposto na Política de Gestão de Riscos do Ministério da Economia, estabelecida na Resolução CRTCI nº 02, de 27 de junho de 2019, do Comitê de Gestão de Riscos, Transparência, Controle e Integridade do Ministério da Economia;

II - as competências e as atribuições regimentais;

III - o planejamento estratégico, estabelecido na Portaria PGFN/ME nº 4261, de 14 de abril de 2021, assim como as revisões aprovadas por ato do Procurador-Geral da Fazenda Nacional; e

IV - a cadeia de valor.

Art. 3º Para os efeitos da Política de Gestão de Riscos da PGFN, entende-se por:

I - risco: efeito da incerteza nos objetivos;

II - gestão de riscos: conjunto de princípios, estruturas, alçadas, processos e atividades coordenados para dirigir e controlar uma organização no que se refere a riscos;

III - gerenciamento de riscos: aplicação sistemática de políticas, procedimentos e práticas de gestão de riscos, para identificar, analisar, avaliar, tratar, comunicar e monitorar potenciais eventos ou situações de risco, bem como fornecer segurança razoável no alcance dos objetivos relacionados a processos, projetos e demais objetos avaliados;

IV - nível de risco: resultado da aferição da criticidade do risco, considerando aspectos como probabilidade e impacto;

V - analista de riscos: agente capacitado em gestão de riscos, que tem a responsabilidade de prover assessoramento no processo de gerenciamento de riscos; e

VI - gestor de risco: agente que tem a responsabilidade e a autoridade para gerenciar determinado risco.

CAPÍTULO II

DOS PRINCÍPIOS

Art. 4º A Gestão de Riscos da PGFN tem os seguintes princípios:

I - agregação e proteção do valor públicao gerados;

II - promoção do uso eficiente e integrado dos recursos disponíveis, sejam financeiros, humanos, materiais, ou tecnológicos;

III - abordagem explícita da incerteza e de sua natureza;

IV - comprometimento da alta administração, liderança de todos os níveis de gestão, e engajamento de todo o corpo funcional;

V - transparência;

VI - uso efeito das melhores informações disponíveis;

VII- sinergia e apoio da tecnologia da informação;

VIII - consideração dos fatores culturais, humanos e sociais;

IX - dinamismo, iteração e capacidade de reagir a mudanças; e

X - melhoria institucional contínua.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES

Art. 5º São diretrizes da gestão de riscos:

I - sensibilizar o corpo dirigente e funcional quanto à efetiva implementação da Gestão de Riscos, bem como seus aspectos de estrutura, governança, instrumentos e divulgação das ações no âmbito do Ministério da Economia, de forma integrada;

II - integrar-se ao planejamento estratégico institucional, e ao monitoramento da cadeia de valor;

III - executar periodicamente o processo de gerenciamento de riscos;

IV - observar as técnicas, métodos e instrumentos em apoio à gestão de riscos, de forma convergente com as melhores práticas adotadas por instituições e fóruns nacionais e internacionais que sejam referência no tema;

V - definir responsabilidades e competências dos agentes envolvidos no processo de gerenciamento de riscos;

VI - subsidiar a tomada de decisão, em todos os níveis organizacionais, de forma integrada, sistemática e oportuna;

VII - estabelecer níveis adequados de exposição a riscos;

VIII - aumentar a probabilidade de alcance dos objetivos da organização;

IX - estabelecer controles proporcionais ao risco, observada a relação custo-benefício;

X - promover a cultura de gestão de riscos na PGFN e sua integração em todos os processos organizacionais; e

XI - contribuir para o desempenho dos processos e projetos da PGFN.

Art. 6º O processo de gerenciamento de riscos na PGFN envolve as seguintes etapas:

I - comunicação e consulta: auxiliam as partes interessadas na compreensão do risco, sobre quais decisões são tomadas e as razões pelas quais ações específicas são requeridas:

a) a comunicação busca promover a conscientização e o entendimento do risco, enquanto a consulta envolve obter retorno e informação para auxiliar a tomada de decisão; e

b) ocorrem em cada etapa e ao longo de todo o processo de gestão de riscos;

II - estabelecimento do escopo, contexto e critérios: consiste em compreender o ambiente externo e interno no qual o objeto de gestão de riscos está inserido e em identificar parâmetros e critérios a serem considerados no processo de gestão de riscos e os objetivos e decisões a serem tomadas alinhadas à estratégia da organização;

III - processo de avaliação de riscos: é processo global de identificação, análise e avaliação de riscos, onde:

a) a identificação do risco objetiva encontrar, reconhecer e descrever riscos que possam impedir que uma organização alcance seus objetivos;

b) a análise do risco tem o propósito de compreender a natureza do risco e suas características, incluindo a determinação do nível de risco (probabilidade X impacto);

c) a avaliação do risco tem a finalidade de apoiar decisões, envolve a comparação dos resultados da análise de riscos com os critérios de risco estabelecidos para determinar onde é necessária ação adicional;

IV - tratamento de riscos: tem o objetivo de selecionar e implementar opções de tratamento com vistas a modificar o nível do risco;

V - monitoramento e análise crítica: têm o propósito de assegurar e melhorar a qualidade e eficácia da concepção, implementação e resultados do processo de gestão de riscos.

Parágrafo único. O monitoramento e a análise crítica ocorrem em todos os estágios do processo de gestão de riscos.

Art. 7º O processo de gerenciamento de riscos deve ser feito em ciclos não superiores a dois anos, abrangendo os processos de trabalho da organização.

Parágrafo único. O limite temporal a ser considerado para o ciclo de gerenciamento de riscos de cada processo de trabalho será decidido pelo respectivo gestor de riscos, não excedendo o limite estipulado no caput.

CAPÍTULO IV

DAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES

Art. 8º A responsabilidade de patrocinar, estruturar e efetivar a gestão de riscos é do dirigente máximo do órgão.

Art. 9º Cada risco deve estar associado ao gestor de risco com alçada suficiente para seu gerenciamento.

Art. 10. O modelo de Gestão de Riscos da PGFN compreende os seguintes agentes:

I - Patrocinador do Processo: a ser desempenhado pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional, responsável por:

a) estruturar e efetivar o gerenciamento de riscos no órgão;

b) aprovar os processos de trabalho e projetos que terão os riscos gerenciados prioritariamente;

c) fornecer apoio institucional para viabilizar, dentre outros aspectos, os recursos e o relacionamentos entre as partes interessadas;

d) acompanhar a atuação dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e avaliar os resultados obtidos.

II - Gestor de Risco: a ser desempenhado pelos Procuradores-Gerais Adjuntos, Diretor, Consultores Jurídicos e Procuradores-Regionais, em relação às suas respectivas áreas de atuação, com a atribuição de:

a) gerenciar o risco de acordo com a política de gestão de riscos estabelecida na organização;

b) auxiliar na priorização de riscos que serão tratados;

c) acompanhar a implementação das ações de tratamento e avaliar seus resultados;

d) indicar colaboradores para participar das avaliações dos resultados das ações de tratamento de risco implementadas;

e) validar a documentação elaborada em conjunto com o Gestor do Processo e os Colaboradores durante o processo de gerenciamento de riscos;

f) monitorar e documentar o risco ao longo do tempo, de modo a garantir que as respostas adotadas resultem na exposição ao risco em níveis adequados; e

g) garantir que as informações relevantes e suficientes sobre o risco estejam disponíveis para subsidiar o processo de tomada de decisão.

III - Gestor do Processo: a ser designado pelo Gestor de Riscos em relação a cada processo de trabalho integrante da cadeia de valor do órgão, com a atribuição de:

a) coordenar a equipe de colaboradores responsáveis pelo gerenciamento de riscos em processo especifico;

b) auxiliar na definição dos processos de trabalho que terão os riscos gerenciados prioritariamente;

c) priorizar riscos que serão tratados;

d) definir tratamentos e monitoramentos a serem implementados por meio de ações de caráter imediato, curto, médio ou longo prazos ou de ações de aperfeiçoamento contínuo;

e) acompanhar a implementação das ações descritas na alínea anterior e avaliar resultados;

f) definir colaboradores para participar das avaliações; e

g) monitorar a distribuição dos riscos no processo, a evolução dos níveis dos riscos e a efetividade do plano de tratamento.

IV - Colaborador: agente que operacionaliza as atividades do processo de trabalho submetido à avaliação e que participará das etapas do gerenciamento de riscos.

V - Analista de Riscos: a ser desempenhado pela Divisão de Integridade, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos da Gestão - DIRISC, divisão vinculada diretamente ao Gabinete do Procurador-Geral da Fazenda Nacional, com atribuições de:

a) auxiliar o Conselho de Gestão Estratégica da PGFN - CGE na operacionalização do processo de gerenciamento de riscos e dos controles internos;

b) integrar os agentes envolvidos no gerenciamento de riscos;

c) assessorar no mapeamento de riscos;

d) acompanhar a implementação das ações de tratamento de riscos;

e) desempenhar as funções de segunda linha de defesa para os riscos corporativos e especialmente para os riscos operacionais;

f) prestar informações aos órgãos de controle interno e externo; e

g) coordenar a elaboração do relatório de gestão anual do Tribunal de Contas da União.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. O CGE e os agentes enumerados no art. 10 desta Portaria deverão manter fluxo regular e constante de informações entre si.

Art. 12. A Divisão de Integridade, Gerenciamento de Riscos e Controles Internos da Gestão - DIRISC poderá editar normas para execução do disposto nesta Portaria, inclusive para a fixação de prazos para a implementação das ações de gerenciamento de riscos.

Art. 13. Fica revogada a Portaria PGFN nº 627, de 12 de agosto de 2014.

Art. 14. Esta Portaria entra em vigor no dia 05 de setembro de 2022.

RICARDO SORIANO DE ALENCAR

DESPACHO Nº 378/PGFN-ME, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

APROVO, para os fins do art. 19-A, caput e inciso III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, o PARECER SEI Nº 4891/2022/ME, que concluiu pela inclusão do seguinte item na lista de dispensa de contestação e recursos da PGFN:1.31 - PIS/COFINS w) PIS/COFINS importação - Base de cálculo - ISSQN. Resumo: encontra-se pacificado no âmbito do STF o entendimento de que as contribuições sociais sobre a importação que tenham alíquota ad valorem são calculadas com base no valor aduaneiro, a teor do art. 149, § 2º, III, "a", da Constituição Federal (tese fixada no Tema 1 de Repercussão Geral - RE 559.937/RS), de modo que não se pode inserir na base de cálculo da Contribuição ao PIS e da COFINS incidentes sobre a importação de serviços o valor relativo ao ISSQN, como preceitua o art. 7º, II, da Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004. Precedentes: RE 559.937, RE 1.227.448 AgR, RE 980.249 AgR-segundo, RE 1.105.428 AgR e RE 1.041.925 AgR.Referência: Parecer SEI nº 4891/2022/ME. 2. Encaminhe-se à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, para ciência.3. Encaminhe-se, também, à PGAJUD para verificar a necessidade de publicação desse Despacho nos meios oficiais, atualizar, se o caso, a Lista de Dispensas da PGFN, bem assim o repositório próprio da internet sobre o assunto, de tudo dando conta nestes autos quanto às providências adotadas.

RICARDO SORIANO DE ALENCAR
Procurador-Geral da Fazenda Nacional

SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA SECEX Nº 209, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre a certificação de pessoa jurídica específica no Programa OEA-Integrado Secex, no âmbito do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado - Programa OEA.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR, DA SECRETARIA ESPECIAL DE COMÉRCIO EXTERIOR E ASSUNTOS INTERNACIONAIS DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos IV e XX, do art. 91, do Anexo I, ao Decreto nº 9.745, de 8 de abril de 2019, e considerando o disposto na Portaria Conjunta RFB/SECINT/ME nº 85, de 19 de agosto de 2021 e na Portaria Secex nº 107, de 19 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Tendo em vista o atendimento aos critérios estabelecidos no Programa de Certificação da Secretaria de Comércio Exterior (Secex) no âmbito do Programa Brasileiro de Operador Econômico Autorizado (Programa OEA), denominado OEA-Integrado Secex, certifico como membro do referido Programa, em caráter precário e com prazo de validade indeterminado, a empresa TERNIUM BRASIL LTDA., inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº 07.005.330/0001-19.

Art. 2º Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da pessoa jurídica supracitada.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUCAS FERRAZ

SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS

SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

PORTARIA SPU/ME Nº 7.659, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

A SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º, inciso III, da Portaria SPU nº 12.485, de 20 de outubro de 2021, da Secretaria do Patrimônio da União e tendo em vista o disposto no art. 18, da Lei nº 9636, de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei nº 11.481, de 31 de maio de 2007, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 04936.000911/2018-74 resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo estabelecido no Parágrafo único da Cláusula Terceira da Portaria nº 5.211, de 20 de fevereiro de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 13/03/2020 e do Parágrafo único da Cláusula Quarta do Contrato de Cessão de uso sob o regime de Cessão Onerosa, firmado em 11/05/2020, pela União com o Município de Foz do Iguaçu, Estado do Paraná, que estabelece o prazo de 24 (vinte e quatro) meses, para implantar o projeto de destinação do imóvel, por um período de mais 24 (vinte e quatro) meses contados da data de assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Cessão de uso onerosa.

Art. 2º Conceder carência de pagamento ao Município dos valores mensais exigidos pela União, de que trata a Cláusula Sétima do Contrato de Cessão de Uso sob o Regime Oneroso, até a data de início do funcionamento e exploração econômica do complexo turístico.

Parágrafo Primeiro - O Outorgado Cessionário, obriga-se a comunicar o Outorgante, a data de início do funcionamento e exploração econômica do complexo turístico, com antecedência mínima de 60 (sessenta)dias.

Parágrafo Segundo - O prazo de carência de pagamento dos valores de que trata a Cláusula Sétima e Parágrafos do contrato de Cessão de Uso sob o Regime Oneroso, não poderão ultrapassar o período de 24 (vinte e quatro) meses, contados da data de assinatura do Termo Aditivo

Art. 3º Permanecem inalteradas todas as demais Cláusulas e Condições constantes na Portaria nº 5.211, publicada do DOU de 13/03/2020 e no Contrato de Cessão de Uso celebrado pelas partes.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA RODOPOULOS

PORTARIA SPU/ME Nº 7.661, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTOS E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 1º da Portaria SEDDM/ME nº 12.485 de 20 de outubro de 2021, e tendo em vista o disposto nos arts.18, inciso II e §§ 2º ao 5º e 7º, e 42 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, c/c arts. 95 e 96 do Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, e o art. 25, caput, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, na deliberação do Grupo Especial de Destinação Supervisionada - GE-DESUP-1 (20869694), bem como nos elementos que integram o Processo Administrativo nº 04941.005123/2012-18, resolve:

Art. 1º Autorizar a cessão de uso onerosa à Enseada Indústria Naval S.A, inscrita no CNPJ **.*43.301/0001-**, do espaço físico em águas públicas da União, com área total de 212.590,88 m², localizado na Fazenda Boa Vista do Gurjão e Dende, S/N, São Roque do Paraguaçu Maragogipe/BA, com as características descritas a seguir: Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice P0, de coordenadas N 8578584,28 m e E 518183,06; deste, segue confrontando com BAÍA DE TODOS-OS-SANTOS, com os seguintes azimute plano e distância: 110°01'2,48'' e 225,50 m; até o vértice P1, de coordenadas N 8578507,09 m e E 518394,94 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 200°01'13,88'' e 424,99 m; até o vértice P2, de coordenadas N 8578107,79 m e E 518249,44 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 290°01'16,01'' e 58,01 m; até o vértice P3, de coordenadas N 8578127,65 m e E 518194,94 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 200°01'13,34'' e 77,12 m; até o vértice P4, de coordenadas N 8578055,19 m e E 518168,53 m; deste, segue confrontando com TERRENO DE MARINHA, com os seguintes azimute plano e distância: 299°09'41,46'' e 56,48 m; até o vértice P5, de coordenadas N 8578082,71 m e E 518119,22 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 284°37'15,15'' e 0,24 m; até o vértice P6, de coordenadas N 8578082,77 m e E 518118,98 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 270°44'49,62'' e 50,89 m; até o vértice P7, de coordenadas N 8578083,44 m e E 518068,09 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 275°54'6,29'' e 0,09 m; até o vértice P8, de coordenadas N 8578083,45 m e E 518068,01 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 281°00'20,27'' e 14,21 m; até o vértice P9, de coordenadas N 8578086,16 m e E 518054,06 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 303°59'27,91'' e 0,39 m; até o vértice P10, de coordenadas N 8578086,38 m e E 518053,73 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 326°59'57,45'' e 22,66 m; até o vértice P11, de coordenadas N 8578105,38 m e E 518041,39 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 323°41'31,92'' e 0,06 m; até o vértice P12, de coordenadas N 8578105,43 m e E 518041,36 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 320°27'36,17'' e 19,92 m; até o vértice P13, de coordenadas N 8578120,79 m e E 518028,67 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 292°01'29,32'' e 0,48 m; até o vértice P14, de coordenadas N 8578120,97 m e E 518028,23 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 263°34'36,72'' e 39,67 m; até o vértice P15, de coordenadas N 8578116,53 m e E 517988,81 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 283°03'9,28'' e 0,33 m; até o vértice

P16, de coordenadas N 8578116,61 m e E 517988,49 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 302°31'47,59'' e 28,04 m; até o vértice P17, de coordenadas N 8578131,69 m e E 517964,85 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 298°56'20,65'' e 0,06 m; até o vértice P18, de coordenadas N 8578131,72 m e E 517964,79 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 295°20'60,00'' e 14,26 m; até o vértice P19, de coordenadas N 8578137,82 m e E 517951,91 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 271°08'44,75'' e 0,41 m; até o vértice P20, de coordenadas N 8578137,83 m e E 517951,50 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 246°55'43,44'' e 28,72 m; até o vértice P21, de coordenadas N 8578126,58 m e E 517925,08 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 273°27'51,66'' e 0,45 m; até o vértice P22, de coordenadas N 8578126,60 m e E 517924,64 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 300°00'13,09'' e 18,40 m; até o vértice P23, de coordenadas N 8578135,81 m e E 517908,70 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 300°00'11,97'' e 4,97 m; até o vértice P24, de coordenadas N 8578138,29 m e E 517904,40 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 300°00'11,97'' e 33,69 m; até o vértice P25, de coordenadas N 8578155,14 m e E 517875,22 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 300°00'12,09'' e 38,64 m; até o vértice P26, de coordenadas N 8578174,46 m e E 517841,76 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 297°12'3,80'' e 0,05 m; até o vértice P27, de coordenadas N 8578174,48 m e E 517841,72 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 294°28'0,33'' e 17,72 m; até o vértice P28, de coordenadas N 8578181,82 m e E 517825,59 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 281°56'10,44'' e 0,22 m; até o vértice P29, de coordenadas N 8578181,86 m e E 517825,38 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 269°23'19,67'' e 22,29 m; até o vértice P30, de coordenadas N 8578181,62 m e E 517803,09 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 269°28'44,92'' e 0,01 m; até o vértice P31, de coordenadas N 8578181,62 m e E 517803,08 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 0°00'0,00'' e 0,00 m; até o vértice P32, de coordenadas N 8578181,63 m e E 517803,08 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 269°23'8,29'' e 35,58 m; até o vértice P33, de coordenadas N 8578181,25 m e E 517767,50 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 273°12'31,24'' e 0,07 m; até o vértice P34, de coordenadas N 8578181,25 m e E 517767,43 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 276°58'1,62'' e 2,08 m; até o vértice P35, de coordenadas N 8578181,50 m e E 517765,37 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 276°58'1,62'' e 2,69 m; até o vértice P36, de coordenadas N 8578181,83 m e E 517762,70 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 273°59'46,34'' e 0,05 m; até o vértice P37, de coordenadas N 8578181,83 m e E 517762,65 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 271°12'42,74'' e 4,80 m; até o vértice P38, de coordenadas N 8578181,93 m e E 517757,84 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 271°12'41,88'' e 3,01 m; até o vértice P39, de coordenadas N 8578182,00 m e E 517754,83 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 267°25'15,07'' e 0,07 m; até o vértice P40, de coordenadas N 8578181,99 m e E 517754,77 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 263°33'58,43'' e 10,67 m; até o vértice P41, de coordenadas N 8578180,80 m e E 517744,16 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 250°49'34,76'' e 0,22 m; até o vértice P42, de coordenadas N 8578180,73 m e E 517743,96 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 238°03'45,80'' e 3,93 m; até o vértice P43, de coordenadas N 8578178,64 m e E 517740,62 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 232°10'7,07'' e 0,10 m; até o vértice P44, de coordenadas N 8578178,58 m e E 517740,54 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 226°09'50,14'' e 6,57 m; até o vértice P45, de coordenadas N 8578174,03 m e E 517735,80 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 235°05'33,29'' e 0,16 m; até o vértice P46, de coordenadas N 8578173,95 m e E 517735,67 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 244°02'11,78'' e 5,26 m; até o vértice P47, de coordenadas N 8578171,64 m e E 517730,94 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 255°56'36,77'' e 0,21 m; até o vértice P48, de coordenadas N 8578171,59 m e E 517730,74 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 267°50'45,00'' e 2,25 m; até o vértice P49, de coordenadas N 8578171,51 m e E 517728,49 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 291°25'15,87'' e 0,40 m; até o vértice P50, de coordenadas N 8578171,65 m e E 517728,12 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 315°00'19,87'' e 24,96 m; até o vértice P51, de coordenadas N 8578189,30 m e E 517710,48 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 292°30'16,97'' e 0,38 m; até o vértice P52, de coordenadas N 8578189,45 m e E 517710,12 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 270°00'0,00'' e 2,44 m; até o vértice P53, de coordenadas N 8578189,45 m e E 517707,68 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 268°05'15,79'' e 9,93 m; até o vértice P54, de coordenadas N 8578189,12 m e E 517697,76 m; deste, segue confrontando com TERRENO ACRESCIDO DE MARINHA, com os seguintes azimute plano e distância: 49°52'28,46'' e 10,66 m; até o vértice P55, de coordenadas N 8578195,99 m e E 517705,91 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 45°30'44,39'' e 56,28 m; até o vértice P56, de coordenadas N 8578235,43 m e E 517746,06 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 45°24'0,15'' e 27,34 m; até o vértice P57, de coordenadas N 8578254,63 m e E 517765,53 m; deste, segue confrontando com BAÍA DE TODOS-OS-SANTOS, com os seguintes azimute plano e distância: 31°58'45,48'' e 181,62 m; até o vértice P58, de coordenadas N 8578408,69 m e E 517861,72 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 19°51'43,98'' e 75,07 m; até o vértice P59, de coordenadas N 8578479,30 m e E 517887,23 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 17°01'1,57'' e 19,40 m; até o vértice P60, de coordenadas N 8578497,85 m e E 517892,91 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 20°01'2,38'' e 71,55 m; até o vértice P61, de coordenadas N 8578565,08 m e E 517917,40 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 110°00'27,31'' e 243,03 m; até o vértice P62, de coordenadas N 8578481,92 m e E 518145,76 m; deste, segue com os seguintes azimute plano e distância: 20°01'14,91'' e 108,94 m; até o vértice P0, de coordenadas N 8578584,28 m e E 518183,06 m, encerrando esta descrição. Todas as coordenadas aqui descritas estão georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro e encontram-se representadas no sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central -39, Fuso 24S, tendo como DATUM SIRGAS 2000 Todos os azimutes e distâncias, área e perímetro foram calculados no plano de projeção UTM..

Art. 2º A cessão a que se refere o art. 1º destina-se à construção do Terminal de Uso Privativo Enseada.

Art. 3º O prazo da cessão será de 17 anos, a contar da data da assinatura do contrato de cessão, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos a critério da Administração Pública.

Art. 4º Durante o prazo previsto no art. 3º, fica a outorgada cessionária obrigada pagar mensalmente à União, a título de retribuição pelo uso do imóvel, o valor de R$1.590,89(mil quinhentos e noventa reais e oitenta e nove centavos).

§ 1º O valor da retribuição à União será pago em parcelas mensais e sucessivas vencíveis no último dia útil de cada mês e, nas parcelas não pagas até o vencimento será acrescido multa de mora, calculada à taxa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento), por dia de atraso, até o limite de 20% (vinte por cento) e juros de mora equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, acumulada mensalmente, do primeiro dia do mês posterior ao vencimento até o mês anterior ao efetivo pagamento, acrescida de 1% (um por cento) relativo ao mês do pagamento.

§ 2º O valor anual do contrato de R$19.090,66 (dezenove mil, noventa reais e sessenta e seis centavos), equivalente a 12 parcelas mensais do valor previsto no caput será corrigido a cada 12 (doze) meses pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou índice que vier a substituí-lo.

§ 3º O valor da retribuição pela utilização do imóvel poderá ser revisado a qualquer tempo, desde que comprovada existência de fatores supervenientes que alterem o equilíbrio econômico do contrato, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 5º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícita ou implicitamente, decorrente do contrato de cessão e da legislação pertinente.

Art. 6º A cessão tornar-se-á nula, independentemente de ato especial, sem direito da cessionária a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 7º Responderá a cessionária, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuada por terceiros concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria.

Art. 8º Fica a cessionária obrigada a arcar com as retribuições devidas entre a data da ocupação do espaço físico em águas públicas e a assinatura do instrumento de cessão onerosa relativamente à área ocupada sem autorização prévia, podendo o montante ser parcelado no prazo de até 60 (sessenta) meses.

Art. 9º A assinatura do contrato fica condicionada à obtenção, pela cessionária, de todos os licenciamentos, autorizações, documentos e alvarás necessários ao funcionamento da estrutura náutica de que trata o art. 2º desta Portaria, bem como à rigorosa observância das normas legais e regulamentares aplicáveis.

Art. 10. A cessionária deverá, após convocação, comparecer à Superintendência do Patrimônio da União na Bahia, no prazo de 30 (trinta) dias, para a assinatura do contrato de cessão de uso onerosa, sob pena de revogação desta Portaria.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA RODOPOULOS

PORTARIA SPU/ME Nº 7.722, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

A SECRETÁRIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, DA SECRETARIA ESPECIAL DE DESESTATIZAÇÃO, DESINVESTIMENTO E MERCADOS, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 1º, inciso I, da Portaria SEDDM/ME nº 12.485, de 20 de outubro de 2021, tendo em vista o disposto no artigo 23 da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, e considerando a ata de reunião (SEI 27463031), realizada em 23 de agosto de 2022, conforme previsto no art. 10-A do Anexo I da Portaria nº 8729, de 20 de julho de 2021, com alteração dada pela Portaria SPU/ME nº 11.067, de 9 de setembro de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar a alienação onerosa dos bens a seguir discriminados, mediante venda, precedida de licitação, na modalidade concorrência pública eletrônica, nos termos das Leis nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e nº 9.636, de 15 de maio de 1998, observando-se, no que couber, o disposto na Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, e nas demais normas aplicáveis:

Item	UF	Município	Endereço	Matrícula	Cartório	Tipo de Imóvel	Área (m²)
1	MG	Barão de Cocais	Estrada de Ferro (terreno da faixa de leito)	13.604	Ofício do Registro de Imóveis	Terreno	163.858,36
2	MG	Belo Horizonte	Rua Espírito Santo n.º 35 / Rua Guaicurus nºs 188, 200 e 214 / Av. do Contorno 842, Centro	16.003 (parte)	5º Ofício de Registro de Imóveis	Prédio	Terreno: 7.470,00 Benfeitorias 28.149,15
3	MG	Sabará	Rua Dom Pedro II, s/n - Centro	301	Cartório de Registro de Imóveis	Terreno	490.644,00
4	PI	Cajueiro da Praia	Estrada da Barrinha, Povoado Barrinha	7.772	1º Ofício de Notas e Registros de Imóveis	Terreno	3.351,38

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FABIANA RODOPOULOS

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

PORTARIA SPU/ME Nº 6.837, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM PERNAMBUCO, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria SPU/ME nº 14.094, de 30 de novembro de 2021, e Portaria de Pessoal SEDDM nº 1.283, de 4 de fevereiro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a nova redação que lhe foi conferida pela Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 19739.102853/2022-01, resolve:

Art. 1º Autorizar o Município de Tamandaré, CNPJ: **.*96.018/0001-**, a realizar a execução de obras nas áreas conceituadas de domínio da União, referentes à Implantação do Projeto de Requalificação e ampliação da orla em toda extensão da Rua São José, Centro - Tamandaré/PE, compreendendo 11.338,19 m² como área pretendida para intervenção.

Art. 2º A obra a que se refere o art. 1º destina-se à requalificação e ampliação da orla, ampliação do calçadão, instalação de equipamentos públicos, dentre outros elementos.

Art. 3º A área onde a obra será executada é parcialmente da União, perfazendo um total de 9.333,74 m² da União, que é conceituada como de Terreno de Marinha.

Art. 4º Os serviços deverão ser executados de acordo com o Projeto Básico e na forma dos elementos constantes do processo nº 19739.102853/2022-01, exceto, a construção dos quiosques, onde haverá exploração econômica, que dar-se-á somente depois de assinatura de Contrato de Cessão em Condições Especiais, por meio de novo procedimento.

Art. 5º A obra está condicionada a garantir o livre e franco acesso às áreas de uso comum do povo e ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas, sanitárias e ambientais, conforme legislação vigente. Como também, ainda, às aprovações de projetos, aos pagamentos de taxas e alvarás dos órgãos pertinentes, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra.

Art. 6º São deveres do município:

I - promover o correto uso e ocupação da praia, garantir o livre e franco acesso à praia e ao mar, em qualquer direção e sentido, nos termos contidos no art. 10 da Lei nº 7.661/88.

II - assumir as responsabilidades inerentes à execução da obra, incluindo a responsabilidade pela manutenção das estruturas construídas e pela demolição da obra quando: i) representar risco à segurança das pessoas e do meio ambiente; ii) quando não cumprir mais a sua finalidade social; iii) na hipótese de retomada do imóvel em decorrência de obrigação legal imposta à União.

Art. 7º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícitos ou implicitamente, decorrentes da legislação pertinente.

Art. 8º A autorização de obra a que se refere esta portaria, não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias, sendo ato precário, revogável a qualquer tempo.

Art. 9º Durante o período de execução da obra, a que se referem os Artigos 1º e 2º, é obrigatória a fixação de uma placa junto ao canteiro de obras, em local visível, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000 ou a que vier a substituí-la.

Art. 10 Responderá a interessada, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta portaria.

Art. 11 Compete à SPU/PE acompanhar e fiscalizar a execução da obra, a fim de verificar o efetivo cumprimento dos encargos contidos nesta portaria autorizativa, bem como outros que estejam condicionados nos autos do processo.

Art. 12 Considerar-se-á revogada esta portaria caso venha a ser dada realização de obra diversa no imóvel da que lhe foi prevista, conforme os elementos constantes do processo nº 19739.102853/2022-01.

Art. 13 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem prazo de vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada, por igual período, a critério da administração.

MARCOS GESTEIRA COSTA

PORTARIA SPU/ME Nº 7.301, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM PERNAMBUCO, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria SPU/ME nº 14.094, de 30 de novembro de 2021 e Portaria de Pessoal SEDDM nº 1.283, de 4 de fevereiro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a nova redação que lhe foi conferida pela Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 19739.144832/2021-73, resolve:

Art. 1º Autorizar o Município de Paulista, CNPJ: **.*08.839/0001-**, a realizar a execução de obras, referentes aos serviços de contenção marítima, na faixa litorânea, localizada na beira mar, entre as ruas Almira Camelo de Andrade, Mosteiro e o canal Uruguai em Pau Amarelo, identificada pelas coordenadas A - 298876,62/9125546,60 e B - 298816,94/9125696,19.

Art. 2º A obra a que se refere o art. 1º destina-se à implantação de enrocamentos aderentes e drenagem nos pontos de risco para proteção da erosão costeira.

Art. 3º As áreas de execução da obra são caracterizadas como de domínio da União, estando contempladas por esta portaria as áreas de uso comum do povo, excluídas as destinadas a terceiros, perfazendo um total de 168 m de intervenção, com frente para o mar, na praia de Pau Amarelo, Paulista/PE.

Art. 4º Os serviços deverão ser executados de acordo com o Projeto Básico apresentado nos autos e na forma dos elementos constantes do processo nº 19739.144832/2021-73.

Art. 5º A obra está condicionada a garantir o livre e franco acesso às áreas de uso comum do povo e ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas, sanitárias e ambientais, conforme legislação vigente. Como também, ainda, às aprovações de projetos, aos pagamentos de taxas e alvarás dos órgãos pertinentes, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra.

Art. 6º São deveres do município:

I - promover o correto uso e ocupação da praia, garantir o livre e franco acesso à praia e ao mar, em qualquer direção e sentido, nos termos contidos no art. 10 da Lei nº 7.661/88.

II - assumir as responsabilidades inerentes à execução da obra, incluindo a responsabilidade pela manutenção das estruturas construídas e pela demolição da obra quando: i) representar risco à segurança das pessoas e do meio ambiente; ii) quando não cumprir mais a sua finalidade social; iii) na hipótese de retomada do imóvel em decorrência de obrigação legal imposta à União.

Art. 7º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícitos ou implicitamente, decorrentes da legislação pertinente.

Art. 8º A autorização de obra a que se refere esta portaria, não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias, sendo ato precário, revogável a qualquer tempo.

Art. 9º Durante o período de execução da obra, a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatória a fixação de uma placa junto ao canteiro de obras, em local visível, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000 ou a que vier a substitui-la.

Art. 10 Responderá a interessada, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta portaria.

Art. 11 Compete à SPU/PE acompanhar e fiscalizar a execução da obra, a fim de verificar o efetivo cumprimento dos encargos contidos nesta portaria autorizativa, bem como outros que estejam condicionados nos autos do processo.

Art. 12 Considerar-se-á revogada esta portaria caso venha a ser dada realização de obra diversa no imóvel da que lhe foi prevista, conforme os elementos constantes do processo nº 19739.144832/2021-73.

Art. 13 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem prazo de vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada, por igual período, a critério da administração.

MARCOS GESTEIRA COSTA

PORTARIA SPU/ME Nº 7.355, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM PERNAMBUCO, DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria SPU/ME nº 14.094, de 30 de novembro de 2021 e Portaria de Pessoal SEDDM nº 1.283, de 4 de fevereiro de 2022, tendo em vista o disposto no art. 6º, do Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a nova redação que lhe foi conferida pela Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, e de acordo com os elementos que integram o Processo nº 19739.144831/2021-29, resolve:

Art. 1º Autorizar o Município de Paulista, CNPJ: **.*08.839/0001-**, a realizar a execução de obras, referentes aos serviços de contenção marítima, na faixa litorânea, localizada na beira mar, entre as ruas Paquistão, Baronesa e Retiro, Bairro de Pau Amarelo, entre as coordenadas A- 299004,90/9125284,18 e B- 298948,12/9125392,05.

Art. 2º A obra a que se refere o art. 1º destina-se à implantação de enrocamentos aderentes e drenagem nos pontos de risco para proteção da erosão costeira.

Art. 3º As áreas de execução da obra são caracterizadas como de domínio da União, estando contempladas por esta portaria as áreas de uso comum do povo, excluídas as destinadas a terceiros, perfazendo um total de 122 m de intervenção, com frente para o mar, na praia de Pau Amarelo, Paulista/PE.

Art. 4º Os serviços deverão ser executados de acordo com o Projeto Básico apresentado nos autos e na forma dos elementos constantes do processo nº 19739.144831/2021-29.

Art. 5º A obra está condicionada a garantir o livre e franco acesso às áreas de uso comum do povo e ao cumprimento rigoroso das recomendações urbanísticas, sanitárias e ambientais, conforme legislação vigente. Como também, ainda, às aprovações de projetos, aos pagamentos de taxas e alvarás dos órgãos pertinentes, assim como qualquer exigência complementar necessária à legalidade da obra.

Art. 6º São deveres do município:

I - promover o correto uso e ocupação da praia, garantir o livre e franco acesso à praia e ao mar, em qualquer direção e sentido, nos termos contidos no art. 10 da Lei nº 7.661/88.

II - assumir as responsabilidades inerentes à execução da obra, incluindo a responsabilidade pela manutenção das estruturas construídas e pela demolição da obra quando: i) representar risco à segurança das pessoas e do meio ambiente; ii) quando não cumprir mais a sua finalidade social; iii) na hipótese de retomada do imóvel em decorrência de obrigação legal imposta à União.

Art. 7º Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explícitos ou implicitamente, decorrentes da legislação pertinente.

Art. 8º A autorização de obra a que se refere esta portaria, não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando direitos a quaisquer indenizações sobre benfeitorias, sendo ato precário, revogável a qualquer tempo.

Art. 9º Durante o período de execução da obra, a que se referem os arts. 1º e 2º, é obrigatória a fixação de uma placa junto ao canteiro de obras, em local visível, de acordo com os termos da Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000 ou a que vier a substitui-la.

Art. 10 Responderá a interessada, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, em decorrência da instalação dos equipamentos e realização das obras de que trata esta portaria.

Art. 11 Compete à SPU/PE acompanhar e fiscalizar a execução da obra, a fim de verificar o efetivo cumprimento dos encargos contidos nesta portaria autorizativa, bem como outros que estejam condicionados nos autos do processo.

Art. 12 Considerar-se-á revogada esta portaria caso venha a ser dada realização de obra diversa no imóvel da que lhe foi prevista, conforme os elementos constantes do processo nº 19739.144831/2021-29.

Art. 13 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação e tem prazo de vigência de 01 (um) ano, podendo ser prorrogada, por igual período, a critério da administração.

MARCOS GESTEIRA COSTA

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

PORTARIA SPU/SC/ME Nº 7.694, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, do MINISTÉRIO DA ECONOMIA, nomeado mediante Portaria SPU/ME nº 7.464, de 04 de julho de 2022, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 126, Seção 2, de 06 de julho de 2022, página 20,no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo Art. 5°, inciso XI da Portaria SPU/ME nº 14.094, de 30 de novembro de 2021, tendo em vista o disposto no art. 6º, Decreto-Lei nº 2.398, de 21 de dezembro de 1987, com a nova redação que lhe foi conferida pela Lei nº 13.139, de 26 de junho de 2015, bem como os elementos que integram o Processo nº 10154.153767 / 2021 - 73, resolve:

Art. 1º. Autorizar o Município de Balneário Barra do Sul / SC, inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) sob o nº **.*54.509/0001-**, a executar projeto de dragagem com vistas à manutenção do Canal do Linguado, em ponto conhecido como Boca da Barra - Bairro: Centro, junto ao limite com o Município de São Francisco do Sul, perfazendo, conforme laudo técnico de caracterização geoespacial, uma área de 88.097,54 m^2;

Art. 2º O ônus da referida obra será de responsabilidade do Município de Balneário Barra do Sul / SC;

Art. 3º. A execução da obra está condicionada à garantia de livre e franco acesso e ao cumprimento rigoroso das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes, aprovação de projetos, pagamentos de taxas e alvarás, assim como qualquer exigência complementar necessária à regularidade da obra;

Art. 4º. Os direitos e obrigações mencionadas nesta Portaria não excluem outros decorrentes da autorização, de acordo com a legislação pertinente, devendo ser observado, especialmente, o disposto nos arts. 7º, 8º e 9º da Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação e áreas de Preservação Permanente;

Art. 5º. A autorização de obra a que se refere esta Portaria, não implica na constituição de nenhum direito sobre a área ou constituição de domínio, não gerando obrigação à União quanto à indenizações de quaisquer espécies de benfeitorias realizadas;

Art. 6º. O Município de Balneário Barra do Sul / SC responderá, judicial ou extrajudicialmente, por quaisquer demandas decorrentes da realização das obras, construção de benfeitorias e instalação de equipamentos de que trata esta Portaria;

Art. 7º. O Município de Balneário Barra do Sul / SC será responsável pela manutenção preventiva e corretiva das estruturas construídas e equipamentos instalados com base na autorização ora concedida;

Art. 8º. A responsabilidade pela demolição da obra será do Município de Balneário Barra do Sul / SC quando representar risco à segurança das pessoas e do meio ambiente ou se não cumprir mais a sua finalidade social, nos termos desta Portaria autorizativa;

Art. 9°. A SPU/SC realizará, a qualquer tempo, fiscalização no local objeto da autorização, objetivando verificar o efetivo cumprimento das obrigações e condições impostas nesta Portaria, bem como de outros compromissos e encargos que estejam condicionados nos autos do processo em epígrafe;

Art.10°. É fixado o prazo de 60 meses, a contar da publicação deste ato, para que o município de Balneário Barra do Sul / SC execute e conclua as obras referidas nos arts. 1º e 2º, podendo, a juízo e a critério da conveniência da Secretaria de Coordenação e Governança do Patrimônio da União, ser prorrogado por igual e único período;

Art. 11°. Durante o período de execução de obras a que se refere o art. 1º, fica o Município de Balneário Barra do Sul / SC obrigado a fixar na área em que será realizada a obra e em local visível ao público, 1 (uma) placa confeccionada segundo o Manual de Placas da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), de acordo com a Portaria SPU nº 122, de 13 de junho de 2000, com os seguintes dizeres: "ÁREA JURISDICIONADA AO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, COM OBRAS E SERVIÇOS AUTORIZADOS PELA SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, NA FORMA DA PORTARIA SPU-SC/ME Nº 7.694, DE 25 DE AGOSTO DE 2022;

Art. 12°. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO LUIZ PINZETTA

SECRETARIA ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE

PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPEC/ME/SEXEC/MCTI Nº 6.918, DE 19 DE AGOSTO DE 2022

Revoga as Portarias Interministeriais MDIC/MCTIC nº 37 e nº 38, de 28 de junho de 2018.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022 (publicada no DOU de 10.08.2022, Seção 1, pág. 228), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 2º, e nos arts. 11 a 14 do Decreto nº 10.521, de 15 de outubro de 2020, o disposto no § 2º do art. 4º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, no § 1º do art. 2º, e nos arts. 16 a 19 do Decreto nº 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no processo nº 19687.105947/2022-86, do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º Tendo em vista o disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, ficam revogadas as Portarias Interministeriais MDIC/MCTIC nº 37 e 38, de 28 de junho de 2018.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE XAVIER YWATA DE CARVALHO
Secretário Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia

SERGIO FREITAS DE ALMEIDA
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA INTERMINISTERIAL SEPEC/ME/SEXEC/MCTI Nº 7.060, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

Indefere o pleito nº 019/2022, de fixação de Processo Produtivo Básico - PPB, para PELÍCULA DE PLÁSTICO, AUTOADESIVA, 3D.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria ME nº 7.081, de 9 de agosto de 2022 (publicada no DOU de 10.08.2022, Seção 1, pág. 228), e o SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA INOVAÇÕES, conforme delegação de competência atribuída pela Portaria MCTIC nº 5.071, de 24 de setembro de 2019 (publicada no DOU de 25.09.2019, Seção 1, pág. 15), tendo em vista o disposto no § 6º do art. 7º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967 e considerando o que consta no processo nº 19687.104207/2022-22, do Ministério da Economia, resolvem:

Art. 1º Indeferir o pleito nº 019/2022 de fixação de Processo Produtivo Básico - PPB referente ao produto PELÍCULA DE PLÁSTICO, AUTOADESIVA, 3D, pelos fundamentos expostos na Nota Técnica SEI nº 22694/2022/ME e tendo em vista o disposto no art. 3º, inciso III, e art.170, inciso VII, da Constituição Federal, e no art. 6º, inciso II, e seu § 7º da Portaria Interministerial SEPEC/ME/MCTIC nº 32, de 15 de julho de 2019.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE XAVIER YWATA DE CARVALHO
Secretário Especial de Produtividade e Competitividade do Ministério da Economia

SERGIO FREITAS DE ALMEIDA
Secretário Executivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

PORTARIA SEPEC/ME Nº 7.650, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Subdelega competências aos ocupantes dos cargos de Secretário, no âmbito da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade - SEPEC, para concessão de diárias e passagens, contratação, nomeação, exoneração, designação, dispensa, cessão e demais atos de gestão.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE PRODUTIVIDADE E COMPETITIVIDADE, com fundamento no art. 12 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e tendo em vista as competências que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 7.081, de 9 de agosto de 2022, do Ministro de Estado da Economia, resolve:

Art. 1º Ficam subdelegadas aos ocupantes dos cargos de Secretário, no âmbito de suas respectivas unidades da Secretaria Especial de Produtividade e Competitividade - SEPEC, as seguintes competências:

I - autorizar a concessão de diárias e passagens, excluídas as diárias e passagens referentes a:

a) deslocamentos, no País, de servidores por prazo superior a cinco dias contínuos;

b) mais de trinta diárias intercaladas, no País, por servidor no ano;

c) deslocamentos, no País, de mais de cinco servidores para o mesmo evento;

d) que envolvam o pagamento de diárias nos finais de semana; e

e) com prazo de antecedência inferior a quinze dias da data de partida.

II - autorizar a celebração de novos contratos administrativos ou prorrogação dos contratos em vigor relativos a atividades de custeio;

III - celebrar contratos, convênios, ajustes, contratos de repasse, acordos, termos de execução descentralizada e outros instrumentos congêneres, inclusive internacionais, quando cabível, ressalvada previsão regimental específica;

IV - decidir sobre a aprovação da prestação de contas referentes aos contratos, convênios, ajustes, contratos de repasse, acordos, termos de execução descentralizada e outros instrumentos congêneres, inclusive internacionais, quando cabível, ressalvadas as hipóteses dos §§ 2º e 3º do art. 6º-A do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;

V - suspender ou cancelar o registro de inadimplência nos sistemas da administração pública federal, ressalvadas as hipóteses dos §§ 2º e 3º do art. 6º-A do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007;

VI - praticar atos de nomeação e exoneração dos titulares relativamente aos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 1 a 4, às Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), de mesmos níveis, e designação e cessão das Funções Gratificadas (FG);

VII - praticar atos de posse aos nomeados para exercer cargo comissionado;

VIII - praticar atos de designação e dispensa de substitutos eventuais dos cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores (DAS), níveis 1 a 5, das Funções Comissionadas do Poder Executivo (FCPE), de mesmos níveis, e das Funções Gratificadas (FG);

IX - designar membros de conselhos, comitês, comissões, grupos de trabalho e demais órgãos de deliberação colegiada existentes no âmbito da SEPEC, inerentes a área de atuação de cada unidade;

X - praticar atos relativos à:

a) concessão e programação, acumulação e interrupção de férias;

b) concessão de licença para tratar de interesses particulares prevista no art. 91 da Lei nº 8.112, de 1990;

c) autorização e aprovação do acréscimo de até 120 (cento e vinte) horas de trabalho anuais, para fins de retribuição do servidor que executar atividades inerentes a cursos, concursos públicos ou exames vestibulares, na forma contida no caput do art. 5º do Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022; e

d) liberação do servidor quando a realização das atividades inerentes a cursos, concursos públicos ou exames vestibulares ocorrerem durante o horário de trabalho, na forma prevista no inciso III do caput do art. 6º do Decreto nº 11.069, de 10 de maio de 2022.

XI - assegurar a adoção de sistema informatizado de acompanhamento e controle que permita o monitoramento eficaz do trabalho efetivamente desenvolvido pelo agente público participante de Programa de Gestão e Desempenho - PGD; e

XII - assegurar a disponibilização das informações referentes aos respectivos PGD e a seus resultados ao órgão central do Sipec e ao órgão central do Sistema de Organização e Inovação Institucional do Governo Federal - Siorg.

§ 1º A competência de que trata o inciso II, vedada a subdelegação, se aplica apenas a contratos de valor inferior a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

§ 2º Ficam excluídos da delegação estabelecida no inciso IV os convênios ou contratos de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos, que deverão observar o que dispõe o Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e a Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2016, dos extintos Ministérios do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, da Fazenda e da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União.

§ 3º As competências de que tratam os incisos IV e V, nas hipóteses em que envolvam transferência voluntária, inclusive convênios ou contratos de repasse com entidades privadas sem fins lucrativos, abrange, também, todos os atos relacionados ao acompanhamento e aprovação da prestação de contas.

§ 4º Os atos de que tratam os incisos VI e as alíneas a, b e c do inciso X deverão ser previamente encaminhados, para ciência e controle, ao órgão setorial do Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal (Sipec) com cópia para o Gabinete da SEPEC.

§ 5º As autorizações de que tratam os incisos I e II não envolvem análises técnica e jurídica do procedimento, as quais são de responsabilidade dos ordenadores de despesa e das unidades jurídicas dos respectivos órgãos e entidades, de acordo com suas competências legais, nem implicam ratificação ou validação dos atos que compõem o processo de contratação.

Art. 2º Fica subdelegada ao Secretário Especial Adjunto da SEPEC a competência para autorizar afastamentos do País com ônus limitado ou sem ônus.

Art. 3º Ficam resguardados e ratificados os atos normativos e de subdelegação de competência naquilo que não foi objeto de alteração por esta Portaria.

Art. 4º Fica revogada a Portaria SEPEC/ME nº 25.099, de 16 de dezembro de 2020.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

ALEXANDRE XAVIER YWATA DE CARVALHO

SECRETARIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA-GERAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUBSECRETARIA DE ARRECADAÇÃO, CADASTROS E ATENDIMENTO
COORDENAÇÃO-GERAL DE ARRECADAÇÃO E DIREITO CREDITÓRIO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO CODAR Nº 11, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre repasse de valores doados por meio do Programa Gerador da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA) e aos Fundos dos Direitos do Idoso (FDI).

O COORDENADOR-GERAL DE ARRECADAÇÃO E DE DIREITO CREDITÓRIO, no exercício da atribuição prevista no inciso II do art. 358 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no art. 260-K da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no art. 4º-A da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010, e no art. 8º-E da Instrução Normativa nº 1.131, de 20 de fevereiro de 2011, declara:

Art. 1º Os valores doados por meio do Programa Gerador da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física (DIRPF) 2022, na forma estabelecida pelo art. 260 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, foram repassados aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente (FDCA) e aos Fundos dos Direitos do Idoso (FDI) relacionados, respectivamente, no Anexo I e no Anexo II deste Ato Declaratório Executivo, disponíveis no endereço eletrônico www.gov.br/receitafederal/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/receitadata/arrecadacao/repasse-das-doacoes-feitas-diretamente-no-programa-do-irpf-fdca-e-fdi/fdca-2022.

Parágrafo único. Considera-se habilitado ao recebimento dos repasses a que se refere o caput o FDCA ou FDI que atenda aos seguintes requisitos:

I - tenha denominação e natureza jurídica de fundo público e esteja em situação regular perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); e

II - mantenha conta bancária específica em instituição financeira pública para administração dos valores recebidos por doação.

Art. 2º A atualização de dados e informações sobre os fundos ou o cadastramento de novos fundos, para fins de habilitação ao recebimento de doações, deve ser feita na página do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) na Internet, no endereço eletrônico cadastrofdca.mdh.gov.br para o FDCA ou cadastrofdi.mdh.gov.br para FDI, observados os prazos estabelecidos pelo MMFDH.

§ 1º O MMFDH deverá encaminhar à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), até o dia 31 de outubro de cada ano, arquivo magnético com as informações a que se referem o art. 260-K da Lei nº 8.069, de 1990, e o art. 4º-A da Lei nº 12.213, de 20 de janeiro de 2010.

§ 2º A Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNDCA) e a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa (SNDPI) ficam dispensadas da obrigação de encaminhar à RFB em 2022 informações sobre os FDCA e os FDI constantes dos Anexos I e II, exceto em caso de alteração de dados.

Art. 3º A partir de 2023 os Conselhos Municipais, Estaduais ou Distrital da Criança e do Adolescente ou do Idoso não constarão na DIRPF.

Parágrafo Único. Para fins do disposto no art. 1º, os Conselhos a que se refere o caput podem atualizar seus dados, conforme o parágrafo único do art. 1º e art. 2º.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCUS VINICIUS MARTINS QUARESMA

SUBSECRETARIA DE TRIBUTAÇÃO E CONTENCIOSO
COORDENAÇÃO-GERAL DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.027, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8471.49.00
Mercadoria: Máquina automática para processamento de dados, apresentada sob a forma de sistema, composta de um rack metálico com porta dianteira e porta traseira, com 202 cm de altura, 64,8 cm de largura, 109,2 cm de profundidade e 620 kg, utilizada para aumento de capacidade de processamento de dados e de armazenamento de dados de servidores de aplicações (computadores) de plataforma alta ou baixa, contendo: 5 servidores power com 2 HDs de 600 GB; 1 unidade de DVD; 2 unidades de armazenamento flash com 12 módulos de 8,5 TB cada e 2 baterias de proteção; 6 switches; 1 console Raritan constituído por teclado, mouse e monitor; cabos de rede RJ45, cabos de energia, transformadores de potência e painel de conexões (patchpanel).

Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 6 do Capítulo 84) e RGI 6 (Nota de Subposição 2 do Capítulo 84) da NCM constante da TEC aprovada pela Resolução Camex nº 272, de 19 de novembro de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 30 de dezembro de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma do Ceclam

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.028, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8471.49.00
Mercadoria: Máquina automática para processamento de dados, apresentada sob a forma de sistema, composta de um rack metálico com porta dianteira e porta traseira, com 202 cm de altura, 64,8 cm de largura, 109,2 cm de profundidade e 710 kg, utilizada para aumento de capacidade de processamento de dados e de armazenamento de dados de servidores de aplicações (computadores) de plataforma alta ou baixa, contendo: 7 servidores power com 2 HDs de 600 GB; 1 unidade de DVD; 3 unidades de

armazenamento flash com 12 módulos de 8,5 TB cada e 3 baterias de proteção; 6 switches; 1 console Raritan constituído por teclado, mouse e monitor; cabos de rede RJ45, cabos de energia, transformadores de potência e painel de conexões (patchpanel).

Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 6 do Capítulo 84) e RGI 6 (Nota de Subposição 2 do Capítulo 84) da NCM constante da TEC aprovada pela Resolução Camex nº 272, de 19 de novembro de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 30 de dezembro de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma do Ceclam

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.029, DE 14 DE ABRIL DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 8509.80.90

Mercadoria: Umidificador de ar, de uso doméstico, provido de ventilador acionado por motor elétrico, transdutor piezelétrico, com tanque de água com capacidade de 3 litros, dimensões de 22,5 (L) x 18,5 (C) x 29 (A) cm, peso líquido de 1,03 kg e potência de 25 W, comercialmente denominado "Umidificador ultrassônico".

Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 4 do Capítulo 85), RGI 6 e RGC 1 da NCM/SH, constante da TEC aprovada pela Resolução Camex nº 272, de 19 de novembro de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 30 de dezembro de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma do Ceclam

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.041, DE 6 DE MAIO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 9018.90.69

Mercadoria: Aparelho destinado a medir a pressão arterial (sistólica e diastólica) e os batimentos cardíacos, de pulso, digital, a pilha, de uso doméstico e profissional.

Dispositivos Legais: RGI 1, RGI 6 e RGC 1 (Nota 3 do Capítulo 90 c/c Nota 3 da Seção XVI) da NCM/SH, constante da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 30 de dezembro de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma do Ceclam

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.085, DE 20 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 5703.31.00

Mercadoria: Revestimento para pisos (pavimentos), de matérias têxteis, formado por monofilamentos e lâminas de polietileno e polipropileno com seções transversais de 0,74 e 0,94 mm, inseridos por processo de tufagem em uma base de tecido não tecido de polipropileno, possuindo um revestimento, no verso, de látex, apresentado em rolos de 2 x 25 m, de peso de 1.700 g/m², denominado comercialmente "grama sintética".

Dispositivos Legais: RGI 1 (Nota 1 do Capítulo 54 e Nota 1 do Capítulo 57) e RGI 6 da NCM/SH, constante da TEC aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 19 de novembro de 2021, e da Tipi, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 30 de dezembro de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma do Ceclam

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.121, DE 27 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 0000.00.00

Mercadoria: Não configura sortido acondicionado para venda a retalho o conjunto de artigos, apresentado em uma mesma embalagem, composto de biscoitos, bolos, panetones, sucos, balas, geleias chocolates, bebidas alcoólicas etc., comercialmente denominado "kit cesta de Natal".

Cada componente segue seu próprio regime de classificação.

Dispositivos Legais: RGI 1 e RGI 3 b) da NCM constante da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da Tipi (RGC/TIPI-1), aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Dec. nº 435, de 1992, e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018, e alterações posteriores.

LUIZ HENRIQUE DOMINGUES
Presidente da 4ª Turma do Ceclam

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 98.126, DE 27 DE JUNHO DE 2022

Assunto: Classificação de Mercadorias
Código NCM: 3808.62.90

Mercadoria: Inseticida contendo lambda-cialotrina e sulfoxaflor, próprio para o controle de percevejos nas culturas de soja, arroz e milho, acondicionado em recipiente de plástico com capacidade de 5 L, apresentado em uma caixa de papelão contendo 4 recipientes.

Dispositivos Legais: RGI/SH 1, RGI/SH 6 (Nota de subposição 2 do Capítulo 38) e a RGC 1 da NCM, constante da TEC, aprovada pela Resolução Gecex nº 272, de 2021, e da TIPI, aprovada pelo Decreto nº 10.923, de 2021, e subsídios extraídos das Nesh, aprovadas pelo Decreto nº 435, de 1992 e atualizadas pela IN RFB nº 1.788, de 2018.

CARLOS HUMBERTO STECKEL
Presidente da 2ª Turma do Ceclam

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA SRRF01 Nº 193, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Delega e subdelega competências de gestão de pessoas no âmbito da 1ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 359 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, resolve:

Art. 1º Ficam delegadas ao Chefe da Divisão de Gestão de Pessoas (Digep) da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal (SRRF01):

I - as competências previstas no inciso VI do art. 336, no inciso II do art. 359 e nos incisos VIII e IX do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, com o propósito de:

a) aprovar o planejamento anual e a execução das ações de capacitação programadas para a SRRF01 ou para as unidades e subunidades a ela vinculadas;

b) decidir sobre a concessão dos direitos, das vantagens, das indenizações, das gratificações e dos benefícios a seguir, para os servidores em exercício nas unidades e subunidades localizadas na 1ª Região Fiscal:

1. abono de permanência;
2. averbação de tempo de serviço;
3. auxílio-funeral; e
4. licença prêmio por assiduidade.

c) conceder ajuda de custo ao pessoal da SRRF01 e das Unidades Administrativas a ela vinculadas conforme o Anexo XIII da Portaria ME nº 284, de 2020, na forma da legislação vigente, até o limite de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

d) aplicar a legislação de pessoal, ressalvadas as competências previstas em legislação específica, aos servidores diretamente subordinados à SRRF01; e

e) dar exercício a servidores diretamente subordinados à SRRF01, inclusive em decorrência de nomeação para cargo efetivo ou em comissão, ou designados para função de confiança, além de localizá-los nas unidades da respectiva jurisdição.

II - as competências para:

a) expedir declaração para fins de prova quanto a exercício de servidor na SRRF01, ou para fins de apresentação de servidor a autoridades administrativas ou judiciais, em caso de intimação ou convocação;

b) requisitar inspeção médica de servidor, em conformidade com os artigos 206 e 206-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; e

c) assinar os Termos de Compromisso de Estágio e demais documentações necessárias, na posição de Concedente, da SRRF01.

Art. 2º Fica subdelegada ao Chefe da Digep da SRRF01 e aos Delegados da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal (1ª RF):

I - a competência estabelecida na Portaria SRF nº 1.235, de 11 de dezembro de 2006, com o propósito de reconhecer ao servidor estudante e ao servidor portador de deficiência em exercício, respectivamente, na SRRF01 e nas Unidades Administrativas, o direito de que trata o art. 98 da Lei nº 8.112, de 1990, para cumprir jornada em horário especial;

II - a competência prevista no art. 6º da Portaria RFB nº 631, de 20 de maio de 2013, para autorizar a participação de servidores em exercício, respectivamente, na SRRF01 e nas Unidades Administrativas, em eventos promovidos pelas respectivas entidades representativas de classe, nos termos da Instrução Normativa MPDG/SGP nº 2, de 12 de setembro de 2018; e

III - a competência prevista no art. 8º da Portaria RFB nº 56, de 16 de agosto de 2021, para declarar a necessidade de serviço e autorizar a interrupção de férias de servidores em exercício, respectivamente, na SRRF01 e nas unidades, de acordo com o disposto no art. 80 da Lei nº 8.112, de 1990.

Art. 3º Fica delegada competência aos Delegados da Receita Federal do Brasil da 1ª RF para, em relação aos servidores a eles subordinados, decidir sobre a concessão:

I - da indenização de transporte de que trata o Decreto nº 3.184, de 27 de setembro de 1999; e

II - da indenização de localidade estratégica prevista na Lei nº 12.855, de 2 de setembro de 2013, regulamentada pelo Decreto nº 9.227, de 6 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. A concessão de que trata o inciso II do caput será efetuada mediante edição de portaria específica, publicada no Boletim de Serviço da RFB.

Art. 4º Em caso de ausência ou impedimento do titular do cargo, as competências estabelecidas nesta Portaria serão exercidas por seu substituto eventual.

Art. 5º As competências delegadas por esta Portaria podem ser exercidas pela autoridade delegante a qualquer tempo e a seu critério, independentemente de avocação expressa, sem que isso implique revogação total ou parcial da delegação.

Art. 6º Os atos praticados no exercício das delegações previstas nesta Portaria deverão mencioná-la expressamente, junto da respectiva assinatura.

Art. 7º Ficam convalidados todos os atos praticados pelas autoridades designadas até a entrada em vigor desta Portaria, que tenham apresentado exclusivamente vício de competência em sua expedição.

Art. 8º Fica revogada a Portaria SRRF01 nº 84, de 29 de setembro de 2021.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e produz efeitos a partir de 1º de setembro de 2022.

ANTONIO HENRIQUE LINDEMBERG BALTAZAR

PORTARIA SRRF01 Nº 194, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Delega competências de gestão de logística no âmbito da 1ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 359 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, resolve:

Art. 1º Ficam delegadas ao Chefe da Divisão de Programação e Logística (Dipol) da Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal (SRRF01) as competências previstas no inciso VII do caput e nos incisos I, II e III do § 1º do art. 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), com o propósito de:

I - gerenciar as mercadorias apreendidas;

II - executar a programação e execução orçamentária e financeira;

III - administrar os recursos patrimoniais;

IV - aprovar os planos de trabalho e documentos exigidos no planejamento das contratações, inclusive os estudos técnicos preliminares, os mapas de riscos, os projetos básicos e os termos de referência;

V - designar pregoeiros, equipe de apoio, membros de comissões de licitações, membros da equipe de planejamento de licitações, gestores e fiscais da execução dos contratos;

VI - controlar contratos, convênios, acordos e ajustes celebrados na SRRF01, afetos à área de atuação da Dipol; e

VII - autorizar a realização de licitações, ou dispensá-las, no caso de contratações de obras e serviços de engenharia e de outros serviços de que tratam, respectivamente, os incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 2º Fica delegada competência ao Chefe da Dipol para, no interesse da SRRF01, praticar o ato de assinatura da "Autorização para a Transferência de Propriedade de Veículo" do Certificado de Registro de Veículos (CRV), relativamente à transferência do registro e da propriedade de veículos da e para a Superintendência Regional da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal.

Art. 3º Fica subdelegada ao Chefe da Dipol e aos Delegados da Receita Federal do Brasil da 1ª Região Fiscal, nos termos dos arts. 1º a 3º da Portaria RFB nº 3, de 20 de janeiro de 2021, competência para autorizar servidores subordinados, respectivamente, à SRRF01 e às unidades administrativas, a dirigir veículos oficiais ou apreendidos, em atividades vinculadas ao exercício das respectivas atribuições, quando houver insuficiência de servidores ocupantes do cargo de Motorista Oficial, ou no interesse do serviço.

§ 1º Os servidores autorizados deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação (CNH) compatível com o veículo a ser conduzido, de acordo com o Código Nacional de Trânsito e a legislação que regulamenta a matéria.

§ 2º A autorização de que trata o caput será pessoal, concedida pelo prazo máximo de 24 (vinte e quatro) meses e conterá a identificação funcional do servidor, o nome, a matrícula, a lotação e o exercício, o número, a categoria e o prazo de validade da respectiva Carteira Nacional de Habilitação, bem como declaração de que o servidor está ciente da legislação de trânsito e das demais normas civis e penais aplicáveis à condução de veículos.

Art. 4º Fica delegada ao Chefe da Dipol da SRRF01 a competência para ordenar despesas afetas à área de logística da SRRF01.

Art. 5º Em caso de ausência ou impedimento do titular do cargo, as competências estabelecidas nesta Portaria serão exercidas por seu substituto eventual.

Art. 6º As competências delegadas por esta Portaria podem ser exercidas pela autoridade delegante a qualquer tempo e a seu critério, independentemente de avocação expressa, sem que isso implique revogação total ou parcial da delegação.

Art. 7º Os atos praticados no exercício das delegações previstas nesta Portaria deverão mencioná-la expressamente, junto da respectiva assinatura.

Art. 8º Ficam convalidados todos os atos praticados pelas autoridades designadas até a entrada em vigor desta Portaria, que tenham apresentado exclusivamente vício de competência em sua expedição.

Art. 9º Fica revogada a Portaria SRRF01 nº 282, de 28 de julho de 2015.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União e produz efeitos a partir de 1º de setembro de 2022.

ANTONIO HENRIQUE LINDEMBERG BALTAZAR

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 53, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre ABERTURA de Processo Aduaneiro de Investigação de Origem.

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 298 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto na Portaria Coana nº 25, de 20 de maio de 2019; no Artigo 28 do Regime de Origem Mercosul (ROM), que constitui Anexo da Decisão nº 01/09 do Conselho do Mercado Comum, incorporada pelo Septuagésimo Sétimo Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica nº 18 (ACE 18), e internalizado por meio do Decreto nº 8.454, de 20 de maio de 2015; e ainda no Art. 19, inciso II, da Instrução Normativa RFB nº 1.864, de 27 de dezembro de 2018, declara:

Art. 1º Ter sido aberto, nesta data, Procedimento Aduaneiro de Investigação de Origem Preferencial, nos termos abaixo especificados:

I - Descrição Resumida das Mercadorias: (1) válvulas do tipo aerossol; (2) atuadores para acionamento de válvulas do tipo aerossol (parte de aparelhos de pulverização); (3) corpo (parte de válvulas do tipo aerossol); (4) haste (parte de válvulas do tipo aerossol); e (5) pastilhas (parte de aparelhos de pulverização).

II - Códigos Tarifários (NCM): (1) 8481.80.91; (2) 8424.90.10; (3) 8481.90.10; (4) 8481.90.10; e (5) 8424.90.10.

III - Exportador/Nacionalidade: Lindal Argentina S.A. / Argentina.

IV - Produtor ou Fabricante/Nacionalidade: Lindal Argentina S.A. / Argentina.

V - Entidades Certificantes: Cámara Argentina de Comercio e/ou Asociación de Importadores y Exportadores de la Republica Argentina.

VI - Importadores Nacionais: Unilever Brasil Industrial LTDA; Lindal do Brasil LTDA; Baston Indústria de Aerossóis LTDA; Colep Provider Aerossol S/A; e Beiersdorf Indústria e Comércio LTDA.

VII - Período de investigação: 07/2018 a 07/2021.

VIII - Prazo máximo para conclusão da investigação: 12 (doze) meses, contados a partir da data de abertura da investigação, conforme Artigo 37 do Regime de Origem Mercosul.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

OTÁVIO LIRA FERREIRA MAIA MARTINS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 61, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pelo art. 1° da Lei n° 11.488, de 15 de junho de 2007, da pessoa jurídica e projeto que menciona.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ/MT, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e o artigo 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, e com base no art. 4º do Decreto nº 6.144 de 03 de julho de 2007, e no art. 587 da Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de Outubro de 2019, e tendo em vista a Portaria SRRF01 nº 27, de 23 de abril de 2021, a Portaria SPE nº 985, de 28 de setembro de 2021, e o que consta do processo administrativo n° 10265.689116/2021-60, declara:

Art. 1°. Fica concedida Habilitação à empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 586, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019:

EMPRESA: EDP TRANSMISSAO GOIAS S.A.

CNPJ: 07.779.299/0001-73

PROJETO: Reforços na Linha de Transmissão 230 kV Anhanguera - Bandeirantes - C1 e C2 (Resolução Autorizativa ANEEL nº 10.137, de 01 de junho de 2021), aprovada pela Portaria SPE nº 985, de 28 de setembro de 2021

SETOR FAVORECIDO: Energia.

PERÍODO DE EXECUÇÃO: 09/06/2021 a 09/06/2023.

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato Declaratório, conforme art. 5° da Lei n° 11.488/2007, com redação dada pela Medida Provisória n° 472/2009, ressalvado o disposto no art. 3° deste Ato Declaratório.

Art. 3°. Concluída a participação da pessoa jurídica no projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, contado da data em que adimplido o objeto do contrato, o cancelamento da respectiva habilitação ou coabilitação, art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa por mês-calendário ou fração de atraso, nos termos do art. 57, inciso I, da Medida Provisória no 2.158-35, de 24 de agosto de 2001, sem prejuízo das demais sanções cabíveis, parágrafo único do art. 9° do Decreto n° 6.144/2007.

Art.5°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

TIAGO LUIZ ARRUDA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA SRRF04 Nº 242, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das competências que lhe são conferidas pelos artigos 243, 290, 336, e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto na Portaria RFB Nº 13, de 26 de fevereiro de 2021, resolve:

Tornar insubsistente a Portaria SRRF04 nº 241, de 22 de agosto de 2022, publicada no DOU nº 161, de 24 de agosto de 2022, pág. 22, Seção 1, referente a resolução de conflitos de competências entre as equipes regionais da 4ª Região Fiscal.

JOSÉ HONORATO DE SOUZA

PORTARIA SRRF04 Nº 243, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Disciplina a competência atribuída à Equipe de Conten - cioso Administrativo (Ecoa) pelo art. 5º da Portaria RFB nº 13, de 26 de fevereiro de 2021, no âmbito da 4ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 4ª REGIÃO FISCAL, no uso das competências que lhe são conferidas pelos artigos 243, 290, 336, e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto na Portaria RFB nº 13, de 26 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º Esta portaria disciplina, no âmbito da 4ª Região Fiscal, a competência atribuída pelo art. 5º da Portaria RFB nº 13, de 26 de fevereiro de 2021, à Equipe de Contencioso Administrativo (Ecoa).

Art. 2º No exercício das atribuições definidas no art. 5º da Portaria RFB nº 5, de 2021, compete à ECOA analisar as decisões proferidas por meio de acórdãos das Delegacias de Julgamento da Receita Federal do Brasil (DRJs) e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), em razão de impugnações e recursos interpostos pelos contribuintes, com o objetivo de operacionalizar e liquidar os valores que devem seguir em cobrança.

Parágrafo único. Ocorrendo decisão cuja liquidação seja de difícil operacionalização, em virtude da dificuldade de entendimento do texto do acórdão, caberá ao Supervisor da equipe solicitar formalmente ao Delegado Dirigente a indicação de Auditor-Fiscal especializado no tributo e respectivo período de apuração para esclarecer o alcance da decisão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União (DOU).

JOSÉ HONORATO DE SOUZA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EBEN/DEVAT/SRRF04/RFB Nº 110, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Habilitar a Pessoa Jurídica que menciona a operar no regime de redução do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no Lucro da Exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NATAL (RN), no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º do Decreto nº 4.213, de 2002; no que disciplina: o art. 360, inciso III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 27 de julho de 2020; a Portaria SRRF04 nº 50, de 21 de maio de 2021, considerando o disposto na Medida Provisória nº 2.199-14, de 2001, com a redação dada pelo art. 69 da Lei nº 12.715, de 2012, nos Decretos nº 4.213, de 2002 e no Decreto nº 6.539, de 2008, sem prejuízo das demais normas em vigor que regem a matéria, tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 10435.720371/2020-15, formalizado em 21/01/2020, e seu Despacho Decisório nº 3.272/2022 - EBEN/SRRF/04, de 24/08/2022, declara:

Art. 1º - HABILITADA a operar como beneficiária do regime de REDUÇÃO de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, inclusive adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, pelo prazo de 10 (dez) anos, a pessoa jurídica ACUMULADORES MOURA S.A., CNPJ nº 09.811.654/0001-70, em razão da condição onerosa de Instalação de Empreendimento na área de atuação da SUDENE, na forma do artigo 3º do Decreto nº 4.213/2002 e conforme Laudo Constitutivo nº 166/2019, emitido pelo Ministério do Desenvolvimento Regional, por meio da SUDENE, e de acordo com o que consta do mencionado processo administrativo nº 10435.720371/2020-15.

Art. 2º - Fica o benefício à redução, mencionado no artigo 1º, concedido exclusivamente ao estabelecimento Filial da Pessoa Jurídica ACUMULADORES MOURA S.A., CNPJ nº 09.811.654/0010-60, localizado na Sítio Gavião 01, s/nº, Fazenda Santa Maria Tamboril, Município de Belo Jardim, Estado de Pernambuco - CEP 55155-000, que versa sobre a condição onerosa de Instalação de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE do Ministério do Desenvolvimento Regional, cuja atividade incentivada a ser contemplada é a de Fabricação de Acumuladores Elétricos (baterias automotiva e estacionária), conforme Laudo Constitutivo nº 0166/2019 e anexos I e II, enquadrada, pela SUDENE, no setor prioritário da Eletroeletrônica, na forma do art. 2º, inciso VII, do Decreto nº 4.213, de 26/04/2002; como consta do Anexo I do Laudo Constitutivo, com o início de fruição em 01/01/2019 e término em 31/12/2028, ficando excluídas do benefício as demais atividades objetos da empresa em questão.

Art. 3º - Demais critérios e condições deverão obedecer ao estabelecido no Laudo Constitutivo nº 0166/2019, seus Anexos I e II, bem como na Instrução Normativa SRF nº 267/2002.

Art. 4º - Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JÚNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11 de outubro de 2017, com base na competência delegada pelo art. 1º da Portaria DRF/REC/PE nº 206, de 24 de julho de 2013, publicada no DOU de 31 de julho de 2013, e tendo em vista o inciso I do artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1432, de 26 de dezembro de 2013, publicada no DOU de 27/12/2013, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 1.518/2014, publicada no DOU de 28/11/2014 e IN RFB nº 1.583/2015, publicada no DOU de 01/09/2015, e o que consta do processo nº 13083.079114/2022-75, resolve:

Autorizar o fornecimento de 8.640 (oito mil, seiscentos e quarenta) selos de controle, tipo Uísque, cor amarela, para selagem no exterior, à empresa DM INTERNACIONAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO ATACADISTA DE PRODUTOS EM GERAL EIRELLI LTDA., CNPJ nº. 28.104.405/0001-99, inscrita no Registro Especial de Estabelecimento Importador de Bebidas Alcoólicas sob o nº 04101/090, na categoria de Importador, de acordo com os seguintes elementos abaixo discriminados.

Marca Comercial	Características do Produto	Quantidade de Unidades
Grand Macnish 8 anos	Caixas com 12 garrafas de 1000 ml, 40% GL	8.640

ROMERO MAYNARD DE ARRUDA FALCÃO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO EQOEA/ALF-BHE Nº 4, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Certifica como Operador Econômico Autorizado a empresa que especifica.

O CHEFE DA EQUIPE DE GESTÃO DOS OPERADORES ECONÔMICOS AUTORIZADOS - EqOEA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE, instituída por meio da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, que aprova o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1985, de 29 de outubro de 2020, e tendo em vista o que consta no Requerimento 9412, resolve:

Art. 1º. Certificar como Operador Econômico Autorizado, em caráter precário, com prazo de validade indeterminado, na modalidade OEA-SEGURANÇA, como TRANSPORTADOR, a empresa AUTOPORT TRANSPORTES E LOGÍSTICA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.677.731/0001-15.

Art. 2º. Esta certificação é extensiva a todos os estabelecimentos da empresa supracitada.

Art. 3º. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BERNARDO COSTA PRATES SANTOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 73, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911, de 11/10/2019.

A Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil lotada na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n° 13031.150198/2022-70, declara:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica JAIBA L1 ENERGIAS RENOVAVEIS S A, inscrita no CNPJ n° 41.251.112/0001-00,para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 .

A Habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria nº 720 da SPE/MME, de 15/06/2021-DOU de 16/06/20211 e seus anexos de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Jaíba L1 - CEG: UFV.RS.MG.043163-0.01, Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.589 de 18 /02/ 2020, de titularidade da Interessada.

NOME DA PESSOA JURIDICA	JAIBA L1 ENERGIAS RENOVAVEIS S A
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	41.251.112/0001-00
NOME DO PROJETO	UFV Jaíba L1
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria nº 720 da SPE/MME, de 15/06/2021-DOU de 16/06/2021
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DA OBRA PORTARIA MME	De 07/01/2023 a 31/12/2023

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 3°. A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3°. Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 74, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911, de 11/10/2019.

A Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil lotada na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n° 13031.150201/2022-55, declara:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica JAIBA L2 ENERGIAS RENOVAVEIS S A, inscrita no CNPJ n° 41.251.138/0001-40, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 .

A Habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria nº 722 da SPE/MME, de 15/06/2021-DOU de 16/06/20211 e seus anexos de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Jaíba L2 - CEG: UFV.RS.MG.043152-4.01, Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.590 de 18 /02/ 2020, de titularidade da Interessada.

NOME DA PESSOA JURIDICA	JAIBA L2 ENERGIAS RENOVAVEIS S A
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	41.251.138/0001-40
NOME DO PROJETO	UFV Jaíba L2
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria nº 722 da SPE/MME, de 15/06/2021-DOU de 16/06/2021
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DA OBRA PORTARIA MME	De 07/01/2023 a 31/12/2023

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 3°. A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3°. Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 75, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911, de 11/10/2019.

A Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil lotada na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n° 13031.150203/2022-44, declara:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica JAIBA NE2 ENERGIAS RENOVAVEIS S A, inscrita no CNPJ n° 37.995.443/0001-70, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 .

A Habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria nº nº675 da SPE/MME, de 27/05/2021-DOU de 01/06/2021 e seus anexos de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Jaíba NE2 - CEG: UFV.RS.MG.043154-0.01,1, Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.591 de 18 /02/ 2020, de titularidade da Interessada.

NOME DA PESSOA JURIDICA	JAIBA NE2 ENERGIAS RENOVAVEIS S A
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	37.995.443/0001-70
NOME DO PROJETO	UFV Jaíba NE2
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria nº675 da SPE/MME, de 27/05/2021-DOU de 01/06/2021
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DA OBRA PORTARIA MME	De 07/01/2023 a 31/12/2023

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 3°. A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3°. Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 76, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911, de 11/10/2019.

A Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil lotada na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n° 13031.150204/2022-99 DECLARA:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica JAIBA NE3 ENERGIAS RENOVAVEIS S A, inscrita no CNPJ n° 37.995.485/0001-00 ,para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 .

A Habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria nº nº676 da SPE/MME, de 27/05/2021-DOU de 01/06/2021 e seus anexos de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Jaíba NE3 - CEG: UFV.RS.MG.043157-5.01, Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.592, de 18 /02/ 2020, de titularidade da Interessada.

NOME DA PESSOA JURIDICA	JAIBA NE3 ENERGIAS RENOVAVEIS S A
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	37.995.485/0001-00
NOME DO PROJETO	UFV Jaíba NE3
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria nº676 da SPE/MME, de 27/05/2021-DOU de 01/06/2021
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DA OBRA PORTARIA MME	De 07/01/2023 a 31/12/2023

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 3°. A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3°. Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 77, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911 de 11/10/2019.

A Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil lotada na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n° 13031.150207/2022-22 DECLARA:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica JAIBA NO2 ENERGIAS RENOVAVEIS S A, inscrita no CNPJ n° 37.995.506/0001-98, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 .

A Habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria nº nº677 da SPE/MME, de 27/05/2021-DOU de 01/06/2021 e seus anexos de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Jaíba NO2 - UFV.RS.MG.043153-2.01, Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.593, de 18 /02/ 2020,de titularidade da Interessada.

NOME DA PESSOA JURIDICA	JAIBA NO2 ENERGIAS RENOVAVEIS S A
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	37.995.506/0001-98
NOME DO PROJETO	UFV Jaíba NO2
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria nº677 da SPE/MME, de 27/05/2021-DOU de 01/06/2021
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DA OBRA PORTARIA MME	De 07/01/2023 a 31/12/2023

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 3°. A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3°. Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 78, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911 de 11/10/2019.

A Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil lotada na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n° 13031.241104/2022-71 declara:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica JAIBA NE1 ENERGIAS RENOVAVEIS S A, inscrita no CNPJ n° 35.581.894/0001-35, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 .

A Habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria nº681 da SPE/MME, de 27/05/2021-DOU de 31/05/2021 e seus anexos, que aprovou o projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Jaíba NE1 - CEG: UFV.RS.MG.043161-3.01, Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.331, de 05/11/2019, de titularidade da Interessada.

NOME DA PESSOA JURIDICA	JAIBA NE1 ENERGIAS RENOVAVEIS S A
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	35.581.894/0001-35
NOME DO PROJETO	UFV Jaíba NE1
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria nº681 da SPE/MME, de 27/05/2021-DOU de 31/05/2021
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DA OBRA PORTARIA MME	De 02/02/2022 a 01/12/2022

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 3°. A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3°. Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 79, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911, de 11/10/2019.

A Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil lotada na DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n° 13031.241196/2022-99 declara:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica JAIBA NO1 ENERGIAS RENOVAVEIS S A, inscrita no CNPJ n° 35.581.908/0001-10, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 .

A Habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria nº 680 da SPE/MME, de 27/05/2021-DOU de 31/05/2021 e seus anexos , que aprovou o projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Jaíba NO1 - CEG: UFV.RS.MG.043160-5.01, Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.333, de 05/11/2019de titularidade da Interessada.

NOME DA PESSOA JURIDICA	JAIBA NO1 ENERGIAS RENOVAVEIS S A
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	35.581.908/0001-10
NOME DO PROJETO	UFV Jaíba NO1
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria nº680 da SPE/MME, de 27/05/2021-DOU de 31/05/2021
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DA OBRA PORTARIA MME	De 02/02/2022 a 01/12/2022

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 3°. A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3°. Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 80, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911, de 11/10/2019.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n° 13031.150210/2022-46, declara:

Art. 1° .HABILITADA a pessoa jurídica JAIBA S ENERGIAS RENOVAVEIS S A, inscrita no CNPJ n° 37.995.524/0001-70 ,para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 .

A Habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria nº 678 da SPE/MME, de 27/05/2021-DOU de 31/05/2021 e seus anexos , que aprovou projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Jaíba S - CEG: UFV.RS.MG.043158-3.01, Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.594 de 18/02/2020 de titularidade da Interessada.

NOME DA PESSOA JURIDICA	JAIBA S ENERGIAS RENOVAVEIS S A
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	37.995.524/0001-70
NOME DO PROJETO	UFV Jaíba S
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria nº 678 da SPE/MME, de 27/05/2021-DOU de 31/05/2021
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DA OBRA PORTARIA MME	De 07/01/2023 a 31/12/2023

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 3°. A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3°. Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 81, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911, de 11/10/2019.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n° 13031.150212/2022-35, declara:

Art. 1° HABILITADA a pessoa jurídica JAIBA SE2 ENERGIAS RENOVAVEIS S A, inscrita no CNPJ n° 41.300.376/0001-07,para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 .

A Habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria nº 721 da SPE/MME, de 15/06/2021-DOU de 16/06/2021 e seus anexos, que aprovou projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Jaíba SE2 - CEG: UFV.RS.MG.043155-9.01, Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.595 de 18/02/2020 de titularidade da Interessada.

NOME DA PESSOA JURIDICA	JAIBA SE2 ENERGIAS RENOVAVEIS S A
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	41.300.376/0001-07
NOME DO PROJETO	UFV Jaíba SE2
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria nº 721 da SPE/MME, de 15/06/2021-DOU de 16/06/2021
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DA OBRA PORTARIA MME	De 07/01/2023 a 31/12/2023

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 3°. A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3°. Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 82, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911, de 11/10/2019.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n° 13031.150214/2022-24, declara:

Art.1°. HABILITADA a pessoa jurídica JAIBA SO ENERGIAS RENOVAVEIS S A, inscrita no CNPJ n° 37.998.154/0001-24 ,para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 .

A Habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria nº 679 da SPE/MME, de 27/05/2021-DOU de 31/05/2021 e seus anexos que aprovou projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Jaíba SO- CEG: UFV.RS.MG.043156-7.01, Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.596 de 18/02/2020 de titularidade da Interessada.

NOME DA PESSOA JURIDICA	JAIBA SO ENERGIAS RENOVAVEIS S A
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	37.998.154/0001-24
NOME DO PROJETO	UFV Jaíba SO

N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria nº 679 da SPE/MME, de 27/05/2021-DOU de 31/05/2021
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DA OBRA PORTARIA MME	De 07/01/2023 a 31/12/2023

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 3°. A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3°. Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/MONTES CLAROS/MG Nº 83, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Declara, a pessoa jurídica que menciona, Habilitada para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1911 de 11/10/2019.

A AUDITORA FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL LOTADA NA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MONTES CLAROS-MG no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo art. 1º e Anexo I da Portaria SRRF06 n°334 de 28/07/2020 e no art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil aprovado pela Portaria ME nº 284 de 27/07/ 2020 publicada no DOU- 30/07/ 2020, e Portaria RFB n°114 de 27/01/2022 nos art, 2° e 4° e tendo em vista o disposto nos arts.586°/587° da IN RFB nº1.911/2019-DOU de 15/10/2019 e, considerando o que consta do processo no processo n° 13031.242275/2022-17, declara:

Art.1°.HABILITADA a pessoa jurídica JAIBA O ENERGIAS RENOVAVEIS S A, inscrita no CNPJ n° 35.500.296/0001-94 ,para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei nº 11.488/ 2007 e regulamentado pelo Decreto nº 6.144/ 2007, consoante o disposto no art. 587, da Instrução Normativa RFB nº 1.911/2019 .

A Habilitação aqui concedida fica vinculada ao projeto aprovado pela Portaria nº 682 da SPE/MME, de 27/05/2021-DOU de 31/05/2021 e seus anexos que aprovou projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica Jaíba O- CEG: UFV.RS.MG.043159-1.01,, Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.332 de 05/11/2019 de titularidade da Interessada.

NOME DA PESSOA JURIDICA	JAIBA O ENERGIAS RENOVAVEIS S A
N° DE INSCRIÇÃO NO CNPJ	35.500.296/0001-94
NOME DO PROJETO	UFV Jaíba O
N° DA PORTARIA DE APROVAÇÃO DO PROJETO	Portaria nº 682 da SPE/MME, de 27/05/2021-DOU de 31/05/2021
SETOR DE INFRAESTRUTURA FAVORECIDO	ENERGIA
PRAZO DA OBRA PORTARIA MME	De 02/02/2022 a 01/12/2022

Art. 2°. A suspensão do PIS/PASEP e da COFINS pode ser usufruída no período de 5 (cinco) anos, contados da data da publicação deste Ato, ressalvado o disposto no art. 3°. A presente habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime (Decreto nº 6.144, de 2007, art. 10, inciso II).

Art. 3°. Concluída a execução do projeto, deverá ser solicitado, no prazo de trinta dias, o cancelamento da respectiva habilitação.

Art. 4°. A ausência da solicitação de que trata o art. 3° sujeita a pessoa jurídica à multa, nos termos da legislação aplicável.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ANA CRISTINA ANASTASIA MACHADO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE VITÓRIA

PORTARIA ALF/VIT Nº 3, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

Revoga a Portaria ALF/VIT nº 1, de 15 de fevereiro de 1993, que disciplinava a jornada de trabalho na Unidade.

O DELEGADO-ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DO PORTO DE VITÓRIA, no uso de suas atribuições regimentais previstas nos Arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, publicada no DOU nº 142, de 27 de julho de 2020, considerando as múltiplas alterações normativas ocorridas desde 1993, e que a Portaria ALF/VIT 001 de 15 de fevereiro de 1993 não fora formalmente revogada até o presente, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria ALF/VIT 001 de 15 de fevereiro de 1993.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ CLÁUDIO PEIXOTO LOBO

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/RJO Nº 17, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

Inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro.

O DELEGADO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil do Ministério da Economia, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e considerando o disposto no artigo 810 do Decreto nº 6759 de 05 de fevereiro de 2009, nos termos do artigo 12, da Instrução Normativa RFB nº 1209, de 07 de novembro de 2011. DECLARA:

Art. 1º A inscrição no Registro de Ajudante de Despachante Aduaneiro da seguinte pessoa física:

NOME	CPF	PROCESSO
MÁRCIO MOREIRA LIMA	117.326.307-12	13113.241288/2022-69

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PEDRO ANTÔNIO PEREIRA THIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/NIT Nº 25, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros dos CPFs que menciona.

O DELEGADO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NITERÓI NA 7ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência que lhe foi delegada pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010, com fundamento no § 3° do art. 810 do Decreto 6.759, de 5 de fevereiro de 2009, e nos termos do art. 12 da Instrução Normativa RFB nº 1.209, de 7 de novembro de 2011, combinado com o § 2º do art. 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012, resolve:

Art. 1° Incluir no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros, com fundamento no § 4º do art. 810 do Decreto nº 6759, de 5 de fevereiro de 2009 e alterado pelo Decreto nº 7213, de 15 de junho de 2010, os seguintes CPFs:

NOME	CPF	PROCESSO
IGOR DA SILVA ZANETTE	058.615.547-30	13113.120321/2022-18
PEDRO AUGUSTO AGUIAR AMARAL KLIER TEIXEIRA	120.369.987-55	13113.181410/2022-31

Art. 2° Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALEXANDRE CORREA LISBOA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

ATO DECLARATORIO EXECUTIVO Nº 9, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

(Concede Registro Especial para Produtor de Bebidas) Contribuinte: UNDERBERG DO BRASIL INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA Endereço: Rua XIV Mangueiras, 000, Lote 20 CEP: 26.900-000 - Mangueiras - Miguel Pereira - RJ CNPJ: 08.147.535/0002-82 Processos: 13113.130993/2022-31

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto no artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e o inciso II do § 1º do artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Que, em conformidade com os termos do despacho de 23/08/2022, exarado no processo administrativo nº 13113.130993/2022-31, fica o estabelecimento acima identificado, já inscrito como Produtor de Bebidas sob o nº 07104/027, no REGISTRO ESPECIAL previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, regulamentado pela IN RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, conforme o processo nº 10725.000879/2006-71, apto para realizar operações de produção dos seguintes produtos:

PRODUTO TIPO MARCA VOLUME DA GARRAFA

BEBIDA ALCOÓLICA POR MISTURA LICOR GURKTALER 700 ML

BEBIDA ALCOÓLICA RETIFICADA GIN SEMPER 750 ML

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ CARLOS DE ARAUJO

ATO DECLARATORIO EXECUTIVO Nº 10, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

(Concede Registro Especial para Engarrafador de Bebidas) Contribuinte: UNDERBERG DO BRASIL INDUSTRIA DE BEBIDAS LTDA Endereço: Rua XIV Mangueiras, 000, Lote 20 CEP: 26.900-000 - Mangueiras - Miguel Pereira - RJ CNPJ: 08.147.535/0002-82 Processos: 13113.130993/2022-31

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU, de acordo com o disposto no artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e o inciso II do § 1º do artigo 2º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, declara:

Art. 1º Que, em conformidade com os termos do despacho de 23/08/2022, exarado nos processo administrativo nº 13113.130993/2022-31, fica o estabelecimento acima identificado, já inscrito como Engarrafador de Bebidas sob o nº 07105/0037, no REGISTRO ESPECIAL previsto no art. 1º do Decreto-Lei nº 1.593, de 21 de dezembro de 1977, regulamentado pela IN RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, conforme o processo nº 10100.003044/1118-63, apto para realizar operações de engarrafamento dos seguintes produtos:

PRODUTO TIPO MARCA VOLUME DA GARRAFA

BEBIDA ALCOÓLICA POR MISTURA LICOR GURKTALER 700 ML

BEBIDA ALCOÓLICA RETIFICADA GIN SEMPER 750 ML

Art. 2º - Este Ato entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ CARLOS DE ARAUJO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DEFIS/DRF/VIT Nº 11, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Cancela Registro Especial para estabelecimento Engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM VITÓRIA-ES, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 360 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020 e, considerando o disposto no art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e, ainda, o que consta nos autos do processo administrativo nº 13768.000.141/94-47 declara:

Art. 1º CANCELADO, de ofício, o Registro Especial Bebidas - Engarrafador nº 07201/0199, concedido mediante Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 32, de 18/11/1999 e publicado no DOU de 19/03/2002 através do Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 10, de 08/02/2002, do estabelecimento da empresa INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AGUARDENTE GG LTDA, CNPJ 39.397.310/0001-27.

Art. 2º REVOGADO o Ato Declaratório Executivo-ADE DRF/VIT nº 32, de 18/11/1999.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO AUGUSTO ROELKE

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF08 Nº 40, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Altera o Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 29, de 06/07/2021

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284/2020, e com fundamento no artigo 82 da Instrução Normativa SRF nº 248/2002, na Portaria SRRF08 nº 705/2019 e no art. 6º da Portaria Coana nº 5/2021, e à vista do que consta do processo nº 13032.076540/2020-91, resolve:

Art. 1º. Fica alterado o artigo 2º do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 29, de 06/07/2021, publicado no D.O.U. em 09/07/2021, que passa a viger com a seguinte redação:

"Art. 2º. O recinto só poderá se beneficiar da dispensa das etapas quando utilizar como transportadora a empresa Amazon Transportes Ltda., CNPJ nº 01.661.770/0001-48, a empresa Aurora Terminais e Serviços Ltda., CNPJ nº 01.777.936/0001-96, e a empresa Brasmeg Transportes Ltda., CNPJ nº 13.520.755/0001-69, tendo em vista o sistema de monitoramento de veículos apresentado."

Art. 2º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MARCELO KOJI KAWABATA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SOROCABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08/RFB Nº 129, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Habilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, na Portaria SRRF08 n° 452, de 10 de junho de 2020, na Portaria DRF/SOR nº 19, de 15 de junho 2020 e no processo administrativo nº 13032.216681/2022-14, declara:

Art. 1º Habilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica ACUCAREIRA QUATA SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 60.855.574/0001-73.

Art. 2º A referida habilitação é específica ao Projeto UTE São José

2 (RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 11.302, DE 8 DE MARÇO DE 2022 e DESPACHO ANEEL Nº 194, DE 24 DE JANEIRO DE 2022), aprovado pela Portaria MME nº 167, de 14/05/2018, destinada ao setor de energia, sendo prazo estimado de execução da obra de 01/07/2021 a 01/02/2023. Matrícula CEI nº 90.009.44838/73.

Art. 3º No período de 5 (cinco) anos contados da data de publicação deste Ato Declaratório Executivo, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08ª/RFB Nº 130, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Coabilita ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI)

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019 e no processo administrativo nº 13032.305074/2022-28, declara:

Art. 1º Coabilitada ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI) a pessoa jurídica NOVA ENGEVIX ENGENHARIA E PROJETOS SA., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 00.103.582/0001-31.

Art. 2º A referida coabilitação é específica ao projeto UTE Híbrido Forte de São Joaquim (Autorizada pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 8.053, de 6 de agosto de 2019 - Leilão nº 01/2019-ANEEL), aprovado pela Portaria SPE nº 352, de 17/09/2020, destinada ao setor de Energia e cuja pessoa jurídica titular do projeto é Brasil Bio Fuels S.A., inscrita no cadastro CNPJ sob o nº 09.478.309/0001-66.

Art. 3º No período até 04/01/2026, a pessoa jurídica identificada no art. 1º poderá adquirir, locar e importar bens e adquirir e importar serviços com suspensão da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS, para incorporação ou utilização em obra de infraestrutura vinculada ao projeto identificado no art. 2°.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS RENAN FERREIRA RIBEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO BENFIS/EBEN/DEVAT/SRRF08/RFB Nº 131, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Habilita ao Regime Especial Tributário de suspensão do IPI nas aquisições de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem a pessoa jurídica preponderantemente exportadora.

O AUDITOR-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, considerando o disposto no art. 29, § 1º, inciso II da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, nos arts. 12 a 20 e 23 a 31 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, na Portaria ME n° 284, de 27 de julho de 2020, na Portaria DRFSorocaba nº 38, de 07 de outubro de 2020, na Portaria SRRF08 nº 127, de 18 de outubro de 2021, na Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022 e no processo administrativo nº 13042.041629/2021-06, declara:

Art. 1º Habilitada no Regime Especial Tributário de Suspensão do Imposto sobre Produtos Industrializados IPI nas aquisições de matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem a pessoa jurídica preponderantemente exportadora nos termos do art. 29, § 1º, inciso II da Lei nº 10.637, de 30 de dezembro de 2002, nos arts. 12 a 20 e 23 a 31 da Instrução Normativa RFB nº 948, de 15 de junho de 2009, sendo aplicável a todos os seus estabelecimentos:

Razão Social:	MN PROPOLIS INDUSTRIA COMERCIO E EXPORTACAO LTDA
CNPJ da Matriz:	73.068.611/0001-45

Art. 2º A pessoa jurídica adquirente deve declarar ao vendedor, de forma expressa e sob as penas da lei, que atende a todos os requisitos estabelecidos, bem como indicar o número deste ADE, que lhe concedeu o registro.

Art. 3º Nas notas fiscais relativas à venda a pessoa jurídica preponderantemente exportadora beneficiada com o regime de suspensão deverá constar a expressão "Saída com suspensão do IPI conforme art. 29, § 1º, II da Lei 10.637/2002 e o número do ADE correspondentes", vedado o destaque do imposto.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ROBERTO YUDHI TANAK

DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DECEX/SPO Nº 38, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

Concede habilitação no Regime Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped) à pessoa jurídica que especifica.

O DELEGADO DA DECEX/SPO - DELEGACIA DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SÃO PAULO, no uso das atribuições estabelecidas pela Portaria RFB nº 1215, de 23 de julho de 2020, anexo III e tendo em vista o disposto nos artigos 7º, 8º e 9º da Instrução Normativa RFB nº 1.612, de 26 de Janeiro de 2016, no artigo 4º, §1º da Portaria COANA nº 57, de 2 de outubro de 2019 e, ainda, o que consta no processo digital 13032.525292/2022-87(Despacho Decisório EQANA/DECEX/SPO nº72/2022), declara:

Art. 1ºFica a empresa LANDINI TRATORES DO BRASIL LTDA, por meio dos estabelecimentos(CNPJ):

1)-19.810.527/0001-00; e

2)-19.810.527/0002-90.

Habilitada a operar o Regime Especial de Entreposto Industrial sob Controle Informatizado do Sistema Público de Escrituração Digital (Recof-Sped), nos termos e condições estabelecidos pela Instrução Normativa RFB n° 1.612, de 26 de janeiro de 2016, e pela Portaria Coana nº 57, de 02 de outubro de 2019.

Art. 2º A habilitação a que se refere o artigo anterior é concedida a título precário, podendo ser cancelada ou suspensa a qualquer momento, nos casos de descumprimento das condições estabelecidas ou de infringência de disposições legais ou regulamentares, sem prejuízo da aplicação de penalidade específica.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

GUILHERME BIBIANI NETO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
EQUIPE DE GESTÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO E DO DIREITO CREDITÓRIO 4

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 122, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Concede habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap à pessoa jurídica que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e nos arts. 562 a 569 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do dossiê nº 10906.132569/2022-15, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap, na condição de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, nos termos do caput do art. 13 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para a pessoa jurídica INDUSTRIA DE MOVEIS 3 IRMAOS SOCIEDADE ANONIMA, CNPJ nº 82.767.641/0001-30.

Art. 2º O benefício de que trata o artigo anterior poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 3 (três) anos contados da data de adesão ao Recap e aplica-se a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º Os bens amparados por este regime especial, conforme o art. 16 da Lei nº 11.196/2005, são apenas aqueles relacionados no anexo ao Decreto nº 5.789, de 25 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.581, de 26 de setembro de 2008.

Art. 4º Caso se apure que a beneficiária não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão, fica sujeita ao cancelamento de ofício da presente habilitação, nos termos do art. 8º do Decreto nº 5.649/2005 e do art. 571 da IN RFB nº 1.911/2009.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 123, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Concede habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap à pessoa jurídica que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, em exercício na Equipe de Gestão do Crédito Tributário e do Direito Creditório 4 da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Curitiba, no uso das atribuições que lhe conferem a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 (Redação dada pela Lei nº 11.457, de 2007), o inciso IV do art. 303 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, os arts. 1º e 7º da Portaria SRRF09 nº 482, de 30 de julho de 2020, e os arts. 2º e 4º da Portaria RFB nº 114, de 27 de janeiro de 2022, tendo em vista o disposto nos arts. 12 a 16 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005 e nos arts. 562 a 569 da IN RFB nº 1.911, de 11 de outubro de 2019, e o que consta do dossiê nº 10906.232746/2022-54, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Aquisição de Bens de Capital para Empresas Exportadoras - Recap, na condição de pessoa jurídica preponderantemente exportadora, nos termos do caput do art. 13 da Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para a pessoa jurídica LAMINADOS DIWAL LTDA, CNPJ nº 03.509.540/0001-93.

Art. 2º O benefício de que trata o artigo anterior poderá ser usufruído nas aquisições e importações realizadas no período de 3 (três) anos contados da data de adesão ao Recap e aplica-se a todos os seus estabelecimentos.

Art. 3º Os bens amparados por este regime especial, conforme o art. 16 da Lei nº 11.196/2005, são apenas aqueles relacionados no anexo ao Decreto nº 5.789, de 25 de maio de 2006, com a redação dada pelo Decreto nº 6.581, de 26 de setembro de 2008.

Art. 4º Caso se apure que a beneficiária não satisfazia ou deixou de satisfazer, ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão, fica sujeita ao cancelamento de ofício da presente habilitação, nos termos do art. 8º do Decreto nº 5.649/2005 e do art. 571 da IN RFB nº 1.911/2009.

Art. 5º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

TAÍS BRITO SANTANA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/FNS Nº 24, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Autoriza o fornecimento de selos de controle de bebidas para importação.

O DELEGADO ADJUNTO, no uso das atribuições que, por meio do artigo 10, lhe conferem o artigo 290 e pelo inciso II do § 1º do artigo 299 combinados com o inciso III do artigo 360, todos esses do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, e tendo em vista o disposto no artigo 51 da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, no artigo 336 do Decreto nº 7.212, de 15 de junho de 2010, e considerando os pedidos formulados nos autos do processo 11516.720668/2020-35 pela empresa COLUMBIA TRADING SA, CNPJ 46.548.574/0005-23, portadora do Registro Especial de Importador de Bebidas Alcoólicas de nº 09201/054, estabelecida na Rua Uruguai 223 Sala 1014, bairro Centro, Itajaí (SC), CEP 88302-201, declara:

Art. 1º Autorizado o fornecimento de 669.450 (seiscentos e sessenta e nove mil, quatrocentos e cinquenta) selos de controle tipo e cor UÍSQUE AMARELO, Código 9829-14, para produto estrangeiro a ser selado no exterior, relativos aos pedidos de fls. 5240/5250 e 5255/5414, especificações e quantidades abaixo indicadas:

Unidades	Caixas	Marca Comercial	Características do produto
22.440	3.740	Gentleman Jack SS	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 1000 ml cada.
459.360	38.280	Jack Daniel´s	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 12 garrafas de 1000 ml cada.
165.600	6.900	Jack Daniel´s Black LB Square	Uísque americano, 40% GL, idade até 8 anos, em caixas de 24 garrafas de 375 ml cada.
8.850	1.475	Jack Daniel´s Single Barrel	Uísque americano, 47% GL, idade até 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 750 ml cada.
13.200	2.200	Woodford Reserve	Uísque americano, 43,2% GL, idade até 8 anos, em caixas de 6 garrafas de 750 ml cada.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DOUGLAS BARBOSA LUCAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO DRF/FNS Nº 25, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Concede Registro Especial a engarrafador de bebidas alcoólicas.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 10, caput e 360, inciso III, ambos da Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no artigo 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013 e de acordo com contido no processo nº 10906.292536/2022-15, declara:

Art. 1º - Inscrito no Registro Especial, na atividade de ENGARRAFADOR de bebidas alcoólicas, sob nº 09201/0199, o estabelecimento da empresa Flor da Cana Cachaçaria Comércio e Transporte de Açúcar - Eireli, inscrito no CNPJ sob o número 13.313.299/0001-86, situado na Rua Fratelli Signorelli 411, Ribeirão da Onça, município de Luiz Alves/SC.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

DOUGLAS BARBOSA LUCAS

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA
SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/CTA Nº 42, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Inclusão no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros

O CHEFE DA SEÇÃO DE CONTROLE DE INTERVENIENTES, CARGA E TRÂNSITO ADUANEIRO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA - SACIT/ALF/CURITIBA, no uso da competência conferida pelo § 3º do art. 810 do Decreto nº 6.759, de 5 de fevereiro de 2009 (Regulamento Aduaneiro), alterado pelo Decreto nº 7.213, de 15 de junho de 2010 e pelos poderes delegados pela Portaria ALF/CTA n° 3, de 12 de fevereiro de 2021, resolve:

Art. 1º Incluir no Registro de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros a seguinte pessoa física:

-CLEBER VIONE SPEROTTO, CPF nº 936.287.060-68, Processo nº 10906.314124/2022-43.

-DANIELA KIMURA PINHEIRO, CPF nº 034.807.769-65, Processo nº 15165.721729/2022-21.

Art. 2º Os Ajudantes de Despachantes Aduaneiros supramencionados deverão incluir seus dados cadastrais, mediante utilização de certificado digital, no Cadastro Aduaneiro Informatizado de Intervenientes no Comércio Exterior - sistema CAD-ADUANA, para fins de efetivação no Registro Informatizado de Ajudantes de Despachantes Aduaneiros. O número de registro do Ajudante de Despachante Aduaneiro corresponderá ao mesmo número do seu Cadastro de Pessoa Física (CPF) na RFB, de acordo com a IN RFB nº 1.273, de 6 de junho de 2012.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RAPHAEL SCHEFFER CONTIN

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 10ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO SRRF10 Nº 11, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

Cancela, a pedido, a concessão do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 da Instrução Normativa RFB nº 2.075, de 23 de março de 2022, e tendo em vista o constante no processo nº 13033.034581/2019-66, declara:

Art. 1º Fica cancelada, a pedido, a concessão do regime aduaneiro especial de loja franca em fronteira terrestre do estabelecimento da empresa DFA Brasil Comércio e Distribuição Ltda., inscrito no CNPJ sob o número 20.422.292/0029-69, localizado no município de Uruguaiana/RS.

Art. 2º Fica revogado o Ato Declaratório Executivo SRRF10 nº 27, de 25 de novembro de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 2 de dezembro de 2019.

Art. 3º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

PORTARIA SRRF10 Nº 137, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Altera a Portaria SRRF10 nº 17, de 12 de março de 2021, que delega competências no âmbito da 10ª Região Fiscal.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 10ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 359 e 364 do Regimento Interno da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria ME nº 284, de 27 de julho de 2020, tendo em vista o disposto no art. 75, incisos I e II, da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no art. 97, inciso IV, da Portaria RFB nº 200, de 18 de julho de 2022,

no art. 19 da Portaria RFB nº 20, de 5 de abril de 2021, e considerando o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentados pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, resolve:

Art. 1º A Portaria SRRF10 nº 17, de 12 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 16 de março de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º Fica subdelegada competência ao Superintendente-Adjunto substituto do Superintendente da Receita Federal do Brasil da 10ª Região Fiscal para a prática dos atos previstos no art. 97, inciso IV, da Portaria RFB nº 200, de 18 de julho de 2022, observado o disposto nessa mesma Portaria e nas demais normas pertinentes a destinação de mercadorias apreendidas." (NR)

"Art. 5º .....

VII - autorizar a realização de licitações para contratações que envolvam valores situados dentro dos limites estabelecidos, conforme o objeto da contratação, nos incisos I e II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021." (NR)

"Art. 9º-A Fica delegada competência aos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil em exercício na SRRF10 para, em relação aos processos administrativos e às ações fiscais sob sua responsabilidade, expedir ofícios, conforme o disposto no art. 19 da Portaria RFB nº 20, de 5 de abril de 2021, inclusive em atendimento a requisições, intimações e pedidos de informações em geral, internos ou externos, observadas as limitações impostas pela legislação vigente." (NR)

Art. 2º Esta Portaria será publicada no Diário Oficial da União e entrará em vigor em 1º de setembro de 2022.

ALTEMIR LINHARES DE MELO

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 10.007, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Física - IRPF

TABELIÃO. REGISTRADOR. INTERINIDADE. RENDIMENTOS. TRIBUTAÇÃO. CARNÊ-LEÃO. COMPENSAÇÃO POR ATOS GRATUITOS. INCIDÊNCIA NA FONTE.

Os rendimentos auferidos pelos serventuários designados durante o período de vacância de serventias extrajudiciais caracterizam-se como rendimentos do trabalho não assalariado, obedecidos os critérios de apuração e o limite máximo fixado para a remuneração (90,25% dos subsídios dos Ministros do Supremo Tribunal Federal).

Os serventuários da Justiça que recebem somente emolumentos e custas estão sujeitos ao pagamento mensal obrigatório (carnê-leão) do imposto sobre a renda incidente sobre o valor da remuneração; os que recebem compensação pelos atos gratuitos, além de emolumentos e custas, estão sujeitos ao pagamento mensal do imposto sobre a renda incidente sobre o valor destes (emolumentos e custas) e à retenção do imposto sobre a renda na fonte sobre o valor da compensação.

SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA ÀS SOLUÇÕES DE CONSULTA COSIT Nº 55, DE 19 DE JANEIRO DE 2017, Nº 62, DE 23 DE JUNHO DE 2020, E Nº 127, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020.

Dispositivos Legais: Lei nº 7.713, de 1988, arts. 7º, inciso II, e 8º; Regulamento do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (RIR/2018), aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 2018, arts. 38, inciso IV, 118, inciso I, e 685.

Dispositivos Legais: Lei nº 7.713, de 1988, arts. 7º, inciso II, e 8º; Regulamento do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (RIR/2018), aprovado pelo Decreto nº 9.580, de 2018, arts. 38, inciso IV, 118, inciso I, e 685.

IOLANDA MARIA BINS PERIN
Chefe

SECRETARIA ESPECIAL DO TESOURO E ORÇAMENTO

DESPACHO DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 17944.103038/2022-08
Interessado: Estado do Pará.
Assunto: Minutas de contrato de garantia e de contragarantia à operação de crédito interna, a ser celebrada entre o Estado do Pará e o Banco de Brasília - BRB, no valor de R$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais), cujos recursos serão destinados à execução de Projeto de investimento na área de Desenvolvimento Urbano, Eixo Mobilidade, no Estado do Pará, denominado "Asfalto por Todo Pará II", conforme autorização dada pela Lei Estadual nº 9.518, de 06/04/2022, alterada pela Lei Estadual nº 9.613, de 06/06/2022.
Despacho: Aprovo o PARECER SEI Nº 12044/2022/ME, de 19/08/2022, da Secretaria do Tesouro Nacional.

Tendo em vista as manifestações da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, certifico o cumprimento das condições estabelecidas no art. 1º da Portaria ME nº 198, de 25 de abril de 2019, ressalvada a necessidade de verificação, pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do disposto nos incisos II e III do § 6º do art. 2º da Portaria ME nº 5.194, de 8 de junho de 2022, além da formalização do respectivo contrato de contragarantia.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR
Secretário Especial do Tesouro e Orçamento

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA-EXECUTIVA

ATO DECLARATÓRIO Nº 30, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Ratifica Convênios ICMS aprovados na 359ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 09.08.2022 e publicados no DOU no dia 10.08.2022.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, com fulcro no art. 5º da Lei Complementar nº 24, de 7 de janeiro de 1975, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso X do art. 5º e pelo parágrafo único do art. 37 do Regimento desse Conselho, declara ratificados os convênios ICMS a seguir identificados, celebrados na 359ª Reunião Extraordinária do CONFAZ, realizada no dia 9 de agosto de 2022:

CONVÊNIO ICMS n° 121/22 - Autoriza o Estado do Ceará a conceder isenção do ICMS relativo ao diferencial de alíquotas e isenção nas operações com máquinas, aparelhos e equipamentos, suas partes, peças e outros materiais destinados à instalação e operação de tancagem e bases de distribuição para movimentação de combustíveis e lubrificantes derivados ou não do Petróleo, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), no Estado do Ceará;

CONVÊNIO ICMS n° 122/22 - Altera o Convênio ICMS nº 102/21, que autoriza as unidades federadas que menciona a conceder isenção do ICMS nas saídas internas promovidas por produtores enquadrados na agricultura familiar ou na agroindústria familiar, bem como crédito presumido nas entradas de produtos fornecidos por agroindústria familiar, nas condições que especifica.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

ATO COTEPE/ICMS Nº 76, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Altera o Ato COTEPE/ICMS nº 74/22, que divulga a base de cálculo do ICMS, para fins de substituição tributária, nas operações com Diesel S10 e Óleo Diesel.

O Diretor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe confere o inciso XIII do art. 12 e o art. 35 do Regimento da Comissão Técnica Permanente do ICMS - COTEPE/ICMS, de 12 de dezembro de 1997, por este ato, tendo em vista o disposto no art. 7º da Lei Complementar nº 192, 11 de março de 2022, bem como na cláusula segunda do Convênio ICMS nº 81, 28 de junho de 2022,

CONSIDERANDO a decisão judicial prolatada em caráter cautelar no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7164 pelo Min. André Mendonça, e

CONSIDERANDO os valores da média móvel dos preços médios praticados ao consumidor final nos 60 (sessenta) meses anteriores a sua fixação, recebido da Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná no dia 26 de agosto de 2022, registrado no Processo SEI nº 12004.100589/2022-16, torna público:

Art. 1º O item 18 do Ato COTEPE/ICMS nº 74, de 24 de agosto de 2022, referente ao Estado do Paraná, passa a vigorar com a seguinte redação:

"

ITEM	UF	DIESEL S10 (R$/ litro)	ÓLEO DIESEL (R$/ litro)
1**8**	PR	*3,9104	*3,8236

" .

Art. 2º Este ato entra em vigor na data da sua publicação no Diário Oficial da União.

CARLOS HENRIQUE DE AZEVEDO OLIVEIRA

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE NORMAS CONTÁBEIS E DE AUDITORIA

ATO DECLARATÓRIO CVM Nº 20.099, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O Superintendente de Normas Contábeis e de Auditoria da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência que lhe foi delegada através da Deliberação CVM Nº 176, de 03 de fevereiro de 1995, e tendo em vista o disposto no artigo 12 da Resolução CVM Nº 23, de 25 de fevereiro de 2021, declara REGISTRADO na Comissão de Valores Mobiliários, a partir de 22/08/2022, e autorizado a exercer a atividade de auditoria independente no âmbito do mercado de valores mobiliários, de acordo com as Leis Nos 6385/76 e 6404/76, o Auditor Independente a seguir referido:

Auditor Independente - Pessoa Jurídica
TSA AUDITORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES
CNPJ: 05.750.330.0001/18

PAULO ROBERTO GONÇALVES FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE SUPERVISÃO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS
GERÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO DE INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Nº 20.103 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza GERSON MINEO SAKAGUTI, CPF nº 021.975.468-30, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.104 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, cancela, a pedido, a autorização concedida a GEORGES KALACHE NETTO, CPF nº 045.384.799-42, para prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.105 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza PAULO ANDRÉ OLIVEIRA SANTOS, CPF nº 074.166.036-92, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.106 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza ISABELA VIEIRA DE CAMARGO BARROS, CPF nº 049.068.321-56, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.107 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza JOÃO FRANCISCO COELHO DE ALBUQUERQUE FIGUEIREDO, CPF nº 152.609.717-60, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.108 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza MARCO ANTONIO ARAÚJO SALES, CPF nº 696.322.002-68, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.109 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza a MODAL GESTÃO DE RECURSOS LTDA., CNPJ nº 19.395.898, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.110 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza VICTOR HUGO SUDRE BETTE, CPF nº 059.769.276-96, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.111 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza JOSÉ ANTONIO DIAS DA SILVA, CPF nº 311.647.808-24, a prestar os serviços de Consultor de Valores Mobiliários, previstos na Resolução CVM nº 19, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

ATOS DECLARATÓRIOS CVM DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Nº 20.112 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza TULIO NOGUEIRA MENEZES FERREIRA, CPF nº 105.678.266-86, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.113 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza ANTONIO CARLOS MARTINS DE SIQUEIRA, CPF nº 305.120.798-54, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

Nº 20.114 - O Gerente de Acompanhamento de Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência dada pela Resolução CVM nº 24, de 5 de março de 2021, autoriza RAFAEL DANIGNO DE PAULA E SILVA, CPF nº 006.748.881-11, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Resolução CVM nº 21, de 25 de fevereiro de 2021.

ARTUR PEREIRA DE SOUZA

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Inmetro nº 140, de 21 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 30 de março de 2022, páginas 154 a 177, seção 1:

1) No § 1º do Art. 15,

Onde se lê:

"....."

§ 1º Independentemente dos prazos previstos no art. 13 e os acima dispostos, os fabricantes e importadores de inversores abrangidos no inciso II do § 1º do art. 4º deverão atender os requisitos técnicos de emissão de perturbação de radiofrequências previstos no subitem 5.7 do Regulamento Técnico da Qualidade ora aprovado, no prazo de 12 (doze meses) contados da data de vigência desta Portaria.".

Leia-se:

"....."

§ 1º Independentemente dos prazos previstos no art. 13 e os acima dispostos, os fabricantes e importadores de inversores abrangidos no inciso IV do § 1º do art. 4º deverão atender os requisitos técnicos de emissão de perturbação de radiofrequências previstos no subitem 5.7 do Regulamento Técnico da Qualidade ora aprovado, no prazo de 12 (doze meses) contados da data de vigência desta Portaria."

2) No Art. 16,

Onde se lê:

"Art. 16. Independentemente dos prazos previstos no art. 13, os fabricantes e importadores de controladores abrangidos no inciso IV do § 1º do art. 4º deverão atender os requisitos técnicos de emissão de perturbação de radiofrequências previstos no subitem 5.7 do Regulamento Técnico da Qualidade ora aprovado, no prazo de 12 (doze meses) contados da data de vigência desta Portaria."

Leia-se:

"Art. 16. Independentemente dos prazos previstos no art. 13, os fabricantes e importadores de controladores abrangidos no inciso II do § 1º do art. 4º deverão atender os requisitos técnicos de emissão de perturbação de radiofrequências previstos no subitem 5.7 do Regulamento Técnico da Qualidade ora aprovado, no prazo de 12 (doze meses) contados da data de vigência desta Portaria."

2) No Art. 20,

Onde se lê:

"Art. 20. Ficam revogados:

I - Portaria Inmetro nº 4, de 4 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 5 de janeiro de 2011, seção 1, página 59, no prazo de 36 (trinta e seis) meses contados da data de vigência desta Portaria;

II - Portaria Inmetro nº 357, de 1 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 4 de agosto de 2014, seção 1, página 104, no prazo de 36 (trinta e seis) meses contados da data de vigência desta Portaria;

III - Portaria Inmetro nº 17, de 14 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 1, páginas 46 a 47, no prazo de 36 (trinta e seis) meses contados da data de vigência desta Portaria;

IV - art. 2º da Portaria Inmetro nº 520, de 18 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 06 de janeiro de 2020, seção 1, página 16; na data de vigência desta Portaria;

V - Portaria Inmetro nº 520, de 18 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 06 de janeiro de 2020, seção 1, página 16; no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de vigência desta Portaria; e

VI - Portaria Inmetro nº 521, de 18 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 06 de janeiro de 2020, seção 1, página 16, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de vigência desta Portaria."

Leia-se:

"Art. 20. Ficam revogados:

I - Portaria Inmetro nº 4, de 4 de janeiro de 2011, publicada no Diário Oficial da União de 5 de janeiro de 2011, seção 1, página 59, no prazo de 36 (trinta e seis) meses contados da data de vigência desta Portaria;

II - Portaria Inmetro nº 357, de 1 de agosto de 2014, publicada no Diário Oficial da União de 4 de agosto de 2014, seção 1, página 104, no prazo de 36 (trinta e seis) meses contados da data de vigência desta Portaria;

III - Portaria Inmetro nº 17, de 14 de janeiro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 15 de janeiro de 2016, seção 1, páginas 46 a 47, no prazo de 36 (trinta e seis) meses contados da data de vigência desta Portaria;

IV - art. 2º da Portaria Inmetro nº 520, de 18 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 06 de janeiro de 2020, seção 1, página 16; na data de vigência desta Portaria;

V - Portaria Inmetro nº 520, de 18 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 06 de janeiro de 2020, seção 1, página 16; no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de vigência desta Portaria;

VI - Portaria Inmetro nº 521, de 18 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 06 de janeiro de 2020, seção 1, página 16, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de vigência desta Portaria; e

VII - Portaria Inmetro nº 224, de 21 de junho de 2020, publicada no Diário Oficial da União de 13 de julho de 2020, seção 1, página 23, no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de vigência desta Portaria."

3) Na Tabela 10 do Anexo I - Regulamento Técnico da Qualidade para Equipamentos de Geração, Condicionamento e Armazenamento de Energia Elétrica em Sistemas Fotovoltaicos,

Onde se lê:

Tabela 10 - Requisitos de imunidade a variações transitórias de frequência quando o inversor on-grid injeta potência na rede

Frequência (Hz)	Temporização Padrão (s)	Potência fornecida pelo inversor
f ≤ 56,9	0,1	Não exigido
56,9 < f ≤ 57,4	5,0	Conforme subitem 5.4.18
60,2 < f ≤ 62,6	Operação contínua	Condição normal de operação, atendendo adicionalmente os subitens 5.4.18 e 5.4.19
62,6 < f ≤ 63,1	10,0	Conforme subitem 5.4.19
63,1 ≤ f	0,1	Não exigido

"

Leia-se:

"Tabela 10 - Requisitos de imunidade a variações transitórias de frequência quando o inversor on-grid injeta potência na rede."

Frequência (Hz)	Suportabilidade mínima (s)	Potência fornecida pelo inversor
f ≤ 56,9	Não exigido	Não exigido
56,9 < f ≤ 57,4	5,0	Conforme subitem 5.4.18
57,4 < f ≤ 62,6	Operação contínua	Condição normal de operação, atendendo adicionalmente os subitens 5.4.18 e 5.4.19
62,6 < f ≤ 63,1	10,0	Conforme subitem 5.4.19
63,1 ≤ f	Não exigido	Não exigido

"

5) Na Nota do subitem 5.3.2 do Anexo I,

Onde se lê:

"Nota: No caso específico de monoblocos chumbo-ácidos tipo sem manutenção, que não permitem a reposição de água, sua vida em ciclos é reduzida. O número mínimo da sequência completa do ciclo de Fases A+B (150 ciclos) dever ser igual ou maior que 1 e a capacidade real deve ser igual ou superior a 80% da capacidade nominal especificada pelo fabricante no regime de descarga nominal."

Leia-se:

"Nota: No caso específico de monoblocos chumbo-ácidos tipo ventilado sem manutenção, que não permitem a reposição de água, sua vida em ciclos é reduzida. O número mínimo da sequência completa do ciclo de Fases A+B (150 ciclos) dever ser igual ou maior que 1 e a capacidade real deve ser igual ou superior a 80% da capacidade nominal especificada pelo fabricante no regime de descarga nominal."

6) No subitem 6.1.1.3.1 do Anexo II - Requisitos de Avaliação da Conformidade para Equipamentos de Geração, Condicionamento e Armazenamento de Energia Elétrica em Sistemas Fotovoltaicos,

Onde se lê:

"6.1.1.3.1 Os critérios para a definição do laboratório devem seguir devem seguir o estabelecido no RGDF Produtos, exceto pelo que segue."

Leia-se:

"6.1.1.3.1 Os critérios para a definição do laboratório devem seguir o estabelecido no RGDF Produtos, exceto pelo que segue."

7) Na Tabela 11 do Anexo I,

Onde se lê:

"Tabela 11 - Requisitos de imunidade a variações transitórias de tensão quando o inversor on-grid injeta potência na rede."

Tensão (p.u.)	Temporização padrão (s)	Potência fornecida pelo inversor
U ≤ 0,20	0,02	Não exigido
0,20 < U ≤ 0,50	0,5	Não exigido
0,50 < U ≤ 0,80	2,5	Pode ser reduzida desde que a corrente injetada seja igual ou maior à corrente pré-falha
0,80 < U < 1,12	Operação contínua	Condição normal de operação
1,12 ≤ U < 1,18	1,0	Não exigido
1,18 ≤ U	0,02	Não exigido

"

Leia-se:

"Tabela 11 - Requisitos de imunidade a variações transitórias de tensão quando o inversor on-grid injeta potência na rede."

Tensão (p.u.)	Suportabilidade mínima (s)	Potência fornecida pelo inversor
U ≤ 0,20	Não exigido	Não exigido
0,20 < U ≤ 0,50	0,5	Não exigido
0,50 < U ≤ 0,80	2,5	Pode ser reduzida desde que a corrente injetada seja igual ou maior à corrente pré-falha
0,80 < U < 1,12	Operação contínua	Condição normal de operação
1,12 ≤ U < 1,18	1,0	Não exigido
1,18 ≤ U	Não exigido	Não exigido

".

8) Na Nota do subitem 5.3.2 do Anexo I,

Onde se lê:

"Nota: No caso específico de monoblocos chumbo-ácidos tipo sem manutenção, que não permitem a reposição de água, sua vida em ciclos é reduzida. O número mínimo da sequência completa do ciclo de Fases A+B (150 ciclos) dever ser igual ou maior que 1 e a capacidade real deve ser igual ou superior a 80% da capacidade nominal especificada pelo fabricante no regime de descarga nominal."

Leia-se:

"Nota: No caso específico de monoblocos chumbo-ácidos tipo ventilado sem manutenção, que não permitem a reposição de água, sua vida em ciclos é reduzida. O número mínimo da sequência completa do ciclo de Fases A+B (150 ciclos) dever ser igual ou maior que 1 e a capacidade real deve ser igual ou superior a 80% da capacidade nominal especificada pelo fabricante no regime de descarga nominal.";

9) No subitem 6.1.1.3.1 do Anexo II,

Onde se lê:

"6.1.1.3.1 Os critérios para a definição do laboratório devem seguir devem seguir o estabelecido no RGDF Produtos, exceto pelo que segue."

Leia-se:

"6.1.1.3.1 Os critérios para a definição do laboratório devem seguir o estabelecido no RGDF Produtos, exceto pelo que segue.";

10) Na Tabela 1 - Definição dos Ensaios do item 3, no Anexo Específico B do Anexo II,

Onde se lê:

"Tabela 1 - Definição dos ensaios."

Item do RTQ	Ensaios/ Procedimentos	Procedimento		Etapas da Avaliação da Conformidade		
		Base Normativa	Item	Inicial	Manutenção	Renovação
				Mês 0	36 meses	72 meses
5.2.4 6.2 6.4	1. Inspeção Visual	Anexo Específico B (Anexo B)	4	Todos os ensaios realizados no modelo	Ensaios 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 11 realizados no modelo	Todos os ensaios realizados no modelo
5.2.1	2. Proteção Contra Sobretensão nos Terminais do Gerador FV		6.1			
5.2.1	3. Proteção Contra Inversão de Polaridade do Gerador FV		6.2			
5.2.1	4. Proteção Contra Inversão de Polaridade da Bateria		6.3			
5.2.1	5. Proteção Contra Inversão na Sequência de Conexão Bateria e Gerador FV		6.4			
5.2.1	6. Proteção Contra Curto-circuito na Carga		6.5			
5.2.2	7. Autoconsumo		7.1			
5.2.3	8. Perdas Internas entre os Terminais do Gerador FV e os da Bateria		7.2			
5.2.3	9. Perdas Internas entre os Terminais da Bateria e os da Carga		7.3			
5.2.1	10. Determinação dos valores HVD e HVR	Anexo Específico B (Anexo B	7.4	Todos os ensaios realizados no modelo	Ensaios 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 11 realizados no modelo	Todos os ensaios realizados no modelo
5.2.1	11. Determinação dos valores HVD e HVR - compensação por temperatura		7.5			
5.2.1	12. Determinação dos valores LVD e LVR		7.6			

Leia-se:

"Tabela 1 - Definição dos ensaios."

Item do RTQ	Ensaios/ Procedimentos	Procedimento		Etapas da Avaliação da Conformidade		
		Base Normativa	Item	Inicial	Manutenção	Renovação
				Mês 0	36 meses	72 meses
6.2 6.4	1. Inspeção Visual	Anexo Específico B (Anexo B)	4	Todos os ensaios realizados no modelo	Ensaios 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 11 realizados no modelo	Todos os ensaios realizados no modelo
5.2.1	2. Proteção Contra Sobretensão nos Terminais do Gerador FV		6.1			
5.2.1	3. Proteção Contra Inversão de Polaridade do Gerador FV		6.2			
5.2.1	4. Proteção Contra Inversão de Polaridade da Bateria		6.3			
5.2.1	5. Proteção Contra Inversão na Sequência de Conexão Bateria e Gerador FV		6.4			
5.2.1	6. Proteção Contra Curto-circuito na Carga		6.5			
5.2.2	7. Autoconsumo		7.1			
5.2.3	8. Perdas Internas entre os Terminais do Gerador FV e os da Bateria		7.2			
5.2.3	9. Perdas Internas entre os Terminais da Bateria e os da Carga		7.3			
5.2.1	10. Determinação dos valores HVD e HVR	Anexo Específico B (Anexo B	7.4	Todos os ensaios realizados no modelo	Ensaios 1, 2, 3, 4, 5, 6, 9, 11 realizados no modelo	Todos os ensaios realizados no modelo
5.2.1	11. Determinação dos valores HVD e HVR - compensação por temperatura		7.5			
5.2.1	12. Determinação dos valores LVD e LVR		7.6			

".

11) No subitem 3.2.3 do Anexo B, No Anexo Específico D do Anexo II,

Onde se lê:

"3.2.3 O inversor é considerado conforme se, durante todo o período do ensaio, sem interrupções, fornecer na porta de conexão à rede uma potência ativa média, medida em janelas de 5 min, igual à potência nominal do equipamento, com tolerância de ±2,5%."

Leia-se:

"3.2.3 O inversor é considerado conforme se, durante todo o período do ensaio, sem interrupções, fornecer na porta de conexão à rede uma potência ativa média, medida em janelas de 5 min, igual à potência nominal do equipamento, com tolerância de ±2,0%.";

12)Na alínea "k" do subitem 3.7.2 do Anexo B, no Anexo Específico D do Anexo II,

Onde se lê:

"k) Elevar a frequência da rede para 57,5 Hz;"

Leia-se:

"k) Reduzir a frequência da rede para 57,5 Hz";

13) No subitem 1.2.1 do Anexo B, no Anexo Específico E do Anexo II,

Onde se lê:

"1.2.1. Caso o inversor on-grid com bateria possibilite o uso de diferentes tipos de baterias, os ensaios que envolvem o banco de baterias devem ser efetuados em baterias do tipo chumbo-ácido. Caso o inversor on-grid com bateria não tenha a possibilidade de usar as baterias do tipo chumbo-ácido, os ensaios devem ser efetuados conforme uma das tecnologias de bateria suportadas pelo ESE, a critério do fornecedor."

Leia-se:

"1.2.1. Caso o inversor on-grid com bateria ou inversor off-grid possibilite o uso de diferentes tipos de baterias, os ensaios que envolvem o banco de baterias devem ser efetuados em baterias do tipo chumbo-ácido. Caso o inversor on-grid com bateria ou inversor off-grid não tenha a possibilidade de usar as baterias do tipo chumbo-ácido, os ensaios devem ser efetuados conforme uma das tecnologias de bateria suportadas pelo ESE, a critério do fornecedor.";

14) Na alínea "a" do subitem 6.1.1.3.1 do Anexo B, no Anexo Específico E do Anexo II,

Onde se lê:

"a) Conectar o ESE, aparelhos de ensaio e os instrumentos de medição conforme a Figura 2;"

Leia-se:

"a) Conectar o ESE, aparelhos de ensaio e os instrumentos de medição conforme a Figura 3;";

15) No campo 2 Fornecedor, do ANEXO A - MODELO DE PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (PET) DE MÓDULOS FOTOVOLTAICOS, no Anexo Específico A do Anexo II,

Onde se lê:

"CNPJ/CPF: <se o fabricante estiver estabelecido no país>"

Leia-se:

"CNPJ/CPF: <do fornecedor estabelecido no país>";

16) No campo 2 Fornecedor, do ANEXO A - MODELO DE PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (PET) DE CONTROLADORES DE CARGA, no Anexo Específico B do Anexo II,

Onde se lê:

"CNPJ/CPF: <se o fabricante estiver estabelecido no país>"

Leia-se:

"CNPJ/CPF: <do fornecedor estabelecido no país>";

17) No campo 2 Fornecedor, do ANEXO A - MODELO DE PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (PET) DE BATERIAS, no Anexo Específico C do Anexo II,

Onde se lê:

"CNPJ/CPF: <se o fabricante estiver estabelecido no país>"

Leia-se:

"CNPJ/CPF: <do fornecedor estabelecido no país>";

18) No campo 2 Fornecedor, do ANEXO A - MODELO DE PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (PET) DE INVERSORES ON-GRID, no Anexo Específico D do Anexo II,

Onde se lê:

"CNPJ/CPF: <se o fabricante estiver estabelecido no país>"

Leia-se:

"CNPJ/CPF: <do fornecedor estabelecido no país>";

19) No campo 2 Fornecedor, do ANEXO A - MODELO DE PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (PET) DE INVERSORES OFF-GRID, no Anexo Específico E do Anexo II,

Onde se lê:

"CNPJ/CPF: <se o fabricante estiver estabelecido no país>"

Leia-se:

"CNPJ/CPF: <do fornecedor estabelecido no país>";

20) No campo 2 Fornecedor, do ANEXO A - MODELO DE PLANILHA DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS (PET) DE INVERSORES ON-GRID COM BATERIAS, no Anexo Específico F do Anexo II,

Onde se lê:

"CNPJ/CPF: <se o fabricante estiver estabelecido no país>"

Leia-se:

"CNPJ/CPF: <do fornecedor estabelecido no país>".

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Inmetro nº 501, de 20 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 28 de dezembro de 2022, páginas 50 a 53, seção 1:

1) Nos Art. 12 e 13 da Portaria,

Onde se lê:

"Art. 12. Os fabricantes e importadores de rodas automotivas terão até 12 (doze) meses, contados da data de vigência desta Portaria, para atualizarem o layout do Selo de Identificação da Conformidade, conforme previsto no Anexo II do Regulamento ora aprovado.

Art. 13. A publicação desta Portaria não implica na necessidade de que seja iniciado novo processo de certificação com base nos requisitos ora consolidados.

Parágrafo único. Os certificados já emitidos deverão ser revisados, para referência à Portaria ora publicada, na próxima etapa de avaliação" ;

Leia-se:

"Art. 12. Os fabricantes e importadores de rodas automotivas terão até 12 (doze) meses, contados da data de vigência desta Portaria, para adequarem processos de certificação de novas famílias de rodas a fim de atenderem às condições e o layout do Selo de Identificação da Conformidade, conforme Figura 1 do Anexo II desta Portaria.

Parágrafo único. As famílias de rodas já certificadas até a data de vigência desta Portaria poderão ostentar o Selo de Identificação da Conformidade em atendimento às condições e layout da Figura 2 do Anexo II desta Portaria.

Art. 13. A publicação desta Portaria não implica na necessidade de que seja iniciado novo processo de certificação com base nos requisitos ora consolidados.

§ 1º Os certificados já emitidos deverão ser revisados, para referência à Portaria ora publicada, na próxima etapa de avaliação.

§ 2º Os certificados emitidos com base na Portaria Inmetro nº 445, de 2010, deverão ter sua validade ajustada, nos termos do item 6.1.1.5.1 do RAC, estabelecido no Anexo I desta Portaria, tendo por referência a data de concessão."

2) No Anexo I - Requisitos de Avaliação da Conformidade para Rodas Automotivas da Portaria,

Onde se lê:

"6.1.1.4.2, tabela 5 - 14º ensaio

Fadiga sob carga radial (ou de compressão) / ABNT NBR 6752:2020/ 02 (duas) unidades/ 02 (duas) unidades/ 02 (duas) unidades";

Leia-se:

"6.1.1.4.2, tabela 5 - 14º ensaio

Fadiga sob carga radial (ou de compressão) / ABNT NBR 6752:2020/ 02 (duas) unidades (01 na furação mínima e 01 na furação máxima) / 02 (duas) unidades (01 na furação mínima e 01 na furação máxima) / 02 (duas) unidades (01 na furação mínima e 01 na furação máxima)".

3) No item 6.1.1.4.2,

Onde se lê:

"Pintura (corrosão)".

Leia-se:

"Acabamento superficial"

4) Na Nota 1 do item 6.1.1.4.2,

Onde se lê:

"Nota 1: Quando a roda possuir apenas 1 furação, a amostragem para o ensaio de Fadiga rotativa do disco (ou de deflexão) será de apenas 01 (uma) unidade para Momento Fletor 50% e 01 (uma) unidade para Momento Fletor 75% e para o ensaio de Resistência ao Impacto será de 01 (uma) unidade. Os demais ensaios permanecem com a amostragem original".

Leia-se:

"Nota 1: Quando a roda possuir apenas 1 furação, a amostragem para o ensaio de Fadiga rotativa do disco (ou de deflexão) será de apenas 01 (uma) unidade para Momento Fletor 50% e 01 (uma) unidade para Momento Fletor 75% e para o ensaio de Fadiga sob Carga Radial (ou de compressão) será de 01 (uma) unidade por ensaio. Os demais ensaios permanecem com a amostragem original."

5) No item 6.1.1.5.1,

Onde se lê:

"6.1.1.5.1 Os critérios para emissão do Certificado de Conformidade devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP. O Certificado de Conformidade deve ter validade de 4 (quatro) anos".

Leia-se:

"6.1.1.5.1 Os critérios para emissão do Certificado de Conformidade devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP. O Certificado de Conformidade deve ter validade de 5 (cinco) anos."

6) No item 6.1.3,

Onde se lê:

"6.1.3 Avaliação de Recertificação

Os critérios para avaliação de recertificação estão estabelecidos no RGCP. A avaliação de recertificação deve ser realizada a cada 4 (quatro) anos, devendo ser finalizada até a data de validade do Certificado de Conformidade";

Leia-se:

"6.1.3 Avaliação de Recertificação

Os critérios para avaliação de recertificação estão estabelecidos no RGCP. A avaliação de recertificação deve ser realizada a cada 5 (cinco) anos, devendo ser finalizada até a data de validade do Certificado de Conformidade."

7) No Anexo II - Selo de Identificação da Conformidade,

Onde se lê:

"O Selo de Identificação da Conformidade, conforme layout a seguir, deve ser gravado em alto ou baixo relevo, em regiões não cobertas pelo pneu.

A dimensão do símbolo "I" constante no Selo de Identificação da Conformidade deve ser de, no mínimo, 5mm.





O Selo de Identificação da Conformidade, conforme Figura 1, para novas famílias de rodas automotivas a serem certificadas, ou conforme Figura 2, para as famílias de rodas já certificadas à época de publicação deste Regulamento Consolidado, deve ser gravado em alto ou baixo relevo, em regiões não cobertas pelo pneu.

A dimensão do símbolo "I" constante no Selo de Identificação da Conformidade deve ser de, no mínimo, 5mm.

Nota 1: Excepcionalmente, devido a impossibilidades técnicas do produto, será permitida a gravação do Selo de Identificação da Conformidade e do nº do Registro do Inmetro em outras disposições pertinentes, desde que sejam mantidos juntos e seguindo as proporções abaixo.

Nota 2: É admitida a utilização de qualquer uma das duas opções de apresentação do número de Registro apresentadas acima".

Leia-se:

"O Selo de Identificação da Conformidade, conforme Figura 1, para novas famílias de rodas automotivas a serem certificadas, ou conforme Figura 2, para as famílias de rodas já certificadas à época de publicação deste Regulamento Consolidado, deve ser gravado em alto ou baixo relevo, em regiões não cobertas pelo pneu.

A dimensão do símbolo "I" constante no Selo de Identificação da Conformidade deve ser de, no mínimo, 5mm.

Figura 1





Figura 2



Nota 1: Excepcionalmente, devido a impossibilidades técnicas do produto, será permitida a gravação do Selo de Identificação da Conformidade e do nº do Registro do Inmetro em outras disposições pertinentes, desde que sejam mantidos juntos e seguindo as proporções abaixo.

Nota 2: É admitida a utilização de qualquer uma das duas opções de apresentação do número de Registro apresentadas acima."

RETIFICAÇÃO

No Anexo I da Portaria Inmetro nº 390, de 21/09/2021, publicada no Diário Oficial em 24 de setembro 2021, seção 1, páginas 56 a 59, onde se lê:

"6.1.4.1 Definição dos ensaios a serem realizados

Devem ser realizados os ensaios estabelecidos nas Tabela 1 e 2 a seguir.

Tabela 1 - Ensaios iniciais para as conexões fabricadas conforme a norma ABNT NBR 6943:2016

Ensaio / Inspeção	Item da ABNT NBR 6943:2016	Quantidade (amostra de prova)
Resistência hidrostática	6.4	8
Resistência à tração das uniões	5.8.3	5
Maleabilidade	6.1.4	5
Ensaio de verificação de substâncias químicas que representam risco à saúde	6.9	5
Composição química	6.2.1.1	5
Exame visual	6.6 e 6.2.1.5	50
Exame dimensional	6.7	8
Calibração	6.3.1 e 6.3.2	5
Alinhamento	6.3.3	5
Estanqueidade	6.5	8
Espessura da camada de zinco	6.2.1.2	5
Uniformidade da camada de zinco	6.2.1.3	5
Ensaio de aderência	6.2.1.4	5

Tabela 2 - Ensaios iniciais para as conexões fabricadas conforme a norma ABNT NBR 6925:2016

Ensaio / Inspeção	Item da ABNT NBR 6925:2016	Quantidade (amostra de prova)
Exame visual	6.6 e 6.2.1.5	32
Exame dimensional	6.7	8
Estanqueidade	6.5	8
Resistência hidrostática	6.4	8
Resistência à tração de uniões (Nota 1)	6.8	5
Uniformidade da camada de zinco	6.2.1.3	5
Espessura da camada de zinco	6.2.1.2	5

Nota 1: O ensaio de tração deverá ser realizado por corrida, conforme o estabelecido na norma ABNT NBR 6590, independentemente da família dos produtos.

(...)

6.2.2.1 Definição dos ensaios de manutenção a serem realizados

Os ensaios a serem realizados durante a fase de manutenção devem atender aos requisitos descritos no item 6.1.4.1.";

Leia-se:

"6.1.4.1 Definição dos ensaios a serem realizados

Devem ser realizados os ensaios estabelecidos nas Tabela 2 e 3 a seguir.

Tabela 2 - Ensaios iniciais para as conexões fabricadas conforme a norma ABNT NBR 6943:2016

Ensaio / Inspeção	Item da ABNT NBR 6943:2016	Quantidade (amostra de prova)
Resistência hidrostática	6.4	8
Resistência à tração das uniões	5.8.3	5
Maleabilidade	6.1.4	5
Ensaio de verificação de substâncias químicas que representam risco à saúde b	6.9	5a
Composição química	6.2.1.1	5
Exame visual	6.6 e 6.2.1.5	50
Exame dimensional	6.7	8
Calibração	6.3.1 e 6.3.2	5
Alinhamento	6.3.3	5
Estanqueidade	6.5	8
Espessura da camada de zinco	6.2.1.2	5
Uniformidade da camada de zinco	6.2.1.3	5
Ensaio de aderência	6.2.1.4	5

Legenda

A As quantidades a serem coletadas, quando necessário, devem ser ajustadas pelo OCP para a realização dos ensaios, devendo ser gerado 1 (um) resultado (de uma única análise) para cada um dos parâmetros de ensaio.

B Para o Benzo (a) pireno deve ser utilizada amostragem das conexões com as maiores dimensões, para o alcance de um maior volume interno, a fim de facilitar a análise desse parâmetro.

Tabela 3 - Ensaios iniciais para as conexões fabricadas conforme a norma ABNT NBR 6925:2016

Ensaio / Inspeção	Item da ABNT NBR 6925:2016	Quantidade (amostra de prova)
Exame visual	6.6 e 6.2.1.5	32
Exame dimensional	6.7	8
Estanqueidade	6.5	8
Resistência hidrostática	6.4	8
Resistência à tração de uniões (Nota 1)	6.8	5
Uniformidade da camada de zinco	6.2.1.3	5
Espessura da camada de zinco	6.2.1.2	5

Nota 1: O ensaio de tração deverá ser realizado por corrida, conforme o estabelecido na norma ABNT NBR 6590, independentemente da família dos produtos.

(...)

6.2.2.1 Definição dos ensaios de manutenção a serem realizados

Os ensaios a serem realizados durante a fase de manutenção devem atender aos requisitos descritos no item 6.1.4.1.

Nota: A análise do parâmetro Benzo(a)pireno no ensaio de verificação de substâncias químicas que representam risco à saúde não é realizada na fase de manutenção. "

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Inmetro nº 115, de 21 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 25 de março de 2022, páginas 100 a 105:

1) No artigo 3º,

Onde se lê:

"Art. 3º .....

.....

§ 2º .....

III - equipamentos elétricos não destinados a aplicação em atmosferas explosivas que podem ser instalados em ambientes com atmosferas explosivas classificados como área zona 2 para gases e vapores inflamáveis ou como área zona 22 para poeiras combustíveis; e

IV - .....";

Leia-se:

"Art. 3º .....

.....

§ 2º .....

III - equipamentos elétricos não destinados a aplicação em atmosferas explosivas que podem ser instalados em ambientes com atmosferas explosivas classificados como área zona 2 para gases e vapores inflamáveis ou como área zona 22 para poeiras combustíveis, que tenham sido projetados e construídos conforme as respectivas normas industriais aplicáveis, e que em operação normal:

a) não apresentem superfícies quentes capazes de causar a ignição de uma atmosfera explosiva;

b) não produzam arcos ou centelhas; e

c) sejam montados em um invólucro que possua um grau de proteção e resistência mecânica adequados para uma área não classificada com condições ambientais equivalentes;

IV - ....."

2) No artigo 10,

Onde se lê:

"Art. 10. Os certificados emitidos com base na Portaria Inmetro nº 179, de 18 de maio de 2010, devem ter sua validade ajustada, nos termos do subitem 6.1.1.6 do RAC, estabelecido no Anexo I desta Portaria, tendo por referência a data de concessão.

....."

Leia-se:

"Art. 10. Os certificados emitidos com base na Portaria Inmetro nº 179, de 18 de maio de 2010, devem ter sua validade ajustada, nos termos do subitem 6.1.1.6 do RAC, estabelecido no Anexo I desta Portaria, tendo por referência a data de concessão.

Art.10A. Os certificados emitidos com base no subitem 4.18 do RAC anexo à Portaria Inmetro nº 179, de 18 de maio de 2010, deverão ser adequados às disposições do Anexo I no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data de vigência da Portaria ora aprovada.

....."

2) No Anexo I da Portaria,

Onde se lê:

"2. SIGLAS

Para fins destes RAC, são adotadas as siglas a seguir, complementadas pelas siglas contidas nos documentos complementares citados no item 3 deste RAC:

ATEX	Atmosfera Explosiva
EA	European Cooperation for Accreditation
ExCB	IECEx Certification Bodies
ExTL	IECEx approved Testing Laboratories
ExTR	IECEx Test Reports
IECEx	International Electrotechnical Commission Scheme for Certification to Standards Relating to Equipment for use in Explosive Atmospheres (IECEx Scheme)
PQAN	Product Quality Assurance Notification
QAR	Quality Audit Report

3. DOCUMENTOS

3.1 Para fins deste RAC, são adotados os seguintes documentos, além daqueles citados no RGCP:

ABNT NBR 14639:2014	Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Posto revendedor veicular (serviços) e ponto de abastecimento - Instalações elétricas.
ABNT NBR 15456:2016	Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Construção e ensaios de unidade abastecedora
ABNT NBR IEC 60034-5:2009	Máquinas elétricas girantes - Parte 5: Graus de proteção proporcionados pelo projeto completo de máquinas elétricas girantes (Códigos IP) - Classificação.
ABNT NBR IEC 60050-426:2011	Vocabulário eletrotécnico internacional - Parte 426: Equipamentos para atmosferas explosivas.
ABNT NBR IEC 60079-0:2020	Atmosferas explosivas - Parte 0: Equipamentos - Requisitos gerais.
ABNT NBR IEC 60079-1:2016	Atmosferas explosivas - Parte 1: Proteção de equipamento por invólucro à prova de explosão "d".
ABNT NBR IEC 60079-2:2016	Atmosferas explosivas - Parte 2: Proteção de equipamento por invólucro pressurizado "p".
ABNT NBR IEC 60079-5:2016	Atmosferas explosivas - Parte 5: Proteção de equipamentos por imersão em areia "q".
ABNT NBR IEC 60079-6:2017	Atmosferas explosivas - Parte 6: Proteção de equipamento por imersão em líquido "o".
ABNT NBR IEC 60079-7:2018	Atmosferas explosivas - Parte 7: Proteção de equipamentos por segurança aumentada "e".
ABNT NBR IEC 60079-10-1:2018	Atmosferas explosivas - Parte 10-1: Classificação de áreas - Atmosferas explosivas de gás.
ABNT NBR IEC 60079-10-2:2016	Atmosferas explosivas - Parte 10-2: Classificação de áreas - Atmosferas de poeiras explosivas.
ABNT NBR IEC 60079-11:2013	Atmosferas explosivas - Parte 11: Proteção de equipamento por segurança intrínseca "i".
ABNT NBR IEC 60079-13:2019	Atmosferas explosivas - Parte 13: Proteção de equipamentos por ambiente pressurizado "p" e por ambiente artificialmente ventilado "v".
ABNT NBR IEC 60079-14:2016	Atmosferas explosivas - Parte 14: Projeto, seleção e montagem de instalações elétricas.
ABNT NBR IEC 60079-15:2019	Atmosferas explosivas - Parte 15: Proteção de equipamento por tipo de proteção "n".
ABNT NBR IEC/TR 60079-16:2009	Equipamentos elétricos para atmosferas explosivas - Parte 16: Equipamentos elétricos para atmosferas explosivas - Ventilação artificial para proteção de casas de analisadores.
ABNT NBR IEC 60079-17:2014	Atmosferas explosivas - Parte 17: Inspeção e manutenção de instalações elétricas.
ABNT NBR IEC 60079-18:2016	Atmosferas explosivas - Parte 18: Proteção de equipamento por encapsulamento "m".
ABNT NBR IEC 60079-19:2020	Atmosferas explosivas - Parte 19: Reparo, revisão e recuperação de equipamentos.
ABNT NBR IEC 60079-25:2011	Atmosferas explosivas - Parte 25: Sistemas elétricos intrinsecamente seguros.
ABNT NBR IEC 60079-26:2016	Atmosferas explosivas - Parte 26: Equipamentos com nível de proteção de equipamento (EPL) Ga.
ABNT NBR IEC 60079-28:2016	Atmosferas explosivas - Parte 28: Proteção de Equipamentos e de sistemas de transmissão que utilizam radiação óptica.
ABNT NBR IEC 60079-29-1:2008	Atmosferas explosivas - Parte 29-1: Detectores de gás - Requisitos de desempenho de detectores para gases inflamáveis.
ABNT NBR IEC 60079-29-2:2011	Atmosferas explosivas - Parte 29-2: Detectores de gases - Seleção, instalação, utilização e manutenção de detectores para gases inflamáveis e oxigênio.
ABNT NBR IEC 60079-31:2014	Atmosferas explosivas - Parte 31: Proteção de equipamento contra ignição de poeira por invólucro "t".
ABNT NBR IEC 60079-34:2020	Atmosferas explosivas - Parte 34: Aplicação de sistemas de gestão da qualidade para a fabricação de produtos "Ex"
ABNT NBR IEC 60079-35-1:2013	Atmosferas explosivas - Parte 35-1: Lanternas para capacetes para utilização em minas sujeitas a grisu - Requisitos gerais - Construção e ensaios em relação ao risco de explosão
ABNT NBR IEC 60079-35-2:2013	Atmosferas explosivas - Parte 35-2: Lanternas para capacetes para utilização em minas sujeitas a grisu - Desempenho e outros requisitos relacionados à segurança
ABNT NBR IEC 60529:2017	Graus de proteção providos por invólucros (Código IP).
ABNT NBR IEC 80079-20-1:2020	Atmosferas explosivas - Parte 20-1: Características de substâncias para classificação de gases e vapores - Métodos de ensaios e dados.
ABNT NBR IEC 80079-20-2:2018	Atmosferas explosivas - Parte 20-2: Características dos materiais - Métodos de ensaio de poeiras combustíveis.
IEC/IEEE 60079-30-1:2015	**Explosive atmospheres - Part 30-1: Electrical resistance trace heating - General and testing requirements**
IEC/IEEE 60079-30-2:2015	**Explosive atmospheres - Part 30-2: Electrical resistance trace heating - Application guide for design, installation and maintenance**
ISO 2738:1999	**Sintered metal materials, excluding hardmetals - Permeable sintered metal materials - Determination of density, oil content and open porosity**
ISO 4003:1977	**Permeable sintered metal materials - Determination of bubble test pore size**
Portaria Inmetro nº 200, de 2021.	Aprova os Requisitos Gerais de Certificação de Produto - RGCP.
Portaria MTE nº 598, de 2004 - NR-10, ou substitutiva.	Segurança em Instalação e Serviços em Eletricidade.

(...)

6.1.1.4.1 Definição dos Ensaios a serem realizados

6.1.1.4.1.1 Os critérios para definição dos ensaios devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.1.4.1.2 Os ensaios de tipo devem ser realizados de acordo com os requisitos pertinentes, das normas aplicáveis relacionadas no item 3 deste RAC, conforme subitem 6.1.1.4.2.

Leia-se:

6.1.1.4.1 Definição dos Ensaios a serem realizados

6.1.1.4.1.1 Os critérios para definição dos ensaios devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.1.4.1.2 Os ensaios de tipo devem ser realizados de acordo com os requisitos pertinentes, das normas aplicáveis relacionadas no item 3 deste RAC, conforme subitem 6.1.1.4.2.

6.1.1.4.1.3 Poderão ser aceitos relatórios de ensaios emitidos em até 2 (dois) anos antes do início do processo de certificação, realizados por laboratórios estrangeiros, desde que observadas as equivalências do método de ensaio e da metodologia de amostragem estabelecidos, devendo os referidos laboratórios serem acreditados pelo Inmetro ou por um Organismo de Acreditação signatário dos acordos de reconhecimento mútuo do ILAC ou IAAC.

(...)

6.1.1.4.2.3 As amostras devem ser coletadas de 1 (um) modelo da família, devendo ser selecionado aquele que possuir o maior número de componentes a serem ensaiados.

(...)

6.1.1.6.2 O Certificado de Conformidade, como um instrumento formal emitido pelo OCP, deve obedecer aos requisitos estabelecidos pelo RGCP e complementado pelas seguintes informações:

a) condições especiais de utilização segura, quando aplicável;

b) marcação completa de acordo com a norma pertinente;

c) a observação a seguir: Os produtos devem ser instalados em atendimento às Normas pertinentes em Instalações Elétricas em Atmosferas Explosivas;

d) nota padronizada, sempre que aplicável, conforme texto a seguir: As atividades de instalação, inspeção, manutenção, reparo, revisão e recuperação dos equipamentos são de responsabilidade dos usuários e devem ser executadas de acordo com os requisitos das normas técnicas vigentes e com as recomendações do fabricante; e

e) a formatação do nº de certificado deve estar de acordo com a alínea d, do subitem 29.2 da ABNT NBR IEC 60079-0, inclusive a utilização do ponto.

(...)

6.1.3 Avaliação de Recertificação

Os critérios para avaliação de recertificação estão estabelecidos no RGCP. A Avaliação de Recertificação deve ser realizada a cada 6 (seis) anos, devendo ser finalizada até a data de validade do Certificado de Conformidade.

(...)

6.3.1.1.1 O fornecedor deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP, fornecendo a documentação descrita no RGCP, acrescida das documentações definidas nos subitens 6.3.1.1.4 e 6.3.1.1.5 desse RAC.

6.3.1.1.5 Cabe ao fornecedor solicitante encaminhar os seguintes documentos ao OCP: a) Certificado de Conformidade ou documento equivalente, emitido por terceira parte, válido para o equipamento completo, contemplando o modelo do produto objeto da solicitação, e contendo no mínimo: tipo de proteção, grupo de gases ou poeira, classe de temperatura ou máxima temperatura de superfície e referência as normas técnicas;

(...)

6.3.1.2.2 Cabe ao OCP avaliar a documentação apresentada considerando as seguintes condições:

a) não aceitar a apresentação de diferentes documentos referenciados na alínea a do subitem 6.3.1.1.5 deste RAC, para diferentes processos de certificação;

b) adotar como referência para a análise a data de fabricação do equipamento;

c) observar os critérios de vigência dos documentos referenciados nas alíneas "a" e "b" do subitem 6.3.1.1.5 deste RAC, como exemplo para certificados ATEX, verificar a vigência do PQAN;

d) observar, nos documentos referenciados na alínea "a" do subitem 6.3.1.1.5 deste RAC, as normas técnicas e as características aplicáveis ao produto objeto da certificação, como: tipos de proteção, grupo de gases ou poeiras, classe de temperatura ou máxima temperatura de superfície, faixa de temperatura ambiente, grau de proteção, parâmetros de entidade ou marcações equivalentes de outros sistemas estrangeiros;

e) relacionar na documentação do processo de certificação, de forma unívoca (i.e.: número de série), a identificação de cada unidade contemplada pelo processo de certificação, inclusive para cada componente de uma unidade modular de processo (SKID); e

f) dispensar, caso o fornecedor solicitante seja o usuário do produto, a apresentação do manual de instalação e de informações relativas às condições de utilização segura em idioma português.

(...)

6.3.1.3 Auditoria Inicial do Sistema de Gestão da Qualidade e Avaliação do Processo Produtivo

Não é aplicável a Auditoria Inicial do Sistema de Gestão da Qualidade e Avaliação do Processo Produtivo a este modelo de certificação.

(...)

7. CERTIFICAÇÃO BASEADA NA ACEITAÇÃO DE RELATÓRIOS DE ENSAIOS

.....

Nota: informações sobre produtos certificados pelo Sistema Internacional de Certificação IECEx podem ser obtidas no banco de dados on-line de certificados de conformidade, disponível no seguinte endereço eletrônico: https://www.iecex-certs.com/#/home";

Leia-se:

"2. SIGLAS

Para fins destes RAC, são adotadas as siglas a seguir, complementadas pelas siglas contidas nos documentos complementares citados no item 3 deste RAC:

ExCB	IECEx Certification Bodies
ExTL	IECEx approved Testing Laboratories
ExTR	IECEx Test Reports

IECEx	International Electrotechnical Commission Scheme for Certification to Standards Relating to Equipment for use in Explosive Atmospheres (IECEx Scheme)
QAR	Quality Audit Report

3. DOCUMENTOS

3.1 Para fins deste RAC, são adotados os seguintes documentos, além daqueles citados no RGCP:

ABNT NBR 14639:2014	Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Posto revendedor veicular (serviços) e ponto de abastecimento - Instalações elétricas.
ABNT NBR 15456:2016	Armazenamento de líquidos inflamáveis e combustíveis - Construção e ensaios de unidade abastecedora.
ABNT NBR IEC 60034-5:2009	Máquinas elétricas girantes - Parte 5: Graus de proteção proporcionados pelo projeto completo de máquinas elétricas girantes (Códigos IP) - Classificação.
ABNT NBR IEC 60050-426:2022	Vocabulário eletrotécnico internacional - Parte 426: Atmosferas explosivas.
ABNT NBR IEC 60079-0:2020	Atmosferas explosivas - Parte 0: Equipamentos - Requisitos gerais.
ABNT NBR IEC 60079-1:2016 Versão Corrigida: 2020	Atmosferas explosivas - Parte 1: Proteção de equipamento por invólucro à prova de explosão "d".
ABNT NBR IEC 60079-2:2016	Atmosferas explosivas - Parte 2: Proteção de equipamento por invólucro pressurizado "p".
ABNT NBR IEC 60079-5:2016	Atmosferas explosivas - Parte 5: Proteção de equipamentos por imersão em areia "q".
ABNT NBR IEC 60079-6:2021	Atmosferas explosivas - Parte 6: Proteção de equipamento por imersão em líquido "o".
ABNT NBR IEC 60079-7:2018 Versão Corrigida:2022	Atmosferas explosivas - Parte 7: Proteção de equipamentos por segurança aumentada "e".
ABNT NBR IEC 60079-10-1:2018 Versão Corrigida:2019	Atmosferas explosivas - Parte 10-1: Classificação de áreas - Atmosferas explosivas de gás.
ABNT NBR IEC 60079-10-2:2016	Atmosferas explosivas - Parte 10-2: Classificação de áreas - Atmosferas de poeiras explosivas.
ABNT NBR IEC 60079-11:2013 Versão Corrigida:2017	Atmosferas explosivas - Parte 11: Proteção de equipamento por segurança intrínseca "i".
ABNT NBR IEC 60079-13:2019	Atmosferas explosivas - Parte 13: Proteção de equipamentos por ambiente pressurizado "p" e por ambiente artificialmente ventilado "v".
ABNT NBR IEC 60079-14:2016 e Errata 1 de 2018	Atmosferas explosivas - Parte 14: Projeto, seleção e montagem de instalações elétricas.
ABNT NBR IEC 60079-15:2019	Atmosferas explosivas - Parte 15: Proteção de equipamento por tipo de proteção "n".
ABNT NBR IEC/TR 60079-16:2009	Equipamentos elétricos para atmosferas explosivas - Parte 16: Ventilação artificial para proteção de casas de analisadores.
ABNT NBR IEC 60079-17:2014 Versão Corrigida:2017	Atmosferas explosivas - Parte 17: Inspeção e manutenção de instalações elétricas.
ABNT NBR IEC 60079-18:2020	Atmosferas explosivas - Parte 18: Proteção de equipamento por encapsulamento "m".
ABNT NBR IEC 60079-19:2020	Atmosferas explosivas - Parte 19: Reparo, revisão e recuperação de equipamentos.
ABNT NBR IEC 60079-25:2021	Atmosferas explosivas - Parte 25: Sistemas elétricos intrinsecamente seguros.
ABNT NBR IEC 60079-26:2016	Atmosferas explosivas - Parte 26: Equipamentos com nível de proteção de equipamento (EPL) Ga.
ABNT NBR IEC 60079-28:2016 Versão Corrigida:2021	Atmosferas explosivas - Parte 28: Proteção de Equipamentos e de sistemas de transmissão que utilizam radiação óptica.
ABNT NBR IEC 60079-29-1:2008	Atmosferas explosivas - Parte 29-1: Detectores de gás - Requisitos de desempenho de detectores para gases inflamáveis.
ABNT NBR IEC 60079-29-2:2011	Atmosferas explosivas - Parte 29-2: Detectores de gases - Seleção, instalação, utilização e manutenção de detectores para gases inflamáveis e oxigênio.
ABNT NBR IEC 60079-31:2014 Versão Corrigida:2021	Atmosferas explosivas - Parte 31: Proteção de equipamento contra ignição de poeira por invólucro "t".
ABNT NBR IEC 60079-35-1:2013	Atmosferas explosivas - Parte 35-1: Lanternas para capacetes para utilização em minas sujeitas a grisu - Requisitos gerais - Construção e ensaios em relação ao risco de explosão.
ABNT NBR IEC 60079-35-2:2013	Atmosferas explosivas - Parte 35-2: Lanternas para capacetes para utilização em minas sujeitas a grisu - Desempenho e outros requisitos relacionados à segurança.
ABNT NBR IEC 60529:2017	Graus de proteção providos por invólucros (Códigos IP).
ABNT NBR ISO/IEC 80079-20-1:2020	Atmosferas explosivas - Parte 20-1: Características de substâncias para classificação de gases e vapores - Métodos de ensaios e dados.
ABNT NBR ISO/IEC 80079-20-2:2018	Atmosferas explosivas - Parte 20-2: Características dos materiais - Métodos de ensaio de poeiras combustíveis.
ABNT NBR ISO/IEC 80079-34:2020	Atmosferas explosivas - Parte 34: Aplicação de sistemas de gestão da qualidade para a fabricação de produtos "Ex".
IEC/IEEE 60079-30-1:2015	**Explosive atmospheres - Part 30-1: Electrical resistance trace heating - General and testing requirements.**
IEC/IEEE 60079-30-2:2015	**Explosive atmospheres - Part 30-2: Electrical resistance trace heating - Application guide for design, installation and maintenance.**
Portaria Inmetro nº 200, de 2021.	Aprova os Requisitos Gerais de Certificação de Produto - RGCP.
Portaria MTE nº 598, de 2004 - NR-10, ou substitutiva.	Segurança em Instalação e Serviços em Eletricidade.

Nota: Devem ser consideradas erratas e versões corrigidas das versões das normas referenciadas acima, que vierem a ser publicadas posteriormente a este RAC.

(...)

6.1.1.4.1 Definição dos Ensaios a serem realizados

6.1.1.4.1.1 Os critérios para definição dos ensaios devem seguir os requisitos estabelecidos no RGCP.

6.1.1.4.1.2 Os ensaios de tipo devem ser realizados de acordo com os requisitos pertinentes, das normas aplicáveis relacionadas no item 3 deste RAC, conforme subitem 6.1.1.4.2.

6.1.1.4.1.3 Poderão ser aceitos relatórios de ensaios emitidos em até 2 (dois) anos antes do início do processo de certificação, realizados por laboratórios estrangeiros, desde que observadas as equivalências do método de ensaio e da metodologia de amostragem estabelecidos, devendo os referidos laboratórios serem acreditados pelo Inmetro ou por um Organismo de Acreditação signatário dos acordos de reconhecimento mútuo do ILAC ou IAAC.

(...)

6.1.1.4.2.3 As amostras devem ser coletadas de, no mínimo, 1 (um) modelo da família, devendo ser selecionado o(s) modelo(s) mais crítico(s) (com maior nível de complexidade/risco quanto às suas especificações técnicas) dentre os que constituem a família, a critério do OCP.

(...)

6.1.1.6.3 O Certificado de Conformidade, como um instrumento formal emitido pelo OCP, deve obedecer aos requisitos estabelecidos pelo RGCP e complementado pelas seguintes informações:

a) condições especiais de utilização segura, quando aplicável;

b) marcação completa de acordo com a norma pertinente;

c) a observação a seguir: Os produtos devem ser instalados em atendimento às Normas pertinentes em Instalações Elétricas em Atmosferas Explosivas;

d) nota padronizada, sempre que aplicável, conforme texto a seguir: As atividades de instalação, inspeção, manutenção, reparo, revisão e recuperação dos equipamentos são de responsabilidade dos usuários e devem ser executadas de acordo com os requisitos das normas técnicas vigentes e com as recomendações do fabricante;

e) a formatação do nº de certificado deve estar de acordo com a alínea d, do subitem 29.3 da ABNT NBR IEC 60079-0, inclusive a utilização do ponto; e

f) além do previsto na alínea "e", o nº do certificado deve ser acrescido de complemento numérico, ao final, separado por traço ou barra, que indique a sequência de recertificação (001 ou 1 para a 1º recertificação e assim por diante).

(...)

6.1.3 Avaliação de Recertificação

Os critérios para avaliação de recertificação estão estabelecidos no RGCP. A Avaliação de Recertificação deve ser realizada a cada 6 (seis) anos, devendo ser finalizada até a data de validade do Certificado de Conformidade. Os ensaios de tipo previstos no subitem 6.1.1.4.1 devem ser realizados caso tenha(m) havido não conformidade(s) de auditoria relativa(s) a qualquer dos itens dos capítulos 8 e 9 da norma ISO 9001 ou ABNT NBR ISO 9001 previstos na Tabela 1 deste RAC, em qualquer das etapas de manutenção avaliadas ou que, mediante avaliação do OCP, o projeto tenha sofrido alterações que modifiquem as características originais.

(...)

6.3.1.1.1 O fornecedor deve encaminhar uma solicitação formal ao OCP, fornecendo a documentação descrita no RGCP, naquilo que for aplicável, acrescida das documentações definidas nos subitens 6.3.1.1.4 e 6.3.1.1.5 deste RAC.

.....

6.3.1.1.5 Cabe ao fornecedor solicitante encaminhar os seguintes documentos ao OCP: a) Certificado de Conformidade ou documento equivalente, emitido por terceira parte, válido para o equipamento completo, contemplando o modelo do produto objeto da solicitação, e contendo no mínimo: tipo de proteção, grupo de gases ou poeira, classe de temperatura ou máxima temperatura de superfície e referência às normas técnicas;

(...)

6.3.1.2.2 Cabe ao OCP avaliar a documentação apresentada considerando as seguintes condições:

a) não aceitar a apresentação de diferentes documentos referenciados na alínea a do subitem 6.3.1.1.5 deste RAC, para diferentes processos de certificação;

b) observar os critérios de vigência dos documentos referenciados nas alíneas "a" e "b" do subitem 6.3.1.1.5 deste RAC;

c) observar, nos documentos referenciados na alínea "a" do subitem 6.3.1.1.5 deste RAC, as normas técnicas e as características aplicáveis ao produto objeto da certificação, como: tipos de proteção, grupo de gases ou poeiras, classe de temperatura ou máxima temperatura de superfície, faixa de temperatura ambiente, grau de proteção, parâmetros de entidade ou marcações equivalentes de outros sistemas estrangeiros;

d) relacionar na documentação do processo de certificação, de forma unívoca (i.e.: número de série), a identificação de cada unidade contemplada pelo processo de certificação, inclusive para cada componente de uma unidade modular de processo (SKID); e

e) dispensar, caso o fornecedor solicitante seja o usuário do produto, a apresentação do manual de instalação e de informações relativas às condições de utilização segura em idioma português, bem como da documentação que comprove o atendimento ao item 8 deste documento (Tratamento de Reclamações).

(...)

6.3.1.3 Auditoria Inicial do Sistema de Gestão da Qualidade e Avaliação do Processo Produtivo

Não é aplicável a Auditoria Inicial do Sistema de Gestão da Qualidade e Avaliação do Processo Produtivo a este modelo de certificação. Igualmente não é aplicável o item 7.3 do RGCP (auditoria do Tratamento de Reclamações).

7. CERTIFICAÇÃO BASEADA NA ACEITAÇÃO DE RELATÓRIOS DE ENSAIOS

.....

Nota 1: informações sobre produtos certificados pelo Sistema Internacional de Certificação IECEx podem ser obtidas no banco de dados on-line de certificados de conformidade, disponível no seguinte endereço eletrônico: https://www.iecex-certs.com/#/home

Nota 2: O previsto neste item 7 aplica-se exclusivamente ao modelo 5 de certificação."

4) No Anexo A - Requisitos Técnicos Adicionais para a Avaliação do SGQ, onde se lê:

"1. CONTROLE DE DOCUMENTOS

.....

15. REQUISITOS ADICIONAIS

Se forem utilizados requisitos da norma ISO 9001:2015 ou ABNT NBR ISO 9001:2015 além dos listados na Tabela 1 do subitem 6.1.1.3.2 do RAC, podem ser utilizados requisitos adicionais aos listados neste Anexo, específicos da área explosiva, conforme norma pertinente.";

Leia-se:

"1. Na avaliação do SGQ e do processo produtivo, além da aplicação dos requisitos previstos na Tabela 1 do subitem 6.1.1.3.2 do RAC, devem ser observados os requisitos correspondentes da norma ABNT NBR ISO IEC 80079-34:2020.

2. Se forem utilizados requisitos da ABNT NBR ISO 9001:2015 além dos listados na Tabela 1 do subitem 6.1.1.3.2 do RAC, aplicam-se os aos requisitos adicionais os requisitos correspondentes da norma ABNT NBR ISO IEC 80079-34:2020."

5) No Anexo II - Selo de Identificação da Conformidade, onde se lê:

1. Selo de Identificação da Conformidade no Produto

.....

Legenda da Figura 1:

Campo 1 - Marcação completa e identificações de acordo com a ABNT NBR IEC 60079

Campo 2 - Número do certificado, de acordo com a ABNT NBR IEC 60079-0, incluindo as letras "X" ou "U", quando aplicável.

.....

1.4 Quando não houver condições dimensionais para exibição de nenhuma das opções de Selo, o mesmo pode ser omitido, entretanto os produtos devem ostentar no mínimo, logo do Inmetro e do OCP sem seus respectivos nomes, o número do Certificado de Conformidade e a marcação completa de acordo com as normas aplicáveis.;

Leia-se:

"1. Selo de Identificação da Conformidade no Produto

.....

Legenda da Figura 1:

Campo 1 - Marcação completa e identificações de acordo com a ABNT NBR IEC 60079

Campo 2 - Número do certificado, de acordo com a ABNT NBR IEC 60079-0, incluindo as letras "X" ou "U", quando aplicável, excluindo-se o complemento previsto na alínea "f" do subitem 6.1.1.6.3 do RAC.

Nota: A marcação dos campos 1 e 2 pode estar de forma distinta ao layout previsto na Figura 1

.....

1.4 Quando não houver condições dimensionais para exibição de nenhuma das opções de Selo, o mesmo pode ser omitido, entretanto os produtos devem ostentar no mínimo, logo do OCP sem seu respectivo nome, o número do Certificado de Conformidade e a marcação completa de acordo com as normas aplicáveis. Neste caso, obrigatoriamente, o produto deve conter uma embalagem, individual ou múltipla, na qual deve ser aposto o Selo de Identificação da Conformidade conforme item 2 a seguir)."

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL

PORTARIA /INPI /PR Nº 58, DE 19 DE AGOSTO DE 2022

PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno, aprovado por meio da Portaria do Ministério da Indústria, Comercio Exterior e Serviços (MDIC) nº 11, de 27 de janeiro de 2017, resolve:

Art. 1º Tornar público o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações - PDTIC do Instituto Nacional da Propriedade Industrial para os anos de 2022 e 2023, aprovado pelo Comitê de Governança Digital em 22/07/2022. Parágrafo único. A íntegra do PDTIC estará disponível para consulta na página do Instituto Nacional da Propriedade Industrial no endereço https://www.gov.br/inpi/pt-br/central-de-conteudo/noticias/inpi-publica-plano-diretor-de-tecnologia-de-informacao-e-comunicacao-2022-2023.

Art. 2º O PDTIC 2022-2023 deve ser avaliado e revisado, sempre que necessário, mediante aprovação do Comitê de Governança Digital, instituído pela Portaria/INPI/PR nº 14, de 04 de março de 2022.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

CLAUDIO VILAR FURTADO

PORTARIA/INPI /PR Nº 59, DE 19 DE AGOSTO DE 2022

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno, aprovado pela Portaria do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC nº 11, de 27 de janeiro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, assim como o constante nos autos do processo nº 52402.008879/2022-22, resolve:

Art. 1º Fica declarada a revogação dos atos normativos constantes do Anexo I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

CLAUDIO VILAR FURTADO

ANEXO I

ATOS NORMATIVOS REVOGADOS

Tipo	Ementa
Portaria INPI/PR nº 185, de 30 de novembro de 2018	Instituir o Plano Estratégico do INPI para o quadriênio 2018-2021.
Portaria INPI/PR nº 50, de 26 de março de 2021	Constitui Força Tarefa para assessorar a Presidência e Diretoria na avaliação do desempenho corporativo do INPI, e no monitoramento integrado do Plano de Ação 2021 e sua eventual revisão.
Portaria INPI/PR nº 175, de 17 de dezembro de 2021	Constituir Grupo de Trabalho com a finalidade de coordenar o processo de prestação de contas do INPI, relativo ao exercício 2021, em apoio à Coordenação-Geral de Planejamento e Gestão Estratégica (CGPE) no exercício de suas competências.
Portaria INPI/PR nº 41, de 06 de outubro de 2021	Define os indicadores e as metas de desempenho institucional para o período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021, para fins da concessão da Gratificação de Desempenho de Atividade da Área de Propriedade Industrial - GDAPI e da Gratificação de Desempenho de Atividade da Área de Ciência e Tecnologia - GDACT, e dá outras providências.
Portaria /INPI/ nº 41, de 21 de setembro de 2021	Torna pública a revisão semestral do Plano de Ação do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI do ano de 2021.

PORTARIA/INPI /PR Nº 60, DE 19 DE AGOSTO DE 2022

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno, aprovado pela Portaria do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC nº 11, de 27 de janeiro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, assim como o constante nos autos do processo nº 52402.008660/2022-23, resolve:

Art. 1º Fica declarada a revogação dos atos normativos constantes do Anexo I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

CLAUDIO VILAR FURTADO

ANEXO I

ATOS NORMATIVOS REVOGADOS

Ato	Ementa / Descrição	Observações
Portaria PR nº 305, de 21/07/2014	Constituir Grupo de Trabalho, para, no período de 01/08/2014 até 31/12/2014, promover a instrução de recursos e processos administrativos de nulidade dos Desenhos Industriais, bem como proceder ao exame de mérito dos Desenhos Industriais.	Efeitos exauridos no tempo.
Portaria nº 271, de 23/07/2020	Prorroga até 31/12/2020 as atividades atribuídas ao Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Conjunta DIRMA/CGREC nº 1/2019 para, em exercício na 2ª instância administrativa, dar continuidade nas instruções de recursos interpostos contra indeferimento de marca, bem como, dos processos administrativos de nulidade, em matéria vinculada, emitindo pareceres técnicos, em subsídio às decisões do Presidente do INPI	Efeitos exauridos no tempo.
Portaria nº 94, de 30/06/2021	Prorroga até 31/12/2021 as atividades atribuídas ao Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Conjunta DIRMA/CGREC n.º 01/2019 para, em exercício na 2ª instância administrativa, dar continuidade nas instruções de recursos interpostos contra indeferimento de pedidos de registros de marca, bem como, dos eventuais processos administrativos de nulidade, em matéria vinculada, emitindo pareceres técnicos, em subsídio às decisões do Presidente do INPI.	Efeitos exauridos no tempo.
Portaria nº 61, de 13/04/2021	Manter, em caráter excepcional, até 30/06/2021, as atividades do Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Conjunta DIRMA/CGREC n.º 01/2019 para, em exercício na 2ª instância administrativa, do exame e das instruções de recursos interpostos contra indeferimento de pedidos de registros de marca, bem como, dos eventuais processos administrativos de nulidade, em matéria vinculada, emitindo pareceres técnicos.	Efeitos exauridos no tempo.
Portaria nº 422, de 29/12/2020	Prorroga até 31/03/2021 as atividades atribuídas ao Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Conjunta DIRMA/CGREC n.º 01/2019 para, em exercício na 2ª instância administrativa, dar continuidade nas instruções de recursos interpostos contra indeferimento de pedidos de registros de marca, bem como, dos eventuais processos administrativos de nulidade, em matéria vinculada, emitindo pareceres técnicos, em subsídio às decisões do Presidente do INPI.	Efeitos exauridos no tempo.

PORTARIA/INPI /PR Nº 61, DE 19 DE AGOSTO DE 2022

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno, aprovado pela Portaria do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC nº 11, de 27 de janeiro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, assim como o constante nos autos do processo nº 52402.007899/2022-86, resolve:

Art.1º Fica declarada a revogação dos atos normativos constantes do Anexo I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

CLAUDIO VILAR FURTADO

ANEXO I

ATOS NORMATIVOS REVOGADOS

Tipo	Ementa	Observação
Resolução INPI/PR nº 79, de 18 de março de 2013	Aprova o "Manual de Procedimentos para Uso do Protocolo Automatizado Geral - PAG".	Já revogada tacitamente.
Portaria INPI/PR nº 498, de 08 de novembro de 2013	Constitui grupo de trabalho para manutenção emergencial no e-patentes e e-PEC.	Efeitos exauridos no tempo.
Portaria INPI/PR nº 407, de 22 de outubro de 2014	Modifica composição do GPAC.	Efeitos exauridos no tempo.
Portaria INPI/PR nº 79, de 11 de março de 2015	Institui Grupo de Trabalho para planejar a substituição do SINPI/Patentes e do SINPI/Desenho Industrial.	Efeitos exauridos no tempo.
Portaria INPI/PR nº 196, de 15 de maio de 2015	Constitui Grupo de Trabalho para elaboração de novo PDTI 2016-2020.	Efeitos exauridos no tempo.
Portaria INPI/PR nº 227, de 14 de julho de 2015	Modifica composição do GPAC.	Efeitos exauridos no tempo.
Portaria INPI/PR nº 145, de 27 de agosto de 2018	Constitui Grupo de Trabalho (elaboração PDTI 2018-2021).	Efeitos exauridos no tempo.
Instrução Normativa INPI/PR nº 102, de 25 de abril de 2019	Derroga disposições da Instrução Normativa INPI/PR nº 24/2013	Já revogada tacitamente.

PORTARIA/INPI /PR Nº 62, DE 19 DE AGOSTO DE 2022

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno, aprovado pela Portaria do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC nº 11, de 27 de janeiro de 2017, e tendo em vista o disposto no inciso II do art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, assim como o constante nos autos do processo nº 52402.008859/2022-51, resolve:

Art. 1º Fica declarada a revogação dos atos normativos constantes do Anexo I.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

CLAUDIO VILAR FURTADO

ANEXO I

ATOS NORMATIVOS REVOGADOS

RELAÇÃO DE ATOS NORMATIVOS	
ATO	EMENTA / DESCRIÇÃO
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 010 DE 04-07-1988	Dispõe sobre os serviços da Divisão de Apoio Técnico (DIATEP) da Diretoria de Patentes (DIRPA)
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 037 DE 12-11-1992	Dispõe sobre aplicação do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 059 DE 14-07-1998	Estabelece os valores das retribuições pelos serviços de registro de programas de computador
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 082 DE 22-11-2001	Dispõe sobre as condições para habilitação de instituições como centros depositários de material biológico para fins de procedimentos em matéria de patentes e dá outras providências
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 222 DE 20-09-2005	Revoga a Orinetação Normativa INPI/DIRPA/Nº 003/2002, que dispõe sobre os procedimentos administrativos a serem adotados com relação ao exame prioritário de pedidos de patentes, no âmbito da DIRPA
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 132 DE 17-11-2006	Disciplina o exame prioritário de pedidos de patente no âmbito do INPI
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 135 DE 13-12-2006	Altera o formulário de depósito de Pedido de Patentes ou de Certificado de Adição e o Formulário PCT-Entrada em fase Nacional, instituídos pelo Ato Normativo 130/97
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 137 DE 26-02-2007	Revoga a Resolução 082/2001
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 187 DE 29-08-2008	Normaliza os procedimentos relativos ao depósito e processamento de pedidos de registro de topografia de circuito integrado do INPI
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 191 DE 10-10-2008	Disciplina o exame prioritário de pedidos de patente no âmbito do INPI. com a inclusão de novo dispositivo na Resolução 132/06
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 208 DE 24-04-2009	Altera o formuklário de depósito de Pedido de Patente ou de Certificado de Adição e o Formulário PCT- entrada na fase nacional, instituídos pela resolução 135/06 e revoga a Resolução 135/06
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 209 DE 30-04-2009	Acresce dispositivo à Resolução 207/09, que normaliza os procedimentos relativos ao requerimento de pedidos de patentes de invenção cujo objeto tenha sido obtido em decorrência de um acesso à amostra de componente do patrimônio genético nacional, e revoga a Resolução 134/06 e a Resolução 208/09, que altera o Formulário de depósito de Pedido de Patente ou de Certificado de Adição e o Formulário PCT -Entrada na fase nacional, instituídos pela Reolução 135/06
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 210 DE 07-05-2009	Dispõe sobre os procedimentos para a apresentação da "Listagem de Sequências" para fins de complementação do relatório discritivo constante dos pedidos de patentes depositados no INPI, bem como sobre a apresentação das sequências de nucleotídios de aminoácidos na "Listagem de Sequências" e revoga o item 16.3 do Ato Normativo 127/97
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 212 DE 14-05-2009	Disciplina os procedimentos para a entrada na fase nacional dos pedidos de patentes depositados nos termos do PCT junto ao INPI, como Repartição Designada, fora do prazo previsto no artigo 22 do Tratado
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 289 DE 04-07-2012	Dá nova redação aos artigos 15 e 16, da Resolução nº 228/09, de 11/11/2009, que dispõe sobre os procedimentos para apresentação da "Listagem de Sequencias", em meio eletronico, para fins de complementação do relatório descritivo contatnte dos pedidos de patentes depositados no INPI, bem como sobre as regras para a representação das sequencias de nucleotídeos e aminiácidos na "Listagem de Sequencias"
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 31 DE 18-03-2013	Dispõe sobre a instituição de formulário para a solicitação de cópia de documentos de patente ao Centro de Disseminação da Informação Tecnológica (CEDIN) do INPI
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 56 DE 18-03-2013	Institui novos formulários para a apresentação de requerimentos e petições, relacionados ao registro de programa de computador
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 57 DE 18-03-2013	Institui formulários para a apresentação de pedidos de registro e de pedidos relativos à topografia de circuitos integrados
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 59 DE 18-03-2013	Altera valor de retribuição específica, relativa aos serviços de registros de programas de computador
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 61 DE 18-03-2013	Dispõe sobre o depósito dos pedidos de registro de programa de computador e dos procedimentos relativos a numeração destes pedidos
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 65 DE 18-03-2013	Dispõe sobre consultas à documentação de patentes do Centro de Disseminação da Informação Tecnológica - CEDIN, do INPI
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 70 DE 18-03-2013	Dispõe sobre os procedimentos para a apresntação da "Listagem de Sequência", em meio eletrônico, para fins de complementação do relatório descritivo constante dos pedidos de patente depositados no INPI, bem como sobre as regras para a apresentação das sequências de nucleotídeos e de aminoácidos na "Listagem de Sequências", e revoga o iem 16.3, do AN 127/97 e a Resolução 210/09
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 73 DE 18-03-2013	Diapõe sobre o depósito dos pedidos de patente nacionais, certificado de adição de invenção e dos pedidos internacionais depositados por meio do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes - PCT que optaram pela entrada na fase nacional brasileira e sobre os procedimentos relativos ao exame formal do pedido nacional de patente, conforme art. 21, da LPI
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 74 DE 19-03-2013	Dispõe sobre o depósito dos pedidos de patentes nacionais, dos certificados de adição de inveção, dos pedidos nacionais depositados por meio do Tratado de Cooperação em Matéria de Patentes - PCT que optaram pela entrada na fase brasileira e sobre os procedimentos relativos ao exame formal e a numeração do pedido nacional de patente
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 75 DE 18-03-2013	Disciplina o exame prioritário de pedidos de Patentes Verdes, no âmbito do INPI, os procedimentos relativos ao Programa Piloto relacionado ao tema e dá outras providências
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 83 DE 28-03-2013	Prorroga e expande o Programa Piloto de exame prioritário de Pedidos de Patentes Verdes no âmbito do INPI e dá outras providências
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 122 DE 29-11-2013	Expande e disciplina exame prioritário de pedidos de Patentes Verdes, no âmbito do INPI, os procedimentos relativos ao tema e dá outras providências
INSTRUÇÃO NORMATIVA_INPI_PR_Nº 10 DE 18/03/2013	Estabelece os procedimentos relativos ao depósito e processamento de pedidos de registro de topografia de circuito integrado no INPI
INSTRUÇÃO NORMATIVA_INPI_PR_Nº 18 DE 18/03/2013	Regulamenta o procedimento de depósito previsto nos arts. 230 e 231 da Lei nº 9.279/96
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 131 DE 15-04-2014	Expande e disciplina exame prioritário de pedidos de Patentes Verdes, no âmbito do INPI, os procedimentos relativos ao Programa Piloto relacionado ao tema e dá outras providências
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 145 DE 17-03-2015	Altera o prazo concedido pelo art. 13, da Resolução 131/2014, que expande e disciplina exame prioritário de pedidos de Patentes Verdes, bem como os procedimentos realtivos ao Programa Piloto relacionados ao tema
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 154 DE 21-12-2015	Dispõe sobre o procedimento administrativo do Projeto Piloto de Exame Compartilhado Prioritário Patente Prosecution Highway - PPH
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 180 DE 21-02-2017	Institui a fase II do Projeto Piloto de priorização do exame de pedidos de patentes com origem no Brasil e com direito de prioridade assegurado para depósito em outro escritório de patenes nacional ou organização internacional, "Prioridade BR"

RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 181 DE 21-02-2017	Institui a fase II do Projeto Piloto de priorização do exame de pedidos de patentes depositados por Microempresas e Empresa de Pequeno Porte, "Patente MPF"
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 210 DE 26-01-2018	Altera a Resolução INPI/PR Nº 154, de 21 de dezembro de 2015
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 211 DE 28-02-2018	Institui a fase III do Projeto Piloto de priorização do exame de pedidos de patentes depositados por Microempreendedores Individuais, Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte, "Patentes MPE"
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 220 DE 25-05-2018	Institui a fase II, do Projeto Piloto do trâmite prioritário de processos de patentes depositados por Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 229 DE 29-11-2018	Altera a Fase II, do Projeto Piloto de Exame Compartilhado PPH PROSUL
RESOLUÇÃO_ INPI_PR_Nº 235 DE 08-02-2019	Institui o Projeto-Piloto PPH INPI-JPO II

PORTARIA/INPI /PR Nº 63, DE 19 DE AGOSTO DE 2022

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL - INPI, no uso das atribuições que lhe conferem o Regimento Interno, aprovado pela Portaria do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços - MDIC nº 11, de 27 de janeiro de 2017, e tendo em vista o disposto no art. 8º do Decreto nº 10.139, de 28 de novembro de 2019, assim como o constante nos autos do Processo nº 52402.005699/2022-99, resolve:

Art. 1º Fica declarada a revogação dos atos normativos constantes do Anexo I.

Art. 2º Ficam declarados exauridos os atos constantes do Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor em 1º de setembro de 2022.

CLAUDIO VILAR FURTADO

ANEXO I

ATOS NORMATIVOS REVOGADOS

Ato Normativo	Ementa	Observações
Resolução PR nº 47/2013, de 18/03/2013	Dispõe sobre o horário de funcionamento para o público, do Serviço de Protocolo e Expedição - SEPEX	Revogado tacitamente. Perda da eficácia.
Resolução PR nº 48/2013, de 18/03/2013	Define e disciplina o processo de aquisição de bens e contratação de serviços; especifica as competências e fixa novos prazos para as unidades e dá obrigatoriedade ao cadastramento dos instrumentos de ajuste firmados pelo INPI	Revogado tacitamente. Perda da eficácia.
Resolução PR nº 49/2013, de 18/03/2013	Define os procedimentos destinados a dar efetiva competência às diversas unidades operacionais do Instituto, em especial quanto à aprovação dos editais para a aquisição de bens e contratação de serviços, bem como seus consequentes contratos e regulamenta as respectivas disposições da Resolução INPI 48/2013	Revogado tacitamente. Perda da eficácia.
Resolução PR nº 51/2013, de 18/03/2013	Disciplina a utilização e o respectivo controle de viaturas disponibilizadas para serviço no âmbito do INPI, quer em sua sede, quer nas Divisões Regionais	Revogado tacitamente. Perda da eficácia.
Resolução PR nº 52/2013, de 18/03/2013	Institui no INPI os procedimentos relativos ao planejamento das aquisições de bens e serviços, em atenção às necessidades e às ações constantes no Planejamento Estratégico do Instituto	Revogado tacitamente. Perda da eficácia.
Resolução PR nº 96/2013, de 18/03/2013	Dispõe sobre o acesso, credenciamento, controle, uso de vagas e horário de funcionamento da garagem do Edifício São Bento Corporate	Revogado tacitamente. Perda da eficácia.
Resolução PR nº 98/2013, de 18/03/2013	Dispõe sobre o código de classificação de documentos de arquivo para o INPI	Revogado tacitamente. Perda da eficácia.
Resolução PR nº 115/2013, de 25/10/2013	Disciplina o controle de acesso às instalações do Edifício A Noite, institui e aprova o manual de vigilância do INPI	Revogado tacitamente. Perda da eficácia.
Resolução PR nº 213/2018, de 20/04/2018	Disciplina os procedimentos de controle de acesso, circulação e permanência de pessoas no Edifício A Noite	Revogado tacitamente. Perda da eficácia.
Norma de Execução DIRAD nº 01/2013, de 18/03/2013	Regulamentar o controle de acesso de pessoas ao INPI, abrangendo a identificação, o registro de entrada e saída e o uso de instrumento de identificação	Revogado tacitamente. Perda da eficácia.
Norma de Execução DIRAD nº 02/2013, de 18/03/2013	Institui no INPI os procedimentos básicos e a lista de verificação de conformidade relativos a instrução de processos de aquisição de bens e serviços comuns, regidos pela Lei 10520/2002 e IN nº 02/2008 e dá outras providências	Revogado tacitamente. Perda da eficácia.
Norma de Execução DIRAD nº 03/2013, de 18/03/2013	Institui no INPI os procedimentos básicos e a lista de verificação de conformidade relativos a instrução de processos de aquisição de bens e serviços, por dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, além de outras providências	Revogado tacitamente. Perda da eficácia.

ANEXO II - ATOS NORMATIVOS EXAURIDOS

Ato Normativo	Ementa	Observações
PORTARIA /INPI / Nº 119, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Institui, em caráter excepcional, medidas administrativas de prevenção à infecção e à propagação do COVID-19 no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	Efeitos exauridos no tempo.
PORTARIA /INPI / Nº 120, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Define a suspensão de prazos em razão de medidas administrativas de prevenção à infecção e à propagação do COVID-19 no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	Efeitos exauridos no tempo.
PORTARIA /INPI / Nº 161, DE 16 DE MARÇO DE 2020	Define a prorrogação dos prazos de que trata a PORTARIA /INPI / Nº 119 e a PORTARIA /INPI / Nº 120, ambas de 16 de março de 2020, e PORTARIA /INPI / Nº 161, de 13 de abril de 2020 que tratam do trabalho temporário em regime de teletrabalho e da suspensão de prazos em razão de medidas administrativas de prevenção à infecção e à propagação do COVID-19 no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	Efeitos exauridos no tempo.
PORTARIA /INPI / Nº 166, DE 27 DE ABRIL DE 2020	Define a prorrogação dos prazos de que trata a PORTARIA /INPI / Nº 119 e a PORTARIA /INPI / Nº 120, ambas de 16 de março de 2020, e PORTARIA /INPI / Nº 161, de 13 de abril de 2020 que tratam do trabalho temporário em regime de teletrabalho e da suspensão de prazos em razão de medidas administrativas de prevenção à infecção e à propagação do COVID-19 no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	Efeitos exauridos no tempo.
PORTARIA /INPI / Nº 178, DE 11 DE MAIO DE 2020	Define a prorrogação dos prazos de que trata a PORTARIA /INPI / Nº 119 e a PORTARIA /INPI / Nº 120, ambas de 16 de março de 2020, e PORTARIA /INPI / Nº 161, de 13 de abril de 2020 que tratam do trabalho temporário em regime de teletrabalho e da suspensão de prazos em razão de medidas administrativas de prevenção à infecção e à propagação do COVID-19 no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	Efeitos exauridos no tempo.
PORTARIA /INPI / Nº 230, DE 25 DE MAIO DE 2020	Define a prorrogação dos prazos de que tratam a PORTARIA /INPI/Nº 119, de 16 de março de 2020; PORTARIA /INPI/Nº 161, de 13 de abril de 2020; PORTARIA /INPI/Nº 166, de 27 de abril de 2020 e PORTARIA/INPI/Nº 178, de 11 de maio de 2020 que tratam do trabalho temporário em regime de teletrabalho em razão de medidas administrativas de prevenção à infecção e à propagação do COVID-19 no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	Efeitos exauridos no tempo.
PORTARIA /INPI / Nº 243, DE 15 DE JUNHO DE 2020	Define a prorrogação dos prazos de que tratam a PORTARIA /INPI/Nº 119, de 16 de março de 2020; PORTARIA /INPI/Nº 161, de 13 de abril de 2020; PORTARIA /INPI/Nº 166, de 27 de abril de 2020; PORTARIA/INPI/Nº 178, de 11 de maio de 2020 e PORTARIA/INPI/Nº 230, de 25 de maio de 2020que tratam do trabalho temporário em regime de teletrabalho em razão de medidas administrativas de prevenção à infecção e à propagação do COVID-19 no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	Efeitos exauridos no tempo.
PORTARIA /INPI / Nº 255, DE 29 DE JUNHO DE 2020	Prorroga o prazo de vigência da Portaria INPI nº 119, de 16 de março de 2020, que trata do trabalho temporário em regime de teletrabalho, assim como declara o período em que vigorou a suspensão dos prazos para o público externo, por força das medidas administrativas de prevenção à infecção e propagação da COVID-19, no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	Efeitos exauridos no tempo.
PORTARIA /INPI / Nº 290, DE 31 DE JULHO DE 2020	Prorroga o prazo de vigência da Portaria INPI nº 119, de 16 de março de 2020, que trata do trabalho temporário em regime de teletrabalho, assim como declara o período em que vigorou a suspensão dos prazos para o público externo, por força das medidas administrativas de prevenção à infecção e propagação da COVID-19, no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI	Efeitos exauridos no tempo.
PORTARIA /INPI / Nº 322, DE 04 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga o prazo de vigência da Portaria INPI nº 119, de 16 de março de 2020, que trata do trabalho temporário em regime de teletrabalho, por força das medidas administrativas de prevenção à infecção e propagação da COVID-19, no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	Efeitos exauridos no tempo.
PORTARIA /INPI / Nº 336, DE 25 DE SETEMBRO DE 2020	Prorroga o prazo de vigência da Portaria INPI nº 119, de 16 de março de 2020, que trata do trabalho temporário em regime de teletrabalho, por força das medidas administrativas de prevenção à infecção e propagação da COVID-19, no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	Efeitos exauridos no tempo.
PORTARIA /INPI / Nº 352, DE 26 DE OUTUBRO DE 2020	Prorroga o prazo de vigência da Portaria INPI nº 119, de 16 de março de 2020, que trata do trabalho temporário em regime de teletrabalho, por força das medidas administrativas de prevenção à infecção e propagação da COVID-19, no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	Efeitos exauridos no tempo.
PORTARIA /INPI / Nº 01, DE 07 DE JANEIRO DE 2021	Prorroga o prazo de vigência da Portaria INPI nº 119, de 16 de março de 2020, que trata do trabalho temporário em regime de teletrabalho, por força das medidas administrativas de prevenção à infecção e propagação da COVID-19, no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	Efeitos exauridos no tempo.
PORTARIA /INPI / Nº 20, DE 26 DE FEVEREIRO DE 2021	Prorroga o prazo de vigência da Portaria INPI nº 119, de 16 de março de 2020, que trata do trabalho temporário em regime de teletrabalho, por força das medidas administrativas de prevenção à infecção e propagação da COVID-19, no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	Efeitos exauridos no tempo.
PORTARIA /INPI / Nº 26, DE 26 DE ABRIL DE 2021	Prorroga o prazo de vigência da Portaria INPI nº 119, de 16 de março de 2020, que trata do trabalho temporário em regime de teletrabalho, por força das medidas administrativas de prevenção à infecção e propagação da COVID-19, no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	Efeitos exauridos no tempo.
PORTARIA /INPI / Nº 34, DE 28 DE JUNHO DE 2021	Prorroga o prazo de vigência da Portaria INPI nº 119, de 16 de março de 2020, que trata do trabalho temporário em regime de teletrabalho, por força das medidas administrativas de prevenção à infecção e propagação da COVID-19, no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	Efeitos exauridos no tempo.

PORTARIA /INPI / Nº38, DE 10 DE AGOSTO DE 2021	Prorroga o prazo de vigência da Portaria INPI nº 119, de 16 de março de 2020, que trata do trabalho temporário em regime de teletrabalho, por força das medidas administrativas de prevenção à infecção e propagação da COVID-19, no âmbito do Instituto Nacional da Propriedade Industrial - INPI.	Efeitos exauridos no tempo.
PORTARIA /INPI / Nº 40, DE 20 DE SETEMBRO DE 2021	Estabelece novos procedimentos em relação ao trabalho temporário em regime de teletrabalho, observadas as diretrizes da Instrução Normativa 109, de 29 de outubro de 2020, e da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME Nº 37, de 25 de março de 2021, da Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal, do Ministério da Economia e as orientações da Divisão de Saúde Ocupacional -DISAO diante da pandemia.	Efeitos exauridos no tempo.
PORTARIA /INPI / Nº 44 , DE 07 DE OUTUBRO DE 2021	Estabelece novos procedimentos em relação ao regime trabalho remoto temporário, observadas as diretrizes da Instrução Normativa SGP/SEDGG/ME nº 90, de 2021 e dá outras providências.	Efeitos exauridos no tempo.
PORTARIA /INPI / Nº 47, DE 18 DE OUTUBRO DE 2021	Estabelece medidas administrativas para o retorno gradual e seguro ao trabalho em modo presencial dos servidores e colaboradores.	Efeitos exauridos no tempo.

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA SUSEP Nº 7.996, DE 16 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 74 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base na Resolução CNSP nº 381, de 4 de março de 2020, e o que consta do processo Susep nº 15414.649740/2021-97, resolve:

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos sócios de AGRIMUTUAL SEGUROS LTDA., CNPJ nº 47.125.399/0001-09, com sede na cidade de Santa Bárbara D'Oeste - SP, na 1ª alteração do contrato social, realizada em 22 de julho de 2022:

I - transformação do tipo societário para sociedade anônima;

II - mudança da denominação social para AGRIMUTUAL SEGUROS S.A.;

III - eleição de administradores;

IV - mudança do objeto social; e

V - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Conceder a AGRIMUTUAL SEGUROS S.A. autorização para operar seguros de danos, pelo tempo determinado de 36 meses em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), em conformidade com o Edital Eletrônico Susep nº 1/2021.

Art. 3º Ratificar que o capital social de AGRIMUTUAL SEGUROS S.A. é de R$ 1.010.000,00, dividido em 1.010.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

PORTARIA SUSEP Nº 7.997, DE 16 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Ministro de Estado da Fazenda, por meio da Portaria nº 151, de 23 de junho de 2004, tendo em vista o disposto no artigo 74 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, com base na Resolução CNSP nº 381, de 4 de março de 2020, e o que consta do processo Susep nº 15414.616858/2022-10, resolve:

Art. 1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos sócios de NEO SERVIÇOS LTDA., CNPJ nº 43.368.571/0001-96, com sede na cidade de São Paulo - SP, na assembleia geral de transformação realizada em 20 de abril de 2022:

I - transformação do tipo societário para sociedade anônima;

II - mudança da denominação social para NEO SEGURADORA S.A.;

III - eleição de administradores;

IV - mudança do objeto social; e

V - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Conceder a NEO SEGURADORA S.A. autorização para operar seguros de danos, pelo tempo determinado de 36 meses em ambiente regulatório experimental (Sandbox Regulatório), em conformidade com o Edital Eletrônico Susep nº 1/2021.

Art. 3º Ratificar que o capital social de NEO SEGURADORA S.A. é de R$ 3.400.000,00, dividido em 3.400.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE MILANESE CAMILLO

DIRETORIA TÉCNICA 1

PORTARIA DIR1/SUSEP Nº 99, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DA DIRETORIA TÉCNICA 1 DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência estabelecida no inciso XVIII, do art. 23, do Anexo I, da Resolução CNSP n.º 428, de 12 de novembro de 2021, tendo em vista o disposto no inciso III, art. 4º, da Lei Complementar n.º 126, de 15 de janeiro de 2007, no inciso II, do art. 5º, e no §5º, do art. 35, da Resolução CNSP n.º 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do Processo Susep nº 15414.617101/2022-43, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria SUSEP/DIR1 n.º 67, de 06 de dezembro de 2021, que suspendeu o cadastro de THE NEW INDIA ASSURANCE COMPANY LTD., sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Índia, restabelecendo assim o cadastro como ressegurador eventual, concedido por meio da Portaria SUSEP n.º 4.540, de 4 de abril de 2012.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

COORDENAÇÃO-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 913, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.604831/2022-84, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administrador de CHUBB SEGUROS BRASIL S.A., CNPJ nº 03.502.099/0001-18, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 27 de junho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 910, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.618720/2022-55, resolve:

Art.1º Homologar a reforma do estatuto social de PATER SEGUROS S.A., CNPJ nº 06.068.410/0001-50, com sede na cidade de Fortaleza - CE, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 20 de junho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 908, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta dos processos Susep nº 15414.605652/2022-64 e 15414.608456/2022-41, resolve:

Art.1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelos acionistas de FAIRFAX BRASIL SEGUROS CORPORATIVOS S.A., CNPJ nº 10.793.428/0001-92, com sede na cidade de São Paulo - SP, nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 23 de fevereiro de 2022 e 23 de maio de 2022 e nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 30 de março de 2022:

I - aumento do capital social em R$ 91.115.999,00, elevando-o para R$ 502.661.743,75, dividido em 392.770.776 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 911, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria Susep nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, e tendo em vista o disposto no inciso III do art. 4º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, no inciso II do art. 5º, no §2° do art. 26 e no §7° do art. 28, todos da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.619753/2022-12, resolve:

Art.1º Homologar a atualização cadastral anual de 2022 de Ironshore Specialty Insurance Company, sociedade constituída e existente segundo as leis dos Estados Unidos da América, cadastrada como ressegurадora eventual, conforme Portaria SUSEP nº 5.158, de 19 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 909, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.613741/2022-84, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administrador de COFACE DO BRASIL SEGUROS DE CRÉDITO S.A., CNPJ nº 07.644.868/0001-73, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 30 de maio de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 912, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, combinado com o parágrafo 2º do artigo 3º do Decreto-Lei nº 261, de 28 de fevereiro de 1967, e o que consta do processo Susep nº 15414.617950/2022-05,, resolve:

Art.1º Homologar a reforma e consolidação do estatuto social de RIO'S CAPITALIZAÇÃO S.A., CNPJ nº 03.558.096/0001-04, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 23 de junho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 918, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria Susep n.º 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto no inciso II do art. 4º da Lei Complementar nº 126, de 15 de janeiro de 2007, no inciso II do art. 5º, no §2º do art. 26 e no §7º do art. 28, todos da Resolução CNSP nº 422, de 11 de novembro de 2021, e o que consta do processo Susep nº 15414.613004/2022-81, resolve:

Art.1º Homologar a atualização cadastral anual de 2022 de Partner Reinsurance Europe SE, sociedade constituída e existente segundo as leis da Irlanda, cadastrada como ressegurador admitido, conforme Portaria SUSEP nº 2.984, de 10 de julho de 2008.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 917, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.608565/2022-69, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de membros do conselho fiscal de BRASILPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A., CNPJ nº 27.665.207/0001-31, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 915, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.619252/2022-36, resolve:

Art.1º Homologar a reforma e consolidação do estatuto social de AUSTRAL SEGURADORA S.A., CNPJ nº 11.521.976/0001-26, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 30 de junho de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 914, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.613486/2022-70, resolve:

Art.1º Homologar a eleição de administrador de MITSUI SUMITOMO SEGUROS S.A., CNPJ nº 33.016.221/0001-07, com sede na cidade de São Paulo - SP, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 31 de maio de 2022.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 916, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE REGIMES ESPECIAIS, AUTORIZAÇÕES E JULGAMENTOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência subdelegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria nº 7.861, de 22 de setembro de 2021, tendo em vista o disposto na alínea 'a' do artigo 36 do Decreto-Lei nº 73, de 21 de novembro de 1966, e o que consta do processo Susep nº 15414.609852/2022-96, resolve:

Art.1º Homologar as seguintes deliberações tomadas pelo acionista único de ASSURANT SEGURADORA S.A., CNPJ nº 03.823.704/0001-52, com sede na cidade de Barueri - SP, nas assembleias gerais ordinária e extraordinária realizadas cumulativamente em 31 de março de 2022:

I - eleição de administradores; e

II - reforma e consolidação do estatuto social.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS AUGUSTO PINTO FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

DESPACHOS

Com fundamento nos termos do art. 25 da Lei nº 8.666/93 e considerando o contido na Resolução CAS nº 102/2021, de 30/06/2021, no Parecer Técnico nº 27/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, de 22/08/2022 (SEI nº 1401154) e no PARECER n. 00050/2022/GAB/PFSUFRAMA/PGF/AGU, de 15/07/2022 (SEI nº 1376165), além do cumprimento da Decisão n.º 153/2001 - TCU Plenário, prolatada nos autos do Processo n.º TC 927.102/1998-6, reconheço a inexigibilidade de licitação para Concessão de Direito Real de Uso do lote de terras nº 3.31/A, com área de 15.586,72 m², localizado na Rua Balata, nº 180 - Distrito Industrial I, à empresa TUTIPLAST INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA., por inviabilidade de competição em situação excepcional, motivada na aplicação do art. 29 e Parágrafo Único, do Decreto-lei nº 288/67, referente à ampliação do projeto aprovado pela SUFRAMA, tudo de acordo com o processo administrativo nº 52710.002138/2003-91.

DOWER JERÔNIMO MORINI BORGES
Superintendente Adjunto de Projetos

Ratifico a inexigibilidade de licitação, em cumprimento ao disposto no art. 26, da Lei n.º 8.666/93, por atender aos requisitos legais pertinentes, e determino a publicação dos atos no Diário Oficial da União, como condição de eficácia legal.

ALGACIR ANTONIO POLSIN
Superintendente

PORTARIA SUFRAMA Nº 415, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa A M QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Art. 11, os termos do Parecer de Engenharia nº 121/2022 - COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 134/2022 - COAPA/CGPRI/SPR, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA; e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.001805/2022-81, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa A M QUÍMICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS QUÍMICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., CNPJ: 07.842.762/0001-84, Inscrição SUFRAMA: 20.0114.74-3, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 121/2022 - COAPA/CGPRI/SPR e Parecer de Economia nº 134/2022 - COAPA/CGPRI/SPR, para produção de SOLVENTE E DILUENTE PARA TINTAS E VERNIZES, código SUFRAMA 1778, recebendo os incentivos previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º Definir que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme Parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º Determinar sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico definido Portaria Interministerial SEPEC/ME/SEXEC/MCTI nº 5.198, de 5 de maio de 2021;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução CAS nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

PORTARIA SUFRAMA Nº 420, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Aprova o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa RUBBERON INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Art. 11, os termos do Parecer de Engenharia nº 107/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e do Parecer de Economia nº 136/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.008877/2021-79, resolve:

Art. 1º APROVAR o projeto industrial de DIVERSIFICAÇÃO da empresa RUBBERON INDÚSTRIA, COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI., CNPJ: 09.641.540/0005-52, Inscrição SUFRAMA 20.0105.55-8, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 107/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 136/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, para produção de RESÍDUOS PROCESSADOS DE MATERIAIS DIVERSOS, código SUFRAMA 2020, recebendo os benefícios fiscais previstos no Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico definido na Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 4, de 13 de janeiro de 2012;

II - a certificação pela Norma ISO 14.000 e a obtenção dos licenciamentos exigidos, na forma da Lei, e ao cumprimento das normas, critérios e padrões exigidos pelo CONAMA, para entrar em operação, conforme estabelece o § 3º do Art. 1º da Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 4, de 13 de janeiro de 2012;

III - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

IV - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

V - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

PORTARIA SUFRAMA Nº 422, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Aprova o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa J. G. RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS PLÁSTICOS EIRELI.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso de suas atribuições legais e considerando o que lhe autoriza a Resolução nº 205, de 25 de fevereiro de 2021, do Conselho de Administração da SUFRAMA, no Art. 11, § 3º, os termos do Parecer de Engenharia nº 125/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e do Parecer de Economia nº 137/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, da Superintendência Adjunta de Projetos da SUFRAMA, e o que consta no processo SEI-SUFRAMA nº 52710.003865/2022-39, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto industrial de IMPLANTAÇÃO da empresa J. G. RECUPERAÇÃO DE MATERIAIS PLÁSTICOS EIRELI., CNPJ: 21.602.382/0001-01, Inscrição SUFRAMA 20.0178.97-0, na Zona Franca de Manaus, na forma do Parecer de Engenharia nº 125/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA e Parecer de Economia nº 137/2022/COAPA/CGPRI/SPR/SUFRAMA, para produção de ARTIGO DE MATÉRIA PLÁSTICA (EXCETO DE POLIESTIRENO EXPANSÍVEL) PARA TRANSPORTE OU EMBALAGEM, código SUFRAMA 0395, recebendo os benefícios fiscais previstos nos artigos 7º e 9º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, com redação dada pela Lei nº 8.387, de 30 de dezembro de 1991, e legislação posterior.

Art. 2º DEFINIR que a redução da alíquota do Imposto de Importação (II) relativo às matérias-primas, materiais secundários e de embalagem, componentes e outros insumos de origem estrangeira, utilizados na fabricação do produto a que se refere o Art. 1º desta Portaria, será de 88% (oitenta e oito por cento), conforme Parágrafo 4º do Art. 7º do Decreto-Lei nº 288/67, com redação dada pela Lei nº 8.387/91.

Art. 3º DETERMINAR sob pena de suspensão ou cancelamento dos incentivos concedidos, sem prejuízo da aplicação de outras cominações legais cabíveis:

I - o cumprimento do Processo Produtivo Básico definido no Anexo VII do Decreto n.º 783, de 25 de março de 1993;

II - o atendimento das exigências da Política Nacional do Meio ambiente, conforme disciplina a Legislação nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal;

III - a manutenção de cadastro atualizado na SUFRAMA, de acordo com as normas em vigor; e

IV - o cumprimento das exigências contidas na Resolução nº 205, 25 de fevereiro de 2021, bem como as demais Resoluções, Portarias e Normas Técnicas em vigor.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

PORTARIA SUFRAMA Nº 423, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Inclusão de parte e peça (componente) no Anexo III da Portaria Interministerial nº 43 - ME/MCTI, de 29 de julho de 2020.

O SUPERINTENDENTE DA ZONA FRANCA DE MANAUS no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto no § 11 do artigo 6º da Portaria Interministerial nº 43 - ME/MCTI, de 29 de julho de 2020, que estabeleceu o processo produtivo básico para ciclomotores, motonetas, motocicletas, triciclos e quadriciclos, industrializados na Zona Franca de Manaus,

CONSIDERANDO a necessidade de atualizar o Anexo III da Portaria Interministerial nº 43 - ME/MCTI, de 29 de julho de 2020, e

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 52710.001019/2022-84, resolve:

Art. 1º Incluir os itens a seguir descritos, com as respectivas pontuações para as produções nacional e regional, no Anexo III da Portaria Interministerial nº 43 - ME/MCTI, de 29 de julho de 2020:

N°	Partes e peças	Produção Nacional	Produção Regional
252	CÂNISTER	1,50	2,25
253	REGULADOR DA PRESSÃO DE COMBUSTÍVEL	1,00	1,50
254	CONJUNTO INJETOR DE COMBUSTÍVEL	1,00	1,50
255	INTERRUPTOR MAGNÉTICO DE PARTIDA - "RELÉ DE PARTIDA"	2,00	3,00

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

PORTARIA SUFRAMA Nº 419, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

Suspensão dos incentivos fiscais concedidos à empresa DSA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELÉTRICOS LTDA, pela inadimplência referente aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia no ano-base 2018.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 20 do Decreto nº 7.139, de 29 de março de 2010, e e os §§ 7º e 9° do art. 34 do Decreto nº 10.520, de 10 de outubro de 2020; considerando o que consta no Processo 52710.000932/2019-68; os termos do Nota Técnica n° 47/2022/COATE/CGTEC/SAP/SUFRAMA; a constatação de inadimplência referente aos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento na Amazônia Ocidental, referente ao ano-base de 2018 da empresa DSA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELÉTRICOS LTDA referente ao produto Aparelho para alisar cabelo (1416); a constatação de inadimplência da empresa DSA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELÉTRICOS LTDA., decorrente da obrigação originada dispensa de etapas de PPB, previstos no art. 1º da Portaria Interministerial MDIC/MCTI nº 28, de 10 de maio de 2017; e que foram esgotadas todas as providências para que a empresa se pronunciasse sobre a necessidade de regularização referente ao investimento em atividades de P&D, resolve:

Art. 1º Suspender, por 90 dias, com base no § 4º do art. 27 da Resolução CAS nº 71, de 6 de maio de 2016, os incentivos fiscais concedidos à linha dos produtos abaixo listado, da empresa DSA INDÚSTRIA DE APARELHOS ELÉTRICOS LTDA, beneficiária do incentivo previsto no art. 7º, § 4º do Decreto-Lei nº 288, de 28 de fevereiro de 1967, que se encontra inadimplente quanto aos investimentos em P&D, decorrente de dispensas de etapas de Processo Produtivo Básico, previstos na Portaria Interministerial MDIC/MCT nº 28/2017.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO /CÓDIGO SUFRAMA	DOCUMENTO APROBATÓRIO
APARELHO PARA ALISAR CABELO(1416)	Portaria nº 140, de 07/03/2015.

Art. 2º A suspensão vigorará até que sejam adimplidas as obrigações, hipótese em que se dará a reabilitação, ou, caso contrário, expire-se o prazo estabelecido, quando serão cancelados os benefícios por meio de Resolução do Conselho de Administração da SUFRAMA - CAS.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALGACIR ANTONIO POLSIN

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

SECRETARIA GERAL

CNPJ/MF nº 00.360.305/0001-04 NIRE: 53.5.0000038-1

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2022

I - Data, horário e local: no dia 26 de abril de 2022, às 10h00 (dez horas), na Sala de Reuniões dos Conselhos, no 21º andar do Edifício Matriz I da Caixa Econômica Federal, localizado em Brasília/DF, no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Lotes 3/4, e por videoconferência.

II - Presença: (i) Procurador da Fazenda Nacional Luiz Frederico de Bessa Fleury, Representante da União, designado pela Portaria nº 17, de 26 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União de 01 de julho de 2019; (ii) Senhor Rogério Rodrigues Bimbi, Presidente do Conselho de Administração da CAIXA; (iii) Senhor Itanielson Dantas Silveira Cruz, Presidente do Conselho Fiscal da empresa; (iv) Senhor Gryecos Attom Valente Loureiro, Diretor Jurídico da empresa; e (v) Senhor Carlos Augusto Silva, representante da empresa PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes.

III - Mesa: Rogério Rodrigues Bimbi, Presidente da Assembleia; Luiz Frederico de Bessa Fleury, Representante da União; Karla Cristina Gadelha Apolinário, Secretária designada.

IV - Convocação: dispensada face à presença do acionista representando a totalidade do capital social, nos termos do artigo 124, § 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A.").

V - Ordem do Dia: (i) Relatório da Administração e Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas da Caixa Econômica Federal referentes ao exercício de 2021; (ii) Destinação do resultado do exercício de 2021 e Distribuição dos Resultados; (iii) Modificação do Capital Social da Caixa Econômica Federal, e consequente alteração do Art. 8º do Estatuto Social; (iv) Eleição de membro do Conselho de Administração; e (v) Eleição de membro do Conselho Fiscal.

VI - Deliberação: com base no despacho do Secretário Especial do Tesouro e Orçamento do Ministério da Economia, Senhor Esteves Pedro Colnago Junior (Processo nº 10951.100415/2022-19), a Assembleia Geral Ordinária decidiu sobre as matérias apresentadas, conforme a seguir:

(i) aprovar as Demonstrações Contábeis, o Relatório de Administração, referentes ao exercício social encerrado em 2021, com o posicionamento do Conselho Fiscal sobre a matéria, para que a CAIXA observe integralmente, de modo a considerar os riscos inerentes aos controles internos e aprimorar a gestão contábil, financeira e patrimonial da CAIXA, as ênfases da Auditoria Independente (Nota 10b) relativas aos créditos com FCVS, conforme a orientação da Secretaria do Tesouro Nacional;

(ii) aprovar a destinação do resultado do exercício de 2021 e distribuição dos resultados, tal como proposto pela Administração da CAIXA, na forma do quadro abaixo, com o registro da recomendação apresentada pela Secretaria do Tesouro Nacional, para a administração da CAIXA avaliar a necessidade de evidenciação, na Destinação do Resultado anual, da retenção de Lucro para atendimento do Programa Minha Casa Melhor, uma vez que foi revogada a Resolução do Conselho Monetário Nacional nº 4.393/2014 no ano de 2021:

Em R$ Milhões

Quadro 6 - Distribuição do Resultado	2021
Lucro Líquido	17.263
(-) Juros Rernuneratórios- IHCD	1.415
Resultado Após IHCD	15.848
(+) Realização Reserva de Reavaliação	27
Lucro Líquido - Base das Reservas	15.875
(-) Reserva Legal	863
(-) Reserva Estatutária - Loterias	851
Lucro Líquido Ajustado - Base para Distribuição	14.161
(-) Juros sobre o Capital Próprio	3.528
(-) Dividendos Propostos	12
(-) Lucro Retido - Minha Casa Melhor - Resolução CMN 4.393/2014	0
Reserva de Margem Operacional	10.621

(iii) aprovar o aumento do Capital Social, mediante a incorporação do saldo apurado em 31 de dezembro de 2021 na Conta de Reservas Estatutárias - Reserva de Loterias, no valor de R$ 851.000.000,00 (oitocentos e cinquenta e um milhões de reais), de acordo com a proposta apresentada pela administração da CAIXA, com a consequente alteração da redação do artigo 8° de seu Estatuto Social, para expressar o novo valor do Capital Social, que passará a ter a seguinte redação:

"Art. 8º. O capital social da CEF é de R$ 68.851.000.000,00 (sessenta e oito bilhões oitocentos e cinquenta e um milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado pela União."

(iv) eleger o Senhor RICARDO MAGALHÃES GOMES, brasileiro, solteiro, engenheiro, nascido em São Paulo/SP, data de nascimento 27/08/1970, CPF 014.729.747-86, Identidade 08014522-7 - IFP/RJ, residente e domiciliado na avenida Lúcio Costa 3600, bloco 1, apartamento 1801, Barra da Tijuca, CEP 22630-010, Rio de Janeiro/RJ (OFÍCIO SEI Nº 116877/2022/ME (SEI 24181726), de 19 de abril de 2022, da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais, e despacho de 08 de abril de 2022 (SEI 23893272), do Secretário Especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados, no processo SEI n° 10113.100307/2022-18), para o Conselho de Administração da CAIXA, como membro independente, em recondução, condicionada a entrada em exercício à manifestação do Conselho de Administração, nos termos do artigo 78, §3°, do Estatuto Social;

(v) eleger, como membros do Conselho de Administração, as pessoas indicadas até à data desta AGO, cujos nomes tenham sido aprovados pelo Comitê de Elegibilidade da empresa e pela Casa Civil da Presidência da República, e obtido manifestação favorável do Conselho de Administração, nos termos do artigo 78, §3°, do Estatuto Social da CAIXA, ou, não havendo tais indicações, votar pela prorrogação da gestão dos atuais membros do Conselho de Administração, até nova eleição, nos termos do art. 150 da Lei nº 6.404, de 1976;

(vi) eleger, como membros do Conselho Fiscal da CAIXA, representantes do Tesouro Nacional, nos termos do OFÍCIO SEI Nº 45648/2022/ME (SEI 22482868), de 13 de abril de 2022, da Secretaria do Tesouro Nacional/COPAR, e de acordo com o despacho de 21 de fevereiro de 2022 (SEI 22606226), do Secretário Especial do Tesouro e Orçamento, no processo SEI n° 17944.100531/2022-68), condicionada a entrada em exercício às aprovações da Casa Civil da Presidência da República, do Comitê de Elegibilidade da Companhia e manifestação do Conselho de Administração acerca do enquadramento dos indicados:

a) o Senhor ITANIELSON DANTAS SILVEIRA CRUZ, brasileiro, solteiro em união estável, nascido em Currais Novos/RN, data de nascimento 16/03/1990, CPF 033.263.455-85, Identidade 003021740 - ITEP/RN, residente e domiciliado na SQNW 107, Bloco B, Apartamento 515, Noroeste, CEP 70.686-060, Brasília/DF, como membro titular;

b) o Senhor LUCIANO MOURA CASTRO DO NASCIMENTO, brasileiro, casado em comunhão parcial de bens, contador, nascido em Campo Grande/MS, data de nascimento 22/06/1985, CPF 994.184.601-49, Identidade 27403 - CRC/DF, residente e domiciliado na SQS 313, Bloco F, Apartamento 605, Asa Sul, CEP 70.382-060, Brasília/DF, como membro suplente;

(vii) reeleger os demais e atuais membros do Conselho Fiscal, a fim de possibilitar a manutenção do funcionamento do colegiado;

(viii) fixar a remuneração dos administradores, membros do Conselho Fiscal e membros do Comitê de Auditoria e do Comitê Independente de Riscos, conforme orientação da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (SEST), tendo em conta o disposto no Decreto nº 9.745/2019, Anexo I, art. 98, inciso VI, alínea "i", e inciso XII, em seu OFÍCIO SEI nº 92276/2022/ME (SEI 23629719), de 19 abril de 2022, acompanhado da Nota Técnica SEI nº 12849/2022/ME (SEI 23629701), da mesma data, nos seguintes termos:

a) fixar em até R$ 43.439.513,43 (quarenta e três milhões quatrocentos e trinta e nova mil quinhentos e treze reais e quarenta e três centavos) o montante global a ser pago aos administradores, no período compreendido entre abril de 2022 e março de 2023;

b) fixar em até R$ 490.184,77 (quatrocentos e noventa mil cento e oitenta e quatro reais e setenta e sete centavos) a remuneração total a ser paga ao Conselho Fiscal, em até R$ 2.562.302,02 (dois milhões quinhentos e sessenta e dois mil trezentos e dois reais e dois centavos) a remuneração total a ser paga ao Comitê de Auditoria, e em até R$ 1.959.407,42 (um milhão novecentos e cinquenta e nove mil quatrocentos e sete reais e quarenta e dois centavos) a remuneração total a ser paga ao Comitê Independente de Riscos, no período compreendido entre abril de 2022 e março de 2023;

c) fixar os honorários mensais dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal em um décimo da remuneração média mensal dos membros da Diretoria Executiva, excluídos os valores relativos a adicional de férias e benefícios;

d) fixar a remuneração mensal do presidente do Comitê de Auditoria em 100% (cem por cento) da remuneração mensal do Diretor Executivo e dos demais membros do Comitê em 80% (oitenta por cento) da remuneração do Diretor Executivo;

e) fixar a remuneração mensal do presidente do Comitê Independente de Riscos em 100% (cem por cento) da remuneração mensal do Diretor Executivo e dos demais membros do Comitê em 80% (oitenta por cento) da remuneração do Diretor Executivo;

f) recomendar a observância dos limites individuais definidos pela SEST, conforme Anexo desta Ata, ressaltada a sua competência para fixar esses limites para o período de doze meses, por rubrica e por cargo, atendo-se aos limites definidos nas alíneas "a" e "b";

g) vedar expressamente o repasse aos administradores de quaisquer benefícios que, eventualmente, vierem a ser concedidos aos empregados da empresa, por ocasião da formalização do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) na sua respectiva data-base;

h) vedar o pagamento de qualquer item de remuneração não deliberado nesta assembleia para os membros estatutários, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação, nos termos do artigo 152 da Lei nº 6.404/76;

i) caso haja algum Diretor na situação de cedido (servidor público ou empregado de outra estatal), deverão ser observadas as disposições do Decreto nº 10.835/2021, devendo o reembolso ao cedente limitar-se ao montante individual aprovado para esse membro em Assembleia Geral;

j) esclarecer que a responsabilidade sobre a regularidade do pagamento dos encargos sociais de ônus do empregador é das empresas estatais, por tratar-se de matéria que requer análise jurídica de cada empresa;

k) caso algum Diretor seja empregado da empresa, seu contrato de trabalho deverá ser suspenso, nos termos da Súmula nº 269 do Tribunal Superior do Trabalho (TST);

l) condicionar o pagamento da rubrica "quarentena" à aprovação da Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP/PR), nos termos da legislação vigente;

m) esclarecer que é competência do Conselho de Administração, com apoio da Auditoria Interna e do Comitê de Auditoria Estatutário, garantir o cumprimento dos limites global e individual de remuneração dos membros estatutários definidos na presente Assembleia Geral;

n) condicionar o pagamento da Remuneração Variável Anual (RVA) dos diretores à rigorosa observância dos termos e condições constantes dos Programas de RVA aprovados previamente pela SEST;

o) aplicar, se for o caso, reversão sobre parcelas diferidas ainda não pagas de Programas de RVA de exercícios anteriores em que, considerando o lucro líquido recorrente do exercício de 2021, houver queda superior a 20% (vinte por cento) quando comparado aos anos-base dos Programas, nos termos da legislação vigente; e

p) condicionar o pagamento da rubrica "previdência complementar" ao disposto no artigo 202 §3º da Constituição Federal de 1988 e no artigo 16 da Lei Complementar nº 109/2001;

(ix) conforme solicitação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), quanto ao capítulo referente ao Interesse Público, constante do artigo 7º do Estatuto Social da CAIXA, deverá a Administração da CAIXA efetuar o devido registro nas próximas demonstrações financeiras, das informações ou dados sobre a evidenciação de obrigações ou responsabilidades assumidas, com descrição específica no relatório de administração sobre a matéria, com a divulgação transparente sobre custos ou receitas obtidas pela instituição financeira federal em condições diversas às de qualquer outra sociedade do setor privado que atue no mesmo mercado, nas demonstrações contábeis e no relatório da administração, e se for o caso de não ter assumido obrigações ou responsabilidades relacionadas ao dispositivo, que relate, nos referidos documentos, a não assunção de tais obrigações atinentes ao Interesse Público.

VII - Encerramento: não havendo qualquer outra matéria a ser discutida, o Presidente da Mesa considerou encerrados os trabalhos da Assembleia Geral Ordinária, determinando que fosse lavrada a presente Ata, em forma de sumários, conforme

facultado pelo artigo 130, § 1º, da Lei das S.A., que, lida e achada conforme, é devidamente assinada pelo Presidente da Mesa, Rogério Rodrigues Bimbi, pelo Representante da União, Luiz Frederico de Bessa Fleury, e pela Secretária designada, Karla Cristina Gadelha Apolinário. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro sob o nº 1887278 em 24/08/2022.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CAIXA

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES, CONSELHEIROS FISCAIS, E MEMBROS DO COMITÊ DE AUDITORIA E DO COMITÊ INDEPENDENTE DE RISCOS

PERÍODO DE ABRIL/2022 A MARÇO/2023

Rubrica	Valor
Honorário Fixo	20.469.254,28
Gratificação Natalina	1.705.771,19
Gratificação de Férias	568.590,40
Auxílio Alimentação	432.356,40
Auxílio Moradia	820.800,00
Plano de Saúde	573.857,76
Previdência Complementar	2.619.252,22
Quarentena	10.234.627,14
RVA - adiantamento da parcela à vista	
RVA - parcela à vista	
RVA - 1º parcela diferida	2.274.816,46
RVA - 2º parcela diferida	2.218.981,72
RVA - 3º parcela diferida	998.342,11
I - TOTAL DA DIRETORIA	42.916.649,67
Honorário CA	466.842,64
Previdência CA	56.021,12
II - TOTAL DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	522.863,76
III - TOTAL GERAL DOS ADMINISTRADORES (I+II)	43.439.513,43
Honorário CF - Titular	291.776,65
Previdência CF - Titular	35.013,20
Honorário CF - Suplente	145.888,33
Previdência CF - Suplente	17.506,60
IV - TOTAL DO CONSELHO FISCAL	490.184,77
Honorário COAUD - Presidente	502.412,16
Quarentena COAUD - Presidente	251.206,08
Honorário COAUD - Titular	1.205.789,18
Quarentena COAUD - Titular	602.894,59
V - TOTAL DO COMITÊ DE AUDITORIA	2.562.302,02
Honorário CORIS - Presidente	502.412,16
Quarentena CORIS - Presidente	251.206,08
Honorário CORIS - Titular	803.859,46
Quarentena CORIS - Titular	401.929,73

EXTRATO DA ATA Nº 762,
REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
REALIZADA EM 18 DE JULHO DE 2022

I Data, horário e local: 18 de julho de 2022, às 16h00 (dezesseis horas), por videoconferência. (...) III Composição: Senhores(as) Conselheiros(as) ROGERIO RODRIGUES BIMBI, Presidente, CARLOS ROBERTO DE ALBUQUERQUE SÁ, Presidente do Comitê de Auditoria (COAUD), ISTVAN KAROLY KASZNAR, DANIELLA MARQUES CONSENTINO, Presidente da CAIXA, MARCELO DE SIQUEIRA FREITAS, PRICILLA MARIA SANTANA, RICARDO MAGALHÃES GOMES, e MARIA RITA SERRANO, Conselheira representante dos empregados. (...) VII Os membros do Conselho de Administração apreciaram as matérias constantes da pauta, conforme a seguir: (...) Adicionalmente, de forma extraordinária, foram apreciados os seguintes assuntos:(...) j) Destituição de Vice-Presidentes da Caixa Econômica Federal, no âmbito das Vice-Presidências Logística e Operações (VILOP) e Rede de Varejo (VIRED) (...). O Conselho destituiu ad nutum do cargo de Vice-Presidente, com data-fim em 18/07/2022, os seguintes senhores e declarou vagos os cargos: 1) o Senhor Antonio Carlos Ferreira de Sousa, CPF 373.494.651-49, da VILOP; 2) a Senhora Camila de Freitas Aichinger, CPF 006.567.429-41, da VIRED (...). Aprovada, por unanimidade (...). k) Eleição de Vice-Presidentes da Caixa Econômica Federal, no âmbito das Vice-Presidências Estratégia e Pessoas (VIEPE) e Rede de Varejo (VIRED) (...). O Conselho elegeu para exercer o cargo de Vice-Presidente da Caixa Econômica Federal, como membros da Diretoria, a partir da data da posse, com prazo de gestão até a Assembleia Geral Ordinária a ocorrer no ano de 2024, os seguintes empregados: 1) a Senhora Danielle Santos de Souza Calazans, brasileira, casada sob regime de comunhão parcial de bens, economiária, CPF 723.261.901-49, domiciliada no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Bloco A, Lotes 3/4, Edifício Sede Matriz I da CAIXA, Asa Sul, CEP 70.092-900, Brasília/DF, para a VIEPE; 2) o Senhor Júlio Cesar Volpp Sierra, brasileiro, casado sob regime de comunhão parcial de bens, economiário, CPF 029.527.149-32, domiciliado no Setor Bancário Sul, Quadra 04, Bloco A, Lotes 3/4, Edifício Sede Matriz I da CAIXA, Asa Sul, CEP 70.092-900, Brasília/DF, para a VIRED. Aprovada, por unanimidade (...). l) Destituição de Diretora Executiva da Caixa Econômica Federal, no âmbito da Vice-Presidência Estratégia e Pessoas (VIEPE) (...). O Conselho destituiu ad nutum a Senhora Maria Letícia de Paula Macedo, CPF 417.344.081-20, do cargo de Diretora Executiva da Diretoria Executiva Marketing e Relacionamento Institucional (DEREL), no âmbito da VIEPE, com data fim em 18/07/2022 (...). Aprovada, por unanimidade (...). VIII Encerramento: nada mais havendo a tratar, eu, Karla Cristina Gadelha Apolinário, Secretária Geral, lavrei a presente Ata que vai assinada pelo Senhor Presidente e pelos Conselheiros votantes. Assinaturas: Rogerio Rodrigues Bimbi, Carlos Roberto de Albuquerque Sá, Daniella Marques Consentino, Istvan Karoly Kasznar, Marcelo de Siqueira Freitas, Maria Rita Serrano, Pricilla Maria Santana e Ricardo Magalhães Gomes. A Junta Comercial, Industrial e Serviços do Distrito Federal certificou o registro sob o nº 1888302 em 26/08/2022.

EMPRESA GESTORA DE ATIVOS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 100/2022 - REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 22 DE AGOSTO DE 2022

Em vinte e dois de agosto de dois mil e vinte e dois das 9h às 11h, remotamente, por meio de troca de mensagens eletrônicas (e-mails), o Conselho de Administração da Empresa Gestora de Ativos S.A. - EMGEA, realizou sua centésima reunião extraordinária, com as participações de seu Presidente, Gustavo Sampaio de Arrochela Lobo, e dos Conselheiros Ana Carolina Tannuri Laferté Marinho, César Augusto Guimarães, Francisco Airton Bezerra Martins, Francisco Eduardo de Holanda Bessa, Pedro Paulo Alves de Brito e Rogério Rodrigues Bimbi, e da Assessora Sênior Elâine Cristina Macedo Grisóstomo a secretariá-los. Iniciados os trabalhos, passou-se aos assuntos constantes da ordem do dia: 1. Eleição e Posse de Diretor-Presidente da EMGEA - Preliminarmente, o Presidente do Conselho registrou que a indicação para o cargo de Diretor-Presidente foi formalizada por meio do Ofício SEI nº 222012/2022/ME, de 11.8.2022.

Resolução: O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGEA, no âmbito de suas competências estabelecidas no nos artigos, 13, § 7º, 19, 31, III e 37, § 1º, todos do Estatuto Social da Empresa, aprovado pela 16ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2022, elegeu, e seu Presidente deu posse ao Senhor Rodrigo Brandão de Almeida, brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº ***3107*** - CREA/RJ, inscrito no CPF sob nº ***.671.237-**, residente no Rio de Janeiro/RJ, e domiciliado no Setor Bancário Sul, Quadra 2, Bloco "B," 1ª Subloja - Edifício São Marcus - Brasília (DF), para o cargo de Diretor-Presidente da Empresa Gestora de Ativos S.A. - EMGEA, para cumprir prazo de gestão de 22.8.2022 a 2.6.2024, em substituição ao Sr. Fábio Rito Barbosa. 2 - Exoneração do Diretor-Presidente Fábio Rito Barbosa - O Conselho de Administração, consoante art. Art. 31, III, do Estatuto Social da EMGEA, destituiu o Diretor-Presidente, Fábio Rito Barbosa do cargo de Diretor-Presidente EMGEA, ficando esse exonerado, sem justa causa, do cargo de Diretor-Presidente não empregado, sendo 21.8.2022 seu último dia de trabalho. Na Ocasião, O Presidente do Conselho e demais Conselheiros manifestaram seu agradecimento ao Sr. Fábio, pelos serviços prestados e pelos bons resultados alcançados durante seu período de gestão. 3. Substituto do Diretor-Presidente: O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA EMPRESA GESTORA DE ATIVOS S.A. - EMGEA, no âmbito de suas competências estabelecidas no artigo 31, inciso XX do Estatuto Social aprovado pela 16ª Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de abril de 2022, DESIGNOU a Diretora de Administração, Maria Betânia Gonçalves Xavier como substituta do Diretor-Presidente nas suas ausências ou impedimentos eventuais. 4. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Eu, Elâine Cristina Macedo Grisóstomo, lavrei a presente Ata, que vai assinada pelo Presidente do Conselho e demais Conselheiros participantes da reunião. Declaro que a referida ata é cópia fiel da constante no respectivo livro de atas.

GUSTAVO SAMPAIO DE ARROCHELA LOBO
Presidente do Conselho

ANA CAROLINA TANNURI LAFERTÉ MARINHO
Conselheira

CÉSAR AUGUSTO GUIMARÃES
Conselheiro

FRANCISCO AIRTON BEZERRA MARTINS
Conselheiro

FRANCISCO EDUARDO DE HOLANDA BESSA
Conselheiro

PEDRO PAULO ALVES DE BRITO
Conselheiro

ROGÉRIO RODRIGUES BIMBI
Conselheiro

ELÂINE CRISTINA MACEDO GRISÓSTOMO
Secretária da Reunião

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 4, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

Altera a Portaria Interministerial nº 11, de 24 de dezembro de 2021, do Ministério da Educação - MEC e do Ministério da Economia - ME, que estabelece os parâmetros referenciais anuais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb para o exercício de 2022, nas modalidades Valor Anual por Aluno - VAAF e Valor Anual Total por Aluno - VAAT.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO e o MINISTRO DE ESTADO DA ECONOMIA, no uso das atribuições que lhes confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020, e no Decreto nº 10.656, de 22 de março de 2021, resolvem:

Art. 1º A Portaria Interministerial nº 11, de 24 de dezembro de 2021, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 2º O VAAF-MIN, definido nacionalmente para o ano de 2022 no âmbito do Fundeb, estimado na forma do inciso IV do art. 1º, fica estabelecido em R$ 5.098,44 (cinco mil e noventa e oito reais e quarenta e quatro centavos)." (NR)

"Art. 3º O VAAT-MIN, definido nacionalmente para o ano de 2022 no âmbito do Fundeb, estimado na forma do inciso VI do art. 1º, fica estabelecido em R$ 5.667,84 (cinco mil, seiscentos e sessenta e sete reais e oitenta e quatro centavos)." (NR)

Art. 2º Os Anexos I a IV à Portaria Interministerial nº 11, de 2021, do Ministério da Educação - MEC e do Ministério da Economia - ME, passam a vigorar, respectivamente, na forma dos Anexos I a IV a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de 1º de setembro de 2022.

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro de Estado da Educação

PAULO GUEDES
Ministro de Estado da Economia

ANEXO I

Valor anual por aluno estimado, no âmbito do Distrito Federal e dos Estados, e estimativa de receita do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - VAAF - 2022

Valor anual por aluno (VAAF) estimado, por etapas, modalidades e tipos de estabelecimentos de ensino da educação básica (art. 16, III, da Lei nº 14.113, de 2020) - R$ 1,00

UF	ENSINO PÚBLICO																		
	EDUCAÇÃO INFANTIL				ENSINO FUNDAMENTAL					ENSINO MÉDIO				AEE	EDUCAÇÃO		EJA	
	CRECHE INTEGRAL	PRÉ-ESCOLA INTEGRAL	CRECHE PARCIAL	PRÉ-ESCOLA PARCIAL	SÉR. INICIAIS URBANA	SÉR. INICIAIS RURAL	SÉR. FINAIS URBANA	SÉR. FINAIS RURAL	TEMPO INTEGRAL	URBANO	RURAL	TEMPO INTEGRAL	INT. ED. PROFIS-SIONAL		ESPECIAL	INDÍG./ QUIL.	AVAL. PROCES-SO	INT. ED. PROFIS-SIONAL
AC	7.686,15	7.686,15	7.094,91	6.503,67	5.912,42	6.799,29	6.503,67	7.094,91	7.686,15	7.390,53	7.686,15	7.686,15	7.686,15	7.094,91	7.094,91	7.094,91	4.729,94	7.094,91
AL	6.627,97	6.627,97	6.118,12	5.608,28	5.098,44	5.863,20	5.608,28	6.118,12	6.627,97	6.373,05	6.627,97	6.627,97	6.627,97	6.118,12	6.118,12	6.118,12	4.078,75	6.118,12
AM	6.627,97	6.627,97	6.118,12	5.608,28	5.098,44	5.863,20	5.608,28	6.118,12	6.627,97	6.373,05	6.627,97	6.627,97	6.627,97	6.118,12	6.118,12	6.118,12	4.078,75	6.118,12
AP	9.150,63	9.150,63	8.446,74	7.742,84	7.038,95	8.094,79	7.742,84	8.446,74	9.150,63	8.798,68	9.150,63	9.150,63	9.150,63	8.446,74	8.446,74	8.446,74	5.631,16	8.446,74
BA	6.627,97	6.627,97	6.118,12	5.608,28	5.098,44	5.863,20	5.608,28	6.118,12	6.627,97	6.373,05	6.627,97	6.627,97	6.627,97	6.118,12	6.118,12	6.118,12	4.078,75	6.118,12
CE	6.627,97	6.627,97	6.118,12	5.608,28	5.098,44	5.863,20	5.608,28	6.118,12	6.627,97	6.373,05	6.627,97	6.627,97	6.627,97	6.118,12	6.118,12	6.118,12	4.078,75	6.118,12
DF	6.744,48	6.744,48	6.225,67	5.706,87	5.188,06	5.966,27	5.706,87	6.225,67	6.744,48	6.485,07	6.744,48	6.744,48	6.744,48	6.225,67	6.225,67	6.225,67	4.150,45	6.225,67
ES	7.063,92	7.063,92	6.520,54	5.977,16	5.433,78	6.248,85	5.977,16	6.520,54	7.063,92	6.792,23	7.063,92	7.063,92	7.063,92	6.520,54	6.520,54	6.520,54	4.347,02	6.520,54
GO	7.548,79	7.548,79	6.968,11	6.387,43	5.806,76	6.677,77	6.387,43	6.968,11	7.548,79	7.258,45	7.548,79	7.548,79	7.548,79	6.968,11	6.968,11	6.968,11	4.645,41	6.968,11
MA	6.627,97	6.627,97	6.118,12	5.608,28	5.098,44	5.863,20	5.608,28	6.118,12	6.627,97	6.373,05	6.627,97	6.627,97	6.627,97	6.118,12	6.118,12	6.118,12	4.078,75	6.118,12
MG	7.240,17	7.240,17	6.683,23	6.126,29	5.569,36	6.404,76	6.126,29	6.683,23	7.240,17	6.961,70	7.240,17	7.240,17	7.240,17	6.683,23	6.683,23	6.683,23	4.455,49	6.683,23
MS	8.099,02	8.099,02	7.476,01	6.853,01	6.230,01	7.164,51	6.853,01	7.476,01	8.099,02	7.787,51	8.099,02	8.099,02	8.099,02	7.476,01	7.476,01	7.476,01	4.984,01	7.476,01
MT	8.715,78	8.715,78	8.045,34	7.374,89	6.704,45	7.710,11	7.374,89	8.045,34	8.715,78	8.380,56	8.715,78	8.715,78	8.715,78	8.045,34	8.045,34	8.045,34	5.363,56	8.045,34
PA	6.627,97	6.627,97	6.118,12	5.608,28	5.098,44	5.863,20	5.608,28	6.118,12	6.627,97	6.373,05	6.627,97	6.627,97	6.627,97	6.118,12	6.118,12	6.118,12	4.078,75	6.118,12
PB	6.627,97	6.627,97	6.118,12	5.608,28	5.098,44	5.863,20	5.608,28	6.118,12	6.627,97	6.373,05	6.627,97	6.627,97	6.627,97	6.118,12	6.118,12	6.118,12	4.078,75	6.118,12
PE	6.627,97	6.627,97	6.118,12	5.608,28	5.098,44	5.863,20	5.608,28	6.118,12	6.627,97	6.373,05	6.627,97	6.627,97	6.627,97	6.118,12	6.118,12	6.118,12	4.078,75	6.118,12
PI	6.627,97	6.627,97	6.118,12	5.608,28	5.098,44	5.863,20	5.608,28	6.118,12	6.627,97	6.373,05	6.627,97	6.627,97	6.627,97	6.118,12	6.118,12	6.118,12	4.078,75	6.118,12
PR	7.386,30	7.386,30	6.818,13	6.249,95	5.681,77	6.534,04	6.249,95	6.818,13	7.386,30	7.102,22	7.386,30	7.386,30	7.386,30	6.818,13	6.818,13	6.818,13	4.545,42	6.818,13
RJ	6.785,42	6.785,42	6.263,47	5.741,51	5.219,55	6.002,49	5.741,51	6.263,47	6.785,42	6.524,44	6.785,42	6.785,42	6.785,42	6.263,47	6.263,47	6.263,47	4.175,64	6.263,47
RN	6.646,65	6.646,65	6.135,37	5.624,09	5.112,81	5.879,73	5.624,09	6.135,37	6.646,65	6.391,01	6.646,65	6.646,65	6.646,65	6.135,37	6.135,37	6.135,37	4.090,24	6.135,37
RO	8.192,54	8.192,54	7.562,34	6.932,15	6.301,95	7.247,25	6.932,15	7.562,34	8.192,54	7.877,44	8.192,54	8.192,54	8.192,54	7.562,34	7.562,34	7.562,34	5.041,56	7.562,34
RR	10.267,54	10.267,54	9.477,73	8.687,92	7.898,11	9.082,82	8.687,92	9.477,73	10.267,54	9.872,63	10.267,54	10.267,54	10.267,54	9.477,73	9.477,73	9.477,73	6.318,49	9.477,73
RS	9.316,76	9.316,76	8.600,08	7.883,41	7.166,74	8.241,75	7.883,41	8.600,08	9.316,76	8.958,42	9.316,76	9.316,76	9.316,76	8.600,08	8.600,08	8.600,08	5.733,39	8.600,08
SC	7.628,54	7.628,54	7.041,73	6.454,92	5.868,10	6.748,32	6.454,92	7.041,73	7.628,54	7.335,13	7.628,54	7.628,54	7.628,54	7.041,73	7.041,73	7.041,73	4.694,48	7.041,73
SE	7.399,47	7.399,47	6.830,28	6.261,09	5.691,90	6.545,68	6.261,09	6.830,28	7.399,47	7.114,87	7.399,47	7.399,47	7.399,47	6.830,28	6.830,28	6.830,28	4.553,52	6.830,28
SP	7.459,20	7.459,20	6.885,41	6.311,63	5.737,84	6.598,52	6.311,63	6.885,41	7.459,20	7.172,30	7.459,20	7.459,20	7.459,20	6.885,41	6.885,41	6.885,41	4.590,27	6.885,41
TO	8.725,48	8.725,48	8.054,29	7.383,10	6.711,91	7.718,69	7.383,10	8.054,29	8.725,48	8.389,88	8.725,48	8.725,48	8.725,48	8.054,29	8.054,29	8.054,29	5.369,52	8.054,29
BR																		

UF	ENSINO PÚBLICO	INSTITUIÇÕES CONVENIADAS										Estimativa de Receitas Fundeb 2022 (art. 16, I e II, da Lei nº 14.113, de 2020) R$ mil		
	ENSINO TÉCNICO E PROFISSIONAL	CRECHE INTE-GRAL	CRECHE PARCIAL	PRÉ-ESCOLA INTEGRAL	PRÉ-ESCOLA PARCIAL	FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA								
						ENSINO FUND. SÉR. FINAIS RURAL	ENSINO MÉDIO RURAL	ENSINO MÉDIO INT. ED. PROFIS.	EDUC. INDÍG./ QUIL.	EJA - AVAL. NO PROCES-SO	EJA - INT. ED. PROFIS. DE NÍVEL MÉDIO	CONTRIBUIÇÃO DOS ESTADOS, DF E MUNICÍPIOS	COMPLEMENTAÇÃO DA UNIÃO-VAAF	TOTAL DA RECEITA ESTIMADA
AC	7.686,15	6.503,67	4.729,94	7.686,15	6.503,67	7.686,15	7.686,15	7.686,15	7.094,91	4.729,94	7.094,91	1.622.155,40	-	1.622.155,40
AL	6.627,97	5.608,28	4.078,75	6.627,97	5.608,28	6.627,97	6.627,97	6.627,97	6.118,12	4.078,75	6.118,12	3.360.783,10	768.207,10	4.128.990,20
AM	6.627,97	5.608,28	4.078,75	6.627,97	5.608,28	6.627,97	6.627,97	6.627,97	6.118,12	4.078,75	6.118,12	4.427.473,00	1.676.973,40	6.104.446,40
AP	9.150,63	7.742,84	5.631,16	9.150,63	7.742,84	9.150,63	9.150,63	9.150,63	8.446,74	5.631,16	8.446,74	1.490.535,60	-	1.490.535,60
BA	6.627,97	5.608,28	4.078,75	6.627,97	5.608,28	6.627,97	6.627,97	6.627,97	6.118,12	4.078,75	6.118,12	13.036.870,70	4.817.193,80	17.854.064,40
CE	6.627,97	5.608,28	4.078,75	6.627,97	5.608,28	6.627,97	6.627,97	6.627,97	6.118,12	4.078,75	6.118,12	7.445.690,80	3.252.117,40	10.697.808,10
DF	6.744,48	5.706,87	4.150,45	6.744,48	5.706,87	6.744,48	6.744,48	6.744,48	6.225,67	4.150,45	6.225,67	2.662.276,30	-	2.662.276,30
ES	7.063,92	5.977,16	4.347,02	7.063,92	5.977,16	7.063,92	7.063,92	7.063,92	6.520,54	4.347,02	6.520,54	4.691.503,90	-	4.691.503,90
GO	7.548,79	6.387,43	4.645,41	7.548,79	6.387,43	7.548,79	7.548,79	7.548,79	6.968,11	4.645,41	6.968,11	7.728.537,90	-	7.728.537,90
MA	6.627,97	5.608,28	4.078,75	6.627,97	5.608,28	6.627,97	6.627,97	6.627,97	6.118,12	4.078,75	6.118,12	5.781.807,80	4.405.456,70	10.187.264,40
MG	7.240,17	6.126,29	4.455,49	7.240,17	6.126,29	7.240,17	7.240,17	7.240,17	6.683,23	4.455,49	6.683,23	22.068.301,60	-	22.068.301,60
MS	8.099,02	6.853,01	4.984,01	8.099,02	6.853,01	8.099,02	8.099,02	8.099,02	7.476,01	4.984,01	7.476,01	4.072.070,80	-	4.072.070,80
MT	8.715,78	7.374,89	5.363,56	8.715,78	7.374,89	8.715,78	8.715,78	8.715,78	8.045,34	5.363,56	8.045,34	5.778.633,80	-	5.778.633,80
PA	6.627,97	5.608,28	4.078,75	6.627,97	5.608,28	6.627,97	6.627,97	6.627,97	6.118,12	4.078,75	6.118,12	7.154.752,70	4.732.299,00	11.887.051,70
PB	6.627,97	5.608,28	4.078,75	6.627,97	5.608,28	6.627,97	6.627,97	6.627,97	6.118,12	4.078,75	6.118,12	4.150.340,40	581.886,60	4.732.227,10
PE	6.627,97	5.608,28	4.078,75	6.627,97	5.608,28	6.627,97	6.627,97	6.627,97	6.118,12	4.078,75	6.118,12	8.461.948,60	1.041.138,70	9.503.087,30
PI	6.627,97	5.608,28	4.078,75	6.627,97	5.608,28	6.627,97	6.627,97	6.627,97	6.118,12	4.078,75	6.118,12	3.452.354,40	984.203,60	4.436.558,00
PR	7.386,30	6.249,95	4.545,42	7.386,30	6.249,95	7.386,30	7.386,30	7.386,30	6.818,13	4.545,42	6.818,13	13.062.102,90	-	13.062.102,90
RJ	6.785,42	5.741,51	4.175,64	6.785,42	5.741,51	6.785,42	6.785,42	6.785,42	6.263,47	4.175,64	6.263,47	14.310.908,70	-	14.310.908,70
RN	6.646,65	5.624,09	4.090,24	6.646,65	5.624,09	6.646,65	6.646,65	6.646,65	6.135,37	4.090,24	6.135,37	3.597.574,10	-	3.597.574,10
RO	8.192,54	6.932,15	5.041,56	8.192,54	6.932,15	8.192,54	8.192,54	8.192,54	7.562,34	5.041,56	7.562,34	2.497.006,60	-	2.497.006,60
RR	10.267,54	8.687,92	6.318,49	10.267,54	8.687,92	10.267,54	10.267,54	10.267,54	9.477,73	6.318,49	9.477,73	1.358.411,70	-	1.358.411,70
RS	9.316,76	7.883,41	5.733,39	9.316,76	7.883,41	9.316,76	9.316,76	9.316,76	8.600,08	5.733,39	8.600,08	14.598.034,60	-	14.598.034,60
SC	7.628,54	6.454,92	4.694,48	7.628,54	6.454,92	7.628,54	7.628,54	7.628,54	7.041,73	4.694,48	7.041,73	9.100.528,60	-	9.100.528,60
SE	7.399,47	6.261,09	4.553,52	7.399,47	6.261,09	7.399,47	7.399,47	7.399,47	6.830,28	4.553,52	6.830,28	2.698.334,20	-	2.698.334,20
SP	7.459,20	6.311,63	4.590,27	7.459,20	6.311,63	7.459,20	7.459,20	7.459,20	6.885,41	4.590,27	6.885,41	51.269.501,20	-	51.269.501,20
TO	8.725,48	7.383,10	5.369,52	8.725,48	7.383,10	8.725,48	8.725,48	8.725,48	8.054,29	5.369,52	8.054,29	2.716.322,50	-	2.716.322,50
BR												222.594.761,90	22.259.476,20	244.854.238,00

ANEXO II

Cronograma de Repasses da Complementação da União - VAAF ao FUNDEB 2022 (art. 16, § 2º, da Lei nº 14.113, de 2020)

R$ 1,00

MESES	ESTADOS										TOTAL
	ALAGOAS	AMAZONAS	BAHIA	CEARÁ	MARANHÃO	PARÁ	PARAÍBA	PERNAMBUCO	PIAUÍ	RIO GRANDE DO NORTE	

JAN	37.599.375,13	75.747.673,25	226.823.473,57	146.973.853,44	205.465.736,57	222.086.909,75	27.756.269,88	38.413.257,04	45.538.163,06	62.529,50	1.026.467.241,19
FEV	41.359.312,64	83.322.440,58	249.505.820,92	161.671.238,78	226.012.310,23	244.295.600,72	30.531.896,86	42.254.582,74	50.091.979,36	68.782,47	1.129.113.965,30
MAR	45.119.250,15	90.897.207,90	272.188.168,28	176.368.624,12	246.558.883,88	266.504.291,69	33.307.523,86	46.095.908,45	54.645.795,67	75.035,42	1.231.760.689,42
ABR	48.879.187,67	98.471.975,23	294.870.515,63	191.066.009,47	267.105.457,54	288.712.982,67	36.083.150,84	49.937.234,16	59.199.611,98	81.288,35	1.334.407.413,54
MAI	57.672.950,98	114.689.918,49	344.319.475,16	225.299.583,57	316.120.370,09	342.936.054,30	43.875.968,89	68.095.278,29	72.305.271,96	2.717.502,68	1.588.032.374,41
JUN	61.587.720,87	122.474.930,90	367.691.463,08	240.592.645,76	337.578.236,99	366.214.137,29	46.854.216,39	72.717.503,10	77.213.266,03	2.901.963,46	1.695.826.083,87
JUL	61.587.720,87	122.474.930,90	367.691.463,08	240.592.645,76	337.578.236,99	366.214.137,29	46.854.216,39	72.717.503,10	77.213.266,03	2.901.963,46	1.695.826.083,87
AGO	62.636.318,22	124.560.198,66	373.951.806,68	244.688.994,96	343.325.870,45	372.449.327,83	47.651.959,94	73.955.597,00	78.527.905,13	2.951.372,52	1.724.699.351,39
SET	61.152.588,11	146.783.171,48	403.346.498,33	282.474.266,36	369.544.094,10	393.391.091,71	46.759.310,79	100.300.128,11	81.614.677,49	- 11.760.437,86	1.873.605.388,62
OUT	60.771.133,65	145.867.574,97	400.830.524,31	280.712.262,93	367.238.970,98	390.937.217,02	46.467.637,97	99.674.481,14	81.105.585,65	-	1.873.605.388,62
NOV	60.771.133,65	145.867.574,97	400.830.524,31	280.712.262,93	367.238.970,98	390.937.217,02	46.467.637,97	99.674.481,14	81.105.585,65	-	1.873.605.388,62
DEZ	60.771.133,65	145.867.574,97	400.830.524,31	280.712.262,93	367.238.970,98	390.937.217,02	46.467.637,97	99.674.481,14	81.105.585,65	-	1.873.605.388,62
JAN/2023 (*)	108.299.240,36	259.948.212,49	714.313.502,01	500.252.718,86	654.450.545,89	696.682.801,37	82.809.215,36	177.628.257,73	144.536.933,71	-	3.338.921.427,78
TOTAL	768.207.065,95	1.676.973.384,79	4.817.193.759,67	3.252.117.369,87	4.405.456.655,67	4.732.298.985,68	581.886.643,11	1.041.138.693,14	984.203.627,37	-	22.259.476.185,25

(*) Correspondente a até 15% do total de 2022 a ser distribuído automaticamente.

ANEXO III

Demonstrativo da Complementação da União - VAAT 2022 (art. 16 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020)

UF	Ente Federado	Código IBGE	VAAT anterior à Complementação - VAAT (art. 16, V) (R$)	VAAT com a Complementação da União - VAAT (art. 16, VI) (R$)	Complementação da União - VAAT (art. 16, VI) (R$)	Indicador de Educação Infantil (IEI) - Percentual da Complementação da União - VAAT vinculado à Educação Infantil (art. 16, VII) (%)
PE	CUSTÓDIA	2605103	2.292,92	5.667,84	49.507.680,88	52,19%
MA	SERRANO DO MARANHÃO	2111789	2.512,00	5.667,84	16.765.257,31	42,39%
MA	SANTA QUITÉRIA DO MARANHÃO	2110104	2.627,72	5.667,84	40.444.602,91	49,53%
PI	NOSSA SENHORA DE NAZARÉ	2206753	3.090,44	5.667,84	7.148.300,10	48,43%
BA	NAZARÉ	2922508	3.094,24	5.667,84	29.400.267,99	43,20%
PI	CAMPINAS DO PIAUÍ	2202109	3.154,99	5.667,84	5.192.192,01	47,09%
PI	JACOBINA DO PIAUÍ	2205151	3.243,33	5.667,84	5.602.938,09	39,32%
BA	MURITIBA	2922300	3.252,02	5.667,84	18.305.447,12	44,49%
BA	CANSANÇÃO	2906808	3.302,68	5.667,84	37.193.005,12	47,66%
PB	TRIUNFO	2516805	3.346,10	5.667,84	5.771.610,03	43,73%
RN	SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE	2412302	3.373,97	5.667,84	6.469.301,04	43,83%
BA	NOVO TRIUNFO	2923050	3.378,44	5.667,84	7.693.080,71	37,36%
PI	FARTURA DO PIAUÍ	2203750	3.381,76	5.667,84	4.308.576,30	37,73%
PA	PEIXE-BOI	1505601	3.400,12	5.667,84	6.769.389,94	40,68%
BA	ARATUÍPE	2902302	3.425,79	5.667,84	5.276.223,89	50,40%
PI	NOSSA SENHORA DOS REMÉDIOS	2206803	3.438,23	5.667,84	10.152.525,00	40,80%
MA	MAGALHÃES DE ALMEIDA	2106300	3.451,20	5.667,84	15.014.682,40	35,76%
PB	UIRAÚNA	2516904	3.456,09	5.667,84	7.376.181,39	49,70%
PI	ALTOS	2200400	3.486,41	5.667,84	23.809.324,45	48,94%
PI	AMARANTE	2200509	3.493,74	5.667,84	11.892.111,33	43,28%
AL	INHAPI	2703304	3.497,09	5.667,84	12.045.408,48	58,57%
AL	CANAPI	2701605	3.508,12	5.667,84	18.310.818,27	34,57%
MA	BOA VISTA DO GURUPI	2101970	3.537,90	5.667,84	7.025.599,64	44,82%
BA	ITAPICURU	2916500	3.561,98	5.667,84	22.652.281,40	52,74%
PI	BURITI DOS MONTES	2202026	3.582,84	5.667,84	5.880.659,20	41,25%
BA	MALHADA DE PEDRAS	2920304	3.592,10	5.667,84	5.040.415,84	46,20%
PB	ALAGOA NOVA	2500403	3.596,47	5.667,84	8.515.013,78	53,81%
AL	BOCA DA MATA	2701001	3.601,65	5.667,84	15.298.405,60	45,49%
CE	VARJOTA	2313955	3.630,07	5.667,84	11.617.548,42	33,12%
BA	CANUDOS	2906824	3.630,81	5.667,84	8.658.110,05	46,53%
PB	MULUNGU	2509800	3.631,17	5.667,84	3.706.944,53	58,24%
PA	CURUCA	1502905	3.641,49	5.667,84	19.381.582,28	52,10%
MA	GOVERNADOR EUGÊNIO BARROS	2104602	3.641,94	5.667,84	9.236.087,46	42,87%
MA	PIO XII	2108702	3.652,91	5.667,84	20.189.358,30	49,36%
BA	SAPEACU	2929602	3.661,14	5.667,84	12.181.572,65	42,91%
MA	CÂNDIDO MENDES	2102606	3.679,08	5.667,84	14.117.461,43	50,00%
PB	PUXINANA	2512408	3.680,17	5.667,84	6.951.975,05	48,33%
PB	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	2514503	3.682,83	5.667,84	9.510.994,40	55,18%
PB	JERICÓ	2507408	3.685,68	5.667,84	3.528.554,17	40,03%
MA	CANTANHEDE	2102705	3.696,12	5.667,84	12.451.732,83	45,18%
PI	JÚLIO BORGES	2205524	3.703,50	5.667,84	3.692.378,74	29,88%
CE	MASSAPÊ	2308005	3.720,23	5.667,84	18.285.039,02	45,32%
PI	CURRALINHOS	2203255	3.727,99	5.667,84	2.756.722,25	46,25%
BA	VALENTE	2933000	3.737,67	5.667,84	12.117.692,15	42,78%
PB	RIACHO DOS CAVALOS	2512804	3.738,10	5.667,84	4.822.710,35	45,92%
PB	POCO DANTAS	2512036	3.747,20	5.667,84	3.347.485,86	37,66%
PB	AREIA	2501104	3.757,05	5.667,84	8.613.173,60	52,65%
PB	RIACHAO DO BACAMARTE	2512754	3.757,93	5.667,84	3.116.590,22	46,84%
BA	IPECAETÁ	2913804	3.761,95	5.667,84	9.557.191,18	31,51%
PI	CRISTINO CASTRO	2203107	3.763,77	5.667,84	5.151.371,47	45,29%
BA	PINDOBACU	2924603	3.769,55	5.667,84	13.277.304,34	44,54%
PI	BATALHA	2201507	3.775,83	5.667,84	12.566.017,54	47,77%
BA	FILADÉLFIA	2910859	3.790,93	5.667,84	9.348.832,58	51,49%
BA	ANDORINHA	2901353	3.803,86	5.667,84	8.608.350,63	45,70%
AP	MAZAGÃO	1600402	3.804,24	5.667,84	10.059.167,37	45,24%
PB	PRINCESA ISABEL	2512309	3.807,54	5.667,84	6.877.251,18	48,49%
MA	PRESIDENTE MÉDICI	2109239	3.812,54	5.667,84	4.124.705,00	43,07%
BA	SÃO FELIPE	2929107	3.819,78	5.667,84	10.499.610,24	43,89%
PI	LUZILÂNDIA	2205805	3.831,43	5.667,84	13.388.390,87	47,78%
CE	ARARENDÁ	2301257	3.840,43	5.667,84	6.844.212,23	32,81%
BA	BARRO PRETO	2903300	3.845,89	5.667,84	4.943.606,62	36,41%
AL	MAJOR ISIDORO	2704401	3.853,42	5.667,84	12.283.357,07	40,21%
BA	CÍCERO DANTAS	2907806	3.859,76	5.667,84	14.737.824,11	42,30%
MA	PEDRO DO ROSÁRIO	2108256	3.861,72	5.667,84	20.513.703,60	47,60%
AL	PORTO CALVO	2707305	3.861,83	5.667,84	13.656.639,81	43,31%
PI	WALL FERRAZ	2211704	3.864,52	5.667,84	2.102.310,04	51,28%
BA	ELÍSIO MEDRADO	2910305	3.865,12	5.667,84	4.072.531,29	34,53%
CE	MONSENHOR TABOSA	2308609	3.870,35	5.667,84	9.625.747,88	35,96%
AC	RODRIGUES ALVES	1200427	3.871,35	5.667,84	10.144.700,38	30,26%
AL	GIRAU DO PONCIANO	2702900	3.876,00	5.667,84	30.790.360,89	50,40%
AM	SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ	1303700	3.876,54	5.667,84	15.961.665,89	46,55%
MA	BELÁGUA	2101731	3.877,99	5.667,84	9.893.920,78	47,50%
AC	PORTO ACRE	1200807	3.878,06	5.667,84	6.008.196,80	52,44%
CE	CARIDADE	2303006	3.887,01	5.667,84	10.282.879,16	44,21%
MA	FORTUNA	2104206	3.889,47	5.667,84	9.430.875,84	46,07%
PB	INGA	2506806	3.891,87	5.667,84	6.529.979,56	50,06%
PI	REDENÇÃO DO GURGUÉIA	2208700	3.894,07	5.667,84	4.556.011,31	48,43%
PB	NOVA FLORESTA	2510105	3.897,62	5.667,84	3.139.672,86	50,54%

PB	ITABAIANA	2506905	3.899,11	5.667,84	4.836.255,63	51,05%
BA	ANTAS	2901601	3.900,19	5.667,84	7.573.141,75	33,30%
PB	SALGADO DE SÃO FÉLIX	2513109	3.902,89	5.667,84	5.403.579,37	37,10%
BA	MACURURÉ	2919900	3.906,75	5.667,84	4.120.433,84	47,55%
PB	ARACAGI	2500809	3.912,84	5.667,84	6.673.490,28	43,94%
AM	MANICORE	1302702	3.917,15	5.667,84	24.679.458,53	47,28%
CE	SÃO BENEDITO	2312304	3.926,28	5.667,84	22.065.720,64	48,68%
MA	CACHOEIRA GRANDE	2102374	3.926,79	5.667,84	6.710.001,35	50,26%
AL	JUNDIA	2703908	3.929,27	5.667,84	3.285.040,93	41,76%
CE	BREJO SANTO	2302503	3.931,38	5.667,84	27.441.696,60	40,73%
MA	PINDARE MIRIM	2108504	3.948,31	5.667,84	24.025.522,12	28,67%
AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	2705101	3.949,01	5.667,84	11.315.071,31	52,07%
PB	ITAPOROROCA	2507101	3.950,29	5.667,84	7.793.984,95	50,45%
RN	LAJES PINTADAS	2406809	3.950,68	5.667,84	2.475.287,25	44,25%
PA	SÃO CAETANO DE ODIVELAS	1507102	3.957,71	5.667,84	8.150.857,45	48,35%
PA	BUJARU	1501907	3.962,11	5.667,84	15.890.753,08	52,72%
PI	BARRAS	2201200	3.962,59	5.667,84	24.575.559,98	45,54%
AL	CACIMBINHAS	2701209	3.968,78	5.667,84	7.027.582,62	40,23%
PI	FRANCINOPOLIS	2204006	3.983,03	5.667,84	2.024.299,84	39,78%
MA	SATUBINHA	2111722	3.983,52	5.667,84	8.002.124,62	55,50%
PB	BREJO DO CRUZ	2502805	3.985,12	5.667,84	6.099.633,51	48,12%
BA	CALDEIRAO GRANDE	2905503	3.985,15	5.667,84	8.336.877,27	34,79%
AL	POCO DAS TRINCHEIRAS	2707206	3.990,61	5.667,84	7.630.001,85	45,81%
PI	BARRO DURO	2201408	3.992,29	5.667,84	2.554.710,54	49,90%
MA	PENALVA	2108306	3.992,56	5.667,84	18.447.973,89	44,28%
MA	MARACACUME	2106326	3.994,93	5.667,84	11.839.382,91	53,00%
BA	MONTE SANTO	2921500	3.995,06	5.667,84	24.442.981,67	44,67%
MA	PALMEIRANDIA	2107605	4.010,27	5.667,84	9.778.214,37	41,51%
BA	QUIXABEIRA	2925931	4.012,37	5.667,84	5.974.774,81	39,50%
AL	SANTANA DO MUNDAU	2708105	4.014,11	5.667,84	6.548.019,55	44,41%
MA	CONCEICAO DO LAGO-ACU	2103554	4.015,39	5.667,84	11.034.840,58	53,05%
MA	SANTANA DO MARANHAO	2110237	4.015,45	5.667,84	5.615.167,80	49,63%
BA	IACU	2911907	4.019,07	5.667,84	12.504.256,03	43,08%
BA	NOVA CANAA	2922706	4.021,23	5.667,84	7.298.589,44	45,10%
PB	POCO DE JOSE DE MOURA	2512077	4.022,18	5.667,84	3.119.265,15	39,86%
MA	BOM JARDIM	2102002	4.022,63	5.667,84	21.317.873,95	44,13%
PB	CATURITE	2504355	4.025,08	5.667,84	2.343.147,52	45,56%
MA	CENTRO NOVO DO MARANHAO	2103174	4.032,30	5.667,84	11.193.224,15	46,43%
BA	ICHU	2913309	4.033,86	5.667,84	2.736.016,67	33,84%
BA	SERRINHA	2930501	4.034,81	5.667,84	35.003.921,04	41,64%
PB	SAO MIGUEL DE TAIPU	2515005	4.034,83	5.667,84	2.746.407,52	52,38%
AM	TABATINGA	1304062	4.037,22	5.667,84	30.591.348,30	52,00%
PI	DEMERVAL LOBAO	2203305	4.038,63	5.667,84	7.091.389,89	43,65%
MA	PAULO RAMOS	2108108	4.044,17	5.667,84	11.749.876,55	50,80%
MA	BERNARDO DO MEARIM	2101939	4.045,12	5.667,84	2.426.217,79	47,27%
AL	NOVO LINO	2705606	4.045,97	5.667,84	6.490.750,78	44,43%
PI	ESPERANTINA	2203701	4.046,48	5.667,84	15.772.182,75	50,56%
AL	IGREJA NOVA	2703205	4.046,65	5.667,84	11.032.541,52	51,77%
PI	GILBUES	2204402	4.048,06	5.667,84	5.272.405,86	54,97%
AC	MANOEL URBANO	1200344	4.051,43	5.667,84	4.463.734,93	58,78%
MA	GOVERNADOR NEWTON BELLO	2104651	4.051,65	5.667,84	6.910.931,63	38,84%
PB	SAO JOSE DOS RAMOS	2514453	4.052,73	5.667,84	2.658.883,50	42,21%
PA	BREVES	1501808	4.053,12	5.667,84	66.904.851,01	56,60%
PB	PILAR	2511509	4.053,80	5.667,84	4.109.596,56	52,11%
PB	SANTA TERESINHA	2513802	4.055,47	5.667,84	1.705.164,02	45,29%
PB	POMBAL	2512101	4.060,50	5.667,84	10.043.655,13	49,67%
PI	LANDRI SALES	2205607	4.064,32	5.667,84	2.816.992,06	42,27%
MA	SAO BERNARDO	2110609	4.068,81	5.667,84	19.301.004,38	35,38%
MA	ZE DOCA	2114007	4.071,09	5.667,84	32.124.334,53	28,47%
PI	SAO JOAO DO ARRAIAL	2209971	4.073,54	5.667,84	5.467.186,89	42,03%
PI	CAPITAO DE CAMPOS	2202406	4.079,48	5.667,84	6.184.921,69	43,54%
CE	BATURITE	2302107	4.081,54	5.667,84	11.847.696,67	51,37%
MA	JOAO LISBOA	2105500	4.082,42	5.667,84	12.831.596,98	47,39%
PA	CHAVES	1502509	4.082,49	5.667,84	14.041.586,33	56,95%
PB	GURINHEM	2506400	4.087,67	5.667,84	5.241.352,61	53,10%
PI	DOMINGOS MOURAO	2203420	4.090,01	5.667,84	2.278.938,06	43,78%
MA	PIRAPEMAS	2108801	4.099,15	5.667,84	9.624.615,91	48,46%
MA	GRAJAU	2104800	4.099,41	5.667,84	35.705.092,73	54,20%
AL	TRAIPU	2709202	4.101,66	5.667,84	11.669.392,26	38,67%
CE	NOVA RUSSAS	2309300	4.103,37	5.667,84	11.704.937,14	46,64%
PB	NOVA OLINDA	2510204	4.104,97	5.667,84	2.453.481,65	35,18%
PB	BARRA DE SAO MIGUEL	2501708	4.106,18	5.667,84	3.506.486,31	35,60%
PB	BERNARDINO BATISTA	2502052	4.106,40	5.667,84	2.995.478,87	38,94%
BA	GAVIAO	2911253	4.109,49	5.667,84	2.040.349,87	28,63%
PB	CAICARA	2503605	4.110,40	5.667,84	2.649.837,47	39,77%
MA	ANAPURUS	2100808	4.111,91	5.667,84	9.124.209,78	44,20%
BA	SANTA BARBARA	2927507	4.113,56	5.667,84	7.228.835,86	54,08%
MA	MILAGRES DO MARANHAO	2106672	4.115,24	5.667,84	5.002.791,47	31,53%
BA	TANQUINHO	2931103	4.116,32	5.667,84	2.248.694,08	52,05%
PA	SANTANA DO ARAGUAIA	1506708	4.116,37	5.667,84	21.624.945,61	44,68%
AM	UARINI	1304260	4.119,55	5.667,84	7.053.070,44	56,99%
PI	SIMPLICIO MENDES	2210805	4.119,94	5.667,84	4.774.800,87	48,52%
PB	TEIXEIRA	2516706	4.120,50	5.667,84	5.061.373,23	52,90%
PI	GUADALUPE	2204501	4.125,75	5.667,84	4.536.373,26	41,76%
AL	LIMOEIRO DE ANADIA	2704203	4.132,74	5.667,84	13.486.942,83	44,89%
AC	PORTO WALTER	1200393	4.132,93	5.667,84	7.053.524,36	46,34%
PB	MOGEIRO	2509404	4.135,94	5.667,84	4.886.934,58	53,44%
BA	SANTALUZ	2928000	4.137,79	5.667,84	14.570.501,37	50,26%
CE	ICO	2305407	4.137,92	5.667,84	22.573.784,71	48,91%
BA	DARIO MEIRA	2910008	4.140,02	5.667,84	6.776.204,15	39,66%
CE	CARIUS	2303303	4.140,73	5.667,84	5.623.829,82	46,86%
BA	CONCEICAO DO COITE	2908408	4.141,42	5.667,84	18.001.482,33	52,03%
MA	TURIACU	2112407	4.145,36	5.667,84	19.310.373,71	48,87%
PB	MARIZOPOLIS	2509156	4.146,97	5.667,84	2.979.303,84	48,00%
MA	BELA VISTA DO MARANHAO	2101772	4.147,52	5.667,84	9.006.936,52	46,32%
PA	PACAJA	1505486	4.148,07	5.667,84	19.836.421,74	56,08%
AM	URUCURITUBA	1304401	4.148,36	5.667,84	6.658.355,21	52,08%
BA	IRAJUBA	2914208	4.153,56	5.667,84	3.082.019,40	53,41%
BA	FATIMA	2910750	4.154,95	5.667,84	6.582.587,23	46,13%

BA	CANARANA	2906204	4.155,12	5.667,84	10.575.306,20	46,55%
CE	CROATA	2304236	4.157,58	5.667,84	7.774.437,76	48,75%
PB	MATARACA	2509305	4.158,85	5.667,84	4.023.125,49	48,38%
BA	ITAGI	2915106	4.161,43	5.667,84	5.820.326,05	48,05%
PA	PICARRA	1505635	4.162,51	5.667,84	6.601.037,92	49,24%
AL	CORURIPE	2702306	4.162,67	5.667,84	26.593.066,18	40,97%
MA	SAO JOAO DO PARAISO	2111052	4.164,34	5.667,84	5.450.275,42	38,76%
RN	ESPIRITO SANTO	2403509	4.165,50	5.667,84	2.745.081,13	45,92%
PB	SAO JOAO DO CARIRI	2514008	4.166,21	5.667,84	1.806.238,83	40,46%
BA	ITAPARICA	2916104	4.166,28	5.667,84	8.046.941,42	42,47%
CE	BOA VIAGEM	2302404	4.166,30	5.667,84	18.179.810,50	45,06%
AL	MARAVILHA	2704609	4.168,63	5.667,84	5.656.893,54	45,55%
AM	AMATURA	1300060	4.169,50	5.667,84	5.783.223,00	50,76%
BA	AMARGOSA	2901007	4.174,15	5.667,84	11.054.393,28	47,72%
MA	PRESIDENTE VARGAS	2109304	4.174,24	5.667,84	7.054.205,32	48,45%
PI	PATOS DO PIAUI	2207777	4.174,64	5.667,84	1.892.629,55	47,15%
BA	SANTA INES	2927903	4.176,01	5.667,84	3.606.656,50	43,40%
PI	ASSUNCAO DO PIAUI	2201051	4.182,97	5.667,84	4.403.915,42	45,53%
PI	BELEM DO PIAUI	2201572	4.183,61	5.667,84	2.001.938,25	28,73%
MA	PARAIBANO	2107704	4.183,64	5.667,84	7.487.674,95	46,58%
PB	CALDAS BRANDAO	2503803	4.184,59	5.667,84	2.008.617,11	54,62%
PE	CUPIRA	2605004	4.185,99	5.667,84	7.676.801,14	52,72%
AL	OLIVENCA	2706000	4.186,36	5.667,84	5.531.493,77	50,83%
PI	SANTA CRUZ DO PIAUI	2209104	4.187,49	5.667,84	1.740.672,87	34,83%
BA	JITAUNA	2918308	4.187,52	5.667,84	8.147.828,73	50,32%
PI	PORTO	2208502	4.189,91	5.667,84	6.982.263,17	31,73%
PB	TACIMA	2516409	4.190,57	5.667,84	3.018.577,58	38,18%
PB	SAO JOSE DA LAGOA TAPADA	2514206	4.191,73	5.667,84	2.494.779,72	54,44%
AL	OLHO DAGUA DAS FLORES	2705705	4.195,92	5.667,84	7.413.788,91	52,70%
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	2111201	4.196,88	5.667,84	59.719.328,51	45,76%
PB	BREJO DOS SANTOS	2502904	4.198,06	5.667,84	1.798.430,32	38,79%
MA	TRIZIDELA DO VALE	2112233	4.199,29	5.667,84	10.370.512,71	41,00%
PA	SANTA CRUZ DO ARARI	1506401	4.200,16	5.667,84	2.914.084,51	48,52%
PA	GURUPA	1503101	4.202,38	5.667,84	25.252.780,03	57,27%
AL	JACARE DOS HOMENS	2703403	4.202,84	5.667,84	3.748.147,78	30,88%
AL	CARNEIROS	2701803	4.204,61	5.667,84	4.803.358,58	49,39%
PI	PAQUETA	2207553	4.206,05	5.667,84	2.890.982,31	41,46%
BA	LAJEDO DO TABOCAL	2919058	4.211,03	5.667,84	3.434.949,03	39,06%
MA	BOM LUGAR	2102077	4.212,53	5.667,84	5.091.346,98	51,30%
MA	SENADOR LA ROCQUE	2111763	4.214,35	5.667,84	6.502.218,33	47,05%
PB	PEDRO REGIS	2512721	4.217,41	5.667,84	1.921.529,94	53,01%
PA	CURRALINHO	1502806	4.218,12	5.667,84	18.411.931,07	58,98%
PB	PAULISTA	2510907	4.220,48	5.667,84	4.691.547,12	48,49%
AL	LAGOA DA CANOA	2704104	4.222,75	5.667,84	8.493.051,23	47,83%
AL	MURICI	2705507	4.222,81	5.667,84	11.418.654,02	47,71%
MA	COELHO NETO	2103406	4.223,59	5.667,84	20.635.342,66	51,65%
PI	MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	2206670	4.224,11	5.667,84	3.328.453,54	45,65%
CE	JAGUARIBARA	2306801	4.226,07	5.667,84	5.081.230,30	34,55%
PE	CUMARU	2604908	4.231,39	5.667,84	4.784.452,62	51,97%
AM	CARAUARI	1301001	4.231,62	5.667,84	9.384.556,63	55,42%
MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	2107456	4.233,74	5.667,84	5.656.473,74	42,61%
MA	CENTRAL DO MARANHAO	2103125	4.233,86	5.667,84	4.270.177,50	42,39%
MA	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	2100436	4.237,73	5.667,84	10.781.621,25	51,48%
MA	LUIS DOMINGUES	2106201	4.237,94	5.667,84	3.505.036,74	41,57%
PA	SOURE	1507904	4.239,49	5.667,84	8.507.572,47	50,61%
AM	TEFE	1304203	4.241,72	5.667,84	26.958.969,74	49,74%
PB	AROEIRAS	2501302	4.243,35	5.667,84	5.843.468,11	52,29%
BA	SALINAS DA MARGARIDA	2927309	4.243,41	5.667,84	6.552.241,20	39,48%
AL	ROTEIRO	2707800	4.244,26	5.667,84	3.977.629,85	35,94%
PB	JURIPIRANGA	2507903	4.244,93	5.667,84	3.781.096,21	47,88%
MA	LAJEADO NOVO	2105989	4.246,02	5.667,84	3.416.857,15	45,01%
MG	AGUAS VERMELHAS	3101003	4.246,05	5.667,84	2.148.547,48	49,74%
MA	MARANHAOZINHO	2106375	4.246,69	5.667,84	10.045.102,57	36,59%
CE	PINDORETAMA	2310852	4.247,60	5.667,84	8.643.466,92	46,84%
BA	OURICANGAS	2923308	4.248,26	5.667,84	3.117.905,40	43,15%
MA	DUQUE BACELAR	2103901	4.249,00	5.667,84	6.154.025,51	51,00%
PB	SAPE	2515302	4.250,39	5.667,84	12.237.532,46	51,16%
AM	NOVA OLINDA DO NORTE	1303106	4.251,60	5.667,84	11.430.608,87	54,30%
CE	CANINDE	2302800	4.252,01	5.667,84	26.663.867,46	43,57%
AC	CAPIXABA	1200179	4.252,27	5.667,84	3.901.606,10	53,31%
MA	PRIMEIRA CRUZ	2109403	4.253,46	5.667,84	7.186.191,13	39,88%
MA	MORROS	2107100	4.255,50	5.667,84	8.307.625,72	52,83%
PB	ESPERANCA	2506004	4.256,71	5.667,84	10.258.594,86	57,36%
MA	PRESIDENTE DUTRA	2109106	4.257,08	5.667,84	12.768.341,85	51,08%
AL	TEOTONIO VILELA	2709152	4.259,28	5.667,84	26.584.646,87	34,63%
BA	RIBEIRA DO POMBAL	2926608	4.259,64	5.667,84	18.613.562,11	50,20%
PI	ANISIO DE ABREU	2200707	4.262,75	5.667,84	3.276.173,38	52,25%
AM	BOA VISTA DO RAMOS	1300680	4.265,26	5.667,84	7.133.447,79	50,96%
PB	QUEIMADAS	2512507	4.267,79	5.667,84	14.517.133,86	50,31%
PB	TAPEROA	2516508	4.269,11	5.667,84	3.686.000,67	49,90%
MA	ITAIPAVA DO GRAJAU	2105351	4.270,04	5.667,84	5.824.696,55	50,42%
MA	VIANA	2112803	4.270,62	5.667,84	20.671.946,40	48,41%
CE	PACOTI	2309805	4.272,45	5.667,84	4.171.309,51	51,39%
PI	ANGICAL DO PIAUI	2200608	4.273,96	5.667,84	2.005.238,48	45,91%
BA	CONCEICAO DA FEIRA	2908200	4.275,91	5.667,84	6.791.438,88	46,72%
PE	PANELAS	2610202	4.276,32	5.667,84	11.174.027,69	48,56%
PI	ALTO LONGA	2200301	4.276,52	5.667,84	3.769.647,64	40,20%
PI	SAO RAIMUNDO NONATO	2210607	4.276,92	5.667,84	9.751.903,00	52,49%
CE	MILAGRES	2308302	4.281,75	5.667,84	7.678.652,16	48,95%
MA	PRESIDENTE SARNEY	2109270	4.282,42	5.667,84	10.874.410,75	39,42%
AM	FONTE BOA	1301605	4.282,72	5.667,84	10.926.637,86	51,27%
BA	NILO PECANHA	2922607	4.282,98	5.667,84	6.356.192,69	51,28%
AM	ALVARAES	1300029	4.284,91	5.667,84	7.325.140,76	49,62%
MA	LAGO VERDE	2105906	4.287,00	5.667,84	6.529.513,73	54,90%
BA	CABACEIRAS DO PARAGUACU	2904852	4.287,20	5.667,84	6.826.196,39	46,27%
CE	VICOSA DO CEARA	2314102	4.288,44	5.667,84	22.128.725,58	49,63%
AM	ITAMARATI	1301951	4.288,98	5.667,84	4.807.682,64	54,83%
MA	SENADOR ALEXANDRE COSTA	2111748	4.289,81	5.667,84	4.963.961,24	47,06%
PB	BOA VENTURA	2502102	4.289,81	5.667,84	1.526.304,42	42,67%

PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	1507607	4.293,95	5.667,84	22.643.262,33	55,89%
PB	PITIMBU	2511905	4.294,62	5.667,84	6.271.992,42	49,49%
MA	AFONSO CUNHA	2100105	4.294,66	5.667,84	4.265.395,25	51,65%
MA	PERITORO	2108454	4.294,79	5.667,84	10.536.420,11	51,90%
PI	CANTO DO BURITI	2202307	4.295,73	5.667,84	5.417.380,80	44,74%
BA	VARZEA NOVA	2933158	4.296,37	5.667,84	4.603.634,70	45,20%
AL	BELO MONTE	2700904	4.299,42	5.667,84	3.046.733,26	38,94%
AM	MANACAPURU	1302504	4.300,07	5.667,84	30.050.670,72	57,57%
PB	SAO JOAO DO RIO DO PEIXE	2500700	4.300,79	5.667,84	6.717.235,30	38,41%
AL	OLHO DAGUA GRANDE	2705903	4.302,84	5.667,84	2.689.938,80	49,95%
PI	GUARIBAS	2204550	4.302,84	5.667,84	2.070.716,01	37,43%
CE	SOLONOPOLE	2313005	4.303,25	5.667,84	5.847.816,50	39,51%
CE	MUCAMBO	2309003	4.303,39	5.667,84	5.045.265,17	40,65%
BA	GONGOGI	2911501	4.304,34	5.667,84	2.557.786,35	42,14%
PB	MARCACAO	2509057	4.305,20	5.667,84	3.283.961,66	45,91%
PB	ALCANTIL	2500536	4.307,07	5.667,84	1.966.323,31	51,55%
MA	OLHO DAGUA DAS CUNHAS	2107407	4.307,44	5.667,84	10.312.132,50	49,37%
AL	CAMPO ALEGRE	2701407	4.308,99	5.667,84	18.247.059,89	35,20%
MA	SAO FRANCISCO DO MARANHAO	2110906	4.309,04	5.667,84	4.999.321,22	47,02%
MA	COROATA	2103604	4.309,11	5.667,84	23.415.902,82	53,51%
MA	VILA NOVA DOS MARTIRIOS	2112852	4.312,31	5.667,84	4.401.626,03	46,34%
AL	RIO LARGO	2707701	4.312,74	5.667,84	25.289.829,56	54,62%
MA	CHAPADINHA	2103208	4.312,96	5.667,84	31.852.193,46	51,47%
AL	PILAR	2706901	4.313,64	5.667,84	12.745.147,90	47,09%
AL	PENEDO	2706703	4.314,43	5.667,84	14.410.728,35	55,97%
BA	SAUBARA	2929750	4.315,53	5.667,84	3.614.386,47	40,46%
PB	SERTAOZINHO	2515930	4.315,70	5.667,84	1.931.806,46	45,36%
CE	CASCAVEL	2303501	4.317,63	5.667,84	23.098.509,14	47,72%
PA	OEIRAS DO PARA	1505205	4.317,77	5.667,84	17.816.645,53	55,15%
AL	SAO MIGUEL DOS MILAGRES	2708709	4.321,09	5.667,84	4.037.822,12	44,61%
MA	ALDEIAS ALTAS	2100303	4.322,79	5.667,84	14.282.784,02	49,87%
AL	UNIAO DOS PALMARES	2709301	4.323,09	5.667,84	21.011.015,39	54,16%
PB	CACIMBAS	2503555	4.323,39	5.667,84	3.293.242,24	52,17%
BA	VARZEA DO POCO	2933109	4.323,53	5.667,84	2.618.242,75	42,51%
CE	CARIRIACU	2303204	4.328,85	5.667,84	8.876.707,38	49,49%
PA	SANTA MARIA DO PARA	1506609	4.330,82	5.667,84	5.923.723,64	49,19%
PB	BONITO DE SANTA FE	2502409	4.331,67	5.667,84	2.866.227,66	52,88%
CE	GUARACIABA DO NORTE	2305001	4.332,14	5.667,84	14.271.395,76	50,85%
PI	SAO GONCALO DO PIAUI	2209807	4.335,13	5.667,84	1.440.795,09	53,72%
PI	COCAL DE TELHA	2202711	4.337,10	5.667,84	2.186.809,41	46,60%
CE	QUIXELO	2311355	4.339,10	5.667,84	5.490.361,71	45,46%
PB	SAO VICENTE DO SERIDO	2515401	4.345,07	5.667,84	2.935.900,44	52,06%
MA	GOVERNADOR NUNES FREIRE	2104677	4.345,79	5.667,84	10.659.389,28	48,60%
PE	PESQUEIRA	2610905	4.347,10	5.667,84	16.324.566,49	48,49%
AM	TONANTINS	1304237	4.348,06	5.667,84	7.916.053,43	51,63%
BA	SITIO DO QUINTO	2930766	4.348,17	5.667,84	4.078.717,33	53,29%
PA	CUMARU DO NORTE	1502764	4.348,49	5.667,84	4.804.104,51	50,89%
PB	CONGO	2504702	4.348,81	5.667,84	1.587.847,00	47,49%
AL	BRANQUINHA	2701100	4.349,05	5.667,84	4.922.904,60	40,50%
CE	CARNAUBAL	2303402	4.350,22	5.667,84	5.766.491,50	47,64%
MA	LAGO DA PEDRA	2105708	4.350,28	5.667,84	13.845.810,79	50,88%
PI	PIRACURUCA	2208304	4.351,11	5.667,84	7.107.347,51	55,03%
CE	ABAIARA	2300101	4.352,13	5.667,84	3.074.102,56	37,85%
RN	MARTINS	2407401	4.353,00	5.667,84	2.065.296,33	41,42%
BA	IGRAPIUNA	2913457	4.353,70	5.667,84	5.326.038,41	45,92%
CE	ITAITINGA	2306256	4.354,67	5.667,84	15.305.807,20	47,89%
CE	PEREIRO	2310803	4.355,75	5.667,84	6.762.071,67	41,61%
ES	BOM JESUS DO NORTE	3201100	4.357,07	5.667,84	2.398.918,70	28,31%
PA	AFUA	1500305	4.358,17	5.667,84	21.256.713,04	60,09%
PB	JUNCO DO SERIDO	2507804	4.362,02	5.667,84	1.580.108,33	54,77%
AM	RIO PRETO DA EVA	1303569	4.363,36	5.667,84	9.388.877,65	54,72%
CE	ITATIRA	2306603	4.363,96	5.667,84	11.704.053,01	38,80%
CE	TAUA	2313302	4.364,55	5.667,84	16.274.560,19	45,81%
BA	CACHOEIRA	2904902	4.365,65	5.667,84	8.232.520,86	48,31%
CE	TEJUCUOCA	2313351	4.365,74	5.667,84	7.426.626,75	45,15%
AL	QUEBRANGULO	2707602	4.367,08	5.667,84	5.926.321,39	44,11%
PB	ITATUBA	2507200	4.367,28	5.667,84	2.966.719,55	53,93%
BA	VERA CRUZ	2933208	4.368,52	5.667,84	13.975.427,85	46,42%
PA	LIMOEIRO DO AJURU	1504000	4.370,40	5.667,84	11.415.180,72	52,09%
BA	MACAJUBA	2919603	4.370,43	5.667,84	4.720.716,63	45,16%
RN	BENTO FERNANDES	2401602	4.370,60	5.667,84	1.733.769,26	47,39%
PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	2612604	4.371,22	5.667,84	13.540.994,62	57,01%
AM	EIRUNEPE	1301407	4.371,81	5.667,84	11.142.387,27	53,76%
RN	BOM JESUS	2401701	4.373,41	5.667,84	3.041.010,25	45,00%
RN	PORTALEGRE	2410207	4.373,72	5.667,84	2.227.378,76	42,88%
MA	TIMBIRAS	2112100	4.374,19	5.667,84	10.510.099,66	51,70%
MA	CENTRO DO GUILHERME	2103158	4.374,67	5.667,84	8.780.738,42	43,21%
MA	PARNARAMA	2107803	4.375,62	5.667,84	15.429.223,68	37,88%
AL	BARRA DE SANTO ANTONIO	2700508	4.375,96	5.667,84	5.572.728,66	50,66%
PA	ANAJAS	1500701	4.377,71	5.667,84	15.792.339,33	58,72%
MA	NOVA OLINDA DO MARANHAO	2107357	4.377,77	5.667,84	9.036.605,56	46,16%
PI	CARACOL	2202505	4.378,50	5.667,84	3.883.113,89	44,77%
CE	UBAJARA	2313609	4.379,06	5.667,84	11.814.555,06	45,50%
PA	PRAINHA	1506005	4.380,10	5.667,84	15.748.848,65	54,30%
PB	ARARUNA	2501005	4.380,27	5.667,84	5.714.239,81	53,15%
BA	SERRA DO RAMALHO	2930154	4.380,97	5.667,84	12.881.877,45	48,94%
BA	CATURAMA	2907558	4.381,01	5.667,84	3.140.130,30	43,95%
PB	CACIMBA DE DENTRO	2503506	4.383,73	5.667,84	4.464.857,55	47,76%
CE	APUIARES	2300903	4.384,34	5.667,84	3.671.149,63	44,79%
MA	PASTOS BONS	2108009	4.385,56	5.667,84	10.226.287,39	38,50%
AL	JACUIPE	2703502	4.385,64	5.667,84	3.440.844,00	29,33%
AL	TANQUE DARCA	2709004	4.385,91	5.667,84	2.750.312,04	42,69%
PA	CURIONOPOLIS	1502772	4.386,03	5.667,84	8.874.227,17	55,11%
PA	SANTO ANTONIO DO TAUA	1507003	4.386,17	5.667,84	9.663.272,41	55,16%
CE	MADALENA	2307635	4.386,43	5.667,84	6.302.492,00	44,19%
MA	VARGEM GRANDE	2112704	4.386,57	5.667,84	24.052.054,35	42,09%
PI	CURIMATA	2203206	4.388,76	5.667,84	3.292.175,83	48,99%

CE	SABOEIRO	2311900	4.389,03	5.667,84	4.914.778,95	42,16%
PI	BRASILEIRA	2201960	4.389,77	5.667,84	2.327.560,95	42,78%
CE	AMONTADA	2300754	4.390,83	5.667,84	14.545.579,78	49,79%
MA	JOSELANDIA	2105609	4.390,83	5.667,84	4.631.008,31	55,31%
BA	CORACAO DE MARIA	2908903	4.392,55	5.667,84	7.207.327,99	48,31%
MA	IGARAPE DO MEIO	2105153	4.392,88	5.667,84	10.265.454,66	44,57%
CE	CRUZ	2304251	4.392,91	5.667,84	9.307.656,57	43,04%
PA	PORTEL	1505809	4.393,20	5.667,84	29.222.815,04	59,13%
PA	PLACAS	1505650	4.394,55	5.667,84	10.157.899,41	59,81%
PB	MONTE HOREBE	2509602	4.395,18	5.667,84	2.753.222,46	44,87%
MA	BURITI BRAVO	2102309	4.396,21	5.667,84	7.926.799,30	48,73%
PB	BARRA DE SANTA ROSA	2501609	4.396,34	5.667,84	3.560.915,65	52,40%
PB	SAO BENTO	2513901	4.396,98	5.667,84	12.745.274,38	51,58%
BA	JAGUARARI	2917706	4.397,60	5.667,84	8.116.883,41	53,25%
PB	MATINHAS	2509339	4.397,66	5.667,84	1.506.180,84	49,25%
AL	MARIBONDO	2704807	4.397,82	5.667,84	3.299.761,34	45,49%
BA	ITABERABA	2914703	4.397,88	5.667,84	18.181.546,24	49,03%
CE	PORTEIRAS	2311108	4.397,89	5.667,84	6.250.767,54	43,90%
PI	REGENERACAO	2208809	4.398,39	5.667,84	4.611.651,41	54,50%
PI	FLORES DO PIAUI	2203800	4.399,61	5.667,84	1.437.481,72	43,56%
AL	TAQUARANA	2709103	4.399,96	5.667,84	8.852.794,18	49,66%
PA	AVEIRO	1501006	4.400,46	5.667,84	5.446.703,19	59,15%
PA	MAGALHAES BARATA	1504109	4.401,32	5.667,84	2.885.075,42	49,92%
PI	PADRE MARCOS	2207207	4.402,95	5.667,84	2.537.000,59	37,29%
BA	IPIAU	2913903	4.403,11	5.667,84	10.915.351,49	47,89%
CE	BANABUIU	2301851	4.404,58	5.667,84	5.896.596,65	47,78%
BA	GOVERNADOR MANGABEIRA	2911600	4.404,76	5.667,84	6.671.649,48	51,25%
PA	PORTO DE MOZ	1505908	4.404,83	5.667,84	23.243.953,00	59,69%
AL	BELEM	2700805	4.405,43	5.667,84	2.775.986,54	40,61%
PI	BONFIM DO PIAUI	2201929	4.405,85	5.667,84	1.686.651,78	51,19%
MA	RAPOSA	2109452	4.407,35	5.667,84	8.120.015,71	55,23%
CE	TIANGUA	2313401	4.408,20	5.667,84	26.406.164,93	44,39%
MA	SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	2111631	4.410,85	5.667,84	2.389.981,94	53,59%
AM	BARREIRINHA	1300508	4.411,20	5.667,84	14.108.858,04	53,59%
PA	ACARA	1500206	4.412,35	5.667,84	29.641.511,67	51,34%
PI	JATOBA DO PIAUI	2205276	4.412,68	5.667,84	1.933.640,38	42,39%
PB	GUARABIRA	2506301	4.413,00	5.667,84	9.786.391,27	51,36%
BA	JOAO DOURADO	2918357	4.413,31	5.667,84	7.861.063,74	47,47%
CE	JAGUARIBE	2306900	4.414,00	5.667,84	11.729.283,83	47,47%
MA	SANTA RITA	2110203	4.414,10	5.667,84	12.618.840,39	50,14%
PI	FRANCISCO SANTOS	2204204	4.414,84	5.667,84	2.116.320,19	47,23%
CE	ARACOIABA	2301208	4.415,44	5.667,84	8.449.094,44	42,79%
BA	TUCANO	2931905	4.415,49	5.667,84	16.419.769,88	44,02%
PB	CUITE	2505105	4.415,74	5.667,84	4.035.893,87	48,91%
MA	LAGO DO JUNCO	2105807	4.417,23	5.667,84	4.862.118,65	40,00%
MA	SAO JOAO DOS PATOS	2111102	4.418,60	5.667,84	8.468.009,05	48,55%
PA	MELGACO	1504505	4.418,75	5.667,84	14.821.794,23	57,93%
BA	AMERICA DOURADA	2901155	4.418,94	5.667,84	6.042.504,71	41,44%
PB	PEDRA LAVRADA	2511103	4.420,34	5.667,84	2.385.856,35	39,79%
PI	SAO JOAO DA SERRA	2209906	4.420,82	5.667,84	1.597.629,32	43,86%
PA	SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA	1507706	4.421,86	5.667,84	10.390.474,82	54,77%
MA	SAO JOAO DO CARU	2111029	4.422,96	5.667,84	5.719.842,86	47,67%
MA	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	2104628	4.424,20	5.667,84	2.619.106,03	43,90%
RN	MONTANHAS	2407708	4.424,21	5.667,84	3.026.323,47	49,60%
AC	JORDAO	1200328	4.426,21	5.667,84	4.202.557,31	58,08%
BA	CACULE	2905008	4.426,50	5.667,84	5.756.620,06	50,27%
BA	TAPEROA	2931202	4.426,81	5.667,84	7.313.362,97	54,40%
RN	SAO PAULO DO POTENGI	2412609	4.427,37	5.667,84	4.105.958,20	47,18%
AM	APUI	1300144	4.427,44	5.667,84	3.546.369,24	49,53%
PA	CONCORDIA DO PARA	1502756	4.429,59	5.667,84	15.193.660,69	43,32%
AL	MATA GRANDE	2705002	4.429,72	5.667,84	8.232.968,57	50,53%
AL	FEIRA GRANDE	2702603	4.430,90	5.667,84	8.092.076,22	52,46%
PI	SAO JOAO DA CANABRAVA	2209856	4.431,07	5.667,84	2.124.462,93	49,38%
PI	PIRIPIRI	2208403	4.433,31	5.667,84	16.771.805,62	50,49%
PE	BUENOS AIRES	2602704	4.435,08	5.667,84	3.367.732,48	51,09%
CE	FRECHEIRINHA	2304509	4.436,09	5.667,84	4.933.782,82	50,67%
BA	VALENCA	2932903	4.437,09	5.667,84	21.916.716,67	47,35%
MA	IGARAPE GRANDE	2105203	4.437,17	5.667,84	3.959.373,76	39,93%
MA	SAO JOAO DO SOTER	2111078	4.438,39	5.667,84	7.711.397,40	44,22%
BA	PONTO NOVO	2925253	4.439,02	5.667,84	7.359.474,70	48,46%
PA	CAPITAO POCO	1502301	4.439,88	5.667,84	13.859.613,07	54,48%
AM	CAREIRO	1301100	4.441,04	5.667,84	11.601.661,84	51,31%
PB	PEDRAS DE FOGO	2511202	4.441,91	5.667,84	9.744.546,28	49,69%
MA	BARRA DO CORDA	2101608	4.442,25	5.667,84	25.483.957,31	54,68%
PI	UNIAO	2211100	4.442,57	5.667,84	12.578.880,41	51,82%
CE	SALITRE	2311959	4.442,81	5.667,84	6.501.174,51	47,16%
PE	MIRANDIBA	2609303	4.443,15	5.667,84	3.580.700,53	50,21%
MA	CURURUPU	2103703	4.443,68	5.667,84	8.969.370,10	55,45%
CE	NOVO ORIENTE	2309409	4.443,89	5.667,84	9.628.982,63	42,92%
CE	QUIXERAMOBIM	2311405	4.444,12	5.667,84	23.207.268,63	46,26%
BA	SENHOR DO BONFIM	2930105	4.444,87	5.667,84	15.014.560,15	53,54%
CE	PACAJUS	2309607	4.445,64	5.667,84	17.003.210,40	47,34%
CE	JAGUARUANA	2307007	4.445,68	5.667,84	7.846.972,36	47,59%
CE	PARACURU	2310209	4.445,71	5.667,84	11.592.071,30	49,44%
CE	QUITERIANOPOLIS	2311264	4.446,07	5.667,84	7.556.947,88	43,16%
BA	ERICO CARDOSO	2900504	4.446,08	5.667,84	3.105.162,34	45,05%
MA	MIRADOR	2106706	4.446,42	5.667,84	6.371.369,42	49,69%
AM	PARINTINS	1303403	4.446,57	5.667,84	26.362.056,04	53,86%
BA	SANTO ESTEVAO	2928802	4.447,76	5.667,84	13.859.683,77	53,61%
MA	SAO JOSE DOS BASILIOS	2111250	4.448,20	5.667,84	2.346.296,28	54,36%
CE	ITAPIPOCA	2306405	4.448,60	5.667,84	38.633.662,35	50,13%
PB	CUITEGI	2505204	4.448,61	5.667,84	2.353.536,50	44,20%
AC	TARAUACA	1200609	4.451,08	5.667,84	10.902.700,19	60,55%
AC	CRUZEIRO DO SUL	1200203	4.451,77	5.667,84	19.844.619,78	53,22%
MA	ARAME	2100956	4.452,20	5.667,84	8.867.783,63	50,99%
PA	VISEU	1508308	4.452,70	5.667,84	26.677.820,27	52,94%
MA	GUIMARAES	2104909	4.453,57	5.667,84	3.558.111,92	42,36%
PI	AGRICOLANDIA	2200103	4.454,14	5.667,84	1.389.695,24	40,55%
BA	SANTA TERESINHA	2928505	4.454,15	5.667,84	3.026.893,04	43,93%
PB	PIRPIRITUBA	2511806	4.454,37	5.667,84	2.068.969,99	50,54%

MA	FORMOSA DA SERRA NEGRA	2104099	4.456,32	5.667,84	5.780.292,95	50,59%
MA	SANTA LUZIA DO PARUA	2110039	4.456,85	5.667,84	7.811.465,93	50,49%
BA	IRARA	2914505	4.459,08	5.667,84	9.128.902,64	45,89%
MA	SAO FRANCISCO DO BREJAO	2110856	4.461,08	5.667,84	3.231.338,02	45,34%
MA	GOVERNADOR ARCHER	2104503	4.462,17	5.667,84	3.531.172,30	43,72%
AM	NOVO ARIPUANA	1303304	4.462,51	5.667,84	4.596.659,69	52,51%
PA	SANTA LUZIA DO PARA	1506559	4.464,87	5.667,84	6.832.092,70	57,21%
MA	SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO	2111409	4.465,18	5.667,84	8.370.505,92	55,46%
BA	JIQUIRICA	2918209	4.466,65	5.667,84	5.382.679,98	48,35%
BA	LAFAIETE COUTINHO	2918704	4.466,70	5.667,84	1.930.956,55	43,99%
PI	ALEGRETE DO PIAUI	2200277	4.467,34	5.667,84	1.520.797,96	42,58%
SE	CAPELA	2801306	4.467,57	5.667,84	9.388.405,75	51,34%
AM	GUAJARA	1301654	4.467,91	5.667,84	3.739.341,38	51,86%
CE	PARAIPABA	2310258	4.469,23	5.667,84	9.752.067,05	48,54%
BA	CAEM	2905107	4.469,30	5.667,84	3.542.829,78	34,30%
PB	SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	2514651	4.471,64	5.667,84	907.856,32	30,78%
PB	GADO BRAVO	2506251	4.472,54	5.667,84	2.995.796,38	51,22%
MA	SANTO AMARO DO MARANHAO	2110278	4.473,92	5.667,84	4.645.685,43	51,83%
AM	BERURI	1300631	4.474,11	5.667,84	8.088.107,85	61,47%
PB	DESTERRO	2505402	4.475,59	5.667,84	1.838.508,76	51,66%
MA	ARARI	2101004	4.477,66	5.667,84	9.268.158,20	45,57%
BA	JUAZEIRO	2918407	4.477,92	5.667,84	54.783.560,73	49,98%
PA	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	1501758	4.478,79	5.667,84	3.139.637,55	38,94%
CE	MARCO	2307809	4.479,16	5.667,84	9.366.645,90	47,91%
CE	SENADOR SA	2312809	4.479,77	5.667,84	2.396.581,90	45,27%
PA	URUARA	1508159	4.479,98	5.667,84	17.196.589,16	63,94%
CE	IPAUMIRIM	2305704	4.480,24	5.667,84	3.024.101,82	47,44%
MA	VITORINO FREIRE	2113009	4.480,41	5.667,84	11.372.005,67	39,82%
PI	PALMEIRAIS	2207504	4.481,68	5.667,84	5.000.666,29	46,75%
BA	APORA	2901908	4.482,14	5.667,84	5.018.321,79	47,52%
CE	IRAUCUBA	2306108	4.483,12	5.667,84	8.081.906,05	53,38%
BA	SANTA RITA DE CASSIA	2928406	4.483,25	5.667,84	7.494.877,87	52,08%
MA	CARUTAPERA	2102903	4.488,08	5.667,84	8.958.840,51	49,94%
PI	BURITI DOS LOPES	2202000	4.488,38	5.667,84	6.887.376,00	49,40%
MA	BURITI	2102200	4.490,35	5.667,84	14.571.339,63	47,93%
CE	PARAMOTI	2310407	4.490,82	5.667,84	3.132.126,07	48,07%
MA	FERNANDO FALCAO	2104081	4.491,17	5.667,84	3.152.775,19	47,16%
PB	MONTEIRO	2509701	4.491,92	5.667,84	7.293.614,15	51,09%
MA	AMAPA DO MARANHAO	2100550	4.492,13	5.667,84	2.767.265,27	49,85%
PB	BOM JESUS	2502201	4.492,86	5.667,84	1.146.549,55	51,40%
PA	SANTA BARBARA DO PARA	1506351	4.492,87	5.667,84	4.718.687,87	52,33%
PB	NOVA PALMEIRA	2510303	4.493,40	5.667,84	1.147.312,89	34,94%
PA	BAGRE	1501105	4.494,87	5.667,84	9.093.833,68	61,87%
PB	MASSARANDUBA	2509206	4.495,41	5.667,84	3.140.587,10	55,41%
CE	REDENCAO	2311603	4.496,28	5.667,84	7.707.252,56	49,64%
MA	SANTA LUZIA	2110005	4.496,88	5.667,84	22.662.132,61	50,89%
PA	TUCUMA	1508084	4.498,47	5.667,84	11.437.267,01	49,41%
CE	GENERAL SAMPAIO	2304608	4.498,73	5.667,84	2.869.990,48	42,25%
BA	ITAPE	2916203	4.499,13	5.667,84	3.026.152,56	47,18%
PA	TOME-ACU	1508001	4.499,55	5.667,84	26.432.521,91	56,90%
PI	MADEIRO	2205854	4.500,68	5.667,84	4.037.112,56	40,90%
PA	AUGUSTO CORREA	1500909	4.501,70	5.667,84	17.137.209,62	58,76%
CE	ACARAU	2300200	4.502,66	5.667,84	18.047.423,36	49,23%
MA	MONTES ALTOS	2107001	4.503,21	5.667,84	2.138.025,05	53,73%
MA	FEIRA NOVA DO MARANHAO	2104073	4.503,99	5.667,84	2.530.334,74	52,15%
AL	AGUA BRANCA	2700102	4.504,54	5.667,84	7.266.295,49	54,19%
MA	TUTOIA	2112506	4.505,03	5.667,84	19.930.572,67	51,30%
PE	LAJEDO	2608800	4.505,14	5.667,84	12.115.005,36	51,53%
MA	DAVINOPOLIS	2103752	4.505,30	5.667,84	4.434.109,93	49,35%
MA	HUMBERTO DE CAMPOS	2105005	4.505,92	5.667,84	10.942.910,10	51,72%
BA	CIPO	2907905	4.506,41	5.667,84	5.209.030,62	46,39%
PI	CASTELO DO PIAUI	2202604	4.508,60	5.667,84	5.821.353,65	49,40%
AL	JUNQUEIRO	2704005	4.511,23	5.667,84	8.018.761,85	48,98%
CE	ALTANEIRA	2300606	4.512,60	5.667,84	2.541.696,91	49,09%
BA	BARRA DO ROCHA	2903102	4.513,74	5.667,84	2.516.745,06	46,03%
PA	BRAGANCA	1501709	4.514,51	5.667,84	25.656.355,84	59,91%
PI	CABECEIRAS DO PIAUI	2202059	4.515,22	5.667,84	2.735.983,06	48,59%
RN	TENENTE ANANIAS	2414100	4.515,34	5.667,84	2.410.113,52	45,48%
PE	TIMBAUBA	2615300	4.515,62	5.667,84	8.982.392,23	51,71%
CE	FORQUILHA	2304350	4.516,56	5.667,84	5.617.781,52	48,73%
AM	JUTAI	1302306	4.516,95	5.667,84	10.629.897,65	53,15%
PI	PAU DARCO DO PIAUI	2207793	4.518,45	5.667,84	1.160.487,80	42,52%
RN	VERA CRUZ	2414803	4.519,75	5.667,84	3.346.116,39	49,94%
PA	ULIANOPOLIS	1508126	4.519,82	5.667,84	8.997.227,59	47,90%
PB	RIACHAO DO POCO	2512762	4.520,49	5.667,84	1.616.683,97	37,81%
PA	NOVA ESPERANCA DO PIRIA	1504950	4.520,57	5.667,84	7.523.198,46	56,25%
CE	BARREIRA	2301950	4.521,12	5.667,84	6.443.289,47	48,71%
CE	ALTO SANTO	2300705	4.521,12	5.667,84	4.388.579,78	42,08%
PB	SANTA CECILIA	2513158	4.522,29	5.667,84	2.050.882,50	48,94%
PE	PETROLINA	2611101	4.522,59	5.667,84	81.355.919,10	49,02%
MA	ESPERANTINOPOLIS	2104008	4.523,30	5.667,84	5.796.158,38	48,41%
BA	NOVA FATIMA	2922730	4.525,85	5.667,84	2.319.334,64	46,49%
CE	URUOCA	2313906	4.527,11	5.667,84	4.130.431,77	42,14%
PE	GRANITO	2606309	4.527,14	5.667,84	2.298.736,52	44,20%
PA	IGARAPE-MIRI	1503309	4.527,43	5.667,84	23.166.867,56	56,45%
BA	AIQUARA	2900603	4.527,82	5.667,84	1.339.749,92	36,36%
AM	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	1303601	4.529,02	5.667,84	3.488.627,45	52,78%
AM	TAPAUA	1304104	4.529,16	5.667,84	6.295.133,46	56,27%
AL	SAO SEBASTIAO	2708808	4.529,24	5.667,84	9.876.122,02	56,20%
CE	IPUEIRAS	2305902	4.529,26	5.667,84	10.954.842,77	48,29%
PI	MIGUEL ALVES	2206209	4.529,59	5.667,84	11.946.955,67	51,92%
PA	MEDICILANDIA	1504455	4.530,21	5.667,84	8.536.862,57	55,38%
BA	SAO FELIX DO CORIBE	2929057	4.530,30	5.667,84	4.198.049,92	47,99%
AL	ATALAIA	2700409	4.530,78	5.667,84	13.448.145,57	50,79%
MA	JUNCO DO MARANHAO	2105658	4.532,56	5.667,84	2.260.973,72	49,01%

RN	SAO FRANCISCO DO OESTE	2411908	4.532,71	5.667,84	1.387.417,19	46,30%
BA	UBAIRA	2932101	4.533,00	5.667,84	5.432.270,53	44,57%
PI	LAGOA ALEGRE	2205557	4.533,24	5.667,84	3.251.102,13	51,39%
BA	SERRA PRETA	2930402	4.533,99	5.667,84	4.154.255,21	51,85%
PB	ASSUNCAO	2501351	4.534,34	5.667,84	1.445.266,81	47,24%
PI	SANTO ANTONIO DOS MILAGRES	2209450	4.535,35	5.667,84	872.358,94	41,44%
PA	SENADOR JOSE PORFIRIO	1507805	4.535,67	5.667,84	8.371.063,18	65,06%
BA	MARAGOGIPE	2920601	4.535,70	5.667,84	9.856.665,01	44,06%
BA	IBIRAPITANGA	2912707	4.536,26	5.667,84	8.255.725,52	47,14%
PI	BREJO DO PIAUI	2201988	4.536,42	5.667,84	1.102.569,43	47,52%
BA	ACAJUTIBA	2900306	4.536,55	5.667,84	4.110.100,21	47,09%
PA	COLARES	1502608	4.537,29	5.667,84	2.580.705,46	53,70%
CE	RUSSAS	2311801	4.537,81	5.667,84	18.587.376,64	46,34%
MA	PASSAGEM FRANCA	2107902	4.538,51	5.667,84	5.748.917,12	48,86%
BA	ANGICAL	2901403	4.539,09	5.667,84	4.019.869,22	46,91%
BA	MUNIZ FERREIRA	2922201	4.539,32	5.667,84	1.786.895,29	38,81%
PE	RIO FORMOSO	2611903	4.539,91	5.667,84	6.720.213,99	42,44%
PI	SANTANA DO PIAUI	2209351	4.539,94	5.667,84	1.278.088,38	52,85%
AL	SAO BRAS	2708204	4.541,64	5.667,84	1.916.732,17	54,38%
MA	PERI MIRIM	2108405	4.543,72	5.667,84	3.312.664,40	50,75%
BA	WANDERLEY	2933455	4.543,93	5.667,84	4.016.030,46	47,48%
CE	CAUCAIA	2303709	4.545,31	5.667,84	81.028.324,81	46,52%
PA	SAO JOAO DO ARAGUAIA	1507508	4.545,60	5.667,84	4.979.629,61	51,12%
PE	MACAPARANA	2609006	4.546,46	5.667,84	5.238.280,25	48,63%
CE	CATUNDA	2303659	4.546,62	5.667,84	4.328.922,87	32,98%
BA	PE DE SERRA	2924058	4.546,76	5.667,84	3.424.231,67	46,68%
AL	SAO JOSE DA LAJE	2708303	4.547,57	5.667,84	5.917.443,63	53,27%
PA	SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA	1507151	4.547,60	5.667,84	6.796.237,84	51,96%
AL	CRAIBAS	2702355	4.547,95	5.667,84	8.598.015,49	49,62%
PA	MAE DO RIO	1504059	4.548,48	5.667,84	10.229.264,64	55,52%
MA	BACURI	2101301	4.548,90	5.667,84	6.698.210,82	47,80%
BA	JEREMOABO	2918100	4.549,21	5.667,84	10.950.821,56	46,24%
PB	CATOLE DO ROCHA	2504306	4.549,50	5.667,84	4.853.259,43	51,62%
PB	JUAREZ TAVORA	2507606	4.549,78	5.667,84	1.871.244,13	52,98%
CE	PIQUET CARNEIRO	2310902	4.550,85	5.667,84	3.713.900,74	44,63%
SE	CEDRO DE SAO JOAO	2801603	4.551,03	5.667,84	1.324.096,25	45,46%
PB	SOLANEA	2516003	4.552,44	5.667,84	4.749.036,07	52,74%
BA	XIQUE-XIQUE	2933604	4.552,61	5.667,84	15.432.624,76	45,07%
PB	NAZAREZINHO	2510006	4.553,39	5.667,84	1.635.064,43	54,92%
BA	DOM MACEDO COSTA	2910206	4.553,59	5.667,84	1.197.989,66	34,30%
PE	FLORESTA	2605707	4.554,18	5.667,84	7.006.618,96	49,33%
MA	AGUA DOCE DO MARANHAO	2100154	4.555,07	5.667,84	4.837.888,24	51,10%
PA	PONTA DE PEDRAS	1505700	4.555,08	5.667,84	7.049.714,02	56,46%
PE	IBIRAJUBA	2606705	4.555,82	5.667,84	1.919.233,05	51,74%
BA	ITAGIMIRIM	2915304	4.555,85	5.667,84	2.424.597,32	36,01%
RN	NISIA FLORESTA	2408201	4.556,29	5.667,84	7.407.522,43	49,69%
BA	SANTA CRUZ CABRALIA	2927705	4.556,53	5.667,84	10.147.415,94	55,21%
PA	JACUNDA	1503804	4.557,04	5.667,84	11.485.759,62	50,26%
AL	PORTO DE PEDRAS	2707404	4.557,07	5.667,84	3.862.838,60	28,61%
PB	OLHO DAGUA	2510402	4.557,14	5.667,84	1.486.002,91	52,47%
PE	OURICURI	2609907	4.558,65	5.667,84	12.923.426,63	59,81%
CE	PALHANO	2310001	4.559,17	5.667,84	2.438.747,56	48,01%
PA	IPIXUNA DO PARA	1503457	4.560,16	5.667,84	14.941.649,05	49,68%
PE	SERRITA	2614006	4.560,56	5.667,84	5.149.585,45	50,57%
PI	LAGOA DO PIAUI	2205581	4.561,47	5.667,84	1.332.514,43	49,78%
MA	GRACA ARANHA	2104701	4.562,22	5.667,84	1.860.603,11	47,60%
BA	SANTO AMARO	2928604	4.562,50	5.667,84	14.515.968,15	43,54%
PI	ITAUEIRA	2205102	4.563,09	5.667,84	2.318.162,11	48,02%
BA	CANAPOLIS	2906105	4.563,58	5.667,84	2.819.075,61	52,04%
BA	NOVA REDENCAO	2922854	4.563,72	5.667,84	2.037.882,72	49,56%
CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	2307254	4.564,50	5.667,84	7.504.026,68	45,26%
PB	CAJAZEIRAS	2503704	4.565,40	5.667,84	10.166.528,99	53,12%
RN	ARES	2401206	4.565,71	5.667,84	3.612.143,72	42,26%
RN	PRESIDENTE JUSCELINO	2410306	4.565,89	5.667,84	3.308.492,61	44,79%
PB	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	2504900	4.566,25	5.667,84	4.176.906,13	54,56%
MA	SAO DOMINGOS DO MARANHAO	2110708	4.566,75	5.667,84	10.565.116,31	49,95%
BA	UAUA	2932002	4.567,98	5.667,84	6.480.200,17	43,08%
AM	BENJAMIN CONSTANT	1300607	4.569,84	5.667,84	13.337.493,20	56,80%
PA	ALENQUER	1500404	4.571,25	5.667,84	16.150.273,99	60,91%
BA	CAMAMU	2905800	4.571,75	5.667,84	10.166.706,74	51,92%
CE	SANTANA DO CARIRI	2312106	4.571,89	5.667,84	4.406.229,75	48,76%
PA	SAO FELIX DO XINGU	1507300	4.573,55	5.667,84	20.767.262,45	54,18%
RN	LAGOA DANTA	2406205	4.573,83	5.667,84	1.510.508,61	49,04%
BA	ITIRUCU	2916906	4.574,00	5.667,84	2.359.580,05	44,85%
PB	LAGOA DE DENTRO	2508208	4.574,92	5.667,84	2.660.238,39	47,37%
PA	CAMETA	1502103	4.575,35	5.667,84	43.297.739,61	55,83%
PA	MONTE ALEGRE	1504802	4.575,78	5.667,84	19.741.834,06	55,16%
PB	JACARAU	2507309	4.575,79	5.667,84	4.553.603,27	52,26%
MA	SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	2111532	4.575,90	5.667,84	3.363.252,91	47,76%
AL	SAO JOSE DA TAPERA	2708402	4.576,09	5.667,84	10.948.907,26	48,79%
MA	BOM JESUS DAS SELVAS	2102036	4.576,12	5.667,84	10.160.130,62	52,24%
AM	MAUES	1302900	4.576,47	5.667,84	15.644.224,50	59,43%
PB	LAGOA	2508109	4.577,85	5.667,84	1.492.637,91	47,62%
PA	MARITUBA	1504422	4.578,21	5.667,84	31.921.113,54	51,40%
CE	PACUJA	2309904	4.578,77	5.667,84	2.258.134,75	44,15%
MA	GONCALVES DIAS	2104404	4.579,94	5.667,84	4.426.943,95	51,75%
CE	IBIAPINA	2305308	4.580,11	5.667,84	6.361.758,22	48,59%
PB	BAIA DA TRAICAO	2501401	4.580,42	5.667,84	2.880.844,15	43,54%
PI	CAMPO GRANDE DO PIAUI	2202133	4.580,55	5.667,84	1.558.518,90	45,61%
BA	BIRITINGA	2903607	4.581,50	5.667,84	5.357.723,03	50,22%
MA	LIMA CAMPOS	2106003	4.582,56	5.667,84	3.922.117,61	48,60%
BA	RETIROLANDIA	2926103	4.582,72	5.667,84	3.260.090,87	41,63%
CE	CHAVAL	2303907	4.582,80	5.667,84	3.469.317,90	44,14%
PI	CARIDADE DO PIAUI	2202554	4.583,47	5.667,84	1.940.321,25	35,47%
MA	SAO VICENTE FERRER	2111706	4.583,51	5.667,84	5.148.463,63	44,52%
MA	TUNTUM	2112308	4.584,69	5.667,84	10.079.355,29	48,98%
MA	PRESIDENTE JUSCELINO	2109205	4.584,82	5.667,84	4.144.517,39	45,29%
CE	BARBALHA	2301901	4.586,53	5.667,84	14.861.130,59	50,83%
MA	SUCUPIRA DO RIACHAO	2111953	4.586,58	5.667,84	1.536.425,02	52,52%

PB	SOLEDADE	2516102	4.587,06	5.667,84	3.348.859,45	56,41%
PI	JOSE DE FREITAS	2205508	4.587,96	5.667,84	9.543.005,14	53,42%
MA	GOVERNADOR EDISON LOBAO	2104552	4.588,04	5.667,84	5.588.097,77	54,16%
PI	ARRAIAL	2201002	4.588,54	5.667,84	1.351.284,87	38,57%
CE	MAURITI	2308104	4.588,58	5.667,84	11.076.898,32	45,65%
PB	NATUBA	2509909	4.588,62	5.667,84	2.735.403,16	40,10%
BA	IGAPORA	2913408	4.588,84	5.667,84	3.322.459,20	50,36%
PA	TERRA SANTA	1507979	4.589,20	5.667,84	6.000.685,27	56,16%
PI	MATIAS OLIMPIO	2206100	4.589,36	5.667,84	3.159.908,68	50,48%
RN	DOUTOR SEVERIANO	2403202	4.589,82	5.667,84	2.043.870,85	40,15%
CE	JARDIM	2307106	4.590,06	5.667,84	7.659.629,81	47,57%
PE	VERTENTE DO LERIO	2616183	4.590,20	5.667,84	2.120.378,60	43,39%
AC	MANCIO LIMA	1200336	4.590,34	5.667,84	4.515.972,58	52,18%
MA	LAGO DOS RODRIGUES	2105948	4.590,50	5.667,84	2.600.981,62	50,19%
AM	ANORI	1300102	4.590,86	5.667,84	3.407.475,12	57,01%
CE	MOMBACA	2308500	4.590,87	5.667,84	10.009.283,75	47,00%
BA	SAUDE	2929800	4.591,74	5.667,84	2.900.733,47	46,24%
RN	PASSAGEM	2409209	4.591,74	5.667,84	1.052.110,18	40,73%
PA	REDENCAO	1506138	4.591,84	5.667,84	19.480.436,59	53,21%
CE	CRATO	2304202	4.593,74	5.667,84	25.437.389,18	49,31%
CE	INDEPENDENCIA	2305605	4.594,21	5.667,84	5.011.334,47	48,79%
CE	MARANGUAPE	2307700	4.594,41	5.667,84	20.066.671,81	52,28%
PI	CAJUEIRO DA PRAIA	2202083	4.595,71	5.667,84	2.160.777,79	49,73%
BA	TEOFILANDIA	2931509	4.595,81	5.667,84	6.806.567,60	43,24%
PE	SAO BENEDITO DO SUL	2612901	4.597,14	5.667,84	2.855.450,41	45,44%
PE	ARACOIABA	2601052	4.597,85	5.667,84	4.795.925,45	54,41%
PB	MALTA	2508802	4.598,36	5.667,84	1.341.609,59	52,27%
AM	MARAA	1302801	4.598,42	5.667,84	6.858.515,60	47,17%
RN	CANGUARETAMA	2402204	4.599,64	5.667,84	7.817.084,37	53,77%
PI	PASSAGEM FRANCA DO PIAUI	2207751	4.600,09	5.667,84	1.626.660,64	42,05%
RN	SANTO ANTONIO	2411502	4.600,59	5.667,84	3.980.272,45	45,41%
RN	FRUTUOSO GOMES	2404002	4.601,28	5.667,84	768.724,12	42,17%
PB	LAGOA SECA	2508307	4.601,71	5.667,84	5.909.226,48	51,08%
BA	IRAMAIA	2914307	4.603,29	5.667,84	3.207.448,75	56,13%
AL	IGACI	2703106	4.603,34	5.667,84	5.742.849,88	54,16%
CE	URUBURETAMA	2313807	4.603,88	5.667,84	5.853.124,00	49,42%
CE	ITAPAJE	2306306	4.605,18	5.667,84	11.136.995,47	51,18%
MA	BACABAL	2101202	4.605,62	5.667,84	23.725.581,87	50,56%
AL	BATALHA	2700706	4.605,64	5.667,84	5.826.972,52	49,37%
MA	VITORIA DO MEARIM	2112902	4.607,70	5.667,84	8.211.732,27	51,84%
AC	FEIJO	1200302	4.608,04	5.667,84	5.863.389,97	61,02%
BA	MARCIONILIO SOUZA	2920809	4.608,66	5.667,84	2.887.497,00	47,97%
BA	LAPAO	2919157	4.609,64	5.667,84	7.933.741,15	42,73%
PB	REMIGIO	2512705	4.609,71	5.667,84	4.022.526,24	53,96%
PI	OEIRAS	2207009	4.609,78	5.667,84	8.286.306,05	46,87%
MA	BARREIRINHAS	2101707	4.610,68	5.667,84	18.865.905,45	58,73%
PI	DIRCEU ARCOVERDE	2203354	4.611,13	5.667,84	2.390.286,66	48,83%
PI	COCAL	2202703	4.611,16	5.667,84	6.777.531,07	53,53%
CE	ERERE	2304277	4.611,29	5.667,84	1.664.234,02	43,40%
MA	POCAO DE PEDRAS	2108900	4.611,44	5.667,84	5.312.196,74	45,62%
MA	TIMON	2112209	4.611,70	5.667,84	38.778.382,98	54,76%
BA	IBOTIRAMA	2913200	4.611,91	5.667,84	7.004.828,85	48,35%
MA	SANTA HELENA	2109809	4.611,94	5.667,84	14.019.172,24	52,32%
BA	ANGUERA	2901502	4.615,01	5.667,84	2.367.713,62	44,01%
RN	ITAJA	2404853	4.616,81	5.667,84	1.741.347,56	51,77%
CE	MORRINHOS	2308906	4.617,07	5.667,84	5.656.490,17	42,79%
CE	PORANGA	2311009	4.617,88	5.667,84	3.267.235,11	39,52%
AL	PAO DE ACUCAR	2706406	4.618,40	5.667,84	6.745.262,21	52,92%
PA	BELTERRA	1501451	4.618,56	5.667,84	5.224.834,30	60,13%
MA	JATOBA	2105450	4.618,63	5.667,84	2.528.979,00	49,07%
MA	BURITICUPU	2102325	4.618,81	5.667,84	19.059.754,40	49,00%
BA	JAGUAQUARA	2917607	4.620,06	5.667,84	11.294.250,79	54,51%
BA	CATU	2907509	4.620,47	5.667,84	8.794.486,98	53,99%
CE	CHOROZINHO	2303956	4.620,55	5.667,84	5.669.419,08	48,24%
AM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	1303809	4.622,41	5.667,84	12.617.132,93	58,26%
BA	QUIJINGUE	2925907	4.622,41	5.667,84	7.225.071,64	44,59%
BA	BOM JESUS DA LAPA	2903904	4.623,18	5.667,84	19.575.228,03	48,87%
BA	BARROCAS	2903276	4.623,26	5.667,84	4.344.639,72	48,73%
PI	BOM JESUS	2201903	4.623,73	5.667,84	7.432.789,33	47,98%
PB	SOBRADO	2515971	4.624,26	5.667,84	2.271.359,23	51,45%
PI	CURRAL NOVO DO PIAUI	2203271	4.624,40	5.667,84	1.611.490,27	54,51%
BA	ITAQUARA	2916708	4.624,58	5.667,84	1.754.665,79	44,94%
PI	ILHA GRANDE	2204659	4.625,29	5.667,84	2.415.015,63	55,94%
MA	MARAJA DO SENA	2106359	4.625,85	5.667,84	2.779.255,30	50,49%
PI	SAO JOAO DA VARJOTA	2209955	4.626,63	5.667,84	1.144.653,91	46,26%
RR	PACARAIMA	1400456	4.627,10	5.667,84	4.815.581,91	53,16%
RN	SAO RAFAEL	2412807	4.627,44	5.667,84	1.148.243,01	48,86%
BA	CRISOPOLIS	2909604	4.628,03	5.667,84	5.296.708,75	46,54%
AC	ACRELANDIA	1200013	4.629,15	5.667,84	2.910.792,18	49,20%
TO	NATIVIDADE	1714203	4.629,47	5.667,84	1.360.011,68	48,82%
CE	BEBERIBE	2302206	4.629,63	5.667,84	12.938.011,30	49,50%
BA	ITAPITANGA	2916609	4.629,72	5.667,84	2.353.728,23	48,26%
AM	NHAMUNDA	1303007	4.629,73	5.667,84	4.681.684,47	53,21%
BA	TEOLANDIA	2931608	4.629,76	5.667,84	4.857.353,61	36,37%
CE	TRAIRI	2313500	4.630,41	5.667,84	14.892.664,42	50,16%
MA	URBANO SANTOS	2112605	4.630,97	5.667,84	12.026.941,55	49,49%
MA	MATINHA	2106508	4.631,00	5.667,84	6.790.592,07	50,04%
AM	HUMAITA	1301704	4.631,32	5.667,84	11.133.703,13	55,87%
PI	NAZARIA	2206720	4.632,62	5.667,84	2.859.327,46	50,93%
BA	MORPARA	2921609	4.632,69	5.667,84	2.056.691,89	52,82%
MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	2110658	4.632,82	5.667,84	2.212.624,32	51,94%
MA	CAROLINA	2102804	4.633,38	5.667,84	8.172.079,46	50,30%
RN	BARCELONA	2401503	4.635,30	5.667,84	1.174.771,91	41,19%
BA	ITATIM	2916856	4.635,42	5.667,84	5.140.322,86	44,37%
CE	MULUNGU	2309102	4.635,52	5.667,84	2.358.544,32	52,55%
PI	CRISTALANDIA DO PIAUI	2203008	4.635,67	5.667,84	1.813.320,45	51,88%
BA	CRUZ DAS ALMAS	2909802	4.636,27	5.667,84	10.549.914,33	50,93%
AM	SILVES	1304005	4.637,37	5.667,84	3.021.186,03	60,70%
BA	PEDRAO	2924108	4.638,14	5.667,84	1.672.336,94	51,10%
BA	CASTRO ALVES	2907301	4.638,34	5.667,84	5.828.570,19	46,72%
MA	SANTA INES	2109908	4.638,88	5.667,84	21.551.807,33	49,36%
PI	INHUMA	2204709	4.638,89	5.667,84	2.555.393,36	50,51%

PB	LOGRADOURO	2508554	4.639,35	5.667,84	1.133.811,33	50,55%
PA	SANTAREM NOVO	1506906	4.641,74	5.667,84	2.148.051,61	53,52%
CE	MARTINOPOLE	2307908	4.641,75	5.667,84	2.860.342,31	48,98%
BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	2925709	4.642,14	5.667,84	3.203.887,87	42,38%
BA	RIO REAL	2927002	4.642,80	5.667,84	8.746.364,03	50,42%
CE	GRACA	2304657	4.643,08	5.667,84	5.261.374,53	46,79%
BA	BARRA DO CHOCA	2902906	4.643,64	5.667,84	10.050.083,96	45,71%
CE	PALMACIA	2310100	4.644,39	5.667,84	2.421.434,95	42,77%
PI	PAULISTANA	2207801	4.645,11	5.667,84	5.730.139,09	50,79%
CE	PENTECOSTE	2310704	4.645,83	5.667,84	8.986.926,61	45,37%
BA	PIRAI DO NORTE	2924678	4.646,66	5.667,84	2.258.707,96	47,66%
MA	CODO	2103307	4.647,10	5.667,84	30.882.491,22	53,32%
AL	COITE DO NOIA	2702009	4.648,09	5.667,84	2.940.927,49	54,46%
PA	ANAPU	1500859	4.649,03	5.667,84	9.747.995,93	59,14%
PA	ABAETETUBA	1500107	4.649,05	5.667,84	27.537.781,89	54,71%
RN	LAGOA DE VELHOS	2406403	4.649,68	5.667,84	750.641,42	36,57%
AL	MONTEIROPOLIS	2705408	4.651,08	5.667,84	2.247.494,63	53,24%
MA	SITIO NOVO	2111805	4.651,59	5.667,84	5.616.413,21	46,35%
BA	RIBEIRAO DO LARGO	2926657	4.651,81	5.667,84	2.939.191,12	43,08%
BA	SAO GABRIEL	2929255	4.652,24	5.667,84	4.300.679,09	52,16%
PI	RIO GRANDE DO PIAUI	2209005	4.652,93	5.667,84	1.260.269,15	42,69%
PI	BERTOLINIA	2201705	4.653,95	5.667,84	1.341.782,19	52,49%
AL	ESTRELA DE ALAGOAS	2702553	4.654,52	5.667,84	4.365.790,88	39,41%
CE	HORIZONTE	2305233	4.654,64	5.667,84	16.278.695,17	51,94%
PI	ALVORADA DO GURGUEIA	2200459	4.655,28	5.667,84	1.686.326,87	48,11%
PI	OLHO DAGUA DO PIAUI	2207108	4.655,95	5.667,84	864.969,60	28,29%
BA	BANZAE	2902658	4.655,96	5.667,84	3.448.393,71	38,07%
PA	NOVO PROGRESSO	1505031	4.656,21	5.667,84	9.067.200,13	49,31%
MA	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	2104107	4.656,52	5.667,84	3.757.669,87	48,60%
BA	CURACA	2909901	4.656,59	5.667,84	9.573.403,16	50,58%
BA	SANTA LUZIA	2928059	4.656,63	5.667,84	3.092.494,75	47,21%
PA	SAO GERALDO DO ARAGUAIA	1507458	4.656,77	5.667,84	7.050.215,66	50,00%
PE	LAGOA DO CARRO	2608453	4.657,35	5.667,84	3.252.470,88	47,96%
PB	CUBATI	2505006	4.657,65	5.667,84	1.820.929,94	47,93%
AL	OLHO DAGUA DO CASADO	2705804	4.657,85	5.667,84	2.319.950,83	61,61%
RN	GROSSOS	2404408	4.658,08	5.667,84	1.683.220,26	49,71%
PB	ALAGOA GRANDE	2500304	4.658,41	5.667,84	5.186.253,40	53,12%
BA	SAO DOMINGOS	2928950	4.659,30	5.667,84	1.684.865,20	47,18%
PE	BARREIROS	2601409	4.659,60	5.667,84	8.212.743,69	57,61%
PI	BOQUEIRAO DO PIAUI	2201945	4.661,14	5.667,84	1.822.730,19	51,48%
MA	MONCAO	2106904	4.661,38	5.667,84	10.489.218,88	48,71%
PI	SAO PEDRO DO PIAUI	2210508	4.661,74	5.667,84	3.628.793,61	47,94%
BA	IBICOARA	2912202	4.661,80	5.667,84	5.264.305,66	48,45%
PA	SAO DOMINGOS DO CAPIM	1507201	4.662,06	5.667,84	10.552.867,12	52,08%
PI	CARAUBAS DO PIAUI	2202539	4.662,08	5.667,84	1.577.239,81	48,75%
RN	SAO TOME	2412906	4.662,19	5.667,84	3.215.984,21	45,39%
PI	BETANIA DO PIAUI	2201739	4.663,18	5.667,84	2.036.043,14	44,69%
AL	OURO BRANCO	2706109	4.663,30	5.667,84	3.652.165,03	47,76%
BA	ITUACU	2917201	4.663,60	5.667,84	4.554.685,36	47,21%
MA	CEDRAL	2103109	4.663,87	5.667,84	2.535.695,37	50,15%
BA	FLORESTA AZUL	2911006	4.665,46	5.667,84	2.101.693,84	48,46%
PI	BENEDITINOS	2201606	4.665,49	5.667,84	2.975.443,13	42,54%
MA	PACO DO LUMIAR	2107506	4.665,83	5.667,84	28.206.285,33	48,66%
BA	OLINDINA	2923100	4.666,10	5.667,84	5.682.606,18	57,85%
RN	MAJOR SALES	2407252	4.666,28	5.667,84	1.191.710,92	30,59%
PA	MOCAJUBA	1504604	4.667,11	5.667,84	9.919.666,38	50,31%
PB	SANTANA DOS GARROTES	2513604	4.667,15	5.667,84	1.638.588,13	44,48%
PA	AURORA DO PARA	1500958	4.667,85	5.667,84	7.063.670,49	55,82%
PA	BONITO	1501600	4.668,35	5.667,84	2.372.853,73	58,82%
PI	CORONEL JOSE DIAS	2202851	4.669,01	5.667,84	1.018.456,27	45,05%
AL	SENADOR RUI PALMEIRA	2708956	4.669,39	5.667,84	4.174.889,66	49,16%
PI	LUIS CORREIA	2205706	4.670,32	5.667,84	7.209.508,98	54,11%
CE	LAVRAS DA MANGABEIRA	2307502	4.670,66	5.667,84	5.541.441,45	47,41%
PB	APARECIDA	2500775	4.671,28	5.667,84	1.479.350,00	51,52%
RN	CARNAUBA DOS DANTAS	2402402	4.671,41	5.667,84	1.305.825,49	47,34%
PA	XINGUARA	1508407	4.672,74	5.667,84	11.785.382,82	51,27%
CE	JATI	2307205	4.673,50	5.667,84	2.240.794,76	41,95%
PA	CURUA	1502855	4.674,66	5.667,84	4.411.156,51	53,73%
PI	MONSENHOR GIL	2206407	4.674,74	5.667,84	2.461.454,91	50,05%
MA	AXIXA	2101103	4.675,34	5.667,84	3.236.565,31	50,82%
PA	SAO JOAO DE PIRABAS	1507474	4.675,60	5.667,84	5.617.688,68	60,08%
PE	IGUARACY	2606903	4.675,96	5.667,84	2.419.404,55	55,52%
AL	CAJUEIRO	2701308	4.676,05	5.667,84	5.925.424,03	43,48%
RJ	SAO FIDELIS	3304805	4.676,42	5.667,84	6.245.938,07	47,09%
AM	ITAPIRANGA	1302009	4.676,79	5.667,84	2.192.409,41	55,03%
BA	INHAMBUPE	2913705	4.678,02	5.667,84	8.736.615,74	49,33%
MA	BACABEIRA	2101251	4.679,08	5.667,84	5.102.336,63	47,71%
PA	ITAITUBA	1503606	4.679,97	5.667,84	31.888.116,12	51,89%
BA	PALMAS DE MONTE ALTO	2923407	4.680,08	5.667,84	5.220.145,07	54,30%
PB	SAO BENTINHO	2513927	4.680,44	5.667,84	1.082.782,53	40,72%
BA	VARZEA DA ROCA	2933059	4.680,89	5.667,84	2.911.891,61	46,09%
ES	MIMOSO DO SUL	3203403	4.681,06	5.667,84	3.343.557,81	51,14%
PI	SAO LOURENCO DO PIAUI	2210359	4.681,20	5.667,84	1.355.788,24	45,97%
RN	MONTE ALEGRE	2407807	4.681,70	5.667,84	5.984.659,91	47,91%
RN	JAPI	2405405	4.681,99	5.667,84	1.100.163,17	50,78%
PE	GAMELEIRA	2605905	4.682,68	5.667,84	3.969.209,93	53,45%
PE	SAO JOSE DA COROA GRANDE	2613404	4.683,08	5.667,84	4.282.488,36	53,76%
PI	BARRA DALCANTARA	2201176	4.683,27	5.667,84	979.550,15	44,73%
CE	LIMOEIRO DO NORTE	2307601	4.683,86	5.667,84	10.045.201,23	47,98%
RN	SAO JOSE DE MIPIBU	2412203	4.684,32	5.667,84	9.311.594,49	52,43%
CE	IBICUITINGA	2305332	4.684,93	5.667,84	3.799.013,97	40,76%
PI	PIMENTEIRAS	2208106	4.684,97	5.667,84	2.193.959,81	45,07%
BA	CARINHANHA	2907103	4.685,98	5.667,84	7.065.599,56	57,13%
BA	DOM BASILIO	2910107	4.686,12	5.667,84	2.690.950,83	42,39%
CE	OROS	2309508	4.687,44	5.667,84	4.770.010,06	43,16%
PR	RIBEIRAO DO PINHAL	4121901	4.687,61	5.667,84	2.144.845,24	43,76%
AL	ANADIA	2700201	4.688,16	5.667,84	3.667.931,60	51,67%
CE	CARIRE	2303105	4.688,60	5.667,84	4.182.610,55	47,53%
PB	LUCENA	2508604	4.689,26	5.667,84	3.476.869,97	53,69%
RN	IPANGUACU	2404705	4.690,07	5.667,84	2.796.381,75	47,55%
PB	CATINGUEIRA	2504207	4.690,18	5.667,84	1.110.038,97	52,82%

PE	IPUBI	2607307	4.690,96	5.667,84	6.899.974,26	54,45%
PI	MASSAPE DO PIAUI	2206050	4.691,91	5.667,84	1.555.584,85	38,61%
PE	CANHOTINHO	2603702	4.692,10	5.667,84	5.009.842,15	53,51%
MA	SUCUPIRA DO NORTE	2111904	4.692,28	5.667,84	2.896.827,35	51,35%
PA	OBIDOS	1505106	4.693,14	5.667,84	14.433.491,35	60,95%
BA	AURELINO LEAL	2902401	4.693,59	5.667,84	3.553.959,26	50,07%
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	2806305	4.694,32	5.667,84	4.840.614,73	34,91%
PA	GARRAFAO DO NORTE	1503077	4.696,99	5.667,84	8.016.368,41	56,33%
MA	BREJO	2102101	4.697,15	5.667,84	10.778.971,58	47,25%
CE	GROAIRAS	2304905	4.697,55	5.667,84	2.559.676,11	45,81%
PI	SAO BRAZ DO PIAUI	2209559	4.697,76	5.667,84	1.062.682,00	47,64%
CE	CAPISTRANO	2302909	4.699,11	5.667,84	3.921.497,59	48,27%
MA	PEDREIRAS	2108207	4.699,33	5.667,84	7.466.120,92	49,72%
PE	ARARIPINA	2601102	4.701,29	5.667,84	14.216.914,72	56,08%
PB	FAGUNDES	2506103	4.701,58	5.667,84	2.143.707,78	55,96%
RJ	MAGE	3302502	4.702,29	5.667,84	47.784.357,73	50,74%
PE	PEDRA	2610806	4.702,39	5.667,84	3.889.269,75	53,33%
AM	CANUTAMA	1300904	4.703,67	5.667,84	2.808.694,60	59,90%
RN	AFONSO BEZERRA	2400307	4.704,06	5.667,84	1.890.118,71	49,75%
MA	COLINAS	2103505	4.704,22	5.667,84	10.353.183,33	46,25%
BA	WAGNER	2933406	4.704,98	5.667,84	1.836.906,82	52,85%
BA	LICINIO DE ALMEIDA	2919405	4.706,14	5.667,84	2.442.778,80	47,06%
RN	JANUARIO CICCO	2405306	4.706,67	5.667,84	1.894.181,44	50,99%
MA	ALCANTARA	2100204	4.706,85	5.667,84	4.840.284,39	53,76%
PA	TAILANDIA	1507953	4.709,04	5.667,84	20.075.687,55	53,80%
BA	CHORROCHO	2907707	4.709,07	5.667,84	3.138.691,78	41,70%
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	2612471	4.709,48	5.667,84	2.257.846,66	51,68%
RN	NOVA CRUZ	2408300	4.709,73	5.667,84	5.833.604,28	46,72%
BA	OUROLANDIA	2923357	4.709,78	5.667,84	4.849.897,06	50,49%
AL	MESSIAS	2705200	4.709,91	5.667,84	4.132.333,07	46,94%
PI	DOM EXPEDITO LOPES	2203404	4.709,94	5.667,84	1.303.990,66	50,72%
PI	AVELINO LOPES	2201101	4.710,22	5.667,84	2.393.586,22	54,05%
CE	POTIRETAMA	2311231	4.710,35	5.667,84	1.768.591,45	47,88%
CE	FARIAS BRITO	2304301	4.710,84	5.667,84	4.130.801,33	47,29%
AL	DOIS RIACHOS	2702504	4.711,44	5.667,84	3.745.052,32	49,12%
CE	RERIUTABA	2311702	4.711,66	5.667,84	3.748.362,74	50,47%
PB	PICUI	2511400	4.712,30	5.667,84	4.084.429,21	50,46%
BA	BARRA DO MENDES	2903003	4.713,97	5.667,84	2.882.423,65	51,34%
PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	1503044	4.715,36	5.667,84	5.113.887,93	54,13%
MA	BACURITUBA	2101350	4.717,78	5.667,84	1.551.777,88	50,23%
BA	ARACI	2902104	4.719,12	5.667,84	12.735.195,60	44,53%
BA	UBATA	2932309	4.719,22	5.667,84	3.981.670,25	45,62%
CE	MORAUJO	2308807	4.720,75	5.667,84	2.060.641,57	48,57%
BA	MIGUEL CALMON	2921203	4.722,76	5.667,84	5.140.322,12	49,88%
PI	SAO MIGUEL DO TAPUIO	2210409	4.722,85	5.667,84	3.839.995,93	50,40%
PE	RIACHO DAS ALMAS	2611705	4.723,15	5.667,84	4.149.268,53	53,23%
PI	ITAINOPOLIS	2205003	4.724,91	5.667,84	1.989.974,32	50,41%
PB	RIACHO DE SANTO ANTONIO	2512788	4.725,22	5.667,84	631.229,05	43,71%
AL	DELMIRO GOUVEIA	2702405	4.725,59	5.667,84	11.030.586,28	55,27%
PA	ALTAMIRA	1500602	4.727,19	5.667,84	29.137.306,83	54,30%
BA	RIBEIRA DO AMPARO	2926509	4.727,28	5.667,84	3.612.564,21	47,51%
BA	RIACHAO DO JACUIPE	2926301	4.727,75	5.667,84	4.836.641,27	54,56%
TO	PARANA	1716208	4.728,37	5.667,84	1.880.595,43	55,95%
PB	DONA INES	2505709	4.729,67	5.667,84	2.444.123,81	46,53%
CE	JUCAS	2307403	4.730,66	5.667,84	5.454.854,40	53,40%
PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	2209872	4.731,04	5.667,84	1.389.413,25	45,53%
MG	DATAS	3121001	4.731,07	5.667,84	1.044.168,51	41,67%
BA	PRESIDENTE DUTRA	2925600	4.731,29	5.667,84	2.917.674,67	45,51%
PA	SANTAREM	1506807	4.731,71	5.667,84	69.585.241,52	55,75%
CE	HIDROLANDIA	2305209	4.732,20	5.667,84	3.679.181,35	48,58%
MA	AMARANTE DO MARANHAO	2100600	4.732,36	5.667,84	9.083.606,85	52,43%
RN	LAGOA DE PEDRAS	2406304	4.734,55	5.667,84	1.563.261,49	50,95%
BA	NORDESTINA	2922656	4.734,96	5.667,84	3.242.976,57	45,06%
PA	NOVO REPARTIMENTO	1505064	4.735,11	5.667,84	17.767.860,17	56,70%
MA	CAMPESTRE DO MARANHAO	2102556	4.735,92	5.667,84	3.106.738,77	45,90%
RN	GOIANINHA	2404200	4.737,64	5.667,84	7.698.815,21	43,85%
PA	DOM ELISEU	1502939	4.738,43	5.667,84	10.194.406,95	48,40%
AM	IRANDUBA	1301852	4.739,80	5.667,84	13.387.424,85	58,21%
PB	AGUA BRANCA	2500106	4.740,56	5.667,84	2.400.680,14	43,91%
RN	SANTA CRUZ	2411205	4.741,04	5.667,84	4.694.939,93	50,21%
MA	ITAPECURU MIRIM	2105401	4.741,05	5.667,84	16.266.958,35	53,21%
PI	JOCA MARQUES	2205458	4.741,45	5.667,84	1.587.560,93	41,97%
BA	SERROLANDIA	2930600	4.741,54	5.667,84	2.929.193,35	43,66%
PA	BOM JESUS DO TOCANTINS	1501576	4.741,95	5.667,84	3.187.164,98	54,63%
PI	NAZARE DO PIAUI	2206704	4.742,20	5.667,84	1.531.655,53	46,11%
CE	NOVA OLINDA	2309201	4.744,02	5.667,84	3.207.685,05	52,04%
MA	PORTO FRANCO	2109007	4.744,96	5.667,84	7.318.704,99	38,36%
PE	TABIRA	2614600	4.747,60	5.667,84	4.743.875,55	51,83%
PE	ALIANCA	2600708	4.747,72	5.667,84	6.160.291,13	52,09%
RS	ERVAL SECO	4307302	4.749,46	5.667,84	1.165.066,54	48,86%
PB	SAO JOSE DE ESPINHARAS	2514404	4.750,37	5.667,84	763.884,60	48,37%
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	2804508	4.750,39	5.667,84	7.002.844,50	54,92%
PE	SANHARO	2612406	4.750,43	5.667,84	3.561.980,72	51,22%
PI	SAO JOSE DO DIVINO	2210052	4.750,64	5.667,84	1.159.342,43	47,72%
SE	RIACHUELO	2805901	4.751,36	5.667,84	2.231.591,78	49,93%
PI	JOAQUIM PIRES	2205409	4.751,73	5.667,84	3.075.251,25	52,16%
PA	SAO FRANCISCO DO PARA	1507409	4.752,59	5.667,84	3.272.761,22	59,29%
BA	ANTONIO CARDOSO	2901700	4.752,63	5.667,84	2.824.115,34	52,89%
CE	PACATUBA	2309706	4.753,77	5.667,84	12.558.162,41	50,73%
PB	CONCEICAO	2504405	4.754,10	5.667,84	2.927.993,05	53,90%
AL	VICOSA	2709400	4.755,43	5.667,84	5.408.831,16	49,14%
MA	PAULINO NEVES	2108058	4.755,70	5.667,84	5.923.156,41	46,89%
BA	ITAMBE	2915809	4.756,76	5.667,84	5.880.293,52	50,26%
PA	TRACUATEUA	1508035	4.757,00	5.667,84	7.221.182,90	59,54%
RN	JOSE DA PENHA	2406007	4.757,17	5.667,84	1.033.794,32	53,55%
PB	JOCA CLAUDINO	2513653	4.757,62	5.667,84	1.074.558,34	27,89%
PE	TORITAMA	2615409	4.758,86	5.667,84	7.669.516,07	55,76%
PA	CAPANEMA	1502202	4.759,29	5.667,84	8.589.223,30	54,10%
BA	RODELAS	2927101	4.760,31	5.667,84	2.372.739,52	51,63%
BA	CORDEIROS	2909000	4.760,82	5.667,84	1.519.527,67	32,60%

PI	VARZEA GRANDE	2211407	4.761,08	5.667,84	799.263,22	49,04%
BA	SITIO DO MATO	2930758	4.762,75	5.667,84	3.035.904,88	56,03%
RN	PUREZA	2410405	4.763,40	5.667,84	2.099.896,80	53,15%
CE	MARACANAU	2307650	4.764,46	5.667,84	43.750.737,42	48,90%
MA	ICATU	2105104	4.764,78	5.667,84	6.711.419,18	53,55%
PI	CURRAIS	2203230	4.765,35	5.667,84	1.470.791,23	43,44%
PA	ANANINDEUA	1500800	4.765,37	5.667,84	42.089.175,96	56,82%
PB	ARARA	2500908	4.765,56	5.667,84	2.041.375,35	51,18%
BA	NOVA VICOSA	2923001	4.765,58	5.667,84	8.812.758,91	51,92%
AC	BRASILEIA	1200104	4.766,10	5.667,84	3.655.863,41	55,51%
PB	SAO JOSE DE CAIANA	2514305	4.766,29	5.667,84	1.095.389,07	45,20%
BA	ITIUBA	2917003	4.768,18	5.667,84	9.618.962,72	44,85%
BA	URUCUCA	2932705	4.768,58	5.667,84	4.861.584,20	52,52%
RN	CARAUBAS	2402303	4.768,96	5.667,84	3.200.788,38	47,03%
BA	BARRO ALTO	2903235	4.768,98	5.667,84	2.685.183,17	50,54%
BA	AGUA FRIA	2900405	4.769,15	5.667,84	3.454.402,00	48,83%
AL	IBATEGUARA	2703007	4.769,23	5.667,84	3.263.209,56	54,60%
RJ	BELFORD ROXO	3300456	4.769,27	5.667,84	45.597.422,11	55,67%
PI	VILA NOVA DO PIAUI	2211605	4.769,30	5.667,84	715.957,71	28,11%
BA	PIRITIBA	2924801	4.769,74	5.667,84	3.514.410,50	50,04%
PB	ITAPORANGA	2507002	4.770,18	5.667,84	2.200.443,21	55,06%
CE	JUAZEIRO DO NORTE	2307304	4.771,34	5.667,84	37.901.245,78	49,61%
PA	PAU DARCO	1505551	4.771,37	5.667,84	1.964.256,28	54,17%
PB	JUAZEIRINHO	2507705	4.773,60	5.667,84	3.514.965,08	57,31%
CE	MISSAO VELHA	2308401	4.775,05	5.667,84	7.184.563,38	50,73%
CE	TURURU	2313559	4.776,05	5.667,84	3.654.515,46	54,59%
PI	PEDRO II	2207900	4.777,27	5.667,84	7.334.782,84	51,35%
BA	VARZEDO	2933174	4.778,61	5.667,84	1.722.080,54	50,40%
PI	MILTON BRANDAO	2206357	4.779,05	5.667,84	1.417.219,64	55,77%
PB	CONDE	2504603	4.779,34	5.667,84	6.924.205,91	54,19%
BA	GLORIA	2911402	4.779,66	5.667,84	3.273.662,07	52,64%
PI	LAGOA DE SAO FRANCISCO	2205573	4.779,91	5.667,84	1.937.242,98	44,92%
RN	SAO JOAO DO SABUGI	2412104	4.780,04	5.667,84	813.934,23	41,29%
PE	CALUMBI	2603405	4.780,50	5.667,84	1.292.059,52	53,85%
BA	JAGUARIPE	2917805	4.780,58	5.667,84	4.629.596,62	45,03%
PB	BELEM	2501906	4.780,58	5.667,84	2.311.323,19	54,02%
BA	CORONEL JOAO SA	2909208	4.782,47	5.667,84	6.388.304,96	47,94%
RN	MONTE DAS GAMELEIRAS	2407906	4.782,54	5.667,84	782.077,18	34,21%
PB	SANTA HELENA	2513307	4.783,65	5.667,84	1.293.402,24	46,05%
BA	SANTA CRUZ DA VITORIA	2927804	4.784,42	5.667,84	1.288.958,59	35,52%
PB	LIVRAMENTO	2508505	4.784,64	5.667,84	1.560.126,55	54,97%
PI	GEMINIANO	2204352	4.785,73	5.667,84	988.669,06	56,76%
BA	SEABRA	2929909	4.785,85	5.667,84	8.417.055,86	54,63%
BA	JUSSARA	2918506	4.785,86	5.667,84	3.139.866,41	54,99%
PE	SAO JOAO	2613206	4.786,26	5.667,84	4.803.662,21	52,20%
MA	SAO MATEUS DO MARANHAO	2111508	4.786,31	5.667,84	9.197.031,20	53,24%
AL	SAO LUIS DO QUITUNDE	2708501	4.787,46	5.667,84	7.375.214,12	53,37%
BA	RIACHO DE SANTANA	2926400	4.788,35	5.667,84	5.644.304,10	53,85%
PB	JURU	2508000	4.789,11	5.667,84	1.777.454,48	53,21%
PE	BREJAO	2602407	4.790,58	5.667,84	2.335.456,21	53,76%
MA	NINA RODRIGUES	2107209	4.790,72	5.667,84	4.055.574,70	44,95%
PI	COLONIA DO GURGUEIA	2202752	4.790,91	5.667,84	1.418.132,29	44,56%
PI	FRONTEIRAS	2204303	4.790,94	5.667,84	1.689.799,81	48,93%
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	2706307	4.791,44	5.667,84	13.314.062,26	48,91%
PA	NOVA TIMBOTEUA	1505007	4.792,39	5.667,84	2.637.643,30	51,84%
PI	JARDIM DO MULATO	2205250	4.794,80	5.667,84	820.882,32	53,94%
MA	RIACHAO	2109502	4.795,24	5.667,84	4.785.858,95	54,37%
RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	2414159	4.795,28	5.667,84	1.365.297,36	45,51%
BA	PALMEIRAS	2923506	4.796,25	5.667,84	1.979.683,49	53,17%
PB	ALHANDRA	2500601	4.796,99	5.667,84	3.612.932,48	55,69%
CE	PARAMBU	2310308	4.797,00	5.667,84	5.983.280,63	49,40%
CE	CHORO	2303931	4.797,50	5.667,84	2.710.713,03	46,98%
PI	PALMEIRA DO PIAUI	2207405	4.797,57	5.667,84	994.500,83	55,54%
TO	SAO MIGUEL DO TOCANTINS	1720200	4.797,94	5.667,84	2.705.107,10	44,90%
MA	LAGOA DO MATO	2105922	4.798,21	5.667,84	2.499.770,10	43,43%
RN	LUIS GOMES	2407005	4.800,17	5.667,84	1.660.895,91	48,41%
BA	RIO DE CONTAS	2926707	4.802,31	5.667,84	2.012.018,47	49,02%
BA	BARRA	2902708	4.804,36	5.667,84	12.440.305,60	53,83%
BA	ITAMARAJU	2915601	4.804,37	5.667,84	11.336.077,56	54,95%
CE	MILHA	2308351	4.804,61	5.667,84	2.516.482,40	36,07%
PB	AREIAL	2501203	4.805,10	5.667,84	1.616.170,75	57,14%
MA	NOVA COLINAS	2107258	4.805,23	5.667,84	1.246.175,54	49,11%
AM	ANAMA	1300086	4.807,06	5.667,84	2.108.923,74	58,55%
PI	SAO JOAO DO PIAUI	2210003	4.807,65	5.667,84	3.860.403,51	46,52%
MA	CIDELANDIA	2103257	4.808,23	5.667,84	3.221.938,90	49,89%
PI	CAMPO LARGO DO PIAUI	2202174	4.809,64	5.667,84	2.351.211,87	45,12%
PE	IGARASSU	2606804	4.810,53	5.667,84	14.108.303,24	58,34%
AM	BORBA	1300805	4.810,87	5.667,84	7.351.833,65	53,97%
PA	SALINOPOLIS	1506203	4.810,91	5.667,84	6.497.669,63	56,92%
CE	IPAPORANGA	2305654	4.811,78	5.667,84	2.321.897,91	44,55%
PE	BODOCO	2602001	4.811,88	5.667,84	5.677.137,84	56,23%
BA	BOTUPORA	2904209	4.811,99	5.667,84	2.271.093,02	42,99%
MA	ARAGUANA	2100873	4.812,30	5.667,84	4.113.517,41	47,75%
CE	QUIXADA	2311306	4.812,35	5.667,84	12.951.341,20	50,01%
BA	REMANSO	2926004	4.812,40	5.667,84	8.083.088,43	49,80%
RN	JANDUIS	2405207	4.813,02	5.667,84	809.043,39	40,80%
RN	CEARA MIRIM	2402600	4.813,47	5.667,84	11.670.772,48	54,95%
PI	SANTA LUZ	2209302	4.813,77	5.667,84	1.077.194,46	53,12%
BA	TANQUE NOVO	2931053	4.814,09	5.667,84	3.408.754,05	50,96%
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	2602605	4.814,14	5.667,84	8.468.798,89	52,24%
CE	ACARAPE	2300150	4.814,52	5.667,84	2.950.550,80	48,87%
PR	RONDON	4122602	4.814,97	5.667,84	1.119.309,07	47,70%
PR	FLORESTA	4107900	4.815,31	5.667,84	1.523.816,85	41,97%
BA	PEDRO ALEXANDRE	2924207	4.816,14	5.667,84	3.411.507,35	45,63%
AL	PIRANHAS	2707107	4.817,25	5.667,84	5.083.821,90	53,82%
BA	QUEIMADAS	2925808	4.817,25	5.667,84	4.862.693,31	50,18%
CE	GUAIUBA	2304954	4.817,38	5.667,84	4.790.856,13	48,82%
RN	CORONEL JOAO PESSOA	2402907	4.817,48	5.667,84	1.001.297,25	44,25%
PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	2603926	4.818,01	5.667,84	1.746.582,58	44,55%
CE	VARZEA ALEGRE	2314003	4.818,10	5.667,84	6.463.270,41	50,15%
RN	RIACHUELO	2410900	4.818,99	5.667,84	1.412.916,40	47,20%

RN	JARDIM DE PIRANHAS	2405603	4.819,06	5.667,84	2.187.916,83	48,51%
PB	PILOES	2511608	4.819,17	5.667,84	1.494.473,42	54,64%
RN	VILA FLOR	2415008	4.819,18	5.667,84	671.248,23	52,10%
PI	NOVO SANTO ANTONIO	2206951	4.819,44	5.667,84	700.735,14	42,82%
PB	PEDRA BRANCA	2511004	4.819,73	5.667,84	758.634,55	49,04%
PB	PILOEZINHOS	2511707	4.820,30	5.667,84	1.056.290,81	50,14%
RN	SAO MIGUEL	2412500	4.820,33	5.667,84	4.284.970,23	46,03%
PE	CAETES	2603207	4.821,43	5.667,84	4.975.947,09	60,46%
MA	ANAJATUBA	2100709	4.821,71	5.667,84	5.202.375,39	53,03%
AL	PIACABUCU	2706802	4.822,19	5.667,84	3.271.961,09	54,26%
PI	JUREMA	2205532	4.822,21	5.667,84	1.230.980,56	37,38%
RN	EQUADOR	2403400	4.822,70	5.667,84	1.074.351,02	38,07%
AL	PORTO REAL DO COLEGIO	2707503	4.823,09	5.667,84	3.394.035,28	52,53%
PI	JAICOS	2205201	4.823,38	5.667,84	2.985.730,14	54,53%
BA	CAMPO FORMOSO	2906006	4.823,52	5.667,84	14.142.007,56	50,17%
BA	BELO CAMPO	2903508	4.824,07	5.667,84	3.569.003,78	51,56%
MG	LONTRA	3138658	4.824,93	5.667,84	1.450.145,97	43,38%
PI	CAXINGO	2202653	4.826,94	5.667,84	1.375.249,62	49,14%
MG	UBAPORANGA	3170057	4.827,75	5.667,84	1.342.473,87	42,50%
PB	GURJAO	2506509	4.828,37	5.667,84	740.916,11	36,42%
AL	PASSO DE CAMARAGIBE	2706505	4.828,47	5.667,84	3.360.195,63	49,05%
PE	JATAUBA	2608008	4.829,76	5.667,84	3.419.790,23	50,37%
PB	VIEIROPOLIS	2517209	4.829,76	5.667,84	850.824,81	30,61%
CE	IBARETAMA	2305266	4.829,84	5.667,84	2.537.647,89	50,90%
CE	SOBRAL	2312908	4.830,63	5.667,84	35.731.135,47	47,89%
BA	RUY BARBOSA	2927200	4.830,76	5.667,84	5.015.495,00	53,53%
MA	MATOES	2106607	4.830,82	5.667,84	9.733.274,87	49,49%
PE	SOLIDAO	2614402	4.830,97	5.667,84	1.238.941,24	50,74%
AL	MINADOR DO NEGRAO	2705309	4.832,39	5.667,84	1.637.770,16	31,01%
BA	ARACAS	2902054	4.832,95	5.667,84	2.834.156,93	46,73%
BA	PRADO	2925501	4.833,18	5.667,84	6.586.497,09	49,02%
CE	ALCANTARAS	2300507	4.833,50	5.667,84	2.280.392,67	45,45%
MA	CAJARI	2102507	4.835,55	5.667,84	4.824.995,31	53,48%
BA	SAO MIGUEL DAS MATAS	2929404	4.836,62	5.667,84	1.815.262,39	43,82%
RN	PARELHAS	2408904	4.837,50	5.667,84	2.178.433,63	47,79%
BA	LAJE	2918803	4.837,60	5.667,84	4.645.476,67	45,28%
CE	BARROQUINHA	2302057	4.837,64	5.667,84	3.383.197,58	44,22%
PA	ORIXIMINA	1505304	4.838,43	5.667,84	17.633.995,02	57,32%
MA	SAO BENTO	2110500	4.838,43	5.667,84	9.769.764,15	47,32%
MA	DOM PEDRO	2103802	4.839,87	5.667,84	4.073.919,88	53,34%
BA	IBICARAI	2912103	4.841,55	5.667,84	3.051.425,78	53,10%
PB	CONDADO	2504504	4.841,91	5.667,84	1.018.248,71	55,90%
MG	ERVALIA	3124005	4.842,88	5.667,84	1.942.581,47	49,20%
RN	BARAUNA	2401453	4.843,54	5.667,84	4.307.857,31	51,33%
TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	1720309	4.843,87	5.667,84	807.657,67	43,00%
BA	MORTUGABA	2921807	4.844,26	5.667,84	1.994.358,63	44,98%
RN	OURO BRANCO	2408508	4.845,24	5.667,84	639.406,11	54,87%
PR	SARANDI	4126256	4.845,54	5.667,84	11.879.055,41	47,20%
PA	OUREM	1505403	4.845,85	5.667,84	2.726.056,40	50,46%
CE	BELA CRUZ	2302305	4.846,24	5.667,84	4.766.791,08	47,46%

BA	COTEGIPE	2909406	4.846,27	5.667,84	2.831.956,13	52,60%
AL	FELIZ DESERTO	2702702	4.846,73	5.667,84	1.086.906,03	41,92%
CE	SANTANA DO ACARAU	2312007	4.847,23	5.667,84	5.301.527,45	53,75%
BA	MATINA	2921054	4.848,21	5.667,84	2.217.955,03	49,09%
PA	CASTANHAL	1502400	4.848,82	5.667,84	23.886.469,39	58,08%
PE	JUCATI	2608255	4.849,23	5.667,84	2.520.143,76	54,61%
MA	ALTAMIRA DO MARANHAO	2100402	4.849,29	5.667,84	2.125.362,43	49,77%
BA	CANAVIEIRAS	2906303	4.849,67	5.667,84	5.899.083,19	56,00%
PI	SIMOES	2210706	4.849,72	5.667,84	3.546.365,95	48,52%
RN	SERRA DE SAO BENTO	2413300	4.850,11	5.667,84	760.777,89	45,80%
BA	TANHACU	2931004	4.850,12	5.667,84	3.579.536,20	52,09%
AL	COQUEIRO SECO	2702207	4.850,22	5.667,84	1.343.643,75	48,01%
MA	PINHEIRO	2108603	4.851,14	5.667,84	16.206.993,83	48,66%
RN	LAGOA NOVA	2406502	4.851,71	5.667,84	2.899.264,74	50,70%
PB	CASSERENGUE	2504157	4.852,45	5.667,84	1.425.549,29	42,98%
AC	EPITACIOLANDIA	1200252	4.852,65	5.667,84	2.547.032,68	53,22%
RN	ACARI	2400109	4.854,68	5.667,84	1.406.682,73	50,30%
AM	IPIXUNA	1301803	4.855,31	5.667,84	2.638.348,56	61,44%
PI	PARNAGUA	2207603	4.855,99	5.667,84	1.901.811,12	53,26%
AM	BOCA DO ACRE	1300706	4.856,16	5.667,84	4.822.546,12	61,31%
PI	MANOEL EMIDIO	2205904	4.857,37	5.667,84	1.048.019,30	44,85%
SE	ILHA DAS FLORES	2802700	4.857,81	5.667,84	2.308.179,11	50,27%
PE	ANGELIM	2601003	4.857,86	5.667,84	1.910.352,91	58,97%
CE	MORADA NOVA	2308708	4.858,12	5.667,84	10.095.567,62	47,00%
PE	MACHADOS	2609105	4.858,17	5.667,84	1.885.128,69	54,03%
PA	MOJU	1504703	4.858,94	5.667,84	19.671.455,86	56,51%
BA	ITAJUIPE	2915502	4.859,67	5.667,84	3.472.336,08	53,48%
MA	LORETO	2106102	4.860,41	5.667,84	2.403.173,67	50,05%
BA	SAO FELIX	2929008	4.860,51	5.667,84	1.870.748,33	46,62%
BA	CAETITE	2905206	4.861,10	5.667,84	7.585.643,76	54,26%
PB	ALAGOINHA	2500502	4.862,19	5.667,84	2.321.299,40	52,95%
PB	SAO JOAO DO TIGRE	2514107	4.862,90	5.667,84	944.717,95	42,99%
BA	BRUMADO	2904605	4.863,07	5.667,84	10.510.364,06	51,53%
PB	BOA VISTA	2502151	4.864,59	5.667,84	1.465.009,94	49,60%
AM	BARCELOS	1300409	4.864,80	5.667,84	3.023.739,47	53,92%
PE	SIRINHAEM	2614204	4.864,85	5.667,84	5.689.550,49	54,73%
MG	SAO JOAO NEPOMUCENO	3162906	4.865,01	5.667,84	3.343.632,50	43,15%
MG	CORACAO DE JESUS	3118809	4.865,48	5.667,84	1.894.572,21	50,63%
PE	ITAMBE	2607653	4.866,61	5.667,84	4.804.751,01	50,10%

BA	BARRA DA ESTIVA	2902807	4.866,73	5.667,84	3.940.209,39	55,67%
PI	FLORIANO	2203909	4.866,88	5.667,84	7.277.519,18	53,93%
BA	BURITIRAMA	2904753	4.867,32	5.667,84	4.248.710,51	55,73%
PA	SANTA IZABEL DO PARA	1506500	4.869,29	5.667,84	11.177.024,53	55,31%
CE	ARATUBA	2301406	4.869,35	5.667,84	2.488.652,92	46,18%
AL	CAMPESTRE	2701357	4.869,57	5.667,84	1.439.209,91	51,52%
BA	BONINAL	2904001	4.869,96	5.667,84	2.289.244,36	48,83%
BA	COARACI	2908002	4.870,78	5.667,84	3.144.441,96	44,75%
BA	UNA	2932507	4.873,28	5.667,84	4.192.815,20	53,75%
BA	MIRANTE	2921450	4.873,40	5.667,84	1.584.242,90	46,02%
PE	GLORIA DO GOITA	2606101	4.873,56	5.667,84	3.834.696,87	55,10%
PI	BOA HORA	2201770	4.873,78	5.667,84	1.537.820,23	50,39%
PI	SANTO ANTONIO DE LISBOA	2209401	4.875,31	5.667,84	728.774,38	53,18%
BA	BREJOES	2904308	4.875,62	5.667,84	2.794.533,36	41,55%
MG	MATIPO	3140902	4.875,68	5.667,84	1.473.899,87	52,98%
PB	MAMANGUAPE	2508901	4.875,78	5.667,84	5.095.360,38	58,69%
BA	ITAJU DO COLONIA	2915403	4.876,98	5.667,84	1.422.558,28	50,83%
RN	SENADOR GEORGINO AVELINO	2413201	4.877,38	5.667,84	932.552,47	45,68%
PI	FRANCISCO MACEDO	2204154	4.877,45	5.667,84	668.834,16	40,21%
BA	CARDEAL DA SILVA	2907004	4.877,76	5.667,84	1.928.107,64	51,74%
BA	CENTRAL	2907608	4.878,37	5.667,84	2.483.390,26	55,80%
BA	IPIRA	2914000	4.878,45	5.667,84	9.003.058,19	57,57%
BA	AMELIA RODRIGUES	2901106	4.878,74	5.667,84	4.084.061,25	49,01%
MA	SAO BENEDITO DO RIO PRETO	2110401	4.879,32	5.667,84	5.227.747,81	49,34%
BA	BAIANOPOLIS	2902500	4.879,63	5.667,84	2.719.842,92	49,72%
BA	CONDE	2908606	4.879,77	5.667,84	5.445.157,82	47,70%
PB	BARRA DE SANTANA	2501575	4.879,81	5.667,84	1.532.847,70	48,15%
MA	SAO JOAO BATISTA	2111003	4.879,92	5.667,84	4.031.382,09	49,17%
CE	SAO LUIS DO CURU	2312601	4.880,32	5.667,84	1.871.519,29	54,12%
PE	VERDEJANTE	2616100	4.880,86	5.667,84	1.842.726,24	49,59%
PA	ALMEIRIM	1500503	4.881,06	5.667,84	8.032.439,28	58,82%
CE	IGUATU	2305506	4.882,30	5.667,84	12.803.717,76	51,41%
CE	GRANJA	2304707	4.882,80	5.667,84	10.297.155,91	49,36%
TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	1720804	4.882,82	5.667,84	2.446.359,01	40,24%
BA	MUTUIPE	2922409	4.883,10	5.667,84	3.613.239,31	49,34%
PE	BOM JARDIM	2602209	4.884,26	5.667,84	5.514.388,90	51,15%
BA	CANDIDO SALES	2906709	4.884,81	5.667,84	5.429.654,31	47,40%
PI	CORRENTE	2202901	4.884,83	5.667,84	4.803.019,92	52,57%
BA	JUSSARI	2918555	4.885,60	5.667,84	1.678.261,88	40,01%
BA	LAJEDAO	2918902	4.886,01	5.667,84	769.476,93	37,46%
RN	CRUZETA	2403004	4.886,49	5.667,84	1.121.630,09	46,14%
CE	CRATEUS	2304103	4.887,02	5.667,84	12.071.765,73	50,25%
AL	ARAPIRACA	2700300	4.887,40	5.667,84	29.815.458,69	55,45%
PI	PAES LANDIM	2207306	4.888,75	5.667,84	844.190,22	52,89%
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	2613305	4.888,92	5.667,84	3.236.268,11	54,29%
AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	2708600	4.889,20	5.667,84	8.989.649,72	45,09%
BA	MACAUBAS	2919801	4.889,95	5.667,84	6.938.145,82	47,74%
PB	BANANEIRAS	2501500	4.890,01	5.667,84	3.548.958,20	48,82%
MA	ROSARIO	2109601	4.890,39	5.667,84	9.468.428,09	46,54%
BA	IRECE	2914604	4.890,40	5.667,84	9.618.418,16	54,53%
AC	SENADOR GUIOMARD	1200450	4.890,90	5.667,84	2.505.166,90	52,63%
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	2615003	4.891,37	5.667,84	3.630.417,54	50,76%
AM	JURUA	1302207	4.891,41	5.667,84	2.674.580,96	45,17%
PI	AGUA BRANCA	2200202	4.891,58	5.667,84	2.826.114,49	48,54%
MA	BURITIRANA	2102358	4.892,66	5.667,84	2.891.757,71	52,18%
PE	INAJA	2607000	4.892,84	5.667,84	3.158.537,45	57,05%
PE	BELEM DE MARIA	2601508	4.895,31	5.667,84	1.981.356,79	51,40%
AL	MARAGOGI	2704500	4.895,36	5.667,84	6.317.808,04	55,38%
PI	CONCEICAO DO CANINDE	2202802	4.895,37	5.667,84	879.772,97	50,35%
SE	AMPARO DE SAO FRANCISCO	2800100	4.895,68	5.667,84	592.676,76	50,63%
MA	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	2111607	4.896,02	5.667,84	3.583.592,44	50,31%
BA	MILAGRES	2921302	4.896,22	5.667,84	1.999.322,30	47,96%
BA	CAPIM GROSSO	2906873	4.897,08	5.667,84	4.684.028,58	52,50%
PA	ABEL FIGUEIREDO	1500131	4.898,10	5.667,84	1.410.906,65	45,95%
CE	CAMOCIM	2302602	4.899,32	5.667,84	10.034.695,04	51,68%
PE	INGAZEIRA	2607109	4.900,11	5.667,84	926.889,09	45,86%
TO	ITAGUATINS	1710706	4.900,16	5.667,84	1.121.235,86	48,83%
PA	RONDON DO PARA	1506187	4.900,74	5.667,84	7.052.301,43	53,92%
PB	OURO VELHO	2510600	4.900,79	5.667,84	539.849,85	43,92%
CE	ARARIPE	2301307	4.901,02	5.667,84	4.326.529,66	47,73%
CE	UMARI	2313708	4.901,33	5.667,84	1.060.543,55	51,03%
MG	SENADOR FIRMINO	3165701	4.901,34	5.667,84	810.581,28	48,58%
PE	PARNAMIRIM	2610400	4.901,63	5.667,84	3.176.030,39	52,04%
RN	ITAU	2404903	4.902,05	5.667,84	810.091,25	36,75%
PE	BETANIA	2601805	4.902,55	5.667,84	2.229.174,12	50,57%
AL	PARICONHA	2706422	4.902,67	5.667,84	1.889.293,94	55,95%
PI	SAO JOSE DO PIAUI	2210201	4.903,17	5.667,84	821.606,00	57,93%
SC	SANTA ROSA DO SUL	4215653	4.903,20	5.667,84	1.461.342,26	37,21%
MA	BEQUIMAO	2101905	4.903,65	5.667,84	2.984.123,80	60,07%
BA	MIRANGABA	2921401	4.904,75	5.667,84	3.185.130,08	49,19%
PE	CEDRO	2604304	4.906,78	5.667,84	1.675.970,83	49,62%
PB	DUAS ESTRADAS	2505808	4.907,26	5.667,84	699.618,13	53,35%
PI	SANTA ROSA DO PIAUI	2209377	4.908,28	5.667,84	825.721,77	48,30%
PB	BELEM DO BREJO DO CRUZ	2502003	4.908,34	5.667,84	1.337.779,22	47,45%
AL	PARIPUEIRA	2706448	4.909,04	5.667,84	2.667.472,53	50,85%
AM	PAUINI	1303502	4.909,89	5.667,84	3.022.022,80	61,19%
PI	SAO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUI	2209658	4.910,39	5.667,84	1.064.871,13	51,69%
BA	CASA NOVA	2907202	4.910,88	5.667,84	12.009.161,06	56,64%
BA	PINTADAS	2924652	4.911,04	5.667,84	1.482.735,31	54,22%
BA	IRAQUARA	2914406	4.912,00	5.667,84	4.314.326,54	50,40%
PB	CAMALAU	2503902	4.912,60	5.667,84	1.131.389,23	54,10%
BA	BOA NOVA	2903706	4.912,87	5.667,84	2.730.107,49	44,09%
PB	PATOS	2510808	4.913,18	5.667,84	9.565.889,90	54,24%
BA	PLANALTINO	2924900	4.914,56	5.667,84	1.683.389,09	44,46%

RN	LAJES	2406700	4.915,34	5.667,84	1.518.179,31	45,34%
BA	NOVO HORIZONTE	2923035	4.916,38	5.667,84	1.743.465,45	49,77%
PE	SAO BENTO DO UNA	2613008	4.916,46	5.667,84	7.706.791,30	57,97%
MA	BREJO DE AREIA	2102150	4.916,51	5.667,84	2.360.603,76	43,88%
RN	EXTREMOZ	2403608	4.917,27	5.667,84	5.607.858,59	49,21%
BA	ARACATU	2902005	4.918,12	5.667,84	2.370.183,87	41,72%
PB	UMBUZEIRO	2517001	4.918,32	5.667,84	1.862.031,59	43,66%
MG	NOVA SERRANA	3145208	4.918,80	5.667,84	14.848.633,31	45,95%
PA	CONCEICAO DO ARAGUAIA	1502707	4.919,59	5.667,84	6.150.266,25	53,93%
PI	ELISEU MARTINS	2203602	4.920,15	5.667,84	715.018,74	48,62%
PE	CACHOEIRINHA	2603108	4.920,67	5.667,84	2.008.400,37	53,06%
PI	IPIRANGA DO PIAUI	2204808	4.921,13	5.667,84	1.363.945,71	51,84%
PE	PASSIRA	2610509	4.921,15	5.667,84	3.672.239,73	55,51%
PI	JUAZEIRO DO PIAUI	2205516	4.921,32	5.667,84	1.004.669,06	50,12%
BA	SANTA BRIGIDA	2927606	4.921,73	5.667,84	2.694.047,88	55,53%
BA	EUNAPOLIS	2910727	4.921,81	5.667,84	16.939.317,40	57,52%
BA	PLANALTO	2925006	4.922,68	5.667,84	3.960.310,81	57,50%
BA	UTINGA	2932804	4.922,84	5.667,84	2.465.067,25	53,87%
PI	COCAL DOS ALVES	2202729	4.923,29	5.667,84	1.145.903,18	47,70%
PI	COLONIA DO PIAUI	2202778	4.924,38	5.667,84	1.132.709,94	50,53%
AL	SANTANA DO IPANEMA	2708006	4.924,47	5.667,84	5.911.104,27	55,90%
CE	ASSARE	2301604	4.925,26	5.667,84	3.216.153,99	45,66%
RN	BAIA FORMOSA	2401404	4.925,36	5.667,84	1.299.124,92	43,79%
MA	IMPERATRIZ	2105302	4.925,91	5.667,84	38.434.925,55	49,77%
PA	JURUTI	1503903	4.926,14	5.667,84	12.752.314,29	55,22%
PA	SAPUCAIA	1507755	4.926,40	5.667,84	1.718.989,78	42,20%
PI	VALENCA DO PIAUI	2211308	4.927,13	5.667,84	2.791.638,43	50,33%
PI	MARCOLANDIA	2205953	4.927,50	5.667,84	2.018.059,20	50,50%
RN	SENADOR ELOI DE SOUZA	2413102	4.929,04	5.667,84	1.042.050,66	42,56%
PE	JUPI	2608305	4.929,33	5.667,84	3.167.991,11	50,68%
BA	ITANAGRA	2915908	4.929,50	5.667,84	1.440.361,25	52,25%
PI	SAO LUIS DO PIAUI	2210375	4.930,88	5.667,84	423.420,31	51,46%
BA	EUCLIDES DA CUNHA	2910701	4.931,26	5.667,84	10.129.029,80	47,73%
PE	EXU	2605301	4.931,47	5.667,84	4.486.918,40	56,49%
MA	NOVA IORQUE	2107308	4.933,62	5.667,84	794.794,75	49,06%
TO	GOIATINS	1709005	4.935,92	5.667,84	2.309.612,18	50,28%
BA	JUSSIAPE	2918605	4.936,00	5.667,84	975.112,74	49,04%
PB	BARAUNA	2501534	4.936,19	5.667,84	909.999,04	48,12%
BA	ITACARE	2914901	4.936,22	5.667,84	5.015.663,90	54,41%
PE	SERRA TALHADA	2613909	4.936,65	5.667,84	10.656.870,82	55,75%
PA	BREU BRANCO	1501782	4.936,94	5.667,84	8.809.879,53	57,62%
BA	MEDEIROS NETO	2921104	4.938,50	5.667,84	3.523.927,16	49,96%
BA	TAPIRAMUTA	2931301	4.939,13	5.667,84	2.534.353,71	49,19%
PB	SOUSA	2516201	4.939,71	5.667,84	4.791.829,69	58,68%
SE	MURIBECA	2804300	4.939,94	5.667,84	1.311.679,79	53,56%
BA	BOA VISTA DO TUPIM	2903805	4.939,97	5.667,84	3.268.051,83	54,75%
AM	NOVO AIRAO	1303205	4.940,05	5.667,84	2.464.075,24	61,56%
PA	VIGIA	1508209	4.940,72	5.667,84	5.803.628,41	54,25%
BA	IBITITA	2913101	4.941,45	5.667,84	2.537.881,25	53,06%
CE	AIUABA	2300408	4.941,93	5.667,84	2.396.657,87	44,70%
PB	SOSSEGO	2516151	4.942,29	5.667,84	731.359,54	50,65%
PE	TRACUNHAEM	2615508	4.942,82	5.667,84	1.606.975,33	51,98%
BA	HELIOPOLIS	2911857	4.943,37	5.667,84	2.152.616,37	43,50%
PA	BENEVIDES	1501501	4.943,63	5.667,84	8.608.387,66	53,24%
BA	JUCURUCU	2918456	4.943,73	5.667,84	1.652.927,28	50,82%
CE	ARACATI	2301109	4.943,78	5.667,84	11.386.562,22	47,57%
BA	SANTANOPOLIS	2928307	4.944,37	5.667,84	1.556.054,91	47,54%
RN	TAIPU	2413904	4.944,65	5.667,84	1.510.095,94	54,31%
PE	VENTUROSA	2616001	4.945,51	5.667,84	2.449.085,79	53,12%
PE	CASINHAS	2604155	4.945,54	5.667,84	2.283.019,41	48,93%
PA	MUANA	1504901	4.946,68	5.667,84	7.169.319,15	63,24%
PA	AGUA AZUL DO NORTE	1500347	4.946,71	5.667,84	2.794.679,32	49,51%
PA	OURILANDIA DO NORTE	1505437	4.946,93	5.667,84	6.379.719,59	54,52%
BA	LENCOIS	2919306	4.947,13	5.667,84	1.894.347,06	51,54%
SE	SAO DOMINGOS	2806800	4.947,14	5.667,84	1.612.399,04	45,00%
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	2600104	4.947,18	5.667,84	5.460.175,21	54,42%
BA	CAIRU	2905404	4.949,54	5.667,84	4.314.366,28	39,89%
SE	RIACHAO DO DANTAS	2805802	4.949,89	5.667,84	3.280.600,78	56,37%
BA	NOVA ITARANA	2922805	4.950,19	5.667,84	1.685.042,71	45,22%
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	2612505	4.951,20	5.667,84	10.208.898,89	55,24%
PE	VICENCIA	2616308	4.951,51	5.667,84	4.215.702,09	52,35%
BA	MORRO DO CHAPEU	2921708	4.952,02	5.667,84	5.294.363,10	51,80%
BA	VITORIA DA CONQUISTA	2933307	4.952,88	5.667,84	40.153.383,27	55,31%
PB	CARAUBAS	2504074	4.953,19	5.667,84	620.107,37	42,39%
BA	ENCRUZILHADA	2910404	4.954,35	5.667,84	3.716.106,28	48,14%
PE	SALGUEIRO	2612208	4.954,37	5.667,84	6.781.575,46	55,12%
CE	ACOPIARA	2300309	4.954,97	5.667,84	6.995.977,29	52,56%
CE	ITAICABA	2306207	4.955,02	5.667,84	1.263.619,35	52,32%
PI	MONTE ALEGRE DO PIAUI	2206605	4.955,24	5.667,84	2.342.025,25	48,03%
BA	WENCESLAU GUIMARAES	2933505	4.955,93	5.667,84	4.515.151,55	49,68%
PA	MOJUI DOS CAMPOS	1504752	4.956,00	5.667,84	3.925.954,29	60,98%
PE	ITAIBA	2607505	4.956,06	5.667,84	4.237.104,70	51,99%
AM	AUTAZES	1300300	4.957,64	5.667,84	6.602.111,55	60,84%
PI	MONSENHOR HIPOLITO	2206506	4.957,88	5.667,84	1.264.081,81	56,37%
BA	CONCEICAO DO JACUIPE	2908507	4.958,54	5.667,84	4.454.205,01	54,15%
AL	COLONIA LEOPOLDINA	2702108	4.960,44	5.667,84	3.268.756,64	55,85%
SE	INDIAROBA	2802809	4.961,42	5.667,84	3.464.989,27	49,85%
PB	MAE DAGUA	2508703	4.962,80	5.667,84	591.250,84	47,56%
PE	BUIQUE	2602803	4.962,83	5.667,84	7.356.418,54	56,61%
PE	SANTA TEREZINHA	2612802	4.962,88	5.667,84	1.578.051,66	55,38%
MA	TURILANDIA	2112456	4.963,05	5.667,84	6.487.320,22	49,13%
BA	SIMOES FILHO	2930709	4.963,96	5.667,84	16.923.911,23	48,83%
CE	MERUOCA	2308203	4.964,08	5.667,84	2.685.522,33	45,41%
RN	TOUROS	2414407	4.964,14	5.667,84	5.177.447,20	51,33%
BA	POTIRAGUA	2925402	4.964,27	5.667,84	1.626.805,31	54,83%

PE	SAO JOSE DO BELMONTE	2613503	4.964,84	5.667,84	3.930.942,73	60,03%
AL	CHA PRETA	2701902	4.965,43	5.667,84	1.299.289,78	50,52%
RN	SAO GONCALO DO AMARANTE	2412005	4.966,82	5.667,84	11.867.327,40	52,96%
BA	SERRA DOURADA	2930303	4.967,95	5.667,84	2.292.461,09	54,57%
CE	ITAPIUNA	2306504	4.968,37	5.667,84	2.788.905,98	46,32%
CE	CEDRO	2303808	4.969,35	5.667,84	2.947.753,98	51,18%
CE	SANTA QUITERIA	2312205	4.970,23	5.667,84	6.847.244,66	47,69%
AL	PAULO JACINTO	2706604	4.970,52	5.667,84	1.179.804,92	46,79%
PI	MURICI DOS PORTELAS	2206696	4.970,98	5.667,84	1.750.600,67	39,72%
BA	CANDEAL	2906402	4.972,04	5.667,84	1.138.644,93	43,23%
PI	FRANCISCO AYRES	2204105	4.973,17	5.667,84	700.473,96	47,60%
PI	JERUMENHA	2205300	4.973,31	5.667,84	719.635,65	45,40%
PI	ISAIAS COELHO	2204907	4.973,91	5.667,84	1.389.802,30	55,71%
SE	SANTANA DO SAO FRANCISCO	2806404	4.978,67	5.667,84	1.146.133,22	47,97%
AL	JEQUIA DA PRAIA	2703759	4.978,69	5.667,84	2.107.330,61	47,92%
PE	FLORES	2605608	4.978,72	5.667,84	2.494.359,92	54,88%
PI	DOM INOCENCIO	2203453	4.979,64	5.667,84	1.293.194,54	54,62%
BA	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	2925758	4.980,96	5.667,84	4.486.884,15	53,13%
AL	JARAMATAIA	2703700	4.981,21	5.667,84	1.154.507,23	51,16%
PE	TRIUNFO	2615706	4.981,64	5.667,84	2.000.099,12	53,24%
PE	CORRENTES	2604700	4.981,88	5.667,84	2.420.608,53	49,56%
RN	VENHA-VER	2414753	4.982,10	5.667,84	753.218,45	29,71%
TO	BERNARDO SAYAO	1703206	4.982,32	5.667,84	916.542,40	46,49%
PE	CORTES	2604809	4.982,45	5.667,84	2.044.975,58	51,65%
PE	CARUARU	2604106	4.983,02	5.667,84	38.055.999,24	54,52%
PE	JUREMA	2608404	4.985,41	5.667,84	2.192.371,91	47,47%
RN	AGUA NOVA	2400406	4.985,60	5.667,84	503.357,02	51,14%
RN	TANGARA	2414001	4.985,99	5.667,84	1.842.105,92	53,51%
BA	BAIXA GRANDE	2902609	4.986,32	5.667,84	2.959.589,98	54,09%
PB	MATUREIA	2509396	4.988,22	5.667,84	1.105.615,96	47,78%
BA	PILAO ARCADO	2924405	4.988,46	5.667,84	6.140.253,40	55,94%
CE	UMIRIM	2313757	4.989,00	5.667,84	3.037.387,94	50,32%
CE	OCARA	2309458	4.990,15	5.667,84	3.587.755,26	51,98%
PA	ITUPIRANGA	1503705	4.990,57	5.667,84	8.302.515,17	60,74%
PB	IMACULADA	2506707	4.992,09	5.667,84	1.455.157,56	55,71%
BA	IBICUI	2912301	4.992,66	5.667,84	1.927.168,56	46,70%
PI	RIBEIRA DO PIAUI	2208874	4.992,71	5.667,84	686.203,99	38,40%
PI	TAMBORIL DO PIAUI	2210953	4.992,74	5.667,84	478.882,56	55,33%
PA	JACAREACANGA	1503754	4.993,51	5.667,84	5.583.724,30	56,42%
PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	2515104	4.994,86	5.667,84	1.291.449,59	53,78%
BA	DIAS DAVILA	2910057	4.995,03	5.667,84	10.440.846,78	51,10%
BA	ITABELA	2914653	4.996,78	5.667,84	4.637.257,67	62,49%
BA	UIBAI	2932408	4.997,88	5.667,84	1.584.384,98	56,23%
PE	PETROLANDIA	2611002	4.997,92	5.667,84	5.122.373,60	57,87%
BA	POCOES	2925105	4.998,03	5.667,84	7.067.943,08	56,52%
RN	SEVERIANO MELO	2413607	4.998,58	5.667,84	726.419,87	51,65%
PE	CONDADO	2604601	5.001,59	5.667,84	2.897.383,52	53,66%
PI	SAO FELIX DO PIAUI	2209609	5.001,60	5.667,84	483.090,49	28,25%
PI	SAO JULIAO	2210300	5.002,56	5.667,84	732.876,64	49,31%
BA	BELMONTE	2903409	5.002,93	5.667,84	3.823.950,50	49,14%
PA	PARAGOMINAS	1505502	5.004,11	5.667,84	17.286.179,72	55,05%
PB	SERRARIA	2515906	5.004,31	5.667,84	548.107,25	55,79%
CE	IRACEMA	2306009	5.004,36	5.667,84	2.079.008,15	41,30%
CE	CAMPOS SALES	2302701	5.004,91	5.667,84	3.503.111,54	44,82%
AL	SATUBA	2708907	5.005,09	5.667,84	2.015.636,72	53,34%
BA	LAGOA REAL	2918753	5.006,76	5.667,84	1.630.060,97	51,58%
RN	CURRAIS NOVOS	2403103	5.007,41	5.667,84	3.832.112,83	48,19%
BA	RIO DO ANTONIO	2926806	5.008,08	5.667,84	1.707.096,94	50,20%
PE	POCAO	2611200	5.008,31	5.667,84	1.653.604,64	55,45%
PB	MANAIRA	2509008	5.008,72	5.667,84	1.482.175,44	55,75%
RN	ANGICOS	2400802	5.008,94	5.667,84	973.557,20	49,68%
MG	BRASILANDIA DE MINAS	3108552	5.009,72	5.667,84	1.515.916,03	52,34%
PE	TACARATU	2614808	5.010,87	5.667,84	2.729.042,37	52,21%
PE	MOREILANDIA	2614303	5.011,10	5.667,84	1.416.897,80	50,37%
BA	BOM JESUS DA SERRA	2903953	5.012,75	5.667,84	1.521.710,79	53,70%
PE	LAGOA DOS GATOS	2608701	5.013,84	5.667,84	2.073.522,14	52,48%
PA	QUATIPURU	1506112	5.014,23	5.667,84	1.293.816,98	55,79%
RN	SERRINHA DOS PINTOS	2413557	5.015,00	5.667,84	592.809,61	47,94%
PE	GARANHUNS	2606002	5.015,99	5.667,84	13.012.665,58	55,58%
AM	LABREA	1302405	5.016,09	5.667,84	5.842.772,01	58,08%
PI	URUCUI	2211209	5.016,51	5.667,84	3.572.188,39	52,88%
SC	MAFRA	4210100	5.017,30	5.667,84	5.171.184,21	42,46%
BA	MACARANI	2919702	5.017,95	5.667,84	2.539.570,87	45,35%
PE	AGUAS BELAS	2600500	5.018,02	5.667,84	5.430.011,12	61,13%
RJ	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	3304755	5.018,26	5.667,84	7.426.935,69	46,51%
PA	MARACANA	1504307	5.019,33	5.667,84	5.268.313,36	55,40%
BA	SANTA MARIA DA VITORIA	2928109	5.019,57	5.667,84	5.367.364,64	55,90%
PA	TRAIRAO	1508050	5.020,00	5.667,84	2.729.210,60	54,55%
CE	TABULEIRO DO NORTE	2313104	5.020,80	5.667,84	3.109.252,52	49,52%
BA	PIRIPA	2924702	5.021,04	5.667,84	1.303.898,18	53,21%
PE	SAO JOSE DO EGITO	2613602	5.021,18	5.667,84	3.598.237,63	51,77%
PB	CURRAL DE CIMA	2505279	5.021,44	5.667,84	865.141,69	52,58%
MA	CAXIAS	2103000	5.022,43	5.667,84	23.473.565,69	55,88%
ES	CARIACICA	3201308	5.022,48	5.667,84	36.125.550,39	54,67%
AM	CAREIRO DA VARZEA	1301159	5.025,58	5.667,84	2.779.249,96	59,06%
AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	1303908	5.025,81	5.667,84	6.102.344,68	59,75%
MA	MIRINZAL	2106805	5.027,47	5.667,84	2.278.014,24	49,43%
BA	JACARACI	2917409	5.028,04	5.667,84	1.680.895,82	46,36%
BA	BONITO	2904050	5.028,23	5.667,84	2.569.592,83	49,98%
BA	CANDIBA	2906600	5.030,24	5.667,84	1.677.572,43	49,99%
BA	IBIPITANGA	2912509	5.030,32	5.667,84	1.856.688,17	53,86%
CE	BARRO	2302008	5.030,43	5.667,84	2.354.109,22	51,43%
RN	LAGOA SALGADA	2406601	5.030,63	5.667,84	1.267.287,11	53,29%
BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	2919504	5.030,70	5.667,84	4.668.288,86	57,17%
PE	CABROBO	2603009	5.032,31	5.667,84	3.598.593,26	54,14%
BA	ITAPETINGA	2916401	5.033,51	5.667,84	8.070.744,06	53,45%
CE	PIRES FERREIRA	2310951	5.034,54	5.667,84	1.389.743,87	43,73%

BA	IBIRAPUA	2912806	5.034,92	5.667,84	1.458.566,02	50,64%
AL	SANTA LUZIA DO NORTE	2707909	5.035,04	5.667,84	1.088.608,91	48,62%
PE	LIMOEIRO	2608909	5.035,67	5.667,84	4.584.466,42	54,27%
PI	LAGOA DO SITIO	2205599	5.036,59	5.667,84	684.562,43	52,33%
PI	CAMPO MAIOR	2202208	5.037,54	5.667,84	5.992.998,89	51,10%
PB	POCINHOS	2512002	5.037,75	5.667,84	2.474.548,94	55,50%
MA	ESTREITO	2104057	5.038,30	5.667,84	5.023.000,06	55,62%
SC	PAULO LOPES	4212304	5.039,07	5.667,84	967.369,40	41,89%
GO	GOIANIRA	5208806	5.039,49	5.667,84	5.951.937,50	56,62%
PB	CAPIM	2504033	5.039,56	5.667,84	1.078.325,61	52,33%
BA	PIATA	2924306	5.040,63	5.667,84	2.936.581,93	51,44%
PB	RIO TINTO	2512903	5.041,13	5.667,84	2.618.166,93	49,92%
CE	IPU	2305803	5.041,30	5.667,84	5.711.030,26	45,37%
PE	OROBO	2609709	5.042,19	5.667,84	3.406.798,99	49,00%
BA	BROTAS DE MACAUBAS	2904506	5.043,07	5.667,84	1.656.713,91	49,22%
BA	ALCOBACA	2900801	5.043,43	5.667,84	4.003.838,10	58,00%
AC	PLACIDO DE CASTRO	1200385	5.043,49	5.667,84	1.699.508,25	53,91%
PE	IBIMIRIM	2606606	5.044,42	5.667,84	2.644.288,83	57,29%
BA	GUARATINGA	2911808	5.044,63	5.667,84	2.695.574,82	56,07%
SE	PORTO DA FOLHA	2805604	5.045,79	5.667,84	3.280.058,61	60,19%
PE	PAUDALHO	2610608	5.046,23	5.667,84	5.940.462,13	58,71%
BA	RAFAEL JAMBEIRO	2925956	5.046,41	5.667,84	3.275.996,46	51,69%
AM	CODAJAS	1301308	5.046,43	5.667,84	2.370.760,37	60,64%
PE	VERTENTES	2616209	5.047,26	5.667,84	2.322.046,73	53,90%
SE	TOMAR DO GERU	2807501	5.047,35	5.667,84	1.692.758,11	51,08%
MT	NOVA MONTE VERDE	5108956	5.047,66	5.667,84	926.145,15	46,67%
PA	ELDORADO DO CARAJAS	1502954	5.047,68	5.667,84	4.934.512,67	57,30%
CE	ANTONINA DO NORTE	2300804	5.047,97	5.667,84	1.128.080,96	51,03%
RN	ALEXANDRIA	2400505	5.048,16	5.667,84	1.329.835,18	49,75%
BA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	2922250	5.048,81	5.667,84	2.342.591,58	47,97%
BA	PARIPIRANGA	2923803	5.049,11	5.667,84	3.332.547,36	51,92%
MA	LAGOA GRANDE DO MARANHAO	2105963	5.049,62	5.667,84	1.919.463,46	55,53%
PB	CUITE DE MAMANGUAPE	2505238	5.050,25	5.667,84	1.315.635,93	40,87%
BA	BUERAREMA	2904704	5.050,78	5.667,84	1.873.986,21	57,21%
MG	OURO VERDE DE MINAS	3146206	5.051,81	5.667,84	469.536,55	47,69%
RN	BREJINHO	2401800	5.051,97	5.667,84	1.246.563,99	54,76%
PE	JAQUEIRA	2607950	5.052,25	5.667,84	1.732.375,05	51,40%
MG	CONSELHEIRO PENA	3118403	5.052,97	5.667,84	1.737.024,90	45,33%
AL	JAPARATINGA	2703601	5.053,79	5.667,84	1.567.285,12	50,80%
PE	CAPOEIRAS	2603801	5.055,38	5.667,84	2.261.632,91	57,67%
BA	BOQUIRA	2904100	5.055,98	5.667,84	2.359.251,32	52,80%
BA	ITARANTIM	2916807	5.056,23	5.667,84	2.247.292,60	51,66%
BA	MARACAS	2920502	5.059,83	5.667,84	3.740.728,57	44,75%
CE	ITAREMA	2306553	5.059,93	5.667,84	5.700.970,56	47,41%
BA	CRISTOPOLIS	2909703	5.060,72	5.667,84	1.826.115,99	57,69%
RN	FLORANIA	2403806	5.061,53	5.667,84	736.854,46	47,32%
PI	RIACHO FRIO	2208858	5.061,73	5.667,84	820.583,29	55,42%
PB	CAJAZEIRINHAS	2503753	5.061,91	5.667,84	504.101,87	45,69%
PB	MONTADAS	2509503	5.062,59	5.667,84	791.101,45	59,31%
PE	TUPANATINGA	2615805	5.062,95	5.667,84	3.351.508,06	52,40%
BA	CAFARNAUM	2905305	5.063,10	5.667,84	2.527.177,24	50,53%
BA	MAIRI	2920106	5.063,16	5.667,84	2.015.823,53	48,51%
BA	GANDU	2911204	5.063,28	5.667,84	3.422.482,96	57,48%
PE	FEIRA NOVA	2605400	5.063,65	5.667,84	2.211.814,28	55,18%
BA	MARAU	2920700	5.063,70	5.667,84	4.019.951,01	52,27%
PB	SANTA CRUZ	2513208	5.063,77	5.667,84	558.672,83	52,80%
BA	PARATINGA	2923704	5.065,95	5.667,84	4.733.972,25	52,72%
CE	ICAPUI	2305357	5.066,83	5.667,84	3.052.616,66	47,92%
BA	PORTO SEGURO	2925303	5.066,92	5.667,84	23.123.816,51	55,80%
CE	TAMBORIL	2313203	5.067,91	5.667,84	3.196.494,41	47,91%
MA	MATOES DO NORTE	2106631	5.068,04	5.667,84	2.220.376,34	49,08%
MA	MIRANDA DO NORTE	2106755	5.070,79	5.667,84	3.636.080,95	44,83%
SE	TELHA	2807303	5.070,99	5.667,84	469.427,51	53,75%
MG	RIBEIRAO DAS NEVES	3154606	5.071,23	5.667,84	19.178.471,53	53,12%
BA	VEREDA	2933257	5.072,27	5.667,84	1.019.118,13	49,92%
BA	NOVA IBIA	2922755	5.072,88	5.667,84	1.181.542,65	44,90%
PB	TENORIO	2516755	5.074,54	5.667,84	484.494,38	52,60%
PI	JOAO COSTA	2205359	5.075,36	5.667,84	444.063,38	45,56%
BA	JACOBINA	2917508	5.075,96	5.667,84	8.154.852,95	56,30%
BA	IBIQUERA	2912608	5.077,25	5.667,84	601.405,19	52,98%
BA	FEIRA DA MATA	2910776	5.078,63	5.667,84	697.397,37	50,38%
MA	CAJAPIO	2102408	5.078,93	5.667,84	1.509.562,02	52,09%
AL	MARECHAL DEODORO	2704708	5.079,10	5.667,84	7.751.904,73	54,66%
BA	NOVA SOURE	2922904	5.079,50	5.667,84	3.424.061,67	55,27%
BA	IUIU	2917334	5.080,20	5.667,84	1.649.107,14	47,32%
RN	SAO JOSE DO SERIDO	2412401	5.081,15	5.667,84	555.191,67	46,65%
PE	QUIXABA	2611533	5.081,68	5.667,84	1.387.628,75	56,69%
PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	2202117	5.084,73	5.667,84	878.983,82	42,90%
MG	DELTA	3121258	5.085,25	5.667,84	1.591.049,23	49,08%
PI	HUGO NAPOLEAO	2204600	5.086,57	5.667,84	510.964,25	40,37%
PI	RIBEIRO GONCALVES	2208908	5.087,71	5.667,84	1.165.959,54	44,05%
PI	ACAUA	2200053	5.088,52	5.667,84	757.809,72	56,96%
GO	CIDADE OCIDENTAL	5205497	5.088,62	5.667,84	8.739.618,87	55,73%
PE	CATENDE	2604205	5.089,94	5.667,84	3.043.125,28	56,96%
GO	NAZARIO	5214408	5.090,72	5.667,84	726.943,22	49,31%
BA	JEQUIE	2918001	5.091,56	5.667,84	14.571.131,98	57,11%
BA	SEBASTIAO LARANJEIRAS	2930006	5.091,83	5.667,84	1.146.698,94	50,60%
PB	SAO MAMEDE	2514909	5.092,07	5.667,84	891.897,84	44,15%
PI	MARCOS PARENTE	2206001	5.092,65	5.667,84	689.659,39	48,86%
PE	SALOA	2612307	5.092,82	5.667,84	2.085.937,00	51,82%
RN	AUGUSTO SEVERO	2401305	5.092,95	5.667,84	912.211,09	46,71%
AM	ITACOATIARA	1301902	5.093,09	5.667,84	12.167.994,60	58,42%
BA	ABARE	2900207	5.094,16	5.667,84	2.604.049,20	57,89%
PI	VARZEA BRANCA	2211357	5.094,72	5.667,84	697.895,08	57,51%
RN	IELMO MARINHO	2404606	5.094,85	5.667,84	1.740.964,41	51,08%
BA	LAMARAO	2919108	5.095,16	5.667,84	1.271.071,32	55,85%
MT	NORTELANDIA	5106000	5.095,49	5.667,84	467.751,88	52,60%
CE	ARNEIROZ	2301505	5.096,33	5.667,84	956.428,28	44,86%
AL	FLEXEIRAS	2702801	5.097,23	5.667,84	1.797.578,12	45,94%

CE	CATARINA	2303600	5.097,36	5.667,84	1.389.204,58	44,57%
BA	UBAITABA	2932200	5.097,79	5.667,84	2.570.128,97	51,19%
MG	URUANA DE MINAS	3170479	5.099,18	5.667,84	533.261,90	48,17%
RN	CERRO CORA	2402709	5.102,51	5.667,84	1.286.668,76	54,33%
PA	RIO MARIA	1506161	5.102,54	5.667,84	2.166.822,35	56,74%
PE	POMBOS	2611309	5.104,01	5.667,84	2.631.903,04	53,03%
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	4215703	5.104,24	5.667,84	2.614.251,04	42,82%
RN	PEDRO AVELINO	2409704	5.104,70	5.667,84	732.083,63	41,50%
BA	MAETINGA	2919959	5.104,91	5.667,84	870.184,18	45,75%
AM	MANAQUIRI	1302553	5.106,95	5.667,84	2.898.949,76	57,36%
PB	SERRA REDONDA	2515807	5.107,03	5.667,84	535.319,16	57,06%
PE	ALAGOINHA	2600609	5.107,99	5.667,84	1.665.390,80	54,78%
PI	CAPITAO GERVASIO OLIVEIRA	2202455	5.108,37	5.667,84	575.422,37	43,37%
SE	LAGARTO	2803500	5.108,55	5.667,84	9.795.230,81	51,11%
TO	SAO BENTO DO TOCANTINS	1720101	5.108,94	5.667,84	611.804,10	52,89%
MG	VIRGINOPOLIS	3171808	5.109,41	5.667,84	1.002.555,44	50,62%
RN	PORTO DO MANGUE	2410256	5.111,01	5.667,84	835.800,54	47,25%
MG	URUCUIA	3170529	5.111,93	5.667,84	1.387.065,97	53,29%
PB	TAVARES	2516607	5.111,96	5.667,84	1.650.483,24	54,11%
BA	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	2905909	5.113,58	5.667,84	3.612.389,03	60,02%
BA	IBITIARA	2913002	5.115,47	5.667,84	1.521.185,29	52,53%
PB	CAAPORA	2503001	5.116,13	5.667,84	2.681.340,39	55,95%
PB	QUIXABA	2512606	5.116,61	5.667,84	314.806,38	45,76%
CE	JAGUARETAMA	2306702	5.118,03	5.667,84	1.998.623,10	45,62%
MA	RIBAMAR FIQUENE	2109551	5.118,42	5.667,84	1.109.830,40	55,86%
PE	CARNAIBA	2603900	5.120,22	5.667,84	2.493.895,78	49,61%
SE	SANTA ROSA DE LIMA	2806503	5.120,88	5.667,84	684.192,86	49,04%
RN	CAMPO REDONDO	2402105	5.122,99	5.667,84	1.740.940,68	45,45%
PE	XEXEU	2616506	5.123,54	5.667,84	2.249.884,11	44,95%
TO	COLINAS DO TOCANTINS	1705508	5.124,02	5.667,84	3.872.534,35	48,09%
SE	PEDRA MOLE	2805000	5.124,96	5.667,84	444.973,32	52,51%
CE	GRANJEIRO	2304806	5.126,24	5.667,84	745.594,57	44,01%
BA	BREJOLANDIA	2904407	5.126,40	5.667,84	976.025,22	54,62%
BA	CATOLANDIA	2907400	5.126,82	5.667,84	502.938,48	52,84%
BA	GUANAMBI	2911709	5.126,96	5.667,84	8.105.660,73	54,50%
MG	MIRAVANIA	3142254	5.127,04	5.667,84	461.247,45	34,33%
PI	SUSSUAPARA	2210938	5.127,41	5.667,84	628.469,61	40,53%
MG	PERIQUITO	3149952	5.128,17	5.667,84	949.383,83	33,93%
PE	TRINDADE	2615607	5.129,10	5.667,84	3.240.293,77	55,38%
PI	LAGOINHA DO PIAUI	2205540	5.129,37	5.667,84	382.128,08	52,53%
SE	BREJO GRANDE	2800704	5.131,84	5.667,84	1.273.174,81	45,12%
BA	ITANHEM	2916005	5.132,05	5.667,84	2.199.944,75	53,55%
BA	ITUBERA	2917300	5.132,22	5.667,84	2.823.624,17	49,85%
BA	IBIPEBA	2912400	5.132,67	5.667,84	1.668.011,38	56,75%
PR	ITAPERUCU	4111258	5.134,34	5.667,84	2.141.522,59	56,35%
ES	MARATAIZES	3203320	5.134,71	5.667,84	5.100.918,23	48,52%
SE	ARAUA	2800407	5.134,84	5.667,84	1.541.083,68	45,25%
RN	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	2412559	5.134,85	5.667,84	1.547.445,65	43,12%
MG	CORONEL MURTA	3119500	5.136,26	5.667,84	763.376,11	48,04%
SE	ITABI	2803104	5.137,10	5.667,84	538.441,18	57,06%
PI	PARNAIBA	2207702	5.137,62	5.667,84	11.836.826,03	54,40%
BA	MULUNGU DO MORRO	2922052	5.139,13	5.667,84	1.864.723,78	52,69%
GO	MARZAGAO	5212907	5.140,22	5.667,84	178.390,75	50,70%
MA	BALSAS	2101400	5.140,33	5.667,84	10.255.531,68	56,57%
BA	SATIRO DIAS	2929701	5.140,95	5.667,84	2.303.083,68	46,59%
MG	JAPARAIBA	3135308	5.141,27	5.667,84	469.440,60	42,99%
PA	PALESTINA DO PARA	1505494	5.141,69	5.667,84	1.031.989,48	52,28%
BA	SOBRADINHO	2930774	5.143,74	5.667,84	2.715.025,83	52,21%
ES	SOORETAMA	3205010	5.143,82	5.667,84	3.217.528,33	45,42%
PE	SAO VICENTE FERRER	2613800	5.143,93	5.667,84	1.639.240,00	55,96%
MG	ESPINOSA	3124302	5.144,07	5.667,84	1.709.379,33	49,81%
MA	SAMBAIBA	2109700	5.144,20	5.667,84	825.436,34	53,68%
MG	CAPELINHA	3112307	5.144,73	5.667,84	2.114.879,90	47,78%
BA	ITABUNA	2914802	5.144,86	5.667,84	12.726.761,32	56,26%
MA	APICUM-ACU	2100832	5.145,21	5.667,84	2.771.177,31	48,07%
BA	ITORORO	2917102	5.145,90	5.667,84	1.892.676,56	55,93%
PE	DORMENTES	2605152	5.147,88	5.667,84	1.849.884,99	56,53%
BA	ABAIRA	2900108	5.148,03	5.667,84	653.045,87	50,26%
BA	IGUAI	2913507	5.148,82	5.667,84	2.685.949,77	52,81%
MA	TUFILANDIA	2112274	5.149,38	5.667,84	1.214.999,03	48,48%
RN	RIO DO FOGO	2408953	5.149,61	5.667,84	1.417.179,05	52,38%
RJ	BOM JESUS DO ITABAPOANA	3300605	5.151,91	5.667,84	2.902.767,58	43,51%
SE	SAO CRISTOVAO	2806701	5.152,00	5.667,84	4.961.125,65	57,37%
BA	JANDAIRA	2917904	5.153,22	5.667,84	1.568.265,92	49,64%
PE	AFRANIO	2600203	5.154,00	5.667,84	1.878.270,17	55,01%
PB	SERRA BRANCA	2515500	5.154,23	5.667,84	833.593,26	52,47%
MS	DEODAPOLIS	5003454	5.154,53	5.667,84	685.912,81	55,19%
MA	SAO ROBERTO	2111672	5.154,69	5.667,84	847.529,15	53,87%
ES	VIANA	3205101	5.155,59	5.667,84	8.663.644,61	46,07%
PE	CARPINA	2604007	5.156,94	5.667,84	4.948.333,39	51,58%
PE	CHA GRANDE	2604502	5.157,03	5.667,84	2.687.111,15	56,60%
SE	CRISTINAPOLIS	2801702	5.157,36	5.667,84	2.475.525,01	50,18%
MA	ALTO ALEGRE DO PINDARE	2100477	5.157,57	5.667,84	4.961.424,29	43,20%
CE	SENADOR POMPEU	2312700	5.158,39	5.667,84	1.956.636,57	50,72%
PE	PARANATAMA	2610301	5.158,47	5.667,84	1.664.603,18	57,31%
BA	CAETANOS	2905156	5.158,48	5.667,84	1.343.787,26	54,41%
RN	JACANA	2405009	5.158,93	5.667,84	719.296,14	48,19%
MA	PORTO RICO DO MARANHAO	2109056	5.159,18	5.667,84	869.712,48	47,84%
PI	ELESBAO VELOSO	2203503	5.160,00	5.667,84	1.117.704,85	51,78%
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	2612703	5.160,46	5.667,84	1.340.853,29	59,82%
PE	TERRA NOVA	2615201	5.161,43	5.667,84	1.014.162,81	53,85%
CE	COREAU	2304004	5.162,86	5.667,84	2.754.378,44	47,59%
PE	AGRESTINA	2600302	5.163,35	5.667,84	2.329.501,04	50,04%
PI	PICOS	2208007	5.163,71	5.667,84	5.256.706,75	52,12%
PI	BELA VISTA DO PIAUI	2201556	5.165,88	5.667,84	410.578,28	53,70%
PI	BOM PRINCIPIO DO PIAUI	2201919	5.168,19	5.667,84	848.033,82	50,84%

AC	SANTA ROSA DO PURUS	1200435	5.168,81	5.667,84	1.409.050,79	57,30%
BA	CAMACAN	2905602	5.169,37	5.667,84	2.590.611,16	56,00%
CE	AURORA	2301703	5.169,73	5.667,84	2.019.137,81	52,25%
MG	ITACARAMBI	3132107	5.171,05	5.667,84	1.964.875,49	43,67%
GO	RUBIATABA	5218904	5.171,37	5.667,84	1.367.611,11	43,23%
PR	MANDAGUACU	4114104	5.171,40	5.667,84	2.366.240,83	41,87%
RN	SITIO NOVO	2413706	5.171,56	5.667,84	554.328,10	45,78%
GO	NOVA GLORIA	5214861	5.173,80	5.667,84	396.295,19	53,52%
BA	SAO GONCALO DOS CAMPOS	2929305	5.173,83	5.667,84	2.772.522,01	54,60%
PB	SUME	2516300	5.174,79	5.667,84	1.466.671,16	42,59%
RN	CARNAUBAIS	2402501	5.175,66	5.667,84	963.294,37	47,87%
PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	2514800	5.179,09	5.667,84	250.265,39	49,62%
SE	AQUIDABA	2800209	5.179,36	5.667,84	2.480.559,85	50,66%
PI	SANTA FILOMENA	2209203	5.180,05	5.667,84	805.221,01	49,33%
MG	VARZELANDIA	3170909	5.180,26	5.667,84	1.174.550,73	52,19%
BA	ESPLANADA	2910602	5.181,17	5.667,84	3.578.090,81	55,07%
AL	CAPELA	2701704	5.181,82	5.667,84	2.341.441,19	51,42%
MG	ITAMARANDIBA	3132503	5.181,97	5.667,84	2.305.426,44	48,06%
PE	TEREZINHA	2615102	5.182,22	5.667,84	769.319,31	56,85%
MG	MONTALVANIA	3142700	5.183,78	5.667,84	676.834,20	54,47%
RN	ENCANTO	2403301	5.184,26	5.667,84	567.387,76	51,04%
PI	AROEIRAS DO ITAIM	2200954	5.185,33	5.667,84	401.260,87	52,18%
RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	2404309	5.186,69	5.667,84	983.918,10	51,46%
PE	TUPARETAMA	2615904	5.186,76	5.667,84	865.403,55	54,03%
AC	XAPURI	1200708	5.186,78	5.667,84	881.467,33	54,37%
PI	SEBASTIAO LEAL	2210631	5.187,36	5.667,84	536.583,37	51,02%
PB	CACIMBA DE AREIA	2503407	5.189,49	5.667,84	345.370,60	56,36%
CE	BAIXIO	2301802	5.189,99	5.667,84	584.031,84	41,87%
PB	SANTANA DE MANGUEIRA	2513505	5.190,38	5.667,84	449.008,16	50,16%
BA	CAATIBA	2904803	5.190,41	5.667,84	755.637,62	48,20%
PI	SIGEFREDO PACHECO	2210656	5.190,59	5.667,84	980.464,14	48,63%
PB	BOM SUCESSO	2502300	5.192,89	5.667,84	543.490,51	51,09%
MG	DIVISA NOVA	3122405	5.193,00	5.667,84	444.857,78	41,33%
RN	RIACHO DE SANTANA	2410801	5.193,60	5.667,84	369.579,78	45,13%
PE	LAGOA DO OURO	2608602	5.194,24	5.667,84	1.528.302,14	55,09%
MG	SAO GERALDO	3161502	5.194,79	5.667,84	513.214,33	50,23%
BA	IPUPIARA	2914109	5.194,89	5.667,84	1.066.869,15	42,50%
PI	SAO MIGUEL DO FIDALGO	2210391	5.196,67	5.667,84	331.985,31	43,93%
MG	GAMELEIRAS	3127339	5.198,11	5.667,84	387.508,68	35,13%
SE	ITABAIANINHA	2803005	5.198,22	5.667,84	4.639.968,97	54,05%
PE	BONITO	2602308	5.202,46	5.667,84	3.397.963,31	57,11%
PA	BRASIL NOVO	1501725	5.202,75	5.667,84	2.121.188,47	55,42%
PB	SERRA GRANDE	2515708	5.204,44	5.667,84	384.325,76	39,96%
PI	NOVO ORIENTE DO PIAUI	2206902	5.204,80	5.667,84	427.734,87	52,21%
BA	MALHADA	2920205	5.205,06	5.667,84	1.803.595,24	59,35%
MA	ITINGA DO MARANHAO	2105427	5.205,57	5.667,84	2.935.876,78	47,36%
BA	CONCEICAO DO ALMEIDA	2908309	5.206,87	5.667,84	1.079.127,98	49,44%
RN	ACU	2400208	5.207,84	5.667,84	3.498.073,39	53,23%
MG	TOLEDO	3169109	5.208,20	5.667,84	535.065,14	41,89%
GO	ITAPIRAPUA	5211008	5.208,70	5.667,84	482.531,51	48,99%
PE	SAO CAITANO	2613107	5.209,79	5.667,84	2.687.018,62	57,87%
PI	CANAVIEIRA	2202251	5.210,25	5.667,84	409.661,32	44,17%
BA	URANDI	2932606	5.211,57	5.667,84	1.487.624,45	51,70%
SE	MALHADOR	2803906	5.213,32	5.667,84	1.090.482,33	46,67%
AP	LARANJAL DO JARI	1600279	5.213,33	5.667,84	3.609.135,29	56,53%
BA	UMBURANAS	2932457	5.214,63	5.667,84	1.531.565,60	54,20%
RN	SERRINHA	2413508	5.215,09	5.667,84	747.693,46	53,74%
PB	BOQUEIRAO	2502508	5.216,56	5.667,84	1.289.790,26	57,01%
BA	CONDEUBA	2908705	5.221,10	5.667,84	1.604.938,60	51,03%
PE	AMARAJI	2600906	5.221,62	5.667,84	1.691.065,81	50,42%
BA	CARAVELAS	2906907	5.221,65	5.667,84	2.427.842,96	49,70%
BA	COCOS	2908101	5.221,75	5.667,84	1.891.057,76	54,68%
RJ	TANGUA	3305752	5.221,80	5.667,84	3.002.082,76	51,52%
BA	BARREIRAS	2903201	5.222,61	5.667,84	13.000.802,36	53,74%
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	2931350	5.225,34	5.667,84	11.843.604,07	54,95%
SE	SANTO AMARO DAS BROTAS	2806602	5.228,73	5.667,84	815.149,29	53,43%
PE	OROCO	2609808	5.228,94	5.667,84	1.414.572,70	57,97%
PA	NOVA IPIXUNA	1504976	5.229,01	5.667,84	1.545.087,71	54,48%
RN	TIBAU	2411056	5.230,15	5.667,84	358.248,28	49,72%
CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	2304269	5.231,16	5.667,84	756.982,66	43,99%
BA	CARAIBAS	2906899	5.232,41	5.667,84	1.051.486,66	49,13%
PE	BELEM DO SAO FRANCISCO	2601607	5.232,78	5.667,84	1.331.278,05	50,69%
RN	APODI	2401008	5.234,11	5.667,84	1.633.335,45	52,15%
RR	SAO LUIZ	1400605	5.234,75	5.667,84	642.572,57	46,40%
GO	SAO FRANCISCO DE GOIAS	5219902	5.234,95	5.667,84	365.384,12	44,32%
PE	BARRA DE GUABIRABA	2601300	5.236,57	5.667,84	987.928,53	57,09%
BA	PAULO AFONSO	2924009	5.237,93	5.667,84	8.589.906,90	57,54%
PE	CALCADO	2603306	5.238,91	5.667,84	963.594,99	51,21%
PB	DAMIAO	2505352	5.238,93	5.667,84	563.936,14	51,07%
PI	CAJAZEIRAS DO PIAUI	2202075	5.238,96	5.667,84	294.405,50	46,29%
PE	CHA DE ALEGRIA	2604403	5.238,97	5.667,84	1.132.187,89	54,80%
BA	ALAGOINHAS	2900702	5.239,53	5.667,84	7.255.549,98	56,45%
RO	ALTA FLORESTA DOESTE	1100015	5.240,45	5.667,84	1.384.099,63	57,75%
BA	FIRMINO ALVES	2910909	5.240,62	5.667,84	498.443,72	49,15%
BA	PARAMIRIM	2923605	5.241,02	5.667,84	1.340.377,86	54,06%
AP	ITAUBAL	1600253	5.241,49	5.667,84	522.202,60	58,26%
PA	INHANGAPI	1503408	5.242,81	5.667,84	645.788,45	60,35%
BA	APUAREMA	2901957	5.242,94	5.667,84	918.559,96	45,21%
PI	CALDEIRAO GRANDE DO PIAUI	2202091	5.243,17	5.667,84	537.315,52	41,62%
PE	NAZARE DA MATA	2609501	5.244,11	5.667,84	1.367.310,54	53,08%
CE	PEDRA BRANCA	2310506	5.244,38	5.667,84	3.930.462,41	49,03%

CE	POTENGI	2311207	5.244,56	5.667,84	870.530,52	49,34%
PI	PAJEU DO PIAUI	2207355	5.245,52	5.667,84	272.775,34	42,56%
PB	IBIARA	2506608	5.246,72	5.667,84	385.099,85	48,48%
PR	CAMBIRA	4103800	5.249,04	5.667,84	604.960,60	40,77%
ES	NOVA VENECIA	3203908	5.249,59	5.667,84	3.714.008,39	47,87%
CE	FORTIM	2304459	5.250,31	5.667,84	1.393.711,25	48,91%
PB	PIANCO	2511301	5.250,89	5.667,84	803.954,54	51,78%
BA	MUNDO NOVO	2922102	5.251,16	5.667,84	1.644.492,01	51,36%
GO	ARAGARCAS	5201702	5.252,06	5.667,84	1.087.764,95	51,28%
MG	UBAI	3170008	5.252,19	5.667,84	611.754,60	46,90%
CE	MIRAIMA	2308377	5.254,31	5.667,84	1.283.964,46	52,50%
PE	RIBEIRAO	2611804	5.255,12	5.667,84	2.529.437,63	50,04%
SE	PACATUBA	2804904	5.255,51	5.667,84	1.458.218,38	53,49%
AL	PALESTINA	2706208	5.255,92	5.667,84	590.763,44	56,05%
SC	CALMON	4203154	5.257,18	5.667,84	396.988,77	47,41%
PI	TANQUE DO PIAUI	2210979	5.258,83	5.667,84	272.628,46	48,23%
RR	NORMANDIA	1400407	5.259,76	5.667,84	1.429.797,89	41,48%
PE	ARCOVERDE	2601201	5.261,46	5.667,84	3.393.593,62	56,45%
BA	ARAMARI	2902203	5.261,81	5.667,84	840.591,60	48,07%
PE	CAMARAGIBE	2603454	5.261,82	5.667,84	4.993.562,53	57,97%
PB	SALGADINHO	2513000	5.262,47	5.667,84	342.177,57	48,36%
MA	TASSO FRAGOSO	2112001	5.262,66	5.667,84	1.081.544,30	54,15%
PR	SIQUEIRA CAMPOS	4126603	5.263,47	5.667,84	1.402.093,81	43,45%
PE	BREJINHO	2602506	5.264,02	5.667,84	705.517,88	55,77%
PB	SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO	2515203	5.264,55	5.667,84	335.502,14	49,64%
AL	PINDOBA	2707008	5.267,65	5.667,84	277.494,79	45,41%
PE	LAGOA GRANDE	2608750	5.267,75	5.667,84	2.128.013,28	54,09%
MA	ACAILANDIA	2100055	5.268,39	5.667,84	9.093.594,67	53,25%
MS	ANASTACIO	5000708	5.268,63	5.667,84	1.456.819,49	47,02%
ES	CONCEICAO DA BARRA	3201605	5.269,33	5.667,84	2.561.673,55	47,47%
PI	ALAGOINHA DO PIAUI	2200251	5.270,28	5.667,84	442.146,02	47,81%
PE	QUIPAPA	2611507	5.270,80	5.667,84	1.715.548,50	56,71%
PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	1506583	5.270,83	5.667,84	1.832.569,75	55,48%
PB	CAMPINA GRANDE	2504009	5.271,68	5.667,84	16.969.199,37	51,97%
PB	DIAMANTE	2505600	5.271,69	5.667,84	332.791,05	52,94%
BA	ANDARAI	2901304	5.272,25	5.667,84	1.269.025,45	54,79%
ES	JERONIMO MONTEIRO	3203106	5.273,36	5.667,84	708.271,12	46,74%
BA	GUAJERU	2911659	5.273,73	5.667,84	579.053,85	49,51%
CE	SAO JOAO DO JAGUARIBE	2312502	5.274,08	5.667,84	483.916,45	43,58%
PE	PALMEIRINA	2610103	5.274,25	5.667,84	644.342,94	51,55%
TO	SAMPAIO	1718808	5.274,71	5.667,84	380.156,35	47,42%
RN	VARZEA	2414704	5.276,43	5.667,84	283.674,93	49,31%
RN	SANTA MARIA	2409332	5.277,68	5.667,84	376.549,42	43,67%
PI	ANTONIO ALMEIDA	2200806	5.278,15	5.667,84	307.953,42	55,95%
PR	GUARAQUECABA	4109500	5.278,53	5.667,84	423.901,09	54,09%
PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	2201150	5.280,20	5.667,84	1.686.264,56	49,14%
PB	CARRAPATEIRA	2504108	5.280,23	5.667,84	310.028,56	49,98%
MT	BARAO DE MELGACO	5101605	5.282,89	5.667,84	281.089,53	50,25%
PI	QUEIMADA NOVA	2208650	5.283,75	5.667,84	770.687,71	52,50%
GO	PLANALTINA	5217609	5.284,29	5.667,84	7.764.411,34	55,33%
BA	TERRA NOVA	2931707	5.284,44	5.667,84	1.022.080,93	37,99%
PE	ITAPETIM	2607703	5.285,62	5.667,84	1.089.437,20	52,61%
MA	SAO PEDRO DOS CRENTES	2111573	5.286,62	5.667,84	479.160,47	57,25%
PE	PALMARES	2610004	5.287,58	5.667,84	3.224.892,45	54,36%
SE	CANHOBA	2801108	5.287,64	5.667,84	391.547,22	50,08%
MG	IPANEMA	3131208	5.291,85	5.667,84	912.225,77	50,94%
PR	PIRAQUARA	4119509	5.292,36	5.667,84	5.712.071,83	54,07%
PE	ITAQUITINGA	2607802	5.293,90	5.667,84	971.654,87	54,45%
RN	LUCRECIA	2406908	5.294,55	5.667,84	266.585,74	38,56%
PE	JOAO ALFREDO	2608107	5.297,49	5.667,84	1.908.205,00	54,36%
RJ	CONCEICAO DE MACABU	3301405	5.298,43	5.667,84	1.353.783,25	44,93%
SE	AREIA BRANCA	2800506	5.298,59	5.667,84	1.571.006,25	49,44%
ES	FUNDAO	3202207	5.299,26	5.667,84	1.340.515,60	46,45%
PB	ALGODAO DE JANDAIRA	2500577	5.301,39	5.667,84	280.846,19	50,36%
MS	MUNDO NOVO	5005681	5.302,80	5.667,84	869.574,52	45,93%
RN	UPANEMA	2414605	5.303,62	5.667,84	817.624,65	52,20%
BA	SANTANA	2928208	5.303,92	5.667,84	1.790.063,09	54,16%
RN	MARCELINO VIEIRA	2407302	5.304,51	5.667,84	415.268,21	48,84%
MG	CAPUTIRA	3112901	5.309,63	5.667,84	451.334,99	49,50%
PE	LAGOA DE ITAENGA	2608503	5.310,28	5.667,84	1.166.278,22	55,31%
PB	RIACHAO	2512747	5.310,51	5.667,84	327.695,83	41,29%
GO	INDIARA	5209952	5.310,90	5.667,84	1.003.930,13	49,88%
PB	SAO DOMINGOS DO CARIRI	2513943	5.312,50	5.667,84	215.921,00	43,36%
MG	ENGENHEIRO NAVARRO	3123809	5.312,90	5.667,84	325.478,42	50,47%
AC	ASSIS BRASIL	1200054	5.315,20	5.667,84	586.283,26	59,69%
PB	SANTA RITA	2513703	5.315,79	5.667,84	5.790.452,76	57,04%
PR	COLOMBO	4105805	5.318,67	5.667,84	12.190.329,58	47,76%
PB	PASSAGEM	2510709	5.318,98	5.667,84	217.116,37	49,05%
PE	FREI MIGUELINHO	2605806	5.319,55	5.667,84	895.847,90	50,61%
PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	2616407	5.319,83	5.667,84	6.130.286,17	58,91%
AP	FERREIRA GOMES	1600238	5.322,23	5.667,84	713.265,28	53,58%
MG	SERRA DOS AIMORES	3166709	5.322,57	5.667,84	290.252,29	47,58%
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	2928703	5.323,90	5.667,84	4.737.483,45	51,78%
PI	COIVARAS	2202737	5.324,15	5.667,84	421.104,65	46,19%
PR	SANTA TEREZA DO OESTE	4124020	5.324,63	5.667,84	790.401,44	40,90%
MG	CURRAL DE DENTRO	3120870	5.325,06	5.667,84	381.485,10	53,17%
ES	VILA VALERIO	3205176	5.327,82	5.667,84	953.379,02	46,18%
RN	POCO BRANCO	2410108	5.330,26	5.667,84	784.767,91	54,77%
RN	BODO	2401651	5.331,20	5.667,84	336.477,90	45,64%
ES	IBITIRAMA	3202553	5.335,09	5.667,84	600.460,37	49,99%
RN	ALTO DO RODRIGUES	2400703	5.337,12	5.667,84	942.535,93	50,37%
GO	CARMO DO RIO VERDE	5205000	5.338,41	5.667,84	398.281,81	44,19%
ES	AFONSO CLAUDIO	3200102	5.339,73	5.667,84	1.594.853,87	46,22%
BA	CAPELA DO ALTO ALEGRE	2906857	5.340,09	5.667,84	601.741,30	56,73%
ES	ATILIO VIVACQUA	3200706	5.343,22	5.667,84	853.893,45	47,66%
MG	PERDIGAO	3149705	5.343,93	5.667,84	649.038,88	47,02%
CE	PENAFORTE	2310605	5.345,62	5.667,84	694.654,18	41,83%
SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	2804607	5.347,62	5.667,84	1.579.650,98	54,60%
MG	IPABA	3131158	5.348,64	5.667,84	513.632,48	53,06%

BA	TABOCAS DO BREJO VELHO	2930907	5.348,76	5.667,84	808.982,25	58,52%
RJ	PATY DO ALFERES	3303856	5.351,19	5.667,84	1.760.558,47	53,47%
BA	SAO SEBASTIAO DO PASSE	2929503	5.351,60	5.667,84	2.323.256,70	50,15%
MG	LEOPOLDINA	3138401	5.352,27	5.667,84	1.915.963,55	51,16%
PR	SALTO DO ITARARE	4122909	5.353,43	5.667,84	240.875,34	48,40%
BA	SENTO SE	2930204	5.353,66	5.667,84	3.052.488,67	51,71%
PE	SANTA CRUZ	2612455	5.355,18	5.667,84	1.001.917,10	51,74%
TO	XAMBIOA	1722107	5.355,81	5.667,84	676.064,37	51,65%
MG	SANTA MARIA DO SUACUI	3158201	5.356,78	5.667,84	431.183,10	48,57%
ES	GUACUI	3202306	5.356,89	5.667,84	1.754.511,79	44,50%
PB	ZABELE	2517407	5.358,33	5.667,84	209.197,86	40,06%
SE	SALGADO	2806206	5.359,13	5.667,84	954.280,00	51,51%
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	2603504	5.360,07	5.667,84	893.774,62	52,69%
PE	ALTINHO	2600807	5.360,66	5.667,84	787.040,58	53,42%
PR	ITAIPULANDIA	4110953	5.360,75	5.667,84	713.415,33	35,44%
AM	URUCARA	1304302	5.361,39	5.667,84	1.048.941,39	57,45%
ES	PIUMA	3204203	5.361,72	5.667,84	1.374.621,44	48,54%
ES	MONTANHA	3203502	5.362,59	5.667,84	1.161.914,23	44,92%
SE	JAPOATA	2803401	5.363,85	5.667,84	1.097.125,45	47,09%
ES	IUNA	3203007	5.364,62	5.667,84	1.331.834,45	51,23%
RN	ANTONIO MARTINS	2400901	5.368,16	5.667,84	290.799,53	53,28%
ES	COLATINA	3201506	5.369,02	5.667,84	5.782.453,21	47,19%
PR	ITAPEJARA DOESTE	4111209	5.369,21	5.667,84	575.303,58	43,01%
SE	MACAMBIRA	2803708	5.370,14	5.667,84	404.309,36	48,85%
MG	ORIZANIA	3145877	5.372,35	5.667,84	471.560,48	53,42%
PR	CANTAGALO	4104451	5.377,66	5.667,84	542.981,57	45,53%
RJ	MENDES	3302809	5.377,92	5.667,84	925.041,48	49,51%
PR	BITURUNA	4102901	5.378,51	5.667,84	731.424,53	50,40%
GO	TRINDADE	5221403	5.379,16	5.667,84	4.968.962,84	53,15%
MG	SAO FRANCISCO	3161106	5.379,98	5.667,84	1.866.302,84	57,78%
PE	SURUBIM	2614501	5.380,04	5.667,84	2.293.588,00	55,83%
PA	IRITUIA	1503507	5.380,47	5.667,84	1.469.129,19	60,04%
RJ	PINHEIRAL	3303955	5.380,83	5.667,84	1.330.457,82	46,32%
MG	MANGA	3139300	5.380,94	5.667,84	856.100,93	48,87%
PE	PAULISTA	2610707	5.383,68	5.667,84	6.852.167,26	59,16%
TO	AGUIARNOPOLIS	1700301	5.384,45	5.667,84	302.681,57	52,55%
PB	BORBOREMA	2502706	5.387,77	5.667,84	255.857,84	58,18%
PI	PRATA DO PIAUI	2208601	5.388,19	5.667,84	247.270,66	49,94%
MA	SAO FELIX DE BALSAS	2110807	5.388,44	5.667,84	283.382,00	55,74%
RN	SAO BENTO DO TRAIRI	2411700	5.388,48	5.667,84	212.694,55	54,40%
AL	MAR VERMELHO	2704906	5.388,82	5.667,84	244.266,95	42,87%
MG	MATO VERDE	3141009	5.388,94	5.667,84	336.901,73	51,97%
PE	MANARI	2609154	5.389,66	5.667,84	1.265.282,55	58,60%
PB	IGARACY	2502607	5.391,96	5.667,84	278.653,92	52,79%
RJ	MESQUITA	3302858	5.392,25	5.667,84	4.722.479,80	52,60%
ES	BOA ESPERANCA	3201001	5.392,37	5.667,84	698.402,86	49,88%
BA	MANSIDAO	2920452	5.393,20	5.667,84	732.687,31	49,86%
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	4124400	5.399,54	5.667,84	800.147,92	44,23%
BA	SAO JOSE DA VITORIA	2929354	5.399,63	5.667,84	326.802,99	54,32%
PI	PEDRO LAURENTINO	2207934	5.400,61	5.667,84	159.364,74	43,23%
PE	BEZERROS	2601904	5.402,30	5.667,84	2.048.626,82	53,36%
MS	LADARIO	5005202	5.403,99	5.667,84	1.224.603,46	48,83%
SE	TOBIAS BARRETO	2807402	5.407,77	5.667,84	2.187.591,90	54,48%
ES	IBATIBA	3202454	5.409,08	5.667,84	1.188.147,17	53,38%
MG	ITAMBACURI	3132701	5.410,10	5.667,84	694.211,01	52,31%
MA	SANTA FILOMENA DO MARANHAO	2109759	5.414,06	5.667,84	467.837,26	48,64%
RN	RUY BARBOSA	2411106	5.414,63	5.667,84	231.094,83	27,85%
BA	TREMEDAL	2931806	5.415,62	5.667,84	819.190,99	54,41%
PI	AROAZES	2200905	5.416,06	5.667,84	316.283,57	43,62%
BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	2923209	5.416,35	5.667,84	1.051.641,10	57,50%
MG	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	3170651	5.417,82	5.667,84	170.887,56	43,38%
ES	IBIRACU	3202504	5.419,11	5.667,84	440.733,38	45,43%
PA	BANNACH	1501253	5.419,34	5.667,84	258.184,33	56,87%
PE	ESCADA	2605202	5.419,62	5.667,84	2.073.171,03	55,64%
SE	PIRAMBU	2805307	5.419,64	5.667,84	514.045,41	44,00%
PR	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	4123303	5.421,02	5.667,84	339.899,13	43,34%
MG	DIAMANTINA	3121605	5.423,96	5.667,84	1.160.847,53	48,55%
SE	NEOPOLIS	2804409	5.426,97	5.667,84	765.261,06	53,90%
RN	PATU	2409308	5.427,09	5.667,84	381.597,78	44,79%
BA	SOUTO SOARES	2930808	5.427,67	5.667,84	891.448,75	56,52%
SE	SIMAO DIAS	2807105	5.430,47	5.667,84	1.553.980,37	50,87%
MG	BOCAIUVA	3107307	5.431,16	5.667,84	1.162.015,23	48,97%
RN	AREIA BRANCA	2401107	5.431,49	5.667,84	968.115,19	49,85%
SE	GARARU	2802403	5.433,16	5.667,84	499.150,03	61,93%
BA	ITAGIBA	2915205	5.433,28	5.667,84	941.442,41	57,49%
MG	CORONEL FABRICIANO	3119401	5.433,58	5.667,84	3.107.752,18	46,29%
MG	SAO JOAO DO PARAISO	3162708	5.433,63	5.667,84	438.313,97	51,46%
SE	ITABAIANA	2802908	5.433,99	5.667,84	3.032.658,55	54,75%
MG	EWBANK DA CAMARA	3125002	5.434,34	5.667,84	156.726,20	46,67%
BA	ANTONIO GONCALVES	2901809	5.435,13	5.667,84	522.406,87	45,29%
TO	TOCANTINIA	1721109	5.435,25	5.667,84	374.791,31	37,78%
RJ	CAMBUCI	3300902	5.437,30	5.667,84	486.493,11	46,63%
BA	IBIRATAIA	2912905	5.437,86	5.667,84	972.219,58	53,41%
PR	TUNAS DO PARANA	4127882	5.438,51	5.667,84	259.769,69	51,29%
BA	ITAGUACU DA BAHIA	2915353	5.439,02	5.667,84	703.423,23	57,39%
ES	ALEGRE	3200201	5.441,62	5.667,84	797.606,77	45,08%
PR	FAZENDA RIO GRANDE	4107652	5.442,27	5.667,84	4.442.774,17	51,89%
PR	SENGES	4126306	5.442,89	5.667,84	640.812,45	50,40%
MA	CAPINZAL DO NORTE	2102754	5.443,85	5.667,84	753.269,63	46,51%
ES	BAIXO GUANDU	3200805	5.444,03	5.667,84	1.208.441,52	46,17%
BA	RIACHAO DAS NEVES	2926202	5.446,03	5.667,84	1.152.789,19	56,74%
SE	PEDRINHAS	2805109	5.447,06	5.667,84	379.601,81	54,01%
MG	RODEIRO	3156304	5.447,22	5.667,84	270.510,87	53,61%
ES	SAO MATEUS	3204906	5.448,23	5.667,84	4.726.594,13	50,34%
GO	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	5219704	5.449,29	5.667,84	356.029,56	46,93%
MG	SAO JOAO DO MANHUACU	3162559	5.450,53	5.667,84	434.980,92	50,97%
SC	SCHROEDER	4217402	5.451,85	5.667,84	765.994,02	46,88%
ES	LINHARES	3203205	5.454,42	5.667,84	7.280.068,25	45,39%
PE	MORENO	2609402	5.455,14	5.667,84	1.640.532,29	59,24%

MG	PATIS	3147956	5.457,43	5.667,84	202.405,10	38,29%
GO	MAMBAI	5212709	5.458,07	5.667,84	247.504,03	55,00%
PE	SAIRE	2612000	5.458,29	5.667,84	387.270,26	50,74%
MT	BARRA DO BUGRES	5101704	5.458,61	5.667,84	964.490,67	50,61%
PE	ITAPISSUMA	2607752	5.458,76	5.667,84	968.458,01	53,18%
AL	BARRA DE SAO MIGUEL	2700607	5.459,76	5.667,84	511.239,88	46,03%
GO	BRITANIA	5203807	5.461,52	5.667,84	208.110,70	56,05%
GO	GOIANDIRA	5208509	5.461,92	5.667,84	161.959,27	38,63%
BA	CONTENDAS DO SINCORA	2908804	5.463,75	5.667,84	235.854,86	46,87%
MG	SIMONESIA	3167608	5.464,47	5.667,84	422.293,05	59,98%
PR	IVATE	4111555	5.465,88	5.667,84	216.291,60	45,46%
MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	3124401	5.466,76	5.667,84	199.534,85	46,58%
CE	AQUIRAZ	2301000	5.466,87	5.667,84	3.723.390,00	50,42%
RJ	LAJE DO MURIAE	3302304	5.469,78	5.667,84	263.455,34	43,04%
RN	TABOLEIRO GRANDE	2413805	5.471,35	5.667,84	119.529,41	28,32%
RN	ALMINO AFONSO	2400604	5.473,08	5.667,84	105.981,96	48,46%
PI	VERA MENDES	2211506	5.473,79	5.667,84	196.005,67	47,33%
MT	JAURU	5105002	5.473,89	5.667,84	263.197,36	45,42%
BA	ADUSTINA	2900355	5.474,50	5.667,84	551.825,32	53,92%
MG	RIO VERMELHO	3156007	5.474,64	5.667,84	279.306,16	51,85%
PR	PARAISO DO NORTE	4118006	5.475,55	5.667,84	436.850,13	48,26%
PA	MARABA	1504208	5.475,87	5.667,84	11.452.562,61	55,55%
SC	LAURO MULLER	4209607	5.476,52	5.667,84	559.359,18	34,67%
RJ	VALENCA	3306107	5.476,73	5.667,84	2.266.269,02	50,91%
MT	GUARANTA DO NORTE	5104104	5.478,68	5.667,84	1.217.370,56	50,14%
MG	LEME DO PRADO	3138351	5.478,71	5.667,84	174.094,98	45,68%
SE	UMBAUBA	2807600	5.478,73	5.667,84	902.584,98	50,52%
MG	BRASILIA DE MINAS	3108602	5.480,51	5.667,84	506.773,04	53,29%
MG	PORTEIRINHA	3152204	5.481,34	5.667,84	775.078,83	49,36%
ES	IRUPI	3202652	5.481,76	5.667,84	371.072,76	54,52%
RN	JARDIM DO SERIDO	2405702	5.482,17	5.667,84	260.819,33	49,59%
RN	PARANA	2408607	5.482,57	5.667,84	166.271,76	42,47%
BA	CORIBE	2909109	5.482,74	5.667,84	560.620,59	52,37%
PR	REBOUCAS	4121505	5.483,47	5.667,84	395.901,07	49,98%
MA	BENEDITO LEITE	2101806	5.484,16	5.667,84	227.345,32	48,32%
MG	GUIMARANIA	3128907	5.485,56	5.667,84	212.736,40	46,83%
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	2804805	5.485,86	5.667,84	3.717.984,41	56,50%
MG	IBIRITE	3129806	5.486,55	5.667,84	3.948.154,94	54,86%
PE	BELO JARDIM	2601706	5.486,80	5.667,84	1.987.449,93	55,97%
RN	MESSIAS TARGINO	2407609	5.486,98	5.667,84	123.134,14	37,23%
GO	BONFINOPOLIS	5203559	5.487,33	5.667,84	243.057,85	52,52%
MS	CORONEL SAPUCAIA	5003157	5.487,96	5.667,84	705.362,95	51,38%
PE	JATOBA	2608057	5.488,07	5.667,84	377.198,17	50,02%
AL	JOAQUIM GOMES	2703809	5.488,42	5.667,84	790.114,69	52,92%
PE	SANTA FILOMENA	2612554	5.488,93	5.667,84	514.806,84	56,06%
MG	RUBELITA	3156502	5.491,86	5.667,84	142.344,72	45,91%
SE	SIRIRI	2807204	5.492,38	5.667,84	321.831,31	49,56%
MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	3162005	5.493,28	5.667,84	583.675,15	47,66%
PR	BOCAIUVA DO SUL	4103107	5.493,49	5.667,84	367.710,61	52,11%
ES	PEDRO CANARIO	3204054	5.495,43	5.667,84	602.776,54	51,47%
PR	PEABIRU	4118808	5.495,69	5.667,84	379.237,75	44,65%
BA	IBIASSUCE	2912004	5.497,00	5.667,84	292.878,21	57,63%
MG	SAO JOSE DA LAPA	3162955	5.498,12	5.667,84	845.364,77	42,48%
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	2607901	5.500,88	5.667,84	12.499.158,62	59,16%
RR	UIRAMUTA	1400704	5.500,97	5.667,84	406.761,78	59,10%
PE	BOM CONSELHO	2602100	5.501,08	5.667,84	1.435.708,28	58,64%
MG	MONTE SANTO DE MINAS	3143203	5.502,30	5.667,84	446.933,12	45,72%
RN	FELIPE GUERRA	2403707	5.502,71	5.667,84	189.006,77	53,45%
PR	PIEN	4119103	5.503,35	5.667,84	374.294,00	49,16%
PR	MANDAGUARI	4114203	5.503,97	5.667,84	862.977,22	42,66%
SC	LUIZ ALVES	4210001	5.504,64	5.667,84	381.219,42	42,00%
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	5.505,57	5.667,84	4.654.001,82	45,20%
PR	PAICANDU	4117503	5.507,30	5.667,84	1.034.731,60	44,04%
GO	CAMPO LIMPO DE GOIAS	5204854	5.510,65	5.667,84	184.679,71	52,02%
MG	JAIBA	3135050	5.512,08	5.667,84	632.622,58	50,81%
MG	RIO PARDO DE MINAS	3155603	5.512,58	5.667,84	590.699,11	49,87%
RN	JUCURUTU	2406106	5.513,72	5.667,84	426.801,00	48,28%
RJ	CORDEIRO	3301504	5.514,99	5.667,84	499.855,77	43,41%
SE	LARANJEIRAS	2803609	5.515,02	5.667,84	771.255,05	51,46%
BA	ITAPEBI	2916302	5.515,23	5.667,84	371.631,46	48,79%
PB	COREMAS	2504801	5.515,51	5.667,84	315.927,27	55,64%
TO	TOCANTINOPOLIS	1721208	5.515,74	5.667,84	473.576,60	55,23%
BA	LAJEDINHO	2919009	5.516,23	5.667,84	139.069,58	43,63%
CE	GUARAMIRANGA	2305100	5.517,13	5.667,84	226.659,42	43,51%
RJ	CARDOSO MOREIRA	3301157	5.517,64	5.667,84	394.865,52	47,03%
MG	SANTA LUZIA	3157807	5.518,76	5.667,84	4.150.157,04	54,36%
CE	TARRAFAS	2313252	5.521,23	5.667,84	259.751,04	44,64%
RN	RIACHO DA CRUZ	2410702	5.522,32	5.667,84	98.452,42	43,68%
TO	APARECIDA DO RIO NEGRO	1701101	5.523,25	5.667,84	170.464,39	47,98%
GO	IPORA	5210208	5.523,40	5.667,84	504.629,58	47,89%
PI	PIO IX	2208205	5.524,48	5.667,84	532.495,54	48,18%
BA	ALMADINA	2900900	5.524,83	5.667,84	169.505,79	46,86%
MG	LUISBURGO	3138674	5.525,50	5.667,84	152.489,71	51,71%
GO	VALPARAISO DE GOIAS	5221858	5.526,73	5.667,84	4.085.644,10	54,77%
SC	PONTE SERRADA	4213401	5.526,92	5.667,84	268.511,24	37,16%
SE	JAPARATUBA	2803302	5.527,43	5.667,84	555.081,80	53,17%
MG	PITANGUI	3151404	5.527,60	5.667,84	361.754,09	46,42%
RJ	BARRA DO PIRAI	3300308	5.527,63	5.667,84	1.571.271,73	47,76%
MG	MALACACHETA	3139201	5.527,80	5.667,84	235.876,55	51,91%
PR	SANTANA DO ITARARE	4124004	5.528,11	5.667,84	110.571,01	45,95%
PR	LARANJAL	4113254	5.529,08	5.667,84	134.447,14	47,97%
RJ	ITALVA	3302056	5.531,88	5.667,84	284.749,48	51,49%
PI	SAO JOSE DO PEIXE	2210102	5.532,07	5.667,84	104.899,44	51,35%
RN	PAU DOS FERROS	2409407	5.536,71	5.667,84	328.766,08	47,22%
PB	MATO GROSSO	2509370	5.537,43	5.667,84	83.634,15	53,07%
TO	PRAIA NORTE	1718303	5.538,71	5.667,84	296.182,54	50,64%
PB	SAO DOMINGOS	2513968	5.539,37	5.667,84	86.078,72	44,44%
MG	SAO JOAO DAS MISSOES	3162450	5.539,39	5.667,84	173.466,57	54,95%
RR	SAO JOAO DA BALIZA	1400506	5.539,88	5.667,84	196.874,17	52,08%
GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	5200258	5.540,02	5.667,84	3.246.198,89	57,96%

GO	RIALMA	5218607	5.540,57	5.667,84	195.039,36	41,50%
TO	ARAGUATINS	1702208	5.540,68	5.667,84	616.455,95	59,62%
BA	RIO DO PIRES	2926905	5.540,94	5.667,84	218.233,75	57,91%
PI	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	2209153	5.541,00	5.667,84	116.127,13	33,84%
PI	MIGUEL LEAO	2206308	5.541,03	5.667,84	60.747,54	43,99%
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	3118304	5.541,12	5.667,84	1.888.641,61	52,19%
MG	ALEM PARAIBA	3101508	5.543,02	5.667,84	516.585,37	50,12%
ES	DOMINGOS MARTINS	3201902	5.543,52	5.667,84	864.286,71	48,62%
MG	CATUJI	3115458	5.543,52	5.667,84	151.912,93	53,21%
ES	ITAPEMIRIM	3202801	5.544,12	5.667,84	1.250.468,99	44,66%
MG	MATIAS CARDOSO	3140852	5.544,88	5.667,84	213.656,21	47,71%
PB	SAO JOSE DO BONFIM	2514602	5.545,73	5.667,84	88.756,55	55,16%
BA	MUCUGE	2921906	5.546,06	5.667,84	322.979,50	51,59%
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	3301009	5.547,49	5.667,84	8.279.482,31	51,64%
PR	QUEDAS DO IGUACU	4120903	5.547,86	5.667,84	521.330,33	48,58%
PI	SAO FRANCISCO DO PIAUI	2209708	5.548,62	5.667,84	179.439,29	42,47%
MG	DIVINESIA	3121902	5.549,10	5.667,84	88.546,77	43,85%
MG	CAMPANHA	3110905	5.549,79	5.667,84	240.496,81	46,52%
BA	MANOEL VITORINO	2920403	5.550,73	5.667,84	357.563,37	55,07%
SC	GUATAMBU	4206652	5.553,61	5.667,84	134.443,20	49,69%
RJ	DUAS BARRAS	3301603	5.553,69	5.667,84	275.425,52	44,66%
TO	ALMAS	1700400	5.555,05	5.667,84	145.086,95	54,54%
TO	AXIXA DO TOCANTINS	1702901	5.555,58	5.667,84	366.321,34	44,49%
SE	BOQUIM	2800670	5.556,24	5.667,84	496.442,36	54,85%
PR	CAMPO LARGO	4104204	5.558,00	5.667,84	1.961.139,31	47,50%
MG	JAPONVAR	3135357	5.561,55	5.667,84	127.588,68	50,93%
RN	JARDIM DE ANGICOS	2405504	5.563,02	5.667,84	71.620,20	38,23%
MG	DIVISA ALEGRE	3122355	5.564,33	5.667,84	140.936,78	48,32%
PR	IMBITUVA	4110102	5.565,68	5.667,84	479.241,34	49,09%
PB	LASTRO	2508406	5.565,70	5.667,84	78.968,89	53,26%
MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	5106422	5.567,62	5.667,84	553.160,96	51,68%
MG	FELICIO DOS SANTOS	3125408	5.569,84	5.667,84	85.175,60	45,67%
BA	MASCOTE	2920908	5.571,19	5.667,84	284.531,88	52,21%
MG	SAO SEBASTIAO DO ANTA	3164472	5.571,19	5.667,84	114.590,31	49,94%
BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	2919553	5.571,66	5.667,84	2.290.281,73	51,21%
RN	SERRA NEGRA DO NORTE	2413409	5.572,03	5.667,84	110.025,39	50,87%
MG	IRAI DE MINAS	3131604	5.574,13	5.667,84	98.727,31	46,24%
BA	ILHEUS	2913606	5.576,47	5.667,84	2.068.251,81	58,94%
SP	SANTA MARIA DA SERRA	3547007	5.576,67	5.667,84	97.965,32	35,49%
SC	SANGAO	4215455	5.577,60	5.667,84	121.713,45	47,97%
RS	BARRA DO GUARITA	4301859	5.579,75	5.667,84	57.849,78	46,84%
RN	CAICARA DO RIO DO VENTO	2401909	5.581,18	5.667,84	62.507,39	45,50%
PR	CAMPO DO TENENTE	4104105	5.582,15	5.667,84	116.204,35	50,39%
PR	QUERENCIA DO NORTE	4121000	5.582,18	5.667,84	160.250,00	46,54%
SE	PINHAO	2805208	5.582,49	5.667,84	113.552,82	51,67%
BA	PAU BRASIL	2923902	5.582,83	5.667,84	167.259,10	50,15%
RO	JARU	1100114	5.584,03	5.667,84	570.269,40	53,44%
MG	JACUTINGA	3134905	5.584,10	5.667,84	388.858,06	39,85%
RN	OLHO DAGUA DO BORGES	2408409	5.584,45	5.667,84	50.879,65	49,32%
MG	SANTA MARGARIDA	3157906	5.585,03	5.667,84	161.253,20	54,54%
TO	LAGOA DA CONFUSAO	1711902	5.585,42	5.667,84	221.108,45	53,88%
PI	MORRO CABECA NO TEMPO	2206654	5.585,87	5.667,84	87.476,73	63,19%
RO	SAO FELIPE DOESTE	1101484	5.585,90	5.667,84	57.744,38	45,88%
MG	CAETANOPOLIS	3109907	5.587,15	5.667,84	119.992,59	55,37%
MT	NOVA SANTA HELENA	5106190	5.591,33	5.667,84	74.278,33	50,27%
BA	CRAVOLANDIA	2909505	5.595,58	5.667,84	84.374,48	45,89%
PR	ALTO PARANA	4100608	5.596,31	5.667,84	160.470,70	46,16%
RN	JUNDIA	2406155	5.596,43	5.667,84	56.571,11	57,76%
PB	SAO FRANCISCO	2513984	5.596,81	5.667,84	54.750,61	49,82%
ES	DORES DO RIO PRETO	3202009	5.597,85	5.667,84	80.903,66	57,47%
RN	CAICO	2402006	5.599,28	5.667,84	431.711,37	46,07%
MG	MURIAE	3143906	5.599,30	5.667,84	934.305,54	48,89%
RJ	CASIMIRO DE ABREU	3301306	5.599,50	5.667,84	632.236,78	45,98%
MG	MARIA DA FE	3139904	5.599,90	5.667,84	153.697,48	52,27%
GO	ITAPACI	5210901	5.602,60	5.667,84	184.028,58	51,34%
ES	PANCAS	3204005	5.604,29	5.667,84	159.503,89	54,19%
SP	QUINTANA	3542008	5.606,14	5.667,84	79.916,17	35,99%
MG	VERDELANDIA	3171030	5.606,49	5.667,84	72.997,98	50,65%
SE	CAMPO DO BRITO	2801009	5.606,70	5.667,84	169.220,50	47,99%
RJ	QUATIS	3304128	5.607,36	5.667,84	175.979,59	45,53%
PR	NOVA LONDRINA	4117107	5.607,87	5.667,84	112.904,59	44,73%
MG	MIRABELA	3142007	5.608,43	5.667,84	92.945,05	53,39%
RJ	TRES RIOS	3306008	5.610,52	5.667,84	735.164,58	49,73%
ES	SAO GABRIEL DA PALHA	3204708	5.611,46	5.667,84	282.992,63	48,29%
TO	RECURSOLANDIA	1718501	5.612,75	5.667,84	54.823,78	53,18%
SC	PASSO DE TORRES	4212254	5.614,56	5.667,84	138.697,23	48,79%
RN	PEDRA PRETA	2409605	5.614,90	5.667,84	34.178,73	55,22%
SC	XAXIM	4219705	5.615,02	5.667,84	332.746,72	32,43%
MG	GUANHAES	3128006	5.615,17	5.667,84	188.372,19	51,38%
PA	PRIMAVERA	1506104	5.615,45	5.667,84	110.813,75	51,97%
GO	ABADIA DE GOIAS	5200050	5.616,10	5.667,84	163.152,00	54,93%
BA	PINDAI	2924504	5.616,65	5.667,84	157.507,31	49,64%
MA	ALTO PARNAIBA	2100501	5.617,38	5.667,84	128.188,34	57,51%
ES	VARGEM ALTA	3205036	5.622,93	5.667,84	155.931,27	48,55%
SC	CAMPO ERE	4203501	5.624,40	5.667,84	76.228,36	39,99%
PR	CALIFORNIA	4103503	5.624,93	5.667,84	60.525,82	46,66%
ES	MARILANDIA	3203353	5.625,11	5.667,84	77.163,04	48,87%
PE	CAMUTANGA	2603603	5.625,18	5.667,84	62.554,58	51,25%
RO	URUPA	1101708	5.625,37	5.667,84	89.212,26	52,82%
PI	FLORESTA DO PIAUI	2203859	5.625,50	5.667,84	21.743,29	41,52%
PR	TIJUCAS DO SUL	4127601	5.628,47	5.667,84	104.148,48	51,91%
ES	MARECHAL FLORIANO	3203346	5.629,44	5.667,84	121.370,87	47,33%
PR	BELA VISTA DO PARAISO	4102802	5.629,68	5.667,84	69.740,38	52,53%
MG	BOM REPOUSO	3107901	5.630,34	5.667,84	57.855,45	46,32%
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	1100379	5.631,36	5.667,84	87.911,78	57,78%
SP	POTIM	3540754	5.631,51	5.667,84	131.316,67	47,22%
RN	CORONEL EZEQUIEL	2402808	5.634,30	5.667,84	31.361,10	51,94%
PB	CURRAL VELHO	2505303	5.635,42	5.667,84	18.251,37	45,50%
SC	FORQUILHINHA	4205456	5.637,13	5.667,84	154.179,23	39,04%

ES	BREJETUBA	3201159	5.637,91	5.667,84	61.066,72	52,04%
MG	RUBIM	3156601	5.639,20	5.667,84	52.497,32	41,91%
RJ	SANTO ANTONIO DE PADUA	3304706	5.643,05	5.667,84	165.681,26	44,57%
RR	MUCAJAI	1400308	5.643,97	5.667,84	83.682,03	52,86%
TO	LUZINOPOLIS	1712454	5.643,97	5.667,84	12.794,39	40,47%
TO	ESPERANTINA	1707405	5.644,10	5.667,84	56.725,80	53,06%
MG	MAMONAS	3139250	5.644,46	5.667,84	17.507,48	43,25%
MG	ITAOBIM	3133303	5.644,55	5.667,84	56.550,03	47,77%
PE	TACAIMBO	2614709	5.645,11	5.667,84	47.779,54	54,61%
BA	CORRENTINA	2909307	5.645,42	5.667,84	167.173,18	56,62%
MG	ALTEROSA	3102001	5.645,47	5.667,84	43.340,10	50,16%
PR	LOANDA	4113502	5.646,70	5.667,84	74.939,40	42,87%
RO	NOVA BRASILANDIA DOESTE	1100148	5.650,58	5.667,84	47.442,84	51,06%
PR	TUNEIRAS DO OESTE	4127908	5.650,96	5.667,84	22.171,34	43,77%
MG	PIRANGUINHO	3151008	5.651,73	5.667,84	19.927,61	41,67%
MG	TURMALINA	3169703	5.653,22	5.667,84	34.400,66	42,97%
MG	VARJAO DE MINAS	3170750	5.653,85	5.667,84	15.317,18	49,98%
SE	NOSSA SENHORA DE LOURDES	2804706	5.654,17	5.667,84	13.826,27	57,56%
PE	OLINDA	2609600	5.654,19	5.667,84	412.732,73	58,70%
SC	NAVEGANTES	4211306	5.656,95	5.667,84	245.845,46	39,18%
PB	OLIVEDOS	2510501	5.657,56	5.667,84	8.265,09	58,80%
MG	TAIOBEIRAS	3168002	5.659,68	5.667,84	27.856,01	52,90%
RN	PENDENCIAS	2409902	5.659,75	5.667,84	18.826,64	49,68%
PI	SANTO INACIO DO PIAUI	2209500	5.660,56	5.667,84	5.407,98	47,87%
CE	QUIXERE	2311504	5.660,57	5.667,84	27.814,77	52,98%
MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	5106778	5.662,02	5.667,84	8.384,91	49,03%
PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	4104600	5.663,99	5.667,84	8.744,90	45,83%
MG	SAO JOSE DO JACURI	3163508	5.664,02	5.667,84	2.473,81	58,13%
SC	ARARANGUA	4201406	5.665,20	5.667,84	20.723,51	41,15%
MG	DIVINOLANDIA DE MINAS	3122207	5.666,98	5.667,84	896,18	54,56%
RJ	SEROPEDICA	3305554	5.667,19	5.667,84	10.818,49	55,42%
PE	JOAQUIM NABUCO	2608206	5.667,39	5.667,84	1.239,74	59,48%
SC	MONTE CASTELO	4211108	5.667,59	5.667,84	329,53	49,72%
SC	LAURENTINO	4209508	5.667,97	5.667,97	-	-
PE	FERREIROS	2605509	5.669,15	5.669,15	-	-
PR	LARANJEIRAS DO SUL	4113304	5.669,38	5.669,38	-	-
MG	VISCONDE DO RIO BRANCO	3172004	5.669,86	5.669,86	-	-
PR	PARANAVAI	4118402	5.671,12	5.671,12	-	-
MG	AGUAS FORMOSAS	3100906	5.671,33	5.671,33	-	-
PE	ILHA DE ITAMARACA	2607604	5.671,45	5.671,45	-	-
PR	CAMPINA DA LAGOA	4103909	5.674,29	5.674,29	-	-
AM	PRESIDENTE FIGUEIREDO	1303536	5.674,56	5.674,56	-	-
PR	IRATI	4110706	5.674,64	5.674,64	-	-
RO	CANDEIAS DO JAMARI	1100809	5.674,74	5.674,74	-	-
MG	INDAIABIRA	3130655	5.674,91	5.674,91	-	-
SE	DIVINA PASTORA	2802007	5.675,89	5.675,89	-	-
BA	GENTIO DO OURO	2911303	5.677,34	5.677,34	-	-
MG	TOCANTINS	3169000	5.679,40	5.679,40	-	-
RN	VICOSA	2414902	5.679,61	5.679,61	-	-
RN	TIBAU DO SUL	2414209	5.682,20	5.682,20	-	-
RN	SERRA DO MEL	2413359	5.682,83	5.682,83	-	-
MG	PADRE PARAISO	3146305	5.685,76	5.685,76	-	-
ES	CASTELO	3201407	5.688,34	5.688,34	-	-
RJ	ITAOCARA	3302106	5.688,68	5.688,68	-	-
PB	CABACEIRAS	2503100	5.690,01	5.690,01	-	-
SE	MALHADA DOS BOIS	2803807	5.690,58	5.690,58	-	-
PE	SALGADINHO	2612109	5.691,25	5.691,25	-	-
GO	ESTRELA DO NORTE	5207501	5.691,36	5.691,36	-	-
SE	FREI PAULO	2802304	5.692,57	5.692,57	-	-
SC	BOM RETIRO	4202602	5.694,19	5.694,19	-	-
SC	PRAIA GRANDE	4213807	5.694,82	5.694,82	-	-
PR	FRANCISCO ALVES	4108320	5.694,95	5.694,95	-	-
PR	JAPURA	4112405	5.695,59	5.695,59	-	-
MG	CARANGOLA	3113305	5.696,38	5.696,38	-	-
GO	LUZIANIA	5212501	5.697,27	5.697,27	-	-
RJ	SAO GONCALO	3304904	5.698,96	5.698,96	-	-
MG	SANTANA DO JACARE	3158805	5.698,97	5.698,97	-	-
RN	SAO FERNANDO	2411809	5.699,64	5.699,64	-	-
MG	TEOFILO OTONI	3168606	5.704,41	5.704,41	-	-
RN	SANTANA DO MATOS	2411403	5.704,45	5.704,45	-	-
SE	MARUIM	2804003	5.704,74	5.704,74	-	-
MG	TEIXEIRAS	3168507	5.706,51	5.706,51	-	-
MG	NOVORIZONTE	3145372	5.707,18	5.707,18	-	-
SE	NOSSA SENHORA APARECIDA	2804458	5.708,37	5.708,37	-	-
PE	ABREU E LIMA	2600054	5.709,15	5.709,15	-	-
SC	TIMBO GRANDE	4218251	5.709,97	5.709,97	-	-
MG	UBA	3169901	5.710,51	5.710,51	-	-
RJ	COMENDADOR LEVY GASPARIAN	3300951	5.710,63	5.710,63	-	-
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	4103057	5.710,90	5.710,90	-	-
PR	ABATIA	4100103	5.711,05	5.711,05	-	-
TO	SANTA ROSA DO TOCANTINS	1718907	5.714,26	5.714,26	-	-
SP	FRANCISCO MORATO	3516309	5.716,51	5.716,51	-	-
RJ	RIO BONITO	3304300	5.717,18	5.717,18	-	-
RO	CUJUBIM	1100940	5.719,09	5.719,09	-	-
PB	SANTA LUZIA	2513406	5.719,23	5.719,23	-	-
SE	POCO VERDE	2805505	5.719,24	5.719,24	-	-
MG	MONSENHOR PAULO	3142601	5.722,08	5.722,08	-	-
RR	CAROEBE	1400233	5.724,95	5.724,95	-	-
MG	SAO JOAO DO MANTENINHA	3162575	5.725,96	5.725,96	-	-
SC	RODEIO	4215109	5.726,28	5.726,28	-	-
PR	ALMIRANTE TAMANDARE	4100400	5.727,12	5.727,12	-	-
PR	ARAPONGAS	4101507	5.727,18	5.727,18	-	-
RJ	RIO DAS FLORES	3304508	5.727,70	5.727,70	-	-
MG	CAJURI	3110202	5.729,01	5.729,01	-	-
GO	ITAUCU	5211404	5.729,48	5.729,48	-	-

ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	3200904	5.730,52	5.730,52	-	-
SC	ZORTEA	4219853	5.730,69	5.730,69	-	-
SC	JACINTO MACHADO	4208708	5.731,92	5.731,92	-	-
ES	ITARANA	3202900	5.733,46	5.733,46	-	-
PB	SANTO ANDRE	2513851	5.733,61	5.733,61	-	-
GO	PORANGATU	5218003	5.734,80	5.734,80	-	-
MG	ESMERALDAS	3124104	5.734,91	5.734,91	-	-
MG	RIACHINHO	3154457	5.735,44	5.735,44	-	-
MG	PEDRA BONITA	3148756	5.736,52	5.736,52	-	-
MG	ELOI MENDES	3123601	5.736,52	5.736,52	-	-
MG	ARAUJOS	3103900	5.736,55	5.736,55	-	-
MG	SAO JOAQUIM DE BICAS	3162922	5.737,40	5.737,40	-	-
SC	SAO PEDRO DE ALCANTARA	4217253	5.737,94	5.737,94	-	-
GO	LEOPOLDO DE BULHÕES	5212303	5.738,56	5.738,56	-	-
MS	PARANHOS	5006358	5.739,36	5.739,36	-	-
MG	NINHEIRA	3144656	5.740,46	5.740,46	-	-
MG	BONITO DE MINAS	3108255	5.744,72	5.744,72	-	-
SP	DOIS CORREGOS	3514106	5.744,87	5.744,87	-	-
MT	SÃO PEDRO DA CIPA	5107404	5.745,60	5.745,60	-	-
SE	PROPRIA	2805703	5.745,78	5.745,78	-	-
MG	MARTINHO CAMPOS	3140506	5.746,71	5.746,71	-	-
PR	MARIALVA	4114807	5.746,83	5.746,83	-	-
AM	COARI	1301209	5.747,87	5.747,87	-	-
RO	PIMENTA BUENO	1100189	5.748,23	5.748,23	-	-
RN	MACAIBA	2407104	5.748,48	5.748,48	-	-
RN	PARNAMIRIM	2403251	5.748,96	5.748,96	-	-
MG	SÃO TIAGO	3165008	5.752,97	5.752,97	-	-
TO	JUARINA	1711803	5.753,06	5.753,06	-	-
PR	ARARUNA	4101705	5.753,08	5.753,08	-	-
TO	LAGOA DO TOCANTINS	1711951	5.753,53	5.753,53	-	-
TO	ARAGOMINAS	1701309	5.754,72	5.754,72	-	-
RJ	SÃO PEDRO DA ALDEIA	3305208	5.755,67	5.755,67	-	-
PR	PEROBAL	4118857	5.756,04	5.756,04	-	-
RJ	MIGUEL PEREIRA	3302908	5.757,13	5.757,13	-	-
MG	CHACARA	3115904	5.757,74	5.757,74	-	-
PR	AGUDOS DO SUL	4100301	5.759,22	5.759,22	-	-
RJ	SÃO JOÃO DE MERITI	3305109	5.760,16	5.760,16	-	-
MG	MONTEZUMA	3143450	5.760,38	5.760,38	-	-
PR	MARILUZ	4115101	5.763,87	5.763,87	-	-
MG	EUGENOPOLIS	3124906	5.765,23	5.765,23	-	-
PR	SANTA ISABEL DO IVAI	4123709	5.766,42	5.766,42	-	-
AM	MANAUS	1302603	5.766,67	5.766,67	-	-
RO	COSTA MARQUES	1100080	5.767,64	5.767,64	-	-
PB	JOAO PESSOA	2507507	5.769,10	5.769,10	-	-
SP	SALMOURAO	3545100	5.769,17	5.769,17	-	-
PR	RESERVA DO IGUACU	4121752	5.769,49	5.769,49	-	-
MG	ILICINEA	3130507	5.770,11	5.770,11	-	-
MG	IBIAI	3129608	5.772,26	5.772,26	-	-
SC	BARRA VELHA	4202107	5.772,40	5.772,40	-	-
MG	FREI INOCENCIO	3126901	5.776,34	5.776,34	-	-
RO	NOVA MAMORE	1100338	5.777,36	5.777,36	-	-
PI	PAVUSSU	2207850	5.780,33	5.780,33	-	-
MT	CAMPINAPOLIS	5102603	5.780,69	5.780,69	-	-
PE	TAMANDARE	2614857	5.780,95	5.780,95	-	-
MG	SANTA MARIA DE ITABIRA	3158003	5.781,14	5.781,14	-	-
PR	RIO BRANCO DO SUL	4122206	5.782,21	5.782,21	-	-
SE	ESTANCIA	2802106	5.784,02	5.784,02	-	-
GO	CAMPOS BELOS	5204904	5.785,40	5.785,40	-	-
RJ	IGUABA GRANDE	3301876	5.785,97	5.785,97	-	-
MG	LUISLANDIA	3138682	5.786,89	5.786,89	-	-
SC	MASSARANDUBA	4210605	5.786,99	5.786,99	-	-
MG	PRUDENTE DE MORAIS	3153608	5.787,45	5.787,45	-	-
CE	SÃO GONÇALO DO AMARANTE	2312403	5.787,62	5.787,62	-	-
PR	AMAPORA	4100905	5.787,89	5.787,89	-	-
MG	FRANCISCO SA	3126703	5.788,09	5.788,09	-	-
PE	GOIANA	2606200	5.788,69	5.788,69	-	-
MG	ANDRELANDIA	3102803	5.788,83	5.788,83	-	-
ES	ITAGUACU	3202702	5.789,51	5.789,51	-	-
PR	JOAQUIM TAVORA	4112801	5.790,13	5.790,13	-	-
MG	BICAS	3106903	5.790,64	5.790,64	-	-
PR	BANDEIRANTES	4102406	5.790,88	5.790,88	-	-
MG	ANGELANDIA	3102852	5.790,94	5.790,94	-	-
MG	POMPEU	3152006	5.792,92	5.792,92	-	-
MG	SANTANA DO MANHUACU	3158904	5.794,52	5.794,52	-	-
SC	ANTONIO CARLOS	4201208	5.794,73	5.794,73	-	-
PR	BOM JESUS DO SUL	4103156	5.795,95	5.795,95	-	-
PR	RIO BONITO DO IGUACU	4122156	5.797,99	5.797,99	-	-
MG	ENGENHEIRO CALDAS	3123700	5.800,89	5.800,89	-	-
MG	MORADA NOVA DE MINAS	3143500	5.801,50	5.801,50	-	-
PR	GRANDES RIOS	4108700	5.802,62	5.802,62	-	-
MG	ARINOS	3104502	5.802,85	5.802,85	-	-
RN	UMARIZAL	2414506	5.803,10	5.803,10	-	-
RR	ALTO ALEGRE	1400050	5.803,25	5.803,25	-	-
PB	EMAS	2505907	5.803,38	5.803,38	-	-

PB	AGUIAR	2500205	5.803,94	5.803,94	-	-
PR	UBIRATA	4128005	5.804,89	5.804,89	-	-
TO	NAZARE	1714302	5.805,80	5.805,80	-	-
PR	INDIANOPOLIS	4110409	5.805,87	5.805,87	-	-
PI	SÃO MIGUEL DA BAIXA GRANDE	2210383	5.807,14	5.807,14	-	-
MS	AQUIDAUANA	5001102	5.807,36	5.807,36	-	-
MG	SABARA	3156700	5.807,49	5.807,49	-	-
PR	RIO AZUL	4122008	5.808,06	5.808,06	-	-
RJ	ITAPERUNA	3302205	5.808,88	5.808,88	-	-
SC	IRANI	4207809	5.810,19	5.810,19	-	-
MG	ALMENARA	3101706	5.811,08	5.811,08	-	-
PR	WENCESLAU BRAZ	4128500	5.811,67	5.811,67	-	-
TO	IPUEIRAS	1709807	5.813,31	5.813,31	-	-
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	3204559	5.813,92	5.813,92	-	-
GO	SÃO MIGUEL DO PASSA QUATRO	5220264	5.814,73	5.814,73	-	-
PB	VISTA SERRANA	2505501	5.816,71	5.816,71	-	-
MG	MACHACALIS	3138906	5.817,36	5.817,36	-	-
PE	ITACURUBA	2607406	5.817,68	5.817,68	-	-
MG	PONTE NOVA	3152105	5.819,11	5.819,11	-	-
SC	RIO RUFINO	4215059	5.820,20	5.820,20	-	-
GO	GUAPO	5209200	5.821,69	5.821,69	-	-
SP	TAGUAI	3553005	5.821,87	5.821,87	-	-
MT	ALTO PARAGUAI	5100508	5.822,25	5.822,25	-	-
MT	ITANHANGA	5104542	5.822,93	5.822,93	-	-
MG	CONEGO MARINHO	3117836	5.823,09	5.823,09	-	-
MG	CHAPADA GAUCHA	3116159	5.825,11	5.825,11	-	-
MG	MUNHOZ	3143807	5.827,17	5.827,17	-	-
MG	MARILAC	3140100	5.827,31	5.827,31	-	-
ES	JAGUARE	3203056	5.827,84	5.827,84	-	-
MS	JAPORA	5004809	5.829,24	5.829,24	-	-
MG	ASTOLFO DUTRA	3104601	5.831,23	5.831,23	-	-
RJ	GUAPIMIRIM	3301850	5.832,56	5.832,56	-	-
MG	CAMPO BELO	3111200	5.834,83	5.834,83	-	-
SC	MARACAJA	4210407	5.836,16	5.836,16	-	-
MG	PARAGUACU	3147204	5.836,50	5.836,50	-	-
MG	JOAIMA	3136009	5.836,66	5.836,66	-	-
PE	SERTANIA	2614105	5.836,83	5.836,83	-	-
MG	JUATUBA	3136652	5.837,09	5.837,09	-	-
MG	CLAUDIO	3116605	5.837,15	5.837,15	-	-
PR	SANTO INACIO	4124509	5.837,50	5.837,50	-	-
SC	TAIO	4217808	5.838,84	5.838,84	-	-
MG	PINGO DAGUA	3150539	5.842,49	5.842,49	-	-
RJ	BARRA MANSA	3300407	5.843,00	5.843,00	-	-
MT	POCONE	5106505	5.844,15	5.844,15	-	-
PR	PALMAS	4117602	5.844,42	5.844,42	-	-
MG	MEDINA	3141405	5.844,71	5.844,71	-	-
RN	MACAU	2407203	5.844,74	5.844,74	-	-
RJ	RIO CLARO	3304409	5.847,34	5.847,34	-	-
MG	NOVA ERA	3144706	5.849,78	5.849,78	-	-
PR	PRADO FERREIRA	4120333	5.850,61	5.850,61	-	-
PR	CONTENDA	4106209	5.852,94	5.852,94	-	-
PI	BARREIRAS DO PIAUI	2201309	5.853,28	5.853,28	-	-
CE	FORTALEZA	2304400	5.857,54	5.857,54	-	-
MG	REDUTO	3154150	5.857,89	5.857,89	-	-
PR	FAXINAL	4107603	5.857,98	5.857,98	-	-
PR	LINDOESTE	4113452	5.858,06	5.858,06	-	-
GO	MONTE ALEGRE DE GOIAS	5213509	5.858,30	5.858,30	-	-
PR	NOVA PRATA DO IGUACU	4117255	5.859,29	5.859,29	-	-
MG	COUTO DE MAGALHAES DE MINAS	3120102	5.859,95	5.859,95	-	-
MG	SABINOPOLIS	3156809	5.861,77	5.861,77	-	-
MG	JEQUERI	3135506	5.861,97	5.861,97	-	-
BA	ITAMARI	2915700	5.863,87	5.863,87	-	-
GO	SAO LUIS DE MONTES BELOS	5220108	5.863,90	5.863,90	-	-
MT	PONTAL DO ARAGUAIA	5106653	5.864,09	5.864,09	-	-
SP	BIRITIBA MIRIM	3506607	5.865,77	5.865,77	-	-
MG	RIO CASCA	3154903	5.865,78	5.865,78	-	-
SE	CARIRA	2801405	5.867,45	5.867,45	-	-
PR	PATO BRAGADO	4118451	5.868,88	5.868,88	-	-
MG	FRUTA DE LEITE	3127073	5.870,23	5.870,23	-	-
MG	RIO NOVO	3155405	5.870,33	5.870,33	-	-
PR	SAO MATEUS DO SUL	4125605	5.870,81	5.870,81	-	-
MG	NOVO CRUZEIRO	3145307	5.871,30	5.871,30	-	-
MG	NEPOMUCENO	3144607	5.871,59	5.871,59	-	-
RJ	SAO JOSE DO VALE DO RIO PRETO	3305158	5.872,29	5.872,29	-	-
MS	MIRANDA	5005608	5.872,88	5.872,88	-	-
MG	MARIO CAMPOS	3140159	5.873,58	5.873,58	-	-
GO	NOVA VENEZA	5215009	5.876,04	5.876,04	-	-
PR	ROSARIO DO IVAI	4122651	5.876,79	5.876,79	-	-
SC	ILHOTA	4207106	5.877,77	5.877,77	-	-
PR	PITANGA	4119608	5.877,77	5.877,77	-	-
SC	BALNEARIO RINCAO	4220000	5.877,95	5.877,95	-	-
PR	GUAPIRAMA	4109005	5.878,77	5.878,77	-	-
ES	SAO DOMINGOS DO NORTE	3204658	5.879,02	5.879,02	-	-
PR	SALTO DO LONTRA	4123006	5.879,59	5.879,59	-	-
ES	PINHEIROS	3204104	5.880,75	5.880,75	-	-
MG	ICARAI DE MINAS	3130051	5.881,55	5.881,55	-	-
TO	ARRAIAS	1702406	5.881,59	5.881,59	-	-
RJ	ITABORAI	3301900	5.881,60	5.881,60	-	-
SC	SOMBRIO	4217709	5.881,91	5.881,91	-	-
MG	PIEDADE DE CARATINGA	3150158	5.883,83	5.883,83	-	-
PB	PRATA	2512200	5.885,02	5.885,02	-	-
RJ	MARICA	3302700	5.887,20	5.887,20	-	-
MG	CRISTAIS	3120201	5.888,10	5.888,10	-	-
SC	PRESIDENTE GETULIO	4214003	5.888,27	5.888,27	-	-
PR	INACIO MARTINS	4110201	5.888,34	5.888,34	-	-
MG	MATA VERDE	3140555	5.888,86	5.888,86	-	-
SC	SAO LUDGERO	4217006	5.889,46	5.889,46	-	-
MG	PINTOPOLIS	3150570	5.889,59	5.889,59	-	-
MT	COLNIZA	5103254	5.889,96	5.889,96	-	-
PR	BARRACAO	4102604	5.890,25	5.890,25	-	-

SC	SAO JOAO DO SUL	4216404	5.890,68	5.890,68	-	-
PR	CASTRO	4104907	5.892,20	5.892,20	-	-
ES	LARANJA DA TERRA	3203163	5.892,24	5.892,24	-	-
PR	TERRA ROXA	4127403	5.892,98	5.892,98	-	-
PR	JATAIZINHO	4112702	5.893,39	5.893,39	-	-
SP	BARRINHA	3505609	5.893,48	5.893,48	-	-
SC	POUSO REDONDO	4213708	5.893,77	5.893,77	-	-
MG	CAPIM BRANCO	3112505	5.894,34	5.894,34	-	-
PR	JAGUAPITA	4111902	5.895,70	5.895,70	-	-
SC	CAMBORIU	4203204	5.896,21	5.896,21	-	-
PR	SABAUDIA	4122701	5.896,81	5.896,81	-	-
SC	IBIRAMA	4206900	5.897,42	5.897,42	-	-
PA	PARAUAPEBAS	1505536	5.897,91	5.897,91	-	-
MG	BURITIS	3109303	5.898,73	5.898,73	-	-
MG	JURUAIA	3136900	5.898,81	5.898,81	-	-
ES	SERRA	3205002	5.899,38	5.899,38	-	-
TO	PARAISO DO TOCANTINS	1716109	5.902,01	5.902,01	-	-
MG	CACHOEIRA DE MINAS	3109709	5.902,68	5.902,68	-	-
PR	MANDIRITUBA	4114302	5.902,88	5.902,88	-	-
PR	NOVA TEBAS	4117271	5.903,91	5.903,91	-	-
GO	JARAGUA	5211800	5.905,05	5.905,05	-	-
MG	PONTO CHIQUE	3152131	5.905,07	5.905,07	-	-
SC	BALNEARIO GAIVOTA	4202073	5.905,30	5.905,30	-	-
MG	NOVA PORTEIRINHA	3145059	5.905,60	5.905,60	-	-
MG	JEQUITAI	3135605	5.906,08	5.906,08	-	-
ES	AGUIA BRANCA	3200136	5.906,16	5.906,16	-	-
TO	DIANOPOLIS	1707009	5.906,33	5.906,33	-	-
MG	SAO MIGUEL DO ANTA	3163805	5.906,81	5.906,81	-	-
SC	GRAVATAL	4206207	5.908,50	5.908,50	-	-
RO	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	1101005	5.908,50	5.908,50	-	-
PI	NOVA SANTA RITA	2207959	5.912,05	5.912,05	-	-
TO	ALIANCA DO TOCANTINS	1700350	5.912,80	5.912,80	-	-
RO	TEIXEIROPOLIS	1101559	5.914,33	5.914,33	-	-
MA	BARAO DE GRAJAU	2101509	5.914,46	5.914,46	-	-
PR	RESERVA	4121703	5.915,08	5.915,08	-	-
MT	JACIARA	5104807	5.915,24	5.915,24	-	-
PR	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	4126009	5.915,87	5.915,87	-	-
SC	GUABIRUBA	4206306	5.915,94	5.915,94	-	-
AP	SANTANA	1600600	5.916,21	5.916,21	-	-
GO	SENADOR CANEDO	5220454	5.916,29	5.916,29	-	-
MS	FATIMA DO SUL	5003801	5.917,81	5.917,81	-	-
RN	PILOES	2410009	5.918,03	5.918,03	-	-
GO	ARAGUAPAZ	5202155	5.920,63	5.920,63	-	-
PR	IMBAU	4110078	5.921,55	5.921,55	-	-
RJ	MACUCO	3302452	5.923,31	5.923,31	-	-
MG	SANTA MARIA DO SALTO	3158102	5.923,43	5.923,43	-	-
ES	ECOPORANGA	3202108	5.925,08	5.925,08	-	-
PE	GRAVATA	2606408	5.925,43	5.925,43	-	-
PR	GUARANIACU	4109302	5.925,81	5.925,81	-	-
MT	VARZEA GRANDE	5108402	5.926,79	5.926,79	-	-
RJ	PORCIUNCULA	3304102	5.928,20	5.928,20	-	-
BA	TEODORO SAMPAIO	2931400	5.929,25	5.929,25	-	-
MG	MONTE BELO	3143005	5.932,21	5.932,21	-	-
PR	SAO JOAO DO IVAI	4125001	5.933,05	5.933,05	-	-
PI	TERESINA	2211001	5.933,22	5.933,22	-	-
PR	PARANACITY	4118105	5.933,32	5.933,32	-	-
RN	RODOLFO FERNANDES	2411007	5.933,81	5.933,81	-	-
GO	SANCLERLANDIA	5219001	5.933,87	5.933,87	-	-
MG	SERICITA	3166303	5.933,91	5.933,91	-	-
MG	COROACI	3119203	5.934,47	5.934,47	-	-
PR	SAO PEDRO DO IGUACU	4125753	5.935,88	5.935,88	-	-
MG	ARICANDUVA	3104452	5.937,39	5.937,39	-	-
SP	ITAQUAQUECETUBA	3523107	5.937,73	5.937,73	-	-
MT	CURVELANDIA	5103437	5.937,82	5.937,82	-	-
MG	SAO DOMINGOS DO PRATA	3161007	5.938,70	5.938,70	-	-
PR	IBAITI	4109708	5.940,03	5.940,03	-	-
MA	MATA ROMA	2106409	5.940,19	5.940,19	-	-
TO	BABACULANDIA	1703008	5.940,66	5.940,66	-	-
PR	TELEMACO BORBA	4127106	5.941,48	5.941,48	-	-
MS	IVINHEMA	5004700	5.941,61	5.941,61	-	-
MG	SAO JOAO DA LAGOA	3162252	5.942,55	5.942,55	-	-
ES	CONCEICAO DO CASTELO	3201704	5.942,93	5.942,93	-	-
MT	SORRISO	5107925	5.943,27	5.943,27	-	-
GO	URUANA	5221700	5.944,22	5.944,22	-	-
RO	ESPIGAO DOESTE	1100098	5.944,56	5.944,56	-	-
RS	SAPIRANGA	4319901	5.944,62	5.944,62	-	-
GO	MOZARLANDIA	5214002	5.944,77	5.944,77	-	-
GO	ITUMBIARA	5211503	5.945,68	5.945,68	-	-
PR	CENTENARIO DO SUL	4105102	5.947,25	5.947,25	-	-
SC	PALMA SOLA	4212007	5.947,55	5.947,55	-	-
PB	AREIA DE BARAUNAS	2501153	5.948,06	5.948,06	-	-
RN	SANTANA DO SERIDO	2411429	5.949,14	5.949,14	-	-
MG	JANAUBA	3135100	5.949,54	5.949,54	-	-
RJ	QUEIMADOS	3304144	5.950,09	5.950,09	-	-
PR	ALTONIA	4100509	5.950,74	5.950,74	-	-
SC	PETROLANDIA	4212700	5.952,00	5.952,00	-	-
SC	GUARAMIRIM	4206504	5.952,13	5.952,13	-	-
SC	MORRO DA FUMACA	4211207	5.952,88	5.952,88	-	-
MG	ALTO RIO DOCE	3102100	5.953,00	5.953,00	-	-
SC	BALNEARIO ARROIO DO SILVA	4201950	5.954,47	5.954,47	-	-
MG	BANDEIRA DO SUL	3105301	5.955,02	5.955,02	-	-
MG	CARMO DO RIO CLARO	3114402	5.955,12	5.955,12	-	-
MG	CENTRALINA	3115805	5.955,20	5.955,20	-	-
MG	CRISOLITA	3120151	5.955,63	5.955,63	-	-
SC	GUARACIABA	4206405	5.955,66	5.955,66	-	-
RS	TRES PALMEIRAS	4321857	5.956,02	5.956,02	-	-
TO	ABREULANDIA	1700251	5.957,32	5.957,32	-	-
MG	MUTUM	3144003	5.957,40	5.957,40	-	-
GO	ITAGUARI	5210562	5.958,24	5.958,24	-	-
SC	JOSE BOITEUX	4209151	5.958,54	5.958,54	-	-
PR	CIDADE GAUCHA	4105607	5.958,79	5.958,79	-	-
MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	5003488	5.959,41	5.959,41	-	-

RO	SANTA LUZIA DOESTE	1100296	5.960,18	5.960,18	-	-
RN	CAICARA DO NORTE	2401859	5.960,49	5.960,49	-	-
PR	PEROLA	4118907	5.960,88	5.960,88	-	-
PR	TURVO	4127965	5.962,16	5.962,16	-	-
PR	ARAPOTI	4101606	5.962,20	5.962,20	-	-
MG	FERROS	3125903	5.962,28	5.962,28	-	-
TO	MONTE DO CARMO	1713601	5.962,54	5.962,54	-	-
MG	ITAPEVA	3133600	5.963,31	5.963,31	-	-
MG	SERRO	3167103	5.965,13	5.965,13	-	-
MG	BRAZOPOLIS	3108909	5.965,18	5.965,18	-	-
MG	SANTO ANTONIO DO MONTE	3160405	5.966,30	5.966,30	-	-
MG	NOVO ORIENTE DE MINAS	3145356	5.966,48	5.966,48	-	-
RS	BOM RETIRO DO SUL	4302402	5.967,97	5.967,97	-	-
PE	PRIMAVERA	2611408	5.969,38	5.969,38	-	-
PR	SAO MIGUEL DO IGUACU	4125704	5.970,14	5.970,14	-	-
MG	GOUVEIA	3127602	5.970,30	5.970,30	-	-
MG	LAGOA DOURADA	3137403	5.970,76	5.970,76	-	-
PR	NOVA ESPERANCA	4116901	5.971,40	5.971,40	-	-
MS	SETE QUEDAS	5007703	5.972,29	5.972,29	-	-
PB	SAO JOSE DO SABUGI	2514701	5.972,56	5.972,56	-	-
MG	CARMO DO CAJURU	3114204	5.974,09	5.974,09	-	-
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	4104006	5.974,12	5.974,12	-	-
MG	SERRA AZUL DE MINAS	3166501	5.974,52	5.974,52	-	-
SC	GUARUJA DO SUL	4206603	5.974,64	5.974,64	-	-
TO	BURITI DO TOCANTINS	1703800	5.974,80	5.974,80	-	-
MG	JOAQUIM FELICIO	3136405	5.976,32	5.976,32	-	-
MG	SAO THOME DAS LETRAS	3165206	5.977,04	5.977,04	-	-
MG	PEQUERI	3149507	5.980,82	5.980,82	-	-
PA	BARCARENA	1501303	5.981,18	5.981,18	-	-
RN	JANDAIRA	2405108	5.981,61	5.981,61	-	-
SC	SALETE	4215307	5.981,61	5.981,61	-	-
MG	PARAISOPOLIS	3147303	5.983,35	5.983,35	-	-
MS	COSTA RICA	5003256	5.985,29	5.985,29	-	-
MG	LAGOA GRANDE	3137536	5.986,09	5.986,09	-	-
SC	IMBUIA	4207403	5.988,10	5.988,10	-	-
PR	MARQUINHO	4115457	5.989,91	5.989,91	-	-
MG	TUMIRITINGA	3169505	5.991,04	5.991,04	-	-
PR	DOIS VIZINHOS	4107207	5.994,90	5.994,90	-	-
MG	BARROSO	3105905	5.996,39	5.996,39	-	-
MG	ITAMOGI	3132909	5.997,57	5.997,57	-	-
MG	SENADOR AMARAL	3165578	5.998,36	5.998,36	-	-
MT	JUSCIMEIRA	5105200	5.998,84	5.998,84	-	-
PR	TERRA BOA	4127205	5.999,39	5.999,39	-	-
RS	ROLANTE	4316006	5.999,46	5.999,46	-	-
TO	GURUPI	1709500	5.999,55	5.999,55	-	-
MG	MATOZINHOS	3141108	5.999,76	5.999,76	-	-
SC	SAO JOSE DO CEDRO	4216701	6.001,68	6.001,68	-	-
RO	ROLIM DE MOURA	1100288	6.003,80	6.003,80	-	-
GO	GOIANESIA	5208608	6.003,89	6.003,89	-	-
MT	ARENAPOLIS	5101308	6.004,26	6.004,26	-	-
TO	WANDERLANDIA	1722081	6.005,20	6.005,20	-	-
MG	SANTO ANTONIO DO RETIRO	3160454	6.005,99	6.005,99	-	-
MG	SANTA RITA DO ITUETO	3159506	6.006,71	6.006,71	-	-
PR	OURO VERDE DO OESTE	4117453	6.006,83	6.006,83	-	-
SE	MOITA BONITA	2804102	6.007,64	6.007,64	-	-
PR	MARILENA	4115002	6.009,13	6.009,13	-	-
RN	MOSSORO	2408003	6.010,07	6.010,07	-	-
SE	RIBEIROPOLIS	2806008	6.010,14	6.010,14	-	-
SC	TREZE DE MAIO	4218400	6.010,35	6.010,35	-	-
PR	CRUZEIRO DO OESTE	4106605	6.010,87	6.010,87	-	-
PR	APUCARANA	4101408	6.012,22	6.012,22	-	-
PR	ITAMBE	4111100	6.013,64	6.013,64	-	-
SC	MONTE CARLO	4211058	6.015,04	6.015,04	-	-
SP	FRANCO DA ROCHA	3516408	6.016,16	6.016,16	-	-
RN	RAFAEL GODEIRO	2410603	6.017,49	6.017,49	-	-
PR	CATANDUVAS	4105003	6.019,73	6.019,73	-	-
TO	SAO VALERIO	1720499	6.020,21	6.020,21	-	-
PR	PEROLA DOESTE	4119004	6.020,42	6.020,42	-	-
SE	FEIRA NOVA	2802205	6.020,90	6.020,90	-	-
RJ	NOVA FRIBURGO	3303401	6.021,81	6.021,81	-	-
SC	TREZE TILIAS	4218509	6.022,58	6.022,58	-	-
ES	VILA PAVAO	3205150	6.022,81	6.022,81	-	-
PB	AMPARO	2500734	6.023,24	6.023,24	-	-
PR	FRANCISCO BELTRAO	4108403	6.024,03	6.024,03	-	-
MG	CONCEICAO DO RIO VERDE	3117702	6.024,71	6.024,71	-	-
MG	MONTE CARMELO	3143104	6.025,01	6.025,01	-	-
SC	CANOINHAS	4203808	6.025,16	6.025,16	-	-
MG	BOTELHOS	3108404	6.027,24	6.027,24	-	-
PR	SALGADO FILHO	4122800	6.027,38	6.027,38	-	-
RJ	NATIVIDADE	3303104	6.027,52	6.027,52	-	-
PR	TRES BARRAS DO PARANA	4127858	6.027,80	6.027,80	-	-
CE	EUSEBIO	2304285	6.029,02	6.029,02	-	-
MG	BORDA DA MATA	3108305	6.029,18	6.029,18	-	-
MS	GLORIA DE DOURADOS	5004007	6.030,16	6.030,16	-	-
GO	ARAGOIANIA	5201801	6.030,77	6.030,77	-	-
MT	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	5106109	6.031,48	6.031,48	-	-
MG	ENTRE FOLHAS	3123858	6.032,05	6.032,05	-	-
SE	ITAPORANGA DAJUDA	2803203	6.032,24	6.032,24	-	-
TO	BARROLANDIA	1703107	6.034,35	6.034,35	-	-
MG	ARACUAI	3103405	6.034,99	6.034,99	-	-
MT	DENISE	5103452	6.035,76	6.035,76	-	-
GO	FORMOSO	5208103	6.036,83	6.036,83	-	-
MG	SACRAMENTO	3156908	6.041,91	6.041,91	-	-
SC	RIO FORTUNA	4214904	6.042,19	6.042,19	-	-
PR	REALEZA	4121406	6.042,45	6.042,45	-	-
MG	RAPOSOS	3153905	6.043,11	6.043,11	-	-
MG	SANTO ANTONIO DO AMPARO	3159902	6.043,84	6.043,84	-	-
RJ	SANTA MARIA MADALENA	3304607	6.046,07	6.046,07	-	-
ES	RIO NOVO DO SUL	3204401	6.048,44	6.048,44	-	-

SP	RIBEIRAO BRANCO	3543006	6.048,57	6.048,57	-	-
MG	SAO FRANCISCO DE PAULA	3161205	6.048,87	6.048,87	-	-
PB	FREI MARTINHO	2506202	6.050,44	6.050,44	-	-
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	4123808	6.050,70	6.050,70	-	-
PR	PLANALTO	4119806	6.051,60	6.051,60	-	-
PR	MERCEDES	4115853	6.052,17	6.052,17	-	-
MG	SANTOS DUMONT	3160702	6.052,91	6.052,91	-	-
GO	PADRE BERNARDO	5215603	6.053,72	6.053,72	-	-
GO	VILA BOA	5222203	6.054,08	6.054,08	-	-
MG	ANDRADAS	3102605	6.054,58	6.054,58	-	-
PR	ASTORGA	4102109	6.054,99	6.054,99	-	-
RO	OURO PRETO DO OESTE	1100155	6.056,04	6.056,04	-	-
SC	CRICIUMA	4204608	6.057,89	6.057,89	-	-
SC	MELEIRO	4210803	6.058,35	6.058,35	-	-
RJ	MIRACEMA	3303005	6.058,53	6.058,53	-	-
PR	NOVA AURORA	4116703	6.059,07	6.059,07	-	-
PR	IBEMA	4109757	6.059,79	6.059,79	-	-
SC	PENHA	4212502	6.059,85	6.059,85	-	-
MG	BOA ESPERANCA	3107109	6.060,02	6.060,02	-	-
MG	SERRANOPOLIS DE MINAS	3166956	6.060,06	6.060,06	-	-
PR	ROLANDIA	4122404	6.060,45	6.060,45	-	-
MG	CARBONITA	3113503	6.062,19	6.062,19	-	-
GO	CRISTALINA	5206206	6.063,40	6.063,40	-	-
BA	FORMOSA DO RIO PRETO	2911105	6.063,87	6.063,87	-	-
PR	NOVA OLIMPIA	4117206	6.064,51	6.064,51	-	-
SC	SAO JOAO DO ITAPERIU	4216354	6.065,66	6.065,66	-	-
SC	SAO JOAO BATISTA	4216305	6.065,68	6.065,68	-	-
RS	CRISTAL DO SUL	4306072	6.066,08	6.066,08	-	-
RO	MIRANTE DA SERRA	1101302	6.066,20	6.066,20	-	-
ES	PONTO BELO	3204252	6.066,34	6.066,34	-	-
MS	NAVIRAI	5005707	6.067,18	6.067,18	-	-
SC	BRACO DO NORTE	4202800	6.067,25	6.067,25	-	-
MT	PLANALTO DA SERRA	5106455	6.068,12	6.068,12	-	-
ES	ALTO RIO NOVO	3200359	6.069,05	6.069,05	-	-
SP	CAPELA DO ALTO	3510302	6.069,19	6.069,19	-	-
PR	CAMBARA	4103602	6.069,43	6.069,43	-	-
PR	JAGUARIAIVA	4112009	6.070,83	6.070,83	-	-
RJ	APERIBE	3300159	6.071,20	6.071,20	-	-
ES	MUNIZ FREIRE	3203700	6.071,26	6.071,26	-	-
MG	INIMUTABA	3131109	6.071,43	6.071,43	-	-
MG	CONCEICAO DOS OUROS	3117801	6.071,63	6.071,63	-	-
SC	CAPINZAL	4203907	6.073,33	6.073,33	-	-
MG	FELISBURGO	3125606	6.074,14	6.074,14	-	-
PR	PINHAO	4119301	6.075,07	6.075,07	-	-
GO	BURITINOPOLIS	5203962	6.075,33	6.075,33	-	-
RJ	NOVA IGUACU	3303500	6.075,67	6.075,67	-	-
MS	SIDROLANDIA	5007901	6.075,84	6.075,84	-	-
ES	SAO JOSE DO CALCADO	3204807	6.075,94	6.075,94	-	-
SC	BRUSQUE	4202909	6.076,11	6.076,11	-	-
SC	CACADOR	4203006	6.078,80	6.078,80	-	-
RJ	VASSOURAS	3306206	6.079,41	6.079,41	-	-
MT	NOVO MUNDO	5106265	6.079,53	6.079,53	-	-
MG	PEDRA AZUL	3148707	6.080,31	6.080,31	-	-
PR	CARAMBEI	4104659	6.081,07	6.081,07	-	-
PR	GENERAL CARNEIRO	4108502	6.081,28	6.081,28	-	-
PR	IVAI	4111407	6.082,29	6.082,29	-	-
MG	CRISTINA	3120508	6.082,71	6.082,71	-	-
MG	MATEUS LEME	3140704	6.084,01	6.084,01	-	-
PR	GOIOXIM	4108650	6.086,40	6.086,40	-	-
MG	LAJINHA	3137700	6.086,45	6.086,45	-	-
MT	ARIPUANA	5101407	6.086,61	6.086,61	-	-
SC	PESCARIA BRAVA	4212650	6.090,00	6.090,00	-	-
PR	MANGUEIRINHA	4114401	6.092,02	6.092,02	-	-
PR	TERRA RICA	4127304	6.092,64	6.092,64	-	-
PR	CURIUVA	4107009	6.093,19	6.093,19	-	-
ES	JOAO NEIVA	3203130	6.093,22	6.093,22	-	-
SC	LUZERNA	4210035	6.093,47	6.093,47	-	-
MT	BOM JESUS DO ARAGUAIA	5101852	6.093,47	6.093,47	-	-
MG	MANHUMIRIM	3139508	6.093,78	6.093,78	-	-
SC	ABELARDO LUZ	4200101	6.094,09	6.094,09	-	-
RO	CEREJEIRAS	1100056	6.095,14	6.095,14	-	-
SC	AGROLANDIA	4200200	6.096,58	6.096,58	-	-
MG	CONGONHAL	3117900	6.096,90	6.096,90	-	-
PB	COXIXOLA	2504850	6.097,35	6.097,35	-	-
MG	PRADOS	3152709	6.098,78	6.098,78	-	-
MG	LAMBARI	3137809	6.099,17	6.099,17	-	-
PR	FLORESTOPOLIS	4108007	6.099,57	6.099,57	-	-
ES	SANTA TERESA	3204609	6.101,19	6.101,19	-	-
SC	CURITIBANOS	4204806	6.102,08	6.102,08	-	-
SC	SEARA	4217501	6.102,27	6.102,27	-	-
PR	CAMPO MAGRO	4104253	6.103,83	6.103,83	-	-
MG	AREADO	3104304	6.104,02	6.104,02	-	-
PR	CAMBE	4103701	6.106,93	6.106,93	-	-
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	3205069	6.107,27	6.107,27	-	-
TO	TAGUATINGA	1720903	6.107,68	6.107,68	-	-
PR	PINHALAO	4119202	6.107,74	6.107,74	-	-
GO	SAO DOMINGOS	5219803	6.108,45	6.108,45	-	-
TO	PEDRO AFONSO	1716505	6.108,69	6.108,69	-	-
PR	CORBELIA	4106308	6.108,76	6.108,76	-	-
MG	CHIADOR	3116209	6.108,85	6.108,85	-	-
MG	GUAPE	3128105	6.109,15	6.109,15	-	-
MG	PAPAGAIOS	3146909	6.109,35	6.109,35	-	-
MG	MONTES CLAROS	3143302	6.110,20	6.110,20	-	-
SC	RIO DAS ANTAS	4214409	6.110,60	6.110,60	-	-
GO	SAO JOAO DALIANCA	5220009	6.110,92	6.110,92	-	-
MT	JANGADA	5104906	6.112,28	6.112,28	-	-
RO	VALE DO PARAISO	1101807	6.112,32	6.112,32	-	-
MA	GODOFREDO VIANA	2104305	6.112,77	6.112,77	-	-
PR	JARDIM ALEGRE	4112504	6.113,39	6.113,39	-	-
MT	TERRA NOVA DO NORTE	5108055	6.113,89	6.113,89	-	-
GO	PIRANHAS	5217203	6.114,63	6.114,63	-	-
RO	MINISTRO ANDREAZZA	1101203	6.114,67	6.114,67	-	-
MG	SAO GOTARDO	3162104	6.114,83	6.114,83	-	-

MG	RECREIO	3154101	6.114,88	6.114,88	-	-
GO	MONTIVIDIU DO NORTE	5213772	6.116,07	6.116,07	-	-
GO	BOM JARDIM DE GOIAS	5203401	6.116,21	6.116,21	-	-
MG	SANTO ANTONIO DO JACINTO	3160306	6.116,23	6.116,23	-	-
MG	CORREGO FUNDO	3119955	6.116,75	6.116,75	-	-
MG	VESPASIANO	3171204	6.117,77	6.117,77	-	-
RS	TENENTE PORTELA	4321402	6.118,96	6.118,96	-	-
RO	SAO MIGUEL DO GUAPORE	1100320	6.119,01	6.119,01	-	-
MG	CRUZILIA	3120805	6.119,60	6.119,60	-	-
PR	VENTANIA	4128534	6.120,11	6.120,11	-	-
MG	PAULISTAS	3148400	6.120,28	6.120,28	-	-
PR	SANTA FE	4123402	6.122,17	6.122,17	-	-
PR	MEDIANEIRA	4115804	6.122,40	6.122,40	-	-
MG	BOM DESPACHO	3107406	6.122,92	6.122,92	-	-
MT	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	5105507	6.123,02	6.123,02	-	-
GO	ITAPURANGA	5211206	6.123,06	6.123,06	-	-
PB	Paraíba	25	6.123,25	6.123,25	-	-
MG	PIUMHI	3151503	6.124,35	6.124,35	-	-
MG	CLARO DOS POCOES	3116506	6.125,65	6.125,65	-	-
GO	ORIZONA	5215306	6.127,01	6.127,01	-	-
MG	SANTANA DO PARAISO	3158953	6.127,06	6.127,06	-	-
BA	MATA DE SAO JOAO	2921005	6.127,57	6.127,57	-	-
MG	SALINAS	3157005	6.127,92	6.127,92	-	-
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	2602902	6.129,17	6.129,17	-	-
PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	4114609	6.130,07	6.130,07	-	-
RR	IRACEMA	1400282	6.131,12	6.131,12	-	-
GO	NOVO GAMA	5215231	6.131,43	6.131,43	-	-
SE	ROSARIO DO CATETE	2806107	6.131,93	6.131,93	-	-
PR	NOVA CANTU	4116802	6.132,88	6.132,88	-	-
RS	NOVA ESPERANCA DO SUL	4313037	6.133,37	6.133,37	-	-
PR	SAO JOAO	4124806	6.134,44	6.134,44	-	-
RR	BONFIM	1400159	6.135,57	6.135,57	-	-
MG	MANHUACU	3139409	6.135,62	6.135,62	-	-
TO	CARMOLANDIA	1703883	6.135,98	6.135,98	-	-
ES	VILA VELHA	3205200	6.137,34	6.137,34	-	-
SP	TAPIRATIBA	3553609	6.138,24	6.138,24	-	-
SC	BOTUVERA	4202701	6.138,45	6.138,45	-	-
RR	AMAJARI	1400027	6.138,67	6.138,67	-	-
SP	FERRAZ DE VASCONCELOS	3515707	6.140,38	6.140,38	-	-
MG	SARZEDO	3165537	6.140,63	6.140,63	-	-
MG	CATAGUASES	3115300	6.140,89	6.140,89	-	-
MS	CAARAPO	5002407	6.141,17	6.141,17	-	-
SC	MAJOR VIEIRA	4210308	6.141,47	6.141,47	-	-
PR	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	4116950	6.141,57	6.141,57	-	-
SC	QUILOMBO	4214201	6.142,07	6.142,07	-	-
PR	IRETAMA	4110805	6.142,14	6.142,14	-	-
MG	SAO FRANCISCO DO GLORIA	3161403	6.142,34	6.142,34	-	-
GO	VILA PROPICIO	5222302	6.142,96	6.142,96	-	-
MT	MARCELANDIA	5105580	6.143,44	6.143,44	-	-
GO	ITABERAI	5210406	6.143,70	6.143,70	-	-
MT	APIACAS	5100805	6.144,46	6.144,46	-	-
PR	GUAIRA	4108809	6.145,48	6.145,48	-	-
PR	SANTA AMELIA	4123105	6.145,61	6.145,61	-	-
SP	GUAREI	3518503	6.146,05	6.146,05	-	-
MG	PIRAPETINGA	3151107	6.146,16	6.146,16	-	-
MG	VEREDINHA	3171071	6.146,47	6.146,47	-	-
PB	VARZEA	2517100	6.146,52	6.146,52	-	-
MG	ITAIPE	3132305	6.146,87	6.146,87	-	-
RS	LINDOLFO COLLOR	4311627	6.147,45	6.147,45	-	-
SP	SAO MIGUEL ARCANJO	3550209	6.147,58	6.147,58	-	-
MG	CARATINGA	3113404	6.148,27	6.148,27	-	-
BA	Bahia	29	6.149,91	6.149,91	-	-
TO	AUGUSTINOPOLIS	1702554	6.150,06	6.150,06	-	-
MG	JEQUITINHONHA	3135803	6.152,89	6.152,89	-	-
PR	RIO NEGRO	4122305	6.152,97	6.152,97	-	-
TO	CAMPOS LINDOS	1703842	6.153,38	6.153,38	-	-
MG	CAMPO AZUL	3111150	6.153,77	6.153,77	-	-
PR	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	4103040	6.153,81	6.153,81	-	-
GO	SIMOLANDIA	5220686	6.154,89	6.154,89	-	-
MS	DOURADINA	5003504	6.156,40	6.156,40	-	-
SC	CANELINHA	4203709	6.156,59	6.156,59	-	-
SC	LONTRAS	4209904	6.158,70	6.158,70	-	-
ES	ICONHA	3202603	6.159,13	6.159,13	-	-
PR	FORMOSA DO OESTE	4108205	6.159,42	6.159,42	-	-
SP	CAPAO BONITO	3510203	6.161,57	6.161,57	-	-
PB	SANTA INES	2513356	6.161,66	6.161,66	-	-
MG	BALDIM	3105004	6.162,57	6.162,57	-	-

RO	ALTO PARAISO	1100403	6.163,38	6.163,38	-	-
MG	DIVISOPOLIS	3122454	6.163,46	6.163,46	-	-
PR	PAULA FREITAS	4118600	6.164,68	6.164,68	-	-
PR	SAO JOSE DA BOA VISTA	4125407	6.165,17	6.165,17	-	-
PR	DIAMANTE DOESTE	4107157	6.165,84	6.165,84	-	-
MG	PIRAPORA	3151206	6.166,21	6.166,21	-	-
RR	RORAINOPOLIS	1400472	6.167,31	6.167,31	-	-
MG	AGUA BOA	3100609	6.167,86	6.167,86	-	-
MG	IBIRACATU	3129657	6.168,19	6.168,19	-	-
MG	ORATORIOS	3145851	6.168,34	6.168,34	-	-
SC	CAPIVARI DE BAIXO	4203956	6.169,78	6.169,78	-	-
TO	PAU DARCO	1716307	6.170,98	6.170,98	-	-
SC	MARAVILHA	4210506	6.172,68	6.172,68	-	-
MG	SANTA BARBARA DO LESTE	3157252	6.175,03	6.175,03	-	-
GO	BRAZABRANTES	5203609	6.176,29	6.176,29	-	-
SP	CAMPINA DO MONTE ALEGRE	3509452	6.177,32	6.177,32	-	-
MG	FREI GASPAR	3126802	6.177,42	6.177,42	-	-
MG	VICOSA	3171303	6.178,60	6.178,60	-	-
MG	SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE	3164431	6.180,40	6.180,40	-	-
MG	CARAI	3113008	6.180,82	6.180,82	-	-
RS	CARAA	4304713	6.181,84	6.181,84	-	-
PA	Pará	15	6.182,20	6.182,20	-	-
MG	CAPITAO ENEAS	3112703	6.182,46	6.182,46	-	-
PR	QUITANDINHA	4121208	6.183,21	6.183,21	-	-
MT	CACERES	5102504	6.183,45	6.183,45	-	-
MG	LIMA DUARTE	3138609	6.184,02	6.184,02	-	-
SP	RESTINGA	3542701	6.187,35	6.187,35	-	-
MT	CONFRESA	5103353	6.189,09	6.189,09	-	-
RO	VILHENA	1100304	6.189,15	6.189,15	-	-
TO	ANANAS	1701002	6.189,54	6.189,54	-	-
MG	DORES DE CAMPOS	3123007	6.189,86	6.189,86	-	-
PR	MUNHOZ DE MELO	4116307	6.189,94	6.189,94	-	-
MG	MANTENA	3139607	6.189,95	6.189,95	-	-
MG	TIRADENTES	3168804	6.190,39	6.190,39	-	-
RS	VALE REAL	4322541	6.190,94	6.190,94	-	-
GO	HIDROLANDIA	5209705	6.191,27	6.191,27	-	-
GO	SANTA BARBARA DE GOIAS	5219100	6.193,84	6.193,84	-	-
MG	URUCANIA	3170503	6.194,30	6.194,30	-	-
MG	FRUTAL	3127107	6.194,76	6.194,76	-	-
MG	BAEPENDI	3104908	6.195,36	6.195,36	-	-
MG	CARANDAI	3113206	6.195,67	6.195,67	-	-
SP	AMERICO BRASILIENSE	3501707	6.195,76	6.195,76	-	-
SP	CLEMENTINA	3511904	6.196,70	6.196,70	-	-
RJ	SAPUCAIA	3305406	6.197,85	6.197,85	-	-
SC	COCAL DO SUL	4204251	6.197,88	6.197,88	-	-
MT	RIBEIRAO CASCALHEIRA	5107180	6.198,34	6.198,34	-	-
BA	POJUCA	2925204	6.198,86	6.198,86	-	-
MG	JACINTO	3134707	6.199,08	6.199,08	-	-
RJ	VARRE-SAI	3306156	6.201,32	6.201,32	-	-
SC	BELA VISTA DO TOLDO	4202131	6.202,60	6.202,60	-	-
GO	MORRINHOS	5213806	6.202,66	6.202,66	-	-
MG	ALBERTINA	3101409	6.203,32	6.203,32	-	-
PR	HONORIO SERPA	4109658	6.204,20	6.204,20	-	-
SC	SALTO VELOSO	4215406	6.204,27	6.204,27	-	-
SE	GRACHO CARDOSO	2802601	6.206,10	6.206,10	-	-
SC	IRINEOPOLIS	4207908	6.206,84	6.206,84	-	-
RS	SENTINELA DO SUL	4320354	6.206,93	6.206,93	-	-
MG	CAMPOS GERAIS	3111606	6.207,11	6.207,11	-	-
MG	CANA VERDE	3111903	6.207,75	6.207,75	-	-
GO	MARA ROSA	5212808	6.208,11	6.208,11	-	-
MT	TABAPORA	5107941	6.208,34	6.208,34	-	-
MG	PONTO DOS VOLANTES	3152170	6.210,69	6.210,69	-	-
RJ	ENGENHEIRO PAULO DE FRONTIN	3301801	6.212,50	6.212,50	-	-
MG	IGARAPE	3130101	6.212,63	6.212,63	-	-
MS	IGUATEMI	5004304	6.212,92	6.212,92	-	-
PR	MARILANDIA DO SUL	4114906	6.213,51	6.213,51	-	-
MG	SANTA RITA DO SAPUCAI	3159605	6.213,74	6.213,74	-	-
MG	PRESIDENTE OLEGARIO	3153400	6.213,87	6.213,87	-	-
RS	PAROBE	4314050	6.214,04	6.214,04	-	-
MG	BARAO DE MONTE ALTO	3105509	6.214,12	6.214,12	-	-
MS	ANTONIO JOAO	5000906	6.215,09	6.215,09	-	-
MG	PARAOPEBA	3147402	6.215,44	6.215,44	-	-
PR	CRUZEIRO DO IGUACU	4106571	6.215,64	6.215,64	-	-
PR	MARMELEIRO	4115408	6.216,88	6.216,88	-	-
PR	CORONEL VIVIDA	4106506	6.217,22	6.217,22	-	-
TO	ITACAJA	1710508	6.219,26	6.219,26	-	-
MG	PARA DE MINAS	3147105	6.220,49	6.220,49	-	-
SE	SAO FRANCISCO	2806909	6.220,59	6.220,59	-	-
MG	SANTA CRUZ DE MINAS	3157336	6.221,71	6.221,71	-	-
SC	RIO NEGRINHO	4215000	6.222,98	6.222,98	-	-
MT	NOVO SAO JOAQUIM	5106281	6.223,13	6.223,13	-	-
TO	PONTE ALTA DO TOCANTINS	1717909	6.223,42	6.223,42	-	-
MG	CURVELO	3120904	6.223,75	6.223,75	-	-
SC	DONA EMMA	4205100	6.224,01	6.224,01	-	-
PI	PORTO ALEGRE DO PIAUI	2208551	6.224,09	6.224,09	-	-
GO	BOM JESUS DE GOIAS	5203500	6.224,64	6.224,64	-	-
SP	VARGEM	3556354	6.225,38	6.225,38	-	-
MG	NOVA PONTE	3145000	6.226,10	6.226,10	-	-
ES	MANTENOPOLIS	3203304	6.226,17	6.226,17	-	-
MG	SAO JOAO EVANGELISTA	3162807	6.227,20	6.227,20	-	-
SC	ANITA GARIBALDI	4201000	6.227,24	6.227,24	-	-
MG	SAO FELIX DE MINAS	3161056	6.228,30	6.228,30	-	-
MG	GALILEIA	3127305	6.229,06	6.229,06	-	-
PR	NOVA SANTA BARBARA	4117214	6.230,29	6.230,29	-	-
MG	FORMIGA	3126109	6.230,45	6.230,45	-	-
SC	AURORA	4201901	6.231,53	6.231,53	-	-
MS	BELA VISTA	5002100	6.231,98	6.231,98	-	-
MG	IMBE DE MINAS	3130556	6.232,74	6.232,74	-	-
MG	SAO GONCALO DO PARA	3161809	6.233,49	6.233,49	-	-
GO	POSSE	5218300	6.234,44	6.234,44	-	-

MG	SAO GONCALO DO RIO PRETO	3125507	6.235,08	6.235,08	-	-
MG	CAMPESTRE	3111002	6.237,50	6.237,50	-	-
MG	MONTE AZUL	3142908	6.238,29	6.238,29	-	-
SC	OURO	4211801	6.238,49	6.238,49	-	-
SP	CANITAR	3510153	6.239,02	6.239,02	-	-
GO	MOSSAMEDES	5213905	6.239,05	6.239,05	-	-
TO	PALMEIROPOLIS	1715754	6.239,21	6.239,21	-	-
MG	NAQUE	3144359	6.241,40	6.241,40	-	-
MT	NOVA GUARITA	5108808	6.243,41	6.243,41	-	-
SC	ALFREDO WAGNER	4200705	6.244,82	6.244,82	-	-
SC	BOCAINA DO SUL	4202438	6.244,98	6.244,98	-	-
RN	FERNANDO PEDROZA	2403756	6.245,11	6.245,11	-	-
PR	CRUZ MACHADO	4106803	6.245,23	6.245,23	-	-
MG	CAMANDUCAIA	3110509	6.245,65	6.245,65	-	-
SP	APIAI	3502705	6.246,33	6.246,33	-	-
MG	PIRAUBA	3151305	6.246,37	6.246,37	-	-
GO	INHUMAS	5210000	6.247,03	6.247,03	-	-
MG	PEDRAS DE MARIA DA CRUZ	3149150	6.249,79	6.249,79	-	-
SE	SAO MIGUEL DO ALEIXO	2807006	6.249,92	6.249,92	-	-
PR	IBIPORA	4109807	6.250,51	6.250,51	-	-
RS	IRAI	4310504	6.251,03	6.251,03	-	-
PR	UNIAO DA VITORIA	4128203	6.251,59	6.251,59	-	-
ES	GOVERNADOR LINDENBERG	3202256	6.252,64	6.252,64	-	-
RJ	PARACAMBI	3303609	6.253,35	6.253,35	-	-
SP	CRISTAIS PAULISTA	3513207	6.253,91	6.253,91	-	-
SC	SAO JOAQUIM	4216503	6.254,37	6.254,37	-	-
SC	APIUNA	4201257	6.255,88	6.255,88	-	-
TO	RIO SONO	1718758	6.256,34	6.256,34	-	-
SP	ROSEIRA	3544301	6.256,52	6.256,52	-	-
MG	COMERCINHO	3117009	6.256,87	6.256,87	-	-
MG	SAO JOSE DO ALEGRE	3163201	6.257,06	6.257,06	-	-
PR	SAO TOME	4126108	6.257,78	6.257,78	-	-
PA	CANAA DOS CARAJAS	1502152	6.258,78	6.258,78	-	-
MG	PEQUI	3149606	6.259,55	6.259,55	-	-
SP	TABAPUA	3552601	6.259,69	6.259,69	-	-
MG	IGARATINGA	3130200	6.260,58	6.260,58	-	-
SC	ITUPORANGA	4208500	6.260,92	6.260,92	-	-
SP	NOVAIS	3533254	6.261,00	6.261,00	-	-
MS	RIBAS DO RIO PARDO	5007109	6.262,15	6.262,15	-	-
SC	SAO LOURENCO DO OESTE	4216909	6.262,45	6.262,45	-	-
MG	IAPU	3129301	6.262,87	6.262,87	-	-
PR	PORECATU	4120002	6.262,91	6.262,91	-	-
MG	SETUBINHA	3165552	6.264,12	6.264,12	-	-
MS	PARANAIBA	5006309	6.264,59	6.264,59	-	-
SC	RIO DO CAMPO	4214508	6.264,69	6.264,69	-	-
MG	BONFINOPOLIS DE MINAS	3108206	6.265,38	6.265,38	-	-
MG	JESUANIA	3135902	6.266,99	6.266,99	-	-
PR	GUAMIRANGA	4108957	6.267,19	6.267,19	-	-
TO	PINDORAMA DO TOCANTINS	1717008	6.267,45	6.267,45	-	-
PR	COLORADO	4105904	6.267,57	6.267,57	-	-
MS	NOVA ANDRADINA	5006200	6.267,92	6.267,92	-	-
PR	SANTA MARIA DO OESTE	4123857	6.268,54	6.268,54	-	-
MG	PEDRO LEOPOLDO	3149309	6.268,66	6.268,66	-	-
PR	BRAGANEY	4103354	6.268,76	6.268,76	-	-
MG	GUARANESIA	3128303	6.268,94	6.268,94	-	-
SC	PALMITOS	4212106	6.269,49	6.269,49	-	-
MG	TOMBOS	3169208	6.269,72	6.269,72	-	-
BA	JABORANDI	2917359	6.271,11	6.271,11	-	-
MG	CABECEIRA GRANDE	3109451	6.271,61	6.271,61	-	-
PR	FOZ DO JORDAO	4108452	6.272,28	6.272,28	-	-
TO	MAURILANDIA DO TOCANTINS	1712801	6.272,73	6.272,73	-	-
MT	TANGARA DA SERRA	5107958	6.273,94	6.273,94	-	-
SC	SERRA ALTA	4217550	6.274,82	6.274,82	-	-
MG	VIRGINIA	3171709	6.275,09	6.275,09	-	-
MG	MAR DE ESPANHA	3139805	6.275,60	6.275,60	-	-
MG	CARMO DE MINAS	3114105	6.277,64	6.277,64	-	-
MT	UNIAO DO SUL	5108303	6.278,57	6.278,57	-	-
MG	MESQUITA	3141702	6.279,32	6.279,32	-	-
AM	Amazonas	13	6.279,45	6.279,45	-	-
PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	4102000	6.280,75	6.280,75	-	-
PR	ANTONIO OLINTO	4101309	6.281,52	6.281,52	-	-
RO	MACHADINHO DOESTE	1100130	6.281,69	6.281,69	-	-
PR	BELA VISTA DA CAROBA	4102752	6.282,91	6.282,91	-	-
SP	FARTURA	3515400	6.283,55	6.283,55	-	-
MG	VARZEA DA PALMA	3170800	6.285,23	6.285,23	-	-
PR	CONGONHINHAS	4106001	6.285,27	6.285,27	-	-
RO	COLORADO DO OESTE	1100064	6.285,38	6.285,38	-	-
PR	VERE	4128609	6.285,64	6.285,64	-	-
TO	CRIXAS DO TOCANTINS	1706258	6.286,49	6.286,49	-	-
SP	SERRANA	3551504	6.287,02	6.287,02	-	-
MG	SAO SEBASTIAO DO OESTE	3164605	6.288,29	6.288,29	-	-
MG	FERVEDOURO	3125952	6.288,60	6.288,60	-	-
PR	CIANORTE	4105508	6.289,04	6.289,04	-	-
SC	NOVA TRENTO	4211504	6.290,05	6.290,05	-	-
SC	SAO MIGUEL DO OESTE	4217204	6.290,68	6.290,68	-	-
MG	ROCHEDO DE MINAS	3156205	6.291,93	6.291,93	-	-
SC	CAMPOS NOVOS	4203600	6.292,68	6.292,68	-	-
MG	GUARARA	3128501	6.293,74	6.293,74	-	-
MT	BARRA DO GARCAS	5101803	6.295,38	6.295,38	-	-
MT	NOVA BANDEIRANTES	5106158	6.297,34	6.297,34	-	-
SC	DIONISIO CERQUEIRA	4205001	6.297,63	6.297,63	-	-
MS	COXIM	5003306	6.299,32	6.299,32	-	-
RJ	BOM JARDIM	3300506	6.299,51	6.299,51	-	-
MS	ITAQUIRAI	5004601	6.300,05	6.300,05	-	-
MG	ALTO CAPARAO	3102050	6.300,09	6.300,09	-	-
GO	CROMINIA	5206503	6.301,76	6.301,76	-	-
SP	JARDINOPOLIS	3525102	6.302,11	6.302,11	-	-
MT	POXOREU	5107008	6.302,54	6.302,54	-	-
SC	GRAO PARA	4206108	6.303,66	6.303,66	-	-

MG	FARIA LEMOS	3125309	6.303,90	6.303,90	-	-
GO	PIRENOPOLIS	5217302	6.304,02	6.304,02	-	-
MG	ITABIRINHA	3131802	6.304,17	6.304,17	-	-
TO	PALMEIRAS DO TOCANTINS	1713809	6.305,05	6.305,05	-	-
RN	JOAO DIAS	2405900	6.305,45	6.305,45	-	-
PR	PRUDENTOPOLIS	4120606	6.305,69	6.305,69	-	-
RR	CARACARAI	1400209	6.306,49	6.306,49	-	-
MT	RIBEIRAOZINHO	5107198	6.306,49	6.306,49	-	-
PR	CANDOI	4104428	6.308,12	6.308,12	-	-
MG	CARMO DO PARANAIBA	3114303	6.309,43	6.309,43	-	-
SP	BURI	3508009	6.310,70	6.310,70	-	-
SC	GASPAR	4205902	6.311,12	6.311,12	-	-
SC	ANCHIETA	4200804	6.311,62	6.311,62	-	-
GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	5200605	6.311,80	6.311,80	-	-
TO	CONCEICAO DO TOCANTINS	1705607	6.312,46	6.312,46	-	-
MG	BUENOPOLIS	3109204	6.313,41	6.313,41	-	-
SP	JERIQUARA	3525409	6.313,64	6.313,64	-	-
MG	MACHADO	3139003	6.313,65	6.313,65	-	-
MG	SANTANA DO DESERTO	3158607	6.313,79	6.313,79	-	-
TO	FORTALEZA DO TABOCAO	1708254	6.314,76	6.314,76	-	-
RO	NOVA UNIAO	1101435	6.315,12	6.315,12	-	-
RN	PARAU	2408706	6.316,87	6.316,87	-	-
PR	SAO JOAO DO TRIUNFO	4125100	6.318,51	6.318,51	-	-
MT	SANTA CARMEM	5107248	6.319,68	6.319,68	-	-
GO	ABADIANIA	5200100	6.320,19	6.320,19	-	-
PR	DOURADINA	4107256	6.320,57	6.320,57	-	-
SP	CESARIO LANGE	3511607	6.321,35	6.321,35	-	-
PR	ASSAI	4101903	6.323,19	6.323,19	-	-
MG	MATERLANDIA	3140605	6.323,21	6.323,21	-	-
MT	VILA RICA	5108600	6.324,29	6.324,29	-	-
SC	BANDEIRANTE	4202081	6.324,98	6.324,98	-	-
MG	DIVINO	3122009	6.325,48	6.325,48	-	-
PR	ALTAMIRA DO PARANA	4100459	6.325,64	6.325,64	-	-
SP	BOA ESPERANCA DO SUL	3506706	6.325,72	6.325,72	-	-
RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	3300803	6.326,34	6.326,34	-	-
MG	PIEDADE DE PONTE NOVA	3150208	6.327,40	6.327,40	-	-
RS	PALMITINHO	4313805	6.328,72	6.328,72	-	-
RN	PEDRA GRANDE	2409506	6.329,57	6.329,57	-	-
GO	CABECEIRAS	5204003	6.331,08	6.331,08	-	-
RN	IPUEIRA	2404804	6.331,83	6.331,83	-	-
MT	GAUCHA DO NORTE	5103858	6.332,11	6.332,11	-	-
PR	BORRAZOPOLIS	4103305	6.333,96	6.333,96	-	-
SC	ERMO	4205191	6.334,26	6.334,26	-	-
MG	BOM JESUS DO GALHO	3107802	6.335,49	6.335,49	-	-
MG	CANAPOLIS	3111804	6.335,93	6.335,93	-	-
PR	JURANDA	4112959	6.337,75	6.337,75	-	-
SC	ASCURRA	4201703	6.339,02	6.339,02	-	-
SP	ESTIVA GERBI	3557303	6.339,29	6.339,29	-	-
MG	RIO DO PRADO	3155108	6.341,27	6.341,27	-	-
PR	MOREIRA SALES	4116109	6.341,69	6.341,69	-	-
PA	VITORIA DO XINGU	1508357	6.341,76	6.341,76	-	-
MG	SAO JOSE DO DIVINO	3163300	6.342,51	6.342,51	-	-
RS	CACAPAVA DO SUL	4302808	6.343,27	6.343,27	-	-
PR	IVAIPORA	4111506	6.343,58	6.343,58	-	-
SC	CONCORDIA	4204301	6.344,25	6.344,25	-	-
TO	ARAGUANA	1702158	6.344,56	6.344,56	-	-
MA	SANTO ANTONIO DOS LOPES	2110302	6.346,20	6.346,20	-	-
MS	GUIA LOPES DA LAGUNA	5004106	6.346,52	6.346,52	-	-
SC	CORONEL FREITAS	4204400	6.347,92	6.347,92	-	-
AL	CAMPO GRANDE	2701506	6.348,02	6.348,02	-	-
PR	JACAREZINHO	4111803	6.348,32	6.348,32	-	-
MT	NOVA MUTUM	5106224	6.348,79	6.348,79	-	-
SC	FRAIBURGO	4205506	6.350,08	6.350,08	-	-
MG	TIROS	3168903	6.350,27	6.350,27	-	-
MT	NOVA OLIMPIA	5106232	6.351,55	6.351,55	-	-
SC	CORREIA PINTO	4204558	6.352,36	6.352,36	-	-
SC	CHAPECO	4204202	6.352,74	6.352,74	-	-
SP	OURO VERDE	3534807	6.353,57	6.353,57	-	-
MG	MOEMA	3142403	6.353,94	6.353,94	-	-
MG	DOM BOSCO	3122470	6.355,24	6.355,24	-	-
ES	ARACRUZ	3200607	6.355,38	6.355,38	-	-
GO	CHAPADAO DO CEU	5205471	6.355,82	6.355,82	-	-
MG	JOSE GONCALVES DE MINAS	3136520	6.355,82	6.355,82	-	-
MG	NOVA BELEM	3144672	6.356,84	6.356,84	-	-
MG	ITUETA	3134103	6.357,90	6.357,90	-	-
PR	PALMITAL	4117800	6.358,20	6.358,20	-	-
SC	CORUPA	4204509	6.358,77	6.358,77	-	-
SP	JABORANDI	3524204	6.359,76	6.359,76	-	-
MG	SARDOA	3165503	6.360,32	6.360,32	-	-
RN	GALINHOS	2404101	6.360,58	6.360,58	-	-
MG	PATROCINIO DO MURIAE	3148202	6.361,97	6.361,97	-	-
SC	NOVA ERECHIM	4211405	6.362,02	6.362,02	-	-
TO	ARAGUACU	1702000	6.362,43	6.362,43	-	-
SC	BALNEARIO BARRA DO SUL	4202057	6.363,67	6.363,67	-	-
SP	NOVA CAMPINA	3532827	6.363,96	6.363,96	-	-
MS	RIO BRILHANTE	5007208	6.364,07	6.364,07	-	-
AM	ATALAIA DO NORTE	1300201	6.364,10	6.364,10	-	-
GO	BURITI ALEGRE	5203906	6.364,17	6.364,17	-	-
MG	GUARANI	3128402	6.365,11	6.365,11	-	-
RS	IGREJINHA	4310108	6.366,49	6.366,49	-	-
MG	OURO BRANCO	3145901	6.367,35	6.367,35	-	-
MS	TACURU	5007950	6.367,58	6.367,58	-	-
PR	CAMPO BONITO	4104055	6.368,70	6.368,70	-	-
PR	AMPERE	4101002	6.368,72	6.368,72	-	-
RO	MONTE NEGRO	1101401	6.369,12	6.369,12	-	-
PR	MANOEL RIBAS	4114500	6.369,79	6.369,79	-	-
PR	CAMPINA DO SIMAO	4103958	6.370,55	6.370,55	-	-
GO	GOIANAPOLIS	5208400	6.370,56	6.370,56	-	-
MG	SAO JOAO DO ORIENTE	3162609	6.371,25	6.371,25	-	-
PR	RONCADOR	4122503	6.371,34	6.371,34	-	-
PR	DOUTOR CAMARGO	4107306	6.371,62	6.371,62	-	-

RO	ITAPUA DO OESTE	1101104	6.371,85	6.371,85	-	-
GO	FORMOSA	5208004	6.372,98	6.372,98	-	-
MG	TIMOTEO	3168705	6.373,67	6.373,67	-	-
MG	PECANHA	3148608	6.373,88	6.373,88	-	-
MG	CARMOPOLIS DE MINAS	3114501	6.373,92	6.373,92	-	-
MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	5006259	6.374,49	6.374,49	-	-
MG	CAMPO FLORIDO	3111408	6.375,17	6.375,17	-	-
TO	BANDEIRANTES DO TOCANTINS	1703057	6.375,51	6.375,51	-	-
TO	COUTO DE MAGALHAES	1706001	6.376,05	6.376,05	-	-
RS	TEUTONIA	4321451	6.376,17	6.376,17	-	-
MG	SANTO ANTONIO DO GRAMA	3160108	6.377,94	6.377,94	-	-
MG	MATUTINA	3141207	6.378,47	6.378,47	-	-
GO	PALMEIRAS DE GOIAS	5215702	6.378,56	6.378,56	-	-
SC	TURVO	4218806	6.379,49	6.379,49	-	-
MG	LARANJAL	3138005	6.380,74	6.380,74	-	-
MG	ITAMARATI DE MINAS	3132602	6.381,13	6.381,13	-	-
SC	JABORA	4208609	6.381,50	6.381,50	-	-
MT	AGUA BOA	5100201	6.383,82	6.383,82	-	-
SC	FAXINAL DOS GUEDES	4205308	6.384,13	6.384,13	-	-
PR	JABOTI	4111704	6.384,43	6.384,43	-	-
MG	SENADOR MODESTINO GONCALVES	3165909	6.384,84	6.384,84	-	-
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	4125357	6.384,89	6.384,89	-	-
PR	LAPA	4113205	6.385,16	6.385,16	-	-
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	4107850	6.386,36	6.386,36	-	-
PR	RIO BRANCO DO IVAI	4122172	6.386,77	6.386,77	-	-
MG	ABAETE	3100203	6.387,09	6.387,09	-	-
SC	PALHOCA	4211900	6.390,66	6.390,66	-	-
MG	CORINTO	3119104	6.391,80	6.391,80	-	-
SP	CAMPO LIMPO PAULISTA	3509601	6.392,39	6.392,39	-	-
MG	LAGOA FORMOSA	3137502	6.393,90	6.393,90	-	-
GO	SANTO ANTONIO DE GOIAS	5219738	6.394,93	6.394,93	-	-
TO	RIO DA CONCEICAO	1718659	6.395,71	6.395,71	-	-
MT	ALTA FLORESTA	5100250	6.395,84	6.395,84	-	-
TO	BARRA DO OURO	1703073	6.396,13	6.396,13	-	-
SC	ICARA	4207007	6.397,23	6.397,23	-	-
MG	MONTE SIAO	3143401	6.397,30	6.397,30	-	-
MT	PEDRA PRETA	5106372	6.397,32	6.397,32	-	-
SC	SANTA TEREZINHA	4215679	6.397,35	6.397,35	-	-
MT	JUINA	5105150	6.397,47	6.397,47	-	-
RJ	TERESOPOLIS	3305802	6.398,90	6.398,90	-	-
SC	PINHALZINHO	4212908	6.398,91	6.398,91	-	-
MG	NATALANDIA	3144375	6.399,16	6.399,16	-	-
GO	QUIRINOPOLIS	5218508	6.400,24	6.400,24	-	-
SP	NOVA ALIANCA	3532801	6.400,47	6.400,47	-	-
MG	COIMBRA	3116704	6.401,24	6.401,24	-	-
MG	GRAO MOGOL	3127800	6.401,79	6.401,79	-	-
SC	CATANDUVAS	4204004	6.402,03	6.402,03	-	-
SC	NOVA VENEZA	4211603	6.402,46	6.402,46	-	-
SC	ARAQUARI	4201307	6.403,30	6.403,30	-	-
RN	TIMBAUBA DOS BATISTAS	2414308	6.404,16	6.404,16	-	-
PR	KALORE	4113106	6.404,20	6.404,20	-	-
PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	4124103	6.404,26	6.404,26	-	-
TO	ARAGUAINA	1702109	6.404,34	6.404,34	-	-
PR	MATELANDIA	4115606	6.405,28	6.405,28	-	-
RS	VIAMAO	4323002	6.405,56	6.405,56	-	-
SC	RIO DO OESTE	4214607	6.406,61	6.406,61	-	-
PR	SAPOPEMA	4126207	6.406,74	6.406,74	-	-
MS	NIOAQUE	5005806	6.406,91	6.406,91	-	-
MG	PATROCINIO	3148103	6.406,93	6.406,93	-	-
RS	LAJEADO DO BUGRE	4311429	6.407,76	6.407,76	-	-
MG	RAUL SOARES	3154002	6.408,22	6.408,22	-	-
SC	VIDEIRA	4219309	6.408,36	6.408,36	-	-
MG	VIEIRAS	3171402	6.408,42	6.408,42	-	-
MG	BOM JARDIM DE MINAS	3107505	6.408,62	6.408,62	-	-
RS	CATUIPE	4305009	6.409,24	6.409,24	-	-
RS	SOBRADINHO	4320701	6.409,72	6.409,72	-	-
MG	RIACHO DOS MACHADOS	3154507	6.411,25	6.411,25	-	-
MG	SERRANIA	3166907	6.415,06	6.415,06	-	-
GO	DIVINOPOLIS DE GOIAS	5208301	6.415,56	6.415,56	-	-
MG	TURVOLANDIA	3169802	6.415,92	6.415,92	-	-
PR	ITAUNA DO SUL	4111308	6.416,68	6.416,68	-	-
MG	NANUQUE	3144300	6.416,83	6.416,83	-	-
MG	VOLTA GRANDE	3172103	6.418,12	6.418,12	-	-
SP	MORUNGABA	3532009	6.420,00	6.420,00	-	-
GO	URUACU	5221601	6.420,18	6.420,18	-	-
PR	VERA CRUZ DO OESTE	4128559	6.420,53	6.420,53	-	-
PR	MAUA DA SERRA	4115754	6.421,45	6.421,45	-	-
PR	XAMBRE	4128807	6.421,50	6.421,50	-	-
ES	APIACA	3200508	6.422,40	6.422,40	-	-
SP	BOREBI	3507456	6.422,81	6.422,81	-	-
SC	INDAIAL	4207502	6.425,37	6.425,37	-	-
SP	RIBEIRAO CORRENTE	3543105	6.426,23	6.426,23	-	-
RS	BOA VISTA DO BURICA	4302204	6.427,72	6.427,72	-	-
MG	SANTA RITA DE MINAS	3159357	6.428,91	6.428,91	-	-
MG	GUIDOVAL	3128808	6.430,00	6.430,00	-	-
BA	CANDEIAS	2906501	6.430,16	6.430,16	-	-
SC	RIO DO SUL	4214805	6.431,24	6.431,24	-	-
TO	PEQUIZEIRO	1716653	6.432,09	6.432,09	-	-
MG	ESPERA FELIZ	3124203	6.432,71	6.432,71	-	-
PR	CAFELANDIA	4103453	6.432,81	6.432,81	-	-
MG	ITAJUBA	3132404	6.432,97	6.432,97	-	-
TO	SANTA FE DO ARAGUAIA	1718865	6.433,22	6.433,22	-	-
SP	PINHALZINHO	3538204	6.433,27	6.433,27	-	-
PR	MARIA HELENA	4114708	6.433,34	6.433,34	-	-
MG	OLHOS-DAGUA	3145455	6.433,41	6.433,41	-	-
MG	CRUZEIRO DA FORTALEZA	3120706	6.433,45	6.433,45	-	-
MG	GUARACIAMA	3128253	6.433,90	6.433,90	-	-
SP	GUAPIARA	3517604	6.434,06	6.434,06	-	-
SP	TEODORO SAMPAIO	3554300	6.434,27	6.434,27	-	-

MG	CAMBUQUIRA	3110707	6.435,42	6.435,42	-	-
PR	CANDIDO DE ABREU	4104402	6.437,49	6.437,49	-	-
MT	PONTES E LACERDA	5106752	6.438,93	6.438,93	-	-
MS	LAGUNA CARAPA	5005251	6.441,98	6.441,98	-	-
PR	TAPIRA	4126900	6.442,08	6.442,08	-	-
RJ	PETROPOLIS	3303906	6.442,87	6.442,87	-	-
PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	4106456	6.443,22	6.443,22	-	-
PR	GUARAPUAVA	4109401	6.445,11	6.445,11	-	-
MG	FRANCISCOPOLIS	3126752	6.445,48	6.445,48	-	-
SP	CERQUILHO	3511508	6.445,52	6.445,52	-	-
MG	QUARTEL GERAL	3153707	6.445,67	6.445,67	-	-
MT	CAMPO NOVO DO PARECIS	5102637	6.447,72	6.447,72	-	-
PR	CASCAVEL	4104808	6.447,84	6.447,84	-	-
PR	ANDIRA	4101101	6.448,37	6.448,37	-	-
MG	OLIVEIRA	3145604	6.451,11	6.451,11	-	-
PR	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	4125456	6.451,14	6.451,14	-	-
MS	ELDORADO	5003751	6.452,07	6.452,07	-	-
MG	LADAINHA	3137007	6.453,54	6.453,54	-	-
MT	JURUENA	5105176	6.453,62	6.453,62	-	-
PR	GOIOERE	4108601	6.454,27	6.454,27	-	-
BA	LAURO DE FREITAS	2919207	6.455,43	6.455,43	-	-
MG	CAETE	3110004	6.456,59	6.456,59	-	-
PR	ATALAIA	4102208	6.456,97	6.456,97	-	-
SP	BARRA DO CHAPEU	3505351	6.457,54	6.457,54	-	-
MG	MARAVILHAS	3139706	6.458,32	6.458,32	-	-
PR	LIDIANOPOLIS	4113429	6.458,92	6.458,92	-	-
SC	AGUAS MORNAS	4200606	6.460,60	6.460,60	-	-
PR	PORTO VITORIA	4120309	6.463,31	6.463,31	-	-
RS	TAQUARA	4321204	6.463,50	6.463,50	-	-
MG	SAO JOAO DO PACUI	3162658	6.463,68	6.463,68	-	-
MT	MATUPA	5105606	6.463,88	6.463,88	-	-
RS	CAPELA DE SANTANA	4304689	6.463,92	6.463,92	-	-
RS	VERA CRUZ	4322707	6.465,12	6.465,12	-	-
SC	LAGES	4209300	6.465,99	6.465,99	-	-
PR	CAMPO MOURAO	4104303	6.466,72	6.466,72	-	-
GO	NOVA AURORA	5214804	6.468,71	6.468,71	-	-
SC	MONDAI	4211009	6.469,60	6.469,60	-	-
MG	CORREGO NOVO	3120003	6.469,71	6.469,71	-	-
PR	NOVA SANTA ROSA	4117222	6.469,83	6.469,83	-	-
GO	CORUMBAIBA	5205901	6.469,91	6.469,91	-	-
MG	CAXAMBU	3115508	6.472,29	6.472,29	-	-
SP	TORRINHA	3554706	6.473,65	6.473,65	-	-
SP	EMBU-GUACU	3515103	6.475,99	6.475,99	-	-
SP	ITARARE	3523206	6.476,11	6.476,11	-	-
TO	SANTA MARIA DO TOCANTINS	1718881	6.476,51	6.476,51	-	-
PR	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	4124053	6.478,93	6.478,93	-	-
MT	CHAPADA DOS GUIMARAES	5103007	6.480,29	6.480,29	-	-
SP	JUQUITIBA	3526209	6.480,74	6.480,74	-	-
PR	PLANALTINA DO PARANA	4119707	6.482,30	6.482,30	-	-
SP	SAO JOSE DO BARREIRO	3549607	6.482,33	6.482,33	-	-
SC	TIJUCAS	4218004	6.483,15	6.483,15	-	-
SC	SANTA CECILIA	4215505	6.483,79	6.483,79	-	-
SP	ITAPEVA	3522406	6.483,86	6.483,86	-	-
MT	NOBRES	5105903	6.484,67	6.484,67	-	-
MG	SAO PEDRO DO SUACUI	3164100	6.485,06	6.485,06	-	-
PR	TAPEJARA	4126801	6.485,08	6.485,08	-	-
RO	CASTANHEIRAS	1100908	6.485,60	6.485,60	-	-
MG	TAQUARACU DE MINAS	3168309	6.486,18	6.486,18	-	-
SC	URUBICI	4218905	6.486,90	6.486,90	-	-
GO	INACIOLANDIA	5209937	6.488,01	6.488,01	-	-
SP	ITAPUI	3522901	6.489,57	6.489,57	-	-
MG	SAO JOAO DA PONTE	3162401	6.490,95	6.490,95	-	-
MG	SAO DOMINGOS DAS DORES	3160959	6.491,26	6.491,26	-	-
RJ	VOLTA REDONDA	3306305	6.492,34	6.492,34	-	-
SP	TARABAI	3553906	6.492,45	6.492,45	-	-
MG	SAO VICENTE DE MINAS	3165305	6.493,62	6.493,62	-	-
SP	SAO LOURENCO DA SERRA	3549953	6.494,41	6.494,41	-	-
SP	IGARAPAVA	3520103	6.494,56	6.494,56	-	-
SP	TAPIRAI	3553500	6.495,92	6.495,92	-	-
RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	1101492	6.496,60	6.496,60	-	-
MS	CHAPADAO DO SUL	5002951	6.497,32	6.497,32	-	-
GO	DOVERLANDIA	5207253	6.497,66	6.497,66	-	-
MG	PASSOS	3147907	6.498,92	6.498,92	-	-
PR	IPORA	4110607	6.499,75	6.499,75	-	-
RO	ARIQUEMES	1100023	6.500,73	6.500,73	-	-
PR	URAI	4128401	6.501,88	6.501,88	-	-
SP	EMILIANOPOLIS	3515129	6.502,46	6.502,46	-	-
TO	CARRASCO BONITO	1703891	6.503,52	6.503,52	-	-
MG	POTE	3152402	6.503,63	6.503,63	-	-
GO	APARECIDA DE GOIANIA	5201405	6.504,01	6.504,01	-	-
SP	VALENTIM GENTIL	3556107	6.505,26	6.505,26	-	-
CE	Ceará	23	6.505,31	6.505,31	-	-
RS	TRINDADE DO SUL	4321956	6.505,56	6.505,56	-	-
MA	SAO LUIS	2111300	6.506,35	6.506,35	-	-
RO	CHUPINGUAIA	1100924	6.507,08	6.507,08	-	-
PR	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	4120408	6.507,31	6.507,31	-	-
MG	SANTA RITA DE JACUTINGA	3159308	6.508,00	6.508,00	-	-
RO	ALVORADA DOESTE	1100346	6.509,07	6.509,07	-	-
GO	IACIARA	5209903	6.509,09	6.509,09	-	-
SC	SAO MARTINHO	4217105	6.510,64	6.510,64	-	-
MG	ITUIUTABA	3134202	6.510,88	6.510,88	-	-
MS	TERENOS	5008008	6.511,14	6.511,14	-	-
PR	MALLET	4113908	6.511,30	6.511,30	-	-
RS	SARANDI	4320107	6.512,50	6.512,50	-	-
SP	RIOLANDIA	3544202	6.512,82	6.512,82	-	-
SP	MOMBUCA	3530904	6.513,11	6.513,11	-	-

SP	PEDRA BELA	3536802	6.513,98	6.513,98	-	-
SC	SAO JOSE DO CERRITO	4216800	6.515,01	6.515,01	-	-
MT	PARANAITA	5106299	6.515,75	6.515,75	-	-
MT	CARLINDA	5102793	6.518,53	6.518,53	-	-
MS	ROCHEDO	5007505	6.519,03	6.519,03	-	-
PR	PIRAI DO SUL	4119400	6.519,97	6.519,97	-	-
BA	SAO DESIDERIO	2928901	6.520,09	6.520,09	-	-
TO	MIRANORTE	1713304	6.520,21	6.520,21	-	-
RS	CERRO LARGO	4305207	6.521,60	6.521,60	-	-
MS	CASSILANDIA	5002902	6.521,65	6.521,65	-	-
MG	LAVRAS	3138203	6.521,66	6.521,66	-	-
MG	MINAS NOVAS	3141801	6.521,89	6.521,89	-	-
MG	BERTOPOLIS	3106606	6.522,36	6.522,36	-	-
GO	CAMPINACU	5204656	6.522,52	6.522,52	-	-
MG	RIO PARANAIBA	3155504	6.523,74	6.523,74	-	-
MG	ARAGUARI	3103504	6.523,91	6.523,91	-	-
RS	MACHADINHO	4311700	6.524,10	6.524,10	-	-
TO	ARAPOEMA	1702307	6.525,03	6.525,03	-	-
MG	BOM JESUS DA PENHA	3107604	6.525,22	6.525,22	-	-
MG	MARIPA DE MINAS	3140209	6.525,37	6.525,37	-	-
ES	MUCURICI	3203601	6.526,23	6.526,23	-	-
RN	FRANCISCO DANTAS	2403905	6.526,96	6.526,96	-	-
TO	RIACHINHO	1718550	6.526,99	6.526,99	-	-
MG	VAZANTE	3171006	6.527,35	6.527,35	-	-
MG	ROSARIO DA LIMEIRA	3156452	6.528,11	6.528,11	-	-
PR	GUARACI	4109203	6.528,74	6.528,74	-	-
RS	PORTO XAVIER	4315107	6.532,68	6.532,68	-	-
SP	ALVARES MACHADO	3501301	6.534,10	6.534,10	-	-
MT	COLIDER	5103205	6.535,04	6.535,04	-	-
MG	DOM SILVERIO	3122702	6.535,14	6.535,14	-	-
MG	CAPINOPOLIS	3112604	6.535,14	6.535,14	-	-
PR	ICARAIMA	4109906	6.535,86	6.535,86	-	-
PR	PONTA GROSSA	4119905	6.536,02	6.536,02	-	-
AC	RIO BRANCO	1200401	6.536,73	6.536,73	-	-
SC	GARUVA	4205803	6.537,97	6.537,97	-	-
SC	SAO CARLOS	4216008	6.539,54	6.539,54	-	-
SP	RIBEIRAO BONITO	3542909	6.539,86	6.539,86	-	-
RJ	CARMO	3301207	6.540,02	6.540,02	-	-
MG	ALTO JEQUITIBA	3153509	6.540,85	6.540,85	-	-
MG	SOBRALIA	3167707	6.540,87	6.540,87	-	-
TO	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	1720002	6.541,07	6.541,07	-	-
SP	BADY BASSITT	3504602	6.543,45	6.543,45	-	-
PR	ITAMBARACA	4111001	6.544,66	6.544,66	-	-
MG	CATUTI	3115474	6.546,82	6.546,82	-	-
GO	TURVANIA	5221502	6.547,52	6.547,52	-	-
MG	NOVA RESENDE	3145109	6.548,13	6.548,13	-	-
SP	RIBEIRAO GRANDE	3543253	6.548,57	6.548,57	-	-
SP	TRABIJU	3554755	6.550,32	6.550,32	-	-
RS	ESPERANCA DO SUL	4307450	6.551,90	6.551,90	-	-
MG	BRAS PIRES	3108701	6.553,19	6.553,19	-	-
MG	CACHOEIRA DA PRATA	3109600	6.553,86	6.553,86	-	-
GO	COLINAS DO SUL	5205521	6.555,03	6.555,03	-	-
SC	HERVAL DOESTE	4206702	6.555,21	6.555,21	-	-
MG	SAO PEDRO DOS FERROS	3164001	6.555,91	6.555,91	-	-
MG	VARGEM ALEGRE	3170578	6.556,33	6.556,33	-	-
MT	RIO BRANCO	5107206	6.556,36	6.556,36	-	-
PR	LEOPOLIS	4113403	6.557,18	6.557,18	-	-
RS	CRUZEIRO DO SUL	4306205	6.557,83	6.557,83	-	-
SC	IPORA DO OESTE	4207650	6.558,35	6.558,35	-	-
SP	MANDURI	3528601	6.558,39	6.558,39	-	-
MG	FRANCISCO BADARO	3126505	6.558,40	6.558,40	-	-
RS	QUARAI	4315305	6.558,45	6.558,45	-	-
RS	TRES PASSOS	4321907	6.559,69	6.559,69	-	-
GO	BURITI DE GOIAS	5203939	6.559,90	6.559,90	-	-
MG	CABO VERDE	3109501	6.560,03	6.560,03	-	-
SP	GUAPIACU	3517505	6.561,89	6.561,89	-	-
SP	BRAUNA	3507704	6.562,35	6.562,35	-	-
RO	CAMPO NOVO DE RONDONIA	1100700	6.563,27	6.563,27	-	-
MG	ESTIVA	3124500	6.563,53	6.563,53	-	-
MS	BATAYPORA	5002001	6.563,77	6.563,77	-	-
MG	VERMELHO NOVO	3171154	6.564,35	6.564,35	-	-
SC	SAUDADES	4217303	6.565,35	6.565,35	-	-
MG	SALTO DA DIVISA	3157104	6.565,41	6.565,41	-	-
MG	SILVIANOPOLIS	3167400	6.566,37	6.566,37	-	-
SP	AMERICO DE CAMPOS	3501806	6.566,96	6.566,96	-	-
PR	JANDAIA DO SUL	4112108	6.567,38	6.567,38	-	-
PR	SAO PEDRO DO IVAI	4125803	6.568,30	6.568,30	-	-
RS	CANELA	4304408	6.568,40	6.568,40	-	-
MG	PRESIDENTE KUBITSCHEK	3153301	6.573,31	6.573,31	-	-
MG	PALMA	3146701	6.574,08	6.574,08	-	-
MG	PIRANGUCU	3150901	6.574,49	6.574,49	-	-
RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	1101476	6.575,93	6.575,93	-	-
SP	BORACEIA	3507308	6.576,36	6.576,36	-	-
MS	ITAPORA	5004502	6.576,83	6.576,83	-	-
PR	CEU AZUL	4105300	6.577,05	6.577,05	-	-
AP	MACAPA	1600303	6.578,55	6.578,55	-	-
MG	CHALE	3116001	6.580,15	6.580,15	-	-
SP	CEDRAL	3511300	6.580,19	6.580,19	-	-
MG	SAO FRANCISCO DE SALES	3161304	6.580,55	6.580,55	-	-
RS	ALVORADA	4300604	6.580,61	6.580,61	-	-
MG	ITANHOMI	3133204	6.581,40	6.581,40	-	-
SC	CELSO RAMOS	4204152	6.581,83	6.581,83	-	-
MG	ARCEBURGO	3104106	6.582,40	6.582,40	-	-
MG	CARMO DA MATA	3114006	6.582,57	6.582,57	-	-
SC	CAMPO BELO DO SUL	4203402	6.582,58	6.582,58	-	-
PR	MORRETES	4116208	6.583,02	6.583,02	-	-

TO	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	1707108	6.583,05	6.583,05	-	-
SC	VARGEAO	4219101	6.584,11	6.584,11	-	-
SC	CAMPO ALEGRE	4203303	6.584,54	6.584,54	-	-
PR	QUATIGUA	4120705	6.585,72	6.585,72	-	-
SP	EMBU	3515004	6.586,26	6.586,26	-	-
SP	ITAPIRAPUA PAULISTA	3522653	6.586,30	6.586,30	-	-
MG	SANTA BARBARA DO TUGURIO	3157302	6.587,57	6.587,57	-	-
SP	AGUAI	3500303	6.588,17	6.588,17	-	-
GO	TEREZOPOLIS DE GOIAS	5221197	6.588,43	6.588,43	-	-
PR	FIGUEIRA	4107751	6.589,54	6.589,54	-	-
SP	PIRAPORA DO BOM JESUS	3539103	6.589,96	6.589,96	-	-
MG	CUPARAQUE	3120839	6.590,32	6.590,32	-	-
MG	RESENDE COSTA	3154200	6.590,53	6.590,53	-	-
GO	FAINA	5207535	6.590,78	6.590,78	-	-
PR	UMUARAMA	4128104	6.591,85	6.591,85	-	-
TO	SILVANOPOLIS	1720655	6.592,62	6.592,62	-	-
MT	SAO JOSE DO RIO CLARO	5107305	6.592,64	6.592,64	-	-
MG	FLORESTAL	3126000	6.592,96	6.592,96	-	-
MG	SAO JOSE DO GOIABAL	3163409	6.593,28	6.593,28	-	-
SP	MIRASSOLANDIA	3530409	6.594,25	6.594,25	-	-
GO	PONTALINA	5217708	6.595,14	6.595,14	-	-
TO	COLMEIA	1716703	6.595,25	6.595,25	-	-
PR	BARRA DO JACARE	4102703	6.595,34	6.595,34	-	-
MT	LUCAS DO RIO VERDE	5105259	6.595,61	6.595,61	-	-
PR	RAMILANDIA	4121257	6.596,40	6.596,40	-	-
TO	COMBINADO	1705557	6.597,32	6.597,32	-	-
MG	TUPACIGUARA	3169604	6.599,45	6.599,45	-	-
MS	PONTA PORA	5006606	6.600,85	6.600,85	-	-
TO	NOVO ACORDO	1715101	6.601,28	6.601,28	-	-
SC	ITAIOPOLIS	4208104	6.602,46	6.602,46	-	-
MG	FORMOSO	3126208	6.602,56	6.602,56	-	-
GO	GUARANI DE GOIAS	5209408	6.603,35	6.603,35	-	-
MG	SANTA EFIGENIA DE MINAS	3157500	6.604,63	6.604,63	-	-
PR	VITORINO	4128708	6.606,07	6.606,07	-	-
GO	FLORES DE GOIAS	5207907	6.606,96	6.606,96	-	-
MG	INHAPIM	3130903	6.607,29	6.607,29	-	-
SP	DIVINOLANDIA	3513900	6.608,05	6.608,05	-	-
PR	PITANGUEIRAS	4119657	6.608,18	6.608,18	-	-
GO	MAURILANDIA	5213004	6.609,01	6.609,01	-	-
MG	DURANDE	3123528	6.610,72	6.610,72	-	-
SP	SARUTAIA	3551207	6.611,25	6.611,25	-	-
SC	ITAPIRANGA	4208401	6.611,78	6.611,78	-	-
SP	SETE BARRAS	3551801	6.612,26	6.612,26	-	-
SC	PRINCESA	4214151	6.612,39	6.612,39	-	-
MG	BELO ORIENTE	3106309	6.612,44	6.612,44	-	-
PR	ARAPUA	4101655	6.612,80	6.612,80	-	-
SP	RANCHARIA	3542206	6.613,32	6.613,32	-	-
MG	IPUIUNA	3131505	6.613,74	6.613,74	-	-
SE	CUMBE	2801900	6.615,31	6.615,31	-	-
SP	BRODOWSKY	3507803	6.615,40	6.615,40	-	-
MG	SAO BRAS DO SUACUI	3160900	6.615,75	6.615,75	-	-
MG	BERIZAL	3106655	6.617,40	6.617,40	-	-
SP	CHARQUEADA	3511706	6.617,41	6.617,41	-	-
SP	SANTA FE DO SUL	3546603	6.618,88	6.618,88	-	-
SC	JAGUARUNA	4208807	6.619,80	6.619,80	-	-
SP	PIRAJU	3538808	6.621,28	6.621,28	-	-
MG	MIRADOURO	3142106	6.621,38	6.621,38	-	-
MG	CONCEICAO DAS ALAGOAS	3117306	6.622,03	6.622,03	-	-
MG	SAO SEBASTIAO DO PARAISO	3164704	6.622,82	6.622,82	-	-
GO	NIQUELANDIA	5214606	6.622,88	6.622,88	-	-
GO	JUSSARA	5212204	6.623,38	6.623,38	-	-
MG	CAPARAO	3112109	6.623,87	6.623,87	-	-
BA	MADRE DE DEUS	2919926	6.624,57	6.624,57	-	-
RS	LAGOA VERMELHA	4311304	6.624,70	6.624,70	-	-
MG	SAPUCAI-MIRIM	3165404	6.624,93	6.624,93	-	-
MG	BOM JESUS DO AMPARO	3107703	6.625,39	6.625,39	-	-
PR	BALSA NOVA	4102307	6.625,78	6.625,78	-	-
RS	SAGRADA FAMILIA	4316428	6.626,71	6.626,71	-	-
RS	CAPAO DO LEAO	4304663	6.626,75	6.626,75	-	-
PR	JUSSARA	4113007	6.627,31	6.627,31	-	-
GO	SILVANIA	5220603	6.627,59	6.627,59	-	-
MG	DELFIM MOREIRA	3121100	6.628,44	6.628,44	-	-
SP	PARAGUACU PAULISTA	3535507	6.629,38	6.629,38	-	-
PR	MISSAL	4116059	6.629,59	6.629,59	-	-
SC	PORTO BELO	4213500	6.631,03	6.631,03	-	-
MG	LAGOA DA PRATA	3137205	6.631,14	6.631,14	-	-
MG	LAGAMAR	3137106	6.631,28	6.631,28	-	-
MG	TOCOS DO MOJI	3169059	6.634,49	6.634,49	-	-
MS	ANGELICA	5000856	6.635,45	6.635,45	-	-
RS	PAVERAMA	4314159	6.636,12	6.636,12	-	-
MG	RESSAQUINHA	3154408	6.638,30	6.638,30	-	-
SC	GAROPABA	4205704	6.639,52	6.639,52	-	-
MG	POCOS DE CALDAS	3151800	6.640,69	6.640,69	-	-
MS	AMAMBAI	5000609	6.642,87	6.642,87	-	-
RS	TAPEJARA	4320909	6.643,33	6.643,33	-	-
SP	TAQUARITUBA	3553807	6.643,91	6.643,91	-	-
MG	MINDURI	3141900	6.644,34	6.644,34	-	-
PA	BELEM	1501402	6.644,47	6.644,47	-	-
MS	JUTI	5005152	6.644,70	6.644,70	-	-
MG	DONA EUZEBIA	3122900	6.644,95	6.644,95	-	-
GO	PIRACANJUBA	5217104	6.645,12	6.645,12	-	-
MG	ITINGA	3134004	6.648,26	6.648,26	-	-
PR	GUAIRACA	4108908	6.648,56	6.648,56	-	-
RS	BROCHIER	4302659	6.649,04	6.649,04	-	-
MG	PORTO FIRME	3152303	6.650,04	6.650,04	-	-
SP	IPAUSSU	3520905	6.650,19	6.650,19	-	-
RO	PARECIS	1101450	6.650,65	6.650,65	-	-
GO	MUNDO NOVO	5214051	6.651,30	6.651,30	-	-
TO	CARIRI DO TOCANTINS	1703867	6.651,33	6.651,33	-	-
MG	ARGIRITA	3104403	6.651,74	6.651,74	-	-
SP	BARBOSA	3505104	6.651,77	6.651,77	-	-

PR	SAO JORGE DOESTE	4125209	6.651,88	6.651,88	-	-
RS	PARECI NOVO	4314035	6.652,10	6.652,10	-	-
PI	BOCAINA	2201804	6.652,38	6.652,38	-	-
SP	GUARIBA	3518602	6.652,42	6.652,42	-	-
MT	NOVA CANAA DO NORTE	5106216	6.652,99	6.652,99	-	-
PR	BOM SUCESSO	4103206	6.653,32	6.653,32	-	-
RS	TRES DE MAIO	4321808	6.653,61	6.653,61	-	-
MG	ACUCENA	3100500	6.653,99	6.653,99	-	-
MG	NOVA UNIAO	3136603	6.654,73	6.654,73	-	-
SP	NOVA INDEPENDENCIA	3533205	6.656,70	6.656,70	-	-
MS	CARACOL	5002803	6.657,31	6.657,31	-	-
MG	SANTANA DO RIACHO	3159001	6.657,52	6.657,52	-	-
RO	GUAJARA-MIRIM	1100106	6.657,77	6.657,77	-	-
MG	SAO ROMAO	3164209	6.657,99	6.657,99	-	-
PR	IPIRANGA	4110508	6.658,06	6.658,06	-	-
MG	SAO JOSE DO MANTIMENTO	3163607	6.659,12	6.659,12	-	-
TO	PIUM	1717503	6.659,25	6.659,25	-	-
RO	VALE DO ANARI	1101757	6.659,43	6.659,43	-	-
MG	PASSA TEMPO	3147709	6.659,91	6.659,91	-	-
MG	ARCOS	3104205	6.660,15	6.660,15	-	-
GO	JOVIANIA	5212105	6.661,03	6.661,03	-	-
RS	SANTIAGO	4317400	6.662,66	6.662,66	-	-
PR	RENASCENCA	4121604	6.663,31	6.663,31	-	-
MG	CASSIA	3115102	6.663,60	6.663,60	-	-
MG	ITAVERAVA	3133907	6.664,04	6.664,04	-	-
SP	AREIOPOLIS	3503604	6.664,22	6.664,22	-	-
GO	SANTA RITA DO ARAGUAIA	5219407	6.664,44	6.664,44	-	-
MG	RIO POMBA	3155801	6.665,04	6.665,04	-	-
RS	CAMPO NOVO	4304002	6.665,41	6.665,41	-	-
SP	PIQUETE	3538501	6.666,56	6.666,56	-	-
SC	BRACO DO TROMBUDO	4202859	6.667,02	6.667,02	-	-
MT	ARAPUTANGA	5101258	6.667,28	6.667,28	-	-
PR	CAFEZAL DO SUL	4103479	6.671,25	6.671,25	-	-
MG	DORES DO INDAIA	3123205	6.671,99	6.671,99	-	-
RS	AMETISTA DO SUL	4300646	6.673,48	6.673,48	-	-
RS	ESTANCIA VELHA	4307609	6.673,86	6.673,86	-	-
RS	ITAPUCA	4310579	6.674,27	6.674,27	-	-
PR	DOUTOR ULYSSES	4128633	6.675,07	6.675,07	-	-
SP	VARZEA PAULISTA	3556503	6.676,77	6.676,77	-	-
MG	PERDOES	3149903	6.677,69	6.677,69	-	-
MG	JOSENOPOLIS	3136579	6.678,51	6.678,51	-	-
SP	NOVA EUROPA	3532900	6.679,21	6.679,21	-	-
MG	HELIODORA	3129202	6.681,24	6.681,24	-	-
GO	MINEIROS	5213103	6.681,77	6.681,77	-	-
TO	PORTO NACIONAL	1718204	6.681,89	6.681,89	-	-
RO	BURITIS	1100452	6.682,73	6.682,73	-	-
MG	ARANTINA	3103603	6.683,16	6.683,16	-	-
GO	SANTA HELENA DE GOIAS	5219308	6.683,23	6.683,23	-	-
RS	TABAI	4320859	6.683,54	6.683,54	-	-
PR	SANTA HELENA	4123501	6.683,56	6.683,56	-	-
MG	CONCEICAO DA APARECIDA	3117108	6.683,97	6.683,97	-	-
SP	SEVERINIA	3551900	6.684,14	6.684,14	-	-
MG	TRES MARIAS	3169356	6.684,47	6.684,47	-	-
MG	MEDEIROS	3141306	6.684,61	6.684,61	-	-
RJ	SAQUAREMA	3305505	6.684,67	6.684,67	-	-
MG	ALPINOPOLIS	3101904	6.685,36	6.685,36	-	-
MT	FELIZ NATAL	5103700	6.685,53	6.685,53	-	-
MG	GOVERNADOR VALADARES	3127701	6.686,64	6.686,64	-	-
RS	MOSTARDAS	4312500	6.688,53	6.688,53	-	-
GO	IPAMERI	5210109	6.691,62	6.691,62	-	-
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	3548401	6.692,35	6.692,35	-	-
PR	MATO RICO	4115739	6.692,79	6.692,79	-	-
RO	SERINGUEIRAS	1101500	6.692,81	6.692,81	-	-
RS	ARARICA	4300877	6.693,03	6.693,03	-	-
GO	ACREUNA	5200134	6.693,25	6.693,25	-	-
GO	NOVO BRASIL	5215207	6.693,34	6.693,34	-	-
TO	NOVA OLINDA	1714880	6.693,64	6.693,64	-	-
PR	CRUZEIRO DO SUL	4106704	6.693,67	6.693,67	-	-
MT	SAPEZAL	5107875	6.695,43	6.695,43	-	-
SP	TABATINGA	3552700	6.695,57	6.695,57	-	-
PR	SANTA CECILIA DO PAVAO	4123204	6.696,24	6.696,24	-	-
MG	PERDIZES	3149804	6.697,44	6.697,44	-	-
MT	ALTO GARCAS	5100409	6.697,49	6.697,49	-	-
SP	PEDRO DE TOLEDO	3537206	6.697,67	6.697,67	-	-
MG	JUVENILIA	3136959	6.698,17	6.698,17	-	-
MG	BAMBUI	3105103	6.698,94	6.698,94	-	-
TO	BOM JESUS DO TOCANTINS	1703305	6.699,91	6.699,91	-	-
PR	RIO BOM	4122107	6.700,30	6.700,30	-	-
SC	RIQUEZA	4215075	6.700,85	6.700,85	-	-
SP	PENAPOLIS	3537305	6.703,69	6.703,69	-	-
SP	TAQUARIVAI	3553856	6.704,19	6.704,19	-	-
TO	ALVORADA	1700707	6.704,65	6.704,65	-	-
RS	PINHEIRINHO DO VALE	4314498	6.705,22	6.705,22	-	-
RS	MAXIMILIANO DE ALMEIDA	4312203	6.705,92	6.705,92	-	-
PR	PRIMEIRO DE MAIO	4120507	6.706,06	6.706,06	-	-
SP	COSMOPOLIS	3512803	6.708,90	6.708,90	-	-
RS	CRISSIUMAL	4306007	6.710,07	6.710,07	-	-
MT	NOVA UBIRATA	5106240	6.710,12	6.710,12	-	-
MG	MATHIAS LOBATO	3171501	6.712,02	6.712,02	-	-
PR	ENTRE RIOS DO OESTE	4107538	6.712,49	6.712,49	-	-
RS	BARAO DE COTEGIPE	4301701	6.712,88	6.712,88	-	-
MT	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	5107107	6.713,16	6.713,16	-	-
PI	SOCORRO DO PIAUI	2210904	6.713,76	6.713,76	-	-
SC	URUSSANGA	4219002	6.713,77	6.713,77	-	-
PR	CHOPINZINHO	4105409	6.715,54	6.715,54	-	-
SC	TROMBUDO CENTRAL	4218608	6.715,84	6.715,84	-	-
TO	PALMEIRANTE	1715705	6.716,82	6.716,82	-	-
MG	PIEDADE DO RIO GRANDE	3150307	6.717,99	6.717,99	-	-
RO	CORUMBIARA	1100072	6.718,00	6.718,00	-	-

RS	MORRO REDONDO	4312450	6.718,77	6.718,77	-	-
MG	PAULA CANDIDO	3148301	6.719,12	6.719,12	-	-
MG	ITAU DE MINAS	3133758	6.719,69	6.719,69	-	-
GO	SAO MIGUEL DO ARAGUAIA	5220207	6.722,21	6.722,21	-	-
TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	1708205	6.723,66	6.723,66	-	-
SC	IMARUI	4207205	6.723,96	6.723,96	-	-
MG	SANTANA DE CATAGUASES	3158409	6.723,99	6.723,99	-	-
MG	PIRACEMA	3150604	6.724,71	6.724,71	-	-
MG	JOSE RAYDAN	3136553	6.725,96	6.725,96	-	-
MG	PRATA	3152808	6.726,58	6.726,58	-	-
SP	LARANJAL PAULISTA	3526407	6.726,59	6.726,59	-	-
TO	BRASILANDIA DO TOCANTINS	1703602	6.727,13	6.727,13	-	-
SP	GUARACI	3517901	6.728,84	6.728,84	-	-
SP	ARTUR NOGUEIRA	3503802	6.728,95	6.728,95	-	-
MG	CORREGO DO BOM JESUS	3119906	6.729,08	6.729,08	-	-
MG	JOAO MONLEVADE	3136207	6.729,50	6.729,50	-	-
SC	ORLEANS	4211702	6.730,43	6.730,43	-	-
PR	JAPIRA	4112306	6.731,55	6.731,55	-	-
RS	BUTIA	4302709	6.731,95	6.731,95	-	-
MG	DOM JOAQUIM	3122603	6.733,02	6.733,02	-	-
RS	SAPUCAIA DO SUL	4320008	6.733,17	6.733,17	-	-
SC	XANXERE	4219507	6.733,30	6.733,30	-	-
SC	VARGEM	4219150	6.734,16	6.734,16	-	-
SP	JOAO RAMALHO	3525607	6.734,89	6.734,89	-	-
MT	PRIMAVERA DO LESTE	5107040	6.736,04	6.736,04	-	-
SP	PILAR DO SUL	3537909	6.736,94	6.736,94	-	-
SC	MIRIM DOCE	4210852	6.737,76	6.737,76	-	-
GO	CERES	5205406	6.739,46	6.739,46	-	-
MG	JORDANIA	3136504	6.739,80	6.739,80	-	-
MG	MUZAMBINHO	3144102	6.740,93	6.740,93	-	-
GO	BELA VISTA DE GOIAS	5203302	6.742,57	6.742,57	-	-
RS	CHAPADA	4305306	6.743,18	6.743,18	-	-
SP	MONTE APRAZIVEL	3531407	6.744,23	6.744,23	-	-
RS	PORTAO	4314803	6.745,70	6.745,70	-	-
MG	FORTUNA DE MINAS	3126406	6.747,28	6.747,28	-	-
MG	CARVALHOPOLIS	3114709	6.748,18	6.748,18	-	-
TO	MIRACEMA DO TOCANTINS	1713205	6.749,01	6.749,01	-	-
MG	ITUMIRIM	3134301	6.749,22	6.749,22	-	-
MG	SANTA BARBARA	3157203	6.749,92	6.749,92	-	-
PR	PRANCHITA	4120358	6.751,98	6.751,98	-	-
SP	ITARIRI	3523305	6.752,61	6.752,61	-	-
MG	SAO JOSE DA VARGINHA	3163102	6.752,83	6.752,83	-	-
PI	LAGOA DO BARRO DO PIAUI	2205565	6.753,42	6.753,42	-	-
GO	CAMPESTRE DE GOIAS	5204607	6.753,47	6.753,47	-	-
PR	ITAGUAJE	4110904	6.754,52	6.754,52	-	-
MT	MIRASSOL DOESTE	5105622	6.756,58	6.756,58	-	-
MG	POCRANE	3151909	6.756,59	6.756,59	-	-
MT	NOVA XAVANTINA	5106257	6.757,39	6.757,39	-	-
SP	CAJURU	3509403	6.757,67	6.757,67	-	-
SC	POMERODE	4213203	6.759,97	6.759,97	-	-
MG	ALVARENGA	3102209	6.760,51	6.760,51	-	-
MG	IBERTIOGA	3129400	6.760,60	6.760,60	-	-
RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	1100502	6.761,68	6.761,68	-	-
RS	SANANDUVA	4316600	6.761,84	6.761,84	-	-
MG	MERCES	3141603	6.761,91	6.761,91	-	-
MS	AGUA CLARA	5000203	6.762,11	6.762,11	-	-
PR	ENEAS MARQUES	4107405	6.763,02	6.763,02	-	-
RS	SAO PEDRO DO SUL	4319406	6.763,28	6.763,28	-	-
MS	JARDIM	5005004	6.763,46	6.763,46	-	-
RJ	CARAPEBUS	3300936	6.765,21	6.765,21	-	-
PR	PALMEIRA	4117701	6.765,48	6.765,48	-	-
MG	ALPERCATA	3101805	6.766,15	6.766,15	-	-
SP	IPERO	3521002	6.766,18	6.766,18	-	-
MG	ANTONIO CARLOS	3102902	6.766,43	6.766,43	-	-
TO	PONTE ALTA DO BOM JESUS	1717800	6.766,65	6.766,65	-	-
RO	PORTO VELHO	1100205	6.767,07	6.767,07	-	-
RS	AGUDO	4300109	6.767,10	6.767,10	-	-
MG	CAMPOS ALTOS	3111507	6.767,17	6.767,17	-	-
TO	AURORA DO TOCANTINS	1702703	6.767,26	6.767,26	-	-
MT	SAO FELIX DO ARAGUAIA	5107859	6.767,40	6.767,40	-	-
TO	DUERE	1707306	6.767,58	6.767,58	-	-
MG	TRES CORACOES	3169307	6.767,83	6.767,83	-	-
PR	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	4107546	6.768,89	6.768,89	-	-
SP	NEVES PAULISTA	3532504	6.771,56	6.771,56	-	-
RS	RODEIO BONITO	4315909	6.771,60	6.771,60	-	-
SP	LUIZIANIA	3527702	6.772,47	6.772,47	-	-
SP	ITAPEVI	3522505	6.772,68	6.772,68	-	-
MG	CAIANA	3110103	6.773,44	6.773,44	-	-
PR	PATO BRANCO	4118501	6.773,88	6.773,88	-	-
MG	CAMBUI	3110608	6.774,13	6.774,13	-	-
TO	PIRAQUE	1717206	6.774,47	6.774,47	-	-
GO	DAMIANOPOLIS	5206701	6.774,61	6.774,61	-	-
PR	DIAMANTE DO SUL	4107124	6.775,37	6.775,37	-	-
MG	LAGOA SANTA	3137601	6.778,05	6.778,05	-	-
PR	JUNDIAI DO SUL	4112900	6.778,25	6.778,25	-	-
MG	INCONFIDENTES	3130606	6.778,33	6.778,33	-	-
MG	ALFREDO VASCONCELOS	3101631	6.778,59	6.778,59	-	-
MG	MIRAI	3142205	6.778,68	6.778,68	-	-
RS	PALMEIRA DAS MISSOES	4313706	6.779,21	6.779,21	-	-
RS	SAO PEDRO DAS MISSOES	4319364	6.780,80	6.780,80	-	-
MG	PAI PEDRO	3146552	6.782,16	6.782,16	-	-
PR	FLORIDA	4108106	6.782,30	6.782,30	-	-
RS	SAO JOSE DO NORTE	4318507	6.784,41	6.784,41	-	-
TO	PALMAS	1721000	6.785,73	6.785,73	-	-
GO	GAMELEIRA DE GOIAS	5208152	6.786,34	6.786,34	-	-
SC	LEBON REGIS	4209706	6.786,43	6.786,43	-	-
SP	SANTO ANTONIO DE POSSE	3548005	6.787,25	6.787,25	-	-
MS	SONORA	5007935	6.787,67	6.787,67	-	-
PR	ENGENHEIRO BELTRAO	4107504	6.788,49	6.788,49	-	-

RS	SAO SEBASTIAO DO CAI	4319505	6.788,75	6.788,75	-	-
SP	LUCELIA	3527405	6.788,96	6.788,96	-	-
GO	MINACU	5213087	6.790,01	6.790,01	-	-
MG	CARLOS CHAGAS	3113701	6.790,23	6.790,23	-	-
RS	NOVO BARREIRO	4313490	6.791,90	6.791,90	-	-
SP	SAO ROQUE	3550605	6.792,18	6.792,18	-	-
TO	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	1719004	6.792,71	6.792,71	-	-
SP	NARANDIBA	3532207	6.793,19	6.793,19	-	-
MG	JACUI	3134806	6.795,04	6.795,04	-	-
ES	ALFREDO CHAVES	3200300	6.795,57	6.795,57	-	-
PR	TEIXEIRA SOARES	4127007	6.795,62	6.795,62	-	-
SP	VALPARAISO	3556305	6.796,30	6.796,30	-	-
MG	SAO JOSE DA BARRA	3162948	6.796,43	6.796,43	-	-
GO	PIRES DO RIO	5217401	6.798,26	6.798,26	-	-
MG	MONTE FORMOSO	3143153	6.799,42	6.799,42	-	-
RS	URUGUAIANA	4322400	6.799,54	6.799,54	-	-
MS	RIO VERDE DE MATO GROSSO	5007406	6.800,08	6.800,08	-	-
PR	PINHAIS	4119152	6.802,38	6.802,38	-	-
PR	SAO JERONIMO DA SERRA	4124707	6.802,79	6.802,79	-	-
GO	AMERICANO DO BRASIL	5200852	6.804,13	6.804,13	-	-
SP	JOANOPOLIS	3525508	6.804,55	6.804,55	-	-
MG	SAO JOAO BATISTA DO GLORIA	3162203	6.806,81	6.806,81	-	-
RS	MAQUINE	4311775	6.806,91	6.806,91	-	-
RS	TERRA DE AREIA	4321436	6.807,45	6.807,45	-	-
RS	ARROIO DO PADRE	4301073	6.809,80	6.809,80	-	-
TO	ARAGUACEMA	1701903	6.810,18	6.810,18	-	-
MG	BOTUMIRIM	3108503	6.810,51	6.810,51	-	-
MG	POUSO ALEGRE	3152501	6.811,34	6.811,34	-	-
RS	SAO GABRIEL	4318309	6.811,65	6.811,65	-	-
MS	BATAGUASSU	5001904	6.813,62	6.813,62	-	-
RJ	SAO JOSE DE UBA	3305133	6.814,22	6.814,22	-	-
PR	MARIOPOLIS	4115309	6.814,66	6.814,66	-	-
TO	JAU DO TOCANTINS	1711506	6.816,00	6.816,00	-	-
GO	CATURAI	5205208	6.817,54	6.817,54	-	-
GO	CALDAS NOVAS	5204508	6.817,85	6.817,85	-	-
SP	PRADOPOLIS	3540903	6.818,87	6.818,87	-	-
GO	PARANAIGUARA	5216304	6.820,42	6.820,42	-	-
SC	SAO BERNARDINO	4215752	6.820,93	6.820,93	-	-
SP	PONTAL	3540200	6.821,75	6.821,75	-	-
MG	RESPLENDOR	3154309	6.821,84	6.821,84	-	-
MG	LUMINARIAS	3138708	6.824,42	6.824,42	-	-
MT	NOVO HORIZONTE DO NORTE	5106273	6.825,65	6.825,65	-	-
SP	POTIRENDABA	3540804	6.825,80	6.825,80	-	-
MG	MENDES PIMENTEL	3141504	6.828,83	6.828,83	-	-
MG	ATALEIA	3104700	6.829,21	6.829,21	-	-
MG	DIVINO DAS LARANJEIRAS	3122108	6.830,81	6.830,81	-	-
SP	SANTA LUCIA	3546900	6.830,88	6.830,88	-	-
SP	PIEDADE	3537800	6.832,30	6.832,30	-	-
MT	DOM AQUINO	5103601	6.833,46	6.833,46	-	-
SP	SAO PEDRO DO TURVO	3550506	6.833,50	6.833,50	-	-
GO	AVELINOPOLIS	5202809	6.835,13	6.835,13	-	-
PR	FERNANDES PINHEIRO	4107736	6.836,39	6.836,39	-	-
PR	CONSELHEIRO MAIRINCK	4106100	6.837,26	6.837,26	-	-
TO	DARCINOPOLIS	1706506	6.837,46	6.837,46	-	-
RS	ROCA SALES	4315800	6.842,12	6.842,12	-	-
SP	BOFETE	3506904	6.843,26	6.843,26	-	-
SP	ITAOCA	3522158	6.843,40	6.843,40	-	-
RS	REDENTORA	4315404	6.843,81	6.843,81	-	-
SC	MODELO	4210902	6.846,59	6.846,59	-	-
SP	CUNHA	3513603	6.846,97	6.846,97	-	-
RO	THEOBROMA	1101609	6.848,45	6.848,45	-	-
SP	BOTUCATU	3507506	6.848,54	6.848,54	-	-
SP	TUIUTI	3554953	6.850,09	6.850,09	-	-
RS	BALNEARIO PINHAL	4301636	6.850,91	6.850,91	-	-
RS	BOM PRINCIPIO	4302352	6.853,87	6.853,87	-	-
MG	DORES DE GUANHAES	3123106	6.854,40	6.854,40	-	-
PI	Piauí	22	6.854,80	6.854,80	-	-
SP	ARACOIABA DA SERRA	3502903	6.855,03	6.855,03	-	-
MG	GUIRICEMA	3129004	6.855,21	6.855,21	-	-
SP	UCHOA	3555604	6.855,45	6.855,45	-	-
SP	FRANCA	3516200	6.856,68	6.856,68	-	-
MG	CAPETINGA	3112406	6.857,76	6.857,76	-	-
SP	PEDERNEIRAS	3536703	6.859,77	6.859,77	-	-
MG	CARVALHOS	3114808	6.860,46	6.860,46	-	-
PR	QUATRO PONTES	4120853	6.860,47	6.860,47	-	-
RS	SAO MARTINHO	4319109	6.861,85	6.861,85	-	-
PR	BOA ESPERANCA DO IGUACU	4103024	6.862,36	6.862,36	-	-
SP	ITUVERAVA	3524105	6.863,05	6.863,05	-	-
MG	COLUNA	3116803	6.863,22	6.863,22	-	-
SC	IPUMIRIM	4207700	6.864,46	6.864,46	-	-
SP	PONTALINDA	3540259	6.866,61	6.866,61	-	-
PR	MARUMBI	4115507	6.866,88	6.866,88	-	-
GO	CAMPINORTE	5204706	6.867,10	6.867,10	-	-
RO	CACOAL	1100049	6.869,55	6.869,55	-	-
MG	PLANURA	3151602	6.869,98	6.869,98	-	-
MG	GUAXUPE	3128709	6.870,37	6.870,37	-	-
MG	CARRANCAS	3114600	6.870,89	6.870,89	-	-
MT	ITAUBA	5104559	6.870,98	6.870,98	-	-
SP	BARIRI	3505203	6.871,72	6.871,72	-	-
MT	ALTO BOA VISTA	5100359	6.873,82	6.873,82	-	-
PR	NOVA FATIMA	4117008	6.874,60	6.874,60	-	-
SP	PRESIDENTE EPITACIO	3541307	6.875,03	6.875,03	-	-
MS	DOURADOS	5003702	6.875,05	6.875,05	-	-
SC	SAO BENTO DO SUL	4215802	6.877,38	6.877,38	-	-
TO	FILADELFIA	1707702	6.878,04	6.878,04	-	-
SP	IPUA	3521309	6.880,79	6.880,79	-	-
RJ	TRAJANO DE MORAES	3305901	6.880,89	6.880,89	-	-
SP	CABRALIA PAULISTA	3508306	6.882,93	6.882,93	-	-
SC	IPIRA	4207601	6.883,93	6.883,93	-	-
SC	TANGARA	4217907	6.885,16	6.885,16	-	-
TO	CHAPADA DE AREIA	1704600	6.886,73	6.886,73	-	-

RS	MARAU	4311809	6.886,85	6.886,85	-	-
RJ	AREAL	3300225	6.887,47	6.887,47	-	-
SP	MONTE AZUL PAULISTA	3531506	6.888,25	6.888,25	-	-
SP	APARECIDA	3502507	6.888,68	6.888,68	-	-
RS	TRAMANDAI	4321600	6.888,84	6.888,84	-	-
MT	CAMPOS DE JULIO	5102686	6.888,87	6.888,87	-	-
SP	MONTE MOR	3531803	6.889,32	6.889,32	-	-
MG	CANDEIAS	3112000	6.889,80	6.889,80	-	-
PR	SANTA MONICA	4123956	6.889,83	6.889,83	-	-
MG	ITURAMA	3134400	6.890,48	6.890,48	-	-
MG	UBERLANDIA	3170206	6.891,48	6.891,48	-	-
MG	AIMORES	3101102	6.892,23	6.892,23	-	-
MS	BODOQUENA	5002159	6.892,59	6.892,59	-	-
RS	GUAPORE	4309407	6.892,75	6.892,75	-	-
SP	IBIRA	3519402	6.893,15	6.893,15	-	-
RS	TRES FORQUILHAS	4321832	6.894,26	6.894,26	-	-
PR	LUNARDELLI	4113759	6.894,64	6.894,64	-	-
MS	APARECIDA DO TABOADO	5001003	6.895,18	6.895,18	-	-
SP	IGUAPE	3520301	6.895,80	6.895,80	-	-
SP	RINCAO	3543709	6.896,89	6.896,89	-	-
SP	ALTINOPOLIS	3501004	6.897,16	6.897,16	-	-
SP	SANTA ERNESTINA	3546504	6.898,40	6.898,40	-	-
SC	PAPANDUVA	4212205	6.899,01	6.899,01	-	-
MG	BARBACENA	3105608	6.900,06	6.900,06	-	-
RS	FREDERICO WESTPHALEN	4308508	6.900,29	6.900,29	-	-
PR	SANTA MARIANA	4123907	6.900,55	6.900,55	-	-
RS	TAVARES	4321352	6.902,78	6.902,78	-	-
RS	CONSTANTINA	4305801	6.904,57	6.904,57	-	-
SP	IGARACU DO TIETE	3520004	6.905,20	6.905,20	-	-
GO	CAMPOS VERDES	5204953	6.907,04	6.907,04	-	-
MG	CAMPO DO MEIO	3111309	6.907,46	6.907,46	-	-
SC	PARAISO	4212239	6.907,97	6.907,97	-	-
MG	CRISTALIA	3120300	6.910,23	6.910,23	-	-
SP	SUZANO	3552502	6.910,32	6.910,32	-	-
MG	FELIXLANDIA	3125705	6.911,16	6.911,16	-	-
PR	PARANAPOEMA	4118303	6.911,68	6.911,68	-	-
MT	JUARA	5105101	6.912,36	6.912,36	-	-
SP	RIO GRANDE DA SERRA	3544103	6.913,39	6.913,39	-	-
SC	CERRO NEGRO	4204178	6.913,77	6.913,77	-	-
RS	SANTO AUGUSTO	4317806	6.913,77	6.913,77	-	-
RS	SANTANA DA BOA VISTA	4317004	6.914,25	6.914,25	-	-
RS	CAIBATE	4303301	6.914,85	6.914,85	-	-
PR	BRASILANDIA DO SUL	4103370	6.915,55	6.915,55	-	-
TO	ANGICO	1701051	6.917,53	6.917,53	-	-
SP	MACEDONIA	3528205	6.918,18	6.918,18	-	-
TO	CRISTALANDIA	1706100	6.919,02	6.919,02	-	-
PR	FLORAI	4107801	6.921,57	6.921,57	-	-
SP	BALSAMO	3504800	6.922,38	6.922,38	-	-
RS	PALMARES DO SUL	4313656	6.923,53	6.923,53	-	-
RS	NOVA CANDELARIA	4313011	6.923,75	6.923,75	-	-
PR	TAMARANA	4126678	6.925,57	6.925,57	-	-
SP	CHAVANTES	3557204	6.926,05	6.926,05	-	-
MG	NAZARENO	3144508	6.926,21	6.926,21	-	-
MT	PARANATINGA	5106307	6.926,39	6.926,39	-	-
RS	CORONEL BICACO	4305900	6.926,46	6.926,46	-	-
SP	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	3515350	6.927,38	6.927,38	-	-
SP	SALESOPOLIS	3545001	6.927,79	6.927,79	-	-
SP	CAMPOS NOVOS PAULISTA	3509809	6.928,52	6.928,52	-	-
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	5006002	6.928,83	6.928,83	-	-
PR	VIRMOND	4128658	6.929,52	6.929,52	-	-
SP	UBARANA	3555356	6.930,18	6.930,18	-	-
TO	PRESIDENTE KENNEDY	1718402	6.930,63	6.930,63	-	-
RS	SANTO CRISTO	4317905	6.932,00	6.932,00	-	-
GO	NOVA AMERICA	5214705	6.932,64	6.932,64	-	-
AC	Acre	12	6.933,48	6.933,48	-	-
RS	SANTA CLARA DO SUL	4316758	6.935,65	6.935,65	-	-
RS	SEBERI	4320206	6.935,74	6.935,74	-	-
PR	ALTO PARAISO	4128625	6.935,79	6.935,79	-	-
SP	SANTO ANTONIO DA ALEGRIA	3547908	6.935,86	6.935,86	-	-
RO	CABIXI	1100031	6.936,83	6.936,83	-	-
MG	CAREACU	3113602	6.938,17	6.938,17	-	-
PR	TOMAZINA	4127809	6.938,32	6.938,32	-	-
MG	PAINEIRAS	3146404	6.938,43	6.938,43	-	-
RS	RIO PARDO	4315701	6.940,87	6.940,87	-	-
PR	CLEVELANDIA	4105706	6.944,19	6.944,19	-	-
SC	ATALANTA	4201802	6.944,54	6.944,54	-	-
MG	ITANHANDU	3133105	6.945,93	6.945,93	-	-
SP	URUPES	3556008	6.946,02	6.946,02	-	-
TO	GUARAI	1709302	6.948,12	6.948,12	-	-
SP	TAIUVA	3553203	6.948,21	6.948,21	-	-
MG	CENTRAL DE MINAS	3115706	6.949,49	6.949,49	-	-
SC	ANITAPOLIS	4201109	6.949,53	6.949,53	-	-
RS	PANAMBI	4313904	6.950,19	6.950,19	-	-
MG	IPATINGA	3131307	6.950,21	6.950,21	-	-
MT	PORTO ESPERIDIAO	5106828	6.950,24	6.950,24	-	-
MG	GOIABEIRA	3127370	6.950,76	6.950,76	-	-
PR	NOSSA SENHORA DAS GRACAS	4116406	6.951,01	6.951,01	-	-
MT	COCALINHO	5103106	6.951,61	6.951,61	-	-

MG	PEDRA DO INDAIA	3148905	6.952,45	6.952,45	-	-
SC	SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO	4215687	6.952,66	6.952,66	-	-
RS	NOVA HARTZ	4313060	6.952,91	6.952,91	-	-
SP	SARAPUI	3551108	6.953,69	6.953,69	-	-
GO	MATRINCHA	5212956	6.954,53	6.954,53	-	-
MS	SAO GABRIEL DO OESTE	5007695	6.954,88	6.954,88	-	-
SP	MINEIROS DO TIETE	3529807	6.956,26	6.956,26	-	-
SC	LAJEADO GRANDE	4209458	6.957,67	6.957,67	-	-
PR	TAMBOARA	4126702	6.958,49	6.958,49	-	-
MS	RIO NEGRO	5007307	6.959,94	6.959,94	-	-
RO	CACAULANDIA	1100601	6.960,05	6.960,05	-	-
SP	MAIRIPORA	3528502	6.960,35	6.960,35	-	-
SP	BANANAL	3504909	6.961,36	6.961,36	-	-
SP	LENCOIS PAULISTA	3526803	6.961,59	6.961,59	-	-
MG	CRISTIANO OTONI	3120409	6.961,91	6.961,91	-	-
RS	NOVA PRATA	4313300	6.962,37	6.962,37	-	-
MG	BURITIZEIRO	3109402	6.962,38	6.962,38	-	-
RR	BOA VISTA	1400100	6.964,09	6.964,09	-	-
RS	RIOZINHO	4315750	6.964,15	6.964,15	-	-
RS	NOVO CABRAIS	4313391	6.964,62	6.964,62	-	-
TO	MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	1712504	6.966,58	6.966,58	-	-
SP	RIO DAS PEDRAS	3544004	6.967,01	6.967,01	-	-
SP	UBIRAJARA	3555505	6.967,38	6.967,38	-	-
TO	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	1718006	6.967,54	6.967,54	-	-
SP	JUMIRIM	3525854	6.968,49	6.968,49	-	-
MG	CAPITAO ANDRADE	3112653	6.968,76	6.968,76	-	-
SP	ITAPETININGA	3522307	6.969,19	6.969,19	-	-
SP	LINS	3527108	6.969,97	6.969,97	-	-
RS	CANDELARIA	4304200	6.971,39	6.971,39	-	-
MG	PESCADOR	3150000	6.972,00	6.972,00	-	-
PB	SAO JOSE DE PRINCESA	2514552	6.973,03	6.973,03	-	-
SP	GUATAPARA	3518859	6.973,91	6.973,91	-	-
MG	OLARIA	3145406	6.974,54	6.974,54	-	-
MT	INDIAVAI	5104500	6.974,89	6.974,89	-	-
PR	PALOTINA	4117909	6.976,38	6.976,38	-	-
MG	CARMESIA	3113800	6.977,93	6.977,93	-	-
SP	BILAC	3506409	6.978,32	6.978,32	-	-
MG	LAGOA DOS PATOS	3137304	6.978,86	6.978,86	-	-
SP	JUNQUEIROPOLIS	3526001	6.979,63	6.979,63	-	-
SP	ANGATUBA	3502200	6.981,14	6.981,14	-	-
SP	SANDOVALINA	3545506	6.983,41	6.983,41	-	-
MG	GUARACIABA	3128204	6.984,57	6.984,57	-	-
SP	PALMARES PAULISTA	3535101	6.985,06	6.985,06	-	-
MG	RIO PIRACICABA	3155702	6.986,76	6.986,76	-	-
SP	PRATANIA	3541059	6.986,92	6.986,92	-	-
PR	TUPASSI	4127957	6.987,24	6.987,24	-	-
GO	NOVA CRIXAS	5214838	6.988,91	6.988,91	-	-
RS	CARAZINHO	4304705	6.990,40	6.990,40	-	-
RS	SEDE NOVA	4320230	6.991,28	6.991,28	-	-
SP	CRUZEIRO	3513405	6.992,01	6.992,01	-	-
SP	PACAEMBU	3534906	6.992,12	6.992,12	-	-
RS	HARMONIA	4309555	6.993,24	6.993,24	-	-
GO	MORRO AGUDO DE GOIAS	5213855	6.993,46	6.993,46	-	-
MG	SANTANA DOS MONTES	3159100	6.994,10	6.994,10	-	-
RS	BRAGA	4302600	6.994,10	6.994,10	-	-
RS	ERVAL GRANDE	4307203	6.997,83	6.997,83	-	-
PR	PINHAL DE SAO BENTO	4119251	7.000,28	7.000,28	-	-
GO	VIANOPOLIS	5222005	7.000,68	7.000,68	-	-
SP	INDIANA	3520608	7.000,80	7.000,80	-	-
GO	GOIAS	5208905	7.002,14	7.002,14	-	-
RS	JULIO DE CASTILHOS	4311205	7.003,22	7.003,22	-	-
SP	FERNANDO PRESTES	3515608	7.003,49	7.003,49	-	-
MG	FRANCISCO DUMONT	3126604	7.004,51	7.004,51	-	-
SP	RIVERSUL	3543501	7.004,85	7.004,85	-	-
SP	IRAPUA	3521507	7.005,21	7.005,21	-	-
RN	Rio Grande do Norte	24	7.005,63	7.005,63	-	-
SP	TUPI PAULISTA	3555109	7.005,97	7.005,97	-	-
PR	SANTO ANTONIO DO CAIUA	4124202	7.007,64	7.007,64	-	-
SP	GUAICARA	3517208	7.008,84	7.008,84	-	-
RN	PARAZINHO	2408805	7.008,84	7.008,84	-	-
MG	ARAXA	3104007	7.009,22	7.009,22	-	-
SP	POA	3539806	7.009,49	7.009,49	-	-
MT	BRASNORTE	5101902	7.010,33	7.010,33	-	-
SP	PANORAMA	3535408	7.010,35	7.010,35	-	-
MT	ITIQUIRA	5104609	7.011,90	7.011,90	-	-
SP	DOBRADA	3514007	7.012,55	7.012,55	-	-
RS	ARVOREZINHA	4301404	7.012,78	7.012,78	-	-
MG	JURAMENTO	3136801	7.012,91	7.012,91	-	-
GO	CALDAZINHA	5204557	7.013,59	7.013,59	-	-
RS	NAO-ME-TOQUE	4312658	7.014,45	7.014,45	-	-
SC	RIO DOS CEDROS	4214706	7.014,88	7.014,88	-	-
RS	SAO JOSE DAS MISSOES	4318457	7.014,98	7.014,98	-	-
MT	SINOP	5107909	7.015,52	7.015,52	-	-
PR	LOBATO	4113601	7.015,82	7.015,82	-	-
RS	ENCANTADO	4306809	7.016,23	7.016,23	-	-
MG	PEDRINOPOLIS	3149200	7.016,85	7.016,85	-	-
MG	JEQUITIBA	3135704	7.019,21	7.019,21	-	-
RS	MUCUM	4312609	7.020,62	7.020,62	-	-
RS	SERAFINA CORREA	4320404	7.021,40	7.021,40	-	-
MG	ENTRE RIOS DE MINAS	3123908	7.021,69	7.021,69	-	-
RS	CAPITAO	4304697	7.022,01	7.022,01	-	-
SP	JUQUIA	3526100	7.022,68	7.022,68	-	-
RS	SAO LUIZ GONZAGA	4318903	7.023,00	7.023,00	-	-
SP	TORRE DE PEDRA	3554656	7.023,49	7.023,49	-	-
MS	MARACAJU	5005400	7.027,26	7.027,26	-	-
GO	SITIO DABADIA	5220702	7.027,68	7.027,68	-	-
RS	NOVA PETROPOLIS	4313201	7.028,41	7.028,41	-	-

TO	LAJEADO	1712009	7.028,48	7.028,48	-	-
MG	ARAPONGA	3103702	7.029,43	7.029,43	-	-
RS	PLANALTO	4314704	7.030,01	7.030,01	-	-
SP	COLOMBIA	3512100	7.030,30	7.030,30	-	-
PR	ANTONINA	4101200	7.030,94	7.030,94	-	-
PR	QUINTA DO SOL	4121109	7.032,38	7.032,38	-	-
SC	SANTA ROSA DE LIMA	4215604	7.033,73	7.033,73	-	-
GO	SANTA FE DE GOIAS	5219258	7.034,02	7.034,02	-	-
SP	CAJOBI	3509304	7.036,18	7.036,18	-	-
MG	IPIACU	3131406	7.037,34	7.037,34	-	-
SP	DUARTINA	3514502	7.038,68	7.038,68	-	-
SP	ITOBI	3523800	7.039,78	7.039,78	-	-
SP	SANTA CRUZ DAS PALMEIRAS	3546306	7.040,27	7.040,27	-	-
SP	TANABI	3553401	7.041,70	7.041,70	-	-
MG	SANTA JULIANA	3157708	7.041,89	7.041,89	-	-
MG	MONTE ALEGRE DE MINAS	3142809	7.042,35	7.042,35	-	-
MT	DIAMANTINO	5103502	7.043,86	7.043,86	-	-
RS	LAJEADO	4311403	7.044,45	7.044,45	-	-
RS	CAMPINAS DO SUL	4303806	7.044,62	7.044,62	-	-
SC	OTACILIO COSTA	4211751	7.045,02	7.045,02	-	-
MG	INDIANOPOLIS	3130705	7.046,44	7.046,44	-	-
RS	CANDIDO GODOI	4304309	7.046,46	7.046,46	-	-
RS	HORIZONTINA	4309605	7.047,51	7.047,51	-	-
MT	CAMPO VERDE	5102678	7.047,76	7.047,76	-	-
MA	Maranhão	21	7.048,38	7.048,38	-	-
SP	SABINO	3544608	7.049,88	7.049,88	-	-
SP	JANDIRA	3525003	7.049,93	7.049,93	-	-
SC	SIDEROPOLIS	4217600	7.049,97	7.049,97	-	-
GO	FAZENDA NOVA	5207600	7.050,25	7.050,25	-	-
SP	RAFARD	3542107	7.051,92	7.051,92	-	-
MG	CALDAS	3110301	7.052,70	7.052,70	-	-
SP	CERQUEIRA CESAR	3511409	7.052,70	7.052,70	-	-
SP	MOGI-GUACU	3530706	7.052,79	7.052,79	-	-
RS	MIRAGUAI	4312302	7.052,81	7.052,81	-	-
RS	SINIMBU	4320677	7.053,62	7.053,62	-	-
SP	BEBEDOURO	3506102	7.054,12	7.054,12	-	-
MG	SENHORA DE OLIVEIRA	3166006	7.054,99	7.054,99	-	-
PR	BARBOSA FERRAZ	4102505	7.056,38	7.056,38	-	-
RS	NOVA SANTA RITA	4313375	7.057,04	7.057,04	-	-
MT	QUERENCIA	5107065	7.059,72	7.059,72	-	-
SP	VIRADOURO	3556800	7.061,93	7.061,93	-	-
RS	IVOTI	4310801	7.063,75	7.063,75	-	-
GO	AGUA FRIA DE GOIAS	5200175	7.066,14	7.066,14	-	-
SP	SERRA AZUL	3551405	7.067,81	7.067,81	-	-
SP	DESCALVADO	3513702	7.068,40	7.068,40	-	-
MT	SANTA TEREZINHA	5107776	7.072,37	7.072,37	-	-
PB	CABEDELO	2503209	7.072,65	7.072,65	-	-
MG	CARMO DA CACHOEIRA	3113909	7.073,81	7.073,81	-	-
GO	CRISTIANOPOLIS	5206305	7.074,18	7.074,18	-	-
MG	PIRANGA	3150802	7.074,73	7.074,73	-	-
SP	IBITINGA	3519600	7.076,26	7.076,26	-	-
RS	TAQUARI	4321303	7.077,12	7.077,12	-	-
ES	SAO ROQUE DO CANAA	3204955	7.077,81	7.077,81	-	-
GO	APARECIDA DO RIO DOCE	5201454	7.078,52	7.078,52	-	-
SP	AREIAS	3503505	7.078,92	7.078,92	-	-
TO	BREJINHO DE NAZARE	1703701	7.078,96	7.078,96	-	-
SE	GENERAL MAYNARD	2802502	7.081,77	7.081,77	-	-
SP	BIRIGUI	3506508	7.082,38	7.082,38	-	-
SP	MOGI DAS CRUZES	3530607	7.083,15	7.083,15	-	-
SP	TAMBAU	3553302	7.083,21	7.083,21	-	-
RJ	SAO SEBASTIAO DO ALTO	3305307	7.085,12	7.085,12	-	-
SP	RIBEIRA	3542800	7.085,96	7.085,96	-	-
RS	CONDOR	4305702	7.086,81	7.086,81	-	-
RJ	CANTAGALO	3301108	7.088,14	7.088,14	-	-
RS	TRES CACHOEIRAS	4321667	7.088,22	7.088,22	-	-
SC	PLANALTO ALEGRE	4213153	7.088,35	7.088,35	-	-
SP	CANDIDO RODRIGUES	3510104	7.088,35	7.088,35	-	-
SC	CORDILHEIRA ALTA	4204350	7.088,67	7.088,67	-	-
MG	PALMOPOLIS	3146750	7.091,15	7.091,15	-	-
SP	PINDORAMA	3538105	7.092,26	7.092,26	-	-
PR	FENIX	4107702	7.093,36	7.093,36	-	-
MG	BIQUINHAS	3107000	7.093,92	7.093,92	-	-
SP	FERNANDOPOLIS	3515509	7.095,48	7.095,48	-	-
RS	NONOAI	4312708	7.095,81	7.095,81	-	-
RS	ITATI	4310652	7.096,01	7.096,01	-	-
MG	COROMANDEL	3119302	7.096,52	7.096,52	-	-
RO	JI-PARANA	1100122	7.097,84	7.097,84	-	-
GO	ANAPOLIS	5201108	7.098,47	7.098,47	-	-
MG	PIEDADE DOS GERAIS	3150406	7.098,74	7.098,74	-	-
PR	ALVORADA DO SUL	4100806	7.099,13	7.099,13	-	-
MG	AMPARO DO SERRA	3102506	7.099,29	7.099,29	-	-
MG	COQUEIRAL	3118700	7.100,59	7.100,59	-	-
RS	MONTE BELO DO SUL	4312385	7.101,76	7.101,76	-	-
MG	PAINS	3146503	7.102,64	7.102,64	-	-
SP	MIRACATU	3529906	7.102,78	7.102,78	-	-
MT	IPIRANGA DO NORTE	5104526	7.102,97	7.102,97	-	-
PR	INAJA	4110300	7.103,79	7.103,79	-	-
RS	COXILHA	4305975	7.104,68	7.104,68	-	-
RS	SAO SEPE	4319604	7.105,72	7.105,72	-	-
MG	CLARAVAL	3116407	7.107,03	7.107,03	-	-
RS	ARROIO DOS RATOS	4301107	7.107,27	7.107,27	-	-
SP	PIACATU	3537701	7.107,78	7.107,78	-	-
RS	ESTRELA	4307807	7.109,19	7.109,19	-	-
SP	RUBIACEA	3544400	7.109,78	7.109,78	-	-
RS	SAO BORJA	4318002	7.110,86	7.110,86	-	-
PR	PORTO AMAZONAS	4120101	7.110,89	7.110,89	-	-
MG	UBERABA	3170107	7.111,23	7.111,23	-	-
SC	SAO JOAO DO OESTE	4216255	7.111,62	7.111,62	-	-
MG	CAMPANARIO	3110806	7.113,76	7.113,76	-	-
SC	VITOR MEIRELES	4219358	7.115,40	7.115,40	-	-

SP	VOTUPORANGA	3557105	7.116,18	7.116,18	-	-
RS	INDEPENDENCIA	4310405	7.119,36	7.119,36	-	-
TO	TAIPAS DO TOCANTINS	1720937	7.119,46	7.119,46	-	-
GO	CATALAO	5205109	7.119,54	7.119,54	-	-
RS	RONDA ALTA	4316105	7.119,64	7.119,64	-	-
MG	SAO PEDRO DA UNIAO	3163904	7.120,74	7.120,74	-	-
GO	SANTO ANTONIO DA BARRA	5219712	7.121,13	7.121,13	-	-
GO	RIANAPOLIS	5218706	7.124,54	7.124,54	-	-
SP	BOITUVA	3507001	7.124,89	7.124,89	-	-
MG	SAO LOURENCO	3163706	7.125,11	7.125,11	-	-
SC	BOM JARDIM DA SERRA	4202503	7.127,39	7.127,39	-	-
MG	SAO ROQUE DE MINAS	3164308	7.127,91	7.127,91	-	-
MG	ALFENAS	3101607	7.128,28	7.128,28	-	-
RS	MORRINHOS DO SUL	4312443	7.128,46	7.128,46	-	-
MT	RONDONOPOLIS	5107602	7.128,55	7.128,55	-	-
GO	MONTIVIDIU	5213756	7.128,96	7.128,96	-	-
MT	SERRA NOVA DOURADA	5107883	7.132,47	7.132,47	-	-
RS	MAMPITUBA	4311734	7.134,08	7.134,08	-	-
SP	REGENTE FEIJO	3542404	7.135,26	7.135,26	-	-
MG	PAVAO	3148509	7.135,94	7.135,94	-	-
RJ	PIRAI	3304003	7.137,64	7.137,64	-	-
SP	GLICERIO	3517109	7.139,22	7.139,22	-	-
SC	IPUACU	4207684	7.139,72	7.139,72	-	-
SP	IRAPURU	3521606	7.140,10	7.140,10	-	-
MG	DESTERRO DO MELO	3121506	7.140,49	7.140,49	-	-
PR	JESUITAS	4112751	7.141,55	7.141,55	-	-
RS	CAPIVARI DO SUL	4304671	7.143,29	7.143,29	-	-
SC	TIGRINHOS	4217956	7.143,33	7.143,33	-	-
SP	COSMORAMA	3512902	7.143,33	7.143,33	-	-
MG	TABULEIRO	3167905	7.143,58	7.143,58	-	-
GO	ITAGUARU	5210604	7.145,18	7.145,18	-	-
MG	SENHORA DO PORTO	3166105	7.146,38	7.146,38	-	-
SP	CRAVINHOS	3513108	7.147,03	7.147,03	-	-
MG	ITAGUARA	3132206	7.147,31	7.147,31	-	-
PE	Pernambuco	26	7.147,49	7.147,49	-	-
RS	TUPANDI	4322251	7.149,03	7.149,03	-	-
SP	ITAPECERICA DA SERRA	3522208	7.149,65	7.149,65	-	-
RS	SAO JOSE DOS AUSENTES	4318622	7.149,76	7.149,76	-	-
MG	OURO FINO	3146008	7.150,39	7.150,39	-	-
MG	SANTO ANTONIO DO ITAMBE	3160207	7.151,05	7.151,05	-	-
SP	JOSE BONIFACIO	3525706	7.151,37	7.151,37	-	-
SP	CONCHAL	3512209	7.151,97	7.151,97	-	-
SP	CASA BRANCA	3510807	7.152,42	7.152,42	-	-
MG	TRES PONTAS	3169406	7.152,57	7.152,57	-	-
SP	ELIAS FAUSTO	3514908	7.152,57	7.152,57	-	-
RS	CHUVISCA	4305447	7.153,03	7.153,03	-	-
MT	GUIRATINGA	5104203	7.153,23	7.153,23	-	-
SP	SANTO EXPEDITO	3548302	7.155,75	7.155,75	-	-
MG	PARACATU	3147006	7.157,33	7.157,33	-	-
MG	BERILO	3106507	7.158,36	7.158,36	-	-
MG	ALVINOPOLIS	3102308	7.160,67	7.160,67	-	-
RS	FAXINAL DO SOTURNO	4308003	7.160,92	7.160,92	-	-
MT	NOVA LACERDA	5106182	7.161,33	7.161,33	-	-
MG	EXTREMA	3125101	7.161,71	7.161,71	-	-
GO	SAO LUIZ DO NORTE	5220157	7.162,14	7.162,14	-	-
RS	GLORINHA	4309050	7.162,74	7.162,74	-	-
SP	ALVINLANDIA	3501509	7.163,63	7.163,63	-	-
TO	NOVA ROSALANDIA	1715002	7.163,80	7.163,80	-	-
MG	CHAPADA DO NORTE	3116100	7.166,33	7.166,33	-	-
PR	QUATRO BARRAS	4120804	7.168,61	7.168,61	-	-
SP	PARISI	3536257	7.169,66	7.169,66	-	-
GO	CEZARINA	5205455	7.170,52	7.170,52	-	-
MG	PEDRA DO ANTA	3148806	7.171,16	7.171,16	-	-
RJ	MANGARATIBA	3302601	7.172,09	7.172,09	-	-
MG	IBIRACI	3129707	7.172,82	7.172,82	-	-
TO	GOIANORTE	1708304	7.173,33	7.173,33	-	-
GO	CAVALCANTE	5205307	7.174,71	7.174,71	-	-
RS	MONTENEGRO	4312401	7.176,79	7.176,79	-	-
SC	DESCANSO	4204905	7.177,74	7.177,74	-	-
MS	VICENTINA	5008404	7.178,29	7.178,29	-	-
SC	AGUAS FRIAS	4200556	7.178,38	7.178,38	-	-
SP	SAO PEDRO	3550407	7.179,82	7.179,82	-	-
MG	CORDISLANDIA	3119005	7.182,97	7.182,97	-	-
SP	ORLANDIA	3534302	7.183,15	7.183,15	-	-
SP	IBIRAREMA	3519501	7.183,35	7.183,35	-	-
MG	NOVA MODICA	3144904	7.183,47	7.183,47	-	-
SP	GUARARAPES	3518206	7.184,67	7.184,67	-	-
SC	WITMARSUM	4219408	7.184,75	7.184,75	-	-
RS	IJUI	4310207	7.184,86	7.184,86	-	-
RS	CHARQUEADAS	4305355	7.185,37	7.185,37	-	-
RS	GUAIBA	4309308	7.186,31	7.186,31	-	-
MG	RITAPOLIS	3156106	7.187,79	7.187,79	-	-
SP	TERRA ROXA	3554409	7.188,02	7.188,02	-	-
SP	ITATINGA	3523503	7.188,38	7.188,38	-	-
GO	FIRMINOPOLIS	5207808	7.188,39	7.188,39	-	-
GO	ARUANA	5202502	7.188,48	7.188,48	-	-
SP	SAO BENTO DO SAPUCAI	3548609	7.188,58	7.188,58	-	-
MG	MARMELOPOLIS	3140407	7.188,79	7.188,79	-	-
GO	PALMINOPOLIS	5215900	7.190,20	7.190,20	-	-
MS	CORUMBA	5003207	7.191,47	7.191,47	-	-
SP	PEREIRAS	3537503	7.192,03	7.192,03	-	-
SP	GUARATINGUETA	3518404	7.192,29	7.192,29	-	-
RS	HUMAITA	4309704	7.192,59	7.192,59	-	-
RS	SOLEDADE	4320800	7.194,08	7.194,08	-	-
SC	SAO JOSE	4216602	7.196,22	7.196,22	-	-
RS	CACEQUI	4302907	7.198,00	7.198,00	-	-
PR	JANIOPOLIS	4112207	7.200,45	7.200,45	-	-
RO	RIO CRESPO	1100262	7.201,92	7.201,92	-	-
MG	LIMEIRA DO OESTE	3138625	7.202,58	7.202,58	-	-

GO	CACHOEIRA ALTA	5204102	7.203,55	7.203,55	-	-
PR	IRACEMA DO OESTE	4110656	7.204,84	7.204,84	-	-
RS	GUARANI DAS MISSOES	4309506	7.205,04	7.205,04	-	-
RS	ROQUE GONZALES	4316303	7.205,21	7.205,21	-	-
SP	OSVALDO CRUZ	3534609	7.207,28	7.207,28	-	-
RS	SANTANA DO LIVRAMENTO	4317103	7.207,67	7.207,67	-	-
MT	SAO JOSE DO XINGU	5107354	7.208,66	7.208,66	-	-
SP	GUAIMBE	3517307	7.209,58	7.209,58	-	-
PR	PORTO BARREIRO	4120150	7.210,36	7.210,36	-	-
SP	SAO MANUEL	3550100	7.211,52	7.211,52	-	-
GO	CRIXAS	5206404	7.211,57	7.211,57	-	-
MG	PEDRA DOURADA	3149002	7.211,96	7.211,96	-	-
MG	DESCOBERTO	3121308	7.212,58	7.212,58	-	-
MG	GONZAGA	3127503	7.213,91	7.213,91	-	-
MG	ARAPORA	3103751	7.215,88	7.215,88	-	-
SP	AVANHANDAVA	3504404	7.216,25	7.216,25	-	-
PR	NOVA AMERICA DA COLINA	4116604	7.216,95	7.216,95	-	-
GO	MONTES CLAROS DE GOIAS	5213707	7.217,25	7.217,25	-	-
GO	ALEXANIA	5200308	7.218,18	7.218,18	-	-
MG	AUGUSTO DE LIMA	3104809	7.220,38	7.220,38	-	-
SP	SAO LUIS DO PARAITINGA	3550001	7.220,94	7.220,94	-	-
MG	DELFINOPOLIS	3121209	7.221,37	7.221,37	-	-
MG	DORES DO TURVO	3123304	7.221,43	7.221,43	-	-
GO	BARRO ALTO	5203203	7.222,02	7.222,02	-	-
SC	PINHEIRO PRETO	4213005	7.223,92	7.223,92	-	-
PR	SERTANEJA	4126405	7.223,98	7.223,98	-	-
SP	REGISTRO	3542602	7.225,32	7.225,32	-	-
PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	4125506	7.225,47	7.225,47	-	-
SC	ARVOREDO	4201653	7.226,04	7.226,04	-	-
SP	AVARE	3504503	7.226,81	7.226,81	-	-
SP	PITANGUEIRAS	3539509	7.228,20	7.228,20	-	-
SC	ARABUTA	4201273	7.228,33	7.228,33	-	-
MT	COTRIGUACU	5103379	7.235,11	7.235,11	-	-
PR	NOVO ITACOLOMI	4117297	7.236,61	7.236,61	-	-
MT	RONDOLANDIA	5107578	7.237,79	7.237,79	-	-
SC	CORONEL MARTINS	4204459	7.238,78	7.238,78	-	-
MG	BOCAINA DE MINAS	3107208	7.239,09	7.239,09	-	-
RS	LIBERATO SALZANO	4311601	7.240,04	7.240,04	-	-
SP	QUADRA	3541653	7.240,40	7.240,40	-	-
SC	ERVAL VELHO	4205209	7.240,55	7.240,55	-	-
RS	CRUZ ALTA	4306106	7.240,69	7.240,69	-	-
TO	DOIS IRMAOS DO TOCANTINS	1707207	7.241,11	7.241,11	-	-
RS	VACARIA	4322509	7.242,49	7.242,49	-	-
SP	IBIUNA	3519709	7.242,50	7.242,50	-	-
SP	SANTA ADELIA	3545605	7.242,75	7.242,75	-	-
RS	ENCRUZILHADA DO SUL	4306908	7.242,78	7.242,78	-	-
SP	LORENA	3527207	7.243,07	7.243,07	-	-
RS	FAZENDA VILANOVA	4308078	7.243,38	7.243,38	-	-
RS	PARAI	4314001	7.244,15	7.244,15	-	-
SC	VIDAL RAMOS	4219200	7.244,88	7.244,88	-	-
TO	CACHOEIRINHA	1703826	7.245,17	7.245,17	-	-
SP	ANHUMAS	3502408	7.245,97	7.245,97	-	-
SC	CUNHA PORA	4204707	7.246,65	7.246,65	-	-
PR	CORUMBATAI DO SUL	4106555	7.247,20	7.247,20	-	-
PR	NOVA LARANJEIRAS	4117057	7.248,61	7.248,61	-	-
RS	DOM FELICIANO	4306502	7.248,87	7.248,87	-	-
SP	AGUDOS	3500709	7.249,12	7.249,12	-	-
MG	ITAUNA	3133808	7.250,28	7.250,28	-	-
GO	MAIRIPOTABA	5212600	7.250,47	7.250,47	-	-
SP	ALUMINIO	3501152	7.252,51	7.252,51	-	-
MG	SANTA RITA DE CALDAS	3159209	7.255,24	7.255,24	-	-
SP	ORINDIUVA	3534203	7.255,89	7.255,89	-	-
RS	VISTA GAUCHA	4323705	7.258,90	7.258,90	-	-
MG	VIRGEM DA LAPA	3171600	7.261,45	7.261,45	-	-
MG	JAGUARACU	3135001	7.261,79	7.261,79	-	-
SP	PEREIRA BARRETO	3537404	7.261,83	7.261,83	-	-
RS	SAO LOURENCO DO SUL	4318804	7.262,20	7.262,20	-	-
SP	SANTA BARBARA DOESTE	3545803	7.263,23	7.263,23	-	-
MG	CANTAGALO	3112059	7.263,77	7.263,77	-	-
SP	ARARAS	3503307	7.263,88	7.263,88	-	-
RS	CAMPOS BORGES	4304101	7.264,22	7.264,22	-	-
MG	TARUMIRIM	3168408	7.264,58	7.264,58	-	-
PR	MAMBORE	4114005	7.265,86	7.265,86	-	-
MG	ACAIACA	3100401	7.267,02	7.267,02	-	-
RS	ITAQUI	4310603	7.268,05	7.268,05	-	-
RS	TIO HUGO	4321469	7.268,15	7.268,15	-	-
GO	RIO VERDE	5218805	7.268,82	7.268,82	-	-
SP	LINDOIA	3527009	7.269,15	7.269,15	-	-
GO	EDEALINA	5207352	7.269,42	7.269,42	-	-
RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	3300233	7.269,54	7.269,54	-	-
TO	PEIXE	1716604	7.271,67	7.271,67	-	-
MG	FUNILANDIA	3127206	7.272,79	7.272,79	-	-
SP	IPEUNA	3521101	7.274,07	7.274,07	-	-
SP	IACANGA	3519105	7.275,08	7.275,08	-	-
RS	SANTO ANTONIO DAS MISSOES	4317707	7.276,87	7.276,87	-	-
PR	QUARTO CENTENARIO	4120655	7.277,07	7.277,07	-	-
SP	GUARA	3517703	7.278,16	7.278,16	-	-
PR	OURIZONA	4117404	7.279,41	7.279,41	-	-
MG	VARGINHA	3170701	7.279,53	7.279,53	-	-
RS	BOM PROGRESSO	4302378	7.281,85	7.281,85	-	-
RS	SAO JOSE DO OURO	4318606	7.283,88	7.283,88	-	-
MG	LUZ	3138807	7.283,89	7.283,89	-	-
RS	TAPERA	4321006	7.286,87	7.286,87	-	-
SP	MARTINOPOLIS	3529203	7.288,52	7.288,52	-	-

MG	SANTO ANTONIO DO AVENTUREIRO	3160009	7.289,96	7.289,96	-	-
SP	SALTO GRANDE	3545407	7.290,24	7.290,24	-	-
SC	FREI ROGERIO	4205555	7.291,69	7.291,69	-	-
MG	IBITIURA DE MINAS	3129905	7.291,78	7.291,78	-	-
SP	BROTAS	3507902	7.291,94	7.291,94	-	-
SP	PIRACAIA	3538600	7.296,93	7.296,93	-	-
RS	BAGE	4301602	7.298,45	7.298,45	-	-
SP	PEDREGULHO	3537008	7.298,63	7.298,63	-	-
MG	ITACAMBIRA	3132008	7.298,67	7.298,67	-	-
RN	SAO BENTO DO NORTE	2411601	7.299,86	7.299,86	-	-
SP	OSCAR BRESSANE	3534500	7.300,10	7.300,10	-	-
RS	AUGUSTO PESTANA	4301503	7.301,01	7.301,01	-	-
MG	NATERCIA	3144409	7.302,50	7.302,50	-	-
SP	VARGEM GRANDE DO SUL	3556404	7.304,01	7.304,01	-	-
RS	SANTA ROSA	4317202	7.304,08	7.304,08	-	-
MG	RIBEIRAO VERMELHO	3154705	7.304,39	7.304,39	-	-
RS	BOM JESUS	4302303	7.304,77	7.304,77	-	-
GO	JATAI	5211909	7.305,87	7.305,87	-	-
SC	ITA	4208005	7.306,12	7.306,12	-	-
SP	ECHAPORA	3514700	7.307,78	7.307,78	-	-
RS	ILOPOLIS	4310306	7.307,97	7.307,97	-	-
MT	COMODORO	5103304	7.308,17	7.308,17	-	-
TO	TUPIRAMA	1721257	7.309,70	7.309,70	-	-
SP	ASSIS	3504008	7.311,08	7.311,08	-	-
SP	PALESTINA	3535002	7.311,66	7.311,66	-	-
SP	CASTILHO	3511003	7.311,69	7.311,69	-	-
TO	CASEARA	1703909	7.312,54	7.312,54	-	-
MG	ARACAI	3103207	7.313,29	7.313,29	-	-
MG	SENADOR CORTES	3165602	7.314,88	7.314,88	-	-
MG	FORTALEZA DE MINAS	3126307	7.318,86	7.318,86	-	-
RS	SANTO ANTONIO DA PATRULHA	4317608	7.319,65	7.319,65	-	-
TO	TUPIRATINS	1721307	7.319,96	7.319,96	-	-
TO	FIGUEIROPOLIS	1707652	7.320,96	7.320,96	-	-
RS	PRESIDENTE LUCENA	4315149	7.321,08	7.321,08	-	-
RS	SANTO ANGELO	4317509	7.321,34	7.321,34	-	-
RJ	PARATY	3303807	7.321,34	7.321,34	-	-
SP	MACATUBA	3528007	7.322,59	7.322,59	-	-
RS	PINHAL	4314456	7.324,64	7.324,64	-	-
MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	5107768	7.328,34	7.328,34	-	-
SP	SALTO DE PIRAPORA	3545308	7.329,08	7.329,08	-	-
SP	PROMISSAO	3541604	7.329,20	7.329,20	-	-
SP	PARDINHO	3536109	7.332,12	7.332,12	-	-
MG	CONCEICAO DAS PEDRAS	3117207	7.332,34	7.332,34	-	-
BA	CAMACARI	2905701	7.333,08	7.333,08	-	-
MG	CORONEL PACHECO	3119609	7.333,53	7.333,53	-	-
MG	BOM SUCESSO	3108008	7.334,54	7.334,54	-	-
SP	QUATA	3541703	7.336,90	7.336,90	-	-
MG	ITABIRA	3131703	7.342,12	7.342,12	-	-
MG	MORRO DA GARCA	3143609	7.342,24	7.342,24	-	-
SP	CABREUVA	3508405	7.343,64	7.343,64	-	-
MG	SAO SEBASTIAO DO MARANHAO	3164506	7.346,35	7.346,35	-	-
MG	IBIA	3129509	7.346,74	7.346,74	-	-
SP	ALFREDO MARCONDES	3500808	7.347,25	7.347,25	-	-
MG	SERITINGA	3166402	7.348,91	7.348,91	-	-
MG	SAO GERALDO DO BAIXIO	3161650	7.350,23	7.350,23	-	-
GO	CORUMBA DE GOIAS	5205802	7.352,26	7.352,26	-	-
MS	BANDEIRANTES	5001508	7.352,75	7.352,75	-	-
SP	DRACENA	3514403	7.353,23	7.353,23	-	-
PR	BOA ESPERANCA	4103008	7.354,78	7.354,78	-	-
SC	TIMBO	4218202	7.355,08	7.355,08	-	-
MG	ESTRELA DALVA	3124609	7.355,75	7.355,75	-	-
AL	Alagoas	27	7.356,07	7.356,07	-	-
MG	ITABIRITO	3131901	7.356,22	7.356,22	-	-
RS	SAO JOAO DA URTIGA	4318424	7.356,70	7.356,70	-	-
SP	NOVA GRANADA	3533007	7.357,02	7.357,02	-	-
TO	SAO SALVADOR DO TOCANTINS	1720259	7.358,14	7.358,14	-	-
RJ	DUQUE DE CAXIAS	3301702	7.358,37	7.358,37	-	-
SP	OLIMPIA	3533908	7.360,83	7.360,83	-	-
RS	SAO PAULO DAS MISSOES	4319307	7.363,06	7.363,06	-	-
RO	Rondônia	11	7.363,09	7.363,09	-	-
SP	ARACARIGUAMA	3502754	7.365,85	7.365,85	-	-
MG	SANTO HIPOLITO	3160603	7.365,90	7.365,90	-	-
MG	PATOS DE MINAS	3148004	7.365,96	7.365,96	-	-
SP	SALES OLIVEIRA	3544905	7.366,02	7.366,02	-	-
SC	AGRONOMICA	4200309	7.366,81	7.366,81	-	-
MG	CACHOEIRA DE PAJEU	3102704	7.367,65	7.367,65	-	-
MT	LAMBARI DOESTE	5105234	7.367,69	7.367,69	-	-
RS	PICADA CAFE	4314423	7.368,10	7.368,10	-	-
TO	TALISMA	1720978	7.368,70	7.368,70	-	-
SC	BIGUACU	4202305	7.371,22	7.371,22	-	-
ES	Espírito Santo	32	7.371,48	7.371,48	-	-
PR	SAO JORGE DO IVAI	4125308	7.372,19	7.372,19	-	-
SP	CAJATI	3509254	7.372,19	7.372,19	-	-
MG	SOLEDADE DE MINAS	3167806	7.372,57	7.372,57	-	-
TO	NOVO JARDIM	1715259	7.375,07	7.375,07	-	-
SP	MONTEIRO LOBATO	3531704	7.375,32	7.375,32	-	-
SP	SUMARE	3552403	7.376,86	7.376,86	-	-
MT	TAPURAH	5108006	7.377,45	7.377,45	-	-
SP	LEME	3526704	7.377,90	7.377,90	-	-
PR	RANCHO ALEGRE	4121307	7.377,97	7.377,97	-	-
SP	SANTA GERTRUDES	3546702	7.378,61	7.378,61	-	-
SP	ITAJU	3522000	7.379,29	7.379,29	-	-
SP	ALAMBARI	3500758	7.380,47	7.380,47	-	-
GO	ARENOPOLIS	5202353	7.381,14	7.381,14	-	-
SP	DOURADO	3514304	7.382,91	7.382,91	-	-
MG	CONCEICAO DO MATO DENTRO	3117504	7.382,96	7.382,96	-	-

MG	PASSA VINTE	3147808	7.383,36	7.383,36	-	-
SC	ENTRE RIOS	4205175	7.383,65	7.383,65	-	-
MG	SANTA CRUZ DE SALINAS	3157377	7.383,88	7.383,88	-	-
PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	2209757	7.384,62	7.384,62	-	-
SP	SAO JOSE DA BELA VISTA	3549508	7.385,43	7.385,43	-	-
RS	HULHA NEGRA	4309654	7.385,51	7.385,51	-	-
RS	HERVAL	4307104	7.387,91	7.387,91	-	-
SP	TREMEMBE	3554805	7.388,09	7.388,09	-	-
MS	PORTO MURTINHO	5006903	7.391,85	7.391,85	-	-
MS	BONITO	5002209	7.392,45	7.392,45	-	-
RS	SAO FRANCISCO DE ASSIS	4318101	7.393,91	7.393,91	-	-
SP	GARCA	3516705	7.394,12	7.394,12	-	-
SC	TRES BARRAS	4218301	7.394,20	7.394,20	-	-
SP	CACAPAVA	3508504	7.394,53	7.394,53	-	-
MG	CONTAGEM	3118601	7.394,79	7.394,79	-	-
SP	MARIAPOLIS	3528908	7.396,44	7.396,44	-	-
SP	JACUPIRANGA	3524600	7.397,47	7.397,47	-	-
SP	MIGUELOPOLIS	3529708	7.397,98	7.397,98	-	-
SP	SANTA ROSA DE VITERBO	3547601	7.398,61	7.398,61	-	-
RS	SELBACH	4320305	7.399,01	7.399,01	-	-
PR	TIBAGI	4127502	7.400,30	7.400,30	-	-
RS	ALECRIM	4300307	7.401,49	7.401,49	-	-
MG	MARLIERIA	3140308	7.401,54	7.401,54	-	-
MG	WENCESLAU BRAZ	3172202	7.402,02	7.402,02	-	-
SC	ITAPEMA	4208302	7.402,67	7.402,67	-	-
MG	RIO PRETO	3155900	7.403,56	7.403,56	-	-
SP	SANTO ANTONIO DO JARDIM	3548104	7.404,26	7.404,26	-	-
RS	GRAVATAI	4309209	7.404,43	7.404,43	-	-
TO	FATIMA	1707553	7.405,22	7.405,22	-	-
SP	ITAI	3521804	7.406,46	7.406,46	-	-
SP	ITAJOBI	3521903	7.408,02	7.408,02	-	-
MG	FERNANDES TOURINHO	3125804	7.408,10	7.408,10	-	-
MG	PADRE CARVALHO	3146255	7.408,22	7.408,22	-	-
PR	CORNELIO PROCOPIO	4106407	7.408,59	7.408,59	-	-
PR	SAO CARLOS DO IVAI	4124608	7.409,08	7.409,08	-	-
MG	ITATIAIUCU	3133709	7.410,03	7.410,03	-	-
RS	ESTRELA VELHA	4307815	7.411,18	7.411,18	-	-
SP	SERTAOZINHO	3551702	7.411,36	7.411,36	-	-
RS	SAO LEOPOLDO	4318705	7.412,19	7.412,19	-	-
SP	BATATAIS	3505906	7.412,39	7.412,39	-	-
MG	INHAUMA	3131000	7.412,72	7.412,72	-	-
SC	SALTINHO	4215356	7.413,22	7.413,22	-	-
MG	OLIVEIRA FORTES	3145703	7.413,84	7.413,84	-	-
SP	TARUMA	3553955	7.414,32	7.414,32	-	-
RS	MATO LEITAO	4312153	7.415,13	7.415,13	-	-
RS	SAO JERONIMO	4318408	7.415,97	7.415,97	-	-
SP	GETULINA	3517000	7.416,84	7.416,84	-	-
MG	DIOGO DE VASCONCELOS	3121704	7.419,27	7.419,27	-	-
SP	SANTO ANTONIO DO ARACANGUA	3548054	7.420,04	7.420,04	-	-
SP	SAO VICENTE	3551009	7.420,18	7.420,18	-	-
MG	SETE LAGOAS	3167202	7.424,53	7.424,53	-	-
MG	SAO JOAO DA MATA	3162302	7.425,17	7.425,17	-	-
MG	OLIMPIO NORONHA	3145505	7.429,25	7.429,25	-	-
SP	ITAPORANGA	3522802	7.429,40	7.429,40	-	-
RJ	RESENDE	3304201	7.429,47	7.429,47	-	-
RS	VERANOPOLIS	4322806	7.437,03	7.437,03	-	-
MG	MOEDA	3142304	7.437,83	7.437,83	-	-
RJ	ITAGUAI	3302007	7.438,67	7.438,67	-	-
SC	BENEDITO NOVO	4202206	7.439,11	7.439,11	-	-
SC	CAIBI	4203105	7.439,36	7.439,36	-	-
RS	CHIAPETTA	4305405	7.441,65	7.441,65	-	-
RS	NOVA ALVORADA	4312757	7.441,71	7.441,71	-	-
MG	DIONISIO	3121803	7.443,47	7.443,47	-	-
MG	ITAPAGIPE	3133402	7.443,88	7.443,88	-	-
RS	DOM PEDRITO	4306601	7.445,93	7.445,93	-	-
SP	TIETE	3554508	7.446,07	7.446,07	-	-
PR	SANTA LUCIA	4123824	7.446,57	7.446,57	-	-
SP	MONTE ALEGRE DO SUL	3531209	7.447,86	7.447,86	-	-
RS	GIRUA	4309001	7.448,10	7.448,10	-	-
SP	MATAO	3529302	7.450,38	7.450,38	-	-
SP	TAQUARITINGA	3553708	7.451,35	7.451,35	-	-
RS	SAO DOMINGOS DO SUL	4318051	7.452,01	7.452,01	-	-
SP	SUD MENNUCCI	3552304	7.454,29	7.454,29	-	-
RS	CERRITO	4305124	7.454,61	7.454,61	-	-
RS	CRISTAL	4306056	7.455,23	7.455,23	-	-
SP	CANDIDO MOTA	3510005	7.455,75	7.455,75	-	-
RS	PAIM FILHO	4313607	7.456,06	7.456,06	-	-
PR	DIAMANTE DO NORTE	4107108	7.456,67	7.456,67	-	-
MT	CASTANHEIRA	5102850	7.459,57	7.459,57	-	-
SP	PARIQUERA-ACU	3536208	7.460,69	7.460,69	-	-
MT	SANTA CRUZ DO XINGU	5107743	7.460,79	7.460,79	-	-
SC	BELMONTE	4202156	7.461,70	7.461,70	-	-
MG	ABRE CAMPO	3100302	7.461,83	7.461,83	-	-
SP	COLINA	3512001	7.461,97	7.461,97	-	-
MT	SALTO DO CEU	5107750	7.462,47	7.462,47	-	-
MG	CANAA	3111705	7.465,58	7.465,58	-	-
SC	ARROIO TRINTA	4201604	7.466,94	7.466,94	-	-
SP	SANTO ANTONIO DO PINHAL	3548203	7.467,15	7.467,15	-	-
RS	ARROIO DO TIGRE	4301206	7.468,54	7.468,54	-	-
SC	BLUMENAU	4202404	7.469,26	7.469,26	-	-
SP	CARDOSO	3510708	7.469,76	7.469,76	-	-
SC	PRESIDENTE NEREU	4214102	7.471,17	7.471,17	-	-
SP	ADOLFO	3500204	7.472,30	7.472,30	-	-
SP	SANTA BRANCA	3546009	7.472,51	7.472,51	-	-
RS	VALE DO SOL	4322533	7.473,95	7.473,95	-	-
MG	JOAO PINHEIRO	3136306	7.474,13	7.474,13	-	-
SP	IPIGUA	3521150	7.474,50	7.474,50	-	-
GO	TRES RANCHOS	5221304	7.476,08	7.476,08	-	-
MG	UNAI	3170404	7.477,60	7.477,60	-	-
SC	AGUAS DE CHAPECO	4200507	7.479,05	7.479,05	-	-
RS	NOVO HAMBURGO	4313409	7.482,41	7.482,41	-	-

TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	1713700	7.484,81	7.484,81	-	-
SC	AGUA DOCE	4200408	7.487,00	7.487,00	-	-
MG	CORDISBURGO	3118908	7.487,46	7.487,46	-	-
SP	ESPIRITO SANTO DO TURVO	3515194	7.489,29	7.489,29	-	-
SP	ITIRAPUA	3523701	7.489,40	7.489,40	-	-
PR	GODOY MOREIRA	4108551	7.490,20	7.490,20	-	-
SC	ANGELINA	4200903	7.491,64	7.491,64	-	-
MG	TAPARUBA	3168051	7.492,96	7.492,96	-	-
PR	FOZ DO IGUACU	4108304	7.494,07	7.494,07	-	-
RS	PANTANO GRANDE	4313953	7.494,58	7.494,58	-	-
PR	ANGULO	4101150	7.494,93	7.494,93	-	-
SP	PORTO FERREIRA	3540705	7.495,13	7.495,13	-	-
MT	CANARANA	5102702	7.495,26	7.495,26	-	-
RS	TAQUARUCU DO SUL	4321329	7.497,79	7.497,79	-	-
RS	CAMPINA DAS MISSOES	4303707	7.503,00	7.503,00	-	-
SP	OCAUCU	3533700	7.503,56	7.503,56	-	-
MG	MATIAS BARBOSA	3140803	7.504,88	7.504,88	-	-
SP	SANTA CRUZ DO RIO PARDO	3546405	7.505,46	7.505,46	-	-
GO	VICENTINOPOLIS	5222054	7.506,52	7.506,52	-	-
GO	ITARUMA	5211305	7.507,22	7.507,22	-	-
RS	ELDORADO DO SUL	4306767	7.507,29	7.507,29	-	-
TO	ITAPIRATINS	1710904	7.507,42	7.507,42	-	-
ES	DIVINO DE SAO LOURENCO	3201803	7.510,66	7.510,66	-	-
SP	GENERAL SALGADO	3516903	7.510,67	7.510,67	-	-
SP	TEJUPA	3554201	7.512,80	7.512,80	-	-
RS	SERTAO SANTANA	4320552	7.514,30	7.514,30	-	-
RN	NATAL	2408102	7.514,95	7.514,95	-	-
RS	SANTA CRUZ DO SUL	4316808	7.515,03	7.515,03	-	-
MG	POUSO ALTO	3152600	7.515,16	7.515,16	-	-
MG	FAMA	3125200	7.515,38	7.515,38	-	-
SP	CORONEL MACEDO	3512605	7.517,00	7.517,00	-	-
MG	RIO MANSO	3155306	7.517,08	7.517,08	-	-
RS	BARAO	4301651	7.518,37	7.518,37	-	-
SC	JARAGUA DO SUL	4208906	7.518,58	7.518,58	-	-
MG	AIURUOCA	3101201	7.519,92	7.519,92	-	-
SE	MONTE ALEGRE DE SERGIPE	2804201	7.522,15	7.522,15	-	-
MS	CAMPO GRANDE	5002704	7.522,22	7.522,22	-	-
MG	MARIANA	3140001	7.523,30	7.523,30	-	-
MT	PORTO DOS GAUCHOS	5106802	7.523,47	7.523,47	-	-
PR	MIRASELVA	4116000	7.524,56	7.524,56	-	-
SP	BOM JESUS DOS PERDOES	3507100	7.525,59	7.525,59	-	-
MG	BUENO BRANDAO	3109105	7.526,18	7.526,18	-	-
SP	MENDONCA	3529500	7.526,78	7.526,78	-	-
SP	SANTA ISABEL	3546801	7.527,12	7.527,12	-	-
RS	JAGUARI	4311106	7.528,46	7.528,46	-	-
SP	ENGENHEIRO COELHO	3515152	7.531,06	7.531,06	-	-
SC	MATOS COSTA	4210704	7.531,15	7.531,15	-	-
MG	BELMIRO BRAGA	3106101	7.531,65	7.531,65	-	-
SP	ILHA SOLTEIRA	3520442	7.532,90	7.532,90	-	-
PR	IVATUBA	4111605	7.534,22	7.534,22	-	-
MG	SAO GONCALO DO ABAETE	3161700	7.534,42	7.534,42	-	-
MG	SIMAO PEREIRA	3167509	7.534,93	7.534,93	-	-
GO	AMORINOPOLIS	5200902	7.536,74	7.536,74	-	-
RS	ESTACAO	4307559	7.536,80	7.536,80	-	-
SC	LAGUNA	4209409	7.538,50	7.538,50	-	-
SP	ITANHAEM	3522109	7.539,94	7.539,94	-	-
SP	SAO JOSE DO RIO PARDO	3549706	7.540,26	7.540,26	-	-
RS	PEJUCARA	4314308	7.541,15	7.541,15	-	-
SP	ITIRAPINA	3523602	7.541,44	7.541,44	-	-
PR	MARIPA	4115358	7.543,89	7.543,89	-	-
MG	BELA VISTA DE MINAS	3106002	7.544,11	7.544,11	-	-
RS	TUPARENDI	4322301	7.546,03	7.546,03	-	-
SC	TUNAPOLIS	4218756	7.547,42	7.547,42	-	-
RS	CERRO GRANDE	4305157	7.547,65	7.547,65	-	-
SP	IGARATA	3520202	7.548,32	7.548,32	-	-
MG	SANTA ROSA DA SERRA	3159704	7.549,01	7.549,01	-	-
GO	CACU	5204300	7.549,35	7.549,35	-	-
SP	BARRETOS	3505500	7.549,81	7.549,81	-	-
RS	FONTOURA XAVIER	4308300	7.550,90	7.550,90	-	-
SP	NOVO HORIZONTE	3533502	7.550,95	7.550,95	-	-
RS	FORQUETINHA	4308433	7.551,83	7.551,83	-	-
SP	ANALANDIA	3502002	7.553,04	7.553,04	-	-
MG	CONGONHAS DO NORTE	3118106	7.555,52	7.555,52	-	-
RS	ESTEIO	4307708	7.556,95	7.556,95	-	-
SP	ANDRADINA	3502101	7.558,62	7.558,62	-	-
SP	TRES FRONTEIRAS	3554904	7.559,14	7.559,14	-	-
SP	MONGAGUA	3531100	7.560,81	7.560,81	-	-
GO	NOVO PLANALTO	5215256	7.560,90	7.560,90	-	-
MS	CAMAPUA	5002605	7.564,79	7.564,79	-	-
SP	NUPORANGA	3533601	7.565,32	7.565,32	-	-
RS	AJURICABA	4300208	7.565,78	7.565,78	-	-
RS	PARAISO DO SUL	4314027	7.566,14	7.566,14	-	-
SP	CAPIVARI	3510401	7.566,96	7.566,96	-	-
RS	MATA	4312104	7.566,97	7.566,97	-	-
PR	SAUDADE DO IGUACU	4126272	7.568,50	7.568,50	-	-
GO	NEROPOLIS	5214507	7.570,25	7.570,25	-	-
SP	PARAISO	3535705	7.571,44	7.571,44	-	-
SP	CACONDE	3508702	7.571,56	7.571,56	-	-
SP	BERNARDINO DE CAMPOS	3506300	7.573,71	7.573,71	-	-
PR	SERTANOPOLIS	4126504	7.573,88	7.573,88	-	-
RS	SEGREDO	4320263	7.575,64	7.575,64	-	-
MG	GOIANA	3127388	7.577,85	7.577,85	-	-
SP	CAFELANDIA	3508801	7.578,19	7.578,19	-	-
SC	PEDRAS GRANDES	4212403	7.578,28	7.578,28	-	-
GO	SANTA TEREZA DE GOIAS	5219605	7.581,44	7.581,44	-	-
RS	ENTRE-IJUIS	4306932	7.581,57	7.581,57	-	-
SP	MONTE ALTO	3531308	7.581,93	7.581,93	-	-
SC	IOMERE	4207577	7.583,07	7.583,07	-	-
SP	JACAREI	3524402	7.585,73	7.585,73	-	-
MG	AGUANIL	3100807	7.585,88	7.585,88	-	-

SP	CACHOEIRA PAULISTA	3508603	7.586,88	7.586,88	-	-
SP	FERNAO	3515657	7.587,99	7.587,99	-	-
SP	AGUAS DA PRATA	3500402	7.588,94	7.588,94	-	-
RS	PINHEIRO MACHADO	4314506	7.589,78	7.589,78	-	-
RS	GENERAL CAMARA	4308805	7.591,49	7.591,49	-	-
SP	MORRO AGUDO	3531902	7.591,85	7.591,85	-	-
PR	TOLEDO	4127700	7.593,99	7.593,99	-	-
GO	HIDROLINA	5209804	7.594,21	7.594,21	-	-
SP	HORTOLANDIA	3519071	7.595,39	7.595,39	-	-
MG	CIPOTANEA	3116308	7.596,40	7.596,40	-	-
TO	MATEIROS	1712702	7.596,53	7.596,53	-	-
RS	VENANCIO AIRES	4322608	7.597,63	7.597,63	-	-
MG	PRESIDENTE BERNARDES	3153103	7.598,22	7.598,22	-	-
RS	ALEGRETE	4300406	7.599,34	7.599,34	-	-
MG	CRUCILANDIA	3120607	7.600,21	7.600,21	-	-
MG	DOM CAVATI	3122504	7.600,36	7.600,36	-	-
SC	LEOBERTO LEAL	4209805	7.601,49	7.601,49	-	-
SP	GUARULHOS	3518800	7.601,73	7.601,73	-	-
SP	CATIGUA	3511201	7.601,74	7.601,74	-	-
PR	ARAUCARIA	4101804	7.603,31	7.603,31	-	-
SE	CARMOPOLIS	2801504	7.604,19	7.604,19	-	-
RS	QUINZE DE NOVEMBRO	4315354	7.604,43	7.604,43	-	-
SP	PRESIDENTE PRUDENTE	3541406	7.607,17	7.607,17	-	-
SP	LAVRINHAS	3526605	7.607,35	7.607,35	-	-
SP	IARAS	3519253	7.610,27	7.610,27	-	-
RS	CANGUCU	4304507	7.610,48	7.610,48	-	-
MG	SAO JOAO DEL REI	3162500	7.610,75	7.610,75	-	-
RS	VICENTE DUTRA	4323101	7.611,17	7.611,17	-	-
RS	BARRA DO QUARAI	4301875	7.612,70	7.612,70	-	-
SC	JOINVILLE	4209102	7.615,78	7.615,78	-	-
MG	UMBURATIBA	3170305	7.617,86	7.617,86	-	-
BA	SALVADOR	2927408	7.621,01	7.621,01	-	-
SP	DIADEMA	3513801	7.621,36	7.621,36	-	-
SP	HOLAMBRA	3519055	7.621,63	7.621,63	-	-
SP	PRESIDENTE VENCESLAU	3541505	7.621,84	7.621,84	-	-
GO	SAO SIMAO	5220405	7.623,19	7.623,19	-	-
SP	ITAPOLIS	3522703	7.623,75	7.623,75	-	-
MG	ITAMONTE	3133006	7.628,94	7.628,94	-	-
SP	TAUBATE	3554102	7.629,39	7.629,39	-	-
MT	RESERVA DO CABACAL	5107156	7.631,88	7.631,88	-	-
PR	BOM SUCESSO DO SUL	4103222	7.632,17	7.632,17	-	-
SP	PALMITAL	3535309	7.632,32	7.632,32	-	-
SP	SANTA ALBERTINA	3545704	7.634,00	7.634,00	-	-
MG	DIVINOPOLIS	3122306	7.634,40	7.634,40	-	-
SP	ICEM	3519808	7.635,84	7.635,84	-	-
SP	PEDREIRA	3537107	7.636,85	7.636,85	-	-
SP	CAIABU	3508900	7.637,27	7.637,27	-	-
SP	VOTORANTIM	3557006	7.638,24	7.638,24	-	-
MG	CONCEICAO DA BARRA DE MINAS	3115201	7.641,95	7.641,95	-	-
MG	JAMPRUCA	3135076	7.642,55	7.642,55	-	-
SP	PINDAMONHANGABA	3538006	7.643,33	7.643,33	-	-
PR	SAO PEDRO DO PARANA	4125902	7.644,26	7.644,26	-	-
RS	SAO VALERIO DO SUL	4319737	7.644,40	7.644,40	-	-
SC	MAREMA	4210555	7.644,55	7.644,55	-	-
SP	ANHEMBI	3502309	7.644,89	7.644,89	-	-
SC	TIMBE DO SUL	4218103	7.645,99	7.645,99	-	-
MG	FREI LAGONEGRO	3126950	7.646,19	7.646,19	-	-
SC	PONTE ALTA	4213302	7.648,12	7.648,12	-	-
SP	TAIACU	3553104	7.649,16	7.649,16	-	-
SP	SALTO	3545209	7.649,47	7.649,47	-	-
SP	MARILIA	3529005	7.650,01	7.650,01	-	-
MS	TRES LAGOAS	5008305	7.650,74	7.650,74	-	-
RS	RIO DOS INDIOS	4315552	7.651,75	7.651,75	-	-
SC	PIRATUBA	4213104	7.653,11	7.653,11	-	-
SP	CAJAMAR	3509205	7.653,18	7.653,18	-	-
MT	CLAUDIA	5103056	7.653,28	7.653,28	-	-
PR	MATINHOS	4115705	7.653,32	7.653,32	-	-
RS	PASSO DO SOBRADO	4314076	7.657,07	7.657,07	-	-
SP	MIRANTE DO PARANAPANEMA	3530201	7.657,28	7.657,28	-	-
SP	PAULO DE FARIA	3536604	7.658,99	7.658,99	-	-
SC	ITAPOA	4208450	7.660,33	7.660,33	-	-
SP	JAU	3525300	7.660,79	7.660,79	-	-
RS	TAPES	4321105	7.662,27	7.662,27	-	-
SC	ROMELANDIA	4215208	7.662,27	7.662,27	-	-
MG	DESTERRO DE ENTRE RIOS	3121407	7.662,37	7.662,37	-	-
SP	PIRAJUI	3538907	7.662,78	7.662,78	-	-
PR	ANAHY	4101051	7.664,02	7.664,02	-	-
RS	QUATRO IRMAOS	4315313	7.665,84	7.665,84	-	-
PR	RIBEIRAO CLARO	4121802	7.667,06	7.667,06	-	-
RS	RESTINGA SECA	4315503	7.667,40	7.667,40	-	-
SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	4206009	7.667,63	7.667,63	-	-
MG	SANTA HELENA DE MINAS	3157658	7.669,63	7.669,63	-	-
RS	AGUA SANTA	4300059	7.670,31	7.670,31	-	-
RJ	SAO JOAO DA BARRA	3305000	7.670,95	7.670,95	-	-
SP	AREALVA	3503406	7.671,49	7.671,49	-	-
SP	POLONI	3539905	7.672,62	7.672,62	-	-
MG	SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	3164407	7.673,09	7.673,09	-	-
SP	INDIAPORA	3520707	7.673,50	7.673,50	-	-
MG	IJACI	3130408	7.673,89	7.673,89	-	-
SC	UNIAO DO OESTE	4218855	7.675,56	7.675,56	-	-
SP	JALES	3524808	7.677,22	7.677,22	-	-
MG	SANTA FE DE MINAS	3157609	7.677,88	7.677,88	-	-
PR	ADRIANOPOLIS	4100202	7.678,61	7.678,61	-	-
RS	SAO VICENTE DO SUL	4319802	7.678,95	7.678,95	-	-
RS	MACAMBARA	4311718	7.678,95	7.678,95	-	-
RS	CAMAQUA	4303509	7.679,89	7.679,89	-	-
SP	ARACATUBA	3502804	7.679,96	7.679,96	-	-
MS	BRASILANDIA	5002308	7.680,64	7.680,64	-	-
RS	CAMBARA DO SUL	4303608	7.681,71	7.681,71	-	-
GO	ANICUNS	5201306	7.683,04	7.683,04	-	-
MG	ONCA DE PITANGUI	3145802	7.683,60	7.683,60	-	-

SC	PONTE ALTA DO NORTE	4213351	7.685,80	7.685,80	-	-
MT	ROSARIO OESTE	5107701	7.686,10	7.686,10	-	-
SP	CAIEIRAS	3509007	7.687,76	7.687,76	-	-
SP	HERCULANDIA	3519006	7.688,46	7.688,46	-	-
GO	IPIRANGA DE GOIAS	5210158	7.689,08	7.689,08	-	-
MG	ABADIA DOS DOURADOS	3100104	7.690,75	7.690,75	-	-
SC	ITAJAI	4208203	7.690,87	7.690,87	-	-
RS	LAVRAS DO SUL	4311502	7.691,62	7.691,62	-	-
RS	CACHOEIRA DO SUL	4303004	7.691,70	7.691,70	-	-
GO	PETROLINA DE GOIAS	5216809	7.691,94	7.691,94	-	-
SP	VISTA ALEGRE DO ALTO	3556909	7.692,24	7.692,24	-	-
MG	SAO SEBASTIAO DO RIO VERDE	3164902	7.693,35	7.693,35	-	-
GO	TURVELANDIA	5221551	7.695,19	7.695,19	-	-
SC	IRACEMINHA	4207759	7.695,89	7.695,89	-	-
MG	MADRE DE DEUS DE MINAS	3139102	7.696,28	7.696,28	-	-
GO	ITAJA	5210802	7.697,46	7.697,46	-	-
MS	PEDRO GOMES	5006408	7.697,55	7.697,55	-	-
SP	SALTINHO	3545159	7.698,86	7.698,86	-	-
RS	LAGOA DOS TRES CANTOS	4311270	7.702,44	7.702,44	-	-
RS	CAMPO BOM	4303905	7.703,55	7.703,55	-	-
SP	COTIA	3513009	7.704,89	7.704,89	-	-
RS	PUTINGA	4315206	7.706,29	7.706,29	-	-
RS	TIRADENTES DO SUL	4321477	7.706,93	7.706,93	-	-
SC	CAXAMBU DO SUL	4204103	7.707,11	7.707,11	-	-
SP	SANTA CRUZ DA ESPERANCA	3546256	7.707,86	7.707,86	-	-
RS	NOVA ARACA	4312807	7.709,52	7.709,52	-	-
GO	DAMOLANDIA	5206800	7.711,03	7.711,03	-	-
MG	FRONTEIRA DOS VALES	3127057	7.711,98	7.711,98	-	-
SP	MOTUCA	3532058	7.712,72	7.712,72	-	-
SC	SUL BRASIL	4217758	7.713,59	7.713,59	-	-
SP	PRESIDENTE BERNARDES	3541208	7.714,32	7.714,32	-	-
RS	FELIZ	4308102	7.714,88	7.714,88	-	-
SE	BARRA DOS COQUEIROS	2800605	7.715,33	7.715,33	-	-
TO	MURICILANDIA	1713957	7.718,76	7.718,76	-	-
SC	PORTO UNIAO	4213609	7.719,90	7.719,90	-	-
MG	PIRAJUBA	3150703	7.720,39	7.720,39	-	-
RS	ROSARIO DO SUL	4316402	7.723,11	7.723,11	-	-
RN	GUAMARE	2404507	7.725,04	7.725,04	-	-
MG	PEDRALVA	3149101	7.729,83	7.729,83	-	-
RS	CAMARGO	4303558	7.729,88	7.729,88	-	-
SP	PARANAPUA	3535903	7.733,48	7.733,48	-	-
RS	SAO MARCOS	4319000	7.735,43	7.735,43	-	-
RS	BENTO GONCALVES	4302105	7.736,74	7.736,74	-	-
SP	SAGRES	3544707	7.738,35	7.738,35	-	-
SC	LINDOIA DO SUL	4209854	7.741,41	7.741,41	-	-
SP	ARAMINA	3503000	7.742,41	7.742,41	-	-
SP	BASTOS	3505807	7.745,37	7.745,37	-	-
SC	BALNEARIO PICARRAS	4212809	7.745,57	7.745,57	-	-
RS	MANOEL VIANA	4311759	7.745,96	7.745,96	-	-
SP	LUIS ANTONIO	3527603	7.751,26	7.751,26	-	-
GO	GUARAITA	5209291	7.752,73	7.752,73	-	-
RS	SAO JOSE DO HORTENCIO	4318481	7.755,60	7.755,60	-	-
MT	ALTO TAQUARI	5100607	7.758,39	7.758,39	-	-
SC	PRESIDENTE CASTELLO BRANCO	4213906	7.758,95	7.758,95	-	-
PR	Paraná	41	7.759,74	7.759,74	-	-
SP	BREJO ALEGRE	3507753	7.761,29	7.761,29	-	-
SP	SANTA RITA DOESTE	3547403	7.762,09	7.762,09	-	-
SP	BOCAINA	3506805	7.762,58	7.762,58	-	-
SP	PARANAPANEMA	3535804	7.763,56	7.763,56	-	-
SP	BURITIZAL	3508207	7.764,01	7.764,01	-	-
MG	CASCALHO RICO	3115003	7.765,86	7.765,86	-	-
MG	SAO JOSE DA SAFIRA	3163003	7.767,01	7.767,01	-	-
MG	FRONTEIRA	3127008	7.767,59	7.767,59	-	-
MT	LUCIARA	5105309	7.773,01	7.773,01	-	-
MG	ITUTINGA	3134509	7.773,13	7.773,13	-	-
SP	RUBINEIA	3544509	7.773,61	7.773,61	-	-
RS	PELOTAS	4314407	7.776,15	7.776,15	-	-
GO	JAUPACI	5212006	7.783,51	7.783,51	-	-
SP	COROADOS	3512506	7.785,43	7.785,43	-	-
MT	NOVA MARILANDIA	5108857	7.788,38	7.788,38	-	-
MG	LAMIM	3137908	7.789,58	7.789,58	-	-
MG	CATAS ALTAS DA NORUEGA	3115409	7.791,98	7.791,98	-	-
RS	LAGOAO	4311254	7.792,70	7.792,70	-	-
SC	FORMOSA DO SUL	4205431	7.793,37	7.793,37	-	-
MG	ALAGOA	3101300	7.795,36	7.795,36	-	-
RS	SAO FRANCISCO DE PAULA	4318200	7.796,39	7.796,39	-	-
SP	PATROCINIO PAULISTA	3536307	7.799,62	7.799,62	-	-
RS	MONTE ALEGRE DOS CAMPOS	4312377	7.800,26	7.800,26	-	-
RS	JAGUARAO	4311007	7.800,29	7.800,29	-	-
RS	BOSSOROCA	4302501	7.800,65	7.800,65	-	-
SP	RINOPOLIS	3543808	7.801,14	7.801,14	-	-
SC	DOUTOR PEDRINHO	4205159	7.802,59	7.802,59	-	-
RS	GRAMADO DOS LOUREIROS	4309126	7.803,35	7.803,35	-	-
SP	BORBOREMA	3507407	7.806,55	7.806,55	-	-
PR	LUPIONOPOLIS	4113809	7.806,74	7.806,74	-	-
SP	RIBEIRAO PIRES	3543303	7.808,51	7.808,51	-	-
PR	GUARATUBA	4109609	7.808,85	7.808,85	-	-
RS	PEDRO OSORIO	4314209	7.809,36	7.809,36	-	-
TO	SANDOLANDIA	1718840	7.810,40	7.810,40	-	-
GO	ARACU	5201603	7.810,65	7.810,65	-	-
RS	BARRACAO	4301800	7.811,24	7.811,24	-	-
RS	IPE	4310439	7.811,88	7.811,88	-	-
SP	PEDRINHAS PAULISTA	3537156	7.813,20	7.813,20	-	-
RS	BOQUEIRAO DO LEAO	4302451	7.813,28	7.813,28	-	-
SP	TATUI	3554003	7.814,36	7.814,36	-	-
GO	GOUVELANDIA	5209150	7.817,93	7.817,93	-	-
MT	CUIABA	5103403	7.818,03	7.818,03	-	-
SP	NOVA GUATAPORANGA	3533106	7.819,92	7.819,92	-	-
RS	VICTOR GRAEFF	4323200	7.820,13	7.820,13	-	-

RS	TUPANCIRETA	4322202	7.821,52	7.821,52	-	-
GO	PEROLANDIA	5216452	7.822,33	7.822,33	-	-
SP	ARARAQUARA	3503208	7.824,71	7.824,71	-	-
SP	FLORIDA PAULISTA	3516002	7.828,48	7.828,48	-	-
SP	IRACEMAPOLIS	3521408	7.829,76	7.829,76	-	-
RS	GRAMADO XAVIER	4309159	7.830,39	7.830,39	-	-
SP	OURINHOS	3534708	7.831,54	7.831,54	-	-
AL	MACEIO	2704302	7.831,63	7.831,63	-	-
RS	TRES COROAS	4321709	7.832,23	7.832,23	-	-
PE	IPOJUCA	2607208	7.833,22	7.833,22	-	-
SP	LAGOINHA	3526308	7.834,01	7.834,01	-	-
GO	EDEIA	5207402	7.834,18	7.834,18	-	-
MG	VIRGOLANDIA	3171907	7.834,21	7.834,21	-	-
RS	SANTA MARIA DO HERVAL	4316956	7.834,24	7.834,24	-	-
RS	JABOTICABA	4310850	7.834,33	7.834,33	-	-
RS	FORTALEZA DOS VALOS	4308458	7.837,59	7.837,59	-	-
MS	PARAISO DAS AGUAS	5006275	7.837,63	7.837,63	-	-
MG	SANTANA DO GARAMBEU	3158706	7.840,45	7.840,45	-	-
SP	GUARANI DOESTE	3518008	7.841,10	7.841,10	-	-
MG	SANTANA DA VARGEM	3158300	7.842,03	7.842,03	-	-
SP	PIRAPOZINHO	3539202	7.842,36	7.842,36	-	-
MT	GLORIA DOESTE	5103957	7.842,67	7.842,67	-	-
SP	RIBEIRAO DO SUL	3543204	7.842,96	7.842,96	-	-
RS	COTIPORA	4305959	7.843,94	7.843,94	-	-
SP	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	3547502	7.846,21	7.846,21	-	-
RJ	PORTO REAL	3304110	7.846,33	7.846,33	-	-
SP	ITATIBA	3523404	7.846,83	7.846,83	-	-
SP	UBATUBA	3555406	7.850,56	7.850,56	-	-
MG	SERRA DO SALITRE	3166808	7.851,38	7.851,38	-	-
SP	NATIVIDADE DA SERRA	3532306	7.852,03	7.852,03	-	-
SP	LIMEIRA	3526902	7.853,36	7.853,36	-	-
RS	IBIRUBA	4310009	7.853,45	7.853,45	-	-
MG	SAO TOMAS DE AQUINO	3165107	7.854,22	7.854,22	-	-
GO	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	5204805	7.854,89	7.854,89	-	-
RS	RONDINHA	4316204	7.855,08	7.855,08	-	-
SC	IBICARE	4206801	7.855,09	7.855,09	-	-
MG	PRATAPOLIS	3152907	7.856,07	7.856,07	-	-
RS	CORONEL BARROS	4305871	7.856,31	7.856,31	-	-
GO	AGUA LIMPA	5200209	7.857,20	7.857,20	-	-
RS	SAO JOSE DO HERVAL	4318465	7.858,15	7.858,15	-	-
SC	GALVAO	4205605	7.858,15	7.858,15	-	-
RS	CIDREIRA	4305454	7.859,21	7.859,21	-	-
SP	TACIBA	3552908	7.860,02	7.860,02	-	-
TO	CENTENARIO	1704105	7.860,71	7.860,71	-	-
SP	SANTA CLARA DOESTE	3546108	7.860,94	7.860,94	-	-
MG	PIMENTA	3150505	7.862,09	7.862,09	-	-
SE	Sergipe	28	7.864,07	7.864,07	-	-
RS	VILA MARIA	4323408	7.865,56	7.865,56	-	-
SP	QUEIROZ	3541802	7.868,82	7.868,82	-	-
RS	VALE VERDE	4322525	7.869,00	7.869,00	-	-
SP	IPORANGA	3521200	7.870,12	7.870,12	-	-
GO	BALIZA	5203104	7.872,74	7.872,74	-	-
RS	CASEIROS	4304952	7.876,75	7.876,75	-	-
MT	PORTO ESTRELA	5106851	7.881,37	7.881,37	-	-
RS	CERRO GRANDE DO SUL	4305173	7.882,12	7.882,12	-	-
SP	JARINU	3525201	7.887,21	7.887,21	-	-
RS	JAQUIRANA	4311122	7.889,46	7.889,46	-	-
RS	BARROS CASSAL	4302006	7.893,29	7.893,29	-	-
MT	VERA	5108501	7.893,49	7.893,49	-	-
SP	SOCORRO	3552106	7.894,61	7.894,61	-	-
MG	SANTA BARBARA DO MONTE VERDE	3157278	7.895,59	7.895,59	-	-
RS	SAO JOSE DO SUL	4318614	7.897,40	7.897,40	-	-
SP	TABOAO DA SERRA	3552809	7.897,55	7.897,55	-	-
SP	ITAPURA	3523008	7.897,68	7.897,68	-	-
MG	IBITURUNA	3130002	7.897,81	7.897,81	-	-
PR	CRUZMALTINA	4106852	7.898,70	7.898,70	-	-
RS	MINAS DO LEAO	4312252	7.899,35	7.899,35	-	-
SP	MOCOCA	3530508	7.901,85	7.901,85	-	-
RS	SAO VALENTIM	4319703	7.903,06	7.903,06	-	-
MG	BONFIM	3108107	7.909,79	7.909,79	-	-
SP	São Paulo	35	7.910,35	7.910,35	-	-
RS	GAURAMA	4308706	7.914,12	7.914,12	-	-
MG	PIAU	3150109	7.915,66	7.915,66	-	-
SP	PIRANGI	3539004	7.918,00	7.918,00	-	-
RS	TUNAS	4322152	7.919,71	7.919,71	-	-
SC	LACERDOPOLIS	4209201	7.921,64	7.921,64	-	-
SC	SAO CRISTOVAO DO SUL	4216057	7.922,08	7.922,08	-	-
RS	LAGOA BONITA DO SUL	4311239	7.922,97	7.922,97	-	-
SP	CAMPOS DO JORDAO	3509700	7.923,93	7.923,93	-	-
GO	AMARALINA	5200829	7.925,48	7.925,48	-	-
TO	SUCUPIRA	1720853	7.930,50	7.930,50	-	-
RS	CIRIACO	4305504	7.931,08	7.931,08	-	-
SP	TAQUARAL	3553658	7.931,28	7.931,28	-	-
RS	ERNESTINA	4307054	7.932,16	7.932,16	-	-
SP	NANTES	3532157	7.934,98	7.934,98	-	-
RS	SAO VENDELINO	4319752	7.937,80	7.937,80	-	-
SP	PERUIBE	3537602	7.939,21	7.939,21	-	-
RS	ITACURUBI	4310553	7.940,21	7.940,21	-	-
SP	CARAGUATATUBA	3510500	7.942,65	7.942,65	-	-
AP	Amapá	16	7.942,93	7.942,93	-	-
SP	AGUAS DE SAO PEDRO	3500600	7.945,35	7.945,35	-	-
MG	POCO FUNDO	3151701	7.948,38	7.948,38	-	-
MG	BIAS FORTES	3106804	7.949,68	7.949,68	-	-
GO	OURO VERDE DE GOIAS	5215405	7.950,30	7.950,30	-	-
SP	ARANDU	3503109	7.952,82	7.952,82	-	-
SP	CANANEIA	3509908	7.953,33	7.953,33	-	-
RS	CACHOEIRINHA	4303103	7.953,72	7.953,72	-	-
SP	ALVARO DE CARVALHO	3501400	7.955,33	7.955,33	-	-
RS	BOA VISTA DAS MISSOES	4302154	7.959,93	7.959,93	-	-
RS	PROGRESSO	4315156	7.960,64	7.960,64	-	-
MT	VALE DE SAO DOMINGOS	5108352	7.960,81	7.960,81	-	-
MG	CAPELA NOVA	3112208	7.961,20	7.961,20	-	-
SC	IBIAM	4206751	7.965,61	7.965,61	-	-

TO	RIO DOS BOIS	1718709	7.968,19	7.968,19	-	-
RS	IBIRAIARAS	4309902	7.968,36	7.968,36	-	-
GO	BONOPOLIS	5203575	7.971,56	7.971,56	-	-
SC	PALMEIRA	4212056	7.972,02	7.972,02	-	-
PR	CAFEARA	4103404	7.975,12	7.975,12	-	-
PR	MARINGA	4115200	7.978,04	7.978,04	-	-
GO	MUTUNOPOLIS	5214101	7.980,05	7.980,05	-	-
GO	PORTELANDIA	5218102	7.980,21	7.980,21	-	-
TO	ITAPORA DO TOCANTINS	1711100	7.984,34	7.984,34	-	-
SC	MAJOR GERCINO	4210209	7.987,75	7.987,75	-	-
SP	PIRACICABA	3538709	7.987,82	7.987,82	-	-
RS	ESPUMOSO	4307500	7.988,41	7.988,41	-	-
SP	ADAMANTINA	3500105	7.989,16	7.989,16	-	-
SP	ITAPIRA	3522604	7.989,17	7.989,17	-	-
RS	VIADUTOS	4322905	7.991,83	7.991,83	-	-
SP	VERA CRUZ	3556602	7.993,38	7.993,38	-	-
SP	POMPEIA	3540002	7.993,88	7.993,88	-	-
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	3549904	7.994,01	7.994,01	-	-
SC	NOVO HORIZONTE	4211652	7.995,89	7.995,89	-	-
MG	CASA GRANDE	3114907	7.997,61	7.997,61	-	-
RS	SANTA BARBARA DO SUL	4316709	7.999,50	7.999,50	-	-
RS	DONA FRANCISCA	4306700	8.001,57	8.001,57	-	-
SP	CARAPICUIBA	3510609	8.002,28	8.002,28	-	-
RS	PASSA SETE	4314068	8.005,23	8.005,23	-	-
GO	Goiás	52	8.005,76	8.005,76	-	-
MG	JABOTICATUBAS	3134608	8.010,84	8.010,84	-	-
SP	SAO JOAO DA BOA VISTA	3549102	8.014,32	8.014,32	-	-
SP	JAGUARIUNA	3524709	8.014,84	8.014,84	-	-
RS	SAO PEDRO DA SERRA	4319356	8.015,36	8.015,36	-	-
SP	APARECIDA DOESTE	3502606	8.015,88	8.015,88	-	-
GO	NOVA IGUACU DE GOIAS	5214879	8.016,83	8.016,83	-	-
SP	PARAIBUNA	3535606	8.020,51	8.020,51	-	-
GO	GOIATUBA	5209101	8.027,68	8.027,68	-	-
TO	LAVANDEIRA	1712157	8.030,84	8.030,84	-	-
SP	GUZOLANDIA	3518909	8.031,58	8.031,58	-	-
RS	RIO GRANDE	4315602	8.032,30	8.032,30	-	-
RS	GARIBALDI	4308607	8.032,54	8.032,54	-	-
SP	JULIO MESQUITA	3525805	8.036,95	8.036,95	-	-
RS	FORMIGUEIRO	4308409	8.038,30	8.038,30	-	-
SP	RIO CLARO	3543907	8.038,40	8.038,40	-	-
MG	SANTA RITA DE IBITIPOCA	3159407	8.038,91	8.038,91	-	-
SC	BOMBINHAS	4202453	8.040,48	8.040,48	-	-
MG	PASSA QUATRO	3147600	8.041,16	8.041,16	-	-
RS	AMARAL FERRADOR	4300638	8.044,75	8.044,75	-	-
MG	RIO ACIMA	3154804	8.048,61	8.048,61	-	-
SP	ESTRELA DO NORTE	3515301	8.051,70	8.051,70	-	-
SP	ITABERA	3521705	8.052,35	8.052,35	-	-
MG	Minas Gerais	31	8.054,07	8.054,07	-	-
MG	JUIZ DE FORA	3136702	8.056,55	8.056,55	-	-
GO	PORTEIRAO	5218052	8.058,96	8.058,96	-	-
RS	DOIS IRMAOS DAS MISSOES	4306429	8.060,79	8.060,79	-	-
SP	SAO JOAQUIM DA BARRA	3549409	8.061,07	8.061,07	-	-
MT	TORIXOREU	5108204	8.062,47	8.062,47	-	-
SP	CANAS	3509957	8.065,13	8.065,13	-	-
RS	SANTA VITORIA DO PALMAR	4317301	8.067,00	8.067,00	-	-
MG	GURINHATA	3129103	8.069,13	8.069,13	-	-
MG	JENIPAPO DE MINAS	3135456	8.071,86	8.071,86	-	-
SC	SAO MIGUEL DA BOA VISTA	4217154	8.073,18	8.073,18	-	-
GO	URUTAI	5221809	8.074,94	8.074,94	-	-
RS	SALVADOR DO SUL	4316501	8.077,97	8.077,97	-	-
RS	DOUTOR MAURICIO CARDOSO	4306734	8.079,77	8.079,77	-	-
SP	MAUA	3529401	8.082,87	8.082,87	-	-
GO	DIORAMA	5207105	8.087,11	8.087,11	-	-
MG	SANTA VITORIA	3159803	8.088,33	8.088,33	-	-
SC	SAO FRANCISCO DO SUL	4216206	8.089,66	8.089,66	-	-
MG	BARAO DE COCAIS	3105400	8.089,69	8.089,69	-	-
MG	CONGONHAS	3118007	8.091,17	8.091,17	-	-
RJ	ANGRA DOS REIS	3300100	8.091,35	8.091,35	-	-
SC	BOM JESUS DO OESTE	4202578	8.091,81	8.091,81	-	-
SP	PARAPUA	3536000	8.091,96	8.091,96	-	-
SP	PAULICEIA	3536406	8.092,17	8.092,17	-	-
RS	DAVID CANABARRO	4306304	8.094,14	8.094,14	-	-
SP	MIRA ESTRELA	3530003	8.100,17	8.100,17	-	-
RS	IMIGRANTE	4310363	8.102,03	8.102,03	-	-
PB	PARARI	2510659	8.108,91	8.108,91	-	-
MG	BUGRE	3109253	8.109,47	8.109,47	-	-
GO	ADELANDIA	5200159	8.110,84	8.110,84	-	-
TO	CHAPADA DA NATIVIDADE	1705102	8.118,52	8.118,52	-	-
SP	NAZARE PAULISTA	3532405	8.119,19	8.119,19	-	-
SP	IEPE	3519907	8.120,07	8.120,07	-	-
RS	MATO CASTELHANO	4312138	8.120,32	8.120,32	-	-
SP	MONTE CASTELO	3531605	8.124,97	8.124,97	-	-
SC	URUPEMA	4218954	8.125,45	8.125,45	-	-
MG	GONCALVES	3127404	8.127,08	8.127,08	-	-

MG	CONCEICAO DE IPANEMA	3117405	8.128,11	8.128,11	-	-
SP	PIRASSUNUNGA	3539301	8.128,69	8.128,69	-	-
ES	ANCHIETA	3200409	8.129,86	8.129,86	-	-
GO	TROMBAS	5221452	8.131,97	8.131,97	-	-
SP	NOVA ODESSA	3533403	8.132,85	8.132,85	-	-
RS	SAO JOSE DO INHACORA	4318499	8.132,96	8.132,96	-	-
MG	BANDEIRA	3105202	8.133,03	8.133,03	-	-
GO	JESUPOLIS	5212055	8.134,73	8.134,73	-	-
RS	ALTO FELIZ	4300570	8.134,75	8.134,75	-	-
SP	PALMEIRA DOESTE	3535200	8.138,56	8.138,56	-	-
SC	Santa Catarina	42	8.141,27	8.141,27	-	-
MS	SANTA RITA DO PARDO	5007554	8.143,87	8.143,87	-	-
GO	UIRAPURU	5221577	8.144,52	8.144,52	-	-
MT	GENERAL CARNEIRO	5103908	8.146,56	8.146,56	-	-
MT	ALTO ARAGUAIA	5100300	8.155,48	8.155,48	-	-
SC	NOVA ITABERABA	4211454	8.155,55	8.155,55	-	-
MG	GUARDA-MOR	3128600	8.163,79	8.163,79	-	-
GO	CAIAPONIA	5204409	8.163,89	8.163,89	-	-
RS	JARI	4311130	8.165,08	8.165,08	-	-
RS	SAO JORGE	4318440	8.167,42	8.167,42	-	-
SP	ARAPEI	3503158	8.169,20	8.169,20	-	-
RS	ERECHIM	4307005	8.170,99	8.170,99	-	-
SP	JAMBEIRO	3524907	8.173,33	8.173,33	-	-
SP	ELISIARIO	3514924	8.175,76	8.175,76	-	-
SP	CORDEIROPOLIS	3512407	8.176,53	8.176,53	-	-
RS	DOM PEDRO DE ALCANTARA	4306551	8.177,49	8.177,49	-	-
MG	BELO VALE	3106408	8.180,40	8.180,40	-	-
SC	SAO BONIFACIO	4215901	8.181,55	8.181,55	-	-
GO	SANTA ISABEL	5219357	8.185,25	8.185,25	-	-
RS	TRAVESSEIRO	4321626	8.186,46	8.186,46	-	-
PR	SANTO ANTONIO DO PARAISO	4124301	8.186,94	8.186,94	-	-
PR	PONTAL DO PARANA	4119954	8.189,44	8.189,44	-	-
RS	MORMACO	4312427	8.191,11	8.191,11	-	-
MT	Mato Grosso	51	8.192,55	8.192,55	-	-
SP	BURITAMA	3508108	8.194,02	8.194,02	-	-
SP	SANTO ANASTACIO	3547700	8.194,21	8.194,21	-	-
RS	NOVA BASSANO	4312906	8.199,66	8.199,66	-	-
SP	PORANGABA	3540507	8.201,86	8.201,86	-	-
RS	DILERMANDO DE AGUIAR	4306379	8.203,89	8.203,89	-	-
SP	EMBAUBA	3514957	8.204,49	8.204,49	-	-
SP	CATANDUVA	3511102	8.205,79	8.205,79	-	-
RS	SALTO DO JACUI	4316451	8.207,75	8.207,75	-	-
MG	SANTA CRUZ DO ESCALVADO	3157401	8.208,61	8.208,61	-	-
RS	SANTA MARIA	4316907	8.209,55	8.209,55	-	-
MG	CARNEIRINHO	3114550	8.211,03	8.211,03	-	-
RS	CANOAS	4304606	8.211,11	8.211,11	-	-
MS	ARAL MOREIRA	5001243	8.214,70	8.214,70	-	-
SP	GAVIAO PEIXOTO	3516853	8.214,86	8.214,86	-	-
MG	CATAS ALTAS	3115359	8.215,17	8.215,17	-	-
RS	ALPESTRE	4300505	8.215,48	8.215,48	-	-
PR	UNIFLOR	4128302	8.219,14	8.219,14	-	-
MT	NOVA NAZARE	5106174	8.222,31	8.222,31	-	-
PR	LONDRINA	4113700	8.222,99	8.222,99	-	-
RS	BARAO DO TRIUNFO	4301750	8.227,82	8.227,82	-	-
RS	MARCELINO RAMOS	4311908	8.236,02	8.236,02	-	-
SP	ARIRANHA	3503703	8.236,37	8.236,37	-	-
SP	SILVEIRAS	3552007	8.236,48	8.236,48	-	-
AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	1600154	8.240,35	8.240,35	-	-
RS	ENTRE RIOS DO SUL	4306957	8.242,35	8.242,35	-	-
MG	IGUATAMA	3130309	8.243,33	8.243,33	-	-
RS	BARRA DO RIBEIRO	4301909	8.249,66	8.249,66	-	-
SP	LUCIANOPOLIS	3527504	8.250,02	8.250,02	-	-
RS	FLORES DA CUNHA	4308201	8.251,40	8.251,40	-	-
MG	SEM-PEIXE	3165560	8.251,78	8.251,78	-	-
TO	NOVO ALEGRE	1715150	8.255,82	8.255,82	-	-
PR	GUAPOREMA	4109104	8.257,66	8.257,66	-	-
SP	QUELUZ	3541901	8.259,64	8.259,64	-	-
MG	SENHORA DOS REMEDIOS	3166204	8.260,50	8.260,50	-	-
SP	MARACAI	3528809	8.260,57	8.260,57	-	-
PR	IGUATU	4110052	8.261,34	8.261,34	-	-
SC	VARGEM BONITA	4219176	8.262,14	8.262,14	-	-
MG	LIBERDADE	3138500	8.265,83	8.265,83	-	-
MG	CACHOEIRA DOURADA	3109808	8.267,13	8.267,13	-	-
MG	TAPIRAI	3168200	8.269,11	8.269,11	-	-
SP	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	3515186	8.269,50	8.269,50	-	-
SP	DOLCINOPOLIS	3514205	8.269,69	8.269,69	-	-
MT	CONQUISTA DOESTE	5103361	8.272,03	8.272,03	-	-
MT	NOVA MARINGA	5108907	8.272,45	8.272,45	-	-
SP	ALVARES FLORENCE	3501202	8.275,22	8.275,22	-	-
SP	OUROESTE	3534757	8.282,28	8.282,28	-	-
RS	CAPAO DA CANOA	4304630	8.285,27	8.285,27	-	-
GO	PALMELO	5215801	8.287,48	8.287,48	-	-
RS	OSORIO	4313508	8.288,66	8.288,66	-	-
RS	VITORIA DAS MISSOES	4323754	8.291,43	8.291,43	-	-
RS	PORTO MAUA	4315057	8.297,51	8.297,51	-	-
SP	CORUMBATAI	3512704	8.316,87	8.316,87	-	-
SP	RIBEIRAO DOS INDIOS	3543238	8.324,83	8.324,83	-	-
SP	GUARANTA	3518107	8.327,29	8.327,29	-	-
MG	CAPITOLIO	3112802	8.329,93	8.329,93	-	-
SP	URU	3555901	8.330,06	8.330,06	-	-
RS	ANTONIO PRADO	4300802	8.331,73	8.331,73	-	-
RS	ALEGRIA	4300455	8.334,54	8.334,54	-	-
RS	TUCUNDUVA	4322103	8.336,30	8.336,30	-	-
SP	PRAIA GRANDE	3541000	8.338,52	8.338,52	-	-
GO	CACHOEIRA DOURADA	5204250	8.339,35	8.339,35	-	-
GO	SERRANOPOLIS	5220504	8.339,55	8.339,55	-	-
SP	NOVA LUZITANIA	3533304	8.342,76	8.342,76	-	-
TO	PUGMIL	1718451	8.342,96	8.342,96	-	-
RS	CAICARA	4303400	8.347,17	8.347,17	-	-
SP	TUPA	3555000	8.358,15	8.358,15	-	-
PR	RANCHO ALEGRE DOESTE	4121356	8.362,88	8.362,88	-	-
MG	CAMPINA VERDE	3111101	8.368,68	8.368,68	-	-

MT	NOVO SANTO ANTONIO	5106315	8.369,28	8.369,28	-	-
PR	SULINA	4126652	8.369,79	8.369,79	-	-
SP	VINHEDO	3556701	8.371,62	8.371,62	-	-
RS	DOIS LAJEADOS	4306452	8.372,66	8.372,66	-	-
RS	FARROUPILHA	4307906	8.374,68	8.374,68	-	-
RS	ACEGUA	4300034	8.375,15	8.375,15	-	-
MG	CONQUISTA	3118205	8.375,26	8.375,26	-	-
RS	UBIRETAMA	4322343	8.388,57	8.388,57	-	-
RS	CAMPESTRE DA SERRA	4303673	8.388,60	8.388,60	-	-
RS	SAO NICOLAU	4319208	8.395,68	8.395,68	-	-
MG	PEDRO TEIXEIRA	3149408	8.398,39	8.398,39	-	-
SP	ROSANA	3544251	8.399,91	8.399,91	-	-
RS	SAO MIGUEL DAS MISSOES	4319158	8.401,06	8.401,06	-	-
SP	GASTAO VIDIGAL	3516804	8.403,72	8.403,72	-	-
GO	JANDAIA	5211701	8.408,11	8.408,11	-	-
RS	DERRUBADAS	4306320	8.411,13	8.411,13	-	-
SC	IRATI	4207858	8.411,49	8.411,49	-	-
RS	ARAMBARE	4300851	8.412,34	8.412,34	-	-
RS	IMBE	4310330	8.414,77	8.414,77	-	-
RS	WESTFALIA	4323770	8.418,47	8.418,47	-	-
SP	AGUAS DE LINDOIA	3500501	8.419,16	8.419,16	-	-
SP	ESTRELA DOESTE	3515202	8.422,18	8.422,18	-	-
MG	CONFINS	3117876	8.422,26	8.422,26	-	-
RS	VILA NOVA DO SUL	4323457	8.424,12	8.424,12	-	-
SP	PLATINA	3539707	8.425,67	8.425,67	-	-
RS	JACUIZINHO	4310876	8.425,81	8.425,81	-	-
SP	INDAIATUBA	3520509	8.427,55	8.427,55	-	-
SP	INUBIA PAULISTA	3520806	8.428,12	8.428,12	-	-
RS	BOA VISTA DO INCRA	4302238	8.428,20	8.428,20	-	-
MG	VARGEM BONITA	3170602	8.432,65	8.432,65	-	-
RS	TORRES	4321501	8.433,80	8.433,80	-	-
RS	HERVEIRAS	4309571	8.434,69	8.434,69	-	-
RS	INHACORA	4310413	8.435,41	8.435,41	-	-
GO	APORE	5201504	8.435,62	8.435,62	-	-
SP	AURIFLAMA	3504206	8.436,90	8.436,90	-	-
RS	GETULIO VARGAS	4308904	8.439,43	8.439,43	-	-
MG	CAMACHO	3110400	8.439,60	8.439,60	-	-
RS	NOVO TIRADENTES	4313441	8.443,19	8.443,19	-	-
SC	MORRO GRANDE	4211256	8.445,87	8.445,87	-	-
MG	ESTRELA DO INDAIA	3124708	8.448,99	8.448,99	-	-
SP	MIRASSOL	3530300	8.449,15	8.449,15	-	-
PR	SERRANOPOLIS DO IGUACU	4126355	8.449,30	8.449,30	-	-
RS	FAXINALZINHO	4308052	8.452,13	8.452,13	-	-
RS	NOVA BOA VISTA	4312955	8.452,73	8.452,73	-	-
RS	CARLOS BARBOSA	4304804	8.457,68	8.457,68	-	-
RS	MARIANA PIMENTEL	4311981	8.458,44	8.458,44	-	-
SP	BARRA BONITA	3505302	8.466,33	8.466,33	-	-
MG	SERRANOS	3167004	8.470,21	8.470,21	-	-
MS	CORGUINHO	5003108	8.471,63	8.471,63	-	-
RS	SENADOR SALGADO FILHO	4320321	8.471,75	8.471,75	-	-
GO	SANTA ROSA DE GOIAS	5219506	8.474,39	8.474,39	-	-
MS	ANAURILANDIA	5000807	8.475,49	8.475,49	-	-
RS	IBARAMA	4309753	8.476,96	8.476,96	-	-
GO	PANAMA	5216007	8.478,17	8.478,17	-	-
SP	ILHA COMPRIDA	3520426	8.480,34	8.480,34	-	-
SP	BRAGANCA PAULISTA	3507605	8.481,81	8.481,81	-	-
PR	ARIRANHA DO IVAI	4101853	8.488,97	8.488,97	-	-
MG	INGAI	3130804	8.489,35	8.489,35	-	-
SP	MURUTINGA DO SUL	3532108	8.492,19	8.492,19	-	-
SP	ORIENTE	3534104	8.492,60	8.492,60	-	-
SP	BAURU	3506003	8.493,95	8.493,95	-	-
SP	SOROCABA	3552205	8.494,65	8.494,65	-	-
GO	TAQUARAL DE GOIAS	5221007	8.495,54	8.495,54	-	-
SP	REDENCAO DA SERRA	3542305	8.498,62	8.498,62	-	-
SP	SAO JOSE DO RIO PRETO	3549805	8.502,46	8.502,46	-	-
GO	PALESTINA DE GOIAS	5215652	8.502,90	8.502,90	-	-
MG	DOM VICOSO	3122801	8.502,95	8.502,95	-	-
MG	RIO ESPERA	3155207	8.509,63	8.509,63	-	-
SP	GUARACAI	3517802	8.512,08	8.512,08	-	-
TO	SAO FELIX DO TOCANTINS	1720150	8.513,03	8.513,03	-	-
RS	MARATA	4311791	8.513,51	8.513,51	-	-
PR	FAROL	4107553	8.518,79	8.518,79	-	-
MG	ITAPECERICA	3133501	8.520,36	8.520,36	-	-
SP	LUTECIA	3527900	8.521,07	8.521,07	-	-
RS	VILA FLORES	4323309	8.528,08	8.528,08	-	-
SP	SALES	3544806	8.530,91	8.530,91	-	-
GO	CASTELANDIA	5205059	8.531,19	8.531,19	-	-
SC	JOACABA	4209003	8.541,16	8.541,16	-	-
MG	PASSABEM	3147501	8.542,16	8.542,16	-	-
SP	SAO JOAO DAS DUAS PONTES	3549201	8.544,18	8.544,18	-	-
GO	CORREGO DO OURO	5205703	8.544,43	8.544,43	-	-
MS	INOCENCIA	5004403	8.544,74	8.544,74	-	-
MG	CORONEL XAVIER CHAVES	3119708	8.547,48	8.547,48	-	-
RS	PIRATINI	4314605	8.554,13	8.554,13	-	-
RS	PASSO FUNDO	4314100	8.555,22	8.555,22	-	-
MG	OURO PRETO	3146107	8.560,05	8.560,05	-	-
RJ	ITATIAIA	3302254	8.567,07	8.567,07	-	-
RS	ANTA GORDA	4300703	8.571,45	8.571,45	-	-
MG	SAO BENTO ABADE	3160801	8.573,90	8.573,90	-	-
MT	CANABRAVA DO NORTE	5102694	8.575,28	8.575,28	-	-
SP	SAO CARLOS	3548906	8.578,96	8.578,96	-	-
SC	TREVISO	4218350	8.584,81	8.584,81	-	-
GO	SAO PATRICIO	5220280	8.588,60	8.588,60	-	-
MG	DORESOPOLIS	3123403	8.588,71	8.588,71	-	-
RS	BARRA FUNDA	4301958	8.592,02	8.592,02	-	-
MG	COMENDADOR GOMES	3116902	8.592,97	8.592,97	-	-
MG	NACIP RAYDAN	3144201	8.601,04	8.601,04	-	-
MG	LASSANCE	3138104	8.601,22	8.601,22	-	-
GO	VARJAO	5221908	8.604,48	8.604,48	-	-
SC	JUPIA	4209177	8.605,22	8.605,22	-	-
RS	CENTENARIO	4305116	8.610,53	8.610,53	-	-
SP	MOGI MIRIM	3530805	8.611,30	8.611,30	-	-

RS	VESPASIANO CORREA	4322855	8.620,56	8.620,56	-	-
MG	GLAUCILANDIA	3127354	8.620,72	8.620,72	-	-
SP	ITU	3523909	8.634,49	8.634,49	-	-
MG	BRAUNAS	3108800	8.639,42	8.639,42	-	-
RS	MARQUES DE SOUZA	4312054	8.646,59	8.646,59	-	-
MG	LEANDRO FERREIRA	3138302	8.651,76	8.651,76	-	-
SC	SANTA HELENA	4215554	8.656,77	8.656,77	-	-
MT	ARAGUAIANA	5101001	8.657,87	8.657,87	-	-
RS	SALVADOR DAS MISSOES	4316477	8.659,37	8.659,37	-	-
MT	SANTO ANTONIO DO LESTE	5107792	8.664,87	8.664,87	-	-
GO	GUARINOS	5209457	8.667,73	8.667,73	-	-
RS	CERRO BRANCO	4305132	8.675,34	8.675,34	-	-
SP	MARAPOAMA	3528858	8.677,01	8.677,01	-	-
RS	FAGUNDES VARELA	4307864	8.680,67	8.680,67	-	-
SC	MACIEIRA	4210050	8.682,46	8.682,46	-	-
RS	ITATIBA DO SUL	4310702	8.684,40	8.684,40	-	-
MT	SAO JOSE DO POVO	5107297	8.684,99	8.684,99	-	-
SP	ARCO-IRIS	3503356	8.699,64	8.699,64	-	-
SP	ATIBAIA	3504107	8.700,14	8.700,14	-	-
SP	GABRIEL MONTEIRO	3516507	8.711,64	8.711,64	-	-
MG	MONJOLOS	3142502	8.717,84	8.717,84	-	-
PR	NOVA ALIANCA DO IVAI	4116505	8.717,97	8.717,97	-	-
PR	SAO MANOEL DO PARANA	4125555	8.719,99	8.719,99	-	-
SC	PERITIBA	4212601	8.722,02	8.722,02	-	-
SP	REGINOPOLIS	3542503	8.728,65	8.728,65	-	-
RS	SERTAO	4320503	8.729,60	8.729,60	-	-
MS	SELVIRIA	5007802	8.731,77	8.731,77	-	-
SP	URANIA	3555802	8.736,53	8.736,53	-	-
SP	MERIDIANO	3529609	8.736,70	8.736,70	-	-
RS	SILVEIRA MARTINS	4320651	8.748,21	8.748,21	-	-
RS	EREBANGO	4306973	8.751,43	8.751,43	-	-
RS	VISTA ALEGRE	4323507	8.752,62	8.752,62	-	-
PR	MANFRINOPOLIS	4114351	8.763,81	8.763,81	-	-
MG	BRUMADINHO	3109006	8.767,26	8.767,26	-	-
RS	SANTA CECILIA DO SUL	4316733	8.768,09	8.768,09	-	-
RS	IBIRAPUITA	4309951	8.772,79	8.772,79	-	-
SP	ALTAIR	3500907	8.777,26	8.777,26	-	-
RS	SALDANHA MARINHO	4316436	8.784,00	8.784,00	-	-
PR	ESPERANCA NOVA	4107520	8.787,98	8.787,98	-	-
MG	SAO GERALDO DA PIEDADE	3161601	8.790,60	8.790,60	-	-
SP	MONCOES	3531001	8.797,74	8.797,74	-	-
SP	MIRANDOPOLIS	3530102	8.802,65	8.802,65	-	-
RS	AUREA	4301552	8.815,79	8.815,79	-	-
BA	SAO FRANCISCO DO CONDE	2929206	8.817,97	8.817,97	-	-
RS	SANTO EXPEDITO DO SUL	4317954	8.823,02	8.823,02	-	-
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	3548708	8.825,07	8.825,07	-	-
SP	PONGAI	3540101	8.827,48	8.827,48	-	-
SC	BOM JESUS	4202537	8.829,29	8.829,29	-	-
MG	BARRA LONGA	3105707	8.835,42	8.835,42	-	-
SP	IACRI	3519204	8.839,58	8.839,58	-	-
GO	AURILANDIA	5202601	8.846,74	8.846,74	-	-
SP	POPULINA	3540408	8.848,76	8.848,76	-	-
RS	SEVERIANO DE ALMEIDA	4320602	8.854,81	8.854,81	-	-
RS	TOROPI	4321493	8.859,03	8.859,03	-	-
SC	OURO VERDE	4211850	8.867,55	8.867,55	-	-
PR	PARANAGUA	4118204	8.872,00	8.872,00	-	-
MS	ALCINOPOLIS	5000252	8.874,85	8.874,85	-	-
RR	Roraima	14	8.877,81	8.877,81	-	-
SP	AMPARO	3501905	8.892,16	8.892,16	-	-
MG	PRESIDENTE JUSCELINO	3153202	8.897,75	8.897,75	-	-
SP	PIQUEROBI	3538303	8.900,66	8.900,66	-	-
SP	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	3546207	8.904,90	8.904,90	-	-
RJ	RIO DE JANEIRO	3304557	8.906,92	8.906,92	-	-
SP	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	3551306	8.926,61	8.926,61	-	-
RS	PINHAL GRANDE	4314472	8.931,97	8.931,97	-	-
RS	ARROIO GRANDE	4301305	8.935,31	8.935,31	-	-
SP	GUAIRA	3517406	8.939,62	8.939,62	-	-
MG	ROMARIA	3156403	8.951,05	8.951,05	-	-
ES	VITORIA	3205309	8.957,20	8.957,20	-	-
MG	JOANESIA	3136108	8.959,11	8.959,11	-	-
MG	CORREGO DANTA	3119807	8.959,24	8.959,24	-	-
SP	OLEO	3533809	8.960,30	8.960,30	-	-
SP	CASSIA DOS COQUEIROS	3510906	8.966,58	8.966,58	-	-
SP	LOURDES	3527256	8.968,87	8.968,87	-	-
SP	ONDA VERDE	3534005	8.973,98	8.973,98	-	-
SP	SERRA NEGRA	3551603	8.980,81	8.980,81	-	-
MG	SILVEIRANIA	3167301	8.982,33	8.982,33	-	-
RS	CHARRUA	4305371	8.984,06	8.984,06	-	-
RS	NOVO XINGU	4313466	8.986,34	8.986,34	-	-
SC	PAIAL	4211876	8.987,90	8.987,90	-	-
MS	TAQUARUSSU	5007976	8.994,44	8.994,44	-	-
TO	LIZARDA	1712405	9.007,30	9.007,30	-	-
MS	JARAGUARI	5004908	9.008,59	9.008,59	-	-
SP	PAULISTANIA	3536570	9.030,11	9.030,11	-	-
MG	SENADOR JOSE BENTO	3165800	9.035,40	9.035,40	-	-
RS	POUSO NOVO	4315131	9.040,71	9.040,71	-	-
SP	VITORIA BRASIL	3556958	9.049,07	9.049,07	-	-
GO	GOIANIA	5208707	9.060,45	9.060,45	-	-
GO	ISRAELANDIA	5210307	9.065,64	9.065,64	-	-
RS	CAXIAS DO SUL	4305108	9.075,26	9.075,26	-	-
SP	TIMBURI	3554607	9.078,27	9.078,27	-	-
SP	ASPASIA	3503950	9.085,76	9.085,76	-	-
SP	SAO JOAO DO PAU DALHO	3549300	9.095,67	9.095,67	-	-
PE	RECIFE	2611606	9.101,99	9.101,99	-	-
RS	SANTO ANTONIO DO PLANALTO	4317756	9.104,51	9.104,51	-	-
SP	JABOTICABAL	3524303	9.105,07	9.105,07	-	-
SP	MACAUBAL	3528106	9.110,42	9.110,42	-	-
RS	CAPAO BONITO DO SUL	4304622	9.114,14	9.114,14	-	-
GO	LAGOA SANTA	5212253	9.114,49	9.114,49	-	-

SP	AVAI	3504305	9.122,93	9.122,93	-	-
SP	SAO JOAO DE IRACEMA	3549250	9.132,75	9.132,75	-	-
RS	MORRO REUTER	4312476	9.134,69	9.134,69	-	-
MG	ARAPUA	3103801	9.135,92	9.135,92	-	-
TO	Tocantins	17	9.148,53	9.148,53	-	-
RS	MATO QUEIMADO	4312179	9.154,41	9.154,41	-	-
GO	PILAR DE GOIAS	5216908	9.170,50	9.170,50	-	-
RS	COLINAS	4305587	9.185,37	9.185,37	-	-
SP	PORTO FELIZ	3540606	9.212,52	9.212,52	-	-
RS	POCO DAS ANTAS	4314753	9.223,45	9.223,45	-	-
SP	TURMALINA	3555307	9.234,95	9.234,95	-	-
SP	OSASCO	3534401	9.250,80	9.250,80	-	-
SC	PASSOS MAIA	4212270	9.268,69	9.268,69	-	-
RS	PORTO LUCENA	4315008	9.269,67	9.269,67	-	-
MG	PAIVA	3146602	9.271,28	9.271,28	-	-
SP	LAVINIA	3526506	9.275,81	9.275,81	-	-
GO	DAVINOPOLIS	5206909	9.295,28	9.295,28	-	-
SC	RANCHO QUEIMADO	4214300	9.295,65	9.295,65	-	-
SP	PIRATININGA	3539400	9.299,31	9.299,31	-	-
SP	BARRA DO TURVO	3505401	9.306,22	9.306,22	-	-
SC	CAPAO ALTO	4203253	9.315,19	9.315,19	-	-
MG	ANTONIO DIAS	3103009	9.315,91	9.315,91	-	-
SP	AMERICANA	3501608	9.317,03	9.317,03	-	-
SC	SANTIAGO DO SUL	4215695	9.317,66	9.317,66	-	-
RS	NOVA RAMADA	4313334	9.348,32	9.348,32	-	-
SP	NHANDEARA	3532603	9.350,26	9.350,26	-	-
MT	NOVA BRASILANDIA	5106208	9.362,82	9.362,82	-	-
RS	ESMERALDA	4307401	9.381,53	9.381,53	-	-
SC	TUBARAO	4218707	9.384,27	9.384,27	-	-
MG	UNIAO DE MINAS	3170438	9.385,39	9.385,39	-	-
RS	SAO PEDRO DO BUTIA	4319372	9.400,97	9.400,97	-	-
GO	RIO QUENTE	5218789	9.403,30	9.403,30	-	-
PR	ORTIGUEIRA	4117305	9.421,64	9.421,64	-	-
RS	CAPAO DO CIPO	4304655	9.427,46	9.427,46	-	-
GO	PARAUNA	5216403	9.428,97	9.428,97	-	-
MS	Mato Grosso do Sul	50	9.429,61	9.429,61	-	-
RJ	QUISSAMA	3304151	9.436,10	9.436,10	-	-
SP	ITUPEVA	3524006	9.437,64	9.437,64	-	-
RS	NOVA BRESCIA	4313003	9.437,85	9.437,85	-	-
RS	DOIS IRMAOS	4306403	9.446,00	9.446,00	-	-
RS	FLORIANO PEIXOTO	4308250	9.448,65	9.448,65	-	-
SP	LOUVEIRA	3527306	9.450,55	9.450,55	-	-
RS	ARROIO DO SAL	4301057	9.452,57	9.452,57	-	-
RS	JOIA	4311155	9.455,32	9.455,32	-	-
SP	MESOPOLIS	3529658	9.468,90	9.468,90	-	-
SC	FLOR DO SERTAO	4205357	9.472,32	9.472,32	-	-
SC	CUNHATAI	4204756	9.479,32	9.479,32	-	-
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	4302055	9.486,57	9.486,57	-	-
RS	PROTASIO ALVES	4315172	9.494,40	9.494,40	-	-
SP	FLOREAL	3515905	9.498,84	9.498,84	-	-
RS	GRAMADO	4309100	9.506,50	9.506,50	-	-
RS	JACUTINGA	4310900	9.511,39	9.511,39	-	-
SC	JARDINOPOLIS	4208955	9.513,02	9.513,02	-	-
GO	MOIPORA	5213400	9.529,57	9.529,57	-	-
SC	ABDON BATISTA	4200051	9.541,36	9.541,36	-	-
RS	ARROIO DO MEIO	4301008	9.563,09	9.563,09	-	-
SP	MARABA PAULISTA	3528700	9.579,35	9.579,35	-	-
RS	NOVA PALMA	4313102	9.579,91	9.579,91	-	-
SP	CAIUA	3509106	9.582,33	9.582,33	-	-
SP	CRUZALIA	3513306	9.585,30	9.585,30	-	-
SP	FLORINIA	3516101	9.586,64	9.586,64	-	-
MG	BELO HORIZONTE	3106200	9.598,75	9.598,75	-	-
MG	ANTONIO PRADO DE MINAS	3103108	9.601,59	9.601,59	-	-
SP	RIFAINA	3543600	9.627,87	9.627,87	-	-
RS	DEZESSEIS DE NOVEMBRO	4306353	9.655,03	9.655,03	-	-
SC	PAINEL	4211892	9.659,82	9.659,82	-	-
PR	CURITIBA	4106902	9.667,70	9.667,70	-	-
RS	PAULO BENTO	4314134	9.672,53	9.672,53	-	-
PR	JARDIM OLINDA	4112603	9.684,98	9.684,98	-	-
RS	GENTIL	4308854	9.691,91	9.691,91	-	-
RS	VANINI	4322558	9.696,76	9.696,76	-	-
RS	PONTAO	4314779	9.698,81	9.698,81	-	-
GO	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	5219456	9.705,12	9.705,12	-	-
RS	ARATIBA	4300901	9.715,53	9.715,53	-	-
SP	AGUAS DE SANTA BARBARA	3500550	9.727,10	9.727,10	-	-
MG	SANTO ANTONIO DO RIO ABAIXO	3160504	9.731,20	9.731,20	-	-
RJ	MACAE	3302403	9.742,62	9.742,62	-	-
PR	SANTA INES	4123600	9.748,30	9.748,30	-	-
GO	ALTO HORIZONTE	5200555	9.756,97	9.756,97	-	-
RS	PEDRAS ALTAS	4314175	9.766,31	9.766,31	-	-
SP	BORA	3507209	9.785,53	9.785,53	-	-
RS	PORTO VERA CRUZ	4315073	9.802,06	9.802,06	-	-
SP	BENTO DE ABREU	3506201	9.807,10	9.807,10	-	-
RS	SANTO ANTONIO DO PALMA	4317558	9.826,46	9.826,46	-	-
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	4316972	9.841,99	9.841,99	-	-
SP	SAO SIMAO	3550902	9.846,77	9.846,77	-	-
RS	SETE DE SETEMBRO	4320578	9.858,17	9.858,17	-	-
RS	Rio Grande do Sul	43	9.887,07	9.887,07	-	-
RS	SAO MARTINHO DA SERRA	4319125	9.896,27	9.896,27	-	-
MT	SANTO AFONSO	5107263	9.896,28	9.896,28	-	-
MS	FIGUEIRAO	5003900	9.903,75	9.903,75	-	-
SP	FLORA RICA	3515806	9.916,64	9.916,64	-	-
SC	XAVANTINA	4219606	9.925,79	9.925,79	-	-
RS	IBIACA	4309803	9.935,68	9.935,68	-	-
SP	GUARAREMA	3518305	9.945,22	9.945,22	-	-
PR	PORTO RICO	4120200	9.952,58	9.952,58	-	-
RS	SERIO	4320453	9.963,13	9.963,13	-	-
MG	CARANAIBA	3113107	9.975,40	9.975,40	-	-
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	1101468	9.982,39	9.982,39	-	-

MG	PRATINHA	3153004	9.992,46	9.992,46	-	-
SP	BALBINOS	3504701	9.997,27	9.997,27	-	-
SP	MAGDA	3528304	10.045,95	10.045,95	-	-
SP	SANTO ANDRE	3547809	10.073,41	10.073,41	-	-
RS	CRUZALTENSE	4306130	10.086,16	10.086,16	-	-
GO	SAO JOAO DA PARAUNA	5220058	10.086,39	10.086,39	-	-
RS	PINHAL DA SERRA	4314464	10.098,40	10.098,40	-	-
SP	MARINOPOLIS	3529104	10.106,07	10.106,07	-	-
SP	RIBEIRAO PRETO	3543402	10.116,29	10.116,29	-	-
MT	PONTE BRANCA	5106703	10.127,28	10.127,28	-	-
RS	TUPANCI DO SUL	4322186	10.151,18	10.151,18	-	-
RS	EUGENIO DE CASTRO	4307831	10.182,65	10.182,65	-	-
SP	PLANALTO	3539608	10.182,92	10.182,92	-	-
RS	DOUTOR RICARDO	4306759	10.188,77	10.188,77	-	-
RS	TRIUNFO	4322004	10.194,33	10.194,33	-	-
RS	ROLADOR	4315958	10.195,32	10.195,32	-	-
SP	ALTO ALEGRE	3501103	10.232,18	10.232,18	-	-
SE	ARACAJU	2800308	10.232,26	10.232,26	-	-
GO	ANHANGUERA	5201207	10.254,04	10.254,04	-	-
RS	UNISTALDA	4322376	10.259,41	10.259,41	-	-
RS	COQUEIROS DO SUL	4305850	10.262,50	10.262,50	-	-
RS	CANUDOS DO VALE	4304614	10.266,83	10.266,83	-	-
RS	BOZANO	4302584	10.285,61	10.285,61	-	-
SP	PRACINHA	3540853	10.286,22	10.286,22	-	-
RS	CASCA	4304903	10.288,24	10.288,24	-	-
RS	SAO JOAO DO POLESINE	4318432	10.297,13	10.297,13	-	-
RS	LINHA NOVA	4311643	10.321,40	10.321,40	-	-
TO	SANTA RITA DO TOCANTINS	1718899	10.329,97	10.329,97	-	-
MG	ARACITABA	3103306	10.342,03	10.342,03	-	-
SC	FLORIANOPOLIS	4205407	10.344,11	10.344,11	-	-
SP	PEDRANOPOLIS	3536901	10.372,50	10.372,50	-	-
MT	FIGUEIROPOLIS DOESTE	5103809	10.387,58	10.387,58	-	-
MG	SAO SEBASTIAO DO RIO PRETO	3164803	10.391,18	10.391,18	-	-
RS	ALTO ALEGRE	4300554	10.394,35	10.394,35	-	-
GO	PROFESSOR JAMIL	5218391	10.397,38	10.397,38	-	-
RS	VILA LANGARO	4323358	10.412,97	10.412,97	-	-
RS	ANDRE DA ROCHA	4300661	10.431,82	10.431,82	-	-
SP	ZACARIAS	3557154	10.436,86	10.436,86	-	-
RS	COLORADO	4305603	10.468,72	10.468,72	-	-
RS	BOA VISTA DO SUL	4302253	10.498,76	10.498,76	-	-
SP	GUARUJA	3518701	10.513,57	10.513,57	-	-
SC	BALNEARIO CAMBORIU	4202008	10.531,10	10.531,10	-	-
RS	IPIRANGA DO SUL	4310462	10.536,72	10.536,72	-	-
RS	CARLOS GOMES	4304853	10.555,09	10.555,09	-	-
GO	CACHOEIRA DE GOIAS	5204201	10.558,25	10.558,25	-	-
RS	PONTE PRETA	4314787	10.578,81	10.578,81	-	-
RS	PINTO BANDEIRA	4314548	10.602,24	10.602,24	-	-
RS	BOA VISTA DO CADEADO	4302220	10.608,23	10.608,23	-	-
SP	SUZANAPOLIS	3552551	10.631,93	10.631,93	-	-
RS	ALMIRANTE TAMANDARE DO SUL	4300471	10.636,58	10.636,58	-	-
RS	ENGENHO VELHO	4306924	10.655,71	10.655,71	-	-
RS	NOVA ROMA DO SUL	4313359	10.680,95	10.680,95	-	-
MG	CONCEICAO DO PARA	3117603	10.685,99	10.685,99	-	-
RS	SAO VALENTIM DO SUL	4319711	10.691,66	10.691,66	-	-
RS	RELVADO	4315453	10.709,77	10.709,77	-	-
MG	ESTRELA DO SUL	3124807	10.728,64	10.728,64	-	-
SP	JUNDIAI	3525904	10.752,30	10.752,30	-	-
SC	BARRA BONITA	4202099	10.768,03	10.768,03	-	-
SP	SANTANA DE PARNAIBA	3547304	10.778,38	10.778,38	-	-
GO	OUVIDOR	5215504	10.782,49	10.782,49	-	-
RS	CHUI	4305439	10.786,31	10.786,31	-	-
RS	MONTAURI	4312351	10.817,77	10.817,77	-	-
GO	IVOLANDIA	5211602	10.860,14	10.860,14	-	-
SP	SAO SEBASTIAO	3550704	10.878,67	10.878,67	-	-
SP	NOVA CANAA PAULISTA	3532843	10.901,85	10.901,85	-	-
RS	MUITOS CAPOES	4312617	10.941,33	10.941,33	-	-
MG	JECEABA	3135407	10.953,86	10.953,86	-	-
RS	CANDIOTA	4304358	10.963,44	10.963,44	-	-
SP	BERTIOGA	3506359	10.994,36	10.994,36	-	-
MG	CEDRO DO ABAETE	3115607	11.072,59	11.072,59	-	-
SP	VALINHOS	3556206	11.090,59	11.090,59	-	-
RS	NICOLAU VERGUEIRO	4312674	11.224,99	11.224,99	-	-
SP	SANTA SALETE	3547650	11.228,18	11.228,18	-	-
RS	GARRUCHOS	4308656	11.234,80	11.234,80	-	-
MG	VERISSIMO	3171105	11.311,14	11.311,14	-	-
MG	AGUA COMPRIDA	3100708	11.311,55	11.311,55	-	-
GO	MIMOSO DE GOIAS	5213053	11.315,63	11.315,63	-	-
MG	MORRO DO PILAR	3143708	11.325,51	11.325,51	-	-
MG	RIO DOCE	3155009	11.384,90	11.384,90	-	-
RS	COQUEIRO BAIXO	4305835	11.393,67	11.393,67	-	-
MG	CONSOLACAO	3118502	11.412,38	11.412,38	-	-
SP	NOVA CASTILHO	3532868	11.460,01	11.460,01	-	-
SP	BARUERI	3505708	11.511,97	11.511,97	-	-
RS	NOVA PADUA	4313086	11.624,95	11.624,95	-	-
RS	NOVO MACHADO	4313425	11.682,30	11.682,30	-	-
MG	SERRA DA SAUDADE	3166600	11.749,92	11.749,92	-	-
DF	Distrito Federal	53	11.757,75	11.757,75	-	-
MT	ARAGUAINHA	5101209	11.776,19	11.776,19	-	-
RS	TRES ARROIOS	4321634	11.778,73	11.778,73	-	-
RS	GUABIJU	4309258	11.839,29	11.839,29	-	-
GO	CUMARI	5206602	11.853,17	11.853,17	-	-
RS	PIRAPO	4314555	11.902,52	11.902,52	-	-
SP	SAO PAULO	3550308	11.911,03	11.911,03	-	-
RS	XANGRI-LA	4323804	11.913,65	11.913,65	-	-
MS	JATEI	5005103	11.924,82	11.924,82	-	-
SP	SAO CAETANO DO SUL	3548807	11.965,51	11.965,51	-	-
SC	ALTO BELA VISTA	4200754	11.977,99	11.977,99	-	-
MG	ALVORADA DE MINAS	3102407	12.030,42	12.030,42	-	-
RS	IVORA	4310751	12.090,56	12.090,56	-	-
GO	ALOANDIA	5200506	12.301,14	12.301,14	-	-
RS	MULITERNO	4312625	12.336,85	12.336,85	-	-
SP	SANTANA DA PONTE PENSA	3547205	12.375,48	12.375,48	-	-

MG	QUELUZITA	3153806	12.390,99	12.390,99	-	-
RS	QUEVEDOS	4315321	12.393,37	12.393,37	-	-
SP	PAULINIA	3536505	12.408,10	12.408,10	-	-
MG	NOVA LIMA	3144805	12.761,31	12.761,31	-	-
SP	PRESIDENTE ALVES	3541109	12.761,35	12.761,35	-	-
RJ	NITEROI	3303302	12.877,78	12.877,78	-	-
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	4323606	13.227,01	13.227,01	-	-
SP	CAMPINAS	3509502	13.276,95	13.276,95	-	-
GO	SANTA CRUZ DE GOIAS	5219209	13.283,33	13.283,33	-	-
RS	CORONEL PILAR	4305934	13.730,49	13.730,49	-	-
SP	DIRCE REIS	3513850	13.945,60	13.945,60	-	-
RS	BARRA DO RIO AZUL	4301925	14.062,56	14.062,56	-	-
RS	PORTO ALEGRE	4314902	14.242,30	14.242,30	-	-
RS	SANTA TEREZA	4317251	14.898,77	14.898,77	-	-
SP	SAO FRANCISCO	3549003	15.020,91	15.020,91	-	-
RS	MARIANO MORO	4312005	15.214,49	15.214,49	-	-
SP	SANTOS	3548500	15.350,14	15.350,14	-	-
MG	ITAMBE DO MATO DENTRO	3132800	16.809,82	16.809,82	-	-
MG	GRUPIARA	3127909	21.599,55	21.599,55	-	-
RS	UNIAO DA SERRA	4322350	23.163,13	23.163,13	-	-
MG	DOURADOQUARA	3123502	23.176,28	23.176,28	-	-

ANEXO IV

Cronograma da Complementação da União - VAAT 2022 (art. 16 da Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020)

UF	Ente Federado	Código IBGE	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Janeiro do Ano Seguinte	Total
AC	ACRELANDIA	1200013	142.186,95	156.405,65	170.624,35	184.843,04	205.629,46	219.586,65	219.586,65	223.325,35	240.156,35	240.156,35	240.156,35	240.156,35	427.978,68	2.910.792,18
AC	ASSIS BRASIL	1200054	27.325,13	30.057,65	32.790,16	35.522,67	39.157,41	41.815,23	41.815,23	42.527,18	51.066,81	51.066,81	51.066,81	51.066,81	91.005,36	586.283,26
AC	BRASILEIA	1200104	177.942,84	195.737,12	213.531,40	231.325,69	257.164,08	274.619,19	274.619,19	279.294,88	302.940,80	302.940,80	302.940,80	302.940,80	539.865,82	3.655.863,41
AC	CAPIXABA	1200179	191.782,87	210.961,15	230.139,43	249.317,73	277.682,41	296.530,21	296.530,21	301.578,96	319.449,40	319.449,40	319.449,40	319.449,40	569.285,53	3.901.606,10
AC	CRUZEIRO DO SUL	1200203	972.707,81	1.069.978,59	1.167.249,37	1.264.520,15	1.407.634,46	1.503.178,21	1.503.178,21	1.528.771,44	1.630.450,58	1.630.450,58	1.630.450,58	1.630.450,58	2.905.599,22	19.844.619,78
AC	EPITACIOLANDIA	1200252	123.613,63	135.974,99	148.336,36	160.697,71	178.548,51	190.667,56	190.667,56	193.913,88	211.794,32	211.794,32	211.794,32	211.794,32	377.435,20	2.547.032,68
AC	FEIJO	1200302	286.550,51	315.205,56	343.860,61	372.515,67	414.443,54	442.574,06	442.574,06	450.109,36	483.486,03	483.486,03	483.486,03	483.486,03	861.612,48	5.863.389,97
AC	JORDAO	1200328	206.078,50	226.686,36	247.294,21	267.902,05	298.245,59	318.489,13	318.489,13	323.911,75	345.110,99	345.110,99	345.110,99	345.110,99	615.016,63	4.202.557,31
AC	MANCIO LIMA	1200336	220.784,45	242.862,90	264.941,34	287.019,79	319.347,76	341.023,62	341.023,62	346.829,92	372.208,25	372.208,25	372.208,25	372.208,25	663.306,18	4.515.972,58
AC	MANOEL URBANO	1200344	219.882,97	241.871,26	263.859,55	285.847,86	318.496,17	340.114,22	340.114,22	345.905,04	364.512,83	364.512,83	364.512,83	364.512,83	649.592,32	4.463.734,93
AC	PLACIDO DE CASTRO	1200385	81.718,82	89.890,71	98.062,60	106.234,47	117.825,08	125.822,51	125.822,51	127.964,77	142.883,92	142.883,92	142.883,92	142.883,92	254.631,10	1.699.508,25
AC	PORTO ACRE	1200807	296.393,68	326.033,04	355.672,42	385.311,78	429.437,47	458.585,71	458.585,71	466.393,62	489.751,38	489.751,38	489.751,38	489.751,38	872.777,85	6.008.196,80
AC	PORTO WALTER	1200393	347.178,41	381.896,25	416.614,09	451.331,94	502.805,80	536.933,95	536.933,95	546.075,83	576.566,23	576.566,23	576.566,23	576.566,23	1.027.489,22	7.053.524,36
AC	RODRIGUES ALVES	1200427	500.479,17	550.527,08	600.575,00	650.622,91	725.138,75	774.357,83	774.357,83	787.542,11	826.881,81	826.881,81	826.881,81	826.881,81	1.473.572,46	10.144.700,38
AC	SANTA ROSA DO PURUS	1200435	67.074,52	73.781,97	80.489,43	87.196,88	96.521,69	103.073,14	103.073,14	104.828,07	119.855,05	119.855,05	119.855,05	119.855,05	213.591,75	1.409.050,79
AC	SENADOR GUIOMARD	1200450	121.400,77	133.540,83	145.680,92	157.820,99	175.302,31	187.201,02	187.201,02	190.388,32	208.684,41	208.684,41	208.684,41	208.684,41	371.893,08	2.505.166,90
AC	TARAUACA	1200609	534.415,04	587.856,54	641.298,04	694.739,55	773.369,60	825.862,37	825.862,37	839.923,57	895.762,41	895.762,41	895.762,41	895.762,41	1.596.323,47	10.902.700,19
AC	XAPURI	1200708	41.881,19	46.069,32	50.257,43	54.445,55	60.245,74	64.334,95	64.334,95	65.430,32	75.140,36	75.140,36	75.140,36	75.140,36	133.906,44	881.467,33
AL	AGUA BRANCA	2700102	355.841,94	391.426,13	427.010,32	462.594,51	514.860,94	549.807,33	549.807,33	559.168,39	597.670,13	597.670,13	597.670,13	597.670,13	1.065.098,08	7.266.295,49
AL	ANADIA	2700201	178.917,36	196.809,10	214.700,83	232.592,58	258.678,91	276.236,85	276.236,85	280.940,08	303.146,61	303.146,61	303.146,61	303.146,61	540.232,60	3.667.931,60
AL	ARAPIRACA	2700300	1.491.543,30	1.640.697,62	1.789.851,95	1.939.006,28	2.066.566,07	2.206.835,08	2.206.835,08	2.244.408,83	2.461.001,17	2.461.001,17	2.461.001,17	2.461.001,17	4.385.709,80	29.815.458,69
AL	ATALAIA	2700409	658.257,67	724.083,43	789.909,20	855.734,96	952.333,27	1.016.973,28	1.016.973,28	1.034.288,35	1.106.796,89	1.106.796,89	1.106.796,89	1.106.796,89	1.972.404,57	13.448.145,57
AL	BARRA DE SANTO ANTONIO	2700508	273.475,70	300.823,27	328.170,84	355.518,42	395.842,69	422.710,67	422.710,67	429.907,77	457.200,01	457.200,01	457.200,01	457.200,01	814.768,59	5.572.728,66
AL	BARRA DE SAO MIGUEL	2700607	22.622,69	24.884,95	27.147,23	29.409,49	32.072,73	34.249,68	34.249,68	34.832,82	47.002,19	47.002,19	47.002,19	47.002,19	83.761,85	511.239,88
AL	BATALHA	2700706	284.785,63	313.264,19	341.742,75	370.221,31	411.895,03	439.852,57	439.852,57	447.341,54	480.452,58	480.452,58	480.452,58	480.452,58	856.206,61	5.826.972,52
AL	BELEM	2700805	136.168,56	149.785,42	163.402,28	177.019,13	197.080,97	210.457,91	210.457,91	214.041,18	227.871,70	227.871,70	227.871,70	227.871,70	406.086,38	2.775.986,54
AL	BELO MONTE	2700904	149.673,00	164.640,30	179.607,60	194.574,90	216.687,38	231.395,13	231.395,13	235.334,88	249.637,51	249.637,51	249.637,51	249.637,51	444.874,90	3.046.733,26
AL	BOCA DA MATA	2701001	756.062,16	831.668,38	907.274,59	982.880,81	1.095.810,90	1.170.189,50	1.170.189,50	1.190.113,24	1.244.225,62	1.244.225,62	1.244.225,62	1.244.225,62	2.217.314,04	15.298.405,60
AL	BRANQUINHA	2701100	241.679,29	265.847,22	290.015,15	314.183,08	349.844,31	373.590,13	373.590,13	379.950,91	403.696,07	403.696,07	403.696,07	403.696,07	719.420,10	4.922.904,60
AL	CACIMBINHAS	2701209	346.430,76	381.073,83	415.716,91	450.359,98	501.866,90	535.931,32	535.931,32	545.056,13	573.360,01	573.360,01	573.360,01	573.360,01	1.021.775,43	7.027.582,62
AL	CAJUEIRO	2701308	289.123,54	318.035,89	346.948,24	375.860,60	418.039,35	446.413,94	446.413,94	454.014,62	489.542,20	489.542,20	489.542,20	489.542,20	872.405,11	5.925.424,03
AL	CAMPESTRE	2701357	69.803,56	76.783,91	83.764,27	90.744,62	100.812,46	107.655,15	107.655,15	109.488,10	119.766,97	119.766,97	119.766,97	119.766,97	213.434,81	1.439.209,91
AL	CAMPO ALEGRE	2701407	-	-	-	-	1.686.427,12	1.800.894,04	1.800.894,04	1.831.556,20	1.924.442,69	1.924.442,69	1.924.442,69	1.924.442,69	3.429.517,73	18.247.059,89
AL	CANAPI	2701605	905.397,72	995.937,48	1.086.477,25	1.177.017,02	1.312.377,13	1.401.455,26	1.401.455,26	1.425.316,55	1.488.284,37	1.488.284,37	1.488.284,37	1.488.284,37	2.652.247,12	18.310.818,27
AL	CAPELA	2701704	111.308,41	122.439,26	133.570,10	144.700,94	160.132,96	171.002,05	171.002,05	173.913,54	199.473,40	199.473,40	199.473,40	199.473,40	355.478,28	2.341.441,19
AL	CARNEIROS	2701803	236.240,60	259.864,66	283.488,71	307.112,78	342.088,76	365.308,17	365.308,17	371.527,94	393.010,37	393.010,37	393.010,37	393.010,37	700.377,31	4.803.358,58
AL	CHA PRETA	2701902	62.751,50	69.026,65	75.301,79	81.576,95	90.554,33	96.700,75	96.700,75	98.347,18	108.668,41	108.668,41	108.668,41	108.668,41	193.656,24	1.299.289,78
AL	COITE DO NOIA	2702009	143.596,10	157.955,71	172.315,31	186.674,93	207.650,11	221.744,45	221.744,45	225.519,89	242.771,75	242.771,75	242.771,75	242.771,75	432.639,54	2.940.927,49
AL	COLONIA LEOPOLDINA	2702108	157.909,64	173.700,59	189.491,57	205.282,52	227.884,36	243.352,11	243.352,11	247.495,44	273.307,76	273.307,76	273.307,76	273.307,76	487.057,26	3.268.756,64
AL	COQUEIRO SECO	2702207	65.216,13	71.737,74	78.259,36	84.780,97	94.200,31	100.594,19	100.594,19	102.306,92	111.716,46	111.716,46	111.716,46	111.716,46	199.088,10	1.343.643,75
AL	CORURIPE	2702306	1.308.516,05	1.439.367,64	1.570.219,26	1.701.070,85	1.894.964,61	2.023.586,10	2.023.586,10	2.058.039,83	2.174.599,44	2.174.599,44	2.174.599,44	2.174.599,44	3.875.317,98	26.593.066,18
AL	CRAIBAS	2702355	420.715,56	462.787,13	504.858,68	546.930,24	608.631,68	649.942,80	649.942,80	661.008,78	707.910,53	707.910,53	707.910,53	707.910,53	1.261.555,70	8.598.015,49
AL	DELMIRO GOUVEIA	2702405	537.523,92	591.276,32	645.028,70	698.781,10	777.005,85	829.745,44	829.745,44	843.872,75	912.751,73	912.751,73	912.751,73	912.751,73	1.626.599,84	11.030.586,28
AL	DOIS RIACHOS	2702504	182.567,92	200.824,72	219.081,50	237.338,30	263.926,36	281.840,47	281.840,47	286.639,10	309.748,81	309.748,81	309.748,81	309.748,81	551.998,24	3.745.052,32
AL	ESTRELA DE ALAGOAS	2702553	213.135,09	234.448,60	255.762,12	277.075,62	308.199,50	329.118,67	329.118,67	334.722,27	360.460,09	360.460,09	360.460,09	360.460,09	642.369,98	4.365.790,88
AL	FEIRA GRANDE	2702603	396.777,15	436.454,86	476.132,57	515.810,29	574.224,71	613.200,44	613.200,44	623.640,84	664.576,17	664.576,17	664.576,17	664.576,17	1.184.330,24	8.092.076,22
AL	FELIZ DESERTO	2702702	52.761,66	58.037,83	63.314,00	68.590,16	76.212,53	81.385,49	81.385,49	82.771,17	90.356,30	90.356,30	90.356,30	90.356,30	161.022,50	1.086.906,03
AL	FLEXEIRAS	2702801	-	-	-	-	161.426,26	172.383,14	172.383,14	175.318,14	193.021,67	193.021,67	193.021,67	193.021,67	343.980,76	1.797.578,12
AL	GIRAU DO PONCIANO	2702900	1.518.960,06	1.670.856,07	1.822.752,08	1.974.648,08	2.200.790,07	2.350.169,58	2.350.169,58	2.390.183,75	2.509.792,78	2.509.792,78	2.509.792,78	2.509.792,78	4.472.660,50	30.790.360,89
AL	IBATEGUARA	2703007	158.815,97	174.697,57	190.579,17	206.460,76	229.517,66	245.096,26	245.096,26	249.269,29	270.434,80	270.434,80	270.434,80	270.434,80	481.937,42	3.263.209,56
AL	IGACI	2703106	280.688,25	308.757,07	336.825,89	364.894,72	405.972,69	433.528,25	433.528,25	440.909,53	473.487,66	473.487,66	473.487,66	473.487,66	843.794,59	5.742.849,88
AL	IGREJA NOVA	2703205	543.485,53	597.834,07	652.182,63	706.531,18	787.234,67	840.668,54	840.668,54	854.981,83	900.878,46	900.878,46	900.878,46	900.878,46	1.605.440,69	11.032.541,52
AL	INHAPI	2703304	595.631,82	655.194,99	714.758,18	774.321,36	863.379,56	921.981,80	921.981,80	937.679,53	978.968,81	978.968,81	978.968,81	978.968,81	1.744.604,20	12.045.408,48
AL	JACARE DOS HOMENS	2703403	184.346,53	202.781,18	221.215,84	239.650,49	266.944,44	285.063,41	285.063,41	289.916,92	306.665,51	306.665,51	306.665,51	306.665,51	546.503,52	3.748.147,78
AL	JACUIPE	2703502	168.831,67	185.714,85	202.598,01	219.481,17	244.369,02	260.955,67	260.955,67	265.398,72	282.344,46	282.344,46	282.344,46	282.344,46	503.161,38	3.440.844,00
AL	JAPARATINGA	2703601	-	-	-	-	141.246,22	150.833,36	150.833,36	153.401,46	167.927,47	167.927,47	167.927,47	167.927,47	299.260,84	1.567.285,12

AL	JARAMATAIA	2703700	55.713,78	61.285,16	66.856,54	72.427,92	80.385,94	85.842,17	85.842,17	87.303,73	96.651,97	96.651,97	96.651,97	96.651,97	172.241,94	1.154.507,23
AL	JEQUIA DA PRAIA	2703759	-	-	-	-	190.879,72	203.835,75	203.835,75	207.306,28	225.087,21	225.087,21	225.087,21	225.087,21	401.124,27	2.107.330,61
AL	JOAQUIM GOMES	2703809	34.237,27	37.661,00	41.084,72	44.508,45	48.319,49	51.599,20	51.599,20	52.477,73	74.130,30	74.130,30	74.130,30	74.130,30	132.106,43	790.114,69
AL	JUNDIA	2703908	161.991,50	178.190,65	194.389,80	210.588,95	234.687,94	250.617,47	250.617,47	254.884,51	267.909,08	267.909,08	267.909,08	267.909,08	477.436,32	3.285.040,93
AL	JUNQUEIRO	2704005	392.643,64	431.908,01	471.172,37	510.436,74	568.095,58	606.655,30	606.655,30	616.984,26	659.660,24	659.660,24	659.660,24	659.660,24	1.175.569,69	8.018.761,85
AL	LAGOA DA CANOA	2704104	417.621,30	459.383,43	501.145,56	542.907,70	604.713,80	645.759,00	645.759,00	656.753,74	695.079,49	695.079,49	695.079,49	695.079,49	1.238.689,74	8.493.051,23
AL	LIMOEIRO DE ANADIA	2704203	663.836,18	730.219,79	796.603,41	862.987,02	961.410,03	1.026.666,12	1.026.666,12	1.044.146,22	1.102.441,34	1.102.441,34	1.102.441,34	1.102.441,34	1.964.642,58	13.486.942,83
AL	MAJOR ISIDORO	2704401	606.068,59	666.675,45	727.282,32	787.889,17	878.148,03	937.752,69	937.752,69	953.718,94	1.001.035,20	1.001.035,20	1.001.035,20	1.001.035,20	1.783.928,39	12.283.357,07
AL	MAR VERMELHO	2704906	11.165,99	12.282,58	13.399,18	14.515,78	15.938,26	17.020,08	17.020,08	17.309,86	21.724,89	21.724,89	21.724,89	21.724,89	38.715,58	244.266,95
AL	MARAGOGI	2704500	305.936,49	336.530,15	367.123,79	397.717,44	441.754,58	471.738,85	471.738,85	479.770,71	526.712,76	526.712,76	526.712,76	526.712,76	938.646,14	6.317.808,04
AL	MARAVILHA	2704609	278.330,46	306.163,51	333.996,56	361.829,61	403.067,30	430.425,65	430.425,65	437.754,11	462.618,82	462.618,82	462.618,82	462.618,82	824.425,41	5.656.893,54
AL	MARECHAL DEODORO	2704708	-	-	-	-	697.215,04	744.538,80	744.538,80	757.215,37	831.602,77	831.602,77	831.602,77	831.602,77	1.481.985,64	7.751.904,73
AL	MARIBONDO	2704807	161.879,66	178.067,61	194.255,59	210.443,54	234.298,52	250.201,63	250.201,63	254.461,58	270.828,25	270.828,25	270.828,25	270.828,25	482.638,58	3.299.761,34
AL	MATA GRANDE	2705002	403.693,09	444.062,41	484.431,71	524.801,01	584.235,70	623.890,93	623.890,93	634.513,35	676.131,61	676.131,61	676.131,61	676.131,61	1.204.923,00	8.232.968,57
AL	MATRIZ DE CAMARAGIBE	2705101	557.877,85	613.665,63	669.453,42	725.241,20	808.210,70	863.068,33	863.068,33	877.763,00	922.975,74	922.975,74	922.975,74	922.975,74	1.644.819,89	11.315.071,31
AL	MESSIAS	2705200	201.455,74	221.601,32	241.746,89	261.892,47	291.233,49	311.001,08	311.001,08	316.296,21	341.763,45	341.763,45	341.763,45	341.763,45	609.050,99	4.132.333,07
AL	MINADOR DO NEGRAO	2705309	79.543,20	87.497,52	95.451,84	103.406,16	114.908,90	122.708,39	122.708,39	124.797,63	136.066,54	136.066,54	136.066,54	136.066,54	242.481,97	1.637.770,16
AL	MONTEIROPOLIS	2705408	109.730,21	120.703,24	131.676,25	142.649,27	158.675,51	169.445,67	169.445,67	172.330,67	185.545,24	185.545,24	185.545,24	185.545,24	330.657,18	2.247.494,63
AL	MURICI	2705507	561.478,97	617.626,86	673.774,76	729.922,66	813.018,95	868.202,94	868.202,94	882.985,03	934.514,50	934.514,50	934.514,50	934.514,50	1.665.382,91	11.418.654,02
AL	NOVO LINO	2705606	319.749,66	351.724,62	383.699,59	415.674,56	463.155,51	494.592,38	494.592,38	503.013,35	530.007,69	530.007,69	530.007,69	530.007,69	944.517,97	6.490.750,78
AL	OLHO DAGUA DAS FLORES	2705705	364.663,55	401.129,92	437.596,27	474.062,62	528.061,67	563.904,07	563.904,07	573.505,15	606.522,12	606.522,12	606.522,12	606.522,12	1.080.873,11	7.413.788,91
AL	OLHO DAGUA DO CASADO	2705804	113.249,47	124.574,42	135.899,37	147.224,32	163.759,53	174.874,77	174.874,77	177.852,21	191.564,50	191.564,50	191.564,50	191.564,50	341.383,97	2.319.950,83
AL	OLHO DAGUA GRANDE	2705903	-	-	-	-	248.632,10	265.508,11	265.508,11	270.028,67	283.680,06	283.680,06	283.680,06	283.680,06	505.541,57	2.689.938,80
AL	OLIVENCA	2706000	272.107,74	299.318,50	326.529,28	353.740,06	394.041,41	420.787,13	420.787,13	427.951,49	452.472,02	452.472,02	452.472,02	452.472,02	806.342,95	5.531.493,77
AL	OURO BRANCO	2706109	178.258,66	196.084,53	213.910,39	231.736,26	257.756,84	275.252,19	275.252,19	279.938,66	301.617,11	301.617,11	301.617,11	301.617,11	537.506,87	3.652.165,03
AL	PALESTINA	2706208	27.822,39	30.604,64	33.386,87	36.169,11	39.952,82	42.664,64	42.664,64	43.391,05	50.865,27	50.865,27	50.865,27	50.865,27	90.646,20	590.763,44
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	2706307	647.528,12	712.280,94	777.033,75	841.786,56	935.671,12	999.180,18	999.180,18	1.016.192,30	1.104.309,38	1.104.309,38	1.104.309,38	1.104.309,38	1.967.971,59	13.314.062,26
AL	PAO DE ACUCAR	2706406	329.573,43	362.530,77	395.488,12	428.445,45	476.647,83	509.000,50	509.000,50	517.666,78	556.358,07	556.358,07	556.358,07	556.358,07	991.476,55	6.745.262,21
AL	PARICONHA	2706422	91.510,73	100.661,81	109.812,88	118.963,95	132.128,85	141.097,15	141.097,15	143.499,48	157.472,98	157.472,98	157.472,98	157.472,98	280.630,02	1.889.293,94
AL	PARIPUEIRA	2706448	129.167,96	142.084,75	155.001,55	167.918,35	186.491,01	199.149,16	199.149,16	202.539,89	222.406,10	222.406,10	222.406,10	222.406,10	396.346,30	2.667.472,53
AL	PASSO DE CAMARAGIBE	2706505	163.220,46	179.542,52	195.864,55	212.186,61	235.796,13	251.800,89	251.800,89	256.088,07	279.120,06	279.120,06	279.120,06	279.120,06	497.415,27	3.360.195,63
AL	PAULO JACINTO	2706604	56.966,10	62.662,71	68.359,33	74.055,93	82.201,58	87.781,05	87.781,05	89.275,62	98.705,17	98.705,17	98.705,17	98.705,17	175.900,87	1.179.804,92
AL	PENEDO	2706703	707.797,81	778.577,58	849.357,37	920.137,15	1.024.668,12	1.094.217,88	1.094.217,88	1.112.848,12	1.181.045,96	1.181.045,96	1.181.045,96	1.181.045,96	2.104.722,60	14.410.728,35
AL	PIACABUCU	2706802	158.969,11	174.866,02	190.762,94	206.659,84	229.663,96	245.252,49	245.252,49	249.428,18	271.719,71	271.719,71	271.719,71	271.719,71	484.227,22	3.271.961,09
AL	PILAR	2706901	625.997,68	688.597,44	751.197,22	813.796,98	906.249,11	967.761,14	967.761,14	984.238,32	1.044.528,12	1.044.528,12	1.044.528,12	1.044.528,12	1.861.436,39	12.745.147,90
AL	PINDOBA	2707008	13.045,18	14.349,69	15.654,21	16.958,73	18.726,09	19.997,13	19.997,13	20.337,60	23.941,02	23.941,02	23.941,02	23.941,02	42.664,95	277.494,79
AL	PIRANHAS	2707107	247.040,62	271.744,68	296.448,74	321.152,80	356.913,07	381.138,69	381.138,69	387.627,99	422.099,86	422.099,86	422.099,86	422.099,86	752.217,18	5.083.821,90
AL	POCO DAS TRINCHEIRAS	2707206	376.057,61	413.663,38	451.269,14	488.874,90	544.767,73	581.744,06	581.744,06	591.648,88	622.653,07	622.653,07	622.653,07	622.653,07	1.109.619,81	7.630.001,85
AL	PORTO CALVO	2707305	663.964,91	730.361,40	796.757,89	863.154,39	962.000,11	1.027.296,26	1.027.296,26	1.044.787,09	1.131.256,82	1.131.256,82	1.131.256,82	1.131.256,82	2.015.994,22	13.656.639,81
AL	PORTO DE PEDRAS	2707404	188.981,42	207.879,57	226.777,72	245.675,85	273.382,30	291.938,23	291.938,23	296.908,79	318.113,10	318.113,10	318.113,10	318.113,10	566.904,09	3.862.838,60
AL	PORTO REAL DO COLEGIO	2707503	164.894,98	181.384,48	197.873,97	214.363,48	238.223,69	254.393,22	254.393,22	258.724,54	281.867,89	281.867,89	281.867,89	281.867,89	502.312,14	3.394.035,28
AL	QUEBRANGULO	2707602	290.865,34	319.951,87	349.038,41	378.124,94	421.023,55	449.600,69	449.600,69	457.255,63	486.132,77	486.132,77	486.132,77	486.132,77	866.329,19	5.926.321,39
AL	RIO LARGO	2707701	1.242.163,95	1.366.380,33	1.490.596,73	1.614.813,13	1.798.269,44	1.920.327,70	1.920.327,70	1.953.023,35	2.072.596,68	2.072.596,68	2.072.596,68	2.072.596,68	3.693.540,51	25.289.829,56
AL	ROTEIRO	2707800	195.538,71	215.092,58	234.646,45	254.200,32	283.125,65	302.342,91	302.342,91	307.490,63	325.635,16	325.635,16	325.635,16	325.635,16	580.309,05	3.977.629,85
AL	SANTA LUZIA DO NORTE	2707909	52.372,33	57.609,56	62.846,79	68.084,02	75.520,02	80.645,97	80.645,97	82.019,05	91.466,19	91.466,19	91.466,19	91.466,19	163.000,44	1.088.608,91
AL	SANTANA DO IPANEMA	2708006	286.042,02	314.646,22	343.250,43	371.854,62	412.930,27	440.958,08	440.958,08	448.465,86	493.247,58	493.247,58	493.247,58	493.247,58	879.008,37	5.911.104,27
AL	SANTANA DO MUNDAU	2708105	322.663,88	354.930,27	387.196,66	419.463,05	467.402,02	499.127,12	499.127,12	507.625,30	534.493,16	534.493,16	534.493,16	534.493,16	952.511,49	6.548.019,55
AL	SAO BRAS	2708204	93.800,45	103.180,48	112.560,54	121.940,57	135.700,32	144.911,04	144.911,04	147.378,30	157.789,04	157.789,04	157.789,04	157.789,04	281.193,27	1.916.732,17
AL	SAO JOSE DA LAJE	2708303	289.552,77	318.508,04	347.463,31	376.418,60	418.884,51	447.316,46	447.316,46	454.932,51	487.203,44	487.203,44	487.203,44	487.203,44	868.237,21	5.917.443,63
AL	SAO JOSE DA TAPERA	2708402	535.447,24	588.991,97	642.536,70	696.081,42	774.526,76	827.098,08	827.098,08	841.180,32	902.087,74	902.087,74	902.087,74	902.087,74	1.607.595,73	10.948.907,26
AL	SAO LUIS DO QUITUNDE	2708501	358.738,34	394.612,17	430.486,01	466.359,83	518.385,53	553.571,16	553.571,16	562.996,31	611.629,63	611.629,63	611.629,63	611.629,63	1.089.975,09	7.375.214,12
AL	SAO MIGUEL DOS CAMPOS	2708600	435.669,95	479.236,95	522.803,94	566.370,93	629.114,36	671.815,75	671.815,75	683.254,13	748.790,28	748.790,28	748.790,28	748.790,28	1.334.406,84	8.989.649,72
AL	SAO MIGUEL DOS MILAGRES	2708709	198.304,14	218.134,56	237.964,97	257.795,38	287.077,08	306.562,56	306.562,56	311.782,12	330.960,07	330.960,07	330.960,07	330.960,07	589.798,47	4.037.822,12
AL	SAO SEBASTIAO	2708808	483.428,89	531.771,78	580.114,66	628.457,56	699.403,85	746.876,17	746.876,17	759.592,54	812.786,66	812.786,66	812.786,66	812.786,66	1.448.453,76	9.876.122,02
AL	SATUBA	2708907	97.143,31	106.857,64	116.571,97	126.286,31	140.126,94	149.638,11	149.638,11	152.185,86	169.002,82	169.002,82	169.002,82	169.002,82	301.177,19	2.015.636,72
AL	SENADOR RUI PALMEIRA	2708956	203.742,04	224.116,23	244.490,44	264.864,64	294.596,74	314.592,62	314.592,62	319.948,90	344.848,95	344.848,95	344.848,95	344.848,95	614.549,63	4.174.889,66
AL	TANQUE DARCA	2709004	134.948,85	148.443,73	161.938,61	175.433,50	195.326,44	208.584,31	208.584,31	212.135,68	225.682,76	225.682,76	225.682,76	225.682,76	402.185,57	2.750.312,04
AL	TAQUARANA	2709103	421.926,04	464.118,65	506.311,26	548.503,86	610.626,56	652.073,08	652.073,08	663.175,33	749.554,43	749.554,43	749.554,43	749.554,43	1.335.768,60	8.852.794,18
AL	TEOTONIO VILELA	2709152	-	-	-	-	2.458.781,65	2.625.672,45	2.625.672,45	2.670.377,35	2.802.474,70	2.802.474,70	2.802.474,70	2.802.474,70	4.994.244,17	26.584.646,87
AL	TRAIPU	2709202	574.555,62	632.011,19	689.466,75	746.922,31	832.157,30	888.640,31	888.640,31	903.770,37	953.501,98	953.501,98	953.501,98	953.501,98	1.699.220,18	11.669.392,26
AL	UNIAO DOS PALMARES	2709301	1.031.858,11	1.135.043,93	1.238.229,73	1.341.415,54	1.493.772,70	1.595.163,13	1.595.163,13	1.622.322,50	1.722.224,61	1.722.224,61	1.722.224,61	1.722.224,61	3.069.148,18	21.011.015,39
AL	VICOSA	2709400	263.349,40	289.684,34	316.019,29	342.354,22	380.617,23	406.451,78	406.451,78	413.372,06	448.027,26	448.027,26	448.027,26	448.027,26	798.422,02	5.408.831,16
AM	ALVARAES	1300029	359.920,09	395.912,11	431.904,11	467.896,12	521.088,52	556.457,61	556.457,61	565.931,90	600.055,79	600.055,79	600.055,79	600.055,79	1.069.349,53	7.325.140,76
AM	AMATURA	1300060	284.543,45	312.997,80	341.452,14	369.906,49	412.063,97	440.032,98	440.032,98	447.525,02	472.955,49	472.955,49	472.955,49	472.955,49	842.846,21	5.783.223,00
AM	ANAMA	1300086	102.515,08	112.766,58	123.018,09	133.269,60	148.118,79	158.172,42	158.172,42	160.865,47	175.027,78	175.027,78	175.027,78	175.027,78	311.914,17	2.108.923,74
AM	ANORI	1300102	166.588,55	183.247,41	199.906,27	216.565,12	240.957,06	257.312,12	257.312,12	261.693,13	280.849,17	280.849,17	280.849,17	280.849,17	500.496,66	3.407.475,12
AM	APUI	1300144	173.897,97	191.287,77	208.677,57	226.067,37	251.671,63	268.753,94	268.753,94	273.329,77	291.232,27	291.232,27	291.232,27	291.232,27	519.000,20	3.546.369,24
AM	AUTAZES	1300300	318.983,92	350.882,32	382.780,70	414.679,10	460.347,91	491.594,21	491.594,21	499.964,14	551.926,48	551.926,48	551.926,48	551.926,48	983.579,12	6.602.111,55
AM	BARCELOS	1300409	146.682,22	161.350,43	176.018,66	190.686,88	211.850,45	226.229,89	226.229,89	230.081,69	251.571,84	251.571,84	251.571,84	251.571,84	448.322,00	3.023.739,47
AM	BARREIRINHA	1300508	692.010,69	761.211,76	830.412,84	899.613,90	1.001.551,65	1.069.532,37	1.069.532,37	1.087.742,31	1.158.276,26	1.158.276,26	1.158.276,26	1.158.276,26	2.064.145,11	14.108.858,04
AM	BENJAMIN CONSTANT	1300607	652.342,21	717.576,43	782.810,65	848.044,87	943.638,58	1.007.688,43	1.007.688,43	1.024.845,42	1.098.714,35	1.098.714,35	1.098.714,35	1.098.714,35	1.958.000,78	13.337.493,20
AM	BERURI	1300631	-	-	-	-	745.396,25	795.990,32	795.990,32	809.542,91	854.568,77	854.568,77	854.568,77	854.568,77	1.522.912,97	8.088.107,85
AM	BOA VISTA DO RAMOS	1300680	350.587,70	385.646,47	420.705,24	455.764,01	507.600,72	542.054,32	542.054,32	551.283,38	584.175,51	584.175,51	584.175,51	584.175,51	1.041.049,59	7.133.447,79
AM	BOCA DO ACRE	1300706	234.019,12	257.421,03	280.822,95	304.224,85	338.010,64	360.953,25	360.953,25	367.098,87	401.073,79	401.073,79	401.073,79	401.073,79	714.747,00	4.822.546,12
AM	BORBA	1300805	357.328,18	393.061,01	428.793,82	464.526,64	516.272,74	551.314,96	551.314,96	560.701,70	610.250,55	610.250,55	610.250,55	610.250,55	1.087.517,44	7.351.833,65
AM	CANUTAMA	1300904	136.949,64	150.644,60	164.339,57	178.034,53	197.986,80	211.425,22	211.425,22	215.024,96	232.245,71	232.245,71	232.245,71	232.245,71	413.881,22	2.808.694,60
AM	CARAUARI	1301001	461.410,49	507.551,55	553.692,60	599.833,64	668.107,29	713.455,35	713.455,35	725.602,69	768.139,66	768.139,66	768.139,66	768.139,66	1.368.889,03	9.384.556,63
AM	CAREIRO	1301100	568.769,18	625.646,10	682.523,01	739.399,94	823.110,09	878.979,02	878.979,02	893.944,58	952.997,45	952.997,45	952.997,45	952.997,45	1.698.321,10	11.601.661,84
AM	CAREIRO DA VARZEA	1301159	133.785,44	147.163,98	160.542,52	173.921,07	192.937,89	206.033,63	206.033,63	209.541,57	233.357,10	233.357,10	233.357,10	233.357,10	415.861,83	2.779.249,96
AM	CODAJAS	1301308	113.973,74	125.371,11	136.768,49	148.165,86	164.325,38	175.479,03	175.479,03	178.466,75	199.362,55	199.362,55	199.362,55	199.362,55	355.280,78	2.370.760,37
AM	EIRUNEPE	1301407	546.833,79	601.517,17	656.200,55	710.883,93	791.524,15	845.249,17	845.249,17	859.640,45	914.080,34	914.080,34	914.080,34	914.080,34	1.628.967,53	11.142.387,27
AM	FONTE BOA	1301605	536.894,25	590.583,68	644.273,10	697.962,53	777.313,90	830.074,40	830.074,40	844.207,31	895.050,07	895.050,07	895.050,07	895.050,07	1.595.054,01	10.926.637,86

AM	GUAJARA	1301654	183.238,81	201.562,70	219.886,57	238.210,46	265.156,84	283.154,47	283.154,47	287.975,48	307.328,94	307.328,94	307.328,94	307.328,94	547.685,82	3.739.341,38
AM	HUMAITA	1301704	542.479,90	596.727,90	650.975,88	705.223,88	784.515,04	837.764,31	837.764,31	852.028,15	921.159,94	921.159,94	921.159,94	921.159,94	1.641.584,00	11.133.703,13
AM	IPIXUNA	1301803	-	-	-	-	240.476,88	256.799,34	256.799,34	261.171,63	280.712,20	280.712,20	280.712,20	280.712,20	500.252,57	2.638.348,56
AM	IRANDUBA	1301852	652.113,03	717.324,34	782.535,64	847.746,95	942.576,11	1.006.553,84	1.006.553,84	1.023.691,51	1.108.308,02	1.108.308,02	1.108.308,02	1.108.308,02	1.975.097,51	13.387.424,85
AM	ITACOATIARA	1301902	583.071,46	641.378,60	699.685,74	757.992,89	840.132,94	897.157,30	897.157,30	912.432,37	1.027.135,97	1.027.135,97	1.027.135,97	1.027.135,97	1.830.442,12	12.167.994,60
AM	ITAMARATI	1301951	236.212,74	259.834,02	283.455,29	307.076,56	341.982,97	365.195,20	365.195,20	371.413,05	393.857,61	393.857,61	393.857,61	393.857,61	701.887,17	4.807.682,64
AM	ITAPIRANGA	1302009	106.973,85	117.671,25	128.368,62	139.066,02	154.671,33	165.169,71	165.169,71	167.981,91	181.134,87	181.134,87	181.134,87	181.134,87	322.797,53	2.192.409,41
AM	JURUA	1302207	129.607,91	142.568,69	155.529,49	168.490,27	187.152,65	199.855,71	199.855,71	203.258,47	222.802,39	222.802,39	222.802,39	222.802,39	397.052,50	2.674.580,96
AM	JUTAI	1302306	520.444,95	572.489,44	624.533,94	676.578,44	752.989,70	804.099,18	804.099,18	817.789,83	874.576,26	874.576,26	874.576,26	874.576,26	1.558.567,95	10.629.897,65
AM	LABREA	1302405	281.413,55	309.554,89	337.696,25	365.837,61	405.883,01	433.432,48	433.432,48	440.812,14	490.257,46	490.257,46	490.257,46	490.257,46	873.679,76	5.842.772,01
AM	MANACAPURU	1302504	1.476.248,58	1.623.873,44	1.771.498,30	1.919.123,15	2.137.218,60	2.282.283,18	2.282.283,18	2.321.141,51	2.462.261,32	2.462.261,32	2.462.261,32	2.462.261,32	4.387.955,50	30.050.670,72
AM	MANAQUIRI	1302553	138.764,04	152.640,44	166.516,84	180.393,25	199.899,95	213.468,23	213.468,23	217.102,75	245.014,80	245.014,80	245.014,80	245.014,80	436.636,83	2.898.949,76
AM	MANICORE	1302702	1.217.107,66	1.338.818,44	1.460.529,20	1.582.239,97	1.763.337,23	1.883.024,46	1.883.024,46	1.915.084,98	2.012.473,87	2.012.473,87	2.012.473,87	2.012.473,87	3.586.396,65	24.679.458,53
AM	MARAA	1302801	335.253,08	368.778,40	402.303,70	435.829,01	484.902,09	517.815,02	517.815,02	526.631,38	565.399,63	565.399,63	565.399,63	565.399,63	1.007.589,38	6.858.515,60
AM	MAUES	1302900	765.061,89	841.568,08	918.074,26	994.580,46	1.106.663,70	1.181.778,95	1.181.778,95	1.201.900,01	1.288.950,27	1.288.950,27	1.288.950,27	1.288.950,27	2.297.017,12	15.644.224,50
AM	NHAMUNDA	1303007	228.688,82	251.557,71	274.426,59	297.295,47	330.726,84	353.175,05	353.175,05	359.188,24	386.270,92	386.270,92	386.270,92	386.270,92	688.367,02	4.681.684,47
AM	NOVA OLINDA DO NORTE	1303106	561.874,40	618.061,85	674.249,28	730.436,73	813.539,17	868.758,47	868.758,47	883.550,02	935.887,63	935.887,63	935.887,63	935.887,63	1.667.829,96	11.430.608,87
AM	NOVO AIRAO	1303205	119.153,20	131.068,53	142.983,84	154.899,17	171.986,07	183.659,70	183.659,70	186.786,70	205.787,11	205.787,11	205.787,11	205.787,11	366.729,89	2.464.075,24
AM	NOVO ARIPUANA	1303304	225.270,50	247.797,55	270.324,59	292.851,65	325.984,66	348.111,00	348.111,00	354.037,96	377.748,05	377.748,05	377.748,05	377.748,05	673.178,58	4.596.659,69
AM	PARINTINS	1303403	1.292.278,16	1.421.505,96	1.550.733,78	1.679.961,60	1.870.124,36	1.997.059,81	1.997.059,81	2.031.061,90	2.165.702,12	2.165.702,12	2.165.702,12	2.165.702,12	3.859.462,18	26.362.056,04
AM	PAUINI	1303502	146.331,08	160.964,19	175.597,31	190.230,41	211.269,42	225.609,42	225.609,42	229.450,66	251.978,53	251.978,53	251.978,53	251.978,53	449.046,77	3.022.022,80
AM	RIO PRETO DA EVA	1303569	460.494,47	506.543,93	552.593,38	598.642,82	666.564,78	711.808,14	711.808,14	723.927,44	770.741,98	770.741,98	770.741,98	770.741,98	1.373.526,63	9.388.877,65
AM	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	1303601	170.766,47	187.843,11	204.919,76	221.996,40	247.057,68	263.826,82	263.826,82	268.318,76	287.106,13	287.106,13	287.106,13	287.106,13	511.647,11	3.488.627,45
AM	SANTO ANTONIO DO ICA	1303700	-	-	-	-	1.482.514,57	1.583.140,85	1.583.140,85	1.610.095,53	1.678.075,72	1.678.075,72	1.678.075,72	1.678.075,72	2.990.471,21	15.961.665,89
AM	SAO GABRIEL DA CACHOEIRA	1303809	616.417,81	678.059,59	739.701,38	801.343,15	891.483,38	951.993,17	951.993,17	968.201,88	1.040.790,80	1.040.790,80	1.040.790,80	1.040.790,80	1.854.776,20	12.617.132,93
AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	1303908	293.745,96	323.120,55	352.495,14	381.869,75	423.622,89	452.376,47	452.376,47	460.078,67	512.386,02	512.386,02	512.386,02	512.386,02	913.114,70	6.102.344,68
AM	SILVES	1304005	147.551,72	162.306,89	177.062,06	191.817,23	213.380,32	227.863,60	227.863,60	231.743,22	249.321,44	249.321,44	249.321,44	249.321,44	444.311,63	3.021.186,03
AM	TABATINGA	1304062	1.507.122,81	1.657.835,10	1.808.547,38	1.959.259,66	2.183.091,44	2.331.269,66	2.331.269,66	2.370.962,04	2.497.713,90	2.497.713,90	2.497.713,90	2.497.713,90	4.451.134,95	30.591.348,30
AM	TAPAUA	1304104	308.142,58	338.956,85	369.771,11	400.585,37	445.807,40	476.066,75	476.066,75	484.172,30	518.076,98	518.076,98	518.076,98	518.076,98	923.256,43	6.295.133,46
AM	TEFE	1304203	1.317.882,66	1.449.670,92	1.581.459,19	1.713.247,46	1.908.182,31	2.037.700,96	2.037.700,96	2.072.395,02	2.220.779,08	2.220.779,08	2.220.779,08	2.220.779,08	3.957.613,94	26.958.969,74
AM	TONANTINS	1304237	388.626,83	427.489,51	466.352,20	505.214,88	562.560,57	600.744,60	600.744,60	610.972,92	649.134,05	649.134,05	649.134,05	649.134,05	1.156.811,12	7.916.053,43
AM	UARINI	1304260	347.203,57	381.923,93	416.644,28	451.364,64	502.855,16	536.986,65	536.986,65	546.129,43	576.431,68	576.431,68	576.431,68	576.431,68	1.027.249,41	7.053.070,44
AM	URUCARA	1304302	48.352,00	53.187,21	58.022,41	62.857,61	69.135,26	73.827,85	73.827,85	75.084,85	92.466,03	92.466,03	92.466,03	92.466,03	164.782,23	1.048.941,39
AM	URUCURITUBA	1304401	327.675,25	360.442,79	393.210,31	425.977,83	474.545,77	506.755,76	506.755,76	515.383,82	544.372,61	544.372,61	544.372,61	544.372,61	970.117,48	6.658.355,21
AP	FERREIRA GOMES	1600238	33.194,19	36.513,61	39.833,03	43.152,45	47.553,73	50.781,46	50.781,46	51.646,07	62.228,30	62.228,30	62.228,30	62.228,30	110.896,08	713.265,28
AP	ITAUBAL	1600253	24.644,81	27.109,29	29.573,78	32.038,26	35.404,42	37.807,51	37.807,51	38.451,22	44.856,80	44.856,80	44.856,80	44.856,80	79.938,60	522.202,60
AP	LARANJAL DO JARI	1600279	170.956,67	188.052,34	205.148,01	222.243,67	245.772,05	262.453,93	262.453,93	266.922,49	308.735,11	308.735,11	308.735,11	308.735,11	550.191,76	3.609.135,29
AP	MAZAGAO	1600402	496.500,71	546.150,78	595.800,86	645.450,92	719.439,85	768.272,12	768.272,12	781.352,78	819.415,21	819.415,21	819.415,21	819.415,21	1.460.266,39	10.059.167,37
BA	ABAIRA	2900108	31.149,29	34.264,22	37.379,15	40.494,08	44.842,10	47.885,78	47.885,78	48.701,08	55.420,22	55.420,22	55.420,22	55.420,22	98.763,51	653.045,87
BA	ABARE	2900207	124.771,89	137.249,08	149.726,26	162.203,46	179.777,83	191.980,32	191.980,32	195.249,00	219.836,15	219.836,15	219.836,15	219.836,15	391.766,44	2.604.049,20
BA	ACAJUTIBA	2900306	201.158,47	221.274,31	241.390,17	261.506,01	291.019,69	310.772,76	310.772,76	316.064,01	338.310,93	338.310,93	338.310,93	338.310,93	602.898,31	4.110.100,21
BA	ADUSTINA	2900355	24.176,64	26.594,30	29.011,97	31.429,64	34.202,62	36.524,14	36.524,14	37.146,00	51.229,95	51.229,95	51.229,95	51.229,95	91.296,07	551.825,32
BA	AGUA FRIA	2900405	168.121,48	184.933,64	201.745,78	218.557,93	242.965,92	259.457,33	259.457,33	263.874,87	286.278,76	286.278,76	286.278,76	286.278,76	510.172,68	3.454.402,00
BA	AIQUARA	2900603	65.581,52	72.139,67	78.697,82	85.255,97	94.880,96	101.321,04	101.321,04	103.046,14	110.255,36	110.255,36	110.255,36	110.255,36	196.484,32	1.339.749,92
BA	ALAGOINHAS	2900702	342.511,20	376.762,31	411.013,43	445.264,55	492.073,57	525.473,27	525.473,27	534.420,01	623.055,40	623.055,40	623.055,40	623.055,40	1.110.336,77	7.255.549,98
BA	ALCOBACA	2900801	192.520,53	211.772,58	231.024,63	250.276,69	277.583,09	296.424,16	296.424,16	301.471,10	336.615,89	336.615,89	336.615,89	336.615,89	599.877,60	4.003.838,10
BA	ALMADINA	2900900	7.057,29	7.763,02	8.468,74	9.174,48	9.871,17	10.541,18	10.541,18	10.720,65	16.493,72	16.493,72	16.493,72	16.493,72	29.393,20	169.505,79
BA	AMARGOSA	2901007	543.865,67	598.252,24	652.638,81	707.025,37	787.596,14	841.054,54	841.054,54	855.374,40	904.091,32	904.091,32	904.091,32	904.091,32	1.611.166,29	11.054.393,28
BA	AMELIA RODRIGUES	2901106	198.011,18	217.812,30	237.613,41	257.414,53	285.954,29	305.363,55	305.363,55	310.562,70	340.009,92	340.009,92	340.009,92	340.009,92	605.926,06	4.084.061,25
BA	AMERICA DOURADA	2901155	-	-	-	-	557.450,61	595.287,79	595.287,79	605.423,21	638.014,87	638.014,87	638.014,87	638.014,87	1.136.995,83	6.042.504,71
BA	ANDARAI	2901304	59.613,37	65.574,71	71.536,04	77.497,38	85.561,25	91.368,76	91.368,76	92.924,41	109.576,54	109.576,54	109.576,54	109.576,54	195.274,61	1.269.025,45
BA	ANDORINHA	2901353	424.892,38	467.381,63	509.870,86	552.360,10	615.678,21	657.467,62	657.467,62	668.661,71	701.230,01	701.230,01	701.230,01	701.230,01	1.249.650,46	8.608.350,63
BA	ANGICAL	2901403	-	-	-	-	369.969,63	395.081,47	395.081,47	401.808,15	425.093,91	425.093,91	425.093,91	425.093,91	757.552,86	4.019.869,22
BA	ANGUERA	2901502	115.695,16	127.264,68	138.834,19	150.403,70	167.327,30	178.684,70	178.684,70	181.727,00	195.274,27	195.274,27	195.274,27	195.274,27	347.995,11	2.367.713,62
BA	ANTAS	2901601	373.531,47	410.884,62	448.237,76	485.590,91	541.183,31	577.916,35	577.916,35	587.755,99	617.446,11	617.446,11	617.446,11	617.446,11	1.100.340,55	7.573.141,75
BA	ANTONIO CARDOSO	2901700	137.175,43	150.892,97	164.610,51	178.328,05	198.259,84	211.716,79	211.716,79	215.321,50	234.533,71	234.533,71	234.533,71	234.533,71	417.958,62	2.824.115,34
BA	ANTONIO GONCALVES	2901809	23.434,61	25.778,06	28.121,53	30.464,99	33.319,92	35.581,53	35.581,53	36.187,34	47.376,92	47.376,92	47.376,92	47.376,92	84.429,68	522.406,87
BA	APORA	2901908	245.852,62	270.437,89	295.023,15	319.608,41	355.746,14	379.892,55	379.892,55	386.360,63	412.568,90	412.568,90	412.568,90	412.568,90	735.232,25	5.018.321,79
BA	APUAREMA	2901957	43.341,68	47.675,85	52.010,01	56.344,19	62.261,60	66.487,63	66.487,63	67.619,66	78.921,67	78.921,67	78.921,67	78.921,67	140.645,03	918.559,96
BA	ARACAS	2902054	137.646,58	151.411,24	165.175,90	178.940,55	198.844,89	212.341,55	212.341,55	215.956,90	235.468,37	235.468,37	235.468,37	235.468,37	419.624,29	2.834.156,93
BA	ARACATU	2902005	114.726,99	126.199,68	137.672,38	149.145,07	165.628,80	176.870,92	176.870,92	179.882,34	197.711,90	197.711,90	197.711,90	197.711,90	352.339,17	2.370.183,87
BA	ARACI	2902104	620.700,34	682.770,37	744.840,41	806.910,43	897.269,97	958.172,53	958.172,53	974.486,45	1.053.577,40	1.053.577,40	1.053.577,40	1.053.577,40	1.877.562,97	12.735.195,60
BA	ARAMARI	2902203	39.552,79	43.508,07	47.463,34	51.418,63	56.787,55	60.642,02	60.642,02	61.674,52	72.448,39	72.448,39	72.448,39	72.448,39	129.109,10	840.591,60
BA	ARATUIPE	2902302	260.995,77	287.095,35	313.194,93	339.294,50	378.343,33	404.023,54	404.023,54	410.902,47	428.625,85	428.625,85	428.625,85	428.625,85	763.847,06	5.276.223,89
BA	AURELINO LEAL	2902401	173.333,71	190.667,09	208.000,46	225.333,83	250.599,43	267.608,97	267.608,97	272.165,30	293.776,72	293.776,72	293.776,72	293.776,72	523.534,62	3.553.959,26
BA	BAIANOPOLIS	2902500	131.863,88	145.050,27	158.236,67	171.423,05	190.427,56	203.352,91	203.352,91	206.815,21	226.444,41	226.444,41	226.444,41	226.444,41	403.542,82	2.719.842,92
BA	BAIXA GRANDE	2902609	-	-	-	-	267.952,56	286.139,95	286.139,95	291.011,79	316.208,81	316.208,81	316.208,81	316.208,81	563.510,49	2.959.589,98
BA	BANZAE	2902658	168.342,57	185.176,82	202.011,09	218.845,33	243.426,63	259.949,31	259.949,31	264.375,23	284.727,37	284.727,37	284.727,37	284.727,37	507.407,94	3.448.393,71
BA	BARRA	2902708	604.778,96	665.256,87	725.734,75	786.212,66	873.829,13	933.140,63	933.140,63	949.028,36	1.032.358,58	1.032.358,58	1.032.358,58	1.032.358,58	1.839.749,29	12.440.305,60
BA	BARRA DA ESTIVA	2902807	191.126,17	210.238,79	229.351,41	248.464,02	276.036,14	294.772,20	294.772,20	299.791,02	327.850,24	327.850,24	327.850,24	327.850,24	584.256,48	3.940.209,39
BA	BARRA DO CHOCA	2902906	-	-	-	-	922.619,72	985.242,91	985.242,91	1.002.017,73	1.064.488,37	1.064.488,37	1.064.488,37	1.064.488,37	1.897.007,21	10.050.083,96
BA	BARRA DO MENDES	2903003	140.505,99	154.556,58	168.607,18	182.657,78	203.117,57	216.904,25	216.904,25	220.597,28	238.421,46	238.421,46	238.421,46	238.421,46	424.886,93	2.882.423,65
BA	BARRA DO ROCHA	2903102	123.228,32	135.551,16	147.873,99	160.196,82	178.291,07	190.392,65	190.392,65	193.634,29	207.050,64	207.050,64	207.050,64	207.050,64	368.981,55	2.516.745,06
BA	BARREIRAS	2903201	615.106,35	676.616,98	738.127,62	799.638,25	884.092,59	944.100,73	944.100,73	960.175,06	1.113.585,44	1.113.585,44	1.113.585,44	1.113.585,44	1.984.502,29	13.000.802,36
BA	BARRO ALTO	2903235	-	-	-	-	245.563,62	262.231,35	262.231,35	266.696,12	285.098,05	285.098,05	285.098,05	285.098,05	508.068,53	2.685.183,17
BA	BARRO PRETO	2903300	243.934,16	268.327,57	292.720,98	317.114,40	353.445,99	377.436,28	377.436,28	383.862,54	402.852,78	402.852,78	402.852,78	402.852,78	717.917,30	4.943.606,62
BA	BARROCAS	2903276	212.256,03	233.481,64	254.707,24	275.932,85	306.970,45	327.806,19	327.806,19	333.387,44	358.398,78	358.398,78	358.398,78	358.398,78	638.696,57	4.344.639,72
BA	BELMONTE	2903409	184.317,13	202.748,84	221.180,56	239.612,26	265.879,36	283.926,03	283.926,03	288.760,18	320.576,50	320.576,50	320.576,50	320.576,50	571.294,11	3.823.950,50
BA	BELO CAMPO	2903508	173.389,78	190.728,75	208.067,73	225.406,70	250.494,51	267.496,92	267.496,92	272.051,35	296.410,65	296.410,65	296.410,65	296.410,65	528.228,52	3.569.003,78
BA	BIRITINGA	2903607	261.985,77	288.184,33	314.382,92	340.581,49	378.955,54	404.677,30	404.677,30	411.567,37	441.486,36	441.486,36	441.486,36	441.486,36	786.765,57	5.357.723,03
BA	BOA NOVA	2903706	131.163,21	144.279,53	157.395,85	170.512,17	189.357,98	202.210,73	202.210,73	205.653,59	229.558,03	229.558,03	229.558,03	229.558,03	409.091,58	2.730.107,49
BA	BOA VISTA DO TUPIM	2903805	158.031,06	173.834,17	189.637,27	205.440,38	228.102,67	243.585,23	243.585,23	247.732,53	272.929,87	272.929,87	272.929,87	272.929,87	486.383,81	3.268.051,83
BA	BOM JESUS DA LAPA	2903904	956.343,42	1.051.977,76	1.147.612,11	1.243.246,44	1.383.090,29	1.476.968,10	1.476.968,10	1.502.115,08	1.614.799,68	1.614.799,68	1.614.799,68	1.614.799,68	2.877.708,01	19.575.228,03
BA	BOM JESUS DA SERRA	2903953	73.306,48	80.637,14	87.967,78	95.298,44	105.733,96	112.910,69	112.910,69	114.833,12	127.655,10	127.655,10	127.655,10	127.655,10	227.492,09	1.521.710,79
BA	BONINAL	2904001	111.029,65	122.132,61	133.235,58	144.338,54	160.352,00	171.235,96	171.235,96	174.151,44	190.507,90	190.507,90	190.507,90	190.507,90	339.501,02	2.289.244,36
BA	BONITO	2904050	123.673,34	136.040,67	148.408,00	160.775,33	178.349,28	190.454,81	190.454,81	193.697,51	215.794,02	215.794,02	215.794,02	215.794,02	384.563,00	2.569.592,83
BA	BOQUIRA	2904100	113.349,54	124.684,49	136.019,44	147.354,39	163.405,67	174.496,90	174.496,90	177.467,89	198.540,21	198.540,21	198.540,21	198.540,21	353.815,26	2.359.251,32
BA	BOTUPORA	2904209	110.379,95	121.417,96	132.455,95	143.493,94	159.477,35	170.301,95	170.301,95	173.201,52	188.524,15	188.524,15	188.524,15	188.524,15	335.965,85	2.271.093,02
BA	BREJOES	2904308	135.506,52	149.057,18	162.607,83	176.158,48	195.693,92	208.976,72	208.976,72	212.534,77	232.618,78	232.618,78	232.618,78	232.618,78	414.546,10	2.794.533,36
BA	BREJOLANDIA	2904407	46.644,62	51.309,09	55.973,54	60.638,01	67.174,14	71.733,61	71.733,61	72.954,95	82.645,57	82.645,57	82.645,57	82.645,57	147.281,37	976.025,22

BA	BROTAS DE MACAUBAS	2904506	79.663,27	87.629,61	95.595,93	103.562,25	114.861,91	122.658,21	122.658,21	124.746,60	139.281,61	139.281,61	139.281,61	139.281,61	248.211,48	1.656.713,91
BA	BRUMADO	2904605	509.893,52	560.882,87	611.872,23	662.861,58	736.439,20	786.425,31	786.425,31	799.815,05	874.381,86	874.381,86	874.381,86	874.381,86	1.558.221,55	10.510.364,06
BA	BUERAREMA	2904704	90.065,99	99.072,59	108.079,18	117.085,79	129.848,51	138.662,03	138.662,03	141.022,90	157.639,91	157.639,91	157.639,91	157.639,91	280.927,55	1.873.986,21
BA	BURITIRAMA	2904753	206.085,84	226.694,42	247.303,01	267.911,59	297.640,52	317.842,99	317.842,99	323.254,61	353.529,06	353.529,06	353.529,06	353.529,06	630.018,30	4.248.710,51
BA	CAATIBA	2904803	35.888,38	39.477,22	43.066,06	46.654,90	51.621,12	55.124,92	55.124,92	56.063,48	64.443,31	64.443,31	64.443,31	64.443,31	114.843,38	755.637,62
BA	CABACEIRAS DO PARAGUACU	2904852	335.394,72	368.934,19	402.473,65	436.013,13	485.578,27	518.537,09	518.537,09	527.365,74	559.203,70	559.203,70	559.203,70	559.203,70	996.547,71	6.826.196,39
BA	CACHOEIRA	2904902	404.062,52	444.468,77	484.875,02	525.281,28	584.877,17	624.575,94	624.575,94	635.210,02	675.291,90	675.291,90	675.291,90	675.291,90	1.203.426,60	8.232.520,86
BA	CACULE	2905008	282.282,95	310.511,24	338.739,54	366.967,83	408.531,55	436.260,80	436.260,80	443.688,61	472.732,14	472.732,14	472.732,14	472.732,14	842.448,18	5.756.620,06
BA	CAEM	2905107	173.605,07	190.965,58	208.326,09	225.686,60	251.215,16	268.266,49	268.266,49	272.834,01	291.186,44	291.186,44	291.186,44	291.186,44	518.918,53	3.542.829,78
BA	CAETANOS	2905156	64.033,15	70.436,47	76.839,79	83.243,10	92.163,47	98.419,10	98.419,10	100.094,79	114.169,62	114.169,62	114.169,62	114.169,62	203.459,81	1.343.787,26
BA	CAETITE	2905206	368.033,00	404.836,30	441.639,60	478.442,90	531.557,67	567.637,36	567.637,36	577.302,00	631.010,87	631.010,87	631.010,87	631.010,87	1.124.514,09	7.585.643,76
BA	CAFARNAUM	2905305	121.359,29	133.495,21	145.631,13	157.767,07	174.936,38	186.810,26	186.810,26	189.990,90	212.791,24	212.791,24	212.791,24	212.791,24	379.211,78	2.527.177,24
BA	CAIRU	2905404	208.532,55	229.385,79	250.239,06	271.092,30	300.970,56	321.399,06	321.399,06	326.871,23	360.506,15	360.506,15	360.506,15	360.506,15	642.452,07	4.314.366,28
BA	CALDEIRAO GRANDE	2905503	410.916,44	452.008,08	493.099,73	534.191,36	595.270,44	635.674,66	635.674,66	646.497,70	680.298,75	680.298,75	680.298,75	680.298,75	1.212.349,20	8.336.877,27
BA	CAMACAN	2905602	123.312,89	135.644,18	147.975,47	160.306,76	177.447,96	189.492,31	189.492,31	192.718,62	220.373,96	220.373,96	220.373,96	220.373,96	392.724,82	2.590.611,16
BA	CAMAMU	2905800	497.238,51	546.962,35	596.686,21	646.410,06	719.269,73	768.090,46	768.090,46	781.168,02	837.551,19	837.551,19	837.551,19	837.551,19	1.492.586,18	10.166.706,74
BA	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	2905909	172.822,10	190.104,30	207.386,52	224.668,72	248.937,36	265.834,08	265.834,08	270.360,19	305.502,62	305.502,62	305.502,62	305.502,62	544.431,20	3.612.389,03
BA	CAMPO FORMOSO	2906006	687.061,69	755.767,84	824.474,02	893.180,19	992.594,84	1.059.967,61	1.059.967,61	1.078.014,70	1.174.486,49	1.174.486,49	1.174.486,49	1.174.486,49	2.093.033,10	14.142.007,56
BA	CANAPOLIS	2906105	137.899,57	151.689,51	165.479,48	179.269,43	199.481,90	213.021,80	213.021,80	216.648,73	232.193,71	232.193,71	232.193,71	232.193,71	413.788,55	2.819.075,61
BA	CANARANA	2906204	520.401,59	572.441,75	624.481,91	676.522,07	753.645,74	804.799,75	804.799,75	818.502,33	864.690,26	864.690,26	864.690,26	864.690,26	1.540.950,27	10.575.306,20
BA	CANAVIEIRAS	2906303	274.475,97	301.923,57	329.371,17	356.818,77	396.381,49	423.286,05	423.286,05	430.492,95	512.453,19	512.453,19	512.453,19	512.453,19	913.234,41	5.899.083,19
BA	CANDEAL	2906402	54.974,44	60.471,89	65.969,33	71.466,78	79.326,45	84.710,76	84.710,76	86.153,06	95.270,40	95.270,40	95.270,40	95.270,40	169.779,86	1.138.644,93
BA	CANDIBA	2906600	80.730,91	88.803,99	96.877,09	104.950,18	116.419,26	124.321,27	124.321,27	126.437,97	140.902,57	140.902,57	140.902,57	140.902,57	251.100,21	1.677.572,43
BA	CANDIDO SALES	2906709	263.186,95	289.505,65	315.824,34	342.143,03	380.059,10	405.855,76	405.855,76	412.765,89	452.165,35	452.165,35	452.165,35	452.165,35	805.796,43	5.429.654,31
BA	CANSANCAO	2906808	1.840.836,88	2.024.920,57	2.209.004,27	2.393.087,95	2.668.783,84	2.849.928,62	2.849.928,62	2.898.451,73	3.019.337,65	3.019.337,65	3.019.337,65	3.019.337,65	5.380.712,04	37.193.005,12
BA	CANUDOS	2906824	427.820,50	470.602,55	513.384,60	556.166,66	620.049,12	662.135,20	662.135,20	673.408,77	704.314,87	704.314,87	704.314,87	704.314,87	1.255.147,97	8.658.110,05
BA	CAPELA DO ALTO ALEGRE	2906857	27.890,59	30.679,64	33.468,70	36.257,76	39.923,20	42.633,00	42.633,00	43.358,88	52.731,25	52.731,25	52.731,25	52.731,25	93.971,53	601.741,30
BA	CAPIM GROSSO	2906873	226.930,90	249.623,98	272.317,08	295.010,16	327.671,52	349.912,36	349.912,36	355.869,99	390.305,71	390.305,71	390.305,71	390.305,71	695.557,39	4.684.028,58
BA	CARAIBAS	2906899	49.685,33	54.653,87	59.622,40	64.590,93	71.394,75	76.240,70	76.240,70	77.538,78	90.195,72	90.195,72	90.195,72	90.195,72	160.736,32	1.051.486,66
BA	CARAVELAS	2906907	114.882,45	126.370,69	137.858,94	149.347,18	165.124,55	176.332,44	176.332,44	179.334,69	207.928,43	207.928,43	207.928,43	207.928,43	370.545,86	2.427.842,96
BA	CARDEAL DA SILVA	2907004	93.485,75	102.834,33	112.182,91	121.531,48	135.006,76	144.170,40	144.170,40	146.625,06	160.513,16	160.513,16	160.513,16	160.513,16	286.047,91	1.928.107,64
BA	CARINHANHA	2907103	344.670,77	379.137,84	413.604,92	448.071,99	498.330,61	532.155,01	532.155,01	541.215,52	583.917,18	583.917,18	583.917,18	583.917,18	1.040.589,17	7.065.599,56
BA	CASA NOVA	2907202	581.477,73	639.625,50	697.773,27	755.921,05	839.517,21	896.499,78	896.499,78	911.763,65	1.001.383,50	1.001.383,50	1.001.383,50	1.001.383,50	1.784.549,09	12.009.161,06
BA	CASTRO ALVES	2907301	284.655,18	313.120,71	341.586,23	370.051,74	411.649,27	439.590,13	439.590,13	447.074,63	481.012,10	481.012,10	481.012,10	481.012,10	857.203,77	5.828.570,19
BA	CATOLANDIA	2907400	-	-	-	-	45.040,70	48.097,86	48.097,86	48.916,78	54.095,59	54.095,59	54.095,59	54.095,59	96.402,92	502.938,48
BA	CATU	2907509	429.678,71	472.646,59	515.614,45	558.582,32	621.420,36	663.599,51	663.599,51	674.898,01	725.421,46	725.421,46	725.421,46	725.421,46	1.292.761,68	8.794.486,98
BA	CATURAMA	2907558	154.087,12	169.495,85	184.904,55	200.313,26	223.030,46	238.168,75	238.168,75	242.223,82	257.647,22	257.647,22	257.647,22	257.647,22	459.148,86	3.140.130,30
BA	CENTRAL	2907608	120.406,14	132.446,76	144.487,38	156.527,98	173.882,84	185.685,21	185.685,21	188.846,70	206.745,89	206.745,89	206.745,89	206.745,89	368.438,48	2.483.390,26
BA	CHORROCHO	2907707	153.018,08	168.319,90	183.621,70	198.923,51	221.210,78	236.225,55	236.225,55	240.247,54	259.577,57	259.577,57	259.577,57	259.577,57	462.588,89	3.138.691,78
BA	CICERO DANTAS	2907806	727.139,46	799.853,40	872.567,35	945.281,29	1.053.561,41	1.125.072,31	1.125.072,31	1.144.227,88	1.201.132,54	1.201.132,54	1.201.132,54	1.201.132,54	2.140.518,54	14.737.824,11
BA	CIPO	2907905	255.085,80	280.594,39	306.102,96	331.611,54	369.076,44	394.127,66	394.127,66	400.838,10	428.472,90	428.472,90	428.472,90	428.472,90	763.574,47	5.209.030,62
BA	COARACI	2908002	152.502,35	167.752,58	183.002,82	198.253,06	220.246,67	235.196,00	235.196,00	239.200,46	261.686,30	261.686,30	261.686,30	261.686,30	466.346,82	3.144.441,96
BA	COCOS	2908101	89.481,29	98.429,41	107.377,55	116.325,67	128.614,24	137.343,99	137.343,99	139.682,42	161.958,77	161.958,77	161.958,77	161.958,77	288.624,12	1.891.057,76
BA	CONCEICAO DA FEIRA	2908200	333.734,66	367.108,14	400.481,59	433.855,07	483.187,87	515.984,44	515.984,44	524.769,63	556.258,49	556.258,49	556.258,49	556.258,49	991.299,08	6.791.438,88
BA	CONCEICAO DO ALMEIDA	2908309	51.155,70	56.271,26	61.386,83	66.502,40	73.554,08	78.546,60	78.546,60	79.883,94	92.229,82	92.229,82	92.229,82	92.229,82	164.361,29	1.079.127,98
BA	CONCEICAO DO COITE	2908408	885.965,00	974.561,50	1.063.158,00	1.151.754,50	1.283.089,52	1.370.179,74	1.370.179,74	1.393.508,53	1.471.629,68	1.471.629,68	1.471.629,68	1.471.629,68	2.622.567,08	18.001.482,33
BA	CONCEICAO DO JACUIPE	2908507	215.197,40	236.717,13	258.236,87	279.756,61	310.563,72	331.643,36	331.643,36	337.289,94	372.384,21	372.384,21	372.384,21	372.384,21	663.619,78	4.454.205,01
BA	CONDE	2908606	263.991,55	290.390,72	316.789,87	343.189,02	381.235,67	407.112,19	407.112,19	414.043,72	453.347,46	453.347,46	453.347,46	453.347,46	807.903,05	5.445.157,82
BA	CONDEUBA	2908705	75.948,90	83.543,79	91.138,69	98.733,57	109.165,49	116.575,14	116.575,14	118.559,96	137.441,44	137.441,44	137.441,44	137.441,44	244.932,16	1.604.938,60
BA	CONTENDAS DO SINCORA	2908804	10.410,15	11.451,18	12.492,18	13.533,20	14.750,69	15.751,90	15.751,90	16.020,09	21.738,45	21.738,45	21.738,45	21.738,45	38.739,77	235.854,86
BA	CORACAO DE MARIA	2908903	353.605,10	388.965,61	424.326,12	459.686,64	511.802,39	546.541,19	546.541,19	555.846,64	591.484,55	591.484,55	591.484,55	591.484,55	1.054.074,91	7.207.327,99
BA	CORDEIROS	2909000	73.972,10	81.369,31	88.766,53	96.163,73	106.908,15	114.164,58	114.164,58	116.108,36	125.890,66	125.890,66	125.890,66	125.890,66	224.347,69	1.519.527,67
BA	CORIBE	2909109	24.407,51	26.848,27	29.289,02	31.729,78	34.482,06	36.822,54	36.822,54	37.449,49	52.363,36	52.363,36	52.363,36	52.363,36	93.315,94	560.620,59
BA	CORONEL JOAO SA	2909208	310.783,00	341.861,31	372.939,60	404.017,91	449.102,40	479.585,41	479.585,41	487.750,87	529.684,33	529.684,33	529.684,33	529.684,33	943.941,73	6.388.304,96
BA	CORRENTINA	2909307	-	-	-	-	-	-	-	-	28.912,27	28.912,27	28.912,27	28.912,27	51.524,10	167.173,18
BA	COTEGIPE	2909406	137.473,91	151.221,30	164.968,70	178.716,08	198.577,32	212.055,82	212.055,82	215.666,30	235.420,48	235.420,48	235.420,48	235.420,48	419.538,96	2.831.956,13
BA	CRAVOLANDIA	2909505	2.821,90	3.104,09	3.386,28	3.668,47	3.724,92	3.977,75	3.977,75	4.045,48	9.627,64	9.627,64	9.627,64	9.627,64	17.157,28	84.374,48
BA	CRISOPOLIS	2909604	258.741,24	284.615,36	310.489,49	336.363,60	374.190,98	399.589,35	399.589,35	406.392,78	436.994,14	436.994,14	436.994,14	436.994,14	778.760,04	5.296.708,75
BA	CRISTOPOLIS	2909703	87.707,35	96.478,09	105.248,82	114.019,56	126.431,92	135.013,53	135.013,53	137.312,28	153.731,93	153.731,93	153.731,93	153.731,93	273.963,19	1.826.115,99
BA	CRUZ DAS ALMAS	2909802	515.260,36	566.786,39	618.312,43	669.838,46	745.141,76	795.718,56	795.718,56	809.266,53	870.598,15	870.598,15	870.598,15	870.598,15	1.551.478,68	10.549.914,33
BA	CURACA	2909901	467.344,28	514.078,71	560.813,14	607.547,56	675.787,00	721.656,31	721.656,31	733.943,29	790.472,24	790.472,24	790.472,24	790.472,24	1.408.687,60	9.573.403,16
BA	DARIO MEIRA	2910008	333.504,06	366.854,46	400.204,87	433.555,28	482.995,08	515.778,57	515.778,57	524.560,25	553.947,90	553.947,90	553.947,90	553.947,90	987.181,41	6.776.204,15
BA	DIAS DAVILA	2910057	495.857,51	545.443,26	595.029,01	644.614,76	715.273,33	763.822,79	763.822,79	776.827,70	888.979,82	888.979,82	888.979,82	888.979,82	1.584.236,35	10.440.846,78
BA	DOM BASILIO	2910107	131.268,22	144.395,05	157.521,87	170.648,70	189.789,60	202.671,65	202.671,65	206.122,35	222.387,26	222.387,26	222.387,26	222.387,26	396.312,70	2.690.950,83
BA	DOM MACEDO COSTA	2910206	58.613,21	64.474,52	70.335,85	76.197,16	84.791,50	90.546,76	90.546,76	92.088,42	98.648,77	98.648,77	98.648,77	98.648,77	175.800,40	1.197.989,66
BA	ELISIO MEDRADO	2910305	200.923,84	221.016,22	241.108,61	261.200,99	291.118,88	310.878,70	310.878,70	316.171,74	331.927,69	331.927,69	331.927,69	331.927,69	591.522,85	4.072.531,29
BA	ENCRUZILHADA	2910404	179.574,25	197.531,67	215.489,10	233.446,52	259.164,12	276.754,99	276.754,99	281.467,04	310.601,46	310.601,46	310.601,46	310.601,46	553.517,76	3.716.106,28
BA	ERICO CARDOSO	2900504	152.217,48	167.439,23	182.660,97	197.882,72	220.282,34	235.234,09	235.234,09	239.239,20	255.093,55	255.093,55	255.093,55	255.093,55	454.598,02	3.105.162,34
BA	ESPLANADA	2910602	167.738,13	184.511,94	201.285,75	218.059,57	241.288,27	257.665,81	257.665,81	262.052,85	309.200,43	309.200,43	309.200,43	309.200,43	551.020,96	3.578.090,81
BA	EUCLIDES DA CUNHA	2910701	489.999,70	538.999,67	587.999,63	636.999,61	707.321,98	755.331,75	755.331,75	768.192,08	845.517,64	845.517,64	845.517,64	845.517,64	1.506.783,07	10.129.029,80
BA	EUNAPOLIS	2910727	816.584,13	898.242,54	979.900,96	1.061.559,37	1.178.822,71	1.258.835,78	1.258.835,78	1.280.268,81	1.419.257,82	1.419.257,82	1.419.257,82	1.419.257,82	2.529.236,04	16.939.317,40
BA	FATIMA	2910750	323.923,94	356.316,35	388.708,73	421.101,13	469.106,91	500.947,73	500.947,73	509.476,91	538.224,29	538.224,29	538.224,29	538.224,29	959.160,64	6.582.587,23
BA	FEIRA DA MATA	2910776	33.453,85	36.799,22	40.144,61	43.490,00	48.212,75	51.485,21	51.485,21	52.361,80	58.796,23	58.796,23	58.796,23	58.796,23	104.779,80	697.397,37
BA	FILADELFIA	2910859	461.482,56	507.630,82	553.779,07	599.927,32	668.709,37	714.098,29	714.098,29	726.256,58	761.464,31	761.464,31	761.464,31	761.464,31	1.356.993,04	9.348.832,58
BA	FIRMINO ALVES	2910909	23.526,37	25.879,02	28.231,66	30.584,29	33.798,49	36.092,58	36.092,58	36.707,10	42.810,10	42.810,10	42.810,10	42.810,10	76.291,23	498.443,72
BA	FLORESTA AZUL	2911006	102.576,26	112.833,88	123.091,52	133.349,13	148.320,80	158.388,14	158.388,14	161.084,87	173.581,21	173.581,21	173.581,21	173.581,21	309.336,26	2.101.693,84
BA	GANDU	2911204	164.351,42	180.786,57	197.221,71	213.656,85	236.907,95	252.988,18	252.988,18	257.295,57	288.180,99	288.180,99	288.180,99	288.180,99	513.562,57	3.422.482,96
BA	GAVIAO	2911253	100.451,08	110.496,19	120.541,30	130.586,41	145.486,13	155.361,06	155.361,06	158.006,25	166.732,35	166.732,35	166.732,35	166.732,35	297.130,99	2.040.349,87
BA	GLORIA	2911402	159.273,51	175.200,87	191.128,22	207.055,57	230.164,82	245.787,35	245.787,35	249.972,14	271.406,02	271.406,02	271.406,02	271.406,02	483.668,16	3.273.662,07
BA	GONGOGI	2911501	125.645,05	138.209,54	150.774,05	163.338,56	181.898,97	194.245,44	194.245,44	197.552,67	209.591,68	209.591,68	209.591,68	209.591,68	373.509,91	2.557.786,35
BA	GOVERNADOR MANGABEIRA	2911600	327.263,18	359.989,49	392.715,81	425.442,13	473.659,00	505.808,79	505.808,79	514.420,73	547.647,15	547.647,15	547.647,15	547.647,15	975.952,96	6.671.649,48
BA	GUAJERU	2911659	27.194,92	29.914,42	32.633,90	35.353,40	39.030,18	41.679,37	41.679,37	42.389,00	50.012,99	50.012,99	50.012,99	50.012,99	89.127,33	579.053,85
BA	GUANAMBI	2911709	387.354,32	426.089,76	464.825,19	503.560,61	557.834,02	595.697,23	595.697,23	605.839,62	686.389,73	686.389,73	686.389,73	686.389,73	1.223.203,83	8.105.660,73
BA	GUARATINGA	2911808	119.614,35	131.575,77	143.537,21	155.498,65	172.366,32	184.065,75	184.065,75	187.199,67	245.180,02	245.180,02	245.180,02	245.180,02	436.931,27	2.695.574,82
BA	HELIOPOLIS	2911857	104.076,04	114.483,64	124.891,25	135.298,85	150.219,16	160.415,34	160.415,34	163.146,59	179.808,91	179.808,91	179.808,91	179.808,91	320.434,52	2.152.616,37
BA	IACU	2911907	616.139,52	677.753,46	739.367,42	800.981,37	892.515,35	953.095,19	953.095,19	969.322,66	1.020.736,87	1.020.736,87	1.020.736,87	1.020.736,87	1.819.038,39	12.504.256,03
BA	IBIASSUCE	2912004	12.592,97	13.852,27	15.111,56	16.370,86	17.742,33	18.946,60	18.946,60	19.269,19	27.679,61	27.679,61	27.679,61	27.679,61	49.327,39	292.878,21
BA	IBICARAI	2912103	148.153,21	162.968,52	177.783,85	192.599,17	214.010,27	228.536,31	228.536,31	232.427,38	253.612,87	253.612,87	253.612,87	253.612,87	451.959,28	3.051.425,78
BA	IBICOARA	2912202	256.955,02	282.650,53	308.346,03	334.041,54	371.552,06	396.771,30	396.771,30	403.526,76	434.737,95	434.737,95	434.737,95	434.737,95	774.739,32	5.264.305,66
BA	IBICUI	2912301	92.943,62	102.237,99	111.532,35	120.826,71	134.086,77	143.187,96	143.187,96	145.625,89	161.453,78	161.453,78	161.453,78	161.453,78	287.724,19	1.927.168,56

BA	IBIPEBA	2912400	79.671,78	87.638,95	95.606,13	103.573,31	114.725,34	122.512,36	122.512,36	124.598,27	141.328,44	141.328,44	141.328,44	141.328,44	251.859,12	1.668.011,38
BA	IBIPITANGA	2912509	89.350,15	98.285,17	107.220,18	116.155,21	128.848,66	137.594,31	137.594,31	139.937,00	155.947,79	155.947,79	155.947,79	155.947,79	277.912,02	1.856.688,17
BA	IBIQUERA	2912608	28.851,99	31.737,20	34.622,39	37.507,59	41.581,49	44.403,85	44.403,85	45.159,87	50.697,46	50.697,46	50.697,46	50.697,46	90.347,12	601.405,19
BA	IBIRAPITANGA	2912707	404.057,85	444.463,63	484.869,41	525.275,19	584.558,57	624.235,71	624.235,71	634.864,00	679.541,45	679.541,45	679.541,45	679.541,45	1.210.999,65	8.255.725,52
BA	IBIRAPUA	2912806	70.171,26	77.188,39	84.205,51	91.222,64	101.185,93	108.053,96	108.053,96	109.893,70	122.549,36	122.549,36	122.549,36	122.549,36	218.393,23	1.458.566,02
BA	IBIRATAIA	2912905	43.553,55	47.908,91	52.264,27	56.619,62	61.907,91	66.109,93	66.109,93	67.235,52	88.291,69	88.291,69	88.291,69	88.291,69	157.343,18	972.219,58
BA	IBITIARA	2913002	72.764,57	80.041,03	87.317,49	94.593,95	104.808,81	111.922,75	111.922,75	113.828,36	128.670,84	128.670,84	128.670,84	128.670,84	229.302,22	1.521.185,29
BA	IBITITA	2913101	122.714,17	134.985,60	147.257,01	159.528,43	177.123,78	189.146,12	189.146,12	192.366,54	211.967,44	211.967,44	211.967,44	211.967,44	377.743,72	2.537.881,25
BA	IBOTIRAMA	2913200	342.304,95	376.535,44	410.765,94	444.996,43	495.074,33	528.677,70	528.677,70	537.679,01	577.666,74	577.666,74	577.666,74	577.666,74	1.029.450,39	7.004.828,85
BA	ICHU	2913309	134.797,57	148.277,33	161.757,08	175.236,84	195.257,54	208.510,73	208.510,73	212.060,85	223.381,06	223.381,06	223.381,06	223.381,06	398.083,76	2.736.016,67
BA	IGAPORA	2913408	162.439,09	178.683,00	194.926,91	211.170,82	234.957,08	250.904,88	250.904,88	255.176,81	273.827,89	273.827,89	273.827,89	273.827,89	487.984,17	3.322.459,20
BA	IGRAPIUNA	2913457	261.453,20	287.598,52	313.743,85	339.889,16	378.463,50	404.151,86	404.151,86	411.032,98	436.789,52	436.789,52	436.789,52	436.789,52	778.395,40	5.326.038,41
BA	IGUAI	2913507	128.106,26	140.916,89	153.727,52	166.538,14	184.417,41	196.934,82	196.934,82	200.287,85	227.960,40	227.960,40	227.960,40	227.960,40	406.244,46	2.685.949,77
BA	ILHEUS	2913606	76.332,53	83.965,78	91.599,03	99.232,29	103.624,62	110.658,19	110.658,19	112.542,26	221.311,03	221.311,03	221.311,03	221.311,03	394.394,80	2.068.251,81
BA	INHAMBUPE	2913705	426.271,07	468.898,17	511.525,28	554.152,39	616.333,14	658.167,00	658.167,00	669.373,01	721.838,18	721.838,18	721.838,18	721.838,18	1.286.375,96	8.736.615,74
BA	IPECAETA	2913804	471.860,29	519.046,32	566.232,35	613.418,37	683.772,29	730.183,61	730.183,61	742.615,77	778.245,16	778.245,16	778.245,16	778.245,16	1.386.897,93	9.557.191,18
BA	IPIAU	2913903	535.442,22	588.986,45	642.530,67	696.074,89	774.967,22	827.568,43	827.568,43	841.658,68	895.966,73	895.966,73	895.966,73	895.966,73	1.596.687,58	10.915.351,49
BA	IPIRA	2914000	436.508,17	480.158,98	523.809,80	567.460,61	630.376,78	673.163,86	673.163,86	684.625,20	749.520,63	749.520,63	749.520,63	749.520,63	1.335.708,41	9.003.058,19
BA	IPUPIARA	2914109	50.644,74	55.709,21	60.773,69	65.838,17	72.839,23	77.783,22	77.783,22	79.107,56	91.038,13	91.038,13	91.038,13	91.038,13	162.237,59	1.066.869,15
BA	IRAJUBA	2914208	151.665,99	166.832,60	181.999,19	197.165,79	219.643,42	234.551,81	234.551,81	238.545,31	251.996,27	251.996,27	251.996,27	251.996,27	449.078,40	3.082.019,40
BA	IRAMAIA	2914307	156.767,83	172.444,61	188.121,40	203.798,17	226.740,77	242.130,89	242.130,89	246.253,43	264.448,06	264.448,06	264.448,06	264.448,06	471.268,52	3.207.448,75
BA	IRAQUARA	2914406	208.887,43	229.776,18	250.664,92	271.553,67	301.581,57	322.051,54	322.051,54	327.534,81	359.770,81	359.770,81	359.770,81	359.770,81	641.141,64	4.314.326,54
BA	IRARA	2914505	447.409,83	492.150,81	536.891,79	581.632,78	647.445,28	691.390,89	691.390,89	703.162,57	750.149,62	750.149,62	750.149,62	750.149,62	1.336.829,32	9.128.902,64
BA	IRECE	2914604	466.119,51	512.731,46	559.343,42	605.955,36	673.077,72	718.763,14	718.763,14	731.000,86	801.210,07	801.210,07	801.210,07	801.210,07	1.427.823,27	9.618.418,16
BA	ITABELA	2914653	223.595,59	245.955,15	268.314,71	290.674,27	322.560,18	344.454,09	344.454,09	350.318,79	388.602,27	388.602,27	388.602,27	388.602,27	692.521,72	4.637.257,67
BA	ITABERABA	2914703	891.941,77	981.135,95	1.070.330,13	1.159.524,30	1.290.976,86	1.378.602,44	1.378.602,44	1.402.074,63	1.492.257,52	1.492.257,52	1.492.257,52	1.492.257,52	2.659.327,64	18.181.546,24
BA	ITABUNA	2914802	607.224,17	667.946,59	728.669,00	789.391,42	874.201,51	933.538,29	933.538,29	949.432,79	1.079.683,33	1.079.683,33	1.079.683,33	1.079.683,33	1.924.085,94	12.726.761,32
BA	ITACARE	2914901	242.581,41	266.839,54	291.097,69	315.355,83	350.154,65	373.921,54	373.921,54	380.287,96	418.794,32	418.794,32	418.794,32	418.794,32	746.326,46	5.015.663,90
BA	ITAGI	2915106	286.393,87	315.033,27	343.672,66	372.312,04	414.750,46	442.901,81	442.901,81	450.442,69	475.938,72	475.938,72	475.938,72	475.938,72	848.162,56	5.820.326,05
BA	ITAGIBA	2915205	42.270,42	46.497,47	50.724,50	54.951,55	60.112,60	64.192,77	64.192,77	65.285,72	85.300,49	85.300,49	85.300,49	85.300,49	152.012,65	941.442,41
BA	ITAGIMIRIM	2915304	118.621,29	130.483,43	142.345,56	154.207,68	171.599,45	183.246,83	183.246,83	186.366,81	199.664,95	199.664,95	199.664,95	199.664,95	355.819,64	2.424.597,32
BA	ITAGUACU DA BAHIA	2915353	31.493,46	34.642,79	37.792,15	40.941,49	44.759,89	47.797,99	47.797,99	48.611,80	63.919,11	63.919,11	63.919,11	63.919,11	113.909,23	703.423,23
BA	ITAJU DO COLONIA	2915403	68.975,94	75.873,53	82.771,13	89.668,72	99.611,68	106.372,86	106.372,86	108.183,97	118.422,29	118.422,29	118.422,29	118.422,29	211.038,43	1.422.558,28
BA	ITAJUIPE	2915502	168.476,53	185.324,19	202.171,83	219.019,49	243.336,64	259.853,21	259.853,21	264.277,49	288.827,29	288.827,29	288.827,29	288.827,29	514.714,33	3.472.336,08
BA	ITAMARAJU	2915601	551.097,37	606.207,10	661.316,84	716.426,58	796.265,97	850.312,84	850.312,84	864.790,34	940.724,50	940.724,50	940.724,50	940.724,50	1.676.449,68	11.336.077,56
BA	ITAMBE	2915809	286.293,11	314.922,43	343.551,73	372.181,04	413.774,54	441.859,65	441.859,65	449.382,79	487.102,71	487.102,71	487.102,71	487.102,71	868.057,74	5.880.293,52
BA	ITANAGRA	2915908	-	-	-	-	130.825,18	139.705,00	139.705,00	142.083,63	153.585,19	153.585,19	153.585,19	153.585,19	273.701,68	1.440.361,25
BA	ITANHEM	2916005	105.084,93	115.593,43	126.101,92	136.610,41	151.321,21	161.592,20	161.592,20	164.343,48	186.386,95	186.386,95	186.386,95	186.386,95	332.157,17	2.199.944,75
BA	ITAPARICA	2916104	395.935,65	435.529,22	475.122,78	514.716,35	573.381,26	612.299,75	612.299,75	622.724,81	658.055,49	658.055,49	658.055,49	658.055,49	1.172.709,89	8.046.941,42
BA	ITAPE	2916203	148.209,86	163.030,85	177.851,84	192.672,81	214.445,97	229.001,58	229.001,58	232.900,58	248.878,71	248.878,71	248.878,71	248.878,71	443.522,65	3.026.152,56
BA	ITAPEBI	2916302	15.668,22	17.235,05	18.801,88	20.368,69	21.978,31	23.470,10	23.470,10	23.869,70	35.760,36	35.760,36	35.760,36	35.760,36	63.727,97	371.631,46
BA	ITAPETINGA	2916401	388.315,46	427.147,01	465.978,55	504.810,10	559.954,65	597.961,80	597.961,80	608.142,74	678.037,93	678.037,93	678.037,93	678.037,93	1.208.320,23	8.070.744,06
BA	ITAPICURU	2916500	1.119.744,99	1.231.719,49	1.343.694,00	1.455.668,49	1.622.987,39	1.733.148,32	1.733.148,32	1.762.657,04	1.841.812,42	1.841.812,42	1.841.812,42	1.841.812,42	3.282.263,68	22.652.281,40
BA	ITAPITANGA	2916609	114.973,88	126.471,26	137.968,66	149.466,04	166.273,74	177.559,63	177.559,63	180.582,78	194.198,61	194.198,61	194.198,61	194.198,61	346.078,17	2.353.728,23
BA	ITAQUARA	2916708	85.721,11	94.293,22	102.865,34	111.437,44	123.971,50	132.386,11	132.386,11	134.640,13	144.751,42	144.751,42	144.751,42	144.751,42	257.959,15	1.754.665,79
BA	ITARANTIM	2916807	107.968,68	118.765,54	129.562,42	140.359,29	155.648,07	166.212,75	166.212,75	169.042,70	189.122,20	189.122,20	189.122,20	189.122,20	337.031,60	2.247.292,60
BA	ITATIM	2916856	251.059,53	276.165,47	301.271,43	326.377,39	363.070,11	387.713,64	387.713,64	394.314,88	424.178,72	424.178,72	424.178,72	424.178,72	755.921,89	5.140.322,86
BA	ITIRUCU	2916906	115.398,24	126.938,08	138.477,90	150.017,72	166.925,41	178.255,54	178.255,54	181.290,54	194.397,23	194.397,23	194.397,23	194.397,23	346.432,16	2.359.580,05
BA	ITIUBA	2917003	468.156,83	514.972,50	561.788,19	608.603,87	676.574,96	722.497,76	722.497,76	734.799,06	797.129,92	797.129,92	797.129,92	797.129,92	1.420.552,11	9.618.962,72
BA	ITORORO	2917102	90.295,54	99.325,10	108.354,65	117.384,21	129.993,24	138.816,58	138.816,58	141.180,08	160.584,08	160.584,08	160.584,08	160.584,08	286.174,26	1.892.676,56
BA	ITUACU	2917201	222.308,18	244.539,00	266.769,82	289.000,64	321.450,72	343.269,32	343.269,32	349.113,85	376.155,84	376.155,84	376.155,84	376.155,84	670.341,15	4.554.685,36
BA	ITUBERA	2917300	134.874,35	148.361,79	161.849,22	175.336,66	194.217,13	207.399,70	207.399,70	210.930,90	239.231,19	239.231,19	239.231,19	239.231,19	426.329,96	2.823.624,17
BA	IUIU	2917334	79.097,98	87.007,78	94.917,57	102.827,37	113.991,31	121.728,52	121.728,52	123.801,08	139.051,43	139.051,43	139.051,43	139.051,43	247.801,29	1.649.107,14
BA	JACARACI	2917409	80.901,68	88.991,85	97.082,02	105.172,18	116.668,55	124.587,47	124.587,47	126.708,71	141.159,47	141.159,47	141.159,47	141.159,47	251.558,01	1.680.895,82
BA	JACOBINA	2917508	391.259,27	430.385,20	469.511,12	508.637,06	563.892,84	602.167,30	602.167,30	612.419,84	687.366,93	687.366,93	687.366,93	687.366,93	1.224.945,30	8.154.852,95
BA	JAGUAQUARA	2917607	551.308,65	606.439,52	661.570,38	716.701,25	797.325,75	851.444,56	851.444,56	865.941,32	932.548,75	932.548,75	932.548,75	932.548,75	1.661.879,80	11.294.250,79
BA	JAGUARARI	2917706	398.199,30	438.019,22	477.839,15	517.659,08	576.339,04	615.458,29	615.458,29	625.937,13	666.191,33	666.191,33	666.191,33	666.191,33	1.187.208,59	8.116.883,41
BA	JAGUARIPE	2917805	225.237,34	247.761,08	270.284,81	292.808,54	325.486,81	347.579,35	347.579,35	353.497,27	383.834,32	383.834,32	383.834,32	383.834,32	684.024,79	4.629.596,62
BA	JANDAIRA	2917904	74.767,47	82.244,22	89.720,96	97.197,72	107.624,03	114.929,06	114.929,06	116.885,85	133.164,37	133.164,37	133.164,37	133.164,37	237.310,07	1.568.265,92
BA	JEQUIE	2918001	651.574,95	716.732,44	781.889,94	847.047,43	938.370,04	1.002.062,29	1.002.062,29	1.019.123,48	1.316.527,00	1.316.527,00	1.316.527,00	1.316.527,00	2.346.161,12	14.571.131,98
BA	JEREMOABO	2918100	535.829,26	589.412,17	642.995,11	696.578,03	775.158,26	827.772,44	827.772,44	841.866,16	901.653,81	901.653,81	901.653,81	901.653,81	1.606.822,45	10.950.821,56
BA	JIQUIRICA	2918209	263.772,94	290.150,23	316.527,52	342.904,81	381.695,77	407.603,53	407.603,53	414.543,42	442.380,02	442.380,02	442.380,02	442.380,02	788.358,15	5.382.679,98
BA	JITAUNA	2918308	400.806,49	440.887,13	480.967,78	521.048,43	580.409,71	619.805,25	619.805,25	630.358,10	666.496,87	666.496,87	666.496,87	666.496,87	1.187.753,11	8.147.828,73
BA	JOAO DOURADO	2918357	385.556,54	424.112,19	462.667,85	501.223,50	558.015,09	595.890,59	595.890,59	606.036,27	645.385,20	645.385,20	645.385,20	645.385,20	1.150.130,32	7.861.063,74
BA	JUAZEIRO	2918407	2.684.097,66	2.952.507,42	3.220.917,19	3.489.326,96	3.883.914,35	4.147.536,61	4.147.536,61	4.218.152,90	4.503.492,66	4.503.492,66	4.503.492,66	4.503.492,66	8.025.600,39	54.783.560,73
BA	JUCURUCU	2918456	79.915,41	87.906,94	95.898,49	103.890,03	115.346,30	123.175,48	123.175,48	125.272,67	138.072,45	138.072,45	138.072,45	138.072,45	246.056,68	1.652.927,28
BA	JUSSARA	2918506	152.734,24	168.007,66	183.281,08	198.554,51	220.706,79	235.687,35	235.687,35	239.700,18	260.374,53	260.374,53	260.374,53	260.374,53	464.009,13	3.139.866,41
BA	JUSSARI	2918555	81.346,34	89.480,97	97.615,61	105.750,24	117.468,68	125.441,92	125.441,92	127.577,70	139.765,96	139.765,96	139.765,96	139.765,96	249.074,66	1.678.261,88
BA	JUSSIAPE	2918605	47.161,59	51.877,75	56.593,91	61.310,06	68.075,63	72.696,29	72.696,29	73.934,02	81.418,26	81.418,26	81.418,26	81.418,26	145.094,16	975.112,74
BA	LAFAIETE COUTINHO	2918704	94.624,54	104.086,99	113.549,45	123.011,90	136.927,54	146.221,55	146.221,55	148.711,13	158.697,44	158.697,44	158.697,44	158.697,44	282.812,14	1.930.956,55
BA	LAGOA REAL	2918753	78.553,10	86.408,40	94.263,71	102.119,02	113.308,92	120.999,81	120.999,81	123.059,96	136.689,17	136.689,17	136.689,17	136.689,17	243.591,56	1.630.060,97
BA	LAJE	2918803	225.579,71	248.137,69	270.695,65	293.253,63	325.863,21	347.981,31	347.981,31	353.906,07	386.033,53	386.033,53	386.033,53	386.033,53	687.943,97	4.645.476,67
BA	LAJEDAO	2918902	37.296,38	41.026,01	44.755,66	48.485,29	53.857,89	57.513,52	57.513,52	58.492,75	64.083,45	64.083,45	64.083,45	64.083,45	114.202,11	769.476,93
BA	LAJEDINHO	2919009	5.856,11	6.441,71	7.027,33	7.612,94	8.212,27	8.769,68	8.769,68	8.918,99	13.396,70	13.396,70	13.396,70	13.396,70	23.874,07	139.069,58
BA	LAJEDO DO TABOCAL	2919058	168.926,59	185.819,24	202.711,90	219.604,56	244.611,18	261.214,26	261.214,26	265.661,72	281.072,61	281.072,61	281.072,61	281.072,61	500.894,88	3.434.949,03
BA	LAMARAO	2919108	60.898,22	66.988,04	73.077,86	79.167,68	87.744,03	93.699,69	93.699,69	95.295,03	107.314,44	107.314,44	107.314,44	107.314,44	191.243,32	1.271.071,32
BA	LAPAO	2919157	387.717,43	426.489,18	465.260,93	504.032,67	560.759,53	598.821,31	598.821,31	609.016,89	654.231,62	654.231,62	654.231,62	654.231,62	1.165.895,42	7.933.741,15
BA	LENCOIS	2919306	91.572,75	100.730,02	109.887,30	119.044,57	132.167,90	141.138,84	141.138,84	143.541,89	158.269,06	158.269,06	158.269,06	158.269,06	282.048,71	1.894.347,06
BA	LICINIO DE ALMEIDA	2919405	119.100,10	131.010,10	142.920,11	154.830,13	172.179,73	183.866,50	183.866,50	186.997,03	202.004,79	202.004,79	202.004,79	202.004,79	359.989,44	2.442.778,80
BA	LIVRAMENTO DE NOSSA SENHORA	2919504	224.648,74	247.113,62	269.578,49	292.043,37	323.956,48	345.945,16	345.945,16	351.835,24	392.111,70	392.111,70	392.111,70	392.111,70	698.775,80	4.668.288,86
BA	LUIS EDUARDO MAGALHAES	2919553	86.026,49	94.629,14	103.231,79	111.834,43	117.328,37	125.292,08	125.292,08	127.425,32	241.992,71	241.992,71	241.992,71	241.992,71	431.251,19	2.290.281,73
BA	MACAJUBA	2919603	231.682,77	254.851,05	278.019,33	301.187,60	335.354,55	358.116,88	358.116,88	364.214,20	387.260,64	387.260,64	387.260,64	387.260,64	690.130,81	4.720.716,63
BA	MACARANI	2919702	122.303,48	134.533,83	146.764,18	158.994,52	176.394,69	188.367,55	188.367,55	191.574,71	213.118,73	213.118,73	213.118,73	213.118,73	379.795,44	2.539.570,87
BA	MACAUBAS	2919801	336.236,67	369.860,33	403.484,01	437.107,66	485.528,29	518.483,72	518.483,72	527.311,47	577.931,80	577.931,80	577.931,80	577.931,80	1.029.922,75	6.938.145,82
BA	MACURURE	2919900	203.222,54	223.544,79	243.867,05	264.189,30	294.431,94	314.416,63	314.416,63	319.769,91	335.964,54	335.964,54	335.964,54	335.964,54	598.716,89	4.120.433,84
BA	MAETINGA	2919959	41.659,85	45.825,85	49.991,83	54.157,81	60.016,01	64.089,62	64.089,62	65.180,82	73.532,79	73.532,79	73.532,79	73.532,79	131.041,61	870.184,18
BA	MAIRI	2920106	96.802,83	106.483,11	116.163,40	125.843,68	139.538,76	149.010,01	149.010,01	151.547,06	169.735,46	169.735,46	169.735,46	169.735,46	302.482,83	2.015.823,53
BA	MALHADA	2920205	85.517,20	94.068,92	102.620,64	111.172,36	122.965,89	131.312,25	131.312,25	133.547,98	154.110,14	154.110,14	154.110,14	154.110,14	274.637,19	1.803.595,24
BA	MALHADA DE PEDRAS	2920304	249.115,70	274.027,27	298.938,84	323.850,41	361.063,50	385.570,83	385.570,83	392.135,59	409.911,56	409.911,56	409.911,56	409.911,56	730.496,63	5.040.415,84
BA	MANOEL VITORINO	2920403	14.225,52	15.648,08	17.070,63	18.493,18	19.684,90	21.021,02	21.021,02	21.378,92	36.149,61	36.149,61	36.149,61	36.149,61	64.421,66	357.563,37
BA	MANSIDAO	2920452	33.442,75	36.787,02	40.131,29	43.475,56	47.721,35	50.960,46	50.960,46	51.828,11	65.267,18	65.267,18	65.267,18	65.267,18	116.311,59	732.687,31
BA	MARACAS	2920502	177.305,49	195.036,03	212.766,58	230.497,13	255.569,11	272.915,97	272.915,97	277.562,65	319.289,69	319.289,69	319.289,69	319.289,69	569.000,88	3.740.728,57
BA	MARAGOGIPE	2920601	482.417,39	530.659,14	578.900,87	627.142,62	697.924,31	745.296,21	745.296,21	757.985,68	811.306,60	811.306,60	811.306,60	811.306,60	1.445.816,18	9.856.665,01
BA	MARAU	2920700	193.036,95	212.340,64	231.644,34	250.948,04	278.255,78	297.142,50	297.142,50	302.201,67	338.500,57	338.500,57	338.500,57	338.500,57	603.236,31	4.019.951,01
BA	MARCIONILIO SOUZA	2920809	141.113,36	155.224,69	169.336,03	183.447,37	204.094,47	217.947,46	217.947,46	221.658,24	238.102,39	238.102,39	238.102,39	238.102,39	424.318,36	2.887.497,00
BA	MASCOTE	2920908	10.704,71	11.775,19	12.845,65	13.916,13	14.605,91	15.597,29	15.597,29	15.862,85	30.028,42	30.028,42	30.028,42	30.028,42	53.513,18	284.531,88
BA	MATINA	2921054	107.660,31	118.426,34	129.192,37	139.958,40	155.510,26	166.065,58	166.065,58	168.893,03	184.394,28	184.394,28	184.394,28	184.394,28	328.606,04	2.217.955,03

BA	MEDEIROS NETO	2921104	170.415,91	187.457,50	204.499,08	221.540,68	245.982,23	262.678,37	262.678,37	267.150,75	294.275,29	294.275,29	294.275,29	294.275,29	524.423,11	3.523.927,16
BA	MIGUEL CALMON	2921203	250.509,03	275.559,94	300.610,85	325.661,75	362.123,18	386.702,44	386.702,44	393.286,47	425.307,94	425.307,94	425.307,94	425.307,94	757.934,26	5.140.322,12
BA	MILAGRES	2921302	96.866,25	106.552,88	116.239,51	125.926,13	139.868,70	149.362,35	149.362,35	151.905,40	166.590,24	166.590,24	166.590,24	166.590,24	296.877,77	1.999.322,30
BA	MIRANGABA	2921401	154.262,85	169.689,13	185.115,41	200.541,70	222.730,47	237.848,39	237.848,39	241.898,02	265.509,09	265.509,09	265.509,09	265.509,09	473.159,36	3.185.130,08
BA	MIRANTE	2921450	76.826,40	84.509,04	92.191,68	99.874,32	110.951,91	118.482,82	118.482,82	120.500,12	131.859,69	131.859,69	131.859,69	131.859,69	234.985,03	1.584.242,90
BA	MONTE SANTO	2921500	1.204.667,46	1.325.134,20	1.445.600,94	1.566.067,69	1.745.102,81	1.863.552,37	1.863.552,37	1.895.281,36	1.994.786,53	1.994.786,53	1.994.786,53	1.994.786,53	3.554.876,35	24.442.981,67
BA	MORPARA	2921609	100.457,58	110.503,34	120.549,10	130.594,86	145.278,60	155.139,44	155.139,44	157.780,86	169.705,02	169.705,02	169.705,02	169.705,02	302.428,59	2.056.691,89
BA	MORRO DO CHAPEU	2921708	255.869,61	281.456,57	307.043,52	332.630,49	369.282,68	394.347,89	394.347,89	401.062,08	442.456,83	442.456,83	442.456,83	442.456,83	788.495,05	5.294.363,10
BA	MORTUGABA	2921807	96.820,85	106.502,95	116.185,02	125.867,12	139.857,04	149.349,89	149.349,89	151.892,74	165.776,42	165.776,42	165.776,42	165.776,42	295.427,45	1.994.358,63
BA	MUCUGE	2921906	-	-	-	-	23.628,21	25.231,99	25.231,99	25.661,59	38.606,44	38.606,44	38.606,44	38.606,44	68.799,96	322.979,50
BA	MULUNGU DO MORRO	2922052	89.016,70	97.918,38	106.820,04	115.721,72	128.167,52	136.866,94	136.866,94	139.197,25	158.100,15	158.100,15	158.100,15	158.100,15	281.747,69	1.864.723,78
BA	MUNDO NOVO	2922102	77.503,00	85.253,30	93.003,59	100.753,90	111.309,44	118.864,61	118.864,61	120.888,41	141.480,33	141.480,33	141.480,33	141.480,33	252.129,83	1.644.492,01
BA	MUNIZ FERREIRA	2922201	-	-	-	-	164.456,50	175.619,05	175.619,05	178.609,15	188.961,56	188.961,56	188.961,56	188.961,56	336.745,30	1.786.895,29
BA	MUQUEM DE SAO FRANCISCO	2922250	112.602,14	123.862,37	135.122,57	146.382,79	162.343,00	173.362,10	173.362,10	176.313,78	197.029,44	197.029,44	197.029,44	197.029,44	351.122,97	2.342.591,58
BA	MURITIBA	2922300	905.868,45	996.455,29	1.087.042,14	1.177.628,99	1.313.349,80	1.402.493,95	1.402.493,95	1.426.372,92	1.486.270,74	1.486.270,74	1.486.270,74	1.486.270,74	2.648.658,67	18.305.447,12
BA	MUTUIPE	2922409	175.153,45	192.668,79	210.184,14	227.699,49	252.936,31	270.104,46	270.104,46	274.703,28	300.875,10	300.875,10	300.875,10	300.875,10	536.184,53	3.613.239,31
BA	NAZARE	2922508	1.456.346,29	1.601.980,91	1.747.615,54	1.893.250,16	2.111.687,89	2.255.019,56	2.255.019,56	2.293.413,70	2.384.250,28	2.384.250,28	2.384.250,28	2.384.250,28	4.248.933,26	29.400.267,99
BA	NILO PECANHA	2922607	312.318,59	343.550,44	374.782,30	406.014,16	452.173,64	482.865,11	482.865,11	491.086,41	520.666,45	520.666,45	520.666,45	520.666,45	927.871,13	6.356.192,69
BA	NORDESTINA	2922656	157.989,88	173.788,86	189.587,86	205.386,84	228.367,43	243.867,96	243.867,96	248.020,07	268.432,60	268.432,60	268.432,60	268.432,60	478.369,31	3.242.976,57
BA	NOVA CANAA	2922706	359.626,55	395.589,21	431.551,86	467.514,52	520.938,93	556.297,87	556.297,87	565.769,44	595.806,54	595.806,54	595.806,54	595.806,54	1.061.777,03	7.298.589,44
BA	NOVA FATIMA	2922730	-	-	-	-	213.521,94	228.014,83	228.014,83	231.897,03	245.220,61	245.220,61	245.220,61	245.220,61	437.003,57	2.319.334,64
BA	NOVA IBIA	2922755	56.701,26	62.371,38	68.041,51	73.711,64	81.722,74	87.269,71	87.269,71	88.755,57	99.566,03	99.566,03	99.566,03	99.566,03	177.435,01	1.181.542,65
BA	NOVA ITARANA	2922805	81.443,05	89.587,36	97.731,66	105.875,97	117.544,30	125.522,67	125.522,67	127.659,83	140.806,54	140.806,54	140.806,54	140.806,54	250.929,04	1.685.042,71
BA	NOVA REDENCAO	2922854	99.685,99	109.654,59	119.623,19	129.591,79	144.203,06	153.990,90	153.990,90	156.612,77	167.851,17	167.851,17	167.851,17	167.851,17	299.124,85	2.037.882,72
BA	NOVA SOURE	2922904	164.240,44	180.664,48	197.088,52	213.512,57	236.695,90	252.761,73	252.761,73	257.065,28	288.697,15	288.697,15	288.697,15	288.697,15	514.482,42	3.424.061,67
BA	NOVA VICOSA	2923001	428.952,56	471.847,82	514.743,07	557.638,32	619.926,71	662.004,48	662.004,48	673.275,82	730.249,85	730.249,85	730.249,85	730.249,85	1.301.366,25	8.812.758,91
BA	NOVO HORIZONTE	2923035	84.397,57	92.837,33	101.277,08	109.716,84	121.844,68	130.114,93	130.114,93	132.330,28	145.420,20	145.420,20	145.420,20	145.420,20	259.151,01	1.743.465,45
BA	NOVO TRIUNFO	2923050	380.633,87	418.697,25	456.760,64	494.824,02	551.795,45	589.248,79	589.248,79	599.281,38	624.790,44	624.790,44	624.790,44	624.790,44	1.113.428,76	7.693.080,71
BA	OLINDINA	2923100	277.343,65	305.078,01	332.812,38	360.546,74	401.025,67	428.245,45	428.245,45	435.536,79	469.341,55	469.341,55	469.341,55	469.341,55	836.405,84	5.682.606,18
BA	OLIVEIRA DOS BREJINHOS	2923209	47.579,24	52.337,17	57.095,10	61.853,02	67.769,85	72.369,75	72.369,75	73.601,93	94.544,68	94.544,68	94.544,68	94.544,68	168.486,57	1.051.641,10
BA	OURICANGAS	2923308	153.267,62	168.594,38	183.921,14	199.247,91	221.918,21	236.981,00	236.981,00	241.015,86	255.267,55	255.267,55	255.267,55	255.267,55	454.908,08	3.117.905,40
BA	OUROLANDIA	2923357	236.438,58	260.082,43	283.726,29	307.370,16	341.806,47	365.006,72	365.006,72	371.221,36	401.107,72	401.107,72	401.107,72	401.107,72	714.807,45	4.849.897,06
BA	PALMAS DE MONTE ALTO	2923407	254.684,66	280.153,13	305.621,60	331.090,07	368.237,67	393.231,95	393.231,95	399.927,15	431.326,68	431.326,68	431.326,68	431.326,68	768.660,17	5.220.145,07
BA	PALMEIRAS	2923506	96.266,80	105.893,47	115.520,15	125.146,84	139.100,36	148.541,86	148.541,86	151.070,94	164.231,66	164.231,66	164.231,66	164.231,66	292.674,57	1.979.683,49
BA	PARAMIRIM	2923605	63.261,86	69.588,05	75.914,24	82.240,43	90.882,35	97.051,03	97.051,03	98.703,42	115.128,99	115.128,99	115.128,99	115.128,99	205.169,49	1.340.377,86
BA	PARATINGA	2923704	227.288,97	250.017,86	272.746,76	295.475,65	327.619,04	349.856,32	349.856,32	355.813,00	398.696,82	398.696,82	398.696,82	398.696,82	710.511,05	4.733.972,25
BA	PARIPIRANGA	2923803	160.183,58	176.201,95	192.220,30	208.238,67	230.942,21	246.617,50	246.617,50	250.816,43	280.298,48	280.298,48	280.298,48	280.298,48	499.515,30	3.332.547,36
BA	PAU BRASIL	2923902	6.009,22	6.610,13	7.211,05	7.811,98	8.098,36	8.648,04	8.648,04	8.795,28	18.233,39	18.233,39	18.233,39	18.233,39	32.493,44	167.259,10
BA	PAULO AFONSO	2924009	405.591,29	446.150,41	486.709,55	527.268,68	582.723,83	622.276,45	622.276,45	632.871,38	737.457,15	737.457,15	737.457,15	737.457,15	1.314.210,26	8.589.906,90
BA	PE DE SERRA	2924058	167.557,38	184.313,13	201.068,86	217.824,60	242.399,35	258.852,30	258.852,30	263.259,54	281.923,33	281.923,33	281.923,33	281.923,33	502.410,89	3.424.231,67
BA	PEDRAO	2924108	81.673,82	89.841,20	98.008,58	106.175,97	118.111,31	126.128,16	126.128,16	128.275,63	138.011,51	138.011,51	138.011,51	138.011,51	245.948,07	1.672.336,94
BA	PEDRO ALEXANDRE	2924207	165.783,29	182.361,63	198.939,96	215.518,29	239.517,92	255.775,29	255.775,29	260.130,14	283.237,96	283.237,96	283.237,96	283.237,96	504.753,70	3.411.507,35
BA	PIATA	2924306	141.227,74	155.350,52	169.473,29	183.596,07	203.634,29	217.456,05	217.456,05	221.158,46	246.836,54	246.836,54	246.836,54	246.836,54	439.883,30	2.936.581,93
BA	PILAO ARCADO	2924405	296.199,86	325.819,85	355.439,82	385.059,82	427.336,68	456.342,33	456.342,33	464.112,05	514.278,40	514.278,40	514.278,40	514.278,40	916.487,06	6.140.253,40
BA	PINDAI	2924504	4.194,66	4.614,14	5.033,60	5.453,06	5.107,54	5.454,22	5.454,22	5.547,08	20.174,17	20.174,17	20.174,17	20.174,17	35.952,11	157.507,31
BA	PINDOBACU	2924603	655.497,37	721.047,11	786.596,85	852.146,58	949.871,55	1.014.344,47	1.014.344,47	1.031.614,77	1.081.243,65	1.081.243,65	1.081.243,65	1.081.243,65	1.926.866,57	13.277.304,34
BA	PINTADAS	2924652	71.792,83	78.972,12	86.151,40	93.330,68	103.651,84	110.687,25	110.687,25	112.571,82	123.638,84	123.638,84	123.638,84	123.638,84	220.334,76	1.482.735,31
BA	PIRAI DO NORTE	2924678	110.289,20	121.318,13	132.347,04	143.375,96	159.486,99	170.312,24	170.312,24	173.211,99	186.447,35	186.447,35	186.447,35	186.447,35	332.264,77	2.258.707,96
BA	PIRIPA	2924702	62.783,15	69.061,45	75.339,77	81.618,09	90.547,09	96.693,01	96.693,01	98.339,31	109.445,54	109.445,54	109.445,54	109.445,54	195.041,14	1.303.898,18
BA	PIRITIBA	2924801	171.038,95	188.142,83	205.246,73	222.350,62	247.181,32	263.958,85	263.958,85	268.453,04	291.258,21	291.258,21	291.258,21	291.258,21	519.046,47	3.514.410,50
BA	PLANALTINO	2924900	81.495,86	89.645,45	97.795,03	105.944,62	117.657,27	125.643,31	125.643,31	127.782,52	140.396,05	140.396,05	140.396,05	140.396,05	250.197,52	1.683.389,09
BA	PLANALTO	2925006	191.657,18	210.822,90	229.988,61	249.154,34	276.680,54	295.460,34	295.460,34	300.490,87	330.433,78	330.433,78	330.433,78	330.433,78	588.860,57	3.960.310,81
BA	POCOES	2925105	340.772,98	374.850,27	408.927,57	443.004,87	491.594,38	524.961,55	524.961,55	533.899,58	592.341,90	592.341,90	592.341,90	592.341,90	1.055.602,73	7.067.943,08
BA	PONTO NOVO	2925253	360.808,61	396.889,46	432.970,32	469.051,18	522.157,40	557.599,04	557.599,04	567.092,77	604.506,46	604.506,46	604.506,46	604.506,46	1.077.281,04	7.359.474,70
BA	PORTO SEGURO	2925303	1.108.460,83	1.219.306,92	1.330.152,99	1.440.999,08	1.597.721,02	1.706.166,98	1.706.166,98	1.735.216,31	1.950.789,06	1.950.789,06	1.950.789,06	1.950.789,06	3.476.469,16	23.123.816,51
BA	POTIRAGUA	2925402	78.574,02	86.431,41	94.288,82	102.146,21	113.388,48	121.084,77	121.084,77	123.146,37	136.051,38	136.051,38	136.051,38	136.051,38	242.454,94	1.626.805,31
BA	PRADO	2925501	319.883,98	351.872,38	383.860,78	415.849,18	462.105,15	493.470,72	493.470,72	501.872,59	547.226,89	547.226,89	547.226,89	547.226,89	975.204,03	6.586.497,09
BA	PRESIDENTE DUTRA	2925600	142.156,62	156.372,27	170.587,94	184.803,60	205.485,16	219.432,55	219.432,55	223.168,62	241.476,17	241.476,17	241.476,17	241.476,17	430.330,68	2.917.674,67
BA	PRESIDENTE JANIO QUADROS	2925709	156.457,40	172.103,15	187.748,88	203.394,63	226.254,45	241.611,56	241.611,56	245.725,26	264.434,26	264.434,26	264.434,26	264.434,26	471.243,94	3.203.887,87
BA	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	2925758	216.529,21	238.182,12	259.835,05	281.487,97	312.417,30	333.622,76	333.622,76	339.303,04	375.623,07	375.623,07	375.623,07	375.623,07	669.391,66	4.486.884,15
BA	QUEIMADAS	2925808	236.295,19	259.924,70	283.554,22	307.183,75	341.388,55	364.560,44	364.560,44	370.767,47	403.740,03	403.740,03	403.740,03	403.740,03	719.498,43	4.862.693,31
BA	QUIJINGUE	2925907	352.985,39	388.283,93	423.582,48	458.881,01	510.498,91	545.149,23	545.149,23	554.430,99	595.998,04	595.998,04	595.998,04	595.998,04	1.062.118,31	7.225.071,64
BA	QUIXABEIRA	2925931	294.420,92	323.863,00	353.305,10	382.747,19	426.491,27	455.439,54	455.439,54	463.193,89	487.691,74	487.691,74	487.691,74	487.691,74	869.107,40	5.974.774,81
BA	RAFAEL JAMBEIRO	2925956	157.492,91	173.242,19	188.991,49	204.740,78	227.070,62	242.483,13	242.483,13	246.611,67	275.485,57	275.485,57	275.485,57	275.485,57	490.938,26	3.275.996,46
BA	REMANSO	2926004	392.849,84	432.134,82	471.419,81	510.704,80	567.589,36	606.114,72	606.114,72	616.434,47	670.990,98	670.990,98	670.990,98	670.990,98	1.195.761,97	8.083.088,43
BA	RETIROLANDIA	2926103	159.410,22	175.351,25	191.292,26	207.233,29	230.581,61	246.232,43	246.232,43	250.424,80	268.645,82	268.645,82	268.645,82	268.645,82	478.749,30	3.260.090,87
BA	RIACHAO DAS NEVES	2926202	51.421,68	56.563,84	61.706,00	66.848,18	73.025,77	77.982,43	77.982,43	79.310,16	105.143,53	105.143,53	105.143,53	105.143,53	187.374,58	1.152.789,19
BA	RIACHAO DO JACUIPE	2926301	235.507,59	259.058,35	282.609,11	306.159,87	340.427,93	363.534,62	363.534,62	369.724,19	400.562,35	400.562,35	400.562,35	400.562,35	713.835,59	4.836.641,27
BA	RIACHO DE SANTANA	2926400	274.537,25	301.990,97	329.444,70	356.898,42	396.710,80	423.637,70	423.637,70	430.850,59	468.100,46	468.100,46	468.100,46	468.100,46	834.194,13	5.644.304,10
BA	RIBEIRA DO AMPARO	2926509	176.033,12	193.636,44	211.239,75	228.843,06	254.458,54	271.730,01	271.730,01	276.356,51	298.947,04	298.947,04	298.947,04	298.947,04	532.748,61	3.612.564,21
BA	RIBEIRA DO POMBAL	2926608	914.864,52	1.006.350,97	1.097.837,42	1.189.323,87	1.324.609,89	1.414.518,33	1.414.518,33	1.438.602,03	1.524.180,10	1.524.180,10	1.524.180,10	1.524.180,10	2.716.216,35	18.613.562,11
BA	RIBEIRAO DO LARGO	2926657	143.498,69	157.848,56	172.198,43	186.548,29	207.505,80	221.590,34	221.590,34	225.363,15	242.654,32	242.654,32	242.654,32	242.654,32	432.430,24	2.939.191,12
BA	RIO DE CONTAS	2926707	97.819,84	107.601,82	117.383,80	127.165,79	141.339,11	150.932,56	150.932,56	153.502,35	166.953,76	166.953,76	166.953,76	166.953,76	297.525,60	2.012.018,47
BA	RIO DO ANTONIO	2926806	82.259,30	90.485,22	98.711,15	106.937,08	118.653,21	126.706,85	126.706,85	128.864,17	143.161,73	143.161,73	143.161,73	143.161,73	255.126,19	1.707.096,94
BA	RIO DO PIRES	2926905	8.854,23	9.739,65	10.625,07	11.510,49	12.310,06	13.145,61	13.145,61	13.369,43	21.710,78	21.710,78	21.710,78	21.710,78	38.690,48	218.233,75
BA	RIO REAL	2927002	427.109,92	469.820,90	512.531,90	555.242,90	617.645,64	659.568,59	659.568,59	670.798,45	721.898,45	721.898,45	721.898,45	721.898,45	1.286.483,34	8.746.364,03
BA	RODELAS	2927101	115.509,06	127.059,97	138.610,87	150.161,78	166.939,91	178.271,02	178.271,02	181.306,28	196.574,39	196.574,39	196.574,39	196.574,39	350.312,05	2.372.739,52
BA	RUY BARBOSA	2927200	243.606,50	267.967,16	292.327,81	316.688,46	351.920,26	375.806,99	375.806,99	382.205,51	416.660,41	416.660,41	416.660,41	416.660,41	742.523,68	5.015.495,00
BA	SALINAS DA MARGARIDA	2927309	322.108,87	354.319,75	386.530,64	418.741,53	466.390,80	498.047,26	498.047,26	506.527,06	536.403,19	536.403,19	536.403,19	536.403,19	955.915,27	6.552.241,20
BA	SANTA BARBARA	2927507	355.877,58	391.465,35	427.053,10	462.640,86	515.423,61	550.408,19	550.408,19	559.779,48	590.752,36	590.752,36	590.752,36	590.752,36	1.052.770,06	7.228.835,86
BA	SANTA BRIGIDA	2927606	130.382,54	143.420,78	156.459,04	169.497,30	188.224,61	201.000,43	201.000,43	204.422,68	224.770,19	224.770,19	224.770,19	224.770,19	400.559,31	2.694.047,88
BA	SANTA CRUZ CABRALIA	2927705	496.446,66	546.091,33	595.736,00	645.380,66	718.165,80	766.911,60	766.911,60	779.969,09	835.650,88	835.650,88	835.650,88	835.650,88	1.489.199,68	10.147.415,94
BA	SANTA CRUZ DA VITORIA	2927804	62.702,36	68.972,60	75.242,83	81.513,08	90.608,08	96.758,14	96.758,14	98.405,55	106.881,50	106.881,50	106.881,50	106.881,50	190.471,81	1.288.958,59
BA	SANTA INES	2927903	177.440,47	195.184,53	212.928,57	230.672,62	256.958,49	274.399,65	274.399,65	279.071,60	294.980,33	294.980,33	294.980,33	294.980,33	525.679,60	3.606.656,50
BA	SANTA LUZIA	2928059	150.966,00	166.062,59	181.159,19	196.255,79	218.299,10	233.116,24	233.116,24	237.085,30	255.346,42	255.346,42	255.346,42	255.346,42	455.048,62	3.092.494,75
BA	SANTA MARIA DA VITORIA	2928109	258.462,87	284.309,16	310.155,44	336.001,73	372.766,51	398.068,19	398.068,19	404.845,73	450.475,47	450.475,47	450.475,47	450.475,47	802.784,94	5.367.364,64
BA	SANTA RITA DE CASSIA	2928406	367.174,50	403.891,96	440.609,41	477.326,86	531.295,68	567.357,59	567.357,59	577.017,46	616.187,36	616.187,36	616.187,36	616.187,36	1.098.097,38	7.494.877,87

BA	SANTA TERESINHA	2928505	148.360,96	163.197,05	178.033,15	192.869,25	214.695,98	229.268,55	229.268,55	233.172,10	248.704,03	248.704,03	248.704,03	248.704,03	443.211,33	3.026.893,04
BA	SANTALUZ	2928000	717.132,20	788.845,41	860.558,63	932.271,86	1.038.586,56	1.109.081,04	1.109.081,04	1.127.964,34	1.191.089,72	1.191.089,72	1.191.089,72	1.191.089,72	2.122.621,41	14.570.501,37
BA	SANTANA	2928208	83.618,38	91.980,22	100.342,05	108.703,90	119.880,69	128.017,64	128.017,64	130.197,28	155.533,08	155.533,08	155.533,08	155.533,08	277.172,97	1.790.063,09
BA	SANTANOPOLIS	2928307	75.229,59	82.752,55	90.275,50	97.798,47	108.582,38	115.952,45	115.952,45	117.926,67	129.985,12	129.985,12	129.985,12	129.985,12	231.644,37	1.556.054,91
BA	SANTO AMARO	2928604	710.086,99	781.095,68	852.104,39	923.113,09	1.027.197,43	1.096.918,88	1.096.918,88	1.115.595,10	1.195.579,00	1.195.579,00	1.195.579,00	1.195.579,00	2.130.621,71	14.515.968,15
BA	SANTO ANTONIO DE JESUS	2928703	220.395,28	242.434,81	264.474,34	286.513,87	315.713,72	337.142,92	337.142,92	342.883,14	413.481,13	413.481,13	413.481,13	413.481,13	736.857,93	4.737.483,45
BA	SANTO ESTEVAO	2928802	679.393,87	747.333,27	815.272,66	883.212,04	983.183,38	1.049.917,35	1.049.917,35	1.067.793,33	1.138.631,16	1.138.631,16	1.138.631,16	1.138.631,16	2.029.135,88	13.859.683,77
BA	SAO DOMINGOS	2928950	82.244,60	90.469,06	98.693,53	106.917,98	118.925,48	126.997,59	126.997,59	129.159,86	139.129,69	139.129,69	139.129,69	139.129,69	247.940,75	1.684.865,20
BA	SAO FELIPE	2929107	518.183,44	570.001,79	621.820,13	673.638,47	750.843,22	801.807,01	801.807,01	815.458,64	855.409,73	855.409,73	855.409,73	855.409,73	1.524.411,61	10.499.610,24
BA	SAO FELIX	2929008	90.765,19	99.841,70	108.918,22	117.994,73	131.094,58	139.992,67	139.992,67	142.376,20	155.613,86	155.613,86	155.613,86	155.613,86	277.316,93	1.870.748,33
BA	SAO FELIX DO CORIBE	2929057	205.487,35	226.036,07	246.584,82	267.133,54	297.289,02	317.467,63	317.467,63	322.872,86	345.500,20	345.500,20	345.500,20	345.500,20	615.710,20	4.198.049,92
BA	SAO GABRIEL	2929255	209.967,79	230.964,58	251.961,36	272.958,13	303.622,63	324.231,14	324.231,14	329.751,52	355.060,73	355.060,73	355.060,73	355.060,73	632.747,88	4.300.679,09
BA	SAO GONCALO DOS CAMPOS	2929305	131.911,70	145.102,87	158.294,04	171.485,21	189.804,78	202.687,86	202.687,86	206.138,84	235.971,84	235.971,84	235.971,84	235.971,84	420.521,49	2.772.522,01
BA	SAO JOSE DA VITORIA	2929354	14.882,43	16.370,67	17.858,92	19.347,15	21.226,57	22.667,33	22.667,33	23.053,27	29.181,40	29.181,40	29.181,40	29.181,40	52.003,72	326.802,99
BA	SAO MIGUEL DAS MATAS	2929404	88.150,42	96.965,47	105.780,50	114.595,55	127.339,33	135.982,54	135.982,54	138.297,79	150.839,78	150.839,78	150.839,78	150.839,78	268.809,13	1.815.262,39
BA	SAO SEBASTIAO DO PASSE	2929503	107.373,87	118.111,25	128.848,64	139.586,03	153.608,22	164.034,44	164.034,44	166.827,31	204.222,66	204.222,66	204.222,66	204.222,66	363.941,86	2.323.256,70
BA	SAPEACU	2929602	601.816,12	661.997,72	722.179,34	782.360,95	872.195,27	931.395,88	931.395,88	947.253,90	991.161,32	991.161,32	991.161,32	991.161,32	1.766.332,31	12.181.572,65
BA	SATIRO DIAS	2929701	109.924,78	120.917,26	131.909,73	142.902,22	158.266,22	169.008,61	169.008,61	171.886,16	195.303,31	195.303,31	195.303,31	195.303,31	348.046,85	2.303.083,68
BA	SAUBARA	2929750	175.151,28	192.666,40	210.181,53	227.696,66	253.554,40	270.764,51	270.764,51	275.374,57	300.623,92	300.623,92	300.623,92	300.623,92	535.736,93	3.614.386,47
BA	SAUDE	2929800	141.811,74	155.992,90	170.174,08	184.355,25	205.118,64	219.041,15	219.041,15	222.770,55	239.088,21	239.088,21	239.088,21	239.088,21	426.075,17	2.900.733,47
BA	SEABRA	2929909	409.435,58	450.379,13	491.322,68	532.266,25	591.650,02	631.808,51	631.808,51	642.565,73	697.987,05	697.987,05	697.987,05	697.987,05	1.243.871,25	8.417.055,86
BA	SEBASTIAO LARANJEIRAS	2930006	54.953,27	60.448,60	65.943,92	71.439,25	79.182,23	84.556,76	84.556,76	85.996,43	96.785,47	96.785,47	96.785,47	96.785,47	172.479,84	1.146.698,94
BA	SENHOR DO BONFIM	2930105	736.040,03	809.644,03	883.248,03	956.852,03	1.065.168,22	1.137.466,94	1.137.466,94	1.156.833,54	1.233.437,79	1.233.437,79	1.233.437,79	1.233.437,79	2.198.089,23	15.014.560,15
BA	SENTO SE	2930204	141.000,96	155.101,06	169.201,15	183.301,25	201.692,95	215.382,93	215.382,93	219.050,05	268.480,28	268.480,28	268.480,28	268.480,28	478.454,27	3.052.488,67
BA	SERRA DO RAMALHO	2930154	632.117,95	695.329,74	758.541,54	821.753,33	914.947,11	977.049,51	977.049,51	993.684,84	1.056.955,31	1.056.955,31	1.056.955,31	1.056.955,31	1.883.582,68	12.881.877,45
BA	SERRA DOURADA	2930303	110.704,40	121.774,83	132.845,28	143.915,71	159.749,47	170.592,53	170.592,53	173.497,05	191.762,92	191.762,92	191.762,92	191.762,92	341.737,61	2.292.461,09
BA	SERRA PRETA	2930402	203.329,43	223.662,38	243.995,32	264.328,26	294.163,16	314.129,61	314.129,61	319.478,00	341.925,09	341.925,09	341.925,09	341.925,09	609.339,08	4.154.255,21
BA	SERRINHA	2930501	1.724.551,94	1.897.007,12	2.069.462,32	2.241.917,52	2.498.051,30	2.667.607,54	2.667.607,54	2.713.026,44	2.857.912,56	2.857.912,56	2.857.912,56	2.857.912,56	5.093.039,08	35.003.921,04
BA	SERROLANDIA	2930600	142.676,44	156.944,08	171.211,73	185.479,37	206.225,19	220.222,81	220.222,81	223.972,34	242.514,41	242.514,41	242.514,41	242.514,41	432.180,94	2.929.193,35
BA	SIMOES FILHO	2930709	817.430,53	899.173,58	980.916,63	1.062.659,68	1.179.620,09	1.259.687,28	1.259.687,28	1.281.134,81	1.415.337,78	1.415.337,78	1.415.337,78	1.415.337,78	2.522.250,23	16.923.911,23
BA	SITIO DO MATO	2930758	147.782,31	162.560,55	177.338,77	192.117,01	213.579,99	228.076,82	228.076,82	231.960,08	251.537,80	251.537,80	251.537,80	251.537,80	448.261,33	3.035.904,88
BA	SITIO DO QUINTO	2930766	200.238,24	220.262,06	240.285,89	260.309,71	289.856,74	309.530,88	309.530,88	314.800,98	334.464,55	334.464,55	334.464,55	334.464,55	596.043,75	4.078.717,33
BA	SOBRADINHO	2930774	129.553,67	142.509,03	155.464,40	168.419,76	186.518,06	199.178,05	199.178,05	202.569,27	230.303,76	230.303,76	230.303,76	230.303,76	410.420,50	2.715.025,83
BA	SOUTO SOARES	2930808	40.131,92	44.145,11	48.158,31	52.171,50	57.103,11	60.979,00	60.979,00	62.017,24	80.552,89	80.552,89	80.552,89	80.552,89	143.552,00	891.448,75
BA	TABOCAS DO BREJO VELHO	2930907	37.415,95	41.157,54	44.899,15	48.640,73	53.534,86	57.168,56	57.168,56	58.141,91	71.056,56	71.056,56	71.056,56	71.056,56	126.628,75	808.982,25
BA	TANHACU	2931004	173.739,75	191.113,73	208.487,70	225.861,67	250.955,57	267.989,28	267.989,28	272.552,08	297.617,14	297.617,14	297.617,14	297.617,14	530.378,58	3.579.536,20
BA	TANQUE NOVO	2931053	165.661,00	182.227,11	198.793,21	215.359,31	239.344,40	255.590,00	255.590,00	259.941,69	282.985,77	282.985,77	282.985,77	282.985,77	504.304,25	3.408.754,05
BA	TANQUINHO	2931103	110.700,74	121.770,82	132.840,89	143.910,96	160.328,94	171.211,33	171.211,33	174.126,38	183.773,31	183.773,31	183.773,31	183.773,31	327.499,45	2.248.694,08
BA	TAPEROA	2931202	358.617,99	394.479,78	430.341,59	466.203,38	519.006,30	554.234,06	554.234,06	563.670,49	600.575,09	600.575,09	600.575,09	600.575,09	1.070.274,96	7.313.362,97
BA	TAPIRAMUTA	2931301	122.556,88	134.812,57	147.068,26	159.323,95	176.900,41	188.907,60	188.907,60	192.123,95	211.645,58	211.645,58	211.645,58	211.645,58	377.170,17	2.534.353,71
BA	TEIXEIRA DE FREITAS	2931350	560.159,00	616.174,91	672.190,80	728.206,70	805.061,05	859.704,90	859.704,90	874.342,30	1.014.869,37	1.014.869,37	1.014.869,37	1.014.869,37	1.808.582,03	11.843.604,07
BA	TEOFILANDIA	2931509	332.732,38	366.005,61	399.278,84	432.552,09	481.261,28	513.927,09	513.927,09	522.677,25	561.079,05	561.079,05	561.079,05	561.079,05	999.889,77	6.806.567,60
BA	TEOLANDIA	2931608	237.269,67	260.996,65	284.723,61	308.450,58	343.136,31	366.426,82	366.426,82	372.665,64	400.765,14	400.765,14	400.765,14	400.765,14	714.196,95	4.857.353,61
BA	TERRA NOVA	2931707	47.914,70	52.706,17	57.497,64	62.289,10	68.742,50	73.408,43	73.408,43	74.658,29	88.455,25	88.455,25	88.455,25	88.455,25	157.634,67	1.022.080,93
BA	TREMEDAL	2931806	37.073,85	40.781,24	44.488,62	48.196,01	52.809,76	56.394,24	56.394,24	57.354,42	73.623,73	73.623,73	73.623,73	73.623,73	131.203,69	819.190,99
BA	TUCANO	2931905	805.302,68	885.832,95	966.363,21	1.046.893,48	1.165.505,28	1.244.614,43	1.244.614,43	1.265.805,33	1.348.101,94	1.348.101,94	1.348.101,94	1.348.101,94	2.402.430,33	16.419.769,88
BA	UAUA	2932002	316.961,17	348.657,28	380.353,39	412.049,51	458.500,02	489.620,90	489.620,90	497.957,22	533.800,62	533.800,62	533.800,62	533.800,62	951.277,30	6.480.200,17
BA	UBAIRA	2932101	265.886,73	292.475,41	319.064,08	345.652,75	384.668,17	410.777,68	410.777,68	417.771,61	447.104,65	447.104,65	447.104,65	447.104,65	796.777,82	5.432.270,53
BA	UBAITABA	2932200	123.112,54	135.423,80	147.735,05	160.046,31	177.377,45	189.417,01	189.417,01	192.642,04	217.042,47	217.042,47	217.042,47	217.042,47	386.787,88	2.570.128,97
BA	UBATA	2932309	194.061,98	213.468,17	232.874,38	252.280,57	280.531,34	299.572,52	299.572,52	304.673,06	329.403,01	329.403,01	329.403,01	329.403,01	587.023,67	3.981.670,25
BA	UIBAI	2932408	76.389,95	84.028,94	91.667,94	99.306,94	110.199,24	117.679,06	117.679,06	119.682,67	132.781,05	132.781,05	132.781,05	132.781,05	236.626,98	1.584.384,98
BA	UMBURANAS	2932457	72.535,32	79.788,86	87.042,38	94.295,91	104.275,52	111.353,27	111.353,27	113.249,18	131.037,86	131.037,86	131.037,86	131.037,86	233.520,45	1.531.565,60
BA	UNA	2932507	203.327,63	223.660,38	243.993,15	264.325,91	293.643,98	313.575,19	313.575,19	318.914,14	348.974,49	348.974,49	348.974,49	348.974,49	621.901,67	4.192.815,20
BA	URANDI	2932606	70.480,63	77.528,69	84.576,76	91.624,82	101.329,19	108.206,95	108.206,95	110.049,29	127.224,23	127.224,23	127.224,23	127.224,23	226.724,25	1.487.624,45
BA	URUCUCA	2932705	236.611,38	260.272,52	283.933,66	307.594,80	341.947,31	365.157,12	365.157,12	371.374,32	402.888,68	402.888,68	402.888,68	402.888,68	717.981,25	4.861.584,20
BA	UTINGA	2932804	119.294,81	131.224,28	143.153,77	155.083,25	172.216,37	183.905,63	183.905,63	187.036,82	205.677,87	205.677,87	205.677,87	205.677,87	366.535,21	2.465.067,25
BA	VALENCA	2932903	1.059.970,13	1.165.967,15	1.271.964,16	1.377.961,17	1.533.922,92	1.638.038,56	1.638.038,56	1.665.927,93	1.827.183,22	1.827.183,22	1.827.183,22	1.827.183,22	3.256.193,21	21.916.716,67
BA	VALENTE	2933000	-	-	-	-	1.126.741,70	1.203.219,75	1.203.219,75	1.223.705,86	1.273.036,79	1.273.036,79	1.273.036,79	1.273.036,79	2.268.657,93	12.117.692,15
BA	VARZEA DA ROCA	2933059	142.064,80	156.271,29	170.477,76	184.684,25	205.404,63	219.346,55	219.346,55	223.081,15	240.607,84	240.607,84	240.607,84	240.607,84	428.783,27	2.911.891,61
BA	VARZEA DO POCO	2933109	128.582,02	141.440,23	154.298,42	167.156,63	186.141,96	198.776,43	198.776,43	202.160,81	214.612,91	214.612,91	214.612,91	214.612,91	382.458,18	2.618.242,75
BA	VARZEA NOVA	2933158	226.165,87	248.782,46	271.399,05	294.015,63	327.431,50	349.656,05	349.656,05	355.609,32	377.185,62	377.185,62	377.185,62	377.185,62	672.176,29	4.603.634,70
BA	VARZEDO	2933174	83.787,13	92.165,85	100.544,56	108.923,27	121.080,83	129.299,24	129.299,24	131.500,69	142.765,09	142.765,09	142.765,09	142.765,09	254.419,37	1.722.080,54
BA	VERA CRUZ	2933208	685.903,27	754.493,60	823.083,93	891.674,26	992.831,60	1.060.220,44	1.060.220,44	1.078.271,84	1.146.425,57	1.146.425,57	1.146.425,57	1.146.425,57	2.043.026,19	13.975.427,85
BA	VEREDA	2933257	48.908,74	53.799,60	58.690,48	63.581,36	70.492,07	75.276,75	75.276,75	76.558,42	85.874,57	85.874,57	85.874,57	85.874,57	153.035,68	1.019.118,13
BA	VITORIA DA CONQUISTA	2933307	1.940.478,87	2.134.526,75	2.328.574,64	2.522.622,53	2.800.564,96	2.990.654,44	2.990.654,44	3.041.573,56	3.355.837,53	3.355.837,53	3.355.837,53	3.355.837,53	5.980.382,96	40.153.383,27
BA	WAGNER	2933406	89.562,96	98.519,26	107.475,56	116.431,85	129.479,47	138.267,94	138.267,94	140.622,10	151.896,75	151.896,75	151.896,75	151.896,75	270.692,74	1.836.906,82
BA	WANDERLEY	2933455	196.526,58	216.179,25	235.831,90	255.484,56	284.311,03	303.608,75	303.608,75	308.778,02	330.625,04	330.625,04	330.625,04	330.625,04	589.201,46	4.016.030,46
BA	WENCESLAU GUIMARAES	2933505	218.169,83	239.986,81	261.803,79	283.620,77	314.861,14	336.232,47	336.232,47	341.957,19	377.422,27	377.422,27	377.422,27	377.422,27	672.598,00	4.515.151,55
BA	XIQUE-XIQUE	2933604	755.075,78	830.583,36	906.090,93	981.598,52	1.092.317,83	1.166.459,34	1.166.459,34	1.186.319,57	1.270.773,76	1.270.773,76	1.270.773,76	1.270.773,76	2.264.625,05	15.432.624,76
CE	ABAIARA	2300101	150.909,87	166.000,85	181.091,83	196.182,82	218.448,70	233.276,00	233.276,00	237.247,77	252.100,95	252.100,95	252.100,95	252.100,95	449.264,92	3.074.102,56
CE	ACARAPE	2300150	143.390,84	157.729,93	172.069,01	186.408,10	207.168,25	221.229,88	221.229,88	224.996,55	244.951,21	244.951,21	244.951,21	244.951,21	436.523,52	2.950.550,80
CE	ACARAU	2300200	883.840,61	972.224,69	1.060.608,74	1.148.992,80	1.278.820,36	1.365.620,81	1.365.620,81	1.388.871,98	1.484.382,31	1.484.382,31	1.484.382,31	1.484.382,31	2.645.293,32	18.047.423,36
CE	ACOPIARA	2300309	338.057,84	371.863,64	405.669,41	439.475,20	487.887,05	521.002,58	521.002,58	529.873,21	584.762,53	584.762,53	584.762,53	584.762,53	1.042.095,66	6.995.977,29
CE	AIUABA	2300408	115.882,95	127.471,24	139.059,55	150.647,83	167.262,95	178.615,99	178.615,99	181.657,12	200.177,70	200.177,70	200.177,70	200.177,70	356.733,45	2.396.657,87
CE	ALCANTARAS	2300507	110.749,77	121.824,74	132.899,72	143.974,70	159.989,03	170.848,35	170.848,35	173.757,23	189.464,70	189.464,70	189.464,70	189.464,70	337.641,98	2.280.392,67
CE	ALTANEIRA	2300606	124.114,02	136.525,41	148.936,81	161.348,22	179.571,69	191.760,19	191.760,19	195.025,12	209.726,34	209.726,34	209.726,34	209.726,34	373.749,90	2.541.696,91
CE	ALTO SANTO	2300705	214.850,41	236.335,45	257.820,50	279.305,53	310.845,15	331.943,89	331.943,89	337.595,59	361.105,02	361.105,02	361.105,02	361.105,02	643.519,29	4.388.579,78
CE	AMONTADA	2300754	713.651,89	785.017,08	856.382,27	927.747,46	1.032.933,37	1.103.044,14	1.103.044,14	1.121.824,66	1.193.676,07	1.193.676,07	1.193.676,07	1.193.676,07	2.127.230,49	14.545.579,78
CE	ANTONINA DO NORTE	2300804	54.226,83	59.649,51	65.072,20	70.494,88	78.181,81	83.488,43	83.488,43	84.909,91	94.873,92	94.873,92	94.873,92	94.873,92	169.073,28	1.128.080,96
CE	APUIARES	2300903	179.796,92	197.776,62	215.756,30	233.736,01	260.239,87	277.903,75	277.903,75	282.635,36	301.863,69	301.863,69	301.863,69	301.863,69	537.946,29	3.671.149,63
CE	AQUIRAZ	2301000	164.004,13	180.404,55	196.804,96	213.205,37	232.283,35	248.049,68	248.049,68	252.272,99	343.875,23	343.875,23	343.875,23	343.875,23	612.814,37	3.723.390,00
CE	ARACATI	2301109	549.836,69	604.820,37	659.804,03	714.787,69	793.603,78	847.469,96	847.469,96	861.899,05	952.402,47	952.402,47	952.402,47	952.402,47	1.697.260,81	11.386.562,22
CE	ARACOIABA	2301208	414.383,64	455.822,00	497.260,36	538.698,73	599.732,75	640.439,86	640.439,86	651.344,04	693.689,94	693.689,94	693.689,94	693.689,94	1.236.213,44	8.449.094,44

CE	ARARENDA	2301257	337.729,84	371.502,82	405.275,81	439.048,79	489.353,97	522.569,06	522.569,06	531.466,37	557.704,93	557.704,93	557.704,93	557.704,93	993.876,79	6.844.212,23
CE	ARARIPE	2301307	209.576,37	230.534,01	251.491,64	272.449,29	302.603,34	323.142,66	323.142,66	328.644,52	360.587,18	360.587,18	360.587,18	360.587,18	642.596,45	4.326.529,66
CE	ARATUBA	2301406	120.703,92	132.774,30	144.844,70	156.915,08	174.324,62	186.156,98	186.156,98	189.326,50	207.096,59	207.096,59	207.096,59	207.096,59	369.063,48	2.488.652,92
CE	ARNEIROZ	2301505	45.819,29	50.401,21	54.983,14	59.565,07	66.016,70	70.497,61	70.497,61	71.697,91	80.758,04	80.758,04	80.758,04	80.758,04	143.917,58	956.428,28
CE	ASSARE	2301604	155.626,15	171.188,76	186.751,39	202.314,00	224.660,38	239.909,30	239.909,30	243.994,01	268.380,89	268.380,89	268.380,89	268.380,89	478.277,14	3.216.153,99
CE	AURORA	2301703	96.107,34	105.718,07	115.328,80	124.939,54	138.298,03	147.685,06	147.685,06	150.199,56	171.767,89	171.767,89	171.767,89	171.767,89	306.104,79	2.019.137,81
CE	BAIXIO	2301802	27.739,39	30.513,32	33.287,27	36.061,20	39.900,12	42.608,36	42.608,36	43.333,81	49.805,57	49.805,57	49.805,57	49.805,57	88.757,73	584.031,84
CE	BANABUIU	2301851	289.245,47	318.170,01	347.094,56	376.019,10	418.634,91	447.049,92	447.049,92	454.661,43	484.024,71	484.024,71	484.024,71	484.024,71	862.572,49	5.896.596,65
CE	BARBALHA	2301901	726.614,01	799.275,41	871.936,81	944.598,21	1.051.007,27	1.122.344,81	1.122.344,81	1.141.453,94	1.224.741,09	1.224.741,09	1.224.741,09	1.224.741,09	2.182.590,96	14.861.130,59
CE	BARREIRA	2301950	315.442,24	346.986,46	378.530,69	410.074,91	456.381,20	487.358,26	487.358,26	495.656,06	530.172,45	530.172,45	530.172,45	530.172,45	944.811,59	6.443.289,47
CE	BARRO	2302008	113.287,02	124.615,72	135.944,42	147.273,13	163.366,95	174.455,55	174.455,55	177.425,84	197.728,90	197.728,90	197.728,90	197.728,90	352.369,44	2.354.109,22
CE	BARROQUINHA	2302057	164.284,49	180.712,93	197.141,37	213.569,83	237.318,58	253.426,67	253.426,67	257.741,53	281.140,10	281.140,10	281.140,10	281.140,10	501.015,11	3.383.197,58
CE	BATURITE	2302107	583.449,43	641.794,37	700.139,32	758.484,25	845.069,84	902.429,29	902.429,29	917.794,13	967.835,67	967.835,67	967.835,67	967.835,67	1.724.764,07	11.847.696,67
CE	BEBERIBE	2302206	631.991,55	695.190,71	758.389,86	821.589,03	913.978,42	976.015,08	976.015,08	992.632,79	1.067.471,39	1.067.471,39	1.067.471,39	1.067.471,39	1.902.323,22	12.938.011,30
CE	BELA CRUZ	2302305	231.398,38	254.538,22	277.678,06	300.817,90	334.248,72	356.935,98	356.935,98	363.013,20	396.262,81	396.262,81	396.262,81	396.262,81	706.173,40	4.766.791,08
CE	BOA VIAGEM	2302404	894.505,57	983.956,13	1.073.406,68	1.162.857,24	1.295.394,11	1.383.319,51	1.383.319,51	1.406.872,02	1.486.692,40	1.486.692,40	1.486.692,40	1.486.692,40	2.649.410,13	18.179.810,50
CE	BREJO SANTO	2302503	1.353.178,32	1.488.496,15	1.623.813,99	1.759.131,81	1.960.433,77	2.093.499,01	2.093.499,01	2.129.143,09	2.238.034,31	2.238.034,31	2.238.034,31	2.238.034,31	3.988.364,21	27.441.696,60
CE	CAMOCIM	2302602	486.113,48	534.724,83	583.336,17	631.947,53	701.899,55	749.541,27	749.541,27	762.303,01	836.253,55	836.253,55	836.253,55	836.253,55	1.490.273,73	10.034.695,04
CE	CAMPOS SALES	2302701	168.833,65	185.717,01	202.600,38	219.483,74	243.539,05	260.069,37	260.069,37	264.497,33	293.717,94	293.717,94	293.717,94	293.717,94	523.429,88	3.503.111,54
CE	CANINDE	2302800	1.310.323,88	1.441.356,26	1.572.388,66	1.703.421,04	1.897.217,85	2.025.992,28	2.025.992,28	2.060.486,99	2.183.760,93	2.183.760,93	2.183.760,93	2.183.760,93	3.891.644,50	26.663.867,46
CE	CAPISTRANO	2302909	191.231,91	210.355,09	229.478,29	248.601,47	276.468,45	295.233,85	295.233,85	300.260,53	324.214,30	324.214,30	324.214,30	324.214,30	577.776,95	3.921.497,59
CE	CARIDADE	2303006	507.235,87	557.959,45	608.683,04	659.406,63	734.912,12	784.794,58	784.794,58	798.156,55	838.268,12	838.268,12	838.268,12	838.268,12	1.493.863,86	10.282.879,16
CE	CARIRE	2303105	204.020,52	224.422,58	244.824,63	265.226,68	294.972,46	314.993,84	314.993,84	320.356,95	345.688,37	345.688,37	345.688,37	345.688,37	616.045,57	4.182.610,55
CE	CARIRIACU	2303204	435.904,14	479.494,55	523.084,97	566.675,38	631.028,77	673.860,10	673.860,10	685.333,30	727.673,00	727.673,00	727.673,00	727.673,00	1.296.774,07	8.876.707,38
CE	CARIUS	2303303	276.785,67	304.464,24	332.142,80	359.821,37	400.852,49	428.060,52	428.060,52	435.348,71	459.746,64	459.746,64	459.746,64	459.746,64	819.306,94	5.623.829,82
CE	CARNAUBAL	2303402	283.088,71	311.397,58	339.706,46	368.015,32	409.785,49	437.599,85	437.599,85	445.050,46	472.882,79	472.882,79	472.882,79	472.882,79	842.716,62	5.766.491,50
CE	CASCAVEL	2303501	1.134.458,76	1.247.904,64	1.361.350,51	1.474.796,38	1.642.325,51	1.753.799,02	1.753.799,02	1.783.659,34	1.893.161,14	1.893.161,14	1.893.161,14	1.893.161,14	3.373.771,40	23.098.509,14
CE	CATARINA	2303600	66.546,89	73.201,57	79.856,26	86.510,95	95.879,67	102.387,54	102.387,54	104.130,80	117.311,23	117.311,23	117.311,23	117.311,23	209.058,44	1.389.204,58
CE	CATUNDA	2303659	211.827,07	233.009,78	254.192,48	275.375,19	306.442,90	327.242,84	327.242,84	332.814,50	356.407,04	356.407,04	356.407,04	356.407,04	635.147,11	4.328.922,87
CE	CAUCAIA	2303709	3.965.057,85	4.361.563,63	4.758.069,42	5.154.575,20	5.736.139,64	6.125.482,44	6.125.482,44	6.229.775,38	6.670.982,56	6.670.982,56	6.670.982,56	6.670.982,56	11.888.248,57	81.028.324,81
CE	CEDRO	2303808	142.338,83	156.572,71	170.806,59	185.040,48	205.396,03	219.337,37	219.337,37	223.071,82	246.598,44	246.598,44	246.598,44	246.598,44	439.459,02	2.947.753,98
CE	CHAVAL	2303907	169.640,62	186.604,67	203.568,74	220.532,80	245.379,45	262.034,68	262.034,68	266.496,11	285.887,63	285.887,63	285.887,63	285.887,63	509.475,63	3.469.317,90
CE	CHORO	2303931	131.809,49	144.990,44	158.171,39	171.352,33	190.456,19	203.383,48	203.383,48	206.846,30	224.887,77	224.887,77	224.887,77	224.887,77	400.768,85	2.710.713,03
CE	CHOROZINHO	2303956	276.994,51	304.693,97	332.393,41	360.092,87	400.601,59	427.792,59	427.792,59	435.076,22	467.648,26	467.648,26	467.648,26	467.648,26	833.388,29	5.669.419,08
CE	COREAU	2304004	131.193,43	144.312,77	157.432,12	170.551,45	188.812,06	201.627,75	201.627,75	205.060,68	234.130,21	234.130,21	234.130,21	234.130,21	417.239,59	2.754.378,44
CE	CRATEUS	2304103	576.287,51	633.916,25	691.545,01	749.173,76	832.117,96	888.598,30	888.598,30	903.727,64	1.021.742,58	1.021.742,58	1.021.742,58	1.021.742,58	1.820.830,68	12.071.765,73
CE	CRATO	2304202	1.243.536,32	1.367.889,94	1.492.243,58	1.616.597,21	1.798.655,28	1.920.739,74	1.920.739,74	1.953.442,41	2.096.743,29	2.096.743,29	2.096.743,29	2.096.743,29	3.736.571,80	25.437.389,18
CE	CROATA	2304236	382.563,26	420.819,59	459.075,92	497.332,24	554.025,50	591.630,21	591.630,21	601.703,35	635.697,75	635.697,75	635.697,75	635.697,75	1.132.866,48	7.774.437,76
CE	CRUZ	2304251	456.648,71	502.313,59	547.978,45	593.643,33	660.945,40	705.807,33	705.807,33	717.824,47	763.857,51	763.857,51	763.857,51	763.857,51	1.361.257,92	9.307.656,57
CE	DEPUTADO IRAPUAN PINHEIRO	2304269	35.775,22	39.352,74	42.930,27	46.507,79	51.408,46	54.897,83	54.897,83	55.832,52	64.921,23	64.921,23	64.921,23	64.921,23	115.695,08	756.982,66
CE	ERERE	2304277	81.327,24	89.459,96	97.592,68	105.725,40	117.623,57	125.607,31	125.607,31	127.745,91	137.241,98	137.241,98	137.241,98	137.241,98	244.576,72	1.664.234,02
CE	FARIAS BRITO	2304301	201.376,04	221.513,65	241.651,26	261.788,86	291.116,90	310.876,57	310.876,57	316.169,58	341.647,07	341.647,07	341.647,07	341.647,07	608.843,62	4.130.801,33
CE	FORQUILHA	2304350	275.051,26	302.556,39	330.061,51	357.566,63	397.949,95	424.960,96	424.960,96	432.196,38	462.199,74	462.199,74	462.199,74	462.199,74	823.678,52	5.617.781,52
CE	FORTIM	2304459	65.692,13	72.261,34	78.830,56	85.399,77	94.349,04	100.753,02	100.753,02	102.468,45	119.888,25	119.888,25	119.888,25	119.888,25	213.650,92	1.393.711,25
CE	FRECHEIRINHA	2304509	241.897,07	266.086,78	290.276,49	314.466,19	350.073,34	373.834,71	373.834,71	380.199,65	405.236,95	405.236,95	405.236,95	405.236,95	722.166,08	4.933.782,82
CE	GENERAL SAMPAIO	2304608	140.562,61	154.618,87	168.675,13	182.731,39	203.381,38	217.185,97	217.185,97	220.883,79	236.033,49	236.033,49	236.033,49	236.033,49	420.631,41	2.869.990,48
CE	GRACA	2304657	256.926,25	282.618,88	308.311,50	334.004,13	371.541,79	396.760,34	396.760,34	403.515,61	434.261,40	434.261,40	434.261,40	434.261,40	773.890,09	5.261.374,53
CE	GRANJA	2304707	499.165,40	549.081,94	598.998,48	648.915,02	720.838,45	769.765,65	769.765,65	782.871,74	857.433,75	857.433,75	857.433,75	857.433,75	1.528.018,58	10.297.155,91
CE	GRANJEIRO	2304806	35.632,75	39.196,01	42.759,29	46.322,57	51.315,78	54.798,86	54.798,86	55.731,87	63.132,70	63.132,70	63.132,70	63.132,70	112.507,78	745.594,57
CE	GROAIRAS	2304905	124.827,72	137.310,48	149.793,26	162.276,03	180.467,73	192.717,05	192.717,05	195.998,27	211.613,77	211.613,77	211.613,77	211.613,77	377.113,44	2.559.676,11
CE	GUAIUBA	2304954	232.803,35	256.083,67	279.364,02	302.644,34	336.343,42	359.172,86	359.172,86	365.288,17	397.777,62	397.777,62	397.777,62	397.777,62	708.872,96	4.790.856,13
CE	GUARACIABA DO NORTE	2305001	697.400,74	767.140,82	836.880,88	906.620,97	1.009.558,40	1.078.082,59	1.078.082,59	1.096.438,11	1.176.252,57	1.176.252,57	1.176.252,57	1.176.252,57	2.096.180,38	14.271.395,76
CE	GUARAMIRANGA	2305100	9.533,69	10.487,05	11.440,43	12.393,79	13.366,08	14.273,31	14.273,31	14.516,33	21.856,38	21.856,38	21.856,38	21.856,38	38.949,91	226.659,42
CE	HIDROLANDIA	2305209	179.254,63	197.180,10	215.105,56	233.031,02	259.108,51	276.695,61	276.695,61	281.406,65	304.510,24	304.510,24	304.510,24	304.510,24	542.662,70	3.679.181,35
CE	HORIZONTE	2305233	794.713,13	874.184,43	953.655,75	1.033.127,06	1.149.177,50	1.227.178,39	1.227.178,39	1.248.072,42	1.344.049,77	1.344.049,77	1.344.049,77	1.344.049,77	2.395.209,02	16.278.695,17
CE	IBARETAMA	2305266	123.259,54	135.585,49	147.911,45	160.237,40	178.065,02	190.151,25	190.151,25	193.388,78	210.805,96	210.805,96	210.805,96	210.805,96	375.673,87	2.537.647,89
CE	IBIAPINA	2305308	311.090,75	342.199,82	373.308,90	404.417,97	449.987,07	480.530,12	480.530,12	488.711,66	524.202,36	524.202,36	524.202,36	524.202,36	934.172,37	6.361.758,22
CE	IBICUITINGA	2305332	185.326,66	203.859,33	222.391,99	240.924,66	267.949,67	286.136,86	286.136,86	291.008,65	313.948,99	313.948,99	313.948,99	313.948,99	559.483,33	3.799.013,97
CE	ICAPUI	2305357	146.554,34	161.209,77	175.865,21	190.520,64	211.244,01	225.582,28	225.582,28	229.423,06	257.110,62	257.110,62	257.110,62	257.110,62	458.192,59	3.052.616,66
CE	ICO	2305407	1.111.036,89	1.222.140,57	1.333.244,26	1.444.347,95	1.609.058,50	1.718.274,00	1.718.274,00	1.747.529,47	1.845.334,63	1.845.334,63	1.845.334,63	1.845.334,63	3.288.540,55	22.573.784,71
CE	IGUATU	2305506	620.686,10	682.754,71	744.823,31	806.891,93	896.328,41	957.167,06	957.167,06	973.463,86	1.066.126,98	1.066.126,98	1.066.126,98	1.066.126,98	1.899.927,40	12.803.717,76
CE	INDEPENDENCIA	2305605	238.040,46	261.844,50	285.648,56	309.452,60	344.267,44	367.634,73	367.634,73	373.894,11	425.956,72	425.956,72	425.956,72	425.956,72	759.090,46	5.011.334,47
CE	IPAPORANGA	2305654	112.849,97	124.134,98	135.419,97	146.704,96	163.046,26	174.113,09	174.113,09	177.077,56	192.739,86	192.739,86	192.739,86	192.739,86	343.478,59	2.321.897,91
CE	IPAUMIRIM	2305704	148.158,65	162.974,52	177.790,37	192.606,25	214.385,32	228.936,81	228.936,81	232.834,71	248.609,07	248.609,07	248.609,07	248.609,07	443.042,10	3.024.101,82
CE	IPU	2305803	274.646,46	302.111,11	329.575,75	357.040,40	396.005,63	422.884,67	422.884,67	430.084,74	480.068,61	480.068,61	480.068,61	480.068,61	855.522,39	5.711.030,26
CE	IPUEIRAS	2305902	536.231,30	589.854,44	643.477,56	697.100,69	775.796,04	828.453,51	828.453,51	842.558,82	901.563,74	901.563,74	901.563,74	901.563,74	1.606.661,94	10.954.842,77
CE	IRACEMA	2306009	93.428,88	102.771,76	112.114,65	121.457,54	134.709,88	143.853,37	143.853,37	146.302,62	186.873,13	186.873,13	186.873,13	186.873,13	333.023,56	2.079.008,15
CE	IRAUCUBA	2306108	395.933,95	435.527,34	475.120,74	514.714,14	572.910,38	611.796,91	611.796,91	622.213,41	664.447,73	664.447,73	664.447,73	664.447,73	1.184.101,35	8.081.906,05
CE	ITAICABA	2306207	61.060,15	67.166,18	73.272,19	79.378,21	88.122,33	94.103,67	94.103,67	95.705,89	105.620,58	105.620,58	105.620,58	105.620,58	188.224,74	1.263.619,35
CE	ITAITINGA	2306256	751.345,99	826.480,58	901.615,18	976.749,78	1.087.599,20	1.161.420,43	1.161.420,43	1.181.194,87	1.255.253,52	1.255.253,52	1.255.253,52	1.255.253,52	2.236.966,66	15.305.807,20
CE	ITAPAJE	2306306	544.311,49	598.742,65	653.173,79	707.604,94	787.257,52	840.692,94	840.692,94	855.006,64	918.269,77	918.269,77	918.269,77	918.269,77	1.636.433,48	11.136.995,47
CE	ITAPIPOCA	2306405	1.893.774,27	2.083.151,70	2.272.529,12	2.461.906,55	2.740.564,21	2.926.581,11	2.926.581,11	2.976.409,31	3.173.970,89	3.173.970,89	3.173.970,89	3.173.970,89	5.656.281,41	38.633.662,35
CE	ITAPIUNA	2306504	134.675,18	148.142,71	161.610,22	175.077,74	194.339,18	207.530,03	207.530,03	211.063,45	233.296,09	233.296,09	233.296,09	233.296,09	415.753,08	2.788.905,98
CE	ITAREMA	2306553	273.829,01	301.211,91	328.594,81	355.977,71	394.734,11	421.526,84	421.526,84	428.703,79	479.907,55	479.907,55	479.907,55	479.907,55	855.235,34	5.700.970,56
CE	ITATIRA	2306603	574.463,65	631.910,02	689.356,39	746.802,75	831.535,21	887.976,00	887.976,00	903.094,75	960.023,87	960.023,87	960.023,87	960.023,87	1.710.842,76	11.704.053,01
CE	JAGUARETAMA	2306702	95.582,22	105.140,44	114.698,67	124.256,89	137.669,30	147.013,66	147.013,66	149.516,73	169.096,74	169.096,74	169.096,74	169.096,74	301.344,57	1.998.623,10
CE	JAGUARIBARA	2306801	249.845,14	274.829,66	299.814,16	324.798,69	361.772,02	386.327,44	386.327,44	392.905,08	415.872,70	415.872,70	415.872,70	415.872,70	741.119,87	5.081.230,30
CE	JAGUARIBE	2306900	575.272,55	632.799,80	690.327,06	747.854,31	832.588,97	889.101,28	889.101,28	904.239,19	962.974,56	962.974,56	962.974,56	962.974,56	1.716.101,15	11.729.283,83
CE	JAGUARUANA	2307007	384.667,25	423.133,97	461.600,70	500.067,43	556.673,95	594.458,42	594.458,42	604.579,72	644.634,84	644.634,84	644.634,84	644.634,84	1.148.793,14	7.846.972,36
CE	JARDIM	2307106	374.479,05	411.926,96	449.374,86	486.822,77	541.655,80	578.420,91	578.420,91	588.269,15	631.305,20	631.305,20	631.305,20	631.305,20	1.125.038,60	7.659.629,81
CE	JATI	2307205	109.343,66	120.278,01	131.212,39	142.146,75	158.100,23	168.831,35	168.831,35	171.705,88	185.114,08	185.114,08	185.114,08	185.114,08	329.888,82	2.240.794,76
CE	JIJOCA DE JERICOACOARA	2307254	367.064,63	403.771,09	440.477,55	477.184,02	530.984,22	567.024,99	567.024,99	576.679,21	618.084,46	618.084,46	618.084,46	618.084,46	1.101.478,14	7.504.026,68
CE	JUAZEIRO DO NORTE	2307304	1.844.483,32	2.028.931,65	2.213.379,99	2.397.828,32	2.665.577,58	2.846.504,74	2.846.504,74	2.894.969,55	3.141.266,57	3.141.266,57	3.141.266,57	3.141.266,57	5.597.999,61	37.901.245,78
CE	JUCAS	2307403	265.779,23	292.357,16	318.935,09	345.513,00	384.181,01	410.257,45	410.257,45	417.242,53	451.451,71	451.451,71	451.451,71	451.451,71	804.524,64	5.454.854,40
CE	LAVRAS DA MANGABEIRA	2307502	270.423,72	297.466,08	324.508,45	351.550,83	391.011,47	417.551,53	417.551,53	424.660,80	457.744,52	457.744,52	457.744,52	457.744,52	815.738,96	5.541.441,45
CE	LIMOEIRO DO NORTE	2307601	490.046,66	539.051,32	588.055,99	637.060,65	708.524,68	756.616,08	756.616,08	769.498,28	830.104,14	830.104,14	830.104,14	830.104,14	1.479.314,93	10.045.201,23
CE	MADALENA	2307635	309.240,36	340.164,40	371.088,44	402.012,47	447.597,27	477.978,12	477.978,12	486.116,21	517.169,39	517.169,39	517.169,39	517.169,39	921.639,05	6.302.492,00
CE	MARACANAU	2307650	2.117.574,97	2.329.332,46	2.541.089,96	2.752.847,45	3.060.287,01	3.268.005,23	3.268.005,23	3.323.646,54	3.647.465,18	3.647.465,18	3.647.465,18	3.647.465,18	6.500.087,85	43.750.737,42
CE	MARANGUAPE	2307700	980.968,79	1.079.065,66	1.177.162,55	1.275.259,43	1.418.872,92	1.515.179,50	1.515.179,50	1.540.977,06	1.654.076,13	1.654.076,13	1.654.076,13	1.654.076,13	2.947.701,88	20.066.671,81
CE	MARCO	2307809	458.905,06	504.795,57	550.686,07	596.576,58	664.037,22	709.109,02	709.109,02	721.182,36	770.007,03	770.007,03	770.007,03	770.007,03	1.372.216,88	9.366.645,90
CE	MARTINOPOLE	2307908	139.682,11	153.650,31	167.618,53	181.586,74	201.995,89	215.706,43	215.706,43	219.379,07	236.076,98	236.076,98	236.076,98	236.076,98	420.708,88	2.860.342,31
CE	MASSAPE	2308005	903.019,87	993.321,85	1.083.623,85	1.173.925,83	1.308.631,85	1.397.455,77	1.397.455,77	1.421.248,96	1.488.452,24	1.488.452,24	1.488.452,24	1.488.452,24	2.652.546,31	18.285.039,02
CE	MAURITI	2308104	541.566,13	595.722,74	649.879,35	704.035,97	783.339,33	836.508,80	836.508,80	850.751,27	912.921,07	912.921,07	912.921,07	912.921,07	1.626.901,65	11.076.898,32
CE	MERUOCA	2308203	129.710,82	142.681,90	155.652,99	168.624,06	187.183,25	199.888,39	199.888,39	203.291,71	224.590,46	224.590,46	224.590,46	224.590,46	400.238,98	2.685.522,33
CE	MILAGRES	2308302	377.304,94	415.035,44	452.765,94	490.496,43	546.262,24	583.340,01	583.340,01	593.272,00	628.983,50	628.983,50	628.983,50	628.983,50	1.120.901,15	7.678.652,16
CE	MILHA	2308351	122.336,45	134.570,10	146.803,75	159.037,39	176.760,42	188.758,11	188.758,11	191.971,92	208.832,35	208.832,35	208.832,35	208.832,35	372.156,75	2.516.482,40
CE	MIRAIMA	2308377	60.483,61	66.531,97	72.580,33	78.628,69	86.858,27	92.753,81	92.753,81	94.333,05	110.520,87	110.520,87	110.520,87	110.520,87	196.957,44	1.283.964,46
CE	MISSAO VELHA	2308401	349.600,60	384.560,66	419.520,73	454.480,78	505.218,63	539.510,55	539.510,55	548.696,30	595.540,44	595.540,44	595.540,44	595.540,44	1.061.302,82	7.184.563,38
CE	MOMBACA	2308500	489.345,22	538.279,75	587.214,27	636.148,79	707.798,80	755.840,93	755.840,93	768.709,94	824.980,32	824.980,32	824.980,32	824.980,32	1.470.183,84	10.009.283,75

CE	MONSENHOR TABOSA	2308609	474.880,70	522.368,77	569.856,84	617.344,91	688.050,38	734.752,08	734.752,08	747.262,03	784.575,33	784.575,33	784.575,33	784.575,33	1.398.178,77	9.625.747,88
CE	MORADA NOVA	2308708	489.862,01	538.848,21	587.834,42	636.820,61	707.532,98	755.557,07	755.557,07	768.421,24	839.685,89	839.685,89	839.685,89	839.685,89	1.496.390,45	10.095.567,62
CE	MORAUJO	2308807	100.429,08	110.471,97	120.514,89	130.557,79	145.176,69	155.030,62	155.030,62	157.670,18	170.485,20	170.485,20	170.485,20	170.485,20	303.818,93	2.060.641,57
CE	MORRINHOS	2308906	276.384,25	304.022,69	331.661,11	359.299,53	399.724,88	426.856,37	426.856,37	434.124,06	466.537,87	466.537,87	466.537,87	466.537,87	831.409,43	5.656.490,17
CE	MUCAMBO	2309003	247.839,49	272.623,44	297.407,39	322.191,34	358.803,30	383.157,22	383.157,22	389.680,88	413.415,84	413.415,84	413.415,84	413.415,84	736.741,53	5.045.265,17
CE	MULUNGU	2309102	115.193,87	126.713,25	138.232,64	149.752,02	166.587,70	177.894,91	177.894,91	180.923,76	194.627,28	194.627,28	194.627,28	194.627,28	346.842,14	2.358.544,32
CE	NOVA OLINDA	2309201	156.230,21	171.853,23	187.476,25	203.099,27	225.812,81	241.139,95	241.139,95	245.245,61	265.594,19	265.594,19	265.594,19	265.594,19	473.311,01	3.207.685,05
CE	NOVA RUSSAS	2309300	576.295,96	633.925,56	691.555,15	749.184,74	834.675,26	891.329,18	891.329,18	906.505,02	956.426,35	956.426,35	956.426,35	956.426,35	1.704.431,69	11.704.937,14
CE	NOVO ORIENTE	2309409	455.105,41	500.615,95	546.126,48	591.637,03	658.541,51	703.240,28	703.240,28	715.213,71	822.413,22	822.413,22	822.413,22	822.413,22	1.465.609,10	9.628.982,63
CE	OCARA	2309458	173.054,05	190.359,46	207.664,85	224.970,27	249.666,04	266.612,22	266.612,22	271.151,59	300.525,68	300.525,68	300.525,68	300.525,68	535.561,84	3.587.755,26
CE	OROS	2309508	232.679,74	255.947,70	279.215,68	302.483,66	336.409,78	359.243,73	359.243,73	365.360,24	394.222,22	394.222,22	394.222,22	394.222,22	702.536,92	4.770.010,06
CE	PACAJUS	2309607	833.516,65	916.868,31	1.000.219,98	1.083.571,65	1.206.229,69	1.288.103,02	1.288.103,02	1.310.034,37	1.396.825,83	1.396.825,83	1.396.825,83	1.396.825,83	2.489.260,39	17.003.210,40
CE	PACATUBA	2309706	611.471,53	672.618,67	733.765,82	794.912,98	883.764,14	943.749,99	943.749,99	959.818,35	1.040.163,27	1.040.163,27	1.040.163,27	1.040.163,27	1.853.657,86	12.558.162,41
CE	PACOTI	2309805	204.989,10	225.488,01	245.986,92	266.485,83	296.789,83	316.934,56	316.934,56	322.330,72	341.636,36	341.636,36	341.636,36	341.636,36	608.824,54	4.171.309,51
CE	PACUJA	2309904	110.426,12	121.468,73	132.511,34	143.553,96	159.730,19	170.571,94	170.571,94	173.476,11	186.061,72	186.061,72	186.061,72	186.061,72	331.577,54	2.258.134,75
CE	PALHANO	2310001	119.305,72	131.236,29	143.166,86	155.097,43	172.587,39	184.301,83	184.301,83	187.439,77	200.846,35	200.846,35	200.846,35	200.846,35	357.925,04	2.438.747,56
CE	PALMACIA	2310100	118.241,20	130.065,30	141.889,43	153.713,55	170.987,93	182.593,80	182.593,80	185.702,66	199.866,92	199.866,92	199.866,92	199.866,92	356.179,60	2.421.434,95
CE	PARACURU	2310209	568.255,86	625.081,44	681.907,02	738.732,61	822.355,44	878.173,14	878.173,14	893.124,99	952.298,18	952.298,18	952.298,18	952.298,18	1.697.074,94	11.592.071,30
CE	PARAIPABA	2310258	477.869,49	525.656,44	573.443,39	621.230,33	691.501,02	738.436,93	738.436,93	751.009,61	801.524,72	801.524,72	801.524,72	801.524,72	1.428.384,03	9.752.067,05
CE	PARAMBU	2310308	290.605,48	319.666,03	348.726,58	377.787,12	419.905,26	448.406,50	448.406,50	456.041,10	497.007,01	497.007,01	497.007,01	497.007,01	885.708,02	5.983.280,63
CE	PARAMOTI	2310407	153.422,70	168.764,97	184.107,23	199.449,51	221.994,65	237.062,63	237.062,63	241.098,87	257.547,80	257.547,80	257.547,80	257.547,80	458.971,68	3.132.126,07
CE	PEDRA BRANCA	2310506	185.418,81	203.960,70	222.502,57	241.044,46	266.348,94	284.427,48	284.427,48	289.270,17	337.778,21	337.778,21	337.778,21	337.778,21	601.948,96	3.930.462,41
CE	PENAFORTE	2310605	32.153,57	35.368,93	38.584,29	41.799,64	46.012,77	49.135,90	49.135,90	49.972,49	60.962,57	60.962,57	60.962,57	60.962,57	108.640,41	694.654,18
CE	PENTECOSTE	2310704	438.826,21	482.708,83	526.591,46	570.474,07	634.580,11	677.652,50	677.652,50	689.190,26	741.817,48	741.817,48	741.817,48	741.817,48	1.321.980,75	8.986.926,61
CE	PEREIRO	2310803	331.937,90	365.131,69	398.325,48	431.519,27	480.490,16	513.103,63	513.103,63	521.839,77	554.578,66	554.578,66	554.578,66	554.578,66	988.305,50	6.762.071,67
CE	PINDORETAMA	2310852	424.892,34	467.381,58	509.870,81	552.360,05	615.208,16	656.965,66	656.965,66	668.151,21	707.646,54	707.646,54	707.646,54	707.646,54	1.261.085,29	8.643.466,92
CE	PIQUET CARNEIRO	2310902	181.717,21	199.888,95	218.060,66	236.232,38	262.879,92	280.723,00	280.723,00	285.502,61	305.802,05	305.802,05	305.802,05	305.802,05	544.964,81	3.713.900,74
CE	PIRES FERREIRA	2310951	66.523,18	73.175,50	79.827,82	86.480,13	95.922,71	102.433,50	102.433,50	104.177,54	117.391,93	117.391,93	117.391,93	117.391,93	209.202,27	1.389.743,87
CE	PORANGA	2311009	159.638,94	175.602,84	191.566,74	207.530,63	230.879,43	246.550,47	246.550,47	250.748,26	269.481,98	269.481,98	269.481,98	269.481,98	480.239,41	3.267.235,11
CE	PORTEIRAS	2311108	306.649,77	337.314,75	367.979,73	398.644,71	443.833,27	473.958,63	473.958,63	482.028,29	513.033,02	513.033,02	513.033,02	513.033,02	914.267,68	6.250.767,54
CE	POTENGI	2311207	41.066,07	45.172,67	49.279,28	53.385,89	58.989,96	62.993,92	62.993,92	64.066,46	74.814,26	74.814,26	74.814,26	74.814,26	133.325,31	870.530,52
CE	POTIRETAMA	2311231	86.219,75	94.841,73	103.463,71	112.085,67	124.642,87	133.103,06	133.103,06	135.369,28	146.272,93	146.272,93	146.272,93	146.272,93	260.670,60	1.768.591,45
CE	QUITERIANOPOLIS	2311264	370.447,53	407.492,29	444.537,04	481.581,79	536.095,13	572.482,81	572.482,81	582.229,95	620.814,02	620.814,02	620.814,02	620.814,02	1.106.342,45	7.556.947,88
CE	QUIXADA	2311306	629.455,06	692.400,57	755.346,07	818.291,58	909.436,82	971.165,21	971.165,21	987.700,34	1.075.110,77	1.075.110,77	1.075.110,77	1.075.110,77	1.915.937,26	12.951.341,20
CE	QUIXELO	2311355	269.574,67	296.532,15	323.489,61	350.447,07	390.234,61	416.721,94	416.721,94	423.817,08	450.153,07	450.153,07	450.153,07	450.153,07	802.210,36	5.490.361,71
CE	QUIXERAMOBIM	2311405	1.137.674,83	1.251.442,32	1.365.209,80	1.478.977,28	1.646.402,12	1.758.152,34	1.758.152,34	1.788.086,77	1.906.435,75	1.906.435,75	1.906.435,75	1.906.435,75	3.397.427,83	23.207.268,63
CE	QUIXERE	2311504	-	-	-	-	-	-	-	-	4.810,50	4.810,50	4.810,50	4.810,50	8.572,77	27.814,77
CE	REDENCAO	2311603	377.492,17	415.241,39	452.990,61	490.739,83	546.201,53	583.275,18	583.275,18	593.206,07	633.825,26	633.825,26	633.825,26	633.825,26	1.129.529,56	7.707.252,56
CE	RERIUTABA	2311702	182.728,18	201.000,99	219.273,82	237.546,63	264.157,72	282.087,53	282.087,53	286.890,38	310.024,92	310.024,92	310.024,92	310.024,92	552.490,28	3.748.362,74
CE	RUSSAS	2311801	909.690,31	1.000.659,33	1.091.628,37	1.182.597,39	1.316.059,81	1.405.387,90	1.405.387,90	1.429.316,14	1.530.010,66	1.530.010,66	1.530.010,66	1.530.010,66	2.726.606,85	18.587.376,64
CE	SABOEIRO	2311900	241.140,99	265.255,09	289.369,19	313.483,28	349.027,08	372.717,44	372.717,44	379.063,36	403.315,70	403.315,70	403.315,70	403.315,70	718.742,28	4.914.778,95
CE	SALITRE	2311959	318.709,64	350.580,60	382.451,57	414.322,52	461.226,99	492.532,96	492.532,96	500.918,86	534.045,97	534.045,97	534.045,97	534.045,97	951.714,53	6.501.174,51
CE	SANTA QUITERIA	2312205	330.619,49	363.681,42	396.743,38	429.805,32	477.082,34	509.464,49	509.464,49	518.138,68	572.846,28	572.846,28	572.846,28	572.846,28	1.020.859,93	6.847.244,66
CE	SANTANA DO ACARAU	2312007	257.347,27	283.082,00	308.816,72	334.551,45	371.728,63	396.959,86	396.959,86	403.718,53	440.734,40	440.734,40	440.734,40	440.734,40	785.425,53	5.301.527,45
CE	SANTANA DO CARIRI	2312106	215.501,53	237.051,69	258.601,84	280.151,99	311.728,97	332.887,70	332.887,70	338.555,47	362.994,21	362.994,21	362.994,21	362.994,21	646.886,02	4.406.229,75
CE	SAO BENEDITO	2312304	1.088.127,94	1.196.940,73	1.305.753,52	1.414.566,32	1.576.450,85	1.683.453,09	1.683.453,09	1.712.115,69	1.799.500,00	1.799.500,00	1.799.500,00	1.799.500,00	3.206.859,41	22.065.720,64
CE	SAO JOAO DO JAGUARIBE	2312502	22.725,54	24.998,10	27.270,65	29.543,20	32.615,34	34.829,12	34.829,12	35.422,12	41.798,64	41.798,64	41.798,64	41.798,64	74.488,70	483.916,45
CE	SAO LUIS DO CURU	2312601	90.732,84	99.806,13	108.879,42	117.952,70	131.028,63	139.922,26	139.922,26	142.304,58	155.821,07	155.821,07	155.821,07	155.821,07	277.686,19	1.871.519,29
CE	SENADOR POMPEU	2312700	93.236,98	102.560,68	111.884,38	121.208,08	134.197,01	143.305,69	143.305,69	145.745,62	166.236,34	166.236,34	166.236,34	166.236,34	296.247,08	1.956.636,57
CE	SENADOR SA	2312809	117.415,78	129.157,35	140.898,92	152.640,51	169.900,69	181.432,77	181.432,77	184.521,85	197.019,16	197.019,16	197.019,16	197.019,16	351.104,62	2.396.581,90
CE	SOBRAL	2312908	1.735.497,22	1.909.046,95	2.082.596,66	2.256.146,39	2.507.146,40	2.677.319,97	2.677.319,97	2.722.904,23	2.968.334,41	2.968.334,41	2.968.334,41	2.968.334,41	5.289.820,04	35.731.135,47
CE	SOLONOPOLE	2313005	287.263,89	315.990,28	344.716,67	373.443,06	415.879,11	444.107,07	444.107,07	451.668,47	479.176,90	479.176,90	479.176,90	479.176,90	853.933,28	5.847.816,50
CE	TABULEIRO DO NORTE	2313104	149.713,63	164.685,01	179.656,36	194.627,73	215.920,56	230.576,26	230.576,26	234.502,07	260.977,66	260.977,66	260.977,66	260.977,66	465.084,00	3.109.252,52
CE	TAMBORIL	2313203	153.450,33	168.795,37	184.140,39	199.485,43	221.180,71	236.193,44	236.193,44	240.214,89	269.252,50	269.252,50	269.252,50	269.252,50	479.830,41	3.196.494,41
CE	TARRAFAS	2313252	10.867,94	11.954,74	13.041,52	14.128,32	15.218,34	16.251,29	16.251,29	16.527,99	25.165,60	25.165,60	25.165,60	25.165,60	44.847,21	259.751,04
CE	TAUA	2313302	791.677,22	870.844,94	950.012,66	1.029.180,38	1.145.922,12	1.223.702,05	1.223.702,05	1.244.536,89	1.348.126,81	1.348.126,81	1.348.126,81	1.348.126,81	2.402.474,64	16.274.560,19
CE	TEJUCUOCA	2313351	364.507,77	400.958,54	437.409,33	473.860,10	527.621,87	563.434,42	563.434,42	573.027,50	609.187,46	609.187,46	609.187,46	609.187,46	1.085.622,96	7.426.626,75
CE	TIANGUA	2313401	1.295.228,46	1.424.751,30	1.554.274,15	1.683.796,99	1.874.609,06	2.001.848,91	2.001.848,91	2.035.932,55	2.167.709,00	2.167.709,00	2.167.709,00	2.167.709,00	3.863.038,60	26.406.164,93
CE	TRAIRI	2313500	727.458,88	800.204,77	872.950,65	945.696,55	1.052.038,56	1.123.446,10	1.123.446,10	1.142.573,98	1.228.769,65	1.228.769,65	1.228.769,65	1.228.769,65	2.189.770,23	14.892.664,42
CE	TURURU	2313559	177.823,10	195.605,41	213.387,72	231.170,03	256.976,15	274.418,51	274.418,51	279.090,78	302.940,15	302.940,15	302.940,15	302.940,15	539.864,65	3.654.515,46
CE	UBAJARA	2313609	579.760,31	637.736,34	695.712,38	753.688,40	839.167,47	896.126,30	896.126,30	911.383,81	969.348,45	969.348,45	969.348,45	969.348,45	1.727.459,95	11.814.555,06
CE	UMARI	2313708	51.371,88	56.509,06	61.646,25	66.783,44	74.174,68	79.209,32	79.209,32	80.557,95	88.390,56	88.390,56	88.390,56	88.390,56	157.519,41	1.060.543,55
CE	UMIRIM	2313757	146.516,41	161.168,05	175.819,69	190.471,33	211.382,57	225.730,25	225.730,25	229.573,55	254.405,85	254.405,85	254.405,85	254.405,85	453.372,44	3.037.387,94
CE	URUBURETAMA	2313807	286.074,66	314.682,12	343.289,59	371.897,06	413.762,39	441.846,68	441.846,68	449.369,59	482.586,46	482.586,46	482.586,46	482.586,46	860.009,39	5.853.124,00
CE	URUOCA	2313906	202.189,70	222.408,68	242.627,64	262.846,62	292.521,48	312.376,49	312.376,49	317.695,04	339.910,28	339.910,28	339.910,28	339.910,28	605.748,51	4.130.431,77
CE	VARJOTA	2313955	574.056,78	631.462,46	688.868,14	746.273,82	831.993,06	888.464,93	888.464,93	903.592,00	945.052,46	945.052,46	945.052,46	945.052,46	1.684.162,46	11.617.548,42
CE	VARZEA ALEGRE	2314003	314.063,74	345.470,10	376.876,48	408.282,86	453.742,52	484.540,48	484.540,48	492.790,30	536.651,44	536.651,44	536.651,44	536.651,44	956.357,69	6.463.270,41
CE	VICOSA DO CEARA	2314102	1.087.243,78	1.195.968,15	1.304.692,53	1.413.416,91	1.574.086,71	1.680.928,48	1.680.928,48	1.709.548,10	1.812.826,17	1.812.826,17	1.812.826,17	1.812.826,17	3.230.607,76	22.128.725,58
ES	AFONSO CLAUDIO	3200102	73.927,55	81.320,30	88.713,05	96.105,81	105.823,38	113.006,18	113.006,18	114.930,23	139.745,67	139.745,67	139.745,67	139.745,67	249.038,51	1.594.853,87
ES	ALEGRE	3200201	31.090,66	34.199,72	37.308,79	40.417,86	44.035,37	47.024,29	47.024,29	47.824,93	81.057,43	81.057,43	81.057,43	81.057,43	144.451,14	797.606,77
ES	ATILIO VIVACQUA	3200706	35.145,42	38.659,96	42.174,51	45.689,05	50.211,43	53.619,56	53.619,56	54.532,49	83.056,81	83.056,81	83.056,81	83.056,81	148.014,23	853.893,45
ES	BAIXO GUANDU	3200805	44.649,98	49.114,98	53.579,98	58.044,98	63.135,71	67.421,07	67.421,07	68.568,99	127.377,05	127.377,05	127.377,05	127.377,05	226.996,56	1.208.441,52
ES	BOA ESPERANCA	3201001	31.886,98	35.075,68	38.264,37	41.453,08	45.504,02	48.592,62	48.592,62	49.419,96	62.194,45	62.194,45	62.194,45	62.194,45	110.835,73	698.402,86
ES	BOM JESUS DO NORTE	3201100	117.756,39	129.532,04	141.307,67	153.083,31	170.455,34	182.025,07	182.025,07	185.124,24	196.747,34	196.747,34	196.747,34	196.747,34	350.620,21	2.398.918,70
ES	BREJETUBA	3201159	612,20	673,41	734,64	795,86	235,79	251,80	251,80	256,09	9.902,16	9.902,16	9.902,16	9.902,16	17.646,49	61.066,72
ES	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	3201209	188.736,51	207.610,15	226.483,80	245.357,45	264.966,70	282.951,42	282.951,42	287.768,97	461.282,75	461.282,75	461.282,75	461.282,75	822.044,40	4.654.001,82
ES	CARIACICA	3201308	1.697.148,33	1.866.863,15	2.036.577,99	2.206.292,83	2.447.233,85	2.613.340,84	2.613.340,84	2.657.835,78	3.110.801,93	3.110.801,93	3.110.801,93	3.110.801,93	5.543.709,06	36.125.550,39
ES	COLATINA	3201506	226.690,01	249.359,01	272.028,02	294.697,01	323.115,48	345.047,08	345.047,08	350.921,88	583.794,34	583.794,34	583.794,34	583.794,34	1.040.370,28	5.782.453,21
ES	CONCEICAO DA BARRA	3201605	-	-	-	-	211.640,84	226.006,05	226.006,05	229.854,05	288.506,13	288.506,13	288.506,13	288.506,13	514.142,04	2.561.673,55
ES	DOMINGOS MARTINS	3201902	34.897,16	38.386,87	41.876,59	45.366,30	48.461,93	51.751,30	51.751,30	52.632,42	86.329,23	86.329,23	86.329,23	86.329,23	153.845,92	864.286,71
ES	DORES DO RIO PRETO	3202009	2.662,24	2.928,46	3.194,69	3.460,90	3.496,73	3.734,07	3.734,07	3.797,64	9.321,01	9.321,01	9.321,01	9.321,01	16.610,82	80.903,66
ES	FUNDAO	3202207	62.674,64	68.942,09	75.209,56	81.477,03	89.870,36	95.970,35	95.970,35	97.604,35	116.358,89	116.358,89	116.358,89	116.358,89	207.361,31	1.340.515,60
ES	GUACUI	3202306	62.180,94	68.399,04	74.617,13	80.835,22	88.532,39	94.541,56	94.541,56	96.151,24	189.328,41	189.328,41	189.328,41	189.328,41	337.399,07	1.754.511,79
ES	IBATIBA	3202454	44.432,19	48.875,42	53.318,64	57.761,86	63.078,20	67.359,66	67.359,66	68.506,53	124.082,43	124.082,43	124.082,43	124.082,43	221.125,29	1.188.147,17
ES	IBIRACU	3202504	19.916,82	21.908,50	23.900,18	25.891,86	28.361,79	30.286,86	30.286,86	30.802,53	39.670,47	39.670,47	39.670,47	39.670,47	70.696,10	440.733,38
ES	IBITIRAMA	3202553	25.662,98	28.229,27	30.795,58	33.361,87	36.700,15	39.191,18	39.191,18	39.858,46	56.635,24	56.635,24	56.635,24	56.635,24	100.928,74	600.460,37
ES	IRUPI	3202652	10.919,11	12.011,02	13.102,93	14.194,85	15.227,41	16.260,97	16.260,97	16.537,83	44.371,14	44.371,14	44.371,14	44.371,14	79.073,11	371.072,76
ES	ITAPEMIRIM	3202801	50.431,35	55.474,50	60.517,63	65.560,76	70.014,96	74.767,25	74.767,25	76.040,24	125.023,27	125.023,27	125.023,27	125.023,27	222.801,97	1.250.468,99
ES	IUNA	3203007	49.823,37	54.805,70	59.788,05	64.770,38	70.975,07	75.792,53	75.792,53	77.082,98	138.877,93	138.877,93	138.877,93	138.877,93	247.492,12	1.331.834,45
ES	JERONIMO MONTEIRO	3203106	33.265,53	36.592,08	39.918,64	43.245,18	47.743,29	50.983,88	50.983,88	51.851,94	61.169,42	61.169,42	61.169,42	61.169,42	109.009,02	708.271,12
ES	LINHARES	3203205	300.505,30	330.555,84	360.606,36	390.656,89	425.586,84	454.473,72	454.473,72	462.211,63	709.259,54	709.259,54	709.259,54	709.259,54	1.263.959,79	7.280.068,25
ES	MARATAIZES	3203320	234.117,54	257.529,30	280.941,05	304.352,81	337.003,10	359.877,32	359.877,32	366.004,62	449.875,06	449.875,06	449.875,06	449.875,06	801.714,93	5.100.918,23

ES	MARECHAL FLORIANO	3203346	255,84	281,42	307,01	332,59	- 1.176,86	-	-	-	20.990,85	20.990,85	20.990,85	20.990,85	37.407,47	121.370,87
ES	MARILANDIA	3203353	-	-	-	-	-	-	-	-	13.345,19	13.345,19	13.345,19	13.345,19	23.782,28	77.163,04
ES	MIMOSO DO SUL	3203403	157.536,69	173.290,35	189.044,03	204.797,69	227.743,67	243.201,86	243.201,86	247.342,63	286.643,91	286.643,91	286.643,91	286.643,91	510.823,39	3.343.557,81
ES	MONTANHA	3203502	48.123,74	52.936,12	57.748,49	62.560,86	68.687,06	73.349,23	73.349,23	74.598,08	112.513,31	112.513,31	112.513,31	112.513,31	200.508,18	1.161.914,23
ES	NOVA VENECIA	3203908	172.367,79	189.604,58	206.841,35	224.078,13	247.524,07	264.324,87	264.324,87	268.825,28	324.470,83	324.470,83	324.470,83	324.470,83	578.234,13	3.714.008,39
ES	PANCAS	3204005	4.633,79	5.097,16	5.560,55	6.023,91	5.927,21	6.329,52	6.329,52	6.437,29	19.571,65	19.571,65	19.571,65	19.571,65	34.878,34	159.503,89
ES	PEDRO CANARIO	3204054	25.956,07	28.551,67	31.147,29	33.742,89	36.581,64	39.064,64	39.064,64	39.729,76	56.889,17	56.889,17	56.889,17	56.889,17	101.381,26	602.776,54
ES	PIUMA	3204203	54.046,42	59.451,06	64.855,71	70.260,35	77.075,13	82.306,64	82.306,64	83.708,00	138.464,18	138.464,18	138.464,18	138.464,18	246.754,77	1.374.621,44
ES	SAO GABRIEL DA PALHA	3204708	4.928,07	5.420,87	5.913,69	6.406,48	5.554,44	5.931,45	5.931,45	6.032,44	40.966,84	40.966,84	40.966,84	40.966,84	73.006,38	282.992,63
ES	SAO MATEUS	3204906	197.882,03	217.670,24	237.458,45	257.246,64	280.546,30	299.588,49	299.588,49	304.689,31	455.186,12	455.186,12	455.186,12	455.186,12	811.179,70	4.726.594,13
ES	SOORETAMA	3205010	153.530,57	168.883,63	184.236,69	199.589,74	221.037,23	236.040,22	236.040,22	240.059,06	272.931,20	272.931,20	272.931,20	272.931,20	486.386,17	3.217.528,33
ES	VARGEM ALTA	3205036	2.118,66	2.330,53	2.542,39	2.754,27	1.967,17	2.100,69	2.100,69	2.136,46	23.846,14	23.846,14	23.846,14	23.846,14	42.495,85	155.931,27
ES	VIANA	3205101	399.910,79	439.901,86	479.892,93	519.884,02	575.470,04	614.530,31	614.530,31	624.993,35	760.025,51	760.025,51	760.025,51	760.025,51	1.354.428,96	8.663.644,61
ES	VILA VALERIO	3205176	39.912,25	43.903,48	47.894,69	51.885,93	57.079,73	60.954,04	60.954,04	61.991,85	91.455,44	91.455,44	91.455,44	91.455,44	162.981,25	953.379,02
GO	ABADIA DE GOIAS	5200050	4.385,50	4.824,05	5.262,60	5.701,15	5.360,26	5.724,09	5.724,09	5.821,55	20.814,07	20.814,07	20.814,07	20.814,07	37.092,43	163.152,00
GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	5200258	131.927,48	145.120,22	158.312,97	171.505,71	183.492,45	195.947,07	195.947,07	199.283,28	322.489,75	322.489,75	322.489,75	322.489,75	574.703,64	3.246.198,89
GO	ARAGARCAS	5201702	51.258,30	56.384,13	61.509,95	66.635,79	73.614,99	78.611,64	78.611,64	79.950,09	93.597,47	93.597,47	93.597,47	93.597,47	166.798,54	1.087.764,95
GO	BONFINOPOLIS	5203559	10.542,04	11.596,24	12.650,45	13.704,64	14.881,15	15.891,21	15.891,21	16.161,78	22.784,02	22.784,02	22.784,02	22.784,02	40.603,05	243.057,85
GO	BRITANIA	5203807	9.198,82	10.118,69	11.038,58	11.958,46	13.038,29	13.923,27	13.923,27	14.160,33	19.154,16	19.154,16	19.154,16	19.154,16	34.134,35	208.110,70
GO	CAMPO LIMPO DE GOIAS	5204854	7.828,42	8.611,28	9.394,11	10.176,95	10.994,58	11.740,84	11.740,84	11.940,74	17.684,27	17.684,27	17.684,27	17.684,27	31.514,87	184.679,71
GO	CARMO DO RIO VERDE	5205000	18.467,67	20.314,45	22.161,21	24.007,98	26.437,17	28.231,61	28.231,61	28.712,28	34.886,70	34.886,70	34.886,70	34.886,70	62.171,03	398.281,81
GO	CIDADE OCIDENTAL	5205497	418.929,48	460.822,43	502.715,38	544.608,32	603.664,15	644.638,10	644.638,10	655.613,76	737.448,55	737.448,55	737.448,55	737.448,55	1.314.194,95	8.739.618,87
GO	GOIANDIRA	5208509	7.157,01	7.872,72	8.588,42	9.304,13	10.143,71	10.832,22	10.832,22	11.016,65	14.910,22	14.910,22	14.910,22	14.910,22	26.571,31	161.959,27
GO	GOIANIRA	5208806	286.264,54	314.890,99	343.517,45	372.143,90	412.766,54	440.783,24	440.783,24	448.288,05	500.252,12	500.252,12	500.252,12	500.252,12	891.491,07	5.951.937,50
GO	INDIARA	5209952	46.831,65	51.514,82	56.197,98	60.881,14	67.122,40	71.678,36	71.678,36	72.898,76	87.360,66	87.360,66	87.360,66	87.360,66	155.684,02	1.003.930,13
GO	IPORA	5210208	21.051,72	23.156,88	25.262,06	27.367,22	29.458,86	31.458,39	31.458,39	31.994,00	49.017,28	49.017,28	49.017,28	49.017,28	87.352,94	504.629,58
GO	ITAPACI	5210901	5.826,76	6.409,44	6.992,12	7.574,79	7.560,08	8.073,22	8.073,22	8.210,68	21.671,81	21.671,81	21.671,81	21.671,81	38.621,03	184.028,58
GO	ITAPIRAPUA	5211008	22.869,24	25.156,18	27.443,09	29.730,03	32.881,08	35.112,90	35.112,90	35.710,73	41.250,76	41.250,76	41.250,76	41.250,76	73.512,32	482.531,51
GO	MAMBAI	5212709	10.963,67	12.060,02	13.156,40	14.252,76	15.546,91	16.602,16	16.602,16	16.884,83	22.731,44	22.731,44	22.731,44	22.731,44	40.509,36	247.504,03
GO	MARZAGAO	5212907	8.515,05	9.366,55	10.218,05	11.069,56	12.259,84	13.091,99	13.091,99	13.314,89	15.126,52	15.126,52	15.126,52	15.126,52	26.956,75	178.390,75
GO	NAZARIO	5214408	34.840,21	38.324,23	41.808,25	45.292,28	50.202,11	53.609,60	53.609,60	54.522,36	61.350,64	61.350,64	61.350,64	61.350,64	109.332,02	726.943,22
GO	NOVA GLORIA	5214861	18.855,09	20.740,60	22.626,10	24.511,62	27.130,18	28.971,65	28.971,65	29.464,92	33.728,91	33.728,91	33.728,91	33.728,91	60.107,74	396.295,19
GO	PLANALTINA	5217609	364.001,99	400.402,18	436.802,39	473.202,58	522.231,09	557.677,74	557.677,74	567.172,80	671.945,12	671.945,12	671.945,12	671.945,12	1.197.462,35	7.764.411,34
GO	RIALMA	5218607	7.918,65	8.710,51	9.502,38	10.294,24	11.011,12	11.758,51	11.758,51	11.958,71	19.392,09	19.392,09	19.392,09	19.392,09	34.558,37	195.039,36
GO	RUBIATABA	5218904	65.084,97	71.593,46	78.101,97	84.610,46	93.653,92	100.010,72	100.010,72	101.713,51	116.364,86	116.364,86	116.364,86	116.364,86	207.371,94	1.367.611,11
GO	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	5219704	15.852,53	17.437,78	19.023,03	20.608,29	22.504,15	24.031,63	24.031,63	24.440,79	32.531,47	32.531,47	32.531,47	32.531,47	57.973,85	356.029,56
GO	SAO FRANCISCO DE GOIAS	5219902	17.259,41	18.985,35	20.711,29	22.437,23	24.799,03	26.482,27	26.482,27	26.933,16	31.354,46	31.354,46	31.354,46	31.354,46	55.876,27	365.384,12
GO	TRINDADE	5221403	227.855,82	250.641,41	273.426,99	296.212,57	325.449,14	347.539,13	347.539,13	353.456,36	440.471,38	440.471,38	440.471,38	440.471,38	784.956,77	4.968.962,84
GO	VALPARAISO DE GOIAS	5221858	169.644,35	186.608,80	203.573,23	220.537,66	237.137,28	253.233,07	253.233,07	257.544,63	398.495,11	398.495,11	398.495,11	398.495,11	710.151,57	4.085.644,10
MA	ACAILANDIA	2100055	427.444,38	470.188,81	512.933,26	555.677,69	613.573,81	655.220,38	655.220,38	666.376,21	784.658,28	784.658,28	784.658,28	784.658,28	1.398.326,63	9.093.594,67
MA	AFONSO CUNHA	2100105	209.553,59	230.508,95	251.464,31	272.419,67	303.382,35	323.974,55	323.974,55	329.490,56	349.463,43	349.463,43	349.463,43	349.463,43	622.773,00	4.265.395,25
MA	AGUA DOCE DO MARANHAO	2100154	-	-	-	-	445.097,62	475.308,80	475.308,80	483.401,45	511.713,74	511.713,74	511.713,74	511.713,74	911.916,61	4.837.888,24
MA	ALCANTARA	2100204	235.988,39	259.587,23	283.186,07	306.784,91	341.160,73	364.317,15	364.317,15	370.520,04	400.274,87	400.274,87	400.274,87	400.274,87	713.323,24	4.840.284,39
MA	ALDEIAS ALTAS	2100303	701.435,23	771.578,74	841.722,27	911.865,79	1.015.435,73	1.084.358,84	1.084.358,84	1.102.821,22	1.170.721,12	1.170.721,12	1.170.721,12	1.170.721,12	2.086.322,88	14.282.784,02
MA	ALTAMIRA DO MARANHAO	2100402	103.161,74	113.477,92	123.794,09	134.110,26	149.011,16	159.125,36	159.125,36	161.834,64	176.704,79	176.704,79	176.704,79	176.704,79	314.902,74	2.125.362,43
MA	ALTO ALEGRE DO MARANHAO	2100436	521.426,42	573.569,06	625.711,71	677.854,35	754.968,59	806.212,38	806.212,38	819.939,02	898.590,84	898.590,84	898.590,84	898.590,84	1.601.363,98	10.781.621,25
MA	ALTO ALEGRE DO PINDARE	2100477	236.438,89	260.082,78	283.726,66	307.370,55	340.314,38	363.413,35	363.413,35	369.600,86	421.485,34	421.485,34	421.485,34	421.485,34	751.122,11	4.961.424,29
MA	ALTO PARNAIBA	2100501	3.370,57	3.707,63	4.044,68	4.381,74	4.082,35	4.359,44	4.359,44	4.433,67	16.507,68	16.507,68	16.507,68	16.507,68	29.418,10	128.188,34
MA	AMAPA DO MARANHAO	2100550	-	-	-	-	254.938,27	272.242,31	272.242,31	276.877,53	292.449,05	292.449,05	292.449,05	292.449,05	521.168,65	2.767.265,27
MA	AMARANTE DO MARANHAO	2100600	442.563,50	486.819,86	531.076,21	575.332,57	639.714,99	683.135,90	683.135,90	694.767,03	751.815,65	751.815,65	751.815,65	751.815,65	1.339.798,29	9.083.606,85
MA	ANAJATUBA	2100709	252.762,94	278.039,23	303.315,52	328.591,81	365.169,78	389.955,83	389.955,83	396.595,25	432.022,33	432.022,33	432.022,33	432.022,33	769.899,88	5.202.375,39
MA	ANAPURUS	2100808	437.681,19	481.449,32	525.217,43	568.985,56	633.868,07	676.892,12	676.892,12	688.416,94	766.991,17	766.991,17	766.991,17	766.991,17	1.366.842,35	9.124.209,78
MA	APICUM-ACU	2100832	132.215,34	145.436,88	158.658,41	171.879,94	190.345,09	203.264,85	203.264,85	206.725,65	235.103,20	235.103,20	235.103,20	235.103,20	418.973,50	2.771.177,31
MA	ARAGUANA	2100873	199.923,59	219.915,95	239.908,32	259.900,67	288.849,75	308.455,54	308.455,54	313.707,33	341.468,73	341.468,73	341.468,73	341.468,73	608.525,80	4.113.517,41
MA	ARAME	2100956	434.662,00	478.128,21	521.594,41	565.060,60	629.011,52	671.705,93	671.705,93	683.142,44	728.590,75	728.590,75	728.590,75	728.590,75	1.298.409,59	8.867.783,63
MA	ARARI	2101004	454.091,58	499.500,74	544.909,90	590.319,05	657.075,32	701.674,57	701.674,57	713.621,33	761.886,45	761.886,45	761.886,45	761.886,45	1.357.745,34	9.268.158,20
MA	AXIXA	2101103	-	-	-	-	296.863,73	317.013,47	317.013,47	322.410,97	343.001,56	343.001,56	343.001,56	343.001,56	611.257,43	3.236.565,31
MA	BACABAL	2101202	1.159.557,22	1.275.512,95	1.391.468,67	1.507.424,39	1.677.106,76	1.790.941,06	1.790.941,06	1.821.433,76	1.956.249,13	1.956.249,13	1.956.249,13	1.956.249,13	3.486.199,48	23.725.581,87
MA	BACABEIRA	2101251	-	-	-	-	467.945,47	499.707,46	499.707,46	508.215,52	540.767,13	540.767,13	540.767,13	540.767,13	963.692,20	5.102.336,63
MA	BACURI	2101301	327.748,82	360.523,70	393.298,58	426.073,46	474.138,90	506.321,27	506.321,27	514.941,93	551.504,12	551.504,12	551.504,12	551.504,12	982.826,41	6.698.210,82
MA	BACURITUBA	2101350	75.634,80	83.198,28	90.761,76	98.325,24	109.336,65	116.757,92	116.757,92	118.745,85	128.372,31	128.372,31	128.372,31	128.372,31	228.770,22	1.551.777,88
MA	BALSAS	2101400	489.517,68	538.469,44	587.421,20	636.372,98	704.799,77	752.638,34	752.638,34	765.452,82	869.620,97	869.620,97	869.620,97	869.620,97	1.549.737,23	10.255.531,68
MA	BARRA DO CORDA	2101608	1.190.229,73	1.309.252,70	1.428.275,67	1.547.298,64	1.722.219,69	1.839.116,05	1.839.116,05	1.870.428,98	2.203.015,51	2.203.015,51	2.203.015,51	2.203.015,51	3.925.957,76	25.483.957,31
MA	BARREIRINHAS	2101707	921.945,11	1.014.139,63	1.106.334,13	1.198.528,65	1.333.412,50	1.423.918,41	1.423.918,41	1.448.162,16	1.555.762,09	1.555.762,09	1.555.762,09	1.555.762,09	2.772.498,09	18.865.905,45
MA	BELA VISTA DO MARANHAO	2101772	443.259,10	487.585,01	531.910,91	576.236,83	641.937,64	685.509,42	685.509,42	697.180,96	736.379,40	736.379,40	736.379,40	736.379,40	1.312.289,63	9.006.936,52
MA	BELAGUA	2101731	488.082,74	536.891,00	585.699,28	634.507,55	707.171,06	755.170,58	755.170,58	768.028,17	806.491,25	806.491,25	806.491,25	806.491,25	1.437.234,82	9.893.920,78
MA	BENEDITO LEITE	2101806	9.886,52	10.875,17	11.863,81	12.852,48	13.963,83	14.911,63	14.911,63	15.165,52	21.257,86	21.257,86	21.257,86	21.257,86	37.883,29	227.345,32
MA	BEQUIMAO	2101905	144.534,42	158.987,86	173.441,29	187.894,75	208.686,07	222.850,72	222.850,72	226.644,99	248.739,57	248.739,57	248.739,57	248.739,57	443.274,70	2.984.123,80
MA	BERNARDO DO MEARIM	2101939	119.522,14	131.474,34	143.426,56	155.378,78	173.127,36	184.878,45	184.878,45	188.026,20	198.112,92	198.112,92	198.112,92	198.112,92	353.053,83	2.426.217,79
MA	BOA VISTA DO GURUPI	2101970	347.333,75	382.067,12	416.800,50	451.533,87	503.446,75	537.618,40	537.618,40	546.771,93	571.145,14	571.145,14	571.145,14	571.145,14	1.017.828,36	7.025.599,64
MA	BOM JARDIM	2102002	1.050.391,70	1.155.430,88	1.260.470,04	1.365.509,22	1.521.546,84	1.624.822,44	1.624.822,44	1.652.486,80	1.740.271,21	1.740.271,21	1.740.271,21	1.740.271,21	3.101.308,75	21.317.873,95
MA	BOM JESUS DAS SELVAS	2102036	496.872,50	546.559,74	596.246,99	645.934,24	718.728,14	767.512,10	767.512,10	780.579,82	837.100,49	837.100,49	837.100,49	837.100,49	1.491.783,03	10.160.130,62
MA	BOM LUGAR	2102077	250.381,90	275.420,09	300.458,29	325.496,47	362.559,94	387.168,85	387.168,85	393.760,81	416.620,02	416.620,02	416.620,02	416.620,02	742.451,70	5.091.346,98
MA	BREJO	2102101	525.663,52	578.229,87	630.796,23	683.362,58	759.971,41	811.554,78	811.554,78	825.372,37	891.108,89	891.108,89	891.108,89	891.108,89	1.588.030,48	10.778.971,58
MA	BREJO DE AREIA	2102150	114.271,31	125.698,43	137.125,57	148.552,70	164.973,18	176.170,80	176.170,80	179.170,30	196.896,26	196.896,26	196.896,26	196.896,26	350.885,63	2.360.603,76
MA	BURITI	2102200	713.762,06	785.138,26	856.514,47	927.890,67	1.032.778,11	1.102.878,35	1.102.878,35	1.121.656,04	1.198.156,90	1.198.156,90	1.198.156,90	1.198.156,90	2.135.215,72	14.571.339,63
MA	BURITI BRAVO	2102309	388.882,31	427.770,56	466.658,78	505.547,01	562.856,24	601.060,33	601.060,33	611.294,03	650.573,39	650.573,39	650.573,39	650.573,39	1.159.376,15	7.926.799,30
MA	BURITICUPU	2102325	931.251,02	1.024.376,11	1.117.501,22	1.210.626,31	1.346.825,87	1.438.242,22	1.438.242,22	1.462.729,85	1.572.090,66	1.572.090,66	1.572.090,66	1.572.090,66	2.801.596,94	19.059.754,40
MA	BURITIRANA	2102358	140.124,94	154.137,43	168.149,93	182.162,42	202.337,19	216.070,89	216.070,89	219.749,73	240.908,71	240.908,71	240.908,71	240.908,71	429.319,45	2.891.757,71
MA	CACHOEIRA GRANDE	2102374	330.889,25	363.978,17	397.067,10	430.156,02	479.383,19	511.921,51	511.921,51	520.637,53	547.215,73	547.215,73	547.215,73	547.215,73	975.184,15	6.710.001,35
MA	CAJAPIO	2102408	72.411,44	79.652,59	86.893,72	94.134,88	104.356,92	111.440,18	111.440,18	113.337,57	127.271,51	127.271,51	127.271,51	127.271,51	226.808,50	1.509.562,02
MA	CAJARI	2102507	234.314,16	257.745,57	281.176,99	304.608,40	338.485,37	361.460,21	361.460,21	367.614,45	400.916,03	400.916,03	400.916,03	400.916,03	714.465,83	4.824.995,31
MA	CAMPESTRE DO MARANHAO	2102556	151.348,59	166.483,45	181.618,32	196.753,17	218.766,60	233.615,48	233.615,48	237.593,03	257.164,16	257.164,16	257.164,16	257.164,16	458.288,01	3.106.738,77
MA	CANDIDO MENDES	2102606	697.380,51	767.118,55	836.856,60	906.594,66	1.010.673,51	1.079.273,38	1.079.273,38	1.097.649,17	1.148.831,83	1.148.831,83	1.148.831,83	1.148.831,83	2.047.314,35	14.117.461,43
MA	CANTANHEDE	2102705	615.031,37	676.534,51	738.037,65	799.540,78	891.312,10	951.810,27	951.810,27	968.015,86	1.013.413,24	1.013.413,24	1.013.413,24	1.013.413,24	1.805.987,06	12.451.732,83

MA	CAPINZAL DO NORTE	2102754	33.640,27	37.004,28	40.368,32	43.732,34	47.785,65	51.029,12	51.029,12	51.897,95	68.622,76	68.622,76	68.622,76	68.622,76	122.291,54	753.269,63
MA	CAROLINA	2102804	399.152,81	439.068,09	478.983,38	518.898,65	577.240,54	616.420,98	616.420,98	626.916,21	674.320,56	674.320,56	674.320,56	674.320,56	1.201.695,58	8.172.079,46
MA	CARUTAPERA	2102903	438.857,08	482.742,78	526.628,49	570.514,19	635.009,10	678.110,59	678.110,59	689.656,16	736.622,27	736.622,27	736.622,27	736.622,27	1.312.722,45	8.958.840,51
MA	CAXIAS	2103000	1.130.166,53	1.243.183,17	1.356.199,84	1.469.216,48	1.629.922,55	1.740.554,20	1.740.554,20	1.770.189,02	1.970.497,23	1.970.497,23	1.970.497,23	1.970.497,23	3.511.590,78	23.473.565,69
MA	CEDRAL	2103109	123.763,15	136.139,47	148.515,78	160.892,09	178.957,45	191.104,26	191.104,26	194.358,01	209.416,01	209.416,01	209.416,01	209.416,01	373.196,86	2.535.695,37
MA	CENTRAL DO MARANHAO	2103125	209.946,25	230.940,89	251.935,51	272.930,13	303.993,80	324.627,50	324.627,50	330.154,63	349.531,67	349.531,67	349.531,67	349.531,67	622.894,61	4.270.177,50
MA	CENTRO DO GUILHERME	2103158	430.913,43	474.004,78	517.096,12	560.187,46	623.728,30	666.064,11	666.064,11	677.404,57	720.376,23	720.376,23	720.376,23	720.376,23	1.283.770,62	8.780.738,42
MA	CENTRO NOVO DO MARANHAO	2103174	551.473,53	606.620,89	661.768,24	716.915,60	798.824,93	853.045,49	853.045,49	867.569,51	913.850,59	913.850,59	913.850,59	913.850,59	1.628.558,11	11.193.224,15
MA	CHAPADINHA	2103208	1.564.483,92	1.720.932,32	1.877.380,70	2.033.829,09	2.264.887,90	2.418.618,08	2.418.618,08	2.459.797,66	2.610.416,38	2.610.416,38	2.610.416,38	2.610.416,38	4.651.980,19	31.852.193,46
MA	CIDELANDIA	2103257	156.612,76	172.274,04	187.935,32	203.596,59	226.280,10	241.638,96	241.638,96	245.753,12	267.413,82	267.413,82	267.413,82	267.413,82	476.553,77	3.221.938,90
MA	CODO	2103307	1.507.928,56	1.658.721,42	1.809.514,27	1.960.307,13	2.180.580,95	2.328.588,76	2.328.588,76	2.368.235,49	2.549.258,53	2.549.258,53	2.549.258,53	2.549.258,53	4.542.991,76	30.882.491,22
MA	COELHO NETO	2103406	993.000,79	1.092.300,87	1.191.600,96	1.290.901,02	1.437.784,95	1.535.375,18	1.535.375,18	1.561.516,60	1.729.045,76	1.729.045,76	1.729.045,76	1.729.045,76	3.081.304,07	20.635.342,66
MA	COLINAS	2103505	504.805,35	555.285,87	605.766,42	656.246,94	729.790,29	779.325,10	779.325,10	792.593,95	856.100,44	856.100,44	856.100,44	856.100,44	1.525.642,55	10.353.183,33
MA	CONCEICAO DO LAGO-ACU	2103554	543.752,84	598.128,12	652.503,40	706.878,68	787.663,72	841.126,71	841.126,71	855.447,80	900.750,14	900.750,14	900.750,14	900.750,14	1.605.212,04	11.034.840,58
MA	COROATA	2103604	1.150.177,34	1.265.195,07	1.380.212,81	1.495.230,55	1.665.116,34	1.778.136,79	1.778.136,79	1.808.411,48	1.918.907,86	1.918.907,86	1.918.907,86	1.918.907,86	3.419.654,21	23.415.902,82
MA	CURURUPU	2103703	439.702,74	483.673,02	527.643,30	571.613,57	636.322,87	679.513,55	679.513,55	691.083,00	736.811,30	736.811,30	736.811,30	736.811,30	1.313.059,30	8.969.370,10
MA	DAVINOPOLIS	2103752	217.142,36	238.856,58	260.570,83	282.285,06	314.178,33	335.503,31	335.503,31	341.215,62	364.722,25	364.722,25	364.722,25	364.722,25	649.965,53	4.434.109,93
MA	DOM PEDRO	2103802	197.809,42	217.590,37	237.371,31	257.152,25	285.742,97	305.137,89	305.137,89	310.333,19	338.570,79	338.570,79	338.570,79	338.570,79	603.361,43	4.073.919,88
MA	DUQUE BACELAR	2103901	302.512,19	332.763,41	363.014,63	393.265,84	438.010,66	467.740,81	467.740,81	475.704,60	503.844,77	503.844,77	503.844,77	503.844,77	897.893,48	6.154.025,51
MA	ESPERANTINOPOLIS	2104008	283.749,31	312.124,24	340.499,18	368.874,10	410.524,79	438.389,33	438.389,33	445.853,38	476.948,27	476.948,27	476.948,27	476.948,27	849.961,64	5.796.158,38
MA	ESTREITO	2104057	241.604,39	265.764,82	289.925,27	314.085,71	348.375,83	372.021,98	372.021,98	378.356,06	422.139,18	422.139,18	422.139,18	422.139,18	752.287,30	5.023.000,06
MA	FEIRA NOVA DO MARANHAO	2104073	123.915,71	136.307,27	148.698,85	161.090,41	179.291,61	191.461,10	191.461,10	194.720,93	208.123,54	208.123,54	208.123,54	208.123,54	370.893,60	2.530.334,74
MA	FERNANDO FALCAO	2104081	154.433,20	169.876,52	185.319,84	200.763,16	223.456,53	238.623,73	238.623,73	242.686,56	259.247,71	259.247,71	259.247,71	259.247,71	462.001,08	3.152.775,19
MA	FORMOSA DA SERRA NEGRA	2104099	283.306,64	311.637,29	339.967,97	368.298,62	409.975,65	437.802,91	437.802,91	445.256,98	474.957,51	474.957,51	474.957,51	474.957,51	846.413,94	5.780.292,95
MA	FORTALEZA DOS NOGUEIRAS	2104107	183.438,26	201.782,07	220.125,91	238.469,73	265.254,61	283.258,87	283.258,87	288.081,66	310.268,76	310.268,76	310.268,76	310.268,76	552.924,85	3.757.669,87
MA	FORTUNA	2104206	465.199,31	511.719,24	558.239,17	604.759,11	674.004,79	719.753,14	719.753,14	732.007,72	768.830,16	768.830,16	768.830,16	768.830,16	1.370.119,58	9.430.875,84
MA	GONCALVES DIAS	2104404	216.478,86	238.126,74	259.774,64	281.422,51	313.132,91	334.386,94	334.386,94	340.080,24	364.774,08	364.774,08	364.774,08	364.774,08	650.057,85	4.426.943,95
MA	GOVERNADOR ARCHER	2104503	173.054,68	190.360,15	207.665,61	224.971,09	250.424,41	267.422,07	267.422,07	271.975,21	290.185,54	290.185,54	290.185,54	290.185,54	517.134,85	3.531.172,30
MA	GOVERNADOR EDISON LOBAO	2104552	273.213,54	300.534,90	327.856,25	355.177,61	395.186,03	422.009,45	422.009,45	429.194,61	460.546,08	460.546,08	460.546,08	460.546,08	820.731,61	5.588.097,77
MA	GOVERNADOR EUGENIO BARROS	2104602	456.350,12	501.985,12	547.620,13	593.255,15	661.389,60	706.281,69	706.281,69	718.306,89	751.392,99	751.392,99	751.392,99	751.392,99	1.339.045,11	9.236.087,46
MA	GOVERNADOR LUIZ ROCHA	2104628	128.435,74	141.279,31	154.122,89	166.966,47	185.878,78	198.495,38	198.495,38	201.874,98	215.070,75	215.070,75	215.070,75	215.070,75	383.274,10	2.619.106,03
MA	GOVERNADOR NEWTON BELLO	2104651	340.430,84	374.473,92	408.517,00	442.560,08	493.107,20	526.577,06	526.577,06	535.542,60	564.354,67	564.354,67	564.354,67	564.354,67	1.005.727,19	6.910.931,63
MA	GOVERNADOR NUNES FREIRE	2104677	523.323,41	575.655,76	627.988,10	680.320,43	757.546,45	808.965,22	808.965,22	822.738,73	874.059,65	874.059,65	874.059,65	874.059,65	1.557.647,36	10.659.389,28
MA	GRACA ARANHA	2104701	91.016,84	100.118,52	109.220,21	118.321,89	131.663,25	140.599,95	140.599,95	142.993,81	153.243,83	153.243,83	153.243,83	153.243,83	273.093,37	1.860.603,11
MA	GRAJAU	2104800	1.720.430,99	1.892.474,08	2.064.517,19	2.236.560,28	2.491.682,39	2.660.806,35	2.660.806,35	2.706.109,44	2.987.107,57	2.987.107,57	2.987.107,57	2.987.107,57	5.323.275,38	35.705.092,73
MA	GUIMARAES	2104909	174.399,93	191.839,92	209.279,91	226.719,91	252.377,92	269.508,17	269.508,17	274.096,84	292.348,10	292.348,10	292.348,10	292.348,10	520.988,75	3.558.111,92
MA	HUMBERTO DE CAMPOS	2105005	535.878,13	589.465,95	643.053,75	696.641,57	775.348,22	827.975,30	827.975,30	842.072,47	900.107,95	900.107,95	900.107,95	900.107,95	1.604.067,61	10.942.910,10
MA	ICATU	2105104	326.679,70	359.347,67	392.015,64	424.683,61	472.123,06	504.168,60	504.168,60	512.752,62	556.110,90	556.110,90	556.110,90	556.110,90	991.036,08	6.711.419,18
MA	IGARAPE DO MEIO	2105153	503.640,02	554.004,02	604.368,03	654.732,03	728.959,85	778.438,30	778.438,30	791.692,05	842.461,37	842.461,37	842.461,37	842.461,37	1.501.336,58	10.265.454,66
MA	IGARAPE GRANDE	2105203	194.119,66	213.531,63	232.943,59	252.355,56	280.928,96	299.997,13	299.997,13	305.104,91	325.210,66	325.210,66	325.210,66	325.210,66	579.552,55	3.959.373,76
MA	IMPERATRIZ	2105302	1.859.769,89	2.045.746,88	2.231.723,87	2.417.700,86	2.684.730,60	2.866.957,78	2.866.957,78	2.915.770,83	3.207.419,40	3.207.419,40	3.207.419,40	3.207.419,40	5.715.889,46	38.434.925,55
MA	ITAIPAVA DO GRAJAU	2105351	286.249,48	314.874,44	343.499,38	372.124,33	414.443,58	442.574,11	442.574,11	450.109,41	477.033,53	477.033,53	477.033,53	477.033,53	850.113,59	5.824.696,55
MA	ITAPECURU MIRIM	2105401	788.454,95	867.300,44	946.145,94	1.024.991,44	1.139.616,25	1.216.968,16	1.216.968,16	1.237.688,36	1.353.979,85	1.353.979,85	1.353.979,85	1.353.979,85	2.412.905,25	16.266.958,35
MA	ITINGA DO MARANHAO	2105427	139.195,67	153.115,25	167.034,82	180.954,38	200.148,23	213.733,36	213.733,36	217.372,40	250.876,58	250.876,58	250.876,58	250.876,58	447.082,99	2.935.876,78
MA	JATOBA	2105450	123.565,28	135.921,80	148.278,33	160.634,85	178.706,95	190.836,76	190.836,76	194.085,96	208.594,75	208.594,75	208.594,75	208.594,75	371.733,31	2.528.979,00
MA	JOAO LISBOA	2105500	631.897,02	695.086,71	758.276,41	821.466,11	915.239,99	977.362,27	977.362,27	994.002,92	1.048.221,32	1.048.221,32	1.048.221,32	1.048.221,32	1.868.018,00	12.831.596,98
MA	JOSELANDIA	2105609	227.211,83	249.933,02	272.654,19	295.375,38	328.864,38	351.186,18	351.186,18	357.165,50	380.041,49	380.041,49	380.041,49	380.041,49	677.265,69	4.631.008,31
MA	JUNCO DO MARANHAO	2105658	110.666,05	121.732,66	132.799,26	143.865,87	160.104,91	170.972,10	170.972,10	173.883,09	186.088,22	186.088,22	186.088,22	186.088,22	331.624,80	2.260.973,72
MA	LAGO DA PEDRA	2105708	679.718,28	747.690,11	815.661,94	883.633,77	983.927,08	1.050.711,53	1.050.711,53	1.068.601,03	1.135.430,76	1.135.430,76	1.135.430,76	1.135.430,76	2.023.432,48	13.845.810,79
MA	LAGO DO JUNCO	2105807	238.454,68	262.300,14	286.145,61	309.991,08	345.110,94	368.535,49	368.535,49	374.810,20	399.204,72	399.204,72	399.204,72	399.204,72	711.416,14	4.862.118,65
MA	LAGO DOS RODRIGUES	2105948	127.160,74	139.876,81	152.592,89	165.308,96	183.928,12	196.412,32	196.412,32	199.756,45	214.374,79	214.374,79	214.374,79	214.374,79	382.033,85	2.600.981,62
MA	LAGO VERDE	2105906	320.818,46	352.900,31	384.982,15	417.064,00	464.475,25	496.001,70	496.001,70	504.446,66	534.897,75	534.897,75	534.897,75	534.897,75	953.232,50	6.529.513,73
MA	LAGOA DO MATO	2105922	121.549,53	133.704,49	145.859,43	158.014,40	175.630,45	187.551,44	187.551,44	190.744,70	207.393,09	207.393,09	207.393,09	207.393,09	369.591,86	2.499.770,10
MA	LAGOA GRANDE DO MARANHAO	2105963	92.258,68	101.484,54	110.710,41	119.936,28	133.011,66	142.039,88	142.039,88	144.458,27	161.451,11	161.451,11	161.451,11	161.451,11	287.719,42	1.919.463,46
MA	LAJEADO NOVO	2105989	167.967,80	184.764,57	201.561,36	218.358,13	243.204,03	259.711,60	259.711,60	264.133,47	279.733,87	279.733,87	279.733,87	279.733,87	498.509,11	3.416.857,15
MA	LIMA CAMPOS	2106003	191.782,31	210.960,55	230.138,77	249.317,00	277.406,94	296.236,05	296.236,05	301.279,79	323.198,40	323.198,40	323.198,40	323.198,40	575.966,55	3.922.117,61
MA	LORETO	2106102	116.597,92	128.257,71	139.917,51	151.577,29	168.405,62	179.836,22	179.836,22	182.898,13	199.901,47	199.901,47	199.901,47	199.901,47	356.241,17	2.403.173,67
MA	LUIS DOMINGUES	2106201	172.319,23	189.551,15	206.783,08	224.014,99	249.509,09	266.444,62	266.444,62	270.981,13	286.918,86	286.918,86	286.918,86	286.918,86	511.313,39	3.505.036,74
MA	MAGALHAES DE ALMEIDA	2106300	742.630,37	816.893,42	891.156,44	965.419,49	1.076.503,12	1.149.571,20	1.149.571,20	1.169.143,89	1.219.939,70	1.219.939,70	1.219.939,70	1.219.939,70	2.174.034,47	15.014.682,40
MA	MARACACUME	2106326	583.502,30	641.852,53	700.202,76	758.552,99	845.272,05	902.645,23	902.645,23	918.013,74	966.208,12	966.208,12	966.208,12	966.208,12	1.721.863,60	11.839.382,91
MA	MARAJA DO SENA	2106359	135.771,74	149.348,92	162.926,09	176.503,26	196.354,61	209.682,25	209.682,25	213.252,32	229.283,07	229.283,07	229.283,07	229.283,07	408.601,58	2.779.255,30
MA	MARANHAOZINHO	2106375	493.798,81	543.178,69	592.558,57	641.938,46	714.980,35	763.509,94	763.509,94	776.509,51	822.388,37	822.388,37	822.388,37	822.388,37	1.465.564,82	10.045.102,57
MA	MATINHA	2106508	331.694,20	364.863,62	398.033,05	431.202,46	479.689,26	512.248,36	512.248,36	520.969,94	560.289,87	560.289,87	560.289,87	560.289,87	998.483,34	6.790.592,07
MA	MATOES	2106607	423.480,41	465.828,45	508.176,49	550.524,54	611.438,32	652.939,94	652.939,94	664.056,95	900.002,53	900.002,53	900.002,53	900.002,53	1.603.879,71	9.733.274,87
MA	MATOES DO NORTE	2106631	106.590,03	117.249,03	127.908,03	138.567,03	153.636,79	164.064,95	164.064,95	166.858,33	187.032,43	187.032,43	187.032,43	187.032,43	333.307,48	2.220.376,34
MA	MILAGRES DO MARANHAO	2106672	246.284,62	270.913,09	295.541,54	320.170,01	356.697,10	380.908,06	380.908,06	387.393,44	408.844,93	408.844,93	408.844,93	408.844,93	728.595,83	5.002.791,47
MA	MIRADOR	2106706	312.327,78	343.560,55	374.793,33	406.026,11	451.986,33	482.665,09	482.665,09	490.882,98	523.420,69	523.420,69	523.420,69	523.420,69	932.779,40	6.371.369,42
MA	MIRANDA DO NORTE	2106755	174.518,08	191.969,89	209.421,69	226.873,51	251.537,66	268.610,88	268.610,88	273.184,27	306.352,22	306.352,22	306.352,22	306.352,22	545.945,21	3.636.080,95
MA	MIRINZAL	2106805	109.644,86	120.609,34	131.573,83	142.538,32	158.120,22	168.852,70	168.852,70	171.727,60	191.296,90	191.296,90	191.296,90	191.296,90	340.907,07	2.278.014,24
MA	MONCAO	2106904	511.992,47	563.191,72	614.390,97	665.590,21	740.332,75	790.583,14	790.583,14	804.043,67	866.212,11	866.212,11	866.212,11	866.212,11	1.543.662,37	10.489.218,88
MA	MONTES ALTOS	2107001	-	-	-	-	196.924,03	210.290,32	210.290,32	213.870,74	225.982,49	225.982,49	225.982,49	225.982,49	402.719,68	2.138.025,05
MA	MORROS	2107100	408.344,05	449.178,44	490.012,86	530.847,26	591.236,97	631.367,41	631.367,41	642.117,12	680.231,30	680.231,30	680.231,30	680.231,30	1.212.229,00	8.307.625,72
MA	NINA RODRIGUES	2107209	197.247,07	216.971,78	236.696,48	256.421,19	285.021,14	304.367,07	304.367,07	309.549,24	336.372,46	336.372,46	336.372,46	336.372,46	599.443,82	4.055.574,70
MA	NOVA COLINAS	2107258	60.580,43	66.638,49	72.696,52	78.754,57	87.530,59	93.471,76	93.471,76	95.063,22	103.417,42	103.417,42	103.417,42	103.417,42	184.298,52	1.246.175,54
MA	NOVA IORQUE	2107308	38.444,67	42.289,13	46.133,60	49.978,06	55.494,30	59.261,00	59.261,00	60.269,98	66.353,76	66.353,76	66.353,76	66.353,76	118.247,97	794.794,75
MA	NOVA OLINDA DO MARANHAO	2107357	443.449,99	487.794,99	532.139,98	576.484,99	641.868,93	685.436,05	685.436,05	697.106,33	741.408,91	741.408,91	741.408,91	741.408,91	1.321.252,61	9.036.605,56
MA	OLHO DAGUA DAS CUNHAS	2107407	506.537,89	557.191,67	607.845,46	658.499,25	733.319,96	783.094,35	783.094,35	796.427,37	845.045,24	845.045,24	845.045,24	845.045,24	1.505.941,24	10.312.132,50
MA	OLINDA NOVA DO MARANHAO	2107456	278.104,89	305.915,39	333.725,87	361.536,37	402.684,90	430.017,30	430.017,30	437.338,80	463.004,88	463.004,88	463.004,88	463.004,88	825.113,40	5.656.473,74

MA	PACO DO LUMIAR	2107506	1.376.636,99	1.514.300,68	1.651.964,39	1.789.628,08	1.990.553,84	2.125.663,48	2.125.663,48	2.161.855,20	2.329.613,36	2.329.613,36	2.329.613,36	2.329.613,36	4.151.565,75	28.206.285,33
MA	PALMEIRANDIA	2107605	481.853,20	530.038,52	578.223,84	626.409,16	698.003,74	745.381,03	745.381,03	758.071,95	798.129,58	798.129,58	798.129,58	798.129,58	1.422.333,58	9.778.214,37
MA	PARAIBANO	2107704	368.348,17	405.182,99	442.017,80	478.852,62	533.410,98	569.616,47	569.616,47	579.314,80	612.463,42	612.463,42	612.463,42	612.463,42	1.091.460,97	7.487.674,95
MA	PARNARAMA	2107803	757.176,44	832.894,08	908.611,73	984.329,37	1.095.976,84	1.170.366,71	1.170.366,71	1.190.293,47	1.265.842,71	1.265.842,71	1.265.842,71	1.265.842,71	2.255.837,49	15.429.223,68
MA	PASSAGEM FRANCA	2107902	281.355,66	309.491,23	337.626,80	365.762,36	407.039,56	434.667,53	434.667,53	442.068,22	473.227,03	473.227,03	473.227,03	473.227,03	843.330,11	5.748.917,12
MA	PASTOS BONS	2108009	501.773,24	551.950,56	602.127,89	652.305,22	726.272,86	775.568,93	775.568,93	788.773,82	839.134,52	839.134,52	839.134,52	839.134,52	1.495.407,86	10.226.287,39
MA	PAULINO NEVES	2108058	288.389,00	317.227,89	346.066,80	374.905,70	416.806,17	445.097,06	445.097,06	452.675,32	490.634,80	490.634,80	490.634,80	490.634,80	874.352,21	5.923.156,41
MA	PAULO RAMOS	2108108	578.836,16	636.719,78	694.603,39	752.487,01	838.443,40	895.353,08	895.353,08	910.597,43	959.426,33	959.426,33	959.426,33	959.426,33	1.709.777,90	11.749.876,55
MA	PEDREIRAS	2108207	336.823,28	370.505,61	404.187,94	437.870,26	486.798,86	519.840,53	519.840,53	528.691,38	667.849,66	667.849,66	667.849,66	667.849,66	1.190.163,89	7.466.120,92
MA	PEDRO DO ROSARIO	2108256	1.012.096,97	1.113.306,66	1.214.516,36	1.315.726,05	1.466.435,90	1.565.970,83	1.565.970,83	1.592.633,17	1.671.896,77	1.671.896,77	1.671.896,77	1.671.896,77	2.979.459,75	20.513.703,60
MA	PENALVA	2108306	909.224,42	1.000.146,87	1.091.069,30	1.181.991,76	1.317.124,11	1.406.524,44	1.406.524,44	1.430.472,04	1.505.494,76	1.505.494,76	1.505.494,76	1.505.494,76	2.682.917,47	18.447.973,89
MA	PERI MIRIM	2108405	162.107,63	178.318,40	194.529,15	210.739,92	234.518,00	250.436,00	250.436,00	254.699,95	272.718,19	272.718,19	272.718,19	272.718,19	486.006,59	3.312.664,40
MA	PERITORO	2108454	517.640,40	569.404,44	621.168,49	672.932,53	749.416,45	800.283,40	800.283,40	813.909,08	863.249,70	863.249,70	863.249,70	863.249,70	1.538.383,12	10.536.420,11
MA	PINDARE MIRIM	2108504	1.184.560,21	1.303.016,24	1.421.472,26	1.539.928,27	1.716.101,97	1.832.583,08	1.832.583,08	1.863.784,78	1.959.759,33	1.959.759,33	1.959.759,33	1.959.759,33	3.492.454,91	24.025.522,12
MA	PINHEIRO	2108603	786.608,34	865.269,18	943.930,01	1.022.590,84	1.136.195,49	1.213.315,22	1.213.315,22	1.233.973,22	1.347.575,87	1.347.575,87	1.347.575,87	1.347.575,87	2.401.492,83	16.206.993,83
MA	PIO XII	2108702	997.480,45	1.097.228,49	1.196.976,53	1.296.724,58	1.445.633,85	1.543.756,83	1.543.756,83	1.570.040,96	1.642.618,90	1.642.618,90	1.642.618,90	1.642.618,90	2.927.284,18	20.189.358,30
MA	PIRAPEMAS	2108801	473.890,51	521.279,57	568.668,61	616.057,67	686.362,24	732.949,35	732.949,35	745.428,61	786.399,91	786.399,91	786.399,91	786.399,91	1.401.430,36	9.624.615,91
MA	POCAO DE PEDRAS	2108900	259.593,82	285.553,20	311.512,58	337.471,97	375.450,29	400.934,13	400.934,13	407.760,46	438.074,99	438.074,99	438.074,99	438.074,99	780.686,20	5.312.196,74
MA	PORTO FRANCO	2109007	-	-	-	-	669.851,38	715.317,81	715.317,81	727.496,87	776.661,40	776.661,40	776.661,40	776.661,40	1.384.075,52	7.318.704,99
MA	PORTO RICO DO MARANHAO	2109056	41.440,07	45.584,07	49.728,08	53.872,09	59.644,25	63.692,63	63.692,63	64.777,06	73.897,51	73.897,51	73.897,51	73.897,51	131.691,56	869.712,48
MA	PRESIDENTE DUTRA	2109106	627.589,15	690.348,06	753.106,97	815.865,89	908.676,30	970.353,07	970.353,07	986.874,37	1.045.501,14	1.045.501,14	1.045.501,14	1.045.501,14	1.863.170,41	12.768.341,85
MA	PRESIDENTE JUSCELINO	2109205	202.647,59	222.912,35	243.177,12	263.441,87	293.120,61	313.016,29	313.016,29	318.345,73	341.544,62	341.544,62	341.544,62	341.544,62	608.661,06	4.144.517,39
MA	PRESIDENTE MEDICI	2109239	203.575,48	223.933,02	244.290,57	264.648,12	294.981,89	315.003,90	315.003,90	320.367,18	336.020,91	336.020,91	336.020,91	336.020,91	598.817,30	4.124.705,00
MA	PRESIDENTE SARNEY	2109270	534.330,04	587.763,03	641.196,04	694.629,04	773.601,99	826.110,54	826.110,54	840.175,96	890.767,75	890.767,75	890.767,75	890.767,75	1.587.422,57	10.874.410,75
MA	PRESIDENTE VARGAS	2109304	336.731,50	370.404,64	404.077,80	437.750,94	487.602,51	520.698,73	520.698,73	529.564,19	596.095,90	596.095,90	596.095,90	596.095,90	1.062.292,68	7.054.205,32
MA	PRIMEIRA CRUZ	2109403	353.231,03	388.554,13	423.877,23	459.200,34	511.441,81	546.156,13	546.156,13	555.455,02	588.389,86	588.389,86	588.389,86	588.389,86	1.048.559,87	7.186.191,13
MA	RAPOSA	2109452	398.293,82	438.123,20	477.952,57	517.781,96	576.459,72	615.587,15	615.587,15	626.068,19	666.569,74	666.569,74	666.569,74	666.569,74	1.187.882,99	8.120.015,71
MA	RIACHAO	2109502	232.731,33	256.004,46	279.277,58	302.550,73	336.286,41	359.111,99	359.111,99	365.226,26	397.012,29	397.012,29	397.012,29	397.012,29	707.509,04	4.785.858,95
MA	RIBAMAR FIQUENE	2109551	53.074,84	58.382,34	63.689,82	68.997,30	76.444,46	81.633,16	81.633,16	83.023,05	93.902,52	93.902,52	93.902,52	93.902,52	167.342,19	1.109.830,40
MA	ROSARIO	2109601	458.850,97	504.736,06	550.621,16	596.506,26	662.581,96	707.554,98	707.554,98	719.601,87	788.715,66	788.715,66	788.715,66	788.715,66	1.405.557,21	9.468.428,09
MA	SAMBAIBA	2109700	39.385,92	43.324,50	47.263,10	51.201,69	56.703,32	60.552,09	60.552,09	61.583,05	70.021,57	70.021,57	70.021,57	70.021,57	124.784,30	825.436,34
MA	SANTA FILOMENA DO MARANHAO	2109759	21.186,41	23.305,05	25.423,69	27.542,33	30.182,97	32.231,65	32.231,65	32.780,43	42.018,25	42.018,25	42.018,25	42.018,25	74.880,08	467.837,26
MA	SANTA HELENA	2109809	685.074,49	753.581,95	822.089,40	890.596,85	990.820,51	1.058.072,85	1.058.072,85	1.076.087,68	1.156.118,82	1.156.118,82	1.156.118,82	1.156.118,82	2.060.300,38	14.019.172,24
MA	SANTA INES	2109908	1.052.532,17	1.157.785,39	1.263.038,60	1.368.291,83	1.522.097,95	1.625.410,97	1.625.410,97	1.653.085,34	1.778.624,26	1.778.624,26	1.778.624,26	1.778.624,26	3.169.657,07	21.551.807,33
MA	SANTA LUZIA	2110005	1.109.952,76	1.220.948,03	1.331.943,32	1.442.938,59	1.606.011,22	1.715.019,88	1.715.019,88	1.744.219,94	1.863.701,70	1.863.701,70	1.863.701,70	1.863.701,70	3.321.272,19	22.662.132,61
MA	SANTA LUZIA DO PARUA	2110039	356.781,27	392.459,39	428.137,52	463.815,65	516.189,52	551.226,09	551.226,09	560.611,31	690.238,92	690.238,92	690.238,92	690.238,92	1.230.063,41	7.811.465,93
MA	SANTA QUITERIA DO MARANHAO	2110104	2.006.314,09	2.206.945,50	2.407.576,90	2.608.208,32	2.909.915,36	3.107.427,05	3.107.427,05	3.160.334,34	3.273.984,89	3.273.984,89	3.273.984,89	3.273.984,89	5.834.514,74	40.444.602,91
MA	SANTA RITA	2110203	-	-	-	-	1.164.250,21	1.243.274,16	1.243.274,16	1.264.442,24	1.332.322,43	1.332.322,43	1.332.322,43	1.332.322,43	2.374.309,90	12.618.840,39
MA	SANTANA DO MARANHAO	2110237	276.692,88	304.362,17	332.031,45	359.700,74	400.808,80	428.013,86	428.013,86	435.301,26	458.354,29	458.354,29	458.354,29	458.354,29	816.825,62	5.615.167,80
MA	SANTO AMARO DO MARANHAO	2110278	227.629,06	250.391,98	273.154,88	295.917,79	329.385,66	351.742,85	351.742,85	357.731,65	381.867,32	381.867,32	381.867,32	381.867,32	680.519,43	4.645.685,43
MA	SAO BENEDITO DO RIO PRETO	2110401	253.455,68	278.801,25	304.146,82	329.492,39	366.021,86	390.865,74	390.865,74	397.520,65	435.237,17	435.237,17	435.237,17	435.237,17	775.629,00	5.227.747,81
MA	SAO BENTO	2110500	446.966,54	491.663,18	536.359,84	581.056,49	645.478,92	689.291,06	689.291,06	701.026,99	862.773,78	862.773,78	862.773,78	862.773,78	1.537.534,95	9.769.764,15
MA	SAO BERNARDO	2110609	950.609,47	1.045.670,42	1.140.731,36	1.235.792,31	1.376.896,98	1.470.354,42	1.470.354,42	1.495.388,79	1.576.457,01	1.576.457,01	1.576.457,01	1.576.457,01	2.809.378,17	19.301.004,38
MA	SAO DOMINGOS DO AZEITAO	2110658	108.073,68	118.881,03	129.688,41	140.495,77	156.292,66	166.901,09	166.901,09	169.742,76	182.572,21	182.572,21	182.572,21	182.572,21	325.358,99	2.212.624,32
MA	SAO DOMINGOS DO MARANHAO	2110708	516.776,50	568.454,16	620.131,80	671.809,46	747.546,34	798.286,35	798.286,35	811.878,04	870.265,41	870.265,41	870.265,41	870.265,41	1.550.885,67	10.565.116,31
MA	SAO FELIX DE BALSAS	2110807	12.955,68	14.251,24	15.546,82	16.842,38	18.493,35	19.748,60	19.748,60	20.084,84	25.200,34	25.200,34	25.200,34	25.200,34	44.909,13	283.382,00
MA	SAO FRANCISCO DO BREJAO	2110856	158.363,38	174.199,71	190.036,05	205.872,39	229.165,67	244.720,38	244.720,38	248.887,01	265.539,76	265.539,76	265.539,76	265.539,76	473.214,01	3.231.338,02
MA	SAO FRANCISCO DO MARANHAO	2110906	245.564,36	270.120,81	294.677,24	319.233,68	355.504,59	379.634,60	379.634,60	386.098,29	409.688,49	409.688,49	409.688,49	409.688,49	730.099,09	4.999.321,22
MA	SAO JOAO BATISTA	2111003	195.447,87	214.992,65	234.537,44	254.082,23	282.249,98	301.407,82	301.407,82	306.539,61	335.643,14	335.643,14	335.643,14	335.643,14	598.144,11	4.031.382,09
MA	SAO JOAO DO CARU	2111029	280.495,17	308.544,69	336.594,21	364.643,72	405.948,48	433.502,40	433.502,40	440.883,24	469.679,92	469.679,92	469.679,92	469.679,92	837.008,87	5.719.842,86
MA	SAO JOAO DO PARAISO	2111052	268.007,54	294.808,30	321.609,05	348.409,81	388.120,88	414.464,74	414.464,74	421.521,45	446.010,32	446.010,32	446.010,32	446.010,32	794.827,63	5.450.275,42
MA	SAO JOAO DO SOTER	2111078	378.065,98	415.872,58	453.679,18	491.485,78	547.133,11	584.269,99	584.269,99	594.217,82	633.405,40	633.405,40	633.405,40	633.405,40	1.128.781,37	7.711.397,40
MA	SAO JOAO DOS PATOS	2111102	415.290,84	456.819,93	498.349,01	539.878,10	601.040,16	641.836,01	641.836,01	652.763,96	695.284,84	695.284,84	695.284,84	695.284,84	1.239.055,67	8.468.009,05
MA	SAO JOSE DE RIBAMAR	2111201	2.937.395,27	3.231.134,80	3.524.874,32	3.818.613,85	4.253.572,02	4.542.284,94	4.542.284,94	4.619.622,24	4.885.703,52	4.885.703,52	4.885.703,52	4.885.703,52	8.706.732,05	59.719.328,51
MA	SAO JOSE DOS BASILIOS	2111250	115.013,29	126.514,63	138.015,95	149.517,28	166.441,01	177.738,26	177.738,26	180.764,44	192.759,77	192.759,77	192.759,77	192.759,77	343.514,08	2.346.296,28
MA	SAO LUIS GONZAGA DO MARANHAO	2111409	410.198,55	451.218,40	492.238,25	533.258,11	593.585,47	633.875,32	633.875,32	644.667,73	687.916,17	687.916,17	687.916,17	687.916,17	1.225.924,09	8.370.505,92
MA	SAO MATEUS DO MARANHAO	2111508	447.369,81	492.106,79	536.843,77	581.580,76	646.464,64	690.343,69	690.343,69	702.097,53	762.680,18	762.680,18	762.680,18	762.680,18	1.359.159,80	9.197.031,20
MA	SAO PEDRO DA AGUA BRANCA	2111532	164.477,76	180.925,54	197.373,31	213.821,09	237.917,98	254.066,75	254.066,75	258.392,51	277.099,29	277.099,29	277.099,29	277.099,29	493.814,06	3.363.252,91
MA	SAO PEDRO DOS CRENTES	2111573	22.454,30	24.699,74	26.945,16	29.190,60	32.212,42	34.398,85	34.398,85	34.984,53	41.486,08	41.486,08	41.486,08	41.486,08	73.931,70	479.160,47
MA	SAO RAIMUNDO DAS MANGABEIRAS	2111607	173.624,87	190.987,35	208.349,84	225.712,32	250.703,66	267.720,27	267.720,27	272.278,50	298.593,99	298.593,99	298.593,99	298.593,99	532.119,40	3.583.592,44
MA	SAO RAIMUNDO DO DOCA BEZERRA	2111631	117.224,38	128.946,81	140.669,25	152.391,68	169.659,78	181.175,51	181.175,51	184.260,22	196.205,87	196.205,87	196.205,87	196.205,87	349.655,32	2.389.981,94
MA	SAO ROBERTO	2111672	40.400,53	44.440,59	48.480,63	52.520,69	58.152,95	62.100,11	62.100,11	63.157,43	71.976,84	71.976,84	71.976,84	71.976,84	128.268,75	847.529,15
MA	SAO VICENTE FERRER	2111706	251.742,75	276.917,02	302.091,30	327.265,57	364.136,41	388.852,32	388.852,32	395.472,95	424.264,54	424.264,54	424.264,54	424.264,54	756.074,83	5.148.463,63
MA	SATUBINHA	2111722	394.422,33	433.864,56	473.306,79	512.749,02	571.377,89	610.160,39	610.160,39	620.549,03	652.971,23	652.971,23	652.971,23	652.971,23	1.163.649,30	8.002.124,62
MA	SENADOR ALEXANDRE COSTA	2111748	243.888,49	268.277,34	292.666,19	317.055,03	353.095,03	377.061,49	377.061,49	383.481,37	406.665,66	406.665,66	406.665,66	406.665,66	724.712,17	4.963.961,24
MA	SENADOR LA ROCQUE	2111763	319.758,94	351.734,84	383.710,74	415.686,63	463.018,01	494.445,54	494.445,54	502.864,01	532.083,99	532.083,99	532.083,99	532.083,99	948.218,12	6.502.218,33
MA	SERRANO DO MARANHAO	2111789	831.907,20	915.097,92	998.288,64	1.081.479,35	1.206.645,81	1.288.547,38	1.288.547,38	1.310.486,29	1.356.648,90	1.356.648,90	1.356.648,90	1.356.648,90	2.417.661,74	16.765.257,31
MA	SITIO NOVO	2111805	274.208,79	301.629,67	329.050,54	356.471,43	396.519,07	423.432,96	423.432,96	430.642,37	463.678,08	463.678,08	463.678,08	463.678,08	826.313,10	5.616.413,21

MA	SUCUPIRA DO NORTE	2111904	141.288,86	155.417,74	169.546,64	183.675,51	204.271,48	218.136,49	218.136,49	221.850,49	239.447,19	239.447,19	239.447,19	239.447,19	426.714,89	2.896.827,35
MA	SUCUPIRA DO RIACHAO	2111953	75.121,27	82.633,39	90.145,52	97.657,64	108.658,76	116.034,02	116.034,02	118.009,63	126.620,57	126.620,57	126.620,57	126.620,57	225.648,49	1.536.425,02
MA	TASSO FRAGOSO	2112001	50.883,74	55.972,11	61.060,49	66.148,86	73.053,94	78.012,50	78.012,50	79.340,75	93.229,26	93.229,26	93.229,26	93.229,26	166.142,37	1.081.544,30
MA	TIMBIRAS	2112100	515.785,24	567.363,76	618.942,28	670.520,81	746.577,50	797.251,75	797.251,75	810.825,82	862.246,40	862.246,40	862.246,40	862.246,40	1.536.595,15	10.510.099,66
MA	TIMON	2112209	1.876.028,28	2.063.631,10	2.251.233,93	2.438.836,76	2.713.198,67	2.897.358,13	2.897.358,13	2.946.688,77	3.233.099,09	3.233.099,09	3.233.099,09	3.233.099,09	5.761.652,85	38.778.382,98
MA	TRIZIDELA DO VALE	2112233	510.077,22	561.084,93	612.092,66	663.100,37	738.626,88	788.761,48	788.761,48	802.191,00	848.451,36	848.451,36	848.451,36	848.451,36	1.512.011,25	10.370.512,71
MA	TUFILANDIA	2112274	57.946,31	63.740,95	69.535,57	75.330,21	83.416,69	89.078,63	89.078,63	90.595,29	103.124,89	103.124,89	103.124,89	103.124,89	183.777,19	1.214.999,03
MA	TUNTUM	2112308	492.834,80	542.118,29	591.401,76	640.685,24	712.863,67	761.249,59	761.249,59	774.210,68	830.624,74	830.624,74	830.624,74	830.624,74	1.480.242,71	10.079.355,29
MA	TURIACU	2112407	950.344,50	1.045.378,95	1.140.413,40	1.235.447,84	1.376.315,79	1.469.733,79	1.469.733,79	1.494.757,59	1.578.712,58	1.578.712,58	1.578.712,58	1.578.712,58	2.813.397,74	19.310.373,71
MA	TURILANDIA	2112456	313.353,95	344.689,33	376.024,74	407.360,12	452.199,69	482.892,93	482.892,93	491.114,70	542.501,99	542.501,99	542.501,99	542.501,99	966.783,87	6.487.320,22
MA	TUTOIA	2112506	-	-	-	-	1.835.648,19	1.960.243,55	1.960.243,55	1.993.618,81	2.106.648,65	2.106.648,65	2.106.648,65	2.106.648,65	3.754.223,97	19.930.572,67
MA	URBANO SANTOS	2112605	587.470,12	646.217,13	704.964,14	763.711,15	849.587,19	907.253,26	907.253,26	922.700,23	992.338,66	992.338,66	992.338,66	992.338,66	1.768.430,43	12.026.941,55
MA	VARGEM GRANDE	2112704	1.180.144,48	1.298.158,92	1.416.173,38	1.534.187,82	1.708.151,04	1.824.092,49	1.824.092,49	1.855.149,63	1.973.666,40	1.973.666,40	1.973.666,40	1.973.666,40	3.517.238,50	24.052.054,35
MA	VIANA	2112803	1.015.896,93	1.117.486,62	1.219.076,32	1.320.666,02	1.470.854,66	1.570.689,52	1.570.689,52	1.597.432,20	1.693.015,07	1.693.015,07	1.693.015,07	1.693.015,07	3.017.094,33	20.671.946,40
MA	VILA NOVA DOS MARTIRIOS	2112852	216.196,50	237.816,15	259.435,81	281.055,45	312.986,05	334.230,11	334.230,11	339.920,73	360.727,26	360.727,26	360.727,26	360.727,26	642.846,08	4.401.626,03
MA	VITORIA DO MEARIM	2112902	401.319,69	441.451,66	481.583,64	521.715,60	580.437,26	619.834,67	619.834,67	630.388,03	677.120,46	677.120,46	677.120,46	677.120,46	1.206.685,21	8.211.732,27
MA	VITORINO FREIRE	2113009	557.142,68	612.856,96	668.571,22	724.285,50	806.184,12	860.904,19	860.904,19	875.562,02	934.887,01	934.887,01	934.887,01	934.887,01	1.666.046,75	11.372.005,67
MA	ZE DOCA	2114007	1.582.147,51	1.740.362,27	1.898.577,01	2.056.791,77	2.291.630,12	2.447.175,44	2.447.175,44	2.488.841,24	2.623.904,26	2.623.904,26	2.623.904,26	2.623.904,26	4.676.016,69	32.124.334,53
MG	AGUAS VERMELHAS	3101003	105.619,48	116.181,42	126.743,37	137.305,32	152.928,59	163.308,69	163.308,69	166.089,19	175.899,00	175.899,00	175.899,00	175.899,00	313.466,73	2.148.547,48
MG	ALEM PARAIBA	3101508	20.878,08	22.965,89	25.053,70	27.141,51	29.000,17	30.968,57	30.968,57	31.495,84	51.558,06	51.558,06	51.558,06	51.558,06	91.880,80	516.585,37
MG	ALTEROSA	3102001	-	-	-	-	-	-	-	-	7.495,58	7.495,58	7.495,58	7.495,58	13.357,78	43.340,10
MG	BOCAIUVA	3107307	52.227,17	57.449,89	62.672,60	67.895,33	74.287,89	79.330,21	79.330,21	80.680,89	105.176,79	105.176,79	105.176,79	105.176,79	187.433,88	1.162.015,23
MG	BOM REPOUSO	3107901	1.046,89	1.151,58	1.256,27	1.360,96	1.026,52	1.096,19	1.096,19	1.114,86	8.423,60	8.423,60	8.423,60	8.423,60	15.011,59	57.855,45
MG	BRASILANDIA DE MINAS	3108552	73.040,08	80.344,08	87.648,10	94.952,10	105.353,24	112.504,14	112.504,14	114.419,64	127.142,83	127.142,83	127.142,83	127.142,83	226.579,19	1.515.916,03
MG	BRASILIA DE MINAS	3108602	22.102,28	24.312,52	26.522,74	28.732,97	31.237,33	33.357,58	33.357,58	33.925,53	47.253,64	47.253,64	47.253,64	47.253,64	84.209,95	506.773,04
MG	CAETANOPOLIS	3109907	4.220,68	4.642,76	5.064,82	5.486,89	5.654,38	6.038,17	6.038,17	6.140,98	13.266,10	13.266,10	13.266,10	13.266,10	23.641,34	119.992,59
MG	CAMPANHA	3110905	9.587,65	10.546,42	11.505,18	12.463,94	13.273,72	14.174,67	14.174,67	14.416,01	24.274,04	24.274,04	24.274,04	24.274,04	43.258,39	240.496,81
MG	CAPELINHA	3112307	100.907,18	110.997,90	121.088,62	131.179,33	145.273,23	155.133,71	155.133,71	157.775,02	179.414,77	179.414,77	179.414,77	179.414,77	319.732,12	2.114.879,90
MG	CAPUTIRA	3112901	21.059,38	23.165,32	25.271,26	27.377,19	30.185,31	32.234,15	32.234,15	32.782,97	39.263,57	39.263,57	39.263,57	39.263,57	69.970,98	451.334,99
MG	CATUJI	3115458	6.133,74	6.747,11	7.360,49	7.973,86	8.517,96	9.096,12	9.096,12	9.250,99	15.173,86	15.173,86	15.173,86	15.173,86	27.041,10	151.912,93
MG	CONSELHEIRO LAFAIETE	3118304	76.601,29	84.261,42	91.921,55	99.581,67	106.490,76	113.718,86	113.718,86	115.655,05	187.941,27	187.941,27	187.941,27	187.941,27	334.927,07	1.888.641,61
MG	CONSELHEIRO PENA	3118403	83.471,50	91.818,64	100.165,79	108.512,94	120.337,86	128.505,84	128.505,84	130.693,79	146.143,28	146.143,28	146.143,28	146.143,28	260.439,58	1.737.024,90
MG	CORACAO DE JESUS	3118809	91.903,68	101.094,04	110.284,41	119.474,78	132.734,14	141.743,52	141.743,52	144.156,86	157.631,28	157.631,28	157.631,28	157.631,28	280.912,14	1.894.572,21
MG	CORONEL FABRICIANO	3119401	139.516,24	153.467,86	167.419,48	181.371,11	198.399,35	211.865,77	211.865,77	215.473,02	281.624,02	281.624,02	281.624,02	281.624,02	501.877,50	3.107.752,18
MG	CORONEL MURTA	3119500	36.450,76	40.095,83	43.740,90	47.385,99	52.484,93	56.047,36	56.047,36	57.001,63	64.703,55	64.703,55	64.703,55	64.703,55	115.307,15	763.376,11
MG	CURRAL DE DENTRO	3120870	17.742,82	19.517,09	21.291,37	23.065,66	25.415,08	27.140,14	27.140,14	27.602,23	33.304,70	33.304,70	33.304,70	33.304,70	59.351,77	381.485,10
MG	DATAS	3121001	50.874,89	55.962,38	61.049,87	66.137,36	73.538,93	78.530,42	78.530,42	79.867,48	86.418,11	86.418,11	86.418,11	86.418,11	154.004,32	1.044.168,51
MG	DELTA	3121258	76.285,17	83.913,69	91.542,20	99.170,72	109.929,81	117.391,34	117.391,34	119.390,06	134.213,71	134.213,71	134.213,71	134.213,71	239.180,06	1.591.049,23
MG	DIAMANTINA	3121605	52.347,88	57.582,67	62.817,47	68.052,24	74.511,16	79.568,64	79.568,64	80.923,38	104.715,78	104.715,78	104.715,78	104.715,78	186.612,33	1.160.847,53
MG	DIVINESIA	3121902	3.535,20	3.888,72	4.242,25	4.595,76	4.896,09	5.228,41	5.228,41	5.317,43	8.926,62	8.926,62	8.926,62	8.926,62	15.908,02	88.546,77
MG	DIVINOLANDIA DE MINAS	3122207	-	-	-	-	-	-	-	-	154,99	154,99	154,99	154,99	276,22	896,18
MG	DIVISA ALEGRE	3122355	5.417,92	5.959,71	6.501,50	7.043,29	7.433,52	7.938,07	7.938,07	8.073,23	14.636,84	14.636,84	14.636,84	14.636,84	26.084,11	140.936,78
MG	DIVISA NOVA	3122405	21.122,06	23.234,28	25.346,48	27.458,69	30.379,83	32.441,88	32.441,88	32.994,24	37.951,44	37.951,44	37.951,44	37.951,44	67.632,68	444.857,78
MG	ENGENHEIRO NAVARRO	3123809	15.176,85	16.694,53	18.212,22	19.729,90	21.750,75	23.227,09	23.227,09	23.622,55	28.335,36	28.335,36	28.335,36	28.335,36	50.496,00	325.478,42
MG	ERVALIA	3124005	94.311,92	103.743,11	113.174,30	122.605,49	136.234,19	145.481,14	145.481,14	147.958,11	161.462,91	161.462,91	161.462,91	161.462,91	287.740,43	1.942.581,47
MG	ESPINOSA	3124302	81.564,49	89.720,93	97.877,38	106.033,84	117.427,48	125.397,91	125.397,91	127.532,95	145.004,20	145.004,20	145.004,20	145.004,20	258.409,64	1.709.379,33
MG	ESPIRITO SANTO DO DOURADO	3124401	8.789,59	9.668,54	10.547,49	11.426,46	12.449,11	13.294,10	13.294,10	13.520,45	18.426,75	18.426,75	18.426,75	18.426,75	32.838,01	199.534,85
MG	EWBANK DA CAMARA	3125002	7.033,31	7.736,63	8.439,97	9.143,30	10.000,94	10.679,76	10.679,76	10.861,60	14.207,84	14.207,84	14.207,84	14.207,84	25.319,57	156.726,20
MG	FELICIO DOS SANTOS	3125408	3.218,95	3.540,85	3.862,74	4.184,64	4.397,20	4.695,66	4.695,66	4.775,61	8.959,45	8.959,45	8.959,45	8.959,45	15.966,49	85.175,60
MG	GAMELEIRAS	3127339	18.388,49	20.227,33	22.066,19	23.905,03	26.445,14	28.240,11	28.240,11	28.720,93	33.080,69	33.080,69	33.080,69	33.080,69	58.952,59	387.508,68
MG	GUANHAES	3128006	5.139,72	5.653,70	6.167,67	6.681,64	6.320,13	6.749,11	6.749,11	6.864,02	23.874,97	23.874,97	23.874,97	23.874,97	42.547,21	188.372,19
MG	GUIMARANIA	3128907	9.240,54	10.164,59	11.088,64	12.012,69	13.048,15	13.933,79	13.933,79	14.171,03	19.913,78	19.913,78	19.913,78	19.913,78	35.488,06	212.736,40
MG	IBIRITE	3129806	171.353,39	188.488,73	205.624,07	222.759,42	241.917,20	258.337,43	258.337,43	262.735,90	369.866,91	369.866,91	369.866,91	369.866,91	659.133,73	3.948.154,94
MG	IPABA	3131158	23.756,55	26.132,19	28.507,85	30.883,50	33.991,14	36.298,30	36.298,30	36.916,32	45.113,20	45.113,20	45.113,20	45.113,20	80.395,53	513.632,48
MG	IPANEMA	3131208	42.708,71	46.979,58	51.250,45	55.521,32	61.257,56	65.415,44	65.415,44	66.529,21	79.062,85	79.062,85	79.062,85	79.062,85	140.896,66	912.225,77
MG	IRAI DE MINAS	3131604	3.675,99	4.043,58	4.411,19	4.778,78	5.002,01	5.341,52	5.341,52	5.432,47	10.497,98	10.497,98	10.497,98	10.497,98	18.708,33	98.727,31
MG	ITACARAMBI	3132107	93.511,95	102.863,13	112.214,34	121.565,52	134.559,73	143.693,02	143.693,02	146.139,55	167.177,66	167.177,66	167.177,66	167.177,66	297.924,59	1.964.875,49
MG	ITAMARANDIBA	3132503	109.594,66	120.554,12	131.513,59	142.473,05	157.667,00	168.368,71	168.368,71	171.235,37	196.408,64	196.408,64	196.408,64	196.408,64	350.016,67	2.305.426,44
MG	ITAMBACURI	3132701	31.488,19	34.637,00	37.785,81	40.934,64	44.874,11	47.919,96	47.919,96	48.735,85	62.246,67	62.246,67	62.246,67	62.246,67	110.928,81	694.211,01
MG	ITAOBIM	3133303	-	-	-	-	-	-	-	-	9.780,21	9.780,21	9.780,21	9.780,21	17.429,19	56.550,03
MG	JACUTINGA	3134905	13.887,61	15.276,36	16.665,14	18.053,89	18.684,79	19.953,03	19.953,03	20.292,75	42.561,03	42.561,03	42.561,03	42.561,03	75.847,34	388.858,06
MG	JAIBA	3135050	26.772,07	29.449,27	32.126,47	34.803,68	37.585,85	40.137,00	40.137,00	40.820,38	60.668,59	60.668,59	60.668,59	60.668,59	108.116,50	632.622,58
MG	JAPARAIBA	3135308	22.405,47	24.646,01	26.886,55	29.127,11	32.258,49	34.448,05	34.448,05	35.034,57	39.810,26	39.810,26	39.810,26	39.810,26	70.945,26	469.440,60
MG	JAPONVAR	3135357	4.943,43	5.437,77	5.932,11	6.426,46	6.795,96	7.257,24	7.257,24	7.380,80	13.171,31	13.171,31	13.171,31	13.171,31	23.472,43	127.588,68
MG	LEME DO PRADO	3138351	7.603,49	8.363,84	9.124,19	9.884,53	10.749,30	11.478,92	11.478,92	11.674,36	16.211,70	16.211,70	16.211,70	16.211,70	28.890,63	174.094,98
MG	LEOPOLDINA	3138401	88.534,53	97.387,97	106.241,43	115.094,88	126.652,32	135.248,90	135.248,90	137.551,66	168.451,89	168.451,89	168.451,89	168.451,89	300.195,40	1.915.963,55
MG	LONTRA	3138658	70.449,06	77.493,97	84.538,87	91.583,78	101.776,48	108.684,60	108.684,60	110.535,07	120.440,93	120.440,93	120.440,93	120.440,93	214.635,82	1.450.145,97
MG	LUISBURGO	3138674	6.342,87	6.977,16	7.611,45	8.245,73	8.869,98	9.472,03	9.472,03	9.633,31	14.850,20	14.850,20	14.850,20	14.850,20	26.464,35	152.489,71
MG	MALACACHETA	3139201	9.778,77	10.756,66	11.734,53	12.712,42	13.664,32	14.591,79	14.591,79	14.840,23	23.037,72	23.037,72	23.037,72	23.037,72	41.055,16	235.876,55
MG	MAMONAS	3139250	-	-	-	-	-	-	-	-	3.027,88	3.027,88	3.027,88	3.027,88	5.395,96	17.507,48
MG	MANGA	3139300	39.235,13	43.158,64	47.082,16	51.005,67	56.033,55	59.836,85	59.836,85	60.855,64	75.933,94	75.933,94	75.933,94	75.933,94	135.320,68	856.100,93
MG	MARIA DA FE	3139904	4.978,62	5.476,48	5.974,34	6.472,21	6.507,07	6.948,74	6.948,74	7.067,05	17.869,72	17.869,72	17.869,72	17.869,72	31.845,35	153.697,48
MG	MATIAS CARDOSO	3140852	8.604,11	9.464,53	10.324,94	11.185,34	11.941,08	12.751,59	12.751,59	12.968,70	21.387,50	21.387,50	21.387,50	21.387,50	38.114,33	213.656,21
MG	MATIPO	3140902	71.469,02	78.615,93	85.762,82	92.909,74	103.213,08	110.218,71	110.218,71	112.095,30	122.688,74	122.688,74	122.688,74	122.688,74	218.641,60	1.473.899,87
MG	MATO VERDE	3141009	15.399,93	16.939,92	18.479,91	20.019,91	21.981,60	23.473,61	23.473,61	23.873,27	29.964,97	29.964,97	29.964,97	29.964,97	53.400,09	336.901,73
MG	MIRABELA	3142007	2.775,53	3.053,08	3.330,64	3.608,18	3.530,45	3.770,08	3.770,08	3.834,27	11.288,79	11.288,79	11.288,79	11.288,79	20.117,58	92.945,05
MG	MIRAVANIA	3142254	22.041,98	24.246,19	26.450,38	28.654,58	31.742,90	33.897,47	33.897,47	34.474,61	39.058,90	39.058,90	39.058,90	39.058,90	69.606,27	461.247,45
MG	MONTALVANIA	3142700	32.168,88	35.385,77	38.602,66	41.819,55	46.277,60	49.418,71	49.418,71	50.260,12	57.675,09	57.675,09	57.675,09	57.675,09	102.781,84	676.834,20
MG	MONTE SANTO DE MINAS	3143203	19.116,69	21.028,36	22.940,03	24.851,70	26.902,46	28.728,48	28.728,48	29.217,61	42.444,78	42.444,78	42.444,78	42.444,78	75.640,19	446.933,12
MG	MURIAE	3143906	30.407,17	33.447,88	36.488,61	39.529,32	39.801,27	42.502,80	42.502,80	43.226,46	108.334,51	108.334,51	108.334,51	108.334,51	193.061,19	934.305,54
MG	NOVA SERRANA	3145208	718.715,51	790.587,05	862.458,60	934.330,15	1.037.587,73	1.108.014,42	1.108.014,42	1.126.879,56	1.238.661,77	1.238.661,77	1.238.661,77	1.238.661,77	2.207.398,79	14.848.633,31
MG	ORIZANIA	3145877	21.668,79	23.835,67	26.002,56	28.169,43	30.962,92	33.064,54	33.064,54	33.627,50	41.708,93	41.708,93	41.708,93	41.708,93	74.328,81	471.560,48
MG	OURO VERDE DE MINAS	3146206	22.564,95	24.821,45	27.077,94	29.334,44	32.531,56	34.739,65	34.739,65	35.331,13	39.500,60	39.500,60	39.500,60	39.500,60	70.393,38	469.536,55
MG	PATIS	3147956	8.969,41	9.866,34	10.763,29	11.660,22	12.720,03	13.583,40	13.583,40	13.814,68	18.582,28	18.582,28	18.582,28	18.582,28	33.115,21	202.405,10

MG	PERDIGAO	3149705	30.054,71	33.060,18	36.065,66	39.071,13	43.012,86	45.932,38	45.932,38	46.714,43	56.933,65	56.933,65	56.933,65	56.933,65	101.460,55	649.038,88
MG	PERIQUITO	3149952	45.364,53	49.900,99	54.437,44	58.973,89	65.328,73	69.762,94	69.762,94	70.950,73	80.403,82	80.403,82	80.403,82	80.403,82	143.286,36	949.383,83
MG	PIRANGUINHO	3151008	-	-	-	-	-	-	-	-	3.446,44	3.446,44	3.446,44	3.446,44	6.141,85	19.927,61
MG	PITANGUI	3151404	15.001,78	16.501,96	18.002,14	19.502,32	20.964,11	22.387,05	22.387,05	22.768,22	35.322,81	35.322,81	35.322,81	35.322,81	62.948,22	361.754,09
MG	PORTEIRINHA	3152204	33.782,12	37.160,33	40.538,54	43.916,75	47.737,78	50.978,01	50.978,01	51.845,96	72.316,72	72.316,72	72.316,72	72.316,72	128.874,45	775.078,83
MG	RIBEIRAO DAS NEVES	3154606	920.465,59	1.012.512,16	1.104.558,71	1.196.605,27	1.326.684,23	1.416.733,46	1.416.733,46	1.440.854,88	1.615.909,50	1.615.909,50	1.615.909,50	1.615.909,50	2.879.685,77	19.178.471,53
MG	RIO PARDO DE MINAS	3155603	24.983,24	27.481,56	29.979,89	32.478,21	35.069,84	37.450,22	37.450,22	38.087,85	56.678,19	56.678,19	56.678,19	56.678,19	101.005,32	590.699,11
MG	RIO VERMELHO	3156007	12.235,71	13.459,29	14.682,85	15.906,43	17.309,43	18.484,32	18.484,32	18.799,03	25.932,65	25.932,65	25.932,65	25.932,65	46.214,18	279.306,16
MG	RODEIRO	3156304	12.058,67	13.264,54	14.470,40	15.676,28	17.122,60	18.284,81	18.284,81	18.596,13	24.688,78	24.688,78	24.688,78	24.688,78	43.997,51	270.510,87
MG	RUBELITA	3156502	6.149,55	6.764,51	7.379,46	7.994,41	8.673,21	9.261,91	9.261,91	9.419,60	13.393,12	13.393,12	13.393,12	13.393,12	23.867,68	142.344,72
MG	RUBIM	3156601	432,34	475,57	518,80	562,03	41,09	43,87	43,87	44,62	8.705,36	8.705,36	8.705,36	8.705,36	15.513,69	52.497,32
MG	SANTA LUZIA	3157807	174.203,54	191.623,89	209.044,25	226.464,61	244.116,45	260.685,95	260.685,95	265.124,41	400.929,52	400.929,52	400.929,52	400.929,52	714.489,91	4.150.157,04
MG	SANTA MARGARIDA	3157906	5.733,08	6.306,39	6.879,70	7.453,01	7.703,75	8.226,65	8.226,65	8.366,72	17.702,48	17.702,48	17.702,48	17.702,48	31.547,33	161.253,20
MG	SANTA MARIA DO SUACUI	3158201	19.900,80	21.890,89	23.880,96	25.871,05	28.462,06	30.393,94	30.393,94	30.911,43	37.958,29	37.958,29	37.958,29	37.958,29	67.644,87	431.183,10
MG	SAO FRANCISCO	3161106	85.558,82	94.114,70	102.670,59	111.226,47	122.198,23	130.492,49	130.492,49	132.714,26	165.482,69	165.482,69	165.482,69	165.482,69	294.904,03	1.866.302,84
MG	SAO GERALDO	3161502	24.362,78	26.799,05	29.235,32	31.671,61	35.039,55	37.417,88	37.417,88	38.054,96	43.793,08	43.793,08	43.793,08	43.793,08	78.042,98	513.214,33
MG	SAO GONCALO DO SAPUCAI	3162005	25.183,57	27.701,92	30.220,29	32.738,63	35.508,45	37.918,60	37.918,60	38.564,21	54.983,79	54.983,79	54.983,79	54.983,79	97.985,72	583.675,15
MG	SAO JOAO DAS MISSOES	3162450	7.057,69	7.763,45	8.469,23	9.174,99	9.818,84	10.485,30	10.485,30	10.663,82	17.216,62	17.216,62	17.216,62	17.216,62	30.681,47	173.466,57
MG	SAO JOAO DO MANHUACU	3162559	19.354,32	21.289,76	23.225,20	25.160,62	27.471,20	29.335,82	29.335,82	29.835,30	39.773,35	39.773,35	39.773,35	39.773,35	70.879,48	434.980,92
MG	SAO JOAO DO PARAISO	3162708	19.676,81	21.644,48	23.612,17	25.579,85	27.981,32	29.880,56	29.880,56	30.389,31	39.720,78	39.720,78	39.720,78	39.720,78	70.785,79	438.313,97
MG	SAO JOAO NEPOMUCENO	3162906	162.198,97	178.418,87	194.638,77	210.858,67	234.260,66	250.161,20	250.161,20	254.420,46	278.189,29	278.189,29	278.189,29	278.189,29	495.756,54	3.343.632,50
MG	SAO JOSE DA LAPA	3162955	36.309,17	39.940,08	43.571,00	47.201,92	51.144,07	54.615,50	54.615,50	55.545,39	79.975,00	79.975,00	79.975,00	79.975,00	142.522,14	845.364,77
MG	SAO JOSE DO JACURI	3163508	-	-	-	-	-	-	-	-	427,84	427,84	427,84	427,84	762,45	2.473,81
MG	SAO SEBASTIAO DO ANTA	3164472	4.311,10	4.742,21	5.173,31	5.604,43	5.882,20	6.281,46	6.281,46	6.388,41	12.093,51	12.093,51	12.093,51	12.093,51	21.551,69	114.590,31
MG	SENADOR FIRMINO	3165701	39.263,90	43.190,29	47.116,68	51.043,07	56.692,25	60.540,26	60.540,26	61.571,02	67.557,57	67.557,57	67.557,57	67.557,57	120.393,27	810.581,28
MG	SERRA DOS AIMORES	3166709	13.506,88	14.857,57	16.208,26	17.558,96	19.349,57	20.662,93	20.662,93	21.014,74	25.324,85	25.324,85	25.324,85	25.324,85	45.131,05	290.252,29
MG	SIMONESIA	3167608	18.630,44	20.493,49	22.356,54	24.219,58	26.395,81	28.187,44	28.187,44	28.667,36	38.940,10	38.940,10	38.940,10	38.940,10	69.394,55	422.293,05
MG	TAIOBEIRAS	3168002	-	-	-	-	-	-	-	-	4.817,64	4.817,64	4.817,64	4.817,64	8.585,45	27.856,01
MG	TOLEDO	3169109	25.360,56	27.896,62	30.432,67	32.968,73	36.463,48	38.938,45	38.938,45	39.601,42	45.738,66	45.738,66	45.738,66	45.738,66	81.510,12	535.065,14
MG	TURMALINA	3169703	-	-	-	-	-	-	-	-	5.949,52	5.949,52	5.949,52	5.949,52	10.602,58	34.400,66
MG	UBAI	3170008	28.826,91	31.709,60	34.592,29	37.474,98	41.399,82	44.209,85	44.209,85	44.962,58	52.639,97	52.639,97	52.639,97	52.639,97	93.808,84	611.754,60
MG	UBAPORANGA	3170057	65.211,89	71.733,08	78.254,27	84.775,46	94.208,68	100.603,13	100.603,13	102.316,01	111.511,39	111.511,39	111.511,39	111.511,39	198.722,66	1.342.473,87
MG	URUANA DE MINAS	3170479	25.541,19	28.095,32	30.649,44	33.203,55	36.798,34	39.296,04	39.296,04	39.965,10	45.038,58	45.038,58	45.038,58	45.038,58	80.262,56	533.261,90
MG	URUCUIA	3170529	66.368,23	73.005,05	79.641,88	86.278,70	95.600,98	102.089,94	102.089,94	103.828,13	117.286,97	117.286,97	117.286,97	117.286,97	209.015,24	1.387.065,97
MG	VARGEM GRANDE DO RIO PARDO	3170651	7.726,66	8.499,32	9.271,99	10.044,65	11.004,10	11.751,01	11.751,01	11.951,09	15.372,95	15.372,95	15.372,95	15.372,95	27.395,93	170.887,56
MG	VARJAO DE MINAS	3170750	-	-	-	-	-	-	-	-	2.649,07	2.649,07	2.649,07	2.649,07	4.720,90	15.317,18
MG	VARZELANDIA	3170909	55.845,53	61.430,09	67.014,65	72.599,19	80.344,33	85.797,74	85.797,74	87.258,54	100.044,02	100.044,02	100.044,02	100.044,02	178.286,84	1.174.550,73
MG	VERDELANDIA	3171030	2.226,52	2.449,16	2.671,82	2.894,47	2.853,01	3.046,66	3.046,66	3.098,54	8.770,39	8.770,39	8.770,39	8.770,39	15.629,58	72.997,98
MG	VIRGINOPOLIS	3171808	47.979,92	52.777,92	57.575,91	62.373,90	69.116,03	73.807,31	73.807,31	75.063,95	84.753,73	84.753,73	84.753,73	84.753,73	151.038,27	1.002.555,44
MS	ANASTACIO	5000708	65.596,71	72.156,39	78.716,06	85.275,73	94.114,02	100.502,05	100.502,05	102.213,21	131.050,21	131.050,21	131.050,21	131.050,21	233.542,43	1.456.819,49
MS	CORONEL SAPUCAIA	5003157	30.576,87	33.634,56	36.692,25	39.749,94	43.157,25	46.086,57	46.086,57	46.871,24	66.153,95	66.153,95	66.153,95	66.153,95	117.891,90	705.362,95
MS	DEODAPOLIS	5003454	32.019,72	35.221,69	38.423,66	41.625,63	46.081,56	49.209,37	49.209,37	50.047,21	59.507,02	59.507,02	59.507,02	59.507,02	106.046,52	685.912,81
MS	LADARIO	5005202	55.677,57	61.245,32	66.813,09	72.380,84	79.385,52	84.773,85	84.773,85	86.217,21	109.534,25	109.534,25	109.534,25	109.534,25	195.199,21	1.224.603,46
MS	MUNDO NOVO	5005681	40.628,79	44.691,66	48.754,55	52.817,42	58.250,55	62.204,33	62.204,33	63.263,43	75.536,69	75.536,69	75.536,69	75.536,69	134.612,70	869.574,52
MT	BARAO DE MELGACO	5101605	13.180,88	14.498,98	15.817,06	17.135,15	18.911,43	20.195,05	20.195,05	20.538,89	24.319,44	24.319,44	24.319,44	24.319,44	43.339,28	281.089,53
MT	BARRA DO BUGRES	5101704	42.709,80	46.980,77	51.251,76	55.522,73	60.559,94	64.670,47	64.670,47	65.771,55	88.610,47	88.610,47	88.610,47	88.610,47	157.911,30	964.490,67
MT	GUARANTA DO NORTE	5104104	53.169,34	58.486,26	63.803,20	69.120,14	75.167,72	80.269,76	80.269,76	81.636,44	113.358,43	113.358,43	113.358,43	113.358,43	202.014,22	1.217.370,56
MT	JAURU	5105002	11.536,39	12.690,03	13.843,67	14.997,30	16.322,07	17.429,94	17.429,94	17.726,70	24.423,94	24.423,94	24.423,94	24.423,94	43.525,56	263.197,36
MT	NORTELANDIA	5106000	22.409,86	24.650,84	26.891,83	29.132,82	32.288,65	34.480,26	34.480,26	35.067,32	39.492,69	39.492,69	39.492,69	39.492,69	70.379,28	467.751,88
MT	NOVA MONTE VERDE	5108956	44.520,66	48.972,72	53.424,78	57.876,86	64.188,12	68.544,92	68.544,92	69.711,97	77.888,91	77.888,91	77.888,91	77.888,91	138.804,56	926.145,15
MT	NOVA SANTA HELENA	5106190	2.552,41	2.807,67	3.062,90	3.318,14	3.396,49	3.627,03	3.627,03	3.688,78	8.335,72	8.335,72	8.335,72	8.335,72	14.855,00	74.278,33
MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	5106422	21.055,03	23.160,53	25.266,04	27.371,54	28.815,04	30.770,87	30.770,87	31.294,78	57.878,14	57.878,14	57.878,14	57.878,14	103.143,70	553.160,96
MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	5106778	-	-	-	-	-	-	-	-	1.450,15	1.450,15	1.450,15	1.450,15	2.584,31	8.384,91
PA	ABAETETUBA	1500107	1.322.709,26	1.454.980,19	1.587.251,11	1.719.522,04	1.912.607,00	2.042.425,98	2.042.425,98	2.077.200,48	2.313.812,95	2.313.812,95	2.313.812,95	2.313.812,95	4.123.408,05	27.537.781,89
PA	ABEL FIGUEIREDO	1500131	68.352,44	75.187,69	82.022,93	88.858,18	98.695,10	105.394,07	105.394,07	107.188,51	117.572,43	117.572,43	117.572,43	117.572,43	209.523,94	1.410.906,65
PA	ACARA	1500206	-	-	-	-	2.734.895,33	2.920.527,46	2.920.527,46	2.970.252,59	3.129.548,12	3.129.548,12	3.129.548,12	3.129.548,12	5.577.116,35	29.641.511,67
PA	AFUA	1500305	1.043.417,82	1.147.759,59	1.252.101,38	1.356.443,16	1.510.369,09	1.612.886,00	1.612.886,00	1.640.347,12	1.743.403,18	1.743.403,18	1.743.403,18	1.743.403,18	3.106.890,16	21.256.713,04
PA	AGUA AZUL DO NORTE	1500347	135.097,54	148.607,30	162.117,06	175.626,81	194.988,44	208.223,36	208.223,36	211.768,59	233.484,50	233.484,50	233.484,50	233.484,50	416.088,86	2.794.679,32
PA	ALENQUER	1500404	789.893,89	868.883,28	947.872,67	1.026.862,05	1.142.606,31	1.220.161,17	1.220.161,17	1.240.935,73	1.330.471,55	1.330.471,55	1.330.471,55	1.330.471,55	2.371.011,52	16.150.273,99
PA	ALMEIRIM	1500503	-	-	-	-	731.296,68	780.933,73	780.933,73	794.229,97	855.235,85	855.235,85	855.235,85	855.235,85	1.524.101,77	8.032.439,28
PA	ALTAMIRA	1500602	1.419.806,94	1.561.787,63	1.703.768,32	1.845.749,01	2.052.353,25	2.191.657,56	2.191.657,56	2.228.972,89	2.411.164,33	2.411.164,33	2.411.164,33	2.411.164,33	4.296.896,35	29.137.306,83
PA	ANAJAS	1500701	774.972,29	852.469,52	929.966,76	1.007.463,98	1.121.729,02	1.197.866,83	1.197.866,83	1.218.261,80	1.295.682,12	1.295.682,12	1.295.682,12	1.295.682,12	2.309.013,82	15.792.339,33
PA	ANANINDEUA	1500800	2.048.662,99	2.253.529,28	2.458.395,59	2.663.261,89	2.960.752,60	3.161.714,88	3.161.714,88	3.215.546,49	3.487.600,46	3.487.600,46	3.487.600,46	3.487.600,46	6.215.195,52	42.089.175,96
PA	ANAPU	1500859	475.952,97	523.548,26	571.143,57	618.738,85	688.258,76	734.974,60	734.974,60	747.488,33	804.712,69	804.712,69	804.712,69	804.712,69	1.434.065,23	9.747.995,93
PA	AUGUSTO CORREA	1500909	839.278,95	923.206,85	1.007.134,75	1.091.062,64	1.214.348,47	1.296.772,87	1.296.772,87	1.318.851,82	1.409.488,52	1.409.488,52	1.409.488,52	1.409.488,52	2.511.826,32	17.137.209,62
PA	AURORA DO PARA	1500958	344.732,71	379.205,98	413.679,25	448.152,53	498.462,99	532.296,37	532.296,37	541.359,29	583.437,61	583.437,61	583.437,61	583.437,61	1.039.734,56	7.063.670,49
PA	AVEIRO	1501006	-	-	-	-	502.648,88	536.766,37	536.766,37	545.905,40	574.985,84	574.985,84	574.985,84	574.985,84	1.024.672,81	5.446.703,19
PA	BAGRE	1501105	445.416,45	489.958,09	534.499,74	579.041,39	644.485,67	688.230,39	688.230,39	699.948,26	747.831,34	747.831,34	747.831,34	747.831,34	1.332.697,94	9.093.833,68
PA	BANNACH	1501253	11.666,25	12.832,87	13.999,50	15.166,11	16.612,54	17.740,12	17.740,12	18.042,16	23.241,56	23.241,56	23.241,56	23.241,56	41.418,42	258.184,33
PA	BELTERRA	1501451	255.284,44	280.812,88	306.341,33	331.869,77	369.206,63	394.266,68	394.266,68	400.979,49	430.953,03	430.953,03	430.953,03	430.953,03	767.994,28	5.224.834,30
PA	BENEVIDES	1501501	416.198,65	457.818,50	499.438,38	541.058,24	600.722,98	641.497,29	641.497,29	652.419,48	719.072,43	719.072,43	719.072,43	719.072,43	1.281.447,13	8.608.387,66
PA	BOM JESUS DO TOCANTINS	1501576	155.240,03	170.764,04	186.288,05	201.812,05	224.384,17	239.614,34	239.614,34	243.694,03	263.876,15	263.876,15	263.876,15	263.876,15	470.249,33	3.187.164,98
PA	BONITO	1501600	115.802,44	127.382,68	138.962,93	150.543,17	167.443,04	178.808,31	178.808,31	181.852,71	195.993,38	195.993,38	195.993,38	195.993,38	349.276,62	2.372.853,73
PA	BRAGANCA	1501709	1.256.203,89	1.381.824,29	1.507.444,67	1.633.065,06	1.817.515,16	1.940.879,74	1.940.879,74	1.973.925,31	2.110.764,71	2.110.764,71	2.110.764,71	2.110.764,71	3.761.559,14	25.656.355,84
PA	BRASIL NOVO	1501725	100.603,01	110.663,31	120.723,61	130.783,91	144.665,57	154.484,80	154.484,80	157.115,07	181.191,49	181.191,49	181.191,49	181.191,49	322.898,43	2.121.188,47
PA	BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	1501758	153.822,92	169.205,21	184.587,49	199.969,80	222.582,57	237.690,45	237.690,45	241.737,39	258.099,23	258.099,23	258.099,23	258.099,23	459.954,35	3.139.637,55
PA	BREU BRANCO	1501782	426.073,56	468.680,93	511.288,27	553.895,64	615.012,87	656.757,12	656.757,12	667.939,12	735.630,13	735.630,13	735.630,13	735.630,13	1.310.954,38	8.809.879,53
PA	BREVES	1501808	3.295.671,64	3.625.238,81	3.954.805,98	4.284.373,14	4.773.701,64	5.097.718,57	5.097.718,57	5.184.512,72	5.463.620,41	5.463.620,41	5.463.620,41	5.463.620,41	9.736.628,30	66.904.851,01
PA	BUJARU	1501907	783.392,13	861.731,35	940.070,55	1.018.409,78	1.134.895,47	1.211.926,96	1.211.926,96	1.232.561,32	1.296.390,56	1.296.390,56	1.296.390,56	1.296.390,56	2.310.276,32	15.890.753,08

PA	CAMETA	1502103	2.117.472,23	2.329.219,47	2.540.966,68	2.752.713,91	3.062.941,55	3.270.839,95	3.270.839,95	3.326.529,53	3.567.263,60	3.567.263,60	3.567.263,60	3.567.263,60	6.357.161,94	43.297.739,61
PA	CAPANEMA	1502202	418.150,96	459.966,05	501.781,16	543.596,25	604.337,79	645.357,46	645.357,46	656.345,37	711.565,43	711.565,43	711.565,43	711.565,43	1.268.069,08	8.589.223,30
PA	CAPITAO POCO	1502301	679.477,55	747.425,32	815.373,07	883.320,83	983.328,27	1.050.072,08	1.050.072,08	1.067.950,69	1.138.446,57	1.138.446,57	1.138.446,57	1.138.446,57	2.028.806,90	13.859.613,07
PA	CASTANHAL	1502400	1.159.431,87	1.275.375,06	1.391.318,25	1.507.261,43	1.674.737,89	1.788.411,41	1.788.411,41	1.818.861,04	1.985.903,67	1.985.903,67	1.985.903,67	1.985.903,67	3.539.046,35	23.886.469,39
PA	CHAVES	1502509	691.482,99	760.631,29	829.779,58	898.927,89	1.001.544,24	1.069.524,46	1.069.524,46	1.087.734,27	1.147.066,98	1.147.066,98	1.147.066,98	1.147.066,98	2.044.169,23	14.041.586,33
PA	COLARES	1502608	-	-	-	-	237.525,23	253.647,35	253.647,35	257.965,97	272.898,09	272.898,09	272.898,09	272.898,09	486.327,20	2.580.705,46
PA	CONCEICAO DO ARAGUAIA	1502707	293.954,81	323.350,29	352.745,77	382.141,25	424.342,09	453.144,48	453.144,48	460.859,75	519.982,69	519.982,69	519.982,69	519.982,69	926.652,57	6.150.266,25
PA	CONCORDIA DO PARA	1502756	745.003,25	819.503,57	894.003,90	968.504,22	1.078.189,51	1.151.372,06	1.151.372,06	1.170.975,41	1.247.774,55	1.247.774,55	1.247.774,55	1.247.774,55	2.223.638,51	15.193.660,69
PA	CUMARU DO NORTE	1502764	235.848,94	259.433,83	283.018,72	306.603,61	341.405,05	364.578,06	364.578,06	370.785,39	393.950,18	393.950,18	393.950,18	393.950,18	702.052,13	4.804.104,51
PA	CURIONOPOLIS	1502772	435.428,63	478.971,50	522.514,36	566.057,23	630.244,01	673.022,08	673.022,08	684.481,01	728.195,33	728.195,33	728.195,33	728.195,33	1.297.704,95	8.874.227,17
PA	CURRALINHO	1502806	-	-	-	-	1.703.853,31	1.819.503,04	1.819.503,04	1.850.482,04	1.940.233,05	1.940.233,05	1.940.233,05	1.940.233,05	3.457.657,44	18.411.931,07
PA	CURUA	1502855	215.244,20	236.768,61	258.293,04	279.817,46	311.220,37	332.344,58	332.344,58	338.003,11	364.422,37	364.422,37	364.422,37	364.422,37	649.431,08	4.411.156,51
PA	CURUCA	1502905	957.636,12	1.053.399,72	1.149.163,34	1.244.926,94	1.387.905,61	1.482.110,26	1.482.110,26	1.507.344,79	1.576.764,69	1.576.764,69	1.576.764,69	1.576.764,69	2.809.926,48	19.381.582,28
PA	DOM ELISEU	1502939	-	-	-	-	933.252,72	996.597,62	996.597,62	1.013.565,77	1.081.685,03	1.081.685,03	1.081.685,03	1.081.685,03	1.927.653,10	10.194.406,95
PA	ELDORADO DO CARAJAS	1502954	-	-	-	-	444.910,19	475.108,65	475.108,65	483.197,88	528.561,60	528.561,60	528.561,60	528.561,60	941.940,90	4.934.512,67
PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	1503044	249.271,08	274.198,18	299.125,28	324.052,40	360.347,45	384.806,18	384.806,18	391.357,92	423.017,63	423.017,63	423.017,63	423.017,63	753.852,74	5.113.887,93
PA	GARRAFAO DO NORTE	1503077	390.939,98	430.033,97	469.127,97	508.221,97	565.197,01	603.559,98	603.559,98	613.836,24	662.718,08	662.718,08	662.718,08	662.718,08	1.181.018,99	8.016.368,41
PA	GURUPA	1503101	1.242.023,12	1.366.225,43	1.490.427,73	1.614.630,05	1.798.523,04	1.920.598,52	1.920.598,52	1.953.298,78	2.066.115,90	2.066.115,90	2.066.115,90	2.066.115,90	3.681.991,24	25.252.780,03
PA	IGARAPE-MIRI	1503309	1.134.039,73	1.247.443,71	1.360.847,68	1.474.251,65	1.640.689,84	1.752.052,33	1.752.052,33	1.781.882,91	1.906.511,25	1.906.511,25	1.906.511,25	1.906.511,25	3.397.562,38	23.166.867,56
PA	INHANGAPI	1503408	30.471,65	33.518,82	36.565,99	39.613,15	43.773,58	46.744,73	46.744,73	47.540,61	55.484,35	55.484,35	55.484,35	55.484,35	98.877,79	645.788,45
PA	IPIXUNA DO PARA	1503457	730.944,52	804.038,98	877.133,44	950.227,89	1.057.378,89	1.129.148,91	1.129.148,91	1.148.373,89	1.230.569,14	1.230.569,14	1.230.569,14	1.230.569,14	2.192.977,06	14.941.649,05
PA	IRITUIA	1503507	-	-	-	-	125.391,51	133.902,51	133.902,51	136.182,34	162.527,97	162.527,97	162.527,97	162.527,97	289.638,44	1.469.129,19
PA	ITAITUBA	1503606	1.555.787,51	1.711.366,26	1.866.945,02	2.022.523,76	2.249.447,80	2.402.129,98	2.402.129,98	2.443.028,83	2.634.821,30	2.634.821,30	2.634.821,30	2.634.821,30	4.695.471,78	31.888.116,12
PA	ITUPIRANGA	1503705	-	-	-	-	751.488,16	802.495,72	802.495,72	816.159,08	887.202,07	887.202,07	887.202,07	887.202,07	1.581.068,21	8.302.515,17
PA	JACAREACANGA	1503754	269.279,84	296.207,81	323.135,81	350.063,78	388.477,91	414.846,01	414.846,01	421.909,21	467.817,16	467.817,16	467.817,16	467.817,16	833.689,28	5.583.724,30
PA	JACUNDA	1503804	561.917,37	618.109,11	674.300,85	730.492,58	812.874,98	868.049,19	868.049,19	882.828,67	945.876,62	945.876,62	945.876,62	945.876,62	1.685.631,20	11.485.759,62
PA	JURUTI	1503903	617.046,01	678.750,61	740.455,21	802.159,81	890.754,78	951.215,13	951.215,13	967.410,59	1.064.202,37	1.064.202,37	1.064.202,37	1.064.202,37	1.896.497,54	12.752.314,29
PA	LIMOEIRO DO AJURU	1504000	560.233,12	616.256,42	672.279,74	728.303,05	810.922,35	865.964,04	865.964,04	880.708,01	936.435,78	936.435,78	936.435,78	936.435,78	1.668.806,83	11.415.180,72
PA	MAE DO RIO	1504059	500.530,18	550.583,21	600.636,22	650.689,24	724.094,74	773.242,97	773.242,97	786.408,26	842.228,72	842.228,72	842.228,72	842.228,72	1.500.921,97	10.229.264,64
PA	MAGALHAES BARATA	1504109	-	-	-	-	266.245,14	284.316,63	284.316,63	289.157,43	304.568,34	304.568,34	304.568,34	304.568,34	542.766,23	2.885.075,42
PA	MARABA	1504208	501.256,15	551.381,77	601.507,38	651.633,01	708.971,50	757.093,22	757.093,22	769.983,55	1.064.260,44	1.064.260,44	1.064.260,44	1.064.260,44	1.896.601,05	11.452.562,61
PA	MARACANA	1504307	253.696,76	279.066,43	304.436,11	329.805,79	365.893,64	390.728,82	390.728,82	397.381,40	442.154,73	442.154,73	442.154,73	442.154,73	787.956,67	5.268.313,36
PA	MARITUBA	1504422	-	-	-	-	2.935.250,95	3.134.482,30	3.134.482,30	3.187.850,24	3.377.510,45	3.377.510,45	3.377.510,45	3.377.510,45	6.019.005,95	31.921.113,54
PA	MEDICILANDIA	1504455	417.865,50	459.652,04	501.438,59	543.225,14	604.547,50	645.581,41	645.581,41	656.573,13	702.583,73	702.583,73	702.583,73	702.583,73	1.252.062,93	8.536.862,57
PA	MELGACO	1504505	-	-	-	-	1.367.387,63	1.460.199,62	1.460.199,62	1.485.061,10	1.564.997,49	1.564.997,49	1.564.997,49	1.564.997,49	2.788.956,30	14.821.794,23
PA	MOCAJUBA	1504604	484.124,34	532.536,78	580.949,20	629.361,64	700.017,37	747.531,33	747.531,33	760.258,86	819.316,34	819.316,34	819.316,34	819.316,34	1.460.090,17	9.919.666,38
PA	MOJU	1504703	-	-	-	-	1.792.709,13	1.914.389,98	1.914.389,98	1.946.984,54	2.093.187,01	2.093.187,01	2.093.187,01	2.093.187,01	3.730.234,19	19.671.455,86
PA	MOJUI DOS CAMPOS	1504752	189.699,48	208.669,44	227.639,37	246.609,33	273.772,77	292.355,20	292.355,20	297.332,87	328.172,47	328.172,47	328.172,47	328.172,47	584.830,75	3.925.954,29
PA	MONTE ALEGRE	1504802	965.464,17	1.062.010,58	1.158.557,00	1.255.103,41	1.396.549,77	1.491.341,15	1.491.341,15	1.516.732,84	1.626.530,27	1.626.530,27	1.626.530,27	1.626.530,27	2.898.612,91	19.741.834,06
PA	MUANA	1504901	-	-	-	-	650.578,89	694.737,19	694.737,19	706.565,84	764.897,29	764.897,29	764.897,29	764.897,29	1.363.110,88	7.169.319,15
PA	NOVA ESPERANCA DO PIRIA	1504950	368.314,78	405.146,25	441.977,72	478.809,20	532.878,10	569.047,42	569.047,42	578.736,07	619.022,79	619.022,79	619.022,79	619.022,79	1.103.150,34	7.523.198,46
PA	NOVA IPIXUNA	1504976	73.042,07	80.346,29	87.650,50	94.954,70	104.966,26	112.090,89	112.090,89	113.999,36	132.468,98	132.468,98	132.468,98	132.468,98	236.070,83	1.545.087,71
PA	NOVA TIMBOTEUA	1505007	-	-	-	-	241.013,77	257.372,67	257.372,67	261.754,72	280.198,21	280.198,21	280.198,21	280.198,21	499.336,63	2.637.643,30
PA	NOVO PROGRESSO	1505031	442.637,04	486.900,75	531.164,45	575.428,16	640.061,06	683.505,46	683.505,46	695.142,88	748.666,95	748.666,95	748.666,95	748.666,95	1.334.187,07	9.067.200,13
PA	NOVO REPARTIMENTO	1505064	865.602,90	952.163,18	1.038.723,48	1.125.283,76	1.251.189,87	1.336.114,89	1.336.114,89	1.358.863,69	1.470.716,12	1.470.716,12	1.470.716,12	1.470.716,12	2.620.939,03	17.767.860,17
PA	OBIDOS	1505106	703.958,50	774.354,36	844.750,21	915.146,06	1.017.759,22	1.086.840,04	1.086.840,04	1.105.344,66	1.193.081,73	1.193.081,73	1.193.081,73	1.193.081,73	2.126.171,34	14.433.491,35
PA	OEIRAS DO PARA	1505205	-	-	-	-	1.646.427,61	1.758.179,55	1.758.179,55	1.788.114,45	1.879.209,15	1.879.209,15	1.879.209,15	1.879.209,15	3.348.907,77	17.816.645,53
PA	ORIXIMINA	1505304	856.263,99	941.890,37	1.027.516,78	1.113.143,18	1.236.916,91	1.320.873,15	1.320.873,15	1.343.362,44	1.465.415,53	1.465.415,53	1.465.415,53	1.465.415,53	2.611.492,93	17.633.995,02
PA	OUREM	1505403	132.335,17	145.568,69	158.802,20	172.035,73	191.155,10	204.129,83	204.129,83	207.605,36	226.612,86	226.612,86	226.612,86	226.612,86	403.843,05	2.726.056,40
PA	OURILANDIA DO NORTE	1505437	297.562,31	327.318,54	357.074,77	386.830,99	429.388,28	458.533,19	458.533,19	466.340,21	553.111,71	553.111,71	553.111,71	553.111,71	985.691,27	6.379.719,59
PA	PACAJA	1505486	976.205,80	1.073.826,38	1.171.446,96	1.269.067,53	1.413.761,32	1.509.720,94	1.509.720,94	1.535.425,57	1.621.776,33	1.621.776,33	1.621.776,33	1.621.776,33	2.890.140,98	19.836.421,74
PA	PALESTINA DO PARA	1505494	49.252,91	54.178,20	59.103,49	64.028,78	70.911,85	75.725,02	75.725,02	77.014,32	87.520,33	87.520,33	87.520,33	87.520,33	155.968,57	1.031.989,48
PA	PARAGOMINAS	1505502	833.150,61	916.465,67	999.780,73	1.083.095,79	1.201.812,91	1.283.386,45	1.283.386,45	1.305.237,49	1.449.280,96	1.449.280,96	1.449.280,96	1.449.280,96	2.582.739,78	17.286.179,72
PA	PAU DARCO	1505551	95.591,45	105.150,58	114.709,74	124.268,87	138.145,11	147.521,77	147.521,77	150.033,48	162.798,32	162.798,32	162.798,32	162.798,32	290.120,23	1.964.256,28
PA	PEIXE-BOI	1505601	334.898,21	368.388,03	401.877,84	435.367,67	485.484,46	518.436,91	518.436,91	527.263,86	549.842,63	549.842,63	549.842,63	549.842,63	979.865,53	6.769.389,94
PA	PICARRA	1505635	324.805,69	357.286,25	389.766,82	422.247,39	470.376,72	502.303,73	502.303,73	510.855,99	539.786,67	539.786,67	539.786,67	539.786,67	961.944,92	6.601.037,92
PA	PLACAS	1505650	498.350,73	548.185,80	598.020,88	647.855,95	721.300,83	770.259,41	770.259,41	783.373,91	833.660,12	833.660,12	833.660,12	833.660,12	1.485.652,01	10.157.899,41
PA	PONTA DE PEDRAS	1505700	344.906,27	379.396,89	413.887,52	448.378,14	498.948,32	532.814,64	532.814,64	541.886,38	580.531,43	580.531,43	580.531,43	580.531,43	1.034.555,50	7.049.714,02
PA	PORTEL	1505809	1.433.712,30	1.577.083,54	1.720.454,76	1.863.826,00	2.075.128,49	2.215.978,67	2.215.978,67	2.253.708,10	2.398.260,82	2.398.260,82	2.398.260,82	2.398.260,82	4.273.901,23	29.222.815,04
PA	PORTO DE MOZ	1505908	1.140.180,15	1.254.198,17	1.368.216,19	1.482.234,20	1.650.220,75	1.762.230,15	1.762.230,15	1.792.234,02	1.907.998,92	1.907.998,92	1.907.998,92	1.907.998,92	3.400.213,54	23.243.953,00
PA	PRAINHA	1506005	-	-	-	-	1.453.888,46	1.552.571,73	1.552.571,73	1.579.005,93	1.662.170,85	1.662.170,85	1.662.170,85	1.662.170,85	2.962.127,40	15.748.848,65
PA	PRIMAVERA	1506104	3.010,06	3.311,06	3.612,08	3.913,08	3.694,74	3.945,52	3.945,52	4.012,70	14.072,60	14.072,60	14.072,60	14.072,60	25.078,59	110.813,75
PA	QUATIPURU	1506112	62.322,63	68.554,89	74.787,16	81.019,42	89.889,85	95.991,16	95.991,16	97.625,51	108.548,27	108.548,27	108.548,27	108.548,27	193.442,12	1.293.816,98
PA	REDENCAO	1506138	952.362,23	1.047.598,45	1.142.834,67	1.238.070,90	1.377.510,60	1.471.009,69	1.471.009,69	1.496.055,21	1.605.647,00	1.605.647,00	1.605.647,00	1.605.647,00	2.861.397,15	19.480.436,59
PA	RIO MARIA	1506161	103.755,37	114.130,90	124.506,43	134.881,97	149.477,42	159.623,26	159.623,26	162.341,02	183.062,50	183.062,50	183.062,50	183.062,50	326.232,72	2.166.822,35
PA	RONDON DO PARA	1506187	341.616,29	375.777,91	409.939,54	444.101,17	493.254,36	526.734,19	526.734,19	535.702,41	587.753,76	587.753,76	587.753,76	587.753,76	1.047.426,33	7.052.301,43
PA	SALINOPOLIS	1506203	315.812,05	347.393,25	378.974,46	410.555,66	456.289,55	487.260,38	487.260,38	495.556,52	539.350,11	539.350,11	539.350,11	539.350,11	961.166,94	6.497.669,63
PA	SANTA BARBARA DO PARA	1506351	231.129,77	254.242,74	277.355,71	300.468,69	334.430,43	357.130,04	357.130,04	363.210,56	388.024,47	388.024,47	388.024,47	388.024,47	691.492,01	4.718.687,87
PA	SANTA CRUZ DO ARARI	1506401	-	-	-	-	269.734,88	288.043,24	288.043,24	292.947,49	307.037,36	307.037,36	307.037,36	307.037,36	547.166,22	2.914.084,51
PA	SANTA IZABEL DO PARA	1506500	542.106,09	596.316,69	650.527,30	704.737,90	782.928,10	836.069,66	836.069,66	850.304,65	930.108,40	930.108,40	930.108,40	930.108,40	1.657.530,88	11.177.024,53
PA	SANTA LUZIA DO PARA	1506559	334.810,02	368.291,02	401.772,02	435.253,03	484.493,57	517.378,77	517.378,77	526.187,70	561.480,61	561.480,61	561.480,61	561.480,61	1.000.605,36	6.832.092,70
PA	SANTA MARIA DAS BARREIRAS	1506583	86.106,15	94.716,77	103.327,38	111.938,00	123.591,21	131.980,01	131.980,01	134.227,11	158.196,10	158.196,10	158.196,10	158.196,10	281.918,71	1.832.569,75
PA	SANTA MARIA DO PARA	1506609	-	-	-	-	547.298,03	584.446,11	584.446,11	594.396,93	624.884,86	624.884,86	624.884,86	624.884,86	1.113.597,02	5.923.723,64
PA	SANTANA DO ARAGUAIA	1506708	-	-	-	-	2.003.709,22	2.139.711,80	2.139.711,80	2.176.142,70	2.276.976,79	2.276.976,79	2.276.976,79	2.276.976,79	4.057.762,93	21.624.945,61
PA	SANTAREM	1506807	3.390.332,56	3.729.365,82	4.068.399,07	4.407.432,32	4.900.661,68	5.233.296,08	5.233.296,08	5.322.398,59	5.759.179,85	5.759.179,85	5.759.179,85	5.759.179,85	10.263.339,92	69.585.241,52
PA	SANTAREM NOVO	1506906	104.898,09	115.387,91	125.877,71	136.367,53	151.694,33	161.990,65	161.990,65	164.748,71	177.288,34	177.288,34	177.288,34	177.288,34	315.942,67	2.148.051,61
PA	SANTO ANTONIO DO TAUA	1507003	-	-	-	-	891.993,89	952.538,34	952.538,34	968.756,33	1.019.951,62	1.019.951,62	1.019.951,62	1.019.951,62	1.817.639,03	9.663.272,41
PA	SAO CAETANO DE ODIVELAS	1507102	401.840,72	442.024,79	482.208,87	522.392,94	582.148,24	621.661,79	621.661,79	632.246,25	664.928,49	664.928,49	664.928,49	664.928,49	1.184.958,10	8.150.857,45
PA	SAO DOMINGOS DO ARAGUAIA	1507151	332.553,80	365.809,18	399.064,56	432.319,95	481.092,35	513.746,69	513.746,69	522.493,78	559.557,95	559.557,95	559.557,95	559.557,95	997.179,04	6.796.237,84
PA	SAO DOMINGOS DO CAPIM	1507201	515.090,78	566.599,85	618.108,94	669.618,01	744.810,54	795.364,86	795.364,86	808.906,80	871.485,59	871.485,59	871.485,59	871.485,59	1.553.060,12	10.552.867,12

PA	SAO FELIX DO XINGU	1507300	997.711,02	1.097.482,12	1.197.253,23	1.297.024,32	1.443.120,51	1.541.072,89	1.541.072,89	1.567.311,32	1.744.217,98	1.744.217,98	1.744.217,98	1.744.217,98	3.108.342,23	20.767.262,45
PA	SAO FRANCISCO DO PARA	1507409	159.360,07	175.296,08	191.232,09	207.168,10	230.325,77	245.959,22	245.959,22	250.146,95	271.063,83	271.063,83	271.063,83	271.063,83	483.058,40	3.272.761,22
PA	SAO GERALDO DO ARAGUAIA	1507458	344.168,48	378.585,33	413.002,17	447.419,03	497.672,49	531.452,21	531.452,21	540.500,76	582.136,69	582.136,69	582.136,69	582.136,69	1.037.416,22	7.050.215,66
PA	SAO JOAO DE PIRABAS	1507474	274.111,06	301.522,15	328.933,27	356.344,37	396.333,88	423.235,20	423.235,20	430.441,23	464.111,65	464.111,65	464.111,65	464.111,65	827.085,72	5.617.688,68
PA	SAO JOAO DO ARAGUAIA	1507508	-	-	-	-	458.235,53	489.338,45	489.338,45	497.669,97	526.634,94	526.634,94	526.634,94	526.634,94	938.507,45	4.979.629,61
PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	1507607	1.112.445,53	1.223.690,08	1.334.934,63	1.446.179,18	1.610.551,76	1.719.868,61	1.719.868,61	1.749.151,23	1.855.139,68	1.855.139,68	1.855.139,68	1.855.139,68	3.306.013,98	22.643.262,33
PA	SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA	1507706	509.547,01	560.501,72	611.456,41	662.411,12	737.447,69	787.502,25	787.502,25	800.910,32	853.186,57	853.186,57	853.186,57	853.186,57	1.520.449,77	10.390.474,82
PA	SAPUCAIA	1507755	83.175,76	91.493,33	99.810,92	108.128,48	120.070,52	128.220,36	128.220,36	130.403,45	143.454,61	143.454,61	143.454,61	143.454,61	255.648,16	1.718.989,78
PA	SENADOR JOSE PORFIRIO	1507805	409.707,42	450.678,17	491.648,90	532.619,65	592.733,19	632.965,20	632.965,20	643.742,11	689.025,56	689.025,56	689.025,56	689.025,56	1.227.901,10	8.371.063,18
PA	SOURE	1507904	418.252,79	460.078,07	501.903,35	543.728,63	605.605,73	646.711,46	646.711,46	657.722,42	696.437,28	696.437,28	696.437,28	696.437,28	1.241.109,44	8.507.572,47
PA	TAILANDIA	1507953	-	-	-	-	1.839.546,72	1.964.406,69	1.964.406,69	1.997.852,84	2.128.899,46	2.128.899,46	2.128.899,46	2.128.899,46	3.793.876,77	20.075.687,55
PA	TERRA SANTA	1507979	293.378,60	322.716,47	352.054,33	381.392,18	424.351,55	453.154,58	453.154,58	460.870,03	494.564,45	494.564,45	494.564,45	494.564,45	881.355,15	6.000.685,27
PA	TOME-ACU	1508001	1.294.558,30	1.424.014,12	1.553.469,95	1.682.925,79	1.873.103,52	2.000.241,18	2.000.241,18	2.034.297,44	2.173.899,81	2.173.899,81	2.173.899,81	2.173.899,81	3.874.071,19	26.432.521,91
PA	TRACUATEUA	1508035	351.574,24	386.731,67	421.889,10	457.046,52	508.123,54	542.612,63	542.612,63	551.851,20	598.182,53	598.182,53	598.182,53	598.182,53	1.066.011,25	7.221.182,90
PA	TRAIRAO	1508050	131.420,45	144.562,50	157.704,55	170.846,58	189.539,41	202.404,48	202.404,48	205.850,63	229.065,79	229.065,79	229.065,79	229.065,79	408.214,36	2.729.210,60
PA	TUCUMA	1508084	550.680,21	605.748,24	660.816,26	715.884,28	796.742,88	850.822,12	850.822,12	865.308,29	958.208,67	958.208,67	958.208,67	958.208,67	1.707.607,93	11.437.267,01
PA	ULIANOPOLIS	1508126	440.485,24	484.533,75	528.582,28	572.630,80	637.296,05	680.552,78	680.552,78	692.139,92	740.296,11	740.296,11	740.296,11	740.296,11	1.319.269,55	8.997.227,59
PA	URUARA	1508159	842.509,63	926.760,61	1.011.011,56	1.095.262,53	1.219.111,10	1.301.858,76	1.301.858,76	1.324.024,31	1.413.710,44	1.413.710,44	1.413.710,44	1.413.710,44	2.519.350,14	17.196.589,16
PA	VIGIA	1508209	-	-	-	-	526.819,56	562.577,65	562.577,65	572.156,14	619.067,05	619.067,05	619.067,05	619.067,05	1.103.229,21	5.803.628,41
PA	VISEU	1508308	1.307.625,32	1.438.387,85	1.569.150,38	1.699.912,92	1.892.298,10	2.020.738,60	2.020.738,60	2.055.143,86	2.191.913,08	2.191.913,08	2.191.913,08	2.191.913,08	3.906.172,32	26.677.820,27
PA	XINGUARA	1508407	575.100,08	632.610,10	690.120,10	747.630,11	831.541,51	887.982,72	887.982,72	903.101,58	973.578,79	973.578,79	973.578,79	973.578,79	1.734.998,74	11.785.382,82
PB	AGUA BRANCA	2500106	116.936,66	128.630,33	140.323,99	152.017,66	169.021,68	180.494,09	180.494,09	183.567,20	198.750,92	198.750,92	198.750,92	198.750,92	354.190,76	2.400.680,14
PB	ALAGOA GRANDE	2500304	253.165,95	278.482,54	303.799,14	329.115,74	366.078,80	390.926,55	390.926,55	397.582,50	428.249,72	428.249,72	428.249,72	428.249,72	763.176,75	5.186.253,40
PB	ALAGOA NOVA	2500403	420.832,65	462.915,90	504.999,17	547.082,44	609.943,92	651.344,12	651.344,12	662.433,95	692.504,26	692.504,26	692.504,26	692.504,26	1.234.100,47	8.515.013,78
PB	ALAGOINHA	2500502	112.617,93	123.879,71	135.141,51	146.403,30	162.655,10	173.695,38	173.695,38	176.652,73	193.106,57	193.106,57	193.106,57	193.106,57	344.132,08	2.321.299,40
PB	ALCANTIL	2500536	96.587,41	106.246,15	115.904,89	125.563,63	139.830,68	149.321,74	149.321,74	151.864,11	161.132,73	161.132,73	161.132,73	161.132,73	287.152,04	1.966.323,31
PB	ALGODAO DE JANDAIRA	2500577	-	-	-	-	24.513,90	26.177,79	26.177,79	26.623,50	30.672,88	30.672,88	30.672,88	30.672,88	54.661,69	280.846,19
PB	ALHANDRA	2500601	-	-	-	-	330.074,29	352.478,21	352.478,21	358.479,54	383.844,72	383.844,72	383.844,72	383.844,72	684.043,35	3.612.932,48
PB	APARECIDA	2500775	72.191,54	79.410,70	86.629,86	93.849,00	104.383,00	111.468,04	111.468,04	113.365,91	122.202,29	122.202,29	122.202,29	122.202,29	217.774,75	1.479.350,00
PB	ARACAGI	2500809	329.125,25	362.037,78	394.950,30	427.862,82	476.837,45	509.202,98	509.202,98	517.872,71	544.163,36	544.163,36	544.163,36	544.163,36	969.744,57	6.673.490,28
PB	ARARA	2500908	99.362,04	109.298,24	119.234,44	129.170,65	143.599,06	153.345,90	153.345,90	155.956,78	169.153,96	169.153,96	169.153,96	169.153,96	301.446,50	2.041.375,35
PB	ARARUNA	2501005	280.402,49	308.442,74	336.482,99	364.523,24	405.864,04	433.412,23	433.412,23	440.791,54	468.846,27	468.846,27	468.846,27	468.846,27	835.523,23	5.714.239,81
PB	AREIA	2501104	425.265,85	467.792,44	510.319,02	552.845,61	616.256,09	658.084,72	658.084,72	669.289,32	701.345,08	701.345,08	701.345,08	701.345,08	1.249.855,51	8.613.173,60
PB	AREIAL	2501203	78.567,37	86.424,12	94.280,84	102.137,59	113.519,38	121.224,56	121.224,56	123.288,54	134.121,85	134.121,85	134.121,85	134.121,85	239.016,39	1.616.170,75
PB	AROEIRAS	2501302	287.265,71	315.992,28	344.718,84	373.445,42	415.940,43	444.172,55	444.172,55	451.735,07	478.378,64	478.378,64	478.378,64	478.378,64	852.510,70	5.843.468,11
PB	ASSUNCAO	2501351	70.737,90	77.811,70	84.885,49	91.959,28	102.338,65	109.284,92	109.284,92	111.145,62	118.956,82	118.956,82	118.956,82	118.956,82	211.991,05	1.445.266,81
PB	BAIA DA TRAICAO	2501401	140.872,72	154.959,99	169.047,26	183.134,53	203.769,56	217.600,50	217.600,50	221.305,37	237.380,47	237.380,47	237.380,47	237.380,47	423.031,84	2.880.844,15
PB	BANANEIRAS	2501500	171.989,28	189.188,21	206.387,14	223.586,07	248.353,70	265.210,81	265.210,81	269.726,31	295.621,10	295.621,10	295.621,10	295.621,10	526.821,47	3.548.958,20
PB	BARAUNA	2501534	44.011,97	48.413,16	52.814,35	57.215,56	63.529,18	67.841,25	67.841,25	68.996,32	75.982,29	75.982,29	75.982,29	75.982,29	135.406,84	909.999,04
PB	BARRA DE SANTA ROSA	2501609	174.695,28	192.164,81	209.634,34	227.103,87	252.848,46	270.010,65	270.010,65	274.607,87	292.254,47	292.254,47	292.254,47	292.254,47	520.821,84	3.560.915,65
PB	BARRA DE SANTANA	2501575	74.315,27	81.746,78	89.178,32	96.609,84	107.320,17	114.604,57	114.604,57	116.555,84	127.620,48	127.620,48	127.620,48	127.620,48	227.430,42	1.532.847,70
PB	BARRA DE SAO MIGUEL	2501708	172.638,04	189.901,84	207.165,65	224.429,46	250.038,10	267.009,54	267.009,54	271.555,67	286.529,67	286.529,67	286.529,67	286.529,67	510.619,79	3.506.486,31
PB	BELEM	2501906	112.449,61	123.694,57	134.939,54	146.184,49	162.499,09	173.528,78	173.528,78	176.483,30	191.629,02	191.629,02	191.629,02	191.629,02	341.498,95	2.311.323,19
PB	BELEM DO BREJO DO CRUZ	2502003	64.781,67	71.259,84	77.738,01	84.216,17	93.531,45	99.879,94	99.879,94	101.580,50	111.536,21	111.536,21	111.536,21	111.536,21	198.766,86	1.337.779,22
PB	BERNARDINO BATISTA	2502052	147.478,82	162.226,71	176.974,58	191.722,48	213.598,98	228.097,10	228.097,10	231.980,70	244.773,77	244.773,77	244.773,77	244.773,77	436.207,32	2.995.478,87
PB	BOA VENTURA	2502102	74.990,12	82.489,13	89.988,14	97.487,16	108.568,62	115.937,76	115.937,76	117.911,72	125.040,39	125.040,39	125.040,39	125.040,39	222.832,45	1.526.304,42
PB	BOA VISTA	2502151	-	-	-	-	133.477,16	142.536,98	142.536,98	144.963,82	155.911,78	155.911,78	155.911,78	155.911,78	277.847,88	1.465.009,94
PB	BOM JESUS	2502201	56.160,05	61.776,07	67.392,07	73.008,07	81.260,12	86.775,68	86.775,68	88.253,13	94.282,39	94.282,39	94.282,39	94.282,39	168.019,12	1.146.549,55
PB	BOM SUCESSO	2502300	25.805,51	28.386,07	30.966,62	33.547,17	37.116,12	39.635,39	39.635,39	40.310,23	46.365,29	46.365,29	46.365,29	46.365,29	82.626,85	543.490,51
PB	BONITO DE SANTA FE	2502409	140.745,04	154.819,55	168.894,06	182.968,56	203.745,56	217.574,87	217.574,87	221.279,31	234.971,68	234.971,68	234.971,68	234.971,68	418.739,12	2.866.227,66
PB	BOQUEIRAO	2502508	61.070,22	67.177,24	73.284,27	79.391,29	87.789,38	93.748,12	93.748,12	95.344,29	110.381,89	110.381,89	110.381,89	110.381,89	196.709,77	1.289.790,26
PB	BORBOREMA	2502706	11.699,95	12.869,94	14.039,94	15.209,93	16.701,64	17.835,27	17.835,27	18.138,94	22.747,32	22.747,32	22.747,32	22.747,32	40.537,68	255.857,84
PB	BREJO DO CRUZ	2502805	300.645,01	330.709,50	360.774,01	390.838,51	435.526,74	465.088,29	465.088,29	473.006,92	497.736,88	497.736,88	497.736,88	497.736,88	887.008,72	6.099.633,51
PB	BREJO DOS SANTOS	2502904	88.457,64	97.303,40	106.149,16	114.994,92	128.093,07	136.787,44	136.787,44	139.116,39	147.133,96	147.133,96	147.133,96	147.133,96	262.205,02	1.798.430,32
PB	CAAPORA	2503001	128.252,65	141.077,91	153.903,18	166.728,45	184.730,92	197.269,60	197.269,60	200.628,33	226.817,85	226.817,85	226.817,85	226.817,85	404.208,35	2.681.340,39
PB	CACIMBA DE AREIA	2503407	16.404,75	18.045,22	19.685,70	21.326,17	23.596,72	25.198,36	25.198,36	25.627,39	29.450,96	29.450,96	29.450,96	29.450,96	52.484,09	345.370,60
PB	CACIMBA DE DENTRO	2503506	219.083,09	240.991,41	262.899,70	284.808,02	317.105,22	338.628,87	338.628,87	344.394,39	366.358,94	366.358,94	366.358,94	366.358,94	652.882,22	4.464.857,55
PB	CACIMBAS	2503555	161.731,60	177.904,75	194.077,92	210.251,08	234.131,09	250.022,84	250.022,84	254.279,75	269.940,82	269.940,82	269.940,82	269.940,82	481.057,09	3.293.242,24
PB	CAICARA	2503605	130.456,37	143.502,00	156.547,64	169.593,28	188.943,31	201.767,91	201.767,91	205.203,23	216.540,59	216.540,59	216.540,59	216.540,59	385.893,46	2.649.837,47
PB	CAJAZEIRAS	2503704	497.293,75	547.023,11	596.752,50	646.481,86	719.367,13	768.194,47	768.194,47	781.273,80	837.405,38	837.405,38	837.405,38	837.405,38	1.492.326,38	10.166.528,99
PB	CAJAZEIRINHAS	2503753	24.209,77	26.630,75	29.051,72	31.472,71	34.898,32	37.267,06	37.267,06	37.901,57	42.441,95	42.441,95	42.441,95	42.441,95	75.635,11	504.101,87
PB	CALDAS BRANDAO	2503803	98.810,73	108.691,80	118.572,88	128.453,94	143.089,13	152.801,37	152.801,37	155.402,98	164.299,40	164.299,40	164.299,40	164.299,40	292.795,31	2.008.617,11
PB	CAMALAU	2503902	54.777,23	60.254,96	65.732,69	71.210,40	79.084,33	84.452,21	84.452,21	85.890,10	94.349,22	94.349,22	94.349,22	94.349,22	168.138,22	1.131.389,23
PB	CAMPINA GRANDE	2504009	766.229,95	842.852,94	919.475,93	996.098,93	1.099.269,09	1.173.882,42	1.173.882,42	1.193.869,04	1.522.572,02	1.522.572,02	1.522.572,02	1.522.572,02	2.713.350,57	16.969.199,37
PB	CAPIM	2504033	51.862,95	57.049,24	62.235,54	67.421,83	74.781,42	79.857,24	79.857,24	81.216,90	90.632,25	90.632,25	90.632,25	90.632,25	161.514,25	1.078.325,61
PB	CARAUBAS	2504074	29.967,28	32.964,00	35.960,73	38.957,46	43.249,66	46.185,25	46.185,25	46.971,61	51.826,66	51.826,66	51.826,66	51.826,66	92.359,49	620.107,37
PB	CARRAPATEIRA	2504108	14.544,51	15.998,96	17.453,41	18.907,87	20.869,79	22.286,33	22.286,33	22.665,78	26.809,64	26.809,64	26.809,64	26.809,64	47.777,02	310.028,56
PB	CASSERENGUE	2504157	69.185,85	76.104,43	83.023,02	89.941,60	99.932,73	106.715,70	106.715,70	108.532,65	118.538,17	118.538,17	118.538,17	118.538,17	211.244,93	1.425.549,29
PB	CATINGUEIRA	2504207	54.143,59	59.557,95	64.972,30	70.386,66	78.280,08	83.593,37	83.593,37	85.016,64	91.748,06	91.748,06	91.748,06	91.748,06	163.502,77	1.110.038,97
PB	CATOLE DO ROCHA	2504306	237.471,08	261.218,18	284.965,29	308.712,40	343.537,55	366.855,29	366.855,29	373.101,40	399.603,87	399.603,87	399.603,87	399.603,87	712.127,47	4.853.259,43
PB	CATURITE	2504355	115.450,93	126.996,02	138.541,12	150.086,21	167.235,96	178.587,17	178.587,17	181.627,81	191.286,60	191.286,60	191.286,60	191.286,60	340.888,73	2.343.147,52
PB	CONCEICAO	2504405	142.566,00	156.822,59	171.079,20	185.335,80	206.051,27	220.037,09	220.037,09	223.783,46	242.521,67	242.521,67	242.521,67	242.521,67	432.193,87	2.927.993,05
PB	CONDADO	2504504	49.437,49	54.381,23	59.324,99	64.268,74	71.413,25	76.260,46	76.260,46	77.558,88	84.630,94	84.630,94	84.630,94	84.630,94	150.819,45	1.018.248,71
PB	CONDE	2504603	336.886,85	370.575,53	404.264,22	437.952,90	486.833,28	519.877,28	519.877,28	528.728,76	574.050,82	574.050,82	574.050,82	574.050,82	1.023.006,53	6.924.205,91
PB	CONGO	2504702	77.952,15	85.747,38	93.542,59	101.337,80	112.840,18	120.499,25	120.499,25	122.550,88	130.208,68	130.208,68	130.208,68	130.208,68	232.042,80	1.587.847,00
PB	COREMAS	2504801	13.315,20	14.646,73	15.978,25	17.309,77	18.676,23	19.943,89	19.943,89	20.283,45	30.409,42	30.409,42	30.409,42	30.409,42	54.192,18	315.927,27
PB	CRUZ DO ESPIRITO SANTO	2504900	204.309,02	224.739,92	245.170,83	265.601,73	295.545,08	315.605,32	315.605,32	320.978,84	344.054,19	344.054,19	344.054,19	344.054,19	613.133,31	4.176.906,13
PB	CUBATI	2505006	88.889,98	97.778,97	106.667,97	115.556,97	128.535,64	137.260,05	137.260,05	139.597,05	150.358,12	150.358,12	150.358,12	150.358,12	267.950,78	1.820.929,94
PB	CUITE	2505105	197.938,43	217.732,27	237.526,11	257.319,96	286.473,80	305.918,32	305.918,32	311.126,91	331.358,02	331.358,02	331.358,02	331.358,02	590.507,67	4.035.893,87
PB	CUITE DE MAMANGUAPE	2505238	63.233,22	69.556,55	75.879,87	82.203,19	91.164,22	97.352,02	97.352,02	99.009,55	110.666,90	110.666,90	110.666,90	110.666,90	197.217,69	1.315.635,93
PB	CUITEGI	2505204	115.367,40	126.904,15	138.440,89	149.977,63	166.953,25	178.285,27	178.285,27	181.320,76	193.356,22	193.356,22	193.356,22	193.356,22	344.577,00	2.353.536,50
PB	CURRAL DE CIMA	2505279	41.655,86	45.821,44	49.987,03	54.152,62	60.076,62	64.154,35	64.154,35	65.246,64	72.619,63	72.619,63	72.619,63	72.619,63	129.414,26	865.141,69
PB	CURRAL VELHO	2505303	239,19	263,11	287,03	310,95	167,18	178,52	178,52	181,56	2.844,18	2.844,18	2.844,18	2.844,18	5.068,59	18.251,37
PB	DAMIAO	2505352	26.623,82	29.286,20	31.948,58	34.610,96	38.250,10	40.846,35	40.846,35	41.541,80	48.422,33	48.422,33	48.422,33	48.422,33	86.292,66	563.936,14
PB	DESTERRO	2505402	90.080,57	99.088,63	108.096,69	117.104,74	130.348,41	139.195,86	139.195,86	141.565,82	151.127,55	151.127,55	151.127,55	151.127,55	269.321,98	1.838.508,76
PB	DIAMANTE	2505600	15.634,54	17.198,00	18.761,44	20.324,90	22.440,19	23.963,32	23.963,32	24.371,33	28.732,55	28.732,55	28.732,55	28.732,55	51.203,81	332.791,05

PB	DONA INES	2505709	119.089,40	130.998,34	142.907,29	154.816,22	172.143,34	183.827,64	183.827,64	186.957,50	202.272,48	202.272,48	202.272,48	202.272,48	360.466,52	2.444.123,81
PB	DUAS ESTRADAS	2505808	33.880,43	37.268,46	40.656,51	44.044,55	48.916,82	52.237,07	52.237,07	53.126,46	58.326,85	58.326,85	58.326,85	58.326,85	103.943,36	699.618,13
PB	ESPERANCA	2506004	504.232,42	554.655,65	605.078,90	655.502,14	730.070,68	779.624,52	779.624,52	792.898,47	839.992,63	839.992,63	839.992,63	839.992,63	1.496.937,04	10.258.594,86
PB	FAGUNDES	2506103	104.531,18	114.984,29	125.437,42	135.890,53	151.121,31	161.378,73	161.378,73	164.126,37	177.247,38	177.247,38	177.247,38	177.247,38	315.869,70	2.143.707,78
PB	GADO BRAVO	2506251	146.791,35	161.470,49	176.149,62	190.828,75	212.412,16	226.829,73	226.829,73	230.691,75	246.242,17	246.242,17	246.242,17	246.242,17	438.824,12	2.995.796,38
PB	GUARABIRA	2506301	479.989,17	527.988,10	575.987,01	623.985,93	694.687,87	741.840,09	741.840,09	754.470,72	803.447,80	803.447,80	803.447,80	803.447,80	1.431.811,09	9.786.391,27
PB	GURINHEM	2506400	258.099,32	283.909,26	309.719,19	335.529,12	373.827,64	399.201,34	399.201,34	405.998,18	428.196,38	428.196,38	428.196,38	428.196,38	763.081,70	5.241.352,61
PB	GURJAO	2506509	35.989,89	39.588,87	43.187,87	46.786,85	51.992,75	55.521,78	55.521,78	56.467,10	61.545,15	61.545,15	61.545,15	61.545,15	109.678,62	740.916,11
PB	IBIARA	2506608	18.160,97	19.977,06	21.793,17	23.609,26	26.086,01	27.856,60	27.856,60	28.330,89	33.107,31	33.107,31	33.107,31	33.107,31	59.000,05	385.099,85
PB	IGARACY	2502607	12.724,30	13.996,73	15.269,16	16.541,59	18.158,62	19.391,14	19.391,14	19.721,30	24.811,11	24.811,11	24.811,11	24.811,11	44.215,50	278.653,92
PB	IMACULADA	2506707	70.181,61	77.199,77	84.217,93	91.236,09	101.249,35	108.121,69	108.121,69	109.962,58	121.905,33	121.905,33	121.905,33	121.905,33	217.245,53	1.455.157,56
PB	INGA	2506806	322.100,10	354.310,10	386.520,12	418.730,13	466.673,65	498.349,31	498.349,31	506.834,25	532.353,53	532.353,53	532.353,53	532.353,53	948.698,47	6.529.979,56
PB	ITABAIANA	2506905	238.541,54	262.395,70	286.249,84	310.104,01	345.606,50	369.064,68	369.064,68	375.348,41	394.300,82	394.300,82	394.300,82	394.300,82	702.676,99	4.836.255,63
PB	ITAPORANGA	2507002	107.089,49	117.798,44	128.507,40	139.216,34	154.762,73	165.267,31	165.267,31	168.081,17	182.365,57	182.365,57	182.365,57	182.365,57	324.990,74	2.200.443,21
PB	ITAPOROROCA	2507101	384.270,29	422.697,31	461.124,35	499.551,38	556.700,27	594.486,53	594.486,53	604.608,30	635.767,36	635.767,36	635.767,36	635.767,36	1.132.990,55	7.793.984,95
PB	ITATUBA	2507200	145.606,93	160.167,63	174.728,32	189.289,01	210.763,91	225.069,60	225.069,60	228.901,65	243.359,15	243.359,15	243.359,15	243.359,15	433.686,30	2.966.719,55
PB	JACARAU	2507309	222.691,59	244.960,75	267.229,91	289.499,07	322.124,74	343.989,08	343.989,08	349.845,87	375.171,54	375.171,54	375.171,54	375.171,54	668.587,02	4.553.603,27
PB	JERICO	2507408	174.297,99	191.727,78	209.157,59	226.587,38	252.598,15	269.743,35	269.743,35	274.336,02	287.156,45	287.156,45	287.156,45	287.156,45	511.736,76	3.528.554,17
PB	JOCA CLAUDINO	2513653	52.315,54	57.547,10	62.778,64	68.010,21	75.610,38	80.742,47	80.742,47	82.117,19	89.015,37	89.015,37	89.015,37	89.015,37	158.632,86	1.074.558,34
PB	JUAREZ TAVORA	2507606	91.559,90	100.715,88	109.871,88	119.027,87	132.454,99	141.445,43	141.445,43	143.853,69	154.074,05	154.074,05	154.074,05	154.074,05	274.572,86	1.871.244,13
PB	JUAZEIRINHO	2507705	171.045,73	188.150,31	205.254,88	222.359,45	247.185,58	263.963,40	263.963,40	268.457,67	291.345,61	291.345,61	291.345,61	291.345,61	519.202,22	3.514.965,08
PB	JUNCO DO SERIDO	2507804	77.557,75	85.313,52	93.069,29	100.825,07	112.265,29	119.885,35	119.885,35	121.926,52	129.603,83	129.603,83	129.603,83	129.603,83	230.964,87	1.580.108,33
PB	JURIPIRANGA	2507903	185.875,69	204.463,26	223.050,83	241.638,40	269.133,90	287.401,47	287.401,47	292.294,79	309.548,69	309.548,69	309.548,69	309.548,69	551.641,64	3.781.096,21
PB	JURU	2508000	86.452,76	95.098,04	103.743,32	112.388,59	124.925,07	133.404,41	133.404,41	135.675,76	147.414,35	147.414,35	147.414,35	147.414,35	262.704,72	1.777.454,48
PB	LAGOA	2508109	72.993,58	80.292,94	87.592,30	94.891,66	105.584,81	112.751,42	112.751,42	114.671,13	122.984,84	122.984,84	122.984,84	122.984,84	219.169,29	1.492.637,91
PB	LAGOA DE DENTRO	2508208	130.099,89	143.109,88	156.119,87	169.129,85	188.190,91	200.964,44	200.964,44	204.386,08	219.172,38	219.172,38	219.172,38	219.172,38	390.583,51	2.660.238,39
PB	LAGOA SECA	2508307	288.830,19	317.713,21	346.596,23	375.479,25	417.751,53	446.106,59	446.106,59	453.702,03	487.184,39	487.184,39	487.184,39	487.184,39	868.203,30	5.909.226,48
PB	LASTRO	2508406	3.023,53	3.325,88	3.628,24	3.930,59	4.144,10	4.425,39	4.425,39	4.500,73	8.226,28	8.226,28	8.226,28	8.226,28	14.659,92	78.968,89
PB	LIVRAMENTO	2508505	75.893,00	83.482,29	91.071,60	98.660,89	109.669,06	117.112,89	117.112,89	119.106,87	129.368,08	129.368,08	129.368,08	129.368,08	230.544,74	1.560.126,55
PB	LOGRADOURO	2508554	55.371,69	60.908,85	66.446,03	71.983,19	80.074,46	85.509,55	85.509,55	86.965,44	93.572,24	93.572,24	93.572,24	93.572,24	166.753,61	1.133.811,33
PB	LUCENA	2508604	169.592,85	186.552,13	203.511,42	220.470,70	245.196,22	261.839,01	261.839,01	266.297,10	287.365,54	287.365,54	287.365,54	287.365,54	512.109,37	3.476.869,97
PB	MAE DAGUA	2508703	28.559,26	31.415,19	34.271,12	37.127,04	41.213,84	44.011,25	44.011,25	44.760,59	49.442,60	49.442,60	49.442,60	49.442,60	88.110,90	591.250,84
PB	MALTA	2508802	65.579,69	72.137,66	78.695,62	85.253,60	94.852,92	101.291,10	101.291,10	103.015,69	110.598,92	110.598,92	110.598,92	110.598,92	197.096,53	1.341.609,59
PB	MAMANGUAPE	2508901	245.378,58	269.916,44	294.454,30	318.992,16	354.354,79	378.406,77	378.406,77	384.849,55	427.285,60	427.285,60	427.285,60	427.285,60	761.458,62	5.095.360,38
PB	MANAIRA	2509008	71.418,49	78.560,33	85.702,19	92.844,04	103.015,40	110.007,61	110.007,61	111.880,61	124.304,52	124.304,52	124.304,52	124.304,52	221.521,08	1.482.175,44
PB	MARCACAO	2509057	-	-	-	-	303.527,12	324.129,15	324.129,15	329.647,80	346.333,37	346.333,37	346.333,37	346.333,37	617.194,96	3.283.961,66
PB	MARIZOPOLIS	2509156	146.621,56	161.283,71	175.945,87	190.608,03	212.340,82	226.753,54	226.753,54	230.614,26	243.576,99	243.576,99	243.576,99	243.576,99	434.074,55	2.979.303,84
PB	MASSARANDUBA	2509206	153.824,63	169.207,09	184.589,57	199.972,02	222.572,81	237.680,03	237.680,03	241.726,79	258.269,21	258.269,21	258.269,21	258.269,21	460.257,29	3.140.587,10
PB	MATARACA	2509305	197.966,63	217.763,29	237.559,95	257.356,61	286.693,19	306.152,61	306.152,61	311.365,18	328.967,13	328.967,13	328.967,13	328.967,13	586.246,90	4.023.125,49
PB	MATINHAS	2509339	73.890,38	81.279,42	88.668,46	96.057,50	106.946,21	114.205,22	114.205,22	116.149,69	123.619,57	123.619,57	123.619,57	123.619,57	220.300,46	1.506.180,84
PB	MATO GROSSO	2509370	-	-	-	-	6.235,58	6.658,82	6.658,82	6.772,19	9.911,43	9.911,43	9.911,43	9.911,43	17.663,02	83.634,15
PB	MATUREIA	2509396	-	-	-	-	100.087,53	106.881,01	106.881,01	108.700,77	118.134,86	118.134,86	118.134,86	118.134,86	210.526,20	1.105.615,96
PB	MOGEIRO	2509404	240.530,18	264.583,20	288.636,22	312.689,24	348.349,05	371.993,38	371.993,38	378.326,97	399.481,08	399.481,08	399.481,08	399.481,08	711.908,64	4.886.934,58
PB	MONTADAS	2509503	37.991,36	41.790,49	45.589,62	49.388,76	54.763,96	58.481,09	58.481,09	59.476,79	66.608,91	66.608,91	66.608,91	66.608,91	118.702,65	791.101,45
PB	MONTE HOREBE	2509602	135.072,95	148.580,24	162.087,55	175.594,83	195.500,98	208.770,68	208.770,68	212.325,23	225.959,94	225.959,94	225.959,94	225.959,94	402.679,56	2.753.222,46
PB	MONTEIRO	2509701	357.260,26	392.986,30	428.712,32	464.438,35	516.935,10	552.022,28	552.022,28	561.421,05	599.752,01	599.752,01	599.752,01	599.752,01	1.068.808,17	7.293.614,15
PB	MULUNGU	2509800	183.169,71	201.486,68	219.803,65	238.120,63	265.471,55	283.490,54	283.490,54	288.317,27	301.551,16	301.551,16	301.551,16	301.551,16	537.389,32	3.706.944,53
PB	NATUBA	2509909	133.737,83	147.111,62	160.485,40	173.859,18	193.442,83	206.572,84	206.572,84	210.089,96	225.443,06	225.443,06	225.443,06	225.443,06	401.758,42	2.735.403,16
PB	NAZAREZINHO	2510006	79.997,96	87.997,77	95.997,55	103.997,35	115.727,38	123.582,43	123.582,43	125.686,55	134.639,18	134.639,18	134.639,18	134.639,18	239.938,29	1.635.064,43
PB	NOVA FLORESTA	2510105	154.861,76	170.347,93	185.834,11	201.320,28	224.369,08	239.598,22	239.598,22	243.677,64	255.974,45	255.974,45	255.974,45	255.974,45	456.167,82	3.139.672,86
PB	NOVA OLINDA	2510204	120.795,95	132.875,56	144.955,15	157.034,74	174.953,67	186.828,72	186.828,72	190.009,68	200.481,26	200.481,26	200.481,26	200.481,26	357.274,42	2.453.481,65
PB	NOVA PALMEIRA	2510303	56.196,91	61.816,60	67.436,29	73.055,98	81.313,29	86.832,46	86.832,46	88.310,88	94.346,26	94.346,26	94.346,26	94.346,26	168.132,98	1.147.312,89
PB	OLHO DAGUA	2510402	72.699,52	79.969,47	87.239,43	94.509,37	105.167,76	112.306,07	112.306,07	114.218,20	122.375,78	122.375,78	122.375,78	122.375,78	218.083,90	1.486.002,91
PB	OLIVEDOS	2510501	-	-	-	-	-	-	-	-	1.429,43	1.429,43	1.429,43	1.429,43	2.547,37	8.265,09
PB	OURO VELHO	2510600	26.150,49	28.765,53	31.380,59	33.995,63	37.758,25	40.321,11	40.321,11	41.007,62	44.992,34	44.992,34	44.992,34	44.992,34	80.180,16	539.849,85
PB	PASSAGEM	2510709	10.111,26	11.122,38	12.133,51	13.144,63	14.487,32	15.470,65	15.470,65	15.734,06	18.927,76	18.927,76	18.927,76	18.927,76	33.730,87	217.116,37
PB	PATOS	2510808	463.129,70	509.442,67	555.755,64	602.068,61	668.637,74	714.021,80	714.021,80	726.178,79	797.745,85	797.745,85	797.745,85	797.745,85	1.421.649,75	9.565.889,90
PB	PAULISTA	2510907	230.699,38	253.769,31	276.839,25	299.909,19	334.053,33	356.727,34	356.727,34	362.801,00	383.948,27	383.948,27	383.948,27	383.948,27	684.227,90	4.691.547,12
PB	PEDRA BRANCA	2511004	36.861,57	40.547,73	44.233,88	47.920,05	53.255,06	56.869,77	56.869,77	57.838,04	62.994,36	62.994,36	62.994,36	62.994,36	112.261,24	758.634,55
PB	PEDRA LAVRADA	2511103	117.004,76	128.705,23	140.405,71	152.106,18	169.337,21	180.831,04	180.831,04	183.909,89	195.902,61	195.902,61	195.902,61	195.902,61	349.114,85	2.385.856,35
PB	PEDRAS DE FOGO	2511202	477.717,77	525.489,55	573.261,32	621.033,11	691.340,69	738.265,72	738.265,72	750.835,49	800.461,78	800.461,78	800.461,78	800.461,78	1.426.489,79	9.744.546,28
PB	PEDRO REGIS	2512721	94.491,54	103.940,70	113.389,85	122.839,01	136.824,92	146.111,97	146.111,97	148.599,68	157.247,86	157.247,86	157.247,86	157.247,86	280.228,86	1.921.529,94
PB	PIANCO	2511301	37.890,94	41.680,04	45.469,13	49.258,23	54.419,21	58.112,94	58.112,94	59.102,38	69.163,42	69.163,42	69.163,42	69.163,42	123.255,05	803.954,54
PB	PICUI	2511400	199.107,63	219.018,39	238.929,15	258.839,92	287.835,45	307.372,39	307.372,39	312.605,74	337.827,73	337.827,73	337.827,73	337.827,73	602.037,23	4.084.429,21
PB	PILAR	2511509	-	-	-	-	381.048,76	406.912,60	406.912,60	413.840,73	432.522,61	432.522,61	432.522,61	432.522,61	770.791,43	4.109.596,56
PB	PILOES	2511608	72.616,92	79.878,61	87.140,30	94.402,00	104.912,31	112.033,28	112.033,28	113.940,77	124.092,97	124.092,97	124.092,97	124.092,97	221.144,07	1.494.473,42
PB	PILOEZINHOS	2511707	51.323,50	56.455,85	61.588,20	66.720,56	74.148,39	79.181,24	79.181,24	80.529,38	87.712,74	87.712,74	87.712,74	87.712,74	156.311,49	1.056.290,81
PB	PIRPIRITUBA	2511806	101.408,68	111.549,55	121.690,43	131.831,29	146.750,33	156.711,07	156.711,07	159.379,25	169.997,25	169.997,25	169.997,25	169.997,25	302.949,32	2.068.969,99
PB	PITIMBU	2511905	308.135,37	338.948,90	369.762,45	400.575,98	446.104,69	476.384,22	476.384,22	484.495,18	513.863,45	513.863,45	513.863,45	513.863,45	915.747,61	6.271.992,42
PB	POCINHOS	2512002	119.028,93	130.931,83	142.834,72	154.737,62	171.632,13	183.281,73	183.281,73	186.402,30	207.955,82	207.955,82	207.955,82	207.955,82	370.594,67	2.474.548,94
PB	POCO DANTAS	2512036	165.289,13	181.818,05	198.346,97	214.875,87	239.524,70	255.782,54	255.782,54	260.137,51	272.553,75	272.553,75	272.553,75	272.553,75	485.713,55	3.347.485,86
PB	POCO DE JOSE DE MOURA	2512077	153.695,60	169.065,15	184.434,71	199.804,27	222.636,21	237.747,73	237.747,73	241.795,64	254.637,99	254.637,99	254.637,99	254.637,99	453.786,15	3.119.265,15
PB	POMBAL	2512101	494.707,10	544.177,82	593.648,52	643.119,24	716.562,15	765.199,10	765.199,10	778.227,44	820.260,48	820.260,48	820.260,48	820.260,48	1.461.772,74	10.043.655,13
PB	PRINCESA ISABEL	2512309	339.439,75	373.383,73	407.327,70	441.271,67	491.853,13	525.237,86	525.237,86	534.180,60	560.233,84	560.233,84	560.233,84	560.233,84	998.383,52	6.877.251,18
PB	PUXINANA	2512408	343.414,38	377.755,82	412.097,25	446.438,70	497.690,11	531.471,03	531.471,03	540.519,90	565.733,24	565.733,24	565.733,24	565.733,24	1.008.183,87	6.951.975,05
PB	QUEIMADAS	2512507	713.451,51	784.796,67	856.141,81	927.486,96	1.032.969,39	1.103.082,60	1.103.082,60	1.121.863,77	1.188.889,52	1.188.889,52	1.188.889,52	1.188.889,52	2.118.700,47	14.517.133,86
PB	QUIXABA	2512606	15.057,07	16.562,78	18.068,48	19.574,19	21.687,54	23.159,59	23.159,59	23.553,91	26.631,09	26.631,09	26.631,09	26.631,09	47.458,87	314.806,38
PB	REMIGIO	2512705	196.578,24	216.236,07	235.893,89	255.551,72	284.312,95	303.610,81	303.610,81	308.780,11	331.705,97	331.705,97	331.705,97	331.705,97	591.127,76	4.022.526,24
PB	RIACHAO	2512747	15.287,66	16.816,43	18.345,19	19.873,95	21.911,68	23.398,95	23.398,95	23.797,34	28.513,19	28.513,19	28.513,19	28.513,19	50.812,92	327.695,83
PB	RIACHAO DO BACAMARTE	2512754	153.877,27	169.264,99	184.652,73	200.040,45	222.984,52	238.119,69	238.119,69	242.173,93	253.776,51	253.776,51	253.776,51	253.776,51	452.250,91	3.116.590,22
PB	RIACHAO DO POCO	2512762	79.148,45	87.063,29	94.978,15	102.892,98	114.512,07	122.284,62	122.284,62	124.366,65	133.023,52	133.023,52	133.023,52	133.023,52	237.059,06	1.616.683,97
PB	RIACHO DE SANTO ANTONIO	2512788	30.760,30	33.836,33	36.912,36	39.988,40	44.464,96	47.483,03	47.483,03	48.291,48	52.231,89	52.231,89	52.231,89	52.231,89	93.081,60	631.229,05
PB	RIACHO DOS CAVALOS	2512804	238.145,61	261.960,16	285.774,73	309.589,28	345.106,71	368.530,96	368.530,96	374.805,60	392.638,11	392.638,11	392.638,11	392.638,11	699.713,90	4.822.710,35
PB	RIO TINTO	2512903	125.910,32	138.501,35	151.092,39	163.683,42	181.547,19	193.869,78	193.869,78	197.170,62	220.080,19	220.080,19	220.080,19	220.080,19	392.201,32	2.618.166,93
PB	SALGADINHO	2513000	16.099,02	17.708,93	19.318,82	20.928,73	23.113,55	24.682,39	24.682,39	25.102,63	29.494,74	29.494,74	29.494,74	29.494,74	52.562,15	342.177,57
PB	SALGADO DE SAO FELIX	2513109	266.516,15	293.167,77	319.819,39	346.471,00	386.134,88	412.343,94	412.343,94	419.364,54	440.570,90	440.570,90	440.570,90	440.570,90	785.134,16	5.403.579,37
PB	SANTA CECILIA	2513158	100.402,26	110.442,49	120.482,71	130.522,94	145.261,18	155.120,85	155.120,85	157.761,95	168.757,03	168.757,03	168.757,03	168.757,03	300.739,15	2.050.882,50
PB	SANTA CRUZ	2513208	26.827,18	29.509,89	32.192,61	34.875,33	38.670,36	41.295,13	41.295,13	41.998,22	47.043,41	47.043,41	47.043,41	47.043,41	83.835,34	558.672,83
PB	SANTA HELENA	2513307	62.920,06	69.212,06	75.504,08	81.796,07	90.923,08	97.094,52	97.094,52	98.747,66	107.246,83	107.246,83	107.246,83	107.246,83	191.122,87	1.293.402,24
PB	SANTA RITA	2513703	269.844,83	296.829,31	323.813,79	350.798,28	386.683,04	412.929,31	412.929,31	419.959,87	504.431,49	504.431,49	504.431,49	504.431,49	898.939,06	5.790.452,76
PB	SANTA TERESINHA	2513802	83.992,98	92.392,27	100.791,57	109.190,88	121.661,32	129.919,13	129.919,13	132.131,14	139.251,80	139.251,80	139.251,80	139.251,80	248.158,40	1.705.164,02
PB	SANTANA DE MANGUEIRA	2513505	21.325,34	23.457,87	25.590,41	27.722,94	30.673,95	32.755,96	32.755,96	33.313,66	38.292,78	38.292,78	38.292,78	38.292,78	68.240,95	449.008,16
PB	SANTANA DOS GARROTES	2513604	79.970,41	87.967,44	95.964,49	103.961,53	115.632,82	123.481,45	123.481,45	125.583,85	135.339,56	135.339,56	135.339,56	135.339,56	241.186,45	1.638.588,13
PB	SAO BENTINHO	2513927	52.827,18	58.109,91	63.392,62	68.675,34	76.380,43	81.564,78	81.564,78	82.953,51	89.468,43	89.468,43	89.468,43	89.468,43	159.440,26	1.082.782,53
PB	SAO BENTO	2513901	625.265,55	687.792,09	750.318,65	812.845,20	904.988,02	966.414,45	966.414,45	982.868,69	1.046.053,25	1.046.053,25	1.046.053,25	1.046.053,25	1.864.154,28	12.745.274,38
PB	SAO DOMINGOS	2513968	3.502,36	3.852,61	4.202,84	4.553,07	4.872,63	5.203,37	5.203,37	5.291,96	8.543,02	8.543,02	8.543,02	8.543,02	15.224,43	86.078,72

PB	SAO DOMINGOS DO CARIRI	2513943	10.069,07	11.075,99	12.082,88	13.089,80	14.430,76	15.410,25	15.410,25	15.672,63	18.795,88	18.795,88	18.795,88	18.795,88	33.495,85	215.921,00
PB	SAO FRANCISCO	2513984	1.815,43	1.996,97	2.178,51	2.360,05	2.390,09	2.552,31	2.552,31	2.595,77	6.279,59	6.279,59	6.279,59	6.279,59	11.190,81	54.750,61
PB	SAO JOAO DO CARIRI	2514008	88.872,88	97.760,18	106.647,46	115.534,75	128.702,86	137.438,62	137.438,62	139.778,66	147.708,82	147.708,82	147.708,82	147.708,82	263.229,52	1.806.238,83
PB	SAO JOAO DO RIO DO PEIXE	2500700	325.919,59	358.511,55	391.103,51	423.695,47	471.830,02	503.855,68	503.855,68	512.434,36	557.935,46	557.935,46	557.935,46	557.935,46	994.287,60	6.717.235,30
PB	SAO JOAO DO TIGRE	2514107	45.831,77	50.414,95	54.998,13	59.581,31	66.194,91	70.687,91	70.687,91	71.891,45	78.592,70	78.592,70	78.592,70	78.592,70	140.058,81	944.717,95
PB	SAO JOSE DA LAGOA TAPADA	2514206	122.717,00	134.988,70	147.260,39	159.532,10	177.705,48	189.767,31	189.767,31	192.998,30	204.086,14	204.086,14	204.086,14	204.086,14	363.698,57	2.494.779,72
PB	SAO JOSE DE CAIANA	2514305	53.315,86	58.647,45	63.979,03	69.310,62	77.052,32	82.282,27	82.282,27	83.683,22	90.769,36	90.769,36	90.769,36	90.769,36	161.758,59	1.095.389,07
PB	SAO JOSE DE ESPINHARAS	2514404	37.198,13	40.917,95	44.637,75	48.357,57	53.763,73	57.412,97	57.412,97	58.390,49	63.263,18	63.263,18	63.263,18	63.263,18	112.740,32	763.884,60
PB	SAO JOSE DE PIRANHAS	2514503	469.817,42	516.799,17	563.780,90	610.762,65	680.876,48	727.091,24	727.091,24	739.470,75	773.995,14	773.995,14	773.995,14	773.995,14	1.379.323,99	9.510.994,40
PB	SAO JOSE DO BONFIM	2514602	3.568,25	3.925,07	4.281,89	4.638,72	4.950,12	5.286,11	5.286,11	5.376,11	8.897,16	8.897,16	8.897,16	8.897,16	15.855,53	88.756,55
PB	SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	2514651	44.484,83	48.933,32	53.381,79	57.830,28	64.371,27	68.740,49	68.740,49	69.910,87	74.620,67	74.620,67	74.620,67	74.620,67	132.980,30	907.856,32
PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	2514800	11.900,67	13.090,73	14.280,80	15.470,87	17.121,76	18.283,91	18.283,91	18.595,21	21.313,68	21.313,68	21.313,68	21.313,68	37.982,81	250.265,39
PB	SAO JOSE DOS RAMOS	2514453	130.974,65	144.072,11	157.169,57	170.267,05	189.713,77	202.590,67	202.590,67	206.040,00	217.130,20	217.130,20	217.130,20	217.130,20	386.944,21	2.658.883,50
PB	SAO MAMEDE	2514909	42.741,65	47.015,82	51.289,98	55.564,15	61.586,28	65.766,47	65.766,47	66.886,22	75.280,95	75.280,95	75.280,95	75.280,95	134.157,00	891.897,84
PB	SAO MIGUEL DE TAIPU	2515005	135.308,32	148.839,15	162.369,98	175.900,81	195.997,06	209.300,43	209.300,43	212.864,00	224.231,85	224.231,85	224.231,85	224.231,85	399.599,94	2.746.407,52
PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	2515104	62.276,64	68.504,31	74.731,97	80.959,63	89.842,43	95.940,52	95.940,52	97.574,01	108.210,05	108.210,05	108.210,05	108.210,05	192.839,36	1.291.449,59
PB	SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO	2515203	15.779,85	17.357,83	18.935,81	20.513,80	22.653,85	24.191,49	24.191,49	24.603,38	28.929,82	28.929,82	28.929,82	28.929,82	51.555,36	335.502,14
PB	SAO VICENTE DO SERIDO	2515401	-	-	-	-	271.189,50	289.596,59	289.596,59	294.527,29	309.748,29	309.748,29	309.748,29	309.748,29	551.997,31	2.935.900,44
PB	SAPE	2515302	-	-	-	-	1.131.974,90	1.208.808,16	1.208.808,16	1.229.389,42	1.289.941,89	1.289.941,89	1.289.941,89	1.289.941,89	2.298.784,26	12.237.532,46
PB	SERRA BRANCA	2515500	39.737,96	43.711,74	47.685,54	51.659,34	57.199,72	61.082,17	61.082,17	62.122,16	70.789,78	70.789,78	70.789,78	70.789,78	126.153,34	833.593,26
PB	SERRA GRANDE	2515708	18.224,07	20.046,49	21.868,89	23.691,30	26.204,92	27.983,59	27.983,59	28.460,04	32.836,41	32.836,41	32.836,41	32.836,41	58.517,23	384.325,76
PB	SERRA REDONDA	2515807	25.623,96	28.186,36	30.748,75	33.311,15	36.913,18	39.418,67	39.418,67	40.089,82	45.244,69	45.244,69	45.244,69	45.244,69	80.629,84	535.319,16
PB	SERRARIA	2515906	26.417,10	29.058,81	31.700,51	34.342,23	38.106,36	40.692,85	40.692,85	41.385,69	45.954,16	45.954,16	45.954,16	45.954,16	81.894,21	548.107,25
PB	SERTAOZINHO	2515930	94.881,07	104.369,17	113.857,28	123.345,39	137.357,43	146.680,63	146.680,63	149.178,02	158.326,46	158.326,46	158.326,46	158.326,46	282.151,00	1.931.806,46
PB	SOBRADO	2515971	110.964,06	122.060,46	133.156,87	144.253,28	160.478,54	171.371,09	171.371,09	174.288,87	187.374,49	187.374,49	187.374,49	187.374,49	333.917,01	2.271.359,23
PB	SOLANEA	2516003	232.358,01	255.593,81	278.829,61	302.065,41	336.137,07	358.952,50	358.952,50	365.064,06	391.049,89	391.049,89	391.049,89	391.049,89	696.883,54	4.749.036,07
PB	SOLEDADE	2516102	163.735,95	180.109,55	196.483,15	212.856,74	236.834,58	252.909,82	252.909,82	257.215,88	275.991,17	275.991,17	275.991,17	275.991,17	491.839,28	3.348.859,45
PB	SOSSEGO	2516151	35.362,03	38.898,24	42.434,44	45.970,65	51.040,63	54.505,04	54.505,04	55.433,04	61.087,05	61.087,05	61.087,05	61.087,05	108.862,23	731.359,54
PB	SOUSA	2516201	231.718,16	254.889,97	278.061,79	301.233,61	334.463,68	357.165,54	357.165,54	363.246,67	400.181,82	400.181,82	400.181,82	400.181,82	713.157,45	4.791.829,69
PB	SUME	2516300	69.774,77	76.752,25	83.729,72	90.707,20	100.395,42	107.209,80	107.209,80	109.035,16	124.843,75	124.843,75	124.843,75	124.843,75	222.482,04	1.466.671,16
PB	TACIMA	2516409	148.484,28	163.332,69	178.181,13	193.029,55	215.019,39	229.613,91	229.613,91	233.523,34	246.931,64	246.931,64	246.931,64	246.931,64	440.052,82	3.018.577,58
PB	TAPEROA	2516508	181.147,29	199.262,02	217.376,75	235.491,49	262.272,95	280.074,83	280.074,83	284.843,41	301.873,38	301.873,38	301.873,38	301.873,38	537.963,58	3.686.000,67
PB	TAVARES	2516607	78.972,01	86.869,21	94.766,42	102.663,62	113.756,21	121.477,46	121.477,46	123.545,75	139.561,29	139.561,29	139.561,29	139.561,29	248.709,94	1.650.483,24
PB	TEIXEIRA	2516706	249.155,33	274.070,86	298.986,39	323.901,93	360.851,18	385.344,10	385.344,10	391.905,00	413.659,60	413.659,60	413.659,60	413.659,60	737.175,94	5.061.373,23
PB	TENORIO	2516755	23.247,77	25.572,53	27.897,32	30.222,09	33.505,92	35.780,14	35.780,14	36.389,34	40.832,88	40.832,88	40.832,88	40.832,88	72.767,61	484.494,38
PB	TRIUNFO	2516805	285.606,44	314.167,08	342.727,73	371.288,37	414.047,92	442.151,59	442.151,59	449.679,69	468.652,80	468.652,80	468.652,80	468.652,80	835.178,42	5.771.610,03
PB	UIRAUNA	2516904	364.819,17	401.301,08	437.783,01	474.264,91	528.832,67	564.727,40	564.727,40	574.342,49	599.331,23	599.331,23	599.331,23	599.331,23	1.068.058,34	7.376.181,39
PB	UMBUZEIRO	2517001	90.129,43	99.142,37	108.155,32	117.168,26	130.117,64	138.949,42	138.949,42	141.315,19	155.325,41	155.325,41	155.325,41	155.325,41	276.802,90	1.862.031,59
PB	VIEIROPOLIS	2517209	41.326,69	45.459,35	49.592,02	53.724,69	59.701,99	63.754,29	63.754,29	64.839,77	70.678,97	70.678,97	70.678,97	70.678,97	125.955,84	850.824,81
PB	ZABELE	2517407	9.651,26	10.616,40	11.581,51	12.546,65	13.802,03	14.738,85	14.738,85	14.989,80	18.424,58	18.424,58	18.424,58	18.424,58	32.834,19	209.197,86
PE	AFOGADOS DA INGAZEIRA	2600104	263.944,33	290.338,76	316.733,19	343.127,63	380.953,44	406.810,81	406.810,81	413.737,20	456.188,33	456.188,33	456.188,33	456.188,33	812.965,72	5.460.175,21
PE	AFRANIO	2600203	89.540,35	98.494,38	107.448,42	116.402,46	128.886,98	137.635,24	137.635,24	139.978,63	159.501,06	159.501,06	159.501,06	159.501,06	284.244,23	1.878.270,17
PE	AGRESTINA	2600302	110.950,75	122.045,82	133.140,89	144.235,96	159.677,50	170.515,67	170.515,67	173.418,89	198.025,48	198.025,48	198.025,48	198.025,48	352.897,97	2.329.501,04
PE	AGUAS BELAS	2600500	261.503,55	287.653,91	313.804,26	339.954,61	377.158,58	402.758,37	402.758,37	409.615,77	455.684,13	455.684,13	455.684,13	455.684,13	812.067,18	5.430.011,12
PE	ALAGOINHA	2600609	79.710,69	87.681,76	95.652,83	103.623,90	114.827,35	122.621,30	122.621,30	124.709,06	140.769,77	140.769,77	140.769,77	140.769,77	250.863,53	1.665.390,80
PE	ALIANCA	2600708	300.004,72	330.005,20	360.005,67	390.006,14	433.613,53	463.045,22	463.045,22	470.929,07	510.133,82	510.133,82	510.133,82	510.133,82	909.101,08	6.160.291,13
PE	ALTINHO	2600807	36.286,81	39.915,48	43.544,17	47.172,84	51.886,19	55.407,98	55.407,98	56.351,36	69.363,88	69.363,88	69.363,88	69.363,88	123.612,25	787.040,58
PE	AMARAJI	2600906	80.019,34	88.021,27	96.023,21	104.025,14	115.014,66	122.821,32	122.821,32	124.912,49	144.827,90	144.827,90	144.827,90	144.827,90	258.095,46	1.691.065,81
PE	ANGELIM	2601003	92.696,00	101.965,61	111.235,20	120.504,80	133.885,87	142.973,43	142.973,43	145.407,71	158.889,23	158.889,23	158.889,23	158.889,23	283.153,94	1.910.352,91
PE	ARACOIABA	2601052	234.433,89	257.877,28	281.320,67	304.764,07	339.080,40	362.095,62	362.095,62	368.260,69	395.358,73	395.358,73	395.358,73	395.358,73	704.562,29	4.795.925,45
PE	ARARIPINA	2601102	693.248,48	762.573,32	831.898,17	901.223,02	1.002.234,67	1.070.261,76	1.070.261,76	1.088.484,12	1.175.481,01	1.175.481,01	1.175.481,01	1.175.481,01	2.094.805,38	14.216.914,72
PE	ARCOVERDE	2601201	159.689,08	175.657,98	191.626,89	207.595,80	229.274,55	244.836,65	244.836,65	249.005,26	292.467,37	292.467,37	292.467,37	292.467,37	521.201,28	3.393.593,62
PE	BARRA DE GUABIRABA	2601300	46.655,84	51.321,42	55.987,00	60.652,59	67.034,13	71.584,09	71.584,09	72.802,89	84.797,54	84.797,54	84.797,54	84.797,54	151.116,32	987.928,53
PE	BARREIROS	2601409	400.892,02	440.981,21	481.070,42	521.159,62	579.688,04	619.034,60	619.034,60	629.574,33	678.182,67	678.182,67	678.182,67	678.182,67	1.208.578,17	8.212.743,69
PE	BELEM DE MARIA	2601508	95.999,44	105.599,39	115.199,33	124.799,28	138.618,08	148.026,84	148.026,84	150.547,15	165.085,89	165.085,89	165.085,89	165.085,89	294.196,88	1.981.356,79
PE	BELEM DO SAO FRANCISCO	2601607	62.903,07	69.193,37	75.483,67	81.773,99	90.386,93	96.521,98	96.521,98	98.165,37	114.202,37	114.202,37	114.202,37	114.202,37	203.518,21	1.331.278,05
PE	BELO JARDIM	2601706	86.239,32	94.863,25	103.487,19	112.111,11	121.747,43	130.011,09	130.011,09	132.224,67	186.222,62	186.222,62	186.222,62	186.222,62	331.864,30	1.987.449,93
PE	BETANIA	2601805	107.973,85	118.771,24	129.568,62	140.366,01	155.899,46	166.481,20	166.481,20	169.315,72	185.800,98	185.800,98	185.800,98	185.800,98	331.112,90	2.229.174,12
PE	BEZERROS	2601904	93.201,63	102.521,79	111.841,95	121.162,12	132.905,04	141.926,03	141.926,03	144.342,47	183.117,33	183.117,33	183.117,33	183.117,33	326.330,44	2.048.626,82
PE	BODOCO	2602001	275.922,02	303.514,21	331.106,42	358.698,61	398.653,40	425.712,16	425.712,16	432.960,37	471.258,93	471.258,93	471.258,93	471.258,93	839.822,77	5.677.137,84
PE	BOM CONSELHO	2602100	61.485,61	67.634,17	73.782,72	79.931,29	86.551,02	92.425,70	92.425,70	93.999,35	136.191,86	136.191,86	136.191,86	136.191,86	242.705,28	1.435.708,28
PE	BOM JARDIM	2602209	267.300,04	294.030,04	320.760,04	347.490,04	386.000,27	412.200,19	412.200,19	419.218,34	459.209,86	459.209,86	459.209,86	459.209,86	818.350,31	5.514.388,90
PE	BONITO	2602308	161.162,98	177.279,27	193.395,57	209.511,86	231.751,42	247.481,65	247.481,65	251.695,29	290.242,02	290.242,02	290.242,02	290.242,02	517.235,54	3.397.963,31
PE	BREJAO	2602407	113.587,83	124.946,61	136.305,39	147.664,18	164.134,04	175.274,70	175.274,70	178.258,94	193.703,49	193.703,49	193.703,49	193.703,49	345.195,86	2.335.456,21
PE	BREJINHO	2602506	33.185,71	36.504,28	39.822,86	43.141,42	47.642,84	50.876,61	50.876,61	51.742,84	60.830,09	60.830,09	60.830,09	60.830,09	108.404,35	705.517,88
PE	BREJO DA MADRE DE DEUS	2602605	411.571,81	452.729,00	493.886,17	535.043,36	594.632,22	634.993,12	634.993,12	645.804,56	703.058,94	703.058,94	703.058,94	703.058,94	1.252.909,77	8.468.798,89
PE	BUENOS AIRES	2602704	165.118,32	181.630,14	198.141,98	214.653,81	238.959,89	255.179,39	255.179,39	259.524,09	276.603,66	276.603,66	276.603,66	276.603,66	492.930,83	3.367.732,48
PE	BUIQUE	2602803	355.337,50	390.871,25	426.405,00	461.938,75	512.787,06	547.592,69	547.592,69	556.916,05	615.172,29	615.172,29	615.172,29	615.172,29	1.096.288,39	7.356.418,54
PE	CABROBO	2603009	172.986,12	190.284,74	207.583,36	224.881,96	249.449,67	266.381,17	266.381,17	270.916,59	302.612,11	302.612,11	302.612,11	302.612,11	539.280,04	3.598.593,26
PE	CACHOEIRINHA	2603108	97.204,17	106.924,59	116.645,00	126.365,42	140.328,48	149.853,33	149.853,33	152.404,75	167.555,74	167.555,74	167.555,74	167.555,74	298.598,34	2.008.400,37
PE	CAETES	2603207	241.764,06	265.940,47	290.116,87	314.293,28	349.280,23	372.987,77	372.987,77	379.338,29	413.214,08	413.214,08	413.214,08	413.214,08	736.382,03	4.975.947,09
PE	CALCADO	2603306	45.492,10	50.041,30	54.590,52	59.139,73	65.357,97	69.794,16	69.794,16	70.982,49	82.738,78	82.738,78	82.738,78	82.738,78	147.447,44	963.594,99
PE	CALUMBI	2603405	-	-	-	-	118.112,47	126.129,40	126.129,40	128.276,89	137.218,93	137.218,93	137.218,93	137.218,93	244.535,64	1.292.059,52
PE	CAMARAGIBE	2603454	234.964,19	258.460,60	281.957,02	305.453,44	337.347,51	360.245,11	360.245,11	366.378,67	430.383,07	430.383,07	430.383,07	430.383,07	766.978,60	4.993.562,53
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	2603504	41.214,47	45.335,91	49.457,36	53.578,80	58.934,14	62.934,32	62.934,32	64.005,84	78.756,98	78.756,98	78.756,98	78.756,98	140.351,54	893.774,62
PE	CAMUTANGA	2603603	1.373,55	1.510,90	1.648,26	1.785,61	1.525,53	1.629,08	1.629,08	1.656,82	8.612,07	8.612,07	8.612,07	8.612,07	15.347,47	62.554,58
PE	CANHOTINHO	2603702	244.349,46	268.784,40	293.219,34	317.654,29	353.273,92	377.252,53	377.252,53	383.675,66	414.103,33	414.103,33	414.103,33	414.103,33	737.966,70	5.009.842,15

PE	CAPOEIRAS	2603801	108.663,80	119.530,18	130.396,57	141.262,94	156.651,88	167.284,69	167.284,69	170.132,89	190.316,38	190.316,38	190.316,38	190.316,38	339.159,75	2.261.632,91
PE	CARNAIBA	2603900	119.246,45	131.171,10	143.095,74	155.020,38	171.747,37	183.404,79	183.404,79	186.527,45	211.044,63	211.044,63	211.044,63	211.044,63	376.099,19	2.493.895,78
PE	CARNAUBEIRA DA PENHA	2603926	84.870,35	93.357,38	101.844,41	110.331,45	122.616,21	130.938,84	130.938,84	133.168,21	145.019,84	145.019,84	145.019,84	145.019,84	258.437,53	1.746.582,58
PE	CARPINA	2604007	235.829,20	259.412,13	282.995,05	306.577,97	339.440,82	362.480,51	362.480,51	368.652,13	420.344,16	420.344,16	420.344,16	420.344,16	749.088,43	4.948.333,39
PE	CARUARU	2604106	1.836.316,60	2.019.948,26	2.203.579,92	2.387.211,58	2.649.458,27	2.829.291,32	2.829.291,32	2.877.463,05	3.186.297,58	3.186.297,58	3.186.297,58	3.186.297,58	5.678.248,60	38.055.999,24
PE	CASINHAS	2604155	110.369,54	121.406,49	132.443,44	143.480,40	159.299,81	170.112,35	170.112,35	173.008,70	190.724,72	190.724,72	190.724,72	190.724,72	339.887,45	2.283.019,41
PE	CATENDE	2604205	145.856,35	160.441,98	175.027,61	189.613,26	210.170,37	224.435,77	224.435,77	228.257,03	256.808,32	256.808,32	256.808,32	256.808,32	457.653,86	3.043.125,28
PE	CEDRO	2604304	81.163,95	89.280,34	97.396,75	105.513,13	117.185,61	125.139,63	125.139,63	127.270,27	139.721,52	139.721,52	139.721,52	139.721,52	248.995,44	1.675.970,83
PE	CHA DE ALEGRIA	2604403	53.451,09	58.796,20	64.141,31	69.486,42	76.792,44	82.004,76	82.004,76	83.400,98	97.215,80	97.215,80	97.215,80	97.215,80	173.246,73	1.132.187,89
PE	CHA GRANDE	2604502	128.062,10	140.868,31	153.674,52	166.480,73	184.325,91	196.837,10	196.837,10	200.188,47	228.263,21	228.263,21	228.263,21	228.263,21	406.784,07	2.687.111,15
PE	CONDADO	2604601	139.666,40	153.633,03	167.599,67	181.566,31	201.473,11	215.148,17	215.148,17	218.811,30	242.877,39	242.877,39	242.877,39	242.877,39	432.827,80	2.897.383,52
PE	CORRENTES	2604700	116.808,67	128.489,54	140.170,40	151.851,27	168.534,80	179.974,17	179.974,17	183.038,42	202.654,81	202.654,81	202.654,81	202.654,81	361.147,85	2.420.608,53
PE	CORTES	2604809	98.679,22	108.547,14	118.415,07	128.282,99	142.376,32	152.040,17	152.040,17	154.628,82	171.212,61	171.212,61	171.212,61	171.212,61	305.115,24	2.044.975,58
PE	CUMARU	2604908	235.237,81	258.761,60	282.285,38	305.809,16	340.616,83	363.736,33	363.736,33	369.929,34	391.613,13	391.613,13	391.613,13	391.613,13	697.887,32	4.784.452,62
PE	CUPIRA	2605004	357.662,73	393.429,00	429.195,28	464.961,55	517.869,59	553.020,20	553.020,20	562.435,97	665.020,94	665.020,94	665.020,94	665.020,94	1.185.122,86	7.676.801,14
PE	CUSTODIA	2605103	2.457.834,11	2.703.617,51	2.949.400,92	3.195.184,33	3.565.311,83	3.807.308,81	3.807.308,81	3.872.132,35	4.003.674,78	4.003.674,78	4.003.674,78	4.003.674,78	7.134.883,09	49.507.680,88
PE	DORMENTES	2605152	88.237,91	97.061,71	105.885,50	114.709,29	127.026,47	135.648,44	135.648,44	137.958,00	156.986,52	156.986,52	156.986,52	156.986,52	279.763,15	1.849.884,99
PE	ESCADA	2605202	93.666,39	103.033,03	112.399,67	121.766,31	133.376,03	142.428,98	142.428,98	144.853,99	186.648,57	186.648,57	186.648,57	186.648,57	332.623,37	2.073.171,03
PE	EXU	2605301	217.056,12	238.761,74	260.467,35	282.172,96	313.323,24	334.590,18	334.590,18	340.286,94	374.548,32	374.548,32	374.548,32	374.548,32	667.476,41	4.486.918,40
PE	FEIRA NOVA	2605400	106.211,04	116.832,14	127.453,24	138.074,34	153.099,44	163.491,13	163.491,13	166.274,74	186.245,50	186.245,50	186.245,50	186.245,50	331.905,08	2.211.814,28
PE	FLORES	2605608	120.387,60	132.426,37	144.465,13	156.503,89	173.704,14	185.494,38	185.494,38	188.652,62	208.788,30	208.788,30	208.788,30	208.788,30	372.078,21	2.494.359,92
PE	FLORESTA	2605707	342.803,97	377.084,37	411.364,77	445.645,16	495.908,78	529.568,79	529.568,79	538.585,27	576.970,05	576.970,05	576.970,05	576.970,05	1.028.208,86	7.006.618,96
PE	FREI MIGUELINHO	2605806	41.715,21	45.886,72	50.058,25	54.229,77	59.767,75	63.824,51	63.824,51	64.911,19	78.108,51	78.108,51	78.108,51	78.108,51	139.195,95	895.847,90
PE	GAMELEIRA	2605905	193.640,31	213.004,34	232.368,38	251.732,41	279.972,76	298.976,03	298.976,03	304.066,42	327.991,33	327.991,33	327.991,33	327.991,33	584.507,93	3.969.209,93
PE	GARANHUNS	2606002	626.750,70	689.425,77	752.100,83	814.775,91	903.964,11	965.321,04	965.321,04	981.756,67	1.091.864,11	1.091.864,11	1.091.864,11	1.091.864,11	1.945.793,07	13.012.665,58
PE	GLORIA DO GOITA	2606101	185.958,94	204.554,83	223.150,73	241.746,62	268.559,73	286.788,33	286.788,33	291.671,21	319.171,83	319.171,83	319.171,83	319.171,83	568.790,83	3.834.696,87
PE	GRANITO	2606309	112.525,89	123.778,49	135.031,07	146.283,67	162.798,77	173.848,81	173.848,81	176.808,77	189.172,67	189.172,67	189.172,67	189.172,67	337.121,56	2.298.736,52
PE	IBIMIRIM	2606606	127.139,97	139.853,97	152.567,96	165.281,96	183.312,79	195.755,22	195.755,22	199.088,17	222.330,50	222.330,50	222.330,50	222.330,50	396.211,57	2.644.288,83
PE	IBIRAJUBA	2606705	93.896,84	103.286,51	112.676,21	122.065,88	135.832,66	145.052,36	145.052,36	147.522,03	158.048,25	158.048,25	158.048,25	158.048,25	281.655,20	1.919.233,05
PE	IGARASSU	2606804	685.727,12	754.299,84	822.872,54	891.445,26	990.750,25	1.057.997,82	1.057.997,82	1.076.011,38	1.171.065,95	1.171.065,95	1.171.065,95	1.171.065,95	2.086.937,41	14.108.303,24
PE	IGUARACY	2606903	118.052,04	129.857,24	141.662,44	153.467,65	170.689,72	182.275,36	182.275,36	185.378,79	199.883,99	199.883,99	199.883,99	199.883,99	356.209,99	2.419.404,55
PE	INAJA	2607000	153.051,06	168.356,16	183.661,27	198.966,38	221.001,89	236.002,48	236.002,48	240.020,68	263.136,13	263.136,13	263.136,13	263.136,13	468.930,53	3.158.537,45
PE	INGAZEIRA	2607109	44.900,07	49.390,08	53.880,09	58.370,10	64.830,83	69.231,25	69.231,25	70.409,99	77.246,44	77.246,44	77.246,44	77.246,44	137.659,67	926.889,09
PE	IPUBI	2607307	336.548,43	370.203,28	403.858,13	437.512,97	486.575,46	519.601,97	519.601,97	528.448,75	570.317,48	570.317,48	570.317,48	570.317,48	1.016.353,38	6.899.974,26
PE	ITAIBA	2607505	204.733,47	225.206,82	245.680,16	266.153,51	295.469,54	315.524,65	315.524,65	320.896,80	354.182,90	354.182,90	354.182,90	354.182,90	631.183,50	4.237.104,70
PE	ITAMBE	2607653	233.063,26	256.369,60	279.675,91	302.982,25	336.604,56	359.451,74	359.451,74	365.571,79	399.783,25	399.783,25	399.783,25	399.783,25	712.447,16	4.804.751,01
PE	ITAPETIM	2607703	51.061,90	56.168,09	61.274,28	66.380,47	73.254,77	78.226,97	78.226,97	79.558,87	94.305,94	94.305,94	94.305,94	94.305,94	168.061,12	1.089.437,20
PE	ITAPISSUMA	2607752	42.881,30	47.169,44	51.457,56	55.745,70	60.801,86	64.928,81	64.928,81	66.034,30	88.983,53	88.983,53	88.983,53	88.983,53	158.576,11	968.458,01
PE	ITAQUITINGA	2607802	-	-	-	-	84.948,70	90.714,63	90.714,63	92.259,14	106.020,21	106.020,21	106.020,21	106.020,21	188.936,93	971.654,87
PE	JABOATAO DOS GUARARAPES	2607901	535.394,93	588.934,43	642.473,92	696.013,42	753.688,95	804.845,90	804.845,90	818.549,26	1.185.457,08	1.185.457,08	1.185.457,08	1.185.457,08	2.112.583,59	12.499.158,62
PE	JAQUEIRA	2607950	83.251,98	91.577,18	99.902,38	108.227,58	120.022,50	128.169,07	128.169,07	130.351,29	145.744,00	145.744,00	145.744,00	145.744,00	259.728,00	1.732.375,05
PE	JATAUBA	2608008	166.107,71	182.718,49	199.329,26	215.940,02	239.965,11	256.252,84	256.252,84	260.615,82	284.085,86	284.085,86	284.085,86	284.085,86	506.264,70	3.419.790,23
PE	JATOBA	2608057	16.349,74	17.984,71	19.619,69	21.254,66	23.076,13	24.642,43	24.642,43	25.062,00	35.379,35	35.379,35	35.379,35	35.379,35	63.048,98	377.198,17
PE	JOAO ALFREDO	2608107	89.246,12	98.170,74	107.095,34	116.019,96	127.980,23	136.666,94	136.666,94	138.993,84	165.574,37	165.574,37	165.574,37	165.574,37	295.067,41	1.908.205,00
PE	JOAQUIM NABUCO	2608206	-	-	-	-	-	-	-	-	214,41	214,41	214,41	214,41	382,10	1.239,74
PE	JUCATI	2608255	122.324,09	134.556,51	146.788,91	159.021,33	176.690,16	188.683,07	188.683,07	191.895,61	209.526,71	209.526,71	209.526,71	209.526,71	373.394,17	2.520.143,76
PE	JUPI	2608305	153.267,48	168.594,22	183.920,98	199.247,72	221.247,65	236.264,92	236.264,92	240.287,58	264.419,50	264.419,50	264.419,50	264.419,50	471.217,64	3.167.991,11
PE	JUREMA	2608404	105.775,13	116.352,64	126.930,16	137.507,67	152.609,82	162.968,28	162.968,28	165.742,99	183.587,26	183.587,26	183.587,26	183.587,26	327.167,90	2.192.371,91
PE	LAGOA DE ITAENGA	2608503	54.411,70	59.852,88	65.294,04	70.735,21	77.988,61	83.282,12	83.282,12	84.700,09	101.474,05	101.474,05	101.474,05	101.474,05	180.835,25	1.166.278,22
PE	LAGOA DO CARRO	2608453	158.772,78	174.650,06	190.527,34	206.404,61	229.587,08	245.170,40	245.170,40	249.344,69	268.561,24	268.561,24	268.561,24	268.561,24	478.598,56	3.252.470,88
PE	LAGOA DO OURO	2608602	72.554,48	79.809,92	87.065,37	94.320,81	104.352,15	111.435,09	111.435,09	113.332,40	130.402,27	130.402,27	130.402,27	130.402,27	232.387,75	1.528.302,14
PE	LAGOA DOS GATOS	2608701	99.883,01	109.871,31	119.859,61	129.847,91	144.064,98	153.843,45	153.843,45	156.462,80	173.959,02	173.959,02	173.959,02	173.959,02	310.009,54	2.073.522,14
PE	LAGOA GRANDE	2608750	100.037,40	110.041,14	120.044,88	130.048,62	143.601,28	153.348,27	153.348,27	155.959,19	183.598,90	183.598,90	183.598,90	183.598,90	327.188,63	2.128.013,28
PE	LAJEDO	2608800	593.284,49	652.612,94	711.941,38	771.269,84	858.410,30	916.675,25	916.675,25	932.282,64	996.501,21	996.501,21	996.501,21	996.501,21	1.775.848,43	12.115.005,36
PE	LIMOEIRO	2608909	220.547,29	242.602,02	264.656,75	286.711,48	318.023,11	339.609,06	339.609,06	345.391,27	385.210,00	385.210,00	385.210,00	385.210,00	686.476,38	4.584.466,42
PE	MACAPARANA	2609006	256.325,46	281.958,01	307.590,55	333.223,09	370.817,41	395.986,79	395.986,79	402.728,89	431.274,17	431.274,17	431.274,17	431.274,17	768.566,58	5.238.280,25
PE	MACHADOS	2609105	91.470,98	100.618,08	109.765,17	118.912,28	132.116,21	141.083,65	141.083,65	143.485,76	156.793,46	156.793,46	156.793,46	156.793,46	279.419,07	1.885.128,69
PE	MANARI	2609154	57.822,54	63.604,81	69.387,06	75.169,31	82.530,82	88.132,64	88.132,64	89.633,19	112.566,60	112.566,60	112.566,60	112.566,60	200.603,14	1.265.282,55
PE	MIRANDIBA	2609303	175.537,13	193.090,85	210.644,56	228.198,27	254.031,79	271.274,30	271.274,30	275.893,04	294.142,46	294.142,46	294.142,46	294.142,46	524.186,45	3.580.700,53
PE	MOREILANDIA	2614303	68.263,78	75.090,15	81.916,53	88.742,91	98.462,39	105.145,57	105.145,57	106.935,78	118.849,04	118.849,04	118.849,04	118.849,04	211.798,96	1.416.897,80
PE	MORENO	2609402	72.799,23	80.079,16	87.359,09	94.639,00	103.271,15	110.280,72	110.280,72	112.158,37	150.406,82	150.406,82	150.406,82	150.406,82	268.037,57	1.640.532,29
PE	NAZARE DA MATA	2609501	64.505,07	70.955,58	77.406,09	83.856,59	92.660,43	98.949,79	98.949,79	100.634,52	117.499,62	117.499,62	117.499,62	117.499,62	209.394,20	1.367.310,54
PE	OLINDA	2609600	-	-	-	-	-	-	-	-	71.381,31	71.381,31	71.381,31	71.381,31	127.207,49	412.732,73
PE	OROBO	2609709	163.825,46	180.208,01	196.590,56	212.973,10	236.213,12	252.246,18	252.246,18	256.540,94	286.394,25	286.394,25	286.394,25	286.394,25	510.378,44	3.406.798,99
PE	OROCO	2609808	66.872,73	73.560,00	80.247,27	86.934,54	96.100,67	102.623,54	102.623,54	104.370,81	121.278,01	121.278,01	121.278,01	121.278,01	216.127,56	1.414.572,70
PE	OURICURI	2609907	632.232,16	695.455,37	758.678,59	821.901,81	914.587,50	976.665,50	976.665,50	993.294,28	1.064.312,86	1.064.312,86	1.064.312,86	1.064.312,86	1.896.694,48	12.923.426,63
PE	PALMARES	2610004	151.098,49	166.208,34	181.318,18	196.428,04	216.755,07	231.467,41	231.467,41	235.408,39	279.266,31	279.266,31	279.266,31	279.266,31	497.675,88	3.224.892,45
PE	PALMEIRINA	2610103	30.258,57	33.284,42	36.310,28	39.336,14	43.426,37	46.373,96	46.373,96	47.163,52	55.657,39	55.657,39	55.657,39	55.657,39	99.186,16	644.342,94
PE	PANELAS	2610202	549.094,46	604.003,90	658.913,35	713.822,79	794.989,42	848.949,64	848.949,64	863.403,93	915.223,81	915.223,81	915.223,81	915.223,81	1.631.005,32	11.174.027,69
PE	PARANATAMA	2610301	79.320,47	87.252,52	95.184,57	103.116,62	114.166,65	121.915,76	121.915,76	123.991,51	141.426,40	141.426,40	141.426,40	141.426,40	252.033,72	1.664.603,18
PE	PARNAMIRIM	2610400	153.842,43	169.226,69	184.610,92	199.995,17	222.129,08	237.206,18	237.206,18	241.244,88	264.708,88	264.708,88	264.708,88	264.708,88	471.733,34	3.176.030,39
PE	PASSIRA	2610509	172.479,38	189.727,33	206.975,27	224.223,20	248.957,74	265.855,85	265.855,85	270.382,33	316.111,45	316.111,45	316.111,45	316.111,45	563.336,98	3.672.239,73
PE	PAUDALHO	2610608	285.589,86	314.148,84	342.707,82	371.266,82	411.759,55	439.707,90	439.707,90	447.194,40	499.539,49	499.539,49	499.539,49	499.539,49	890.221,08	5.940.462,13
PE	PAULISTA	2610707	313.759,65	345.135,60	376.511,57	407.887,54	448.014,62	478.423,80	478.423,80	486.569,48	608.334,55	608.334,55	608.334,55	608.334,55	1.084.103,00	6.852.167,26
PE	PEDRA	2610806	189.643,97	208.608,35	227.572,76	246.537,15	274.168,23	292.777,51	292.777,51	297.762,36	321.583,37	321.583,37	321.583,37	321.583,37	573.088,43	3.889.269,75
PE	PESQUEIRA	2610905	801.440,98	881.585,08	961.729,19	1.041.873,28	1.160.136,66	1.238.881,41	1.238.881,41	1.259.974,70	1.338.628,83	1.338.628,83	1.338.628,83	1.338.628,83	2.385.548,46	16.324.566,49
PE	PETROLANDIA	2611002	246.970,91	271.668,02	296.365,10	321.062,19	356.277,22	380.459,68	380.459,68	386.937,42	429.287,02	429.287,02	429.287,02	429.287,02	765.025,30	5.122.373,60
PE	PETROLINA	2611101	3.982.808,85	4.381.089,72	4.779.370,62	5.177.651,49	5.762.290,05	6.153.407,82	6.153.407,82	6.258.176,23	6.694.423,54	6.694.423,54	6.694.423,54	6.694.423,54	11.930.022,34	81.355.919,10
PE	POCAO	2611200	79.680,62	87.648,69	95.616,76	103.584,81	114.933,38	122.734,53	122.734,53	124.824,21	138.677,88	138.677,88	138.677,88	138.677,88	247.135,59	1.653.604,64
PE	POMBOS	2611309	126.010,60	138.611,67	151.212,73	163.813,79	181.535,86	193.857,68	193.857,68	197.158,32	222.384,31	222.384,31	222.384,31	222.384,31	396.307,47	2.631.903,04
PE	QUIPAPA	2611507	80.608,14	88.668,95	96.729,77	104.790,58	115.699,83	123.553,00	123.553,00	125.656,63	148.093,43	148.093,43	148.093,43	148.093,43	263.914,88	1.715.548,50
PE	QUIXABA	2611533	66.549,26	73.204,20	79.859,12	86.514,04	95.904,86	102.414,44	102.414,44	104.158,16	117.018,41	117.018,41	117.018,41	117.018,41	208.536,59	1.387.628,75
PE	RIACHO DAS ALMAS	2611705	202.208,72	222.429,60	242.650,46	262.871,34	292.302,09	312.142,21	312.142,21	317.456,76	343.313,12	343.313,12	343.313,12	343.313,12	611.812,66	4.149.268,53
PE	RIBEIRAO	2611804	119.139,79	131.053,78	142.967,75	154.881,74	171.088,23	182.700,91	182.700,91	185.811,59	217.757,64	217.757,64	217.757,64	217.757,64	388.062,37	2.529.437,63
PE	RIO FORMOSO	2611903	328.882,72	361.770,98	394.659,26	427.547,53	475.794,92	508.089,69	508.089,69	516.740,46	553.198,29	553.198,29	553.198,29	553.198,29	985.845,58	6.720.213,99
PE	SAIRE	2612000	17.152,50	18.867,74	20.583,00	22.298,25	24.322,21	25.973,09	25.973,09	26.415,31	35.572,82	35.572,82	35.572,82	35.572,82	63.393,79	387.270,26
PE	SALGUEIRO	2612208	327.707,25	360.477,98	393.248,71	426.019,43	472.951,69	505.053,48	505.053,48	513.652,56	566.821,78	566.821,78	566.821,78	566.821,78	1.010.123,76	6.781.575,46
PE	SALOA	2612307	99.956,89	109.952,58	119.948,27	129.943,96	144.025,92	153.801,74	153.801,74	156.420,38	176.075,89	176.075,89	176.075,89	176.075,89	313.781,96	2.085.937,00
PE	SANHARO	2612406	173.453,94	190.799,34	208.144,73	225.490,12	250.698,88	267.715,17	267.715,17	272.273,31	294.995,75	294.995,75	294.995,75	294.995,75	525.707,06	3.561.980,72
PE	SANTA CRUZ	2612455	46.262,08	50.888,28	55.514,50	60.140,70	66.169,58	70.660,87	70.660,87	71.863,95	88.161,34	88.161,34	88.161,34	88.161,34	157.110,91	1.001.917,10
PE	SANTA CRUZ DA BAIXA VERDE	2612471	110.073,74	121.081,11	132.088,49	143.095,87	159.127,89	169.928,76	169.928,76	172.821,98	186.732,00	186.732,00	186.732,00	186.732,00	332.772,06	2.257.846,66
PE	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	2612505	493.401,96	542.742,17	592.082,35	641.422,56	712.105,54	760.439,99	760.439,99	773.387,30	853.131,40	853.131,40	853.131,40	853.131,40	1.520.351,43	10.208.898,89
PE	SANTA FILOMENA	2612554	22.297,84	24.527,62	26.757,41	28.987,19	31.466,20	33.601,98	33.601,98	34.174,09	48.320,38	48.320,38	48.320,38	48.320,38	86.111,01	514.806,84

PE	SANTA MARIA DA BOA VISTA	2612604	664.555,66	731.011,22	797.466,79	863.922,36	961.924,26	1.027.215,26	1.027.215,26	1.044.704,71	1.110.841,62	1.110.841,62	1.110.841,62	1.110.841,62	1.979.612,62	13.540.994,62
PE	SANTA MARIA DO CAMBUCA	2612703	63.881,01	70.269,11	76.657,22	83.045,31	91.941,02	98.181,56	98.181,56	99.853,21	113.945,65	113.945,65	113.945,65	113.945,65	203.060,69	1.340.853,29
PE	SANTA TEREZINHA	2612802	76.224,51	83.846,95	91.469,41	99.091,85	109.999,41	117.465,67	117.465,67	119.465,65	131.963,24	131.963,24	131.963,24	131.963,24	235.169,58	1.578.051,66
PE	SAO BENEDITO DO SUL	2612901	139.581,92	153.540,10	167.498,30	181.456,49	201.889,01	215.592,30	215.592,30	219.262,99	235.388,68	235.388,68	235.388,68	235.388,68	419.482,28	2.855.450,41
PE	SAO BENTO DO UNA	2613008	373.068,68	410.375,54	447.682,41	484.989,27	538.598,52	575.156,11	575.156,11	584.948,76	642.816,01	642.816,01	642.816,01	642.816,01	1.145.551,86	7.706.791,30
PE	SAO CAITANO	2613107	127.332,83	140.066,12	152.799,39	165.532,69	183.072,67	195.498,81	195.498,81	198.827,39	229.742,43	229.742,43	229.742,43	229.742,43	409.420,19	2.687.018,62
PE	SAO JOAO	2613206	233.664,20	257.030,62	280.397,04	303.763,45	337.652,84	360.571,17	360.571,17	366.710,28	398.351,46	398.351,46	398.351,46	398.351,46	709.895,60	4.803.662,21
PE	SAO JOAQUIM DO MONTE	2613305	156.842,72	172.526,99	188.211,26	203.895,53	226.483,89	241.856,58	241.856,58	245.974,45	269.560,29	269.560,29	269.560,29	269.560,29	480.378,95	3.236.268,11
PE	SAO JOSE DA COROA GRANDE	2613404	208.921,70	229.813,86	250.706,03	271.598,21	302.066,61	322.569,50	322.569,50	328.061,60	353.883,05	353.883,05	353.883,05	353.883,05	630.649,15	4.282.488,36
PE	SAO JOSE DO BELMONTE	2613503	189.857,44	208.843,19	227.828,92	246.814,68	273.977,72	292.574,07	292.574,07	297.555,46	328.759,90	328.759,90	328.759,90	328.759,90	585.877,58	3.930.942,73
PE	SAO JOSE DO EGITO	2613602	173.254,91	190.580,40	207.905,89	225.231,38	249.871,26	266.831,38	266.831,38	271.374,47	302.028,94	302.028,94	302.028,94	302.028,94	538.240,80	3.598.237,63
PE	SAO VICENTE FERRER	2613800	78.218,73	86.040,60	93.862,48	101.684,35	112.610,91	120.254,42	120.254,42	122.301,88	139.052,33	139.052,33	139.052,33	139.052,33	247.802,89	1.639.240,00
PE	SERRA TALHADA	2613909	515.406,95	566.947,65	618.488,35	670.029,04	743.962,48	794.459,23	794.459,23	807.985,76	889.840,50	889.840,50	889.840,50	889.840,50	1.585.770,13	10.656.870,82
PE	SERRITA	2614006	251.915,36	277.106,90	302.298,44	327.489,97	364.418,33	389.153,37	389.153,37	395.779,13	424.115,38	424.115,38	424.115,38	424.115,38	755.809,06	5.149.585,45
PE	SIRINHAEM	2614204	276.000,69	303.600,76	331.200,82	358.800,90	398.622,61	425.679,28	425.679,28	432.926,93	473.365,56	473.365,56	473.365,56	473.365,56	843.576,98	5.689.550,49
PE	SOLIDAO	2614402	60.175,89	66.193,49	72.211,07	78.228,66	86.931,52	92.832,03	92.832,03	94.412,60	102.925,51	102.925,51	102.925,51	102.925,51	183.421,91	1.238.941,24
PE	SURUBIM	2614501	105.145,03	115.659,54	126.174,04	136.688,54	150.171,31	160.364,25	160.364,25	163.094,63	203.374,16	203.374,16	203.374,16	203.374,16	362.429,77	2.293.588,00
PE	TABIRA	2614600	231.026,42	254.129,06	277.231,70	300.334,34	333.915,57	356.580,22	356.580,22	362.651,38	392.838,78	392.838,78	392.838,78	392.838,78	700.071,52	4.743.875,55
PE	TACAIMBO	2614709	-	-	-	-	-	-	-	-	8.263,37	8.263,37	8.263,37	8.263,37	14.726,06	47.779,54
PE	TACARATU	2614808	131.482,45	144.630,69	157.778,94	170.927,18	189.648,31	202.520,76	202.520,76	205.968,90	228.907,86	228.907,86	228.907,86	228.907,86	407.932,94	2.729.042,37
PE	TAQUARITINGA DO NORTE	2615003	175.927,18	193.519,89	211.112,62	228.705,33	254.037,35	271.280,24	271.280,24	275.899,08	302.426,56	302.426,56	302.426,56	302.426,56	538.949,37	3.630.417,54
PE	TEREZINHA	2615102	36.570,68	40.227,74	43.884,80	47.541,88	52.611,66	56.182,70	56.182,70	57.139,27	65.543,47	65.543,47	65.543,47	65.543,47	116.804,00	769.319,31
PE	TERRA NOVA	2615201	48.312,23	53.143,45	57.974,67	62.805,89	69.532,29	74.251,83	74.251,83	75.516,04	86.192,90	86.192,90	86.192,90	86.192,90	153.602,98	1.014.162,81
PE	TIMBAUBA	2615300	439.793,05	483.772,36	527.751,67	571.730,96	636.303,93	679.493,32	679.493,32	691.062,43	739.005,44	739.005,44	739.005,44	739.005,44	1.316.969,43	8.982.392,23
PE	TORITAMA	2615409	373.381,47	410.719,63	448.057,76	485.395,92	539.635,46	576.263,43	576.263,43	586.074,94	635.363,36	635.363,36	635.363,36	635.363,36	1.132.270,59	7.669.516,07
PE	TRACUNHAEM	2615508	77.697,07	85.466,77	93.236,49	101.006,18	112.145,37	119.757,29	119.757,29	121.796,28	134.227,14	134.227,14	134.227,14	134.227,14	239.204,03	1.606.975,33
PE	TRINDADE	2615607	154.818,99	170.300,88	185.782,79	201.264,68	222.948,85	238.081,59	238.081,59	242.135,19	274.447,65	274.447,65	274.447,65	274.447,65	489.088,61	3.240.293,77
PE	TRIUNFO	2615706	96.517,83	106.169,61	115.821,40	125.473,17	139.258,96	148.711,21	148.711,21	151.243,18	167.446,99	167.446,99	167.446,99	167.446,99	298.404,59	2.000.099,12
PE	TUPANATINGA	2615805	160.946,66	177.041,33	193.136,00	209.230,66	232.001,07	247.748,24	247.748,24	251.966,42	282.197,49	282.197,49	282.197,49	282.197,49	502.899,48	3.351.508,06
PE	TUPARETAMA	2615904	41.118,08	45.229,89	49.341,70	53.453,51	59.148,05	63.162,75	63.162,75	64.238,16	73.770,75	73.770,75	73.770,75	73.770,75	131.465,66	865.403,55
PE	VENTUROSA	2616001	118.397,99	130.237,79	142.077,58	153.917,39	170.887,58	182.486,65	182.486,65	185.593,68	204.597,60	204.597,60	204.597,60	204.597,60	364.610,08	2.449.085,79
PE	VERDEJANTE	2616100	89.335,01	98.268,51	107.202,00	116.135,51	129.009,46	137.766,03	137.766,03	140.111,65	153.427,74	153.427,74	153.427,74	153.427,74	273.421,08	1.842.726,24
PE	VERTENTE DO LERIO	2616183	103.664,95	114.031,44	124.397,94	134.764,43	149.943,47	160.120,94	160.120,94	162.847,17	174.761,79	174.761,79	174.761,79	174.761,79	311.440,16	2.120.378,60
PE	VERTENTES	2616209	111.625,81	122.788,39	133.950,97	145.113,55	160.938,50	171.862,26	171.862,26	174.788,40	195.278,49	195.278,49	195.278,49	195.278,49	348.002,63	2.322.046,73
PE	VICENCIA	2616308	203.744,27	224.118,71	244.493,12	264.867,56	294.054,39	314.013,45	314.013,45	319.359,87	352.301,60	352.301,60	352.301,60	352.301,60	627.830,87	4.215.702,09
PE	VITORIA DE SANTO ANTAO	2616407	285.440,22	313.984,23	342.528,25	371.072,28	408.961,63	436.720,06	436.720,06	444.155,69	534.531,15	534.531,15	534.531,15	534.531,15	952.579,15	6.130.286,17
PE	XEXEU	2616506	107.549,00	118.303,90	129.058,80	139.813,70	154.891,47	165.404,79	165.404,79	168.220,99	190.456,71	190.456,71	190.456,71	190.456,71	339.409,83	2.249.884,11
PI	ACAUA	2200053	36.325,51	39.958,06	43.590,62	47.223,16	52.343,98	55.896,85	55.896,85	56.848,56	63.943,40	63.943,40	63.943,40	63.943,40	113.952,53	757.809,72
PI	AGRICOLANDIA	2200103	68.114,92	74.926,41	81.737,89	88.549,39	98.570,39	105.260,90	105.260,90	107.053,08	114.183,98	114.183,98	114.183,98	114.183,98	203.485,44	1.389.695,24
PI	AGUA BRANCA	2200202	136.950,15	150.645,17	164.340,18	178.035,20	197.754,54	211.177,20	211.177,20	214.772,72	235.427,62	235.427,62	235.427,62	235.427,62	419.551,65	2.826.114,49
PI	ALAGOINHA DO PIAUI	2200251	20.776,75	22.854,43	24.932,11	27.009,78	29.822,13	31.846,32	31.846,32	32.388,54	38.164,38	38.164,38	38.164,38	38.164,38	68.012,12	442.146,02
PI	ALEGRETE DO PIAUI	2200277	74.524,34	81.976,76	89.429,21	96.881,63	107.841,08	115.160,84	115.160,84	117.121,58	124.989,83	124.989,83	124.989,83	124.989,83	222.742,36	1.520.797,96
PI	ALTO LONGA	2200301	185.240,93	203.765,02	222.289,12	240.813,21	268.195,22	286.399,08	286.399,08	291.275,34	308.759,06	308.759,06	308.759,06	308.759,06	550.234,40	3.769.647,64
PI	ALTOS	2200400	1.177.408,36	1.295.149,20	1.412.890,02	1.530.630,87	1.706.693,02	1.822.535,50	1.822.535,50	1.853.566,14	1.934.928,07	1.934.928,07	1.934.928,07	1.934.928,07	3.448.203,56	23.809.324,45
PI	ALVORADA DO GURGUEIA	2200459	82.323,90	90.556,30	98.788,69	107.021,07	119.042,33	127.122,38	127.122,38	129.286,77	139.234,07	139.234,07	139.234,07	139.234,07	248.126,77	1.686.326,87
PI	AMARANTE	2200509	588.061,53	646.867,69	705.673,83	764.479,99	852.409,02	910.266,63	910.266,63	925.764,90	966.489,16	966.489,16	966.489,16	966.489,16	1.722.364,47	11.892.111,33
PI	ANGICAL DO PIAUI	2200608	98.540,82	108.394,91	118.248,99	128.103,07	142.670,07	152.353,86	152.353,86	154.947,85	164.235,78	164.235,78	164.235,78	164.235,78	292.681,93	2.005.238,48
PI	ANISIO DE ABREU	2200707	161.019,15	177.121,06	193.222,98	209.324,89	233.134,00	248.958,06	248.958,06	253.196,84	268.283,63	268.283,63	268.283,63	268.283,63	478.103,82	3.276.173,38
PI	ANTONIO ALMEIDA	2200806	14.452,24	15.897,46	17.342,68	18.787,91	20.738,84	22.146,50	22.146,50	22.523,56	26.619,76	26.619,76	26.619,76	26.619,76	47.438,69	307.953,42
PI	AROAZES	2200905	14.311,29	15.742,43	17.173,55	18.604,69	20.384,91	21.768,54	21.768,54	22.139,17	28.431,00	28.431,00	28.431,00	28.431,00	50.666,45	316.283,57
PI	AROEIRAS DO ITAIM	2200954	19.068,14	20.974,96	22.881,77	24.788,58	27.430,20	29.292,04	29.292,04	29.790,77	34.199,15	34.199,15	34.199,15	34.199,15	60.945,77	401.260,87
PI	ARRAIAL	2201002	66.066,39	72.673,02	79.279,66	85.886,30	95.560,63	102.046,85	102.046,85	103.784,31	111.368,30	111.368,30	111.368,30	111.368,30	198.467,66	1.351.284,87
PI	ASSUNCAO DO PIAUI	2201051	216.647,51	238.312,27	259.977,01	281.641,76	313.731,22	335.025,86	335.025,86	340.730,03	360.220,31	360.220,31	360.220,31	360.220,31	641.942,66	4.403.915,42
PI	AVELINO LOPES	2201101	116.688,98	128.357,87	140.026,78	151.695,67	168.690,57	180.140,51	180.140,51	183.207,60	197.962,84	197.962,84	197.962,84	197.962,84	352.786,37	2.393.586,22
PI	BAIXA GRANDE DO RIBEIRO	2201150	79.109,01	87.019,91	94.930,81	102.841,71	113.512,99	121.217,73	121.217,73	123.281,59	145.818,21	145.818,21	145.818,21	145.818,21	259.860,24	1.686.264,56
PI	BARRA DALCANTARA	2201176	47.787,24	52.565,96	57.344,68	62.123,41	69.092,46	73.782,14	73.782,14	75.038,36	80.945,51	80.945,51	80.945,51	80.945,51	144.251,72	979.550,15
PI	BARRAS	2201200	1.211.536,24	1.332.689,87	1.453.843,49	1.574.997,11	1.755.143,95	1.874.275,05	1.874.275,05	1.906.186,61	2.004.919,58	2.004.919,58	2.004.919,58	2.004.919,58	3.572.934,29	24.575.559,98
PI	BARRO DURO	2201408	125.911,42	138.502,56	151.093,70	163.684,85	182.398,35	194.778,71	194.778,71	198.095,03	208.483,18	208.483,18	208.483,18	208.483,18	371.534,49	2.554.710,54
PI	BATALHA	2201507	620.355,05	682.390,55	744.426,06	806.461,57	898.940,22	959.956,15	959.956,15	976.300,43	1.023.373,55	1.023.373,55	1.023.373,55	1.023.373,55	1.823.737,16	12.566.017,54
PI	BELA VISTA DO PIAUI	2201556	19.550,34	21.505,37	23.460,41	25.415,45	28.134,97	30.044,65	30.044,65	30.556,19	34.912,37	34.912,37	34.912,37	34.912,37	62.216,77	410.578,28
PI	BELEM DO PIAUI	2201572	98.483,24	108.331,57	118.179,90	128.028,22	142.615,19	152.295,26	152.295,26	154.888,25	163.750,89	163.750,89	163.750,89	163.750,89	291.817,80	2.001.938,25
PI	BENEDITINOS	2201606	145.220,79	159.742,86	174.264,94	188.787,03	209.982,92	224.235,59	224.235,59	228.053,44	245.745,32	245.745,32	245.745,32	245.745,32	437.938,69	2.975.443,13
PI	BERTOLINIA	2201705	65.505,83	72.056,42	78.606,99	85.157,58	94.723,56	101.152,96	101.152,96	102.875,20	110.781,98	110.781,98	110.781,98	110.781,98	197.422,77	1.341.782,19
PI	BETANIA DO PIAUI	2201739	99.377,59	109.315,35	119.253,11	129.190,86	143.697,18	153.450,68	153.450,68	156.063,34	168.147,75	168.147,75	168.147,75	168.147,75	299.653,35	2.036.043,14
PI	BOA HORA	2201770	74.574,06	82.031,46	89.488,87	96.946,27	107.698,80	115.008,90	115.008,90	116.967,05	127.998,13	127.998,13	127.998,13	127.998,13	228.103,40	1.537.820,23
PI	BOM JESUS	2201903	363.122,79	399.435,07	435.747,35	472.059,63	525.157,00	560.802,24	560.802,24	570.350,50	613.154,84	613.154,84	613.154,84	613.154,84	1.092.693,15	7.432.789,33
PI	BOM PRINCIPIO DO PIAUI	2201919	40.371,15	44.408,26	48.445,38	52.482,50	58.095,66	62.038,93	62.038,93	63.095,21	72.129,32	72.129,32	72.129,32	72.129,32	128.540,52	848.033,82
PI	BONFIM DO PIAUI	2201929	82.733,64	91.007,00	99.280,37	107.553,73	119.742,79	127.870,38	127.870,38	130.047,51	138.452,85	138.452,85	138.452,85	138.452,85	246.734,58	1.686.651,78
PI	BOQUEIRAO DO PIAUI	2201945	88.970,36	97.867,39	106.764,43	115.661,46	128.649,82	137.381,98	137.381,98	139.721,06	150.522,15	150.522,15	150.522,15	150.522,15	268.243,11	1.822.730,19
PI	BRASILEIRA	2201960	114.199,27	125.619,20	137.039,13	148.459,06	165.291,50	176.510,73	176.510,73	179.516,01	191.006,46	191.006,46	191.006,46	191.006,46	340.389,48	2.327.560,95
PI	BREJO DO PIAUI	2201988	53.962,61	59.358,86	64.755,13	70.151,39	78.068,73	83.367,68	83.367,68	84.787,11	90.754,52	90.754,52	90.754,52	90.754,52	161.732,16	1.102.569,43
PI	BURITI DOS LOPES	2202000	337.382,70	371.120,98	404.859,24	438.597,52	488.179,15	521.314,51	521.314,51	530.190,45	566.303,98	566.303,98	566.303,98	566.303,98	1.009.201,02	6.887.376,00
PI	BURITI DOS MONTES	2202026	290.658,65	319.724,52	348.790,38	377.856,25	421.279,13	449.873,62	449.873,62	457.533,21	478.213,40	478.213,40	478.213,40	478.213,40	852.216,22	5.880.659,20
PI	CABECEIRAS DO PIAUI	2202059	133.959,33	147.355,26	160.751,18	174.147,13	193.816,07	206.971,41	206.971,41	210.495,32	225.094,62	225.094,62	225.094,62	225.094,62	401.137,47	2.735.983,06
PI	CAJAZEIRAS DO PIAUI	2202075	13.899,02	15.288,93	16.678,83	18.068,73	19.968,54	21.323,91	21.323,91	21.686,97	25.279,23	25.279,23	25.279,23	25.279,23	45.049,74	294.405,50
PI	CAJUEIRO DA PRAIA	2202083	105.627,72	116.190,50	126.753,26	137.316,04	152.779,09	163.149,03	163.149,03	165.926,82	178.116,81	178.116,81	178.116,81	178.116,81	317.419,06	2.160.777,79

PI	CALDEIRAO GRANDE DO PIAUI	2202091	25.352,06	27.887,28	30.422,48	32.957,68	36.418,75	38.890,69	38.890,69	39.552,85	46.167,27	46.167,27	46.167,27	46.167,27	82.273,96	537.315,52
PI	CAMPINAS DO PIAUI	2202109	257.137,60	282.851,35	308.565,12	334.278,87	372.831,25	398.137,32	398.137,32	404.916,03	421.186,78	421.186,78	421.186,78	421.186,78	750.590,03	5.192.192,01
PI	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	2202117	42.145,78	46.360,36	50.574,93	54.789,52	60.734,11	64.856,46	64.856,46	65.960,72	74.143,77	74.143,77	74.143,77	74.143,77	132.130,40	878.983,82
PI	CAMPO GRANDE DO PIAUI	2202133	76.211,07	83.832,17	91.453,28	99.074,38	110.237,71	117.720,14	117.720,14	119.724,45	128.421,79	128.421,79	128.421,79	128.421,79	228.858,40	1.558.518,90
PI	CAMPO LARGO DO PIAUI	2202174	114.282,89	125.711,18	137.139,47	148.567,76	165.118,80	176.326,31	176.326,31	179.328,46	195.156,41	195.156,41	195.156,41	195.156,41	347.785,05	2.351.211,87
PI	CAMPO MAIOR	2202208	285.057,57	313.563,32	342.069,08	370.574,84	411.005,55	438.902,72	438.902,72	446.375,51	509.599,62	509.599,62	509.599,62	509.599,62	908.149,10	5.992.998,89
PI	CANAVIEIRA	2202251	-	-	-	-	36.331,48	38.797,49	38.797,49	39.458,06	44.322,56	44.322,56	44.322,56	44.322,56	78.986,56	409.661,32
PI	CANTO DO BURITI	2202307	-	-	-	-	500.783,65	534.774,55	534.774,55	543.879,66	571.276,49	571.276,49	571.276,49	571.276,49	1.018.062,43	5.417.380,80
PI	CAPITAO DE CAMPOS	2202406	304.587,53	335.046,28	365.505,04	395.963,79	441.167,10	471.111,50	471.111,50	479.132,68	505.232,46	505.232,46	505.232,46	505.232,46	900.366,43	6.184.921,69
PI	CAPITAO GERVASIO OLIVEIRA	2202455	27.540,65	30.294,71	33.048,78	35.802,85	39.673,49	42.366,34	42.366,34	43.087,68	48.640,17	48.640,17	48.640,17	48.640,17	86.680,85	575.422,37
PI	CARACOL	2202505	190.552,59	209.607,83	228.663,10	247.718,35	275.813,60	294.534,56	294.534,56	299.549,33	318.594,49	318.594,49	318.594,49	318.594,49	567.762,01	3.883.113,89
PI	CARAUBAS DO PIAUI	2202539	76.985,84	84.684,42	92.383,01	100.081,59	111.319,91	118.875,79	118.875,79	120.899,78	130.252,99	130.252,99	130.252,99	130.252,99	232.121,72	1.577.239,81
PI	CARIDADE DO PIAUI	2202554	94.875,33	104.362,87	113.850,40	123.337,94	137.233,62	146.548,40	146.548,40	149.043,55	159.894,04	159.894,04	159.894,04	159.894,04	284.944,58	1.940.321,25
PI	CASTELO DO PIAUI	2202604	285.059,86	313.565,85	342.071,83	370.577,81	412.441,96	440.436,63	440.436,63	447.935,53	478.863,29	478.863,29	478.863,29	478.863,29	853.374,39	5.821.353,65
PI	CAXINGO	2202653	66.805,87	73.486,47	80.167,04	86.847,64	96.511,95	103.062,74	103.062,74	104.817,49	114.230,04	114.230,04	114.230,04	114.230,04	203.567,52	1.375.249,62
PI	COCAL	2202703	331.203,08	364.323,39	397.443,70	430.564,01	479.019,25	511.532,87	511.532,87	520.242,27	558.910,92	558.910,92	558.910,92	558.910,92	996.025,95	6.777.531,07
PI	COCAL DE TELHA	2202711	107.374,47	118.111,92	128.849,36	139.586,82	155.435,41	165.985,65	165.985,65	168.811,74	179.289,76	179.289,76	179.289,76	179.289,76	319.509,35	2.186.809,41
PI	COCAL DOS ALVES	2202729	55.453,88	60.999,27	66.544,66	72.090,05	80.054,03	85.487,73	85.487,73	86.943,25	95.613,03	95.613,03	95.613,03	95.613,03	170.390,46	1.145.903,18
PI	COIVARAS	2202737	19.589,37	21.548,32	23.507,25	25.466,19	28.061,24	29.965,91	29.965,91	30.476,11	36.755,66	36.755,66	36.755,66	36.755,66	65.501,71	421.104,65
PI	COLONIA DO GURGUEIA	2202752	68.971,90	75.869,09	82.766,28	89.663,47	99.663,97	106.428,70	106.428,70	108.240,76	117.621,85	117.621,85	117.621,85	117.621,85	209.612,02	1.418.132,29
PI	COLONIA DO PIAUI	2202778	54.812,76	60.294,04	65.775,32	71.256,59	79.127,76	84.498,59	84.498,59	85.937,27	94.517,66	94.517,66	94.517,66	94.517,66	168.438,38	1.132.709,94
PI	CONCEICAO DO CANINDE	2202802	42.626,10	46.888,71	51.151,32	55.413,93	61.549,78	65.727,50	65.727,50	66.846,58	73.302,56	73.302,56	73.302,56	73.302,56	130.631,31	879.772,97
PI	CORONEL JOSE DIAS	2202851	49.702,93	54.673,22	59.643,52	64.613,82	71.867,09	76.745,10	76.745,10	78.051,76	84.124,29	84.124,29	84.124,29	84.124,29	149.916,57	1.018.456,27
PI	CORRENTE	2202901	218.759,10	240.635,01	262.510,92	284.386,83	315.799,71	337.234,75	337.234,75	342.976,53	426.054,43	426.054,43	426.054,43	426.054,43	759.264,60	4.803.019,92
PI	CRISTALANDIA DO PIAUI	2203008	88.564,24	97.420,66	106.277,08	115.133,51	128.077,16	136.770,44	136.770,44	139.099,11	149.635,99	149.635,99	149.635,99	149.635,99	266.663,85	1.813.320,45
PI	CRISTINO CASTRO	2203107	254.331,85	279.765,03	305.198,22	330.631,41	368.551,20	393.566,76	393.566,76	400.267,66	419.484,18	419.484,18	419.484,18	419.484,18	747.555,86	5.151.371,47
PI	CURIMATA	2203206	161.529,51	177.682,46	193.835,41	209.988,36	233.797,74	249.666,85	249.666,85	253.917,70	270.160,57	270.160,57	270.160,57	270.160,57	481.448,67	3.292.175,83
PI	CURRAIS	2203230	71.589,84	78.748,81	85.907,81	93.066,78	103.462,50	110.485,06	110.485,06	112.366,19	121.872,87	121.872,87	121.872,87	121.872,87	217.187,70	1.470.791,23
PI	CURRAL NOVO DO PIAUI	2203271	78.726,84	86.599,52	94.472,20	102.344,89	113.856,33	121.584,37	121.584,37	123.654,48	132.939,49	132.939,49	132.939,49	132.939,49	236.909,31	1.611.490,27
PI	CURRALINHOS	2203255	136.135,95	149.749,54	163.363,14	176.976,73	197.282,69	210.673,32	210.673,32	214.260,26	224.418,63	224.418,63	224.418,63	224.418,63	399.932,78	2.756.722,25
PI	DEMERVAL LOBAO	2203305	349.362,10	384.298,32	419.234,52	454.170,74	506.055,37	540.404,08	540.404,08	549.605,04	579.005,06	579.005,06	579.005,06	579.005,06	1.031.835,40	7.091.389,89
PI	DIRCEU ARCOVERDE	2203354	116.808,14	128.488,96	140.169,76	151.850,58	168.939,70	180.406,56	180.406,56	183.478,17	197.115,48	197.115,48	197.115,48	197.115,48	351.276,31	2.390.286,66
PI	DOM EXPEDITO LOPES	2203404	63.570,91	69.928,01	76.285,09	82.642,19	91.900,95	98.138,76	98.138,76	99.809,68	107.846,29	107.846,29	107.846,29	107.846,29	192.191,15	1.303.990,66
PI	DOM INOCENCIO	2203453	62.411,62	68.652,79	74.893,94	81.135,12	90.051,27	96.163,53	96.163,53	97.800,82	108.251,96	108.251,96	108.251,96	108.251,96	192.914,08	1.293.194,54
PI	DOMINGOS MOURAO	2203420	112.218,92	123.440,81	134.662,71	145.884,60	162.535,70	173.567,87	173.567,87	176.523,05	186.184,87	186.184,87	186.184,87	186.184,87	331.797,05	2.278.938,06
PI	ELESBAO VELOSO	2203503	53.252,15	58.577,36	63.902,58	69.227,79	76.644,05	81.846,30	81.846,30	83.239,82	94.977,61	94.977,61	94.977,61	94.977,61	169.258,06	1.117.704,85
PI	ELISEU MARTINS	2203602	34.606,84	38.067,54	41.528,21	44.988,90	49.960,28	53.351,35	53.351,35	54.259,71	59.650,56	59.650,56	59.650,56	59.650,56	106.302,32	715.018,74
PI	ESPERANTINA	2203701	776.971,13	854.668,24	932.365,36	1.010.062,46	1.125.437,12	1.201.826,62	1.201.826,62	1.222.289,02	1.287.898,40	1.287.898,40	1.287.898,40	1.287.898,40	2.295.142,58	15.772.182,75
PI	FARTURA DO PIAUI	2203750	213.174,01	234.491,41	255.808,82	277.126,22	309.032,18	330.007,87	330.007,87	335.626,60	349.925,99	349.925,99	349.925,99	349.925,99	623.597,36	4.308.576,30
PI	FLORES DO PIAUI	2203800	70.518,06	77.569,87	84.621,66	91.673,48	102.064,66	108.992,34	108.992,34	110.848,05	117.985,36	117.985,36	117.985,36	117.985,36	210.259,82	1.437.481,72
PI	FLORESTA DO PIAUI	2203859	472,89	520,17	567,47	614,75	522,44	557,90	557,90	567,40	3.002,78	3.002,78	3.002,78	3.002,78	5.351,25	21.743,29
PI	FLORIANO	2203909	353.005,78	388.306,36	423.606,94	458.907,51	509.832,05	544.437,11	544.437,11	553.706,74	605.539,43	605.539,43	605.539,43	605.539,43	1.079.121,86	7.277.519,18
PI	FRANCINOPOLIS	2204006	99.777,55	109.755,30	119.733,06	129.710,82	144.542,35	154.353,22	154.353,22	156.981,25	165.181,47	165.181,47	165.181,47	165.181,47	294.367,19	2.024.299,84
PI	FRANCISCO AYRES	2204105	33.817,33	37.199,07	40.580,81	43.962,53	48.796,84	52.108,95	52.108,95	52.996,16	58.612,66	58.612,66	58.612,66	58.612,66	104.452,68	700.473,96
PI	FRANCISCO MACEDO	2204154	32.429,34	35.672,27	38.915,21	42.158,14	46.832,70	50.011,49	50.011,49	50.862,99	55.678,98	55.678,98	55.678,98	55.678,98	99.224,61	668.834,16
PI	FRANCISCO SANTOS	2204204	103.795,33	114.174,88	124.554,40	134.933,94	150.222,08	160.418,46	160.418,46	163.149,76	173.752,74	173.752,74	173.752,74	173.752,74	309.641,92	2.116.320,19
PI	FRONTEIRAS	2204303	82.184,58	90.403,04	98.621,50	106.839,95	118.756,19	126.816,82	126.816,82	128.976,01	140.154,47	140.154,47	140.154,47	140.154,47	249.767,02	1.689.799,81
PI	GEMINIANO	2204352	48.092,56	52.901,81	57.711,07	62.520,33	69.495,63	74.212,67	74.212,67	75.476,22	81.985,34	81.985,34	81.985,34	81.985,34	146.104,74	988.669,06
PI	GILBUES	2204402	259.726,10	285.698,71	311.671,32	337.643,94	376.210,38	401.745,81	401.745,81	408.585,96	430.533,01	430.533,01	430.533,01	430.533,01	767.245,79	5.272.405,86
PI	GUADALUPE	2204501	223.299,29	245.629,23	267.959,15	290.289,08	323.400,69	345.351,64	345.351,64	351.231,63	370.776,54	370.776,54	370.776,54	370.776,54	660.754,75	4.536.373,26
PI	GUARIBAS	2204550	101.720,91	111.892,99	122.065,09	132.237,17	147.264,04	157.259,64	157.259,64	159.937,16	169.675,74	169.675,74	169.675,74	169.675,74	302.376,41	2.070.716,01
PI	HUGO NAPOLEAO	2204600	24.496,54	26.946,20	29.395,85	31.845,50	35.299,77	37.695,76	37.695,76	38.337,57	43.107,52	43.107,52	43.107,52	43.107,52	76.821,22	510.964,25
PI	ILHA GRANDE	2204659	117.979,45	129.777,39	141.575,33	153.373,28	170.623,59	182.204,74	182.204,74	185.306,97	199.230,97	199.230,97	199.230,97	199.230,97	355.046,26	2.415.015,63
PI	INHUMA	2204709	124.798,48	137.278,33	149.758,17	162.238,02	180.474,76	192.724,56	192.724,56	196.005,90	210.891,20	210.891,20	210.891,20	210.891,20	375.825,78	2.555.393,36
PI	IPIRANGA DO PIAUI	2204808	66.011,99	72.613,19	79.214,39	85.815,59	95.297,62	101.765,98	101.765,98	103.498,66	113.793,28	113.793,28	113.793,28	113.793,28	202.789,19	1.363.945,71
PI	ISAIAS COELHO	2204907	67.094,02	73.803,43	80.512,82	87.222,23	96.812,84	103.384,05	103.384,05	105.144,28	116.297,96	116.297,96	116.297,96	116.297,96	207.252,74	1.389.802,30
PI	ITAINOPOLIS	2205003	96.973,89	106.671,28	116.368,67	126.066,06	140.178,97	149.693,67	149.693,67	152.242,37	164.661,35	164.661,35	164.661,35	164.661,35	293.440,34	1.989.974,32
PI	ITAUEIRA	2205102	113.397,70	124.737,47	136.077,24	147.417,00	164.038,44	175.172,61	175.172,61	178.155,12	190.933,57	190.933,57	190.933,57	190.933,57	340.259,64	2.318.162,11
PI	JACOBINA DO PIAUI	2205151	277.382,14	305.120,37	332.858,58	360.596,79	402.158,14	429.454,79	429.454,79	436.766,72	454.705,60	454.705,60	454.705,60	454.705,60	810.323,37	5.602.938,09
PI	JAICOS	2205201	145.056,56	159.562,20	174.067,87	188.573,52	209.562,73	223.786,89	223.786,89	227.597,10	247.961,90	247.961,90	247.961,90	247.961,90	441.888,78	2.985.730,14
PI	JARDIM DO MULATO	2205250	39.919,23	43.911,15	47.903,07	51.894,99	57.681,66	61.596,83	61.596,83	62.645,58	68.095,34	68.095,34	68.095,34	68.095,34	121.351,62	820.882,32
PI	JATOBA DO PIAUI	2205276	94.838,95	104.322,84	113.806,74	123.290,63	137.260,44	146.577,05	146.577,05	149.072,68	158.747,96	158.747,96	158.747,96	158.747,96	282.902,16	1.933.640,38
PI	JERUMENHA	2205300	34.742,16	38.216,37	41.690,60	45.164,81	50.131,25	53.533,93	53.533,93	54.445,40	60.216,56	60.216,56	60.216,56	60.216,56	107.310,96	719.635,65
PI	JOAO COSTA	2205359	21.306,48	23.437,14	25.567,79	27.698,43	30.707,70	32.792,00	32.792,00	33.350,32	37.427,94	37.427,94	37.427,94	37.427,94	66.699,76	444.063,38
PI	JOAQUIM PIRES	2205409	149.746,53	164.721,17	179.695,82	194.670,48	216.432,18	231.122,60	231.122,60	235.057,71	254.697,49	254.697,49	254.697,49	254.697,49	453.892,20	3.075.251,25
PI	JOCA MARQUES	2205458	77.327,82	85.060,61	92.793,39	100.526,17	111.770,04	119.356,48	119.356,48	121.388,65	131.437,27	131.437,27	131.437,27	131.437,27	234.232,21	1.587.560,93
PI	JOSE DE FREITAS	2205508	466.577,80	513.235,57	559.893,36	606.551,13	674.875,34	720.682,78	720.682,78	732.953,18	786.490,40	786.490,40	786.490,40	786.490,40	1.401.591,60	9.543.005,14
PI	JUAZEIRO DO PIAUI	2205516	48.623,38	53.485,71	58.348,05	63.210,39	70.194,58	74.959,07	74.959,07	76.235,33	83.819,86	83.819,86	83.819,86	83.819,86	149.374,04	1.004.669,06
PI	JULIO BORGES	2205524	182.370,12	200.607,13	218.844,14	237.081,15	264.291,05	282.229,92	282.229,92	287.035,19	300.530,10	300.530,10	300.530,10	300.530,10	535.569,72	3.692.378,74
PI	JUREMA	2205532	59.807,47	65.788,21	71.768,97	77.749,71	86.404,31	92.269,04	92.269,04	93.840,02	102.226,78	102.226,78	102.226,78	102.226,78	182.176,67	1.230.980,56
PI	LAGOA ALEGRE	2205557	159.127,02	175.039,72	190.952,43	206.865,13	230.214,76	245.840,68	245.840,68	250.026,38	267.584,40	267.584,40	267.584,40	267.584,40	476.857,73	3.251.102,13

PI	LAGOA DE SAO FRANCISCO	2205573	94.251,97	103.677,16	113.102,35	122.527,56	136.202,51	145.447,31	145.447,31	147.923,71	160.610,45	160.610,45	160.610,45	160.610,45	286.221,30	1.937.242,98
PI	LAGOA DO PIAUI	2205581	65.184,81	71.703,29	78.221,77	84.740,26	94.295,39	100.695,72	100.695,72	102.410,18	109.747,16	109.747,16	109.747,16	109.747,16	195.578,65	1.332.514,43
PI	LAGOA DO SITIO	2205599	32.930,71	36.223,79	39.516,86	42.809,93	47.484,66	50.707,70	50.707,70	51.571,05	57.524,25	57.524,25	57.524,25	57.524,25	102.513,03	684.562,43
PI	LAGOINHA DO PIAUI	2205540	18.257,40	20.083,14	21.908,88	23.734,61	26.291,65	28.076,21	28.076,21	28.554,24	32.366,48	32.366,48	32.366,48	32.366,48	57.679,82	382.128,08
PI	LANDRI SALES	2205607	138.747,88	152.622,66	166.497,46	180.372,24	200.969,03	214.609,87	214.609,87	218.263,84	230.072,64	230.072,64	230.072,64	230.072,64	410.008,65	2.816.992,06
PI	LUIS CORREIA	2205706	-	-	-	-	610.929,57	652.396,66	652.396,66	663.504,42	800.798,12	800.798,12	800.798,12	800.798,12	1.427.089,19	7.209.508,98
PI	LUZILANDIA	2205805	660.697,39	726.767,13	792.836,87	858.906,61	957.329,75	1.022.308,90	1.022.308,90	1.039.714,81	1.090.873,29	1.090.873,29	1.090.873,29	1.090.873,29	1.944.027,35	13.388.390,87
PI	MADEIRO	2205854	197.717,50	217.489,25	237.260,99	257.032,75	286.077,45	305.495,07	305.495,07	310.696,45	332.033,95	332.033,95	332.033,95	332.033,95	591.712,23	4.037.112,56
PI	MANOEL EMIDIO	2205904	-	-	-	-	95.515,06	101.998,19	101.998,19	103.734,82	111.512,23	111.512,23	111.512,23	111.512,23	198.724,12	1.048.019,30
PI	MARCOLANDIA	2205953	97.641,83	107.406,01	117.170,20	126.934,37	140.952,06	150.519,24	150.519,24	153.081,99	168.422,72	168.422,72	168.422,72	168.422,72	300.143,38	2.018.059,20
PI	MARCOS PARENTE	2206001	33.048,52	36.353,37	39.658,23	42.963,07	47.619,08	50.851,25	50.851,25	51.717,04	58.213,89	58.213,89	58.213,89	58.213,89	103.742,02	689.659,39
PI	MASSAPE DO PIAUI	2206050	75.872,29	83.459,51	91.046,74	98.633,97	109.694,22	117.139,76	117.139,76	119.134,19	128.580,70	128.580,70	128.580,70	128.580,70	229.141,61	1.555.584,85
PI	MATIAS OLIMPIO	2206100	154.490,12	169.939,13	185.388,15	200.837,16	223.458,98	238.626,35	238.626,35	242.689,22	260.434,36	260.434,36	260.434,36	260.434,36	464.115,78	3.159.908,68
PI	MIGUEL ALVES	2206209	584.790,84	643.269,92	701.749,01	760.228,10	846.048,86	903.474,77	903.474,77	918.857,40	983.220,31	983.220,31	983.220,31	983.220,31	1.752.180,76	11.946.955,67
PI	MIGUEL LEAO	2206308	2.464,25	2.710,69	2.957,10	3.203,53	3.425,92	3.658,46	3.658,46	3.720,75	6.044,25	6.044,25	6.044,25	6.044,25	10.771,38	60.747,54
PI	MILTON BRANDAO	2206357	68.953,31	75.848,64	82.743,97	89.639,30	99.644,20	106.407,59	106.407,59	108.219,29	117.493,24	117.493,24	117.493,24	117.493,24	209.382,79	1.417.219,64
PI	MONSENHOR GIL	2206407	120.107,48	132.118,22	144.128,97	156.139,72	173.662,66	185.450,08	185.450,08	188.607,57	203.350,59	203.350,59	203.350,59	203.350,59	362.387,77	2.461.454,91
PI	MONSENHOR HIPOLITO	2206506	61.073,95	67.181,34	73.288,74	79.396,14	88.139,86	94.122,39	94.122,39	95.724,93	105.676,79	105.676,79	105.676,79	105.676,79	188.324,91	1.264.081,81
PI	MONTE ALEGRE DO PIAUI	2206605	113.169,27	124.486,19	135.803,12	147.120,05	163.326,12	174.411,95	174.411,95	177.381,50	195.762,49	195.762,49	195.762,49	195.762,49	348.865,14	2.342.025,25
PI	MORRO CABECA NO TEMPO	2206654	-	-	-	-	5.500,45	5.873,79	5.873,79	5.973,80	11.112,75	11.112,75	11.112,75	11.112,75	19.803,90	87.476,73
PI	MORRO DO CHAPEU DO PIAUI	2206670	163.664,50	180.030,95	196.397,40	212.763,86	236.984,77	253.070,20	253.070,20	257.379,00	272.409,19	272.409,19	272.409,19	272.409,19	485.455,90	3.328.453,54
PI	MURICI DOS PORTELAS	2206696	84.524,62	92.977,09	101.429,56	109.882,01	121.967,74	130.246,35	130.246,35	132.463,94	146.463,29	146.463,29	146.463,29	146.463,29	261.009,85	1.750.600,67
PI	NAZARE DO PIAUI	2206704	74.603,14	82.063,45	89.523,77	96.984,08	107.831,33	115.150,42	115.150,42	117.110,98	126.812,06	126.812,06	126.812,06	126.812,06	225.989,70	1.531.655,53
PI	NAZARIA	2206720	139.661,93	153.628,13	167.594,32	181.560,51	201.974,77	215.683,88	215.683,88	219.356,13	235.932,93	235.932,93	235.932,93	235.932,93	420.452,19	2.859.327,46
PI	NOSSA SENHORA DE NAZARE	2206753	354.096,93	389.506,62	424.916,31	460.326,00	513.438,42	548.288,26	548.288,26	557.623,46	579.689,97	579.689,97	579.689,97	579.689,97	1.033.055,96	7.148.300,10
PI	NOSSA SENHORA DOS REMEDIOS	2206803	502.178,57	552.396,42	602.614,29	652.832,14	727.957,30	777.367,69	777.367,69	790.603,21	824.825,11	824.825,11	824.825,11	824.825,11	1.469.907,25	10.152.525,00
PI	NOVO ORIENTE DO PIAUI	2206902	20.281,59	22.309,76	24.337,91	26.366,08	29.163,24	31.142,71	31.142,71	31.672,95	36.547,01	36.547,01	36.547,01	36.547,01	65.129,88	427.734,87
PI	NOVO SANTO ANTONIO	2206951	34.048,61	37.453,47	40.858,34	44.263,20	49.191,18	52.530,06	52.530,06	53.424,44	58.185,90	58.185,90	58.185,90	58.185,90	103.692,18	700.735,14
PI	OEIRAS	2207009	404.945,79	445.440,38	485.934,95	526.429,53	585.676,72	625.429,76	625.429,76	636.078,38	683.307,45	683.307,45	683.307,45	683.307,45	1.217.710,98	8.286.306,05
PI	OLHO DAGUA DO PIAUI	2207108	42.225,82	46.448,40	50.670,98	54.893,57	61.059,36	65.203,79	65.203,79	66.313,95	71.418,88	71.418,88	71.418,88	71.418,88	127.274,42	864.969,60
PI	PADRE MARCOS	2207207	124.450,46	136.895,52	149.340,56	161.785,60	180.122,28	192.348,15	192.348,15	195.623,09	208.244,44	208.244,44	208.244,44	208.244,44	371.109,02	2.537.000,59
PI	PAES LANDIM	2207306	40.913,18	45.004,50	49.095,82	53.187,14	59.079,49	63.089,54	63.089,54	64.163,70	70.315,01	70.315,01	70.315,01	70.315,01	125.307,27	844.190,22
PI	PAJEU DO PIAUI	2207355	12.866,03	14.152,64	15.439,23	16.725,84	18.481,09	19.735,50	19.735,50	20.071,52	23.446,21	23.446,21	23.446,21	23.446,21	41.783,15	272.775,34
PI	PALMEIRA DO PIAUI	2207405	48.357,89	53.193,67	58.029,47	62.865,25	69.873,99	74.616,71	74.616,71	75.887,14	82.506,58	82.506,58	82.506,58	82.506,58	147.033,68	994.500,83
PI	PALMEIRAIS	2207504	244.989,59	269.488,55	293.987,51	318.486,46	354.497,86	378.559,55	378.559,55	385.004,93	411.113,45	411.113,45	411.113,45	411.113,45	732.638,49	5.000.666,29
PI	PAQUETA	2207553	142.183,05	156.401,36	170.619,66	184.837,96	205.887,87	219.862,59	219.862,59	223.605,99	236.544,71	236.544,71	236.544,71	236.544,71	421.542,40	2.890.982,31
PI	PARNAGUA	2207603	-	-	-	-	173.338,81	185.104,25	185.104,25	188.255,85	202.350,57	202.350,57	202.350,57	202.350,57	360.605,68	1.901.811,12
PI	PARNAIBA	2207702	558.191,35	614.010,49	669.829,63	725.648,76	803.633,12	858.180,05	858.180,05	872.791,49	1.016.305,11	1.016.305,11	1.016.305,11	1.016.305,11	1.811.140,65	11.836.826,03
PI	PASSAGEM FRANCA DO PIAUI	2207751	79.510,42	87.461,46	95.412,50	103.363,55	115.001,19	122.806,95	122.806,95	124.897,87	134.103,86	134.103,86	134.103,86	134.103,86	238.984,31	1.626.660,64
PI	PATOS DO PIAUI	2207777	93.115,07	102.426,59	111.738,09	121.049,60	134.843,95	143.996,54	143.996,54	146.448,24	154.791,07	154.791,07	154.791,07	154.791,07	275.850,65	1.892.629,55
PI	PAU DARCO DO PIAUI	2207793	56.816,47	62.498,12	68.179,77	73.861,42	82.202,72	87.782,27	87.782,27	89.276,85	95.482,51	95.482,51	95.482,51	95.482,51	170.157,87	1.160.487,80
PI	PAULISTANA	2207801	279.803,98	307.784,38	335.764,77	363.745,18	404.621,71	432.085,57	432.085,57	439.442,30	472.979,27	472.979,27	472.979,27	472.979,27	842.888,55	5.730.139,09
PI	PEDRO II	2207900	356.885,82	392.574,40	428.262,99	463.951,57	515.740,00	550.746,06	550.746,06	560.123,10	608.042,55	608.042,55	608.042,55	608.042,55	1.083.582,64	7.334.782,84
PI	PEDRO LAURENTINO	2207934	7.254,78	7.980,26	8.705,73	9.431,22	10.346,61	11.048,89	11.048,89	11.237,01	14.235,58	14.235,58	14.235,58	14.235,58	25.369,03	159.364,74
PI	PICOS	2208007	250.360,58	275.396,65	300.432,70	325.468,76	360.310,18	384.766,38	384.766,38	391.317,44	446.878,30	446.878,30	446.878,30	446.878,30	796.374,48	5.256.706,75
PI	PIMENTEIRAS	2208106	107.027,44	117.730,20	128.432,94	139.135,68	154.742,77	165.246,00	165.246,00	168.059,49	181.308,22	181.308,22	181.308,22	181.308,22	323.106,41	2.193.959,81
PI	PIO IX	2208205	22.180,91	24.399,01	26.617,09	28.835,19	31.028,33	33.134,39	33.134,39	33.698,54	51.792,34	51.792,34	51.792,34	51.792,34	92.298,33	532.495,54
PI	PIRACURUCA	2208304	348.909,72	383.800,69	418.691,66	453.582,63	505.063,61	539.345,01	539.345,01	548.527,94	582.848,94	582.848,94	582.848,94	582.848,94	1.038.685,48	7.107.347,51
PI	PIRIPIRI	2208403	822.336,91	904.570,59	986.804,29	1.069.037,98	1.190.095,62	1.270.873,84	1.270.873,84	1.292.511,84	1.377.479,35	1.377.479,35	1.377.479,35	1.377.479,35	2.454.783,31	16.771.805,62
PI	PORTO	2208502	343.122,44	377.434,69	411.746,93	446.059,17	496.873,60	530.599,09	530.599,09	539.633,11	571.799,94	571.799,94	571.799,94	571.799,94	1.018.995,29	6.982.263,17
PI	PRATA DO PIAUI	2208601	11.305,70	12.436,28	13.566,84	14.697,41	16.138,40	17.233,80	17.233,80	17.527,22	21.987,09	21.987,09	21.987,09	21.987,09	39.182,85	247.270,66
PI	QUEIMADA NOVA	2208650	36.133,86	39.747,25	43.360,64	46.974,03	51.841,96	55.360,76	55.360,76	56.303,34	66.689,64	66.689,64	66.689,64	66.689,64	118.846,55	770.687,71
PI	REDENCAO DO GURGUEIA	2208700	224.727,62	247.200,39	269.673,14	292.145,91	325.594,84	347.694,72	347.694,72	353.614,60	371.434,51	371.434,51	371.434,51	371.434,51	661.927,33	4.556.011,31
PI	REGENERACAO	2208809	226.236,39	248.860,03	271.483,66	294.107,31	327.445,51	349.671,01	349.671,01	355.624,54	378.505,77	378.505,77	378.505,77	378.505,77	674.528,87	4.611.651,41
PI	RIACHO FRIO	2208858	39.409,46	43.350,40	47.291,34	51.232,30	56.808,77	60.664,69	60.664,69	61.697,57	69.086,52	69.086,52	69.086,52	69.086,52	123.117,99	820.583,29
PI	RIBEIRA DO PIAUI	2208874	33.094,21	36.403,63	39.713,05	43.022,47	47.743,92	50.984,55	50.984,55	51.852,62	57.488,79	57.488,79	57.488,79	57.488,79	102.449,83	686.203,99
PI	RIBEIRO GONCALVES	2208908	55.893,50	61.482,86	67.072,21	72.661,56	80.541,83	86.008,64	86.008,64	87.473,03	98.375,82	98.375,82	98.375,82	98.375,82	175.313,99	1.165.959,54
PI	RIO GRANDE DO PIAUI	2209005	61.527,86	67.680,65	73.833,43	79.986,22	88.971,70	95.010,69	95.010,69	96.628,35	104.048,92	104.048,92	104.048,92	104.048,92	185.423,88	1.260.269,15
PI	SANTA CRUZ DO PIAUI	2209104	85.626,89	94.189,58	102.752,27	111.314,95	123.996,69	132.413,02	132.413,02	134.667,49	142.387,93	142.387,93	142.387,93	142.387,93	253.747,24	1.740.672,87
PI	SANTA CRUZ DOS MILAGRES	2209153	4.711,02	5.182,12	5.653,22	6.124,32	6.549,57	6.994,12	6.994,12	7.113,21	11.553,86	11.553,86	11.553,86	11.553,86	20.589,99	116.127,13
PI	SANTA FILOMENA	2209203	38.286,13	42.114,76	45.943,37	49.771,98	55.082,07	58.820,79	58.820,79	59.822,28	68.584,07	68.584,07	68.584,07	68.584,07	122.222,56	805.221,01
PI	SANTA LUZ	2209302	52.350,80	57.585,88	62.820,96	68.056,03	75.635,75	80.769,56	80.769,56	82.144,75	89.424,71	89.424,71	89.424,71	89.424,71	159.362,33	1.077.194,46
PI	SANTA ROSA DO PIAUI	2209377	39.985,51	43.984,06	47.982,62	51.981,16	57.730,91	61.649,42	61.649,42	62.699,07	68.843,62	68.843,62	68.843,62	68.843,62	122.685,12	825.721,77
PI	SANTANA DO PIAUI	2209351	62.548,75	68.803,63	75.058,50	81.313,37	90.489,32	96.631,32	96.631,32	98.276,57	105.210,44	105.210,44	105.210,44	105.210,44	187.493,84	1.278.088,38
PI	SANTO ANTONIO DE LISBOA	2209401	35.338,60	38.872,45	42.406,32	45.940,17	51.034,91	54.498,93	54.498,93	55.426,83	60.662,77	60.662,77	60.662,77	60.662,77	108.106,16	728.774,38
PI	SANTO ANTONIO DOS MILAGRES	2209450	42.696,38	46.966,02	51.235,66	55.505,29	61.769,91	65.962,57	65.962,57	67.085,65	71.803,68	71.803,68	71.803,68	71.803,68	127.960,17	872.358,94
PI	SANTO INACIO DO PIAUI	2209500	-	-	-	-	-	-	-	-	935,29	935,29	935,29	935,29	1.666,82	5.407,98
PI	SAO BRAZ DO PIAUI	2209559	-	-	-	-	97.407,37	104.018,94	104.018,94	105.789,97	112.666,44	112.666,44	112.666,44	112.666,44	200.781,02	1.062.682,00
PI	SAO FELIX DO PIAUI	2209609	23.287,04	25.615,74	27.944,44	30.273,14	33.592,26	35.872,35	35.872,35	36.483,12	40.495,79	40.495,79	40.495,79	40.495,79	72.166,89	483.090,49
PI	SAO FRANCISCO DE ASSIS DO PIAUI	2209658	51.561,63	56.717,81	61.873,96	67.030,13	74.443,19	79.496,05	79.496,05	80.849,55	88.791,99	88.791,99	88.791,99	88.791,99	158.234,80	1.064.871,13

PI	SAO FRANCISCO DO PIAUI	2209708	7.171,36	7.888,50	8.605,64	9.322,78	9.934,45	10.608,75	10.608,75	10.789,38	18.074,74	18.074,74	18.074,74	18.074,74	32.210,72	179.439,29
PI	SAO GONCALO DO PIAUI	2209807	70.746,35	77.821,00	84.895,62	91.970,27	102.413,03	109.364,36	109.364,36	111.226,40	118.122,41	118.122,41	118.122,41	118.122,41	210.504,06	1.440.795,09
PI	SAO JOAO DA CANABRAVA	2209856	104.168,08	114.584,88	125.001,69	135.418,51	150.754,28	160.986,78	160.986,78	163.727,76	174.475,88	174.475,88	174.475,88	174.475,88	310.930,65	2.124.462,93
PI	SAO JOAO DA FRONTEIRA	2209872	67.696,26	74.465,89	81.235,51	88.005,15	97.854,01	104.495,89	104.495,89	106.275,05	114.991,35	114.991,35	114.991,35	114.991,35	204.924,20	1.389.413,25
PI	SAO JOAO DA SERRA	2209906	78.348,73	86.183,61	94.018,48	101.853,36	113.391,44	121.087,93	121.087,93	123.149,58	131.182,51	131.182,51	131.182,51	131.182,51	233.778,22	1.597.629,32
PI	SAO JOAO DA VARJOTA	2209955	55.917,46	61.509,21	67.100,96	72.692,70	80.868,18	86.357,15	86.357,15	87.827,47	94.433,71	94.433,71	94.433,71	94.433,71	168.288,79	1.144.653,91
PI	SAO JOAO DO ARRAIAL	2209971	269.256,74	296.182,42	323.108,10	350.033,77	389.997,87	416.469,14	416.469,14	423.559,97	446.570,81	446.570,81	446.570,81	446.570,81	795.826,50	5.467.186,89
PI	SAO JOAO DO PIAUI	2210003	187.651,03	206.416,14	225.181,25	243.946,34	271.126,39	289.529,20	289.529,20	294.458,75	320.397,52	320.397,52	320.397,52	320.397,52	570.975,13	3.860.403,51
PI	SAO JOSE DO DIVINO	2210052	56.454,91	62.100,40	67.745,88	73.391,38	81.596,10	87.134,47	87.134,47	88.618,02	96.015,00	96.015,00	96.015,00	96.015,00	171.106,80	1.159.342,43
PI	SAO JOSE DO PEIXE	2210102	4.320,65	4.752,72	5.184,79	5.616,85	6.028,34	6.437,52	6.437,52	6.547,13	10.303,19	10.303,19	10.303,19	10.303,19	18.361,16	104.899,44
PI	SAO JOSE DO PIAUI	2210201	39.794,86	43.774,35	47.753,82	51.733,32	57.458,04	61.358,03	61.358,03	62.402,71	68.482,72	68.482,72	68.482,72	68.482,72	122.041,96	821.606,00
PI	SAO JULIAO	2210300	35.325,91	38.858,50	42.391,08	45.923,69	50.958,18	54.416,99	54.416,99	55.343,50	61.438,37	61.438,37	61.438,37	61.438,37	109.488,32	732.876,64
PI	SAO LOURENCO DO PIAUI	2210359	66.145,41	72.759,96	79.374,50	85.989,05	95.636,31	102.127,66	102.127,66	103.866,50	112.029,02	112.029,02	112.029,02	112.029,02	199.645,11	1.355.788,24
PI	SAO LUIS DO PIAUI	2210375	20.483,64	22.532,00	24.580,37	26.628,73	29.568,54	31.575,51	31.575,51	32.113,12	35.344,16	35.344,16	35.344,16	35.344,16	62.986,25	423.420,31
PI	SAO MIGUEL DO FIDALGO	2210391	15.756,30	17.331,93	18.907,56	20.483,20	22.660,42	24.198,51	24.198,51	24.610,51	28.335,52	28.335,52	28.335,52	28.335,52	50.496,29	331.985,31
PI	SAO MIGUEL DO TAPUIO	2210409	187.138,33	205.852,18	224.566,00	243.279,84	270.517,58	288.879,07	288.879,07	293.797,55	317.720,47	317.720,47	317.720,47	317.720,47	566.204,43	3.839.995,93
PI	SAO PEDRO DO PIAUI	2210508	177.124,61	194.837,06	212.549,53	230.261,99	256.118,86	273.503,04	273.503,04	278.159,72	299.673,25	299.673,25	299.673,25	299.673,25	534.042,76	3.628.793,61
PI	SAO RAIMUNDO NONATO	2210607	479.207,26	527.127,99	575.048,72	622.969,44	693.804,42	740.896,68	740.896,68	753.511,24	798.750,23	798.750,23	798.750,23	798.750,23	1.423.439,65	9.751.903,00
PI	SEBASTIAO LEAL	2210631	25.493,12	28.042,43	30.591,74	33.141,06	36.671,19	39.160,26	39.160,26	39.827,00	45.744,11	45.744,11	45.744,11	45.744,11	81.519,87	536.583,37
PI	SIGEFREDO PACHECO	2210656	46.565,38	51.221,92	55.878,45	60.535,00	66.978,42	71.524,61	71.524,61	72.742,39	83.619,22	83.619,22	83.619,22	83.619,22	149.016,48	980.464,14
PI	SIMOES	2210706	172.132,32	189.345,56	206.558,79	223.772,02	248.634,45	265.510,61	265.510,61	270.031,22	294.853,99	294.853,99	294.853,99	294.853,99	525.454,41	3.546.365,95
PI	SIMPLICIO MENDES	2210805	235.049,60	258.554,55	282.059,51	305.564,47	340.422,23	363.528,53	363.528,53	369.717,99	390.235,71	390.235,71	390.235,71	390.235,71	695.432,62	4.774.800,87
PI	SUSSUAPARA	2210938	30.032,22	33.035,44	36.038,66	39.041,89	43.249,46	46.185,03	46.185,03	46.971,38	53.221,38	53.221,38	53.221,38	53.221,38	94.844,98	628.469,61
PI	TAMBORIL DO PIAUI	2210953	23.095,48	25.405,03	27.714,58	30.024,13	33.319,07	35.580,62	35.580,62	36.186,42	40.119,89	40.119,89	40.119,89	40.119,89	71.497,05	478.882,56
PI	TANQUE DO PIAUI	2210979	12.833,99	14.117,37	15.400,78	16.684,18	18.427,93	19.678,73	19.678,73	20.013,78	23.485,12	23.485,12	23.485,12	23.485,12	41.852,49	272.628,46
PI	UNIAO	2211100	616.661,82	678.328,01	739.994,19	801.660,37	892.415,08	952.988,11	952.988,11	969.213,76	1.033.300,69	1.033.300,69	1.033.300,69	1.033.300,69	1.841.428,20	12.578.880,41
PI	URUCUI	2211209	172.048,03	189.252,84	206.457,65	223.662,44	248.143,87	264.986,73	264.986,73	269.498,42	299.745,18	299.745,18	299.745,18	299.745,18	534.170,96	3.572.188,39
PI	VALENCA DO PIAUI	2211308	135.072,98	148.580,27	162.087,57	175.594,86	194.986,87	208.221,69	208.221,69	211.766,89	232.979,27	232.979,27	232.979,27	232.979,27	415.188,53	2.791.638,43
PI	VARZEA BRANCA	2211357	33.437,93	36.781,73	40.125,51	43.469,31	48.178,72	51.448,87	51.448,87	52.324,84	58.919,81	58.919,81	58.919,81	58.919,81	105.000,06	697.895,08
PI	VARZEA GRANDE	2211407	38.908,62	42.799,48	46.690,35	50.581,20	56.232,58	60.049,39	60.049,39	61.071,79	66.218,41	66.218,41	66.218,41	66.218,41	118.006,78	799.263,22
PI	VERA MENDES	2211506	8.591,88	9.451,08	10.310,27	11.169,45	12.156,28	12.981,39	12.981,39	13.202,41	18.187,47	18.187,47	18.187,47	18.187,47	32.411,64	196.005,67
PI	VILA NOVA DO PIAUI	2211605	34.844,62	38.329,08	41.813,54	45.298,00	50.356,71	53.774,70	53.774,70	54.690,27	59.334,33	59.334,33	59.334,33	59.334,33	105.738,77	715.957,71
PI	WALL FERRAZ	2211704	103.720,77	114.092,85	124.464,93	134.837,00	150.281,32	160.481,72	160.481,72	163.214,10	171.345,78	171.345,78	171.345,78	171.345,78	305.352,51	2.102.310,04
PR	ALTO PARANA	4100608	5.339,77	5.873,75	6.407,73	6.941,70	7.037,66	7.515,35	7.515,35	7.643,30	18.366,40	18.366,40	18.366,40	18.366,40	32.730,49	160.470,70
PR	BELA VISTA DO PARAISO	4102802	1.300,65	1.430,71	1.560,78	1.690,85	1.303,96	1.392,47	1.392,47	1.416,18	10.074,62	10.074,62	10.074,62	10.074,62	17.953,83	69.740,38
PR	BITURUNA	4102901	33.546,80	36.901,48	40.256,16	43.610,83	47.917,24	51.169,64	51.169,64	52.040,86	64.822,97	64.822,97	64.822,97	64.822,97	115.520,00	731.424,53
PR	BOCAIUVA DO SUL	4103107	15.862,44	17.448,68	19.034,93	20.621,18	22.364,87	23.882,89	23.882,89	24.289,53	34.645,50	34.645,50	34.645,50	34.645,50	61.741,20	367.710,61
PR	CALIFORNIA	4103503	1.338,98	1.472,89	1.606,79	1.740,68	1.493,24	1.594,59	1.594,59	1.621,74	8.312,28	8.312,28	8.312,28	8.312,28	14.813,20	60.525,82
PR	CAMBIRA	4103800	28.519,88	31.371,85	34.223,85	37.075,83	40.962,59	43.742,94	43.742,94	44.487,72	52.028,47	52.028,47	52.028,47	52.028,47	92.719,12	604.960,60
PR	CAMPO DO TENENTE	4104105	4.187,94	4.606,73	5.025,52	5.444,32	5.648,75	6.032,16	6.032,16	6.134,86	12.641,10	12.641,10	12.641,10	12.641,10	22.527,51	116.204,35
PR	CAMPO LARGO	4104204	76.697,30	84.367,02	92.036,75	99.706,49	105.685,63	112.859,09	112.859,09	114.780,63	200.991,09	200.991,09	200.991,09	200.991,09	358.182,95	1.961.139,31
PR	CANTAGALO	4104451	24.910,48	27.401,54	29.892,58	32.383,64	35.583,33	37.998,56	37.998,56	38.645,53	48.108,49	48.108,49	48.108,49	48.108,49	85.733,39	542.981,57
PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	4104600	-	-	-	-	-	-	-	-	1.512,41	1.512,41	1.512,41	1.512,41	2.695,26	8.744,90
PR	COLOMBO	4105805	567.748,97	624.523,87	681.298,76	738.073,67	813.476,70	868.691,76	868.691,76	883.482,18	1.062.651,87	1.062.651,87	1.062.651,87	1.062.651,87	1.893.734,43	12.190.329,58
PR	FAZENDA RIO GRANDE	4107652	198.575,44	218.432,99	238.290,53	258.148,07	282.124,08	301.273,36	301.273,36	306.402,86	404.396,35	404.396,35	404.396,35	404.396,35	720.668,08	4.442.774,17
PR	FLORESTA	4107900	74.052,45	81.457,69	88.862,94	96.268,18	106.988,95	114.250,87	114.250,87	116.196,11	126.509,54	126.509,54	126.509,54	126.509,54	225.450,63	1.523.816,85
PR	GUARAQUECABA	4109500	19.892,39	21.881,62	23.870,86	25.860,10	28.545,04	30.482,55	30.482,55	31.001,55	36.644,99	36.644,99	36.644,99	36.644,99	65.304,47	423.901,09
PR	IMBITUVA	4110102	18.350,06	20.185,07	22.020,08	23.855,08	25.151,34	26.858,49	26.858,49	27.315,79	49.920,92	49.920,92	49.920,92	49.920,92	88.963,26	479.241,34
PR	ITAIPULANDIA	4110953	32.891,47	36.180,62	39.469,77	42.758,92	47.031,00	50.223,25	50.223,25	51.078,35	62.876,76	62.876,76	62.876,76	62.876,76	112.051,66	713.415,33
PR	ITAPEJARA DOESTE	4111209	26.460,42	29.106,48	31.752,51	34.398,56	37.816,91	40.383,75	40.383,75	41.071,33	50.834,59	50.834,59	50.834,59	50.834,59	90.591,51	575.303,58
PR	ITAPERUCU	4111258	102.273,77	112.501,15	122.728,52	132.955,91	147.267,42	157.263,26	157.263,26	159.940,84	181.479,29	181.479,29	181.479,29	181.479,29	323.411,30	2.141.522,59
PR	IVATE	4111555	9.533,33	10.486,65	11.439,99	12.393,33	13.504,22	14.420,82	14.420,82	14.666,35	19.962,71	19.962,71	19.962,71	19.962,71	35.575,25	216.291,60
PR	LARANJAL	4113254	5.563,19	6.119,51	6.675,83	7.232,15	7.770,27	8.297,68	8.297,68	8.438,96	13.153,02	13.153,02	13.153,02	13.153,02	23.439,79	134.447,14
PR	LOANDA	4113502	-	-	-	-	-	-	-	-	12.960,62	12.960,62	12.960,62	12.960,62	23.096,92	74.939,40
PR	MANDAGUACU	4114104	112.609,71	123.870,68	135.131,66	146.392,63	162.039,51	173.038,00	173.038,00	175.984,16	201.335,11	201.335,11	201.335,11	201.335,11	358.796,04	2.366.240,83
PR	MANDAGUARI	4114203	36.848,64	40.533,51	44.218,38	47.903,24	51.836,35	55.354,76	55.354,76	56.297,24	82.086,38	82.086,38	82.086,38	82.086,38	146.284,82	862.977,22
PR	NOVA LONDRINA	4117107	3.392,94	3.732,23	4.071,53	4.410,82	4.325,37	4.618,96	4.618,96	4.697,60	13.669,15	13.669,15	13.669,15	13.669,15	24.359,58	112.904,59
PR	PAICANDU	4117503	44.025,84	48.428,43	52.831,01	57.233,59	61.883,69	66.084,07	66.084,07	67.209,22	98.744,97	98.744,97	98.744,97	98.744,97	175.971,80	1.034.731,60
PR	PARAISO DO NORTE	4118006	19.124,53	21.036,98	22.949,43	24.861,89	27.050,89	28.886,98	28.886,98	29.378,81	40.586,34	40.586,34	40.586,34	40.586,34	72.328,28	436.850,13
PR	PEABIRU	4118808	16.326,39	17.959,04	19.591,68	21.224,32	23.008,68	24.570,41	24.570,41	24.988,75	35.799,90	35.799,90	35.799,90	35.799,90	63.798,47	379.237,75
PR	PIEN	4119103	15.992,36	17.591,59	19.190,83	20.790,06	22.500,23	24.027,45	24.027,45	24.436,54	35.581,89	35.581,89	35.581,89	35.581,89	63.409,93	374.294,00
PR	PIRAQUARA	4119509	267.403,60	294.143,96	320.884,32	347.624,68	383.532,72	409.565,16	409.565,16	416.538,45	495.118,02	495.118,02	495.118,02	495.118,02	882.341,70	5.712.071,83
PR	QUEDAS DO IGUACU	4120903	20.868,21	22.955,05	25.041,86	27.128,69	28.919,70	30.882,64	30.882,64	31.408,45	52.445,29	52.445,29	52.445,29	52.445,29	93.461,93	521.330,33
PR	QUERENCIA DO NORTE	4121000	5.774,51	6.351,95	6.929,41	7.506,86	7.788,43	8.317,08	8.317,08	8.458,68	17.434,19	17.434,19	17.434,19	17.434,19	31.069,24	160.250,00
PR	REBOUCAS	4121505	17.226,14	18.948,76	20.671,37	22.393,99	24.333,38	25.985,02	25.985,02	26.427,45	36.998,76	36.998,76	36.998,76	36.998,76	65.934,90	395.901,07
PR	RIBEIRAO DO PINHAL	4121901	104.624,48	115.086,93	125.549,37	136.011,83	151.266,58	161.533,86	161.533,86	164.284,15	177.263,81	177.263,81	177.263,81	177.263,81	315.898,94	2.144.845,24
PR	RONDON	4122602	54.395,34	59.834,86	65.274,41	70.713,93	78.589,06	83.923,33	83.923,33	85.352,21	92.925,42	92.925,42	92.925,42	92.925,42	165.600,92	1.119.309,07
PR	SALTO DO ITARARE	4122909	11.127,22	12.239,95	13.352,67	14.465,40	15.916,98	16.997,36	16.997,36	17.286,76	21.184,68	21.184,68	21.184,68	21.184,68	37.752,92	240.875,34
PR	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	4123303	15.347,43	16.882,18	18.416,91	19.951,67	21.851,18	23.334,34	23.334,34	23.731,63	30.620,35	30.620,35	30.620,35	30.620,35	54.568,05	339.899,13
PR	SANTA TEREZA DO OESTE	4124020	36.764,89	40.441,38	44.117,86	47.794,35	52.663,59	56.238,15	56.238,15	57.195,67	68.997,16	68.997,16	68.997,16	68.997,16	122.958,76	790.401,44
PR	SANTANA DO ITARARE	4124004	4.581,86	5.040,05	5.498,23	5.956,42	6.401,76	6.836,28	6.836,28	6.952,68	10.803,62	10.803,62	10.803,62	10.803,62	19.252,97	110.571,01
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	4124400	36.439,45	40.083,40	43.727,35	47.371,29	51.973,35	55.501,06	55.501,06	56.446,03	71.445,68	71.445,68	71.445,68	71.445,68	127.322,21	800.147,92

PR	SARANDI	4126256	576.669,80	634.336,78	692.003,76	749.670,74	832.988,01	889.527,41	889.527,41	904.672,57	987.474,30	987.474,30	987.474,30	987.474,30	1.759.761,73	11.879.055,41
PR	SENGES	4126306	28.632,63	31.495,90	34.359,17	37.222,42	40.676,75	43.437,70	43.437,70	44.177,27	58.347,98	58.347,98	58.347,98	58.347,98	103.980,99	640.812,45
PR	SIQUEIRA CAMPOS	4126603	65.956,51	72.552,16	79.147,81	85.743,46	94.691,62	101.118,86	101.118,86	102.840,51	120.877,53	120.877,53	120.877,53	120.877,53	215.413,90	1.402.093,81
PR	TIJUCAS DO SUL	4127601	2.042,90	2.247,19	2.451,48	2.655,77	2.120,26	2.264,18	2.264,18	2.302,73	14.838,90	14.838,90	14.838,90	14.838,90	26.444,19	104.148,48
PR	TUNAS DO PARANA	4127882	11.633,36	12.796,69	13.960,02	15.123,36	16.534,74	17.657,04	17.657,04	17.957,67	23.598,71	23.598,71	23.598,71	23.598,71	42.054,93	259.769,69
PR	TUNEIRAS DO OESTE	4127908	-	-	-	-	-	-	-	-	3.834,48	3.834,48	3.834,48	3.834,48	6.833,42	22.171,34
RJ	BARRA DO PIRAI	3300308	65.156,80	71.672,48	78.188,16	84.703,84	91.051,79	97.231,97	97.231,97	98.887,45	153.430,37	153.430,37	153.430,37	153.430,37	273.425,79	1.571.271,73
RJ	BELFORD ROXO	3300456	2.219.161,98	2.441.078,17	2.662.994,37	2.884.910,57	3.207.087,60	3.424.769,97	3.424.769,97	3.483.080,37	3.778.840,06	3.778.840,06	3.778.840,06	3.778.840,06	6.734.208,87	45.597.422,11
RJ	BOM JESUS DO ITABAPOANA	3300605	138.407,35	152.248,09	166.088,82	179.929,55	199.235,29	212.758,45	212.758,45	216.380,89	246.444,16	246.444,16	246.444,16	246.444,16	439.184,05	2.902.767,58
RJ	CAMBUCI	3300902	21.800,01	23.980,01	26.160,02	28.340,01	30.988,79	33.092,16	33.092,16	33.655,59	44.168,22	44.168,22	44.168,22	44.168,22	78.711,48	486.493,11
RJ	CAMPOS DOS GOYTACAZES	3301009	331.673,22	364.840,54	398.007,86	431.175,19	459.726,56	490.930,69	490.930,69	499.289,31	832.383,03	832.383,03	832.383,03	832.383,03	1.483.376,13	8.279.482,31
RJ	CARDOSO MOREIRA	3301157	16.598,14	18.257,94	19.917,76	21.577,57	23.266,96	24.846,21	24.846,21	25.269,25	38.097,94	38.097,94	38.097,94	38.097,94	67.893,72	394.865,52
RJ	CASIMIRO DE ABREU	3301306	20.544,98	22.599,47	24.653,98	26.708,47	26.879,35	28.703,79	28.703,79	29.192,51	73.373,28	73.373,28	73.373,28	73.373,28	130.757,32	632.236,78
RJ	CONCEICAO DE MACABU	3301405	63.304,88	69.635,36	75.965,85	82.296,34	90.776,92	96.938,45	96.938,45	98.588,93	117.490,18	117.490,18	117.490,18	117.490,18	209.377,35	1.353.783,25
RJ	CORDEIRO	3301504	21.080,47	23.188,52	25.296,56	27.404,62	29.572,22	31.579,44	31.579,44	32.117,12	48.086,01	48.086,01	48.086,01	48.086,01	85.693,34	499.855,77
RJ	DUAS BARRAS	3301603	10.884,79	11.973,27	13.061,75	14.150,22	15.037,55	16.058,23	16.058,23	16.331,64	27.995,07	27.995,07	27.995,07	27.995,07	49.889,56	275.425,52
RJ	ITALVA	3302056	11.731,98	12.905,16	14.078,37	15.251,56	16.370,06	17.481,18	17.481,18	17.778,82	27.960,71	27.960,71	27.960,71	27.960,71	49.828,33	284.749,48
RJ	LAJE DO MURIAE	3302304	11.581,41	12.739,55	13.897,70	15.055,83	16.396,06	17.508,95	17.508,95	17.807,06	24.378,72	24.378,72	24.378,72	24.378,72	43.444,95	263.455,34
RJ	MAGE	3302502	-	-	-	-	4.379.405,41	4.676.659,32	4.676.659,32	4.756.284,49	5.066.573,10	5.066.573,10	5.066.573,10	5.066.573,10	9.029.056,79	47.784.357,73
RJ	MENDES	3302809	42.434,81	46.678,29	50.921,77	55.165,26	60.614,88	64.729,14	64.729,14	65.831,22	81.966,46	81.966,46	81.966,46	81.966,46	146.071,13	925.041,48
RJ	MESQUITA	3302858	215.623,26	237.185,58	258.747,90	280.310,23	307.705,81	328.591,47	328.591,47	334.186,09	420.529,72	420.529,72	420.529,72	420.529,72	749.419,11	4.722.479,80
RJ	PATY DO ALFERES	3303856	81.376,21	89.513,84	97.651,45	105.789,08	116.418,66	124.320,62	124.320,62	126.437,31	154.741,91	154.741,91	154.741,91	154.741,91	275.763,04	1.760.558,47
RJ	PINHEIRAL	3303955	60.977,10	67.074,82	73.172,53	79.270,24	87.084,94	92.995,86	92.995,86	94.579,22	118.003,69	118.003,69	118.003,69	118.003,69	210.292,49	1.330.457,82
RJ	QUATIS	3304128	-	-	-	-	9.099,45	9.717,08	9.717,08	9.882,53	23.791,32	23.791,32	23.791,32	23.791,32	42.398,17	175.979,59
RJ	SANTO ANTONIO DE PADUA	3304706	290,68	319,75	348,82	377,88	- 1.337,13	-	-	-	28.654,24	28.654,24	28.654,24	28.654,24	51.064,30	165.681,26
RJ	SAO FIDELIS	3304805	277.499,65	305.249,61	332.999,58	360.749,54	401.082,32	428.305,94	428.305,94	435.598,31	566.603,22	566.603,22	566.603,22	566.603,22	1.009.734,30	6.245.938,07
RJ	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	3304755	357.668,19	393.435,00	429.201,81	464.968,64	515.852,47	550.866,16	550.866,16	560.245,25	623.275,67	623.275,67	623.275,67	623.275,67	1.110.729,33	7.426.935,69
RJ	SEROPEDICA	3305554	-	-	-	-	-	-	-	-	1.871,03	1.871,03	1.871,03	1.871,03	3.334,37	10.818,49
RJ	TANGUA	3305752	142.051,90	156.257,08	170.462,28	184.667,46	204.175,35	218.033,83	218.033,83	221.746,08	257.114,06	257.114,06	257.114,06	257.114,06	458.198,71	3.002.082,76
RJ	TRES RIOS	3306008	21.415,05	23.556,56	25.698,07	27.839,57	26.998,49	28.831,03	28.831,03	29.321,91	90.395,24	90.395,24	90.395,24	90.395,24	161.091,91	735.164,58
RJ	VALENCA	3306107	99.126,21	109.038,83	118.951,45	128.864,08	140.183,53	149.698,54	149.698,54	152.247,32	210.730,35	210.730,35	210.730,35	210.730,35	375.539,12	2.266.269,02
RN	ACARI	2400109	68.264,53	75.090,99	81.917,44	88.743,89	98.600,41	105.292,95	105.292,95	107.085,67	116.980,99	116.980,99	116.980,99	116.980,99	208.469,94	1.406.682,73
RN	ACU	2400208	165.805,91	182.386,51	198.967,10	215.547,70	238.398,26	254.579,64	254.579,64	258.914,13	299.008,91	299.008,91	299.008,91	299.008,91	532.858,86	3.498.073,39
RN	AFONSO BEZERRA	2400307	-	-	-	-	173.218,88	184.976,18	184.976,18	188.125,60	200.415,96	200.415,96	200.415,96	200.415,96	357.158,03	1.890.118,71
RN	AGUA NOVA	2400406	24.285,17	26.713,68	29.142,20	31.570,72	35.037,99	37.416,20	37.416,20	38.053,25	42.151,17	42.151,17	42.151,17	42.151,17	75.116,93	503.357,02
RN	ALEXANDRIA	2400505	63.924,34	70.316,78	76.709,21	83.101,65	92.163,02	98.418,63	98.418,63	100.094,31	111.843,52	111.843,52	111.843,52	111.843,52	199.314,53	1.329.835,18
RN	ALMINO AFONSO	2400604	4.648,09	5.112,90	5.577,71	6.042,52	6.577,10	7.023,53	7.023,53	7.143,11	9.829,23	9.829,23	9.829,23	9.829,23	17.516,55	105.981,96
RN	ALTO DO RODRIGUES	2400703	43.717,20	48.088,91	52.460,64	56.832,35	62.586,67	66.834,76	66.834,76	67.972,70	82.532,17	82.532,17	82.532,17	82.532,17	147.079,26	942.535,93
RN	ANGICOS	2400802	46.910,16	51.601,18	56.292,19	60.983,21	67.663,94	72.256,66	72.256,66	73.486,91	81.649,85	81.649,85	81.649,85	81.649,85	145.506,89	973.557,20
RN	ANTONIO MARTINS	2400901	13.379,07	14.716,99	16.054,89	17.392,80	19.122,39	20.420,34	20.420,34	20.768,01	25.687,05	25.687,05	25.687,05	25.687,05	45.776,50	290.799,53
RN	APODI	2401008	77.161,53	84.877,69	92.593,84	100.310,00	110.871,37	118.396,81	118.396,81	120.412,65	140.142,34	140.142,34	140.142,34	140.142,34	249.745,39	1.633.335,45
RN	AREIA BRANCA	2401107	43.505,42	47.855,96	52.206,50	56.557,05	61.880,03	66.080,17	66.080,17	67.205,25	87.640,49	87.640,49	87.640,49	87.640,49	156.182,68	968.115,19
RN	ARES	2401206	-	-	-	-	332.245,39	354.796,68	354.796,68	360.837,48	382.123,07	382.123,07	382.123,07	382.123,07	680.975,21	3.612.143,72
RN	AUGUSTO SEVERO	2401305	43.712,21	48.083,43	52.454,65	56.825,88	62.983,95	67.259,01	67.259,01	68.404,17	77.001,44	77.001,44	77.001,44	77.001,44	137.223,02	912.211,09
RN	BAIA FORMOSA	2401404	62.862,95	69.149,25	75.435,54	81.721,84	90.748,26	96.907,84	96.907,84	98.557,80	108.409,63	108.409,63	108.409,63	108.409,63	193.195,08	1.299.124,92
RN	BARAUNA	2401453	209.140,56	230.054,62	250.968,68	271.882,74	302.103,58	322.608,98	322.608,98	328.101,75	358.069,44	358.069,44	358.069,44	358.069,44	638.109,66	4.307.857,31
RN	BARCELONA	2401503	57.377,42	63.115,17	68.852,90	74.590,65	82.976,48	88.608,55	88.608,55	90.117,20	96.941,69	96.941,69	96.941,69	96.941,69	172.758,23	1.174.771,91
RN	BENTO FERNANDES	2401602	85.089,51	93.598,46	102.107,42	110.616,36	123.164,71	131.524,56	131.524,56	133.763,91	142.228,96	142.228,96	142.228,96	142.228,96	253.463,93	1.733.769,26
RN	BODO	2401651	15.628,12	17.190,93	18.753,74	20.316,56	22.379,80	23.898,84	23.898,84	24.305,74	29.419,38	29.419,38	29.419,38	29.419,38	52.427,81	336.477,90
RN	BOM JESUS	2401701	149.239,87	164.163,86	179.087,86	194.011,83	216.018,93	230.681,30	230.681,30	234.608,90	249.480,38	249.480,38	249.480,38	249.480,38	444.594,88	3.041.010,25
RN	BREJINHO	2401800	59.906,68	65.897,35	71.888,02	77.878,69	86.366,41	92.228,57	92.228,57	93.798,86	104.870,64	104.870,64	104.870,64	104.870,64	186.888,28	1.246.563,99
RN	CAICARA DO RIO DO VENTO	2401909	2.262,43	2.488,67	2.714,91	2.941,15	3.055,19	3.262,56	3.262,56	3.318,11	6.779,87	6.779,87	6.779,87	6.779,87	12.082,33	62.507,39
RN	CAICO	2402006	14.052,73	15.458,00	16.863,28	18.268,55	18.395,30	19.643,89	19.643,89	19.978,35	50.052,43	50.052,43	50.052,43	50.052,43	89.197,66	431.711,37
RN	CAMPO REDONDO	2402105	83.224,33	91.546,75	99.869,20	108.191,62	119.860,28	127.995,85	127.995,85	130.175,12	147.365,85	147.365,85	147.365,85	147.365,85	262.618,28	1.740.940,68
RN	CANGUARETAMA	2402204	382.099,17	420.309,08	458.519,00	496.728,92	552.656,41	590.168,19	590.168,19	600.216,44	644.442,26	644.442,26	644.442,26	644.442,26	1.148.449,93	7.817.084,37
RN	CARAUBAS	2402303	155.779,32	171.357,25	186.935,18	202.513,11	225.129,50	240.410,26	240.410,26	244.503,50	265.259,05	265.259,05	265.259,05	265.259,05	472.713,80	3.200.788,38
RN	CARNAUBA DOS DANTAS	2402402	63.723,43	70.095,77	76.468,11	82.840,46	92.138,75	98.392,70	98.392,70	100.067,95	107.868,66	107.868,66	107.868,66	107.868,66	192.230,98	1.305.825,49
RN	CARNAUBAIS	2402501	45.823,18	50.405,50	54.987,81	59.570,14	65.931,50	70.406,63	70.406,63	71.605,38	82.004,62	82.004,62	82.004,62	82.004,62	146.139,12	963.294,37
RN	CEARA MIRIM	2402600	567.196,18	623.915,80	680.635,41	737.355,04	819.479,31	875.101,80	875.101,80	890.001,35	968.852,44	968.852,44	968.852,44	968.852,44	1.726.576,03	11.670.772,48
RN	CERRO CORA	2402709	61.610,56	67.771,61	73.932,66	80.093,72	88.760,63	94.785,29	94.785,29	96.399,11	108.703,00	108.703,00	108.703,00	108.703,00	193.717,89	1.286.668,76
RN	CORONEL EZEQUIEL	2402808	449,44	494,40	539,33	584,28	353,40	377,39	377,39	383,81	4.808,24	4.808,24	4.808,24	4.808,24	8.568,70	31.361,10
RN	CORONEL JOAO PESSOA	2402907	48.656,13	53.521,75	58.387,36	63.252,98	70.296,06	75.067,44	75.067,44	76.345,54	83.136,56	83.136,56	83.136,56	83.136,56	148.156,31	1.001.297,25
RN	CRUZETA	2403004	54.364,11	59.800,52	65.236,94	70.673,34	78.504,29	83.832,80	83.832,80	85.260,15	93.413,58	93.413,58	93.413,58	93.413,58	166.470,82	1.121.630,09
RN	CURRAIS NOVOS	2403103	184.663,81	203.130,20	221.596,57	240.062,95	266.366,47	284.446,20	284.446,20	289.289,21	321.356,69	321.356,69	321.356,69	321.356,69	572.684,46	3.832.112,83
RN	DOUTOR SEVERIANO	2403202	99.925,28	109.917,80	119.910,34	129.902,87	144.534,54	154.344,88	154.344,88	156.972,77	168.454,41	168.454,41	168.454,41	168.454,41	300.199,85	2.043.870,85
RN	ENCANTO	2403301	26.965,68	29.662,26	32.358,82	35.055,39	38.791,98	41.425,00	41.425,00	42.130,31	48.351,65	48.351,65	48.351,65	48.351,65	86.166,72	567.387,76
RN	EQUADOR	2403400	52.196,72	57.416,39	62.636,07	67.855,74	75.408,77	80.527,17	80.527,17	81.898,23	89.221,25	89.221,25	89.221,25	89.221,25	158.999,76	1.074.351,02
RN	ESPIRITO SANTO	2403509	135.068,05	148.574,85	162.081,65	175.588,46	195.601,50	208.878,03	208.878,03	212.434,40	224.482,42	224.482,42	224.482,42	224.482,42	400.046,48	2.745.081,13
RN	EXTREMOZ	2403608	271.454,29	298.599,72	325.745,16	352.890,58	391.895,36	418.495,41	418.495,41	425.620,75	467.765,97	467.765,97	467.765,97	467.765,97	833.598,03	5.607.858,59
RN	FELIPE GUERRA	2403707	8.080,97	8.889,07	9.697,16	10.505,26	11.371,08	12.142,90	12.142,90	12.349,65	17.956,81	17.956,81	17.956,81	17.956,81	32.000,54	189.006,77
RN	FLORANIA	2403806	35.388,77	38.927,65	42.466,52	46.005,41	51.013,08	54.475,62	54.475,62	55.403,12	62.036,23	62.036,23	62.036,23	62.036,23	110.553,75	736.854,46
RN	FRUTUOSO GOMES	2404002	37.573,92	41.331,32	45.088,70	48.846,10	54.345,39	58.034,10	58.034,10	59.022,20	63.376,51	63.376,51	63.376,51	63.376,51	112.942,25	768.724,12
RN	GOIANINHA	2404200	375.039,04	412.542,95	450.046,86	487.550,76	542.094,65	578.889,54	578.889,54	588.745,76	637.316,30	637.316,30	637.316,30	637.316,30	1.135.750,91	7.698.815,21
RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	2404309	46.749,44	51.424,39	56.099,33	60.774,28	67.248,82	71.813,36	71.813,36	73.036,06	83.872,71	83.872,71	83.872,71	83.872,71	149.468,22	983.918,10
RN	GROSSOS	2404408	82.166,72	90.383,39	98.600,07	106.816,74	118.813,52	126.878,04	126.878,04	129.038,27	138.988,90	138.988,90	138.988,90	138.988,90	247.689,87	1.683.220,26
RN	IELMO MARINHO	2404606	83.413,22	91.754,55	100.095,86	108.437,19	120.184,90	128.342,50	128.342,50	130.527,67	146.982,65	146.982,65	146.982,65	146.982,65	261.935,42	1.740.964,41
RN	IPANGUACU	2404705	136.397,52	150.037,28	163.677,03	177.316,78	197.201,85	210.587,00	210.587,00	214.172,47	231.128,59	231.128,59	231.128,59	231.128,59	411.890,46	2.796.381,75
RN	ITAJA	2404853	85.085,23	93.593,75	102.102,28	110.610,79	123.055,91	131.408,38	131.408,38	133.645,75	143.622,46	143.622,46	143.622,46	143.622,46	255.947,25	1.741.347,56

RN	ITAU	2404903	39.238,98	43.162,87	47.086,78	51.010,67	56.655,94	60.501,49	60.501,49	61.531,59	67.519,16	67.519,16	67.519,16	67.519,16	120.324,80	810.091,25
RN	JACANA	2405009	34.273,85	37.701,24	41.128,63	44.556,01	49.330,23	52.678,53	52.678,53	53.575,44	61.115,28	61.115,28	61.115,28	61.115,28	108.912,56	719.296,14
RN	JANDUIS	2405207	39.319,86	43.251,85	47.183,84	51.115,82	56.809,10	60.665,04	60.665,04	61.697,93	67.161,75	67.161,75	67.161,75	67.161,75	119.687,91	809.043,39
RN	JANUARIO CICCO	2405306	92.351,38	101.586,52	110.821,66	120.056,79	133.509,50	142.571,51	142.571,51	144.998,94	156.641,39	156.641,39	156.641,39	156.641,39	279.148,07	1.894.181,44
RN	JAPI	2405405	-	-	-	-	100.889,71	107.737,64	107.737,64	109.571,98	116.606,09	116.606,09	116.606,09	116.606,09	207.801,84	1.100.163,17
RN	JARDIM DE ANGICOS	2405504	2.763,59	3.039,94	3.316,31	3.592,66	3.795,32	4.052,92	4.052,92	4.121,93	7.416,80	7.416,80	7.416,80	7.416,80	13.217,41	71.620,20
RN	JARDIM DE PIRANHAS	2405603	106.311,96	116.943,14	127.574,35	138.205,54	153.592,87	164.018,05	164.018,05	166.810,64	181.671,92	181.671,92	181.671,92	181.671,92	323.754,55	2.187.916,83
RN	JARDIM DO SERIDO	2405702	11.360,42	12.496,47	13.632,50	14.768,55	16.051,20	17.140,68	17.140,68	17.432,52	24.350,44	24.350,44	24.350,44	24.350,44	43.394,55	260.819,33
RN	JOSE DA PENHA	2406007	50.331,59	55.364,75	60.397,92	65.431,07	72.743,22	77.680,69	77.680,69	79.003,29	85.637,13	85.637,13	85.637,13	85.637,13	152.612,58	1.033.794,32
RN	JUCURUTU	2406106	18.027,06	19.829,76	21.632,47	23.435,17	25.297,54	27.014,62	27.014,62	27.474,58	41.001,68	41.001,68	41.001,68	41.001,68	73.068,46	426.801,00
RN	JUNDIA	2406155	1.880,85	2.068,94	2.257,01	2.445,11	2.478,26	2.646,47	2.646,47	2.691,53	6.478,02	6.478,02	6.478,02	6.478,02	11.544,39	56.571,11
RN	LAGOA DANTA	2406205	73.873,60	81.260,96	88.648,32	96.035,68	106.859,41	114.112,54	114.112,54	116.055,43	124.444,78	124.444,78	124.444,78	124.444,78	221.771,01	1.510.508,61
RN	LAGOA DE PEDRAS	2406304	76.159,16	83.775,06	91.390,98	99.006,90	110.084,94	117.557,00	117.557,00	119.558,53	129.394,86	129.394,86	129.394,86	129.394,86	230.592,48	1.563.261,49
RN	LAGOA DE VELHOS	2406403	36.650,04	40.315,05	43.980,06	47.645,06	52.998,17	56.595,45	56.595,45	57.559,05	61.967,81	61.967,81	61.967,81	61.967,81	110.431,85	750.641,42
RN	LAGOA NOVA	2406502	140.713,19	154.784,50	168.855,82	182.927,14	203.248,60	217.044,17	217.044,17	220.739,58	241.073,58	241.073,58	241.073,58	241.073,58	429.613,25	2.899.264,74
RN	LAGOA SALGADA	2406601	60.985,01	67.083,51	73.182,01	79.280,52	87.943,98	93.913,21	93.913,21	95.512,18	106.444,92	106.444,92	106.444,92	106.444,92	189.693,80	1.267.287,11
RN	LAJES	2406700	73.495,28	80.844,82	88.194,34	95.543,87	106.105,99	113.307,97	113.307,97	115.237,16	126.622,50	126.622,50	126.622,50	126.622,50	225.651,91	1.518.179,31
RN	LAJES PINTADAS	2406809	122.039,79	134.243,77	146.447,75	158.651,73	176.801,44	188.801,91	188.801,91	192.016,47	201.913,80	201.913,80	201.913,80	201.913,80	359.827,28	2.475.287,25
RN	LUCRECIA	2406908	12.474,90	13.722,39	14.969,87	16.217,37	17.891,12	19.105,48	19.105,48	19.430,77	23.117,68	23.117,68	23.117,68	23.117,68	41.197,64	266.585,74
RN	LUIS GOMES	2407005	80.754,70	88.830,17	96.905,64	104.981,11	116.683,38	124.603,31	124.603,31	126.724,82	137.806,63	137.806,63	137.806,63	137.806,63	245.582,95	1.660.895,91
RN	MAJOR SALES	2407252	58.162,04	63.978,25	69.794,45	75.610,65	84.099,46	89.807,75	89.807,75	91.336,82	98.427,10	98.427,10	98.427,10	98.427,10	175.405,35	1.191.710,92
RN	MARCELINO VIEIRA	2407302	19.396,02	21.335,62	23.275,22	25.214,82	27.806,74	29.694,14	29.694,14	30.199,71	36.085,91	36.085,91	36.085,91	36.085,91	64.308,16	415.268,21
RN	MARTINS	2407401	101.385,61	111.524,18	121.662,74	131.801,30	146.759,82	156.721,20	156.721,20	159.389,55	169.373,32	169.373,32	169.373,32	169.373,32	301.837,45	2.065.296,33
RN	MESSIAS TARGINO	2407609	5.342,21	5.876,44	6.410,66	6.944,88	7.541,56	8.053,45	8.053,45	8.190,57	11.539,25	11.539,25	11.539,25	11.539,25	20.563,92	123.134,14
RN	MONTANHAS	2407708	148.404,86	163.245,35	178.085,83	192.926,32	214.779,12	229.357,34	229.357,34	233.262,40	248.509,89	248.509,89	248.509,89	248.509,89	442.865,35	3.026.323,47
RN	MONTE ALEGRE	2407807	291.972,52	321.169,76	350.367,01	379.564,27	422.147,30	450.800,72	450.800,72	458.476,09	494.520,96	494.520,96	494.520,96	494.520,96	881.277,68	5.984.659,91
RN	MONTE DAS GAMELEIRAS	2407906	38.046,98	41.851,68	45.656,38	49.461,08	54.980,43	58.712,25	58.712,25	59.711,89	64.845,86	64.845,86	64.845,86	64.845,86	115.560,80	782.077,18
RN	NISIA FLORESTA	2408201	362.403,37	398.643,72	434.884,05	471.124,39	524.257,64	559.841,84	559.841,84	569.373,75	610.013,99	610.013,99	610.013,99	610.013,99	1.087.095,87	7.407.522,43
RN	NOVA CRUZ	2408300	284.395,92	312.835,51	341.275,11	369.714,70	411.135,92	439.041,93	439.041,93	446.517,10	482.463,83	482.463,83	482.463,83	482.463,83	859.790,84	5.833.604,28
RN	OLHO DAGUA DO BORGES	2408409	1.814,08	1.995,48	2.176,89	2.358,30	2.439,57	2.605,16	2.605,16	2.649,51	5.575,06	5.575,06	5.575,06	5.575,06	9.935,26	50.879,65
RN	OURO BRANCO	2408508	31.040,37	34.144,40	37.248,44	40.352,47	44.837,28	47.880,63	47.880,63	48.695,84	53.151,43	53.151,43	53.151,43	53.151,43	94.720,33	639.406,11
RN	PARANA	2408607	7.239,91	7.963,89	8.687,89	9.411,87	10.228,58	10.922,85	10.922,85	11.108,82	15.528,15	15.528,15	15.528,15	15.528,15	27.672,50	166.271,76
RN	PARELHAS	2408904	105.782,94	116.361,23	126.939,53	137.517,82	152.809,80	163.181,82	163.181,82	165.960,17	181.024,44	181.024,44	181.024,44	181.024,44	322.600,74	2.178.433,63
RN	PASSAGEM	2409209	51.435,82	56.579,40	61.722,97	66.866,57	74.397,54	79.447,30	79.447,30	80.799,98	86.718,44	86.718,44	86.718,44	86.718,44	154.539,54	1.052.110,18
RN	PATU	2409308	17.183,64	18.902,00	20.620,37	22.338,73	24.451,70	26.111,37	26.111,37	26.555,94	34.472,46	34.472,46	34.472,46	34.472,46	61.432,82	381.597,78
RN	PAU DOS FERROS	2409407	13.100,19	14.410,20	15.720,22	17.030,24	18.225,55	19.462,62	19.462,62	19.793,99	33.130,00	33.130,00	33.130,00	33.130,00	59.040,45	328.766,08
RN	PEDRA PRETA	2409605	936,56	1.030,21	1.123,87	1.217,53	1.153,61	1.231,91	1.231,91	1.252,88	4.323,74	4.323,74	4.323,74	4.323,74	7.705,29	34.178,73
RN	PEDRO AVELINO	2409704	35.048,90	38.553,79	42.058,67	45.563,57	50.492,29	53.919,48	53.919,48	54.837,51	61.861,77	61.861,77	61.861,77	61.861,77	110.242,86	732.083,63
RN	PENDENCIAS	2409902	-	-	-	-	-	-	-	-	3.256,03	3.256,03	3.256,03	3.256,03	5.802,52	18.826,64
RN	POCO BRANCO	2410108	36.457,19	40.102,90	43.748,63	47.394,35	52.209,70	55.753,45	55.753,45	56.702,71	68.599,06	68.599,06	68.599,06	68.599,06	122.249,29	784.767,91
RN	PORTALEGRE	2410207	109.309,80	120.240,79	131.171,76	142.102,74	158.221,55	168.960,90	168.960,90	171.837,65	182.732,16	182.732,16	182.732,16	182.732,16	325.644,03	2.227.378,76
RN	PORTO DO MANGUE	2410256	39.994,28	43.993,70	47.993,12	51.992,56	57.611,09	61.521,47	61.521,47	62.568,94	70.667,24	70.667,24	70.667,24	70.667,24	125.934,95	835.800,54
RN	PRESIDENTE JUSCELINO	2410306	161.832,64	178.015,91	194.199,17	210.382,44	234.100,80	249.990,49	249.990,49	254.246,85	272.520,07	272.520,07	272.520,07	272.520,07	485.653,54	3.308.492,61
RN	PUREZA	2410405	102.217,17	112.438,88	122.660,59	132.882,31	147.727,15	157.754,19	157.754,19	160.440,12	173.989,56	173.989,56	173.989,56	173.989,56	310.063,96	2.099.896,80
RN	RIACHO DA CRUZ	2410702	4.113,22	4.524,53	4.935,86	5.347,18	5.757,80	6.148,61	6.148,61	6.253,30	9.550,76	9.550,76	9.550,76	9.550,76	17.020,27	98.452,42
RN	RIACHO DE SANTANA	2410801	17.546,66	19.301,32	21.055,99	22.810,65	25.236,99	26.949,96	26.949,96	27.408,82	31.531,78	31.531,78	31.531,78	31.531,78	56.192,31	369.579,78
RN	RIACHUELO	2410900	68.654,46	75.519,91	82.385,35	89.250,79	99.187,72	105.920,12	105.920,12	107.723,53	117.320,06	117.320,06	117.320,06	117.320,06	209.074,16	1.412.916,40
RN	RIO DO FOGO	2408953	67.587,29	74.346,02	81.104,75	87.863,48	97.294,96	103.898,90	103.898,90	105.667,89	120.288,27	120.288,27	120.288,27	120.288,27	214.363,78	1.417.179,05
RN	RUY BARBOSA	2411106	10.462,87	11.509,16	12.555,45	13.601,73	14.905,08	15.916,77	15.916,77	16.187,77	20.760,54	20.760,54	20.760,54	20.760,54	36.997,07	231.094,83
RN	SANTA CRUZ	2411205	226.485,34	249.133,89	271.782,41	294.430,95	327.350,74	349.569,81	349.569,81	355.521,61	392.781,49	392.781,49	392.781,49	392.781,49	699.969,41	4.694.939,93
RN	SANTA MARIA	2409332	17.672,85	19.440,14	21.207,42	22.974,71	25.360,79	27.082,17	27.082,17	27.543,27	32.546,38	32.546,38	32.546,38	32.546,38	58.000,38	376.549,42
RN	SANTO ANTONIO	2411502	194.551,81	214.007,00	233.462,17	252.917,36	281.392,64	300.492,28	300.492,28	305.608,49	328.142,69	328.142,69	328.142,69	328.142,69	584.777,66	3.980.272,45
RN	SAO BENTO DO TRAIRI	2411700	9.723,87	10.696,26	11.668,64	12.641,03	13.880,13	14.822,25	14.822,25	15.074,61	18.914,55	18.914,55	18.914,55	18.914,55	33.707,31	212.694,55
RN	SAO FRANCISCO DO OESTE	2411908	67.908,60	74.699,45	81.490,31	88.281,17	98.245,97	104.914,46	104.914,46	106.700,74	114.191,02	114.191,02	114.191,02	114.191,02	203.497,95	1.387.417,19
RN	SAO GONCALO DO AMARANTE	2412005	573.113,47	630.424,80	687.736,16	745.047,50	827.027,46	883.162,29	883.162,29	898.199,08	992.627,36	992.627,36	992.627,36	992.627,36	1.768.944,91	11.867.327,40
RN	SAO JOAO DO SABUGI	2412104	39.599,88	43.559,86	47.519,85	51.479,85	57.225,31	61.109,51	61.109,51	62.149,96	67.480,95	67.480,95	67.480,95	67.480,95	120.256,70	813.934,23
RN	SAO JOSE DE MIPIBU	2412203	454.253,01	499.678,31	545.103,62	590.528,91	656.771,67	701.350,32	701.350,32	713.291,56	769.491,95	769.491,95	769.491,95	769.491,95	1.371.298,97	9.311.594,49
RN	SAO JOSE DO CAMPESTRE	2412302	320.090,98	352.100,08	384.109,18	416.118,28	464.029,72	495.525,93	495.525,93	503.962,79	525.388,15	525.388,15	525.388,15	525.388,15	936.285,55	6.469.301,04
RN	SAO JOSE DO SERIDO	2412401	26.627,46	29.290,20	31.952,95	34.615,69	38.373,40	40.978,01	40.978,01	41.675,70	46.817,07	46.817,07	46.817,07	46.817,07	83.431,97	555.191,67
RN	SAO MIGUEL	2412500	208.199,71	229.019,69	249.839,65	270.659,63	300.791,46	321.207,80	321.207,80	326.676,71	355.817,72	355.817,72	355.817,72	355.817,72	634.096,90	4.284.970,23
RN	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	2412559	73.898,85	81.288,75	88.678,62	96.068,51	106.408,51	113.631,03	113.631,03	115.565,72	131.142,10	131.142,10	131.142,10	131.142,10	233.706,23	1.547.445,65
RN	SAO PAULO DO POTENGI	2412609	201.337,92	221.471,71	241.605,50	261.739,30	291.383,80	311.161,59	311.161,59	316.459,45	337.185,95	337.185,95	337.185,95	337.185,95	600.893,54	4.105.958,20
RN	SAO RAFAEL	2412807	56.091,77	61.700,95	67.310,13	72.919,31	81.120,00	86.626,05	86.626,05	88.100,95	94.731,90	94.731,90	94.731,90	94.731,90	168.820,20	1.148.243,01
RN	SAO TOME	2412906	156.973,33	172.670,66	188.368,00	204.065,33	226.980,04	242.386,40	242.386,40	246.513,29	265.586,06	265.586,06	265.586,06	265.586,06	473.296,52	3.215.984,21
RN	SENADOR ELOI DE SOUZA	2413102	50.415,11	55.456,62	60.498,13	65.539,64	72.776,38	77.716,11	77.716,11	79.039,31	86.974,39	86.974,39	86.974,39	86.974,39	154.995,69	1.042.050,66
RN	SENADOR GEORGINO AVELINO	2413201	45.216,20	49.737,83	54.259,44	58.781,07	65.298,83	69.731,02	69.731,02	70.918,26	77.632,70	77.632,70	77.632,70	77.632,70	138.348,00	932.552,47
RN	SERRA DE SAO BENTO	2413300	36.925,85	40.618,43	44.311,02	48.003,61	53.336,94	56.957,21	56.957,21	57.926,97	63.254,12	63.254,12	63.254,12	63.254,12	112.724,17	760.777,89
RN	SERRA NEGRA DO NORTE	2413409	4.127,42	4.540,16	4.952,89	5.365,65	5.627,33	6.009,29	6.009,29	6.111,61	11.636,24	11.636,24	11.636,24	11.636,24	20.736,79	110.025,39
RN	SERRINHA	2413508	35.408,93	38.949,81	42.490,71	46.031,60	50.902,69	54.357,73	54.357,73	55.283,23	63.975,38	63.975,38	63.975,38	63.975,38	114.009,51	747.693,46
RN	SERRINHA DOS PINTOS	2413557	28.554,11	31.409,53	34.264,94	37.120,35	41.184,12	43.979,51	43.979,51	44.728,31	49.737,99	49.737,99	49.737,99	49.737,99	88.637,27	592.809,61
RN	SEVERIANO MELO	2413607	35.022,45	38.524,69	42.026,95	45.529,18	50.522,60	53.951,84	53.951,84	54.870,43	60.881,14	60.881,14	60.881,14	60.881,14	108.495,33	726.419,87
RN	SITIO NOVO	2413706	-	-	-	-	49.404,88	52.758,26	52.758,26	53.656,52	59.796,81	59.796,81	59.796,81	59.796,81	106.562,94	554.328,10
RN	TABOLEIRO GRANDE	2413805	5.248,71	5.773,59	6.298,46	6.823,34	7.428,97	7.933,21	7.933,21	8.068,29	11.072,41	11.072,41	11.072,41	11.072,41	19.731,99	119.529,41
RN	TAIPU	2413904	73.006,65	80.307,32	87.607,98	94.908,65	105.373,64	112.525,92	112.525,92	114.441,79	126.147,96	126.147,96	126.147,96	126.147,96	224.806,23	1.510.095,94
RN	TANGARA	2414001	88.873,18	97.760,49	106.647,81	115.535,13	128.223,34	136.926,55	136.926,55	139.257,87	154.261,86	154.261,86	154.261,86	154.261,86	274.907,56	1.842.105,92
RN	TENENTE ANANIAS	2414100	118.003,82	129.804,21	141.604,58	153.404,97	170.731,13	182.319,58	182.319,58	185.423,77	198.285,24	198.285,24	198.285,24	198.285,24	353.360,92	2.410.113,52
RN	TENENTE LAURENTINO CRUZ	2414159	66.392,91	73.032,19	79.671,49	86.310,77	95.934,76	102.446,38	102.446,38	104.190,64	113.258,79	113.258,79	113.258,79	113.258,79	201.836,68	1.365.297,36

RN	TIBAU	2411056	16.933,18	18.626,50	20.319,82	22.013,14	24.333,37	25.985,01	25.985,01	26.427,43	30.719,86	30.719,86	30.719,86	30.719,86	54.745,38	358.248,28
RN	TOUROS	2414407	250.070,17	275.077,19	300.084,20	325.091,23	360.871,39	385.365,68	385.365,68	391.926,95	432.991,79	432.991,79	432.991,79	432.991,79	771.627,55	5.177.447,20
RN	UPANEMA	2414605	38.195,55	42.015,12	45.834,66	49.654,23	54.760,25	58.477,12	58.477,12	59.472,76	71.036,30	71.036,30	71.036,30	71.036,30	126.592,64	817.624,65
RN	VARZEA	2414704	13.316,67	14.648,35	15.980,01	17.311,68	19.110,41	20.407,53	20.407,53	20.754,99	24.513,26	24.513,26	24.513,26	24.513,26	43.684,72	283.674,93
RN	VENHA-VER	2414753	36.346,83	39.981,51	43.616,19	47.250,87	52.442,10	56.001,63	56.001,63	56.955,11	63.060,75	63.060,75	63.060,75	63.060,75	112.379,58	753.218,45
RN	VERA CRUZ	2414803	163.818,99	180.200,89	196.582,79	212.964,69	237.014,13	253.101,56	253.101,56	257.410,89	275.319,60	275.319,60	275.319,60	275.319,60	490.642,49	3.346.116,39
RN	VILA FLOR	2415008	32.616,14	35.877,76	39.139,37	42.400,98	47.121,72	50.320,13	50.320,13	51.176,88	55.736,84	55.736,84	55.736,84	55.736,84	99.327,76	671.248,23
RO	ALTA FLORESTA DOESTE	1100015	65.330,53	71.863,58	78.396,64	84.929,69	93.855,66	100.226,15	100.226,15	101.932,61	118.873,86	118.873,86	118.873,86	118.873,86	211.843,18	1.384.099,63
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	1100379	1.173,76	1.291,13	1.408,51	1.525,88	933,52	996,88	996,88	1.013,85	13.588,76	13.588,76	13.588,76	13.588,76	24.216,33	87.911,78
RO	JARU	1100114	20.373,47	22.410,82	24.448,17	26.485,52	27.413,67	29.274,39	29.274,39	29.772,81	62.402,44	62.402,44	62.402,44	62.402,44	111.206,40	570.269,40
RO	NOVA BRASILANDIA DOESTE	1100148	-	-	-	-	-	-	-	-	8.205,14	8.205,14	8.205,14	8.205,14	14.622,28	47.442,84
RO	SAO FELIPE DOESTE	1101484	2.044,14	2.248,55	2.452,96	2.657,37	2.743,44	2.929,65	2.929,65	2.979,53	6.357,41	6.357,41	6.357,41	6.357,41	11.329,45	57.744,38
RO	URUPA	1101708	593,40	652,73	712,07	771,41	190,87	203,82	203,82	207,29	14.817,64	14.817,64	14.817,64	14.817,64	26.406,29	89.212,26
RR	MUCAJAI	1400308	-	-	-	-	-	-	-	-	14.472,64	14.472,64	14.472,64	14.472,64	25.791,47	83.682,03
RR	NORMANDIA	1400407	67.298,17	74.027,98	80.757,80	87.487,61	96.628,73	103.187,44	103.187,44	104.944,32	123.187,15	123.187,15	123.187,15	123.187,15	219.529,80	1.429.797,89
RR	PACARAIMA	1400456	235.243,42	258.767,77	282.292,10	305.816,45	340.209,85	363.301,74	363.301,74	369.487,34	397.289,57	397.289,57	397.289,57	397.289,57	708.003,22	4.815.581,91
RR	SAO JOAO DA BALIZA	1400506	8.003,09	8.803,40	9.603,70	10.404,02	11.131,82	11.887,40	11.887,40	12.089,79	19.554,11	19.554,11	19.554,11	19.554,11	34.847,11	196.874,17
RR	SAO LUIZ	1400605	30.353,57	33.388,93	36.424,28	39.459,64	43.613,49	46.573,78	46.573,78	47.366,75	55.139,00	55.139,00	55.139,00	55.139,00	98.262,35	642.572,57
RR	UIRAMUTA	1400704	17.421,87	19.164,06	20.906,25	22.648,43	24.524,72	26.189,34	26.189,34	26.635,24	38.581,68	38.581,68	38.581,68	38.581,68	68.755,81	406.761,78
RS	BARRA DO GUARITA	4301859	2.106,83	2.317,52	2.528,20	2.738,88	2.849,87	3.043,31	3.043,31	3.095,13	6.248,04	6.248,04	6.248,04	6.248,04	11.134,57	57.849,78
RS	ERVAL SECO	4307302	56.735,61	62.409,17	68.082,73	73.756,29	82.002,34	87.568,29	87.568,29	89.059,23	96.485,04	96.485,04	96.485,04	96.485,04	171.944,43	1.165.066,54
SC	ARARANGUA	4201406	-	-	-	-	-	-	-	-	3.584,09	3.584,09	3.584,09	3.584,09	6.387,15	20.723,51
SC	CALMON	4203154	18.692,91	20.562,19	22.431,49	24.300,78	26.841,91	28.663,82	28.663,82	29.151,85	34.188,36	34.188,36	34.188,36	34.188,36	60.926,56	396.988,77
SC	CAMPO ERE	4203501	-	-	-	-	-	-	-	-	13.183,54	13.183,54	13.183,54	13.183,54	23.494,20	76.228,36
SC	FORQUILHINHA	4205456	-	-	-	-	-	-	-	-	26.664,99	26.664,99	26.664,99	26.664,99	47.519,27	154.179,23
SC	GUATAMBU	4206652	5.314,08	5.845,50	6.376,91	6.908,32	7.341,82	7.840,15	7.840,15	7.973,64	13.663,34	13.663,34	13.663,34	13.663,34	24.349,27	134.443,20
SC	LAURO MULLER	4209607	23.115,65	25.427,21	27.738,77	30.050,34	32.640,81	34.856,32	34.856,32	35.449,78	54.517,36	54.517,36	54.517,36	54.517,36	97.154,54	559.359,18
SC	LUIZ ALVES	4210001	16.266,49	17.893,13	19.519,78	21.146,43	22.879,10	24.432,03	24.432,03	24.848,01	36.284,91	36.284,91	36.284,91	36.284,91	64.662,78	381.219,42
SC	MAFRA	4210100	245.662,84	270.229,12	294.795,41	319.361,69	354.284,11	378.331,28	378.331,28	384.772,78	440.224,65	440.224,65	440.224,65	440.224,65	784.517,10	5.171.184,21
SC	MONTE CASTELO	4211108	-	-	-	-	-	-	-	-	56,99	56,99	56,99	56,99	101,57	329,53
SC	NAVEGANTES	4211306	-	-	-	-	-	-	-	-	42.518,48	42.518,48	42.518,48	42.518,48	75.771,54	245.845,46
SC	PASSO DE TORRES	4212254	1.111,45	1.222,59	1.333,73	1.444,88	783,83	837,03	837,03	851,29	22.530,87	22.530,87	22.530,87	22.530,87	40.151,92	138.697,23
SC	PAULO LOPES	4212304	45.342,63	49.876,89	54.411,16	58.945,42	65.368,93	69.805,87	69.805,87	70.994,39	83.502,46	83.502,46	83.502,46	83.502,46	148.808,40	967.369,40
SC	PONTE SERRADA	4213401	11.146,06	12.260,65	13.375,27	14.489,87	15.579,51	16.636,97	16.636,97	16.920,23	26.195,69	26.195,69	26.195,69	26.195,69	46.682,95	268.511,24
SC	SANGAO	4215455	3.964,05	4.360,46	4.756,86	5.153,27	5.326,44	5.687,97	5.687,97	5.784,82	14.007,33	14.007,33	14.007,33	14.007,33	24.962,29	121.713,45
SC	SANTA ROSA DO SUL	4215653	69.934,08	76.927,49	83.920,89	90.914,30	100.968,35	107.821,61	107.821,61	109.657,39	123.377,07	123.377,07	123.377,07	123.377,07	219.868,26	1.461.342,26
SC	SANTO AMARO DA IMPERATRIZ	4215703	120.422,35	132.464,59	144.506,82	156.549,05	173.433,72	185.205,60	185.205,60	188.358,93	229.693,05	229.693,05	229.693,05	229.693,05	409.332,18	2.614.251,04
SC	SCHROEDER	4217402	34.056,94	37.462,64	40.868,34	44.274,03	48.332,12	51.612,69	51.612,69	52.491,45	70.092,91	70.092,91	70.092,91	70.092,91	124.911,48	765.994,02
SC	XAXIM	4219705	8.253,96	9.079,36	9.904,76	10.730,15	9.972,48	10.649,37	10.649,37	10.830,68	43.699,91	43.699,91	43.699,91	43.699,91	77.876,95	332.746,72
SE	AMPARO DE SAO FRANCISCO	2800100	28.715,56	31.587,12	34.458,68	37.330,23	41.463,62	44.277,98	44.277,98	45.031,86	49.382,49	49.382,49	49.382,49	49.382,49	88.003,77	592.676,76
SE	AQUIDABA	2800209	117.952,70	129.747,96	141.543,24	153.338,50	169.700,37	181.218,85	181.218,85	184.304,29	211.262,09	211.262,09	211.262,09	211.262,09	376.486,73	2.480.559,85
SE	ARAUA	2800407	73.595,05	80.954,56	88.314,06	95.673,57	105.971,06	113.163,89	113.163,89	115.090,63	130.602,91	130.602,91	130.602,91	130.602,91	232.745,33	1.541.083,68
SE	AREIA BRANCA	2800506	73.460,23	80.806,25	88.152,27	95.498,30	105.338,67	112.488,58	112.488,58	114.403,82	136.346,96	136.346,96	136.346,96	136.346,96	242.981,71	1.571.006,25
SE	BOQUIM	2800670	19.500,05	21.450,07	23.400,06	25.350,08	26.899,31	28.725,11	28.725,11	29.214,19	50.704,62	50.704,62	50.704,62	50.704,62	90.359,90	496.442,36
SE	BREJO GRANDE	2800704	60.817,00	66.898,69	72.980,40	79.062,10	87.576,17	93.520,43	93.520,43	95.112,72	107.865,41	107.865,41	107.865,41	107.865,41	192.225,23	1.273.174,81
SE	CAMPO DO BRITO	2801009	5.149,82	5.664,81	6.179,79	6.694,78	6.593,82	7.041,38	7.041,38	7.161,26	20.354,85	20.354,85	20.354,85	20.354,85	36.274,06	169.220,50
SE	CANHOBA	2801108	18.345,28	20.179,81	22.014,33	23.848,86	26.316,76	28.103,02	28.103,02	28.581,50	33.907,26	33.907,26	33.907,26	33.907,26	60.425,60	391.547,22
SE	CAPELA	2801306	460.062,38	506.068,63	552.074,86	598.081,09	665.736,79	710.923,95	710.923,95	723.028,19	771.608,69	771.608,69	771.608,69	771.608,69	1.375.071,15	9.388.405,75
SE	CEDRO DE SAO JOAO	2801603	64.786,39	71.265,04	77.743,67	84.222,31	93.722,70	100.084,17	100.084,17	101.788,21	109.026,37	109.026,37	109.026,37	109.026,37	194.294,11	1.324.096,25
SE	CRISTINAPOLIS	2801702	117.974,56	129.772,02	141.569,48	153.366,93	169.805,37	181.330,97	181.330,97	184.418,33	210.297,26	210.297,26	210.297,26	210.297,26	374.767,34	2.475.525,01
SE	GARARU	2802403	22.412,88	24.654,16	26.895,46	29.136,74	31.873,63	34.037,06	34.037,06	34.616,58	45.223,56	45.223,56	45.223,56	45.223,56	80.592,22	499.150,03
SE	ILHA DAS FLORES	2802700	111.999,90	123.199,88	134.399,87	145.599,86	161.767,58	172.747,62	172.747,62	175.688,83	191.977,15	191.977,15	191.977,15	191.977,15	342.119,35	2.308.179,11
SE	INDIAROBA	2802809	167.381,32	184.119,45	200.857,58	217.595,71	241.551,01	257.946,38	257.946,38	262.338,19	289.731,76	289.731,76	289.731,76	289.731,76	516.326,21	3.464.989,27
SE	ITABAIANA	2802908	136.118,31	149.730,15	163.341,97	176.953,81	193.559,34	206.697,26	206.697,26	210.216,50	274.873,92	274.873,92	274.873,92	274.873,92	489.848,27	3.032.658,55
SE	ITABAIANINHA	2803005	220.177,99	242.195,79	264.213,59	286.231,39	316.645,03	338.137,44	338.137,44	343.894,60	396.109,07	396.109,07	396.109,07	396.109,07	705.899,42	4.639.968,97
SE	ITABI	2803104	25.708,34	28.279,18	30.850,00	33.420,84	37.016,54	39.529,05	39.529,05	40.202,08	45.642,04	45.642,04	45.642,04	45.642,04	81.337,94	538.441,18
SE	JAPARATUBA	2803302	23.024,53	25.326,99	27.629,43	29.931,90	32.177,21	34.361,26	34.361,26	34.946,29	54.188,58	54.188,58	54.188,58	54.188,58	96.568,61	555.081,80
SE	JAPOATA	2803401	-	-	-	-	94.178,53	100.570,93	100.570,93	102.283,26	120.980,92	120.980,92	120.980,92	120.980,92	215.598,12	1.097.125,45
SE	LAGARTO	2803500	468.808,70	515.689,57	562.570,43	609.451,31	675.337,21	721.175,99	721.175,99	733.454,79	828.000,28	828.000,28	828.000,28	828.000,28	1.475.565,70	9.795.230,81
SE	LARANJEIRAS	2803609	32.525,08	35.777,59	39.030,10	42.282,60	45.626,64	48.723,57	48.723,57	49.553,14	74.196,91	74.196,91	74.196,91	74.196,91	132.225,12	771.255,05
SE	MACAMBIRA	2803708	18.590,67	20.449,75	22.308,81	24.167,87	26.568,08	28.371,40	28.371,40	28.854,46	35.735,71	35.735,71	35.735,71	35.735,71	63.684,08	404.309,36
SE	MALHADOR	2803906	51.653,78	56.819,16	61.984,54	67.149,91	74.258,92	79.299,27	79.299,27	80.649,43	93.282,64	93.282,64	93.282,64	93.282,64	166.237,49	1.090.482,33
SE	MURIBECA	2804300	63.428,13	69.770,94	76.113,75	82.456,56	91.552,43	97.766,59	97.766,59	99.431,17	109.544,18	109.544,18	109.544,18	109.544,18	195.216,91	1.311.679,79
SE	NEOPOLIS	2804409	34.462,18	37.908,39	41.354,62	44.800,83	49.039,00	52.367,54	52.367,54	53.259,16	69.127,64	69.127,64	69.127,64	69.127,64	123.191,24	765.261,06
SE	NOSSA SENHORA DA GLORIA	2804508	341.010,44	375.111,48	409.212,52	443.313,57	492.874,10	526.328,13	526.328,13	535.289,43	579.959,92	579.959,92	579.959,92	579.959,92	1.033.537,02	7.002.844,50
SE	NOSSA SENHORA DAS DORES	2804607	73.080,97	80.389,06	87.697,16	95.005,25	104.570,58	111.668,35	111.668,35	113.569,62	138.704,60	138.704,60	138.704,60	138.704,60	247.183,24	1.579.650,98
SE	NOSSA SENHORA DE LOURDES	2804706	-	-	-	-	-	-	-	-	2.391,22	2.391,22	2.391,22	2.391,22	4.261,39	13.826,27
SE	NOSSA SENHORA DO SOCORRO	2804805	161.457,16	177.602,87	193.748,59	209.894,30	227.974,46	243.448,32	243.448,32	247.593,29	348.112,77	348.112,77	348.112,77	348.112,77	620.366,02	3.717.984,41
SE	PACATUBA	2804904	68.679,89	75.547,87	82.415,87	89.283,86	98.625,16	105.319,39	105.319,39	107.112,56	125.545,46	125.545,46	125.545,46	125.545,46	223.732,55	1.458.218,38
SE	PEDRA MOLE	2805000	21.268,06	23.394,87	25.521,67	27.648,48	30.629,42	32.708,40	32.708,40	33.265,30	37.673,04	37.673,04	37.673,04	37.673,04	67.136,56	444.973,32
SE	PEDRINHAS	2805109	16.923,11	18.615,42	20.307,73	22.000,04	24.030,25	25.661,32	25.661,32	26.098,23	34.642,25	34.642,25	34.642,25	34.642,25	61.735,39	379.601,81
SE	PINHAO	2805208	4.086,04	4.494,66	4.903,25	5.311,87	5.508,97	5.882,89	5.882,89	5.983,05	12.365,64	12.365,64	12.365,64	12.365,64	22.036,64	113.552,82
SE	PIRAMBU	2805307	23.224,46	25.546,91	27.869,36	30.191,80	33.070,35	35.315,01	35.315,01	35.916,28	46.280,24	46.280,24	46.280,24	46.280,24	82.475,27	514.045,41
SE	PORTO DA FOLHA	2805604	157.694,52	173.463,97	189.233,42	205.002,88	227.363,07	242.795,43	242.795,43	246.929,28	275.814,18	275.814,18	275.814,18	275.814,18	491.523,89	3.280.058,61
SE	RIACHAO DO DANTAS	2805802	158.563,34	174.419,66	190.276,01	206.132,33	228.850,32	244.383,63	244.383,63	248.544,53	274.130,83	274.130,83	274.130,83	274.130,83	488.524,01	3.280.600,78
SE	RIACHUELO	2805901	108.666,49	119.533,13	130.399,77	141.266,43	157.058,55	167.718,96	167.718,96	170.574,56	184.821,77	184.821,77	184.821,77	184.821,77	329.367,85	2.231.591,78
SE	SALGADO	2806206	44.015,78	48.417,35	52.818,93	57.220,50	62.943,10	67.215,39	67.215,39	68.359,80	84.065,50	84.065,50	84.065,50	84.065,50	149.811,76	954.280,00
SE	SANTA LUZIA DO ITANHY	2806305	236.082,07	259.690,29	283.298,48	306.906,70	341.317,46	364.484,52	364.484,52	370.690,26	400.143,03	400.143,03	400.143,03	400.143,03	713.088,31	4.840.614,73
SE	SANTA ROSA DE LIMA	2806503	32.713,10	35.984,42	39.255,72	42.527,03	47.115,27	50.313,23	50.313,23	51.169,87	57.903,17	57.903,17	57.903,17	57.903,17	103.188,31	684.192,86
SE	SANTANA DO SAO FRANCISCO	2806404	55.317,03	60.848,74	66.380,44	71.912,14	79.815,54	85.233,06	85.233,06	86.684,24	95.935,82	95.935,82	95.935,82	95.935,82	170.965,69	1.146.133,22
SE	SANTO AMARO DAS BROTAS	2806602	38.536,58	42.390,23	46.243,90	50.097,55	55.380,00	59.138,94	59.138,94	60.145,84	69.884,37	69.884,37	69.884,37	69.884,37	124.539,83	815.149,29
SE	SAO CRISTOVAO	2806701	236.550,06	260.205,05	283.860,07	307.515,07	340.509,60	363.621,83	363.621,83	369.812,88	421.202,71	421.202,71	421.202,71	421.202,71	750.618,42	4.961.125,65
SE	SAO DOMINGOS	2806800	77.943,37	85.737,70	93.532,04	101.326,38	112.496,47	120.132,21	120.132,21	122.177,59	134.712,86	134.712,86	134.712,86	134.712,86	240.069,63	1.612.399,04
SE	SIMAO DIAS	2807105	69.866,79	76.853,47	83.840,14	90.826,83	99.385,20	106.131,01	106.131,01	107.938,01	140.608,12	140.608,12	140.608,12	140.608,12	250.575,43	1.553.980,37
SE	SIRIRI	2807204	13.897,18	15.286,90	16.676,62	18.066,33	19.598,31	20.928,55	20.928,55	21.284,88	30.294,26	30.294,26	30.294,26	30.294,26	53.986,95	321.831,31
SE	TELHA	2807303	22.530,43	24.783,47	27.036,52	29.289,56	32.473,63	34.677,79	34.677,79	35.268,22	39.551,50	39.551,50	39.551,50	39.551,50	70.484,10	469.427,51
SE	TOBIAS BARRETO	2807402	99.316,49	109.248,14	119.179,79	129.111,43	141.563,82	151.172,52	151.172,52	153.746,39	195.964,09	195.964,09	195.964,09	195.964,09	349.224,44	2.187.591,90
SE	TOMAR DO GERU	2807501	81.374,08	89.511,50	97.648,89	105.786,31	117.322,40	125.285,70	125.285,70	127.418,83	142.357,79	142.357,79	142.357,79	142.357,79	253.693,54	1.692.758,11

SE	UMBAUBA	2807600	39.419,15	43.361,05	47.302,98	51.244,88	55.727,96	59.510,52	59.510,52	60.523,75	84.050,00	84.050,00	84.050,00	84.050,00	149.784,17	902.584,98
SP	POTIM	3540754	2.241,36	2.465,51	2.689,64	2.913,77	2.098,05	2.240,46	2.240,46	2.278,61	19.395,91	19.395,91	19.395,91	19.395,91	34.565,17	131.316,67
SP	QUINTANA	3542008	2.446,21	2.690,82	2.935,45	3.180,07	3.138,33	3.351,35	3.351,35	3.408,41	9.583,77	9.583,77	9.583,77	9.583,77	17.079,10	79.916,17
SP	SANTA MARIA DA SERRA	3547007	3.612,70	3.973,98	4.335,24	4.696,52	4.903,35	5.236,17	5.236,17	5.325,32	10.488,58	10.488,58	10.488,58	10.488,58	18.691,55	97.965,32
TO	AGUIARNOPOLIS	1700301	13.856,29	15.241,92	16.627,56	18.013,18	19.784,27	21.127,13	21.127,13	21.486,84	26.879,10	26.879,10	26.879,10	26.879,10	47.900,85	302.681,57
TO	ALMAS	1700400	5.715,39	6.286,94	6.858,47	7.430,01	7.889,69	8.425,20	8.425,20	8.568,65	14.784,87	14.784,87	14.784,87	14.784,87	26.347,92	145.086,95
TO	APARECIDA DO RIO NEGRO	1701101	7.112,82	7.824,10	8.535,38	9.246,66	9.953,85	10.629,48	10.629,48	10.810,45	16.554,96	16.554,96	16.554,96	16.554,96	29.502,33	170.464,39
TO	ARAGUATINS	1702208	-	-	-	-	45.650,16	48.748,68	48.748,68	49.578,68	73.283,22	73.283,22	73.283,22	73.283,22	130.596,87	616.455,95
TO	AXIXA DO TOCANTINS	1702901	14.412,07	15.853,27	17.294,48	18.735,68	19.888,57	21.238,51	21.238,51	21.600,12	37.367,17	37.367,17	37.367,17	37.367,17	66.591,45	366.321,34
TO	BERNARDO SAYAO	1703206	44.227,57	48.650,33	53.073,08	57.495,85	63.812,49	68.143,78	68.143,78	69.304,01	76.735,57	76.735,57	76.735,57	76.735,57	136.749,23	916.542,40
TO	COLINAS DO TOCANTINS	1705508	185.107,35	203.618,09	222.128,82	240.639,55	266.588,46	284.683,26	284.683,26	289.530,29	327.832,57	327.832,57	327.832,57	327.832,57	584.224,99	3.872.534,35
TO	ESPERANTINA	1707405	-	-	-	-	-	-	-	-	9.810,61	9.810,61	9.810,61	9.810,61	17.483,36	56.725,80
TO	GOIATINS	1709005	111.705,39	122.875,94	134.046,48	145.217,01	161.241,82	172.186,17	172.186,17	175.117,83	192.843,17	192.843,17	192.843,17	192.843,17	343.662,69	2.309.612,18
TO	ITAGUATINS	1710706	54.314,43	59.745,88	65.177,31	70.608,77	78.424,11	83.747,18	83.747,18	85.173,06	93.443,46	93.443,46	93.443,46	93.443,46	166.524,10	1.121.235,86
TO	LAGOA DA CONFUSAO	1711902	7.846,10	8.630,70	9.415,32	10.199,92	10.537,42	11.252,65	11.252,65	11.444,24	24.304,29	24.304,29	24.304,29	24.304,29	43.312,29	221.108,45
TO	LUZINOPOLIS	1712454	-	-	-	-	-	-	-	-	2.212,76	2.212,76	2.212,76	2.212,76	3.943,35	12.794,39
TO	NATIVIDADE	1714203	66.433,63	73.077,00	79.720,36	86.363,73	96.075,57	102.596,74	102.596,74	104.343,56	112.209,43	112.209,43	112.209,43	112.209,43	199.966,63	1.360.011,68
TO	PARANA	1716208	91.634,93	100.798,43	109.961,92	119.125,42	132.458,91	141.449,61	141.449,61	143.857,94	155.628,78	155.628,78	155.628,78	155.628,78	277.343,54	1.880.595,43
TO	PRAIA NORTE	1718303	12.065,07	13.271,57	14.478,08	15.684,59	16.790,03	17.929,66	17.929,66	18.234,93	29.366,39	29.366,39	29.366,39	29.366,39	52.333,39	296.182,54
TO	RECURSOLANDIA	1718501	1.550,74	1.705,81	1.860,89	2.015,96	1.933,80	2.065,06	2.065,06	2.100,22	6.835,98	6.835,98	6.835,98	6.835,98	12.182,32	54.823,78
TO	SAMPAIO	1718808	17.850,93	19.636,02	21.421,11	23.206,20	25.618,84	27.357,73	27.357,73	27.823,52	32.840,11	32.840,11	32.840,11	32.840,11	58.523,83	380.156,35
TO	SAO BENTO DO TOCANTINS	1720101	29.280,60	32.208,65	35.136,72	38.064,77	42.179,58	45.042,54	45.042,54	45.809,44	51.718,25	51.718,25	51.718,25	51.718,25	92.166,26	611.804,10
TO	SAO MIGUEL DO TOCANTINS	1720200	131.535,06	144.688,56	157.842,07	170.995,57	190.059,14	202.959,48	202.959,48	206.415,08	224.426,47	224.426,47	224.426,47	224.426,47	399.946,78	2.705.107,10
TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	1720309	39.210,20	43.131,22	47.052,24	50.973,26	56.639,00	60.483,40	60.483,40	61.513,19	67.133,54	67.133,54	67.133,54	67.133,54	119.637,60	807.657,67
TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	1720804	118.589,70	130.448,66	142.307,64	154.166,60	171.253,84	182.877,77	182.877,77	185.991,46	203.706,07	203.706,07	203.706,07	203.706,07	363.021,29	2.446.359,01
TO	TOCANTINIA	1721109	16.811,80	18.492,97	20.174,14	21.855,33	23.903,15	25.525,59	25.525,59	25.960,19	33.991,64	33.991,64	33.991,64	33.991,64	60.575,99	374.791,31
TO	TOCANTINOPOLIS	1721208	19.953,86	21.949,26	23.944,63	25.940,03	27.985,97	29.885,52	29.885,52	30.394,36	45.595,57	45.595,57	45.595,57	45.595,57	81.255,17	473.576,60
TO	XAMBIOA	1722107	31.210,92	34.332,49	37.453,23	40.574,44	44.640,35	47.670,33	47.670,33	48.481,97	59.499,36	59.499,36	59.499,36	59.499,36	106.032,87	676.064,37
Total			513.233.620,59	564.556.982,65	615.880.344,71	667.203.706,77	794.016.187,20	847.913.041,93	847.913.041,93	862.349.675,70	936.802.694,31	936.802.694,31	936.802.694,31	936.802.694,31	1.669.460.713,90	11.129.738.092,62

PORTARIA Nº 644, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Divulga a relação de entidades civis e a forma de indicação para a escolha de conselheiros do Conselho Nacional de Educação - CNE.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, e em observância ao disposto no Decreto nº 3.295, de 15 de dezembro de 1999, resolve:

Art. 1º Divulgar, na forma do Anexo, a relação das entidades que poderão indicar os nomes a serem considerados para a recomposição da Câmara de Educação Básica - CEB e da Câmara de Educação Superior - CES, que integram o Conselho Nacional de Educação - CNE.

Art. 2º As entidades relacionadas deverão protocolar, no Gabinete do Ministro de Estado de Educação, até 6 de setembro de 2022, a lista tríplice de que trata o § 1º do art. 2º do Decreto nº 3.295, de 15 de dezembro de 1999, com o curriculum vitae dos indicados.

Art. 3º As indicações deverão incidir sobre brasileiros de reputação ilibada, que tenham prestado serviços relevantes à educação, à ciência e à cultura.

Art. 4º O Ministério da Educação fará publicar, na forma do art. 3º do Decreto nº 3.295, de 1999, a lista nominal dos indicados pelas entidades elencadas no Anexo.

Art. 5º Revogar a Portaria MEC nº 396, de 2 de junho de 2022.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

ANEXO

Academia Brasileira de Ciências - ABC;
Academia Brasileira de Educação - ABE;
Academia Brasileira de Letras - ABL;
Academia Nacional de Medicina - ANM;
Associação Brasileira das Mantenedoras das Faculdades - Abrafi;
Associação Brasileira das Mantenedoras de Ensino Superior - Abmes;
Associação Brasileira das Universidades Comunitárias - Abruc;
Associação Brasileira de Avaliação Educacional - Abave;
Associação Brasileira de Direito Educacional - Abrade;
Associação Brasileira de Direito Reprográficos - ABDR;
Associação Brasileira de Editores de Livros - Abrelivros;
Associação Brasileira de Educação Básica Privada - Abreduc;
Associação Brasileira de Ensino a Distância - Abed;
Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo - Abea;
Associação Brasileira de Ensino de Biologia - SBEnBio;
Associação Brasileira de Ensino de Direito - Abedi;
Associação Brasileira de Ensino de Engenharia - Abenge;
Associação Brasileira de Plataformas Educacionais - Abraspe;
Associação Brasileira de Instituições Educacionais Evangélicas - Abiee;
Associação Brasileira dos Estudantes de Educação a Distância - ABE-EAD;
Associação Brasileira dos Profissionais do Campo de Públicas - Pro Pública Brasil;
Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Estaduais e Municipais - Abruem;
Associação Brasileira para o Desenvolvimento do Ensino Superior - Abraes;
Associação Catarinense das Fundações Educacionais - Acafe;
Associação dos Geógrafos Brasileiros - AGB;
Associação dos Mantenedores Independentes Educadores do Ensino Superior - Amies;
Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil - Atricon;
Associação Nacional das Universidades Particulares - Anup;
Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia - Anpec;
Associação Nacional de Educação Católica do Brasil - Anec;
Associação Nacional de Educação Domiciliar - Aned;
Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Públicas - Anepcp;
Associação Nacional de História - Anpuh;
Associação Nacional de Política e Administração da Educação - Anpae;
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - Anpad;
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - Anped;
Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia - Anpof;
Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa em Ciências Sociais - Anpocs;
Associação Nacional de Pós-Graduandos - ANPG;
Associação Nacional dos Centros Universitários - Anaceu;
Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Administração - Angrad;
Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes;
Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - Anfope;
Confederação Nacional das Associações de Pais de Alunos - Confenapais;
Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino - Confenen;
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE;
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino - Contee;
Conferência dos Religiosos do Brasil - CRB;
Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB;
Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras - Crub;
Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Conif;
Conselho Nacional dos Secretários de Educação - Consed;
Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas - Comung;
Convenção Batista do Estado de São Paulo - CBESP;
Federação Nacional das Escolas Particulares - Fenep;
Federação Nacional dos Estudantes do Campo de Públicas - Fenecap;
Fórum das Entidades Representativas do Ensino Superior Particular;
Fórum das Faculdades Comunitárias - Forcom;
Fórum dos Conselhos Federais de Profissões Regulamentadas;
Fórum Nacional das Instituições Filantrópicas - Fonif;
Fórum Nacional das Mantenedoras de Instituições de Educação Profissional e Tecnológica - Brasiltec;
Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais e Distrital de Educação - Foncede;
Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado do Rio de Janeiro - Semerj;
Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo - Semesp;
Sociedade Brasileira de Administração Pública - SBAP;
Sociedade Brasileira de Computação - SBC;
Sociedade Brasileira de Física - SBF;
Sociedade Brasileira de Matemática - SBM;
Sociedade Brasileira de Psicologia - SBP;
Sociedade Brasileira de Química - SBQ;
Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC;
Todos pela Educação - TPE;
União Brasileira dos Estudantes Secundaristas - Ubes;
União dos Dirigentes Municipais de Educação - Undime;
União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação - Uncme; e
União Nacional dos Estudantes - UNE.

PORTARIA Nº 646, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Institui a Matriz de Distribuição Orçamentária, instrumento de distribuição anual do orçamento destinado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e ao Colégio Pedro II, que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Rede Federal de EPCT.

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso II, da Constituição, tendo em vista o disposto no art. 4º, § 2º, do Decreto nº 7.313, de 22 de setembro de 2010, em observância ao Decreto nº

10.195, de 30 de dezembro de 2019, e considerando o art. 7º da Portaria MEC nº 319, de 20 de maio de 2021, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Instituir, no âmbito do Ministério da Educação - MEC, a Matriz de Distribuição Orçamentária, instrumento de distribuição anual do orçamento destinado aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, ao Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Rio de Janeiro e ao Colégio Pedro II - CP II, que fazem parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Rede Federal de EPCT.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO E DA COLETA DE DADOS PARA A MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA REDE FEDERAL DE EPCT

Art. 2º A Matriz de Distribuição Orçamentária da Rede Federal de EPCT tem como base as informações publicadas pela última versão da Plataforma Nilo Peçanha.

Parágrafo único. É de responsabilidade das instituições que compõem a Rede Federal de EPCT fornecer, de forma fidedigna e tempestiva, as informações institucionais que integram a matriz orçamentária, conforme prevê a Portaria Setec/MEC nº 01, de 3 de janeiro de 2018.

Art. 3º A matriz orçamentária considerará, para fins de distribuição orçamentária, os seguintes blocos:

I - Funcionamento: manutenção e desenvolvimento das atividades globais da instituição, tendo como base a matrícula total, após deduzido o valor destinado à assistência estudantil;

II - Reitoria/Direção-Geral: manutenção e desenvolvimento das atividades da unidade gestora central, tendo a mesma base aplicada no bloco Funcionamento;

III - Qualidade e Eficiência: atividades desenvolvidas pelas instituições, aferida, a partir de indicadores disponíveis, na Plataforma Nilo Peçanha; e

IV - Assistência Estudantil: refere-se à assistência aos estudantes dos cursos presenciais e a distância, aos alunos em Regime de Internato Pleno - RIP e aos alunos de cursos de Formação Inicial e Continuada, com foco no acesso, na permanência e no êxito.

§ 1º Os conceitos e a metodologia de cálculo da matriz orçamentária, incluindo o cálculo da matrícula total, bem como dos indicadores de qualidade e eficiência e da assistência estudantil, estão dispostos no Anexo I desta Portaria.

§ 2º Os indicadores do bloco de Qualidade e Eficiência serão considerados no âmbito da instituição e não das unidades de ensino.

§ 3º O bloco Funcionamento equivale a 80% (oitenta por cento) do orçamento total e os blocos Reitoria e Qualidade equivalem, cada um, a 10% (dez por cento) do orçamento total a ser distribuído, após dedução do valor destinado à assistência estudantil.

Art. 4º Os blocos que compõe a matriz orçamentária da Rede Federal de EPCT serão compostos pelos seguintes indicadores:

I - número de matrícula total de cada instituição;

II - Eficiência Acadêmica - IEA;

III - Relação Aluno-Professor Presencial - RAPP;

IV - Marcos Legais do Curso Técnico, da Formação de Professores e da Educação de Jovens e Adultos - IAML; e

V - Renda Familiar Per Capita - RFP.

CAPÍTULO III

DA DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 5º O montante de recursos destinado à distribuição orçamentária da Rede Federal de EPCT será fixado pelo MEC.

§1º Caso o referencial estabelecido no caput seja igual, inferior ou represente aumento abaixo dos índices de correção monetários ordinários, em relação ao do exercício anterior, a Comissão Paritária poderá avaliar e ajustar metodologia para melhor distribuição.

§ 2º A Secretaria de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - Setec poderá estabelecer projetos específicos para compor a Proposta de Lei Orçamentária Anual da Rede Federal de EPCT, com orçamento diverso daquele mencionado no caput do art. 5º desta Portaria.

Art. 6º O processo de distribuição orçamentária para os Cefets e para o CP II considerará as peculiaridades dessas instituições nos seguintes indicadores:

§1º Para o CP II será considerada a RAP Presencial média da Rede de EPCT.

§2º Para o Cefet/MG, o Cefet/RJ e o CP II serão atribuídos os percentuais legais médios da Rede Federal de EPCT para cursos técnicos, formação de professores e educação jovens e adultos - Anexo I.

Art. 7º Na distribuição orçamentária anual, a Secretaria de Educação Profissional, Científica e Tecnológica envidará esforços, nos limites da disponibilidade orçamentária, para manter, no mínimo, o referencial orçamentário do ano anterior atualizado pelo IPCA.

Art. 8º Estabelecer o piso de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para os campi novos, no prazo de 5 (cinco) anos, a contar de sua autorização, mediante portaria do MEC.

Parágrafo único. Caso a unidade seja autorizada, após a publicação dos dados da Plataforma Nilo Peçanha, entrará na matriz somente no exercício seguinte ao de sua autorização.

Art. 9º A Matriz de Distribuição Orçamentária instituída nesta Portaria considerará um período de 3 (três) anos, a partir da Lei Orçamentária Anual - LOA de 2023, para que as instituições que não alcançarem o valor orçamentário equivalente ao do ano anterior ajustem os seus indicadores.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 10. A Comissão Paritária atuará de forma permanente na análise anual dos critérios, dos parâmetros e dos ponderadores que compõem a Matriz de Distribuição Orçamentária da Rede Federal de EPCT, de acordo com o que prevê o art. 7º da Portaria MEC nº 319, de 20 de maio de 2021.

Parágrafo único. Da análise prevista no caput poderá resultar a revisão dos indicadores e o seu percentual de abrangência.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

ANEXO I

METODOLOGIA DE CÁLCULO DA MATRIZ DE DISTRIBUIÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA REDE FEDERAL DE EPCT

O cálculo da Matriz de Distribuição Orçamentária da Rede Federal de EPCT utiliza o conjunto de dados acadêmicos que são informados pelas instituições por meio do Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica - Sistec e consolidados na Plataforma Nilo Peçanha - PNP. A matriz orçamentária de um dado ano é sempre elaborada com dados da PNP do ano anterior. Com base no valor proposto anualmente pelo Ministério da Economia - ME ao Ministério da Educação - MEC, a distribuição orçamentária será calculada entre as instituições da Rede Federal de EPCT por meio da Matriz de Distribuição Orçamentária da Rede Federal de EPCT.

A Matriz Orçamentária é composta por quatro blocos:

Funcionamento

Reitoria/Direção-geral

Qualidade e Eficiência

Assistência Estudantil

Nos blocos de "Funcionamento" e "Assistência Estudantil", a distribuição orçamentária ocorrerá no nível das Unidades Acadêmicas. Já nos blocos "Reitoria" e "Qualidade e Eficiência", a distribuição orçamentária ocorrerá no nível das Instituições. Cada bloco possui suas respectivas variáveis, conforme descritas na sequência.

O orçamento anual a ser destinado aos Institutos Federais será distribuído da seguinte forma:

Nesse sentido, a Matriz de Distribuição Orçamentária da Rede Federal de EPCT prevê as seguintes formas de distribuição, em seus respectivos blocos:

1. CÁLCULOS DO BLOCO DE FUNCIONAMENTO - MATRÍCULA TOTAL

Dados Estruturados extraídos da PNP para cálculo da Matrícula Total

Alunos matriculados por ciclo destacando os seguintes itens:

UF do Instituto;

Município do Campus;

Nome do Instituto - Nome do Campus;

Modalidade de Ensino (Presencial ou distância);

Área ou Eixo do Curso;

Tipo do Curso (ensino básico, ensino fundamental, ensino médio, técnico, tecnológico, licenciatura, graduação, especialização, mestrado profissional, mestrado, doutorado, formação inicial e continuada);

Proeja (SIM ou NÃO);

Nome do Curso;

Peso do Curso (baseado em levantamento efetuado pela Comissão de Pesos e Bonificação) (SEI nº 3410332);

Curso de Agropecuária - SIM ou NÃO (baseado em levantamento efetuado pela Comissão de Pesos e Bonificação) (SEI nº 3410332);

Código do Ciclo;

Nome do Ciclo;

Financiamento Externo (SIM ou NÃO);

Data Inicial do Período Analisado;

Data Final do Período Analisado;

Data do Início do Ciclo;

Data do Fim do Ciclo;

Carga Horária do Ciclo;

Número de Vagas Ofertadas por Ciclo (ou matrículas iniciais);

Número de Matrículas Ativas no Período Analisado; e

Número de Matrículas de Alunos que Concluíram o Curso (Formados).

Cálculo da Matrícula Total com base na PNP

O cálculo da matrícula total possui 4 (quatro) etapas: Equalização, Ponderação, Bonificação e Finalização das Matrículas Base. Segue o passo a passo de cada etapa:

Etapa 1 - Equalização: Tem por objetivo equiparar todos os ciclos ofertados, de acordo com suas respectivas cargas horárias, em relação à carga horária padrão de 800 (oitocentas) horas anuais e dias ativos do ciclo no período analisado.

1º Passo: Cálculo da Quantidade de dias do Ciclo:

QTDC = (DTC - DIC) + 1

Onde:

QTDC = Quantidade de dias do Ciclo

DTC = Data Prevista de Término do Ciclo

DIC = Data do Início do Ciclo

2º Passo: Cálculo da Carga Horária Média Diária

CHMD = CHM ÷ QTDC

Onde:

CHMD = Carga Horária Média Diária

CHM = Carga horária p/ Matriz (ajustada de acordo com o catálogo do MEC)

QTDC = Quantidade de dias do Ciclo

3º Passo: Cálculo da Carga Horária Anualizada

Se o Ciclo tem duração maior que 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias:

CHA = CHMD x 365

Onde:

CHA = Carga Horária Anualizada

CHMD = Carga Horária Média Diária

Se o ciclo tem duração menor ou igual 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias:

CHA = CHM

Onde:

CHA = Carga Horária Anualizada

CHM = Carga horária p/ Matriz (ajustada de acordo com o catálogo do MEC)

4º Passo: Cálculo do Fator de Equalização de Carga Horária

Se o Ciclo tem duração maior que 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias:

FECH = CHA ÷ 800

Onde:

FECH = Fator de Equalização de Carga Horária

CHA = Carga Horária Anualizada

Se o ciclo tem duração menor ou igual 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias:

FECH = CHC ÷ 800

Onde:

FECH = Fator de Equalização de Carga Horária

CHC = Carga horária do ciclo

5º Passo: Cálculo de Dias Ativos do Ciclo no Período Analisado

a) Ciclos que começaram antes do início do período analisado e finalizaram depois do término do período analisado (ciclo com duração integral em relação ao período analisado):

DACP1 = (DFP1P - DIP1P) + 1

Onde:

DACP1 = Dias Ativos do Ciclo no Período

DFP1P = Data do Final do Período Analisado

DIP1P = Data do Início do Período Analisado

b) Ciclos que começaram dentro do período analisado e terminaram depois do final do período analisado (ciclos com duração parcial em relação ao período analisado):

DACP2 = (DFP1P - DIC) + 1

Onde:

DACP2 = Dias Ativos do Ciclo no Período

DFP1P = Data do Final do Período Analisado

DIC = Data de Início do Ciclo

c) Ciclos que começaram antes do início do período analisado e terminaram dentro do período analisado e depois do início do período analisado (ciclos com duração parcial em relação ao período analisado):

DACP3 = (DTC - DIP1P) + 1

Onde:

DACP3 = Dias Ativos do Ciclo no Período

DIP1P = Data do Início do Período Analisado

DTC = Data Prevista de Término do Ciclo

d) Cursos que começaram depois do início do período analisado e terminaram antes do final do período analisado (Cursos com duração parcial em relação ao período analisado):

DACP4 = (DTC - DIC) + 1

Onde:

DACP4 = Dias Ativos do Ciclo no Período

DTC = Data Prevista de Término do Ciclo

DIC = Data de Início do Ciclo

e) Cursos que começaram antes do início do período analisado e terminaram antes do início do período analisado (Cursos que terminaram antes de iniciar o período analisado, mas que ainda têm alunos matriculados no ciclo):

DACP5 = ((DFP1P - DIP1P) + 1) ÷ 2

Onde:

DACP5 = Dias Ativos do Ciclo no Período

DFP1P = Data do Final do Período Analisado

DIP1P = Data do Início do Período Analisado

Obs.: Nestes casos é impossível calcular os dias ativos no ciclo, pois todos os alunos deveriam ter se formado. Consideramos, então, uma média de dias ativos igual à metade do número de dias do período analisado.

6º Passo: Cálculo do Fator de Equalização de Dias Ativos

FEDA = (DACP1+DACP2+DACP3+DACP4+DACP5) ÷ ((DFP1P - DIP1P) + 1)
Onde:
FEDA = Fator de Equalização de Dias Ativos
DACP1 a 5 = Dias Ativos do Ciclo no Período
DFP1P = Data do Final do Período Analisado
DIP1P = Data de Início do Período Analisado
7º Passo: Cálculo do Fator de Equalização de Carga Horária e Dias Ativos
FECHDA = FECH x FEDA
Onde:
FECHDA = Fator de Equalização de Carga Horária e Dias Ativos
FECH = Fator de Equalização de Carga Horária
FEDA = Fator de Equalização de Dias Ativos
8º Passo: Cálculo das Matrículas Equalizadas por Carga Horária e Dias Ativos
MECHDA = FECHDA x QTM1P
Onde:
MECHDA = Matrículas Equalizadas por Carga Horária e Dias Ativos
FECHDA = Fator de Equalização de Carga Horária e Dias Ativos
QTM1P = Matrículas Ativas no Período Analisado.

Vale destacar que, se a data prevista para o término do ciclo é anterior ao início do período analisado, todos os alunos ainda ativos já deveriam ter se formado. Portanto, para que se insira um fator qualitativo na Matriz Orçamentária, os alunos que já deveriam ter se formado até 3 (três) anos depois do término dos seus ciclos serão considerados e os que já deveriam ter se formado e estão ativos a mais de 3 (três) anos do término dos seus ciclos não serão mais considerados. Nestes casos, utiliza-se a fórmula abaixo:

MECHDA = FECHDA x QTM1P x 50%
Onde:
MECHDA = Matrículas Equalizadas por Carga Horária e Dias Ativos
FECHDA = Fator de Equalização de Carga Horária e Dias Ativos
QTM1P = Matrículas Ativas no Período Analisado.

Etapa 2 - Ponderação: Tem por objetivo aplicar os pesos atribuídos a cada curso sobre as matrículas equalizadas, conforme detalhamento a seguir:
9º Passo: Cálculo das Matrículas Ponderadas
MP = MECHDA x PC
Onde:
MP = Matrículas Ponderadas
MECHDA = Matrículas Equalizadas por Carga Horária e Dias Ativos
PC = Peso do Curso

Etapa 3 - Bonificação: Tem por objetivo acrescentar uma bonificação para cursos da área de agropecuária devido à necessidade de manutenção em condições de fazenda.
10º Passo: Cálculo do Bônus para Cursos de Agropecuária
Se Curso de Agropecuária = "SIM":
BA = MP x 50%
Onde:
BA = Bônus de Curso de Agropecuária
MP = Matrículas Ponderadas
Se Curso de Agropecuária = "NÃO":
BA = 0
Onde:
BA = Bônus de Curso de Agropecuária
Etapa 4 - Finalização
11º Passo: Cálculo das Matrículas Totais
MT = MP + BA
Onde:
MT2020 = Matrículas Totais
MP = Matrículas Ponderadas
BA = Bônus Agropecuária
Cálculo da Matrícula Total EaD com base na PNP

Nos valores destinados às Matrículas EAD existe ainda uma subdivisão entre Matrículas com financiamento próprio que equivalem a 80% (oitenta por cento) de uma Matrícula Presencial e Matrículas com financiamento externo (UAB, Novos Caminhos...) que equivalem a 25% (vinte e cinco por cento) de uma Matrícula Presencial, conforme demonstrado a seguir:

MEAD = CMTD25 + CMTD80
Onde:
MEAD = Matriz EAD
CMTD25 = Complemento da Matrícula EAD (25% da Matrícula Total Presencial)
CMTD80 = Complemento da Matrícula EAD (80% da Matrícula Total Presencial)
CMTD25 = MTD25 Campus * VMTD25
Onde:
CMTD25 = Complemento da Matrícula EAD (25% da Matrícula Total Presencial)
VMTD25 = Valor da Matrícula EAD (25% da Matrícula Total Presencial)
MTD25 = Matrículas Totais dos cursos EAD com financiamento externo
CMTD80 = MTD80 Campus * VMTD80
Onde:
CMTD80 = Valor da Matrícula EAD (80% da Matrícula Total Presencial)
VMTD80 = Valor da Matrícula EAD (80% da Matrícula Total Presencial)
MTD80 = Matrículas Totais dos cursos EAD com financiamento próprio
Critérios utilizados como referência para os pesos dos cursos

Número de laboratórios profissionalizantes previstos para cada curso técnico conforme CNCT 2022.
Peso 1,0: 1 (um) laboratório;
Peso 1,5: 2 (dois) laboratórios;
Peso 2,0: 3 (três) laboratórios;
Peso 2,5: 4 (quatro) ou mais laboratórios.
Divisão dos Pesos:
Cursos FIC: Peso 1,0;
Ensino Básico: Peso 2,0;
Ensino Fundamental I: Peso 2,0;
Ensino Fundamental II: Peso 1,5 (em função dos laboratórios propedêuticos);
Ensino Médio: Peso 1,5 (em função dos laboratórios propedêuticos);
Cursos Técnicos: Peso de acordo com critério de referência. Cursos integrados terão no mínimo Peso 1,5 (em função dos laboratórios propedêuticos);
Cursos Proeja: Peso 2,5;
Cursos Superiores:
Tecnologia e Bacharelados: verticalização a partir do critério de referência;
Licenciaturas: todos os cursos com peso 2,5;
Pós-Graduação Lato Sensu: indicação de peso a partir dos critérios de referência;
Pós-Graduação Stricto Sensu: Peso 2,5 mais bonificação de 50% = Peso 3,75.

2. CÁLCULOS DO BLOCO QUALIDADE E EFICIÊNCIA

O bloco Qualidade e Eficiência é composto por três indicadores:
IEA - Índice de Eficiência Acadêmica Equalizado;

O IEA Equalizado, como não possui meta legal estabelecida, usará como parâmetro a média da eficiência da Rede Federal de EPCT, disponível na Plataforma Nilo Peçanha, excluindo as Escolas Técnicas Vinculadas e os Cursos de Qualificação Profissional.
RAPP - Relação Aluno-Professor Presencial Equalizada;

Como parâmetro para o indicador RAPP, será utilizada a meta legal = 20, estabelecida na estratégia 11.11, do Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014), transcrita a seguir:

11.11) elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos(as) por professor para 20 (vinte);

IAML - Índice de Atendimento ao Marco Legal Equalizado.

O IAML será composto pela média ponderada dos percentuais legais previstos no art. 8º da Lei nº 11.892/2008, transcrito a seguir:

Art. 8º No desenvolvimento da sua ação acadêmica, o Instituto Federal, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para atender aos objetivos definidos no inciso I do caput do art. 7º desta Lei, e o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para atender ao previsto na alínea b do inciso VI do caput do citado art. 7º.

A distribuição orçamentária será aplicada neste bloco, considerando os indicadores gerais da instituição, e seus cálculos estão descritos a seguir.

Faixas e Pesos do Bloco Qualidade e Eficiência

São utilizadas diferentes faixas no bloco Qualidade e Eficiência, as quais são aplicadas aos resultados obtidos nos indicadores propostos (IEA Equalizado, RAPP Equalizada e IAML Equalizado).

O IEA Equalizado usará como parâmetro a média da eficiência da Rede Federal de EPCT, disponibilizado pela PNP para pontuar as 5 (cinco) faixas, conforme apresentado na Tabela 1:

Tabela 1 - Faixas do IEA

Faixas de IEA	PESOS
IEA PNP < 0,90 * IEA Rede	0,5
0,90 * IEA Rede £ IEA PNP < IEA Rede	1
IEA Rede £ IEA PNP < 1,10 * IEA Rede	1,5
1,10 * IEA Rede £ IEA PNP < 1,20 * IEA Rede	2
IEA PNP ³ 1,20 * IEA Rede	2,5

A RAPP Equalizada usará como parâmetro o marco legal definido para a Rede Federal de EPCT (RAP=20) para pontuar as quatro faixas, apresentadas na Tabela 2:

Tabela 2 - Faixas da RAPP

Faixas de RAPP	PESOS
RAPP PNP < 18	0
18 £ RAPP PNP < 20	1
20 £ RAPP PNP < 22	2
RAPP PNP ³ 22	2,5

O IAML Equalizado terá como parâmetro os marcos legais definidos para o Curso Técnico (CT = 50%), a Formação de Professores (FP = 20%) e a Educação de Jovens e Adultos (EJA = 10%) na Rede Federal de EPCT, para pontuar as diferentes faixas de resultados.

As faixas de resultados definidas para o IAML são específicas para cada tipo de curso, usando um fator de correção para cada resultado encontrado, conforme demonstrado nas tabelas 3, 4 e 5, a seguir:

Tabela 3 - Faixas do CT para o IAML

Faixas de CT	Fator de correção
CT PNP <0,50	0
0,50 £ CT PNP < 0,60	1
CT PNP ³ 0,60	2

Tabela 4 - Faixas do FP para o IAML

Faixas de FP	Fator de correção
FP PNP < 0,10	0
0,10 £ FP PNP < 0,15	1
0,15 £ FP PNP < 0,20	2
FP PNP ³ 0,20	2,5

Tabela 5 - Faixas do EJA para o IAML

Faixas de EJA	Fator de correção
EJA PNP < 0,025	0
0,025 £ EJA PNP < 0,05	1
0,05 £ EJA PNP < 0,10	2
EJA PNP ³ 0,10	2,5

Para se calcular o IAML Equalizado, são atribuídos pesos aos respectivos cursos:

Cursos Técnicos - Peso 7;
Formação de Professores - Peso 2; e
Educação de Jovens e Adultos - Peso 1.

Cabe destacar que as peculiaridades do Cefet/MG, Cefet/RJ e Colégio Pedro II serão consideradas na aplicação dos indicadores, em especial do IAML e, no caso do CP II, há considerações também da RAPP, de modo que outras formas de distribuição orçamentária poderão ser avaliadas, caso esta venha a gerar algum tipo de prejuízo para estas instituições.

A RAP Presencial, obtida na PNP, é válida para todos os IFs e Cefets. Já para Colégio Pedro II, dadas suas peculiaridades na oferta da educação infantil e, com o objetivo de manter padronizada a metodologia proposta para a matriz de distribuição orçamentária, sem causar quaisquer prejuízos para a instituição, será utilizada a RAP presencial média da Rede Federal de EPCT, apurada na PNP.

O IAML será aplicado aos Institutos Federais, conforme percentuais legais disponíveis na PNP. Para o Cefet MG, Cefet RJ e Colégio Pedro II, considerando suas peculiaridades nas ofertas e, com o objetivo de manter padronizada a metodologia proposta para a matriz de distribuição orçamentária, sem causar quaisquer prejuízos para as instituições, serão atribuídos os percentuais legais médios da Rede Federal de EPCT para Cursos Técnicos, Formação de Professores e Educação de Jovens e Adultos, apurados na PNP.

Roteiros dos cálculos do Bloco Qualidade e Eficiência

Os cálculos previstos para o IEA Equalizado, a RAPP Equalizada e o IAML Equalizado obedecem ao roteiro listado na sequência, de acordo com as faixas de resultados expostas anteriormente, conforme Quadros 1, 2 e 3 a seguir:

Quadro 1 - Roteiro de cálculo do IEA Equalizado

1. Verifica-se o IEA PNP de cada instituição da Rede Federal de EPCT, excluindo os cursos de Qualificação Profissional para enquadramento na respectiva faixa de resultados.
2. Calcula-se o IEA Ponderado de cada instituição, através da aplicação do peso sobre seu IEA PNP, conforme sua respectiva faixa de resultado.
3. Soma-se todos os IEAs Ponderados das instituições.
4. Calcula-se o IEA Equalizado de cada instituição, por meio do cálculo percentual do seu IEA Ponderado em relação ao somatório dos IEAs Ponderados da Rede Federal de EPCT.

Quadro 2 - Roteiro de cálculo da RAPP Equalizada

1. Verifica-se a RAPP PNP de cada instituição da Rede Federal de EPCT.
2. Calcula-se a RAPP Ponderada de cada instituição, por meio da aplicação do peso sobre sua RAPP PNP, conforme sua respectiva faixa de resultado.
3. Soma-se todas as RAPPs Ponderadas das instituições.
4. Calcula-se a RAPP Equalizada de cada instituição, por meio do cálculo percentual da sua RAPP Ponderada em relação ao somatório das RAPPs Ponderadas da Rede Federal de EPCT.

Quadro 3 - Roteiro de cálculo do IAML Equalizado

1. Verifica-se as porcentagens do Curso Técnico - CT, da Formação de Professor - FP e da Educação de Jovens e Adultos - EJA de cada instituição da Rede Federal de EPCT.
2. Calcula-se o CT Ponderado, a FP Ponderada e a EJA Ponderada de cada instituição, por meio da aplicação do fator de correção, conforme sua respectiva faixa de resultado.
3. Somam-se todos os CTs Ponderados, as FPs Ponderadas e as EJAs Ponderadas.
4. Calcula-se o CT Equalizado de cada instituição, por meio do cálculo percentual do seu CT Ponderado em relação ao somatório dos CTs Ponderados da Rede Federal de EPCT. Deve-se repetir o mesmo procedimento para os cursos FP e EJA.
5. Calcula-se o IAML Equalizado, a partir da média ponderada do CT Equalizado, FP Equalizada e EJA Equalizada, aplicando os pesos: CT (7), FP (2) e EJA (1).

De acordo com os roteiros de cálculo estabelecidos para a Qualidade e Eficiência da Matriz de Distribuição Orçamentária da Rede Federal de EPCT, seguem as equações para os respectivos cálculos:

Cálculo do IEA Equalizado:

Cálculo da RAPP Equalizada:

Cálculo do IAML Equalizado

Cursos Técnicos - CT

Formação de Professores - FP

Educação Jovens e Adultos - EJA

Cálculo final do IAML Equalizado

Considerando os resultados obtidos no Curso Técnico Equalizado, na Formação de Professor Equalizada e na Educação de Jovens e Adultos Equalizada, calcula-se o IAML Equalizado, por meio da média ponderada, aplicando os seguintes pesos: CT (7), FP (2) e EJA (1)

3. CÁLCULOS DO BLOCO ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Os valores de referência para Assistência Presencial, EAD e RIP são calculados conforme metodologia a seguir:

1. Valor da Assistência Presencial: representa o valor da assistência presencial do ano anterior, atualizado pelo IPCA e pelo percentual de variação de matrículas em relação ao ano anterior.

2. Valor da Assistência RIP: representa o valor da assistência do Regime de Internato Pleno do ano anterior, atualizado pelo IPCA e pelo percentual de variação de matrículas em relação ao ano anterior. O número de alunos RIP é levantado diretamente junto às instituições da Rede Federal de EPCT, que informam mediante ofício do gestor da instituição.

3. Valor da Assistência EAD: representa o valor da assistência estudantil destinada à educação a distância do ano anterior, atualizado pelo IPCA e pelo percentual de variação de matrículas em relação ao ano anterior.

Abordagem da Distribuição da Assistência Estudantil

Deliberada em junho/2020, essa abordagem apresenta uma metodologia para distribuição dos orçamentos destinados à Assistência Estudantil (AE) na Rede Federal de EPCT, exclusivamente dos cursos das modalidades Presencial (Curso Presencial) e a Distância (EaD), a princípio, buscando maior assistência aos alunos das faixas de renda mais baixas.

Com o objetivo de atender às necessidades do aluno matriculado nos campi da Rede Federal de EPCT, o princípio dessa proposta é a vulnerabilidade social desse aluno. Logo, a base da nova distribuição de AE (Curso Presencial e EaD) é a faixa de Renda Familiar Per Capita (RFP) do aluno matriculado (Tabela 6), e não mais o índice de Desenvolvimento Humano do município, conforme era a base do critério adotado anteriormente pela Matriz Conif.

Tabela 6 - Atribuição de pesos na RFP para Assistência Estudantil

Declaração da renda	0 < RFP £ 0,5 SM	0,5 < RFP £ 1 SM	1 < RFP £ 1,5 SM	1,5 < RFP £ 2,5 SM	2,5 < RFP £ 3,5 SM	RFP ³ 3,5 SM
Pesos	2,5	2	1,5	1	0,5	0

Roteiros dos cálculos do Bloco Assistência Estudantil

De posse do número de alunos declarantes da renda, conforme dados disponíveis na Plataforma Nilo Peçanha e o enquadramento nas respectivas faixas de RFP, em todas as instituições da Rede Federal de EPCT, é possível calcular os valores de AE, de acordo com o roteiro a seguir:

1. Identificar o total de matrículas da instituição, considerando exclusivamente as matrículas mantidas por meio de orçamento próprio, excluindo qualquer tipo de matrícula com financiamento externo.

2. Identificar a quantidade total de matrículas, segregadas por modalidade de ensino (presencial e a distância).

3. Identificar a distribuição percentual das matrículas dos declarantes por instituição, considerando as faixas de Renda Familiar Per Capita - RFP.

4. Calcular a "quantidade de matrículas equalizadas pela renda" multiplicando a quantidade total de matrícula de cada modalidade de ensino (Curso Presencial e EaD), pelo percentual de declarantes em cada faixa de RFP e pelo peso atribuído a cada faixa de RFP, conforme apresentado na tabela 6.

Até a Matriz 2020, o cálculo da distribuição da AE foi 100% por meio do IDH do município. Com a institucionalização da PNP, foi possível coletar informações quanto à "quantidade de matrículas equalizadas pela renda". Desta forma, ficou acordada uma mudança na distribuição dos recursos da AE, passando a ser distribuída conforme a seguir: matriz 2021: 75% calculado pelo IDH e 25% pela "quantidade de matrículas equalizadas pela renda"; matriz 2022: 50% calculado pelo IDH e 50% pela "quantidade de matrículas equalizadas pela renda"; matriz 2023: 25% calculado pelo IDH e 75% pela "quantidade de matrículas equalizadas pela renda"; a partir da matriz 2024: 100% calculado pela "quantidade de matrículas equalizadas pela renda".

Cálculos da Assistência Estudantil:

Conforme já exposto anteriormente, os valores destinados à Assistência Estudantil são compostos com base em Matrículas Presenciais e Matrículas EAD. Para as Unidades que possuírem Alunos em Regime de Internato Pleno, será adicionado um valor em função do número de Alunos Internos.

De acordo com o roteiro e os pesos estabelecidos, são aplicadas as seguintes fórmulas para cálculo da Assistência Estudantil:

MAE = MAEP + MAEEAD + MAERIP

Onde:

MAE = Matriz Assistência Estudantil

MAEP = Matriz Assistência Estudantil Matrículas Presenciais

MAEEAD = Matriz Assistência Estudantil Matrículas EAD

MAERIP = Matriz Assistência Estudantil Alunos em Regime de Internato Pleno

MAERIP = QRIP/ SOMA QRIP * AERIP

Onde:

MAERIP = Matriz Assistência Estudantil Alunos em regime de internato pleno

QRIP = Quantidade de alunos em Regime de Internato Pleno

AERIP = Assistência Estudantil RIP

MAEP = MAEP IDH + MAEP RPC

Onde:

MAEP = Matriz Assistência Estudantil Matrículas Presenciais

MAEP IDH = Matriz Assistência Estudantil Matrículas Presenciais (IDH)

MAEP RPC = Matriz Assistência Estudantil Matrículas Presenciais (Renda)

MAEEAD = MAEEAD IDH + MAEEAD RPC

Onde:

MAEEAD = Matriz Assistência Estudantil Matrículas EAD

MAEEAD IDH = Matriz Assistência Estudantil Matrículas EAD (IDH)

MAEEAD RPC = Matriz Assistência Estudantil Matrículas EAD (Renda)

IDH Médio = Soma IDH Ponderado / Soma MECHDA

Onde:

IDH Ponderado = Produto entre IDH Município e a MECHDA

MECHDA = Matrículas Equalizadas por Carga Horária e Dias Ativos (8º passo da MT)

FPIDH = (IDH - IDH Médio) * (Maior IDH/Menor IDH)

Onde:

FPIDH = Fator de Potencialização do IDH

IDH = Índice de Desenvolvimento Humano

RDA = RDA Médio - (FPIDH * RDA Médio)

Onde:

RDA = Recursos a serem disponibilizados por aluno (R$)

FPIDH = Fator de Potencialização do IDH

MAE IDH = MECHDA * RDA

Onde:

MAE IDH = Matriz Assistência Estudantil Matrículas (IDH)

MECHDA = Matrículas Equalizadas por Carga Horária e Dias Ativos (8º passo da MT)

RDA = Recursos a serem disponibilizados por aluno (R$)

ID RPC = MECHDA * VR

Onde:

ID RPC = Índice Distribuição Renda

VR = Valor Ponderação Renda

MECHDA = Matrículas Equalizadas por Carga Horária e Dias Ativos (8º passo da MT)

MAE RPC = ID RPC * VAE RPC

Onde:

MAE RPC = Matriz Assistência Estudantil Matrículas (Renda)

ID RPC = Índice Distribuição Renda

VAE RPC = Valor Assistência Estudantil (Renda)

PORTARIA Nº 647, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, tendo em vista o art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; o art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; as Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 3 de setembro de 2018 e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação Judicial nº 1047786-42.2020.4.01.3400, em trâmite perante a 2ª Vara Federal Cível da SJDF, conforme consta no Processo Administrativo nº 23000.024099/2020-92, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 306/2016, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201109532.

Art. 2º Recredenciar a Faculdade INED Rio Claro para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Rodovia Washington Luiz, Km 171, chácara Lusa, no município de Rio Claro, no Estado de São Paulo, mantida pela UNIESP S.A, com sede na Rua Três de Dezembro, nº 38, centro, no município de São Paulo, no estado de São Paulo (CNPJ 19.347.410/0001-31).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O recredenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 3 (três) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, do Ministério da Educação, ou até decisão judicial em sentido contrário.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

PORTARIA Nº 648, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995; no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004; no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; no Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017; nas Portarias Normativas nº 20 e 23, republicadas em 3 de setembro de 2018, e na Portaria Normativa n° 11, de 20 de junho de 2017, e em cumprimento à decisão judicial proferida nos autos da Ação Judicial nº 5011351-80.2018.4.02.5101, em trâmite perante o Tribunal Regional Federal da 2ª Região, conforme consta no Processo Administrativo nº 00732.002190/2019-53, resolve:

Art. 1º Homologar o Parecer nº 657/2020, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, referente ao processo e-MEC nº 201906507.

Art. 2º Credenciar a Faculdade de Ciências Contábeis e de Administração de Empresas (FCCAE) para a oferta de cursos superiores na modalidade a distância, com sede na Avenida Ernani Cardoso, nº 335, Bairro Cascadura, no Município do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, mantida pela Fundação Técnico Educacional Souza Marques, com sede no mesmo Município e Estado (CNPJ 33.775.164/0001-40).

Art. 3º As atividades presenciais serão desenvolvidas na sede da instituição e em polos EaD constantes do Cadastro e-MEC, em conformidade com o art. 16, do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017 e art. 12, da Portaria Normativa MEC nº 11, de 21 de junho de 2017.

Art. 4º O credenciamento de que trata o art. 2º é válido pelo prazo de 4 (quatro) anos, conforme previsto na Portaria Normativa nº 1, de 3 de janeiro de 2017, do Ministério da Educação, ou até decisão judicial em sentido contrário.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

VICTOR GODOY VEIGA

DESPACHO DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, homologo o Parecer CNE/CP nº 22/2022, do Conselho Pleno, do Conselho Nacional de Educação, que reexaminou o Parecer CNE/CP nº 10/2021, o qual analisou proposta de alteração do art. 27 da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, do Conselho Pleno, do Conselho Nacional de Educação, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica - BNC-Formação, objetivando a expansão, em 2 (dois) anos, do prazo final para implantação da Resolução CNE/CP nº 2/2019, tendo em vista os "prejuízos institucionais inerentes às medidas necessárias de afastamento compulsoriamente determinado pela Pandemia da COVID-19, no início do ano de 2020 e que, em diversas medidas e variadas formas, ainda perdura".

VICTOR GODOY VEIGA
Ministro

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 861, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e considerando o disposto no art. 53 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 706, de 2 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 3 de agosto de 2022, Seção 1, pág. 49.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 862, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam autorizados os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. As autorizações a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º As instituições citadas na tabela constante do Anexo desta Portaria deverão protocolar pedido de reconhecimento dos respectivos cursos, nos termos do disposto no art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201929906	ENFERMAGEM (Bacharelado)	110 (cento e dez)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ANHANGUERA DE SÃO PAULO	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A	SHOPPING METRÔ ITAQUERA/ AV JOSE PINHEIRO BORGES, S/N, ITAQUERA, VILA CAMPANELA, SÃO PAULO/SP
2	201928805	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SÃO PAULO	IREP SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR, MEDIO E FUNDAMENTAL LTDA.	AVENIDA ENGENHEIRO ARMANDO DE ARRUDA PEREIRA, 673, - ATÉ 1651 - LADO ÍMPAR, JABAQUARA, SÃO PAULO/SP
3	201932884	ENFERMAGEM (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA GUILHERME PINTO, 114, UNINASSAU - SEDE, GRAÇAS, RECIFE/PE
4	201932885	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA GUILHERME PINTO, 114, UNINASSAU - SEDE, GRAÇAS, RECIFE/PE
5	201932882	PSICOLOGIA (Bacharelado)	240 (duzentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO MAURÍCIO DE NASSAU	SER EDUCACIONAL S.A.	RUA GUILHERME PINTO, 114, UNINASSAU - SEDE, GRAÇAS, RECIFE/PE
6	201819572	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA	ASSOCIACAO CARUARUENSE DE ENSINO SUPERIOR - ASCES	AVENIDA PORTUGAL, 584, UNIVERSITÁRIO, CARUARU/PE
7	202113952	NUTRIÇÃO (Bacharelado)	112 (cento e doze)	ESCOLA SUPERIOR DA AMAZÔNIA DE ABAETETUBA	FACULDADES INTEGRADAS CARAJAS S/C LTDA - EPP	AV. LAURO SODRÉ, 560, CENTRO, ABAETETUBA/PA
8	201929452	PSICOLOGIA (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	FACULDADE ANCLIVEPA DE GESTÃO E HUMANOLOGIA	UNI-A EDUCACAO LTDA	RUA ULISSES CRUZ, 285, TATUAPÉ, SÃO PAULO/SP
9	202014539	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	FACULDADE BAHIANA DE ENGENHARIA E CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS	FBE BRASIL EDUCACAO LTDA - ME	RUA ADHEMAR PINHEIRO LEMOS, 1617, IMBUÍ, SALVADOR/BA
10	202122625	GESTÃO FINANCEIRA (Tecnológico)	100 (cem)	FACULDADE DE AGRONOMIA UNA DE CONSELHEIRO LAFAIETE	FACEB EDUCACAO LTDA	RUA MELVIN JONES, 90, CAMPO ALEGRE, CONSELHEIRO LAFAIETE/MG
11	201929747	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE ENSINO SUPERIOR DO CENTRO DO PARANÁ	UB - UCP EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, S/N, CANTU, PITANGA/PR
12	201606512	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE DE SANTO ANTONIO DA PLATINA	FACULDADES INTEGRADAS E TECNOLOGICAS DO PARANA LTDA	RODOVIA BR 153, KM 40, S/N, PQ. DE EXPOSIÇÕES DR. ALÍCIO DIAS DOS REIS, SANTO ANTÔNIO DA PLATINA/PR
13	201819762	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS	ORGANIZACAO TECNOLOGICA DE ENSINO LTDA	RUA CANADÁ, 309, SANTA MARIA GORETE, JUAZEIRO/BA
14	201819757	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE DE TECNOLOGIA E CIÊNCIAS DE JEQUIÉ	INSTITUTO MANTENEDOR DE ENSINO SUPERIOR DA BAHIA LTDA - ME	AVENIDA AVENIDA CÉSAR BORGES, 10 C, JEQUIEZINHO, JEQUIÉ/BA
15	202111981	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	FACULDADE DE TECNOLOGIA, EDUCAÇÃO SUPERIOR E PROFISSIONAL	CETESP CENTRO TECNOLOGICO DE EDUCACAO SUPERIOR E PROFISSIONAL LTDA	RUA PAISSANDU, 1627, CENTRO, TERESINA/PI
16	201930786	PSICOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	FACULDADE METROPOLITANA DE COARI	IME INSTITUTO METROPOLITANO DE ENSINO LTDA	RUA INDEPENDÊNCIA, 220, CENTRO, COARI/AM
17	201932223	PSICOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE METROPOLITANA SÃO CARLOS BJI	SOCIEDADE METROPOLITANA DE EDUCACAO, CULTURA E TECNOLOGIA SAO CARLOS S/S LTDA - ME	AV. GOVERNADOR ROBERTO SILVEIRA, 910, CENTRO, BOM JESUS DO ITABAPOANA/RJ
18	201926772	PSICOLOGIA (Bacharelado)	90 (noventa)	FACULDADE PITÁGORAS ITABIRA	EDITORA E DISTRIBUIDORA EDUCACIONAL S/A	RUA SANTANA, 235, CAMPUS PRINCIPAL, PENHA, ITABIRA/MG
19	201929343	PSICOLOGIA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	FACULDADE PRESBITERIANA GAMMON	INSTITUTO PRESBITERIANO GAMMON	PRAÇA DR. AUGUSTO SILVA, 636, CENTRO, LAVRAS/MG
20	201931303	PSICOLOGIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE PRESIDENTE ANTÔNIO CARLOS DE GOVERNADOR VALADARES	FUNDACAO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS	RUA JAIR RODRIGUES COELHO, 211, VILA BRETÃS, GOVERNADOR VALADARES/MG
21	202008492	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	60 (sessenta)	FACULDADE UNA DE JATAÍ	FACEB EDUCACAO LTDA	AVENIDA JOSÉ DE CARVALHO, 1.800, SETOR EPAMINONDAS II, JATAÍ/GO
22	201820980	ENFERMAGEM (Bacharelado)	30 (trinta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	RODOVIA RS-218 - KM 05, S/N, INDUBRÁS, SANTO ÂNGELO/RS
23	201928965	PSICOLOGIA (Bacharelado)	200 (duzentas)	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.	AVENIDA PAULISTA, 1.415, CAMPUS PAULISTA, BELA VISTA, SÃO PAULO/SP
24	201928845	PSICOLOGIA (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA	AV. PRESIDENTE VARGAS, 592-914, CENTRO I - PRESIDENTE VARGAS, CENTRO, RIO DE JANEIRO/RJ

PORTARIA Nº 863, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto n° 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas MEC n° 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, republicadas em 3 de setembro de 2018, bem como a Instrução Normativa SERES nº 1, de 17 de setembro de 2018, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na tabela anexa, resolve:

Art. 1º Ficam indeferidos os pedidos de autorização para os cursos superiores de graduação constantes da tabela do Anexo desta Portaria, solicitados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 44 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (Autorização de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	201819480	DIREITO (Bacharelado)	200 (duzentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SANTANNA	INSTITUTO SANTANENSE DE ENSINO SUPERIOR	RUA VOLUNTÁRIOS DA PÁTRIA, 257, CAMPUS - SÃO PAULO - SANTANA, SANTANA, SÃO PAULO/SP
2	201820753	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	200 (duzentas)	EMGE - ESCOLA DE ENGENHARIA	FUNDACAO MOVIMENTO DIREITO E CIDADANIA - FUNDACAO MDC	RUA ÁLVARES MACIEL, 628, SANTA EFIGÊNIA, BELO HORIZONTE/MG
3	201820871	BIOMEDICINA (Bacharelado)	80 (oitenta)	FACULDADE DA SERRA GAÚCHA DE BENTO GONÇALVES	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA RITA S.A.	R RUA TREZE DE MAIO, 1130 A 1146, IMIGRANTE, BENTO GONÇALVES/RS

PORTARIA Nº 864, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e em cumprimento à decisão judicial proferida no Agravo de Instrumento nº 1025570-34.2022.4.01.0000, em trâmite no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, com força executória atestada pela Procuradoria-Regional da União da 1ª Região, nos termos do Parecer de Força Executória nº 00575/2022/CORESPAP/PRU1R/PGU/AGU, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 69/2022/CGAACES/DIREG/SERES/SERES, constante do Processo SEI nº 00732.003701/2022-50, resolve:

Art. 1º Autorizar o aumento de 60 (sessenta) vagas, sob a forma de aditamento, para o curso de graduação em Medicina (84352), bacharelado, ministrado pelo Centro Universitário Imepac - Araguari (19512), no município de Araguari/MG, mantido pelo Instituto de Administração & Gestão Educacional Ltda. (16258).

Parágrafo único. O número total anual de vagas para o curso referido no caput passa de 120 (cento e vinte) para 180 (cento e oitenta).

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 865, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto n° 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017 e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017 e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta dos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) reconhecido(s) o(s) curso(s) superior(es) de graduação, na modalidade a distância, constante(s) da tabela do anexo desta Portaria, ministrado(s) pela(s) Instituição(ões) de Educação Superior citada(s), nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235/2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais nos termos do Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, dos cursos neste ato reconhecidos, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC.

Art. 3º Nos termos do art. 10 § 3º do Decreto nº 9.235, de 2017, e dos artigos 37 a 42 da Portaria MEC nº 23, de 2017, o presente ato autorizativo é válido até o final do ciclo avaliativo ao qual cada curso pertence.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (Reconhecimento de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	202007589	GEOGRAFIA (Licenciatura)	1000 (uma mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CAMPOS DE ANDRADE	ASSOCIACAO DE ENSINO CATEDRA
2	201929650	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	1000 (uma mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO CENECISTA DE OSÓRIO	CAMPANHA NACIONAL DE ESCOLAS DA COMUNIDADE
3	201926070	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	1100 (uma mil e cem)	Centro Universitário das Américas	SOCIEDADE EDUCACIONAL DAS AMERICAS S.A.
4	202002848	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	50 (cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO DE JAGUARIÚNA	INSTITUTO EDUCACIONAL JAGUARY LTDA
5	201925976	COZINHA CONTEMPORÂNEA (Tecnológico)	6640 (seis mil, seiscentas e quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE RIBEIRÃO PRETO	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO RIBEIRAO PRETO LTDA
6	201925923	COZINHA CONTEMPORÂNEA (Tecnológico)	750 (setecentas e cinquenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO ESTÁCIO DE SANTA CATARINA - ESTÁCIO DE SANTA CATARINA	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
7	201926404	FORMAÇÃO PEDAGÓGICA PARA GRADUADOS NÃO LICENCIADOS (Licenciatura)	40 (quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST	SOCIEDADE DE EDUCACAO N.S. AUXILIADORA LTDA
8	201926407	PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA - PEDAGOGIA (Licenciatura)	40 (quarenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO FACVEST	SOCIEDADE DE EDUCACAO N.S. AUXILIADORA LTDA
9	201905014	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	2000 (duas mil)	CENTRO UNIVERSITÁRIO INTA	ASSOCIACAO IGREJA ADVENTISTA MISSIONARIA - AIAMIS
10	201926091	PEDAGOGIA (Licenciatura)	600 (seiscentas)	CENTRO UNIVERSITÁRIO PROJEÇÃO	BCEC - BRASIL CENTRAL DE EDUCACAO E CULTURA LTDA
11	202002466	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	360 (trezentas e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LUCAS	CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
12	201931265	LOGÍSTICA (Tecnológico)	360 (trezentas e sessenta)	CENTRO UNIVERSITÁRIO SÃO LUCAS	CENTRO DE ENSINO SAO LUCAS LTDA
13	201906252	MARKETING (Tecnológico)	450 (quatrocentas e cinquenta)	FIAP - Centro Universitário	VSTP EDUCACAO LTDA
14	201930981	PROGRAMA ESPECIAL DE GRADUAÇÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL (Licenciatura)	160 (cento e sessenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA FARROUPILHA
15	201908074	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	500 (quinhentas)	INSTITUTO INFNET RIO DE JANEIRO	INFNET EDUCACAO LTDA.
16	201927399	ARTES VISUAIS (Licenciatura)	1000 (uma mil)	UNIVERSIDADE ANHANGÜERA	ANHANGUERA EDUCACIONAL PARTICIPACOES S/A
17	201929952	CIÊNCIA ECONÔMICA (Bacharelado)	350 (trezentas e cinquenta)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO CATOLICA
18	201929959	SERVIÇOS JURÍDICOS (Tecnológico)	575 (quinhentas e setenta e cinco)	UNIVERSIDADE CATÓLICA DE BRASÍLIA	UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO CATOLICA
19	201906295	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	1000 (uma mil)	UNIVERSIDADE CIDADE DE SÃO PAULO	SECID - SOCIEDADE EDUCACIONAL CIDADE DE SAO PAULO LTDA
20	201926955	GESTÃO DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (Tecnológico)	2000 (duas mil)	UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL	CRUZEIRO DO SUL EDUCACIONAL S.A.
21	202002866	GESTÃO COMERCIAL (Tecnológico)	400 (quatrocentas)	UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE	FUNDACAO EDUCACIONAL DA REGIAO DE JOINVILLE
22	201925970	COZINHA CONTEMPORÂNEA (Tecnológico)	1228 (uma mil, duzentas e vinte e oito)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
23	201925956	EDUCAÇÃO FÍSICA (Bacharelado)	1533 (uma mil, quinhentas e trinta e três)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
24	201930442	GESTÃO DA QUALIDADE (Tecnológico)	1570 (uma mil, quinhentas e setenta)	UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ	SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR ESTACIO DE SA LTDA
25	201929932	BIOMEDICINA (Bacharelado)	500 (quinhentas)	UNIVERSIDADE POSITIVO	CENTRO DE ESTUDOS SUPERIORES POSITIVO LTDA
26	201925733	PEDAGOGIA (Licenciatura)	1020 (uma mil e vinte)	UNIVERSIDADE PRESBITERIANA MACKENZIE	INSTITUTO PRESBITERIANO MACKENZIE

PORTARIA Nº 866, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista os Decretos nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e nº 9.057, de 25 de maio de 2017, as Portarias Normativas MEC nº 20 e 23, de 21 de dezembro de 2017, e nº 11, de 22 de junho de 2017, e conforme consta do(s) processo(s) e-MEC listado(s) na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica(m) autorizado(s) o(s) curso(s) superior(es) na modalidade a distância, relacionado(s) no Anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, nos termos do art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 2º Os endereços utilizados para as atividades presenciais dos cursos de graduação, ofertados na modalidade a distância, são, exclusivamente, aqueles constantes do Cadastro e-MEC, nos termos do art. 16, do Decreto nº 9.057, de 2017.

Art. 3º A(s) instituição(ões) deverá(ão) solicitar o reconhecimento do(s) curso(s), neste ato autorizado(s), nos termos do art. 46 do Decreto nº 9.235, de 2017.

Art. 4º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (Autorização de Cursos EaD)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora
1	202014622	GESTÃO PÚBLICA (Tecnológico)	100	ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO	FUNDACAO ESCOLA SUPERIOR DO MIN P DO DF E TERRITORIOS

2	202022571	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	500	FACULDADE INTEGRADA DAS CATARATAS EJOVEM	DIRETIVA ADMINISTRADORA DE PARTICIPACOES LTDA
3	202022572	BANCO DE DADOS (Tecnológico)	500	FACULDADE INTEGRADA DAS CATARATAS EJOVEM	DIRETIVA ADMINISTRADORA DE PARTICIPACOES LTDA
4	202022570	GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (Tecnológico)	500	FACULDADE INTEGRADA DAS CATARATAS EJOVEM	DIRETIVA ADMINISTRADORA DE PARTICIPACOES LTDA
5	202022573	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	500	FACULDADE INTEGRADA DAS CATARATAS EJOVEM	DIRETIVA ADMINISTRADORA DE PARTICIPACOES LTDA
6	202022574	SISTEMAS PARA INTERNET (Tecnológico)	500	FACULDADE INTEGRADA DAS CATARATAS EJOVEM	DIRETIVA ADMINISTRADORA DE PARTICIPACOES LTDA
7	201907504	GESTÃO DE RECURSOS HUMANOS (Tecnológico)	1000	FACULDADE NOVE DE JULHO GUARULHOS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO
8	201907570	PEDAGOGIA (Licenciatura)	1000	FACULDADE NOVE DE JULHO GUARULHOS	ASSOCIACAO EDUCACIONAL NOVE DE JULHO
9	201905981	PEDAGOGIA (Licenciatura)	1000	INSTITUTO DE EDUCACAO SUPERIOR LATINOAMERICANO	INSTITUTO DE EDUCACAO SUPERIOR LATINOAMERICANO - IESLA

PORTARIA Nº 868, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em observância ao disposto nos artigos 65, 67 e 72 do Decreto nº 9.235, de 2017; considerando o disposto no art. 1º, § 1º, da Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017; tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 23123.005933/2021-35, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 76/2022/CGSE/DISUP/SERES/SERES, resolve:

Art. 1º Instaurar processo administrativo de supervisão, na fase de Procedimento Preparatório, em face da Faculdade de Ensino Regional Alternativa - FERA (cód. e-MEC nº 4714), mantida pela Sociedade de Ensino Superior do Agreste Ltda. (cód. e-MEC nº 3008), inscrita no CNPJ nº 07.664.688/0001-53, a fim de averiguar as condições de oferta dos cursos superiores e de especialização na modalidade a distância e presencial.

Art. 2º Notificar a FERA acerca da instauração do presente processo de supervisão e franquear-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para havendo interesse, apresentar defesa, por meio eletrônico, pelo sistema de comunicação do e-MEC.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 869, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 23000.023386/2022-47, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 85/2021/CGLNRS/GAB/SERES, e considerando o disposto nos processos e-MEC listados na tabela do anexo, resolve:

Art. 1º Ficam renovados os reconhecimentos dos cursos superiores de graduação constantes da tabela do anexo desta Portaria, com as vagas totais anuais nele estabelecidas, ministrados pela Instituição de Educação Superior citada.

§ 1º As renovações de reconhecimento a que se refere esta Portaria são válidas exclusivamente para os cursos ministrados nos endereços citados na tabela constante do anexo.

§2º As renovações de reconhecimento a que se refere esta Portaria são válidas até o ciclo avaliativo seguinte, nos termos do art. 10, § 3º do Decreto nº 9.235, de 2017 e dos artigos 37 a 42 da Portaria MEC nº 23, de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

ANEXO (Renovação de Reconhecimento)

Nº de ordem	Registro e-MEC	Curso	Nº vagas totais anuais	Mantida (cód.)	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1	202107346	DESIGN (BACHARELADO)	60 (sessenta)	Centro Universitário Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul (645)	Fundação Educacional Regional Jaraguaense	Rua dos Imigrantes, 500 - Vila Rau - Jaraguá do Sul
2	202107347	DIREITO (BACHARELADO)	240 (duzentas e quarenta)	Centro Universitário Católica de Santa Catarina em Jaraguá do Sul (645)	Fundação Educacional Regional Jaraguaense	Rua dos Imigrantes, 500 - Vila Rau - Jaraguá do Sul

PORTARIA Nº 870, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em observância ao disposto nos artigos 56 e 71 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; considerando o disposto no art. 1º, § 1º, da Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017; tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 23000.022289/2022-37, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 79/2022/CGSE/DISUP/SERES/SERES, resolve:

Art. 1º Instaurar Procedimento Sancionador em face da Faculdade de Marília - FAMAR (cód. e-MEC nº 13938), mantida pela UNIESP S.A. (cód. e-MEC nº 16134), inscrita no CNPJ nº 19.347.410/0001-31.

Art. 2º Aplicar a medida cautelar de sobrestamento do Processo e-MEC nº 201417247 que trata do recredenciamento da FAMAR.

Art. 3º Notificar a FAMAR acerca da instauração do presente procedimento sancionador e franquear-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para, havendo interesse, apresentar defesa, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 871, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, o uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em observância ao disposto nos artigos 56 e 71 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; considerando o disposto no art. 1º, § 1º, da Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017; tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 23000.021852/2022-50, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 77/2022/CGSE/DISUP/SERES/SERES, resolve:

Art. 1º Instaurar Procedimento Sancionador em face da Faculdade São Tomaz de Aquino - FSTA (cód. e-MEC nº 3774), mantida pela Sociedade de Estudos São Tomaz de Aquino - SESTAS - ME (cód. e-MEC nº 2383), inscrita no CNPJ nº 05.993.920/0001-71.

Art. 2º Aplicar a medida cautelar de sobrestamento do processo e-MEC nº 201366213 que trata do recredenciamento da FSTA.

Art. 3º Notificar a FSTA acerca da instauração do presente procedimento sancionador e franquear-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para, havendo interesse, apresentar defesa, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

PORTARIA Nº 872, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em observância ao disposto nos artigos 56 e 71 do Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; considerando o disposto no art. 1º, § 1º, da Portaria nº 21, de 21 de dezembro de 2017; tendo em vista o que consta do Processo SEI nº 23000.021739/2022-74, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 77/2022/CGSE/DISUP/SERES/SERES, resolve:

Art. 1º Instaurar Procedimento Sancionador em face da Faculdade de Cariacica - FAC DE CARIACICA (cód. e-MEC nº 1727), mantida pelo Instituto Viva Espírito Santo (cód. e-MEC nº 18352), inscrito no CNPJ nº 33.989.110/0001-87.

Art. 2º Aplicar a medida cautelar de sobrestamento do Processo e-MEC nº 201209102 que trata do recredenciamento da FAC de CARIACICA.

Art. 3º Notificar a FAC de CARIACICA acerca da instauração do presente procedimento sancionador e franquear-lhe o prazo de 15 (quinze) dias para, havendo interesse, apresentar defesa, por meio eletrônico, pelo Sistema de Comunicação da Caixa de Mensagens do e-MEC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DIANA GUIMARÃES AZIN

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

PORTARIA Nº 1.316/GR/IFAM, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O REITOR PRO TEMPORE DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS - IFAM, no uso de suas atribuições legais e estatutárias que lhe confere o Decreto Presidencial de 08/06/2021, publicado no Diário Oficial da União - DOU Nº 106, de 09/06/2021, Seção 2, pág. 1, e; CONSIDERANDO o Ofício nº 614/2022-PROEN/REITORIA, de 19/08/2022, contido no Documento nº 23443.014651/2022-97; CONSIDERANDO o Despacho do Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional - PRODIN, de 26/08/2022, resolve:

Art. 1º CRIAR na estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Ensino do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - PROEN/Ifam, os Núcleos conforme abaixo:

NOMENCLATURA	VINCULAÇÃO	CÓDIGO
Núcleo de Programas e Projetos da Educação Superior	DBS	S/F
Núcleo de Formação Continuada dos Profissionais do Ensino	DBS	S/F

Art. 2º Compete ao Núcleo de Programas e Projetos da Educação Superior:

I. Acompanhar os programas PARFOR, PIBID e Residência Pedagógica,

II. Apoiar o trabalho da Coordenação dos Cursos de Licenciatura desenvolvidos no Ifam/Campus Manaus Centro;

Art. 3º Compete ao Núcleo de Formação Continuada dos Profissionais do Ensino:

I. Apoiar as formações direcionadas aos Docentes e Técnicos Administrativos;

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor a partir desta data.

JAIME CAVALCANTE ALVES

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PORTARIA NORMATIVA Nº 34, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O Reitor da Universidade Federal do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, e tendo em vista o que consta do Processo digital n° 23068.063759/2021-57, resolve:

Prorrogar, pelo período de 02 (dois) anos, a partir de 16/09/2022, a validade do Concurso Público, de que trata o Edital nº 59/2019-R, publicado do DOU em 04/07/2019, homologado conforme Edital nº 131/2019-R, publicado no DOU em 04/12/2019, e nos termos da Portaria nº 33/2021-R, na parte referente à Área/subárea: Engenharia Elétrica (Cód. CNPq 3.04.00.00-7).

PAULO SERGIO DE PAULA VARGAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA UFRJ Nº 326, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Delega competência ao Diretor da Inova UFRJ e ao seu substituto.

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO, nomeada pelo Decreto de 31 de maio de 2019, publicado no Diário Oficial da União de 3 de junho de 2019, no uso de suas atribuições legais, estatutária e regimental, com base no § 2º do art. 16 da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, com redação dada pela Lei nº 13.243, de 11 de janeiro de 2016, e nos arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200/67, visando à descentralização prevista na Reforma Administrativa, resolve:

Art. 1º Delegar competência ao Diretor da Inova UFRJ, e, na sua ausência, ao seu substituto para, sem prejuízo das atribuições regimentalmente atinentes ao cargo, praticar os atos administrativos a seguir enumerados:

I - solicitar, em nome da UFRJ, junto aos órgãos competentes do país e do exterior a proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual sobre as criações, assim definidas na Lei nº 10.973, de 2004, podendo praticar os seguintes atos:

a) requerer depósito de pedido de patente e concessão de patentes (patentes de invenção, modelos de utilidade e certificado de adição);

b) requerer registro de marcas, desenhos industriais, programas de computador (software), indicações geográficas e proteção de cultivares;

c) requerer registro de direito autoral;

d) requerer buscas e certidões;

e) requerer exames técnicos de patentes, cumprir exigências formais e técnicas, efetuar pagamentos de anuidades;

f) apresentar oposições, impugnações, pedidos de reconsideração, recursos e réplicas;

g) requerer a anotação de alteração de nome, transferência de titularidade e a averbação de transferências ou cessões, averbação de contratos de licença de uso de tecnologias e assistência técnica em benefício da UFRJ;

h) assinar procurações conferindo poderes a instituições parceiras ou escritórios de propriedade intelectual para representar a UFRJ junto aos órgãos competentes no Brasil e no exterior, na adoção de providências que visem à proteção e à manutenção dos direitos de propriedade intelectual da UFRJ;

i) providenciar todos os demais atos que tenham por objetivo solicitar a proteção e a manutenção dos direitos de propriedade intelectual da UFRJ no Brasil e no exterior; e

j) todos os demais atos que envolvam a proteção, a manutenção e a defesa dos direitos de propriedade intelectual da UFRJ perante os órgãos competentes do país e do exterior.

II - firmar compromissos, acordos e instrumentos congêneres, em nome da UFRJ, com a finalidade exclusiva de resguardar o sigilo e os direitos de propriedade intelectual da UFRJ, tais como:

a) acordos de confidencialidade, definidos como sendo acordos que têm por objetivo proteger o sigilo das criações, informações confidenciais, conhecimentos (know-how) e segredos de negócios desenvolvidos pelos pesquisadores da UFRJ e instituições parceiras;

b) documentos que envolvam o interesse da UFRJ perante terceiros para transferência de tecnologia, ou qualquer outra modalidade contratual que envolva a propriedade intelectual da UFRJ, nos termos do inciso X do § 1º do art. 16 da Lei nº 10.973, de 2004;

c) acordos com instituições públicas ou privadas que tenham como objeto a definição de direitos e deveres sobre a propriedade intelectual de titularidade da UFRJ; e

d) acordos com instituições públicas ou privadas que tenham como objeto a proteção, a manutenção e a defesa dos direitos de propriedade intelectual da UFRJ, bem como para exercício das competências do Núcleo de Inovação Tecnológica previstas no art. 16 da Lei nº 10.973, de 2004.

Art. 2º Ficam revogadas as seguintes Portarias:

I - Portaria nº 9.095, de 30 de agosto de 2019, publicada no Boletim UFRJ nº 36, de 5 de setembro de 2019; e

II - Portaria nº 3.991, de 14 de maio de 2021, publicada no Boletim UFRJ nº 20, de 20 de maio de 2021.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, considerando a urgência para a assinatura de alguns do atos delegados.

DENISE PIRES DE CARVALHO

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA

PORTARIA Nº 560, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O REITOR DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei nº 12.289, de 20 de julho de 2010, publicada no DOU de 21 de julho de 2010 e Decreto Presidencial de 05 de maio de 2021, publicado no DOU de 06 de maio de 2021, Edição: 84, Seção 2, Página 1;

Art. 1º Alterar a vinculação do Serviço de Estágio Curricular, da Coordenação de Ensino de Graduação e Seleção para a Coordenação de Projetos e Acompanhamento Curricular, permanecendo a atribuição de função gratificada código FG-03. (Processo nº 23282.007648/2022-15)

Art. 2º Esta portaria conta seus efeitos a partir de sua publicação.

ROQUE DO NASCIMENTO ALBUQUERQUE

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

PRÓ-REITORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

PORTARIA Nº 1.548, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O(A) Pró-Reitor(a) Adjunto de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.007788/2021-13; resolve:

Art. 1º.Prorrogar por um ano, contado a partir de 24 de Setembro de 2022, a validade do Processo Seletivo realizado para Professor Substituto, para a área de Comunicação / Comunicação Visual, Subárea: Fotografia / Fotojornalismo, do Departamento de Jornalismo (DEJOR) do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (ICSA), de que trata o Edital PROGEP nº 50/2021, cujo resultado foi homologado pela Portaria PROGEP nº 1340 de 30 de Agosto de 2021.

ISABELA PERUCCI ESTEVES FAGUNDES

PORTARIA Nº 1.549, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O(A) Pró-Reitor(a) Adjunto de Gestão de Pessoas da Universidade Federal de Ouro Preto, no uso da competência que lhe foi delegada através da Portaria nº 540, de 05/08/1994, considerando o processo UFOP de Seleção Simplificada para contratação de Professor substituto nº 23109.006148/2021-88; resolve:

Art. 1º.Prorrogar por um ano, contado a partir de 22 de Setembro de 2022, a validade do Processo Seletivo realizado para Professor Substituto, para a área de Música Cênica / Som e Ritmo / Sonoplastia ,do Departamento de Departamento de Artes Cênicas / DEART do Instituto de Filosofia, Arte e Cultura / IFAC, de que trata o Edital PROGEP nº 40/2021, cujo resultado foi homologado pela Portaria PROGEP nº 1262 de 20 de Agosto de 2021.

ISABELA PERUCCI ESTEVES FAGUNDES

Ministério da Infraestrutura

SECRETARIA DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS

PORTARIA Nº 1.087, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

Aprova o enquadramento, para fins de habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do projeto de investimento em infraestrutura no setor de transportes - Portos, proposto pela empresa Santos Brasil Participações S/A.

O SECRETÁRIO DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria GM/MINFRA nº 46, de 11 de março de 2021, e tendo em vista o disposto no art. 35 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria GM/MInfra nº 105, de 19 de agosto de 2021, e o que consta no Processo nº 50000.020838/2022-10, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento, para fins de habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do projeto de investimento em infraestrutura no setor de transportes - Portos, proposto pela empresa Santos Brasil Participações S.A., CNPJ nº 02.762.121/0018-44, denominado "PBI - Plano Básico de Implantação - Arrendamento IQI 03 - ITAQUI (filial CNPJ 02.762.121/0018-44)", na área denominada IQI 03, localizada no Porto Organizado de Itaqui, no Estado do Maranhão, na forma do Contrato de Arrendamento nº 07/2021-MInfra, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º A empresa a que se refere o art. 1° deverá informar à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura quando da conclusão do projeto ou do pedido de cancelamento da habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão ou do pedido de cancelamento, nos termos do disposto no art. 17 da Portaria GM/MInfra nº 105, de 19 de agosto de 2021.

Art. 3º Os autos do Processo nº 50000.020838/2022-10 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL MAGALHÃES FURTADO

ANEXO

Nome Empresarial	Santos Brasil Participações S.A.
CNPJ	02.762.121/0018-44
Tipo	Portos Organizados
	Projeto na área de infraestrutura de transporte portuário, denominado "PBI - Plano Básico de Implantação - Arrendamento IQI 03 - ITAQUI (filial CNPJ 02.762.121/0018-44)", na área denominada IQI 03, localizada no Porto Organizado de Itaqui, no Estado do Maranhão, na forma do Contrato de Arrendamento nº 07/2021-MInfra, que tem por objeto a implantação de obras de infraestrutura destinadas aos serviços de descarga, armazenagem e expedição de granéis líquidos, especialmente combustíveis, contemplando, dentre outras, a implantação dos seguintes serviços e obras: - Construção de 04 (quatro) novos tanques de armazenamento, do tipo cilíndrico vertical. - Construção de novo parque de bombas PB-02, que será responsável pelo bombeamento de OD S10, B100 e EA até o carreamento ferroviário do desvio do IQI 11, e também, para o caso do OD S10, possibilitar a transferência entre os tanques desse terminal com os tanques de mesmo produto dos terminais IQI 11 e IQI 12. - Instalação de 02 (dois) novos conjuntos motobomba (B-1309A e B-1309B), para carregamento ferroviário de S10 no IQI 11, a partir dos tanques TQ-13-3101 e TQ-13-4301, com ponto de projeto de 290 m³/h e motor elétrico de 75 CV. - Instalação de 01 (um) novo conjunto motobomba (B-1310A), para o carregamento ferroviário de B100 no IQI 11, a partir dos tanques TQ -13-601 e TQ-13-2101, com ponto de projeto de 90 m³/h e motor elétrico de 30 CV. - Instalação de 01 (um) novo conjunto motobomba (B-1311), para o carregamento ferroviário de EA no IQI 11, a partir dos tanques TQ-13 -701 e TQ-13-401, com ponto de projeto de 90 m³/h e motor elétrico de 30 CV. - Instalação de 01 (um) novo conjunto motobomba (B-1310B), que servirá de reserva para os sistemas de EA e B100, com ponto de projeto de 90 m³/h e motor elétrico de 30 CV.

Descrição do Projeto	- Construção de novo PB-04, que será responsável pelo bombeamento de OD S500 e GA até o carreamento ferroviário do desvio do IQI 11. - Instalação de 02 (dois) novos conjuntos motobomba (B-1316A e B-1316B), para o sistema de carregamento ferroviário de OD S500 e transferência, a partir dos tanques TQ-13-7601, TQ-13-9402, com ponto de projeto de 290 m³/h e motor elétrico de 75 CV. - Instalação de 02 (dois) novos conjuntos motobomba (B-1317A e B-1317B), para o sistema de carregamento ferroviário de GA e transferência, a partir dos tanques TQ-13-1701, TQ-13-901, TQ-13 -7401, TQ-13-9401 e TQ-13- 9402, com ponto de projeto de 290 m³/h e motor elétrico de 75 CV. - Para os novos tanques de GA e S500 serão interligados ao sistema de drenagem existente, composto por bomba de drenagem e tanque horizontal de drenagem, dedicados para cada produto. - Será construída uma nova casa de bombas de incêndio, e reserva técnica de água, dimensionada para atendimento da condição de maior risco isolado, previsto nas normas vigentes. - Serão construídos novos *manifolds* de água, para os anéis de resfriamento dos tanques, novos e existentes. - Será construído rede nova de alimentação dos chuveiros de emergência e lava-olhos. - Serão construídos 03 (três) novos dutos de DN 14", que farão a interligação do *manifold*, que recebe produto oriundo do píer pela descarga de NTs. - Construção de edificação administrativa abrigando portaria, escritórios administrativos e operacionais, salas de controle, refeitório, laboratório de análise e guarda de amostras, sala de espera e sanitários para motoristas dos caminhões, instalações da Receita Federal e demais órgãos anuentes. - Construção de edificação abrigando vestiários e sanitários. - Construção de edificação abrigando as oficinas de manutenção e almoxarifado. - Construção de instalações da Receita Federal. - Serão instalados sistema de drenagem selada de produto, composto por bomba de drenagem e tanque horizontal de drenagem, para atendimento do tanque de S500 da bacia 01 e para os tanques de S-10, na Bacia 03. - Será implantado sistema de água de reuso, prevendo a captação das águas pluviais da cobertura das principais edificações. - Será feita a adequação e expansão da rede de ar comprimido existente (ar de instrumento e de serviço) para atendimento das necessidades dos Terminais IQI11 e IQI03, incluindo o acionamento de válvulas pneumáticas tipo ON-OFF, instaladas na saída dos tanques, e nas plataformas de carregamento rodoviário e ferroviário. O sistema será composto por estação de compressão, a ser adequada / ampliada no IQI 11, e rede de distribuição aparente, que atenderá as demandas tanto do IQI 11, quanto do IQI 03. - Implantação de sistemas automatizados de carregamento rodoviário para utilização com combustíveis, possibilitando a medição de temperatura, vazão e densidade bem como o controle de vazão, informando as variáveis medidas e corrigindo o volume carregado à temperatura de 20ºC. - Implantação nos novos tanques de armazenamento de dispositivos de controle de nível e temperatura sem contato com o líquido e controlado à distância em Sala de Controle de Operações. - Instalação de Centro de Controle Motores - CCM. - Instalação de motores. - Instalação de iluminação modernizada em LED. - Instalação de gerador de energia. - Adequação do sistema de proteção e combate a incêndio. - Instalação operacional de sistema de segurança e automação de proteção. - Aquisição/instalação de tanques e tanque de água. - Aquisição/instalação de tubulações, drenagens, jateamento/pintura, elétrica, instrumentação e automação.
Localização	Estado do Maranhão
Estimativa de Investimento	R$ 105.925.556,88
Estimativas das Suspensões Fiscais	R$ 7.406.372,82

PORTARIA Nº 1.088, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

Aprova o enquadramento, para fins de habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do projeto de investimento em infraestrutura no setor de transportes - Portos, proposto pela empresa Santos Brasil Participações S/A.

O SECRETÁRIO DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria GM/MINFRA nº 46, de 11 de março de 2021, e tendo em vista o disposto no art. 35 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria GM/MInfra nº 105, de 19 de agosto de 2021, e o que consta no Processo nº 50000.020425/2022-27, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento, para fins de habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do projeto de investimento em infraestrutura no setor de transportes - Portos, proposto pela empresa Santos Brasil Participações S.A., CNPJ nº 02.762.121/0020-69, denominado "PBI - Plano Básico de Implantação - Arrendamento IQI 12 - ITAQUI (02.762.121/0020-69)", na área denominada IQI12, localizada no Porto Organizado de Itaqui, no Estado do Maranhão, na forma do Contrato de Arrendamento nº 05/2021-MInfra, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º A empresa a que se refere o art. 1° deverá informar à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura quando da conclusão do projeto ou do pedido de cancelamento da habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão ou do pedido de cancelamento, nos termos do disposto no art. 17 da Portaria GM/MInfra nº 105, de 19 de agosto de 2021.

Art. 3º Os autos do Processo nº 50000.020425/2022-27 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL MAGALHÃES FURTADO

ANEXO

ANEXO	
Nome Empresarial	Santos Brasil Participações S.A.
CNPJ	02.762.121/0020-69
Tipo	Portos Organizados
Descrição do Projeto	Projeto na área de infraestrutura de transporte portuário, denominado "PBI - Plano Básico de Implantação - Arrendamento IQI 12 - ITAQUI (02.762.121/0020-69)", na área denominada IQI12, localizada no Porto Organizado de Itaqui, no Estado do Maranhão, na forma do Contrato de Arrendamento nº 05/2021-MInfra, que tem por objetivo a implantação de obras de infraestrutura destinadas aos serviços de descarga, armazenagem e expedição de granéis líquidos, especialmente combustíveis, contemplando, dentre outras, a implantação dos seguintes serviços e obras: - Construção de novos tanques de armazenamento, em concreto estrutural / armado com pintura de proteção nas duas faces à base de silicone e assentados sobre base de concreto armado devidamente nivelada, com revestimento impermeabilizante, e dreno para verificação de vazamentos em base drenante sobre o solo. - Construção de uma linha de dutos em bitola 14" com a extensão de 1.895 metros que conectará o "Ponto A" aos berços 104, 106 e 108, passando a compor assim a "Linha Tronco de Dutos". - Instalação de *pipe-racks* e estruturas metálicas em perfis de aço carbono ASTM-A-36 tipos "U", "I", "L" conforme cada caso. - Instalação de plataforma de carga e descarga responsável pela interface rodoviária dos granéis tanto nas operações de exportação como nas operações de importação. - Instalação de aterramentos. - Arruamento, pavimentação e drenagem. - Construção de edificação administrativa abrigando portaria, escritórios administrativos e operacionais, salas de controle, refeitório, laboratório de análise e guarda de amostras, sala de espera e sanitários para motoristas dos caminhões, instalações da Receita Federal e demais órgãos anuentes. - Construção de edificação abrigando vestiários e sanitários. - Construção de edificação abrigando as oficinas de manutenção e almoxarifado. - Construção de instalações da Receita Federal. - Implantação de sistemas automatizados de carregamento rodoviário para utilização com combustíveis, possibilitando a medição de temperatura, vazão e densidade bem como o controle de vazão, informando as variáveis medidas e corrigindo o volume carregado à temperatura de 20ºC. - Implantação nos novos tanques de armazenamento de dispositivos de controle de nível e temperatura sem contato com o líquido e controlado à distância em Sala de Controle de Operações. - Instalação de Centro de Controle Motores - CCM. - Instalação de motores. - Instalação de iluminação modernizada em LED. - Instalação de gerador de energia. - Adequação do sistema de proteção e combate a incêndio. - Instalação operacional de sistema de segurança e automação de proteção. - Aquisição/instalação de bombas para efluentes, separador de água-óleo, tanque de água, tanque de efluentes contaminados, compressor, vaso pulmão, sistema de combate a incêndio e tanque de nitrogênio. - Aquisição/instalação de tubulações, drenagens, jateamento/pintura, elétrica, instrumentação e automação.
Localização	Estado do Maranhão
Estimativa de Investimento	R$ 306.734.503,26
Estimativas das Suspensões Fiscais	R$ 21.777.564,78

PORTARIA Nº 1.089, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

Aprova o enquadramento, para fins de habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do projeto de investimento em infraestrutura no setor de transportes - Portos, proposto pela empresa Santos Brasil Participações S/A.

O SECRETÁRIO DE FOMENTO, PLANEJAMENTO E PARCERIAS DO MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria GM/MINFRA nº 46, de 11 de março de 2021, e tendo em vista o disposto no art. 35 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Portaria GM/MInfra nº 105, de 19 de agosto de 2021, e o que consta no Processo nº 50000.020841/2022-25, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento, para fins de habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI, do projeto de investimento em infraestrutura no setor de transportes - Portos, proposto pela empresa Santos Brasil Participações S.A., CNPJ nº 02.762.121/0019-25, denominado "PBI - Plano Básico de Implantação - Arrendamento IQI 11 - ITAQUI (filial CNPJ 02.762.121/0019-25)", na área denominada IQI11, localizada no Porto Organizado de Itaqui, no Estado do Maranhão, na forma do Contrato de Arrendamento nº 08/2021-MInfra, conforme descrito no Anexo desta Portaria.

Art. 2º A empresa a que se refere o art. 1° deverá informar à Secretaria de Fomento, Planejamento e Parcerias do Ministério da Infraestrutura quando da conclusão do projeto ou do pedido de cancelamento da habilitação, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da conclusão ou do pedido de cancelamento, nos termos do disposto no art. 17 da Portaria GM/MInfra nº 105, de 19 de agosto de 2021.

Art. 3º Os autos do Processo nº 50000.020841/2022-25 ficarão arquivados e disponíveis neste Ministério, para consulta e fiscalização dos órgãos de controle.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL MAGALHÃES FURTADO

ANEXO

ANEXO	
Nome Empresarial	Santos Brasil Participações S.A.
CNPJ	02.762.121/0019-25
Tipo	Portos Organizados
Descrição do Projeto	Projeto na área de infraestrutura de transporte portuário, denominado " PBI - Plano Básico de Implantação - Arrendamento IQI 11 - ITAQUI (filial CNPJ 02.762.121/0019-25)", na área denominada IQI11, localizada no Porto Organizado de Itaqui, no Estado do Maranhão, na forma do Contrato de Arrendamento nº 08/2021-MInfra, que tem por objeto a implantação de obras de infraestrutura destinadas aos serviços de descarga, armazenagem e expedição de granéis líquidos, especialmente combustíveis, contemplando, dentre outras, a implantação dos seguintes serviços e obras: - Construção de 05 (cinco) novos tanques de armazenamento, do tipo cilíndrico vertical. - Construção de 07 (sete) novas PLEVTs, em estrutura metálica e cobertura em telhas metálicas, formando um abrigo para a operação na plataforma e uma projeção frontal desta sobre os VTs. Serão construídas, entre as plataformas, passarelas de interligação, que servirão de acesso para os operadores do desvio a todas as PLEVTs. - Instalação de 01 (um) novo conjunto motobomba (B-1101A), para melhoria do sistema de carregamento ferroviário de S500. - Instalação de 01 (um) novo conjunto motobomba (B-1102A), para melhoria do sistema de carregamento ferroviário de S10. - Instalação de 02 (dois) novos conjuntos motobomba (B-1105A e B-1105B), para melhoria do sistema de carregamento ferroviário de B100. - Instalação de 02 (dois) novos conjuntos motobomba (B-1106A e B-1106B), para melhoria do sistema de carregamento ferroviário de EA. - Instalação de 01 (um) novo conjunto motobomba (B-1118), para implantação do sistema de carregamento rodoviário de EH. - Construção de novo PB-04, para o sistema de carregamento ferroviário, e transferência entre terminais, com a instalação de 02 (dois) novos conjuntos motobomba (B-1111A e B-1111B), para melhoria do sistema de S500. - Construção de novo PB-05, para o sistema de carregamento rodoviário, com a instalação de 02 (dois) novos conjuntos motobomba (B-1113A e B-1113B), para melhoria do sistema de S500. - Será construída uma nova casa de bombas de incêndio, e reserva técnica de água, dimensionada para atendimento da condição de maior risco isolado, previsto nas normas vigentes. - Serão construídos novos *manifolds* de água, para os anéis de resfriamento dos tanques, novos e existentes. - Será construído rede nova de alimentação dos chuveiros de emergência e lava-olhos. - Construção de edificação administrativa abrigando portaria, escritórios administrativos e operacionais, salas de controle, refeitório, laboratório de análise e guarda de amostras, sala de espera e sanitários para motoristas dos caminhões, instalações da Receita Federal e demais órgãos anuentes. - Construção de edificação abrigando vestiários e sanitários. - Construção de edificação abrigando as oficinas de manutenção e almoxarifado. - Construção de instalações da Receita Federal. - Serão instalados sistema de drenagem selada de produto, composto por bomba de drenagem e tanque horizontal de drenagem, para atendimento do tanque de S500 da bacia 01 e para os tanques de S-10, na Bacia 03. - Será implantado sistema de água de reuso, prevendo a captação das águas pluviais da cobertura das principais edificações. - Será feita a adequação e expansão da rede de ar comprimido existente (ar de instrumento e de serviço) para atendimento das necessidades dos Terminais IQI11 e IQI03, incluindo o acionamento de válvulas pneumáticas tipo ON-OFF, instaladas na saída dos tanques, e nas plataformas de carregamento rodoviário e ferroviário. O sistema será composto por estação de compressão, a ser adequada / ampliada no IQI 11, e rede de distribuição aparente, que atenderá as demandas tanto do IQI 11, quanto do IQI 03. - Implantação de sistemas automatizados de carregamento rodoviário para utilização com combustíveis, possibilitando a medição de temperatura, vazão e densidade bem como o controle de vazão, informando as variáveis medidas e corrigindo o volume carregado à temperatura de 20ºC. - Implantação nos novos tanques de armazenamento de dispositivos de controle de nível e temperatura sem contato com o líquido e controlado à distância em Sala de Controle de Operações. - Instalação de Centro de Controle Motores - CCM. - Instalação de motores. - Instalação de iluminação modernizada em LED. - Instalação de gerador de energia. - Adequação do sistema de proteção e combate a incêndio. - Instalação operacional de sistema de segurança e automação de proteção. - Aquisição/instalação de bombas para efluentes, separador de água-óleo, tanque de água, tanque de efluentes contaminados, compressor, vaso pulmão, sistema de combate a incêndio e tanque de nitrogênio. - Aquisição/instalação de tubulações, drenagens, jateamento/pintura, elétrica, instrumentação e automação.
Localização	Estado do Maranhão
Estimativa de Investimento	R$ 122.844.133,48
Estimativas das Suspensões Fiscais	R$ 8.676.891,73

SECRETARIA NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 1.101, DE 19 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Resolução CONTRAN nº 969, de 20 de junho de 2022, com base no que consta no processo administrativo nº 50000.027614/2022-21, resolve:

Art. 1º Esta Portaria concede, por cinco anos, renovação do credenciamento da pessoa jurídica TECPLAC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PLACAS EM GERAL LTDA, CNPJ nº 09.275.708/0001-20, localizada na Rua Gaspar Dutra, nº 2226, Bairro Planalto Ayrton Senna, Fortaleza - CE, CEP: 60.760-685, para exercer a atividade de empresa fabricante de Placas de Identificação Veicular (PIV), de acordo com a Resolução CONTRAN nº 969, de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 1.123, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Portaria DENATRAN nº 99, de 1º de junho de 2017, com base no que consta no processo administrativo nº 50000.031063/2022-08, resolve:

Art. 1º Esta Portaria Homologa, por quatro anos, o sistema informatizado (software) de talonário eletrônico denominado "COIMA v2.0.0", desenvolvido por SYSLAE SOLUTION COMERCIO E SERVIÇOS EM TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO LTDA, CNPJ nº 22.093.636/0001-68, situada na Avenida Poti, nº 1119, Sala 05, Edifício Levrini Estudio, Bairro Fátima, Teresina - PI, CEP 64.049-410.

Art. 2º A alteração do código da aplicação do sistema, qualquer que seja a extensão da modificação, implica o cancelamento automático da homologação de que trata o art. 1º.

Art. 3º O responsável pelo desenvolvimento do sistema informatizado do talão eletrônico deve comunicar à SENATRAN o fornecimento do sistema, informando o nome, CNPJ e endereço do órgão que o utilizará.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA Nº 1.130, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso da competência que lhe conferem o art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Portaria DENATRAN nº 99, de 1º de junho de 2017, com base no que consta no processo administrativo nº 50000.021717/2022-87, resolve:

Art. 1º Esta Portaria homologa, por quatro anos, o sistema informatizado (software) de talonário eletrônico denominado "AIT PMMT v5.1.3", desenvolvido por EMPRESA MATO-GROSSENSE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (MTI), CNPJ nº 015.011.059/0001-52, situada no Palácio Paiaguás, Bloco SEPLAN, S/N, Térreo, Centro Político Administrativo - CPA, CEP 78.050-970, Cuiabá - MT.

Art. 2º A alteração do código da aplicação do sistema, qualquer que seja a extensão da modificação, implica o cancelamento automático da homologação de que trata o art. 1º.

Art. 3º O responsável pelo desenvolvimento do sistema informatizado do talão eletrônico deve comunicar a SENATRAN o fornecimento do sistema, informando o nome, CNPJ e endereço do órgão que o utilizará.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

PORTARIA (SENATRAN) Nº 1.133, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso I do art. 19 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) e a Resolução CONTRAN nº 923, de 28 de março de 2022, e com base no que consta no processo administrativo nº 50000.009499/2022-11, resolve:

Art. 1º Esta Portaria ANULA a Portaria nº 666, de 01 de junho de 2022, publicada na Seção 1, do Diário Oficial da União nº 106, de 06 de junho de 2022, na página nº 146.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FREDERICO DE MOURA CARNEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

DECISÃO Nº 553, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Revisa o Fluxo de Caixa Marginal aprovado pela Decisão nº 477, de 6 de dezembro de 2021, do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos, localizado em Guarulhos (SP).

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, incisos IV e V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e tendo em vista o disposto no art. 18 do Decreto nº 7.624, de 22 de novembro de 2011,

Considerando o estabelecido na Seção III - Da Revisão Extraordinária do Capítulo VI - Do Equilíbrio Econômico Financeiro do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 002/ANAC/2012 - SBGR, referente à concessão dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Guarulhos, localizado em Guarulhos, no Estado de São Paulo (SP); e

Considerando o que consta do processo nº 00058.026935/2021-93, deliberado e aprovado na 23ª Reunião Deliberativa Eletrônica, realizada nos dias 22 e 23 de agosto de 2022, decide:

Art. 1º Aprovar a revisão do Fluxo de Caixa Marginal constante da Decisão nº 477, de 6 de dezembro de 2021, conforme previsto no art. 4º, parágrafo único, da referida Decisão.

Art. 2º O valor referente ao desequilíbrio verificado em 2021, após revisão do Fluxo de Caixa Marginal, corresponde a R$ 750.866.570,87 (setecentos e cinquenta milhões, oitocentos e sessenta e seis mil, quinhentos e setenta reais e oitenta e sete centavos), a valores de 18 de dezembro de 2021.

Art. 3º A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será realizada, conforme anuência do Ministério da Infraestrutura, constante nos autos do processo nº 00058.026935/2021-93, por meio da revisão da contribuição fixa devida pela Concessionária em 2021.

§ 1º O saldo remanescente, se houver, será deduzido nas parcelas de contribuição variável e fixa futuras, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre 18 de dezembro de 2021 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição devida pela Concessionária, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 8,55% (oito inteiros e cinquenta e cinco centésimos por cento), estabelecida pela Resolução nº 528, de 28 de agosto de 2019, proporcional ao número de dias correspondente.

§ 2º A distribuição do montante nas contribuições fixa e variável será de forma a concluir a recomposição no menor prazo praticável.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

DECISÃO Nº 554, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Aprova a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional do Galeão, localizado no município do Rio de Janeiro (RJ).

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, incisos IV e V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, e tendo em vista o art. 18 do Decreto nº 7.624, de 22 de novembro de 2011,

Considerando o estabelecido na Seção III - Da Revisão Extraordinária do Capítulo VI - Do Equilíbrio Econômico Financeiro do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 001/ANAC/2014 - SBGL, referente à concessão dos serviços públicos para ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional do Galeão, localizado no município do Rio de Janeiro (RJ); e

Considerando o que consta do processo nº 00058.029540/2021-42, deliberado e aprovado na 14ª Reunião Deliberativa, realizada em 23 de agosto de 2022, decide:

Art. 1º Aprovar revisão extraordinária do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 001/ANAC/2014 - SBGL em razão dos prejuízos causados pela falta de atualização dos valores de tarifas/cobranças mínimas constantes nas tabelas 8, 9, 10 e 12 do Anexo 4 do Contrato de Concessão no período compreendido entre a Decisão nº 41, de 6 de maio de 2014, que aprovou o primeiro reajuste das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao Aeroporto Internacional do Galeão, mais especificamente do início do estágio 3 da Fase IA, conforme item 2.22.2 do Contrato de Concessão, e a publicação da Portaria nº 171/SRA, de 16 de janeiro de 2020, que reajustou os valores de tarifas mínimas, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico-financeiro.

Art. 2º O valor referente ao desequilíbrio verificado corresponde a R$ 1.140.521,56 (um milhão, cento e quarenta mil, quinhentos e vinte e um reais e cinquenta e seis centavos) na data-base de julho de 2021.

Art. 3º A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato será realizada, após a anuência do Ministério da Infraestrutura, por meio da revisão da contribuição mensal e/ou contribuição fixa devida pela Concessionária.

Parágrafo único. O valor a ser descontado deverá ser atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre julho de 2021 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição mensal e/ou contribuição fixa a ser abatida pelo desequilíbrio, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81% (seis inteiros e oitenta e um centésimos por cento), estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

RESOLUÇÃO Nº 689, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Aprova a Emenda nº 12 ao RBAC nº 135.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL - ANAC, no exercício da competência que lhe foi outorgada pelo art. 11, inciso V, da Lei nº 11.182, de 27 de setembro de 2005, tendo em vista o disposto no art. 8º, incisos IV, X, XXX e XLVI, da mencionada Lei e considerando o que consta do processo nº 00058.013726/2020-07, deliberado e aprovado na 14ª Reunião Deliberativa, realizada em 23 de agosto de 2022, resolve:

Art. 1º Aprovar a Emenda nº 12 ao Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 135, intitulado "Operações de transporte aéreo público com aviões com configuração máxima certificada de assentos para passageiros de até 19 assentos e capacidade máxima de carga paga de até 3.400 kg (7.500 lb), ou helicópteros", consistente nas seguintes alterações:

"135.173 .....

.....

(c) Somente é permitido iniciar um voo a ser conduzido em condições IMC ou noturnas quando informações meteorológicas indicarem que existem razoáveis probabilidades de que trovoadas ou outras condições atmosféricas potencialmente perigosas, que podem ser detectadas pelos equipamentos de detecção de trovoadas de bordo requeridos pelos parágrafos (a) ou (b) desta seção, ocorram ao longo da rota a ser voada, se o equipamento de detecção instalado estiver em condições satisfatórias de funcionamento.

....." (NR)

"135.175 .....

.....

(b) Somente é permitido iniciar um voo a ser conduzido em condições IMC ou noturnas quando as informações meteorológicas conhecidas indicarem que trovoadas ou outras condições meteorológicas potencialmente perigosas e que podem ser detectadas por radar meteorológico têm razoável probabilidade de serem esperadas ao longo da rota a ser voada, se o equipamento de radar meteorológico requerido pelo parágrafo (a) desta seção estiver em condições satisfatórias de operação.

....." (NR)

"135.181 .....

.....

(b) Ressalvadas as restrições do parágrafo (a)(2) desta seção, helicópteros multimotores, transportando passageiros em operação "off-shore", podem conduzir essas operações em IFR com um peso que permita ao helicóptero ter uma razão de subida de pelo menos 50 pés/min com o motor crítico inoperante, quando operando na altitude mínima da rota a ser voada, ou 1500 pés MSL, o que for mais alto." (NR)

"135.205 VFR: condições meteorológicas

Somente é permitido realizar um voo VFR se informações meteorológicas atualizadas indicarem que as condições meteorológicas ao longo da rota, ou da parte da rota a ser voada sob VFR, permitirão, nos horários apropriados, o cumprimento dessas regras de voo." (NR)

"135.207 VFR: requisito de referências de superfície para helicópteros

Somente é permitido operar um helicóptero em voo VFR se o piloto tiver referências visuais da superfície ou, à noite, referências luminosas visuais na superfície sob o helicóptero suficientes para controlar o voo com segurança." (NR)

"135.209 .....

(a) Somente é permitido iniciar uma operação VFR em um avião se, considerando as informações meteorológicas conhecidas (incluindo o vento), esse avião tenha combustível e óleo lubrificante suficiente para voar até o aeródromo de destino e, assumindo consumo normal de combustível e óleo lubrificante em cruzeiro:

.....

(b) Somente é permitido iniciar uma operação VFR em um helicóptero se, considerando as informações meteorológicas conhecidas (incluindo o vento), esse helicóptero:

....." (NR)

"135.213 Informações meteorológicas

(a) Sempre que uma pessoa operando uma aeronave segundo este Regulamento necessitar utilizar informações meteorológicas, ela deve utilizar as informações providas pelo órgão competente do país sobrevoado ou por provedor reconhecido por esse órgão. No entanto, para operações VFR, o piloto em comando pode usar informações baseadas em suas próprias observações ou em observações de outros pilotos.

(b) [Reservado]" (NR)

"135.215 .....

(a) .....

(1) [Reservado]

....." (NR)

"135.217 IFR: aeródromo de alternativa de decolagem

(a) Se as condições meteorológicas no aeródromo de decolagem estiverem abaixo dos mínimos operacionais para pouso ou se não for possível retornar para o aeródromo de decolagem por qualquer razão, o detentor de certificado deve selecionar um aeródromo de alternativa de decolagem dentro das seguintes distâncias:

(1) para aviões monomotores ou helicópteros: uma hora de voo do aeródromo de decolagem, em velocidade normal de cruzeiro, determinada a partir do manual de operações da aeronave, em condições de atmosfera padrão e ar calmo, considerando o peso de decolagem real;

(2) para aviões bimotores:

(i) uma hora de voo do aeródromo de decolagem, em velocidade de cruzeiro com um motor inoperante, determinada a partir do manual de operações do avião, em condições de atmosfera padrão e ar calmo, considerando o peso de decolagem real; ou

(ii) para operações ETOPS, quando um aeródromo de alternativa que atenda aos critérios do parágrafo (a)(2)(i) desta seção não estiver disponível, duas horas de voo do aeródromo de decolagem, em velocidade de cruzeiro com um motor inoperante, determinada a partir do manual de operações do avião, em condições de atmosfera padrão e ar calmo, considerando o peso de decolagem real. Nessa situação, caso haja mais de um aeródromo disponível, deve ser escolhido o aeródromo mais próximo; e

(3) para aviões com 3 ou mais motores: duas horas de voo do aeródromo de decolagem, com velocidade normal de cruzeiro, determinada a partir do manual de operações do avião, em condições de atmosfera padrão e ar calmo, considerando o peso de decolagem real.

(b) Para que um aeródromo seja selecionado como de alternativa de decolagem, a informação disponível conforme seção 135.213 deste Regulamento deverá indicar que, no horário estimado de utilização, as condições meteorológicas estarão iguais ou acima dos mínimos operacionais do aeródromo para pouso." (NR)

"135.218 IFR: aeródromo de alternativa de destino

(a) O detentor de certificado deve, para um voo a ser conduzido de acordo com as regras de voo por instrumentos (IFR), selecionar pelo menos um aeródromo de alternativa de destino, exceto se:

(1) a duração do voo desde o aeródromo de decolagem até o aeródromo de destino permitir, considerando todas as condições meteorológicas e demais informações operacionais relevantes para o voo, uma razoável certeza de que, no horário estimado de utilização:

(i) a aproximação e o pouso possam ser conduzidos sob condições meteorológicas visuais (VMC); e

(ii) para aviões, pistas de pouso separadas estejam utilizáveis, com pelo menos uma pista tendo um procedimento de aproximação por instrumentos operacional; ou

(2) o aeródromo de destino for isolado. Operações para aeródromos de destino isolados devem ser planejadas de acordo com 135.223(a)(3)(iv) e:

(i) deve ser determinado um ponto de não retorno, definido como o último ponto geográfico da rota em que a aeronave tanto pode seguir para o aeródromo de destino quanto para um aeródromo de alternativa em rota disponível; e

(ii) o voo não pode prosseguir além do ponto de não retorno a menos que uma avaliação atualizada das informações meteorológicas, condições de tráfego e outras condições operacionais indicar que um pouso seguro pode ser feito no horário estimado de utilização do aeródromo de destino.

(b) O detentor de certificado deve selecionar pelo menos dois aeródromos de alternativa de destino se, para o aeródromo de destino:

(1) as informações meteorológicas atualizadas indicarem que as condições meteorológicas estarão, no horário estimado de utilização, abaixo dos mínimos operacionais para pouso no aeródromo; ou

(2) não houver informação meteorológica disponível que atenda à seção 135.213 deste regulamento." (NR)

"135.219 IFR: mínimos meteorológicos dos aeródromos de destino e de alternativa

(a) Para um voo a ser conduzido de acordo com as regras de voo por instrumentos (IFR), o detentor de certificado deve garantir que:

(1) com exceção do disposto em 135.218(b), informações meteorológicas atualizadas indicam que as condições meteorológicas no aeródromo de destino estarão, no horário estimado de utilização, iguais ou acima dos mínimos operacionais para pouso no aeródromo; e

(2) informações meteorológicas atualizadas indicam que as condições meteorológicas em cada aeródromo de alternativa em rota e de alternativa de destino requerido estarão, no horário estimado de utilização, iguais ou acima dos respectivos mínimos de planejamento para pouso em cada aeródromo.

(b) Mínimos de planejamento para aeródromos de alternativa. Quando requerido pela ANAC, o detentor de certificado deve considerar, para efeito de planejamento de voo e atendimento a 135.219(a)(2), uma margem adicional apropriada sobre os mínimos operacionais dos aeródromos de alternativa em rota ou de alternativa de destino, com objetivo de prover uma margem adequada de segurança de que uma aproximação e um pouso poderão ser conduzidos com segurança nesses aeródromos.

(c) O operador deve estabelecer uma margem de tempo apropriada para o horário estimado de utilização de um aeródromo." (NR)

"135.223 Autonomia para voo IFR

(a) Somente é permitido operar uma aeronave em voo IFR se houver quantidades de combustível e óleo suficientes (considerando informações meteorológicas disponíveis) para completar o voo planejado com segurança e para permitir desvios com relação à operação planejada. O combustível utilizável deve incluir:

(1) combustível do táxi, que deve ser a quantidade de combustível que se espera que seja consumida antes da decolagem, levando em consideração condições locais no aeródromo de decolagem e, caso aplicável, consumo de combustível pela unidade auxiliar de energia (APU);

(2) combustível para o aeródromo de destino, que deve ser a quantidade de combustível requerida desde a decolagem até o pouso no destino;

(3) combustível para o aeródromo de alternativa de destino, que deve ser:

(i) quando um aeródromo de alternativa de destino é requerido, a quantidade de combustível requerida para permitir à aeronave:

(A) executar uma aproximação perdida no aeródromo de destino;

(B) subir até a altitude de cruzeiro esperada;

(C) voar a rota esperada até o aeródromo de alternativa de destino;

(D) descer até o ponto em que é iniciada a aproximação esperada; e

(E) executar a aproximação e o pouso no aeródromo de alternativa de destino;

(ii) quando dois aeródromos de alternativa de destino são requeridos, a quantidade de combustível, como calculada em 135.223(a)(3)(i), requerida para permitir à aeronave voar até o aeródromo de alternativa de destino que requer a maior quantidade de combustível de alternativa;

(iii) quando um voo for operado sem um aeródromo de alternativa de destino, conforme o parágrafo 135.218(a)(1), a quantidade de combustível requerida para permitir à aeronave voar por 15 minutos a velocidade de espera a 450 m (1500 pés) sobre a elevação do aeródromo de destino em condição de atmosfera padrão; e

(iv) quando o aeródromo de destino for isolado, conforme o parágrafo 135.218(a)(2):

(A) para aeronaves com motor convencional, a quantidade de combustível requerida para voar em nível de cruzeiro por duas horas ou por 45 minutos mais 15% do tempo de voo planejado, o que for menor, já incluindo o combustível de reserva final; ou

(B) para aeronaves com motor a turbina, a quantidade de combustível requerida para voar por duas horas, com consumo normal de cruzeiro, sobre o aeródromo de destino, já incluindo o combustível de reserva final; e

(4) combustível de reserva final, que deve ser a quantidade de combustível a seguir, calculada usando o peso estimado para a aeronave no momento da chegada ao aeródromo de alternativa de destino, ou ao aeródromo de destino quando nenhum aeródromo de alternativa de destino for requerido:

(i) para aviões, a quantidade de combustível requerida para voar por 45 minutos em velocidade normal de cruzeiro; ou

(ii) para helicópteros, a quantidade de combustível requerida para voar por 30 minutos em velocidade normal de cruzeiro.

(b) Ressalvado o previsto no parágrafo (a) desta seção, para operações com aviões, a ANAC pode autorizar a utilização dos requisitos de suprimento de combustível da seção 121.645 do RBAC nº 121, desde que o operador demonstre que níveis de segurança aceitáveis serão obtidos." (NR)

"135.225 IFR: mínimos meteorológicos para decolagem, aproximação e pouso

(a) Exceto como previsto no parágrafo (h) desta seção, um piloto somente pode iniciar um procedimento de aproximação por instrumentos para um aeródromo se:

(1) o aeródromo possuir informações meteorológicas atualizadas que atendam à seção 135.213 deste regulamento; e

(2) as informações meteorológicas atualizadas requeridas pelo parágrafo (a)(1) desta seção indicarem que as condições atmosféricas estão nos mínimos ou acima dos mínimos operacionais para pouso no aeródromo.

(b) Exceto como previsto no parágrafo (h) desta seção, um piloto somente pode iniciar o segmento final de uma aproximação por instrumentos para um aeródromo se a última informação meteorológica indicar que as condições atmosféricas do aeródromo estão nos mínimos ou acima dos mínimos previstos no procedimento sendo utilizado.

(c) Exceto como previsto no parágrafo (h) desta seção, se o piloto já tiver iniciado o segmento final de uma aproximação por instrumentos, cumprindo o previsto pelo parágrafo (b) desta seção, e for informado de que as condições atmosféricas caíram abaixo dos mínimos, então o piloto pode continuar a aproximação e o pouso pode ser feito se as duas condições abaixo forem atendidas:

(1) a informação meteorológica mais recente tiver sido recebida pelo piloto quando a aeronave estiver em uma das seguintes fases da aproximação:

(i) na final de uma aproximação ILS, tendo passado o fixo de aproximação final;

(ii) na final de uma aproximação radar (ASR ou PAR) tendo passado para o controlador de aproximação final; ou

(iii) no final de uma aproximação usando VOR, NDB ou um sistema de aproximação comparável e a aeronave:

(A) tiver passado o fixo de aproximação final; ou

(B) onde não existe um fixo de aproximação final, tiver completado a curva base, estiver estabilizado no curso de aproximação final para a pista do aeródromo e na distância correta prevista pelo procedimento; e

(2) o piloto julgar, ao atingir a altitude mínima de descida fixada no procedimento (MDA ou DA/DH), que as reais condições atmosféricas são pelo menos iguais aos mínimos estabelecidos para o procedimento sendo executado.

(d) Para cada piloto em comando de um avião com motores a turbina que não tenha acumulado pelo menos 100 horas de tempo de voo como piloto em comando desse tipo de avião, os valores de MDA/H ou DA/DH, conforme aplicável, e de visibilidade estabelecidos nos procedimentos de aproximação por instrumentos devem ser acrescidos de 100 pés e 900m (½ milha), respectivamente. Este requisito não se aplica a pouso no aeródromo de alternativa.

(f) Se forem especificados mínimos operacionais para decolagem de um determinado aeródromo, um piloto não pode decolar IFR desse aeródromo quando as condições meteorológicas reportadas em conformidade com a seção 135.213 estiverem abaixo desses mínimos.

(g) Se não forem especificados mínimos operacionais para decolagem de um determinado aeródromo, um piloto não pode decolar IFR desse aeródromo quando as condições meteorológicas reportadas em conformidade com a seção 135.213 estiverem abaixo dos mínimos gerais para IFR estabelecidos pelo Estado do Aeródromo.

(h) Um piloto pode iniciar um procedimento de aproximação por instrumentos ou continuar uma aproximação em um aeródromo quando a visibilidade reportada está abaixo dos mínimos previstos para o procedimento se o piloto utiliza EFVS em conformidade com autorização específica para uso de créditos operacionais mediante o uso de EFVS emitida pela ANAC." (NR)

"135.293 .....

.....

(g) Se o detentor de certificado tiver autorização específica para uso de créditos operacionais mediante o uso de EFVS, o exame de proficiência requerido pelo parágrafo (g) desta seção deve incluir atividades apropriadas à operação EFVS autorizada." (NR)

"135.297 .....

.....

(c) O exame de proficiência requerido pelo parágrafo (a) desta seção consiste em um exame oral ou escrito sobre o equipamento em uso e um exame em voo IFR real ou simulado. O exame sobre o equipamento deve incluir questões sobre procedimentos de emergência, operação dos motores, sistemas de combustível e de lubrificação, ajustes de potência, velocidades de estol, melhor velocidade com motor parado, operação das hélices e do supercompressor, e sistemas hidráulico, mecânico e elétrico, como apropriado. O exame em voo deve incluir navegação por instrumentos, recuperação de emergências simuladas e aproximações por instrumentos envolvendo as facilidades de navegação que o piloto está autorizado a utilizar. Cada piloto executando um exame de proficiência deve demonstrar os padrões de proficiência determinados pelo parágrafo 135.293(d). Adicionalmente:

....." (NR)

"135.363 .....

.....

(l) Quando o aeródromo não dispuser de informações meteorológicas que atendam à seção 135.213 deste regulamento, o detentor de certificado pode solicitar aprovação da ANAC para uso de meios alternativos para considerar os parâmetros necessários para cumprimento dos requisitos desta subparte." (NR)

"135.371 .....

.....

(c) .....

.....

(6) o detentor de certificado e o piloto em comando devem conjuntamente escolher um aeródromo de alternativa para o qual informações meteorológicas apropriadas indiquem que as condições atmosféricas nesse aeródromo estarão nos mínimos ou acima dos mínimos meteorológicos de planejamento estabelecidos para aeródromos de alternativa, em conformidade com o parágrafo 135.219(b), quando o voo lá chegar." (NR)

"135.381 .....

.....

(b) .....

(5) o aeródromo de alternativa é selecionado e atende aos mínimos meteorológicos de planejamento para pouso, em conformidade com o parágrafo 135.219(b); e

....." (NR)

"135.385 .....

.....

(d) Somente é permitido decolar com um avião com motor a reação quando as informações meteorológicas indicarem que a pista do aeródromo de destino poderá estar molhada ou escorregadia no horário estimado de pouso se o comprimento efetivo dessa pista for pelo menos 115% do comprimento de pista requerido pelo parágrafo (b) desta seção. No entanto, se for demonstrado, em condições reais, para um específico tipo e modelo de avião, que técnicas de pouso em pistas molhadas requerem distâncias menores (porém nunca inferiores àquelas requeridas pelo parágrafo (b) desta seção) e se essas técnicas e distâncias forem aprovadas e incluídas no manual de voo do avião, a ANAC poderá autorizar operações de acordo com elas.

(e) Somente é permitido decolar com um avião a reação quando as informações meteorológicas indicarem que a pista do aeródromo de destino poderá estar contaminada na hora estimada de chegada se a distância de pouso disponível (LDA) for pelo menos igual ao maior dos seguintes valores:

....." (NR)

"135.421 .....

.....

(e) Um detentor de certificado somente pode operar um avião monomotor em voo IFR transportando passageiro se esse detentor de certificado registrar e manter nos registros de manutenção dos motores o resultado de cada teste, observação e inspeções requeridas pelo programa de monitoramento das tendências do motor aplicável especificado nos parágrafos (c)(1) e (c)(2) desta seção." (NR)

Parágrafo único. A Emenda de que trata este artigo encontra-se disponível no Boletim de Pessoal e Serviço - BPS desta Agência (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao/legislacao-1/boletim-de-pessoal) e na página "Legislação" (endereço eletrônico https://www.anac.gov.br/assuntos/legislacao), na rede mundial de computadores.

Art. 2º Os detentores de certificado deverão se adequar às disposições da Emenda nº 12 do RBAC nº 135 até 2 de janeiro de 2023.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

JULIANO ALCÂNTARA NOMAN
Diretor-Presidente

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 8390, de 22 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 19 de julho de 2022, Seção 1, página 63, Onde se lê: "Portaria nº 4238/SIA de 10 de fevereiro de 2010, publicada no Diário Oficial da União de 3 de março de 2010", leia-se "Portaria nº 4238/SIA de 10 de fevereiro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 3 de março de 2021".

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIA Nº 8.960, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os Art. 2º e 25 da Portaria nº 6880/SIA, de 30 de dezembro de 2021, considerando a Decisão sobre Aplicação de Medida Cautelar nº18/2021/GFIC/SIA, de 13 de dezembro de 2021 e o que consta no Processo nº 00065.015502/2019-07, resolve:

Art. 1º Tornar pública a revogação da medida cautelar de proibição de operações de pouso de aeronaves de asa fixa, exceto no caso de operações de emergência médica ou de transporte de valores realizadas mediante prévia coordenação com o Operador do Aeródromo, aplicada por meio da Decisão sobre Medida Cautelar nº 53/2021/GFIC/SIA, de 13 de dezembro de 2021, ao aeródromo público de Araripina, CIAD PE0009, código OACI SNAB, localizado em Araripina/PE.

Art. 2º Fica revogada a Portaria ANAC Nº 6700, de 13 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União de 15 de dezembro de 2021, Seção 1, página 113.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCOS ROBERTO EURICH

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL

PORTARIA Nº 8.755, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto no art. 33, inciso XV, alínea "a", do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, no art. 8º, inciso XXII e §3º, da Lei n° 11.182, de 27 de setembro de 2005, na Resolução nº 153, de 18 de junho de 2010, nos itens 5.1.2 e 5.2.1.1, da Instrução do Comando da Aeronáutica - ICA 11-3, aprovada pela Portaria nº 1425/GC3, de 14 de dezembro de 2020, e considerando o que consta do processo nº 00058.027427/2021-22, resolve:

Art. 1º Aprovar o Plano Diretor do Aeródromo Público Comandante Rolim Adolfo Amaro / Jundiaí, SP (SBJD) - (CIAD: SP0031).

Art. 2º A aprovação de Plano Diretor do Aeroporto não sobrepõe entendimentos de processos subsequentes, correlatos à segurança operacional aeroportuária, sendo responsabilidade do operador de aeródromo manter o Plano Diretor atualizado.

Art. 3º A aprovação do Plano Diretor do Aeroporto não garante o cadastramento, pela ANAC, da expansão pretendida da infraestrutura aeroportuária, de modo que eventuais modificações de características ou cadastramentos vindouros deverão atender aos regulamentos processuais e materiais vigentes na oportunidade de sua implementação.

Art. 4º O disposto na presente Portaria não dispensa o operador de aeródromo da observância dos requisitos de licenciamento ambiental, de uso do solo e de zoneamento urbano e outras posturas.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.759, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.030217/2022-11, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fama;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0553;

III - município (UF): Novo Cruzeiro (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 17° 24' 05'' S / 042° 06' 39'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.762, DE 5 DE AGOSTO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.030313/2022-51, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Catarinense;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: BA0395;

III - município (UF): São Desiderio (BA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 13° 16' 58'' S / 046° 00' 48'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.764, DE 5 DE AGOSTO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.030320/2022-53, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Recanto do Céu;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0853;

III - município (UF): Nova Ubiratã (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 13° 15' 48'' S / 055° 18' 00'' W;

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.836, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.020309/2022-85, resolve:

Art. 1º Renovar e alterar a inscrição do Aeródromo privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Santa Lúcia;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MT0129;

III - município (UF): Barão de Melgaço (MT);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 16° 53' 40'' S / 055° 54' 23'' W;

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 2673/SIA de 06 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 09 de outubro de 2015, Seção1 Página 5.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.864, DE 16 DE AGOSTO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.031356/2022-54, resolve:

Art. 1º Renovar a inscrição do Heliponto privado abaixo no cadastro de aeródromos da ANAC com as seguintes características:

I - denominação: Parque Paulista;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: SP0407;

III - município (UF): São Paulo (SP);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 23° 33' 37'' S / 046° 39' 33'' W.

Art. 2º A renovação da Inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Fica revogada a Portaria nº 231/SIA de 24 de janeiro de 2013, publicada no Diário Oficial da União de 25 de janeiro de 2013, Seção 1, Página 5.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.867, DE 17 DE AGOSTO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.031489/2022-21, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Central;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PA0345;

III - município (UF): Moju (PA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 03° 00' 05'' S / 049° 23' 22'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.868, DE 17 DE AGOSTO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.031481/2022-64, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Fazenda Sabran;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: PA0347;

III - município (UF): Cumaru do Norte (PA);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 09° 17' 01'' S / 051° 21' 38'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.925, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.032230/2022-05, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Sena;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: MG0563;

III - município (UF): Medina (MG);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 16° 18' 48'' S / 041° 29' 34'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.930, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00065.032141/2022-51, resolve:

Art. 1º Inscrever o Aeródromo privado abaixo no cadastro com as seguintes características:

I - denominação: Governador Divaldo Suruagy;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: AL0038;

III - município (UF): Marechal Deodoro (AL);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 09° 41' 40'' S / 035° 49' 54'' W.

Art. 2º A inscrição no cadastro tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º O interessado pelo aeródromo deve garantir que as informações prestadas a respeito das características da infraestrutura correspondam à situação do aeródromo, a fim de manter sua inscrição cadastral atualizada na ANAC.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

PORTARIA Nº 8.954, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO E SEGURANÇA OPERACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 4º, inciso III da Portaria nº 6.880, de 30 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, e Portaria nº 3.352/SIA, de 30 de outubro de 2018, e considerando o que consta do processo nº 00058.044211/2022-11, resolve:

Art. 1º Excluir o Aeródromo Privado abaixo do cadastro de aeródromos da ANAC, fechando-o ao tráfego aéreo:

I - denominação: Dona Marta;

II - código identificador de aeródromo - CIAD: RJ0031;

III - município (UF): Rio de Janeiro (RJ);

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 22° 56' 42'' S / 043° 11' 49'' W.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 2867/SIA de 28 de outubro de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 29 de outubro de 2015, Seção 1, Página 3.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO LOPES MAGALHÃES

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS

PORTARIA Nº 8.863, DE 16 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.043323/2022-46, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária SCR AERO AGRÍCOLA EIRELI., CNPJ nº 31.255.579/0001-67, com sede social em Tangará da Serra (MT), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2019-12-00GC-05-00, emitido em 30 de dezembro de 2019.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.894, DE 19 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.043333/2022-81, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária GUSTAVO BAZEGGIO DA ROCHA PULVERIZAÇÃO EIRELI., CNPJ nº 32.025.498/0001-33, com sede social em Unaí (MG), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2019-11-0OFX-01-00, emitido em 26 de novembro de 2019.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.905, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, da Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução 659, de 02 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.044423/2022-90, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária SIDERAL LINHAS AÉREAS LTDA., CNPJ nº 10.919.908/0001-57, com sede social em São José dos Pinhais (PR), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2010-12-0BRT-01-01, emitido em 11 de dezembro de 2017.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.909, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.043589/2022-99, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária ASA AERO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 04.101.856/0001-04, com sede social em Uberlândia (MG), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2020-01-0OGE-01-00, emitido em 13 de janeiro de 2020.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.957, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.048029/2022-21, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela associação civil AEROCLUBE DE JUNDIAÍ., CNPJ nº 50.961.721/0001-36, com sede social em Jundiaí (SP), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2014-12-01EX-01-01, emitido em 29 de março de 2021.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.958, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.018845/2022-18, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária TAGUATÓ AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA, CNPJ nº 02.708.910/0001-59, com sede social em Montenegro (RS), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2013-07-5IGP-04-01, emitido em 23 de agosto de 2022.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

PORTARIA Nº 8.964, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE PADRÕES OPERACIONAIS no uso das atribuições que lhe confere o art. 34, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e na Resolução nº 659, de 2 de fevereiro de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.046552/2022-12, resolve:

Art. 1º Tornar público o cumprimento dos requisitos para a exploração de serviços aéreos pela sociedade empresária SKYDIVE4FUN SERVIÇO AÉREO ESPECIALIZADO LTDA., CNPJ nº 32.018.805/0001-59, com sede social em Boituva (SP), detentora do Certificado de Operador Aéreo - COA nº 2020-12-0OHK-08-00, emitido em 22 de dezembro de 2020.

Art. 2º As modalidades de serviços aéreos autorizadas são aquelas constantes das Especificações Operativas da sociedade empresária, ou documento equivalente, e disponíveis no endereço https://www.gov.br/anac/pt-br/eo.

Art. 3º A exploração dos serviços aéreos está condicionada à manutenção das condições técnicas e operacionais definidas pela ANAC.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO SOUZA DIAS GARCIA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA

PORTARIA Nº 8.924, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O GERENTE DE TÉCNICO DE VIGILÂNCIA DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20, inciso V, da Portaria nº 2.866/SPO, de 15 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 145 e na Lei nº 7565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00058.042486/2022-10, resolve:

Art. 1º Tornar pública a suspensão, a pedido, do Certificado de Organização de Manutenção nº 2009-31/ANAC, emitido em favor da Organização de Manutenção B.G.& P. TÁXI AÉREO E SERVIÇOS AERONÁUTICOS LTDA (CHOPPER SOLUTION), a partir de 23 de agosto de 2022.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

BRUCE MARCUS LEITE DE SOUZA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA

PORTARIA Nº 8.976, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE AERONAVEGABILIDADE CONTINUADA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 17, inciso X, da Portaria nº 4.919/SPO, de 30 de abril de 2021, tendo em vista a decisão da Diretoria Colegiada exarada na 1ª Reunião Deliberativa Eletrônica Extraordinária da Diretoria Colegiada, realizada no dia 25 de agosto de 2022, e considerando o que consta do processo nº 00058.039252/2018-09, resolve:

Art. 1º Tornar pública a reforma parcial da sanção restritiva de direitos publicada por meio da Portaria nº 6211, em 21 de outubro de 2021, em face de HELIJET TÁXI AÉREO E SERVIÇOS AÉREOS ESPECIALIZADOS LTDA., na forma de suspensão do Certificado de Aeronavegabilidade (CA) da aeronave de marcas PR-ETO, reduzindo o período de suspensão para 120 (cento e vinte dias), a contar da data de publicação da Portaria nº 6211.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LAWRENCE JOSUÁ FERNANDES COSTA

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS

PORTARIA Nº 8.817, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 41, inciso X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Contrato de Concessão,

Considerando os critérios de reajuste dos tetos tarifários e de publicação dos valores das tarifas aeroportuárias descritos, respectivamente, nas cláusulas 6.5 e 3.1.25 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 001/ANAC/2017 - SBPA, referente à concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Porto Alegre - Salgado Filho, localizado no Município de Porto Alegre/RS; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.046431/2022-71, resolve :

Art. 1º Reajustar os tetos das tarifas aeroportuárias de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia previstas no Anexo 4 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 001/ANAC/2017 - SBPA.

Parágrafo único. As tabelas a seguir dispostas substituem as constantes na Portaria nº 5.652, de 10 de agosto de 2021, passando a vigorar com os seguintes valores:

Tabela 1 - Tarifa de Embarque do Grupo I

Tarifa de embarque	**Doméstico (R$)**	**Internacional (R$)**
	46,21	81,82

Tabela 1-A - Tarifa de Conexão

Tarifa de Conexão (por passageiro)	**Doméstico (R$)**	**Internacional (R$)**
	14,14	14,14

Tabela 2 - Tarifa de Pouso aplicável ao Grupo I

Tarifa de Pouso (Tonelada)	**Doméstico (R$)**	**Internacional (R$)**
	14,4692	38,5736

Tabela 3 - Tarifa Unificada de Embarque e Pouso aplicável ao Grupo II

Tarifa Unificada de Embarque e Pouso (por tonelada)	**Doméstico (R$)**		**Internacional (R$)**	
	TUF	**TUV (tonelada)**	**TUF**	**TUV (tonelada)**
	236,85	53,76	340,88	171,90

Tabela 4 - Tarifas de Permanência aplicáveis ao Grupo I

Tarifa de Permanência (por tonelada-hora)	**Doméstico (R$)**	**Internacional (R$)**
Pátio de Manobras (TPM)	2,8536	7,6869
Pátio de Estadia (TPE)	0,6115	1,5724

Tabela 5 - Tarifas de Permanência aplicáveis ao Grupo II

Tarifa de Permanência (por tonelada-hora)	**Doméstico (R$)**		**Internacional (R$)**	
Pátio de Manobra (TPM)	**TPMF (hora)**	**TPMV (tonelada-hora)**	**TPMF (hora)**	**TPMV (tonelada-hora)**
	39,1681	1,7419	56,5169	5,2545
Pátio de Estadia (TPE)	**TPEF (hora)**	**TPEV (tonelada-hora)**	**TPEF (hora)**	**TPEV (tonelada-hora)**
	2,5857	0,3836	3,7211	1,3166

Tabela 6 - Tarifa de Armazenagem da Carga Importada

Períodos de Armazenagem	**Percentual sobre o valor CIF**
1º - Até 02 dias úteis	0,86%
2º - De 3 a 5 dias úteis	1,72%
3º - De 6 a 10 dias úteis	2,59%
4º - De 11 a 20 dias úteis	5,18%
Para cada 10 dias úteis ou fração, além do 4º período, até a retirada da mercadoria.	+ 2,59%
Observações: 1. A partir do 4º (quarto) período os percentuais são cumulativos; 2. Esta Tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 7.	

Tabela 7 - Tarifa de Capatazia da Carga Importada

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 0,0888 por quilograma
Observações: 1. Esta tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 6 2. O valor da tarifa aeroportuária de capatazia será cobrado uma única vez; 3. Cobrança mínima: R$21,37 (vinte e um reais e trinta e sete centavos).

Tabela 8 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada Aplicada em Casos Especiais

Período de Armazenagem	**Sobre o peso bruto**
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,2371
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	+ R$ 0,2371
Observações: 1. A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a R$21,39 (vinte e um reais e trinta e nove centavos).	

Tabela 9 - Tarifas de Capatazia da Carga Importada em Trânsito

Valor sobre o peso bruto verificado
R$ 1,4824
Observações: 1. Cobrança mínima: R$106,97 (cento e seis reais e noventa e sete centavos); 2. Esta tabela aplica-se à carga com permanência máxima de 24 (vinte e quatro) horas no TECA; 3. Excedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a entrada da carga no TECA, deverão ser aplicadas as Tabelas 6 e 7 ou a Tabela 10 deste Anexo.

Tabela 10 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada de Alto Valor Específico

Períodos de Armazenagem	**Faixa (R$)**	**Percentual sobre o Valor CIF**
3 dias úteis ou fração, a contar da data do recebimento no TECA	de 5.000,00 a 19.999,99/kg	0,69%
	de 20.000,00 a 79.999,99/kg	0,34%
	acima de 80.000,00/kg	0,17%
Observações: 1. O valor CIF por quilograma tem como referencial para cálculo o peso líquido da carga.		

Tabela 11 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Destinada à Exportação

Período de Armazenagem	**Valor sobre o peso bruto**
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,1187
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	R$ 0,1187
Observações: 1. Tarifa mínima de R$8,57 (oito reais e cinquenta e sete centavos) no TECA de origem e R$4,28 (quatro reais e vinte e oito centavos) no TECA de trânsito; 2. Os valores são cumulativos a partir do 2º período; 3. Redução de 50% (cinquenta por cento) nos casos de retorno de carga perecível ao TECA, decorrente de atraso ou cancelamento de transporte aéreo previsto.	

Tabela 12 - Tarifas de Armazenagem e de Capatazia da Carga sob Pena de Perdimento

Período de Armazenagem	**Percentual sobre o valor FOB**
1º Até 45 dias	1,72%
2º De mais de 45 dias a 90 dias	3,45%

3º De mais de 90 dias a 120 dias	5,18%
4º De mais de 120 dias	8,62%

Art. 2º Os novos tetos tarifários passam a vigorar em 29 de agosto de 2022.

Parágrafo único. Após a entrada em vigor dos novos tetos, a Concessionária poderá dar publicidade a novos valores de tarifas, que poderão ser praticados após 30 (trinta) dias, conforme determina a cláusula 3.1.25 do Contrato de Concessão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PINTO DE MIRANDA

ANEXO

MEMÓRIA DE CÁLCULO - REAJUSTE TARIFÁRIO

O cálculo do Reajuste Tarifário de 2022 do Aeroporto Internacional de Porto Alegre baseou-se na fórmula prevista na cláusula 6.5 do Contrato de Concessão, a seguir transcrita:

Após o primeiro reajuste, as Tarifas previstas no Anexo 4 - Tarifas serão reajustadas anualmente pelo IPCA, tendo como referência a data de publicação do último reajuste, observando-se a seguinte fórmula:

Para t=2, tem-se que Pt = Pt-1 × (IPCAt/IPCAt-1)×(1-Xt)x(1-Qt)

Para t>2, tem-se que Pt = Pt-1 × (IPCAt/IPCAt-1)×(1-Xt)x(1-Qt)/x(1-Qt-1)

onde:

Pt corresponde aos tetos tarifários previstos no Anexo 4 - Tarifas, reajustados no ano t;

Pt-1 corresponde aos tetos tarifários previstos no Anexo 4 - Tarifas, reajustados no ano t-1;

IPCAt corresponde ao IPCA divulgado pelo IBGE no mês anterior ao do reajuste;

IPCAt-1 corresponde ao IPCA divulgado pelo IBGE no mês anterior ao do reajuste do ano anterior;

Xt é o Fator X aplicável ao ano t;

Qt é o Fator Q aplicável ao ano t

De acordo com a cláusula acima transcrita, a fórmula aplicável aos tetos tarifários constantes das Tabelas 1, 1-A, 2, 3, 4 e 5, no Reajuste Tarifário de 2022 pode ser reescrita como:

P2022 = P2021 x (IPCA2022/IPCA2021) x (1 - X2022) x (1 - Q2022)/(1 - Q2021)

Os tetos das tarifas referentes à atividade de armazenagem e capatazia, por sua vez, serão reajustados apenas pela inflação acumulada no período, já que os fatores X e Q não se aplicam a essas tarifas. Assim, a fórmula aplicável ao reajuste dos tetos tarifários constantes das Tabelas 7, 8, 9 e 11 é a seguinte:

P2022 = P2021 x (IPCA2022/IPCA2021)

Para o caso concreto, tem-se o IPCA2022 relativo ao nível de preços de junho de 2022 e publicado pelo IBGE em julho de 2022 correspondente a 6.455,85 e o IPCA2021 - relativo ao nível de preços de junho de 2021 e publicado pelo IBGE em julho de 2021 - correspondente a 5.769,98, resultando em uma variação de + 11,8869% do IPCA2022 sobre o IPCA2021.

O fator X relevante ao Reajuste Tarifário de 2022, conforme definido pela cláusula 6.9 do Contrato de Concessão, será X2022 = 0,0000%, e os Fatores Q relevantes serão Q2021= -0,4000% e Q2022= -1,0000%.

Resulta-se, com isso, em um reajuste de 12,5555% sobre os tetos tarifários constantes das Tabelas 1, 1-A, 2, 3, 4 e 5 da Portaria nº 5.652, de 10 de agosto de 2021, e em um reajuste de 11,8869% sobre os tetos tarifários constantes das Tabelas 7, 8, 9 e 11 do mesmo normativo.

ARREDONDAMENTO E REAJUSTES TARIFÁRIOS

Em que pese a quantidade de casas decimais nas publicações dos diversos tetos tarifários, esta área técnica procede a um tratamento dos dados de modo que sejam diminuídas as distorções por arredondamento no decorrer do tempo, em especial das tarifas cujos valores são pouco expressivos, para as quais estas distorções são proporcionalmente mais significativas.

Neste sentido, todos os tetos tarifários são armazenados com 4 casas decimais (até o centésimo de um centavo) e todos os percentuais que compõem os reajustes (IPCA, fator X, fator Q, e eventuais outros) são considerados na sexta casa decimal (até 0,000001 ou 0,0001%).

A publicação dos tetos tarifários reajustados, oriundos da aplicação dos percentuais sobre os tetos tarifários armazenados, como apresentado anteriormente, se dá pelo arredondamento na quantidade de casas decimais como apresentado no item "2.2 Tarifas Aeroportuárias" do Anexo 4 do Contrato de Concessão para cada uma das tarifas. A tabela abaixo apresenta a quantidade de casas decimais que são publicadas para os tetos tarifários reajustados.

Quantidade de casas decimais publicadas e reajuste aplicado ao teto tarifário		
Tarifas	**Decimais**	**Reajuste**
Tabela 1 - Tarifa de Embarque do Grupo I	2	12,5555%
Tabela 1-A - Tarifa de Conexão	2	12,5555%
Tabela 2 - Tarifa de Pouso aplicável ao Grupo I	4	12,5555%
Tabela 3 - Tarifa Unificada de Embarque e Pouso aplicável ao Grupo II	2	12,5555%
Tabela 4 - Tarifas de Permanência aplicáveis ao Grupo I	4	12,5555%
Tabela 5 - Tarifas de Permanência aplicáveis ao Grupo II	4	12,5555%
Tabela 6 - Tarifa de Armazenagem da Carga Importada	4	0,0000%
Tabela 7 - Tarifa de Capatazia da Carga Importada	4	11,8869%
Tabela 8 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada Aplicada em Casos Especiais	4	11,8869%
Tabela 9 - Tarifa de Capatazia da Carga Importada em Trânsito	4	11,8869%
Tabela 10 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada de Alto Valor Específico	4	0,0000%
Tabela 11 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Destinada à Exportação	4	11,8869%
Tabela 12 - Tarifas de Armazenagem e de Capatazia da Carga sob Pena de Perdimento	4	0,0000%

PORTARIA Nº 8.818, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE REGULAÇÃO ECONÔMICA DE AEROPORTOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 41, inciso X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no Contrato de Concessão,

Considerando os critérios de reajuste dos tetos tarifários e de publicação dos valores das tarifas aeroportuárias descritos, respectivamente, nas cláusulas 6.5 e 3.1.25 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 004/ANAC/2017 - SBFZ, referente à concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária do Aeroporto Internacional de Fortaleza - Pinto Martins, localizado no Município de Fortaleza/CE; e

Considerando o que consta do processo nº 00058.046442/2022-51, resolve :

Art. 1º Reajustar os tetos das tarifas aeroportuárias de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia previstas no Anexo 4 do Contrato de Concessão de Aeroporto - CCA nº 004/ANAC/2017 - SBFZ.

Parágrafo único. As tabelas a seguir dispostas substituem as constantes na Decisão nº 497, de 17 de dezembro de 2021 e na Portaria nº 5.654/SRA, de 10 de agosto de 2021, passando a vigorar com os seguintes valores:

Tabela 1 - Tarifa de Embarque do Grupo I

Tarifa de embarque	**Doméstico (R$)**	**Internacional (R$)**
	44,28	78,42

Tabela 1-A - Tarifa de Conexão

Tarifa de Conexão (por passageiro)	**Doméstico (R$)**	**Internacional (R$)**
	13,55	13,55

Tabela 2 - Tarifa de Pouso aplicável ao Grupo I

Tarifa de Pouso (Tonelada)	**Doméstico (R$)**	**Internacional (R$)**
	12,6067	33,6087

Tabela 3 - Tarifa Unificada de Embarque e Pouso aplicável ao Grupo II

Tarifa Unificada de Embarque e Pouso (por tonelada)	**Doméstico (R$)**		**Internacional (R$)**	
	TUF	**TUV (tonelada)**	**TUF**	**TUV (tonelada)**
	206,36	46,84	297,01	149,77

Tabela 4 - Tarifas de Permanência aplicáveis ao Grupo I

Tarifa de Permanência (por tonelada-hora)	**Doméstico (R$)**	**Internacional (R$)**
Pátio de Manobras (TPM)	2,4864	6,6974
Pátio de Estadia (TPE)	0,5328	1,3700

Tabela 5 - Tarifas de Permanência aplicáveis ao Grupo II

Tarifa de Permanência (por tonelada-hora)	**Doméstico (R$)**		**Internacional (R$)**	
Pátio de Manobra (TPM)	**TPMF (hora)**	**TPMV (tonelada-hora)**	**TPMF (hora)**	**TPMV (tonelada-hora)**
	34,1267	1,5178	49,2425	4,5783
Pátio de Estadia (TPE)	**TPEF (hora)**	**TPEV (tonelada-hora)**	**TPEF (hora)**	**TPEV (tonelada-hora)**
	2,2529	0,3342	3,2421	1,1470

Tabela 6 - Tarifa de Armazenagem da Carga Importada

Períodos de Armazenagem	Percentual sobre o valor CIF
1º - Até 02 dias úteis	0,75%
2º - De 3 a 5 dias úteis	1,50%
3º - De 6 a 10 dias úteis	2,25%
4º - De 11 a 20 dias úteis	4,50%
Para cada 10 dias úteis ou fração, além do 4º período, até a retirada da mercadoria.	+ 2,25%
Observações:	
1. A partir do 4º (quarto) período os percentuais são cumulativos;	
2. Esta Tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 7.	

Tabela 7 - Tarifa de Capatazia da Carga Importada

Valor Sobre o Peso Bruto Verificado
R$ 0,0772 por quilograma
Observações:
1. Esta tabela é aplicada cumulativamente com a Tabela 6
2. O valor da tarifa aeroportuária de capatazia será cobrado uma única vez;
3. Cobrança mínima: R$18,58 (dezoito reais e cinquenta e oito centavos).

Tabela 8 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada Aplicada em Casos Especiais

Período de Armazenagem	Sobre o peso bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,2062
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	+ R$ 0,2062
Observações:	
1. A tarifa mínima a ser cobrada será correspondente a R$18,60 (dezoito reais e sessenta centavos).	

Tabela 9 - Tarifas de Capatazia da Carga Importada em Trânsito

Valor sobre o peso bruto verificado
R$ 1,2890
Observações:
1. Cobrança mínima: R$93,02 (noventa e três reais e dois centavos);
2. Esta tabela aplica-se à carga com permanência máxima de 24 (vinte e quatro) horas no TECA;
3. Excedido o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, após a entrada da carga no TECA, deverão ser aplicadas as Tabelas 6 e 7 ou a Tabela 10 deste Anexo.

Tabela 10 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada de Alto Valor Específico

Períodos de Armazenagem	Faixa (R$)	Percentual sobre o Valor CIF
3 dias úteis ou fração, a contar da data do recebimento no TECA	de 5.000,00 a 19.999,99/kg	0,60%
	de 20.000,00 a 79.999,99/kg	0,30%
	acima de 80.000,00/kg	0,15%
Observações:		
1. O valor CIF por quilograma tem como referencial para cálculo o peso líquido da carga.		

Tabela 11 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Destinada à Exportação

Período de Armazenagem	Valor sobre o peso bruto
1º - Até 4 dias úteis	R$ 0,1032
2º - Para cada 2 dias úteis ou fração, além do 1º período, até a retirada da mercadoria	R$ 0,1032
Observações:	
1. Tarifa mínima de R$7,45 (sete reais e quarenta e cinco centavos) no TECA de origem e R$3,73 (três reais e setenta e três centavos) no TECA de trânsito;	
2. Os valores são cumulativos a partir do 2º período;	
3. Redução de 50% (cinquenta por cento) nos casos de retorno de carga perecível ao TECA, decorrente de atraso ou cancelamento de transporte aéreo previsto.	

Tabela 12 - Tarifas de Armazenagem e de Capatazia da Carga sob Pena de Perdimento

Período de Armazenagem	Percentual sobre o valor FOB
1º Até 45 dias	1,50%
2º De mais de 45 dias a 90 dias	3,00%
3º De mais de 90 dias a 120 dias	4,50%
4º De mais de 120 dias	7,50%

Art. 2º Os novos tetos tarifários passam a vigorar em 29 de agosto de 2022.

Parágrafo único. Após a entrada em vigor dos novos tetos, a Concessionária poderá dar publicidade a novos valores de tarifas, que poderão ser praticados após 30 (trinta) dias, conforme determina a cláusula 3.1.25 do Contrato de Concessão.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ADRIANO PINTO DE MIRANDA

ANEXO

MEMÓRIA DE CÁLCULO - REAJUSTE TARIFÁRIO

O cálculo do Reajuste Tarifário de 2022 do Aeroporto Internacional de Fortaleza baseou-se na fórmula prevista na cláusula 6.5 do Contrato de Concessão, a seguir transcrita:

Após o primeiro reajuste, as Tarifas previstas no Anexo 4 - Tarifas serão reajustadas anualmente pelo IPCA, tendo como referência a data de publicação do último reajuste, observando-se a seguinte fórmula:

Para t=2, tem-se que $Pt = Pt\text{-}1 \times (IPCAt/IPCAt\text{-}1)\times(1-Xt)x(1-Qt)$

Para t>2, tem-se que $Pt = Pt\text{-}1 \times (IPCAt/IPCAt\text{-}1)\times(1-Xt)x(1-Qt)/x(1-Qt\text{-}1)$

onde:

Pt corresponde aos tetos tarifários previstos no Anexo 4 - Tarifas, reajustados no ano t;

Pt-1 corresponde aos tetos tarifários previstos no Anexo 4 - Tarifas, reajustados no ano t-1;

IPCAt corresponde ao IPCA divulgado pelo IBGE no mês anterior ao do reajuste;

IPCAt-1 corresponde ao IPCA divulgado pelo IBGE no mês anterior ao do reajuste do ano anterior;

Xt é o Fator X aplicável ao ano t;

Qt é o Fator Q aplicável ao ano t

De acordo com a cláusula acima transcrita, a fórmula aplicável aos tetos tarifários constantes das Tabelas 1, 1-A, 2, 3, 4 e 5, no Reajuste Tarifário de 2022 pode ser reescrita como:

$Pt = Pt\text{-}1 \times (IPCAt/IPCAt\text{-}1)\times(1-Xt)x(1-Qt)/x(1-Qt\text{-}1)$

Os tetos das tarifas referentes à atividade de armazenagem e capatazia, por sua vez, serão reajustados apenas pela inflação acumulada no período, já que os fatores X e Q não se aplicam a essas tarifas. Assim, a fórmula aplicável ao reajuste dos tetos tarifários constantes das Tabelas 7, 8, 9 e 11 é a seguinte:

$P2022 = P2021 \times (IPCA2022/IPCA2021)$

Para o caso concreto, tem-se o IPCA2022 relativo ao nível de preços de junho de 2022 e publicado pelo IBGE em julho de 2022 correspondente a 6.455,85 e o IPCA2021 - relativo ao nível de preços de junho de 2021 e publicado pelo IBGE em julho de 2021 - correspondente a 5.769,98, resultando em uma variação de + 11,8869% do IPCA2022 sobre o IPCA2021.

O fator X relevante ao Reajuste Tarifário de 2022, conforme definido pela cláusula 6.9 do Contrato de Concessão, será X2022 = 0,0000%, e os Fatores Q relevantes serão Q2021= -0,6000% e Q2022= -1,2000%.

Resulta-se, com isso, em um reajuste de 12,5542% sobre os tetos tarifários constantes das Tabelas 1 e 1-A da Decisão nº 497, de 17 de dezembro de 2021 e das Tabelas 2, 3, 4 e 5 da Portaria nº 5.654/SRA, de 10 de agosto de 2021, e em um reajuste de 11,8869% sobre os tetos tarifários constantes das Tabelas 7, 8, 9 e 11 da mesma portaria.

ARREDONDAMENTO E REAJUSTES TARIFÁRIOS

Em que pese a quantidade de casas decimais nas publicações dos diversos tetos tarifários, esta área técnica procede a um tratamento dos dados de modo que sejam diminuídas as distorções por arredondamento no decorrer do tempo, em especial das tarifas cujos valores são pouco expressivos, para as quais estas distorções são proporcionalmente mais significativas.

Neste sentido, todos os tetos tarifários são armazenados com 4 casas decimais (até o centésimo de um centavo) e todos os percentuais que compõem os reajustes (IPCA, fator X, fator Q, e eventuais outros) são considerados na sexta casa decimal (até 0,000001 ou 0,0001%).

A publicação dos tetos tarifários reajustados, oriundos da aplicação dos percentuais sobre os tetos tarifários armazenados, como apresentado anteriormente, se dá pelo arredondamento na quantidade de casas decimais como apresentado no item "2.2 Tarifas Aeroportuárias" do Anexo 4 do Contrato de Concessão para cada uma das tarifas. A tabela abaixo apresenta a quantidade de casas decimais que são publicadas para os tetos tarifários reajustados.

Quantidade de casas decimais publicadas e reajuste aplicado ao teto tarifário		
Tarifas	**Decimais**	**Reajuste**
Tabela 1 - Tarifa de Embarque do Grupo I	2	12,5542%
Tabela 1-A - Tarifa de Conexão	2	12,5542%
Tabela 2 - Tarifa de Pouso aplicável ao Grupo I	4	12,5542%
Tabela 3 - Tarifa Unificada de Embarque e Pouso aplicável ao Grupo II	2	12,5542%
Tabela 4 - Tarifas de Permanência aplicáveis ao Grupo I	4	12,5542%
Tabela 5 - Tarifas de Permanência aplicáveis ao Grupo II	4	12,5542%
Tabela 6 - Tarifa de Armazenagem da Carga Importada	4	0,0000%
Tabela 7 - Tarifa de Capatazia da Carga Importada	4	11,8869%
Tabela 8 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada Aplicada em Casos Especiais	4	11,8869%
Tabela 9 - Tarifa de Capatazia da Carga Importada em Trânsito	4	11,8869%
Tabela 10 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Importada de Alto Valor Específico	4	0,0000%
Tabela 11 - Tarifas de Armazenagem e Capatazia da Carga Destinada à Exportação	4	11,8869%
Tabela 12 - Tarifas de Armazenagem e de Capatazia da Carga sob Pena de Perdimento	4	0,0000%

SUPERINTENDÊNCIA DE PESSOAL DA AVIAÇÃO CIVIL
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO NO RIO DE JANEIRO
COORDENADORIA DE CENTROS DE TREINAMENTO E SIMULADORES

PORTARIA Nº 8.814, DE 9 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE CENTROS DE TREINAMENTO E SIMULADORES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 20-A, inciso VI, da Portaria nº 2.928/SPL, de 21 de outubro 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 142, e considerando o que consta do processo nº 00065.030186/2022-91, resolve:

Art. 1º Tornar pública a renovação do Certificado de Validação de Centro de Treinamento nº 19-CTAC-ANAC/2020, que autoriza a FALCON TRAINING CENTER - FTC, situada em Aéroport du Bourget - 50, Avenue de l'Europe - CS 50001 - 93 352 Le Bourget CEDEX, França, a conduzir treinamentos e respectivos exames teóricos e práticos para pilotos conforme o Regulamento Brasileiro da Aviação Civil - RBAC nº 142.

Parágrafo único. A autorização de que trata este artigo terá validade até 31 de agosto de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABRIEL DAMASO MURTA

GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE PESSOAL
COORDENADORIA DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 8.927, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, inciso IV, da Portaria 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.031175/2022-28, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, o médico Dr. Paulo Braga de Marros, CRM/RS 25071, MC 274, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Avenida Soledade, nº 569 / Salas 905 e 906 - Petrópolis - Porto Alegre/RS, para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

PORTARIA Nº 8.928, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE CERTIFICAÇÃO MÉDICA AERONÁUTICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 14, inciso IV, da Portaria 2.928/SPL, de 21 de outubro de 2020, tendo em vista o disposto no Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67 e na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta do processo nº 00065.026359/2022-76, resolve:

Art. 1º Credenciar, por 3 (três) anos, o médico Dr. Newton Monteiro de Barros, CRM/RS 6355, MC 273, para a realização de exames de saúde periciais no endereço Avenida Soledade, nº 569 / Salas 905 e 906 - Petrópolis - Porto Alegre/RS, para fins de emissão de Certificado Médico Aeronáutico de 2ª, 4ª e 5ª classes, em conformidade com o Regulamento Brasileiro de Aviação Civil - RBAC nº 67.

Parágrafo único. O credenciamento poderá ser suspenso a qualquer tempo por descumprimento de quaisquer dos requisitos previstos para o credenciamento.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERT COSTA REBELLO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

DELIBERAÇÃO Nº 117, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno, considerando o que consta do Processo nº 50300.013036/2022-61 e ad referendum da Diretoria Colegiada, resolve:

Art. 1º Conhecer da solicitação da Companhia Docas do Rio de Janeiro - CDRJ, referente à Carta 301/2022/PROTOC-CDRJ/SUPGAB-CDRJ/DIRPRE-CDRJ (SEI 1681950), uma vez atendidos os pressupostos de admissibilidade.

Art. 2º Deferir o pedido de baixa e desincorporação referente ao conjunto formado por um castelo d'água com capacidade de 50.000 litros e uma cisterna com capacidade de 100.000 litros, localizados no Pátio 18 - Mangue, Porto do Rio de Janeiro/RJ, porquanto foram cumpridos os requisitos mínimos para a desincorporação de acordo com o art. 14, § 3º da Resolução 43-ANTAQ, de 2021.

Art. 3º Determinar à Superintendência de Fiscalização e Coordenação das Unidades Regionais - SFC, desta Agência, o acompanhamento acerca dos desdobramentos da presente deliberação.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 120, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência que lhe é conferida pelo inciso IV do art. 20 do Regimento Interno e pelo art. 4º da Resolução ANTAQ nº 61, de 2021, considerando o que consta do Processo nº 50300.010802/2022-35 e o teor do Acórdão nº 435-2022, proferido na Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada nº 525, realizada entre 25 a 27/07/2022, resolve:

Art. 1º Homologar o resultado do pedido de padronização tarifária conjunto ao pleito de revisão tarifária referente ao período de 07/05/2015 a 30/04/2022, nos termos do art. 34, § 2º da Resolução ANTAQ nº 61, de 2021, incidentes sobre as modalidades tarifárias do Porto de Imbituba, autorizando uma Receita Tarifária Anual (RAT) projetada de R$ 79.890.267,47 para o período de referência subsequente à revisão, equivalendo a um requerimento de um Índice de Reajuste Médio (IRT) de 21,35% e um Efeito Médio Tarifário (EMT) de 4,75%.

Art. 2º As novas tarifas, seus limites máximos e a estrutura tarifária para o período subsequente à presente revisão constam nos Anexos desta Deliberação, e entrarão em vigor em no máximo até 45 (quarenta e cinco) dias úteis, contados da publicação desta Deliberação, alterando-se as normas gerais de aplicação existentes.

Art. 3º Determinar que a SCPar Porto de Imbituba, conforme requisitos e prazos presentes no art. 14 da Resolução ANTAQ nº 61, de 2021:

I - revise, atualize e consolide os demais atos administrativos internos que estabeleçam valores e cobranças tarifárias no porto organizado, publicando a lista remodelada e compatibilizada desses atos remanescentes no documento que dará vigência e publicidade à nova estrutura tarifária completa; e

II - encaminhe à Superintendência de Regulação da ANTAQ, para ciência e acompanhamento, cópia do documento citado no inciso anterior.

Art. 4º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

EDUARDO NERY MACHADO FILHO

ANEXO I - TARIFAS REVISADAS

NUMERO	GRUPO	TABELA	ITEM	FORMA DE INCIDÊNCIA	NOVA TARIFA COM IMPOSTOS (R$)
1	1	Tabela I	2	Tarifa variável, pela tonelagem de porto bruto da embarcação (TPB / DWT):	---
2			2.1	Para operações de longo curso:	---
3			2.1.1	De carga geral ou de projeto, solta.	1,07
4			2.1.2	De carga geral, conteinerizada.	1,07
5			2.1.3	De granéis sólidos.	1,07
6			2.1.4	De granéis líquidos.	1,07
7			2.1.5	De petróleo, de seus derivados ou outros combustíveis.	1,07
8			2.1.6	De embarcações do tipo roll-on roll-off.	1,07
9			2.1.7	De embarcações de turismo ou de transporte de passageiros.	1,07
10			2.1.8	De carga perigosa ou tóxica.	1,07
11			2.1.9	Com outros fins ou que não movimentam carga, inclusive fundeio para abastecimento.	1,07
12			2.2	Para operação de cabotagem ou navegação interior:	---
13			2.2.1	De carga geral ou de projeto, solta.	1,07
14			2.2.2	De carga geral, conteinerizada.	1,07
15			2.2.3	De granéis sólidos.	1,07
16			2.2.4	De granéis líquidos.	1,07
17			2.2.5	De petróleo, de seus derivados ou outros combustíveis.	1,07
18			2.2.6	De embarcações do tipo roll-on roll-off.	1,07
19			2.2.7	De embarcações de turismo ou de transporte de passageiros.	1,07
20			2.2.8	De carga perigosa ou tóxica.	1,07
21			2.2.9	Com outros fins ou que não movimentam carga ou passageiro, inclusive fundeio para abastecimento.	1,07
22	2	Tabela II	1	Para todos os berços	---
23			1.1	Por metro linear de instalação ocupada por embarcação, por hora ou fração, até o limite de 48 horas:	---
24			1.1.1	Para operações de longo curso no berço.	2,62
25			1.1.2	Para operação de cabotagem ou navegação interior.	2,62

26			1.2	Por metro linear de instalação ocupada por embarcação, por hora ou fração, após 48 horas:	---
27			1.2.1	Para operações de longo curso no berço.	2,62
28			1.2.2	Para operação de cabotagem ou navegação interior.	2,62
29	3	Tabela III	1	Por tonelada de mercadoria movimentada a partir da embarcação até as instalações de armazenagem ou limite do porto, ou no sentido inverso.	---
30			1.1	Granéis Sólidos	4,95
31			1.2	Granéis Liquidos	4,95
32			1.3	Carga Geral	6,20
33			1.4	Outras	7,44
34			2	Por contêiner movimentado a partir da embarcação até as instalações de armazenagem ou limite do porto, ou no sentido inverso.	---
35			2.1	Por box de contêiner	62,02
36	5	Tabela V	1	Áreas cobertas:	---
37			1.1	Mercadorias diversas de importação do estrangeiro, ainda sujeitas ao desembaraço aduaneiro, recebidas em armazéns ou pátios:	---
38			1.1.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	2,81
39			1.1.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	2,81
40			1.2	Mercadorias diversas, nacionais ou nacionalizadas, recebidas em armazéns ou pátios, por tonelada:	---
41			1.2.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	2,81
42			1.2.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	2,81
43			1.3	Contêiner com mercadorias nacionais ou nacionalizadas, por unidade:	---
44			1.3.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	24,50
45			1.3.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	24,50
46			1.4	Contêiner vazio, por unidade:	---
47			1.4.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	24,50
48			1.4.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	24,50
49			1.5	Mercadorias a granel sólido, por tonelada:	---
50			1.5.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	3,14
51			1.5.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	3,14
52			1.6	Mercadorias a granel líquido, por tonelada:	---
53			1.6.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	8,07
54			1.6.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	8,07
55			1.7	Por contêiner refrigerado, com mercadoria nacional ou nacionalizada, por unidade:	---
56			1.7.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	40,75
57			1.7.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	40,75
58			2	Áreas descobertas:	---
59			2.1	Mercadorias diversas de importação do estrangeiro, ainda sujeitas ao desembaraço aduaneiro, recebidas em armazéns ou pátios:	---
60			2.1.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	2,81
61			2.1.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	2,81
62			2.2	Mercadorias diversas, nacionais ou nacionalizadas, recebidas em armazéns ou pátios, por tonelada:	---
63			2.2.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	2,81
64			2.2.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	2,81
65			2.3	Contêiner com mercadorias nacionais ou nacionalizadas, por unidade:	---
66			2.3.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	24,50
67			2.3.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	24,50
68			2.4	Contêiner vazio, por unidade:	---
69			2.4.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	24,50
70			2.4.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	24,50
71			2.5	Mercadorias a granel sólido, por tonelada:	---
72			2.5.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	1,89
73			2.5.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	1,89
74			2.6	Mercadorias a granel líquido, por tonelada:	---
75			2.6.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	8,07
76			2.6.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	8,07
77			2.7	Por contêiner refrigerado, com mercadoria nacional ou nacionalizada, por unidade:	---
78			2.7.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	40,75
79			2.7.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	40,75
80			3	Veículos, por veículo e por dia.	---
81			3.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	16,20
82			3.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	16,20
83			4	Carga de Projeto, por carga e por dia.	---
84			4.1	No primeiro período de 10 dias ou fração, por dia.	Convencional
85			4.2	No segundo e períodos subsequentes de 10 dias ou fração, por dia.	Convencional
86			4.3	No terceiro período de 15 dias ou fração, por dia	Convencional
87			4.4	A partir do quarto período de 15 dias ou fração, por dia	Convencional
88	7	Tabela VII	1	Pela entrega de água potável, através de tubulação, à embarcação ou consumidor instalado na área do porto, por m³ por mês ou fração.	---
88.1			1.1	Ressarcimento: tarifa convencionada pela concessionária	Convencional
			1.2	Tarifa administrativa	10%
89			2	Pela entrega de energia elétrica:	---
			2.1	À embarcação ou consumidor instalado na área do Porto, por Kwh por mês ou fração.	---
			2.1.1	Ressarcimento: tarifa convencionada pela concessionária	Convencional
			2.1.2	Tarifa administrativa	10%
90			6	Pela pesagem de mercadorias carregadas em vagões ou outros veículos, por tonelada ou fração.	0,50
91			10	Pela utilização de área em armazéns com fins diversos à armazenagem, por m², por dia.	0,75
92			11	Pela utilização de área em pátios, por m², por dia	0,75
93			12	Pelo fornecimento de certidões ou certificados, por unidade.	---
94			12.1	Pré-qualificação e emissão de certificado de operador portuário, por requerimento	1.500,00
95			12.2	Solicitação e fornecimento de crachá de identificação ISPS-CODE ou sua lâmina, por requerimento	25,00
96			14	Pela utilização de área coberta em caráter temporário e precário para o atendimento ou apoio à operação portuária, por m², por dia.	0,20
97			15	Pela utilização de área descoberta em caráter temporário e precário para o atendimento ou apoio à operação portuária, por m², por dia.	0,13
98	8	Tabela VIII	1	Pelo uso de área para movimentação ou armazenagem de cargas não consolidadas, por m², por mês ou fração.	---
99			1.1	Área coberta	3,95
100			1.2	Area descoberta	3,95
101			2	Pelo uso de área para movimentação ou armazenagem de cargas destinadas à plataforma offshore, por m², por mês ou fração.	---
102			2.1	Área coberta	3,95
103			2.2	Area descoberta	3,95
104			3	Pelo uso de área para movimentação ou armazenagem de cargas, por m², por mês ou fração.	---
105			3.1	Áreas primárias (com acesso à berço)	---
106			3.1.3	Sítio padrão negativo	---
107			3.1.3.1	Granel Líquido	2,04
108	9	Tabela IX	1	Pelo tráfego de veículos para abastecimento ou coleta de resíduos em embarcações, por acesso de veículo	150,00
109			2	Pelo desdobramento ou substituição de faturas, por conveniência do requisitante, por fatura	15,00

110			3	Pela permanência de rebocadores, não afetos a operação portuária, por mês, por unidade, na área maritima sob gestão da Autoridade Portuária	4.022,22
111			4	Pela permanência de demais embarcações, não afetas a operação portuária, por mês, por unidade, na área maritima sob gestão da Autoridade Portuária	1.023,17
112			5	Por metro linear de movimentação de cabos em operação portuária	Convencional
113			6	Pelo cercamento em áreas maritimas, para fins de controle, segurança e prontidão ambiental, pela LOA da embarcação, por quinzena de utilização	26,50

ANEXO II - NORMAS DE APLICAÇÃO ADICIONAIS AO ANEXO III DA RESOLUÇÃO ANTAQ Nº 61, DE 2021

TABELA	REGRAS DE APLICAÇÃO ADICIONAIS À RES. 61/2021	FRANQUIAS OU ISENÇÕES ADICIONAIS À RES. 61/2021
I - Infraestrutura de Acesso Aquaviário	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021
II - Instalações de Acostagem	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021
III - Infraestrutura Operacional ou Terrestre	f) Na movimentação de mercadorias consideradas insalubres, nocivas ou perigosas, em virtude de sua natureza e embalagem ou ambiente em que forem movimentadas, as tarifas desta tabela serão acrescidas de taxas convencionais. (...) h) Não será aplicável a cobrança desta tarifa, quando prevista especificamente em contrato de arrendamento;	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021
V - Utilização de Infraestrutura de Armazenagem	k) As mercadorias de exportação serão consideradas abandonadas quando os respectivos donos deixarem de pagar as tarifas de armazenagem pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias corridos. (...) m) As tarifas desta tabela quando incidentes sobre mercadoria insalubre, nociva ou perigosa, que determine pagamento de adicional de risco ao pessoal envolvido na sua operação serão acrescidas de 50%; (...) q) As tarifas previstas nesta tabela serão aplicáveis somente em áreas não enquadradas nos Art. 5º-B e 5º-D da Lei Federal 12.815 de 2013.	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021
VII - Diversos Padronizados	d) As tarifas desta tabela, quando incidentes sobre mercadoria insalubre, nociva ou perigosa, que determine pagamento de adicional de risco ao pessoal envolvido na sua operação, serão acrescidas de 50%. e) Os custos definidos pelo consumo serão estabelecidos pelo valor praticado pela concessionária de energia elétrica ou água, no momento de seu fornecimento; f) As tarifas remuneradas pelo consumo serão acrescidas de 10 % (dez por cento),a título de taxa de administração, em relação ao consumo total registrado, mediante medição mensal; g) As tarifas estabelecidas pelo consumo terão como valor mínimo a quantia equivalente a R$ 200,00 (duzentos reais), por medição mensal; h) As tarifas previstas nas modalidades 10 e 11 desta tabela serão também aplicáveis ao estacionamento de equipamentos utilizados em operação portuária (guindaste, funil, moega, contêineres depósitos, etc); i) As tarifas previstas nas modalidades 10, 11, 14 e 15 desta tabela serão aplicáveis somente em áreas não enquadradas nos Art. 5º-B e 5º-D da Lei Federal 12.815 de 2013;	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021
VIII - Uso Temporário e Arrendamento Simplificado	a)As tarifas previstas nesta tabela serão aplicáveis quando enquadradas nos Art. 5º-D da Lei Federal 12.815 de 2013;	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021
IX - Complementares	a) As tarifas serão remuneradas em decorrência da prestação de serviços realizado pela Autoridade Portuária.	Conforme a Resolução nº 61-ANTAQ, de 2021

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

GERÊNCIA REGIONAL DE BELÉM

DELIBERAÇÃO Nº 8, DE 15 DE JULHO DE 2022

Processo nº 50300.008644/2021-72. Fiscalizado: ANTÔNIO PEREIRA DE SOUZA TRANSPORTES., CNPJ nº 04.842.274/0001-89. Objeto e Fundamento Legal: Gerente Regional de Belém (GREBL), no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 59-A do Regimento Interno, decide pela subsistência do Auto de Infração nº 005090-3 (SEI nº 1411261) e pela aplicação da penalidade de MULTA pecuniária no valor de R$549,04 (quinhentos e quarenta e nove reais e quatro centavos) à microempresa, pelo cometimento da infração tipificada no Art. 20, inciso XXIV, da resolução nº 912-ANTAQ, por deixar de apresentar documentos solicitados pela ANTAQ, ou ainda, omitir, retardar ou, por qualquer forma, prejudicar o fornecimento dos referidos documentos.

JOÃO MARIA FERREIRA FILHO

DELIBERAÇÃO Nº 95, DE 13 DE JUNHO DE 2022

Processo nº 50300.019930/2020-82. Fiscalizado: M P DUARTE SOUTO TRANSPORTES E TURISMO EIRELI., CNPJ nº 03.661.903/0001-01. Objeto e Fundamento Legal: Gerente Regional de Belém (GREBL), no uso da competência que lhe é conferida pelo art. 59-A do Regimento Interno, decide pela aplicação da penalidade de Multa no valor de R$105,00 (Cento e Cinco Reais) à empresa), pelo cometimento da infração descrita no art. 20, inciso XII, da Norma aprovada pela Resolução nº 912-ANTAQ.

JOÃO MARIA FERREIRA FILHO

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGAS

DELIBERAÇÃO Nº 112, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.013719/2022-18, resolve:

Art. 1° Expedir Termo de Autorização nº 1.980-ANTAQ, em favor da empresa MBT NAVEGAÇÃO LTDA., inscrita no CNPJ sob nº 43.114.737/0001-48, para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN), na navegação de apoio portuário, exclusivamente com embarcações com potência de até 2.000 (dois mil) HP, com finalidade específica para pré-registro de embarcações em construção, em estaleiro brasileiro, no Registro Especial Brasileiro - REB, nos termos do art. 4°, §1°, do Decreto nº 2.256, de 17 de junho de 1997, neste caso, sem direito de afretamento de embarcação, com fulcro na Resolução Normativa nº 05/ANTAQ, de 23 de fevereiro de 2016.

Art. 2º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDO BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 113, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.013704/2022-50, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 1.824-ANTAQ, de de 2 de fevereiro de 2021, de titularidade do empresáro individual MJP MONTEIRO, inscrito no CNPJ sob o nº 09.013.635/0001-06, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 4º Termo Aditivo, em virtude de alteração de frota.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

RENILDO BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 114, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.012528/2022-39, resolve:

Art. 1° Expedir Termo de Autorização nº 1.981-ANTAQ, em favor do empresário individual M M DE SOUSA LIMA, inscrito no CNPJ sob nº 45.877.471/0001-10, para operar como Empresa Brasileira de Navegação (EBN), na prestação de serviços de transporte misto, na navegação interior de percurso longitudinal interestadual, na Região Hidrográfica Amazônica, entre os municípios de Macapá/AP e Chaves/PA, com fulcro na Resolução nº 912-ANTAQ, de 23 de novembro de 2007.

Art. 2º Esta Deliberação-SOG entra em vigor na data de sua publicação.

RENILDO BARROS

DELIBERAÇÃO Nº 115, DE 27 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGAS DA AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS, no uso da competência delegada que lhe é conferida por meio da Portaria DG nº 404-ANTAQ, de 21 de março de 2022, e considerando o art. 4º, inciso VII, do Regimento Interno e o que consta do Processo nº 50300.013927/2022-17, resolve:

Art. 1º Aditar o Termo de Autorização nº 589- ANTAQ, de 22 de setembro de 2009, de titularidade do empresário individual ANTONIO PEREIRA DE SOUZA TRANSPORTES, inscrito no CNPJ sob o nº 04.842.274/0001-89, passando a vigorar na forma e condições fixadas em seu 2º Termo Aditivo, em virtude de alteração de esquema operacional.

Art. 2º A íntegra do citado Termo Aditivo se encontra disponível no sítio eletrônico desta Agência: portal.antaq.gov.br.

Art. 3º Esta Deliberação entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

RENILDO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

SUPERINTENDÊNCIA DE TRANSPORTE FERROVIÁRIO

PORTARIA Nº 10, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Superintendente Transporte Ferroviário da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso das atribuições conferidas pelos arts. 31, I, e 105, VI, b, da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, e com base no Processo nº 50500.124464/2022-61, resolve:

Art. 1º Estabelecer os procedimentos a serem adotados pela Gerência de Fiscalização de Infraestrutura e Serviços - GECOF para o Acompanhamento Anual dos Planos de Investimentos previstos nos contratos de concessão e subconcessão ferroviárias.

§ 1º As rotinas e procedimentos previstos nesta Portaria, incluindo os Procedimentos de Averiguações Preliminares, não têm caráter sancionador, nos termos dos art. 17 a 21 da Resolução ANTT nº 5.083, de 27 de abril de 2016.

§ 2º O disposto nesta Portaria aplica-se também às subconcessionárias, doravante referenciadas pela expressão concessionárias, observado o § 2º do art. 26 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, ou outra que vier a substitui-la.

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 2º Para fins da presente Portaria, aplicam-se as seguintes definições:

I - Investimentos: são os Investimentos com Prazo Determinado e os Investimentos Condicionados à Demanda, bem como as intervenções do Plano de Recuperação de Trechos, previstos no Caderno de Obrigações;

II - Plano de Investimentos: definição dos marcos temporais e requisitos técnicos previstos para as conclusões dos Investimentos com Prazo Determinado, dos Investimentos Condicionados à Demanda e do Plano de Recuperação de Trechos a serem realizados pela concessionária, nos termos do Caderno de Obrigações; e

III - Procedimento de Averiguações Preliminares: processo instaurado pela autoridade competente com vistas a verificar se os indícios da prática de infração são suficientes para a instauração de processo administrativo, nos termos da Seção I do Capítulo II da Resolução ANTT nº 5.083, de 2016.

Parágrafo Único. Não se aplica à presente Portaria o acompanhamento das obras de implantação da Ferrovia de Integração Centro-Oeste - FICO, previstas no Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão da Estrada de Ferro Vitória a Minas e aos eventuais e futuros investimentos cruzados, nos termos da Lei nº 13.448, de 5 de junho de 2017.

Art. 3º Conforme a Resolução ANTT nº 5.083, de 2016, o Procedimento de Averiguações Preliminares aberto nas hipóteses desta Portaria será mantido sob sigilo, nos termos da Política de Segurança da Informação e Comunicações vigente na ANTT.

CAPÍTULO II

DO PROCEDIMENTO DE ACOMPANHAMENTO ANUAL

Art. 4º Cabe à GECOF, no âmbito das atividades ordinárias de Acompanhamento Anual dos Planos de Investimentos previstos nos contratos de concessão e subconcessão ferroviárias:

I - acompanhar, mediante a Coordenação de Planejamento e Acompanhamento da Fiscalização - COPAF, por meio de controle gerencial de informações atualizadas bimestralmente, a execução dos investimentos previstos no Plano de Investimentos dos contratos de concessão/subconcessão;

II - informar à Coordenação Regional de Fiscalização Ferroviária - COFER competente acerca da comunicação de conclusão de investimento previsto no Plano de Investimentos encaminhada pela concessionária; e

III - determinar que a COFER competente promova a inspeção e emita o respectivo relatório de verificação quanto à conclusão do investimento, que deverá ser apresentado no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do recebimento da notificação da concessionária acerca da conclusão do investimento.

Parágrafo único. Os relatórios de verificação de que trata o inciso III do artigo 4º deverão estar disponibilizados via Sistema Eletrônico de Informações - SEI, nos padrões definidos pela GECOF.

Art. 5º Anualmente, na data de aniversário de celebração dos contratos de concessão/subconcessão que contenham o respectivo Plano de Investimentos, a COFER competente promoverá a devida apuração de todos os investimentos previstos no Plano de Investimentos para o ano anterior.

Art. 6º A COFER deverá elaborar relatório de verificação do cumprimento das obrigações do Plano de Investimentos constantes do contrato de concessão/subconcessão para o ano em referência, tendo por base os relatórios de verificação ou outra fonte de informação disponível, inclusive o Relatório de Acompanhamento Anual - RAA.

§1º O relatório de verificação deverá ser conclusivo, informando se os investimentos estão concluídos e plenamente operacionais.

§2º A análise constante do referido relatório deve se limitar à verificação do cumprimento dos requisitos estabelecidos no contrato de concessão/subconcessão para a execução dos investimentos previstos no Plano de Investimentos para o ano em análise.

Art. 7º A COFER deverá encaminhar o relatório de que trata o art. 6º, para a COPAF, visando à atualização do controle gerencial dos investimentos previstos no Plano de Investimentos relativo a cada concessionária.

§1º Na hipótese de o relatório informar a conclusão dos investimentos previstos para aquele ano, caberá à GECOF comunicar à Superintendência de Transporte Ferroviário - SUFER, arquivando-se o respectivo processo.

§2º Caso haja indícios de descumprimento dos investimentos previstos no Plano de Investimentos, a GECOF deverá instaurar Procedimento de Averiguações Preliminares - PAP, nos termos do art. 17 da Resolução ANTT nº 5.083, de 2016.

§3º Na hipótese de o relatório da COFER informar a não conclusão de investimentos previstos no Plano de Investimentos, a referida área deverá comunicar à concessionária uma síntese do resultado da análise da conclusão dos investimentos, com cópia do respectivo relatório, e conceder 10 (dez) dias de prazo para sua manifestação, oportunidade em que poderá, também, apresentar complementações de informações que julgar pertinentes, que possam modificar o entendimento de não conclusão dos investimentos previstos para aquele ano.

Art. 8º A manifestação da concessionária quanto ao contido no relatório de que trata o § 3º do art. 7º deverá ser encaminhado pela GECOF para análise da COPAF, para que no prazo de 30 (trinta) dias promova a análise, exclusivamente, quanto à eventual alteração de entendimento referente à não conclusão dos investimentos.

§1º O prazo do caput poderá ser prorrogado uma única vez.

§2º Durante a análise da manifestação da concessionária, a COPAF poderá solicitar subsídios junto à COFER competente, que terá prazo de 10 (dez) dias para resposta.

§3º Na hipótese de a análise da COPAF entender pela não conclusão dos investimentos, o resultado deverá ser encaminhado para as providências da GECOF.

§4º Na hipótese de a análise da COPAF entender pela conclusão dos investimentos, o processo será arquivado, cabendo à GECOF comunicar à SUFER.

Art. 9º Conhecido o teor do resultado da análise, de que trata o § 3º do art. 8º, competirá a GECOF:

I - dar ciência à SUFER quanto ao resultado da análise, para que informe as unidades técnicas competentes quais os investimentos previstos no Plano de Investimentos constaram como não concluídas e que possam ensejar eventual acréscimo à outorga; e

II - comunicar a concessionária sobre a síntese do resultado da análise, com cópia do mesmo, e dando-lhe prazo de 30 (trinta) dias para apresentar as justificativas, contrarrazões e complementações de informações julgadas pertinentes, que possam afastar sua responsabilidade pela não conclusão dos investimentos.

Art. 10. A resposta da concessionária ao contido no resultado da análise de que trata o § 3º do art. 8º deverá ser encaminhada pela GECOF para avaliação da COPAF, para que no prazo de 30 (trinta) dias, promova a análise, exclusivamente, quanto ao acolhimento ou não de alegações de eventual excludente de responsabilidade quanto à não conclusão dos investimentos.

§1º O prazo do caput poderá ser prorrogado uma única vez, mediante pleito justificado.

§2º No decorrer da análise, caso julgar necessário, a COPAF poderá fazer novas solicitações de documentos junto à concessionária e/ou providenciar inspeções complementares, com apoio da COFER competente.

§3º Durante a análise da resposta, a COPAF poderá colher subsídios junto à COFER competente, que terá prazo de 10 (dez) dias para resposta.

§4º Na hipótese de a análise da COPAF não acolher as alegações de excludente de responsabilidade, em face da não conclusão dos investimentos previstos no Plano de Investimentos, o resultado da análise deverá ser encaminhado para as providências da GECOF.

§5º Na hipótese de a análise da COPAF acolher as alegações de excludente de responsabilidade, em face da não conclusão dos investimentos previstos no Plano de Investimentos, o PAP será arquivado, cabendo à GECOF comunicar a autoridade superior, nos termos do inciso I, art. 19 da Resolução nº 5.083, de 2016.

Art. 11. Conhecido o teor do resultado da análise, de que trata o §4º do art. 10º, competirá à GECOF:

I - dar ciência à SUFER e a concessionária do resultado da análise; e

II - comunicar à COFER competente para que instaure Processo Administrativo Sancionador - PAS regular para verificação das penalidades eventualmente cabíveis, nos termos do inciso II, art. 19 da Resolução nº 5.083, de 2016; e

III - dar ciência à concessionária quanto a abertura do PAS.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Caberá à COPAF manter controle atualizado sobre a efetiva conclusão dos investimentos previstos no Plano de Investimentos.

Parágrafo Único. As informações relativas a esse controle poderão ser utilizadas como subsídio por ocasião das revisões ordinárias, para fins de eventual acréscimo à outorga.

Art. 13. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ISMAEL TRINKS

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS

DECISÃO SUPAS Nº 821, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso VIII do art. 105, do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022, e considerando o que consta no processo nº 50500.337118/2015-12, decide:

Art. 1º Suspender a comercialização de bilhetes da JANUARIA TRANSPORTES RODOVIARIOS E TURISMO LTDA. - ME, CNPJ nº 08.790.725/0001-32, detentora da Licença Operacional - LOP nº 119, com fulcro nos artigos 24 e 80 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015.

Art. 2º A Superintendência de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros - SUPAS procederá à instrução processual para a cassação do Termo de Autorização - TAR de nº 111, da JANUARIA TRANSPORTES RODOVIARIOS E TURISMO LTDA. - ME, CNPJ nº 08.790.725/0001-32, após 30 (trinta) dias úteis, a contar da publicação desta Decisão.

Art. 3º A paralisação dos mercados autorizados à empresa no sistema da SUPAS se dará em ato contínuo à cassação do TAR nº 111.

Art. 4º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 823, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 98; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.149531/2022-51, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da VIAÇÃO OURO E PRATA S/A, CNPJ nº 92.954.106/0001-42, para modificar a prestação do serviço com a supressão da linha SÃO MIGUEL D'OESTE (SC) - CURITIBA (PR), prefixo 16-0051-00.

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor após 10 (dez) dias da data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 824, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o inciso III do art. 29 e o inciso VIII do art. 105, ambos do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no art. 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de operação simultânea constam da Licença Operacional - LOP de nº 68; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.156507/2022-78, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da EMPRESAS REUNIDAS PAULISTA DE TRANSPORTES LTDA., CNPJ nº 44.993.632/0001-79, para realizar operação simultânea das linhas interestaduais ANGRA DOS REIS (RJ) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 07-0039-31, e ITAGUAI (RJ) - SÃO PAULO (SP), prefixo nº 07-0043-31, no trecho de ANGRA DOS REIS (RJ) para SÃO PAULO (SP).

Art. 2º Esta Decisão entra em vigor 10 (dez) dias após a data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 825, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XI do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018 e com o inciso III do art. 29 do Anexo da Resolução nº 5.976, de 7 de abril de 2022;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 42 da Resolução nº 5.285, de 9 de fevereiro de 2017, que dispõe sobre o esquema operacional de serviço e as regras para modificação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO o disposto nos artigos 45 e 50 da Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015, que dispõe sobre a regulamentação da prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização;

CONSIDERANDO que os mercados objeto do pleito de supressão de linha constam da Licença Operacional - LOP de nº 98; e

CONSIDERANDO o que consta no processo administrativo nº 50500.141684/2022-50, decide:

Art. 1º Deferir o pedido da VIAÇÃO OURO E PRATA S/A, CNPJ nº 92.954.106/0001-42, para modificar a prestação do serviço com a supressão das seções a seguir da linha CANOINHAS (SC) - CURITIBA (PR), prefixo nº 16-0039-00:

I - de SÃO JOÃO (SC) para RIO NEGRO (PR), MANDIRITUBA (PR), CURITIBA (PR), CAMPO DO TENENTE (PR) e QUITANDINHA (PR);

II - de BOA VISTA (SC) para QUITANDINHA (PR), MANDIRITUBA (PR), CURITIBA (PR) e CAMPO DO TENENTE (PR); e

III - de CANOINHAS (SC) e MAFRA (SC) para QUITANDINHA (PR), MANDIRITUBA (PR) e CAMPO DO TENENTE (PR).

Art. 2º Autorizar a paralisação dos mercados dos mercados a seguir, na Licença Operacional - LOP de número 98.

I - de SÃO JOÃO (SC) paraRIO NEGRO (PR), MANDIRITUBA (PR), CURITIBA (PR), CAMPO DO TENENTE (PR) e QUITANDINHA (PR);

II - de BOA VISTA (SC) para QUITANDINHA (PR), MANDIRITUBA (PR), CURITIBA (PR) e CAMPO DO TENENTE (PR); e

III - de CANOINHAS (SC) e MAFRA (SC) para QUITANDINHA (PR), MANDIRITUBA (PR) e CAMPO DO TENENTE (PR).

Art. 3º Esta Decisão entra em vigor em 03 de novembro de 2022.

MARINA SOARES ALMEIDA

DECISÃO SUPAS Nº 827, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XII do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.155126/2022-71, decide:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Decisão para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 2015 implica a renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
NASCIMENTO E MOURA TRANSPORTE LTDA	006635	07.227.134/0001-99
NATO'S TURISMO EIRELI	006636	43.043.568/0001-00
NOVA PRIMATUR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	006637	27.291.649/0001-65
PAI & FILHO LOCACAO E FRETAMENTO DE VEICULOS EIRELI	001950	20.329.513/0001-58
RAQUEL ESTEVAO DE PAULA LTDA	006638	30.950.485/0001-45
SANTANATUR VIAGENS E TURISMO LTDA	318335	05.769.322/0001-13
STAR TRANSPORTES E TURISMO LTDA	002361	27.838.298/0001-60
T. M. MACIEL TRANSPORTES LTDA	412754	22.865.868/0001-97
TRANSPORTES GUSTAVO SALMORIA JUNIOR LTDA	006639	10.631.076/0001-79
TRANSPORTES UNICA PETRÓPOLIS LTDA	000321	31.134.885/0001-45
TRINDADE TURISMO LTDA	318606	12.224.971/0001-02
TURISMO IRMAOS PEROVANO LTDA	006640	23.725.080/0001-48
V R TRANSPORTE EIRELI	002380	31.347.063/0001-42
VIAÇÃO SUDOESTE TRANSPORTES E TURISMO LTDA	006641	02.026.255/0001-59
VIACAO TALISMA TERCEIRIZACAO DE SERVICOS LTDA	006642	22.726.885/0001-43
YSAM TRANSPORTES E SERVICOS LTDA	006643	08.248.471/0001-25

DECISÃO SUPAS Nº 828, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 3º e o inciso XII do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018, e considerando o que consta no processo nº 50500.155103/2022-67, decide:

Art. 1º Autorizar as empresas relacionadas no Anexo desta Decisão para a prestação do serviço de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 2º As autorizatárias deverão observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.777, de 6 de julho de 2015, e demais normativos relacionados à prestação dos serviços de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros realizado em regime de fretamento.

Art. 3º A não observância do art. 9º da Resolução ANTT nº 4.777, de 2015 implica a renúncia da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará a aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Será disponibilizado às autorizatárias o acesso ao sistema para a emissão das licenças de viagem a partir da data de publicação desta Decisão.

Art. 8º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

ANEXO

RAZÃO SOCIAL	TAF	CNPJ
AUTO VIACAO ROMATUR DE TRANSPORTE E TURISMO LTDA	006625	46.972.890/0001-02
BRECHA TRANSPORTES E TURISMO LTDA	006626	84.088.830/0001-02
D.R. PELIZARO TRANSPORTES - EIRELI	418476	09.260.617/0001-10
DIVINO M. DA COSTA - TRANSPORTES LTDA	006627	13.891.154/0001-62
DL TUR TRANSPORTES LTDA	006628	26.003.805/0001-82
EDIVALDO TURISMO LTDA	006629	41.244.805/0001-68
EXPRESS TRANSPORT SERVICOS LTDA	006630	08.720.592/0001-28
HERO TUR TRANSPORTE & TURISMO LTDA	006631	47.157.679/0001-90
HS TRANSPORTES LTDA	505662	08.666.123/0001-78
ITAIPU TRAVEL LTDA	413671	05.660.868/0001-31
J P MACHADO VIAGENS E TURISMO LTDA	006610	45.368.754/0001-37
LS TRANSPORTES E VIAGENS LTDA	006632	27.384.953/0001-57
M & J TURISMO DE POTE EIRELI	319681	24.504.419/0001-49
M. A. DE SOUZA TRANSPORTE ESCOLAR - EIRELI	006633	08.560.510/0001-25
MC TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA	006634	04.283.201/0001-02

DECISÃO SUPAS Nº 829, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

A Superintendente de Serviços de Transporte Rodoviário de Passageiros da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em conformidade com o art. 3º e o inciso IX do art. 8º, ambos do Anexo da Resolução nº 5.818, de 3 de maio de 2018;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 4.770, de 25 de junho de 2015 prevê que a empresa que pretende prestar o serviço regular deverá requerer o Termo de Autorização - TAR e satisfazer todas as disposições desta Resolução e da legislação em vigor;

CONSIDERANDO que o presente TAR não torna a empresa apta para operar qualquer mercado, sendo necessária, posteriormente, a apresentação de novo requerimento para a obtenção de Licença Operacional - LOP, nos termos do art. 25 da Resolução nº 4.770, de 2015;

CONSIDERANDO o que consta no processo nº 50500.117984/2022-18, decide:

Art. 1º Deferir o pedido e conceder à GRAN EXPRESS TRANSPORTES E TURISMO LTDA - ME - GRAN EXPRESS, CNPJ nº 10.651.870/0001-84, o TAR Nº 0286, para a prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 2º A empresa deverá observar as condições previstas na Resolução ANTT nº 4.770, de 2015, e demais normativos relacionados à prestação do serviço regular de transporte rodoviário coletivo interestadual e internacional de passageiros, sob o regime de autorização.

Art. 3º A não observância do art. 24 da Resolução ANTT nº 4.770, de 2015 implica a extinção da autorização delegada pela ANTT.

Art. 4º Será declarada a nulidade do Termo de Autorização, quando verificada a ilegalidade do ato, impedindo os efeitos jurídicos que ordinariamente deveriam produzir, além de desconstituir os já produzidos, respeitados o princípio da ampla defesa e do contraditório.

Art. 5º A autorização poderá ser extinta mediante cassação, em caso de perda das condições indispensáveis ao cumprimento do objeto da autorização ou infração grave, apuradas em processo regular instaurado conforme disposto em resolução.

Art. 6º A não observância do disposto nesta Decisão implicará aplicação das sanções previstas em resolução específica.

Art. 7º Esta Decisão entra em vigor na data de sua publicação.

MARINA SOARES ALMEIDA

DIRETORIA COLEGIADA

DELIBERAÇÃO Nº 249, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DGS - 091, de 22 de agosto de 2022, e no que consta do processo nº 50500.046335/2022-25, delibera:

Art. 1º Autorizar a MRS Logística S.A a realizar a constituição de garantia real, em favor da Agência Especial de Financiamento Industrial S.A - FINAME, de 7 (sete) locomotivas e 908 (novecentos e oito) vagões de sua propriedade, num montante total de R$ 668.522.910,44 (seiscentos e sessenta e oito milhões, quinhentos e vinte e dois mil, novecentos e dez reais e quarenta e quatro centavos), conforme identificados no Anexo II à Carta nº 212/GREG-MRS/2022, para a liberação do crédito de que trata o Contrato de Financiamento Mediante Crédito Bancário nº 22.7.0016.1, firmado entre as partes.

Art. 2º Determinar que a MRS Logística S.A apresente à ANTT cópia do instrumento de constituição da garantia em favor do FINAME, nos termos do Anexo I ao Contrato de Financiamento Mediante Crédito Bancário nº 22.7.0016.1, em até 10 (dez) dias da assinatura e do registro no correspondente Ofício de Títulos e Documentos.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 250, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentadas no Voto DGS - 092, de 22 de agosto de 2022, e no que consta do processo nº 50500.076781/2022-64, delibera:

Art. 1º Deferir, com base na Resolução nº 5.830, de 10 de outubro de 2018, o parcelamento de débitos requerido por Graciosa Transporte e Turismo ltda, CNPJ nº 97.476.113/0001-08, nas seguintes condições:

I - valor total do débito: R$ 154.911,15 (cento e cinquenta e quatro mil e novecentos e onze reais e quinze centavos); e

II - quantidade de parcelas: 60 parcelas (sessenta parcelas).

§ 1º Em consonância com o disposto no art. 10, §§ 4º e 5º, da Resolução nº 5.830, de 2018, foi efetuado o pagamento do valor de R$ 2.532,90 (dois mil e quinhentos e trinta e dois reais e noventa centavos).

§ 2º Os valores das demais parcelas deverão ser fixados de acordo com o art. 12 da Resolução nº 5.830, de 2018.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 251, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DLL - 016, de 22 de agosto de 2022, e no que consta do processo nº 50500.380183/2017-20, delibera:

Art. 1º Declarar nula a Deliberação nº 356, de 4 de julho de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 6 de julho de 2018, que transferiu mercados da Januária Transportes Rodoviários e Turismo Ltda., CNPJ nº 08.790.725/0001-32, para a Expresso Vila Rica Ltda., CNPJ nº 05.373.334/0001-24.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL VITALE RODRIGUES
Diretor-Geral

Ministério da Justiça e Segurança Pública

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL MJSP/MRE Nº 30, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre a concessão do visto temporário e da autorização de residência para fins de acolhida humanitária aos nacionais ucranianos e aos apátridas que tenham sido afetados ou deslocados pela situação de conflito armado na Ucrânia.

OS MINISTROS DE ESTADO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E DAS RELAÇÕES EXTERIORES, no uso da atribuição que lhes confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, tendo em vista os arts. 37 e 45 da Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019, o disposto no § 3º do art. 14, e na alínea "c" do inciso I do art. 30 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e no § 1º do art. 36 e § 1º do art. 145 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, e o que consta no Processo Administrativo nº 08018.012564/2022-21, resolvem:

Art. 1º Esta Portaria dispõe sobre a concessão de visto temporário e de autorização de residência para fins de acolhida humanitária aos nacionais ucranianos e aos apátridas afetados ou deslocados pela situação de conflito armado na Ucrânia.

§ 1º Para o fim do disposto no caput, observar-se-á o disposto no § 3º do art. 14, e na alínea "c" do inciso I do art. 30 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, e no § 1º do art. 36, e no § 1º do art. 145 do Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017.

§ 2º O disposto nesta Portaria vigorará até 3 de março de 2023 e não afasta a possibilidade de outras medidas que possam ser adotadas pelo Estado brasileiro para a proteção dos nacionais ucranianos e apátridas residentes na Ucrânia.

Art. 2º O visto temporário para acolhida humanitária poderá ser concedido aos nacionais ucranianos e aos apátridas afetados ou deslocados pela situação de conflito armado na Ucrânia.

§ 1º O visto temporário previsto nesta Portaria terá prazo de validade de cento e oitenta dias.

§ 2º A concessão do visto a que se refere o caput ocorrerá sem prejuízo das demais modalidades de vistos previstas na Lei nº 13.445, de 2017, e no Decreto nº 9.199, de 2017.

§ 3º O imigrante apátrida, em até noventa dias após seu ingresso em território nacional, deverá iniciar o processo de reconhecimento da condição de apátrida junto ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, conforme estabelecido no art. 95 e seguintes do Decreto nº 9.199, de 2017, por meio do sistema SisApatridia, disponível na plataforma GOV.BR.

Art. 3º Para solicitar o visto temporário previsto nesta Portaria, o requerente deverá apresentar à Autoridade Consular:

I - documento de viagem válido;

II - formulário de solicitação de visto preenchido;

III - comprovante de meio de transporte de entrada no território brasileiro; e

IV - atestado de antecedentes criminais expedido pela Ucrânia ou, na impossibilidade de sua obtenção, declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes criminais em qualquer país.

§ 1º De forma excepcional e devidamente motivada, o visto de que trata o caput poderá ser concedido, mediante consulta à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, ainda que diante da ausência de algum ou alguns dos documentos descritos nos incisos I a IV, do caput.

§ 2º A concessão de visto de que trata esta Portaria será precedida de entrevista presencial, que poderá ser dispensada, a critério da autoridade consular.

Art. 4º O imigrante detentor do visto a que se refere o art. 2º deverá registrar-se em uma das unidades da Polícia Federal em até noventa dias após seu ingresso em território nacional.

Parágrafo único. A residência temporária resultante do registro de que trata o caput terá o prazo de dois anos.

Art. 5º O nacional ucraniano, que se encontre em território brasileiro, independentemente da condição migratória em que houver ingressado no Brasil, poderá requerer autorização de residência para acolhida humanitária perante uma das unidades da Polícia Federal.

§ 1º O prazo de residência previsto no caput será de dois anos.

§ 2º O requerimento previsto no caput poderá ser formalizado pelo interessado, por seu representante legal ou por seu procurador constituído.

§ 3º Na hipótese de requerente criança, adolescente, ou qualquer indivíduo relativamente incapaz, o requerimento de autorização de residência poderá ser feito por qualquer dos pais, assim como por representante ou assistente legal, conforme o caso, isoladamente, ou em conjunto.

§ 4º Ainda que o requerimento tenha sido apresentado nos termos dos §§ 2º ou 3º deste artigo, o registro será realizado mediante a identificação civil por dados biográficos e biométricos, com a presença do interessado.

Art. 6º O requerimento de autorização de residência deverá ser formalizado com os seguintes documentos:

I - documento de viagem, ainda que a data de validade esteja expirada;

II - certidão de nascimento ou de casamento, ou certidão consular, desde que não conste a filiação nos documentos mencionados no inciso I; e

III - declaração, sob as penas da lei, de ausência de antecedentes criminais no Brasil e no exterior, nos últimos cinco anos anteriores à data de requerimento de autorização de residência.

§ 1º Em caso de indisponibilidade do sistema de coleta de dados biométricos da Polícia Federal, poderá ser exigida a apresentação de uma foto no formato 3x4.

§ 2º As certidões de nascimento e de casamento mencionadas no inciso II do caput poderão ser aceitas, independentemente de legalização e tradução, desde que acompanhadas por declaração do requerente, sob as penas da lei, a respeito da autenticidade do documento.

§ 3º Caso seja verificado que o imigrante esteja impossibilitado de apresentar o documento previsto no inciso II do caput, conforme o § 2º do art. 68 do Decreto nº 9.199, de 2017, tal documentação poderá ser dispensada, hipótese em que os dados de filiação serão autodeclarados pelo requerente, sob as penas da lei.

§ 4º Quando se tratar de imigrante menor de dezoito anos, que esteja desacompanhado ou separado de seu responsável legal, o requerimento deverá observar os termos do art. 12 da Resolução Conjunta nº 1, de 9 de agosto de 2017, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - Conanda, do Comitê Nacional para os Refugiados - Conare, do Conselho Nacional de Imigração - CNIg, e da Defensoria Pública da União - DPU.

Art. 7º Apresentados e avaliados os documentos mencionados no art. 6º, será realizado o registro e processada a emissão da Carteira de Registro Nacional Migratório - CRNM.

§ 1º Na hipótese de necessidade de retificação ou de complementação dos documentos apresentados, a Polícia Federal notificará o imigrante para fazê-lo no prazo de trinta dias.

§ 2º Decorrido o prazo sem que o imigrante se manifeste, ou caso a documentação esteja incompleta, o processo de avaliação de seu requerimento será extinto, sem prejuízo da utilização, em novo processo, dos documentos que foram inicialmente apresentados e que ainda permaneçam válidos.

§ 3º Indeferido o requerimento, aplica-se o disposto no art. 134 do Decreto nº 9.199, de 2017.

Art. 8º O imigrante poderá requerer, em uma das unidades da Polícia Federal, no período de noventa dias anteriores à expiração do prazo de dois anos previstos nos arts. 4º e 5º desta Portaria, autorização de residência com prazo de validade indeterminado, desde que:

I - não tenha se ausentado do Brasil por período superior a noventa dias a cada ano migratório;

II - tenha entrado e saído do território nacional exclusivamente pelo controle migratório brasileiro;

III - não apresente registros criminais no Brasil e no exterior; e

IV - comprove meios de subsistência.

§ 1º O requisito previsto no inciso III do caput será demonstrado por autodeclaração e certidões de antecedentes criminais ou documento equivalente, emitido pela autoridade judicial competente da localidade onde tenha residido durante a residência temporária.

§ 2º Para atendimento do requisito previsto no inciso IV do caput, serão aceitos quaisquer dos seguintes documentos, sem prejuízo de outros que possam cumprir idêntica função probatória:

I - contrato de trabalho em vigor ou Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS com anotação do vínculo vigente;

II - contrato de prestação de serviços;

III - demonstrativo de vencimentos, em meio impresso;

IV - comprovante de recebimento de aposentadoria;

V - contrato social de empresa ou de sociedade simples em funcionamento, no qual o imigrante figure como sócio ou responsável individual;

VI - documento válido de registro ativo em Conselho Profissional no Brasil;

VII - carteira de registro profissional ou equivalente;

VIII - comprovante de registro como microempreendedor individual;

IX - declaração comprobatória de percepção de rendimentos;

X - declaração de ajuste anual para fins de imposto de renda;

XI - inscrição como autônomo nos cadastros dos órgãos competentes;

XII - comprovante de investimentos financeiros ou de posse de bens ou direitos suficientes à manutenção própria e da família;

XIII - declaração, sob as penas da lei, de que possui meios de vida lícitos e suficientes que permitam a subsistência do interessado e de sua família no País; ou

XIV - declaração, sob as penas da lei, de dependência econômica nos casos dos dependentes legais, hipótese em que também deverá ser juntado comprovante de subsistência do responsável.

§ 3º São considerados dependentes econômicos, para fins do disposto no inciso XIV do § 2º:

I - descendentes menores de dezoito anos, ou de qualquer idade, quando comprovada a incapacidade de prover o próprio sustento;

II - ascendentes, quando comprovada a incapacidade de prover o próprio sustento;

III - irmão, menor de dezoito anos ou de qualquer idade, quando comprovada a incapacidade de prover o próprio sustento;

IV - cônjuge ou companheiro ou companheira, em união estável;

V - enteado ou menor de dezoito anos sob guarda; e

VI - que estejam sob tutela.

§ 4º Os dependentes a que se referem os incisos I, III e V do § 3º, se comprovadamente estudantes, serão assim considerados até o ano calendário em que completarem vinte e quatro anos.

§ 5º Aplica-se o disposto neste artigo ao imigrante que, até a data de entrada em vigor desta Portaria, tenha sido beneficiado pela autorização de residência temporária para fins de acolhida humanitária para nacionais ucranianos que tenham sido afetados ou deslocados pela situação de conflito armado na Ucrânia.

Art. 9º A obtenção da autorização de residência prevista nesta Portaria implica:

I - a desistência da solicitação de reconhecimento da condição de refugiado; ou

II - a renúncia à condição de refugiado, nos termos do inciso I do art. 39 da Lei nº 9.474, de 22 de julho de 1997.

Art. 10. Ao imigrante beneficiado por esta Portaria fica garantido o livre exercício de atividade laboral no Brasil, nos termos da legislação vigente.

Art. 11. Aplica-se ao imigrante beneficiado por esta Portaria a isenção de taxas, de emolumentos e de multas para obtenção de visto, registro e autorização de residência, nos termos do § 4º do art. 312 do Decreto nº 9.199, de 2017.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no caput, poderão ser cobrados valores pela prestação de serviços pré-consulares por terceiros contratados pelo governo brasileiro para realizar tal atividade.

§ 2º A isenção tratada no caput estende-se aos chamados pelos beneficiados por esta Portaria para fins de reunião familiar.

Art. 12. Considera-se cessado o fundamento que embasou a acolhida humanitária prevista nesta Portaria na hipótese de o imigrante sair do Brasil com ânimo definitivo, ou o faça fora dos pontos de controle migratório, desde que comprovado por meio de informações que demonstrem ter ele realizado tentativa de residir em outro país.

Art. 13. Constatada, a qualquer tempo, a omissão de informação relevante ou declaração falsa no procedimento desta Portaria, será instaurado processo de cancelamento da autorização de residência, conforme previsto no art. 136 do Decreto nº 9.199, de 2017, sem prejuízo de outras medidas legais de responsabilização civil e penal cabíveis.

Parágrafo único. Durante a instrução do processo, poderão ser realizadas diligências para verificação de:

I - dados necessários à decisão do processo;

II - validade de documento perante o respectivo órgão emissor;

III - divergência nas informações ou nos documentos apresentados; e

IV - indícios de falsidade documental ou ideológica.

Art. 14. Aplica-se o art. 29 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, na instrução dos pedidos de que trata esta Portaria.

Art. 15. Revoga-se a Portaria Interministerial MJSP/MRE nº 28, de 3 de março de 2022.

Art. 16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANDERSON GUSTAVO TORRES
Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

ARQUIVO NACIONAL

PORTARIA AN Nº 68, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Aprovar, por prazo indeterminado, o Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

O DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Artigo 22, do Regimento Interno do Arquivo Nacional, aprovado pela Portaria nº 2.433 do Ministério de Justiça, de 24 de outubro de 2011, e considerando a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, o Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003 e o Decreto Nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, e o que consta do processo 08227.000658/2019-97, resolve:

Art. 1º Aprovar, por prazo indeterminado, a partir da data de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, que integram o Processo nº 08227.000658/2019-97, do Arquivo Nacional.

Parágrafo único. A Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL cumpriu as exigências necessárias para ter seus instrumentos de gestão de documentos aprovados por prazo indeterminado, uma vez que encaminhou ao Arquivo Nacional relatório circunstanciado apresentando uma análise do impacto de sua utilização e os resultados de sua aplicação.

Art. 2° Caberá a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL avaliar, a qualquer momento, se o Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim, deverão ser revistos, sendo obrigatório encaminhar a proposta de alteração e/ou complementação para análise e aprovação pelo Arquivo Nacional.

Art. 3º Os referidos instrumentos de gestão de documentos encontram-se disponíveis para consulta no sítio eletrônico do Arquivo Nacional: www.arquivonacional.gov.br.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Nº 3 do Arquivo Nacional, de 02 de janeiro de 2020, que aprovou pelo prazo de vinte e quatro meses os referidos instrumentos de gestão de documentos da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

Art. 5 º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO BORDA D'ÁGUA DE ALMEIDA BRAGA

PORTARIA AN Nº 67, DE 11 DE AGOSTO DE 2022

Aprovar, por prazo indeterminado, o Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim do Banco do Nordeste do Brasil - BNB.

O DIRETOR-GERAL DO ARQUIVO NACIONAL, no uso de suas atribuições e com fundamento no Artigo 22, do Regimento Interno do Arquivo Nacional, aprovado pela Portaria nº 2.433 do Ministério de Justiça, de 24 de outubro de 2011, e considerando a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, o Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, o Decreto nº 4.915, de 12 de dezembro de 2003 e o Decreto Nº 10.148, de 2 de dezembro de 2019, e o que consta do processo nº 08060.000319/2015-27, resolve:

Art. 1º Aprovar, por prazo indeterminado, a partir da data de publicação desta Portaria no Diário Oficial da União, o Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim do Banco do Nordeste do Brasil, que integram o Processo nº 08060.000319/2015-27, do Arquivo Nacional.

Parágrafo único. O Banco do Nordeste do Brasil cumpriu as exigências necessárias para ter seus instrumentos de gestão de documentos aprovados por prazo indeterminado, uma vez que encaminhou ao Arquivo Nacional relatório circunstanciado apresentando uma análise do impacto de sua utilização e os resultados de sua aplicação.

Art. 2° Caberá ao Banco do Nordeste do Brasil avaliar, a qualquer momento, se o Código de Classificação de Documentos e a Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo relativos às atividades-fim, deverão ser revistos, sendo obrigatório encaminhar a proposta de alteração e/ou complementação para análise e aprovação pelo Arquivo Nacional.

Art. 3º Os referidos instrumentos de gestão de documentos encontram-se disponíveis para consulta no sítio eletrônico do Arquivo Nacional: www.arquivonacional.gov.br.

Art. 4º Fica revogada a Portaria Nº 259 do Arquivo Nacional, de 16 de agosto de 2019, que aprovou pelo prazo de vinte e quatro meses os referidos instrumentos de gestão de documentos do Banco do Nordeste do Brasil.

Art. 5 º Esta Portaria entra em vigor na data de publicação no Diário Oficial da União.

RICARDO BORDA D'ÁGUA DE ALMEIDA BRAGA

POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 5.352, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/54544 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SERVNAC SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 12.285.169/0005-48, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2015/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.353, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/56196 - DELESP/DREX/SR/PF/TO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONFEDERAL VIGILANCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 31.546.484/0005-26, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em Tocantins, com Certificado de Segurança nº 2025/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.354, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/58155 - DPF/JVE/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa ESAF ESCOLA DE SEGURANÇA, APERFEIÇOAMENTO E FORMAÇÃO LTDA, CNPJ nº 14.385.097/0001-02, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10000 (dez mil) Munições calibre .380
5000 (cinco mil) Munições calibre 12
20000 (vinte mil) Munições calibre 38
20000 (vinte mil) Espoletas calibre 38
20000 (vinte mil) Estojos calibre 38
5960 (cinco mil e novecentos e sessenta) Gramas de pólvora
20000 (vinte mil) Projéteis calibre 38
10000 (dez mil) Espoletas calibre .380
10000 (dez mil) Estojos calibre .380
10000 (dez mil) Projéteis calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.355, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/58178 - DELESP/DREX/SR/PF/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CENTRO DE ENSINO EM SEGURANÇA OPORTUNIDADE SEG LTDA, CNPJ nº 10.754.054/0001-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Rio de Janeiro, com Certificado de Segurança nº 2030/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.356, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/58946 - DELESP/DREX/SR/PF/AC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ESTAÇÃO VIP VIGILÂNCIA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA, CNPJ nº 09.228.233/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Transporte de Valores, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Acre, com Certificado de Segurança nº 1991/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.357, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/59011 - DPF/CAS/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CGTECH SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 37.584.069/0001-10, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 1950/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.358, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/60298 - DPF/CXS/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SULTEXTIL SA IND DE TECIDOS, CNPJ nº 91.409.698/0001-59 para atuar no Rio Grande do Sul.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.359, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/60516 - DELESP/DREX/SR/PF/MS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GENIAL SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 35.202.071/0001-51, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Escolta Armada, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 2046/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.360, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/60812 - DELESP/DREX/SR/PF/AC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AMAZONGAS DISTRIBUIDORA DE GLP LTDA, CNPJ nº 04.957.650/0010-71 para atuar no Acre.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.361, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/61098 - DELESP/DREX/SR/PF/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa POJUCA S.A, CNPJ nº 13.250.998/0001-24 para atuar na Bahia.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.362, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/61261 - DPF/CXS/RS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SHOPPING CENTER BENTO GONÇALVES, CNPJ nº 04.400.814/0001-74 para atuar no Rio Grande do Sul, com Certificado de Segurança nº 1979/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.363, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/62415 - DPF/SJK/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO COLONIAL VALE DO SOL, CNPJ nº 51.616.589/0001-98 para atuar em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.364, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/62655 - DPF/BRU/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa KOLUNNA SECURITY VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 37.895.665/0001-10, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

162 (cento e sessenta e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.365, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/62840 - DPF/CAS/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CARRANTOS SEGURANÇA E VIGILÂNCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 08.602.699/0001-71, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 2048/2022, expedido pelo DREX/SR/PF.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.366, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/63074 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa INFRASEG SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 21.339.076/0001-16, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente PRIME WORK SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.018.716/0002-10:

9 (nove) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente PRIME WORK SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.018.716/0002-10:

162 (cento e sessenta e duas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.367, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/63411 - DPF/LGE/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa GLADIUS - CENTRO DE TREINAMENTO DE SEGURANÇA PRIVADA LTDA - EPP, CNPJ nº 27.307.184/0002-74, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Carabina calibre 38
5 (cinco) Espingardas calibre 12
5 (cinco) Pistolas calibre .380
10 (dez) Revólveres calibre 38
4920 (quatro mil e novecentas e vinte) Munições calibre .380
1000 (uma mil) Munições calibre 12
24640 (vinte e quatro mil e seiscentas e quarenta) Munições calibre 38
37000 (trinta e sete mil) Espoletas calibre 38
10000 (dez mil) Estojos calibre 38
21307 (vinte e um mil e trezentos e sete) Gramas de pólvora
37000 (trinta e sete mil) Projéteis calibre 38
5700 (cinco mil e setecentas) Espoletas calibre .380
5700 (cinco mil e setecentos) Estojos calibre .380
5700 (cinco mil e setecentos) Projéteis calibre .380
5120 (cinco mil e cento e vinte) Buchas calibre 12
163 (cento e sessenta e três) Quilos de chumbo calibre 12
5120 (cinco mil e cento e vinte) Espoletas calibre 12
1000 (um mil) Estojos calibre 12

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380, 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.368, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/63750 - DPF/ANS/GO, resolve: CONCEDER autorização à empresa PRÓCER VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 39.694.408/0001-46, sediada em Goiás, para adquirir:

Da empresa cedente INFORTE SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 19.063.883/0001-07:

4 (quatro) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente INFORTE SEGURANÇA PRIVADA LTDA - ME, CNPJ nº 19.063.883/0001-07:

50 (cinquenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.369, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/64069 - DELESP/DREX/SR/PF/SC, resolve: CONCEDER autorização à empresa LOJAS COLOMBO S.A COMERCIO DE UTILIDADES DOMESTICAS, CNPJ nº 89.848.543/0284-20, sediada em Santa Catarina, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

2 (dois) Revólveres calibre 38
24 (vinte e quatro) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.370, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/64469 - DELESP/DREX/SR/PF/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa ESSENCIAL SISTEMA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 05.457.677/0008-43, sediada no Paraná, para adquirir:

Da empresa cedente GP - GUARDA PATRIMONIAL DE SÃO PAULO LTDA, CNPJ nº 50.087.022/0001-09:

6 (seis) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente COMANDO SEGURANÇA ESPECIAL EIRELI, CNPJ nº 55.680.094/0001-89:

24 (vinte e quatro) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente GRABER SISTEMAS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 87.169.900/0001-45:

40 (quarenta) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1260 (uma mil e duzentas e sessenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.371, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/64582 - DELESP/DREX/SR/PF/PE, resolve: CONCEDER autorização à empresa OBJETIVO CURSO DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 24.070.476/0001-67, sediada em Pernambuco, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

30000 (trinta mil) Espoletas calibre 38
8000 (oito mil) Gramas de pólvora
30000 (trinta mil) Projéteis calibre 38
500 (quinhentas) Buchas calibre 12
4 (quatro) Quilos de chumbo calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.372, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/65002 - DELESP/DREX/SR/PF/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE TREINAMENTO CENTURIUM LTDA, CNPJ nº 09.504.385/0001-07, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

25000 (vinte e cinco mil) Espoletas calibre 38
20247 (vinte mil e duzentos e quarenta e sete) Gramas de pólvora
13930 (treze mil e novecentas e trinta) Espoletas calibre .380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.373, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/65489 - DELESP/DREX/SR/PF/SP, resolve: CONCEDER autorização, à empresa AZUL RC VIGILANCIA E SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 22.899.664/0001-77, para exercer a(s) atividade(s) de Segurança Pessoal em São Paulo.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.374, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/65520 - DELESP/DREX/SR/PF/TO, resolve: CONCEDER autorização à empresa 4R SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 41.817.755/0001-60, sediada em Tocantins, para adquirir:

Da empresa cedente CANTÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.966.650/0003-62:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Da empresa cedente CANTÃO VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 14.966.650/0003-62:

120 (cento e vinte) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

ALVARÁ Nº 5.375, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O(A) COORDENADOR(A)-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2022/65567 - DPF/JTI/GO, resolve: CONCEDER autorização à empresa GLÁDIO SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 22.987.367/0001-83, sediada em Goiás, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

6 (seis) Revólveres calibre 38

100 (cem) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

RODRIGO DE LUCCA JARDIM

INSTRUÇÃO NORMATIVA DG/PF Nº 233, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Disciplina os procedimentos para o cadastramento e a vistoria de empresas que atuam no transporte internacional de cargas e/ou passageiros e institui a Comissão Permanente de Cadastramento e Vistoria nas Superintendências Regionais e Delegacias descentralizadas da Polícia Federal.

O DIRETOR-GERAL DA POLÍCIA FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o inciso V do art. 36 do Regimento Interno da Polícia Federal, aprovado pela Portaria nº 155, de 27 de setembro de 2018, do Ministro de Estado da Justiça e Segurança Pública, publicada na seção 1 do Diário Oficial da União nº 200, de 17 de outubro de 2018; e tendo em vista o disposto no inciso III do § 1º do art. 144 da Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988; e na Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997, regulamentada pelo Decreto nº 2.381, de 12 de novembro de 1997; resolve:

Art. 1º Disciplinar os procedimentos administrativos necessários para o cadastramento e a vistoria de empresas que atuam no transporte internacional de cargas e/ou de passageiros.

CAPÍTULO I

DO CADASTRAMENTO DE EMPRESA DE TRANSPORTE INTERNACIONAL

Seção I

Dos Requisitos para o Cadastramento

Art. 2º Os dados para o cadastramento, o recadastramento e a atualização de informações da sede da empresa de transporte internacional junto à Polícia Federal serão apresentados mediante o preenchimento de formulário próprio a ser disponibilizado no sítio oficial da Polícia Federal na internet.

Parágrafo único. O formulário preenchido será direcionado à Comissão Permanente de Cadastramento e Vistoria da Superintendência Regional ou da Delegacia descentralizada da Unidade da Federação responsável pela circunscrição onde está localizada a sede da empresa de transporte internacional requerente.

Art. 3º São documentos que devem ser apresentados pela empresa de transporte internacional requerente:

I - formulário de requerimento de cadastramento ou de recadastramento devidamente preenchido;

II - comprovante de inscrição e de situação cadastral junto ao Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, emitido pela Receita Federal do Brasil;

III - comprovante de inscrição e de situação cadastral do(s) representante(s) legal(is) da empresa junto ao cadastro nacional de pessoa física, emitido pela Receita Federal do Brasil;

IV - alvará de funcionamento válido emitido pela prefeitura municipal, ou documento análogo;

V - comprovante de recolhimento da taxa de cadastramento e vistoria de empresa de transporte internacional terrestre, aérea ou marítima;

VI - declaração assinada por representante legal da empresa informando o(s) país(es) ao(s) qual(is) é(são) efetuado(s) o transporte internacional de pessoas, de cargas ou de ambos;

VII - número de inscrição no Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Carga - RNTRC para as empresas que efetuam o transporte internacional terrestre de cargas, com sede no país;

VIII - certificado de operador aéreo válido, emitido pela autoridade de aviação competente, para as empresas que efetuam o transporte aéreo internacional de pessoas, de cargas ou de ambos; e

IX - autorização para prestação de serviço de navegação de longo curso para as empresas de transporte marítimo com sede no país.

Seção II

Da Vistoria nas Empresas

Art. 4º Após a análise do formulário de requerimento de cadastramento ou de recadastramento e dos documentos apresentados, não havendo pendências a serem sanadas, será determinada a realização de vistoria na empresa requerente.

Art. 5º O propósito da vistoria é verificar se a sede da empresa de transporte encontra-se em funcionamento regular no endereço brasileiro informado, formalizando-se o resultado da diligência por meio de informação, de acordo com modelo próprio.

Art. 6º A vistoria presencial será obrigatória nos seguintes casos:

I - no primeiro cadastramento da empresa no Sistema Nacional de Cadastro e Controle de Transporte Internacional - SINACTI2;

II - quando houver alteração de endereço da empresa no processo de renovação; e

III - quando for julgado conveniente para esclarecimento de qualquer dúvida quanto aos dados apresentados.

Art. 7º A vistoria não presencial será realizada quando for possível, por meios diversos, constatar a regularidade do funcionamento da empresa no endereço brasileiro declarado.

Seção III

Da Análise dos Documentos

Art. 8º Após realizada a vistoria da empresa, os resultados obtidos deverão ser analisados e confrontados com os dados constantes do requerimento inicial.

Parágrafo único. Não havendo qualquer impropriedade, deverá ser:

I - elaborado parecer favorável ao cadastramento ou ao recadastramento; e

II - autorizada a emissão do respectivo Certificado de Cadastramento e Vistoria - CCV.

Art. 9º Havendo qualquer circunstância que demonstre que a sede da empresa requerente não se encontra ativa no endereço previamente informado, ou se não opera mais no transporte internacional de pessoas, de cargas ou de ambos, será elaborado parecer desfavorável, notificando-se a empresa interessada dessa decisão.

§ 1º A empresa poderá recorrer no prazo de dez dias úteis, a contar da notificação recebida.

§ 2º O recurso interposto terá efeito suspensivo, e será dirigido ao chefe da Delegacia de Polícia de Imigração da Superintendência Regional - DELEMIG ou ao chefe da Delegacia descentralizada responsável pela circunscrição onde está localizada a empresa recorrente, para apreciação e decisão.

§ 3º Deferido o recurso apresentado, deverá ser efetuado o cadastramento ou o recadastramento requerido, autorizando-se a emissão do respectivo CCV.

§ 4º Não sendo apresentado recurso no prazo estipulado, ou sendo ele indeferido, deverá ser expedida comunicação por ofício à respectiva agência reguladora do modal operado, bem como à empresa interessada, comunicando sua situação irregular perante a Polícia Federal.

CAPÍTULO II

DAS COMISSÕES PERMANENTES DE CADASTRAMENTO E VISTORIA

Seção I

Da Composição das Comissões

Art. 10. Será criada uma Comissão Permanente de Cadastramento e Vistoria em cada Superintendência Regional e Delegacia descentralizada para a execução das atividades constantes nesta Instrução Normativa.

§ 1º Cada comissão será composta por três servidores da Polícia Federal, com a designação formal de seu presidente.

§ 2º As designações dos membros da Comissão Permanente de Cadastramento e Vistoria de cada Superintendência Regional e Delegacias descentralizadas serão feitas por meio de portaria, publicada em Aditamento Semanal - AS.

Seção II

Da Competência das Comissões

Art. 11. Compete às Comissões Permanentes de Cadastramento e Vistoria:

I - receber, processar e analisar a documentação indicada no art. 3º desta Instrução Normativa;

II - atualizar os dados diretamente no SINACTI2, quando necessário;

III - prestar informações relativas ao cadastramento e à vistoria de empresas de transporte internacional;

IV - elaborar parecer, opinando quanto ao deferimento de cadastramento, com despacho decisório do presidente da Comissão;

V - encaminhar ao chefe da Delegacia de Polícia de Imigração da Superintendência Regional ou ao chefe da Delegacia descentralizada o recurso de despacho denegatório de requerimento de cadastramento ou de recadastramento, para análise e decisão;

VI - elaborar relatório de vistoria;

VII - providenciar a expedição do respectivo CCV para assinatura do superintendente regional da Polícia Federal; e

VIII - efetuar a entrega de CCV aos representantes legais das empresas, pessoalmente ou por meio eletrônico.

CAPÍTULO III

DO CERTIFICADO DE CADASTRAMENTO E VISTORIA

Art. 12. O CCV tem as seguintes características:

I - tem validade de um ano;

II - é emitido pela Polícia Federal, pela Comissão Permanente de Cadastramento e Vistoria, para as empresas que realizam o transporte internacional de cargas e de passageiros, desde que atendam a todos os requisitos desta Instrução Normativa;

III - é assinado pelo superintendente regional; e

IV - é entregue aos representantes legais das empresas requerentes, pessoalmente ou por meio eletrônico.

Art. 13. A empresa deverá requerer anualmente a renovação do Cadastramento e Vistoria na unidade da Polícia Federal mais próxima de seu endereço, apresentando a documentação prevista no art. 3º desta Instrução Normativa, até trinta dias antes do vencimento de seu CCV anterior.

Parágrafo único. No caso de a empresa ter requerido a renovação dentro do prazo de validade do CCV vigente, este terá sua validade estendida até decisão da Comissão Permanente de Cadastramento e Vistoria.

Art. 14. Na hipótese de solicitação de cadastramento ou de recadastramento fora do prazo regulamentar, deverá ser exigido da empresa requerente o pagamento de multa de valor equivalente a 100% (cem por cento) do valor correspondente à taxa de cadastramento e vistoria, nos termos do art. 4º da Lei Complementar nº 89, de 18 de fevereiro de 1997.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 15. O SINACTI2, gerenciado pela Divisão de Controle de Imigração e Segurança Aeroportuária - DCIM/CGPI/DIREX/PF, será utilizado no gerenciamento dos dados das empresas cadastradas.

Art. 16. Os casos omissos serão resolvidos pelo coordenador-geral de Polícia de Imigração.

Art. 17. Revogar a Instrução Normativa nº 10-DG/DPF, de 27 de junho de 2001, publicada no Diário Oficial da União nº 126, de 2 de julho de 2001, seção 1, transcrita no Boletim de Serviço nº 128, de 6 de julho de 2001.

Art. 18. Esta Instrução Normativa entra em vigor em 1º de outubro de 2022.

MÁRCIO NUNES DE OLIVEIRA

SECRETARIA NACIONAL DO CONSUMIDOR

DEPARTAMENTO DE PROTEÇÃO E DE DEFESA DO CONSUMIDOR

DESPACHO Nº 2.232/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 08012.000886/2022-88 REPRESENTANTE: DPDC EX OFFICIO Representadas: PREFEITURA MUNICIPAL DE AMÉRICO DE CAMPOS (45.160.173/0001-05), PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMAPOLIS (45.786.159/0001-11), SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE RIO DAS PEDRAS (45.771.474/0001-75), SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE BRUSQUE (82.985.003/0001-96), SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARIAIVA (75.658.435/0001-27), SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE ORLEANS (82.559.154/0001-82), SERVIÇO AUTONOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SAUDADES (13.019.629/0001-25), SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE GARÇA (48.211.262/0001-21), e SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTOS DE SOROCABA (71.480.560/0001-39).Em aditamento ao DESPACHO Nº 2170/2022/GAB-DPDC/DPDC/SENACON (19219119) e à NOTA TÉCNICA Nº 6/2022/GAB-DPDC/DPDC/SENACON/MJ (19219103), e considerando-se os fundamentos e resultados analisados pelo LAUDO PERICIAL Nº 2.434/2022-INC/DITEC/PF (19218693), o qual evidencia que as empresas ora representadas também apresentaram resultados de substâncias químicas nocivas à saúde em valor acima do máximo permitido (VMP) na água, sendo que, com exceção da SAAE DE JAGUARIAIVA (75.658.435/0001-27), que restou enquadrada dentre as empresas com "Nível de Alerta 2", todas as demais indicadas neste Despacho encontram-se enquadradas na categoria denominada pelo Instituto Nacional de Criminalística como "Nível de Alerta 1", determino a inclusão destas no presente procedimento. Assim, ante os indícios de infração aos ditames da legislação consumerista, por violação aos artigos 4º, caput, incisos I e III; 6º, incisos III e IV, 8º, 9º e 10, que asseguram os direitos básicos do consumidor; artigo 18, caput; artigo 31; artigo 39, inciso VIII; bem como artigo 66, todos do Código de Defesa do Consumidor, determino, com fulcro nos artigos 56 do CDC, 18 do Decreto nº 2.181, de 20 de março de 1997, e 3º da Portaria nº 07/2016 deste Ministério da Justiça, a instauração de processo administrativo em face das empresas ora representadas, notificando-as para, no prazo de 20 (vinte) dias, apresentarem defesa e especificarem as provas que pretendem produzir, consoante o disposto nos artigos 40, inciso V, e 42 do Decreto n.º 2.181, de 20 de março de 1997, advertindo-se de que o não cumprimento do solicitado implicará as consequências legais pertinentes. Consigna-se, desde já, que, na hipótese de a representada possuir plano de ação para adequação dos serviços, ou interesse no ajustamento da conduta, poderá manifestar o interesse na celebração de eventual Termo de Ajustamento de Conduta perante a Secretaria Nacional do Consumidor, no prazo de defesa. À CGCTSA, para que expeça as notificações, bem como desmembre os procedimentos para cada empresa representada. Publique-se a presente decisão no Diário Oficial da União.

LAURA POSTAL TIRELLI

Diretora

CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS

ATA DA 253ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CFDD REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2022

Aos vinte e cinco dias do mês de agosto de 2022, às 09h49, reuniu-se, virtualmente, o CONSELHO FEDERAL GESTOR DO FUNDO DE DEFESA DE DIREITOS DIFUSOS (CFDD). ESTIVERAM PRESENTES, sob a Presidência do Sr. PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA, os Conselheiros: Sr. FREDERICO FERNANDES MOESCH e Sra. LIVIA MARIA PINHEIRO DE ANDRADE, representantes titular e suplente, respectivamente, do Ministério da Economia - ME; Sr. ANTONIO MORIMOTO JÚNIOR, representante titular do Ministério Público Federal - MPF; Sr. THIAGO MOREIRA DOS SANTOS e Sr. PEDRO MACHADO MASTROBUONO, representante titular e suplente, respectivamente, do Ministério do Turismo - MTur; Sra. ANA MARIA MOREIRA MARCHESAN, representante titular do Instituto O Direito por Um Planeta Verde - IDPV; Sr. JOÃO PAULO SOTERO DE VASCONCELOS, representante titular do Ministério do Meio Ambiente - MMA; Sra. LILIAN FERNANDES DA CUNHA, representante titular do Ministério da Saúde - MS; e Sr. VITOR HUGO DO AMARAL FERREIRA, representante titular do Instituto Brasileiro de Política e Direito do Consumidor - Brasilcon. Ausentes justificadamente os Conselheiros: Sra. Lenisa Rodrigues Prado e Sr. Guilherme Mendes Resende, representantes titular e suplente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE; Sr. Claudio Pires Ferreira e Sr. Edvaldo da Costa Silva, representantes titular e suplente do Fórum Nacional das Entidades Civis de Defesa do Consumidor - FNECDC. Estavam presentes o Secretário-Executivo substituto do CFDD, Sr. ANDERSON ALVES GARCIA; o Diretor do Departamento de Projetos e de Políticas de Direitos Coletivos e Difusos - DPPDD, Sr. FRANCISVAL DIAS MENDES; a Coordenadora-Geral de Projetos, Formalização e Fiscalização do DPPDD, Sra. ANDREA KARENINA ISACKSSON D'ALBUQUERQUE; o Coordenador de Fiscalização do DPPDD, Sr. EDUARDO CRUZ ROCHA; o Coordenador de Políticas de Meio Ambiente e Patrimônio Histórico do DPPDD, Sr. EUGENIO DA COSTA ARSKY; o Coordenador de Análise do DPPDD, Sr. FÁBIO EDUARDO ARRUDA; a Chefe de Divisão de Políticas de Outros Direitos Difusos, Sra. ANDREA LAMPERT COSTA DE SIQUEIRA; a Chefe de Divisão de Análise do DPPDD, Sra. FABIANE VEIGA AZZI DE OLIVEIRA; o Chefe de Divisão de Patrimônio Histórico e Meio Ambiente do DPPDD, Sr. RAUL DA SILVA SALES; e a Agente Administrativa do DPPDD, Sra. GESSI DE CARVALHO COSTA. Item 1º - Apresentação de Conselheiros: O Presidente, saudando a todos os Conselheiros, apresentou o novo Conselheiro, Sr. Frederico Fernandes Moesch, representante titular do Ministério da Economia - ME, bem como informou sobre a recondução da Conselheira suplente Sra. Livia Maria Pinheiro de Andrade, também representante do ME; registrando a convicção de que o novo Conselheiro agregará valores aos trabalhos do Colegiado. Na sequência, informou sobre a vacância do cargo de Vice-Presidente do CFDD, tendo em vista o desligamento do Sr. Marcus Vinícius Fernandes Andrade da Silva da Secretaria Nacional do Consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Senacon/MJSP, deixando para próxima reunião a apresentação de novo nome para assumir a Vice-Presidência. Item 2º - Cientificação da Ata: Foi dada ciência aos Conselheiros da publicação no Diário Oficial da União de 05 de agosto de 2022, Seção 1, p. 44-45, da Ata da 252ª Reunião Ordinária do CFDD, já aprovada, por unanimidade, por meio de troca de mensagens eletrônicas. Item 3º - Início de instrução para contratação de Mandatária da União: Subitem 3.1 - Autorização inicial para contratação de Mandatária da União para gestão operacional de Contratos de Repasse: O Presidente apresentou a necessidade de autorização do Conselho para a contratação de Mandatária da União para gestão dos Contratos de Repasse a serem eventualmente aprovados pelo CFDD. Esclareceu que se trata de procedimento necessário para fomentar projetos que envolvam obras de engenharia, por meio de transferências voluntárias a estados ou municípios. Informou o Presidente que o contrato atual, celebrado com a Caixa Econômica Federal, findará em 13 dezembro do presente ano. A partir da autorização do CFDD, a equipe técnica responsável modelará os artefatos necessários à contratação e, ultrapassada esta fase, a matéria retornará ao Conselho para apreciação. Decisão: Aprovado, por unanimidade, o início do procedimento para contratação. Item 4º - Ajustes em Projeto Aprovado - TED: Subitem 4.1 - Processo n. 08000.012766/2019-67 - TED n. 16/2019 - Termo Aditivo ao Termo de Execução Descentralizada FDD n. 16/2019 (Siafi nº 697708). Projeto: Restauração e implantação da Biblioteca Anísio Teixeira. Objeto: Restauração e implantação da Biblioteca Anísio Teixeira, no município de Salvador, Bahia. Relatora: Conselheira Ana Maria Moreira Marchesan, representante do Instituto O Direito Por Um Planeta Verde. Decisão: Ajuste de Plano de Trabalho aprovado, por unanimidade, nos termos do voto da Conselheira Relatora. Item 5º - Assuntos Gerais: Subitem 5.1 - Orientações sobre diárias e passagens para participação em reuniões do CFDD - O Presidente informou que as próximas reuniões do CFDD poderão ser realizadas de forma híbrida, ou seja, de forma presencial e virtual. A palavra foi concedida ao Secretário-Executivo substituto do CFDD, o qual informou que os Conselheiros domiciliados fora de Brasília poderão requerer a concessão de diárias e passagens, caso tenham interesse em participar presencialmente das reuniões do CFDD, nas dependências do MJSP; ponderou sobre os procedimentos administrativos necessários a viabilizar o comparecimento, relacionados ao atendimento da Portaria MJSP nº 1.477/2020, que aprova a regulamentação dos procedimentos para a solicitação, a autorização, o pagamento e a prestação de contas referente à concessão de diárias e passagens nas viagens a serviço no âmbito do MJSP. Esclareceu que as solicitações dos Conselheiros deverão ser realizadas com, pelo menos, trinta dias de antecedência, formalmente por e-mail, com a apresentação das sugestões de voos; que diárias e passagens serão concedidas exclusivamente para participação nas reuniões do Conselho, no quantitativo máximo de duas diárias e meia, compreendendo o dia que antecede a reunião e meia diária para o dia posterior à reunião, caso não haja possibilidade de retorno na mesma data da reunião; que obtida autorização e pagamento das diárias, o Conselheiro deverá apresentar, em cinco dias úteis, os comprovantes de embarque à Secretaria-Executiva do CFDD, para que se proceda à prestação de contas. Por fim, o Presidente esclareceu que os projetos patrocinados pelo CFDD estão fluindo, apesar do cenário de limitação orçamentária; informou que a área técnica está trabalhando em uma minuta de Edital, para que seja apresentada ao Conselho até o final do exercício, com uma perspectiva realista e aderente à realidade orçamentária do FDD. Item 6º - Data da próxima reunião: Conforme definido na 245ª Reunião Ordinária, a próxima reunião está prevista para 29 de setembro de 2022. A reunião foi encerrada às 10h15; sendo, por mim, Anderson Alves Garcia, Secretário-Executivo substituto do CFDD, lavrada a presente Ata, que será encaminhada aos Conselheiros para apreciação e aprovação eletronicamente.

PAULO DE TARSO CANCELA CAMPOLINA DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO LABORAL

DESPACHOS DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência, constantes dos ofícios ao MRE nº 403/2022 de 24/08/2022, 404/2022 de 24/08/2022, 406/2022 de 25/08/2022, 407/2022 de 25/08/2022, 408/2022 de 26/08/2022 e 409/2022 de 26/08/2022, respectivamente:

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.006222/2022-13 Requerente: LEONARDO FERREIRA ABDULMASSIH Prazo: 1 Ano Imigrante: MOHAMMAD SAMI HAMMAD JAMEA Data Nascimento: 01/04/1990 Passaporte: T1069632 País: JORDÂNIA Mãe: KEFAH ABDELKHALEQ SALEM NAHLEH Pai: SAMI HAMMAD JAMEA.

Processo: 08228.007677/2022-31 Requerente: FLORA FLORESTA DO ARAGUAIA CONSERVAS ALIMENTICIAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: YANIER RODRÍGUEZ DULZAIDES Data Nascimento: 24/04/1992 Passaporte: L135057 País: CUBA Mãe: NORMA DULZAIDES BERNAL Pai: OMAR RODRÍGUEZ SUÁREZ.

Processo: 08228.007809/2022-23 Requerente: X-DRONES VENDAS E MANUTENCAO EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: XUANYU HUA Data Nascimento: 17/08/1971 Passaporte: E89241932 País: CHINA Mãe: QIYING LI Pai: BINGDE HUA.

Processo: 08228.009039/2022-53 Requerente: INVENTA APP LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Miguel-Isaac Salama Abadie Data Nascimento: 22/03/1992 Passaporte: PAK566938 País: ESPANHA Mãe: Anne-Marie Abadie Boussard Pai: Jaime Salama Benoliel.

Processo: 08228.009065/2022-81 Requerente: NSK BRASIL LTDA Prazo: 24 Meses Imigrante: NORIFUMI TAKEDA Data Nascimento: 20/09/1990 Passaporte: TT2205259 País: JAPÃO Mãe: SACHIKO TAKEDA Pai: TOSHIHIKO TAKEDA.

Processo: 08228.009315/2022-83 Requerente: FACEBOOK SERVICOS ONLINE DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: MOHAMMAD USMAN ZIA Data Nascimento: 09/01/1991 Passaporte: 545418774 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Farah Abid Pai: Zia Uddin.

Processo: 08228.009325/2022-19 Requerente: SUMIDENSO DO BRASIL INDUSTRIAS ELETRICAS LTDA Prazo: 24 Meses Imigrante: RYO KOBAYASHI Data Nascimento: 23/06/1988 Passaporte: TT2116324 País: JAPÃO Mãe: MINAKO KOBAYASHI Pai: SHIGEYA KOBAYASHI.

Processo: 08228.009387/2022-21 Requerente: STANDARD & POOR'S RATINGS DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Filix Gomez Carrillo Data Nascimento: 25/02/1986 Passaporte: G13688551 País: MÉXICO Mãe: Julieta Laura Carrillo Uribe Pai: Moises Gomez Guevara.

Processo: 08228.009558/2022-11 Requerente: CMOC BRASIL MINERACAO, INDUSTRIA E PARTICIPACOES LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: LIANG CHANG Data Nascimento: 04/03/1985 Passaporte: EJ1502203 País: CHINA Mãe: Guilan Geng Pai: Zengshou Chang.

Processo: 08228.010171/2022-16 Requerente: BXS TECIDOS LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: YANG ZHAO Data Nascimento: 14/09/1970 Passaporte: E11367594 País: CHINA Mãe: AIZHEN HAN Pai: QUN ZHAO.

Processo: 08228.009820/2022-28 Requerente: FANNY MINI PRESENTES EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: Zhiqiang Huang Data Nascimento: 21/09/1998 Passaporte: EJ5862853 País: CHINA Mãe: Qin Guan Pai: Wenlong Huang.

Processo: 08228.009860/2022-71 Requerente: SMART TECNOLOGIA BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Yuanyuan Zhang Data Nascimento: 08/10/1983 Passaporte: E11975427 País: CHINA Mãe: Aiying Zhang Pai: Zhongyi Zhang.

Processo: 08228.009969/2022-15 Requerente: ASSOCIACAO BRITANICA DE EDUCACAO Prazo: 02 Anos Imigrante: MANJULA BELLAMKONDA Data Nascimento: 29/06/1972 Passaporte: Z3592921 País: ÍNDIA Mãe: SHAKUNTALA PUVVULA Pai: SATYA NARAYANA PUVVULA.

Processo: 08228.010048/2022-97 Requerente: DOW BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS QUIMICOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Andrew Gregory Madsen Data Nascimento: 21/10/1982 Passaporte: 566613883 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Robin Carrie Hackett Pai: Gregory Robert Madsen.

Processo: 08228.010325/2022-61 Requerente: MINISOL MERCADO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: JIAN SHI Data Nascimento: 16/04/1987 Passaporte: EJ5896087 País: CHINA Mãe: XIANGQIN SHI Pai: YOUYI SHI.

Processo: 08228.010335/2022-13 Requerente: C&L COMERCIO DE PRESENTE LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: GUOWEI WANG Data Nascimento: 05/02/1986 Passaporte: E29068682 País: CHINA Mãe: CHENGLAN QIU Pai: CAILING WANG.

Processo: 08228.010442/2022-25 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: ZHEFENG JIN Data Nascimento: 12/07/1978 Passaporte: EJ5246416 País: CHINA Mãe: SHUYING REN Pai: YUDONG JIN.

Processo: 08228.010516/2022-23 Requerente: CARMO ENERGY S.A. Prazo: 02 Anos Imigrante: JAIME CERROLAZA SANZ Data Nascimento: 09/12/1989 Passaporte: PAM210475 País: ESPANHA Mãe: ANA MARIA SANZ HERRERO Pai: JAIME CERROLAZA ARAGON.

Processo: 08228.010543/2022-12 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: ALESSANDRO CAIRATI Data Nascimento: 16/09/1990 Passaporte: YB3297779 País: ITÁLIA Mãe: LOREDANA RANZANI Pai: ALBERTO VIRGINIO CAIRATI.

Processo: 08228.010548/2022-29 Requerente: JIANG HONG Prazo: 2 Anos Imigrante: JUNSHENG ZHENG Data Nascimento: 26/05/1981 Passaporte: EJ3605319 País: CHINA Mãe: GUIZHEN XIANG Pai: HONGGEN ZHENG.

Processo: 08228.010729/2022-55 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Oluwagbenga Banzi Olorunju Data Nascimento: 13/08/1982 Passaporte: 31773222 País: NORUEGA Mãe: PHINDILE ESTHER LUKHELE OLORUNJU Pai: SHADE AJAYI STEVE OLORUNJU.

Processo: 08228.010749/2022-26 Requerente: RESORT MIRAMAR BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: ANGEL SANCHEZ RUBIO Data Nascimento: 29/12/1973 Passaporte: PAA073775 País: ESPANHA Mãe: MARIA JOSEFA RUBIO SANCHEZ Pai: ANGEL JUAN SANCHEZ NIETO.

Processo: 08228.010736/2022-57 Requerente: DANG PENG COMERCIO DE PRESENTES LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Wenkang Wu Data Nascimento: 12/04/1992 Passaporte: E98999073 País: CHINA Mãe: Xiaolan Mo Pai: Pinliang Wu.

Processo: 08228.010809/2022-19 Requerente: COMERCIAL HKANA INDIANA EIRELI Prazo: 02 Anos Imigrante: RUMAL SINGH Data Nascimento: 15/07/1987 Passaporte: m7578809 País: ÍNDIA Mãe: BHAGDEI DEVI Pai: HARI SINGH.

Processo: 08228.010779/2022-32 Requerente: ASSOCIACAO CHINESA DE EDUCACAO Prazo: 02 Anos Imigrante: BAI SHAOFENG Data Nascimento: 10/03/1987 Passaporte: EI 17285350 País: CHINA Mãe: Yueling Wu Pai: Yingfang Bai.

Processo: 08228.010783/2022-17 Requerente: YOOLIFE COMERCIO DE BIJUTERIAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: QINGSHUANG ZHENG Data Nascimento: 18/09/1989 Passaporte: E33362895 País: CHINA Mãe: JUNMING SHE Pai: GUOFU ZHENG.

Processo: 08228.010834/2022-94 Requerente: CHARME AZUL BAR E KARAOKE EIRELI Prazo: 02 Anos Imigrante: KWOK WAI TSOI Data Nascimento: 26/09/1987 Passaporte: K06458174 País: HONG KONG Mãe: Ampa, Lak Pai: Tsoi, Wai Chong.

Processo: 08228.010869/2022-23 Requerente: FCA FIAT CHRYSLER AUTOMOVEIS BRASIL LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: ALESSANDRO TORO Data Nascimento: 06/01/1984 Passaporte: YA5092164 País: ITÁLIA Mãe: CLARA CARDINALE Pai: FRANCESCO TORO.

Processo: 08228.010897/2022-41 Requerente: WOOJU TEX COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO EIRELI Prazo: 2 Anos Imigrante: BO HONG Data Nascimento: 21/09/1986 Passaporte: EE7248893 País: CHINA Mãe: Youmei Hong Pai: Zhaolin Hong.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 2º)

Processo: 08228.008512/2022-85 Requerente: FRAMO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Martin Wold Johnsen Data Nascimento: 14/11/1986 Passaporte: 31811601 País: NORUEGA.

Processo: 08228.008518/2022-52 Requerente: FRAMO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Joachim Mellingen Hamre Data Nascimento: 19/05/1990 Passaporte: CCC340213 País: NORUEGA.

Processo: 08228.008940/2022-16 Requerente: STIHL FERRAMENTAS MOTORIZADAS LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Niklas Joshua Oesterle Data Nascimento: 17/07/1997 Passaporte: C86HKHK8Z País: ALEMANHA.

Processo: 08228.009955/2022-93 Requerente: TRANSOCEAN BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Scott Donald Data Nascimento: 20/07/1996 Passaporte: 527980968 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.009964/2022-84 Requerente: TT STEEL DO BRASIL INDUSTRIA METALURGICA LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: TADAKATSU SUETAKE Data Nascimento: 27/05/1963 Passaporte: TT1379366 País: JAPÃO.

Processo: 08228.010362/2022-71 Requerente: GUARA-NORTE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Michiel Kornelis Heuven Data Nascimento: 28/11/1973 Passaporte: 529525447 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.010368/2022-47 Requerente: HELIX DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Paul Joseph MacPhee Data Nascimento: 01/09/1978 Passaporte: 537214307 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010376/2022-93 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Adam Hendry Data Nascimento: 07/10/1975 Passaporte: 533621246 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010406/2022-61 Requerente: PIRELLI PNEUS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: GHEORGHE PAULET Data Nascimento: 27/07/1975 Passaporte: YA6959324 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.010427/2022-87 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: CRISTIAN ALBERTO LOPEZ PALOMO Data Nascimento: 13/02/1983 Passaporte: G42626785 País: MÉXICO.

Processo: 08228.010445/2022-69 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: OLIVIER ANDREE MORALES AQUINO Data Nascimento: 05/10/1989 Passaporte: 119256198 País: PERU.

Processo: 08228.010446/2022-11 Requerente: FIELDCORE SERVICE SOLUTIONS INTERNATIONAL SERVICOS DE ENERGIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: AYHAN ISIK Data Nascimento: 06/11/1973 Passaporte: U23785609 País: TURQUIA.

Processo: 08228.010471/2022-97 Requerente: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS Prazo: 1 Ano Imigrante: ARMIN WEBER Data Nascimento: 18/04/1994 Passaporte: CFPCO4Z9G País: ALEMANHA.

Processo: 08228.010523/2022-25 Requerente: APR ENERGY DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: LUCIANO JORRATT Data Nascimento: 28/10/1985 Passaporte: AAG713295 País: ARGENTINA.

Processo: 08228.010544/2022-41 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: RENAUD XAVIER FABIEN DEFRANCE Data Nascimento: 29/04/1987 Passaporte: 20DH15601 País: FRANÇA.

Processo: 08228.010555/2022-21 Requerente: WINDMOELLER & HOELSCHER DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Martin Welp Data Nascimento: 11/04/1961 Passaporte: C2JP43V74 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.010557/2022-11 Requerente: WINDMOELLER & HOELSCHER DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Christian Wolfgang Scholz Data Nascimento: 26/01/1983 Passaporte: C7H1NOC97 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.010559/2022-17 Requerente: WINDMOELLER & HOELSCHER DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Christoph Korte Data Nascimento: 02/02/1973 Passaporte: C2GJKXXYJ País: ALEMANHA.

Processo: 08228.010560/2022-33 Requerente: WINDMOELLER & HOELSCHER DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JORG HENRICH FRIEDRICH SCHAPERKLAUS Data Nascimento: 07/04/1961 Passaporte: C7HGNJGWL País: ALEMANHA.

Processo: 08228.010565/2022-66 Requerente: WINDMOELLER & HOELSCHER DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Stefan Kloppenborg Data Nascimento: 01/11/1969 Passaporte: C2GCJRZFW País: ALEMANHA.

Processo: 08228.010578/2022-35 Requerente: 4U CONSTRUCOES LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JOSE ALFREDO HERRERA MONTERO Data Nascimento: 26/09/1968 Passaporte: PAB805553 País: ESPANHA.

Processo: 08228.010588/2022-71 Requerente: SIEMENS INFRAESTRUTURA E INDUSTRIA LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Tobias Leimbach Data Nascimento: 31/07/1972 Passaporte: CG8NR9N83 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.010592/2022-39 Requerente: ELETRA INDUSTRIA E COMERCIO DE MEDIDORES ELETRICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: WEI GAO Data Nascimento: 05/07/1996 Passaporte: EJ5649484 País: CHINA.

Processo: 08228.010591/2022-94 Requerente: MARINE PRODUCTION SYSTEMS DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Meses Imigrante: SURAJ PRAKASH LAHARIYA Data Nascimento: 02/12/1990 Passaporte: N4690356 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.010644/2022-77 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Johanna Maria Andrietta Brink Data Nascimento: 31/10/1997 Passaporte: FP4256137 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.010646/2022-66 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Minna Karoliina Ukkonen Data Nascimento: 24/11/1995 Passaporte: FP5268386 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.010673/2022-39 Requerente: CHIMAQ COMERCIO DE MAQUINAS E FERRAMENTAS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: YONG CHEN Data Nascimento: 06/11/1965 Passaporte: EJ5641047 País: CHINA.

Processo: 08228.010705/2022-12 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: JOSE MIGUEL DE SOUSA CARVALHO TEIXEIRA Data Nascimento: 19/06/1985 Passaporte: CB801075 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.010706/2022-41 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JOSEPH BURNETT SYLVIA Data Nascimento: 08/08/1997 Passaporte: 670411461 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.010716/2022-86 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JOSEPH MICHAEL COUGHLIN Data Nascimento: 27/05/1981 Passaporte: A01776353 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.010726/2022-11 Requerente: MARDAM INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE HIGIENE LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Liu Panfeng Data Nascimento: 04/09/1991 Passaporte: E62121381 País: CHINA.

Processo: 08228.010731/2022-24 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: MURRAY DAVID BRADY Data Nascimento: 26/11/1982 Passaporte: 124007337 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010733/2022-13 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: BRYAN ROBERT BARCLAY Data Nascimento: 26/10/1963 Passaporte: 526522669 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010740/2022-15 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: JAMIE MARK BURRIDGE Data Nascimento: 28/10/1981 Passaporte: 124308294 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010737/2022-18 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Quentin Claude Pierre Merlet Data Nascimento: 10/11/1997 Passaporte: 16AY67342 País: FRANÇA.

Processo: 08228.010748/2022-81 Requerente: EHMS TRADE COMERCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: MARKKU JOHANNES VOUTILAINEN Data Nascimento: 02/04/1973 Passaporte: FP4655 158 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.010743/2022-59 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: PETER WITT MAJOR Data Nascimento: 28/01/1976 Passaporte: 533984805 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010744/2022-11 Requerente: WFL MILLTURN TECHNOLOGIES MAQUINAS DE PRECISAO E SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Christian Hollaus Data Nascimento: 26/01/1968 Passaporte: U5122000 País: ÁUSTRIA.

Processo: 08228.010746/2022-92 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Paul Andre Raphael Lapart Data Nascimento: 21/04/1988 Passaporte: 20EC16075 País: FRANÇA.

Processo: 08228.010751/2022-11 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Federico Marzotto Data Nascimento: 05/03/1990 Passaporte: YB5928362 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.010753/2022-94 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: RIZKY RAMADHANNY Data Nascimento: 06/06/1985 Passaporte: C9157986 País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.010750/2022-51 Requerente: WFL MILLTURN TECHNOLOGIES MAQUINAS DE PRECISAO E SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Daniel Höllinger Data Nascimento: 31/07/1986 Passaporte: P7538461 País: ÁUSTRIA.

Processo: 08228.010758/2022-17 Requerente: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 30/11/2022 Imigrante: Gabriel Danut Damir Data Nascimento: 30/05/1979 Passaporte: 059114337 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.010763/2022-21 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ELIJAH MILOS SURTSEY WILLIAMS ALIPHAT Data Nascimento: 27/04/1987 Passaporte: HK693562 País: CANADÁ.

Processo: 08228.010762/2022-85 Requerente: ESTALEIRO JURONG ARACRUZ LTDA. Prazo: 15/07/2023 Imigrante: Adrian Cheyenne Impey Data Nascimento: 16/06/1959 Passaporte: 538959501 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010767/2022-16 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: BENJAMIN CARL TUCKER Data Nascimento: 26/04/1991 Passaporte: HM276634 País: CANADÁ.

Processo: 08228.010768/2022-52 Requerente: FOXCONN BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: XUPENG LI Data Nascimento: 04/08/1985 Passaporte: EJ0661109 País: CHINA Imigrante: LONG ZHAO Data Nascimento: 31/10/1988 Passaporte: EJ2631193 País: CHINA.

Processo: 08228.010769/2022-13 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: BRENT RUSSELL SMITH Data Nascimento: 20/07/1980 Passaporte: GM716314 País: CANADÁ.

Processo: 08228.010771/2022-76 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: DAVID ROBERT GORDON WHITE Data Nascimento: 18/02/1990 Passaporte: 509318331 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010772/2022-11 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: DWI PUTRO ANDI CAHYO PATROMO Data Nascimento: 03/06/1979 Passaporte: C0796585 País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.010773/2022-65 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: LEWIS DAVID ROBERTSON Data Nascimento: 06/10/1990 Passaporte: 524667568 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010774/2022-18 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: KYLE RODNEY MCDONALD Data Nascimento: 26/02/1994 Passaporte: HM200542 País: CANADÁ.

Processo: 08228.010775/2022-54 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: PATRICK TRISTAN OLIVER JAMES Data Nascimento: 12/05/1991 Passaporte: 535961384 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010782/2022-56 Requerente: HITACHI ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: LUIS VIRGILIO BARBOSA RODRIGUEZ Data Nascimento: 05/08/1977 Passaporte: AX313862 País: COLÔMBIA.

Processo: 08228.010820/2022-71 Requerente: ONESUBSEA DO BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: ANDREW NEIL EAGLEN Data Nascimento: 01/03/1970 Passaporte: 548370879 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010818/2022-18 Requerente: ONESUBSEA DO BRASIL SERVICOS SUBMARINOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: KRZYSZTOF MARIAN BYCZKOWSKI Data Nascimento: 18/11/1982 Passaporte: EK5841132 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.010787/2022-89 Requerente: GMA DO BRASIL REVESTIMENTOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Fabio Marchesan Data Nascimento: 22/11/1969 Passaporte: YA6672736 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.010791/2022-47 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: DAVID JOHN BOWDIDGE Data Nascimento: 07/11/1974 Passaporte: 533169809 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010792/2022-91 Requerente: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS Prazo: 1 Ano Imigrante: JENS ANDREAS RETSCHKE Data Nascimento: 09/07/1974 Passaporte: C7YNPFPCO País: ALEMANHA.

Processo: 08228.010794/2022-81 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: KRISTIAN JAMES THOMAS JOHNS Data Nascimento: 08/01/1993 Passaporte: 559752479 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010795/2022-25 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: LEIGH DAVID CARRIER Data Nascimento: 18/02/1979 Passaporte: 675342805 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.010799/2022-11 Requerente: WFL MILLTURN TECHNOLOGIES MAQUINAS DE PRECISAO E SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: David Wimmer Data Nascimento: 22/12/1992 Passaporte: P7799937 País: ÁUSTRIA.

Processo: 08228.010800/2022-16 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: DOUGLAS COREY TYMCHUK Data Nascimento: 21/10/1985 Passaporte: AC663557 País: CANADÁ.

Processo: 08228.010801/2022-44 Requerente: BENTHIC DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: FERDI RADITYA Data Nascimento: 21/06/1989 Passaporte: C9128803 País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.010805/2022-22 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Andrew William Osborne Data Nascimento: 17/05/1970 Passaporte: 518215801 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010830/2022-14 Requerente: NORDEX ENERGY BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Iker Barriga Cuesta Data Nascimento: 07/02/1989 Passaporte: PAL937036 País: ESPANHA.

Processo: 08228.010837/2022-28 Requerente: PLACO DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: DIRK SCHWARZ SZAMEITAT Data Nascimento: 16/11/1978 Passaporte: C6X8NRWRT País: ALEMANHA.

Processo: 08228.010836/2022-83 Requerente: NORDEX ENERGY BRASIL - COMERCIO E INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: David Munoz Garcia Data Nascimento: 23/06/1978 Passaporte: PAO341230 País: ESPANHA.

Processo: 08228.010843/2022-85 Requerente: ZF DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: JONAS PALT Data Nascimento: 07/02/1988 Passaporte: C9T3F1LC1 País: ALEMANHA Imigrante: MANUEL WENNERS Data Nascimento: 27/09/1995 Passaporte: C9T3Z24KW País: ALEMANHA.

Processo: 08228.010844/2022-21 Requerente: VERALLIA BRASIL S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: Ferdinando Boa Esperança Ramos Data Nascimento: 15/04/1991 Passaporte: CC667003 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.010845/2022-74 Requerente: VERALLIA BRASIL S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: Bruno Isidro Fadigas Caetano Data Nascimento: 21/05/1978 Passaporte: CC675846 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.010846/2022-19 Requerente: ZF DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: FRANZ ALBERT SORG Data Nascimento: 16/01/1960 Passaporte: C9T9L4MX2 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.010849/2022-52 Requerente: VERALLIA BRASIL S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: César Miguel Paulo Baroso Data Nascimento: 29/08/1977 Passaporte: CC675847 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.010894/2022-15 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: FRANCISCO MONGE GOUVEIA Data Nascimento: 10/11/1996 Passaporte: CC006814 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.010896/2022-12 Requerente: SBM OFFSHORE DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: William Mark Julian Data Nascimento: 07/04/1977 Passaporte: PW0088579 País: IRLANDA.

Processo: 08228.010895/2022-51 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: IONUT GEANA Data Nascimento: 07/05/1988 Passaporte: 17FV19334 País: FRANÇA.

Processo: 08228.010903/2022-61 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01 Ano Imigrante: ANDRÉ DOS REIS LOUREIRO Data Nascimento: 29/05/1997 Passaporte: CB817130 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.010953/2022-47 Requerente: IRM ENERGIA E SERVICOS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Ryan Christopher Burns Data Nascimento: 20/05/1992 Passaporte: 124678459 País: INGLATERRA.

Processo: 08228.010957/2022-25 Requerente: BAKER HUGHES DO BRASIL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Alonzo Naelon Fernandes Data Nascimento: 22/01/1998 Passaporte: R1127421 País: GUIANA.

Processo: 08228.011003/2022-31 Requerente: METROL TECHNOLOGY (BRAZIL OPERATIONS) LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Christopher David James Smith Data Nascimento: 09/03/1993 Passaporte: 521771858 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: Andrew Thomas Stoddart Data Nascimento: 02/02/1992 Passaporte: 564800802 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: Alistair Alexander Ferrie Data Nascimento: 13/03/1978 Passaporte: 562247136 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: Jamie Raymond Cartner Data Nascimento: 29/11/1992 Passaporte: 127882989 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.011002/2022-95 Requerente: NATIONAL OILWELL VARCO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Bjoern-Morten Guldahl Data Nascimento: 07/08/1966 Passaporte: 33613773 País: NORUEGA.

Processo: 08228.011016/2022-17 Requerente: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Xinxin Liu Data Nascimento: 22/05/1989 Passaporte: EF6444303 País: CHINA.

Processo: 08228.011023/2022-19 Requerente: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Marko Kalevi Fabritius Data Nascimento: 03/11/1969 Passaporte: FP5638967 País: FINLÂNDIA.

Processo: 08228.011018/2022-14 Requerente: MAHA ENERGY BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: Blair Orvel Mitchell Data Nascimento: 23/09/1961 Passaporte: AL662479 País: CANADÁ.

Processo: 08228.011019/2022-42 Requerente: MHI POWER AMERICA LATINA EIRELI Prazo: 01 Ano Imigrante: HERIBERTO GUERRERO ARCOS Data Nascimento: 02/09/1999 Passaporte: 645504587 País: ESTADOS UNIDOS.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, §1º)

Processo: 08228.012934/2022-55 Requerente: ACCIONA CONSTRUCCION S.A Prazo: 180 Dias Imigrante: DANIEL SALGADO SALAS Data Nascimento: 09/07/1985 Passaporte: PAK165942 País: ESPANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 4º, Caput)

Processo: 08228.012906/2022-38 Requerente: FMM PERNAMBUCO COMPONENTES AUTOMOTIVOS LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: FRANCISCO JAVIER DEL CAMPO SANZ Data Nascimento: 12/11/1973 Passaporte: PAF996502 País: ESPANHA.

Processo: 08228.012179/2022-17 Requerente: WINDMOELLER & HOELSCHER DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Viktor Buchorn Data Nascimento: 31/10/1981 Passaporte: C7H8564MC País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012183/2022-77 Requerente: WINDMOELLER & HOELSCHER DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Viktor Zentner Data Nascimento: 10/05/1963 Passaporte: C7HG6MLJ9 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012187/2022-55 Requerente: WINDMOELLER & HOELSCHER DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Waldemar Born Data Nascimento: 21/04/1964 Passaporte: C2JNXPPNX País: ALEMANHA.

Processo: 08228.013087/2022-46 Requerente: WHIRLPOOL S.A Prazo: 180 Dias Imigrante: JUAN CARDONA Data Nascimento: 04/03/1965 Passaporte: 672497685 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.012237/2022-11 Requerente: WINDMOELLER & HOELSCHER DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Alexander Walger Data Nascimento: 19/07/1965 Passaporte: C7HXN579R País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012245/2022-41 Requerente: WINDMOELLER & HOELSCHER DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Hartmut Frank Bartmann Data Nascimento: 27/12/1967 Passaporte: C6WZNX7PL País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012261/2022-33 Requerente: WINDMOELLER & HOELSCHER DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Mahmut Akbulut Data Nascimento: 10/04/1970 Passaporte: C2CTYNFLR País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012732/2022-11 Requerente: DANOBAT DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: ANGEL LOIDI ZORRAQUIN Data Nascimento: 12/12/1973 Passaporte: PAA714741 País: ESPANHA.

Processo: 08228.012782/2022-91 Requerente: CBM LOGISTICA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: Oskar Mader Data Nascimento: 14/12/1968 Passaporte: YA4701246 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.012907/2022-82 Requerente: THYSSENKRUPP INDUSTRIAL SOLUTIONS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: MATTHIAS HILDEBRANDT Data Nascimento: 28/02/1981 Passaporte: C26JLLVT9 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.012967/2022-11 Requerente: PMC AUTOMOTIVA DO BRASIL LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: SALVATORE DELLA SALA Data Nascimento: 23/03/1964 Passaporte: YA9037994 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.013020/2022-11 Requerente: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: Sankar Ganesan Data Nascimento: 17/11/1980 Passaporte: Z1940821 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.013041/2022-27 Requerente: KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: FABIAN KOHAN Data Nascimento: 07/04/1993 Passaporte: C303CJ3Y9 País: ALEMANHA.

Processo: 08228.013044/2022-61 Requerente: KHS INDUSTRIA DE MAQUINAS LTDA Prazo: 180 Dias Imigrante: NORMAN BECKMANN Data Nascimento: 21/12/1995 Passaporte: C7P86LXFT País: ALEMANHA.

Processo: 08228.013163/2022-13 Requerente: WARTSILA BRASIL LTDA. Prazo: 180 Dias Imigrante: JOSE DE LA FUENTE TABERNA Data Nascimento: 04/02/1964 Passaporte: AAJ890044 País: ESPANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 04/2017

Processo: 08228.010094/2022-96 Requerente: RSM BRASIL CONSULTORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA Prazo: 01 Ano Imigrante: MICHAEL FRANK EDWARDS Data Nascimento: 24/10/1979 Passaporte: A02551744 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.010101/2022-51 Requerente: RSM BRASIL CONSULTORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA Prazo: 01 Ano Imigrante: DANIEL ALBERTO JIMENEZ Data Nascimento: 08/03/1994 Passaporte: 541201661 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.010123/2022-11 Requerente: RSM BRASIL CONSULTORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA Prazo: 01 Ano Imigrante: CARMEN ADRIANA SANCHEZ Data Nascimento: 23/08/1984 Passaporte: 503192675 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.010145/2022-81 Requerente: ASSOCIACAO BRASILEIRA D'A IGREJA DE JESUS CRISTO DOS SANTOS DOS ULTIMOS DIAS Prazo: 1 Ano Imigrante: MATTHEW JAY ZUNDEL Data Nascimento: 28/11/1971 Passaporte: 664344423 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.010147/2022-79 Requerente: RSM BRASIL CONSULTORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA Prazo: 01 Ano Imigrante: PHILIP ANDREW HEATHER Data Nascimento: 25/12/1982 Passaporte: 651088391 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.010257/2022-31 Requerente: RSM BRASIL CONSULTORES ASSOCIADOS SOCIEDADE SIMPLES LIMITADA Prazo: 01 Ano Imigrante: SAMUEL TAYLER KLEISS Data Nascimento: 20/07/1991 Passaporte: 673051653 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.010681/2022-85 Requerente: MILVENTOS DO BRASIL ENERGIA RENOVAVEL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: GERSON OBED MUÑOZ PEREZ Data Nascimento: 01/10/1996 Passaporte: G36722934 País: MÉXICO.

Processo: 08228.010713/2022-42 Requerente: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 01 Ano Imigrante: GLEN JESUS GODINHO Data Nascimento: 25/05/1969 Passaporte: U6030959 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.010714/2022-97 Requerente: MILVENTOS DO BRASIL ENERGIA RENOVAVEL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: ELODIO LOPEZ RASGADO Data Nascimento: 03/09/1974 Passaporte: G27273104 País: MÉXICO.

Processo: 08228.010719/2022-11 Requerente: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 01 Ano Imigrante: PANKAJ SHANKAR GAIKWAD Data Nascimento: 20/08/1988 Passaporte: S7534614 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.010724/2022-22 Requerente: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 01 Ano Imigrante: PRAVIN BHAGAWAT WANKHEDE Data Nascimento: 23/11/1983 Passaporte: R2938484 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.010728/2022-19 Requerente: ACG DO BRASIL S/A Prazo: 01 Ano Imigrante: ROSHAN RAGHUNATH MAHADIK Data Nascimento: 17/01/1981 Passaporte: R5586753 País: ÍNDIA.

Processo: 08228.010770/2022-21 Requerente: MILVENTOS DO BRASIL ENERGIA RENOVAVEL LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: JOSÉ LUIS RAMOS PÉREZ Data Nascimento: 13/02/1989 Passaporte: G38559117 País: MÉXICO.

Processo: 08228.010912/2022-51 Requerente: KONGSBERG MARITIME DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: ANDERS NORENG Data Nascimento: 12/05/1960 Passaporte: CCC113974 País: NORUEGA.

Processo: 08228.010973/2022-18 Requerente: VAC-ALL BRASIL SERVICOS INDUSTRIAIS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: MARCEL KRUGGEL Data Nascimento: 17/08/1979 Passaporte: C3NKKNG23 País: ALEMANHA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.009385/2022-31 Requerente: EXCELERATE ENERGY COMERCIALIZADORA DE GAS NATURAL LTDA. Prazo: 31/12/2023 Imigrante: IVAN GRZUNOV Data Nascimento: 31/01/1991 Passaporte: 155332977 País: CROÁCIA.

Processo: 08228.009851/2022-89 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Jacob Eric James Data Nascimento: 08/12/1978 Passaporte: 488107227 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.009884/2022-29 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 26/03/2023 Imigrante: HEINO JUL JENSEN Data Nascimento: 23/11/1964 Passaporte: 210767128 País: DINAMARCA Imigrante: FRODE TVEITEN Data Nascimento: 03/03/1963 Passaporte: 31571267 País: NORUEGA Imigrante: PAWEL KAZIMIERZ MARCINIAK Data Nascimento: 29/07/1975 Passaporte: EJ6402188 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.010128/2022-42 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 02 Anos Imigrante: Richikantana Data Nascimento: 07/07/1996 Passaporte: C4272595 País: INDONÉSIA Imigrante: Indra Lesmana Data Nascimento: 10/06/1980 Passaporte: C7386249 País: INDONÉSIA Imigrante: Aziz Muhaimin Data Nascimento: 25/09/1983 Passaporte: C8861131 País: INDONÉSIA Imigrante: Jumasdin Data Nascimento: 17/02/1976 Passaporte: C6585328 País: INDONÉSIA Imigrante: Jesse Jose Joel Weken Data Nascimento: 11/05/1984 Passaporte: C7791905 País: INDONÉSIA Imigrante: MOH ANAS Data Nascimento: 27/08/1991 Passaporte: C5462870 País: INDONÉSIA Imigrante: Ossy Adhara Mustika Data Nascimento: 05/01/1987 Passaporte: C8099997 País: INDONÉSIA Imigrante: Dadang Hilman Suherlan Data Nascimento: 16/05/1971 Passaporte: C7772396 País: INDONÉSIA Imigrante: Andi imran Data Nascimento: 24/04/1977 Passaporte: C0802465 País: INDONÉSIA Imigrante: Tarmizi Data Nascimento: 17/11/1976 Passaporte: C4823612 País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.010505/2022-43 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Kristian Kvilhaug Data Nascimento: 17/03/1999 Passaporte: 31166898 País: NORUEGA.

Processo: 08228.010585/2022-37 Requerente: PXGEO DO BRASIL LTDA. Prazo: 06/06/2024 Imigrante: RICHARD BRENT OBDIN OLIVARES Data Nascimento: 10/12/1994 Passaporte: P1844227B País: FILIPINAS Imigrante: JOHN LESLIE WHETTON Data Nascimento: 28/03/1966 Passaporte: LM785087 País: NOVA ZELÂNDIA Imigrante: MICHEL CUDENNEC Data Nascimento: 18/01/1972 Passaporte: 15FV28973 País: FRANÇA Imigrante: LARS INGE ANDRESEN Data Nascimento: 28/10/1970 Passaporte: CCC296320 País: NORUEGA Imigrante: PAUL IVOR WILKS Data Nascimento: 17/06/1962 Passaporte: 124655017 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: MAURO JR. DE LEON LOPEZ Data Nascimento: 20/11/1981 Passaporte: P5626062A País: FILIPINAS Imigrante: JUSTIN HUBERT SPURRELL Data Nascimento: 01/08/1984 Passaporte: HM281870 País: CANADÁ Imigrante: LENDRA DWI LESMANA Data Nascimento: 30/03/1987 Passaporte: C3663007 País: INDONÉSIA Imigrante: MUHAMMAD FAISAL SUDIRIN Data Nascimento: 20/01/1983 Passaporte: B8589556 País: INDONÉSIA Imigrante: PETER ROBERT HEINZ NICK A SCHNEIDER Data Nascimento: 21/05/1986 Passaporte: 520644189 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010583/2022-48 Requerente: PXGEO DO BRASIL LTDA. Prazo: 06/06/2024 Imigrante: VIKTOR RUD Data Nascimento: 26/09/1976 Passaporte: FG232294 País: UCRÂNIA Imigrante: TYLER STEPHEN HENRY BOLLINGER Data Nascimento: 20/03/1983 Passaporte: 511837703 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: SHARWIN PALANIASAMY Data Nascimento: 08/12/1989 Passaporte: A50311497 País: MALÁSIA Imigrante: STEPHEN ROBERT JAMES Data Nascimento: 09/04/1971 Passaporte: 528897480 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: ROBERT CODY DEKIN Data Nascimento: 27/08/1990 Passaporte: 566449717 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.010579/2022-81 Requerente: PXGEO DO BRASIL LTDA. Prazo: 06/06/2024 Imigrante: ALEXEY KERONEN Data Nascimento: 13/03/1978 Passaporte: 761772908 País: RÚSSIA Imigrante: BARRY SHANE JONES Data Nascimento: 07/03/1975 Passaporte: A02068166 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: GENEROSO JR. DULIESCO ZULUETA Data Nascimento: 29/06/1963 Passaporte: P8980747A País: FILIPINAS Imigrante: CHRISTOPHER MICHAEL VANDERBERG Data Nascimento: 02/07/1986 Passaporte: 642982466 País: ESTADOS UNIDOS Imigrante: ANDRII MELNYKOV Data Nascimento: 12/03/1988 Passaporte: FG903332 País: UCRÂNIA Imigrante: IGOR VATRENKO Data Nascimento: 04/08/1971 Passaporte: FG459304 País: UCRÂNIA Imigrante: IZABELA ZUKOWSKA Data Nascimento: 22/08/1994 Passaporte: FA6283019 País: POLÔNIA Imigrante: JAROSLAW TOMASZ FILIP Data Nascimento: 20/08/1972 Passaporte: EU8860653 País: POLÔNIA Imigrante: ABDUL RAHMAN BIN SHAMSUDIN Data Nascimento: 19/07/1982 Passaporte: A54779553 País: MALÁSIA Imigrante: DANIEL ROSS Data Nascimento: 11/04/1973 Passaporte: 548130240 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010546/2022-31 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 05/06/2024 Imigrante: LARS KRISTIAN KATRALEN LUND Data Nascimento: 23/03/1990 Passaporte: 32266544 País: NORUEGA.

Processo: 08228.010547/2022-84 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01/09/2023 Imigrante: DANILO BADILE SERUDO Data Nascimento: 06/12/1971 Passaporte: P8191582B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010554/2022-86 Requerente: SDC DO BRASIL - SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Qiaoliang Miao Data Nascimento: 21/08/1984 Passaporte: EB0180093 País: CHINA Imigrante: Weisheng Zhuang Data Nascimento: 12/04/1995 Passaporte: EJ5607896 País: CHINA Imigrante: Xinguang Wu Data Nascimento: 19/07/1983 Passaporte: EJ5631984 País: CHINA Imigrante: Jian Wang Data Nascimento: 18/10/1991 Passaporte: EJ3079441 País: CHINA.

Processo: 08228.010556/2022-75 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: John Snap Data Nascimento: 09/06/1983 Passaporte: NRBLJ9JF4 País: HOLANDA.

Processo: 08228.010564/2022-11 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 31/05/2024 Imigrante: Michel Alejandro San Felipe Data Nascimento: 25/09/1974 Passaporte: P2933609B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010569/2022-44 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 10/08/2022 Imigrante: ALFREDO CASTAÑEDA LASERNA Data Nascimento: 13/03/1957 Passaporte: P6132102B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010573/2022-11 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Sebastian Ankowski Data Nascimento: 20/01/1975 Passaporte: EE9535257 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.010580/2022-12 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Garry Ross Data Nascimento: 08/12/1975 Passaporte: 513985205 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010587/2022-26 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Roderick Villanueva Buqueron Data Nascimento: 02/12/1958 Passaporte: P9603318A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010586/2022-81 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Ross Gordon Munro Data Nascimento: 19/06/1982 Passaporte: 513713910 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010595/2022-72 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Wilfred Nienaber Data Nascimento: 29/04/1973 Passaporte: BNB1LFF78 País: HOLANDA.

Processo: 08228.010602/2022-36 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: DAMIAN DOMINIK GASIOROWSKI Data Nascimento: 01/10/1982 Passaporte: ER1895596 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.010626/2022-95 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: WOJCIECH JOZEF OGRODNIK Data Nascimento: 12/02/1973 Passaporte: ET5636681 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.010715/2022-31 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 14/12/2022 Imigrante: Ali Ilker Calpan Data Nascimento: 18/02/1985 Passaporte: U20271486 País: TURQUIA Imigrante: Caglar Erginoglu Data Nascimento: 09/07/1988 Passaporte: U11076953 País: TURQUIA.

Processo: 08228.010722/2022-33 Requerente: KARPOWERSHIP BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 14/12/2022 Imigrante: Kerem Dogu Karayar Data Nascimento: 10/03/1994 Passaporte: U25131674 País: TURQUIA Imigrante: Ahmet Uzun Data Nascimento: 06/09/1980 Passaporte: U23619907 País: TURQUIA.

Processo: 08228.010734/2022-68 Requerente: ALTERA PETROJARL I SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 08/05/2023 Imigrante: Igor Krzysztof Klosowski Data Nascimento: 05/05/1994 Passaporte: EG3236301 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.010739/2022-91 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Jay Pee Calimag Carag Data Nascimento: 29/09/1988 Passaporte: P6479429B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010738/2022-46 Requerente: SHEARWATER GEOSERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 31/05/2024 Imigrante: Bahram Aslanov Data Nascimento: 21/04/1968 Passaporte: C00712905 País: AZERBAIJÃO.

Processo: 08228.010742/2022-12 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Celso Cantimbuhan Camaclang Data Nascimento: 04/05/1962 Passaporte: P6873966B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010752/2022-41 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: ROMMEL OBENIETA SEGARRA Data Nascimento: 30/07/1976 Passaporte: P8023214A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010761/2022-31 Requerente: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Anos Imigrante: Paulo Jorge Lobo Pereira Data Nascimento: 19/06/1976 Passaporte: CC752641 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.010760/2022-96 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: LUKASZ WIERZBICKI Data Nascimento: 13/09/1991 Passaporte: ET7818241 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.010764/2022-74 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: WAYNE NICHOLSON Data Nascimento: 27/11/1975 Passaporte: A05957059 País: REPÚBL. DA ÁFRICA DO SUL.

Processo: 08228.010766/2022-63 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: IVAN NAZAROV Data Nascimento: 07/01/1981 Passaporte: FN411540 País: UCRÂNIA.

Processo: 08228.010822/2022-61 Requerente: PXGEO DO BRASIL LTDA. Prazo: 06/06/2024 Imigrante: ALVARO SERRALLONGA SORDO Data Nascimento: 29/05/1979 Passaporte: G29832147 País: MÉXICO.

Processo: 08228.010810/2022-35 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Jasper Cyrus Reyes Perdido Data Nascimento: 29/10/1993 Passaporte: P4200843B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010812/2022-24 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Joefren Daquil Sorianosos Data Nascimento: 13/12/1976 Passaporte: P1449713B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010921/2022-41 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 01/06/2024 Imigrante: David King Data Nascimento: 15/05/1975 Passaporte: 500897447 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010821/2022-15 Requerente: DOF SUBSEA BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 01/05/2023 Imigrante: Roderick Ibutan Custodio Data Nascimento: 03/06/1981 Passaporte: P6051663A País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010848/2022-16 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: IGOR FILINYUK Data Nascimento: 12/10/1976 Passaporte: FH398309 País: UCRÂNIA.

Processo: 08228.010851/2022-21 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: JOSE FRANCISCO CARRELO FERNANDES GATA Data Nascimento: 24/01/1968 Passaporte: CB294306 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.010852/2022-76 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: NATAL SILVERIO PILO AVEIRO Data Nascimento: 23/12/1973 Passaporte: C897540 País: PORTUGAL.

Processo: 08228.010853/2022-11 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: JAKOB POVLSGAARD BAEK Data Nascimento: 16/12/1991 Passaporte: 213673457 País: DINAMARCA.

Processo: 08228.010909/2022-37 Requerente: ENSCO DO BRASIL PETROLEO E GAS LTDA Prazo: 01/01/2024 Imigrante: COREY JOSEPH TABB Data Nascimento: 29/12/1979 Passaporte: 569067085 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.010862/2022-11 Requerente: PGS SUPORTE LOGISTICO E SERVICOS LTDA Prazo: 26/03/2023 Imigrante: REMIGIJUS MOROZA Data Nascimento: 17/10/1973 Passaporte: 548456108 País: GRÃ-BRETANHA Imigrante: FRANE VIDOVIC Data Nascimento: 01/05/1977 Passaporte: 017318577 País: CROÁCIA Imigrante: DARIO JEDRETIC Data Nascimento: 18/12/1969 Passaporte: 195352846 País: CROÁCIA.

Processo: 08228.010898/2022-95 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 02 Anos Imigrante: VOJIN JOVETIC Data Nascimento: 25/05/1981 Passaporte: F59GD1025 País: SÉRVIA.

Processo: 08228.010882/2022-82 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01/09/2023 Imigrante: DEMYTHYL ANTHONY MAGTO TORRES Data Nascimento: 08/06/1974 Passaporte: 677320386 País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010886/2022-61 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01/09/2023 Imigrante: SIMON ELLIOTT Data Nascimento: 07/07/1966 Passaporte: 515219659 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010890/2022-29 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01/09/2023 Imigrante: BOGDAN CRISTIAN CIOBANEL Data Nascimento: 12/05/1986 Passaporte: 059181972 País: ROMÊNIA.

Processo: 08228.010891/2022-73 Requerente: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 01/09/2023 Imigrante: PETER JOHN SEYMOUR Data Nascimento: 31/10/1980 Passaporte: 548316422 País: GRÃ-BRETANHA.

Processo: 08228.010913/2022-11 Requerente: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 31/07/2024 Imigrante: Fabrizio Sucameli Data Nascimento: 26/12/1972 Passaporte: YA7360386 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.010917/2022-83 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 08/10/2022 Imigrante: ERON RENDON CASTILLO Data Nascimento: 07/04/1996 Passaporte: P6986622B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010925/2022-21 Requerente: VAN OORD SERVICOS DE OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Dick Hugo ter Beest Data Nascimento: 19/04/1995 Passaporte: NN2PHL0R0 País: HOLANDA.

Processo: 08228.010943/2022-11 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: MICHAL BRONISLAW CZAJCZYNSKI Data Nascimento: 26/10/1983 Passaporte: EJ0362994 País: POLÔNIA.

Processo: 08228.010946/2022-45 Requerente: MAERSK SUPPLY SERVICE - APOIO MARITIMO LTDA Prazo: 01/11/2023 Imigrante: ALEKSANDER HENRYK TURSKI Data Nascimento: 20/06/1967 Passaporte: EF5812018 País: POLÔNIA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 07/2017

Processo: 08228.011273/2022-41 Requerente: COMANDO DA MARINHA Prazo: 02 Anos Imigrante: Madeleine Marie Cyrielle COURSAULT Data Nascimento: 18/09/1997 Passaporte: 16CY14621 País: FRANÇA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 2º, Inc I)

Processo: 08228.010369/2022-91 Requerente: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Haewon Jung Data Nascimento: 14/09/1985 Passaporte: M67297487 País: CORÉIA DO SUL.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 19/2017

Processo: 08228.008333/2022-48 Requerente: BAIN BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Johan Fallro Data Nascimento: 21/07/1995 Passaporte: CCC465972 País: NORUEGA.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 21/2017

Processo: 08228.012026/2022-61 Requerente: PRAIA CLUBE Prazo: 10 Meses Imigrante: ANNE ELISE BUIJS Data Nascimento: 02/12/1991 Passaporte: BV79B8JC0 País: HOLANDA Mãe: IRENE MARIA BUIJS PELSER. Pai: TEUNIS BUIJS. .

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 26/2018 (Art. 2º)

Processo: 08228.010395/2022-11 Requerente: PAN AMERICAN CHRISTIAN ACADEMY Prazo: 1 Ano Imigrante: Emily Melissa Flores Data Nascimento: 15/12/1998 Passaporte: 578003960 País: ESTADOS UNIDOS.

Residência Prévia - RESOLUÇÃO NORMATIVA 36/2018 (Art. 2º, Alínea a)

Processo: 08228.009634/2022-99 Requerente: JASON RENALDO GANT Prazo: 2 Anos Imigrante: JASON RENALDO GANT Data Nascimento: 15/05/1980 Passaporte: 594618890 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: LINDA ROBINSON Pai: CARL GANT SR.

O Coordenador-Geral de Imigração Laboral, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de residência (imigrantes que já se encontram em território nacional), ressaltando que os respectivos registros, decorrentes de renovação ou alteração para prazo indeterminado ou situações correlatas, deverão observar as instruções de atendimento da Polícia Federal:

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 02/2017

Processo: 08228.007169/2022-51 Requerente: ULRICH OUFFOUE KOFFI Prazo: 2 Anos Imigrante: Ulrich Ouffoue Data Nascimento: 09/10/1993 Passaporte: 15AH235433 País: COSTA DO MARFIM Mãe: Nafissatou Koffi Pai: Achille Koffi Ouffoue.

Processo: 08228.008446/2022-43 Requerente: GLOBAL JET ECOMMERCE LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: SHUOYU PENG Data Nascimento: 22/06/1995 Passaporte: E33963571 País: CHINA Mãe: YINGLIN WANG Pai: WEIJUN PENG.

Processo: 08228.009075/2022-17 Requerente: FEDERICO BULLEGAS Prazo: 2 Anos Imigrante: FEDERICO BULLEGAS Data Nascimento: 18/02/1986 Passaporte: YB6945831 País: ITÁLIA Mãe: GIUSEPPINA PORCU Pai: GIUSEPPE BULLEGAS.

Processo: 08228.009911/2022-63 Requerente: COBRA BRASIL SERVICOS, COMUNICACOES E ENERGIA S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: JOSE LUIS RIOS GUERRA Data Nascimento: 12/10/1974 Passaporte: N02883414 País: MÉXICO Mãe: CECILIA GUERRA GAMEZ Pai: MARCELINO RIOS GRANADOS.

Processo: 08228.010046/2022-14 Requerente: EQUINOR BRASIL ENERGIA LTDA. Prazo: 2 Anos Imigrante: Hans Bjoerne Lie Data Nascimento: 23/11/1965 Passaporte: CCC330638 País: NORUEGA Mãe: Herborg Olava Lie Pai: Nils Harald Lie.

Processo: 08228.010057/2022-88 Requerente: NPD BRASIL SERVICOS DE PESQUISA DE MERCADO LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: CECILIA FLORES CASTILLO Data Nascimento: 11/05/1991 Passaporte: G19579779 País: MÉXICO Mãe: ANA LILIA CASTILLO VELAZQUEZ Pai: HECTOR CARLOS FLORES QUINTANA.

Processo: 08228.010173/2022-13 Requerente: CHINA RAILWAY NO. 10 ENGINEERING CONSTRUTORA DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: HAO WU Data Nascimento: 21/03/1989 Passaporte: E91481005 País: CHINA Mãe: QIONGHUA MO Pai: TINGJIAN WU.

Processo: 08228.010243/2022-17 Requerente: JOAO ATALIBA DE ARRUDA BOTELHO NETO Prazo: 1 Ano Imigrante: ERICA TURLA ROQUE Data Nascimento: 06/12/1975 Passaporte: P5872402-A País: FILIPINAS Mãe: Marina Turla Roque Pai: Eduardo Canlas Roque.

Processo: 08228.010448/2022-19 Requerente: RUIQING E RUIQI GAN LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: PING GAN Data Nascimento: 05/07/1976 Passaporte: G52549788 País: CHINA Mãe: FENGCHAI ZHANG Pai: YULI GAN.

Processo: 08228.010709/2022-84 Requerente: ESCOLA BRITANICA DE BRASILIA LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Stephanie Gayle Wright Data Nascimento: 27/10/1993 Passaporte: 564225273 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: Heather Carol Wright Pai: Nigel Lawrence Wright.

Processo: 08228.013207/2022-13 Requerente: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE FUTEBOL Prazo: 1 Ano Imigrante: Lorenzo Perales Navas Data Nascimento: 07/09/1972 Passaporte: PAB992941 País: ESPANHA Mãe: Maria Del Pilar Navas Pai: Claudio Perales.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 03/2017 (Art. 3º)

Processo: 08228.008802/2022-29 Requerente: GEKKO TECNOLOGIAS LTDA Prazo: 6 Meses Imigrante: François Edouard Aime Data Nascimento: 22/02/1967 Passaporte: 15AP18457 País: FRANÇA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 04/2017

Processo: 08228.010195/2022-67 Requerente: OMNI TRADE BRASIL REVESTIMENTOS METALICOS EIRELI Prazo: 6 Meses Imigrante: JONATHAN ALEJANDRO MARTELL SANCHEZ Data Nascimento: 12/01/1995 Passaporte: N00649328 País: MÉXICO.

Processo: 08228.010198/2022-17 Requerente: OMNI TRADE BRASIL REVESTIMENTOS METALICOS EIRELI Prazo: 6 Meses Imigrante: BRAULIO PEREZ SANCHEZ Data Nascimento: 10/10/1987 Passaporte: N00281964 País: MÉXICO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 06/2017

Processo: 08228.006613/2022-11 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 26/06/2023 Imigrante: JEFFREY BENDIJO ELUMBA Data Nascimento: 28/11/1990 Passaporte: P7799129B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.009777/2022-17 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 08/10/2022 Imigrante: Ralph Crisanto Relato Pineda Data Nascimento: 25/09/1993 Passaporte: P5105452B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.009780/2022-14 Requerente: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: 08/10/2022 Imigrante: Ronello Abadies Raga Data Nascimento: 08/10/1973 Passaporte: P6494556B País: FILIPINAS.

Processo: 08228.010044/2022-17 Requerente: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: 31/12/2022 Imigrante: Ayhan Simsek Data Nascimento: 15/07/1968 Passaporte: U24937403 País: TURQUIA.

Processo: 08228.010063/2022-35 Requerente: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: 31/12/2022 Imigrante: Kevin Dogukan Cokgormusler Data Nascimento: 25/10/2001 Passaporte: 660058893 País: ESTADOS UNIDOS.

Processo: 08228.010077/2022-59 Requerente: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: 31/12/2022 Imigrante: Omer Noyan Data Nascimento: 13/06/1969 Passaporte: U24909535 País: TURQUIA.

Processo: 08228.010098/2022-74 Requerente: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: 31/12/2022 Imigrante: Samet Ozer Data Nascimento: 21/06/1987 Passaporte: U20468971 País: TURQUIA.

Processo: 08228.010138/2022-88 Requerente: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: 31/12/2022 Imigrante: Rasim Can Sener Data Nascimento: 06/05/1998 Passaporte: U14040259 País: TURQUIA.

Processo: 08228.010510/2022-56 Requerente: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: 31/12/2022 Imigrante: Muhammed Arslan Data Nascimento: 27/11/1985 Passaporte: U23891520 País: TURQUIA.

Processo: 08228.010513/2022-91 Requerente: LACADOR NAVEGACAO LTDA Prazo: 31/12/2022 Imigrante: Talha Dedeoglu Data Nascimento: 15/01/1994 Passaporte: U23510799 País: TURQUIA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 11/2017 (Art. 6º c/c 2º, Inc I)

Processo: 08228.008873/2022-21 Requerente: CNOOC PETROLEUM BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: LIGUO CHEN Data Nascimento: 15/07/1979 Passaporte: PE1794728 País: CHINA.

Processo: 08228.008835/2022-79 Requerente: CNOOC PETROLEUM BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: YUQIANG XU Data Nascimento: 12/10/1979 Passaporte: PE2172925 País: CHINA.

Processo: 08228.010864/2022-17 Requerente: TEXA DIAGNOSTICO AUTOMOTIVO DO BRASIL COMERCIAL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: ANDREA BORTOLAMIOL Data Nascimento: 24/12/1968 Passaporte: YB 7802584 País: ITÁLIA.

Processo: 08228.010642/2022-88 Requerente: CJ DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: GIHWAN KWAK Data Nascimento: 15/10/1992 Passaporte: M55814843 País: COREIA DO SUL.

Processo: 08228.010826/2022-48 Requerente: CJ DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: EUNGCHUL PARK Data Nascimento: 12/01/1970 Passaporte: M452F8767 País: COREIA DO SUL.

Processo: 08228.010930/2022-32 Requerente: CONCESSAO SISTEMA RODOVIARIO PONTE SALVADOR ILHA DE ITAPARICA SA Prazo: Indeterminado Imigrante: JIANHUA DU Data Nascimento: 13/02/1991 Passaporte: PE1636072 País: CHINA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 14/2017

Processo: 08228.008136/2022-29 Requerente: OSVALDO JOSE DAVID Prazo: 2 Anos Imigrante: Osvaldo José David Data Nascimento: 03/12/1984 Passaporte: AB0857956País: MOÇAMBIQUE.

Processo: 08228.009532/2022-73 Instituição: ASSOCIACAO CATOLICA RAINHA DAS VIRGENS Prazo: 2 Anos Imigrante: Melissa Maria Fonseca Robles Data Nascimento: 05/11/1983 Passaporte: 111900008 País: COSTA RICA.

Processo: 08228.009981/2022-11 Requerente: ADOLFO ZON PEREIRA Prazo: 2 Anos Imigrante: Jose Alejandro Molina Lara Data Nascimento: 22/06/1970 Passaporte: G20474784 País: MÉXICO.

Processo: 08228.009908/2022-41 Requerente: JOHANNA SURBAKTI Prazo: 2 Anos Imigrante: JOHANNA SURBAKTI Data Nascimento: 27/12/1969 Passaporte: PASAPORTE País: INDONÉSIA.

Processo: 08228.010656/2022-18 Instituição: ASSOCIACAO ANTONIO E MARCOS CAVANIS Prazo: 01 Ano Imigrante: DANIEL MONSENGO PASINYA Data Nascimento: 13/11/1993 Passaporte: OP0595299 País: REP. DEM. CONGO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 15/2017

Processo: 08228.005295/2022-71 Requerente: CIRCUITO DE INTERACAO DE REDES SOCIAIS Prazo: 1 Ano Imigrante: Björn Eike Handt Data Nascimento: 30/11/1974 Passaporte: C6ZZ788KP País: ALEMANHA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 17/2017

Processo: 08228.009664/2022-11 Requerente: JACOB NELSON SPRING Prazo: 2 Anos Imigrante: Jacob Nelson Spring Data Nascimento: 08/01/1987 Passaporte: 506057061 País: ESTADOS UNIDOS.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 21/2017

Processo: 08228.012706/2022-85 Requerente: ASSOCIACAO EDUCACIONAL, ESPORTIVA E SOCIAL DO BRASIL - AEESB Prazo: 1 Ano Imigrante: DIEGO ENRIQUE NEGRON MATTEI Data Nascimento: 31/10/1999 Passaporte: 591893597 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: PATRICIA MARIA MATTEI Pai: RAMON ENRIQUE NEGRON.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 02/2017)

Processo: 08228.009016/2022-49 Requerente: ASSOCIACAO ESCOLA PANAMERICANA DE PORTO ALEGRE Prazo: Indeterminado Imigrante: Kylie Elizabeth Walch Data Nascimento: 10/03/1993 Passaporte: 677152212 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Janet Kay Brachear Pai: Carl Gene Walch.

Processo: 08228.009066/2022-26 Requerente: ASSOCIACAO INTERNACIONAL DE EDUCACAO DE BELO HORIZONTE Prazo: Indeterminado Imigrante: Tamara Lynn Brooks Data Nascimento: 31/08/1976 Passaporte: 649037931 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Debra Lynn Doerfler Pai: Burton A. Brooks.

Processo: 08228.009776/2022-56 Requerente: PROCISA DO BRASIL PROJETOS, CONSTRUCOES E INSTALACOES LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: LUIS MANUEL LUVIANO SALDANA Data Nascimento: 22/03/1978 Passaporte: G20106934 País: MÉXICO Mãe: GRACIELA SALDANA LEMUS Pai: LUIS MANUEL LUVIANO GOVEA.

Processo: 08228.010545/2022-95 Requerente: FUNDACAO ANGLO BRASILEIRADE EDUCACAO E CULTURA DE SP Prazo: Indeterminado Imigrante: MELISSA DELALI NANA ABLAH KALITSI Data Nascimento: 08/02/1994 Passaporte: 131839755 País: REINO UNIDO Mãe: Jennifer Annette Catherine Ohenewa Avornyotse Pai: Geoffrey Gordon Avornyotse.

Processo: 08228.010577/2022-91 Requerente: HUAWEI DO BRASIL TELECOMUNICACOES LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ZHAN GU Data Nascimento: 10/02/1987 Passaporte: EB2502381 País: CHINA Mãe: LEHUA ZHANG Pai: SHANHAI GU.

Processo: 08228.010658/2022-91 Requerente: JIE ZHOU PRODUTOS ELETRONICOS Prazo: Indeterminado Imigrante: DI ZHOU Data Nascimento: 17/01/1992 Passaporte: ED4223416 País: CHINA Mãe: Yuping Xie Pai: Zewu Zhou.

Processo: 08228.010802/2022-99 Requerente: BETA LULA CENTRAL OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: Keiji Iwata Data Nascimento: 05/07/1986 Passaporte: TR6879179 País: JAPÃO Mãe: Hidemi Iwata Pai: Kazuo Iwata.

Processo: 08228.010887/2022-13 Requerente: PARADOX JEANS CONFECCOES DE ROUPAS E TECIDOS LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: JIMMY LICHAA Data Nascimento: 29/08/1991 Passaporte: LR0321248 País: LÍBANO Mãe: RITA BOU KARAM Pai: CHARBEL LICHAA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 14/2017)

Processo: 08228.010566/2022-19 Requerente: ACTYON BRASIL CONSTRUCAO LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: ALDO JAVIER NUNEZ GARCIA Data Nascimento: 10/08/1986 Passaporte: G29539885 País: MÉXICO Mãe: GABRIELA GARCIA PEREZ Pai: JUAN DANIEL NUNEZ SANCHEZ.

Processo: 08228.010607/2022-69 Instituição: ASSOCIACAO CATOLICA RAINHA DAS VIRGENS Prazo: Indeterminado Imigrante: Vania Filipa Pinheiro de Queiros Data Nascimento: 07/07/1998 Passaporte: CC688034 País: PORTUGAL Mãe: Maria Aldina Pinheiro de Queiros Pai: Hermano do Carmo da Silva Queiros.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Alteração de Prazo (RN 40/2019)

Processo: 08228.010095/2022-31 Requerente: KEVIN JOHN BART Prazo: Indeterminado Imigrante: Kevin Bart Data Nascimento: 31/08/1958 Passaporte: 561753526 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Rose Bart Pai: John Marsh Bart.

Processo: 08228.010104/2022-93 Requerente: NANCY MARY BART Prazo: Indeterminado Imigrante: Nancy Bart Data Nascimento: 12/04/1954 Passaporte: 529554409 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: Virginia Marsallo Pai: Thomas Marsallo.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 02/2017)

Processo: 08228.008041/2022-13 Requerente: LUA NOVA COMERCIO DE ELETRONICOS LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: HAO LIN Data Nascimento: 06/10/1990 Passaporte: E35273298 País: CHINA Mãe: XUEYAN LI Pai: XIANYI LIN.

Processo: 08228.009674/2022-31 Requerente: PREA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: NELSON JOSÉ INÁCIO RATO Data Nascimento: 02/10/1981 Passaporte: PORTUGAL País: PORTUGAL Mãe: MARIA LEONOR MENDES INÁCIO RATO Pai: JOSÉ MANUEL CABAÇO RATO.

Processo: 08228.010675/2022-28 Requerente: CMPC CELULOSE RIOGRANDENSE LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Joosep Nirgi Data Nascimento: 28/09/1984 Passaporte: KE0456453 País: ESTÔNIA Mãe: Triin Nirgi Pai: Jaak Nirgi.

Processo: 08228.010699/2022-87 Requerente: ST.NICHOLAS ANGLO BRASILEIRA DE EDUCACAO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Meenakshi Rohilla Data Nascimento: 07/09/1970 Passaporte: L5657488 País: ÍNDIA Mãe: Prem Lata Pai: Nar Singh Dass.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 03/2017)

Processo: 08228.010416/2022-13 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Paraic Robert Quigley Data Nascimento: 13/05/1969 Passaporte: LB6241744 País: IRLANDA Mãe: Rita Quigley Pai: Patrick Quigley.

Processo: 08228.010598/2022-14 Requerente: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 1 Ano Imigrante: Miguel Angel Rogel Castellanos Data Nascimento: 12/12/1962 Passaporte: G31719675 País: MÉXICO Mãe: Miriam Castellanos Conde Pai: Miguel Angel Rogel Nava.

Processo: 08228.010974/2022-62 Requerente: BRUNEL ENERGY SERVICOS LTDA Prazo: 01 Ano Imigrante: Gaurav Singh Data Nascimento: 08/10/1986 Passaporte: P7778286 País: ÍNDIA Mãe: Sita Singh Pai: Birendra Singh.

Processo: 08228.011012/2022-21 Requerente: AET BRASIL SERVICOS STS LTDA Prazo: 16/07/2023 Imigrante: Rajeev Kumar Bhatnagar Data Nascimento: 23/04/1960 Passaporte: Z2850595 País: ÍNDIA Mãe: Usha Bhatnagar Pai: Dharmatma Swaroop Bhatnagar.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 04/2017)

Processo: 08228.010540/2022-62 Requerente: EMBRAER S.A. Prazo: 01 Ano Imigrante: BJORN WICTOR RUBENSSON Data Nascimento: 16/10/1979 Passaporte: 97146029 País: SUÉCIA Mãe: KARIN BIRGITTA RYDEN RUBENSSON Pai: BERNT SIGFRID JAN-ERIK RUBENSSON.

Processo: 08228.010969/2022-51 Requerente: HUAWEI GESTAO E SERVICOS DE TELECOMUNICACOES DO BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano Imigrante: JIAYANG ZHANG Data Nascimento: 10/04/1993 Passaporte: E53853708 País: CHINA Mãe: ZHUANGHUA LI Pai: KAI ZHANG.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 06/2017)

Processo: 08228.009343/2022-17 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 23/02/2023 Imigrante: Magdangal Mindanao Lalog Data Nascimento: 04/03/1966 Passaporte: P7660909B País: FILIPINAS Mãe: Nenita Minadanao Lalog Pai: Isagani Vergara Lalog.

Processo: 08228.009684/2022-76 Requerente: CGG DO BRASIL PARTICIPACOES LTDA Prazo: 04/05/2024 Imigrante: Andrei Iakushev Data Nascimento: 24/06/1982 Passaporte: 757670562 País: RÚSSIA Mãe: Galina Iakusheva Pai: Anatoly Iakushev.

Processo: 08228.009790/2022-51 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 25/11/2022 Imigrante: James Connelly Data Nascimento: 21/10/1978 Passaporte: 535428086 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: Lorraine Mary Connelly Pai: Philip Paul Connelly.

Processo: 08228.009806/2022-24 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 25/11/2022 Imigrante: Radoslaw Sierkowski Data Nascimento: 12/07/1987 Passaporte: EJ 2708068 País: POLÔNIA Mãe: Teresa Elzbieta Sierkowska Pai: Jan Czeslaw Sierkowski.

Processo: 08228.009897/2022-14 Requerente: PROSAFE SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 25/11/2022 Imigrante: Robert Lee Cass Data Nascimento: 13/11/1983 Passaporte: 518161335 País: GRÃ-BRETANHA Mãe: Michelle Bernadette Cass Pai: Robert David Cass.

Processo: 08228.010589/2022-15 Requerente: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 23/02/2023 Imigrante: Anthony Jesu Rathan Data Nascimento: 10/01/1973 Passaporte: Z4627471 País: ÍNDIA Mãe: Mallika Anthony Joseph Pongalam Pai: Anthony Joseph Pongalay.

Processo: 08228.010730/2022-81 Requerente: VENTURA PETROLEO S.A. Prazo: 02 Anos Imigrante: ALEKSANDRS CURSINS Data Nascimento: 06/09/1978 Passaporte: LV6070740 País: LETÔNIA Mãe: AKSANA CURSINA Pai: VLADIMIRS CURSINS.

Processo: 08228.010832/2022-11 Requerente: KNOT MANAGEMENT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Anos Imigrante: Andriy Katelnikov Data Nascimento: 01/04/1987 Passaporte: FA403400 País: UCRÂNIA Mãe: Lyubov Petrivna Katelnikova Pai: Oleksandr Volodymyrovych Katelnikov.

Processo: 08228.010855/2022-18 Requerente: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 28/02/2023 Imigrante: GOCHA TETRASHVILI Data Nascimento: 27/09/1983 Passaporte: 18AF81895 País: GEÓRGIA Mãe: LARISA IVANOVA Pai: AVTANDIL TETRASHVILI .

Processo: 08228.010961/2022-93 Requerente: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 31/12/2023 Imigrante: ANDREA GRANARA Data Nascimento: 27/06/1960 Passaporte: YA7357093 País: ITÁLIA Mãe: ROSA PINTUS Pai: ANTONIO GRANARA.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 11/2017)

Processo: 08228.011550/2022-15 Requerente: AGREX DO BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Imigrante: SHINTARO TANAKA Data Nascimento: 06/03/1986 Passaporte: TT1451673 País: JAPÃO Mãe: NOBUKO TANAKA Pai: SHINSUKE TANAKA.

Processo: 08228.012494/2022-36 Requerente: PFIZER BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Imigrante: CARLOS EDUARDO MURILLO MEDINA Data Nascimento: 11/02/1972 Passaporte: CE70483 País: BOLÍVIA Mãe: SUSI MEDINA Pai: VICTOR MURILLO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 14/2017)

Processo: 08228.009104/2022-41 Requerente: SVERDI PROPAGACAO E CULTURA Prazo: 2 Anos Imigrante: KOFFI MITRONOUGNAN TENGUE Data Nascimento: 10/12/1982 Passaporte: EB512738 País: TOGO Mãe: AKOUA AYACOBI Pai: KOKOUDA HOUDADJI TENGUE.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 15/2017)

Processo: 08228.010698/2022-32 Requerente: CASA - LAR *INFANTIL MIRIA* Prazo: 01 Ano Imigrante: JONNI LYNN SLIVER Data Nascimento: 20/07/1957 Passaporte: 567604259 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: DAYLE CLARANCE SLIVER Pai: PHYLLIS DARLENE JOHNSON.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 30/2018 - Renovação de Residência (RN 20/2017)

Processo: 08228.012398/2022-98 Requerente: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL MAMIRAUA Prazo: 2 Anos Imigrante: DANIEL JOSEPH TREGIDGO Data Nascimento: 02/05/1987 Passaporte: 126492295 País: REINO UNIDO Mãe: KEREN ANNE TREGIOGO Pai: DAVID ANTHONY TREGIDGO.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 36/2018 (Art. 4º c/c 2º, Alínea b)

Processo: 08228.008073/2022-19 Requerente: Luís Miguel Neves Quelhas Lima Ribeiro Prazo: 1 Ano Imigrante: Luis Miguel Neves Quelhas Lima Ribeiro Data Nascimento: 13/05/1968 Passaporte: C478259 País: PORTUGAL Mãe: Maria Manuela Neves Quelhas Lima Ribeiro Pai: Libério Bernardo Ribeiro.

Residência - RESOLUÇÃO NORMATIVA 40/2019 (Art. 3º c/c 4º, Inciso I)

Processo: 08228.010635/2022-86 Requerente: JUAN JOSE GRAU PASCUAL Prazo: 2 Anos Imigrante: JUAN JOSE GRAU PASCUAL Data Nascimento: 03/09/1958 Passaporte: PAL183298 País: ESPANHA Mãe: Carmen Pascual Barrachina Pai: Juan Grau Mancho.

Processo: 08228.008963/2022-12 Requerente: AMANDA KLEINE BECKER Prazo: 2 Anos Imigrante: WILLIAM KENNETH DAVIS JR Data Nascimento: 12/10/1943 Passaporte: 663172143 País: ESTADOS UNIDOS Mãe: LORENA DORROH ODOM Pai: WILLIAM KENNETH DAVIS.

Processo: 08228.010161/2022-72 Requerente: JOAQUIM AUGUSTO MOREIRA CARNEIRO Prazo: 2 Anos Imigrante: AUGUSTO JOAQUIM CARNEIRO MOREIRA Data Nascimento: 20/07/1960 Passaporte: CB009748 País: PORTUGAL Mãe: ANA RODRIGUES CARNEIRO Pai: JOAQUIM PEREIRA MOREIRA.

Residência - RESOLUÇÃO 45/2021

Processo: 08228.005286/2022-81 Requerente: MATTHIEU JACQUES ANDRE THIEBAUT Prazo: 1 Ano Imigrante: Matthieu Jacques André Thiebaut Data Nascimento: 30/04/1979 Passaporte: 14DE13622 País: FRANÇA.

Processo: 08228.010465/2022-31 Requerente: Declan Paul Morrisroe Prazo: 1 Ano Imigrante: Declan Paul Morrisroe Data Nascimento: 14/12/1998 Passaporte: 538460902 País: REINO UNIDO.

MARCOS LEÔNCIO SOUSA RIBEIRO

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 162, de 25/08/2022, Seção 1, Pág. 249, Processo: 08228.009468/2022-21, onde se lê: Imigrante: EMFINGER, leia-se: Imigrante: CAITLIN CHRISTIAN EMFINGER.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 84, de 05/05/2022, seção 1, Págs. 57 - 83, Processo: 08228.001414/2022-17, onde se lê: Data Nascimento: 10/12/1991, leia-se: Data Nascimento: 20/12/1991.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração Laboral, o deferimento publicado no DOU Nº 159, de 22/08/2022, Seção 1, Pág. 196, Processo: 08228.008589/2022-55, onde se lê: Data Nascimento: 21/08/1993, leia-se: Data Nascimento: 28/08/1993.

COORDENAÇÃO-GERAL DE POLÍTICA MIGRATÓRIA

DESPACHOS

Nº 7228/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0047043/2021.
Interessado: NADIM RAYMOND EL HAGE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no art.67 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, comprovante de residência no Brasil por, no mínimo, quinze anos imediatamente anteriores ao pedido de naturalização, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Nº 7.229/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0013260/2020
Interessado: OLASUBOMI ADEBOLA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no art.67 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado legalização da certidão de antecedentes criminais do país de origem, e que excedeu o limite legal de ausências, visto que ficou fora do país por mais de 180 meses.

Nº 7.230/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0029359/2021
Interessado: BANI DIAS CHAMA OLIGUES ELIAHB PIERRE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV, do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado certidão de antecedentes criminais do país de origem, e certidão da justiça estadual.

Nº 7.231/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0027307/202
Interessada: JACINTA ANDRADE MARQUES
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no inciso II, art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c §2º, art. 233, do Decreto nº 9.199/2017, tendo em vista que a requerente se ausentou por 317 dias do Brasil, excedendo o limite legal de ausências.

Nº 7.232/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0023173/2021
Interessado: MBAYE SECK
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso III do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, comprovação da capacidade de comunicar-se em língua portuguesa, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Nº 7.233/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0022128/2021
Interessado: KALAM MIA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV, do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente ter apresentado certidão de antecedentes criminais do país de origem sem a Legalização da Embaixada do Brasil no respectivo país.

Nº 7.234/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0019721/2020
Interessado: ISAIAS LOPES DJU
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso II do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, em fase recursal, o comprovante de residência em território nacional pelo prazo mínimo de 01 (um) ano imediatamente anterior ao pedido de naturalização.

Nº 7.235/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0018547/2020
Interessado: JOSE FERNANDO
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado certidão da Justiça Federal e Estadual.

Nº 7.236/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0017727/2020
Interessado: VLADIMIR OLARTE CADAVID
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV, do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado apostilamento da certidão de antecedentes criminais do país de origem.

Nº 7.237/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0014811/2020.
Interessado: JAVIER NELSON RODRIGUEZ BROWN.
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso II, do art. 65, da Lei nº 13.445, de 2017, c/c art. 221, do Decreto nº 9.199, de 2017, tendo em vista que o requerente não possui residência por prazo indeterminado.

Nº 7.238/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0014334/2020
Interessado: DIETER ADLER TRANCHANT
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto nos incisos II e IV, do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado cópia do passaporte, certidões da justiça Federal e Estadual, comprovante de residência, legalização e tradução da certidão de antecedente criminais do país de origem.

Nº 7.239/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo MJSP nº 235881.0014266/2020
Interessado: VALERY MARTINEZ JEAN
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso II do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 221 do Decreto 9.199/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, em fase recursal, comprovante de residência por prazo indeterminado, pelo prazo mínimo de 04 (quatro) anos imediatamente anteriores ao pedido de naturalização.

Nº 7.240/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0012119/2020
Interessado: GRACE MANGOBA EBWA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso II, do art. 65, da Lei nº 13.445, de 2017, c/c art. 221, do Decreto nº 9.199, de 2017, tendo em vista que o requerente não possui 04 anos de residência por prazo indeterminado.

Nº 7.241/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0011659/2020
Interessada: AMAL ABOU JAOUDE
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no inciso II, do art. 65 c/c inciso III, do art. 66, da Lei nº 13.445, de 2017, tendo em vista que a requerente não possui 1 ano de residência por prazo indeterminado.

Nº 7.242/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0009179/2020
Interessado: JORGE HERNAN ANTONIO AYALA MORANDI
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado certidão de antecedentes criminais do país de origem, traduzida e apostilada.

Nº 7.243/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido

Processo 235881.0009137/2020.
Interessado: HERNANDO ANDRES MUNOZ CARRILLO.
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso II do art.65 da Lei nº 13.445/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, em fase recursal, comprovante de residência indeterminada por, no mínimo, quatro anos imediatamente anteriores ao pedido de naturalização.

Nº 7.244/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0009099/2020
Interessado: MOHAMAD HARFOUSH
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto nos incisos III e IV, do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado Certidão de antecedentes criminais do PAÍS DE ORIGEM, bem como apresentou certificado de curso realizado à distância, sem informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 2020.

Nº 7.245/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0006909/2020
Interessada: NICKE NDJOWO LUFUNGULA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no inciso II do art. 65, da Lei nº 13.445, de 2017, c/c o item 8 do Anexo I, da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, em razão da recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, comprovante de residência, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Nº 7.246/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0006319/2020
Interessada: BASEMA KALOUT
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto no inciso IV do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão da recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, certidões da Justiça Federal e Estadual, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Nº 7.247/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0003500/2020
Interessada: MARIE LYNDA NELSON ST JOUR
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender a interessada o disposto nos incisos III e IV do art. 65 da Lei nº 13.445/2017, em razão da recorrente não ter apresentado, no momento processual oportuno, legalização da certidão de antecedentes criminais do país de origem, bem como comprovante de capacidade de comunicação em língua portuguesa, nos moldes da portaria 623/2020, dado que a via recursal não deve ser usada para suprir ausência documental.

Nº 7.263/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo Naturalizar-se nº 235881.0157334/2022.
Interessado: FANFAN JEAN.
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto no inciso II do art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 221 do Decerto 9.199/2017, em razão do recorrente não ter apresentado, em fase recursal, comprovante de residência indeterminada em território nacional por, no mínimo, quatro anos imediatamente anteriores ao pedido, pois registrou-se como permanente em 15 de abril de 2021 e seu pedido de naturalização ocorreu em 04/01/2022, com apenas 8 meses de residência.

Nº 7.264/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Manutenção de Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0065448/2021
Interessado: AHMAD ABO STITA
Despacho do Coordenador-Geral de Política Migratória:

No uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, recebo do recurso e, quanto ao mérito, nego provimento, mantendo a decisão recorrida pelos seus próprios fundamentos, por não atender o interessado o disposto nos incisos III e IV, do art.65 da Lei nº 13.445, de 2017, em razão do recorrente não ter apresentado certidões da Justiça Federal e Estadual, bem como o naturalizando apresentou certificado de curso à distância, sem informação de avaliação presencial, não cumprindo o disposto na Portaria nº 623, de 2020.

Flavio Henrique Diniz Oliveira
Coordenador-Geral de Política Migratória

COORDENAÇÃO DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS

DESPACHOS

Nº 172/2022/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE EXPULSÃO
Interessado: JOHN MASSAQUOI
Processo nº MJ-08704.000991/2015-08

A Coordenadora de Processos Migratórios, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, mantém, pelos seus próprios fundamentos, a decisão administrativa ora impugnada e, portanto, INDEFERE o pedido de reconsideração, por falta de amparo legal.

Nº 173/2022/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE REVOGAÇÃO DE EXPULSÃO
Interessado: IFEANYI BARTH EKESIL
Processo nº 08018.004469/2015-25

A Coordenadora de Processos Migratórios, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União, de 21 de junho de 2019, mantém, pelos seus próprios fundamentos, a decisão administrativa ora impugnada e, portanto, INDEFERE o pedido de reconsideração, tendo em vista que não restou comprovado o amparo previsto no art. 193, inciso II, alínea "a" ou "b", do Decreto 9.199/17.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DESPACHOS

Nº 7.226/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0088402/2021
Interessado: OLUWABUNMI SHOLA OYENIYI.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente foi notificada e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Nº 7.227/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido de naturalização
Processo: 235881.0000984/2020
Interessado: SIXTO CARLOS OCHOA AMOS

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não apresentou certidão da justiça estadual, certidão da justiça federal e País de Origem, bem como não apresentou comprovante de residência dos últimos 15 (quinze) anos e cópia completa do passaporte, e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 67 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Nº 7.253/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0161132/2022.
Interessado: ASLINE GENESTE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que a requerente, devidamente notificada não apresentou o atestado de antecedentes criminais emitido pelo país de origem atualizado, portanto, não atende à exigência contida no inciso IV, do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Nº 7.254/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0161111/2022.
Interessado: GINETTE JEUNE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que a requerente não apresentou comprovante de residência, nos termos do art. 56 da Portaria nº 623/2020 e documento indicativo da capacidade de se comunicar em língua portuguesa; foi notificada a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e a Polícia Federal encaminhou com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos da requerente, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017, c/c art. 227, do Decreto nº 9.199/2017, e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Nº 7.255/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo: 235881.0145515/2021.
Interessado: RONY YNELUS.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação do Antecedentes criminais do país de origem e o requerente apresentou Atestado de bons costumes, documento que não está previsto na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Nº 7.256/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0121310/2021.
Interessado: ROSE LYNEDHA SAUL.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado à requerente a apresentação do atestado de antecedentes criminais do país de origem, que não foi apresentado até a presente data (a requerente apresentou um atestado não legalizado em nome do seu cônjuge), indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Nº 7.257/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0121012/2021.
Interessado: JEAN FRESNEL MARCELIN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que foi solicitado ao requerente a apresentação da legalização do atestado de antecedentes criminais pela Embaixada do Brasil no país de origem, que não foi apresentado até a presente data, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento do inciso IV do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Nº 7.258/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0112338/2021.
Interessado: FISNEL JEAN PIERRE.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que o requerente não apresentou certidão de antecedentes criminais da Justiça Federal e não apresentou certidão de antecedentes criminais do país de origem (só apresentou tradução), bem como apresentou comprovante de que sabe se comunicar em língua portuguesa, emitido por instituição que não está prevista na Portaria nº 623, de 13 de novembro de 2020, evidenciando assim, o descumprimento às exigências contidas nos incisos III e IV, art. 65 da Lei nº 13.445/2017.

Nº 7.259/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0106060/2021.

Interessado: MIGUEL ESTEVAO DALA.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, considerando que o requerente, devidamente notificado, não apresentou o do atestado de antecedentes criminais pelo país de origem legalizado/apostilado, portanto, não atende às exigências contidas nos incisos IV, do art. 65 da Lei 13.445/2017.

Nº 7.260/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido.
Processo Naturalizar-se nº 235881.0075476/2021.
Interessado: AHMED KAMEL AMOUN.

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente foi notificado e não compareceu na Polícia Federal para conferência dos documentos originais e coleta biométrica, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017 e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020.

Nº 7.261/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0069627/2021
Interessado: ASSAMA KOUMOUVI

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, indefere o pedido, tendo em vista que a Polícia Federal constatou que o requerente não se enquadra na redução de prazo, portanto não atende à exigência contida no inciso II do art. 65, c/c o inciso III do art. 66, ambos da Lei nº 13.445/2017, c/c o inciso II do art. 235 do Decreto nº 9.199/2017.

Nº 7.262/2022/DINAT_NATURALIZACAO/DINAT/CPMIG/CGPMIG/DEMIG/SENAJUS
Assunto: Indeferimento do pedido
Processo: 235881.0025769/2021
Interessado: CHEIKH DIOP

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, considerando que o requerente não apresentou os documentos necessários no momento da formalização do pedido, foi notificado a complementar e não respondeu às exigências dentro do prazo previsto e houve o encaminhamento pela Polícia Federal com sugestão pelo indeferimento sem coletar os dados biométricos do requerente, indefere o pedido tendo em vista o não cumprimento das exigências previstas no art. 65 da Lei nº 13.445/2017 c/c art. 227 do Decreto nº 9.199/2017 e §2º, art. 7º da Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020."

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 988, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08018.000806/2017-77, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

REVOGAR a Portaria n° 401, de 11 de abril de 2019, publicada no Diário Oficial do dia 15 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de AMAECHI CHRISTIN EZECHI, de nacionalidade nigeriana, filho de Christin Ezechi e de Ogugua Ezechi, nascido na República Federal da Nigéria, em 20 de fevereiro de 1972, tendo em vista a comprovação de amparo pelo artigo 193, inciso II, alínea "a", do Decreto 9.199/17.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 989, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria SENAJUS nº 432, de 17 de junho de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 21 subsequente, e tendo em vista o que consta do Processo nº 08000.051254/2017-54, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, resolve:

REVOGAR a Portaria CPMIG nº 1438, de 13 de dezembro de 2019, publicada no Diário Oficial da União do dia 16 subsequente, que determinou a expulsão do Território Nacional de LAMINE TURÉ, de nacionalidade guineense, filho de Mamade Ture e de Fatu Sisse, nascido na República de Guiné-Bissau, em 17 de maio de 1986, tendo em vista a comprovação de amparo pelo artigo 193, inciso II, alínea "b", do Decreto 9.199/17.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA Nº 990, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020, resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 65 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALI HAMKA - F177689-Q, natural do Líbano, nascido em 02 de abril de 1993, filho de Ramzi Hamka e de Adiba Al Hourani, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0077947/2021);

BERNARDO CORDOVES ESCOBAR - V960528-I, natural de Cuba, nascido em 17 de março de 1969, filho de Bernardo Cordoves Herrera e de Daysi Escobar Fernandez, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0101253/2021);

CASSANDRA PIERRE - G353819-C, natural do Haiti, nascida em 31 de dezembro de 1990, filha de Jean Frantz Pierre e de Mignonne Decembre, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0119658/2021);

DINA OKASHA MAHMOUD AZZAN - F219328-3, natural do Egito, nascida em 24 de dezembro de 1984, filha de Okasha Mahmoud Azzan e de Laila Mahmoud Mohamed Eldaly, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0036237/2021);

EMAN ABDELAZIM ABDELMONEM ELSAYED - G259298-S, natural do Egito, nascida em 15 de novembro de 1982, filha de Abdelazim Abdelmonem Elsayed e de Fatma Abdallah Abu Zeid, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0154286/2021);

FATMA ABDALSALAM HASAN ABUMANSI - F234558-0, natural do Estado da Palestina, nascida em 24 de janeiro de 1994, filha de Abdalsalam Hasan Sulaiman Abumansi e de Salwa Mohammed Ali Abushehada, residente no Estado do Espírito Santo (Processo nº 235881.0142948/2021);

HASSAN JORF - F195347-F, natural do Marrocos, nascido em 01 de junho de 1997, filho de Az-Eddine Jorf e de Rabia Chemichi , residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0026765/2021);

JAIME BELL GARCIA - G012278-X, natural de Cuba, nascido em 31 de maio de 1985, filho de Rodobaldo Bell Gonzalez e de Nelcy Garcia Garcia, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0130356/2021);

JEFFSON PRESENDIEU - G178629-V, natural do Haiti, nascido em 01 de março de 1989, filho de Precius Presendieu e de Carmen Desrosier, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0134531/2021);

KAUSAR BALOCH - F284996-J, natural do Paquistão, nascida em 10 de outubro de 1983, filha de Ahmed Rahi e de Bilqees Bano, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0109024/2021);

MAHAMUDUL HASAN - V969652-9, natural de Bangladesh, nascido em 01 de janeiro de 1993, filho de Md Monir Miah e de Mos Samsun Nahar, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0100560/2021);

MAMADU BALDÉ - V751800-6, natural de Guiné-Bissau, nascido em 20 de outubro de 1982, filho de Ibraima Baldé e de Satan Djamanca, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 235881.0112875/2021);

MAUDE HERLINE CHAVRE - G367761-5, natural do Haiti, nascida em 01 de abril de 1986, filha de jean claude chavre e de Gislaine Raphael, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0144198/2021);

MOHAMMAD NASIRUDDIN - G111491-V, natural de Bangladesh, nascido em 14 de abril de 1989, filho de Late Riaz Ali e de Mrs Joytun Begum, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0186982/2022);

MOHAMMED SALEH MOHAMMED HAFEDH - F074720-6, natural do Iêmen, nascido em 01 de janeiro de 1988, filho de Saleh Mohammed Hafedh e de Dollah Ali Mohammed Hafedh, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0199154/2022);

RONEL FANEZY - G245122-H, natural do Haiti, nascido em 15 de janeiro de 1986, filho de Odva Fanezy e de Juzette Orelus, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0121212/2021);

SULTAN BALOCH - F284209-V, natural do Paquistão, nascido em 29 de janeiro de 1981, filho de Sher Muhammad e de Maryam Sher Muhammad, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0107593/2021);

WALEED AL HAMOUD - G114971-2, natural da Síria, nascido em 20 de janeiro de 1985, filho de Ahmad Al Hamoud e de Najat Almasri, residente no Estado de São Paulo (Processo 235881.0003799/2020) e

YOLDY AUGUSTIN - G102946-H, natural do Haiti, nascida em 28 de dezembro de 1988, filha de Miseda Milcent e de Ulrick Augustin, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 235881.0130223/2021).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

PORTARIA 991, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A COORDENADORA DE PROCESSOS MIGRATÓRIOS, no uso da competência delegada pela Portaria nº 623 de 13 de novembro de 2020, publicada no Diário Oficial da União, de 17 de novembro de 2020: resolve:

Conceder a nacionalidade brasileira, por Naturalização Provisória, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do Art. 12, inciso II, alínea "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o Art. 70 da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil, até 2 (dois) anos após atingir a maioridade, nos termos do Parágrafo único do referido artigo:

CATHERINA FABIANA LIMONGI CONTASTI - G271231-E, natural da Venezuela, nascida em 23 de outubro de 2015, filha de Catherine Daniela Contasti Digier e de Raul Eduardo Limongi Pacheco, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0067679/2021);

KIRAT - F319788-0, natural da Índia, nascida em 11 de janeiro de 2017, filha de Naranjan Singh e de Reena devi, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 235881.0077226/2021) e

RATEL MOHAMMED SALEH HAFEDH - F074656-Q, natural do Iêmen, nascida em 11 de setembro de 2016, filha de Mohammed Saleh Mohammed Hafegh e de Zlinab Saleh Muthanna Naji Al-Omaisi, residente no Estado do Paraná (Processo nº 235881.0114485/2021).

ANA CLARA FORMIGA FERREIRA DO CARMO

DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO

DESPACHOS

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que a exata data de nascimento de ABDELILAH REGRAI, incluído na Portaria nº 967, de 18 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2022, é 27 de março de 1962, e não como constou. Processo nº 235881.0085356/2021

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que Nuah Osamah Abdulmalek Al Mekhlafi, incluído na Portaria nº 987, de 24 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 25 de agosto de 2022, é natural do EGITO, e não como constou. Processo nº 08018.046774/2022-13

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que o exato nome do genitor de Donaldo Syllabe, incluído na Portaria nº 980, de 23 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 24 de agosto de 2022, é JOACIN SYLLABE, e não como constou. Processo nº 08018.046798/2022-72

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que a exata data de nascimento de Leidy Geraldine Carvajal Espejo, incluído na Portaria nº 319, de 04 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 05 de abril de 2022, é 29 de setembro de 1993, e não como constou. Processo nº 235881.0066220/2021

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que o exato nome do genitor de ANAS ABO ASALI, incluído na Portaria nº 628, de 13 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2022, é ELLIA ABOU ASALI, e não como constou. Processo nº 235881.0018004/2020

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que a exata data de nascimento de Ethans Nicholas Aigbokhan, incluído na Portaria nº 498, de 23 de Maio de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 24 de Maio de 2022, é 06 de Julho de 1962, e não como constou. Processo nº 08000.023314/2022-14

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que a exata data de nascimento de CARLA CAMPOS DA CONCEICAO, incluído na Portaria nº 976, de 19 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 22 de agosto de 2022, é 15 de Setembro de 1982, e não como constou. Processo nº 235881.0073460/2021

A CHEFE DA DIVISÃO DE NATURALIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES, DA SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições legais, declara que a exata data de nascimento de Raoufe Salman Jaafar, incluído na Portaria nº 351, de 12 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 13 de abril de 2022, é 06 de outubro de 1952, e não como constou. Processo nº 08084.005120/2022-46

MARTHA PACHECO BRAZ

DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHOS DE 26 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA - SUBSTITUTA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016 e Portaria nº 537, de 4 de julho de 2017; resolve:

Nº 1.632 - Tornar pública a PERDA da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de ofício, da entidade social ASSOCIAÇÃO ESPAÇO VIDA MAIS AMOR, com sede em Goiânia-GO, inscrita no CNPJ sob o nº 19.959.845/0001-37 conforme Nota Técnica nº 1039/2021/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS (16259500). Nos termos do art. 5º inciso LV, da Constituição Federal de 1988, e do art. 4º Parágrafo Único, do Decreto nº 3.100/99, ficam assegurados o direito da ampla defesa e do contraditório. Conforme o art. 59º da Lei nº 9.784, de 1999, a entidade terá 10 (dez) dias, a partir da publicação deste ato, para apresentar Recurso Administrativo à autoridade que proferiu a decisão. Processo SEI/MJ nº 08071.000076/2022-27.

Nº 1.633 - Tornar pública a PERDA da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de ofício, da entidade social VIA SAUDE ASSOCIACAO COMUNITARIA E SOCIAL, com sede em São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 12.100.085/0001-69 conforme Despacho nº 1046/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS(18276477). Nos termos do art. 5º inciso LV, da Constituição Federal de 1988, e do art. 4º Parágrafo Único, do Decreto nº 3.100/99, ficam assegurados o direito da ampla defesa e do contraditório. Conforme o art. 59º da Lei nº 9.784, de 1999, a entidade terá 10 (dez) dias, a partir da publicação deste ato, para apresentar Recurso Administrativo à autoridade que proferiu a decisão. Processo SEI/MJ nº 08071.000241/2022-41.

Nº 1.634 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIACAO AMIGO ANIMAL, com sede em SANTO ANDRÉ-SP, inscrita no CNPJ sob o nº 04.513.317/0001-82, em razão do não-cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, e apresentação de documentação incompleta, consoante exame promovido no âmbito do Despacho nº 1209/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS (18494591). Por oportuno, atenta-se no sentido de que a entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste ato, para apresentar a documentação faltante, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016. Processo SEI/MJ nº (08026.000498/2022-48).

Nº 1.635 - Tornar pública a PERDA da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de ofício, da entidade social MORADIA E CIDADANIA, com sede em Brasília-DF, inscrita no CNPJ sob o nº 01.285.730/0001-49 conforme Nota Técnica nº1554/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS (19271369). Nos termos do art. 5º inciso LV, da Constituição Federal de 1988, e do art. 4º Parágrafo Único, do Decreto nº 3.100/99, ficam assegurados o direito da ampla defesa e do contraditório. Conforme o art. 59º da Lei nº 9.784, de 1999, a entidade terá 10 (dez) dias, a partir da publicação deste ato, para apresentar Recurso Administrativo à autoridade que proferiu a decisão. Processo SEI/MJ nº08071.000266/2022-44.

Nº 1.640 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INSTITUTO ATITUDE AMBIENTAL, com sede em Niterói - RJ, inscrita no CNPJ sob o nº 14.796.937/0001-20, conforme Despacho nº 1547/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (19242984), em razão da inadequação da entidade social aos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 1999. A entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste ato, para apresentar a documentação faltante, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016. Processo SEI/MJ nº 08026.000604/2022-93.

NADIA DE CASTRO AMARAL FRANCO WALLER

DESPACHOS DE 26 DE AGOSTO DE 2022

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA - SUBSTITUTA, no uso das atribuições conferidas pelo art. 16, inciso VIII, do Anexo I, do Decreto nº 9.662, de 1º de janeiro de 2019, e considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999 e na Portaria MJ nº 362, de 1° de março de 2016 e Portaria nº 537, de 4 de julho de 2017; resolve:

Nº 1.636 - Tornar pública a PERDA da qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), de ofício, da entidade social INSTITUTO GRANDE LOJA MAÇONICA DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO, com sede em Vitória - ES, inscrita no CNPJ sob o nº 05.377.196/0001-51, conforme Despacho nº 1559/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (19303750). Nos termos do art. 5º inciso LV, da Constituição Federal de 1988, e do art. 4º Parágrafo Único, do Decreto nº 3.100/99, ficam assegurados o direito da ampla defesa e do contraditório. Conforme o art. 59º da Lei nº 9.784, de 1999, a entidade terá 10 (dez) dias, a partir da publicação deste ato, para apresentar Recurso Administrativo à autoridade que proferiu a decisão. Processo SEI/MJ nº 08071.000268/2022-33.

Nº 1.637 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social DESAFIO JOVEM EFRAIM CRUZEIRO, com sede em LAVRINHAS - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 24.410.707/0001-34, conforme Despacho nº 1558/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (19303473), em razão da inadequação da entidade social aos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 1999. A entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste ato, para apresentar a documentação faltante, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016. Processo SEI/MJ nº 08026.000381/2022-64.

Nº 1.638 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DE ESTUDANTES DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E COMERCIAIS, com sede em Manaus - AM, inscrita no CNPJ sob o nº 10.681.297/0001-51, conforme Despacho nº 1553/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (19263808), em razão da inadequação da entidade social aos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 1999. A entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste ato, para apresentar a documentação faltante, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016. Processo SEI/MJ nº 08026.000261/2022-67.

Nº 1.639 - Em face da informação proferida pelo Setor de Análise de OSCIP-OE, por meio da Nota Técnica n.º 671/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ, conheço o recurso administrativo interposto pela entidade social INDI-INSTITUTO NACIONAL DO ÍNDIO, com sede em Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 27.346.348/0001-91 para, no mérito, deferir provimento e reconsiderar a decisão de indeferimento proferida por meio do Despacho nº 1547/2022/DPJUS/SENAJUS (19049563), de 12/08/2022, publicado no Diário Oficial da União em 16/08/2022, Seção 1, página 63 (19082121). Por conseguinte, torno público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social INDI - INSTITUTO NACIONAL DO INDIO, com sede em Brasília - DF, inscrita no CNPJ sob o nº 27.346.348/0001-91. Processo SEI/MJ nº 08026.000535/2022-18.

Nº 1.641 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), da entidade social ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE ALTAMIRA, com sede em ALTAMIRA - PA, inscrita no CNPJ sob o nº 02.611.132/0001-85, em razão do não-cumprimento dos requisitos exigidos pela Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, consoante exame promovido no âmbito do Despacho nº 1542/2022/OSCIP-OE/GAB-CGJUS/DPJUS/SENAJUS/MJ (19214856). Por oportuno, atenta-se no sentido de que a entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da publicação deste ato, para apresentar as alterações solicitadas, nos termos do art. 4º, § 1º, inciso III, da Portaria MJ nº 362, de 2016. Processo SEI/MJ nº 08026.000315/2022-94.

NADIA DE CASTRO AMARAL FRANCO WALLER

COORDENAÇÃO DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA

DESPACHO Nº 376/2022/CPCIND/DPJUS/SENAJUS, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Processo MJ nº: 08017.001389/2022-57

Tendo em vista a abertura de procedimento de reconsideração da classificação indicativa da obra "A FAVORITA", com fulcro no art. 60 da Portaria MJSP n°502 de 23 e § 1º do mesmo dispositivo, faz-se a seguintes considerações:

a) Ao contrário do que afirma a emissora, não se trata de uma obra do gênero de comédia, mas sim de suspense e drama;

b) Os pequenos pontos isolados em que se observam excertos com alguma comicidade, em nada se relacionam com as tendências identificadas, não sendo objeto de consideração para qualquer atenuante desse tipo;

c) A afirmação de que se trata de uma obra de ficção, sem nenhum compromisso com a realidade, tampouco é critério a ser considerado;

d) A veracidade das informações apresentadas na trama não são objeto de análise;

e) Já estão monitorados mais de 180 (cento e oitenta) capítulos, de forma que as tendências de maior gradação etária foram, reiteradamente, exibidas, entre elas: relação sexual (14), prostituição (14), exploração sexual (14), estigma ou preconceito (14); morte intencional (14), exploração sexual (14) e estupro ou coação sexual (16);

f) Tais acontecimentos são retratados de maneira inequívoca e com notória verossimilhança, tanto no contexto como em seu apelo imagético;

g) Cabe esclarecer que a Classificação Indicativa fundamenta-se no previsto na Portaria do Ministério da Justiça e Segurança Pública nº 502, de 23 novembro de 2021, em especial no artigo 12, que especifica que a classificação indicativa tem como eixos temáticos os conteúdos de sexo e nudez, violência e drogas (incisos I, II e III) e acrescenta em seu parágrafo 1º que o grau de incidência dos critérios temáticos nos eixos definidos no caput deste artigo, determinará as faixas etárias a que não se recomendam as obras, nos termos dos Guias Práticos da Classificação Indicativa. Além, disto, baseia-se, ainda, no fato de que a atribuição da classificação indicativa é o resultado da ponderação das fases descritiva e contextual (artigo 22, § 1º, inciso III);

h) As tendências identificadas - em razão de sua frequência, relevância, composição de cena, contexto, apresentação de conteúdo negativo -, e sopesada a insuficiência dos atenuantes apresentados, aproximam a obra de forma veemente à classificação de "não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos" e não à classificação de "não recomendado para menores de 12 (doze) anos", como afirma a empresa.

i) As informações completas sobre a análise encontram-se disponíveis na NOTA TÉCNICA Nº 39/2022/CPCIND/DPJUS/SENAJUS/MJ;

j) A manutenção da classificação indicativa outrora atribuída preserva tanto a liberdade de expressão, como a proteção de crianças e adolescentes, quanto a exibição de conteúdos inadequados ao seu desenvolvimento psíquico, o que se mostra especialmente importante em programas seriados.

Desta forma, indefere-se o pedido de reconsideração, mantendo-se a classificação indicativa da obra como "não recomendado para menores de 14 (catorze) anos", por conter violência, conteúdo sexual e drogas lícitas, em razão da aplicação dos critérios atuais explicitados no Guia Prático de Audiovisual.

EDUARDO DE ARAUJO NEPOMUCENO
Coordenador

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.215, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Programa: OPERAÇÃO CUPIDO (Brasil - 2022)
Produtor(es): TV Ômega Ltda
Diretor(es): Ana Claudia Bexiga
Distribuidor(es): TV ÔMEGA Ltda.
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Entretenimento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.000728/2022-88
Requerente: TV ÔMEGA LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.216, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Programa: BAND FOLIA 2022 (Brasil - 2022)
Produtor(es): Fabio Sanches Marques
Diretor(es): Fabio Sanches Marques
Distribuidor(es): RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Entretenimento
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 10 (dez) anos
Contém: Conteúdo Sexual e Drogas Lícitas
Processo: 08017.000734/2022-35
Requerente: RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES S.A.

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.217, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Série: CHICAGO MED - ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIA - 6ª TEMPORADA (CHICAGO MED, Estados Unidos da América - 2020/2021)
Produtor(es): Universal
Diretor(es): Michael Waxman
Distribuidor(es): UNIVERSAL
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Gênero: Drama

Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 16 (dezesseis) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 22 (vinte e duas) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Drogas , Violência e Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000991/2022-77
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.218, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Série: VAI QUE COLA - 4ª TEMPORADA (Brasil - 2016)
Produtor(es): Globo Comunicação e Participações S/A/Fábrica Entretenimento
Diretor(es): César Rodrigues/João Fonseca
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Comédia
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001080/2022-67
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.219, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Programa: ILHA RECORD 2 (Brasil - 2022)
Produtor(es): Record TV
Diretor(es): Rodrigo Carelli/Diogo Moraes/Thiago Tonkie
Distribuidor(es): RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S/A/ / TELEIMAGE
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Reality Show
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001262/2022-38
Requerente: SET SERVIÇOS EMPRESARIAIS LTDA

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.220, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Série: RENSGA HITS! (Brasil - 2021)
Produtor(es): Glaz Entretenimento
Diretor(es): Leandro Neri/Carol Durão
Distribuidor(es): Globo Comunicação e Participações S/A
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Gênero: Drama/Musical
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Conteúdo Sexual , Drogas Lícitas e Linguagem Imprópria
Processo: 08017.001410/2022-14
Requerente: GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S/A

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.221, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: O SANTO DE TODOS - A VIDA E MISSÃO DE SANTO ANTÔNIO MARIA CLARET (CLARET, Espanha - 2020)
Produtor(es): Contracorrente
Diretor(es): Pablo Moreno
Distribuidor(es): AM DE MORAIS PRODUÇÕES E EVENTOS
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Gênero: Drama
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 14 (catorze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 21 (vinte e uma) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência e Drogas Lícitas
Processo: 08017.001482/2022-61
Requerente: AM DE MORAIS PRODUÇÕES E EVENTOS

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.222, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: 5 CASAS (Brasil - 2020)
Produtor(es): Jessica Luz
Diretor(es): Bruno Gularte Barreto
Distribuidor(es): LANÇA FILMES
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Documentário
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de 12 (doze) anos
Recomenda-se sua exibição a partir das 20 (vinte) horas, quando apresentado em TV aberta
Contém: Violência
Processo: 08017.001671/2022-34
Requerente: LANÇA FILMES

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

PORTARIA CPCIND/SENAJUS/MJSP Nº 1.223, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR DE POLÍTICA DE CLASSIFICAÇÃO INDICATIVA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto nos artigos 21, inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, inciso I, da Constituição Federal; artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, e com fundamento na Portaria MJ nº 502, de 23 de novembro de 2021, resolve classificar:

Filme: PINOCCHIO: O MENINO DE MADEIRA (PINOCCHIO: A TRUE STORY, Rússia - 2022)
Produtor(es): Luminescence
Diretor(es): Vasily Rovenskiy
Distribuidor(es): Playarte Pictures
Classificação Pretendida: livre
Gênero: Animação
Classificação Atribuída: livre
Contém: Violência Fantasiosa
Processo: 08017.001612/2022-66
Requerente: PLAYARTE PICTURES

EDUARDO DE ARAÚJO NEPOMUCENO

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA
SUPERINTENDÊNCIA-GERAL

DESPACHOS DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Nº 1.235/2022
Ato de Concentração nº 08700.005850/2022-32; Requerentes: SCCP Fundo de Investimento em Participações Multiestratégias, Novonor Participação e Investimentos S.A. - Em Recuperação Judicial, e Jequitibá Patrimonial S.A. Advogadas: Maria Eugênia Novis e Erica Sumie Yamashita. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.236/2022
Ato de Concentração nº 08700.005844/2022-85; Requerentes: Aliansce Sonae Shopping Centers S.A. e REC Mall Uberlândia S.A. Advogados: Barbara Rosenberg, Luís Bernardo Coelho Cascão, Guilherme Morgulis, Marcela Abras Lorenzetti e Gabriela Pletsch da Luz. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.237/2022
Ato de Concentração nº 08700.005931/2022-32. Requerentes: Vita IT Comércio e Serviços de Soluções em TI Ltda. e Telefônica Infraestrutura e Segurança Ltda. Advogados: Leonor Cordovil, Beatriz Cravo, Letícia Barros, Mariana Mello, Pedro C. E. Vicentini e Daniel Yoneda Reyes. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.238/2022
Ato de Concentração nº 08700.005702/2022-18. Requerentes: Direcional Engenharia S.A. e Cyrela Brazil Realty S.A. Empreendimentos e Participações. Advogados: Luiz Eduardo Salles, Lucas Bianchini, Eduardo Caminati, Marcio Bueno e André Ferraz. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

DESPACHOS DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Nº 1.230 - Ato de Concentração nº 08700.005965/2022-27; Requerentes: New Co SAB 310 e GreenYellow SAS. Advogados: José Carlos Berardo, Maria Luiza Miranda Giraldi, Fabricio A. Cardim de Almeida e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.231/2022
Ato de Concentração nº 08700.005806/2022-22; Requerentes: CMA CGM S.A. e Marfret Compagnie Maritime S.A.S. Advogadas: Karen Ruback, Letícia Barros e Taís Baldini. Decido pela aprovação sem restrições.

Nº 1.233/2022
Ato de Concentração nº 08700.005555/2022-86. Requerentes: Nutrien Ltd., Casa do Adubo S.A., Casal Comércio e Serviços Ltda., Estevão Participações Ltda. e Selfos SP Participações S.A. Advogados: Leonardo Rocha e Silva, José Rubens Battazza Iasbech, José Carlos Berardo e Elen Lizas. Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

DESPACHO Nº 1.242, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Ato de Concentração nº 08700.005843/2022-31. Requerentes: Atiaia Energia S.A. e Volga Energia S.A. Advogados: José Alexandre Buaiz Neto e Daniel Costa Rebello.
Decido pela aprovação sem restrições.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

DESPACHO DE 29 DE AGOSTO DE 2022

ENCERRAMENTO PROCESSO ADMINISTRATIVO (CONDENAÇÃO TOTAL OU PARCIAL) Nº 15/2022
Processo Administrativo nº 08700.002086/2015-14 (Apartado de Acesso Restrito 08700.009125/2014-23)
Representante: Cade ex officio
Representados: Alusa Engenharia (atualmente denominada Alumini Engenharia S.A.); Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A.; Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A.; Construtora Andrade Gutierrez S.A.; Construtora Norberto Odebrecht S.A.; Construtora OAS S.A.; Construtora Queiroz Galvão S.A.; Engevix Engenharia S.A.; Galvão Engenharia S.A.; GDK S.A.; Iesa Óleo e Gás S.A.; Jaraguá Equipamentos Industriais Ltda.; Mendes Júnior Trading Engenharia S.A.; MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.; Promon Engenharia Ltda.; Schahin Engenharia S.A.; Skanska Brasil Ltda.; SOG Óleo e Gás S.A.; Techint Engenharia e Construções S.A.; Tomé Engenharia S.A.; UTC Engenharia S.A.; Agenor Franklin Magalhães Medeiros; Alberto Elísio Vilaça Gomes; Alberto Jesus Padilla Lizondo; Alessandro Carraro; Alfredo Rafael Collado; André Gustavo de Farias Pereira; Antônio Carlos D´Agosto Miranda; Augusto Ribeiro de Mendonça Neto; Carlos Alberto de Oliveira e Silva; Carlos Eduardo Strauch Albero; Carlos Maurício Lima de Paula Barros;

César Luiz de Godoy Pereira; Cristiano Kok; Dalton dos Santos Avancini; Dario de Queiroz Galvão Filho; Dorian Luiz Valeriano Zen; Edison Freire Coutinho; Eduardo Hermelino Leite; Elton Negrão de Azevedo Junior; Erton Medeiros Fonseca; Euler Gravatá de Menezes; Francisco Vera Codina; Gabriel Aidar Abouchar; Gerson de Mello Almada; Guilherme Pires de Mello; Guilherme Rosetti Mendes; Henrique Quintão Federici; Ildefonso Colares Filho; João Ricardo Auler; José Adelmário Pinheiro Filho; José Antunes Sobrinho; José Carlos Lopes Mendes; José Cláudio Gago Lima; José Luis Fernandes; José Octavio Lisboa de Alvarenga; Leandro de Aguiar; Leonel Queiroz Vianna Neto; Luiz Augusto Distrutti; Márcio Faria da Silva; Marcos Pereira Berti; Mario Costa Andrade Neto; Maurício Mendonça Godoy; Nasareno das Neves; Othon Zanóide de Moraes Filho; Paulo Massa Filho; Paulo Roberto Dalmazzo; Pedro Luiz Pereira da Silva; Petrônio Braz Júnior; Renato Augusto Rodrigues; Renato Ribeiro Abreu; Ricardo Ourique Marques; Ricardo Ribeiro Pessoa; Roberto Ribeiro de Mendonça; Rodolfo Andriani; Rogério Santos de Araújo; Saulo Vinícius Rocha Silveira; Sérgio Cunha Mendes; Tadeu Rodrigues Maia; e Valdir Lima Carreiro.
Advogados: Paulo Guilherme de Mendonça Lopes, Beatriz Catta Preta, José Carlos da Matta Berardo, Marcela Junqueira Cesar Pirola, Ana Paula Martinez, Alexandre Ditzel Faraco, Marcos Drummond Malvar, Ana Fernanda Ayres Delloso, Bruno Hartkoff Rocha, Daniel Oliveira Andreoli, Guilherme Khouri Barrionuevo, Eduardo Caminati Anders, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Barbara Rosenberg, Luís Bernardo Coelho Cascão, Amanda Fabbri Barelli, Pedro Alberto do Amaral Dutra, Julio Cesar Cavalcante Aires, Paola Regina Petrozziello Pugliese, Milena Fernandes Mundim, Vinícius Hercos da Cunha, Gustavo Cortês de Lima, Ivan Ribeiro dos Santos Nazareth, Fernanda Gadelha Araujo Lima, José Roberto Manesco, Floriano Peixoto de Azevedo Marques Neto, Luís Justiniano Hayek Fernandes, Marçal Justen Filho, Cesar Augusto Guimarães Pereira, Paolo Zupo Mazzucato, Ricardo Noronha Inglez de Souza, Bruno Greca Consentino, Milton Campilongo, Celso Fernandes Campilongo, Heloisa Ramos de Campos Mello, Antonio Araldo Ferraz Dal Pozzo, Percival José Bariani Junior, Patricia Bandouk Carvalho, Tatiana Lins Cruz, Eduardo Boccuzzi, Alfeu Alves Pinto, Leonor Augusta Giovine Cordovil, Ricardo Casanova Motta, Ludmila Somensi, Sidnei Garcia Diaz, José Antônio Garcia, Tercio Sampaio Ferraz Junior, Ricardo Tosto de Oliveira Carvalho, Zanon de Paula Barros, Marlus Heriberto Arns de Oliveira, André Pinto Donadio, Arthur Lima Guedes, Gilberto Mendes Calasans Gomes, Guilherme Henrique Magaldi Netto, José Del Chiaro Ferreira da Rosa, Rafael Menezes Trindade Barretto, Breno Gravatá de Menezes, Maria Cecilia Dias de Andrade Santos, Ticiana Nogueira da Cruz Lima, Vinicius Marques de Carvalho, Conrado Donati Antunes, João Daniel Rassi, Marta Cristina Cury Saad Gimenes, Guilherme San Juan Araujo, Luciana Zanella Louzado, José Carlos de Jesus Gonçalves, Maria Madalena Antunes Gonçalves, Débora Canal de Farias, Victor Cavalcanti Couto, André Marques Gilberto, Alessandra Cristina Cavalcanti Sabino, Henrique Zelante Rodrigues Netto, Luís Carlos Dias Torres, Andrea Vainer, Vitor Alexandre de Oliveira e Moraes, Maria de Fátima Rezende, Salo de Carvalho, Marco Antonio Fonseca Junior, Bruno de Luca Drago, Rogério Pires da Silva, Rodrigo Maluf Cardoso, Beatriz Medeiros Navarro Santos, Erika Vieira Sang, Flavia Chiquito dos Santos, Olavo Zago Chinaglia, Adjair da Cunha dos Santos, Renato Mobille Bispo da Cruz, Camila Franciele Righetti, Vicente Bagnoli, Douglas Telpis Ferrante, Armando de Souza Mesquita Neto, Patrícia Agra Araújo, Daniela Zaitz Kolar, Victor do Santos Rufino, Luciano Feldens, Débora Poeta W. Feldens, Isabela de Oliveira Pannunzio, André Carmelingo Alves, Ana Claudia Medeiros Approbato Machado, João Ricardo Oliveira Munhoz, Maria Augusta Fidalgo, Daniel Ayres Kalume Reis, Paulo Tiago Sulino Muliterno, Luiz Eduardo Spinola Jahic, Stefanie Christine Schmitt Giglio, Raisa Dvorah Rechter, Lilian Christine Reolon, Renato Guazzelli Mancini Ramos Vianna, Grazielle Duarte Najim e Maria Beatriz Fidalgo Velloso Ferreira, Maria Carolina Bernardo de Souza e outros.

Tendo em vista a Nota Técnica nº 87/2022/CGAA8/SGA2/SG/CADE (SEI nº 1110139 e 1110140) e, com fulcro no §1º do art. 50 da Lei nº 9.784, de 1999, integro as suas razões à presente decisão, inclusive como sua motivação.

Pelos fundamentos apontados na Nota Técnica, nos termos do art. 74 da Lei nº 12.529/2011, decido pelo encaminhamento dos presentes autos ao Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, opinando-se:

a) pelo indeferimento das preliminares suscitadas pelos Representados em sede de novas alegações;

b) pela condenação dos Representados a seguir elencados por entender que suas condutas configuraram infração à ordem econômica de acordo com o artigo 20, incisos I a IV, c/c art. 21, I, III, IV e VIII, da Lei nº 8.884/94, bem como com o art. 36, incisos I a IV c/c seu § 3º, inciso I, alíneas "a", "c" e "d", da Lei nº 12.529/2011, recomendando-se ainda a aplicação de multa por infração à ordem econômica nos termos da Lei de Defesa da Concorrência, além das demais penalidades entendidas cabíveis: Alusa Engenharia (atualmente denominada Alumini Engenharia S.A.); Construtora Queiroz Galvão S.A.; Engevix Engenharia S.A.; Galvão Engenharia S.A.; GDK S.A.; Iesa Óleo e Gás S.A.; Mendes Júnior Trading Engenharia S.A.; MPE Montagens e Projetos Especiais S.A.; Promon Engenharia Ltda.; Schahin Engenharia S.A.; Skanska Brasil Ltda.; Techint Engenharia e Construções S.A.; UTC Engenharia S.A.; Alberto Elísio Vilaça Gomes; Alfredo Rafael Collado; André Gustavo de Farias Pereira; Antônio Carlos D´Agosto Miranda; Carlos Maurício Lima de Paula Barros; César Luiz de Godoy Pereira; Cristiano Kok; Dario de Queiroz Galvão Filho; Edison Freire Coutinho; Erton Medeiros Fonseca; Euler Gravatá de Menezes; Gerson de Mello Almada; Guilherme Rosetti Mendes; Guilherme Pires de Mello; José Adelmário Pinheiro Filho; José Antunes Sobrinho; José Carlos Lopes Mendes; José Cláudio Gago Lima; José Octavio Lisboa de Alvarenga; Leonel Queiroz Vianna Neto; Luiz Augusto Distrutti; Othon Zanóide de Moraes Filho; Paulo Massa Filho; Petrônio Braz Júnior; Renato Ribeiro Abreu; Ricardo Ourique Marques; Ricardo Ribeiro Pessoa; Saulo Vinícius Rocha Silveira; Sérgio Cunha Mendes e Valdir Lima Carreiro;

c) pela extinção da ação punitiva da Administração Pública com relação às pessoas jurídicas e físicas Signatárias do Acordo de Leniência, em vista do cumprimento integral das obrigações previstas no Acordo e da colaboração com as investigações;

d) pelo arquivamento do Processo Administrativo em relação aos seguintes Representados: Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., Dalton dos Santos Avancini, Eduardo Hermelino Leite, João Ricardo Auler, Construtora Andrade Gutierrez S.A., Elton Negrão de Azevedo Júnior, Leandro de Aguiar, Paulo Roberto Dalmazzo, Construtora OAS S.A., Agenor Franklin Magalhães Medeiros, Henrique Quintão Federici, Carioca Christiani Nielsen Engenharia S.A., Construtora Norberto Odebrecht S.A., Márcio Faria da Silva, Renato Augusto Rodrigues e Rogério Santos de Araújo, em vista do cumprimento dos termos dos Termos de Compromisso de Cessação e da colaboração com as investigações desta Superintendência-Geral, quando da quitação das respectivas contribuições pecuniárias, nos termos do art. 85, § 9º da Lei nº 12.529/11;

e) pelo arquivamento do Processo Administrativo em relação aos Representados a seguir elencados, em razão de insuficiência de provas de participação na conduta investigada: Jaraguá Equipamentos Industriais Ltda.; Tomé Engenharia S.A.; Alessandro Carraro; Carlos Alberto de Oliveira e Silva; Carlos Eduardo Strauch Albero; Mario Costa Andrade Neto; Nasareno das Neves; Pedro Luiz Pereira da Silva e Rodolfo Andriani;

f) pela instauração de processo administrativo, devido à presença de indícios de suas participações nas condutas investigada, em relação às seguintes pessoas: Augusto Amorim Costa; César Roberto Santos Oliveira; Gilson Galvão Krause; João Antônio Pacífico Ferreira; José Henrique Enes Carvalho; Marco Antônio Duran; Paulo Falcão Corrêa Lima Filho; Rogério Cunha de Oliveira; Rogério Nora de Sá; Romero de Oliveira e Silva; Sávio Rolemberg Albuquerque e Silvério Totaro Garbin, nos termos dos arts. 13, V, e 69 e seguintes, da Lei nº 12.529/11 c.c. art. 146 e seguintes do Regimento interno do Cade;

g) pela expedição de notificações às pessoas físicas indicadas no item "f" acima, nos termos no art. 70 da Lei n. 12.529/2011, para que apresentem defesa no prazo de 30 (trinta) dias e, no mesmo prazo, especifiquem e justifiquem as provas que pretendem produzir, que serão analisadas pelas autoridades nos termos do art. 155 do Regimento Interno do CADE. Caso haja interesse na produção de prova testemunhal, poderá ser indicado na peça de defesa a qualificação completa de até 3 (três) testemunhas a serem ouvidas na sede do CADE, conforme disposto no art. 155, §2º, do RI-CADE;

h) pela suspensão subsequente do processo administrativo a ser instaurado em relação aos Compromissários João Antônio Pacífico Ferreira, Marco Antônio Duran e Paulo Falcão Corrêa Lima Filho, nos termos do Termo de Compromisso de Cessação homologado pelo Tribunal Administrativo do Cade (SEI 0549603 e 0551622), referente ao Requerimento de TCC nº 08700.004337/2016-86; e

i) pela remessa do presente relatório circunstanciado à Ministério Público Federal por meio da Procuradoria da República no Paraná e da Procuradoria da República no Município de Três Lagoas/MS, à Controladoria Geral da União, ao Tribunal de Contas da União e à Delegacia de Polícia Federal em Três Lagoas/MS.

Publique-se.

ALEXANDRE BARRETO DE SOUZA
Superintendente-Geral

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 6

DESPACHO Nº 21/2022/CGAA6/SGA2/SG/CADE, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 08012.008859/2009-86
Processo Administrativo nº 08012.008859/2009-86 (Apartado de Acesso aos Representados nº 08700.001752/2019-21)
Representante: José Antonio Machado Reguffe
Representados: Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis Automotivos e de Lubrificantes do DF - Sindicombustíveis-DF, Petrobrás Distribuidora S.A., Raízen Combustíveis Ltda., Ipiranga Produtos de Petróleo S/A, as seguintes redes de postos de combustíveis: Autoshopping, Brasal, Gasolline, Karserv, Serv Car, Auto Posto JB, Disbrave, Auto Posto Z+Z, Cascol - Combustíveis para Veículos Ltda., Posto de Combustíveis Garantia Ltda., J Pessoa Derivados de Petróleo Ltda., Jarjour Veículos e Petróleo Ltda., Auto Posto Eixinho Ltda. e outros.
Advogados: Ana de Oliveira Frazão; Alexandre Augusto Reis Bastos; Dirceu Marcelo Hoffmann; Mauro Grinberg; Beatriz Malerba Cravo; Barbara Rosenberg; Eduardo Caminati Anders; Lauro Celidonio Gomes dos Reis Neto; Bolívar Barbosa Moura Rocha; Marcos Drummond Malvar; Marines Santos; Marisa Freire Borges; Elisio de Azevedo Freitas; Anderson Fonseca Machado; Welber Oliveira Barral; Luís Fernando Massonetto; Bruno Ladeira Junqueira; Marcelo Amandio Joca Braga; Fernando Augusto Pereira Caetano; Bruno Cesar Pesquero Ponce Jaime; Eric Furtado Ferreira Borges; Edson Maraui; Eduardo Navarro Pereira; Diego dos Santos Fernandes; Nayron Cintra Sousa; Nelson Wilians Fratoni Rodrigues; Fábio Francisco Beraldi; Felippe Augusto dos Santos Batista; Anderson Gonzalez; Aleisa Gonzalez; Caio Vinicius Mesquita Araujo; Frederico Gustavo Pereira Carrilho Donas; Alexandre Kotlinski Giulianis; Natália Ros Fernandes Lima; Lucineide de Oliveira; Mayara Corbari; Joyce Midori Honda; Ricardo Lara Gaillard; Thales de Melo e Lemos; Isabela Monteiro de Oliveira; Arthur Villamil Martins; Thiago Frederico Chaves Tajra; Gustavo Hermont Correa; Rubia de Sousa Flor; Mônica Tiemy Fujimoto, Pedro Paulo Alves Corrêa dos Passos; Hermes Nereu Cardoso Oliveira; Gabriel Nogueira Dias; Romildo Olgo Peixoto Junior; Marcos de Araujo Cavalcanti; Helio França de Almeida; Letícia Monteiro Barros; e outros.

Ficam os Representados e seus respectivos Advogados intimados acerca da juntada da Certidão SEI 1109416 ao Apartado de Acesso Restrito aos Representados nº 08700.001752/2019-21, contendo os links e orientações para acesso e participação nas audiências virtuais de colheita de depoimentos pessoais, por meio da plataforma Zoom, a serem realizadas no âmbito do Processo Administrativo nº 08012.008859/2009-86, nos termos da Nota Técnica nº 112/2022/CGAA6/SGA2/SG/CADE (SEI 1105428), acolhida pelo Despacho SG nº 1232/2022 (SEI 1108641). Publique-se.

LEANDRO DOS REIS LUCHESES
Coordenador-Geral
Substituto

COORDENAÇÃO-GERAL DE ANÁLISE ANTITRUSTE 7

DESPACHO Nº 38/2022/CGAA7/SGA2/SG/CADE, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Processo Administrativo nº 08700.003249/2017-48. (Apartado Restrito nº 08700.003279/2017-54)
Representados: Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., Construtora Andrade Gutierrez S.A, Construtora OAS S.A, Construtora Norberto Odebrecht S.A, CR Almeida S.A, Mendes Júnior Trading Engenharia S.A, Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia, Via Engenharia S.A, José Adelmário Pinheiro Filho, José Lunguinho Filho, Paulo Roberto Venuto, Carlos José de Souza, Rodrigo Ferreira Lopes da Silva, Aloysio Braga Cardoso da Silva, Rony José Silva Moura, Sérgio Cunha Mendes, Laize de Freitas, Fernando Márcio Queiroz, Luiz Felipe Cardoso de Carvalho, Gustavo da Costa Marques, Alexandre José Lopes Barradas, João Antônio Pacífico Ferreira e Ricardo Roth Ferraz de Oliveira.
Advogados: Marcos Drummond Malvar, Alexandre Ditzel Faraco, Eduardo Caminati Anders, Luiz Fernando Santos Lippi Coimbra, Vinícius Marques de Carvalho, Ticiana Nogueira da Cruz Lima, Bruno Hartkoff Rocha, Marcelo Procópio Calliari, Patricia Bandouk Carvalho, Paolo Zupo Mazzucato, Paulo Leonardo Casagrande, Melissa Suadini Ferrari, Herman Ted Barbosa, Lise Reis Batista de Albuquerque, Sérgio Palomares, Caroline de Souza Saldanha de Oliveira Palomares, Olavo Zago Chinaglia, Fernando Stival, Hamilton Carvalhido, Gustavo Pinto Zardi Ferreira e outros.

Nos termos da decisão que homologou o Termo de Compromisso de Cessação (TCC) pelo Tribunal Administrativo do Cade (SEI 1080604), informo a suspensão do presente processo em relação aos representados Andrade Gutierrez Engenharia S.A. (atual denominação social da Construtora Andrade Gutierrez S.A.), Carlos José de Souza, Eduardo Alcides Zanelatto, Flávio Machado Filho e Rodrigo Ferreira Lopes da Silva. Por meio do TCC, os representados reconhecem sua participação e trazem evidências que corroboram a conduta investigada no âmbito do presente Processo Administrativo. Considerando as funções de instrução previstas no arts. 13 e 72 da Lei nº 12.529/2011, determino a juntada a estes autos do Despacho da Presidência (SEI 1064417), da Publicação no DOU da Ata de Julgamento (SEI 1076959), do Termo de Compromisso de Cessação (SEI 1075004) e do Histórico da Conduta (SEI 1104987) e anexos (1105697 e 1105700), para que constem do conjunto probatório produzido no curso da fase de instrução. A ciência dos documentos juntados independe de vista por se tratar de processo eletrônico. Fica facultado aos demais representados a possibilidade de se manifestarem até o final da instrução, sem prejuízo das alegações previstas no art. 73 da Lei nº 12.529/2011. Ressalta-se que, conforme consta do próprio TCC, seu objeto é adstrito ao escopo da conduta investigada, qual seja, suposto cartel no mercado de obras civis de infraestrutura de mobilidade urbana licitadas pelo Governo do Distrito Federal. Ao Protocolo, para a juntada dos documentos acima.

ANDREA LUCIA FREIRE DO NASCIMENTO
Coordenadora-Geral
Substituta

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONOMICA

DESPACHO Nº 13/2022/GAB3/CADE, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Procedimento Administrativo para Apuração de Ato de Concentração nº 08700.006369/2018-88.
Representante: Conselho Administrativo de Defesa Econômica (ex officio).
Representadas: MIH Brazil Participações Ltda. (Naspers Limited) e Rocket Internet SE (Pedidos Já Divulgação e Tecnologia Ltda. e Delivery Hero AG).
Advogados: Amadeu Carvalhaes Ribeiro; Marcio Dias Soares; Pedro Pendeza Anitelle; Esther Collet Janny Teixeira Biselli; Marcos Pajolla Garrido, Cristiane Saccab Zarzur; Gláucia Gomes Menato; João Luís Aguiar de Medeiros; Luís Cláudio Furtado Faria; e outros
Relator: Conselheiro Gustavo Augusto Freitas de Lima.
VERSÃO PÚBLICA

1. Trata-se de Procedimento Administrativo para Apuração de Ato de Concentração ("APAC") instaurado pela Superintendência Geral do CADE (SG), com o objetivo de apurar, nos termos do § 3º do art. 88 da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, a suposta consumação de ato de concentração entre a Naspers Limited (controladora do "IFood"), a Delivery Hero AG e a Pedidos Já Divulgação e Tecnologia Ltda.

(Pedidos Ya S.A. e Aravo S.A.), em momento anterior à apreciação e autorização do referido ato pelo Cade, prática essa comumente referida como "gun jumping".

2. No meu DESPACHO DECISÓRIO Nº 8/2022/GAB3/CADE (SEI nº 1069298) eu havia solicitado a manifestação do Ministério Público Federal junto ao CADE e da Procuradoria Federal Especializada junto ao CADE.

3. Tendo em vista o recebimento tanto do parecer emitido pelo Parquet (SEI nº 1081886) quanto da manifestação da PFE-CADE (SEI nº 1090650), ABRO VISTA às representadas para tomarem ciência dos referidos opinativos e, querendo, manifestarem-se nos autos sobre as considerações feitas pelo MPF e pela PFE-CADE, podendo as partes juntar documentos, manifestar sobre o teor das acusações e requerer o que entenderem de Direito. Para esse fim, designo o prazo comum de 5 dias, como disposto no inciso V do art. 63 do RICADE, sob pena de preclusão processual.

4. Submeto o presente despacho à homologação do Tribunal. Publique-se e intime-se.

GUSTAVO AUGUSTO FREITAS DE LIMA
Conselheiro

Ministério do Meio Ambiente

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS

PORTARIA Nº 63, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Autorização para operacionalizar Ordem Bancária de Transferências Voluntárias (OBTV) para o Convenente no Portal dos Convênios (Plataforma +Brasil) em Termo de Colaboração firmado pela União, por intermédio do Ibama.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - IBAMA, nomeado por Decreto da Presidência da República de 9 de janeiro de 2019, publicado no Diário Oficial da União - Edição Extra, de 9 de janeiro de 2019, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, inciso V, do Anexo I do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022, e Portaria n° 30, de 05 de julho de 2022, resolve:

Art. 1º Fica autorizado o parceiro mencionado abaixo a operacionalizar a função OBTV para o Convenente no Portal dos Convênios (Plataforma +Brasil) no instrumento de ajuste firmado com a União, por intermédio do Ibama, com base em prévia análise técnica sobre a necessidade da medida e o montante financeiro envolvido:

Convenente	Nº do Convênio - Plataforma +Brasil	Processo	Valor total OBTV ao convenente
FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA, ENSINO E EXTENSÃO - FUNEP	919475/2021	02001.026989/2021-30	R$ 17.005,73

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO FORTUNATO BIM

PORTARIA Nº 64, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Realoca a Cargos Comissionados Executivos da Diretoria de Proteção Ambiental para a Presidência do Ibama e Funções Comissionadas Executivas da Presidência do Ibama para a Diretoria de Proteção Ambiental.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS - Ibama, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15 do Anexo I do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022, que aprovou a Estrutura Regimental do Ibama, publicado no Diário Oficial da União de 14 de junho de 2022, e tendo em vista o que consta do processo administrativo nº 02001.009689/2020-13; resolve:

Art. 1º Realocar, nos termos do art. 5º do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022, Cargos Comissionados Executivos da Diretoria de Proteção Ambiental para a Presidência do Ibama e Funções Comissionadas Executivas da Presidência do Ibama para a Diretoria de Proteção Ambiental, sendo:

I - 01 (uma) Função Comissionada Executiva, código FCE 1.13, da Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos (CGae) da Presidência do Ibama para a Coordenação-Geral de Fiscalização (CGFis) da Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro);

II - 01 (um) Cargo Comissionado Executivo, código CCE 1.13, da Coordenação-Geral de Fiscalização (CGFis) da Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro) para a Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos (CGae) da Presidência do Ibama;

III - 01 (uma) Função Comissionada Executiva, código FCE 1.10, da Coordenação Governança e Apoio Institucional (CGov), da Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos (CGae) da Presidência do Ibama para a Coordenação de Operações Aéreas (Coaer) da Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro); e

III - 01 (um) Cargo Comissionado Executivo, código CCE 1.10, da Coordenação de Operações Aéreas (Coaer) da Diretoria de Proteção Ambiental (Dipro) para a Coordenação Governança e Apoio Institucional (CGov), da Coordenação-Geral de Assuntos Estratégicos (CGae) da Presidência do Ibama.

Art. 2º As alterações decorrentes desta Portaria deverão ser refletidas no Regimento Interno do Ibama e nas alterações futuras do Decreto nº 11.095, de 13 de junho de 2022.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 5 de setembro de 2022.

EDUARDO FORTUNATO BIM

Ministério de Minas e Energia

SECRETARIA DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

PORTARIA Nº 56/SPG/MME, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência outorgada pelo art. 1º da Portaria nº 681/GM/MME, de 22 de agosto de 2022, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, no art. 4º da Portaria Normativa nº 19/GM/MME, de 16 de agosto de 2021, e o que consta do Processo nº 48380.000115/2022-17, resolve:

Art. 1º Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto do Sistema de Compressão da Estação de Produção de Gavião Branco - EPGVB, objeto da aprovação de Plano de Desenvolvimento pela Resolução de Diretoria da ANP nº 0159/2022, de titularidade da empresa ENEVA S.A., inscrita no CNPJ sob nº 04.423.567/0001-21, detalhado no Anexo à presente Portaria.

Parágrafo único. O projeto de que trata o caput é alcançado pelo inciso V, do § 1º, do art. 1º, da Portaria Normativa nº 19/GM/MME, de 16 de agosto de 2021.

Art. 2º As estimativas dos investimentos são de exclusiva responsabilidade da ENEVA S.A.

Art. 3º Alterações técnicas ou de titularidade do projeto de que trata esta Portaria, autorizadas pela ANP ou pelo Ministério de Minas e Energia e que não impliquem a descaracterização do empreendimento, não ensejarão a publicação de nova Portaria de enquadramento no REIDI.

Art. 4º A ENEVA S.A. deverá informar, à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil - RFB, a entrada em operação do projeto enquadrado na forma aprovada nesta Portaria, mediante a entrega de cópia da Autorização de Operação ou documento equivalente emitido pela ANP, no prazo de até trinta dias de sua emissão.

Art. 5º A ANP informará, tempestivamente, ao Ministério de Minas e Energia e à RFB, a ocorrência de situações que evidenciem a não implementação do projeto enquadrado na forma aprovada nesta Portaria.

Art. 6º A habilitação do projeto no REIDI e o cancelamento da habilitação deverão ser requeridos à RFB.

Art. 7º A ENEVA S.A. deverá observar, no que couber, as disposições constantes na Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, no Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, na Instrução Normativa RFB nº 1.307, de 27 de dezembro de 2012, na Portaria Normativa nº 19/GM/MME, de 16 de agosto de 2021, e na legislação e normas vigentes e supervenientes, sujeitando-se às penalidades legais, inclusive aquelas previstas nos arts. 9º e 14, do Decreto nº 6.144, de 2007, sujeitas à fiscalização da RFB.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL BASTOS DA SILVA

ANEXO

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA	
INFORMAÇÕES DO PROJETO DE ENQUADRAMENTO NO REIDI - REGIME ESPECIAL DE INCENTIVOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA INFRAESTRUTURA	
PESSOA JURÍDICA TITULAR DO PROJETO	
NOME EMPRESARIAL	CNPJ
Eneva S.A.	04.423.567/0001-21
DADOS DO PROJETO	
Nome do Projeto	Sistema de Compressão da Estação de Produção de Gavião Branco (EPGVB)
Categoria de Enquadramento	Projeto de infraestrutura destinado à "produção de gás natural não-associado", nos termos do Inciso V do § 1º do Art. 1º da Portaria Normativa nº 19/GM/MME, de 16 de agosto de 2021.
Descrição do Projeto	Trata-se de projeto de engenharia, fornecimento, diligenciamento, recebimento e descarregamento de materiais, construção, montagem, comissionamento e O&M do novo sistema de compressão da EPGVB, previsto no Plano de Desenvolvimento do Campo de Gavião Branco e no Programa Anual de Trabalho - PAT 2022 do referido campo. A instalação contará com todos os sistemas de utilidades inerentes à operação, tais como compressores de ar, área de tancagem, drenagem, filtros e medidores de vazão, instalação elétrica e automação. O sistema de compressão será compreendido por 6 (seis) compressores alternativos, com potência total instalada de 10.080BHP, mobilização interna prevista para novembro de 2021 e comissionamento previsto para setembro de 2022.
Período de Execução	Novembro de 2021 a setembro de 2022.
ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO COM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	0,00
Serviços	40.000.000,00
Total (1)	40.000.000,00
ESTIMATIVAS DOS VALORES DOS BENS E SERVIÇOS DO PROJETO SEM INCIDÊNCIA DE PIS/PASEP E COFINS (R$)	
Bens	0,00
Serviços	38.463.157,89
Total (2)	38.463.157,89

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO

PORTARIA Nº 1.571/SPE/MME, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004946/2022-54. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 31, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047476-2.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.578, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.572/SPE/MME, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004933/2022-85. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Walfrido Ávila 18, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047463-0.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.565, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.573/SPE/MME, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004920/2022-14. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 4, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047449-5.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.551, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.574/SPE/MME, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004953/2022-56. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 38, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047483-5.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.585, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.575/SPE/MME, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004948/2022-43. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 33, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047478-9.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.580, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.576/SPE/MME, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004954/2022-09. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 39, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047484-3.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.586, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.577/SPE/MME, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004955/2022-45. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 40, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047485-1.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.587, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.578/SPE/MME, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004917/2022-92. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 1, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047446-0.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.548, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.579/SPE/MME, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004918/2022-37. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 2, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047447-9.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.549, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.580/SPE/MME, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004921/2022-51. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 5, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047450-9.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.552, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.581/SPE/MME, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004922/2022-03. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 6, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047451-7.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.553, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.582/SPE/MME, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004923/2022-40. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 7, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047452-5.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.554, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.583/SPE/MME, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004925/2022-39. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 9, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047454-1.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.556, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.584/SPE/MME, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004926/2022-83. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 10, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047455-0.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.557, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.585/SPE/MME, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.005009/2022-16. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada UFV Walfrido Ávila 12, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047457-6.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.559, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.586/SPE/MME, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004949/2022-98. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 34, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047479-7.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.581, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.587/SPE/MME, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004950/2022-12. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 35, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047480-0.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.582, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.588/SPE/MME, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004952/2022-10. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 37, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047482-7.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.584, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.590/SPE/MME, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004951/2022-67. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 36, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047481-9.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.583, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.591/SPE/MME, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004927/2022-28. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 11, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047456-8.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.558, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.592/SPE/MME, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso I, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto no art. 6º do Decreto nº 6.144, de 3 de julho de 2007, e no art. 4º da Portaria MME nº 318, de 1º de agosto de 2018, resolve:

Processo nº 48500.004943/2022-11. Interessada: Usina de Energia Fotovoltaica Engenheiro Walfrido Ávila Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 32.610.001/0001-44. Objeto: Aprovar o enquadramento no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura - REIDI do projeto de geração de energia elétrica da Central Geradora Fotovoltaica denominada Walfrido Ávila 26, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UFV.RS.MG.047471-1.01, objeto da Resolução Autorizativa ANEEL nº 11.573, de 12 de abril de 2022, de titularidade da Interessada. A íntegra desta Portaria consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/spe/reidi-repenec-1.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

PORTARIA Nº 1.593/SPE/MME, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Portarias MME nº 484, de 24 de agosto de 2012, nº 101, de 22 de março de 2016, na Portaria Normativa nº 41/GM/MME, de 14 de abril de 2022, e o que consta no Processo nº 48360.000229/2022-03, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Termelétricas, na forma dos Anexos I, II, III, IV, V e VI a presente Portaria, com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão "A-5", de 2022, de que trata a Portaria Normativa nº 41/GM/MME, de 14 de abril de 2022.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia constantes nos Anexos I e II referem-se aos Pontos de Medição Individual - PMI das Usinas Termelétricas.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do PMI até o Centro de Gravidade do respectivo Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia definidos nos Anexos I e II desta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

§ 3º Os montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia constantes nos Anexos III e IV são determinados nos Pontos de Conexão das Usinas Termelétricas.

§ 4º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, as perdas elétricas do Ponto de Conexão até o Centro de Gravidade do respectivo Submercado deverão ser abatidas dos montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia definidos nos Anexos III e IV desta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

§ 5º Os montantes de garantia física de energia constantes no Anexo V são determinados nas Barras de Saídas dos Geradores.

§ 6º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, o consumo interno das Usinas e as perdas na Rede Elétrica deverão ser abatidos dos montantes de garantia física de energia definidos no Anexo V desta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º As garantias físicas de energia das Usinas Termelétricas, definidas na forma dos Anexos I, II, III, IV, V e VI perderão a validade e a eficácia após o Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, caso não sejam objetos de Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs.

Art. 3º Para os Empreendimentos que comercializarem energia no Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, os montantes de garantia física de energia e de disponibilidade mensal de energia, bem como a inflexibilidade constantes dos Anexos I, II, III, IV, V e VI terão validade a partir das suas respectivas datas de entrada em Operação Comercial.

Parágrafo único. As garantias físicas de energia e as disponibilidades mensais de energia definidas nos Anexos I, II, III e IV não são válidas para o caso de data de entrada em Operação Comercial dos Empreendimentos anterior à data de início de suprimento definida nos CCEARs. Neste caso, para vigência nos anos anteriores ao início de suprimento estabelecido nos CCEARs, o empreendedor deverá solicitar o cálculo da garantia física de energia ao Ministério de Minas e Energia.

Art. 4º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo poderão ser revisados com base na legislação vigente.

Art. 5º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo e aqueles que resultarem de revisão com base na legislação vigente perderão a validade após o fim dos CCEARs.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

ANEXO I

GARANTIAS FÍSICAS DE ENERGIA DAS USINAS TERMELÉTRICAS A BIOMASSA COM CUSTO VARIÁVEL UNITÁRIO - CVU NULO, NÃO DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO DE ENERGIA NOVA "A-5" DE 2022

Usina	UF	Combustível	Garantia Física (MWmed)	Potência Total (MW)	FCmax (%)	TEIF (%)	IP (%)
Amandina III	MS	Bagaço de Cana	29,6	40	98,5	5,00	5,00
Bioenergia Lins	SP	Bagaço de Cana	17,1	40	100	3,00	2,00
Bioenergia São Luiz	BA	Bagaço de Cana	17,1	60	100	0,97	3,00
Biogás Gasa	SP	Biogás	5,3	12,08	100	4,00	4,00
Biogás Jataí	GO	Biogás	5,4	12,08	100	4,00	4,00
Canapólis 2	MG	Bagaço de Cana	11,9	40	100	1,00	0,00
Cerradinho MS1	MS	Cavaco / Resíduo de Madeira	8,2	19,49	98,5	1,50	4,00
Consimares	SP	Resíduo Sólido Urbano	17,1	22,5	100	1,01	4,50
Lara	SP	Resíduo Sólido Urbano	68,6	77	100	2,00	0,00
Mandacaru	BA	Bagaço de Cana	24,6	50	100	0,71	3,00
Nardini Agroindustrial	GO	Bagaço de Cana	12,3	25	100	2,00	3,00
Santa Cruz Bioenergia	SP	Bagaço de Cana	16,8	26	100	7,50	0,00
Santa Helena	MS	Bagaço de Cana	4,3	16	100	0,72	0,00
Suzano RRP1	MS	Lixívia	130,0	384	99,22	1,50	2,74
São Jorge	SP	Bagaço de Cana	21,3	40	95,0	2,00	0,00
Tijuco 3	MG	Bagaço de Cana	22,1	50	100	1,00	0,00
UISA Biogás	MT	Biogás	2,7	5	75,36	4,00	7,00
URE Caju	RJ	Resíduo Sólido Urbano	27,4	31	100	1,76	7,04

ANEXO II

DISPONIBILIDADE MENSAL DE ENERGIA, EM MWh, DAS USINAS TERMELÉTRICAS A BIOMASSA COM CVU NULO, NÃO DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO DE ENERGIA NOVA"A-5" DE 2022

Usina	DISPONIBILIDADE MENSAL DE ENERGIA PARA AS USINAS TERMELÉTRICAS A BIOMASSA (MWh)											
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Amandina III	0	0	26232,3	25386,1	26232,3	25386,1	26232,3	26232,3	25386,1	26232,3	25386,1	26232,3
Bioenergia Lins	0	0	4836,00	12827,4	18377	17784,2	18377	18377	17784,2	18377	17784,2	4836,0
Bioenergia São Luiz	0	0	0	9914,0	20489,00	19829,0	20489	20489,0	19829,0	20489,0	18069,0	0
Biogás Gasa	0	0	0	0	6680,0	7012,0	7603,0	7377,0	6755,0	6123,0	5245,0	0
Biogás Jataí	0	0	0	0	6680,0	7012,0	7683,0	7477,0	6755,0	6123,0	5245,0	0
Canapólis 2	0	0	0	14453,0	14300,0	13839,0	14300,0	14300,0	13839,0	14934,0	4480,0	0
Cerradinho MS1	6070,3	5482,8	6070,3	5874,5	6070,3	5874,5	6070,3	6070,3	5874,5	6070,3	5874,5	6070,3
Consimares	13281,6	11982,7	13281,6	6174,4	13291,8	12860,5	13291,8	13291,8	12860,5	13281,6	12848,6	13281,6
Lara	55569,4	50191,7	55569,4	0	55569,4	53776,8	55569,4	55569,4	53776,8	55569,4	53776,8	55569,4
Mandacaru	21069,0	10150,0	0	0	23627,0	22705,0	23713,0	23713,0	22948,0	23713,0	22421,0	21069,0
Nardini Agroindustrial	0	0	0	11484,0	13694,0	13254,0	13694,0	13694,0	13254,0	13694,0	15004,0	0
Santa Cruz Bioenergia	0	0	0	17244,5	17819,3	17244,5	17819,3	17819,3	17244,5	17819,3	17244,5	6680,0
Santa Helena	0	0	669,0	4088,0	4223,0	4088,0	4223,0	4223,0	4088,0	4223,0	4088,0	3789,0
Suzano RRP1	96720,0	87360,0	96720,0	93600,0	96720,0	93600,0	96720,0	96720,0	93600,0	96720,0	93600,0	96720,0
São Jorge	0	0	0	18627,0	22603,0	22985,0	24546,0	24193,0	23754,0	23133,0	18798,0	7861,0
Tijuco 3	0	0	0	23940,0	24738,0	23940,0	24738,0	24738,0	23940,0	24738,0	22680,0	0
UISA Biogás	1059,0	956,5	1059,0	2410,7	2491,0	2410,7	2491,0	2491,0	2410,7	2491,0	2410,7	1059,0
URE Caju	20383,3	18412,5	20383,3	19725,9	20383,3	19725,9	20383,3	20383,3	19725,9	20383,3	19725,9	20383,3

ANEXO III

GARANTIAS FÍSICAS DE ENERGIA DAS USINAS TERMELÉTRICAS A BIOMASSA COM CVU NULO, NÃO DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO DE ENERGIA NOVA "A-5" DE 2022

Usina	UF	Combustível	Garantia Física (MWmed)	Potência Total (MW)	FCmax (%)	TEIF (%)	IP (%)
Enervale	MG	Bagaço de Cana	21,4	50,0	100,00	3,00	8,00
Lasa Lago Azul	MT	Bagaço de Cana	16,6	21,7	100,00	1,00	5,00
Rio Pardo	GO	Bagaço de Cana	16,1	70	100,00	3,00	4,00

ANEXO IV

DISPONIBILIDADE MENSAL DE ENERGIA, EM MWH, DAS USINAS TERMELÉTRICAS A BIOMASSA COM CVU NULO, NÃO DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO ENERGIA NOVA"A-5" DE 2022

DISPONIBILIDADE MENSAL DE ENERGIA PARA AS USINAS TERMELÉTRICAS A BIOMASSA (MWh)												
Usina	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Enervale	17371,1	15690,1	0	16810,7	17371,1	16810,7	17371,1	17371,1	16810,7	17371,1	16810,7	17371,1
Lasa Lago Azul	12249,2	4305,0	4332,5	14263,8	14739,2	14263,8	14739,2	14739,2	14263,8	14739,2	11336,7	11714,6
Rio Pardo	0	0	0	15402,0	15915,0	15402,0	15915,0	15915,0	15402,0	15915,0	15437,0	15915,0

ANEXO V

GARANTIAS FÍSICAS DE ENERGIA DAS USINAS TERMELÉTRICAS COM CVU NÃO NULO, DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO DE ENERGIA NOVA "A-5" DE 2022

Nome do Empreendimento	CEG	Combustível	UF	Potência Instalada (MW)	FCMAX (%)	TEIF (%)	IP (%)	Inflex. (MWmed)	Garantia Física (MWmed)
Inpasa Agroindustrial	UTE.FL.MT.040821-2.01	Cavaco / Resíduo de Madeira	MT	82,675	100	2,00	0,03	36,0	48,7
Ouro Negro	UTE.CM.RS.034895-3.01	Carvão Mineral Nacional	RS	600,0	100	7,00	8,00	150,0	471,6

ANEXO VI

INFLEXIBILIDADE SAZONAL DAS USINAS TERMELÉTRICAS COM CVU NÃO NULO, DESPACHADAS CENTRALIZADAMENTE - LEILÃO DE ENERGIA NOVA"A-5" DE 2022

Inflexibilidade mensal declarada (MWmed)													
Nome do empreendimento	Combustível	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Inpasa Agroindustrial	Cavaco / Resíduo de Madeira	36,0	36,0	36,0	36,0	36,0	36,0	36,0	36,0	36,0	36,0	36,0	36,0
Ouro Negro	Carvão Mineral Nacional	150,0	150,0	150,0	150,0	150,0	150,0	150,0	150,0	150,0	150,0	150,0	150,0

PORTARIA Nº 1.594/SPE/MME, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO ENERGÉTICO DO MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, no uso da competência que lhe foi delegada pelo art. 1º, inciso II, da Portaria MME nº 281, de 29 de junho de 2016, tendo em vista o disposto nos arts. 2º, § 2º e 4º, § 1º, do Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, nas Portarias MME nº 101, de 22 de março de 2016, nº 463, de 3 de dezembro de 2009, Normativa nº 41/GM/MME, de 14 de abril de 2022, Normativa nº 43/GM/MME, de 27 de abril de 2022 e o que consta no Processo nº 48360.000225/2022-17, resolve:

Art. 1º Definir os montantes de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas, na forma do Anexo a presente Portaria, com vistas à participação no Leilão de Compra de Energia Elétrica Proveniente de Novos Empreendimentos de Geração, denominado Leilão de Energia Nova "A-5", de 2022, de que trata a Portaria Normativa nº 41/GM/MME, de 14 de abril de 2022.

§ 1º Os montantes de garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas constante no Anexo são determinados nas Barras de Saída dos Geradores.

§ 2º Para efeitos de comercialização de energia elétrica, o consumo interno da Usina Hidrelétrica e as perdas na Rede Elétrica deverão ser abatidos dos montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria, observando as Regras de Comercialização de Energia Elétrica vigentes.

Art. 2º Os montantes de garantia física de energia definidos nesta Portaria terão validade a partir da entrada em Operação Comercial de cada Usina Hidrelétrica.

Art. 3º A garantia física de energia das Usinas Hidrelétricas constante do Anexo perderão a validade e a eficácia, após o Leilão a que se refere o art. 1º desta Portaria, caso não sejam objeto dos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEARs.

Art. 4º Para todos os efeitos, os montantes de garantia física de energia definidos no Anexo e aqueles que resultarem de revisão com base na legislação vigente perderão a validade após o fim dos CCEARs.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ GUILHERME DE LARA RESENDE

ANEXO

GARANTIAS FÍSICAS DE ENERGIA - LEILÃO DE ENERGIA NOVA "A-5" DE 2022

Usina Hidrelétrica	CEG	Rio	UF	Potência Instalada (MW)	Nº de Unidades	Garantia Física PRT 101 (MWmed)	Garantia Física PRT 463 (MWmed)	Garantia Física Total (MWmed)
Cachoeirão	UHE.PH.MT.037268-4.01	Juruena	MT	43,000	2	31,7	-	31,7
Eng. Érico Bitencourt	UHE.PH.GO.037826-7.01	Claro	GO	39,501	2	20,3	-	20,3
Estrela	UHE.PH.GO.038340-6.01	Verde	GO	48,400	3	27,7	-	27,7

Inocência	UHE.PH.MS.033996-2.01	Sucuriú	MS	48,000	2	35,8	-	35,8
Monte Santo	UHE.PH.TO.035806-1.01	Do Sono	TO	47,000	2	26,6	-	26,6
Salto Duran	UHE.PH.GO.037825-9.01	Claro	GO	39,501	2	20,5	-	20,5
Salto Grande	UHE.PH.PR.044759-5.01	Chopim	PR	49,001	3	23,1	0,98	24,1[1]

[1] * Garantia física total do empreendimento (casa de força principal + casa de força secundária).

GARANTIA FÍSICA NO PERÍODO DE MOTORIZAÇÃO

CEG	Usina Hidrelétrica	Garantia Física (MWmed)				
		Completa	Unid 1	Unid 2	Unid 3	Unid 4
UHE.PH.MT.037268-4.01	Cachoeirão	31,7	19,3	31,7	-	-
UHE.PH.GO.037826-7.01	Eng. Érico Bitencourt	20,3	15,2	20,3	-	-
UHE.PH.GO.038340-6.01	Estrela	27,7	14,5	25,1	27,7	-
UHE.PH.MS.033996-2.01	Inocência	35,8	21,5	35,8	-	-
UHE.PH.TO.035806-1.01	Monte Santo	26,6	19,7	26,6	-	-
UHE.PH.GO.037825-9.01	Salto Duran	20,5	15,4	20,5	-	-
UHE.PH.PR.044759-5.01	Salto Grande CF Principal	23,1	16,7	23,1	-	-
	Salto Grande CF Secundária	0,98	0,98	-	-	-

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.546, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo: 48500.004491/2021-96. Interessada Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A Eletronorte. Objeto: Autorizar Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A Eletronorte, Contrato de Concessão nº 58/2001, a implantar os reforços em instalação de transmissão sob sua responsabilidade e estabelece os valores das correspondentes parcelas da Receita Anual Permitida. A íntegra desta Resolução e seus Anexos constam dos autos e estão disponíveis em http://biblioteca.aneel.gov.br .

SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA

RETIFICAÇÃO

Na RESOLUÇÃO AUTORIZATIVA Nº 12.488, DE 16 DE AGOSTO DE 2022, constante no Processo número: 48500.002463/2022-15 publicada no D.O.U de 22.08.2022, Seção 1, p. 206, v. 160, n. 159. Onde se lê: ""Art. 2º Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Rio do Cobre Energia Ltda., cadastrada sob o CNPJ nº 09.337.839/0001-94 (...)"; leia-se: "Art. 1º Declarar de utilidade pública, para instituição de servidão administrativa, em favor da Rio do Cobre Energia Ltda., cadastrada sob o CNPJ nº 09.337.839/0001-94 (...)".

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.308, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº: 48500.003335/2018-11 e 48500.003809/2017-35. Interessado: Churrascaria Talismã - Eireli. Decisão: (i) declarar a não compatibilidade do projeto básico e sumário executivo com o uso do potencial hidráulico, referente à PCH Morangas; (ii) revogar o Despacho nº 2.739, de 26 de outubro de 2020, que conferiu à Churrascaria Talismã - Eireli, o Despacho de Registro de Intenção à Outorga de Autorização - DRI-PCH referente à PCH Morangas; e (iii) revogar o Despacho nº 1.265, de 8 de junho de 2018, que aprovou os Estudos de Inventário do rio Morangas e seu afluente Córrego Formiga, no Estado do Mato Grosso do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.317, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº: 48500.001359/2015-84. Interessados: Frigorífico Nutribrás S.A. e Aparecida Geração de Energia Elétrica SPE Ltda. Decisão: alterar a titularidade do Despacho nº 2.806, de 2016, e do Despacho nº 1.585, de 2022, de DRS-PCH, e do Registro Ativo, conferido pelo Despacho nº 1.051, de 2015, combinados com o Despacho nº 2.869, de 2020, referentes à PCH Aparecida, com potência de 7.500 kW, cadastrada sob o CEG: PCH.PH.SC.032659-3.01, visando excluir a empresa Frigorífico Nutribrás S.A. e manter a empresa Aparecida Geração de Energia Elétrica SPE Ltda. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.319, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº: 48500.002965/2017-89. Interessada: Múltipla Participações Ltda. Decisão: prorrogar até 16 de junho de 2024 o prazo estabelecido no Despacho nº 1.667, de 2017, combinado com o Despacho nº 1.915, de 2020, referente à entrega dos Estudos de Viabilidade Técnica e Econômica da UHE Itapiranga, com potência de 724.600 kW, cadastrada sob o CEG: UHE.PH.SC.037625-6.011, localizada no rio Uruguai, nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHOS DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Nº 2.359. Processo nº: 48500.001628/2020-70. Interessados: Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda., Frigorífico Nutribrás S.A. e Pedra Branca Geração de Energia Elétrica SPE Ltda. Decisão: alterar a titularidade do DRS, Despacho nº 2.649, de 2021, e do DRI, Despacho nº 850, de 2020, da PCH Pedra Branca, com 15.000 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o CEG: PCH.PH.MS.037230-7.01, visando excluir a empresa Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda., manter a empresa Frigorífico Nutribrás S.A. e incluir a empresa Pedra Branca Geração de Energia Elétrica SPE Ltda.

Nº 2.360. Processo nº: 48500.007094/2019-51. Interessados: Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda., Frigorífico Nutribrás S.A. e Bocaina Geração de Energia Elétrica SPE Ltda. Decisão: alterar a titularidade do DRS, Despacho nº 2.694, de 2021, e do DRI, Despacho nº 826, de 2020, da PCH Bocaina, com 9.900 kW de Potência Instalada, cadastrada sob o CEG: PCH.PH.MS.036952-7-01, visando excluir a empresa Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda., manter a empresa Frigorífico Nutribrás S.A. e incluir a empresa Bocaina Geração de Energia Elétrica SPE Ltda.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.364, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 48500.000419/2021-90. Interessados: Enebras Projetos de Usinas Hidrelétricas Ltda., Munapar Participações Societárias Ltda., Ecoz - Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Enebras Participações S.A. Decisão: (i) alterar a titularidade do Registro da Revisão dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Aporé, cadastrado sob o CINV: INV.60.0006.01-6, objeto do Despacho nº 576, de 2021, a fim de excluir a empresa Munapar Participações Societárias Ltda.; e (ii) alterar a titularidade do Registro mencionado no item (i), a fim de incluir as empresas Ecoz - Empreendimentos Imobiliários Ltda. e Enebras Participações S.A. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

DESPACHO Nº 2.376, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 48500.005195/2015-64. Interessado: Eólica Brasil Ltda. Decisão: Renovar, sub judice, a vigência do Despacho nº 1.693, de 14 de junho de 2019, enquanto perdurarem os efeitos da sentença mandamental proferida no processo judicial nº 1030696-50.2022.4.01.3400. A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

CARLOS EDUARDO CABRAL CARVALHO
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO Nº 2.367, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das atribuições conferidas pela Resolução Normativa ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e considerando o que consta do Processo nº 48500.004790/2005-76, decide suspender, a partir de 15 de março de 2022, a operação comercial da UTE Uruguaiana, Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UTE.GN.RS.002913-0, com potência outorgada de 639.900,00 kW, localizada no município de Uruguaiana, no estado do Rio Grande do Sul, outorgada à AES Uruguaiana Empreendimentos S.A.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR

DESPACHOS DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Decisão: Liberar as unidades geradoras para início de operação a partir de 30 de agosto de 2022.

Nº 2.340 Processo nº: 48500.002865/2019-14. Interessados: Usina São Luiz S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UTE São Luiz. Unidades Geradoras: UG2, de 12.000,00 kW. Localização: Município de Ourinhos, no estado de São Paulo.

Nº 2. 370 Processo nº: 48500.005875/2020-45. Interessados: Ventos de São Crispim I Energias Renováveis S/A. Modalidade: Operação em teste. Usina: EOL Ventos de São Crispim. Unidades Geradoras: UG7 e UG8, de 4.400,00 kW cada. Localização: Municípios de Betânia do Piauí e Curral Novo do Piauí, no estado do Piauí.

Nº 2. 371 Processo nº: 48500.002673/2020-41. Interessados: Sol Serra do Mel II SPE S.A. Modalidade: Operação em teste. Usina: UFV Serra do Mel II. Unidades Geradoras: UG19 a UG22, de 3.437,00 kW cada. Localização: Município de Serra do Mel, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 2. 372 Processo nº: 48500.004231/2020-30. Interessados: Coremas VIII Geração de Energia SPE Ltda. Modalidade: Operação comercial. Usina: UFV Coremas VIII. Unidades Geradoras: UG1 a UG152, de 177,63 kW cada. Localização: Município de Coremas, no estado da Paraíba.

As íntegras destes Despachos constam dos autos e estarão disponíveis em https://biblioteca.aneel.gov.br.

GENTIL NOGUEIRA DE SÁ JÚNIOR
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 2.368, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº: 48500.006456/2020-21. Interessado: Concessionárias de Distribuição e Consumidores. Decisão: Estabelecer a previsão anual de custos de Encargo de Serviço de Sistema - ESS e ao Encargo de Energia de Reserva - EER, para fins de cobertura tarifária das distribuidoras com processo tarifário no terceiro quadrimestre de 2022. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

DESPACHO Nº 2.374, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº 48500.001063/2016-44. Interessados: Concessionárias de Distribuição e Consumidores do Sistema Interligado Nacional. Decisão: Fixar os créditos e os débitos da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias, para fins da Liquidação das operações do mercado de curto prazo junto à Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, referente à contabilização de julho de 2022, nos termos do Submódulo 6.8 dos Procedimentos de Regulação Tarifária - Proret, aprovado pela Resolução Normativa nº 1.003, de 1º de fevereiro de 2022. A íntegra deste Despacho e seus anexos constam dos autos e estarão disponíveis no endereço eletrônico biblioteca.aneel.gov.br.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

DESPACHO Nº 2.336, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.004389/2022-71, decide por: (i) dar parcial provimento à reclamação interposta pela Kicorte Indústria e Comércio de Carnes e Derivados Eireli, cadastrada com o CNPJ 20.875.659/0001-07; (ii) determinar que a Enel Distribuição Goiás mantenha a classificação rural-agroindustrial para a unidade consumidora nº 17042033; (iii) negar o pedido de devolução dos valores faturados a maior decorrentes do erro de classificação da unidade consumidora nº 17042033, referente ao período de 08/09/2021 a 09/03/2022, conforme disposto no § 8º do art. 53-W da Resolução Normativa nº 414/2010; (iv) determinar que a Enel Distribuição Goiás efetue a devolução em dobro dos valores faturados a maior, decorrente do erro de classificação da unidade consumidora nº 17042033, para o período de 10/03/2022 a 09/05/2022, nos termos do art. 113 da Resolução Normativa nº 414, de 2010; e (v) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 2.338, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.003712/2022-90, decide por: (i) conhecer e dar provimento parcial à reclamação interposta pelo Consórcio Luzes de Açailândia; (ii) determinar à Equatorial Energia Maranhão realizar a devolução, em dobro, dos valores equivalentes a 468.810,38 kWh, em decorrência da demora em proceder com a atualização dos valores de faturamento de Iluminação Pública do Município de Açailândia, acrescidos de atualização monetária com base na variação do IGP-M e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês calculados pro rata die, nos termos do inciso II do artigo 113 da REN n° 414, de 2010, incluindo-se a parcela referente às bandeiras tarifárias nos meses em que elas incidiram, podendo-se abater os valores já devolvidos; e (iii) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de até 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 2.339, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.001344/2022-45, decide por conhecer do requerimento interposto pela consumidora Viviane Veiga de Almeida Rocha, unidade consumidora nº 6/177354-8, em face da Equatorial Energia Pará sobre variação de consumo nos ciclos de faturamento de agosto e novembro de 2021 e, no mérito, negar-lhe provimento, e, por conseguinte, determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado.

ANDRÉ RUELLI

DESPACHO Nº 2.355, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE MEDIAÇÃO ADMINISTRATIVA, OUVIDORIA SETORIAL E PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, no uso das suas competências, em conformidade com o disposto no inciso IV do art. 1º da Portaria nº 4.595, de 23 de maio de 2017, e com o constante no Processo nº 48500.006708/2022-83, resolve por: (i) conhecer e dar provimento à reclamação interposta pela Indústria e Comércio de Café Mineirense Ltda.; (ii) determinar à Enel Distribuição Goiás realizar a devolução, em dobro, dos valores faturados incorretamente em decorrência da classificação incorreta da unidade consumidora nº 1390093508, acrescidas de atualização monetária com base na variação do IGP-M e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês calculados pro rata die, nos termos do inciso II do artigo 113 da REN nº 414/2010, pelo período de 28/6/10 até 30/6/10; (iii) determinar à Enel Distribuição Goiás enviar aos representantes da empresa consumidora o detalhamento dos cálculos dos valores devolvidos, conforme artigo 133 da REN n° 414/2010, discriminando os valores faturados incorretamente, atualização e juros incidentes; e (iv) determinar que esta decisão seja cumprida no prazo de até 15 (quinze) dias após o seu trânsito em julgado.

ANDRÉ RUELLI

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 2.363, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Processo nº: 48500.003607/2020-99. Interessado: AES Eletropaulo Atual Enel São Paulo e Cooperadas (AES Tietê e AES Sul), CNPJ 61.695.227/0001-93. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 746.811,43 (setecentos e quarenta e seis mil, oitocentos e onze reais e quarenta e três centavos), referente à realização do Projeto de Gestão, código PG-0390-1003/2013; e (ii) declarar o encerramento deste projeto. A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em biblioteca.aneel.gov.br.

PAULO LUCIANO DE CARVALHO
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DA BAHIA

DESPACHO
Relação nº 109/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira

O GERENTE REGIONAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso da competência delegada de que trata o Art. 1°, inciso V da Portaria Nº 1056, de 30 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União de 01 de Julho de 2022, outorga as seguintes Permissões de Lavra Garimpeira, com vigência a partir dessa publicação:(513)

PLG N°207/2022 - 872.055/2021-MOACYR RIBEIRO JR - Prazo 02 anos anos

PLG N°206/2022 - 870.053/2021-CARLOS ANTONIO SÃO PEDRO CRUZ JÚNIOR - Prazo 02 anos anos

ARTUR CÉSAR DE OLIVEIRA
Substituto

DESPACHO
Relação nº 112/2022

Fase de Autorização de Pesquisa

declara a nulidade do alvará de pesquisa(273)

870.247/2021-SAFIRA MINING E STONES LTDA-Alvará N°3240/2021

Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)

872.368/2016-ATLANTIC NICKEL MINERACAO LTDA-ALVARÁ N°2620/2017

871.819/2016-ROBSON ANTONIO GUIMARAES-ALVARÁ N°9.293/2017

872.556/2015-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-ALVARÁ N°5.328/2016

872.258/2016-MINERAÇÃO JACUÍPE S/A-ALVARÁ N°2.116/2017

872.257/2016-MINERAÇÃO JACUÍPE S/A-ALVARÁ N°2.115/2017

872.256/2016-MINERAÇÃO JACUÍPE S/A-ALVARÁ N°2.114/2017

871.307/2017-ANDRE LUIS PRISCO BRAGA-ALVARÁ N°9.297/2017

870.043/2017-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-ALVARÁ N°5.060/2017

870.045/2017-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-ALVARÁ N°5.062/2017

871.774/2017-MINERACAO CARAIBA S/A-ALVARÁ N°133/2018

871.772/2017-MINERACAO CARAIBA S/A-ALVARÁ N°132/2018

873.585/2009-MINERALIUM ENGENHARIA MINERAL, GEOLOGIA E MEIO AMBIENTE-ALVARÁ N°6.500/2010

870.048/2017-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-ALVARÁ N°5.064/2017

870.046/2017-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL CBPM-ALVARÁ N°5.063/2017

Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)

871.921/2011-ADHER EMPREENDIMENTOS LTDA.

870.639/2013-BRASIL EMPREENDIMENTOS PESQUISAS E MINERACAO LTDA EPP

870.652/2013-BRASIL EMPREENDIMENTOS PESQUISAS E MINERACAO LTDA EPP

873.702/2007-JOSE HUMBERTO CARDOSO OLIVEIRA

870.126/2009-CONGESE CONSULTORIA E GESTÃO DE SERVIÇOS LTDA.

870.653/2013-BRASIL EMPREENDIMENTOS PESQUISAS E MINERACAO LTDA EPP

870.573/2013-BRASIL EMPREENDIMENTOS PESQUISAS E MINERACAO LTDA EPP

873.911/2011-MINERADORA UBAX LTDA

871.898/2016-EUCALIR MINERACAO E EMPREENDIMENTOS LTDA

872.760/2016-ESTRELA NOBRE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.

871.528/2011-ANTONIO MONTEIRO FILHO

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)

871.809/2017-MINERAL BUSINESS BRASIL EXTRACAO DE MINERIOS LTDA-OF. N°38552/2022

871.711/2021-VULCANO EXPORT MINERACAO EXPORTACAO E IMPORTACAO-OF. N°39215/2022

870.289/2021-RODRIGO RIBEIRO DA SILVA-OF. N°32859/2022

Indefere pedido de reconsideração(263)

870.685/2016-CARLOS TADEU CHAVES REGO

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)

872.132/2012-PORTO NAVEGAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA-NOVA VIÇOSA/BA - Guia n° 79/2022-12.000t/ano-Conchas Calcárias- Vigência da Guia:03 Anos

870.135/2017-SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA-MUQUÉM DO SÃO FRANCISCO/BA - Guia n° 80/2022-10.000t/ano-Mármore- Vigência da Guia:03 Anos

871.343/2019-ITAPOROROCA BRITAS LTDA ME-XIQUE-XIQUE/BA - Guia n° 82/2022-CALCÁRIO (BRITA) 30.000; CALCÁRIO (CORREÇÃO DE SOLO) 20.000; QUARTZO (INDUSTRIAL) 4.000t/ano-- Vigência da Guia:03 Anos

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

870.775/2014-BERTEK PRODUTOS, SERVIÇOS E MINERAÇÃO LTDA

871.283/2017-CORCOVADO GRANITOS LTDA

871.579/2017-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA.

870.820/2016-SUPER CLÁSSICO COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA

Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)

870.844/2014-ANTONILTON SANTANA DE MIRANDA

Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)

870.936/2018-MATEUS PAIVA SOUZA-ALVARÁ N°8.650/2018

870.734/2017-DATERRA TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES EIRELI ME-ALVARÁ N°3.937/2018

Fase de Requerimento de Lavra

Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)

872.236/2011-VULCANO EXPORT CALCÁRIOS LTDA. ME-OF. N°38532/2022-60 (sessenta) dias dias

Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)

870.584/2018-MINERACAO CARAIBA S/A-CURAÇÁ/BA - Guia n° 81/2022-4.000t/ano-Minério de Cobre- Vigência da Guia:03 Anos

Defere pedido de reconsideração(392)

870.471/2000-PETTRUS MINERACAO E COMERCIO LTDA

Torna sem efeito despacho(2296)

870.471/2000-PETTRUS MINERACAO E COMERCIO LTDA- Publicado DOU de 11/11/2019

Fase de Requerimento de Licenciamento

Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)

871.461/2021-GOLD BEGE DA BAHIA LTDA-Registro de Licença N° 68/2022 - Vencimento em Validade indeterminada

870.599/2022-IBEROBRAS CONSTRUCAO CIVIL E EMPREITADAS LTDA-Registro de Licença N° 69/2022 - Vencimento em Validade indeterminada

870.598/2022-IBEROBRAS CONSTRUCAO CIVIL E EMPREITADAS LTDA-Registro de Licença N° 72/2022 - Vencimento em Validade indeterminada

871.733/2021-MARIA JOSELITA CARDOSO DE SOUZA-Registro de Licença N° 75/2022 - Vencimento em 21/07/2024

871.565/2021-ELASTRI ENGENHARIA S/A-Registro de Licença N° 76/2022 - Vencimento em 01/07/2026

872.157/2021-AGUA SANTA AGROPECUARIA LTDA-Registro de Licença N° 78/2022 - Vencimento em 20/09/2024

871.768/2021-DANIELA TEODORO SANTOS BRITO EXTRACAO DE AREIA-Registro de Licença N° 80/2022 - Vencimento em 28/07/2026

870.268/2022-ALOISIO LOURENCO DE CARVALHO NETO 05467858599-Registro de Licença N° 81/2022 - Vencimento em 03/03/2027

870.140/2022-PATRICK ALVES DOS SANTOS NERY 01910550507-Registro de Licença N° 67/2022 - Vencimento em 04/08/2024

871.632/2021-JOABSON CUNHA DE SOUZA & CIA LTDA ME-Registro de Licença N° 77/2022 - Vencimento em 24/09/2022

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)

870.414/2022-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA-OF. N°32304/2022/DIOUT-BA/ANM

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
870.429/2022-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA-OF. N°32850/2022
870.427/2022-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA-OF. N°32856/2022
870.430/2022-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA-OF. N°32858/2022
870.428/2022-ALTEMAR SILVESTRE DA SILVA-OF. N°32863/2022
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento.(165)
871.405/2018-BOM AMIGO DOALNARA AGROPECUARIA LTDA

ARTUR CÉSAR DE OLIVEIRA
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE GOIÁS

DESPACHO
Relação nº 115/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(1027)
860.365/2022-ANA CAROLINA DUARTE ALVES
860.366/2022-JOSEMAR PROCOPIO DA SILVA
860.367/2022-FERNANDA SANTIAGO E SILVA PROCOPIO
860.368/2022-GUSTAVO NUNES OLIVEIRA
860.369/2022-ELAINE NUNES DA SILVA OLIVEIRA
860.371/2022-MARIA CAMILO RODRIGUES
860.362/2022-LUIZ VINICIUS MEDEIROS RODRIGUES
860.354/2022-ILANA SANTIAGO E SILVA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina arquivamento definitivo do processo(565)
860.541/2022-ANA CAROLINA DUARTE ALVES
860.540/2022-MARIA CAMILO RODRIGUES
860.539/2022-ELAINE NUNES DA SILVA OLIVEIRA
860.538/2022-GUSTAVO NUNES OLIVEIRA
860.537/2022-FERNANDA SANTIAGO E SILVA PROCOPIO
860.536/2022-JOSEMAR PROCOPIO DA SILVA
860.535/2022-JOÃO VICTOR DUARTE ALVES
860.533/2022-MARGARETH DE FATIMA LEITE DE MEDEIROS RODRIGUES
860.532/2022-LUIZ VINICIUS MEDEIROS RODRIGUES
860.542/2022-ILANA SANTIAGO E SILVA

DAGOBERTO PEREIRA SOUZA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

DESPACHO
Relação nº 42/2022

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
004.084/1958-MMX CORUMBÁ MINERAÇÃO S A EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL-OF. N°37969/2022/SEFIS-MS/ANM
968.225/2007-PEDREIRA SANTO ONOFRE LTDA-OF. N°38739/2022/SEFIS-MS/ANM
866.011/1991-PEDREIRA SANTO ONOFRE LTDA-OF. N°38722/2022/SEFIS-MS/ANM
868.104/1997-JONAS BARBOSA GARCIA & CIA LTDA EPP-OF. N°39203/2022/SEFIS-MS/ANM
004.019/1948-VETRIA MINERACAO S.A.-OF. N°37968/2022/SEFIS-MS/ANM
868.944/1996-AGUAS MINERAIS ROSARIO DO SUL - EIRELI-OF. N°38534/2022/SEFIS-MS/ANM
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
868.013/1999-AGUAS FLORESTA LTDA- FONTE AQUARELA Nº 1 - MARCA: AQUARELA - EMBALAGEM: 330 ML - 500 ML - 1,5 L - 5,0 L - 10,0 L E 20,0 L (SEM GÁS) E 330 ML - 500 ML (COM GÁS)- TRÊS LAGOAS/MS
Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
868.428/2011-MINERACAO SIQUEIRA LTDA- Registro de Licença N° 17/2012 - GERÊNCIA REGIONAL/MS - Vencimento em 03/08/2024

LUIS CLÁUDIO DE SOUSA
Gerente
Substituto

DESPACHO
Relação nº 43/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
868.070/2014-AFONSO ALVARO FONTES MUSOLINO-OF. N°39081/2022/SEOUT-MS/ANM
868.071/2014-AFONSO ALVARO FONTES MUSOLINO-OF. N°39081/2022/SEOUT-MS/ANM
868.072/2014-AFONSO ALVARO FONTES MUSOLINO-OF. N°39081/2022/SEOUT-MS/ANM
868.073/2014-AFONSO ALVARO FONTES MUSOLINO-OF. N°39081/2022/SEOUT-MS/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
868.086/2022-THEOTONIO DOS REIS COSTA NETO-OF. N°39470/2022/SEOUT-MS/ANM
868.081/2022-FABRICIO ARANHA-OF. N°39445/2022/SEOUT-MS/ANM
868.080/2022-FABRICIO ARANHA-OF. N°39440/2022/SEOUT-MS/ANM
868.079/2022-FABRICIO ARANHA-OF. N°39435/2022/SEOUT-MS/ANM
868.336/2021-OMNI MINERACAO & CONSULTORIA LTDA-OF. N°48079.868336/2021-28
868.337/2021-OMNI MINERACAO & CONSULTORIA LTDA-OF. N°39229/2022/SEOUT-MS/ANM
868.068/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA-OF. N°39755/2022/SEOUT-MS/ANM
868.069/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA-OF. N°39763/2022/SEOUT-MS/ANM
868.067/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA-OF. N°39751/2022/SEOUT-MS/ANM
868.066/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA-OF. N°39748/2022/SEOUT-MS/ANM
868.065/2022-OXYCER HOLDING CORPORATION - EXCLUSIVE INTERNATIONAL BUSINESS CORPORATION E COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA-OF. N°39738/2022/SEOUT-MS/ANM
868.064/2022-E2 MINERAIS E FERTILIZANTES LTDA-OF. N°39601/2022/SEOUT-MS/ANM
868.057/2022-SERAFIM RODRIGUES DE MORAES NETO-OF. N°39549/2022/SEOUT-MS/ANM
868.073/2022-BRASIL GOLD MINERACAO LTDA-OF. N°39810/2022/SEOUT-MS/ANM
868.076/2022-CHRISTIAN FERREIRA BIGATON-OF. N°39864/2022/SEOUT-MS/ANM
868.077/2022-CHRISTIAN FERREIRA BIGATON-OF. N°39872/2022/SEOUT-MS/ANM

LUIS CLÁUDIO DE SOUSA
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE MINAS GERAIS

DESPACHO
Relação nº 188/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito exigência(137)
830.102/2022-AKO AREIA COMERCIO E MINERACAO LTDA-OF. N°31996/2022/SECOR/ANM/MG-DOU de 28/07/2022

LEANDRO CESAR FERREIRA DE CARVALHO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE PERNAMBUCO

DESPACHO
Relação nº 82/2022

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
840.122/2018-ELISANGELA PEREIRA CAVALCANTI EIRELI- Registro de Licença N° 09/2020 - Vencimento em 05/02/2023
840.200/2003-IMOBILIARIA CASTRO LIMA LTDA.- Registro de Licença N° 05/02/2023 - Vencimento em 17/05/2024
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
840.155/2019-LEÃO DO NORTE ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA
840.157/2019-LEÃO DO NORTE ENGENHARIA E PARTICIPAÇÕES LTDA

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

DESPACHO
Relação nº 83/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
840.224/2015-ROCHA NOBRE MINERAÇÃO LTDA.- Publicado DOU de 17/03/2022
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
840.339/2021-JOSE FABIO NUNES 02732803413- Registro de Licença N° 013/2022-Retificar resumidamente o texto do despacho que deferiu o Registro na página 88, seção 1 do DOU de 11/08/2022, nos seguintes termos: Onde se lê: "...Registro de Licença N° 013/2021 - Vencimento em 17/11/2024,...". Leia-se: "...Registro de Licença N° 013/2022 - Vencimento em 17/11/2024,...".
Retificação de despacho(1391)
840.040/2014-PEDREIRA DA MATA EXTRAÇÃO DE MINERAIS LTDA - Publicado DOU de 27/03/2017, Relação n° 19/2017, Seção 1, pág. 122- Onde se lê: "...-Registro de Licença N° 006/2015- Vencimento da Licença: 23/04/2022,...". Leia-se: "- Registro de Licença N° 006/2015 - Vencimento em 14/12/2026,...".
Fase de Requerimento de Lavra
Retificação de despacho(1388)
840.016/2020-JS DA COSTA EVENTOS LTDA - Publicado DOU de 31122021, Relação n° 59/2021, Seção 1, pág. 552- Onde se lê: " ... JOELMA ALVES DA COSTA-Argila-Igarassu/PE...", leia-se: ".JOELMA ALVES DA COSTA-Argila e Areia-Igarassu/PE..".

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

DESPACHO
Relação nº 89/2022

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
840.108/2015-TOLEDO EXOTIC LTDA
Fase de Licenciamento
Autoriza transformação do regime do Licenciamento para Autorização de Pesquisa(1285)
840.052/2021-MINERADORA BRASIL LTDA
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
840.024/2021-ANTONIO FERNANDO ALVES DA SILVA- Registro de Licença N° 30/2021 - Vencimento em 18/02/2023
840.960/2011-CARLOS EDURDO ALVES DE SAMPAIO- Registro de Licença N° 780/2012 - Vencimento em 05/11/2023
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
840.368/2021-IMOBILIARIA CASTRO LIMA LTDA.-Registro de Licença N° 010/2022 - Vencimento em 8/11/2023

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

DESPACHO
Relação nº 90/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
840.221/2016-MINERBRAZ IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA-QUARTZITO-Itaíba/PE
840.266/2018-MINERACAO ALMEIDA LTDA-GRANITO-Caruaru/PE
840.268/2018-MINERACAO ALMEIDA LTDA-GRANITO-Caruaru/PE
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
840.425/2012-MINERACAO PARNAMIRIM LTDA

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

DESPACHO
Relação nº 91/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(193)
840.164/2016-LIDIA RIBEIRO LELE
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
840.291/2021-JEREMIAS PEREIRA DE SOUZA- Cessionário:SANTA RITA ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA- CPF ou CNPJ 30.260.869/0001-36- Alvará n°1.180/2021

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

DESPACHO
Relação nº 92/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
840.601/2012-MARCOS JOSE SOARES
Indefere pedido de reconsideração(263)
840.959/2011-CAMALEÃO MINERAÇÃO LTDA ME
Fase de Licenciamento
Indefere pedido de prorrogação do Registro de Licença(744)
840.014/2015-JOSUE IDALINO DE SOUZA ME
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
840.181/2019-SEBASTIÃO SÉRGIO VENTURIN
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere pedido de reconsideração(181)
840.095/2021-PAULO SOARES ORCIOLI

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

DESPACHO
Relação nº 93/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Retificação de despacho(1387)
840.141/2019-TRANSLIPE MINERAÇAO, TRANSPORTE E LOCAÇAO DE MAQUINAS LTDA - Publicado DOU de 24/06/2021, Relação n° 309/2021, Seção 01, pág. 64- Onde se Lê : "...Vigência da Guia:1 ano...", Leia-se: "... Vigência da Guia:3 anos, VENCENDO em 24/12/2023..."
Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
840.091/2019-GMS GALVAO MINERACAO E SERVICOS DE ENGENHARIA LTDA-DOU de 12/05/2022 - Relação 27/2022

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

DESPACHO
Relação nº 94/2022

Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
840.012/2006-MARBLEX BRASIL VP LIMITADA-FLORES/PE - Guia n° 01/2022-10.000t/ano-MÁRMORE- Vigência da Guia:até 22/12/2024

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

DESPACHO
Relação nº 95/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
840.039/2022-GERINALDA DA PURIFICACAO PEDROSA-OF. N°21137/2022/GER-PE/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
840.116/2019-RHUDÁ CÉSAR DE ALBUQUERQUE TAVARES-OF. N°27945/2022/GER-PE/ANM

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DE SERGIPE

DESPACHO
Relação nº 22/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
878.044/2018-COMPANHIA INDUSTRIAL DE CIMENTO APODÍ- Área de 253,52ha para 165,89ha-Calcário, Argila-Laranjeiras e Santo Amaro das Brotas/SE
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
878.111/2021-GILVAN CARVALHO FONTES-OF. N°39000/2022/GER-SE/ANM
878.052/2016-MARIO CESAR FERREIRA ANDRADE ME-OF. N°39961/2022/SEOUFI-SE/ANM
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
878.044/2019-BY MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME- Registro de Licença N° 180/2019 - Vencimento em 16.07.2025
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
878.031/2022-EVANDA VIEIRA GOIS-Registro de Licença N° 22/2022 - Vencimento em 26/04/2027

GEORGE EUSTAQUIO SILVA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARÁ

DESPACHO
Relação nº 307/2022

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
850.396/2015-G. P. D. DE LIMA EIRELI-OF. N°38947/2022/DIFIS-PA/ANM

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 308/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
850.845/2011-VALE S.A.
850.187/2017-IMERYS RIO CAPIM CAULIM S.A.
850.183/2017-SAYMON DIAS DE FIGUEIREDO
850.226/2009-AVB MINERACAO LTDA.
850.258/2009-VALE S.A.
850.095/2010-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
850.615/2010-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
850.615/2010-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
850.522/2009-VALE METAIS BÁSICOS S A
850.682/2012-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
850.288/2016-VALE S.A.
850.679/2012-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
850.672/2012-CODELCO DO BRASIL MINERACAO LTDA.
850.233/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.
850.231/2018-NEXA RECURSOS MINERAIS S.A.
850.151/2018-MATAPI MINERADORA LTDA.
851.033/2018-MAGELLAN MINERAIS PROSPECCAO GEOLOGICA LTDA
850.681/2018-MAGELLAN MINERAIS PROSPECCAO GEOLOGICA LTDA

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 309/2022

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere de Plano o Requerimento de PLG(567)
850.558/2022-WALTER LUIZ DE SOUZA ALVES
850.278/2022-COOPERTRANS COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MORAES ALMEIDA E TRANSGARIMPEIRA
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(347)
851.380/2020-COOPERATIVA DOS MINERADOES DO VALE DO GUAPORE-OF. N°
Indefere Requerimento de PLG(335)
851.380/2020-COOPERATIVA DOS MINERADOES DO VALE DO GUAPORE
850.515/2021-ELIVALDO PEREIRA BARBOSA

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 310/2022

Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
850.400/2022-CHARLES WILLIAMS LOBATO DE OLIVEIRA-Registro de Licença N° 47/2022 - Vencimento em 12/05/2027
850.510/2022-MARQUES CONSTRUTORA, TRANSPORTE E EXTRACAO LTDA-Registro de Licença N° 48/2022 - Vencimento em 28/06/2024
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
850.569/2022-RAFAELLE DA SILVA E SILVA

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 311/2022

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
850.410/2007-LIGGA S.A.-OF. N°36489/2022/DIOUT-PA/ANM

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 312/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de transformação do regime de Autorização de Pesquisa para PLG(1027)
851.013/2021-COOPERTRANS COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DE MORAES ALMEIDA E TRANSGARIMPEIRA
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
851.682/2021-ACIOLI JOSÉ TEIXEIRA FILHO
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
857.347/1996-MINERACAO SILVANA INDUSTRIA E COMERCIO LTDA

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 313/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
850.986/2011-VALE S.A.-ALVARÁ N°14135/2015
850.053/2014-AVB MINERACAO LTDA.-ALVARÁ N°1425/2015
850.092/2017-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-ALVARÁ N°4405/2017
850.094/2017-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-ALVARÁ N°4407/2017
850.105/2017-BRAZAURO RECURSOS MINERAIS S.A.-ALVARÁ N°4414/2017

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

DESPACHO
Relação nº 314/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de prorrogação de prazo do alvará de Pesquisa(197)
850.119/2017-ROGERIO CALDERON

FÁBIO GUILHERME LOUZADA MARTINELLI
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PARANÁ

DESPACHO
Relação nº 36/2022

Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
827.027/2013-FLORESTAL ALVORADA FLORESTAMENTO E REFLORESTAMENTO LTDA-OF. N°38462/2022
826.058/2012-SAIBREIRA SANT'ANA LTDA-OF. N°38466/2022
826.428/2013-COMPASA DO BRASIL DISTRIBUIDORA DE DERIVADOS DE PETROLEO LTDA-OF. N°38474/2022
826.051/2017-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°38540/2022
826.052/2017-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°38544/2022
826.723/2010-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°38563/2022
826.003/2013-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°38565/2022
826.608/2014-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°38567/2022
826.443/2011-EXTRAÇÃO DE AREIA FUNDÃO LTDA-OF. N°38578/2022
826.940/2011-DE AMORIM CONSTRUTORA DE OBRAS LTDA-OF. N°38585/2022

826.690/2016-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°38591/2022
826.245/2013-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°38598/2022
826.691/2016-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°38605/2022
826.743/2015-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°38606/2022
826.139/2013-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°38610/2022
826.580/2012-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°38618/2022
826.357/2019-MINERAÇÃO DE AREIA YPIRANGA LTDA-OF. N°38626/2022
826.342/2015-MINERAÇÃO DE AREIA YPIRANGA LTDA-OF. N°38632/2022
826.343/2015-MINERAÇÃO DE AREIA YPIRANGA LTDA-OF. N°38634/2022
826.965/2011-CERAMICA TAMARANA LTDA-OF. N°38765/2022
826.037/2017-CERAMICA HAVAI LTDA-OF. N°38768/2022
826.520/2016-INCOBLOCO INDUSTRIA E COMERCIO DE BLOCOS ESTRUTURAIS LTDA-OF. N°38793/2022
826.689/2016-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°38798/2022
826.688/2016-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°38802/2022
826.209/2015-AREAL TIJUCO EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA ME-OF. N°38820/2022
826.101/2007-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°38850/2022
826.289/2005-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°38886/2022
826.256/2014-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°38917/2022
826.118/2018-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°38936/2022
826.528/2012-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°38964/2022
826.171/2020-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°38965/2022
826.156/2016-LINEA FLORESTAL S/A EM RECUPERACAO JUDICIAL-OF. N°38968/2022
826.115/2019-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°38969/2022
826.391/2018-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°38987/2022
826.037/2014-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°38990/2022
826.760/2016-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°38993/2022
826.739/2012-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°39041/2022
826.738/2012-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°39046/2022
826.116/2018-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°39067/2022
826.117/2018-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°39074/2022
826.741/2012-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°39083/2022
826.742/2012-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°39088/2022
826.744/2015-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°39098/2022
826.745/2015-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°39102/2022
826.746/2015-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°39104/2022
826.995/2014-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°39106/2022
826.563/2016-AREIAL DO VALE LTDA-OF. N°39108/2022
826.551/2015-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°39113/2022
826.257/2018-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°39115/2022
826.176/2017-PORTO DE AREIA BRASIL CAMPOS GERAIS EIRELI-OF. N°39118/2022
826.175/2017-PORTO DE AREIA BRASIL CAMPOS GERAIS EIRELI-OF. N°39122/2022
826.258/2017-G.R.EXTRAÇÃO DE AREIA E TRANSPORTES RODOVIÁRIOS LTDA-OF. N°39124/2022
826.115/2016-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-OF. N°39126/2022
826.833/2016-G.R. MINERADORA DE AREIA LTDA-OF. N°39127/2022
826.668/2016-CUNHAMAIS TERRAPLENAGEM E TRANSPORTES EIRELI-OF. N°39130/2022

RONALDO MOYLE BAETA
Engenheiro de Minas

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO PIAUÍ

DESPACHO
Relação nº 65/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Auto de Infração lavrado (Deixar de comunicar prontamente o início ou reinício ou as interrupções dos trabalhos de pesquisa)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (2.24)
Pahyol Industria Comercio e Empreendimentos Ltda - 803030/17 - A.I. 5099/22

ANTONIO SANZIO AVILA CAVALCANTE
Gerente

DESPACHO
Relação nº 66/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
803.184/2014-EMILIANO MADRID DOS SANTOS-AI N°5057/2022/SEOUFI-PI/ANM
803.091/2014-EMILIANO MADRID DOS SANTOS-AI N°5060/2022/SEOUFI-PI/ANM
803.186/2014-GERALDO LAURANI-AI N°5063/2022/SEOUFI-PI/ANM
803.115/2015-CONSTRUTORA SUCESSO S A-AI N°5066/2022/SEOUFI-PI/ANM
803.045/2016-MAGNEL MARQUES RAMEIRO-AI N°Nº 5067/2022/SEOUFI-PI/ANM
803.030/2017-PAHYOL INDUSTRIA COMERCIO E EMPREENDIMENTOS LTDA-AI N°5099/2022/SEOUFI-PI/ANM

ANTONIO SANZIO AVILA CAVALCANTE
Gerente
Substituto

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DESPACHO
Relação nº 53/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
890.153/2015-LUCIANA COSTA DE TOLEDO BLAKE-AI N°5024/2022/SEFIS-RJ/ANM
890.170/2021-SLV PADUENSE COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME-AI N°5025/2022/SEFIS-RJ/ANM
890.194/2018-ADAIUDO VIEIRA DE BARROS-AI N°5026/2022/SEFIS-RJ/ANM
890.260/2016-PEIXOTO E RIBEIRO INDÚSTRIA DE CERAMICA LTDA-AI N°5028/2022/SEFIS-RJ/ANM
890.316/2016-JOSÉ LUIZ WERNECK VIEIRA-AI N°5029/2022/SEFIS-RJ/ANM
890.317/2016-RUDNEI RODRIGUES DA SILVA-AI N°5030/2022/SEFIS-RJ/ANM
890.312/2015-FC FARIA SERVIÇOS REPRESENTAÇÕES E TRANSPORTES EIRELI EPP-AI N°5031/2022/SEFIS-RJ/ANM
890.297/2016-M X EXTRACAO DE AREIA E MATERIAL DE CONSTRUCAO LTDA-AI N°5032/2022/SEFIS-RJ/ANM
890.539/2015-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS S/A-AI N°5033/2022/SEFIS-RJ/ANM
890.846/2014-JKS EMPREENDIMENTOS LTDA-AI N°5034/2022/SEFIS-RJ/ANM

EDUARDO ALVARO PINTO DE FREITAS NETO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 54/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Autoriza transformação do regime de Autorização de Pesquisa para Licenciamento(1823)
890.167/2019-EDUARDO CESAR B SANTOS
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
890.186/2021-BENIGNO SILVA NETO- Cessionário:Jaime Miranda Salomão- CPF ou CNPJ 537.873.827-04- Alvará n°4706/2022
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
890.056/1981-PEDREIRA SAO PEDRO LTDA-OF. N°36094/2022/SEFIS-RJ/ANM - 36328/2022/SEFIS-RJ/ANM - 36685/2022/SEFIS-RJ/ANM
890.453/2002-PEDREIRA SAO PEDRO LTDA-OF. N°36112/2022/SEFIS-RJ/ANM - 36347/2022/SEFIS-RJ/ANM - 36690/2022/SEFIS-RJ/ANM
890.517/2013-REAJA MINERAÇÃO, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO LTDA-OF. N°15.928/2022/SEFAM-RJ/ANM
Fase de Licenciamento
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
890.890/2012-AREAL D´LÚCIA LTDA EPP
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
890.131/2015-CERÂMICA NOGUEIRA JUNIOR LTDA ME- Registro de Licença N° 2979/2017 - Vencimento em 07/12/2023
890.869/2012-BIL EXTRACAO DE PRODUTOS MINERAIS LTDA- Registro de Licença N° 2.812/2014 - Vencimento em 05/04/2023
890.991/2011-CERÂMICA TABATINGA LTDA- Registro de Licença N° 2.902/2016 - Vencimento em 19/01/2026
890.409/2014-AREAL SERRA DA BOLIVIA LTDA- Registro de Licença N° 2.831/2014 - Vencimento em 05/08/2025
890.066/2000-M. LILIA EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA- Registro de Licença N° 1.820/2003 - Vencimento em 02/05/2025
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
890.970/2013-ILHA DOS MINEIROS EXTRAÇÃO MINERAL LTDA-OF. N°38244/2022/SEOUT-RJ/ANM
890.410/2012-PRIMUS IPANEMA AGROPECUARIA LTDA-OF. N°38105/2022/SEOUT-RJ/ANM
890.148/2018-PEDRAS DECORATIVAS UNIÃO LTDA-OF. N°37428/2022/SEOUT-RJ/ANM
890.440/2012-PEDREIRA BELA VISTA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA.-OF. N°37368/2022/SEOUT-RJ/ANM
891.046/1994-SUGAREIA EXTRAÇÃO DE AREIA EIRELE ME-OF. N°37243/2022/SEOUT-RJ/ANM
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
890.183/2006-INDÚSTRIA E COMÉRCIO APOLO EIRELI-ITAPERUNA/RJ - Guia n° 1/2022-50.000TONELADAS-GRANITO- Vigência da Guia:1
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total do requerimento de Lavra(1043)
890.397/2005-VOTORANTIM CIMENTOS S.A.- Alvará n° 12205/2005 - Cessionário: Polimix Concreto Ltda.- CNPJ 29.067.113/0001-96
890.220/2005-VOTORANTIM CIMENTOS S.A.- Alvará n° 8622/2005 - Cessionário: Polimix Concreto Ltda.- CNPJ 29.067.113/0001-96
890.219/2005-VOTORANTIM CIMENTOS S.A.- Alvará n° 12.189/2005 - Cessionário: Polimix Concreto Ltda.- CNPJ 29.067.113/0001-96
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
890.095/2022-PETRALITE MINERACAO COMERCIO E SERVICOS LTDA-OF. N°38190/2022/SEOUT-RJ/ANM
890.008/2022-B R INDUSTRIA CERAMICA LTDA-OF. N°37938/2022/SEOUT-RJ/GER-RJ
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 30 dias(1166)
890.106/2020-MINERAÇÃO ILHA DAS GARÇAS-OF. N°36597/2022/SEOUT-RJ/ANM
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
890.125/2022-LEAD ENGENHARIA E PROJETOS LTDA
890.130/2022-SAGRI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA

EDUARDO ALVARO PINTO DE FREITAS NETO
Gerente

DESPACHO
Relação nº 494/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50) Areal Porto Grauna Eireli - 890055/19 Leandro Correa de Melo Barbosa - 890009/21 Placido Gomes Esperança Filho - 890021/20 Strong System Simples Eireli - 890088/20, 890150/20

EDUARDO ALVARO PINTO DE FREITAS NETO
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO
Relação nº 92/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
848.143/2018-ILENA MARIA ALBUQUERQUE-OF. N°37196/2022/NUFIS-RN/ANM
848.144/2018-ILENA MARIA ALBUQUERQUE-OF. N°37324/2022/NUFIS-RN/ANM
848.272/2019-NADJA MARIA BARBOSA EIRELI-OF. N°38593/2022/NUFIS-RN/ANM
Nega prorrogação prazo para cumprimento de exigência(253)
848.122/2018-JANDAÍRA LIMESTONE DO BRASIL LTDA ME-OF. N°26531/2022/SEREM-RN/ANM
848.283/2017-JANDAÍRA LIMESTONE DO BRASIL LTDA ME-OF. N°39158/2022/NUFIS-RN/ANM
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
848.122/2018-JANDAÍRA LIMESTONE DO BRASIL LTDA ME
848.283/2017-JANDAÍRA LIMESTONE DO BRASIL LTDA ME

Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)
848.132/2018-JOYCE YARA RODRIGUES- Cessionário:PINK QUARTZO MINERACAO LTDA- CPF ou CNPJ 18.240.125/0001- 54- Alvará n°5689/2018
Fase de Requerimento de Lavra
Indefere o(s) seguinte(s) requerimento(s) de lavra. O(s) processo(s) permanecerá(ão) na sede da ANM durante o prazo recursal para vista e cópias.(2139)
848.033/2014-METACOM MINERAÇÃO S A.
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
848.275/2005-MINERACAO VISTA BELA LTDA-EQUADOR/RN - Guia n° 9/2022-15600toneladas-Pegmatito- Vigência da Guia:3 anos
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere Requerimento de PLG(335)
848.059/2021-MARCELA SAMILLE ARAUJO DE BRITO
Nega a anuência prévia aos atos de cessão total de direitos(1854)
848.036/2019-COOPERATIVA DOS MINERADORES DE SAO TOME
Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
848.102/2022-NATIVA AMAZONIA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS EIRELI

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

DESPACHO
Relação nº 97/2022

Fase de Licenciamento
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
848.084/2016-FRANCISCO SALES DA SILVA- Registro de Licença N° 50/2016 - Vencimento em 14/04/2023

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL DA ANM NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DESPACHO
Relação nº 122/2022

Fase de Direito de Requerer a Lavra
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(2243)
810.018/2018-ALFAGEO CONSULTORIA E SERVICOS GEOLOGICOS LTDA
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.019/2003-BRITAGEM PADUENSE LTDA-OF. N°39178/2022
810.954/2008-EMPREEITEIRA PEDRAS BASALTO LTDA-OF. N°39180/2022
Fase de Registro de Extração
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 1 ano(939)
810.414/2019-MUNICIPIO DE TUPANCIRETA-Registro de Extração N°69/2020 de 29/04/2020
810.415/2019-MUNICIPIO DE TUPANCIRETA-Registro de Extração N°68/2020 de 29/04/2020
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 03 anos(941)
810.416/2019-MUNICIPIO DE TUPANCIRETA-Registro de Extração N°169/2019 de 12/12/2019
Autoriza prorrogação do prazo do Registro de Extração por 04 anos(926)
810.147/2017-MUNICIPIO DE IBIRUBÁ-Registro de Extração N°128/2017 de 09/08/2017
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
811.780/2015-MINERACAO VALE DO URUSSANGA LTDA-OF. N°39096/2022
811.117/2013-JACOBINA FONTE E COMERCIO DE AGUAS MINERAIS LTDA-OF. N°30385/2022
811.438/2015-MINERACAO VERA CRUZ LTDA-OF. N°39723/2022
810.241/2021-PAVERAMA COMERCIO DE PEDRA BRITADA EIRELI-OF. N°39768/2022
Indefere o(s) seguinte(s) requerimento(s) de lavra. O(s) processo(s) permanecerá(ão) na sede da ANM durante o prazo recursal para vista e cópias.(2139)
810.217/2013-NELCIMAR SIMONETTI DE BAIRRO
810.741/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
810.625/2010-MINERASUL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
810.513/2022-SUL SERRA TERRAPLENAGEM LTDA-OF. N°39172/2022
810.530/2022-BRITA PINHAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-OF. N°39176/2022
810.840/2021-CERAMICA TIJOFORTE LTDA-OF. N°39190/2022
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
810.549/2021-LILIANE CRISTIANETTI PAIM VARGAS-Registro de Licença N° 94/2022 - Vencimento em 22/06/2026
Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina arquivamento definitivo do processo(155)
810.504/2008-CONCRESUL BRITAGEM LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
810.224/2022-PTS TRANSPORTES E SERVICOS EIRELI-OF. N°38759/2022
810.173/2022-IGG TRANSPORTES LTDA-OF. N°38852/2022
810.150/2022-FRANCIELI HAGEMEISTER DE OLIVEIRA-OF. N°38871/2022
810.098/2022-JADF ADMINISTRACAO E PARTICIPACOES LTDA-OF. N°39438/2022
810.096/2022-SARGIL COMERCIO E TRANSPORTE DE MINERAIS LTDA-OF. N°39422/2022
810.073/2022-BRITA FUCHS LTDA-OF. N°39429/2022
810.057/2022-PORTOSAN CONSTRUÇÕES LTDA-OF. N°39448/2022
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Outorga o Registro de Extração, prazo 4 anos, vigência a partir dessa publicação(923)
810.270/2022-MUNICIPIO DE SANTA TEREZA- Registro de Extração N°167/2022 de 25/08/2022
810.515/2022-MUNICIPIO DE RIO PARDO- Registro de Extração N°168/2022 de 25/08/2022
810.535/2022-PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ- Registro de Extração N°171/2022 de 25/08/2022
Outorga o Registro de Extração, prazo 5 anos, vigência a partir dessa publicação(924)
810.522/2022-MUNICIPIO DE CERRO BRANCO- Registro de Extração N°169/2022 de 25/08/2022
810.531/2022-MUNICIPIO DE BARRACAO- Registro de Extração N°170/2022 de 25/08/2022
810.543/2022-MUNICIPIO DE COLORADO- Registro de Extração N°172/2022 de 25/08/2022
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(825)
810.545/2022-MUNICIPIO DE GARRUCHOS-OF. N°39572/2022
810.544/2022-MUNICIPIO DE GARRUCHOS-OF. N°39564/2022
810.542/2022-MUNICIPIO DE COLORADO-OF. N°39553/2022
810.539/2022-MUNICIPIO DE TEUTONIA-OF. N°39460/2022
810.523/2022-PREFEITURA MUNICIPAL DE NICOLAU VERGUEIRO-OF. N°39441/2022

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 123/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
810.736/2014-COLORMINAS COLORIFÍCIO E MINERAÇÃO S A-ALVARÁ N° 3797 Publicado DOU de 19/06/2019- Onde se lê: ... "numa área de 593,02 ha", Leia-se: ... "numa área de 49,21 ha"
Fase de Requerimento de Registro de Extração
Torna sem efeito despacho de indeferimento(834)
810.270/2022-MUNICIPIO DE SANTA TEREZA- Publicado DOU de 11/08/2022

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 124/2022

Fase de Concessão de Lavra
Nega averbação da prorrogação do contrato de arrendamento(1302)
810.640/2003-HIDROMINERADORA VIEGAS & BODINI LTDA- Arrendatário:Criser Comercio de Agua Mineral Ltda
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
810.687/2012-ENEDIANE MARTINI ME- Cessionário:Leonardo Gonçalves Foletto- CNPJ 06.929.727/0001-34- Registro de Licença N° 190/2017- Vencimento da Licença: 03/11/2022

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

DESPACHO
Relação nº 125/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
811.530/2015-ÁGUIA FERTILIZANTES S.A.-ALVARÁ N°11584/2016
Fase de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(530)
810.546/2002-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MÉDIO ALTO URUGUAI LTDA-OF. N°40031/2022
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
810.655/2011-BIANCHETTI PEDRAS LTDA ME-OF. N°39223/2022
Homologa renúncia do Registro de Licença(784)
810.756/2009-BELONI VASCONCELOS & FILHO LTDA
810.683/2012-OLARIA GOLTZ LTDA
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
810.310/2007-HIDROMINERADORA CORADINI INDUSTRIA E COMERCIO DE-OF. N°35790/2022

JOSE EDUARDO DA COSTA DUARTE
Gerente
Interino

SUPERINTENDÊNCIA DE ARRECADAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE RECEITAS

DESPACHO
Relação nº 441/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Celmo Geraldo Amorim - 862104/12 - Not.72/2022 - R$ 899,12
Darci Pereira Pinto Junior - 860062/16 - Not.42/2022 - R$ 8.716,69
Devani Miranda - 860183/12 - Not.51/2022 - R$ 7.290,99
Edivan Enes Oliveira da Silva - 861642/12 - Not.62/2022 - R$ 800,45
Edson da Silva - 861330/13 - Not.39/2022 - R$ 423,24
Emiliano Fonseca Neto - 861935/12 - Not.70/2022 - R$ 114,58
Fabiano Alvarince - 861507/12 - Not.61/2022 - R$ 2.040,16
Fernando Lopes Pereira - 861737/11 - Not.48/2022 - R$ 1.077,74
Fornecedora Silva Ltda - 860266/12 - Not.52/2022 - R$ 228,22, 861708/12 - Not.63/2022 - R$ 149,81
Geopedra Consultoria e Soluções Ltda - 861766/12 - Not.64/2022 - R$ 210,77, 861767/12 - Not.65/2022 - R$ 193,71, 861768/12 - Not.66/2022 - R$ 210,82
Gilberto Braz Dos Santos - 861369/13 - Not.75/2022 - R$ 66,96
Gustavo Luiz Paiva Ferreira Vianna - 861118/12 - Not.59/2022 - R$ 6.070,38, 862161/12 - Not.74/2022 - R$ 2.183,21
Helio Antonio de Sousa me - 860341/12 - Not.53/2022 - R$ 8.414,85, 860342/12 - Not.54/2022 - R$ 8.443,87
Lemos CONST. TRANSP. Areia e Cascalho Ltda - 862148/12 - Not.73/2022 - R$ 212,18
Leoncio Carlos Medeiros - 860832/12 - Not.58/2022 - R$ 1.381,39
Luiz Fernando Martins - 861131/12 - Not.60/2022 - R$ 212,18
Marinon Marcelino da Silva - 861271/14 - Not.47/2022 - R$ 64,85
Mauro César Ribeiro - 862763/11 - Not.50/2022 - R$ 1.199,78
Mineração Rio Claro Ltda - 860370/12 - Not.55/2022 - R$ 1.217,39, 860764/12 - Not.56/2022 - R$ 6.408,85, 860765/12 - Not.57/2022 - R$ 8.084,78, 861867/12 - Not.69/2022 - R$ 2.126,52
Morro Negro Mineração e Participações LTDA. - 861970/12 - Not.71/2022 - R$ 8.250,33
Msf Mineracao S/a - 862376/11 - Not.46/2022 - R$ 433,22
Penery Mineração Ltda - 861951/13 - Not.40/2022 - R$ 8.076,73
Samuel Dias de Oliveira - 861753/13 - Not.77/2022 - R$ 206,91
Silas de Oliveira Brandao - 862729/11 - Not.49/2022 - R$ 482,24
Wesley Augusto Alves Ferreira - 861853/12 - Not.67/2022 - R$ 1.990,99, 861854/12 - Not.68/2022 - R$ 2.246,95
William Mendes de Moura Junior - 861465/14 - Not.41/2022 - R$ 2.687,04

DANIEL POLLACK
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 459/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Ademir Martins Costa - 860207/14 - Not.91/2022 - R$ 18,54, 860208/14 - Not.93/2022 - R$ 9,54

Antonio Bernardo Pereira de Souza - 860991/15 - Not.139/2022 - R$ 4.299,53

Areial Santa Rosa Eireli me - 860499/16 - Not.150/2022 - R$ 10,66

Carlos Eduardo Rodrigues Cardoso - 860288/15 - Not.128/2022 - R$ 14,82

Catalana Ind e Com de Artefatos de Cimento e Const Ltda - 860285/16 - Not.149/2022 - R$ 43,85

Ceramica Santa Barbara Eireli - 860495/15 - Not.131/2022 - R$ 14,17

d Brasil Transporte Ltda me - 861252/14 - Not.123/2022 - R$ 207,99

Ediminas Mineracao Ltda - 861066/10 - Not.82/2022 - R$ 8.155,36, 861067/10 - Not.83/2022 - R$ 3.532,50, 861069/10 - Not.84/2022 - R$ 7.756,86

Eusebio Manoel da Silva - 861278/15 - Not.142/2022 - R$ 95,61

F.G. Vidigal & Cia Ltda - 861132/15 - Not.141/2022 - R$ 30,46

Fabricio de Siqueira Mendonça - 860304/15 - Not.87/2022 - R$ 188,10

Gonçalves e Almeida Ltda me - 860766/15 - Not.138/2022 - R$ 215,26, 860799/14 - Not.119/2022 - R$ 117,66

Gregorio Vassilive Ferreira - 860667/13 - Not.90/2022 - R$ 4.100,60

Itamar Luiz Meireles Sachetto - 861334/15 - Not.144/2022 - R$ 4.069,68, 861021/15 - Not.140/2022 - R$ 2.481,49

Joao Lancisio Batista - 860598/14 - Not.117/2022 - R$ 176,19

Joaquim Lopes Araujo - 860575/15 - Not.133/2022 - R$ 2.822,86

José Mendes Ribeiro - 861389/14 - Not.127/2022 - R$ 23,82

Juliano Gomes da Silva - 861278/14 - Not.125/2022 - R$ 1.745,29

Kanopus Mineradora Ltda me - 861372/14 - Not.126/2022 - R$ 150,28

Lemos CONST. TRANSP. Areia e Cascalho Ltda - 862776/11 - Not.88/2022 - R$ 207,76

Lucenir Floriana Nunes - 861919/13 - Not.92/2022 - R$ 122,45, 861380/15 - Not.147/2022 - R$ 58,75

Luiz Roberto Martins da Costa - 860770/08 - Not.78/2022 - R$ 89,25

Mabraz Demolições e Construções Ltda - 861300/14 - Not.124/2022 - R$ 48,52

Marcelino Max Almeida Lasse - 861024/14 - Not.79/2022 - R$ 2.102,94

Marcio Lamounier Dos Reis - 861317/15 - Not.143/2022 - R$ 410,85

mg Mineracao Green Gold Eireli - 860341/15 - Not.129/2022 - R$ 433,26

Mineracao Cascavel Eireli - 860368/15 - Not.130/2022 - R$ 1.420,10

Mineração Rio Claro Ltda - 862714/08 - Not.86/2022 - R$ 2.444,69

Mineracao Rio Doce Ltda - 860059/09 - Not.80/2022 - R$ 7.788,78

Mineração Transporte e Comércio Canaã Eireli - 860948/14 - Not.121/2022 - R$ 181,90, 860385/14 - Not.95/2022 - R$ 1.299,62

Pedreira Anhanguera S/a Empresa de Mineracao - 860241/10 - Not.81/2022 - R$ 23,39

Renildo Melquides Faria - 861355/15 - Not.145/2022 - R$ 79,19

Roberto Gabriel da Silva - 860967/14 - Not.122/2022 - R$ 197,71

Rubens Martins Mourao - 860412/14 - Not.118/2022 - R$ 1.422,43

Sandro Ferreira Costa - 861452/14 - Not.115/2022 - R$ 61,17

Seta Mineracao Ltda - 860136/13 - Not.89/2022 - R$ 8.615,84

Simer Engenharia e Monitoramento Ltda - 860551/15 - Not.132/2022 - R$ 1.573,63

Talita Márcia Dos Santos - 860882/14 - Not.120/2022 - R$ 58,22

Twa Areia e Cascalho Ltda - 860531/14 - Not.116/2022 - R$ 212,22

Vanderley Antonio da Costa - 861511/15 - Not.148/2022 - R$ 85,78

Vicente Marcos Barbosa - 860255/14 - Not.94/2022 - R$ 32,56

Walter Divino Bessa Filho - 861490/10 - Not.85/2022 - R$ 3.903,03

DANIEL POLLACK
Superintendente

DESPACHO
Relação nº 472/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Alex Dias Couto - 860523/16 - Not.162/2022 - R$ 122,16

Amarillo Mineracao do Brasil Ltda - 860130/13 - Not.157/2022 - R$ 27,77

Areias Nossa Senhora Aparecida Eireli me - 860966/16 - Not.105/2022 - R$ 3.143,30

Belchior de Souza - 860693/16 - Not.109/2022 - R$ 139,40

Catarina Elízia Bernardino Rates de Moura - 860380/14 - Not.112/2022 - R$ 196,40

Cocal Gold Mining Ltda - 861324/15 - Not.96/2022 - R$ 2.896,43

Edson da Silva - 861581/14 - Not.97/2022 - R$ 383,45

Ego Ambiental Meio Ambiente, Mineracao, Agrimensura e Seguranca do Trabalho Eireli - 860590/16 - Not.110/2022 - R$ 702,07

Emac Transportes Ltda - 860151/12 - Not.158/2022 - R$ 3.763,67, 860014/12 - Not.159/2022 - R$ 6.977,35, 860011/12 - Not.160/2022 - R$ 6.054,81

Erson Carlos Borges - 861366/16 - Not.108/2022 - R$ 202,36

Fabio Rodrigues da Costa - 860511/16 - Not.163/2022 - R$ 17,33

Gildomar Gonçalves Ribeiro - 861568/11 - Not.161/2022 - R$ 2.687,18

Instituto Gemologico do Brasil Ltda - 860177/17 - Not.154/2022 - R$ 3.188,57

Itamar Luiz Meireles Sachetto - 860124/16 - Not.113/2022 - R$ 147,02

Jfp Areia e Cascalho Eireli me - 861259/14 - Not.136/2022 - R$ 553,29

Josiniro da Silva Coelho - 860196/17 - Not.153/2022 - R$ 1.154,15

Laiana Rodrigues Sardinha - 861206/16 - Not.103/2022 - R$ 18,47

Lemos CONST. TRANSP. Areia e Cascalho Ltda - 861352/16 - Not.102/2022 - R$ 642,77, 860501/16 - Not.156/2022 - R$ 4.741,35, 860508/16 - Not.164/2022 - R$ 1.090,56

Martins Distribuidora de Tijolos Ltda me - 861499/16 - Not.155/2022 - R$ 879,46

Mineração Transporte e Comércio Canaã Eireli - 860384/14 - Not.111/2022 - R$ 1.270,19

Odair da Silva Rosa - 860182/17 - Not.107/2022 - R$ 21,23

Penery Mineração Ltda - 861912/12 - Not.151/2022 - R$ 7.472,39, 861908/12 - Not.152/2022 - R$ 8.663,01

Rio Claro Minerals Pesquisa e Exploração Mineral sa - 860431/13 - Not.98/2022 - R$ 5.441,93, 860912/11 - Not.99/2022 - R$ 0,00, 860914/11 - Not.137/2022 - R$ 2.831,12, 860913/11 - Not.146/2022 - R$ 3.962,83

Salvador Rodrigues Sobrinho - 860003/17 - Not.100/2022 - R$ 831,73

Tatiana da Silva - 861705/12 - Not.101/2022 - R$ 8.109,56

Trimining Mineração do Brasil Ltda - 861193/08 - Not.135/2022 - R$ 4.031,12

Vilmar Batista de Santana - 861199/16 - Not.104/2022 - R$ 787,88

Xixto Mineração Indústria e Comércio LTDA. - 860504/16 - Not.165/2022 - R$ 189,44

DANIEL POLLACK
Superintendente

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 4 (BA, SE, AL)

DESPACHO
Relação nº 477/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Antônio Marcus Barreto da Silva - 871813/13 - Not.1787/2022 - R$ 591,15

Barbosa Roepke Mineração Ltda me - 874150/11 - Not.1769/2022 - R$ 206,73

Braspedras - Comercio, Importacao e Exportacao Eireli - 871843/13 - Not.1786/2022 - R$ 412,94

f. b. l. Al-britas Eireli - 870543/13 - Not.1782/2022 - R$ 206,70

Felipe de Souza Mota me - 870528/13 - Not.1781/2022 - R$ 4.135,59

Ggm Geométrica de Granitos e Mineração Ltda - 870311/16 - Not.1764/2022 - R$ 1.227,45

Granvaz Mineração Ltda me - 871802/13 - Not.1788/2022 - R$ 328,00

Guará Stones Mineração Ltda - 871574/13 - Not.1774/2022 - R$ 260,92

José Fabio Andrade Sapucaia - 870363/13 - Not.1779/2022 - R$ 3.857,77

Lgd de Queiroz - 870657/12 - Not.1767/2022 - R$ 404,04, 872693/12 - Not.1777/2022 - R$ 1.332,32

lm Gestao Empresarial Eireli - 871922/15 - Not.1766/2022 - R$ 1.227,45

Miguel Apolinário de Souza - 870017/14 - Not.1778/2022 - R$ 204,47

Mineracao Geofinix Ltda - me - 871854/13 - Not.1784/2022 - R$ 3.750,32, 871855/13 - Not.1785/2022 - R$ 3.570,50

Mineracao Grajumar Ltda - 870897/13 - Not.1772/2022 - R$ 3.817,06

Mmm Mega Mina Mineração Ltda me - 870415/13 - Not.1780/2022 - R$ 140,69

Ozanar Oliveira de Almeida - 871549/13 - Not.1775/2022 - R$ 1.654,11

Petra Perfurações Ltda me - 870549/16 - Not.1765/2022 - R$ 1.130,30

Produtos Cerâmicos Filadélfia Ltda - 874930/11 - Not.1768/2022 - R$ 532,09

Ramon Transportes Ltda - 870923/13 - Not.1771/2022 - R$ 2.085,32, 870635/13 - Not.1783/2022 - R$ 4.124,59

Sebastião Marinho Moreira - 870876/13 - Not.1770/2022 - R$ 3.663,63

Siderval Oliveira Bispo Júnior - 870390/16 - Not.1761/2022 - R$ 1.111,62

Stellarium Pedras e Revestimentos LTDA. - 870217/13 - Not.1776/2022 - R$ 1.155,78

Stoneblocks Mineracao Ltda Epp - 871800/13 - Not.1773/2022 - R$ 213,11

Uni Geologia Mineração Indústria e Comércio Ltda me - 870401/16 - Not.1762/2022 - R$ 1.227,45

Welter Soares - 870347/16 - Not.1763/2022 - R$ 1.111,62

MAIKO DOS SANTOS CORREIA
Chefe de Serviço
Substituto

DESPACHO
Relação nº 482/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)

Adilson Gomes Cardoso - 870768/21

Adonai Mineracoes Ltda - 871588/21

Ambiental Line Agronegocio e Participacoes Ltda - 871353/21

Antonio Julio Filizola - 871671/21

Cepemi Centro de Pesquisa e Extração Mineral Ltda - 870557/20, 871300/20, 871308/21, 871313/21, 871314/21, 871587/21

d Cesar Santana Ferreira - 871761/21

Dione Secchim Brugnara - 871840/21

Edson de Oliveira Aquino - 871505/21

Eduardo Henrique Procoro Silva - 871259/20

Erica Fernanda Alves de Sousa - 871794/21

Eucalir Mineracao e Empreendimentos Ltda - 871483/21

Flavio Lopes da Silva - 871527/21

Francisco de Paula da Silva - 871472/21

Ggs Locacoes de Maquinas e Apoio a Edificios Eireli - 870983/21, 870985/21

j Jose de Oliveira Filho Eireli - 870340/20, 870417/20, 870418/20, 870419/20

Jasmin Manganes Ltda - 871453/21, 871459/21

Jose do Espirito Santo Cruz - 870469/17

Júlio Martins Cardoso Dos Santos - 871468/21, 871495/21, 871446/21, 871654/21

Larissa Gracas Leite - 871867/21

m f de Morais Agronegocio e Mineracao Eireli - 871907/21

Marcelo Dourado da Silva - 871506/21, 871734/21

Marcos Antonio Batista Sento se - 871478/21

Mineração do Brasil Importação e Exportação Ltda me - 870517/19

Pedra Grande Mineracao Ltda - 871116/20, 871110/20

Peteg Pesquisas Tecnicas em Geologia Ltda - 871860/21

Robson Romulo Rocha da Silva - 871507/21

Robson Soares - 870864/21

Rogerio Tadeu da Luz - 870491/20

Tractor Construcoes, Locacao e Transportes Eireli - 871551/21

Tupa de Ferro Mineradora Spe Ltda - 871715/18

Valdnai Almeida Pires - 871582/21

MAIKO DOS SANTOS CORREIA
Chefe de Serviço
Substituto

DESPACHO
Relação nº 485/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

a3 Mineração, Exportação e Importação Eireli me - 872122/16 - Not.1469/2022 - R$ 1.146,33

Abc Mineração Empreendimentos e Serviços Ltda Epp - 870925/16 - Not.1526/2022 - R$ 1.146,33

Abdo & Diniz Consultoria e Assessoria Ltda - 871951/11 - Not.1510/2022 - R$ 5.923,97

Adimar de Souza Neves me - 871333/16 - Not.1406/2022 - R$ 1.146,33

Adriano Medeiros Netto Ribeiro - 870771/11 - Not.1527/2022 - R$ 1.259,61

Afonso Damiao Beiroz da Silva - 870789/16 - Not.1409/2022 - R$ 1.146,33, 870790/16 - Not.1528/2022 - R$ 1.146,33

Agnaldo Francisco Edgard Fiori Campos - 871402/16 - Not.1441/2022 - R$ 1.146,33

Agropecuária r g Ind Importação e Exportação Ltda me - 872002/15 - Not.1226/2022 - R$ 1.137,86

Ailton da Silva - 871479/16 - Not.1529/2022 - R$ 1.146,33

Ailton Meira Barros - 872293/15 - Not.1359/2022 - R$ 1.146,33

Allan Baliza Barros - 871461/15 - Not.1327/2022 - R$ 1.146,33, 871460/15 - Not.1330/2022 - R$ 1.146,33, 871766/15 - Not.1236/2022 - R$ 1.153,25, 871462/15 - Not.1332/2022 - R$ 1.146,33, 871352/15 - Not.1299/2022 - R$ 1.146,33

Allmining Mineração Ltda me - 872571/15 - Not.1268/2022 - R$ 1.153,25, 872570/15 - Not.1269/2022 - R$ 1.153,25, 872444/15 - Not.1360/2022 - R$ 1.146,33, 872572/15 - Not.1488/2022 - R$ 1.146,33, 872443/15 - Not.1361/2022 - R$ 1.146,33, 872008/16 - Not.1530/2022 - R$ 1.146,33, 872566/15 - Not.1270/2022 - R$ 1.153,25, 872569/15 - Not.1271/2022 - R$ 1.153,25, 870255/16 - Not.1531/2022 - R$ 1.146,33

Almir Rocha Machado - 870937/10 - Not.1515/2022 - R$ 2.178,78
Ambientar Mineração Ltda me - 870061/09 - Not.1609/2022 - R$ 5.862,91
Amf Empreendimentos, Participações e Serviços LTDA. - 870159/16 - Not.1444/2022 - R$ 1.146,33
Ansyse Cynara Teixeira Ladeia - 872299/10 - Not.1451/2022 - R$ 8.301,27, 872300/10 - Not.1453/2022 - R$ 8.343,85
Ansyse Mineração Ltda - 872129/15 - Not.1446/2022 - R$ 1.146,33
Antonia Maria de Santana 93815000530 - 873097/15 - Not.1412/2022 - R$ 1.146,33
Antonio Carlos Das Dores - 872842/11 - Not.1569/2022 - R$ 8.240,39, 872843/11 - Not.1562/2022 - R$ 4.495,48
Antonio Carlos Leao Ferreira me - 871803/16 - Not.1456/2022 - R$ 202,05
Antonio Eduardo Cunha - 870786/16 - Not.1532/2022 - R$ 1.146,33
Antonio Paulo Brito Santos - 872053/16 - Not.1534/2022 - R$ 1.146,33
Antônio Santana da Cruz - 872562/11 - Not.1547/2022 - R$ 1.011,93
Areal Costa Sul LTDA. - 872111/14 - Not.1565/2022 - R$ 3.483,77
Arenito Santa Cruz da Serra Ltda - 870661/13 - Not.1549/2022 - R$ 1.146,33, 870661/13 - Not.1313/2022 - R$ 3.453,42
Arianne Freire Secati Silva - 871891/15 - Not.1353/2022 - R$ 1.146,33
Artenio Alves de Alcantara - 871823/16 - Not.1414/2022 - R$ 1.146,33
Arthur Rubim Pinto Rosa - 871773/16 - Not.1455/2022 - R$ 1.146,33, 871773/16 - Not.1457/2022 - R$ 553,88
Associação de Agricultores e Irrigantes da Bahia - 871974/16 - Not.1417/2022 - R$ 4,05, 871976/16 - Not.1232/2022 - R$ 40,62, 871973/16 - Not.1233/2022 - R$ 4,35, 871971/16 - Not.1538/2022 - R$ 17,69, 871977/16 - Not.1458/2022 - R$ 19,18
B&e Gestao de Ativos Financeiros Ltda - 873122/09 - Not.1613/2022 - R$ 7.613,53, 873123/09 - Not.1611/2022 - R$ 6.631,83
Bahia Iron Consultoria em Mineracao Ltda - 871113/10 - Not.1462/2022 - R$ 1.540,70, 872839/10 - Not.1602/2022 - R$ 2.556,98
Bahia Stone Extracao de Rochas LTDA. - 872358/15 - Not.1554/2022 - R$ 4.105,64, 870538/16 - Not.1580/2022 - R$ 4.156,68, 871487/16 - Not.1575/2022 - R$ 3.135,33, 872192/15 - Not.1571/2022 - R$ 4.130,21
Barba Branca Mineracao Ltda - 871902/15 - Not.1516/2022 - R$ 3.186,15, 870972/16 - Not.1337/2022 - R$ 1.111,62
Barbarense Locação Ltda - 872227/15 - Not.1401/2022 - R$ 1.146,33
Barions Marmores Ltda - 872099/16 - Not.1416/2022 - R$ 1.146,33, 872099/16 - Not.1418/2022 - R$ 4.488,19
bb Empreendimentos Ltda me - 872679/15 - Not.1445/2022 - R$ 1.137,86
Braex Brasil Exploração Mineral Ltda - 871697/10 - Not.1509/2022 - R$ 341,72, 870729/14 - Not.1262/2022 - R$ 1.873,60
Braspedras - Comercio, Importacao e Exportacao Eireli - 871338/14 - Not.1582/2022 - R$ 4.658,90
Britador Macaubense Ltda - 872130/15 - Not.1442/2022 - R$ 1.146,33, 872131/15 - Not.1237/2022 - R$ 1.153,25
Britaservice Servico e Comercio Ltda - 872625/11 - Not.1568/2022 - R$ 7.209,51
Bvx Locação e Mineração Ltda me - 874694/11 - Not.1594/2022 - R$ 207,80
Camacan Mineracao Ltda - 872160/15 - Not.1247/2022 - R$ 1.153,25, 872159/15 - Not.1238/2022 - R$ 1.153,25
Camila Gouveia Santos - 872602/15 - Not.1276/2022 - R$ 1.153,25
Carisvaldo Almeida Bomfim - 870006/14 - Not.1348/2022 - R$ 227,03
Cbv Construtora Ltda - 870071/16 - Not.1298/2022 - R$ 1.146,33
Ceb Cerâmica Estrela Bela Ltda - 872759/10 - Not.1433/2022 - R$ 337,34
Cerâmica Amaral Côrtes Ltda - 870944/12 - Not.1589/2022 - R$ 60,89
Cerâmica Camamu Ltda me - 871260/15 - Not.1407/2022 - R$ 443,08
Cerâmica Imperial LTDA. - 872938/11 - Not.1563/2022 - R$ 8.020,24
Ceramica Mestre Campos Ltda me - 871756/14 - Not.1540/2022 - R$ 1.146,33, 871756/14 - Not.1308/2022 - R$ 6,93
Ceramica São Cristovão Ltda - 873047/15 - Not.1315/2022 - R$ 1.353,61, 873047/15 - Not.1306/2022 - R$ 1.146,33
Ciemil Comercio Industria e Exportacao de Minerios Ltda - 870361/16 - Not.1367/2022 - R$ 1.130,30, 870444/16 - Not.1366/2022 - R$ 1.130,30
Cma Extratora de Minérios Ltda me - 870619/16 - Not.1368/2022 - R$ 1.130,30
Comercial Exportadora Rinoldi Eireli - 871339/16 - Not.1370/2022 - R$ 1.130,30, 871342/16 - Not.1369/2022 - R$ 1.130,30, 871340/16 - Not.1371/2022 - R$ 1.130,30, 871341/16 - Not.1373/2022 - R$ 1.130,30
Companhia de Areia Ltda - 872728/16 - Not.1536/2022 - R$ 1.146,33
Congese Consultoria e Gestão de Serviços LTDA. - 870126/09 - Not.1279/2022 - R$ 1.130,30
Consórcio Empa Servix Tratex Jds - 872858/15 - Not.1285/2022 - R$ 1.153,25, 872858/15 - Not.1286/2022 - R$ 118,89
Consórcio Rodobahia Construction - 871566/14 - Not.1466/2022 - R$ 231,60, 871566/14 - Not.1464/2022 - R$ 1.146,33
Constru Requinte Ltda me - 871917/15 - Not.1334/2022 - R$ 1.146,33
Construterra Construções e Terraplenagem LTDA. - 871482/15 - Not.1300/2022 - R$ 1.111,62, 871516/15 - Not.1363/2022 - R$ 1.153,25
Construtora Getel Ltda - 870857/16 - Not.1558/2022 - R$ 1.130,30
Cris Construcoes e Empreendimentos Ltda - 870559/15 - Not.1347/2022 - R$ 1.546,96
Csb - Cerâmica Simonassi Bahia LTDA. - 871022/15 - Not.1345/2022 - R$ 3,95
Dilermando Moreira de Brito - 872258/15 - Not.1473/2022 - R$ 1.137,86, 872258/15 - Not.1486/2022 - R$ 108,29
Diogo Patrick Ornelas Chaves - 871155/16 - Not.1616/2022 - R$ 1.130,30, 871155/16 - Not.1494/2022 - R$ 729,06
Dirceu Antônio Tonelli - 871856/14 - Not.1235/2022 - R$ 2.765,56
Durval Ramos Neto - 874028/11 - Not.1260/2022 - R$ 49,43
e s Transporte e Construção LTDA. - 870358/14 - Not.1592/2022 - R$ 221,06
Ecocampocidade Agroindustrial Ltda me - 872925/15 - Not.1489/2022 - R$ 170,54
Edilson Ribeiro da Cruz - 870044/11 - Not.1601/2022 - R$ 2.648,46
Elienei Dos Santos Dos Reis - 872209/11 - Not.1564/2022 - R$ 249,69
Emetris Mineradora Ltda.me - 873258/11 - Not.1614/2022 - R$ 4.861,47, 873260/11 - Not.1596/2022 - R$ 8.273,90
Erocais Transporte e Servicos Ltda - 872297/14 - Not.1312/2022 - R$ 227,50, 872297/14 - Not.1546/2022 - R$ 1.146,33
Eucalir Mineracao e Empreendimentos Ltda - 870123/12 - Not.1411/2022 - R$ 232,10, 870944/16 - Not.1338/2022 - R$ 1.995,36
f2 Extracao e Transportes Ltda - 871901/15 - Not.1383/2022 - R$ 47,36, 871901/15 - Not.1352/2022 - R$ 1.130,30
Fabricio Arifa Ferreira - 870958/11 - Not.1439/2022 - R$ 2.164,51, 872984/10 - Not.1553/2022 - R$ 185,42
Farias & Oliveira Ltda me - 871495/15 - Not.1365/2022 - R$ 1.146,33
Ferreira Gonçalves Representações e Patrimônio Ltda - 870391/16 - Not.1339/2022 - R$ 65,78, 870392/16 - Not.1606/2022 - R$ 1.227,45, 870391/16 - Not.1328/2022 - R$ 1.130,30
Ferro Minas Mineração Ltda - 870513/09 - Not.1608/2022 - R$ 2.289,63, 870755/10 - Not.1429/2022 - R$ 2.177,86
Francisco de Assis de Oliveira - 872500/15 - Not.1282/2022 - R$ 1.153,25, 872499/15 - Not.1316/2022 - R$ 1.137,86
Galvacrom IND. Comercio de Produtos Galvanizados Ltda - 871843/15 - Not.1519/2022 - R$ 1.140,51, 871843/15 - Not.1326/2022 - R$ 1.146,33
Ggm Geométrica de Granitos e Mineração Ltda - 870313/16 - Not.1378/2022 - R$ 1.227,45, 872630/13 - Not.1272/2022 - R$ 1.153,25, 870312/16 - Not.1375/2022 - R$ 1.227,45, 871640/14 - Not.1543/2022 - R$ 221,11, 870309/16 - Not.1460/2022 - R$ 1.227,45, 870308/16 - Not.1607/2022 - R$ 1.227,45, 871640/14 - Not.1465/2022 - R$ 1.146,33
Gilmar Tamaio da Cunha - 871952/15 - Not.1344/2022 - R$ 1.146,33
gm Mineradora Grandantas LTDA. - 873039/15 - Not.1452/2022 - R$ 1.130,30
Gna Mineração Ltda me - 872168/14 - Not.1544/2022 - R$ 1.146,33, 872168/14 - Not.1311/2022 - R$ 396,42
Grastone Mineração e Comércio Ltda - 874138/11 - Not.1263/2022 - R$ 9.030,62, 874139/11 - Not.1264/2022 - R$ 7.860,41, 874136/11 - Not.1265/2022 - R$ 9.084,12, 870107/10 - Not.1447/2022 - R$ 8.289,18, 870130/10 - Not.1390/2022 - R$ 8.337,17, 872730/10 - Not.1518/2022 - R$ 7.896,45, 870131/10 - Not.1432/2022 - R$ 8.226,70, 870132/10 - Not.1434/2022 - R$ 7.088,95
Helio Jose Dantas Rosado - 871087/12 - Not.1555/2022 - R$ 9.082,86
Hilton Queiroz Santos - 873721/11 - Not.1583/2022 - R$ 367,25
Imac Empreendimentos e Serviços LTDA. - 870971/16 - Not.1380/2022 - R$ 1.227,45
Izimex Pedras do Brasil Ltda - 873088/15 - Not.1477/2022 - R$ 1.137,86
j e Caliman Filho me - 872101/15 - Not.1372/2022 - R$ 1.146,33
Jacqueline Paixão Dos Santos - 872937/10 - Not.1435/2022 - R$ 613,00
Jamili Lemos Monfardini Melo - 871788/14 - Not.1346/2022 - R$ 727,55
Jean Francisco Dos Santos - 870946/16 - Not.1340/2022 - R$ 569,59, 870946/16 - Not.1617/2022 - R$ 1.130,30
Jeanny Karcia Souza Dos Santos - 871351/15 - Not.1415/2022 - R$ 1.918,96, 871351/15 - Not.1301/2022 - R$ 1.146,33
Jesse Araujo de Santana - 874938/11 - Not.1605/2022 - R$ 195,39
Jhs Empreendimentos Ltda me - 873062/15 - Not.1492/2022 - R$ 807,78, 873062/15 - Not.1476/2022 - R$ 1.137,86
João Batista Melo de Carvalho Filho - 870208/16 - Not.1324/2022 - R$ 188,68, 870208/16 - Not.1320/2022 - R$ 1.130,30
Joao Virgens da Silva - 871873/15 - Not.1524/2022 - R$ 1.146,33, 871873/15 - Not.1551/2022 - R$ 208,59
Joaquim Gomes Neto - 871977/15 - Not.1354/2022 - R$ 1.146,33
Jose Geroncio Fraga Cardoso - 870697/16 - Not.1419/2022 - R$ 1.130,30
Jose Humberto Cardoso Oliveira - 871872/14 - Not.1491/2022 - R$ 1.468,90
Jose Lourival Barbosa da Silva - 873006/15 - Not.1318/2022 - R$ 1.137,86, 873006/15 - Not.1321/2022 - R$ 344,50
Jose Manuel Martins Portas me - 872756/10 - Not.1573/2022 - R$ 2.972,98
José Nicolau Teixeira Leite - 872321/15 - Not.1443/2022 - R$ 5.835,52, 872321/15 - Not.1483/2022 - R$ 1.153,25
José Roberto Bodart Guimarães - 873080/15 - Not.1291/2022 - R$ 1.137,86
Jurandir Barbosa de Souza - 871029/12 - Not.1586/2022 - R$ 1.971,74
Kleyton Avelar Duca - 871603/11 - Not.1522/2022 - R$ 8.041,40
Lambert Alexandre Ferreira - 872140/10 - Not.1400/2022 - R$ 8.326,71
Lazaro de Jesus - 870691/16 - Not.1566/2022 - R$ 1.227,45, 870692/16 - Not.1420/2022 - R$ 1.130,30
Lidia Ribeiro Lele - 872056/15 - Not.1506/2022 - R$ 2.599,11, 872056/15 - Not.1374/2022 - R$ 1.146,33
Linda Souza Serqueira - 873042/15 - Not.1289/2022 - R$ 1.137,86, 873042/15 - Not.1295/2022 - R$ 49,72
lm Gestao Empresarial Eireli - 873092/15 - Not.1292/2022 - R$ 1.137,86, 872185/15 - Not.1228/2022 - R$ 1.137,86, 872241/15 - Not.1376/2022 - R$ 1.146,33, 872239/15 - Not.1227/2022 - R$ 1.137,86, 871923/15 - Not.1422/2022 - R$ 1.130,30, 870300/16 - Not.1421/2022 - R$ 1.130,30, 872238/15 - Not.1377/2022 - R$ 1.146,33, 872186/15 - Not.1379/2022 - R$ 1.146,33, 872240/15 - Not.1381/2022 - R$ 1.146,33, 872184/15 - Not.1382/2022 - R$ 1.146,33, 872186/15 - Not.1501/2022 - R$ 3.449,78, 872241/15 - Not.1504/2022 - R$ 7.795,16
Loksim Serviços Ltda - 872789/15 - Not.1273/2022 - R$ 1.153,25
Lovel Locação de Veiculos Leves e Pesados Ltda me - 870275/14 - Not.1591/2022 - R$ 2.113,00
Luiz c. Trindade me - 870115/16 - Not.1484/2022 - R$ 1.137,86, 870110/16 - Not.1482/2022 - R$ 1.137,86, 870114/16 - Not.1572/2022 - R$ 1.137,86
Luiz Maurício de Souza Ferrão - 871739/13 - Not.1585/2022 - R$ 4.173,43
M.M. Terraplanagem Ltda me - 871522/15 - Not.1384/2022 - R$ 1.146,33, 871522/15 - Not.1500/2022 - R$ 2.746,07
Mangaba Cultivo de Coco Ltda - 871498/15 - Not.1303/2022 - R$ 1.146,33, 871498/15 - Not.1517/2022 - R$ 141,69
Manoel Monteiro Santana me - 871473/15 - Not.1385/2022 - R$ 1.146,33, 871473/15 - Not.1498/2022 - R$ 1.533,34
Marcelo Correia Landim Filho - 873806/11 - Not.1595/2022 - R$ 749,34
Márcio de Lima Maron - 872418/10 - Not.1525/2022 - R$ 11,23
Maria Madalena Rebecca da Silva - 871287/11 - Not.1600/2022 - R$ 432,22
Mario Augusto Rocha Pithon - 870399/12 - Not.1590/2022 - R$ 201,91
Mario Oliveira Ladeia - 872314/05 - Not.1224/2022 - R$ 4.395,03
Matos & Santos Ltda me - 872849/10 - Not.1603/2022 - R$ 8.243,11
Matrix Minerais Ltda - 872662/09 - Not.1499/2022 - R$ 2.821,32
Mauro Ruiz Alves Costa - 874781/11 - Not.1539/2022 - R$ 9.072,15
Mdn Minerios do Nordeste Ltda me - 871957/15 - Not.1618/2022 - R$ 1.130,30
Melo Mineração Ltda Epp - 872209/15 - Not.1552/2022 - R$ 573,96, 872209/15 - Not.1550/2022 - R$ 1.146,33
Mercurius Engenharia s a - 870407/16 - Not.1622/2022 - R$ 1.227,45
Metalurgia j Silva Ltda - 871601/15 - Not.1305/2022 - R$ 1.146,33
Mineração Atlântica LTDA. - 872391/15 - Not.1329/2022 - R$ 1.130,30, 872391/15 - Not.1341/2022 - R$ 8,71
Mineracao Bege Monte Alto Ltda - 872141/15 - Not.1431/2022 - R$ 1.146,33
Mineração Boquira - 873148/09 - Not.1423/2022 - R$ 7.628,48
Mineração Canaan LTDA. - 870248/10 - Not.1548/2022 - R$ 1.177,73
Mineracao Concorde Alpha 1 Importacao e Exportacao Ltda - 872497/15 - Not.1251/2022 - R$ 7.999,45, 872497/15 - Not.1250/2022 - R$ 1.153,25
Mineração Ferros Mgm Ltda - 872721/10 - Not.1448/2022 - R$ 2.086,17
Mineração Granitos de Minas Ltda - 872750/15 - Not.1475/2022 - R$ 1.137,86
Mineração Internacional Ltda - 873098/15 - Not.1478/2022 - R$ 1.137,86, 872119/15 - Not.1472/2022 - R$ 1.137,86, 871457/15 - Not.1229/2022 - R$ 1.137,86, 871456/15 - Not.1230/2022 - R$ 1.137,86, 873099/15 - Not.1293/2022 - R$ 1.137,86
Mineração Itagran Ltda - 872140/15 - Not.1403/2022 - R$ 1.146,33
Mineração Jaguara Ltda - 870070/14 - Not.1386/2022 - R$ 1.146,33
Mineracao Jerusalem Importacao e Exportacao Ltda - 870017/16 - Not.1479/2022 - R$ 1.137,86
Mineracao Oliveira Dos Brejinhos Ltda - 872422/15 - Not.1239/2022 - R$ 1.153,25, 872423/15 - Not.1287/2022 - R$ 154,85, 872544/15 - Not.1241/2022 - R$ 1.153,25, 872544/15 - Not.1244/2022 - R$ 63,80, 872543/15 - Not.1245/2022 - R$ 1.153,25, 872543/15 - Not.1246/2022 - R$ 210,08, 872421/15 - Not.1275/2022 - R$ 1.153,25, 872423/15 - Not.1274/2022 - R$ 1.153,25
Mineração Pedreira da Bahia Ltda me - 872833/11 - Not.1349/2022 - R$ 7,17
Mineração Rosa de Saron Ltda - 871526/15 - Not.1387/2022 - R$ 1.146,33, 871526/15 - Not.1497/2022 - R$ 685,93, 871863/15 - Not.1355/2022 - R$ 1.130,30
Mineracao Tremendal Ltda - 871439/14 - Not.1267/2022 - R$ 1.368,30, 871377/13 - Not.1490/2022 - R$ 3.471,66
Mineração Verde Vale Ltda Epp - 871960/15 - Not.1449/2022 - R$ 1.146,33
Mineradora Santa Maria LTDA. me - 873048/15 - Not.1290/2022 - R$ 1.130,30, 873048/15 - Not.1297/2022 - R$ 4.573,01

Mineradora Ubax Ltda - 872605/15 - Not.1404/2022 - R$ 1.146,33, 870339/13 - Not.1302/2022 - R$ 421,95, 872337/09 - Not.1280/2022 - R$ 2.683,51, 870920/11 - Not.1393/2022 - R$ 8.033,55, 871166/10 - Not.1463/2022 - R$ 625,02

Mineral Stone Exportação Ltda - 872409/15 - Not.1283/2022 - R$ 1.153,25, 872295/15 - Not.1388/2022 - R$ 1.146,33

Mineralium Engenharia Mineral, Geologia e Meio Ambiente - 871243/10 - Not.1507/2022 - R$ 666,87

Mival Mineração Vale do Rio Tijucas Ltda - 872853/15 - Not.1231/2022 - R$ 1.153,25, 872243/15 - Not.1389/2022 - R$ 1.130,30

Moacir Mota de Oliveira - 872267/10 - Not.1437/2022 - R$ 420,93

Monte Blanco Mineração Ltda Epp - 872146/15 - Not.1427/2022 - R$ 474,73, 872146/15 - Not.1428/2022 - R$ 1.146,33

Morro Verde Participacoes S/a - 870976/10 - Not.1503/2022 - R$ 1.154,87, 870979/10 - Not.1505/2022 - R$ 4.170,30, 871614/10 - Not.1545/2022 - R$ 8.323,73

Mundial Granitos Minerios em Geral Ltda - 871911/15 - Not.1307/2022 - R$ 1.146,33, 871910/15 - Not.1304/2022 - R$ 1.146,33

Muralha Construtora Ltda me - 872057/15 - Not.1496/2022 - R$ 226,94, 872057/15 - Not.1391/2022 - R$ 1.146,33

Murilo Antunes Santos - 871010/12 - Not.1576/2022 - R$ 615,49

Nagoya Mineração Ltda me - 872000/14 - Not.1542/2022 - R$ 1.146,33, 872000/14 - Not.1309/2022 - R$ 2.009,75

Nascimento Engenharia e Comércio Ltda - 871439/15 - Not.1356/2022 - R$ 1.146,33, 871423/15 - Not.1471/2022 - R$ 1.137,86

Nelson de Oliveira Sobrinho - 871031/11 - Not.1438/2022 - R$ 4.020,18

Nelson Lula Xavier - 870600/12 - Not.1588/2022 - R$ 182,75

Nordeste Mining Comércio Ltda - 870940/10 - Not.1426/2022 - R$ 1.061,76, 870093/10 - Not.1424/2022 - R$ 419,93, 870407/10 - Not.1436/2022 - R$ 3.761,43

Oberdan Lopes Dos Santos - 872303/15 - Not.1392/2022 - R$ 1.146,33

Oed Mineração LTDA. - 870533/16 - Not.1560/2022 - R$ 1.227,45, 870534/16 - Not.1567/2022 - R$ 1.227,45

Oswaldo Pereira Cardoso - 871553/13 - Not.1493/2022 - R$ 9.304,57

Ozeas Soares Silva - 871865/14 - Not.1408/2022 - R$ 469,61

Paulo Brito Mineração Ltda Epp - 872844/11 - Not.1570/2022 - R$ 6.783,90

Paulo Cesar de Lima - 870097/16 - Not.1481/2022 - R$ 1.130,30

Paulo Roberto Scartazzini - 870696/16 - Not.1342/2022 - R$ 40,47, 870696/16 - Not.1331/2022 - R$ 1.227,45

Pedreira Neri Ltda Epp - 870149/16 - Not.1535/2022 - R$ 225,95

Pedreira Patagônia Ltda - 870419/16 - Not.1556/2022 - R$ 317,18

Pegran Mineracao Ltda - 872873/11 - Not.1399/2022 - R$ 2.172,54

Pesadão Comércio e Serviço Ltda - 871985/15 - Not.1511/2022 - R$ 210,32, 871985/15 - Not.1357/2022 - R$ 1.153,25

Peteg Pesquisas Tecnicas em Geologia Ltda - 870975/10 - Not.1514/2022 - R$ 6.140,41

Pico Dos Cristais Minerais Ltda - 872615/10 - Not.1523/2022 - R$ 1.549,47

Polibege Mármores e Granitos Ltda - 871621/14 - Not.1537/2022 - R$ 1.146,33, 871621/14 - Not.1541/2022 - R$ 1.836,40

Produtos Cerâmicos Filadélfia Ltda - 874931/11 - Not.1593/2022 - R$ 181,21

r & s Brasil Mineração Ltda Epp - 871244/15 - Not.1413/2022 - R$ 9.126,93, 871246/15 - Not.1310/2022 - R$ 1.146,33, 871245/15 - Not.1314/2022 - R$ 1.146,33, 871244/15 - Not.1317/2022 - R$ 1.146,33

r e 17 Mineração, Pesquisas Minerais e Participações Ltda - 870726/16 - Not.1459/2022 - R$ 1.046,31, 872662/15 - Not.1335/2022 - R$ 1.130,30, 872661/15 - Not.1333/2022 - R$ 1.130,30

Rafael Hoisel Malaguti - 871528/13 - Not.1495/2022 - R$ 4.626,70

Raimundo Petrônio Fagundes da Silva - 870515/12 - Not.1259/2022 - R$ 3.738,46

Ramon Transportes Ltda - 872263/15 - Not.1394/2022 - R$ 1.146,33, 872263/15 - Not.1402/2022 - R$ 4.631,40, 870020/16 - Not.1480/2022 - R$ 1.137,86

Recicle Industria e Comercio Ltda - 871428/14 - Not.1266/2022 - R$ 232,01

Ribrita Pedreira Ltda - 872200/15 - Not.1485/2022 - R$ 1.146,33

Ricardo Cruz Fonseca - 872453/15 - Not.1474/2022 - R$ 1.137,86, 872452/15 - Not.1396/2022 - R$ 1.146,33, 872453/15 - Not.1487/2022 - R$ 2.355,39

Rochas Dos Brasil Ltda me - 872207/15 - Not.1624/2022 - R$ 1.146,33, 871981/15 - Not.1323/2022 - R$ 1.153,25

Rogerio Teodoro Moreira Dos Santos - 872020/12 - Not.1587/2022 - R$ 1.173,56

Romilton Melo de Souza - 871663/15 - Not.1322/2022 - R$ 1.146,33

Rosalvo José da Silva - 871170/13 - Not.1577/2022 - R$ 3.695,35

Rozinha de Oliveira Mattos me - 871743/16 - Not.1623/2022 - R$ 1.130,30, 872794/15 - Not.1561/2022 - R$ 1.111,62

Saibro Mineracao Ltda - 872511/15 - Not.1557/2022 - R$ 72,43, 872511/15 - Not.1364/2022 - R$ 1.137,86

Santo Expedito Mineração Ltda me - 871676/13 - Not.1584/2022 - R$ 4.114,87

Santos Extração Transporte e Terraplanagem Ltda me - 872348/15 - Not.1398/2022 - R$ 1.146,33

Sca Consultores Associados Ltda - 871317/13 - Not.1395/2022 - R$ 3.897,13, 871316/13 - Not.1397/2022 - R$ 3.319,31

Sergio de Carvalho e Silva - 872277/15 - Not.1362/2022 - R$ 1.146,33

Sergio Vinicius Sao Leopoldo Dos Santos - 872406/15 - Not.1248/2022 - R$ 2.031,02, 872406/15 - Not.1249/2022 - R$ 1.153,25

Sidney Diniz de Almeida - 874647/11 - Not.1604/2022 - R$ 4.964,25, 874649/11 - Not.1599/2022 - R$ 8.039,77, 873012/11 - Not.1597/2022 - R$ 1.426,64

Silvia Caires Silva Costa - 870203/16 - Not.1296/2022 - R$ 198,46, 870203/16 - Not.1294/2022 - R$ 1.137,86

Silvio Guedes Andrade - 872636/15 - Not.1468/2022 - R$ 271,69, 872636/15 - Not.1579/2022 - R$ 1.146,33

sm Granitos Ltda me - 870514/16 - Not.1336/2022 - R$ 1.111,62

Soares Mineração Ltda me - 872312/12 - Not.1261/2022 - R$ 8.830,37

Sra Mineracao Ltda - 871571/15 - Not.1521/2022 - R$ 135,87, 871570/15 - Not.1325/2022 - R$ 1.146,33

Teogles Ireno Santana Eireli me - 873090/15 - Not.1319/2022 - R$ 1.137,86

Toptal Stones Marmores e Granitos Ltda - 872316/15 - Not.1277/2022 - R$ 1.153,25, 872316/15 - Not.1281/2022 - R$ 4.523,62

Transjak Transportes Ltda me - 872273/15 - Not.1405/2022 - R$ 1.146,33, 872273/15 - Not.1467/2022 - R$ 227,88

Tudo Reto do Brazil Comercial Importadora e Exportadora Ltda Epp - 872508/10 - Not.1450/2022 - R$ 8.112,09

u. r Comercio de Relogios & Joias Ltda - 871214/15 - Not.1513/2022 - R$ 362,05, 871214/15 - Not.1351/2022 - R$ 1.146,33

Uni Geologia Mineração Indústria e Comércio Ltda me - 870401/16 - Not.1343/2022 - R$ 175,29

Uniao Brasileira de Mineracao LTDA. - 870121/11 - Not.1574/2022 - R$ 6.198,75, 872618/10 - Not.1520/2022 - R$ 8.295,95, 872232/11 - Not.1533/2022 - R$ 4.077,44, 871526/11 - Not.1454/2022 - R$ 2.433,78, 872230/11 - Not.1559/2022 - R$ 4.170,75

Valdeliça Curvelo da Silva - 874004/11 - Not.1508/2022 - R$ 232,67, 874004/11 - Not.1358/2022 - R$ 1.146,33

Valdemar Bispo da Silva - 870140/16 - Not.1234/2022 - R$ 1.137,86

Valdeson Ramos de Oliveira - 870081/10 - Not.1610/2022 - R$ 324,44, 871590/10 - Not.1461/2022 - R$ 164,76

Vangivaldo Lopes da Silva - 872685/15 - Not.1425/2022 - R$ 175,12, 872677/15 - Not.1284/2022 - R$ 1.153,25, 872685/15 - Not.1430/2022 - R$ 1.146,33, 872684/15 - Not.1257/2022 - R$ 186,76, 872684/15 - Not.1256/2022 - R$ 1.153,25, 872683/15 - Not.1255/2022 - R$ 180,43, 872683/15 - Not.1254/2022 - R$ 1.153,25, 872682/15 - Not.1253/2022 - R$ 232,11, 872682/15 - Not.1252/2022 - R$ 1.153,25

Viabahia Concessionária de Rodovias S.A. - 871935/14 - Not.1615/2022 - R$ 1.146,33, 871935/14 - Not.1470/2022 - R$ 170,00

Vtech Empreendimentos Minerais Ltda - 873021/11 - Not.1598/2022 - R$ 4.923,68

w & m Construções e Locações Ltda - 871883/15 - Not.1288/2022 - R$ 1.146,33, 871882/15 - Not.1258/2022 - R$ 1.153,25

Wadson Reis Amaral - 870723/10 - Not.1512/2022 - R$ 4.172,93

Waldec Machado Lopes - 872732/15 - Not.1440/2022 - R$ 1.146,33

MAIKO DOS SANTOS CORREIA
Chefe de Serviço
Substituto

DESPACHO
Relação nº 486/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Ceramica Amorim Eireli - 844130/12 - Not.6/2022 - R$ 925,50

Gravimar Granitos e Mármores LTDA. - 844029/16 - Not.3/2022 - R$ 4.177,25

Minerios Brasil Argilas Industriais Eireli - 844172/12 - Not.5/2022 - R$ 3.779,42

Real Telhas e Revestimentos Ltda - 844054/16 - Not.4/2022 - R$ 4.266,87

Romildo Carlos Cavalcante - 844142/13 - Not.2/2022 - R$ 5.038,74

MAIKO DOS SANTOS CORREIA
Chefe de Serviço
Substituto

DESPACHO
Relação nº 488/2022

Auto de Infração lavrado (TAH)/prazo para defesa ou pagamento: 30 dias. (6.35)

Tupa de Ferro Mineradora Spe Ltda - 870852/18 - A.I. 5114/22

MAIKO DOS SANTOS CORREIA
Chefe de Serviço
Substituto

DESPACHO
Relação nº 489/2022

Multa aplicada-(TAH)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (6.41)

Brasil Black Stone Mimeração Eireli - 870934/19

Eduardo Lima - 871244/18

Itai Gold Star Mineração Importação e Exportação Ltda - 871112/19

Metal Nobre Mineração e Comércio Eireli - 871250/14, 871251/14

Mineração Garmiran Eireli - 870908/19

Mineracao Jerusalem Importacao e Exportacao Ltda - 870102/18

Ricardo Martins Gomes - 871142/19

MAIKO DOS SANTOS CORREIA
Chefe de Serviço
Substituto

DESPACHO
Relação nº 490/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78)

Granitos Lindemberg LTDA. - 871852/18 - Not.1627/2022 - R$ 1.098,29

Progemma Minérios Ltda me - 870842/14 - Not.1625/2022 - R$ 4.785,78

r & s Brasil Mineração Ltda Epp - 871875/18 - Not.1629/2022 - R$ 4.577,80

Thiago Avelar Teixeira Eireli - 870778/19 - Not.1631/2022 - R$ 1.305,10, 870779/19 - Not.1633/2022 - R$ 7.008,60

MAIKO DOS SANTOS CORREIA
Chefe de Serviço
Substituto

DESPACHO
Relação nº 491/2022

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Granitos Lindemberg LTDA. - 871852/18 - Not.1628/2022 - R$ 4.623,04

Progemma Minérios Ltda me - 870842/14 - Not.1626/2022 - R$ 4.623,04

r & s Brasil Mineração Ltda Epp - 871875/18 - Not.1630/2022 - R$ 4.623,04

Thiago Avelar Teixeira Eireli - 870778/19 - Not.1632/2022 - R$ 4.623,04, 870779/19 - Not.1634/2022 - R$ 4.623,04

MAIKO DOS SANTOS CORREIA
Chefe de Serviço
Substituto

DESPACHO
Relação nº 492/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Nelson Araujo Dos Santos - 878083/19

MAIKO DOS SANTOS CORREIA
Chefe de Serviço
Substituto

SERVIÇO REGIONAL DE ARRECADAÇÃO 8 (RO, RR, AC, AM)

DESPACHO
Relação nº 483/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Ficam NOTIFICADOS para pagar, parcelar ou apresentar defesa do débito (Taxa Anual por Hectare - TAH)/prazo 10(dez) dias (1.78) WILKENS SABOIA FREIRE, CPF Nº 344.165.362-91, Processo de Cobrança SEI nº 48080.984051/2022-85, Processo Minerário nº 48424.884010/2019-56, Notificação Administrativa nº 4/2022/SERAR 8/SAR/DIRC, Valor R$ 46.841,95.

EUTIQUIA LÚCIA DO VALE RAMOS
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 484/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

WILKENS SABOIA FREIRE, CPF Nº 344.165,362-91, Processo de Cobrança SEI nº 48080.984013/2022-22, Processo Minerário nº 48424.884010/2019-56, Notificação Administrativa nº 5/2022/SERAR 8/SAR/DIRC, Valor R$ 9.985,16.

COOPERATIVA DE GARIMPEIROS E MINERADORES SUSTENTA, CNPJ Nº 37.267.279/0001-84, Processo de Cobrança SEI nº 48080.984020/2022-24, Processo Minerário nº 48080.085/2021-90, Notificação Administrativa nº 6/2022/SERAR 8/SAR/DIRC, Valor R$ 4.943,89

LUCAS ALFREDO BOSA, CPF Nº 088.301.799-73, Processo de Cobrança SEI nº 48080.984018/2022-55, Processo Minerário nº 48080.884159/2021-98, Notificação Administrativa nº 7/2022/SERAR 8/SAR/DIRC, Valor R$ 4.943,89.

EUTIQUIA LÚCIA DO VALE RAMOS
Chefe de Serviço

DESPACHO
Relação nº 487/2022

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50) Mineração Serra Grande Ltda - 880.143/2021

EUTIQUIA LÚCIA DO VALE RAMOS
Chefe de Serviço

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS

DESPACHO
Relação nº 82/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

5468/2022-860.141/2022-ARERRIOS MINERACAO E TRANSPORTE LTDA-
5469/2022-860.457/2022-ANTONIA DUTRA CORREA DE PAULA ME-
5470/2022-860.464/2022-DEPOSITO DE AREIA RIO SANTANA E TRANSPORTE LTDA ME-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

5471/2022-860.436/2020-SEBASTIÃO PEIXOTO FILHO-
5472/2022-860.128/2021-BRASIL EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA-
5473/2022-860.471/2022-GRANIBAN GRANITOS BANANAL LTDA. ME-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

5474/2022-860.632/2008-WILSON MACHADO CORREIA-
5475/2022-860.763/2008-WILSON MACHADO CORREIA-
5476/2022-860.512/2019-WASHINGTON MINERAÇÃO LTDA. ME-
5477/2022-860.209/2021-G44 GOLD MINERACAO LTDA-
5478/2022-860.316/2021-FMG MARMORES E GRANITOS LTDA-
5479/2022-861.073/2021-BRUNO CARVALHO FONSECA PEREIRA-
5480/2022-861.435/2021-BRASIL EXTRACAO E COMERCIO DE AREIA LTDA-
5481/2022-861.774/2021-FRANCISCO JESUINO CRUZ-
5482/2022-860.085/2022-LEANDRO SILVA DE ALMEIDA-
5483/2022-860.286/2022-MARCO ANTONIO DOS REIS E SILVA-
5484/2022-860.302/2022-GUIMARÃES RAMALHO EIRELI-
5485/2022-860.337/2022-RTB GEOLOGIA E MINERACAO LTDA.-
5486/2022-860.341/2022-GUILHERME FELIPE LABONDE-
5487/2022-860.344/2022-CSN CIMENTOS S.A.-
5488/2022-860.347/2022-EDMILSON FERNANDES DE SOUZA-
5489/2022-860.348/2022-EDMILSON FERNANDES DE SOUZA-
5490/2022-860.373/2022-LAURIVALDO DIAS-
5491/2022-860.374/2022-GRUPO SHANZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ME-
5492/2022-860.375/2022-GRUPO SHANZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ME-
5493/2022-860.376/2022-GRUPO SHANZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ME-
5494/2022-860.377/2022-GRUPO SHANZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ME-
5495/2022-860.380/2022-PERTH RECURSOS MINERAIS LTDA-
5496/2022-860.384/2022-PERTH RECURSOS MINERAIS LTDA-
5497/2022-860.385/2022-PERTH RECURSOS MINERAIS LTDA-
5498/2022-860.386/2022-PERTH RECURSOS MINERAIS LTDA-
5499/2022-860.387/2022-PERTH RECURSOS MINERAIS LTDA-
5500/2022-860.390/2022-PERTH RECURSOS MINERAIS LTDA-
5501/2022-860.391/2022-PERTH RECURSOS MINERAIS LTDA-
5502/2022-860.424/2022-ACAI INVESTIMENTOS E PARTICIPACOES LTDA-
5503/2022-860.430/2022-ANTONIO MENDES FERREIRA JUNIOR-
5504/2022-860.442/2022-MINERACAO SANTA RITA LTDA-
5505/2022-860.446/2022-COMPEL EXPLOSIVOS LTDA-
5506/2022-860.447/2022-COMPEL EXPLOSIVOS LTDA-
5507/2022-860.454/2022-DAVI MENDES LIRA LOBO-
5508/2022-860.469/2022-ANGELICA MIRANDA BATISTA-
5509/2022-860.474/2022-JOSE PEDRO VAZ NETO-
5510/2022-860.477/2022-JOSE PEDRO VAZ NETO-
5511/2022-860.478/2022-DIEFFERSON FERREIRA VAZ NETO-
5512/2022-860.479/2022-DIEFFERSON FERREIRA VAZ NETO-
5513/2022-860.492/2022-3PS NATURELLI PIETRA DO BRASIL LTDA-
5514/2022-860.505/2022-GRUPO SHANZ EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA ME-
5515/2022-860.518/2022-FELIPE ALMEIDA DA COSTA-
5516/2022-860.519/2022-FELIPE ALMEIDA DA COSTA-
5517/2022-860.609/2022-CIPLAN CIMENTO PLANALTO S/A-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 116/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

6712/2022-850.882/2021-COOPTAP - COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO MEDIO TAPAJOS-
6711/2022-850.283/2021-J RIBEIRO MINERACAO E LOGISTICA EIRELI-
6713/2022-850.393/2022-ROBERTO RODRIGUES CRISPIM OLIVEIRA-
6710/2022-850.884/2019-ANDRÉ LUIZ FONSECA FONTANA-
6709/2022-850.487/2019-JRM MACHADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS EIRELI-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 133/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)

6718/2022-830.151/2022-KATIA MARIA DAYRELL VALADARES-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)

6721/2022-831.376/2022-EMBRAMINE-EMPRESA BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-
6720/2022-831.096/2022-PEDREIRA SAO ROQUE LTDA-
6719/2022-832.025/2009-VARGINHA MINERAÇÃO E LOTEAMENTOS LTDA-

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

6761/2022-831.111/2022-JOAO CLAUDIO DE LIMA-
6754/2022-830.861/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6756/2022-830.888/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6757/2022-830.893/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6769/2022-831.196/2022-NEOARQUEANA MINERACAO LTDA-
6768/2022-831.178/2022-ALEXANDRE ANTONIO ABRÃO-
6759/2022-831.034/2022-MINERFER COMERCIO DE MINERIO EIRELI-
6755/2022-830.876/2022-EMILIO MOREIRA JARDIM-
6758/2022-830.897/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6738/2022-830.619/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6737/2022-830.581/2022-EDUARDO MACHADO DE ARAUJO-
6736/2022-830.553/2022-ALBION MINERALS EIRELI-
6734/2022-830.473/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6735/2022-830.487/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6733/2022-830.454/2022-MATHEUS PINHEIRO BRANDÃO MINERADOR ME-
6732/2022-830.427/2022-SERGIO HENRIQUE MUSCHIONI-
6731/2022-830.403/2022-TELMO NAMEN LOPES FILHO-
6730/2022-830.398/2022-NEOARQUEANA MINERACAO LTDA-
6729/2022-830.341/2022-UMUARAMA MINERACAO & EMPREENDIMENTOS LTDA-
6727/2022-830.335/2022-DANIEL SANTIAGO FERREIRA-
6728/2022-830.337/2022-SERGIO HENRIQUE MUSCHIONI-
6726/2022-830.247/2022-THIAGO JOSE SILVA SOUZA-
6725/2022-830.073/2022-MINERACAO APOLLO LTDA-
6724/2022-832.918/2021-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6723/2022-832.858/2021-IRAN ROBSON MIRANDA-
6722/2022-830.826/2020-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6770/2022-831.234/2022-MINERACOES DO BRASIL LTDA-
6767/2022-831.146/2022-SANTA MARIA PESQUISA E MINERACAO LTDA-
6766/2022-831.128/2022-MATHEUS CANEDO DE OLIVEIRA-
6762/2022-831.120/2022-MARCOS PAULO ALVES DOS SANTOS-
6763/2022-831.121/2022-FORTGRAN MINERAÇÃO LTDA ME-
6764/2022-831.122/2022-FERNANDO EXPEDITO FREIRE-
6765/2022-831.124/2022-CESAR RODRIGUES DE ARAUJO-
6760/2022-831.080/2022-NEOARQUEANA MINERACAO LTDA-
6752/2022-830.785/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6753/2022-830.787/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6744/2022-830.773/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6745/2022-830.774/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6746/2022-830.775/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6747/2022-830.776/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6748/2022-830.777/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6749/2022-830.778/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6750/2022-830.780/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6751/2022-830.781/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6739/2022-830.670/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6740/2022-830.672/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6741/2022-830.678/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6742/2022-830.679/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6743/2022-830.681/2022-ANGLOGOLD ASHANTI CORREGO DO SITIO MINERACAO S.A.-
6771/2022-831.378/2022-EMBRAMINE-EMPRESA BRASILEIRA DE MINERACAO LTDA-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 141/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
6773/2022-844.122/2021-PEREIRA VELHO EXPLORACAO S.A.-
6772/2022-844.117/2021-PEREIRA VELHO EXPLORACAO S.A.-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 143/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
6774/2022-868.049/2022-MINERADORA NEGRI LTDA-
6775/2022-868.053/2022-COSIPRES INDUSTRIA E COMERCIO SIDERURGICO LTDA-
6780/2022-868.072/2022-ANGELO SICHINEL DA SILVA-
6779/2022-868.071/2022-R. E. A. MINERACAO LTDA-
6778/2022-868.063/2022-DANILO ALVES CORREA FILHO-
6777/2022-868.058/2022-COSIPRES INDUSTRIA E COMERCIO SIDERURGICO LTDA-
6776/2022-868.055/2022-I. F. PORATO EIRELI ME-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 145/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
6714/2022-861.610/2021-FB FORNECEDORA BESERRA LTDA-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 146/2022

Fase de Requerimento de Pesquisa
O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA DE TÍTULOS MINERÁRIOS DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO, no uso das atribuições regimentais dispostas no art. 93 da Resolução nº 102, de 13 de abril de 2022, e com fundamento no art. 15, do Decreto-lei n° 227, de 28 de fevereiro de 1967, (Código de Mineração), e no art. 2°, inciso XVII da Lei 13.575/2017, outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
6783/2022-840.109/2022-PREMINAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA-
6782/2022-840.087/2022-BRILHANTE MINERACAO EIRELI-
6784/2022-840.111/2022-CONECTA ENGENHARIA & EQUIPAMENTOS EIRELI-
6781/2022-840.007/2022-CERAMICA ELUJA LTDA-

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO

DESPACHO
Relação nº 144/2022

Fase de Autorização de Pesquisa
Despacho de retificação do alvará de pesquisa(327)
848.302/2016-MINERADORA NOSSO SENHOR DO BONFIM LTDA.-ALVARÁ N° 62 Publicado DOU de 09/01/2017- Onde se lê:'' ... numa área de 1343,04 ha...''; Leia-se:'' ... numa área de 1296,52 ha...''

MOACYR CARVALHO DE ANDRADE NETO
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

RESOLUÇÃO ANP Nº 883, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Estabelece os procedimentos referentes à apuração e ao pagamento da participação devida aos proprietários de terra nos termos do art. 52 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

A DIRETORIA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 65 do Regimento Interno, aprovado pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, e pelo art. 7º do Anexo I do Decreto nº 2.455, de 14 de janeiro de 1998, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando o que consta do Processo nº 48610.203981/2021-26 e as deliberações tomadas na 1.099ª Reunião de Diretoria, realizada em 25 de agosto de 2022, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Ficam estabelecidos os procedimentos referentes à apuração e ao pagamento da participação devida aos proprietários de terra nos termos do art. 52 da Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997.

Art. 2º Para os fins previstos nesta Resolução, sem prejuízo das definições estabelecidas no art. 6º da Lei nº 9.478, de 1997, e no art. 3º do Decreto nº 2.705, de 3 de agosto de 1998, entende-se por cabeça de poço o topo de um poço de petróleo ou de gás natural do qual emerge a respectiva produção.

CAPÍTULO II

DA APURAÇÃO E PAGAMENTO AO PROPRIETÁRIO DE TERRA

Art. 3º A participação devida aos proprietários de terra será paga mensalmente, com relação a cada campo em terra, a partir do mês em que ocorrer o início da produção.

§ 1º O valor da participação devida aos proprietários de terra será determinado multiplicando-se o percentual definido no contrato de concessão pelo volume total da produção de petróleo e gás natural do campo durante esse mês, pelos seus respectivos preços de referência, definidos na forma do Capítulo IV do Decreto nº 2.705, de 1998.

§ 2º O percentual dos proprietários de terra definido no contrato de concessão será entre cinco décimos por cento e um por cento.

Art. 4º O valor mensal da participação, determinado conforme o art. 3º, será rateado entre os proprietários de terra na proporção do volume total da produção de petróleo ou de gás natural extraída das cabeças de poço localizadas nas suas respectivas propriedades regularmente demarcadas na superfície da área de concessão e registradas no Registro Geral de Imóveis das respectivas comarcas.

§ 1º O valor da participação devida a cada proprietário, apurado nos termos do caput, deduzidos os tributos previstos na legislação em vigor, será pago pelo concessionário diretamente ao proprietário até o último dia útil do segundo mês subsequente ao da produção.

§ 2º Caberá ao concessionário encaminhar à ANP um demonstrativo da apuração do valor pago nos termos do § 1º, acompanhado de documento comprobatório de pagamento, até o vigésimo dia corrente após a data de pagamento.

§ 3º A seu critério, sempre que julgar necessário, a ANP poderá requerer ao concessionário documentos que comprovem a veracidade das informações prestadas no demonstrativo da apuração.

Art. 5º No caso de terras cuja propriedade seja objeto de disputa ou litígio judicial, o concessionário efetuará o pagamento mensal mediante depósito judicial nos autos do processo em curso.

Art. 6º No caso de terras cuja titularidade seja duvidosa ou indefinida, ou cujo proprietário não for localizado, o concessionário efetuará o pagamento mensal, conforme definido no § 1º do art. 4º, mediante depósito em uma conta de poupança específica para cada propriedade.

§ 1º Findo o contrato de concessão e permanecendo dúvida ou indefinição quanto à titularidade das terras, ou ainda não tendo sido localizado o seu proprietário, o saldo existente na conta de poupança referente às propriedades da concessão será transferido para a Conta Única do Governo Federal, onde permanecerá à disposição do interessado pelo prazo prescricional previsto em lei.

§ 2º O concessionário poderá optar, desde que aprovado pela ANP, pela realização dos depósitos em uma conta de poupança única para todas as terras cuja titularidade seja duvidosa ou indefinida, ou cujo proprietário não for localizado.

§ 3º A aprovação de que trata o §2º será concedida desde que o concessionário comprove a utilização de um sistema informatizado, auditável a qualquer momento pela ANP, que possibilite o controle individualizado dos saldos referentes aos depósitos mensais para cada proprietário de terra indefinido ou não localizado.

§ 4º O concessionário que optar pela realização dos depósitos em uma conta de poupança única para todas as terras cuja titularidade seja duvidosa ou indefinida, ou cujo proprietário não for localizado, deverá enviar à ANP semestralmente um extrato bancário atualizado demonstrando os depósitos mensais realizados.

§ 5º Quando o titular das terras for determinado legalmente, ou for localizado o seu proprietário, o concessionário efetuará o repasse ao proprietário da terra do saldo existente na conta de poupança referente àquela propriedade e apresentará à ANP os comprovantes desses repasses juntamente com a memória de cálculo detalhando os valores repassados.

§ 6º No caso de pagamento após o prazo de vencimento estabelecido no § 1º do art. 4º, o valor devido deverá ser corrigido pelo índice da caderneta de poupança, além de incidência de juros de mora de um por cento ao mês pro rata.

Art. 7º No caso de terras cuja propriedade seja da União, o concessionário efetuará os pagamentos mensais diretamente à Conta Única da União.

Parágrafo único. No caso de pagamento após o prazo de vencimento estabelecido no § 1º do art. 4º, deverá ser aplicado o disposto no § 2º do art. 11 da Portaria ANP nº 234, de 12 de agosto de 2003.

Art. 8º As terras cuja propriedade seja do concessionário estarão isentas de pagamento.

Processo de cessão de direitos

Art. 9º No caso de cessão de direitos do contrato de concessão, o saldo do valor depositado em conta poupança até a data da cessão, referente às terras cuja titularidade seja duvidosa ou indefinida, ou quando o seu proprietário não for localizado, ficará sob custódia da empresa cedente.

§ 1º Quando a empresa cedente não tiver mais nenhum contrato de exploração e produção com a ANP, a custódia do referido saldo em poupança deverá ser transferida à cessionária.

§ 2º Caso após a cessão a cedente ainda possua algum contrato de exploração e produção com a ANP, ela poderá transferir a custódia do referido saldo em poupança à cessionária, mediante um acordo entre as partes, do qual a ANP deve ter ciência em até trinta dias corridos da efetivação do acordo.

§ 3º Para os casos em que haja a transferência à cessionária da custódia do saldo em poupança referente às terras cuja titularidade seja duvidosa ou indefinida, ou àquelas cujo proprietário não for localizado, a cessionária deverá abrir conta poupança específica nos termos do art. 6º.

Contrato entre concessionário e o proprietário de terra

Art. 10. Antes da realização do primeiro pagamento da participação devida ao proprietário de terra, o concessionário e o proprietário celebrarão um contrato dispondo sobre o pagamento da participação devida.

§ 1º Além de refletir os critérios de apuração do valor e as condições de pagamento da participação devida ao proprietário de terra, o contrato terá como cláusulas essenciais:

I - a definição de penalidades a que estará sujeito o concessionário, no caso de inadimplemento ou mora no pagamento ao proprietário de terra; e

II - a definição de penalidades a que estará sujeito o proprietário de terra, no caso de inadimplemento na notificação ao concessionário de alteração da titularidade da terra ou dos direitos da propriedade.

§ 2º Se as partes não chegarem a um acordo quanto aos termos do contrato, caberá à ANP determinar os direitos e obrigações de cada uma, que deverão constar no contrato.

§ 3º O concessionário e o proprietário de terra poderão, de comum acordo, antecipar pagamentos da participação devida ao proprietário de terra. Serão obrigatoriamente estipulados no contrato os critérios para a compensação futura dos pagamentos antecipados.

§ 4º O concessionário encaminhará à ANP uma cópia do contrato a que se refere o caput até o décimo dia útil após a sua assinatura.

§ 5º No caso de impedimento à assinatura do contrato, o concessionário notificará o fato por escrito à ANP, com antecedência mínima de cinco dias úteis da data do primeiro pagamento da participação devida ao proprietário de terra. O impedimento deverá ser justificado e o adiamento da data de assinatura, solicitado pelo concessionário.

§ 6º O adiamento da data de assinatura do contrato não desobrigará o concessionário do pagamento da participação devida até então, ficando o concessionário obrigado a saldar o débito, acrescido dos juros de mora estabelecidos no contrato, no ato do primeiro pagamento ao proprietário.

Informações da propriedade

Art. 11. No prazo máximo de trinta dias após a data do primeiro pagamento da participação devida aos proprietários de terra, o concessionário encaminhará à ANP um cadastro com informações de cada propriedade onde existam as cabeças de poços produtores de petróleo ou gás natural, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I - nome ou razão social de cada proprietário da terra onde se localizam as cabeças de poços produtores de petróleo ou gás natural;

II - Estado e Município onde se localizam as propriedades;

III - dados cadastrais das propriedades constantes do Registro Geral de Imóveis da respectiva comarca;

IV - números e códigos dos poços produtores de petróleo ou gás natural existentes nas propriedades;

V - códigos dos campos onde se localizam os poços produtores de petróleo ou gás natural existentes nas propriedades, bem como os números dos respectivos contratos de concessão.

Parágrafo único. Sempre que houver alterações dos dados cadastrais referido no caput, o concessionário os encaminhará à ANP no prazo máximo de trinta dias.

CAPÍTULO III
DISPOSIÇÕES FINAIS
Art. 12. Ficam revogadas:
I - a Portaria ANP nº 143, de 25 de setembro de 1998;
II - a Resolução ANP nº 26, de 4 de setembro de 2007; e
III - a Resolução ANP nº 66, de 10 de dezembro de 2014.
Art. 13. Esta Resolução entra em vigor em 3 de outubro de 2022.

SYMONE CHRISTINE DE SANTANA ARAÚJO
Diretora-Geral
Substituta

DIRETORIA I

SUPERINTENDÊNCIA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 586, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 49, de 30 de Novembro de 2016, e considerando o que consta no Processo nº 48610.219909/2022-00, resolve: autorizar a filial da empresa COPA ENERGIA DISTRIBUIDORA DE GAS S.A. - CNPJ nº 03.237.583/0093-85, a exercer a atividade de Distribuidor de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) envasado e a granel.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 587, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei n° 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014, e considerando o que consta no Processo n° 48610.217784/2022-75, resolve: autorizar a filial da empresa DISTRIBUIDORA EQUADOR DE PRODUTOS DE PETRÓLEO S.A - CNPJ n.º 03.128.979/0012-29, a exercer a atividade de Distribuidor de Combustíveis Líquidos, exceto combustíveis de aviação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 588, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 58, de 17/10/2014, e considerando o que consta no Processo 48610.218516/2022-71, resolve: autorizar a filial da empresa FLAGLER COMBUSTÍVEIS S/A - CNPJ 10.775.497/0004-16, a exercer a atividade de Distribuição de Combustíveis Líquidos, exceto combustíveis de aviação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 589, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP nº 58, de 17 de outubro de 2014, e considerando o que consta no Processo nº 48610.218119/2022-07, resolve: autorizar a filial da empresa ON PETRO - DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA - CNPJ nº 09.250.921/0012-30, a exercer a atividade de Distribuidor de Combustíveis Líquidos, exceto combustíveis de aviação.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

AUTORIZAÇÃO SDL-ANP Nº 591, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 10, de 15/03/2016, e considerando o que consta no Processo 48610.200050/2022-57, resolve: autorizar a empresa F. S. CARNEIRO EIRELI - CNPJ 35.291.567/0001-49, a exercer a atividade de Transportador Revendedor Retalhista na Navegação Interior (TRRNI).

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.087, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O SUPERINTENDENTE DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP 265, de 10 de setembro de 2020, tendo em vista o disposto na Lei 9.478, de 06 de agosto de 1997, considerando as disposições da Resolução ANP 08, de 08/03/2007, e o que consta no processo 48610.218980/2022-67, resolve: declarar habilitada a empresa TRR CATARINENSE LTDA - CNPJ 27.702.819/0001-57, como Transportador-Revendedor-Retalhista.

RUBENS CERQUEIRA FREITAS

DESPACHO SDL-ANP Nº 1.088, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A SUPERINTENDENTE ADJUNTA DE DISTRIBUIÇÃO E LOGÍSTICA DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, com base na Resolução ANP n°41 de 05 de novembro de 2013, torna pública a outorga das seguintes autorizações para o exercício da atividade de revenda varejista de combustíveis automotivos:

Razão Social	CNPJ	Processo
AUTO POSTO FORMULA V1 LTDA	40.759.236/0001-20	48610.218332/2022-19
COMERCIO DE COMBUSTIVEIS BEIJA-FLOR LTDA	08.229.107/0004-60	48610.219171/2022-72
AUTO POSTO BSV III LTDA	46.400.587/0001-27	48610.220009/2022-05
POSTO LOCATELLI & LOCATELLI LTDA	37.894.738/0001-50	48610.219251/2022-28
POSTO BEM TE VI 11 LTDA	45.699.943/0001-92	48610.211521/2022-52
POSTOS ALPA LTDA	02.234.943/0017-71	48610.219227/2022-99
TRIANGULO COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	15.360.273/0001-14	48610.219990/2022-10
FOX MILENIUM CARLOPOLIS COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	43.435.871/0001-40	48610.219995/2022-42
ABASTECEDORA DE COMBUSTIVEIS TITON LTDA	33.314.516/0001-60	48610.220028/2022-23
PETROBESSA BR 060 EIRELI	33.354.975/0001-77	48610.217867/2022-64
AUTO POSTO VANS EIRELI	42.640.012/0001-20	48610.219007/2022-65
M & M COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	38.069.187/0001-52	48610.218419/2022-88
S.B. COMERCIO DE COMBUSTIVEIS LTDA	31.332.106/0001-16	48610.220068/2022-75
CENTRAL COMERCIO DE COMBUSTIVEIS QUEIMADAS LTDA	33.517.496/0001-24	48610.220061/2022-53
AUTO POSTO PRAIA BRANCA LTDA	37.685.482/0001-70	48610.220063/2022-42
SANTA ANA ENERGIA LESTE LTDA	43.652.557/0001-10	48610.210851/2022-21
AUTO POSTO BALI LTDA	43.026.473/0001-70	48610.220048/2022-02
POSTO DE COMBUSTIVEIS ABASTECE PRAQA CIVICA LTDA	46.432.596/0001-08	48610.220033/2022-36

ADRIANA NICKEL LOURENÇO

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS
CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS

AUTORIZAÇÃO CPT-ANP Nº 590, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR GERAL do CENTRO DE PESQUISAS E ANÁLISES TECNOLÓGICAS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria nº 265, de 10 de setembro de 2020, e com base no disposto na Resolução ANP nº 804, de 20 de Dezembro de 2019, concede os registros aos produtos discriminados a seguir:

Nº DESPACHO	RAZÃO SOCIAL DO DETENTOR	CNPJ DO DETENTOR	MARCA COMERCIAL	PROCESSO	REGISTRO
2397756	GTOIL DO BRASIL- EIRELI	25.080.233/0001-72	GT OIL 2T	48600.202474/2022-75	4788
2395262	PROMAX PRODUTOS MÁXIMOS S/A INDÚSTRIA E COMÉRCIO	61.531.620/0017-09	BARDAHL MAXOIL SINTECONOMY	48600.202499/2022-79	6626
2398034	ULTRAX DO BRASIL INDÚSTRIA QUÍMICA LTDA	05.131.638/0001-85	MOTORFIX ADVANCED PLUS	48600.200210/2019-81	19250
2391667	PEC LUB COMERCIAL IMPORTADORA - EIRELI	06.001.076/0001-18	MN 8220 O.E.M. CVT NS-3	48600.202756/2022-72	21657
2397468	PEC LUB COMERCIAL IMPORTADORA - EIRELI	06.001.076/0001-18	MN 8207 ATF DEXRON VI	48600.202220/2022-57	21658
2397555	PEC LUB COMERCIAL IMPORTADORA - EIRELI	06.001.076/0001-18	MN 8211 ATF AG52 AUTOMATIC SPECIAL	48600.202272/2022-23	21659
2397636	ICONIC LUBRIFICANTES S.A.	05.524.572/0001-93	HAVOLINE FULL SYNTHETIC SP	48600.202294/2022-93	21660
2398052	PEC LUB COMERCIAL IMPORTADORA - EIRELI	06.001.076/0001-18	MN 8219 O.E.M. ATF SP-IV	48600.202795/2022-70	21661
2398641	PEC LUB COMERCIAL IMPORTADORA - EIRELI	06.001.076/0001-18	MN 8221 O.E.M. ATF MB 236.17	48600.202798/2022-11	21662
2401120	PEC LUB COMERCIAL IMPORTADORA - EIRELI	06.001.076/0001-18	MN 8206 AUTOMATIC PLUS ATF DEXRON III	48600.202884/2022-16	21663
2402178	TAMCO LUBRIFICANTES E DERIVADOS LTDA	61.465.597/0001-34	FALKE SEMI SYN 20W50 API SN	48600.202760/2022-31	21664
2402909	AUTOZONE BRASIL COMÉRCIO DE AUTOPEÇAS LTDA	14.310.170/0001-87	VALUCRAFT 20W50 MINERAL API SL	48600.202627/2022-84	21665

ALEX RODRIGUES BRITO DE MEDEIROS

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS

DESPACHO SPC-ANP Nº 1.086, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE PRODUÇÃO DE COMBUSTÍVEIS DA ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 265, de 10 de setembro de 2020, considerando a Lei nº 9.478, de 6 de agosto de 1997, a Resolução ANP nº 734, de 28 de junho de 2018, e o que consta do Processo ANP nº 48610.202353/2021-23, resolve:

Fica revogado o art. 2º da Autorização ANP nº 702, de 21/08/2018, publicada no DOU de 22/08/2018, em função da regularização no Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público (Cadin) e apresentação das certidões negativas de débitos perante as fazendas federal, estadual e municipal.

PATRICIA HUGUENIN BARAN

Ministério das Relações Exteriores

SECRETARIA-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PORTARIA DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO-GERAL DAS RELAÇÕES EXTERIORES, de acordo com o disposto no art. 3º da Portaria nº 98, de 24 de janeiro de 2011, e no art. 1º da Portaria nº 640, de 06 de novembro de 2015, resolve:

Conceder passaporte diplomático, com base no art. 6º, § 3º, do Decreto nº 5.978, de 04 de dezembro de 2006, a:

Nomes	Cargo	Missão	Orgão	Validade do passaporte
Max Cintra Moreira	Brigadeiro do Ar-Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República	Secretário de Assuntos de Defesa e Segurança Nacional	Presidência da República	30/06/2023

FERNANDO SIMAS MAGALHÃES

SECRETARIA DE ASSUNTOS CONSULARES, COOPERAÇÃO E CULTURA
DEPARTAMENTO DE IMIGRAÇÃO E COOPERAÇÃO JURÍDICA
DIVISÃO DE ATOS INTERNACIONAIS

ACORDO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A SECRETARIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS REFERENTE AOS PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES DOS OBSERVADORES DAS ELEIÇÕES GERAIS A CELEBRAREM-SE EM 2 DE OUTUBRO DE 2022, EM PRIMEIRO TURNO, E 30 DE OUTUBRO DE 2022, EM SEGUNDO TURNO

As Partes neste Acordo, o Governo da República Federativa do Brasil (doravante denominado 'o Governo')

e

A Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos (doravante denominada 'SG/OEA'),

CONSIDERANDO:

Que o Governo da República Federativa do Brasil, por meio de comunicação dirigida ao Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), datada de 28 de março de 2022, solicitou o envio de Missão de Observação Eleitoral da OEA para as Eleições Gerais que deverão ocorrer em 2 de outubro de 2022, em primeiro turno, e em 30 de outubro de 2022, em segundo turno (doravante denominada 'Missão');

Que, mediante nota do dia 31 de março de 2022, a SG/OEA aceitou o convite e instruiu o Departamento de Cooperação e Observação Eleitoral da Secretaria para o Fortalecimento da Democracia a gerenciar a busca de recursos externos para formar Grupo de Observadores Internacionais da OEA para realizar Missão de Observação Eleitoral na República Federativa do Brasil por ocasião das Eleições Gerais, em 2 de outubro de 2022, em primeiro turno, e em 30 de outubro de 2022, em segundo turno;

Que a Missão será integrada por funcionários da SG/OEA e observadores internacionais contratados pela SG/OEA para participar na Missão;

Que o artigo 133 da Carta da OEA dispõe que: "a Organização dos Estados Americanos gozará no território de cada um de seus membros da capacidade jurídica, dos privilégios e das imunidades que forem necessários para o exercício das suas funções e a realização dos seus propósitos"; e

Que os privilégios e imunidades reconhecidos à OEA, à SG/OEA, a seu pessoal e a seus bens na República Federativa do Brasil, além do previsto na Carta da OEA, cujo instrumento de ratificação foi depositado pelo Governo em 13 de março de 1950, estão estabelecidos no Acordo sobre Privilégios e Imunidades da OEA, assinado pelo Governo em 22 de setembro de 1949, e cujo instrumento de adesão foi depositado pelo Governo em 22 de outubro de 1965, e no Acordo Entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e o Governo da República Federativa do Brasil Sobre o Financiamento do Escritório da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades, assinado pelo Governo em 23 de fevereiro de 1988,

ACORDAM O SEGUINTE:

CAPÍTULO I

PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES DO GRUPO DE OBSERVADORES INTERNACIONAIS DA OEA

Artigo 1

Os privilégios e imunidades do Grupo de Observadores Internacionais da OEA nas Eleições Gerais de 2 de outubro de 2022, em primeiro turno, e em 30 de outubro de 2022, em segundo turno, considerados como parte integrante da própria OEA para fins de realização da presente Missão, serão aqueles que se outorgam à OEA, aos Órgãos da OEA, ao pessoal e bens destes, conforme o disposto nos artigos 133, 134, 135 e 136 da Carta da OEA, cujo instrumento de ratificação foi depositado pelo Governo, em 13 de março de 1950; o disposto no Acordo sobre Privilégios e Imunidades da OEA, assinado em 22 de setembro de 1949, e cujo instrumento de adesão foi depositado pelo Governo em 22 de outubro de 1965; e o disposto no Acordo Entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e o Governo da República Federativa do Brasil Sobre o Financiamento do Escritório da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades, assinado pelo Governo em 23 de fevereiro de 1988.

Artigo 2

Os bens e ativos do Grupo de Observadores Internacionais da OEA, em qualquer lugar do território da República Federativa do Brasil e em poder de qualquer pessoa que se encontrem, gozarão de imunidade contra todo procedimento judicial, à exceção dos casos particulares em que se renuncie expressamente a essa imunidade. Entende-se, entretanto, que essa renúncia de imunidade não terá o efeito de sujeitar ditos bens e ativos a nenhuma medida de execução.

Artigo 3

Os locais que o Grupo de Observadores Internacionais da OEA ocuparem serão invioláveis. Além disso, seus ativos e bens, em qualquer lugar do território da República Federativa do Brasil e em poder de qualquer pessoa em que se encontrarem, gozarão de imunidade contra busca e apreensão, requisição, confisco, expropriação e contra toda outra forma de intervenção, seja de caráter executivo, administrativo, judicial ou legislativo.

Para fins de garantia da inviolabilidade e das imunidades previstas neste artigo, a SG/OEA deverá informar ao Ministério das Relações Exteriores os endereços dos locais ocupados pelo Grupo de Observadores Internacionais da OEA, bem como o período durante o qual eles serão utilizados para os fins da Missão.

Artigo 4

Os arquivos do Grupo de Observadores Internacionais da OEA e todos os documentos que a eles pertençam ou que se encontrem em sua posse serão invioláveis onde quer que se encontrem.

Artigo 5

O Grupo de Observadores Internacionais da OEA estará:

a) isento de todo tributo direto, entendendo-se, todavia, que não poderão reclamar isenção alguma no que se refere a tributos que de fato constituam uma remuneração por serviços públicos;

b) isento do pagamento de toda tributação aduaneira e de proibições e restrições referentes a artigos e publicações que importem ou exportem para seu uso oficial. Entende-se, entretanto, que os artigos importados com isenção tributária somente serão vendidos/alienados no país conforme as condições acordadas com o Governo;

c) isento de restrições determinadas por regulamentos ou moratórias de qualquer natureza, podendo ter divisas correntes de qualquer classe, movimentar suas contas em qualquer divisa e transferir seus fundos em divisas;

d) isento do pagamento dos impostos federais incidentes sobre as operações previstas no artigo 10 do Acordo Entre a Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos e o Governo da República Federativa do Brasil sobre o Funcionamento do Escritório da Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos, suas Obrigações, Privilégios e Imunidades, assinado em 23 de fevereiro de 1988.

CAPÍTULO II

DOS MEMBROS DO GRUPO DE OBSERVADORES INTERNACIONAIS DA OEA

Artigo 6

Serão membros do Grupo de Observadores Internacionais da OEA (doravante denominado 'Observadores') aquelas pessoas que tenham sido devidamente designadas e acreditadas junto ao Governo pelo Secretário-Geral da OEA, e informadas ao Ministério das Relações Exteriores e ao Tribunal Superior Eleitoral da República Federativa do Brasil.

Artigo 7

Os Observadores gozarão, durante os períodos em que estiverem em território nacional, no exercício de suas funções, dos seguintes privilégios e imunidades:

a) Imunidade contra prisão ou detenção pessoal e imunidade contra todo procedimento judicial referente a palavras faladas ou escritas e a todos os demais atos executados no desempenho de suas funções;

b) Inviolabilidade de todo papel, correspondência e documento;

c) O direito de se comunicar com a SG/OEA por meio de rádio, telefone, via satélite, correio eletrônico ou outros meios e receber documentos e correspondências por mensageiros ou em malas fechadas, gozando dos efeitos dos mesmos privilégios e imunidades concedidos a correios, mensagens ou malas diplomáticas;

d) O direito de livre locomoção em território nacional;

e) Isenção, referente a si mesmo e seus cônjuges e filhos, de toda restrição de imigração e registro de estrangeiros e de todo serviço de caráter nacional na República Federativa do Brasil;

f) As mesmas franquias estipuladas a representantes de governos estrangeiros em missão oficial temporária no que diz respeito a possíveis restrições sobre divisas;

g) As mesmas imunidades e franquias referentes a sua bagagem pessoal estipuladas aos enviados diplomáticos; e também;

h) Aqueles outros privilégios, imunidades e facilidades compatíveis com o antes dito, dos quais gozam os enviados diplomáticos, à exceção de direitos aduaneiros sobre mercadorias importadas (que não sejam parte de sua bagagem pessoal) ou de impostos de vendas e direitos de consumo, ressalvados ainda aqueles privilégios e imunidades concedidos pela República Federativa do Brasil a funcionários estrangeiros por aplicação de reciprocidade.

Artigo 8

As disposições contidas no artigo anterior não são aplicáveis aos nacionais da República Federativa do Brasil, salvo ao que se refere a palavras faladas ou escritas e a todos os demais atos executados no desempenho de suas funções.

Artigo 9

A Missão poderá estabelecer e operar no território da República Federativa do Brasil sistema autônomo de radiocomunicações destinado a prover conexão permanente entre os Observadores, a Missão, os escritórios e sedes regionais, bem como a sede da SG/OEA em Washington, D.C., EUA, para cujo funcionamento o Governo tomará as medidas administrativas que forem necessárias.

CAPÍTULO III

COOPERAÇÃO COM AS AUTORIDADES

Artigo 10

Os Observadores colaborarão com as autoridades competentes da República Federativa do Brasil para evitar que ocorram abusos com relação aos privilégios e imunidades concedidos. Além disso, as autoridades competentes da República Federativa do Brasil farão todo o possível para facilitar a colaboração que lhes seja solicitada pelos Observadores.

Artigo 11

Sem prejuízo aos privilégios e imunidades outorgados, os Observadores respeitarão as leis e regulamentos vigentes na República Federativa do Brasil.

Artigo 12

O Governo e o Secretário-Geral da OEA tomarão as medidas que se façam necessárias para alcançar um acordo amistoso para a solução adequada de:

a) controvérsias que se originem em contratos ou outras questões de direito privado; e

b) controvérsias em que seja parte qualquer dos Observadores referentes a matérias que gozem de imunidade.

CAPÍTULO IV

CARÁTER DOS PRIVILÉGIOS E IMUNIDADES

Artigo 13

Os privilégios e imunidades se outorgam aos Observadores para salvaguardar a independência no exercício de suas funções de observação das Eleições Gerais de 2 de outubro de 2022, em primeiro turno, e em 30 de outubro, em segundo turno, na República Federativa do Brasil, não para benefício pessoal, nem para realizar atividades de natureza política ou em benefício próprio em território brasileiro.

Portanto, o Secretário-Geral da OEA renunciará aos privilégios e imunidades desses Observadores caso, segundo seu critério, tais prerrogativas impeçam o curso da justiça e quando dita renúncia possa ser feita sem prejudicar os interesses da OEA.

CAPÍTULO V
IDENTIFICAÇÃO

Artigo 14

O Governo da República Federativa do Brasil reconhecerá o "documento oficial de viagem" expedido pela SG/OEA como documento válido e suficiente para as viagens dos Observadores. O Governo outorgará o visto oficial por meio das instâncias pertinentes para que os Observadores ingressem no país e permaneçam até o final da Missão.

O Ministério das Relações Exteriores proverá a cada um dos Observadores documento de identidade, o qual atestará o direito aos privilégios e imunidades contidos neste Acordo e conterá o nome completo, o cargo ou patente/função e uma fotografia.

CAPÍTULO VI
DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 15

Este Acordo poderá ser modificado por mútuo consentimento expressado por escrito pelos representantes das Partes devidamente autorizados.

Emendas entrarão em vigor na data de sua assinatura e permanecerão em vigor conforme o disposto no Artigo 16.

Artigo 16

Este Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura e se dará por finalizado quando os Observadores concluam seus trabalhos referentes a todo o processo eleitoral, de acordo com os termos do convite feito pelo Governo da República Federativa do Brasil.

Sem prejuízo aos privilégios e imunidades garantidos à SG/OEA, este Acordo poderá ser denunciado por qualquer uma das Partes mediante comunicação escrita dirigida à outra Parte, com antecedência mínima de cinco dias corridos da data de encerramento.

Em fé do que, os abaixo assinados assinam o presente Acordo em dois exemplares de mesmo teor, em Washington DC, EUA, no dia 5 de julho de 2022.

PELO GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

OTÁVIO BRANDELLI
Embaixador
Representante Permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos

PELA SECRETARIA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

LUIS ALMAGRO
Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos

ACORDO ENTRE A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E A REPÚBLICA DO BOTSUANA SOBRE A ISENÇÃO DA EXIGÊNCIA DE VISTO PARA OS NACIONAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E OS NACIONAIS DA REPÚBLICA DO BOTSUANA

PREÂMBULO

A República Federativa do Brasil

e

a República do Botsuana
(doravante designadas conjuntamente como as "Partes" e, no singular, como "Parte");

Conscientes das relações de amizade entre as Partes;

Observando que a República do Botsuana concedeu unilateralmente isenção da exigência de visto a todos os cidadãos da República Federativa do Brasil titulares de passaportes válidos;

Convencidos de que a concessão de facilidades semelhantes pela República Federativa do Brasil a todos os nacionais da República do Botsuana titulares de passaportes válidos facilitará as viagens de seus povos entre os Estados das Partes;

Desejando fortalecer as relações de amizade e cooperação mútua existentes;

ACORDARAM O SEGUINTE:

ARTIGO 1º
DEFINIÇÕES

Para os fins deste Acordo, as palavras listadas abaixo terão o seguinte significado:

Acordo: significa o presente Acordo;

Documentos de viagem: significa para cidadãos da

a) República Federativa do Brasil - passaporte válido que comprove a identidade do nacional da República Federativa do Brasil; e

b) República do Botsuana - passaporte válido que comprove a identidade do nacional da República de Botsuana.

ARTIGO 2º
ISENÇÃO DE VISTO AOS NACIONAIS

Os nacionais de uma Parte que possuam Documentos de Viagem válidos e não tenham a intenção de trabalhar, estudar ou residir no território da outra Parte, estarão isentos dos requisitos de obtenção de visto para entrar, permanecer, sair ou fazer trânsito pelo território das Partes. A duração de cada estada não deve exceder 90 (noventa) dias dentro de cada período de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias.

ARTIGO 3º
VISTO NECESSÁRIO AOS NACIONAIS

Os nacionais das Partes que possuam documentos de viagem válidos de suas respectivas Partes e que pretendam entrar no território da outra Parte por um período superior a 90 (noventa) dias deverão obter um visto para entrar no território da outra Parte.

ARTIGO 4º
DOCUMENTOS DE VIAGEM PERDIDOS OU DANIFICADOS

1. Os nacionais da República do Botsuana que tenham perdido ou danificado seus Documentos de Viagem durante sua estada no território da República Federativa do Brasil, deverão notificar imediatamente as autoridades competentes da República Federativa do Brasil e da missão diplomática ou da repartição consular que deverá ser acreditada junto à República Federativa do Brasil e habilitada a representar os interesses da República do Botsuana na República Federativa do Brasil.

2. Os nacionais da República do Botsuana que tenham perdido ou danificado seus documentos de viagem durante sua estada no território da República Federativa do Brasil, serão autorizados a sair do território da República Federativa do Brasil com base em um documento de identidade temporário que dê direito ao retorno à República do Botsuana, emitido pela missão diplomática ou repartição consular que será acreditada na República Federativa do Brasil habilitada a representar os interesses da República de Botsuana na República Federativa do Brasil.

3. Os nacionais da República Federativa do Brasil que tenham perdido ou danificado seus documentos de viagem durante sua estada no território da República do Botsuana, deverão notificar imediatamente as autoridades competentes da República do Botsuana e da missão diplomática ou da repartição consular que deverá ser acreditada junto à República Federativa do Brasil e habilitada a representar os interesses da República Federativa do Brasil na República do Botsuana.

4.Cidadãos da República Federativa do Brasil que tenham perdido ou danificado seus documentos de viagem durante sua estada no território da República do Botsuana, serão autorizados a sair do território da República do Botsuana com base em um documento de identidade temporário dando direito ao retorno à República Federativa do Brasil emitido pela missão diplomática ou repartição consular que for acreditada na República Federativa do Brasil e habilitada a representar os interesses da República Federativa do Brasil na República do Botsuana.

ARTIGO 5º
PONTOS DE CRUZAMENTO DE FRONTEIRA

Os nacionais da República Federativa do Brasil e da República do Botsuana referidos nos Artigos 2 e 3 deste Acordo devem cruzar a fronteira da República Federativa do Brasil e da República do Botsuana através dos pontos de passagem de fronteira abertos ao tráfego de passageiros internacionais.

ARTIGO 6º
ENTRADA RECUSADA OU REDUÇÃO DA DURAÇÃO DA ESTADA

As autoridades competentes das Partes conservarão o direito de recusar a entrada ou de reduzir a duração da estada em seus territórios de nacionais de qualquer das Partes cuja presença considerem indesejável.

ARTIGO 7º
LEGISLAÇÃO DAS PARTES

Durante a estada no território da outra Parte, cada um dos nacionais das Partes deverá respeitar a legislação do território da outra Parte.

ARTIGO 8º
SUSPENSÃO DO ACORDO

1. Em caso de necessidade de garantir a ordem pública, proteger a segurança nacional ou a saúde pública, cada Parte pode suspender total ou parcialmente a aplicação do presente Acordo. A outra Parte deve ser notificada de tal decisão por escrito, o mais tardar 72 (setenta e duas) horas antes de tal decisão entrar em vigor.

2. A Parte que decidiu suspender o Acordo nas condições previstas no Parágrafo 1 deste Artigo deverá notificar imediatamente a outra Parte, por escrito, do cancelamento de tais condições e da retomada do presente Acordo.

ARTIGO 9º
DOCUMENTOS DE VIAGEM

1. As autoridades competentes das Partes trocarão amostras de documentos de viagem no prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da data de assinatura deste Acordo.

2. As autoridades competentes das Partes notificar-se-ão mutuamente sobre as modificações feitas nos Documentos de Viagem, o mais tardar 30 (trinta) dias antes da entrada em vigor das referidas modificações e fornecerão às autoridades competentes da outra Parte amostras dos documentos de viagem modificados.

3. As autoridades competentes das Partes trocarão informações sobre os documentos temporários a que se refere o artigo 4º deste Acordo.

ARTIGO 10º
RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

Quaisquer controvérsias entre as Partes decorrentes da interpretação ou implementação deste Acordo serão resolvidas amigavelmente por meio de consultas e negociação entre as Partes.

ARTIGO 11º
ALTERAÇÕES

Este Acordo pode ser alterado por escrito, por consentimento das Partes, pelos canais diplomáticos.

ARTIGO 12º
DISPOSIÇÕES FINAIS

1. Este Acordo entrará em vigor na data de sua assinatura.

2. O Acordo será válido por 5 (cinco) anos. Posteriormente, este Acordo será automaticamente renovado por períodos adicionais de 5 (cinco) anos, a menos que uma das Partes notifique a outra Parte, por escrito, por meio dos canais diplomáticos, de sua intenção de não renovar este Acordo, o mais tardar 6 (seis) meses antes do término do período inicial ou qualquer outro período subsequente.

3. Qualquer Parte pode denunciar este Acordo a qualquer momento, por escrito e por via diplomática. A denúncia terá efeito 30 (trinta) dias após o recebimento da nota diplomática que expresse a intenção de denúncia.

EM TESTEMUNHO DO QUE, os abaixo assinados, devidamente autorizados para o ato, assinaram este Acordo.

FEITO em Brasília, em 26 de julho de 2022, em dois exemplares, cada um nos idiomas português e inglês, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CARLOS ALBERTO FRANCO FRANÇA
Ministro de Estado das Relações Exteriores

PELA REPÚBLICA DO BOTSUANA

LEMONGANG KWAPE
Ministro dos Negócios Estrangeiros

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

CONSULTA PÚBLICA Nº 10, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE torna pública, nos termos da Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do art. 40 determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo; do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014, e do artigo 203 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito do recurso administrativo, em trâmite nos autos do Processo nº 25000.086683/2018-42, interposto pelo (a) ASSOCIAÇÃO SAMARITANO, atualmente denominada ASSOCIAÇÃO UMANE, CNPJ nº 60.544.244/0001-67, com sede no município de SÃO PAULO/SP, contra a decisão de cancelamento do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social em Saúde (CEBAS) da ora recorrente, ante o descumprimento dos requisitos, aferidos em Processo de Supervisão, por não ter atendido aos requisitos obrigatórios para a manutenção da certificação, conforme legislações pertinentes.

Fica estabelecido o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas, por meio do endereço eletrônico www.saude.gov.br/cebas-saude.

O Departamento de Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social em Saúde, da Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, deste Ministério (DCEBAS/SAES/MS), avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

PORTARIA GM/MS Nº 1.100, DE 12 DE MAIO DE 2022(*)

Define o 1º Ciclo do Programa de Qualificação da Assistência Cardiovascular, QualiSUS Cardio, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Anexo XXXI da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, que institui a Política Nacional de Atenção Cardiovascular de Alta Complexidade;

Considerando os art. 22 a 27 - define as Unidades de Assistência em Alta Complexidade Cardiovascular e os Centros de Referência em Alta Complexidade Cardiovascular e o art. 421- que estabelece o Registro Nacional de Implantes - Módulo Stent como instrumento oficial do Registro do implante de stents pelos hospitais e respectivos médicos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), da Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22 de fevereiro de 2022, que consolida as normas sobre atenção especializada à saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.693, de 17 de dezembro de 2021, que altera atributos de procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS e estabelece a dedução de recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC dos Estados, Distrito Federal e Municípios;

Considerando o art. 421 da Portaria de Consolidação SAES/MS nº 1, de 22 de fevereiro de 2022; e

Considerando a Portaria GM/MS nº 1.099, de 12 de maio de 2022, que institui o Programa de Qualificação da Assistência Cardiovascular - QualiSUS Cardio, resolve:

Art. 1º Fica definido, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o 1º Ciclo do Programa de Qualificação da Assistência Cardiovascular, QualiSUS Cardio.

Parágrafo único. O 1º Ciclo do QualiSUS Cardio avalia o desempenho dos estabelecimentos de saúde no âmbito da alta complexidade cardiovascular a partir da análise de indicadores relativos ao volume, à qualidade e à complexidade da assistência ofertada e estabelece incrementos sobre os valores de procedimentos cirúrgicos cardiovasculares em conformidade com o desempenho aferido.

Art. 2º Estão aptos à habilitação no 1º Ciclo do QualiSUS Cardio os estabelecimentos de saúde habilitados com o Serviço de Cirurgia Cardiovascular e Procedimentos em Cardiologia Intervencionista, desde a competência de janeiro de 2019, e com respectiva produção aprovada no Sistema de Informações Hospitalares do SUS - SIH/SUS, no ano de 2019, para pelo menos um dos procedimentos estratégicos relacionados no Anexo I.

Art. 3º A avaliação do desempenho dos estabelecimentos de saúde no âmbito do 1º Ciclo do QualiSUS Cardio considera a observância integral ao disposto no seguinte regulamento:

I - Primeiro critério: a situação de cada estabelecimento de saúde quanto ao cumprimento dos parâmetros mínimos de produção; e

II - Segundo critério: a análise comparativa entre o desempenho individual de cada estabelecimento de saúde e o desempenho agregado dos estabelecimentos de saúde que compõem seu respectivo território.

§ 1º O primeiro critério observa ao seguinte regramento:

a) em caso de habilitação exclusiva com o Serviço de Cirurgia Cardiovascular e Procedimentos em Cardiologia Intervencionista (código 08.03): ao menos 180 (cento e oitenta) atos operatórios de alta complexidade (procedimentos do grupo 04, subgrupo 06 e forma de organização 01) aprovados no SIH/SUS no ano de 2019; ou

b) em caso de habilitação simultânea com o Serviço de Cirurgia Cardiovascular e Procedimentos em Cardiologia Intervencionista (código 08.03) e com o Serviço de Cirurgia Cardiovascular Pediátrica (código 08.04): ao menos 240 (duzentos e quarenta) atos operatórios de alta complexidade (procedimentos do grupo 04, subgrupo 06 e forma de organização 01) aprovados no SIH/SUS no ano de 2019.

§ 2º O segundo critério é obtido mediante o cálculo do Índice Combinado de Assistência Cardiovascular (IC-Cardio) hospitalar, estadual e nacional, uma razão que combina, por meio de análise multicritérios, os dados relativos aos seguintes indicadores:

a) Tempo médio de permanência;

b) Taxa de mortalidade operatória;

c) Taxa de reinternação em até 30 (trinta) dias do ato operatório;

d) Percentual de cumprimento do parâmetro mínimo de produção; e

e) Percentual de procedimentos estratégicos.

§ 3º Os indicadores tempo médio de permanência, taxa de mortalidade operatória e taxa de reinternação, cujo produto compõe o numerador do IC-Cardio, têm como fontes dos dados os registros das internações hospitalares aprovadas no exercício de 2019 no SIH/SUS, e os registros de óbitos no Sistema de Informação sobre Mortalidade - SIM, referentes ao ano de 2019, conforme regramento estabelecido em Fichas Técnicas dispostas nos Anexos II, III e IV.

§ 4º Os indicadores percentual de cumprimento do parâmetro mínimo de produção e percentual de procedimentos estratégicos, cujo produto compõe o denominador do IC-Cardio, correspondem a um fator de correção que busca contemplar o volume e a complexidade da assistência ofertada na classificação dos estabelecimentos de saúde.

§ 5º O IC-Cardio hospitalar é, portanto, obtido a partir da razão entre o produto dos indicadores tempo médio de permanência, taxa de mortalidade operatória e taxa de reinternação e o produto dos indicadores percentual de cumprimento do parâmetro mínimo de produção e percentual de procedimentos estratégicos, enquanto que o IC-Cardio estadual e o IC-Cardio nacional são obtidos a partir das médias ponderadas de cada indicador aplicadas à mesma forma de cálculo descrita para o IC-Cardio hospitalar.

§ 6º O IC-Cardio hospitalar deve ser comparado ao IC-Cardio estadual para fins de atendimento ao segundo critério, a não ser quando o estabelecimento de saúde for o único da Unidade da Federação, caso em que o IC-Cardio hospitalar deve ser comparado ao IC-Cardio nacional.

§ 7º O IC-Cardio hospitalar é uma razão com efeitos, no âmbito do 1º Ciclo do QualiSUS Cardio, apenas quando analisado em perspectiva com um IC-Cardio estadual, sendo que valores de IC-Cardio hospitalares menores do que os valores de IC-Cardio estaduais representam desempenho superior do estabelecimento de saúde na comparação com o desempenho médio da UF, enquanto que o desempenho do estabelecimento de saúde é inferior ao desempenho médio da UF nos casos de valores de IC-Cardio hospitalares maiores do que os valores de IC-Cardio estaduais.

Art. 4º O 1º Ciclo do Programa QualiSUS Cardio estabelece a classificação dos estabelecimentos de saúde conforme seu desempenho em 4 (quatro) níveis:

I - Nível A: estabelecimentos de saúde que cumprem os parâmetros mínimos de produção e apresentam IC-Cardio hospitalar menor do que o IC-Cardio estadual ou do que o IC-Cardio nacional;

II - Nível B: estabelecimentos de saúde que cumprem os parâmetros mínimos de produção e apresentam IC-Cardio hospitalar maior do que o IC-Cardio estadual ou do que o IC-Cardio nacional;

III - Nível C: estabelecimentos de saúde que não cumprem os parâmetros mínimos de produção e apresentam IC-Cardio hospitalar menor do que o IC-Cardio estadual ou do que o IC-Cardio nacional; e

IV - Nível D: estabelecimentos de saúde que não cumprem os parâmetros mínimos de produção e apresentam IC-Cardio hospitalar maior do que o IC-Cardio estadual ou do que o IC-Cardio nacional.

Art. 5º Fica estabelecido que serão concedidos incrementos financeiros para os estabelecimentos de saúde no âmbito do 1º Ciclo do Programa QualiSUS Cardio de acordo com seus respectivos códigos de habilitação referentes aos níveis de desempenho, descritos no Anexo V.

§ 1º Os incrementos financeiros estabelecidos no caput dar-se-ão sobre os valores relativos ao Total Hospitalar (Serviço Hospitalar e Serviço Profissional) dos procedimentos relacionados no Anexo VI, conforme os seguintes percentuais:

I - Estabelecimento de saúde de Nível A: 75% (setenta e cinco por cento);

II - Estabelecimento de saúde de Nível B: 60% (sessenta por cento);

III - Estabelecimento de saúde de Nível C: 45% (quarenta e cinco por cento); e

IV - Estabelecimento de saúde de Nível D: 30% (trinta por cento).

§ 2º Os incrementos estabelecidos no caput serão aplicados aos procedimentos relacionados no Anexo VI inclusive quando estes se apresentarem à primeira linha de Autorizações de Internação Hospitalar - AIH abertas com os procedimentos 04.15.01.001-2 - TRATAMENTO C/ CIRURGIAS MULTIPLAS e 04.15.02.003-4 - OUTROS PROCEDIMENTOS COM CIRURGIAS SEQUENCIAIS.

Art. 6º Ficam incluídos na Tabela de Habilitações do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde - CNES, os códigos de habilitação conforme descritos no Anexo V.

Art. 7º Fica incluído, na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS - Tabela de Procedimentos do SUS, o Subtipo de Financiamento código 0078 - QualiSUS Cardio.

Art. 8º Ficam alterados, na Tabela de Procedimentos do SUS, os atributos dos procedimentos conforme Anexo VII e VIII.

§ 1º Os procedimentos descritos no Anexo VII terão efeitos operacionais nos sistemas de informações do SUS a partir de junho de 2022.

§ 2º Os procedimentos descritos no Anexo VIII terão efeitos operacionais nos sistemas de informações do SUS a partir de setembro de 2022.

Art. 9º A pré-classificação dos estabelecimentos de saúde considerados aptos a participar do 1º Ciclo do QualiSUS Cardio será publicada em até 15 (quinze) dias da publicação desta Portaria no sítio eletrônico do Ministério da Saúde, em https://www.gov.br/saude/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas.

Parágrafo único. A pré-classificação estabelecida no caput será obtida por estabelecimento da saúde por este Ministério a partir dos sistemas de informação do SUS, conforme regulamento disposto no art. 3º, e terá unicamente a finalidade de assegurar a transparência do processo aos interessados e à sociedade em geral.

Art. 10. A habilitação dos estabelecimentos de saúde aptos a participar do 1º Ciclo do QualiSUS Cardio dar-se-á via Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde - SAIPS, conforme o Manual de Uso do Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde - Programa de Qualificação da Assistência Cardiovascular - QualiSUS Cardio.

§ 1º O pedido de habilitação deverá ser formalizado pelos estabelecimentos de saúde interessados em participar do 1º Ciclo do QualiSUS Cardio juntamente às respectivas gestões em saúde, às quais competirá o cadastramento e a instrução da proposta de habilitação por meio do SAIPS.

§ 2º O Componente/Serviço do SAIPS relativo ao 1º Ciclo do QualiSUS Cardio, o qual conterá os critérios, informações e requisitos mínimos para habilitação, deverá ser desenvolvido e implementado em até 30 (trinta) dias da publicação desta Portaria, juntamente com o respectivo Manual de Uso, e seguirá aberto para o recebimento de propostas de habilitação por até 90 (noventa) dias a partir da sua implantação.

§ 3º Caberá à Coordenação-Geral de Atenção Especializada (CGAE/DAET/SAES/MS) analisar as propostas de habilitação cadastradas.

Art. 11. A homologação da habilitação dos estabelecimentos de saúde que tiverem propostas de habilitação cadastradas e aprovadas dar-se-á mediante a publicação de ato normativo assinado pelo Ministro da Saúde.

Art. 12. O 1º Ciclo do QualiSUS Cardio terá duração de 2 (dois) anos após a publicação do ato normativo relativo à homologação da habilitação dos estabelecimentos de saúde.

§ 1º Somente terão suas respectivas classificações mantidas no âmbito do segundo ano do 1º Ciclo do QualiSUS Cardio os estabelecimentos de saúde habilitados que passarem a fazer os registros de seus respectivos atendimentos junto ao Registro Nacional de Implantes - RNI ou qualquer outro dispositivo similar que venha a substituí-lo.

§ 2º Os estabelecimentos de saúde habilitados poderão ser reclassificados no prazo de vigência do 1º Ciclo do QualiSUS Cardio caso seja constatado descumprimento dos parâmetros de produção considerados para a classificação;

§ 3º Os estabelecimentos de saúde serão automaticamente excluídos do 1º Ciclo do QualiSUS Cardio caso seja desabilitado, por qualquer razão, seu respectivo serviço de Cirurgia Cardiovascular e Procedimentos em Cardiologia Intervencionista.

Art. 13. O monitoramento e a avaliação são competências concorrentes nos âmbitos federal, estadual, distrital e municipal, os quais serão responsáveis pelo controle do efetivo cumprimento dos critérios, parâmetros e indicadores estabelecidos por esta Portaria.

Art. 14. Caberá à Coordenação-Geral de Gestão de Sistemas de Informações em Saúde do Departamento de Regulação, Avaliação e Controle de Sistemas (CGSI/DRAC/SAES/MS) a adoção das providências necessárias no sentido de adequar os sistemas de informação do SUS com vistas a implantar as disposições desta Portaria.

Art. 15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos operacionais e financeiros nos sistemas de informações do SUS a partir da competência seguinte à da publicação da Portaria de homologação das habilitações dos estabelecimentos de saúde no 1º Ciclo do QualiSUS Cardio.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

PROCEDIMENTOS ESTRATÉGICOS PARA CLASSIFICAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS NO 1º CICLO DO QUALISUS CARDIO

CÓDIGO	PROCEDIMENTO
04.06.01.080-3	PLÁSTICA VALVAR
04.06.01.081-1	PLÁSTICA VALVAR C/ REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA
04.06.01.082-0	PLÁSTICA VALVAR E/OU TROCA VALVAR MÚLTIPLA
04.06.01.092-7	REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA C/ USO DE EXTRACORPÓREA
04.06.01.093-5	REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA C/ USO DE EXTRACORPÓREA (C/ 2 OU MAIS ENXERTOS)
04.06.01.094-3	REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA S/ USO DE EXTRACORPÓREA
04.06.01.095-1	REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA S/ USO DE EXTRACORPÓREA (C/ 2 OU MAIS ENXERTOS)

ANEXO II

FICHA TÉCNICA DO INDICADOR TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA

Conceituação	Trata-se de um dos indicadores de qualidade institucionais utilizados para definir o rendimento e produtividade de leito de cada especialidade. Salienta-se a sua importância para os gestores de saúde, pois este indicador permite avaliar a eficiência de uma determinada unidade hospitalar.
Objetivo	Representar a média de tempo que os pacientes permaneceram internados nos hospitais habilitados em alta complexidade cardiovascular, relacionado aos registros de cirurgias de plástica valvar e revascularização.
Interpretação	A média de permanência hospitalar pode ser influenciada pelo perfil de complexidade hospitalar e por características individuais, como idade, condição clínica e comorbidades dos pacientes atendidos.
	Um tempo médio de internação elevado não necessariamente representa problemas na qualidade da assistência hospitalar, podendo estar relacionado ao desenho local de referência para caso mais graves. Baixas médias de tempo de internação são mais desejáveis.
Usos	Enumera as principais finalidades de utilização dos dados a serem considerados na análise do indicador. Deve ser verificada a adequação dos usos no decorrer do tempo.
Limitações	É preciso observar os fatores que restringem a interpretação do indicador, referentes tanto ao próprio conceito, quanto às fontes utilizadas.
Fontes	VinculaSUS - Banco de dados das Autorizações de Internação Hospitalar - Cirurgias conforme rol de procedimentos principais na AIH listados no método de cálculo.
Método de cálculo	Fórmula de cálculo: Numerador (total de pacientes -dia no período) / Denominador(total de registos por motivo de saídas no período) Estratificar os dados da fórmula em: Pacientes adultos e idosos internados no hospitais habilitados com procedimento principal nos código de procedimentos de Cirurgias: 04.06.01.080-3 - PLÁSTICA VALVAR 04.06.01.081-1 - PLÁSTICA VALVAR C/ REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA
	04.06.01.082-0 - PLÁSTICA VALVAR E/OU TROCA VALVAR MÚLTIPLA 04.06.01.092-7 - REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA C/ USO DE EXTRACÓRPOREA 04.06.01.093-5 - REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA C/ USO DE EXTRACÓRPOREA (C/ 2 OU MAIS ENXERTOS) 04.06.01.094-3 - REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA S/ USO DE EXTRACORPÓREA 04.06.01.095-1 - REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA S/ USO DE EXTRACORPÓREA (C/ 2 OU MAIS ENXERTOS)
	Total de pacientes-dia no período de interesse. Critérios de inclusão: Pacientes que foram submetidos a um procedimento cirúrgico cardiovasculares. Critérios de exclusão: Não aplicável. Total de saídas hospitalares no período de interesse. Estratificar os dados da fórmula em:
	Descrição do caráter da internação - Modalidade da internação - 02 = hospitalar. Identificação do tipo de AIH - Código de Identificação do tipo de AIH - 1 = normal. Motivos da Saídas de internações: Código do Motivo da alta do paciente Saídas: considera-se saída da instituição aquelas que se dão por Motivo da Saída/Alta (cura, melhora, estado inalterado, evasão, desistência do tratamento, transferência externa).
Unidade de medida	Dias
Periodicidade de mensuração	Anual
Área responsável	Coordenação-Geral de Atenção Especializada (CGAE/DAET/SAES/MS)
Data da homologação do indicador	Dia/mês/ano no qual foi realizada a homologação das informações referentes ao indicador.
Informações adicionais	Mensuração, em dias, do tempo médio de permanência dos pacientes admitidos nos hospitais habilitados na alta complexidade cardiovascular no ano base de 2019. População-alvo: pacientes internados no hospital submetidos a cirurgias cardiovasculares.
Limitações e vieses	Dados dos sistemas de informação com baixa completitude nos campos da AIH relacionados aos códigos da CID-10 quanto aos diagnósticos secundários, para mensurar as comorbidades associadas nos pacientes, permitindo construção de proxies de casos graves.
Referências	Brasil. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Saúde Suplementar. Indicadores Hospitalares Essenciais, Média de Permanência geral. 2013/14. Disponível em: http://www.ans.gov.br/images/stories/prestadores/F-EFI-05.pdf Brasil. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Critérios Diagnósticos das Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde. Resolução Nº 07, 24/02/2010. Brasília, 2010. Departamento de Informática do SUS. Informações de Saúde (TABNET), Procedimentos Hospitalares do SUS, Média de permanência hospitalar. 2018. Disponível em: http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sih/cnv/qiuf.def Silva G.S; Sousa, A. G; Soares, Colósimo F.C; Piotto, C.F Avaliação do tempo de permanência hospitalar em cirurgia de revascularização miocárdica segundo a fonte pagadora Artigos Originais Rev. Assoc. Med. Bras. 59 (3) Jun 2013 https://doi.org/10.1016/j.ramb.2012.12.005

ANEXO III

FICHA TÉCNICA DO INDICADOR TEMPO MÉDIO DE PERMANÊNCIA

Conceituação	Mensuração dos totais de óbitos ocorridos durante ou pós-operatório até 30 dias, após cirurgias cardíacas. Relação percentual entre o número de óbitos operatórios e o número de cirurgias realizadas, em determinado período.
Objetivo	Acompanhar os totais de óbitos ocorridos durante ou pós-operatório em até 30 dias.
Interpretação	O resultado do indicador reflete o percentual de pacientes que foram a óbito após serem submetidos a uma cirurgia cardíaca relacionada ao procedimento principais dentro do período de 30 dias. Quanto menor a taxa de mortalidade, melhor.
Usos	Enumera as principais finalidades de utilização dos dados a serem considerados na análise do indicador. Deve ser verificada a adequação dos usos no decorrer do tempo.
Limitações	Observar os fatores que restringem a interpretação do indicador, referentes tanto ao próprio conceito, quanto às fontes utilizadas. A morte é um evento único e definitivo, e como o seu registro é obrigatório, aumentam as chances de existirem dados para a construção do indicador. Mesmo empregando os melhores cuidados de saúde disponíveis, muitos óbitos não são evitáveis. A taxa precisa ser ajustada para vários fatores que podem influenciar a mortalidade hospitalar, tais como, dados demográficos dos pacientes, diagnósticos, condições em que o paciente chegou ao hospital. Ou seja, este método de ajuste de risco é usado para
	contabilizar o impacto desses fatores de risco individuais, que podem colocar alguns pacientes em maior risco de morte do que outros. Para calcular a taxa de mortalidade em 30 dias, deve ser considerado ajuste de Risco: Idade; sexo; comorbidades; tipo de procedimentos; tipo de admissão (eletiva/ urgência); tempo total de hospitalização
Fontes	VinculaSUS: Banco de dados dos Autorizações de Internações Hospitalares - Cirurgias conforme rol de procedimentos principais na AIH listados no método de cálculo/ Sistema de informações Sobre Mortalidade - SIM Óbitos ocorridos

Método de cálculo	Fórmula de cálculo: Total de Óbitos de pacientes adultos e idosos ocorridos em até 30 dias da última alta hospitalar, após cirurgia cardíaca (conforme elenco de procedimentos). _____ X 100 Número total de Autorização de Internações Hospitalares - AIH de pacientes adultos e idosos com base no identificador unívoco do paciente no mesmo hospital Numerador:
	Número de óbitos ocorridos no pós-operatório em até 30 dias de pacientes adultos e idosos , com base no identificador unívoco do paciente, coletado anualmente através do VinculaSUS - Origem - Sistema de informações Sobre Mortalidade - SIM. São contabilizadas por pacientes adultos e idosos, que sofrerem intervenção cirúrgica cardiovascular, apresentado na AIH registros de códigos de procedimento principal da AIH, a seguir: 04.06.01.080-3 - PLÁSTICA VALVAR 04.06.01.081-1 - PLÁSTICA VALVAR C/ REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA
	04.06.01.082-0 - PLÁSTICA VALVAR E/OU TROCA VALVAR MÚLTIPLA 04.06.01.092-7 - REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA C/ USO DE EXTRACÓRPOREA 04.06.01.093-5 - REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA C/ USO DE EXTRACÓRPOREA (C/ 2 OU MAIS ENXERTOS) 04.06.01.094-3 - REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA S/ USO DE EXTRACORPÓREA 04.06.01.095-1 - REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA S/ USO DE EXTRACORPÓREA (C/ 2 OU MAIS ENXERTOS)
	Critérios de inclusão: Pacientes adultos e idosos que apresentaram registros de óbitos, conforme CID 10, sendo na causa básica ou em uma das linha do atestado de óbito , associada a cirurgia cardiovascular dentro de um período igual ou inferior a 30 dias (£ 30 dias). CID 10 que deve ser avaliado no Atestado de Óbito no SIM a serem considerados na análise: I200 Angina instável; I208 Outras formas de angina pectoris; I209 Angina pectoris, não especificada; I210 Infarto agudo transmural da parede anterior do miocárdio; I211
	Infarto agudo transmural da parede inferior do miocárdio; I212 Infarto agudo transmural do miocárdio de outras localizações; I213 Infarto agudo transmural do miocárdio, de localização não especificada; I214 Infarto agudo subendocárdico do miocárdio; I219 Infarto agudo do miocárdio não especificado; I221 Infarto do miocárdio recorrente da parede inferior; I228 Infarto do miocárdio recorrente de outras localizações; I229 Infarto do miocárdio recorrente de localização não especificada; T820 - Complicação mecânica de prótese valvular cardíaca; T821 - Complicação mecânica de dispositivo eletrônico cardíaco; T822 - Complicação mecânica de enxerto de ponte coronária e implantes de valvas; T823 - Complicações mecânicas de outros enxertos vasculares; T824 - Complicação mecânica de cateter vascular de diálise; T825 - Complicações
	mecânicas de outros dispositivos e implantes cardiovasculares; T826 - Infecção e reação inflamatórias devidas à prótese valvular cardíaca; T827 - Infecção e reação inflamatórias devidas a outros dispositivos, implantes e enxertos cardíacos e vasculares; T828 - Outras complicações de dispositivos protéticos, implantes e enxertos cardíacos e vasculares; T829 - Complicações não especificada de dispositivo protético, implante e enxerto cardíacos e vasculares). Critérios de exclusão: Não aplicável. Denominador:
	Total de cirurgias cardiovasculares no período. Número de cirurgias realizadas: É coletado anualmente através do VinculaSUS - Sistema de Informações de Autorizações de Internações Hospitalares - SIH/SUS. Critérios de inclusão: Pacientes adultos e idosos que foram submetidos a um procedimento cirúrgico cardiovasculares no período.
	Critérios de exclusão: Pacientes adultos e idosos que apresentaram registros de óbitos, conforme CID 10, sendo na causa básica ou em uma das linha do atestado de óbito, CAUSAS NÃO associada a cirurgia cardiovascular dentro de um período igual ou inferior a 30 dias (£ 30 dias).

Unidade de medida	%
Periodicidade de mensuração	Anual
Área responsável	Coordenação-Geral de Atenção Especializada (CGAE/DAET/SAES/MS)
Data da homologação do indicador	Dia/mês/ano no qual foi realizada a homologação das informações referentes ao indicador.
Limitações e vieses	Falhas no processo de recepção dos dados dos sistemas de informação, ou no processo de completitude dos campos na base de dados a AIH relacionadas ao campo da CID 10 relacionada a causa básica e as linhas dos atestados de óbitos no SIM.
Referências	Australian Commission on Safety and Quality in Health Care 2012, National core, hospitalbased outcome indicator specification, CONSULTATION DRAFT, ACSQHC, Sydney. Brasil. Ministério da Saúde. ANVISA. FIOCRUZ. Protocolo para Cirurgia Segura. Canadian Institute for Health Information (CIHI): http://www.cihi.ca/cihi-ext-portal/internet/en/tabbedcontent/health+syst... Jarman B. Using mortality data to drive system level improvement, 10th European Forum on Quality Improvement, London, April 2005. 4-1-2005. .
	Kristensen S, Mainz J, Bartels P. Catalogue of Patient Safety Indicators. Safety Improvement for Patients in Europe. SImPatIE - Work Package 4 [Internet]. March 2007. Disponível em: http://www.hope.be/03activities/docsactivities/SIMPATIE_Patient_safety_indicators_Professionals.pdf ANVISA. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Manual Segundo desafio global para a segurança do paciente: Cirurgias seguras salvam vidas (orientações para cirurgia segura da OMS) / Organização Mundial da Saúde. Rio de Janeiro: Organização Pan-Americana da Saúde; Ministério da Saúde, 2009

ANEXO IV

FICHA TÉCNICA DO INDICADOR REINTERNAÇÃO EM ATÉ 30 (TRINTA) DIAS

Conceituação	As reinternações hospitalares, quando não planejadas, podem representar deficiências no atendimento das necessidades correspondentes a determinada doença (Borges e Turrini, 2011). Esse fenômeno é importante, pois a partir de sua observação, e consequentemente dos fatores de risco envolvidos em sua ocorrência, é possível identificar a gravidade dos pacientes atendidos em um determinado serviço de saúde (Borges e Turrini, 2011). É a relação porcentual entre o número de reinternações pela mesma causa, ou causa associada, até 30 dias da alta hospitalar e o total de saídas.
Objetivo	Acompanhar as reinternações até 30 dias após a alta progressiva do estabelecimento de saúde (hospital habilitado) no pós-operatório de cirurgia cardíaca.
Interpretação	O resultado do indicador reflete o percentual de pacientes que retornaram ao hospital no prazo de 30 dias desde data da saída após um procedimento de cirurgia cardíaca, sendo essa reinternação no hospital que realizou o procedimento ou em outro desde que em condições relacionadas ao procedimento principal informado na AIH de origem da primeira admissão.
	Sobre a taxa de reinternações, observam-se diversas iniciativas de sua aplicação para medir o desempenho hospitalar, sendo o interesse em seu uso relacionado não apenas às avaliações de qualidade, mas também ao impacto econômico das reinternações no sistema de saúde (HASAN,2001; BENBASSAT; TARAGIN, 2000). Se uma pessoa não se recupera bem, é mais provável que o tratamento hospitalar posterior seja necessário dentro de até 30 dias, que é a razão pela qual este indicador é utilizado para mensurar capacidade resolutiva na recuperação do paciente (NHS,2014).
Usos	Enumera as principais finalidades de utilização dos dados a serem considerados na análise do indicador. Deve ser verificada a adequação dos usos no decorrer do tempo.
Limitações	Observar os fatores que restringem a interpretação do indicador, referentes tanto ao próprio conceito, quanto às fontes utilizadas. Para seu cálculo, é necessário acessar bases de dados em que seja possível a vinculação de informações do mesmo paciente, a partir de uma chave numérica única ou da aplicação da metodologia de linkage probabilístico sobre dados identificados. Para calcular a taxa de reinternações em 30 dias, deve ser considerado ajuste de Risco: Idade; sexo; comorbidades; tipo de procedimentos; tipo de readmissão (eletiva/ urgência).
Fontes	VinculaSUS - Banco de dados dos Autorizações de Internações Hospitalares
Método de cálculo	Número de reinternações não programadas pela mesma causa até 30 dias da alta hospitalar / Total de saídas x 100 Numerador: São contabilizadas registros por pacientes, onde há identificação unívoca de identificação de registro de uma segunda internação/reinternação com registro de data de internação entre 1 e 29 dias após a alta hospitalar, sendo considerado apenas adultos e idosos, apresentado com procedimento principal, a seguir registrados na primeira internação:
	04.06.01.080-3 - PLÁSTICA VALVAR 04.06.01.081-1 - PLÁSTICA VALVAR C/ REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA 04.06.01.082-0 - PLÁSTICA VALVAR E/OU TROCA VALVAR MÚLTIPLA 04.06.01.092-7 - REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA C/ USO DE EXTRACÓRPOREA 04.06.01.093-5 - REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA C/ USO DE EXTRACÓRPOREA (C/ 2 OU MAIS ENXERTOS)

	04.06.01.094-3 - REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA S/ USO DE EXTRACORPÓREA 04.06.01.095-1 - REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA S/ USO DE EXTRACORPÓREA (C/ 2 OU MAIS ENXERTOS) Critérios de inclusão: AIH com Identificação do campo tipo de AIH - 1 = normal, na Modalidade da internação - 02 = hospitalar. Saídas: Campo- Motivo da Saída/ alta (cura, melhora, estado inalterado, evasão, desistência do tratamento, transferência externa).
	Denominador: Número total de registros de pacientes de Autorização de Internações Hospitalares -AIH com base no identificador unívoco do paciente no mesmo hospital, sendo considerado apenas adultos e idosos com registros de procedimentos elencado acima e que a internação ocorreu no período anterior à data da internação do registro de reinternação no período.
	Pacientes com registros de Autorização de Internações Hospitalares (AIH) com dados de identificação unívocos que tiveram uma saída (internação prévia) e que foram readmitidos em hospitais do SUS dentro do período igual ou inferior a 30 dias (£ 30 dias). Pacientes com registro de Autorização de Internações Hospitalares (AIH) com dados de identificação unívocos que foram readmitidos em hospitais do SUS dentro do período igual ou inferior a 30 dias (£ 30 dias), por causas relacionadas aos procedimentos

	(CID 10 I200 Angina instável; I208Outras formas de angina pectoris; I209 Angina pectoris, não especificada; I210 Infarto agudo transmural da parede anterior do miocárdio; I211 Infarto agudo transmural da parede inferior do miocárdio; I212 Infarto agudo transmural do miocárdio de outras localizações; I213 Infarto agudo transmural do miocárdio, de localização não especificada; I214 Infarto agudo subendocárdico do miocárdio; I219 Infarto agudo do miocárdio não especificado; I221 Infarto do miocárdio recorrente da parede inferior; I228 Infarto do miocárdio recorrente de outras localizações; I229 Infarto do miocárdio recorrente de localização não especificada; T820 - Complicação mecânica de prótese valvular cardíaca; T821 - Complicação mecânica de dispositivo eletrônico cardíaco; T822 - Complicação mecânica de enxerto de ponte
	coronária e implantes de valvas; T823 - Complicações mecânicas de outros enxertos vasculares; T824 - Complicação mecânica de cateter vascular de diálise; T825 - Complicações mecânicas de outros dispositivos e implantes cardiovasculares; T826 - Infecção e reação inflamatórias devidas à prótese valvular cardíaca; T827 - Infecção e reação inflamatórias devidas a outros dispositivos, implantes e enxertos cardíacos e vasculares; T828 - Outras complicações de dispositivos protéticos, implantes e enxertos cardíacos e vasculares; T829 - Complicações não especificada de dispositivo protético, implante e enxerto cardíacos e vasculares). Critérios de exclusão:
	Registro de Autorização de Internações Hospitalares (AIH) com motivo de Saída devido a óbito. Pacientes após a alta da primeira internação foram a óbito em até 30 dias. Pacientes que não constam registro de Autorização de Internações Hospitalares (AIH) com dados de identificação unívocos para identificação da readmissão após a alta da primeira internação.
	Paciente com registro de Autorização de Internações Hospitalares (AIH) com dados de identificação unívocos que apresentaram readmissão com menos de 24 horas de internação. Pacientes com internações relacionados aos casos externos ao escopo do programa.
Unidade de medida	%
Periodicidade de mensuração	Anual
Área responsável	Coordenação-Geral de Atenção Especializada (CGAE/DAET/SAES/MS)
Informações adicionais	CID 10 que deve ser avaliado nos campos de CID Principal da AIH de reinternação a serem considerados na análise: Obs.: A necessidade de estímulo ao uso adequado do Sistema de Informação Hospitalar -SIH, com vistas a melhoria dos dados em níveis adequados de cobertura, completitude e consistência dos campos relacionado ao diagnóstico, que permitam a construção de um monitoramento a partir de indicadores de qualidade, em especial de resultados, com validade e confiança.
Limitações e vieses	Diferenças na gravidade da doença, comorbidades e outros fatores de risco potencial podem contribuir para uma variação nos resultados. Falhas no processo de recepção dos dados dos sistemas de informação, ou no processo de completitude dos campos na base de dados a AIH relacionadas aos campos: de identificação do paciente, campos relacionada a diagnósticos secundários na AIH.

ANEXO V

HABILITAÇÃO QUALISUS CARDIO

CÓDIGO	**DESCRIÇÃO**	**% SA**	**% SH**	**% SP**
08.11	QualiSUS Cardio Nível A	0,0	75,0	75,0
08.12	QualiSUS Cardio Nível B	0,0	60,0	60,0
08.13	QualiSUS Cardio Nível C	0,0	45,0	45,0
08.14	QualiSUS Cardio Nível D	0,0	30,0	30,0

ANEXO VI

Procedimentos Estratégicos para INCREMENTO FINANCEIRO no 1º Ciclo do QualiSUS Cardio

CÓDIGO	PROCEDIMENTO
04.06.01.080-3	PLÁSTICA VALVAR
04.06.01.081-1	PLÁSTICA VALVAR C/ REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA
04.06.01.082-0	PLÁSTICA VALVAR E/OU TROCA VALVAR MÚLTIPLA
04.06.01.092-7	REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA C/ USO DE EXTRACORPÓREA
04.06.01.093-5	REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA C/ USO DE EXTRACORPÓREA (C/ 2 OU MAIS ENXERTOS)
04.06.01.094-3	REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA S/ USO DE EXTRACORPÓREA
04.06.01.095-1	REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA S/ USO DE EXTRACORPÓREA (C/ 2 OU MAIS ENXERTOS)
04.06.01.013-7	CORREÇÃO DE ANEURISMA / DISSECÇÃO DA AORTA TORACO-ABDOMINAL
04.06.04.015-0	CORREÇÃO ENDOVASCULAR DE ANEURISMA / DISSECÇÃO DA AORTA ABDOMINAL COM ENDOPRÓTESE RETA / CÔNICA
04.06.04.016-8	CORREÇÃO ENDOVASCULAR DE ANEURISMA / DISSECÇÃO DA AORTA ABDOMINAL E ILÍACAS COM ENDOPRÓTESE BIFURCADA
04.06.04.017-6	CORREÇÃO ENDOVASCULAR DE ANEURISMA / DISSECÇÃO DA AORTA TORÁCICA COM ENDOPRÓTESE RETA OU CÔNICA
04.06.01.069-2	IMPLANTE DE PRÓTESE VALVAR
04.06.01.120-6	TROCA VALVAR C/ REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA
04.06.04.018-4	CORREÇÃO ENDOVASCULAR DE ANEURISMA / DISSECÇÃO DAS ILÍACAS COM ENDOPRÓTESE TUBULAR

ANEXO VII

PROCEDIMENTOS ALTERADOS NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS DO SUS

CÓDIGO	PROCEDIMENTO	ATRIBUTOS ALTERADOS/INCLUÍDOS
04.06.01.080-3	PLÁSTICA VALVAR	Incluir subtipo de financiamento: 0078 - QualiSUS Cardio. Incluir habilitação: 08.11 - QualiSUS Cardio Nível A, 08.12 - QualiSUS Cardio Nível B, 08.13 - QualiSUS Cardio Nível C, 08.14 - QualiSUS Cardio Nível D
04.06.01.081-1	PLÁSTICA VALVAR C/ REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA	Incluir subtipo de financiamento: 0078 - QualiSUS Cardio. Incluir habilitação: 08.11 - QualiSUS Cardio Nível A, 08.12 - QualiSUS Cardio Nível B, 08.13 - QualiSUS Cardio Nível C, 08.14 - QualiSUS Cardio Nível D
04.06.01.082-0	PLÁSTICA VALVAR E/OU TROCA VALVAR MÚLTIPLA	Incluir subtipo de financiamento: 0078 - QualiSUS Cardio. Incluir habilitação: 08.11 - QualiSUS Cardio Nível A, 08.12 - QualiSUS Cardio Nível B, 08.13 - QualiSUS Cardio Nível C, 08.14 - QualiSUS Cardio Nível D
04.06.01.092-7	REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA C/ USO DE EXTRACÓRPOREA	Incluir subtipo de financiamento: 0078 - QualiSUS Cardio. Incluir habilitação: 08.11 - QualiSUS Cardio Nível A, 08.12 - QualiSUS Cardio Nível B, 08.13 - QualiSUS Cardio Nível C, 08.14 - QualiSUS Cardio Nível D
04.06.01.093-5	REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA C/ USO DE EXTRACÓRPOREA (C/ 2 OU MAIS ENXERTOS)	Incluir subtipo de financiamento: 0078 - QualiSUS Cardio. Incluir habilitação: 08.11 - QualiSUS Cardio Nível A, 08.12 - QualiSUS Cardio Nível B, 08.13 - QualiSUS Cardio Nível C, 08.14 - QualiSUS Cardio Nível D
04.06.01.094-3	REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA S/ USO DE EXTRACORPÓREA	Incluir subtipo de financiamento: 0078 - QualiSUS Cardio. Incluir habilitação: 08.11 - QualiSUS Cardio Nível A, 08.12 - QualiSUS Cardio Nível B, 08.13 - QualiSUS Cardio Nível C, 08.14 - QualiSUS Cardio Nível D
04.06.01.095-1	REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA S/ USO DE EXTRACORPÓREA (C/ 2 OU MAIS ENXERTOS)	Incluir subtipo de financiamento: 0078 - QualiSUS Cardio. Incluir habilitação: 08.11 - QualiSUS Cardio Nível A, 08.12 - QualiSUS Cardio Nível B, 08.13 - QualiSUS Cardio Nível C, 08.14 - QualiSUS Cardio

FimTab

ANEXO VIII

PROCEDIMENTOS ALTERADOS NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS DO SUS

CÓDIGO	PROCEDIMENTO	ATRIBUTOS ALTERADOS/INCLUÍDOS
04.06.01.013-7	CORREÇÃO DE ANEURISMA / DISSECÇÃO DA AORTA TORACO-ABDOMINAL	Incluir subtipo de financiamento: 0078 - QualiSUS Cardio. Incluir habilitação: 08.11 - QualiSUS Cardio Nível A, 08.12 - QualiSUS Cardio Nível B, 08.13 - QualiSUS Cardio Nível C, 08.14 - QualiSUS Cardio Nível D
04.06.04.015-0	CORREÇÃO ENDOVASCULAR DE ANEURISMA / DISSECÇÃO DA AORTA ABDOMINAL COM ENDOPRÓTESE RETA / CÔNICA	Incluir subtipo de financiamento: 0078 - QualiSUS Cardio. Incluir habilitação: 08.11 - QualiSUS Cardio Nível A, 08.12 - QualiSUS Cardio Nível B, 08.13 - QualiSUS Cardio Nível C, 08.14 - QualiSUS Cardio Nível D
04.06.04.016-8	CORREÇÃO ENDOVASCULAR DE ANEURISMA / DISSECÇÃO DA AORTA ABDOMINAL E ILÍACAS COM ENDOPRÓTESE BIFURCADA	Incluir subtipo de financiamento: 0078 - QualiSUS Cardio. Incluir habilitação: 08.11 - QualiSUS Cardio Nível A, 08.12 - QualiSUS Cardio Nível B, 08.13 - QualiSUS Cardio Nível C, 08.14 - QualiSUS Cardio Nível D
04.06.04.017-6	CORREÇÃO ENDOVASCULAR DE ANEURISMA / DISSECÇÃO DA AORTA TORÁCICA COM ENDOPRÓTESE RETA OU CÔNICA	Incluir subtipo de financiamento: 0078 - QualiSUS Cardio. Incluir habilitação: 08.11 - QualiSUS Cardio Nível A, 08.12 - QualiSUS Cardio Nível B, 08.13 - QualiSUS Cardio Nível C, 08.14 - QualiSUS Cardio Nível D
04.06.01.069-2	IMPLANTE DE PRÓTESE VALVAR	Incluir subtipo de financiamento: 0078 - QualiSUS Cardio. Incluir habilitação: 08.11 - QualiSUS Cardio Nível A, 08.12 - QualiSUS Cardio Nível B, 08.13 - QualiSUS Cardio Nível C, 08.14 - QualiSUS Cardio Nível D
04.06.01.120-6	TROCA VALVAR C/ REVASCULARIZAÇÃO MIOCÁRDICA	Incluir subtipo de financiamento: 0078 - QualiSUS Cardio. Incluir habilitação: 08.11 - QualiSUS Cardio Nível A, 08.12 - QualiSUS Cardio Nível B, 08.13 - QualiSUS Cardio Nível C, 08.14 - QualiSUS Cardio Nível D
04.06.04.018-4	CORREÇÃO ENDOVASCULAR DE ANEURISMA / DISSECÇÃO DAS ILÍACAS COM ENDOPRÓTESE TUBULAR	Incluir subtipo de financiamento: 0078 - QualiSUS Cardio. Incluir habilitação: 08.11 - QualiSUS Cardio Nível A, 08.12 - QualiSUS Cardio Nível B, 08.13 - QualiSUS Cardio Nível C, 08.14 - QualiSUS Cardio Nível D

(*)Republicada por ter saído, no Diário Oficial da União (DOU) nº 90-B, de 13 de maio de 2022, Seção 1, páginas de 12 a 15, com incorreções no original.

PORTARIA GM/MS Nº 3.324, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Habilita o estado do Maranhão e seus municípios ao recebimento do Incentivo de Custeio às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, Aids e Hepatites Virais, do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Vigilância em Saúde e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, das normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que trata do financiamento e das transferências dos recursos federais para ações e os serviços públicos de saúde do SUS;

Considerando a Portaria GM/MS nº 828/GM/MS, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 232, de 7 de fevereiro de 2022, que aprova os novos valores da transferência fundo a fundo do Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, Aids e Hepatites Virais, do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Vigilância em Saúde e dá outras providências;

Considerando a retificação da Portaria GM/MS nº 232, de 7 de fevereiro de 2022; e

Considerando a Resolução nº 70/2022 - CIB/MA de 27 de maio de 2022, publicada no Diário Oficial de 03 de agosto de 2022, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados o estado e seus respectivos municípios ao recebimento do Incentivo de Custeio às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, Aids e Hepatites Virais, do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Vigilância em Saúde.

Art. 2º A Secretaria Estadual e Municipais de Saúde relacionadas nesta Portaria farão jus ao valor anual publicado, em 12 (doze) parcelas mensais, conforme o anexo II desta Portaria.

§ 1º Quando a divisão por 1/12 (um doze avos) dos valores anuais do Incentivo de Custeio às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, AIDS e Hepatites Virais, de cada ente federativo, implicar em dízima, os valores serão truncados em duas casas decimais.

§ 2º Os recursos foram distribuídos conforme destinação homologada pela respectiva Comissão Intergestores Bipartite, disposta no anexo I a esta Portaria.

Art. 3º Os entes federativos beneficiados, constantes desta Portaria, que estejam com repasse do Piso Fixo de Vigilância em Saúde (PFVS) e do Piso Variável de Vigilância em Saúde (PVVS) do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde, do Grupo de Vigilância em Saúde bloqueado, por não alimentação do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), do Sistema de Informações de Nascidos Vivos (SINASC) e do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), não farão jus aos recursos previstos nesta Portaria, caso a regularização da alimentação dos sistemas ocorra após 90 (noventa) dias da data de publicação do bloqueio, conforme disposto no art. 453 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidas nessa Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em conformidade com os processos de pagamentos instruídos.

Art. 5º Os recursos financeiros para a execução das atividades de que trata esta Portaria são oriundos do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho - 10.305.5023.20AL -Apoio aos Estados, Distrito Federal e Municípios para a Vigilância em Saúde - Plano Orçamentário 0002 - Incentivo às Ações de Vigilância, Prevenção e Controle das IST/AIDS e Hepatites Virais.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art.7º Fica revogado o Anexo XI da Portaria GM/MS nº 966, de 19 de maio de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 94, de 20 de maio de 2014.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

UF	Resolução
MA	Resolução nº 070/2022 - CIB/MA, de 27/05/2022

ANEXO II

Código IBGE	Estado / Municípios	Valor Anual	Valor Mensal
210005	Açailândia	130.676,92	10.889,74
210043	Alto Alegre do Maranhão	38.000,00	3.166,66
210120	Bacabal	130.676,92	10.889,74
210140	Balsas	164.787,76	13.732,31
210160	Barra do Corda	54.549,47	4.545,78
210170	Barreirinhas	38.000,00	3.166,66
210232	Buriticupu	38.000,00	3.166,66
210300	Caxias	164.787,76	13.732,31
210330	Codó	178.390,29	14.865,85
210340	Coelho Neto	43.155,96	3.596,33
210350	Colinas	38.000,00	3.166,66
210360	Coroatá	130.676,92	10.889,74
210370	Cururupu	38.000,00	3.166,66
210480	Grajaú	38.000,00	3.166,66
210500	Humberto de Campos	38.000,00	3.166,66
210530	Imperatriz	626.152,43	52.179,36
210540	Itapecuru Mirim	130.676,92	10.889,74
210675	Miranda do Norte	38.000,00	3.166,66
210750	Paço do Lumiar	38.000,00	3.166,66
210820	Pedreiras	130.676,92	10.889,74
210850	Pindaré-Mirim	38.000,00	3.166,66
210860	Pinheiro	130.676,92	10.889,74
210910	Presidente Dutra	48.000,00	4.000,00
210945	Raposa	38.000,00	3.166,66
210990	Santa Inês	130.676,92	10.889,74
211000	Santa Luzia	38.000,00	3.166,66
211070	São Domingos do Maranhão	38.000,00	3.166,66
211120	São José de Ribamar	130.676,92	10.889,74
211130	São Luís	1.265.153,20	105.429,43

211150	São Mateus do Maranhão	43.155,96	3.596,33
211220	Timon	130.676,92	10.889,74
211280	Viana	48.000,00	4.000,00
211400	Zé Doca	48.000,00	4.000,00
210000	SES - Maranhão	1.445.774,89	120.481,24
Total		5.800.000,00	483.333,18

PORTARIA GM/MS Nº 3.340, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

Homologa o novo prazo de execução dos projetos homologados pela Portaria GM/MS nº 3.065, de 11 de novembro de 2020, para o aprimoramento das ações de gestão, planejamento e regionalização da saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde, nos termos do art. 3º-A da Portaria GM/MS nº 1.812, de 22 de julho de 2020.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, resolve:

Art. 1º Esta Portaria homologa o novo prazo de execução dos projetos homologados pela Portaria GM/MS nº 3.065, de 11 de novembro de 2020, para o aprimoramento das ações de gestão, planejamento e regionalização da saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde, nos termos do art. 3º-A da Portaria GM/MS nº 1.812, de 22 de julho de 2020.

Art. 2º O prazo para execução dos projetos homologados pela Portaria GM/MS nº 3.065, de 11 de novembro de 2020, para o aprimoramento das ações de gestão, planejamento e regionalização da saúde, no âmbito do Sistema Único de Saúde, atendido o disposto no art. 3º-A da Portaria GM/MS nº 1.812, de 22 de julho de 2020, encontra-se especificado no Anexo a esta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

Prazo para execução dos Projetos homologados pela Portaria GM/MS nº 3.065, de 11 de novembro de 2020, para o aprimoramento das ações de gestão, planejamento e regionalização da saúde, no âmbito do SUS, nos termos do art. 3º-A da Portaria GM/MS 1.812, de 22 de julho de 2020

Unidade Federada		Processo SEI	Parecer Final	Prazo de Execução
Código	Sigla			
11	RO	25008.000862/2020-45	Aprovado	31 de dezembro de 2023
12	AC	25000.126890/2020-61	Aprovado	31 de dezembro de 2023
13	AM	25009.001252/2020-59	Aprovado	31 de dezembro de 2023
14	RR	25012.000463/2020-15	Aprovado	31 de dezembro de 2023
15	PA	25010.000709/2020-79	Aprovado	31 de dezembro de 2023
16	AP	25013.000335/2020-61	Aprovado	31 de dezembro de 2023
17	TO	25026.000382/2020-66	Aprovado	31 de dezembro de 2023
21	MA	25014.001250/2020-91	Aprovado	31 de dezembro de 2023
22	PI	25015.000603/2020-25	Aprovado	31 de dezembro de 2023
23	CE	25016.003006/2020-42	Aprovado	31 de dezembro de 2023
24	RN	25017.002348/2020-35	Aprovado	31 de dezembro de 2023
25	PB	25018.002765/2020-78	Aprovado	31 de dezembro de 2023
26	PE	25019.001414/2020-30	Aprovado	31 de dezembro de 2023
27	AL	25020.000721/2020-64	Aprovado	31 de dezembro de 2023
28	SE	25021.000566/2020-76	Aprovado	31 de dezembro de 2023
29	BA	25022.001611/2020-08	Aprovado	31 de dezembro de 2023
31	MG	25003.002098/2020-92	Aprovado	31 de dezembro de 2023
32	ES	25002.001238/2020-15	Aprovado	31 de dezembro de 2023
33	RJ	25001.010590/2020-51	Aprovado	31 de dezembro de 2023

PORTARIA GM/MS Nº 3.369, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Estabelece recurso financeiro do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado da Paraíba e Municípios, correspondente a recomposição de teto financeiro relacionados aos procedimentos de radioterapia.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria SAS/MS nº 263, de 22 de fevereiro de 2019, que atualiza os procedimentos radioterápicos da Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria GM/MS nº 828, de 17 de abril de 2020, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre os Grupos de Identificação Transferências federais de recursos da saúde;

Considerando a Portaria GM/MS nº 639, de 25 de março de 2022, que divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados ao cofinanciamento das ações e serviços públicos de saúde no grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar (Teto MAC); e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS) e do Departamento de Regulação Assistencial e Controle (DRAC/SAES/MS), constante no NUP-SEI nº 25000.110056/2022-16, resolve:

Art. 1º Fica estabelecido recurso do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Grupo de Atenção Especializada, no montante anual de R$ 2.101.505,64 (dois milhões, cento e um mil, quinhentos e cinco reais e sessenta e quatro centavos), a ser incorporado ao limite financeiro de Média e Alta Complexidade - MAC do Estado da Paraíba e Municípios, para recomposição do teto financeiro relacionados aos novos procedimentos de radioterapia, alterados para tratamento por localização tumoral no ano de 2019, conforme o Anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º, aos Fundos Municipais de Saúde, em parcelas mensais, mediante processo autorizativo encaminhado pela Secretaria de Atenção Especializada à Saúde, conforme Anexo.

Art. 3º O recurso orçamentário, objeto desta Portaria, correrá por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.5018.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos em Média e Alta Complexidade - Plano Orçamentário 0000.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, com efeitos financeiros a partir da 9ª (nona) parcela de 2022.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO

UF	IBGE	MUNICIPIO	GESTÃO	VALOR ANUAL R$
PB	250400	CAMPINA GRANDE	M	556.002,93
PB	250750	JOÃO PESSOA	M	1.545.502,71
TOTAL				2.101.505,64

PORTARIA GM/MS Nº 3.370, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Suspende na parcela agosto de 2022, a transferência de incentivos financeiros das equipes e serviços da Atenção Primária, com ausência de alimentação do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a ausência de alimentação do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica - SISAB, identificadas nas competências CNES abril, maio e junho de 2022, resolve:

Art. 1º Suspender na parcela agosto de 2022, a transferência de incentivos financeiros das equipes e serviços da Atenção Primária constantes nos Anexos I e II a esta portaria, com ausência de alimentação do Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica (SISAB) por três competências consecutivas.

Parágrafo único. As informações sobre suspensão de que trata essa Portaria estão disponibilizadas no endereço eletrônico do e-Gestor AB da Secretaria de Atenção Primária (SAPS) do Ministério da Saúde.

Art. 2º A partir da regularização das informações no SISAB, o custeio do incentivo financeiro é reestabelecido automaticamente.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO ANTÔNIO CARTAXO QUEIROGA LOPES

ANEXO I

EQUIPES (INE) COM AUSÊNCIA DE ALIMENTAÇÃO DO SISAB, SUSPENSAS NA PARCELA AGOSTO DE 2022

UF	IBGE	Município	INE	Tipo
BA	292740	SALVADOR	0001889869	Equipe Consultoria na Rua
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0001514431	Equipe Consultoria na Rua
RJ	330580	TERESÓPOLIS	0002217961	Equipe Consultoria na Rua
BA	291360	ILHÉUS	0001553984	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	291840	JUAZEIRO	0001690965	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	291920	LAURO DE FREITAS	0000201413	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	292740	SALVADOR	0000212377	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	292740	SALVADOR	0000212245	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	292740	SALVADOR	0001663011	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	292740	SALVADOR	0001691635	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	292740	SALVADOR	0000212229	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	292740	SALVADOR	0000212431	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	292740	SALVADOR	0000212342	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	293290	VALENÇA	0001578421	Equipe de Atenção Básica Prisional
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	0000220051	Equipe de Atenção Básica Prisional
DF	530010	BRASÍLIA	0001486799	Equipe de Atenção Básica Prisional
GO	520970	HIDROLÂNDIA	0001582402	Equipe de Atenção Básica Prisional
MA	211130	SÃO LUÍS	0001549014	Equipe de Atenção Básica Prisional
MA	211270	VARGEM GRANDE	0001539957	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	310670	BETIM	0002169010	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	313270	ITAMBACURI	0002233266	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	313330	ITAOBIM	0001664379	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	313440	ITURAMA	0001631365	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	313960	MANTENA	0001621459	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	315120	PIRAPORA	0002236923	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	316860	TEÓFILO OTONI	0001687441	Equipe de Atenção Básica Prisional
MG	317010	UBERABA	0000276111	Equipe de Atenção Básica Prisional
MS	500240	CAARAPÓ	0001565524	Equipe de Atenção Básica Prisional
MS	500270	CAMPO GRANDE	0002222205	Equipe de Atenção Básica Prisional
MS	500370	DOURADOS	0002227770	Equipe de Atenção Básica Prisional
MS	500630	PARANAÍBA	0001554395	Equipe de Atenção Básica Prisional
PA	150080	ANANINDEUA	0000222333	Equipe de Atenção Básica Prisional
PB	251450	SÃO JOSÉ DE PIRANHAS	0002234785	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	260120	ARCOVERDE	0002215004	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	260380	CAPOEIRAS	0001639609	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	260410	CARUARU	0002214970	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	260760	ILHA DE ITAMARACÁ	0002214873	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	260760	ILHA DE ITAMARACÁ	0002214857	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	260780	ITAQUITINGA	0002215047	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	260890	LIMOEIRO	0002214946	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	261110	PETROLINA	0002215039	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	261230	SALOÁ	0001661485	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0002214989	Equipe de Atenção Básica Prisional
PE	261470	TACAIMBÓ	0002214997	Equipe de Atenção Básica Prisional
PI	220700	OEIRAS	0001624947	Equipe de Atenção Básica Prisional
PI	221100	TERESINA	0001548743	Equipe de Atenção Básica Prisional
PI	221100	TERESINA	0001548751	Equipe de Atenção Básica Prisional
RS	430700	ERECHIM	0002218216	Equipe de Atenção Básica Prisional
RS	430700	ERECHIM	0001545256	Equipe de Atenção Básica Prisional
SC	420820	ITAJAÍ	0001574620	Equipe de Atenção Básica Prisional
SC	420820	ITAJAÍ	0001575074	Equipe de Atenção Básica Prisional
SC	420940	LAGUNA	0001570188	Equipe de Atenção Básica Prisional
SC	421930	VIDEIRA	0001684035	Equipe de Atenção Básica Prisional
TO	170610	CRISTALÂNDIA	0001580019	Equipe de Atenção Básica Prisional
TO	170700	DIANÓPOLIS	0001494155	Equipe de Atenção Básica Prisional
AC	120030	FEIJÓ	0001860062	Equipe de Saúde Bucal
AC	120040	RIO BRANCO	0001956558	Equipe de Saúde Bucal
AC	120040	RIO BRANCO	0001959026	Equipe de Saúde Bucal
AC	120040	RIO BRANCO	0001959263	Equipe de Saúde Bucal
AC	120040	RIO BRANCO	0002052199	Equipe de Saúde Bucal
AC	120040	RIO BRANCO	0002059711	Equipe de Saúde Bucal
AL	270360	JAPARATINGA	0002095483	Equipe de Saúde Bucal
AM	130050	BARREIRINHA	0001778870	Equipe de Saúde Bucal
AM	130080	BORBA	0001772384	Equipe de Saúde Bucal
AM	130230	JUTAÍ	0002107627	Equipe de Saúde Bucal
AM	130260	MANAUS	0001721631	Equipe de Saúde Bucal
AM	130260	MANAUS	0001722751	Equipe de Saúde Bucal
AM	130260	MANAUS	0001723642	Equipe de Saúde Bucal
AM	130260	MANAUS	0001724169	Equipe de Saúde Bucal

AM	130260	MANAUS	0001725904	Equipe de Saúde Bucal
AM	130260	MANAUS	0001726994	Equipe de Saúde Bucal
AM	130260	MANAUS	0001770993	Equipe de Saúde Bucal
AM	130280	MARAÃ	0002132168	Equipe de Saúde Bucal
AM	130380	SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA	0001863576	Equipe de Saúde Bucal
AP	160030	MACAPÁ	0002089793	Equipe de Saúde Bucal
AP	160030	MACAPÁ	0002094002	Equipe de Saúde Bucal
AP	160030	MACAPÁ	0002094355	Equipe de Saúde Bucal
AP	160030	MACAPÁ	0002129396	Equipe de Saúde Bucal
BA	290060	AIQUARA	0002094649	Equipe de Saúde Bucal
BA	290060	AIQUARA	0002140721	Equipe de Saúde Bucal
BA	290120	ANAGÉ	0001783289	Equipe de Saúde Bucal
BA	290250	BAIANÓPOLIS	0001854801	Equipe de Saúde Bucal
BA	290270	BARRA	0002162695	Equipe de Saúde Bucal
BA	290300	BARRA DO MENDES	0001890921	Equipe de Saúde Bucal
BA	290440	BREJOLÂNDIA	0001961632	Equipe de Saúde Bucal
BA	290570	CAMAÇARI	0002073544	Equipe de Saúde Bucal
BA	290590	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	0001836048	Equipe de Saúde Bucal
BA	290590	CAMPO ALEGRE DE LOURDES	0001836633	Equipe de Saúde Bucal
BA	290670	CÂNDIDO SALES	0001847627	Equipe de Saúde Bucal
BA	290685	CAPELA DO ALTO ALEGRE	0001819941	Equipe de Saúde Bucal
BA	290710	CARINHANHA	0002085399	Equipe de Saúde Bucal
BA	290940	COTEGIPE	0001956361	Equipe de Saúde Bucal
BA	291000	DÁRIO MEIRA	0001951203	Equipe de Saúde Bucal
BA	291000	DÁRIO MEIRA	0001952447	Equipe de Saúde Bucal
BA	291110	FORMOSA DO RIO PRETO	0001846299	Equipe de Saúde Bucal
BA	291120	GANDU	0002010984	Equipe de Saúde Bucal
BA	291190	IAÇU	0001761099	Equipe de Saúde Bucal
BA	291430	IRAMAIA	0001919032	Equipe de Saúde Bucal
BA	291465	ITABELA	0002058731	Equipe de Saúde Bucal
BA	291465	ITABELA	0002058766	Equipe de Saúde Bucal
BA	291480	ITABUNA	0001869108	Equipe de Saúde Bucal
BA	291560	ITAMARAJU	0002056283	Equipe de Saúde Bucal
BA	291670	ITAQUARA	0002121697	Equipe de Saúde Bucal
BA	291835	JOÃO DOURADO	0002034158	Equipe de Saúde Bucal
BA	291840	JUAZEIRO	0002078309	Equipe de Saúde Bucal
BA	291840	JUAZEIRO	0002078317	Equipe de Saúde Bucal
BA	291910	LAMARÃO	0001740202	Equipe de Saúde Bucal
BA	291955	LUÍS EDUARDO MAGALHÃES	0001872109	Equipe de Saúde Bucal
BA	291970	MACARANI	0002218836	Equipe de Saúde Bucal
BA	292150	MONTE SANTO	0001810618	Equipe de Saúde Bucal
BA	292170	MORRO DO CHAPÉU	0001905147	Equipe de Saúde Bucal
BA	292200	MUCURI	0001991043	Equipe de Saúde Bucal
BA	292200	MUCURI	0001991086	Equipe de Saúde Bucal
BA	292200	MUCURI	0001991221	Equipe de Saúde Bucal
BA	292210	MUNDO NOVO	0001787764	Equipe de Saúde Bucal
BA	292230	MURITIBA	0001884670	Equipe de Saúde Bucal
BA	292310	OLINDINA	0001875361	Equipe de Saúde Bucal
BA	292530	PORTO SEGURO	0002101831	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002060876	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002061104	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002065401	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002065851	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002066033	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002067811	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002067978	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002067994	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002068613	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002068958	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002069024	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002069318	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002069652	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002069830	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002069873	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002070081	Equipe de Saúde Bucal
BA	292740	SALVADOR	0002070235	Equipe de Saúde Bucal
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0001855956	Equipe de Saúde Bucal
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0002055880	Equipe de Saúde Bucal
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0002055899	Equipe de Saúde Bucal
BA	292810	SANTA MARIA DA VITÓRIA	0002128527	Equipe de Saúde Bucal
BA	292860	SANTO AMARO	0001917536	Equipe de Saúde Bucal
BA	292860	SANTO AMARO	0001917889	Equipe de Saúde Bucal
BA	292860	SANTO AMARO	0002104822	Equipe de Saúde Bucal
BA	292920	SÃO FRANCISCO DO CONDE	0001999915	Equipe de Saúde Bucal
BA	292920	SÃO FRANCISCO DO CONDE	0001999990	Equipe de Saúde Bucal
BA	292920	SÃO FRANCISCO DO CONDE	0002000393	Equipe de Saúde Bucal
BA	292920	SÃO FRANCISCO DO CONDE	0002000482	Equipe de Saúde Bucal
BA	292950	SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ	0002167085	Equipe de Saúde Bucal
BA	292970	SÁTIRO DIAS	0002012014	Equipe de Saúde Bucal
BA	293010	SENHOR DO BONFIM	0001835238	Equipe de Saúde Bucal
BA	293010	SENHOR DO BONFIM	0001835289	Equipe de Saúde Bucal
BA	293070	SIMÕES FILHO	0002053926	Equipe de Saúde Bucal
BA	293120	TAPEROÁ	0001999788	Equipe de Saúde Bucal
BA	293135	TEIXEIRA DE FREITAS	0001758594	Equipe de Saúde Bucal
BA	293135	TEIXEIRA DE FREITAS	0001760637	Equipe de Saúde Bucal
BA	293180	TREMEDAL	0001786342	Equipe de Saúde Bucal
BA	293290	VALENÇA	0001858130	Equipe de Saúde Bucal
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	0002038986	Equipe de Saúde Bucal
BA	293330	VITÓRIA DA CONQUISTA	0002041391	Equipe de Saúde Bucal
BA	293340	WAGNER	0002007037	Equipe de Saúde Bucal
BA	293340	WAGNER	0002007320	Equipe de Saúde Bucal
BA	293360	XIQUE-XIQUE	0001981625	Equipe de Saúde Bucal
CE	230030	ACOPIARA	0001931946	Equipe de Saúde Bucal
CE	230030	ACOPIARA	0001932780	Equipe de Saúde Bucal
CE	230060	ALTANEIRA	0001925474	Equipe de Saúde Bucal
CE	230100	AQUIRAZ	0001780085	Equipe de Saúde Bucal
CE	230110	ARACATI	0001992740	Equipe de Saúde Bucal
CE	230150	ARNEIROZ	0001985000	Equipe de Saúde Bucal
CE	230170	AURORA	0001873504	Equipe de Saúde Bucal
CE	230170	AURORA	0002114801	Equipe de Saúde Bucal
CE	230195	BARREIRA	0001870262	Equipe de Saúde Bucal
CE	230205	BARROQUINHA	0001848860	Equipe de Saúde Bucal
CE	230290	CAPISTRANO	0001984640	Equipe de Saúde Bucal
CE	230350	CASCAVEL	0001916238	Equipe de Saúde Bucal
CE	230410	CRATEÚS	0001837303	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001786555	Equipe de Saúde Bucal

CE	230440	FORTALEZA	0001794175	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001794396	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001798316	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001866656	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001868365	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001868691	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001869051	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001888692	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001902504	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001902660	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001903500	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001904329	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001904418	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001905635	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001906062	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001914626	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001916378	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001916602	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001916661	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001931520	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001931784	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001937545	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001938762	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001939017	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001940007	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001953141	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001953834	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0001953877	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0002115093	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0002180022	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0002212579	Equipe de Saúde Bucal
CE	230440	FORTALEZA	0002234505	Equipe de Saúde Bucal
CE	230450	FRECHEIRINHA	0001927183	Equipe de Saúde Bucal
CE	230535	ICAPUÍ	0002041138	Equipe de Saúde Bucal
CE	230540	ICÓ	0001886436	Equipe de Saúde Bucal
CE	230560	INDEPENDÊNCIA	0002024322	Equipe de Saúde Bucal
CE	230560	INDEPENDÊNCIA	0002024357	Equipe de Saúde Bucal
CE	230725	JIJOCA DE JERICOACOARA	0001817434	Equipe de Saúde Bucal
CE	230790	MARTINÓPOLE	0001884042	Equipe de Saúde Bucal
CE	230800	MASSAPÊ	0001800442	Equipe de Saúde Bucal
CE	230860	MONSENHOR TABOSA	0001894927	Equipe de Saúde Bucal
CE	230890	MORRINHOS	0001995278	Equipe de Saúde Bucal
CE	231140	QUIXERAMOBIM	0001925334	Equipe de Saúde Bucal
CE	231200	SANTANA DO ACARAÚ	0001817965	Equipe de Saúde Bucal
CE	231200	SANTANA DO ACARAÚ	0001818821	Equipe de Saúde Bucal
CE	231260	SÃO LUÍS DO CURU	0002091739	Equipe de Saúde Bucal
CE	231270	SENADOR POMPEU	0001801406	Equipe de Saúde Bucal
CE	231290	SOBRAL	0001855131	Equipe de Saúde Bucal
CE	231320	TAMBORIL	0001775774	Equipe de Saúde Bucal
CE	231350	TRAIRI	0001846035	Equipe de Saúde Bucal
CE	231355	TURURU	0001832239	Equipe de Saúde Bucal
DF	530010	BRASÍLIA	0001909444	Equipe de Saúde Bucal
DF	530010	BRASÍLIA	0001909746	Equipe de Saúde Bucal
DF	530010	BRASÍLIA	0001909797	Equipe de Saúde Bucal
DF	530010	BRASÍLIA	0001909940	Equipe de Saúde Bucal
DF	530010	BRASÍLIA	0001918281	Equipe de Saúde Bucal
DF	530010	BRASÍLIA	0002019000	Equipe de Saúde Bucal
DF	530010	BRASÍLIA	0002062690	Equipe de Saúde Bucal
ES	320013	ÁGUIA BRANCA	0001931016	Equipe de Saúde Bucal
ES	320060	ARACRUZ	0001847058	Equipe de Saúde Bucal
ES	320060	ARACRUZ	0001861069	Equipe de Saúde Bucal
ES	320120	CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM	0001725017	Equipe de Saúde Bucal
ES	320160	CONCEIÇÃO DA BARRA	0001972995	Equipe de Saúde Bucal
ES	320180	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	0001912909	Equipe de Saúde Bucal
ES	320180	DIVINO DE SÃO LOURENÇO	0001912941	Equipe de Saúde Bucal
ES	320230	GUAÇUÍ	0001968319	Equipe de Saúde Bucal
ES	320230	GUAÇUÍ	0001968440	Equipe de Saúde Bucal
ES	320230	GUAÇUÍ	0001968483	Equipe de Saúde Bucal
ES	320255	IBITIRAMA	0002034352	Equipe de Saúde Bucal
ES	320255	IBITIRAMA	0002034360	Equipe de Saúde Bucal
ES	320290	ITARANA	0002048620	Equipe de Saúde Bucal
ES	320313	JOÃO NEIVA	0001973657	Equipe de Saúde Bucal
ES	320320	LINHARES	0001787748	Equipe de Saúde Bucal
ES	320320	LINHARES	0001791702	Equipe de Saúde Bucal
ES	320320	LINHARES	0001814818	Equipe de Saúde Bucal
ES	320320	LINHARES	0001827332	Equipe de Saúde Bucal
ES	320320	LINHARES	0001827855	Equipe de Saúde Bucal
ES	320334	MARECHAL FLORIANO	0002058871	Equipe de Saúde Bucal
ES	320450	SANTA LEOPOLDINA	0002173913	Equipe de Saúde Bucal
ES	320455	SANTA MARIA DE JETIBÁ	0001814400	Equipe de Saúde Bucal
ES	320480	SÃO JOSÉ DO CALÇADO	0001730088	Equipe de Saúde Bucal
ES	320490	SÃO MATEUS	0001740148	Equipe de Saúde Bucal
ES	320500	SERRA	0002009803	Equipe de Saúde Bucal
ES	320500	SERRA	0002009854	Equipe de Saúde Bucal
ES	320520	VILA VELHA	0001816411	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001812041	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001825852	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001826050	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001827669	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001827901	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001879944	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001910744	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001932551	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0001983687	Equipe de Saúde Bucal
ES	320530	VITÓRIA	0002085860	Equipe de Saúde Bucal
GO	520010	ABADIÂNIA	0001749021	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001820796	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001821024	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001821067	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001822292	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001822470	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001822497	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001822500	Equipe de Saúde Bucal
GO	520110	ANÁPOLIS	0001822527	Equipe de Saúde Bucal
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152916	Equipe de Saúde Bucal
GO	520140	APARECIDA DE GOIÂNIA	0002152940	Equipe de Saúde Bucal

GO	520330	BELA VISTA DE GOIÁS	0001728083	Equipe de Saúde Bucal
GO	520355	BONFINÓPOLIS	0001732676	Equipe de Saúde Bucal
GO	520410	CACHOEIRA ALTA	0001763873	Equipe de Saúde Bucal
GO	520410	CACHOEIRA ALTA	0001767321	Equipe de Saúde Bucal
GO	520530	CAVALCANTE	0001893335	Equipe de Saúde Bucal
GO	520551	COCALZINHO DE GOIÁS	0001735047	Equipe de Saúde Bucal
GO	520830	DIVINÓPOLIS DE GOIÁS	0001987720	Equipe de Saúde Bucal
GO	520750	ESTRELA DO NORTE	0002113643	Equipe de Saúde Bucal
GO	520800	FORMOSA	0002060329	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002025760	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002025957	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002026856	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002034107	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002034212	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002034328	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002072432	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002072580	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074281	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074427	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074494	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074508	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074672	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002074893	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002080664	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002083094	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002084104	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002084422	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002084430	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002084457	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002085240	Equipe de Saúde Bucal
GO	520870	GOIÂNIA	0002085496	Equipe de Saúde Bucal
GO	520880	GOIANIRA	0001849743	Equipe de Saúde Bucal
GO	520960	HEITORAÍ	0001789724	Equipe de Saúde Bucal
GO	520990	IACIARA	0002026740	Equipe de Saúde Bucal
GO	521040	ITABERAÍ	0002021080	Equipe de Saúde Bucal
GO	521150	ITUMBIARA	0001903276	Equipe de Saúde Bucal
GO	521210	JOVIÂNIA	0001748939	Equipe de Saúde Bucal
GO	521230	LEOPOLDO DE BULHÕES	0001894668	Equipe de Saúde Bucal
GO	521550	OUVIDOR	0001995855	Equipe de Saúde Bucal
GO	521630	PARANAIGUARA	0002055260	Equipe de Saúde Bucal
GO	521940	SANTA RITA DO ARAGUAIA	0001898310	Equipe de Saúde Bucal
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002073846	Equipe de Saúde Bucal
GO	522045	SENADOR CANEDO	0002074273	Equipe de Saúde Bucal
GO	522050	SERRANÓPOLIS	0001966731	Equipe de Saúde Bucal
GO	522050	SERRANÓPOLIS	0001966855	Equipe de Saúde Bucal
GO	522119	TEREZÓPOLIS DE GOIÁS	0001809113	Equipe de Saúde Bucal
GO	522160	URUAÇU	0001857355	Equipe de Saúde Bucal
MA	210090	ARAIOSES	0001738526	Equipe de Saúde Bucal
MA	210220	BURITI	0002076365	Equipe de Saúde Bucal
MA	210230	BURITI BRAVO	0002136201	Equipe de Saúde Bucal
MA	210315	CENTRO DO GUILHERME	0002169738	Equipe de Saúde Bucal
MA	210405	ESTREITO	0002133814	Equipe de Saúde Bucal
MA	210405	ESTREITO	0002153149	Equipe de Saúde Bucal
MA	210470	GRAÇA ARANHA	0001751832	Equipe de Saúde Bucal
MA	210520	IGARAPÉ GRANDE	0001993542	Equipe de Saúde Bucal
MA	210800	PASTOS BONS	0001999516	Equipe de Saúde Bucal
MA	210890	POÇÃO DE PEDRAS	0001894080	Equipe de Saúde Bucal
MA	210927	PRESIDENTE SARNEY	0001752480	Equipe de Saúde Bucal
MA	211050	SÃO BENTO	0002180456	Equipe de Saúde Bucal
MA	211050	SÃO BENTO	0002180480	Equipe de Saúde Bucal
MA	211100	SÃO JOÃO BATISTA	0002165805	Equipe de Saúde Bucal
MA	211100	SÃO JOÃO BATISTA	0002165813	Equipe de Saúde Bucal
MA	211130	SÃO LUÍS	0002131471	Equipe de Saúde Bucal
MA	211130	SÃO LUÍS	0002165244	Equipe de Saúde Bucal
MA	211153	SÃO PEDRO DA ÁGUA BRANCA	0001811983	Equipe de Saúde Bucal
MA	211270	VARGEM GRANDE	0001736531	Equipe de Saúde Bucal
MG	310110	AIMORÉS	0001815555	Equipe de Saúde Bucal
MG	310160	ALFENAS	0002073269	Equipe de Saúde Bucal
MG	310170	ALMENARA	0001976656	Equipe de Saúde Bucal
MG	310170	ALMENARA	0001976699	Equipe de Saúde Bucal
MG	310170	ALMENARA	0001976729	Equipe de Saúde Bucal
MG	310170	ALMENARA	0001976761	Equipe de Saúde Bucal
MG	310170	ALMENARA	0001976796	Equipe de Saúde Bucal
MG	310230	ALVINÓPOLIS	0001811584	Equipe de Saúde Bucal
MG	310285	ANGELÂNDIA	0001816152	Equipe de Saúde Bucal
MG	310540	BARÃO DE COCAIS	0002065290	Equipe de Saúde Bucal
MG	310620	BELO HORIZONTE	0001761536	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001866850	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001867555	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001867571	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001867628	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001867660	Equipe de Saúde Bucal
MG	310670	BETIM	0001867717	Equipe de Saúde Bucal

MG	310670	BETIM	0001867806	Equipe de Saúde Bucal
MG	310730	BOCAIÚVA	0001922963	Equipe de Saúde Bucal
MG	310730	BOCAIÚVA	0001923609	Equipe de Saúde Bucal
MG	310820	BONFINÓPOLIS DE MINAS	0001921630	Equipe de Saúde Bucal
MG	310890	BRAZÓPOLIS	0002152274	Equipe de Saúde Bucal
MG	310940	BURITIZEIRO	0001951335	Equipe de Saúde Bucal
MG	310970	CACHOEIRA DE MINAS	0002070669	Equipe de Saúde Bucal
MG	311000	CAETÉ	0001800183	Equipe de Saúde Bucal
MG	311130	CAMPO DO MEIO	0001828061	Equipe de Saúde Bucal
MG	311130	CAMPO DO MEIO	0001828207	Equipe de Saúde Bucal
MG	311280	CAPITÓLIO	0002044773	Equipe de Saúde Bucal
MG	311300	CARAÍ	0001901451	Equipe de Saúde Bucal
MG	311420	CARMO DO CAJURU	0001968998	Equipe de Saúde Bucal
MG	311690	COMENDADOR GOMES	0002126338	Equipe de Saúde Bucal
MG	311860	CONTAGEM	0001765396	Equipe de Saúde Bucal
MG	311860	CONTAGEM	0001765582	Equipe de Saúde Bucal
MG	311860	CONTAGEM	0001765612	Equipe de Saúde Bucal
MG	311860	CONTAGEM	0001765671	Equipe de Saúde Bucal
MG	311860	CONTAGEM	0001766074	Equipe de Saúde Bucal
MG	311860	CONTAGEM	0001766155	Equipe de Saúde Bucal
MG	311870	COQUEIRAL	0001843486	Equipe de Saúde Bucal
MG	311870	COQUEIRAL	0001843540	Equipe de Saúde Bucal
MG	311950	CORONEL MURTA	0001975307	Equipe de Saúde Bucal
MG	312330	DORES DO TURVO	0002165139	Equipe de Saúde Bucal
MG	312510	EXTREMA	0001750720	Equipe de Saúde Bucal
MG	312610	FORMIGA	0001740458	Equipe de Saúde Bucal
MG	312630	FORTALEZA DE MINAS	0001959433	Equipe de Saúde Bucal
MG	312695	FREI LAGONEGRO	0001823531	Equipe de Saúde Bucal
MG	312710	FRUTAL	0001986937	Equipe de Saúde Bucal
MG	312710	FRUTAL	0001987615	Equipe de Saúde Bucal
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	0001773836	Equipe de Saúde Bucal
MG	312770	GOVERNADOR VALADARES	0001777270	Equipe de Saúde Bucal
MG	312980	IBIRITÉ	0001955896	Equipe de Saúde Bucal
MG	313090	INHAPIM	0001797905	Equipe de Saúde Bucal
MG	313130	IPATINGA	0001801341	Equipe de Saúde Bucal
MG	313130	IPATINGA	0001801430	Equipe de Saúde Bucal
MG	313130	IPATINGA	0001801465	Equipe de Saúde Bucal
MG	313130	IPATINGA	0001801481	Equipe de Saúde Bucal
MG	313130	IPATINGA	0001801724	Equipe de Saúde Bucal
MG	313130	IPATINGA	0001801767	Equipe de Saúde Bucal
MG	313130	IPATINGA	0001801910	Equipe de Saúde Bucal
MG	313170	ITABIRA	0001844962	Equipe de Saúde Bucal
MG	313270	ITAMBACURI	0001807072	Equipe de Saúde Bucal
MG	313330	ITAOBIM	0002014882	Equipe de Saúde Bucal
MG	313350	ITAPECERICA	0002124564	Equipe de Saúde Bucal
MG	313375	ITAÚ DE MINAS	0002007991	Equipe de Saúde Bucal
MG	313490	JACUTINGA	0002209810	Equipe de Saúde Bucal
MG	313490	JACUTINGA	0002209845	Equipe de Saúde Bucal
MG	313490	JACUTINGA	0002209861	Equipe de Saúde Bucal
MG	313520	JANUÁRIA	0002105152	Equipe de Saúde Bucal
MG	313695	JUVENÍLIA	0002060124	Equipe de Saúde Bucal
MG	313820	LAVRAS	0001881884	Equipe de Saúde Bucal
MG	313820	LAVRAS	0001882279	Equipe de Saúde Bucal
MG	313820	LAVRAS	0001882589	Equipe de Saúde Bucal
MG	313840	LEOPOLDINA	0002099349	Equipe de Saúde Bucal
MG	313940	MANHUAÇU	0001865382	Equipe de Saúde Bucal
MG	313970	MARAVILHAS	0001861131	Equipe de Saúde Bucal
MG	313970	MARAVILHAS	0002045109	Equipe de Saúde Bucal
MG	314000	MARIANA	0001765043	Equipe de Saúde Bucal
MG	314070	MATEUS LEME	0001768093	Equipe de Saúde Bucal
MG	314510	NOVA RESENDE	0002051389	Equipe de Saúde Bucal
MG	314675	PALMÓPOLIS	0001923366	Equipe de Saúde Bucal
MG	314860	PEÇANHA	0001809830	Equipe de Saúde Bucal
MG	314860	PEÇANHA	0001870963	Equipe de Saúde Bucal
MG	314930	PEDRO LEOPOLDO	0001781049	Equipe de Saúde Bucal
MG	315020	PIEDADE DE PONTE NOVA	0001943448	Equipe de Saúde Bucal
MG	315120	PIRAPORA	0002053667	Equipe de Saúde Bucal
MG	315210	PONTE NOVA	0002047128	Equipe de Saúde Bucal
MG	315210	PONTE NOVA	0002047144	Equipe de Saúde Bucal
MG	315210	PONTE NOVA	0002047195	Equipe de Saúde Bucal
MG	315210	PONTE NOVA	0002047209	Equipe de Saúde Bucal
MG	315210	PONTE NOVA	0002047217	Equipe de Saúde Bucal
MG	315210	PONTE NOVA	0002133792	Equipe de Saúde Bucal
MG	315460	RIBEIRÃO DAS NEVES	0001955543	Equipe de Saúde Bucal
MG	315570	RIO PIRACICABA	0001931180	Equipe de Saúde Bucal
MG	315700	SALINAS	0002236559	Equipe de Saúde Bucal
MG	315780	SANTA LUZIA	0002102765	Equipe de Saúde Bucal
MG	315780	SANTA LUZIA	0002102773	Equipe de Saúde Bucal
MG	316690	SERRANIA	0001805843	Equipe de Saúde Bucal
MG	316860	TEÓFILO OTONI	0002122065	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0001870572	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002091232	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002091259	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002092115	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095343	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095351	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095378	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095386	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095394	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095408	Equipe de Saúde Bucal
MG	316930	TRÊS CORAÇÕES	0002095416	Equipe de Saúde Bucal
MG	316990	UBÁ	0001876325	Equipe de Saúde Bucal
MG	316990	UBÁ	0001876368	Equipe de Saúde Bucal
MG	317010	UBERABA	0001830686	Equipe de Saúde Bucal
MG	317043	UNIÃO DE MINAS	0001929518	Equipe de Saúde Bucal
MG	317080	VÁRZEA DA PALMA	0002009552	Equipe de Saúde Bucal
MG	317120	VESPASIANO	0002099411	Equipe de Saúde Bucal
MG	317120	VESPASIANO	0002099462	Equipe de Saúde Bucal
MG	317120	VESPASIANO	0002099497	Equipe de Saúde Bucal
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001727664	Equipe de Saúde Bucal
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001731017	Equipe de Saúde Bucal
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001755218	Equipe de Saúde Bucal
MS	500270	CAMPO GRANDE	0001755307	Equipe de Saúde Bucal
MS	500270	CAMPO GRANDE	0002164620	Equipe de Saúde Bucal
MS	500295	CHAPADÃO DO SUL	0002235048	Equipe de Saúde Bucal
MS	500370	DOURADOS	0001909436	Equipe de Saúde Bucal

MS	500370	DOURADOS	0001909665	Equipe de Saúde Bucal
MS	500410	GUIA LOPES DA LAGUNA	0002134861	Equipe de Saúde Bucal
MS	500460	ITAQUIRAÍ	0002147653	Equipe de Saúde Bucal
MS	500490	JARAGUARI	0002144808	Equipe de Saúde Bucal
MS	500580	NIOAQUE	0001796011	Equipe de Saúde Bucal
MS	500630	PARANAÍBA	0001798154	Equipe de Saúde Bucal
MS	500780	SELVÍRIA	0001963996	Equipe de Saúde Bucal
MS	500780	SELVÍRIA	0001964011	Equipe de Saúde Bucal
MS	500770	SETE QUEDAS	0002021595	Equipe de Saúde Bucal
MT	510010	ACORIZAL	0001976265	Equipe de Saúde Bucal
MT	510025	ALTA FLORESTA	0001787705	Equipe de Saúde Bucal
MT	510125	ARAPUTANGA	0001765299	Equipe de Saúde Bucal
MT	510160	BARÃO DE MELGAÇO	0001949721	Equipe de Saúde Bucal
MT	510500	JAURU	0002042541	Equipe de Saúde Bucal
MT	510500	JAURU	0002042665	Equipe de Saúde Bucal
MT	510520	JUSCIMEIRA	0002054655	Equipe de Saúde Bucal
MT	510520	JUSCIMEIRA	0002054663	Equipe de Saúde Bucal
MT	510525	LUCAS DO RIO VERDE	0001850741	Equipe de Saúde Bucal
MT	510560	MATUPÁ	0002046369	Equipe de Saúde Bucal
MT	510621	NOVA CANAÃ DO NORTE	0001960571	Equipe de Saúde Bucal
MT	510637	PEDRA PRETA	0002137216	Equipe de Saúde Bucal
MT	510760	RONDONÓPOLIS	0001750674	Equipe de Saúde Bucal
MT	510760	RONDONÓPOLIS	0001888269	Equipe de Saúde Bucal
MT	510835	VALE DE SÃO DOMINGOS	0001890735	Equipe de Saúde Bucal
MT	510550	VILA BELA DA SANTÍSSIMA TRINDADE	0002130327	Equipe de Saúde Bucal
PA	150040	ALENQUER	0002076225	Equipe de Saúde Bucal
PA	150120	BAIÃO	0001964240	Equipe de Saúde Bucal
PA	150140	BELÉM	0001809792	Equipe de Saúde Bucal
PA	150140	BELÉM	0002057743	Equipe de Saúde Bucal
PA	150145	BELTERRA	0002050137	Equipe de Saúde Bucal
PA	150170	BRAGANÇA	0002165775	Equipe de Saúde Bucal
PA	150180	BREVES	0002094916	Equipe de Saúde Bucal
PA	150275	CONCÓRDIA DO PARÁ	0002113260	Equipe de Saúde Bucal
PA	150309	GOIANÉSIA DO PARÁ	0002100851	Equipe de Saúde Bucal
PA	150440	MARAPANIM	0002001799	Equipe de Saúde Bucal
PA	150480	MONTE ALEGRE	0001912224	Equipe de Saúde Bucal
PA	150480	MONTE ALEGRE	0001912356	Equipe de Saúde Bucal
PA	150480	MONTE ALEGRE	0001912410	Equipe de Saúde Bucal
PA	150520	OEIRAS DO PARÁ	0001753185	Equipe de Saúde Bucal
PA	150563	PIÇARRA	0002125757	Equipe de Saúde Bucal
PA	150580	PORTEL	0001927159	Equipe de Saúde Bucal
PA	150690	SANTARÉM NOVO	0002085925	Equipe de Saúde Bucal
PA	150690	SANTARÉM NOVO	0002085968	Equipe de Saúde Bucal
PA	150730	SÃO FÉLIX DO XINGU	0001720120	Equipe de Saúde Bucal
PA	150740	SÃO FRANCISCO DO PARÁ	0002168642	Equipe de Saúde Bucal
PA	150840	XINGUARA	0001967711	Equipe de Saúde Bucal
PB	250150	BANANEIRAS	0001791923	Equipe de Saúde Bucal
PB	250180	BAYEUX	0001885294	Equipe de Saúde Bucal
PB	250180	BAYEUX	0001885316	Equipe de Saúde Bucal
PB	250400	CAMPINA GRANDE	0002051028	Equipe de Saúde Bucal
PB	250400	CAMPINA GRANDE	0002090880	Equipe de Saúde Bucal
PB	250400	CAMPINA GRANDE	0002112108	Equipe de Saúde Bucal
PB	250400	CAMPINA GRANDE	0002112272	Equipe de Saúde Bucal
PB	250400	CAMPINA GRANDE	0002112299	Equipe de Saúde Bucal
PB	250480	COREMAS	0002143259	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001737147	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001771353	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001790374	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001790544	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001791133	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001802593	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001803212	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001804332	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001804936	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001808397	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0001808761	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0002108313	Equipe de Saúde Bucal
PB	250750	JOÃO PESSOA	0002178567	Equipe de Saúde Bucal
PB	251080	PATOS	0001841483	Equipe de Saúde Bucal
PB	251080	PATOS	0001842668	Equipe de Saúde Bucal
PB	251080	PATOS	0001843028	Equipe de Saúde Bucal
PB	251280	RIACHO DOS CAVALOS	0002054892	Equipe de Saúde Bucal
PB	251370	SANTA RITA	0001769170	Equipe de Saúde Bucal
PB	251370	SANTA RITA	0001769677	Equipe de Saúde Bucal
PB	251370	SANTA RITA	0001770020	Equipe de Saúde Bucal
PB	251370	SANTA RITA	0001770330	Equipe de Saúde Bucal
PB	251370	SANTA RITA	0001770349	Equipe de Saúde Bucal
PB	251370	SANTA RITA	0001770705	Equipe de Saúde Bucal
PB	251370	SANTA RITA	0001770721	Equipe de Saúde Bucal
PB	251370	SANTA RITA	0001770802	Equipe de Saúde Bucal
PB	251370	SANTA RITA	0001770861	Equipe de Saúde Bucal
PB	251520	SÃO SEBASTIÃO DO UMBUZEIRO	0002113325	Equipe de Saúde Bucal
PE	260110	ARARIPINA	0001988972	Equipe de Saúde Bucal
PE	260110	ARARIPINA	0001990039	Equipe de Saúde Bucal
PE	260110	ARARIPINA	0001990128	Equipe de Saúde Bucal
PE	260110	ARARIPINA	0001990306	Equipe de Saúde Bucal
PE	260280	BUÍQUE	0001833014	Equipe de Saúde Bucal
PE	260410	CARUARU	0001777807	Equipe de Saúde Bucal
PE	260410	CARUARU	0001800922	Equipe de Saúde Bucal
PE	260430	CEDRO	0001977156	Equipe de Saúde Bucal
PE	260450	CHÃ GRANDE	0002057581	Equipe de Saúde Bucal
PE	260460	CONDADO	0002002132	Equipe de Saúde Bucal
PE	260460	CONDADO	0002002205	Equipe de Saúde Bucal
PE	260560	FLORES	0001789554	Equipe de Saúde Bucal
PE	260650	IATI	0001771671	Equipe de Saúde Bucal
PE	260660	IBIMIRIM	0001920553	Equipe de Saúde Bucal
PE	260660	IBIMIRIM	0001920588	Equipe de Saúde Bucal
PE	260680	IGARASSU	0002019264	Equipe de Saúde Bucal
PE	260700	INAJÁ	0001751891	Equipe de Saúde Bucal
PE	260720	IPOJUCA	0002040042	Equipe de Saúde Bucal
PE	260775	ITAPISSUMA	0001928783	Equipe de Saúde Bucal
PE	260820	JOAQUIM NABUCO	0002023652	Equipe de Saúde Bucal
PE	260820	JOAQUIM NABUCO	0002023679	Equipe de Saúde Bucal
PE	260820	JOAQUIM NABUCO	0002023687	Equipe de Saúde Bucal
PE	260820	JOAQUIM NABUCO	0002023709	Equipe de Saúde Bucal
PE	260840	JUREMA	0001735896	Equipe de Saúde Bucal

PE	260875	LAGOA GRANDE	0001816500	Equipe de Saúde Bucal
PE	261050	PASSIRA	0002022702	Equipe de Saúde Bucal
PE	261050	PASSIRA	0002166356	Equipe de Saúde Bucal
PE	261110	PETROLINA	0001880349	Equipe de Saúde Bucal
PE	261250	SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE	0001897802	Equipe de Saúde Bucal
PE	261520	TERRA NOVA	0001854658	Equipe de Saúde Bucal
PE	261620	VERTENTES	0001962698	Equipe de Saúde Bucal
PE	261640	VITÓRIA DE SANTO ANTÃO	0001769901	Equipe de Saúde Bucal
PI	220040	ALTOS	0001893920	Equipe de Saúde Bucal
PI	220040	ALTOS	0001893998	Equipe de Saúde Bucal
PI	220130	BARREIRAS DO PIAUÍ	0002058707	Equipe de Saúde Bucal
PI	220170	BERTOLÍNIA	0001739719	Equipe de Saúde Bucal
PI	220211	CAMPO ALEGRE DO FIDALGO	0001889966	Equipe de Saúde Bucal
PI	220290	CORRENTE	0002058634	Equipe de Saúde Bucal
PI	220730	PAES LANDIM	0001974424	Equipe de Saúde Bucal
PI	220793	PEDRO LAURENTINO	0001992090	Equipe de Saúde Bucal
PI	220850	PORTO	0001892800	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001908138	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001914251	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001950274	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001955268	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001978047	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001979590	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001989944	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001990020	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0001997505	Equipe de Saúde Bucal
PI	221100	TERESINA	0002152347	Equipe de Saúde Bucal
PI	221110	UNIÃO	0001975196	Equipe de Saúde Bucal
PR	410010	ABATIÁ	0002035170	Equipe de Saúde Bucal
PR	410045	ALTAMIRA DO PARANÁ	0001799738	Equipe de Saúde Bucal
PR	410050	ALTÔNIA	0002015951	Equipe de Saúde Bucal
PR	410110	ANDIRÁ	0002077450	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002099071	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002099446	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002099519	Equipe de Saúde Bucal
PR	410140	APUCARANA	0002100193	Equipe de Saúde Bucal
PR	410210	ASTORGA	0001818945	Equipe de Saúde Bucal
PR	410240	BANDEIRANTES	0002072289	Equipe de Saúde Bucal
PR	410240	BANDEIRANTES	0002072297	Equipe de Saúde Bucal
PR	410240	BANDEIRANTES	0002072319	Equipe de Saúde Bucal
PR	410240	BANDEIRANTES	0002072327	Equipe de Saúde Bucal
PR	410310	BOCAIÚVA DO SUL	0001830333	Equipe de Saúde Bucal
PR	410360	CAMBARÁ	0001805541	Equipe de Saúde Bucal
PR	410390	CAMPINA DA LAGOA	0001782460	Equipe de Saúde Bucal
PR	410390	CAMPINA DA LAGOA	0001783386	Equipe de Saúde Bucal
PR	410400	CAMPINA GRANDE DO SUL	0002113465	Equipe de Saúde Bucal
PR	410405	CAMPO BONITO	0001783076	Equipe de Saúde Bucal
PR	410640	CORNÉLIO PROCÓPIO	0001724932	Equipe de Saúde Bucal
PR	410640	CORNÉLIO PROCÓPIO	0001725424	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001781669	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001846981	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001886800	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001887203	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001891154	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001891162	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001891413	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001911546	Equipe de Saúde Bucal
PR	410690	CURITIBA	0001933256	Equipe de Saúde Bucal
PR	412863	DOUTOR ULYSSES	0001991183	Equipe de Saúde Bucal
PR	412863	DOUTOR ULYSSES	0001991396	Equipe de Saúde Bucal
PR	410760	FAXINAL	0002039311	Equipe de Saúde Bucal
PR	410820	FORMOSA DO OESTE	0001825860	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002025531	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002209551	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002209594	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002209608	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002209616	Equipe de Saúde Bucal
PR	410830	FOZ DO IGUAÇU	0002220709	Equipe de Saúde Bucal
PR	410840	FRANCISCO BELTRÃO	0001818201	Equipe de Saúde Bucal
PR	410860	GOIOERÊ	0001957007	Equipe de Saúde Bucal
PR	410940	GUARAPUAVA	0002040484	Equipe de Saúde Bucal
PR	410975	IBEMA	0001738151	Equipe de Saúde Bucal
PR	410980	IBIPORÃ	0001805312	Equipe de Saúde Bucal
PR	410990	ICARAÍMA	0001805991	Equipe de Saúde Bucal
PR	410990	ICARAÍMA	0001815490	Equipe de Saúde Bucal
PR	411007	IMBAÚ	0001889982	Equipe de Saúde Bucal
PR	411070	IRATI	0002097605	Equipe de Saúde Bucal
PR	411120	ITAPEJARA D'OESTE	0001811932	Equipe de Saúde Bucal
PR	411125	ITAPERUÇU	0001858602	Equipe de Saúde Bucal
PR	411220	JANIÓPOLIS	0001951750	Equipe de Saúde Bucal
PR	411240	JAPURÁ	0001805436	Equipe de Saúde Bucal
PR	411260	JARDIM OLINDA	0002067137	Equipe de Saúde Bucal
PR	411280	JOAQUIM TÁVORA	0001754645	Equipe de Saúde Bucal
PR	411360	LOBATO	0002032813	Equipe de Saúde Bucal
PR	411370	LONDRINA	0001750011	Equipe de Saúde Bucal
PR	411370	LONDRINA	0001750054	Equipe de Saúde Bucal
PR	411490	MARILÂNDIA DO SUL	0002027461	Equipe de Saúde Bucal
PR	411500	MARILENA	0002057654	Equipe de Saúde Bucal
PR	411520	MARINGÁ	0001841432	Equipe de Saúde Bucal
PR	411560	MATELÂNDIA	0002061147	Equipe de Saúde Bucal
PR	411650	NOVA ALIANÇA DO IVAÍ	0002136120	Equipe de Saúde Bucal
PR	411710	NOVA LONDRINA	0002057964	Equipe de Saúde Bucal
PR	411721	NOVA SANTA BÁRBARA	0002100819	Equipe de Saúde Bucal
PR	411730	ORTIGUEIRA	0002193035	Equipe de Saúde Bucal
PR	411770	PALMEIRA	0001891472	Equipe de Saúde Bucal
PR	411780	PALMITAL	0001749463	Equipe de Saúde Bucal
PR	411840	PARANAVAÍ	0002225379	Equipe de Saúde Bucal
PR	411890	PÉROLA	0001924710	Equipe de Saúde Bucal
PR	411900	PÉROLA D'OESTE	0001981919	Equipe de Saúde Bucal
PR	411915	PINHAIS	0002176599	Equipe de Saúde Bucal
PR	411940	PIRAÍ DO SUL	0002030683	Equipe de Saúde Bucal
PR	411950	PIRAQUARA	0001859897	Equipe de Saúde Bucal
PR	411960	PITANGA	0001866133	Equipe de Saúde Bucal
PR	411995	PONTAL DO PARANÁ	0002109387	Equipe de Saúde Bucal
PR	412000	PORECATU	0001796496	Equipe de Saúde Bucal
PR	412050	PRIMEIRO DE MAIO	0001797808	Equipe de Saúde Bucal

PR	412080	QUATRO BARRAS	0002079941	Equipe de Saúde Bucal
PR	412125	RAMILÂNDIA	0001795325	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001817191	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001817485	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001817663	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001817876	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001818600	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001818767	Equipe de Saúde Bucal
PR	412170	RESERVA	0001818880	Equipe de Saúde Bucal
PR	412180	RIBEIRÃO CLARO	0002069466	Equipe de Saúde Bucal
PR	412395	SANTA MÔNICA	0002021269	Equipe de Saúde Bucal
PR	412410	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	0002034344	Equipe de Saúde Bucal
PR	412500	SÃO JOÃO DO IVAÍ	0001874365	Equipe de Saúde Bucal
PR	412500	SÃO JOÃO DO IVAÍ	0001874438	Equipe de Saúde Bucal
PR	412575	SÃO PEDRO DO IGUAÇU	0001803204	Equipe de Saúde Bucal
PR	412710	TELÊMACO BORBA	0001865749	Equipe de Saúde Bucal
PR	412760	TIJUCAS DO SUL	0001724215	Equipe de Saúde Bucal
PR	412800	UBIRATÃ	0001975331	Equipe de Saúde Bucal
PR	412800	UBIRATÃ	0001975374	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114283	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114305	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114372	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114437	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114461	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114518	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114593	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330010	ANGRA DOS REIS	0002114607	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330022	AREAL	0002005425	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330200	ITAGUAÍ	0001959352	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330230	LAJE DO MURIAÉ	0002169916	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330230	LAJE DO MURIAÉ	0002169932	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330320	NILÓPOLIS	0002043181	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330320	NILÓPOLIS	0002043211	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330320	NILÓPOLIS	0002043246	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001966332	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001966375	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001969455	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001969560	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001969773	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001969900	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001969927	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330330	NITERÓI	0001970143	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330360	PARACAMBI	0001980815	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330370	PARAÍBA DO SUL	0001779699	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330380	PARATY	0002111403	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330380	PARATY	0002111837	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330380	PARATY	0002111845	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330380	PARATY	0002111861	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330455	RIO DE JANEIRO	0001865137	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330490	SÃO GONÇALO	0001998935	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330510	SÃO JOÃO DE MERITI	0001725602	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330515	SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO	0002110717	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330520	SÃO PEDRO DA ALDEIA	0002058014	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330580	TERESÓPOLIS	0002156644	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330590	TRAJANO DE MORAES	0002042940	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330630	VOLTA REDONDA	0001814141	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330630	VOLTA REDONDA	0001814257	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330630	VOLTA REDONDA	0001816640	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330630	VOLTA REDONDA	0001816896	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330630	VOLTA REDONDA	0001817426	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330630	VOLTA REDONDA	0001817590	Equipe de Saúde Bucal
RJ	330630	VOLTA REDONDA	0001820850	Equipe de Saúde Bucal
RN	240580	JOÃO CÂMARA	0002014793	Equipe de Saúde Bucal
RN	240580	JOÃO CÂMARA	0002014912	Equipe de Saúde Bucal
RN	240580	JOÃO CÂMARA	0002014947	Equipe de Saúde Bucal
RN	240670	LAJES	0001848674	Equipe de Saúde Bucal
RN	240670	LAJES	0001850466	Equipe de Saúde Bucal
RN	240800	MOSSORÓ	0002051206	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001961144	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001961594	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001988360	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001993682	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001993771	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001993844	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001994425	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001994441	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001994662	Equipe de Saúde Bucal
RN	240810	NATAL	0001994670	Equipe de Saúde Bucal
RN	240830	NOVA CRUZ	0001963902	Equipe de Saúde Bucal
RN	240325	PARNAMIRIM	0002100908	Equipe de Saúde Bucal
RN	240325	PARNAMIRIM	0002100967	Equipe de Saúde Bucal
RN	240325	PARNAMIRIM	0002102935	Equipe de Saúde Bucal
RN	240325	PARNAMIRIM	0002102978	Equipe de Saúde Bucal
RN	241120	SANTA CRUZ	0001813986	Equipe de Saúde Bucal
RN	241120	SANTA CRUZ	0001824813	Equipe de Saúde Bucal
RN	241120	SANTA CRUZ	0001825127	Equipe de Saúde Bucal
RN	241140	SANTANA DO MATOS	0002145308	Equipe de Saúde Bucal
RO	110002	ARIQUEMES	0001857991	Equipe de Saúde Bucal
RO	110002	ARIQUEMES	0001858572	Equipe de Saúde Bucal
RO	110045	BURITIS	0002206706	Equipe de Saúde Bucal

RO	110060	CACAULÂNDIA	0002156865	Equipe de Saúde Bucal
RO	110004	CACOAL	0001884026	Equipe de Saúde Bucal
RO	110080	CANDEIAS DO JAMARI	0002035111	Equipe de Saúde Bucal
RO	110090	CASTANHEIRAS	0001949136	Equipe de Saúde Bucal
RO	110090	CASTANHEIRAS	0001949764	Equipe de Saúde Bucal
RO	110008	COSTA MARQUES	0001892347	Equipe de Saúde Bucal
RO	110010	GUAJARÁ-MIRIM	0001852590	Equipe de Saúde Bucal
RO	110010	GUAJARÁ-MIRIM	0001852701	Equipe de Saúde Bucal
RO	110020	PORTO VELHO	0001889095	Equipe de Saúde Bucal
RO	110020	PORTO VELHO	0001889273	Equipe de Saúde Bucal
RO	110020	PORTO VELHO	0001889788	Equipe de Saúde Bucal
RO	110020	PORTO VELHO	0001996835	Equipe de Saúde Bucal
RO	110020	PORTO VELHO	0001997793	Equipe de Saúde Bucal
RO	110020	PORTO VELHO	0002005352	Equipe de Saúde Bucal
RO	110025	PRESIDENTE MÉDICI	0001986627	Equipe de Saúde Bucal
RO	110032	SÃO MIGUEL DO GUAPORÉ	0001723170	Equipe de Saúde Bucal
RO	110150	SERINGUEIRAS	0001856529	Equipe de Saúde Bucal
RR	140020	CARACARAÍ	0001748955	Equipe de Saúde Bucal
RS	430030	ALECRIM	0001958011	Equipe de Saúde Bucal
RS	430130	ARROIO GRANDE	0001969188	Equipe de Saúde Bucal
RS	430355	CAMARGO	0002033313	Equipe de Saúde Bucal
RS	430450	CANGUÇU	0001746189	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001847961	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848038	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848062	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848267	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848380	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848682	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848747	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848801	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848887	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001848909	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001849220	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001849263	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001849379	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001849417	Equipe de Saúde Bucal
RS	430460	CANOAS	0001849433	Equipe de Saúde Bucal
RS	430471	CARAÁ	0002142791	Equipe de Saúde Bucal
RS	430535	CHARQUEADAS	0002052628	Equipe de Saúde Bucal
RS	430550	CIRÍACO	0001999745	Equipe de Saúde Bucal
RS	430550	CIRÍACO	0001999745	Equipe de Saúde Bucal
RS	430630	DAVID CANABARRO	0001978292	Equipe de Saúde Bucal
RS	430630	DAVID CANABARRO	0001978314	Equipe de Saúde Bucal
RS	430705	ERNESTINA	0001754939	Equipe de Saúde Bucal
RS	430830	FONTOURA XAVIER	0002130769	Equipe de Saúde Bucal
RS	430910	GRAMADO	0002020653	Equipe de Saúde Bucal
RS	430710	HERVAL	0002030659	Equipe de Saúde Bucal
RS	431065	ITATI	0002110318	Equipe de Saúde Bucal
RS	431070	ITATIBA DO SUL	0001915541	Equipe de Saúde Bucal
RS	431075	IVORÁ	0002130440	Equipe de Saúde Bucal
RS	431120	JÚLIO DE CASTILHOS	0002108836	Equipe de Saúde Bucal
RS	431162	LINDOLFO COLLOR	0002098857	Equipe de Saúde Bucal
RS	431180	MARAU	0001798928	Equipe de Saúde Bucal
RS	431390	PANAMBI	0002031736	Equipe de Saúde Bucal
RS	431410	PASSO FUNDO	0002195860	Equipe de Saúde Bucal
RS	431410	PASSO FUNDO	0002196026	Equipe de Saúde Bucal
RS	431410	PASSO FUNDO	0002196085	Equipe de Saúde Bucal
RS	431450	PINHEIRO MACHADO	0001976397	Equipe de Saúde Bucal
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002013371	Equipe de Saúde Bucal
RS	431490	PORTO ALEGRE	0002020106	Equipe de Saúde Bucal
RS	431575	RIOZINHO	0002117282	Equipe de Saúde Bucal
RS	431640	ROSÁRIO DO SUL	0001860089	Equipe de Saúde Bucal
RS	431640	ROSÁRIO DO SUL	0001860259	Equipe de Saúde Bucal
RS	431645	SALTO DO JACUÍ	0002005883	Equipe de Saúde Bucal
RS	431673	SANTA CECÍLIA DO SUL	0002058995	Equipe de Saúde Bucal
RS	431695	SANTA MARIA DO HERVAL	0001813390	Equipe de Saúde Bucal
RS	431730	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0002086425	Equipe de Saúde Bucal
RS	431730	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0002086425	Equipe de Saúde Bucal
RS	431730	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0002086433	Equipe de Saúde Bucal
RS	431730	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0002086433	Equipe de Saúde Bucal
RS	431730	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0002086441	Equipe de Saúde Bucal
RS	431730	SANTA VITÓRIA DO PALMAR	0002086441	Equipe de Saúde Bucal
RS	431740	SANTIAGO	0001967800	Equipe de Saúde Bucal
RS	431795	SANTO EXPEDITO DO SUL	0002125641	Equipe de Saúde Bucal
RS	431800	SÃO BORJA	0001825984	Equipe de Saúde Bucal
RS	431848	SÃO JOSÉ DO HORTÊNCIO	0002114151	Equipe de Saúde Bucal
RS	431850	SÃO JOSÉ DO NORTE	0001729918	Equipe de Saúde Bucal
RS	431850	SÃO JOSÉ DO NORTE	0001729942	Equipe de Saúde Bucal
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	0001795384	Equipe de Saúde Bucal
RS	431870	SÃO LEOPOLDO	0001796364	Equipe de Saúde Bucal
RS	431890	SÃO LUIZ GONZAGA	0002004771	Equipe de Saúde Bucal
RS	431890	SÃO LUIZ GONZAGA	0002004852	Equipe de Saúde Bucal
RS	431890	SÃO LUIZ GONZAGA	0002004933	Equipe de Saúde Bucal
RS	431912	SÃO MARTINHO DA SERRA	0002136163	Equipe de Saúde Bucal
RS	431950	SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ	0002200872	Equipe de Saúde Bucal
RS	431980	SÃO VICENTE DO SUL	0001954903	Equipe de Saúde Bucal
RS	432020	SEBERI	0002029065	Equipe de Saúde Bucal
RS	432040	SERAFINA CORRÊA	0002010550	Equipe de Saúde Bucal
RS	432067	SINIMBU	0001882341	Equipe de Saúde Bucal
RS	432070	SOBRADINHO	0001756427	Equipe de Saúde Bucal
RS	432090	TAPEJARA	0001735195	Equipe de Saúde Bucal
RS	432090	TAPEJARA	0001735977	Equipe de Saúde Bucal
RS	432160	TRAMANDAÍ	0002029855	Equipe de Saúde Bucal
RS	432160	TRAMANDAÍ	0002029871	Equipe de Saúde Bucal
RS	432180	TRÊS DE MAIO	0002044854	Equipe de Saúde Bucal
SC	420020	AGROLÂNDIA	0001842404	Equipe de Saúde Bucal
SC	420130	ARAQUARI	0002128772	Equipe de Saúde Bucal
SC	420130	ARAQUARI	0002128780	Equipe de Saúde Bucal
SC	420213	BELA VISTA DO TOLDO	0002061589	Equipe de Saúde Bucal
SC	420290	BRUSQUE	0001743155	Equipe de Saúde Bucal
SC	420315	CALMON	0001964178	Equipe de Saúde Bucal
SC	420380	CANOINHAS	0002135892	Equipe de Saúde Bucal
SC	420390	CAPINZAL	0002084570	Equipe de Saúde Bucal
SC	420390	CAPINZAL	0002084600	Equipe de Saúde Bucal
SC	420415	CELSO RAMOS	0001997068	Equipe de Saúde Bucal
SC	420420	CHAPECÓ	0002083582	Equipe de Saúde Bucal

SC	420460	CRICIÚMA	0002136074	Equipe de Saúde Bucal
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002022427	Equipe de Saúde Bucal
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002022494	Equipe de Saúde Bucal
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002028018	Equipe de Saúde Bucal
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002189186	Equipe de Saúde Bucal
SC	420540	FLORIANÓPOLIS	0002189208	Equipe de Saúde Bucal
SC	420600	GOVERNADOR CELSO RAMOS	0001767739	Equipe de Saúde Bucal
SC	420700	IÇARA	0001803387	Equipe de Saúde Bucal
SC	420730	IMBITUBA	0001730797	Equipe de Saúde Bucal
SC	420740	IMBUIA	0002011166	Equipe de Saúde Bucal
SC	420780	IRANI	0001875787	Equipe de Saúde Bucal
SC	420820	ITAJAÍ	0001924966	Equipe de Saúde Bucal
SC	420820	ITAJAÍ	0001952293	Equipe de Saúde Bucal
SC	420820	ITAJAÍ	0001953168	Equipe de Saúde Bucal
SC	420820	ITAJAÍ	0001954490	Equipe de Saúde Bucal
SC	420890	JARAGUÁ DO SUL	0001928848	Equipe de Saúde Bucal
SC	420910	JOINVILLE	0002154382	Equipe de Saúde Bucal
SC	420910	JOINVILLE	0002154382	Equipe de Saúde Bucal
SC	420930	LAGES	0002090511	Equipe de Saúde Bucal
SC	421080	MELEIRO	0002044153	Equipe de Saúde Bucal
SC	421085	MIRIM DOCE	0001706578	Equipe de Saúde Bucal
SC	421170	ORLEANS	0001825747	Equipe de Saúde Bucal
SC	421190	PALHOÇA	0002081261	Equipe de Saúde Bucal
SC	421250	PENHA	0002180154	Equipe de Saúde Bucal
SC	421265	PESCARIA BRAVA	0002056917	Equipe de Saúde Bucal
SC	421265	PESCARIA BRAVA	0002056933	Equipe de Saúde Bucal
SC	421335	PONTE ALTA DO NORTE	0002053721	Equipe de Saúde Bucal
SC	421370	POUSO REDONDO	0002056631	Equipe de Saúde Bucal
SC	421650	SÃO JOAQUIM	0002086166	Equipe de Saúde Bucal
SC	421660	SÃO JOSÉ	0002143003	Equipe de Saúde Bucal
SC	421680	SÃO JOSÉ DO CERRITO	0002109859	Equipe de Saúde Bucal
SC	421800	TIJUCAS	0001866257	Equipe de Saúde Bucal
SC	421870	TUBARÃO	0001767097	Equipe de Saúde Bucal
SC	421870	TUBARÃO	0001801929	Equipe de Saúde Bucal
SC	421880	TURVO	0001739557	Equipe de Saúde Bucal
SC	421960	XAVANTINA	0001743449	Equipe de Saúde Bucal
SE	280020	AQUIDABÃ	0002081490	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002011492	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002013967	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002029618	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002041979	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002116618	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002116782	Equipe de Saúde Bucal
SE	280030	ARACAJU	0002116871	Equipe de Saúde Bucal
SE	280050	AREIA BRANCA	0002106779	Equipe de Saúde Bucal
SE	280390	MALHADOR	0001980742	Equipe de Saúde Bucal
SE	280570	PROPRIÁ	0001977776	Equipe de Saúde Bucal
SE	280670	SÃO CRISTÓVÃO	0001798413	Equipe de Saúde Bucal
SE	280750	TOMAR DO GERU	0001810405	Equipe de Saúde Bucal
SE	280750	TOMAR DO GERU	0001810480	Equipe de Saúde Bucal
SP	350130	ÁLVARES MACHADO	0001981331	Equipe de Saúde Bucal
SP	350190	AMPARO	0001891634	Equipe de Saúde Bucal
SP	350190	AMPARO	0002017040	Equipe de Saúde Bucal
SP	350190	AMPARO	0002017067	Equipe de Saúde Bucal
SP	350190	AMPARO	0002017105	Equipe de Saúde Bucal
SP	350190	AMPARO	0002021102	Equipe de Saúde Bucal
SP	350190	AMPARO	0002040417	Equipe de Saúde Bucal
SP	350190	AMPARO	0002045117	Equipe de Saúde Bucal
SP	350210	ANDRADINA	0001818244	Equipe de Saúde Bucal
SP	350210	ANDRADINA	0001819119	Equipe de Saúde Bucal
SP	350270	APIAÍ	0001888935	Equipe de Saúde Bucal
SP	350315	ARAPEÍ	0002124165	Equipe de Saúde Bucal
SP	350360	AREIÓPOLIS	0002028638	Equipe de Saúde Bucal
SP	350360	AREIÓPOLIS	0002028646	Equipe de Saúde Bucal
SP	350450	AVARÉ	0002066505	Equipe de Saúde Bucal
SP	350810	BURITAMA	0002053055	Equipe de Saúde Bucal
SP	350925	CAJATI	0002049880	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001917838	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001918001	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001918044	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001918052	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001918079	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001918095	Equipe de Saúde Bucal
SP	350940	CAJURU	0001918125	Equipe de Saúde Bucal
SP	350950	CAMPINAS	0001833553	Equipe de Saúde Bucal
SP	350950	CAMPINAS	0002027755	Equipe de Saúde Bucal
SP	350990	CANANÉIA	0001811886	Equipe de Saúde Bucal
SP	351010	CÂNDIDO RODRIGUES	0002094703	Equipe de Saúde Bucal
SP	351140	CERQUEIRA CÉSAR	0002111675	Equipe de Saúde Bucal
SP	351340	CRUZEIRO	0002056593	Equipe de Saúde Bucal
SP	351350	CUBATÃO	0001961608	Equipe de Saúde Bucal
SP	351350	CUBATÃO	0001961888	Equipe de Saúde Bucal
SP	351350	CUBATÃO	0001961934	Equipe de Saúde Bucal
SP	351350	CUBATÃO	0001961950	Equipe de Saúde Bucal
SP	351350	CUBATÃO	0001961993	Equipe de Saúde Bucal
SP	351370	DESCALVADO	0001984101	Equipe de Saúde Bucal
SP	351370	DESCALVADO	0001984225	Equipe de Saúde Bucal
SP	351380	DIADEMA	0001948687	Equipe de Saúde Bucal
SP	351380	DIADEMA	0001949330	Equipe de Saúde Bucal
SP	351470	ECHAPORÃ	0002103095	Equipe de Saúde Bucal
SP	351495	EMBAÚBA	0001913964	Equipe de Saúde Bucal
SP	351510	EMBU-GUAÇU	0001954334	Equipe de Saúde Bucal
SP	351515	ENGENHEIRO COELHO	0001980297	Equipe de Saúde Bucal
SP	351535	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	0001736817	Equipe de Saúde Bucal
SP	351535	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	0001736841	Equipe de Saúde Bucal
SP	351630	FRANCISCO MORATO	0002118556	Equipe de Saúde Bucal
SP	351710	GLICÉRIO	0001939424	Equipe de Saúde Bucal
SP	351710	GLICÉRIO	0001942654	Equipe de Saúde Bucal
SP	351770	GUARÁ	0002034662	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071282	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071827	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071878	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071894	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071908	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071959	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002071967	Equipe de Saúde Bucal

SP	351870	GUARUJÁ	0002071991	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072017	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072068	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072084	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072092	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072106	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002072181	Equipe de Saúde Bucal
SP	351870	GUARUJÁ	0002073293	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0001884247	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002002884	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002002906	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002003732	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002003791	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002004003	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002004585	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006308	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006359	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006499	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006588	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006766	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006790	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006839	Equipe de Saúde Bucal
SP	351880	GUARULHOS	0002006944	Equipe de Saúde Bucal
SP	351907	HORTOLÂNDIA	0001829467	Equipe de Saúde Bucal
SP	351907	HORTOLÂNDIA	0001829645	Equipe de Saúde Bucal
SP	351925	IARAS	0002086484	Equipe de Saúde Bucal
SP	351980	ICÉM	0002079291	Equipe de Saúde Bucal
SP	352010	IGARAPAVA	0001862065	Equipe de Saúde Bucal
SP	352030	IGUAPE	0002069954	Equipe de Saúde Bucal
SP	352240	ITAPEVA	0002119560	Equipe de Saúde Bucal
SP	352240	ITAPEVA	0002160137	Equipe de Saúde Bucal
SP	352240	ITAPEVA	0002201100	Equipe de Saúde Bucal
SP	352310	ITAQUAQUECETUBA	0002190125	Equipe de Saúde Bucal
SP	352340	ITATIBA	0001837966	Equipe de Saúde Bucal
SP	352480	JALES	0001829696	Equipe de Saúde Bucal
SP	352920	MARTINÓPOLIS	0002092263	Equipe de Saúde Bucal
SP	352940	MAUÁ	0002084473	Equipe de Saúde Bucal
SP	352940	MAUÁ	0002086751	Equipe de Saúde Bucal
SP	352980	MINEIROS DO TIETÊ	0001786725	Equipe de Saúde Bucal
SP	353180	MONTE MOR	0002017695	Equipe de Saúde Bucal
SP	353180	MONTE MOR	0002066386	Equipe de Saúde Bucal
SP	353190	MORRO AGUDO	0001838768	Equipe de Saúde Bucal
SP	353290	NOVA EUROPA	0001862707	Equipe de Saúde Bucal
SP	353320	NOVA INDEPENDÊNCIA	0002156636	Equipe de Saúde Bucal
SP	353470	OURINHOS	0001918796	Equipe de Saúde Bucal
SP	353560	PARAIBUNA	0002076721	Equipe de Saúde Bucal
SP	353580	PARANAPANEMA	0002147815	Equipe de Saúde Bucal
SP	353700	PEDREGULHO	0002111896	Equipe de Saúde Bucal
SP	353980	POÁ	0002008971	Equipe de Saúde Bucal
SP	353980	POÁ	0002015986	Equipe de Saúde Bucal
SP	353980	POÁ	0002025876	Equipe de Saúde Bucal
SP	353980	POÁ	0002026481	Equipe de Saúde Bucal
SP	353980	POÁ	0002032554	Equipe de Saúde Bucal
SP	353980	POÁ	0002034549	Equipe de Saúde Bucal
SP	353980	POÁ	0002042487	Equipe de Saúde Bucal
SP	353980	POÁ	0002042495	Equipe de Saúde Bucal
SP	354050	PORANGABA	0002076683	Equipe de Saúde Bucal
SP	354260	REGISTRO	0002118769	Equipe de Saúde Bucal
SP	354320	RIBEIRÃO DO SUL	0001950827	Equipe de Saúde Bucal
SP	354380	RINÓPOLIS	0002103621	Equipe de Saúde Bucal
SP	354380	RINÓPOLIS	0002103648	Equipe de Saúde Bucal
SP	354670	SANTA GERTRUDES	0002108321	Equipe de Saúde Bucal
SP	354850	SANTOS	0001805495	Equipe de Saúde Bucal
SP	354950	SÃO JOSÉ DA BELA VISTA	0002030624	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001896474	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001896709	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897233	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897543	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897543	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897543	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897640	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001897667	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001906410	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0001945971	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002086069	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002099128	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002099209	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002192853	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002195607	Equipe de Saúde Bucal
SP	355030	SÃO PAULO	0002203189	Equipe de Saúde Bucal
SP	355040	SÃO PEDRO	0001908464	Equipe de Saúde Bucal
SP	355040	SÃO PEDRO	0001911341	Equipe de Saúde Bucal
SP	355040	SÃO PEDRO	0002136880	Equipe de Saúde Bucal
SP	355220	SOROCABA	0002112892	Equipe de Saúde Bucal
SP	355220	SOROCABA	0002143801	Equipe de Saúde Bucal
SP	355240	SUMARÉ	0002128489	Equipe de Saúde Bucal
SP	355280	TABOÃO DA SERRA	0001879995	Equipe de Saúde Bucal
SP	355320	TAIÚVA	0001922912	Equipe de Saúde Bucal
SP	355365	TAQUARAL	0002063735	Equipe de Saúde Bucal
SP	355410	TAUBATÉ	0002012391	Equipe de Saúde Bucal
SP	355440	TERRA ROXA	0001851748	Equipe de Saúde Bucal
SP	355440	TERRA ROXA	0001851756	Equipe de Saúde Bucal
SP	355535	UBARANA	0001959735	Equipe de Saúde Bucal
SP	355580	URÂNIA	0002029960	Equipe de Saúde Bucal
SP	355640	VARGEM GRANDE DO SUL	0002118998	Equipe de Saúde Bucal
TO	170100	ANANÁS	0001929127	Equipe de Saúde Bucal
TO	170210	ARAGUAÍNA	0002218771	Equipe de Saúde Bucal
TO	170550	COLINAS DO TOCANTINS	0002014939	Equipe de Saúde Bucal
TO	170550	COLINAS DO TOCANTINS	0002015080	Equipe de Saúde Bucal
TO	170550	COLINAS DO TOCANTINS	0002015250	Equipe de Saúde Bucal
TO	170755	FÁTIMA	0002119420	Equipe de Saúde Bucal
TO	170950	GURUPI	0002106639	Equipe de Saúde Bucal
TO	170950	GURUPI	0002107058	Equipe de Saúde Bucal
TO	171200	LAJEADO	0002139138	Equipe de Saúde Bucal
TO	172025	SÃO SALVADOR DO TOCANTINS	0002212862	Equipe de Saúde Bucal
580 MUNICÍPIOS			1.089 EQUIPES	

ANEXO II

Serviços (CNES) com ausência de alimentação do SISAB, suspensas na parcela agosto de 2022.

UF	IBGE	Município	CNES	Tipo
AM	130110	CAREIRO	9218262	Unidade Odontológica Móvel
AM	130360	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	9284508	Unidade Odontológica Móvel
AP	160023	FERREIRA GOMES	9095756	Unidade Odontológica Móvel
BA	290130	ANDARAÍ	7113811	Unidade Odontológica Móvel
BA	290450	BROTAS DE MACAÚBAS	6876714	Unidade Odontológica Móvel
BA	290720	CASA NOVA	6994849	Unidade Odontológica Móvel
BA	290880	CONTENDAS DO SINCORÁ	7113633	Unidade Odontológica Móvel
BA	291300	IBITIARA	7956614	Unidade Odontológica Móvel
BA	291310	IBITITÁ	6911021	Unidade Odontológica Móvel
BA	291810	JEREMOABO	7302371	Unidade Odontológica Móvel
BA	291835	JOÃO DOURADO	6869157	Unidade Odontológica Móvel
BA	292020	MALHADA	7829426	Unidade Odontológica Móvel
BA	292190	MUCUGÊ	7098030	Unidade Odontológica Móvel
BA	292225	MUQUÉM DE SÃO FRANCISCO	7903715	Unidade Odontológica Móvel
BA	292260	NILO PEÇANHA	9295453	Unidade Odontológica Móvel
BA	292340	PALMAS DE MONTE ALTO	7184476	Unidade Odontológica Móvel
BA	292580	QUEIMADAS	6918719	Unidade Odontológica Móvel
BA	292665	RIBEIRÃO DO LARGO	7187394	Unidade Odontológica Móvel
BA	293180	TREMEDAL	9067280	Unidade Odontológica Móvel
BA	293360	XIQUE-XIQUE	7255500	Unidade Odontológica Móvel
ES	320405	PEDRO CANÁRIO	7136129	Unidade Odontológica Móvel
GO	520310	BALIZA	7113390	Unidade Odontológica Móvel
GO	520465	CAMPINAÇU	7133413	Unidade Odontológica Móvel
GO	520552	COLINAS DO SUL	7118643	Unidade Odontológica Móvel
GO	521460	NIQUELÂNDIA	7186266	Unidade Odontológica Móvel
GO	521490	NOVA ROMA	7206623	Unidade Odontológica Móvel
GO	521560	PADRE BERNARDO	6440053	Unidade Odontológica Móvel
GO	522108	TERESINA DE GOIÁS	7213921	Unidade Odontológica Móvel
MA	210060	AMARANTE DO MARANHÃO	9219455	Unidade Odontológica Móvel
MA	210070	ANAJATUBA	9228926	Unidade Odontológica Móvel
MA	210240	CAJAPIÓ	9219307	Unidade Odontológica Móvel
MA	210317	CENTRO NOVO DO MARANHÃO	9267751	Unidade Odontológica Móvel
MA	210407	FEIRA NOVA DO MARANHÃO	9710779	Unidade Odontológica Móvel
MA	210408	FERNANDO FALCÃO	7041764	Unidade Odontológica Móvel
MA	210535	ITAIPAVA DO GRAJAÚ	7857403	Unidade Odontológica Móvel
MA	210547	JENIPAPO DOS VIEIRAS	9220615	Unidade Odontológica Móvel
MA	210667	MILAGRES DO MARANHÃO	9292977	Unidade Odontológica Móvel
MA	210780	PARNARAMA	9582835	Unidade Odontológica Móvel
MA	210845	PERITORÓ	7868197	Unidade Odontológica Móvel
MA	211023	SANTANA DO MARANHÃO	9257268	Unidade Odontológica Móvel
MA	211107	SÃO JOÃO DO SOTER	9344799	Unidade Odontológica Móvel
MG	310470	ATALÉIA	9282637	Unidade Odontológica Móvel
MG	311615	CHAPADA GAÚCHA	7311761	Unidade Odontológica Móvel
MG	313065	INDAIABIRA	7341237	Unidade Odontológica Móvel
MG	313400	ITINGA	5349761	Unidade Odontológica Móvel
MG	314085	MATIAS CARDOSO	7306261	Unidade Odontológica Móvel
MG	314655	PAI PEDRO	9214062	Unidade Odontológica Móvel
MG	315560	RIO PARDO DE MINAS	7184158	Unidade Odontológica Móvel
MG	315600	RIO VERMELHO	6895875	Unidade Odontológica Móvel
MG	316695	SERRANÓPOLIS DE MINAS	6968902	Unidade Odontológica Móvel
MG	317040	UNAÍ	9401652	Unidade Odontológica Móvel
MS	500560	MIRANDA	7170742	Unidade Odontológica Móvel
MS	500755	SANTA RITA DO PARDO	7131747	Unidade Odontológica Móvel
MT	510617	NOVA NAZARÉ	9227539	Unidade Odontológica Móvel
PA	150020	ACARÁ	9246568	Unidade Odontológica Móvel
PA	150060	ALTAMIRA	7429045	Unidade Odontológica Móvel
PA	150100	AVEIRO	9391282	Unidade Odontológica Móvel
PA	150110	BAGRE	9500316	Unidade Odontológica Móvel
PA	150190	BUJARU	6989403	Unidade Odontológica Móvel
PA	150195	CACHOEIRA DO PIRIÁ	7043104	Unidade Odontológica Móvel
PA	150345	IPIXUNA DO PARÁ	6776566	Unidade Odontológica Móvel
PA	150480	MONTE ALEGRE	7348037	Unidade Odontológica Móvel
PA	150549	PALESTINA DO PARÁ	6918271	Unidade Odontológica Móvel
PA	150600	PRAINHA	9261761	Unidade Odontológica Móvel
PB	250750	JOÃO PESSOA	9235639	Unidade Odontológica Móvel
PE	260050	ÁGUAS BELAS	7035322	Unidade Odontológica Móvel
PE	260180	BETÂNIA	7330561	Unidade Odontológica Móvel
PE	260392	CARNAUBEIRA DA PENHA	7506058	Unidade Odontológica Móvel
PE	260980	OROCÓ	0181463	Unidade Odontológica Móvel
PI	220105	ASSUNÇÃO DO PIAUÍ	7080956	Unidade Odontológica Móvel
PI	220191	BOM PRINCÍPIO DO PIAUÍ	9588833	Unidade Odontológica Móvel
PI	220255	CARIDADE DO PIAUÍ	7087993	Unidade Odontológica Móvel
PI	220300	CRISTALÂNDIA DO PIAUÍ	9266127	Unidade Odontológica Móvel
PI	220620	MIGUEL ALVES	9236430	Unidade Odontológica Móvel
PI	220660	MONTE ALEGRE DO PIAUÍ	9200797	Unidade Odontológica Móvel
PI	220750	PALMEIRAIS	9236368	Unidade Odontológica Móvel
PI	221062	SEBASTIÃO BARROS	9263365	Unidade Odontológica Móvel
PR	410020	ADRIANÓPOLIS	7124147	Unidade Odontológica Móvel
PR	412863	DOUTOR ULYSSES	7111037	Unidade Odontológica Móvel
PR	412090	QUEDAS DO IGUAÇU	6952631	Unidade Odontológica Móvel
PR	412250	RONCADOR	7241127	Unidade Odontológica Móvel
PR	412410	SANTO ANTÔNIO DA PLATINA	9094245	Unidade Odontológica Móvel
RN	240810	NATAL	9232664	Unidade Odontológica Móvel
RO	110094	CUJUBIM	7912455	Unidade Odontológica Móvel
RS	430510	CAXIAS DO SUL	7348622	Unidade Odontológica Móvel
RS	430710	HERVAL	7276001	Unidade Odontológica Móvel
RS	431115	JÓIA	7601816	Unidade Odontológica Móvel
RS	431450	PINHEIRO MACHADO	7268610	Unidade Odontológica Móvel
RS	431700	SANTANA DA BOA VISTA	6803776	Unidade Odontológica Móvel
RS	431915	SÃO MIGUEL DAS MISSÕES	7107935	Unidade Odontológica Móvel
RS	431980	SÃO VICENTE DO SUL	7360614	Unidade Odontológica Móvel
RS	432020	SEBERI	7345550	Unidade Odontológica Móvel
SC	421227	PASSOS MAIA	7248113	Unidade Odontológica Móvel
SP	355030	SÃO PAULO	9106308	Unidade Odontológica Móvel
SP	355030	SÃO PAULO	9106294	Unidade Odontológica Móvel
SP	355030	SÃO PAULO	9106316	Unidade Odontológica Móvel
SP	355180	SETE BARRAS	6993907	Unidade Odontológica Móvel
TO	170130	ARAGOMINAS	7591845	Unidade Odontológica Móvel
TO	170510	CHAPADA DA NATIVIDADE	7333129	Unidade Odontológica Móvel
TO	171270	MATEIROS	7151047	Unidade Odontológica Móvel
TO	171360	MONTE DO CARMO	7096615	Unidade Odontológica Móvel
TO	171800	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	7216041	Unidade Odontológica Móvel
100 MUNICÍPIOS				102 ESTABELECIMENTOS

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 1.015, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Dá publicidade ao resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Publicar o seguinte resultado da análise de prestação de contas anual de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (Pronon).

Razão Social: Fundação de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Assistência do HCFMRPUSP.

CNPJ: 57.722.118/0001-40

Município/UF: São Paulo/SP.

Título do projeto: "Desenvolvimento de nanopartículas para terapia gênica direcionada a microRNAs da via do Fator Induzido por Hipóxia em gliomas de alto grau".

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde (SCTIE/MS).

Tipo de análise: Execução física.

Processo NUP: 25000.077093/2015-86

Período analisado: Exercício 2020.

Embasamento: Parecer Técnico nº 70/2022-COPP/CGFPS/DECIT/SCTIE/MS (0028632481).

Resultado: APROVADA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

PORTARIA Nº 1.037, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Dá publicidade ao resultado de análise de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD).

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO ADJUNTO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 11.098, de 20 de junho de 2022, alterado pelo Decreto nº 11.126, de 8 de julho de 2022, publicado no Diário Oficial da União, de 11 de julho de 2022; considerando os arts. 1º ao 14 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que institui o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e o Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD); considerando a regulamentação estabelecida pelo Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, e considerando o disposto no art. 100 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica publicado o seguinte resultado de pedido de readequação de projeto executado no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas/PCD):

DADOS DA INSTITUIÇÃO

NUP: 25000.179686/2019-18

Instituição: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Itapetinga.

CNPJ: 14.392.781/0001-11

Município/UF: Itapetinga/BA.

DADOS DO PROJETO

Título do projeto: Implantação dos serviços em Equoterapia no CER II\APAE de Itapetinga: O cavalo a serviço da reabilitação.

Resumo do projeto: Implantação do serviço de Equoterapia na APAE Itapetinga/BA para atender uma demanda de pessoas com deficiência, o que inclui pacientes que apresentam diagnósticos de deficiência intelectual, autismo, deficiência visual e múltiplas, que contemplará crianças, adolescentes e adultos, com o objetivo de proporcionar a reabilitação, fortalecendo suas potencialidades, por meio dos estímulos que serão trabalhados em interação com cavalo.

Prazo de execução do projeto: 24 (vinte e quatro) meses.

Valor do projeto inicialmente aprovado: R$ 980.638,92 (novecentos e oitenta mil, seiscentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos).

DADOS DO PEDIDO

Valor de readequação solicitado: R$ 790.638,92 (setecentos e noventa mil, seiscentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos).

Fundamento legal: Art. 69 do Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017.

DADOS DA ANÁLISE DO PEDIDO

Órgão responsável pela análise: Secretaria de Atenção Especializada à Saúde (SAES/MS).

Tipo de análise: Mérito.

Parecer conclusivo: Parecer de Mérito nº 399/2022-CGSPD/DAET/SAES/MS (0028543467).

Resultado: APROVADO COM READEQUAÇÃO DE VALOR.

Valor aprovado da readequação: R$ 790.638,92 (setecentos e noventa mil, seiscentos e trinta e oito reais e noventa e dois centavos).

Art. 2º Revoga-se a Portaria SE/MS nº 579, de 2 de dezembro de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 229, na data de 7 de dezembro de 2021, Seção 1.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINICIUS FERNANDES DIAS

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE

PORTARIA CONJUNTA Nº 15, DE 4 DE AGOSTO DE 2022

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Distúrbio Mineral Ósseo na Doença Renal Crônica.

A SECRETÁRIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE e a SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de se atualizarem os parâmetros sobre o Distúrbio Mineral Ósseo na Doença Renal Crônica no Brasil e diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com este distúrbio;

Considerando que os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando o Registro de Deliberação Nº 726/2022 e o Relatório de Recomendação nº 729 - Maio de 2022 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), a atualização da busca e avaliação da literatura; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGITS/SCTIE/MS), do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS) e do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAES/MS), resolvem:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Distúrbio Mineral Ósseo na Doença Renal Crônica.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste artigo, que contém o conceito geral do Distúrbio Mineral Ósseo na Doença Renal Crônica, critérios de diagnóstico, critérios de inclusão e de exclusão, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, disponível no sítio https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/pcdt/arquivos/2017/disturbio-mineral-osseo-pcdt.pdf , é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitos colaterais (efeitos ou eventos adversos) relacionados ao uso de procedimento ou medicamento preconizados para o tratamento do Distúrbio Mineral Ósseo na Doença Renal Crônica.

Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme suas competências e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com esse distúrbio em todas as etapas descritas no anexo a esta Portaria, disponível no sítio citado no parágrafo único do art. 1º.

Art. 4º Fica revogada a Portaria SAS/MS nº 801, de 25 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 80, de 27 de abril de 2017, Seção 1, página 71.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO
Secretária de Atenção Especializada à Saúde

SANDRA DE CASTRO BARROS
Secretária de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde

PORTARIA Nº 482, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação Hospitalar de Sergipe, com sede em Lagarto (SE).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 213/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.128171/2021-66, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Hospitalar de Sergipe, CNPJ nº 13.366.414/0001-80, com sede em Lagarto (SE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 20 de setembro de 2021 a 19 de setembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 483, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Fundação Otília Correia Saraiva, com sede em Barbalha (CE).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 211/2022 - CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.165673/2021-78, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes nas legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Otília Correia Saraiva, CNPJ nº 41.343.187/0001-03, com sede em Barbalha (CE).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 27 de julho de 2022 a 26 de julho de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 486, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Cancela o CEBAS da Associação Hospital Beneficente São Roque, com sede em Carlos Barbosa (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria SAS/MS nº 788, de 28 de junho de 2016, que defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área de Saúde, da Associação Hospital Beneficente São Roque, com sede em Carlos Barbosa (RS), para o período 1º de janeiro de 2010 a 31 de dezembro de 2014, constante do SEI nº 25000.052754/2010-56;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU, que firmou entendimento de que o cancelamento da certificação deve ser aplicado a contar do fato gerador do descumprimento dos requisitos obrigatórios à certificação, e não sobre toda a vigência do certificado;

Considerando o Parecer nº 65/2022-CGSUP/DCEBAS/SAES/MS - FTS nº 905, relativo ao Processo de Supervisão nº 25000.466731/2017-00, que conclui pelo não atendimento dos requisitos obrigatórios para a manutenção do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, na área da Saúde; e

Considerando que os processos de supervisão são analisados com base nos critérios que ensejaram a certificação, resolve:

Art. 1º Fica cancelado o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), na área da Saúde, concedido à Associação Hospital Beneficente São Roque, CNPJ nº 90.054.206/0001-97, com sede em Carlos Barbosa (RS).

Parágrafo único. Registra-se que os efeitos do cancelamento da certificação devem ser aplicados a contar do fato gerador do descumprimento de requisito obrigatório à certificação, a data de 1º de janeiro de 2010, na forma do Parecer nº 00310/2017/CONJUR-MS/CGU/AGU.

Art. 2º A instituição requerente fica notificada para, caso queira, apresentar recurso administrativo no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da presente publicação, conforme legislações pertinentes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 487, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Associação Social Univida Tauá, com sede em Santo Antônio do Tauá (PA).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 210/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.081991/2021-87, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Associação Social Univida Tauá, CNPJ nº 18.490.528/0001-51, com sede em Santo Antônio do Tauá (PA).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 6 de julho de 2021 a 5 de julho de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 488, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS do Instituto do Câncer Arnaldo Vieira de Carvalho, com sede em São Paulo (SP).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 212/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.165995/2021-17, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), do Instituto do Câncer Arnaldo Vieira de Carvalho, CNPJ nº 60.945.854/0001-72, com sede em São Paulo (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 1º de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2024.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 489, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Defere a Renovação do CEBAS da Fundação Assistencial e Beneficente de Camaquã, com sede em Camaquã (RS).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 214/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.142460/2021-78, que conclui pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Fundação Assistencial e Beneficente de Camaquã, CNPJ nº 88.358.940/0001-06, com sede em Camaquã (RS).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 18 de maio de 2022 a 17 de maio de 2025.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

PORTARIA Nº 490, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

Defere, em Grau de Reconsideração, a Renovação do CEBAS da Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Miguel do Oeste, com sede em São Miguel do Oeste (SC).

A Secretária de Atenção Especializada à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei Complementar nº 187, de 16 de dezembro de 2021, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e em seu § 2º do artigo 40, determina aos requerimentos de concessão ou de renovação de certificação, pendentes de decisão na data de publicação desta Lei Complementar, aplicar as regras e as condições vigentes à época de seu protocolo;

Considerando a Portaria GM/MS nº 2.500, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação GM/MS nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 101/2022-CGCER/DCEBAS/SAES/MS, constante do Processo nº 25000.140330/2020-10, que conclui, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes das legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS), pela atuação exclusiva na promoção da saúde, sem exigência de contraprestação do usuário pelas ações e serviços de saúde realizados, da Associação Rede Feminina de Combate ao Câncer de São Miguel do Oeste, CNPJ nº 78.484.920/0001-10, com sede em São Miguel do Oeste (SC).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 31 de dezembro de 2020 a 30 de dezembro de 2025.

Art. 2º Fica sem efeito a Portaria SAES/MS nº 571, de 13 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 93, 19 de maio de 2021, seção 1, páginas 233 e 234.

Art. 3 º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MAÍRA BATISTA BOTELHO

SECRETARIA DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE

PORTARIA GAB/SAPS Nº 49, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

Divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos dos participantes reincorporados ao Projeto Mais Médicos para o Brasil com fulcro no Art.23-A da Lei 12.871 de 22 de outubro de 2013.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 18, do Anexo I, do Decreto nº 9.795, de 17 de maio de 2019 e, em atendimento às decisões Judiciais exaradas nos Processos Judiciais* para alocação dos participantes, resolve:

Art. 1º Conceder, com base nos respectivos processos judiciais e administrativos, registro único para o exercício da medicina - RMS, exclusivamente no âmbito do Projeto Mais Médicos para o Brasil, aos participantes indicados na lista constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º O registro único para o exercício da medicina - RMS expedido aos participantes tem validade a partir da data de início das atividades conforme Anexo desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL CÂMARA MEDEIROS PARENTE

ANEXO

PROCESSO RMS	PROCESSO JUDICIAL	CPF	PROFISSIONAL	RMS	UF	MUNICÍPIO	INÍCIO
25000.132680/2016-26	00737.002548/2021-12	XXX.554.671-XX	MARIO ALEJANDRO CACERES MIRANDA	5000433	MS	DOURADOS	06/06/2022
25000.135697/2016-35	00737.009079/2022-43	XXX.769.701-XX	ORLANDO MIGUEL LICEA ESTRADA	3504582	SP	SÃO BERNARDO DOS CAMPOS	15/06/2022
25000.086334/2018-21	00737.008991/2022-88	XXX.113.761-XX	ALIANNIS LEZCANO RODRIGUEZ	2301530	CE	AMONTADA	17/06/2022
25000.017015/2017-94	25000.057676/2020-58	XXX.897.181-XX	LEIDYS HERNANDEZ GONZALEZ	2901771	SE	SÁTIRO DIAS	14/06/2022
25000.182188/2015-11	00737.017255/2020-59	XXX.923.871-XX	DANEIDY GUEVARA PEREZ	5200788	GO	CIDADE OCIDENTAL	14/06/2022
25000.128295/2016-84	25000.139677/2020-10	XXX.851.711 -XX	GLORIA BERMUDEZ VERA	3504583	SP	ITAPEVI	29/06/2022
25000.088562/2017-54	00737.009883/2022-22	XXX.898.551-XX	YUNEYKI ESCALONA GONZALEZ	1400362	RR	ALTO ALEGRE	27/06/2022
25000.117771/2018-01	00737.009951/2022-53	XXX.912.781-XX	DIANET ALVAREZ PENALVER	5300129	DF	BRASILIA	24/06/2022
25000.079092/2014-95	00737.008097/2021-27	XXX.849.311-XX	SANTIAGO MARINO MARRERO GOMEZ	4302500	MG	MINAS DO LEÃO	28/06/2022
25000.198057/2013	00737.009934/2022-16	XXX.705.661-XX	OSLEY ANTONIO ORTIZ BENITEZ	4302501	RS	NOVO HAMBURGO	05/07/2022
25000.040369/2014-90	00737.005263/2020-52	XXX.153.951-XX	ALEXIS ANTONIO RODRIGUES GONZALEZ	2902750	BA	TANHAÇU	12/07/2022
25000.114300/2016-71	00737.011427/2022-42	XXX.398.781-XX	YEIDER RODRIGUEZ BELTRAN	1301364	AM	TABATINGA	14/07/2022
25000.007566/2017-40	00737.012071/2020-01	XXX.868.271-XX	DAYANI JIMENEZ GARCIA	2601293	PE	CARPINA	12/07/2022
25000.408071/2017-34	00737.011745/2022-11	XXX.831.061-XX	DIANA SUSEL MONTERO RAMIREZ	2700445	AL	ARAPIRACA	15/07/2022
25000.127959/2016-98	00737.011446/2022-79	XXX.521.411-XX	DELFIN FELIPE HERNANDEZ RICO	3102152	MG	SETE ALAGOAS	17/07/2022

25000.217715/2013-53	00737.006513/2021-52	XXX.896.671-XX	ELENA ELAINE ALMEIDA MORA	1100587	RO	CHUPINGUAIA	20/07/2022
25000.215869/2013-19	00737.006513/2021-52	XXX.063.541-XX	RICARDO MARTINEZ TORRES	1600331	AP	MACAPA	19/07/2022
25000.204489/2015-11	00737.012490/2022-04	XXX.315.701-XX	DENNYS BARRETO PEREZ	2200653	PI	PICOS	26/07/2022
25000.085718/2017- 45	00737.001011/2022-16	XXX.891.031-XX	DARIANNA HINOJOSA GUERRA	5200787	GO	COIANIA	27/04/2022
25000.039916/2017-37	00737.005501/2020-20	XXX.944.281-XX	ADRIEL ADRIAN GARCIA ANAYA	3504584	SP	SOROCABA	08/08/2022
25000.087409/2018-91	00737.016782/2020-46	XXX.111.991-XX	YERISLEIDIS LABRADA BELLO	1400361	RR	CATÁ	13/06/2022
25000.420975/2017-38	00737.008106/2022-61	XXX.794.291-XX	MIGUEL ANGEL MACEO FERNANDEZ	1400360	RR	CATÁ	13/06/2022

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE

CONSULTA PÚBLICA SCTIE/MS Nº 54, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Ref.: 25000.111580/2022-12, 0028798141.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do § 1º do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC, relativa à proposta de atualização do Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Degeneração Macular Relacionada com a Idade (forma neovascular), apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde - SCTIE, nos autos do processo de NUP 25000.111580/2022-12. Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/participacao-social/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

SANDRA DE CASTRO BARROS

CONSULTA PÚBLICA SCTIE/MS Nº 55, DE 28 DE AGOSTO DE 2022

Ref.: 25000.096106/2022-45, 0028868300.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do § 1º do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - CONITEC, relativa à proposta de incorporação da nova apresentação de omalizumabe (150 mg/mL) solução injetável em seringa preenchida para tratamento da asma alérgica grave não controlada apesar do uso de corticoide inalatório (CI) associado a um beta2-agonista de longa ação (LABA), apresentada pela Secretaria de Ciência, Tecnologia, Inovação e Insumos Estratégicos em Saúde - SCTIE/MS, nos autos do processo n.º 25000.096106/2022-45. Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/participacao-social/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

SANDRA DE CASTRO BARROS

CONSULTA PÚBLICA SCTIE/MS Nº 56, DE 28 DE AGOSTO DE 2022

Ref.: 25000.033282/2022-76, 0028894506.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec relativa à proposta de incorporação da Empagliflozina no tratamento da insuficiência cardíaca com fração de ejeção reduzida (ICFEr) e classe funcional NYHA II, apresentada pela Boehringer Ingelheim do Brasil Química e Farmacêutica LTDA., nos autos do processo de NUP 25000.033282/2022-76. Fica estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias, a contar do dia útil subsequente à data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: https://www.gov.br/conitec/pt-br/assuntos/participacao-social/consultas-publicas.

A Secretaria-Executiva da Conitec avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

SANDRA DE CASTRO BARROS

PORTARIA SCTIE/MS Nº 90, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Torna pública a decisão de atualizar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de Risco à Infecção pelo HIV.

Ref.: 25000.160282/2021-67, 0028508370.

A SECRETÁRIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INSUMOS ESTRATÉGICOS EM SAÚDE DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso de suas atribuições legais e com base nos termos dos arts. 20, 22 e 23 do Decreto nº 7.646, de 21 de dezembro de 2011, resolve:

Art. 1º Fica atualizado, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas para Profilaxia Pré-Exposição (PrEP) de Risco à Infecção pelo HIV.

Art. 2º O relatório de recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde - Conitec estará disponível no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/.

Art. 3º Fica revogada a Portaria SCTIE/MS nº 22, de 25 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 101, Seção 1, pág. 73, de 29 de maio de 2017.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SANDRA DE CASTRO BARROS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

2ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE ALIMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.800, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

Relatório de Conferência - Alimentos: 1090022
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

DANONE LTDA. / 23.643.315/0115-10
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL
25351.262137/2022-11 / 665770181
4057 - Registro de fórmula padrão para nutrição enteral / 1481123/22-0
FÓRMULA PADRÃO PARA NUTRIÇÃO ENTERAL E ORAL
25351.528681/2009-47 / 665770046
4124 - Cancelamento de Registro de Apresentação / 4552838/22-9

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.801, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

Relatório de Conferência - Alimentos: 1089922
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

NESTLE BRASIL LTDA / 60.409.075/0001-52
FÓRMULA INFANTIL PARA LACTENTES
25351.534839/2022-10
4069 - Registro de fórmulas infantis / 2695425/22-8

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.802, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA - ALIMENTOS: 1077322
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

TOVANI BENZAQUEN COMERCIO IMPORTACAO E EXPORTACAO REPRESENTACAO LTDA / 69.170.462/0001-53
HIDROLISADO PROTEICO DE SORO DE LEITE
25351.225733/2020-58
4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS / 3550126/20-4

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.803, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Alimentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 96, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Indeferir as petições de avaliação relacionadas à Gerência-Geral de Alimentos, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRÍCIA FERNANDES NANTES DE CASTILHO

ANEXO

RELATÓRIO DE CONFERÊNCIA - ALIMENTOS: 1077422
NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. / 61.190.096/0001-92
PICOLINATO DE CROMO
25351.239502/2022-93
4135 - EXTENSÃO DE USO DE INGREDIENTES AVALIADOS ANTERIORMENTE PARA NOVAS CATEGORIAS DE ALIMENTOS / 1359350/22-5

KINSHO ALIMENTOS LTDA / 36.749.369/0001-49
LENTINULA EDODES EM PO
25351.601137/2021-60
4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS / 2242396/21-8

NESTLE BRASIL LTDA / 60.409.075/0001-52
LIMOSILACTOBACILLUS REUTERI (LACTOBACILLUS REUTERI) DSM 17938
25351.073918/2022-32
4135 - EXTENSÃO DE USO DE INGREDIENTES AVALIADOS ANTERIORMENTE PARA NOVAS CATEGORIAS DE ALIMENTOS / 0516038/22-2

NEXIRA BRASIL COMERCIAL LTDA / 62.326.012/0001-68
BAOBÁ EM PÓ
25351.075797/2021-82
4109 - AVALIAÇÃO DE SEGURANÇA E EFICÁCIA DE PROPRIEDADES FUNCIONAL OU DE SAÚDE DE NOVOS ALIMENTOS E NOVOS INGREDIENTES, EXCETO PROBIÓTICOS E ENZIMAS / 0668227/21-4

GERÊNCIA-GERAL DE MEDICAMENTOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.823, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Publicar a aprovação condicional das petições secundárias de medicamentos similares, genéricos e novos, sob os números de expediente constantes no anexo desta Resolução, nos termos dos Art. 17-A § 3º e 4º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976, alterada pelo Art. 2º da Lei 13.411, e Art. 4º da Lei 13.411, de 28 de dezembro de 2016; e Arts. 4º, 7º e 16 da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 2º Este ato administrativo decorre do atendimento integral pelas empresas detentoras dos registros, ao disposto no Art. 7º e seus incisos, da Resolução RDC Nº 219, de 27 de fevereiro de 2018.

Art. 3º A aprovação condicional das petições secundárias objeto desta resolução é restrita ao assunto protocolado, não resultando em manifestação diversa da peticionada, e considera estritamente a condição já registrada, não aprovando nenhuma alteração da condição registrada que possa estar informada nos documentos que instruem a petição secundária.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA
NOME DO MEDICAMENTO NÚMERO DO PROCESSO
EXPEDIENTE PETIÇÃO 2ª ASSUNTO DA PETIÇÃO 2ª
EXPEDIENTE PETIÇÃO CLONE ASSUNTO PETIÇÃO CLONE
(ASSUNTO PETIÇÃO MATRIZ - EXPEDIENTE MATRIZ - PROCESSO MATRIZ)

EUROFARMA LABORATÓRIOS LTDA.
tenoxicam 253510163950112
4858850214 GENÉRICO - Mudança maior de excipientes para formas farmacêuticas em solução
4862212215 GENÉRICO - Mudanças maiores de métodos analíticos

1FARMA INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA
paracetamol + maleato de clorfeniramina + cloridrato de fenilefrina 25351750897201802
4724762212 GENÉRICO - Inclusão de novo fabricante do IFA
4521601221 GENÉRICO - Inclusão de novo fabricante do IFA
ONEGRIPE 25351702254202069
5183575214 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão de novo fabricante do IFA - 4724762212 - 25351750897201802)
4535285222 SIMILAR - Modificação Pós-Registro - CLONE
(Inclusão de novo fabricante do IFA - 4521601221 - 25351750897201802)

JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA
PREZISTA 25351289835200643
4859478214 NOVO - Inclusão de novo DIFA sem CADIFA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.824, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de medicamentos similares, genéricos e novos, sob o nº de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº. 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

RAZÃO SOCIAL
ASSUNTO DA PETIÇÃO DESISTIDA
NÚMERO DO PROCESSO EXPEDIENTE DE DESISTÊNCIA A PEDIDO EXPEDIENTE DA PETIÇÃO DESISTIDA

EMS S/A - 57.507.378/0003-65
1411 - GENERICO - Cancelamento de Registro do Medicamento
25351.009245/01-80 4507151/22-8 4449432/22-3

LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A - 17.159.229/0001-76
11869 - RDC 73/2016 - GENÉRICO - Mudanças maiores de métodos analíticos
25351.153745/2005-34 4452143/22-9 4308076/22-6
11869 - RDC 73/2016 - GENÉRICO - Mudanças maiores de métodos analíticos
25351.010237/00-78 4452376/22-3 4308074/22-0

MULTILAB INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - 92.265.552/0009-05
1959 - GENERICO - Solicitação de Transferência de Titularidade de Registro (Incorporação de Empresa)
25351.065462/2022-37 4528145/22-7 0479795/22-3
1959 - GENERICO - Solicitação de Transferência de Titularidade de Registro (Incorporação de Empresa)
25351.065543/2022-37 4546591/22-5 0480010/22-6
1995 - SIMILAR - Solicitação de Transferência de Titularidade de Registro (Incorporação de Empresa)
25351.068265/2022-70 4546511/22-1 0491402/22-8
1959 - GENERICO - Solicitação de Transferência de Titularidade de Registro (Incorporação de Empresa)
25351.068349/2022-11 4434534/22-0 0491845/22-7
1995 - SIMILAR - Solicitação de Transferência de Titularidade de Registro (Incorporação de Empresa)
25351.065433/2022-75 4583490/22-4 0479720/22-3

MYLAN LABORATORIOS LTDA - 11.643.096/0001-22
155 - GENERICO - Registro de Medicamento
25351.486678/2021-51 4395423/22-1 1899405/21-9

NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A - 72.593.791/0001-11
1429 - GENERICO - Cancelamento de Registro do Medicamento por Transferência de Titularidade
25351.759285/2011-00 4434293/22-2 0471081/22-1
1990 - SIMILAR - Cancelamento de Registro do Medicamento por Transferência de Titularidade
25351.301743/2016-11 4546203/22-5 0472753/22-3
1429 - GENERICO - Cancelamento de Registro do Medicamento por Transferência de Titularidade
25351.272242/2016-10 4528055/22-8 0445149/22-1
1429 - GENERICO - Cancelamento de Registro do Medicamento por Transferência de Titularidade
25351.338797/2005-89 4546532/22-9 0447955/22-5
1990 - SIMILAR - Cancelamento de Registro do Medicamento por Transferência de Titularidade
25351.222262/2016-40 4554038/22-0 0451428/22-6
155 - GENERICO - Registro de Medicamento
25351.651210/2009-15 4485544/22-2 845258/09-0

UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A - 60.665.981/0001-18
11072 - RDC 73/2016 - SIMILAR - Alteração maior de composição de embalagem primária do medicamento
25992.008073/72 4511815/22-4 0390451/22-2
11321 - SIMILAR - Aditamento - Aprovação condicional - RDC 219/2018
25992.008073/72 4515258/22-2 0452865/22-4

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.825, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A 60659463002992
ACEBROFILINA
ABRIC 25351.293293/2022-23 08/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 4541974/22-4
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 999027/75-3 - 25000.025668/84)
1.0573.0019.001-7 24 Meses
10 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 120 ML + COP X 10 ML
1.0573.0019.002-5 24 Meses
5 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 120 ML + COP X 10 ML
1.0573.0019.003-3 24 Meses
10 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 60 ML + COP X 10 ML
1.0573.0019.004-1 24 Meses
5 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 60 ML + COP X 10 ML
1.0573.0019.005-1 24 Meses
5 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 60 ML + SER DOS X 10 ML
1.0573.0019.006-8 24 Meses
5 MG/ML XPE CT FR PLAS AMB X 120 ML + SER DOS X 10 ML
CIPROFIBRATO
TRIGLID 25351.293306/2022-64 08/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 4542001/22-7
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 376897/11-0 - 25351.270932/2011-60)
1.0573.0020.001-2 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0573.0020.002-0 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 15
1.0573.0020.003-9 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0573.0020.004-7 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 500
1.0573.0020.005-5 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 60
1.0573.0020.006-3 24 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 90
APSEN FARMACEUTICA S/A 62462015000129
CLORETO DE TRÓSPIO
Spasmex 25351.372406/2018-70 07/2030
11107 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO MEDICAMENTO 2707105/22-7
1.0118.0631.001-5 36 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC OPC X 15
1.0118.0631.002-3 36 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC OPC X 30
1.0118.0631.003-1 36 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC OPC X 60
1.0118.0631.004-1 36 Meses
30 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC OPC X 15
1.0118.0631.005-8 36 Meses
30 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC OPC X 30
1.0118.0631.006-6 36 Meses
30 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC OPC X 60
1.0118.0631.007-4 36 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC OPC X 10
1.0118.0631.008-2 36 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC OPC X 20
1.0118.0631.009-0 36 Meses
30 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC OPC X 10
1.0118.0631.010-4 36 Meses
30 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC OPC X 20
1.0118.0631.011-2 36 Meses

15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC OPC X 90
1.0118.0631.012-0 36 Meses
15 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC OPC X 120
1.0118.0631.013-9 36 Meses
30 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC OPC X 90
1.0118.0631.014-7 36 Meses
30 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC OPC X 120
BLAU FARMACÊUTICA S.A. 58430828000160
meropeném tri-hidratado
meropeném 25351.244982/2019-17 08/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 0373792/19-6
1.1637.0187.001-1 24 Meses
500 MG PO SOL INJ IV CT FA VD II TRANS
1.1637.0187.002-8 24 Meses
500 MG PO SOL INJ IV CT 10 FA VD II TRANS
1.1637.0187.003-6 24 Meses
500 MG PO SOL INJ IV CT 25 FA VD II TRANS
1.1637.0187.004-4 24 Meses
500 PO SOL INJ IV CT 50 FA VD II TRANS
1.1637.0187.005-2 24 Meses
500 MG PO SOL INJ IV CT FA VD II TRANS + DIL AMP PLAS TRANS X 10 ML
1.1637.0187.006-0 24 Meses
500 MG PO SOL INJ IV CT FA VD II TRANS + DIL BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 100 ML
1.1637.0187.007-9 24 Meses
500 MG PO SOL INJ IV CT 10 FA VD II TRANS +DIL 10 BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 100 ML
1.1637.0187.008-7 24 Meses
500 MG PO SOL INJ IV CT 50 FA VD II TRANS + DIL 10 BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 100 ML
1.1637.0187.009-5 24 Meses
500 MG PO SOL INJ IV CT FA VD III TRANS
1.1637.0187.010-9 24 Meses
500 MG PO SOL INJ IV CT 10 FA VD III TRANS
1.1637.0187.011-7 24 Meses
500 MG PO SOL INJ IV CT 25 FA VD III TRANS
1.1637.0187.012-5 24 Meses
500 MG PO SOL INJ IV CT 50 FA VD III TRANS
1.1637.0187.013-3 24 Meses
500 MG PO SOL INJ IV CT FA VD III TRANS + DIL AMP PLAS TRANS X 10 ML
1.1637.0187.014-1 24 Meses
500 MG PO SOL INJ IV CT FA VD III TRANS + DIL BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 100 ML
1.1637.0187.015-1 24 Meses
500 MG PO SOL INJ IV CT 10 FA VD III TRANS + DIL 10 BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 100 ML
1.1637.0187.016-8 24 Meses
500 MG PO SOL INJ IV CT 50 FA VD III TRANS + DIL 50 BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 100 ML
1.1637.0187.017-6 24 Meses
1000 MG PO SOL INJ IV CT FA VD II TRANS
1.1637.0187.018-4 24 Meses
1000 MG PO SOL INJ IV CT 10 FA VD II TRANS
1.1637.0187.019-2 24 Meses
1000 MG PO SOL INJ IV CT 25 FA VD II TRANS
1.1637.0187.020-6 24 Meses
1000 MG PO SOL INJ IV CT 50 FA VD II TRANS
1.1637.0187.021-4 24 Meses
1000 MG PO SOL INJ IV CT FA VD II TRANS + DIL AMP PLAS TRANS X 10 ML
1.1637.0187.022-2 24 Meses
1000 MG PO SOL INJ IV CT FA VD II TRANS + DIL BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 100 ML
1.1637.0187.023-0 24 Meses
1000 MG PO SOL INJ IV CT 10 FA VD II TRANS + DIL 10 BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 100 ML
1.1637.0187.024-9 24 Meses
1000 MG PO SOL INJ IV CT 50 FA VD II TRANS + DIL 50 BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 100 ML
1.1637.0187.025-7 24 Meses
1000 MG PO SOL INJ IV CT FA VD III TRANS
1.1637.0187.026-5 24 Meses
1000 MG PO SOL INJ IV CT 10 FA VD III TRANS
1.1637.0187.027-3 24 Meses
1000 MG PO SOL INJ IV CT 25 FA VD III TRANS
1.1637.0187.028-1 24 Meses
1000 MG PO SOL INJ IV CT 50 FA VD III TRANS
1.1637.0187.029-1 24 Meses
1000 MG PO SOL INJ IV CT FA VD III TRANS + DIL AMP PLAS TRANS X 10 ML
1.1637.0187.030-3 24 Meses
1000 MG PO SOL INJ IV CT FA VD III TRANS + DIL BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 100 ML
1.1637.0187.031-1 24 Meses
1000 MG PO SOL INJ IV CT 10 FA VD III TRANS + DIL 10 BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 100 ML
1.1637.0187.032-1 24 Meses
1000 MG PO SOL INJ IV CT 50 FA VD III TRANS + DIL 50 BOLS PLAS TRANS SIST FECH X 100 ML
CIMED INDUSTRIA S.A 02814497000107
CLORIDRATO DE FEXOFENADINA
PRAALERGIA 25351.285381/2022-51 08/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 4527276/22-0
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1078182/13-0 - 25351.749127/2013-72)
1.4381.0284.001-4 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 2
1.4381.0284.002-2 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 4
1.4381.0284.003-0 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 6
1.4381.0284.004-9 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 8
1.4381.0284.005-7 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10
1.4381.0284.006-5 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.4381.0284.007-3 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 2
1.4381.0284.008-1 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 4
1.4381.0284.009-1 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 6
1.4381.0284.010-3 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 8
1.4381.0284.011-1 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10
1.4381.0284.012-1 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.4381.0284.013-8 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 2
1.4381.0284.014-6 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 4
1.4381.0284.015-4 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 6
1.4381.0284.016-2 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 8
1.4381.0284.017-0 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10
1.4381.0284.018-9 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.4381.0284.019-7 24 Meses
60 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30
1.4381.0284.020-0 24 Meses
120 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30
1.4381.0284.021-9 24 Meses
180 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 30
IBUPROFENO
PRALÍVIO MULHER 25351.613891/2021-42 08/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 4230215/21-3
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 1917216/19-8 - 25351.441071/2019-28)
1.4381.0283.001-9 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 3
1.4381.0283.002-7 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 4
1.4381.0283.003-5 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 8
1.4381.0283.004-3 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.4381.0283.005-1 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 16
1.4381.0283.006-1 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.4381.0283.007-8 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 36
1.4381.0283.008-6 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 40
1.4381.0283.009-4 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 50
1.4381.0283.010-8 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 90
COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 61082426000207
CLORIDRATO DE DONEPEZILA MONOIDRATADO + CLORIDRATO DE MEMANTINA
COGUM 25351.071601/2020-08 08/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 3347968/20-2
(155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO - 3044713/20-5 - 25351.925079/2020-86)
1.7817.0935.001-1 24 Meses
(10,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE.EVOH.PE/PCTFE TRANS X 7
1.7817.0935.002-1 24 Meses
(10,0 + 10,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE.EVOH.PE/PCTFE TRANS X 30
1.7817.0935.003-8 24 Meses
(10,0 + 20,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE.EVOH.PE/PCTFE TRANS X 7
1.7817.0935.004-6 24 Meses
(10,0 + 20,0) MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PE.EVOH.PE/PCTFE TRANS X 30
EMS S/A 57507378000365
aripiprazol 25351.565497/2019-76 08/2032
155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2299771/19-7
1.0235.1411.001-1 24 Meses
10 MG COM CT BL AL AL X 10
1.0235.1411.002-8 24 Meses
10 MG COM CT BL AL AL X 30
1.0235.1411.003-6 24 Meses
10 MG COM CT BL AL AL X 60
1.0235.1411.004-4 24 Meses
10 MG COM CT BL AL AL X 100
1.0235.1411.005-2 24 Meses
10 MG COM CT BL AL AL X 200
1.0235.1411.006-0 24 Meses
15 MG COM CT BL AL AL X 10
1.0235.1411.007-9 24 Meses
15 MG COM CT BL AL AL X 30
1.0235.1411.008-7 24 Meses
15 MG COM CT BL AL AL X 60
1.0235.1411.009-5 24 Meses
15 MG COM CT BL AL AL X 100
1.0235.1411.010-9 24 Meses
15 MG COM CT BL AL AL X 200
1.0235.1411.011-7 24 Meses
20 MG COM CT BL AL AL X 10
1.0235.1411.012-5 24 Meses
20 MG COM CT BL AL AL X 30
1.0235.1411.013-3 24 Meses
20 MG COM CT BL AL AL X 60
1.0235.1411.014-1 24 Meses
20 MG COM CT BL AL AL X 100
1.0235.1411.015-1 24 Meses
20 MG COM CT BL AL AL X 200
1.0235.1411.016-8 24 Meses
30 MG COM CT BL AL AL X 10
1.0235.1411.017-6 24 Meses
30 MG COM CT BL AL AL X 30
1.0235.1411.018-4 24 Meses
30 MG COM CT BL AL AL X 60
1.0235.1411.019-2 24 Meses
30 MG COM CT BL AL AL X 100
1.0235.1411.020-6 24 Meses
30 MG COM CT BL AL AL X 200
FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA 01440590000136
BICARBONATO DE SÓDIO
CPHD BICARBONATO DE SÓDIO 8,4 % 25351.248259/2007-65 03/2028
10207 ESPECÍFICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODOS ANALÍTICOS 4858683/21-8
1.3223.0107.001-1 12 Meses
84 MG/ML SOL HD CX BOMBO PLAS PEAD TRANS X 5000 ML
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ 33781055000135
canabidiol
CANABIDIOL FARMANGUINHOS 25351.225511/2021-16 05/2026
11539 PRODUTO DE CANNABIS - ALTERAÇÃO DE LAYOUT DA ROTULAGEM E EMBALAGEM 2563107/22-9
1.1063.0158.001-5 24 Meses
200 MG/ML SOL CT FR VD AMB X 30 ML + SER DOS
200 MG/ML
GEOLAB INDÚSTRIA FARMACÊUTICA S/A 03485572000104
ibuprofeno 25351.767269/2020-72 08/2032

155 GENERICO - REGISTRO DE MEDICAMENTO 2582855/20-0
1.5423.0333.001-8 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 4
1.5423.0333.002-6 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 8
1.5423.0333.003-4 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.5423.0333.004-2 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 12
1.5423.0333.005-0 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 16
1.5423.0333.006-9 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.5423.0333.007-7 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 36
1.5423.0333.008-5 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 40
1.5423.0333.009-3 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 60
1.5423.0333.010-7 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 100
1.5423.0333.011-5 30 Meses
400 MG CAP MOLE CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 180
HALEX ISTAR INDÚSTRIA FARMACÊUTICA SA 01571702000198
CLORIDRATO DE GRANISETRONA
QUEVATRYL 25351.000822/2019-50 08/2032
1456 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO DE FORMA FARMACÊUTICA NOVA NO PAÍS 0001639/19-0
1.0311.0185.001-3 24 Meses
0,06 MG/ML SOL INFUS IV CX ENVOL BOLS PLAS PES/PE/PP TRANS SIST FECH X 50 ML
HEEL DO BRASIL BIOMÉDICA LTDA 05994539000127
STRYCHNOS NUX-VOMICA L. + STRYCHNOS NUX-VOMICA L. + STRYCHNOS NUX-VOMICA L. + STRYCHNOS NUX-VOMICA L. + STRYCHNOS NUX-VOMICA L. + BRYONIA CRETICA L. + BRYONIA CRETICA L. + BRYONIA CRETICA L. + BRYONIA CRETICA L. + BRYONIA CRETICA L. + BRYONIA CRETICA L. + BRYONIA CRETICA L. + LYCOPODIUM CLAVATUM L. + LYCOPODIUM CLAVATUM L. + LYCOPODIUM CLAVATUM L. + LYCOPODIUM CLAVATUM L. + LYCOPODIUM CLAVATUM L. + CITRULLUS COLOCYNTHIS + CITRULLUS COLOCYNTHIS + CITRULLUS COLOCYNTHIS + CITRULLUS COLOCYNTHIS + ÁGUA PARA INJETÁVEIS
NUX VOMICA HOMACCORD 25351.308418/2005-26 02/2028
11373 DINAMIZADO - INCLUSÃO OU ALTERAÇÃO DO FABRICANTE DO INSUMO ATIVO 3229510/21-3
1.6198.0003.002-2 60 Meses
SOL INJ CT 10 AMP VD INC X 1,1ML
HERBARIUM LABORATORIO BOTANICO LTDA 78950011000120
CYNARA SCOLYMUS L.
ALCACHOFRA HERBARIUM 25351.011446/2003-61 05/2028
10649 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO DE TEXTO DE FOLHETO INFORMATIVO (QUE NÃO POSSUI FOLHETO PADRÃO) 5050479/21-7
1.1860.0042.002-5 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 45
1.1860.0042.003-3 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
1.1860.0042.004-1 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 15
1.1860.0042.005-1 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
1.1860.0042.006-8 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 30
1.1860.0042.007-6 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 100
1.1860.0042.008-4 24 Meses
400 MG COM REV CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 200
MARJAN INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA 60726692000181
Passiflora incarnata L. + CRATAEGUS RHIPIDOPHYLLA GAND. + SALIX ALBA L.
PASALIX 25001.007471/87 05/2030
10644 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE OU ALTERAÇÃO DOS CUIDADOS DE CONSERVAÇÃO 4125506/21-2
10646 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ATUALIZAÇÃO DE ESPECIFICAÇÕES E MÉTODO ANALÍTICO 4125470/21-8
10651 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO MODERADA DE EXCIPIENTE 4125461/21-9
10654 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL 4125478/21-3
10654 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL 4125484/21-8
10654 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL 4125501/21-1
10674 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - INCLUSÃO DE NOVO ACONDICIONAMENTO 4125465/21-1
1.0155.0098.005-9 36 Meses
100 MG + 30 MG + 100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.0155.0098.008-3 36 Meses
100 MG + 30 MG + 100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 10
1.0155.0098.009-1 36 Meses
100 MG + 30 MG + 100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.0155.0098.010-5 36 Meses
100 MG + 30 MG + 100 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 60
NATULAB LABORATÓRIO S.A 02456955000183
DORENXAQ 25351.701237/2021-95 08/2032
10490 SIMILAR - REGISTRO DE PRODUTO - CLONE 4399575/21-6
(150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR - 107256/01-1 - 25351.027360/01-08)
1.3841.0076.001-0 24 Meses
500 MG/ML SOL OR CT FR GOT PLAS OPC X 10 ML
DIPIRONA
1.3841.0076.002-9 24 Meses
500 MG/ML SOL OR CT FR GOT PLAS OPC X 20 ML
DIPIRONA
1.3841.0076.003-7 24 Meses
500 MG/ML SOL OR CT 50 FR GOT PLAS OPC X 10 ML
DIPIRONA
1.3841.0076.004-5 24 Meses
500 MG/ML SOL OR CT 50 FR GOT PLAS OPC X 20 ML
DIPIRONA
1.3841.0076.005-3 24 Meses
500 MG/ML SOL OR CT 200 FR GOT PLAS OPC X 10 ML
DIPIRONA
1.3841.0076.006-1 24 Meses
500 MG/ML SOL OR CT 200 FR GOT PLAS OPC X 20 ML
DIPIRONA
1.3841.0076.007-1 24 Meses
50 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 100 ML
DIPIRONA
1.3841.0076.008-8 24 Meses
50 MG/ML SOL OR CX 50 FR VD AMB X 100 ML
DIPIRONA
1.3841.0076.009-6 24 Meses
500 MG/ML SOL OR DISPLAY 50 FR GOT PLAS OPC X 10 ML + 50 BULAS
DIPIRONA
1.3841.0076.010-1 24 Meses
500 MG/ML SOL OR DISPLAY 50 FR GOT PLAS OPC X 20 ML + 50 BULAS
DIPIRONA
1.3841.0076.011-8 24 Meses
50 MG/ML SOL OR CT FR VD AMB X 100 ML + SER DOS
DIPIRONA
1.3841.0076.012-6 24 Meses
50 MG/ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 120 ML + SER DOS
DIPIRONA
1.3841.0076.013-4 24 Meses
50 MG/ML SOL OR CT FR PLAS AMB X 150 ML + SER DOS
DIPIRONA
1.3841.0076.014-2 24 Meses
50 MG/ML SOL OR CX 50 FR PLAS AMB X 120 ML + COP DOS
DIPIRONA
1.3841.0076.015-0 24 Meses
50 MG/ML SOL OR CX 50 FR PLAS AMB X 150 ML + COP DOS
DIPIRONA
1.3841.0076.016-9 24 Meses
500MG COM CT DISP 10 BL AL PLAS TRANS X 10
DIPIRONA
1.3841.0076.017-7 24 Meses
500MG COM CT DISP 20 BL AL PLAS TRANS X 10
DIPIRONA
1.3841.0076.018-5 24 Meses
500MG COM CT DISP 50 BL AL PLAS TRANS X 04
DIPIRONA
1.3841.0076.019-3 24 Meses
500MG COM CT DISP 50 BL AL PLAS TRANS X 10
DIPIRONA
1.3841.0076.020-7 24 Meses
500MG COM CX BL AL PLAS TRANS X 500
DIPIRONA
1.3841.0076.021-5 24 Meses
500MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 20
DIPIRONA
1.3841.0076.022-3 24 Meses
500MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
DIPIRONA
1.3841.0076.023-1 24 Meses
1 G COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 10
dipirona monoidratada
1.3841.0076.024-1 24 Meses
1 G COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 100
dipirona monoidratada
1.3841.0076.025-8 24 Meses
1 G COM CX BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 500
dipirona monoidratada
1.3841.0076.026-6 24 Meses
1 G COM CT BL AL PLAS PVC/PVDC TRANS X 20
dipirona monoidratada
NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A 56994502000130
ditosilato de lapatinibe
TYKERB 25351.594737/2016-02 10/2027
11023 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO DE LOCAL DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTO DE LIBERAÇÃO CONVENCIONAL 1382837/20-1
11047 RDC 73/2016 - NOVO - INCLUSÃO MAIOR DO PROCESSO DE PRODUÇÃO DO MEDICAMENTO 1382915/20-7
11107 RDC 73/2016 - NOVO - AMPLIAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO MEDICAMENTO 1409238/20-7
1.0068.1137.002-4 36 Meses
250 MG COM REV FR PLAS OPC X 70
PHARMASCIENCE INDUSTRIA FARMACEUTICA S.A 25773037000183
PEUMUS BOLDUS MOLINA
BIOHEPATON 25351.176531/2009-78 01/2030
10639 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - ALTERAÇÃO OU INCLUSÃO DE FABRICANTE DA MATÉRIA-PRIMA VEGETAL, QUANDO FOREM MANTIDAS AS ESPECIFICAÇÕES APROVADAS NO DOSSIÊ 5191631/21-2
1.1717.0074.001-6 24 Meses
0,07 ML/ML SOL OR CT 60 FLAC PLAS PP TRANS X 10 ML
1.1717.0074.002-4 24 Meses
0,07 ML/ML SOL OR CT 12 FLAC PLAS PP TRANS X 10 ML
1.1717.0074.003-2 24 Meses
0,07 ML/ML SOL OR CT FR PLAS PET AMB X 150 ML
PINUS INDUSTRIA QUIMICA E FARMACEUTICA LTDA 28938645000199
HAMAMELIS VIRGINIANA L.
MARAVILHA CURATIVA DO DR. HUMPHERYS 25351.256326/2004-72 07/2035
10690 PRODUTO TRADICIONAL FITOTERÁPICO - RENOVAÇÃO DE REGISTRO DE MEDICAMENTO 1111121/14-6
1.1384.0002.001-6 24 Meses
0,146 ML/150 ML SOL DERM FR PLAS PEAD OPC X 150 ML
SANTISA LABORATÓRIO FARMACÊUTICO S/A 04099395000182
DIAZEPAM 25351.202553/2009-10 05/2025
10953 RDC 73/2016 - GENÉRICO - AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE ESPECIFICAÇÃO 0078396/20-0
10956 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 0078254/20-8
10956 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 0078345/20-5
10956 RDC 73/2016 - GENÉRICO - MUDANÇA MAIOR DE MÉTODO ANALÍTICO 0078350/20-1
1.0186.0030.001-1 24 Meses
5 MG/ML SOL INJ IV/IM CX 100 AMP VD AMB X 2ML
NOME DA EMPRESA AUTORIZAÇÃO/CADASTRO - UF
NOME DO INSUMO NUMERO DO PROCESSO
ROTA
VENCIMENTO NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
ASSUNTO DESCRIÇÃO
BLAU FARMACÊUTICA S.A. 1.01637-7
FOSFATO DE CLINDAMICINA 25351.425752/2015-49
001
01/2023 15.1637.0148.002-1 48 Meses
10311 INSUMOS FARMACÊUTICOS ATIVOS - ALTERAÇÃO DE PRAZO DE VALIDADE
ANTIBIÓTICOS DO BRASIL LTDA 1.05562-2
CEFTAZIDIMA PENTAIDRATADA 25351.753817/2014-77
001
12/2021 15556200470021 24 MESES
10921 - INSUMOS FARMACÊUTICOS ATIVOS - OUTRAS ALTERAÇÕES PÓS-REGISTRO

PARTE 2

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.826, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
CIPLA BRASIL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA 18268051000164
MESILATO DE IMATINIBE
IMASIL 25351.001070/2020-88 08/2032
150 SIMILAR - REGISTRO DE MEDICAMENTO SIMILAR 0012103/20-7
100 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 30
400 MG COM REV CT FR PLAS PEAD OPC X 30
EMS S/A 57507378000365
CLORIDRATO DE PROPIVERINA
DETRUNORM 25351.685853/2019-77 08/2032
10464 MEDICAMENTO NOVO - REGISTRO ELETRÔNICO DE MEDICAMENTO NOVO 3282500/19-1
30 MG CAP DURA LIB PROL CT BL AL AL X 28

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.827, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos e insumos farmacêuticos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
EUROFARMA LABORATÓRIOS S.A. 61190096000192
cloridrato de amitriptilina 25351.222724/2002-23 10/2028
10088 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO - ANVISA 4583645/22-1
1.0043.0896.001-5 24 Meses
25 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
HEEL DO BRASIL BIOMÉDICA LTDA 05994539000127
Sépia succus + KALI BROMATUM + ACIDUM PHOSPHORICUM + IGNATIA AMARA + ZINCUM VALERIANICUM
NERVOHEEL N 25351.343421/2005-96 07/2028
1710 DINAMIZADO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO A PEDIDO 0308194/22-0
1.6198.0006.001-0 36 Meses
301,5 MG COM SUBL CT FR PLAS OPC X 50
LABORATÓRIO TEUTO BRASILEIRO S/A 17159229000176
DIPIRONA + CAFEÍNA + MALEATO DE CLORFENAMINA + DIPIRONA + DIPIRONA + DIPIRONA
NOGRIPE 25000.005811/98-32 12/2026
10087 SIMILARES - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO - ANVISA 4583851/22-8
1.0370.0345.001-1 24 Meses
250 MG + 30 MG (VERDE) + 250 MG + 2 MG (LARANJA) DRG CT 50 BL AL PLAS INC X 2 VERDE + 2 LARANJA 01
1.0370.0345.002-8 24 Meses
250 MG + 30 MG (VERDE) + 250 MG + 2 MG (LARANJA) DRG CT 25 BL AL PLAS INC X 2 VERDE + 2 LARANJA
1.0370.0345.003-6 24 Meses
250 MG + 30 MG (VERDE) + 250 MG + 2 MG (LARANJA) DRG CT 25 BL AL PLAS INC X 3 VERDE + 3 LARANJA
1.0370.0345.004-4 24 Meses
250 MG + 30 MG (VERDE) + 250 MG + 2 MG (LARANJA) DRG CT 50 BL AL PLAS INC X 3 VERDE + 3 LARANJA
1.0370.0345.005-2 24 Meses
250 MG + 30 MG (VERDE) + 250 MG + 2 MG (LARANJA) DRG CT 24 BL AL PLAS INC X 5 VERDE + 5 LARANJA
1.0370.0345.006-0 24 Meses
250 MG + 30 MG (VERDE) + 250 MG + 2 MG (LARANJA) DRG CT 48 BL AL PLAS INC X 5 VERDE + 5 LARANJA
1.0370.0345.007-9 24 Meses
250 MG + 30 MG (VERDE) + 250 MG + 2 MG (LARANJA) DRG CT 2 BL AL PLAS INC X 5 VERDE + 5 LARANJA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.828, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Medicamentos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. 61082426000207
ACIDO ACETILSALICILICO
AAS 25351.497156/2022-66 12/2029
11203 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (OPERAÇÃO COMERCIAL) 2463423/22-6
1.7817.0936.001-7 15 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.7817.0936.002-5 18 Meses
100 MG COM CT FR PLAS OPC X 120
1.7817.0936.003-3 15 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 200

MULTILAB INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA 92265552000905
naproxeno sódico 25351.065389/2022-01 06/2030
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0479653/22-4
1.1819.0351.001-2 24 Meses
275 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 2
1.1819.0351.002-0 24 Meses
275 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 4
1.1819.0351.003-9 24 Meses
275 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 5
1.1819.0351.004-7 24 Meses
275 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10
1.1819.0351.005-5 24 Meses
275 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.1819.0351.006-3 24 Meses
275 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60
1.1819.0351.007-1 24 Meses
275 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 100
1.1819.0351.008-1 24 Meses
275 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 200 (EMB FRAC)
1.1819.0351.009-8 24 Meses
275 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 500
1.1819.0351.010-1 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 2
1.1819.0351.011-1 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 4
1.1819.0351.012-8 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 5
1.1819.0351.013-6 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10
1.1819.0351.014-4 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.1819.0351.015-2 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60
1.1819.0351.016-0 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 100
1.1819.0351.017-9 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 200 (EMB FRAC)
1.1819.0351.018-7 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 500
TELMISARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA
Misacor HCT 25351.065390/2022-28 03/2028
1995 SIMILAR - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0479655/22-7
1.1819.0352.001-8 24 Meses
(40,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 10
1.1819.0352.002-6 24 Meses
(40,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 20
1.1819.0352.003-4 24 Meses
(40,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 30
1.1819.0352.004-2 24 Meses
(40,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 60
1.1819.0352.005-0 24 Meses
(40,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 90 (EMB FRAC)
1.1819.0352.006-9 24 Meses
(40,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 100
1.1819.0352.007-7 24 Meses
(40,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 200
1.1819.0352.008-5 24 Meses
(80,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 10
1.1819.0352.009-3 24 Meses
(80,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 20
1.1819.0352.010-7 24 Meses
(80,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 30
1.1819.0352.011-5 24 Meses
(80,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 60
1.1819.0352.012-3 24 Meses
(80,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 90 (EMB FRAC)
1.1819.0352.013-1 24 Meses
(80,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 100
1.1819.0352.014-1 24 Meses
(80,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 200
1.1819.0352.015-8 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 10
1.1819.0352.016-6 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 20
1.1819.0352.017-4 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 30
1.1819.0352.018-2 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 60
1.1819.0352.019-0 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 90 (EMB FRAC)
1.1819.0352.020-4 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 100
1.1819.0352.021-2 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 200
mirtazapina 25351.065391/2022-72 11/2028
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0479656/22-3
1.1819.0353.001-3 24 Meses
15 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 30
1.1819.0353.002-1 24 Meses
30 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 30
1.1819.0353.003-1 24 Meses
45 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 30
Linagliptina 25351.065397/2022-40 03/2023
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0479673/22-5
1.1819.0354.001-9 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.1819.0354.002-7 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.1819.0354.003-5 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 60

1.1819.0354.004-3 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 90
1.1819.0354.005-1 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 100
1.1819.0354.006-1 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 200
AMOXICILINA TRI-hIDRATADA
amoxicilina triidratada 25351.065400/2022-25 05/2027
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0479677/22-1
1.1819.0355.001-4 24 Meses
50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 80 ML + COP
1.1819.0355.002-2 24 Meses
50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 100 ML + COP
1.1819.0355.003-0 24 Meses
50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 150 ML + COP
1.1819.0355.004-9 24 Meses
100 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 150 ML + COP
1.1819.0355.005-7 24 Meses
100 MG/ML PO SUS OR CT 20 FR PLAS OPC X 150 ML + 20 COP
1.1819.0355.006-5 24 Meses
100 MG/ML PO SUS OR CT 40 FR PLAS OPC X 150 ML + 40 COP
1.1819.0355.007-3 24 Meses
100 MG/ML PO SUS OR CT 50 FR PLAS OPC X 150 ML + 50 COP
paracetamol + cafeína 25351.065401/2022-70 10/2029
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0479678/22-7
1.1819.0356.001-1 24 Meses
500 MG + 65 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20
1.1819.0356.002-8 24 Meses
500 MG + 65 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 120
1.1819.0356.003-6 24 Meses
500 MG + 65 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 200
paracetamol 25351.065402/2022-14 04/2027
1959 GENERICO - SOLICITAÇÃO DE TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE DE REGISTRO (INCORPORAÇÃO DE EMPRESA) 0479679/22-3
1.1819.0357.001-5 36 Meses
200 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 15 ML
1.1819.0357.002-3 24 Meses
750 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.1819.0357.003-1 24 Meses
750 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 100
1.1819.0357.004-1 24 Meses
750 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 200

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.829, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral de Medicamentos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 100, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor 90 (noventa) dias a partir da data de sua publicação.

NÉLIO CEZAR DE AQUINO

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOVA QUIMICA FARMACÊUTICA S/A 72593791000111
TELMISARTANA + HIDROCLOROTIAZIDA
Misacor HCT 25351.030092/2014-59 03/2028
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0448388/22-7
1.2675.0315.001-1 24 Meses
(40,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 10
1.2675.0315.002-8 24 Meses
(40,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 20
1.2675.0315.003-6 24 Meses
(40,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 30
1.2675.0315.004-4 24 Meses
(40,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 60
1.2675.0315.005-2 24 Meses
(40,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 90 (EMB FRAC)
1.2675.0315.006-0 24 Meses
(40,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 100
1.2675.0315.007-9 24 Meses
(40,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 200
1.2675.0315.008-7 24 Meses
(80,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 10
1.2675.0315.009-5 24 Meses
(80,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 20
1.2675.0315.010-9 24 Meses
(80,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 30
1.2675.0315.011-7 24 Meses
(80,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 60
1.2675.0315.012-5 24 Meses
(80,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 90 (EMB FRAC)
1.2675.0315.013-3 24 Meses
(80,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 100
1.2675.0315.014-1 24 Meses
(80,0 + 12,5) MG COM CT BL AL AL X 200
1.2675.0315.015-1 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 10
1.2675.0315.016-8 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 20
1.2675.0315.017-6 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 30
1.2675.0315.018-4 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 60
1.2675.0315.019-2 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 90 (EMB FRAC)
1.2675.0315.020-6 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 100
1.2675.0315.021-4 24 Meses
(80,0 + 25,0) MG COM CT BL AL AL X 200
Linagliptina 25351.044276/2017-05 03/2023
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0454685/22-0
1.2675.0314.001-4 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 10
1.2675.0314.002-2 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 30
1.2675.0314.003-0 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 60
1.2675.0314.004-9 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 90
1.2675.0314.005-7 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 100
1.2675.0314.006-5 24 Meses
5 MG COM REV CT BL AL AL X 200
paracetamol + cafeína 25351.137899/2018-01 10/2029
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0450769/22-4
1.2675.0367.001-3 24 Meses
500 MG + 65 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 20
1.2675.0367.002-1 24 Meses
500 MG + 65 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 120
1.2675.0367.003-1 24 Meses
500 MG + 65 MG COM REV CT BL AL PLAS OPC X 200
mirtazapina 25351.176276/2017-65 11/2028
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0448387/22-1
1.2675.0334.001-3 24 Meses
15 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 30
1.2675.0334.002-1 24 Meses
30 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 30
1.2675.0334.003-1 24 Meses
45 MG COM ORODISP CT BL AL AL X 30
AMOXICILINA TRI-hIDRATADA
amoxicilina triidratada 25351.176277/2017-18 05/2027
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0450793/22-2
1.2675.0281.001-6 24 Meses
50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 80 ML + COP
1.2675.0281.002-4 24 Meses
50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 100 ML + COP
1.2675.0281.003-2 24 Meses
50 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 150 ML + COP
1.2675.0281.004-0 24 Meses
100 MG/ML PO SUS OR CT 20 FR PLAS OPC X 150 ML + 20 COP
1.2675.0281.005-9 24 Meses
100 MG/ML PO SUS OR CT 40 FR PLAS OPC X 150 ML + 40 COP
1.2675.0281.006-7 24 Meses
100 MG/ML PO SUS OR CT 50 FR PLAS OPC X 150 ML + 50 COP
1.2675.0281.007-5 24 Meses
100 MG/ML PO SUS OR CT FR PLAS OPC X 150 ML + COP
paracetamol 25351.240245/2016-94 04/2027
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0450775/22-4
1.2675.0273.001-2 24 Meses
750 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 20
1.2675.0273.002-0 24 Meses
750 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 200
1.2675.0273.003-9 24 Meses
750 MG COM REV CT BL AL PLAS TRANS X 100
1.2675.0273.004-7 36 Meses
200 MG/ML SOL OR CT FR PLAS OPC GOT X 15 ML
naproxeno sódico 25351.546568/2016-99 06/2030
1429 GENERICO - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 0451113/22-5
1.2675.0392.001-1 24 Meses
275 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 2
1.2675.0392.002-8 24 Meses
275 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 4
1.2675.0392.003-6 24 Meses
275 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 5
1.2675.0392.004-4 24 Meses
275 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10
1.2675.0392.005-2 24 Meses
275 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.2675.0392.006-0 24 Meses
275 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60
1.2675.0392.007-9 24 Meses
275 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 100
1.2675.0392.008-7 24 Meses
275 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 200 (EMB FRAC)
1.2675.0392.009-5 24 Meses
275 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 500
1.2675.0392.010-9 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 2
1.2675.0392.011-7 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 4
1.2675.0392.012-5 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 5
1.2675.0392.013-3 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 10
1.2675.0392.014-1 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 20
1.2675.0392.015-1 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 60
1.2675.0392.016-8 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 100
1.2675.0392.017-6 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 200 (EMB FRAC)
1.2675.0392.018-4 24 Meses
550 MG COM REV CT BL AL PLAS PVDC TRANS X 500

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092
ACIDO ACETILSALICILICO
AAS 25351.411966/2019-38 12/2029
1990 SIMILAR - CANCELAMENTO DE REGISTRO DO MEDICAMENTO POR TRANSFERÊNCIA DE TITULARIDADE 2404531/22-1
1.8326.0386.001-4 15 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 30
1.8326.0386.002-2 18 Meses
100 MG COM CT FR PLAS OPC X 120
1.8326.0386.003-0 15 Meses
100 MG COM CT BL AL PLAS TRANS X 200

COORDENAÇÃO DE PESQUISA CLÍNICA EM MEDICAMENTOS E PRODUTOS BIOLÓGICOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.784, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIOSVAM MARTINS ALVES DE SOUSA

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
CE
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

EMS S/A - 57.507.378/0003-65
Trometamol cetorolaco / Butilbrometo de escopolamina
74/2022
25351.666950/2020-02 4433803/20-1
10750 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Sintético
25351.938467/2021-16 0320750/21-1
10482 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Medicamentos Sintéticos
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA - 51.780.468/0001-87
Selexipague
63/2018
25351.131939/2018-01 4339231/22-8
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
Teclistamabe
16/2022
25351.281398/2022-30 4520606/22-6
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
VAC31518
68/2022
25351.074912/2021-00 4271672/22-1
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
LEGRAND PHARMA INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA - 05.044.984/0001-26
Timolol+Brimonidina+Brinzolamida
63/2019
25351.600795/2017-58 3431135/21-1
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
QUINTILES BRASIL LTDA - 02.529.870/0001-88
Evobrutinibe
26/2018
25351.527408/2020-27 2796628/22-3
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
Trimodulina
91/2020
25351.113336/2022-04 4282807/22-4
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
PRODUTOS ROCHE QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS S.A. - 33.009.945/0001-23
RO7247669
71/2022
25351.240584/2022-19 4483992/22-8
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. - 10.588.595/0010-92
Rilzabrutinibe
2/2020
25351.471931/2019-58 1420926/22-8
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
ABBVIE FARMACÊUTICA LTDA. - 15.800.545/0001-50
Venetoclax
1/2016
25351.540699/2022-19 2708404/22-3
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
NOVARTIS BIOCIENCIAS S.A - 56.994.502/0001-30
Secuquinumabe
85/2016
25351.540631/2022-21 2708031/22-5
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
25351.785624/2015-25 4858804/21-1
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - 60.318.797/0001-00
Savolitinibe / Osimertinibe
69/2017
25351.199523/2019-63 4247533/22-3
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
PPD DO BRASIL SUPORTE A PESQUISA CLÍNICA LTDA - 00.251.699/0001-62
Inclacumab
46/2021
25351.199831/2021-11 4549988/22-8
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação
PHARMACEUTICAL RESEARCH ASSOCIATES LTDA - 03.762.871/0001-30
VX-147
75/2021
25351.021737/2022-21 4205123/22-1
10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento
GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA - 33.247.743/0001-10
Linerixibate
96/2021
25351.541957/2021-95 2708409/22-4
10820 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Alteração que potencialmente gera impacto na qualidade ou segurança do produto sob investigação

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.785, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Autorizar a implementação das petições relacionadas à Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, por decurso de prazo (art. 36, Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 09/2015), conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIOSVAM MARTINS ALVES DE SOUSA

ANEXO

NOME DA EMPRESA: RESOLUTION LATIN AMERICA PESQUISA CLÍNICA LTDA CNPJ: 14.946.877/0001-84
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL: Paltusotina
CE: 69/2019
NÚMERO DE PROCESSO: 25351.250100/2022-40 EXPEDIENTE: 1421179/22-3
ASSUNTO DE PETIÇÃO: 10483 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Medicamentos Sintéticos

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.786, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIOSVAM MARTINS ALVES DE SOUSA

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
MEDICAMENTO EXPERIMENTAL
NÚMERO DE PROCESSO EXPEDIENTE
ASSUNTO DE PETIÇÃO

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA - 60.318.797/0001-00
Savolitinibe
69/2017
25351.792842/2020-86 4530414/21-9
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico
CLINERGY HEALTH RESEARCH PESQUISA CLÍNICA LTDA - 35.800.857/0001-70
Deuterado de Enzalutamida
65/2021
25351.689755/2021-23 4319011/21-1
10824 - ENSAIOS CLÍNICOS - Emenda Substancial a Protocolo Clínico

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.787, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar o cancelamento a pedido das petições/processos relacionadas à Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIOSVAM MARTINS ALVES DE SOUSA

ANEXO

Razão Social - CNPJ	Nº de Processo	Expediente da petição/Processo	Expediente do Pedido de Cancelamento ou Exclusão	Assunto
33.247.743/0001-10	25351.692316/2018-01	0964442/18-3	**4537727/22-5**	10754 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em processo do Dossiê de Desenvolvimento Clínico de Medicamento (DDCM) - Produtos Biológicos
56.994.502/0001-30	25351.681601/2019-79	3260733/19-4	**4547856/22-2**	10482 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica - Medicamentos Sintéticos
60.831.658/0001-77	25351.432924/2021-55	3874524/21-1	**4552525/22-1**	10818 - ENSAIOS CLÍNICOS - Modificação de DDCM - Inclusão de protocolo de ensaio clínico não previsto no plano inicial de desenvolvimento

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.788, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, no uso das atribuições que lhe confere o art. 112, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar a exclusão de protocolos clínicos de petições/processos relacionadas à Coordenação de Pesquisa Clínica em Medicamentos e Produtos Biológicos, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CLAUDIOSVAM MARTINS ALVES DE SOUSA

ANEXO

Razão Social - CNPJ	Nº de Processo	Expediente da petição/Processo	Expediente do Pedido de Exclusão	Assunto
07.589.560/0001-72	25351.089984/2021-43	3213433/21-9	**4536551/22-1**	10478 - ENSAIOS CLÍNICOS - Anuência em Processo de Pesquisa Clínica de ORPC's - Produtos Biológicos

GERÊNCIA-GERAL DE PRODUTOS BIOLÓGICOS, RADIOFÁRMACOS, SANGUE, TECIDOS, CÉLULAS, ÓRGÃOS E PROD DE TERAPIAS AVAN

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.814, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 109, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Indeferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABRÍCIO CARNEIRO DE OLIVEIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

ASTRAZENECA DO BRASIL LTDA 60318797000100
VACINA COVID-19 (RECOMBINANTE)
VAXZEVRIA 25351.993005/2021-53 03/2024
11961 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 73. ALTERAÇÃO NAS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DO PRODUTO BIOLÓGICO TERMINADO (FECHADO OU APÓS ABERTO) OU DO PRODUTO BIOLÓGICO RECONSTITUÍDO OU DILUÍDO - MODERADA 3074323/21-1
1.1618.0284.001-2 6 Meses
SUS INJ CT FA VD TRANS X 2,5 ML
1.1618.0284.002-0 6 Meses
SUS INJ CT 10 FA VD TRANS X 2,5 ML
1.1618.0284.003-9 6 Meses
SUS INJ CT 50 FA VD TRANS X 2,5 ML

GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA 33247743000110
Toxóide diftérico + Toxóide Tetânico + Toxóide pertussis + Hemaglutinina Filamentosa + Pertactina
REFORTRIX 25351.025286/00-97 04/2026
11961 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 73. ALTERAÇÃO NAS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DO PRODUTO BIOLÓGICO TERMINADO (FECHADO OU APÓS ABERTO) OU DO PRODUTO BIOLÓGICO RECONSTITUÍDO OU DILUÍDO - MODERADA 4400160/21-6
1.0107.0161.001-0 36 Meses
SUS INJ CT SER PREENC VD TRANS X 0,5 ML
1.0107.0161.003-7 36 Meses
SUS INJ CT 10 FA VD TRANS X 0,5 ML

INSTITUTO BUTANTAN 61821344000156
Toxóide diftérico + Toxóide Tetânico + Toxóide pertussis + Hemaglutinina Filamentosa + Pertactina
VACINA ADSORVIDA DIFTERIA, TÉTANO E PERTUSSIS (ACELULAR) 25351.007531/2016-19 11/2026
11961 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 73. ALTERAÇÃO NAS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DO PRODUTO BIOLÓGICO TERMINADO (FECHADO OU APÓS ABERTO) OU DO PRODUTO BIOLÓGICO RECONSTITUÍDO OU DILUÍDO - MODERADA 4716008/21-0
1.2234.0046.001-4 36 Meses
SUS INJ IM CT 10 SER PREENCH VD TRANS X 0,5 ML
1.2234.0046.002-2 36 Meses
SUS INJ IM CT 10 FA VD TRANS X 0,5 ML

SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA FARMACÊUTICA LTDA 61286647000116
Etanercepte + Etanercepte
Erelzi 25351.401559/2016-09 12/2034
11961 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 73. ALTERAÇÃO NAS CONDIÇÕES DE ARMAZENAMENTO DO PRODUTO BIOLÓGICO TERMINADO (FECHADO OU APÓS ABERTO) OU DO PRODUTO BIOLÓGICO RECONSTITUÍDO OU DILUÍDO - MODERADA 3028291/21-8
1.0047.0629.001-1 36 Meses
25 MG SOL INJ CT BL PLAS X 1 SER VD PREENC C/ AGU X 0,5 ML
1.0047.0629.002-8 36 Meses
25 MG SOL INJ CT BL PLAS X 2 SER VD PREENC C/ AGU X 0,5 ML
1.0047.0629.003-6 36 Meses
25 MG SOL INJ CT BL PLAS X 4 SER VD PREENC C/ AGU X 0,5 ML
1.0047.0629.004-4 36 Meses
25 MG SOL INJ CT BL PLAS X 12 SER VD PREENC C/ AGU X 0,5 ML
1.0047.0629.005-2 36 Meses
50 MG SOL INJ CT BL PLAS X 1 SER VD PREENC C/ AGU X 1 ML
1.0047.0629.006-0 36 Meses
50 MG SOL INJ CT BL PLAS X 2 SER VD PREENC C/ AGU X 1 ML
1.0047.0629.007-9 36 Meses
50 MG SOL INJ CT BL PLAS X 4 SER VD PREENC C/ AGU X 1 ML
1.0047.0629.008-7 36 Meses
50 MG SOL INJ CT BL PLAS X 12 SER VD PREENC C/ AGU X 1 ML
1.0047.0629.009-5 36 Meses
50 MG SOL INJ CT 1 CAN PREENC X 1 ML + SIST APLIC PLAS
1.0047.0629.010-9 36 Meses
50 MG SOL INJ CT 2 CAN PREENC X 1 ML + SIST APLIC PLAS
1.0047.0629.011-7 36 Meses
50 MG SOL INJ CT 4 CAN PREENC X 1 ML + SIST APLIC PLAS
1.0047.0629.012-5 36 Meses
50 MG SOL INJ CT 12 CAN PREENC X 1 ML + SIST APLIC PLAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.815, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 109, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Deferir petições relacionadas à Gerência-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABRÍCIO CARNEIRO DE OLIVEIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

CSL BEHRING COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS LTDA 62969589000198
BERIPLEX P/N 25351.004382/01-73 07/2026
11948 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 58. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 1003352/21-1
1.0151.0117.003-7 36 Meses
250 UI PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS + DIL X 10 ML + DISP. TRANSF. C/ FILTRO
FATOR II DE COAGULAÇÃO + FATOR VII DE COAGULAÇÃO + FATOR IX DE COAGULAÇÃO + FATOR X DE COAGULAÇÃO + PROTEÍNA C + PROTEÍNA S
1.0151.0117.004-5 36 Meses
500 UI PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS + DIL X 20 ML + DISP. TRANSF. C/ FILTRO
FATOR II DE COAGULAÇÃO + FATOR VII DE COAGULAÇÃO + FATOR IX DE COAGULAÇÃO + FATOR X DE COAGULAÇÃO + PROTEÍNA S + PROTEÍNA C
1.0151.0117.005-3 36 Meses
1000 UI PO LIOF SOL INJ CT FA VD TRANS + DIL X 40 ML + DISP. TRANSF. C/ FILTRO
FATOR II DE COAGULAÇÃO + FATOR VII DE COAGULAÇÃO + FATOR IX DE COAGULAÇÃO + PROTEÍNA C + FATOR X DE COAGULAÇÃO + PROTEÍNA S

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ 33781055000135
golimumabe
BIO-MANGUINHOS GOLIMUMABE 25351.731238/2020-83 01/2031
11958 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 70. ALTERAÇÃO DO PRAZO DE VALIDADE DO PRODUTO TERMINADO - MODERADA 4040689/21-0
1.1063.0155.001-9 36 Meses
50 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC X 0,5 ML ACOP CAN APLIC C MANGA SEG
1.1063.0155.005-1 36 Meses
50 MG SOL INJ CT 1 SER PREENC X 0,5 ML

LABORATÓRIOS FERRING LTDA 74232034000148
DELTAFOLITROPINA
REKOVELLE 25351.396795/2016-05 10/2027
11908 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 22. ALTERAÇÃO NA ESPECIFICAÇÃO OU NO PROCEDIMENTO ANALÍTICO USADO PARA LIBERAÇÃO DA SUBSTÂNCIA ATIVA - MODERADA 3335912/21-1
1.2876.0020.004-7 36 Meses
33,3 MCG/ML SOL INJ CT 1 CAN APLIC PREENC VD INC X 0,36 ML + 3 AGU
1.2876.0020.005-5 36 Meses
33,3 MCG/ML SOL INJ CT 1 CAN APLIC PREENC VD INC X 1,08 ML + 6 AGU
1.2876.0020.006-3 36 Meses
33,3 MCG/ML SOL INJ CT 1 CAN APLIC PREENC VD INC X 2,16 ML + 9 AGU

MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. 03560974000118
pembrolizumabe
KEYTRUDA 25351.150453/2021-60 10/2026
11956 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 66. MODIFICAÇÃO NA EMBALAGEM PRIMÁRIA (POR EXEMPLO, NOVO REVESTIMENTO, TAMPA, TIPO DE VIDRO) - MODERADA 2838677/21-9
1.0171.0209.001-7 24 Meses
100 MG/ 4 ML SOL INJ CT FA VD INC X 4 ML

PFIZER BRASIL LTDA. 61072393000133
VACINA COVID-19
COMIRNATY 25351.023179/2021-57 02/2024
11930 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 41. ALTERAÇÃO DE INSTALAÇÃO DE FABRICAÇÃO DO PRODUTO TERMINADO - MAIOR 0516994/22-1
1.2110.0481.001-9 12 Meses
225 MCG SUS DIL INJ CT 195 FA VD INC X 0,45ML

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.816, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral de Produtos Biológicos, Radiofármacos, Sangue, Tecidos, Células, Órgãos e Produtos de Terapias Avançadas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 109, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar o registro sanitário de medicamentos, produtos biológicos e insumos farmacêuticos, ou de apresentações, conforme anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FABRÍCIO CARNEIRO DE OLIVEIRA

ANEXO

NOME DA EMPRESA CNPJ
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)
NOME DO MEDICAMENTO NUMERO DO PROCESSO VENCIMENTO DO REGISTRO
ASSUNTO DA PETIÇÃO EXPEDIENTE
NUMERO DE REGISTRO VALIDADE
APRESENTAÇÃO DO PRODUTO
PRINCIPIO(S) ATIVO(S)

JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA 54516661000101
FIBRINOGÊNIO + TROMBINA + CLORETO DE CÁLCIO
EVICEL 25351.707118/2008-79 12/2029
11985 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 85. CANCELAMENTO DE REGISTRO 4401566/22-6
1.1325.0093.001-5 24 Meses
KIT C/ 2 FA VD INC X 1 ML
1.1325.0093.002-3 24 Meses
KIT C/ 2 FA VD INC X 2 ML
1.1325.0093.003-1 24 Meses
KIT C/ 2 FA VD INC X 5 ML

SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. 10588595001092

alfaeftrenonacogue
ELPROLIX 25351.627078/2019-35 02/2026
11985 PRODUTOS BIOLÓGICOS - 85. CANCELAMENTO DE REGISTRO 4388329/22-0
1.8326.0410.001-3 48 Meses
250 UI PO LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS + SER PREENC DIL X 5 ML + ADAPT + CONJ INFUS + 2 LENÇOS + 2 CURATIVOS + GAZE
1.8326.0410.002-1 48 Meses
500 UI PO LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS + SER PREENC DIL X 5 ML + ADAPT + CONJ INFUS + 2 LENÇOS + 2 CURATIVOS + GAZE
1.8326.0410.003-1 48 Meses
1000 UI PO LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS + SER PREENC DIL X 5 ML + ADAPT + CONJ INFUS + 2 LENÇOS + 2 CURATIVOS + GAZE
1.8326.0410.004-8 48 Meses
2000 UI PO LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS + SER PREENC DIL X 5 ML + ADAPT + CONJ INFUS + 2 LENÇOS + 2 CURATIVOS + GAZE
1.8326.0410.005-6 48 Meses
3000 UI PO LIOF SOL INJ IV CT FA VD TRANS + SER PREENC DIL X 5 ML + ADAPT + CONJ INFUS + 2 LENÇOS + 2 CURATIVOS + GAZE

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 1.069 de 4 de abril de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 65, de 5 de abril de 2022, Seção 1, pág. 91,

Onde se lê:
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA 51780468000187
vacina covid-19 (recombinante) 25351.008911/2021-69 04/2032
1528 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO NOVO 8428554/21-1
1.1236.3438.001-0 24 Meses
1,0X10E11 VP/ML SUS INJ CT 10 FA VD TRANS X 2,5ML

Leia-se:
JANSSEN-CILAG FARMACÊUTICA LTDA 51780468000187
vacina covid-19 (recombinante) 25351.008911/2021-69 04/2025
1528 PRODUTO BIOLÓGICO - REGISTRO DE PRODUTO NOVO 8428554/21-1
1.1236.3438.001-0 24 Meses
1,0X10E11 VP/ML SUS INJ CT 10 FA VD TRANS X 2,5ML

RETIFICAÇÃO

Na Resolução-RE nº 2.576, de 8 de agosto de 2022, publicada no Diário Oficial da União n° 151, de 10 de agosto de 2022, seção 1, pág. 297,

Onde se lê:
"CNPJ: 56.994.502/0027-79"

Leia-se:
"CNPJ: 56.994.502/0001-30"

3ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE REGISTRO E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS FUMÍGENOS DERIVADOS OU NÃO DO TABACO

DESPACHO N° 85, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao disposto no art. 203, IV, do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Anular de ofício a Decisão nº 105/2019/GGTAB, de 06/09/2019, tornando sem efeito, ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE, a publicação referente ao Processo Administrativo Sanitário, no Despacho nº 124, de 04 de outubro de 2019, publicado no DOU nº 195, de 08/10/2019, Seção 1, pág. 56, ÚNICA E EXCLUSIVAMENTE, bem como o arquivamento do processo, conforme anexo.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

Autuado: Allan Fabiano da Silva
CPF: 073.307.567-33
Processo nº: 25069.052511/2019-61 - AIS: 015/2019
Expediente: 0080643/19-9

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.799, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Registro e Fiscalização de Produtos Fumígenos Derivados ou Não do Tabaco, no uso das atribuições que lhe confere o art. 127, aliado ao disposto no art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada nº 559, de 30 de agosto de 2021, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a Resolução-RE nº 2.098, de 24 de junho de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 119, de 27 de junho de 2022, Seção 1, pág. 147, exclusivamente para a decisão de indeferimento do registro do produto listado no anexo, em virtude da decisão de retratação frente ao recurso administrativo apresentado.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

STEFANIA SCHIMANESKI PIRAS

ANEXO

CONGO INDUSTRIA E COMERCIO DE CIGARROS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA
CNPJ: 12.011.627/0001-27
Marca: NEW YORK (cigarro com filtro)
Processo: 25351.551302/2022-14
Expediente: 2736709/22-6
Assunto: 6001 - Registro de Produto Fumígeno - Dados Cadastrais

GERÊNCIA-GERAL DE TECNOLOGIA DE PRODUTOS PARA SAÚDE

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.817, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Declarar o cancelamento de registro ou notificação de produtos para a saúde a pedido da empresa sob os números de registro/notificação constantes do anexo desta Resolução.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

CNPJ	Razão Social	Nº do Processo	Nº do Expediente	Nome Comercial	Nº do Registro
11405384000149	ALFA MED SISTEMAS MEDICOS LTDA	25351640973201418	4561093222	SISTEMA DE ULTRASOM DOPPLER CLARIS	80629370010
47411780000126	BACE COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA	25351365880201538	4592437226	VIVANOTEC	80170319027
61374161000130	BAUMER S.A.	25351183274200416	4567121224	FOCO CIRÚRGICO BAUMER - SÉRIE CENTRA	10345509011
21551379000106	BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA.	25351387211201561	4553655224	BD Kiestra InoqulA+	10033430703
21551379000106	BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA.	25351387257201500	4553762223	BD Kiestra ReadA Compact	10033439079
21551379000106	BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA.	25351489269201721	4553945226	MBT Galaxy HCCA Matrix IVD	10033430750
21551379000106	BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA.	25351489291201771	4553847226	MBT Galaxy	10033430751
27011022000103	BL INDÚSTRIA OTICA LTDA	250000292939743	4590181223	LENTES DE CONTATO OPTIMA FW BAUSCH & LOMB	10196150014
27011022000103	BL INDÚSTRIA OTICA LTDA	250000292959779	4590101225	SOFLENS STARCOLORS II (USO ANUAL)	10196150011
01513946000114	BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA	25351390691201602	4559074225	SISTEMA DE TRATAMENTO DE CÁLCULOS	10341350903
33131079000149	CARL ZEISS DO BRASIL LTDA	25351106591200591	4567937221	LAMPADA DE FENDA	10332039063
33131079000149	CARL ZEISS DO BRASIL LTDA	25351382840200896	4567477229	COLPOSCÓPIO	10332039068
33131079000149	CARL ZEISS DO BRASIL LTDA	25351704018200891	4567498221	Sistema INTRABEAM	10332030060
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351272179201518	4566034224	ESTIMULADOR NEUROMUSCULAR PORTÁTIL MACROLIFE	80070219022
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351362657201109	4566006229	CABO PACIENTE MD	80070219012
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351409115201168	4566004222	Cabo de Fibra Óptica MD	80070210027
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351432261201124	4565969229	BOMBA DE SUCÇÃO A PEDAL	80070219011
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351006660201426	4572378228	GEL CONDUTOR MD	80070210079
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351055106201263	4566709228	VÁLVULA PARA INCONTINENCIA URINÁRIA MD	80070210032
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351070470201239	4566767225	Viseira de Proteção Individual MD	80070210037
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351085910201267	4566832229	SISTEMA DE COLETA E SUCÇÃO DE FLUIDOS MD	80070210043
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351085960201256	4566811226	Escova Clover Brush	80070219013
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351115072201298	4566769221	FITA ADESIVA HIPOALÉRGICA MD	80070210039
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351115081201281	4566776224	FITA ADESIVA NÃO ELÁSTICA MD	80070210040
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351158909201208	4566884221	Bolsa de Gelo Instantâneo Descartável - MacroLife	80070210047
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351180356201228	4566964223	Muleta de Alumínio MacroLife	80070210049
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351205515201206	4566876221	Bolsa para Gelo MacroLife	80070210044
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351205519201212	4566846229	Bolsa Térmica de Gel MacroLife	80070210042
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351227902201381	4572363220	BOLSA PARA ÁGUA QUENTE MACROLIFE	80070210061
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351268590201251	4566983220	Curativo Adesivo Plástico MacroLife	80070210051

95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351268609201241	4567012229	Curativo Adesivo Tecido Elástico MacroLife	80070210052
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351277283201285	4566897223	Espaçador MacroLife	80070210048
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351316055201136	4566596226	GARROTE MD	80070219009
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351509121201214	4567018228	Colchão de Ar Bubble Pad	80070210053
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351552727201295	4567047221	Almofada de Ar Easy Pad	80070210054
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351565309201263	4572239221	MÁSCARA CPAP - MD	80070210056
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351614426201250	4572184220	GARROTE ELÁSTICO MD	80070210055
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351694237201143	4566660221	MALHA TUBULAR ORTOPÉDICO SINTÉTICA	80070210028
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351694244201188	4566679222	GESSO SINTÉTICO	80070210030
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351694247201165	4566673223	TALA ORTOPÉDICA SINTÉTICA	80070210029
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351777941201167	4566711220	IMOBILIZADOR ORTOPÉDICO PROWRAP	80070210035
95433397000111	COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA	25351779527201154	4566750221	LANCETA DE SEGURANÇA LITE-STIK	80070210036
07897039000100	DENTEMED EQUIPAMENTOS ODONTOLÓGICOS LTDA	25351019352201599	4566825226	CONJUNTO ODONTOLÓGICO DENTEMED MAGNUS DIAMOND	80349600004
02535707000128	DRAGER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	25351078229201044	4591593228	POLARIS FOCO CIRÚRGICO	10407370080
02535707000128	DRAGER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	25351167373201421	4591702227	VARIOLUX EXAMINATION LIGHT	10407379015
02535707000128	DRAGER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	25351769680200857	4591676224	UNIDADE DE SUPRIMENTO DE TERAPIA INTENSIVA	10407379007
29905551000186	EFE CONSULTORIA & IMPORTAÇÃO LTDA	25351319264200689	4565607220	OFTALMOSCOPIO INDIRETO HEINE	10243869010
69163970000104	EYETEC EQUIPAMENTOS OFTÁLMICOS INDústria COMércio importação e exportação LTDA	25351731878201422	4601797226	TOPÓGRAFO DE CÓRNEA	80042550009
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351041703201018	4548645220	PINÇA PARA BIÓPSIA DESCARTÁVEL	80050030049
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351572763201016	4548510221	DISPARADOR DE CÁPSULA	80050039006
82431784000177	GASTRO COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS DE EQUIPAMENTOS MEDICO HOSPITALARES LTDA	25351572797201071	4548560227	CESTA ROTATIVA 4 FIOS - BASKET	80050039007
00029372000140	GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	25351091454201299	4567083228	SISTEMA DE ULTRASSOM VSCAN	80071260186
00029372000140	GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA	25351469426201477	4567412224	SISTEMA DE ULTRASSOM VSCAN	80071260342
58188194000180	GN INJECTA IND. E COM. MAT. MÉD. CIR. ODONT. E DESCART. LTDA	25351385916201270	4569703225	PIEZON SYSTEMS	10223060048
06266318000103	INNOVA TECHNIK IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	25351228302201037	4565423229	FONTE DE LUZ XENON - SÉRIE FX	80351900004
06266318000103	INNOVA TECHNIK IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	25351228311201020	4565447226	FONTE DE LUZ XENON - SÉRIE MFX	80351900005
06266318000103	INNOVA TECHNIK IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	25351610168200834	4565384224	FONTE DE LUZ HALÓGENA (FONTE DE LUZ FRIA - SÉRIE FH)	80351900002
54516661000101	JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	250000225669756	4578249221	CIMENTO OSSEO DE GENTAMICINA CMW 1	10132590566
54516661000101	JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA	25351125907201045	4587438227	DISPOSITIVO DE APLICAÇÃO OMRIX	80145901250
71437917000104	KATAL BIOTECNOLOGICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	25351006611201171	4560172221	Glicose	10377390162
71437917000104	KATAL BIOTECNOLOGICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	25351256742201186	4560168222	CRYPTO/GIARDIA CEL	10377390163
71437917000104	KATAL BIOTECNOLOGICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	25351588229200961	4560213221	Calibradores - Hba1c	10377390142
84683556000110	KAVO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	25351116046201311	4571397229	INSTRUMENTOS DE MÃO ODONTOLÓGICA DE BAIXA ROTAÇÃO	10064010119
84683556000110	KAVO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	25351117892201361	4571348221	TURBINA	10064010112
84683556000110	KAVO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	25351678979201723	4572172226	SMARTMATIC ENDO	10064010245
84683556000110	KAVO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	25351678984201736	4572243229	SMARTmatic PROPHY	10064010247
84683556000110	KAVO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	25351678985201781	4572264221	SMARTmatic	10064010248
84683556000110	KAVO DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA	25351678991201738	4572206224	SMARTmatic Peça Reta	10064010246
59231530000193	KOLPLAST C I S.A.	25351007392201630	4569458223	MONITOR FETAL CARDIOTOCOGRAFO	10237610121
59231530000193	KOLPLAST C I S.A.	25351353561201389	4569332223	DOPPLER FETAL	10237610092
59231530000193	KOLPLAST C I S.A.	25351353583201371	4569221221	ULTRASSOM KLP 3000	10237610097
01005728000179	LABOR IMPORT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	25351150994201166	4594951224	SONDA DE FOLEY COM BALÃO LABOR IMPORT	10369460070
31673254000102	LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A	25351049032200900	4561530226	FONTE DE LUZ PARA ENDOSCOPIA AESCULAP	80136990631
31673254000102	LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A	25351351969201620	4561437227	CARRINHO PARA VIDEOCIRURGIA	80136999048
31673254000102	LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A	25351586321201498	4561545224	CÂMERA FULL HD PARA VIDEOCIRURGIA	80136990809
07668811000104	LB DIAGNÓSTICA COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA epp	25351000595201056	4601235224	Corante Ponceau S	80332010010
07668811000104	LB DIAGNÓSTICA COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA epp	25351000608201081	4601252224	Solução ClearAid	80332010012
07668811000104	LB DIAGNÓSTICA COMERCIO DE PRODUTOS MÉDICOS HOSPITALARES LTDA epp	25351573667201520	4601259221	Analisador spife	80332010044
01298443000173	MAGNAMED TECNOLOGIA MEDICA S/A	25351561475201069	4586142221	MAGNAFLOW GERADOR DE FLUXO	80659169001
07581009000182	MAIS MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	25351140048201044	4589985221	ADESIVO FOTOPOLIMERIZÁVEL DE ALTA PERFORMANCE	80316910018
07581009000182	MAIS MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	25351186029201161	4590253224	PASTILHAS PARA LIMPEZA DE APARELHOS ODONTOLÓGICOS MÓVEIS	80316910019
07581009000182	MAIS MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	25351248133201082	4589975224	BRAQUETES ORTODÔNTICOS	80316910017
07581009000182	MAIS MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	25351248174201089	4590262223	CIMENTO IONOMÊRICO DE VIDRO SUMO	80316910020
33069212000184	MERCK S/A	25351128196201176	4575372225	Kit para determinação de homocisteína	80141300395
33069212000184	MERCK S/A	25351357459200899	4575400224	100777 CULT-DIP PLUS	80141300382
33069212000184	MERCK S/A	25351719123200914	4575314228	Meios de cultura seletivos Merck	80141300389
66581935000117	MONTSERRAT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	25351006443201166	4594949222	CATETER PARA EMBOLECTOMIA	80153030044
66581935000117	MONTSERRAT COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	25351147682201173	4577636229	AGULHA HIPODÉRMICA DESCARTÁVEL MISAWA	80153030046
07499258000123	MP - COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	25351323331201040	4542646225	TRO-DONORSET BR	80305560030
07499258000123	MP - COMÉRCIO DE MATERIAIS HOSPITALARES LTDA	25351470725201010	4542608222	EQUIPO ENDOVENOSO FOTOSSENSÍVEL	80305560020
60409075000152	NESTLE BRASIL LTDA	25351814989200859	4552051228	BOMBA PARA ALIMENTAÇÃO ENTERAL COMPAT	80062870003
60409075000152	NESTLE BRASIL LTDA	25351144442201705	4550798228	Equipos Bomba Ella	80062870004
60409075000152	NESTLE BRASIL LTDA	25351821028200826	4551176224	EQUIPO ENTERAL PARA BOMBA DE INFUSÃO COMPAT	80062870001
55983274000130	OLIDEF CZ IND COM APARELHOS HOSPITALARES LTDA	250000070469236	4572759227	COMPRESSOR	10227180013
55983274000130	OLIDEF CZ IND COM APARELHOS HOSPITALARES LTDA	25351415753201588	4572801221	INCUBADORA DE TRANSPORTE	10227180038
55983274000130	OLIDEF CZ IND COM APARELHOS HOSPITALARES LTDA	25351756509201481	4572864220	Aspirador Cirurgico	10227189012
04930429000139	PHADIA DIAGNOSTICOS LTDA	25351255721200781	4589915221	IMMUNOCAP SPECIFIC IgG4 CONJUGATE	80254180089
04930429000139	PHADIA DIAGNOSTICOS LTDA	25351280750200781	4590020225	IMMUNOCAP SPECIFIC IgG4 CALIBRATORS	80254180090
04930429000139	PHADIA DIAGNOSTICOS LTDA	25351281230200795	4590119228	IMMUNOCAP SPECIFIC IgG4 CURVE CONTROLS	80254180091
58295213000178	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	25351043309201408	4554117225	EQUIPAMENTO DE RAIO-X	10216710274
58295213000178	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	25351044295201444	4554123220	EQUIPAMENTO DE RAIO-X	10216710287
58295213000178	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	25351080866200550	4553747220	SISTEMA DE ULTRA-SOM iE33 - MARCA PHILIPS	10216710151
58295213000178	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	25351147827200469	4553717228	Desfibrilador HeartStart MRx, marca PHILIPS	10216710136
58295213000178	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	25351160883201495	4554187226	SISTEMA DE FISIOMONITORAÇÃO	10216710290
58295213000178	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	25351310522201663	4554269224	Sistema de Biópsia DS Breast 16 1.5T	10216710340
58295213000178	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	25351385803201324	4553475226	SISTEMA DE BIOPSIA 1.5T 7CH	10216710278
58295213000178	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	25351386028201324	4553530222	EQUIPAMENTO DE RAIO-X PARA DIAGNOSTICO JUNO DRF	10216710270

58295213000178	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	25351386395201300	4553424221	SISTEMA DE BIOPSIA 3.0T 7CH	10216710279
58295213000178	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	25351432034201421	4553881226	SISTEMA DE BIÓPSIA BREAST 7 1.5T	10216710307
58295213000178	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	25351432047201421	4554230229	SISTEMA DE BIÓPSIA BREAST 7 3.0T	10216710308
58295213000178	PHILIPS MEDICAL SYSTEMS LTDA	25351540703201251	4553525226	Sistema de Tratamento de Ultrassom Sonalleve MR-HIFU	10216710231
68434992000107	PRAXIS COMERCIO E REPRESENTAÇÕES COMERCIAIS LTDA	25351617554200950	4542908221	COLCHÃO INFLÁVEL ARIES	10335100014
02126465000119	RESPIRATORY CARE HOSPITALAR LTDA	25351720562201771	4579109221	MONITOR DESFIBRILADOR	80113010036
30280358000186	ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA	25351809113201072	4552958222	Cobas b 123 AutoQC pack Level 2	10287410923
30280358000186	ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA	25351809115201021	4552976221	Cobas b 123 AutoQC pack Bi-Level	10287410924
00986846000142	ST. JUDE MEDICAL BRASIL LTDA.	25351671764201781	4554358225	CardioMEMS - Sistema de Medição de Pressão para Insuficiência Cardíaca	10332340431
03009915000156	VARIAN MEDICAL SYSTEMS BRASIL LTDA	25351176520200927	4566706223	ACELERADOR LINEAR CLINAC CX TM	10405410017
03009915000156	VARIAN MEDICAL SYSTEMS BRASIL LTDA	25351355368200819	4566671227	ACELERADOR LINEAR NOVALIS Tx	10405410016
03009915000156	VARIAN MEDICAL SYSTEMS BRASIL LTDA	25351412537200582	4572408223	SISTEMA DE RADIOTERAPIA VARIAN	10405410011
03009915000156	VARIAN MEDICAL SYSTEMS BRASIL LTDA	25351505903201080	4566001228	ACUITY IX	10405410018

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.818, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições de cancelamento de registro ou notificação a pedido da empresa, relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo, considerando que os registros/notificações já se encontram expirados ou cancelados.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

CNPJ	Razão Social	Nº do Processo	Nº do Expediente	Nome Comercial	Nº do Registro
07581009000182	MAIS MATERIAIS ODONTOLÓGICOS LTDA	25351499416200995	4589943226	BRAQUETE ORTODÔNTICO	80316910016

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.819, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)
Agilent technologies brasil ltda / 03.290.250/0001-00
Família de Marcador de Carcinoma Geral - Dako Omnis
25351.024309/2022-50 / 80000230083
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 4206995225
BIOSUL PRODUTOS DIAGNOSTICOS LTDA - ME / 05.905.525/0001-90
HIV 1 e 2
25351.500318/2022-51 / 80474870107
8433 - IVD - Registro de produto / 2478323224
Toxo IgG/IgM
25351.511742/2022-21 / 80474870108
8433 - IVD - Registro de produto / 2540434222
Dengue IgG/IgM
25351.500316/2022-61 / 80474870106
8433 - IVD - Registro de produto / 2478317220
Cepheid Brasil Importação, Exportação e Comércio de Produtos de Diagnósticos ltda / 18.628.083/0001-23
Xpert® Xpress CoV-2/Flu/RSV plus
25351.042948/2022-05 / 81062710050
8433 - IVD - Registro de produto / 0335424225
DIAGNÓSTICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - ME / 11.462.456/0001-90
D-dímero RAPID TEST
25351.531063/2022-78 / 80638720221
8433 - IVD - Registro de produto / 2685519220
DKT DO BRASIL PRODUTOS DE USO PESSOAL LTDA / 38.756.680/0001-40
PRUDENCE TEXTURIZADO INTENSO
25351.855913/2021-40 / 10208250054
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 4671044212
PRUDENCE
25351.049960/2021-51 / 10208250053
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 3127890216
HELCA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE MATERIAL CIRÚRGICO LTDA / 00.004.286/0001-83
PARAFUSO TOOL PRO EM TITÂNIO NÃO ESTÉRIL
25351.357498/2021-63 / 10242780146
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 3734120211
JJGC INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE MATERIAIS DENTÁRIOS S.A. / 00.489.050/0001-84
Pilares provisórios em titânio Straumann
25351.504127/2022-68 / 10344420418
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2518409221
MINDRAY DO BRASIL COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA. / 09.058.456/0001-87
Ventilador
25351.281371/2022-47 / 80943610160
8052 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Equipamentos para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 4520526224
Penumbra Latin America Distribuidora de Equipamentos e Produtos Médicos Ltda / 21.873.761/0001-28
Sistema de Aspiração INDIGO - CAT 8 angulado
25351.843310/2021-03 / 81248520037
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico / 2957292214
QR CONSULTING, IMPORTACAO E DISTRIBUICAO DE PRODUTOS MEDICOS LTDA / 19.933.144/0001-29
Implantes Laminares Oculfit
25351.578011/2021-84 / 81325990206
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 4157691218
ROCHE DIAGNÓSTICA BRASIL LTDA / 30.280.358/0001-86
Família Elecsys HSV-1 IgG
25351.548719/2022-91 / 10287411615
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 2728936222
Família Elecsys HSV-2 IgG
25351.548720/2022-16 / 10287411616
8017 - IVD - Registro de produtos importados em família / 2728939227
Smith & Nephew Comércio de Produtos Médicos Ltda. / 13.656.820/0001-88
Parafusos QFX Smith & Nephew
25351.057251/2022-21 / 80804050329
80093 - MATERIAL - Registro de Família de Material Implantável em Ortopedia / 0433239223
VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
Sistema de monitoramento central
25351.232159/2022-56 / 80102512867
80273 - EQUIPAMENTO - Registro de Família de Software Médico / 4475266221
Nº de Processos : 17
Total de Empresas : 13

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.820, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Deferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O carregamento de instruções de uso no repositório documental de dispositivos médicos, disponível no portal da Anvisa, é obrigatório e deve ser executado pela empresa responsável pela regularização do produto, a qual consente que seu conteúdo guarda concordância com a legislação vigente e consistência com o produto regularizado, de acordo com o §4º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Parágrafo único. O carregamento citado no caput deverá ser realizado em até 30 (trinta) dias após a conclusão favorável da petição que implique mudança nas instruções de uso, de acordo com §6º do art. 3º da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 431, de 13 de outubro de 2020.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)
A& B - PRODUTOS DE SAUDE EIRELI - ME / 09.514.629/0001-24
Instrumentos Odontológicos Articulados Aragão
25351.191705/2022-91 / 81481070052
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4543858227
AGE HOSPITALAR LTDA / 13.038.445/0001-02
AGESANI - Gaze de Rayon com AGE
25351.145125/2016-13 / 81042040003
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4550536225
Agesani Solução de PHMB
25351.619564/2019-80 / 81042040004
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4550601229
AGESANI PLUS com Copaiba e Melaleuca
25351.506585/2015-62 / 81042040002
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4548314221
AGESANI AGE
25351.427977/2014-73 / 81042040001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4548039227
ALPHALIFE MATERIAIS MÉDICO HOSPITALARES LTDA. / 12.456.120/0001-87
TAMPÃO NASAL EXPANDINGSPIGGLE - PVA CELULOSE OXIDADA COM VIA AÉREA
25351.228497/2022-93 / 80926159017
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4543954221
ATLÂNTICO MEDICINA ESPECIALIZADA LTDA / 33.344.678/0001-40
CÂNULA ECOGÊNICA PARA BLOQUEIO DE NERVOS - EASYPRO

25351.583884/2020-28 / 81937610002
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4595621229
AUTO SUTURE DO BRASIL LTDA. / 01.645.409/0001-28
Sensores Flexíveis de SpO2 Nellcor - FlexMax
25351.601845/2017-14 / 10349000595
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 4547189224
Sistema de Ventilação Puritan Bennett 980
25351.151828/2015-95 / 10349000483
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 4566411221
BACE COMÉRCIO INTERNACIONAL LTDA / 47.411.780/0001-26
PROXIMEL SILICONE
25351.524963/2020-05 / 80170310096
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 2721785220
BARD BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA A SAÚDE LTDA. / 10.818.693/0001-88
XenMatrix
25351.007157/2014-52 / 80689090051
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4476411221
XenMatrix
25351.007157/2014-52 / 80689090051
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4476424223
XenMatrix
25351.007157/2014-52 / 80689090051
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 4476434221
BIOTECH VISION CARE OFTALMOLOGIA BRASIL LTDA / 19.443.989/0001-36
BIOSIL - OLÉO DE SILICONE
25351.365717/2017-11 / 81478170000
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4475040214
BIOSIL - OLÉO DE SILICONE
25351.365717/2017-11 / 81478170000
80240 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou Condições de armazenamento ou transporte do produto / 4475058217
LENTE EYECRYL PHAKIC
25351.335466/2019-92 / 81478170010
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 3028751211
BIOSIL - OLÉO DE SILICONE
25351.365717/2017-11 / 81478170000
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4475038212
BRAINCARE DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO TECNOLOGICA S.A. / 19.614.974/0001-93
SISTEMA DE MONITORAMENTO DA PRESSÃO INTRACRANIANA NÃO INVASIVA SEM FIO
25351.574796/2018-11 / 81157910004
80221 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de partes e acessórios / 4558832225
CARDINAL HEALTH DO BRASIL LTDA. / 19.585.158/0001-07
Cateter Balão PTCA NEON NC
25351.669537/2021-72 / 81356112394
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 4577697221
DR IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO LTDA / 17.634.786/0001-00
Protetor de mão contra radiação Secure Touch
25351.189046/2022-23 / 80991380063
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4583112222
E TAMUSSINO E CIA LTDA / 33.100.082/0001-03
STENT METALICO AUTO-EXPANSIVEL DE DESENHO BILIAR
25351.051349/2004-92 / 10212990157
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4472474228
FRESENIUS HEMOCARE BRASIL LTDA. / 49.601.107/0001-84
FAMÍLA DE REAGENTES RH-HR MONOCLONAIS
25351.137517/2004-36 / 10154450109
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 4207020221
FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ / 33.781.055/0001-35
KIT MOLECULAR SC2 (E/N)
25351.005051/2022-92 / 80142170052
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 4213760228
FX MATERIAIS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 37.754.899/0001-48
EQUIPO MACROGOTAS
25351.044852/2022-73 / 82325039028
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 0971432224
HIGIE PLUS COTTONBABY INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA / 95.837.316/0001-49
ISABABY CURATIVOS
25351.189048/2022-12 / 80613650012
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4583436229
IMPACTO PRODUTOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA - ME / 08.311.856/0001-90
BEDFIX - RESTRITOR PARA PACIENTE ADULTO; INFANTIL, NEONATAL E SLIM
25351.738608/2009-41 / 80358749002
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4334747229
INALTEX INDUSTRIA BRASILEIRA LTDA / 37.868.913/0001-34
oba gel
25351.162235/2022-59 / 82316209002
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4579498227
prelude gel
25351.162236/2022-01 / 82316209003
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4579434221
prosex gel
25351.162233/2022-60 / 82316209001
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4579481222
INJET MED INDUSTRIA, COMERCIO, IMPORTACAO E EXPORTACAO DE PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA / 22.391.828/0001-50
SONDA gÁSTRICA lEVINE iNJETMED
25351.150037/2022-42 / 81247759002
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4585308228
Isomedical Comercial Ltda / 00.757.668/0001-88
CATETER BALÃO INTRA-AÓRTICO (IAB) ARROW - FIBEROPTIX
25351.010616/2014-98 / 80004970002
80216 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão da indicação e finalidade de uso, tipo de operador ou paciente ou ambiente de utilização / 4559555221
JOHNSON & JOHNSON DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 54.516.661/0001-01
CABOS DE INTERFACE BIOSENSE WEBSTER
25351.565479/2013-69 / 80145901486
80218 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração técnica / 4577444227
IMPLANTE PARA REPARAÇÃO DE MENISCO OMNISPAN
25351.537069/2011-13 / 80145901459
80246 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Prazo de validade do produto e/ou condições de armazenamento e/ou transporte / 4339417225
CABOS DE INTERFACE BIOSENSE WEBSTER
25351.565479/2013-69 / 80145901486
80216 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão da indicação e finalidade de uso, tipo de operador ou paciente ou ambiente de utilização / 4577453226
LABORATÓRIOS B. BRAUN S/A / 31.673.254/0001-02
ELC- Endo Grampeador Linear Cortante e Cargas
25351.333386/2020-36 / 80136990959
80236 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências ou precauções / 4528346220
PROSPACE PEEK-CAGESPARA COLUNA LOMBAR
25351.147836/2009-64 / 80136990666
80251 - MATERIAL ORTOPEDIA - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de indicação de uso, modo de uso, contraindicações, eventos adversos, advertências e/ou precauções / 4326388227
ELC- Endo Grampeador Linear Cortante e Cargas
25351.333386/2020-36 / 80136990959
80233 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de material em família / 4528372229
LABTEST DIAGNOSTICA S/A / 16.516.296/0001-38
QUALITROL CK
25351.042787/2006-21 / 10009010120
8008 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Composição de produtos ou modelos de instrumentos / 0154777221
LAS - LATIM AMERICAN SOLUTIONS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA. / 09.183.319/0001-74
Instrumental Não Articulado Não Cortante Titânio
25351.209305/2018-63 / 80517190015
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4586069226
MARDEN MEDICAL LTDA / 40.220.751/0001-38
Kit Scraper Fast Marden
25351.270391/2022-92 / 82209529067
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4585540224
Kit RRM Standard
25351.270393/2022-81 / 82209529068
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4585517220
Kit Scraper Plus Marden
25351.270399/2022-59 / 82209529070
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4585627223
KIT SCRAPER DUO MARDEN
25351.270394/2022-26 / 82209529069
8037 - MATERIAL - Cancelamento de registro ou notificação - ANVISA / 4585522226
MJS INDUSTRIA E COMERCIO DE MATERIAIS PARA SAUDE LTDA ME / 24.752.361/0001-52
Cimento PBS CIMMO®
25351.489444/2017-80 / 81518240001
8032 - MATERIAL - Revalidação de Registro de Família / 4234190226
Nanosens Ltda / 25.407.581/0001-01
CORIS Bioconcept® COVID-19 Ag Respi-Strip
25351.481490/2020-36 / 81546350007
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 4194594228
SIEMENS HEALTHCARE DIAGNÓSTICOS LTDA / 01.449.930/0001-90
Família ADVIA Centaur HBc Total 2 (HBcT2)
25351.040724/2020-99 / 10345162404
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 0452539226
SKINSTORE S.A. / 12.979.552/0001-72
I-thread
25351.559777/2016-09 / 80781300002
8419 - MATERIAL - Retificação - Correção pela ANVISA / 4578224225
STRYKER DO BRASIL LTDA / 02.966.317/0001-02
SISTEMA DE DESTACAMENTO
25351.684557/2012-89 / 80005430291
80217 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de software (novas indicações e funcionalidades) / 4469972227
SURGITEC COMERCIO E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS MEDICOS E HOSPITALARES LTDA - ME / 24.684.423/0001-36
KIT DESC DISC
25351.496193/2020-95 / 81469780042
80215 - EQUIPAMENTO - Alteração de registro - Aprovação requerida - Acréscimo de equipamento em família de equipamentos de médio e pequeno portes / 4547302221
VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
OCLUSORES PARA REPARO DE DEFEITOS CARDÍACOS
25351.330534/2010-34 / 80102510966
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 4358572228
ePlex Respiratory Pathogen Panel 2 (ePlex RP2 Panel)
25351.691985/2020-71 / 80102512614
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 1378621221
Nº de Processos : 51
Total de Empresas : 32

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.821, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Indeferir as petições relacionadas à Gerência-Geral de Tecnologia de Produtos para a Saúde, conforme anexo.

Art. 2° O motivo do indeferimento do processo/petição será disponibilizado por meio de ofício eletrônico, encaminhado para a caixa postal da empresa solicitante no sistema Solicita, que pode ser acessado por meio do link: https://solicita.anvisa.gov.br/.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME COMERCIAL
NUMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)
ABBOTT LABORATÓRIOS DO BRASIL LTDA / 56.998.701/0001-16
HI-TORQUE PILOT GUIDE WIRE
25351.641427/2017-60 / 80146502161
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4387224227
BELLE ARTI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 08.244.232/0001-05
PIGMENTO PARA MICROPIGMENTAÇÃO
25351.538400/2016-06 / 80485730022
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 4370143224
BOSTON SCIENTIFIC DO BRASIL LTDA / 01.513.946/0001-14
DC Bead
25351.447952/2021-77 / 10341350998
80242 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Local de fabricação - Inclusão ou alteração de unidade fabril / 1664087220
HOSPITAL UNIVERSITÁRIO WALTER CANTIDIO / 07.272.636/0002-12
WOLF MASK
25351.077364/2022-42 /
8049 - EQUIPAMENTO - Registro de Equipamento para Saúde, de Médio e Pequeno Porte / 0543518228
MOBIUS LIFE SCIENCE INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS PARA LABORATORIOS LTDA / 04.645.160/0002-20
KIT XGEN MASTER SARAMPO - Kit Master para Quantificação do Vírus do Sarampo
25351.029104/2021-80 / 82020460001
8444 - IVD - Alteração de registro - Aprovação requerida - Informações do dossiê técnico de produtos: indicação de uso ou uso pretendido; instruções de uso (exceto interferentes e limitações); amostras biológicas; desempenho analítico (exceto interferentes e limitações); estabilidade; conservação e prazo de validade; desempenho clínico; processo de fabricação / 4201041221
PRATIXIA DERMO SOLUÇÕES LTDA - ME / 82.466.434/0001-46
SUTURA BIOFILS PLA/CL
25351.188986/2021-14 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 1004910210
SUTURA BIOFILS PDO
25351.188989/2021-58 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 1004919213
TERUMO BCT TECNOLOGIA MÉDICA LTDA. / 10.141.389/0001-49
Kit de Acessório para PMO Spectra Optia
25351.096958/2015-39 / 80554210046
80237 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração/inclusão de apresentação comercial / 4462018227
Kit de Acessório para PMO Spectra Optia
25351.096958/2015-39 / 80554210046
80235 - MATERIAL - Alteração de registro - Aprovação requerida - Alteração de informações do dossiê técnico / 4462044226
VR MEDICAL IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 04.718.143/0001-94
COMPONENTES PROTÉTICOS NORIS MEDICAL
25351.511305/2022-15 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2537750227
PILARES DE ZIRCÔNIA À BASE DE TITÂNIO NORIS MEDICAL
25351.511306/2022-51 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2537753221
ZIMMER BIOMET BRASIL LTDA / 02.913.684/0001-48
SISTEMA DE PLACAS E PARAFUSOS MALPS PARA PEQUENOS E GRANDES FRAGMENTOS
25351.347055/2021-64 /
80097 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material Implantável em Ortopedia / 3719715211
ZIMVIE BRASIL COMÉRCIO, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS MÉDICOS LTDA / 08.954.683/0001-28
CopiOs Extend
25351.511307/2022-04 /
8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico / 2537756226
Nº de Processos : 13
Total de Empresas : 10

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.822, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral substituto de Tecnologia de Produtos para Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o art. 121, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1° Publicar a desistência a pedido dos expedientes de produtos para a saúde sob o número de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do art. 51 da Lei nº 9.784, de 1999.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

AUGUSTO BENCKE GEYER

ANEXO

Razão Social - CNPJ	Nº do Processo	Expediente do Pedido de Desistência	Expediente da Petição	Assunto
MEDSTAR IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO EIRELI - 03.580.620/0001-35	25351.522351/2022-31	4494074/22-2	2656815/22-2	8029 - MATERIAL - Registro de Famílias de Material de Uso Médico

RETIFICAÇÃO

Na Resolução - RE nº 1.154, de 3 de maio de 2018, publicada em DOU nº 86 de 7 de maio de 2018, Seção 1, página 53 e em suplemento, página 24.

Onde se lê:
MEDTRONIC COMÉRCIO LTDA 1.03391-9
Estabilizador de Tecido 25351.212474/2018-81
Estabilizador de Tecido Octopus 4.3
FABRICANTE: MEDTRONIC, INC. - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
...
CLASSE: II 10339190724
80008 - MATERIAL - Cadastro de Sistema de Material de Uso Médico Importado

Leia-se:
MEDTRONIC COMÉRCIO LTDA 1.03391-9
Estabilizador de Tecido 25351.212474/2018-81
Estabilizador de Tecido Octopus 4.3
FABRICANTE: MEDTRONIC, INC. - ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
...
CLASSE: IV 10339190724
8543 - MATERIAL - Registro de Sistema de Material de Uso Médico

GERÊNCIA-GERAL DE TOXICOLOGIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.830, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Publicar a desistência a pedido dos expedientes de agrotóxicos e afins, sob o nº de expedientes constantes do anexo desta Resolução, nos termos do Art. 51 da Lei nº 9.784 de 1999.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO DESISTIDA; EXPEDIENTE DESISTIDO; EXPEDIENTE DO PEDIDO DE DESISTÊNCIA

OURO FINO QUIMICA LTDA - 09.100.671/0001-07
LUTHER
25351.014827/2021-08
5097 - REGISTRO SIMPLIFICADO NÍVEL I - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE; 3044813/21-8; 4587110/22-1
KANSAS
25351.014816/2021-07
5097 - REGISTRO SIMPLIFICADO NÍVEL I - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE; 3044802/21-6; 4587112/22-4

TRADECORP DO BRASIL COMERCIO DE INSUMOS AGRICOLAS LTDA. - 04.997.059/0001-57
AEGIS
25351.023674/2019-05
5106 - REGISTRO SIMPLIFICADO NÍVEL II - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE; 0037037/19-3; 4604068/22-4

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. - 02.974.733/0001-52
CONCRETO
25351.164700/2006-76
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS; 220586/06-6; 4564801/22-8
DIGNUS
25351.032796/2018-48
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE; 0043964/18-9; 4556988/22-5
PORTERO
25351.067664/2003-51
5002 - PRODUTO FORMULADO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO JÁ REGISTRADO NO PAÍS; 253515/03-7; 4564954/22-9
TOPLUS
25351.518083/2009-58
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE; 671948/09-1; 4565076/22-5

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.831, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a RESOLUÇÃO-RE Nº 2.740, DE 18 DE AGOSTO DE 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 159 de 22 de agosto de 2022 na página 263 da Seção 1, única e exclusivamente para os processos listados abaixo:

ALLIERBRASIL AGRONOMIA LTDA. - 02.850.049/0001-69
AZOXI CROP 250 SC
25351.018998/2021-03
5106 - REGISTRO SIMPLIFICADO NÍVEL II - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 4323941/21-1
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.832, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar a avaliação toxicológica preliminar para fins de Registro Especial Temporário (RET).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

EMPRESA/CNPJ
PROCESSO
FASE DO EXPERIMENTO

ADAMA BRASIL S/A - 02.290.510/0001-76
25351.152762/2022-55
FASE II

CORTEVA AGRISCIENCE DO BRASIL LTDA. - 61.064.929/0001-79
25351.216251/2022-79
FASE I

DOW AGROSCIENCES INDUSTRIAL LTDA - 47.180.625/0001-46
25351.216198/2022-14
FASE I

SYNCROS ASSESSORIA E COMERCIO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS LTDA - 06.876.953/0001-02

25351.230567/2022-73
FASE I
25351.230643/2022-41
FASE I
25351.230711/2022-71
FASE I
25351.230714/2022-13
FASE I
25351.230721/2022-15
FASE I
25351.231046/2022-33
FASE I
25351.231132/2022-46
FASE I
25351.231310/2022-39
FASE I
25351.231430/2022-36
FASE I
25351.231433/2022-70
FASE I
25351.231713/2022-88
FASE I
25351.231787/2022-14
FASE I

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.833, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato deste informe de avaliação toxicológica não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)
CLASSIFICAÇÃO TOXICOLÓGICA

D VERDE AGRO INDUSTRIAL LTDA / 06.330.512/0001-00
LUFENURON TÉCNICO DVERDE
25351.237208/2020-85
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 0964312/20-4
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

FMC QUÍMICA DO BRASIL LTDA. / 04.136.367/0001-98
DIFENOCONAZOL TÉCNICO FMC
25351.317092/2016-07
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 2229871/16-2
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

HELM DO BRASIL MERCANTIL LTDA / 47.176.755/0001-05
DIFENOCONAZOLE L TÉCNICO HELM
25351.445868/2016-04
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 2422409/16-1
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

GOWAN PRODUTOS AGRICOLAS LTDA / 67.148.692/0001-90
SCATTO
25351.428143/2010-80
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 559926/10-1
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

LEMMA AGRONEGOCIOS IMPORTACAO E EXPORTACAO LTDA / 11.351.422/0001-28
LUFENURON TÉCNICO SINO-AGRI
25351.229474/2022-04
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 6181263/21-7
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

NATURACIDE DO BRASIL COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA / 36.404.472/0001-57
PROGRANIC INSECT OUT
25351.078060/2022-01
5084 - PRODUTO BIOQUÍMICO NOVO - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO COM INGREDIENTE ATIVO (BIOQUÍMICO) AINDA NÃO REGISTRADO NO PAÍS, 0551272/22-8
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

NORTOX S/A / 75.263.400/0001-99
PIRACLOSTROBIN TÉCNICO NORTOX II
25351.002611/2016-93
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1572144/16-2
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

PIRLAQUIM BR COMERCIAL LTDA / 00.642.795/0001-31
LUFENUROM TÉCNICO PILARQUIM
25351.714799/2019-84
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 3424152/19-6
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

PROREGISTROS CONSULTORIA LTDA / 05.617.846/0001-99
DIFENOCONAZOLE TÉCNICO LIMIN
25351.738211/2019-88
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 3546414/19-5
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

SIPCAM NICHINO BRASIL S.A. / 23.361.306/0001-79
EPIK
25351.722473/2014-66
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1063514/14-9
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSA DANO AGUDO
SOCKER
25351.362198/2016-77
5065 - PRODUTO FORMULADO COM BASE EM PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 2298427/16-5
CATEGORIA 4 - PRODUTO POUCO TÓXICO

TOYOBO DO BRASIL PRODUTOS BIOLÓGICOS LTDA / 31.359.178/0001-57
BEMIZAI
25351.172531/2022-68
5064 - PRODUTO FITOSSANITÁRIO APROVADO PARA AGRICULTURA ORGÂNICA - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA DE PRODUTO BASEADO EM ESPECIFICAÇÃO DE REFERÊNCIA, 4392754/22-7
CATEGORIA 5 - PRODUTO IMPROVÁVEL DE CAUSAR DANO AGUDO

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. / 02.974.733/0001-52
ISOXAFLUTOLE TÉCNICO UPL
25351.711821/2015-28
5041 - PRODUTO TÉCNICO EQUIVALENTE, 1010572/15-7
O PERFIL TOXICOLÓGICO FOI CONSIDERADO EQUIVALENTE AO PRODUTO TÉCNICO DE REFERÊNCIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.834, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral de Toxicologia no uso das atribuições que lhe confere o art.114, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Aprovar os atos de avaliação toxicológica para fins de pós-registro de produtos agrotóxicos, componentes e afins, identificados no anexo, com o respectivo resultado da análise.

Art. 2º A publicação do extrato desta avaliação de resíduos não exime a requerente do cumprimento das demais avaliações procedidas pelos órgãos responsáveis pelas áreas de agricultura e de meio ambiente, conforme legislação vigente no país, aplicável ao objeto do requerimento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ALEXANDRE OLIVEIRA GOMES

ANEXO

RAZÃO SOCIAL/CNPJ
MARCA COMERCIAL
NÚMERO DO PROCESSO
PETIÇÃO(ÕES)/EXPEDIENTE(S)

ADAMA BRASIL S/A / 02.290.510/0001-76
BLINDADO TOV
25351.728856/2017-41
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 2989756/22-1

BASF S/A / 48.539.407/0001-18
ENTRIGRIS
25351.313052/2018-05
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4205809/22-1

CORTEVA AGRISCIENCE DO BRASIL LTDA. / 61.064.929/0001-79
DERMACOR
25351.589028/2011-65
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 2989290/22-2

CROPCHEM LTDA / 03.625.679/0001-00
CHARRUA 430 SC
25351.080335/2014-15
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4226218/22-1

IHARABRAS S.A INDÚSTRIAS QUÍMICAS / 61.142.550/0001-30
FUSÃO EC
25351.012223/2014-99
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4206058/22-9

LANDEVO QUÍMICA DO BRASIL LTDA / 18.546.389/0001-30
FERTOX
25000.027615/96-66
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 3252558/22-0

RAINBOW DEFENSIVOS AGRÍCOLAS LTDA / 10.486.463/0001-69
COFENRIN
25351.287193/2019-62
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 4206048/22-3

ROTAM DO BRASIL AGROQUÍMICA E PRODUTOS AGRICOLAS / 05.772.606/0001-69
ATITUDE GOLD 750 WG
25351.278685/2018-86
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 2738967/22-1

UPL DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE INSUMOS AGROPECUÁRIOS S.A. / 02.974.733/0001-52
OMITE 720 CE
25351.319780/2005-22
5000 - AVALIAÇÃO TOXICOLÓGICA PARA INCLUSÃO DE CULTURAS, 3910917/21-6

GERÊNCIA DE PRODUTOS DE HIGIENE, PERFUMES, COSMÉTICOS E SANEANTES

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.835, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Deferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSE VIANA OTTONI

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

ALGSUN INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS EIRELI - ME / 25.066.271/0001-70

ALGSUN UP! FPS 80 FACE
25351.552594/2022-02 / 418210011
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2738852/22-0

CCD COSM CIENTIFICA DERM COMERCIO E INDUSTRIA LTDA / 40.367.856/0001-14
PHOTOAGE BRUMA AOX FPS 50 DERMAGE
25351.548272/2022-51 / 217170270
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 2727502/22-2

CIMED INDUSTRIA S.A / 02.814.497/0001-07
AFFAST AEROSSOL REPELENTE DE INSETOS
25351.884745/2021-08 /
2721 - REG. COSMÉTICOS - Desistência de petição/processo a pedido / 4508982/22-1

LIMPEMAX INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA. EPP / 10.172.355/0001-11
GEL ANTISSÉPTICO LIMPEMAX
25351.613676/2021-41 / 282470001
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4229323/21-2

MARGY COSMETICOS LTDA - ME / 12.119.356/0001-28
ALCOOL GEL CACAU
25351.082988/2022-81 / 267200004
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4238852/22-2
ALCOOL GEL BABAÇU
25351.083078/2022-16 / 267200005
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4239072/22-1

NATUPHITUS INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA / 73.697.666/0001-14
PROTETOR SOLAR SPRAY CORPORAL COCO FPS 30 OH SUN
25351.271358/2022-80 / 219280626
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1534539/22-1
PROTETOR SOLAR LABIAL FPS 30 OH SUN
25351.271411/2022-42 / 219280627
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1534750/22-3
PROTETOR SOLAR SPRAY CORPORAL PITANGA FPS 30 OH SUN
25351.271415/2022-21 / 219280628
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1534760/22-9
PROTETOR SOLAR FACIAL FPS 40 OH SUN
25351.271453/2022-83 / 219280629
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1534894/22-5

NUTRACOM INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 25.859.018/0001-74
AFFAST AEROSSOL REPELENTE DE INSETOS
25351.639085/2018-07 / 204900110
2721 - REG. COSMÉTICOS - Desistência de petição/processo a pedido / 4508687/22-9
AFFAST AEROSSOL REPELENTE DE INSETOS
25351.639085/2018-07 / 204900110
235 - REG. COSMÉTICOS - Cancelamento de Registro do Produto a Pedido / 4508699/22-7

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.836, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Indeferir os registros e as petições dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSE VIANA OTTONI

ANEXO

NOME DA EMPRESA / CNPJ
NOME DO PRODUTO E MARCA
NÚMERO DO PROCESSO / REGISTRO
PETIÇÃO(ÕES) / EXPEDIENTE(S)

BIOMED PRODUTOS MEDICOS LTDA / 47.394.135/0001-42
GELMED
25351.879829/2021-11 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 3041587/21-1

EMCS INDUSTRIA LTDA / 07.307.698/0001-31
Hidróxido de Cálcio Anuar
25351.067663/2021-98 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 4938503/21-2

Indústria de Cosméticos Vale Petro Eireli / 16.974.554/0001-20
ÁLCOOL EM GEL FACILITE 70º INPM C/ HIDRATANTE
25351.080734/2022-29 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 0566927/22-5

PHISALIA PRODUTOS DE BELEZA LTDA / 46.278.537/0001-19
GEL REPELENTE DE INSETOS TRÁ LÁ LÁ KIDS
25351.143801/2016-31 / 200430415
255 - REG. COSMÉTICOS - Retificação de Publicação de Registro / 4541566/22-2
SPRAY REPELENTE DE INSETOS TRÁ LÁ LÁ KIDS
25351.143907/2016-16 / 200430416
255 - REG. COSMÉTICOS - Retificação de Publicação de Registro / 4541610/22-1

SOLLIS PERFUMES E COSMÉTICOS LTDA-EPP / 09.424.674/0001-98
Gel Higienizante para Mãos Bio Swip
25351.222693/2022-54 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1286228/22-1
Gel Antisséptico para as mãos Melissa
25351.252874/2022-13 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 1436225/22-1

UNI-TECH PRODUTOS QUIMICOS LTDA / 37.164.818/0001-50
ÁLCOOL GEL ALCUORE
25351.212842/2021-96 /
287 - REG. COSMÉTICOS - Registro de Produto - Nacional / 3445141/21-5

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.838, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente de Produtos de Higiene, Cosméticos, Perfumes e Saneantes, no uso das atribuições que lhe confere o art. 129, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art.1º Cancelar os processos dos produtos de higiene pessoal, cosméticos e perfumes, conforme relação anexa.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RODRIGO JOSE VIANA OTTONI

ANEXO

NOME DA EMPRESA/ AUTORIZAÇÃO
NOME DO PRODUTO E MARCA
NUMERO DE PROCESSO

A J COSMETICOS LTDA - ME/ 2.06998-4
RECONSTRUTOR SANA LIGHT WISSAM NATURELLE
25351.054532/2021-41

BASTON INDÚSTRIA DE AEROSSOIS LTDA/ 2.05717-7
ÓLEO ESSENCIAL DE MELALEUCA - PHYTOTERÁPICA
25351.038045/2018-87

BIOCLEAN COMERCIAL EIRELI/ 2.04504-4
GEL DE CONTATO POTENCIALIZADOR - FLÉR
25351.711103/2015-39
GEL DE CONTATO 8 ATIVOS - FLÉR
25351.377623/2014-34
---
depimaxx cosmética ltda - epp/ 2.06101-4
Loção Fortificante Capilar Trinoxidiu - Spartan For Men
25351.233634/2022-10

ITC COSMÉTICOS LTDA - EPP/ 2.08563-3
ATIVADOR INGEL MAXX ZERO STEP 2 - FOREVER LISS
25351.131309/2022-13
MÁSCARA CAPILAR ZERO ULTRA HIDRATANTE - FOREVER LISS
25351.097902/2022-15

LA BONNIE IMP, EXP, INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA/ 4.00058-5
Proshape Ondasoft 1 - Itely Hair Fashion
25351.186862/2021-02
Proshape Ondasoft 2 - Itely Hair Fashion
25351.186863/2021-49

NATURAL D´GAIA EXPORTAÇÃO INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA - ME/ 2.04158-0
ÓLEO ESSENCIAL ORGÂNICO LEMONGRASS PHYTOTERAPICA
25351.354342/2017-15
PHYTOTERAPICA ÓLEO ESSENCIAL MANDARINA VERMELHA - ORGÂNICO
25351.735884/2019-86

PACK FOR YOU INDUSTRIA E COMERCIO DE COMESTICOS LTDA - EPP/ 2.09442-1
PROTEIN SMOOTHING BLEND DE PROTEÍNA MÁSCARA CAPILAR LET ME BE
25351.619791/2021-20
---
phytotraTha cosmeticos ltda/ 2.03883-7
PHYTOTERAPICA ÓLEO ESSENCIAL MELALEUCA
25351.640158/2013-91

2K COSMÉTICOS EIRELI/ 4.03617-5
NANO BLOND PROTEIN
25351.871429/2021-68
NANO GOLD PROTEIN
25351.871362/2021-61

4ª DIRETORIA
GERÊNCIA-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.768, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Fabricante: Acist Medical Systems, Inc.
Endereço: 7905 Fuller Road, Eden Prairie, Minnesota, 55344, Estados Unidos da América
Solicitante: Bracco Imaging do Brasil Importação e Distribuição de Medicamentos Ltda.
CNPJ: 10.742.412/0004-01
Autorização de Funcionamento: 8.05.803-2 Expediente: 0673712/22-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV e Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Creganna Medical
Endereço: Parkmore West, Galway, H91 VN 2T, Irlanda
Solicitante: Boston Scientific do Brasil Ltda CNPJ: 01.513.946/0001-14
Autorização de Funcionamento: 1.03.413-5 Expediente: 4356880/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Edwards Lifesciences Costa Rica S.R.L.
Endereço: Zona Franca La Lima, de la entrada de Pequeño Mundo 100 mts oeste y 200mts sur, Finca 31 y 32, Guadalupe, 55987, Cartago, Costa Rica
Solicitante: Edwards Lifesciences Comércio de Produtos Médico-Cirúrgicos Ltda. CNPJ: 05.944.604/0001-00
Autorização de Funcionamento: 8.02.190-5 Expediente: 0333716/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Instrumentation Laboratory Co.
Endereço: 180 Hartwell Road, Bedford, MA, 01730, Estados Unidos da América
Solicitante: Werfen Medical Ltda CNPJ: 02.004.662/0001-65
Autorização de Funcionamento: 8.00.036-1 Expediente: 7220270/21-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

---
Fabricante: Lifetech Scientific (Shenzen) Co., Ltd.
Endereço: Floor 1-5, Cybio Electronic Building, Langshan 2nd Street, North Area of High-tech Park, Nanshan District, Shenzhen, Guangdong, 518057, China
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 04.718.143/0001-94
Autorização de Funcionamento: 8.01.025-1 Expediente: 0359001/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes de risco III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Lutronic Corporation
Endereço: Lutronic Center, 219, Sowon-Ro, Deogyang-Gu, Goyang-Si, Gyeonggi-Do, 412-220, Coreia do Sul
Solicitante: Skintec Comercial Importadora e Exportadora Ltda CNPJ: 01.915.618/0001-44
Autorização de Funcionamento: 1.03.436-5 Expediente: 0811146/22-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Medtronic Neuromodulation
Endereço: 7000 Central Avenue N.E., Minneapolis, Minnesota, 55432, Estados Unidos da América
Solicitante: Auto Suture do Brasil Ltda CNPJ: 01.645.409/0001-28
Autorização de Funcionamento: 1.03.490-0 Expediente: 8469616/21-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Micro-Tech (Nanjing) Co., Ltd.
Endereço: nº 199 Medicine Valley Avenue, Nanjing National Hi-Tech Industrial Development Zone, 210032 Nanjing, Jiangsu Province, China
Solicitante: Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares Ltda CNPJ: 04.967.408/0001-98
Autorização de Funcionamento: 8.01.175-8 Expediente: 8429730/21-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III e equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: New Deantronics Taiwan Ltd.
Endereço: 9F-12F, nº 51, Sec. 4, Zhongyang Rd., Tucheng Dist., New Taipei City, 236, Taiwan
Solicitante: Comercial Nacional de Produtos Hospitalares Ltda CNPJ: 00.142.916/0001-86
Autorização de Funcionamento: 1.03.426-0 Expediente: 0307425/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Q-Med AB
Endereço: Seminariegatan 21, Uppsala, 75228, Suécia
Solicitante: Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares Ltda CNPJ: 04.967.408/0001-98
Autorização de Funcionamento: 8.01.175-8 Expediente: 0883835/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: RaySearch Laboratories AB (publ)
Endereço: Eugeniavägen 18, Estocolmo, 113 68, Suécia
Solicitante: Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares Ltda CNPJ: 04.967.408/0001-98
Autorização de Funcionamento: 8.01.175-8 Expediente: 4518838/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Sedecal - Sociedad Espanola de Eletromedicina Y Calidade S.A.
Endereço: Calle Pelaya, 9 - 13, Poligono Industrial Rio de Janeiro - Algete - Madrid, 28110, Espanha
Solicitante: Siemens Healthcare Diagnósticos Ltda. CNPJ: 01.449.930/0001-90
Autorização de Funcionamento: 1.03.451-6 Expediente: 0566528/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Shimadzu Corporation
Endereço: 1 Nishinokyo, Kuwabaracho, Nakagyo-ku, Kyoto, 604- 8511, Japão
Solicitante: Shimadzu do Brasil Comércio Ltda CNPJ: 58.752.460/0001-56
Autorização de Funcionamento: 1.03.690-1 Expediente: 0516157/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Systagenix Wound Management Limited
Endereço: Gargrave, North Yorkshire, BD23 3RX, Reino Unido
Solicitante: K.C.I. Brasil Importadora e Distribuidora de Produtos para a Saúde Ltda CNPJ: 10.918.419/0001-80
Autorização de Funcionamento: 8.06.249-6 Expediente: 0811049/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa
---
Fabricante: Zimmer Manufacturing B.V.
Endereço: Turpeaux Industrial Park, Road 1, Km. 123.4, Building 2, Mercedita, 00715-0261, Porto Rico
Solicitante: Zimmer Biomet Brasil Ltda CNPJ: 02.913.684/0001-48
Autorização de Funcionamento: 8.00.446-8 Expediente: 0715719/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por informações provenientes de autoridades regulatórias e de organismos auditores terceiros reconhecidos pela Anvisa

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.792, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; e

considerando a necessidade de alteração na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Mico Biomed Co., Ltd., publicada pela Resolução RE nº 1.437 de 04 de maio de 2022, no Diário Oficial da União nº. 86, de 09 de maio de 2022, Seção 1, pág. 107 de Goyazes Biotecnologia Ltda., CNPJ nº 05.658.906/0001-11, para Bio Brasil Biotecnologia Ltda., CNPJ: 10.942.372/0001-90, conforme expedientes nº 4398772/21-9 e 4296869/22-1.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.793, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: Grossmed Comercial de Produtos Médicos Ltda CNPJ: 05.022.522/0001-08
Endereço: Rua Sete Povos, 330 Sala 1201 e 1202, Marechal Rondon., Canoas - RS CEP: 92020-340
Autorização de Funcionamento: 8012264 Expediente: 1185783/22-9
Certificado de Boas Práticas de Distribuição e Armazenagem: Produtos para Saúde.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.794, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Fabricante: Aristotech Industries GmbH
Endereço: Alt Lankwitz 102, Berlim, 12247 - Alemanha
Solicitante: Helca Importação, Exportação e Comércio de Material Cirúrgico Ltda. CNPJ: 00.004.286/0001-83
Autorização de Funcionamento: 1024278 Expediente: 0243353/22-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Co-Diagnostics, Inc.
Endereço: 2401 South Foothill Drive, Suite D, Salt Lake City, Utah, 84109 - Estados Unidos da América
Solicitante: Equilíbrio Comércio de Produtos Farmacêuticos Eirelli EPP CNPJ: 05.215.461/0001-03
Autorização de Funcionamento: 8058951 Expediente: 0883958/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Kreidler Medizintechnik GmbH
Endereço: Faulenbach Strasse 19, Wurmlingen, Baden - Wuerttemberg, 78573 - Alemanha
Solicitante: Technicare Instrumental Cirúrgico Ltda. CNPJ: 29.316.502/0001-08
Autorização de Funcionamento: 1021055 Expediente: 0392029/22-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

Fabricante: Parenteral Solutions Industry Vioser SA
Endereço: Trikalon - Larissas RD (9th km), Taxiarches P.O.,Trikala, 42100 - Grécia
Solicitante: BL Indústria Ótica Ltda CNPJ: 27.011.022/0001-03
Autorização de Funcionamento: 8013606 Expediente: 4798960/21-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeções anteriores e abordagem baseada em risco.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.795, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Conceder às empresas constantes no anexo a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.

Art. 2º A presente certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir de sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: EFF Dental Componentes Ltda - ME CNPJ: 14.776.044/0001-12
Endereço: Rua Caio Graco n° 105/109, Vila Romana, São Paulo - SP CEP: 05044-000
Autorização de Funcionamento: 8094113 Expediente: 0581974/22-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: GM dos Reis Indústria e Comércio Ltda CNPJ: 60.040.599/0001-19
Endereço: Av. Pierre Simon de Laplace nº 600 Lote 3, Q. F, Quarteirão 9677, Techno Park, Campinas - SP CEP: 13069-320
Autorização de Funcionamento: 1024770 Expediente: 0811062/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

Empresa: MTC Medical Comércio Industria Importação e Exportação de Produtos Biomédicos Ltda CNPJ: 08.996.736/0001-73
Endereço: Rua JM-03 esquina com Rua JM-01 - Setor Sul Jamil Miguel, Anápolis - GO CEP: 75115-320
Autorização de Funcionamento: 8043437 Expediente: 2344285/21-1
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Subsidiado por relatório de inspeção, requisito necessário para decisão do ato.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.796, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; e

considerando o descumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação, ou o descumprimento dos procedimentos de petições submetidas à análise, preconizados em legislação vigente, resolve:

Art. 1º Indeferir o Pedido de Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde das empresas constantes no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: Laboratório Termofrio Importação e Exportação Ltda - EPP CNPJ: 00.820.526/0001-18
Endereço: AV. Professor Luis Augusto de Oliveira, Nº 201, 1º andar - Vila Mariana, São Carlos/SP CEP: 13566-340
Autorização de Funcionamento: 8047854 Expediente: 0258383/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde.
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Em atendimento ao Inciso I do §1º do Art. 4º da RDC nº 497/2021.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.798, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral substituta de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução de Diretoria Colegiada-RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde, por meio de sua renovação automática, às empresas constantes no anexo.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRA PAIXÃO DIAS

ANEXO

Empresa: Altek (Kunshan) Co., Ltd
Endereço: No. 77, 3rd Main Street, Kunshan Free Trade Zone, Jiangsu Province, Suzhou, China
Solicitante: Roche Diabetes Care do Brasil Ltda CNPJ: 23.552.212/0001-87
Autorização: 8.14.140-2 Expediente: 0404919/22-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Alpes CN
Endereço: 19 Route des Marais, Z.A.E de Findrol, 74250, Fillinges, França
Solicitante: Autêntica Medical Importação Comércio e Serviços Ltda. ME CNPJ: 18.192.496/0001-08
Autorização: 8.10.000-3 Expediente: 0696166/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Audio Technologies S.r.l.
Endereço: Via Dell'Artigianato 8, Piacenza, Gossolengo, 29020, Itália
Solicitante: X-Safe Comércio de Produtos Médicos Hospitalares Ltda. - EPP CNPJ: 11.820.103/ 0001- 14
Autorização: 8.12.362-7 Expediente: 0432191/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Baui Biotech Co., Ltd
Endereço: Nº 6 (6F), Nº 8 (6F, 9F), Sec. 1, Zhongxing Rd., Wugu District, New Taipei City,24872, Taiwan
Solicitante: Movitek Comércio e Serviços de Importação e Exportação de ProdutosMédicos Hospitalares Ltda. CNPJ: 21.772.748/0001-82
Autorização: 8.12.079-1 Expediente: 0770616/22-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais das classes de risco III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Ceramisys Ltd.
Endereço: 914 Herries Road, Sheffield, S6, 1QW, Reino Unido
Solicitante: JJGC Indústria e Comércio de Materiais Dentários S.A. CNPJ: 00.489.050/0001-84
Autorização: 1.03.444-2 Expediente: 4739468/21-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: CeramTec GmbH.
Endereço: CeramTec-Weg 1, 95615 Marktredwitz, Alemanha.
Solicitante: Johnson & Johnson do Brasil Indústria e Comércio de Produtos Para Saúde Ltda. CNPJ: 54.516.661/0001-01
Autorização: 8.01.459-0 Expediente: 0443031/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de Uso Médico da Classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Chengdu OCI Medical Devices Co., Ltd
Endereço: No.2401, West Port Avenue, Southwest Airport Economic Development Zone, Shuangliu District, Chengdu city, 610299, Sichuan Province, China
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda CNPJ: 04.718.143/0001-94
Autorização: 8.01.025-1 Expediente: 0479773/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Degania Silicone Ltd
Endereço: Degania Bet - Emek HaYarden Regional Counci - 15130, Israel
Solicitante: Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Hospitalares Ltda CNPJ: 04.967.408/0001-98
Autorização: 8.01.175-8 Expediente: 0057412/22-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Faulhaber Pinzetten OHG
Endereço: Daimlerstr. 1, Frittlingen, Baden-Württemberg, 78665, Alemanha
Solicitante: Canadá Central de Negócios do Brasil Ltda CNPJ: 01.911.022/0001-76
Autorização: 8.00.038-9 Expediente: 0811099/22-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: FzioMed, Inc.
Endereço: 231 Bonetti Drive, San Luis Obispo - Califórnia 93401, Estados Unidos da América
Solicitante: LAS - Latim American Solutions Importação e Exportação Ltda. CNPJ: 09.183.319/0001-74
Autorização: 8.05.171-9 Expediente: 0516347/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: G21 S.R.L.
Endereço: Via s. Pertini 8, San Possidonio, Modena, 41039, Itália
Solicitante: Macom Instrumental Cirúrgico Indústria Ltda. CNPJ: 59.650.556/0001-76
Autorização: 1.02.430-7 Expediente: 0596049/22-6
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Inion Oy
Endereço: Laakarinkatu 2, Tampere, 33520, Finlândia
Solicitante: Implamed Implantes Especializados Com Impor e Expor Ltda. CNPJ: 57.146.607/0001-00
Autorização: 1.02.475-3 Expediente: 0551560/22-3
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de Uso Médico das Classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Medicontur Medical Engeneering LTD
Endereço: Herceghalmi Road, H2072, Zsámbék, Hungria
Solicitante: Emergo Brazil Import Importação e Distribuição de Produtos Médicos Hospitalares Ltda. CNPJ: 04.967.408/0001-98
Autorização: 8.01.175-8 Expediente: 0596122/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: MTW Endoskopie W. Haag KG.
Endereço: Goldsbergstr. 18, Wesel, NRW, 46485, Alemanha
Solicitante: Prosurgery - Importação e Comércio de Material Cirúrgico Ltda ME CNPJ: 13.179.728/0001-74
Autorização: 8.10.405-3 Expediente: 0539140/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais e equipamentos de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Pacific Biotech Co. Ltd.
Endereço: 42 Moo 4, Petchaboon-Chalianglub Road, Tumbon Napa, Amphur Muang, Tailândia
Solicitante: LD Comércio de Materiais para Diagnóstico e Médico Hospitalar Ltda. CNPJ: 10.696.062/0001-33
Autorização: 8.06.868-4 Expediente: 0652555/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnostico de uso in vitro das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Sagami Manufacturers SDN BHD
Endereço: Plot 29, Lorong Bemban 4, Jalan Benban - Batu Gajah - Estet Perindustrian Bembam - Perak 31000, Malásia
Solicitante: Blau Farmacêutica S.A. CNPJ: 58.430.828/0001-60
Autorização: 8.01.469-4 Expediente: 0081758/22-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Tianjin Empecs Medical Device Co.,Ltd.
Endereço: Nº. 35, 37 Yingcheng Street, Hangu, Binhai New Area, Tianjin, 300480, China
Solicitante: VR Medical Importadora e Distribuidora de Produtos Médicos Ltda. CNPJ: 04.718.143/0001-94
Autorização: 8.01.025-1 Expediente: 0419699/22-8
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para diagnóstico de uso in vitro da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Tissuemed Limited
Endereço: 5 Killingbeck Drive, Leeds, West Yorkshire Ls 14 6 UF, Reino Unido
Solicitante: Canadá Central de Negócios do Brasil Ltda CNPJ:01.911.022/ 0001-76
Autorização: 8.00.038-9 Expediente: 0811081/22-2
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Unimed de Marcelo Sommer
Endereço: Calle 97-Félix Ballester 2158, San Martin 1650, Província de Buenos Aires, Argentina

Solicitante: CMS Produtos Hospitalares Ltda CNPJ: 03.301.390/0001-28
Autorização: 8.00.653-2 Expediente: 5188456/21-4
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Materiais de uso médico da classe III.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática
---
Empresa: Wiener Laboratórios S.A.I.C.
Endereço: Maipú, 2571 - 2000 Rosário, Argentina
Solicitante: Labinbraz Comercial Ltda. CNPJ: 73.008.682/0001-52
Autorização: 1.02.685-9 Expediente: 1947376/21-7
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Produtos para Saúde:
Produtos para Diagnóstico in vitro das classes III e IV.
Motivo: Publicado deferimento, subsidiado por critérios renovação automática

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.804, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021; resolve:

Art. 1º Revogar o item 04 da Resolução-RE nº 1.767, de 27 de maio de 2022, publicada no DOU nº 101, de 30 de maio de 2022, Seção I, pág. 139, conforme consta no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONSERVAS ALTEROZA LTDA. - CNPJ: 02704378000100
Produto - (Lote): PALMITO DE AÇAIZEIRO EM CONSERVA(21S21M3P);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 4597762/22-3
Assunto: 70358 - Revogação de Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização revogadas: Interdição cautelar
Motivação: Tendo em vista que, a amostra/embalagem referente ao lote 21S21M3P do produto Palmito de Açaizeiro em Conserva Picado, marca Royal Palms, encontrar-se violada, não foi possível realizar o laudo de análise definitivo. Dessa forma, SUGERE-SE A REVOGAÇÃO DA RESOLUÇÃO-RE Nº 1.767, DE 27 DE MAIO DE 2022, cujo Laudo de Análise INICIAL foi o de nº 245.1P.1/2022, que acarretou a interdição parcial do lote 21S21M3P, produto Palmito de Açaizeiro em Conserva Picado, marca Royal Palms.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.805, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE CONSERVAS ALTEROZA LTDA. - CNPJ: 02704378000100
Produto - (Lote): PALMITO DE AÇAIZEIRO EM CONSERVA(21N17M13L);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 4597782/22-8
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento
Suspensão - Comercialização, Distribuição, Uso
Motivação: Considerando o resultado definitivo do laudo de análise nº 314.CP.0/2022, emitido pelo Laboratório Central de Saúde Pública Noel Nutels no Rio de Janeiro; que apresenta resultados insatisfatórios quanto aos ensaios microbiológicos para o produto Palmito de açaizeiro em conserva picado, marca: ROYAL PALMS, lote: 21N17M13L, data de fabricação 17/11/2021, data de validade 17/11/2024, produzido pela empresa Indústria e Comércio de Conservas Alteroza Ltda., CNPJ: 02.704.378/0001-00; foram infringidos o disposto na Instrução Normativa n.º 60 de 23/12/2019, na Resolução - RDC n.º 17, de 19/11/1999, na Resolução - RDC n.º 18, de 19/11/1999, no item 9 da Portaria SVS/MS nº 326, de 30/07/1997 e no inciso IV do art. 48 do Decreto-Lei 986/1969.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.806, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: BRAINFARMA INDUSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA S/A - CNPJ: 05.161.069/0005-44 - AUTORIZ/MS:
ENDEREÇO: V PR - 1, S/N° QUADRA 2-A MODULO 4
MUNICÍPIO: ANÁPOLIS - UF: GO - EXPEDIENTE: 0673546/22-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções com Preparação Asséptica; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica; Suspensões com Preparação Asséptica; Suspensões Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal; Suspensões Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA: GEYER MEDICAMENTOS S.A. - CNPJ: 92.670.801/0001-82 - AUTORIZ/MS: 1004431
ENDEREÇO: RUA PELOTAS, N° 320
MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE - UF: RS - EXPEDIENTE: 0405002/22-0
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis: Soluções; Suspensões
.....
EMPRESA: GEYER MEDICAMENTOS S.A. - CNPJ: 92.670.801/0001-82 - AUTORIZ/MS: 1004431
ENDEREÇO: RUA PELOTAS, N° 320
MUNICÍPIO: PORTO ALEGRE - UF: RS - EXPEDIENTE: 0404938/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Comprimidos
Sólidos não estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA FABRICANTE: CORDEN PHARMA LATINA S.P.A
ENDEREÇO: VIA DEL MURILLO, 7 - 04013 SERMONETA (LT) - PAÍS: ITÁLIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000167
EMPRESA SOLICITANTE: BLANVER FARMOQUIMICA E FARMACÊUTICA S.A. - CNPJ: 53.359.824/0001-19
AUTORIZ/MS: 1015246 - EXPEDIENTE(s): 0696011/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Embalagem primária; Embalagem secundária): Pós Liofilizados; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: OCTAPHARMA PHARMAZEUTIKA PRODUKTIONSGES MBH
ENDEREÇO: OBERLAAER STRASSE 235, A-1100 VIENA - PAÍS: ÁUSTRIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000456
EMPRESA SOLICITANTE: OCTAPHARMA BRASIL LTDA - CNPJ: 02.552.927/0001-60
AUTORIZ/MS: 1039712 - EXPEDIENTE(s): 0696078/22-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados; Soluções Parenterais de Grande Volume com Preparação Asséptica; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: GE HEALTHCARE AS
ENDEREÇO: NYCOVEIEN 1, NO-0485 OSLO - PAÍS: NORUEGA - CÓDIGO ÚNICO: A.001008
EMPRESA SOLICITANTE: GE HEALTHCARE DO BRASIL COMÉRCIO E SERVIÇOS PARA EQUIPAMENTOS MEDICO-HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 00.029.372/0001-40
AUTORIZ/MS: 1083968 - EXPEDIENTE(s): 0635063/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados; Soluções Parenterais de Grande Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: ORION CORPORATION
ENDEREÇO: JOENSUUNKATU 7, SALO, FI 24100 - PAÍS: FINLÂNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001224
EMPRESA SOLICITANTE: BAYER S.A. - CNPJ: 18.459.628/0001-15
AUTORIZ/MS: 1070568 - EXPEDIENTE(s): 0673921/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Líquidos não estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA FABRICANTE: BAXTER PHARMACEUTICALS INDIA PRIVATE LIMITED-UNIDADE 2
ENDEREÇO: VILLAGE VASANA, CHACHARWADI, TALUKA-SANAND, AHMEDABAD- 382 213 - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000163
EMPRESA SOLICITANTE: UNIÃO QUÍMICA FARMACÊUTICA NACIONAL S/A - CNPJ: 60.665.981/0001-18
AUTORIZ/MS: 1004977 - EXPEDIENTE(s): 0491470/22-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: ORGANON PHARMA (UK) LTD
ENDEREÇO: SHOTTON LANE, CRAMLINGTON, NORTHUMBERLAND NE23 3JU - PAÍS: REINO UNIDO - CÓDIGO ÚNICO: A.000413
EMPRESA SOLICITANTE: MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. - CNPJ: 03.560.974/0001-18
AUTORIZ/MS: 1001711 - EXPEDIENTE(s): 0696272/22-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Granel): Comprimidos; Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: PFIZER PHARMACEUTICALS LLC
ENDEREÇO: ROAD 689, KM. 1,9, VEGA BAJA, PUERTO RICO 00693 - PAÍS: ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA - CÓDIGO ÚNICO: A.000499
EMPRESA SOLICITANTE: PFIZER BRASIL LTDA. - CNPJ: 61.072.393/0001-33
AUTORIZ/MS: 1021101 - EXPEDIENTE(s): 0346771/22-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: LEAD CHEMICAL COMPANY, LTD.
ENDEREÇO: 77-3 HIMATA, TOYAMA - CITY, TOYAMA, JAPÃO. - PAÍS: JAPÃO - CÓDIGO ÚNICO: A.000364
EMPRESA SOLICITANTE: Laboratórios Bagó do Brasil S/A - CNPJ: 04.748.181/0009-47
AUTORIZ/MS: 1056264 - EXPEDIENTE(s): 0652681/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem primária; Granel): Adesivos
.....
EMPRESA FABRICANTE: DR. PFLEGER ARZNEIMITTEL GMBH
ENDEREÇO: DR.-ROBERT-PFLEGER-STRASSE 12, 96052, BAMBERG. - PAÍS: ALEMANHA - CÓDIGO ÚNICO: A.001301
EMPRESA SOLICITANTE: APSEN FARMACEUTICA S/A - CNPJ: 62.462.015/0001-29
AUTORIZ/MS: 1001188 - EXPEDIENTE(s): 8437658/21-7
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Comprimidos Revestidos
.....
EMPRESA FABRICANTE: N.V. ORGANON
ENDEREÇO: KLOOSTERSTRAAT 6, 5349 AB, OSS - PAÍS: HOLANDA (PAÍSES BAIXOS) - CÓDIGO ÚNICO: A.000422
EMPRESA SOLICITANTE: MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. - CNPJ: 03.560.974/0001-18
AUTORIZ/MS: 1001711 - EXPEDIENTE(s): 0551128/22-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Implantes; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
Produtos estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA FABRICANTE: N.V. ORGANON
ENDEREÇO: KLOOSTERSTRAAT 6, 5349 AB, OSS - PAÍS: HOLANDA (PAÍSES BAIXOS) - CÓDIGO ÚNICO: A.000422
EMPRESA SOLICITANTE: MERCK SHARP & DOHME FARMACEUTICA LTDA. - CNPJ: 03.560.974/0001-18
AUTORIZ/MS: 1001711 - EXPEDIENTE(s): 0442921/22-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (LIBERAÇÃO PARAMÉTRICA): Implantes

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.807, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos dispostos no art. 39, da Resolução RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenamento de Medicamentos por meio de sua renovação automática.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: MEDFUTURA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS DE SAUDE LTDA - CNPJ: 17.700.763/0001-48 - AUTORIZ/MS: 1096671 - AE: 1234391
ENDEREÇO: RUA RECIFE, S/N QD 1 LT 82 A
MUNICÍPIO: DUQUE DE CAXIAS - UF: RJ - EXPEDIENTE: 0581824/22-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: VERTEX FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA. - CNPJ: 21.798.065/0001-02 - AUTORIZ/MS: 1138239
ENDEREÇO: RUA TRINDADE, Nº 125, BLOCO 2
MUNICÍPIO: VARGEM GRANDE PAULISTA - UF: SP - EXPEDIENTE: 0715811/22-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.808, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) Empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. - CNPJ: 61.082.426/0016-02 - AUTORIZ/MS: 1078177
ENDEREÇO: VLA VPR1 QD. 2A MOD. 05, S/N
MUNICÍPIO: ANÁPOLIS - UF: GO - EXPEDIENTE: 6980337/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Semissólidos não estéreis: Pomadas
.....
EMPRESA: COSMED INDUSTRIA DE COSMETICOS E MEDICAMENTOS S.A. - CNPJ: 61.082.426/0016-02 - AUTORIZ/MS: 1078177
ENDEREÇO: VLA VPR1 QD. 2A MOD. 05, S/N
MUNICÍPIO: ANÁPOLIS - UF: GO - EXPEDIENTE: 6980356/21-6
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis (Embalagem secundária)
.....
EMPRESA: MULTILAB INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA - CNPJ: 92.265.552/0009-05 - AUTORIZ/MS: 1018196
ENDEREÇO: ROD JORNALISTA FRANCISCO AGUIRRE PROENÇA KM 08
MUNICÍPIO: HORTOLÂNDIA - UF: SP - EXPEDIENTE: 0405027/22-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções com Preparação Asséptica; Suspensões com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA: DIFFUCAP - CHEMOBRÁS QUÍMICA E FARMACÊUTICA LTDA - CNPJ: 42.457.796/0001-56 - AUTORIZ/MS: 1004304
ENDEREÇO: RUA GOIÁS, N° 1232
MUNICÍPIO: RIO DE JANEIRO - UF: RJ - EXPEDIENTE: 0715758/22-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Sólidos não estéreis: Cápsulas; Comprimidos; Comprimidos Revestidos; Granulados
.....
EMPRESA: FARMACE INDÚSTRIA QUÍMICO-FARMACÊUTICA CEARENSE LTDA - CNPJ: 06.628.333/0001-46 - AUTORIZ/MS: 1010851
ENDEREÇO: AVENIDA DR. ANTÔNIO LÍRIO CALLAU, KM 02
MUNICÍPIO: BARBALHA - UF: CE - EXPEDIENTE: 0696185/22-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Grande Volume com Esterilização Terminal; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA: MESSER GASES LTDA - CNPJ: 60.619.202/0051-07 - AUTORIZ/MS: 2200005
ENDEREÇO: Rua Antonio Treiss, 706
MUNICÍPIO: BLUMENAU - UF: SC - EXPEDIENTE: 4532726/22-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Gases Medicinais: Gases Medicinais
.....
EMPRESA FABRICANTE: BIOCON BIOLOGICS LIMITED
ENDEREÇO: BLOCK NO. B1, B2, B3, Q13 OF Q1 AND W20 AND UNIT S18, 1ST FLOOR, BLOCK B4, SPECIAL ECONOMIC ZONE, PLOT NO. 2, 3, 4, & 5, PHASE IV, BOMMASANDRA-JIGANI LINK ROAD, BOMMASANDRA POST, BENGALURU -560 099 - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.000106
EMPRESA SOLICITANTE: EQUILIBRIO COMÉRCIO DE PRODUTOS FARMACÊUTICOS EIRELI EPP - CNPJ: 05.215.461/0001-03
AUTORIZ/MS: 1067131 - EXPEDIENTE(s): 8429138/21-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Pós Liofilizados; Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica; Suspensões Parenterais de Pequeno Volume com Preparação Asséptica
.....
EMPRESA FABRICANTE: TECNONUCLEAR S.A
ENDEREÇO: ARIAS 4141/47/49, CIUDAD AUTÓNOMA DE BUENOS AIRES - PAÍS: ARGENTINA - CÓDIGO ÚNICO: A.001326
EMPRESA SOLICITANTE: ECKERT & ZIEGLER BRASIL COMERCIAL LTDA - CNPJ: 02.887.124/0002-47
AUTORIZ/MS: 1150926 - EXPEDIENTE(s): 4112708/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis (Radiofármacos): Gerador
Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: GLOBAL PHARMACEUTICAL INDUSTRIES (GPI)
ENDEREÇO: 5TH INDUSTRIAL AREA, PART NO. 2A, 6TH OF OCTOBER CITY - PAÍS: EGITO - CÓDIGO ÚNICO: A.001560
EMPRESA SOLICITANTE: ALLMED PRONEFRO BRASIL LTDA - CNPJ: 04.980.517/0001-45
AUTORIZ/MS: 1264311 - EXPEDIENTE(s): 8453247/21-8
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal
.....
EMPRESA FABRICANTE: MANKIND PHARMA LIMITED, UNIT-III
ENDEREÇO: BLOCK B & C, KHASRA NOS 131, 563/130, 561/129, 712/132, 713/132, 714/132 & 715/132,VILLAGE KUNJA, RAMPURGHAT ROAD, OPPOSITE DENTAL COLLAGE,TEHSIL PAONTA SAHIB, DISTRICT SIRMOUR 173025 - PAÍS: ÍNDIA - CÓDIGO ÚNICO: A.001503
EMPRESA SOLICITANTE: EMS S/A - CNPJ: 57.507.378/0003-65
AUTORIZ/MS: 1002351 - EXPEDIENTE(s): 1213958/21-1
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE FABRICAÇÃO DE MEDICAMENTOS: Produtos estéreis: Soluções Parenterais de Pequeno Volume com Esterilização Terminal

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.809, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem preconizados em legislação vigente, para a área de Medicamentos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no ANEXO, a Certificação de Boas Práticas de Distribuição e/ou Armazenagem de Medicamentos.

Art. 2º A presente Certificação terá validade de 4 (quatro) anos a partir da sua publicação.

Art. 3° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

EMPRESA: GIRA PHARMA PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 36.572.225/0001-60 - AUTORIZ/MS: 1252298 - AE: 1252331
ENDEREÇO: RUA DR. CARLOS ESTEVES, N° 1407, PARTE
MUNICÍPIO: DUQUE DE CAXIAS - UF: RJ - EXPEDIENTE: 4513455/22-5
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: PROMEFARMA MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 81.706.251/0001-98 - AUTORIZ/MS: 1084171 - AE: 1138577
ENDEREÇO: R. JOAO AMARAL DE ALMEIDA, 100
MUNICÍPIO: CURITIBA - UF: PR - EXPEDIENTE: 4506332/22-9
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: M P COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES E ALIMENTICIOS LTDA - EPP - CNPJ: 27.762.305/0001-97 - AUTORIZ/MS: 1248584 - AE: 1248598
ENDEREÇO: AV DUQUE DE CAXIAS, N° 469
MUNICÍPIO: MANAUS - UF: AM - EXPEDIENTE: 4505613/22-4
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: SANOFI MEDLEY FARMACÊUTICA LTDA. - CNPJ: 10.588.595/0009-59 - AUTORIZ/MS: 1083267 - AE: 1145441
ENDEREÇO: AVENIDA JULIA GAIOLLI Nº 740, GALPÃO 300, MÓDULO I AO V
MUNICÍPIO: GUARULHOS - UF: SP - EXPEDIENTE: 7220149/21-2
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos
.....
EMPRESA: LABORATORIOS FERRING LTDA - CNPJ: 74.232.034/0006-52 - AUTORIZ/MS: 1028762
ENDEREÇO: RUA EDGAR MACHIORI, 255 - SETOR FERRING
MUNICÍPIO: VINHEDO - UF: SP - EXPEDIENTE: 0462820/20-3
CERTIFICADO DE BOAS PRÁTICAS DE DISTRIBUIÇÃO E/OU ARMAZENAGEM: Medicamentos

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.810, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e

considerando a necessidade de inclusão na certificação de boas práticas de fabricação, prevista no Art. 11 da RDC nº 497, de 20 de maio de 2021, resolve:

Art. 1º Incluir a forma farmacêutica Cápsulas na linha de Sólidos não estéreis da certificação da empresa GLENMARK PHARMACEUTICALS LTD. (Código único: A.000283), solicitada pela empresa GLENMARK FARMACÊUTICA LTDA, CNPJ nº 44.363.661/0001-57, publicada pela Resolução - RE nº 3.123, de 12 de agosto de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 154, de 16 de agosto de 2021, Seção 1, página 87, conforme expedientes nº 4433166/20-1 e 4395270/22-1.

Art. 2º Incluir as formas farmacêuticas Pós liofilizados e Soluções Parenterais de Pequeno Volume com preparação asséptica na linha de Produtos estéreis da certificação da empresa NATCO PHARMA LIMITED (Código único: A.001477), solicitada pela empresa NATCOFARMA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 08.157.293/0001-27, publicada pela Resolução - RE nº 1.022, de 31 de março de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 64, de 4 de abril de 2022, Seção 1, página 190, conforme expedientes nº 0413424/21-9 e 4379076/22-9.

Art. 3º Incluir a forma farmacêutica Comprimidos na linha de Sólidos não estéreis da certificação da empresa SUN PHARMA LABORATORIES LIMITED (Código único: A.001413), solicitada pela empresa SUN FARMACÊUTICA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 05.035.244/0001-23, publicada pela Resolução - RE nº 355, de 3 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 26, de 7 fevereiro de 2022, Seção 1, página 87, conforme expedientes nº 0527019/20-8 e 4371585/22-1.

Art. 4º Incluir a etapa produtiva "Sólidos não estéreis (Embalagem secundária)" na certificação da empresa GILEAD SCIENCES, INC. (Código único: A.001342), solicitada pela empresa GILEAD SCIENCES FARMACEUTICA DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 15.670.288/0001-89, publicada pela Resolução - RE nº 1.820, de 7 de maio de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 86, de 10 de maio de 2022, Seção 1, página 87, conforme expedientes nº 1357998/21-0 e 4366005/22-1.

Art. 5º Incluir a etapa produtiva "Sólidos não estéreis (Embalagem secundária)" na certificação da empresa GEDEON RICHTER PLC. (Código único: A.000245), solicitada pela empresa GEDEON RICHTER DO BRASIL IMPORTADORA, EXPORTADORA E DISTRIBUIDORA S.A., CNPJ nº 12.134.906/0001-88, publicada pela Resolução - RE nº 913, de 3 de março de 2021, publicada no Diário Oficial da União nº 44, de 8 de março de 2021, Seção 1, página 156, conforme expedientes nº 2615884/20-4 e 4382045/22-3.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.811, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando a necessidade de atualização na Certificação de Boas Práticas de Fabricação, prevista no art. 12, caput da Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 102, de 24 de agosto de 2016, resolve:

Art. 1º Alterar a empresa solicitante na certificação da empresa Lonza AG, na Resolução - RE nº. 452, de 10 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial da União nº 31, de 14 de fevereiro de 2022, seção 1, página 99, DE Sandoz do Brasil Indústria Farmacêutica Ltda CNPJ: 61.286.647/0001-16, Autorização de Funcionamento 1.00.047-2; PARA Novartis Biociências SA, CNPJ: 56.994.502/0001-30, Autorização de Funcionamento 1.00068-51, conforme expedientes nº 2923848/21-7 e 4352875/22-8.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.812, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Biocon Biologics Limited
Endereço: Block No. B1, B2, B3, Q13 of Q1 and W20 & Unit S18, 1st Floor, Block B4, Special Economic Zone Plot NOs. 2,3,4 & 5, Phase IV, Bommasandra - Jigani Link Road, Bommasandra Post, Bengaluru - 560 099
País: Índia Código único: A.000106
Solicitante: Equilíbrio Comércio de Produtos Farmacêuticos Eireli CNPJ: 05.215.461/0001-03
Expediente(s): 8429060/21-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: bevacizumabe

Fabricante: Octapharma Pharmazeutika Produktionsges. m.b.H.
Endereço: Oberlaaer Strasse 235, A-1100 Viena
País: Áustria Código Único: A.000456
Solicitante: Octapharma Brasil Ltda. CNPJ: 02.552.927/0001-60
Expediente(s): 0696095/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos biológicos: albumina humana, fator VIII de coagulação, fator IX de coagulação, fator II, fator VII, fator IX complexo humano, fator X (complexo protrombínico). imunoglobulina humana, fator de von Willebrand, fibrinogênio e mistura de plasma humano vírus inativado.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.813, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

Considerando o cumprimento dos requisitos de Boas Práticas de Fabricação preconizados em legislação vigente, para a área de Insumos Farmacêuticos, resolve:

Art. 1º Conceder à(s) empresa(s) constante(s) no anexo, a Certificação de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos.

Art. 2º A presente Certificação tem validade de 2 (dois) anos a partir da sua publicação.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Fabricante: Aarti Drugs Ltd.
Endereço: Plot G-60, M.I.D.C., Tal.- Palghar, District Thane, Tarapur, Maharashtra - 401506
País: Índia Código único: B.000001
Expediente(s): 4449935/22-5
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: cloridrato de ciprofloxacino
---
Fabricante: Glenmark Life Sciences Limited
Endereço: Plot No. Z-103-I, SEZ Phase II, Dahej, Taluka Vagra, District Bharuch, Gujarat - 392 130
País: Índia Código único: B.000755
Expediente(s): 4228925/21-9
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumos farmacêuticos ativos obtidos por síntese química: etoricoxibe, mirabegrona, bilastina, rivaroxabana, olmesartana medoximila, ácido azelaico e desloratadina.

Fabricante: Glenmark Life Sciences Limited
Endereço: Plot No. Z-103-I, SEZ Phase II, Dahej, Taluka Vagra, District Bharuch, Gujarat - 392 130
País: Índia Código único: B.000755
Expediente(s): 0346567/22-0
Certificado de Boas Práticas de Fabricação de Insumos Farmacêuticos Ativos:
Insumo farmacêutico ativo obtido por síntese química: rivaroxabana

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.837, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: SAN JULLY INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE COSMÉTICOS LTDA - CNPJ: 08574810000163
Produto - (Lote): GEL MASSAGEADOR MULTI ERVAS SAN JULLY(todos);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4601735/22-6
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Armazenamento, Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.849, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Revogar a Resolução-RE nº 696, de 4 de março de 2022, publicada no DOU nº 44, de 7 de março de 2022, Seção 1, pág. 89, conforme consta no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: CASEX IND DE PLAST PRODS MEDICOS HOSPITALARES LTDA - CNPJ: 78.746.773/0001-09
Produto - (Lote): ACT CARBON AG - CURATIVO DE CARVAO ATIVADO E PRATA(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);ALGICARE AG - CURATIVO DE ALGINATO COM PRATA(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);ALGICARE-CURATIVO DE ALGINATO(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);ALLY GEL - HIDROGEL AMORFO COM ALGINATO(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);BOLSA PARA OSTOMIA CASEX(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);BOLSA PARA OSTOMIA CASEX(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);BOLSA PARA OSTOMIA DUAS PEÇAS VISION(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);BOLSA PARA OSTOMIA SHELTER AFFIX - - SISTEMA DE DUAS PECAS(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);BOLSA PARA OSTOMIA VISION(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);CellFoam Espuma Absorvente de Poliuretano(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);Cellfoam Silicone(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);CellFoam Silicone Ag(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);CINTO ELÁSTICO AJUSTÁVEL PARA BOLSAS DE OSTOMIA(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);CLEAN-HEX GEL COM PHMB 0,2%(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);CLEAN-HEX SOLUÇÃO COM PHMB 0,1%(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);CURACTIVE(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);FILTRO DE CARVÃO ATIVADO PARA BOLSAS DE OSTOMIA(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);HydroCare - Curativo de Hidrofibra(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);Hydrocare AG - Curativo de Hidrofibra com Prata(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);PÓ PARA ESTOMIA CASEX(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);Protetor de Pele Casex(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);SAFE SEAL TIRAS ELÁSTICAS DE HIDROCOLÓIDE PARA FIXAÇÃO DE BOLSAS DE OSTOMIA(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);SHELTER CH3 - LUBRIFICANTE PARA BOLSAS DE OSTOMIA(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);SHELTER GEL(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);Unna Heal - Bandagem Bota de Unna(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);UNNA HEAL - BANDAGEM ELASTICA BOTA DE UNNA(LOTES A PARTIR DE 10/12/2021);
Tipo de Produto: Produtos para Saúde (Correlatos)
Expediente nº: 4605118/22-0
Assunto: 70358 - Revogação de Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização revogadas: Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a inspeção sanitária realizada no fabricante Casex Indústria de Plásticos e Produtos Médicos Hospitalares Ltda, pela Vigilância Sanitária Municipal de Curitiba, Vigilância Estadual do Paraná e Anvisa ocorrida no período de 16/08/2022 a 19/08/2022, durante a qual ficou comprovada que a empresa cumpre com as Boas Práticas de Fabricação, conforme os requisitos dispostos na Resolução RDC nº 665/2022, ficando classificada como CTO (Condição Técnico Operacional). Cabe destacar que tal liberação deve incluir os lotes dos produtos citados fabricados a partir de 19/08/2022.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.850, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: BOA VISTA ALIMENTOS LTDA - CNPJ: 37356854000115
Produto - (Lote): CARNE CONGELADA DE BOVINO SEM OSSO RAQUETE (15678); CARNE CONGELADA DE BOVINO SEM OSSO PESCOCO (15678); CARNE CONGELADA DE BOVINO SEM OSSO PEIXINHO (15678); CARNE CONGELADA DE BOVINO SEM OSSO PEITO (15678); CARNE CONGELADA DE BOVINO SEM OSSO COSTELA DO DIANTEIRO (15678); CARNE CONGELADA DE BOVINO SEM OSSO CORACAO DA PALETA (15678); CARNE CONGELADA DE BOVINO SEM OSSO ACEM (15678); GORDURA CONGELADA DE BOVINO (15678); CARNE RESFRIADA DE BOVINO SEM OSSO MUSCULO DO DIANTEIRO (15678); CARNE RESFRIADA DE BOVINO SEM OSSO PEITO (15678);
Tipo de Produto: Alimento
Expediente nº: 4613613/22-4
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Proibição - Comercialização, Distribuição, Uso
Recolhimento - Voluntário
Motivação: Considerando o comunicado de recolhimento voluntário recebido da empresa devido ao resultado insatisfatório de análise para Salmonella spp., sendo identificada a presença do micro-organismo em amostra do lote 15678, com data de embalagem de 05/08/2022. Os prazos de validade dos produtos são: 02/11/2022 (carnes resfriadas), 04/08/2023 (gordura congelada) e 03/08/2024 (carnes congeladas). Portanto, a empresa infringe o inciso IV do art. 48 do Decreto Lei n. 986, de 21 de outubro de 1969, o art. 5º, o inciso i do art. 6º da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 331, de 23 de dezembro de 2019 e o art. 3º da Instrução Normativa n° 60, de 23 de dezembro de 2019, considerando o disposto no inciso XV do art. 7º da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999 e no art. 8º da Resolução da Diretoria Colegiada-RDC nº 655, de 24 de março de 2022.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.851, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021;

considerando a Declaração de Cooperação firmada em 27 de novembro de 2012 entre as Autoridades Regulatórias participantes do Programa de Auditoria Única em Produtos para a Saúde (MDSAP - Medical Device Single Audit Program);

considerando o art. 7° da Lei n° 9.782, de 26 de janeiro de 1999 alterado pelo art. 128 da Lei n°13.097, de 19 de janeiro de 2015;

considerando o artigo 4º da Resolução de Diretoria Colegiada -RDC nº 497, de 20 maio de 2021;

considerando a Resolução-RE n° 392, de 20 de fevereiro de 2018; resolve:

Art. 1º Fica reconhecido pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), para realização de Auditorias Regulatórias em estabelecimentos fabris de produtos para saúde, o seguinte Organismo Auditor:

Nome do Organismo Auditor: TÜV Rheinland of North America, Inc.
Endereço: 295 Foster St. Suite 100 Littleton, MA 01460, USA
Nº do Processo SEI: 25351.923030/2022-51

Art. 2º O Organismo Auditor reconhecido deve assegurar livre acesso aos técnicos da Anvisa às suas dependências, documentos e registros para realização de avaliações, quando assim for necessário, para averiguar a devida observância aos requisitos regulatórios aplicáveis ao escopo de sua atuação.

Art. 3º Este reconhecimento é condicionado ao cumprimento dos requisitos estabelecidos no Programa MDSAP e tem validade até 15 de agosto de 2026, podendo ser revogado ou renovado a critério da Anvisa.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 16 de agosto de 2022.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINHO ARAÚJO
Gerente Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.852, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar a medida preventiva constante no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

Empresa: VSL COMERCIO E SERVICOS DE PRODUTOS SANITIZANTES LTDA - CNPJ: 03.112.386/0001-11
Produto - (Lote): ÁGUA SANITÁRIA VSL(TODOS);CLORO VSL PREMIUM(TODOS);MULTIUSO VSL(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes

Expediente nº: 4610131/22-4
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Apreensão, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro por empresa sem autorização de funcionamento para a fabricação infringindo os arts. 2º e 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto nos art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.853, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: TECNOLLAR INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA - ME - CNPJ: 07625939000190
Produto - (Lote): HIPOCLORITO DE SÓDIO MARCA BLEACH CLOR(TODOS);
Tipo de Produto: Saneantes
Expediente nº: 4615817/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização e fabricação do produto saneante com ensaio de teor de cloro ativo e análise de rotulagem insatisfatórios e sem registro, infringindo o art. 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art. 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6.360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9.782, de 26 de janeiro de 1999.
2. Empresa: T.C.I INDÚSTRIA COSMÉTICA LTDA-EPP - CNPJ: 07239476000129
Produto - (Lote): TODOS OS PRODUTOS(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4615462/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Suspensão - Comercialização, Distribuição, Fabricação
Motivação: Considerando o descumprimento da Resolução RDC nº 48, de 25 de outubro de 2013, que aprovou o Regulamento Técnico de Boas Práticas de Fabricação para Produtos de Higiene Pessoal, Cosméticos e Perfumes, detectado durante inspeção sanitária realizada em 18/08/2022, e tendo em vista o previsto no art. 5º da citada resolução e no art. 7º e inciso I do art. 67 da Lei n.º 6.360/1976.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.854, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 140, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e o art. 6º, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, resolve:

Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANA CAROLINA MOREIRA MARINO ARAUJO

ANEXO

1. Empresa: BELLA FLORENZA INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS LTDA - EPP - CNPJ: 18.920.672/0001-80
Produto - (Lote): SEALING REDUTOR DE VOLUME - SENSE UP PROFESSIONAL COSMÉTICOS(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4584541/22-7
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.
2. Empresa: DUDAMAR INDUSTRIA E COMERCIO DE COSMETICOS IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - EPP - CNPJ: 24.473.214/0001-43
Produto - (Lote): EXPLOSÃO DOS FIOS SUPER ALINHAMENTO CAPILAR KÉRASMAR(TODOS);
Tipo de Produto: Cosmético
Expediente nº: 4584911/22-1
Assunto: 70351 - Ações de Fiscalização em Vigilância Sanitária
Ações de fiscalização: Recolhimento, Proibição - Comercialização, Distribuição, Fabricação, Propaganda, Uso
Motivação: Considerando a comercialização/exposição à venda/fabricação do produto sem registro infringindo o art 12 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e tendo em vista o previsto no art 6º e inciso I do art. 67 da Lei 6360, de 23 de setembro de 1976 e inciso XV do art. 7º da Lei 9782, de 26 de janeiro de 1999.

COORDENAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO DE EMPRESAS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.839, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

LOGLIVE TRANSPORTE E LOGISTICA LTDA / 44.389.598/0001-28
25351.295573/2022-76 / 1279436
7176 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - TRANSPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4545901221

SANVAL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA / 61.068.755/0007-08
25351.121117/2022-91 / 1279419
706 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - IMPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 4299769228

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.840, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Alterar Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

Mais Saude Comercio de Produtos Hospitalares LTDA - ME / 14.261.377/0001-09
25351.554731/2016-08 / 1161274
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4506317220

DELTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA / 07.854.673/0002-39
25351.161916/2022-08 / 1271918
70808 - AE - ALTERAÇÃO - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE / 4474704223

BAHIMINAS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 07.646.395/0001-43
25351.080706/2022-10 / 1271541
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4506292227

CARGOSOFT SERVIÇOS LOGISTICOS LTDA / 05.443.883/0016-04
25351.513774/2022-61 / 1274149
70808 - AE - ALTERAÇÃO - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE / 4474259220

HORUS PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 36.027.230/0001-91
25351.142573/2022-74 / 1277128
70808 - AE - ALTERAÇÃO - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE / 4512560220

FMEDICAL COMERCIO DE EXPORTACAO E IMPORTACAO DE PRODUTOD MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI / 09.071.600/0001-15
25351.100201/2021-90 / 1261086
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4505667227

SANVAL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA / 61.068.755/0007-08
25351.121117/2022-91 / 1279419
70808 - AE - ALTERAÇÃO - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE / 4318582221

FL Brasil Holding, Logística e Transporte Ltda / 18.233.211/0034-06
25351.192752/2020-91 / 1236707
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4473977226

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.841, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução, de acordo com a Portaria n°. 344, de 12 de maio de 1998 e suas atualizações, observando-se as proibições e restrições estabelecidas.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

BIOAGRI LABORATÓRIOS LTDA / 62.473.004/0001-44
25351.011011/2022-80 /
7175 - AE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - EXPORTADORA DO PRODUTO SUJEITO A CONTROLE ESPECIAL / 0093668228
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 0315625/22-7, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. A empresa solicita Autorização Especial (AE) sem possuir Autorização de Funcionamento (AFE), que, de acordo com a Portaria 344/98, é pré-requisito.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.842, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o Pedido de Alteração de Autorização Especial para Empresas de Medicamentos e de Insumos Farmacêuticos, constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

ELENY PEREIRA CARNEIRO ME / 10.984.695/0001-47
25351.187931/2013-75 / 1398688
70808 - AE - ALTERAÇÃO - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADE / 4419643226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 4580305/22-6, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. Não há previsão de ampliação de atividades para AE de farmácia de manipulação, conforme RDC nº 275/2019. Adicionalmente, a empresa não encaminhou as declarações assinadas do Anexo I e II da RDC nº 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019.

DROGARIA SULMAR LTDA - ME / 21.828.958/0001-45
25351.527068/2015-77 / 7412940
70804 - AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO / 4506128222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.843, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º Cancelar as Autorizações de Funcionamento de Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

CAPE INDÚSTRIA DE COSMÉTICOS LTDA / 03.129.545/0001-90
25351.127628/2007-87 / 2044251
70574 - AFE - Cancelamento de Ofício de autorização de funcionamento de empresas / 1426350225
MOTIVO DO CANCELAMENTO:
Memorando nº 31/2022/SEI/COISC/GIASC/GGFIS/DIRE4/ANVISA e não cumprimento da Notificação de Exigência nº 1426180/22-4.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.844, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Conceder Autorização de Funcionamento para Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

Barbosa e Brum / 46.198.870/0001-18
25351.144991/2022-04 / 7926211
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4345033224

TRADIÇÃO MEDICAMENTOS LTDA / 69.890.689/0006-88
25351.304962/2022-08 / 7926165
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4560149226

FARMÁCIA E DROGARIA NISSEI S.A / 79.430.682/0411-55
25351.297580/2022-11 / 7926088
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4549985223
---
cardoso e cardoso drogaria ltda / 03.157.637/0008-50
25351.300562/2022-15 / 7926134
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4552949223

DROGARIA RAYANE LTDA / 46.877.805/0001-19
25351.299697/2022-21 / 7926117
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4552125225

JPS FARMA LTDA / 07.381.852/0063-18
25351.300200/2022-24 / 7926121
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4552495225

W S SEVERO COMERCIO ATACADISTA DE GASES LTDA / 36.772.137/0001-01
25351.494829/2022-26 / 1279422
70196 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS - ENVASADORA DE GASES MEDICINAIS (SOMENTE MATRIZ) / 2448929220

EMPRESA DE TESTE LTDA. (VS01) / 11.111.111/0001-91
25351.372378/2016-29 / 7722843
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4599975229

UPSTYLE BRASIL COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO LTDA / 42.716.714/0001-40
25351.303658/2022-35 / 8254677
856 - AFE - CONCESSÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - DISTRIBUIDORA / 4557847226

DROGARIA RAFAELENSE LTDA. - ME / 45.100.426/0001-55
25351.297569/2022-42 / 7926057
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4549941221

FARMACIA MAGISTRAL SANTA RITA EIRELI / 41.478.533/0001-60
25351.302370/2022-43 / 7926030
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 1663758225

Rede Prime SF Ltda / 47.119.305/0001-80
25351.305154/2022-50 / 7926196
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4560705222

Benenutri express comercio e serviços ltda / 44.891.225/0001-50
25351.303710/2022-53 / 4048948
723 - AFE - CONCESSÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4557901221

DROGARIA NORTE MINEIRA LTDA / 47.147.062/0001-94
25351.297574/2022-55 / 7926061
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4549956220

MARLLON ALCANTARA BAPTISTA / 20.699.458/0001-98
25351.298049/2022-57 / 7926103
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4550670221

UNIAO FARMA LTDA / 46.899.507/0001-20
25351.178205/2022-64 / 7926026
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4399199228

MATHEUS SANTOS BARROS LTDA / 46.101.386/0001-29
25351.305191/2022-68 / 7926208
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4560792223

AMANDA BARBOSA WANDERLEY LTDA / 38.047.152/0001-12
25351.163651/2022-74 / 7926043
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4376322227

Benenutri express comercio e serviços ltda / 44.891.225/0001-50
25351.303763/2022-74 / 3115986
740 - AFE - CONCESSÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4557958222

DROGARIA SETUBINHA LTDA / 27.316.310/0002-57
25351.304950/2022-75 / 7926151
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4560097220

RIO NOVO TOQUE HOSPITALAR LTDA / 37.113.797/0001-43
25351.180807/2022-81 / 1279405
702 - AFE - CONCESSÃO - MEDICAMENTOS E INSUMOS FARMACÊUTICOS - DISTRIBUIDORA (SOMENTE MATRIZ) / 4405987220

TRADIÇÃO MEDICAMENTOS LTDA / 69.890.689/0007-69
25351.305046/2022-87 / 7926182
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4560321229

JOAO DE ARAUJO / 18.711.596/0001-01
25351.297584/2022-91 / 7926091
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4549991228

TRADICAO MEDICAMENTOS LTDA / 69.890.689/0008-40
25351.304971/2022-91 / 7926179
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4560188227

V J DO NASCIMENTO / 00.714.786/0001-09
25351.297577/2022-99 / 7926074
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4549959224

CYNTHIA QUEIROZ DA COSTA MEDICAMENTOS / 31.327.764/0001-10
25351.300896/2022-99 / 7926148
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4553204224

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.845, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Alterar a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

A. T. PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 44.669.358/0001-87
25351.177684/2022-00 / 8252295
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4499981221

JOTAF MERCANTIL PRODUTOS PARA SAUDE LTDA / 19.027.178/0001-54
25351.096204/2022-01 / 4046398
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4500621229

FMEDICAL COMERCIO DE EXPORTACAO E IMPORTACAO DE PRODUTOD MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI / 09.071.600/0001-15
25351.764935/2018-04 / 8174638
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4506107225

Doctorfarma Ltda - Me / 08.734.130/0001-60
25351.678908/2013-05 / 7048649
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4601115223
25351.678908/2013-05 / 7048649
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3248411219

BF DE ANDRADE HOSPITALAR LTDA / 36.979.350/0001-99
25351.166185/2021-06 / 8219327
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4500510222

DENTAL RIO - COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. EPP / 05.071.520/0001-09
25351.313128/2012-10 / 3051522
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4499797225
---
gastrovision produtos e equipamentos médicos ltda me / 18.544.281/0001-09
25351.698163/2013-10 / 8100401
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4491890226

DELTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTO LTDA / 07.854.673/0002-39
25351.161969/2022-11 / 8245494
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4474691229

BAHIMINAS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 07.646.395/0001-43
25351.080696/2022-12 / 4043769
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4506024222

AMAVIA COSMETICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 13.911.800/0001-06
25351.286330/2012-12 / 2065704
7187 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE CLASSE / 4282299215

DENTAL SUL MINEIRA LTDA ME / 03.604.422/0001-64
25351.423234/2018-18 / 8170011
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4473144224

Mais Saude Comercio de Produtos Hospitalares LTDA - ME / 14.261.377/0001-09
25351.558080/2013-19 / 1097905
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4506172221

TS MEDICAL COMERCIO E SERVICO DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR E IMPORTACAO LTDA / 27.066.602/0001-06
25351.291991/2020-22 / 8199257
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 4576070223

DV3 SOLUÇÕES LOGÍSTICAS LTDA / 57.317.133/0001-03
25351.900447/2016-24 / 1152351
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4500413227
---
grupo fundamental saude ltda / 32.617.070/0001-80
25351.215835/2022-27 / 8252798
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4466953228

PITANGA FARMA LTDA / 46.161.762/0001-70
25351.090292/2022-29 / 7911556
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4399787222

FL Brasil Holding, Logística e Transporte Ltda / 18.233.211/0034-06
25351.192520/2020-32 / 8197685
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4474060229

DISTRICENTER IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DE MEDICAMENTOS LTDA / 35.457.333/0001-29

25351.166427/2022-34 / 8251821
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4506498224

MEDICALL FARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS E SERVIÇOS PARA SAÚDE EIRELI / 10.267.695/0001-26
25351.516042/2010-34 / 8067385
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4312397228

MEDICAL TRADE DE MARICÁ COMÉRCIO DE MATERIAL HOSPITALAR LTDA / 04.255.249/0001-07
25351.001672/2003-34 / 8015810
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4375948221

F & G DO BRASIL LTDA - ME / 10.266.670/0001-08
25351.207323/2009-35 / 2050211
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4473130223

CARGOSOFT SERVIÇOS LOGISTICOS LTDA / 05.443.883/0016-04
25351.513762/2022-36 / 8247723
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4474078225

LINEHOSP MEDICAL COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 38.370.336/0001-19
25351.747692/2021-37 / 8228285
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4506260228

VIDASIM COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES EIRELI / 41.983.527/0001-60
25351.634227/2021-37 / 8236078
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4473232221

A. T. PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 44.669.358/0001-87
25351.177422/2022-37 / 4047561
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4500010220

ELLO SURGICAL MATERIAIS HOSPITALARES LTDA / 35.157.398/0001-59
25351.149623/2022-44 / 8251619
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4467034226

BAHIMINAS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 07.646.395/0001-43
25351.080674/2022-44 / 1271537
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4506115228

A. T. PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 44.669.358/0001-87
25351.177685/2022-46 / 3114994
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4499983223

GTS GLOBAL RJ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 31.080.420/0001-59
25351.421324/2019-47 / 4012349
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4506293223

JB FARMA COMERCIO DE MEDICAMENTOS E REPRESENTACOES LTDA / 20.301.535/0001-00
25351.602524/2014-48 / 1121387
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 2634549229

CONTROL QUIMICA DO BRASIL LTDA / 02.795.978/0001-12
25351.318528/2008-49 / 3037522
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 4499859221

DENTAL RIO - COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. EPP / 05.071.520/0001-09
25351.313221/2012-50 / 8086351
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4499492220
25351.313262/2012-56 / 1093141
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4499491223

Mais Saude Comercio de Produtos Hospitalares LTDA - ME / 14.261.377/0001-09
25351.558095/2013-60 / 3056291
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4505936228

Havi Material Hospitalar Eireli / 40.117.556/0001-87
25351.694857/2021-61 / 8227413
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4499857228

RENDE BEM INDUSTRIA E COMERCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA LTDA / 19.742.155/0001-21
25351.706205/2019-61 / 3091181
732 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - RAZÃO SOCIAL / 4506056221

FREITAS E COSTA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 37.952.138/0001-09
25351.867373/2020-66 / 7744404
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4587807222

M K P LADISLAU / 37.416.741/0001-68
25351.006833/2021-68 / 8217204
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4506123221

A. T. PHARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 44.669.358/0001-87
25351.177635/2022-69 / 1277603
70792 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 450001322

HUGO ALMEIDA QUELES / 44.317.334/0001-69
25351.068272/2022-71 / 8242527
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4499926220

DENTAL RIO - COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA. EPP / 05.071.520/0001-09
25351.313244/2012-71 / 2065692
751 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - ENDEREÇO MATRIZ / 4500495223

BAHIMINAS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 07.646.395/0001-43
25351.080693/2022-71 / 3113881
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4506046226
---
axis tecnologia medica ltda. me / 24.905.567/0001-75
25351.294135/2016-71 / 8140550
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4473420221

FARMÁCIA LEANDRO LTDA. EPP / 78.533.395/0001-85
25351.184089/2002-79 / 0049005
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4534439226

DIXMEDICAL PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA / 19.001.659/0001-90
25351.103799/2021-79 / 8219512
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4499557224

XPMP DROGARIA DESCONTÃO DE JAPERI LTDA / 08.750.862/0001-43
25351.139528/2009-81 / 0591806
7112 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4399803228

PRATIK MEDICAL COMERCIO E REPRESENTACOES LTDA - ME / 16.951.298/0001-55
25351.522877/2013-87 / 8098788
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4473002225

ZOLI COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 45.437.594/0001-30
25351.513900/2022-87 / 8247785
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4474620224

FMEDICAL COMERCIO DE EXPORTACAO E IMPORTACAO DE PRODUTOD MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI / 09.071.600/0001-15
25351.006741/2021-88 / 1257251
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 450604822

GTS GLOBAL RJ DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA / 31.080.420/0001-59
25351.421325/2019-91 / 1191931
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4506186222

DROGAMED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS EIRELI / 18.739.858/0001-38
25351.639909/2013-91 / 1098686
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4499547229

BASE HOSPITALAR COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA / 04.934.569/0001-85
25351.334976/2013-91 / 8094270
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4499905222

MEGA BEAUTY COSMETICOS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA / 40.166.182/0001-90
25351.526073/2022-91 / 4045530
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4499728223

JUST BEAUTY IMPORTADORA E DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS EIRELI / 34.453.891/0001-53
25351.079602/2020-92 / 4017852
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4499556228

NP QUIMICA EIRELI / 41.370.722/0001-15
25351.222706/2022-95 / 3112212
716 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4474373227

FMEDICAL COMERCIO DE EXPORTACAO E IMPORTACAO DE PRODUTOD MEDICOS E HOSPITALARES EIRELI / 09.071.600/0001-15
25351.764937/2018-95 / 3083459
714 - AFE - ALTERAÇÃO - SANEANTES DOMISSANITÁRIOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4505669220

Alpha Ortopedia Produtos Medicos e Hospitalares / 35.492.144/0001-97
25351.527726/2020-98 / 8202214
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4499871221

LANZA PHARMA LTDA - EPP / 04.534.393/0001-74
25351.708445/2011-98 / 1093522
70798 - AFE - ALTERAÇÃO - MEDICAMENTOS E/OU INSUMOS FARMACÊUTICOS - ENDEREÇO MATRIZ / 4505818225

EVAS PRODUTOS MEDICOS LTDA / 00.826.521/0001-00
25024.003542/99-73 / 1044344
829 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - RAZÃO SOCIAL / 0990878228
25024.003542/99-73 / 1044344
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 1547670223

FLORIFARMA DISTRIBUIDORA FARMACÊUTICA LTDA. / 83.461.681/0001-12
25351.021748/00-89 / 1050551
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4509881223

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.846, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Cancelar, a pedido, a Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

NUTRIPORT COMERCIAL LTDA / 03.612.312/0002-25
25351.457326/2015-36 / 8125997
877 - AFE - CANCELAMENTO - PRODUTOS PARA SAÚDE / 2400386226

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.847, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Autorização de Funcionamento para as Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

FARMACIA E PERFUMARIA CAMILA RITA LOPES LTDA / 47.297.109/0001-04
25351.305282/2022-01 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4561117223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
A declaração do Anexo I da RDC nº 275/2019 apresentada não contém as assinaturas dos representantes, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

J W DOS SANTOS LIMA / 41.806.622/0001-99
25351.305192/2022-11 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4560798222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

HOSPITAL BENEFICENTE SAO JOAO BOSCO / 88.654.298/0003-66
25351.178178/2022-20 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4399117223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

AMAZON MIX LTDA / 45.197.821/0001-06
25351.304972/2022-35 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4560175225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.
---
farmacia vita natural eireli / 37.495.252/0001-49
25351.036860/2022-46 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4213935220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

MEDICAMENTOS GONZAGA E GOMES LTDA / 44.522.839/0001-65
25351.304841/2022-58 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4559766229
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019 e art. 3° da RDC n° 25/2011.

K A DA SILVA PIMENTEL LTDA / 46.198.905/0001-19
25351.147557/2022-78 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4351857225
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC 275/2019, contrariando o Art. 11 da RDC nº 275/2019.

FRANCISCO BALBINO MACENA FILHO / 45.401.839/0001-70
25351.297588/2022-79 /
733 - AFE - CONCESSÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS / 4549999223
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.848, DE 26 DE AGOSOT DE 2022

O Coordenador de Autorização de Funcionamento de Empresas, no uso das atribuições que lhe confere o art. 144, aliado ao art. 203, I, §1° do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 585, de 10 de dezembro de 2021, resolve:

Art. 1º. Indeferir o pedido de Alteração de Autorização de Funcionamento das Empresas constantes no anexo desta Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARCOS PEREIRA DOURADO

ANEXO

SOLUTION MED COMERCIO ATACADISTA DE MATERIAIS CIRURGICOS LTDA / 31.961.026/0001-20
25351.877547/2020-07 / 8210376
867 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4474689224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
O documento apresentado pela empresa foi emitido pela autoridade sanitária local competente há mais de 12 (doze) meses, contrariando o artigo 17 da RDC n° 16/2014.

C J A PARENTE / 83.646.307/0001-91
25351.210154/2014-20 / 2073698
7170 - AFE - ALTERAÇÃO - COSMÉTICOS, PERFUMES E PRODUTOS DE HIGIENE - AMPLIAÇÃO OU REDUÇÃO DE ATIVIDADES / 4466993220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

V S OLIVEIRA E CIA LTDA / 26.778.145/0006-16
25351.833440/2018-24 / 7626925
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4370371222
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 4471245/22-6, incidindo na previsão do Art. 11 da RDC nº 204/2005. A alteração de endereço foi peticionada em desacordo com a RDC 275/2019 e indeferida.

DROGARIA POPULAR MINAS BAHIA LTDA-ME / 24.776.586/0001-49
25351.311161/2016-42 / 7474415
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 1450264221
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019. Adicionalmente, a atividade solicitada já está incluída na AFE da empresa.

F. O. P. AGUIAR - ME / 11.591.043/0001-05
25351.193558/2016-46 / 7465522
7111 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - AMPLIAÇÃO DE ATIVIDADES / 4345447220
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não cumprimento da exigência formulada sob o número de notificação 4536719/22-1, contrariando os artigos 6º e 11 da RDC nº 204/2005. A empresa não protocolou pedido de redução de atividades.

LOTUS TRANSPORTES LTDA ME / 18.834.795/0001-07
25351.166759/2020-57 / 3092784
7427 - AFE/AE - ALTERAÇÃO - ENDEREÇO, POR ATO PÚBLICO / 4511137226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de declaração emitida pela autoridade competente ou a cópia do ato público que originou a alteração, conforme o disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

Síntese Biotecnologia Ltda ME / 13.545.241/0001-68
25351.416045/2012-65 / 8087815
866 - AFE - ALTERAÇÃO - PRODUTOS PARA SAÚDE - ENDEREÇO / 4474486226
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação de documento vigente, com dados atualizados, emitido pela autoridade sanitária local competente, que ateste o cumprimento dos requisitos técnicos para as atividades e classes pleiteadas, conforme disposto no artigo 15 e artigo 18 da RDC nº 16/2014.

FREITAS E COSTA COMERCIO DE PRODUTOS FARMACEUTICOS LTDA / 37.952.138/0001-09
25351.867373/2020-66 / 7744404
7113 - AFE - ALTERAÇÃO - FARMÁCIAS E DROGARIAS - ENDEREÇO / 3268461224
MOTIVO DO INDEFERIMENTO:
Não apresentação da declaração assinada do Anexo I da RDC nº 275/2019, contrariando o art. 11 da RDC nº 275/2019.

GERÊNCIA DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.797, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A Gerente de Laboratórios de Saúde Pública, no uso das atribuições que lhe confere o art. 138 aliado ao art. 203, I, §1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, tendo em vista o disposto na Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 390, de 26 de maio de 2020, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de habilitação na Rede Brasileira de Laboratórios Analíticos em Saúde (REBLAS) o(s) laboratório(s) constante(s) no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

GRAZIELA COSTA ARAÚJO

ANEXO

ASSUNTO PETIÇÃO EXPEDIENTE
LABORATÓRIO CNPJ
ENDEREÇO CIDADE UF
MOTIVAÇÃO INDEFERIMENTO

70675- REBLAS - Habilitação Inicial de Laboratório Analítico. 4540727/22-2
Centro Integrado de Análises Amb. Ltda. 10.220.264/0001-04
Rua Ceará Mirim 272 - Tirol. Natal/RN
Descumprimento do art 4º, inciso III da RDC nº 390/2020

5ª DIRETORIA

GERÊNCIA-GERAL DE PORTOS, AEROPORTOS, FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.789, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º Indeferir o pedido de Concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: WS SERVIÇOS TERCEIRIZADOS LTDA
ENDEREÇO: RUA OTTO JÚLIO MALINA, Nº 1120
BAIRRO: IPIRANGA
MUNICÍPIO: SÃO JOSÉ
UF: SC
CEP: 88.111-500
CNPJ: 10.581.285/0001-55
PROCESSO N°:25759.057648/2022-30 (EXP:.0272931/22-5)
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: POR NÃO ATENDER INTEGRALMENTE AO ANEXO III DA RESOLUÇÃO RDC 345/02 ALTERADA PELA RESOLUÇÃO RDC 374/20. NÃO APRESENTOU NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA, O CÓDIGO DE DESCRIÇÃO DE ATIVIDADE - CNAE ESPECÍFICO PARA ATIVIDADE PLEITEADA.. APRESENTOU RELATÓRIO DESCRITIVO DOS MAQUINÁRIOS E EQUIPAMENTOS UTILIZADOS NA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS, INSATISFATÓRIO. NÃO APRESENTOU ALVARÁ SANITÁRIO PARA A ATIVIDADE.

MATRIZ
EMPRESA: BIOAWAY FACILITIES SERVICE LTDA
ENDEREÇO: R CAMPINAS, Nº 54, SALA 1
BAIRRO: JARDIM PLANALTO
MUNICÍPIO: VALINHOS
UF: SP
CEP: 13.276-065
CNPJ: 22.782.715/0001-86
PROCESSO Nº: 25351.301351/2022-08 (EXP: 1659497/22-1)
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;

MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A EMPRESA NÃO CUMPRE AS NOTIFICAÇÕES ELETRÔNICAS 4382562/22-1 E 4432926/22-1; NÃO ATENDE AOS ITENS 01 E 09, AMBOS DO ANEXO III, DA RDC 345, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2002.

_____

MATRIZ
EMPRESA: GUIMA CONSECO CONSTRUÇÃO, SERVIÇOS E COMÉRCIO LTDA
ENDEREÇO: R HEITOR PEIXOTO, Nº 702
BAIRRO: CAMBUCI
MUNICÍPIO: SAO PAULO
UF: SP
CEP: 01.543-001
CNPJ: 59.519.603/0001-47
PROCESSO Nº: 25759.036619/2022-34 (EXP: 0164530/22-3)
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA, DESINFECÇÃO OU DESCONTAMINAÇÃO DE SUPERFÍCIES DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS, AEROPORTOS, POSTOS DE FRONTEIRAS E RECINTOS ALFANDEGADOS;
MOTIVO DO INDEFERIMENTO: A EMPRESA NÃO CUMPRE AS NOTIFICAÇÕES ELETRÔNICAS 4254418/22-1 E 4394423/22-0; NÃO ATENDE AO ITEM 01, DO ANEXO III, DA RDC 345, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2002.

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.790, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o disposto no art. 160, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585 de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC n° 345, de 16 de dezembro de 2002, resolve:

Art. 1º deferir pleito de concessão de Autorização de Funcionamento de Empresas Prestadoras de Serviços de Interesse da Saúde Pública em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES ARAÚJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: MACEIO DEDETIZACAO E ALO LIMPEZA EIRELI
ENDEREÇO: R MARIA VITORIA DE FRANCA CHAVES, Nº39-
BAIRRO: POÇO
MUNICÍPIO: MACEIÓ
UF: AL
CEP: 57.025-870
CNPJ: 12.255.379/0001-60
PROCESSO: 25764.000214/2022-99 (EXP: 4491824/22-3)
AUTORIZAÇÃO M/S: 9.099565
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ESGOTAMENTO, COLETA E TRATAMENTO DE EFLUENTES SANITÁRIOS DE VEÍCULOS TERRESTRES EM TRÂNSITO POR POSTOS DE FRONTEIRA, AERONAVES, EMBARCAÇÕES, AEROPORTOS, TERMINAIS AQUAVIÁRIOS, PORTOS ORGANIZADOS E POSTOS DE FRONTEIRAS;

RESOLUÇÃO-RE Nº 2.791, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O Gerente-Geral de Portos, Aeroportos, Fronteiras e Recintos Alfandegados, no uso das atribuições que lhe confere o art. 160, aliado ao art. 203, I, § 1º do Regimento Interno aprovado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC nº 585, de 10 de dezembro de 2021, e ainda amparado pela Resolução de Diretoria Colegiada - RDC RDC nº 61, de 19 de março de 2004, alterada pela Resolução - RDC nº 11, de 16 de fevereiro de 2007, resolve:

Art. 1º Conceder Autorização de Funcionamento de Empresas em conformidade com o disposto no anexo.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

BRUNO GONÇALVES DE ARAÚJO RIOS

ANEXO

MATRIZ
EMPRESA: CUSTOMS IMPORTAÇÃO EXPORTAÇÃO CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA
ENDEREÇO: SIA TRECHO 03 - LOTES 625/695 - BLOCO A - SIA CENTER MALL,
BAIRRO: ZONA INDUSTRIAL GUARÁ
MUNICÍPIO: BRASÍLIA
UF: DF
CEP: 71.200-030
CNPJ: 20.104.331/0001-89
PROCESSO: 25351.152817/2022-27 (EXP:. 4363074221)
AUTORIZ./MS: 9.09949-1
ÁREA: PAF
ATIVIDADE: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPORTAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE E PARA DIAGNÓSTICO "IN VITRO", POR CONTA E ORDEM DE TERCEIRO, DETENTOR DE REGISTRO JUNTO A ANVISA.

Ministério do Trabalho e Previdência

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO
SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

DESPACHO DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O COORDENADOR-GERAL DE FISCALIZAÇÃO EM SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO, DA SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO, no uso das atribuições que lhe confere o art. 148, da Portaria MTP nº 672, de 8 de novembro de 2021, e o art. 205, da Instrução Normativa MTP nº 2, de 8 de novembro de 2021, com base no art. 167, § 1º, do Decreto nº 10.854, de 10 de novembro de 2021, resolve tornar sem efeito o Despacho SEPRT, de 14 de junho de 2022 (página 106 da Seção 1 do DOU de 21/06/2022) que cancelou a inscrição da empresa BRIDGESTONE DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA, CNPJ 57.497.539/0001-15 no Programa de Alimentação do Trabalho - PAT, conforme fundamentação do OFÍCIO SEI Nº 22429/2022/MTP constante no processo 10260.115172/2022-93.

MARCELO NAEGELE

SECRETARIA DE TRABALHO
SUBSECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE REGISTRO SINDICAL

DESPACHOS DE 26 DE AGOSTO DE 2022-CSU

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2313/2022 (SEI 26489918), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, processo nº 46472.004455/2017-03, de interesse do CONDOMINIO EDIFICIO MAISON CHAMPENOISE, CNPJ 64.018.518/0001-35, por se enquadrar em hipótese de arquivamento, prevista do art. 11, parte final, da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2321 (26813022), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, Processo nº 13624.100488/2020-31, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE CANINDE, CNPJ 00.449.059/0001-61, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos art. 7º da Portaria 5.570/2021 e da prescrição da pretensão de repasse de cota parte da CSU, nos termos art. 15 da Portaria 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2325 (SEI 27441595), resolve: INDEFERIR o pedido de restituição de Contribuição Sindical Urbana, Processo nº 19964.112842/2022-67, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE BOM JESUS DO ITABAPOANA RJ, CNPJ 04.259.860/0001-03, diante da ausência de legitimidade do requerente e da prescrição da pretensão da restituição da CSU, nos termos dos artigos 3º e 15 da Portaria ME nº 5.570/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2326 (SEI 27446142), resolve: INDEFERIR o pedido de repasse de cota-parte de Contribuição Sindical Urbana, Processo nº 46220.005346/2017-67, de interesse do SINDICATO DOS ANALISTAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA DE SANTA CATARINA - SINDIFAZ, CNPJ 01.523.235/0001-20, diante da ausência de legitimidade do requerente, nos termos do art. 7º da Portaria ME nº 5.570/2021.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

DESPACHOS DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021 e na Análise Técnica SEI nº 330 (27304103) resolve, INDEFERIR o Requerimento (27212946), protocolo 19964.112115/2022-08, o qual solicita a desistência da impugnação 19980.102058/2022-42 (24478811) de interesse do SINDECOMAR- Sindicato dos Empregados no Comércio do Município de Marabá e Sul do PA, CNPJ 84.139.401/0001-17, diante da ausência do registro em cartório, nos termos do art. 250 da Portaria nº 671/2021, e, ainda INDEFERIR o Processo de Pedido de Registro Sindical 19965.103744/2022-39 (SC21779), CNPJ: 18.491.193/0001-96, de interesse do Sindicato dos Empregados no Comércio de Canaa dos Carajas e Regiões - PA (impugnado), em virtude do exaurimento do prazo de 90 (noventa) dias sem a solução de conflito, nos termos do art. 253, X, Portaria nº 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022, e com fundamento na ANÁLISE TÉCNICA Nº 339/2022 (27406329), resolve: INDEFERIR o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 46205.016081/2016-30 - SC18610, CNPJ: 15.339.698/0001-41, de interesse do SINTRAF APUIARÉS - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar do Município de Apuiarés (impugnado), nos termos do art. 253, inciso X, c/c art. 285, da Portaria/MTP nº 671/2021, tendo em vista o exaurimento do prazo de 90 (noventa) para apresentação da solução do conflito de categoria com o STR-APUARÉS - Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Apuares (impugnante), Carta Sindical: L071 P031 A1973, CNPJ: 07.438.427/0001-15 (27407326), Impugnação nº 19964.114634/2021-11 (19631385 e 19631388).

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Analise Técnica SEI Nº 338/2022 (27374302), resolve, INDEFERIR o Processo de Pedido de Registro Sindical nº 19964.104036/2022-15, CNPJ: 40.092.837/0001-22, de interesse do SINDICATO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E DOS AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DA REGIÃO CENTRO-SUL DE GOIÁS - SIND-ACS-ACE Região Centro Sul de Goiás (impugnado), tendo em vista o esgotamento do prazo previsto no § 1º do art. 248 sem a resolução do conflito, nos termos do art. 253, X, da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, c/c Portaria/MTP nº 2, de 3 de janeiro de 2022, e com fundamento na ANÁLISE TÉCNICA Nº 341/2022 (27445280), resolve: INDEFERIR a Impugnação nº 19964.112622/2022-33, de interesse da FETRAECE - Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Ceará (impugnante), CNPJ: 07.340.961/0001-94 (27449425), nos termos do art. 52 da Lei nº 9.784/1999, tendo em vista o exaurimento de sua finalidade e o objeto da decisão encontrar-se impossível, inútil ou prejudicado por fato superveniente.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

DESPACHOS DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1919 (27433091) , resolve: PUBLICAR o Pedido de Alteração Estatutária do SSINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE ALAGOINHA/PE - STR, CNPJ n.º 06.110.497/0001-7, Processo nº 19964.112833/2022-76, para representar a categoria profissional dos (as) trabalhadores (as) rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles (as) que, ativos (as) ou aposentados (as) rurais, proprietários (as) ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto-Lei 1166/1971, em área igual ou inferior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Alagoinha no Estado de Pernambuco, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1921 (27441031), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.112616/2022-86, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Ribamar Fiquene - MA, CNPJ nº 01.836.871/0001-02, para representação da categoria Profissional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares, aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam suas atividade no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do decreto Lei nº 1.166/1971, em área igual ou superior a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Ribamar Fiquene no Estado do Maranhão, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1894 (SEI 27368377), resolve: INDEFERIR o pedido de Registro Sindical n.º 19964.112456/2022-75, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES ELETRICITARIOS DO ESTADO DE RORAIMA - SINDIELETRO/RR, CNPJ 47.488.928/0001-20, tendo em vista a irregularidade de documentação não passível de saneamento, nos termos do art. 253, inciso I, bem como pela não caracterização de categoria, nos termos do inciso II, ambos do art. 253 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, alterada pela Portaria/MTP nº 1486, de 3 de junho de 2022.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

DESPACHOS DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, em cumprimento à decisão judicial exarada nos autos do processo NUP: 00510.000704/2022-46 (REF. 0002282-27.2021.5.22.0102), PARECER DE FORÇA EXECUTÓRIA n. 00388/2022/CORETRABNE/PRU1R/PGU/AGU, procedente da Procuradoria-Regional da União da 1ª Região, encaminhado por intermédio do OFÍCIO n. 02834/2022/CORETRABAP/PRU1R/PGU/AGU (SEI 27340289), considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1926 (SEI 27446999), resolve: a) DESARQUIVAR o processo nº 46214.005937/2016-32, de interesse do Sindicato dos Servidores Municipais de Brejo do Piauí - PI (SINDISERM - BREJO), CNPJ: 23.067.062/0001-16; b) DEFERIR o registro sindical ao Sindicato dos Servidores Municipais de Brejo do Piauí - PI (SINDISERM - BREJO), CNPJ: 23.067.062/0001-16, processo nº 46214.005937/2016-32, para representação da categoria profissional do Conjunto dos Servidores Públicos Municipais de Brejo do Piauí, da administração direta, indireta e da Câmara Municipal, com abrangência municipal e base territorial no Município de Brejo do Piauí, Estado do Piauí, nos termos do art. 252, inciso I da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. E para os fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: EXCLUIR a categoria profissional do Conjunto dos Servidores Públicos Municipais de Brejo do Piauí, da administração direta, indireta e da Câmara Municipal, do Município de Brejo do Piauí, Estado do Piauí, da REPRESENTAÇÃO da UNSP-SINDICATO NACIONAL - União Nacional dos Servidores Públicos Civis do Brasil, CNPJ 33.721.911/0001-67, Processo nº 24000.004348/89-11; EXCLUIR a categoria profissional dos Trabalhadores em Educação básica da rede pública, do Município de Brejo do Piauí, Estado do Piauí, da REPRESENTAÇÃO do SINTE-PI - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Básica Pública do Piauí, CNPJ: 06.548.069/0001-30, Processo nº 46000.016371/2005-27; EXCLUIR a categoria profissional dos Agentes Comunitários de Saúde (Lei nº. 11.350, de 05 de outubro de 2006), do Município de Brejo do Piauí, Estado do Piauí, da REPRESENTAÇÃO do SINDEACS-PI - Sindicato Estadual dos Agentes Comunitários de Saúde do Piauí, CNPJ: 08.858.222/0001-51, Processo nº 46214.002167/2007-85; EXCLUIR o Município de Brejo do Piauí, Estado do Piauí, da REPRESENTAÇÃO do Sindicato dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate as Endemias da Regional de Canto do Buriti-PI, CNPJ: 22.280.337/0001-32, Processo nº 19964.115110/2021-48, nos termos do art. 255 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1941 (27486745), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Cajazeiras/PB, CNPJ 08.757.692/0001-29, Processo 19964.108496/2022-12, para representar os trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares os(as) que, proprietários ou não, exerçam suas atividades no meio rural, individualmente ou em regime de economia familiar, ativos e aposentados no Município de Cajazeiras/PB, nos termos do Decreto Lei 1.166/1971. No caso de ser proprietário, a sua área não poderá exceder a 02 (dois) módulos rurais de sua região e/ou Município e deverá trabalhar em regime de economia familiar, sem empregado permanente, com abrangência municipal e base territorial no município de Cajazeiras, Estado da Paraíba, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1939 (27480200), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária, Processo 19964-107710/2022-13 (SA06209), do Sindicato das Indústrias de Alimentos e Bebidas da Baixada Fluminense - SIMAPAN, CNPJ 31.960.727/0001-44, para representar a Categoria econômica das Indústrias de Massas Alimentícias, Panificação, Confeitaria, Biscoitos, Produtos de Cacau, Balas, Doces e Conservas Alimentícias, Carnes e Derivados, Imunização e Tratamento de Frutas, Frios, Congelados, Super Congelados, Sorvetes, Concentrados e Liofilizados, de alimentos, bebidas, de aguardente, bebidas destiladas, de maltes, de refrigerantes e refrescos, de sucos e vinho, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Mangaratiba, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica, Estado do Rio de Janeiro, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das sua atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1943 (27491660), resolve: DEFERIR o registro de alteração estatutária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Laurentino, CNPJ 82.758.566/0001-41, Processo 19964.108535/2022-81, para representar a categoria profissional dos trabalhadores rurais agricultores e agricultoras familiares aqueles que, ativos ou aposentados, proprietários ou não, exerçam atividades rurais, individualmente ou em regime de economia familiar, nos termos do Decreto Lei 1166/1971 cujos imóveis contenham 0,00 limitando-se a 02 (dois) módulos rurais, com abrangência municipal e base territorial no município de Laurentino, no Estado de Santa Catarina, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1891 (27362540), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.112479/2022-80, de interesse do Sindicato das Empresas Proprietárias de Jornais e Revistas de São Paulo - SindJoRe, CNPJ 54.204.946/0001-07, para representação da categoria econômica das empresas editoras de jornais e revistas e das empresas que tenham como finalidade principal para o desenvolvimento de suas atividades econômicas a produção de conteúdos jornalísticos e serviços de informações, em meio impresso, eletrônico ou digital, com abrangência Municipal e base territorial no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo/SP, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1887 - SEI(27355261), resolve: PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 19964.112503/2022-81, de interesse do SINDICATO DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE E AGENTES DE COMBATE ÀS ENDEMIAS DO MUNICÍPIO DE SÃO SEBASTIÃO/AL, CNPJ n.º 45.038.335/0001-37, para representação da categoria profissional dos Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias, com abrangência Municipal e base territorial no Município de São Sebastião, Estado de Alagoas, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1925 (27445685), resolve: INDEFERIR o pedido de Registro Sindical nº 19964.110977/2022-98, de interesse do SINDICATO DOS SERVIDORES PUBLICOS MUNICIPAIS DE MERUOCA, CNPJ 07.957.059/0001-11, tendo em vista a ausência de saneamento no prazo legal, por inércia da entidade após devidamente notificada, nos termos do artigo 253, inciso I da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1929 - (27452540), resolve: INDEFERIR o pedido de registro sindical n.º 19980.113985/2022-98, de interesse do SINDICATO MUNICIPAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS AUTONOMOS E PEQUENAS E MEDIAS EMPRESAS DE VEICULOS NOVOS E USADOS DO MUNÍCIPIO PERNAMBUCANO DE ARARIPINA - CEGONHEIROS - SINTRAPINA/PE, CNPJ n.º 46.604.915/0001-07, tendo em vista a irregularidade de documentação não passível de saneamento, nos termos do art. 253, inciso I da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021. bem como pela não caracterização da categoria pleiteada, com base art. 253, inciso II da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, com redação dada pela Portaria MTP nº 1.486, de 3 de junho de 2022.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical Substituto, no uso das suas atribuições, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 2324 (SEI 27128548), resolve: NÃO CONHECER o Recurso Administrativo (SEI 27059578 - Processo n. 19964.111690/2022- 85) interposto por MULTI-CAR RIO TERMINAL DE VEICULOS S.A, CNPJ 02.369.513/0001-08, nos autos do Processo Administrativo n.º 46215.014598/2018-37, com respaldo no art. 63, inciso IV, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

DESPACHOS DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1945 - (27492343), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINTRAF - SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS NA AGRICULTURA FAMILIAR DE NOVO REPARTIMENTO-PA, CNPJ nº 83.377.754/0001-92, Processo nº 19964.108521/2022-68, para representar a Categoria Profissional específica da Agricultura Familiar abrange todos os trabalhadores e trabalhadoras na Agricultura Familiar do município de Novo Repartimento-PA, proprietários de imóvel rural, os assentados, arrendatários, cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, posseiros, possuidores ou usufrutuário que exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar assim entendido o trabalho de membros da mesma família indispensável a própria subsistência e executado em condições mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme Decreto Lei n. 1.166/71 até o limite de 02 (dois) módulos rurais, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Novo Repartimento, no Estado do Pará, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação da seguinte entidade: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Novo Repartimento - PA, CNPJ não informado, Processo 46010.003028/92-36; excluindo a Categoria de todos os trabalhadores e trabalhadoras na Agriultura Familiar do município de Novo Repartimento-PA, proprietários de imóvel rural, os assentados, arrendatários, cessionários, comodatários, extrativistas artesanais, meeiros, posseiros, possuidores ou usufrutuário que exerçam suas atividades no meio rural individualmente ou em regime de economia familiar assim entendido o trabalho de membros da mesma família indispensável a própria subsistência e executado em condições mútua dependência e colaboração, ainda que com a ajuda eventual de terceiros, conforme Decreto Lei n. 1.166/71 até o limite de 02 (dois) módulos rurais, no Município de Novo Repartimento, no Estado do Pará, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1944 (27491990), resolve: DEFERIR o registro sindical ao SINDISAUDE CONCORDIA - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Concordia e Região, CNPJ 17.963.926/0001-85, Processo nº 19964.108530/2022-59, para representar a Categoria Profissional de Enfermagem, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem, Parteiras, Duchistas, Massagistas e Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde Privado, compreendendo Hospitais, Clínicas, Casas de Saúde Sanatórios, Casas de Repousos de Saúde, Policlínicas, Ambulatórios, Laboratórios de pesquisa e Analises Clinicas, Consultórios Médicos e Odontológicos, Cooperativas de Serviços Médicos, Bancos de Sangue, Estabelecimentos de Duchas e Massagens, Clinicas de Fisioterapia, Empresas de Próteses Dentárias e Clinicas Veterinárias e Hemoterapia, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos Municípios de Arabutã, Concórdia, Ipumirim, Irani, Itá, Lindóia do Sul, Seara e Xavantina, no Estado de Santa Catarina/SC, nos termos do inciso I do art. 252 da Portaria 671/2021. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve: ANOTAR a representação das seguintes entidades: A) Sindicato dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Serviços de Saúde de Chapecó e Região - SC, CNPJ: 75.437.798/0001-32, Processo 46000.001722/97-14, excluindo os municípios de Arabutã, Concórdia, Ipumirim, Irani, Lindóia do Sul, Seara e Xavantina, do Estado de Santa Catarina e B) Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Vale do Rio do Peixe - SC, CNPJ: 80.626.781/0001-63, Processo nº 24000.004358/90-08, excluindo os municípios de Arabutã, Concórdia, Ipumirim, Irani, Itá, Lindóia do Sul e Seara, do Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 255 do mesmo normativo.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a regularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1936 - (27477105), resolve: PUBLICAR o pedido de alteração estatutária nº 19964.112966/2022-42, de interesse do SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDUSTRIAS DE LATICINIOS E ALIMENTACAO DE SAO PAULO - SP - STILASP, CNPJ n.º 62.806.575/0001-53, para representação dos trabalhadores da categoria profissional: I- Das indústrias de laticínios, produtos derivados do leite, manteiga, margarina, iogurte, creme de leite, leite em pó, queijo, leite desnatado, soro de leite e gorduras lácteas; Das indústrias de processamento da cana-de-açúcar e das usinas de açúcar refinado e cristal e pessoal administrativo e operacional; Das indústrias do fumo, de cigarros, charutos, cigarrilhas, lotados nos depósitos das indústrias do fumo, cigarros, charutos e cigarrilhas e pessoal administrativo das indústrias do fumo, cigarros, charutos e cigarrilhas; Os trabalhadores que exerçam as funções de promotoras, demonstradoras, repositoras, não comissionistas, operadores em microcomputadores e informáticas que trabalham nas indústrias e comércio de laticínios e produtos derivados, do açúcar refinado e cristal, torrefação, moagem e solúvel de café, do fumo, massas alimentícias e biscoitos, cacau, chocolate e balas, doces e conservas alimentícias, congelados, supercongelados, sorvetes e liofilizados, produtos embutidos, enlatados, do frio, resfriados e frigorificados de origem animal bovina, charque, suína e ave; de carnes e derivados; do trigo, milho, soja, mandioca, aveia, arroz, refinação de sal, azeite e óleos alimentícios, rações balanceadas; de bebidas em geral, cervejas, refrigerantes, sucos, águas minerais, águas gaseificadas, vinhos, bebidas fermentadas e destiladas, bebidas alcoólicas e não alcoólicas; de panificação e confeitarias, nos Municípios de Araçariguama, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu Guaçu, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Itapecerica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Mauá, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, São Roque, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista; II- Das indústrias de torrefação e moagem de café e de café solúvel nos Municípios de Araçariguama, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Itapecerica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do

Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, São Roque, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista; III - Das empresas de locação de serviços a terceiros, cujos empregados trabalham nas indústrias de laticínios e produtos derivados, do açúcar refinado e cristal, torrefação, moagem e solúvel de café, depósitos, comércio e distribuição dos referidos produtos; dos depósitos, distribuições e comércio de laticínios e produtos derivados, açúcar refinado e cristal, torrefação, moagem e solúvel de café e do fumo, cigarros, charutos e cigarrilhas, nos municípios de Araçariguama, Arujá, Barueri, Cajamar, Carapicuíba, Diadema, Ferraz de Vasconcelos, Guararema, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Paulo, São Roque e Suzano; IV- Das Indústrias de Massas Alimentícias e Biscoitos, Cacau, Chocolate e Balas, Doces e Conservas Alimentícias, Congelados, Supercongelados, Sorvetes e Liofilizados, trabalhadores nas empresas de industrialização alimentícia de produtos à base de mel e própolis, frutas industrializadas, sucos e concentrados, água e produtos de pescado; Das indústrias do Trigo, Milho, Soja, Mandioca, Aveia, Arroz, Refinação de Sal, Azeite e Óleos Alimentícios, Rações Balanceadas; Das Indústrias de Produtos Embutidos, Enlatados, do Frio, Resfriados e Frigorificados de Origem Animal Bovina, Charque, Suína e Ave; Das indústrias de suplementos e complementos alimentares; Nas agroindústrias e nas agropecuárias da alimentação; Das indústrias de produtos in natura industrializados, mesmo que modificados, embalado e/ou alterado sua apresentação final nos Municípios de Araçariguama, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapecerica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Mauá, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, São Roque, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista; V- Das indústrias de carnes e derivados nos municípios de Araçariguama, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Francisco Morato, Franco da Rocha, Itapecerica da Serra, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Mauá, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, São Roque, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista; VI- Das indústrias de panificação, padarias e confeitarias, nos Municípios de Araçariguama, Barueri, Biritiba-Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Francisco Morato, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Pirapora do Bom Jesus, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista; VII- Das indústrias de bebidas em geral, cervejas, refrigerantes, vinhos, bebidas fermentadas e destiladas, bebidas alcoólicas e não alcoólicas, nos municípios de Biritiba-Mirim, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Itapevi, Jandira, Juquitiba, Pirapora do Bom Jesus, Rio Grande da Serra, Salesópolis, São Lourenço da Serra, Santana de Parnaíba e Vargem Grande Paulista, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Araçariguama, Arujá, Barueri, Biritiba Mirim, Caieiras, Cajamar, Carapicuíba, Cotia, Diadema, Embu das Artes, Embu-Guaçu, Ferraz de Vasconcelos, Francisco Morato, Franco da Rocha, Guararema, Itapecerica da Serra, Itapevi, Itaquaquecetuba, Jandira, Juquitiba, Mauá, Mogi das Cruzes, Osasco, Pirapora do Bom Jesus, Poá, Ribeirão Pires, Rio Grande da Serra, Salesópolis, Santa Isabel, Santana de Parnaíba, Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, São Lourenço da Serra, São Paulo, São Roque, Suzano, Taboão da Serra e Vargem Grande Paulista, Estado de São Paulo, nos termos dos arts. 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, para fins de abertura do prazo de 30 (trinta) dias para impugnações.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, com fundamento na Análise Técnica nº 1294 (25543533), resolve: DEFERIR o Requerimento Administrativo nº 19964.107126/2022-68 (SEI 25453125), do SETHOBRU - SC - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES, TURISMO E HOSPITALIDADE DE BRUSQUE E REGIÃO, CNPJ: 03.400.999/0001-54, nos termos do artigo 53, da Lei nº 9.784/1999, nos autos do processo nº 46000.013421/99-79; PUBLICAR o pedido de registro sindical nº 46000.013421/99-79, de interesse do SETHOBRU - SC - SINDICATO DOS EMPREGADOS EM HOTÉIS, RESTAURANTES, BARES E SIMILARES, TURISMO E HOSPITALIDADE DE BRUSQUE E REGIÃO, CNPJ: 03.400.999/0001-54, para representação dos Empregados de Empresas de Asseio e Conservação, com abrangência Intermunicipal e base territorial nos municípios de Botuverá, Brusque, Guabiruba, Novo Trento e São João Batista, Estado de Santa Catarina, com abertura de prazo de 30 (trinta) dias para impugnação, nos termo dos artigos 245 e 246 da Portaria/MTP nº 671/2021, visto que a referida categoria restou ausente na publicação do D.O.U. de 31/01/2000, Seção 1, n.21-E, página 11.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1922 (SEI 27441295), resolve: INDEFERIR o pedido fusão sindical n.º 19964.112749/2022-52, de interesse do SINDICOMERCIÁRIO de Jequié - Coaraci e Região - Sindicato dos Empregados no Comércio de Jequié e Região, CNPJ 47.434.058/0001-07, tendo em vista a irregularidade de documentação não passível de saneamento, nos termos do artigo 253, inciso I da Portaria/MTP nº 671/2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1942 (27490919), resolve: INDEFERIR o pedido de Registro Sindical nº 19980.111682/2022-31, de interesse do Sindicato dos Trabalhadores em Educação no Município de São José do Egito, CNPJ nº 25.084.862/0001-70, tendo em vista a irregularidade de documentação apresentada após notificação de saneamento, nos termos do artigo 253, inciso I da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021.

O Coordenador-Geral de Registro Sindical, no uso das suas atribuições legais, considerando a irregularidade processual e com fundamento na Análise Técnica nº 1935 (SEI 27476228), resolve: INDEFERIR o pedido de alteração estatutária n.º 19964.111200/2022-41, de interesse do SIAMTC - Sindicato dos Agentes Municipais de Trânsito da Região do Cariri", CE, CNPJ 07.629.203/0001-90, tendo em vista ausência de saneamento no prazo legal, por inércia da entidade após devidamente notificada, nos termos do art. 253, inciso I, bem como pela não caracterização de categoria, nos termos do inciso II, ambos do art. 253 da Portaria/MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021, alterada pela Portaria/MTP nº 1486, de 3 de junho de 2022.

JOSÉ DE RIBAMAR PEREIRA JÚNIOR
Substituto

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

PORTARIA PRES/INSS Nº 1.485, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Altera a denominação, categoria, tipo de unidade e realoca Funções Comissionadas Executivas.

O PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022, e da delegação de competência constante no art. 13 do Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 35014.338481/2022-72, resolve:

Art. 1º Alterar, no âmbito do INSS, as seguintes Funções Comissionadas Executivas - FCEs fixadas no Quadro "a" do Anexo II do Decreto nº 10.995, de 14 de março de 2022:

I - a denominação e a categoria de 1 (uma) FCE de Assistente, código FCE 2.07, categoria de assessoramento, vinculada ao Gabinete, para Chefe, código FCE 1.07, categoria de direção, tipo de unidade Divisão, e realocá-la na Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão;

II - a denominação de 1 (uma) FCE de Gerente de Agência, código FCE 1.05, vinculada às Agências da Previdência Social B, para Chefe, definir o tipo de unidade como Serviço e realocá-la na Diretoria de Governança, Planejamento e Inovação; e

III - a denominação e a categoria de 186 (cento e oitenta e seis) FCEs de Assessor Técnico Especializado, código FCE 4.02, categoria de assessoramento técnico especializado, vinculadas às Superintendências Regionais, para Chefe, código FCE 1.02, categoria de direção e tipo de unidade Setor.

Art. 2º Realocar as seguintes Funções Comissionadas Executivas:

I - 300 (trezentas) FCEs de Assistente Técnico Especializado, código FCE 4.02, vinculadas às Agências da Previdência Social B, da seguinte forma:

a) 196 (cento e noventa e seis) para as Gerências-Executivas;

b) 60 (sessenta) para as Superintendências Regionais;

c) 25 (vinte e cinco) para o Instituto Nacional do Seguro Social;

d) 12 (doze) para a Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão;

e) 6 (seis) para a Diretoria de Tecnologia da Informação; e

f) 1 (uma) para a Diretoria de Governança, Planejamento e Inovação;

II - 6 (seis) FCEs de Assessor Técnico Especializado, código FCE 4.04, vinculadas às Superintendências Regionais, para a Diretoria de Orçamento, Finanças e Logística.

Art. 3º As alterações e realocações de que tratam essa Portaria estão consolidadas no Anexo.

Art. 4º Os ocupantes das FCEs alteradas ou realocadas nos termos desta Portaria ficam automaticamente dispensados.

Art. 5º A codificação, localização e denominação das unidades administrativas a serem instituídas, o rol de unidades a serem extintas e a localização das FCEs realocadas e alteradas, em decorrência do disposto nesta Portaria, serão fixados por meio de ato específico.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor em 19 de setembro de 2022.

GUILHERME GASTALDELLO PINHEIRO SERRANO

ANEXO

SÍNTESE DAS ALTERAÇÕES DE DENOMINAÇÃO, CATEGORIA E TIPO DE UNIDADE E DAS REALOCAÇÕES INTERNAS DE FUNÇÕES COMISSIONADAS EXECUTIVAS FIXADAS NO QUADRO "a" DO ANEXO II DO DECRETO Nº 10.995, DE 14 DE MARÇO DE 2022

ORIGEM (DE)					DESTINO (PARA)				
Unidade de Origem	Qtde.	Denominação FCE	Código	CCE Unitário	Unidade de Destino	Qtde.	Denominação FCE	Código	CCE Unitário
Instituto Nacional do Seguro Social	1	Assistente	FCE 2.07	0,83	DIRETORIA DE BENEFÍCIOS E RELACIONAMENTO COM O CIDADÃO - DIRBEN	1	Chefe	FCE 1.07	0,83
Agências da Previdência Social B	1	Gerente de Agência	FCE 1.05	0,60	DIRETORIA DE GOVERNANÇA, PLANEJAMENTO E INOVAÇÃO - DIGOV	1	Chefe	FCE 1.05	0,60
Superintendências Regionais	186	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.02	39,06	SRs	186	Chefe	FCE 1.02	39,06
Agências da Previdência Social B	196	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.02	41,16	Gerências-Executivas	196	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.02	41,16
Agências da Previdência Social B	60	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.02	12,60	SRs	60	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.02	12,60
Agências da Previdência Social B	25	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.02	5,25	Instituto Nacional do Seguro Social	25	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.02	5,25
Agências da Previdência Social B	12	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.02	2,52	DIRBEN	12	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.02	2,52
Agências da Previdência Social B	6	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.02	1,26	DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	6	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.02	1,26
Agências da Previdência Social B	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.02	0,21	DIGOV	1	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.02	0,21
Superintendências Regionais	6	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.04	2,64	DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA	6	Assessor Técnico Especializado	FCE 4.04	2,64
TOTAIS	494			106,13		494			106,13

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE LICENCIAMENTO

PORTARIA PREVIC Nº 737, DE 8 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004335/2022-67, resolve:

Art. 1º Aprovar as alterações propostas para o estatuto da entidade MULTIPREV - FUNDO MÚLTIPLO DE PENSÃO, CNPJ nº 67.846.188/0001-64, nos termos do supracitado processo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 752, DE 12 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere confere a alínea "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), tendo em conta o disposto no art. 18 da Resolução nº 09, de 30 de março de 2022, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000540/2022-53, resolve:

Art. 1º Aprovar o 2º termo aditivo ao convênio de adesão celebrado entre a empresa Beleza.com Comércio de Produtos de Beleza e Serviços de Cabeleireiros S.A., CNPJ nº 11.724.258/0001-57, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Boticário Prev, CNPB nº 1995.0036-38, e a Boticário Prev - Sociedade de Previdência Privada, CNPJ nº 00.998.828/0001-80, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 753, DE 12 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere confere a alínea "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.000667/2022-72, resolve:

Art. 1º Aprovar o 1º termo aditivo ao convênio de adesão celebrado entre a empresa Mercer Human Resource Consulting Ltda., CNPJ n.º 55.492.391/0001-09, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria Mercer, CNPB nº 1989.0020-56, e a Mercerprev - Fundo de Pensão Multipatrocinado, CNPJ nº 61.365.136/0001-90, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 767, DE 18 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere confere a alínea "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.003130/2022-64, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão celebrado entre a APROMAT - Associação dos Procuradores do Estado de Mato Grosso, CNPJ nº 01.978.311/0001-92, na condição de instituidora do Plano de Benefícios Previdenciários JURIS - PLANJUS, CNPB nº 2007.0035-38, e a JUSPREV - Fundo de Pensão Multinstituído por Associações do Ministério Público e da Justiça, CNPJ nº 09.350.840/0001-59, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 768, DE 19 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere confere a alínea "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.003271/2022-87, resolve:

Art. 1º Aprovar o convênio de adesão celebrado entre a Ananaí Transmissora de Energia Elétrica S.A., CNPJ nº 42.215.683/0001-44, na condição de patrocinadora do Plano Taesa de Benefícios Previdenciários, CNPB nº 2012.0007-38, e a Fundação Forluminas de Seguridade Social, CNPJ nº 16.539.926/0001-90, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 776, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004429/2022-36, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria, CNPB nº 1980.0022-74, administrado pela Futura Entidade de Previdência Complementar, CNPJ nº 27.109.420/0001-67.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 780, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "d" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001084/2022-69, resolve:

Art. 1º Aprovar a retirada de patrocínio da Kirton Administração de Serviços para Fundo de Pensão Ltda., CNPJ nº 30.458.178/0001-41, do Plano de Benefícios Kirton Prev, CNPB nº 2001.0016-65, administrado pela Multibra Fundo de Pensão, CNPJ nº 30.459.788/0001-60.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 781, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "d" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.001446/2021-31, resolve:

Art. 1º Aprovar a retirada de patrocínio da Mabe Brasil Eletrodomésticos S.A., CNPJ nº 60.736.279/0001-06, do Plano de Aposentadoria BS Continental, CNPB nº 1997.0001-56, administrado pela Multibra Fundo de Pensão, CNPJ nº 30.459.788/0001-60.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 785, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "d" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004459/2022-42, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da data de emissão do protocolo pelo sistema informatizado utilizado pela Previc, ocorrida em 20 de julho de 2022 (licenciamento automático), a retirada vazia de patrocínio da ENERGISAPREV - Fundação Energisa de Previdência, atual denominação da RedePrev - Fundação Rede de Previdência, CNPJ nº 06.056.449/0001-58, do Plano de Benefícios Elétricas OP, CNPB nº 1998.0063-11, administrado pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, CNPJ nº 06.056.449/0001-58.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 786, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere confere a alínea "c" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), tendo em conta o disposto no art. 18 da Resolução nº 09, de 30 de março de 2022, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002729/2022-81, resolve:

Art. 1º Aprovar, com vigência a partir da data de emissão do protocolo pelo sistema informatizado da Previc, ocorrida em 13 de maio de 2022 (licenciamento automático), o 1º termo aditivo ao convênio de adesão celebrado entre a empresa a Arxada do Brasil Especialidade Químicas Ltda., CNPJ nº 03.988.220/0001-63, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Arxada, CNPB nº 2020.0009-38, e o MultiBRA Fundo de Pensão, CNPJ nº 30.459.788/0001-60, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 791, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004511/2022-61, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Previdência Complementar CPFL - PPCPFL, CNPB nº 1979.0032-38, administrado pela Fundação CESP, CNPJ nº 62.465.117/0001-06.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 792, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere a alínea "a" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.004508/2022-47, resolve:

Art.1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Suplementação de Aposentadoria e Pensão PSAP/PIRATININGA, CNPB nº 1982.0023-11, administrado pela Fundação CESP, CNPJ nº 62.465.117/0001-06.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 793, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere as alíneas "a", "c" e "e" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.002884/2022-05, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de gerenciamento do Plano de Aposentadoria Ford, CNPB nº 1995.0033-11, da Ford Previdência Privada, CNPJ nº 01.089.043/0001-58, para a Fundação CESP (VIVEST), CNPJ nº 62.465.117/0001-06.

Art. 2º Aprovar a aplicação das alterações propostas ao regulamento do Plano de Aposentadoria Ford.

Art. 3º Aprovar o convênio de adesão celebrado entre a Ford Motor Company Brasil Ltda., CNPJ nº 03.470.727/0004-73, na condição de patrocinadora do Plano de Aposentadoria Ford, e a Fundação CESP (VIVEST), na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

PORTARIA PREVIC Nº 794, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DE LICENCIAMENTO, no uso das atribuições que lhe confere as alíneas "a", "c" e "e" do inciso I do art. 64 da Portaria nº 529, de 8 de dezembro de 2017 (Regimento Interno da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc), e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo nº 44011.003549/2022-16, resolve:

Art. 1º Autorizar a transferência de gerenciamento do Plano de Benefícios Sarahprev, CNPB nº 1996.0037-47, da BB Previdência Fundo de Pensão Banco do Brasil, CNPJ nº 00.544.659/0001-09, para a Sarah Previdência - Fundo de Pensão dos empregados da Associação das Pioneiras Sociais, CNPJ nº 45.395.628/0001-71.

Art. 2º Aprovar a aplicação das alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios Sarahprev.

Art. 3º Aprovar o convênio de adesão celebrado entre a Associação das Pioneiras Sociais, CNPJ nº 37.113.180/0001-28, na condição de patrocinadora do Plano de Benefícios Sarahprev, e a Sarah Previdência - Fundo de Pensão dos empregados da Associação das Pioneiras Sociais, na condição de entidade fechada de previdência complementar responsável pela administração do referido plano.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ REYNALDO DE ALMEIDA FURLANI

Ministério do Turismo

SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
SECRETARIA NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 495, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) proponente(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 201437 - Mia Cara 2020, publicado na portaria nº 0192/20 de 16/03/2020, no D.O.U. de 17/03/2020.

Onde se lê: Associacao Cultural Solar do Rosario
CNPJ/CPF: 40.408.353/0001-40
Leia-se: TRENTO EDIÇÕES CULTURAIS EIRELI
CNPJ/CPF: 08.381.850/0001-99

Art. 2.º - Homologar a(s) alteração(ões) do(s) nome(s) do(s) projeto(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC: 192170 - Manutenção e Atividades Culturais do Memorial do Alumínio - 2020/2021, publicado na portaria nº 0531/19 de 10/09/2019, no D.O.U. de 11/09/2019, para Manutenção e Atividades Culturais do Memorial do Alumínio - 2020/2021/2022/2023.

PRONAC: 201120 - ORQUESTRA FILARMÔNICA JOVEM DE SOROCABA 2020, publicado na portaria nº 0104/20 de 07/02/2020, no D.O.U. de 10/02/2020, para Concertos da Orquestra Filarmônica Jovem de Sorocaba - Temporada 2022.

PRONAC: 201442 - MARTE Festival - 3˚ edição, publicado na portaria nº 0192/20 de 16/03/2020, no D.O.U. de 17/03/2020, para MARTE_beta.

PRONAC: 211806 - Comida de Afeto - 2ª edição EVENTO VIRTUAL, publicado na portaria nº 0759/21 de 28/12/2021, no D.O.U. de 29/12/2021, para Comida de Afeto - 2ª edição.

Art. 3º - Homologar a(s) alteração(ões) da(as) razão(ões) social(ais) do(s) proponente(s) abaixo relacionado(s):

PRONAC 220077 - CLARA NUNES, A TAL GUERREIRA, publicado na portaria n.º 0058 de 28/01/2022, no D.O.U de 31/01/2022:

Onde se lê: PALCO 7 PRODUCOES EIRELI
Leia-se: PALCO 7 PRODUCOES LTDA

PRONAC 211379 - A Ciumenta, publicado na portaria n.º 0716 de 13/12/2021, no D.O.U de 14/12/2021:

Onde se lê: PALCO 7 PRODUCOES EIRELI
Leia-se: PALCO 7 PRODUCOES LTDA

PRONAC 190074 - COZINHANDO COM PALAVRAS, publicado na portaria n.º 0022 de 09/01/2019, no D.O.U de 10/01/2019:

Onde se lê: MUNDO GOURMET GASTRONOMIA EDITORA EIRELI
Leia-se: MUNDO GOURMET CULTURA GASTRONOMIA E EDITORA EIRELI

Art. 4.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

PORTARIA Nº 493, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a prorrogação do prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
193979 - Carnaval Cultural e Desfile das Escolas de Samba de Laguna 2021
Liga Independente das Escolas de Samba - LIESLA
CNPJ/CPF: 07.082.000/0001-27
Cidade: Laguna - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022
202597 - CIRCUITO NACIONAL PROFISSÕES DA ECONOMIA CRIATIVA - ARTES CÊNICAS
Branca e Branca produções Artisticas Ltda
CNPJ/CPF: 05.560.238/0001-95
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022
178073 - Festival Gastronômico
ACERTE PROJETOS
CNPJ/CPF: 77.515.120/0001-56
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022
210020 - VIVA MUSICAL - 2ª edição
BELIEVE STUDIO DE DANCA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 20.585.316/0001-08
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
210092 - BIKE ARTE BRASIL
INSTITUTO AROMEIAZERO
CNPJ/CPF: 16.403.490/0001-07
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/06/2022 à 31/12/2022
185388 - MIMO FESTIVAL - Rio de Janeiro - 5ª Edição
Lu Araújo Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 07.688.405/0001-03
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022
212433 - Música Para Todos XVIII (Plano Anual 2022)
INSTITUTO CULTURAL SANTA RITA
CNPJ/CPF: 05.586.884/0001-21
Cidade: Teresina - PI;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022
203516 - SONS DE ESPERANÇA
AGENCIA ADVENTISTA DE DESENVOLVIMENTO E RECURSOS ASSISTENCIAIS NOROESTE BRASILEIRA - ADRA RORAIMA
CNPJ/CPF: 17.206.150/0004-00
Cidade: Boa Vista - RR;
Prazo de Captação: 01/07/2022 à 31/12/2022
205101 - Toque de Vida
MODO MAIOR PROJETOS CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 03.143.086/0001-08
Cidade: Fortaleza - CE;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022
212295 - Transformando Sonhos
INSTITUTO CRESCER
CNPJ/CPF: 40.548.864/0001-67
Cidade: Zortéa - SC;
Prazo de Captação: 01/08/2022 à 31/12/2022
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
202182 - CRIANDO ARTE E CULTURA PARA TODOS
TANIA IZABEL BERTOLDI CAMPESTRINI
CNPJ/CPF: 003.894.469-39
Cidade: Benedito Novo - SC;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022
205024 - AMAZÔNIA - SEBASTIÃO SALGADO (EDIÇÃO SP)
Maré Produções Culturais e Cinematograficas LTDA - ME
CNPJ/CPF: 14.301.625/0001-06
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022
201457 - EXPO SIDNEY MAGAL: MUITO MAIS QUE UM AMANTE LATINO
TIARAJU PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CULTURAIS LTDA
CNPJ/CPF: 19.094.858/0001-90
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
203864 - Livro - Fazenda Santa Sophia
Emegê Produções Artísticas S/S Ltda
CNPJ/CPF: 07.007.705/0001-80
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2022 à 31/12/2022

PORTARIA Nº 496, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Tornar sem efeito a publicação referente a homologação da redução no valor do projeto "Música Paratodos" - pronac 19-0513 e projeto "Pincel Mágico - Fase I" - pronac 20-3349, constantes na portaria nº 0469/2022, de 15/08/2022, publicada no D.O.U. nº 155 de 16/08/2022, Seção 1, págs. 91.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

PORTARIA Nº 492, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
190298 - Os Encantados do Sossego
Grupo 4 Pontas Produções Artísticas Ltda.
CNPJ/CPF: 12.427.430/0001-73
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Complementado: R$ 100.252,00
Valor total atual: R$ 985.845,12
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
204995 - Blues Jazz Festival Brasil 7a edição
MAROLO PRODUCOES CULTURAIS E ARTISTICAS LTDA. - ME
CNPJ/CPF: 08.360.491/0001-93
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Complementado: R$ 615.553,51
Valor total atual: R$ 3.817.462,56
190513 - MÚSICA PARATODOS
TATICA - MARKETING ESPORTIVO LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 06.103.531/0001-96
Cidade: São Paulo - SP
Valor Complementado: R$ 10.000,50
Valor total atual: R$ 2.553.565,50
203349 - PINCEL MÁGICO - FASE I
TATICA - MARKETING ESPORTIVO LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 06.103.531/0001-96
Cidade: São Paulo - SP
Valor Complementado: R$ 111.926,54
Valor total atual: R$ 1.010.792,26

PORTARIA N.º 491, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar os projetos culturais relacionados nos anexos desta portaria, que após terem atendido aos requisitos de admissibilidade estabelecidos pela Lei nº 8.313/91, Decreto nº 10.755/2021 e a Instrução Normativa vigente, passam a fase de obtenção de doações e patrocínios.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO I
ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
220776 - CIA AMBULANTE DE ÓPERA BRASILEIRA
Pianíssimo Produções Artísticas Ltda
CNPJ/CPF: 06.172.974/0001-39
Processo: 01400000776202201
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.301.869,38
Prazo de Captação: 30/08/2022 à 31/12/2022
Resumo do Projeto: O projeto visa a criação da Cia Ambulante de Ópera Brasileira, grupo que reunirá artistas brasileiros dentre os mais destacados na área para a montagem e apresentações de óperas em diferentes cidades do Brasil,com o objetivo de expandir este estilo cênico para os mais diversos cantos do país, além de diversificar seu público, aproximando-o desse estilo cênico e visando estimular o crescimento do interesse pela ópera.
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
220768 - 3º Festival Interativo de Música e Arquitetura
Artemundi Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 10.831.041/0001-83
Processo: 01400000768202257
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 878.938,76

Prazo de Captação: 30/08/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O 3º Festival Interativo de Música e Arquitetura (FIMA) apresentará consagrados instrumentistas em concertos que celebram nove dos mais emblemáticos teatros históricos brasileiros. Templos de nossa cultura que serão protagonistas em suas próprias cenas de uma interação multissensorial onde traremos músicas pensadas sob medida para dialogar com a arquitetura, a arte decorativa e história de cada um destes espaços. Apresentaremos além dos concertos presenciais e virtuais, em formato tradicional e HD 360º, podcasts e uma websérie, sempre com objetivo promover a difusão destes emblemáticos patrimônios culturais.

220767 - Festival de Forró da Chapada

TOCA PRA NOS DOIS PRODUCOES E EVENTOS LTDA ME

CNPJ/CPF: 07.337.631/0001-40

Processo: 01400000767202211

Cidade: Juazeiro - BA;

Valor Aprovado: R$ 1.146.575,39

Prazo de Captação: 30/08/2022 à 15/12/2022

Resumo do Projeto: Quarta edição de Festival de Forró. A programação prevê apresentações musicais de renomados instrumentistas, trios de arrastapé, show infantil e palestras. Proporcionando oportunidades de ampla participação popular, a fim de celebrar coletivamente o tombamento desse super gênero musical de abrangência nacional como patrimônio imaterial cultural brasileiro, tendo os registros das atividades realizadas em um Sítio de Internet dedicado ao Festival.

220751 - HISTÓRIA DA MÚSICA SACRA ATRAVÉS DO HARMÔNIO

Dotsy M. Santi Rebelatto e Cia LTDA-ME

CNPJ/CPF: 84.829.175/0001-04

Processo: 01400000751202208

Cidade: Francisco Beltrão - PR;

Valor Aprovado: R$ 149.202,65

Prazo de Captação: 30/08/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Série deconcertos didáticos demonstrando a história da música sacra, através do instrumento Harmônio e palestras formativa, intitulada "A Música Sacra e sua importânica para o desenvolvimento da Arte Musical". Projeto direcionado para Escolas Públicas dos municípios de até 20.000 habitantes do Sudoeste do Paraná.

220770 - NATAL MUSICAL DE BRUSQUE 2ª EDIÇÃO

KATIA ALESSANDRA LUCIANO

CNPJ/CPF: 902.943.789-87

Processo: 01400000770202226

Cidade: Brusque - SC;

Valor Aprovado: R$ 464.508,00

Prazo de Captação: 30/08/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: REALIZAR APRESENTAÇÕES MUSICAIS INSTRUMENTAIS NAS COMEMORAÇÕES NATALINAS DE BRUSQUE/SC.

220738 - Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas

ASSOCIACAO BRASILEIRA CARLOS GOMES DE ARTISTAS LIRICOS

CNPJ/CPF: 52.353.315/0001-16

Processo: 01400000738202241

Cidade: Campinas - SP;

Valor Aprovado: R$ 3.320.361,25

Prazo de Captação: 30/08/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O presente projeto prevê a realização da Temporada da Orquestra Sinfônica Municipal de Campinas (OSMC), com repertório formado por obras de notável valor artístico, densidade musical e elevada expressão artística.

220796 - PROGRAMAÇÃO CULTURAL VAQUEJADA DE ITAPEBUSSU

CRIATIVA PRODUÇÕES E EVENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 10.614.557/0001-76

Processo: 01400000796202274

Cidade: Uberlândia - MG;

Valor Aprovado: R$ 499.940,10

Prazo de Captação: 30/08/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Programação cultural de artes integradas da Vaquejada de Itapebussu. Com apresentações de música instrumental, exposição de artesanatos e feira de gastronomia típica nordestina.

220773 - Som nas Geraes 2023

Corporação Musical "Santa Cecília"

CNPJ/CPF: 20.938.213/0001-76

Processo: 01400000773202260

Cidade: Itapecerica - MG;

Valor Aprovado: R$ 225.555,09

Prazo de Captação: 30/08/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O projeto Som nas Geraes promove a cultura através de formação para crianças, jovens e adultos na cidade de Itapecerica e região, por meio de aulas de música, ensaios e apresentações musicais.

220795 - Sound of Music II

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICENTE BEITH LUBAVITCH

CNPJ/CPF: 40.188.450/0001-74

Processo: 01400000795202220

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 486.228,60

Prazo de Captação: 30/08/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O projeto visa a realização de oficinas de música para crianças em situação de vulnerabilidade social, de até 15 anos de idade, culminando em uma apresentação musical. Serão realizadas aulas de ensino prático com instrumentos e musicalização, permitindo que as atividades relacionadas à Educação Musical promovam a formação cultural dos participantes ainda na fase infantil.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)

220794 - Exposição Pessach: Rumo a Liberdade

ASSOCIAÇÃO CULTURAL E BENEFICENTE BEITH LUBAVITCH

CNPJ/CPF: 40.188.450/0001-74

Processo: 01400000794202285

Cidade: Rio de Janeiro - RJ;

Valor Aprovado: R$ 423.345,31

Prazo de Captação: 30/08/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O projeto Exposição Páscoa Judaica será uma exposição que conta a história da Páscoa Judaica com suas tradições e curiosidades, e onde o passado e o presente se misturam, tendo como objetivo resgatar, preservar e difundir as raízes tradicionais e populares desta cultura milenar. Juntamente da exposição, é prevista uma integração da comunidade e sua própria visão da páscoa traduzida em pinturas que serão apresentadas na abertura da exposição.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)

220763 - Construção da 4ª etapa da Sede da Casa de Música de Ouro Branco

ASSOCIACAO CULTURAL CASA DE MUSICA DE OURO BRANCO - ACCMOB

CNPJ/CPF: 04.479.160/0001-16

Processo: 01400000763202224

Cidade: Ouro Branco - MG;

Valor Aprovado: R$ 6.068.344,68

Prazo de Captação: 30/08/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O presente projeto tem como proposta pelo produto "Bem Imóvel - Reforma / Ampliação / Construção / Aquisição" a construção da 4ª etapa da Sede da Casa de Música de Ouro Branco. A construção dessa etapa contemplará uma estrutura de multiuso, salas de ensaios e o equipamento das salas de aulas. A casa de Música é referencia de ensino e difusão da música erudita na região.

220717 - Implantação de instalações de segurança do conjunto do Itamaraty no Rio de Janeiro e seus acervos

Instituto Pedra

CNPJ/CPF: 17.643.364/0001-92

Processo: 01400000717202225

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 6.530.246,38

Prazo de Captação: 30/08/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Execução de modernização e ampliação de Sistema de Detecção, Prevenção e Combate a Incêndio e Pânico, do Sistema de Proteção Contra Descargas Atmosféricas e Modernização e Reforma das Instalações Elétricas do Palácio do Itamaraty e do Edifício da Biblioteca do complexo do Ministério das Relações Exteriores no Rio de Janeiro (Bem Imóvel - Restauração), juntamente como Programa de Educação Patrimonial (Contrapartidas Sociais). Este projeto já possui contrato de patrocínio firmado com o BNDES.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)

220772 - "Sabedoria Milenar - Aplicações Contemporâneas"

ASSOCIACAO ISRAELITA DE BENEFICENCIA BEIT CHABAD DO BRASIL

CNPJ/CPF: 60.622.073/0001-47

Processo: 01400000772202215

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 376.399,19

Prazo de Captação: 30/08/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O Projeto consiste na produção, edição, impressão e distribuição gratuita de um livro em português, denominados "Sabedoria Milenar - Aplicações Contemporâneas", que trará aspectos da cultura judaica, abordando sua filosofia, conceitos e valores, baseados em artigos publicados em inglês e português e palestras. São textos atuais para a fácil compreensão do público em geral.

220762 - 33ª Feira do livro de Dois Irmãos

ASSOCIACAO CULTURAL DE TRADICOES GAUCHAS-PORTAL DA SERRA.

CNPJ/CPF: 02.538.200/0001-28

Processo: 01400000762202280

Cidade: Dois Irmãos - RS;

Valor Aprovado: R$ 101.059,20

Prazo de Captação: 30/08/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização da 33ª Feira do Livro de Dois Irmãos, com inúmeras atrações culturais como bate-papos com escritores, espetáculos teatrais, entre outras. Todas as atividades são gratuitas e voltadas para a comunidade escolar.

220798 - 68ª Feira do Livro de Porto Alegre

Câmara Rio-Grandense do Livro

CNPJ/CPF: 03.042.751/0001-69

Processo: 01400000798202263

Cidade: Porto Alegre - RS;

Valor Aprovado: R$ 2.112.665,09

Prazo de Captação: 30/08/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O projeto prevê a realização da 68ª edição da Feira do Livro de Porto Alegre. Trata-se de Feira de Livros com ampla programação para todas as faixas etárias e camadas da população, que é o produto principal. E os produtos secundários são divididos na Contrapartida Social, realizada com Ação Formativa Cultural denominada "A Feira Vai à Escola ", com atividades de formação para professores e encontros com alunos da rede pública de ensino, e ainda os espetáculos de artes cênicas que ocorrem em palcos montados na Praça da Alfândega com entrada livre e gratuita.

220682 - BRASIL ENTRE O CÉU E O MAR - Região Nordeste

Associação Universo Cultural e Assistencial

CNPJ/CPF: 07.241.495/0001-90

Processo: 01400000682202224

Cidade: Itaúna - MG;

Valor Aprovado: R$ 499.367,90

Prazo de Captação: 30/08/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O projeto "Brasil entre o céu e o mar" trata-se da edição e publicação de um livro de arte fotográfica com textos bilíngues (português e inglês), o qual pretende-se mostrar as belezas litorâneas do Brasil. O litoral brasileiro tem 7,4 mil quilômetros de extensão, um verdadeiro paraíso que será revelado neste projeto. Nesta edição apresentaremos o litoral da Região Nordeste, com nove estados e mais de 3 mil quilômetros de extensão de lindas praias, dunas, falésias, rios, manguezais, ilhas. Além da fotografia, o trabalho contará com textos historiográficos expandindo para o conhecimento cultural e buscando apresentar a grande diversidade da região litorânea mais extensa do país. Como Contrapartida Social, realizaremos um curso " Turismo, Cultura e Economia da Região Nordeste Brasileira" com duração de 40h/a, em uma escola púlica da cidade de Itaúna (M.G.).

220744 - ESTRADAS CÊNICAS - A Experiência de conhecer o Brasil de Carro - Livro

FABIO LOUREIRO KNOLL

CNPJ/CPF: 176.106.078-35

Processo: 01400000744202206

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 398.532,75

Prazo de Captação: 30/08/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Estradas Cênicas é um projeto de LIVRO sobre a experiência de viajar dirigindo nas estradas mais bonitas do Brasil. Neste volume, apresentaremos 11 estradas do Sudeste brasileiro. Os capítulos serão divididos por estrada, localizando-a em seu respectivo estado brasileiro. Trata-se de um conteúdo para valorizar a cultura nacional, sua diversidade, geografia e espaços, abrindo possibilidades para desvendar locais e novas experiências.

220736 - Publicação: Coletânea Nashim - e-books

ASSOCIACAO BENEFICENTE E CULTURAL MAKOM

CNPJ/CPF: 13.627.196/0001-90

Processo: 01400000736202251

Cidade: São Paulo - SP;

Valor Aprovado: R$ 499.884,00

Prazo de Captação: 30/08/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: Este projeto prevê: a) tradução, edição e disponibilização on-line de uma coletânea de sete (07) livros que discorrem sobre tradições judaicas respeitantes às mulheres judias e a vida familiar do povo hebreu; b) palestras expositivo-dialogadas, de contrapartida social, sobre a representação feminina na literatura judaica e a importância cultural da preservação desses registros.

ANEXO II

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 26)

220723 - Festival Cultural de Belo Jardim

TAMPA PUBLICIDADE PRODUCAO DE FESTAS E EVENTOS LTDA

CNPJ/CPF: 31.747.440/0001-30

Processo: 01400000723202282

Cidade: Recife - PE;

Valor Aprovado: R$ 1.201.724,00

Prazo de Captação: 30/08/2022 à 31/12/2022

Resumo do Projeto: O Festival Cultural de Belo Jardim é um evento em celebração à cultura popular do estado de Pernambuco. Consiste na produção e realização de uma série de atividades culturais em formato de festival, de modo a integrar diversos elementos simbólicos dessa cultura. Apresentará os seguintes produtos: festival, gastronomia, espetáculos de artes cênicas, apresentações de música instrumental.

PORTARIA Nº 494, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O SECRETÁRIO NACIONAL DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 303, de 31 de março de 2022 e a Portaria SECULT/MTUR n. 41, de 4 de outubro de 2021, resolve:

Art. 1.º - Homologar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no §

1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LUCAS JORDÃO CUNHA

ANEXO

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
200774 - 30ª Feira das Nações de Santa Bárbara dOeste
Amauri Gonçalves de Oliveira
CNPJ/CPF: 112.605.288-47
Cidade: Santa Bárbara D'Oeste - SP;
Valor Reduzido: R$ 35.228,00
Valor total atual: R$ 464.793,15
202735 - CASTELO VOADOR: A NAVE DOS CONTOS DE FADA
GRUPO TEATRAL FRENTE JOVEM
CNPJ/CPF: 00.336.489/0001-77
Cidade: Aracati - CE;
Valor Reduzido: R$ 1.323,00
Valor total atual: R$ 198.332,79
210190 - CIRCUITO CULTURAL LIVRO & CENA -2° EDIÇÃO
FUNDACAO VICINTIN
CNPJ/CPF: 21.507.934/0002-75
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 5.099,00
Valor total atual: R$ 771.589,07
201698 - O REINO SUSTENTÁVEL DE OZ - CIRCULAÇÃO
BRUNO HENRIQUE FERIAN
CNPJ/CPF: 20.997.670/0001-31
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 3.866,44
Valor total atual: R$ 355.824,76
204324 - PLANO ANUAL DE ATIVIDADES Vocação Cultural 2021
ACAO COMUNITARIA DO BRASIL SAO PAULO
CNPJ/CPF: 61.750.246/0001-75
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 15.862,50
Valor total atual: R$ 1.685.053,96
ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
220295 - ESTRUTURAÇÃO DA ORQUESTRA JOVEM DE ALTA PERFORMANCE
MUSICARIUM ACADEMIA FILARMONICA BRASILEIRA
CNPJ/CPF: 40.478.490/0001-50
Cidade: Joinville - SC;
Valor Reduzido: R$ 92.096,00
Valor total atual: R$ 834.199,64
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
212074 - Mural Urbano de Arte Digital
Camilo de Lelis Belchior
CNPJ/CPF: 475.226.316-53
Cidade: Contagem - MG;
Valor Reduzido: R$ 9.240,00
Valor total atual: R$ 397.551,00
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
212926 - Imagens que tranformam - Evento virtual
Flamingo Comunicação Eireli
CNPJ/CPF: 16.700.448/0001-58
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 6.682,00
Valor total atual: R$ 779.088,20
210114 - TIL, A Cobrinha Ortográfica
LUIS EDUARDO DE MIRANDA LOPES
CNPJ/CPF: 382.642.776-91
Cidade: Juiz de Fora - MG;
Valor Reduzido: R$ 45.596,52
Valor total atual: R$ 62.850,10

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA
SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO DECISÓRIO Nº 29-E/2022, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

A SUPERINTENDENTE DE FOMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria n° 262-E, publicada em D.O.U. em 30/08/2017 e alterada pela Portaria nº 344-E, publicada em D.O.U. em 16/11/2017; e em cumprimento ao disposto na Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993, na Medida Provisória nº 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, no Decreto nº 4.456, de 4 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Aprovar os remanejamentos de fontes de recursos dos projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos das legislações indicadas.

15-0296 VIDAS DESCARTÁVEIS
Processo: 01580.039357/2015-51
Proponente: MEIOS DE PRODUÇÃO E COMUNICAÇÃO LTDA
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO / RJ
CNPJ: 27.920.016/0001-79
Valor total aprovado: R$ 1.400.500,00
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 150.000,00
Banco: 001 - agência: 0287-9 conta corrente: 51625-2
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 300.000,00
Banco: 001 - agência: 0287-9 conta corrente: 51628-7
Prazo de captação: até 31/12/2019
21-0296 PAREDES DE PAPEL
Processo: 01416.003554/2021-82
Proponente: SCHIMIL FILMES E ROTEIROS LTDA.
Cidade/UF: SÃO JOSÉ DO RIO PRETO / SP
CNPJ: 04.630.183/0001-80Valor total aprovado: R$ 1.770.000,00
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 500.000,00 para R$ 0,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 2502-X conta corrente: 24247-0
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 500.000,00 para R$ 0,00
Prazo de captação: até 31/12/2024
19-0315 MATCHES - 2ª TEMPORADA
Processo: 01416.007694/2019-13
Proponente: MIGDAL PRODUÇÕES CINEMATOGRÁFICAS LTDA.
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO / RJ
CNPJ: 10.645.895/0001-75
Valor total aprovado: R$ 6.298.943,69
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.000.000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 27151-9
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº 2.228-1/01: de R$ 3.920.576,92 para R$ 3.881.909,12
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 27152-7
Prazo de captação: até 31/12/2022
13-0013 RELATO DE UM CERTO ORIENTE
Processo: 01580.037427/2012-94
Proponente: MATIZAR PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO / RJ
CNPJ: 04.939.205/0001-98
Valor total aprovado: R$ 8.400.000,00
Valor aprovado no art. 1º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.400.000,00 para R$ 1.391.000,00
Banco: 001 - agência: 0087-6 conta corrente: 52956-7
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 2.280.000,00
Banco: 001 - agência: 0087-6 conta corrente: 51945-6
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.111.000,00 para R$ 889.400,16
Banco: 001 - agência: 0087-6 conta corrente: 52630-4
Prazo de captação: até 31/12/2023
17-0072 MEDUSA
Processo: 01416.005690/2017-21
Proponente: BANANEIRA FILMES LTDA
Cidade/UF: RIO DE JANEIRO / RJ
CNPJ: 02.140.120/0001-10
Valor total aprovado: R$ 4.340.957,50
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 379.310,88 para R$ 365.697,66
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 27164-0
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 450.000,00
Banco: 001 - agência: 3519-X conta corrente: 25117-8
Prazo de captação: até 31/12/2022
19-0346 OTTO
Processo: 01416.007340/2019-61
Proponente: TV IMAGINÁRIA PRODUÇÕES LTDACidade/UF: RIO DE JANEIRO / RJ
CNPJ: 02.367.665/0001-63
Valor total aprovado: R$ 727.300,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 671.300,00 para R$ 650.012,36
Banco: 001 - agência: 0598-3 conta corrente: 51860-3
Prazo de captação: até 31/12/2022
18-0257 UMA ADVOGADA BRILHANTE
Processo: 01416.004202/2018-49
Proponente: 44 TOONS - PRODUCOES ARTISTICAS LTDA.
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 08.517.383/0001-81
Valor total aprovado: R$ 8.560.315,80
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.000.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 4871-2
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 8760-2
Prazo de captação: até 31/12/2023
16-0755 UM PRESENTE À PROVA DE FUTURO
Processo: 01416.009829/2016-24
Proponente: TOCHA PRODUCOES ARTISTICAS - EIRELI
Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 19.291.237/0001-05Valor total aprovado: R$ 2.193.157,83
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.323.357,00
Banco: 001 - agência: 1504-0 conta corrente: 20386-6
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 269.671,75 para R$ 215.787,73
Banco: 001 - agência: 1504-0 conta corrente: 20387-4
Prazo de captação: até 31/12/2022
18-0342 O PAI Ó 2 - A FESTA DE YEMANJÁ
Processo: 01416.029605/2017-10
Proponente: DUETO PRODUÇÕES E PUBLICIDADES LTDACidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 27.872.415/0001-01Valor total aprovado: R$ 7.825.614,33
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 430.000,00
Banco: 001 - agência: 1572-5 conta corrente: 25076-7
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Banco: 001 - agência: 1572-5 conta corrente: 29004-1
Prazo de captação: até 31/12/2023

Art. 2º Autorizar a alteração de título do projeto audiovisual relacionado abaixo.

17-0499 de "AGENDA QUEBRANDO O TABU" para "QUEBRANDO O TABU".
Processo: 01416.024023/2017-47
Proponente: SPRAY FILMES S.A.Cidade/UF: SÃO PAULO / SP
CNPJ: 06.945.371/0001-22

Art. 3º Este Despacho Decisório entra em vigor na data de sua publicação.

LAÍS SANTOYO LOPES DA FONSECA
Substituta

DESPACHO Nº 112-E, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujo prazo de captação se encerra em 31/12/2024.

22-0530 (IN)VULNERÁVEIS
Processo: 01416.008192/2022-05
Proponente: JABUTI FILMES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 08.823.347/0001-46
Valor total aprovado: R$ 3.790.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 600.000,00
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 851, realizada em 24/08/2022

Art. 2º Aprovar os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos nos termos da legislação indicada, e cujos prazos de captação se encerram em 31/12/2025.

22-0521 SALVE MESTRE
Processo: 01416.006257/2022-70
Proponente: ORUM TUPI FILMES E PRODUTORA CULTURAL
Cidade/UF: Recife / PE
CNPJ: 19.302.796/0001-65
Valor total aprovado: R$ 473.700,00
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 450.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 849, realizada em 12/08/2022

22-0529 NO JOGO
Processo: 01416.008186/2022-40
Proponente: JABUTI FILMES LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 08.823.347/0001-46
Valor total aprovado: R$ 3.157.894,74
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 3.000.000,00
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 851, realizada em 24/08/2022

Art. 3º As Deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

ALEX BRAGA

DESPACHO Nº 113-E, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições previstas no art. 13, III, do Anexo I ao Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014, torna públicas as seguintes Deliberações de Diretoria Colegiada:

Art. 1º Aprovar o redimensionamento de valores do projeto audiovisual para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos, nos termos das legislações indicadas.

19-0205 MAL ME QUER - 2ª TEMPORADA
Processo: 01416.004037/2019-14
Proponente: BOUTIQUE FILMES E PRODUÇÕES LTDA
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 16.729.130/0001-08
Valor total aprovado: de R$ 2.431.808,08 para R$ 4.980.931,76
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 2.310.217,67 para R$ 2.505.159,67
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 3736-2
Valor aprovado no art. 39, inciso X, da Medida Provisória nº. 2.228-1/01: de R$ 0,00 para R$ 2.192.734,61
Banco: 001 - agência: 4328-1 conta corrente: 8734-3
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 847, realizada em 28/07/2022
Prazo de captação: até 31/12/2022

Art. 2º Aprovar para execução os projetos audiovisuais para os quais as proponentes ficam autorizadas a captar recursos, nos termos das legislações indicadas.

21-0221 TIME TO CHANGE
Processo: 01416.005995/2021-19
Proponente: GULLANE ENTRETENIMENTO S.A
Cidade/UF: São Paulo / SP
CNPJ: 01.378.559/0001-12
Valor total aprovado: de R$ 1.789.500,00 para R$ 1.875.000,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 200.000,00 para R$ 31.250,00
Banco: 001 - agência: 6998-1 conta corrente: 10599-6
Valor aprovado no art. 3º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.500.000,00
Banco: 001 - agência: 6998-1 conta corrente: 10600-3
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 850, realizada em 18/08/2022
Prazo de captação: até 31/12/2024

19-0385 MAMONAS ASSASSINAS - O FILME
Processo: 01416.001807/2019-69
Proponente: TOTAL ENTERTAINMENT LTDA
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 02.863.008/0001-07
Valor total aprovado: de R$ 6.596.107,65 para R$ 2.864.466,00
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 0,00 para R$ 429.084,82
Banco: 001 - agência: 3520-3 conta corrente: 32746-8
Valor aprovado no art. 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 3.000.000,00 para R$ 2.292.157,88
Banco: 001 - agência: 3520-3 conta corrente: 32745-X
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 850, realizada em 18/08/2022
Prazo de captação: até 31/12/2023

20-0124 MEDICINA: SAÚDE E BEM-ESTAR
Processo: 01416.010751/2020-77
Proponente: PRODUTORA BRASILEIRA DE ARTE E CULTURA LTDA
Cidade/UF: Santos / SP
CNPJ: 13.483.286/0001-55
Valor total aprovado: de R$ 368.500,00 para R$ 366.549,29
Valor aprovado no art. 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 350.000,00 para R$ 330.492,93
Banco: 001 - agência: 3146-1 conta corrente: 41562-6
Aprovado pela Reunião de Diretoria Colegiada nº. 850, realizada em 18/08/2022
Prazo de captação: até 31/12/2024

Art. 3º As Deliberações produzem efeito a partir da data desta publicação.

.

ALEX BRAGA

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO
CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA

PORTARIA Nº 49, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

O DIRETOR DO CENTRO NACIONAL DE ARQUEOLOGIA DO DEPARTAMENTO DE PATRIMÔNIO MATERIAL E FISCALIZAÇÃO DO INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN, no uso da atribuição que lhe foi conferida pela Portaria n.º 459, de 05/08/2021, e de acordo com o disposto no inciso § 2, art. 25, Anexo I, do Decreto n.º 9.238, de 15/12/2017, e com a Lei n.º 3.924, de 26/07/1961, e com a Portaria SPHAN n.º 07, de 1º/12/1988, e ainda do que consta dos processos administrativos relacionados nos anexos a esta Portaria, resolve:

I - Expedir PERMISSÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo I desta Portaria, regidos pela Portaria Iphan nº 230/02;

II - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo II desta Portaria, regidos pela Portaria SPHAN 07/88;

III - Expedir RENOVAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos das pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo III desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

IV - Expedir AUTORIZAÇÃO, sem prejuízo das demais autorizações exigíveis por diferentes órgãos e entidades da Administração Pública, aos arqueólogos coordenadores dos projetos e programas de pesquisas arqueológicas relacionadas no anexo IV desta Portaria, regidos pela Instrução Normativa 001/2015, de 25 de março de 2015;

V - As autorizações para a execução dos projetos e programas relacionados nesta Portaria não correspondem à manifestação conclusiva do Iphan para fins de obtenção de licença ambiental.

VI - As Superintendências Estaduais são as unidades responsáveis pela aprovação dos projetos e programas de sua competência, cujas execuções estão sendo autorizadas na presente portaria, bem como pela fiscalização e monitoramento das ações oriundas dos mesmos, com base nas vistorias realizadas a partir do cronograma do projeto, inclusive no que diz respeito à destinação e à guarda do material coletado, assim como das ações de preservação e valorização dos remanescentes.

VII - Condicionar a eficácia das presentes autorizações, permissões e renovações à apresentação, por parte dos arqueólogos coordenadores, de relatórios parciais e finais, em meio físico e digital, ao término dos prazos fixados nos projetos de pesquisa anexos a esta Portaria.

VIII - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação

HERBERT MOURA REGO

ANEXO I

01-Processo nº 01496.000087/2016-29
Projeto: Acompanhamento Arqueológico do Alphaville Ceará IV
Arqueóloga Coordenadora: Samara Maria da Silva Oliveira
Área de Abrangência: Município de Eusébio, estado do Ceará
Prazo de validade: 18 (dezoito) meses

ANEXO II

01- Processo nº 01450.002552/2022-31
Projeto: Acompanhamento Arqueológico no âmbito da obra emergencial na Estrada Imperial RJ 149 - Trecho sítio arqueológico Cachoeira dos Escravos
Arqueóloga Coordenadora: Nanci Vieira de Oliveira
Apoio Institucional: Laboratório de Antropologia Biológica - IFCH - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Área de Abrangência: município de Mangaratiba, estado do Rio de Janeiro.
Prazo de Validade: 07 (sete) meses

ANEXO III

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Quinto Energy Ltda
Empreendimento: Complexo Solar Camomila
Processo nº 01502.001489/2020-09
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de influência do Complexo Solar Camomila
Arqueóloga Coordenadora: Larissa Cruz da Silva Santos
Arqueóloga de Campo: Larissa Cruz da Silva Santos
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia e Etnologia - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia - Campus Vitória da Conquista (UESB)
Área de Abrangência: Município de Barreiras, estado da Bahia
Prazo de Validade: 01 (um) mês

02-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Nova Seara Geração de Energia Ltda
Empreendimento: CGH Nova Seara
Processo nº 01510.000200/2019-93
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da CGH Nova Seara
Arqueóloga Coordenadora: Marina da Fonseca Lopes
Arqueóloga de Campo: Marina da Fonseca Lopes
Apoio Institucional: Núcleo de Estudos Etnológicos e Arqueológicos do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (NEEA/CEOM) - Universidade Comunitária Regional de Chapecó (Unochapecó)
Área de Abrangência: Municípios de Anchieta e São José do Cedro, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses

03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Entrevias Concessionária de Rodovias S.A.
Empreendimento: Duplicação da Rodovia Dr. Mario Gentil, SP-333, entre o km 212+620 ao km 246+000
Processo nº 01506.001541/2021-60
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico da Duplicação da Rodovia Dr. Mario Gentil, SP-333, entre o km 212+620 ao km 246+000
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Roberto Montenegro Perrotta
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Municípios de Pongaí, Novo Horizonte e Borborema, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

ANEXO IV

01-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Miguel Vilene de Araújo
Empreendimento: Miguel Vilene de Araújo - Extração de Areia - Km 8, BR 174
Processo nº 01490.000352/2019-71

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento Miguel Vilene de Araújo - Extração de Areia - Km 8, BR 174
Arqueóloga Coordenadora: Vanessa de Carvalho Benedito
Arqueóloga de Campo: Margaret Cerqueira de Souza
Apoio Institucional: Museu da Amazônia - Núcleo de Arqueologia e Etnologia (MUSA-NAE) - Associação privada Museu da Amazônia
Área de Abrangência: Município de Manaus, estado do Amazonas
Prazo de Validade: 03 (três) meses
02-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Prefeitura Municipal de Capivari de Baixo
Empreendimento: Pavimentação Asfáltica na Rua Maria da Silva Alves
Processo nº 01510.000579/2020-75
Projeto: Acompanhamento arqueológico na área de implementação de Pavimentação Asfáltica na Rua Maria da Silva Alves
Arqueólogo Coordenador: Alexandro Demathé
Arqueólogo de Campo: Alexandro Demathé
Apoio Institucional: Museu Etno-arqueológico de Itajaí - Fundação Genésio Miranda Lins - Prefeitura Municipal de Itajaí
Área de Abrangência: Município de Capivari de Baixo, estado de Santa Catarina
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
03-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Consórcio Complexo São Conrado
Empreendimento: Complexo Caetité Solar
Processo nº 01502.001185/2022-03
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área de influência do Complexo Caetité Solar
Arqueólogo Coordenador: Paulo Eduardo Zanettini
Arqueólogo de Campo: Lucas Santos Oliveira
Área de Abrangência: Município de Caetité, estado da Bahia
Prazo de Validade: 05 (cinco) meses
04-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: SCDU Urbanismo Ltda
Empreendimento: Loteamento Residencial Portal de Mogi - Gleba B01
Processo nº 01506.000536/2020-59
Projeto: Avaliação de impacto ao patrimônio arqueológico na área do Loteamento Residencial Portal de Mogi - Gleba B01
Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes
Arqueólogo de Campo: Adilson Pereira Nascimento Júnior
Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor
Área de Abrangência: Município de Mogi das Cruzes, estado de São Paulo
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
05-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF
Empreendimento: Projeto de Irrigação Iuiú
Processo nº 01502.000605/2022-26
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico nas Áreas de Influência do Projeto de Irrigação Iuiú
Arqueólogo Coordenador: Everson Paulo Fogolari
Arqueóloga de Campo: Marcia Rodrigues
Apoio Institucional: Centro de Arqueologia e Antropologia de Paulo Afonso - CAAPA
Área de abrangência: Municípios Iuiú, Malhada e Sebastião Laranjeiras, estado da Bahia
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
06-Enquadramento IN: Nível II
Empreendedor: Empresa Baiana de Águas e Saneamento S/A
Empreendimento: Sistema Integrado de Abastecimento de Água - SIAA de Anagé
Processo nº 01502.000794/2022-37
Projeto: Acompanhamento Arqueológico para a Ampliação do Sistema Integrado de Abastecimento de Água - SIAA de Anagé
Arqueólogo Coordenador: Jarryer de Jesus Pinheiro
Arqueólogo de Campo: Théo Nunes de Aquino
Área de Abrangência: Municípios de Anagé, Caraíbas, Maetinga e Presidente Jânio Quadros, estado da Bahia
Prazo de Validade: 24 (vinte e quatro) meses
07-Enquadramento IN: Nível IV
Empreendedor: Central Eólica Pedra de Amolar II S.A
Empreendimento: LT 230 kV - SE Pedra de Amolar - SE João Câmara I
Processo nº 01421.000144/2022-91
Projeto: Avaliação de Potencial de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de implantação da LT 230 kV - SE Pedra de Amolar - SE João Câmara I
Arqueóloga Coordenadora: Rafaela Fonseca de Oliveira
Arqueólogos de Campo: Caroline Siqueira Oliveira de Negreiros e Maurício Rocha Ribeiro Monteiro
Área de Abrangência: Municípios de Touros, Parazinho e João Câmara, estado do Rio Grande do Norte
Prazo de Validade: 03 (três) meses
08-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ambev S.A - Filial Ponta Grossa
Empreendimento: Fábrica de Vidros Ambev
Processo nº 01508.000154/2022-77
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Fábrica de Vidros Ambev
Arqueólogo Coordenador: Felipe Roger Alves Glória
Arqueólogo de Campo: Felipe Roger Alves Glória
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Carambeí, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
09-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Bittenribas Participações SPE Ltda
Empreendimento: Loteamento Jardim
Processo nº 01508.000591/2022-91
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Jardim
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueólogo de Campo: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Campo Mourão, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
10-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Lightsource Milagres Expansão Geração de Energia
Empreendimento: Usina Fotovoltaica Milagres Expansão (Milagres VI)
Processo nº 01496.000568/2021-00
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área da Usina Fotovoltaica Milagres Expansão (Milagres VI)
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Arqueóloga de Campo: Suele Magalhães Cerqueira
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará - Instituto Tembetá
Área de Abrangência: Município de Abaiara, estado do Ceará
Prazo de Validade: 06 (seis) meses
11-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará
Empreendimento: Barragem Beré
Processo nº 01496.000483/2021-13
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área da Barragem Beré
Arqueóloga Coordenadora: Maria Sandra Nunes da Silva
Arqueóloga de Campo: Maria Sandra Nunes da Silva
Área de Abrangência: Município de Jardim, estado do Ceará
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
12-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: OCB Participações e Administração Ltda
Empreendimento: Loteamento Jardim (Lote de Terras nº 150-151-B-REM)
Processo nº 01508.000624/2022-01
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Jardim (Lote de Terras nº 150-151-B-REM)
Arqueólogo Coordenador: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Arqueólogo de Campo: Jardel Stenio de Araújo Barbosa
Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-História (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM)
Área de Abrangência: Município de Campo Mourão, estado do Paraná
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
13-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: MRV Engenharia e Participações S.A
Empreendimento: Condomínio Torres dos Franceses
Processo nº 01494.000057/2021-08
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento Condomínio Torre dos Franceses
Arqueólogo Coordenador: Welington Lage
Arqueóloga de Campo: Fernanda Lopes Viana
Apoio Institucional: Centro de Pesquisa de História Natural e Arqueologia do Maranhão - Governo do Estado do Maranhão
Área de Abrangência: Município de São Luís, estado do Maranhão
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
14-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: WV Locações e Transportes Eireli
Empreendimento: Jazida Rio das Pedras
Processo nº 01504.000104/2022-20
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na Área de Implantação da Jazida Rio das Pedras
Arqueólogo Coordenador: Ronaldo José Ferreira Alves dos Santos
Arqueólogo de Campo: Ronaldo José Ferreira Alves dos Santos
Apoio Institucional: Museu de Arqueologia de Xingó - MAX - Universidade Federal de Sergipe (UFS)
Área de Abrangência: Município de Itabaiana, estado de Sergipe
Prazo de Validade: 03 (três) meses
15-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Ronierd Barros Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Residencial Cidade dos Sonhos
Processo nº 01494.000401/2021-51
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico referente ao empreendimento Residencial Cidade dos Sonhos
Arqueólogo Coordenador: Lúcio Adriano Teixeira de Moraes
Arqueólogo de Campo: Francisco Victor Brandão Andrade
Apoio Institucional: Reserva Técnica da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
Área de Abrangência: Município de São José de Ribamar, estado do Maranhão
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
16-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Céu Azul Empreendimentos Imobiliários Ltda
Empreendimento: Residencial Vista Torres
Processo nº 01490.000132/2022-43
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do empreendimento do Residencial Vista Torres
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Gabriel Pereira de Oliveira
Apoio institucional: Museu Amazônico - Laboratório de Arqueologia - Universidade Federal do Amazonas (UFAM)
Área de Abrangência: Município de Manaus, estado do Amazonas
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
17-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Log Commercial Properties E Participações S/A
Empreendimento: LOG Gravataí II
Processo nº 01512.000100/2022-42
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico do LOG Gravataí II
Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani
Arqueólogo de Campo: Diego Dias Pavei
Apoio Institucional: Laboratório de Cultura Material e Arqueologia, Núcleo de Pré História e Arqueologia (Lacuma/Nupha) - Universidade de Passo Fundo (UPF)
Área de Abrangência: Município de Gravataí, estado do Rio Grande do Sul
Prazo de Validade: 04 (quatro) meses
18-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Portocem Geração de Energia S.A
Empreendimento: Usina Termoelétrica Portocem
Processo nº 01496.000379/2022-18
Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a Usina Termoelétrica Portocem
Arqueólogo Coordenador: Pedro Henrique Santos Gaspar Melo
Arqueóloga de Campo: Ana Flávia Sousa Silva
Apoio Institucional: Instituto de Arqueologia e Patrimônio Cultural do Ceará - Instituto Tembetá
Área de Abrangência: Município de Caucaia, estado do Ceará
Prazo de Validade: 02 (dois) meses
19-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Vertentes Geração de Energia 39 Ltda
Empreendimento: UFV 419 Garanhuns
Processo nº 01498.000372/2022-78
Projeto: Avaliação de Impacto o Patrimônio Arqueológico para a Usina Fotovoltaica UFV 419 Garanhuns
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Arqueólogo de Campo: Breno Reis Silva Lima
Apoio Institucional: Museu da Cidade do Recife - Forte das Cinco Pontas - Prefeitura de Recife
Área de Abrangência: Município de Garanhuns, estado do Pernambuco
Prazo de Validade: 03 (três) meses
20-Enquadramento IN: Nível III
Empreendedor: Petrolina Geração de Energia 38 Ltda
Empreendimento: UFV 729 São Caetano
Processo n.º 01498.000373/2022-12
Projeto: Avaliação de Impacto o Patrimônio Arqueológico para a Usina Fotovoltaica UFV 729 São Caetano
Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales
Arqueólogo de Campo: Breno Reis Silva Lima
Apoio Institucional: Museu da Cidade do Recife - Forte das Cinco Pontas - Prefeitura de Recife

Área de Abrangência: Município de São Caetano, estado de Pernambuco

Prazo de Validade: 03 (três) meses

21-Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Vertentes Geracao de Energia 39 Ltda

Empreendimento: UFV 320 Gravatá

Processo nº 01498.000371/2022-23

Projeto: Avaliação de Impacto o Patrimônio Arqueológico para a Usina Fotovoltaica UFV 320 Gravatá

Arqueólogo Coordenador: Felipe Silva Sales

Arqueólogo de Campo: Breno Reis Silva Lima

Apoio Institucional: Museu da Cidade do Recife - Forte das Cinco Pontas- Prefeitura de Recife

Área de Abrangência: Município de Gravatá, estado de Pernambuco

Prazo de Validade: 03 (três) meses

22-Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Refinaria de Petróleo de Pecém Ltda

Empreendimento: Refinaria de Petróleo do Pecém - RPP

Processo nº 01496.000254/2022-80

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico para a Refinaria de Petróleo do Pecém - RPP

Arqueóloga Coordenadora: Emília Maria Almeida Arnaldo

Arqueóloga de Campo: Maria Sandra Nunes da Silva

Área de Abrangência: Município de Caucaia, estado do Ceará

Prazo de Validade: 02 (dois) meses

23-Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Residencial Bela Vista SPE Ltda

Empreendimento: Loteamento Residencial Portal de Mogi - Gleba A01

Processo nº 01506.000537/2020-01

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Residencial Portal de Mogi - Gleba A01

Arqueóloga Coordenadora: Lilia Benevides Guedes

Arqueólogo de Campo: Adilson Pereira Nascimento Júnior

Apoio Institucional: Museu Municipal Elizabeth Aytai - Prefeitura de Monte Mor

Área de Abrangência: Município de Mogi das Cruzes, estado de São Paulo

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

24-Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Thallys Pablo Vicente Corrêa

Empreendimento: Residências no Vila Piraqueaçu

Processo nº: 01409.000454/2018-98

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Residências no Vista do Piraqueaçu

Arqueólogo Coordenador: Francisco Vilaça Nunes

Arqueólogo de Campo: Francisco Vilaça Nunes

Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra

Área de Abrangência: Município de Aracruz, estado do Espírito Santo

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

25-Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Residencial Verde Vale Ltda

Empreendimento: Loteamento Residencial Verde Vale

Processo nº 01508.000569/2022-41

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico na área do Loteamento Residencial Verde Vale

Arqueólogos Coordenadores: Fábio Isidio dos Santos e Fabiana Chagas Moreira

Arqueólogo de Campo: Murilo Galho Ribeiro

Apoio Institucional: Laboratório de Arqueologia, Etnologia e Etno-história (LAEE) - Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Área de Abrangência: Município de Francisco Beltrão, estado do Paraná.

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

26-Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Thallys Pablo Vicente Corrêa

Empreendimento: Residências no Vista Linda

Processo nº 01409.000455/2018-32

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Residências no Vista Linda

Arqueólogo Coordenador: Francisco Vilaça Nunes

Arqueólogo de Campo: Francisco Vilaça Nunes

Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra - Prefeitura Municipal da Serra

Área de Abrangência: Município de Aracruz, estado do Espírito Santo

Prazo de Validade: 04 (quatro) meses

27-Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Centauro Indústria de Asfaltos Eireli

Empreendimento: Estação de Tratamento Térmico de Resíduos Líquidos Oleosos (ETTRLO)

Processo nº 01409.000270/2021-23

Projeto: Avaliação de Impacto ao Patrimônio Arqueológico Empreendimento Estação de Tratamento Térmico de Resíduos Líquidos Oleosos (ETTRLO)

Arqueólogo Coordenador: Marcellus D'Almeida de Almeida

Arqueólogo de Campo: Marcellus D'Almeida de Almeida

Apoio Institucional: Museu Histórico da Serra- Prefeitura Municipal da Serra

Área de Abrangência: Município de Linhares, estado do Espírito Santo

Prazo de Validade: 03 (três) meses

28-Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Carlos Marcos Marinho Parcelamento de Solo Urbano

Empreendimento: Parcelamento de Solo Urbano Gleba A

Processo nº 01551.000099/2021-17

rojeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na área do Parcelamento de Solo Urbano Gleba A

Arqueóloga Coordenadora: Carolina de Abreu Marques Henriques

Arqueólogo de Campo: Fernanda de Sousa Fernandes

Apoio Institucional: Museu de Geociências - Mgeo do Instituto de Geociências (IG) - Universidade de Brasília (UNB)

Área de Abrangência: Região Administrativa do Jardim Botânico, Distrito Federal

Prazo de Validade: 11 (onze) meses

29-Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Cysy Mineração Ltda

Empreendimento: Jazida Cysy 2 - Jabuticabeira

Processo nº 01510.000257/2020-26

Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na área de implantação da Jazida Cysy 2 - Jabuticabeira

Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber

Arqueólogos de Campo: Alessandro De Bona Mello e Thiago Vieira Torquato

Apoio Institucional: Museu Eduardo de Lima e Silva Hoerhann - Prefeitura de Ibirama

Área de Abrangência: Município de Jaguaruna, estado de Santa Catarina

Prazo de Validade: 06 (seis) meses

30-Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: Eletro Ivo Geração de Energia Ltda

Empreendimento: PCH São Paulo

Processo n.º 01410.000085/2019-85

Projeto: Programa de Gestão do Patrimônio Arqueológico na PCH São Paulo

Arqueólogo Coordenador: Renato Kipnis

Arqueóloga de Campo: Karleny de Jesus Lima Costa

Apoio Institucional: Museu Regional de Arqueologia de Rondônia - Prefeitura Municipal de Presidente Médici

Área de Abrangência: Municípios de Pimenta Bueno, Chupinguaia e Primavera de Rondônia e Parecis, estado de Rondônia

Prazo de Validade: 18 (dezoito) meses

31-Enquadramento IN: Nível III

Empreendedor: MRV Engenharia e Participações S/A

Empreendimento: Bambuzal - Sítio Chácara Rosane

Processo nº 01494.000180/2019-04

Projeto: Gestão do Patrimônio Arqueológico do Empreendimento Bambuzal - Sítio Chácara Rosane

Arqueólogo Coordenador: Welington Lage

Arqueóloga de Campo: Welington Lage

Apoio Institucional: Reserva Técnica da Universidade Federal do Maranhão - Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

Área de Abrangência: Município de São Luís, estado do Maranhão

Prazo de Validade: 06 (seis) meses

RETIFICAÇÕES

Na Portaria nº 46, de 12 de agosto de 2022, Seção 1, Anexo III, Página 161, Autorização nº 01, processo nº 01512.000065/2020-08, publicada em 15/08/2022, onde se lê "Arqueóloga Coordenadora: Luciana da Silva Peixoto", leia-se "Arqueólogas Coordenadoras: Luciana da Silva Peixoto e Ana Carolina Sprenger Valus."

Na Portaria nº 37, de 02 de junho de 2021, Seção 1, Anexo III, Página 175, Autorização nº 03, processo nº 01506.901512/2017-13, publicada em 07/06/2021, onde se lê "Arqueóloga Coordenadora: Lúcia de Jesus Cardoso Oliveira Juliani; Arqueólogo de campo: Vinicius Dian Martin e André Araújo da Silva", leia-se "Arqueólogo Coordenador: Valdir Luiz Schwengber"; "Arqueólogo de campo: Rodrigo Pereira Vieira".

Na Portaria nº 73, de 19 de novembro de 2021, Seção I, Página 279, Anexo IV, autorização número 16, processo nº 01450.001249/2019-15, publicada em 22/11/2021, onde se lê "Arqueóloga Coordenadora Geral: Janaína Patrício Coutinho", leia-se "Arqueólogo Coordenador Geral: Everaldo Gomes Dourado".

Conselho Nacional do Ministério Público

PORTARIA CNMP-PRESI Nº 270, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Abre no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, crédito suplementar, do tipo 407, no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais) para reforço de dotação constante da Lei Orçamentária vigente.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022 (LOA-2022), art. 4º, caput, inciso III, alínea "i", item 1, combinado com o art. 45, §1º, inciso III, da Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021 (LDO-2022), e a Portaria SOF nº 1.110, de 9 de fevereiro de 2022, resolve:

Art. 1º Abrir no Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União, Lei nº 14.303, de 21 de janeiro de 2022, em favor do Conselho Nacional do Ministério Público, o crédito suplementar no valor de R$ 90.000,00 (noventa mil reais), para atender à programação constante do Anexo I desta Portaria.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação parcial de dotações orçamentárias do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme indicado no Anexo II desta Portaria.

Art. 3º Esta Portaria entrará em vigor na data da sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

ANEXO

ÓRGÃO: 59000 - Conselho Nacional do Ministério Público
UNIDADE: 59101 - Conselho Nacional do Ministério Público

ANEXO I — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0031		**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público**							**90.000**
		Atividades							
03 032	**0031 8010**	**Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público**							**90.000**
03 032	0031 8010 0001	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público - Nacional							90.000
	0031 8010 0001 0000	Atuação Estratégica para Controle e Fortalecimento do Ministério Público - Despesas Diversas							90.000
			F	4	2	90	0	100	90.000
		TOTAL - FISCAL							**90.000**
		TOTAL - SEGURIDADE							**0**
		TOTAL - GERAL							**90.000**

ANEXO II — **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNC	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0031		**Programa de Gestão e Manutenção do Ministério Público**							**90.000**
		PROJETOS							
03 032	**0031 15V7**	**Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília-DF**							**90.000**
03 032	0031 15V7 5664	Construção do Edifício-Sede do Conselho Nacional do Ministério Público em Brasília-DF - Em Brasília-DF							90.000
			F	4	2	90	0	100	90.000
		TOTAL - FISCAL							**90.000**
		TOTAL - SEGURIDADE							**0**
		TOTAL - GERAL							**90.000**

Ministério Público da União

ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

PORTARIA PGR/MPU Nº 120, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

Altera a Portaria PGR/MPU nº 591, de 27 de outubro de 2005, a Portaria PGR/MPU nº 89, de 2 de junho de 2022 e a Portaria PGR/MPU nº 652, de 9 de dezembro de 2008.

O PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA, no uso de suas atribuições, com fundamento no art. 26, incisos VIII e XIII, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Art. 1º A Portaria PGR/MPU nº 591, de 27 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º ....

§ 1º As escalas de férias dos membros dos serão organizadas semestralmente até 15 de março e 15 de setembro, de acordo com o período indicado pelo interessado, observada a preferência pela ordem de antiguidade na carreira. (NR)

.....

.....

§ 4º Não terá direito de preferência o membro do Ministério Público da União que deixar de indicar o período de gozo de suas férias no prazo previsto no § 1º. (NR)"

Art. 2º A Portaria PGR/MPU nº 89, de 2 de junho de 2022, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º .....

§ 1º Até que o sistema interno a que se refere o caput esteja adequado aos termos desta Portaria, a Secretaria Geral do MPF poderá aplicar o disposto na legislação revogada.

§ 2º Até que o sistema interno a que se refere o caput esteja adequado ao disposto no artigo 1º, § 5ª-A e §5º-B, a marcação das férias deverá ser realizada após a homologação da acumulação pelo Procurador-Chefe. "

Art. 3º A Portaria PGR/MPU nº 652, de 9 de dezembro de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º As escalas de férias serão organizadas semestralmente, até 15 de março e 15 de setembro, observado o interesse da Administração, de modo a garantir o funcionamento permanente de todas as unidades. "

Art. 4º No âmbito do Ministério Público Federal, a Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - STIC adequará os sistemas internos aos termos da Portaria PGR/MPU nº 652, de 9 de dezembro de 2008.

§1º Até que o sistema interno a que se refere o caput esteja adequado ao disposto no artigo 1º, § 8ª-A, §8º- B e artigo 1ª-A §6º, a marcação das férias deverá ser realizada após a homologação da acumulação pelo Secretário-Geral, Diretor-Geral ou Procurador-Chefe.

§2º Fica critério de cada ramo do Ministério Público da União adotar o disposto no parágrafo anterior.

Art. 5º Esta portaria produz efeitos a partir da data de sua publicação.

ANTÔNIO AUGUSTO BRANDÃO DE ARAS

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR
CORREGEDORIA-GERAL

PORTARIA Nº 7, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR, no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 137, c/c o artigo 139, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; no artigo 4º, inciso III, da Resolução nº 90, de 30 de novembro de 2016, do Conselho Superior do Ministério Público Militar; na Resolução nº 149, de 26 de julho de 2016, do Conselho Nacional do Ministério Público; e em conformidade com o Plano de Correições Ordinárias - 2022, resolve:

I - Determinar a promoção de Correição Ordinária na Procuradoria de Justiça Militar em Belém, no período de 28 a 30 de setembro de 2022;

II - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SAMUEL PEREIRA

Tribunal de Contas da União

1ª CÂMARA

ATA Nº 28, DE 16 DE AGOSTO DE 2022
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Subsecretária da Primeira Câmara, em substituição: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a ata nº 27, referente à sessão realizada em 9 de agosto de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-023.116/2018-8 e TC-036.675/2021-0, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;

- TC-006.758/2022-3, de relatoria do Ministro Vital do Rêgo;

- TC-034.725/2016-4, cujo Relator é o Ministro Jorge Oliveira; e

- TC-015.942/2022-8, TC-036.708/2021-6, TC-036.952/2021-4, TC-040.951/2021-9, TC-041.000/2021-8, TC-041.054/2021-0, TC-041.134/2021-4 e TC-047.313/2020-0, de relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 4616 a 4783.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 4547 a 4615, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC-007.985/2016-9, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues, o Dr. Diogo Diniz Ribeiro Cabral não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Manoel Conceição Santos e de Joaquim Alves de Sousa. Acórdão n° 4601.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo n° 029.453/2017-8 (Ata nº 20/2022) e a Primeira Câmara aprovou, por unanimidade, o Acórdão nº 4547/2022 - 1C, sendo vencedora a proposta apresentada pelo Relator, Ministro Walton Alencar Rodrigues.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 4547/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 029.453/2017-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social (extinta) (05.526.783/0001-65).
3.2. Responsável: Ewerton Rios DAraújo Filho (147.547.625-68).
3.3. Recorrente: Ewerton Rios DAraújo Filho (147.547.625-68).
4. Órgão/Entidade: Município de Conceição do Coité - BA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Revisor: Ministro Benjamin Zymler.
5.2. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Salomão Costa Barreto (35025/OAB-BA), Marco Freitas de Carvalho (49782/OAB-BA) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Éwerton Rios DAraújo Filho contra o Acórdão 5826/2020-TCU-1.ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4547-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4548/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.317/2022-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessada: Darci de Souza (255.392.485-20).
4. Entidade: Universidade Federal da Bahia.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Universidade Federal da Bahia,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar legal, para fins de registro, o ato de aposentadoria de interesse da sra. Darci de Souza, ressaltando, a propósito, que as parcelas indevidamente incluídas nos proventos, a título de "horas extras judiciais", não mais integram o benefício.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4548-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4549/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.644/2022-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessada: Marcia Apparecida Chaves Pires (007.908.898-89).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse da sra. Marcia Apparecida Chaves Pires, recusando seu registro;
9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região que dê ciência desta deliberação à interessada;
9.3. esclarecer à unidade de origem que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, motivada pela incorporação - assentada em decisão judicial transitada em julgado - de "quintos" ou "décimos" de função comissionada após a edição da Lei 9.624/1998, os efeitos do título de inatividade subsistem, em conformidade com a modulação estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, sendo desnecessária, assim, a emissão de novo ato.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4549-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4550/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 012.697/2018-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsáveis: Fernando Sales de Sousa Filho (340.917.693-49); Prefeitura Municipal de Cocal/PI (06.553.895/0001-78); Rubens de Sousa Vieira (776.856.283-68).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cocal/PI.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Leonardo de Santis Konzen (19.219/OAB-PI), representando Fernando Sales de Sousa Filho; Thales Cruz Sousa (7.954/OAB-PI) e Horacio Lopes Mousinho Neiva (9.969/OAB-PI), representando Prefeitura Municipal de Cocal/PI; Hillana Martina Lopes Mousinho Neiva (6544/OAB-PI) e Raimundo de Araújo Silva Júnior (5061/OAB-PI), representando Rubens de Sousa Vieira.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), em desfavor do Sr. Fernando Sales de Sousa Filho e do Sr. Rubens de Sousa Vieira, em razão de omissão do dever de prestar contas dos recursos repassados ao município de Cocal/PI, em face do Termo de Compromisso 3552/2012, firmado no âmbito do Programa de Ações Articuladas (PAR),
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. rejeitar as alegações de defesa do Município de Cocal/PI;
9.2. fixar novo e improrrogável prazo, com base no art. 12, §1º, da Lei 8.443/1992, para que o Município de Monte Alegre do Piauí/PI efetue o recolhimento das dívidas, abaixo especificadas, aos cofres do FNDE, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
1.010.000,00	4/7/2012

9.3. após a expedição do ofício de cientificação do ente municipal mencionado no item supra e tendo transcorrido o prazo regimental, determinar o retorno dos autos a esta unidade técnica, com vistas à formulação da proposta de julgamento de mérito final desta tomada de contas especial, com a análise das alegações de defesa do Sr. Rubens de Sousa Vieira (peças 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53 e 54) e do responsável Sr. Fernando Sales de Sousa Filho (peça 55).

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4550-28/22-1.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4551/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 010.406/2022-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessada: Dayse Lucidi Jardim Ramos (274.282.226-72).
4. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pela Universidade Federal de Minas Gerais,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse da sra. Dayse Lucidi Jardim Ramos, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar à Universidade Federal de Minas Gerais que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação à sra. Dayse Lucidi Jardim Ramos, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4551-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4552/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.242/2019-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame em pensão militar
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Sueli Maria Oliveira dos Santos.
3.2. Recorrente: Sueli Maria Oliveira dos Santos (341.754.822-53).
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: José Calandrini Sidônio Júnior (1.705/OAB-AP), representando Sueli Maria Oliveira dos Santos.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 13.724/2019-1ª Câmara (rel. Ministro-Substituto Weder de Oliveira),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Lei 8.443/1992, arts. 33 e 48, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, considerá-lo procedente;
9.2. tornar insubsistentes os subitens 9.2 a 9.4 do acórdão recorrido;
9.3. considerar legal a pensão instituída pelo sr. Bernardo Viana dos Santos e determinar o registro do respectivo ato;
9.4. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao Comando do Exército;
9.5. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4552-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4553/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 013.291/2019-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V Pensão militar.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Ana Lúcia Martins de Oliveira (939.765.854-91); Ivone Cavalcanti de Andrade Silva (172.612.284-00) Maria do Socorro Peixoto Bomfim (074.771.974-81); Neide Maria Bomfim Franca (171.466.405-82); Rosineide Lessa Dias dos Santos (929.820.185-00); Rosinete Lessa Dias Cursino (677.952.184-15); Vera Maria Sobreira Almeida (084.487.014-53).
4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Constituição Federal, art. 71, III e IX, e na Lei 8.443/1992, arts. 1º, V, e 39, II, em:
9.1. considerar legais as pensões instituídas em favor da sra. Ivone Cavalcanti de Andrade Silva (instituidor sr. Bernardo Barbosa da Silva) e das sras. Ana Lúcia Martins de Oliveira, Rosineide Lessa Dias dos Santos e Rosinete Lessa Dias Cursino (instituidor sr. Agerson Alves Silva) e determinar o registro dos respectivos atos;
9.2. reconhecer o registro tácito das pensões instituídas em favor das sras. Maria do Socorro Peixoto Bomfim e Neide Maria Bomfim França (instituidor Antônio Bomfim dos Santos) e Vera Maria Sobreira Almeida (instituidor José Henrique Costa Almeida);
9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais que adote as providências para dar início aos procedimentos de revisão de ofício das concessões a que se refere o subitem anterior, com espeque no § 2º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4553-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4554/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.028/2022-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Admissão
3. Interessada: Poliana Lucena dos Santos (078.174.404-09).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de admissão de pessoal efetuada pela Caixa Econômica Federal,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, e 41 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de admissão da sra. Poliana Lucena dos Santos;
9.2. determinar à Caixa Econômica Federal que dê ciência desta deliberação à interessada;
9.3. esclarecer à entidade que, a despeito da negativa de registro do ato, a admissão poderá subsistir enquanto se mantiver hígida a sentença favorável à interessada proferida no processo 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4554-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4555/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.304/2009-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de contas.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Fundação Universidade de Brasília (00.038.174/0001-43); Ministério da Educação.
3.2. Responsáveis: Alexandre Bernardino Costa (334.303.571-87); Alexandre Lima (122.993.756-00); Antonio Wilson Botelho de Sousa (120.591.101-49); Carlos Alberto Rodrigues da Cunha (004.759.046-72); Denise Bomtempo Birche de Carvalho (119.672.421-00); Doris de Jesus Naves (442.850.271-00); Edgar Nobuo Mamiya (020.111.778-98); Erico Paulo Siegmar Weidle (018.007.520-91); Flávio Rabelo Versiani (046.481.296-87); Jacques Rocha Velloso (129.960.687-34); Jaime Martins de Santana (308.595.651-49); Joao Carlos Teatini de Souza Clímaco (056.063.901-59); Joaquim José Soares Neto (335.925.271-34); Jose Carlos Balthazar (140.167.450-04); José Augusto Abreu Sa Fortes (382.401.657-53); José Geraldo de Sousa Júnior (191.173.968-91); João Batista de Sousa (139.241.096-72); João Cláudio Todorov (239.929.138-72); Jônatas de Franca Barros (185.376.341-15); Leila Chalub Martins (059.415.041-87); Luis Afonso Bermudez (265.056.900-00); Marcia Abrahao Moura (334.590.531-00); Marco Antonio Amato (042.539.301-15); Mauro Luiz Rabelo (222.761.901-59); Murilo Silva de Camargo (120.450.041-04); Márcio Martins Pimentel (152.946.681-49); Norberto Abreu e Silva Neto (069.864.718-15); Pedro Murrieta Santos Neto (068.047.801-91); Pedro Sadi Monteiro (273.726.260-72); Rachel Nunes da Cunha (190.459.801-34); Reinhardt Adolfo Fuck (001.539.401-82); Marcelo Ladeira (059.357.921-68); Ricardo Staciarini Puttini (606.786.661-72); Roberto Armando Ramos de Aguiar (333.566.888-04); Silvano da Silva Pereira (076.615.411-49); Sylvio Quezado de Magalhaes (116.243.021-49); Timothy Martin Mulholland (150.829.971-49); Wellington Lourenco de Almeida (239.576.891-04).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de processo de prestação de contas ordinárias da Fundação Universidade de Brasília, relativas ao exercício de 2008,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. considerar revel o Sr. Timothy Martin Mulholland, nos termos do art. 202, § 8º, do Regimento Interno do TCU;
9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Alexandre Lima, sem, contudo, aplicar-lhe multa, tendo em vista a consumação da prescrição punitiva, nos termos do Acórdão 1.441/2016-Plenário;
9.3. julgar regulares, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do Tribunal, as contas dos Srs. Alexandre Bernardino Costa, Antônio Wilson Botelho de Souza, Carlos Alberto Rodrigues da Cunha, Denise Bomtempo Birche de Carvalho, Doris de Jesus Naves, Edgar Nobuo Mamiya, Erico Paulo Siegmar Weidle, Flávio Rabelo Versiani, Jacques Rocha Velloso, Jaime Martins de Santana, João Carlos Teatini de Souza Climaco, Joaquim José Soares Neto, José Carlos Balthazar, José Augusto Abreu Sa

Fortes, José Geraldo de Sousa Junior, João Batista de Souza, João Cláudio Todorov, Jonatas de Franca Barros, Leila Chalub Martins, Luis Afonso Bermudez, Marcia Abrahão Moura, Marco Antonio Amato, Mauro Luiz Rabelo, Murilo Silva de Camargo, Marcio Martins Pimentel, Norberto Abreu e Silva Neto, Pedro Murrieta Santos Neto, Pedro Sadi Monteiro, Rachel Nunes da Cunha, Reinhardt Adolfo Fuck, Ricardo Ladeira, Ricardo Staciarini Puttini, Roberto Armando Ramos de Aguiar, Silvano da Silva Pereira, Sílvio Quezado e Wellington Lourenço de Almeida, dando-lhes quitação plena;

9.4. julgar irregulares, com fundamento no art. 16, inciso III, alínea "b", c/c arts. 201, §2º, 205 e 209, inciso II, do Regimento Interno do TCU, as contas dos Srs. Timothy Martin Mulholland e Alexandre Lima;

9.5. dar ciência à Fundação Universidade de Brasília de que:

9.5.1. cabe as seus gestores, em dever de autotutela e de ofício, o poder-dever de adotar as medidas necessárias para a continuidade e a conclusão dos procedimentos administrativos que tratam da restituição de valores ao Erário e das Tomadas de Contas Especiais (itens 24-30 e 32-47 do relatório instrutivo), independentemente de determinações ou de monitoramento por parte do Tribunal, sujeitando-lhes à imputação de sanções pela não adoção das providências necessárias (art. 58 da Lei 8.443/1992), o que poderá ser reexaminado em futuras ações de controle;

9.5.2. os processos relativos aos servidores de matrículas SIAPE 404702 e 402630 foi irregularmente arquivado, visto que a cessão dos dois professores à Fepecs, com a manutenção da percepção da gratificação por dedicação exclusiva, contrariou não apenas o art. 14 do Decreto 94.664/1987, mas também as disposições contidas na Lei 11.526/2007, art. 2º, §§ 1º a 3º, em vigor desde 2001, por força da MP 2136-36, de 27/3/2001, que vedava a cessão de servidores da esfera federal para a distrital com a manutenção da percepção da vantagem relativa ao regime de dedicação exclusiva, cabendo, então, a restituição dos valores recebidos indevidamente; e considerando, ademais, que não se aplica a nenhum desses processos o instituto da prescrição, nos moldes do estabelecido mediante a Súmula-TCU nº 282;

9.6. determinar à SecexEducação que inclua no próximo ciclo do "Acompanhamento das TCE na fase interna das Universidades Federais" o exame da situação das tomadas de contas especiais tratadas nos presentes autos, tomando as providências a seu cargo, no âmbito de representação própria, no caso da constatação de negligência no respectivo andamento de tais processos;

9.7. encaminhar cópia desta decisão à Fundação Universidade de Brasília (FUB) e aos responsáveis.

9.8. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4555-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4556/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 015.513/2020-3
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Eberth Teles Santos (310.729.333-49)
4. Órgão: Secretaria Especial da Cultura
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
7. Unidade técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: Ricardo Gomes de Souza Pitombeira (OAB/CE 31.566) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto contra o Acórdão 15.181/2021-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. com fulcro nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração interposto pelo sr. Eberth Teles Santos;
9.2. quanto ao mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido; e
9.3. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à Secretaria Especial de Cultura.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4556-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4557/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.695/2021-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame em aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Sherley Eydye Jorge (196.985.258-58).
3.2. Recorrente: Sherley Eydye Jorge (196.985.258-58).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 11.117/2021-1ª Câmara (rel. Ministro Vital do Rêgo),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Lei 8.443/1992, arts. 33 e 48, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, considerá-lo improcedente;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao órgão de origem;
9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4557-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4558/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 023.696/2021-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame em aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Sérgio Cezar Magni (020.138.688-71).
3.2. Recorrente: Sergio Cezar Magni (020.138.688-71).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 11.029/2021-1ª Câmara (rel. Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Lei 8.443/1992, arts. 33 e 48, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, considerá-lo improcedente;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao órgão de origem;
9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4558-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4559/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 024.243/2021-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame em aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Vânia Aparecida Passarelli de Menezes (091.794.498-40).
3.2. Recorrente: Vania Aparecida Passarelli de Menezes (091.794.498-40).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 10.851/2021-1ª Câmara (rel. Ministro Jorge de Oliveira),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento na Lei 8.443/1992, arts. 33 e 48, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, considerá-lo improcedente;
9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e ao órgão de origem;
9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4559-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4560/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.666/2017-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (tomada de contas especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Rede Urbana de Ações Socioculturais (05.834.872/0001-79); Roberto Rodrigues Neiva (717.475.241-15).
3.2. Recorrentes: Rede Urbana de Ações Socioculturais (05.834.872/0001-79); Roberto Rodrigues Neiva (717.475.241-15).
4. Órgão/Entidade: Ministério do Turismo.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Paulo Henrique Franco Palhares (19.336/OAB-DF), Fernando Luiz Carvalho Dantas (22.588/OAB-DF) e outros, representando Rede Urbana de Ações Socioculturais;
8.2. Paulo Henrique Franco Palhares (19.336/OAB-DF), Fernando Luiz Carvalho Dantas (22.588/OAB-DF) e outros, representando Roberto Rodrigues Neiva.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 2.355/2020-1ª Câmara, proferido em tomada de contas especial,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos presentes recursos de reconsideração, nos termos dos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, negar-lhes provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e à Procuradoria da República no Distrito Federal.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4560-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4561/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.686/2016-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Adriano José dos Santos (036.457.487-92); Instituto de Desenvolvimento Educacional, Social e Político (Idesp) (07.521.696/0001-40); Luiz Lindbergh Farias Filho (690.493.514-68); Município de Nova Iguaçu/RJ (29.138.278/0001-01); Romário Galvão Maia (236.206.845-53); Sandra Maria da Silva Costa Azevedo (833.772.637-72); Sheila Chaves Gama de Souza (506.906.637-49).
3.2. Recorrentes: Sandra Maria da Silva Costa Azevedo (833.772.637-72); e Sheila Chaves Gama de Souza (506.906.637-49).
4. Entidade: Ministério do Esporte (extinta).
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Beatris Jardim de Azevedo (117.413/OAB-RJ) e outros, representando Instituto de Desenvolvimento Educacional, Social e Político (Idesp); Ernesto Baccherini, representando Sandra Maria da Silva Costa Azevedo; Maria Inês Sobreira de Azevedo (1.622-A/OAB-RJ)e outros, representando Sheila Chaves Gama de Souza; Rodrigo Nóbrega Farias (OAB/PB 10.220), Paulo Henrique Teles Fagundes (72474/OAB-RJ) e outros, representando Luiz Lindbergh Farias Filho; Roberto Carlos Vasconcelos (031.664/OAB-RJ), representando Adriano José dos Santos; Wanessa Martinez Vargas (168.812/OAB-RJ), representando o Município de Nova Iguaçu/RJ.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pelas Sras. Sandra Maria da Silva Costa Azevedo e Sheila Chaves Gama de Souza ao Acórdão 3.278/2022-1ª Câmara, que apreciou tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Executiva do então Ministério do Esporte, em razão da impugnação parcial das despesas do Convênio 45/2008,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, nos termos do art. 34, caput e § 1º, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los; e
9.2. dar ciência desta deliberação às recorrentes.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4561-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4562/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.909/2020-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Ezequiel Ribeiro Alves (045.921.981-23); Maranata Drogaria e Perfumaria Menor Preco Ltda (17.716.832/0001-01); Taygoro Ribeiro Alves Oliveira (045.921.991-03).
4. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - MS.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Livea Cardoso Manrique de Andrade (30934/OAB-DF), representando Ezequiel Ribeiro Alves; Livea Cardoso Manrique de Andrade (30934/OAB-DF), representando Taygoro Ribeiro Alves Oliveira.
9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde/Ministério da Saúde (FNS/MS), em desfavor do estabelecimento comercial Maranata Drogaria e Perfumaria Menor Preço Ltda., solidariamente com o Sr. Taygoro Ribeiro Alves Oliveira e o Sr. Ezequiel Ribeiro Alves, em razão da aplicação irregular de recursos do Sistema Único de Saúde (SUS) no âmbito do Programa Farmácia Popular do Brasil - Aqui Tem Farmácia Popular (PFPB),
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir da relação processual o Sr. Ezequiel Ribeiro Alves;
9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo estabelecimento comercial Maranata Drogaria e Perfumaria Menor Preço Ltda. e pelo Sr. Taygoro Ribeiro Alves Oliveira;
9.3. julgar irregulares as contas do estabelecimento comercial Maranata Drogaria e Perfumaria Menor Preço Ltda. e do Sr. Taygoro Ribeiro Alves Oliveira, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, e condená-los, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)	D/C
03/03/2015	4,80	D
03/03/2015	811,62	D
03/03/2015	3.132,30	D
02/04/2015	2,40	D
02/04/2015	2.938,80	D
02/04/2015	545,67	D
05/05/2015	4,80	D
05/05/2015	692,28	D
05/05/2015	3.391,30	D
05/05/2015	2,40	D
12/06/2015	1.092,42	D
12/06/2015	2,40	D
12/06/2015	66,40	D
12/06/2015	5.838,80	D
07/07/2015	198,68	D
07/07/2015	217,20	D
07/07/2015	14.152,35	D
07/07/2015	1.734,48	D
05/08/2015	3,60	D
05/08/2015	336,42	D
05/08/2015	630,00	D
05/08/2015	30.859,35	D
05/08/2015	3.201,39	D
31/08/2015	3,60	D
31/08/2015	125,55	D
31/08/2015	4.288,68	D
31/08/2015	56.773,40	D
31/08/2015	324,60	D
14/10/2015	12.481,40	D
14/10/2015	175,20	D
15/10/2015	122,85	D
15/10/2015	1.062,18	D

9.4. aplicar ao estabelecimento comercial Maranata Drogaria e Perfumaria Menor Preço Ltda. e ao Sr. Taygoro Ribeiro Alves Oliveira, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.6. autorizar, desde logo, e com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, do Regimento Interno do TCU, caso seja do interesse dos responsáveis, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, devendo incidir, sobre cada uma delas, os encargos legais devidos, sem prejuízo de alertá-los de que, caso optem por essa forma de pagamento, a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, e 59, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, § 2º, do Regimento Interno do TCU;
9.7. enviar cópia deste Acórdão:
9.7.1. à Procuradoria da República no Estado de Goiás, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4562-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4563/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.169/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: Centro de Pesquisa e Qualificacao Tecnologica-Cpqt (03.165.769/0001-58); Edson da Silva Almeida (212.936.353-91).
4. Órgão/Entidade: Banco do Nordeste do Brasil S.A.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB), em desfavor do Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica-Cpqt e do Sr. Edson da Silva Almeida, em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos do Convênio 2011/087 firmado entre o BNB e o Cpqt, que tinha como objeto "criar para fins de prova de conceito, uma plataforma-base de hardware e software, capaz de realizar o monitoramento à distância de veículos de diversos modais de transporte de passageiros e cargas, e que seja capaz de ser integrada a diferentes sistemas de gestão e gerenciamento de frotas".
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar revel o Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica-Cpqt, para todos os efeitos, dando-se prosseguimento ao processo, com base no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo responsável Edson da Silva Almeida;
9.3. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, as contas dos responsáveis Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica-Cpqt e Sr. Edson da Silva Almeida, condenando-os solidariamente ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Banco do Nordeste do Brasil S.A., nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do Tribunal:
Débitos relacionados ao responsável Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica-Cpqt em solidariedade com Edson da Silva Almeida:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$ 1,00)
20/6/2011	31.000,00
3/11/2015	903,52

Valor atualizado do débito (com juros) em 1/1/2017: R$ 58.662,23

9.4. aplicar individualmente aos responsáveis Centro de Pesquisa e Qualificação Tecnológica-Cpqt e Sr. Edson da Silva Almeida a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §1º do Regimento Interno do Tribunal, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo, sobre cada uma delas, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal; e

9.7. enviar cópia deste Acórdão:

9.7.1. à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis; e

9.7.2. ao Banco do Nordeste do Brasil S.A. e aos demais responsáveis, para ciência.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4563-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4564/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 040.109/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ivanilda Honorato de Aquino (037.849.298-50).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse da sra. Ivanilda Honorato de Aquino e a ele negar registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:
9.3.1. dê ciência à sra. Ivanilda Honorato de Aquino do inteiro teor desta deliberação no prazo de quinze dias e faça juntar o comprovante de notificação a estes autos nos quinze dias subsequentes;
9.3.2. alerte a interessada de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. transforme a vantagem dos "quintos", concedida por meio de decisão administrativa, em parcela compensatória, a ser absorvida por todo e qualquer aumento remuneratório, na forma da modulação adotada pelo Supremo Tribunal Federal quando do julgamento dos segundos embargos declaratórios do RE 638.115/CE;
9.4. dar ciência ao Conselho de Justiça Federal, em virtude da deliberação proferida no processo CF-ADM-2012/00063, da necessidade de orientar os tribunais regionais federais a adotar a medida prevista no subitem 9.3.3 desta deliberação para assegurar a observância da modulação estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4564-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4565/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 045.016/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessada: Regina Celia Rodrigues Pinho (081.465.273-53).
4. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria concedida pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de interesse da sra. Regina Celia Rodrigues Pinho, recusando seu registro;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas, em boa-fé, pela interessada, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal;
9.3. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas que:
9.3.1. faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, consoante disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte;
9.3.2. dê ciência desta deliberação à sra. Regina Celia Rodrigues Pinho, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.4. esclarecer à unidade de origem, com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, que a concessão considerada ilegal poderá prosperar mediante a emissão e o encaminhamento a este Tribunal de novo ato concessório, escoimado da irregularidade apontada nestes autos.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4565-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4566/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 005.663/2021-0.
1.1. Apenso: 043.327/2021-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Aposentadoria).
3. Embargante: Zilson Sá Martins (049.422.213-15).
4. Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (OAB/DF 22.256) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos nos quais se analisam embargos de declaração opostos por Zilson Sá Martins em face do Acórdão 4.173/2022-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas negou provimento ao pedido de reexame interposto pelo embargante em face do Acórdão 17.632/2021-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor do recorrente;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta decisão ao embargante e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4566-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4567/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 008.231/2022-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessada: Marcia Maria Guedes Alcoforado de Moraes (389.965.295-91).
4. Órgão: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar instituído por Moacyr Guedes Alcoforado (002.892.054-68);
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao Comando do Exército que:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar em análise;
9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.3.4. informe à interessada que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército;
9.3.5. comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4567-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4568/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.004/2022-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessados: Carmem Lucia de Sousa e Silva (028.988.954-58); Gilberto de Sousa e Silva (084.172.254-47); Marisa de Sousa e Silva (475.626.684-34).
4. Órgão: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar instituído por Pedro Del Pretes de Sousa e Silva (007.893.728-00);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar em análise;

9.3.3. ajuste o percentual pago a título de adicional por tempo de serviço, desconsiderando do cálculo os tempos de serviço público bem como os tempos na condição de aluno em órgão de formação da reserva;

9.3.4. emita novo ato de pensão militar, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.5. informe aos interessados que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército;

9.3.6. comunique imediatamente aos interessados o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante das respectivas datas de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4568-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4569/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.966/2022-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar.
3. Interessada: Gildasia Araújo Nogueira (125.804.305-04).
4. Órgão: Comando do Exército.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de pensão militar emitido pelo Comando do Exército;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e 260, § 1º, do RITCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de pensão militar instituído por João Santana Nogueira (007.118.615-87);

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Comando do Exército, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, do art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e do art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.3.2. proceda à regularização do soldo que serve de base de cálculo para os proventos da pensão militar em análise;

9.3.3. emita novo ato de pensão militar, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.3.4. informe à interessada que, no caso de não provimento de recursos eventualmente interpostos, deverão ser repostos os valores recebidos após a ciência deste acórdão pelo Comando do Exército;

9.3.5. comunique imediatamente à interessada o teor do presente acórdão, encaminhando ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da respectiva data de ciência, nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4569-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4570/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 010.901/2022-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Ronaldo Cesar da Silveira (099.084.041-72).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Câmara dos Deputados;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Ronaldo Cesar da Silveira (099.084.041-72), recusando o registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar à Câmara dos Deputados, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos nos proventos de Ronaldo Cesar da Silveira para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;

9.2.3. após o ajuste mencionado no subitem 9.2.2, promova o destaque da parcela excedente de "quintos" incorporados pelo interessado posteriormente a 8/4/1998, transformando-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a respectiva incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

9.2.4. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.5. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.6. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4570-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4571/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 011.719/2022-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Margarete Moreira Martins (248.795.681-04).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Câmara dos Deputados;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Margarete Moreira Martins (248.795.681-04), recusando o registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pela Câmara dos Deputados, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar à Câmara dos Deputados, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. promova o ajuste na parcela percebida a título de incorporação de quintos nos proventos de Margarete Moreira Martins para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;

9.2.3. após o ajuste mencionado no subitem 9.2.2, promova o destaque da parcela excedente de "quintos" incorporados pela interessada posteriormente a 8/4/1998, transformando-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a respectiva incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

9.2.4. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.5. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.6. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4571-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4572/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.337/2022-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Vilma Auxiliadora Moreira Rego (371.570.191-91).
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Universidade de Brasília em favor da ex-servidora Vilma Auxiliadora Moreira Rego;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Vilma Auxiliadora Moreira Rego (371.570.191-91), recusando o respectivo registro;

9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. corrija, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica "10289 DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP", alusiva à URP de fevereiro de 1989, paga à Sra. Vilma Auxiliadora Moreira Rego, restabelecendo aquele verificado em setembro de 2010, mês em que proferida a decisão liminar que assegurou sua irredutibilidade;

9.2.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 28.819, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP de fevereiro de 1989 na remuneração da interessada, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;

9.2.3. após a sentença de mérito definitiva (transitada em julgado) que vier a ser proferida no processo judicial acima referido, emita novo ato de aposentadoria para a Sra. Vilma Auxiliadora Moreira Rego, submetendo-o ao exame desta Corte de Contas;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4572-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4573/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.862/2022-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Vânia Nunes Rosário (245.616.735-04).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA em favor da ex-servidora Vânia Nunes Rosário;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Vânia Nunes Rosário (245.616.735-04)., recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.2.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4573-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4574/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.899/2022-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: José Augusto Ferreira (098.886.591-20).
4. Órgão: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Senado Federal em favor do ex-servidor José Augusto Ferreira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de José Augusto Ferreira (098.886.591-20), recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Senado Federal, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Senado Federal, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. ajuste o valor da parcela percebida a título de incorporação de quintos, nos proventos do inativo, para os patamares anteriores à vigência das Leis 12.779/2012 e 13.302/2016;

9.2.2. após o ajuste mencionado no subitem 9.2.1, promova o destaque da parcela excedente de quintos incorporados pelo Sr. José Augusto Ferreira entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a respectiva incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

9.2.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.4. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4574-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4575/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 012.900/2022-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria da Conceição Alves Batista (114.374.131-53).
4. Órgão: Senado Federal.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Senado Federal em favor da ex-servidora Maria da Conceição Alves Batista;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Maria da Conceição Alves Batista (114.374.131-53), recusando o respectivo registro;

9.1.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência, pelo Senado Federal, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.2. determinar ao Senado Federal, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992, que:

9.2.1. ajuste o valor da parcela percebida a título de incorporação de quintos, nos proventos da inativa, para os patamares anteriores à vigência das Leis 12.779/2012 e 13.302/2016;

9.2.2. após o ajuste mencionado no subitem 9.2.1, promova o destaque da parcela excedente de quintos incorporados pela Sra. Maria da Conceição Alves Batista entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115, caso a respectiva incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

9.2.3. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.2.4. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

9.2.5. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4575-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4576/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 031.346/2020-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Responsável: Malvina Grad (762.321.079-34).
4. Órgão: Comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial em desfavor da Sra. Malvina Grad, devido a constituição de matrimônio com o Major Refm Nelson Azeredo Santos (falecido), exclusivamente com fins previdenciários.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas da Sra. Malvina Grad (CPF: 762.321.079-34), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "d", e § 2º, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e IV, e § 5º, do Regimento Interno do TCU;

9.2. condenar a responsável indicada no subitem anterior, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
23/12/2016	4.797,10
1/7/2017	136.310,65
1/8/2017	19.472,95
1/9/2017	19.472,95
1/10/2017	19.472,95
1/11/2017	38.945,90
1/12/2017	19.472,95
1/1/2018	20.659,40
1/2/2018	20.659,40
1/3/2018	20.659,40
1/4/2018	20.659,40
1/5/2018	20.659,40
1/6/2018	30.989,10
1/7/2018	20.659,40
1/8/2018	20.659,40

9.3. aplicar à Sra. Malvina Grad (CPF: 762.321.079-34) a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais) fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;

9.5. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais mensalmente, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar a responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor;

9.6. notificar a prolação deste acórdão ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis, bem como ao Comando da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército e à responsável.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4576-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4577/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 013.680/2022-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Ricardo Luiz da Silva (661.383.107-72).
4. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística em favor do ex-servidor Ricardo Luiz da Silva;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Ricardo Luiz da Silva (661.383.107-72), recusando o respectivo registro;
9.2. esclarecer à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria do interessado, motivada pelo pagamento a maior da GDIBGE, os efeitos do título concessório subsistem, uma vez que a parcela impugnada se encontra amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, assim, a emissão de novo ato.
9.3. encaminhar cópia desta deliberação à interessada e à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4577-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4578/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 031.802/2018-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsável/Recorrente: José Ivaldo Martins Guimarães (392.740.712-72).
4. Entidade: Município de Mãe do Rio - PA.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Eric Felipe Valente Pimenta (OAB/PA 21.794); Lucas Alberto Athias Salame (OAB/PA 19.649); e Rodrigo Chaves Rodrigues (OAB/PA 15.275).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por José Ivaldo Martins Guimarães (392.740.712-72) contra o Acórdão 14.044/2020-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração interposto por José Ivaldo Martins Guimarães, consoante art. 32, inciso I, da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento parcial;
9.2. conferir a seguinte redação ao subitem 9.2 do Acórdão 14.044/2020-TCU-1ª Câmara:
9.2. julgar irregulares as contas do Sr. José Ivaldo Martins Guimarães (392.740.712-72), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, condenando-o ao pagamento da quantia a seguir especificada, com fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas indicadas, até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Pnae/2013

Data	Valor (R$)
3/10/2013	31.900,00
2/8/2013	30.309,86

9.3. reduzir, proporcionalmente, o valor da multa individual indicada no subitem 9.3 do Acórdão 14.044/2020-TCU-1ª Câmara para R$ 12.000,00 (doze mil reais);
9.4. manter inalterados os demais subitens do Acórdão 14.044/2020-TCU-1ª Câmara;
9.5. notificar o recorrente, o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, bem como a Procuradoria da República no Estado do Pará, acerca desta decisão.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4578-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4579/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 038.395/2019-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Recorrente: Guilherme Henrique Magaldi Netto (185.805.131-20).
4. Órgão: Ministério Público Federal.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Daniel Vieira Bogéa Soares (OAB/DF 34.311), Antônio Henrique Medeiros Coutinho (OAB/DF 34.308) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase, de pedido de reexame interposto pelo Sr. Guilherme Henrique Magaldi Netto em face do 17.968/2021-TCU-1ª Câmara, por meio do qual esta Corte de Contas considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor do recorrente;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 33 e 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame para, no mérito, dar a ele provimento, de modo a considerar legal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Guilherme Henrique Magaldi Netto (185.805.131-20) no cargo de Subprocurador-Geral da República, com ressalva, nos termos do art. 260, § 4º, do Regimento Interno do TCU, quanto ao pagamento da parcela de quintos, que deixou de constar dos proventos do recorrente;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação ao recorrente e ao Ministério Público Federal.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4579-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4580/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 040.716/2019-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Sezar Augusto Bovino (333.481.709-15).
4. Entidade: Município de Rio Bonito do Iguaçu - PR.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Vinícius Buligon (OAB/PR 33.636) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por Sezar Augusto Bovino, ex-prefeito de Rio Bonito do Iguaçu/PR (gestão 2001-2004), contra o Acórdão 17.934/2021-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei Orgânica do TCU, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do presente recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. notificar o recorrente acerca da presente deliberação.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4580-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo (Relator) e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4581/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.329/2018-2

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Carlos Antônio de Siqueira Fontenele (132.276.611-87); Centro de Capacitação Canudos - Cecac (00.336.154/0001-59); Gileno Damascena Silva (609.988.305-34); Luciene dos Santos (787.543.215-49); Manoel Antônio de Oliveira Neto (555.953.595-87)

4. Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal: Demostenes Ramos de Melo (2526/OAB-SE), Nicolas Sales Lopez Baldoma (739-A/OAB-SE) e outros, representando Carlos Antônio de Siqueira Fontenele; Jose Airton Lima Santos Junior (10.213/OAB-SE), Matheus Oliveira Garcia (10.258/OAB-SE) e outros, representando Manoel Antônio de Oliveira Neto; Lucas Santos de Matos (8949/OAB-SE), Jose Airton Lima Santos Junior (10.213/OAB-SE) e outros, representando Gileno Damascena Silva; Lucas Santos de Matos (8949/OAB-SE), Jose Airton Lima Santos Junior (10.213/OAB-SE) e outros, representando Luciene dos Santos; Lucas Santos de Matos (8949/OAB-SE), Jose Airton Lima Santos Junior (10.213/OAB-SE) e outros, representando Centro de Capacitação Canudos - Cecac.

9. Acórdão:

VISTA, relatada e discutida esta tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra em desfavor de Gileno Damascena Silva, Luciene dos Santos e Manoel Antônio de Oliveira Neto, ex-dirigentes do Centro de Capacitação Canudos - Cecac, em razão de irregularidades na aplicação dos recursos do Convênio CV/SE 13.000/2004, firmado para prestação dos serviços de assessoria técnica, social e ambiental em projetos de assentamento de reforma agrária do estado de Sergipe.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, alínea "c" e §§ 2º e 3º; 19; 23, inciso III; 26 e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 212; 214, inciso III, alínea "a", e 217 do Regimento Interno e com o art. 6, inciso II, da IN-TCU 71/2012, em:

9.1. acolher as alegações de defesa de Luciene dos Santos, Manoel Antônio de Oliveira Neto e Carlos Antônio de Siqueira Fontenele, arquivando os autos em relação a esses responsáveis;

9.2. rejeitar as alegações de defesa de Gileno Damascena Silva e do Centro de Capacitação Canudos - Cecac;

9.3. julgar irregulares as contas de Gileno Damascena Silva e do Centro de Capacitação Canudos - Cecac;

9.4. condenar, solidariamente, Gileno Damascena Silva e Centro de Capacitação Canudos - Cecac ao recolhimento aos cofres do Incra das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir das datas discriminadas até a data do pagamento:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
16/12/2004	97.120,00
20/12/2004	7.800,00
21/12/2004	5.250,00
26/1/2005	7.800,00

9.5. condenar o Centro de Capacitação Canudos - Cecac ao recolhimento aos cofres do Incra do montante de R$ 195.331,76, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora desde o dia 3/1/2007 até a data do pagamento;

9.6. fixar prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovação, perante o Tribunal, do recolhimento das dívidas acima imputadas;

9.7. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8. autorizar, caso venha a ser solicitado e se o processo não tiver sido remetido para cobrança judicial, o pagamento das dívidas em até 36 (trinta em seis) parcelas mensais consecutivas, a primeira a ser paga no prazo acima fixado e as demais, a cada 30 (trinta) dias a contar da parcela anterior, com incidência, sobre cada valor mensal atualizado monetariamente, de juros de mora, na forma da legislação em vigor, e alertar aos responsáveis que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor;

9.9. encaminhar cópia desta decisão aos responsáveis, ao Incra e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Sergipe, para as providências que entender cabíveis, com a informação de que o inteiro teor deste acórdão e do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4581-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4582/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.670/2022-9

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria

3. Interessado: Luís Fernando dos Santos (380.255.070-68), servidor aposentado

4. Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF-4

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos esses autos de concessão de aposentadoria a Luís Fernando dos Santos no cargo de Analista Judiciário, Especialidade Oficial de Justiça Avaliador, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região - TRF-4.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 1º, inciso VIII; 259, inciso II; 260, § 1º, e 262 do Regimento Interno, e na Súmula TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Luís Fernando dos Santos e negar-lhe registro;

9.2. dispensar a devolução das quantias recebidas de boa-fé pelo interessado até a data de ciência desta decisão pelo TRF-4;

9.3. determinar ao TRF-4 que, no prazo indicado, contado a partir desta decisão:

9.3.1. em quinze dias:

9.3.1.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena do ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.1.2. comunique ao interessado a presente deliberação e o alerte que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

9.3.2. em trinta dias:

9.3.2.1. encaminhe documentos comprobatórios de que o interessado está ciente do julgamento deste Tribunal;

9.3.2.2. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, em substituição ao ora examinado, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4582-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4583/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.959/2014-8

2. Grupo II - Classe de Assunto: Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial

3. Embargantes: Valdinê de Castro Cunha e Cláudio Luiz Lima Cunha

4. Unidade: Ministério da Cultura (extinta)

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Representação legal: Romildo Olgo Peixoto Júnior (28.361/OAB-DF) e outros, representando Valdinê de Castro Cunha e Cláudio Luiz Lima Cunha.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos dois embargos de declaração opostos ao Acórdão 3.027/2022, desta 1ª Câmara, que, entre outras providências, rejeitou as alegações de defesa apresentadas por Valdinê de Castro Cunha e por Cláudio Luiz Lima da Cunha; reconheceu a boa-fé da primeira responsável, autorizando o parcelamento do pagamento dos débitos solidários em 36 parcelas mensais; e sobrestou o julgamento do processo até a conclusão do recolhimento da dívida.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 34 da Lei nº 8.443/92, em:

9.1. conhecer dos dois embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. determinar à Secretaria de Gestão de Processos que corrija o detalhamento do débito atribuído à responsável Valdinê de Castro Cunha, notificando-a do valor correto da dívida;

9.3. reconhecer que se operou a prescrição punitiva em relação ao responsável Cláudio Luiz Lima Cunha; e

9.4. dar ciência aos embargantes.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4583-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4584/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.520/2022-0

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Pensão Militar

3. Interessada: Walkyria Nascimento Menezes (824.267.081-15)

4. Unidade: Comando do Exército

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido o ato de reversão de pensão militar instituída por João Inácio Bezerra de Menezes em benefício de sua filha Walkyria Nascimento Menezes.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e na Súmula-TCU 106, em:

9.1. considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão militar instituída por João Inácio Bezerra de Menezes;

9.2. dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data de ciência desta deliberação pelo órgão de origem;

9.3. determinar ao Comando do Exército que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação:

9.3.1.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

9.3.1.2. dê ciência desta deliberação à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;

9.3.2. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação:

9.3.2.1. encaminhe a este Tribunal comprovante da ciência da interessada; e

9.3.2.2. emita novo ato, livre das irregularidades apontadas, e o submeta ao Tribunal para nova apreciação.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4584-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4585/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.257/2020-5

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: João Deolindo de Carvalho (212.755.053-68), ex-prefeito

4. Unidade: Município de Alagoinha do Piauí/PI

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE)

8. Representação legal: Fabiano Pereira da Silva (6115/OAB-PI), Márcio Alberto Pereira Barros (4919/OAB-PI) e outros.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE contra João Deolindo de Carvalho, ex-prefeito de Alagoinha do Piauí/PI, em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado no exercício de 2008.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e §§ 2º e 3º; 19; 23, inciso III; 26, 28, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I; 209, incisos II e III; 210; 214, inciso III, alínea "a"; e 215 a 217 do Regimento Interno, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por João Deolindo de Carvalho;

9.2. julgar irregulares as contas de João Deolindo de Carvalho, condenando-o ao recolhimento ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora a partir das datas indicadas até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico	Data de ocorrência	Valor histórico
21/10/2008	R$ 2.000,00	29/12/2008	R$ 1.620,00
12/11/2008	R$ 968,40	29/12/2008	R$ 1.754,00
19/12/2008	R$ 8.620,00	29/12/2008	R$ 1.846,00
19/12/2008	R$ 814,00	29/12/2008	R$ 5.960,00
19/12/2008	R$ 485,00	29/12/2008	R$ 2.700,00
19/12/2008	R$ 3.905,00	30/12/2008	R$ 8.100,00
19/12/2008	R$ 2.440,00	30/12/2008	R$ 28.620,00
29/12/2008	R$ 7.000,00		

9.3. autorizar a cobrança judicial da dívida, caso não atendidas as notificações;

9.4. autorizar, se requerido, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais sucessivas, com incidência, sobre cada parcela corrigida monetariamente, dos correspondentes juros de mora, no caso do débito, na forma da legislação em vigor, alertando aos responsáveis que o inadimplemento de qualquer parcela acarretará vencimento antecipado do saldo devedor;

9.5. fixar o vencimento da primeira parcela em quinze dias, a contar do recebimento da notificação, e os das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor

9.6. encaminhar cópia deste acórdão ao responsável, ao FNDE e à Procuradoria da República no Estado do Piauí, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4585-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4586/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.883/2021-2

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Embargos de declaração em Pedido de reexame em Aposentadoria)

3. Embargante: Senado Federal

4. Unidade: Senado Federal

5. Relator: Ministro Jorge Oliveira

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de embargos de declaração opostos pelo Senado Federal contra o Acórdão 3.713/2022-1ª Câmara, que rejeitou embargos de declaração opostos contra o Acórdão 2.514/2022-1ª Câmara, que negou provimento a pedido de reexame interposto pelo Senado Federal contra o Acórdão 13.362/2021-1ª Câmara, por meio do qual foi julgado ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em nome de Eliane Nunes Dias.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992 e no art. 287, § 6º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1 conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2 alertar o embargante que, no caso da reiterada interposição de embargos declaratórios, esses serão recebidos como mera petição e não impedirão o trânsito em julgado da deliberação embargada;

9.3 encaminhar cópia desta decisão ao embargante, com a informação de que o inteiro teor do relatório e do voto que a fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4586-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4587/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 006.993/2022-2.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessadas: Maria da Conceição de Souza Franco Mendes, CPF 151.790.792-68; Maria Luiza Franco dos Santos, CPF 228.391.862-68; Raimunda Lídia de Souza Franco Salzer, CPF 307.075.012-53; Vania Maria de Souza Franco, CPF 185.233.902-00; Vanila de Souza Franco, CPF 575.700.192-53.

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar tacitamente registrado, em 22/2/2022, o ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Jose Gadelha Franco em favor de Maria da Conceição de Souza Franco Mendes, Maria Luiza Franco dos Santos, Raimunda Lídia de Souza Franco Salzer, Vania Maria de Souza Franco e Vanila de Souza Franco (ato nº 2333/2017);

9.2. encaminhar os autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal para que:

9.2.1. realize diligência junto à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército, com vistas a que, no prazo de 30 (trinta) dias, colha, de Maria Luiza Franco dos Santos, manifestação de opção pelos benefícios legalmente acumuláveis, tendo em vista a indevida configuração, à vista do disposto no art. 29 da Lei 3.765/1960, de triplo benefício por meio do ato nº 2333/2017, encaminhando a resposta obtida a este Tribunal - acompanhada da competente documentação comprobatória -, ou informando a ausência de resposta, no prazo de 30 (trinta) dias;

9.2.2. caso não obtido, por intermédio das diligências indicadas no subitem 9.2.1 acima, o devido saneamento do(s) ato(s), adote, nos termos do subitem 9.2.1 do Acórdão 122/2021 - TCU - Plenário, os procedimentos necessários com vistas à revisão de ofício do(s) ato(s) não saneado(s).

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4587-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4588/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 007.519/2022-2.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessadas: Luciane Leticia Souza de Jesus Oliveira, CPF 931.270.301-34; Marcia Regina Souza de Jesus, CPF 706.157.801-72; Marilucy Souza de Jesus Hirota, CPF 164.345.951-15; Maristella Souza de Jesus, CPF 298.110.311-34.

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de reversão da pensão militar instituída por Mariz de Jesus em favor de Luciane Leticia Souza de Jesus Oliveira, Marcia Regina Souza de Jesus, Marilucy Souza de Jesus Hirota e Maristella Souza de Jesus (ato nº 20409/2017), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique às interessadas o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte as interessadas no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão; e

9.4.2. arquive os autos.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4588-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4589/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 008.518/2020-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsáveis: José Irlan Souza Serra (645.812.503-82); Raimundo Antônio Silva Borges (158.180.473-34).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pedro do Rosário/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representações legais: Alteredo de Jesus Neris Ferreira (OAB/MA 6.556) e outros, representando Raimundo Antônio Silva Borges; Luís Eduardo Franco Boueres (OAB/MA 6.542) e outros, representando José Irlan Souza Serra.]

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor dos Srs. José Irlan Souza Serra e Raimundo Antônio Silva Borges, Prefeitos de Pedro do Rosário/MA nas gestões 2013-2016 e 2017-2020, respectivamente, em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao Município à conta do Projovem Campo, no exercício de 2014,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acatar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Raimundo Antônio Silva Borges, excluindo-o da relação processual;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. José Irlan Souza Serra;

9.3. julgar irregulares as contas do Sr. José Irlan Souza Serra, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c" da Lei 8.443/1992, condenando-o, com base nos arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da respectiva data de ocorrência, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
147.060,00	22/9/2014
73.530,00	26/8/2015
73.530,00	5/1/2016
263.160,00	8/7/2016
214.200,00	14/9/2016
123.760,00	27/10/2016

9.4. aplicar ao Sr. José Irlan Souza Serra, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, multa prevista no art. 57 da mesma Lei, c/c art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. encaminhar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, com fundamento no § 3º do art. 16, da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para o ajuizamento das ações que considerar cabíveis; e

9.7. remeter cópia deste Acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao responsável.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4589-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4590/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.077/2022-7.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessadas: Izabel Cristina Brito de Oliveira, CPF 843.463.457-00; Luiza Alves de Oliveira, CPF 553.049.157-04; Sheila Berlinck de Oliveira, CPF 102.031.761-20.

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Rogerio Bastos de Oliveira em favor de Izabel Cristina Brito de Oliveira, Luiza Alves de Oliveira e Sheila Berlinck de Oliveira (ato nº 15884/2017), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique às interessadas o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte as interessadas no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão; e

9.4.2. arquive os autos.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4590-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4591/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 009.648/2022-4.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessadas: Claudia Soares da Silva, CPF 774.930.107-06; Deise Soares da Conceicao, CPF 092.515.867-48; Denise Soares da Conceicao, CPF 025.429.667-02; Eloiza Alves Gomes, CPF 053.949.293-00.

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Moacyr da Conceicao em favor de Claudia Soares da Silva, Deise Soares da Conceicao, Denise Soares da Conceicao e Eloiza Alves Gomes (ato nº 96991/2019), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique às interessadas o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte as interessadas no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão; e

9.4.2. arquive os autos.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4591-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4592/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 010.539/2022-0.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessados: Joice Lima Barros, CPF 516.178.702-34; Paulo Manoel Lima Barros, CPF 760.066.542-53; Therezinha Brandao Oliveira Barros, CPF 132.885.206-72.

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidade técnica: Sefip.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão militar, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443/92, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão inicial da pensão militar instituída por Manoel Paulino de Moraes Barros em favor de Joice Lima Barros, Paulo Manoel Lima Barros e Therezinha Brandao Oliveira Barros (ato nº 12005/2018), negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique aos interessados o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. alerte os interessados no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não as exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que as interessadas tiveram ciência desta deliberação;

9.3.4. emita novo ato de pensão, livre das irregularidades apontadas, submetendo-os ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

9.4. determinar à Sefip que:

9.4.1. acompanhe o cumprimento das determinações elencadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 deste Acórdão; e

9.4.2. arquive os autos.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4592-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4593/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 013.840/2003-1.

1.1. Apenso: 017.154/2009-6

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Prestação de Contas Simplificada.

3. Responsáveis: Ângela Maria Brito Costa (CPF 302.337.556-91); Antonio Carlos Rodrigues Germano (CPF 109.698.457-15); Carlos Alberto do Nascimento (CPF 022.066.841-87); Carlos Augusto Bittencourt (CPF 388.283.837-04); Claudete Tomie Shinohara (CPF 232.388.369-00); Edith da Silva Alves (CPF 219.266.620-91); Francisco das Chagas dos Santos Sousa (CPF 090.881.303-10); Hélio Ricardo Fontes (CPF 610.053.557-20); José Graça Aranha (CPF 731.121.007-00); Luiz Carlos das Dores (CPF 349.486.787-91); Luiz Otavio Beaklini (CPF 366.075.337-87); Maria Beatriz Amorim Pascoa Borher (CPF 279.523.041-00); Maria Cristina de Souza Araújo (CPF 800.838.707-68); Renato Bueno Netto (CPF 014.794.669-72); Rogério Cardozo Marmo (CPF 307.942.427-15); Sandra de Castro Botelho Andrade (CPF 670.109.977-72); Vera Lucia de Seixas Grimberg (CPF 158.551.800-00); e Xerox Comércio e Indústria Ltda. (CNPJ 02.773.629/0002-80).

4. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade técnica: SecexDesenvolvimento.

8. Representante legal: Tulio Freitas do Egito Coelho (OAB/DF 4.111) e outros, representando Xerox Comércio e Indústria Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas simplificada do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), referente ao exercício de 2002,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. levantar, com fundamento no art. 157 do RI/TCU c/c o art. 47 da Resolução-TCU 259/2014, o sobrestamento deste processo;

9.2. excluir a empresa Xerox Comércio e Indústria Ltda. do rol de responsáveis nestes autos;

9.3. julgar, regulares com ressalva as contas dos srs. Antonio Carlos Rodrigues Germano, Carlos Alberto do Nascimento e José Graça Aranha, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação;

9.4. julgar, regulares as contas dos demais responsáveis arrolados no subitem 3 deste Acórdão, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17, e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação plena;

9.5. dar ciência desta deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4593-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4594/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 022.322/2021-3.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Adriana Maria Borges de Abreu, CPF 096.121.318-30.

4. Órgão/Entidade/Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria (alteração), com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno desta Corte de Contas, ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3, relativo à aposentadoria de Adriana Maria Borges de Abreu, negando-lhe o registro, nos termos do art. 260, § 1º, do Regimento Interno desta Corte de Contas;

9.2. dispensar o ressarcimento das importâncias recebidas indevidamente de boa-fé, com fulcro na Súmula 106, desta Corte de Contas;

9.3. determinar ao órgão de origem que:

9.3.1. comunique a interessada, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, o inteiro teor deste Acórdão, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. promova a exclusão dos proventos da interessada, no prazo 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, da rubrica denominada de "opção" em face de manifesta irregularidade, uma vez que o seu pagamento não encontra amparo na norma de regência e na jurisprudência deste Tribunal, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária;

9.3.3. promova, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da ciência desta decisão, o destaque da (s) parcela (s) de "quintos/décimos" incorporada (s) em decorrência do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 a 4/9/2001, e transforme-a (s) em 'Parcela Compensatória' a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros na hipótese de incorporação por via de decisão administrativa ou de decisão judicial sem trânsito em julgado, ou seja mantido o seu pagamento no caso de decisão judicial já passada em julgado, tudo conforme o que restou decidido pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE;

9.3.4. alerte a interessada no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;

9.3.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovantes de que a interessada teve ciência desta deliberação;

9.3.6. emita, no prazo de 30 dias, com fundamento nos arts. 262, caput e § 2º, do Regimento Interno e 19, § 3º, da Instrução Normativa 78/2018, novo ato de aposentadoria livre da irregularidade ora apontada (parcela de opção), para oportuna deliberação desta Corte de Contas;

9.4. dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP;

9.5. determinar à Sefip que acompanhe o cumprimento das determinações insertas nos itens 9.3.1 a 9.3.6;

9.6. arquivar os autos.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4594-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4595/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 026.051/2020-6.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Marcia Maria Rocha Cavalcante (376.139.792-53); Vildemar Rosa Fernandes (101.048.872-49).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Miguel do Guamá/PA.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, em desfavor de Vildemar Rosa Fernandes e de Márcia Maria Rocha Cavalcante, prefeitos de São Miguel do Guamá/PA de 1/1/2009 a 4/10/2010 e de 5/10/2010 a 31/12/2012, respectivamente, em razão da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos recebidos do Fundo Nacional de Assistência Social, para execução dos programas Proteção Social Básica e Proteção Social Especial no exercício de 2010,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revéis Vildemar Rosa Fernandes e Márcia Maria Rocha Cavalcante, para todos os efeitos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas de Vildemar Rosa Fernandes e de Márcia Maria Rocha Cavalcante, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, condenando-os, com base nos arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma Lei, ao pagamento das quantias abaixo discriminadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas da ocorrência até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.2.1. Responsável: Vildemar Rosa Fernandes:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
4.500,00	14/01/2010
3.000,00	15/01/2010
6.300,00	19/01/2010
17.587,50	19/01/2010
17.587,50	19/01/2010
4.500,00	01/02/2010
35.466,20	02/02/2010
3.000,00	24/02/2010
12.600,00	04/03/2010
17.587,50	04/03/2010
4.500,00	04/03/2010
7.257,60	05/03/2010
12.600,00	16/03/2010
7.257,60	24/03/2010
4.500,00	25/03/2010
3.000,00	25/03/2010
17.587,50	31/03/2010
7.257,60	12/04/2010
4.500,00	14/04/2010
3.000,00	14/04/2010
12.600,00	22/04/2010
17.587,50	26/04/2010
4.500,00	11/05/2010
7.257,60	13/05/2010
3.000,00	13/05/2010
12.600,00	19/05/2010
17.587,50	24/05/2010
3.000,00	11/06/2010
7.257,60	14/06/2010
4.500,00	14/06/2010
12.600,00	17/06/2010
2.400,00	28/06/2010
17.587,50	30/06/2010
4.500,00	30/06/2010
2.200,00	30/06/2010
3.000,00	07/07/2010
37.687,50	14/07/2010
7.257,60	14/07/2010
12.600,00	15/07/2010
7.257,60	06/08/2010
3.000,00	11/08/2010
40.200,00	23/08/2010
12.600,00	27/08/2010
4.500,00	30/08/2010
2.200,00	31/08/2010
7.257,60	09/09/2010
4.500,00	09/09/2010
2.200,00	09/09/2010
12.600,00	17/09/2010
40.200,00	20/09/2010
4.000,00	23/09/2010

9.2.2. Responsável: Marcia Maria Rocha Cavalcante:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
7.257,60	13/10/2010
4.000,00	14/10/2010
4.500,00	20/10/2010
2.200,00	20/10/2010
12.600,00	25/10/2010
40.200,00	25/10/2010

7.257,60	09/11/2010
12.600,00	12/11/2010
4.000,00	17/11/2010
4.500,00	23/11/2010
2.200,00	23/11/2010
40.200,00	26/11/2010
7.257,60	09/12/2010
4.500,00	24/12/2010
2.200,00	24/12/2010
12.600,00	30/12/2010
4.000,00	30/12/2010
2.200,00	31/12/2010

9.3. aplicar a Vildemar Rosa Fernandes e a Márcia Maria Rocha Cavalcante, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, multa individual prevista no art. 57 da mesma Lei, c/c art. 267 do Regimento Interno do TCU, nos valores a seguir discriminados, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após os vencimentos, na forma da legislação em vigor;

Responsável	Valor da Multa (R$)
Vildemar Rosa Fernandes	100.000,00
Márcia Maria Rocha Cavalcante	35.000,00

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida as notificações;

9.5. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Pará, com fundamento no art. 12, inciso IV, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para o ajuizamento das ações civis e penais que considerar cabíveis; e

9.6. remeter cópia deste Acórdão à Secretaria Especial do Desenvolvimento Social/Ministério da Cidadania e aos responsáveis.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4595-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4596/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 004.126/2017-3.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0036-34); Susete Nascimento da Silva (338.875.195-15).

3.2. Responsáveis: Nestor Vicente dos Santos (174.226.635-53); Susete Nascimento da Silva (338.875.195-15).

4. Entidade: Município de Wenceslau Guimarães/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo antigo Ministério das Cidades em razão da não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do contrato de repasse 309.704-47/2009.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, a Sra. Susete Nascimento da Silva, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. excluir o Sr. Nestor Vicente dos Santos da relação processual;

9.3. julgar irregulares as contas de Susete Nascimento da Silva, com fundamento no art. 16, III, "b", da Lei 8.443/1992, e condená-la ao pagamento da quantia a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida de juros de mora, calculados a partir da data especificada até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
67.751,08	16/7/2012

9.4. aplicar à Sra. Susete Nascimento da Silva a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 219, II, do RI/TCU e 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando a responsável de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. encaminhar cópia da deliberação à Procuradoria da República no Estado da Bahia, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

9.8. enviar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal e à responsável;

9.9. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4596-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4597/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.669/2019-7.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: João de Fátima Pereira (231.137.583-00); Paula Francinete da Silva Nascimento (711.352.273-49).

4. Entidade: Município de Monção/MA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Vanderley Ramos dos Santos (OAB/MA 7.287), Manuela Ithamar Lima (OAB/MA 15.635) e outros, representando João de Fátima Pereira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), relativa ao convênio 18000/2009 (Siconv 704696), celebrado com o município de Monções/MA.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, Paula Francinete da Silva Nascimento, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. rejeitar as razões de justificativa e acatar parcialmente as alegações de defesa apresentadas por João de Fátima Pereira;

9.3. julgar irregulares as contas de João de Fátima Pereira, com fundamento no art. 16, III, "a", da Lei 8.443/1992;

9.4. julgar irregulares as contas de Paula Francinete da Silva Nascimento, com fundamento no art. 16, III, "b" e "c", da Lei 8.443/1992, condenando-a ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, calculados a partir das datas especificadas até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, na forma da legislação em vigor:

DATA	Valor (R$)
19/3/2010	842.173,08

9.5. aplicar a Paula Francinete da Silva Nascimento a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. aplicar a João de Fátima Pereira a multa prevista no art. 58 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7. autorizar, desde logo, nos termos dos arts. 219, II, do RI/TCU e 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.9. encaminhar cópia da deliberação à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, em cumprimento ao disposto no § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992;

9.10. enviar cópia deste acórdão ao Incra e aos responsáveis;

9.11. informar aos interessados que o inteiro teor da presente deliberação estará disponível para consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4597-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4598/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 017.682/2020-7.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Ednéa Ventura de Araújo (216.605.814-00).

4. Órgão: Comando da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Exército.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: João Ferreira de Almeida Filho (OAB/PE 44.395), representando Ednéa Ventura de Araújo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à tomada de contas especial instaurada pelo Comando da 7ª Região Militar e 7ª Divisão de Exército, tendo como responsável a Sra. Ednéa Ventura de Araújo.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. encerrar o processo e arquivar os autos, por ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular, com base no art. 212 do RI/TCU.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4598-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4599/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.524/2020-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Severino Pereira Dantas (161.058.264-00).
4. Órgão: Ministério do Turismo.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Bruno Lopes de Araújo (7588-A/OAB-PB) e Rafael Santiago Alves (15.975/OAB-PB), representando Severino Pereira Dantas.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo, em desfavor do Sr. Severino Pereira Dantas, devido à não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União realizadas por meio do convênio 751/2010 celebrado com o município de Paulista/PB, para realização do evento "São João Antecipado".
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo responsável Sr. Severino Pereira Dantas;
9.2. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, III, da mesma lei, as contas do responsável Sr. Severino Pereira Dantas, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei, c/c o art. 214, III, "a", do RI/TCU.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
22/11/2010	100.000,00

9.3. aplicar ao responsável Sr. Severino Pereira Dantas a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data desta deliberação até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, II, da Lei 8.443/1992;
9.5. autorizar, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do RI/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do pagamento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RI/TCU;
9.6. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, em cumprimento ao disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.7. informar à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, ao Ministério do Turismo e ao responsável que a presente deliberação estará disponível para a consulta no dia seguinte à sua oficialização, no endereço www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4599-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4600/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 036.133/2020-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de contas especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsável: José Gerson da Silva (545.755.244-68).
4. Entidade: Município de Tacaratu/PE.
5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Juliana Gabriela Bomfim Gomes (OAB/PE 32.124), Bruno Henning Veloso (OAB/PE 22.953) e outros, representando Diva de Sousa Carvalho Silva; Diva de Sousa Carvalho Silva, representando José Gerson da Silva.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em razão da reprovação parcial da prestação de contas referente à aplicação dos recursos repassados para execução do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), no exercício de 2013.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. encerrar o processo e arquivar os autos, com base nos arts. 201, § 3º, e 212 do RI/TCU, c/c o art. 5º, da IN TCU 71/2012;
9.2. dar ciência desta deliberação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e à Sra. Diva de Sousa Carvalho Silva, por meio de seus advogados constituídos.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4600-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4601/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.985/2016-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Incra-sede (00.375.972/0100-42); Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinta).
3.2. Responsáveis: Centro de Educação e Cultura do Trabalhador Rural (11.573.078/0005-45); Joaquim Alves de Sousa (424.856.063-15); Manoel Conceição Santos (838.277.658-20); Raimundo Monteiro dos Santos (124.865.073-53).
3.3. Recorrentes: Joaquim Alves de Sousa (424.856.063-15); Manoel Conceição Santos (838.277.658-20)..
4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra No Estado do Maranhão.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Diogo Diniz Ribeiro Cabral (9355/OAB-MA); Diogo Diniz Ribeiro Cabral (9355/OAB-MA).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Reconsideração interpostos por Manoel Conceição Santos e Joaquim Alves de Sousa contra o Acórdão 9324/2020-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos recursos de reconsideração e, no mérito, negar-lhes provimento;
9.2. determinar a correção do erro material presente no subitem 9.2.1 do acórdão recorrido para excluir o valor de R$ 350,20 (data 10/3/2004), nos termos do Enunciado da Súmula de Jurisprudência 145 do TCU.
9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4601-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4602/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 036.436/2021-6.
2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Civil.
3. Interessada: Leonice Maria Stelmo da Silva, CPF 075.879.276-03.
4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de pensão civil submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro, nos termos do inc. III do art. 71 da Constituição Federal de 1988, ato esse cadastrado e disponibilizado ao TCU por intermédio do Sistema e-Pessoal, na forma dos arts. 2º e 4º da Instrução Normativa TCU 78/2018,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. considerar ilegal o ato constante da peça 3 (Ato nº 33265/2020), relativo à concessão inicial da pensão civil instituída por Geraldo da Silva em favor de Leonice Maria Stelmo da Silva, negando-lhe o registro correspondente, nos termos do § 1º do art. 260 do Regimento Interno desta Corte de Contas;
9.2. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé, até a data da ciência deste Acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;
9.3. determinar ao órgão de origem que:
9.3.1. comunique à interessada o inteiro teor deste Acórdão, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal, e 262 do Regimento Interno desta Corte de Contas, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da presente deliberação, e, após, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.3.2. alerte a Sra. Leonice Maria Stelmo da Silva no sentido de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos, caso não providos, não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação;
9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, por cópia, comprovante de que a interessada teve ciência desta deliberação;
9.3.4. emita novo ato de aposentadoria, livre das irregularidades apontadas, submetendo-o ao TCU, no prazo de trinta dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
9.4. determinar à Sefip que:
9.4.1. verifique a implementação das medidas determinadas nos itens 9.3.1 a 9.3.4 supra; e
9.4.2. arquive os presentes autos, cumpridos os termos deste Acórdão.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4602-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4603/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC 040.325/2018-0.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).
3.2. Responsáveis: Edivânio Nunes Pessoa (839.858.833-00); Josenewton Guimarães Damasceno (364.485.673-72).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Graça Aranha/MA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
8. Representação legal: Carlos Sérgio de Carvalho Barros (OAB/MA 4.947) e outros, representando Josenewton Guimaraes Damasceno.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, em desfavor dos prefeitos de Graça Aranha/MA, Edivânio Nunes Pessoa, gestão 2009-2012, e Josenewton Guimarães Damasceno, gestões 2013-2016 e 2017-2020, em razão de omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados ao município à conta do Programa Dinheiro Direto na Escola, no exercício de 2011,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. excluir Josenewton Guimarães Damasceno da relação processual;
9.2. considerar revel Edivânio Nunes Pessoa, para todos os efeitos, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.3. julgar irregulares as contas de Edivânio Nunes Pessoa, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, condenando-o, com base nos arts. 19, caput, e 23, inciso III, da mesma lei, ao pagamento das quantias a seguir discriminadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da respectiva data de ocorrência, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data da Ocorrência
2.700,00	29/12/2010
3.002,40	29/12/2010
4.072,20	29/12/2010
4.194,00	29/12/2010
12.000,00	29/12/2010
671,40	29/12/2010
12.000,00	29/12/2010
679,80	29/12/2010
1.325,20	29/12/2010
709,20	30/12/2010
335,70	30/12/2010
608,40	30/12/2010
339,90	30/12/2010
2.097,00	30/12/2010
696,20	30/12/2010
1.484,80	30/12/2010
304,20	30/12/2010
662,60	30/12/2010
14.000,00	30/12/2010
1.392,40	30/12/2010
1.501,20	30/12/2010
609,00	30/12/2010
1.218,00	30/12/2010
493,00	27/6/2011
633,60	27/6/2011
679,80	27/6/2011
684,00	27/6/2011
650,00	4/7/2011
658,40	4/7/2011
1.553,70	4/7/2011
700,40	4/7/2011
321,00	4/7/2011
316,80	5/7/2011
6.000,00	5/7/2011
246,50	5/7/2011
2.256,60	6/7/2011
3.107,40	6/7/2011
4.013,40	6/7/2011
642,00	6/7/2011
658,80	6/7/2011
1.400,80	6/7/2011
1.300,00	6/7/2011
1.316,80	6/7/2011
4.513,20	6/7/2011
705,00	1/9/2011
352,50	1/9/2011
420,50	1/9/2011
841,00	1/9/2011

9.4. aplicar a Edivânio Nunes Pessoa, com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, multa prevista no art. 57 da mesma Lei, c/c art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 20.000,00, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor
9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;
9.6. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, com fundamento no § 3º do art. 16, da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para o ajuizamento das ações que considerar cabíveis;
9.7. remeter cópia deste acórdão ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao responsável.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4603-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (Presidente), Benjamin Zymler, Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4604/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 018.614/2016-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II -Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).
3.2. Responsáveis: Ananda Construções e Comercio Ltda. (04.894.615/0001-60); Francisco Ademar dos Santos (328.022.693-72); Jonatas Alves de Almeida (183.597.013-34).
4. Órgão/Entidade: Município de São Francisco do Maranhão - MA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Samara Grayciane Rodrigues de Moura e Sousa (7786/OAB-PI), Najla Fernandes Borges (18114/OAB-PI); Elmary Machado Torres Neto (9.395/OAB-MA) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa), em razão de irregularidades na execução do Convênio 357/2005 (Siafi 555318), cujo objeto foi a implantação de sistema de abastecimento de água no Município de São Francisco do Maranhão/MA,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fulcro no Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência do Súmula TCU, promover o apostilamento dos itens 9.6 e 9.7 do Acórdão 2.758/2022-TCU-1ª Câmara, Sessão de 17/5/2022, Ata 15/2022, para que neles passem a constar os valores das sanções individuais imputadas a Francisco Ademar dos Santos e Adelbarto Rodrigues Santos, com fundamento no art. 58, incisos I e IV, respectivamente, da Lei 8.443/1992, conferindo-lhes a seguinte redação:

Onde se lê:
"9.6. aplicar a Francisco Ademar dos Santos a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;
9.7. aplicar a Adelbarto Rodrigues Santos, na condição de prefeito, a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, que prescinde de audiência prévia, nos termos do art. 268, § 3º, do Regimento Interno do TCU, por não ter atendido às reiteradas diligências dirigidas ao Município de São Francisco do Maranhão/MA, tampouco ter encaminhado justificativas acerca de eventuais dificuldades em respondê-las;"

Leia-se:
"9.6. aplicar a Francisco Ademar dos Santos a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00;
9.7. aplicar a Adelbarto Rodrigues Santos, na condição de prefeito, a multa prevista no art. 58, inciso IV, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00, que prescinde de audiência prévia, nos termos do art. 268, § 3º, do Regimento Interno do TCU, por não ter atendido às reiteradas diligências dirigidas ao Município de São Francisco do Maranhão/MA, tampouco ter encaminhado justificativas acerca de eventuais dificuldades em respondê-las; (...)"

9.2. reabrir prazos para que Francisco Ademar dos Santos e Adelbarto Rodrigues Santos apresentem eventuais recursos, a partir da ciência desta deliberação, ou complementem as razões recursais já apresentadas à peça 104;
9.3. findos os prazos recursais, na ausência de novo apelo, encaminhar estes autos ao relator ad quem, para a retomada da avaliação de admissibilidade do recurso já interposto por Adelbarto Rodrigues Santos, peça 104;
9.4. dar ciência desta deliberação aos responsáveis, ao Município de São Francisco do Maranhão/MA e à Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4604-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4605/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 005.079/2022-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto:
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Efigenia Maria Barbosa (477.910.396-72).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria, emitido pela Fundação Universidade de Brasília, em favor da ex-servidora Efigenia Maria Barbosa;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e no art. 260, § 1º, do RI/TCU, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Efigenia Maria Barbosa, negando-lhe registro;
9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:
9.2.1. corrija, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica "10289-DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP (Decisão judicial - Outros)", referente à URP de fevereiro de 1989, paga à interessada, restabelecendo aquele verificado em setembro de 2010, mês em que foi proferida a decisão liminar judicial que assegurou sua irredutibilidade;
9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de quinze dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos quinze dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.2.3. na hipótese de eventual desconstituição da decisão liminar proferida no âmbito do MS 28.819/DF, em trâmite no STF, faça cessar os pagamentos decorrentes da URP (26,05%) em relação ao ato impugnado e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;
9.2.4. após a sentença de mérito definitiva (transitada em julgado) que vier a ser proferida no processo judicial acima referido, emita novo ato de concessão de aposentadoria para Efigenia Maria Barbosa, submetendo-o ao exame desta Corte de Contas.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4605-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4606/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.591/2022-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto:
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Anderson Rodrigues de Sousa (183.374.221-49).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria, emitido pela Fundação Universidade de Brasília, em favor do ex-servidor Anderson Rodrigues de Sousa;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e no art. 260, § 1º, do RI/TCU, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Anderson Rodrigues de Sousa, negando-lhe registro;
9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:
9.2.1. corrija, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica "10289-DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP (Decisão judicial - Outros)", referente à URP de fevereiro de 1989, paga ao interessado, restabelecendo aquele verificado em setembro de 2010, mês em que foi proferida a decisão liminar judicial que assegurou sua irredutibilidade;
9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de quinze dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos quinze dias subsequentes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.2.3. na hipótese de eventual desconstituição da decisão liminar proferida no âmbito do MS 28.819/DF, em trâmite no STF, faça cessar os pagamentos decorrentes da URP (26,05%) em relação ao ato impugnado e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;
9.2.4. após a sentença de mérito definitiva (transitada em julgado) que vier a ser proferida no processo judicial acima referido, emita novo ato de concessão de aposentadoria para Anderson Rodrigues de Sousa, submetendo-o ao exame desta Corte de Contas.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4606-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4607/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.781/2022-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto:
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Walmeria Rodrigues da Cunha e Faria (302.452.061-91).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de ato de concessão de aposentadoria, emitido pela Fundação Universidade de Brasília, em favor da ex-servidora Walmeria Rodrigues da Cunha e Faria;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal, nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992 e no art. 260, § 1º, do RI/TCU, em:
9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria a Walmeria Rodrigues da Cunha e Faria, negando-lhe registro;
9.2. determinar à Fundação Universidade de Brasília que:
9.2.1. corrija, no prazo de quinze dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, o valor da rubrica "10289-DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP (Decisão judicial - Outros)", referente à URP de fevereiro de 1989, paga à interessada, restabelecendo aquele verificado em setembro de 2010, mês em que foi proferida a decisão liminar judicial que assegurou sua irredutibilidade;
9.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de quinze dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos quinze dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos;
9.2.3. na hipótese de eventual desconstituição da decisão liminar proferida no âmbito do MS 28.819/DF, em trâmite no STF, faça cessar os pagamentos decorrentes da URP (26,05%) em relação ao ato impugnado e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;
9.2.4. após a sentença de mérito definitiva (transitada em julgado) que vier a ser proferida no processo judicial acima referido, emita novo ato de concessão de aposentadoria para Walmeria Rodrigues da Cunha e Faria, submetendo-o ao exame desta Corte de Contas.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4607-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4608/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.056/2022-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração (Representação)
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Recorrente: Contato Serviços de Conservação e Manutenção Eireli (04.768.594/0001-36)..
4. Órgão/Entidade: Distrito Sanitário Especial Indígena Tipo I - Vale do Javari.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: João Lucas Pantoja Vieira (9982/OAB-AM).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Contato Serviços de Conservação e Manutenção contra o Acórdão 3687/2022-1ª Câmara.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8443/1992, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargante.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4608-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4609/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.566/2016-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social (extinta) (05.526.783/0001-65).
3.2. Responsáveis: Itamar Gama Nascimento Junior (544.427.105-20); Marcelo Olegário Soares (804.144.356-72)..
4. Órgão/Entidade: Município de Divisa Alegre - MG.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, em desfavor de Itamar Gama Nascimento Júnior, prefeito municipal de Divisa Alegre/MG no período de 2008-2012, e do prefeito sucessor, Marcelo Olegário Soares, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos repassados àquela municipalidade por força dos Programas Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, no exercício de 2010,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. excluir Marcelo Olegário Soares da presente tomada de contas especial;
9.2. considerar revel Itamar Gama Nascimento Júnior, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;
9.3. julgar irregulares as contas de Itamar Gama Nascimento Júnior, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, III, "b" e "c", e 19, caput, da Lei 8.443/1992, e condená-lo solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida ao Fundo Nacional de Assistência Social, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
17/03/2010	360,92
21/06/2010	40,00
28/06/2010	40,00
28/06/2010	40,00
02/07/2010	40,00
24/08/2010	40,00
24/08/2010	40,00
24/08/2010	40,00
30/08/2010	40,00
30/08/2010	40,00
30/08/2010	40,00
02/09/2010	40,00
14/09/2010	40,00
10/09/2010	4.900,00
21/01/2010	129,50
01/03/2010	181,97
14/04/2010	3.237,73
12/05/2010	4.500,00
14/07/2010	3.000,00
14/07/2010	3.500,00
14/07/2010	3.500,00
14/07/2010	1.000,00
15/07/2010	500,00
02/08/2010	4.000,00
06/08/2010	500,00
17/08/2010	1.000,00
30/08/2010	500,00
02/09/2010	5.000,00
06/09/2010	1.000,00
08/09/2010	15.000,00
10/09/2010	3.000,00
28/09/2010	5.000,00
03/11/2010	4.800,00

21/12/2010	4.600,00
30/03/2010	537,74
29/04/2010	537,74
31/05/2010	537,74
30/06/2010	537,74
28/01/2010	476,65
04/01/2010	2.116,00
05/01/2010	536,63
04/03/2010	601,34
04/06/2010	5.304,46
29/09/2010	16.000,00
03/11/2010	4.500,00
21/12/2010	4.000,00
21/06/2010	284,32
28/09/2010	16.000,00
26/10/2010	1.000,00
26/10/2010	1.800,00
31/05/2010	40,00
16/06/2010	40,00
09/07/2010	40,00
19/07/2010	40,00
20/07/2010	40,00
20/07/2010	40,00
08/08/2010	40,00
06/08/2010	40,00
09/08/2010	40,00
13/08/2010	40,00
16/08/2010	40,00
10/08/2010	40,00
24/08/2010	40,00
02/03/2010	1.546,67
04/06/2010	247,00
09/06/2010	1.398,86
09/07/2010	10.000,00
02/08/2010	3.000,00
02/08/2010	2.500,00
09/08/2010	1.000,00
17/08/2010	1.000,00
03/09/2010	1.000,00
22/09/2010	11.900,00

9.4. aplicar a Itamar Gama Nascimento Júnior a multa individual prevista no artigo 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. dar ciência do presente acórdão à Caixa Econômica Federal e ao responsável;

9.7. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4609-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4610/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.727/2019-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsável: Leonardo Jose Barbalho Carneiro (397.164.574-72).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pitimbu/PB.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal (CAIXA), em razão da não comprovação da regular aplicação de recursos oriundos do Ministério do Turismo, repassados ao Município de Pitimbu/PB, por meio do Contrato de Repasse 187.027-44/2005;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. declarar a revelia de Leonardo José Barbalho Carneiro, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares, com fulcro nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19 e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.442/1992, as contas de Leonardo José Barbalho Carneiro, condenando-o ao pagamento das importâncias a seguir discriminadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas de ocorrência, até a data da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 dias, para que comprovem, perante o TCU, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional:

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)
13/06/2007	111.922,00
18/10/2007	37.308,00
26/06/2008	130.845,85
02/09/2008	138.317,91
08/01/2009	206.559,74
25/02/2009	191.419,90
02/04/2009	166.735,15
06/07/2009	136.642,20
24/08/2009	224.476,03
03/11/2009	220.439,76
19/01/2010	226.626,68
21/05/2010	128.824,53
31/01/2011	221.637,16
05/07/2011	169.721,05
23/08/2012	119.147,20

9.3. aplicar à Leonardo José Barbalho Carneiro, a multa individual prevista no art. 57 da Lei 8.443/1993, no valor de R$ 1.000.000,00, fixando-lhe o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão, até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.5. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4610-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4611/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.067/2013-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).
3.2. Responsáveis: Denner Rodrigo Londes (975.575.281-15); Mara Alice Aparecida da Silva Borges (492.137.841-04); MYL Engenharia e Construções Ltda. - ME (04.848.846/0001-37).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mossâmedes - GO.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação Legal: Anna Carulina Borges Silva da Costa (32.673/OAB-GO), Clodomiro de Oliveira (13.229/OAB-GO), Gilberto Pereira Borges (24.336/OAB-GO).

9. Acórdão:

Vistos, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Superintendência Estadual da Funasa em Goiás Mossâmedes/GO, em razão de irregularidades na execução do Convênio 120/2006, firmado com o Município de Mossâmedes/GO;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas por Divina Lucia de Almeida Dias;

9.2. julgar regulares as contas de Divina Lúcia de Almeida Dias, dando-lhe quitação plena;

9.3. julgar irregulares, com fulcro nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c" e "d", 19 e 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.442/1992, as contas de Mara Alice Aparecida da Silva Borges, de Denner Rodrigo Londes e da empresa MYL Engenharia e Construtora Ltda., condenando-os ao pagamento da importância de R$ 91.455,77, atualizada monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir de 10/1/2008, até a data da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 dias, para que comprovem, perante o TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional;

9.4. aplicar a Mara Alice Aparecida da Silva Borges, a Denner Rodrigo Londes e a empresa MYL Engenharia e Construtora Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1993, no valor individual de R$ 200.000,00, fixando-lhes o prazo de 15 dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão, até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.6. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Goiás, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4611-28/22-1.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4612/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.991/2015-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).
3.2. Responsáveis: Arguinel Paixao Souza Pinto (849.631.666-15); Domingos Martins da Rocha (540.307.226-87); Edileide Lopes dos Santos (012.555.426-59).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pintópolis - MG.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Gabriela Goncalves de Oliveira (138.097/OAB-MG) e Raoni Muller Viana de Oliveira (59177/OAB-DF).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde (Funasa) em desfavor de Domingos Martins da Rocha, em decorrência da não consecução dos objetivos pactuados no Termo de Compromisso TC/PAC 824/2007 (Siafi 633.064),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel Edileide Lopes dos Santos, para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, dando-se prosseguimento ao processo;

9.2. julgar irregulares as contas de Domingos Martins da Rocha, Edileide Lopes dos Santos e de Arguinel Paixão Souza Pinto, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, III, "c", 19 e 23, III, da Lei 8.443/1992, e condená-los, em regime de solidariedade, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso

III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento das dívidas à Fundação Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

DATA DA OCORRÊNCIA	VALOR ORIGINAL (R$)	TIPO
28/12/2009	340.000,00	Débito
16/04/2010	680.000,00	Débito
26/10/2010	170.000,00	Débito
29/03/2011	510.000,00	Débito
04/08/2014	21.466,35	Crédito
05/08/2014	8,22	Crédito
12/08/2014	0,01	Crédito

9.3. aplicar a Domingos Martins da Rocha, Edileide Lopes dos Santos e Arguinel Paixão Souza Pinto a multa individual prevista no artigo 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. dar ciência do presente acórdão à Funasa e aos responsáveis;

9.6. encaminhar cópia desta deliberação ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4612-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4613/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 022.882/2015-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: José Maria de Souza Cunha (186.463.016-72); Tamma Producoes Artisticas Ltda - Me (86.476.264/0001-31).
3.2. Recorrente: José Maria de Souza Cunha (186.463.016-72).
4. Órgão/Entidade: Município de Rio Casca - MG.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: André Luz Pinheiro (93901/OAB-MG), representando José Maria de Souza Cunha.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 3.085/2022 - TCU - 1ª Câmara,
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, e com fundamento nos artigos 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação ao embargantes e aos demais interessados.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4613-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4614/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.458/2015-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde (26.989.350/0001-16).
3.2. Responsáveis: Base Dupla Servicos e Construcoes Civil Eireli (04.568.575/0001-66); Vano José Batista (056.675.181-04).
3.3. Recorrente: Vano José Batista (056.675.181-04).
4. Órgão/Entidade: Município de Araputanga - MT.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Renata Borges Batista Martins (15.856/OAB-MT), representando Vano José Batista.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recursos de Reconsideração interposto por Vano José Batista em face do Acórdão 7.074/2020-TCU-1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33, da Lei 8.443/1992, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4614-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4615/2022 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 033.496/2015-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Associação Sergipana de Blocos de Trio (32.884.108/0001-80); JV Empreendimentos Turísticos Ltda. (10.553.587/0001-10); Lourival Mendes de Oliveira Neto (310.702.215-20).
3.2. Recorrente: JV Empreendimentos Turísticos Ltda (10.553.587/0001-10).
4. Órgão/Entidade: Associação Sergipana de Blocos de Trio.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Nagyane Galvao Regis Martins (10600/OAB-SE).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto por JV Empreendimentos Turísticos Ltda. em face do Acórdão 9030/2020-TCU-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 28/2022 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4615-28/22-1.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Vital do Rêgo e Jorge Oliveira.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 4616/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Eliseu da Silva Trindade, emitido pelo Tribunal Regional Federal da 3ª Região, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas (vide Acórdãos 8.187/2021, 8.124/2021, 8.492/2021, 8.684/2021, 8.178/2021, 8.611/2021, todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.999/2021, 7.816/2021, 8.318/2021, 8.254/2021, 13.963/2020, 8.319/2021 e 8.224/2021, todos da 2ª Câmara), especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Eliseu da Silva Trindade e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-004.168/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eliseu da Silva Trindade (021.493.308-30).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente acórdão, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não o exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

ACÓRDÃO Nº 4617/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Adriana Marcellino, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas (vide Acórdãos 8.187/2021, 8.124/2021, 8.492/2021, 8.684/2021, 8.178/2021, 8.611/2021, todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.999/2021, 7.816/2021, 8.318/2021, 8.254/2021, 13.963/2020, 8.319/2021 e 8.224/2021, todos da 2ª Câmara), especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Adriana Marcellino e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-010.852/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Adriana Marcellino (076.601.108-96).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente acórdão, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

ACÓRDÃO Nº 4618/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.036/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Alberto Cardoso dos Santos (034.819.052-20); Gracie May Vianna Hudson (101.776.201-53); Leny da Silva Oliveira (527.845.178-53); Marinês de Oliveira Alves (420.490.162-04); Paulo Alexandre Reis Borges (292.869.211-87).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4619/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.923/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Olga Almeida da Silva (334.250.511-72).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4620/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.350/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Osvaldo José Antoniassi (080.134.549-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4621/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.512/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Wisvan Hooll da Silva Adorno (144.261.451-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4622/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.600/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Domitila de Freitas Reis (135.072.492-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4623/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.846/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Evandro da Silva Freire Coutinho (601.392.007-97); Katia Silveira da Silva (674.017.407-53); Luiz Antonio de Saboya (592.274.437-20); Magali Romero Sá (521.181.007-44); Vera Lúcia Antunes Marinho (461.108.957-68).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4624/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.892/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Patrícia Moreira Pinheiro (323.890.004-87); Severino Ferreira Filho (221.921.904-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4625/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.964/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Roberto Robertti Luduvice Rodrigues (102.250.305-78).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4626/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.987/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: José Carlos Pistore (923.483.608-10).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4627/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.003/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Franclin Costa do Nascimento (221.217.901-44).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4628/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria de Diana de Souza Barbosa, emitido pelo Ministério Público Federal, submetido à apreciação deste Tribunal para fins de registro.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU identificaram o pagamento irregular da vantagem quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas (vide Acórdãos 8.187/2021, 8.124/2021, 8.492/2021, 8.684/2021, 8.178/2021, 8.611/2021, todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 7.999/2021, 7.816/2021, 8.318/2021, 8.254/2021, 13.963/2020, 8.319/2021 e 8.224/2021, todos da 2ª Câmara), especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que o STF, em 18/12/2019, no julgamento de embargos declaratórios opostos ao RE 638.115/CE, ao manter a ilegalidade do pagamento dos quintos/décimos oriundos de funções comissionadas ou cargos de confiança exercidos no período de 8/4/1998 a 4/9/2001, estabeleceu as seguintes modulações de efeitos: os pagamentos das vantagens de quintos/décimos amparados por sentença judicial transitada em julgado deverão ser mantidos, não sendo transformados em parcelas compensatórias, nem absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil; os pagamentos de quintos/décimos amparados por sentença judicial não definitiva ou por decisão administrativa serão destacados, transformados em parcela compensatória e absorvidos por futuros reajustes ou reestruturações de planos de cargos e salários do funcionalismo público civil;

Considerando que, com base nos documentos acostados nos autos, a parcela ora impugnada não foi concedida mediante decisão judicial transitada em julgado e que, diante da modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE, impõe-se o destaque do pagamento de quintos/décimos, com a sua conversão em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros ou reestruturações do plano de cargos e salários da carreira;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria de Diana de Souza Barbosa e negar registro ao correspondente ato; dispensar, com fulcro no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência desta deliberação; dispensar a emissão de novo ato de aposentadoria, mantendo-se os efeitos financeiros do presente ato julgado ilegal, desde que promovidos os ajustes ora determinados, em observância ao decidido pelo STF no julgamento do RE 638.115/CE, sem prejuízo do monitoramento do cumprimento da presente deliberação; e expedir as determinações discriminadas no subitem 1.7:

1. Processo TC-024.117/2021-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Diana de Souza Barbosa (455.653.334-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar ao órgão de origem, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, que:
1.7.1.1. promova o destaque das parcelas de quintos/décimos incorporados com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, no prazo de sessenta dias, a contar da notificação do presente acórdão, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, no prazo de trinta dias, e faça juntar aos autos o comprovante dessa notificação, nos trinta dias subsequentes, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recurso junto ao TCU não a exime da devolução dos valores indevidamente percebidos após a notificação, caso o recurso não seja provido.

ACÓRDÃO Nº 4629/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de admissão de Jader Goncalves Moraes, emitido pela Caixa Econômica Federal.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU manifestaram-se pela ilegalidade do ato de admissão, em razão da contratação do interessado após a expiração do prazo improrrogável do concurso público regido pelos Editais 001/2014NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida nos autos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, o referido concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que, em situações análogas, esta Corte tem considerado ilegal o ato de admissão, com a negativa de seu registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, bem como de que os pagamentos sejam mantidos, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020-TCU-Plenário, da relatoria da E. Ministra Ana Arraes, e a pacificada jurisprudência deste Tribunal sobre o tema;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em considerar ilegal o ato de admissão de Jader Goncalves Moraes, negando-lhe registro; esclarecer à entidade de origem que, a despeito da negativa de registro do ato, a admissão poderá subsistir enquanto se mantiver hígida a sentença favorável ao interessado, proferida na Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, proposta originalmente perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF; dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal e ao interessado; e expedir a determinação discriminada no subitem 1.7:

1. Processo TC-012.781/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jader Goncalves Moraes (021.676.845-41).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, proposta originalmente perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da decisão favorável ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 4630/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de admissão de Jose Zenildo Eugenio da Silva, emitido pela Caixa Econômica Federal.

Considerando que a Sefip e o MP/TCU manifestaram-se pela ilegalidade do ato de admissão, em razão da contratação do interessado após a expiração do prazo improrrogável do concurso público regido pelos Editais 001/2014NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida nos autos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, o referido concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que, em situações análogas, esta Corte tem considerado ilegal o ato de admissão, com a negativa de seu registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, bem como de que os pagamentos sejam mantidos, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020-TCU-Plenário, da relatoria da E. Ministra Ana Arraes, e a pacificada jurisprudência deste Tribunal sobre o tema;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário, de minha relatoria, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro, mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (Pleno, j. 19/2/2020, DJe 26/5/2020);

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso II, 143, inciso II, e 260, § 1º, do RI/TCU, em considerar ilegal o ato de admissão de Jose Zenildo Eugenio da Silva, negando-lhe registro; esclarecer à entidade de origem que, a despeito da negativa de registro do ato, a admissão poderá subsistir enquanto se mantiver hígida a sentença favorável ao interessado, proferida na Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, proposta originalmente perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF; dar ciência desta deliberação à Caixa Econômica Federal e ao interessado; e expedir a determinação discriminada no subitem 1.7:

1. Processo TC-012.781/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Jose Zenildo Eugenio da Silva (047.513.683-70).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Caixa Econômica Federal que acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, proposta originalmente perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília-DF, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da decisão favorável ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 4631/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.600/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fernando José Smecelato (268.864.048-81).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4632/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.611/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Luciano Azevedo e Silva (634.975.063-20); Matheus de Meneses Campanha Souza (698.627.881-00); Raimunda Maria dos Santos (694.850.113-34); Verônica Lourdes Lima Batista Maia (307.047.583-34); Vitória Maria de Sousa (517.462.713-53).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4633/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.952/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Erivan de Melo Moura (441.907.194-04).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4634/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que se trata de representação a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 28/2022, promovido pelo Hospital Universitário Antônio Pedro (HUAP) da Universidade Federal Fluminense em Niterói/RJ, noticiando indícios de descumprimento do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, especificamente em relação à habilitação da empresa vencedora Engeltech Equipamentos Médicos Hospitalar Ltda.;

Considerando que o objeto do certame foi a contratação de empresa para realizar locação de dez máquinas de hemodiálise, incluindo manutenção corretiva com peças e preventiva, ao valor anual de R$ 320.551,20, e total de R$ 1.602.756,00, caso haja a prorrogação do contrato por sessenta meses, conforme previsto no Regulamento de Licitações e Contratos da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh;

Considerando que a empresa representante Renal-Tec Indústria, Comércio e Serviços Ltda. alegou irregularidade na habilitação da empresa vencedora por não ter apresentado: i) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), quanto à categoria de produtos de saúde correlatos; ii) Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE), quanto à categoria de produtos saneantes; iii) Licença Sanitária de Funcionamento do ano do exercício; iv) Atestado de capacidade técnica averbado no Crea; e v) Comprovação de regularidade fiscal; e requereu a suspensão liminar da contratação resultante do certame, a inabilitação da empresa Engeltech Equipamentos Médicos Hospitalar Ltda e a anulação: i) dos atos administrativos referentes ao julgamento do recurso administrativo interposto pela representante, ii) da adjudicação do objeto da licitação e iii) da homologação do resultado do certame, com o retorno do Pregão Eletrônico 28/2022 à fase de habilitação; além da intimação do Hospital Universitário Antônio Pedro pra que junte cópia integral dos autos da licitação a esta representação;

Considerando que, quanto à afirmação da representante de que a utilização das máquinas de hemodiálise pelo HUAP consubstancia locação de produtos de saúde correlatos e, consequentemente, enseja apresentação da AFE, na sentença do processo 5003813-43.2021.4.02.5101/RJ, sob a responsabilidade da 2ª Vara Federal do Rio de Janeiro, no qual a representante figurou como parte, há transcrição de excerto de consulta realizada à Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), que, por sua vez, esclareceu que para locação de equipamentos médicos não é necessária a apresentação de AFE, pois essa atividade não está enquadrada dentre as atividades sujeitas a tal autorização, conforme art. 3º da RDC 16/2014;

Considerando que a representante declarou que prover produtos saneantes necessários para a execução das rotinas de manutenção e desinfecção das máquinas de hemodiálise, por se tratar de uso profissional, caracteriza comércio atacadista, nos termos do art. 2º da Resolução de Diretoria Colegiada (RDC) 16/2014, sendo exigida, em razão dessas circunstâncias, a AFE;

Considerando, entretanto, que o uso de saneantes, ligado à contratação resultante do Pregão Eletrônico 28/2022, possui natureza exclusiva de prestação de serviço de manutenção de equipamento, ou seja, não se trata de venda de saneante para o HUAP, nos exatos termos previstos no edital e no termo de referência, com respaldo no art. 5º, inciso V, da RDC Anvisa 16/2014;

Considerando que, segundo o Informativo 276 de Licitações e Contratos do TCU e com fundamento no Acórdão 434/2016-TCU-Plenário, de relatoria do E. Ministro Bruno Dantas, é ilegal a exigência, para fins de habilitação jurídica, de autorização de funcionamento expedida pela Anvisa na contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos médico-hospitalares;

Considerando que, na mesma decisão judicial exarada no processo 5003813-43.2021.4.02.5101/RJ, já citado, de amplo conhecimento da representante, está consignado que a atividade de locação de equipamentos médicos não é enquadrada como comércio atacadista e não corresponde às atividades tratadas no artigo 2º da RDC 16;

Considerando que, outra decisão judicial, em sede de Mandado de Segurança, impetrado pela própria empresa representante Renal-Tec Indústria, Comércio e Serviços Ltda, processo 0130848-81.2015.4.02.5101, sob a responsabilidade da 15ª Vara Federal, deixou evidente que não é exigida a AFE para pessoas jurídicas "que realizam exclusivamente a instalação, manutenção e assistência técnica de equipamentos para a saúde";

Considerando que, em oposição ao afirmado pela representante, consulta realizada no sítio eletrônico da Anvisa, em 19/7/2022, demonstrou a existência de autorização de funcionamento da empresa Engeltech Equipamentos Médicos Hospitalar Ltda. (vencedora) para os seguintes tipos de produtos/área: medicamentos, produtos para saúde correlatos e saneantes;

Considerando, em relação à alegada ausência de Licença Sanitária de Funcionamento do ano do exercício, que a declaração da representante não condiz com a verdade dos fatos, pois a empresa Engeltech Equipamentos Médicos Hospitalar Ltda. apresentou corretamente tal licença com validade até 23/9/2022, e a ata de realização do Pregão Eletrônico 28/2022 foi registrada no dia 4/5/2022, conforme consta da documentação existente no sítio eletrônico de compras do governo federal (Comprasnet);

Considerando que a administração do HUAP, na busca de garantir a seleção da proposta mais vantajosa, observando o princípio do formalismo moderado, corretamente exigiu a apresentação do Atestado de Capacidade Técnico-Operacional sem averbação no Crea, conforme consta nos itens 10.11 do edital, título qualificação técnica; e 17.3.6 do termo de referência, título critérios de seleção do fornecedor, tendo em vista que o requerimento de Atestado de Capacidade Técnica-Porofissional averbado no Crea na fase habilitação representa restrição à competitividade;

Considerando que a Certidão de Regularidade com a Fazenda do Governo do Distrito Federal, constante dos documentos do Comprasnet, comprova que existe a devida inscrição da empresa junto ao fisco da sede da empresa vencedora da licitação;

Considerando, portanto, que a representação não preenche os requisitos de admissibilidade constantes no art. 235 do RI/TCU e no art. 103, § 1º da Resolução-TCU 259/2014, pois não está acompanhada de suficientes indícios concernentes à ilegalidade;

Considerando que formular representação ao TCU para o atendimento de interesses privados, como no caso em tela, em prejuízo do interesse público, pode configurar litigância de má-fé e ensejar a aplicação de multa, nos termos do art. 81 da Lei 13.105/2015 (CPC);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235, e 237, parágrafo único, do RI/TCU, e no art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em não-conhecer da representação; considerar prejudicada a análise da medida cautelar requerida, por perda de objeto; encaminhar cópia desta deliberação e da instrução, peça 26, ao representante e arquivar o processo:

1. Processo TC-013.204/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares - Ebserh.
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
1.5. Representação legal: Antonio Carlos Pereira de Lemos Basto (129215/OAB-RJ), representando Renal-Tec-Indústria Comercio e Serviços Ltda.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4635/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Financiadora de Estudos e Projetos - Finep, em desfavor do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul, do Sr. Cláudio George Mendonça e da Sra. Maristela de Oliveira França, em razão da prática de ato ilegal, ilegítimo ou antieconômico de que resultou prejuízo ao Erário, realizada no Contrato de Transferência de Recursos Destinados à Subvenção Econômica 03.10.0326.00 (peça 5), firmado entre a Financiadora de Estudos e Projetos - Finep e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul - Sebrae/MS, com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, tendo ainda a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul, na condição de coexecutora, e que tinha, por objeto, o instrumento descrito como "CONVITE MCT/FINEP - PROGRAMA PAPPE INTEGRAÇÃO 01/2010",

Considerando os pareceres uniformes produzidos pela SecexTCE e pelo MP/TCU às peças 144 a 147 dos correntes autos;

Considerando que a irregularidade que deu causa à instauração da presente tomada de contas especial deriva do Acórdão 5157/2015, sessão de 8/9/2015, proferido nos autos do TC 007.603/2012-6 - Relatório de Auditoria, o qual, por meio dos seus itens 9.1 e 9.4, aplicou multa aos responsáveis, e determinou que a FINEP adotasse providência no tocante ao Contrato 182/2010;

Considerando que o mesmo julgado determinou o apensamento do TC 007.603/2012-6 às contas do Sebrae/MS, do exercício de 2010 e que tais contas, objeto do TC 032.734/2011-5, foram apreciadas mediante o Acórdão 1.134/2018-2ª Câmara (relator Min. Aroldo Cedraz), julgado irregulares as contas do Sr. Luiz Cláudio Sabedotti Fornari, do Sr. Cláudio George Mendonça, da Sra. Maristela de Oliveira França e do Sr. Tito Manuel Sarabando Bola Estanqueiro, aplicando-lhes a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992;

Considerando que, no âmbito de recurso de reconsideração, votado por meio do Acórdão o 12.262/2019 - 2ª Câmara (relator Min. Raimundo Carreiro), os recursos apresentados pelos responsáveis ensejaram o julgamento de suas contas como regulares com ressalva;

Considerando que, pelos termos do voto condutor da decisão original, como também do julgamento do recurso, caracterizam que a irregularidade tratada na presente tomada de contas especial, concernente ao Contrato 182/2010, firmado com a 7M Alimentos Ltda., resultou na aplicação de multa aos responsáveis, no âmbito do TC 007.603/2012-6, e apensamento às contas do Sebrae/MS - TC 032.734/2011-5; e

Considerando, finalmente, que assiste razão aos responsáveis ao invocarem a coisa julgada administrativa, bem como suas respectivas consequências processuais;

ACORDAM, por unanimidade, em acolher as razões de justificativa apresentadas pelo Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul - Sebrae/MS, pelo Sr. Cláudio George Mendonça e pela Sra. Maristela de Oliveira França, julgar as respectivas contas como regulares com ressalva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno do TCU, dando-lhes quitação, e arquivar o presente processo, encaminhando cópia deste julgado à Finep e aos demais responsáveis, de acordo com pareceres uniformes emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.478/2020-9 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Claudio George Mendonça (639.690.841-72); Maristela de Oliveira França (367.977.071-53); Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul (15.419.591/0001-03).
1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: Luana da Silva Rodrigues (22.159/OAB-MS) e Adriana Pereira Caxias Puertes (8.231/OAB-MS), representando Claudio George Mendonça; Thiago Machado Grillo (12.212/OAB-MS) e Daniel Castro Gomes da Costa (12.480/OAB-MS), representando Serviço de Apoio Às Micro e Pequenas Empresas do Mato Grosso do Sul; Luiz Aurélio Adler Ralho (11.639/OAB-MS), representando Maristela de Oliveira França.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4636/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Superior do Trabalho em favor de Vivian Betânia da Silva.

Considerando que a interessada percebe adicional de tempo de serviço em percentual superior ao entendimento jurisprudencial do TCU, em face de ter computado tempo de serviço público não contínuo;

Considerando que, em sede de consulta, esta Corte de Contas decidiu, no âmbito do Acórdão 1.424/2020-TCU-Plenário, que:

9.1.1. em consonância com a jurisprudência dessa Corte de Contas, assentada desde o Acórdão 3055/2009-TCU-Plenário (relator: Ministro-substituto Weder de Oliveira) , o rompimento do vínculo jurídico do servidor com a Administração Pública Federal é

obstáculo ao restabelecimento de vantagens da Lei 8.112/1990, independentemente do momento em que o servidor é investido novamente em outro cargo público federal, se antes ou depois da revogação da legislação que instituiu a vantagem anteriormente concedida;

Considerando que o ato em questão também contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 12/7/2010, proferida nos autos da ação ordinária 012092-54.2005.4.01.3400/DF (7ª Vara Federal do DF), movida pelo Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União no Distrito Federal - Sindjus/DF;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, sustentando a ilegalidade do ato;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Vivian Betânia da Silva (327.155.281-91), recusando o respectivo registro;

b) esclarecer ao Tribunal Superior do Trabalho que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, o ato de aposentadoria, que contempla "quintos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, subsiste, já que a parcela mencionada está amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório;

c) fazer a determinação constante do item 1.7;

1. Processo TC-005.614/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Vivian Betânia da Silva (327.155.281-91).

1.2. Órgão: Tribunal Superior do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Superior do Trabalho que promova o ajuste no percentual pago a título de adicional de tempo de serviço nos proventos da inativa, excluindo do cálculo, períodos não contínuos que foram computados para tal.

ACÓRDÃO Nº 4637/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em favor de Ênio Roberto Borsatto.

Considerando que, no ato em questão, a Sefip identificou o pagamento de parcela referente à hora extra concedida sob a égide do regime celetista, com fundamento em decisão judicial;

Considerando que, em pesquisa ao site do Justiça Federal do Rio Grande do Sul, constatou-se que a decisão proferida nos autos do processo 5044972-31.2018.4.04.7100/RS, que tramitou no juízo da 4ª Vara Federal de Porto Alegre transitou em julgado em 8/11/2021 e cuja decisão de mérito restou vazada nos seguintes termos:

Nessas condições, considerando que o prazo decadencial para a revisão dos atos administrativos tem como principal finalidade o atendimento ao princípio da segurança jurídica e da proteção da confiança do administrado na Administração, entendo que não é razoável que venha a ser retirada da remuneração do autor a vantagem incorporada e recebida por mais de vinte e cinco anos, ainda que de forma irregular, uma vez presente a boa-fé. Pelo mesmo motivo, se mostra indevido qualquer desconto a título de reposição ao erário.

Portanto, mantenho o entendimento exposto na decisão liminar, reconhecendo a consumação do prazo decadencial em momento anterior à perfectibilização da revisão administrativa operada sobre a base de cálculo da verba remuneratória identificada pela rubrica Decisão Judicial Trans Jug.

Por conseguinte, a parte autora faz jus a permanecer recebendo a verba nos moldes praticados anteriormente à revisão administrativa, descabendo à Universidade cobrar do servidor aposentado e respectiva reposição ao Erário.

(...)

DISPOSITIVO

Ante o exposto, julgo procedente o pedido, extinguindo a ação com resolução do mérito na forma do art. 487, I, do CPC, para determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Sul que mantenha o pagamento da verba remuneratória identificada pela rubrica Decisão judicial trans jug, correspondente a R$ 961,09, nos moldes em que a parte autora vinha recebendo, abstendo-se de suprimir e reduzir as vantagens objeto da lide, bem como de tomar qualquer medida que vise à reposição ao erário.

Considerando que a decisão judicial referida, de fato, impede que a UFRGS, por sua iniciativa, exclua dos proventos do interessado, o valor da rubrica em comento, mas não impede o TCU de fazê-lo, no estrito exercício da competência constitucional prevista no art. 71, inciso III, da CF/1988, uma vez que o ato de aposentadoria é de natureza complexa, surgindo a partir da concessão do gestor e aperfeiçoando-se somente após o registro pela Corte de Contas;

Considerando o que prescreve a jurisprudência do STF, no sentido de que o art. 54 da Lei 9.784/1999 não se aplica ao TCU quando da análise das concessões iniciais de aposentadoria, portanto antes da perfectibilização do ato, consoante restou decidido no julgamento do RE 636.553;

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. 2. APOSENTADORIA. ATO COMPLEXO. NECESSÁRIA A CONJUGAÇÃO DAS VONTADES DO ÓRGÃO DE ORIGEM E DO TRIBUNAL DE CONTAS. INAPLICABILIDADE DO ART. 54 DA LEI 9.784/1999 ANTES DA PERFECTIBILIZAÇÃO DO ATO DE APOSENTADORIA, REFORMA OU PENSÃO. MANUTENÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA QUANTO A ESTE PONTO. 3. PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA CONFIANÇA LEGÍTIMA. NECESSIDADE DA ESTABILIZAÇÃO DAS RELAÇÕES JURÍDICAS. FIXAÇÃO DO PRAZO DE 5 ANOS PARA QUE O TCU PROCEDA AO REGISTRO DOS ATOS DE CONCESSÃO INICIAL DE APOSENTADORIA, REFORMA OU PENSÃO, APÓS O QUAL SE CONSIDERARÃO DEFINITIVAMENTE REGISTRADOS. 4. TERMO INICIAL DO PRAZO. CHEGADA DO PROCESSO AO TRIBUNAL DE CONTAS. 5. DISCUSSÃO ACERCA DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA PREJUDICADA. 6. TESE: "EM ATENÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA SEGURANÇA JURÍDICA E DA CONFIANÇA LEGÍTIMA, OS TRIBUNAIS DE CONTAS ESTÃO SUJEITOS AO PRAZO DE 5 ANOS PARA O JULGAMENTO DA LEGALIDADE DO ATO DE CONCESSÃO INICIAL DE APOSENTADORIA, REFORMA OU PENSÃO, A CONTAR DA CHEGADA DO PROCESSO À RESPECTIVA CORTE DE CONTAS". (...)

(RE 636553, Relator(a): GILMAR MENDES, Tribunal Pleno, julgado em 19/02/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-129 DIVULG 25-05-2020 PUBLIC 26-05-2020)

Considerando que o ato em questão foi disponibilizado ao TCU em 29/6/2020, portanto há menos de 5 anos;

Considerando que a parcela decorrente da hora-extra, é incompatível com o Regime Jurídico Único;

Considerando o teor do Enunciado 241, da Súmula de Jurisprudência do TCU, a seguir transcrito:

As vantagens e gratificações incompatíveis com o Regime Jurídico Único, instituído pela Lei 8.112, de 11/12/90, não se incorporam aos proventos nem à remuneração de servidor cujo emprego, regido então pela legislação trabalhista, foi transformado em cargo público por força do art. 243 do citado diploma legal.

Considerando que a decisão judicial mencionada não ampara a continuidade dos pagamentos da parcela decorrente da hora extra, já que a força do comando sentencial tem uma condição implícita, a da cláusula rebus sic stantibus, e significa que ela atua enquanto se mantiverem íntegras as situações de fato e de direito existentes quando da prolação da sentença;

Considerando que, alterada a situação de fato (muda o suporte fático, mantendo-se o estado da norma) ou de direito (muda o estado da norma, mantendo-se o estado de fato), ou dos dois, a sentença deixa de ter a força de lei entre as partes, que até então mantinha;

Considerando que, no caso concreto em análise, a decisão judicial proferida nos autos do processo 5044972-31.2018.4.04.7100/RS, que tramitou no juízo da 4ª Vara Federal de Porto Alegre, garantiu uma vantagem do regime celetista. Assim, a partir da alteração do regime jurídico da CLT para o dado pela Lei 8.112/1990, com o qual a referida vantagem não é compatível já que não há direito adquirido a regime jurídico, alterou-se o suporte fático e o estado da norma, restando alterado o silogismo original da sentença;

Considerando que tal entendimento já foi acolhido pelo STF no regime de repercussão geral no Recurso Extraordinário 596.663, cuja decisão restou assim ementada:

CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL CIVIL. SENTENÇA AFIRMANDO DIREITO À DIFERENÇA DE PERCENTUAL REMUNERATÓRIO, INCLUSIVE PARA O FUTURO. RELAÇÃO JURÍDICA DE TRATO CONTINUADO. EFICÁCIA TEMPORAL. CLÁUSULA REBUS SIC STANTIBUS. SUPERVENIENTE INCORPORAÇÃO DEFINITIVA NOS VENCIMENTOS POR FORÇA DE DISSÍDIO COLETIVO. EXAURIMENTO DA EFICÁCIA DA SENTENÇA.

1. A força vinculativa das sentenças sobre relações jurídicas de trato continuado atua rebus sic stantibus: sua eficácia permanece enquanto se mantiverem inalterados os pressupostos fáticos e jurídicos adotados para o juízo de certeza estabelecido pelo provimento sentencial. A superveniente alteração de qualquer desses pressupostos (a) determina a imediata cessação da eficácia executiva do julgado, independentemente de ação rescisória ou, salvo em estritas hipóteses previstas em lei, de ação revisional, razão pela qual (b) a matéria pode ser alegada como matéria de defesa em impugnação ou em embargos do executado.

Considerando que a supressão do pagamento destacado da parcela não caracteriza desrespeito à coisa julgada, mas, sim, mera equalização da remuneração em face de panorama jurídico posterior.

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 241, 276 e 279, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Ênio Roberto Borsatto (183.490.210-04), recusando o respectivo registro;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

c) fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-006.759/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ênio Roberto Borsatto (183.490.210-04).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial a parcela decorrente da Hora Extra, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 4638/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.008/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Jose Mauro Gomes (359.663.869-00).

1.2. Órgão: Controladoria-Geral da União.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4639/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.046/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Alice Miyuki Koseki Bueno (024.480.438-92).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4640/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.056/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Beatriz Helena Xavier Correa (336.709.350-53).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4641/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.926/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Margareth Carneiro de Lima (197.190.434-15).

1.2. Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4642/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.349/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marcus Nery Magalhaes do Vabo (391.252.117-49).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4643/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.447/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Edwaldo Mayrinck Monteiro de Andrade Junior (452.482.657-20).

1.2. Órgão: Ministério do Turismo.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4644/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.761/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Dinamara Soares da Costa Santos (575.952.247-72); Maria de Fatima Pereira Brandao Matos (784.614.567-34).

1.2. Entidade: Universidade Federal do Espírito Santo.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4645/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Instituto Nacional do Seguro Social, em favor da ex-servidora Rosangela dos Santos Araújo.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade, o pagamento de parcela judicial referente a Plano Econômico;

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Rosangela dos Santos Araújo (125.965.403-63), em decorrência da inclusão de parcela judicial, decorrente de Plano Econômico, na base de cálculo dos proventos;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pelo Instituto Nacional do Seguro Social, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-012.902/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Rosangela dos Santos Araújo (125.965.403-63).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Instituto Nacional do Seguro Social que:

1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial a parcela decorrente de Plano Econômico, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;

1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;

1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 4646/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pela Fundação Nacional de Saúde, em favor do ex-servidor Walther Olímpio Coelho Galvão Barros.

Considerando que, ao analisar o ato em epígrafe, a unidade técnica identificou como irregularidade, o pagamento de parcelas judiciais referentes a Planos Econômicos;

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em:

considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Walther Olímpio Coelho Galvão Barros (144.512.474-20), em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Planos Econômicos, na base de cálculo dos proventos;

dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela Fundação Nacional de Saúde, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

fazer as determinações especificadas no subitem 1.7.

1. Processo TC-012.914/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Walther Olímpio Coelho Galvão Barros (144.512.474-20).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Fundação Nacional de Saúde que:
1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial as parcelas decorrentes de Planos Econômicos, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
1.7.3. comunique ao interessado o teor desta decisão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o interessado está ciente da presente deliberação.

ACÓRDÃO Nº 4647/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região em favor de Nádia Maria Ferreira Carvalho.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 30/8/2010, proferida nos autos da Ação Ordinária 2003.71.00.057296-7, que tramitou na 2ª Vara Federal de Porto Alegre (RS) e que foi movida pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Rio Grande do Sul (Sintrajufe);

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas à alteração da vantagem de quintos e nem tampouco à expedição de novo ato;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Nádia Maria Ferreira Carvalho (393.629.490-91), recusando o respectivo registro;

b) esclarecer ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, o ato de aposentadoria, que contempla "quintos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, subsiste, já que a parcela mencionada está amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

1. Processo TC-013.666/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Nádia Maria Ferreira Carvalho (393.629.490-91).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4648/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, atos de concessão de aposentadoria, inicial e alteração, emitidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB em favor de Marileide Ana Santos Torres.

Considerando que o ato inicial (e-pessoal 123.102/2019) reúne condições para receber a chancela da legalidade, uma vez que a versão submetida para análise do Tribunal (peça 3) não apresenta irregularidades;

Considerando que o ato de alteração (e-pessoal 27.454/2020, peça 4) contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 26/2/2009, proferida nos autos do Mandado de Segurança 00024.2005.000.13.00-0, que tramitou no TRT da 13ª Região e que foi impetrado pelo Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário Federal no Estado da Paraíba (Sindjuf);

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas à alteração da vantagem de quintos e nem tampouco à expedição de novo ato;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uníssonos da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar legal o ato inicial (e-pessoal 123.102/2019) referente à concessão de aposentadoria emitida em favor de Marileide Ana Santos Torres (161.646.104-78), concedendo o respectivo registro;

b) considerar ilegal o ato de alteração (e-pessoal 27.454/2020) referente à concessão de aposentadoria emitida em favor de Marileide Ana Santos Torres (161.646.104-78), recusando o respectivo registro;

b.1) esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB que, a despeito da negativa de registro do ato de alteração referente à aposentadoria da interessada, que contempla "quintos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, ele subsiste, já que a parcela mencionada está amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

1. Processo TC-013.703/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marileide Ana Santos Torres (161.646.104-78).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4649/2022 - TCU - 1ª Câmara

Trata-se de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP em favor de Rita de Cassia Cettolin Barbosa.

Considerando que o ato em questão contempla vantagem que decorre da incorporação de quintos, pelo exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando que, nos casos de decisão judicial transitada em julgado, o Supremo Tribunal Federal - STF, no julgamento do RE 638.115/CE, a despeito de considerar inconstitucionais as incorporações de quintos referentes ao exercício de funções no período compreendido entre 9/4/1998 e 4/9/2001, modulou a decisão de forma a permitir a continuidade dos pagamentos, nos termos em que foram deferidos por sentença transitada em julgado proferida no âmbito do Poder Judiciário;

Considerando que, no caso em epígrafe, a parcela de quintos incorporados após 8/4/1998 está amparada por decisão judicial transitada em julgado em 1º/8/2006, proferida nos autos da Ação Ordinária 2004.34.00.048565-0, que tramitou na 7ª Vara Federal de Brasília e que foi movida pela Associação Nacional dos Servidores da Justiça do Trabalho - Anajustra;

Considerando que há comprovação nos autos demonstrando que a ação mencionada, de fato, beneficia a interessada;

Considerando que, nessa situação, não cabe a este Tribunal expedir determinações ao órgão jurisdicionado com vistas à alteração da referida vantagem e nem tampouco à expedição de novo ato;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres uniformes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Rita de Cassia Cettolin Barbosa (076.010.068-32), recusando o respectivo registro;

b) esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que, a despeito da negativa de registro da aposentadoria da interessada, o ato de aposentadoria, que contempla "quintos" de funções comissionadas incorporados após a edição da Lei 9.624/1998, subsiste, já que a parcela mencionada está amparada por decisão judicial transitada em julgado, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

1. Processo TC-013.711/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rita de Cassia Cettolin Barbosa (076.010.068-32).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4650/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.823/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Pereira Rocha (153.798.251-68).
1.2. Órgão: Tribunal de Contas da União.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4651/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III,

143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.429/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Eroclides Santana da Silva (131.767.062-00).
1.2. Órgão: Ministério da Integração Nacional (extinta).
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4652/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.433/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria do Socorro Leite Dantas (436.441.474-34).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4653/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.489/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Vitor Alves Delamonica (215.026.506-06); Elaine Conceicao Piroli (014.580.416-03); Marco Tulio Costa Diniz (585.244.606-87); Tania Regina Marques (519.652.406-15); Valeri Kokchenev (005.210.316-13).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4654/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.570/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria de Fatima Silveira de Oliveira (109.998.925-68).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4655/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.638/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Lucia Ferreira das Flores (372.411.257-20); Jailson Ferreira do Nascimento (409.592.014-91); Marcos Tinoco Cordeiro (573.685.387-68); Sergio Luis Rodrigues (406.648.997-49); Suzette Sant Anna dos Santos (003.786.247-25).
1.2. Órgão: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4656/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.643/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Lucia Coutinho Domingues (090.951.954-49); Mauricio Ricardo da Silva (101.208.234-20).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4657/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.698/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ildo Meyer (315.763.620-00); Luiz Carlos Bariani Padilha (151.626.480-00); Luiz Cesar Festugato (175.271.800-30); Paulo Roberto Silva da Conceicao (201.670.160-91).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4658/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.704/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Silvestre Faustino Garrido (003.460.918-02).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4659/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.794/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edmilson Ferreira Pires (085.995.724-15); Gilvanildo Pereira da Silva (307.305.624-68).
1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4660/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.839/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Decio Pinto de Carvalho Filho (196.852.623-49); Maria Jose da Costa (543.303.517-49); Paulo Sergio Diniz Vasconcelos (412.457.177-15); Valeria dos Santos Neves (552.246.447-04); Zeila Taveira de Castro (143.492.302-97).
1.2. Órgão: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4661/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.871/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alba Regina Barros Pinheiro (158.398.855-68); Jacy Chagas de Souza Almeida (185.914.005-00); Jose Ailton Souza (090.015.065-34); Maria da Conceição Fernandes Santana (121.840.205-91); Zenaide Chagas Oliveira Lisboa (279.210.265-91).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4662/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.902/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ana Lucia de Oliveira Coelho (727.545.757-15).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4663/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.903/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Iris Maria de Souza Carvalho (072.412.987-13).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4664/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.959/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elizeth Pereira de Melo (859.120.348-87).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4665/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.985/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Sergio de Souza (623.210.217-72).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4666/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.601/2022-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ivanor Luiz Guarnieri (591.112.329-00); Jorge Luis Nepomuceno de Lima (967.435.148-53); Marcos Freire Teixeira (786.003.912-53); Nara Luisa Reis de Andrade (776.624.402-06); Rosangela Gomes Oliveira (585.474.282-91).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4667/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, e arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso II, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.604/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Clodomir Silva Lima Neto (649.656.193-15); Ezio Raul Alves de Sa (029.424.813-74).
1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4668/2022 - TCU - 1ª Câmara

Em análise, ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal em favor de Bárbara Costa Pimentel.

Considerando que o ato em questão contempla admissão expedida com fundamento em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que tramitou na 6ª Vara do Trabalho de Brasília e cuja sentença determinou que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS fosse postergada até o trânsito em julgado da referida decisão, situação que até o presente momento não ocorreu;

Considerando que a validade dos certames regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS, que expiraria em 16/6/2016, está prorrogada por tempo indeterminado, fato que contraria as disposições contidas no art. 37, inciso III, da Constituição Federal, segundo o qual a validade dos certames públicos pode se postergar até no máximo quatro anos;

Considerando que a sobredita decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 ainda não transitou em julgado;

Considerando que, em situações como a que ocorre nos presentes autos, este Tribunal tem entendido que, a despeito de a Caixa Econômica Federal ter dado cumprimento à decisão judicial, o caso possuiu contornos que não permitem oferecer a chancela de legalidade a essas contratações;

Considerando que a referida questão jurídica está em desacordo com a uníssona jurisprudência desta Corte de Contas acerca do assunto;

Considerando o entendimento firmado a partir do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário no sentido de ser possível "a apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas";

Considerando, finalmente, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, em face da irregularidade apontada nos autos.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, e 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, em:

a) considerar ilegal o ato de admissão emitido em favor de Bárbara Costa Pimentel (135.884.317-13), negando o respectivo registro;

b) fazer a determinação especificada no subitem 1.7.

1. Processo TC-014.030/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Bárbara Costa Pimentel (135.884.317-13).
1.2. Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, em trâmite na Justiça Trabalhista, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu, por prazo indeterminado, a validade dos concursos públicos regidos pelos Editais de número 001/2014-NM e 001/2014-NS;
1.7.2. dê ciência desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 4669/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.089/2022-9 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Edinar Alves de Souza (416.262.491-72); Fabiola Tostes Salin e Souza (127.015.801-53); Jocirema de Oliveira Freitas (114.007.651-53); Lucimar Braz da Silva (380.949.321-04); Mariana Conde Goncalves (291.899.000-06); Terezinha de Jesus Sarmento Pereira da Silva (223.618.711-49).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4670/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.090/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Jorge Luiz dos Santos Fagundes de Souza (066.674.791-18); Luiz Gustavo dos Santos Fagundes de Souza (076.415.461-37); Luzia Alves Dias (718.953.531-49); Maria Aparecida Alves dos Santos (170.632.188-08); Maria Simone Barros do Carmo (688.218.322-87); Maria Valmira Rocha (170.955.575-00); Marilene dos Santos (442.801.221-72); Noeme Ribeiro Barreto (358.512.441-00); Yago Reis Fagundes (055.022.901-90); Yan dos Santos Dias (122.172.607-23); Yuri Reis Fagundes (055.023.041-67).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4671/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.096/2022-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Florinda Borchardt Queiroz (316.594.382-68); Idalina Basques de Almeida (408.625.692-49); Joaquim Pedro de Oliveira (285.028.339-87); Raiane Borchardt Queiroz (010.688.762-98); Renata Borchardt Queiroz (880.207.622-72); Rita Rios da Silva (305.019.973-34); Walter Fonseca Machado (184.889.007-91).

1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4672/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.103/2022-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessadas: Ana Maria Teixeira Renno Toledo (207.553.258-34); Berta Huberman (112.097.358-90).

1.2. Órgão: Ministério da Saúde.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4673/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.944/2022-6 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Francisco Araujo da Costa (102.950.462-87); Madalena Floriano Ferreira da Silva (573.685.381-72); Maria Carmen Machado Arroio (239.966.091-91); Maria Nibaba Dias (832.595.112-53); Orlandina Nibaba Dias (832.395.022-91); Rosalba Regis Nunes (743.415.537-04); Valdevino Nibaba Dias (868.655.952-20).

1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4674/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.941/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Alaide Alves Leite Rolim (030.858.303-59).

1.2. Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4675/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal/1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, arts. 1º, inciso VIII, 17, inciso III, 143, inciso II, e 259 a 263 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução 155, de 4 de dezembro de 2002, em considerar legal(ais), para fins de registro, o(s) ato(s) de concessão(ões) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.002/2022-8 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessadas: Divaneide Aporcino de Melo (035.333.102-30); Divanete Melo da Costa (098.646.442-20); Marcia de Jesus Aporcino de Melo (343.554.642-53).

1.2. Órgão: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4676/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) julgar regulares as contas dos responsáveis David Borille (CPF 075.858.700-78), Maria Cecília da Silva Brum (CPF 983.515.910-68), Diego José Tarta (CPF 971.087.070-04), Danilo Ferreira Gomes (CPF 004.957.171-00), Geraldo Luís Felippe (CPF 371.129.610-68), Pedro Zottis Neto (CPF 955.456.460-00), Eurico de Castro Faria (CPF 335.723.210-34), Marco Aurélio de Queiroz Campos (CPF 666.717.524-00), Silvani Alves Pereira (CPF 233.820.821-87), Reine Antonio Borges (CPF 725.253.988-15), João Manoel da Cruz Simões (CPF 510.008.300-04) e Ronaldo Aniceto (CPF 449.789.956-04), Clever Ubiratan Teixeira de Almeida (CPF 609.111.159-00), Vânia Regina da Silva Maracci (CPF 526.050.780-00), dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno do TCU;

b) dar ciência à Trensurb, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, de que:

b.1) a contratação com terceiros deve observar o art. 28 da Lei 13.303/2013 e caput do art. 2º da Lei 8.666/1993, e a duração dos contratos deve obedecer ao inciso II do art. 57 da Lei 8.666/1993, evitando-se a contratação e a prorrogação emergenciais como no caso da Techdec Informática S/A (Processo 1073/16) e Baethgen e Santos Advogados Associados S/S (Processo 0511/18);

b.2) as aquisições devem ser precedidas de planejamento adequado, inclusive com estudo técnico preliminar, consoante o inciso IX do art. 6º da Lei 8.666/1993, e os artigos 20 a 27, inciso I, da IN-MPOG 5, de 26/5/2017, evitando-se, por exemplo, as falhas observadas nos quantitativos previstos no contrato com a SQGroup Engenharia Ltda. (Processo 2758/17);

b.3) a liquidação e o pagamento contratual exigem a identificação das medições que suportem os valores das correspondentes Ordem Bancárias e Notas Fiscais, conforme exige o Apêndice A do Manual Jurídico da Trensurb, itens 5.1.2.8 a 5.1.2.11; alínea a, inciso II, § 1º, art. 31 da Lei 13.303/2016; Regimento Interno da Trensurb, item 1.7.1.1, subitem 2-a e item 1.7.1.3, subitem 2-a; Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Trensurb, art. 3º e inciso I, § 2º, art. 26; art. 63 da Lei 4.320/1964;

b.4) o limite de prorrogação de contrato é de 60 meses conforme o caput do art. 2º e inciso II do art. 57 da Lei 8.666/1993 e art. 29 da Lei 13.303/2013, evitando-se a prorrogação do contrato do sistema de bilhetagem com a ATP até a data limite de 29/6/2019, sem promover nova licitação;

b.5) a transparência nos atos de gestão requer divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, inclusive em notas explicativas às demonstrações financeiras, conforme incisos III e IV do caput, inciso II do § 2º e § 4º do art. 8º da Lei 13.303/2016, a exemplo do aumento na subvenção destinada a custeio apesar do aumento da Receita Líquida;

b.6) a transparência nos atos de gestão preconiza divulgação tempestiva e atualizada de informações relevantes, inclusive em notas explicativas às demonstrações financeiras, conforme incisos III e IV do caput, inciso II do § 2º e § 4º do art. 8º da Lei 13.303/2016, a exemplo da mudança de indexador utilizado no provisionamento das demandas trabalhistas (processos 011800-35.2005.5.04.0005 e 0054500-36.1999.5.04.0027);

b.7) a governança da entidade deve ser aprimorada para prevenir a formação de novos passivos trabalhistas, conforme preconizado pelo inciso I e caput do art. 9º da Lei 13.303/2016, a exemplo da implantação de nova classificação de risco das ações judiciais por itens demandados em cada processo;

b.8) a governança e transparência na gestão requer acuidade nos demonstrativos financeiros, conforme disposto nos incisos III e VI do art. 8º e inciso I e caput do art. 9º da Lei 13.303/2016, a exemplo da realização de conciliação bancária para sanar a divergência de quase R$ 1 milhão entre o saldo nos extratos bancários (Caixa e Banco do Brasil) e o correspondente valor registrado nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A - Trensurb; e

d) arquivar o presente processo, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-033.860/2019-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2018)

1.1. Responsáveis: Adriano de Aquino Oliveira e Silva (494.953.051-87); Clever Ubiratan Teixeira de Almeida (609.111.159-00); Danilo Ferreira Gomes (004.957.171-00); David Borille (075.858.700-78); Diego Jose Tarta (971.087.070-04); Eurico de Castro Faria (335.723.210-34); Geraldo Luis Felippe (371.129.610-68); Joao Manoel da Cruz Simoes (510.008.300-04); Luciano Oliva Patricio (637.742.676-34); Marco Aurelio de Queiroz Campos (666.717.524-00); Maria Cecilia da Silva Brum (983.515.910-68); Pedro Zottis Neto (955.456.460-00); Reine Antonio Borges (725.253.988-15); Ronaldo Aniceto (449.789.956-04); Silvani Alves Pereira (233.820.821-87); Vania Regina da Silva Maracci (526.050.780-00).

1.2. Entidade: Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S/A.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrbana).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4677/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235 e 237, inciso I e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Superintendência do Ibama no Estado do Maranhão e ao representante; e

c) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-005.746/2022-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4678/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 237, inciso III e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao Hospital Militar de área de São Paulo, ao Hospital Militar de área de Campo Grande e ao Hospital Militar de área de Recife e aos representantes;

c) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-007.069/2022-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Centro de Controle Interno do Exército.

1.2. Órgão: Ministério da Defesa.

1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4679/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, e 143, inciso III, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) apensar, com fulcro nos arts. 36 e 40, inciso II, da Resolução-TCU 259/14, o presente processo ao TC 009.395/2022-9, uma vez que há relação de conexão entre eles e se mostra conveniente a tramitação conjunta;

b) juntar ao TC 009.557/2022-9 cópias da petição inicial do representante (peça 1), da instrução da Selog (peça 6) e desta deliberação;

c) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, à Agência Nacional de Aviação Civil e ao representante; e

d) arquivar o presente processo, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-009.716/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Ministério da Cidadania.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4680/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, 169, inciso V, 235 e 237, inciso I e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) conhecer da presente representação, uma vez que estão satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no RITCU, e arquivar o processo, sem resolução de mérito;

b) encaminhar cópia desta decisão, acompanhada da instrução da unidade técnica, ao representante;

c) encaminhar à Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social e à Secretaria de Macroavaliação Governamental cópia do Boletim DIE-COPI 6/2021 para conhecimento e para adoção de medidas que entender cabíveis.

1. Processo TC-041.003/2021-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Governo do Estado de Santa Catarina.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4681/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Elise de Oliveira Coelho no cargo de Técnica Judiciária, emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte - TRE/RN e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa.

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados: a) por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir; e b) por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando, por fim, que há presunção de boa-fé da interessada; que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e que os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU convergem;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em: a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Elise de Oliveira Coelho; b) dispensar a reposição das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada; e c) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-003.008/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elise de Oliveira Coelho (140.843.094-00)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte que:
1.7.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação:
1.7.1.1. promova o destaque da parcela excedente de "quintos" incorporada pela interessada em decorrência do exercício de funções comissionadas posteriormente a 8/4/1998, transformando-a em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 638.115/CE; e
1.7.1.2 comunique a Elise de Oliveira Coelho a deliberação deste Tribunal e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente de eventual interposição de recursos no TCU não a eximirá da devolução dos valores indevidamente recebidos após a notificação, em caso de desprovimento dos apelos;
1.7.2. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação:
1.7.2.1. encaminhe a este Tribunal, por cópia, comprovante da data em que a interessada tomar conhecimento da decisão e informações sobre as providências implementadas para cumprimento do subitem 1.7.1.1; e
1.7.2.2. emita novo ato de aposentadoria livre da irregularidade apontada, submetendo-o a este Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 4682/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.019/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Margareth Jamil Maluf e Silva (149.081.823-53); Maria Lindia Eloi da Luz (077.345.143-91); Maria de Fatima Carneiro Fonteles (066.515.183-72); Mario Honda (097.080.221-87).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4683/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.026/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Roberto Roffe Borges (382.364.867-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4684/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo aos atos inicial e de alteração de aposentadoria de Denise Maia de Souza, emitidos pelo Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB e submetidos a este Tribunal para fins de registro.

Considenrando que a Sefip e o Ministério Público consideram legal o ato inicial de aposentadoria de Denise Maia de Souza;

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram, no ato de alteração de aposentadoria, a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada foi concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar legal o ato inicial de aposentadoria de Denise Maia de Souza (ato 111082/2019, peça 3);

b) considerar ilegal e negar registro ao ato de alteração de aposentadoria de Denise Maia de Souza (ato 28702/2020, peça 4);

c) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-011.725/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Denise Maia de Souza (246.425.683-87)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB que:
1.7.1. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada;
1.7.2. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 4685/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Tiaraju Pereira Rodrigues, emitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que a parcela impugnada foi concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé do interessado;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Tiaraju Pereira Rodrigues;

b) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-011.728/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Tiaraju Pereira Rodrigues (264.264.470-72)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que:
1.7.1. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor ao interessado;
1.7.2. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pelo ex-servidor.

ACÓRDÃO Nº 4686/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Waleska Valenca Manyari emitido pela Fundação Universidade de Brasília e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes decisões judiciais referentes a planos econômicos;

considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o enunciado 322 da Súmula do TST;

considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores do órgão de origem e que deveriam ter ensejado a absorção das parcelas judiciais inquinadas;

considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

considerando, no entanto, a existência de decisão judicial sem trânsito em julgado, por meio do qual o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - Andes obteve liminar impedindo a suspensão da rubrica referente à URP (26,05%);

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao Relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, bem assim com os Enunciados 276 e 279, da Súmula do TCU, em:

a) considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria de Waleska Valenca Manyari;

b) fazer as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo.

1. Processo TC-011.870/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Waleska Valenca Manyari (598.449.227-04)
1.2. Unidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília que:
1.7.1. uma vez desconstituída a Ação que assegura, presentemente, o pagamento da rubrica judicial ora impugnada, adote as medidas administrativas necessárias à cessação do seu pagamento, promovendo, ainda, a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, caso a decisão judicial definitiva não venha a dispor em sentido contrário;
1.7.2. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;
1.7.3. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 4687/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Monica Micadei Rangel emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

a) considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Monica Micadei Rangel;

b) expedir a determinação contida no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-011.879/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Monica Micadei Rangel (032.328.988-66)
1.2. Unidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região que informe o teor do presente acórdão à interessada, encaminhando ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 4688/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.895/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Pires de Lemos Filho (983.047.478-04).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4689/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Margarida Florêncio da Silva emitido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes decisões judiciais referentes a planos econômicos;

considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003 - Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006 - Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores do órgão de origem e que deveriam ter ensejado a absorção das parcelas judiciais inquinadas;

considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal pela ilegalidade do ato, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU, circunstância que confere ao Relator a faculdade de submeter o processo à deliberação do Tribunal mediante relação, nos termos do art. 143, inciso II, parte final, do Regimento Interno/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, bem assim com os Enunciados 106, 276 e 279 da Súmula do TCU, em:

a) considerar ilegal e recusar o registro do ato de concessão de aposentadoria de Margarida Florêncio da Silva;

b) dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada até a data da ciência pela unidade deste acórdão;

c) fazer as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-012.890/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Margarida Florêncio da Silva (095.651.592-49)
1.2. Unidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar ao Incra que, no prazo indicado, contado da ciência desta decisão:
1.7.1. em quinze dias:
1.7.1.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, interrompendo o pagamento de todas as rubricas judiciais referentes a planos econômicos, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa,
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta decisão à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.2. em trinta dias:

1.7.2.1. emita novo ato de aposentadoria livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.2.2. informe as providências adotadas para o atendimento deste acórdão e encaminhe o comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 4690/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Terezinha Pimentel de Souza e Silva emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral de Roraima e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998;

considerando que a incorporação da parcela impugnada nestes autos extrapola o limite temporal de 4/9/2001, fixado na modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE promovida pelo Supremo Tribunal Federal;

considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, especialmente a partir do julgamento pelo Supremo Tribunal Federal - STF, em repercussão geral, do Recurso Extraordinário - RE 638.115/CE;

considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário, este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando a presunção de boa-fé da interessada;

considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, bem como na Súmula-TCU 106, em:

considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Terezinha Pimentel de Souza e Silva;

dispensar a devolução das importâncias indevidamente recebidas de boa-fé pela beneficiária até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada;

c) expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo:

1. Processo TC-013.701/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Terezinha Pimentel de Souza e Silva (199.918.192-15)
1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Roraima
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Roraima que:

1.7.1. no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência desta deliberação:

1.7.1.1. cesse os pagamentos decorrentes do ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas indevidamente e responsabilização solidária da autoridade competente;

1.7.1.2. dê ciência de seu teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.2. no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da ciência desta deliberação:

1.7.2.1. encaminhe ao TCU comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.7.2.2. emita novo ato, em que seja suprimida a irregularidade verificada, e o submeta ao TCU para nova apreciação.

ACÓRDÃO Nº 4691/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.462/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lucilene Adelino de Almeida (465.203.504-78); Marloney da Rocha Bezerra (200.484.674-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4692/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.496/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Joao Antonio Sena Silva (295.295.906-44).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4693/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.542/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Alberto Rodrigues da Costa (167.394.004-82).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4694/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.546/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Antonina Marcelo Chagas (672.382.209-97).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4695/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.547/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Carmelita Felicio Santos (058.804.438-50); Eliana Maria Soares de Almeida (130.579.105-30); Iracema Borges Soares (115.400.105-97); Jacy Correia da Silva (115.026.495-00); Rizia Maria Goecking Teshirogi (156.771.416-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4696/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.558/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Sidney Bergman Junior (842.953.766-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Trabalho (extinta).
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4697/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.582/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Renato Passos (004.350.666-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4698/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.607/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Adriana Carvalho de Souza Araujo (504.490.521-68).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4699/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.621/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Manoel Joaquim de Rubim Costa Junior (091.685.324-15).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4700/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.777/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Agostinho Alves de Sousa (351.306.957-04).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4701/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.879/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos de Brito (219.313.726-91); Eduardo Batista (403.037.486-72); Jose Alexandre (353.455.436-15); Jurandir Alves dos Santos (513.057.206-87); Maria das Gracas Nogueira Silva (433.453.446-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4702/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.954/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Vinicius da Costa Lopes (721.003.117-00); Maria Fatima Vieira Cavalheiro (436.907.857-15); Simone Barreto Domingues de Oliveira (906.255.287-00); Vanelia Maria Lago Lima (666.784.127-53); Vera Lucia Barbosa da Silva (551.507.487-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4703/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Ronney Erickson De Paula Quadros emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação do empregado após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Ronney Erickson De Paula Quadros, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7:

1. Processo TC-012.323/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Ronney Erickson de Paula Quadros (003.395.663-45)
1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;
1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação ao interessado.

ACÓRDÃO Nº 4704/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.617/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Agna Maria de Souza Coelho (327.127.072-49); Nilson dos Reis de Oliveira Novaes (070.268.776-66).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4705/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.643/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fabiano de Moura Ribeiro (918.767.454-87).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Campina Grande.
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4706/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Anelise Mendes Geraldi Bertoldo emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

considerando que, por força de ordem judicial, proferida pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020 - Plenário e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

considerando que os atos ora examinados deram entrada no TCU há menos de cinco anos; e

considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/92 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em:

considerar ilegal a admissão de Anelise Mendes Geraldi Bertoldo, negando registro ao ato correspondente;

encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal;

expedir as determinações contidas no item 1.7.

1. Processo TC-014.021/2022-6 (ATO DE ADMISSÃO)
1.1. Interessada: Anelise Mendes Geraldi Bertoldo (069.782.496-96)
1.2. Unidade: Caixa Econômica Federal
1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip)
1.6. Representação legal: não há
1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;
1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 4707/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTO e relacionado o ato de concessão da pensão militar instituída por João Teixeira Cruz em favor de Jandine Cruz da Cunha, Jane Cruz Silva, Janine Cruz de Almeida, Simone Ramos, Sonia Ramos Cruz, Suely Ramos Cruz e Suly Cruz Pironi, emitido pelo Comando do Exército e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip constatou ter havido majoração de proventos para o posto hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em virtude de invalidez posterior à reforma do instituidor;

considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019 - Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela "ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da lei 6.880/1980 a militares já reformados, bem como para o acréscimo de dois postos no cálculo dos proventos";

considerando que a aludida orientação é respaldada pela jurisprudência predominante no Superior Tribunal de Justiça - STJ, a exemplo das decisões proferidas por aquela Corte nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

considerando que os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU foram pela ilegalidade e denegação de registro do ato em exame;

considerando, por fim, a presunção de boa-fé das interessadas no ato em análise;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em:

considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão da pensão militar instituída por João Teixeira Cruz em favor de Jandine Cruz da Cunha, Jane Cruz Silva, Janine Cruz de Almeida, Simone Ramos, Sonia Ramos Cruz, Suely Ramos Cruz e Suly Cruz Pironi;

expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-007.526/2022-9 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Jandine Cruz da Cunha (401.042.221-15); Jane Cruz Silva (153.472.651-91); Janine Cruz de Almeida (076.948.397-67); Simone Ramos Cruz Teixeira (291.409.271-72); Sonia Ramos Cruz (096.830.971-20); Suely Ramos Cruz (204.115.297-49); Suly Cruz Pironi (682.345.467-91).

1.2. Unidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Comando do Exército que:

1.7.1. dispense a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pelas interessadas até a data da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada, com base na Súmula TCU 106;

1.7.2. no prazo de quinze dias a contar da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada:

1.7.2.1. dê ciência desta decisão às interessadas, com o alerta de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não as eximirá da devolução de valores indevidamente percebidos, caso aqueles apelos não sejam providos;

1.7.2.2. promova o recálculo do valor atualmente pago a título de pensão militar com base no posto incorreto, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

1.7.3. no prazo de trinta dias a contar da notificação desta deliberação à unidade jurisdicionada:

1.7.3.1. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, em substituição ao ora examinado, e o submeta a nova apreciação por este Tribunal;

1.7.3.2. encaminhe a esta Corte comprovante da data da ciência desta decisão pelas interessadas.

ACÓRDÃO Nº 4708/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no artigo 213 do RITCU c/c os artigos 6º, I, e 19 da Instrução Normativa-TCU 71/2012, ACORDAM em determinar, desde logo, por economia processual, o arquivamento deste processo, sem julgamento do mérito e sem cancelamento da dívida, em razão do valor do dano, e em enviar cópias desta deliberação e da instrução que a fundamenta ao responsável e à Secretaria Executiva do Fundo Nacional de Assistência Social, de acordo com pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.132/2021-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Helenito Barreto Pinto Junior (204.617.555-72).

1.2. Entidade: Fundo Nacional de Assistência Social

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4709/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no artigo 143, inciso V, "d", do RITCU, c/c a Súmula TCU n° 145, com vistas a promover o apostilamento do item 9.5 do Acórdão 2.692/2022 - 1ª Câmara, ante a constatação da não inclusão de inciso do artigo 58 da Lei 8.443/92, utilizado como fundamento legal para a aplicação da penalidade de multa a Maely Guilherme Botelho Coelho, ACORDAM em:

Onde se lê: "9.5. aplicar a Maely Guilherme Botelho Coelho multa prevista no art. 58 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada da data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;"

Leia-se: "9.5. aplicar a Maely Guilherme Botelho Coelho multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a ser recolhida aos cofres do Tesouro Nacional, com atualização monetária calculada desde a data deste acórdão até a data do pagamento, se este for efetuado após o vencimento do prazo abaixo estipulado;"

1. Processo TC-007.204/2020-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fundação Espírito Santo Turismo & Eventos (02.616.238/0001-71) e Maely Guilherme Botelho Coelho (189.870.957-20).

1.2. Órgão: Ministério do Turismo.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Fabiano Carvalho de Brito (105893/OAB-RJ), Bruno Oliveira Cardoso (103.883/OAB-RJ) e Vanessa Cristina Chaves da Silva Matias Soares (26170/OAB-DF).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4710/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que não subsistem as irregularidades geradoras de danos, não se configurando o pressuposto essencial para justificar a abertura do processo de tomada de contas especial, remanescendo falha de natureza formal, insuficiente para a continuidade do curso processual; e

considerando que, no caso em exame, a perspectiva de aplicação de penalidade aos responsáveis é alcançada pela prescrição, uma vez que a irregularidade sancionada se deu entre 2009/2010 e o ato de ordenação da citação, se agora determinado, ocorreria em prazo superior a dez anos;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no artigo 212 do RITCU c/c os artigos 5º, II, IV, e 6º, II, da Instrução Normativa-TCU 71/2012, ACORDAM em determinar, desde logo, por economia processual, o arquivamento deste processo e em enviar cópias desta deliberação e da instrução que a fundamenta aos responsáveis e à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, de acordo com pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-040.493/2021-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Claudio Moras Garcia (949.284.958-53); Danilo Magalhaes de Cerqueira (966.627.195-87); Inaldo da Silva Behrens (088.118.065-34); Jackson Augusto Gonçalves Jacques (653.205.301-53); Marcelo Pereira de Miranda (025.084.326-95); Paulo Roberto Nolasco Chaves (098.435.608-84) e Roberto Loureiro Plech Filho (227.628.254-15).

1.2. Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4711/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que, nesta tomada de contas especial, houve o transcurso de mais de dez anos (2002-2013) desde o fato gerador até a notificação;

considerando que, no caso em exame, ocorreu a prescrição, uma vez que a irregularidade apontada ocorreu no ano de 2002 e o ato de ordenação da citação ainda não ocorreu; e

considerando, adicionalmente, o baixo valor do débito e a relevância social da política pública que orienta a transferência dos valores, tudo a recomendar a dispensa da cobrança;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 143, V, "a", 169, VI, e 212 do RITCU, c/c artigos 6º, II, e 19 da Instrução Normativa/TCU 71/2012, ACORDAM em determinar o arquivamento deste processo, por ausência de pressupostos para seu desenvolvimento válido e regular, com envio desta deliberação e da instrução que a fundamenta ao responsável e ao Ministério da Cidadania, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-045.064/2021-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Luiz Gonzaga Cavalcante Dantas (140.897.694-34).

1.2. Órgão: Secretaria Especial do Desenvolvimento Social/Ministério da Cidadania.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4712/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTA e relacionada esta representação que tem como objeto possíveis irregularidades do pregão eletrônico 13/2022, promovido pela Autoridade Portuária de Santos.

Considerando que, com base nos elementos apresentados, não se verificam os pressupostos para o deferimento de medida cautelar, de modo que nenhum dos fatos apontados na representação podem ser caracterizados como ilegais no processo licitatório e no contrato já celebrado;

considerando que o Termo de Compromisso Preliminar de Ajustamento de Conduta e a ação judicial oposta pela Autoridade Portuária de Santos em relação àquele ajuste são temas sobre os quais este Tribunal não tem jurisdição; e

considerando que as questões relativas à desestatização da Autoridade Portuária de Santos serão avaliadas por este Tribunal, no âmbito do TC 035.732/2020-2;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 143, III, 235, 237, III, e 250, I, do RITCU c/c o artigo 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, ACORDAM em conhecer da representação, indeferir o requerimento de medida cautelar, para, no mérito, considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência ao representante e à Autoridade Portuária de Santos, com o envio de cópia desta deliberação e da instrução que a suporta, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.499/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Francisco José Nogueira da Silva

1.2. Entidade: Autoridade Portuária de Santos S.A.

1.2. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária e Ferroviária (SeinfraPor).

1.5. Representação legal: não há

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4713/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que as possíveis irregularidades apontadas pela representante não se confirmaram, sendo possível, desde já, a apreciação do mérito desta representação;

os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no artigo 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 c/c os artigos 143, III, 237,VII, e 250, I, do RITCU, ACORDAM em conhecer da representação, indeferir o pedido de concessão de medida cautelar, para, no mérito, considerá-la improcedente, arquivando-a e dando ciência à representante e ao Instituto Nacional do Seguro Social, com o envio de cópia desta deliberação e da instrução que a fundamenta, conforme os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.449/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Emibm Engenharia e Inovação Ltda

1.2. Entidade: Gerência Regional em Brasília do Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4714/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos artigos 143, III, 235 e 237, VII, e 250, I, do RITCU, ACORDAM, diante da baixa materialidade e reduzido risco envolvidos, em conhecer da representação, em indeferir o pedido de medida cautelar, para, no mérito, considerá-la procedente, com a ciência abaixo, e em enviar cópias desta deliberação e da instrução que a fundamenta à representante e ao Grupamento de Apoio de São Jose dos Campos, arquivando este processo, conforme os pareceres emitidos.

1. Processo TC-014.140/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessada: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. (05.340.639/0001-30)

1.2. Órgão: Grupamento de Apoio de São Jose dos Campos - Comando da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro Jorge Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.7. Representação legal: não há,
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dar ciência ao Grupamento de Apoio de São José dos Campos, com fundamento no artigo 9º, II, da Resolução - TCU 315/2020, sobre as impropriedades abaixo, identificadas no pregão eletrônico 84/2022, de forma a evitar a sua materialização, tendo em vista o estágio daquele procedimento:
1.7.1.1. a vedação de propostas que contenham taxas de administração negativas ou de valor zero, previsto no 1.7. do termo de referência, contraria a jurisprudência deste Tribunal, além de decisão do Superior do Tribunal de Justiça, prolatada no Resp 1.840.113-CE, devendo a exequibilidade das propostas ser aferida caso a caso, a partir de critérios objetivos previamente fixados no edital; e
1.7.1.2. a ausência de exigências de comprovação de qualificação técnica e econômico-financeira no edital está em afronta ao disposto no artigo 27 c/c os artigos 30, 31 e 32 da Lei 8.666/1993, bem como a jurisprudência deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 4715/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.924/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ana Maria Felix de Almeida (345.929.707-72).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4716/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.931/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Neiva Cristine Arruda Rabelo (445.379.806-72).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4717/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.302/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Alcides dos Santos (176.341.721-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4718/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.755/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Gerd Henrique Stoeber (621.958.758-87); Marcia Regina Ferreira Salomao (811.187.758-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4719/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.435/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Leila Ribeiro Veiga (042.116.773-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4720/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.438/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Deusdedith Almeida do Carmo (061.736.085-53); Maria Terezinha Berutti Chaves (750.114.687-04); Paulo Roberto Badaro (104.155.136-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4721/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.494/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Athie Jorge Guerra Santos (097.948.674-20); Gustavo Henrique Carneiro Gouveia de Melo (351.797.754-34); Valderez Pontes Matos (110.020.004-59).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4722/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.513/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Helio Waldman (256.060.187-72); Luis Alberto Peluso (219.392.688-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Abc.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4723/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.555/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Geraldo de Araujo (343.313.366-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4724/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.563/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marina Luiz Tavares (338.935.196-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4725/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.717/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Dirce Maria Fortunato (317.232.336-68).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4726/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.735/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ines Dresch (383.487.212-15); Jose Ademar Moreira de Araujo (036.708.802-91); Luzia Etelvina de Almeida (225.376.862-68); Maria da Conceicao Silva (225.082.102-00); Olinda Sales Magalhaes (112.493.902-49).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4727/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.755/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Salvador Bernardo Moreno Martin (297.723.037-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4728/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.780/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Osmirio Pinto Coelho (102.007.621-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4729/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.899/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marluce Muniz Cabral da Silva (510.983.427-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4730/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.016/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marilia de Goyaz (169.519.721-68).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Goiás.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4731/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.046/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Selma Modesto do Amaral (050.341.322-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4732/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.050/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Lita Gomes Luna Ribeiro (106.672.885-20); Maria de Fatima Lima Victor (120.624.483-68); Rosangela Romeu Sant Anna (203.181.623-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4733/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.063/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Evaldo Rodrigues Itapirema Neto (065.935.932-49); Humberto Oliveira de Mendonca (046.673.872-20); Ivan Tavares Ramos (048.420.902-78); Joao Batista de Almeida Santos (052.712.582-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4734/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.579/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Ana Zuleide Barroso da Silva (382.277.032-91); Caroline da Silva Bessa Ferreguetti Souza (947.180.592-91); Joane Ferreira Goncalves (385.163.222-20); Julia Medeiros Dantas (889.866.082-00); Thome Bayma Oestreicher (232.527.403-97).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Roraima.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4735/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.613/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bernardo Ferreira Pinto (776.026.174-87); Eduardo Bruno Lobato Martins (941.701.423-49); Jailthon Carlos da Silva (899.584.973-87); Romulo Ribeiro Magalhaes de Sousa (215.141.604-63).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4736/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260, § 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s) e autorizar o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.634/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Carlos Augusto Santos Fernandes (106.615.567-43); Daniel Ranine Pena de Sa (133.406.367-29); Fernando da Costa Oliveira (129.343.507-46); Thais de Sa Farias Muller (122.193.217-97); Vanessa Ferreira Romao (115.049.077-28).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4737/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.186/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aci Soares de Araujo Alvim (253.776.396-34); Deniston Lima da Silva (104.693.086-99); Edna de Lima da Silva Martins (553.482.037-34); Eduarda Rangell Clementino Benfica (124.222.306-10); Julia Campos Moreira Bicalho (089.666.906-88); Luanna Nascimento Clementino (108.738.196-75); Lucas Adelardo Dumont Clementino (129.001.376-40); Maria Regina Campos Moreira (448.572.846-34); Roselete Nascimento Clementino (704.047.716-53); Rubens Campos Moreira Bicalho (105.612.376-11).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4738/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.162/2022-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Dilceia de Souza Abre (405.127.389-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4739/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-009.660/2022-4 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Beatris Lisboa Melo (492.062.300-34); Dilma Lisboa Melo (483.703.120-04); Gislaine Lisboa Melo (205.370.850-68); Marilene Lisboa Melo (292.975.160-68); Rosane Lisboa Melo (355.883.730-49).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4740/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.170/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Alzira Magalhaes Ramos Luchetti (561.293.008-91); Alzira Magalhaes Ramos Luchetti (561.293.008-91); Leila Lemos Batalha de Goes (006.178.448-60); Leize Batalha de Goes Piccoli (008.526.388-50); Lucio Dias Ramos Neto (142.690.118-66); Sandra Lucia Magalhaes Ramos Itie (013.928.778-73); Sandra Lucia Magalhaes Ramos Itie (013.928.778-73); Sandra Maria Realino (739.058.796-20).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4741/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal(is) o(s) ato(s) de concessão a seguir relacionado(s), autorizando-se o(s) registro(s), de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.999/2022-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Roseane de Albuquerque Lopes (123.699.854-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4742/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os parecer do MP/TCU emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal e determinar o registro do ato de concessão de aposentadoria relacionado nos autos.

1. Processo TC-001.503/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Massad Junior (279.379.411-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4743/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-011.052/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Luzenira de Souza (107.163.784-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Acre.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4744/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-011.898/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Alberto dos Santos Passos (043.529.788-09).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4745/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-012.451/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Gil Freire Barbosa (062.762.295-04).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/ba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4746/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-012.758/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Virginia Cabral Ribeiro (267.348.931-20).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4747/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-012.940/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luis Gonzaga da Silva (152.786.623-87).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar, com fulcro no art. 262, caput, do RI/TCU, ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que, uma vez desconstituída a ação que assegura, presentemente, o pagamento da rubrica judicial ora impugnada por esta Corte, adote as medidas administrativas necessárias à regularização do seu pagamento, promovendo, ainda, a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, caso a decisão judicial definitiva não venha a dispor de modo contrário.

ACÓRDÃO Nº 4748/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.452/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Hercules Maymone Junior (073.773.711-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4749/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.465/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nicola Zacharias Medaglia (165.095.870-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4750/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.501/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Ester Pereira Fortes (092.325.188-05).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4751/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.668/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Claudio Rodrigues de Souza (079.264.052-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4752/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.707/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria de Lourdes Silva da Rocha (344.537.684-00); Maria do Socorro Baia dos Santos (209.145.472-91).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4753/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.719/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jefferson Chaves Boechat (663.341.797-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4754/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.724/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Cassio Colombo Filho (012.527.138-78).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4755/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.779/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Luiz Gilberto Seixas de Andrade (296.621.257-87); Wilson Xavier da Silva (057.176.981-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4756/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.874/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Hilton Jose da Silva Santos (081.351.345-68); Jose Carlos de Jesus Gomes (063.269.785-72); Juarez Enoque Vinhas (140.199.655-87); Sandra Maria Maia Costa Ferreira (183.373.925-68); Walter de Araujo (181.025.655-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4757/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.900/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Dilva Maria Fonseca Trindade (333.800.071-53); Maria do Egyto de Sousa e Silva (212.693.511-68); Marilene Rosa (214.098.111-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4758/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.911/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Odette Silveira Moraes (586.448.148-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/sp.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4759/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.921/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Pedro Henrique de Franca (161.922.141-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4760/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.955/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Luiz Alberto Leite do Nascimento (126.099.355-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4761/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.973/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edson Roberto da Costa Farias (150.546.912-00); Paulo Mauricio Araujo Pinho (047.438.652-04); Silvana Catarina Marques Rodrigues (124.904.742-00).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4762/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-014.993/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Aparecida e Silva Pereira Sobreira (287.555.883-87); Maria Lucia Portela de Deus Lages (059.607.543-04).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4763/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.027/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Paulo Vidal Lima (112.414.204-59).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4764/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.028/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisco Jacome de Lima (132.821.824-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4765/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, e do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de aposentadoria relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-015.077/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edilio Vaccarini Filho (181.629.596-53); Ildeci Ramos dos Santos (295.071.896-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4766/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de alteração de aposentadoria pelo Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

Considerando as propostas uníssonas da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão do pagamento, nos proventos da interessada, da vantagem denominada "opção" atinente ao art. 2º da Lei 8.911/1994, oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, de forma cumulativa à parcela de "quintos" (art. 62 da Lei 8.112/1990), em desacordo à vedação contida no §2º do art. 193 da Lei 8.112/1990;

Considerando que a aposentadoria em foi concedida em de 3/9/1993, portanto, antes da data limite estabelecida no art. 7º da Lei 9.624/1998, que assegurou o direito à percepção da vantagem "opção", aos servidores que, até 19/1/1995, tivessem completado todos os requisitos para obtenção de aposentadoria dentro das normas até então vigentes;

Considerando que o parágrafo único do art. 7º da Lei 9.624/1998 dispôs que a percepção da vantagem "opção" exclui a incorporação a que se referia o art. 62 ("quintos") e as vantagens previstas no art. 192 (acréscimo nos proventos conforme o padrão da classe em que se der a aposentadoria) da Lei 8.112/1990;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o acórdão 2988/2018-TCU-Plenário (Ministra Ana Arraes), acompanhado por iterativas deliberações, a exemplo dos acórdãos 807/2020, 8731/2020, 9453/2021, 1175/2002-TCU-1ª Câmara; 18563/2021-TCU-2ª Câmara, dentre outros;

Considerando que a parcela de "quintos" foi concedida pelo exercício de funções comissionadas até o advento da Lei 9.624/1998;

Considerando que não há, nos autos, informação de que a vantagem denominada "opção" esteja sendo paga com amparo em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da responsável;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva da interessada, nos termos do acórdão 587/2011-TCU - Plenário, não sendo o caso, também, de ocorrência de apreciação tácita da legalidade, por decurso de prazo (decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no âmbito do RE 636.553: "em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas").

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do RI/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de concessão de aposentadoria em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-022.759/2021-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nilza Neves Fernandes (221.007.257-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela interessada nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:
1.7.2.1. em até 5 (cinco) dias após a ciência desta decisão, comunique à interessada que deverá optar, no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, entre a percepção da vantagem denominada "opção" ou da parcela de "quintos", uma vez que implementou os requisitos de aposentadoria antes de 18/1/1995;
1.7.2.2. caso a interessada não se manifeste no prazo acima estipulado, cesse todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;
1.7.2.3. informe a este Tribunal as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU, e do art. 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;
1.7.2.4. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;
1.7.2.5. cadastre novo ato de concessão de aposentadoria livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.
1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 4767/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de alteração de aposentadoria pelo Ministério Público do Trabalho;

Considerando as propostas uníssonas da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão do pagamento, nos proventos, de parcela decorrente da incorporação de quintos de funções comissionadas exercidas anteriormente à posse no cargo de Procurador do Trabalho, remunerado por meio de subsídio;

Considerando que o art. art. 39, § 4º, da Constituição Federal, estabeleceu como forma de pagamento aos membros de poder, a parcela única, denominada subsídio, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória;

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, a exemplo dos acórdãos 4055/2022, 563/20221041/2021, 7636/2021, 7635/2021, 11282/2020, 11283/2020, 7297/2020-TCU-1ª Câmara, 2282/2022-TCU-2ª Câmara, 1178/2020 e 1121/2020-TCU-Plenário;

Considerando a orientação estabelecida por este Tribunal por meio do acórdão 3332/2015-Plenário;

Considerando que o entendimento do TCU está alinhado com o do Supremo Tribunal Federal - STF, em tese fixada com sede de repercussão geral no Recurso Extraordinário 587.371, segundo a qual "não encontra amparo constitucional a pretensão de acumular, no cargo de magistrado ou em qualquer outro, a vantagem correspondente a quintos, a que o titular fazia jus quando no exercício de cargo diverso";

Considerando que os atos de aposentadoria somente passam a estar plenamente formados, válidos e eficazes a partir do momento em que recebem o registro da Corte de Contas;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da responsável;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva da interessada, nos termos do acórdão 587/2011-TCU - Plenário, não sendo o caso, também, de ocorrência de apreciação tácita da legalidade, por decurso de prazo (decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no âmbito do RE 636.553: "em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas").

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria da interessada indicada no item 1.1 e expedir as determinações contidas no item 1.7 abaixo.

1. Processo TC-040.076/2021-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Lair Carmen Silveira da Rocha Guimaraes (233.605.939-87).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público do Trabalho.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.7.1. faça cessar, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, os pagamentos decorrentes da parcela impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, comunicando ao TCU, no prazo de trinta dias, as providências adotadas;

1.7.2. dispense a devolução dos valores indevidamente recebidos de boa-fé pela interessada até a data da ciência pela unidade deste acórdão, com base na Súmula TCU 106;

1.7.3. emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre parcela de incorporação de quintos, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.4. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido.

1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora.

ACÓRDÃO Nº 4768/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de aposentadoria pelo Senado Federal;

Considerando as propostas uníssonas da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão do reajuste da vantagem de quintos/décimos desde a edição da Lei 13.302/2016, em afronta ao art. 15, §1º, da Lei 9.527/1997, uma vez que não se caracteriza como lei de revisão geral da remuneração dos servidores federais, na linha da jurisprudência do Tribunal (Acórdão 11847/2020-TCU-Primeira Câmara)

Considerando que a irregularidade identificada é tema de jurisprudência pacificada desta Corte de Contas, a exemplo, dos acórdãos 3223/2020-TCU-Plenário, 3800/2022, 2978/2022, 2977/2022, 2964/2022, 1438/2022-TCU-2ª Câmara, e 3821/2022, 2603/2022, 2488/2022, 1557/2022, 3538/2021, 6278/2021 e 10240/2021-TCU-1ª Câmara, dentre outros;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da responsável;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva da interessada, nos termos do acórdão 587/2011-TCU - Plenário, não sendo o caso, também, de ocorrência de apreciação tácita da legalidade, por decurso de prazo (decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no âmbito do RE 636.553: "em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas").

ACORDAM os ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do Regimento Interno do TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-040.313/2021-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Ana Alba Mafra (270.760.591-34).

1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela interessada nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:

1.7.2.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, o ajuste na rubrica "160 - VPNI (Função Comissionada) (Vantagem de caráter pessoal - Incorporação de quintos/décimos de função)", nos proventos da interessada, para os valores anteriores à vigência da Lei 13.302/2016, comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos dos arts. 262, caput, do RI/TCU, e 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007;

1.7.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;

1.7.2.3. emita novo ato, livre da irregularidade ora apontada, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno do TCU;

1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 4769/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de admissão de pessoal relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-013.594/2022-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ana Cristina Garcia Ferreira (222.707.508-29); Carina Cantelli Pacheco de Oliveira (103.190.897-89); Cristiana Santos de Macedo (153.798.738-04); Cynthia Machado Cascabulho (103.584.157-64); Luiz Regino da Silva Filho (830.968.416-91).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4770/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de admissão de pessoal relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-013.631/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Janio Di Paula Cavalleiro de Macedo dos Santos (702.653.482-34).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4771/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, I, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de admissão de pessoal relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-034.829/2021-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diego Mauricio Portela Dutra (025.396.393-13); Francisco Oliveira Lobo (017.593.473-88); Kallebe Silva Santos (038.108.993-21); Marta Lemos Castro (021.355.243-44); Mayara de Miranda Santos (022.655.253-59).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4772/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-011.086/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Emanuel Renato de Sousa (116.095.574-33); Jose Airton de Sousa Filho (111.408.804-89); Renata Emanuela do Nascimento Silva Sousa (093.690.034-28).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4773/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-011.943/2022-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Maria Aparecida Moreira Martins (336.163.614-00).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4774/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-011.967/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria Lucia Camurca Sampaio (016.673.863-87); Maria do Socorro Esmeraldo Barreira (546.435.623-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4775/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-013.832/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Aldemar Ribeiro dos Santos (016.189.116-00); Maria Aparecida dos Santos Nunes Ferreira (380.141.901-06); Ricardo Nunes dos Santos (042.910.171-62).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4776/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-013.833/2022-7 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Irenaide Capitulino da Costa (691.722.777-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Justiça e Segurança Pública.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4777/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, no art. 260, § 1º, do RI/TCU, na forma do art. 143, II, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar legal(is) e determinar o registro do(s) ato(s) de concessão de pensão civil em favor do(s) beneficiário(s) relacionado(s) nos autos.

1. Processo TC-013.837/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessado: Mariangela Portela Brazuna (019.096.298-47).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4778/2022 - TCU - 1ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de concessão de pensão civil pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP;

Considerando as propostas uníssonas da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do MP/TCU pela ilegalidade do ato em razão do pagamento, nos proventos da interessada, da vantagem denominada "opção" atinente ao art. 2º da Lei 8.911/1994, oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, de forma cumulativa à parcela de "quintos", em desacordo à vedação contida no §2º do art. 193 da Lei 8.112/1990;

Considerando que a pensão civil em análise derivou de aposentadoria vigente a partir de 8/6/1995, portanto, após a data limite estabelecida no art. 7º da Lei 9.624/1998, que assegurou o direito à percepção da vantagem "opção", aos servidores que, até 19/1/1995, tivessem completado todos os requisitos para obtenção de aposentadoria dentro das normas até então vigentes;

Considerando que o parágrafo único do art. 7º da Lei 9.624/1998 dispôs que a percepção da vantagem "opção" exclui a incorporação a que se referia o art. 62 ("quintos") e as vantagens previstas no art. 192 (acréscimo nos proventos conforme o padrão da classe em que se der a aposentadoria) da Lei 8.112/1990;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o acórdão 2988/2018-TCU-Plenário (Ministra Ana Arraes), acompanhado por iterativas deliberações, a exemplo dos acórdãos 807/2020, 8731/2020, 9453/2021, 1175/2002-TCU-1ª Câmara; 18563/2021-TCU-2ª Câmara, dentre outros;

Considerando que a parcela de "quintos" foi concedida pelo exercício de funções comissionadas até o advento da Lei 9.624/1998;

Considerando que não há, nos autos, informação de que a vantagem denominada "opção" esteja sendo paga com amparo em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que este Tribunal, por meio do acórdão 1414/2021-TCU-Plenário (Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da responsável;

Considerando que o ato foi enviado a esta Corte de Contas há menos de 5 (cinco) anos, pode ser apreciado sem a necessidade de prévia oitiva da interessada, nos termos do acórdão 587/2011-TCU - Plenário, não sendo o caso, também, de ocorrência de apreciação tácita da legalidade, por decurso de prazo (decisão do Supremo Tribunal Federal, em sede de repercussão geral, no âmbito do RE 636.553: "em atenção aos princípios da segurança jurídica e da confiança legítima, os Tribunais de Contas estão sujeitos ao prazo de 5 anos para o julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma ou pensão, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas").

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 17, III; 143, II e 260 e 262 do RI/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de pensão civil instituída em favor da interessada identificada no item 1.1, e expedir as determinações abaixo, conforme proposto pela unidade técnica.

1. Processo TC-036.811/2021-1 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Angela Maria Ferreira Conde Vinhaes (148.853.658-99).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, presumidamente, de boa-fé pela interessada nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;
1.7.2. determinar ao órgão/entidade responsável pela concessão que:
1.7.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, cesse todo e qualquer pagamento concernente ao ato considerado ilegal, em razão do pagamento vantagem denominada "opção", comunicando a este Tribunal as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do RI/TCU, e do art. 8º, caput, da Resolução TCU 206/2007, sob pena de responsabilidade solidária do responsável pela omissão;
1.7.2.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos perante o Tribunal não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos, devendo encaminhar os comprovantes dessa notificação a esta Corte no prazo de até 30 (trinta) dias;
1.7.2.3. cadastre novo ato de concessão de pensão civil livre da irregularidade apontada, submetendo-o no prazo de 30 (trinta) dias à apreciação deste Tribunal, nos termos do art. 262, caput e § 2º, do RI/TCU, e do art. 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
1.7.3. dar ciência deste acórdão ao órgão/entidade responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.
1.7.4. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 4779/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, na forma do art. 143, I, 'b', do RI/TCU, e de acordo com a instrução da unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, nos arts. 1º, I, 207 e 214, I, do RI/TCU, julgar regulares as contas dos responsáveis listados a seguir, dando-lhes quitação plena, encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade instrutiva e do parecer do MP/TCU (peças 102 a 104), à Administração Regional do Senar no Estado do Ceará e encerrar os autos.

1. Processo TC-035.108/2017-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2016)
1.1. Apensos: 040.790/2021-5 (DENÚNCIA)
1.2. Responsáveis: Alci Porto Gurgel Junior (258.558.403-87); Eduardo Peixoto Rola Ferreira (618.387.563-53); Eduardo Queiroz de Miranda (260.364.443-20); Flávio Viriato de Sabóya Neto (013.442.853-68); João Nicedio Alves Nogueira (090.166.433-20); Joaquim Cartaxo Filho (102.903.893-72); José Aparecido dos Santos (054.591.843-04); Luiz Carlos Ribeiro de Lima (854.949.413-53); Luís Tadeu Prudente Santos (265.831.431-00); Maria Erivanda Franca de Oliveira (899.385.693-15); Paulo Helder de Alencar Braga (059.157.673-20).
1.3. Entidade: Administração Regional do Senar no Estado do Ceará.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento).
1.7. Representação legal: Cicero Roger Macedo Gonçalves (8795/OAB-CE), representando Administração Regional do Senar no Estado do Ceará.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4780/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, sem julgamento de mérito, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; desapensar o TC 011.012/2019-6, fazendo incluir no referido processo cópia desta deliberação, assim como da instrução da peça 97 e do parecer da peça 100; bem como dar ciência aos responsáveis do teor desta deliberação acompanhada da instrução da peça 97 e do parecer da peça 100 à Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos do Estado de Pernambuco (SRHE/PE), ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), nesse último caso, remetendo, ainda, cópias da peça 26 deste processo e das peças 48, 142 e 145 do TC 006.253-2012-1.

1. Processo TC-029.626/2014-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: 006.253/2012-1 (Auditoria); 011.012/2019-6 (Tomada de contas especial)
1.2. Responsáveis: Diorgenes Batista Gonçalves (428.378.393-53); Ivan Fredovino Ramos Júnior (976.213.584-91); João Bosco de Almeida (059.132.414-87); Maria Lorenzza Pinheiro Leite (215.014.084-53); Novatec Construções e Empreendimentos Ltda (00.338.885/0001-33).
1.3. Órgãos: Ministério da Integração Nacional (extinta); Secretaria de Recursos Hídricos e Energéticos de Pernambuco.
1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.5. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
1.7. Representação legal: Manoel Luiz de França Neto (17605/OAB-PE), Marcio Blanc Mendes (979B/OAB-PE) e outros, representando João Bosco de Almeida; Maria Zila Leal Bezerra Passo (29982/OAB-PE) e Larissa Xenofonte Ribeiro (1302-B/OAB-PE), representando Maria Lorenzza Pinheiro Leite; Marçal Justen Neto (35912/OAB-PR) e Isabella Felix da Fonseca (57.461/OAB-DF), representando Novatec Construções e Empreendimentos Ltda.

ACÓRDÃO Nº 4781/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o exame da Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE), no sentido de "não ser possível glosar integralmente as despesas realizadas, já que parte das metas foram executadas e, como disse o próprio concedente, a obra atingiu o benefício social" (peça 92);

Considerando que, conforme destacado pela SecexTCE, o longo prazo decorrido entre a primeira notificação do responsável (2008) e a segunda (2020), em tese, inviabiliza o exercício do contraditório e da ampla defesa do responsável arrolado nos presentes autos;

Considerando, ainda, que não ocorreu a citação do responsável e que, caso tal medida fosse adotada "o extenso lapso temporal entre as irregularidades identificadas e a citação (cerca de 15 anos) também torna prejudicial o exercício do direito de contraditório e de ampla defesa, que constitui um dos pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo" (peça 92).

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 212, c/c o art. 169, VI, na forma do art. 143, V, "a", todos do RI/TCU, e de acordo com a conclusão dos pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em arquivar a presente tomada de contas especial, uma vez verificada a ausência dos pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, bem como dar ciência desta deliberação, assim como da instrução da SecexTCE, (peça 92), ao responsável e ao Ministério do Desenvolvimento Regional para conhecimento.

1. Processo TC-039.886/2021-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Claudiomar Crestani (386.311.059-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Regional.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4782/2022 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 23), aos representantes, e à Nav Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A., para conhecimento.

1. Processo TC-004.783/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Luciano Ferreira da Silva (CPF 941.669.276-04) e Daniel Moreira Auaide (CPF 932.176.171-34).
1.2. Órgão/Entidade: Nav Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).
1.6. Representação legal: Fabiana Valle Vieira de Macedo e Mendonca (162450/OAB-RJ), Maria Luiza Almeida de Assis (177821/OAB-RJ) e outros, representando Nav Brasil Serviços de Navegação Aérea S/A.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4783/2022 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a unidade instrutiva não identificou a obtenção de suposta vantagem competitiva indevida pela licitante vencedora do certame, tendo concluído que a UFRN atuou de acordo com a orientação expedida pela Seges/ME e com a jurisprudência do TCU, a exemplo do acórdão 1619/2008-TCU-Plenário.

Considerando que a suposta irregularidade na aplicação de créditos tributários indevidos pela licitante vencedora consiste em matéria de natureza tributária e/ou fiscal que extrapola o limite de atuação deste Tribunal.

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado, encerrar o processo e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da Selog (peça 24), ao representante e à Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

1. Processo TC-013.450/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Servite Empreendimentos e Serviços Ltda. (CNPJ: 03.159.145/0001-28)
1.2. Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Abraao Luiz Filgueira Lopes (OAB/RN 9463), representando Servite Empreendimentos e Serviços Ltda.

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 37 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Primeira Câmara, em substituição

Aprovada em 23 de agosto de 2022.

(Assinado eletronicamente)

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

2ª CÂMARA

ATA Nº 29, DE 23 DE AGOSTO DE 2022
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Bruno Dantas
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Segunda Câmara: AUFC Elenir Teodoro Goncalves dos Santos

À hora regimental, o Presidente declarou aberta a sessão ordinária da Segunda Câmara, com a presença dos Ministros Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia; dos Ministros-Substitutos Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Segunda Câmara homologou a ata nº 28, referente à sessão realizada em 16 de agosto de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-029.913/2016-0, TC-033.361/2019-3 e TC-036.544/2019-1, cujo Relator é o Ministro Augusto Nardes;

- TC-036.671/2019-3, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz; e

- TC-012.002/2022-4, cujo Relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Segunda Câmara aprovou, por relação, os acórdãos de nºs 4546 a 4723.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, a Segunda Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 4451 a 4545, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos ou propostas de deliberação em que se fundamentaram.

SUSTENTAÇÕES ORAIS

Na apreciação do processo TC-013.434/2015-2, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, a Dra. Renata Foizer Silva Manzoni produziu sustentação em nome da empresa ECR Engenharia Ltda. Acórdão n° 4451.

Na apreciação do processo TC-029.913/2016-0, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, os Drs. Paulo Francisco Soares Freire e Sthefani Lara dos Reis Rocha produziram sustentação oral em nome de José Calixto Ramos e da Confederação Nacional dos Trabalhares da Indústria - CNTI, respectivamente, e o Dr. João Antônio Sucena Fonseca não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Altemir Gregolin. Após as sustentações orais o relator retirou o processo da pauta.

Na apreciação do processo TC-021.642/2016-8, cujo relator é o Ministro Antônio Anastasia, a Dra. Beatriz Veríssimo de Sena produziu sustentação oral em nome da empresa Estação Arte e Eventos Ltda. Acórdão n° 4452.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 4451/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 013.434/2015-2.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.
3.2. Responsáveis: Carlos Roberto Milhorim (181.922.386-87), Rodocon Construções Rodoviárias Ltda. (30.090.575/0001-03) e ECR Engenharia Ltda. (42.161.372/0001-40).
4. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes no Estado de Mato Grosso do Sul - Dnit/MS.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representantes do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira e Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - SecexTCE.
8. Representação legal: Pedro Augusto Machado Cortez (OAB 24.432/SP) e outros, representando ECR Engenharia Ltda.; José Wanderley Bezerra Alves (OAB 3.291/MS) e outros, representando Carlos Roberto Milhorim; Fábio Medina Osorio (OAB 64.975/RS) e outros, representando Rodocon Construções Rodoviárias Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit em razão de irregularidades cometidas no âmbito da Superintendência Regional do Mato Grosso do Sul e tratadas no Inquérito da Polícia Federal 26/2006, no Processo Administrativo Disciplinar 50600.010428/2009-16 e no Processo de Tomada de Contas Especial 50600.021450/2012-97, envolvendo o pagamento por serviços não executados no bojo de contratos de restauração/manutenção de trechos rodoviários e de supervisão desses contratos,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, em:

9.1. excluir da presente relação processual a empresa Rodocon Construções Rodoviárias Ltda.;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas por Carlos Roberto Milhorim e ECR Engenharia Ltda.;

9.3. julgar irregulares as presentes contas, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, dando-se quitação a Carlos Roberto Milhorim e ECR Engenharia Ltda. quanto ao pagamento das importâncias a seguir especificadas:

Contrato	Medição	Data da Ocorrência	Valor Histórico (R$)
19-014/1996-00	41ª	24/11/2005	25.507,61
	42ª	9/12/2005	27.981,86
	43ª	9/12/2005	27.981,86
	44ª	23/3/2006	1.485,39
	45ª	14/3/2006	33.115,99
	46ª	18/5/2006	6.763,49
	47ª	8/11/2006	12.980,31
	48ª	8/11/2006	13.375,99

9.4. aplicar a Carlos Roberto Milhorim a multa prevista no art. 58, inciso I, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida

monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando ao responsável o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando-lhe de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. determinar, nos termos do art. 8º da Portaria Conjunta Segedam/Segecex 1/2021, à Secretaria de Gestão de Processos que oriente a empresa ECR Engenharia Ltda. a requerer a devolução, junto ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit, dos valores indevidamente recolhidos a maior (R$ 18.970,80 em 10/2/2022), por ocasião do parcelamento do débito, autorizado pelo TCU;

9.8. dar ciência desta decisão à Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso do Sul, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do RI/TCU, para adoção das medidas cabíveis, bem como ao Dnit e aos responsáveis.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4451-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4452/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 021.642/2016-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Estação Arte e Eventos Ltda (03.651.641/0001-02); Luis Felipe Reif de Paula (078.322.057-09); Orlando Santos Diniz (793.078.767-20).
3.2. Recorrente: Estação Arte e Eventos Ltda (03.651.641/0001-02).
4. Órgão/Entidade: Administração Regional do Sesc No Estado do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva e Lucas Rocha Furtado (manifestação oral).
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Guilherme de Araujo Pinho Costa, Ricardo Loretti Henrici (130.613/OAB-RJ) e outros, representando Marcelo Policarpo Placido Teixeira; Cecilia Alkimin Vieira (225207/OAB-RJ), Beatriz Veríssimo de Sena (15777/OAB-DF) e outros, representando Estacao Arte e Eventos Ltda; Raphaela Cunha Justo da Silva (94.117/OAB-RJ), Anderson Prezia Franco (59.780/OAB-DF) e outros, representando Administração Regional do Sesc No Estado do Rio de Janeiro; Vanessa Isadora Genaro (90.829/OAB-RJ), representando Luis Felipe Reif de Paula.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pela Estação Arte e Eventos Ltda. contra o Acórdão 5.964/2021-TCU-2ª Câmara, relatado pelo Ministro Bruno Dantas, que julgou irregulares as contas da recorrente juntamente com as do então gestor do Serviço Social do Comércio/Administração Regional no Estado do Rio de Janeiro (Sesc/ARRJ) e os condenou à reparação do dano e ao pagamento de multa;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos artigos 32, inciso I; e 33, da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. enviar cópia do inteiro teor da presente deliberação à recorrente e à Procuradoria da República no Rio de Janeiro.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4452-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros que alegaram impedimento na Sessão: Augusto Nardes e Aroldo Cedraz.
13.3. Ministro-Substituto convocado: Marcos Bemquerer Costa.
13.4. Ministro-Substituto presente: André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4453/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.436/2019-7.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsáveis: Alexandre Aguiar Cardoso (304.563.637-34); José Camilo Zito dos Santos Filho (441.548.287-20); Washington Reis de Oliveira (013.118.467-94).
3.2. Recorrente: Washington Reis de Oliveira (013.118.467-94).
4. Órgão/Entidade: Município de Duque de Caxias/RJ.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal:
8.1. Wellington Monteiro Gomes (224.709/OAB-RJ) e outros, representando José Camilo Zito dos Santos Filho.
8.2. Andre Luis Mancano Marques (102087/OAB-RJ) e outros, representando Alexandre Aguiar Cardoso.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos contra o Acórdão 5.016/2021-TCU-2ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração e, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência da presente deliberação ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4453-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4454/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 019.316/2009-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Caixa - Agência Cabo Branco-Est.Unif.PB (00.360.305/0036-34).
3.2. Responsáveis: Antônio Paulo Fernandes (845.200.948-87); Fundação Atapesp de Tecnologia Avançada de Estivagem (01.867.129/0001-64); Renato Teixeira Pinto (342.804.218-20); Roseli Rosangela Hayashi (666.016.908-30).
4. Órgãos/Entidades: Caixa Econômica Federal; Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
5. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos.
8. Representação legal: Diego Ricardo Marques (30782/OAB-DF), Luiz Antônio Muniz Machado (750-A/OAB-DF) e outros, representando Antônio Paulo Fernandes; Alexandre Kaiser Rauber (37815/OAB-DF), André Cardoso da Silva (175348/OAB-SP) e outros, representando Caixa Econômica Federal; Mariana Ribeiro de Melo Pereira, representando Thiago Groszewicz Brito.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta etapa processual, de pedido para correção de erro material supostamente identificado no Acórdão 3.133/2014-TCU-2ª Câmara, por meio do qual este Tribunal apreciou tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal em virtude de omissão na prestação de contas do Contrato de Repasse nº 0149.647-42/2002-MDA/Caixa, firmado entre a União Federal e a Fundação ATAPESP de Tecnologia Avançada de Estivagem/SP, no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, tendo como objeto a capacitação de pescadores no Município de Santos/SP;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. negar provimento ao pedido formulado pela Secretaria de Gestão de Processos e manter incólumes os termos do Acórdão 3.133/2014-TCU-2ª Câmara, haja vista não ter sido identificada inexatidão material ou erro de cálculo; e
9.2. restituir os autos à Secretaria de Gestão de Processos, para prosseguimento do feito.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4454-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4455/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 025.692/2016-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Fernando Luiz Amorim (335.442.637-34); Gelson Luiz do Amaral (354.560.437-34); Georgina Mary Lopes dos Reis (513.165.107-78).
3.2. Responsável: Agnaldo Fernandes Silva (011.001.337-98).
3.3. Recorrente: Agnaldo Fernandes Silva (011.001.337-98).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (22256/OAB-DF), representando Agnaldo Fernandes Silva.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame interposto por Agnaldo Fernandes Silva, pró-reitor de Gestão de Pessoas da Universidade Federal do Rio de Janeiro, contra o Acórdão 4.034/2021-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Jorge Oliveira,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Agnaldo Fernandes Silva e, no mérito, dar-lhe provimento, de forma a tornar sem efeito o subitem 9.3 do Acórdão 4.034/2021-TCU-2ª Câmara; e
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e à Universidade Federal do Rio de Janeiro.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4455-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4456/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 046.576/2020-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Celeste Costa Pimentel (509.552.095-87); Jasce Luciano da Silva (075.354.815-15); Vanda Lucio Vieira dos Santos (353.884.715-00).
3.2. Recorrente: Jasce Luciano da Silva (075.354.815-15).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Carlos Eduardo Behrmann Rátis Martins (15.991/OAB-BA), representando Jasce Luciano da Silva.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, em que se examina, nesta fase processual, pedido de reexame interposto por Jasce Luciano da Silva contra o Acórdão 5.899/2021-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Bruno Dantas,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Jasce Luciano da Silva e, no mérito, negar-lhe provimento; e

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4456-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4457/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 046.585/2020-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria).

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Francisco Lucio Marinho (252.269.246-15); Maria Emilia Lamego Silva Flores (293.901.505-82); e Marina Aparecida da Luz Silva (373.146.701-10).

3.2. Recorrentes: Francisco Lucio Marinho (252.269.246-15); e Maria Emilia Lamego Silva Flores (293.901.505-82).

4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Representação legal: Rudi Meira Cassel (22256/OAB-DF) e outros, representando Francisco Lucio Marinho; Romeu da Cunha Gomes (43.513/OAB-BA) e outros, representando Maria Emilia Lamego Silva Flores.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria, em que se examinam, nesta fase processual, pedidos de reexame interpostos por Francisco Lucio Marinho e Maria Emilia Lamego Silva Flores contra o Acórdão 2.999/2021-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Aroldo Cedraz,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fulcro no art. 48, c/c os arts. 32 e 33, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Francisco Lucio Marinho e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. conhecer do pedido de reexame interposto por Maria Emilia Lamego Silva Flores para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, de forma a excluir do subitem 9.3.1 do Acórdão 2.999/2021-TCU-2ª Câmara o nome da recorrente;

9.3. determinar ao órgão de origem a observância da modulação dos efeitos do RE 638.115/CE, quanto ao quinto incorporado por Maria Emília Lamego Silva; e

9.4. dar ciência desta deliberação aos recorrentes e ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4457-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4458/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 001.509/2017-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Prestação de Contas.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Responsáveis: Adilson do Nascimento Anísio (741.048.967-72); Admilson Monteiro Garcia (830.674.937-53); Adriana Queiroz de Carvalho (565.181.296-20); Adriano Meira Ricci (334.550.741-20); Afonso Arinos de Mello Franco Neto (851.211.187-91); Aldemir Bendine (043.980.408-62); Aldo Cesar Martins Braido (064.456.448-21); Alexandre Corrêa Abreu (837.946.627-68); Antonio Pedro da Silva Machado (239.664.400-91); Antônio Mauricio Maurano (038.022.878-51); Antônio Valmir Campelo Bezerra (001.806.101-04); Augusto Carneiro de Oliveira Filho (779.545.807-68); Beny Parnes (729.641.627-00); Bernardo Gouthier Macedo (508.238.506-25); Carlos Alberto Araujo Netto (001.415.907-42); Carlos Célio de Andrade Santos (317.207.141-34); Carlos Eduardo Leal Neri (843.606.077-68); Carlos Roberto Cafareli (204.183.619-91); Carlos Roberto de Albuquerque Sa (212.107.217-91); Clenio Severio Teribele (281.432.720-87); César Augusto Rabello Borges (033.166.375-91); Danielle Ayres Delduque (670.041.801-15); Edelcio de Oliveira (546.874.466-04); Edmar José Casalatina (017.122.018-83); Edson Rogério da Costa (510.309.260-34); Eduardo César Pasa (541.035.920-87); Eduardo Georges Chehab (013.810.648-76); Elvio Lima Gaspar (626.107.917-04); Geraldo Afonso Dezena da Silva (775.575.068-04); Giorgio Bampi (005.167.759-87); Gueitiro Matsuo Genso (624.201.519-68); Gustavo de Faria Barros (395.969.234-04); Hamilton Rodrigues da Silva (440.772.039-53); Henrique Jager (831.180.477-04); Ilton Luis Schwaab (532.599.980-04); Ivan de Souza Monteiro (667.444.077-91); Ives Cezar Fulber (385.982.720-00); Joao Pinto Rabelo Junior (364.347.521-72); Jose Carlos Reis da Silva (350.077.450-49); José Maurício Pereira Coelho (853.535.907-91); Juliana Publio Donato de Oliveira (031.071.529-60); Julio Cezar Alves de Oliveira (450.306.857-15); Jânio Carlos Endo Macedo (038.515.528-06); Leonardo Silva de Loyola Reis (981.761.707-63); Luis Aniceto Silva Cavicchioli (085.987.588-17); Luiz Claudio Ligabue (145.381.051-04); Luiz Fernando Juca Filho (478.918.230-49); Luiz Henrique Guimarães de Freitas (350.319.726-53); Luiz Serafim Spinola Santos (093.068.627-68); Manoel Carlos de Castro Pires (079.012.567-61); Marcelo Augusto Dutra Labuto (563.238.081-53); Marcelo Costa Marques D Oliveira (863.728.077-34); Marco Antonio Ascoli Mastroeni (062.198.128-16); Marcos Machado Guimaraes (398.826.591-87); Marcos Ricardo Lot (310.218.321-20); Mauricio Graccho de Severiano Cardoso (315.096.737-68); Márcio Luiz Moral (062.859.038-59); Nilson Martiniano Moreira (583.491.386-53); Osmar Fernandes Dias (171.988.289-49); Pablo Fonseca Pereira dos Santos (782.539.001-63); Paulo José dos Reis Souza (494.424.306-53); Paulo Roberto Franceschi (171.891.289-72); Paulo Roberto Lopes Ricci (079.020.578-51); Rafael Vieira de Matos (220.055.698-52); Raul Francisco Moreira (554.374.430-72); Robson Rocha (298.270.436-68); Rogerio Magno Panca (085.035.618-08); Sandro José Franco (529.739.729-49); Sandro Kohler Marcondes (485.322.749-00); Simao Luiz Kovalski (517.714.970-68); Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça (001.338.128-80); Sérgio Peres (635.746.328-00); Tarcisio Hubner (453.600.309-68); Tarcisio José Massote de Godoy (316.688.601-04); Walter Malieni Júnior (117.718.468-01); Wilsa Figueiredo (457.398.546-87)..

4. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).

8. Representação legal: Caroline Scopel Cecatto (64.878/OAB-RS), Mario Renato Balardim Borges (50627/OAB-RS) e outros, representando Banco do Brasil S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas anuais do Banco do Brasil S.A. (BB), relativo ao exercício de 2015;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Aldemir Bendine, ex-Presidente do Banco do Brasil S.A., com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "b", da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, e 209, inciso II, do Regimento Interno do TCU;

9.2. julgar regulares as contas dos responsáveis a seguir indicados, dando-lhes quitação plena, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, e 207 do Regimento Interno/TCU: Alexandre Corrêa Abreu; Adilson do Nascimento Anísio; Admilson Monteiro Garcia; Adriana Queiroz de Carvalho; Adriano Meira Ricci; Afonso Arinos de Mello Franco Neto; Aldo Cesar Martins Braido; Antônio Mauricio Maurano; Antonio Pedro da Silva Machado; Antônio Valmir Campelo Bezerra; Augusto Carneiro de Oliveira Filho; Beny Parnes; Bernardo Gouthier Macedo; Carlos Alberto Araujo Netto; Carlos Célio de Andrade Santos; Carlos Eduardo Leal Neri; Carlos Roberto Cafareli; Carlos Roberto de Abulquerque Sá; César Augusto Rabello Borges; Clenio Severio Teribele; Danielle Ayres Delduque; Edelcio de Oliveira; Edmar José Casalatina; Edson Rogério da Costa; Eduardo César Pasa; Eduardo Georges Chehab; Elvio Lima Gaspar; Geraldo Afonso Dezena da Silva; Giorgio Bampi; Gueitiro Matsuo Genso; Gustavo de Faria Barros; Hamilton Rodrigues da Silva; Henrique Jager; Ilton Luis Schwaab; Ivan de Souza Monteiro; Ives Cezar Fulber; Jânio Carlos Endo Macedo; Joao Pinto Rabelo Junior; Jose Carlos Reis da Silva; José Maurício Pereira Coelho; Juliana Publio Donato de Oliveira; Júlio Cesar Alves de Oliveira; Leonardo Silva de Loyola Reis; Luis Aniceto Silva Cavicchioli; Luiz Claudio Ligabue; Luiz Fernando Juca Filho; Luiz Henrique Guimarães de Freitas; Luiz Serafim Spinola Santos; Manoel Carlos de Castro Pires; Marcelo Augusto Dutra Labuto; Marcelo Costa Marques D Oliveira; Márcio Luiz Moral; Marco Antonio Ascoli Mastroeni; Marcos Machado Guimaraes; Marcos Ricardo Lot; Mauricio Graccho de Severiano Cardoso; Osmar Fernandes Dias; Pablo Fonseca Pereira Dos Santos; Paulo José Dos Reis Souza; Paulo Roberto Franceschi; Paulo Roberto Lopes Ricci; Rafael Vieira de Matos; Raul Francisco Moreira; Robson Rocha; Rogerio Magno Panca; Sandro José Franco; Sandro Kohler Marcondes; Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça; Sérgio Peres; Simao Luiz Kovalski; Tarcisio Hubner; Tarcisio José Massote de Godoy; Walter Malieni Júnior; Wilsa Figueiredo;

9.3. dar ciência deste Acórdão ao Banco do Brasil S.A., destacando que o Relatório e o Voto que o fundamentam podem ser acessados pelo portal eletrônico do Tribunal de Contas da União, no endereço https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/pesquisa/acordao-completo.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4458-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4459/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 006.203/2019-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Departamento do Programa Calha Norte (CNPJ 14.665.070/0001-73).

3.2. Responsáveis: Exacon Construções Ltda. (CNPJ 84.659.101/0001-69) e Gledson Hadson Paulain Machado (CPF 622.628.582-68)

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Nhamundá - AM.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada pelo Departamento do Programa Calha Norte, em desfavor de Gledson Hadson Paulain Machado e Exacon Construções Ltda., em razão de não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados por meio do Convênio 00418/2013, registro Siafi 786582, firmado entre o Ministério da Defesa e o município de Nhamundá-AM, no valor de R$ 512.500,00, sendo R$ 500.000,00 à conta do concedente e R$ 12.500,00 referentes à contrapartida do convenente, e que tinha por objeto a "construção de Feira do Pescado";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alínea "b", 19, parágrafo único; 23, inciso III; da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. considerar revel a responsável Exacon Construções Ltda., com fulcro no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo responsável Gledson Hadson Paulain Machado;

9.3. julgar irregulares as contas do as contas do Sr. Gledson Hadson Paulain Machado e da empresa Exacon Construções Ltda., condenando-os, solidariamente, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculadas a partir das datas discriminadas até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de quinze dias, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das referidas quantias aos cofres do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU.

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
7/12/2016	25.218,97
28/10/2016	95.475,68

9.4. aplicar individualmente, ao Sr. Gledson Hadson Paulain Machado e à Exacon Construções Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão proferido por este Tribunal até a data do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas, incidindo sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes legais, fixando-se o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela,

e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 26, parágrafo único, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, § 2º, do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações;

9.7. enviar cópia do Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis;

9.8. enviar cópia dos autos ao Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, para adoção das providências que entender pertinente, relativamente ao estágio atual do objeto do Convênio 00418/2013 (Siafi 786582), firmado entre o Ministério da Defesa e o Município de Nhamundá-AM, e que tinha por objeto a "construção de Feira Pescado";

9.9. informar à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, ao Departamento do Programa Calha Norte e aos responsáveis que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, está disponível para a consulta no endereço virtual https://www.tcu.gov.br/acordaos, além de esclarecer que, caso requerido, o TCU poderá fornecer sem custos as correspondentes cópias, de forma impressa;

9.10. informar à Procuradoria da República no Estado do Amazonas que, nos termos do parágrafo único do art. 62 da Resolução TCU 259/2014, os procuradores e membros do Ministério Público credenciados nesta Corte podem acessar os presentes autos de forma eletrônica e automática, ressalvados apenas os casos de eventuais peças classificadas como sigilosas, as quais requerem solicitação formal.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4459-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4460/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 017.863/2005-0.

1.1. Apenso: 004.806/2004-9.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (em Tomada de Contas).

3. Embargante: Victor Grabois (430.200.547-53).

4. Órgão/Entidade: Hospital Federal de Bonsucesso.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).

8. Representação legal: André Andrade Viz (57.863/OAB-RJ).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos nos quais, na presente fase processual, são apreciados os Embargos de Declaração opostos por Victor Grabois em face do Acórdão 10.812/2021 - 2ª Câmara;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos Embargos de Declaração, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c art. 287 do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. dar ciência da presente deliberação ao embargante, ressaltando-se que o Relatório e o Voto que o acompanham podem ser consultados no endereço <www.tcu.gov.br/acordaos>.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4460-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4461/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 028.517/2014-8.

1.1. Apensos: TCs 014.167/2015-8; 016.939/2017-4; 010.275/2017-7; 036.353/2016-7; 031.537/2015-4; 004.997/2016-6; 009.379/2013-4.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Secretaria de Controle Externo no Paraná (00.414.697/0013-51).

3.2. Responsáveis: Alipio Santos Leal Neto (183.569.589-20); Hélio Hipólito Simiema (158.150.809-34); Wanderley Veiga (185.327.219-15).

3.3. Recorrentes: Hélio Hipólito Simiema (158.150.809-34); Wanderley Veiga (185.327.219-15); Alipio Santos Leal Neto (183.569.589-20).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Luzardo Faria (86.431/OAB-PR), Rafaella Nataly Facio (103.999/OAB-PR) e outros, representando Carlos Augusto Moreira Junior; Claudismar Zupiroli (12.250/OAB-DF), representando Wanderley Veiga; Tiago Rocha Chiapetti (76.704/OAB-PR), Claudismar Zupiroli (12.250/OAB-DF) e outros, representando Hélio Hipólito Simiema.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que apreciam Recursos de Reconsideração interpostos por Hélio Hipólito Simiema, Wanderley Veiga e Alípio Santos Leal Neto contra o Acórdão 10.205/2020-TCU-2ª Câmara (rel. min. Augusto Nardes);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, inciso I e 33, da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU em:

9.1. conhecer dos Recursos de Reconsideração interpostos por Hélio Hipólito Simiema e por Wanderley Veiga, para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. conhecer do recurso de reconsideração interposto por Alípio Santos Leal Neto e, no mérito, dar-lhe provimento parcial, a fim de:

9.2.1. extinguir o débito a ele imputado com a exclusão de seu nome, CPF e cargo ocupado do item 9.2.1 do Acórdão 10.205/2020-TCU-2ª Câmara;

9.2.2. diminuir o montante da multa que lhe foi aplicada no item 9.3. do Acórdão 10.205/2020-TCU-2ª Câmara para o valor de R$ 7.000,00 (sete mil reais), alterando-se o fundamento legal de sua aplicação para o inciso III do art. 58 da Lei 8.443/1992, em face do disposto no parágrafo único do art. 43 do mesmo diploma legal;

9.3. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado do Paraná, à Funpar e à Universidade Federal do Paraná.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4461-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4462/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo TC 030.955/2020-3

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Reforma.

3.1. Interessados: Airon de Albuquerque Melo (280.996.564-15); Antonio Carlos Nascimento Motta (347.481.727-20); Eliane Moraes dos Reis (432.769.897-00); Jose Eduardo Martins Pinto Villanova (374.019.127-91); Lidia Borges Valavicius (295.820.327-15); Lucas de Campos Costa (347.464.637-00); Mario Rubens Goncalves Costa (043.736.932-34); Paulo Sergio Bomfim (401.931.527-20); Roberto Marcos Martins (687.911.787-20); Vacyl Macedo Sampaio (389.355.037-20).

4. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de reforma de Mario Rubens Gonçalves Costa, vinculado ao Comando da Marinha, submetidos, para fins de registro, à apreciação do Tribunal de Contas da União;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal; 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992; 260, § 1º, do Regimento Interno/TCU, c/c o art. 19, inciso II, da IN TCU 78/2018, em:

9.1. considerar legais e determinar o registro dos atos de reforma de Vacyl Macedo Sampaio, Eliane Moraes dos Reis, Antonio Carlos Nascimento Motta, Jose Eduardo Martins Pinto Villanova, Paulo Sergio Bomfim, Lidia Borges Valavicius, Lucas de Campos Costa, Roberto Marcos Martins e Airon de Albuquerque Melo;

9.2. considerar ilegal o ato de concessão de reforma de Mario Rubens Gonçalves Costa, negando-lhe o respectivo registro;

9.3. determinar ao Comando da Marinha que:

9.3.1. faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato impugnado, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, sob pena de ressarcimento das quantias pagas após essa data pelo responsável;

9.3.2. emita novo ato de reforma, no prazo de 30 (trinta) dias, e submeta-o ao Tribunal, após suprimida a irregularidade que ensejou a apreciação pela ilegalidade;

9.3.3. dê ciência do inteiro teor da deliberação ao interessado, no prazo de 15 (quinze) dias, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso perante o TCU não exime a devolução dos valores percebidos indevidamente após as respectivas notificações, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. envie a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, documentos comprobatórios da ciência do interessado quanto ao julgamento deste Tribunal;

9.4. dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4462-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4463/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 031.084/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Prestação de Contas - 2014).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Adilson do Nascimento Anísio (741.048.967-72); Admilson Monteiro Garcia (830.674.937-53); Adriana Queiroz de Carvalho (565.181.296-20); Adriano Meira Ricci (334.550.741-20); Aldemir Bendine (043.980.408-62); Aldo Cesar Martins Braido (064.456.448-21); Alexandre Corrêa Abreu (837.946.627-68); Antônio Mauricio Maurano (038.022.878-51); Antônio Valmir Campelo Bezerra (001.806.101-04); Augusto Carneiro de Oliveira Filho (779.545.807-68); Benito da Gama Santos (026.647.635-04); Bernardo Gouthier Macedo (508.238.506-25); Carlos Alberto Araújo Netto (001.415.907-42); Carlos Eduardo Leal Neri (843.606.077-68); Carlos Roberto Cafareli (204.183.619-91); Carlos Roberto de Albuquerque Sa (212.107.217-91); Clenio Sevério Teribele (281.432.720-87); Danielle Ayres Delduque (670.041.801-15); Edélcio de Oliveira (546.874.466-04); Edmar José Casalatina (017.122.018-83); Edson Rogério da Costa (510.309.260-34); Eduardo Georges Chehab (013.810.648-76); Elvio Lima Gaspar (626.107.917-04); Geraldo Afonso Dezena da Silva (775.575.068-04); Gueitiro Matsuo Genso (624.201.519-68); Gustavo Henrique Santos de Sousa (018.831.394-06); Hamilton Rodrigues da Silva (440.772.039-53); Hayton Jurema da Rocha (153.667.404-44); Henrique Jager (831.180.477-04); Ivan de Souza Monteiro (667.444.077-91); Ives Cezar Fulber (385.982.720-00); Jose Carlos Reis da Silva (350.077.450-49); José Maurício Pereira Coelho (853.535.907-91); Jânio Carlos Endo Macedo (038.515.528-06); Luís Aniceto Silva Cavicchioli (085.987.588-17); Luiz Fernando Juca Filho (478.918.230-49); Luiz Henrique Guimarães de Freitas (350.319.726-53); Marcelo Augusto Dutra Labuto (563.238.081-53); Marco Antônio Ascoli Mastroeni (062.198.128-16); Marcos Machado Guimaraes (398.826.591-87); Marcos Ricardo Lot (310.218.321-20); Marcos de Andrade Reis Villela (003.782.596-87); Márcio Hamilton Ferreira (457.923.641-68); Nilson Martiniano Moreira (583.491.386-53); Osmar Fernandes Dias (171.988.289-49); Paulo José dos Reis Souza (494.424.306-53); Paulo Roberto Lopes Ricci (079.020.578-51); Paulo Rogério Caffarelli (442.887.279-87); Rafael Vieira de Matos (220.055.698-52); Raul Francisco Moreira (554.374.430-72); Robson Rocha (298.270.436-68); Sandro José Franco (529.739.729-49); Sandro Kohler Marcondes (485.322.749-00); Sérgio Eduardo Arbulu Mendonça (001.338.128-80); Sérgio Peres (635.746.328-00); Walter Malieni Júnior (117.718.468-01).

3.2. Recorrente: Aldemir Bendine (043.980.408-62).

4. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinanças).

8. Representação legal: Ricardo Dias de Castro (254.813/OAB-SP), representando Aldemir Bendine; Caroline Scopel Cecatto (64.878/OAB-RS) e outros, representando Banco do Brasil S.A.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos do recurso de reconsideração interposto pelo Sr. Aldemir Bendine em face do Acórdão 5.937/2021 - 2ª Câmara, por meio do qual suas contas foram julgadas irregulares;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos art. 32, inciso I e 33, da Lei n. 8.443/1992, c/c o art. 285, caput, do Regimento Interno/TCU, conhecer do recurso de reconsideração para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência da presente deliberação ao recorrente, ao Banco do Brasil S/A e à Secretaria do Tesouro Nacional, destacando que o Relatório e o Voto que a fundamentam podem ser acessados pelo portal eletrônico do Tribunal de Contas da União, no endereço https://pesquisa.apps.tcu.gov.br/#/pesquisa/acordao-completo.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4463-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4464/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.244/2022-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Carla Berenice Escovar Bello (430.462.580-20).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa a concessão de aposentadoria à Sra. Carla Berenice Escovar Bello, pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar legal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Carla Berenice Escovar Bello e autorizar o registro do correspondente ato;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992 e no inciso I do art. 4º da Resolução TCU 315/2020, que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, adote providências para regularização da falha financeira decorrente da vantagem de décimos/quintos em razão do exercício de função comissionada após o advento da Lei 9.624/1998, não transformada em parcela compensatória, em desacordo com o que preceitua a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, na modulação da tese de repercussão geral firmada no julgamento do RE 638.115/CE, com a suspensão do pagamento da vantagem impugnada, nos termos dos arts. 262 do Regimento Interno/TCU e 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;

9.3.2. comunique à servidora aposentada acerca do teor deste Acórdão;

9.3.3. nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta decisão, os comprovantes de que a interessada tomou ciência do inteiro teor desta deliberação; e

9.4. dar ciência deste Acórdão ao Órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4464-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4465/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.968/2019-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de reconsideração (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Recorrente: Jurandy da Silva Monteiro Junior (012.745.456-09).

3.2. Responsável: Jurandy da Silva Monteiro Junior (012.745.456-09).

4. Órgão/Entidade: Secretaria Especial da Cultura.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Abner Leitão Ribeiro Alberto (212653 /OAB-MG), representando Jurandy da Silva Monteiro Junior.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo extinto Ministério da Cultura, em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Jurandy da Silva Monteiro Junior contra o Acórdão 8.377/2021-2ª Câmara, relator Ministro Aroldo Cedraz,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. nos termos dos arts. 32, inciso I e 33, da Lei 8.443/1992, conhecer do presente recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente e à Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, informando que o teor integral das peças que o integram poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos e que o acesso às demais peças do processo pode ser obtido no endereço eletrônico deste Tribunal, opção "vista eletrônica".

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4465-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4466/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-024.638/2020-0

1.1. Apenso: TC-016.263/2021-9

2. Grupo II, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Ronaldo Vieira Gomes (CPF 179.424.037-34), Simone Alves de Melo (CPF 001.820.047-83) e Nova Sociedade (CNPJ 04.485.705/0001-05)

4. Unidade: Nova Sociedade

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: SecexTCE

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial que trata de irregularidades relativas ao Convênio 00815/2009, celebrado entre o Ministério do Turismo (MTur) e a Nova Sociedade, tendo por objeto a realização da "VI Festa Internacional de Teatro de Angra dos Reis - FITA2009",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com base nos arts. 1º, I, 12, § 3º, 16, II, 18, e 23, II, da Lei 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar revéis os responsáveis Nova Sociedade e Ronaldo Vieira Gomes;

9.2 julgar regulares com ressalva as contas de Nova Sociedade, Ronaldo Vieira Gomes e Simone Alves de Melo, dando-lhes quitação;

9.3 notificar os responsáveis e o Ministério do Turismo a respeito deste acórdão.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4466-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4467/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 029.114/2019-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (00.378.257/0001-81).

3.2. Responsável: Hamilton Alves Villar (314.849.722-87).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Careiro - AM.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) em desfavor de Hamilton Alves Villar, ex-prefeito do Município de Careiro (AM), em razão de irregularidades na aplicação dos recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), nos exercícios de 2006 e de 2013,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com base nos arts. 1º, I, 12, § 3º, 16, III, "b", 19, 23, III, e 58, I, da Lei 8.443/1992 e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. considerar revel o responsável Hamilton Alves Villar, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o artigo 202, § 8º, do Regimento Interno do TCU;

9.2. julgar irregulares as contas de Hamilton Alves Villar, nos termos dos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "b", e 19, caput, da Lei 8.443/1992;

9.3. aplicar a Hamilton Alves Villar a multa prevista no art. 58, inciso I da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais) fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida em até 36 parcelas, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.6. encaminhar cópia da decisão à Procuradoria da República no Estado do Amazonas, informando que o inteiro teor da deliberação pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.7. notificar os responsáveis e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação a respeito deste acórdão.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4467-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4468/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 033.417/2020-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame(Pensão Militar)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Centro de Controle Interno do Exército; Luzia Castro Lopes (152.554.078-52); Maria Ignes de Castro Andrade (610.479.708-30).

3.2. Recorrentes: Luzia Castro Lopes (152.554.078-52); Maria Ignes de Castro Andrade (610.479.708-30).

4. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: Tarsis Alyssia Castro Lopes Consorte (45.657/OAB-DF), representando Maria Ignes de Castro Andrade; Tarsis Alyssia Castro Lopes Consorte (45657/OAB-DF), representando Luzia Castro Lopes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensão militar, em que se apreciam pedidos de reexame interpostos por Luzia Castro Lopes e Maria Ignes de Castro Andrade, contra o Acórdão 8.232/2021-TCU-2ª Câmara, que, entre outras deliberações, considerou ilegal e negou registro ao respectivo benefício, instituído em cotas individuais para cada interessada, por João Lopes de Castro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. nos termos do art. 48 da Lei 8.443/1992, conhecer dos pedidos de reexame, para, no mérito:

9.1.1. negar provimento do recurso interposto por Luzia Castro Lopes;

9.1.2. dar provimento parcial ao recurso interposto por Maria Ignes de Castro Andrade, para esclarecer à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército que a interessada não viola mais o disposto no art. 29 da Lei 3.765/1960, porquanto cessado o pagamento do benefício previdenciário concedido pelo Instituto Nacional do Seguro Social (peça 44), o que autoriza a emissão de novo ato concessório em favor da referida pensionista, a ser pago em cota integral, enquanto não superado o impedimento à habilitação da sra. Luzia Castro Lopes à pensão em comento;

9.2. dar ciência deste Acórdão às recorrentes e à Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército, informando que o teor integral desta deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4468-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4469/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.358/2022-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Antonio Pereira Sobrinho (065.260.473-00).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de concessão de aposentadoria em favor de Antonio Pereira Sobrinho, no cargo de Agente de Atividades Agropecuárias, emitido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, III, da Constituição Federal de 1988, nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei 8.443/1992 e nos arts. 1º, VIII, 259, II, 260, § 1º, e 262, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de Antonio Pereira Sobrinho, negando-lhe registro, em face da manutenção nos proventos da rubrica "Decisão judicial (10289 - DECISAO JUDICIAL N TRAN JUG AP (Decisão judicial - Outros) - R$ 1.346,17)", correspondente à VPNI versada no art. 9º da Lei no 11.314/2006 e no art. 14 da Lei 12.716/2012, que deveria ter sido absorvida pelos aumentos remuneratórios posteriores;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, nos termos da Súmula 106 deste Tribunal;

9.3. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas:

9.3.1. faça cessar, no prazo de quinze dias contados da ciência desta deliberação, o pagamento da parcela ora impugnada, mediante a absorção da VPNI prevista no artigo 14 da Lei 12.716/2012, nos termos do parágrafo único desse mesmo dispositivo, considerando os acréscimos de proventos ocorridos em relação ao valor dos pontos atribuídos de forma fixa ao inativo; sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.3.2. comunique ao interessado sobre a presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto a este Tribunal não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após sua notificação, caso os recursos não sejam providos;

9.3.3. no prazo de trinta dias contados da ciência desta deliberação pelo DNOCS, comprove junto a este Tribunal a cientificação determinada no subitem 9.3.2, incluindo a data da efetiva notificação do interessado;

9.3.4. emita novo ato de concessão em favor do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do sistema e-Pessoal, nos termos e prazos definidos na Instrução Normativa-TCU 78/2018;

9.4. dar ciência deste Acórdão ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, informando que o teor integral de suas demais peças (Relatório e Voto) poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4469-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4470/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.945/2022-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Danilo Pompeu Amalfi Junior (028.379.778-96).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de aposentadoria em favor de Danilo Pompeu Amalfi Junior, no cargo de Técnico Judiciário-Área Administrativa, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP, ora apreciado para fins de registro.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, nos termos dos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e 260 a 262, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:

9.1. julgar ilegal o ato de aposentadoria de Danilo Pompeu Amalfi Junior (peça 3), negando-lhe registro, em virtude da inclusão, nos proventos do interessado, de parcela adicional correspondente à "opção" derivada do art. 2º da Lei 8.911/1994, c/c art. 193 da Lei 8.112/1990, benefício não aplicável aos servidores que implementaram o direito à aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que:

9.3.1. faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes da parcela ora impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. emita novo ato de aposentadoria do interessado, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

9.3.3. no prazo de quinze dias contados da ciência desta deliberação pelo órgão, notifique o interessado acerca da presente deliberação, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto a este Tribunal não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

9.3.4. no prazo de trinta dias contados da ciência desta deliberação pelo órgão, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

9.4. dar ciência deste Acórdão ao órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral da deliberação poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4470-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4471/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.713/2022-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Maria Bernardete Ramos Flores (761.291.289-91).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa a concessão de aposentadoria à Sra. Maria Bernardete Ramos Flores, pela Universidade Federal de Santa Catarina;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar legal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Maria Bernardete Ramos Flores e autorizar o registro do correspondente ato;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina, com base no art. 45 da Lei 8.443/1992 e no inciso I do art. 4º da Resolução TCU 315/2020, que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência desta deliberação, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, adote providências para regularização da falha financeira decorrente da parcela referente a correção do Plano Real (URV - 3,17%), com a suspensão do pagamento da vantagem impugnada, por falta de amparo legal, nos termos dos arts. 262 do Regimento Interno/TCU e 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007;

9.3.2. comunique à servidora aposentada acerca do teor deste Acórdão;

9.3.3. nos termos do art. 4º, § 3º, da Resolução-TCU 170/2004, encaminhe ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta decisão, os comprovantes de que a interessada tomou ciência do inteiro teor desta deliberação; e

9.4. dar ciência deste Acórdão ao Órgão responsável pela concessão, informando que o teor integral poderá ser obtido no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4471-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4472/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.782/2021-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Elizabeth Nobrega Chame (795.779.467-04).
3.2. Recorrente: Elizabeth Nobrega Chame (795.779.467-04).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos o pedido de reexame interposto por Elizabeth Nobrega Chame contra o Acórdão 16.697/2021-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro Bruno Dantas, por meio do qual este Tribunal, entre outras medidas, considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria, negando o respectivo registro.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso interposto e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. enviar cópia do presente Acórdão à recorrente e demais interessados, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4472-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4473/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.846/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Patricia Regina Notari Nunes (516.232.930-49).
3.2. Recorrente: Patricia Regina Notari Nunes (516.232.930-49).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/rs.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Fabrizio Costa Rizzon (47.867/OAB-RS), Luciano Carvalho da Cunha (36.327/OAB-RS) e outros, representando Patricia Regina Notari Nunes.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos o pedido de reexame interposto por Patricia Regina Notari Nunes contra o Acórdão 15.270/2021-TCU-2ª Câmara, de relatoria do Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, por meio do qual este Tribunal, entre outras medidas, considerou ilegal o ato de concessão de aposentadoria, negando o respectivo registro.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do recurso interposto e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. enviar cópia do presente Acórdão à recorrente e demais interessados, destacando que o relatório e o voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4473-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4474/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 024.239/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Lizete Aparecida Jordani Soares (947.893.128-87).
3.2. Recorrente: Lizete Aparecida Jordani Soares (947.893.128-87).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Lizete Aparecida Jordani Soares, servidora aposentada do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas (SP), em face do Acórdão 11.162/2021-TCU-2ª Câmara, o qual julgou ilegal o ato de aposentadoria da recorrente e negou-lhe registro, em razão do indevido percebimento de parcela relativa à vantagem de "quintos", e fez determinações,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas (SP) de que a servidora aposentada é beneficiária de decisão judicial transitada em julgado nos autos do processo nº 2004.3400.048565-0/DF cuja ação foi ajuizada junto à 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, o que lhe assegura a manutenção da parcela de "quintos", observada a modulação de efeitos fixada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115, de modo a manter a referida parcela indene de absorção por reajustes/reestruturações ulteriores, mantida a ilegalidade do ato e a negativa de registro;
9.3. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas (SP) e à Sra. Lizete Aparecida Jordani Soares (947.893.128-87), informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço virtual https://www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4474-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4475/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.625/2021-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Waldira Rosane Castro da Silva (388.428.070-87).
3.2. Interessados: Waldira Rosane Castro da Silva (388.428.070-87).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: Felipe Néri Dresch da Silveira (33.779/OAB-RS), representando Waldira Rosane Castro da Silva.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Waldira Rosane Castro da Silva (388.428.070-87), servidora aposentado do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS), em face do Acórdão 16.458/2021-TCU-2ª Câmara, relator o Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, o qual julgou ilegal o ato de aposentadoria do recorrente e negou-lhe registro, em razão da incorporação de parcela relativa à vantagem de "quintos" em fração superior à devida e fez determinações,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame interposto para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (RS) e à Sra. Waldira Rosane Castro da Silva (388.428.070-87), informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço virtual https://www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4475-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4476/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 036.659/2021-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE (02.566.224/0001-90).
3.2. Interessado: Diana Cardoso de Lima (442.344.574-34).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE) em face do Acórdão 15.334/2021-TCU-2ª Câmara, o qual julgou ilegal o ato de aposentadoria da Sra. Diana Cardoso de Lima, servidora aposentada daquele Tribunal e negou-lhe registro, em razão do indevido percebimento de parcela relativa à vantagem de "quintos", e fez determinações,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE) de que a servidora aposentada é beneficiária de decisão judicial transitada em julgado nos autos do processo nº 2004.3400.048565-0/DF cuja ação foi ajuizada junto à 7ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, o que lhe assegura a manutenção da parcela de "quintos", observada a modulação de efeitos fixada pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115, de modo a manter a referida parcela indene de absorção por reajustes/reestruturações ulteriores, mantida no entanto a irregularidade do ato e a negativa de registro, nos termos do item "a" do acórdão recorrido;
9.3. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (PE) e à Sra. Diana Cardoso de Lima (442.344.574-34), informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço virtual https://www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4476-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4477/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 037.078/2021-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Recorrente: Marilda Ferreira Bering Cunha (239.199.221-15).
3.2. Interessado: Marilda Ferreira Bering Cunha (239.199.221-15).
4. Órgão/Entidade: Tribunal Superior do Trabalho.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto pela Sra. Marilda Ferreira Bering Cunha, servidora aposentada do Tribunal Superior do Trabalho, em face do Acórdão 17.600/2021-TCU-2ª Câmara, o qual julgou ilegal o ato de aposentadoria da recorrente e negou-lhe registro, em razão do indevido percebimento de parcela relativa à vantagem de "quintos", e fez determinações,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento no art. 48 da Lei nº 8.443/1992 e nos arts. 285, caput, e 286, parágrafo único do RI/TCU, conhecer do recurso de pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar conhecimento deste acórdão, encaminhando a respectiva cópia, ao Tribunal Superior do Trabalho e à Sra. Marilda Ferreira Bering Cunha (239.199.221-15), informando que a presente deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamenta, está disponível para a consulta no endereço virtual https://www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4477-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia (Relator).

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4478/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 003.817/2022-9.
2. Grupo: II; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Ronaldo Reis (008.695.036-34).
4. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, em substituição ao Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de concessão de aposentadoria do Sr. Ronaldo Reis, no cargo de professor adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais, submetido à apreciação do Tribunal de Contas da União, para fins de registro, de acordo com o art. 71, inciso III, da Constituição Federal.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, com fulcro no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. reconhecer o registro tácito do ato de aposentadoria de interesse do Sr. Ronaldo Reis, em atenção ao Recurso Extraordinário 636.553 decidido pelo Supremo Tribunal Federal;

9.2. restituir os autos à Sefip, para que observe o disposto no subitem 9.2.3 do Acórdão 122/2021 - Plenário; e

9.3. dar ciência desta deliberação ao interessado.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4478-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4479/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-004.158/2022-9.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Rosana Alves da Silva (022.087.088-81).
4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão inicial de aposentadoria emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo em benefício da Sra. Rosana Alves da Silva.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Rosana Alves da Silva, negando registro ao correspondente ato;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, que:

9.3.1. promova o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, nos moldes da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE; e

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4479-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4480/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 010.356/2022-3.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: José Ciro Braga (105.579.893-53).
4. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em benefício do Sr. José Ciro Braga.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor do Sr. José Ciro Braga e negar registro ao correspondente ato;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta Deliberação, que:

9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e

9.3.3. emita novo ato de concessão de aposentadoria em favor do Sr. José Ciro Braga, livre da irregularidade verificada, e promova o seu cadastramento no sistema e-Pessoal, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4480-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4481/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-010.384/2022-7.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessada: Maria Nice Brito dos Santos Castelo Branco (138.595.103-63).
4. Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas - Dnocs.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, em substituição ao Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas em benefício da Sra. Maria Nice Brito dos Santos Castelo Branco.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor da Sra. Maria Nice Brito dos Santos Castelo Branco e negar registro ao correspondente ato;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta Deliberação, que:

9.3.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;

9.3.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e

9.3.3. emita novo ato de concessão de aposentadoria em favor da Sra. Maria Nice Brito dos Santos Castelo Branco, livre da irregularidade verificada, e promova o seu cadastramento no sistema e-Pessoal, submetendo-o a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4481-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4482/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-010.387/2022-6.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessado: Silvio da Silva Macedo (151.175.881-34).
4. Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se analisa ato de concessão de aposentadoria deferida pela Fundação Universidade de Brasília em benefício do Sr. Silvio da Silva Macedo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fulcro nos incisos III e IX do art. 71 da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. considerar ilegal a concessão de aposentadoria em favor do Sr. Silvio da Silva Macedo, com negativa de registro do correspondente ato;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU;

9.3. determinar à Fundação Universidade de Brasília que adote as seguintes medidas:

9.3.1. acompanhe os desdobramentos do Mandado de Segurança 28.819/DF em trâmite no Supremo Tribunal Federal e, a partir da superveniente decisão judicial final desfavorável ao inativo, implemente providências administrativas, dentro do prazo de 30 (dias) contados da ciência da referida decisão judicial, para cessar os pagamentos decorrentes da parcela relativa à URP em 26,05%, bem como promova a reposição ao erário dos valores indevidamente percebidos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, com a redação dada pela Medida Provisória 2.225-45/2001, caso a decisão judicial definitiva não disponha de modo contrário; e

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta Deliberação, dê ciência deste Acórdão ao interessado, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4482-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4483/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-023.479/2018-3.

2. Grupo: II; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Instituto Empreender (03.666.886/0001-03); Marasueli Borges Felipe (394.075.945-72); Américo José Córdula Teixeira (048.602.538-17); e Elaine Rodrigues Santos (719.876.736- 20).

4. Unidade Jurisdicionada: Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, sucessora da Secretaria da Identidade e da Diversidade do extinto Ministério da Cultura.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - Secex/TCE.

8. Representação legal: Lidiane Rodrigues Paz, OAB/DF 37610, representante do Instituto Empreender e da Sra. Marasueli Borges Felipe; e Mauro Porto, OAB/DF 12.878, representante de Elaine Rodrigues Santos.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo extinto Ministério da Cultura - MinC, em face da ausência de documentos que evidenciassem a execução integral do Termo de Parceria 1/2009, firmado em 26/11/2009 entre a sua Secretaria da Identidade e da Diversidade e o Instituto Empreender, tendo por objeto "atividades de manutenção e fortalecimento das expressões culturais e o apoio ao pleno desenvolvimento e sustentabilidade dos grupos e redes de agentes culturais responsáveis pela diversidade das expressões culturais brasileiras, no âmbito da Convenção de Diversidade".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares com ressalva as contas da Sra. Elaine Rodrigues Santos e do Sr. Américo José Córdula Teixeira, dando-lhes quitação, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443/1992;

9.2. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Sra. Marasueli Borges Felipe e do Instituto Empreender, e condená-los, na forma adiante especificada, ao pagamento das quantias descritas a seguir, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora calculados a partir das respectivas datas até o dia da efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento do débito ao Fundo Nacional de Cultura, na forma da legislação em vigor, devendo ser abatida, por ocasião do pagamento, a parcela já restituída, nos termos do Enunciado 128 da Súmula de Jurisprudência/TCU:

9.2.1. Instituto Empreender:

VALOR (R$)	DATA
40.000,00	04/01/2010
159.266,40	03/02/2010
359.907,55	18/03/2010
43.291,83	03/09/2010
142.591,09	03/09/2010
8.000,00	04/04/2011
142.652,95	04/04/2011
9.347,05	04/04/2011
48.000,00	24/06/2011
58.377,64	29/09/2011

9.2.2. Sra. Marasueli Borges Felipe, solidariamente com o Instituto Empreender:

VALOR (R$)	DATA	TIPO
3.446.921,83	18/03/2010	D
497.855,99	03/09/2010	D
1.639.797,50	03/09/2010	D
92.000,00	04/04/2011	D
1.640.508,93	04/04/2011	D
107.491,07	04/04/2011	D
552.000,00	24/06/2011	D
671.342,87	29/09/2011	D
34.685,40	18/06/2013	C

9.3. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, individualmente, à Sra. Marasueli Borges Felipe, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais) e ao Instituto Empreender, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente Acórdão até a do efetivo recolhimento, caso paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, com fulcro no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, caso não atendidas as notificações; e

9.6. enviar cópia deste Acórdão à Secretaria Especial da Cultura do Ministério do Turismo, para ciência, bem como à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU, para adoção das medidas cabíveis.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4483-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4484/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-025.199/2017-0.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Eryka Maria de Vasconcelos Luna (902.072.624-20); Governo do Estado de Pernambuco (10.571.982/0001-25); Isaltino José do Nascimento Filho (420.493.424-20); e Metalvias Construções Ltda. (12.312.930/0001-60).

4. Entidade: Estado de Pernambuco.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex/TCE).

8. Representação legal: Flavio Roberto de Queiroz Figueiredo (10020/OAB-PB) e Alice Silva das Chagas (24810/OAB-PE), representando Isaltino Jose do Nascimento Filho; Nivaldo Lucio de Oliveira Junior (38328/OAB-PE) e Manuela Carapeba Lucio (25325/OAB-PE), representando Eryka Maria de Vasconcelos Luna; Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta); Paulo Aristóteles Amador de Sousa, representando Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), em decorrência da impugnação parcial de despesas realizadas no âmbito do Termo de Compromisso 820/2010 (peça 2, p. 3-12), celebrado com o Governo do Estado de Pernambuco, objetivando a execução de serviços de reconstrução e restauração viária nos municípios em estado de emergência no Estado de Pernambuco, devido às chuvas ocorridas no mês de junho de 2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir o Sr. Isaltino José do Nascimento Filho e a Sra. Eryka Maria de Vasconcelos Luna da presente relação processual;

9.2. nos termos do art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno/TCU, rejeitar as alegações de defesa do Estado de Pernambuco e fixar novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que o aludido ente federado, em solidariedade com a empresa Metalvias Construções Ltda., comprovem, perante este Tribunal, o recolhimento ao Tesouro Nacional das importâncias abaixo discriminadas, atualizadas monetariamente a partir das datas indicadas até a do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
11/7/2011	181. 963,91
11/7/2011	52.889,98

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, atualizadas monetariamente, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais; e

9.4. cientificar o Estado de Pernambuco e a empresa Metalvias Construções Ltda. que, nos termos do art. 12, § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 202, § 4º, do Regimento Interno/TCU, a liquidação tempestiva do débito atualizado monetariamente saneará o processo e o Tribunal julgará as respectivas contas regulares com ressalva, dando-lhes quitação, mas que a falta de liquidação tempestiva da dívida ensejará o julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, podendo ainda ser aplicada multa proporcional ao dano;

9.5. dar ciência desta deliberação ao Sr. Isaltino José do Nascimento Filho e à Sra. Eryka Maria de Vasconcelos Luna, bem como ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Pernambuco.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4484-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4485/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC-026.968/2016-9.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Antônio Almeida Neto (119.697.763-15); Francisco Dário de Sousa Lima (383.602.333-49); e Garra Construções Ltda. (08.752.534/0001-86).

4. Entidade: Município de Acopiara/CE.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - Secex/TCE.

8. Representação legal: Ricardo Gomes de Souza Pitombeira (OAB/CE 31.566) e Antonio Braga Neto (OAB/CE 17.713).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde contra o Sr. Antônio Almeida Neto, ex-prefeito de Acopiara/CE, em face da impugnação total de despesas do Convênio 1262/2007, cuja finalidade consistia na construção do sistema de abastecimento de água, conforme plano de trabalho aprovado.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas dos Srs. Antônio Almeida Neto e Francisco Dário de Sousa Lima, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas da empresa Garra Construções Ltda., com base nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992;

9.3. condenar, solidariamente, os Srs. Antônio Almeida Neto e Francisco Dário de Sousa Lima e a empresa Garra Construções Ltda., na forma disposta abaixo, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das correspondentes datas até a efetiva quitação, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida à Fundação Nacional de Saúde, na forma da legislação em vigor:

9.3.1. Srs. Antônio Almeida Neto e Francisco Dário de Sousa Lima:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
6/6/2012	8.379,08
6/6/2012	501.262,19
6/6/2012	45.120,86
6/6/2012	196.260,88
6/6/2012	8.379,08
6/6/2012	8.379,08
5/7/2012	31.896,80
5/10/2012	69.181,84

9.3.2. Srs. Antônio Almeida Neto e Francisco Dário de Sousa Lima e empresa Garra Construções Ltda.:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
9/9/2011	307.379,74
9/9/2011	451.392,50
9/9/2011	33.260,50
30/1/2012	27.558,70
7/5/2012	14.010,55
7/5/2012	15.411,60

9.4. aplicar, individualmente, aos Srs. Antônio Almeida Neto e Francisco Dário de Sousa Lima e a empresa Garra Construções Ltda. a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores abaixo especificados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

Responsável	Valor histórico (R$)
Antônio Almeida Neto	150.000,00
Francisco Dário de Sousa Lima	150.000,00
Empresa Garra Construções Ltda.	75.000,00

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento das dívidas a que se referem os subitens 9.3 e 9.4 acima, em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), cientificando os responsáveis de que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas a que se refere este Acórdão, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992; e

9.7. remeter cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado do Ceará, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, bem como à Funasa, para ciência.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4485-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4486/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC-029.223/2019-9.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Alceu Barros de Araujo (073.839.755-53); e Jacob Pereira da Silva (384.314.755-87).

4. Entidade: Município de Pedrão/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex/TCE).

8. Representação legal: Chrisvaldo Santos Monteiro de Almeida (9672/OAB-BA), representando Alceu Barros de Araujo.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Tomada de Contas Especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, tendo como responsáveis os Srs. Alceu Barros de Araújo e Jacob Pereira da Silva, Prefeitos de Pedrão/BA nos períodos de 1º/1/2009 a 31/12/2012 e 1º/1/2013 a 31/12/2016, respectivamente, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos recebidos por força do Convênio/FNDE 702334/2010 e do Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE, exercício de 2010.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "a", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. Alceu Barros de Araújo e Jacob Pereira da Silva, condenando-os ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas constantes do quadro abaixo até a data do efetivo recolhimento, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das quantias ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, abatidas as parcelas já pagas, na forma prevista na legislação em vigor:

9.1.1. Sr. Alceu Barros de Araújo:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Débito / Crédito
30/10/2010	13.000,00	Débito
4/1/2011	306.434,44	Débito
8/3/2012	153.217,22	Débito
11/6/2014	37.116,44	Crédito
30/11/2017	60,55	Crédito

9.1.2. Sr. Jacob Pereira da Silva:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
11/6/2014	37.116,44

9.2. aplicar aos Srs. Alceu Barros de Araújo e Jacob Pereira da Silva, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores de R$ 70.000,00 (setenta mil reais) e R$ 6.000,00 (seis mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.3. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.4. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992; e

9.5. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado da Bahia, com fundamento no art. 209, § 7º, do Regimento Interno/TCU, para adoção das medidas cabíveis, bem como ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, para ciência.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4486-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4487/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo: TC 035.159/2020-0.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Responsável: Thaís de Melo Ramos (079.655.366-17).

4. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, em substituição ao Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial - Secex/TCE.

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, em nome da Sra. Thaís de Melo Ramos, devido ao descumprimento do Termo de Confissão de Dívida e Pedido de Parcelamento assinado junto àquela entidade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas da Sra. Thaís de Melo Ramos e condená-la ao pagamento da quantia de R$ 139.756,80 (cento e trinta e nove mil, setecentos e cinquenta e seis reais e oitenta centavos), acrescida da atualização monetária e dos juros de mora, calculados a partir de 31/3/2019 até a efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, nos termos da legislação em vigor;

9.2. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, o parcelamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora), esclarecendo à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (art. 217, § 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU), sem prejuízo das demais medidas legais;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial da dívida a que se refere o subitem 9.1 deste Acórdão, caso não atendida a notificação, com base no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992; e

9.4. enviar cópia deste Acórdão à Procuradoria da República no Estado de Minas Gerais, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para adoção das medidas cabíveis, bem como ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, para ciência.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4487-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4488/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.349/2022-8.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Pensão Militar.

3. Interessadas: Elaine Gualberto Marques (CPF 219.798.473-04); Eliete Barbosa dos Santos (CPF 496.411.663-87); Lúcia Helena Howat Rodrigues (CPF 487.417.957-68); Maria Marcilene de Souza Vieira (CPF 100.495.172-87); Marly Andrade (CPF 253.422.587-15); Odeise Santos (CPF 047.097.132-00); Regina Helena Howat Rodrigues (CPF 534.210.357-68); Sandra da Rocha Terrinha (CPF 632.524.577-68); Sheila Laranjeira da Rocha (CPF 000.531.337-65); Silvia Pereira Vaz da Silva (CPF 738.547.007-68); Solange Laranjeira da Rocha (CPF 594.847.307-44).

4. Órgão: Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pensões militares deferidas pela Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica em favor de Sandra da Rocha Terrinha, Sheila Laranjeira da Rocha e Solange Laranjeira da Rocha, a partir do falecimento de Hélio Laranjeira da Rocha, em favor de Maria Marcilene de Souza Vieira e Odeise Santos, a partir do falecimento de José Ribamar Neves Vieira, em favor de Lúcia Helena Howat Rodrigues e Regina Helena Howat Rodrigues, a partir do falecimento de Guilherme Howat Rodrigues Júnior, e em favor de Silvia Pereira Vaz da Silva, a partir do falecimento de Carlos Alberto Vaz da Silva, além de Elaine Gualberto Marques, Eliete Barbosa dos Santos e Marly Andrade a partir do falecimento de Paulo Maia Ponte;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a legalidade do ato de reversão da pensão militar em favor de Sandra da Rocha Terrinha, Sheila Laranjeira da Rocha e Solange Laranjeira da Rocha (à Peça 3 sob o n.º 45336/2016), além da legalidade dos atos iniciais de pensão militar em favor de Maria Marcilene de Souza Vieira e Odeise Santos (à Peça 4 sob o n.º 46981/2016) e dos atos iniciais de pensão militar em favor de Lúcia Helena Howat Rodrigues e Regina Helena Howat Rodrigues (à Peça 5 sob o n.º 47977/2016), concedendo-lhes os respectivos registros;

9.2. anotar como prejudicada a apreciação de mérito do ato inicial de pensão militar em favor de Silvia Pereira Vaz da Silva (à Peça 6 sob o n.º 48297/2016), por perda de objeto, nos termos do art. 260, § 5º, do RITCU, diante do superveniente falecimento dessa interessada;

9.3. reconhecer o registro tácito para o ato inicial de pensão militar em favor de Elaine Gualberto Marques, Eliete Barbosa dos Santos e Marly Andrade (à Peça 7 sob o n.º 2342/2017), nos termos, por analogia, da Tese n.º 445 de Repercussão Geral no STF e da subsequente jurisprudência inaugurada pelo TCU a partir do Acórdão 122/2021-Plenário;

9.4. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica adote as seguintes medidas:

9.4.1. promova, se ainda não fez, a suspensão dos pagamentos decorrentes do ato indicado pelo item 9.2 deste Acórdão, diante do superveniente falecimento da aludida interessada;

9.4.2. dê ciência do inteiro teor desta deliberação às beneficiárias indicadas nos itens 9.1 e 9.3 deste Acórdão;

9.5. promover por intermédio da Sefip, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência desta deliberação, a adoção das seguintes medidas:

9.5.1. passe a promover a célere revisão de ofício sobre o referido ato de pensão militar em favor de Elaine Gualberto Marques, Eliete Barbosa dos Santos e Marly Andrade (à Peça 7 sob o n.º 2342/2017), nos termos do art. 260, § 2º, do RITCU e, por analogia, nos termos da aludida Tese n.º 445 de Repercussão Geral no STF, além da subsequente jurisprudência inaugurada pelo TCU a partir do Acórdão 122/2021-Plenário; e

9.5.2. envie a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Diretoria de Administração de Pessoal do Comando da Aeronáutica, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.4 deste Acórdão; ficando a Sefip dispensada de promover o monitoramento sobre o item 9.4 deste Acórdão.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4488-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4489/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 005.752/2019-1.

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Embargos de Declaração (em Tomada de Contas Especial).

3. Embargante: Rivanda Farias de Oliveira Batalha (CPF 575.752.315-87).

4. Entidade: Município de São Cristóvão - SE.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: Danniel Alves Costa (OAB-SE 4.416), entre outros, representando Rivanda Farias de Oliveira Batalha.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, no presente momento, tratam de embargos de declaração opostos por Rivanda Farias de Oliveira Batalha em face do Acórdão 2.666/2022 prolatado pela 2ª Câmara, ao julgar irregulares as contas dessa responsável para condená-la ao pagamento do correspondente débito, aplicando-lhe, ainda, a subjacente multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, diante da rejeição da prestação de contas dos recursos federais repassados ao Município de São Cristóvão - SE sob o valor de R$ 444.642,00 no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) durante o exercício de 2014;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. não conhecer dos supostos embargos de declaração opostos por Rivanda Farias de Oliveira Batalha em face do Acórdão 2.666/2022-TCU-2ª Câmara, nos termos do art. 34 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 287 do RITCU; e

9.2. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à suposta embargante apontada pelo item 3 deste Acórdão, para ciência.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4489-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4490/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.895/2020-4.

2. Grupo II - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Amauri Ribeiro (CPF 006.701.408-99); Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes - CBVD (CNPJ 05.634.009/0001-78).

4. Órgão: então Ministério do Esporte.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: Rômulo Augusto Costa Santos (OAB-SE 5.632), representando a Confederação Brasileira de Voleibol Para Deficientes.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Controladoria-Geral da União (CGU) em desfavor da Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes (CBVD), além de Amauri Ribeiro como então presidente da entidade (gestão: 3/5/2009 a 3/5/2017), diante da não comprovação da regular aplicação dos recursos federais aportados pelo Convênio n.º 181/2016 firmado com o Comitê Paralímpico Brasileiro (CPB) para a realização do "IV Fase de Treinamento da Seleção Masculina de Voleibol Sentado 2016" sob o valor total de R$ 88.904,32, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 11/8 a 30/9/2016;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos na Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar a revelia de Amauri Ribeiro, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992, sem prejuízo de acolher parcialmente a defesa oferecida pela CBVD com vistas a, desse modo, promover a exclusão da Confederação Brasileira de Voleibol para Deficientes nesta relação processual, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU;

9.2. julgar irregulares as contas de Amauri Ribeiro, nos termos dos arts. 16, III, alíneas "b" e "c", e 19, caput, 23, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-lo ao pagamento do correspondente débito, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde a data informada até o efetivo recolhimento, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data de Ocorrência	Valor Original (em R$)
15/8/2016	88.904,32

9.3. aplicar em desfavor de Amauri Ribeiro, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, sob o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprove, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida ao Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo ao responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do não atendimento às notificações; e

9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penas cabíveis.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4490-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4491/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 035.362/2020-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Gilmara Santos da Cunha (CPF 123.200.547-90); e Grupo Conexão G (CNPJ 15.829.595/0001-60).

4. Órgão: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos em desfavor do Grupo Conexão G, além de Gilmara Santos da Cunha como dirigente dessa entidade, diante da não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados no âmbito do Termo de Fomento n.º 852371/2017 - SNC/MDH firmado sob o valor original de R$ 100.000,00 em recursos federais para "promover o debate sobre os assassinatos relacionado à população LGBT, focando na população Trans, com o recorte nas favelas", tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 28/12/2017 a 10/9/2018;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. declarar a revelia do Grupo Conexão G, além de Gilmara Santos da Cunha, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Grupo Conexão G, além de Gilmara Santos da Cunha, nos termos dos arts. 1º, I, 16, III, "b" e "c", com o § 2º, "b", e 19, caput, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-los solidariamente ao pagamento do correspondente débito, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias contados da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, com a atualização monetária e os juros de mora calculados desde a data informada até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
21/3/2018	100.000,00

9.3. aplicar a multa prevista no art. 57 da Lei n.º 8.443, de 1992, em desfavor do Grupo Conexão G, além de Gilmara Santos da Cunha, sob o valor individual de R$ 40.000,00 (quarenta mil reais), fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, "a", do RITCU, o recolhimento das referidas dívidas ao Tesouro Nacional, com a devida atualização monetária, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217, § 2º, do RITCU, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas fixadas por este Acórdão, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei n.º 8.443, de 1992, diante do não atendimento às notificações; e

9.6. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei n.º 8.443, de 1992, para o ajuizamento das ações civis e penais cabíveis.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4491-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4492/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 001.230/2022-0.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Jurandir Rodrigues do Nascimento (CPF 149.698.071-91).
4. Órgão: Câmara dos Deputados.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração da Câmara dos Deputados em favor de Jurandir Rodrigues do Nascimento;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Jurandir Rodrigues do Nascimento (à Peça 3 sob o n.º 49310/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da inadequada percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função, além do indevido reajuste sobre essa vantagem como "quintos ou décimos" de função a partir da Lei n.º 13.302, de 2016, em dissonância com o art. 62-A, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 1990;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE, sem prejuízo de determinar a imediata suspensão dos pagamentos inerentes ao indevido reajuste sobre essa vantagem como "quintos ou décimos" de função a partir da Lei n.º 13.302, de 2016, em dissonância com o art. 62-A, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 1990;
9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração da Câmara do Deputados adote as seguintes medidas:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal em função do indevido reajuste sobre a vantagem como "quintos ou décimos" de função a partir da Lei n.º 13.302, de 2016, em dissonância com o art. 62-A, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 1990, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;
9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.3. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.3.4. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.3.5. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato inicial de aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação diante do indevido reajuste sobre a vantagem como "quintos ou décimos" de função, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;
9.4. determinar que o órgão de controle interno junto à Câmara dos Deputados verifique o efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;
9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto à Câmara dos Deputados, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; destacando que, em vários julgados anteriores, o TCU teria promovido o envio de ciência preventiva e corretiva à administração da Câmara dos Deputados, nos termos do art. 9º, I, da Resolução TCU n.º 315, de 2020, para que atente sobre a necessidade de evitar a futura ocorrência da aludida falha identificada no presente feito diante do indevido reajuste da vantagem como "quintos ou décimos" de função transformada em VPNI pelo art. 62-A da Lei n.º 8.112, de 1990, a partir da Lei n.º 13.323, de 2016, em dissonância com o art. 62-A, parágrafo único, da Lei n.º 8.112, de 1990; e
9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelos itens 9.3, 9.4 e 9.5 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4492-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4493/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 004.341/2022-8.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Rosevaldo Belarmino da Silva (CPF 898.369.608-72).
4. Órgão: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pelo Ministério da Saúde em favor de Rosevaldo Belarmino da Silva;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Rosevaldo Belarmino da Silva (à Peça 3 sob o n.º 135976/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida continuidade na destacada percepção da parcela fixada como reposição das perdas pelos planos econômicos sem a necessária absorção dessa parcela, contudo, a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;
9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Ministério da Saúde adote as seguintes medidas:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;
9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado apontada no item 9.1 deste Acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento do recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria apontada no item 9.1 deste Acórdão, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;
9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Ministério da Saúde, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e
9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4493-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4494/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 004.894/2022-7.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Maria das Graças Cardoso (CPF 222.788.004-00).
4. Órgão: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pelo Ministério da Saúde em favor de Maria das Graças Cardoso;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Maria das Graças Cardoso (à Peça 3 sob o n.º 21143/2018), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida continuidade na destacada percepção da parcela fixada como reposição das perdas pelos planos econômicos sem a necessária absorção dessa parcela, contudo, a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;
9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Ministério da Saúde adote as seguintes medidas:
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;
9.3.2. dê ciência desta deliberação á interessada apontada no item 9.1 deste Acórdão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento do recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;
9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria apontada no item 9.1 deste Acórdão, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, diante da indevida continuidade na destacada percepção da parcela fixada como reposição das perdas pelos planos econômicos sem a necessária absorção dessa parcela, contudo, a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;
9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Ministério da Saúde, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e
9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4494-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4495/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 004.936/2022-1.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: José Cândido dos Santos (CPF 148.307.364-53).
4. Órgão: Ministério da Saúde.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pelo Ministério da Saúde em favor de José Cândido dos Santos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de José Cândido dos Santos (à Peça 3 sob o n.º 124540/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida continuidade na destacada percepção das parcelas fixadas como reposição das perdas pelos planos econômicos sem a necessária absorção dessas parcelas, contudo, a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Ministério da Saúde adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado apontada no item 9.1 deste Acórdão, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento do recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria apontada no item 9.1 deste Acórdão, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, diante da indevida continuidade na destacada percepção das parcelas fixadas como reposição das perdas pelos planos econômicos sem a necessária absorção dessas parcelas, contudo, a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Ministério da Saúde, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4495-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4496/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 005.067/2022-7.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Luciene Ribeiro Pereira de Macedo (CPF 492.204.037-49).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em favor de Luciene Ribeiro Pereira de Macedo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Luciene Ribeiro Pereira de Macedo (à Peça 3 sob o n.º 9206/2022), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.1 e 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4496-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4497/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.120/2022-5.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Maria de Cassia Freire Gomes (CPF 116.224.231-00).
4. Órgão: Senado Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Senado Federal em favor de Maria de Cassia Freire Gomes;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Maria de Cassia Freire Gomes (à Peça 3 sob o n.º 19333/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Senado Federal adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Senado Federal verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, das aludidas medidas em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Senado Federal, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4497-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4498/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.623/2022-7.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessado: Isaias de Quevedo Soares (CPF 347.953.910-68).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região em favor de Isaias de Quevedo Soares;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Isaias de Quevedo Soares (à Peça 3 sob o n.º 149168/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação

proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região verifique o efetivo cumprimento do item 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração do Tribunal Regional Federal da 4ª Região e, ainda, ao respectivo órgão de controle interno, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4498-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Augusto Nardes.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4499/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 009.492/2022-4.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Francisco de Assis Silva do Nascimento (CPF 097.858.842-87).

4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região em favor de Francisco de Assis Silva do Nascimento;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Francisco de Assis Silva do Nascimento (à Peça 3 sob o n.º 51207/2020), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida averbação do descontínuo período como tempo de serviço público para a malsinada vantagem em anuênios, além da inadequada percepção da vantagem como "quintos ou décimos de função" transformada em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) pelo art. 62-A da Lei n.º 8.112, de 1990;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE, sem prejuízo, contudo, de promover a suspensão do pagamento em função da indevida averbação do descontínuo período como tempo de serviço público para a malsinada vantagem em anuênios;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal diante da indevida averbação do descontínuo período como tempo de serviço público para a malsinada vantagem em anuênios, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o referido cumprimento, ou não, da aludida medida em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do Relatório de Gestão no correspondente exercício financeiro;

9.3.4. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115 durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o referido cumprimento, ou não, da aludida medida em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do Relatório de Gestão no correspondente exercício financeiro;

9.3.5. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação sobre a indevida averbação do descontínuo período como tempo de serviço público para a malsinada vantagem em anuênios, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.3 e 9.3.4 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o referido cumprimento, ou não, da aludida medida em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão.;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4499-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4500/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 010.430/2022-9.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Vânia Pinheiro Dezen (CPF 068.922.698-50).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região em favor de Vânia Pinheiro Dezen;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Vânia Pinheiro Dezen (à Peça 3 sob o n.º 102125/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região verifique o efetivo cumprimento do item 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4500-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4501/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.680/2022-9.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Nelson Satoshi Kitazuru (CPF 050.490.498-14).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região em favor de Nelson Satoshi Kitazuru;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Nelson Satoshi Kitazuru (à Peça 3 sob o n.º 40846/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função para o período posterior à promulgação da Lei n.º 9.624, em 8/4/1998, além da inadequada percepção da parcela de "quintos ou décimos" de função incorporada como "FC2 - Auxiliar Administrativo II", antes de 4/9/2001, em face, aí, da indevida ausência do necessário substrato material, não podendo ser aplicado, nesse ponto, o entendimento fixado pelo STF no RE 638.115-CE;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função para o período compreendido originalmente entre a promulgação da Lei n.º 9.624, em 8/4/1998, e a edição da MP n.º 2.225-48, em 4/9/2001, com vistas a, assim, respeitar a decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE, sem prejuízo de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função para a parcela incorporada como "FC2 - Auxiliar Administrativo II", antes de 4/9/2001, em face, aí, da ausência do necessário substrato material, não podendo ser aplicado, nesse ponto, o entendimento fixado pelo STF no RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não o eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação

proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019;

9.3.3. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato apontado pelo item 9.1 deste Acórdão, diante da inadequada percepção da parcela de "quintos ou décimos" de função incorporada como "FC2 - Auxiliar Administrativo II", antes de 4/9/2001, em face, aí, da indevida ausência do necessário substrato material, não podendo ser aplicado, nesse ponto, o entendimento fixado pelo STF no RE 638.115-CE, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região verifique o efetivo cumprimento do item 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4501-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4502/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 011.805/2022-6.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Carmem Lúcia Diniz dos Santos (CPF 060.741.977-68).

4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região em favor de Carmem Lúcia Diniz dos Santos;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Carmem Lúcia Diniz dos Santos (à Peça 3 sob o n.º 32237/2022), além do correspondente ato de alteração dessa aposentadoria (à Peça 4 sob o n.º 32317/2022), negando-lhes o respectivo registro, diante da indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" da "FC-5 - Executante de mandados" ante a indevida ausência do necessário substrato material pelo inadequado deferimento para o exercício de função inerente a cargo efetivo e diante, ainda, da cumulativa percepção da Gratificação de Atividade Externa - GAE criada pela Lei n.º 11.416, de 2006, em prol, exclusivamente, de cargo ligado à execução de mandados e atos processuais externos, não podendo ser aí aplicado, desse modo, o entendimento fixado pelo STF no RE 638.115-CE;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais em função da indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" da "FC-5 - Executante de mandados" ante a indevida ausência do necessário substrato material pelo inadequado deferimento para o exercício de função inerente a cargo efetivo, além da cumulativa percepção da Gratificação de Atividade Externa - GAE criada pela Lei n.º 11.416, de 2006, em prol, exclusivamente, de cargo ligado à execução de mandados e atos processuais externos, não podendo ser aplicado, assim, o entendimento fixado pelo STF no RE 638.115-CE, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar os comprovantes da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação diante da indevida percepção da vantagem como "quintos ou décimos" da "FC-5 - Executante de mandados" ante a indevida ausência do necessário substrato material pelo inadequado deferimento para o exercício de função inerente a cargo efetivo, além da cumulativa percepção da Gratificação de Atividade Externa - GAE criada pela Lei n.º 11.416, de 2006, em prol, exclusivamente, de cargo ligado à execução de mandados e atos processuais externos, não podendo ser aí aplicado, desse modo, o entendimento fixado pelo STF no RE 638.115-CE, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de a unidade técnica promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4502-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4503/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 011.831/2022-7.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessado: Marília Satyro Bonavides Eloy (CPF 424.126.684-34).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região (PB).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região em favor de Marília Satyro Bonavides Eloy;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Marília Satyro Bonavides Eloy (à Peça 3 sob o n.º 31398/2022), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região verifique o efetivo cumprimento do item 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4503-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4504/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 011.849/2022-3.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.

3. Interessada: Solange de Fátima Sampaio de Oliveira (CPF 499.470.527-53).

4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (RJ).

5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região em favor de Solange de Fátima Sampaio de Oliveira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Solange de Fátima Sampaio de Oliveira (à Peça 3 sob o n.º 4468/2022), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região verifique o efetivo cumprimento do item 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4504-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4505/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.347/2022-1.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Luzia Maria Silva Teixeira (CPF 064.555.733-15).
4. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em favor de Luzia Maria Silva Teixeira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Luzia Maria Silva Teixeira (à Peça 3 sob o n.º 24678/2019), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida continuidade na destacada percepção da parcela fixada como reposição das perdas pelos planos econômicos sem a necessária absorção dessa parcela, contudo, a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula nº 106 do TCU;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) adote as seguintes medidas:

9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal pelo item 9.1 deste Acórdão, diante dos indevidos pagamentos inerentes à parcela fixada como reposição das perdas pelos correspondentes planos econômicos ante a inadequada ausência da necessária absorção dessa parcela a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 71, IX, da Constituição de 1988 e do art. 262, caput, do RITCU;

9.3.2. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.3. encaminhe a este Tribunal, nos termos do art. 262, § 2º, do RITCU, o novo ato de concessão da aludida aposentadoria, sem a ilegalidade indicada nesta deliberação, diante dos indevidos pagamentos inerentes à parcela fixada como reposição das perdas pelos correspondentes planos econômicos ante a inadequada ausência da necessária absorção dessa parcela a partir das supervenientes modificações na estrutura remuneratória, para que seja submetido à apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do RITCU;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, ao Instituto Nacional do Seguro Social, para ciência e efetivo cumprimento do item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4505-29/22-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4506/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 012.880/2022-1.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Maria José Lopes Leite (CPF 128.699.883-20).
4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional Federal da 3ª Região em favor de Maria José Lopes Leite;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Maria José Lopes Leite (à Peça 3 sob o n.º 151936/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional Federal da 3ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. reavalie e, se for o caso, promova a efetiva alteração da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" originalmente concedida diante da eventual necessidade de absorção dessa parcela pelas subsequentes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em sintonia, assim, com a deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.3.3. promova a efetiva implementação das futuras absorções da parcela inerente à incorporação de "quintos ou décimos de função" em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019; devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região verifique o efetivo cumprimento dos itens 9.3.2 e 9.3.3 deste Acórdão, devendo se manifestar anual e conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desses itens do acórdão em item específico no seu Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão em cada exercício financeiro;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4506-29/22-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4507/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 013.685/2022-8.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Aposentadoria.
3. Interessada: Cláudia Maria Zimmermann (CPF 609.636.119-68).
4. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região (SC).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de aposentadoria deferida pela administração do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região em favor de Cláudia Maria Zimmermann;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, dos arts. 1º, V, 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, e dos arts. 260, § 1º, e 262, § 2º, do RITCU, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato inicial de aposentadoria em favor de Cláudia Maria Zimmermann (à Peça 3 sob o n.º 129702/2021), negando-lhe o respectivo registro, diante da indevida incorporação da vantagem como "quintos ou décimos" de função;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância com a Súmula n.º 106 do TCU, deixando, ainda, de determinar a imediata cessação dos pagamentos inerentes aos "quintos ou décimos" de função em respeito à decisão prolatada pelo STF no bojo do RE 638.115-CE;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região adote as seguintes medidas:

9.3.1. dê ciência desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da eventual interposição do subsequente recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação, diante do não provimento desse recurso, devendo encaminhar o comprovante da correspondente notificação ao TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

9.3.2. promova o destaque da referida parcela como "quintos ou décimos" de função pública, transformando-a em VPNI, e, se a respectiva decisão judicial transitada em julgado permitir, promova a efetiva implementação das futuras absorções dessa parcela em face das supervenientes modificações legais produzidas sobre a estrutura remuneratória da correspondente carreira, em observância, então, à deliberação proferida pelo Supremo Tribunal Federal no bojo do RE 638.115-CE durante a Sessão de 18/12/2019;

9.4. determinar que o órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região verifique o efetivo cumprimento do item 9.3.2 deste Acórdão, devendo se manifestar conclusivamente sobre o aludido cumprimento, ou não, desse item do acórdão em item específico no seu próximo Relatório de Auditoria de Gestão a partir da análise do correspondente Relatório de Gestão;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração e, ainda, ao órgão de controle interno junto ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, para ciência e efetivo cumprimento dos itens 9.3 e 9.4 deste Acórdão; e

9.6. arquivar o presente processo, sem prejuízo de promover o monitoramento da determinação proferida pelo item 9.3 deste Acórdão, representando ao TCU, se necessário.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4507-29/22-2.
13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4508/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo n.º TC 012.778/2022-2.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Atos de Admissão.
3. Interessada: Valéria Alves Pereira (CPF 027.241.583-93).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal.
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em prol de Valéria Alves Pereira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, e dos arts. 1º, V, e 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato de admissão em favor de Valéria Alves Pereira (à Peça 3 sob o n.º 65539/2020), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância, por analogia, com as Súmulas n.os 106 e 249 do TCU, deixando, ainda, de, no presente momento, determinar a imediata cessação do pagamento dos correspondentes salários em respeito à decisão judicial prolatada no âmbito da Ação Civil Pública n.º 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração da Caixa Econômica Federal adote as seguintes medidas:

9.3.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública n.º 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília e, a partir da superveniente decisão judicial final desfavorável à ora interessada, adote as providências cabíveis para, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados dessa superveniente decisão judicial final, promover a efetiva desconstituição do respectivo ato de admissão em prol da ora interessada, nos termos do art. 262 do RITCU, informando o TCU, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da aludida decisão judicial final, sobre o efetivo resultado da adoção dessas providências;

9.3.2. dê ciência da presente deliberação do TCU à interessada apontada pelo item 9.1 deste Acórdão;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração da Caixa Econômica Federal, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo; ficando a unidade técnica dispensada de promover o monitoramento sobre o item 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4508-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4509/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 012.797/2022-7.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Atos de Admissão.
3. Interessada: Joice da Silva Santana Cerqueira (CPF 045.999.745-95).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal (Caixa).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em prol de Joice da Silva Santana Cerqueira;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, e dos arts. 1º, V, e 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato de admissão em favor de Joice da Silva Santana Cerqueira (à Peça 3 sob o n.º 53226/2022), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância, por analogia, com as Súmulas n.os 106 e 249 do TCU, deixando, ainda, de, no presente momento, determinar a imediata cessação do pagamento dos correspondentes salários em respeito à decisão judicial prolatada no âmbito da Ação Civil Pública n.º 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração da Caixa Econômica Federal adote as seguintes medidas:

9.3.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública n.º 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília e, a partir da superveniente decisão judicial final desfavorável à ora interessada, adote as providências cabíveis para, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados dessa superveniente decisão judicial final, promover a efetiva desconstituição do respectivo ato de admissão em prol da ora interessada, nos termos do art. 262 do RITCU, informando o TCU, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da aludida decisão judicial final, sobre o efetivo resultado da adoção dessas providências;

9.3.2. dê ciência da presente deliberação do TCU à interessada apontada pelo item 9.1 deste Acórdão;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração da Caixa Econômica Federal, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo; ficando a unidade técnica dispensada de promover o monitoramento sobre o item 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4509-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4510/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 014.032/2022-8.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Atos de Admissão.
3. Interessado: Hortis Lopes Leite (CPF 149.417.187-20).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal (Caixa).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em prol de Hortis Lopes Leite;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, e dos arts. 1º, V, e 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato de admissão em favor de Hortis Lopes Leite (à Peça 3 sob o n.º 47554/2022), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância, por analogia, com as Súmulas n.os 106 e 249 do TCU, deixando, ainda, de, no presente momento, determinar a imediata cessação do pagamento dos correspondentes salários em respeito à decisão judicial prolatada no âmbito da Ação Civil Pública n.º 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração da Caixa Econômica Federal adote as seguintes medidas:

9.3.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública n.º 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília e, a partir da superveniente decisão judicial final desfavorável ao ora interessado, adote as providências cabíveis para, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados dessa superveniente decisão judicial final, promover a efetiva desconstituição do respectivo ato de admissão em prol do ora interessado, nos termos do art. 262 do RITCU, informando o TCU, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da aludida decisão judicial final, sobre o efetivo resultado da adoção dessas providências;

9.3.2. dê ciência da presente deliberação do TCU ao interessado apontado pelo item 9.1 deste Acórdão;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração da Caixa Econômica Federal, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo; ficando a unidade técnica dispensada de promover o monitoramento sobre o item 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4510-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4511/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 015.587/2022-3.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Atos de Admissão.
3. Interessado: Francisco Elton Braga (CPF 676.419.622-20).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal (Caixa).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em prol de Francisco Elton Braga;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, e dos arts. 1º, V, e 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato de admissão em favor de Francisco Elton Braga (à Peça 3 sob o n.º 65441/2020), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância, por analogia, com as Súmulas n.os 106 e 249 do TCU, deixando, ainda, de, no presente momento, determinar a imediata cessação do pagamento dos correspondentes salários em respeito à decisão judicial prolatada no âmbito da Ação Civil Pública n.º 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração da Caixa Econômica Federal adote as seguintes medidas:

9.3.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública n.º 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília e, a partir da superveniente decisão judicial final desfavorável ao ora interessado, adote as providências cabíveis para, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados dessa superveniente decisão judicial final, promover a efetiva desconstituição do respectivo ato de admissão em prol do ora interessado, nos termos do art. 262 do RITCU, informando o TCU, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da aludida decisão judicial final, sobre o efetivo resultado da adoção dessas providências;

9.3.2. dê ciência da presente deliberação do TCU ao interessado apontado pelo item 9.1 deste Acórdão;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração da Caixa Econômica Federal, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo; ficando a unidade técnica dispensada de promover o monitoramento sobre o item 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4511-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4512/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 043.585/2021-3.
2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Atos de Admissão.
3. Interessado: Livancly do Carmo Almeida (CPF 007.538.493-05).
4. Entidade: Caixa Econômica Federal (Caixa).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de ato de admissão emitido pela Caixa Econômica Federal (Caixa) em prol de Livancly do Carmo Almeida;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, nos termos do art. 71, III e IX, da Constituição de 1988, e dos arts. 1º, V, e 39, II, e 45 da Lei n.º 8.443, de 1992, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. assinalar a ilegalidade do ato de admissão em favor de Livancly do Carmo Almeida (à Peça 3 sob o n.º 134059/2019), negando-lhe o respectivo registro;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias percebidas indevidamente, mas de boa-fé, em consonância, por analogia, com as Súmulas n.os 106 e 249 do TCU, deixando, ainda, de, no presente momento, determinar a imediata cessação do pagamento dos correspondentes salários em respeito à decisão judicial prolatada no âmbito da Ação Civil Pública n.º 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília;

9.3. determinar que, no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência desta deliberação, a administração da Caixa Econômica Federal adote as seguintes medidas:

9.3.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública n.º 00059-10-2016-5-10-0006 em tramitação perante a 6ª Vara do Trabalho de Brasília e, a partir da superveniente decisão judicial final desfavorável ao ora interessado, adote as providências cabíveis para, dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados dessa superveniente decisão judicial final, promover a efetiva desconstituição do respectivo ato de admissão em prol do ora interessado, nos termos do art. 262 do RITCU, informando o TCU, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias contados da aludida decisão judicial final, sobre o efetivo resultado da adoção dessas providências;

9.3.2. dê ciência da presente deliberação do TCU ao interessado apontado pelo item 9.1 deste Acórdão;

9.4. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, à administração da Caixa Econômica Federal, para ciência e efetivo cumprimento ao item 9.3 deste Acórdão; e

9.5. arquivar o presente processo; ficando a unidade técnica dispensada de promover o monitoramento sobre o item 9.3 deste Acórdão.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4512-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (Presidente), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho (Relator).

ACÓRDÃO Nº 4513/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 001.513/2022-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Jose Bartolomeu da Silva Ramos (036.311.332-00).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Jose Bartolomeu da Silva Ramos, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;
9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4513-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4514/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.710/2022-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Francisca das Chagas Lima Barreto (154.075.513-49).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Francisca das Chagas Lima Barreto, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4514-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4515/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 002.805/2022-7.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Rubem de Almeida Mota (162.317.085-00).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Rubem de Almeida Mota, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;
9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4515-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4516/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 004.402/2022-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Francineide Herculano Lopes Tavares (108.896.394-34).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Francineide Herculano Lopes Tavares, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4516-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4517/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 005.672/2022-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Alvaro dos Santos da Anunciacao (159.017.935-87).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Alvaro dos Santos da Anunciacao, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;
9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4517-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4518/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.587/2022-4.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Dinalva Luis Pinto (186.183.671-68).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Dinalva Luis Pinto, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, corrija o valor da rubrica judicial alusiva à URP, restabelecendo os valores verificados em setembro de 2010, mês em que foi proferida a decisão liminar que assegurou sua irredutibilidade, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.2.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 28.819/DF, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;
9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
9.3. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4518-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4519/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 006.680/2022-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Ana Amelia Leite de Brito (061.693.333-91).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Ana Amelia Leite de Brito, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4519-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4520/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.042/2022-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fernando de Carvalho Parente (070.857.373-87).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Antonio Borges de Melo, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;
9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4520-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4521/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.109/2022-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Geraldo Vieira da Silva (005.917.648-22).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Geraldo Vieira da Silva, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;
9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4521-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4522/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 008.926/2022-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Sonia Maria de Oliveira Ramos (154.149.301-04).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Sonia Maria de Oliveira Ramos, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, corrija o valor da rubrica judicial alusiva à URP, restabelecendo os valores verificados em setembro de 2010, mês em que foi proferida a decisão liminar que assegurou sua irredutibilidade, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.2.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 28.819/DF, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;
9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
9.3. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4522-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4523/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.488/2022-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Antonio Batista Meira (078.559.404-30).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Antonio Batista Meira, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;
9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4523-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4524/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 009.919/2022-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Francisca Edenia Peixoto de Oliveira (174.428.503-91).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Francisca Edenia Peixoto de Oliveira, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4524-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4525/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.862/2022-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Maria de Fatima Souza e Silva (323.659.420-91).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Maria de Fatima Souza e Silva, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, corrija o valor da rubrica judicial alusiva à URP, restabelecendo os valores verificados em novembro de 2006, mês em que foi proferida a decisão liminar que assegurou sua irredutibilidade, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.2.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 26.156/DF, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;
9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
9.3. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4525-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4526/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.866/2022-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Eraldo Acioli Ferreira (070.672.323-68).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Eraldo Acioli Ferreira, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;

9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4526-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4527/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 010.921/2022-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Vania Lucia Dias Vasconcellos (376.764.231-04).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Vania Lucia Dias Vasconcellos, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. determinar à unidade jurisdicionada que:

9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, corrija o valor da rubrica judicial alusiva à URP, restabelecendo os valores verificados em novembro de 2006, mês em que foi proferida a decisão liminar que assegurou sua irredutibilidade, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.2.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 26.156/DF, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;

9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;

9.3. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4527-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4528/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 011.640/2022-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Maria de Fatima Brito Vogt (371.900.911-49).

4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Maria de Fatima Brito Vogt, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. determinar à unidade jurisdicionada que:

9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, corrija o valor da rubrica judicial alusiva à URP, restabelecendo os valores verificados em novembro de 2006, mês em que foi proferida a decisão liminar que assegurou sua irredutibilidade, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.2.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 26.156/DF, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;

9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;

9.3. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4528-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4529/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 018.980/2021-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Marcos Antonio do Rosario Cordeiro (641.351.607-00).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal Fluminense.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pela Universidade Federal Fluminense,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Marcos Antonio do Rosario Cordeiro, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;

9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4529-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4530/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.039/2021-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial.

3.Responsáveis: Antônio José Marques da Silva (890.177.814-91); Ericleison Cardoso Silva (019.256.544-35); Jandira Pedrosa Leal (552.196.594-72); e Projemaxi - Projetos, Eventos e Desenvolvimento (07.877.547/0001-19).

4. Unidade jurisdicionada: Projemaxi - Projetos, Eventos e Desenvolvimento.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sérgio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Turismo devido à não comprovação da regular aplicação dos recursos repassados pela União, por meio do Convênio 732172/2010, registro Siafi 732172, firmado com a Projemaxi - Projetos, Eventos e Desenvolvimento, para a realização do "1º Carnaval Fora de Época Cortês - PE";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. arquivar a tomada de contas especial, ante a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, com fundamento no art. 1º, inciso I, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 169, inciso VI, e 212 do Regimento Interno do TCU;

9.2. encaminhar cópia deste acórdão ao Ministério do Turismo e aos responsáveis.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4530-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4531/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 020.544/2017-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Saúde - MS (00.530.493/0001-71).

3.2. Responsáveis: Arionaldo Bomfim Rosendo (182.782.991-53); Augusta Brito de Paula (816.087.133-34).

4. Órgão/Entidade: Município de Graça - CE.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Geraldo de Holanda Goncalves Filho (17.824/OAB-CE) e Joana Alencar Ferreira de Carvalho (32.043/OAB-CE), representando Augusta Brito de Paula.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde, em razão da inexecução parcial do objeto e do não-alcance dos objetivos do Convênio 2992/2006, firmado entre o Ministério da Saúde e o Município de Graça/CE para construção de unidade básica de saúde,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e 19, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas de Arionaldo Bomfim Rosendo e Augusta Brito de Paula, condenando-os ao pagamento do débito discriminado a seguir,

atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora devidos, calculado desde a data de ocorrência indicada até sua efetiva quitação, na forma da legislação vigente, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia ao Fundo Nacional de Saúde, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da referida Lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Data de ocorrência	Valor Original
19/9/2007	46.666,68
22/10/2007	46.666,66

9.2. com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992, autorizar, se requerido, o pagamento da importância devida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para que seja comprovado, perante este Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para que seja comprovado o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal os devidos acréscimos legais, na forma prevista na legislação vigente, além de alertar que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

9.3. com fundamento no art. 28 da Lei 8.443/1992, autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação;

9.4. com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, c/c art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, remeter cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Ceará, para adoção das medidas que entender cabíveis;

9.5. dar ciência deste acórdão ao Fundo Nacional de Saúde e aos responsáveis.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4531-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4532/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.751/2021-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Leila Terezinha dos Reis Rocha (424.656.990-91).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Maria.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pela Universidade Federal de Santa Maria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Leila Terezinha dos Reis Rocha, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4532-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4533/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 022.809/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Sandra Antonia Leonel da Silva (583.984.659-72).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pela Universidade Federal de Santa Catarina,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Sandra Antonia Leonel da Silva, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4533-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4534/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.609/2021-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Lazara de Jesus Madeira (356.001.449-20).
4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria emitido pela Universidade Federal do Paraná,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Lazara de Jesus Madeira, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4534-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4535/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.656/2021-2.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Angelia Maria da Silva Ferreira (183.692.861-00).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Angelia Maria da Silva Ferreira, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, corrija o valor da rubrica judicial alusiva à URP, restabelecendo os valores verificados em setembro de 2010, mês em que foi proferida a decisão liminar que assegurou sua irredutibilidade, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.2.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 28.819/DF, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;
9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
9.3. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4535-29/22-2.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4536/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.660/2021-0.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Maria Marinalva de Franca (130.269.411-15).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Maria Marinalva de Franca, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, corrija o valor da rubrica judicial alusiva à URP, restabelecendo os valores verificados em setembro de 2010, mês em que foi proferida a decisão liminar que assegurou sua irredutibilidade, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.2.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 28.819/DF, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituída a liminar que assegura a manutenção da URP, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;
9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
9.3. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4536-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4537/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 023.661/2021-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Elizabeth de Andrade Lima Hazin (319.689.454-15).
4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com o art. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Elizabeth de Andrade Lima Hazin, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.2.1. no prazo de 15 (quinze) dias, corrija o valor da rubrica judicial alusiva à URP, restabelecendo os valores verificados em novembro de 2006, mês em que foi proferida a decisão liminar que assegurou sua irredutibilidade, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;
9.2.2. acompanhe a tramitação do Mandado de Segurança 26.156/DF, em curso no Supremo Tribunal Federal, e, uma vez desconstituídas a liminar que assegura a manutenção da URP, promova a imediata supressão da parcela e proceda à restituição dos valores pagos a esse título desde a impetração da respectiva ação, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, salvo expressa disposição judicial em sentido diverso;
9.2.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
9.3. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4537-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4538/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo TC 029.978/2018-1
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: João Carlos Luz Ravacci Menck (073.890.888-69).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Paranapanema/SP.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: José Antônio Gomes Ignácio Júnior (OAB/SP 119.663), representando João Carlos Luz Ravacci Menck.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por João Carlos Luz Ravacci Menck contra o Acórdão 18.086/2021-TCU-Segunda Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares as suas contas e imputou-lhe o débito original de R$ 155.835,94,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso para negar-lhe provimento, mantendo-se inalterado o Acórdão 18.086/2021-TCU-Segunda Câmara;
9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4538-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4539/2022 - TCU - Segunda Câmara

1. Processo TC 039.889/2019-0
2. Grupo I - Classe I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Joseraldo Rodrigues Bezerra (587.581.004-15).
4. Unidade Jurisdicionada: Município de Brejão/PE.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Célia Ester de Siqueira França (OAB/PE 11.763) e Bruno Siqueira França (OAB/PE 15.418), representando Joseraldo Rodrigues Bezerra.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em que se aprecia recurso de reconsideração interposto por Joseraldo Rodrigues Bezerra contra o Acórdão 4.024/2021-TCU-Segunda Câmara, por meio do qual o Tribunal julgou irregulares as contas do recorrente e imputou-lhe o débito original de R$ 417.506,41,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, conhecer do recurso de reconsideração para negar-lhe provimento, mantendo-se inalterado o Acórdão 4.024/2021-TCU-Segunda Câmara;
9.2. dar ciência deste acórdão ao recorrente.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4539-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4540/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 040.935/2021-3.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Antonia Glaciene Duarte Queiroz (212.942.323-04).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (extinta).
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Antonia Glaciene Duarte Queiroz, negando o registro ao ato correspondente;
9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);
9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:
9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;
9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;
9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4540-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4541/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 040.948/2021-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Antonio Borges de Melo (200.529.013-00).
4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra As Secas.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Antonio Borges de Melo, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;

9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4541-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4542/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 043.802/2021-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Raimunda de Brito Porto (112.101.503-44).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Raimunda de Brito Porto, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação à interessada, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;

9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4542-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4543/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 043.806/2021-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Jose Ferreira Braga (297.265.813-20).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Jose Ferreira Braga, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;

9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4543-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4544/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 045.017/2021-2.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Maria Lucia Cisneiros da Costa Reis (127.927.724-68).

4. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia ato de aposentadoria,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar ilegal a aposentadoria de Maria Lucia Cisneiros da Costa Reis, negando o registro ao ato correspondente;

9.2. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.3. determinar à unidade jurisdicionada que:

9.3.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato livre das irregularidades identificadas;

9.3.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação ao interessado, esclarecendo-lhe que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.3.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;

9.4. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.

11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4544-29/22-2.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.

13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4545/2022 - TCU - 2ª Câmara

1. Processo nº TC 045.951/2020-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Aposentadoria.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Ana Lucia Valencio da Silveira (561.961.219-87); Idelir Eler (232.992.829-72); Iracilda Rotta (318.536.509-78); Orelina Ferrari (127.738.858-05); Wilmar Barbosa (185.255.719-20).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam atos de aposentadoria emitidos pela Universidade Federal do Paraná,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 260, § 1º, 261, caput e § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. considerar legais as aposentadorias de Ana Lucia Valencio da Silveira e Wilmar Barbosa, concedendo o registro aos atos correspondentes;

9.2. considerar ilegais as aposentadorias de Idelir Eler, Iracilda Rotta e Orelina Ferrari, negando o registro aos atos correspondentes;

9.3. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé (enunciado 106 da súmula da jurisprudência predominante do TCU);

9.4. determinar à unidade jurisdicionada que:

9.4.1. no prazo de 15 (quinze) dias, faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora considerados ilegais, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novos atos livres das irregularidades identificadas;

9.4.2. no prazo de 15 (quinze) dias, dê ciência do inteiro teor desta deliberação aos interessados cujos atos ora são considerados ilegais, esclarecendo-lhes que o efeito suspensivo proveniente da interposição de recurso não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a notificação sobre o presente acórdão, em caso de não provimento do recurso porventura impetrado;

9.4.3. no prazo de 30 (trinta) dias, informe ao TCU as medidas adotadas, sem prejuízo de encaminhar comprovante sobre a data em que os interessados tomaram conhecimento deste acórdão;

9.5. dar ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada.

10. Ata n° 29/2022 - 2ª Câmara.
11. Data da Sessão: 23/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-4545-29/22-2.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Augusto Nardes (na Presidência), Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 4546/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria emitido pelo Ministério da Saúde em favor de Sulamita Kuipers, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e o Ministério Público junto ao TCU identificaram como irregularidade o pagamento de parcelas judiciais referentes a Plano Econômico;

Considerando o disciplinamento contido no Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário, confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário, segundo o qual, em atos que contemplem parcelas relativas a planos econômicos, compete ao Tribunal considerá-los ilegais e negar-lhes o registro, mesmo diante de eventual decisão judicial favorável à continuidade do benefício, porquanto os pagamentos da espécie não se incorporam à remuneração em caráter permanente, pois têm natureza de antecipação salarial, conforme o Enunciado 322 da Súmula do TST;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático de aplicação já se tenha exaurido;

Considerando que consoante Acórdão 1.614/2019-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, devem ser absorvidas ou eliminadas da estrutura remuneratória dos servidores públicos federais, conforme o caso, o pagamento das seguintes rubricas judiciais: a) Plano Bresser (reajuste de 26,06%, referente à inflação de junho de 1987) ; b) URP de abril e maio de 1988 (16,19%) ; c) Plano Verão (URP de fevereiro de 1989, com o índice de 26,05%) ; d) Plano Collor (1990, com o índice de 84,32%) ; e) incorporação de horas extras; f) vantagem pessoal do art. 5º do Decreto 95.689/1988, concedida com o fito de evitar o decesso remuneratório em razão do reenquadramento de docentes e técnicos administrativos no Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos; g) percentual de 28,86%, referente ao reajuste concedido exclusivamente aos militares pelas Leis 8.622/1993 e 8.627/1993, posteriormente estendido aos servidores civis pela Medida Provisória 1.704/1998; h) percentual de 3,17%, em função de perda remuneratória decorrente da aplicação errônea dos critérios de reajuste em face da URV (referente ao Plano Real) ; e i) percentual de 10,8%, concedido exclusivamente para proventos de aposentadoria e pensão civil;

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há que se falar em direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que, em obediência ao sobredito entendimento, a unidade jurisdicionada não poderia afastar-se da aplicação da metodologia explicitada no Acórdão 2.161/2005-TCU-Plenário, obedecidos os detalhamentos constantes do Acórdão 269/2012-TCU-Plenário, ou seja, com transformação da vantagem inquinada em VPNI, sujeita apenas aos reajustes gerais do funcionalismo, e que deveria ser paulatinamente absorvida em razão de reestruturações de carreira ocorridas posteriormente;

Considerando que diversos foram os normativos que, de alguma forma, alteraram a estrutura remuneratória da carreira dos servidores da entidade de origem e que deveriam ter ensejado a absorção da parcela judicial inquinada;

Considerando que o Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário 596.663, que teve repercussão geral reconhecida, assentou a tese de que a sentença que reconhece ao trabalhador ou ao servidor o direito a determinado percentual de acréscimo remuneratório deixa de ter eficácia a partir da superveniente incorporação definitiva do referido percentual nos seus ganhos;

Considerando, finalmente, os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto a este Tribunal, pela ilegalidade do ato em referência, em face da irregularidade apontada nos autos, envolvendo questão jurídica de solução já compendiada em enunciados da Súmula da Jurisprudência do TCU;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada nesta Corte há menos de cinco anos, estando, assim, de acordo com a tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal, no julgamento do RE 636.553/RS, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes (de 19/2/2020, Plenário, Ata 75/2020, DJE nº 129);

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45, caput, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 143, inciso II, parte final, 260, § 1º, e 262, caput e § 2º, do Regimento Interno/TCU, bem assim com as Súmulas/TCU 276 e 279, em: considerar ilegal e recusar registro ao ato de concessão de aposentadoria emitido em favor de Sulamita Kuipers, em decorrência da inclusão de parcelas judiciais, decorrentes de Plano Econômico, na base de cálculo dos proventos; dispensar a devolução dos valores indevidamente recebidos até a data da ciência pela unidade de origem, do presente acórdão, com base no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU; fazer as determinações especificadas no subitem 1.7 a seguir.

1. Processo TC-010.954/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Sulamita Kuipers (085.388.592-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar ao Ministério da Saúde que:
1.7.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado, em especial as parcelas decorrentes de planos econômicos, comunicando ao TCU, no prazo de 15 (quinze) dias, as providências adotadas, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno do TCU, art. 8º, caput, da Resolução-TCU 206/2007 e art. 19, caput, da Instrução Normativa-TCU 78/2018;
1.7.2. emita novo ato de aposentadoria, livre da irregularidade apontada, submetendo-o ao TCU, no prazo de 30 (trinta) dias, consoante os arts. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU e 19, § 3º, da Instrução Normativa TCU 78/2018;
1.7.3. comunique à interessada o teor desta decisão, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso o recurso não seja provido;
1.7.4. no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência desta decisão, envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que a interessada está ciente da presente deliberação;
1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 4547/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de aposentadoria de Junia Regina de Faria Barreto emitido pela Fundação Universidade de Brasília, submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que, no ato enfocado nestes autos, as análises empreendidas revelam a irregularidade caracterizada pela manutenção, nos proventos, de parcela decorrente de decisão judicial referente à incorporação da URP (26,05%), não absorvida pelos posteriores acréscimos remuneratórios do cargo;

Considerando o disciplinamento dado à matéria pelo Acórdão 1.857/2003-TCU-Plenário (relator: Ministro Adylson Motta), confirmado pelo Acórdão 961/2006-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), a preconizar que os pagamentos de rubricas de reposição por perdas com planos econômicos, por força de decisões judiciais, não se perpetuam, dada sua natureza de antecipação salarial, a teor da Súmula-TST 322, devendo, assim, ser absorvidos pelos subsequentes aumentos remuneratórios do cargo;

Considerando o entendimento igualmente firmado nos sobreditos acórdãos, no sentido de que não representa afronta à coisa julgada a decisão posterior deste Tribunal que afaste pagamentos oriundos de sentenças judiciais cujo suporte fático já se tenha exaurido;

Considerando que a irregularidade tipificada é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos, entre outros: do Plenário, 1.614/2019 (relatora: Ministra Ana Arraes); da Primeira Câmara, 49/2022 (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), 215/2022 (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira), 3.036/2022 (relator: Ministro Benjamin Zymler) e 3.068/2022 (relator: Ministro Jorge Oliveira); e da Segunda Câmara, 1.991/2022 (relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer), 2.457/2022 (relator: Ministro Bruno Dantas), 2.656/2022 (relator: Ministro Antonio Anastasia) e 2.720/2022 (relator: Ministro Aroldo Cedraz);

Considerando ainda que, conforme jurisprudência pacífica tanto no âmbito do STJ como do STF, não há direito adquirido a regime de vencimentos, de forma que alterações posteriores devem absorver as vantagens decorrentes de decisões judiciais com suporte fático exaurido, resguardada a irredutibilidade remuneratória (e.g., MS 13.721-DF/STJ, MS 11.145-DF/STJ, RE 241.884-ES/STF, RE 559.019-SC/STF, MS 26.980-DF/STF);

Considerando que a continuidade do pagamento ora inquinado decorre de decisão liminar proferida em Mandado de Segurança impetrado pelo respectivo sindicato junto ao Supremo Tribunal Federal, cujo trânsito em julgado não foi noticiado nos autos;

Considerando que a situação descrita não impede o julgamento do ato pela ilegalidade, com negativa de registro, mas sem interrupção dos pagamentos inquinados, em respeito ao provimento judicial, que, se não transitado em julgado, impõe determinação à unidade jurisdicionada para acompanhamento da ação, em conformidade com o decidido nos Acórdãos da Primeira Câmara 2.827/2022 (relator: Ministro Benjamin Zymler), 3.068/2022 (relator: Ministro Jorge Oliveira), 9.161/2021 (relator: Ministro Substituto Weder de Oliveira); e da Segunda Câmara, 2.151/2021 (relator: Ministro Augusto Nardes) e 2.644/2022 (relator: Ministro Aroldo Cedraz); e outros;

Considerando os pareceres convergentes da unidade técnica especializada e do Ministério Público junto a este Tribunal;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021-TCU-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 17, inciso III; 143, inciso II e 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em favor de Junia Regina de Faria Barreto; dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado nº 106 da Súmula de Jurisprudência deste Tribunal; e expedir os comandos discriminados no item 1.7.

1. Processo TC-011.871/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Junia Regina de Faria Barreto (595.089.066-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Fundação Universidade de Brasília, que:
1.7.1. acompanhe o curso do MS 28.819-DF, impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal, pelo Sindicato dos Trabalhadores da Fundação Universidade de Brasília (SINTFUB/DF), e, em caso de insubsistência da decisão liminar que garante o pagamento da parcela de URP (26,05%) em favor dos substituídos, adote as providências cabíveis para:
1.7.1.1 no prazo de 15 (quinze) dias contados da ciência do fato, cessar os pagamentos da parcela inquinada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262, caput, do RITCU;
1.7.1.2 emitir novo ato de aposentadoria da interessada indicado no item 1.1, livre da irregularidade apontada, disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;
1.7.2. no prazo de trinta dias, contados da ciência da presente deliberação, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;
1.8. dar ciência deste Acórdão à interessada e à Fundação Universidade de Brasília.

ACÓRDÃO Nº 4548/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Sultane Maria Mussi, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.756/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Sultane Maria Mussi (602.288.307-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4549/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Claudia Munhoz de Lima Castro emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP e submetido a este Tribundal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que, de forma geral, a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam também a irregularidade caracterizada pela inclusão nos proventos da vantagem "opção" oriunda do art. 193 da Lei 8.112/1990, benefício não aplicável aos servidores que implementaram o direito à aposentadoria após a publicação da Emenda Constitucional 20/1998 (16/12/1998);

Considerando que, no caso concreto, o direito à aposentadoria foi implementado após 16/12/1998;

Considerando que a irregularidade referente à parcela opção é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, tendo por paradigma o Acórdão 1.599/2019-TCU-Plenário (Relator: Ministro Benjamin Zymler), acompanhado por iterativas deliberações, a exemplo dos Acórdãos 6.289/2021 (Relator: Ministro Jorge Oliveira); 8.186/2021 (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues); 8.311/2021 (Relator: Ministro Vital do Rêgo); 8.477/2021 (Relator: Ministro Benjamin Zymler); e 8.694/2021 (Relator: Ministro Substituto Augusto Sherman), todos da 1ª Câmara; e 12.983/2020 (Relatora: Ministra Ana Arraes); 1.746/2021 (Relator: Ministro Augusto Nardes); 6.835/2021 (Relator: Ministro Aroldo Cedraz); 7.965/2021 (Relator: Ministro Substituto Marcos Bemquerer); 8.082/2021 (Relator: Ministro Raimundo Carreiro); e 8.111/2021 (Relator: Ministro Bruno Dantas), todos da 2ª Câmara, entre outros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria de Claudia Munhoz de Lima Castro; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-012.883/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Claudia Munhoz de Lima Castro (100.391.778-07).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que:

1.7.1. promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, caso a parcela de "quintos" incorporada em razão do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa, o seu devido destaque e a transforme em parcela compensatória, devendo ela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE;

1.7.2. faça cessar, no prazo quinze dias contados da ciência, os pagamentos decorrentes da parcela "opção", ora impugnada, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;

1.7.3 emita novo ato de aposentadoria da interessada, livre da irregularidade referente à parcela "opção", disponibilizando-o a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, nos termos e prazos fixados na IN-TCU 78/2018;

1.7.4. dê ciência, no prazo de quinze dias, contados da notificação, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos junto ao TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.5. no prazo de trinta dias, contados da ciência, disponibilize a este Tribunal, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste Acórdão, conforme art. 21, inciso I, da IN-TCU 78/2018;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 4550/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de aposentadoria de Marta Lucia de Queiros de Freitas emitido pela Câmara dos Deputados e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectaram a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de quintos ou décimos de funções comissionadas exercidas após 8/4/1998, além dos limites previstos nos arts. 3º e 5º da Lei 9.624/1998, que admitiam, após aquela data, apenas a contabilização de tempo residual para integralização de um décimo decorrente do exercício de função iniciado até 10/11/1997, data de publicação da Medida Provisória 1.595-14, convertida na Lei 9.527/1997, que extinguiu a vantagem dos quintos/décimos;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, cf. Acórdãos 8.124/2021 (Rel. Min. Benjamin Zymler); 8.178/2021 e 8.187/2021 (Rel. Min. Walton Alencar); 8.492/2021 (Rel. Min. Vital do Rêgo); 8.684/2021 (Rel. Min. Jorge de Oliveira); 8.611/2021 (Rel. Min. Subst. Weder de Oliveira), todos da 1ª Câmara; e Acórdãos 13.963/2020 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 7.816/2021 (Rel. Min. Aroldo Cedraz); 7.999/2021 (de minha relatoria); 8.224/2021 (Rel. Min. Subst. André Luís de Carvalho); 8.254/2021 (Rel. Min. Bruno Dantas); 8.318/2021 (Rel. Min. Raimundo Carreiro); 8.319/2021 (Rel. Min. Subst. Marcos Bemquerer Costa), todos da 2ª Câmara, especialmente a partir do julgamento pela Suprema Corte do RE 638.115/CE, da relatoria do E. Ministro Gilmar Mendes, com repercussão geral;

Considerando que a parcela impugnada pode ter sido concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado, de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial transitada em julgado poderão subsistir;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo Supremo Tribunal Federal, os quintos ou décimos amparados por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa devem ser convertidos em parcela compensatória, a ser absorvida por reajustes futuros;

Considerando que este Tribunal detectou em outros processos de aposentadorias deferidas pela Câmara dos Deputados que houve a concessão de reajustes irregulares das parcelas de "quintos/décimos" tal como constatado neste ato de aposentadoria;

Considerando que, nos casos acima indicados, este Tribunal determinou à Câmara dos Deputados que promovesse o ajuste nas parcelas de "quintos/décimos", para que voltassem a refletir os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016 (Acórdãos 3.538, 6.278 e 10.240, todos de 2021, da Primeira Câmara e de relatoria do ministro Vital do Rêgo; e 6.857/2021 - Segunda Câmara, relator ministro Raimundo Carreiro);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (Rel. Min. Walton Alencar), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno deste Tribunal, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MPTCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Segunda Câmara, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno, em considerar ilegal e negar registro aos atos de aposentadoria de Marta Lucia de Queiros de Freitas; e expedir as determinações contidas no item 1.7 a seguir:

1. Processo TC-013.679/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marta Lucia de Queiros de Freitas (290.975.681-53).

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinar à Câmara dos Deputados que:

1.7.1. promova, no prazo de 30 (trinta) dias, o ajuste na rubrica impugnada, nos proventos da interessada, para os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016;

1.7.2. após o ajuste mencionado no item 1.7.1 promova, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, o destaque da parcela incorporada a partir do exercício de funções comissionadas entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e a transforme em parcela compensatória, devendo a referida parcela ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, consoante decidido pelo STF no RE 638.115/CE, caso a parcela de quintos tenha sido concedida por decisão judicial não transitada em julgado ou por decisão administrativa;

1.7.3. dê ciência, no prazo de quinze dias, a contar da notificação desta decisão, de seu inteiro teor à interessada e a alerte de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventual recurso junto ao TCU não a eximirá da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso o recurso não seja provido;

1.7.4. emita novo ato, livre das irregularidades ora apontadas, submetendo-o à nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, também do Regimento;

1.7.5. encaminhe ao TCU, no prazo de trinta dias, a contar da notificação desta decisão, comprovante da data de ciência do teor desta deliberação pela ex-servidora;

1.8. dar ciência desta deliberação à interessada e ao órgão de origem.

ACÓRDÃO Nº 4551/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.540/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Giselda Rosa da Silva (342.943.840-34); Yoshihiro Yamazaki (079.292.858-04).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4552/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Marlene da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.575/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Marlene da Silva (094.540.368-23).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4553/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.588/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Jose Dantas Cordeiro (064.467.605-15); Edvaldo Santos Sousa (080.665.905-04); Maria Auxiliadora de Farias Franca (100.587.535-91); Marilia Cavalcante Castello Branco (231.508.825-91); Marinalva Moitinho Sampaio (104.894.955-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4554/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Marlene do Espirito Santo Ribeiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.604/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Marlene do Espirito Santo Ribeiro (104.672.462-20).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4555/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.660/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Alda Lucia Correa Barreto (029.908.492-20); Silvio Jose Gama (100.530.939-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Rodoviária Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4556/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Claudio Sergio da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.701/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Claudio Sergio da Silva (636.782.927-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4557/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Carlos Eduardo Silva Coimbra, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.732/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Carlos Eduardo Silva Coimbra (099.283.081-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4558/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Socorro Maria Silva Pinto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.756/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Socorro Maria Silva Pinto (225.805.652-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4559/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Geisi Fernandes da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.792/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Geisi Fernandes da Silva (431.184.967-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda (Extinto).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4560/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.798/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Henrique Guilherme de Castro Teixeira (332.211.896-72); Jose Ignacio da Conceicao Filho (720.790.107-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Juiz de Fora.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4561/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.842/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Absalon Soares de Aquino (066.768.124-87); Carmem Lucia Resende Pinheiro (397.612.314-53); Jose Otavio Cordeiro (147.457.204-91); Rosangela Maria da Silva (463.696.004-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pernambuco.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4562/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.967/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Inez Ferreira de Carvalho (489.821.727-34); Maria da Cruz Moreira do Nascimento (179.454.021-00); Olavo Alves de Araujo (186.321.571-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4563/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Mairy Carielo Macedo Oliveira, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.975/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Mairy Carielo Macedo Oliveira (770.096.147-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4564/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.071/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Diogenes Fernandes Vital (130.685.715-53); Milton Pedro de Jesus Filho (156.020.525-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4565/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.073/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Raimundo Cardoso (430.285.276-34); Geraldo Pereira da Costa (201.077.303-91); Maria Regina do Nascimento (480.164.116-49); Maria do Carmo Silva (195.397.036-20); Ralim Dias Mileib (265.692.566-53).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4566/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.112/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Geralda Luiza Simpson Santiago Taveira (202.724.482-49); Wanderley Freitas de Menezes (077.231.642-20).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4567/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Waltuir dos Reis, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.144/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Waltuir dos Reis (302.297.156-72).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4568/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria dos interessados abaixo qualificados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.178/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aucindes Izidio Martins (077.192.214-00); Jose de Arimateia Araujo e Sousa (250.532.054-34); Juberto Vaz Sobrinho (376.515.367-20); Rosane Aparecida Goncalves (731.768.189-04); Sergio Monteiro Torres (336.458.337-49).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4569/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de aposentadoria das interessadas abaixo qualificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.196/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Lucia Soares Barbosa (786.180.450-04); Renata Maria Clara Modenese Vieira (223.676.831-15).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (Extinto).
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4570/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Rita Maria Rafide Vilara, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.341/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Rita Maria Rafide Vilara (060.286.246-91).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4571/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Mariano Brasil Terrazas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.392/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Mariano Brasil Terrazas (446.735.748-34).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4572/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria de Rubismar Stolf, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.816/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Rubismar Stolf (722.721.478-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4573/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTO e relacionado este processo relativo ao ato de admissão de Sandra de Sousa Santos emitido pela Caixa Econômica Federal e submetido a este Tribunal para fins de registro.

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam a irregularidade caracterizada pela contratação dos empregados após a expiração do prazo improrrogável do concurso público (junho de 2016), regido pelos Editais 001/2014/NM e 001/2014/NS;

Considerando que, por força de ordem judicial, proferida na Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 pela 6ª Vara do Trabalho da 10ª Região, o concurso teve sua validade prorrogada até o seu trânsito em julgado;

Considerando que os atos de admissão emitidos nessas circunstâncias devem ser considerados ilegais, com negativa de registro, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto permanecer hígida a decisão judicial, conforme o entendimento extraído do Acórdão 1.106/2020-TCU-Plenário, de relatoria da Ministra Ana Arraes, e a pacificada jurisprudência sobre o tema desta Corte;

Considerando que este Tribunal, por meio do Acórdão 1.414/2021 - Plenário (Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público de Contas.

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 260, § 1º do Regimento Interno, em considerar ilegal o ato de admissão de Sandra de Sousa Santos, negando seu registro, encaminhar cópia deste acórdão à Caixa Econômica Federal e expedir as seguintes determinações:

1. Processo TC-015.584/2022-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Sandra de Sousa Santos (488.046.735-91).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinar à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 00059-10-2016-5-10-0006, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região e adote as medidas pertinentes em caso de desconstituição da sentença que estendeu por prazo indeterminado a validade dos certames regidos pelos Editais 001/2014-NM e 001/2014-NS;
1.7.2. encaminhe cópia desta deliberação à interessada.

ACÓRDÃO Nº 4574/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão civil de Liege Mallmann Granville, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.952/2022-2 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Liege Mallmann Granville (514.745.140-49).
1.2. Órgão/Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4575/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 71, inciso III, da Constituição Federal de 1998, 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno do TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de pensão especial de ex-combatente de Maria Jose Monteiro, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.955/2022-1 (PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE)

1.1. Interessada: Maria Jose Monteiro (542.757.174-49).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4576/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 6º, inciso I c/c art. 19, da IN/TCU 71/2012, e art. 169, inciso VI c/c art. 213 do Regimento Interno do TCU, em determinar o arquivamento do processo, sem cancelamento do débito, no valor original de R$ 15.695,80, a ser atualizado a partir das datas dos saques efetuados nas contas correntes específicas abaixo identificadas, a cujo pagamento continuará obrigado o responsável Antonio Grando (CPF: 469.266.409-63).

Data	Valor
7/5/2012	910,00
10/9/2012	515,80
30/7/2012	2.000,00
1/11/2012	1.000,00
30/112012	1.000,00
27/12/2012	1.000,00
13/2/2012	4.500,00
24/5/2012	270,00
29/11/2012	4.500,00

1. Processo TC-003.404/2022-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Antonio Grando (469.266.409-63).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Irati - SC.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Enviar cópia desta deliberação ao Ministério da Cidadania, ao Fundo Nacional de Assistência Social e ao responsável, para ciência;

1.7.2. Dar ciência ao Ministério da Cidadania e ao Fundo Nacional de Assistência Social, com fundamento no art. 16, inciso II, da IN/TCU 71/2012, que deve ser mantida a responsabilidade pelo débito apurado do responsável Antonio Grando (CPF: 469.266.409-63).

ACÓRDÃO Nº 4577/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, nos arts. 143, inciso V, alínea "a"; 169, inciso II; e 212, do Regimento Interno/TCU, em acatar parcialmente as alegações de defesa e razões de justificativa apresentadas pelo responsável Sr. Antônio Carlos Silva Bastos, (CPF: 450.107.905-30), Prefeito Municipal de Iramaia/BA, no período de 17/12/2010 a 31/12/2012, de 1/1/2017 a 31/12/2020, e de 1/1/2021 aos dias atuais, na condição de gestor dos recursos, e determinar o arquivamento do seguinte processo, sem julgamento de mérito, em face da ausência de pressupostos de sua constituição e de seu desenvolvimento válido e regular, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-026.560/2020-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Antonio Carlos Silva Bastos (450.107.905-30).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Iramaia - BA.

1.3. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Dar ciência desta deliberação ao Ministério da Cidadania (MDS) e informar que caso a Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS) venha a detectar alguma irregularidade na prestação de contas instaure um novo processo de Tomada de Contas Especial;

1.7.2. Dar ciência desta deliberação ao responsável.

ACÓRDÃO Nº 4578/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, incisos I e II; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II; da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a"; 207, 208 e 214, incisos I e II, do Regimento Interno do TCU, e de conformidade com os pareceres uniformes emitidos nos autos, em acolher parcialmente as alegações de defesa e julgar regulares com ressalvas as contas dos responsáveis Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa- Fundep/UFABC, CNPJ 18.720.938/0001-41 e do Sr. Edson Kuramoto, CPF 194.165.201-87, em face da ausência de formalização das modificações contratuais referente ao Contrato GCS.A/4500161671, em desacordo com o art. 60 caput da Lei 8.666/1993, dando lhes quitação, e ainda, acolher parcialmente as razões de justificativa e alegações de defesa e julgar regulares as contas dos Srs. Jorge Luiz Cachoeira Chapot, CPF 385.095.807-82; Fernando Chagas Ferreira Garcia CPF 352.952.017-91; Márcia Regina Calvente Ribeiro, CPF 387.407.027-15; Roberto de Oliveira Segabinaze, CPF 255.993.997-53; Ana Paula Martuscelli de Oliveira, CPF 020.652.197-93; Denise Sollami, CPF 806.077.137-04; Pérsio José Gomes Jordani, CPF 109.681.057-34; Edno Negrini, CPF 140.993.061-00; Paulo Cesar da Costa Carneiro, CPF 543.966.037-20; Pedro José Diniz de Figueiredo, CPF 020.040.627- 20 e Alfredo Limeira de Niemeyer Neto, CPF 408.162.737-15, dando lhes quitação plena, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.8 desta deliberação.

1. Processo TC-033.959/2018-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 021.047/2017-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Alfredo Limeira de Niemeyer Neto (408.162.737-15); Ana Paula Martuscelli de Oliveira (020.652.197-93); Denise Sollami (806.077.137-04); Edno Negrini (140.993.061-00); Edson Kuramoto (194.165.201-87); Fernando Chagas Ferreira Garcia (352.952.017-91); Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (excluída) (18.720.938/0001-41); Jorge Luiz Cachoeira Chapot (385.095.807-82); Marcia Regina Calvente Ribeiro (387.407.027-15); Paulo Cesar da Costa Carneiro (543.966.037-20); Pedro José Diniz de Figueiredo (020.040.627-20); Persio Jose Gomes Jordani (109.681.057-34); Roberto de Oliveira Segabinaze (255.993.997-53).

1.3. Órgão/Entidade: Eletrobrás Termonuclear S.A..

1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).

1.7. Representação legal: Mayara Gasparoto Tonin (65.886/OAB-PR), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128.341/OAB-SP) e outros, representando Ana Paula Martuscelli de Oliveira; Raphael Henrique Quinhones Gemelle Leal (386029/OAB-SP), Mayara Gasparoto Tonin (65.886/OAB-PR) e outros, representando Pedro José Diniz de Figueiredo; Marco Aurelio Dias Aquino (118475/OAB-RJ), Marcelo Marques Galo e outros, representando Eletrobrás Termonuclear S.a.; Mayara Gasparoto Tonin (65.886/OAB-PR), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128.341/OAB-SP) e outros, representando Denise Sollami; Raphael Henrique Quinhones Gemelle Leal (386029/OAB-SP), Mayara Gasparoto Tonin (65.886/OAB-PR) e outros, representando Marcia Regina Calvente Ribeiro; Raphael Henrique Quinhones Gemelle Leal (386029/OAB-SP), Mayara Gasparoto Tonin (65.886/OAB-PR) e outros, representando Roberto de Oliveira Segabinaze; Bruno de Moura Teatini (59250/OAB-MG), Fernão Justen de Oliveira (18.661/OAB-PR) e outros, representando Alfredo Limeira de Niemeyer Neto; Raphael Henrique Quinhones Gemelle Leal (386029/OAB-SP), Mayara Gasparoto Tonin (65.886/OAB-PR) e outros, representando Paulo Cesar da Costa Carneiro; Raphael Henrique Quinhones Gemelle Leal (386029/OAB-SP), Mayara Gasparoto Tonin (65.886/OAB-PR) e outros, representando Edson Kuramoto; Raphael Henrique Quinhones Gemelle Leal (386029/OAB-SP), Mayara Gasparoto Tonin (65.886/OAB-PR) e outros, representando Fernando Chagas Ferreira Garcia; Sabrina Borges de Abreu Scorvo (158.968/OAB-MG), Cassia Poliana de Ávila Nunes (130.556/OAB-MG) e outros, representando Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa (excluída); Raphael Henrique Quinhones Gemelle Leal (386029/OAB-SP), Mayara Gasparoto Tonin (65.886/OAB-PR) e outros, representando Jorge Luiz Cachoeira Chapot.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.8.1. Dar ciência à Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear), com fundamento no art. 9º, inciso II, da Resolução-TCU 315, de 2020, que a ausência de formalização das modificações contratuais afronta o art. 60 caput da Lei 8.666/1993 e, mais recentemente, os itens 1 e 5 do art. 94 do Regulamento de Licitações e Contratos da Eletrobras (DEL-CAE 611/2017 de 29/9/2017);

1.8.2. Dar ciência à Eletrobras Termonuclear S.A. e aos responsáveis do inteiro teor desta deliberação;

1.8.3. Arquivar o presente processo com fundamento no art. 169, inciso V do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 4579/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 169, inciso I e V, 235, caput, 237, inciso IV, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da representação para, no mérito, considerá-la prejudicada, sem prejuízo das providências descritas no subitem 1.6. desta deliberação.

1. Processo TC-000.427/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Natividade - RJ.

1.2. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.6.1. Dar ciência desta deliberação ao Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE/RJ);

1.6.2. Apensar definitivamente estes autos ao TC 012.367/2018-4, nos termos dos arts. 37 e 40, inciso III, da Resolução-TCU 259/2014 e do art. 169, incisos I e V, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 4580/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.812/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Rosangela Alves Valim (288.864.966-72).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4581/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.503/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Edvaldo de Andrade (048.882.354-49).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4582/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.577/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Sonia Maria de Brito Nascimento (206.476.544-15).

1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4583/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.598/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Edivaldo Jose dos Santos (207.988.575-87); Jose Ferreira Santos (186.942.922-20); Sebastiana Pinto de Oliveira (033.672.402-06).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4584/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.645/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria de Sousa Fiusa (404.574.947-00); Andiara Menezes Segobia Rodrigues (333.106.967-15); Francisco Bezerra da Nobrega Filho (029.127.591-53); Marcia Cristina Rocha Conceicao (487.696.577-34); Maria das Gracas Guedes Dantas (664.237.598-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4585/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.749/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Katia Mara Cruz Goncalves (576.860.336-00); Leliani Patricia Santiago (696.796.496-87); Romes Jose Tristao (449.422.656-49).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Triângulo Mineiro.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4586/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.882/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Clevio Morim da Silva (465.211.606-30); Joao Berkma Valadares (411.877.506-97).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4587/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.979/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Augusto Coelho Marques (278.036.359-20); Paulo de Oliveira Filho (245.259.871-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4588/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.151/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Izaias Fialho da Costa (114.011.922-20); Paulo da Silva Ferreira (084.727.262-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4589/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.237/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Mirce de Fatima dos Santos (184.855.611-04); Ricardo Luiz Menegussi (621.632.807-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4590/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.240/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Eduardo Francisco dos Santos (270.679.476-34).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4591/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.278/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Fernanda Bier Fonseca (467.474.780-53).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4592/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.298/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Marcos Antonio de Souza (096.768.481-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4593/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.349/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Engracia Rodrigues Lopes (115.692.041-87); Maria das Gracas Barbosa Carvalho (119.335.501-04).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4594/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.393/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Eduardo Felipe Ohana (096.725.751-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4595/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.482/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Ednelsa Lopes Pinto Pessoa (212.269.893-49).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4596/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir indicado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.539/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Ernani Napoleão Lima (010.864.213-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4597/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-015.807/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Adalberto da Costa Meira Filho (175.576.231-34); Djalma Alves de Castro (042.494.531-20); Edlene Ferreira Lima (133.922.204-34); Eurico Arteaga Santiago (086.070.442-49); Maria Jose Colaco Rocha (098.046.333-53).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4598/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.568/2022-0 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Maria da Gloria Burgardt Santos (374.771.109-04); Marli Adelina Garrier Subtil (160.351.949-15); Nelci Regina Burgardt Monteiro (410.223.869-72); Rosilda Ines Burgardt Martins (286.753.209-49); Tania Maria Burgardt (244.115.409-59); Vera Lucia Burgardt (286.753.399-68).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4599/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso V; e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso VIII; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.989/2022-3 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Arlette Mutran Luz (727.329.707-00); Elizabeth Luz (090.108.157-49); Francilene Montefusco de Oliveira Mesquita (406.439.482-87); Suzete Gomes da Silva (742.359.823-20).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4600/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas a seguir relacionadas e dar quitação plena aos responsáveis; bem como dar ciência desta deliberação à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e aos responsáveis; e arquivar os autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.534/2020-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2019)
1.1. Responsáveis: Alvaro Henrique Matias Pereira (120.168.291-68); Amilcar Goncalves Guerreiro (491.980.417-20); Eduardo Azevedo Rodrigues (583.263.754-20); Euler Joao Geraldo da Silva (372.570.806-15); Evandro Cesar Dias Gomes (662.292.270-53); Genaro Dueire Lins (919.840.174-20); Jose Mauro Ferreira Coelho (755.379.667-00); João Paulo Bittar Hamu Nogueira (005.008.121-79); Luiz Augusto Nobrega Barroso (068.345.967-80); Reive Barros dos Santos (053.543.824-91); Thiago Vasconcellos Barral Ferreira (055.145.496-23).
1.2. Órgão/Entidade: Empresa de Pesquisa Energética.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. informar à Empresa de Pesquisa Energética (EPE) que a omissão em consignar expressamente previsão no Código de Ética, Conduta e Integridade da EPE (aprovado em 25/6/2018) a capacitação periódica, no mínimo anual, a administradores sobre a política de gestão de riscos, bem como em providenciar a realização desses treinamentos, vulnera o disposto no art. 9º, § 1º, VI, da Lei 13.303/2016 (Lei das Estatais).

ACÓRDÃO Nº 4601/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os artigos 1º, inciso I; 143, inciso I, alínea "a"; 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas a seguir relacionadas, e dar quitação aos responsáveis, bem como dar ciência desta deliberação à Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil (CGT Eletrosul), de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-000.535/2020-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2019)
1.1. Responsáveis: Felipe Ferreira Rodrigues (969.716.060-00); Ricardo Luiz de Souza Licks (312.563.410-53); Tome Aumary Gregorio (290.304.209-87).
1.2. Órgão/Entidade: Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil.
1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Energia Elétrica (SeinfraEle).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4602/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidades caracterizadas pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e pelo reajuste indevido da parcela incorporada a título de quintos por ocasião da Lei 13.302/2016, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores (e.g. Acórdãos 4.193/2020-TCU-Primeira Câmara, 4.691/2020-TCU -Primeira Câmara, 8.185/2021-TCU-Primeira Câmara, 5.674/2020-TCU-Segunda Câmara, 6.170/2020-TCU-Segunda Câmara e 8.465/2021-TCU-Segunda Câmara);

Considerando que, nos termos do art. 15, § 1º, da Lei 9.527/1997, a vantagem pessoal relativa aos quintos incorporados se sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, o que não é o caso da Lei 13.302/2016, que não pode ensejar reajuste da vantagem (e.g. Acórdãos 3.223/2020-TCU-Plenário, 41/2021-TCU-Primeira Câmara e 12.338/2021-TCU-Segunda Câmara);

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-002.889/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Francisca das Chagas Oliveira (443.851.101-15).
1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
a) dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
b) determinar ao Senado Federal que:
b.1) no prazo de quinze dias, corrija o valor da parcela percebida a título de incorporação de quintos para os patamares anteriores à vigência da Lei 13.302/2016 e, em seguida, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos

incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

b.2.) caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;

b.3) no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;

c) remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Senado Federal.

ACÓRDÃO Nº 4603/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidades caracterizadas pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e pelo reajuste indevido da parcela incorporada a título de quintos por ocasião da Lei 13.302/2016, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores (e.g. Acórdãos 4.193/2020-TCU-Primeira Câmara, 4.691/2020-TCU -Primeira Câmara, 8.185/2021-TCU-Primeira Câmara, 5.674/2020-TCU-Segunda Câmara, 6.170/2020-TCU-Segunda Câmara e 8.465/2021-TCU-Segunda Câmara);

Considerando que, nos termos do art. 15, § 1º, da Lei 9.527/1997, a vantagem pessoal relativa aos quintos incorporados se sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, o que não é o caso da Lei 13.302/2016, que não pode ensejar reajuste da vantagem (e.g. Acórdãos 3.223/2020-TCU-Plenário, 41/2021-TCU-Primeira Câmara e 12.338/2021-TCU-Segunda Câmara);

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-009.531/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Tania Maria Santos Monte (226.834.021-04).

1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

a) dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

b) determinar ao Senado Federal que:

b.1) no prazo de quinze dias, corrija o valor da parcela percebida a título de incorporação de quintos para os patamares anteriores à vigência da Lei 13.302/2016 e, em seguida, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

b.2.) caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;

b.3) no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;

c) remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Senado Federal.

ACÓRDÃO Nº 4604/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidades caracterizadas pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e pelo reajuste indevido da parcela incorporada a título de quintos por ocasião da Lei 13.323/2016, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores (e.g. Acórdãos 4.193/2020-TCU-Primeira Câmara, 4.691/2020-TCU -Primeira Câmara, 8.185/2021-TCU-Primeira Câmara, 5.674/2020-TCU-Segunda Câmara, 6.170/2020-TCU-Segunda Câmara e 8.465/2021-TCU-Segunda Câmara);

Considerando que, nos termos do art. 15, § 1º, da Lei 9.527/1997, a vantagem pessoal relativa aos quintos incorporados se sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, o que não é o caso da Lei 13.323/2016, que não pode ensejar reajuste da vantagem (e.g. Acórdãos 3.537/2021-TCU-Primeira Câmara, 1.624/2022-TCU-Primeira Câmara, 6.297/2021-TCU-Segunda Câmara e 2.823/2022-TCU-Segunda Câmara);

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-011.644/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Washington Carlos Maciel da Silva (053.817.698-90).

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

1.7.2. determinar à Câmara dos Deputados que:

1.7.2.1 no prazo de quinze dias, corrija o valor da parcela percebida a título de incorporação de quintos para os patamares anteriores à vigência da Lei 13.323/2016 e, em seguida, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2.2. caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.2.3. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;

1.7.3. remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), à Câmara dos Deputados.

ACÓRDÃO Nº 4605/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, amparada por decisão judicial transitada em julgado, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-011.663/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Samuel Santos Pereira (239.248.101-68).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

1.7.2. determinar ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios que:

1.7.2.1. no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2.2. caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.2.3 no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;

1.7.3. remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

ACÓRDÃO Nº 4606/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizadas pelo reajuste indevido da parcela incorporada a título de quintos por ocasião das Leis 12.779/2012 e 13.302/2016, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando que, nos termos do art. 15, § 1º, da Lei 9.527/1997, a vantagem pessoal relativa aos quintos incorporados se sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, o que não é o caso das Leis 12.779/2012 e 13.302/2016, que não podem ensejar reajuste da vantagem (e.g. Acórdãos 3.223/2020-TCU-Plenário, 41/2021-TCU-Primeira Câmara e 12.338/2021-TCU-Segunda Câmara);

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-012.381/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Eduardo Augusto Lopes (268.821.161-72).

1.2. Órgão/Entidade: Senado Federal.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

a) dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

b) determinar ao Senado Federal que:

b.1) no prazo de quinze dias, corrija o valor da parcela percebida a título de incorporação de quintos para os patamares anteriores à vigência das Leis 12.779/2012 e 13.302/2016;

b.2) no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;

c) remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Senado Federal.

ACÓRDÃO Nº 4607/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-012.425/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Janaina Marques Sampaio (818.749.107-82).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

1.7.2. determinar ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região que:

1.7.2.1. no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2.2. caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.2.3. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;

1.7.3. remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

ACÓRDÃO Nº 4608/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, amparada em decisão judicial transitada em julgado, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-012.430/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Maria Socorro de Lima Novaes (949.675.128-87).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

1.7.2. determinar ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região que:

1.7.2.1. no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2.2. caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.2.3. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;

1.7.3. remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

ACÓRDÃO Nº 4609/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, amparada em decisão judicial transitada em julgado, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-012.445/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Daise Pereira Medeiros (309.571.417-34).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
1.7.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que:
1.7.2.1. no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
1.7.2.2. caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;
1.7.2.3. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
1.7.3. remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.

ACÓRDÃO Nº 4610/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, amparada em decisão judicial transitada em julgado, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-012.925/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Virginia Mesquita Melo (310.258.461-68).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 1ª Região.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
1.7.2. determinar ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região que:
1.7.2.1. no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
1.7.2.2. caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;
1.7.2.3. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;
1.7.3. remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

ACÓRDÃO Nº 4611/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, amparada por decisão administrativa, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-013.718/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vanize Maria Lopes Wilke (577.525.756-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
1.7.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que:
1.7.2.1. no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
1.7.2.2. caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.2.3. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;

1.7.3. remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

ACÓRDÃO Nº 4612/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-013.744/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Nilce Aparecida de Castro (581.483.539-72).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

1.7.2. determinar ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que:

1.7.2.1. no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

1.7.2.2. caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.2.3. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;

1.7.3. remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

ACÓRDÃO Nº 4613/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidades caracterizadas pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001 e pelo reajuste indevido da parcela incorporada a título de quintos por ocasião da Lei 13.323/2016, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores (e.g. Acórdãos 4.193/2020-TCU-Primeira Câmara, 4.691/2020-TCU -Primeira Câmara, 8.185/2021-TCU-Primeira Câmara, 5.674/2020-TCU-Segunda Câmara, 6.170/2020-TCU-Segunda Câmara e 8.465/2021-TCU-Segunda Câmara);

Considerando que, nos termos do art. 15, § 1º, da Lei 9.527/1997, a vantagem pessoal relativa aos quintos incorporados se sujeita exclusivamente à atualização decorrente da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, o que não é o caso da Lei 13.323/2016, que não pode ensejar reajuste da vantagem (e.g. Acórdãos 3.537/2021-TCU-Primeira Câmara, 1.624/2022-TCU-Primeira Câmara, 6.297/2021-TCU-Segunda Câmara e 2.823/2022-TCU-Segunda Câmara);

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-013.777/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Rosilene Celestino de Souza (222.093.791-72).

1.2. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

a) dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

b) determinar à Câmara dos Deputados que:

b.1) no prazo de quinze dias, corrija o valor da parcela percebida a título de incorporação de quintos para os patamares anteriores à vigência da Lei 13.323/2016 e, em seguida, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;

b.2.) caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;

b.3) no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;

c) remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), à Câmara dos Deputados.

ACÓRDÃO Nº 4614/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-013.824/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Neia Lucia Reis de Aguiar (360.685.511-72).

1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4615/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-014.596/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Elias Paes Barreto (104.922.162-15); Eliete Alves Lemos (082.610.755-91); Jose Carlos Alves (108.225.185-20); Jose Nelson Reboucas Machado (075.619.465-20); Odeilda Silva dos Santos (142.109.245-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4616/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-014.617/2022-6 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alberto Cleiman (018.977.307-30); Francisco Cesar de Medeiros (610.769.297-53); Helius Ferreira Araujo (033.787.997-49); Mario Lehmert Renaud (204.853.528-34).

1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4617/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-014.635/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Alfredo Luis Mendes D Avila (238.363.770-04); Armando Manuel de Oliveira Cruz (242.423.900-25).

1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Pelotas.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4618/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-014.692/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Francisco Pereira de Sousa (206.903.983-87); Francisco de Assis Silva (096.948.543-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4619/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-014.702/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Avani dos Reis Caixeta (288.213.436-34); Jose Assis Miranda (141.410.511-87); Maria de Deus Gomes Santana Dias (022.013.641-68); Raimunda Alves (186.556.291-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4620/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-014.715/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eduardo Henrique Marcal (355.587.766-68); Julia Goncalves da Silveira (655.354.216-34); Marcia Goncalves do Nascimento (764.066.016-53); Maria Cristina Villefort Teixeira (156.125.546-72); Solange Maria de Araujo Costa (908.276.006-15).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4621/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-014.722/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Vitalina Rodrigues do Nascimento (095.397.783-87).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4622/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-014.776/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria Aparecida Rodrigues Pinto (454.200.848-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4623/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.065/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonio Carlos Sena Santos (128.247.555-04); Jose Dias (122.053.465-04); Jose Pires da Rocha (100.386.475-91); Miguel Ferreira de Araujo (069.922.855-72); Nelson Aragao dos Santos (186.748.875-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4624/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.122/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Frances Regiane dos Santos (041.950.188-62).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4625/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.133/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria Ilma Goes Lobato (209.517.102-06); Valdeler Cardoso Nascimento (038.772.992-53).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4626/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.302/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Aguinaldo Chagas Santos (178.130.502-15).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4627/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-015.325/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Antonia Edna Paixao Silva (045.855.932-68); Antonio Jose de Sousa (185.585.421-04); Leonora Alves Pontes (163.042.762-49); Rosa Maria Rodrigues de Araujo (302.991.522-00); Sebastiao Teixeira da Silva (013.653.712-04).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4628/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.343/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maria do Carmo Carvalho de Souza (165.930.812-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4629/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.423/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nelson Cardoso de Almeida (440.042.817-68).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4630/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-015.468/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Honorato Monteiro da Silva (150.494.423-20).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4631/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada entre 8/4/1998 e 4/9/2001 amparada por decisão judicial transitada em julgado, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando o entendimento firmado pelo Supremo Tribunal Federal no âmbito do Recurso Extraordinário 638.115, em sede de repercussão geral, no sentido de que "ofende o princípio da legalidade a decisão que concede a incorporação de quintos pelo exercício de função comissionada no período de 8/4/1998 até 4/9/2001, ante a carência de fundamento legal";

Considerando que, por ocasião do julgamento de embargos de declaração no RE 638.115, o STF modulou os efeitos do sobredito entendimento para reconhecer indevida a suspensão do pagamento dos quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 quando fundado em decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, ainda por ocasião dos sobreditos embargos, o STF garantiu que aqueles que recebem parcelas de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 por decisão administrativa ou decisão judicial não transitada em julgado tenham o pagamento mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores, o que deve ser feito mediante transformação da vantagem em parcela compensatória a ser absorvida por reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que a irregularidade em questão é objeto de jurisprudência pacificada nesta Corte de Contas, a exemplo dos Acórdãos 8.185/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 4.193/2020-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.674/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 8.465/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 6.170/2020-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 9.290/2020-Segunda Câmara (relatora Ministra Ana Arraes), 4.691/2020-Primeira Câmara (de minha relatoria), 4.546/2020-Plenário (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.897/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.914/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 8.319/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer) 6.377/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), 8.925/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira), entre outros;

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de aposentadoria em exame e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-015.628/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jairo Osvaldo Auras (398.699.709-15).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;
1.7.2. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC que:
1.7.2.1. no prazo de quinze dias, promova o ajuste da proporção da rubrica paga a título de quintos incorporados no período de 8/4/1998 até 4/9/2001 de acordo com a modulação estabelecida pelo STF no âmbito do RE 638.115/CE, caso a referida incorporação não tenha se fundamentado em decisão judicial transitada em julgado;
1.7.2.2. caso haja rubrica paga a título de quintos incorporados após 4/9/2001, faça cessar todo e qualquer pagamento relativo ao ato, no prazo de quinze dias, emitindo novo ato, livre da irregularidade apontada, e submetendo-o a nova apreciação pelo TCU, na forma do art. 260, caput, do Regimento Interno/TCU;
1.7.2.3. no prazo de trinta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;
1.7.3. remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), ao Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC.

ACÓRDÃO Nº 4632/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-045.015/2021-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Simar Vieira de Amorim (746.684.718-87).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal de São Carlos.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4633/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela admissão de servidor após a validade editalícia do concurso público com amparo em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que prorrogou a validade do certame até a ocorrência do trânsito em julgado daquela Ação;

Considerando que, em casos do gênero, o TCU compreende, de forma pacificada em sua jurisprudência, que os atos devem ser considerados ilegais, ante a inobservância do prazo de validade editalício, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto amparada por decisão judicial, a exemplo dos Acórdãos 4.830/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 3.492/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.014/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 9.274/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 5.048/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 1.106/2020-TCU-Plenário (relatora Ministra Ana Arraes), 8.779/2020-Segunda Câmara (de minha relatoria), 4.747/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.137/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.909/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 13.911/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 8.670/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), entre outros;

Considerando que não houve trânsito em julgado da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, cabendo à unidade jurisdicionada acompanhar o deslinde daquele processo e adotar as medidas pertinentes quanto ao que ali for decidido;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso II, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato em exame, sem prejuízo de esclarecer que a relação contratual está mantida enquanto amparada por decisão judicial, e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-014.042/2022-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Eduardo Nepomuceno Nazareth (123.710.877-26).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Caixa Econômica Federal que:
1.7.1.1. acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 e adote as medidas pertinentes quanto ao que ali for decidido;
1.7.1.2. no prazo de trinta dias, disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que o interessado tomou conhecimento deste acórdão;
1.7.2. remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), à Caixa Econômica Federal.

ACÓRDÃO Nº 4634/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelam irregularidade caracterizada pela admissão de servidor após a validade editalícia do concurso público com amparo em decisão judicial proferida nos autos da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, que prorrogou a validade do certame até a ocorrência do trânsito em julgado daquela Ação;

Considerando que, em casos do gênero, o TCU compreende, de forma pacificada em sua jurisprudência, que os atos devem ser considerados ilegais, ante a inobservância do prazo de validade editalício, sem prejuízo de que a relação contratual seja mantida enquanto amparada por decisão judicial, a exemplo dos Acórdãos 4.830/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), 3.492/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Benjamin Zymler), 5.014/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Augusto Nardes), 9.274/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Aroldo Cedraz), 5.048/2021-Segunda Câmara (relator Ministro Raimundo Carreiro), 1.106/2020-TCU-Plenário (relatora Ministra Ana Arraes), 8.779/2020-Segunda Câmara (de minha relatoria), 4.747/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Vital do Rêgo), 8.137/2021-Primeira Câmara (relator Ministro Jorge Oliveira), 8.909/2021-Primeira Câmara (relator Ministro-Substituto Augusto Sherman), 13.911/2020-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto Marcos Bemquerer), 8.670/2021-Segunda Câmara (relator Ministro-Substituto André Luís de Carvalho), entre outros;

Considerando que não houve trânsito em julgado da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006, cabendo à unidade jurisdicionada acompanhar o deslinde daquele processo e adotar as medidas pertinentes quanto ao que ali for decidido;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso II, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato em exame, sem prejuízo de esclarecer que a relação contratual está mantida enquanto amparada por decisão judicial, e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-014.043/2022-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Emillayne Gomes Barbosa Costa (087.517.506-60).
1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar à Caixa Econômica Federal que:

1.7.1.1. acompanhe o deslinde da Ação Civil Pública 0000059-10.2016.5.10.0006 e adote as medidas pertinentes quanto ao que ali for decidido;

1.7.1.2 no prazo de trinta dias, disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;

1.7.2. remeter cópia deste acórdão, acompanhada da instrução da secretaria especializada (peça 5), à Caixa Econômica Federal.

ACÓRDÃO Nº 4635/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-012.943/2022-3 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Felipe Barros Guedes (086.682.467-71); Maria Jose Barros Guedes (038.063.747-24); Maria Santana da Silva Santos (281.372.803-91); Maria do Socorro Paz de Moura (590.193.102-59); Ruth dos Reis Moreira (086.628.602-06); Suely Alcantara Prego (902.392.611-00).

1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4636/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-012.954/2022-5 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Heloisa Helena Barros (507.341.487-04).

1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4637/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelaram acumulação de três benefícios de forma concomitante por Rosangela Gomes Rossiter, beneficiária da pensão instituída por Jose Gomes, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando que, nos termos do art. 29 da Lei 3.765/1960 e da jurisprudência do TCU, não se admite a percepção cumulada de pensão militar com outros dois benefícios, ainda que se cuide de benefício previdenciário obtido junto ao INSS (Acórdãos 2.365/2018-TCU-Plenário, 9.009/2020-TCU-Primeira Câmara e 8.721/2017-TCU-Segunda Câmara, dentre outros);

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal o ato ora examinado, com negativa de registro, e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-012.005/2022-3 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Marcia Araujo Gomes (192.266.163-53); Maria Raquel Gomes Cavalcanti (208.154.414-87); Nailde Maria Gomes Mendes (148.646.654-00); Neuza Maria Farias Gomes (959.335.907-97); Nilda Rosa Gomes de Oliveira (068.387.314-87); Rosangela Gomes Rossiter (133.587.584-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

a) dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

b) determinar ao Comando do Exército que:

b.1) no prazo de quinze dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, esclarecendo que Rosangela Gomes Rossiter poderá optar pelo recebimento do benefício relativo à pensão militar, desde que comprove o correto enquadramento nas disposições do art. 29 da Lei 3.765/1960, escolhendo apenas os benefícios legalmente acumuláveis;

b.2) no prazo de trinta dias, encaminhe ao TCU novo ato de pensão militar contemplando as beneficiárias remanescentes; caso Rosangela Gomes Rossiter opte pela pensão militar, na forma do item anterior, o novo ato também deverá inclui-la como beneficiária, com as comprovações e esclarecimentos necessários;

b.3) no prazo de sessenta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que as interessadas tomaram conhecimento deste acórdão;

c) remeter cópia deste acórdão e da instrução da secretaria especializada (peça 5) ao Comando do Exército.

ACÓRDÃO Nº 4638/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelaram acumulação de três benefícios de forma concomitante por Heloisa Helena Freitas Lemos, beneficiária da pensão instituída por Cesar Tasso Saldanha Lemos, em desacordo com a legislação de regência;

Considerando que, nos termos do art. 29 da Lei 3.765/1960 e da jurisprudência do TCU, não se admite a percepção cumulada de pensão militar com outros dois benefícios, ainda que se cuide de benefício previdenciário obtido junto ao INSS (Acórdãos 2.365/2018-TCU-Plenário, 9.009/2020-TCU-Primeira Câmara e 8.721/2017-TCU-Segunda Câmara, dentre outros);

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal o ato ora examinado, com negativa de registro, e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-012.007/2022-6 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Heloisa Helena Freitas Lemos (198.147.204-53).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

a) dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

b) determinar ao Comando do Exército que:

b.1) no prazo de quinze dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, esclarecendo que Heloisa Helena Freitas Lemos poderá optar pelo recebimento do benefício relativo à pensão militar, desde que comprove o correto enquadramento nas disposições do art. 29 da Lei 3.765/1960, escolhendo apenas os benefícios legalmente acumuláveis;

b.2) caso Heloisa Helena Freitas Lemos opte pela pensão militar, na forma do item anterior, encaminhe ao TCU novo ato de pensão militar com as comprovações e esclarecimentos necessários;

b.3) no prazo de sessenta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que a interessada tomou conhecimento deste acórdão;

c) remeter cópia deste acórdão e da instrução da secretaria especializada (peça 5) ao Comando do Exército.

ACÓRDÃO Nº 4639/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legal para fins de registro o ato a seguir relacionado.

1. Processo TC-012.029/2022-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessado: Catia Cristina de Andrade (002.093.121-22).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4640/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelaram, no ato de reversão da pensão militar instituída por Missias de Abreu Freitas, irregularidade relativa à elevação do grau hierárquico dos proventos por incapacidade definitiva do militar em desacordo com a legislação de regência;

Considerando que as hipóteses de concessão de proventos com base no grau hierárquico imediatamente superior por incapacidade definitiva encontram-se disciplinadas no art. 110 da Lei 6.880/1980;

Considerando que, nos termos do art. 110 da Lei 6.880/1980, a concessão de proventos correspondentes ao grau hierárquico superior por incapacidade definitiva restringe-se a militares da ativa ou da reserva remunerada, não alcançando militares que sejam considerados incapazes quando já reformados;

Considerando a impossibilidade de nova elevação de posto a militar já contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, com fundamento no art. 50, inciso II, da Lei 6.880/1980, por contar mais de 30 anos de serviço;

Considerando que esse entendimento está em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 966.142/RJ e 1.340.075/CE;

Considerando que o ato de reversão da pensão militar instituída por Missias de Abreu Freitas contempla elevação de grau hierárquico por incapacidade definitiva a militar que já estava reformado e/ou que já havia sido contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, em desacordo com a legislação de regência (Acórdãos 2.225/2019-TCU-Plenário, 5.411/2021-TCU-Primeira Câmara e 7.403/2021-TCU-Segunda Câmara, dentre outros);

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando que o exame do ato inicial da pensão militar instituída por Missias de Abreu Freitas perdeu seu objeto, em razão de terem cessado seus efeitos financeiros;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do ato inicial da pensão militar instituída por Missias de Abreu Freitas, considerar ilegal o ato de reversão da pensão militar instituída por Missias de Abreu Freitas, com negativa de registro, e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-013.852/2022-1 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Dayse Abrahao Freitas (893.831.507-00); Denise Abrahao Freitas (058.602.788-29); Edmea Abrahao Freitas (949.349.917-00).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

a) dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

b) determinar ao Comando da Marinha que:

b.1) no prazo de quinze dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de trinta dias;

b.2) no prazo de sessenta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que as interessadas tomaram conhecimento deste acórdão;

c) remeter cópia deste acórdão e da instrução da secretaria especializada (peça 5) ao Comando da Marinha.

ACÓRDÃO Nº 4641/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Segunda Câmara;

Considerando que as análises empreendidas na fase de instrução revelaram irregularidade relativa à elevação do grau hierárquico dos proventos por incapacidade definitiva do militar em desacordo com a legislação de regência;

Considerando que as hipóteses de concessão de proventos com base no grau hierárquico imediatamente superior por incapacidade definitiva encontram-se disciplinadas no art. 110 da Lei 6.880/1980;

Considerando que, nos termos do art. 110 da Lei 6.880/1980, a concessão de proventos correspondentes ao grau hierárquico superior por incapacidade definitiva restringe-se a militares da ativa ou da reserva remunerada, não alcançando militares que sejam considerados incapazes quando já reformados;

Considerando a impossibilidade de nova elevação de posto a militar já contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, com fundamento no art. 50, inciso II, da Lei 6.880/1980, por contar mais de 30 anos de serviço;

Considerando que esse entendimento está em sintonia com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema, a exemplo das decisões proferidas nos Recursos Especiais 966.142/RJ e 1.340.075/CE;

Considerando que a pensão ora examinada contempla elevação de grau hierárquico por incapacidade definitiva a militar que já estava reformado e/ou que já havia sido contemplado com proventos em posto superior ao da ativa quando da passagem para a reserva, em desacordo com a legislação de regência (Acórdãos 2.225/2019-TCU-Plenário, 5.411/2021-TCU-Primeira Câmara e 7.403/2021-TCU-Segunda Câmara, dentre outros);

Considerando que os valores pagos indevidamente foram recebidos de boa-fé;

Considerando os pareceres convergentes da Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) e do Ministério Público junto a este Tribunal; e

Considerando que este Tribunal, por intermédio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do art. 143, inciso II, do Regimento Interno do TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas,

ACORDAM, com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal de 1988, c/c os arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, e ainda com os arts. 17, inciso III, 143, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a pensão militar em exame, com negativa de registro, e expedir os comandos a seguir discriminados.

1. Processo TC-013.880/2022-5 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Adriana Melo Barbosa (736.006.446-53); Grasiela Melo Barbosa de Oliveira (736.373.866-15).

1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

a) dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, consoante o Enunciado 106 da Súmula de Jurisprudência do TCU;

b) determinar ao Comando do Exército que:

b.1) no prazo de quinze dias, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, até a emissão de novo ato, livre da irregularidade apontada, a ser submetido à apreciação do TCU no prazo de 30 (trinta) dias;

b.2) no prazo de sessenta dias, informe ao TCU as medidas adotadas e disponibilize, por meio do Sistema e-Pessoal, comprovante da data em que as interessadas tomaram conhecimento deste acórdão;

c) remeter cópia deste acórdão e da instrução da secretaria especializada (peça 5) ao Comando do Exército.

ACÓRDÃO Nº 4642/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em considerar legais para fins de registro os atos a seguir relacionados.

1. Processo TC-013.907/2022-0 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Luze Francisca Faria dos Santos (794.098.227-34); Neyde Reis Picinini (720.552.787-20); Neyde Reis Picinini (720.552.787-20); Rosa Maria Itacolomy de Faria (072.188.877-16).

1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4643/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC em razão da impugnação parcial de despesas realizadas com recursos repassados pela União ao Município de Trindade/PE, por meio do Convênio 01.0094.00/2006 (Siafi 590778), que tinha como objeto "apoiar a capacitação tecnológica da população local economicamente ativa para o sistema construtivo em gesso, e o desenvolvimento de referência técnica em alvenaria de bloco de gesso para casas térreas."

Considerando que o Município de Trindade/PE foi citado em razão da não devolução do saldo de recursos não utilizados na execução do Convênio 01.0094.00/2006;

Considerando que a citação foi regular e válida, e que, mesmo assim, o Município de Trindade/PE permaneceu silente, razão por que, nos termos do art. 12, §3º, da Lei 8.443/1992, deve ser considerado revel;

Considerando que não é possível a aferição da boa-fé do responsável, por se tratar o ente federativo de pessoa jurídica, nos termos do Acórdão 1.577/2007-TCU-Segunda Câmara, situação na qual, mesmo diante da revelia, deve ser aplicado ao caso o disposto nos §§ 3º ao 5º, do art. 202;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei 8.443/1992, e art. 202, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em fixar novo e improrrogável prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que o Município de Trindade/PE efetue e comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da quantia a seguir especificada aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir da data indicada até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
29/2/2012	208.282,71

1. Processo TC-033.402/2019-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antônio Everton Soares Costa (544.505.784-49); Gerôncio Antônio Figueiredo Silva (327.174.584-68); Valeria Cristina Silva de Alencar (665.267.284-72); Maria da Conceição Barros Soares Costa (333.575.874-91); Município de Trindade/PE (11.040.912/0001-03).

1.2. Unidades Jurisdicionadas: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC e Município de Trindade/PE.

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.6. Representação legal: Eduardo Henrique Teixeira Neves (OAB-PE 30.630), representando Maria da Conceição Barros Soares Costa e Antonio Everton Soares Costa.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. informar ao Município de Trindade/PE de que o recolhimento tempestivo da quantia acima indicada, atualizada monetariamente, sanará o processo e implicará o julgamento de suas contas pela regularidade com ressalva, dando-lhe quitação, bem como de que a ausência dessa liquidação tempestiva levará ao julgamento pela irregularidade das contas, com imputação de débito, a ser atualizado monetariamente e acrescido de juros moratórios;

1.7.2. encaminhar cópia deste acórdão e da instrução (peça 122) ao Município de Trindade/PE.

ACÓRDÃO Nº 4644/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando tratar-se da apreciação de expedientes nominados como pedidos de reexame apresentados por Rodrigo Janot Monteiro de Barros (peça 45) e Carlos Fernando dos Santos Lima (peça 59) em face do Acórdão 1.642/2022-TCU-Segunda Câmara;

Considerando que os responsáveis se insurgem contra dispositivo do Acórdão 1.642/2022-TCU-Segunda Câmara que converteu o processo em tomada de contas especial, decisão contra a qual não cabe interposição de recurso, nos termos do art. 279 do Regimento Interno do TCU;

Considerando que o suposto vício apontado nas petições a respeito da atuação do Ministério Público junto ao TCU nestes autos não procede e restou elucidado no Voto condutor do Acórdão 4.117/2022-TCU-Segunda Câmara, segundo o qual a manifestação do Parquet especializado nestes autos se deu em caráter complementar, como aditamento à inicial da representação, com vistas à correta definição de escopo de exame dos atos e em deferência à autonomia funcional do órgão ministerial de contas em representar perante este TCU e definir o escopo da investigação pretendida;

Considerando que a manifestação complementar do MPTCU nestes autos não se confunde com oitiva ministerial após a instrução de mérito, momento processual em que o Parquet poderia se manifestar como custos legis, o que não ocorreu por não ser obrigatória em processo de representação (Regimento Interno do TCU, art. 62, inc. III);

Considerando que o suposto vício apontado nas petições a respeito da competência da Segunda Câmara não procede e foi rejeitado por este Tribunal por meio dos Acórdãos 1.104/2022-TCU-Plenário e 4.117/2022-TCU-Segunda Câmara;

Considerando que o conteúdo das petições de peças 45 e 59 já foi considerado como elemento de defesa dos responsáveis por ocasião da prolação do Acórdão 4.117/2022-TCU-Segunda Câmara;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inc. III e IV, alínea "b", e 286 do Regimento Interno do TCU, em não conhecer dos expedientes de peças 45 e 59 como pedido de reexame; recebê-los como meras petições e negar seguimento, com fundamento no art. 279, caput, do Regimento Interno do TCU; e remeter cópia deste acórdão aos peticionantes, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-026.909/2020-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apensos: 005.472/2021-0 (Representação); 005.580/2021-8 (Representação); 026.997/2020-7 (Representação); 008.544/2022-0 (Solicitação de Certidão); 044.281/2021-8 (Representação)

1.2. Peticionantes: Rodrigo Janot Monteiro de Barros (265.478.726-53); Carlos Fernando dos Santos Lima (491.825.449-72).

1.3. Interessados: Antonio Carlos Welter (606.615.420-68); Carlos Fernando dos Santos Lima (491.825.449-72); Isabel Cristina Groba Vieira (376.398.621-91); Jerusa Burmann Viecili (934.740.240-00); Rodrigo Janot Monteiro de Barros (265.478.726-53).

1.4. Órgão/Entidade: Ministério Público Federal.

1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.7. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Bruno Dantas

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.9. Representação legal: Eugenio Pacelli de Oliveira (45.288/OAB-DF), representando Isabel Cristina Groba Vieira; Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (34.406/OAB-DF), representando Antonio Carlos Welter; Elísio de Azevedo Freitas (18.596/OAB-DF), representando Rodrigo Janot Monteiro de Barros; Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (34.406/OAB-DF), representando Jerusa Burmann Viecili; Elísio de Azevedo Freitas (18.596/OAB-DF), representando Carlos Fernando dos Santos Lima.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4645/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.431/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Andressa Marques da Cunha (001.649.971-99).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Cultura (extinta).
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4646/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.507/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Maria de Lourdes Ferreira Pantoja (067.896.092-53); Suely Tavares de Sousa (146.242.652-20).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4647/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.527/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Candido Eduardo de Moraes Cordts (084.323.258-72).
1.2. Órgão/Entidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4648/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.584/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Carlos Antonio Pereira dos Santos (775.405.067-68); Conceicao de Maria Pinto (180.225.613-04); Elton Paulo de Assis Henriques (077.853.566-53); Joana D Arc Braga da Silva (232.068.373-91); Ricardo Ferreira de Souza (053.476.248-41).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4649/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.634/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Juarez Coelho Lima (102.511.461-20).
1.2. Órgão/Entidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4650/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.745/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria Padilha da Silva (051.756.232-49); Janete do Nascimento (219.820.402-97); Jose Helio Araujo de Oliveira (037.078.222-49); Mercia Maria Confessor Prata (250.691.014-04); Valdemir Alcantara (409.055.279-68).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4651/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.767/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Angela Cristina Fanzeres Monteiro Fortes (804.234.347-72).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4652/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.787/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Delci Carlos Teixeira (161.775.410-20); Felipe dos Santos Fontes (070.833.897-64); Loredano de Oliveira Pontes (192.943.283-68); Marcia Maria Bitencourt (996.101.750-15); Marcos Liberato Neto (873.916.787-91).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Polícia Federal.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4653/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.836/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Katia de Oliveira Ferreira de Souza (881.702.687-53); Marco Antonio Ramos (336.897.687-72); Paulo Roberto Ramos da Silva (369.635.267-53); Rosangela Bernardo da Silva Maia (845.303.407-91); Simone Spineli de Carvalho (920.069.307-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comando da Marinha.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4654/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-014.875/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Jose Barbosa de Almeida (100.385.745-00); Maria de Lourdes Bacelar Silva (097.400.405-78).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4655/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.111/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Delcio Alves de Franca (044.068.422-68).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4656/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.167/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Marineusa Teles do Nascimento (177.005.745-53); Sergio Murilo Correia Menezes (247.735.495-72).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4657/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.226/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Eliane Veiga da Costa (601.354.927-34); Maranibia Aparecida Cardoso Oelemann (839.859.307-59); Marilene Cardoso Santos (218.600.507-78); Olga Maria Bastos (528.274.707-30); Roberto Antunes Moreira (602.423.617-49).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4658/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.353/2022-2 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Beatriz Girardelli Lopes Teixeira (678.414.736-72); Paulo Antonio de Arantes Vieira (311.025.226-00); Stella Maris da Silveira Duarte (452.073.056-20).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Alfenas.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4659/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.373/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ana Maria da Paixao Setubal (462.617.101-04); Celina Maria Schmitt Rosa Lamb (153.699.191-00).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto).
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4660/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.386/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Celia Marta Rodrigues dos Passos (310.850.751-68); Joao Luiz Machado Simoes (279.554.511-04); Lucia Helena Tolentino da Gama (410.894.991-91).
1.2. Órgão/Entidade: Superior Tribunal de Justiça.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4661/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-015.788/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Josetine Maria Vasque Bezerra Lucas (302.999.264-00); Jucimar Franca Vilar Lima (168.026.674-87); Margareth Regia de Lara Menezes (277.073.504-72); Maria de Fatima Dias de Souza (154.838.194-20); Roberto Jose de Medeiros (086.214.384-53).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4662/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-012.480/2022-3 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessados: Emerita Pompone da Rosa (822.548.770-20); Maisa Giselda da Rosa (352.057.500-06); Maisa Giselda da Rosa (352.057.500-06); Marilene Ventura (554.740.200-15); Marilene Ventura (554.740.200-15); Marisa Helena da Rosa (387.666.550-72); Marisa Helena da Rosa (387.666.550-72); Maristela da Rosa (563.360.040-15); Maristela da Rosa (563.360.040-15); Meri Lane da Rosa (922.921.270-91); Meri Lane da Rosa (922.921.270-91); Rosemeri Luiza Witt (288.007.290-53).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4663/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II e 260, §§ 1º e 2º, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal para fins de registro o ato de concessão a seguir relacionado, conforme os pareceres emitidos nos autos pela Sefip e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

1. Processo TC-013.902/2022-9 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessado: Tais Vaz Conteratto (014.584.070-04).
1.2. Órgão/Entidade: Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4664/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 208 do Regimento Interno/TCU, considerando que, apesar de não terem sido apresentadas justificativas para o descumprimento da regra em exame, entende-se que a questão não se reveste de reprovabilidade suficiente para macular as contas do responsável, dado o pleno atingimento dos objetivos pactuados e a plausibilidade dos argumentos apresentados para a ausência de documentos na prestação de contas final. ACORDAM em:
a) Acolher as alegações de defesa apresentadas pelo responsável Cassio Nunes Soares (CPF: 491.683.980-34);
b) Julgar regulares com ressalva as contas de Cassio Nunes Soares (CPF: 491.683.980- 34), nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 18 da mesma Lei, dando-lhe quitação; conforme os pareceres emitidos nos autos pela Secretaria e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, informando aos interessados que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e
c) Encaminhar cópia deste Acórdão prolatado ao Ministério do Desenvolvimento Regional e ao responsável.

1. Processo TC-047.821/2020-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Cassio Nunes Soares (491.683.980-34).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Regional.
1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4665/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Antonio Carlos Silva Santos, emitido pela Câmara dos Deputados e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou o pagamento irregular da vantagem de "quintos/décimos" após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros. Já nos casos de "quintos/décimos" recebidos por força de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa, o pagamento será mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que inexistem nos autos documentos que indicam a origem da parcela de "quintos/décimos", se deferida com base em decisão judicial transitada em julgado ou não, ou ainda em decisão administrativa;

Considerando que este Tribunal detectou em outros processos de aposentadorias deferidas pela Câmara dos Deputados que houve a concessão de reajustes irregulares das parcelas de "quintos/décimos" tal como constatado neste ato de aposentadoria;

Considerando que, nos casos acima indicados, este Tribunal determinou à Câmara dos Deputados que promovesse o ajuste nas parcelas de "quintos/décimos", para que voltassem a refletir os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016 (Acórdãos 3.538, 6.278 e 10.240, todos de 2021, da Primeira Câmara e de relatoria do ministro Vital do Rêgo; e 6.857/2021 - Segunda Câmara, relator ministro Raimundo Carreiro);

Considerando, ainda, que o parecer exarado pela Sefip é no sentido da ilegalidade do pagamento de anuênios, tendo em vista que o tempo de serviço do interessado estaria indevidamente majorado, com cômputo, para fins de anuênios, de períodos não contínuos;

Considerando, por sua vez, que o parecer do Ministério Público/TCU é no sentido da legalidade do pagamento de anuênios, porquanto não ocorreu perda do vínculo do interessado com o serviço público federal, após a data de revogação do benefício (8/3/1999);

Considerando que o interessado ingressou em cargo público na vigência da Lei 1.711/1952 e do Decreto 31.922/1952, e que inexistia óbice à contagem de tempo ininterrupto ou não, para fins de gratificação adicional por tempo de serviço, não há qualquer irregularidade capaz de macular o pagamento dos anuênios ao interessado (v. Acórdãos 4.757/2021-1ª Câmara, rel. Ministro Vital do Rêgo; 8.490/2021-2ª Câmara, e 1.599/2022-2ª Câmara, ambos de minha relatoria; e 629/2021-2ª Câmara, rel. Ministro Aroldo Cedraz);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria do Sr. Antonio Carlos Silva Santos e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-004.154/2022-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Antonio Carlos Silva Santos (184.950.361-34).

1.2. Órgão: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar à Câmara dos Deputados que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar os pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.1.2. promova o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 08/4/1998 e 04/9/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, nos moldes da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE;

1.7.1.3. suprima os índices de reajuste aplicados à vantagem de quintos após a edição da Lei 13.323/2016, no valor da parcela compensatória referida no subitem 1.7.1.2 supra, para que volte a corresponder à quantia vigente antes do advento da referida norma;

1.7.1.4. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e

1.7.1.5. emita novo ato de concessão de aposentadoria em favor do interessado e promova seu cadastro no sistema e-Pessoal, livre das irregularidades verificadas neste processo, devendo ser submetido a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 4666/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Pedro Pereira Silva, emitido pela Câmara dos Deputados e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou o pagamento irregular da vantagem de "quintos/décimos" após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros. Já nos casos de "quintos/décimos" recebidos por força de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa, o pagamento será mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que inexistem nos autos documentos que indicam a origem da parcela de "quintos/décimos", se deferida com base em decisão judicial transitada em julgado ou não, ou ainda em decisão administrativa;

Considerando que a Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip), ao examinar o ato de aposentadoria do Sr. Pedro Pereira Silva, também verificou que a Câmara dos Deputados vem promovendo reajustes indevidos das parcelas de "quintos/décimos", pelo menos, desde a edição da Lei 13.323/2016;

Considerando que os "quintos/décimos" incorporados até a edição da Lei 9.527/1997, de acordo com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, devem ser atualizados conforme os critérios adotados para a revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, pois desde então ostentam natureza de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL 1.516.357 - RS. Relator: Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 21/6/2018) ;

Considerando que a Lei 13.323/2016, que reajustou a remuneração dos servidores da Câmara dos Deputados e disciplinou o pagamento de parcelas remuneratórias devidas a esses servidores, não se caracteriza como uma lei de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais;

Considerando que, nos casos em que detectado o reajuste indevido da parcela de "quintos/décimos" pela Lei 13.323/2016, este Tribunal determinou à Câmara dos Deputados que promovesse o ajuste nas parcelas de "quintos/décimos" para que voltassem a refletir os valores anteriores à vigência daquele diploma legal (Acórdãos 3.538, 6.278 e 10.240, todos de 2021, da Primeira Câmara e de relatoria do ministro Vital do Rêgo; e 6.857/2021 - Segunda Câmara, relator ministro Raimundo Carreiro);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria do Sr. Pedro Pereira Silva e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-009.521/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Pedro Pereira Silva (258.222.331-04).

1.2. Órgão: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva, em substituição ao Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar à Câmara dos Deputados que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar os pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.1.2. promova o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, nos moldes da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE;

1.7.1.3. suprima os índices de reajuste aplicados à vantagem de quintos após a edição da Lei 13.323/2016, no valor da parcela compensatória referida no subitem 1.7.1.2 supra, bem como nas parcelas de "quintos/décimos" incorporadas, para que voltem a corresponder às quantias vigentes antes do advento da referida norma;

1.7.1.4. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e

1.7.1.5. emita novo ato de concessão de aposentadoria em favor do interessado e promova seu cadastro no sistema e-Pessoal, livre das irregularidades verificadas neste processo, devendo ser submetido a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 4667/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Bernardo Hélio Freitas dos Santos, emitido pela Câmara dos Deputados e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou o pagamento irregular da vantagem de "quintos/décimos" após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros. Já nos casos de "quintos/décimos" recebidos por força de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa, o pagamento será mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que inexistem nos autos documentos que indicam a origem da parcela de "quintos/décimos", se deferida com base em decisão judicial transitada em julgado ou não, ou ainda em decisão administrativa;

Considerando que este Tribunal detectou em outros processos de aposentadorias deferidas pela Câmara dos Deputados que houve a concessão de reajustes irregulares das parcelas de "quintos/décimos" tal como constatado neste ato de aposentadoria;

Considerando que os "quintos/décimos" incorporados até a edição da Lei 9.527/1997, de acordo com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, devem ser atualizados conforme os critérios adotados para a revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, pois desde então ostentam natureza de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL 1.516.357 - RS. Relator: Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 21/6/2018) ;

Considerando que a Lei 13.323/2016, que reajustou a remuneração dos servidores da Câmara dos Deputados e disciplinou o pagamento de parcelas remuneratórias devidas a esses servidores, não se caracteriza como uma lei de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais;

Considerando que, nos casos acima indicados, este Tribunal determinou à Câmara dos Deputados que promovesse o ajuste nas parcelas de "quintos/décimos", para que voltassem a refletir os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016 (Acórdãos 3.538, 6.278 e 10.240, todos de 2021, da Primeira Câmara e de relatoria do ministro Vital do Rêgo; e 6.857/2021 - Segunda Câmara, relator ministro Raimundo Carreiro);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria do Sr. Bernardo Hélio Freitas dos Santos e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-010.923/2022-5 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Bernardo Hélio Freitas dos Santos (116.609.611-49).

1.2. Órgão: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar à Câmara dos Deputados que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar os pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.1.2. promova o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, nos moldes da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE;

1.7.1.3. suprima os índices de reajuste aplicados à vantagem de quintos após a edição da Lei 13.323/2016, no valor da parcela compensatória referida no subitem 1.7.1.2 supra, bem como nas parcelas de "quintos/décimos" incorporadas, para que voltem a corresponder às quantias vigentes antes do advento da referida norma;

1.7.1.4. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e

1.7.1.5. emita novo ato de concessão de aposentadoria em favor do interessado e promova seu cadastro no sistema e-Pessoal, livre das irregularidades verificadas neste processo, devendo ser submetido a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 4668/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Ana Mirian Simões Amichetti, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou a inclusão irregular nos proventos, por força de decisão judicial transitada em julgado, de parcelas decorrentes da incorporação de "quintos/décimos" de funções comissionadas exercidas após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que a parcela impugnada foi concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria da Sra. Ana Mirian Simões Amichetti e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir a determinação contida no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-011.630/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Ana Mirian Simões Amichetti (131.846.648-21).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência, sem prejuízo de esclarecer ao órgão de origem que, a despeito da negativa de registro, as parcelas de quintos incorporadas com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, uma vez amparadas por decisão judicial transitada em julgado, deverão ter seu pagamento mantido, nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

ACÓRDÃO Nº 4669/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Nelma Maria Ferreira de Souza, emitido pela Câmara dos Deputados e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou o pagamento irregular da vantagem de "quintos/décimos" após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros. Já nos casos de "quintos/décimos" recebidos por força de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa, o pagamento será mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que inexistem nos autos documentos que indicam a origem da parcela de "quintos/décimos", se deferida com base em decisão judicial transitada em julgado ou não, ou ainda em decisão administrativa;

Considerando que este Tribunal detectou em outros processos de aposentadorias deferidas pela Câmara dos Deputados que houve a concessão de reajustes irregulares das parcelas de "quintos/décimos" tal como constatado neste ato de aposentadoria;

Considerando que os "quintos/décimos" incorporados até a edição da Lei 9.527/1997, de acordo com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, devem ser atualizados conforme os critérios adotados para a revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, pois desde então ostentam natureza de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL 1.516.357 - RS. Relator: Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 21/6/2018) ;

Considerando que a Lei 13.323/2016, que reajustou a remuneração dos servidores da Câmara dos Deputados e disciplinou o pagamento de parcelas remuneratórias devidas a esses servidores, não se caracteriza como uma lei de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais;

Considerando que, nos casos acima indicados, este Tribunal determinou à Câmara dos Deputados que promovesse o ajuste nas parcelas de "quintos/décimos", para que voltassem a refletir os valores anteriores à vigência da Lei 13.323/2016 (Acórdãos 3.538, 6.278 e 10.240, todos de 2021, da Primeira Câmara e de relatoria do ministro Vital do Rêgo; e 6.857/2021 - Segunda Câmara, relator ministro Raimundo Carreiro);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada; e

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria da Sra. Nelma Maria Ferreira de Souza e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-011.721/2022-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Nelma Maria Ferreira de Souza (258.230.191-49).

1.2. Órgão: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar à Câmara dos Deputados que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar os pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.1.2. promova o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, nos moldes da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE;

1.7.1.3. suprima os índices de reajuste aplicados à vantagem de quintos após a edição da Lei 13.323/2016, no valor da parcela compensatória referida no subitem 1.7.1.2 supra, bem como nas parcelas de "quintos/décimos" incorporadas, para que voltem a corresponder às quantias vigentes antes do advento da referida norma;

1.7.1.4. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e

1.7.1.5. emita novo ato de concessão de aposentadoria em favor da interessada e promova seu cadastro no sistema e-Pessoal, livre das irregularidades verificadas neste processo, devendo ser submetido a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 4670/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Albanir Huhn Pinheiro, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou a inclusão irregular nos proventos, por força de decisão judicial transitada em julgado, de parcelas decorrentes da incorporação de "quintos/décimos" de funções comissionadas exercidas após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a

04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que a parcela impugnada foi concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria do Sr. Albanir Huhn Pinheiro e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir a determinação contida no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-011.817/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Albanir Huhn Pinheiro (557.791.237-72).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, dê ciência do inteiro teor desta Deliberação ao interessado, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência, sem prejuízo de esclarecer ao órgão de origem que, a despeito da negativa de registro, as parcelas de quintos incorporadas com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, uma vez amparadas por decisão judicial transitada em julgado, deverão ter seu pagamento mantido, nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

ACÓRDÃO Nº 4671/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Jussara Sylvia Pilau Scheid, emitido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou a inclusão irregular nos proventos, por força de decisão judicial transitada em julgado, de parcelas decorrentes da incorporação de "quintos/décimos" de funções comissionadas exercidas após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que a parcela impugnada foi concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria da Sra. Jussara Sylvia Pilau Scheid e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir a determinação contida no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-012.373/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Jussara Sylvia Pilau Scheid (264.720.820-49).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação/ Orientação:

1.7.1. determinar ao Tribunal Regional Federal da 4ª Região que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência, sem prejuízo de esclarecer ao órgão de origem que, a despeito da negativa de registro, as parcelas de quintos incorporadas com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, uma vez amparadas por decisão judicial transitada em julgado, deverão ter seu pagamento mantido, nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

ACÓRDÃO Nº 4672/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Paulo Roberto Dulnik, emitido pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou a inclusão irregular nos proventos, por força de decisão judicial transitada em julgado, de parcelas decorrentes da incorporação de "quintos/décimos" da Função Comissionada CD-3 (5/5) exercida após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que a referida parcela de 5/5 da CD-3 foi concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros;

Considerando que a Sefip também detectou a inclusão irregular nos proventos de parcelas decorrentes da incorporação de "quintos/décimos" com a utilização de períodos sobrepostos do exercício de funções comissionadas (4/10 de FG-1, 2/10 de FG-4 e 2/10 de CD-3, além dos 10/10 de CD-3);

Considerando que a situação descrita caracteriza o acúmulo de mais de 10/10 de função comissionada, fato que não é albergado pela legislação de regência da matéria, uma vez que se observa no ato (peça 3, p. 4) o pagamento da rubrica de decisão judicial referente a 10/10 de CD-3, no valor de R$ 3.461,57, bem como a rubrica VPNI do artigo 62-A da Lei 8.112/1990, no valor total de R$ 510,80, que engloba 4/10 de FG-1 (R$ 107,16), 2/10 de FG-4 (R$ 27,72) e 2/10 de CD-3 (R$ 375,92);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria do Sr. Paulo Roberto Dulnik e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-012.805/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Roberto Dulnik (347.263.730-72).

1.2. Entidade: Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar à Universidade Tecnológica Federal do Paraná que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e

1.7.1.3. emita novo ato de concessão de aposentadoria em favor do Sr. Paulo Roberto Dulnik e promova seu cadastro no sistema e-Pessoal, livre da irregularidade verificada neste processo, sendo submetido a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 4673/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Narlice Sobral Santos, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou a inclusão irregular nos proventos, por força de decisão judicial transitada em julgado, de parcelas decorrentes da incorporação de "quintos/décimos" de funções comissionadas exercidas após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que a parcela impugnada foi concedida a partir de decisão judicial transitada em julgado;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria da Sra. Narlice Sobral Santos e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir a determinação contida no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-012.840/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Narlice Sobral Santos (175.227.652-34).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência, sem prejuízo de esclarecer ao órgão de origem que, a despeito da negativa de registro, as parcelas de quintos incorporadas com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, uma vez amparadas por decisão judicial transitada em julgado, deverão ter seu pagamento mantido, nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo STF no RE 638.115/CE, sendo desnecessária, portanto, a emissão de novo ato concessório.

ACÓRDÃO Nº 4674/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Maria de Fátima Tertuliano Chalegre, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou o pagamento irregular da vantagem de "quintos/décimos" após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros. Já nos casos de "quintos/décimos" recebidos por força de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa, o pagamento será mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que inexistem nos autos documentos que indicam se a origem da parcela de "quintos/décimos" foi deferida com base em decisão administrativa ou judicial;

Considerando que, conforme observado pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) à peça 5, o órgão de origem já promoveu o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros;

Considerando que, mesmo com a implementação da parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, ainda assim a incorporação da vantagem de "quintos/décimos", decorrente do exercício de função comissionada posteriormente a 8/4/1998, é ilegal por falta de amparo na norma de regência;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria da Sra. Maria de Fátima Tertuliano Chalegre e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, bem como expedir a determinação e a orientação contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-012.888/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Maria de Fátima Tertuliano Chalegre (126.948.864-34).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação/Orientação:

1.7.1. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e

1.7.2. esclarecer ao Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE que, a despeito da negativa de registro do ato concessório, a vantagem de "quintos/décimos" incorporada com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, uma vez transformada em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, não impõe a legalidade do ato nem enseja a emissão de novo ato concessório.

ACÓRDÃO Nº 4675/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria do Sr. Severino Carrera da Silva, emitido pela Câmara dos Deputados e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou o pagamento irregular da vantagem de "quintos/décimos" após a edição da Lei 9.624/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros. Já nos casos de "quintos/décimos" recebidos por força de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa, o pagamento será mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que o órgão de origem transformou a vantagem oriunda dos "quintos/décimos" em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, nos moldes do mencionado Recurso Extraordinário 638.115;

Considerando que, mesmo com a implementação da parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, ainda assim a incorporação da vantagem de "quintos/décimos", decorrente do exercício de função comissionada posteriormente a 8/4/1998, é ilegal por falta de amparo na norma de regência;

Considerando, ainda, que este Tribunal, assim como em outros processos de aposentadorias deferidas pela Câmara dos Deputados, verificou que aquele órgão promoveu reajuste indevido das parcelas de "quintos/décimos" com base na Lei 13.323/2016;

Considerando que os "quintos/décimos" incorporados até a edição da Lei 9.527/1997, de acordo com jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, devem ser atualizados conforme os critérios adotados para a revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, pois desde então ostentam natureza de Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (EDcl no AgInt no RECURSO ESPECIAL 1.516.357 - RS. Relator: Min. Mauro Campbell Marques, julgado em 21/6/2018);

Considerando que a Lei 13.323/2016, que reajustou a remuneração dos servidores da Câmara dos Deputados e disciplinou o pagamento de parcelas remuneratórias devidas a esses servidores, não se caracteriza como uma lei de revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais;

Considerando que, nos casos em que detectado o reajuste indevido da parcela de "quintos/décimos" pela Lei 13.323/2016, este Tribunal determinou à Câmara dos Deputados que promovesse o ajuste nas parcelas de "quintos/décimos" para que voltassem a refletir os valores anteriores à vigência daquele diploma legal (Acórdãos 3.538, 6.278 e 10.240, todos de 2021, da Primeira Câmara e de relatoria do ministro Vital do Rêgo; e 6.857/2021 - Segunda Câmara, relator ministro Raimundo Carreiro);

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé do interessado;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria do Sr. Severino Carrera da Silva e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelo interessado, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-012.898/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Severino Carrera da Silva (124.611.132-20).

1.2. Órgão: Câmara dos Deputados.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações:

1.7.1. determinar à Câmara dos Deputados que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, adote as seguintes providências:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato de aposentadoria ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU;

1.7.1.2. suprima os índices de reajuste aplicados à vantagem de quintos após a edição da Lei 13.323/2016, no valor da parcela compensatória e dos "quintos/décimos" incorporados, para que voltem a corresponder às quantias vigentes antes do advento da referida norma;

1.7.1.3. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e

1.7.1.4. emita novo ato de concessão de aposentadoria em favor do interessado e promova seu cadastro no sistema e-Pessoal, livre da irregularidade verificada neste processo, devendo ser submetido a este Tribunal, nos termos da IN/TCU 78/2018.

ACÓRDÃO Nº 4676/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Rosiana Correia Ribeiro, emitido pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba e submetido a este Tribunal para fins de registro;

Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou o pagamento irregular da vantagem de "quintos/décimos" após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;

Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;

Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros. Já nos casos de "quintos/décimos" recebidos por força de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa, o pagamento será mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores;

Considerando que o órgão de origem já promoveu o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros;

Considerando que, mesmo com a implementação da parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, ainda assim a incorporação da vantagem de "quintos/décimos", decorrente do exercício de função comissionada posteriormente a 8/4/1998, é ilegal por falta de amparo na norma de regência;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando a presunção de boa-fé da interessada;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e

Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão de aposentadoria da Sra. Rosiana Correia Ribeiro e negar registro ao

correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, bem como expedir a determinação e a orientação contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-012.929/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Sra. Rosiana Correia Ribeiro (302.255.744-20).
1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação/Orientação:
1.7.1. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência; e
1.7.2. esclarecer ao Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba que, a despeito da negativa de registro do ato concessório, a vantagem de "quintos/décimos" incorporada com amparo em funções comissionadas exercidas entre 8/4/1998 e 4/9/2001, uma vez transformada em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, nos exatos termos da modulação de efeitos estabelecida pelo Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE, não impõe a legalidade do ato nem enseja a emissão de novo ato concessório.

ACÓRDÃO Nº 4677/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de concessão de aposentadoria da Sra. Ester Perelberg, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ e submetido a este Tribunal para fins de registro;
Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais - Sefip detectou o pagamento irregular da vantagem de "quintos/décimos" após a edição da Lei 9.624/1998, uma vez que os períodos de incorporação ocorreram, em parte, em momento posterior à data limite de 8/4/1998;
Considerando que a jurisprudência desta Casa de Contas consolidou o entendimento de que é ilegal a percepção da rubrica de "quintos/décimos", cuja incorporação decorreu de funções comissionadas exercidas no período de 08/04/1998 a 04/09/2001, devendo-se observar a modulação dos efeitos definida pelo Supremo Tribunal Federal na decisão do Recurso Extraordinário 638.115/CE, acerca dessa matéria;
Considerando que, segundo a modulação de efeitos do julgamento do RE 638.115/CE feita pelo STF, somente para a hipótese de "quintos/décimos" recebidos com base em decisão judicial transitada em julgado será indevida a cessação imediata do pagamento e não haverá absorção da parcela por reajustes futuros. Já nos casos de "quintos/décimos" recebidos por força de decisão judicial não transitada em julgado ou de decisão administrativa, o pagamento será mantido até sua absorção integral por quaisquer reajustes futuros concedidos aos servidores;
Considerando que inexistem nos autos documentos que indicam a origem da parcela de "quintos/décimos", se deferida com base em decisão judicial transitada em julgado ou não, ou ainda em decisão administrativa;
Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;
Considerando a presunção de boa-fé da interessada;
Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos; e
Considerando, por fim, os pareceres convergentes da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU - MP/TCU.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento nos artigos 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal a concessão da Sra. Ester Perelberg e negar registro ao correspondente ato, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pela interessada, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, e expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo:

1. Processo TC-013.697/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Ester Perelberg (603.138.467-15).
1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações:
1.7.1. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ que, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, adote as seguintes providências:
1.7.1.1. efetue o destaque das parcelas de "quintos/décimos" incorporadas com base em funções comissionadas exercidas entre 08/04/1998 e 04/09/2001, transformando-as em parcela compensatória a ser absorvida por quaisquer reajustes futuros, desde que a hipótese não seja de decisão judicial transitada em julgado, nos moldes da decisão do Supremo Tribunal Federal no RE 638.115/CE; e
1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência.

ACÓRDÃO Nº 4678/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de concessão de aposentadoria a seguir relacionado, sem prejuízo de fazer a seguinte determinação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.816/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Elba Melo Gomes (204.250.909-49).
1.2. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinação:
1.7.1. Determinar ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes que acompanhe o deslinde do Mandado de Segurança Coletivo 0018381-85.2014.4.01.3400, impetrado perante a 6.ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal e em curso no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tomando as medidas cabíveis após o trânsito em julgado da referida ação.

ACÓRDÃO Nº 4679/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal, para fins de registro, o ato de admissão de pessoal a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.575/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Rodrigo Rodrigues Malheiros (042.897.714-67).
1.2. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4680/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.581/2022-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Arley Lima da Silveira (969.735.442-15); Edgar Jesus Figueira Borges (665.676.962-49); Lilian Cristina Novo dos Santos (561.053.202-72); Nayma Lucena Ribeiro de Souza (954.797.912-49); Valdenilson Brito de Araujo (933.644.582-00).
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal de Roraima.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4681/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.596/2022-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anderson Santana de Souza (104.153.637-21); Anya Pimentel Gomes Fernandes Vieira Meyer (706.219.933-87); Luana dos Reis de Souza (114.373.857-88); Marcus Vinicius Guimaraes de Lacerda (599.247.051-49); Rui Rafael Durlacher (405.689.202-44).
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Oswaldo Cruz.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4682/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso I, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.607/2022-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Djalma Luiz da Silva Serpa (639.123.097-87); Juliana Cristina Mendes Miranda (282.393.088-48).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4683/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legais, para fins de registro, os atos de concessão de pensão civil a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.945/2022-6 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessados: Maria da Conceição Gomes da Silva Sousa (179.134.111-04); Maria das Merces Cavalcanti (144.434.221-53); Marjorie Silva Sales (058.090.921-28); Marta Silva Sales (059.558.638-42); Olindina Leite dos Anjos (032.828.784-94); Teresinha Pires da Silva (455.700.194-72).
1.2. Órgão/Entidade: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4684/2022 - TCU - 2ª Câmara

VISTOS e relacionados estes autos de ato de alteração da pensão militar instituída pelo Sr. Jair Candido de Almeida em favor da Sra. Tonya Cristina de Almeida (filha do instituidor) e do Sr. Giovani Otavio de Almeida (filho do instituidor), emitido pelo Comando do Exército e submetido a este Tribunal para fins de registro.
Considerando que a análise empreendida pela Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip) constatou ter havido majoração de proventos para o posto hierárquico imediatamente superior, com base no art. 110 da Lei 6.880/1980, em vista da invalidez posterior à reforma do instituidor;

Considerando que tal procedimento está em desacordo com a orientação adotada no Acórdão 2.225/2019 - Plenário, decisão paradigmática na qual se concluiu pela ausência de previsão legal para extensão da vantagem estabelecida no art. 110 da Lei 6.880/1980 a militares já reformados;

Considerando que a aludida orientação é respaldada pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a exemplo das decisões proferidas pela Corte Cidadã nos Recursos Especiais 1784347/RS e 1.340.075/CE e no Agravo Regimental nos Embargos de Declaração no Recurso Especial 966.142/RJ;

Considerando que, por meio do Acórdão 1.414/2021-Plenário (relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues), este Tribunal fixou entendimento no sentido da possibilidade de apreciação de ato sujeito a registro mediante relação, na forma do artigo 143, inciso II, do Regimento Interno/TCU, nas hipóteses em que a ilegalidade do ato decorra exclusivamente de questão jurídica de solução já pacificada na jurisprudência desta Corte de Contas;

Considerando que os pareceres da Sefip e do Ministério Público junto ao TCU foram pela ilegalidade e denegação de registro do ato em exame;

Considerando que o ato ora examinado deu entrada no TCU há menos de cinco anos;

Considerando, por fim, a presunção de boa-fé dos interessados no ato em análise;

ACORDAM os Ministros o Tribunal de Contas da União, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 17, inciso III, 143, inciso II, 259, inciso II, 260 e 262 do Regimento Interno/TCU, em considerar ilegal e negar registro ao ato de alteração da pensão militar instituída pelo Sr. Jair Candido de Almeida em favor da Sra. Tonya Cristina de Almeida e do Sr. Giovani Otavio de Almeida, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé pelos interessados, consoante o disposto no Enunciado 106 da Súmula da Jurisprudência do TCU, sem prejuízo de expedir as determinações contidas no subitem 1.7 abaixo.

1. Processo TC-009.104/2022-4 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Giovani Otavio de Almeida (803.618.386-20); Tonya Cristina de Almeida (756.688.666-53).

1.2. Órgão: Comando do Exército.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. determinar ao Comando do Exército, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação deste Acórdão, que:

1.7.1.1. abstenha-se de realizar pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, nos termos do art. 262, caput, do Regimento Interno/TCU; e

1.7.1.2. dê ciência do inteiro teor desta Deliberação aos interessados, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de possíveis recursos perante o TCU não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso os recursos não sejam providos, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias, comprovante da referida ciência.

ACÓRDÃO Nº 4685/2022 - TCU - 2ª Câmara

Trata-se de expediente intitulado "Informações Financeiras Finais", por meio do qual a Associação de Parentes e Amigos de Vítimas da Violência - APAVV indica contas bancárias e requer que a cobrança executiva do débito referente a este feito sobre elas recaia (peça 212).

Considerando que os autos cuidam de Tomada de Contas Especial instaurada em decorrência de irregularidades na execução do Convênio 5/2010, firmado entre a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e a Secretaria da Justiça e Cidadania do Governo do Estado do Ceará, para implantação do programa estadual de proteção aos defensores de direitos humanos em situação de risco ou vulnerabilidade;

Considerando que, mediante o Acórdão 13.373/2018 - 1ª Câmara (peça 113), esta Corte, dentre outras medidas, julgou irregulares as contas da APAVV, na condição de subconveniada, condenando-a ao pagamento do débito apurado e aplicando-lhe multa;

Considerando que, por intermédio do Acórdão 1.608/2022 - 1ª Câmara (peça 194), no que interessa ao feito, o recurso de reconsideração interposto pela ora requerente foi conhecido e provido parcialmente, apenas para reconhecer a comprovação de despesas bancárias no valor de R$ 166,00, segundo os extratos bancários contidos no processo;

Considerando que, nesta oportunidade, a APAVV ingressa com expediente solicitando que "sejam realizados diretamente os recolhimentos necessários juntos às instituições financeiras indicadas dos valores atualizados nas referidas Contas Correntes da APAVV como forma única de sanar por completo a Prestação de Contas do Convênio nº 001/2012 relativo ao PEPDDH-CE e, assim, garantir cumprimento integral a eminente decisão referente à presente Tomada de Contas Especial";

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos, no sentido de que o expediente em tela não visa à reforma das deliberações proferidas nos autos, de modo que não se trata de recurso (peças 213/215);

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em receber a peça apresentada pela Associação de Parentes e Amigos de Vítimas da Violência como mera petição e enviar os autos à Secex/TCE, unidade técnica instrutora do processo, para fins de apreciação da peça e adoção das medidas que entender pertinentes, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Resolução/TCU 259/2014, sem prejuízo de encaminhar cópia desta deliberação à APAVV, de acordo com o parecer da Secretaria de Recursos:

1. Processo TC-000.611/2016-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Requerente: Associação de Parentes e Amigos de Vítimas da Violencia - APAVV (04.807.310/0001-73).

1.2. Órgão/Entidade: Secretaria da Justiça e Cidadania do Governo do Estado do Ceará - Sejus.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.6. Representação legal: Marta Daniele Pereira Nogueira (39390/OAB-CE), representando Jose Alberto Pereira; Analuisa Macedo Trindade (27571-B/OAB-CE), Aline Saldanha de Lima Ferreira (12575/OAB-CE) e outros, representando Mariana Lobo Botelho de Albuquerque; Mayara de Andrade Santos Travassos (23879/OAB-CE) e José Arimá Rocha Brito (9092/OAB-CE), representando Associação de Parentes e Amigos de Vítimas da Violência - APAVV.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4686/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.491/2022-2 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Agnaldo Soares Lima (CPF 544.332.316-49); Aurora de Fátima Caetano (CPF 276.019.196-68); Elce Cristina Silva Gomes (CPF 274.205.406-59); Leonardo Hipólito Genaro Figoli (CPF 221.550.901-53) e Wanilda Maria Pereira Carneiro (CPF 356.903.996-04).

1.2. Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4687/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.523/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Jose Possebon (CPF 509.594.688-20) e Luís Augusto dos Santos (CPF 057.078.461-15).

1.2. Entidade: Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho - Fundacentro.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4688/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.524/2022-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Antônio Inácio Mariano (CPF 044.687.402-72) e Rosa Maria Aparecida Nechi Verceze (CPF 002.804.058-98).

1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - Unir.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4689/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.587/2022-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessada: Giceli Rocha Brito Bibiano (CPF 240.796.774-72).

1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4690/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.619/2022-9 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ana Pinto de Vasconcelos (CPF 182.883.085-20); Bárbara Maria Oliveira Santos (CPF 803.385.265-87); Jose Albertino Carvalho Lordelo (CPF 115.067.845-34); Odete da Silva Estácio (CPF 366.074.365-87) e Teresinha Froes Burnham (CPF 037.652.885-00).

1.2. Entidade: Universidade Federal da Bahia - UFBA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4691/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.662/2022-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Ione Sampaio (CPF 679.268.947-53) e Jose Valdir Rodrigues (CPF 110.237.403-20).

1.2. Entidade: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4692/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.675/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Amerino Oliveira Lima Neto (CPF 069.886.105-10); Manoel Barbosa Lima (CPF 166.444.095-04); Maria Augusta Oliveira Dantas (CPF 168.595.025-68); Rosana Alcântara de Oliveira (CPF 025.985.618-56) e Teonilio Virgulino Junior (CPF 141.575.436-53).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4693/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.748/2022-3 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Lígia de Fátima Bezerra Schaider (CPF 085.183.942-87) e Luziene Gambati (CPF 698.463.247-15).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4694/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.766/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Marluce Barbosa Silva (CPF 142.025.064-72); Sandra Valeria Fonseca (CPF 386.557.301-06) e Telma Lima Pereira Gomes (CPF 226.490.502-68).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social. - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4695/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.770/2022-9 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Cândido Neves dos Santos (CPF 186.809.255-00); Fábio Ênio Gomes Bezerra (CPF 033.112.872-15); Jose Adernoel D Anunciação Santos (CPF 062.755.245-53); Jose Jorge Moreira Gomes (CPF 108.167.045-20) e Jose Ronaldo Monteiro Lopes (CPF 114.274.005-63).
1.2. Órgão: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4696/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.795/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Lúcia de Fátima Malaquias (CPF 399.581.596-00).
1.2. Entidade: Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - Cefet - MG.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4697/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.803/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Nei Marcos Caetano Alvim (CPF 235.592.176-87).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia - UFU.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4698/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.831/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Auristela Maria Gomes Cavalcanti de Albuquerque (CPF 219.060.414-15); Cidelice da Silva (CPF 408.230.164-04) e Marcos Barbosa de Almeida (CPF 110.617.074-15).
1.2. Entidade: Universidade Federal da Paraíba - UFPB.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4699/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.832/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jose Raimundo Gomes Pereira (CPF 099.919.722-34).
1.2. Entidade: Fundação Universidade do Amazonas - UFAM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4700/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.840/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Elizabeth Madeira da Silva (CPF 256.578.793-68); Francisco Gomes Soares (CPF 137.648.375-00); Maria Teresa Pereira de Alencastro Graça (CPF 545.529.077-00); Wagner Batista dos Reis (CPF 136.857.326-68) e Welson Klein de Aquino (CPF 143.324.264-87).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4701/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.849/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Aurília Ramos de Andrade Novaes (CPF 749.304.514-34); Edvaldo Davino da Silva (CPF 173.766.964-15) e Nivaldo Domingos de Carvalho (CPF 126.668.584-72).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4702/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.855/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Felix Pereira da Silva (CPF 063.841.613-20); Heloísa Maria de Oliveira (CPF 125.822.123-34) e Josemar de Jezus Penha Ribeiro (CPF 094.885.613-00).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4703/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.890/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Antônio Augusto Nunes de Carvalho (CPF 330.021.777-68).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4704/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.901/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Maurício Pinto de Mattos (CPF 506.208.607-82).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4705/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.909/2022-7 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Nanci Cetenareski Camargo de Oliveira (CPF 510.600.519-15).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4706/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.912/2022-8 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessado: Jildemar Jacobina Nogueira (CPF 247.578.103-34).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí - UFPI.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4707/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.161/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Heloísa Helena Santana da Silva (CPF 207.463.501-04).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4708/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.187/2022-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Herlinda Santos de Oliveira (CPF 113.225.602-00); Iracema Aires de Lima (CPF 084.572.632-34) e Maria da Conceição Rodrigues Passos (CPF 162.932.232-68).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Rondônia - Unir.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4709/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.212/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Geraldo Manuel de Paula (CPF 019.298.588-41); Gilberto Fernando Fisch (CPF 025.338.498-20); Oneide Costa Campos (CPF 134.715.542-20); Osvaldo Luís Ignácio Moreira (CPF 627.158.447-00) e Rene Tavares de Paiva (CPF 197.685.832-15).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4710/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.217/2022-1 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Elizabeth de Jesus Pires Rodrigues (CPF 137.243.393-72) e Maria Severina Araújo Vale (CPF 094.828.063-87).
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal do Maranhão - UFMA.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4711/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.229/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria do Socorro Nogueira de Carvalho (CPF 196.513.922-15).
1.2. Entidade: Fundação Nacional de Saúde - Funasa.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4712/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.342/2022-0 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Fátima Aparecida de Brito Costa (CPF 056.036.988-37).
1.2. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4713/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.387/2022-4 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessadas: Geni Salete Pinto de Toledo (CPF 303.273.180-15) e Lilian Fenalti Salla (CPF 567.676.090-72).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Santa Maria - UFSM.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4714/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento

Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.532/2022-4 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Carlos Antônio Feitosa do Nascimento (CPF 233.473.414-49).

1.2. Entidade: Fundação Joaquim Nabuco - Fundaj.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4715/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de aposentadoria relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.792/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessada: Maria Malvina Vila Nova (CPF 105.851.764-34).
1.2. Órgão: Ministério da Saúde.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4716/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão de aposentadoria relacionados no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-015.821/2022-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ângela Maria da Costa Pinto (CPF 265.764.573-91); Antônio Jose de Santana (CPF 128.093.145-00); Cristiane Maria Neves Gomes (CPF 265.511.951-72); Janete Balzani Marques (CPF 248.663.001-59) e Olídio Tonin Filho (CPF 041.876.008-09).
1.2. Órgão: Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4717/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei nº 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 1º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, em considerar legal para fins de registro o ato de concessão de pensão civil relacionado no item 1.1 deste Acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.208/2022-0 (PENSÃO CIVIL)
1.1. Interessada: Maria Custódia de Oliveira (CPF 057.927.876-03).
1.2. Órgão: Ministério da Economia.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4718/2022 - TCU - 2ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, V, e 39, II, da Lei n.º 8.443, de 1992, e nos arts. 1º, VIII, 143, II, 259, II, e 260, § 5º, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, além do art. 7º, I, da Resolução TCU n.º 206, de 2007, em considerar prejudicada, por perda de objeto, a apreciação para fins de registro, do ato de concessão de pensão militar relacionado no item 1.1 deste Acórdão, diante da cessação do efeito financeiro do respectivo ato a partir do falecimento da interessada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.174/2022-2 (PENSÃO MILITAR)
1.1. Interessada: Elca Dourado do Vale (CPF 600.827.982-49).
1.2. Órgão: Ministério da Defesa - Comando do Exército.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 4719/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de tomada de contas especial instaurada pelo então Ministério da Cultura em desfavor da GR Produções Artísticas Ltda., além de Bruno Pereira Beltrão como dirigente da entidade, diante da originária omissão no dever de prestar contas dos recursos federais captados por meio do incentivo fiscal aportado em função da "Lei Rouanet" sob o valor original de R$ 702.300,00 no âmbito do Pronac n.º 11-0366 para a realização do projeto intitulado como "Grupo de Rua - H4, visando à manutenção e aprofundamento do trabalho de pesquisa de criação de novas linguagens do Grupo de Rua H4, com montagem de espetáculo resultante deste processo, a ser apresentado quatro vezes", com a vigência do referido projeto cultural estipulada para o período de 31/5/2011 a 31/3/2014;

Considerando que, ao julgar o feito, o Acórdão 2.918/2022 teria sido prolatado pela 2ª Câmara do TCU nos seguintes termos:

"(...) 9.1. rejeitar parcialmente as correspondentes defesas apresentadas por GR Produções Artísticas Ltda., além de Bruno Pereira Beltrão;

9.2. fixar o novo e improrrogável prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 12, §§ 1º e 2º, da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 202, §§ 2º e 3º, do RITCU, para que, solidariamente, a GR Produções Artísticas Ltda. e Bruno Pereira Beltrão comprovem perante o Tribunal, nos termos do art. 214, III, a, do RITCU, o recolhimento do correspondente débito em favor do Fundo Nacional de Cultura, nos termos da legislação aplicável, sob as seguintes condições:

Data da Ocorrência	Valor Original (em R$)
4/9/2012	898,36
1º/10/2012	898,36
31/10/2012	594,24
1º/11/2012	898,36
11/12/2012	1.356,69
12/12/2012	749,74
19/12/2012	724,86
19/12/2012	1.283,37
20/7/2014	510.014,00

9.3. informar aos aludidos responsáveis que a liquidação tempestiva do débito, com a incidência apenas da atualização monetária, sanará o processo e permitirá que as suas contas sejam julgadas regulares com ressalva, dando-lhes a subsequente quitação, ao passo que, de outra sorte, o não recolhimento da dívida ensejará o julgamento pela irregularidade das contas, com a condenação em débito, não só atualizado, mas, aí, acrescido de juros de mora, além da eventual aplicação de multa legal sob o valor de até 100% do débito atualizado, nos termos do art. 202, §§ 3º e 4º, do RITCU;

9.4. autorizar, nos termos do art. 26 da Lei n.º 8.443, de 1992, e do art. 217 do RITCU, o parcelamento das dívidas fixadas por este Acórdão em até 36 (trinta e seis) prestações mensais e sucessivas, com a devida atualização monetária e os correspondentes acréscimos legais, esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.5. enviar a cópia do presente Acórdão, com o Relatório e a Proposta de Deliberação, aos aludidos responsáveis, para ciência e adoção das providências cabíveis dentro do prazo assinalado; e

9.6. promover, por intermédio da unidade técnica, o célere prosseguimento deste feito.";

Considerando que, após a sua regular notificação, a GR Produções Artísticas Ltda. e Bruno Pereira Beltrão teriam apresentado o documento intitulado como "recurso de reconsideração" contra o aludido Acórdão 2.918/2022-TCU-2ª Câmara (Peça 193);

Considerando, contudo, que, após a análise do feito, o Chefe de Serviço da Serur lançou o seu parecer à Peça 194, com a anuência dos respectivos dirigentes da unidade técnica (Peças 195 e 196), tendo sugerido o conhecimento do aludido documento como mera petição, pois não caberia o eventual recurso de reconsideração contra o acórdão do TCU pela mera rejeição das alegações de defesa para a subsequente fixação do novo e improrrogável prazo com vistas ao recolhimento do correspondente débito, nos termos dos arts. 201, § 1º, 279, caput, e 285, caput, do RITCU, sem prejuízo de receber o respectivo documento como elementos complementares de defesa com vistas à subsequente análise pela unidade técnica, nos termos do art. 279, parágrafo único, do RITCU;

Considerando, enfim, que o MPTCU anuiu à aludida proposta da unidade técnica (Peça 204);

Considerando, portanto, que, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos neste processo, o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 201 e 279 do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em receber, como mera petição, o documento acostado à Peça 193 pela GR Produções Artísticas Ltda., além de Bruno Pereira Beltrão, sem prejuízo de tratá-lo como elementos complementares de defesa para a subsequente análise pela unidade técnica, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-006.018/2019-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Peticionantes: Bruno Pereira Beltrão (CPF 085.586.727-25); GR Produções Artísticas Ltda. (CNPJ 06.352.641/0001-91).
1.2. Órgão: então Ministério da Cultura.
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
1.5. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).
1.6. Representação legal: Patrícia Azeredo Galvão (OAB-SP 409.340), entre outros, representando a GR Produções Artísticas Ltda.;
1.7. Providências:
1.7.1. promover o prosseguimento do feito com vistas à unidade técnica realizar, assim, a sua análise sobre o documento acostado à Peça 193 pela GR Produções Artísticas Ltda., além de Bruno Pereira Beltrão, como elementos complementares de defesa; e
1.7.2. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à GR Produções Artísticas Ltda., além de Bruno Pereira Beltrão, para ciência, informando-os, contudo, sobre a imperativa necessidade de passarem a efetivamente realizar a comprovação do recolhimento parcelado da dívida imputada pelo Acórdão 2.918/2022-TCU-2ª Câmara, até porque, diante da eventual análise favorável da unidade técnica sobre o referido documento acostado à Peça 193, com a subsequente prolação de acórdão do TCU pela redução ou extinção da referida dívida, os valores submetidos eventualmente ao aludido recolhimento seriam restituídos aos ora peticionantes, ao passo, contudo, que a ausência dessa imediata comprovação do recolhimento parcelado da dívida pode ensejar o pronto julgamento pela irregularidade das contas dos responsáveis, com a eventual aplicação da consequente multa legal, como informado pelo item 9.3 do referido Acórdão 2.918/2022-2ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 4720/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de tomada de contas especial instaurada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) em desfavor de Bruno Adan Sagratzki Cavero, como professor da Fundação Universidade do Amazonas, diante da omissão no dever de prestar contas do Termo de Concessão e Aceitação de Apoio Financeiro a Projeto de Pesquisa (Processo 408768/2006-1) junto à Universidade Federal do Amazonas (UFAM) sob o valor original de R$ 141.270,30 destinado à pesquisa em inovações tecnológicas para a reprodução e criação intensiva de peixes da espécie matrinxã, tendo a vigência do ajuste sido estipulada para o período de 25/1/2008 a 25/1/2010;

Considerando que, em 25/5/2015, Bruno Adan Sagratzki Cavero acostou à Peça n.º 13 a solicitação de parcelamento do seu débito em 36 parcelas iguais, sucessivas e mensais;

Considerando que, em 1º/9/2015, o Acórdão 6.378/2015 teria sido proferido pela 2ª Câmara do TCU nos seguintes termos:

"(...) Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea b, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) deferir a solicitação de parcelamento apresentada pelo Sr. Bruno Adan Sagratzki Cavero à Peça nº 13;

b) autorizar o desconto, em 36 (trinta e seis) vezes, na folha de pagamento do responsável, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do TCU;

c) sobrestar, nos termos do art. 11, da Lei nº 8.443/1992, o exame de mérito deste processo de tomada de contas especial até a quitação total da dívida; e

d) fazer a seguinte determinação: (...)

1.7. Determinar à Fundação Universidade Federal do Amazonas que, nos termos do art. 28, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, realize os descontos, conforme abaixo:

Responsável: Bruno Adan Sagratzki Cavero

Cargo: Professor

Lotação: Fundação Universidade Federal do Amazonas

Origem: débito

Valor: R$ 73.784,30 (data do débito 25/1/2008) e R$ 67.486,00 (data do débito 25/1/2008)

Cofre credor: Tesouro Nacional (UG/Gestão 030001/00001)";

Considerando que, por meio do Ofício 206/2019-GR/UFAM, de 25/3/2019, a Universidade Federal do Amazonas teria informado que os aludidos descontos tiveram início em janeiro de 2016 e terminaram em agosto de 2018, além de noticiar que, em abril de 2016, o referido servidor apresentou o saldo negativo na folha de pagamento, não possibilitando o desconto da correspondente parcela, e, assim, o pendente débito seria lançado na folha em abril de 2019;

Considerando que o parecer da Seproc (Peça 77) teria assinalado que, até 30/9/2019, o recolhimento do débito em 36 parcelas teria ocorrido em meses não consecutivos e sob o valor mensal de R$ 3.924,17, mas sem a devida atualização monetária, salientando que, a partir do demonstrativo de débito à Peça 76, subsistiria o saldo remanescente a restituir sob o valor de R$ 115.548,96;

Considerando que a Secex-TCE promoveu, preliminarmente, a diligência junto ao aludido responsável para que encaminhasse o comprovante sobre o recolhimento do débito remanescente em R$ 115.548,96, com a atualização monetária, a partir de 30/9/2019 (Peças 79 a 81);

Considerando que a Secex-TCE teria assinalado que, em cumprimento ao ofício de diligência recebido em 4/7/2022 (Peça 111), Bruno Adan Sagratzki Cavero teria encaminhado a sua resposta, em 17/7/2022 (Peças 112-114), tendo apresentado, em síntese, as seguintes alegações: (i) o aludido acórdão teria transitado em julgado, subsistindo a boa-fé no recolhimento ao erário de todas as 36 parcelas do débito, e (ii) a cobrança da atualização monetária ofenderia o princípio da segurança jurídica, pois ele teria cumprido a obrigação de recolher as 36 parcelas mensais, não tendo atuado sobre os cálculos na atualização monetária;

Considerando, contudo, que, diante do não acolhimento dessas alegações, o responsável sugeriu a adoção de duas alternativas para a quitação da dívida pela seguinte linha: (i) compensação do débito apontado nesta TCE com o crédito a receber junto à Universidade Federal do Amazonas sob o valor de R$ 252.630,20 em face da promoção funcional; e (ii) parcelamento dos valores ora impostos, buscando permitir a sua quitação dentro das atuais condições financeiras do responsável;

Considerando que, após a análise dessas alegações, a Secex-TCE propôs o excepcional deferimento dessa solicitação para o parcelamento do débito remanescente, autorizando o desconto em 36 (trinta e seis) parcelas mensais consecutivas na folha de pagamento do responsável, com a atualização monetária, sem prejuízo de promover o sobrestamento do presente processo até a total quitação da dívida (Peças 116 a 118);

Considerando, enfim, que, à Peça 119, o MPTCU anuiu à aludida proposta da unidade técnica;

Considerando, portanto, que, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos no presente processo, o TCU pode incorporar o atual parecer da unidade técnica a estas razões de decidir, sem prejuízo, contudo, de promover o encerramento do presente processo de tomada de contas especial, com a abertura do consequente processo de monitoramento sobre o cumprimento deste Acórdão, passando a promover o apensamento do processo de tomada de contas especial (TC-029.695/2014-7) ao aludido processo de monitoramento;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "b", e 217 do Regimento Interno do TCU, em autorizar, excepcionalmente, o pedido de parcelamento da dívida remanescente por Bruno Adan Sagratzki Cavero (Peça 112) sob o valor de R$ 115.548,96, em 30/9/2019, concedendo o referido parcelamento em 36 (trinta e seis) parcelas iguais e sucessivas por meio do desconto na folha de pagamento do responsável, com a devida atualização monetária e os acréscimos legais, sem prejuízo de alertar o responsável no sentido de que, em conformidade com o § 2º do art. 217 do RITCU, a falta do recolhimento de qualquer parcela pode resultar no antecipado vencimento do saldo devedor, nos termos legais e regimentais, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-029.695/2014-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Bruno Adan Sagratzki Cavero (CPF 417.636.612-53).

1.2. Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex-TCE).

1.6. Representação legal: Ivan Lima da Silva (OAB-AM 3.847), representando Bruno Adan Sagratzki Cavero.

1.7. Providências:

1.7.1. promover o encerramento do presente processo de tomada de contas especial, sem prejuízo de a unidade técnica promover a abertura do consequente processo de monitoramento sobre o cumprimento do presente Acórdão, passando a promover o apensamento do presente processo de tomada de contas especial (TC-029.695/2014-7) ao aludido processo de monitoramento;

1.7.2. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, a Bruno Adan Sagratzki Cavero, para ciência, informando-lhe que o excepcional atendimento do presente pedido tende a resultar no futuro indeferimento de qualquer novo pedido idêntico ou semelhante; e

1.7.3. enviar a cópia do presente Acórdão, com a cópia do parecer da unidade técnica, à Fundação Universidade Federal do Amazonas, para ciência e, nos termos do art. 28, I, da Lei n.º 8.443, de 1992, promoção dos respectivos descontos da dívida remanescente junto a Bruno Adan Sagratzki Cavero (Peça 112) sob o valor de R$ 115.548,96, em 30/9/2019, concedendo o referido parcelamento em 36 (trinta e seis) parcelas iguais e sucessivas por meio do desconto na folha de pagamento do responsável.

ACÓRDÃO Nº 4721/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que, à Peça 129, a Seproc teria identificado o erro material sobre o item 9.3 do Acórdão 3.083/2019 prolatado pela 2ª Câmara do TCU, na Sessão Ordinária de 7/5/2019 (Ata nº 14/2019), em face da identificação do Tesouro Nacional como credor do débito apurado no processo;

Considerando que o aludido Acórdão 3.083/2019-TCU-2ª Câmara teria sido alterado pelo Acórdão 2.871/2022 prolatado pela 2ª Câmara do TCU, na Sessão Extraordinária de 7/6/2022 (Ata nº 18/2022), ao julgar o recurso de reconsideração interposto pelo então Ministério da Cultura (atual Secretaria Especial de Cultura no Ministério do Turismo) sob a relatoria do ilustre Ministro João Augusto Ribeiro Nardes;

Considerando que o referido Acórdão 2.871/2022-TCU-2ª Câmara teria negado o provimento ao aludido recurso e, adicionalmente, teria retificado, por inexatidão material, o aludido item 9.3 do Acórdão 3.083/2019-TCU-2ª Câmara, ao ter, para tanto, alterado a sua redação para "(...) para condená-los, solidariamente, ao pagamento do débito apurado nos autos (...)", mantendo inalterados os demais termos do referido Acórdão 3.083/2019-TCU-2ª Câmara;

Considerando que, no presente momento, o TCU deve avaliar a retificação do Acórdão 3.083/2019-TCU-2ª Câmara, podendo promover a consequente retificação sobre o aludido Acordão 2.871/2022-TCU-2ª Câmara;

Considerando, por fim, que, nesse sentido, estão os pareceres do MPTCU (Peça 131) e da Seproc (Peça 129), reconhecendo a necessidade de correção do Acórdão 3.083/2019-TCU-2ª Câmara;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246, de 2011, e na Súmula nº 145 do TCU, em promover a retificação, por erro material, do item 9.3 do Acórdão 3.083/2019 prolatado pela 2ª Câmara do TCU, na Sessão Ordinária de 7/5/2019 (Ata nº 14/2019), mantendo inalterados todos os demais termos do referido acórdão, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, sem prejuízo, para tanto, de prolatar as seguintes medidas:

(i) onde se lê:

"(...) 9.3. julgar irregulares as contas da Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda. - ME, com os seus sócios (Antônio Carlos Belini Amorim e Felipe Vaz Amorim), nos termos dos arts. 16, III, "b" e "c", 19, caput, e 23, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-los ao pagamento do débito apurados nos autos, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora calculados desde 30/6/2005 até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida dívida em favor do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei e do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU), sob as seguintes condições:

Data	Valor (em R$)
29/12/2008	80.000,00
29/12/2008	550.000,00
30/12/2008	50.000,00
30/4/2009	35.000,00
27/7/2009	85.000,00
20/7/2011	7.618,00 (C)
4/10/2011	63.678,66 (C)

(...)";

(ii) leia-se:

"(...) 9.3. julgar irregulares as contas da Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda. - ME, com os seus sócios (Antônio Carlos Belini Amorim e Felipe Vaz Amorim), nos termos dos arts. 16, III, "b" e "c", 19, caput, e 23, III, da Lei n.º 8.443, de 1992, para condená-los, solidariamente, ao pagamento do débito apurados nos autos, atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora calculados desde 30/6/2005 até o efetivo recolhimento, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência desta deliberação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento da referida dívida em favor do Fundo Nacional da Cultura (FNC), nos termos do art. 23, III, "a", da citada lei e do art. 214, III, "a", do Regimento Interno do TCU (RITCU), sob as seguintes condições:

Data	Valor (em R$)
29/12/2008	80.000,00
29/12/2008	550.000,00
30/12/2008	50.000,00
30/4/2009	35.000,00
27/7/2009	85.000,00
20/7/2011	7.618,00 (C)
4/10/2011	63.678,66 (C)

(...)";

(iii) e proferir a providência abaixo fixada pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-033.320/2018-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Antônio Carlos Belini Amorim (CPF 039.174.398-83); Felipe Vaz Amorim (CPF 692.735.101-91); Solução Cultural Consultoria em Projetos Culturais Ltda. - ME (CNPJ 07.481.398/0001-74).

1.2. Órgão: então Ministério da Cultura.

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Gestão de Processos (Seproc).

1.6. Representação legal: Glauter Fortunato Dias Del Nero (OAB/SP 356.932), entre outros, representando Felipe Vaz Amorim.

1.7. Providência: promover, por intermédio da unidade técnica, o envio do feito ao Gabinete do Ministro João Augusto Ribeiro Nardes para que avalie a necessidade de promover a consequente retificação sobre o aludido Acordão 2.871/2022-TCU-2ª Câmara diante da atual retificação sobre o item 9.3 do Acórdão 3.083/2019-2ª Câmara.

ACÓRDÃO Nº 4722/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulado pela Eleva In Haus Manutenção Industrial Ltda. (anterior Comau do Brasil Industria e Comercio Ltda.), nos termos do art. 87, § 2º, da Lei n.° 13.303, de 2016, sobre os indícios de irregularidade na Oportunidade 7003731026 conduzida pela administração da Petróleo Brasileiro S/A para a contratação dos serviços em manutenção, lubrificação e usinagem nos equipamentos mecânicos com vistas a atender à Refinaria Planalto de Paulínia (Replan) e à Refinaria Presidente Bernardes - Cubatão (RPBC) sob o valor estimado de R$ 316.615.036,41, tendo o certame sido homologado sob o valor de R$ 300.776.177,12 em favor da Engeman Manutenção de Equipamentos Com e Indústria Ltda;

Considerando que a presente representação pode ser conhecida pelo TCU, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;

Considerando que, após a análise final do feito, tendo anotado a ausência de plausibilidade jurídica para as alegações apresentadas pela ora representante, a unidade técnica sugeriu a improcedência da presente representação, com o subsequente prejuízo ao referido pedido de cautelar suspensiva, promovendo o arquivamento do processo;

Considerando, por outro ângulo, que não caberia ao TCU atuar como mera instância recursal em face da decisão tomada anterior e originalmente pela administração pública no referido certame;

Considerando, portanto, que o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir, sem prejuízo, contudo, de promover o conhecimento da presente representação para, no mérito, anotá-la como prejudicada diante da indevida tentativa de transformar o Tribunal em mera instância recursal no referido certame;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU aprovado pela Resolução n.º 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, anotá-la como prejudicada, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos pelo TCU, anotando como prejudicado, ainda, o correspondente pedido de cautelar suspensiva, por perda de objeto, além de, em sintonia com os pareceres emitidos neste processo, prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-012.150/2022-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Eleva In Haus Manutenção Industrial Ltda. (CNPJ 02.693.750/0001-11).

1.2. Entidade: Petróleo Brasileiro S/A (Petrobras).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Mayrluce Alves de Sousa (OAB-DF 61.298), representando a Eleva In Haus Manutenção Industrial Ltda.
1.7. Providências:
1.7.1. enviar a cópia do presente Acórdão, com o respectivo parecer da unidade técnica, à ora representante e à administração da Petróleo Brasileiro S/A, para ciência; e
1.7.2. promover o arquivamento do presente processo.

ACÓRDÃO Nº 4723/2022 - TCU - 2ª Câmara

Considerando que o presente processo trata de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela Alldax Serviços Empresariais Ltda., nos termos do art. 113, § 1º, da Lei n.º 8.666, de 1993, sobre os indícios de irregularidade no Pregão Eletrônico n.º 3/2022 conduzido pela Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde com vistas à contratação da prestação de serviços em assessoria e consultoria contábil, fiscal e tributária e em apoio à administração de recursos humanos, abrangendo a legislação trabalhista e previdenciária, sob o valor adjudicado de R$ 230.230,00, em 21/7/2022, após a análise e a decisão do recurso anteriormente interposto pela ora representante;
Considerando que o TCU deve conhecer, preliminarmente, da presente representação, por atender aos requisitos legais e regimentais de admissibilidade;
Considerando que, após a análise final do feito (Peças 15 e 16), a Selog teria evidenciado a ausência dos pressupostos para a eventual concessão da pretendida cautelar suspensiva e, adicionalmente, teria proposto o conhecimento da presente representação para, no mérito, assinalar a sua improcedência, com o subsequente arquivamento do processo;
Considerando, por outro ângulo, que não caberia ao TCU atuar como mera instância recursal em face da decisão tomada anterior e originalmente pela administração pública no referido certame;
Considerando, portanto, que o TCU pode incorporar o parecer da unidade técnica a estas razões de decidir, sem prejuízo, todavia, de conhecer da presente representação para, no mérito, anotá-la como prejudicada, por ausência de adequado objeto em face, aí, da indevida tentativa de transformar o TCU em mera instância recursal no aludido certame;
Considerando, enfim, que o TCU deve indeferir o pedido de ingresso da ora representante como parte interessada neste processo, nos termos do art. 146 do RITCU, pois não subsistiria a sua razão legítima para atuar como interessada no presente feito, até porque, diante dos princípios do impulso oficial e da indisponibilidade do interesse público, o representante não figuraria como parte nos processos de controle externo conduzidos pelo TCU, sem prejuízo, contudo, de deferir a obtenção de vista e cópia das peças processuais não gravadas com a eventual chancela de sigilo;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 2ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea "a", 235, 237, inciso VII e parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU aprovado pela Resolução TCU n.º 246, de 2011, em conhecer da presente representação para, no mérito, anotá-la como prejudicada, por ausência de adequado objeto, diante dos elementos de convicção até aqui obtidos neste processo, anotando, ainda, como prejudicado o subjacente pedido de cautelar suspensiva, sem prejuízo de prolatar as providências abaixo fixadas pelo item 1.7 deste Acórdão:

1. Processo TC-014.206/2022-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps).
1.2. Representante: Alldax Serviços Empresariais Ltda. (CNPJ 08.880.518/0001-79).
1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Tatiana de Oliveira Navarro Barreto (OAB-DF 54.358), representando a Alldax Serviços Empresariais Ltda.
1.7. Providências:
1.7.1. indeferir o pedido de ingresso, como parte interessada no presente processo, formulado pela Alldax Serviços Empresariais Ltda., nos termos do art. 146, § 2º, do RITCU, sem prejuízo, contudo, de deferir a obtenção de vista e cópia das peças processuais não gravadas com o eventual grau de sigilo;
1.7.2. enviar a cópia do presente Acórdão, com o respectivo parecer da unidade técnica, à ora representante e à Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde, para ciência; e
1.7.3. promover o arquivamento do presente processo, nos termos do art. 169 do RITCU.

ENCERRAMENTO

Às 11 horas e 42 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Segunda Câmara.

(Assinado eletronicamente)
ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária da Segunda Câmara

Aprovada em 29 de agosto de 2022.

(Assinado eletronicamente)

BRUNO DANTAS
Presidente

PLENÁRIO

ATA Nº 32, DE 17 DE AGOSTO DE 2022
(Sessão Ordinária)

Presidência: Ministro Walton Alencar Rodrigues e Ministro Bruno Dantas (Vice-Presidente, no
exercício da Presidência)
Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
Secretária das Sessões: AUFC Lorena Medeiros Bastos Correa
Subsecretária do Plenário: AUFC Denise Loiane Cunha Fonseca

Às 14 horas de 30 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão ordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado em razão de vacância do cargo de Ministro), Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira; e da Representante do Ministério Público, Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

HOMOLOGAÇÃO DE ATAS

O Plenário homologou as Atas nº 31 e 12, referentes às sessões ordinária e extraordinária reservada, respectivamente, realizadas em 10 de agosto de 2022.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

COMUNICAÇÕES (v. inteiro teor no Anexo I desta Ata)

Da Presidência:

Convite à participação, no dia 18 de agosto, de forma telepresencial pela plataforma Microsoft Teams, com transmissão pelo canal oficial do TCU no YouTube, na 2ª etapa do "Programa Nacional de Prevenção à Corrupção - Controles Preventivos", que ocorrerá às 10h, e no webinário "Mudanças Climáticas e Infraestrutura sob o Aspecto Social", que ocorrerá das 14 às 18h.

Proposta de criação de comissão técnica, sob a coordenação do Ministro Antonio Anastasia, com a participação de representantes da Advocacia-Geral da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, do Banco Central, do Conselho Nacional de Justiça e de agentes cartorários, entre outros, com o objetivo de encontrar o melhor caminho para preservar a eficácia ao arresto de bens, nos termos do artigo 61 da Lei 8.443/1992. Aprovada.

Do Ministro Augusto Nardes:

Registros e agradecimentos relacionados ao VI Fórum Nacional de Controle, realizado pelo Tribunal, na última quinta-feira, 11, sob o tema "Novas Perspectivas da Governança Aplicada ao Controle".

Do Ministro Aroldo Cedraz:

Homenagem e agradecimento ao servidor Anestor Ferreira da Cunha, por ocasião da concessão da aposentadoria no cargo de Técnico Federal de Controle Externo do Tribunal de Contas da União.

Do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti:

Registro de que foi proferido despacho no processo TC-017.476/2016-0, apartado do processo TC-034.365/2014-1, que trata de operações de financiamentos concedidos pelo BNDES para apoiar a exportação de serviços de engenharia relacionados a a usinas siderúrgicas, irrigação e drenagem, treinamento e capacitação e elaboração de projetos.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-039.017/2021-4, cujo relator é o Ministro Walton Alencar Rodrigues;

- TC-001.288/2022-9, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

- TC-006.646/2021-2, 007.087/2022-5, 007.797/2022-2, 010.757/2022-8 e 012.154/2022-9, cujo relator é o Ministro Aroldo Cedraz;

- TC-036.682/2018-7, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

- TC-010.472/2016-9, cujo relator é o Ministro Jorge Oliveira;

- TC-010.247/2022-0 e 018.667/2021-0, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia;

- TC-006.144/2021-7, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e

- TC-033.637/2020-2, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Plenário aprovou, por relação, os Acórdãos de nºs 1853 a 1884.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 1885 a 1919, incluídos no Anexo II desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

PROCESSO TRANSFERIDO DE PAUTA

Por deliberação do Colegiado, com fundamento no § 10 do art. 112 do Regimento Interno, a apreciação do processo TC-026.574/2020-9 (Ata nº 16/2022), cujo relator é o Ministro Bruno Dantas e revisor é o Ministro Augusto Nardes, foi transferida para a sessão ordinária do Plenário de 19 de outubro de 2022. O pedido de adiamento ocorreu antes da sustentação oral que estava prevista.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo TC-026.574/2020-9, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Alexandre Cerqueira da Silva não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de Thiago de Castro Tataia Soares. Acórdão nº 1888.

Na apreciação do processo TC-023.508/2017-5, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo, o Dr. José Augusto Miranda Machado produziu sustentação oral em nome de André Correa Dias. Acórdão nº 1889.

Na apreciação do processo TC-044.589/2020-4, cujo relator é o Ministro Antonio Anastasia, o Dr. Glauber de Brittes Pereira não compareceu para produzir a sustentação oral que havia requerido em nome de LLED Soluções Instalações e Reformas Ltda. Acórdão nº 1890.

REABERTURA DE DISCUSSÃO

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo TC-038.711/2021-4 (Ata nº 21/2022), cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo e revisor é o Ministro Jorge Oliveira. Por deliberação do Colegiado, a apreciação do processo foi transferida para a sessão ordinária do Plenário de 26 de outubro de 2022.

Nos termos do art. 112 do Regimento Interno, foi reaberta a discussão do processo TC-003.903/2022-2 (Ata nº 31/2022), cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho e revisor é o Ministro Jorge Oliveira. O Tribunal aprovou o Acórdão nº 1902, sendo vencedora, por unanimidade, a proposta apresentada pelo relator, Ministro-Substituto André Luís de Carvalho, após acolher sugestões apresentadas pelo revisor.

PRONUNCIAMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Na apreciação do processo TC-008.629/2022-9, de relatoria do Ministro Benjamin Zymler, a Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva se manifestou oralmente, em cumprimento ao inciso II do art. 280 do Regimento Interno.

ACÓRDÃOS APROVADOS

ACÓRDÃO Nº 1853/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, apresentada pela Associação Brasileira de Aviação Geral (Abag), acerca de possíveis ilegalidades no processo de concessão do Aeroporto de Congonhas (SBSP), na cidade de São Paulo/SP, no bojo da 7ª Rodada de Concessões Aeroportuárias, conduzido pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac);

Considerando que os estudos de viabilidade e os documentos jurídicos relativos à 7ª Rodada foram objeto de análise pelo TCU no TC 041.500/2021-0 e apreciados na sessão plenária de 1/6/2022, por meio do Acórdão 1.228/2022-TCU-Plenário;

Considerando que o representante questiona a modelagem do Bloco SP/MS/PA/MG, que agruparia aeroportos deficitários que não possuem sinergia entre si, bem como a existência de subsídios cruzados;

Considerando que a formação do Bloco SP/MS/PA/MG e a existência de subsídios cruzados foram ambos objetos de exame e deliberação, no âmbito do TC 041.500/2021-0;

Considerando que os questionamentos apresentados não se referem à irregularidade ou ilegalidade na condução do processo, mas a decisões de caráter discricionário do Ministério da Infraestrutura no âmbito da definição da política pública setorial, sujeitas a juízo de conveniência e oportunidade insuscetível de sindicabilidade pelo TCU;

Considerando que a concessão em blocos, compostos por aeroportos superavitários e deficitários, foi adotado desde a 5ª Rodada de Concessões, em 2018;

Considerando não ter sido apresentado indício de irregularidade, o que impede o conhecimento da representação;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, c/c os arts. 17, § 1º, 143, inciso III, 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno do TCU, em não conhecer da presente representação, considerar prejudicado o exame da medida cautelar, encaminhar cópia desta deliberação ao representante, à Agência Nacional de Aviação Civil e ao Ministério da Infraestrutura, arquivando-se o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-014.405/2022-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil.
1.2. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
1.5. Representação legal: Mayara Gasparoto Tonin (65886/OAB-PR), representando Associação Brasileira de Aviação Geral (Abag).
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1854/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, e no art. 54 da Resolução TCU 164/2003 c/c o enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante do Tribunal, em autorizar a Secretaria de Controle Externo competente a apostilar o Acórdão 1.724/2022-Plenário, para fins de correção de inexatidão material na redação dos subitens 9.1 e 9.5, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, nos termos abaixo:

Onde se lê:

"[...]
9.1. com base nos fundamentos expostos no voto condutor desta deliberação, responder ao exmo. Ministro Edson Fachin que este Tribunal de Contas da União não possui interesse em aderir ao acordo celebrado entre o Ministério Público Federal (MPF) e o Sr. Rodrigo Ferreira Lopes de Oliveira, de forma que promoverá o desentranhamento das declarações do referido responsável dos autos do TC 004.060/2015-2;
[...]
9.5. determinar à SeinfraOperações que promova o desentranhamento das declarações e evidências fornecidas pelo Sr. Rodrigo Ferreira Lopes da Silva dos autos do TC 004.060/2015-2."

Leia-se:

"[...]
9.1. com base nos fundamentos expostos no voto condutor desta deliberação, responder ao exmo. Ministro Edson Fachin que o Tribunal de Contas da União não possui interesse em aderir ao acordo celebrado entre o Ministério Público Federal (MPF) e o Sr. Rodrigo Ferreira Lopes de Oliveira, de forma que promoverá o desentranhamento das declarações do referido responsável dos autos do TC 004.060/2015-6;
[...]
9.5. determinar à SeinfraOperações que promova o desentranhamento das declarações e evidências fornecidas pelo Sr. Rodrigo Ferreira Lopes da Silva dos autos do TC 004.060/2015-6."

1. Processo TC-008.629/2022-6 (ADMINISTRATIVO)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva (manifestação oral).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1855/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso III, 235 e 237, do Regimento Interno e art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, conhecer da presente representação, considerá-la prejudicada, dar ciência desta decisão ao representante e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), encaminhando-lhes cópia da peça 15 destes autos, e arquivar os presentes autos:

1. Processo TC-007.221/2022-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Bayeux - PB.
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1856/2022 - TCU - Plenário

Considerando que o pregão eletrônico objeto desta representação foi revogado pela autoridade competente em 9/8/2022, sob a justificativa de que "foi concluído o processo de privatização da Eletronorte em 20.06.2022, desta forma, perdeu-se a fundamentação legal e torna-se necessária a revogação do certame" (vide espelho extraído do sistema Comprasnet à peça 27);

Considerando que, no tocante à jurisdição, a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte) é uma empresa controlada pela Eletrobras e esta estatal foi, de fato, privatizada em 17/6/2022;

Considerando que, a partir da data supracitada, a Eletronorte deixou de ser jurisdicionada deste Tribunal;

Considerando, porém, que a abertura da sessão pública atinente ao pregão em apreço ocorreu em momento anterior à privatização da empresa (7/3/2022), o que recomenda o conhecimento da presente representação, uma vez satisfeitos os satisfeitos demais os requisitos de admissibilidade;

Considerando a proposta da unidade técnica no sentido de considerar prejudicado o pedido de concessão de medida cautelar formulado pelo representante, por perda do seu objeto;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235, 237, inciso VII, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União c/c o art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, em conhecer da representação e considerá-la prejudicada, conforme pareceres uniformes emitidos nos autos, nos termos abaixo:

1. Processo TC-015.299/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.
1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog)
1.5. Representação legal: Raphael Galvani (OAB/SC 19.540), Letícia Fernandes da Silva (OAB/SC 58.060) e outros
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.6.1. considerar prejudicado o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante, por perda de objeto;
1.6.2. dar ciência desta deliberação à representante e à Eletronorte; e
1.6.3. arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 1857/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso IV, 235 e 237, do Regimento Interno e art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014, quanto ao processo a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

1. Processo TC-025.825/2021-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Q Card Cartao Eireli (19.616.565/0001-26).
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Campinaçu - GO.
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Rafael Alcantara Alves de Almeida (36074/OAB-GO) e Jesse Alves de Almeida (10441/OAB-GO), representando Prefeitura Municipal de Campinaçu - GO; Marcelo Freitas de Lima, representando Q Card Cartao Eireli.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.
1.7.1. conhecer da representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
1.7.2. dar ciência a Prefeitura Municipal de Campinaçu/GO, com fundamento no art. 9º, inciso I da Resolução - TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Presencial 1/2021, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:
1.7.2.1. aceitação de atestado de capacidade técnica com impropriedades, apresentado pela empresa Q Card Cartão - Eireli, sem constar o período em que ocorreu a correspondente prestação de serviços atestada e com data de emissão em 23/3/2021, portanto posteriormente à baixa da empresa emissora do documento, M. e M. Cursos e Livros Ltda., no cadastro de CNPJ da Receita Federal, ocorrida em 3/2/2021;
1.7.2.2. o subitem 11.1 do edital não estabeleceu as compatibilidades aceitáveis de serviços de gerenciamento de cartões, para fins de comprovação de capacidade técnica, descumprindo o disposto no art. 30, inc. II, da Lei 8.666/1993 e a jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 6.679/2014-1ª Câmara, 1.443/22014-Plenário, 2.033/2016-Plenário, 1.393/2017-Plenário e 18.144/2021-2ª Câmara; e
1.7.2.3. desobrigação de apresentação de balanço patrimonial, prevista no item 12.2 do edital, em desacordo com art. 31, inciso I, da Lei 8.666/1993 e à jurisprudência do TCU, a exemplo dos Acórdãos 5.221/2016-2ª Câmara e 8.330/2017-2ª Câmara, devendo os benefícios à participação de licitações concedidos às microempresas e empresas de pequeno porte serem aqueles estabelecidos pela Lei Complementar 123/2006;
1.7.3. encaminhar cópia da peça 69 destes autos à Prefeitura Municipal de Campinaçu/GO e à representante; e
1.7.4. arquivar os presentes autos.
1.6.3. encaminhar cópia deste acórdão e da instrução à peça 112 ao representante e à Prefeitura Municipal de Paulínia/SP.
1.6.4. arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 1858/2022 - TCU - Plenário

Trata-se de auditoria que teve por objetivo avaliar a conformidade na aquisição de medicamentos adquiridos por secretarias de saúde de municípios do Estado do Espírito Santo, com recursos oriundos do Ministério da Saúde, mediante transferências de recursos financeiros àquele ente estadual.

Considerando que, por intermédio do Acórdão 1.231/2022-TCU-Plenário, de minha relatoria, esta Corte determinou a autuação de dois processos de tomada de contas especiais, bem como autorizou as citações dos responsáveis pelos indícios de irregularidades identificados nestes autos, nos seguintes termos:

"9.3. determinar, com relação aos responsáveis do município de Barra de São Francisco/ES, nos termos do art. 47 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 252 do Regimento Interno, a autuação de dois processos específicos de tomadas de contas especiais, sendo o primeiro deles referente às irregularidades relacionadas com a Distribuidora de Medicamentos Brasil Miracema Ltda. e o segundo, concernente às irregularidades indicadas para a Noromed Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalares;

9.4. autorizar, desde logo, as citações da Distribuidora de Medicamentos Brasil Miracema Ltda., em solidariedade com o Sr. Luciano Henrique Sordine Pereira, em um dos processos de TCE a ser autuado, bem como da Noromed Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalares, em solidariedade com o Sr. Luciano Henrique Sordine Pereira, no outro processo de TCE a ser autuado, conforme caracterizado no subitem 30 do Voto que antecede este Acórdão;"

Considerando que dois responsáveis - Noromed Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalares e Distribuidora de Medicamentos Brasil Miracema Ltda - apresentaram expedientes denominados recurso de reconsideração (peça 378) e pedido de reexame (peça 422) contra o Acórdão 1.231/2022-Plenário, respectivamente, às peças 378-421 e 422;

Considerando que não houve irregularidades no âmbito das comunicações efetivadas pelo Tribunal, sem prejuízo processual aos requerentes, os quais terão oportunidade de exercer o seu direito ao contraditório e à ampla defesa no tocante às irregularidades apontadas nos processos de tomadas de contas especial a serem instaurados;

Considerando que a conversão de processo em tomada de contas especial é medida preliminar, e que o contraditório e a ampla defesa em relação às irregularidades apontadas serão devidamente oportunizados a partir das citações a serem realizadas;

Considerando que as peças trazidas a estes autos pelos dois responsáveis (peças 378-421 e 442) poderão ser aproveitadas como defesa nos processos de tomadas de contas especiais a serem instaurados por esta Corte de Contas, bem como poderão ser

trazidos, naqueles autos, outros elementos de defesa com vistas a rebater os indícios de irregularidades apontados na presente auditoria;

Considerando que, ressalvada a hipótese de embargos de declaração, não cabe recurso de decisão que rejeitar alegações de defesa, converter processo em tomada de contas especial ou determinar sua instauração, ou ainda que determinar a realização de citação, audiência, diligência ou fiscalização, nos termos do art. 279 do Regimento Interno do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos artigos 143, inciso IV, alínea "b", 278, § 2º, 279, do Regimento Interno do TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em receber o expediente das partes como meras petições e dar seguimento ao cumprimento das deliberações do Acórdão 1.231/2022-TCU-Plenário.

1. Processo TC-018.124/2018-6 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Alex Wingler Lucas (031.996.767-07); Alexandre Marim Vieira (053.933.797-81); Altair Jose Borges (075.639.547-08); Arlindo Melo (421.130.087-34); Aureliano Ferreira de Souza (602.641.366-91); Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda (67.729.178/0004-91); Distribuidora de Medicamentos Brasil Miracema Ltda (03.946.428/0001-10); Drogaria Girassol Ltda (05.292.565/0001-03); Erika Helena Lesqueves Galante (068.474.547-09); Esmael Nunes Loureiro (558.238.317-49); Felipe Ayub Fernandes (087.726.347-74); Gilcilene Morozini (135.064.257-65); Gina Guimaraes de Oliveira (098.475.867-48); Iuri Barbosa Santiago (147.732.517-43); Joana D Arc Alves Vilela (874.486.617-87); Joao Paulo da Silva (056.274.927-67); Luciano Ferreira Maciel (113.117.287-67); Luciano Henrique Sordine Pereira (002.950.257-86); Luciano de Paiva Alves (578.260.057-87); Maciel Ferreira Couto (031.620.557-50); Marcio Lopes Porto (043.762.847-77); Medical Farma Produtos Farmacêuticos Ltda (05.343.026/0001-56); Michele Barros Gusmao Bissoli (135.231.077-50); Mirela Sossai Zerbone Soares (085.323.157-55); Noromed Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalares Ltda (12.391.412/0001-89); Romero Cordeiro (459.007.606-34); Ronildo Hilario Gomes (940.938.737-04); Thales Moreno Geao (663.502.477-87); Valmir Fanti (303.655.707-53); Whester Junior Faria Matos (009.656.127-08).

1.2. Recorrentes: Noromed Distribuidora de Medicamentos e Materiais Hospitalares Ltda (12.391.412/0001-89); Distribuidora de Medicamentos Brasil Miracema Ltda (03.946.428/0001-10).

1.3. Órgãos/Entidades: Municípios do Estado do Espírito Santo (78 Municípios).

1.4. Interessado: Ministério da Saúde.

1.5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

1.6. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).

1.8. Representação legal:

1.8.1. Arlindo Melo (3.521/OAB-ES), representando Romero Cordeiro;

1.8.2. Arlindo Melo (3.521/OAB-ES), representando Gilcilene Morozini;

1.8.3. Angelo Borges da Cruz (143.113/OAB-RJ), Elizandra Iezze (135.616/OAB-RJ) e outros, representando Distribuidora de Medicamentos Brasil Miracema Ltda;

1.8.4. Larissa Faria Meleip (7467/OAB-ES), representando Luciano de Paiva Alves;

Arlindo Melo (3.521/OAB-ES), representando Alexandre Marim Vieira;

1.8.5. Wilson Pereira Santiago (24.548/OAB-ES), representando Marcio Lopes Porto;

1.8.7. Arlindo Melo (3.521/OAB-ES), representando Esmael Nunes Loureiro;

1.8.8. Nilton Cesar Rangel Martins Junior (25972/OAB-ES), representando Mirela Sossai Zerbone Soares;

1.8.9. Wilson Pereira Santiago (24.548/OAB-ES) e Bruno de Oliveira Santiago (27.762/OAB-ES), representando Iuri Barbosa Santiago;

1.8.10. Augusto Barbosa (281.394/OAB-SP), Benedito Ferreira de Campos Filho (167058/OAB-SP) e outros, representando Comercial Cirurgica Rioclarense Ltda.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1859/2022 - TCU - Plenário

Considerando que esta Corte de Contas, por meio do Acórdão 824/2019 - TCU - 2ª Câmara, resolveu julgar irregulares as contas dos Srs. Esmerino Oliveira Arruda Coelho (falecido - gestão: 2009-2012) e Hélio Fontenele Magalhães, condenando-os em débito e aplicando-lhes multa;

considerando que neste momento o Espólio do responsável Esmerino Oliveira Arruda Coelho, representado por Iná Cristina Arruda Miranda, ingressa com recurso de revisão (R001 - peças 140 a 147 dos autos);

considerando que, conforme exposto no exame preliminar efetuado pela Serur, com o qual concordou o Ministério Público junto a esta Corte, a peça recursal apresentada contra o Acórdão 824/2019 - TCU - 2ª Câmara não preenche os requisitos específicos exigidos para a admissão de recurso de revisão, previstos nos incisos do artigo 35 da Lei Orgânica do TCU;

considerando que o recorrente limita-se, essencialmente, a invocar hipótese legal compatível com o recurso de revisão, sem, contudo, satisfazê-la materialmente e sem apresentar qualquer documento novo superveniente capaz de afastar as irregularidades que motivaram a reprovação de suas contas;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, com fundamento nos artigos 35 da Lei 8.443/92; 143, inciso IV, alínea "b" e § 3º, e 278, § 2º, do Regimento Interno, em não conhecer do recurso de revisão interposto pelo Espólio do responsável Esmerino Oliveira Arruda Coelho, e em determinar seja comunicado ao interessado o teor da presente deliberação, juntamente com reprodução do exame de admissibilidade efetuado pela Secretaria de Recursos.

1. Processo TC-016.913/2014-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 036.940/2019-4 (COBRANÇA EXECUTIVA); 036.941/2019-0 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Esmerino Oliveira Arruda Coelho (000.227.217-20); Esmerino Oliveira Arruda Coelho Junior (020.428.407-42); Hélio Fontenele Magalhães (307.158.223-49); Joao Jose dos Santos (259.112.362-49).

1.3. Recorrente: Iná Cristina Arruda Miranda (317.165.557-87).

1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Granja - CE.

1.5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.9. Representação legal: Eugenio Duarte Vasques (16040/OAB-CE), Diego Monteiro Maciel Lima (24142/OAB-CE) e outros, representando Hélio Fontenele Magalhães; Gustavo de Alencar e Vicentino (20987/OAB-CE), Wilson da Silva Vicentino (12844/OAB-CE) e outros, representando Esmerino Oliveira Arruda Coelho Junior; Wilson da Silva Vicentino (12844/OAB-CE), representando Iná Cristina Arruda Miranda.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1860/2022 - TCU - Plenário

Considerando o pedido de autorização da unidade técnica para que o monitoramento das deliberações do Acórdão 2.331/2020-TCU-Plenário, proferido no presente acompanhamento, possa ser realizado no âmbito do TC 007.802/2022-6, da relatoria do Exmo. Ministro Vital do Rêgo;

Considerando que, nos termos do art. 4º, inciso IV, da Portaria Segecex 27, de 19/10/2009, a realização de monitoramento pode ocorrer em processo de acompanhamento quando "a verificação do cumprimento das deliberações for compatível com o objeto fiscalizado e essa inclusão for oportuna e vantajosa, a critério da unidade técnica";

Considerando o fato de as deliberações do aresto em tela tratarem dos resultados do 5º ciclo da Fiscalização Contínua de Folhas de Pagamento e do objeto do TC 007.802/2022-6 corresponder ao 8º ciclo da mesma ação de controle, estando presentes os requisitos de compatibilidade de objeto e de vantajosidade que justificam o monitoramento em conjunto com as ações do acompanhamento em curso;

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 157 e 169, inciso I, todos do Regimento Interno/TCU, assim como no art. 4º, inciso IV, da Portaria Segecex 27, de 19/10/2009, em realizar o monitoramento das deliberações do Acórdão 2.331/2020-TCU-Plenário em conjunto com os procedimentos em curso no TC 007.802/2022-6, apensando os presentes autos àqueles.

1. Processo TC-022.202/2019-6 (ACOMPANHAMENTO)

1.1. Órgãos/Entidades: Advocacia-Geral da União; Agência Brasileira de Inteligência; Agência Brasileira Gestora de Fundos Garantidores e Garantias S.A.; Agência Espacial Brasileira; Agência Especial de Financiamento Industrial; Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico; Agência Nacional de Aviação Civil; Agência Nacional de Energia Elétrica; Agência Nacional de Mineração; Agência Nacional de Saúde Suplementar; Agência Nacional de Telecomunicações; Agência Nacional de Transportes Aquaviários; Agência Nacional de Transportes Terrestres; Agência Nacional de Vigilância Sanitária; Agência Nacional do Cinema; Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis; Amazonas Distribuidora de Energia S.A. (privatizada); Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.; Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.; Autoridade de Governança do Legado Olímpico; Autoridade Portuária de Santos S.A; Banco Central do Brasil; Banco da Amazônia S.A.; Banco do Brasil S.A.; Banco do Nordeste do Brasil S.A.; Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica; Caixa Econômica Federal; Câmara dos Deputados; Casa da Moeda do Brasil; Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A.; Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras Estabelecimentos Unificados; Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca; Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais; Centro Nacional de Tecnologia Eletrônica Avançada S.A; Colégio Pedro II; Comando da Aeronáutica; Comando da Marinha; Comando do Exército; Comissão de Valores Mobiliários; Comissão Nacional de Energia Nuclear; Companhia Brasileira de Trens Urbanos; Companhia das Docas do Estado da Bahia; Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais; Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba; Companhia de Eletricidade do Acre (privatizada); Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo; Companhia de Geração e Transmissão de Energia Elétrica do Sul do Brasil; Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais; Companhia Docas do Ceará; Companhia Docas do Espírito Santo; Companhia Docas do Maranhão; Companhia Docas do Pará; Companhia Docas do Rio de Janeiro; Companhia Docas do Rio Grande do Norte; Companhia Energética do Piauí (privatizada); Companhia Hidro Elétrica do São Francisco; Companhia Nacional de Abastecimento; Conselho Administrativo de Defesa Econômica; Conselho da Justiça Federal; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Distrito Federal; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado da Bahia; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Mato Grosso; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Minas Gerais; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Pernambuco; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Roraima; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de Santa Catarina; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado de São Paulo; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Amapá; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Ceará; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Maranhão; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Paraná; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Piauí; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado do Rio Grande do Norte; Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado Rio de Janeiro; Conselho Federal de Administração; Conselho Federal de Biologia; Conselho Federal de Biomedicina; Conselho Federal de Contabilidade; Conselho Federal de Corretores de Imóveis; Conselho Federal de Economia; Conselho Federal de Educação Física; Conselho Federal de Enfermagem; Conselho Federal de Engenharia e Agronomia; Conselho Federal de Farmácia; Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional; Conselho Federal de Fonoaudiologia; Conselho Federal de Medicina; Conselho Federal de Medicina Veterinária; Conselho Federal de Nutricionistas; Conselho Federal de Odontologia; Conselho Federal de Psicologia; Conselho Federal de Química; Conselho Federal de Representantes Comerciais; Conselho Federal de Serviço Social; Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; Conselho Nacional de Justiça; Conselho Nacional de Técnicos Em Radiologia; Conselho Nacional do Ministério Público; Conselho Nacional do Ministério Público (excluído); Conselho Regional de Administração da Bahia; Conselho Regional de Administração de Goiás; Conselho Regional de Administração de Minas Gerais; Conselho Regional de Administração de Pernambuco; Conselho Regional de Administração de Rondônia; Conselho Regional de Administração de Roraima; Conselho Regional de Administração de Santa Catarina; Conselho Regional de Administração de São Paulo; Conselho Regional de Administração do Maranhão; Conselho Regional de Administração do Pará; Conselho Regional de Administração do Piauí; Conselho Regional de Administração do Rio Grande do Sul; Conselho Regional de Administração do Tocantins; Conselho Regional de Biblioteconomia 15ª Região (PB e RN); Conselho Regional de Biblioteconomia 2ª Região (PA, AP e TO); Conselho Regional de Biblioteconomia 6ª Região (MG e ES); Conselho Regional de Biblioteconomia 9ª Região (PR); Conselho Regional de Biologia - 2ª Região (RJ e ES); Conselho Regional de Biologia - 3ª Região (RS e SC); Conselho Regional de Biologia - 4ª Região (MG, DF, GO, TO); Conselho Regional de Biomedicina - 1ª Região (ES, MS, RJ, SP); Conselho Regional de Biomedicina - 2ª Região (PE, BA, AL, SE, RN, CE, PI, PB, MA); Conselho Regional de Biomedicina - 4ª Região (PA, AM, AP, RR, AC, RO); Conselho Regional de Biomedicina - 5ª Região (RS e SC); Conselho Regional de Biomedicina - 6a Região (PR); Conselho Regional de Biomedicina -3ª Região (GO, DF, MG, MT, TO); Conselho Regional de Contabilidade do Distrito Federal; Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Mato Grosso; Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Minas Gerais; Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Pernambuco; Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Rondônia; Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Roraima; Conselho Regional de Contabilidade do Estado de São Paulo; Conselho Regional de Contabilidade do Estado de Sergipe; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Acre; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amapá; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amazonas; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Ceará; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Espírito Santo; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Maranhão; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Paraná; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Piauí; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Norte; Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Rio Grande do Sul; Conselho Regional de Corretores de Imóveis 13ª Região (ES); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 14ª Região (MS); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 16ª Região (se); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 19ª Região (MT); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 2ª Região (SP); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 20ª Região (MA); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 24ª Região (RO); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 3ª Região (RS); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 4ª Região (MG); Conselho Regional de Corretores de Imóveis 9ª Região (BA); Conselho Regional de Economia 1ª Região (RJ); Conselho Regional de Economia 10ª Região (MG); Conselho Regional de Economia 15ª Região (MA); Conselho Regional de Economia 24ª Região (RO); Conselho Regional de Educação Física da 10ª Região (PB); Conselho Regional de Educação Física da 12ª Região (PE); Conselho Regional de Educação Física da 13ª Região (BA); Conselho Regional de Educação Física da 14ª Região (GO, TO); Conselho Regional de Educação Física da 15ª Região (PI); Conselho Regional de Educação Física da 16ª Região (RN); Conselho Regional de Educação Física da 17ª Região (MT); Conselho Regional de Educação Física da 2ª Região (RS); Conselho Regional de Educação Física da 20ª Região (SE); Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região (SP); Conselho Regional de Educação Física da 6ª Região (MG); Conselho Regional de Educação Física da 7ª Região (DF); Conselho Regional de Educação Física da 8ª Região (AM, AC, RO, RR); Conselho Regional de Educação Física da 9ª Região (PR); Conselho Regional de Enfermagem da Bahia; Conselho Regional de Enfermagem da Paraíba; Conselho Regional de Enfermagem de Alagoas; Conselho Regional de Enfermagem de Goiás; Conselho Regional de Enfermagem de Minas Gerais; Conselho Regional de Enfermagem de Pernambuco; Conselho Regional de Enfermagem de Rondônia; Conselho Regional de

Enfermagem de Roraima; Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina; Conselho Regional de Enfermagem de São Paulo; Conselho Regional de Enfermagem de Tocantins; Conselho Regional de Enfermagem do Acre; Conselho Regional de Enfermagem do Ceará; Conselho Regional de Enfermagem do Distrito Federal; Conselho Regional de Enfermagem do Espírito Santo; Conselho Regional de Enfermagem do Maranhão; Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso; Conselho Regional de Enfermagem do Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Enfermagem do Pará; Conselho Regional de Enfermagem do Paraná; Conselho Regional de Enfermagem do Piauí; Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Norte; Conselho Regional de Enfermagem do Rio Grande do Sul; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Goiás; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Distrito Federal; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado Minas Gerais; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado da Bahia; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Pernambuco; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Rondônia; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Santa Catarina; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de São Paulo; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Sergipe; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado de Tocantins; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Acre; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Amapá; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Ceará; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Espírito Santo; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Maranhão; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Pará; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Piauí; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Norte; Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná; Conselho Regional de Farmácia do Distrito Federal; Conselho Regional de Farmácia do Estado da Bahia; Conselho Regional de Farmácia do Estado de Goiás; Conselho Regional de Farmácia do Estado de Minas Gerais; Conselho Regional de Farmácia do Estado de Pernambuco; Conselho Regional de Farmácia do Estado de Rondônia; Conselho Regional de Farmácia do Estado de Roraima; Conselho Regional de Farmácia do Estado de Santa Catarina; Conselho Regional de Farmácia do Estado de São Paulo; Conselho Regional de Farmácia do Estado de Sergipe; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Acre; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Amapá; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Ceará; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Espírito Santo; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Maranhão; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Pará; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Paraná; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Piauí; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Norte; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Rio Grande do Sul; Conselho Regional de Farmácia do Estado do Tocantins; Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 1ª Região (PE, RN, AL, PB); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 12ª Região (PA, MA, AM, TO, RR, AP); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 13ª Região (MS); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 16ª Região (MA); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 3ª Região (SP); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 4ª Região (MG); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 5ª Região (RS); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região (BA); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 8ª Região (PR); Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região (MT, AC, RO); Conselho Regional de Fonoaudiologia 1ª Região (RJ); Conselho Regional de Fonoaudiologia 2ª Região (SP); Conselho Regional de Fonoaudiologia 6ª Região (MG, ES); Conselho Regional de Fonoaudiologia 7ª Região (RS); Conselho Regional de Medicina do Distrito Federal; Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia; Conselho Regional de Medicina do Estado da Paraíba; Conselho Regional de Medicina do Estado de Alagoas; Conselho Regional de Medicina do Estado de Goiás; Conselho Regional de Medicina do Estado de Mato Grosso; Conselho Regional de Medicina do Estado de Minas Gerais; Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia; Conselho Regional de Medicina do Estado de Roraima; Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo; Conselho Regional de Medicina do Estado de Sergipe; Conselho Regional de Medicina do Estado de Tocantins; Conselho Regional de Medicina do Estado do Acre; Conselho Regional de Medicina do Estado do Amapá; Conselho Regional de Medicina do Estado do Espírito Santo; Conselho Regional de Medicina do Estado do Maranhão; Conselho Regional de Medicina do Estado do Pará; Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná; Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Norte; Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio Grande do Sul; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Pará; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado da Bahia; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Goiás; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Mato Grosso do Sul; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Minas Gerais; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Pernambuco; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Rondônia; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de São Paulo; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado de Sergipe; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Amapá; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Espírito Santo; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Maranhão; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Mato Grosso; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Piauí; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Rio Grande do Norte; Conselho Regional de Nutricionista 6ª Região (AL, CE, MA, PB, PE, PI e RN); Conselho Regional de Nutricionistas 2ª Região (RS); Conselho Regional de Nutricionistas 3ª Região (SP e MS); Conselho Regional de Nutricionistas 4ª Região (ES e RJ); Conselho Regional de Nutricionistas 7ª Região (AC, AM, AP, PA, RO e RR); Conselho Regional de Odontologia da Bahia; Conselho Regional de Odontologia da Paraíba; Conselho Regional de Odontologia de Alagoas; Conselho Regional de Odontologia de Goiás; Conselho Regional de Odontologia de Minas Gerais; Conselho Regional de Odontologia de Pernambuco; Conselho Regional de Odontologia de Roraima; Conselho Regional de Odontologia de Santa Catarina; Conselho Regional de Odontologia de São Paulo; Conselho Regional de Odontologia do Amapá; Conselho Regional de Odontologia do Distrito Federal; Conselho Regional de Odontologia do Espírito Santo; Conselho Regional de Odontologia do Maranhão; Conselho Regional de Odontologia do Mato Grosso; Conselho Regional de Odontologia do Paraná; Conselho Regional de Odontologia do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Odontologia do Rio Grande do Norte; Conselho Regional de Psicologia 10ª Região (PA e AP); Conselho Regional de Psicologia 11ª Região (CE); Conselho Regional de Psicologia 12ª Região (SC); Conselho Regional de Psicologia 19ª Região (SE); Conselho Regional de Psicologia 20ª Região (AM e RR); Conselho Regional de Psicologia 22ª Região (MA); Conselho Regional de Psicologia 5ª Região (RJ); Conselho Regional de Psicologia 6ª Região (SP); Conselho Regional de Psicologia 9ª Região (GO); Conselho Regional de Química II Região (MG); Conselho Regional de Química IV Região (SP); Conselho Regional de Química IX Região (PR); Conselho Regional de Química VII Região (BA); Conselho Regional de Química XI Região (MA); Conselho Regional de Química XII Região (GO, TO e DF); Conselho Regional de Química XIV Região (AM, AC, RO e RR); Conselho Regional de Química XIX Região (PB); Conselho Regional de Química XVII Região (AL); Conselho Regional de Química XVIII Região (PI); Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Pernambuco; Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Rondônia; Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado de Sergipe; Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Pará; Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Piauí; Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado do Rio de Janeiro; Conselho Regional de Representantes Comerciais do Estado São Paulo; Conselho Regional de Serviço Social 1ª Região (PA); Conselho Regional de Serviço Social 11ª Região (PR); Conselho Regional de Serviço Social 12ª Região (SC); Conselho Regional de Serviço Social 13ª Região (PB); Conselho Regional de Serviço Social 16ª Região (AL); Conselho Regional de Serviço Social 2ª Região (MA); Conselho Regional de Serviço Social 22ª Região (PI); Conselho Regional de Serviço Social 23ª Região (RO); Conselho Regional de Serviço Social 4ª Região (PE); Conselho Regional de Serviço Social 5ª Região (BA); Conselho Regional de Serviço Social 6ª Região (MG); Conselho Regional de Serviço Social 9ª Região (SP); Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 1ª Região (DF); Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 13ª Região (ES); Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 14ª Região (AP e PA); Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 16ª Região (RN e PB); Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 3ª Região (MG); Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 4ª Região (RJ); Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 6ª Região (RS); Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 7ª Região (AL e SE); Conselho Regional de Técnicos Em Radiologia 8ª Região (BA); Controladoria-geral da União; Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior; Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal; Defensoria Pública da União; Departamento de Centralização de Serviços de Inativos e Pensionistas; Departamento de Polícia Federal; Departamento de Polícia Rodoviária Federal; Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Departamento Nacional de Obras Contra As Secas; Departamento Nacional de Produção Mineral; Eletrobrás Distribuição Rondônia (privatizada); Eletrobrás Distribuição Roraima (privatizada); Eletrosul Centrais Elétricas S.A.; Empresa Brasil de Comunicação S.A.; Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural S.A. Pré-sal Petróleo S.A - PPSA; Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT; Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia; Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes - MT; Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; Empresa de Navegação da Amazônia - MT (extinta); Empresa de Pesquisa Energética; Empresa de Planejamento e Logística S.A.; Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - Dataprev; Empresa de Trens Urbanos de Porto Alegre S.A.; Empresa Gerencial de Projetos Navais; Empresa Gestora de Ativos; Entidades/órgãos do Governo do Distrito Federal; Financiadora de Estudos e Projetos; Fundação Alexandre de Gusmão; Fundação Biblioteca Nacional; Fundação Casa de Rui Barbosa; Fundação Cultural Palmares; Fundação Escola Nacional de Administração Pública; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fundação Joaquim Nabuco; Fundação Jorge Duprat Figueiredo, de Segurança e Medicina do Trabalho; Fundação Nacional de Artes; Fundação Nacional de Saúde; Fundação Nacional do Índio; Fundação Osório; Fundação Oswaldo Cruz; Fundação Universidade de Brasília; Fundação Universidade do Amazonas; Fundação Universidade Federal da Grande Dourados; Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso; Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Fundação Universidade Federal de Ouro Preto; Fundação Universidade Federal de Rondônia; Fundação Universidade Federal de São Carlos; Fundação Universidade Federal de São João Del Rei; Fundação Universidade Federal de Sergipe; Fundação Universidade Federal de Uberlândia; Fundação Universidade Federal de Viçosa; Fundação Universidade Federal do ABC; Fundação Universidade Federal do Acre; Fundação Universidade Federal do Amapá; Fundação Universidade Federal do Maranhão; Fundação Universidade Federal do Pampa; Fundação Universidade Federal do Piauí; Fundação Universidade Federal do Rio Grande; Fundação Universidade Federal do Tocantins; Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco; Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Furnas Centrais Elétricas S.A.; Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.; Indústria de Material Bélico do Brasil; Indústrias Nucleares do Brasil S.A.; Instituto Benjamim Constant; Instituto Brasileiro de Museus; Instituto Brasileiro de Turismo; Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade; Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro; Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Catarinense; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Alagoas; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Acre; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso do Sul; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Norte de Minas Gerais; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Triângulo Mineiro; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Fluminense; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense; Instituto Nacional da Propriedade Industrial; Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária; Instituto Nacional de Educação de Surdos; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira; Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia; Instituto Nacional do Seguro Social; Liquigás Distribuidora S.A. - Petrobras - MME; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Ministério da Cidadania; Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (extinto); Ministério da Cultura (extinta); Ministério da Defesa; Ministério da Economia; Ministério da Educação; Ministério da Fazenda (extinta); Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (extinta); Ministério da Infraestrutura; Ministério da Integração Nacional (extinta); Ministério da Justiça e Segurança Pública; Ministério da Justiça (extinta); Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos; Ministério da Pesca e Aquicultura (extinta); Ministério da Saúde; Ministério das Cidades (extinta); Ministério das Comunicações (extinto); Ministério das Relações Exteriores; Ministério de Minas e Energia; Ministério do Desenvolvimento Agrário (extinta); Ministério do Desenvolvimento Regional; Ministério do Desenvolvimento Social (extinta); Ministério do Esporte (extinta); Ministério do Meio Ambiente; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (extinta); Ministério do Trabalho (extinta); Ministério do Turismo; Ministério dos Direitos Humanos (extinta); Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil (extinta); Ministério Público da União; Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios; Ministério Público do Trabalho; Ministério Público Federal; Ministério Público Militar; Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.; Ordem dos Advogados do Brasil - Conselho Federal; Petrobras Distribuidora S.A. - MME; Petrobras Transporte S.A. - MME; Petróleo Brasileiro S.A.; Petroquímica União S.A. - MME; Polícia Civil do Distrito Federal; Polícia Militar do Distrito Federal; Presidência da República; Secretaria de Gestão e Desempenho de Pessoal; Senado Federal; Serviço Federal de Processamento de Dados; Superintendência da Zona Franca de Manaus; Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia; Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste; Superintendência de Seguros Privados; Superintendência do Desenvolvimento do Centro-oeste; Superintendência Nacional de Previdência Complementar; Superior Tribunal de Justiça; Superior Tribunal Militar; Supremo Tribunal Federal; Telecomunicações Brasileiras S.A.; Transportadora Bras. Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. - Petrobras - MME; Tribunal de Contas da União; Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios; Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região/RJ; Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região/DF e TO; Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região/AM e RR; Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região/SC; Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região/PB; Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região/ac e RO; Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região - Campinas/SP; Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região/MA; Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES; Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região/GO; Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região/AL; Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP; Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região/SE; Tribunal Regional do Trabalho da 21ª Região/RN; Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região/PI; Tribunal Regional do Trabalho

da 23ª Região/MT; Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região/MS; Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG; Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS; Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região/BA; Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região/PE; Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região/CE; Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região/PA e AP; Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região; Tribunal Regional Eleitoral da Bahia; Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba; Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas; Tribunal Regional Eleitoral de Goiás; Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais; Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco; Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia; Tribunal Regional Eleitoral de Roraima; Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina; Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo; Tribunal Regional Eleitoral do Acre; Tribunal Regional Eleitoral do Amapá; Tribunal Regional Eleitoral do Amazonas; Tribunal Regional Eleitoral do Ceará; Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal; Tribunal Regional Eleitoral do Espírito Santo; Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão; Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso; Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul; Tribunal Regional Eleitoral do Pará; Tribunal Regional Eleitoral do Paraná; Tribunal Regional Eleitoral do Piauí; Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro; Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Norte; Tribunal Regional Eleitoral do Rio Grande do Sul; Tribunal Regional Eleitoral do Sergipe; Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins; Tribunal Regional Federal da 1ª Região; Tribunal Regional Federal da 2ª Região; Tribunal Regional Federal da 3ª Região; Tribunal Regional Federal da 4ª Região; Tribunal Regional Federal da 5ª Região; Tribunal Superior do Trabalho; Tribunal Superior Eleitoral; Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira; Universidade Federal da Bahia; Universidade Federal da Fronteira Sul; Universidade Federal da Integração Latino-americana; Universidade Federal da Paraíba; Universidade Federal de Alagoas; Universidade Federal de Alfenas; Universidade Federal de Campina Grande; Universidade Federal de Goiás; Universidade Federal de Itajubá; Universidade Federal de Juiz de Fora; Universidade Federal de Lavras; Universidade Federal de Minas Gerais; Universidade Federal de Pelotas; Universidade Federal de Pernambuco; Universidade Federal de Roraima; Universidade Federal de Santa Catarina; Universidade Federal de Santa Maria; Universidade Federal de São Paulo; Universidade Federal do Cariri; Universidade Federal do Ceará; Universidade Federal do Espírito Santo; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Oeste da Bahia; Universidade Federal do Oeste do Pará; Universidade Federal do Pará; Universidade Federal do Paraná; Universidade Federal do Recôncavo da Bahia; Universidade Federal do Rio de Janeiro; Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Universidade Federal do Rio Grande do Sul; Universidade Federal do Sul da Bahia; Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará; Universidade Federal do Triângulo Mineiro; Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri; Universidade Federal Fluminense; Universidade Federal Rural da Amazônia; Universidade Federal Rural de Pernambuco; Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; Universidade Federal Rural do Semiárido; Universidade Tecnológica Federal do Paraná; Valec Engenharia Construções e Ferrovias S/A; Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. (filial RJ); Vice-presidência da República.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Integridade de Atos e Pagamentos de Pessoal e de Benefícios Sociais (Sefip).

1.5. Representação legal: Ana Paula Barbosa de Sá (140.352/OAB-RJ), Lauro Luiz Studart Leão (121.055/OAB-RJ) e outros, representando Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social; Maria Paula Camargo de Freitas, Suelaine Brandao Caldas Sena e outros, representando Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A.; Ana Paula Barbosa de Sa (140.352/OAB-RJ), Lauro Luiz Studart Leão (121.055/OAB-RJ) e outros, representando Agência Especial de Financiamento Industrial; Daniel Andrade Fonseca, Mariana Félix Gonçalves de Mateus e outros, representando Agência Nacional de Telecomunicações; Jose Carlos Hoffman Cibin (30.343/OAB-ES) e Igor Pinheiro de Sant Anna (11.015/OAB-ES), representando Companhia Docas do Espírito Santo.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1861/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no artigo 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 17, inciso IV; 143, inciso III; 234, § 2º, 2ª parte; 235 e 237, todos do Regimento Interno, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la improcedente; dar ciência desta deliberação à Fundação Oswaldo Cruz - Fiocruz e ao representante; bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-008.343/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Hospital Universitário Professor Alberto Antunes - Ufal - Ebserh.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.5. Representação legal: Jose Flavio Pessoa de Oliveira, representando Pharmacos Express Comercio de Medicamentos Eireli; Rayanna Silva Carvalho (9.005/OAB-PI), Paula Cecilia Rodrigues de Souza (205.663/OAB-MG) e outros, representando Hospital Universitário Professor Alberto Antunes - Ufal - Ebserh.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1862/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie, bem como determinar o seu arquivamento, após dar ciência desta deliberação ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-011.406/2022-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: Nocal Construções de Edifícios Ltda (32.530.158/0001-60).

1.2. Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1863/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de tegColegiado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II e 43, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso II, 235 e 237, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da representação a seguir relacionada e considerá-la prejudicada ante a perda de seu objeto, determinando-se o arquivamento do feito, após dar ciência desta deliberação e enviar cópia da peça 1 deste processo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e ao Tribunal de Contas do Estado do Maranhão - TCE/MA.

1. Processo TC-012.109/2022-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de São Luís - MA.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1864/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em: conhecer da presente representação e apensar o presente processo ao TC 012.599/2022-0, dando-se ciência desta deliberação ao representante

1. Processo TC-012.616/2022-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).

1.5. Representação legal: Andre Yokomizo Aceiro (175337/OAB-SP) e Lenymara Carvalho (33087/OAB-DF), representando Caixa Econômica Federal.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1865/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de tegColegiado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II e 43, inciso I, da Lei 8.443/92; c/c os arts. 143, inciso V, alínea "a", 169, inciso II, 235 e 237, do Regimento Interno do TCU, em conhecer da representação a seguir relacionada e considerá-la prejudicada ante a perda de seu objeto; e fazer a determinação, com posterior arquivamento do feito, após o envio de cópia desta deliberação aos interessados.

1. Processo TC-044.702/2021-3 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Ginther Otto Dreher (386.542.379-53); Ivanir Jose Fuhr (928.503.759-34); Lenoir da Rocha (141.928.379-00); Maria Rosane Muller Back (477.244.989-20); Paloma Construcoes Eireli (09.656.330/0001-04); Roberto Ruani (673.955.890-68); Selani Ines Dorigon Bruch (015.746.389-39).

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mondaí - SC.

1.3. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinação:

1.7.1. informar à Auditoria-Geral do Sistema Único de Saúde e ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) que os registros sintéticos das providências adotadas devem ser publicados na seção "Transparência e prestação de contas" de seus sítios oficiais, bem como que os referidos registros devem ser encaminhados à unidade técnica deste Tribunal em meio eletrônico, por intermédio do sistema Conecta, conforme instruções contidas no Memorando-Circular 1/2021 - Segecex, e com fundamento no art. 106, § 6º, inciso I, da Resolução-TCU 259/2014, com redação dada pela Resolução TCU 323/2020, c/c o previsto no § 4º do art. 9º da Instrução Normativa-TCU 84, de 22/4/2020, e no § 2º do art. 8º da Decisão Normativa-TCU 187, de 9/9/2020.

ACÓRDÃO Nº 1866/2022 - TCU - Plenário

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ACORDAM, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43 da Lei 8.443/92; c/c os artigos 1º, inciso XXIV; 143, inciso III; 235, parágrafo único, e 237, parágrafo único, do Regimento Interno, em não conhecer da representação adiante indicada em razão do não preenchimento dos requisitos de admissibilidade aplicáveis à espécie; dar ciência desta deliberação ao representante e encaminhar cópia dos autos ao Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, para adoção das providências que entender cabíveis naquela esfera, conforme o Anexo I, item 14.12, da Portaria-Segecex n. 12/2016; bem como determinar o seu arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-045.777/2021-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Paulista - PE.

1.2. Relator: Ministro Aroldo Cedraz.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.5. Representação legal: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1867/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 17, § 1°, 143, inciso V, "e", 183, parágrafo único, e 185, do Regimento Interno do TCU, em prorrogar até o dia 19/08/2022, o prazo para atendimento ao Acórdão 2.943/2021-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.912/2012-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Apensos: 008.462/2022-4 (SOLICITAÇÃO); 011.385/2015-4 (SOLICITAÇÃO); 037.318/2018-7 (SOLICITAÇÃO); 001.442/2015-5 (SOLICITAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (15.126.437/0001-43); Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (60.448.040/0001-22); Hospital de Clínicas de Porto Alegre (87.020.517/0001-20); Spdm - Associação Paulista Para o Desenvolvimento da Medicina (61.699.567/0001-92).

1.3. Interessados: Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Educação; Congresso Nacional (vinculador); Diretoria de integridade (controle Interno do Ministério da Saúde); Secretaria-executiva do Ministério da Educação (00.394.445/0023-09); Secretaria-executiva do Ministério da Saúde (00.394.544/0173-12).

1.4. Órgão/Entidade: Diretoria-executiva do Fundo Nacional de Saúde; Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; Hospital Clinicas/UFMG - MEC - EBSERH; Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo; Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Ministério da Educação; Ministério da Saúde; Secretaria de Atenção À Saúde; Secretaria de Estado de Minas Gerais; Secretaria de Estado de São Paulo; Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro; Secretaria de Estado do Rio Grande do Sul.

1.5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

1.6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

1.8. Representação legal: Wesley Cardoso dos Santos (16.752/OAB-DF), representando Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares; Larissa de Franca Machado (220.081-E/OAB-SP), Marina Mantovani (316866/OAB-SP) e outros, representando Spdm - Associacao Paulista Para O Desenvolvimento da Medicina; Jairo Henrique Gonçalves (12226/OAB-RS) e Mauro Almeida de Barros (37401/OAB-RS), representando Hospital de Clínicas de Porto Alegre; Maria Mathilde Marchi (50523/OAB-SP), Silvia Zeraik Melo Bueno (53473/OAB-SP) e outros, representando Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1868/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos em que se aprecia recurso de revisão interposto por Laje Construções Ltda. (peças 185 a 188) contra o Acórdão 10.957/2011-TCU-2ª Câmara, retificado, por inexatidão material, pelo Acórdão 921/2012-TCU-2ª Câmara, ambos de relatoria do Ministro José Jorge, e pelo Acórdão 1.162/2018-TCU-Plenário, relator Ministro Vital do Rêgo, que julgou tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde contra Paulo Elcídio Chaves Nogueira, ex-Secretário de Desenvolvimento Urbano e Regional do Pará, em decorrência de irregularidades na execução de obras de saneamento básico em municípios daquela unidade da Federação;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos (peças 197 a 199), corroborados pelo parecer ofertado pelo Ministério Público de Contas (Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico, peça 201), mediante os quais a unidade técnica propôs não conhecer do recurso de revisão diante do fato de que a recorrente não se desincumbiu de acostar aos autos quaisquer elementos a evidenciar o cumprimento dos requisitos específicos indicados nos incisos do art. 35 da Lei 8.443/1992: I - erro de cálculo; II - falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido; e III - superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, IV, "b", do Regimento Interno, em:

a) não conhecer do recurso de revisão interposto por Laje Construções Ltda, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade, nos termos do artigo 35 da Lei 8.443/92, c/c artigo 288 do RI/TCU; e

b) informar à recorrente e à Fundação Nacional de Saúde a prolação do presente Acórdão.

1. Processo TC-014.898/2010-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Atlantis Engenharia Ltda - Me (00.824.287/0001-74); Eccir Empresa de Construções Civis e Rodoviárias Sa (04.896.890/0001-12); Geoserv Serviços de Geotecnia e Construção Ltda (02.904.092/0001-60); Laje Construções Ltda (07.887.094/0001-01); Luiz Maia Construções Eireli (15.755.986/0001-87); Paulo Elcidio Chaves Nogueira (017.503.212-20).

1.2. Recorrente: Laje Construções Ltda (07.887.094/0001-01).

1.3. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Pará.

1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.6. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Jorge

1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.8. Representação legal: Rodrigo Oliveira da Costa, representando Geoserv Servicos de Geotecnia e Construção Ltda; Joao da Costa Mendonca (1128/OAB-TO) e Luana Tainah Rodrigues de Mendonca Ribeiro (28.949/OAB-DF), representando Laje Construções Ltda; Hannah Luiza Dutra Dias (24722/OAB-PA), Joao da Costa Mendonca (1128/OAB-TO) e outros, representando Paulo Elcidio Chaves Nogueira.

1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1869/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos em que se aprecia recurso de revisão interposto pela CBM Construções Ltda. (peça 176) contra o Acórdão 1.230/2018-TCU-Plenário, retificado por inexatidão material pelo Acórdão 2.176/2018-TCU-Plenário, ambos relatados pelo Ministro Aroldo Cedraz, que julgou tomada de contas especial oriunda de representação que apurou irregularidades no Município de Algodão de Jandaíra (PB), relacionadas ao Convite 44/2007, destinado a contratar a execução das melhorias sanitárias domiciliares (MDS), objeto do Convênio EP 2182/2006 celebrado com a Fundação Nacional de Saúde;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos (peças 181 a 183), corroborados pelo parecer ofertado pelo Ministério Público de Contas (Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, peça 292), mediante os quais a unidade técnica propôs não conhecer do recurso de revisão diante do fato de que a recorrente não se desincumbiu de acostar aos autos quaisquer elementos a evidenciar o cumprimento dos requisitos específicos indicados nos incisos do art. 35 da Lei 8.443/1992: I - erro de cálculo; II - falsidade ou insuficiência de documentos em que se tenha fundamentado o acórdão recorrido; e III - superveniência de documentos novos com eficácia sobre a prova produzida;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, IV, "b", do Regimento Interno, em:

a) não conhecer do recurso de revisão interposto por CBM Construções Ltda., por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade, nos termos do artigo 35 da Lei 8.443/92, c/c artigo 288 do RI/TCU; e

b) informar à recorrente e à Fundação Nacional de Saúde a prolação do presente Acórdão.

1. Processo TC-016.065/2017-4 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 025.226/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.2. Responsáveis: Adriana Karla Medeiros dos Santos (043.096.954-69); Alexandre de Lima (064.148.454-26); Alserv Construtora Ltda - Me (08.708.095/0001-04); CBM Construções Ltda (06.148.344/0001-29); George dos Santos Alves (991.630.394-00); Isac Rodrigo Alves (010.549.994-30); Newdson Ceres Costa Guedes (591.239.664-91); Severino Valerio da Silva (452.555.124-00); e M S Empresa de Manutenção Serviços e Construção Ltda (04.281.456/0001-28).

1.3. Recorrente: CBM Construções Ltda (06.148.344/0001-29).

1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Algodão de Jandaíra - PB.

1.5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.9. Representação legal: Romero Sá Sarmento Dantas de Abrantes (21.289/OAB-PB), John Johnson Gonçalves Dantas de Abrantes (1663/OAB-PB) e outros, representando Isac Rodrigo Alves; Eduardo de Lima Nascimento (17.980/OAB-PB), Moizaniel Vitorio da Silva (11.435/OAB-PB) e outros, representando Severino Valerio da Silva; Eduardo de Lima Nascimento (17.980/OAB-PB), Moizaniel Vitorio da Silva (11.435/OAB-PB) e outros, representando Adriana Karla Medeiros dos Santos; Eduardo de Lima Nascimento (17.980/OAB-PB), Moizaniel Vitorio da Silva (11.435/OAB-PB) e outros, representando George dos Santos Alves; Daniel Sampaio de Azevedo (13.500/OAB-PB), Vital Borba de Araújo Junior (11783/OAB-PE) e outros, representando CBM Construções Ltda.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1870/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos em que se aprecia recurso de revisão interposto pela Fundação Rubens Dutra Segundo (peça 101) contra o Acórdão 7.906/2014-TCU-1ª Câmara, relator Ministro Bruno Dantas, que julgou tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Saúde em face da ora recorrente e de sua presidente, Crisélia de Fátima Vieira Dutra, em razão do não cumprimento do objeto do convênio 1.873/2001;

Considerando os pareceres uniformes da Secretaria de Recursos (peças 102 a 104), corroborados pelo parecer ofertado pelo Ministério Público de Contas (Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, peça 107), mediante os quais a unidade técnica propôs não conhecer do recurso de revisão diante do fato de que é descabido, nesta fase processual, apreciar a tese de ocorrência da prescrição da pretensão punitiva e ressarcitória visto que o processo de cobrança executiva já foi constituído (TCs 027.661/2019-9 e 027.662/2019-5, apensos) e o Ministério Público junto ao TCU já encaminhou ao órgão credor as informações necessárias à cobrança judicial da dívida (ofício de peça 21 do processo de cobrança executiva); e

Considerando o decidido no Acórdão 420/2021- TCU-Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, IV, "b", do Regimento Interno, em:

a) não conhecer do recurso de revisão interposto pela Fundação Rubens Dutra Segundo, por não atender aos requisitos específicos de admissibilidade, nos termos do art. 35 da Lei 8.443/92, c/c art. 288 do RI/TCU; e

b) informar à recorrente e ao Fundo Nacional de Saúde a prolação do presente Acórdão.

1. Processo TC-021.452/2012-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Apensos: 027.660/2019-2 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.661/2019-9 (COBRANÇA EXECUTIVA); 027.662/2019-5 (COBRANÇA EXECUTIVA)

1.2. Responsáveis: Crisélia de Fátima Vieira Dutra (185.577.324-49); Fundação Rubens Dutra Segundo (01.627.117/0001-62).

1.3. Recorrente: Fundação Rubens Dutra Segundo (01.627.117/0001-62).

1.4. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado da Paraíba.

1.5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.7. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler

1.8. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

1.9. Representação legal: Rafael Santiago Alves (15.975/OAB-PB) e Rui Victor Barbosa (10951-E/OAB-PB), representando Fundação Rubens Dutra Segundo; Romilton Dutra Diniz (4583/OAB-PB) e Enriquimar Dutra da Silva (2605/OAB-PB), representando Crisélia de Fátima Vieira Dutra.

1.10. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1871/2022 - TCU - Plenário

VISTO e relacionado este processo autuado como denúncia em que se noticia possível irregularidade na execução do Contrato 015/2016, celebrado entre o Município de Cândido de Abreu (PR) e a denunciante, cujo objeto é a "construção de uma Creche/Pré-Escola - 11814 - PAC 2 - CRECHE/PRÉ-ESCOLA 001, conforme Termo de Compromisso PAC2 nº 5432/2013, com recurso do FNDE";

Considerando que a denunciante se insurge contra a existência de valores a serem pagos referentes ao mencionado contrato, apesar de a obra que constitui seu objeto já ter sido entregue, dentro das normas e dos parâmetros de qualidade estabelecidos contratualmente; e

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto às peças 13 e 14, nos quais a unidade deixa assente "que a quantia envolvida, atinente a dívida R$ 77.797,53, inferior ao limite mínimo a que se refere o inciso I do art. 6º c/c o inciso II do art. 17 da Instrução Normativa TCU 71/2012, não porta materialidade que justifique o prosseguimento do processo";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) conhecer da documentação à peça 1 como representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, e no art. 103, § 1º, da Resolução TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la prejudicada;

b) encaminhar, nos termos do art. 106, § 4º, II, da Resolução TCU 259/2014, cópia da peça de representação, da instrução à peça 13 e do presente Acórdão:

b.1) ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), para a adoção das providências internas de sua alçada quanto aos indícios de falta de desembolso final referente ao Termo de Compromisso PAC2 5432/2013 (Obra 1002355), firmado com o Município de Cândido de Abreu (PR), no valor de R$ 1.783.092,88, tendo como objeto a construção de creche/pré-escola, promovendo as devidas atualizações no SIMEC de forma a evidenciar a sua atuação corretiva e/ou informando aquele município sobre a necessidade de inserção de informações adicionais no SIMEC para a efetivação do desembolso final à empresa contratada;

b.2) à Controladoria-Geral da União (CGU); e

b.3) ao Município de Cândido de Abreu (PR), para que adote as providências de sua alçada necessárias ao adimplemento das suas obrigações junto à representante no Contrato 015/2016, com destaque para a verificação, junto ao FNDE, de necessidade de inserção de informações adicionais no SIMEC, concernentes ao Termo de Compromisso PAC2 5432/2013 (Obra 1002355), para fins de efetivação do desembolso final em face da conclusão do seu objeto;

c) comunicar à representante a prolação do presente Acórdão; e

d) arquivar os presentes autos nos termos do art. 169, III, do RI/TCU.

1. Processo TC-008.515/2022-0 (DENÚNCIA)

1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).

1.3. Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; Prefeitura Municipal de Cândido de Abreu - PR.

1.4. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).

1.7. Representação legal: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1872/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento do cumprimento do Acórdão 2347/2018-TCU-Plenário, relator Ministro José Mucio Monteiro, complementado pelos Acórdãos 308/2020 e 972/2021 - TCU - Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro, nos quais se apreciou representação em face da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) referente à Concorrência 104/2014, que teve por objeto a contratação de empresa de engenharia para execução da construção do Bloco 03 do campus de Humaitá;

Considerando o exame técnico empreendido pela Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto, consubstanciado nos pareces uniformes exarados às peças 100 e 101, nos quais restou evidenciado que:

i) a própria Universidade apurou o valor de R$ 487.750,24 como sendo a diferença entre o que foi pago e o que foi executado adequadamente;

ii) apesar de estarem sendo adotadas medidas, a UFAM vem enfrentando dificuldades para o célere prosseguimento das providências a seu cargo;

iii) o Tribunal deve prosseguir com o monitoramento deste caso concreto, de modo a garantir a efetividade de suas ações e, ao final, o atingimento dos benefícios decorrentes do ressarcimento ao erário que deve buscado pela Universidade; e

iv) o efetivo resultado das medidas que vêm sendo adotadas somente poderá ser confirmado em prazo maior;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no inciso V do art. 143 do RI/TCU, em:

a) considerar em fase de cumprimento as determinações assinadas no Acórdão 2347/2018-TCU-Plenário, relator Ministro José Múcio, e reiteradas pelos Acórdãos 308/2020-TCU-Plenário e 72/2021-TCU-Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro;

b) manter o presente monitoramento e sobrestar a apreciação deste processo pelo prazo de 180 dias, de forma que sejam adotadas as medidas necessárias para o atendimento do comando expedido pelo Tribunal;

c) informar aos gestores da Universidade Federal do Amazonas que as providências necessárias para a solução das questões em exame devem ser adotadas de modo célere e em autotutela independentemente de ações por parte do TCU, que voltará a reexaminar a situação em momento oportuno;

d) comunicar à Universidade Federal do Amazonas a prolação do presente Acórdão, encaminhando-lhe cópia desta deliberação e do pronunciamento da unidade técnica às peças 100 e 101; e

e) orientar a Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto que, decorrido o prazo de 180 dias assinado no item "b", avalie a necessidade de remoção do sobrestamento e formule proposta ao relator do feito.

1. Processo TC-001.267/2019-1 (MONITORAMENTO)

1.1. Responsável: Fundação Universidade do Amazonas (04.378.626/0001-97).

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade do Amazonas.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1873/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo abaixo relacionado, que trata de Monitoramento das deliberações constantes do Acórdão 747/2022-TCU-Plenário, de 6/4/2022, relatoria do Ministro Antonio Anastasia, proferido nos autos do TC009.456/2021-0, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 15, 105 e 243, do Regimento Interno/TCU, c/c art.17 da Resolução 315/2020 TCU, ACORDAM em:

a) considerar atendidas as medidas solicitadas no item 9.3, do Acórdão 747/2022-TCU-Plenário, relatoria do Ministro Antonio Anastasia;

b) informar ao Grupamento de Apoio de Boa Vista/RR do presente Acórdão, destacando que a deliberação ora encaminhada pode ser acessada por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e

c) determinar o arquivamento do processo, com fundamento no art. 169, III, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-007.114/2022-2 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Base Aérea de Boa Vista.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1874/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de monitoramento das medidas adotadas pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para o saneamento das irregularidades associadas aos compromissos de construção da rede privativa e da rede de infovias do País, que ensejaram as deliberações dos itens 9.1.2, 9.4.5, 9.4.6, 9.4.9, 9.4.10, 9.4.12, 9.5.2, 9.5.3, 9.5.4, 9.5.5 e 9.5.6 do Acórdão 2.032/2021-TCU-Plenário, de relatoria do Ministro Raimundo Carreiro, que tratou da fiscalização dos estudos para a licitação do 5G;

Considerando o exame técnico empreendido pela Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, Comunicações e Mineração, consubstanciado nos pareces uniformes exarados às peças 19-21, nos quais restou evidenciado que:

i) no tocante à determinação do item 9.1.2, que estabeleceu a necessidade da inclusão, na minuta do edital, da exigência das garantias de execução para todos os compromissos, incluindo os que serão executados por intermédio da EAF (Entidade Administradora da Faixa de 3,5GHz), a alteração determinada por esta Corte foi promovida no edital do 5G, com a inclusão, em seu anexo II (peça 15, p. 143-151), da previsão de garantias de execução para todos os compromissos; e

ii) com relação às ciências à Anatel (itens 9.4.5, 9.4.6, 9.4.9, 9.4.10 e 9.4.12) e ao Ministério das Comunicações (itens 9.5.2, 9.5.3, 9.5.4, 9.5.5 e 9.5.6), observa-se que tais deliberações atingiram seus objetivos de cientificar os responsáveis pelas fragilidades identificadas, conforme o art. 2º, inciso II, da Resolução-TCU 315/2020;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no inciso V do art. 143 do RI/TCU, em:

a) considerar cumprida a determinação consignada no item 9.1.2 do Acórdão 2.032/2021-TCU-Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro;

b) comunicar à Agência Nacional de Telecomunicações e ao Ministério das Comunicações a prolação do presente Acórdão; e

c) encerrar o presente processo, por meio de seu apensamento definitivo ao TC 000.350/2021-4 (Desestatização), originador deste monitoramento, nos termos do art. 169, incisos I e V, do Regimento Interno do TCU, c/c os arts. 36 e 37 da Resolução-TCU 259/2014.

1. Processo TC-037.613/2021-9 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Telecomunicações; Ministério das Comunicações.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração (SeinfraCOM).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1875/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de auditoria na Fundação Universidade do Pampa (Unipampa) para verificar a conformidade da aplicação de recursos na execução de obras em seus campi;

Considerando que o mérito do processo foi apreciado em deliberação consubstanciada no Acórdão 1232/2018 - TCU - Plenário, relator Ministro Jose Múcio, por meio do qual o Colegiado determinou à Unipama que conclua o Processo Administrativo 23100.001255/2011-28, assegurando à empresa Brasil Arquitetura o direito ao contraditório e à ampla defesa, com vistas a avaliar a responsabilidade da projetista e quantificar os possíveis prejuízos causados por erros de projeto do Centro de Interpretação do Pampa, se devidamente comprovados, encaminhando a este Tribunal, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, os resultados e providências adotadas (item 9.3);

Considerando o exame técnico empreendido pela Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto, consubstanciado nos pareces uniformes exarados às peças 226 e 227, nos quais restou evidenciado que:

i) a Universidade vem demonstrando esforço institucional que configura um compromisso seguro de atendimento dos comandos exarados por esta Corte de Contas, ainda que não tenham se materializados de forma imediata e integral; e

ii) o efetivo resultado das medidas que vêm sendo adotadas somente poderá ser confirmado em prazo maior;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, com fundamento no inciso V do art. 143 do RI/TCU, em:

a) considerar em atendimento o item 9.3 do Acórdão 1232/2018-TCU-Plenário, relator Ministro José Múcio, uma vez que a Unipampa vem adotando as medidas para apurar a responsabilidade da empresa contratada, bem como a elaboração de proposta de ocupação emergencial e temporária do espaço do Centro de Interpretação do Pampa;

b) manter o presente monitoramento e sobrestar a apreciação deste processo pelo prazo de 180 dias, de forma que sejam adotadas as medidas necessárias para o atendimento do comando expedido pelo Tribunal;

c) informar aos gestores da Unipampa que as providências necessárias para a solução das questões em exame devem ser adotadas de modo célere e em autotutela independentemente de ações por parte do TCU, que voltará a reexaminar a situação em momento oportuno;

d) comunicar à Universidade Federal do Pampa a prolação do presente Acórdão, encaminhando-lhe cópia desta deliberação e do pronunciamento da unidade técnica às peças 226 e 227; e

e) orientar a Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto que, decorrido o prazo de 180 dias assinado no item "b", avalie a necessidade de remoção do sobrestamento e formule proposta ao relator do feito.

1. Processo TC-005.107/2014-8 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: 032.562/2017-9 (SOLICITAÇÃO); 024.746/2017-7 (SOLICITAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Brasil Arquitetura Ltda. (45.878.386/0001-77); Marcelo Carvalho Ferraz (003.668.788-08); Maria Beatriz Moreira Luce (014.210.180-04); Ulrika Arns (485.111.020-00).
1.3. Interessado: Fundação Universidade Federal do Pampa (09.341.233/0001-22).
1.4. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Pampa.
1.5. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.8. Representação legal: Fernanda Cardoso de Almeida Dias da Rocha (271223/OAB-SP), Rafael Câmara Barreto e outros, representando Marcelo Carvalho Ferraz; Fernanda Cardoso de Almeida Dias da Rocha (271223/OAB-SP), Rafael Câmara Barreto e outros, representando Brasil Arquitetura Ltda.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1876/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, formulada pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, em atuação do Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado, "no intuito de que sejam adotadas as medidas necessárias a verificar a legalidade, legitimidade, moralidade, economicidade, razoabilidade, economicidade e transparência dos gastos levados a efeito pela Presidência da República na gestão de Jair Bolsonaro, por meio do Cartão de Pagamento do Governo Federal, encaminhando cópia da decisão presente representação e da decisão proferia pelo TCU ao MPF, uma vez que os atos relatados caracterizam atos de improbidade administrativa";

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado às peças 4-6, dos quais se extraem as seguintes conclusões:

i) não se vislumbra a presença de qualquer documentação comprobatória sobre a ocorrência de irregularidades;

ii) a representação não aponta nenhum indício concreto de irregularidade, uma vez que as notícias trazidas se limitam a relatar percepção e opinião de empresa de telecomunicações;

iii) nos autos do TC 001.116/2022-3, foi proferido o Acórdão 1223/2022-TCU-Plenário, relator Ministro Antonio Anastasia, por meio do qual o Colegiado não conheceu de representação acerca de possíveis irregularidades na publicidade e nos gastos com Cartão de Pagamento do Governo Federal pela Presidência da República; e

iv) no bojo do TC 012.915/2021-1, o Tribunal proferiu o Acórdão 1179/2022 - TCU - Plenário, relator Ministro Antonio Anastasia, por meio do qual a Corte expediu recomendações à Secretaria-Geral e à Secretaria Especial de Administração, ambas da Presidência da República, a respeito da divulgação das despesas custeadas com o cartão corporativo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação, por não atender os requisitos de admissibilidade previstos, no art. 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) informar ao representante a prolação do presente Acórdão; e

c) arquivar o presente processo, com fundamento no parágrafo único do art. 237 c/c o parágrafo único do art. 235, do Regimento Interno do TCU, e no art. 105 da Resolução - TCU 259/2014.

1. Processo TC-010.299/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Presidência da República.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1877/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação, formulada pelo Deputado Federal Elias Vaz de Andrade - PSB/GO, em face da possível ausência de transparência sobre os valores destinados ao pagamento de diárias a militares em suposta duplicidade com o uso do cartão corporativo para alimentação e hospedagem referentes às viagens do Presidente da República;

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado às peças 7-9, dos quais se extraem as seguintes conclusões:

i) não se vislumbra a presença de qualquer documentação comprobatória sobre a ocorrência de irregularidades;

ii) a representação não aponta nenhum indício concreto de irregularidade, uma vez que as notícias trazidas se limitam a relatar percepção e opinião de empresa de telecomunicações; e

Considerando que, no bojo do TC 012.915/2021-1, o Tribunal proferiu o Acórdão 1179/2022 - TCU - Plenário, relator Ministro Antonio Anastasia, por meio do qual o Colegiado expediu recomendações à Secretaria-Geral e à Secretaria Especial de Administração, ambas da Presidência da República, a respeito da divulgação das despesas custeadas com o cartão corporativo, incluindo-se as que forem realizadas durante viagens oficiais e privadas do Presidente da República;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, com fundamento no art. 143, III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) não conhecer a presente documentação como representação, por não atender os requisitos de admissibilidade previstos, no art. 235 do Regimento Interno do TCU e no art. 103, § 1º, da Resolução - TCU 259/2014;

b) informar ao representante a prolação do presente Acórdão, encaminhando-lhe cópia desta deliberação; e

c) arquivar o presente processo, com fundamento no parágrafo único do art. 237 c/c o parágrafo único do art. 235, do Regimento Interno do TCU, e no art. 105 da Resolução - TCU 259/2014.

1. Processo TC-010.655/2022-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Presidência da República.
1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Representante: Deputado Federal Elias Vaz de Andrade - PSB/GO
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1878/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação formulada por NP3 Comércio e Serviços Ltda. em face de possíveis irregularidades ocorridas no Pregão Eletrônico 12/2019, a cargo do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (TRE-MT), que tem por objeto a contratação de empresa especializada em rastreamento e monitoramento, via satélite, de veículos da Justiça Eleitoral de Mato Grosso, compreendendo a instalação em comodato de módulos rastreadores e a disponibilização de software de gerenciamento com acesso via Web, com valor estimado em R$ 22.911,74;

Considerando que a representante se insurge contra penalidade imposta pelo Desembargador-Presidente do TRE-MT; e

Considerando os pareceres uniformes exarados pela Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas às peças 22 e 23, nos quais a unidade deixa assente que "não se verifica a presença de interesse público nem a competência deste Tribunal para analisar o caso, por se tratar de questão relacionada à aplicação pelo TRE - MT da penalidade do art. 7º da Lei 10.520/2002 à representante pela prática da conduta denominada coelho";

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) não conhecer da representação, visto não estarem presentes os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 234 e 235 do Regimento Interno deste Tribunal e/ou no § 1º do art. 103 da Resolução - TCU 259/2014;

b) comunicar ao Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso e à representante a prolação do presente Acórdão; e

c) arquivar os presentes autos, nos termos do parágrafo único do art. 237, c/c o parágrafo único do art. 235, ambos do Regimento Interno deste Tribunal, e do art. 105 da Resolução - TCU 259/2014.

1. Processo TC-013.017/2022-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso.

1.2. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Representante: NP3 Comércio e Serviços Ltda.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: Lourdes Feliciano da Silva Ferreira, representando NP3 Comércio e Serviços Ltda.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1879/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de representação autuada em cumprimento ao item 9.3.1 do Acórdão 1232/2019-Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro, com vistas a inspecionar o Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FI-FGTS) em face de possíveis irregularidades apuradas nas seguintes Operações do Ministério Público Federal e da Polícia Federal: "A Origem", "Cui Bono", "Sépsis" e "Patmos";

Considerando que a Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinanças) produziu o Relatório de Inspeção Fiscalis 191/2020, que se encontra acostado à peça 199, por meio do qual havia proposto realizar audiência dos responsáveis pela aprovação de atas no Comitê de Gestão, cujas pautas resultaram em aportes no FIP Amazônia Energia e aquisição de debêntures emitidas pela Madeira Energia S.A. e pela Usina Hidrelétrica Santo Antônio Energia S.A;

Considerando que o então relator do processo, Ministro Raimundo Carreiro, abriu vista do Relatório de Inspeção aos gestores para comentários (despacho à peça 202);

Considerando os pareceres uniformes exarados pela SecexFinanças às peças 338 a 341, exarados após análise das manifestações apresentadas pelos gestores às peças 294, 295-314 a 315-331, dos quais são extraídas as seguintes conclusões:

i) os dois aportes iniciais ocorreram em 2008 e 2009, portanto, há mais de 10 anos sem que tivesse havido audiência, citação ou oitiva válidas, motivo pelo qual, deve-se reconhecer a prescrição decenal;

ii) "Entendeu-se pelo acolhimento dos argumentos relativos ao contexto em que se tomou a decisão relativa ao terceiro aporte de capitais, em 2013, em que a alteração do plano de negócios da empresa com o aumento de 6 unidades geradoras, entre outros fatores, justificaria o aporte adicional que aumentaria a eficiência da Usina e a rentabilidade do negócio";

iii) "o Comitê de Gestão não tem competência deliberativa, cabendo ao Comitê de Investimentos do FI-FGTS (CI FI-FGTS) a aprovação dos investimentos, conforme previsto na Lei 11.491/2007, art. 1º, §1º e no art. 27, III do Regulamento do Fundo" (grifos acrescidos);

iv) "a autorização de encaminhamento do Refi pelo Comitê de Gestão não implicava na aprovação da operação, rompendo o nexo de causalidade descrito no relatório de inspeção (peça 199, p. 40) para apuração de responsabilidade dos gestores relacionados";

v) quanto às decisões relativas ao projeto Santo Antônio Energia, "entende-se que não restou comprovada o cometimento de erro grosseiro ou graves descumprimentos normativos"; e

vi) a "ausência de tomada de providência para avaliação de alternativas disponíveis no investimento UHE Santo Antônio ou para apuração de responsabilidade considerando a crescente deterioração da estrutura patrimonial e financeira da investida, bem como a frustração de seus resultados operacionais, afrontou o dever de cuidado e de diligência no monitoramento desse investimento, conforme preconizado no art. 65-A da Instrução CVM 409/2004",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU, em:

a) acolher as manifestações apresentadas pelos responsáveis indicados no relatório de inspeção à peça 199 p. 54-55, para afastar as suas responsabilidades;

b) dar ciência ao FI-FGTS de que ausência de tomada de providência para avaliação de alternativas disponíveis no investimento UHE Santo Antônio ou para apuração de responsabilidade considerando a crescente deterioração da estrutura patrimonial e financeira da investida, bem como a frustração de seus resultados operacionais, afrontou o dever de cuidado e de diligência no monitoramento desse investimento, conforme preconizado no art. 65-A da Instrução CVM 409/2004; e

c) arquivar os presentes autos com fundamento no artigo 169, V, do Regimento Interno do TCU.

1. Processo TC-031.118/2019-4 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsáveis: Adriana Cezar Nogueira Ribeiro (566.883.856-00); Alexsandra Camelo Braga (796.572.811-72); Bolivar Tarrago Moura Neto (543.836.500-82); Cassio Viana de Jesus (321.010.338-01); Celso Zanin (420.836.720-20); Flávio Eduardo Arakaki (283.844.958-31); José Oswaldo Fernandes Caldas Morone (947.549.268-20); Luiz Octavio Chaves (147.992.308-75); Marcos Roberto Vasconcelos (740.661.299-00); Mayrelane Ribeiro Magalhaes (722.940.431-20); Sergio Henrique Oliveira Bini (046.086.946-93); Yussuke Aramaki (075.541.838-77).

1.2. Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal - Gicom-GI; Fundo de Investimento do FGTS.

1.3. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Sistema Financeiro Nacional (SecexFinan).

1.6. Representação legal: Gustavo Castello Branco Portes Costa Couto (62.900/OAB-DF), Éder Machado Leite (20955/OAB-DF) e outros, representando Adriana Cezar Nogueira Ribeiro; Gustavo Castello Branco Portes Costa Couto (62.900/OAB-DF), Éder Machado Leite (20955/OAB-DF) e outros, representando Flávio Eduardo Arakaki; Gustavo Castello Branco Portes Costa Couto (62.900/OAB-DF), Éder Machado Leite (20955/OAB-DF) e outros, representando Mayrelane Ribeiro Magalhaes; Juliano Ricardo de Vasconcellos Costa Couto (13.802/OAB-DF), representando José Oswaldo Fernandes Caldas Morone; Andre Luiz Viviani de Abreu (116896/OAB-RJ) e Andre Yokomizo Aceiro (175337/OAB-DF), representando Caixa Economica Federal - Gicom-gi; Gustavo Castello Branco Portes Costa Couto (62.900/OAB-DF), Éder Machado Leite (20955/OAB-DF) e outros, representando Celso Zanin; Gustavo Castello Branco Portes Costa Couto (62.900/OAB-DF), Marcus Vinicius Furtado Coêlho (18.958/OAB-DF) e outros, representando Marcos Roberto Vasconcelos; Gustavo Castello Branco Portes Costa Couto (62.900/OAB-DF), Éder Machado Leite (20955/OAB-DF) e outros, representando Yussuke Aramaki; Gustavo Castello Branco Portes Costa Couto (62.900/OAB-DF), Éder Machado Leite (20955/OAB-DF) e outros, representando Luiz Octavio Chaves; Gustavo Castello Branco Portes Costa Couto (62.900/OAB-DF), Éder Machado Leite (20955/OAB-DF) e outros, representando Cassio Viana de Jesus; Gustavo Castello Branco Portes Costa Couto (62.900/OAB-DF), Éder Machado Leite (20955/OAB-DF) e outros, representando Sergio Henrique Oliveira Bini.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1880/2022 - TCU - Plenário

VISTOS e relacionados estes autos de solicitação formulada pelo Procurador da República Antonio Marcos Martins Manvailer (Procuradoria da República no Amazonas), por meio do qual requer, nos termos do art. 17-B, § 3°, da Lei 8.429/1992, manifestação acerca do teor das minutas de proposta de acordo de não persecução cível e penal a fim de subsidiar a instrução do PA 1.13.000.001045/2022-10, que trata de atos irregulares ocorridos no Conselho Regional de Corretores de Imóveis do Estado do Amazonas e Roraima (CRECI/18);

Considerando que a Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração), em pronunciamento à peça 8, apresentou resumo dos acordos que estão sendo oferecidos a Hinna Biase de Souza, em razão da percepção ilícita de diárias pelo CRECI/18; e a Paschoal Guilherme do Nascimento Rodrigues, em razão de ter se apropriado de R$ 348.634,51 de que tinha posse em função do cargo de presidente do CRECI/18 e ter desviado R$ 19.279,45 em proveito de sua esposa (Hinna Biase de Souza);

Considerando que a unidade técnica evidenciou que da minuta dos acordos não consta previsão de atualização dos débitos imputados aos responsáveis, tampouco a incidência de juros de mora e/ou aplicação de multa cível; e

Considerando que, por meio do item 9.3 do Acórdão 1371/2022-Plenário, relator Ministro-Substituto Weder de Oliveira, Sessão de 8/6/2022, o Tribunal assinou prazo de 60 dias à Secretaria-Geral de Controle Externo para elaboração de projetos de atos normativos necessários ao disciplinamento do art. 17-B, § 3°, da Lei 8.429/1992, e que o referido prazo não chegou ao termo;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso III, do Regimento Interno/TCU e no art. 17-B, § 3°, da Lei 8.429/1992, encaminhar à autoridade solicitante a seguinte manifestação acerca do valor do dano a ser ressarcido objeto das minutas de acordo de não persecução cível e penal em exame:

a) No âmbito do Tribunal de Contas da União, os débitos devem ser atualizados utilizando-se como indicador a Taxa Selic - Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Acórdão 1.603-TCU-Plenário, de 15/6/2011, com nova redação pelo Acórdão 1.247/2012-TCU-Plenário, de 23/5/2012);

b) A atualização dos valores dá-se da data da ocorrência do fato danoso até a data do efetivo recolhimento dos numerários aos cofres públicos;

c) Quanto à incidência de juros de mora, conforme a jurisprudência do Tribunal:

c.1) o pagamento do débito atualizado, ainda na fase de citação dos responsáveis, opera sua quitação sem a incidência de juros;

c.2) na hipótese de o pagamento do débito atualizado ocorrer após o efetivo julgamento dos autos, incidirão juros de mora;

d) No que tange à aplicação de multa, esta é cabível caso não seja evidenciada a boa-fé dos agentes, devendo ser-lhes aplicada a reprimenda prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992; e

e) No contexto das minutas de acordo ora em exame, a previsão de os agentes terem que, além de ressarcir os danos, pagar cinco prestações no valor de um salário-mínimo cada, pode corresponder à multa que seria a eles aplicada pelo Tribunal e/ou os eventuais juros de mora.

1. Processo TC-012.557/2022-6 (SOLICITAÇÃO)

1.1. Relator: Ministro Antonio Anastasia.

1.2. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.3. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.4. Representação legal: não há.

1.5. Determinações/Recomendações/Orientações: encaminhar à autoridade solicitante cópia do presente Acórdão e do pronunciamento à peça 8.

ACÓRDÃO Nº 1881/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 234 e 235 do Regimento Interno/TCU, e nos arts. 103, § 1º, 104, § 1º, 106, § 4º, inciso II, e 108, parágrafo único da Resolução/TCU 259/2014, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la prejudicada, sem prejuízo de comunicar os fatos ao Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 15ª Região/ES - Crefito-15, para a adoção das providências internas de sua alçada e armazenamento em base de dados acessível ao Tribunal, com cópia para o respectivo órgão de controle interno, bem como para as Procuradorias Jurídicas do Crefito-15 e do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - Coffito, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos e dando-se ciência ao denunciante, além de levantar o sigilo que recai sobre as peças que compõem este feito, à exceção daquelas que contenham informação pessoal do denunciante, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-013.018/2022-1 (DENÚNCIA)

1.1. Denunciante: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei 8.443/1992).

1.2. Entidade: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 15ª Região/ES - Crefito-15.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

1.6. Representação legal: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1882/2022 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, alínea a, 235, parágrafo único, 237, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em não conhecer da presente representação, por não preencher requisito de admissibilidade previsto no caput do art. 235 do RI/TCU, e encaminhar cópia desta deliberação ao representante e ao Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Estado do Piauí - Senai/PI, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, sem prejuízo de prestar a seguinte informação à representante, de acordo com o parecer da unidade técnica:

1. Processo TC-013.268/2022-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda. (05.340.639/0001-30).

1.2. Entidade: Departamento Regional do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial no Estado do Piauí - Senai/PI.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.6. Representação legal: Rayza Figueiredo Monteiro (442216/OAB-SP), representando Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.
1.7. Informação:
1.7.1. informar à representante que, considerando o princípio da eficiência insculpido no art. 37 da Constituição Federal e as disposições previstas no art. 169 da Lei 14.133/2021, deve acionar inicialmente a primeira e a segunda linhas de defesa, no âmbito do próprio órgão/entidade, antes do ingresso junto à terceira linha de defesa, constituída pelo órgão central de controle interno e tribunais de contas, sob pena de poder acarretar duplos esforços de apuração, em desfavor do erário e do interesse público, conforme entendimento deste Tribunal (Acórdãos/Plenário 572/2022, rel. Ministro Vital do Rêgo; 1.061/2022, rel. Ministro Aroldo Cedraz; 1.089/2022, rel. Ministro Antônio Anastasia; e 1.123/2022, rel. Ministro Aroldo Cedraz).

ACÓRDÃO Nº 1883/2022 - TCU - Plenário

Considerando que, conforme análise procedida pela unidade instrutiva, as respostas encaminhadas pelo Conselho Federal de Química (CFQ) e pelo Conselho Regional de Química - IV Região (CRQ/IV-SP) foram suficientes para atender às oitivas realizadas em cumprimento aos itens 9.3 e 9.4 do acórdão 2202/2020-TCU-Plenário, indicando o cumprimento das determinações constantes dos itens 9.1.1.1, 9.1.1.6, 9.1.1.9 e 9.1.1.10 do acórdão 96/2015-TCU-Plenário.
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, na forma do art. 143, V, "a", do RI/TCU, e de acordo com o parecer da unidade instrutiva emitido nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar cumpridas, pelo Conselho Federal de Química e pelo Conselho Regional de Química - IV Região, as determinações constantes dos itens 9.1.1.1, 9.1.1.6, 9.1.1.9 e 9.1.1.10 do acórdão 96/2015-TCU-Plenário, encerrar o processo e arquivar os autos, e encaminhar cópia desta decisão, assim como da instrução da unidade instrutiva (peça 58), ao CFQ e ao CRQ/IV-SP, para conhecimento.

1. Processo TC-039.714/2019-5 (MONITORAMENTO)
1.1. Entidades: Conselho Federal de Química (CFQ); Conselho Regional de Química - IV Região (CRQ/IV-SP).
1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).
1.5. Representação legal: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1884/2022 - TCU - Plenário

Considerando que o presente relatório de levantamento cumpriu com o objetivo de identificar objetos e ações de controle a serem tratados em futuras auditorias.
Considerando que as propostas de auditorias referentes aos objetos de controle relacionados no Anexo B do relatório de levantamento (peça 124, p. 49-50) deverão ser submetidas oportunamente ao relator, em processos específicos, conforme os procedimentos previstos nos normativos internos deste Tribunal, não sendo pertinente autorizar, neste momento, a realização da auditoria proposta no pronunciamento de peça 126.
Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, na forma do art. 143, V, 'a', e 169, V, do RI/TCU, e de acordo com os pareceres da unidade instrutiva emitidos nos autos (peças 124 a 126), ACORDAM, por unanimidade em encerrar o presente processo.

1. Processo TC-016.591/2021-6 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO)
1.1. Interessados: Conselho Nacional de Justiça (07.421.906/0001-29); Conselho Nacional do Ministério Público (11.439.520/0001-11); Secretaria Nacional de Segurança Pública (00.394.494/0005-60); Secretaria-executiva do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos ().
1.2. Órgãos: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.
1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).
1.6. Representação legal: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1885/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.287/2008-0.
1.1. Apensos: TCs 014.238/2021-7 e 002.639/2008-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto I - Pedido de Reexame (Relatório de Levantamento).
3. Recorrente: Hugo Sternick (296.677.716-87).
4. Unidades Jurisdicionadas: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit); Superintendência Regional do Dnit no Estado do Rio de Janeiro - Dnit/MT.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: João Paulo Prates da Silveira Guerra (OAB/RS 67.637) e Silvia Regina Schmitt (OAB/RS 58.372), representando Hugo Sternick.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, em que se aprecia pedido de reexame interposto por Hugo Sternick contra o Acórdão 2.896/2020-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal deu provimento a pedido de reexame apresentado pelo Ministério Público junto ao TCU, aplicando multa ao recorrente por irregularidades em atos preparatórios da licitação das obras do Arco Metropolitano do Rio de Janeiro,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no 278, § 4º, do Regimento Interno do TCU, não conhecer do presente recurso;
9.2. reconhecer, de ofício, a ocorrência da prescrição punitiva para tornar sem efeito a multa objeto do subitem 9.8 do Acórdão 2.896/2020-TCU-Plenário;
9.3. dar ciência deste acórdão ao recorrente e a Luiz Fernando de Souza (569.211.957-91).

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1885-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro que alegou impedimento na Sessão: Aroldo Cedraz.
13.3. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.4. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1886/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.951/2021-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Responsáveis: Antônio Leite dos Santos Filho (622.676.717-00); Ronaldo Carioni Barbosa (625.383.819-91).
4. Unidade Jurisdicionada: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Superintendência Regional do Dnit em Santa Catarina - Dnit/MInfra.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRod).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTO, relatado e discutido este relatório de auditoria com o objetivo de verificar a regularidade no Contrato 703/2013, para a execução das obras de duplicação e restauração da pista existente, implantação de ruas laterais, recuperação, reforço, reabilitação e construção de obras de artes especiais (OAE) na rodovia BR-470/SC, no segmento entre o km 44,87 e o km 57,78, conduzido pela Superintendência Regional do Dnit em Santa Catarina,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, dar ciência ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes sobre as seguintes impropriedades/falhas identificadas no Contrato 703/2013, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:
9.1.1. sobrepreço no orçamento de referência decorrente da previsão em duplicidade de equipamentos para a fabricação de concreto, caracterizado pela inclusão, tanto da central de concreto/fábrica de pré-moldados na administração local, quanto de betoneira nas composições de preços unitários auxiliares referentes aos serviços de preparação de diversos tipos de concreto, em desacordo com os arts. 3º, 6º, incisos IX e X, 7º, § 2º, inciso II e § 3º, e 12 da Lei 8.666/1993, com os arts. 3º e 2º, incisos IV e V, da Lei 12.462/2011 e com o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal de 1988;
9.1.2. emissão da ordem de serviço das obras sem a prévia publicação da Declaração de Utilidade Pública dos imóveis abrangidos pelo empreendimento e sem a compatibilização do cronograma da obra com as desapropriações necessárias à sua execução, em desacordo com as Diretrizes Básicas para Desapropriação (Publicação IPR-746/2011 do Dnit), com a Nota Técnica 11/2013/DES/DPP/Dnit e com o princípio da eficiência previsto no art. 37 da Constituição Federal de 1988;
9.2. dar ciência deste acórdão ao Dnit.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1886-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1887/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 028.004/2011-6.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (Prestação de Contas).
3. Embargante: Carlo Roberto Simi (330.130.557-15).
4. Unidade Jurisdicionada: Secretaria de Políticas Públicas de Emprego - SPPE, vinculada ao então Ministério do Trabalho e Emprego - MTE.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência).
8. Representação legal: Alisson Emmanuel de Oliveira Lucena (37.719/OAB-PE), Pedro de Menezes Carvalho (29.199/OAB-PE) e outros, representando Carlo Roberto Simi.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos por Carlo Roberto Simi em face do Acórdão 1.255/2022-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal negou provimento ao recurso de reconsideração por ele interposto contra o Acórdão 1.501/2021-TCU-Primeira Câmara, decisão que julgou irregulares as contas do embargante, quando da apreciação da Prestação de Contas, exercício de 2010, da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) do então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, conhecer e rejeitar os embargos de declaração;
9.2. dar ciência deste acórdão aos embargantes.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1887-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Bruno Dantas (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1888/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.574/2020-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT (34.028.316/0001-03).
3.2. Responsável: Thiago de Castro Tataia Soares (041.905.773-08).
4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT - AC DIRCEU ARCOVERDE/PI.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Alexandre Cerqueira da Silva (4865/OAB-PI), representando Thiago de Castro Tataia Soares.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em desfavor do Sr. Thiago de Castro Tataia Soares, em razão de desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos, evidenciados pela falta de numerário no Caixa Retaguarda da Agência de Correios AC Dirceu Arcoverde/PI,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, as contas do responsável Sr. Thiago de Castro Tataia Soares, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
30/10/2017	140.574,40

9.2. aplicar ao Sr. Thiago de Castro Tataia Soares, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 185.000,00 (cento e oitenta e cinco mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a presente data até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. considerar graves as condutas praticadas pelo Sr. Thiago de Castro Tataia Soares, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno do TCU;

9.4. inabilitar o Sr. Thiago de Castro Tataia Soares para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública por um prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, c/c arts. 15, inciso I, alínea "i" e 270, do Regimento Interno do TCU;

9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.6. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 parcelas mensais, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.7. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado de Piauí, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e

9.8. dar ciência desta deliberação à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e ao responsável.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1888-32/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1889/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 023.508/2017-5.

1.1. Apenso: 028.438/2014-0

2. Grupo II - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Andre Correa Dias (005.882.087-60); Antonio Coelho Neto (023.151.223-68); Claudio Oliveira da Costa (698.839.047-20); Francisco Neves de Oliveira (383.983.117-20); Joao Luis do Vale Batista (588.999.797-15); Jorge Luiz de Abreu Rangel (549.194.877-20); L.C. Inspeções Técnicas Ltda. (86.912.565/0001-60); Maria das Graças Silva Foster (694.772.727-87); Paulo Roberto Viana (830.370.127-49); Sergio Leandro Lemos (437.111.207-25).

4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.

5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural (SeinfraPetróleo).

8. Representação legal: Sergio Roberto Barcellos da Costa Filho (OAB/RJ212833); Bernardo Braga Otto Kloss (OAB/RJ 150.120; Fernanda Maria Garcia Leite da Cruz (OAB/RJ 140.611); Alexandre Galvão Rodrigues; Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20015); Nilton Tavares Grao (OAB/RJ 40149); Ana Paula Caminha da Cruz (OAB/RJ 156631).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada para apurar as responsabilidades pelo dano de R$ 1.658.680,07, identificado no Contrato 2200.053.080.09.2, firmado entre a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) e a empresa L.C. Inspeções Técnicas Ltda. EPP (L.C. Inspeções), para a prestação de serviços de inspeção em equipamentos de movimentação de carga pertencentes às unidades marítimas da Estatal (UN-RIO),

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher, parcialmente, as alegações de defesa dos Srs. André Correa Dias (CPF 005.882.087-60), Cláudio Oliveira da Costa (CPF 698.839.047-20), Francisco Neves de Oliveira (CPF 383.983.117-20), Jorge Luis de Abreu Rangel (CPF 549.194.877-20) e Paulo Roberto Viana (CPF 830.370.127-49), com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno, julgar regulares com ressalva suas contas, dando-se lhes quitação;

9.2. julgar irregulares as contas dos Srs. Sérgio Leandro Lemos (CPF 437.111.207-25), João Luis do Vale Batista (CPF 588.999.797-15) e Antônio Coelho Neto (CPF 023.151.223-68), com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso III, alíneas "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c com os arts. 1º, inciso I, e 209, incisos II e III, do RI/TCU;

9.3. condenar os responsáveis identificados no subitem anterior, solidariamente com a empresa L.C. Inspeções Técnicas Ltda. EPP (CNPJ 86.912.565/0001-60), com fundamento no art. 19, caput, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 210 do Regimento Interno do TCU, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal, em respeito ao art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992, c/c art. 214, inciso III, alínea "a", do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres da Petrobras S.A, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir da data discriminada, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

9.3.1. Sr. Sérgio Leandro Lemos e empresa L.C. Inspeções Técnicas Ltda. EPP:

Data	Valor - R$
24/2/2010	13.969,57
29/3/2010	178.552,71
25/5/2010	376.190,82
24/6/2010	290.686,00

9.3.2. Sr. Sérgio Leandro Lemos e empresa L.C. Inspeções Técnicas Ltda. EPP:

Data	Valor - R$
24/9/2010	182.281,22
24/11/2010	28.670,78
27/12/2010	67.510,50
31/01/2011	24.720,81

9.3.3. Sr. João Luis do Vale Batista e empresa L.C. Inspeções Técnicas Ltda. EPP:

Data	Valor - R$
26/4/2010	300.335,31

9.3.4. Srs. João Luis do Vale Batista e Antônio Coelho Neto e empresa L.C. Inspeções Técnicas Ltda. EPP:

Data	Valor - R$
26/7/2010	159.069,06
24/8/2010	101.736,32

9.4. aplicar aos Srs. Sérgio Leandro Lemos (CPF 437.111.207-25), João Luis do Vale Batista, (CPF 588.999.797-15) e Antônio Coelho Neto (CPF 023.151.223-68) e à L.C. Inspeções Técnicas Ltda. EPP (CNPJ 86.912.565/0001-60), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, nos valores de R$ 116.000,00 ao primeiro responsável, R$ 56.000,00 aos dois últimos responsáveis e R$ 142.000,00 à empresa, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, desde logo, caso solicitado e o processo não tenha sido remetido para cobrança judicial, o pagamento da dívida em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada valor mensal os correspondentes acréscimos legais, na forma prevista na legislação em vigor, sem prejuízo de alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela implicará o vencimento antecipado do saldo devedor; e

9.7. notificar do presente acórdão os responsáveis e a Procuradoria da República do Rio de Janeiro, em conformidade com o art. 209, § 7º, do RI/TCU, para a adoção das providências cabíveis.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1889-32/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1890/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 044.589/2020-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Representação).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsável: Lled Solucoes Instalacoes e Reformas Ltda (11.885.366/0001-01).
3.2. Recorrente: Lled Solucoes Instalacoes e Reformas Ltda (11.885.366/0001-01).
4. Órgão/Entidade: Secretaria de Gestão.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Representação legal: Jardel Goncalves (197.777/OAB-RJ) e Glauber de Brittes Pereira (186.555/OAB-RJ), representando Lled Solucoes Instalacoes e Reformas Ltda.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação em que se examina pedido de reexame interposto por LLED Soluções e Instalações e Reformas Ltda. em face do Acórdão 1.368/2021-TCU-Plenário, relator Ministro Aroldo Cedraz, por meio do qual este Tribunal declarou a inidoneidade da ora recorrente para participar, até o dia 22/8/2022, de licitação na Administração Pública Federal;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 285 e 286 do RI/TCU, em:
9.1 conhecer do pedido de reexame e, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2 notificar a recorrente e o Centro de Controle Interno da Aeronáutica a respeito deste acórdão;

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1890-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1891/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 006.959/2022-9.
2. Grupo I - Classe de Assunto: III - Consulta
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Ministério da Educação.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Consulta formulada Senhor Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão de Educação Cultura e Esporte do Senado Federal, referente à aplicação da Lei 14.172/2021 (Lei de Conectividade) e o uso dos recursos da União pelos Estados;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Redator, em:
9.1. conhecer da consulta, uma vez satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos no art. 264, IV e §§ 1º e 2º, e art. 265 do Regimento Interno do TCU;
9.2. responder ao consulente que:
9.2.1. não é possível que os recursos repassados com base na Lei 14.172/2021 passem a ser aplicados prioritariamente para a contratação de serviços de acesso à internet das escolas, uma vez que a aplicação excepcional dos recursos nessa finalidade já é regulamentada, com razoável flexibilidade, na própria Lei de Conectividade;
9.2.2. os recursos recebidos em decorrência das transferências previstas na Lei podem ser utilizados para ampliação de contratos já em andamento para conectividade móvel e conectividade das escolas, desde que obedecidos os ditames da lei de licitações utilizada no respectivo contrato;
9.2.3. os planos de trabalho, fornecidos ao FNDE, não podem ser alterados após a transferência dos recursos, uma vez que não há previsão legal que permita tal alteração;
9.2.4. em respeito aos princípios da isonomia, impessoalidade e razoabilidade, eventual opção pela colaboração com os municípios, a qual é discricionária, deve ser acompanhada de critérios objetivos e justificados, para permitir que todos os municípios interessados, desde que atendam aos requisitos estabelecidos, consigam realizar a cooperação com o respectivo estado;
9.2.5. não há lacunas ou obscuridade nas normas quanto à definição dos beneficiários das ações previstas na Lei, não sendo necessário adotar critérios alternativos para defini-los;
9.2.6. a Lei 14.351/2022, ao alterar o art. 2º, § 3º, da Lei 14.172/2021, dirimiu todas as dúvidas quanto aos prazos previstos em tal dispositivo;
9.3. dar ciência desta deliberação ao consulente, ao Ministério da Educação e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação; e
9.4. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, V, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 33 da Resolução-TCU 259/2014.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1891-32/22-P.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1892 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.267/2022-8.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
Vistos, relatados e discutidos estes autos que tratam de solicitação do Congresso Nacional por meio da qual o Senhor Deputado Áureo Ribeiro, vice-presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC), encaminha a Proposta de Fiscalização e Controle 71/2021, aprovada na Comissão da Câmara dos Deputados.
Acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente solicitação, por preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos artigos 38, inciso I, da Lei 8.443/1992 e 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU;
9.2. informar ao Senhor Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle que a análise requerida na presente solicitação está sendo realizada pelo Tribunal por intermédio das seguintes ações de controle:
9.2.1. TC 043.323/2021-9: denúncia sobre possíveis irregularidades ocorridas no Inep, relacionadas a aventadas ações e omissões da alta gestão da autarquia associadas com perseguição de servidores, assédio moral, uso político-ideológico da instituição e falta de comando técnico no planejamento de seus principais exames, avaliações e censos educacionais;
9.2.2. TC 043.073/2021-2: representação, com requerimento de medida cautelar, acerca de possíveis irregularidades ocorridas Inep, relacionadas a fragilidades de segurança e a direcionamento ideológico do Enem;
9.2.3. TC 045.050/2021-0: acompanhamento autuado em obediência ao item 9.1 do Acórdão 2883/2021 - TCU - Plenário, prolatado na representação objeto do TC 043.073/2021-2, o qual autorizou a realização de acompanhamento no Enem, com vistas a avaliar aspectos relativos à revisão das questões e às medidas de segurança do certame;
9.3. juntar cópia da decisão que vier a ser adotada pelo Tribunal aos processos enumerados no item 9.2 deste Acórdão;
9.4. informar ao Senhor Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados o teor da presente deliberação, comunicando-lhe que, tão logo sejam concluídos os trabalhos de fiscalização, ser-lhe-á dado conhecimento dos resultados e das medidas adotadas por este Tribunal;
9.5. nos termos do art. 6º da Resolução TCU 215/2008, manter o presente processo aberto até o atendimento integral do pedido.

ACÓRDÃO Nº 1893/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 012.379/2021-2.
1.1. Apenso: 013.146/2021-1
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgãos/Entidades: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF; Ministério da Educação.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Rodrigo Medeiros de Lima.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
8. Representação legal: Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Junior (16.045/OAB-CE) e José Vanderlei Marques Veras (22.795/OAB-CE), representando Sind. dos Serv Pub Lotados Na Sec. Educação-ce e Nas Secret. Educ e Cultura dos Municipios do Ceará.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Estado do Maranhão (MPE/MA) e Ministério Público de Contas do Maranhão (MPC/MA), acerca de potenciais irregularidades na aplicação dos recursos provenientes de precatórios relativos ao extinto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), em razão da promulgação do parágrafo único do art. 7º da Lei 14.057/2020, que dispõe que pelo menos 60% dos valores recebidos por ente público a título de acordos envolvendo o recebimento de precatórios do Fundef devem ser destinados aos profissionais do magistério, inativos e pensionistas, na forma de abono,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. firmar os seguintes entendimentos em relação aos recursos federais pagos por meio de precatórios relativos à complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, os "precatórios do Fundef":
9.1.1. a destinação de 60% do montante dos precatórios do Fundef, para os profissionais do magistério, só é admitida nos casos em que o pagamento do respectivo precatório tenha ocorrido após a promulgação da Emenda Constitucional 114/2021, vedada qualquer outra hipótese;
9.1.2. os recursos de precatórios do Fundef recebidos anteriormente à promulgação da Emenda Constitucional 114/2021 não podem ser usados para pagamentos das despesas de pessoal especificadas no item 9.2.1 do Acórdão 2.866/2018-TCU-Plenário;
9.1.3. a destinação de 60% do montante dos precatórios do Fundef, para os profissionais do magistério, deve seguir as disposições da Lei 14.325/2022, inclusive quanto à necessidade de regulamentação local, por meio de leis específicas, sem as quais não pode haver a efetivação dos repasses aos referidos profissionais.
9.2. dar ciência à Casa Civil da Presidência da República e à Advocacia Geral da União de que a realização de acordos com credores para pagamento com desconto de precatórios do Fundef depende da regulamentação prevista no art. 4º da Lei 14.057/2020.
9.3. determinar, com base no art. 43, I, da Lei 8.443/1992 e art. 250, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ao Ministério da Educação (MEC), com respaldo no artigo 39, I e III, da Lei 14.113/2020 (Lei do Novo Fundeb), que, no prazo de 15 dias, encaminhem ou disponibilizem aos estados e municípios que fazem jus a recursos provenientes dos precatórios do Fundef (ou que já os receberam) cópia integral da presente decisão, alertando-os de que, à exceção dos precatórios recebidos posteriormente à promulgação da Emenda Constitucional 114/2021, persiste a vedação constante no item 9.2.1 do Acórdão 2.866/2018-TCU-Plenário, segundo a qual os beneficiários de recursos dos precatórios do Fundef, não podem utilizar os valores recebidos para realizar as despesas de pessoal ali listadas;
9.4. encaminhar cópia deste Acórdão à Casa Civil da Presidência da República; ao Ministério da Educação (MEC); ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE); à Advocacia Geral da União (AGU); aos Tribunais de Contas Estaduais de Alagoas, Amazonas, Ceará, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Sergipe e Tocantins, bem como aos Tribunais de Contas dos Municípios da Bahia, de Goiás e do Pará; ao Ministério Público e Ministério Público de Contas dos estados referidos no item anterior; à 1ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal (MPF); ao Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) e à Confederação Nacional de Municípios (CNM).

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1893-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1894/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 013.437/2015-1.
1.1. Apensos: 000.534/2017-0; 035.321/2017-2
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério do Desenvolvimento Social (extinta) (05.526.783/0001-65).
3.2. Responsável: José Walter Marinho Marsicano Júnior (977.971.894-04).
3.3. Recorrente: José Walter Marinho Marsicano Júnior (977.971.894-04).
4. Órgão/Entidade: Município de São José de Caiana - PB.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Arthur Sarmento Sales (18081/OAB-PB), Bruno Lopes de Araújo (7.588/OAB-PB) e outros, representando José Walter Marinho Marsicano Júnior.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto por José Walter Marinho Marsicano Júnior contra o Acórdão 8.058/2016-TCU-2ª Câmara, mantido pelo Acórdão 4688/2018-TCU-2ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso de revisão para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1894-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1895/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.284/2015-5.
1.1. Apenso: 004.072/2020-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Recurso de Revisão em Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsável: Mamoud Amed Filho (007.358.172-00).
3.2. Recorrente: Mamoud Amed Filho (007.358.172-00).
4. Órgão/Entidade: Município de Itacoatiara - AM.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Adrimar Freitas de Siqueira (8243/OAB-AM), Patricia Gomes de Abreu (4.447/OAB-AM) e outros, representando Mamoud Amed Filho.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto por Mamoud Amed Filho contra o Acórdão 6.641/2018-TCU-1ª Câmara, mantido pelos Acórdãos 10.121/2018, 7.560/2019 e 13.709/2019, todos da 1ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões apresentadas pelo Relator, em:
9.1. não conhecer do recurso de revisão;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1895-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1896/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 035.278/2015-3.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Ministério da Integração Nacional (extinta).
3.2. Responsável: Wilson de Oliveira Leite (040.835.475-53).
3.3. Recorrente: Wilson de Oliveira Leite (040.835.475-53).
4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Ibotirama - BA.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
5.1. Relator da Deliberação Recorrida: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: Romeu Ramos Moreira Junior (48.522/OAB-BA).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos, que cuidam dos embargos de declaração opostos por Wilson de Oliveira Leite contra o Acórdão 1.159/2022-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. declarar que a oposição de novos embargos protelatórios não suspenderá a consumação do trânsito em julgado da presente tomada de contas especial e sujeitará o responsável ao pagamento da multa prevista no art. 58 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil (Lei 13.105/2015), consoante previsto no artigo 298 do RI/TCU; e
9.3. dar ciência ao embargante.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1896-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1897/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 044.742/2021-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão/Entidade: não há.
5. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesen).
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados (CFFC/CD) para realização de fiscalização sobre a informação do corte de R$ 600 milhões no orçamento previsto para financiamento de pesquisas, a pedido do Ministério da Economia";
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. informar à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados (CFFC/CD) que:
9.1.1. não foram encontrados indícios de que tenha ocorrido corte de R$ 600 milhões no orçamento para pesquisas a cargo do FNDCT, no exercício de 2021;
9.1.2. as alterações orçamentárias promovidas, que foram objeto da PFC 67/2021, abrangeram tanto a abertura dos créditos adicionais, quanto a indicação das fontes de financiamento desses créditos, que originalmente eram compostas majoritariamente por recursos oriundos da reserva de contingência do FNDCT (UO 24901), mas que, após as alterações, passaram a ser o superávit financeiro apurado no balanço patrimonial da União no exercício de 2020, tendo sido observadas todas as etapas para abertura de créditos previstas nas leis orçamentárias, em especial as previstas na Lei 4.320/1964;
9.1.3. as dotações inicial e atualizada destinadas ao FNDCT, no exercício de 2021, permaneceram rigorosamente as mesmas, R$ 7.342.211.235,00, não tendo ocorrido corte ou cancelamento de dotação;
9.2. declarar integralmente atendida a Solicitação do Congresso Nacional objeto destes autos, sem prejuízo de informar à CFFC/CD que as conclusões acerca do TC 027.270/2021-1 serão remetidas ao solicitante assim que ocorrer o julgamento do processo;
9.3. dar ciência da deliberação à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle (CFFC) da Câmara dos Deputados;
9.4. encerrar o presente processo.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1897-32/22-P.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues (Relator), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1898/2022 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-000.130/2020-6.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: Adilson Magalhães Nascimento Júior (004.611.827-69); Alessandro Moreira da Silva (798.789.895-34); Elielton Souza dos Santos (508.552.045-91); George de Brito Sena (542.769.505-20); e Rosenaldo Reis dos Santos (925.835.555-53).
4. Órgão: Comando da 6ª Região Militar.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (Secex/TCE).
8. Representação legal: Fabiane Oliveira Neri, representando George de Brito Sena.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos referentes à Tomada de Contas Especial instaurada pelo Comando da 6ª Região Militar, tendo como responsáveis os Srs. George de Brito Sena, Rosenaldo Reis dos Santos, Elielton Souza dos Santos, Alessandro Moreira da Silva e Adilson Magalhães Nascimento Júnior, em razão de irregularidades na concessão de benefício militar de auxílio invalidez e melhoria de reforma militar, no período de 2007 a 2011.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, caput, e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, julgar irregulares as contas dos Srs. George de Brito Sena, Rosenaldo Reis dos Santos, Elielton Souza dos Santos, Alessandro Moreira da Silva e Adilson Magalhaes Nascimento Junior, condenando-os, na forma adiante especificada, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a do efetivo recolhimento, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas ao Tesouro Nacional, nos termos da legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores eventualmente recolhidos, na forma do disposto no Enunciado 128 da Súmula de Jurisprudência do TCU:
9.1.1. Sr. George de Brito Sena, em solidariedade com o Sr. Adilson Magalhaes Nascimento Junior:

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)	Tipo da parcela
30/9/2007	24.201,02	Débito
31/10/2007	4.056,86	Débito
30/11/2007	6.014,02	Débito
31/12/2007	1.427,49	Débito
31/1/2008	2.796,50	Débito
28/2/2008	2.796,50	Débito
31/3/2008	2.796,50	Débito
30/4/2008	2.796,50	Débito

31/5/2008	4.724,40	Débito
30/6/2008	4.909,60	Débito
31/7/2008	3.288,60	Débito
31/8/2008	3.288,60	Débito
30/9/2008	3.288,60	Débito
31/10/2008	3.400,23	Débito
30/11/2008	5.577,99	Débito
31/12/2008	3.387,97	Débito
31/1/2009	3.400,23	Débito
28/2/2009	3.400,23	Débito
31/3/2009	3.400,23	Débito
30/4/2009	3.400,23	Débito
31/5/2009	3.400,23	Débito
30/6/2009	5.251,11	Débito
31/7/2009	3.666,12	Débito
31/8/2009	3.666,12	Débito
30/9/2009	3.666,12	Débito
31/10/2009	3.666,12	Débito
30/11/2009	5.817,78	Débito
31/12/2009	3.666,12	Débito
31/1/2010	3.666,12	Débito
28/2/2010	3.666,12	Débito
31/3/2010	3.666,12	Débito
30/4/2010	3.666,12	Débito
31/5/2010	3.666,12	Débito
30/6/2010	5.577,49	Débito
31/7/2010	4.019,89	Débito
31/8/2010	4.019,89	Débito
30/9/2010	4.019,89	Débito
31/10/2010	4.019,89	Débito
30/11/2010	7.413,68	Débito
31/12/2010	4.019,89	Débito
31/1/2011	4.019,89	Débito
28/2/2011	4.019,89	Débito
31/3/2011	4.019,89	Débito
30/4/2011	4.019,89	Débito
31/5/2011	5.167,39	Débito
30/6/2011	6.217,42	Débito
31/7/2011	4.019,89	Débito
31/8/2011	2.872,39	Débito
30/9/2011	2.872,39	Débito
31/10/2011	2.872,39	Débito
30/11/2011	3.922,42	Débito
1°/12/2013	1.180,15	Crédito
2/1/2014	1.180,15	Crédito
2/2/2014	1.180,15	Crédito
2/3/2014	1.180,15	Crédito
2/4/2014	1.180,15	Crédito
2/5/2014	1.180,15	Crédito
2/6/2014	1.180,15	Crédito
2/7/2014	1.180,15	Crédito
2/8/2014	1.180,15	Crédito
2/9/2014	1.180,15	Crédito
2/10/2014	1.180,15	Crédito
2/11/2014	1.180,15	Crédito
2/12/2014	1.180,15	Crédito
2/1/2015	1.180,15	Crédito
2/2/2015	1.180,15	Crédito
2/3/2015	1.180,15	Crédito
2/4/2015	1.180,15	Crédito
2/5/2015	1.180,15	Crédito
2/6/2015	1.180,15	Crédito
2/7/2015	1.180,15	Crédito
2/8/2015	1.180,15	Crédito
2/9/2015	1.180,15	Crédito
2/10/2015	1.180,15	Crédito
2/11/2015	1.180,15	Crédito
2/12/2015	1.180,15	Crédito
2/1/2016	1.180,15	Crédito
2/2/2016	1.180,15	Crédito
2/3/2016	1.180,15	Crédito
2/4/2016	1.180,15	Crédito
2/5/2016	1.180,15	Crédito
2/6/2016	1.180,15	Crédito
2/7/2016	1.180,15	Crédito
2/8/2016	1.180,15	Crédito
2/9/2016	1.180,15	Crédito
2/10/2016	1.180,15	Crédito
2/11/2016	1.180,15	Crédito
2/12/2016	1.180,15	Crédito
2/1/2017	1.180,15	Crédito
2/2/2017	1.180,15	Crédito
2/3/2017	1.180,15	Crédito
2/4/2017	1.180,15	Crédito
2/5/2017	1.180,15	Crédito
2/6/2017	1.180,15	Crédito
2/7/2017	1.180,15	Crédito
2/8/2017	1.180,15	Crédito
2/9/2017	1.180,15	Crédito
2/10/2017	1.180,15	Crédito
2/11/2017	1.180,15	Crédito
2/12/2017	1.180,15	Crédito
2/1/2018	1.180,15	Crédito
2/2/2018	1.180,15	Crédito
2/3/2018	1.180,15	Crédito
2/4/2018	1.180,15	Crédito
2/5/2018	1.180,15	Crédito
2/6/2018	1.180,15	Crédito
2/7/2018	1.180,15	Crédito
2/8/2018	1.180,15	Crédito
2/9/2018	1.180,15	Crédito
2/10/2018	1.180,15	Crédito
2/11/2018	1.180,15	Crédito
2/12/2018	1.180,15	Crédito
2/1/2019	1.180,15	Crédito
2/2/2019	1.180,15	Crédito
2/3/2019	1.180,15	Crédito
2/4/2019	1.180,15	Crédito
2/5/2019	1.180,15	Crédito
2/6/2019	1.180,15	Crédito
2/7/2019	1.180,15	Crédito
2/8/2019	1.180,15	Crédito
2/9/2019	1.180,15	Crédito
2/10/2019	1.180,15	Crédito
2/11/2019	1.180,15	Crédito
2/12/2019	1.180,15	Crédito
2/1/2020	1.180,15	Crédito
2/2/2020	1.180,15	Crédito
2/3/2020	1.180,15	Crédito
2/4/2020	1.180,15	Crédito
2/5/2020	1.180,15	Crédito
2/6/2020	1.180,15	Crédito
2/7/2020	1.180,15	Crédito
2/8/2020	1.180,15	Crédito
2/9/2020	1.180,15	Crédito
2/10/2020	1.180,15	Crédito
2/11/2020	1.180,15	Crédito
2/12/2020	1.180,15	Crédito
2/1/2021	1.180,15	Crédito

9.1.2. Sr. Rosenaldo Reis dos Santos, em solidariedade com o Sr. Adilson Magalhaes Nascimento Junior:

Data de ocorrência	**Valor histórico (R$)**	**Tipo da parcela**
31/7/2007	25.483,60	Débito
31/1/2008	1.980,18	Débito
28/2/2008	1.980,18	Débito
31/3/2008	1.980,18	Débito
30/4/2008	1.980,18	Débito
31/5/2008	2.862,03	Débito
30/6/2008	3.304,66	Débito
31/7/2008	2.246,48	Débito
31/8/2008	2.246,48	Débito
30/9/2008	2.246,48	Débito
31/10/2008	2.339,86	Débito
30/11/2008	3.696,27	Débito
31/12/2008	3.389,60	Débito
31/1/2009	2.339,86	Débito
28/2/2009	2.339,86	Débito
31/3/2009	2.339,86	Débito
31/5/2009	2.339,86	Débito
30/6/2009	3.592,12	Débito
31/7/2009	2.473,74	Débito
31/8/2009	2.473,74	Débito
30/9/2009	2.473,74	Débito
31/10/2009	2.473,74	Débito
30/11/2009	3.877,59	Débito
31/12/2009	2.473,74	Débito
31/1/2010	2.473,74	Débito
28/2/2010	2.473,74	Débito
31/3/2010	2.473,74	Débito
30/4/2010	1.384,74	Débito
31/5/2010	1.384,74	Débito
30/6/2010	2.168,29	Débito
31/7/2010	1.536,00	Débito
31/8/2010	1.536,00	Débito
30/9/2010	1.536,00	Débito
31/10/2010	1.536,00	Débito
30/11/2010	2.490,89	Débito
31/12/2010	1.536,00	Débito
31/1/2011	1.536,00	Débito
28/2/2011	1.491,44	Débito
31/3/2011	1.536,00	Débito
30/4/2011	1.536,00	Débito
31/5/2011	1.536,00	Débito
30/6/2011	2.405,22	Débito
31/7/2011	1.536,00	Débito
31/8/2011	1.536,00	Débito
30/9/2011	1.536,00	Débito
31/10/2011	1.536,00	Débito
30/11/2011	2.405,22	Débito
2/12/2013	471,54	Crédito
2/1/2014	471,54	Crédito
2/2/2014	471,54	Crédito
2/3/2014	471,54	Crédito
2/4/2014	471,54	Crédito
2/5/2014	471,54	Crédito
2/6/2014	471,54	Crédito
2/7/2014	471,54	Crédito
2/8/2014	471,54	Crédito
2/9/2014	471,54	Crédito
2/10/2014	471,54	Crédito
2/11/2014	471,54	Crédito
2/12/2014	471,54	Crédito
2/1/2015	471,54	Crédito
2/2/2015	471,54	Crédito
2/3/2015	471,54	Crédito
2/4/2015	471,54	Crédito
2/5/2015	471,54	Crédito
2/6/2015	471,54	Crédito
2/7/2015	471,54	Crédito
2/8/2015	471,54	Crédito
2/9/2015	471,54	Crédito
2/10/2015	471,54	Crédito
2/11/2015	471,54	Crédito
2/12/2015	471,54	Crédito
2/1/2016	471,54	Crédito
2/2/2016	471,54	Crédito
2/3/2016	471,54	Crédito
2/4/2016	471,54	Crédito
2/6/2016	471,54	Crédito
2/7/2016	471,54	Crédito

2/8/2016	471,54	Crédito
2/9/2016	471,54	Crédito
2/10/2016	471,54	Crédito
2/11/2016	471,54	Crédito
2/12/2016	471,54	Crédito
2/1/2017	471,54	Crédito
2/2/2017	471,54	Crédito
2/3/2017	471,54	Crédito
2/4/2017	471,54	Crédito
2/5/2017	471,54	Crédito
2/6/2017	471,54	Crédito
2/7/2017	471,54	Crédito
2/8/2017	471,54	Crédito
2/9/2017	471,54	Crédito
2/10/2017	471,54	Crédito
2/11/2017	471,54	Crédito
2/12/2017	471,54	Crédito
2/1/2018	471,54	Crédito
2/2/2018	471,54	Crédito
2/3/2018	471,54	Crédito
2/4/2018	471,54	Crédito
2/5/2018	471,54	Crédito
2/6/2018	471,54	Crédito
2/7/2018	471,54	Crédito
2/8/2018	471,54	Crédito
2/9/2018	471,54	Crédito
2/10/2018	471,54	Crédito
2/11/2018	471,54	Crédito
2/12/2018	471,54	Crédito
2/1/2019	471,54	Crédito
2/2/2019	471,54	Crédito
2/3/2019	471,54	Crédito
2/4/2019	471,54	Crédito
2/5/2019	471,54	Crédito
2/6/2019	471,54	Crédito
2/7/2019	471,54	Crédito
1º/8/2019	471,54	Crédito
2/9/2019	471,54	Crédito
1º/10/2019	471,54	Crédito
1º/11/2019	471,54	Crédito
2/12/2019	471,54	Crédito
2/1/2020	471,54	Crédito
2/2/2020	471,54	Crédito
2/3/2020	471,54	Crédito
2/4/2020	471,54	Crédito
3/5/2020	471,54	Crédito
1º/6/2020	471,54	Crédito

9.1.3. Sr. Elielton Souza dos Santos, em solidariedade com o Sr. Adilson Magalhaes Nascimento Junior:

Data de ocorrência	**Valor histórico (R$)**	**Tipo da parcela**
30/6/2010	6.534,00	Débito
31/7/2010	1.089,00	Débito
31/8/2010	1.089,00	Débito
30/9/2010	1.089,00	Débito
31/10/2010	1.089,00	Débito
30/11/2010	1.089,00	Débito
31/12/2010	1.089,00	Débito
31/1/2011	1.089,00	Débito
28/2/2011	1.089,00	Débito
31/3/2011	1.089,00	Débito
30/4/2011	1.089,00	Débito
31/5/2011	1.089,00	Débito
30/6/2011	1.089,00	Débito
31/7/2011	1.089,00	Débito
2/12/2013	598,03	Crédito
2/1/2014	598,03	Crédito
2/2/2014	598,03	Crédito
2/3/2014	598,03	Crédito
2/4/2014	598,03	Crédito
2/5/2014	598,03	Crédito
2/6/2014	598,03	Crédito
2/7/2014	598,03	Crédito
2/8/2014	598,03	Crédito
2/9/2014	598,03	Crédito
2/10/2014	598,03	Crédito
2/11/2014	598,03	Crédito
2/12/2014	598,03	Crédito
2/1/2015	598,03	Crédito
2/2/2015	598,03	Crédito
2/3/2015	598,03	Crédito
2/4/2015	598,03	Crédito
2/5/2015	598,03	Crédito
2/6/2015	598,03	Crédito
2/7/2015	598,03	Crédito
2/8/2015	598,03	Crédito
2/9/2015	598,03	Crédito
2/10/2015	598,03	Crédito
2/11/2015	598,03	Crédito
2/12/2015	598,03	Crédito
2/1/2016	598,03	Crédito
2/2/2016	598,03	Crédito
2/3/2016	598,03	Crédito
2/4/2016	598,03	Crédito
2/5/2016	598,03	Crédito
2/6/2016	598,03	Crédito
2/7/2016	598,03	Crédito
2/8/2016	598,03	Crédito
2/9/2016	598,03	Crédito
2/10/2016	598,03	Crédito
2/11/2016	598,03	Crédito
2/12/2016	598,03	Crédito
2/1/2017	598,03	Crédito
2/2/2017	598,03	Crédito
2/3/2017	598,03	Crédito
2/4/2017	598,03	Crédito
2/5/2017	598,03	Crédito

9.1.4. Sr. Alessandro Moreira da Silva, em solidariedade com o Sr. Adilson Magalhaes Nascimento Junior:

Data de ocorrência	**Valor histórico (R$)**	**Tipo da parcela**
28/2/2010	2.178,00	Débito
31/3/2010	1.089,00	Débito
30/4/2010	1.089,00	Débito
31/5/2010	1.089,00	Débito
30/6/2010	1.089,00	Débito
31/7/2010	1.089,00	Débito
31/8/2010	1.089,00	Débito
30/9/2010	1.089,00	Débito
31/10/2010	1.089,00	Débito
30/11/2010	1.089,00	Débito
31/12/2010	1.089,00	Débito

9.2. aplicar aos Srs. George de Brito Sena, Rosenaldo Reis dos Santos, Elielton Souza dos Santos e Adilson Magalhães Nascimento Júnior, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, nos valores a seguir especificados, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste Acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor:

9.2.1. George de Brito Sena - R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais);

9.2.2. Rosenaldo Reis dos Santos - R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

9.2.3. Elielton Souza dos Santos - R$ 5.000,00 (cinco mil reais);

9.2.4. Adilson Magalhães Nascimento Júnior - R$ 70.000,00 (setenta mil reais);

9.3. considerar graves as condutas praticadas pelo Sr. Adilson Magalhães Nascimento Júnior, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 270, § 1º, do Regimento Interno/TCU;

9.4. inabilitar o Sr. Adilson Magalhães Nascimento Júnior para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, por um prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 15, inciso I, alínea "i", e 270 do Regimento Interno/TCU;

9.5. autorizar, caso requerido, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do Regimento Interno/TCU, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e sucessivas, sobre as quais incidirão os correspondentes acréscimos legais (débito: atualização monetária e juros de mora; multa: atualização monetária), esclarecendo aos responsáveis que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor, sem prejuízo das demais medidas legais;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992; e

9.7. enviar cópia deste acórdão à Procuradoria da República no Estado da Bahia, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, bem como ao Comando da 6ª Região Militar, para ciência.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1898-32/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1899/2022 - TCU - Plenário

1. Processo: TC 012.122/2018-1.

2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessada: Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados.

4. Unidades Jurisdicionadas: Comando do Exército e Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - Dnit.

5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária e de Aviação Civil (SeinfraRodoviaAviação) e Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Solicitação de Fiscalização 47/2011, de autoria do Deputado Federal Rubens Bueno, encaminhada pelo Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, por meio do Ofício 29/2018/CFFC-P, datado de 18/04/2018, mediante o qual se requeria que este Tribunal realizasse fiscalização para apurar irregularidades nas obras decorrentes de acordos, contratos, convênios e outros instrumentos congêneres entre o Comando do Exército, por meio do Departamento de Engenharia do Exército - DEC e do Instituto Militar de Engenharia - IME, e o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes - DNIT, nos exercícios de 2002 a 2009.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. levantar o sobrestamento dos presentes autos, com fulcro no art. 157 do Regimento Interno/TCU c/c art. 47 da Resolução/TCU 259/2014;

9.2. considerar a presente Solicitação do Congresso Nacional integralmente atendida, com fulcro nos arts. 14, inciso IV, e 17, inciso II, da Resolução/TCU 215/2008;

9.3. enviar cópia desta deliberação, bem como dos Acórdãos 3.179/2020 - Plenário, 9.962/2021 - 2ª Câmara, 720/2019 - Plenário e 756/2022 - Plenário ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados e ao Deputado Federal Rubens Bueno, destacando que o relatório e o voto que fundamentam cada decisum podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos; e

9.4. arquivar o presente processo, com base no art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1899-32/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa (Relator), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1900/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 018.533/2019-1
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (em Tomada de Contas Especial)
3. Recorrente: Luiz Medeiros Nobre (177.220.634-20)
4. Órgão: Prefeitura Municipal de Carneiros/AL
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
7. Unidade técnica: Secretaria de Recursos (Serur)
8. Representação legal: Filipe Thiago de Vasconcelos Almeida (OAB/AL 8.052), Bruno Gustavo Araújo Loureiro (OAB/AL 7.893), Tiago da Franca Neri (OAB/AL 7.893) e José Álvaro Costa Filho (OAB/AL 6.566).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto contra o Acórdão 7.677/2020-1ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer do presente recurso de revisão, com fundamento nos arts. 32, inciso III, e 35, inciso III, da Lei 8.443/1992;
9.2. quanto ao mérito, dar-lhe provimento para julgar regular as contas do sr. Luiz Medeiros Nobre, dando-lhe quitação plena, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, afastando a penalidade de multa fixada no subitem 9.5 do Acórdão 7.677/2020-1ª Câmara; e
9.3. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Prefeitura Municipal de Carneiros/AL, ao FNDE e à Procuradoria da República no Estado de Alagoas.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1900-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1901/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 026.573/2020-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) (34.028.316/0001-03).
3.2. Responsável: Lougan de Brito Machado (034.933.743-80).
4. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - AC SAO BENEDITO DO RIO PRETO/MA.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em desfavor do Sr. Thiago de Castro Tataia Soares, em razão de desfalque, alcance, desvio ou desaparecimento de dinheiro, bens ou valores públicos, evidenciados pela falta de numerário no Caixa Retaguarda da Agência de Correios AC Dirceu Arcoverde/PI,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, em:
9.1. julgar irregulares, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, as contas do responsável Sr. Lougan de Brito Machado, condenando-o ao pagamento da importância a seguir especificada, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculada a partir da data discriminada até a data da efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de quinze dias, para que comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia aos cofres do Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos (ECT), nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da citada lei, c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU;

Data de ocorrência	Valor histórico (R$)
19/7/2018	164.872,87

9.2. aplicar ao Sr. Lougan de Brito Machado a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno do TCU, no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a presente data até a do efetivo recolhimento, se paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. considerar graves as condutas praticadas pelo Sr. Lougan de Brito Machado, nos termos do art. 270, § 1º, do Regimento Interno do TCU;
9.4. inabilitar o Sr. Lougan de Brito Machado para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da administração pública por um prazo de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 60 da Lei 8.443/1992, c/c arts. 15, inciso I, alínea "i" e 270, do Regimento Interno do TCU;
9.5. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, na forma do disposto no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;
9.6. autorizar também, desde logo, se requerido, com fundamento no art. 26, da Lei 8.443, de 1992, c/c o art. 217, §§ 1º e 2º do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da(s) dívida(s) em até 36 parcelas mensais, incidindo, sobre cada parcela, corrigida monetariamente, os correspondentes acréscimos legais, fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovar os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir, sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, no caso do débito, na forma prevista na legislação em vigor, alertando o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
9.7. dar ciência desta deliberação à Procuradoria da República no Estado do Maranhão, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992, c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU, para adoção das medidas cabíveis; e

9.8. dar ciência desta deliberação à Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) e ao responsável.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1901-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1902 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.903/2022-2.
2. Grupo I - Classe V - Assunto: Auditoria (Cautelar Suspensiva).
3. Responsável: não identificado.
4. Instituições: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf); Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR).
5. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.
5.1. Revisor: Ministro Jorge Oliveira.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração.
8. Representação legal: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, no presente momento, tratam de cautelar suspensiva deferida no correspondente processo de auditoria, tendo ela sido realizada, dentro do Fiscobras-2022 e durante o período de 14/3 a 22/4/2022, na Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) e no Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) sobre a adequação e suficiência dos estudos preliminares para as obras do Canal do Sertão Baiano;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. revogar a cautelar suspensiva concedida pela Decisão acostada à Peça 57, nos termos do art. 276 do RITCU, sem prejuízo de determinar à Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) que, em conjunto com o Ministério do Desenvolvimento Regional, encontre as soluções técnicas necessárias para conciliar o futuro projeto básico com o Plano Nacional de Segurança Hídrica (PNSH) e o plano de desenvolvimento regional respectivo (estudo de detalhamento de planos de desenvolvimento regional contratado pelo MDR para os projetos do tipo Supply Driven), avaliando, se for o caso, a necessidade de atualização do EVTEA e dos demais estudos relacionados às obras do Canal do Sertão Baiano;
9.2. determinar que a Codevasf apresente o resultado dessas soluções técnicas, considerando os riscos levantados pela unidade técnica no presente processo, dentro do prazo de 90 (noventa) dias contados da notificação desta deliberação; e
9.3. promover, com a devida urgência, o prosseguimento do presente feito

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1902-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Jorge Oliveira (Revisor) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho (Relator) e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1903/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.667/2018-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame (Denúncia).
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Responsável: Cleber Murilo Pinheiro Sady (365.546.425-87).
3.2. Recorrente: Cleber Murilo Pinheiro Sady (365.546.425-87).
4. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região (BA).
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Erasmo de Souza Freitas Junior (18373/OAB-BA), representando Cleber Murilo Pinheiro Sady; Eduardo de Andrade Corlett Loiola (37.112/OAB-BA), Thiago Antonio Tupiniquim Sena (23.249/OAB-BA) e outros, representando Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 7ª Região (BA); Camila Gonzaga Alves Ferreira (45113/OAB-BA), Thamires Azevedo de Andrade (52506/OAB-BA) e outros, representando Sandro de Oliveira Suares.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia pedido de reexame interposto contra o Acórdão 1.893/2021-TCU-Plenário,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, em:
9.1. conhecer do presente pedido de reexame e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se inalterado o acórdão recorrido; e
9.2. dar ciência desta decisão ao recorrente e demais interessados.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1903-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1904/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.780/2022-3.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Exmo. Sr. Deputado Federal Hildo Rocha, Presidente da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados; Exmo. Sr. Deputado Federal Jaime Martins.
4. Órgão/Entidade: Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras.
5. Relator: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura de Petróleo e Gás Natural - SeinfraPetróleo.
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Solicitação do Congresso Nacional formulada pelo Exmo. Sr. Deputado Federal Hildo Rocha, Presidente da Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados, por meio do Ofício P-085/2022/CVT, de 10/6/2022, decorrente de reapresentação da Proposta de Fiscalização e Controle 87/2009, da relatoria do Exmo. Sr. Deputado Federal Gonzaga Patriota e de autoria do Exmo. Sr. Deputado Federal Jaime Martins, para realização de "fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial na Petrobras especificamente quanto aos preços praticados para os combustíveis no mercado interno brasileiro",

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, com fundamento no art. 71, incisos IV e VII, da Constituição Federal, c/c os arts. 1º, inciso II, 38, inciso I, da Lei 8.443/1992, 4º, inciso I, alínea "b", da Resolução TCU 215/2008, 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU, e 24, inciso X, 60 e 61 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados;

9.2. informar ao solicitante que a fiscalização referente à política de preços de combustíveis adotada pela Petrobras, tratada no TC 030.033/2016-0, foi concluída pela unidade técnica especializada, encontrando-se, atualmente, no aguardo do pronunciamento do relator, e, tão logo haja a apreciação por parte desta Corte de Contas, os resultados ser-lhe-ão oportunamente encaminhados;

9.3. dar ciência desta decisão ao autor da Proposta de Fiscalização e Controle 87/2009, Exmo. Sr. Deputado Federal Jaime Martins;

9.4. informar ao Relator do TC 030.033/2016-0, Ministro Aroldo Cedraz, acerca da existência da presente Solicitação do Congresso Nacional e da necessidade de encaminhamento a este Relator, quando do julgamento do mérito do referido processo, de cópia do acórdão proferido, acompanhado do relatório e voto que o fundamentarem, bem como das peças processuais consideradas necessárias ao atendimento da solicitação objeto deste processo, para que seja promovido o posterior envio desses documentos ao solicitante, conforme dispõe o parágrafo único do art. 13 da Resolução TCU 215/2008;

9.5. juntar cópia da presente deliberação ao TC 030.033/2016-0, conforme determina o art. 14, inciso V, da Resolução TCU 215/2008; e

9.6. sobrestar o presente processo até que seja encaminhada ao solicitante a deliberação a ser prolatada no TC 030.033/2016-0, com fundamento no art. 47 da Resolução TCU 259/2014.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1904-32/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1905/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 017.162/2007-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Embargos de Declaração, em Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal - Secretaria de Recursos Hídricos.

3.2. Responsáveis: Associação dos Irrigantes da Barragem de Terra Nova (35.446.590/0001-65); Deusiclea Barboza de Castro (280.020.671-34); Eudes Costa de Holanda (024.662.873-15); Félix Cantalício Barreto Cabral (015.509.854-34); I T S - Instituto Terra Social (03.463.763/0001-67); Isane Costa de Farias (033.317.905-67); Israel Beserra de Farias (132.513.174-15); Louise Costa de Farias (027.524.975-12); Luciano de Petribú Faria (499.437.076-15); Mestra Ltda. (03.457.778/0001-12); Neuma de Fatima Costa de Farias (181.324.134-15); Oscar Cabral de Melo (083.235.264-00); Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira (130.377.905-63); Rui Melo de Carvalho (370.198.997-49); Taise Costa de Farias (010.367.215-07); Tl Construtora Ltda (00.058.984/0001-61).

3.3. Recorrentes: TL Construtora Ltda (00.058.984/0001-61); Neuma de Fatima Costa de Farias (181.324.134-15); Taise Costa de Farias (010.367.215-07); Isane Costa de Farias (033.317.905-67); Louise Costa de Farias (027.524.975-12).

4. Órgão/Entidade: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidades Técnicas: não atuou.

8. Representação legal: Angela Maria Soares Cabral, representando Félix Cantalício Barreto Cabral; Alexandre Melo Soares (24518/OAB-DF), representando Paulo Ramiro Perez Toscano; Adeilson Amancio dos Santos (30.254/OAB-BA), Jose Francisco Bastos Filho (8504/OAB-BA) e outros, representando Neuma de Fatima Costa de Farias; Tarcísio Menezes Oliveira (15857/OAB-BA), Roberto Silva Soledade (16627/OAB-BA) e outros, representando Mestra Ltda.; Adeilson Amancio dos Santos (30.254/OAB-BA) e Francisco Bastos Filho (8.504/OAB-BA), representando TL Construtora Ltda; Adeilson Amancio dos Santos (30.254/OAB-BA), Jose Francisco Bastos Filho (8504/OAB-BA) e outros, representando Louise Costa de Farias; Adeilson Amancio dos Santos (30.254/OAB-BA), Jose Francisco Bastos Filho (8504/OAB-BA) e outros, representando Taise Costa de Farias; Matheus Machado Mendes de Figueiredo (6597-E/OAB-DF), Thaís Silveira Dumont de Aguiar (23242/OAB-DF) e outros, representando Raymundo Cesar Bandeira de Alencar; Tarcísio Menezes Oliveira (15857/OAB-BA), Roberto Silva Soledade (16627/OAB-BA) e outros, representando Pedro Thadeu Miranda de Argollo Pereira; Adeilson Amancio dos Santos (30.254/OAB-BA), Jose Francisco Bastos Filho (8504/OAB-BA) e outros, representando Isane Costa de Farias; Celso Negrão da Fonseca Júnior (22177/OAB-BA), Fabiana Bastos de Oliveira (24572/OAB-BA) e outros, representando Israel Beserra de Farias; Arlindo Gomes Miranda (142862/OAB-SP), representando Luciano de Petribú Faria; Francisco Bastos Filho (30.254/OAB-BA), representando TL Construtora Ltda., Neuma de Fátima Costa de Farias, Taise Costa de Farias, Isane Costa de Farias e Louise Costa de Farias.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos pela empresa TL Construtora Ltda. e pelas herdeiras do Sr. Israel Beserra de Farias, Neuma de Fátima Costa de Farias, Taise Costa de Farias, Isane Costa de Farias e Louise Costa de Farias, em face do Acórdão no 1.146/2022-TCU-Plenário, por meio do qual o Tribunal conheceu de embargos de declaração desses mesmos responsáveis contra o Acórdão no 262/2022-TCU-Plenário e no mérito os rejeitou.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declarac–ão, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. alertar as embargantes que a oposição de novos embargos com caráter protelatório implicará o recebimento de futuras impugnações a esse título como simples petição, conforme art. 287, § 6º, do RI/TCU, sem efeito suspensivo, e poderá ensejar a aplicação da multa prevista no art. 1.026, § 2º, do Código de Processo Civil; e

9.3. dar ciência desta deliberac–ão às embargantes e aos demais interessados.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1905-32/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1906/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 004.982/2014-2.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: José Luiz Ribeiro (030.211.328-20); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrica de Piracicaba e Região (54.406.921/0001-88); Walter Barelli (008.056.888-20).

3.2. Recorrentes: José Luiz Ribeiro (030.211.328-20); Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrica de Piracicaba e Região (54.406.921/0001-88).

4. Órgão/Entidade: Entidades e Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Walter Barelli; Ronaldo de Almeida (236199/OAB-SP), representando Luís Antônio Paulino; Fatima Cristina Pires Miranda (109.889/OAB-SP), Wilton Luis da Silva Gomes (220788/OAB-SP) e outros, representando Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrica de Piracicaba e Região; Wilton Luis da Silva Gomes (220788/OAB-SP), Fatima Cristina Pires Miranda (109889/OAB-SP) e outros, representando José Luiz Ribeiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia o recurso de revisão interposto por José Luiz Ribeiro e Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Piracicaba e Região, contra o Acórdão 3959/2015-1ª Câmara (retificado por inexatidão material - Acórdão 2440/2017-1ª Câmara), que julgou irregulares as suas contas e imputou-lhes débito, em virtude de irregularidades no Convênio 59/1999, celebrado entre a Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo (Sert/SP) e o mencionado sindicato, no âmbito do Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (Planfor);

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento nos artigos 32, inciso III; e 35, da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso de revisão interposto pelo Sr. José Luiz Ribeiro e pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Piracicaba e Região para, no mérito, dar-lhe provimento parcial de forma a reduzir o débito objeto do item 9.2 do acórdão recorrido, conforme tabela a seguir, mantendo-se o julgamento pela irregularidade das contas:

Data da ocorrência	Valor original	Tipo
6/10/1999	25.813,85	Débito
14/12/1999	16.433,93	Débito
22/12/1999	21.247,80	Débito
24/11/1999	1.461,00	Crédito
15/12/1999	2.205,00	Crédito

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes, ao Ministério do Trabalho e Emprego e à Procuradoria da República no Estado de São Paulo;

9.3. informar aos interessados que, na confirmação de recolhimento de débito em valores superiores aos devidos, pode-se requerer o respectivo ressarcimento, nos termos da Portaria Conjunta Segecex-Segedam 1/2021, arts. 2º, inciso I, 3º e 4º, incisos I a VIII.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1906-32/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1907/2022 - TCU - Plenário

1. Processo n TC 015.829/2015-4.

1.1. Apenso: 040.828/2020-4

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de revisão (Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Ministério do Turismo (05.457.283/0001-19).

3.2. Responsável: Francisco Neri de Oliveira (098.470.814-68).

3.3. Recorrente: Francisco Neri de Oliveira (098.470.814-68).

4. Órgão/Entidade: Município de Doutor Severiano - RN.

5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo de Tomada de Contas Especial (SecexTCE).

8. Representação legal: Daniel Monteiro da Silva (5.835/OAB-RN), Maria de Fátima Silva Reis e outros, representando Francisco Neri de Oliveira.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de revisão interposto por Francisco Neri de Oliveira contra o Acórdão 10090/2018 - TCU - 1ª Câmara, o qual, entre outras medidas, julgou irregulares as contas do recorrente, condenando-o em débito histórico no valor de R$ 100.000,00 e aplicando-lhe multa no valor de R$ 20.000,00.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do recurso e, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. informar ao recorrente e demais interessados do presente Acórdão, destacando que o Relatório e o Voto que o fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1907-32/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1908/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 024.304/2020-4.
1.1. Apenso: 038.140/2020-9
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Representação)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Procuradoria-Geral da União.
3.2. Recorrente: Advocacia-Geral da União (26.994.558/0001-23).
4. Órgão/Entidade: Ministério da Economia.
5. Relator: Ministro Aroldo Cedraz
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Aroldo Cedraz.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).
8. Representação legal: Raul Pereira Lisboa (35.180/OAB-DF), representando Escola de Administração Fazendária - Ministério da Economia; Raul Pereira Lisboa (35180/OAB-DF), representando Advocacia-geral da União.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam embargos de declaração opostos pela União (Ministério da Economia), representada pela Advocacia-Geral da União, contra o Acórdão 2874/2021-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, conhecer dos embargos de declaração, para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. dar ciência desta deliberação aos embargantes e aos demais interessados.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1908-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz (Relator), Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Marcos Bemquerer Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1909/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 021.145/2019-9.
1.1. Apensos: 008.938/2021-0; 000.436/2021-6; 000.435/2021-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Revisão (Tomada de Contas Especial).
3. Recorrente: Márcio Ricardo Borges da Silva (612.810.002-30).
4. Entidade: Município de Aurora do Pará - PA.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: André Luiz Condoto Oshiro (OAB/DF 31.600).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos recurso de revisão interposto pelo Sr. Márcio Ricardo Borges da Silva, ex-prefeito de Aurora do Pará/PA, contra o Acordão 5.152/2020-TCU-2ª Câmara;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em Sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer, com base no art. 35, inciso III, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 288, inciso III, do RI/TCU, do recurso de revisão interposto pelo Sr. Márcio Ricardo Borges da Silva para, no mérito, negar-lhe provimento; e
9.2. notificar o recorrente da presente deliberação.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1909-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1910/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 042.851/2018-1.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Representação).
3. Recorrente: Huark Douglas Correia (796.761.621-91).
4. Entidade: Empresa Cuiabana de Saúde Pública.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Recursos (Serur).
8. Representação legal: Thiago de Abreu Ferreira (OAB/MT 5.928).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto pelo Sr. Huark Douglas Correia, então diretor da Empresa Cuiabana de Saúde Pública (ECSP/MT), contra o Acórdão 1.426/2021-TCU-Plenário;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame interposto pelo Sr. Huark Douglas Correia, com fundamento no art. 48 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, dar-lhe provimento, para alterar o Acórdão 1.426/2021-TCU-Plenário, que fica com a seguinte redação:
9.1. conhecer da presente representação, uma vez preenchidos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso III, do Regimento Interno deste Tribunal, para considerá-la parcialmente procedente;
9.2. dar ciência deste Acórdão, bem como do voto e do relatório que o acompanham ao Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso e à Câmara de Vereadores de Cuiabá/MT, informando-os de que o inteiro teor pode ser consultado no endereço www.tcu.gov.br/acordaos;

9.2. notificar o Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso e a Câmara de Vereadores de Cuiabá/MT da presente deliberação;
9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1910-32/22-P.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo (Relator), Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1911/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 001.113/2015-1
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de Declaração (em Pedido de Reexame em Representação)
3. Embargante: Portofer Transporte Ferroviario Ltda (03.835.338/0001-51)
4. Unidade: Autoridade Portuária de Santos S.A.
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não autuou
8. Representação legal: Flavia Nasser Villela (304.462/OAB-SP), José Pinto Irmão (93.929/OAB-SP) e outros, representando Autoridade Portuaria de Santos S.a; Beatriz Neves Dal Pozzo (300.646/OAB-SP), Augusto Neves Dal Pozzo (174.392/OAB-SP) e outros, representando Portofer Transporte Ferroviario Ltda; Tercio Sampaio Ferraz Junior (16.854/OAB-SP), Fernando Gustavo Ferro Guimarães (105.337/OAB-RJ) e outros, representando All - América Latina Logistica Malha Norte.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que, na presente fase processual, cuidam de embargos de declaração opostos por Portofer Transporte Ferroviario Ltda. contra o Acórdão 1.566/2022-Plenário, por meio do qual o Tribunal negou provimento a pedido de reexame interposto pela recorrente contra o Acórdão 893/2021-Plenário, que determinou à Autoridade Portuária de Santos S.A. que se abstivesse de efetuar a prorrogação do Contrato de Arrendamento DP/25.2000, relativo à concessão da Ferrovia Interna do Porto de Santos.
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992 c/c art. 287 do Regimento Interno, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2. encaminhar cópia desta decisão ao embargante e à Autoridade Portuária de Santos, com a informação de que a íntegra do relatório e do voto que o fundamentam está disponível no endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1911-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1912/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 014.375/2022-2
2. Grupo I - Classe de Assunto VII - Representação
3. Interessados/Responsáveis: não há
4. Unidade: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
5. Relator: Ministro Jorge Oliveira
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag)
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação da Secretaria de Macroavaliação Governamental - Semag versando sobre pedido do IBGE para que a data limite para publicação e posterior envio dos dados populacionais para efeito de cálculo do Fundo de Participação dos Municípios - FPM ao TCU.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 169, inciso V, e 237, inciso VI, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. conhecer da presente representação;
9.2. acatar as razões expostas pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e aprovar o cronograma proposto para encaminhamento dos dados de população advindos do Censo Demográfico em curso no país, os quais serão utilizados no cálculo dos coeficientes do Fundo de Participação dos Municípios para o exercício de 2023;
9.3. dispensar, excepcionalmente, no exercício de 2022, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do cumprimento do prazo previsto no inciso II do art. 102 da Lei 8.443/1992;
9.4. dispensar, excepcionalmente, no exercício de 2022, a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística do cumprimento do prazo previsto no inciso II do § 2º do art. 3º da Instrução Normativa - TCU 75/2015, alterada pela Instrução Normativa - TCU 80/2018, prorrogando-o para 26 de dezembro;
9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, bem como ao Ministério da Economia e ao Banco do Brasil S.A., informando que o relatório e o voto que a fundamentam podem ser acessados por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos;
9.6. encerrar o presente processo.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1912-32/22-P.

13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira (Relator) e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1913/2022 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-006.780/2020-2
2. Grupo II, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (Pedido de Reexame em Representação)
3. Embargante: Skanska Brasil Ltda. (CNPJ 02.154.943/0001-02)
4. Unidade: Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras)
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia

5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro Antonio Anastasia
6. Representante do Ministério Público: não atuou
7. Unidade Técnica: não atuou
8. Representação legal: Patricia Bandouk Carvalho (281.994/OAB-SP), Luiz Eduardo Spinola Jahic (408.028/OAB-SP) e outros, representando Skanska Brasil Ltda..

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação em que se examinam embargos de declaração opostos pela Skanska Brasil Ltda. ao Acórdão 1.365/2022-TCU-Plenário, de minha relatoria, por meio do qual este Tribunal negou provimento a pedido de reexame interposto pela ora embargante em face do Acórdão 497/2021-TCU-Plenário, relator Ministro Vital do Rêgo, em que esta Corte, entre outras medidas, declarou a inidoneidade da empresa para participar, por cinco anos, de licitação na Administração Pública Federal, por prática de fraude a licitações conduzidas pela Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras) para a realização de obras no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj),
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 conhecer dos embargos de declaração opostos pela Skanska Brasil Ltda. para, no mérito, rejeitá-los;
9.2 notificar a embargante a respeito desta deliberação.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1913-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1914/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.181/2012-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Daniella Dias de Almeida Sueira Toledo Piza (082.270.267-37).
3.2. Responsáveis: Amilton de Albuquerque Santos (430.092.637-91); Andre Luiz Teixeira Lima (033.788.894-97); Antonio Gomes Leite Filho (581.037.168-04); Carlos Henrique Santoro (017.058.808-43); Daniele Lima da Rocha (073.222.977-41); Herman Rubens Walenkamp (261.746.007-00); Joao Paulo Boia (529.634.467-72); Jurema Santos Rozsanyi Nunes (594.317.767-15); Lidia Maria Ferraz do Amaral (001.790.378-54); Luiz Carlos Lima (384.397.946-49); Marcos de Leu Araujo (021.614.587-28); Marina Maia dos Santos Bastos (773.754.167-53); Prescon Projetos Estruturais e Construções Ltda (30.257.513/0001-43).
3.3. Recorrentes: Amilton de Albuquerque Santos (430.092.637-91); Prescon Projetos Estruturais e Construções Ltda (30.257.513/0001-43).
4. Órgãos/Entidades: Base Aérea de Santa Cruz; Centro de Controle Interno da Aeronáutica; Grupamento de Apoio do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Raimundo Carreiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (Serur); Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefes).
8. Representação legal: Pedro Albino de Paiva, Roberto Salem (110357/OAB-RJ) e outros, representando Prescon Projetos Estruturais e Construcoes Ltda; Regianne dos Santos Lito (43518/OAB-DF), Ricardo Rodrigues Figueiredo (15050/OAB-DF) e outros, representando Antonio Gomes Leite Filho; Janaina Augusto de Campos (11694/OAB-DF), Ricardo Rodrigues Figueiredo (15050/OAB-DF) e outros, representando Jurema Santos Rozsanyi Nunes; Jose Cecilio Busquet Sant Anna (90.310/OAB-RJ), representando Amilton de Albuquerque Santos; Pedro Albino de Paiva, representando Roberto Jorge Rita Fracassi; Pedro Albino de Paiva, representando Sergio Giorgio Rita Fracassi; Flavia Castelo de Moura Branco (13407/OAB-DF), representando Joao Paulo Boia; Ursula Suaid Porto Guimarães Borges (34.558/OAB-DF), Guilherme Capriata Vaccaro Campelo Bezerra (44089/OAB-DF) e outros, representando Herman Rubens Walenkamp; Juliana Malafaia Moreira Ferreira, Mauro Santos da Silva e outros, representando Centro de Controle Interno da Aeronáutica.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de recursos de reconsideração interpostos por Amilton de Albuquerque Santos e Prescon Projetos Estruturais e Construções Ltda. contra o Acórdão 1.962/2020 - Plenário (Relator: Ministro Raimundo Carreiro).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. nos termos do art. 278, § 4º, do Regimento Interno/TCU não conhecer dos recursos de reconsideração interpostos por Amilton de Albuquerque Santos e Prescon Projetos Estruturais e Construções Ltda. contra o Acórdão 1.962/2020 - Plenário (Relator: Ministro Raimundo Carreiro) por ser inadequado para combater deliberação que apreciou o primeiro recurso interposto;
9.2. dar ciência deste Acórdão aos recorrentes, informando que o presente Acórdão pode ser acessado por meio do endereço eletrônico www.tcu.gov.br/acordaos.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1914-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1915/2022 - TCU - Plenário

1. Processo: TC-012.418/2017-0
2. Grupo I, Classe de Assunto I - Embargos de Declaração (Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial)
3. Embargantes: Julio Cezar Ferreira (sócio e representante da empresa SO, CPF 239.435.052-00) e SO Telecomunicações, Segurança e Eletrônica (CNPJ 03.110.585/0001 90)
4. Unidade: Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Amazonas (DPF/AM)
5. Relator: Ministro Antonio Anastasia
5.1. Relator da deliberação embargada: Ministro Raimundo Carreiro
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin7. Unidade Técnica: Serur
8. Representação legal: não há

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação em que se examinam embargos de declaração opostos pela empresa SO Telecomunicações, Segurança e Eletrônica e por seu sócio e representante Julio Cezar Ferreira ao Acórdão 1.343/2020-TCU-Plenário, relator Ministro Raimundo Carreiro, por meio do qual este Tribunal negou provimento aos recursos de reconsideração interpostos contra o Acórdão 1.467/2019-TCU-Plenário, relator Ministro Benjamin Zymler, mediante o qual o TCU havia julgado irregulares as contas do administrador da SO Telecomunicações, com condenação em débito e aplicação de multa, declarando a inidoneidade da empresa pelo período de dois anos,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, e ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1 conhecer dos embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;
9.2 notificar os embargantes a respeito desta deliberação.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1915-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia (Relator).
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1916/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 006.392/2022-9.
2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.
3. Responsável: não consta
4. Órgão/Entidade/Unidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul (IFMS).
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Selog.
8. Representação legal: não consta.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa Brasil IT Soluções em Informática Ltda., dando conta de possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico para Registro de Preços 4/2022, promovido pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul (IFMS), tendo por objeto a aquisição de equipamentos para a montagem de Laboratório de Realidade Virtual, com valor total estimado de R$ 350.281,43,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, por satisfazer os requisitos de admissibilidade constantes no art. 237, inciso VII e parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993 e o art. 103, § 1º, da Resolução/TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. indeferir o pedido de concessão de medida cautelar formulado pela representante;
9.3. determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 45 da Lei 8.443/1992 c/c art. 251, caput, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 4º, inciso I, da Resolução-TCU 315/2020, que comprove ao Tribunal, no prazo de 15 (quinze) dias, a revogação dos itens 3 e 7 da Ata de Registro de Preços decorrente do Pregão Eletrônico 4/2022;
9.4. dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul, com fundamento no art. 9º, inciso I, da Resolução/TCU 315/2020, sobre as seguintes impropriedades/falhas, identificadas no Pregão Eletrônico 4/2022, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras ocorrências semelhantes:
9.4.1. aceitação de proposta da licitante Office Printer Informática Eireli, quanto aos itens 3 e 7 da tabela 2.1-A do termo de referência anexo ao edital (monitores de vídeo), que não atendem a especificação técnica exigida quanto ao requisito ultrawide, uma vez que foram aceitos monitores widescreen, contrariando os termos do edital (item 8.1) e do termo de referência, havendo mudança do objeto inicialmente previsto, que passou a ser de configuração mais simples, sem que fossem refeitas as estimativas de preço do equipamento com base nas novas especificações, fato que desatendeu o disposto no art. 40, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993 e no Acórdão 2174/2012-TCU-Plenário; e
9.4.2. inclusão indevida de previsão de prorrogação de vigência contratual (item 9 do termo de referência), quando não se trata de prestação de serviços de natureza continuada, e sim fornecimento de bens, contrariando o art. 57, caput e inciso II, da Lei 8.666/1993;
9.5. dar ciência deste Acórdão ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Mato Grosso do Sul e à representante;
9.6. arquivar os presentes autos, nos termos art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.
11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1916-32/22-P.
13. Especificação do quórum:
13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1917/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 013.136/2021-6.

1.1. Apenso: 042.222/2021-4

2. Grupo II - Classe I - Assunto: Agravo (em Relatório de Auditoria)

3. Agravante: Andrade Galvão Engenharia Ltda. (13.558.309/0001-43)

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR; Ministério do Desenvolvimento Regional.

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

8. Representação legal: Marcela Medeiros Queiroz Franco Santos (OAB/RR 433), representando Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR; Guilherme Augusto Ferreira Fregapani (OAB/DF 34.406) e outros, representando Andrade Galvão Engenharia Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de agravo oposto pela empresa Andrade Galvão Engenharia Ltda., anteriormente denominada AG Service Engenharia Ltda., contra Despacho proferido em 31/01/2022 e referendado pelo Acórdão 215/2022-Plenário, que, entre outras medidas, determinou cautelarmente à Prefeitura Municipal de Boa Vista/RR, com fundamento no art. 276, caput, do RI/TCU, que adotasse providências imediatas para suspender a realização de pagamentos de serviços de obras, utilizando recursos federais, no âmbito do Contrato 1062/SMO/GAB/2020, celebrado para execução das obras de macrodrenagem do Igarapé Pricumã,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1. conhecer do presente agravo, com fundamento nos arts. 277, inciso V, e 289 do RI/TCU, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação à empresa recorrente; e

9.3. restituir os autos à SeinfraUrbana para prosseguimento do feito.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1917-32/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1918/2022 - TCU - Plenário

1. Processo TC 023.591/2018-8.

1.1. Apenso: 029.569/2017-6

2. Grupo II - Classe VII - Assunto: Representação

3. Interessado: Wagner Huckleberry Siqueira (032.298.747-49).

4. Órgão/Entidade: Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro (CRA/RJ).

5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

8. Representação legal: Anibal Sergio Corrêa de Souza (OAB/RJ 66.899), representando Wagner Huckleberry Siqueira; Sarah Estevao Menezes (OAB/RJ 219.402-E) e outros, representando Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela então Secretaria de Controle Externo do Rio de Janeiro (Secex/RJ), com base em denúncia anônima (TC 029.569/2017-8), acerca de irregularidades na gestão de pessoal do Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro (CRA/RJ), mais especificamente sobre contratação sem concurso público e realização de pagamentos indevidos de remunerações e benefícios a empregados comissionados,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, VI, do Regimento Interno deste Tribunal, e art. 103, § 1º, da Resolução-TCU 259/2014, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;

9.2. rejeitar as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Wagner Huckleberry Siqueira (CPF 032.298.747-49);

9.3. aplicar ao Sr. Wagner Huckleberry Siqueira (CPF 032.298.747-49), com fundamento no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, multa no valor de R$ 10.000,00, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento da dívida ao Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida caso não atendida a notificação;

9.5. determinar, com fulcro no art. 45 da Lei 8.443/1992, c/c art. 250, II, do Regimento Interno do TCU e c/ inciso I do art. 4º da Resolução-TCU 315/2020, ao Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro (CRA/RJ), que:

9.5.1. no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, cumpra o determinado pelo subitem 9.2.4 do Acórdão 341/2004-TCU-Plenário, no sentido de não admitir pessoal sem a realização de prévio concurso público, ante o disposto no art. 37, II, da Constituição Federal e na Súmula 231 de jurisprudência deste Tribunal, adotando medidas para a exoneração de todos os empregados exercentes de cargo comissionado que não atendem os requisitos de exercício de funções de direção, chefia e assessoramento (não concursados), mas de atividades rotineiras;

9.5.2. no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, defina, em seus normativos, percentuais mínimos de cargos em comissão a serem preenchidos por servidores de carreira, com fundamento no inciso V do art. 37 da Constituição Federal de 1988, e de acordo com o entendimento jurisprudencial deste Tribunal (Item 9.2.5 do Acórdão 341/2004-Plenário); e

9.5.3. se abstenha de pagar salário de cargo em comissão cumulado com gratificação de encargo especial em atenção ao inciso V do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

9.6. dar ciência desta deliberação ao Conselho Regional de Administração do Rio de Janeiro (CRA/RJ) e ao responsável.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1918-32/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 1919/2022 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.815/2020-1.

1.1. Apenso: 014.492/2021-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto VII: Representação.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: NP3 Comércio e Serviços Ltda. (01.667.155/0001-49); Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (42.515.882/0001-78); XP3 Gestão Empresarial Ltda. (14.984.437/0001-11).

4. Entidade: Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).

8. Representação legal: Marcelo Falcão Ferreira (OAB/MT 11242), representando XP3 Gestão Empresarial Ltda. e NP3 Comércio e Serviços Ltda.; Larissa Motta Dutra Martins (OAB/RJ 163996), Arthur Teixeira de Carvalho Gonçalves (OAB/RJ 151.168) e outros, representando Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A.; Tiago dos Reis Magoga (OAB/SP 283.834), representando Prime Consultoria e Assessoria Empresarial Ltda.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação acerca de irregularidades ocorridas no pregão eletrônico 4/2020, promovido pela Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A., tendo como objeto a implantação e a operação de sistema informatizado e integrado para gestão de frota de veículos leves e pesados.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, com fundamento nos arts. 235 e 237, VII, do RI/TCU, para, no mérito, considerá-la procedente;

9.2. declarar a empresa NP3 Comércio e Serviços Ltda. inidônea para participar de licitação na administração pública federal por 12 (doze) meses, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992;

9.3. declarar a empresa XP3 Gestão Empresarial Ltda. inidônea para participar de licitação na administração pública federal por 6 (seis) meses, nos termos do art. 46 da Lei 8.443/1992;

9.4. recomendar ao Banco do Brasil, com fundamento no art. 250, III, do RI/TCU, na qualidade de gestor do portal Licitações-e, que avalie a conveniência e oportunidade de implementar os seguintes mecanismos de controle no referido sistema, informando, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, as providências adotadas:

9.4.1. impedimento de ingresso, no mesmo certame, de licitante que possua chave de acesso J associado ao mesmo representante (pessoa física) para o qual outra licitante já registrou proposta;

9.4.2. emissão de alerta ao pregoeiro, na abertura do certame, de modo que o condutor do certame esteja ciente da situação e possa avaliar outros pontos que indiquem atuação conjunta das empresas, quando do registro de proposta por duas ou mais licitantes:

9.4.2.1. contendo o mesmo nome de contato;

9.4.2.2. contendo o mesmo número de telefone;

9.4.2.3. a partir do mesmo endereço de IP; e

9.4.3. emissão de alerta ao pregoeiro, durante a fase de lances, sempre que duas ou mais licitantes tenham registrado lances a partir do mesmo endereço IP, de modo que o condutor do certame esteja ciente da situação e possa avaliar outros pontos que indiquem atuação conjunta das empresas;

9.5. ordenar à Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas que monitore a recomendação contida no item 9.4;

9.6. dar ciência deste acórdão à Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro, ao Banco do Brasil S.A., às empresas NP3 Comércio e Serviços Ltda. e XP3 Gestão Empresarial Ltda. e à representante;

9.7. encerrar o processo e arquivar os autos, nos termos do art. 169, V, do RI/TCU.

10. Ata n° 32/2022 - Plenário.

11. Data da Sessão: 17/8/2022 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1919-32/22-P.

13. Especificação do quórum:

13.1. Ministros presentes: Bruno Dantas (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Aroldo Cedraz, Vital do Rêgo, Jorge Oliveira e Antonio Anastasia.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 15 horas e 45 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, aprovada pela Presidência e homologada pelo Plenário.

(Assinado eletronicamente)
DENISE LOIANE CUNHA FONSECA
Subsecretária do Plenário

Aprovada em 24 de agosto de 2022.

(Assinado eletronicamente)
Ministro BRUNO DANTAS
Vice-Presidente, no exercício da Presidência

Defensoria Pública da União

GABINETE DO DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL

PORTARIA GABDPGF DPGU Nº 888, DE 23 DE AGOSTO DE 2022

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I, III e XIII, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994;

Considerando o disposto no art. 42, §1º, inciso I, alínea "a", da LDO-2022 (Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021);

Considerando o Processo Administrativo SEI nº 08038.010801/2022-81;, resolve:

Art. 1º Abrir crédito suplementar no valor de R$435.000 (quatrocentos e trinta e cinco mil reais) ao Orçamento da Defensoria Pública da União para atender a programação constante no Anexo I.

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários para a execução do disposto no Anexo I provêm do cancelamento de dotação conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL DE MACEDO ALVES PEREIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União									
UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União									
ANEXO I			**Outras Alterações Orçamentárias**						
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)			**Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0030		**Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União**							**435.000**
		Atividades							
03 422	**0030 2725**	**Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão**							**435.000**
03 422	0030 2725 0001	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão - Nacional							435.000
			F	4	1	90	0	100	435.000
TOTAL - FISCAL									**435.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**435.000**
ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União									
UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União									
ANEXO II			**Outras Alterações Orçamentárias**						
PROGRAMA DE TRABALHO (REDUÇÃO)			**Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0030		**Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União**							**435.000**
		Atividades							
03 422	**0030 2725**	**Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão**							**435.000**
03 422	0030 2725 0001	Prestação de Assistência Jurídica ao Cidadão - Nacional							435.000
			F	3	1	90	0	100	435.000
TOTAL - FISCAL									**435.000**
TOTAL - SEGURIDADE									**0**
TOTAL - GERAL									**435.000**

PORTARIA GABDPGF DPGU Nº 882, DE 22 DE AGOSTO DE 2022

O DEFENSOR PÚBLICO-GERAL FEDERAL, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 8º, incisos I, III e XIII, da Lei Complementar nº 80, de 12 de janeiro de 1994;

Considerando o disposto no art. 42, § 1º , inciso I, alínea "a", da LDO-2022 (Lei nº 14.194, de 20 de agosto de 2021);

Considerando o Processo Administrativo SEI nº 08038.010859/2022-25, resolve:

Art. 1º Abrir crédito suplementar no valor de R$193.000 (cento e noventa e três mil reais) ao Orçamento da Defensoria Pública da União para atender a programação constante no Anexo I.

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários para a execução do disposto no Anexo I provêm do cancelamento de dotação conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL DE MACEDO ALVES PEREIRA

ANEXO

ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União									
UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União									
ANEXO I			Crédito Suplementar						
PROGRAMA DE TRABALHO (ACRÉSCIMO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0030		Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União							193.000
		Atividades							
03 131	0030 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública							193.000
03 131	0030 219I 0001	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - Nacional							193.000
			F	4	2	90	0	100	193.000
TOTAL - FISCAL									193.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									193.000
ÓRGÃO: 29000 - Defensoria Pública da União									
UNIDADE: 29101 - Defensoria Pública da União									
ANEXO II			Crédito Suplementar						
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)			Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00						
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0030		Programa de Gestão e Manutenção da Defensoria Pública da União							193.000
		Atividades							
03 131	0030 219I	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública							193.000
03 131	0030 219I 0001	Publicidade Institucional e de Utilidade Pública - Nacional							193.000
			F	3	2	90	0	100	193.000
TOTAL - FISCAL									193.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									193.000

CORREGEDORIA-GERAL DA DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

PORTARIA CGDPU Nº 6, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O CORREGEDOR-GERAL FEDERAL, no uso das atribuições previstas no artigo 13, inciso I, da Lei Complementar nº 80/1994 e artigo 4º, inciso I, do Regimento Interno da Corregedoria-Geral, aprovado pela Resolução CSDPU nº 73/2013;, resolve:

Art. 1º. Tornar público o seguinte calendário de correições ordinárias e inspeções funcionais em unidades da Defensoria Pública da União:

Unidades	Datas
Porto Alegre / RS	14 a 18 de novembro de 2022
Rio Grande / RS	21 e 22 de novembro de 2022
Pelotas / RS	23 a 25 de novembro de 2022

Art. 2º. O Defensor Público-Chefe da unidade correicionada providenciará, sempre que possível, uma sala para os trabalhos da equipe de correição e suporte material e de pessoal.

Art. 3º. Os trabalhos de correição não alterarão a rotina normal da unidade correicionada, devendo ser mantidos, sobremaneira, os atendimentos ao público e audiências internas e externas.

FABIANO CAETANO PRESTES

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)
ACÓRDÃOS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.104 (1)

ORIGEM : 7104 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : ASSOCIACAO NACIONAL DAS UNIVERSIDADES PARTICULARES
ADV.(A/S) : DYOGO CESAR BATISTA VIANA PATRIOTA (19397/DF, 87553A/RS, 241286/SP) E OUTRO(A/S)
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONFENEN
ADV.(A/S) : RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE (11110/DF)
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade e, por consequência, declarou a inconstitucionalidade do art. 6º, caput, e parágrafo único, da Lei estadual 8.915/2020, do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 1.7.2022 a 5.8.2022.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. LEI 8.915/2020 DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. LEI 9.870/1999. OBRIGAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA DE ESTUDANTES INADIMPLENTES E VEDAÇÃO DA COBRANÇA DE JUROS, MULTAS, CORREÇÃO MONETÁRIA, OU OUTROS ENCARGOS MONETÁRIOS. INVASÃO DA COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO CIVIL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LIVRE INICIATIVA E AO ATO JURÍDICO PERFEITO. PROCEDÊNCIA.

1. Normas estaduais que impeçam as instituições de ensino de recusarem a matrícula de estudantes inadimplentes, e também de cobrar juros, multas, correção monetária ou quaisquer outros encargos, violam a competência privativa da União para legislar sobre direito civil (Art. 22, I, da CRFB), conforme precedentes da Corte.

2. Pedido julgado procedente, a fim de declarar a inconstitucionalidade do Art. 6º, caput e parágrafo único, da Lei 8.915/2020, do Estado do Rio de Janeiro.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.179 (2)

ORIGEM : 01207559520221000000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : RIO DE JANEIRO
RELATOR : MIN. EDSON FACHIN
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - CONFENEN
ADV.(A/S) : RICARDO ADOLPHO BORGES DE ALBUQUERQUE (11110/DF)
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES) : PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADV.(A/S) : PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na ação direta de inconstitucionalidade e, por consequência, declarou a inconstitucionalidade do art. 6º, caput, e parágrafo único, da Lei estadual 8.915/2020, do Estado do Rio de Janeiro, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 1.7.2022 a 5.8.2022.

Ementa: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO. LEI 8.915/2020 DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. LEI 9.870/1999. OBRIGAÇÃO DE RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA DE ESTUDANTES INADIMPLENTES E VEDAÇÃO DA COBRANÇA DE JUROS, MULTAS, CORREÇÃO MONETÁRIA, OU OUTROS ENCARGOS MONETÁRIOS. INVASÃO DA COMPETÊNCIA DA UNIÃO PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO CIVIL. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LIVRE INICIATIVA E AO ATO JURÍDICO PERFEITO. PROCEDÊNCIA.

1. Normas estaduais que impeçam as instituições de ensino de recusarem a matrícula de estudantes inadimplentes, e também de cobrar juros, multas, correção monetária ou quaisquer outros encargos, violam a competência privativa da União para legislar sobre direito civil (Art. 22, I, da CRFB), conforme precedentes da Corte.

2. Pedido julgado procedente, a fim de declarar a inconstitucionalidade do Art. 6º, caput e parágrafo único, da Lei 8.915/2020, do Estado do Rio de Janeiro.

Secretaria Judiciária

PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)
JULGAMENTOS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.322 (1)

ORIGEM : ADI - 5322 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. ALEXANDRE DE MORAES
REQTE.(S) : CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES TERRESTRES - CNTTT
ADV.(A/S) : ULISSES RIEDEL DE RESENDE (0000968/DF) E OUTRO(A/S)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTE RODOVIÁRIOS DOS ESTADOS DE GOIÁS E TOCANTINS
ADV.(A/S) : FERNANDO PESSOA DA NOBREGA (0010829/GO)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DOS ESTADOS DA REGIÃO NORTE - FETRONORTE
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO
AM. CURIAE. : SINDICATO NACIONAL DOS TRANSPORTADORES RODOVIÁRIOS AUTÔNOMOS, PEQUENAS E MICRO-EMPRESAS DE TRANSPORTE RODOVIÁRIO DE VEÍCULOS - SINDICATO NACIONAL DOS CEGONHEIROS
ADV.(A/S) : MARINES MATILDE REZENDE DE ABREU (147674/MG)
AM. CURIAE. : FETTROMINAS - FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS, URBANOS, PRÓPRIOS, VIAS RURAIS E PÚBLICAS, E ÁREAS INTERNAS NO ESTADO DE MINAS GERAIS
ADV.(A/S) : JOSE CARLOS MELO DOS ANJOS (0068392/MG)
AM. CURIAE. : FEDERAÇÃO DOS TRABALHDORES EM TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO ESTADO DO PARANÁ ¿ FETROPAR
ADV.(A/S) : ALEXANDRE SIMÕES LINDOSO (DF012067/)
AM. CURIAE. : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB
ADV.(A/S) : MARCUS VINICIUS FURTADO COÊLHO (18958/DF, 167075/MG, 2525/PI, 463101/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES URBANOS - NTU
ADV.(A/S) : MARIA ADRIANNA LOBO LEÃO DE MATTOS (47607/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MEDICINA DE TRÁFEGO - ABRAMET
ADV.(A/S) : PRISCILA CALADO CORRÊA NETTO (166600/SP)
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PROVEDORES DE SERVIÇOS TOXICOLÓGICOS DE LARGA JANELA DE DETECÇÃO - ABRATOX
ADV.(A/S) : ELIANA DA COSTA LOURENCO (51575/RJ)
AM. CURIAE. : CONFEDERACAO NACIONAL DO TRANSPORTE
ADV.(A/S) : PAULO TEODORO DO NASCIMENTO (48535/DF, 32964/ES, 43241/GO, 53758/MG, 20603/A/MT, 200806/RJ, 99958A/RS, 367904/SP)

Decisão: Após a leitura do relatório e a realização das sustentações orais, o julgamento foi suspenso. Falaram: pela requerente, o Dr. Luiz Felipe Buaiz Andrade; pelo amicus curiae Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil - CFOAB, a Dra. Bruna Santos Costa; pelo amicus curiae Federação dos Trabalhadores em Transportes Rodoviários do Estado do Paraná - FETROPAR, o Dr. Alexandre Simões Lindoso; e, pelo amicus curiae Confederação Nacional do Transporte, o Dr. Sérgio Antônio Ferreira Victor. Ausentes, justificadamente, os Ministros Luiz Fux (Presidente) e Roberto Barroso. Presidiu o julgamento a Ministra Rosa Weber, Vice-Presidente. Plenário, 15.9.2021 (Sessão realizada por videoconferência - Resolução 672/2020/STF).

Decisão: Após o voto do Ministro Alexandre de Moraes (Relator), que conhecia parcialmente da ação direta e, na parte conhecida, julgava-a parcialmente procedente, declarando como inconstitucionais: (a) a expressão "sendo facultados o seu fracionamento e a coincidência com os períodos de parada obrigatória na condução do veículo estabelecida pela Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro, garantidos o mínimo de 8 (oito) horas ininterruptas no primeiro período e o gozo do remanescente dentro das 16 (dezesseis) horas seguintes ao fim do primeiro período", prevista na parte final do § 3º do art. 235-C; (b) a expressão "não sendo computadas como jornada de trabalho e nem como horas extraordinárias", prevista na parte final do § 8º do art. 235-C; (c) a expressão "e o tempo de espera", disposta na parte final do § 1º do art. 235-C, por arrastamento; (d) o § 9º do art. 235-C da CLT, sem efeito repristinatório; (e) a expressão "as quais não serão consideradas como parte da jornada de trabalho, ficando garantido, porém, o gozo do descanso de 8 (oito) horas ininterruptas aludido no § 3º" do § 12 do art. 235-C; (f) a expressão "usufruído no retorno do motorista à base (matriz ou filial) ou ao seu domicílio, salvo se a empresa oferecer condições adequadas para o efetivo gozo do referido repouso", constante do caput do art. 235-D; (g) o § 1º do art. 235-D; (h) o § 2º do art. 235-D; (i) o § 5º do art. 235-D; (j) o inciso III do art. 235-E, todos da CLT, com a redação dada pelo art. 6º da Lei 13.103/2015; e (k) a expressão "que podem ser fracionadas, usufruídas no veículo e coincidir com os intervalos mencionados no § 1º, observadas no primeiro período 8 (oito) horas ininterruptas de descanso", na forma como prevista no § 3º do art. 67-C do CTB, com redação dada pelo art. 7º da Lei 13.103/2015, no que foi acompanhado pelo Ministro Marco Aurélio (que votara na sessão virtual em que houve pedido de destaque); e do voto do Ministro Ricardo Lewandowski, que acompanhava o Relator a fim de conhecer parcialmente da ação direta e, no mérito, divergia, em parte, pois, além de acompanhar o voto do Relator, julgando parcialmente procedentes os pedidos, também julgava procedente a ação para declarar a inconstitucionalidade da expressão "não implicando tal cessão a caracterização de vínculo de emprego", contida no § 3º do art. 4° da Lei 11.442/2007; e dos §§ 4º e 5º do art. 4º da Lei 11.442/2007, pediu vista dos autos o Ministro Nunes Marques. Não participou o Ministro André Mendonça, sucessor do Ministro Marco Aurélio. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.349 (2)

ORIGEM : ADI - 5349 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATORA : MIN. ROSA WEBER
REQTE.(S) : CONFEDERACAO NACIONAL DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO - CNC
ADV.(A/S) : ALAIN ALPIN MAC GREGOR (0101780/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação direta e, no mérito, julgou procedente o pedido formulado, para declarar a inconstitucionalidade da Lei nº 5.470/2015 do Distrito Federal, nos termos do voto da Relatora. Afirmou suspeição o Ministro Roberto Barroso. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

MEDIDA CAUTELAR NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.795 (3)

ORIGEM : 5795 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATORA	**:MIN. ROSA WEBER**
REQTE.(S)	:PARTIDO SOCIAL LIBERAL
ADV.(A/S)	:MODESTO SOUZA BARROS CARVALHOSA (10.974 SP)
INTDO.(A/S)	:CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	:ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	:PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	:ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
AM. CURIAE.	:PARTIDO NOVO NACIONAL - NOVO
ADV.(A/S)	:MARILDA DE PAULA SILVEIRA (0033954/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	:PARTIDO DA MOBILIZAÇÃO NACIONAL - PMN
ADV.(A/S)	:FABIANO ALMEIDA RESENDE (18942/BA, 20541/DF) E OUTRO(A/S)
AM. CURIAE.	:INSTITUTO DE DIREITO PARTIDÁRIO E POLÍTICO - PLURIS
ADV.(A/S)	:SIDNEY SÁ DAS NEVES (33683/DF)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, converteu o exame da liminar em julgamento de mérito, conheceu parcialmente da presente ação direta de inconstitucionalidade e, na parte conhecida, julgou improcedente o pedido deduzido, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.369 (4)

ORIGEM	:6369 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:MARANHÃO
RELATOR	**:MIN. EDSON FACHIN**
REQTE.(S)	:ASSOCIACAO NACIONAL DOS SERVIDORES DO MINISTERIO PUBLICO - ANSEMP
ADV.(A/S)	:MARCIO AUGUSTO RIBEIRO CAVALCANTE (12359/CE)
INTDO.(A/S)	:GOVERNADOR DO ESTADO DO MARANHÃO
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO MARANHÃO
INTDO.(A/S)	:ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CONAMP
ADV.(A/S)	:ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (12500/DF)
ADV.(A/S)	:JULIANA MOURA ALVARENGA DILASCIO (20522/DF)
AM. CURIAE.	:FEDERAÇÃO NACIONAL DOS SERVIDORES DOS MINISTÉRIOS PÚBLICOS ESTADUAIS - FENAMP
ADV.(A/S)	:RUDI MEIRA CASSEL (22256/DF, 165498/MG, 170271/RJ, 49862A/RS, 421811/SP)

Decisão: Após os votos dos Ministros Edson Fachin (Relator) e Cármen Lúcia, que conheciam da ação direta para julgá-la procedente e declarar a inconstitucionalidade da expressão "excetuando-se do percentual de que trata o caput" constante do parágrafo único do art. 9º da Lei nº 8.077/2004 do Estado do Maranhão, e modulavam os efeitos da declaração de inconstitucionalidade propondo à Corte que esta decisão tenha eficácia após decorrido o prazo de doze meses a contar da publicação da ata da decisão, pediu vista dos autos o Ministro André Mendonça. Falou, pelo amicus curiae Federação Nacional dos Servidores dos Ministérios Públicos Estaduais - FENAMP, a Dra. Miriam Cheissele. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.640 (5)

ORIGEM	:6640 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:PERNAMBUCO
RELATOR	**:MIN. EDSON FACHIN**
REQTE.(S)	:PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	:ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação para julgá-la parcialmente procedente e declarar a inconstitucionalidade das expressões "Corregedor-Geral da Justiça", "Procurador-Geral da Justiça", "Defensoria Pública" e "dirigentes da administração indireta ou fundacional" constantes do § 2º do art. 13 da Constituição do Estado de Pernambuco, dando, ainda, interpretação conforme à expressão "dirigentes da administração direta" de modo a restringir a possibilidade de sua convocação pela Assembleia Legislativa apenas quando estiverem diretamente subordinados ao Governador do Estado, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.645 (6)

ORIGEM	:6645 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:AMAZONAS
RELATOR	**:MIN. EDSON FACHIN**
REQTE.(S)	:PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	:ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu da ação para julgá-la parcialmente procedente e declarar a inconstitucionalidade das expressões "Presidente do Tribunal de Contas do Estado" e "dirigentes da administração indireta" constantes do inciso XXIX do art. 28 da Constituição do Estado do Amazonas, dando, ainda, interpretação conforme à expressão "dirigentes da administração direta" de modo a restringir a possibilidade de sua convocação pela Assembleia Legislativa apenas quando estiverem diretamente subordinados ao Governador do Estado, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.939 (7)

ORIGEM	:6939 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:GOIÁS
RELATOR	**:MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S)	:PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	:ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MINISTROS E CONSELHEIROS SUBSTITUTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - AUDICON
ADV.(A/S)	:JOAO MARCOS FONSECA DE MELO (26323/DF, 643A/SE)
ADV.(A/S)	:JULIANA BRITTO MELO (30163/DF, 5214/SE)
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - ATRICON
ADV.(A/S)	:CLAUDIO PEREIRA DE SOUZA NETO (34238/DF, 96073/RJ, 417250/SP)
ADV.(A/S)	:NATALI NUNES DA SILVA (24439/DF)
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRIBUNAIS DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS - ABRACOM
ADV.(A/S)	:JOAO MARCOS FONSECA DE MELO (26323/DF, 643A/SE)
ADV.(A/S)	:JULIANA BRITTO MELO (30163/DF, 5214/SE)
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - AMPCON
ADV.(A/S)	:JOAO MARCOS FONSECA DE MELO (26323/DF, 643A/SE)
ADV.(A/S)	:JULIANA BRITTO MELO (30163/DF, 5214/SE)
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO BRASIL - ANTC
ADV.(A/S)	:JOAO MARCOS FONSECA DE MELO (26323/DF, 643A/SE)
ADV.(A/S)	:JULIANA BRITTO MELO (30163/DF, 5214/SE)

Decisão: Após os votos dos Ministros Roberto Barroso (Relator), Rosa Weber, Edson Fachin e Alexandre de Moraes, que julgavam improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 28, § 5º, da Constituição do Estado de Goiás, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Falou, pelos amici curiae Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas do Brasil - AUDICON; Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC; Associação Nacional do Ministério Público de Contas - AMPCON; e Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios - ABRACOM, o Dr. João Marcos Fonseca de Melo. Plenário, Sessão Virtual de 10.6.2022 a 20.6.2022.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 28, § 5º, da Constituição do Estado de Goiás, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.941 (8)

ORIGEM	:6941 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:SANTA CATARINA
RELATOR	**:MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
REQTE.(S)	:PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	:ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
INTDO.(A/S)	:GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MINISTROS E CONSELHEIROS SUBSTITUTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL-AUDICON
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL-ATRICON
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRIBUNAIS DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS-ABRACOM
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS-AMPCON
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL-ANTC
ADV.(A/S)	:JOAO MARCOS FONSECA DE MELO (26323/DF, 643A/SE)

Decisão: Após os votos dos Ministros Alexandre de Moraes (Relator), Roberto Barroso e Edson Fachin, que julgavam improcedente a ação direta, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Falou, pelos amici curiae Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas do Brasil - AUDICON; Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC; Associação Nacional do Ministério Público de Contas - AMPCON; e Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios - ABRACOM, o Dr. João Marcos Fonseca de Melo. Plenário, Sessão Virtual de 10.6.2022 a 20.6.2022.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente a ação direta, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.944 (9)

ORIGEM	:00587048220211000000 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:RONDÔNIA
RELATOR	**:MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S)	:PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	:ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RONDÔNIA
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MINISTROS E CONSELHEIROS SUBSTITUTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL-AUDICON
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL-ATRICON
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRIBUNAIS DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS-ABRACOM
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS-AMPCON
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL-ANTC
ADV.(A/S)	:JOAO MARCOS FONSECA DE MELO (26323/DF, 643A/SE)

Decisão: Após os votos dos Ministros Roberto Barroso (Relator), Rosa Weber, Edson Fachin e Alexandre de Moraes, que julgavam improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 48, § 5º, da Constituição do Estado de Rondônia, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Falou, pelos amici curiae Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas do Brasil - AUDICON; Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC; Associação Nacional do Ministério Público de Contas - AMPCON; e Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios - ABRACOM, o Dr. João Marcos Fonseca de Melo. Plenário, Sessão Virtual de 10.6.2022 a 20.6.2022.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 48, § 5º, da Constituição do Estado de Rondônia, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.945 (10)

ORIGEM	:6945 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:PIAUÍ
RELATOR	**:MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S)	:PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	:ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADORA-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PIAUÍ
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MINISTROS E CONSELHEIROS SUBSTITUTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL (AUDICON)
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL (ATRICON)
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRIBUNAIS DE CONTAS NOS MUNICÍPIOS (ABRACOM)
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS (AMPCON)
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO NOS TRIBUNAIS DE CONTAS NO BRASIL (ANTC)
ADV.(A/S)	:JOAO MARCOS FONSECA DE MELO (26323/DF, 643A/SE)

Decisão: Após os votos dos Ministros Roberto Barroso (Relator), Rosa Weber, Edson Fachin e Alexandre de Moraes, que julgavam improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 88, § 5º, da Constituição do Estado do Piauí, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Falou, pelos amici curiae Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas do Brasil - AUDICON; Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC; Associação Nacional do Ministério Público de Contas - AMPCON; e Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios - ABRACOM, o Dr. João Marcos Fonseca de Melo. Plenário, Sessão Virtual de 10.6.2022 a 20.6.2022.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 88, § 5º, da Constituição do Estado do Piauí, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.946 (11)

ORIGEM	:6946 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:PERNAMBUCO
RELATOR	**:MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S)	:PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	:ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	:GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MINISTROS E CONSELHEIROS SUBSTITUTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - AUDICON
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - ATRICON
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE TRIBUNAIS DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS - ABRACOM
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS - AMPCON
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - ANTC
ADV.(A/S)	:JOAO MARCOS FONSECA DE MELO (26323/DF, 643A/SE)

Decisão: Após os votos dos Ministros Roberto Barroso (Relator), Rosa Weber, Edson Fachin e Alexandre de Moraes, que julgavam improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 123, caput e parágrafo único, da Lei nº 12.600/2004 do Estado de Pernambuco, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Falou, pelos amici curiae Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas do Brasil - AUDICON; Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC; Associação Nacional do Ministério Público de Contas - AMPCON; e Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios - ABRACOM, o Dr. João Marcos Fonseca de Melo. Plenário, Sessão Virtual de 10.6.2022 a 20.6.2022.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 123, caput e parágrafo único, da Lei nº 12.600/2004 do Estado de Pernambuco, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.947 (12)

ORIGEM	:6947 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:MATO GROSSO DO SUL
RELATOR	**:MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S)	:PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	:ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL
ADV.(A/S)	:FABIO DE OLIVEIRA CAMILLO (8090/MS)
INTDO.(A/S)	:GOVERNADOR DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MINISTROS E CONSELHEIROS SUBSTITUTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - AUDICON
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - ATRICON
AM. CURIAE.	:ASSOCIACAO BRASILEIRA DE TRIBUNAIS DE CONTAS DOS MUNICIPIOS
AM. CURIAE.	:ASSOCIACAO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS - AMPCON
AM. CURIAE.	:ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL
ADV.(A/S)	:JOAO MARCOS FONSECA DE MELO (26323/DF, 643A/SE)

Decisão: Após os votos dos Ministros Roberto Barroso (Relator), Rosa Weber, Edson Fachin e Alexandre de Moraes, que julgavam improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 80, § 5º, da Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul e do art. 15 da Lei Complementar estadual nº 160/2012, do mesmo ente federativo, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Falaram: pelo interessado Governador do Estado de Mato Grosso do Sul, o Dr. Ulisses Schwarz Viana, Procurador do Estado; e, pelos amici curiae Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas do Brasil - AUDICON; Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC; Associação Nacional do Ministério Público de Contas - AMPCON; e Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios - ABRACOM, o Dr. João Marcos Fonseca de Melo. Plenário, Sessão Virtual de 10.6.2022 a 20.6.2022.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou improcedente o pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 80, § 5º, da Constituição do Estado do Mato Grosso do Sul e do art. 15 da Lei Complementar estadual nº 160/2012, do mesmo ente federativo, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.962 (13)

ORIGEM	:6962 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:SANTA CATARINA
RELATOR	**:MIN. ROBERTO BARROSO**
REQTE.(S)	:PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	:ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	:GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MINISTROS E CONSELHEIROS SUBSTITUTOS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - AUDICON
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO DOS MEMBROS DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL - ATRICON
AM. CURIAE.	:ASSOCIACAO BRASILEIRA DE TRIBUNAIS DE CONTAS DOS MUNICIPIOS
AM. CURIAE.	:ASSOCIACAO NACIONAL DO MINISTERIO PUBLICO DE CONTAS - AMPCON
AM. CURIAE.	:ASSOCIACAO NACIONAL DOS AUDITORES DE CONTROLE EXTERNO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL
ADV.(A/S)	:JOAO MARCOS FONSECA DE MELO (26323/DF, 643A/SE)

Decisão: Após os votos dos Ministros Roberto Barroso (Relator), Rosa Weber, Edson Fachin e Alexandre de Moraes, que convertiam o julgamento da medida cautelar em deliberação de mérito e julgavam parcialmente procedente o pedido para conferir interpretação conforme a Constituição ao art. 1º da Lei nº 13.573/2015 do Estado de Santa Catarina, no sentido de que o subsídio dos conselheiros do Tribunal de Contas catarinense seja o mesmo pago aos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Falou, pelos amici curiae Associação Nacional dos Ministros e Conselheiros Substitutos dos Tribunais de Contas do Brasil - AUDICON; Associação Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de Contas do Brasil - ANTC; Associação Nacional do Ministério Público de Contas - AMPCON; e Associação Brasileira de Tribunais de Contas dos Municípios - ABRACOM, o Dr. João Marcos Fonseca de Melo. Plenário, Sessão Virtual de 10.6.2022 a 20.6.2022.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, converteu o julgamento da medida cautelar em deliberação de mérito e julgou parcialmente procedente o pedido para conferir interpretação conforme a Constituição ao art. 1º da Lei nº 13.573/2015 do Estado de Santa Catarina, no sentido de que o subsídio dos conselheiros do Tribunal de Contas catarinense seja o mesmo pago aos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.137 (14)

ORIGEM	:7137 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:SÃO PAULO
RELATORA	**:MIN. ROSA WEBER**
REQTE.(S)	:PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	:ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADV.(A/S)	:ANTONIO SILVIO MAGALHAES JUNIOR (119231/SP)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu desta ação direta e, no mérito, julgou procedente o pedido formulado, para declarar a inconstitucionalidade do art. 41, § 1º, da Constituição do Estado de São Paulo, nos termos do voto da Relatora. O Ministro Alexandre de Moraes acompanhou a Relatora com ressalvas. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.142 (15)

ORIGEM	:7142 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:ACRE
RELATORA	**:MIN. ROSA WEBER**
REQTE.(S)	:PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	:ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ACRE
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S)	:GOVERNADOR DO ESTADO DO ACRE
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO ACRE

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu desta ação direta e, no mérito, julgou procedente o pedido formulado, para declarar a inconstitucionalidade do art. 72, parágrafo único, da Constituição do Estado do Acre, nos termos do voto da Relatora. O Ministro Alexandre de Moraes acompanhou a Relatora com ressalvas. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.170 (16)

ORIGEM	:7170 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:RIO DE JANEIRO
RELATORA	**:MIN. CÁRMEN LÚCIA**
REQTE.(S)	:ASSOCIACAO DOS DELEGADOS DE POLICIA DO BRASIL - ADEPOL
ADV.(A/S)	:WLADIMIR SERGIO REALE (003803-D/RJ)
INTDO.(A/S)	:MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
AM. CURIAE.	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO - CONAMP
ADV.(A/S)	:ARISTIDES JUNQUEIRA ALVARENGA (12500/DF)
ADV.(A/S)	:JULIANA MOURA ALVARENGA DILASCIO (20522/DF)

Decisão: Após os votos dos Ministros Cármen Lúcia (Relatora) e Alexandre de Moraes, que julgavam improcedente a presente ação direta para reconhecer a constitucionalidade da Resolução do Ministério Público do Rio de Janeiro GPGJ n. 2.403/2021 e das Resoluções por ela revogadas (Resolução GPGJ ns. 1.570/2010 e 2.074/2016), pediu vista dos autos o Ministro Gilmar Mendes. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.833 (17)

ORIGEM	:6833 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:DISTRITO FEDERAL
RELATORA	**:MIN. ROSA WEBER**
EMBTE.(S)	:GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO DISTRITO FEDERAL
INTDO.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	:CAMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, conheceu dos embargos de declaração e os rejeitou, nos termos do voto da Relatora. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

EMB.DECL. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.968 (18)

ORIGEM	:6968 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**:MIN. EDSON FACHIN**
EMBTE.(S)	:PARTIDO VERDE
ADV.(A/S)	:VERA LUCIA DA MOTTA (59837/SP)
ADV.(A/S)	:MARIA MARTA DE OLIVEIRA (58880/SP)
ADV.(A/S)	:LAURO RODRIGUES DE MORAES REGO JUNIOR (68637/DF)
EMBDO.(A/S)	:CÂMARA DOS DEPUTADOS
PROC.(A/S)(ES)	:ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S)	:SENADO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	:ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

EMB.DECL. NO AG.REG. NA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 7.091 (19)

ORIGEM	:7091 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**:MIN. ALEXANDRE DE MORAES**
EMBTE.(S)	:ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ANFIP
ADV.(A/S)	:FELIPE TEIXEIRA VIEIRA (69252/BA, 31718/DF, 27809/A/MT, 214342/RJ, 389419/SP)
EMBDO.(A/S)	:PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	:ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
EMBDO.(A/S)	:CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	:ADVOGADO-GERAL DO SENADO FEDERAL

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, rejeitou os embargos de declaração opostos pela ANFIP, nos termos do voto do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

ACÓRDÃOS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 3.454 (20)

ORIGEM	:ADI - 33189 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**:MIN. DIAS TOFFOLI**
REQTE.(S)	:DEMOCRATAS
ADV.(A/S)	:FABRICIO JULIANO MENDES MEDEIROS (70179/BA, 27581/DF, 395289/SP)
INTDO.(A/S)	:PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	:ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	:CONGRESSO NACIONAL
PROC.(A/S)(ES)	:ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após o voto do Ministro Dias Toffoli (Relator), que julgava improcedente o pedido formulado na ação direta, pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 24.9.2021 a 1.10.2021.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente o pedido formulado na presente ação direta para atribuir interpretação conforme à Constituição ao art. 15, inc. XIII, da Lei nº 8.080/90, excluindo a possibilidade de requisição administrativa de bens e serviços públicos de titularidade de outros entes federativos, nos termos do voto reajustado do Relator. Plenário, Sessão Virtual de 10.6.2022 a 20.6.2022.

EMENTA

Ação direta de inconstitucionalidade. Artigo 15, inciso XIII, da Lei nº 8.080/90 (Lei Orgânica do Sistema Único de Saúde –SUS). Requisição administrativa de bens e serviços para atendimento de necessidades coletivas, urgentes e transitórias decorrentes de situações de perigo iminente, de calamidade pública ou de irrupção de epidemias. Interpretação conforme à Constituição. Vedação a que um ente federado requisite bem ou serviço de outro. Entendimento jurisprudencial da Suprema Corte consolidado no decorrer da Pandemia da Covid-19. Ofensa à autonomia do ente federado e ao pacto federativo. Princípio do federalismo cooperativo. Cooperação e horizontalidade. Procedência do pedido.

1. A questão jurídica debatida nos autos está em saber se a requisição de que trata o art. 15, inciso XIII, da Lei nº 8.080/90 pode recair sobre bens e serviços públicos. Em outras palavras, discute-se, na presente ação, se um ente federativo pode requisitar bens e serviços pertencentes a outro.

2. Segundo a firme jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, ofende o princípio federativo a requisição de bens e serviços de um ente federativo por outro, o que somente se admitiria à União, de forma excepcional, durante a vigência das medidas excepcionais de estado de defesa (art. 136, § 1º, inciso II, da CF) e estado de sítio (art. 139, inciso VII, da CF) (v.g., ACO nº 3.463-MC-REF, Tribunal Pleno, Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 8/3/21, publicado no DJe de 17/3/21; ACO nº 3.393-MC-Ref, Tribunal Pleno, Rel. Min. Roberto Barroso, julgado em 22/6/20, publicado no DJe de 8/7/20; ACO nº 3.398, Rel. Min. Roberto Barroso, publicado em 23/6/20; e ACO nº 3.385, Rel. Min. Celso de Mello, publicado no DJe de 23/4/20).

3. Conforme entendimento firmado na ADI nº 6.362, a requisição administrativa é instrumento de intervenção do Estado na propriedade privada que independe de aquiescência do particular e atuação prévia do Judiciário, cujo pressuposto único é o atendimento de uma situação de perigo público iminente.

4. Mesmo que os bens públicos estejam vocacionados ao atendimento de uma finalidade pública (o que é indiscutível) e que o pressuposto único indispensável para a requisição seja o atendimento de situação de perigo público iminente (e não a natureza do bem requisitado), seu uso excepcional e transitório por ente federativo que não aquele a que está vinculado o bem (ou serviço), ainda que a pretexto de acudir a uma situação fática de extrema necessidade, fere a autonomia do ente cujo bem seja requisitado e lhe acarreta incontestável desorganização.

5. A validade constitucional do dispositivo questionado está condicionada à exclusão da possibilidade de que a norma recaia sobre bens e serviços públicos, uma vez que tal preceito se volta a disciplinar a relação entre o Poder Público e o particular, constituindo-se em garantia desse em face daquele. No tocante aos entes federativos, suas relações se caracterizam pela cooperação e pela horizontalidade, não se admitindo a ente federativo requisitar bem ou serviço pertencente a outro, sob pena de ferimento da autonomia desse ente e, consequentemente, ofensa ao pacto federativo.

6. Pedido que se julga procedente para se conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 15, inciso XIII, da Lei nº 8.080/90, excluindo-se a possibilidade de requisição administrativa de bens e serviços públicos de titularidade de outros entes federativos.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 6.956 (21)

ORIGEM	:6956 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:DISTRITO FEDERAL
RELATORA	**:MIN. ROSA WEBER**
REQTE.(S)	:ASSOCIACAO DOS FUNCIONARIOS DO IPEA - AFIPEA
ADV.(A/S)	:JOAO MARCOS FONSECA DE MELO (26323/DF, 643A/SE)
INTDO.(A/S)	:PRESIDENTE DA REPÚBLICA
PROC.(A/S)(ES)	:ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, negou seguimento à presente ação direta de inconstitucionalidade, restando prejudicado o exame do pedido de medida cautelar, nos termos do voto da Relatora. Falaram: pela requerente, o Dr. João Marcos Fonseca de Melo; e, pelo interessado, a Dra. Edwiges Coelho Girão, Advogada da União. Plenário, Sessão Virtual de 1.7.2022 a 5.8.2022.

EMENTA

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO IPEA - AFIPEA. ENTIDADE DE CLASSE. REPRESENTATIVIDADE E ABRANGÊNCIA NACIONAL NÃO DEMONSTRADAS. COMPOSIÇÃO HETEROGÊNEA. AUSÊNCIA DE PERTINÊNCIA TEMÁTICA. ILEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM. ART. 103, IX, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. CARÊNCIA DA AÇÃO. PRECEDENTES. EXTINÇÃO DO FEITO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. ARTS. 17, 485, VI, DO CPC, 2º E 4º, CAPUT, DA LEI Nº 9.868/1999 E 21, § 1º, DO RISTF. NEGATIVA DE SEGUIMENTO.

1. A Lei nº 9.868/1999, que regula o processo e julgamento da ação direta de inconstitucionalidade, reproduz, no art. 2º, IX, o teor do art. 103, IX, da Constituição Federal, pelo qual assegurada legitimidade ativa especial às confederações sindicais e entidades de classe de âmbito nacional para impugnar a validade constitucional de dispositivos de lei ou de ato normativo, no exercício da jurisdição abstrata.

2. Em contraposição à chamada legitimação universal (art. 103, I e VI, da CF), qualifica-se a legitimação ativa especial das confederações sindicais e entidades de classe de âmbito nacional, na esteira da jurisprudência iterativa e notória desta Corte, pela exigência de atendimento aos requisitos da pertinência temática, ou representatividade adequada, homogeneidade e representação de alcance nacional.

3. A legitimação especial ou temática para a propositura da ação direta de inconstitucionalidade pressupõe a adequação material do problema constitucional veiculado às finalidades institucionais da entidade representativa. Manifestação dessa adequação na relação jurídico-processual é o critério da pertinência temática entre o conteúdo do ato impugnado e as finalidades institucionais da associação, em absoluto satisfeito com a só comprovação de vinculação mediata ou indireta. Precedentes.

4. Embora a autora se apresente, a teor do seu estatuto social, como entidade de âmbito nacional - associação - destinada a representar os interesses dos "servidores integrantes do Plano de Carreiras e Cargos do Ipea", não logrou demonstrar o preenchimento do requisito concernente à adequada representatividade geográfica. Mera apresentação de uma lista de associados. Não evidenciada a representatividade geográfica nacional que revele a efetiva atuação da AFIPEA em tal plano.

5. Heterogeneidade, no quadro associativo, decorrente tanto da diversidade das carreiras que a compõem quanto da abertura do Estatuto à participação de pessoas que sequer integram o quadro de servidores do Ipea.

6. A pretensão, como posta na narrativa inicial, traduz interesse que não pode ser enquadrado como específico dos servidores do Ipea. Ausência de pertinência temática. Ilegitimidade ad causam. Precedentes.

7. Negativa de seguimento à ação direta de inconstitucionalidade, prejudicado o exame do pedido de medida cautelar. Extinção sem resolução do mérito.

Secretaria Judiciária

PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

DECISÕES

Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental
(Publicação determinada pela lei nº 9.882, de 03.12.1999)
JULGAMENTOS

ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL 844 (22)

ORIGEM	:844 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:PARAÍBA
RELATOR	**:MIN. EDSON FACHIN**
REQTE.(S)	:GOVERNADOR DO ESTADO DA PARAÍBA
PROC.(A/S)(ES)	:PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DA PARAÍBA
INTDO.(A/S)	:TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 13ª REGIÃO
ADV.(A/S)	:SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE.	:SINDICATO DOS ENGENHEIROS NO ESTADO DA PARAIBA
ADV.(A/S)	:ANTONIO BARBOSA DE ARAUJO (6053/PB)

Decisão: O Tribunal, por unanimidade, julgou procedente a presente arguição de descumprimento de preceito fundamental, para determinar que as execuções de decisões judiciais proferidas contra a EMPASA por parte do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região ocorram exclusivamente sob o regime de precatórios previsto no artigo 100 da Constituição da República, não se submetendo a estatal a constrições judiciais diversas, nos termos do voto do Relator. Falou, pelo amicus curiae, o Dr. Antonio Barbosa de Araujo. Plenário, Sessão Virtual de 12.8.2022 a 19.8.2022.

Secretaria Judiciária

PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

DECISÕES

Ação Direta de Inconstitucionalidade e Ação Declaratória de Constitucionalidade
(PUBLICAÇÃO DETERMINADA PELA LEI Nº 9.868, DE 10.11.1999)
ACÓRDÃOS

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 400 (1)

ORIGEM	:ADI - 400 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	:ESPÍRITO SANTO
RELATOR	**:MIN. NUNES MARQUES**
REDATOR DO ACÓRDÃO	:MIN. ROBERTO BARROSO
REQTE.(S)	:PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S)	:ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADV.(A/S)	:PROCURADOR-GERAL DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Decisão: Após o voto do Ministro Nunes Marques (Relator), que julgava parcialmente procedente o pedido, para conferir interpretação conforme à Constituição à expressão "do Ministério Público" contida no inciso V do parágrafo único do art. 63 da Constituição do Estado do Espírito Santo e assentar que a iniciativa do Governador do Estado, no que concerne à organização do Ministério Público, diz respeito à elaboração de normas gerais, em suplementação, considerado o interesse regional, da disciplina federal, sendo do Procurador-Geral de Justiça a iniciativa da legislação complementar sobre organização, atribuições e estatuto do Ministério Público; e do voto do Ministro Roberto Barroso, que julgava procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade da expressão "do Ministério Público" contida no art. 63, parágrafo único, V, da Constituição do Estado do Espírito Santo e propunha a fixação da seguinte tese de julgamento: "A atribuição de iniciativa privativa ao Governador do Estado para leis que disponham sobre a organização do Ministério Público estadual contraria o modelo delineado pela Constituição Federal nos arts. 61, § 1º, II, d, e 128, § 5º", pediu vista dos autos o Ministro Alexandre de Moraes. Plenário, Sessão Virtual de 11.3.2022 a 18.3.2022.

Decisão: O Tribunal, por maioria, julgou procedente o pedido, para declarar a inconstitucionalidade da expressão "do Ministério Público" contida no art. 63, parágrafo único, V, da Constituição do Estado do Espírito Santo, e fixou a seguinte tese de julgamento: "A atribuição de iniciativa privativa ao Governador do Estado para leis que disponham sobre a organização do Ministério Público estadual contraria o modelo delineado pela Constituição Federal nos arts. 61, § 1º, II, d, e 128, § 5º", nos termos do voto do Ministro Roberto Barroso, Redator para o acórdão, vencido o Ministro Nunes Marques (Relator), que julgava parcialmente procedente o pedido para conferir interpretação conforme à Constituição à expressão. Plenário, Sessão Virtual de 10.6.2022 a 20.6.2022.

Ementa: Direito constitucional. Ação direta de inconstitucionalidade. Constituição Estadual. Iniciativa privativa do Governador para dispor sobre organização do Ministério Público estadual.

1. Ação direta de inconstitucionalidade que tem por objeto dispositivo da Constituição do Estado do Espírito Santo que estabelece a iniciativa privativa do Governador para leis que disponham sobre a organização do Ministério Público estadual.

2. Na esfera estadual, coexistem dois regimes de organização do Ministério Público: (i) a Lei Orgânica Nacional (Lei nº 8.625/1993), editada com base no art. 61, § 1º, II, d , da CF; e (ii) a Lei Orgânica do Estado, que delimita, em lei complementar de iniciativa do Procurador-Geral de Justiça, organização, atribuições e estatuto de cada Ministério Público (art. 128, § 5º, CF).

3. É inconstitucional a atribuição de iniciativa privativa ao Governador do Estado para leis que disponham sobre a organização do Ministério Público estadual.

4. Ação direta cujo pedido se julga procedente. Tese: "a atribuição de iniciativa privativa ao Governador do Estado para leis que disponham sobre a organização do Ministério Público estadual contraria o modelo delineado pela Constituição Federal nos arts. 61, § 1º, II, d, e 128, § 5º".

Secretaria Judiciária

PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO

ATO Nº 540, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre a extinção da Especialidade Enfermagem, da Área de Apoio Especializado, do cargo de Analista Judiciário do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ad referendum do Órgão Especial, e tendo em vista o constante do Processo Administrativo TST nº 6001810/2022-00, resolve:

Art. 1º Declarar extinta a Especialidade Enfermagem, da Área de Apoio Especializado, do cargo de Analista Judiciário do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal.

Art. 2º As atribuições relativas ao referido cargo poderão ser objeto de execução indireta.

Art. 3º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Min. EMMANOEL PEREIRA

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO

PORTARIA Nº 3.920, DE 25 DE AGOSTO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PROAD nº 6520/2022, resolve:

Art. 1º. Criar a ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONFORMIDADE, vinculando-a à SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS;

Art. 2º. Transformar parte do saldo orçamentário proveniente da opção do servidor pela retribuição do cargo efetivo (Resolução CSJT nº 335/2022) em 1 (um) cargo em comissão de ASSESSOR-CHEFE DE PLANEJAMENTO E CONFORMIDADE-CJ1, vinculando-o à ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E CONFORMIDADE;

Art. 3º. Extinguir a função comissionada de ASSISTENTE-CHEFE DE SEÇÃO-FC04 da SEÇÃO DE PLANEJAMENTO;

Art. 4º. Extinguir a SEÇÃO DE PLANEJAMENTO, vinculada à SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS;

Art. 5º. Extinguir a função comissionada de ASSISTENTE-CHEFE DE SEÇÃO-FC04 da SEÇÃO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES;

Art. 6º. Extinguir a SEÇÃO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES, vinculada à COORDENADORIA DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS;

Art. 7º. Criar a DIVISÃO DE PROJETOS, vinculando-a à COORDENADORIA DE PROJETOS E EXECUÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS;

Art. 8º. Transformar parte do saldo orçamentário proveniente da opção do servidor pela retribuição do cargo efetivo (Resolução CSJT nº 335/2022) em 1 (um) cargo em comissão de CHEFE DE DIVISÃO DE MANUTENÇÃO E PROJETOS-CJ1, vinculando-o à DIVISÃO DE PROJETOS;

Art. 9º. Vincular à DIVISÃO DE PROJETOS, 2 (duas) funções comissionadas de ASSISTENTE-FC02, anteriormente vinculadas à SEÇÃO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES e à SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS;

Art. 10. Criar a COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO PREDIAL, vinculando-a à SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS;

Art. 11. Vincular à COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO PREDIAL, 1 (uma) função comissionada de COORDENADOR-CJ2, anteriormente vinculada à COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS;

Art. 12. Extinguir a COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS, vinculada à SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS;

Art. 13. Alterar a vinculação da SEÇÃO DE EDIFICAÇÕES E METALURGIA da COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS para a COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO PREDIAL;

Art. 14. Criar a SEÇÃO DE MARCENARIA, vinculando-a à COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO PREDIAL;

Art. 15. Vincular à SEÇÃO DE MARCENARIA, 1 (uma) função comissionada de ASSISTENTE-CHEFE DE SEÇÃO-FC04, anteriormente vinculada à SEÇÃO DE MARCENARIA E CARPINTARIA;

Art. 16. Extinguir a SEÇÃO DE MARCENARIA E CARPINTARIA, vinculada à COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS;

Art. 17. Criar a COORDENADORIA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS, vinculando-a à SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS;

Art. 18. Transformar parte do saldo orçamentário proveniente da opção do servidor pela retribuição do cargo efetivo (Resolução CSJT nº 335/2022) em 1 (um) cargo em comissão de COORDENADOR-CJ2, vinculando-o à COORDENADORIA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS;

Art. 19. Alterar a vinculação da SEÇÃO DE INSTALAÇÕES MECÂNICAS e da SEÇÃO DE INSTALAÇÕES ELETROLÓGICAS da COORDENADORIA DE MANUTENÇÃO E INSTALAÇÕES PREDIAIS para a COORDENADORIA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS;

Art. 20. Extinguir a função comissionada de ASSISTENTE-FC04 da SECRETARIA DE MANUTENÇÃO E PROJETOS;

Art. 21. Vincular à COORDENADORIA DE INSTALAÇÕES PREDIAIS, 1 (uma) função comissionada de ASSISTENTE-FC02, anteriormente vinculada à SEÇÃO DE INSTALAÇÕES ELETROLÓGICAS;

Art. 22. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

PORTARIA Nº 3.948, DE 26 DE AGOSTO DE 2022

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições, e considerando o que consta no PROAD nº 6535/2022, resolve:

Art. 1º. Transformar parte do saldo orçamentário proveniente da opção do servidor pela retribuição do cargo efetivo (Resolução CSJT nº 335/2022) em 1 (um) cargo em comissão de ASSESSOR DE IMPRENSA-CJ1, vinculando-a à SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL;

Art. 2º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO ROSSAL DE ARAÚJO

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA

ACÓRDÃOS DE 29 DE AGOSTO DE 2022

RECURSO EM PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL
PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000334.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 012972/2016) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pela apelante/denunciada. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na alínea "d", para lhe aplicar a "CENSURA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "b" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 1º (imprudência e negligência) do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 1º do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18) e descaracterizada a infração aos artigos 18, 32 e 37 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 28 de julho de 2022. (data do julgamento) FLORENTINO DE ARAÚJO CARDOSO FILHO, Presidente da Sessão; DILZA TERESINHA AMBROS RIBEIRO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000436.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de Rondônia (PEP nº 000009/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 4ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelas apelantes/denunciantes. Por unanimidade, não foram caracterizadas as culpabilidades dos apelados/denunciados, mantendo-se a decisão do Conselho de origem, que os ABSOLVEU, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de julho de 2022. (data do julgamento) CARLOS MAGNO PRETTI DALAPICOLA, Presidente da Sessão; DILZA TERESINHA AMBROS RIBEIRO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000410.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000097/2020) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da 6ª Câmara do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento parcial ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e, por maioria, foi reformada a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "Suspensão do Exercício Profissional por 30 (trinta) dias", prevista na alínea "d", para lhe aplicar a "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57; por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 112 e 113 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 112 e 113 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 27 de julho de 2022. (data do julgamento) JULIO CESAR VIEIRA BRAGA, Presidente da Sessão; CHRISTINA HAJAJ GONZALEZ, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000411.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná (PEP nº 000124/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciante. Por unanimidade, foi declarada a culpabilidade do apelado/denunciado e reformada a decisão do Conselho de origem, que o absolveu, para lhe aplicar a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração ao artigo 14 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos no artigo 14 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 4 de agosto de 2022. (data do julgamento) JOSE LUIZ BONAMIGO FILHO, Presidente da Sessão; LUIS GUILHERME TEIXEIRA DOS SANTOS, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000419.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado do Acre (PEP nº 000018/2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "ADVERTÊNCIA CONFIDENCIAL EM AVISO RESERVADO", prevista na alínea "a" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 18 (c/c Resolução CFM nº 2.145/2016) e 116 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 18 e 115 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 4 de agosto de 2022. (data do julgamento) JOSE LUIZ BONAMIGO FILHO, Presidente da Sessão; NAZARENO BERTINO VASCONCELOS BARRETO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000452.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (PEP nº 000118 /2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e dar provimento aos recursos interpostos pelos apelantes /denunciados. Por unanimidade, não foram confirmadas as suas culpabilidades, o que levou à reforma da decisão do Conselho de origem, que lhes aplicou a sanção de "Censura Pública em Publicação Oficial", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57, para ABSOLVIÇÃO, e, por unanimidade, foi descaracterizada a infração aos artigos 1º e 32 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 4 de agosto de 2022. (data do julgamento) NAZARENO BERTINO VASCONCELOS BARRETO, Presidente da Sessão; JOSE LUIZ BONAMIGO FILHO, Relator.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000467.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 013810/2018) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pela apelante/denunciante. Por unanimidade, não foi caracterizada a culpabilidade do apelado/denunciado, mantendo-se a decisão do Conselho de origem, que o ABSOLVEU, nos termos do voto da conselheira relatora. Brasília, 5 de agosto de 2022. (data do julgamento) JOSE LUIZ BONAMIGO FILHO, Presidente da Sessão; ANNELISE MOTA DE ALENCAR MENEGUESSO, Relatora.

PROCESSO ÉTICO-PROFISSIONAL PAe Nº 000486.13/2022-CFM ORIGEM: Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo (PEP nº 013590 /2017) Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Conselheiros membros da Câmara Especial nº 04 do Tribunal Superior de Ética Médica do Conselho Federal de Medicina em conhecer e negar provimento ao recurso interposto pelo apelante/denunciado. Por unanimidade, foi confirmada a sua culpabilidade e mantida a decisão do Conselho de origem, que lhe aplicou a sanção de "CENSURA PÚBLICA EM PUBLICAÇÃO OFICIAL", prevista na alínea "c" do artigo 22 da Lei nº 3.268/57 e, por unanimidade, foi caracterizada a infração aos artigos 1º, 6º, 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2009 (Resolução CFM nº 1.931/09), cujos fatos também estão previstos nos artigos 1º, 6º, 32 e 87 do Código de Ética Médica de 2018 (Resolução CFM nº 2.217/18), nos termos do voto do conselheiro relator. Brasília, 5 de agosto de 2022. (data do julgamento) ANNELISE MOTA DE ALENCAR MENEGUESSO, Presidente da Sessão; JOSE LUIZ BONAMIGO FILHO, Relator.

JOSÉ ALBERTINO SOUZA
Corregedor

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

RESOLUÇÃO CFESS Nº 1.005, DE 29 DE AGOSTO DE 2022

Dispõe sobre a concessão de diárias, auxílio de representação, ressarcimentos e transporte a conselheiras/os, assessoras/es, empregadas/os e convidadas/os, que receberem a incumbência ou missão do Conselho Federal de Serviço Social - CFESS, no País ou no estrangeiro.

A Presidenta do Conselho Federal de Serviço Social, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, e

Considerando a Lei nº 8.662, de 07 de junho de 1993, publicada no Diário Oficial da União nº 107, de 8 de junho de 1993, Seção 1, que dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 11.000, de 15 de dezembro de 2004, que autoriza os Conselhos de fiscalização de profissões regulamentadas a normatizar a concessão de diárias e auxílios de representação;

Considerando a Resolução CFESS nº 446, de 08 julho de 2003, publicada no Diário Oficial da União nº 131, de 10 de julho de 2003, Seção 1, que dispõe sobre a concessão de diárias, transporte e ressarcimento de despesas a conselheiros, assessores, funcionários e convidados;

Considerando o TC 036.608/2016-5 e os acórdãos 1925/2019 e 1237/2022 do Tribunal de Contas da União - TCU;

Considerando, ainda, a aprovação da presente Resolução pelo Conselho Pleno do CFESS realizado de 18 a 21 de agosto de 2022, resolve:

Art. 1º - Fixar em R$ 400,00 o valor da diária a ser concedida a conselheiras/os, assessoras/es, empregadas/os e convidadas/os do CFESS, para cobertura de despesas com hospedagem, alimentação e deslocamentos urbanos por ocasião de afastamento:

I - da sede da entidade, quando se tratar de empregadas/os;

II - do domicílio do beneficiário, quando se tratar de conselheiras/os, assessoras/es, e convidadas/os.

Parágrafo primeiro - A diária não configura gratificação ou retribuição pelo exercício de atividade, e não será concedida por afastamento dentro da mesma região metropolitana, aglomeração urbana ou microrregião, constituídas por municípios limítrofes e regularmente instituídas.

Parágrafo segundo - A diária será paga pela metade de seu valor nos seguintes casos:

I - o afastamento não exige pernoite;

II - houver custeio da hospedagem pelo CFESS ou outra instituição;

III - no dia de retorno.

Parágrafo terceiro - a diária ou meia diária, conforme o caso, será acrescida de parcela única no valor de R$ 250,00, para o pagamento de despesas relativas a traslados para aeroporto, rodoviária, terminal hidroviário e estação ferroviária.

Parágrafo quarto - Os valores que excederem à parcela única prevista no parágrafo anterior poderão ser ressarcidos, desde que apresentados os comprovantes em até 5 dias úteis.

Parágrafo quinto - A diária ou meia diária será paga em valor integral quando a saída da/do beneficiário de sua residência ocorrer até às 12:00 (doze) horas e será para pela metade quando o horário de saída for entre 12:00 (doze) horas e 24:00 (vinte e quatro) horas.

Art. 2º Fixar em U$ 300,00 (trezentos dólares) a diária para viagens internacionais.

Parágrafo primeiro - O pagamento será feito no valor equivalente em moeda nacional, considerando a taxa de câmbio do fechamento do dia anterior calculada pelo Banco Central do Brasil, aferida na data de depósito da diária.

Parágrafo segundo - O CFESS custeará Seguro Viagem para os beneficiários das viagens internacionais.

Art. 3º Fixar em R$ 160,00 o valor do auxílio de representação a ser concedido a conselheiras/os e convidadas/os do CFESS, para cobertura de custos incorridos para a execução de atividades presenciais de interesse do conselho, não acumulável com diária ou ressarcimento.

Parágrafo primeiro - Poderá ser concedido o auxílio de representação a que se refere o caput a integrante de instância de processamento ético/disciplinar, inclusive quando a atividade se realizar por videoconferência.

Parágrafo segundo - O auxílio de representação não configura gratificação ou retribuição pelo exercício de atividade.

Art. 4º Os valores de diária, meia diária e auxílio de representação serão creditados na conta bancária da/do beneficiária/o até 48 horas antes da realização da atividade.

Parágrafo primeiro - A/O beneficiária/o deverá apresentar a comprovação da efetiva realização das atividades autorizadas em até 5 dias úteis da conclusão dos trabalhos.

Parágrafo segundo - Os valores de diária, meia diária e auxílio de representação recebidos e não utilizados, em decorrência da não realização da atividade planejada, deverão ser devolvidos ao CFESS, no prazo de 48 horas do recebimento ou da interrupção do trabalho, não sendo permitido lançamento de crédito ou compensação.

Art. 5º As/Os representantes do CFESS nos Conselhos de Políticas Públicas ou em outros de igual natureza terão direito a receber a complementação da diferença do valor da diária, auxílio de representação ou parcela única (parágrafo terceiro do artigo 1º) recebida do órgão/Conselho em que o representante tenha assento, nas importâncias estipuladas pela presente Resolução.

Art. 6º Fica estabelecido o direito de ressarcimento das seguintes despesas a conselheiras/os, assessoras/es, empregadas/os e convidadas/os do CFESS, quando realizadas a serviço deste:

I - correspondências;

II - cópia de documentos;

III - taxas cartoriais;

IV - alimentação;

V - transporte.

Parágrafo primeiro - Poderão ser ressarcidas despesas com alimentação em atividades realizadas por meio de videoconferência.

Parágrafo segundo - Excepcionalmente, poderão ser ressarcidas despesas extras, a critério do Conselho Pleno.

Parágrafo terceiro - O pedido de ressarcimento deverá ser apresentado por meio de formulário específico, onde conste a justificativa da atividade, devendo ser anexada cópia do(s) comprovante(s) da(s) despesa(s).

Parágrafo quarto - Serão considerados aptos a comprovar as despesas os documentos fiscais expedidos pelos fornecedores ou prestadores de serviços.

Art. 7º Estabelecer os seguintes critérios para concessão de transporte a conselheiros, assessores, empregados e convidados:

I - Percurso superior a 100 km - uso de transporte aéreo;

II - Percurso igual ou inferior a 100 km - uso de transporte terrestre, ferroviário, marítimo ou fluvial.

Parágrafo único - O transporte a que se refere o caput é aquele regulamentado pelas autoridades públicas, vedada a utilização de meios privados custeados pelo CFESS.

Art. 8º O CFESS arcará com o pagamento da multa, incidente sobre o bilhete de transporte, quando o Conselheiro, assessor, empregado ou convidado tiver que adiar a viagem por motivo de doença, por manifesto interesse ou necessidade do CFESS, ou outro impedimento grave que justifique a medida.

Art. 9º As/os Conselheiras/os do CFESS não receberão jetons em razão do cumprimento do mandato.

Art. 10 Os casos excepcionais serão resolvidos pelo Conselho Pleno do CFESS.

Art. 11 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, revogando integralmente a Resolução CFESS nº 446/2003.

MARIA ELIZABETH SANTANA BORGES

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ

RESOLUÇÃO CRCCE Nº 777, DE 24 DE AGOSTO DE 2022

Altera a RESOLUÇÃO Nº 600/2013, que aprovou o Cadastro de Estudantes do CRCCE.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO CEARÁ, no exercício de suas atribuições legais e regimentais, CONSIDERANDO a necessidade de melhor disciplinar a participação de estudantes de contabilidade nos cursos realizados pelo CRCCE; CONSIDERANDO decisão da Câmara de Desenvolvimento Profissional, realizada em 26/05/2022; CONSIDERANDO que se verificou a necessidade de ampliação dos prazos de cadastro de estudantes, para melhor controle do CRCCE, resolve:

Art.1º. Alterar o art. 3º, da Res. CRCCE nº 600/13, que passará a vigorar com a seguinte redação: "Art.3º. As inscrições no Cadastro de Estudantes e a sua manutenção serão feitas nos meses de JANEIRO a NOVEMBRO de cada ano, iniciando no primeiro dia e encerrando no último dia dos meses indicados".

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua aprovação.

FELLIPE MATOS GUERRA
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO

RESOLUÇÃO CREFITO-3 Nº 94, DE 10 DE AGOSTO DE 2022

Altera a Resolução CREFITO-3 nº 76, de 20 de maio de 2021.

O Plenário do CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 3ª REGIÃO - CREFITO-3, em sua 554ª Reunião Ordinária, realizada no dia 10 de agosto de agosto de 2022, na sede, situada na Rua Cincinato Braga, 59 - 4º andar, São Paulo - SP, no exercício de suas atribuições legais e regimentais;

CONSIDERANDO as atribuições e competências institucionais do CREFITO-3, determinadas pela Lei Federal nº 6.316/1975 e pelo seu Regimento Interno disposto na Resolução COFFITO nº 182/1997;

CONSIDERANDO a dinâmica de criação das Comissões de Revisão de Protocolo e Relações de Cuidado, resolve:

Art. 1º - O artigo 3º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Os membros componentes das Comissões de Revisão de Protocolos Clínicos e Relação de Cuidado serão indicados pelo Responsável Técnico do serviço de Fisioterapia ou Terapia Ocupacional, caso não sejam nomeados livremente por candidatura voluntária.

Art. 2º - O Inciso III do artigo 4º passa a vigorar com a seguinte redação:

III - Atuar como interlocutor entre a Comissão e o representante do CREFITO-3 nas situações em que for exigido.

Art. 3º - O artigo 5º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 5º Após a comunicação sobre a constituição da comissão, prevista no inciso I do Art. 4º, um representante do CREFITO-3 agendará, junto ao responsável técnico, a reunião inicial com a comissão.

Art. 4º - O artigo 6º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 6º A Comissão de Revisão de Protocolos Clínicos e Relação de Cuidado deverá ser composta por no mínimo 3 (três) membros entre fisioterapeutas e terapeutas ocupacionais, a serem nomeados livremente por candidatura voluntária, e caso não ocorram, serão definidos pelo Responsável Técnico.

Art. 5º - O Parágrafo Primeiro do artigo 7º passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo primeiro - as reuniões da Comissão contarão com a participação de um representante do CREFITO-3 em sua parte inicial, isto é, introdutória, quando o representante do Conselho pode ofertar informações transparentes e gerais advindas das Câmaras Técnicas, das Comissões Permanentes e, sobretudo, da Comissão de Ética.

Art. 6º - O artigo 11 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 11. A Comissão de Revisão de Protocolos Clínicos e Relação de Cuidado emitirá anualmente relatório sobre o perfil epidemiológico dos pacientes para permitir estudos que elevem a assistência da fisioterapia e da terapia ocupacional.

Art. 7º - O artigo 13 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 13. Cada Comissão de Revisão de Protocolos Clínicos e Relação de Cuidado será acompanhada por um representante do CREFITO-3, a ser nomeado pelo Presidente, dentre Conselheiros, Delegados ou colaborador ad hoc, ao qual compete:

Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAPHAEL MARTINS FERRIS
Presidente do Conselho

JANE SUELEN SILVA PIRES FERREIRA
Diretora-Secretária

